Ocupar! Aquilombar! Retomar!

A Geografia Agrária e a luta de classes no Brasil

14 a 18 de Novembro de 2023

X Simpósio Internacional de Geografia Agrária
XI Simpósio Nacional de Geografia Agrária

ANAIS
2023

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de Geografia

Realização:

USP UNICAMP unesp

Apoio:

CAPES FAPESP PRCEU PRiP FAUUSP 50° PPGH-USP 20 anos pós-graduação em GEOGRAFIA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS USP Agrária

X SINGA

X Simpósio Internacional de Geografia Agrária
XI Simpósio Nacional de Geografia Agrária

ANAIS
2023

fflch
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de Geografia

DADOS CATALOGRÁFICOS

Publicado por:
Laboratório de Geografia Agrária – USP
Departamento de Geografia

Endereço:
Universidade de São Paulo – Campus Capital
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – FFLCH
Av. Prof. Lineu Prestes, 338 - Butantã, São Paulo - SP, 05508-000
Telefone: (11) 3032-2217

Edição dos Anais Digital:
Laboratório de Geografia Agrária – USP

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

X Simpósio Internacional de Geografia Agrária [livro eletrônico] : XI Simpósio Nacional de Geografia Agrária : anais : ocupar! aquilombar! retomar! : a geografia agrária e a luta de classes no Brasil / [coordenação Marta Inez Medeiros Marques, Valeria de Marcos. -- São Paulo : Ed. dos Autores, 2024.
PDF

Vários autores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-00-97889-6

1. Geografia 2. Luta de classes 3. Reforma agrária - Brasil I. Marques, Marta Inez Medeiros. II. Marcos, Valeria de.

24-199297 CDD-630.981

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Geografia agrária 630.981

Tábata Alves da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9253

Comissão Organizadora

Valéria de Marcos e Marta Inez Medeiros Marques
(Coordenação)

Adriane de Sousa Camargo
Angélica Campos Nakamura
Ariovaldo Umbelino de Oliveira
Breno Campos Amorim
Carlos Andrés Pachón Pinzón
Emerson Marques de Santana
Florence Marcolino Barboza
Jose Gilberto de Souza
Karoline Alves de Araújo
Lara Barros Pereira
Larissa Urquiza Perez de Morais
Luana Fernanda Luiz
Lydia Minhoto Cintra
Marcelo Fernando Terence
Maria Rosineide Pereira
Silvio Marcio Montengro Machado
Simony Crisitna Teixeira dos Anjos
Stella Mendes Louzada
Tiago Evandro Pinto

Comissão Científica

Adriano Rodrigues de Oliveira
Alexandrina Luz Conceição
Angela Massumi Katuta
Angélica Campos Nakamura
Ariovaldo Umbelino de Oliveira
Bernardo Mançano Fernandes
Camilo Alejandro Bustos Ávila
Carina Inserra Bernini
Carlos Alberto Feliciano
Claudio Ubiratan Gonçalves
Eguimar Felício Chaveiro
Eliane Tomiasi Paulino
Fabiano Bringel
Guiomar Inez Germani
Ivani ferreira de Faria
João Cleps Junior
Jorge Ramón Montenegro Gómez
Jose Gilberto Souza
José Raimundo Jr
Josefa Lisboa
Luana Fernanda Luiz
Lucia Cavalieri
Manuel de Jesus Masulo da Cruz
Marcelo Fernando Terence
Marcelo Mendonça
Marcia Mizusaki
Marta Inez Medeiros Marques
Maurício Gonsalves Torres
Monica Cox de Britto Pereira
Paulo Roberto Raposo Alentejano
Roberta Maria Batista de Figueiredo Lima
Rosa Ester Rossini
Rusvênia Luiza B. R. da Silva
Sedeval Nardoque
Silvio Simione da Silva
Thiago Araújo Santos
Valéria de Marcos
Valter Carmo Cruz
Yamila Goldfarb
Vicente Eudes Lemos Alves

APRESENTAÇÃO

É com imensa alegria que, em nome da Comissão de Organização do X SINGA 2023 estamos publicando os Anais do X Simpósio Internacional de Geografia Agrária / XI Simpósio Nacional de Geografia Agrária – *Ocupar! Aquilombar! Retomar! A Geografia Agrária e a luta de classes no Brasil*. O evento foi realizado de 14 a 18 de novembro de 2023 sob a coordenação geral do Agrária - Laboratório de Geografia Agrária da USP e contou com a parceria da UNESP Rio Claro e da UNICAMP.

No ano em que completou 20 anos de existência o SINGA retornou à casa que lhe deu origem e manteve duas das características que o alicerçam desde seu início: (1) a construção coletiva, feita pelos professores, estudantes de Pós-Graduação e Graduação, e funcionários técnico-administrativos que integraram a Comissão Organizadora e de Monitoria durante o evento, bem como dos cerca de 39 membros da comissão científica que contribuíram na avaliação dos trabalhos submetidos aos GTs e em suas respectivas coordenações; e (2) a manutenção de um diálogo horizontal, respeitoso e ao mesmo tempo crítico, entre a academia e os movimentos sociais, de onde novas formas de saberes e sabores, como gostava de dizer nosso saudoso Carlos Walter, podem emergir para *geo-grafar* o mundo.

Fomos um evento mais enxuto, considerando os números que o SINGA havia alcançado pré-pandemia. Foram cerca de 600 inscritos, dos quais cerca de 370 presentes, 407 trabalhos submetidos e 234 apresentados. Mantivemos a qualidade do debate, das trocas e aprendizados nos espaços de discussão - sejam eles os GTs, as mesas e Jornadas -, e que não raro tiveram continuidade em outros momentos ao longo do evento. A maior parte dos participantes foi composta por estudantes de Pós-Graduação, em especial de São Paulo, mas com participação significativa de representantes do Pará, Bahia, Goiás e Minas Gerais. A América Latina e Caribe estiveram representados com 19 participantes dos 24 inscritos, número que esperamos possa crescer nas próximas edições. O evento também contou com 45 participantes autodeclarados PPIs, que tiveram redução do valor de inscrição e 14 representantes dos movimentos sociais, os quais tiveram isenção das inscrições.

Os textos que vocês encontrarão nestes Anais são resultado dos trabalhos apresentados nos GTs. Gostaríamos de alertá-los que nem todos os trabalhos constarão desta publicação. Alguns trabalhos foram indicados pelos coordenadores para serem

publicados em número especial da Revista Mutirõ e outros não foram enviados pelos respectivos autores.

Gostaríamos de agradecer a participação de todos aqueles que coloriram nosso prédio e animaram os debates e reflexões ocorridos neste já consolidado espaço de trocas da Geografia Agrária. Para nós, foi uma alegria poder recebê-los em nossa casa. Esperamos revê-los em breve no próximo SINGA em Três Lagoas.

Por fim, mas não menos importante, dedicamos esses Anais, como todo o evento, ao nosso saudoso e insubstituível mestre Carlos Walter Porto-Gonçalves, que segue sendo inspiração para a construção de uma Geografia mais crítica, humanizada e acolhedora.

Carlos Walter, Presente!

Comissão Organizadora do SINGA 2023

SUMÁRIO

GRUPO DE TRABALHO 1. LUTAS CAMPONESAS NA AMÉRICA LATINA E CARIBE ……...……..23

IDENTIDADE E RESISTÊNCIA CAMPONESA: A AGROECOLOGIA E A LUTA NO ASSENTAMENTO MANDACARU EM PETROLINA …….....….24
Ana Regina Marinho Dantas Barboza da Rocha Serafim

SUSTENTABILIDADE DOS SISTEMAS DE USO DA TERRA NA COLÔNIA AGRÍCOLA DO MATAPI-AP…….……..….36
Antônio Sergio Monteiro Filocreão; Irenildo Costa da Silva

QUESTÃO AGRÁRIA E A ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS NA LUTA PELA TERRA: EXPRESSÕES POLÍTICAS DO MST NO MARANHÃO…….…….60
Aylana Cristina Rabelo Silva ; Giovanny Cid dos Santos Castro

ASSENTAMENTO AURORA: UM CASO DE RESISTÊNCIA CAMPONESA À TERRITORIALIZAÇÃO DOS MONOPÓLIOS NA MACRORREGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO/SP……...76
Ivan Lazzari Mendes; Ariovaldo Umbelino de Oliveira

A RESISTÊNCIA CAMPONESA FACE A EXPANSÃO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA NA CHAPADA DO APODI (TABULEIRO DO NORTE/CE).....88
Jackson Araujo de Sousa e Leandro Vieira Cavalcante

ACAMPAMENTOS RURAIS E RESISTÊNCIA CAMPONESA: O CASO DO QUILOMBO CAMPO GRANDE – MG…….…….....102
Lara Mendes da Silva e Estevan Leopoldo de Freitas Coca

VIA CAMPESINA BRASIL: AS ENCRUZILHADAS DAS LUTAS FRENTE AOS AVANÇOS DO CAPITAL NO CAMPO……..……112
Luiz Paulo Guimarães de Siqueira; Maria Rosineide Pereira; Gerson Antonio Barbosa; Borges

A QUESTÃO AGRÁRIA E A AGRICULTURA FAMILIAR EM MATO GROSSO ……...124
Tiago Lucas Gonçalves.

GRUPO DE TRABALHO 2. COMUNIDADES TRADICIONAIS NA LUTA POR TERRITÓRIOS…….…….....…136

A PERMANÊNCIA DO TERNO DE REIS NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE POÇÕES/BA: APROXIMAÇÃO COM A CULTURA CAMPONESA NA RELAÇÃO CAMPO CIDADE…….....…….……....137
Alan Conceição Costa; Jânio Roberto Diniz dos Santos; Suzane Tosta Souza

SEMENTES CRIOULAS NO SEMIÁRIDO DE ALAGOAS: PATRIMÔNIO BIOCULTURAL DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS…….…...……..152
Alice Oliveira da Silva; Flávio dos Santos

ULTRANEOLIBERALISMO E NEOFASCISMO: A ERA BOLSONARO - RESISTÊNCIAS E CAMPESINATO AMAPAENSE NA RESERVA EXTRATIVISTA DO RIO CAJARI…….....……..162
Eder Souto Batista; Eraldo da Silva Ramos Filho; Gabriela Fernandes Feliciano Murua

COOPERATIVISMO, MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: DISPUTAS NO ESPAÇO AGRÁRIO DE IGARAPÉ-MIRÍ – PARÁ – BRASIL…….....……..……177
Euller Santos; Izabely Miranda

SER CAMPONÊS, SER QUILOMBOLA: UMA ANÁLISE CRÍTICA SOBRE A REPRODUÇÃO CAMPONESA NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DA LAGOA DO JOÃO DO MUNICÍPIO DE POÇÕES-BA…….....……193
Gerusa Martins da Silva; Jéssica Martins da Silva; Alan Conceição Costa

A R-EXISTÊNCIA DO QUILOMBO DE JAMBUAÇU: UMA ANÁLISE DO PROCESSO DE ENFRENTAMENTO E RETOMADA DO TERRITÓRIO QUILOMBOLA DE JAMBUAÇU, MOJU, PARÁ - BRASIL……...……203
Izabely Miranda; Euller Santos

O CAMPO NA LITERATURA: GRANDE SERTÃO: VEREDAS E TORTO ARADO COMO REFLEXO DA ESTRUTURA AGRÁRIA BRASILEIRA….....218
Jéssica Martins da Silva; Gerusa Martins da Silva; Maria Auxiliadora da Silva

TERRITÓRIOS PESQUEIROS SOB AMEAÇAS: COMUNIDADE DO RIO CARIPETUBA, ABAETETUBA-PA, NA ENCRUZILHADA DE GRANDES PROJETOS DESENVOLVIMENTISTAS……...……231
Osmana Dias Gonçalves

CONFLITOS TERRITORIAIS E MORADIA: O CASO DE TRÊS COMUNIDADES RURAIS QUILOMBOLAS DA REGIÃO DO MÉDIO SÃO FRANCISCO (BAHIA).....243
Paula Adelaide Mattos Santos Moreira; Guiomar Inez Germani

A AGROECOLOGIA NO QUILOMBO DO MATA CAVALO EM DETRIMENTO DO AGRONEGÓCIO EM MATO GROSSO…….....….263
Robson Ferreira da Silva Carvalho; Giseli Gomes Dalla Nora; Sílvia Fernanda Cantóia

IDENTIDADE, TERRITORIALIDADE E PROTAGONISMO DAS MULHERES QUILOMBOLAS NA COMUNIDADE CASTORINA MARIA DA CONCEIÇÃO (PALMAS - PARANÁ).....279
Valentina Coelho de Souza Ferreira; Roselí Alves dos Santos

UMA NARRATIVA DE RESISTÊNCIA EM DEFESA DO BREJÃO DOS GERAIS DO RIO PRETO NO OESTE DA BAHIA.....2497
Laenyo Silva Souza; Evanildo Santos Cardoso*

* Trabalho submetido dentro do prazo que não havia sido incluído na primeira publicação dos anais.

GRUPO DE TRABALHO 3. POVOS INDÍGENAS: AUTONOMIA, TERRITORIALIDADES E CONFLITOS…..….....……..289

TERRITÓRIO INDÍGENA NO BRASIL…….....……290
Andressa Cristina de Oliveira Ferreira; Mayara Faria Costa

O MASSACRE DOS POVOS ORIGINÁRIOS EM CORUMBIARA/RO: A MORTE DO ÚLTIMO TANARU "O ÍNDIO DO BURACO".....300
Danilo Paranhos Batista

EXPRESSÕES DA (RE)EXISTÊNCIA DA "AUSENTE" PRESENÇA INDÍGENA NO VALE DO JAGUARIBE/CE…….....……...320
Geovana Mendes Barros; Leandro Vieira Cavalcante

TERRAS INDÍGENAS EM RONDÔNIA CONFLITOS E AMEAÇAS….....…….331
Maria Lucia Cereda Gomide

RELATO ETNOGRÁFICO E EXPERIÊNCIA PRÓXIMA DAS RETOMADAS GUARANI E KAIOWÁ NOVA YVU VERA E ARAICUTY EM DOURADOS-MS ……...…341
Roberto Chaparro Lopes; Marcos Mondardo

O TERRITÓRIO 'INVADIDO' E SEU POVO ACUADO: PRODUÇÃO CAPITALISTA, FRATURAS SOCIAIS E ESCASSEZ DE ALIMENTOS DOS POVOS KARAJÁ-ARUANÃ – GO…….....……..358
Rozângela Aparecida de Oliveira; Aline de Fatima Marques

GRUPO DE TRABALHO 4. GÊNERO, GERAÇÃO E SEXUALIDADE NO CAMPO…….……...……368

RELEITURAS DE REGINA SADER NO NORTE DO TOCANTINS…….....…..….369
Alex Ratts; Elaine da Silva Sousa; Marcos Pereira Neto

O MUNDO ALÉM DE ÁGUA NEGRA: UMA ANÁLISE DAS QUESTÕES DE GÊNERO ESTABELECIDAS NO ESPAÇO RURAL BRASILEIRO POR MEIO DA OBRA TORTO ARADO…….....……..379
Camila de Souza Pereira; Rosângela Aparecida de Medeiros Hespanhol

GÊNERO E AGRICULTURA FAMILIAR: UM RETRATO DA COMUNIDADE DO BEZERRO POÇÕES/BAHIA/BRASIL……..…….....…..389
Daniela Seles de Andrade; Lucas Aguiar Tomaz Ferreira; Fernanda Viana de Alcantara

A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA LUTA SINDICAL: O CASO DO SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS E SUA ATUAÇÃO NO CAMPO EM SANTA QUITÉRIA…….....…….405
Germana Farias Aragão; Aldiva Sales Diniz

MULHERES E O USO COMUM DA TERRA: CONSIDERAÇÕES SOBRE OS TERRITÓRIOS FAXINALENSES DO PARANÁ…….……...……..…….416
Larissa Urquiza Perez de Morais

A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA E SOCIAL DO MST E NA AMPLIAÇÃO DA PAUTA DO MOVIMENTO…..….....430
Laura Gomes da Costa; Sergio Aparecido Nabarro

HOMENS E MULHERES EM CANTORIA REFLEXÕES SOBRE A RELAÇÃO ENTRE GÊNERO E DEVOÇÃO NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO RIBEIRÃO GRANDE-TERRA SECA……....……..441
Lucas Martines de Azevedo da Silva

AS MULHERES NO POLO AGROECOLÓGICO E DE PRODUÇÃO ORGÂNICA DO SUL E SUDOESTE DE MINAS GERAIS…….....……..…461
Maria Laura Carvalho; Estevan Coca; Adriano Santos

INTERSECCIONALIDADES E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NAS ÁREAS DE REFORMA AGRÁRIA…….…….....……471
Maria Rosineide Pereira

FORÇA, FÉ E RESISTÊNCIA:UM EXEMPLO DA MULHER CAMPONESA GOIANA…….……..485
Roberta Steward; Maria Idelma Vieira D'Abadia

POLÍTICA DE GÊNERO E O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS PTDRSS1 DOS TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE DO CENTRO SUL BAIANO.....2508
Lucas Aguiar Tomaz Ferreira; Fernanda Viana de Alcantara; José Eloízio da Costa*

GRUPO DE TRABALHO 5. POLÍTICAS PÚBLICAS E PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO PARA O CAMPO……...……...……496

VINÍCOLAS EM EGUISHEIM E A QUESTÃO AGRÁRIA…….....……..…..497
Amanda Salles de Escobar Gonçalves Acruchi; Gustavo Mesquita de Souza; Roberta Maria Batista de Figueredo Lima

ACESSO À ÁGUA NO PERÍMETRO IRRIGADO SABUGI (CAICÓ/RN): ENTRE CONTINUIDADE E DESCONTINUIDADE DE POLÍTICAS PÚBLICAS HÍDRICAS……..……..……514
Brenda Stéfanie Bezerra, Leandro Vieira Cavalcante

DO PAPP AO PCPR: O PROCESSO DE INSTALAÇÃO DO PROJETO SÃO JOSÉ SOB O DISCURSO IDEOLÓGICO DO DESENVOLVIMENTO….....…….525
Cicero Danilo Gomes do Nascimento

REVISÃO E ATUALIDADE DA QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA E MATOGROSSENSE: QUESTÕES (CONTROVERSAS) E DESAFIOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO…….....…...……..535
Diogo Marcelo Delben Ferreira de Lima; Giseli Gomes Dalla Nora; Onélia Carmem Rossetto; Gabriela Mattos Santiago

* Trabalho submetido dentro do prazo que não havia sido incluído na primeira publicação dos anais.

DINÂMICA DOS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO SUDOESTE BAIANO/BAHIA/BRASIL: REPERCUSSÕES DA PANDEMIA DA COVID-19…….....…….....545
Fernanda Viana de Alcantara; Lucas Aguiar Tomaz Ferreira; Mateus Costa Santos

AGRICULTURA METROPOLITANA E ADAPTAÇÃO DOS PRODUTORES AS PRESSÕES URBANA- O CASO DO MUNICÍPIO DE MAGÉ, REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO…….....……..556
Filipe Gomes Paulo

TECNOLOGIA SOCIAL: O USO DAS CISTERNAS DOMICILIARES NA COMUNIDADE DO CROATÁ EM LIMOEIRO DO NORTE – CE…….....…….568
Francisca Daniela Mendes Feitosa; Maria Lucenir Jerônimo Chaves; Claudio Antônio Vieira da Silva

OS IMPACTOS NAS (DES)ARTICULAÇÕES DO MERCADO INSTITUCIONAL PARA A AGRICULTURA FAMILIAR DO ASSENTAMENTO PADRE TRINDADE EM VARGEM GRANDE – MA…….....580
Caroline Frazão Almeida, Jéssica Neves Mendes e Igor Breno Barbosa de Souza

A CEAGESP DO EXTREMO OESTE DO ESTADO DE SÃO PAULO COMO AGENTE INTEGRANTE DO CIRCUITO ESPACIAL PRODUTIVO HORTIFRUTÍCOLA…….....……596
Larissa Oliveira Dionisio; Antonio Nivaldo Hespanhol

A IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA TERRITÓRIOS DA CIDADANIA NO MARANHÃO……...…….615
Leiliane de Jesus Melo Seguins; Chirlene Pessoa Sousa; José Sampaio de Mattos Junior

EFEITOS SOCIOAMBIENTAIS DA TERRITORIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA CAPITALISTA EM RIO VERDE-GO……..…….....…629
Mainara da Costa Benincá; Evandro Cesar Clemente

ENTRAVES E DESAFIOS ACERCA DO FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA ALIMENTAR (PRONAF) EM PERNAMBUCO……...…….……647
João Marcellus Amorim Barbosa; Cláudio Ubiratan Gonçalves

PRÓ-MANDIOCA UMA POLÍTICA PÚBLICA PARA PRODUÇÃO DE MANDIOCA NO MUNICÍPIO DE VARGEM GRANDE -MA: O CASO DO ASSENTAMENTO PADRE TRINDADE…….....…….659
Chirlene Pessoa Sousa; José Sampaio de Mattos Junior

A ATUAÇÃO DO ESTADO EM ÁREAS DA ZONA RURAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS: REFLEXÕES A PARTIR DE UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NO CENSO DEMOGRÁFICO 2022…….....……675
Rafael Zanetoni Penariol; Roberto Barboza Castanho

DES(ARTICULAÇÃO) DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA AGRICULTURA FAMILIAR NA COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO DE SANTO INÁCIO NO MUNICÍPIO DE ALCÂNTARA, MARANHÃO….....……..685
Robson Luan Mendes Reis; Igor Breno Barbosa de Sousa; Jéssica Neves Mendes

GRUPO DE TRABALHO 6. A ATUALIDADE DA QUESTÃO AGRÁRIA: AS REFORMAS AGRÁRIAS EM DEBATE…….....….……704

CAPITAL MONOPOLISTA E ESPOLIAÇÃO EM ASSENTAMENTOS RURAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO: UM OLHAR A PARTIR DA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS…….……...705
Fernando Amorim Rosa; Ana Claudia Giannini Borges

A PERCEPÇÃO E PROPOSIÇÃO DE REFORMA AGRÁRIA EM MANUEL CORREIA DE ANDRADE ENTRE 1960 E 1980……...……..…..725
Gerlane Gomes da Rocha; Maria Rita de Machado Ivo

USO DOS DADOS DO MAPBIOMAS E A DIMENSÃO AMBIENTAL DOS CONFLITOS POR TERRA E TERRITÓRIO NO ESTADO DO PARANÁ…….....741
Gustavo Steinmetz Soares; Gabriele Borinelli; Luiza Maria Junkes Serenato3

O DISCURSO CONSERVADOR SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA: O CASO ULTRALIBERAL……...…….…….756
Leandro Nieves Ribeiro

O ACESSO À TERRA NO BRASIL: REFORMA AGRÁRIA E CRÉDITO FUNDIÁRIO…….……776
Luana Fernanda Luiz

ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA ESPACIAL DO ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA ANGICAL……...……..786
Ramon Pessoa Souza; Robson Soares Brasileiro

A REFORMA AGRÁRIA EM FORMA DE AGROVILA NA CIDADE DE TOCANTINÓPOLIS – GO/TO – 19601……...…….…..806
Saimon Lima de Britto; Manoel Calaça; Elizeu Ribeiro Lira

IMPACTOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA CAMPONESA EM ITUIUTABA MG: EVASÃO DOS ASSENTADOS E OS DESAFIOS SOCIOECONÔMICOS.....2524
André Luiz Bueno da Silva; Joelma Cristina dos Santos*

GRUPO DE TRABALHO 7. ESTADO, VIOLÊNCIA E CONFLITOS NO CAMPO.....817

FORMA MODERNO COLONIAL DE TRABALHO ESCRAVO……....…….……818
Cícero Luciano Ferreira de Castro; Claudio Ubiratan Gonçalves

* Trabalho submetido dentro do prazo que não havia sido incluído na primeira publicação dos anais.

CAMPO E CIDADE NO LESTE DE MATO GROSSO DO SUL: APROPRIAÇÃO DO TERRITÓRIO PELA AGROINDÚSTRIA CELULÓSICA E CONFLITUALIDADES…….....……..830
Diego Ribeiro Guimarães

VIOLÊNCIA NO CAMPO MARANHENSE: uma análise do período de 2003 a 2022……...844
Frednan Bezerra dos Santos

CPT, VIOLÊNCIA NO CAMPO E CONFLITOS POR TERRA EM 2022 - DADOS SOBRE A AMAZÔNIA PARAENSE…….....……855
Hyohanna Vitor Lopes; Ian
Lepeco Moreira dos Santos; Adriano Rodrigues de Oliveira
A EXTREMA DIREITA AGRÁRIA: ELEMENTOS INTRODUTÓRIOS….....….866
José Eloízio da Costa; Diana Mendonça de Carvalho

PROPRIEDADE PRIVADA E SISTEMA CAPITALISTA: EXPROPRIAÇÃO E VIOLÊNCIA NA ZONA DA MATA PERNAMBUCANA…….....…….882
Renata Érica de Figueredo Ataíde; Claudio Ubiratan Gonçalves

A FRAÇÃO MÍNIMA DE PARCELAMENTO E A SUCUMBÊNCIA DA PEQUENA PROPRIEDADE RURAL…….....……..899
Sabrina Rios

FRONTEIRA ECONÔMICA COMO MARCO CONCEITUAL PARA A COMPREENSÃO DAS TRANSFORMAÇÕES RECENTES NA AMAZÔNIA SUL-OCIDENTAL…….....…….919
Silvio Simione da Silva

CONTRADIÇÕES E CONFLITOS TERRITORIAIS NA REGIÃO DO MATOPIBA MARANHENSE…….....……930
Vanderson Viana Rodrigues

GRUPO DE TRABALHO 8. REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA, MIGRAÇÃO E TRABALHO NO CAMPO……...….941

NOVAS FORMAS DE SUBORDINAÇÃO DO TRABALHO AO CAPITAL AGROINDUSTRIAL PAULISTA: ESTUDO PRELIMINAR SOBRE A MOBILIDADE E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO CAMPO NA REGIÃO DE ITÁPOLIS-SP (1990-2020).....942
Anderson Pereira dos Santos

PRÁTICAS AGROPECUÁRIAS NO POVOADO SÃO FRANCISCO, ADUSTINA-BA…….....……..….957
Andréia Reis Fontes; Wanubya Maria Menezes da Silva; Daniela Nascimento Fontes

O AGRONEGÓCIO ARGENTINO: UMA ANÁLISE SOBRE OS IMPACTOS DA EXPANSÃO DA SOJA, A REORGANIZAÇÃO TERRITORIAL DA CARNE E OS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS…….....……..972
Daniel Cordeiro Vieira

DO CACAU AO CHOCOLATE: DINÂMICAS E PROCESSOS TERRITORIAIS DE REESTRUTURAÇÃO DA CACAUICULTURA BAIANA…….....……..991
Daniel dos Santos Macêdo; Alcides dos Santos Caldas

RODOVIA BR-163: DEZ ANOS DEPOIS……...…….…...……..1002
Eduardo Margarit; Cleuton Pinto Miranda

CONSIDERAÇÕES SOBRE A EXPANSÃO DO CAPITALISMO NO CAMPO: UMA ANÁLISE A PARTIR DO PADRÃO DE HOMOGENEIZAÇÃO NAS MICRORREGIÕES DO TRIÂNGULO MINEIRO/ALTO PARANAÍBA (MG).....1022
Elaine Aparecida Ramos; Ana Claudia Giannini Borges

PERFIL SOCIOECONÔMICO DA AGRICIULTURA FAMILIAR NA REGIÃO DO ALTO JURUÁ-AM…….....……1040
Irenildo Costa da Silva

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DA MANDIOCULTURA EM LAGOA SECA/PB E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO DO CAMPO E DA CIDADE.....…...…..1060
Manuel Pereira do Nascimento Neto; Diego Salomão Candido de Oliveira Salvador

CASAS DE FARINHA: O DESAPARECIMENTO GRADATIVO DO CIRCUITO DA MANDIOCA NA MICRORREGIÃO AGRESTE DE ITABAIANA-SE….....1077
Márcio Lima Andrade; Maria Daniele Oliveira dos Santos; Givaldo Santos de Jesus

USO, EXPLORAÇÃO E APROPRIAÇÃO DO SOLO: UM ESTUDO DE CASO NO ESPAÇO RURAL DE LAGARTO-SE…….....…1090
Marilia Barbosa dos Santos; Andréia Reis Fontes; Wanubya Maria Menezes da Silva

DINÂMICA TERRITORIAL E SETORIAL DO LEITE NO ALTO SERTÃO SERGIPANO…….…..1108
Patrícia Oliveira do Nascimento; Diana Mendonça de Carvalho; José Eloizio da Costa

DINÂMICAS SOCIOESPACIAIS DA EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO DA SOJA NO ALTO GUAPORÉ, SUDOESTE DO ESTADO DE MATO GROSSO…….1119
Paulo Daniel Curti de Almeida; João Cleps Junior

GRUPO DE TRABALHO 9. AGROHIDRONEGÓCIO E CONFLITOS PELO USO DA ÁGUA....…….....……..1137

CINTURÃO DAS ÁGUAS DO CEARÁ: UTILIZAÇÃO DO SENSORIAMENTO REMOTO PARA ANÁLISE ESPAÇO-TEMPORAL DAS ALTERAÇÕES PAISAGÍSTICAS NO MUNICÍPIO DO CRATO (CE).....1138
Carlos José dos Santos Freitas; Gerlane Gomes da Rocha; Claudio Ubiratan Gonçalves

A TRANSFIGURAÇÃO E MONOPOLIZAÇÃO DO CICLO HIDROSSOCIAL NO VALE DO JAGUARIBE (CE).....1156
Diego Gadelha de Almeida; José César Maia Filho; Luiz Cruz Lima

GRUPO DE TRABALHO 10. MINERAÇÃO, AGROENERGIA E CONFLITOS TERRITORIAIS……..……..……1172

POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS NO FRONT COM A MINERAÇÃO NO JEQUITINHONHA: ANÁLISE DOS CONFLITOS TERRITORIAIS……..…1173
Aline Weber Sulzbacher; Izabella Aléxia Carneiro Santos; Clebson de Souza Almeida

PRODUÇÃO DE OURO ÉTICO NO DEPARTAMENTO DE CHOCÓ (COLÔMBIA): ANÁLISE A PARTIR DAS ESCALAS GEOGRÁFICAS…….……...….1184
Carlos Andrés Pachón Pinzón

A REDESCOBERTA DO VALE DO JEQUITINHONHA NO SÉCULO XXI: A MINERAÇÃO DE LÍTIO SOB A ÓTICA DOS CONFLITOS AMBIENTAIS…….……1197
Letícia Honorato de Oliveira; Pacelli Henrique Martins Teodor; Izabella Aléxia Carneiro Santos

OS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS DE USOS DO TERRITÓRIO NO QUILOMBO DO JAMBUAÇU. MOJU-PA……....……...1214
Mayany Soares Salgado; Maria Antonia Soares Salgado; Cássio Rogério Graças dos Santos

AS MULHERES NA QUESTÃO AGRÁRIA: ANÁLISE DE ACESSO À TERRA E PERSPECTIVAS A PARTIR DA CONSTITUIÇÃO PLURINACIONAL….....1231
Mirely Sheila de Carvalho; Aline Weber Sulzbacher

A VIOLÊNCIA DA MINERAÇÃO E DO GARIMPO CONTRA OS POVOS DO CAMPO NO BRASIL - 2004-2021……...……..……1242
Pedro Catanzaro da Rocha Leão; Luiz Jardim Wanderley

MINERAÇÃO E QUESTÃO AGRÁRIA: UM ESTUDO SOBRE A VIOLAÇÃO DOS DIREITOS TERRITORIAIS NAS COMUNIDADES RURAIS PALMARES II EM PARAUAPEBAS E BURAJUBA BARCARENA NO PARÁ……..…….....1261
Rita de Kássia Pinheiro Ferreira; Luana Gomes Ramos; Fabiano de Oliveira Bringel

A ABORDAGEM DA QUESTÃO AGRÁRIA NAS PESQUISAS DA GEOGRAFIA SOBRE O PROBLEMA MINERAL NO BRASIL…….....1278
Valdirene Santos Rocha Sousa; Guiomar Inez Germani; Lucas Zenha Antonino

TERRITÓRIOS EXTRATIVOS-MINERAL NO PARÁ: O ENTENDIMENTO DA DINÂMICA ESPACIAL E A PRODUÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS.....1291
Wemerson Silva Mauricio; Lucas Zenha Antonino; Valdirene Santos Rocha Sousa

GRUPO DE TRABALHO 12. EDUCAÇÃO DO/NO CAMPO…….....…1309

UMA PARTILHA DE SABERES EM SANEAMENTO ECOLÓGICO COM COMUNIDADES TRADICIONAIS DA BAÍA DA ILHA GRANDE/RJ: POR UMA PEDAGOGIA DOS CONFLITOS AMBIENTAIS…….....……..1310
Carolina Franco Paixão

EDUCAÇÃO DO CAMPO: UMA REALIDADE EM CONSTRUÇÃO…….....….1329
Daniel Carneiro Mendes; Aldiva Sales Diniz

A ESCRITA DO LUGAR: DA RESISTÊNCIA A RESILIÊNCIA - DISTRITO NOVA ALVORADA – COMODORO – MT…….....……..1340
Euzemar Fátima Lopes Siqueira; Cleber Augusto Cardoso

A FORMAÇÃO CONTINUADA DE DOCENTES COMO ESTRATÉGIA DE AFIRMAÇÃO POLÍTICO-IDENTITÁRIA NAS ESCOLAS DO CAMPO….....1350
Evaristo José de Lima Neto

ETNOGRAFIA DIGITAL DA EDUCAÇÃO RURAL NA ZONA CANAVIEIRA DO NORDESTE DO BRASIL…….....…….1360
Guilherme José Ferreira de Araújo; Alex Sandro Gomes

A CARTOGRAFIA ESCOLAR NOS/DOS DESENHOS DE ESTUDANTES CAMPONESES NO ENSINO REMOTO EMERGENCIAL (ERE) DE GEOGRAFIA……...…….……..1380
Guilherme Matos de Oliveira

MEMÓRIA ENQUANTO MATRIZ FORMADORA: TERRITÓRIO IMATERIAL DA CASA FAMILIAR RURAL PE. SÉRGIO TONETTO NO QUILOMBO DE JAMBUAÇU, MOJU/PARÁ…….....1392
Heralda Ferreira Santos; John Cleber Sarmento Santiago

DESCOLONIZANDO O CURRÍCULO: OLHARES SOBRE UMA ESCOLA E UM QUILOMBO EM CAUCAIA-CE…….....……1412
João Paulo Cruz Bezerra; Camila Dutra dos Santos

METODOLOGIAS DE LEITURA GEOGRÁFICA NA EDUCAÇÃO DO CAMPO: EXPERIÊNCIA DO PROLICE…….....……..1423
Lara Beatriz Bispo Santos; Anny Karollainy da Silva Lisboa; Laiany Rose Souza Santos

A IMPORTÂNCIA DO MÉTODO NA ANÁLISE DE IMAGENS-MAPAS EM MATERIAIS DIDÁTICOS E A LEI 10.693/03……...……..1440
Melissa Ferreira Carpes; Fernanda Padovesi Fonseca

A EDUCAÇÃO DO CAMPO NAS PROPOSTAS PEDAGÓGICAS CURRICULARES DAS LICENCIATURAS EM GEOGRAFIA DO ESTADO DO PARANÁ…….1450
Nicolas Vinicius Cesario de Aguiar; Breno da Conceição Neto; Sergio Aparecido Nabarro

A AGROECOLOGIA NA EDUCAÇÃO DO CAMPO: REFLEXÕES SOBRE AS EXPERIÊNCIAS E SUA IMPORTÂNCIA NO SABER DISCENTE…….....…….1462
Orlando Bernardo da Silva Junior; Mônica Cox de Britto Pereira

EDUCAÇAO DO CAMPO E MEMÓRIA DOCENTE: LUGARES, VIVÊNCIAS E TRAJETÓRIAS NAS ESCOLAS RURAIS DE SÃO SEPÉ/RS…….....…...1475
Rodson Oldani Casanova

O AGRONEGÓCIO DO CAFÉ NO SUL/SUDOESTE DE MINAS E O FECHAMENTO DE ESCOLAS RURAIS…….....1489
Wender da Silva Vitor; Guilherme Albuquerque de Oliveira Souza; Ana Rute do Vale

A QUESTÃO AGRÁRIA E A QUESTÃO RACIAL NA EDUCAÇÃO DO CAMPO.... 2554
Irani Santos Soares*

O ENSINO DE GEOGRAFIA PARA ESTUDANTES DO CAMPO NO CONTEXTO DA ESCOLA BERNADINO PEREIRA DE BARROS: DESAFIOS E CONTRADIÇÕES FRENTE AOS PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO.....2572
Josivana Pinheiro Silva*

GRUPO DE TRABALHO 13. EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: DIÁLOGOS DE SABERES ENTRE O CAMPO E A UNIVERSIDADE…….....…....…1505

A QUESTÃO AGRÁRIA EM SERGIPE: A VIVÊNCIA GEOGRÁFICA NO QUISSAMÃ……..……..1506
Anny Karollainy da Silva Lisboa; Lara Beatriz Bispo Santos; Diana Mendonça de Carvalho

DIÁLOGO DE SABERES ENTRE O CAMPO E A UNIVERSIDADE: ESTUDO DE CASO DA COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA NOVA SANTA RITA-RS (COOPAN).....1521
Daniele Araújo Ferreira; Vanessa Oliveira da Silva; Carmen Rejane Flores

OBSERVATÓRIO DA QUESTÃO AGRÁRIA NO PARANÁ – REDUTO CONTESTADO……..…….1540
Diane Daniela Gemelli; Silas Rafael da Fonseca

FORTALECIMENTO DO USO E CULTIVO DAS PLANTAS MEDICINAIS POR MULHERES AGRICULTORAS NO CENTRO SUL DO PARANÁ……..….....…1560
Eloisa Harmuch; Silvana dos Santos Moreira; Marcelo Barreto

O REPERTÓRIO IMAGÉTICO PRESENTE NOS MATERIAIS DIDÁTICOS DO ENSINO FUNDAMENTAL E A CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO QUILOMBOLA EM BARRA DO TURVO-SP……...…….……..1570
Fernanda Padovesi Fonseca

O CONCEITO DE RURAL COMO IDENTIDADE: UM ESTUDO A PARTIR DO DISTRITO BARRANCO ALTO, DE ALFENAS (MG).....1590
FREITAS, João Vitor de; VICTOR, Wender da Silva

PROPOSTA DE LEVANTAMENTO DE ESPÉCIES NATIVAS PARA INTEGRAR À TRILHA INTERPRETATIVA DO POVOADO DE PENEDO(SÃO DESIDÉRIO, BAHIA): UMA ESTRATÉGIA PEDAGÓGICA PARA CONSCIENTIZAÇÃO AMBIENTAL E CULTURAL…….....…….1605
Giselle Souza de Oliveira; Dalci Souza de Moura; Plicila Hellen Souza Wanderley

---

* Trabalho submetido dentro do prazo que não havia sido incluído na primeira publicação dos anais.
* Trabalho submetido dentro do prazo que não havia sido incluído na primeira publicação dos anais.

CARTOGRAFIA SOCIAL ENQUANTO PROCESSO DE REEXISTÊNCIA NA COMUNIDADE DE PENEDO EM SÃO DESIDÉRIO – BA…….....…...…….1617
Izabela Ariadn Lustosa Guedes Souza; Hellen Soares Bitencourt; Robson Soares Brasileiro

"REVOADA" UMA RELEITURA DE BEL BORBA: GEOGRAFANDO NA ESCOLA DO CAMPO ATRAVÉS DA ARTE DO MOSAICO……..…….....….1636
Maria Daniele Oliveira dos Santos; Laiany Rose Souza Santos; Diana Mendonça de Carvalho.

CONHECENDO A GEOECOLOGIA DO CERRADO BAIANO….....……...1651
Maria dos Reis Santos; Clara Vitoria Carvalho de Araújo; Evanildo Santos Cardoso
CAMINHOS PARA O PLANEJAMENTO TERRITORIAL POPULAR: EXPLORANDO O POTENCIAL DE PROJETOS DE EXTENSÃO NA PROMOÇÃO DO PROTAGONISMO FEMININO, AGROECOLOGIA E REFORMA AGRÁRIA A PARTIR DO ASSENTAMENTO MARIA ROSA DO CONTESTADO, CASTRO – PR…….....……..1662
Maria Eduarda de Almeida; Geórgia Fernnanda Baggio de Oliveira

ATIVAÇÃO DO PATRIMÔNIO-TERRITORIAL DO CERRADO E TURISMO COMUNITÁRIO: NOTAS METODOLÓGICAS A PARTIR DO CASO DE PENEDO (SÃO DESIDÉRIO, BAHIA).....1674
Paulo Roberto Baqueiro Brandão

GRUPO DE TRABALHO 14. CARTOGRAFIAS NO CAMPO: LEITURA DAS DINÂMICAS E DOS CONFLITOS……...…….....……1691

CARTOGRAFIA SOCIAL DOS USOS DO TERRITÓRIO POR COMUNIDADES CAMPONESAS NO PARQUE NACIONAL DOS LENÇÓIS MARANHENSES…….……..1692
Antonio José Araujo Cruz; Henrique Coelho da Silva; Ademir Terra

ANÁLISE DOS CONFLITOS, DAS VIOLÊNCIAS E DO DESFLORESTAMENTO NO CAMPO NOS MOMENTOS DE MUDANÇA/RUPTURA POLÍTICA NO GOVERNO FEDERAL BRASILEIRO – 2012-2022…….....……1707
Eduardo Paulon Girardi

A CARTOGRAFIA DA SOCIOBIODIVERSIDADE NO USO DA TERRA EM BURITICUPU-MA…….……1720
Elisângela Guimarães Moura Fé; Pablo Melquisedeque Souza e Silva; Jucileide Melônio Pereira de Silva

A CARTOGRAFIA SOCIAL DA TERRA INDÍGENA MBY'Á GUARANI ARAÇA'Í/PIRAQUARA/PR……..……1733
Fernando dos Santos Vargas; Marialina Clapis Ravagnani; Michele Christina Reboli Atab

IDENTIDADE RURAL NA CIDADE: DISCUSSÃO CONCEITUAL A PARTIR DA ANÁLISE DO CRESCIMENTO DA MANCHA URBANA DE IBITINGA (SP) POR UM VIÉS CARTOGRÁFICO…….....…1744
Gabriella Brandino de Campos; João Vitor de Freitas; Mariana Cupini

CORRELAÇÃO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA COM USO E COBERTURA DA TERRA: UMA ANÁLISE DA APA DA SERRA DE TRÊS PONTAS – MG…….……..……1764
Gustavo Sousa Marinho; Leandro Henrique Cunha Fermino; Raissa Eduarda da Silva Archanjo
A CARTOGRAFIA DO ESPAÇO AGROPECUÁRIO DA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE ITUIUTABA-MG……...……1781
Maria Beatriz Junqueira Bernardes; Victor Matheus da Cruz de Carvalho; Roberto Barboza Castanho

O TERRITÓRIO CAMPESINO VISTO DO ALTO: O CASO DE CAMPO DO MEIO-MG QUANDO ANALISADO VIA SENSORIAMENTO REMOTO…….……...1797
Pedro Freitas Ramos Grande; Rodrigo de Paulo Souza e Silva; Gabriel Gouvêa da Silva

DINÁMICA DE LOS BOSQUES RELICTOS EN ZONAS DE AMORTIGUAMIENTO Y EL ROL DE LAS COMUNIDADES, RESERVA NACIONAL DEL TITICACA – PERÚ…….....……..……1815
Rogger Máximo Julca Gonza

GRUPO DE TRABALHO 15. GEOPOLÍTICA DOS ALIMENTOS E SOBERANIA ALIMENTAR…….....….....…..……..1825

GEOPOLÍTICA DOS ALIMENTOS: PODER E CONTEXTOS NACIONAL E INTERNACIONAL……..……...1826
Davi dos Santos Villela Junior; Robert de Almeida Marques; Deborah Pires de Souza

A COMMODITIZAÇÃO DO TERRITÓRIO AGRÍCOLA DE CAMPOS GERAIS-MG: UM OBSTÁCULO A SOBERANIA ALIMENTAR…….....1838
Guilherme Guiari; Flamarion Dutra Alves; Leandro Henrique Cunha Fermino

O ESTADO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE À FOME NO BRASIL…….……..1851
Jean da Silva Cruz

QUESTÃO AGRÁRIA E A INSEGURANÇA ALIMENTAR EM MATO GROSSO DO SUL…….....1872
Jhiovanna Eduarda Braghin Ferreira; Sedeval Nardoque

A GEOGRAFIA VAI À MESA: CÓDIGO CULINÁRIO EM COMUNIDADE CAMPONESA……..……...1883
João Victor Rocha Leão; Cátia Oliveira Macedo

A GEOGRAFIA DA FOME EM CORNÉLIO PROCÓPIO – PR…….....……...1907
Leandra Eduarda Fabri Rezende; Camila de Souza Pereira; Vanessa Maria Ludka

AGROINDÚSTRIA CORPORATIVA: PERSPECTIVAS FRONTE A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS NA NEOLIBERALIZAÇÃO DA CADEIA PRODUTIVA……..1919
Luan Ribeiro; Maria Laura Carvalho; Estevan Coca

A EXISTÊNCIA DE PLANOS MUNICIPAIS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM MUNICÍPIOS PREDOMINANTEMENTE RURAIS NO ESTADO DO PARANÁ……..……1930
Nathalie Vieira Lucion

PSICOSFERA DA COMIDA ULTRAPROCESSADA: A MÍDIA COMO NEGÓCIO E O DIREITO DO CIDADÃO AO ALIMENTO E À INFORMAÇÃO .....…….……. 1948
Ruth Alexandre de Paulo Mantoan

A FOME NA SOCIEDADE DA SUPEREXPLORAÇÃO…….…….....…1968
Tatiane Cristina Fernandes Basconi; Roberta Sperandio Traspadini

A TEMÁTICA DOS ALIMENTOS NAS REVISTAS "CAMPO-TERRITÓRIO" E "NERA".....1988
William Ferreira Alves; Marcelo Cervo Chelotti

GRUPO DE TRABALHO 16. AGROECOLOGIA, ECONOMIA SOLIDÁRIA, AGRICULTURA URBANA E MERCADOS CAMPONESES……....……2006

A FORMAÇÃO DE MERCADOS CAMPONESES PELO MST NO BRASIL (2003-2022).....2007
Angela dos Santos Machado

LIGUE OS PONTOS: UM PROJETO QUE BUSCOU O FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO…….....……..2027
Angélica Campos Nakamura

COOPERATIVISMO, TÉCNICA E MERCADO DO ABACAXI: COMUNIDADE SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS, ITACOATIARA – AMAZONAS….....……..2039
Breno Campos Amorim

PRODUÇÃO DE ALIMENTOS PARA O AUTOSSUSTENTO NA AGRICULTURA FAMILIAR: O (IN)VISÍVEL QUE SALTA AOS OLHOS…….……...2052
Daiane Carla Bordulis Eduardo; Sandra Tessaro Zeist; Márcio Freitas Eduardo

QUESTÃO AGRÁRIA: TRAJETÓRIA E EXPERIÊNCIAS AGROECOLÓGICAS, MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA, BAHIA…….....2062
Eduarda de Jesus Souza Lima; Henrique Oliveira de Andrade; Kássia Aguiar Norberto Rios

GEOGRAFIA, ECOLOGIA POLÍTICA E AGROECOLOGIA: VIVÊNCIAS EM MUNICÍPIOS DO PARANÁ E RIO GRANDE DO SUL…….....…….2085
Fabiane Zanini dos Santos; Vinicius Barreto Machado

AGROECOLOGIA E TERRITÓRIO NOS MUNICÍPIOS PARANAENSES DE PONTA GROSSA E CASTRO……...…….2097
Hueinen Z. Machado; Celbo Antônio Rosas

O CINTURÃO VERDE NA CIDADE DE TRÊS LAGOAS/MS: INSEGURANÇA FUNDIÁRIA, INVISIBILIZAÇÃO DA PRODUÇÃO FAMILIAR E AS ESTRATÉGIAS PARA PERMANECER NA TERRA…….....……..2110
Marine Dubos-Raoul; Melissa Pereira Oliveri; Jhiovanna Eduarda Braghin Ferreira

PRÁTICAS DE AGRICULTURA URBANA: A HORTA COMUNITÁRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA/UNIPAMPA, CAMPUS SÃO BORJA – RS……2122
Roberto Barboza Castanho; Tauane Eduarda Antunes Mendonça; Marcelo Cervo Chelotti

NOVAS PRÁTICAS DA RELAÇÃO COM A TERRA, ÁGUA E TERRITÓRIO: MODO DE PRODUÇÃO E RESISTÊNCIA COM A IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA AGROECOLÓGICO…….....….2138
Tiago Cartaxo de Lucena

GRUPO DE TRABALHO 17. CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E NEOEXTRATIVISMO NA DISPUTA PELA NATUREZA NO CAMPO.....2148

TERRITÓRIOS EM DISPUTA E A LUTA CAMPONESA: A AGROECOLOGIA COMO RESISTÊNCIA EM COMUNIDADES RURAIS DA CHAPADA DO APODI/CE…….……..2149
Ana Letícia Silva Souza; Rafaela Lopes de Sousa; Camila Dutra dos Santos

PRODUÇÃO E DESTINO DE RESÍDUOS SÓLIDOS EM TERRITÓRIOS RURAIS: UMA ANÁLISE NA COMUNIDADE DO BOM SOCORRO DO ZÉ AÇÚ – PARINTINS/AM…….....……...2168
Charlene Maria Muniz da Silva; Carolina Trindade dos Santos; Fernanda da Costa Cruz

CONFLITUALIDADES SOCIOAMBIENTAIS FACE AO AVANÇO DO NEOEXTRATIVISMO NO TERRITÓRIO DO BAIXO JAGUARIBE, CEARÁ……..……..2186
Rafaela Lopes de Sousa; Camila Dutra dos Santos

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NA RESERVA EXTRATIVISTA DO EXTREMO NORTE DO TOCANTINS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A CONSOLIDAÇÃO DO TERRITÓRIO DAS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU…….……2197
Taynara Marcondes de Liz; Rosangela Aparecida de Medeiros Hespanhol

SOBERANIA ALIMENTAR NA ILHA DO CAJUAL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS EM MEIO À DESTERRITORIALIZAÇÃO……..….....…2212
Vívian Giovana Costa da Silva; Anderson David Martins de Araújo; Josiiane Evangelista de Matos

GRUPO DE TRABALHO 18. GRILAGEM DE TERRAS, CONFLITOS E RESISTÊNCIAS…….…….....….2222

A QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA: CONSIDERAÇÕES E REFLEXÕES SOBRE A LUTA PELA TERRA…….....….…..……....2223
Júlia Regina Campanha e Lara Mendes da Silva

A TERRITORIALIZAÇÃO DE EMPRESAS DE ENERGIA EÓLICA NO NORDESTE BRASILEIRO: ELEMENTOS PARA PENSAR A QUESTÃO AGRÁRIA NO SÉCULO XXI…….....…….2240
Lorena Izá Pereira

MATOPIBA: PARA ONDE VAI O AGRONEGÓCIO NO BRASIL?.....2256
Lucineia Miranda de Freitas; Luiz Carlos Fadel de Vasconcelos

A LUTA DE CLASSES VAI AO PARAÍSO: O CERCO DOS BILIONÁRIOS E A RESISTÊNCIA DOS PESCADORES NA ILHA DE BOIPEBA – CAIRÚ - BAHIA…….……2269
Silvio Marcio Montenegro Machado, Mariana Balen Fernandes e Leonardo Teixeira Sousa

COMPENSAÇÃO AMBIENTAL E AQUECIMENTO DO MERCADOS DE TERRAS EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE PROTEÇÃO INTEGRAL.....2543
Fernanda Testa Monteiro*

GRUPO DE TRABALHO 19. MUNDIALIZAÇÃO E FINANCEIRIZAÇÃO DA AGRICULTURA……...……...2288

A CENTRALIDAE DA RENDA FUNDIÁRIA NO MOVIMENTO DE TERRITORIALIZAÇÃO E MONOPOLIZAÇÃO REALIZADO PELAS EMPRESAS DE CELULOSE DO MUNICÍPIO DE TRÊS LAGOAS/MS..….....2289
Amanda Emiliana Santos Baratelli

EXPANSÃO DE MONOCULTIVOS FLORESTAIS, LAND GRABBING E FLEX CROPS NA ZONA DA MATA NORDESTINA……...…….....2300
Ana Carolina Gonçalves Leite; Erick Gabriel Jones Kluck; Marco Antonio Mitidiero Junior

ITABAIANA: CENTRO DE COMERCIALIZAÇÃO AGRÍCOLA DE SERGIPE (2022).....2320
Diana Mendonça de Carvalho, Anny Karollainy da Silva Lisboa e José Eloízio da Costa

PRODUÇÃO DE MILHO, AGRICULTURA FAMILIAR E O PROCESSO DE INTEGRAÇÃO ÀS AGROINDÚSTRIAS E COOPERATIVAS DO CIRCUITO ESPACIAL PRODUTIVO DE CARNE-GRÃOS NO OESTE CATARINENSE…….2338
Fabiane Ripplinger e Renata Vieira de Melo

A RELAÇÃO QUESTÃO AGRÁRIA E QUESTÃO SOCIAL: MANIFESTAÇÕES A PARTIR DA CENTRALIDADE DO AGRONEGÓCIO NO MARANHÃO……..……2352
Giovanny Cid dos Santos Castro; Aylana Cristina Rabelo Silva

* Trabalho submetido dentro do prazo que não havia sido incluído na primeira publicação dos anais.

CONDIÇÃO LEGAL DA TERRA, PERANTE O PROTOCOLO AGROAMBIENTAL DO SETOR SUCROENERGÉTICO NO ESTADO DE SÃO PAULO……2363
Gláucia Elisa Mardegan

FINANCEIRIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO GLOBALIZADO NO BRASIL: FENÔMENO, ESTRATÉGIAS E USO CORPORATIVO DO TERRITÓRIO……..……...2375
Henrique Faria dos Santos

UMA REGIÃO NO OÁSIS DO CAPITALISMO DEPENDENTE: A PRODUÇÃO DO "VALE DA CELULOSE" EM MATO GROSSO DO SUL…….…….....2395
Joser Cleyton Neves; Thiago Araujo Santos

ENTRE AS AMARRAS DO CAPITAL E UMA ECONOMIA JUSTA: O CASO DA COOPERATIVA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE POÇO FUNDO-MG…….....2406
Julia Regina Campanha e Leticia Fogliene de Oliveira Silva

A MUNDIALIZAÇÃO DO CAFÉ NO MUNICÍPIO DE TRÊS PONTAS (MG).....2423
Leandro Henrique Cunha Fermino; Gustavo Sousa Marinho; Guilherme Guiari Silva Corrêa

TERRA E CAPITAL FINANCEIRO NA FRONTEIRA DO MATOPIBA: A TERRITORIALIZAÇÃO DE GRANDES EMPRESAS IMOBILIÁRIAS RURAIS……..….2438
Marta Inez Medeiros Marques; Renan Galvão de Souza; Isabella Helena Rocha

AGRONEGÓCIO DO CAFÉ: UMA AGRICULTURA CAPITALISTA GLOBALIZADA NA MESORREGIÃO SUL/SUDOESTE DO ESTADO DE MINAS GERAIS…….....…...…2453
Renata Vieira de Melo; Fabiane Ripplinger

O PROCESSO DE EXPANSÃO DA INDÚSTRIA DE ETANOL DE MILHO EM MATO GROSSO……..…...2469
Thiago Gomes Monteiro; Daniel Macedo Lopes Vasques Monteiro; Júlia Adão Bernardes

A FINANCEIRIZAÇÃO DA NATUREZA NAS CORRENTEZAS DAS ÁGUAS DO RIO SÃO FRANCISCO…….....….2481
Wanubya Maria Menezes da Silva; Andréia Reis Fontes; Josefa de Lisboa Santos

Ocupar! Aquilombar! Retomar!

A Geografia Agrária e a luta de classes no Brasil

GT 1

Lutas camponesas na América Latina e Caribe

IDENTIDADE E RESISTÊNCIA CAMPONESA: A AGROECOLOGIA E A LUTA NO ASSENTAMENTO MANDACARU EM PETROLINA

Ana Regina Marinho[1]

RESUMO

Esse artigo mostra o processo de resistência no assentamento Mandacaru localizado no município de Petrolina, no Vale do Rio São Francisco, no Sertão Pernambucano, retratando, como as pessoas assentadas se identificam com o lugar. A reforma agrária é compreendida através de uma política de reestruturação fundiária, de apoio à produção e distribuição, de modo que promova o bem-estar das famílias e o desenvolvimento local, com inclusão social. Dessa forma, esse artigo teve por objetivo analisar o processo de resistência dos assentados e como a agroecologia e a luta pela terra podem contribuir para a soberania alimentar. Os usos dos espaços no assentamento são coletivos e a agroecologia contribui para que os assentados se identifiquem com o lugar, vivam o seu cotidiano e resolvam os conflitos. Foi utilizado o materialismo histórico dialético para entender a realidade e as contradições e realizada pesquisa bibliográfica, visitas in loco e entrevistas.

Palavras-chave: reforma agrária, assentamento, movimentos sociais, soberania alimentar, camponeses.
Keywords: land reform, settlement, social movements, food sovereignty, peasants.

ABSTRACT

This article shows the process of resistance in the Mandacaru settlement located in the municipality of Petrolina, in the São Francisco River Valley, in the Sertão Pernambucano, portraying how the settled people identify with the place. Agrarian reform is understood through a policy of land restructuring, supporting production and distribution, in a way that promotes family well-being and local development, with social inclusion. Therefore, this article aimed to analyze the settlers' resistance process and how agroecology and the struggle for land can contribute to food sovereignty. The uses of spaces in the settlement are collective and agroecology helps settlers identify with the place, live their daily lives and resolve conflicts. Dialectical historical materialism was used to understand reality and contradictions and literature research, on-site visits and interviews were carried out.

Palavras-chave: reforma agrária, assentamento, movimentos sociais, soberania alimentar, camponeses.
Keywords: land reform, settlement, social movements, food sovereignty, peasants.

INTRODUÇÃO

A questão agrária brasileira vem trazendo novas questões a serem debatidas de acordo com a presença de um governo neoliberal que visa o aumento do capital através

[1] Profa. Dra. da Universidade de Pernambuco, Campus Mata Norte, ana.marinho@upe.br

da ampliação do agronegócio. Dessa forma, torna-se importante retratar que, apesar dos conflitos que ocorrem no campo, existem camponeses que resistem e que, por meio, da luta permanecem no campo.

Os assentamentos possuem atividades para a chamada “nova ruralidade”, a partir das dinâmicas e da ligação com as cidades pequenas, médias e a metrópole circunvizinha. Essa nova ruralidade significa que o espaço rural não deve ter apenas a característica de produção agrícola, e sim a inserção de novas atividades. O assentamento de reforma agrária aqui analisado vincula-se aos espaços urbanos (SERAFIM, 2021).

Para Veiga (2007), as cidades necessitam da proximidade das áreas rurais, assim como as áreas rurais precisam das oportunidades e produtividades encadeadas pelas cidades. Esse artigo visa mostrar a produção do espaço do assentamento dentro do projeto de reforma agrária e a sua dinâmica produtiva, que não se limita à desapropriação de latifúndios e distribuição de lotes de terra entre famílias assentadas, mas compreende uma política ampla de reestruturação fundiária, de apoio à produção e distribuição, de modo que promova o bem-estar das famílias, o desenvolvimento local e a dinâmica produtiva com outros municípios.

No Brasil, os assentamentos rurais são a principal manifestação das políticas de reforma agrária. Os usos dos espaços no assentamento são coletivos, onde aparecem às relações do cotidiano, a sociabilidade, os interesses, sendo preciso cuidado e diálogo para resolver qualquer situação de conflito existente.

Segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), uma política de reforma agrária para ser sustentável e comprometida com a qualidade de vida das famílias assentadas deve permitir o acesso à terra com infraestrutura adequada, crédito rural e assistência técnica. Se for realizada uma reforma agrária eficiente, através de assentamentos rurais, dando as condições para o assentado produzir de forma viável, é possível conseguir resultados econômicos e sociais extremamente positivos, dando possibilidade de inclusão social, cidadania e melhoria de vida para famílias que estavam excluídas do mercado de trabalho e do acesso à terra.

Foi traçado um panorama do assentamento Mandacaru, localizado no município de Petrolina, Estado de Pernambuco, Mesorregião do São Francisco, Microrregião Petrolina, retratando, suas lutas, a agroecologia, os projetos e principalmente, como as pessoas assentadas identificam-se com o lugar.

METODOLOGIA

Como método científico, foi utilizado o materialismo histórico-dialético difundido por Marx para entender a realidade, o princípio do conflito e as contradições que norteiam a temática analisada. A partir deste método observa-se que as relações sociais são inteiramente interligadas às forças produtivas.

O sujeito modifica seu modo de produção, a maneira de ganhar a vida e todas as relações sociais com as novas forças produtivas, assim como pode ser observado a partir das novas ruralidades e das dinâmicas de ligação com o espaço urbano. Também foram realizadas pesquisa bibliográfica, visitas ao assentamento e realizadas entrevistas.

REFERENCIAL TEÓRICO

Alguns grupos sociais apropriam-se do espaço, apoderando-se do espaço de outros sujeitos. Esse exercício de poder constitui-se pela delimitação de territórios. O espaço e a paisagem dos assentamentos analisados tiveram alteração em sua dinâmica produtiva causada pela necessidade de se estabelecer novas relações necessárias ao desenvolvimento rural. Segundo Azevedo (2017, p. 9), estas transformações estão relacionadas com:

> [...] a manifestação da nova ruralidade – se fez sob o 'comando da terra' e em coerência com o peso histórico que a concentração fundiária desempenhou na conformação das configurações territoriais das regiões interioranas (Wanderley; Favareto, 2013, p. 447). A 'nova ruralidade' foi gestada e consolidada graças à transição democrática, que propiciou uma agenda de reformas formulada por movimentos populares, ONGs e associações de classe, instituições acadêmicas e de pesquisa em torno do direito à cidade e ao reconhecimento da população rural e de suas demandas (ROLNIK, 2009).

Foi necessário realizar uma conceituação de espaço e paisagem e entendê-los na questão agrária. Segundo Santos (1999), paisagem e espaço não são sinônimos. "O espaço resulta do casamento da sociedade com a paisagem por isso paisagem e espaço são um par dialético. Complementam-se e se opõem" (SANTOS, 1996, p. 72). A paisagem é o aspecto visível do espaço, é a sua expressão formal, aparente. Assim, ela é histórica, social e concreta. O espaço é conteúdo, são as relações sociais em movimento e um sistema de valores em contínua transformação.

Santos (1999, p. 83) destaca ainda que "a paisagem é o conjunto de formas que, num determinado momento, exprime as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre o homem e a natureza".

Assim, a paisagem existe como forma (uma casa vazia, um terreno baldio). São os movimentos da sociedade que animam as formas espaciais, atribuindo novas funções a essas formas, transformando e organizando o espaço. "A forma já utilizada é coisa diferente, pois seu conteúdo é social. Ela se torna espaço, porque forma – conteúdo" (SANTOS, 1999, p. 88).

Na análise do espaço, Santos (1996, p. 73) afirma ainda que este é "o resultado de soma e de síntese, sempre refeita, da paisagem com a sociedade através da espacialidade". Acrescentando que a espacialização é um momento da inserção territorial dos processos sociais, ou das relações sociais geografizadas, o momento da incidência da sociedade sobre um determinado arranjo espacial.

Na inserção territorial dos processos sociais, com a análise da paisagem como expressão do cotidiano, pode-se analisar as transformações causadas na paisagem rural pela apropriação do território.

> O território constitui um espaço que, como um campo de ações e um campo de forças, é demarcado pelas criações e pelas vivências/experiências humanas num dado momento da história e, notadamente, como um espaço apropriado, usado pelos agentes e atores socioterritoriais para alcançarem determinados fins (BAIILY; BEGUIN, 1982, apud CASTILHO, 2009, p. 10).

O território, assim como o lugar, constitui um elemento de aproximação da vida cotidiana. Por isso sentiu-se a necessidade de trabalhar com outra categoria que é a de assentamento.

De acordo com a conceituação do Incra, assentamento rural:

> é um conjunto de unidades agrícolas independentes entre si, instaladas onde originalmente existia um imóvel rural que pertencia a um único proprietário. Cada uma dessas unidades, chamadas de parcelas, lotes ou glebas, é entregue pelo Incra a uma família sem condições econômicas para adquirir e manter um imóvel rural por outras vias. A quantidade de glebas num assentamento depende da capacidade da terra de comportar e sustentar as famílias assentadas. O tamanho e a localização de cada lote são determinados pela geografia do terreno e pelas condições produtivas que o local oferece.

No rural, o assentamento é uma representação da espacialidade de sua população na vivência cotidiana. É no lugar, no espaço do vivido que o cotidiano se efetiva. E um desses lugares na dimensão do campo serão os assentamentos, no nível das relações imediatas, interpessoais, cotidianas do usuário.

Essa cotidianidade dos assentamentos ocorre a partir das suas casas, pessoas, caminhos de circulação, infraestrutura. Cada um deles apresentará diferentes imagens em diversos momentos históricos, fazendo parte do seu processo de transformação.

Estudando o espaço dos assentamentos, é possível entender sua história, sua ocupação e o espaço vivido pelas práticas do cotidiano.

Os assentamentos relacionam-se com as cidades pequenas, médias e com os municípios localizados na Região Metropolitana do Recife através do fornecimento de alimentos. Para atingir esse objetivo, foi necessário que o Estado investisse na ampliação da dinâmica produtiva voltada para a ampliação da infraestrutura e garantindo a circulação dos produtos.

A apropriação territorial do assentamento será repleta de significados para os sujeitos que a vivem e a sentem. Conseguir a posse da terra deve ser considerado um diferencial na vida diária dos assentados e também pela afetividade, identidade, como ponto de encontro da vida cotidiana dos camponeses. O processo de resistência e o fortalecimento dos movimentos sociais também se tornam essenciais. Será analisada neste artigo a relação e a construção da identidade das pessoas assentadas com o espaço.

Nos últimos anos, a interpretação das práticas de apropriação social do espaço rural tem despertado novas linhas de abordagens ao planejamento. A categoria lugar vai aparecer, nessa discussão, como uma forma de a população, por se sentir pertencente ao campo, buscar melhores condições e qualidade de vida. Nessa análise, é entendido que os diversos segmentos sociais e econômicos se apropriam, vivem e usam o espaço. Assim, o lugar passa a ser entendido como território, como um objeto de conquista. Segundo Castilho (2009, p. 7), "não é mais o território por si que se torna alvo de disputas de poderes; mas também o uso do território, como meio de conquista do acesso a serviços e oportunidades concretas de inclusão social".

A concentração fundiária da terra, causando a má distribuição das terras, traz à tona a questão da cidadania em que se insere a problemática espacial, pois a ocupação do espaço desigual amplia a degradação ambiental e a deterioração da qualidade de vida da população. Com isso, nem sempre o acúmulo de riquezas no campo traz melhorias para a população, pois os camponeses, em sua maioria, não possuem acesso aos diversos usos e funções do campo, o que contribui para a desigualdade social.

As políticas, programas e projetos pensados para o campo nem sempre são bem-vindos ou aceitos passivamente pelas comunidades, visto que quase não são adotadas as políticas de participação comunitária na defesa dos interesses voltados para o desenvolvimento do campo, com a ampliação das políticas públicas, crédito rural, extensão rural, acesso à tecnologia e circulação e venda dos produtos. O poder público pensa as ações para o espaço rural objetivando os interesses do grande capital, do

agronegócio, com o aumento das exportações, ampliação do uso de biotecnologia, defensivos e agrotóxicos, presença de grandes latifúndios com monoculturas, alta tecnologia, pouca mão de obra assalariada e diminuição da preocupação com as questões ambientais.

Por causa dessa diversidade de acesso às políticas de desenvolvimento rural e conflitos existentes, os camponeses passam a lutar pelos seus direitos. Eles não querem mais assistir ao movimento da janela. Não aceitam a existência de grandes obras que beneficiam poucas pessoas. Com isso, há o surgimento do conflito entre os diferentes atores, pois as pessoas "que antes apenas olhavam [...] agora invadem, lutam e disputam. As cadeiras não ficam mais nas calçadas – quanto mais distante desse mundo revelador e agressivo da miséria, melhor" (HAESBAERT, 2011, p. 97).

Dessa forma, o programa de reforma agrária que ocorre no Brasil desde 1961, vem sendo implantado como uma ação do Estado, no sentido de continuar modelando o espaço para atender os interesses das classes hegemônicas. Porém precisa ir além disso, pois a reforma agrária é um processo que pode beneficiar a população camponesa. Pode, igualmente, contribuir para o aumento da produção alimentar com a agricultura familiar, diminuir a desigualdade social, aumentar a geração de emprego e renda, combater o êxodo rural e o aumento dos problemas sociais no espaço urbano.

Dessa forma, o estudo do programa de reforma agrária constitui-se em uma relevante estratégia de investigação para a compreensão da interface urbano-rural e suas transformações. O processo de aumento da população urbana e as mudanças na paisagem agrária ocorreram, sobretudo, devido à expulsão do homem do campo por diversos fatores. Entre eles, a modernização agrícola iniciada na década de 1960, com a utilização de máquinas, implementos agrícolas e insumos químicos que visavam impulsionar o desenvolvimento econômico, mas que, ao contrário, ampliaram as desigualdades regionais do espaço agrário brasileiro, com uma grave exclusão e concentração de terra e de renda. Esse processo de modernização enfraqueceu e marginalizou o pequeno produtor gerando o desemprego no campo, a fome e o êxodo rural, contribuindo para que a população urbana superasse a rural.

Devido às transformações ocorridas no campo brasileiro, entre as décadas de 1960 e 1970, e mediante sua inserção no processo de modernização agrícola, com a revolução verde, no modo capitalista de produção, alguns foram e são os questionamentos acerca da agricultura com base no trabalho familiar e de sua permanência ou não nos territórios agrícolas. Isto porque o modelo de desenvolvimento adotado, ao distribuir-se de forma

desigual pelo espaço brasileiro, privilegiando regiões, culturas e produtores mais capitalizados, acabou por promover a expropriação de parcela bastante significativa dos produtores familiares. Com as dificuldades que apareceram, várias pessoas residentes no campo deslocaram-se para as cidades ou, quando nele permaneceram, ficaram sujeitas a uma série de mecanismos de subordinação, aumentando, assim, os problemas sociais.

O espaço rural é um território complexo que possui várias identidades e é apropriado pela sociedade. Devido a essa diversidade, é normal que ocorram constantes disputas entre o poder público, privado e a sociedade civil organizada. Esses conflitos saem da esfera do espaço urbano para aparecerem com frequência no espaço rural.

Os programas são construídos a partir das políticas públicas, sejam elas de interesse econômico, que é o que tem predominado, sejam elas de interesse social. O ideal é que ambos os interesses caminhem juntos, pois sem a dimensão econômica nada é possível. Em termos de arrecadação, fazem-se necessários investimentos para fomentar a política adotada pelo Estado em prol dos seus cidadãos, sobretudo num Estado democrático, política essa direcionada à questão da inclusão social.

É preciso que se pense nas questões relacionadas à identidade e às raízes fincadas por essa população em relação a seu território de origem. O processo de remoção retira a população de sua residência, colocando-a em novos espaços. Em vários casos haverá o abandono desse novo território, com o repasse das terras e a volta para o lugar de origem, ou que possuam as mesmas características.

A disputa pela posse da terra, em alguns casos, pode não corresponder à garantia de permanência dos camponeses em seu território, fortalecendo a afetividade e a identidade. O poder público pode priorizar a legalização das terras para as forças hegemônicas.

O processo de reforma agrária faz com que ocorra a legalização das terras para o camponês, possibilitando que a renda da terra não fique apenas com os grandes proprietários:

> [...] a legalização insere a terra informal no mercado formal, e não necessariamente o cidadão na cidade. De fato, a legalização da terra reduz o estoque total de terras ilegais, acarretando uma crescente disputa pelo solo ilegal. Ou seja, a legalização promove a exclusão dos incluídos no mercado ilegal, e não é suficiente para promover a inclusão das pessoas no mercado imobiliário formal, nem, muito menos, para capacitar os indivíduos a permanecer nesses mercados emergentes (SOUZA, 2002, p. 265).

A escassez de terras, motivada pela não colocação da terra no mercado, amplia as pressões pela ocupação de um determinado território, que potencializa as disputas ali

localizadas. E é nesse processo de disputa que a população pobre do espaço rural quase sempre sai perdendo, ou seja, dele fica excluído, sem acesso à terra, ou quando acontece a reforma agrária, ela apenas tem a distribuição de terra, sem preocupação com a valorização da identidade e sem financiamento ou apoio técnico e governamental.

Dessa forma, após uma análise teórica sobre os conceitos importantes presentes neste artigo, foi necessário analisar dois casos de assentamento que passaram pelo processo de reforma agrária para compreender os desafios e possibilidades. Não se pode falar de movimentos sociais e resistência sem antes realizar uma análise que contextualiza o movimento.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No rural, o assentamento é uma representação da espacialidade de sua população na vivência cotidiana. É no lugar, no espaço do vivido que o cotidiano se efetiva. E um desses lugares na dimensão do campo serão os assentamentos, no nível das relações imediatas, interpessoais, cotidianas do usuário.

Essa cotidianidade dos assentamentos ocorre a partir das suas casas, pessoas, caminhos de circulação, infraestrutura. Cada um deles apresentará diferentes imagens em diversos momentos históricos, fazendo parte do seu processo de transformação. Estudando o espaço dos assentamentos, é possível entender sua história, sua ocupação e o espaço vivido pelas práticas do cotidiano.

Os assentamentos relacionam-se com as cidades pequenas, médias e com os municípios localizados no entorno através do fornecimento de alimentos. Para atingir esse objetivo, foi necessário que o Estado investisse na ampliação da dinâmica produtiva voltada para a ampliação da infraestrutura e garantindo a circulação dos produtos.

A apropriação territorial do assentamento será repleta de significados para os sujeitos que a vivem e a sentem. Conseguir a posse da terra deve ser considerado um diferencial na vida diária dos assentados e também pela afetividade, identidade, como ponto de encontro da vida cotidiana dos camponeses. O processo de resistência e o fortalecimento dos movimentos sociais também se tornam essenciais.

Nos últimos anos, os movimentos sociais estão cada vez mais complexos e ativos. No Estado de Pernambuco, isso não é diferente, há lutas e movimentos organizados para debater e discutir as questões agrárias. A resistência está presente desde as primeiras lutas por terra e o debate sobre a distribuição das terras vem fazendo parte do discurso da

população, possibilitando a discussão acerca da necessidade de um espaço agrário melhor e mais humano.

Todo lugar tem suas formas de resistência. As pessoas, os governos, são os contramovimentos, as contrarracionalidades no cotidiano, segundo Lefebvre (1979, 2006), e as resistências às forças hegemônicas, de acordo com Milton Santos (1985, 1999). A população enquanto sociedade civil, participante dos movimentos sociais, não discute apenas as questões técnicas de um programa e projeto, mas também o seu caráter ideológico em que prevalecem discussões superficiais, sem aprofundamento. Os vários segmentos sociais e econômicos, com interesses diferenciados, interagem no sertão pernambucano. Apesar da existência de conflitos, há uma relação que contribui para a reprodução desse espaço.

O processo de transformação do campo repercute na forma de reprodução da propriedade privada da terra, com o espaço revelando cada vez mais a contradição entre valor de troca e valor de uso, gerando conflitos entre os diversos segmentos sociais e econômicos envolvidos nessa dinâmica.

Esse assentamento produz mercadoria provenientes do seu território agroecológico e tem papel importante na feira agroecológica do município, confirmando uma alta dinâmica produtiva e da ligação dos assentamentos com as cidades próximas. Os assentados da cooperativa produzem e comercializam seus produtos e vivem em um espaço coletivo digno para o desenvolvimento familiar e estabelecer ligações afetivas e de vivência cotidiana.

É a partir da ampliação da valorização da agricultura familiar que se pode construir uma sociedade mais justa e igualitária, porém é necessário que se tenha condições básicas para uma boa qualidade de vida. É importante que os assentados se identifiquem com o lugar, vivam o seu cotidiano e não apenas morem no lugar.

A sensibilização agroecológica existe entre a maioria dos assentados, porém as dificuldades encontradas em manter esse tipo de cultura faz com que ainda exista uma resistência, uma dificuldade em que todos mantenham a produção agroecológica.

Após a análise da cotidianidade do assentamento, algumas questões são necessárias para a compreensão da importância da reforma agrária não apenas distributiva de terra e da permanência dos camponeses no campo: Identidade; Coletividade; Mobilização e articulação; Protagonismo dos camponeses; Dificuldade de obtenção de crédito e assistência técnica; Infraestrutura crítica nos primeiros anos dos assentamentos; Conflitos; Sensibilização; Agricultura orgânica, agroecologia, sustentabilidade;

Contribuição ao desenvolvimento local; Luta pela permanência na e democratização da terra; Ameaças, despejos, violência; Resistência.

As características descritas acima podem ser tratadas como categorias de análise para trabalhar com a temática proposta: de análise da resistência e identificação dos camponeses no assentamento de reforma agrária analisado. As temáticas em torno do desenvolvimento rural têm sido muito diversas. Dentre as principais, está o debate sobre a importância que assume a agricultura familiar para o desenvolvimento e fortalecimento das economias locais. É necessária a elaboração de uma proposta de desenvolvimento rural com bases sustentáveis, englobando novas atividades, como agroecologia, policultura e a inserção do turismo ecológico.

Analisando o processo de posse da terra e construção do assentamento, foi verificado que a reforma agrária não ocorreu, e sim apenas a distribuição de terras. Ela, inicialmente, limitou-se a distribuição de lotes de terra entre famílias assentadas e não ocorreu um apoio à produção e distribuição, que promoveria uma qualidade de vida às famílias, contribuindo com o desenvolvimento local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os conflitos pela apropriação do espaço são constantes, porém, apesar da existência deles, há um ponto que contribui para a reprodução das relações sociais. Para garantir os seus direitos como prática cidadã, os movimentos sociais de resistência existentes encontram-se fortalecidos, pois não apenas reivindicam ações e proteção do Estado para permanecer numa determinada área, mas participam ativamente de lutas e conquistas para viver no campo com melhores condições de trabalho e acesso aos bens públicos: educação de qualidade, saúde, cultura, lazer etc.

Espera-se com esse trabalho ampliar a discussão acadêmica e técnica sobre os assentamentos dentro de Programas de reforma agrária no âmbito nacional e internacional, a partir da compreensão de uma política ampla de reestruturação fundiária, de apoio à produção e distribuição, de modo que promova o bem-estar das famílias e o desenvolvimento local.

A política de reforma agrária, segundo o Incra, para ser sustentável e comprometida com a qualidade de vida das famílias assentadas, deve ter acesso à terra com infraestrutura adequada, crédito rural e assistência técnica. Se for realizada uma reforma agrária eficiente, por meio de assentamentos rurais, é possível garantir as condições para o assentado produzir de forma viável. Assim, obtém-se resultados

econômicos e sociais extremamente positivos, dando possibilidade de inclusão social, cidadania e melhoria de vida para famílias que estavam excluídas do mercado de trabalho e do acesso à terra.

Os usos dos espaços no assentamento são coletivos. Revelam as relações do cotidiano, a sociabilidade, os interesses, sendo preciso cuidado e diálogo para resolver qualquer situação de conflito existente. É a partir disso, com investimentos na agricultura familiar, na agroecologia, que se pode construir uma sociedade mais justa e igualitária. Mas é necessário que tenham condições básicas para uma boa qualidade de vida e que os assentados se identifiquem com o lugar, e não apenas morem nele, vivendo, assim, o seu cotidiano.

O assentado Mandacaru, apesar de passar por enormes dificuldades, conseguiu, através da luta e da organização do movimento social, manter-se na terra, conquistar e desenvolver seu território de forma comercial. Ao longo dos anos, estão conseguindo produzir e gerar renda. Um exemplo de camponeses que enfrentaram as perversidades do capital, respeitando a sua identidade.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Nathália Figueiredo de. A "nova ruralidade" no Brasil contemporâneo. **Anais ANPUR**. ST 4.4-01. São Paulo, 2017.

CASTILHO, Cláudio J. Moura. Quando o espaço se torna locus de disputa de poderes: ensaio sobre uma geopolítica urbana em Recife / PE. In: **Revista de Geografia**. Recife – DCG/NAPA, v.26, nº 2, mai/ago, 2009.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios Alternativos**. 2ªed. São Paulo: Contexto, 2011.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal, lógica dialética**. 2ªed. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1979.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Grupo "As (im)possibilidades do urbano na metrópole contemporânea", do Núcleo de Geografia Urbana da UFMG (do original: La production de l'espace. 4ª Ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: Início – fev. 2006). Mimeo.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo: razão e emoção. 3ªed. São Paulo: Hucitec, 1999.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. 4ªed. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SERAFIM, Ana Regina. Resistência e identificação dos assentados rurais na Mata Norte Pernambucana, Brasil. In: Carrión Hurtado, Andrea, y María Fernanda López-Sandoval, coordinadoras. **Ciudades intermedias y nueva ruralidad**. Quito: FLACSO Ecuador, 2021.

SOUZA, F.A.M. de. Inclusão disputada: acesso à moradia em assentamentos informais em Recife. In: VALENÇA, Márcio Moraes; GOMES, Rita de Cássia da Conceição (orgs). **Globalização e desigualdade**. Natal: A. S. Editores. (p. 259-268), 2002.

VEIGA, José Eli da. Mudanças nas relações entre espaços rurais e urbanos. In: **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 3, n. 1, p. 123-149, jan-abr, 2007.

SUSTENTABILIDADE DOS SISTEMAS DE USO DA TERRA NA COLÔNIA AGRÍCOLA DO MATAPI-AP

Antônio Sérgio Monteiro Filocreão[1]
Irenildo Costa da Silva[2]

RESUMO: o artigo analisa os sistemas de uso da terra e a sustentabilidade destes na colônia agrícola do Matapi. Para a coleta dos dados e informações foram utilizados os mecanismos de observação, entrevistas e aplicação de formulários. Na avaliação da sustentabilidade dos sistemas utilizou-se de indicadores contemplando um conjunto de análises nas questões sociais, econômicas, ambientais, políticas e culturais. A avaliação multidimensional apontou que os sistemas apresentam precariedade de sustentabilidade (índice 0,47). Embora as dificuldades sejam muitas durante o processo de produção nos sistemas, e considerando também a não satisfação de várias demandas sociais, é possível presumir, a partir a condição do tipo de agricultura desenvolvida, que os agricultores permanecerão desenvolvendo suas atividades. Espera-se que os resultados e análises configurem como subsídios para tomadas de decisões em políticas públicas para a colônia e região.
Palavras-chave: uso da terra, sustentabilidade, agricultura familiar.

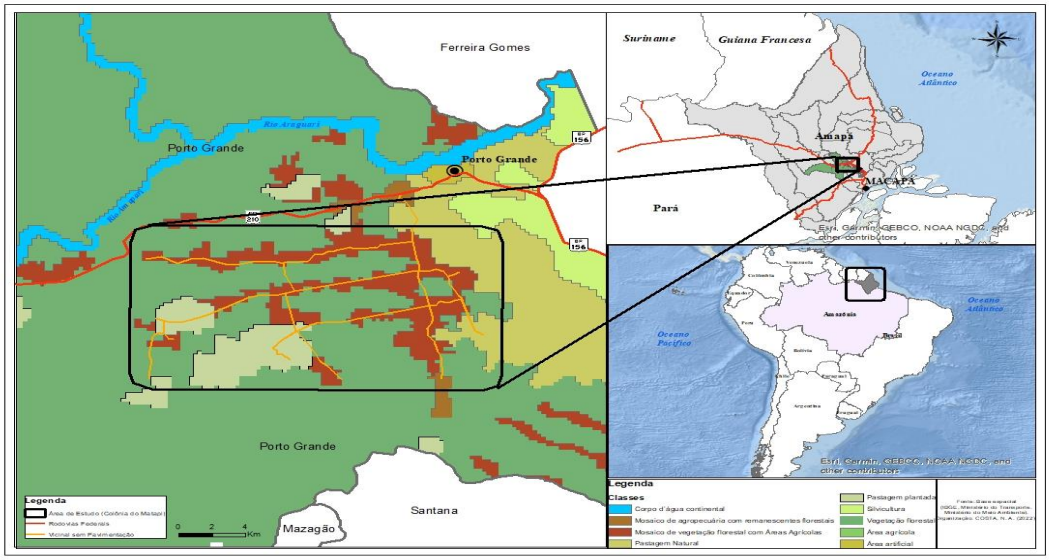
ABSTRACT: in this article, land use systems and their sustainability in the Matapi agricultural colony are analyzed. For the collection of data and information, observation mechanisms, interviews and application of forms were used. In assessing the sustainability of the systems, indicators were used covering a set of analyzes on social, economic, environmental, political and cultural issues. The multidimensional evaluation pointed out that the systems present precarious Sustainability (index 0.47). Although there are many difficulties during the production process in the systems, and also considering the non-satisfaction of several social demands, it is possible to assume, based on the type of agriculture developed, that farmers will continue to develop their activities. It is expected that the results and analyzes configure as subsidies for decision-making in public policies for the colony and region.
Key words: use of land, sustainability, family farming.

[1] Professor da Universidade Federal do Amapá, afilocreao@gmail.com
[2] Professor do Instituto Federal do Amapá, irenildo.silva@ifap.edu.br

INTRODUÇÃO

A colônia agrícola do Matapi está localizada na cabeceira do rio Matapi, no município de Porto Grande, Amapá, Amazônia brasileira (Figura 1), situada a 120 km da capital do estado, Macapá, tendo como acesso a BR-156 e o rio Matapi. A colônia foi instalada em 1949 (CUNHA Jr. e GENSCHOW, 1958; FILOCREÃO, 2015), para onde muitas famílias foram direcionadas pelo processo de colonização induzida pelo estado, especialmente nordestinos e japoneses. Atualmente a população, segundo Muto (2010), é de aproximadamente 2.000 habitantes.

Figura 1 – Localização espacial da colônia agrícola do Matapi.



Fonte: IBGE; Ministério do Meio Ambiente; Ministério dos Transportes.
Elaborado por Nataliel de Almeida Costa.

A colônia foi criada em decorrência da ação do governo territorial do Amapá, o qual iniciou uma política de colonização, formando núcleos de povoamento de agricultores localizados em pontos distribuídos pelo território para tentar atenuar os contrastes entre o crescimento demográfico acelerado com a baixa capacidade de absorção por parte da economia local e aumentar a produção agrícola. Nos seus primeiros meses, contava com apenas 5 colonos, em 1950 dispunha de 17 casas e 100 pessoas, e em 1955 atingia um total de 696 pessoas. Desse total, 60% eram de origem nordestina, 40% eram japoneses e alguns pouco nortistas. Matapi era a maior e mais populosa colônia agrícola do Amapá na década de 1950. Os esforços dos colonos eram empregados primordialmente na plantação de seringueiras (*Hevea brasiliensis*) e gêneros alimentícios como cana, batata doce, milho, arroz, feijão e, principalmente, mandioca (LOBATO, 2013).

Diante do passar dos anos e dos vários acontecimentos (econômicos, infraestruturas, sociais, políticos, ambientais entre outros) se justifica como necessária uma análise que vise compreender a realidade atual das famílias agricultoras em sua forma de (re)produção em relação à prática de seus sistemas de uso da terra, da natureza. Busca-se um estudo aprofundado e detalhado sobre a maneira como os agricultores exploram a natureza, a terra, a água e a biodiversidade na região, tendo na junção da teoria e da pesquisa empírica os subsídios para a compreensão de que o agir dos agricultores familiares tende a configurar-se como essencial para a sustentabilidade dos sistemas de uso da terra na região, uma vez que exploram os recursos disponíveis sem que esta exploração alcance os limites críticos que comprometam um novo ciclo de renovação dos recursos.

A sustentabilidade dos sistemas deve ser entendida no sentido da capacidade de permanência demonstrada pela produção familiar, não somente como capacidade de resistência, mas, sobretudo, enquanto capacidade de mudança, com a investida de novas estratégias de produção para a manutenção ou melhor usufruto das condições reprodutivas (COSTA, 1994), uma vez que a terra é o lugar onde se enraízam, vivem e trabalham, o que faz com que busquem moldar os sistemas que lhe proporcionarão a sustentabilidade. Nesse sentido, a produção familiar vive e produz numa relação construtiva com a natureza (CARVALHO, 2014). Fato que ocorre diferentemente da perspectiva capitalista em que a terra é tida como um lugar sem vínculo, apenas com valor de negócio e de oportunidade momentânea de acumulação, que logo poderá se deslocar para lugares mais favoráveis.

Para tal objetivo de análise foram consideradas avaliações quanti-qualitativas, por meio das quais foi possível analisar as estratégias de sobrevivência dos agricultores na área de estudo e o entendimento de como têm ocorrido as suas ações quanto à adoção e exploração dos seus sistemas de uso da terra. Para tanto, a pesquisa considerou vários aspectos relacionados ao cotidiano das famílias, os quais foram capazes de mostrar não só a realidade em que se encontram como também apresentaram uma gama de informações que possibilitaram inferir na sustentabilidade dos sistemas de uso da terra e sobre a permanência de manutenção e reprodução das famílias ao longo dos anos. As análises contemplaram estudos sobre os aspectos da vida social, econômica, ambiental, política e cultural.

Na dimensão social foram avaliadas a educação, moradia, saúde e bens domésticos dos agricultores proporcionados pelos resultados das atividades nos sistemas; na econômica foram analisados os resultados econômicos dos sistemas; na dimensão ambiental a avaliação recaiu sobre a condição de conservação do meio, como condição essencial para a continuidade dos processos de reprodução; na política as análises foram em torno do processo de organização

dos agricultores nas suas relações produtivas e com o externo e; na dimensão cultural se avaliaram os conhecimentos, os valores e práticas dos agricultores quanto à maneira de exploração dos seus sistemas.

Por sistemas de uso da terra entende-se o arranjo/combinação dos diferentes elementos/recursos disponíveis da unidade produtiva no espaço e no tempo, adotados para extrair do solo, das águas e da floresta o sustento da família, com produções vegetais e animais. No que se refere à sustentabilidade parte-se do entendimento que sustentável é a exploração que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer as possibilidades de satisfação das demandas futuras, com explorações sem degradar a base de recursos da qual a natureza depende para regenerar-se, o que garante a estabilidade dos sistemas ao longo dos anos e a permanência dos agricultores (CMMAD, 1991; LEFF, 1998; ALTIERI, 2004; VIANNA, 2008). Associamos ainda a concepção de sustentabilidade à qualidade do que é sustentável, o que está associado com a possibilidade de uma determinada atividade humana prosseguir por um tempo indeterminado, com a continuidade das atividades humanas ao longo de um tempo que transcende gerações e gerações (SILVEIRA, 2017).

METODOLOGIA

Para a avaliação do grau de sustentabilidade dos sistemas, com a formulação de indicadores e variáveis, foi utilizado como referência o Marco para Evaluación de Sistemas de Manejo de Recursos Naturales Incorporando Indicadores de Sustentabilidad (MESMIS), criado em 1995 por um grupo interdisciplinar do México, com o intuito de traduzir princípios gerais de sustentabilidade no contexto de gestão de recursos naturais em comunidades camponesas (LÓPEZ-RIDAURA *et. al*., 2001; PRIETO, 2011). A escolha considerou o fato de que este marco seja o que mais se adéqua ao objetivo proposto, uma vez que possibilita a utilização de agroecossistemas como escala de análise, basear-se em uma análise multidimensional – ambiental, econômica e social, às quais foram acrescentadas as dimensões política e cultural, ampliando as análises, além do seu alto grau de utilização em espaços de produção familiar da América Latina, já com alguns trabalhos realizados na Amazônia (SILVA, 2008; NOGUEIRA, 2012; RESQUE, 2012; CARVALHO, 2013; SILVA, 2014).

Para a análise da sustentabilidade dos sistemas foram construídos índices de sustentabilidade. Os cálculos para obter os índices tiveram como inspiração o estudo *Índice de sustentabilidade dos municípios da Amazônia: metodologia para o cálculo de indicadores* elaborado pela Incubadora de Políticas Públicas da Amazônia – IPPA (2012). Também, para a

avaliação utilizou-se de métodos estatísticos com ponderações capazes de mensurar em uma escala com magnitude de 0 a 1 o grau de sustentabilidade dos sistemas. Os índices possibilitaram a construção de um diagnóstico da área e o apontamento de práticas e atividades merecedoras de incentivo e das que precisam de limites ou correções, para que se tornem mais condizentes com um modelo de desenvolvimento mais adequado à região.

Houve ponderações apenas para as variáveis investigadas e entre elas, considerando o melhor ou pior impacto para a sustentabilidade, com a distribuição de pesos segundo a relevância para a sustentabilidade. Entre as alternativas, nas variáveis investigadas, a melhor considerada para sustentabilidade dos sistemas teve peso 1, possibilidade máxima, e a pior, peso 0. Sendo distribuídos entre as demais, pesos situados nesse intervalo, decrescendo da melhor alternativa para a pior. Os índices das variáveis foram obtidos pela multiplicação da frequência de cada alternativa de resposta pelo seu respectivo peso, sendo depois somada às demais possibilidade das alternativas, também com seu respectivo peso, e dividido pelo número de entrevistados. O cálculo foi realizado de acordo com a seguinte fórmula:

$Is = (Fa_1*P_1+Fa_2*P_2+Fa_3*P_3...+Fa_n*P_n)/Ne$

Onde: Is = índice de sustentabilidade; Fa = frequência de resposta na alternativa; P = peso relativo atribuído para a alternativa e; Ne = número de entrevistados.

Obteve-se o índice de sustentabilidade geral pela média aritmética dos índices encontrados nas cinco dimensões/indicadores. Com o alcance e obtenção dos índices foi possível situar o grau de sustentabilidade dos sistemas em uma escala de quatro situações: sustentável ou sustentabilidade muito forte (índices entre 1 e 0,75), dificuldade de sustentabilidade ou sustentabilidade forte (0,74 e 0,50), precariedade de sustentabilidade ou sustentabilidade fraca (0,49 e 0,25) e insustentável ou sustentabilidade muito fraca (0,24 e 0). Nos procedimentos para a coleta de dados foram utilizados os mecanismos de observação, entrevistas, aplicação de formulários, gravador de voz e máquina fotográfica. A pesquisa de campo ocorreu no segundo semestre de 2019, nos meses de outubro e novembro. Durante a pesquisa de campo foram entrevistados 47 agricultores.

SUSTENTABILIDADE DOS SISTEMAS DE USO DA TERRA NA COLÔNIA

As análises em campo foram capazes de revelar não só os desafios como também as oportunidades e as expectativas dos agricultores por melhorias nos transportes, vias de acesso, armazenamento, preparo do solo, energia elétrica, comunicação, saúde, segurança, cursos de capacitação entre outros. O uso da terra se configura pelo cultivo de hortaliças, produção de

abacaxi, roças de mandioca, macaxeira, milho, melancia e feijão, assim como o cultivo do açaí e de várias frutíferas como o cupuaçu, graviola, pupunha, acerola entre outras. Quanto à produção animal, na colônia apresenta-se a criação de peixes em pequenos tanques (uma atividade de pouca ocorrência), a criação de aves (basicamente para o consumo familiar) e a ocorrência da criação de algumas cabeças de gado.

O destaque na colônia é a produção de abacaxi, laranja, cupuaçu e de hortaliças. Muitos dos cultivos são realizados de acordo com os conhecimentos tradicionais, repassados pelos pais. Os principais instrumentos utilizados nas atividades são os facões, enxadas, roçadeiras e, em alguns casos, o trator. A mão de obra é preponderantemente a familiar, na qual se apresenta a figura do pai, mãe e filhos e, em algumas situações, a de parentes, os quais residem no mesmo domicílio, geralmente um irmão/irmã ou um dos pais do casal, uma vez que não têm ou não construíram sua própria família; ocorrendo, ainda, a contratação de mão de obra extrafamiliar, em caráter temporário, quando a família não consegue executar as atividades de demanda imediata, como as de limpeza e colheita.

O tamanho dos sistemas apresenta variações entre os agricultores, o que pode ser explicado e relacionado a fatores como o tamanho da família, o recebimento de benefícios sociais e a estrutura econômica, a qual possibilita o acesso a máquinas e equipamentos para alguns, os quais trabalham áreas maiores para cultivo.

Por conta disso, os sistemas variam desde grandes plantações de abacaxi e laranja, que se estendem por vários hectares, até pequenas hortas e roças de mandiocas com menos de 1 hectare. Apesar das variações, identificou-se que o estímulo do trabalho ocorre no sentido de satisfazer as necessidades da família, no que Chayanov (1985) descreve como um balanço entre trabalho e consumo, e não no objetivo de alcançar taxas de lucro. Constatou-se o interesse e esforço por parte dos agricultores em aumentar sua área explorada na expectativa de alcançar maior produção e adquirir equipamentos, máquinas e veículos para melhorar as condições de trabalho e da vida em família.

Da criação da colônia agrícola até os dias atuais ocorreram mudanças quanto ao uso da terra no diz respeito às culturas cultivadas. Constatou-se que os primeiros colonos trabalhavam apenas com o cultivo de mandioca, macaxeira, feijão, arroz e milho, sendo obrigados (por força de contrato) a realizar o plantio de seringueira nas primeiras áreas trabalhadas, o que demandava a abertura de novas áreas, pois após o primeiro ano não se podia mais plantar entre as seringueiras. O plantio dessas culturas, com exceção da seringueira, ainda permanece como sendo as principais para algumas famílias, enquanto que outras optaram pela diversidade de cultivos e, até mesmo, pelo abandono daqueles, substituindo-os ao longo dos anos por outros

cultivos até a adoção dos atuais. A substituição ocorreu em decorrência das novas oportunidades em termos de mercado e comercialização e também pela menor demanda de esforço físico e de trabalho com os novos cultivos, como também pela adaptação local.

Os critérios e os fatores que determinaram ou tem determinado a escolha e práticas nos sistemas estão associados a uma série de questões que fazem parte do processo produtivo. De maneira geral, o melhor retorno econômico tem sido um importante balizador na escolha dos sistemas de uso da terra, embora consideradas as particularidades de algumas famílias que não dispõem de determinadas condições para adotar cultivos desejados ou outras práticas produtivas. O fator econômico em algumas ocorrências não se sobressai sobre a questão cultural pela experiência com determinados cultivos, quando alguns agricultores não deixam de produzir aquilo com que sempre trabalharam.

SUSTENTABILIADADE NA DIMENSÃO SOCIAL

O primeiro elemento analisado na dimensão social diz respeito à questão da escolaridade, em que se procurou investigar se as atividades desenvolvidas nos sistemas de uso da terra dificultam nos estudos e atividades escolares daqueles que frequentam a escola. Nos 47 estabelecimentos pesquisados o número de pessoas que frequentam a escola totalizou 69 (30% das 230 pessoas abrangidas na pesquisa). É importante ressaltar que a análise para a obtenção do índice de sustentabilidade nesse primeiro elemento incluiu apenas as pessoas que frequentavam a escola no momento da pesquisa.

O índice alcançado nessa avaliação foi 0,99, demonstrando que os sistemas praticados são sustentáveis em tal análise. As atividades desenvolvidas nos sistemas não dificultam os estudos daqueles que frequentam a escola, não ocorrendo a falta à escola para terem que trabalhar nas atividades agrícolas e nem estas dificultam a resolução de exercícios escolares a serem realizados em casa. Muitos dos que frequentam a escola são crianças, as quais não realizam atividades nos sistemas, e quando realizam são pequenos trabalhos. Para os entrevistados, o estudo para os filhos é prioridade.

Outro elemento avaliado na dimensão e indicador social diz respeito à longa exposição dos agricultores aos raios solares. Dos entrevistados, 76,6% relataram que trabalham frequentemente nessa condição, 21,2% às vezes e 2,1% raramente. Entende-se que a longa exposição aos raios solares pode provocar algumas complicações para a saúde, destacando-se como a mais grave o câncer de pele. Contribui em muito para esse cenário a prática das hortas e das roças, as quais são áreas totalmente expostas aos raios solares. Os sistemas que proporcionam sombra são aqueles de culturas perenes como os açaizais e laranjais.

O índice de sustentabilidade alcançado na análise longa exposição aos raios solares foi de 0,08. Com isso, nessa avaliação os sistemas são considerados insustentáveis, indicando que os agricultores em suas atividades ficam constantemente expostos aos raios solares, o que, ao longo do tempo, pode tornar-se um fator desestimulante para que os agricultores continuem desenvolvendo suas atividades nos seus sistemas, consideradas a fadiga ou outros danos que a longa exposição ao sol pode causar. Entretanto, a longa exposição aos raios solares é uma condição que tende a continuar, uma vez que é cultural e já acontece há muito tempo devido às formas de uso da terra, principalmente com a prática de roças. Essa é uma situação que pode mudar com a adoção de sistemas perenes, os quais podem proporcionar condição de sombra evitando as longas exposições diretamente aos raios solares.

Outro elemento avaliado se refere à aplicação de agrotóxicos sem os equipamentos de proteção individual como máscaras, luvas, calça comprida e botas. Parte-se do entendimento de que a aplicação de tais produtos químicos, sem a devida proteção, pode provocar sérios riscos à saúde, seja quando inalados, ingeridos ou em contato com a pele e olhos. 19,1% revelaram que frequentemente aplicam agrotóxicos sem a devida proteção, 27,6% disseram que aplicam agrotóxicos nessa condição somente algumas vezes, 21,2% assim fazem raramente, 27,6% relataram que aplicam agrotóxicos sempre com a devida proteção e 4,2% informaram que não usam agrotóxicos durante suas atividades.

Nessa avaliação o índice de sustentabilidade obtido foi 0,42, revelando que os sistemas são considerados com precariedade de sustentabilidade em tal avaliação, o que pode ser remediado por meio da conscientização dos agricultores para que utilizem os devidos equipamentos de proteção individual na aplicação de agrotóxicos. Os sistemas que mais demandam agrotóxicos são as hortas. Por ser um costume e muitos não terem o devido conhecimento e esclarecimento dos efeitos danosos à saúde (não conhecimento de casos graves associados às consequências dos agrotóxicos na comunidade) pode-se argumentar que a tendência é que os agricultores que aplicam esses produtos sem a devida proteção seguirão assim fazendo, sendo acompanhados por aqueles que fazem parte do grupo familiar.

Também foi avaliada a ocorrência de posições desfavoráveis (abaixar muito, fazer muita força) durante a execução das atividades nos sistemas. Constatou-se que em 78,7% dos casos pesquisados é frequente essa situação e em 21,2% tal situação ocorre às vezes. Esse resultado mostra que as atividades desenvolvidas nos sistemas têm demandado com constante recorrência a prática de posições desfavoráveis, as quais têm provocado complicações na saúde de alguns agricultores, os quais atribuem suas dores pelo corpo, principalmente as de coluna, aos grandes esforços que realizaram durante suas vidas com serviços pesados na agricultura. “O trabalho na

roça exige muita força", relatou um dos entrevistados; "aqui temos que abaixar para tudo, já estou com dor na coluna, estou ficando doente", expressou outro.

O índice de sustentabilidade obtido para a ocorrência de posições desfavoráveis foi 0,07, o pior de todos. Esse cenário tende a permanecer, uma vez que muitos dos agricultores revelaram que pretendem continuar desenvolvendo suas atividades do mesmo jeito que já realizam. O índice obtido caracteriza os sistemas como insustentáveis, sendo um fator que tende a desanimar a continuidade de muitos sistemas no decorrer do tempo, uma vez que o desenvolvimento de atividades que demandem a realização de muitas posições desfavoráveis não será mais atrativo para os agricultores, especialmente para as novas gerações. Os trabalhos nas roças, especialmente de mandioca, foram identificados como os que exigem maior demanda de esforço físico. Melhorar esse cenário passaria por duas questões. A primeira estaria associada à adoção de novas técnicas e tecnologias para as atividades de maiores esforços. E a segunda encontra-se associada à mudança de cultivos, escolhendo aqueles que demandam menores esforços físicos. Entretanto, não se trata uma tomada de decisão simples, uma vez que envolve uma questão cultural e investimentos financeiros.

Avaliou-se também na dimensão social se os sistemas oferecem trabalho para todos os membros da família. Constatou-se que em 82,9% dos sistemas há trabalho com frequência para todos da família, 10,6% relataram que às vezes tem trabalho para todos, 2,1% disseram que raramente há trabalho para todos nos sistemas e 4,2% afirmaram que não há trabalho para todos os membros da família nos sistemas, situação em que ocorre a procura de trabalhos fora do estabelecimento para a composição da receita mensal. Este último caso é verificado nos sistemas de culturas perenes, os quais em certa época do ano reduzem a demanda pela necessidade de mão de obra em comparação com outros tipos de culturas.

O índice de sustentabilidade alcançado nessa avaliação foi 0,90, apontando que os sistemas são sustentáveis no que diz respeito ao fato de proporcionar trabalho para todos os membros da família. Esse resultado evidencia que os sistemas apresentam a tendência para fixar a permanência dos agricultores no local, com poucas situações que forçam ou estimulam os agricultores a buscarem trabalhos em outros lugares em decorrência da ociosidade do seu tempo e mão de obra. Constatou-se que os sistemas que contemplam as hortas, as quais apresentam produção constante, são os que demandam mão de obra com frequência para a realização de atividades como plantio, colheita, limpeza e irrigação.

Outro elemento diz respeito ao estado de motivação dos agricultores para continuarem desenvolvendo suas atividades nos sistemas. Tal indagação se fez importante, uma vez que a baixa motivação pode indicar como consequência o fim dos sistemas e/ou até mesmo a saída

dos agricultores para outros lugares, para trabalhos que não sejam com a agricultura. Do total de entrevistados, 38,2% relataram que estão muito motivados para continuarem suas atividades nos seus sistemas, 55,3% informaram que estão pouco motivados e 6,3% disseram que estão desmotivados para continuarem na colônia desenvolvendo suas atividades nos sistemas. O questionamento levou em consideração uma variedade de fatores como transporte, educação, energia, produção, comercialização entre outros.

O índice alcançado nessa avaliação foi 0,76, indicando a classificação dos sistemas como sustentáveis. Esse resultado mostra que, apesar das dificuldades vivenciadas pelos agricultores no que diz respeito a uma série de fatores, os mesmos ainda apontam que é melhor permanecer nas suas atividades do que sair para uma incerteza. Tal índice pode ser melhorado com o atendimento de maneira satisfatória de algumas demandas que fazem parte da necessidade do cotidiano das famílias, não somente relacionados às questões produtivas (saúde, segurança, transporte, assistência técnica, cursos de capacitação entre outros). A pouca motivação ou desmotivação de alguns tem muita relação com as condições de saúde e a falta de apoio governamental para investimentos.

No panorama da dimensão e indicador social foi obtido o índice de sustentabilidade 0,66, revelando a dificuldade de sustentabilidade dos sistemas de uso da terra praticados na colônia agrícola do Matapi em tal dimensão. Esse resultado foi muito influenciado pelas atividades que demandam esforços físicos constantes nos sistemas, provocando a ocorrência contínua de posições desfavoráveis, e pela longa exposição dos agricultores aos raios solares. Estas são as duas situações mais críticas quando da avaliação da sustentabilidade dos sistemas na dimensão social.

SUSTENTABILIADADE NA DIMENSÃO ECONÔMICA

A receita mensal das famílias pesquisadas variou de menos de um salário até mais de três salários mínimos. Foi considerado como salário mínimo o valor de R$ 998,00, vigente no momento da pesquisa. Constatou-se que 14,8% das famílias obtêm receitas abaixo de um salário, 61,7% obtêm receitas entre 1 e 2 salários, 12,7% entre 2 e 3 salários e 10,6% informaram que alcançam receitas que somam mais de 3 salários mínimos. É importante ressaltar que para a formação da receita algumas famílias recebem benefícios sociais, os quais contribuem bastante para o montante mensal; além do mais, em algumas situações ocorre também a realização de atividades remuneradas fora do estabelecimento.

Quando questionados sobre a principal fonte de receita da família, 59,5% informaram que a principal fonte provém das atividades realizadas na agricultura, 31,9% relataram que a

principal fonte são os benefícios sociais e 8,5% disseram que o trabalhado assalariado é a principal fonte de receita. Esses dados revelam que as atividades desenvolvidas nos sistemas não configuram a principal fonte de receita para todos os agricultores, sendo que em quase 40% dos estabelecimentos outras fontes têm se configurado como a principal. Apesar da agricultura não ser a principal fonte de receita, ela é desenvolvida por todas as famílias. O que se constatou foi a variação do tempo dedicado aos trabalhos e serviços nos sistemas.

Um dos elementos pesquisados na dimensão econômica se refere à avaliação para saber se os agricultores conseguiriam sobreviver somente com a receita alcançada dos sistemas. Apenas 2,1% relataram que conseguiriam sobreviver muito bem nessa condição, 40,4% disseram que sobreviveriam bem, 42,5% revelaram que viveriam precariamente e 14,9% informaram que não conseguiriam sobreviver somente com a receita obtida com os sistemas. O índice de sustentabilidade obtido em tal avaliação foi 0,42, revelando a precariedade de sustentabilidade dos sistemas para manter a reprodução das famílias somente com as receitas proveniente de tais. Com isso, pode-se inferir que as receitas obtidas somente da produção dos sistemas não conseguem atender as demandas necessárias para a sobrevivência dos agricultores e suas famílias.

Outro elemento de grande importância para avaliar a sustentabilidade dos sistemas refere-se à diversidade dos canais de comercialização. Entende-se que é muito complicado produzir e não conseguir dar destino a essa produção em condições que garantam o retorno do trabalho realizado e uma receita suficiente para manter as bases da reprodução familiar e ainda custear as demandas para continuar os trabalhos. A comercialização é um momento muito esperado pelos agricultores, pois os resultados desta possibilitam as projeções de investimentos e as análises de demandas por determinados produtos, bem como o acesso à produtos de consumo familiar ou de uso na manutenção dos sistemas.

A pesquisa identificou a ocorrência de quatro canais de comercialização: a venda no próprio local, para cooperativa, em feiras e a venda para mercados/pequenos comércios. Do total de entrevistados, 14,8% relataram que vendem com frequência no próprio local, 27,6% disseram que a venda no próprio local ocorre às vezes, 31,9% informaram que raramente comercializam seus produtos no próprio local e 25,5% não vendem no próprio local. Quanto à entrega para a cooperativa, apenas 2,1% informaram que entregam com frequência para este tipo de canal de comercialização, 12,7% disseram que entregam às vezes seus produtos para a cooperativa, 10,6% revelaram que raramente entregam para a cooperativa e 74,4% informaram não entregar seus produtos para a cooperativa. No que se refere à comercialização em feiras, 85,1% a realizam com frequência, 6,3% recorrem às vezes a esse canal e 8,5% não

comercializam em feiras. Quanto à venda para mercados/pequenos comércios, 4,2% relataram que a realizam com frequência nesse canal, 10,6% informaram que a venda para esse canal ocorre às vezes, 2,1% vendem raramente para esse canal e 82,9% não comercializam em mercados/pequenos comércios.

O índice de sustentabilidade obtido na avaliação do elemento diversidade dos canais de comercialização foi 0,50, revelando que nessa análise os sistemas são caracterizados por apresentarem dificuldade de sustentabilidade. Os resultados demonstram que há uma diversidade de canais de comercialização, mas nem todos são utilizados com grande recorrência pelos agricultores, seja por não terem produtos para comercializarem em todos, por não possuírem o próprio transporte ou então por não verem vantagem em entregar para a cooperativa. Assim, a diversidade de canais de comercialização, embora presente e em disponibilidade para os agricultores, não representa necessariamente uma condição para a boa saída e venda dos produtos, uma vez que o acesso a todos estes têm suas limitações. De forma geral, a maior valorização dos produtos nos canais de comercialização contribuiria para melhorar o nível de sustentabilidade dos sistemas nesta avaliação.

Outra variável investigada na dimensão econômica se refere à satisfação dos agricultores com a comercialização. A baixa satisfação com a comercialização pode acarretar no descontentamento de muitos agricultores por prosseguirem suas atividades, reduzindo sua produção ou até mesmo cogitando a possibilidade de saída do local. Para 4,2% dos entrevistados a comercialização está ótima, 76,5% informaram que a comercialização é considerada boa e 19,1% relataram que a comercialização é péssima. A análise considerou também a satisfação com os locais de venda. O índice de sustentabilidade obtido na satisfação com a comercialização foi 0,61, indicando que os sistemas apresentam característica de dificuldade de sustentabilidade. O nível de satisfação com a comercialização está associado aos preços alcançados nos produtos, o transporte, a saída de tudo que foi posto para a venda e a organização dos locais onde as vendas acontecem. Quanto melhor a avaliação desses aspectos pelos agricultores, melhor o nível de satisfação com a comercialização.

Outra variável analisada na dimensão econômica diz respeito à recorrência por trabalhos fora do estabelecimento. 12% informaram que é frequente essa situação, 14,8% disseram que essa situação ocorre às vezes, 5,5% relataram que raramente ocorre essa demanda e 59,5% informaram que nenhum membro familiar precisa recorrer em busca de trabalho fora do estabelecimento. O índice de sustentabilidade alcançado foi 0,70, revelando que em tal análise os sistemas apresentam dificuldade de sustentabilidade. Os dados revelam que é alta porcentagem de agricultores que precisam recorrer a trabalhos fora do estabelecimento, o que

é justificado pelo fato de que as atividades dos sistemas não demandam a ocupação constante e direta da mão de obra de toda a família. Entretanto, a busca por trabalho fora do estabelecimento não configura necessariamente fraqueza no desenvolvimento dos sistemas, mas pode ser entendida como uma estratégia para que os agricultores permaneçam nas suas terras, principalmente nos momentos de poucos trabalhos nos próprios sistemas, recorrendo às outras atividades que se caracterizam como "cintos de segurança" (PLOEG, 2009) para que continuem produzindo nos seus sistemas.

Investigou-se também se nos sistemas ocorreu a introdução de inovações e técnicas na forma de produzir nos últimos cinco anos. A pesquisa identificou que 10,6% dos entrevistados começaram a utilizar tratores nos seus sistemas nos últimos cinco anos, 4,2% começaram a utilizar irrigação e 8,5% inseriram novas técnicas do serviço de assistência técnica. O uso de tratores e irrigação é uma recorrência de uso por muitos agricultores na colônia. O que a pesquisa identificou foi a inserção de novas pessoas que passaram a utilizar estes meios nos últimos 5 anos. Quanto à inserção de novas técnicas decorrente do serviços de assistência técnica, isso está relacionado a alguns projetos de financiamentos, especialmente os de plantio e manejo de açaizais. Quando questionados sobre o recebimento de serviços de assistência técnica, 2,1% informaram que recebem com frequência tais serviços, 10,6% disseram que às vezes recebem esses serviços, 31,9% informaram que raramente recebem tais serviços e 55,3% não recebem tais serviços.

O índice de sustentabilidade obtido na avaliação da variável sobre a introdução de inovações e técnicas na forma de produzir nos últimos cinco anos foi 0,20, mostrando que nessa avaliação os sistemas são insustentáveis. Esse dado revela que uma das possibilidades que pode favorecer a entrada de inovações nos sistemas não tem grande expressão e/ou acesso entre os agricultores. Uma das explicativas para tal situação encontra-se no fato de que não há vontade de muitos agricultores por mudar a maneira de trabalhar nos seus sistemas (embora reconheçam a importância da assistência técnica), pois pretendem seguir trabalhando como sempre fizeram. Isso também não quer dizer que os agricultores estejam fechados para as inovações e novas técnicas, mas preferem, por questões culturais ou de limitações financeiras, continuar com as técnicas e estratégias que já conhecem. Entretanto, identificou-se o anseio dos agricultores por orientações durante algum momento da etapa produtiva (preparo da área para o plantio, no período do verão, para o combate de pragas e doenças entre outros).

Outra variável pesquisada diz respeito à satisfação dos agricultores com a quantidade produzida em seus sistemas. Nesta análise, 6,3% informaram que estão muito satisfeitos com a quantidade produzida, 40,4% indicaram que estão satisfeitos, 48,9% disseram que estão pouco

satisfeitos e 4,2% revelaram que não estão satisfeitos. Parte significativa dos entrevistados revelou que se pudessem produziriam bem mais do que produzem atualmente, mas não o fazem por uma série de fatores, como mercado certo para a venda, falta de mão de obra, alto custo de insumos agrícola entre outros. O índice de sustentabilidade alcançado na avaliação da variável satisfação com a quantidade produzida foi 0,49, revelando que em tal análise os sistemas são caracterizados por apresentarem precariedade de sustentabilidade.

As limitações físicas de alguns agricultores foi um dos responsáveis por esse resultado, somadas a idade avançada e as dores pelo corpo, as quais em muito têm limitado o aumento de áreas trabalhadas. Para superar esse cenário limitador entende-se que a combinação de novas técnicas e estratégias produtivas (diversidade de produção, equipamentos e ferramentas para menores esforços, maior aproveitamento da área explorada, os serviços de assistência técnica em conformidade com as demandas locais entre outras) poderia configura-se como alternativas para melhorar o aumento da quantidade produzida, o que deve também estar associado às melhores possibilidades de comercialização. Embora limitados pelas diversas ordens de fatores, constatou-se que os agricultores seguem na busca e dedicando-se por alcançarem maiores quantidades produzidas ano após ano.

Por meio da média ponderada foi alcançado o índice de sustentabilidade 0,48 para a dimensão e indicador econômica/o, revelando que no panorama da dimensão os sistemas são caracterizados por apresentarem precariedade de sustentabilidade. Tal realidade, em termo de aspectos econômicos, pode fragilizar ao longo dos anos a continuidade de alguns sistemas. Podemos argumentar que na variável do pior índice alcançado na dimensão econômica, introdução de inovações e assistência técnica, também pode estar o ponto chave para melhorar a sustentabilidade dos sistemas, não só nessa dimensão como também nas demais, isso, claro, associadas às particularidades locais e demandas dos agricultores.

SUSTENTABILIADADE NA DIMENSÃO AMBIENTAL

Uma das primeiras variáveis pesquisadas na colônia sobre a sustentabilidade dos sistemas na dimensão e indicador ambiental se refere à verificação da presença ou risco de erosão nos solos provocada pelas atividades. A forte presença de erosão pode inviabilizar a continuidade dos sistemas, provocando até mesmo o abandono do estabelecimento, uma vez que os solos não poderão ser utilizados para a agricultura. Foram poucas as constatações de erosão do solo, mas a tendência para este fato deve ser considerada de preocupações, uma vez que os solos da colônia são muito arenosos e há muitas áreas que são íngremes.

Em 4,2% dos estabelecimentos a erosão dos solos foi considerada alta, em 6,3% a erosão foi considerada média, em 29,7% considerada baixa e em 59,5% dos casos não foi constatada a erosão dos solos. O índice de sustentabilidade obtido nessa avaliação foi 0,81, revelando que em tal análise os sistemas são considerados sustentáveis. O nível de erosão alta foi considerado a partir do não uso de determinadas áreas para o cultivo ou outras atividades devido o processo de erosão. Quando indicado que a erosão presente atrapalha, mas permite os trabalhos em determinadas áreas, a situação foi considerada de média erosão. Quando pontuados sinais de que os solos estão sendo levados pela água da chuva para partes mais baixas do terreno a situação foi considerada de baixa erosão.

Outro elemento avaliado foi o uso e intensidade na aplicação de agrotóxicos. Constatou-se que em 14,8% dos sistemas o uso de agrotóxicos é frequente, em 44,6% o uso ocorre às vezes, em 21,2% o uso ocorre raramente e em 19,1% não ocorre a aplicação. Os sistemas que mais demandam o uso e intensidade na aplicação de agrotóxicos são as hortas. O índice de sustentabilidade alcançado nessa avaliação foi 0,47, o que indica que em tal análise os sistemas praticados na colônia apresentam como característica a precariedade de sustentabilidade. Tanto do ponto de vista ambiental (contaminação dos solos, cursos de água, fauna entre outros) quanto da saúde humana (alimentos contaminados), os agrotóxicos representam um perigo. A saída para esta situação pode ser pensada e encontrada no uso de defensivos naturais ou outras estratégias que afastem a necessidade pelo uso dos agrotóxicos.

Também foi avaliado o uso do fogo nos sistemas. Identificou-se que em apenas 4,2% dos estabelecimentos o uso do fogo é frequente, em 14,8% tal uso ocorre às vezes, em 31,9% ocorre raramente e em 48,9% o fogo não é utilizado durante as atividades dos sistemas. Segundo os entrevistados, o uso do fogo, especialmente no preparo das áreas para o plantio, não é mais tão frequente como antes devido à introdução de tratores, os quais são muito utilizados atualmente no preparo de áreas, e também devido à maior intensificação dos órgãos ambientais por coibirem, mediante uma série de exigências, a prática de queimadas. O índice de sustentabilidade obtido em tal avaliação foi 0,74, revelando que os sistemas são caracterizados por apresentarem dificuldade de sustentabilidade. A não utilização do fogo e do não desmatamento são fatores muito importantes para a manutenção dos fatores ecológicos, o que muito têm a contribuir com a sustentabilidade dos sistemas.

Outro elemento avaliado foi a intensidade do uso de adubos químicos e orgânicos. O uso intenso de tais adubos pode provocar dependência desses produtos, os quais na falta ou no aumento de preço podem não ser mais acessíveis ao agricultor, o qual diante de tal situação poderá ter muitas dificuldades para manter a produção do seu sistema. Constatou-se que 74,4%

usam com frequência adubos químicos, 14,8% usam às vezes, 2,1% usam raramente e 8,5% informaram que não utilizam tais adubos. Com relação ao uso de adubos orgânicos (esterco de gado e de galinha) 59,5% relataram que usam frequentemente, 19,1% os utilizam às vezes, 8,5% utilizam raramente e 12,7% informaram que não utilizam adubos orgânicos. Constatou-se que a maior demanda de adubos químicos ocorre na produção de abacaxi e de laranja, enquanto a maior demanda por adubos orgânicos são as hortas.

Na avaliação que investigou a intensidade do uso de adubos químicos e orgânicos o índice de sustentabilidade alcançado foi 0,19, revelando que os sistemas são muito dependentes destes adubos, o que pode ser explicado pela baixa fertilidade dos solos. Nessa análise os sistemas foram classificados e considerados como insustentáveis. Os agricultores informaram que é praticamente impossível produzir sem adubos químicos e orgânicos, "se não tiver adubo não dá", disse um dos entrevistados, "pra produzir aqui, tem que ter adubo químico", disse outro. As menores demandas por tais adubos ocorrem nos sistemas de maior diversidade de cultivos, aqueles que têm como características os sistemas agroflorestais, os quais também são menos propensos ao ataque de pragas e doenças, assim como também possibilitam menores riscos de mercado devido à maior diversidade de produtos.

Outra avaliação realizada se refere à compra de sementes. Constatou-se que em 44,6% dos estabelecimentos a compra de sementes é frequente, em 12,7% ocorre às vezes, em 12,7% ocorre raramente e em 29,7% foi informado que não ocorre a compra de sementes. As hortas são as que mais demandam a compra de sementes. O índice de sustentabilidade alcançado nessa avaliação foi 0,42, revelando que os sistemas praticados apresentam precariedade de sustentabilidade nessa análise, os quais são bastante dependentes da compra de sementes. Isso mostra a forte dependência do mercado para a obtenção de sementes.

O uso de tratores foi outra varável avaliada. Identificou-se que 17% utilizam trator, 48,9% o utiliza às vezes, 21,2% raramente e 12,7% não utilizam trator. Se por um lado, o trator é um mecanismo que em muito tem a contribuir com maior produtividade e produção, a partir da análise econômica, por outro, a partir do aspecto ambiental, ele pode provocar sérios impactos no terreno, principalmente no diz respeito à compactação dos solos. O índice de sustentabilidade obtido em tal análise foi 0,42, indicando que os sistemas apresentam como característica a precariedade de sustentabilidade. Os que não possuem tratores realizam o aluguel de tais máquinas e implementos, o que em algumas vezes ocorre somente o pagamento do combustível e as diárias do operador.

Por meio da média ponderada foi alcançado o índice de sustentabilidade 0,47 para a dimensão e indicador ambiental, revelando que nestes parâmetros os sistemas de uso da terra

praticados na colônia agrícola do Matapi são caracterizados por apresentarem precariedade de sustentabilidade. Um ponto importante para se avançar e melhorar a sustentabilidade dos sistemas na dimensão ambiental passa por reduzir a dependência dos adubos químicos e orgânicos, de sementes, de agrotóxicos e do uso de tratores.

SUSTENTABILIADADE NA DIMENSÃO POLÍTICA

Um dos elementos avaliados na dimensão e indicador político diz respeito à verificação por saber se existem grupos organizados de representação dos agricultores e qual tem sido o papel desempenhado por estes grupos para o desenvolvimento dos sistemas. Foi constatado, segundo os relatos dos entrevistados, que na colônia existe mais de um grupo organizado (Associação Apique do Gadelha, Associação dos Agricultores da Colônia Agrícola do Matapi–AACAM, Associação das Mulheres da Colônia Agrícola do Matapi e Cooperativa Agroextrativista dos Produtores do Município do Porte Grande–COAMP), no entanto, segundo os próprios entrevistados, tais grupos vêm apresentando baixo desempenho e dinamismo na colônia. Entende-se que os grupos organizados são muito importantes nos processos de diálogos com os agentes externos, e até mesmo no próprio âmbito interno, para discutirem e traçarem estratégias sobre variados assuntos que visem melhorar o desempenho dos sistemas, principalmente no que diz respeito à captação de recursos e outros meios que possam ser investidos pelos agricultores em seus estabelecimentos. Apenas 65,9% dos entrevistados são associados em uma das associações ou cooperativa da colônia.

Quando os associados foram questionados sobre a intensidade de participação nas reuniões dos grupos organizados, 17% informaram que participam de todas as reuniões promovidas, 14,8% relataram que só participam quando consideram de interesse a pauta, 12,7% participam ocasionalmente e 21,2% não participam das reuniões. O índice de sustentabilidade obtido na avaliação que investigou a intensidade de participação nas reuniões dos grupos organizados foi 0,39, revelando que em tal análise os sistemas são caracterizados por apresentaram precariedade de sustentabilidade. Isso pode demonstrar que aqueles que têm baixa participação nas reuniões deixam de usufruir não só das trocas de experiências, mas também de eventuais benefícios que venham agregar ao desenvolvimento dos sistemas e da vida social. As estratégias por maiores participações passam por estimular e incentivar os agricultores com reuniões que sejam mais dinâmicas e atrativas, uma vez que houve relatos de que as reuniões são “só perda de tempo, pois não resolvem nada”.

Outro questionamento realizado para avaliar a sustentabilidade dos sistemas procurou investigar se os agricultores que participam nos grupos organizados emitem suas opiniões

durante as reuniões. Constatou-se que 10,6% emitem sempre suas opiniões, 25,5% emitem suas opiniões algumas vezes, 2,1% relataram que muito raramente emitem suas opiniões, 6,3% não dão suas opiniões e 55,3% encontram-se entre aqueles que são associados, mas não participam, e aqueles que não são associados. O índice de sustentabilidade alcançado nessa análise foi 0,32, indicando a precariedade de sustentabilidade dos sistemas. Emitir opinião configura-se como parte do debate por aceitar, procurar ajustes ou rejeitar ações que terão influência direta ou indireta na vida e produção na colônia. A tendência é para a continuidade na descredibilidade que têm as organizações sociais na colônia.

Na análise do elemento em que se procurou identificar a contribuição dos grupos organizados para o desempenho dos sistemas, constatou-se que entre os associados, 2,1% informaram que os grupos organizados muito têm contribuído, 2,1% disseram que algumas vezes ocorre a contribuição, 19,1% relataram que tal contribuição é pouca e 42,5% informaram que as ações dos grupos organizados em nada contribuem. O índice de sustentabilidade obtido nessa avaliação foi 0,21, revelando a característica de insustentabilidade dos sistemas. As contribuições dos grupos organizados ocorrem em muitas das vezes por conseguir um trator para realizar o preparo de áreas, a intermediação por conseguir assistência técnica, algum tipo de documento ou ajuda governamental, e ainda na articulação por conseguir a compra de adubos químicos ou orgânicos por preços menores ou gratuitamente devido a algumas parcerias com o governo. A alternativa para melhorar tal índice passaria primeiramente pela revalorização por parte dos agricultores da importância dos grupos organizados.

Na avaliação que procurou verificar se ocorre a prática e participação dos agricultores em mutirões, constatou-se que para 2,1% essa prática é frequente, 8,5% participam às vezes, 44,6% informaram que há necessidade dessa prática, mas não a realizam, 2,1% disseram que não precisam de mutirão e 42,5% informaram que a prática de mutirão não ocorre na colônia. Essa análise foi importante para averiguar se os agricultores durante as suas atividades realizam entre si troca de serviços, o que muito pode contribuir para o fortalecimento comunitário e suprir limitações de mão de obra nas atividades realizadas. O índice de sustentabilidade obtido foi 0,20, revelando os sistemas são insustentáveis. A pesquisa constatou que a prática do mutirão já foi intensa, mas foi decaindo devido aos descompromissos por parte de muitos envolvidos. A necessidade de mutirão ainda é apontada por muitos, mas, atualmente, tal prática é limitada e realizada apenas por alguns grupos familiares. Existindo e apontada a necessidade pela prática de mutirões, as estratégias passariam pela reaproximação dos agricultores na tentativa de retomar essa prática.

Por meio da média ponderada foi alcançado o índice de sustentabilidade 0,26 para a dimensão e indicador política/o, revelando que nestes parâmetros os sistemas de uso da terra praticados na colônia são caracterizados por apresentarem precariedade de sustentabilidade. De todas as dimensões, a política foi a que apresentou o pior desempenho na análise de sustentabilidade. Isso mostra que essa dimensão demanda a maior atenção e prioridades em termos de estratégias e ações para não comprometer a manutenção e permanência dos sistemas. A organização, social e política, é uma base forte para a reprodução das famílias e das atividades produtivas, pois representam a comunidade na busca por melhorias e serviços que venham contribuir com o bem-estar dos agricultores.

SUSTENTABILIADADE NA DIMENSÃO CULTURAL

Uma das variáveis avaliada nessa dimensão se refere à troca de conhecimentos entre os agricultores sobre como realizar algumas atividades nos sistemas. Constatou-se que 59,5% realizam essas trocas com frequência, 21,2% informaram que realizam às vezes, 10,6% disseram que isso ocorre raramente e 8,5% relataram que não trocam conhecimentos de como trabalham nos seus sistemas. O índice de sustentabilidade obtido nessa avaliação foi 0,77, revelando que em tal análise os sistemas apresentam característica de sustentáveis. A troca de conhecimentos coloca-se como muito importante para dar continuidade às estratégias e formas de como se trabalha nos sistemas. Um agricultor pode suprir a necessidade do outro quando este apresente certas dificuldades em termos de técnicas de como trabalhar com determinados cultivos, especialmente quando estes cultivos são recém-adotados.

Na avaliação da variável que procurou identificar se os agricultores recebem cursos de capacitação/aprimoramento de como realizar algumas atividades nos sistemas, constatou-se que apenas 2,1% indicaram que recebem esses cursos com frequência, 17% os recebem às vezes, 14,8% os recebem raramente e 65,9% informaram que não recebem. De maneira geral, os entrevistados revelaram que têm conhecimento dos cursos que são realizados na colônia, assim como do convite de outros que ocorrem fora da colônia, mas muitas das vezes não participam por questões de deslocamento ou de não interesse pelo curso ofertado.

Nessa análise o índice de sustentabilidade obtido foi 0,18, o menor dentre os elementos pesquisados na dimensão cultural, revelando que em tal avaliação os sistemas apresentam características de insustentabilidade. A alternativa para melhorar o índice na avaliação passa por diversificar os cursos oferecidos, assim como também que os cursos considerem os conhecimentos e forma de trabalho dos agricultores, que consigam associar e somar os

conhecimentos e práticas já adquiridas. Ademais disso, que os cursos sejam oferecidos com mais frequência na própria colônia.

Outro elemento pesquisado na dimensão e indicador cultural consistiu em saber se as atividades dos sistemas têm dificultado a participação dos agricultores e seus familiares em eventos realizados na colônia ou fora dela. Nesta avaliação procurou-se verificar se as atividades dificultam a socialização dos agricultores ou interesse destes por participar nos eventos. Do total de entrevistados, 12,7% informaram que não participam de eventos e outras comemorações apenas nos dias de muito trabalho, 34% relataram que as atividades não impedem a participação sua ou de seus familiares em eventos locais ou fora, 23,4% disseram que participam às vezes em tais eventos e 29,7% informaram que não gostam de participar nos eventos. O índice de sustentabilidade obtido na avaliação foi 0,50, revelando que em tal análise os sistemas são classificados com dificuldade de sustentabilidade. O que se contatou foi o baixo interesse ou não participação de mais da metade dos entrevistados nos eventos festivos realizados na colônia por não se sentirem atraídos.

Na avaliação da variável tempo para descanso e lazer da família buscou-se identificar o nível de demanda da mão de obra dos agricultores e seus familiares nas atividades dos sistemas, verificando se essa demanda tem possibilitado tempo para o descanso e lazer da família. Do total de entrevistados, 74,4% informaram que sempre têm tempo para o descanso e lazer da família, 12,7% relataram que às vezes têm tempo para isso, 10,6% disseram que têm pouco tempo para o descanso e lazer e 2,1% informaram que não têm tempo para isso. O índice de sustentabilidade obtido nessa avaliação foi 0,82, indicando que os sistemas são caracterizados como sustentáveis. As hortas são as que mais demandam tempo de trabalhado. O resultado alcançado demonstra que as atividades desenvolvidas nos sistemas têm possibilitado que as famílias, de maneira geral, consigam alcançar tempo para o descanso.

Na análise sobre a dificuldade dos agricultores para manterem seus sistemas, 36,1% indicaram muita dificuldade, para 46,8% a dificuldade é pouca, 4,2% indicaram que raramente têm dificuldades e 12,7% revelaram que não têm nenhuma dificuldade. O índice de sustentabilidade alcançado foi 0,31, indicando que em tal análise os sistemas apresentam como característica a precariedade de sustentabilidade. Foi apontada como a maior dificuldade enfrentada a baixa fertilidade dos solos (40,4%), seguida pela falta de irrigação (21,2%), a ocorrência de pragas e doenças (19,1%), a falta de mão de obra (8,5%), as atividades com o preparado do solo para o plantio (6,3%) e a dificuldade com transportes (4,2%). A baixa fertilidade dos solos tem feito com que os agricultores direcionem significativos gastos para a

compra de adubos químicos e orgânicos, situação que se complica ainda mais no verão, quando as dificuldades aumentam devido à falta de irrigação.

Por meio da média ponderada foi alcançado o índice de sustentabilidade 0,51 para a dimensão e indicador cultural, revelando que nestes parâmetros os sistemas de uso da terra praticados na colônia agrícola do Matapi são caracterizados por apresentarem dificuldade de sustentabilidade.

De maneira geral, considerando a avaliação dos sistemas de uso da terra praticados na colônia agrícola do Matapi nas cinco dimensões proposta de análise, chegou-se ao índice de sustentabilidade 0,47, demonstrando que no panorama os sistemas apresentam precariedade de sustentabilidade ou sustentabilidade fraca (Tabela 1).

Tabela 1 – Sustentabilidade dos sistemas de uso da terra na colônia do Matapi por dimensão /indicador.

Dimensão/indicador	Índice de sustentabilidade
Social	0,77
Econômico	0,18
Ambiental	0,50
Político	0,82
Cultural	0,31
Geral	**0,47**

Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Tal resultado é motivo de preocupação quando se pensa na permanência da reprodução dos sistemas, pois não são fatores isolados que contribuem para tal cenário e que as alternativas para melhorar o cenário atual não passam simplesmente por questões pontuais, mas por um conjunto de ações e estratégias que tenham vez por atender e superar as fragilidades identificadas que comprometem o não alcance do melhor nível de sustentabilidade dos sistemas nas cinco dimensões avaliadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As observações em campo permitiram a constatação da ocorrência de vários lotes abandonados ou em disponibilidade para a venda. Tal fato pode estar associado à série de fatores constatados e identificados durante a pesquisa e levantamento de dados que apontaram para a precariedade de sustentabilidade e permanência dos sistemas na colônia. Já faz parte da realidade na colônia a transformação de lotes em chácaras, as quais vão se tornando propriedade de pessoas que chegam à colônia em busca de um lugar para lazer e descanso no final de semana, não sendo as mesmas utilizadas para a produção de alimentos.

A disponibilidade de lotes para a venda pode intensificar a transformação destes em chácaras na colônia, o que poderá levar ao comprometimento da produção de alimentos hoje realizada pelos agricultores. Soma-se para essa situação o abandono de alguns lotes por parte dos agricultores que resolveram sair da colônia na busca por melhores condições de vida em outros lugares. Não havendo perspectivas para melhorias nas condições produtivas e social na colônia, podemos apontar como tendência para os lotes atualmente abandonados a disponibilidade para venda, contribuindo ainda mais para que pessoas sem a intenção de uso produtivo das terras se façam cada vez mais presentes na colônia.

Embora as dificuldades sejam muitas durante o processo de produção nos sistemas, e considerando também a não satisfação de várias demandas sociais, pode-se presumir que os agricultores permanecerão desenvolvendo suas atividades nos sistemas, pois apresentam uma racionalidade que os caracterizam no sentido de que, mesmo sob extrema condição desfavorável, levam adiante suas dinâmicas produtivas, porque o objetivo maior não é o lucro e sim alcançar pelo menos o mínimo para sobrevivência, o que os diferencia da lógica capitalista, a qual em situação desfavorável abandonaria seu empreendimento e concentraria os esforços na busca por outras oportunidades de lucro.

Os agricultores familiares resistem às situações desfavoráveis, mas há casos em que ele considera melhor deixar sua terra e sair na procura por outras oportunidades e condições de viver. De maneira geral, podemos argumentar que os sistemas de uso da terra praticados na colônia agrícola do Matapi têm garantido a sobrevivência dos agricultores e seus familiares, os quais retiram da terra o seu sustento e dela conseguem obter recursos para atender as necessidades básicas da família.

REFERÊNCIAS

ALTIERI. M. (2002). *Agroecologia: bases científicas para uma agricultura alternativa*. Editora Guaíba. Porto Alegre-RS.

CARVALHO, J. P. L. (2013). *Adaptações de agroecossistemas familiares às mudanças no contexto socioeconômico e ambiental no município de Curralinho, Marajó, Pará.* Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável). Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Universidade Federal do Pará. Belém-PA.

CARVALHO, O. M. A. (2014). *A superação da subalternidade camponesa ao capital.* Movimento dos atingidos por barragens: água e energia não são mercadorias! São Paulo. Disponível no site < WWW.mabnacional.org.br/artigo/supera-da-subalternidade-camponesa-ao-capita> acessado em setembro de 2015.

CHAYANOV, A. V. (1985). *La Oranización de la Unidad Económica Campesina.* Ediciones Nueva Vision. Buenos Aires.

Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD). (1991). *Nosso futuro comum.* 2ª edição. Editora da Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro-RJ.

COSTA, F. A. (1994). Racionalidade camponesa e sustentabilidade. In: *Papers do NAEA*. Nº 29. Belém-PA.

CUNHA Jr., A. J.; GENSCHOW, F. A. (1958). *Amapá: um estudo para colonização.* Instituto Nacional de Imigração e Colonização – Departamento de Estudos e planejamento. Gráficas de Folha Carioca S. A. Rio de Janeiro-RJ. (série colonização).

FILOCREÃO, A. S. M. (2015). Formação Socioeconômica do Estado do Amapá. In: CASTRO E.; CAMPOS I. *Formação Socioeconômica da Amazônia*. 1ª ed. NAEA, vol. 1, p. 97-172. Belém-PA.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. (1966). *Atlas do Amapá***.** Gráfica do IBGE. Rio de Janeiro-RJ.

Incubadora de Políticas Públicas para a Amazônia (IPPA). (2012). *Índice de sustentabilidade dos municípios da Amazônia: metodologia para o cálculo dos indicadores*. Belém-PA.

LEFF, E. (2001). *Epistemologia ambiental.* Editora Cortez. São Paulo-SP.

LOBATO, S. S. (2013). *A cidade dos trabalhadores: insegurança estrutural e tática de sobrevivência em Macapá (1944-1964)* [versão corrigida]. Tese (Doutorado em História Social). Universidade de São Paulo. São Paulo-SP.

LÓPEZ-RIADURA, S; MASERA, O; ASTIER, M. (2001). Evaluando la sostenibilidad de los sistemas agrícolas integrados: el marco MESMIS. In: *LEISA: Revista de Agroecologia*. Vol. 16, nº 4, abril.

MUTO, R. (2010). *O Japão na Amazônia: condicionantes para fixação e mobilidade dos imigrantes japoneses (1929-2009)*. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento). UFPA/NAEA. Belém-PA.

NOGUEIRA, A. C. N. (2012). *Diversificação produtiva em agroecossistemas familiares nos Municípios de Santa Maria das Barreiras e Conceição do Araguaia*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável). Programa de Pós-Graduação em agriculturas Amazônicas, Universidade Federal do Pará. Belém-PA.

PLOEG, J. D. V. (2009). Sete teses sobre a agricultura camponesa. In: PETERSEN, P. (Org.). *Agricultura familiar camponesa na construção do futuro.* AS-PTA, p. 17-31. Rio de Janeiro-RJ.

PRIETO, E. A. (2011). *Desarrollo de la metodología de evaluación de sostenabilidad de lós campesinos de montaña em San José de Cusmapa* (Nicaragua). TFM.

RESQUE, A. G. L. (2012). *Processos de modificação e a sustentabilidade de agroecossistemas familiares em comunidade de várzea do município de Cametá – PA*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável). Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Universidade Federal do Pará. Belém-PA.

SILVA, I. C. (2014). *Sustentabilidade dos sistemas de uso da terra no assentamento agroextrativista do Anauerapucu – AP*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). PPGMDR/UNIFAP. Macapá-AP.

SILVA, L. M. S. (2008) *Impactos do crédito produtivo nas noções locais de sustentabilidade em agroecossistemas familiares no território sudeste do Pará*. Tese (Doutorado em Agronomia). Universidade de Pelotas. Pelotas-RS.

SILVEIRA, J. H. P. (Org.). (2017). *Sustentabilidade e responsabilidade social*. Editora Poisson. Volume 3. Belo Horizonte-MG.

VIANNA, L. P. (2008). *De invisíveis a protagonistas: populações tradicionais e unidades de conservação.* Editora Annablume/Fapesp. São Paulo-SP.

QUESTÃO AGRÁRIA E A ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS NA LUTA PELA TERRA: EXPRESSÕES POLÍTICAS DO MST NO MARANHÃO

Aylana Cristina Rabelo Silva[1]
Giovanny Cid dos Santos Castro [2]

RESUMO

Este trabalho consiste em uma análise acerca da relação questão agrária e organização dos trabalhadores rurais, com relevo para as expressões políticas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no estado do Maranhão. Essa discussão explicita o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) enquanto expressivo sujeito sociopolítico na retomada da luta pela terra e na terra, e articulador de demandas da classe trabalhadora. O resultado da pesquisa evidencia que, os trabalhadores rurais têm engendrado estratégias de organização e resistência, na construção e reconstrução de uma luta que almeja a efetivação de políticas públicas e direitos fundamentais historicamente conquistados, e uma sociabilidade para além do capital.

Palavras-chave: Questão agrária, Luta pela terra, MST.

ABSTRACT

This work consists of an analysis of the relationship between the agrarian issue and the organization of rural workers, with emphasis on the political expressions of the Landless Rural Workers Movement (MST) in the state of Maranhão. This discussion explains the Landless Rural Workers Movement (MST) as an important socio-political subject in the resumption of the struggle for land and land, and an articulator of the demands of the working class. The research result shows that rural workers have engendered strategies of organization and resistance, in the construction and reconstruction of a struggle that aims to implement public policies and fundamental rights historically conquered, and sociability beyond capital.

Keywords: Agrarian issue, Struggle for land, MST.

[1] Assistente Social. Mestra em Desenvolvimento Socioespacial e Regional pela Universidade Estadual do Maranhão – UEMA. Doutoranda em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA, aylanarabelo@gmail.com
[2] Licenciado em Geografia. Mestrando em Geografia na Universidade Federal do Maranhão – UFMA giovanny.castro@discente.ufma.br

INTRODUÇÃO

Este trabalho consiste em uma análise acerca da relação questão agrária e organização dos trabalhadores rurais, com relevo para as expressões políticas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no estado do Maranhão. Nos marcos da contemporaneidade, momento em que há um acirramento das expressões da questão agrária, sob a contraditória vigência do capitalismo neoliberal, que confere ao campo a expansão e solidificação do agronegócio.

Com frequência, o Maranhão encabeça a lista dos estados com os piores indicadores sociais do país. No campo, a histórica concentração de capital em poucas mãos deixou como herança um acentuado quadro de desigualdades. Dos ciclos econômicos que legaram períodos de riqueza ao estado, ao agronegócio – a faceta mais moderna de acumulação de capital no campo – observamos o avanço de um tipo de desenvolvimento que não favorece as classes mais pobres, mas que a ameaça, expropria e mata. Constantemente, ocorre o aumento e a concentração de conflitos, violências e novas territorialidades (SODRÉ, 2015).

Na atualidade, trata-se de um contexto em que o agronegócio vem suscitando modificações estruturais no modo de apropriação privada da terra, com profundas repercussões, tanto nas formas de produção quanto na dinâmica da luta de classes. Os empresários expoentes do agronegócio adquirem avantajadas quantidades de capital para os seus investimentos devido a seus laços estreitos com o capital financeiro e os fundos de investimento internacionais. Admitem profissionais muito bem habilitados e altamente capacitados que, por sua vez, terceirizam os diferentes estágios da dinâmica produtiva a empresas especializadas em serviços agrários. Isso permite com que essas empresas corporativas apliquem as mais modernas técnicas agrícolas e consigam aumentos substantivos no rendimento da safra, na flexibilidade para se adaptar a variações nas circunstâncias de mercado e na produtividade global por meio de economias de escala (KAY, 2018).

Por conseguinte, é neste campo de embates na busca pela efetivação do direito à terra e direitos humanos em sua complexidade que o MST se insere, a partir de estratégias de resistência e organização, no contexto em que há um processo de acirramento da questão agrária. O que, por sua vez, assinala o campo como um espaço de conflito de classes.

A história dos movimentos e das lutas sociais, especialmente a dos trabalhadores do campo, distingue-se pela sua essência histórica e política de impugnação: inicialmente, contra a autoridade patronal de fazendeiros e "coronéis"; depois, contra a expropriação capitalista, cometida através dos grandes proprietários, grileiros e empresários; e mais recentemente, contra a exploração econômica, que se efetiva por meio da ação da grande empresa capitalista (MIRANDA, 2003).

METODOLOGIA

O método que possibilitou o desenvolvimento da pesquisa foi o materialismo histórico dialético, este comporta que o movimento real é apreendido enquanto totalidade de variadas determinações e relações. O exercício analítico que nessa construção é "o curso do pensamento abstrato que se eleva do mais simples ao complexo" (MARX, 1982, p. 15), é que permite retornar ao real, com este agora sendo reconstruído e compreendido. Ainda, o processo de investigação precisa conceber o "[...] o mundo não como um conjunto de coisas acabadas, mas como um conjunto de processos". (MARX, ENGELS, 1963, p. 31).

Enquanto momento metodológico da proposta investigativa, de forma articulada e simultânea a todo o processo, foi utilizado o levantamento de revisão de literatura (monografias, livros, artigos, teses, dissertações...) como importante fase. E, com base num processo de reflexão das categorias analíticas, o estudo se deu a partir do aporte de autores como: Karl Marx, Antônio Gramsci, Georg Lukács, João Pedro Stédile, Bernardo Mançano Fernandes.

Os sujeitos entrevistados, fontes primárias na investigação, foram 06 (seis) atuantes históricos no MST, sendo 05 (cinco) dirigentes e 01 (um) militante. O critério utilizado para escolha desses é o fato de serem os sujeitos que constroem historicamente a luta, enquanto centrais no processo de estratégias de resistência e por militarem no MST desde a formação, no Maranhão.

Um dos procedimentos escolhidos para a coleta das informações empíricas foi a entrevista semiestruturada. Essa é definida por Honnigmann (1995 apud MINAYO, 2004, p. 108) como: "uma técnica que combina perguntas fechadas (ou estruturadas) e abertas, onde o entrevistado tem a possibilidade de discorrer o tema proposto, sem respostas ou condições prefixadas pelo pesquisador".

Utilizamos para a identificação das informações, a numeração correspondente à ordem em que as entrevistas foram realizadas, bem como a data e o local em que foram acessadas, considerando que dois dos sujeitos participantes desse processo solicitaram com ênfase o não emprego sequer das iniciais dos seus nomes.

REFERENCIAL TEÓRICO

Concordamos com uma construção conceitual de questão agrária, que a deslinda como ramo do conhecimento que investiga o âmago das adversidades das sociedades concernentes ao uso, posse e propriedade da terra. Ao relacionar a questão agrária com os mecanismos de resistência da classe trabalhadora, e o movimento da sociedade, Fernandes (2001, p. 23) a define como: "[...] o movimento do conjunto de problemas relativos ao desenvolvimento da agropecuária e das lutas de resistência dos trabalhadores, que são inerentes ao processo desigual e contraditório das relações capitalistas de produção".

Ainda que a questão agrária perpasse a história nacional, com o processo de inserção e consolidação da ideologia neoliberal aumentam e diversificam-se os modos de subordinação e precarização dos trabalhadores camponeses. Ademais, há a expropriação e a expulsão destes de suas terras; e o cultivo não de alimentos, mas a transformação da produção agrícola em produção de mercadorias.

Em toda sua história o estado do Maranhão engendrou mecanismos para expropriações de famílias de suas terras, considerando que: "[...] a expropriação camponesa se dá através de mecanismos nefastos como a grilagem, que marcou profundamente a história estadual [...]" (AZAR, 2013, p. 26). Vale destacar que grileiros são os sujeitos que falsificam documentos a fim de tomar posse de terras, sendo que estas podem ser de terceiros ou devolutas. Por tais ações, pode-se dizer que o grileiro é um sujeito que se constitui como central no acirramento da questão agrária, devido as suas articulações que culminam na expropriação de incontáveis famílias de suas terras.

As relações históricas e políticas na trama maranhense impulsionaram a estruturação, ainda, de um arcabouço jurídico-normativo que exaspera a desigualdade no acesso à terra, o caso da Lei nº 2979, datada de julho de 1969, também conhecida por "Lei Sarney de Terras", que favoreceu ainda mais a concentração fundiária, ao passo que se constituía de medidas que potencializaram a inserção e disseminação das empresas

agropecuárias na realidade local. Com tal característica, podemos registrar com a constituição dessa lei, o papel do Estado em propiciar os direitos dos latifundiários.

O Estado articulou ações que fortaleciam a estrutura concentradora de terras, e por outro lado pretendia evitar conflitos com projetos de colonização, considerando que no contexto da década de 1970 foram criados numerosos projetos agropecuários, que com o discurso de modernização do setor, receberam investimentos da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). Nesses termos, Arcangeli (1987, p.73) ao analisar as relações que envolvem a terra no Maranhão nesse contexto evidencia que "na década de 60 e mais ainda na de 70, agrava-se o fenômeno da grilagem de terras na fronteira, que abre o caminho à expansão capitalista nas novas áreas".

Em 1971, foi criada a Companhia Maranhense de Colonização – COMARCO, que enriqueceu seu cabedal a partir de incorporação de terras maranhenses devolutas. Esses grandes projetos acabaram por beneficiar poucas pessoas e não foram os trabalhadores rurais. O então discurso da "modernização" veio beneficiar os latifundiários e as empresas agropecuárias.

A partir de 1980 seguiram-se os incentivos ao desenvolvimento industrial, o que continuava a fomentar os latifúndios. Nos anos que se seguiram, 1980 e 1990, agravou-se o alastramento dos grandes projetos no âmbito rural e a intensificação da entrada do capital estrangeiro no estado. Dentre os grandes projetos, temos o Programa Grande Carajás – PGC considerado "marco efetivo do ingresso do Maranhão na rota do capital transnacional" (ALMEIDA, 2012, p. 61).

Com essa premissa de aproveitamento econômico da região amazônica, o PGC trouxe a expectativa da ampliação da economia e do desenvolvimento. Considerando que para o desdobramento do projeto tornou-se necessário alguns mecanismos de infraestrutura. Esses investimentos dispõem de todo um aparato jurídico e político para sua efetivação, pois concretizam o que o governo estadual tem privilegiado que é a expansão econômica. Portanto, pode-se afirmar que: "o governo estadual tem priorizado a implantação de grandes empreendimentos, agrários e industriais, sem considerar a realidade e os impactos sociais e ambientais" (ALMEIDA, 2012, p. 62)

Nesse cenário, os interesses do Estado e grupos empresariais se concretizam também na construção da Estrada de Ferro Carajás[3], que atingiu as populações rurais de

[3] Os impactos da Estrada de Ferro Carajás se ampliam, uma vez que o processo de duplicação foi iniciado pela Companhia Vale do Rio Doce, ou Vale como passou a ser denominada desde 2007 (CORREA, 2015,

toda a Amazônia Oriental, em particular aquelas que estão envolvidas em conflitos de terra, fato gerador de confrontos entre indígenas, trabalhadores sem terra e agentes do capitalismo no campo (SAMPAIO et al, 2002).

Considerando, ainda, a inserção do capitalismo no campo maranhense e a ampliação de suas práticas, a produção agrícola sofre transformações profundas compondo a dinâmica da economia monopolista. Nesse sentido, este tipo de produção que deixa de produzir alimentos para produzir mercadorias, passa a ser controlado por grupos e empresas transnacionais.

O avanço do capital alcançou a agricultura e revelou uma cominação entre indústria e agricultura, entre extensas frações de terra e empresas transnacionais, entre proprietários de terras e capitalistas internacionais. Nesse decurso, o capital se territorializou e estimulou a expropriação e a expulsão das famílias do campo para as cidades, implantando os grandes complexos agroindustriais no campo, via monocultura, para exportação, compreendendo a dilatação e a reprodução do capital (BARROS, 2018).

O conjunto das transformações introduzidas na agricultura, via avanços tecnológicos e revolução verde[4], será denominado de agronegócio. Este por sua vez apoia-se no padrão agroexportador de produtos, em ampla proporção e com a utilização intensa de agrotóxicos e transgênicos, não propiciando outro modo de produção agrícola. São complexos agroindustriais com vastos investimentos em tecnologia e mecanização; modelos de gestão e domínio da força de trabalho assalariada; e ainda, um mecanismo midiático que propaga as convicções fundamentais para persuadir que esse é o único molde possível de produção de alimentos.

Analisando a participação do capital internacional no Maranhão, Delgado (2010, p. 43) afirma que:

> Na produção de soja, temos como exemplos a atuação das transnacionais **Bunge**, **Cargill**, **ADM – Archer Daniels Midland**, que juntas controlam 60% dessa produção no Brasil e mais de ¾ da indústria de processamentos na Europa, que fornece óleo e farelo de soja para o mercado internacional (grifo nosso)

---

p. 12), expansão que aprofunda os conflitos existentes, tais como, de acordo com Almeida (2012, p. 63): "[...] conflitos como o agravamento da concentração fundiária, invasão de áreas de reservas e de terras étnicas, por onde passa o corredor, além da agudização do problema da exploração sexual de crianças e adolescentes nas áreas de canteiro de obras".

[4] A referida revolução ocorreu em um contexto de significativas transformações no campo social, político e econômico, sendo o cenário do pós-segunda guerra mundial. Nesse momento, a indústria passou não somente a produzir, mas também a fomentar o uso de agrotóxicos, além da incorporação de máquinas para os processos da produção agrícola. Por conseguinte, a revolução verde foi resultante de inúmeras articulações que pretendiam a ampliação do capital no pós-guerra, sendo o cenário em que se configuraram as modificações nas práticas agrícolas.

Sob a égide desse sistema, a produção comercial ou empresarial intensifica a produção de *commodities*. Em termos nacionais, assumem destaque nesse tipo de produção, produtos como a cana-de-açúcar, milho, soja, laranja, café, alumínio, minério de ferro e o petróleo, dentre tantos outros.

Na realidade específica do Maranhão, os monocultivos da soja e do eucalipto estão entre os grandes interesses do agronegócio. Miranda (2010, p. 82) falando acerca da ampliação da produção do agronegócio, no âmbito do estado do Maranhão, destaca que:

> No Sul do estado, a expansão da soja; no Oeste maranhense, as empresas de ferro-gusa e monocultura do eucalipto; no Baixo Paranaíba, as empresas de papel e celulose e, atualmente, também a soja, que têm como consequência mais imediata o controle sobre a mão de obra desqualificada do pequeno trabalhador rural.

A soja enquanto um condutor do agronegócio na realidade maranhense inclui-se na lista dos principais produtos exportados pelo estado, perdendo apenas para a mineração e o ferro-gusa. A intensificação da produção de soja no Maranhão está relacionada, ainda, com investimentos em pesquisas, inovação e infraestrutura, voltados para o desenvolvimento do agronegócio, que na atualidade tem se materializado, principalmente, a partir do plano de desenvolvimento do MATOPIBA[5].

O cultivo da soja nessas regiões ameaça o cerrado, tanto no que se refere a questões ambientais, considerando problemáticas, como o desmatamento, como sociais, ponderando as inúmeras comunidades tradicionais que são impactadas pela transformação do bioma. Além da soja, outra produção importante no cenário estadual é o eucalipto, tendo como fim a produção de carvão vegetal e celulose.

Segundo dados do IBGE (2019), a produção de eucalipto no estado do Maranhão vem crescendo significativamente, em municípios como Açailândia chega a 40.923 ha, sendo, portanto a maior do estado. A segunda maior área é o município de Barra do Corda, com 24.695 ha, na terceira colocação temos Itinga do Maranhão com 20.786 ha. Dentre os municípios com áreas extensas do referido monocultivo se destaca, ainda, Imperatriz, com 7.438 ha. A região do leste maranhense vem também se distinguindo na produção de eucalipto, aonde em municípios como Anaparus chega a 3.567 ha.

À vista disso, a motivação para o ressaltado índice de êxodo rural no Maranhão, é observada devido a coações das empresas com o projeto floresta de eucalipto, que impõe

---

[5] A região do Matopiba é composta por 336 municípios de quatro estados fronteiriços, sendo 143 do Maranhão, 130 do Tocantins, 33 do Piauí e trinta da Bahia. A expressão Matopiba, criada a partir das iniciais dos respectivos estados componentes, serve para designar parte do território desses estados pertencentes ao bioma Cerrado e onde se desenvolve agricultura de alta produtividade com uso intensivo de insumos modernos. Essa região vem passando por transformações tanto em aspectos econômicos quanto sociais, consequência da expansão da agricultura, como produção de grãos, com destaque para soja, milho e algodão (PEREIRA, et al, 2018, p. 47).

aos trabalhadores rurais transacionar suas terras e residir nas cidades um desterrado em seu lugar de origem, ou seja, um sem terra. O capital no Maranhão inclui ainda, bambu, petróleo, gás, carcinicultura, calcário, pecuária bovina, dentre outros e por conta de tais produções, vivencia graves e intensos conflitos de terra, tornando-se cenário de um fenômeno que ocorre a nível global.

Dentre esses custos, está ainda, o desmatamento de extensas áreas para a realização de monocultivos, retirada do carvão vegetal e a produção madeireira, com fundamental intenção de atender a indústria, a dilatação populacional nas cidades, destruição dos recursos hídricos, violência urbana e impactos nocivos nas relações de trabalho, inclusive aumento do trabalho escravo.

Portanto, tais regiões vivenciam novas dinâmicas territoriais, materializando um crescimento econômico que está voltado para interesses privados e internacionais, contribuindo, assim, para o aumento dos conflitos fundiários. Sendo que tais aspectos evidenciam o panorama de uma lógica semelhante à nacional, com um modelo econômico dependente.

Referente a tal aspecto Florestan Fernandes, em Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina (1973, p. 42) explicita que:

> Trata-se de "uma realidade sócio-econômica que não se transformou ou que só se transformou superficialmente, já que a degradação material e moral do trabalho persiste e com ela o despotismo nas relações humanas, o privilégio das classes possuidoras, a super concentração da renda, do prestígio social e do poder, a modernização controlada de fora, **o crescimento econômico dependente** (grifo nosso)

Logo, as expressões da questão agrária no Maranhão, se materializam na demasiada concentração de terras e a adesão ao agronegócio. Além dos conflitos violentos que marcam a história estadual, seja com a grilagem nas décadas de 1960 à atualidade com os investimentos do capital estrangeiro e o discurso ideológico do "desenvolvimento", um desenvolvimento que alimenta a desigualdade, enriquecendo uma minoria e trazendo miséria para a maioria.

A ideia de "desenvolvimento" que é propagada pelos veículos de comunicação burgueses e disseminada como verdade absoluta e irrefutável confronta as forças naturais, causando danos perversos ao meio ambiente e a vida humana, ao atingir negros, indígenas, quilombolas, a classe trabalhadora como um todo.

A ideologia dominante baseia-se em uma busca colossal pelo lucro, utilizando-se de elementos como a ilusão de ofertas de empregos para os jovens, de

responsabilidade social, de desenvolvimento sustentável, de desenvolvimento com inclusão, que nada ultrapassam "armas" da elite para consolidar seus projetos excludentes e devastadores. São projetos que além de beneficiar uma mão de obra externa a do estado, exporta as riquezas locais para o mundo afora, para regiões em que há pessoas que nem mesmo conhecem a origem das matérias primas dos produtos consumidos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A formação do MST no Maranhão acontece no contexto em que se agravou a entrada do capital estrangeiro e os grandes projetos no âmbito rural. Momento em que o neoliberalismo no Brasil ganha vigor com o governo de Fernando Collor de Melo (1990-1992). Assim, as consequências do avanço do capital estrangeiro nas relações sociais no campo foi uma de suas preocupações, tornando-se um movimento cuja composição se dá pela necessidade de uma instância que possa discutir e organizar as mobilizações em prol da garantia do direito à terra, além disso, em busca por uma sociedade em que além do acesso, também assegure às condições necessárias de sobrevivência por meio da produção e reprodução na terra.

De forma mais precisa Iniciou-se na década de 1980 a constituição do MST nesse estado, sob a influência de lideranças que estavam presentes no primeiro congresso do MST, sendo alguns desses: Manuel da Conceição, Vila Nova, Denise Leal e Mara Góes, bem como lideranças nacionais, com objetivo de contribuir na construção do movimento, vieram para o Maranhão, tais como: Ademar Bogo, João Pedro Stédile (MIRANDA, 2003).

Dentre as motivações dos trabalhadores rurais para a retomada da luta e organização política, estavam as apropriações de significativas frações de terra situadas na região da Amazônia Legal maranhense por grupos empresariais, tais como: VARIG, MESBLA, SHARP, SANBRA, Pão de Açúcar e Cacique, entre outras; financiamentos da SUDAM para inserção de projetos na região de Buriticupu, que contribuiu para a expulsão de famílias de suas terras.

O contexto apresentava os elementos necessários para o processo de reorganização dos trabalhadores rurais, uma vez que:

> O MST nasce num contexto de efervescência das lutas, na região Nordeste, a CPT e outras instituições atuavam no acompanhamento dos conflitos, havia a luta dos posseiros, aqui na região Nordeste, especificamente Maranhão, qual era a situação socioeconômica, desse período, as lutas dos sindicatos que eram muito fortes, que tava vinculada à questão da posse da terra, da luta pela terra,

> a terra era um elemento forte. Foi uma região que sofreu muito no período da ditadura militar, por conta da repressão aos camponeses, e também aos indígenas. Essas lutas que vão impulsionar o surgimento do MST (TAL, 2019. Informação verba)[6].

As regiões que foram cenários de inúmeros conflitos, tais como Santa Luzia e Imperatriz, fomentaram a articulação do MST. Conforme Elias (2008) no ano de 1986 ocorreu:

> A primeira ação que simbolizou a inserção do MST no processo de luta pela terra e pela reforma agrária no Maranhão foi a participação na ocupação da Fazenda Capoema, um grilo de aproximadamente 60.000 hectares situado no município de Santa Luzia. Essa ocupação e posterior organização do respectivo acampamento foram organizadas em conjunto pelo Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural (CENTRU) e por líderes do MST que haviam se deslocado para o Maranhão. O MST tinha como objetivo principal organizar a luta pela terra e por reforma agrária no estado, junto posseiros, trabalhadores camponeses e camponeses que haviam perdido suas terras para várias empresas e para grileiros que estavam se instalando principalmente na região da Amazônia Legal.

Mas em 1989, o MST se estende para o Norte maranhense:

> [...] ocupando, com 500 famílias, a Fazenda Diamante Negro, de 8.400 ha, no município de Vitória do Mearim, dando origem ao assentamento Diamante Negro/Jutay, localizado, hoje, no município de Igarapé do Meio (criado recentemente). Houve confronto com os pistoleiros, mas os sem-terra resistiram aos ataques e se organizaram para trabalhar a terra e criaram os setores, como forma de resistência e de sobrevivência (MIRANDA, 2003, p. 127).

Observamos que são diversas ocupações, mediante a uma série de represálias, que coadunam para a construção do MST no Maranhão. Mesmo que o nível de violência seja alto, os trabalhadores rurais não recuaram, ao contrário avançaram para um intenso movimento de reorganização.

> Nesse período nós vamos ter aqui a violência, a repressão, contra os camponeses, vai ser muito forte, com as milícias, os jagunços, onde os grupos de empresa vão ter jagunços. A gente percebe o nível da violência. A violência é um componente presente desde a gênese do movimento, tanto por parte do estado quanto do latifúndio (TAL, 2019. Informação verbal[7]

As diversas expressões de violência estão presentes em toda história nacional, no entanto, quando se trata das suas especificidades no espaço agrário, observamos uma realidade que evidencia diversos atores sociais, como a figura do "pistoleiro" ou

---

[6] Entrevista concedida por TAL, Fulano de. **Entrevista 03**. [20/08/2019]. Entrevistador: Aylana Cristina Rabelo Silva. Realizada no Solar Cultural da Terra Maria Firmina dos Reis. São Luís – MA, 2019.

[7] Entrevista concedida por TAL, Fulano de. **Entrevista 02**. [20/08/2019]. Entrevistador: Aylana Cristina Rabelo Silva. Realizada no Solar Cultural da Terra Maria Firmina dos Reis. São Luís – MA, 2019.

“jagunço”, que é o sujeito responsável por executar um “serviço”, sempre solicitado por uma melindrosa trama de relações sociais e políticas de uma região. Na contemporaneidade, as formas de violência se expressam, ainda, a partir de ações dos grandes grupos empresariais que são expoentes do agronegócio.

Embora, cada contexto apresente elementos que exigem um molde de pressão reivindicativa, a violência, enquanto elemento fundamental da relação do Estado e burguesia agrária para com os trabalhadores resiste através dos tempos a partir de diversas formas de repressão que se materializam com o objetivo de desvigorar a luta, a defesa enfática da propriedade privada e das classes dominantes.

O Movimento em tela, no Maranhão, inicia articulado a organizações com o Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural – CENTRU, sendo que a partir de 1988 segue de forma desvinculada. Inclusive “[...] a percepção política de que o Movimento deveria ter sua própria organização foi a base das divergências internas” (MIRANDA, 2003, p. 124). A reivindicação do movimento era que os trabalhadores rurais deveriam se organizar de forma autônoma.

Além das mais variadas organizações e entidades, que estiveram presentes na formação do MST, há os sujeitos que construíram a luta cotidiana, como: “O Manuel da Conceição teve um papel importante. Teve o Luís Preto, o da Gameleira, seu João Gomes, lá na Conceição Rosa, tivemos o sindicato muito forte, tivemos ali Querubina, são tantos” (TAL, 2019. Informação verbal)[8].

O MST, então, releva o caráter coletivo da luta, evidenciando como não existe processo de reivindicação que seja individual, por isso torna-se fundamental pensar a força e o papel dos sujeitos que estão imersos nessa dinâmica. Trabalhadoras e trabalhadores que se dedicaram a uma luta mais ampla, indo além dos seus interesses e demandas mais particulares, sujeitos estes que sofreram inúmeras repressões, mas atuaram ativamente na construção de espaços e debates essenciais para a classe trabalhadora no campo.

O Movimento se materializa enquanto organização da classe trabalhadora, assim conceitua-se como herdeiro das lutas populares, resgatando referências significativas de marcos como: Canudos, Contestado e Ligas Camponesas, porém também se articula com as organizações camponesas e urbanas que referenciam as lutas atuais. Internacionalmente, compõe espaços e esferas políticas importantes na América

[8] Entrevista concedida por TAL, Fulano de. **Entrevista 03**. [20/08/2019]. Entrevistador: Aylana Cristina Rabelo Silva. Realizada no Solar Cultural da Terra Maria Firmina dos Reis. São Luís – MA, 2019.

Latina e nos outros continentes, com atribuições relevantes na Via Campesina, que busca agregar as lutas camponesas no mundo (AZAR, 2018).

Assim, podemos perceber a relação da gênese do Movimento com o caráter coletivo da luta e suas especificidades articuladas aos legados de inúmeras bandeiras das lutas populares anteriores.

> O MST não nasce sozinho, sua gênese está pautada nas lutas e resistências anteriores. Então, você tem a luta da população indígena como um exemplo de resistência e de luta, a população negra, os quilombos e sua luta pela liberdade, Canudos e Contestado. Você tem, também, as Ligas Camponesas, as mais diversas revoltas da sociedade. A luta não se constrói sozinha, assim o MST foi buscar parceiros. A própria CPT, a nível nacional foi muito importante e o movimento sindical, também foi um dos nossos maiores aliados (TAL, 2019. Informação verbal)

O MST como um movimento social específico que emerge no contexto em que já havia diversas outras formas de luta pela terra e pela reforma agrária, passou a trilhar passos que o caracterizam com traços determinados. Assim:

> […] inicialmente o MST abraça o que é chamado em seu programa agrário, os pressupostos de uma reforma agrária burguesa, avançando a proposição da luta pura e simples da terra, no sentido da compreensão de que articulada a ela seria imprescindível a educação, a formação, a saúde, a produção, o trabalho, a cultura, enfim, a garantia dos direitos humanos e sociais, como uma responsabilidade do Estado. Neste sentido, a educação, por exemplo, passou a ser um aspecto da estratégia de ocupação adotada pelo Movimento, sendo a criação da escola uma das primeiras providências na formação de um acampamento, mas não só isso, pois aí, se institui, também, os grupos como o de saúde, segurança, cultura, educação, comunicação e produção, o que vai dar base para a organicidade interna do MST (AZAR, 2018, p. 1.204).

Na construção da luta popular, os sujeitos vão constituindo a consciência e a identidade na luta e no Movimento (STÉDILE; FERNANDES, 2000), nesse entendimento os sujeitos que constituem o Movimento em tela precisam ir para além da percepção de suas condições, enquanto exclusos da terra, buscando as estratégias de reivindicações em convergência com os princípios de um projeto mais amplo, que almeja uma transformação social.

À vista disso, concebemos que a forma de pensar e de se organizar na dimensão política prevê um trabalho minucioso e de caráter político e educativo que fomenta a consciência da posição de subalternidade em que se encontra, para assim aspirar sua suplantação. Logo, as formas de organização são materializadas a partir desse processo de tomada de consciência da posição em que ocupam na correlação de forças na dinâmica social. Nesses termos, Cardoso e Lopes (2009, p. 147):

> No pensamento gramsciano, a questão da hegemonia é central em relação às possibilidades de as classes subalternas tornarem-se protagonistas históricas,

> dotadas de vontade coletiva própria, e a constituição da ideologia das classes subalternas é uma condição essencial, porém não suficiente, para a conquista da hegemonia dessa classe na medida em que conseguem romper com a dominação ideológica das classes adversárias […] A, organização e a consciência de classe são condições indispensáveis para essa conquista política pelas classes subalternas.

O pensamento gramsciano evidencia a importância da organização e tomada de consciência, enquanto elementos indispensáveis para os processos de materialização da luta, que são essenciais na busca pela metamorfose social. O percurso para a conquista política, ou seja, a possibilidade da emancipação humana, pelas classes subalternas. Assim, o MST se constitui como uma forma de organização política, que se insere na dinâmica de correlações de forças, com o posicionamento de questionar e reivindicar as relações estabelecidas no modo de produção vigente.

Os mecanismos estratégicos de luta, tais como as manifestações, as marchas, os mais variados espaços de debates e reflexões, possibilitam a formação política. No entanto, ao passo que os trabalhadores rurais, na sua maioria, não tiveram acesso à educação crítica, tornou-se essencial criar mecanismos que possibilitassem a análise crítica da sociedade capitalista, considerando a relação da questão agrária com os elementos inerentes aos sistemas políticos e econômicos. Nesses termos:

> O enfrentamento é permanente, é através da formação política, da educação, ampliação dos debates nas escolas do campo, porque se tem falado que a Educação do Campo é para formar guerrilheiros, então não é verdade, nossas escolas estão ligadas as secretarias de educação dos municípios e nossa pedagogia é crítica e emancipadora, onde possibilitamos o sujeito discutir com base no seu contexto social, econômico, cultural, política, permitindo sair desse universo da inércia, tornando-o sujeito da sua história (TAL, 2019. Informação verbal)

Para tanto, ressaltamos a importância da formação política, enquanto partícipe dos espaços que concretizam a dimensão educativo-organizativa, essencial para que os sujeitos ultrapassem a concepção corporativa e caminhem para a construção de um ideário mais amplo, como um projeto societário, que está para além de interesses individuais ou demandas imediatistas e focalizadas e comporta uma dimensão ética, moral e de princípios.

As formas de resistências deverão transcender uma simples somatória de atos, buscando abranger uma quantidade cada vez maior de sujeitos para a construção de um projeto orgânico e assim, somarem com uma maior intensidade na dinâmica de correlações de forças no modo de produção hegemônico. Tal movimento só é viável se houver um processo de amadurecimento na construção da organização, a partir da

consciência de classe, ou seja, percurso fundamental para superar uma resistência composta por ações imediatas e fragmentada.

Quanto à consciência de classe, Lukács (2003, p. 142) afirma que "não é nem a soma e nem a média do que cada um dos indivíduos que formam a classe pensam, sentem, etc.", assim refletimos que ao tratar da consciência de classe, não estamos lidando com um processo meramente individual ou do campo psicológico. Trata-se de um percurso que perpassa as condições objetivas e subjetivas das classes sociais, indo além de motivações ou aspirações produzidas por desejos e vontades distintivas.

Portanto, as diversas formas de luta demonstram a necessidade do diálogo, do debate, da formação política, como elementos imprescindíveis para a organização do Movimento. Analisar as formas de lutas e expressões de resistência da classe trabalhadora, é considerar a dinâmica da realidade, a relação com as esferas econômicas, políticas e sociais e a interconexão desses elementos. No caso do MST, podemos refletir um legado com uma luta histórica, imersa em contradições e superações essenciais para o avanço da caminhada, para u a superação do capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação desse Movimento, na particularidade do Maranhão, significou uma nova possibilidade de resistência e organização dos trabalhadores rurais, considerando que até então as expressões dessa organização estavam nos sindicatos e associações existentes nos interiores da referida unidade federativa, com história marcada pelas oligarquias e grilagem de terras. Nesse enredo temos a importância do MST para as lutas sociais dos trabalhadores do campo, visto que emerge como notável movimento social e político do Brasil na contemporaneidade, engendrando a renovação da luta dos trabalhadores camponeses.

O pensamento gramsciano evidencia a importância da organização e tomada de consciência, enquanto elementos indispensáveis para os processos de materialização da luta, que são essenciais na busca pela metamorfose social. O percurso para a conquista política, ou seja, a possibilidade da emancipação humana, pela classe trabalhadora.

A partir da ótica das estratégias, articulações de luta pela terra e forma de organização do MST imersas numa correlação de forças, consideramos que o cenário explana a necessidade de resistência, onde há carências que são alvos de lutas históricas, num processo de intensa insistência e resistência, para a produção da existência material.

REFERÊNCIAS

AZAR, Z. S. **Relações de trabalho e resistência camponesa no desenvolvimento dependente no Maranhão:** o assentamento Califórnia como uma expressão. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, São Luís, 2013.

AZAR, Z. S. O MST e a luta pela terra: uma luta para além das reformas. In: **Revista de Políticas Públicas**, 2018.

ALMEIDA. Desni Lopes. **Os trilhos do desenvolvimento na Amazônia Maranhense - conflitos e contrates**: o caso Piquiá de Baixo Açailândia – MA. 2012. 145 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional, Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2012.

BARROS, I. **O agronegócio e a atuação da burguesia agrária:** considerações da luta de classes no campo. Serv. Soc. São Paulo, n. 131, pp. 175-195, jan./abr. 2018.

CARDOSO, Franci Gomes e LOPES, Josefa Batista. O trabalho do assistente social nas organizações da classe trabalhadora. In: **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS\ABEPSS, 2009.

CORREA, Bianca Sampaio. **O processo de implantação da Refinaria Premium em Bacabeira:** caso da Comunidade Rural de Santa Quitéria. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2015.

DELGADO, Laurinete Rodrigues da Silva. **A relação Serviço Social e Questão Agrária na contemporaneidade:** inserção e prática de Assistentes Sociais no MST e na FETAEMA no Maranhão. 233f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão, 2010.

ELIAS, M. F. M. **A cooperação agrícola na organização política do MST**: um estudo sobre as experiências desenvolvidas no Maranhão. São Luís, 2008.

FERNANDES, B. M. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1973.

KAY, C. A Questão Agrária e a Transformação Rural Neoliberal na América Latina. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, 12(3), pp. 16-28, 2018.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo 2010. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 20 de janeiro de 2019.

LUKÁCS, Georg. **História e Consciência de Classe**: estudos sobre a dialética marxista. Martins Fontes, 2003.

MARX, ENGELS. **Obras escolhidas em três volumes.** Rio de Janeiro: Vitória, 1963, v.3.

MARX, Karl **. Para a Crítica da Economia Política, Salário Preço e Lucro e O Rendimento e suas Fontes**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MIRANDA. Aurora Amélia Brito. **O PROCESSO DE LUTA DOS TRABALHADORES RURAIS PELA REFORMA AGRÁRIA NO ESTADO DO MARANHÃO** - O caso do MST. Dissertação do programa de pós-graduação em políticas públicas. Uiversidade Federal do Maranhão. São Luís/Ma. 2003.

MIRANDA, A. A. B. de. **De arrendatários a proprietários**: formas de sociabilidade nos assentamentos Rurais. São Luís: EDUFMA, 2010.

MINAYO**,** Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde**.** 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

MORISSAWA, Mitsue. **A História da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MST, Programa Agrário do. **Cartilha**: Texto em Construção para o VI Congresso Nacional. 1ª Edição Abril, 2013.

SAMPAIO, João Alves; JULIANELLI, Kesley Medeiros; PENNA, Márcio Tôrres Moreira. **Ferro – Mina N5 – Carajás/CVRD**. Comunicação Técnica elaborada para o livro Usina de Beneficiamento de Minérios do Brasil. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: http://www.cetem.gov.br/publicacao/CTs/CT2002159-00.pdf. Acesso em: 10 jun. 2017.

STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava Gente**: A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil, 1ª reimpressão, 2000.

ASSENTAMENTO AURORA: UM CASO DE RESISTÊNCIA CAMPONESA À TERRITORIALIZAÇÃO DOS MONOPÓLIOS NA MACRORREGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO/SP

Ivan Lazzari Mendes [1]
Prof. Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira [2]

Palavras-chave: resistência camponesa, Geografia Agrária, territorialização dos monopólios, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, assentamentos

INTRODUÇÃO

Foi notável a profusão de assentamentos de Reforma Agrária criados na macrorregião de Ribeirão Preto após a greve de Guariba (1984), ocorrida no contexto histórico da crise da Ditadura Militar (1964/85) que culminou com a redemocratização do país e a promulgação da Constituição de 1988. Isso gerou mudanças territoriais relevantes no campo brasileiro. Multiplicaram-se os acampamentos e as ocupações de terras públicas e privadas, que se encontravam em situação jurídica duvidosa e/ou não cumpriam com sua função social.

Essa luta pela terra foi protagonizada por camponeses que resistiam à proletarização, bem como por assalariados (nomeadamente boias-frias) que exigiam melhores condições de trabalho. Essa enorme pressão política imposta pelos movimentos sociais resultou na implantação de diversos assentamentos, notadamente a partir dos governos FHC (1995/2020):

> A pressão feita pelos movimentos sociais com a ampliação das ocupações pressionou o governo FHC a ampliar os assentamentos. Tal fato mostra que a Reforma Agrária, antes de ser uma política propositiva do governo é a necessidade de resposta à pressão social (Oliveira, 2001).

Na macrorregião de Ribeirão Preto/SP, particularmente no município de Descalvado/SP, essa pressão social foi comandada pela FERAESP (Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo), o que resultou na criação de três assentamentos: o PDS Comunidade Agrária 21, em 16 de outubro de 2006; o PDS

[1] Doutorando do PPGH da FFLCH – USP, ivanlmendes@usp.br;
[2] Professor orientador: Prof. Dr. do Depto. de Geografia da FFLCH – USP, arioliv@usp.br.

Comunidade Agrária Aurora, em 10 de novembro de 2008; e o PA Comunidade Agrária 2 de Janeiro, datado de 21 de agosto de 2009.

No PDS Comunidade Agrária Aurora, recorte territorial desse ensaio, seu morador mais idoso (93 anos), homologado desde o surgimento do assentamento, rememorou essa luta:

> Houve um boato que haveria uma distribuição de terras num assentamento agrário. Naquele tempo, o escritório da FERAESP ficava em Araraquara. Eu fui lá. Dei meu nome... O meu filho que mora em São Carlos deu o nome dele... Fizemos o cadastramento. Passado um certo tempo, uns dois, três anos... Surgiu o Piauí aqui no município de Descalvado. Ele pegou o nome da gente que estava no cadastro e mandou uma cartinha para minha casa, em São Carlos... Então, nós começamos a nos enturmar naquele movimento: eu vinha aqui, olhava, conversava, ia em reunião lá onde o Piauí mora... O primeiro que entrou aqui foi o pessoal do MST... Naquele tempo, o Piauí era ligado ao MST... No dia 13 de janeiro de 2007, ocupamos aqui. Ficamos um mês e pouco, só... A juíza que estava aqui (Descalvado/SP) na época decretou ordem de despejo... Então, nós fomos para a Fazenda Batalha... Ficamos na escola que havia lá, perto da estrada que vai para Luís Antônio/SP. Fiquei lá um tempo. Era parte de uma fazenda maior, a Jaguarandi, que se transformou no assentamento 21 de Dezembro. Fiquei lá um ano. Aí, eu fui lá para o Bom Retiro (hoje, assentamento 2 de Janeiro). Fiquei lá uns tempos. Houve ordem de despejo. A mesma juíza... Então, viemos para cá. Ficamos acampados aqui embaixo, na estrada, fora da antiga fazenda Aurora. Quando já estava completando dois anos, resolvi abandonar. Fui embora para o Rio de Janeiro. Meu filho ficou... Aí, o Piauí, meu filho e mais algumas pessoas telefonavam todos os dias, pedindo para eu voltar. Fiquei só dois meses no Rio de Janeiro. Resolvi voltar. Eles falavam que tinha sido criado o assentamento. Cheguei aqui... Já tinham entrado (na fazenda) e já tinham saído porque teve outra ordem de despejo... Era começo de 2009... Aí resolvi ficar até morrer porque sou de opinião: se eu falar sim para uma coisa, é sim; se eu falar não, é não! Falei: vou ficar aqui; e fiquei! Meu filho, que estava todo afoito para entrar aqui, não ficou. Está em São Carlos, com a mãe dele (minha esposa)... Aqui, saiu no final de 2008/começo de 2009... Aí, sossegou... Até resolver liberar uns créditos... Isso ocorreu no início de 2013. Estou aqui, nesse vaivém, nessa marcha lenta... (Saraiva, 22/10/2022).

Todavia, o ingresso na terra, dado pela criação do assentamento Aurora, não encerrou a resistência camponesa. Pelo contrário, desde então, tem ocorrido uma longa luta do campesinato para permanecer nas terras conquistadas que pertenciam à antiga Fazenda Aurora (Descalvado/SP), como veremos adiante.

OBJETIVOS

O camponês não é servo, não é escravo, não é assalariado. Fruto das transformações vividas pela agricultura no seu processo de transição do feudalismo para o capitalismo, ele integra uma classe social específica que também produz mercadorias. É dotado de enorme capacidade produtiva, cujos excedentes são comercializados:

> No trabalho camponês, uma parte da produção agrícola entra no consumo direto do
> produtor, do camponês, como meio de subsistência imediata, e a outra parte, o excedente, sob a forma de mercadoria, é comercializada.
> Por isso é mister a distinção entre a produção camponesa e a produção capitalista. Na produção capitalista, ocorre o movimento de circulação do capital expresso nas
> fórmulas: D — M — D na sua versão simples, e D — M — D' na sua versão ampliada.
> Já na produção camponesa, se está diante da seguinte fórmula M — D — M, ou seja,
> a forma simples de circulação das mercadorias, onde a conversão de mercadorias em dinheiro se faz com a finalidade de se poder obter os meios para adquirir outras
> mercadorias igualmente necessárias à satisfação de necessidades. É pois, um movimento do vender para comprar (OLIVEIRA, 2007, p.40).

Para Martins (1991), os camponeses formam:

> Uma grande massa de lavradores, que conta exclusivamente com o trabalho da família e que corresponde a mais de 70% das unidades de produção existentes, ou ocupa a terra sem garantias e direitos assegurados (como é o caso dos posseiros), ou terra insuficiente para trabalhar em condições dignas (MARTINS, 1991, p. 13).

Todavia, Oliveira (2004) nos lembrou da necessidade de irmos além da busca de um conceito para o campesinato. É preciso compreender o papel e o lugar do camponês na sociedade capitalista e no Brasil:

> [...] ou entende-se a questão no interior do processo de desenvolvimento do capitalismo no campo, ou então continuar-se-á a ver muitos autores afirmarem que os camponeses estão desaparecendo, mas, entretanto, eles continuam lutando para
> conquistar o acesso às terras em muitas partes do Brasil (OLIVEIRA, 2004, p. 35).

Nossos objetivos, ao analisar a resistência camponesa no Aurora, implantado em meio ao *mar de cana* (OLIVEIRA, 1999), constituem-se num esforço intelectual para captar a "voz" dessas famílias frente ao descaso histórico do país com a questão da reforma agrária. Buscamos, assim, a práxis: união dialética da teoria – a questão camponesa e suas contradições no âmbito da agricultura capitalista brasileira – com a prática (o cotidiano, isto é, a realidade objetiva do referido assentamento).

JUSTIFICATIVA

Para "ir além" (OLIVEIRA, 2004, p. 35) do debate teórico acerca do campesinato no Brasil, buscamos compreender sua subordinação aos ditames do capital que comanda

a industrialização da agricultura na zona canavieira paulista, onde se insere o município de Descalvado/SP – que abriga o PDS Comunidade Agrária Aurora.

A reprodução do campesinato acontece para contemplar dois processos concomitantes: a produção do capital e o aumento da reprodução do capital. Essas contradições do desenvolvimento das forças produtivas configuram, histórica e especificamente, o território – uma das mais importantes teorias de análise da geografia. Desse modo, o território deve ser apreendido:

> [...] como síntese contraditória, como totalidade concreta do processo/modo de produção/distribuição/circulação/consumo, suas articulações e mediações supraestruturais em que o Estado desempenha a função de regulação. O território é assim produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência (OLIVEIRA, 1999, p. 74).

Orientados por esses pressupostos teóricos (que iremos expor de forma detalhada a seguir), buscamos, acima, justificar – e legitimar – nossa escolha pelo assentamento Aurora como objeto de estudo dessa pequena reflexão focada na resistência camponesa no país.

TEORIA E MÉTODO

Buscamos iluminar a problemática materializada no assentamento Aurora, qual seja a reprodução dessa classe social em meio à territorialização dos monopólios, em curso no *mar de cana* de Descalvado/SP. Isso porque:

> Só a definição de uma problemática torna possível a seleção de um quadro de referências conceituais válido. Ademais, nenhuma realidade social pode ser monopolizada e nitidamente dividida por um tipo de unidade de análise devidamente selecionado, do qual derivem todas as conclusões. A realidade não só é pura; tampouco pode sê-lo a análise relevante da realidade. De fato, livrar-se das impurezas significa desfazer-se justamente dos pontos onde a perplexidade engendra a descoberta nas ciências sociais.
>
> Tudo isso nos leva ao último ponto de ambas as seqüências sugeridas sobre a problemática da conceituação de camponês: a questão da possível inutilidade e/ou qualidades insatisfatórias do termo. Isso é necessário porque, para compreender o que "são" os camponeses, devemos compreender o que e como pensarmos sobre eles (Shanin, 2005, p. 16).

Atentos a esse alerta de Shanin (2005), que também se constitui num dos pressupostos do pensamento marxista de Oliveira (1999), buscamos, como método empregado nessa análise, levar em conta as relações de produção em seus movimentos dialético e histórico:

> [...] é na produção social da própria vida que os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral da vida social, política e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina a sua consciência [...]. Assim, como não se julga o que um indivíduo é a partir do julgamento que ele faz de si mesmo, da mesma maneira não se pode julgar uma época de transformação a partir de sua própria consciência: ao contrário, é preciso explicar esta consciência a partir das contradições da vida material, a partir do conflito existente entre as forças produtivas sociais e as relações de produção (MARX *apud* OLIVEIRA, 1999, p. 69).

Bombardi (2008) nos lembrou que, ao conceber a realidade como ponto de partida e de chegada do pensamento filosófico, Oliveira (1999) recorreu a Marx para explicar seu método:

> ...meu método dialético não só difere do hegeliano, mas é sua antítese direta. Para Hegel, o processo de pensamento, que ele, sob o nome de ideia, transforma num sujeito autônomo, é o demiurgo do real, real que constitui apenas a sua manifestação externa. Para mim, pelo contrário, o ideal não é nada mais que o material, transposto e traduzido na cabeça do homem. (MARX, K. 1985, apud OLIVEIRA, 1999:70, *apud* Bombardi, p.12, 2008).

Desse modo, esforçamo-nos em não perder de vista a questão camponesa em meio ao avanço do capitalismo no campo brasileiro nas últimas décadas (OLIVEIRA, 2007, p. 12).

DESENVOLVIMENTO (RESULTADOS E DISCUSSÃO)

Nos últimos anos, a conquista da terra pelos camponeses, ilustrada pela criação do assentamento Aurora, em 2008, tem esbarrado num importante empecilho: o avanço da contrarreforma agrária (OLIVEIRA, in apud MENDES, 2019).

O ápice dessa contrarreforma agrária se deu no governo Bolsonaro (2019/2022), que sucateou o INCRA, paralisou as desapropriações de terras e a criação de assentamentos, suspendeu a assistência técnico-financeira, dentre outros desmandos que afrontaram a Constituição de 1988. Essa gestão ainda manipulou a opinião pública, insuflando a criminalização dos movimentos sociais, sobretudo daqueles atrelados à luta pela terra. Ao mesmo tempo, facilitou a compra e o porte de arma, fazendo a barbárie no campo brasileiro explodir.

De fato, houve um crescimento exponencial dos conflitos no campo, atingindo, no governo Bolsonaro (2019/2022), os maiores patamares desde 1985, quando da redemocratização do país:

CONFLITOS NO CAMPO NA NOVA REPÚBLICA (PÓS-1985):

- **Sarney (1985-1990) - 2.973**
- **Collor/Itamar (1990-1994) - 1.885**
- **FHC 1 (1995-1998) - 2.502**
- **FHC 2 (1999-2002) - 2.610**
- **Lula 1 (2003-2006) - 2.949**
- **Lula 2 (2007-2010) - 2.240**
- **Dilma 1 (2011-2014) - 3.268**
- **Dilma 2/Temer (2015-2018) - 3.973**
- **Bolsonaro (2019-2022) - 5.950**

Fonte: CPT. Disponível em https://noticias.uol.com.br/colunas/carlos-madeiro/2023/04/17/cpt-era-bolsonaro-bate-recorde-de-conflitos-de-terra-na-redemocratizacao.htm. Acesso em 02/05/2023.

Se, nos últimos anos, a violência teve um crescimento notável em nível nacional, nos assentamentos, a realidade objetiva não tem sido menos preocupante. Aqui, a barbárie tem se manifestado de várias formas. Uma delas tem se dado por meio do obscurantismo do INCRA. Por exemplo, no assentamento Aurora, o cadastramento, a homologação, a assistência técnico-financeira e a implantação da infraestrutura ficaram comprometidas pela falta de critérios e transparência, quando não deixaram de ocorrer.

Problemas como esses levaram a saída de muitos assentados que haviam sido homologados. Em seu lugar, outros sujeitos sociais chegaram ao assentamento, muitos dos quais por meio do instrumento de compra.

Somavam-se a essa realidade objetiva do Aurora outras contradições. De um lado, empresários capitalistas e grandes proprietários fundiários passavam a comprar lotes, usando funcionários e parentes como “laranjas” para ocupá-los. No Aurora, em 2023, uma única família já se apossava de 12 lotes! Por outro lado, alguns lotes estavam sendo desmembrados, passando a abrigar, geralmente, trabalhadores assalariados que não tinham qualquer ligação de parentesco com aqueles assentados originais que já haviam sido homologados. Ao mesmo tempo, a compra de lotes havia se tornado a única forma de ingresso no assentamento para muitos sujeitos sociais vinculados ao campesinato,

como meeiros, rendeiros, sem-terra etc., que sempre haviam sonhado com a conquista da terra.

Quanto à homologação, enquanto algumas famílias haviam sido regularizadas mais de uma vez; outras aguardavam esse processo desde 2008. Também havia aquelas que, não obstante terem chegado tardiamente, isto é, anos após a criação do assentamento, já se encontravam homologadas.

Quanto à assistência técnico-financeira, deparamo-nos com homologados que receberam mais recursos (para a construção da casa, apoio à mulher, compra de ferramentas etc.) do que outros. Somavam-se a isso casos em que o homologado não recebeu nada – nenhum auxílio, financiamento ou fomento. Esses aportes financeiros eram oriundos do INCRA e se restringiram aos primórdios do assentamento. Ajuda mais recente foi observada em apenas um lote. Trata-se de um caso assistência técnico-financeira do FEAP/BANAGRO, que contemplou apenas um lote para a aquisição e plantio de abacates.

No tocante à infraestrutura, era generalizada a carência de equipamentos básicos como rede de água potável, saneamento básico, escolas, postos de saúde (o assentamento distava cerca de 4 km da cidade). Por exemplo, um dos quatro poços perfurados jamais jorrou água.

Portanto, no assentamento Aurora, o campesinato esforçava-se diuturnamente para se reproduzir, mesmo diante de tantas adversidades. Tal resiliência havia sido forjada ao longo de anos de andanças país afora:

> Estamos diante da rebeldia dos camponeses no campo e na cidade, eles estão construindo um verdadeiro levante civil para buscar os direitos que lhes são insistentemente negados. São pacientes, não tem pressa, nunca tiveram nada, portanto aprenderam que só a luta garantirá no futuro a utopia curtida no passado. Por isso avançam, ocupam, acampam, plantam, recuam, rearticulam-se, vão para as beiras das estradas, acampam novamente, ocupam mais uma vez, recuam mais uma vez se necessário for, não param, estão em movimento, são movimentos sociais em luta por direitos. Tem a certeza de que o futuro lhes pertence e que será conquistado. (OLIVEIRA, 2007, p. 153).

No Aurora, a rebeldia camponesa não se manifestava somente na sua capacidade de resistir às adversidades locais potencializadas pela ausência do INCRA, mas também no seu perfil social: ao menos metade das famílias visitadas (23 das 46 famílias visitadas) passou por três ou mais municípios antes de chegar em Descalvado/SP.

Esses migrantes, culturalmente diversos, traziam consigo uma enorme diversidade social, econômica e cultural. Isso se manifestava nas divergências e rivalidades internas, como demonstrava a disparidade que havia entre as suas duas associações de moradores. Enquanto a primeira possuía parcos recursos e abarcava menos de 10 famílias relativamente pobres, a segunda englobava dezenas de associados, todos homologados. Por isso, a última pôde obter a documentação necessária para poder vender a produção, inclusive para órgãos públicos (prefeituras r órgãos atrelados aos governos estaduais e federal) por meio, por exemplo, do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Além de se manifestar na economia, a diversidade cultural também era notável sob o ponto de vista religioso. Havia uma vertente religiosa "evangélica" majoritária (52% das famílias visitadas) que estimulava o individualismo no assentamento. Essa legião de "fiéis" seguia uma vertente do protestantismo, o cristianismo neopentecostal, difusor dos dogmas da teologia da prosperidade, isto é,

> Corrente doutrinária ensina que qualquer sofrimento do cristão indica falta de fé. (...) Seus líderes apregoam que os seres humanos possuem natureza divina, que consultar médicos ou tomar remédios é pouco recomendável para o cristão, que Jesus foi milionário e que a soberania de Deus é limitada pela vontade humana (ROMEIRO, 2007, p. 19 apud ZANINI, 2009).

Por um lado, esse predomínio neopentecostal reforçava – por meio da fé – a luta pela permanência na terra. Por outro lado, potencializava a violência obscurantista do INCRA. Essa contradição fazia do Aurora um retrato do Brasil, conquanto país das clandestinidades em que se tornara nos últimos anos:

> Quando a República foi proclamada, um decreto proposto pelo ministro da Justiça separou o Estado da Igreja. A República não teria religião oficial. Isso não queria nem quer dizer que a prática religiosa é proibida. Ao contrário, a separação entre Estado e Igreja no Brasil teve por finalidade assegurar a democrática liberdade religiosa, a liberdade de consciência e o direito individual de cada qual ter ou não ter uma religião.
>
> [...]
>
> O tempo passou. Os acatólicos, como os chamavam, se multiplicaram. Na categoria "evangélicos", surgiram os neopentecostais, que dos protestantes se diferenciam e muito. Diferentes facções religiosas passaram a identificar-se com a chamada teologia da prosperidade.
>
> É oposição à teologia da libertação, católica e, também, protestante, da opção preferencial pelos pobres. Especialmente com os neopentecostais, houve reforço da tese originalmente calvinista de que o dinheiro e a acumulação de capital são os indícios fortes da predestinação do crente à salvação.
>
> O que ganhou sentido indevido, aliás, nas brechas da alienação popular e da estrutura do poder político, as de deixar passar a boiada, isto é, do que não

> parece ter abrigo na lei e na Constituição. Mas é da conveniência de alguém, do governo, ainda que não necessariamente do Estado, que deveria ser instrumento da vontade democrática do povo.
>
> Tudo aqui se torna dependente da disposição do governante para transgredir e da coragem de nesse sentido ousar...
>
> As eleições de 2018 não elegeram simplesmente um governo. Deram respaldo a uma concepção de poder fundada em técnicas de transgressão do muito de fragilidade e de brechas que há na ordem política e no pacto implícito na Constituição de 1988. O sistema político brasileiro, historicamente, não é baseado nas regras pactadas, mas nas exceções que propositalmente comportam.
>
> A "teoria da boiada" é a teoria das exceções da Constituição e das leis. Somos gente esperta, como o autor da tese. Base extralegal da esperteza de alguns que nos impede de chegar aonde podemos.
>
> O Brasil está sendo transformado num país de clandestinidades que atuam no sentido de demolir e apagar da lei e da prática do Estado conquistas democráticas que os governantes não foram autorizados a suprimir. Trata-se de uma usurpação antidemocrática de direitos, especialmente de direitos sociais. (José de Souza Martins, em Valor Econômico – 25/09/2020. Disponível em *https://cidadania23.org.br/2020/09/25/jose-de-souza-martins-religiao-e-a-teoria-da-boiada/).*

Portanto, a "teoria da boiada" favorecia a violência obscurantista do INCRA, fazendo do Aurora de 2023 um desafio ainda maior para seus assentados se reproduzirem no âmbito do campesinato.

De fato, a maioria dos assentados não se reproduzia apenas do trabalho na terra. No âmbito das famílias visitadas, 82% delas (38 lotes) dependiam, ainda que parcialmente, de outras fontes de renda e/ou ganhos. Uma parte significativa dessas famílias (17 lotes, isto é, 44,7%) desenvolvia atividades não condizentes com o campesinato: arrendamento do lote para comércio e moradia; oferta de bens/serviços (bares/boate, venda de automóveis e máquinas agrícolas usadas, areia e esterco; empresa de troca de óleo de motor; oficinas de mecânica, funilaria e alinhamento de direção/balanceamento de rodas; desmanche de automóveis; lavadores de caminhão; depósito de equipamentos de festa de peão de rodeio etc.).

Por seu turno, a maioria daquelas 38 famílias (21 lotes, isto é, 55,3%), se não pratica atividades estranhas ao campesinato, tinham que recorrer a outros recursos para garantir sua reprodução: trabalho assalariado e/ou autônomo praticado fora do lote; aposentadoria/pensão/assistência social etc.

Todavia, na nossa ótica, essas 21 famílias eram camponesas, pois, ainda que necessitassem praticar o assalariamento ou o trabalho autônomo fora do lote, esforçavam-

se para se reproduzir na terra – mesmo diante da escassez de tempo e de assistência técnico-financeira potencializada pela “teoria da boiada”. Afinal, todas essas 21 famílias ainda plantavam alimentos/hortaliças, produziam ovos e frangos, criavam vacas leiteiras, engordavam algumas reses etc.

A essas 21 famílias camponesas, somavam-se outras 8 que conseguiam se reproduzir – essencialmente – por meio de seu trabalho na terra. Desse modo, ainda que vivendo realidades objetivas distintas, 29 das 46 famílias visitadas esforçavam-se para se reproduzir na terra. Elas usavam o lote para práticas camponesas. Portanto, a maioria absoluta do Aurora que conhecemos (63% dos entrevistados) estava inserida no campesinato!

CONCLUSÃO (CONSIDERAÇÕES FINAIS)

No Brasil, o campesinato tem protagonizado dois processos concomitantes e contraditórios. Ao mesmo tempo em que se (re)territorializa, subordina-se ao modo capitalista de produção, dado nesse lugar (Descalvado/SP) pelo avanço do *mar de cana*, processo chamado por Oliveira (2016) de territorializacão dos monopólios.

Nesse *mar de cana*, a resistência camponesa foi impulsionada pelos boias-frias, organizados politicamente após a Greve de Guariba (1984). Tal evento contribuiu sobremaneira para a multiplicação dos movimentos sociais, sindicatos e federações, como a FERAESP. Dentre as reivindicações da FERAESP, estava a luta pela terra em meio ao *mar de cana* paulista.

Essa pressão social forçou os governos que sucederam a Ditadura Militar (1964/1985) a implementar políticas de Reforma Agrária. Uma das mais importantes passou a ser a criação de assentamentos como o PDS Comunidade Agrária Aurora, onde foi possível a (re)territorialização – de sujeitos sociais os mais diversos: trabalhadores assalariados (dentre os quais boias-frias), camponeses (sem-terra, meeiros, rendeiros, posseiros) etc. (MENDES, 2019).

No assentamento Aurora, dentre os 46 lotes visitados, 29 eram ocupados por camponeses. Essa maioria absoluta (63% dos entrevistados) era composta por aqueles sujeitos sociais que, mesmo quando vitimados por restrições de ordem material e financeira, em grande medida relacionadas à violência obscurantista do INCRA, conseguiam plantar alimentos, produzir frangos e ovos, carne bovina, leite etc.

Noutras palavras, a resistência camponesa prevalecia no Aurora, ainda que submetida a dificuldades das mais variadas matizes – sociais, culturais, econômicas etc. potencializadas pela "teoria da boiada".

Apesar disso, reitera-se, a maioria composta por 63% dos entrevistados do Aurora praticava atividades – no interior do lote – compatíveis com o campesinato. Eram sujeitos sociais que, não obstante as dificuldades acima apontadas, plantavam, colhiam, ordenhavam, engordavam bovinos, criavam galinhas etc. Desse modo, continuavam lutando, em pleno *mar de cana* da macrorregião de Ribeirão Preto/SP, para se reproduzir, conquanto classe social específica e contraditoriamente inserida no capitalismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOMBARDI, L. M. **Contribuição à historiografia da geografia agrária na Universidade de São Paulo**. AGRÁRIA, São Paulo, no 8, pp. 99-121, 2008.

GUILARDI, V; Biasi, N. S.; Gonçalves, J. M. da C.; Ramos, W. dos S.; Ronquim, C. C. **O que mudou no cenário canavieiro 30 anos após o levante de Guariba?** 8º Congresso Interinstitucional de Iniciação Científica – CIIC 2014, 12 a 14 de agosto de 2014. Campinas.

MARQUES, M. I. M. Lugar do modo de vida tradicional na modernidade. In: OLIVEIRA, A. U; MARQUES, M. I. M. (Orgs.). **O campo no século XXI**. São Paulo: Casa Amarela, 2004, p. 145-158.

MARTINS, J. de S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

_____, J. de S. **Expropriação e violência**: a questão política no campo. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

_____, J. de S. **O cativeiro da Terra**. 9 ed. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

_____, J. de S. **Religião e a "teoria da boiada".** Valor econômico, 2020. https://cidadania23.org.br/2020/09/25/jose-de-souza-martins-religiao-e-a-teoria-da-boiada/. Acesso em 09/05/2023.

MENDES, I. L. O campesinato frente à territorialização **dos monopólios: o caso do assentamento Aurora em Descalvado/SP**. Dissertação de mestrado apresentado no Departamento de Geografia da FFLCH/USP, 2019.

OLIVEIRA, A. U. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, A. F. A. (Org.). **Novos Caminhos da Geografia**. São Paulo: Editora Contexto, 1999. Inserir p.63-110

_____, A. U. **A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária.** ESTUDOS AVANÇADOS 15 (43), 2001. Disponível em https://www.scielo.br/j/ea/a/H7WMxZswgv6zR6MZJx5DHCm/?lang=pt#. Acesso em 07/02/2023.

_____, A. U. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH-USP/Labur Edições, 2007.

_____, A. U. Camponeses, indígenas e quilombolas em luta no campo: a barbárie aumenta. **Caderno de Conflitos no campo**: Brasil 2015, Goiânia, s/v, s/n, p. 28-42, abr. 2016a. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/component/jdownloads/download/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/14019-conflitos-no-campo-brasil-2015>. Acesso em: 7 jun. 2019.

_____, A. U. **A mundialização da agricultura brasileira.** São Paulo: Iandé Editorial, 2016b.

_____, A. U. **Camponeses, quilombolas, indígenas e grileiros em conflitos no campo brasileiro.** Cap. 1. **A grilagem de terras na formação territorial brasileira.** Projeto editorial: Ariovaldo Umbelino de Oliveira. ISBN 978-65-87621-32-6. DOI 10.11606/9786587621326. São Paulo: FFLCH/USP, 2020.

SHANIN, T. **A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista.** Revista NERA, Presidente Prudente Ano 8, n. 7 pp. 1-21 jul./dez. 2005.

UNIVERSO ONLINE – UOL. CPT: **Era Bolsonaro bate recorde de conflitos de terra na redemocratização.** Disponível em https://noticias.uol.com.br/colunas/carlos-madeiro/2023/04/17/cpt-era-bolsonaro-bate-recorde-de-conflitos-de-terra-na-redemocratizacao.htm?cmpid=copiaecolahttps://noticias.uol.com.br/colunas/carlos-madeiro/2023/04/17/cpt-era-bolsonaro-bate-recorde-de-conflitos-de-terra-na-redemocratizacao.htm. Acesso em 07/05/2023.

ZANINI, A. L. **Messianismo e neopentecostalismo: uma análise da *práxis* religiosa de Valdemiro Santiago na Igreja Mundial do Poder de Deus**. Universidade Presbiteriana Mackenzie. Disponível me *https://dspace.mackenzie.br/bitstream/handle/10899/25699/Andre%20Luis%20Zanini.pdf?sequence=1&isAllowed=y*. São Paulo, 2009.

A RESISTÊNCIA CAMPONESA FACE À EXPANSÃO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA NA CHAPADA DO APODI (TABULEIRO DO NORTE-CE)

Jackson Araujo de Sousa[1]

Leandro Vieira Cavalcante[2]

RESUMO

A porção da Chapada do Apodi circunscrita ao município de Tabuleiro do Norte (Ceará) tem enfrentado nos últimos anos a territorialização do agronegócio do algodão a partir da instalação da empresa Nova Agro Agropecuária LTDA, estabelecendo uma nova fronteira agrícola. Diante disso, os(as) camponeses(as) têm produzido ações de resistência frente aos processos de injustiça ambiental verificados sobre os territórios camponeses. Assim, o objetivo do presente trabalho é discutir a experiência de resistência camponesa frente à expansão do agronegócio do algodão na Chapada do Apodi, em Tabuleiro do Norte, a partir da utilização das categorias de resistência cotidiana e resistência legítima. Constituindo-se como de natureza qualitativa, ancorados nos princípios de uma ciência sensível, a metodologia adotou algumas etapas, quais sejam: 1) levantamento e revisão bibliográfica; 2) levantamento documental; 3) trabalhos de campo; 4) análise dos dados coletados. A partir da pesquisa, percebeu-se que a resistência cotidiana tem se materializado através da produção de alimentos agroecológicos, auxiliados pelas tecnologias sociais de convivência com o Semiárido. Cotidianamente, a resistência camponesa também se percebe através da vigilância popular do ambiente e do território. A resistência legítima, por sua vez, se verifica mediante a denúncia dos(as) camponeses(as), que resultaram em iniciativas circunscritas ao sistema de justiça, que demonstram as práticas e resultados perversos do agronegócio na Chapada do Apodi. Assim, percebe-se que apesar de o agronegócio se expandir de maneira acelerada, os(as) camponeses(as) têm resistido a esse processo.

Palavras-chave: Resistência camponesa; agronegócio; convivência com o Semiárido; Chapada do Apodi; Tabuleiro do Norte.

RESUMEN

La porción de Chapada do Apodi limitada al municipio de Tabuleiro do Norte ha enfrentado en los últimos años la territorialización de la agroindustria algodonera que lleva el nombre de Nova Agro Agropecuária LTDA, estableciendo una nueva frontera agrícola. Ante esto, los campesinos han producido acciones de resistencia contra los procesos de injusticia ambiental que se observan en los territorios campesinos. Así, el objetivo de este trabajo es discutir la experiencia de resistencia campesina frente a la expansión del agronegocio algodonero en Chapada do Apodi, en Tabuleiro do Norte, utilizando las categorías de resistencia cotidiana y resistencia legítima. Constituyéndose como cualitativa por naturaleza, anclada en los principios de una ciencia sensible, se adoptaron algunas medidas, a saber: 1) levantamiento y revisión bibliográfica; 2) estudio documental; 3) trabajo de campo; y, 4) análisis de los datos recopilados. De la investigación se desprende que la resistencia cotidiana se ha materializado a través de la

[1] Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, campus Caicó, pesq.jackson.sousa@gmail.com

[2] Professor Adjunto do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, campus Caicó, leandro.cavalcante@ufrn.br

producción de alimentos agroecológicos, ayudados por tecnologías sociales para la convivencia con el Semiárido. En el día a día, la resistencia campesina también se manifiesta a través de la vigilancia popular del medio ambiente y del territorio. La resistencia legítima, a su vez, se verificó a través de denuncias de los campesinos, que resultaron en iniciativas circunscritas al sistema de justicia, que demuestran las prácticas y resultados perversos del agronegocio en Chapada do Apodi. Por tanto, está claro que, a pesar de la rápida expansión de los agronegocios, los campesinos se han resistido a este proceso.

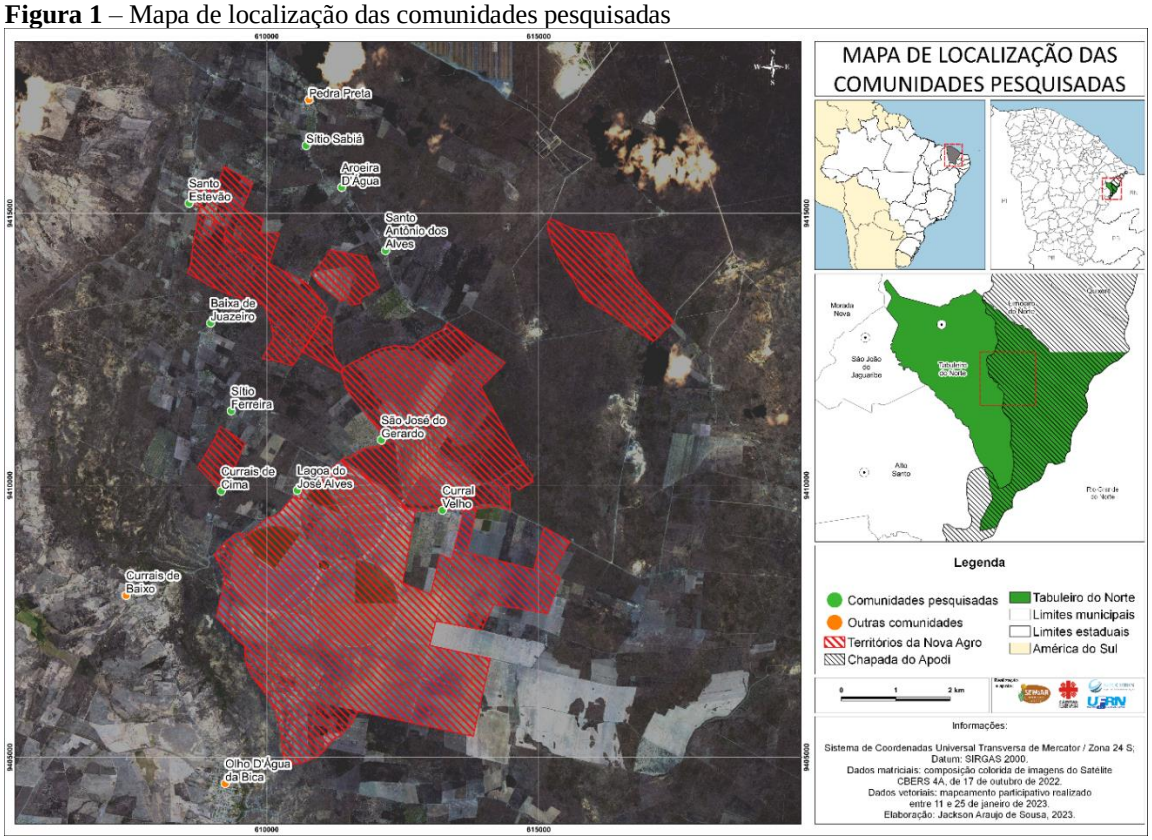
Palabras clave: Resistencia campesina; agronegocios; convivencia con el Semiárido; Chapada do Apodi; Tabuleiro do Norte.

INTRODUÇÃO

A porção sul da Chapada do Apodi, no município de Tabuleiro do Norte, tem se tornado uma nova fronteira agrícola no contexto da expansão do agronegócio no estado do Ceará. A fronteira agrícola é entendida aqui como uma área paulatinamente incorporada pelo agronegócio ao utilizar intensivamente capital e tecnologia, substituir a vegetação nativa e destruir formas tradicionais de agricultura praticadas por camponeses(as), constituindo-se como um novo espaço de territorialização do capital no campo (Frederico, 2013). Esse avanço do agronegócio ao sul da Chapada do Apodi tem acirrado particularmente a negação do direito à água, bem como expõe a população local a contaminantes, configurando cenários de injustiça ambiental (Acselrad; Mello; Bezerra, 2009; Porto; Finamore, 2012; Porto; Rocha; Finamore, 2014; Souza, 2019, 2020; Svampa, 2019) nas comunidades de Aroeira D'Água, Sítio Sabiá, Santo Estevão, Baixa do Juazeiro, Santo Antônio dos Alves, Sítio Ferreira, Currais de Cima, Lagoa do José Alves, São José do Gerardo e Curral Velho (Figura 1).

A materialização da injustiça ambiental na Chapada do Apodi, conforme evidenciou Sousa (2023), é revelada pela expulsão de camponeses(as) de seus territórios, cercamento de comunidades, desmatamento acelerado com a utilização de práticas altamente destrutivas da natureza (uso do correntão), eliminação de áreas de criação livre de caprinos, desativação de apiários devido à proximidade das áreas de produção e uso intensivo de agrotóxicos. Além disso, Sousa (2023) mostra como a convivência com o Semiárido tem sido destruída e se tornado paulatinamente mais precária à medida que avança o agronegócio sobre os territórios da Chapada do Apodi, implicando na eliminação de tecnologias sociais (como cisternas de placa) e na impossibilidade de produzir de maneira agroecológica em territórios ameaçados e afetados pelo agronegócio.

Figura 1 – Mapa de localização das comunidades pesquisadas



Fonte: Elaborado pelo autor (2023), a partir de informações obtidas através de mapeamento participativo realizado em janeiro de 2023.

Essa nova fronteira do capital se materializa a partir da atuação de uma empresa do agronegócio do algodão denominada Nova Agro Agropecuária LTDA, que tem agravado a partir de 2020 os processos de injustiça, negação de direitos, exposição aos agrotóxicos, expulsão de camponeses, mecanização agrícola, desmatamento e destruição de tecnologias sociais de convivência com o Semiárido. Tal empresa produz algodão seguindo a cartilha de orientação do agronegócio: máquinas, agrotóxicos e transgênicos (Cavalcante, 2021). A territorialização da empresa é subsidiada, por exemplo, pelo Governo do Estado do Ceará, ao fornecer incentivos fiscais, indicar sementes transgênicas, elaborar programas para alavancar a produção, divulgar os supostos benefícios desse modelo de produção e servir como um facilitador do agronegócio.

Apesar da atuação hegemônica dos atores ligados ao agronegócio, evidenciam-se experiências contra-hegemônicas (Saquet, 2019), que têm contado com o apoio de organizações da sociedade civil, como a Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte, a Associação Escola Família Agrícola Jaguaribana (AEFAJA), a Fundação de Educação e Defesa do Meio Ambiente do Jaguaribe (FEMAJE) e associações de moradores, bem como instituições de assessoria jurídico-popular, como o Escritório de Direitos Humanos

e Assessoria Jurídica Popular Frei Tito de Alencar (EFTA), além de organizações ligadas a saúde coletiva, como Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e grupos de pesquisa de universidades públicas. Tais articulações têm avançado na defesa de outras experiências, mostrando que existem possibilidades pautadas em práticas agroecológicas e tecnologias apropriadas ao Semiárido.

Assim, diante desse cenário, evidencia-se dois modelos de desenvolvimento territorial contraditórios no campo materializados na Chapada do Apodi, um capitaneado pelo agronegócio e outro pelo campesinato, pois enquanto este tem na terra o seu lugar de produção e moradia, aquele compreende a terra apenas como lugar de produção e acúmulo de capital (Fernandes, 2014).

Nesse sentido, o objetivo do presente trabalho é discutir a experiência de resistência camponesa frente à expansão do agronegócio do algodão na Chapada do Apodi, em Tabuleiro do Norte/CE, a partir da utilização das categorias de resistência cotidiana e de resistência legítima.

METODOLOGIA

Do ponto de vista metodológico, este trabalho se constitui como de natureza qualitativa, recorrendo à revisão bibliográfica sobre as categorias de resistência elencadas anteriormente. Importante destacarmos que o modelo de ciência que inspira este trabalho é de uma ciência sensível (Porto, 2012; Rigorro, Leão e Melo, 2018). Com isso, buscamos continuamente evidenciar as injustiças produzidas por atores hegemônicos sobre as populações mais pobres dos territórios. Assim, consideramos as populações atingidas não como meros objetos de pesquisa, mas como sujeitos ativos no contexto do processo de investigação.

Visando contemplar o nosso objetivo, este trabalho foi dividido em quatro etapas, quais sejam: 1) levantamento e revisão bibliográfica; 2) levantamento documental; 3) trabalhos de campo; 4) análise dos dados coletados. Na primeira etapa, buscamos realizar um levantamento de obras que discutem a resistência camponesa, posteriormente revisando a literatura e utilizando-a para a fundamentação teórica da discussão. Em seguida, na segunda etapa, buscamos levantar documentos que evidenciem a resistência legítima produzida pelos(as) camponeses(as), organizações da sociedade civil e escritórios de assessoria jurídico-popular. Também levantamos documentos referentes ao processo de territorialização da empresa Nova Agro, fundamental para compreender como a mesma executa suas ações nos territórios e afeta os(as) camponeses(as).

Na terceira etapa, foram realizados trabalhos de campo entre 2022 e 2023, quando se coletou dados mediante entrevistas semiestruturadas com camponeses(as) e membros de organizações da sociedade civil. Também realizou-se mapeamento participativo e registros fotográficos dos territórios camponeses e dos territórios do capital na Chapada do Apodi. Por fim, na quarta etapa, partimos para a análise dos dados coletados. As entrevistas semiestruturadas foram sistematizadas, analisadas e utilizadas na pesquisa seguindo o método da análise de conteúdo temática (Gomes, 2016), que consiste na separação dos trechos das entrevistas em temas, facilitando a análise, sendo possível apreender o núcleos de sentido presentes na fala de todos os sujeitos entrevistados.

Infere-se que o mapeamento participativo foi um procedimento essencial para o alcance dos resultados, enquanto instrumento de operacionalização da cartografia social, ora "entendida como a apropriação de técnicas e modos de representação cartográficos modernos por grupos sociais historicamente excluídos dos processos de tomada de decisão" (Acselrad; Viégas, 2013, p. 17). Isso se deu devido a cartografia social identificar o ato de cartografar a realidade social como expressão das relações de poder (Acselrad; Viégas, 2013; Meireles et al., 2018).

Nesse contexto, que revela um cenário de injustiça cognitiva (Porto, 2012), a cartografia social emerge como alternativa para possibilitar o mapeamento e utilização dos produtos, o mapa social, como instrumentos de reflexão sobre a própria realidade vivida por camponeses(as), mas também como estratégia de luta e visibilização das injustiças ambientais. Assim, a cartografia social se coloca como uma ferramenta fundamental para a resistência camponesa na Chapada do Apodi, em Tabuleiro do Norte.

REFERENCIAL TEÓRICO

Como estratégia para sistematizar as formas de resistência camponesa observadas neste recorte, utilizou-se as categorias de resistência cotidiana (Scott, 2002) e de resistência legítima (O'brien, 1996). Ainda que este trabalho se debruce sobre essas duas formas de resistência, reconhecemos que existem várias outras expressões desse processo, como as manifestações públicas, as iniciativas de economia popular solidária, as feiras agroecológicas, a participação dos(as) camponeses(as) em *lives*, reuniões, cursos de formação camponesa, intercâmbios, etc.

Nesse sentido, não podemos considerar a resistência camponesa de maneira homogênea. Para Scott (2002), ainda que experiências de resistência mais violentas e manifestas sejam aquelas mais facilmente reconhecíveis como expressões do ato de

resistir, se torna um equívoco desconsiderar formas mais silenciosas e individuais de resistência. Conforme o autor, “classificar somente os atos abertos e radicais como resistência, significa aceitar que a estrutura de dominação defina para nós o que é e o que não é resistência” (p. 29). Ainda segundo este autor, o fato de uma expressão de resistência ser mais individual, não significa que ela não seja coordenada.

Fabrini (2007), igualmente, nos ensina que a resistência não se circunscreve apenas à ação/organização dos movimentos sociais. Para ele, o “movimento camponês” se configura de maneira mais ampla que os movimentos sociais. Consoante o autor, “[...] a produção para autoconsumo, autonomia e controle no processo produtivo, a solidariedade, relações de vizinhança, os vínculos locais, dentre outros, são aspectos deste processo” (Fabrini, 2007, p. 9). Assim, a cotidianeidade camponesa, a produção agroecológica e a manutenção do seu modo de vida podem ser consideradas como formas de resistência frente a algum ator que ofereça ameaça.

Da mesma forma, a utilização do sistema de justiça para fazer valer os direitos negados à população camponesa pode também ser considerada uma forma de resistência, entendida por O’brien (1996) como “resistência legítima”. Para o autor, esta se materializa a partir da utilização de instrumentos legais e legislativos, que de maneira mais frequente é acessível financeiramente às classes hegemônicas. A utilização dessas estratégias pelos(as) camponeses(as) é normalmente acessada através da atuação de assessoria jurídica de instituições ligadas à defesa dos direitos da população mais pobre, já que estes dispõem de poucos recursos financeiros para contratar escritórios de advocacia e fazer valer seus direitos através dos instrumentos legais. Esse tipo de resistência considera a mobilização dos próprios aparelhos do direito positivo, a exemplo de leis em favor da defesa da vida ameaçada pela territorialização de algum ator que promova ou aprofunde a injustiça ambiental.

Uma ação fundamental para dar vazão à resistência é a própria atenção da população camponesa atingida pela territorialização de alguma atividade econômica, constituindo o que se entende como vigilância popular (Carvalho, 2022). Sem a vigilância popular do ambiente feita no cotidiano da vida, a tomada de consciência por parte da sociedade e de outras instituições se dificulta, pois ninguém conhece os impactos de uma atividade econômica melhor que os sujeitos impactados.

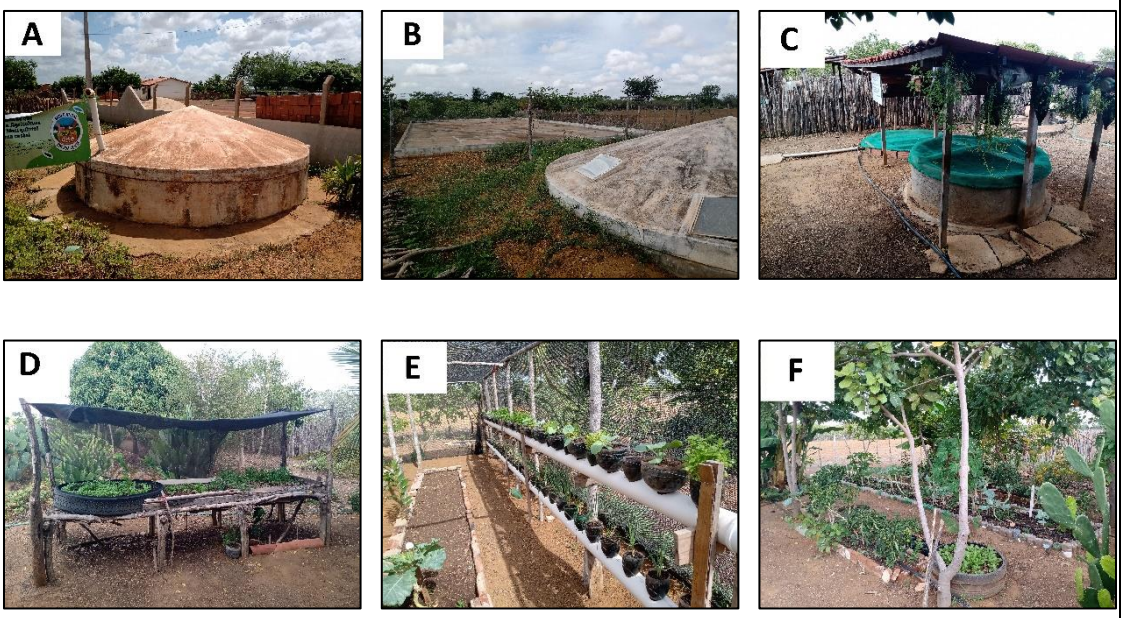
Diante disso, na próxima seção, discutiremos as experiências de resistência cotidiana e resistência legítima verificadas na Chapada do Apodi, em Tabuleiro do Norte, que vivencia a territorialização do agronegócio do algodão, o qual produz uma série de

impactos que levam os(as) camponeses(as) a resistirem frente às injustiças que já ocorrem e as que ainda estão por vir.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As diversas formas de resistência camponesa são expressões da luta popular no campo contra o avanço do capital que expropria, polui, destrói e contamina a natureza e as pessoas, em detrimento do bem-estar e a saúde de todos(as) que vivem cotidianamente no território e o compreendem como espaço de vida. Considerando o contexto da Chapada do Apodi, identificamos a expressão da resistência cotidiana a partir da produção para o autoconsumo, utilizando as tecnologias sociais de convivência com o Semiárido e técnicas agroecológicas, bem como através da solidariedade camponesa (Quadro 1).

Quadro 1 – Imagens de tecnologias sociais na Chapada do Apodi/Tabuleiro do Norte



A: Cisterna de placa de 16 mil litros, destinada para armazenamento de água para consumo humano.
B: Cisterna Calçadão de 52 mil litros, destinada para armazenamento de água para produção e dessedentação animal.
C: Bioágua, utilizado para tratamento de águas cinzas (águas do banho, da pia, da lavagem de roupa, etc.) para irrigação.
D: Canteiro de hortaliças, podendo ser utilizado para produção de alimentos para o consumo familiar ou para a comercialização.
E: Casa de vegetação com Horta suspensa autoirrigável, podendo ser utilizada para produção de alimentos para o consumo familiar ou para a comercialização.
F: Canteiro com hortaliças, fruteiras e cactáceas, diversificando a produção familiar para consumo e comercialização.

Fonte: Sousa (2023).

É mediante o trabalho cotidiano, que consiste na produção e comercialização de alimentos saudáveis e livres de agrotóxicos, fundamentado nos princípios da convivência com o Semiárido e da agroecologia, que a resistência cotidiana se materializa. Por meio da análise das entrevistas por nós realizadas, conseguimos perceber a importância dada

pelos(as) camponeses(as) às tecnologias sociais de convivência com o Semiárido. Conforme um dos camponeses(as) por nós entrevistados:

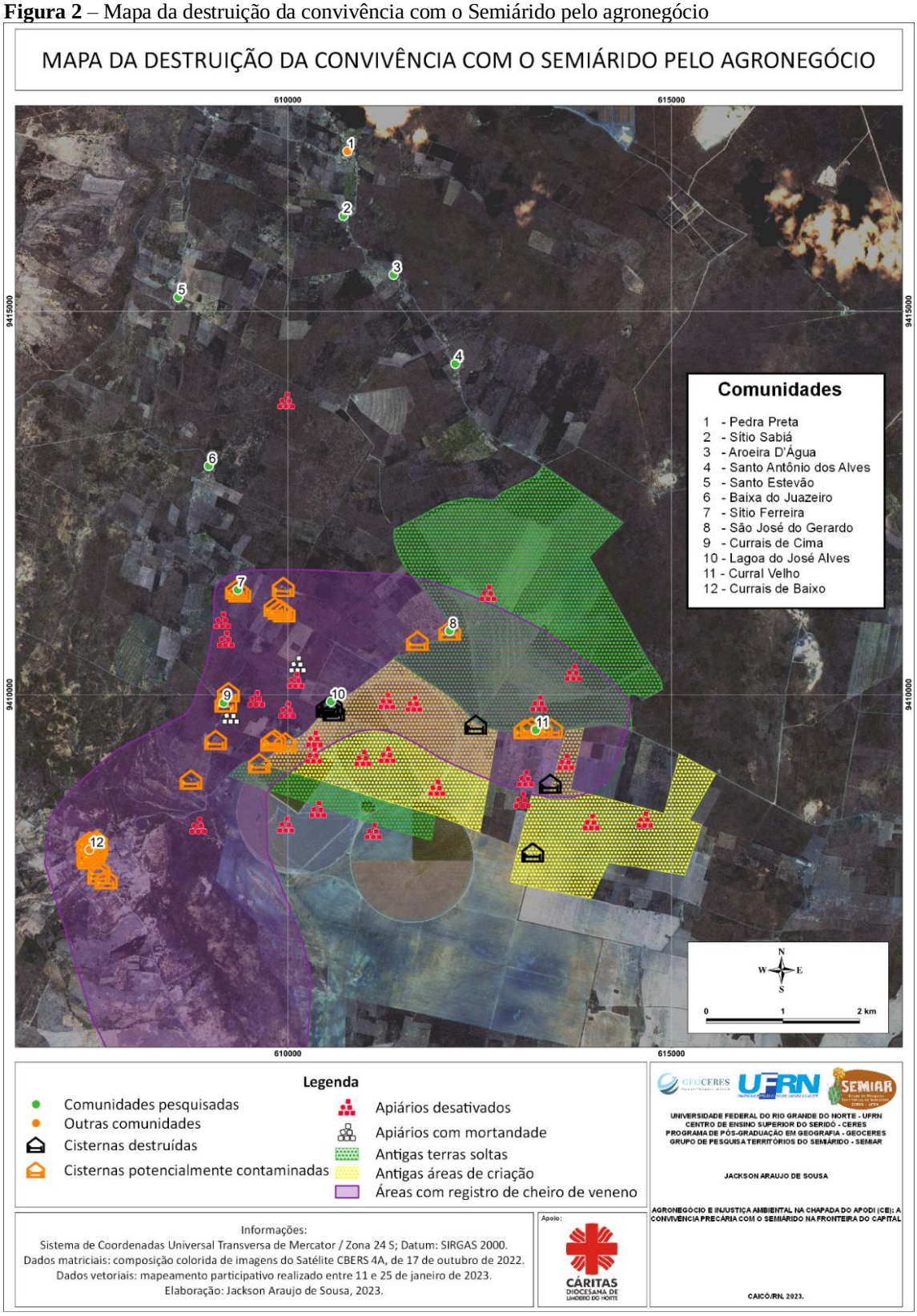
> Hoje já aparece novas tecnologias sociais...hoje em muitas casas da nossa comunidade nós já temos nossos quintais produtivos né...que é uma coisa que já vai surtindo efeito mesmo com pouca água. O sistema aqui foi criado um sistema de bioágua pra gente aproveitar a pouca água que nós temos na nossa casa que era desperdiçada, vai pro chão e tudo, pra gente armazenar pra aguar o seu quintal né...através de bombeamento de motozinho pequeno, mas já são pequenas novas tecnologias que já vão surgindo e aqui já vai dando uma melhorada na dificuldade. Qualquer coisa que você produz no seu quintal que você não precisa comprar se você tiver já gera uma economia pra você...você não conseguir produzir pra vender em grande escala né, mas pro seu consumo você já consegue produzir e são coisas que vai ajudando a gente a sobreviver aqui né, com toda dificuldade (Fala de camponês em janeiro de 2023).

Além da própria dificuldade de produzir de maneira agroecológica, tendo cotidianamente o direito de acesso à água negado, acrescenta-se ainda os desafios por se localizar em áreas de fronteira agrícola, pois os(as) camponeses(as) vivem diariamente com a ameaça de deriva atmosférica de agrotóxicos aplicados nos plantios da Nova Agro, com as limitações em termos de áreas para criação de caprinos e abelhas (Figura 2). Adicionalmente, os territórios do agronegócio aproximam-se diariamente dos territórios do campesinato, instalando um sentimento de medo e incerteza sobre as comunidades, configurando o que Rigotto et al. (2018) chama de sofrimento psicossocial.

Na Figura 2, é possível identificar explicitamente a convivência com o Semiárido sendo destruída pela expansão do agronegócio. A partir do mapeamento participativo e das entrevistas semiestruturadas, conseguimos perceber as áreas com possível contaminação do ar por agrotóxicos. Podemos inferir também que as cisternas que se localizam nesta porção de encontram em risco de contaminação, já que a área de captação da água da chuva armazenada nas cisternas é justamente o telhado das casas. Também fica evidente as antigas áreas de criação e terras soltas[3], bem como os apiários que tiveram de ser desativados devido a expansão do agronegócio.

[3] Terras soltas são as áreas amplamente utilizadas para a criação coletiva de caprinos e abelhas. Apesar de terem um proprietário, não são cercadas e por isso são chamadas de terras soltas. Por não serem utilizadas para fins de plantio, comumente contém uma vegetação pouco modificada, propícia para a instalação de apiários.

Figura 2 – Mapa da destruição da convivência com o Semiárido pelo agronegócio



Fonte: Elaborado por Sousa (2023), a partir de informações obtidas através de mapeamento participativo realizado em janeiro de 2023.

Além disso, conforme evidenciou Sousa (2023), em função da proximidade das áreas de produção e aplicação de veneno, há registros de moradores sendo obrigados a

dormir de máscara em função da contaminação do ar por agrotóxicos. Esse processo configura uma das facetas da injustiça ambiental, a angústia e desconforto produzida pelo contato com poluentes emitidos por empreendimentos econômicos, dando sentido ao que Souza (2019) e Tavares (2019) denominam como sofrimento ambiental.

É diante desse contexto ameaçador e de vulnerabilização (Porto, 2019), que os(as) camponeses(as) produzem vídeos, áudios e fotos, denunciando os efeitos perversos do agronegócio na Chapada do Apodi, em Tabuleiro do Norte. Assim, estes sujeitos, ao visitar os apiários, suas áreas de plantação e criação e realizarem o registro áudio-visual das injustiças, se configuram como verdadeiros "vigilantes do território" (Cavalcante, 2021), dando sentido à vigilância popular do ambiente (Carvalho, 2022) e, acrescentamos, do território. Em função destas características, esse processo de vigilância popular observado na Chapada do Apodi, diante do agronegócio, se coloca como uma expressão da resistência camponesa cotidiana (Scott, 2002).

A resistência legítima (O'Brien, 1996), enquanto a utilização do aparelho de justiça para a defesa da vida, tem sido expressa pelas ações no âmbito institucional e judiciário, empreendidas principalmente pelo EFTA, como a denúncia das injustiças e impactos ambientais promovidos pelo agronegócio. Além disso, reagindo às ações de denúncia e protesto dos(as) camponeses(as), bem como reuniões realizadas com a participação do EFTA e da Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte, a Promotoria de Justiça de Tabuleiro do Norte determinou o agendamento de audiência pública e verificação dos requisitos para concessão de licenciamentos ambientais de empreendimentos potencialmente poluidores na Chapada do Apodi, tais como o realizado pela Nova Agro, bem como a recomendação de anulação de licenças ambientais expedidas sem a anuência do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (COMDEMA) (Quadro 2).

Quadro 2 – Expressões da resistência legítima na Chapada do Apodi, em Tabuleiro do Norte.

Data	Título do documento/ação	Principais encaminhamentos
17 fev. 2020	Ofício nº 002/2020, por meio da FEMAJE, à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo de Tabuleiro do Norte	Denuncia, dentre outros impactos, o desmatamento próximo à cabeceira da Chapada e o uso do correntão para destruir a vegetação
08 dez. 2021	Audiência pública na Câmara de Vereadores de Tabuleiro do Norte para tratar dos impactos produzidos pela Nova Agro Agropecuária LTDA	Exposições os riscos e agravos à saúde desencadeados pelo contato com os agrotóxicos utilizados amplamente nos plantios de empresas do agronegócio, o aumento do desmatamento, o uso do correntão, a expulsão de camponeses(as), bem como os impactos na apicultura
06 jun. 2022	Portaria nº 433/2022, da Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA)	Criação de Grupo de Trabalho interinstitucional para investigar a denúncia feita por camponeses(as) da Chapada do Apodi, sobre os impactos do uso de agrotóxicos pelo agronegócio.

05 out. 2022	Ofício nº 311/2022-CDHC – EFTA/ALECE	O Escritório Frei Tito realiza a denúncia dos efeitos e impactos ocasionados pela chegada do agronegócio na Chapada do Apodi, em Tabuleiro do Norte.
19 abr. 2023	Despacho da Promotoria de Justiça de Tabuleiro do Norte sobre o agendamento de audiência pública	Determinou o agendamento de audiência pública com os representantes presentes na reunião e com membros do Centro de Apoio Operacional de Proteção à Ecologia, Meio Ambiente, Urbanismo, Paisagismo e Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (Caomace).
23 jul. 2023	Recomendação N.º 0007/2023/PmJTDN06.2022.00001754-0	O Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE) recomenda ao Município de Tabuleiro do Norte a anulação da licença ambiental única nº 004/2022 que permite à Nova Agro execuar seus projetos agrícolas.
04 out. 2023	Recomendação Administrativa Nº 0012/2023/PmJTDN Inquérito Civil 06.2022.00001754-0	O MPCE recomenda ao Município de Tabuleiro do Norte a anulação de todas as licenças ambientais expedidas sem a anuência do COMDEMA.

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de Sousa (2023).

Importante termos ciência de que o processo de resistência legítima na Chapada do Apodi, em Tabuleiro do Norte, só é colocado em prática em função da mobilização camponesa nas primeiras iniciativas de denúncia e visibilização das injustiças junto às organizações da sociedade civil, mormente a Cáritas. As primeiras denúncias culminaram na realização de trabalhos de campo nos territórios ainda em 2020 e 2021 e na realização de Seminário de Justiça Hídrica do Vale do Jaguaribe, com posterior Assembleia Popular das Comunidades em 2021. Somente depois dessas iniciativas que a primeira audiência pública foi realizada no final de 2021.

A partir da observação dos processos verificados na Chapada do Apodi, percebeu-se que a articulação entre a resistência cotidiana e legítima se dá através da vigilância popular. De acordo com um pesquisador da Fiocruz, mencionado em Carvalho (2022), a vigilância popular é baseada, principalmente, no protagonismo popular, no processo de levantamento e produção de informações para a defesa da vida. Para o pesquisador, "[...] o principal diferencial da vigilância popular é justamente a produção da informação pela própria comunidade". Ainda para ele, tal vigilância contribui com o trabalho de técnicos e pesquisadores engajados, fundamentando suas ações com comprovações empíricas dos impactos e injustiças produzidos por atividades econômicas poluidoras, próprias do neoextrativismo, como o agronegócio.

Como iniciativas populares questionadoras da injustiça ambiental (Souza, 2019) no recorte da pesquisa, a vigilância popular constitui-se como o elo entre essas duas formas de resistência (cotidiana e legítima). Através da vigilância popular são produzidos os registros dos impactos e injustiças em fotos e vídeos sobre a expansão do agronegócio,

que implica também – quando conta com maior articulação com universidades (Universidade Federal do Ceará e Universidade Federal do Rio Grande do Norte), organizações da sociedade civil (Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte, AEFAJA, FEMAJE e associações de moradores), e outras instituições ligadas à saúde coletiva (Fiocruz) e assessoria jurídico-popular (EFTA) – na resistência legítima. É no cotidiano, percorrendo as estradas, que os(as) camponeses(as) realizam registros em áudios, vídeos e fotos, materializando a vigilância popular do ambiente e subsidiando as iniciativas de judicialização das injustiças. Assim, inferimos que essas práticas de denúncia e divulgação podem também ser configuradas como resistência cotidiana, que contribui para a resistência legítima.

Além dessas, infere-se que uma das estratégias que têm colaborado com a resistência camponesa é o mapeamento participativo realizado com os(as) camponeses(as), contribuindo com a reflexão dos próprios sujeitos dos territórios sobre as injustiças produzidas, mas também auxiliando o processo de resistência legítima frente ao Ministério Público, já que os mapas sociais têm sido utilizados pelos camponeses(as) nas denúncias e visibilização das injustiças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A territorialização do capital no campo tem lançado desafios e ameaçado a vida, problemática intrínseca ao seu modelo de produção altamente dependente de agrotóxicos, transgênicos, terra e água. A consecução dos objetivos de produção da Nova Agro tem implicado em sérios impactos sobre os territórios camponeses, tais como desmatamento acelerado com uso de práticas altamente destrutivas da natureza, plantio em larga escala com uso intensivo de terra e água, utilização intensiva de agrotóxicos, contaminando o ar, as plantações e apiários, impondo um cenário de sofrimento ambiental sobre os territórios camponeses. Além disso, as conquistas em termos de tecnologias sociais voltadas à convivência com o Semiárido têm sido destruídas devido à territorialização do agronegócio na Chapada do Apodi.

Essa ameaça tem gerado diferentes estratégias de reação popular no campo, aqui entendidas como formas de resistência camponesa. É a partir da cotidianeidade camponesa, praticada sem uso de agrotóxicos, com a utilização de tecnologias sociais de convivência com o Semiárido e vigiando o território, que a resistência camponesa é produzida, subsidiando ações judiciais que visam defender a vida, a natureza e o território

contra a ação predatória do agronegócio. Certamente o futuro na Chapada do Apodi está ameaçado, mas a resistência camponesa tem feito frente aos desafios impostos.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campello do Amaral; BEZERRA, Gustavo das Neves. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ACSELRAD, Henri; VIÉGAS, Rodrigo Nuñes. Cartografias sociais e território – um diálogo latino-americano. In: ACSELRAD, H. (Org.). **Cartografia social, terra e território**. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 2013. p. 14-40.

CARVALHO, Geovanni. Entrevista: "A Vigilância Popular da Saúde é baseada, principalmente, no protagonismo popular", Juazeiro do Norte, **Brasil de Fato**. 06 abr. 2022. Disponível em: https://www.brasildefatoce.com.br/2022/04/06/entrevista-a-vigilancia-popular-da-saude-e-baseada-principalmente-no-protagonismo-popular. Acesso em: 16 jun. 2023.

CAVALCANTE, Leandro Vieira. Um novo mal anunciado: a territorialização do agronegócio do algodão transgênico no Ceará. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v. 22, n. 3, p. 145-169, 2021.

FABRINI, João Edmilson. A resistência camponesa para além dos movimentos sociais. **Revista NERA**, Presidente Prudente, n. 11, p. 8-32, jul./dez., 2007.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão agrária e capitalismo agrário: o debate paradigmático de modelos de desenvolvimento para o campo. **Reforma Agrária**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 41-53, 2014.

FREDERICO, Samuel. Agricultura científica globalizada e fronteira agrícola moderna no Brasil. **Confins**, Paris, n. 17, 2013.

GOMES, Romeu. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Maria. Cecília de Souza; DESLANDES, Suely. Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2016. p. 72-95.

MEIRELES, Antonio Jeovah de Andrade; GORAYEB, Adryane; ROCHA, Brenda Gaudino; LANDIM NETO, Francisco Otávio. Contribuições da cartografia social para assegura soberania territorial de comunidades camponesas. In: RIGOTTO, Raquel Maria; AGUIAR, Ada Cristina Pontes; RIBEIRO, Lívia Alves Dias (Org.). **Tramas para a justiça ambiental**: diálogos de saberes e práxis emancipatórias. Fortaleza: Edições UFC, 2018. p. 279-302.

O'BRIEN, Kevin. Rightful resistance. **World Politics**, Princeton, v. 19, n. 1, p. 31–55, out.,1996.

PORTO, Marcelo Firpo de Souza. **Uma ecologia política dos riscos**: princípios para integrarmos o local e o global na promoção da saúde e da justiça ambiental. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2012.

PORTO, Marcelo Firpo; FINAMORE, Renan. Riscos, saúde e justiça ambiental: o protagonismo das populações atingidas na produção de conhecimento. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 17, p. 1493-1501, 2012.

PORTO, Marcelo Firpo; ROCHA, Diogo Ferreira da; FINAMORE, Renan. Saúde coletiva, território e conflitos ambientais: bases para um enfoque socioambiental crítico. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 10, p. 4071-4080, 2014.

RIGOTTO, Raquel Maria. *et al*. Desvelando as tramas entre saúde, trabalho e ambiente nos conflitos ambientais: aportes epistemológicos, teóricos e metodológicos. In: RIGOTTO, Raquel Maria; AGUIAR, Ada Cristina Pontes; RIBEIRO, Lívia Alves Dias. (Org.). **Tramas para a justiça ambiental**: diálogos de saberes e práxis emancipatórias. Fortaleza: Edições UFC, 2018. p. 163-214.

RIGOTTO, Raquel Maria; LEÃO, Fernando Antônio Fontenele; MELO, Rafael Dias de. A pedagogia do território: desobediências epistêmicas e insurgências acadêmicas na práxis do Núcleo Tramas. In: RIGOTTO, Raquel Maria; AGUIAR, Ada Cristina Pontes; RIBEIRO, Lívia Alves Dias (Org.). **Tramas para a justiça ambiental**: diálogos de saberes e práxis emancipatórias. Fortaleza: Edições UFC, 2018. p. 345-396.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Saber popular, práxis territorial e contra-hegemônica**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

SCOTT, James. Formas cotidianas da resistência camponesa. **Raízes**, Campina Grande, v. 21, n. 1, p. 10-31, 2002.

SOUSA, Jackson Araujo de. **Agronegócio e injustiça ambiental**: a convivência precária com o Semiárido na fronteira do capital. 224f. 2023. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2023.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Ambientes e territórios**: uma introdução à ecologia política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Articulando ambiente, território e lugar: a luta por justiça ambiental e suas lições para a epistemologia e a teoria geográficas. **Ambientes**: Revista de Geografia e Ecologia Política, Francisco Beltrão, v. 2., n. 2, p. 16-64, 2020.

SVAMPA, Maristella. **As fronteiras do neoextrativismmo na América Latina**: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

TAVARES, Thiago Roniere Rebouças. Examinando a injustiça ambiental a partir da contaminação do ar e de inundações nos arredores da Companhia Siderúrgica do Atlântico/Ternium, às margens da Baía de Sepetiba (Rio de Janeiro). **Ambientes: Revista de Geografia e Ecologia Política**, Francisco Beltrão, v. 1, n. 2, p. 211-255, 2019.

ACAMPAMENTOS RURAIS E RESISTÊNCIA CAMPONESA: O CASO DO QUILOMBO CAMPO GRANDE – MG

Lara Mendes da Silva[1]

Estevan Leopoldo de Freitas Coca[2]

RESUMO
O Brasil passou por um relativo processo de reforma agrária, em que as ocupações foram o maior destaque da luta pela terra. Os acampamentos representam a espacialização e territorialização da luta pela terra, assim como provocam transformações e mudanças nas famílias sem-terra e na configuração da luta pela terra, demonstrando que pela luta pela terra o campesinato se cria e recria. Esse artigo tem como objetivo trazer as implicâncias em termos de políticas públicas de desenvolvimento rural para as famílias do Quilombo Campo Grande acampadas. Para que essas famílias sejam atendidas por políticas públicas, elas necessitam do reconhecimento de suas terras acampadas pelo Estado, enquanto isso elas ficam isentas de participarem de políticas para o campo. Desse contexto, emerge ações de solidariedade entre essas famílias e o MST para escoarem seus alimentos e garantirem suas produções, no entanto, não é suficiente, necessitando do Estado maior proteção a essas famílias e as suas terras. Retomamos que a questão agrária do Brasil ainda está em aberto e que é necessário avançar nas políticas públicas que garantam a reprodução do modo de vida camponês.
Palavras-chave: luta pela terra; políticas agrárias; resistência camponesa; questão agrária.

ABSTRACT
Brazil went through a relative process of agrarian reform, in which occupations were the biggest highlight of the struggle for land. The camps represent the spatialization and territorialization of the struggle for land, as well as causing transformations and changes in landless families and in the configuration of the struggle for land, demonstrating that through the struggle for land the peasantry is created and recreated. This article aims to bring out the implications in terms of public rural development policies for Quilombo Campo Grande families camping. For these families to be served by public policies, they need recognition of their camped lands by the State, while they are exempt from participating in rural policies. From this context, solidarity actions emerge between these families and the MST to sell their food and guarantee their production, however, it is not enough, requiring the State to provide greater protection for these families and their lands. We reiterate that the agrarian question in Brazil is still open and that it is necessary to advance public policies that guarantee the reproduction of the peasant way of life.
Keywords: fight for land; agrarian policies; peasant resistance; agrarian question.

INTRODUÇÃO

Mesmo ainda se caracterizando como um país com significativa concentração fundiária, o Brasil passou por um relativo processo de reforma agrária nas últimas décadas

[1] Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL, lara.mendes@sou.unifal-mg.edu.br
[2] Professor adjunto do Curso de Geografia da Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL, estevan.coca@unifal-mg.ebu.br

(Coca, 2015; Robles; Veltmeyer, 2015). Isso se deu não apenas por meio da desapropriação, mas também por meio de outras políticas de obtenção como a regularização fundiária e o reconhecimento pelo Governo Federal de projetos criados por estados e municípios (Coca, 2011). Por mais que autores como Oliveira (2007) entendam não haver uma autêntica reforma agrária no Brasil, é inegável que esses assentamentos rurais construíram para que o campesinato tivesse acesso a um maior número de políticas públicas que lhe suportam na disputa por territórios contra o agronegócio. Contudo, ainda existe um grande contingente de famílias que aguarda pela posse da terra por meio de acampamentos, o que expressa o caráter estrutural da Questão Agrária brasileira.

Nesse sentindo, esse trabalho motiva-se pela importância da luta pela terra, em vista de que a conquista desses territórios não são só um trunfo para essas famílias, ela também representa suas existências (Welch; Fernandes, 2009). Como recorte empírico, tomamos o exemplo do conjunto de acampamentos Quilombo Campo Grande, em Campo do Meio, sul de Minas Gerais. Demonstramos que desde 1998, essa área ocupada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) garante a existência dessas famílias e a reprodução do modo de vida e trabalho camponês. Temos como objetivo trazer as implicâncias em termos de políticas públicas de desenvolvimento rural para as famílias do Quilombo Campo Grande acampadas em terra que ainda não são reconhecidas pelo Estado, a fim de trazer as novas possibilidades políticas para essas famílias poderem ter suas terras reconhecidas.

METODOLOGIA

O trabalho foi desenvolvido com base nos seguintes procedimentos metodológicos: i) levantamento bibliográfico e documental sobre os temas de interesse da pesquisa, com destaque em luta pela terra, questão agrária, ocupação de terra e acampamentos e políticas públicas para o campo na base de dados dos periódicos CAPES, SciELO e Google Acadêmico; ii) observação participante por meio de ações de extensão desenvolvidas pelos autores por meio do Núcleo de Estudos sobre Trabalho, Agroecologia e Soberania Alimentar (NETASA) junto ao Quilombo Campo Grande em Campo do Meio no Sul de Minas e; iii) entrevistas semiestruturadas com 4 camponeses acampados.

REFERENCIAL TEÓRICO

A questão agrária permeia o cotidiano há séculos, refletindo no presente amarras do passado e se remodelando no presente em todos os estados brasileiros. Ela se manifesta principalmente por meio das ocupações e acampamentos, assim como está presente nos

latifúndios, no agronegócio e nas *commodities*. Ela nasce da contradição estrutural do capitalismo que gera simultaneamente a concentração de riqueza e a expansão da pobreza, exploração e miséria (Fernandes, 2004).

Antes das ocupações e acampamentos, ocorre o trabalho de base promovido pelo MST com famílias nas periferias urbanas convidando-as para participar da luta pela terra e reforma agrária. Esse momento de trabalho de base com as famílias domina-se como um espaço de socialização política, onde esses atores discutem suas trajetórias, suas semelhanças de vida e possibilidades de luta. Por isso, a ocupação ou o acampamento não é o primeiro passo da luta pela terra, antes dessa ação existe uma organização e socialização entre as pessoas envolvidas ali meses antes, sendo um espaço comunicativo e interativo de socialização política (Fernandes, 2004).

Desse espaço de socialização política surge as propostas de ocupação abrindo um novo espaço de luta e resistência, os acampamentos. É desse espaço que nasce o conflito, pois a partir da ocupação dessas famílias nas propriedades não é possível mais ignorar essa organização de luta, momento em que se torna pública a reivindicação de uma vida digna, mas é possível reprimi-las, desampará-las e despejá-las. Apresenta-se, então, um conflito em que os latifundiários querem permanecer com seus privilégios e concentração de riqueza e os trabalhadores sem-terra, envolvendo privilégios, interesses, direitos, reinvindicações e luta (Fernandes, 2004). As ocupações são onde,

> Os movimentos socioterritoriais realizam a ocupação através do desenvolvimento dos processos de espacialização e territorialização da luta pela terra. Ao espacializarem o movimento, territorializam a luta e o movimento. Esses processos são interativos, de modo que espacialização cria a territorialização e é reproduzida por esta (Fernandes, 2001).

Nesse sentido, as ocupações representam a espacialização e territorialização da luta pela terra, sendo a principal forma de acesso à terra, é a partir delas que inicia a construção dos trabalhadores de condições básicas de existência. Como resultado das ocupações, surge os acampamentos que vai se dando forma pela organização de equipes ou comissões, em que as famílias se articulam para atender as demandas de saúde, educação, segurança, trabalho e outros (Fernandes, 2001).

Os acampamentos são lugares em que os sem-terra tem contato com um cotidiano atípico, pois estão distantes do lugar que lhe davam referências e se inserem enquanto membros ou excluídos de uma coletividade. Refere-se a um cotidiano que devem buscar resolver suas necessidades primárias, construir seus abrigos e dar conta das necessidades

básicas de sobrevivência, e passam a viver novas experiências com busca de uma vida digna (ensaios de vida comunitária) (Castells, 2005). É no acampamento em que as redes de solidariedade e de identidade se desenvolvem (Warren, 2009).

Os acampamentos representam realidades em transformação, eles são espaços e tempos de transição na luta pela terra (Fernandes, 2001). Para o acampado, representa um momento de transição ou de passagem em que ele rompe com a sua identidade anterior, mas ainda não alcançou o que se pretende, ser um assentado. O acampamento não é apenas o ingresso à luta, ele é também o rompimento de uma posição passiva da marginalização das famílias envolvidas (Figueiredo; Pinto, 2014).

Estar no acampamento, é compreendido pelo movimento como um espaço privilegiado de formação para as famílias que buscam serem assentadas. Isso se dá devido ao espaço de formação e constituição de "um novo sujeito social", que se compreende como um sujeito coletivo capaz de lutar e estar à frente das lutas sociais. Essa experiência é compreendida como singular pois é oportuna para questionamento coletivo de padrões culturais, sociais, ideológicos e políticos (Figueiredo; Pinto, 2014).

Para as famílias acampadas, estar no acampamento é resultado de uma busca de desejos e interesses, de garantir sua terra e reproduzir o seu modo de vida, tendo como objetivo a transformação da realidade. Ter a sua terra significa para a família elevar-se como assentada, em que a terra é reconhecida pelo Estados e seus direitos camponeses são garantidos. Os acampamentos e assentamentos são duas categorias em uma identidade em formação (Fernandes, 2001).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Um breve histórico do Quilombo Campo Grande

Buscando atender ao objetivo de refletir sobre as implicâncias de acampamentos de longa duração para a Questão Agrária nacional, a escala espacial desse trabalho consiste no conjunto de acampamentos Quilombo Campo Grande, localizado no município de Campo do Meio, no sul de Minas Gerais. Por se tratar de uma área ocupada pelo MST desde 1998, o Quilombo Campo Grande representa uma importante disputa pela orientação do modelo de desenvolvimento da agricultura, haja vista que parte significativa dos seus membros desenvolve produção em pequena escala como estratégia de fomento da agroecologia. Uma vez que a agricultura camponesa fomenta a redução das crises causadas pelo modelo

capitalista de produção, o Quilombo representa mudanças multidimensionais positivas na região (Coca et al., 2018).

O Quilombo Campo Grande é formado por 12 comunidades organizadas com um total de 459 famílias, contabilizando uma população de mais de 2.000 pessoas, distribuídas em 3964,2 hectares. Destaca-se a produção de café e milho nesse território, representando uma cadeia produtiva bem estruturada na região e com destaque na agroecologia (Coca et al., 2022). O café representa 640 hectares, destacando-se como a cultura com maior quantidade de pés plantados no quilombo (1.902.343), evidenciando a participação do quilombo na cadeia produtiva do café no Sul de Minas Gerais (Coca et al., 2022). Ressalta-se que essa produção é comercializada pelo selo Guaí, o qual é comercializado para além do sul mineiro (Salvaterra, 2021; Xavier, 2022).

A área que hoje compõe o Quilombo Campo Grande é um conjunto de terras onde, desde o período colonial, localizava-se a Usina Ariadnópolis, a qual entrou em processo de falência em 1994, deixando imensas dívidas trabalhistas sem resolução até hoje (Moreira, 2017). O sindicato rural ligado a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) atuaram junto aos camponeses que tiveram suas vidas e direitos violados, na denúncia de condições insalubres de trabalho e na busca por construir melhores condições de vida nas terras que estavam ociosas (Xavier, 2022).

Com o desenvolvimento do Quilombo Campo Grande, a disputa por essas terras tornou-se cada vez mais estreita, enquanto tem-se de um lado famílias lutando e melhorando suas condições de vida por meio de uma perspectiva integrada à natureza, de outro lado tem-se diversas tentativas de despejo e processos de reintegração de posse promovidas pelo Estado de forma violenta e ilegal. Como exemplo, em plena pandemia do COVID-19, ocorreu o despejo de 14 famílias (figura 1), colocando-as em risco, demolindo suas casas, lavouras e a escola da comunidade (Escola Popular Eduardo Galeano), reforçando a fragilidade do Estado em defender essas famílias (Santos; Coca, 2022).

Figura 1: despejo de 14 famílias no Quilombo Campo Grande em 2020

Fonte: Isabelle Medeiros, 2020.

Enquanto ocorreu o despejo em 2020, as famílias do MST expandiram suas produções agroecológicas e promoveram Ações de Solidariedade com doação de toneladas de alimentos pelo território brasileiro assim como o Quilombo promoveu doações na cidade de Campo do Meio (XAVIER, 2022). Vale ressaltar que, esses alimentos são produzidos sem veneno ofertando para a população alimentação de qualidade, e, que ainda, envolve um processo ecológico de trabalho justo e de cuidado com a biodiversidade do bioma local.

Figura 2: Produção das famílias do Quilombo Campo Grande em 2021

Fonte: Setor de comunicações das Cesta Agroecológicas, 2021

Nos referimos aqui de famílias que vivem a instabilidade de terras acampadas, que não são atendidas por políticas públicas que garantem escoamento e comercialização do alimento produzido em suas terras, assim como as políticas de financiamento que estimulam a geração de renda (Alves, 2022). Nesse ano de 2023, o Quilombo Campo Grande teve uma vitória de reconhecimento da posse da terra das famílias acampadas, possibilitando mudanças nesse cenário para as famílias acampadas e novas estratégias de luta.

Como a ausência de políticas públicas prejudica as famílias acampadas

Para falar da luta pela terra executada pelo MST, deve-se reconhecer o caráter histórico da questão agrária brasileira em que o problema do acesso à terra em oposição do monopólio de terras do agronegócio é consequência da reprodução das desigualdades econômicos e sociais do campo, e, causa das formas de dominação políticas associadas à questão agrária (Ros, 2012). Aqueles que estão na terra como acampados não são reconhecidos como agricultores formais, excluindo-os de direitos e benefícios de políticas públicas do Estado (Alves, 2022).

Para as famílias serem assistidas pelos benefícios básicos estatais, elas devem emitir a Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP/Pronaf), a qual qualifica e identifica as terras de produção familiar. Com a DAP, é possível para a família receber incentivos à produção e geração de renda. Além disso, o uso dela é imprescindível para acessar às linhas de crédito do Pronaf. Dentre os direitos e benefícios da DAP estão incluídos: 1) Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER); 2) Seguro da Agricultura Familiar (SEAF); 3) Garantia-Safra; 4) Programa de Garantia de Preços Mínimos (PGPM); 5) Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF); 6) Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); 7) Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); 8) Programa Nacional de Proteção e Uso do Biodiesel (PNPB); 9) Beneficiário Especial da Previdência Social; 10) Aposentadoria Rural (Funrural); 11) Auxílio Emergencial Financeiro; 12) Programa Minha Casa Minha Vida Rural; 13) Plano Brasil Sem Miséria – Rota da Inclusão Produtiva Rural; 14) Cotas em Escolas Profissionalizantes (CEFET); e, 15) Pronatec Campo (Mapa, n/d).

Para os camponeses acessarem políticas específicas para a reforma agrária é necessário que eles sejam formalmente assentados, ou seja, reconhecidos como beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária do Instituto Nacional de Colonização e Reforma

Agrária (INCRA). No caso do Quilombo Campo Grande, as famílias acampadas relataram a dificuldade de comercializarem os alimentos produzidos na terra, sendo a comercialização de cestas agroecológicas e em feiras a mais acessível para elas, e, em casos de parceria com outras famílias assentadas ocorria participação "indireta" no PNAE. Nos trabalhos de campo constatamos que as famílias cadastradas no programa escoavam alimentos de um coletivo de famílias por possuírem a DAP o compartilhavam entre si os recursos adquiridos.

A recente vitória do MST na Vara Agrária de Minas Gerais, em que foi decidido em 1ª instância a confirmação da posse do território pertencente aos acampados, vem de muita pressão da aplicação da lei 4.132 que prevê desapropriação de terras por interesse social (Lima, 2023). É uma vitória de luta popular, mostrando o desinteresse do Estado de contribuir para a autonomia do campesinato e de promover reforma agrária em terras ociosas. Tem-se uma realidade de um Estado frágil na conquista dos direitos básicos do campesinato, sustentado pelos interesses do agronegócio, que, inevitavelmente, ocasiona o boicote do campesinato.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil existem milhares de famílias que demandam por reforma agrária, vivendo em acampamentos rurais por décadas. Neste artigo trouxemos alguns elementos para refletir como isso justifica o fato de que o país possuí uma Questão Agrária aberta. Tomou-se o exemplo do Quilombo Campo Grande para demonstrar que ao não serem reconhecidas pelo Estado, as famílias acampadas vivem há anos sem apoio de políticas públicas que poderiam contribuir com a reprodução do seu modo de vida e trabalho. Essa situação é um reforço do caráter excludente e desigual da questão agrária brasileira. Permitir que famílias estejam em terras não reconhecidas legalmente é permitir que sejam excluídas dos direitos básicos garantidos pelo Estado e cada vez mais, com menores forças na disputa de mercado na comercialização da produção mercantil.

Contudo, renovando a esperança destas famílias, a 1ª instância do reconhecimento das terras de famílias acampadas do Quilombo Campo Grande representa, além da vitória da terra, a autonomia dessas famílias na reprodução dos meios de vida. A luta pela terra é resultado de luta popular e representa o acesso à direitos básicos do campesinato garantidos pelo Estado. Entende-se que o Estado não exerce nenhuma função de garantia de estabilidade para essas famílias acampadas e que não seja de interesse estatal garantir seus direitos. Quanto mais estende-se a garantia desses territórios, mais se prolonga o boicote dessas famílias participando da comercialização de alimento saudável e usufruindo das políticas agrícolas.

REFERÊNCIAS

ALVES, M. M. 2022. **Retrato das políticas pública: Acampamento Quilombo Campo Grande, em Campo do Meio-MG**. Dissertação (Mestrado em Geografia), Alfenas: Universidade Federal de Alfenas, 2022.

CASTELLS, A. N. G. A categoria espacial na construção de um projeto político para o campo acampamentos do MST. In: RADOVICH, J. C. **Disputas territoriales y conflitos interétinicos em brasil y argentina.** Córdoba: Ferreyra Editor, jun. 2005, p. 137-154.

COCA, E. Identidades dos camponeses assentados no território Cantuquiriguaçú, Paraná-Brasil. **Mercator (Fortaleza)**, v. 14, p. 77–88, 2015.

COCA, E. et al. **Quilombo Campo Grande: dados sobre a produção e a infraestrutura**. Alfenas: Universidade Federal de Alfenas (Unifal-MG), 2022.

COCA, E. 2011. **Um estudo da diversidade e atualidade da Reforma Agrária: análise dos tipos de assentamentos do território Cantuquiriguaçu-Estado do Paraná**. Dissertação (Mestrado em Geografia), Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista (Unesp), 2011.

FERNANDES, B. M. A ocupação como forma de acesso à terra. **8º Encontro de Geógrafos da América Latina**, 2001.

FERNANDES, B. M. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. Biblioteca digital: Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. 2004. Disponível em: http://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/123456789/564. Acesso em 13 jan. 2024.

FIGUEIREDO, G. C.; PINTO, J. M. DE R. Acampamento e assentamento: participação, experiência e vivência em dois momentos da luta pela terra. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, n. 3, p. 562–571, set. 2014.

LIMA, W. **Vara Agrária de MG reconhece posse da terra às famílias do Quilombo Campo Grande**. MST, 2023. Disponível em: https://mst.org.br/2023/06/03/vitoria-juridica-vara-agraria-de-mg-reconhece-posse-da-terra-as-familias-do-quilombo-campo-grande/. Acesso em 20 jun. 2023.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA). **Direitos e benefícios**. n/d. Disponível em: https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/mda/dap/direitos-e-beneficios. Acesso em 13 jun. 2023

OLIVEIRA, A. U. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007.

ROBLES, W.; VELTMEYER, H**. The politics of agrarian reform in Brazil: the landless rural workers movement**. New York: Springer, 2015.

ROS, C. A. A política fundiária do governo da frente popular no Rio Grande do Sul (1999-2002): diretrizes, luta política e resultados atingidos. **REVISTA NERA**, n. 13, p. 47–82, 2012.

SALVATERRA, J. R. Luta pela terra e soberania alimentar: o caso do Quilombo Campo Grande, no Sul de Minas Gerais. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Três Lagoas**, v. 1, n. 34, p. 390–414, 2021.

SANTOS, L. L. M.; COCA, E. Territórios Camponeses e o Fechamento das Escolas do Campo: uma análise sobre a escola popular Eduardo Galeano, em Campo do Meio-MG. **Geografia (Londrina)**, v. 31, n. 1, p. 297–317, 2022.

WELCH, C.; FERNANDES, B. M. Peasant movements in Latin America: looking back, moving ahead. **Latin american perspectives**, v. 36, n. 4, p. 3–8, 2009.

WARREN, I. S. Redes para a (re)territorialização de espaços de conflito: os casos do MST e MTST no Brasil. **Interface: a jornal for and about social movements**, v. 1, n. 1, p. 105-124, jan. 2009.

XAVIER, G. T. P. 2022. **Mulheres na questão agrária: um estudo sobre o coletivo" Raízes da Terra" do Acampamento Quilombo Campo Grande, Campo doMeio-MG**. Dissertação (Mestrado em Geografia), Alfenas: Universidade Federal de Alfenas, 2022.

VIA CAMPESINA BRASIL: AS ENCRUZILHADAS DAS LUTAS FRENTE AOS AVANÇOS DO CAPITAL NO CAMPO

Luiz Paulo Guimarães de Siqueira[1]

Maria Rosineide Pereira[2]

Gerson Antonio Barbosa Borges[3]

RESUMO

A agricultura capitalista, expressa pelo agronegócio tem avançado sob múltiplas dimensões e escalas do território brasileiro, impactando a vida dos camponeses, povos originários, comunidades tradicionais e destruindo os biomas brasileiros. Da mesma maneira, diversos setores do capital, seja mineração, construção hidrelétricas, usinas eólicas e estruturas de infraestrutura para escoamento de mercadorias têm devastados os territórios impondo um modo de vida urbano-industrial destinado a servir os interesses de grandes corporações. Em contraponto ao avanço desse projeto do capital para o campo, diversos movimentos populares se articulam enquanto Via Campesina para enfrentar a ofensiva das corporações, bem como construir propostas alternativas para construção de um projeto popular para o campo brasileiro. Nos últimos anos a ofensiva dos projetos do capital e a violência no campo acentuaram significativamente, diante desse contexto os movimentos populares enfrentam condições de lutas mais complexas e ampliam seus desafios frente a esta nova realidade.

Palavras-chave: Via Campesina; Agricultura Capitalista; Território; Resistência e Campesinato

ABSTRACT

Capitalist agriculture, as exemplified by agribusiness, has been advancing across multiple dimensions and scales of Brazilian territory, impacting the lives of peasants, indigenous peoples, traditional communities, and destroying Brazilian biomes. Similarly, various sectors of capital, whether mining, hydroelectric construction, wind farms, and infrastructure for goods transportation, have devastated territories, imposing an urban-industrial way of life intended to serve the interests of large corporations. In contrast to the advance of this capital project in the countryside, various popular movements are coordinating as Via Campesina to confront corporate offensives, as well as to build alternative proposals for a popular project for the Brazilian countryside. In recent years, the offensive of capital projects and violence in the countryside have significantly intensified. In this context, popular movements face more complex conditions of struggle and broaden their challenges in the face of this new reality.

[1] Mestrando em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – UNESP, luizpgsiqueira@gmail.com
[2] Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo-PPGH/ USP- SP, rosanegra@usp.br
[3] Doutorando no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – UNESP – Presidente Prudente, gerson.borges@unesp.br

Keywords: Via Campesina; Capitalist Agriculture; Territory; Resistance and Peasantry

INTRODUÇÃO

A agricultura capitalista, expressa pelo agronegócio tem avançado sob múltiplas dimensões e escalas do território brasileiro, impactando a vida dos camponeses, povos originários e tradicionais. O avanço da fronteira agrícola capitalista, que tem se realizado de maneira intensa, promove desmatamento, desterritorialização, uso de agrotóxicos, contaminação das águas e destruição dos biomas. Em sentido oposto, a Via Campesina, tem-se construído como um contraponto a essa ofensiva a partir de uma articulação de movimentos do campo, com vistas a combater esse modelo do capital e, concomitante, criar alternativas de desenvolvimento.

Consequentemente, reside a necessidade imperativa de aprofundar reflexões acerca das dinâmicas e expressões do agronegócio e das diversas faces do capital no contexto do campo brasileiro. O texto procura apontar como o capital tem se organizado no campo e como ocorre a resistência à essa lógica do capital, especialmente a partir do olhar e luta dos movimentos da Via Campesina Brasil.

A compreensão desses fenômenos é crucial para analisar as transformações que ocorrem na agricultura, tornando este trabalho uma contribuição significativa para esta área de estudos do capitalismo e as resistências agrárias. A perspectiva que se desenha parte da ideia de compreender as análises acerca do desenvolvimento do capital para o campo e em que medida a Via Campesina se coloca como um contraponto para, em seguida, pensar os desafios que se colocam.

METODOLOGIA

No que se refere à teoria, método e metodologia, a ideia aqui é realizarmos uma revisão de literatura, buscando se aproximar do movimento da realidade concernente à frações da questão agrária brasileira. É importante ressaltar que essa revisão de literatura segue acompanhada de considerações também acerca da realidade vivenciada de forma empírica e, por isso, trata-se de uma pesquisa militante (FALS BORDA, 1972, p.54).

REFERENCIAL TEÓRICO

A expansão da agricultura capitalista, representada principalmente pelo agronegócio (POMPEIA, 2021), tem criado novas paisagens no território brasileiro. Essa transformação vai além da mera ocupação do espaço; ela reconfigura a relação entre o ser humano e a natureza, impondo um modelo de produção e consumo que prioriza a mercadoria e o lucro. Os impactos são muldimensionais se estendendo sobre os biomas e os modos de vida camponês e povos tradicionais. Com a predominância de uma agricultura voltada para a exportação e a produção de monocultivos, observa-se uma perda progressiva da biodiversidade, além de um aumento na vulnerabilidade de ecossistemas já frágeis.

Paralelamente, observa-se a expansão de outros setores ligados ao capital, como a mineração, a construção de hidrelétricas e usinas eólicas, além de projetos de infraestrutura para escoamento de mercadorias. Estas atividades, embora distintas da agricultura, compartilham uma lógica comum: a transformação intensiva do território para atender às demandas de um mercado globalizado. Esse processo frequentemente ignora as necessidades e os direitos das populações locais, levando à destruição de ecossistemas e ao deslocamento forçado de comunidades.

Os impactos desse modelo de desenvolvimento capitalista no campo não são apenas ambientais, mas também sociais. Comunidades camponesas, povos indígenas e outros grupos tradicionais, que durante séculos desenvolveram práticas sustentáveis de manejo da terra, das florestas e das águas, encontram-se agora em uma conflitualidade constante pela sobrevivência e manutenção de suas culturas. Essa classe, que depende da terra e do território não só para subsistência, mas também como base de sua identidade cultural, enfrentam a expropriação de seus territórios e a degradação ambiental.

A partir do agronegócio, entramos num novo estágio de desterritorialização das populações campesinas em todo o mundo e, no Brasil, essa realidade não é diferente. Os processos de desterritorialização, expropriação e exploração de corpos e territórios em andamento, ressignificam também o caráter da luta de classes no campo e incide em desafios para os movimentos populares que se colocam em resistência aos avanços do capital no campo. Segundo Shanin (2008);

> Precisamos estudar os camponeses não só para ajudá-los, mas para nos ajudar. Não temos que ensinar aos camponeses como viver, nós é

> que temos que aprender com eles como viver e como resolver problemas nos quais a maior parte da população está envolvida. Especialmente aprender a partir da criatividade e multiplicidade de respostas dos camponeses em situações de crise e de sua capacidade para usar a família como instrumento para se defender de calamidades (SHANIN, 2008, p. 28-29).

A Via Campesina, enquanto uma articulação internacional de movimentos camponeses, pode ser considerada um instrumento de articulação, organização, formação e luta, que proporciona unidade a esse enfrentamento. Essa articulação Internacional, conta com um modelo organizativo, linhas estratégicas, campanhas, lutas e uma política de formação que fazem da sua história de mais de 30 anos, um contínuo processo de construção de territórios de resistência e promoção de alternativas ao projeto do capital (DESMARAIS, 2012, p.5).

Outro elemento que consideramos necessário destacar é a denominação de camponês para o movimento em análise. Desmarais afirma que "as pessoas compartilham um compromisso profundo com o lugar, que são intimamente ligados com um pedaço particular da terra, que todas são parte de uma comunidade rural específica, cujo modo de existência está ameaçado" (p.297). A autora conclui que a Via Campesina vem preenchendo os espaços com as vozes camponesas, assim como articulando suas demandas e propostas, permitindo imaginar uma esperança de uma outra agricultura.

A realidade agrária brasileira é hegemonizada pelo modo capitalista de produção, manifestado pelas diferentes formas de acumulação do capital no campo, seja pelo agronegócio, mineração ou modelo energético. Este é um modelo de desenvolvimento fundamentado na intensa concentração de terras, exploração da força de trabalho e expropriação dos bens naturais na busca incessante de lucro. Essa realidade é fruto de uma reestruturação dos processos produtivos que evidencia a expansão do capitalismo nacional no campo, articulado e integrado aos interesses do capital internacional.

Nesse sentido, é necessário destacar que a Revolução Verde foi implementada para atender a necessidade de realização do capital estrangeiro, e que esse modelo contou e continua contando com o Estado brasileiro como seu principal financiador. Em função disso, há uma série de contradições que são geradas por esse modelo e que explicitam, que ao mesmo tempo que o capital avança suas fronteiras, são construídos também processos de resistência, protagonizados por toda uma gama de trabalhadores (as)

campesinos que vivem e defendem seus territórios. No que se refere ao conceito de território, concordamos com Saquet ao afirmar que:

> "é preciso superar as concepções simplistas que compreendem os territórios sem sujeitos sociais ou estes sujeitos sem territórios e apreender (...) as interações no e com o lugar, objetiva e subjetivamente, sinalizando para a potencialização de processos de desenvolvimento" (p.24).

Para o autor: "entre as diferentes vertentes, conseguimos identificar, sucintamente, uma tendência ligada ao estudo do território, ou dos territórios, a partir da territorialização das forças e relações de produção, mais econômicas" (SAQUET, 2002).

Raffestin também trabalha o elemento do poder quando conceitua os sistemas territoriais, onde os territórios - através de malhas, nós e redes - mesmo que não diretamente visíveis, possuem ligações por decisões, projetos ou estratégias políticas. Afirma que: "O sistema territorial pode ser decifrado a partir das combinações estratégicas feitas pelos atores e, como meio, pode ser decifrado por meio de ganhos e dos custos que acarreta para os atores. O sistema territorial é, portanto, produto e meio de produção". (RAFFESTIN, 1993 p.158)

Para Milton Santos, o território é a melhor instância para observação e leitura do que está acontecendo no espaço geográfico. Ainda para o autor, o território não se constitui apenas pelo Estado e não se restringe a dimensão política do espaço, ou seja, não se delimita as relações de poder, mas também as relações econômicas e simbólicas. Santos (1978) aproxima o território do Estado nação, buscando diferenciar, assim, território de espaço. O território seria um dos elementos formadores do Estado-nação (ao lado do povo e da soberania) e sua utilização é que deixaria o espaço geográfico se pronunciar.

Assim, esta reflexão situa a Via Campesina enquanto uma organização socioterritorial (FERNANDES, 2005, P.16) contra hegemônica que se realiza na luta cotidiana, do enfrentamento ao agronegócio, a partir de sua estratégia organizativa e política de formação e produção, concomitantemente, advém da denúncia da ofensiva do capital no campo e do anúncio de uma possibilidade de outra forma de vida no campo, a partir da recriação do campesinato.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como já foi salientado anteriormente, a realidade agrária brasileira é hegemonizada pelo modo capitalista de produção, expressa pelo agronegócio, um modelo agrícola baseado na grande concentração de terras, exploração e expropriação da mão de obra dos trabalhadores (as), bens da natureza na perspectiva do lucro. Mas essa realidade é resultado de uma reestruturação dos processos produtivos que comprovam a expansão do capitalismo nacional articulado e integrado aos interesses do capitalismo mundial. Isso implica dizer que a revolução verde foi implementada em função da necessidade de realização do capital externo, além de que esse modelo teve e tem o Estado brasileiro como seu principal financiador.

Em função disso, há uma série de contradições que são geradas por esse modelo e que explicitam, que ao mesmo tempo que o agronegócio se consolida, se consolidam também processos de resistência, protagonizados por toda uma gama de trabalhadores (as) campesinos que vão sentindo as contradições da destruição das condições básicas para viver no território.

Nesse sentido, compreendemos que os conflitos em torno de um modelo de agricultura para o campo acompanham nossa história e oferecem resistência, ao mesmo tempo que vão construindo instrumentos de luta para organizar esse embate, a Via Campesina Brasil, surge e se fortalece nesse cenário.

> A Via Campesina, portanto, nasce também nos marcos da luta das organizações sociais contra as consequências das políticas neoliberais para o campo, da luta contra as políticas de reforma agrária orientada ao mercado. E tem sido marcada por suas ações de enfrentamento ao controle corporativo dos recursos naturais e da tecnologia, os gigantes corporativos mundiais, os organismos geneticamente modificados, as transnacionais e multinacionais. (FRANCINE, p. 276, 2013)

A Via Campesina é uma organização internacional que reúne e articula milhões de camponeses de todo o mundo. Fundada em 1993, na Bélgica, a organização surgiu a partir da união de diversos movimentos de agricultores que lutavam contra o modelo de agricultura industrial capitalista, que elevava as desigualdades socioeconômicas no campo (DESMARAIS, 2012).

Partindo dessa premissa, já anunciada, da Via Campesina como uma articulação dos movimentos sociais do campo e que coloca de encontro pauta contra a estrutura

produtiva agrícola desenvolvida a partir da Revolução Verde, entendemos que o diálogo que se faz necessário travar está relacionado com a compreensão de que esse processo incidiu na desterritorialização de uma grande massa de camponeses no mundo inteiro, além de uma subordinação do agricultor familiar ao sistema do agronegócio.

No Brasil, a Via Campesina tem uma presença significativa e influente. O movimento se estabeleceu no país na década de 1990, em meio às lutas por reforma agrária e direitos dos trabalhadores rurais. Desde então, a organização tem desempenhado um papel crucial na luta contra a expansão do agronegócio e na defesa da agricultura camponesa e agroecológica.

Diversos movimentos brasileiros fazem parte da Via Campesina, incluindo o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento pela Soberania Popular frente à Mineração (MAM). Juntos, esses movimentos têm lutado contra as corporações e pressionado o Estado brasileiro para implementar políticas públicas que beneficiem os camponeses e garanta soberania alimentar e justiça social no campo.

Desde então, a Via Campesina tem se empenhado em promover a agricultura sustentável baseada nos princípios da soberania alimentar, justiça social e direitos humanos. A Via Campesina defende a reforma agrária, agricultura camponesa, agroecologia, soberania popular sob os bens naturais, além de lutar contra a discriminação de gênero, raça e classe na sociedade.

O capitalismo no campo tem em sua estrutura o latifúndio, o racismo e o patriarcado, assim, a Via Campesina parte da ideia de que não se pode organizar a luta contra o agronegócio sem abordar esses fatores que estruturam o capitalismo. Por isso, os movimentos articulados na Via Campesina, buscam analisar como as forças do capital avançam a partir da diversidade dos territórios para fortalecer os caminhos de resistência. Assim, considera-se que a luta da Via Campesina vai de encontro a todas as formas de exploração e dominação do capital nos territórios, seja ela sob a terra, florestas e águas, mas também sob os corpos, a cultura e a religiosidade.

O Brasil se constituiu como um território em constante disputa. Não existe um rincão em nosso país que não seja alvo de algum tipo de disputa, de resistência ou

retomada, seja nos fatores materiais que abrangem as terras, águas, florestas, sementes, mas também os territórios imateriais são alvo de disputa, como nossa cultura, nossos valores e nossa educação. Não há um dia se quer que nossas comunidades não travem uma disputa territorial.

Os desafios discutidos pela juventude da Via Campesina, em seu último acampamento, realizado de 13 a 17 de outubro de 2023, refletem a atualização da leitura da conjuntura realizada pelo conjunto das organizações que a compõem, assim como coloca os desafios atuais para a luta no campo. Segundo a coordenação do Acampa da Juventude, em entrevista ao Brasil de Fato: Um dos objetivos do Acampamento que reúne mais de 2 mil jovens de 22 estados brasileiros é potencializar a plataforma de lutas da juventude do campo, das águas e das florestas, por isso, a programação com mesas que debatem a conjuntura política nacional e global, a questão feminista e antirracista.

> "Nosso objetivo é de denunciar os crimes cometidos pelo capitalismo, em diálogo com a sociedade e conformar essa unidade enquanto juventude do campo brasileiro, fortalecer e massificar a nossa pauta e afirmar uma plataforma de lutas da juventude camponesa", defendeu Daniel Souza, coordenador do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e também integrante da articulação de jovens da Via. (Brasil de Fato)

O que se compreende dos desafios afirmados pela juventude da Via Campesina é que os desafios passam pela unidade, enraizamento da Via Campesina e fortalecimento de uma nova geração camponesa. é preciso reafirmar na estratégia da Via Campesina a importância de maior unidade, em nível nacional e nos estados.

Figura 1: Registro do ato final do Acampamento da Juventude da Via Campesina. Foto: Comunicação Via Campesina

A partir daí, fortalecer as juventudes, garantindo a elas o direito ao território, que sejam baseadas na superação do patriarcado e na construção de uma nova matriz produtiva por meio da agroecologia camponesa. Permitir que elas sigam se organizando e convivendo nos territórios, que possam ser capazes de lutar pelo acesso à Terra, educação, lazer e cultura, constituindo uma nova geração no campo, águas e florestas.

Além disso, destaca-se o desafio de uma nova matriz produtiva, aliado ao debate da defesa da natureza e a partir da aliança com a classe trabalhadora urbana. A Via Campesina necessita fortalecer seus laços de luta e organização campo-cidade. Cada vez mais o capital está permeado em todos os territórios, rurais e urbanos. Constata-se uma fissura criada entre campo e cidade, afirma a necessidade de estreitar os laços com as trabalhadoras e trabalhadores urbanos, aprender e aprofundar a compreensão das realidades e singularidades urbanas e buscar na aliança estratégica entre o campo e cidade a nossa maior fortaleza.

A partir das leituras da realidade e das referências bibliográficas, aqui coloca-se como fundamental seguir fortalecendo os processos alternativos e apropriados de produção nos territórios. Para as organizações da Via Campesina, não se considera possível uma agricultura que não esteja vinculada aos territórios do campo, águas e florestas. É necessário intensificar os processos de transição agroecológica dos territórios,

de maneira autônoma, mas sem deixar de lutar por políticas públicas estruturantes que reparem os anos de apoio integral ao modelo da revolução verde e defenda uma agenda produtiva que não exclua os povos e as comunidades do campo, águas e florestas, que integre as populações e desenvolva um modelo baseado no bem comum e não no lucro das corporações.

A via Campesina acredita na constituição de um Território Livre e Soberano, com divisão justa de todos os bens, e com o comprometimento da segurança das gerações vindouras, a nossa Terra Sem Males, nossa Pachamama, mas sabemos que tudo isso só é e será possível por meio de organização e luta. Nisso, a diversidade de cores, ideias, cosmovisões, gêneros e gerações não enfraquece, como deve imaginar o Capital, mas se conforma em nossa maior fortaleza.

Observa-se que além dos elementos colocados acima, ainda existem muitos desafios para a Via Campesina, pois as demandas do capital e do sistema neoliberal tendem se tornam prioridade por conta dos grupos de interesse presentes e da influência do agronegócio na economia mundial, levando à marginalização das demandas sociais do campo, assim, o maior desafio da Via Campesina é derrotar o sistema capitalista neoliberal.

.CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desse texto, refletimos a importância da construção da Via Campesina enquanto uma articulação de movimentos sociais do campo que se contrapõem a ordem hegemônica, explicitada na figura do agro-hidro- minério-negócio, que é responsável pela barbárie no campo expressa na superexploração do trabalho e na alarmante destruição ambiental em andamento. A diversidade de organizações presentes na Via Campesina caracterizam a pluralidade das lutas e os movimentos que a compõem se demonstram atores capazes de influenciar nos rumos das políticas sociais.

Diante dos elementos refletidos, acreditamos que o processo do desenvolvimento do capital no campo gera graves consequências para a população campesina, que podem ser caracterizadas como sociais, políticas, econômicas e ambientais. Em contrapartida, os (as) trabalhadores (as) campesinos, os povos indígenas, ribeirinhos, quilombolas, entre outros, resistem desde seus territórios das mais variadas formas possíveis à dinâmica de

concentração do capital a partir de uma série de ações políticas, organizativas e formativas, como também estratégias produtivas, de comercialização e de integração aos mercados.

Nesse sentido, afirmamos que a luta da Via Campesina é contra hegemônica e desafia a ordem vigente. A partir do que preconiza o movimento, um dos caminhos mais importantes para se alcançar a igualdade é conferir voz aos grupos historicamente marginalizados e que estes tenham capacidade de se inserir no contexto das lutas e tenha sua voz ouvida e respeitada.

Desde a literatura analisada e das nossas vivências militantes observamos que esse processo de resistência conjunta incidiu no fortalecimento das organizações que compõem a Via Campesina. Acreditamos que os desafios apontam para o fortalecimento da construção de processos de unidade territorial, considerando que não há viabilidade de sobreviver a ação violenta do capital de forma isolada. Milton Santos já sinalizava para a urgência dessas conexões quando apresentou a estrutura das "redes de território". Desse modo, entendemos que a Via Campesina/Brasil a partir da unidade territorial pode fortalecer-se cada vez mais enquanto instrumento de luta e resistência dos povos do campo, das águas e das florestas, assim como, uma esperança, frente a necessidade de uma nova sociabilidade humana.

REFERÊNCIAS

Batista, Ândrea Francine. Consciência e territorialização contra-hegemônica : uma análise das políticas de formação da Via Campesina América do Sul. / Ândrea Francine Batista. - Presidente Prudente: [s.n], 2013 276 f. https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/108672/000762970.pdf?sequence=1&isAllowed=y Acesso em 15/05/2022

Ciclos de debates [livro eletrônico] : Estado, questão agrária e território. -- Candiota, RS :Instituto Cultural Padre Josimo, 2021. PDF

Começa o Acampamento da Juventude, que reúne em Brasília mais de 2 mil jovens de todo país. Brasil de Fato, 2023. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2023/10/13/comeca-o-acampamento-da-juventude-que-reune-em-brasilia-mais-de-2-mil-jovens-de-todo-pais. Acesso em: 15/01/2024.

DESMARAIS, Annette Aurélie. A Via Campesina: A globalização e poder do campesinato. Tradução de Carlos Alberto Silveira Netto Soares. São Paulo: Cultura Acadêmica; Expressão Popular, 2013.

FERNANDES, Bernardo M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. Revista NERA 8 (6), p. 24-34, 2005.

POMPEIA, Caio. 2021. Formação política do agronegócio São Paulo: Editora Elefante.

SHANIN, Teodor. Lições Camponesas. In: PAULINO, Eliane T., FABRINI, João E. (Orgs.). Campesinato e territórios em disputa. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 23-47.

RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do Poder. SP: ed. Ática, 1993.

SAQUET, Marcos Aurélio. Abordagens E Concepções De Território. 1ªed. São Paulo: Expressão Popular, 2007

SANTOS, Milton. Por uma Geografia nova: Da crítica da Geografia a uma Geografia crítica. SP: Edusp, 1978.

A QUESTÃO AGRÁRIA E A AGRICULTURA FAMILIAR EM MATO GROSSO

Tiago Lucas Gonçalves[1]

RESUMO

Este artigo busca analisar de forma detalhada os números que caracterizam a agricultura familiar em Mato Grosso, estabelecendo conexões com os desafios estruturais presentes na zona rural do estado. Com uma abordagem crítica, baseada em obras de renomados estudiosos e pesquisadores, o estudo explora a complexa realidade agrária brasileira, destacando a singularidade do contexto mato-grossense, que possui uma agricultura moderna e uma agricultura familiar camponesa em crescimento. A análise revela que, apesar da predominância das monoculturas de soja, milho e algodão, a agricultura familiar emerge como uma produtora vital de alimentos, desempenhando um papel crucial na garantia da segurança alimentar. No entanto, são apontados desafios urgentes, como a dificuldade de acesso ao crédito e as complexidades enfrentadas na luta pela permanência na terra, reafirmando o ditado consagrado no meio do campesinato brasileiro: "A luta pela terra e a luta na terra". Mesmo sendo um direito garantido pela Constituição, a reforma agrária permanece controversa, em constante conflito com os alicerces da economia nacional. Foi constatado que apesar dos desafios propostos a agricultura familiar em mato grosso segue pujante e traz dados significativos acerca de seus trabalhos. Faz-se necessário uma compreensão mais profunda das interseções entre a agricultura familiar e o panorama agrário brasileiro, buscando conciliar os imperativos do desenvolvimento econômico com os princípios de inclusão social na perspectiva geográfica considerada.

Palavras-chaves: Questão Agraria, Agricultura familiar, Mato Grosso, Desafios estruturais

---

1 Graduando do Curso de Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso IGHD – UFMT, tiago.goncalves@sou.ufmt.br

THE AGRARIAN QUESTION AND FAMILY AGRICULTURE IN MATO GROSSO

ABSTRACT

This article aims to analyze in detail the figures characterizing family farming in Mato Grosso, establishing connections with the structural challenges present in the rural zone of the state. With a critical approach based on the works of renowned scholars and researchers, the study explores the complex agrarian reality of Brazil, highlighting the singularity of Mato Grosso, which stands out as the epicenter of the largest number of family farming settlements in Brazil and Latin America. The analysis reveals that, despite the predominance of monocultures such as soy, corn, and cotton, family farming emerges as a vital food producer, playing a crucial role in ensuring food security. However, urgent challenges are pointed out, such as the difficulty of access to credit and the complexities faced in the struggle for land tenure, reaffirming the well-established saying in Brazilian peasant circles: 'The struggle for land is the struggle on the land.' Even though agrarian reform is a right guaranteed by the Constitution, it remains controversial, in constant conflict with the foundations of the national economy. This article aims to examine these dynamics, contributing to a deeper understanding of the intersections between family farming and the Brazilian agrarian landscape, seeking to reconcile the imperatives of economic development with the principles of social inclusion from the geographical perspective considered.

Keywords: Agrarian Matter, Family Agriculture, Mato Grosso, Structural Challenges

INTRODUÇÃO

De acordo com dados da EMPAER (2020), no estado de Mato Grosso, existem 50.155 famílias que residem em comunidades tradicionais. Adicionalmente, no painel de assentamentos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), registra-se a presença de 82.424 famílias assentadas, distribuídas em 549 assentamentos, ocupando uma extensão total de 6.023.370,76 hectares. Ao confrontar as estatísticas oficiais do INCRA e do IBGE, essa análise pode ser conduzida utilizando os dados do

Censo Agropecuário de 2017. O objetivo é quantificar os estabelecimentos que fazem parte dos assentamentos de reforma agrária e outros grupos sociais que integram a agricultura familiar brasileira.

Esses dados contribuíram para uma visão quantitativa que corrobora a afirmação de Silva & Sato (2010) sobre Mato Grosso ser um "mosaico cultural de identidades".

O Estado abriga uma diversidade de grupos sociais, incluindo indígenas, quilombolas, agricultores familiares convencionais, assentados de reforma agrária, seringueiros, pescadores artesanais, ribeirinhos e retireiros. Essa heterogeneidade caracteriza o cenário rural mato-grossense, que desempenha um papel significativo na produção e abastecimento de alimentos.

Os dados do Censo Agropecuário de 2017 evidenciam que a maioria significativa das pessoas responsáveis pelos estabelecimentos reside no mesmo local, indicando que o estabelecimento não é apenas um local de trabalho, mas também o espaço de moradia dessas pessoas.

A agricultura familiar de Mato Grosso, é responsável por uma parcela substancial da produção de alimentos na região. A agricultura familiar fornece alimentos básicos, como grãos, hortaliças, frutas e produtos lácteos, que contribuem para a segurança alimentar de milhões de pessoas no mundo.

METODOLOGIA

Este trabalho adota uma perspectiva quantitativa e descritiva para abordar a questão agrária na agricultura familiar em Mato Grosso. Os metodos e as técnicas de pesquisa são focados em descrever as características de uma população ou fenômeno. A metodologia envolve a coleta de dados de forma a representar e resumir as principais características ou aspectos observados. O método descritivo utiliza técnicas estatísticas para analisar e apresentar os dados de maneira objetiva, geralmente na forma de médias, percentuais, gráficos, entre outros. A combinação dessas abordagens é essencial para compreender as desigualdades sociais, relações de poder e conflitos no campo. A análise dos números oficiais divulgados sobre a agricultura familiar em Mato Grosso permite uma reflexão sobre a concentração de terras, pressões do agronegócio e a falta de acesso a recursos pelos agricultores familiares.

Durante visitas in loco realizadas pelo curso de Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), foram realizados registros fotográficos significativos

acerca das produções agrícolas em assentamentos de agricultura familiar no estado alguns assentamentos, difundidos pelo Movimento Sem Terra (MST).Visitas que abrangeram comunidades que têm raízes na agricultura familiar camponesa, uma delas de origem quilombola. Conforme Martinelli (1999), o método quantitativo emprega a quantificação na coleta e no tratamento de dados e informações, enquanto o método qualitativo, desprovido de instrumentação estatística, destaca aspectos mais subjetivos e contextuais. Por essa questão o artigo proposto utiliza a abordagem multimétodos um método que nos permite fornecer melhores possibilidades analíticas.

Na concepção de Gil (1999), a pesquisa descritiva tem como principal objetivo descrever características de determinada população ou fenômeno, bem como estabelecer relações entre as variáveis. Uma de suas características mais significativas está na utilização de coleta de dados. o trabalho utilizou uma abordagem metodológica descritiva, enfatizando a coleta e análise de dados para descrever as características da agricultura familiar em Mato Grosso. A pesquisa baseou-se em dados estatísticos oficiais sobre a agricultura familiar, analisados quantitativamente por meio de técnicas estatísticas como médias e percentuais.

Além disso, durante visitas in loco a assentamentos de agricultura familiar, o estudo empregou uma abordagem descritiva ao registrar, principalmente por meio de registros fotográficos, as produções agrícolas. Esses registros proporcionaram uma compreensão mais detalhada e visual da realidade vivenciada pelos agricultores familiares na região, sem utilizar uma abordagem qualitativa. Assim, o método descritivo foi a principal abordagem metodológica deste trabalho, buscando fornecer uma análise objetiva das características e desafios enfrentados pelos agricultores familiares em Mato Grosso.

REFERENCIAL TEÓRICO

Explorando teorias propostas, é possível entender a questão agrária e as lutas de classes na agricultura familiar mato-grossense. A análise busca evidenciar os desafios, em meio a conflitos, dificuldades, violência e desrespeito às normas e condutas de protocolos, além da questão socioambiental.

A invisibilidade socioeconômica e política da agricultura de base familiar foi fruto de um longo processo de subjugação e, em muitos casos, de dependência da grande agricultura de exportação. A grande propriedade, dominante em toda a história brasileira, se impôs como modelo socialmente reconhecido. Como têm apontado alguns

trabalhos historiográficos, à margem ou associada à grande exploração de uso da terra, sempre existiu uma grande diversidade de formas sociais e de trabalho "Esses fundamentais agentes camponeses agricultores apareciam sob a designação de colonos, arrendatários, parceiros, agregados, moradores e até sitiantes, termos que não podem ser compreendidos sem a articulação com a grande produção em escala industrial" (MOTTA e ZARTH, 2008, p. 9-10). Da mesma forma, ao lado de donatários e sesmeiros, apareciam os foreiros, os posseiros, os intrusos ou invasores, os posseiros criminosos. pode-se afirmar que a história de todas as sociedades é uma história da luta de classes, à luz do marxismo e do materialismo histórico-dialético. Essa teoria pode fornecer uma compreensão da história das lutas empreendidas pelo campesinato brasileiro ao longo de sua trajetória. Essa é a temática abordada por Gilberto de Souza Marques e Indira Rocha Marques (2015) em seu livro intitulado com o nome "Luta camponesa e reforma agrária no Brasil".

Quando examinamos estudos clássicos, deparamo-nos com obras que sugerem a mudança do camponês para agricultor familiar como única solução para o campesinato. Entre essas obras, destacam-se os escritos de Lênin (1899/1985) e (1918/1980), e Kaustsky (1986), os quais apresentam elementos essenciais para compreender o desenvolvimento da agricultura no contexto capitalista. Além disso, as obras de Lamarche (1993,1998) e Abramovay (1992) defendem perspectivas semelhantes.

Apesar de Marx não ter tido como objetivo principal estudar o campesinato em sua época, ao analisar a sociedade moderna, ele identificou três grandes classes: os operários assalariados, os capitalistas e os latifundiários, baseados no regime capitalista de produção (MARX, 1985, p. 99). O camponês, devido ao seu trabalho com mão de obra familiar, adota uma lógica de produção diferente, não orientada pelo lucro, mas sim pela produção para a subsistência, seguida pela venda do excedente no mercado. Marx já havia classificado essa forma de produção camponesa como pré-capitalista, visto que a produção de bens agrícolas para autossustento já existia na época feudal.

A partir dessa premissa, desenvolveu-se a ideia de que, para Marx, o campesinato seria considerado uma sobrevivência ao modo de produção feudal, sendo, portanto, secundário para o estudo em questão, sem desempenhar um papel relevante na dinâmica do mundo capitalista.

A PRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR MATO-GROSSENSE

A agricultura familiar no Brasil é responsável por 10% do Produto Interno Bruto Nacional, movimenta riquezas da ordem de R$ 160 bilhões por ano, ocupa 80% da mão de obra no meio rural e respondem pela produção de 25% do café, 31% do arroz, 67% do feijão, 52% do leite, 49% do milho 58% dos suínos, 40% de aves e ovos e 84% da mandioca. Segundo dados em Mato Grosso os índices de produtividade e da produção gerada pelas cadeias produtivas exploradas em regime de economia familiar. Elaboraram-se diagnósticos das cadeias produtivas como: do leite, da mandioca, da piscicultura, os diagnósticos e as quantificações carecem de estudos atualizados acerca da produtividade da agricultura familiar mato-grossense.

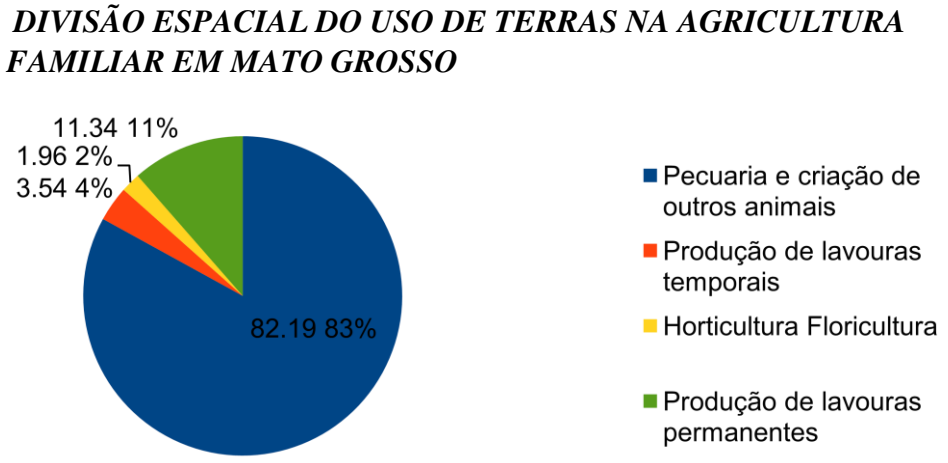


Figura 01. Principais atividades econômicas desenvolvidas pela agricultura familiar no Estado de Mato Grosso Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados de Brasil (2017a).

Quanto à produção da agricultura familiar, observa-se na (Figura 01) que a principal atividade econômica é a pecuária e criação de outros animais, presente em 82,19% dos estabelecimentos agropecuários de agricultura familiar. É importante destacar o interesse dos agricultores familiares no Estado de Mato Grosso em aprimorar sua produção. No entanto, o progresso desses agricultores é limitado e sujeito a desafios significativos. Entre essas dificuldades encontram-se questões como a regularização fundiária, acesso a crédito rural, implementação de práticas agrícolas, gestão de mão de obra, manutenção de estradas, logística e suporte técnico. Há também incertezas

relacionadas à continuidade da produção, casos de sucesso sobre a continuidade da produção podem ser encontrados em Mato Grosso como é o caso do Valdir um agricultor da agricultura familiar em Mato Grosso produtor de abacaxi. Valdir iniciou seu negócio com 25 mil mudas de abacaxi atualmente conta com uma produção de mais de 100 mil abacaxizeiros aos valores recebidos na comercialização em mercados locais e à participação em programas de políticas públicas, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), permitiram a continuidade do negócio que hoje e gerida pelo núcleo familiar, esposa filhos, e genro.

Essas visitas e estudos proporcionaram uma compreensão mais aprofundada da realidade do espaço agrário brasileiro, oferecendo uma visão ampliada sobre as problemáticas enfrentadas e vivenciadas pelos trabalhadores rurais. Essa abordagem contribui significativamente para a apreciação e análise das complexidades presentes na dinâmica da agricultura familiar, especialmente nos contextos específicos de assentamentos e comunidades de origem quilombola. Registro como a plantação de abacaxi do agricultor Valdir (Figura 02). também uma plantação de café com registro de de 2540 sacas de café por safra anual (Figura 03)

Figura 02: Plantação de abacaxi no Assentamento Antônio Conselheiro, no município de Tangará da Serra, MT. Foto por Tiago Lucas, setembro de 2023.

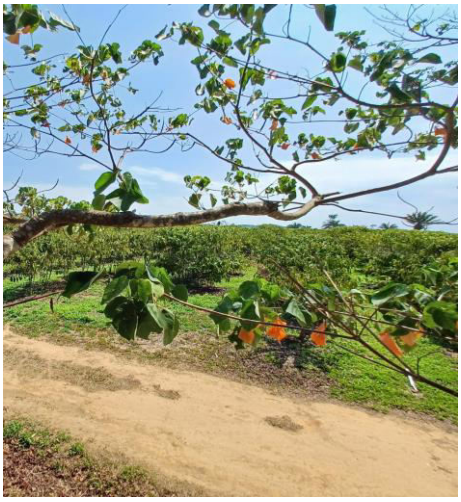


Figura 03: Figura 01: Plantação de café no Assentamento Antônio Conselheiro, no município de Tangará da Serra, MT. Foto por Tiago Lucas, setembro de 2023.

Em síntese, os números apresentados sobre a agricultura familiar em Mato Grosso revelam tanto a relevância quanto os desafios enfrentados por esse setor crucial da economia estadual. A concentração de agricultores familiares em determinados municípios destaca a diversidade de práticas agrícolas e a importância de políticas

específicas para atender às necessidades variadas dessas comunidades. A presença significativa de famílias em comunidades tradicionais e assentamentos de reforma agrária reforça a necessidade de abordagens inclusivas e sustentáveis para garantir a prosperidade dessas populações. O Estado, ao implementar o Plano Estadual da Agricultura Familiar (PEAF MT), demonstra um compromisso com o desenvolvimento sustentável, embora a efetivação desse plano em ações concretas seja vital para superar os desafios identificados. O Plano Estadual da Agricultura Familiar (PEAF MT) é um documento que define diretrizes e prioridades de atuação para o governo, a sociedade civil e o setor privado, buscando o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar em Mato Grosso

DESAFIOS E PROBLEMAS ESTRUTURAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO ESTADO DE MATO GROSSO

Um desafio enfrentado pela agricultura familiar é o acesso aos mercados. A maioria dos agricultores familiares encontra-se fora do circuito de produção e comercialização devido à falta de competitividade, ocasionada pela produção em baixa quantidade e qualidade, bem como pela oferta irregular de produtos no mercado. Segundo dados do Censo Agropecuário 2017, apenas 58,42% dos estabelecimentos rurais ligados à agricultura familiar em Mato Grosso obtêm renda superior com as atividades realizadas na área em comparação com atividades externas ao estabelecimento. Isso ressalta a importância dos mercados institucionais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), além da necessidade de políticas públicas diferenciadas formuladas e implementadas pelos poderes públicos estadual e municipal, levando em consideração a especificidade das práticas agrícolas, a realidade dos agricultores e suas famílias, e o contexto em que estão inseridos. Vale destacar a criação, no Estado de Mato Grosso, do Plano Estadual da Agricultura Familiar (PEAF) (SEAF, 2017). Este documento estabelece diretrizes e prioridades de atuação para o governo, a sociedade civil e o setor privado, visando o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar na região. O PEAF foi elaborado com base em propostas advindas de 20 documentos de referência, resultantes de diversos eventos como conferências, oficinas e workshops, bem como de estudos realizados entre 2012 e 2016. O plano delineia diretrizes estratégicas para a agricultura familiar no estado, agrupadas em cinco eixos centrais: Produção Sustentável; Agregação de Valor e Comercialização; Governança e Controle Social; Assistência

Técnica e Extensão Rural (ATER); e Regularização Ambiental e Fundiária. No entanto, sua efetiva implementação em ações práticas com a agricultura familiar é necessária para alterar o cenário identificado, especialmente no que se refere à Assistência Técnica e Extensão Rural. Além desses aspectos, Albé (2002) constatou que a ausência de assistência técnica na agricultura familiar dificulta a assimilação, compreensão e aceitação de inovações, podendo representar um obstáculo à adoção de novas tecnologias. De acordo com Gomes (2004), a orientação técnica alinhada às demandas do agricultor é um passo essencial para alcançar a sustentabilidade nos âmbitos social, econômico e ambiental. No entanto, a pesquisa realizada por Faria e Duenhas (2019,p.138)sobre os avanços e desafios da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (Pnater) revelou que "poucos produtores no país recebem serviços de Ater" e que "muitos técnicos ainda resistem em abandonar o antigo modelo de extensão rural." É notável que, em 83,70% dos estabelecimentos vinculados a agricultores familiares, a obtenção de informações ocorre por outras vias, além da assistência técnica. Nesse contexto, a televisão lidera, com 73,15% dos estabelecimentos, seguida pelo rádio (45,22%) e internet (15,72%) Reuniões técnicas e seminários são pouco frequentes, aparecendo em apenas 12,34% dos estabelecimentos agropecuários. Essa baixa participação em eventos técnicos está relacionada ao reduzido percentual de agricultores que recebem orientação, impactando diretamente na produtividade da agricultura familiar. A falta de direcionamento técnico pode ser um entrave para a adoção de novas tecnologias e contribuir para o êxodo rural, devido à dificuldade em manter a produtividade nos estabelecimentos rurais e no campo.

O acesso à energia elétrica é evidenciado pelo uso de equipamentos eletrônicos em grande parte das propriedades. Segundo os dados do Censo Agropecuário 2017, em Mato Grosso, 89,50% dos estabelecimentos têm energia elétrica (BRASIL, 2017a). Essa realidade também foi observada por Silva et al. (2012), que constataram que a maioria dos assentamentos na região de Cáceres-MT possui acesso à energia elétrica. No entanto, é crucial ressaltar que, em 2017, 10,40% dos estabelecimentos de agricultores familiares ainda não contavam com esse recurso, representando um desafio para o Estado, que deve identificar as condições dessas propriedades e implementar políticas públicas para solucionar essa questão. A falta de energia elétrica inviabiliza o acesso dos agricultores a diversas tecnologias e informações veiculadas em meios eletrônicos, essenciais para o desenvolvimento rural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar detalhadamente a situação da agricultura familiar em Mato Grosso, estabelecendo conexões com os desafios estruturais enfrentados na zona rural do estado. Ao longo do trabalho, buscamos, de maneira crítica, compreender a complexa realidade agrária brasileira, destacando a singularidade do contexto mato-grossense, onde coexistem uma agricultura moderna e uma agricultura familiar camponesa em crescimento.

A análise revelou que, apesar da predominância das monoculturas de soja, milho e algodão, a agricultura familiar emerge como uma produtora vital de alimentos, desempenhando um papel crucial na garantia da segurança alimentar. As visitas in loco proporcionaram uma visão mais profunda da realidade da agricultura familiar camponesa, evidenciando sua diversidade, com comunidades de origem quilombola e produtores como Valdir, que alcançaram êxito na produção de abacaxi.

Os principais desafios identificados incluem o acesso limitado ao crédito, a regularização fundiária, a assistência técnica deficiente e as dificuldades de comercialização. A concentração de agricultores familiares em determinados municípios destaca a necessidade de políticas públicas diferenciadas que considerem as especificidades regionais e abordagens inclusivas e sustentáveis para garantir a prosperidade dessas populações.

A criação do Plano Estadual da Agricultura Familiar (PEAF MT) é um passo positivo, demonstrando o compromisso do estado com o desenvolvimento sustentável. No entanto, sua efetiva implementação em ações concretas é vital para superar os desafios identificados, especialmente no que se refere à assistência técnica e extensão rural. Este estudo pode fornecer subsídios para futuras pesquisas que explorem os fatores condicionantes para a sustentação produtiva, social e econômica da agricultura familiar. Além disso, destaca a importância de estudos in loco para fornecer dados empíricos que elucidem as reais dificuldades enfrentadas pelas famílias rurais. A análise da distribuição de renda e práticas agrícolas ressalta a necessidade de ações estratégicas dos poderes públicos para promover um ambiente propício ao fortalecimento da agricultura familiar em Mato Grosso. Em síntese, este estudo contribui para uma compreensão mais aprofundada das interseções entre a agricultura familiar e o panorama agrário brasileiro, buscando conciliar os imperativos do desenvolvimento econômico com os princípios de inclusão social na perspectiva geográfica considerada.

REFERÊNCIAS

ALBÉ, M. Q. Alguns indicadores de sustentabilidade para os pequenos e médios produtores rurais no município de Jaquirana. **Revista Liberato**, vol.3 n.3 1-14 2012 Disponível em: http://revista.liberato.com.br/ojs_lib/index.php/revista/article/view/35. Acesso em: 08 fev. 2021.

BRASIL. **Censo Agropecuário** 2017: Resultados definitivos. 2017(a). Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017. Acesso em: 06 dez. 2023.

EMPAER- Empresa Mato-Grossense de pesquisa, Assistência e Extensão Rural. **Agricultura Familiar**. Disponível em: http://www.empaer.mt.gov.br. Acesso em: 09 jan. 2024.

Dados institucionais. 2013. Disponível em <http://www.empaer.mt.gov.br/>.

Acesso em: 11 dez. 2023.

FARIA, A. A. R. de; DUENHAS, R. A.. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater)**: um novo modelo de desenvolvimento rural ainda distante da agricultura familiar.RECoDAF – Revista Eletrônica Competências Digitais para Agricultura Familiar, v. 5, n. 1, 2019. Disponível em:

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: atlas, 1999.

KAUTSKY, Karl.A questão agrária. Tradução de C. Iperoig. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

SEAF (Secretaria de Estado de Agricultura Familiar). **Plano Estadual da Agricultura Familiar(PEAF/MT).**2017.Disponívelem:http://www.agriculturafamiliar.mt.gov.br/peaf. Acesso em: 10 jan. 2024.

SILVA, R.; SATO, M. **Territórios e identidades**: mapeamento dos grupos sociais do estado de Mato Grosso – Brasil. Ambiente & Sociedade. Campinas, v. 13, n. 2, p. 261-281, 2010. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/S1414-753X2010000200004.

MOTTA, L. S.; ZARTH, P. T. A. **Formas de resistência camponesa**: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história – Vol. II. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. Tradução de Álvaro Pina. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

MARTINELLI, M. L. **Pesquisa Qualitativa**: um instigante desafio. São Paulo: Veras Editora. 1999.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha instituição de ensino, a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), e em especial ao corpo docente do Instituto de Geografia, História e Documentação (IGHD). Manifesto minha gratidão ao Prof. Dr. Diogo Marcelo Delben Ferreira de Lima, pelas orientações na confecção do trabalho. Estendo meus sinceros agradecimentos à Jornalista e Mestranda do PPGCOM-UFMT, Nara Assis Dos Santos, pelo apoio moral e amigo dedicados à realização deste trabalho a USP Universidade de São Paulo pelo espaço concedido. Agradeço também a todos que acompanharam integralmente e dedicaram seu tempo à leitura, proporcionando uma compreensão mais profunda sobre a realidade agrária do Estado de Mato Grosso e do Brasil.

Av. Fernando Corrêa da Costa, nº 2367

Bairro Boa Esperança - Cuiabá - MTCEP: 78060-900(65) 3615-8000

Universidade Federal
de Mato Grosso

Ocupar! Aquilombar! Retomar!

A Geografia Agrária e a luta de classes no Brasil

GT 2

Comunidades tradicionais na luta por territórios

A PERMANÊNCIA DO TERNO DE REIS NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE POÇÕES/BA: APROXIMAÇÃO COM A CULTURA CAMPONESA NA RELAÇÃO CAMPO-CIDADE

Alan Conceição Costa[1]

Jânio Roberto Diniz dos Santos[2]

Suzane Tosta Souza[3]

RESUMO

A presente pesquisa se ampara no objetivo de compreender o Terno de Reis na produção do espaço do município de Poções/BA na mediação estabelecida entre campo e cidade, mediante o processo de mobilidade dos sujeitos expropriados do campo em direção à cidade, sobretudo às periferias, entendendo que nesses novos *lócus* de reprodução social, os sujeitos levam suas características culturais, e que embora essas sofram modificações impostas pelo modo de vida urbano, não desaparecem. E é com base nesse pressuposto que se busca compreender como o Terno de Reis, enquanto uma expressão da cultura camponesa, se reproduz nos espaços urbanos da cidade. Para tanto, são considerados os processos históricos de formação do Reisado e do próprio município em questão. Através dos conceitos produção do espaço e relação campo-cidade, foi possível compreender a reprodução e as transformações que o Terno de Reis sofre no espaço urbano de Poções/BA, como parte da cultura camponesa, cujos valores também permanecem, mesmo entre sujeitos já expropriados da terra de trabalho. Outros procedimentos metodológicos foram utilizados, como: entrevistas, conversas informais, questionários; além de levantamento do acervo fotográfico e acompanhamento das ações desenvolvidas pelos grupos de Reiseiros. Por ser uma pesquisa inédita no campo da Geografia, o estudo em questão é um pontapé inicial para novas discussões e a oportunidade de dar voz aos sujeitos que reproduzem uma forma de cultura que, muitas vezes, não é conhecida no espaço urbano contemporâneo.

Palavras-chave: Produção do Espaço, Relação Campo-Cidade, Terno de Reis.

ABSTRACT

This research has the objective of understanding Terno de Reis in the production of space in the municipality of Poções/BA in the mediation established between countryside and city, through the process of mobility of subjects expropriated from the countryside towards the city, especially the outskirts, understanding that in these new locus of social reproduction, subjects carry their cultural characteristics, and that although these undergo modifications imposed by the urban way of life, they do not disappear. And it is based on this assumption that we seek to understand how Terno de

[1] Mestrando do Curso de Geografia do PPGeo, da Universidade Estadual do Sudoeste Baiano - UESB, lan12neel@outlook.com

[2] Doutor em Geografia/USP. Docente do DG/PPGeo da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, jrdsantos@uesb.edu.br.

[3] Doutora em Geografia/UFS. Docente do DG/PPGeo da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, suzane.tosta@uesb.edu.br.

Reis, as an expression of peasant culture, is reproduced in the city's urban spaces. To this end, the historical processes of formation of Reisado and the municipality in question will be considered. Through the categories production of space and country-city relationship, it was possible to understand the reproduction and transformations that the Terno de Reis undergoes in the urban space of Poções/BA, but it is not lost, as it is part of peasant culture, whose values also remain, even among subjects already expropriated from the land of work. Other methodological procedures were used, such as: interviews, informal conversations, questionnaires; in addition to surveying the photographic collection and monitoring the actions carried out by the group of Reiseiros. As it is an unprecedented research in the field of Geography, the study in question is a starting point for new discussions and the opportunity to give voice to subjects who reproduce a form of culture that is often not known in contemporary urban space.

Keywords: Space Production, Countryside-City, Terno de Reis.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa parte do entendimento do processo de reprodução das práticas culturais do Terno de Reis no município de Poções/BA, no movimento da mobilidade da força de trabalho do campo para a cidade – que passa a se intensificar a partir da década de 1970 em diante, dado avanço da agricultura capitalista ocorrida no campo. Entende que esse processo de transformações no campo, expropriações e mobilidade da população que antes tinha a reprodução de suas vidas diretamente ligada às atividades camponesas, em direção ao assalariamento, sobretudo em atividades urbanas, é parte do próprio desenvolvimento da sociedade capitalista industrializada. Esse se reproduz, mas traz, também, suas particularidades no município de Poções/BA.

A hipótese na qual a referida pesquisa se ancora é que, mesmo sendo expropriado do campo e desenvolvendo outras formas de sobrevivência na cidade, muitos desses sujeitos resguardam hábitos e práticas culturais que os mantêm, de certo modo, ligado ao universo do campo. A reprodução das práticas dos Ternos de Reis pode ser compreendida como parte desse processo. Expressa a expropriação do campo, mas, também, forma de manter-se ligado a esse universo. Por outro lado, a reprodução dos Ternos de Reis no ambiente urbano se transforma, incorpora outros elementos, e se adapta às novas formas de reprodução da vida nas quais os Reiseiros encontram-se, agora, submetidos.

O loco de investigação dessa realidade será o município de Poções/BA, no Centro-Sul da Bahia, que da década de 1970 em diante, sofreu, diretamente, a ação do Estado para fomentar um projeto de desenvolvimento da produção do campo, inserindo

essa região na denominada dinâmica região produtora de café no Planalto Brasileiro (SOUZA, 2008). Diversas transformações passaram a ocorrer na produção desse espaço a partir de então: valorização e titulação das terras, concentração da propriedade fundiária, conflitos no campo e mobilidade do campo em direção às cidades. Nesse movimento, o município de Poções – em que a população historicamente tinha sua reprodução ligada às atividades do campo, também sofre os efeitos da modernização do campo e da mobilidade de parte significativa da sua população do campo para a cidade. O que a presente pesquisa busca investigar é como nessa mobilidade do trabalho as práticas camponesas, a exemplo do Terno de Reis se recriam, se transformam, bem como mantêm esses sujeitos ligados ao campo. A investigação aponta para a existência de dezenas desses Ternos de Reis no município e na cidade, com algumas diferenças entre ambos, mas sempre vinculado ao universo do campo, da produção e da colheita, de valores camponeses que os sujeitos, mesmo expropriados, não perderam completamente.

A fim de atender aos objetivos da referida pesquisa e observando, na perspectiva do método, a mediação indissociável entre teoria e prática, estão sendo realizadas pesquisas bibliográficas, com aprofundamento teórico dos conceitos que dão suporte ao estudo, quais sejam: relação campo cidade, produção do espaço urbano, mobilidade do trabalho, reprodução da vida, práticas espaciais, modo de vida e práticas culturais. Neste momento, o contato com os sujeitos de pesquisa, a busca pelo entendimento de como reproduzem a vida nesse novo espaço, tem sido de fundamental importância. No entendimento de como e porque o Terno de Reis se reproduz no espaço urbano, estão sendo realizadas entrevistas, acompanhamento das práticas culturais, levantamento documental (composto por documentários, fotografias, músicas e outros registros). Também buscaremos identificar as possíveis mudanças ocorridas ao longo do tempo na prática cultural do Reisado e o mapeamento dessas ações no município em estudo.

METODOLOGIA

Para realizar tal pesquisa é necessário entendermos um pouco da história e partimos para o campo empírico, ou seja, a pesquisa em si. Para THOMPSON (2002), na investigação social, o objeto investigado é, ao mesmo tempo, objeto, quando o investigamos e/ou o observamos, e sujeito, pois se trata de um campo "pré-interpretado" em que os indivíduos estão sempre em seu cotidiano preocupados em compreender a si mesmos, seu próximo e o mundo que o cerca. Assim, na mediação

indissociável entre teoria e prática, serão realizadas pesquisas bibliográficas, com aprofundamento teórico dos seguintes conceitos e temas: relação campo cidade, produção do espaço urbano, mobilidade do trabalho, reprodução da vida, práticas espaciais, modo de vida e práticas culturais.

Na pesquisa empírica, foram realizadas entrevistas com alguns Reiseiros que compõe os Ternos de Reis em Poções/BA, e que serão selecionados a partir do procedimento de levantamento de dados, como: o tempo de existência do grupo no município de Poções/BA; as localidades e espaços que se manifestam; forma de manifestação; o componente com idade maior e idade menor; acompanhamento das práticas culturais; onde se reproduzem no urbano e as atividades ligadas ao Reisado que realizam. Também buscamos identificar as possíveis mudanças ocorridas ao longo do tempo na prática cultural do Reisado.

Nessas entrevistas foram abordadas – tempo de existência do Reisado, onde aprenderam a desenvolver as atividades do Reisado, quais as influências que receberam ao longo desse processo, se sempre residiram na cidade, se possuem alguma relação com o campo, qual a importância cultural do Terno de Reis, se recebem algum apoio ou incentivo para manter a prática cultural viva, o porque algumas letras do Reisado enfocam sempre a realidade do campo, se há uma preocupação em passar esses ensinamentos a novos Reiseiros, quais as dificuldades em manter essa prática viva, se ao longo do tempo houve muitas mudanças na forma como o Reisado se desenvolve, dentre outras questões.

Na pesquisa documental ressaltam-se: documentos pessoais disponibilizados pelos Reiseiros (letras de canções, fotografias antigas e recentes, gravações de apresentações, etc.), documentos, fotos e reportagens em arquivos públicos, *sites* de jornais locais, *blogs*, etc. Além disso, na compreensão da relação campo-cidade, serão observadas as mudanças nas quais esses sujeitos/Reseiros passaram – do trabalho na terra à venda da força de trabalho na cidade, e como esse novo cotidiano influencia na realização do Reisado; se esses mantêm relações com os espaços do campo – de onde vieram, etc.

REFERENCIAL TEÓRICO

A Folia de Reis é uma manifestação cultural popularmente conhecida em várias regiões do Brasil. Ela se manifesta em especial na Região Nordeste, onde a Bahia se destaca. Embora tenha uma forte religiosidade arraigada nessa manifestação cultural, de

caráter profano-sagrado, busca se adaptar às mudanças estabelecidas pela modernidade na vida cotidiana, durante o percurso de mobilidade do sujeito do campo para a cidade. Sendo assim, essa tradição mostra ter uma relevância na reprodução dos valores camponeses enquanto uma forma de resistência em novos espaços de reprodução da sociedade.

Mesmo tendo como ponto de partida o viés religioso, ao longo de sua realização no Brasil, o Terno de Reis expressa os valores da cultura camponesa, a exemplo do partilhar a comida produzida pelo suor do trabalho de homens e mulheres camponeses. Mas, essa manifestação cultural – enquanto prática espacial – também se encontra sujeita ao próprio movimento da sociedade, que no modo de produção vigente vai se configurando em um processo de saída da parcela significativas da população do campo em direção às cidades (WILLIANS, 1989; CARLOS, 2007; MARQUES, 2006).

Essa realidade que vai configurando a mobilidade do trabalho no Brasil, do campo em direção às cidades, também vai se expressar, de forma desigual e combinada, na realidade concreta do município de Poções, sobretudo após a década de 1970 e seguintes – por meio do projeto de desenvolvimento pautado na difusão do monocultivo do café, que vai transformar o espaço e a produção do campo em municípios do Centro-Sul baiano (SANTOS, 1987; SOUZA, 2008). Embora esse processo tenha se concentrado de forma mais intensa no município e na cidade de Vitória da Conquista, não quer dizer que não ocorreu em municípios vizinhos. Em Poções, por exemplo, a partir da década de 1970 em diante, os dados populacionais apontam para o aumento da população urbana e uma significativa queda da população rural. Também, dados publicados pelos Censos Agropecuários do IBGE dão conta de evidenciar o aumento da concentração da propriedade fundiária[4] – que certamente influencia na mobilidade do trabalho do campo em direção à cidade de Poções, bem como a outras cidades (dentro ou fora da região). Em pesquisa realizada anteriormente constatou-se que:

[4] De acordo com dados do Censo Agropecuário realizados pelo INCRA, organizados pelo Projeto de pesquisa GeografAR, da Universidade Federal da Bahia, no ano de 1970, o índice de GINI que mede a concentração fundiária municipal era de 0,578. No ano de 1980 era de 0,550. Em 1996 aumentou para 0,702 e alcançou, em 2017, ano de realização do último Censo Agropecuário, 0,746, apresentando uma realidade de forte concentração da propriedade fundiária.

> No ano de 1955 a concentração populacional de Poções estava voltada a zona rural, com o número de 89.365 moradores[5], o que caracterizava 90% dos habitantes do município, já os outros 10% se localizavam na zona urbana. (...) O município de Poções/BA, segundo o censo do IBGE 2010, possui 44.760 habitantes. Essa população se encontra distribuída em 77,5% no espaço urbano e 22,5% no espaço rural (COSTA, 2021, p. 23).

Ao que se observa, nessa relação campo-cidade, a Folia de Reis acaba se tornando uma forma de pertencimento, de identidade social e cultural dos sujeitos que, anteriormente, tinham (ou têm) uma ligação com o campo, uma forma dessas pessoas se sentirem parte integrante das mudanças que vem justamente com a intensificação da população urbana em Poções- BA e o processo de expropriação e proletarização que passa parte significativa desses sujeitos. Mas, ao mesmo tempo, verifica-se que esses não perdem sua relação com o universo camponês (SHANIN, 2005; WOORTMANN, 2004). Portanto, a recriação do Terno de Reis no urbano, pode ser vista como uma expressão concreta desse processo. A fim de compreender a permanência de determinadas relações sociais, do apego com a terra e a cultura camponesa, recorreremos ao conceito de "modo de vida", bastante explorado no campo das Ciências Sociais, para buscar explicar a relação com o campo e as tradições apresentadas e reproduzidas através do Terno de Reis. Em Poções/BA, o Reisado se mantém como parte da cultura do universo camponês, ainda que muitos desses sujeitos já se reproduzam no urbano, enquanto trabalhadores assalariados ou disponíveis ao assalariamento.

Sendo assim, o "modo de vida" é um conjunto de relações que possibilita a instauração de tipos de culturas e costumes. Já as tradições são valores que estão relacionados com as práticas repetitivas da vida cotidiana. As "novas gerações" recebem algo que é transmitido sem um registro histórico. Passa mais pelo campo da observação, sem um ensino específico para o "aprendiz". Assim como aponta, CRUZ, ARAÚJO e COSTA:

> A cultura pode ser considerada como tudo que o ser humano utiliza com sua percepção e executa, independente se essa cultura vem de forma tradicional passada por antepassados para as gerações futuras ou adquiridas com o tempo como uma forma de desenvolver características próprias sejam com o cultivo do campo, seja com a resistência de usar o cavalo, o carro de boi como transporte, as brincadeiras e cantigas de crianças usadas até os dias de hoje, ou até mesmo festividades como realizar terços juninos, missas rurais, etc. (CRUZ, ARAÚJO e COSTA, 2015, P.04).

---

[5] Ressalta-se, sobre isso, o fato de que posteriormente o município passou por vários desmembramentos, o que implicou na queda da população Poçoense de um modo geral.

Sendo assim, pode-se compreender que a Folia de Reis faz parte das manifestações culturais do campo. Com isso nessa manifestação há, assim como nas outras, a relevância na oralidade, já que é uma forma de reproduzir as tradições que, muitas vezes, não possuem uma forma de registro através de escritos. A história que é contada a partir dos versos dos Reis e do samba, trazem elementos que remetem a uma história com características de religiosidade católica, do campo, do trabalho, mas, que expressa, também, problemas sociais concretos como: o machismo, a exploração do trabalho e a expropriação da terra.

O universo camponês no estado da Bahia caracteriza-se por ter uma pluralidade nas manifestações culturais, oriundas do próprio processo histórico de formação, já que há uma diferença explícita de um espaço rural para o outro; de localidades próximas para outras, mas conforme apontado por THOMPSON (2002) de forte relação com a terra, o trabalho e a família.

Os processos realizados a partir do trabalho, propiciam a produção de diferentes espaços. Sendo assim, a forma de trabalhar do sujeito do campo caracteriza seu espaço, assim como os sujeitos da cidade também qualificam os espaços aos quais relacionam-se. "O campo e a cidade são realidades históricas em transformação tanto em si próprias quanto em suas inter-relações" (WILLIAMS, 1989, p. 387). Interpretar esses espaços enquanto uma dualidade, se configura como um erro, pois são uma unidade dialética e produzem caraterísticas singulares a partir do movimento desigual e combinado. Segundo Neil Smith:

> [...] o espaço geográfico é mais do que simplesmente a soma das relações separadas compreendidas em suas partes. Assim a divisão mundial em mundo subdesenvolvidos e desenvolvidos, embora inexata, somente pode ser compreendida em termos de espaço geográfico como um todo. Ele envolve a padronização do espaço geográfico como uma expressão da relação entre o capital e o trabalho (SMITH, 1988, p.130).

Tendo a compreensão de que o espaço não é algo inerte, salienta-se que o ser humano em meio ao processo de produção do mesmo, acaba se (re)produzindo e se transformando a partir da categoria trabalho, sendo assim, existe uma construção de valores que se inicia a partir desse processo, seja no espaço agrário ou no espaço urbano.

Ao buscar compreender nesse movimento da mobilidade do trabalho as transformações ocorridas nos espaços do campo, da cidade e da relação campo- cidade, tem-se a clareza que esse espaço não se restringe a sua dimensão de espaço absoluto.

Trata-se do espaço relativo, visto como movimento, como processo de produção social e histórica, tal qual apontado pela leitura de Lefebvre (2006), Smith (1988) e Harvey (2015). Ao buscar-se, nesta proposta de pesquisa vincular a realidade da produção do espaço e da reprodução da vida, tendo em vista a mobilidade dos trabalhadores/Reiseiros de Poções/BA, tem-se a clareza que tal processo fomenta práticas espaciais, como conceitua LEFEBVRE (2006), mas essas práticas espaciais também se transformam na saída do campo e na reprodução da vida na cidade; entretanto, também, dialeticamente, parte dessas práticas se reproduzem, mesmo que em outro espaço, agora urbano. Portanto, esse espaço oriundo das práticas espaciais é produzido pelos sujeitos, em seu movimento histórico de reproduzir a vida; ou como aponta SILVA (2001) no fato de que "somos, estamos e produzimos espaço". Desse modo, o movimento do Reisado do campo em direção a cidade, pode ser visto como um claro processo de reprodução da vida, se configurando em novas (e velhas) práticas espaciais.

O município de Poções se localiza na Região Centro Sul do estado da Bahia, apresentando características rurais e urbanas no que tange à economia, a cultura e a formação social (IBGE,1990). Com a intensificação do processo de urbanização que ocorreu no Brasil nas décadas de 1970 e 1980, o município passou por algumas transformações, conforme já apontado, o que resultou em um crescimento da população urbana, em decorrência, sobretudo, da saída da população do campo em direção à cidade e aos trabalhos urbanos. São esses trabalhadores que viviam no campo e que expropriados da terra, migraram para cidade, a fim de obter o sustento por meio do assalariamento e outras formas de sobrevivência. Realidade que leva ao crescimento da cidade e surgimento de bairros periféricos, onde a prática de Terno de Reis vai se manifestar.

Maximiliano de Wied-Neuwied em seu livro Viagem ao Brasil nos anos de 1815 a 1817, diz que após passar pelo "arraial" de Conquista, "em breve se achou no pequeno "arraial" de Poções, "cujo vigário pareceu me grande apreciador de bebidas fortes, pelo menos ao julgar pelo seu estado de completa embriaguez. O lugar conta uma dúzia de casas e uma capela feita de barro"(WIED, 1942, p.427). O município foi nomeado por Poções, graças aos inúmeros poços naturais[6] que existia nas terras. Depois de ocorrer

[6] Wied escreve "Os Poções", por onde se depreende que, à semelhança de outros homônimos, o determinativo deveria ter sido, a princípio, invariavelmente usado junto ao que ficou sendo depois, sozinho, nome do lugar.

várias modificações nas terras do município, com o desmembramento das terras que hoje se configuram como os municípios de Mirante, Boa Nova, Caetanos e Bom Jesus da Serra. Poções se emancipou de Vitória da Conquista, em 26 de Junho de 1880 e segundo o IBGE no ano de 1938 a vila dos Poções foi elevada à categoria de cidade. A configuração atual do espaço de Poções perpassa, por uma economia diversificada, sendo a criação de gado, as plantações de café, os hortifrutigranjeiros e o comércio, as principais atividades desenvolvidas no município. Assim como salienta Soares:

> Com pequena economia diversificada e inexpressiva produção de café, desenvolve a agropecuária (feijão, milho, banana, mamona e hortifrutigranjeiros, principalmente tomate e pimentão), destacando-se como primeiro produtor de fava (tipo de feijão do Sertão), e segundo produtor de tomates, além de manter uma expressiva produção de mandioca. Na pecuária destaca o rebanho de equinos. (SOARES, 2011, p.38).

Importante destacar, nesse histórico de formação do município de Poções/BA, um claro processo de expropriação dos povos nativos da terra e o controle sobre essa pela forma da propriedade privada, que bem caracteriza o desenvolvimento do modo capitalista de produção. Assim, aos senhores bandeirantes e seus descendentes cabe o controle sobre a terra, e destes para outros sujeitos que, detentores de bens, possam adquiri-la, por meio da compra, fomentando uma estrutura social absolutamente desigual – pautada na concentração fundiária, por um lado, e em um número significativo de sujeitos sem terra ou com poucas terras. Essa é uma realidade que se encontra com o próprio processo de formação do espaço agrário brasileiro, e adquire novas proporções à medida que a terra passa a sofrer processos de valorização, dado avanço do capital sobre o campo, a exemplo da modernização da agricultura e mais recentemente, do agronegócio.

Entendemos que essa é uma situação importante para se explicar a realidade concreta ocorrida no município de Poções/BA, uma vez que esses sujeitos que viveram do campo e hoje vivem na cidade, agora na condição de vendedores de sua força de trabalho, em geral saíram do primeiro por não terem mais as condições de manter a produção, por possuírem pouca terra (em geral a terra da família camponesa vai sendo dividida entre os membros da família até que essa divisão não seja mais possível), ou mesmo pelas dificuldades de, ao produzir, comercializar a produção; além da falta de recursos, de investimentos e, no geral, da própria terra. Ao se tornarem sem terra, resta a

esses a mobilidade para os espaços urbanos, onde possam sobreviver agora, sobretudo, por meio do trabalho assalariado.

Embora não se tenha elementos concretos para afirmar que estes saem do campo direto para a cidade de Poções, tendo esses também outros destinos, parte se deslocam para o próprio município, seja por já terem parentes, já estabelecer algum tipo de relação, ou mesmo em busca de vínculos empregatícios sem perder, totalmente, a relação com o campo ou com a família.

O município de Poções/BA, segundo o censo do IBGE 2010, possuía 44.760 habitantes. Essa população se encontrava distribuída em 77,5% no espaço urbano e 22,5% no espaço rural. Segundo Almeida (2014), Poções/BA perdeu parte de sua área em 1952 com a emancipação dos distritos de Ibicuí e Iguaí. O distrito de Ibiporã passou a fazer parte de Ibicuí, posteriormente houve o desmembramento de Nova Canaã e de Lucaia.

Em meio a esse cenário da produção do espaço de Poções/BA, na década de 1950, existia a manifestação cultural denominada por grupos de Reisado, Ternos de Reis ou popularmente conhecidos simplesmente como Reiseiros. No decorrer, apresentaremos como a prática do Terno de Reis se desenvolveu ao longo do processo histórico e sua expressão atual no município e na cidade de Poções/BA.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Folia de Reis, ou Reisado, ao que tudo indica, tem a sua gênese no período medieval, na Península Ibérica.

> No período colonial, os colonizadores, em conjunto com os missionários jesuítas que aportaram no Brasil, vindos com o primeiro governador geral Tomé de Sousa, em 1559 e em anos seguintes, trouxeram essas tradições da Península Ibérica. Estes utilizavam autos liturgícos com a temática dos Reis Magos, sob a forma de canto, dança e encenação, no processo de catequese e ensino, tanto dos nativos indígenas como dos próprios colonos portugueses (reinóis) e, posteriormente, dos escravos negros. (LOPES; SOUSA, 2018, p.5).

Em 1143 o condado Portucalense se tornou o Reino de Portugal, governado pelo rei Afonso Henriques, este condado antes fazia parte das terras espanholas. Com isso, sabe-se que os costumes e manifestações culturais de Portugal eram influenciadas pelas tradições espanholas. Os dramas e autos religiosos que faziam parte dessas tradições da Espanha, consequentemente foram transportados para Portugal. Dentre eles tinha-se os autos sobre os Reis Magos e a dramatização de Natal.

A Folia de Reis é uma festa popularmente conhecida em várias regiões do Brasil, embora tenha uma forte religiosidade arraigada nessa manifestação, essa festa de caráter profano-sagrado, busca se adaptar às mudanças estabelecidas pela modernidade na vida cotidiana, durante o percurso de mobilidade do sujeito do campo para a cidade. Sendo assim, essa tradição mostra ter uma relevância na reprodução dos valores camponeses enquanto uma forma de resistência em novos espaços de reprodução da sociedade.

A comemoração do Reisado, a princípio, se pauta na crença e louvor do nascimento de Jesus Cristo, no entanto, ao longo dos tempos, aparecem novas formas de utilizar o Reisado, essas que, por sua vez, estão relacionadas com as próprias condições concretas de vida dos sujeitos. Com isso, na atualidade, o Reisado passa a se manifestar nas rezas para diversos santos, como: Cosme e Damião, Nossa Senhora Aparecida, ou em casamentos, festas, dentre outras. Não há somente a festividade dos Ternos de Reis de Santo Reis, mas há o Reisado de São Sebastião, e o Reis do Divino. Essas manifestações têm relação com a terra e modo de vida dos sujeitos, o festejo por uma boa colheita, as comidas, dentre outras.

Os Ternos de Reis, embora tenham uma forma diferente de se organizar, reproduzem o seu determinado costume, repassado de geração em geração, mesmo nas periferias das cidades, quando os Reiseiros passam a ser trabalhadores expropriados da terra, mas mesmo assim procuram não perder o vínculo com a mesma. Em Poções/BA, o Reisado se mantém como parte da cultura do universo camponês, ainda que muitos desses sujeitos já se reproduzam no urbano, enquanto trabalhadores assalariados ou disponíveis ao assalariamento.

Embora o Reisado brasileiro, tenha sua gênese da península Ibérica, seus costumes vinculados ao nascimento de Jesus Cristo e a peregrinação dos Três Reis Magos se reproduzem no Brasil. Em Poções/BA os Ternos de Reis sofrem alterações que estão imbricadas ao processo de formação territorial do Brasil e do Centro-Sul da Bahia, já que o mesmo, tem uma forte ligação com as manifestações culturais afro-brasileiras.

As características da manifestação cultural do Reisado de Poções/BA, estão vinculadas ao Samba de Roda, à Capoeira, ao São João e ao Maracatu. A forma de cantar, as batidas rítmicas e as vestimentas se assemelham, assim como a forma de se organizar em círculo, que é popularmente conhecida como “roda”, fazendo com que os Reiseiros sejam os tocadores e ao mesmo tempo sambadores, mas, em muitas ocasiões, o “sambar” no Reisado, fica vinculado somente a mulher, que por sua vez, entra no

meio da "roda" e samba. As vestimentas floridas e "extravagantes" dos Ternos de Reis de Poções/BA, também possuem uma forte influência dessas manifestações.

Os Ternos de Reis em Poções/BA, são compostos de músicos autodidatas (em uma quantidade que vai de dez a dezoito integrantes), sendo subdivididos em: Gaiteiros, aqueles que tocam as Gaitas (instrumento musical de sopro, que se assemelha com uma Flauta Doce, mas é feita de Cano PVC e madeira de Umburana); Tiradores de Reis (são os cantadores oficiais de Reis); Batedores de Tambor (o Tambor é um instrumento que possui suas Peles de couro, sendo uma superior e a outra de resposta; os Aros, superior e inferior de madeira ou ferro; Casco de ferro ou madeira e Tarraxas ou Cordas para apertar e afinar o instrumento, sendo tocado por baquetas); Batedor de Bumba (o Bumba é um instrumento que se parece com a Zabumba, se diferencia, pois o Bumba tem suas Peles de couro e é batido no ritmo do Reisado); Pandeirista e Triangulista. Em alguns grupos há o acréscimo de Sanfona, Viola ou Violão e outros instrumentos de percussão (Ganzá, Reco-reco, Afoxé, Matraca e Palminha). Segundo o entrevistado 1, no período de 1940 existiam três Ternos de Reis na zona urbana de Poções/BA eles eram conhecidos como: Terno de Reis de Mestre Pedro, Terno de Reis de Otaviano Farias e Terno de Reis de Tonhe Canadense[7].

No município de Poções/BA, os grupos que louvam a Santo, assim como os Ternos que possuem a louvação a Reis São Sebastião, mantém, mesmo os que surgem no espaço urbano, uma ligação com a terra, visto que suas manifestações ocorrem tanto na cidade, quanto no campo. Em sua grande maioria, os Reiseiros que saem louvando a Santo Reis, também saem louvando a São Sebastião, em outras palavras é como se o mês de Janeiro em Poções/BA fosse destinado ao mês do Reisado. Segundo o entrevistado 2 "O primeiro Terno de Reis de São Sebastião visto em Poções/BA, foi o de seu Benvino". Então, qual a diferença entre os Ternos de Reis que louvam a Santos Reis para os grupos que louvam São Sebastião? As diferenças são os cantos, a cor das vestes, os dias da peregrinação/caminhada e a louvação do santo.

O Terno de Reis São Sebastião das Estrelinhas é um dos principais dentro da festividade Reiseira, visto que existe há mais de 25 anos na cidade de Poções/BA e além disso, é um dos mais antigos dentro do processo de devoção e louvação ao Santo supracitado. Esse grupo de Reisado, surgiu no espaço urbano de Poções/BA, no bairro Primavera, no entanto o atual espaço cultural do grupo se localiza no bairro Bela Vista.

[7] O Terno de Reis de Otaviano Farias, possuía uma mulinha e o Terno de Reis de Mestre Pedro tinha uma onça e depois trocou a onça pelo pavão.

Os valores camponeses e a tradição da oralidade são perceptíveis, ao analisar os sujeitos integrantes do Terno de Reis em questão. Hoje, esse grupo possui uma terceira geração de Reiseiros, que são nascidos no ambiente urbanos, aqueles que não tem uma ligação direta com os valores camponeses, mas mesmo assim se vinculam a essa tradição que a princípio se reproduzia em um espaço agrário.

Importante ressaltar que, apesar da permanência de muitos desses Ternos de Reis, inclusive no município e na cidade de Poções, os mesmos vivenciam as dificuldades desses se reproduzirem, marcado por uma realidade material muito difícil, inclusive de luta pela sobrevivência, seja nos espaços do campo quanto da cidade, o que acaba por afetar a continuidade de tais ações. Além disso, vivenciam a influência de uma cultura de massa, voltada às questões que interessam ao mercado, realidade que leva ao afastamento de parte de seus próprios descendentes para a continuidade da prática do Terno de Reis.

A realidade do desemprego no município e na cidade pode ser vista como outra dificuldade, uma vez que leva parte dos sujeitos para lugares mais longínquos e, tão logo, as dificuldades de permanecer como parte do grupo. Já a população da cidade, embora haja, de um modo geral, a admiração com os festejos de Reis, acabamos vendo como algo mais distante de sua realidade, um momento de diversão e lazer, um espetáculo bonito, mas do qual não se sentem parte.

Com a intensificação do processo de urbanização que ocorreu no Brasil nas décadas de 1970 e 1980, o município de Poções também passou por algumas transformações, conforme já apontado, o que resultou em um crescimento da população urbana, mediante a saída da população do campo em direção à cidade, e a busca pelos trabalhos urbanos. Como consequência dessa mobilidade do trabalho, surgem novos bairros nas localidades mais afastadas do centro da cidade de Poções-BA. São nesses locais que as práticas rurais, a exemplo do Terno de Reis São Sebastião das Estrelinha, se reproduzem, resistem e irão se manifestar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para compreender o Terno de Reis e a sua relação com o campo e a cidade, torna-se necessário analisar o processo de formação do município de Poções/BA, já que os sujeitos Reiseiros compõe a classe camponesa e trabalhadora dentro do processo de produção do espaço rural e urbano do município. Além disso, faz-se necessário compreender como essa manifestação cultural que se inicia no espaço agrário, passa a se

reproduzir no espaço agrário e urbano através da mobilidade do trabalho dos sujeitos que sustentam essa expressão da cultura poçoense.

Sendo assim, é válido ressaltar a complexidade de compreender o Reisado na contemporaneidade, sem se amparar nas relações tempo-espaço estabelecidas entre o campo e a cidade, ou seja, no processo de saída do campo – mediante expropriação da terra e a busca de restabelecer a vida nos espaços urbanos, em destaque a periferia de Poções/BA; sendo esses os novos espaços de expressão e efetivação dos Ternos de Reis.

Compreende-se que, ainda que o universo de reprodução dos sujeitos que migram seja marcado por novas relações de trabalho, e mesmo relações diferenciadas com o espaço e as formas de reprodução da vida, os costumes e culturas oriundos do campo não são imediatamente suplantados. No caso do Terno de Reis, verificou-se que essa prática cultural, que se expressa especialmente, se reproduz, há décadas no espaço urbano, embora também sofra transformações, se adaptando ao novo modo de vida.

.

REFERÊNCIAS

COSTA, A. C. **A permanência do Terno de Reis São Sebastião das Estrelinhas em Poções/BA: aproximação da cultura camponesa na relação campo-cidade**. Monografia (Graduação em Geografia). Departamento de Geografia. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Vitória da Conquista/BA, 2021.

ALMEIDA, R. K. Emancipação municipal e transformações socioespaciais: os casos de bom jesus da serra e caetanos. **Dissertação (Pós graduação em Geografia)-** Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2014

CARLOS, A. F. A. A questão da cidade e do campo: teorias e política. **Mercator,** Revista de Geografia da UFC, ano 3, número 5, 2007.

Cruz A. B., Araújo L. A. Costa T. M. M. **Cultura Rural: Resistências e Modificações Observadas no Campo a partir da Inserção da Tecnologia.** In Anais do 2º Workshop de Geografia Cultural: da Cultura Material ao Simbolismo Cultural (pp.99-109). Alfenas – MG.

GAUDEMAR, J. P. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital.** 1. ed. Lisboa: Estampa, 1977.

LEFEBVRE, H. Cidade e Campo. In: **O Direito à Cidade**, pp, 73-77. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo; Centauro, 2001.

LOPES, A. F. ; SOUSA, D. D. C. . Da península ibérica à colônia brasileira: A cultura do reisado numa cidade do sertão da Bahia.. **PROLÍNGUA** (JOÃO PESSOA) , v. 1, p. 7-119, 2018.

MARQUES, M. I. M. Entre o campo e a cidade: formação e reprodução da classe trabalhadora brasileira. **Rev. AGRÁRIA**, São Paulo, n.5, p. 170-185, 2006.

MAXIMILIANO de Wied Neuwied. **Viagem ao Brasil.** Trad. Edgar Süssekind de Mendonça e Flávio Poppe de Figueredo. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958.

SANTOS, A. L. **Produção de Riqueza e Pobreza na Expansão Cafeeira em Vitória da Conquista e Barra do Choça**. 1987. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, Pernambuco, 1987.

SHANIN, T. A definição de camponês: conceituações e desconceituações, o velho e o novo em uma discussão marxista. **Rev. NERA**, Presidente Prudente, n. 7, p. 1-21, Jul./Dez., 2005.

SILVA, L. R. da. **A Natureza contraditória do espaço geográfico**. São Paulo: Contexto, 2001.

SMITH, N. ***Desenvolvimento desigual*: natureza, capital e a produção do espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOUZA, S. T. **Da negação ao discurso "hegemônico" do Capital à atualidade da luta de classes no campo brasileiro. Camponeses em luta pelo/no território no Sudoeste da Bahia**. Tese (Doutorado em Geografia). UFS/NPGEO. Departamento de Geografia. São Cristóvão, 2008.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

WILLIANS, R. **O campo e a cidade: na história e na literatura**. Tradução: Paulo Henriques Brito, São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

WOORTMANN, K. **Com parente não se neguceia: o campesinato como ordem moral. Anuário Antropológico**, Rio de Janeiro, n. 87, p. 11-73, 1990.

WOORTMANN, E. F. O saber tradicional camponês e inovações. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inez Medeiros. (org.). **O campo no século XXI. Território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004.

SEMENTES CRIOULAS NO SEMIÁRIDO DE ALAGOAS: PATRIMÔNIO BIOCULTURAL DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS

Alice Oliveira da Silva[1]

Flávio dos Santos[2]

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo apresentar a importância das sementes crioulas para os povos e comunidades tradicionais do Semiárido alagoano, por meio da leitura dessas cultivares como patrimônios bioculturais. Para isso, lançamos mão de entrevistas semiestruturadas, aplicadas em duas comunidades tradicionais da região citada, que realizam o processo de guarda e preservação de sementes crioulas: Povoado Tabuleiro e Comunidade Indígena Jeripankó, localizados nos municípios de Água Branca e Pariconha, respectivamente. A leitura desse processo é realizada, neste artigo, em conjunto com a apreciação de elementos teóricos que nos permitem compreender melhor o universo biológico e cultural que envolvem as sementes crioulas. A partir dos resultados alcançados, foi possível assimilar a importância exercida pelas sementes crioulas no universo agrícola e cultural das comunidades Tabuleiro e Jeripankó, uma vez que foi constatado que as sementes crioulas são fundamentais para a agricultura dessas comunidades, sendo verdadeiros patrimônios bioculturais desses povos.

Palavras-chave: Patrimônio Biocultural; Sementes Crioulas; Semiárido Alagoano; Povos Tradicionais.

ABSTRACT

This article aims to present the importance of creole seeds for the traditional people and communities of the Alagoas Semiarid Region, through the reading of these cultivars as biocultural heritage. To do this, we used semi-structured interviews, applied in two traditional communities in the aforementioned region, which carry out the process of guarding and preserving creole seeds: Tabuleiro Village and Jeripankó Indigenous Community, located in the municipalities of Água Branca and Pariconha, respectively. The reading of this process is carried out, in this article, together with the appreciation of theoretical elements that allow us to better understand the biological and cultural universe that surrounds Creole seeds. Based on the results achieved, it was possible to assimilate the importance of Creole seeds in the agricultural and cultural universe of the Tabuleiro and Jeripankó communities, since it was found that Creole seeds are fundamental to the agriculture of these communities, being true biocultural heritage of these people.

Keywords: Biocultural Heritage; Creole Seeds; Alagoas Semi-Arid; Traditional Peoples.

[1]Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Alagoas (PPGG-UFAL). Bolsista CAPES. E-mail: alice.silva@delmiro.ufal.br
[2]Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe (PPGEO-UFS). Bolsista CAPES. E-mail: flavio.geografiaufal@gmail.com.

INTRODUÇÃO

As sementes se configuram como um elemento essencial para as atividades agrícolas como um todo, pois elas se constituem enquanto um insumo basilar para a produção de alimentos, sendo fundamentais para a reprodução da própria vida humana. Nesse cenário, situamos as chamadas sementes crioulas, organismos frutos do trabalho dos povos tradicionais com a terra e que carregam consigo a cultura e a memória desses povos, uma vez que esses trabalhadores receberam as cultivares crioulas de seus antepassados e as guardam com bastante cuidado, pois além de garantirem o plantio são também a materialidade de um conjunto de saberes, práticas e crenças construídos por esses povos ao longo do tempo, fato que coloca as sementes crioulas como um patrimônio biocultural das comunidades tradicionais que as salvaguardam.

O contexto aludido encontra-se materializado na região Semiárida de Alagoas, na qual um coletivo de comunidades tradicionais realiza um processo histórico de guarda de sementes crioulas, trabalho que envolve povos camponeses, indígenas e quilombolas que por meio dos chamados Bancos Comunitários de Sementes buscam preservar as cultivares tradicionais, de modo a garantir a semente para o plantio, bem como proteger a cultura que essas sementes representam.

Ante o colocado, o presente texto tem como objetivo apontar como as sementes crioulas se constituem enquanto patrimônio biocultural de povos tradicionais do Semiárido Alagoano, tendo como área de estudo as experiências de duas comunidades: Povoado Tabuleiro, localizado no município de Água Branca – AL e Aldeia Indígena Ouricuri, localizada em Pariconha – AL.

A pesquisa possui uma abordagem qualitativa sendo desenvolvida a partir de pesquisa de campo em ambas as localidades, onde foram realizadas observação do espaço, registro fotográfico e aplicação de entrevistas semiestruturadas com camponeses lideranças das comunidades.

PATRIMÔNIO BIOCULTURAL E SEMENTES CRIOULAS

Ao longo de anos os povos e comunidades tradicionais têm construído um arsenal de saberes fundamentais para a sociedade. São conhecimentos fundamentados através da relação singular desses povos com a natureza, que foram transmitidos e desenvolvidos de geração em geração. Esses saberes tradicionais se constituem por meio da interlocução

dos sistemas de conhecimento *(Corpus)* e crenças *(Kosmos)*, alinhada as práticas *(práxis)* dessas comunidades (TOLEDO E BARRERAL-BASSOLS, 2008).

A Convenção sobre a Diversidade Biológica (2012) esclarece que esses saberes são resultado das estratégias de sobrevivência dos povos tradicionais. É por meio desses processos que se constituem uma diversidade de patrimônio bioculturais. Para melhor compreender esse processo, Toledo (2013) elucida que é fundamental o alinhamento entre a dimensão cultural e biológica, pois no modo de vida dos povos tradicionais essas duas dimensões são dependentes.

Desse modo se constitui o paradigma do patrimônio biocultural, no qual essa diversidade biológica e cultural é um legado dos povos tradicionais, sendo assim um patrimônio. Conforme Toledo e Barrera-Bassols (2008) essa articulação entre *Corpus*, *Kosmos* e *Práxis* resulta nesse complexo biológico-cultural.

Assim, essa diversidade diz respeito ao patrimônio cultural e do biológico dos povos e comunidades tradicionais. Toledo e Barrera-Bassols (2008) destacam que as formas de diversidade biocultural instituem-se por meio da diversidade biológica que se refere às espécies, genes e vegetação; e a diversidade cultural, essa que se enquadra a diversidade genética, linguística, cognitiva, agrícola e paisagística.

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (2023) vai fundamentar o patrimônio cultural como elementos significativos para a memória e identidade de povos, e patrimônio natural a formações biológicas, geológicas, entre outros. No qual, através da Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural destacou-se a importância diversidade cultural e às populações tradicionais.

Como destacamos, por meio da assertiva de Toledo e Barrera-Bassols (2008) entendemos os aspectos biológicos/naturais estão fundamentalmente ligados aos aspectos culturais desses povos, pois sem a natureza não há a cultura, o modo de viver dessas populações, bem como são os povos e comunidade tradicionais quem mais preservam a biodiversidade, pois sua sobrevivência está atrelada a ela.

Nesse aspecto, compreendemos que as sementes crioulas se constituem como um patrimônio biocultural das comunidades tradicionais, na medida em que são cultivares frutos das relações de trabalho e práticas culturais de povos camponeses, indígenas e quilombolas, os quais têm as sementes crioulas não apenas como um insumo importante para a produção de alimentos, mas também como um símbolo de cultura, pois nesses organismos estão presentes um conjunto de saberes desses povos.

Essas sementes carregam consigo uma diversidade de saberes desses povos, que por séculos manejam essas cultivares crioulas, através da relação singular com o ambiente em que está inserido. Corroborando essa assertiva, Trindade (2006) aponta que as sementes crioulas representam uma fonte de alimentação, mas também a cultura dos povos tradicionais, no qual, a partir dos conhecimentos empíricos dessas comunidades as sementes crioulas se colocam não só como uma base alimentar e base da biodiversidade, mas também como um elemento cultural.

Como exemplo, podemos citar as práticas associadas ao cultivo dessas sementes, como as técnicas de seleção, as estratégias de conservação, pois são heranças culturais passadas de geração em geração que caracterizam o modo de vida desses povos, a relação com a terra e com os elementos ligados a ela.

Todavia, conforme destaca Petersen (2015), o processo de industrialização da agricultura, impulsionado pela revolução verde, levou as tecnologias industriais ao mundo rural fazendo com que o mercado passasse a determinar as rotinas do trabalho agrícola, afetando desse modo as relações de trabalho dos povos tradicionais na medida em que os conhecimentos desses trabalhadores passaram a ser atacados pelo avanço das inovações tecnológicas da revolução verde, como os maquinários, as sementes modificadas em laboratório e o uso de diversos tipos de agrotóxicos.

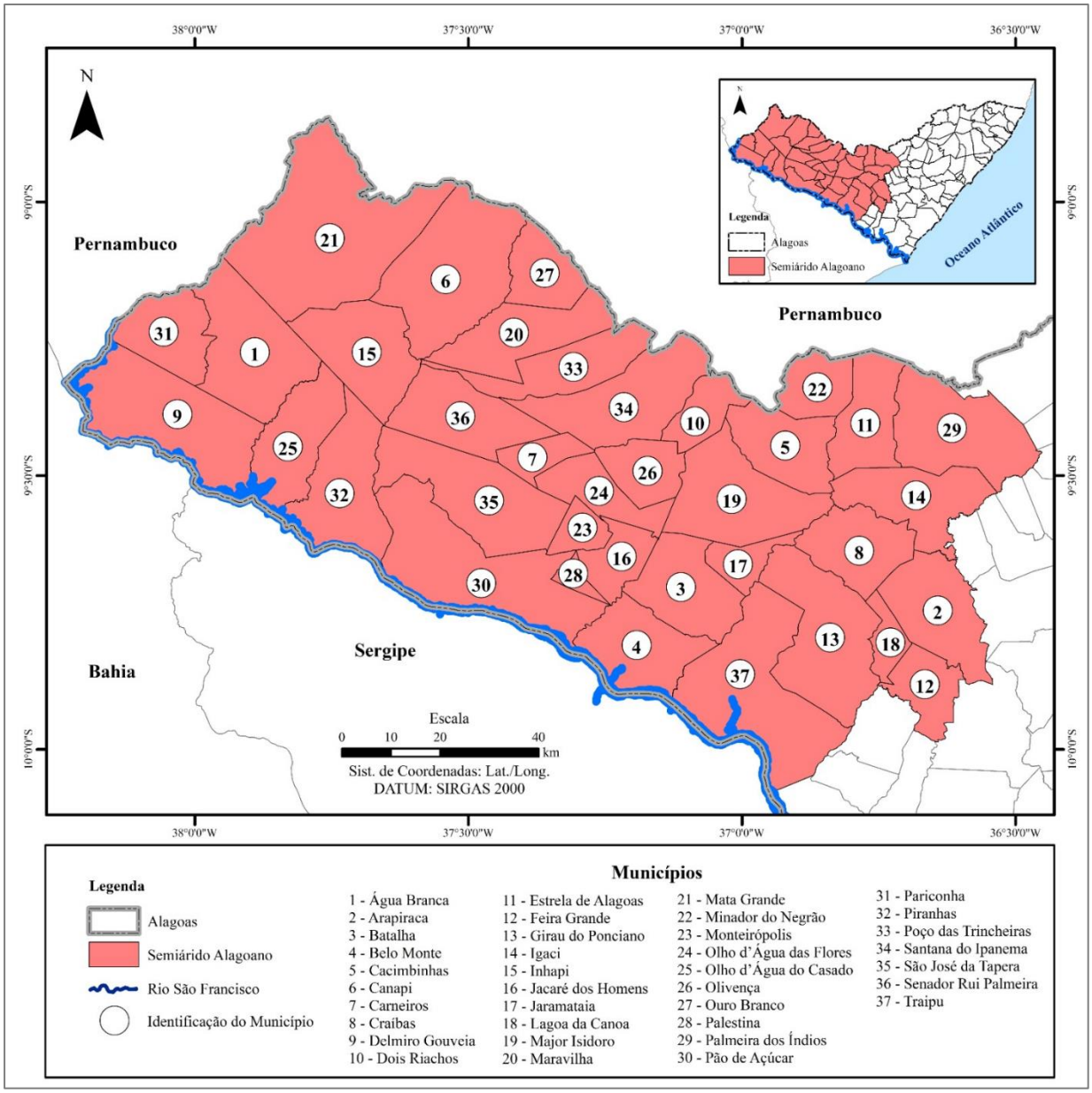
Esse processo tem afetado a reprodução das sementes crioulas e consequentemente os saberes tradicionais, de modo que ao serem atacados esses conjuntos de conhecimentos podem ir se perdendo com o passar do tempo, processo que é denominado por Petersen (2015) como “memoricídio cultural”. Na assertiva do autor, ele esclarece que o processo de implementação do projeto da revolução verde no campo, com um discurso de intensificar a produção agrícola, na realidade ocasionou danos à natureza e à cultura, contexto que afeta, entre outros aspectos, na salvaguarda das sementes crioulas e no trabalho dos povos tradicionais.

Ambos os processos destacados, da dimensão do patrimônio biocultural e do memoricídio cultural, podem ser verificados no contexto das sementes crioulas no Semiárido de Alagoas, conforme apontaremos a seguir, no qual apontaremos também as estratégias de salvaguarda desse patrimônio estabelecido pelos povos e comunidades tradicionais da região.

AS SEMENTES CRIOULAS COMO PATRIMÔNIO BIOCULTURAL DE POVOS TRADICIONAIS DO SEMIÁRIDO DE ALAGOAS

O Semiárido de Alagoas é composto por 38 municípios e faz divisa com os estados de Sergipe, Bahia e Pernambuco (Figura 01), no tocante à demografia a população residente na é de 909.273 habitantes (IBGE, 2023). A região do semiárido tem o bioma caatinga como predominante, com uma biodiversidade com mais de 1500 espécies de animais e 11 mil vegetais (MMA, 2023; INSA, 2023).

Figura 01 – Localização do Semiárido de Alagoas



Fonte: IBGE, 2015.
Elaboração: SANTOS, Flávio (2023).

Ao longo dos 38 municípios que formam a região, um coletivo de povos tradicionais vêm realizando desde a década de 1980 um trabalho comunitário voltado para a guarda e preservação das sementes crioulas, as quais no contexto alagoano foram batizadas de “sementes da resistência” por seus guardiões. Na região há uma diversidade de povos e comunidades tracionais, sejam eles indígenas, quilombolas ou camponeses que fazem parte desse coletivo.

Por meio do trabalho comunitário dessas comunidades, voltado para a preservação das sementes da resistência, foi estabelecido no Semiárido de Alagoas uma rede estadual de Bancos Comunitários de Sementes (BCS), os quais são espaços voltados para a guarda dos organismos crioulos e também para a realização de reuniões, trabalho de base e articulações políticas dentro dados comunidades. Atualmente, a rede conta com mais de 50 BCS que estão espalhados por 20 municípios do Semiárido e garantem a proteção de um patrimônio genético e biocultural que conta com aproximadamente 60 variedades de sementes crioulas.

Para além da questão agrícola, o trabalho desenvolvido pelas comunidades tradicionais guardiãs de sementes envolvem também uma dimensão cultural, englobando técnicas de manejo para melhor preservar a semente, a observancia das fases da lua para realizar o plantio e a realização de festividades para celebrar a colheita de novas sementes crioulas.

A organização por meio dos BCS é uma estratégia de preservação das sementes crioulas da região, como forma de manter viva a cultura e garantir a soberania desses povos. Para apresentarmos melhor esses aspcetos, nosso recorte espacial será por meio de duas comunidades tradicionais da região, o Povoado Tabuleiro e Ouricuri

O Povoado Tabuleiro é uma comunidade tradicional camponesa localizada no município de Água Branca, no Semiárido Alagoas, que possui grande representividade no processo histórico de lutas realizadas em defesa das sementes crioulas: foi nessa localidade onde surgiu o primeiro BCS do estado e onde se realiza até hoje um trabalho coletivo de guarda das sementes crioulas, um organismo de grande importância afetiva para a comunidade, como relatou uma das entrevistadas:

> *A semente crioula é da nossa roça, das nossas mãos, foi passada por nossa mão e eu ainda hoje tenho a minha. Ela tem muitos anos que tá nas minhas mãos, foi a semente que eu conheci, que meu pai plantava.*

A fala da entrevistada demostra o valor cultural dessas sementes crioulas, pois, é um elemento fundamental para a sobrevivência das comunidades tradicionais e também se estabelece pela ancestralidade atrelada a essas sementes, que por meio dela se transmite saberes desenvolvidos pelos antepassados, valores culturais sobre a natureza e o modo de viver nela.

A Aldeia Ouricuri, por sua vez, é uma comunidade indígena situada em Pariconha, também no Semiárido alagoano. Nessa localidade, o trabalho de guarda das sementes crioulas tem um percurso histórico mais recente, tendo iniciado em 2016, e se caracteriza pelo processo de resgate das sementes que estavam sendo perdidas pela comunidade, mas que aos poucos vem sendo recuperadas, se constituindo em um movimento de resgate de um patrimônio da comunidade.

Esse fato foi como descrito por um dos entrevistados, que evidenciou a relação entre a proteção das sementes crioulas e a memória biocultural:

> *A semente crioula carrega uma importância de memória porque é algo único, uma espécie que você tem, que você guardou, um tipo de patrimônio que você detém e que mesmo com pouca chuva você sabe que irá colher.*

Diante dessas colocações feitas pelos entrevistados, das informações colhidas em ambas as comunidades e norteados pela teoria compreendemos que as sementes crioulas se contituem como patrimônios bioculturais dos povos e comunidades tradicionais do Semiárido alagoano, uma vez que nelas estão presentes a cultura, os saberes e as práticas tradicionais desses povos.

As práticas de guarda são diversas entre as comunidades do semiárido, pois, cada povo tem seu modo de cuidar e cultivá-las. Tais *práxis* são reflexo de anos de manejo com essas sementes, que são adptadas as condições climáticas e de solo da região. Para esse manejo são desenvolvidos diversos saberes em torno desse universos das cultivares crioulas. Nas comunidades pesquisadas podemos algumas dessas variedades e formas de manutenção, a exemplo da Figura 2, que ilusta o uso das folhas de Nim, árvore muito comum em comunidades rurais do Semiárido alagoano, para a preservação de sementes crioulas, sendo no caso em tela sementes de feijão crioulo.

Figura 2 – Folhas de Nim utilizadas para a preservação de feijão crioulo no Povoado Tabuleiro, Água Branca – AL.

Fonte: SANTOS, Flávio (2023).

No tocante a diversidade, a Figura 3 ilustra um pouco da variedade de sementes existentes nos Bancos Comunitários em Alagoas. No caso em questão, temos diferentes variedades de feijão crioulos, guardados e preservados no Povoado Tabuleiro.

Figura 03 – Variedades de sementes de feijão crioulo preservados no Povoado Tabuleiro, Água Branca – AL.

Fonte: SANTOS, Flávio (2023).

Contudo, esse conjunto de elementos materializados nas sementes crioulas estão sendo ameaçados ante o avanço das sementes convencionais no Semiárido de Alagoas, processo que representa um risco para as sementes crioulas e consequentemente para o trabalho e saberes tradicionais, podendo acarretar em uma situação de memoricidio cultural na medida em que as cultivares tradicionais podem provocar a perda das sementes crioulas.

Na região do semiárido alagoano tem cada vez mais aumentado o uso de agrotóxicos e sementes trangênicas, fato que estabele risco as sementes crioulas da região. Portanto, a salvaguarda desse patrimônio biocultural é de suma importancia para a automonia desses povos e comunidades, que a séculos tem desenvolvidos diveros saberes, práticas e conhecimentos acerca da proteção de sementes, do desenvolvimento genético e da manutenção da vida através de uma relação singular com a natureza.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das reflexões realizadas ao longo do texto e com base nas experiências dos povos tradicionais do Semiárido alagoano no manejo das sementes crioulas, compreendemos que esses organismos se colocam como verdadeiros patrimônios bioculturais desses povos, na medida em que são cultivares repassadas ao longo das gerações e que carregam consigo saberes e práticas originados por meio das relações de trabalho e do contato com a natureza de camponeses, indígenas e quilombolas, possuindo assim grande importância agrícola e cultural, entretanto esse contexto vem sendo ameaçado em decorrência do avanço do agronegócio sementeiro, o qual vem disseminando sementes convencionais na região, o que está colocando em risco o patrimônio biocultural representado pelas sementes crioulas.

REFERÊNCIAS

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 11 de jul. de 2023.

IPHAN - Instituto do Património Histórico e Artístico Nacional. **Patrimônio Mundial Cultural e Natural**. 2023. Acesso em novembro de 2023. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/29#:~:text=O%20patrim%C3%B4nio%20cultural%20%C3%A9%20composto,e%20a%20riqueza%20das%20culturas.>

PETERSEN, P. Agroecologia: um antídoto contra a amnésia biocultural. **A memória biocultural:** a importância ecológica das sabedorias tradicionais. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

TOLEDO, V. M. El paradigma biocultural: crisis ecológica, modernidad y culturas tradicionales. **Sociedad y Ambiente,** vol. 1, núm. 1, marzo-junio, 2013, pp. 50-60.

TOLEDO, V. M.; BARRERA-BASSOLS, N.; **La Memoria Biocultural:** La importancia ecológica de las sabidurías tradicionales. Icaria editorial, Barcelona, 2008.

CONVENÇÃO SOBRE DIVERSIDADE BIOLÓGICA. **Sementes Tradicionais.** Canadá, 2012.

TRINDADE, C. Sementes crioulas e transgênicos, uma reflexão sobre sua relação com as comunidades tradicionais. **Anais do XV Congresso Nacional do Conpedi.** Manaus, AM: CONPEDI, 2006.

UNESCO. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Igualdade de gênero, patrimônio e criatividade.** Diversidade Cultural, Gênero e Fronteiras da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), 2021.

VILLAMAR, A. Patrimonio biocultural y regiones de esperanza. Diálogos ambientales. **Rev. Diálogos Ambientales,** SEMARNAT, México, n. 1, 2020.

ULTRANEOLIBERALISMO E NEOFASCISMO: A ERA BOLSONARO - RESISTÊNCIAS E CAMPESINATO AMAPAENSE NA RESERVA EXTRATIVISTA DO RIO CAJARI

Eder Souto Batista [1]

Eraldo da Silva Ramos Filho [2]

Gabriela Fernandes Feliciano Murua [3]

RESUMO

As Unidades de conservação, em especial as Reservas Extrativistas, configuram-se como demarcação territorial das políticas públicas de Estado, na tentativa de afirmar "uma reforma agrária" acenando para os movimentos sociais na Amazônia, principalmente para os Seringueiros. A série histórica aqui discutida, ajusta-se principalmente no cenário de 2019 à 2022, período marcado pela agenda ultraneoliberal e neofacista do governo Bolsonaro, com efeitos diretos nas comunidades da Reserva Extrativista do Rio Cajari (RERC). O momento é propício para a intensificação da lógica de violência do grande capital na Amazônia, diversas intervenções se materializam em função da anabolização do Agronegócio na floresta, como o desmatamento e a criação de animais de grande porte na reserva. Tais ações só poderiam se consolidar através da gestão do caos, mediada pelo próprio Estado brasileiro, com intensa atuação de militares ocupando cargos públicos de função política, numa administração descaradamente corrompida com fanatismos e teorias conspiratórias, alimentando as massas com discursos extremistas e mantras religiosos enfatizados diariamente: *"Deus acima de tudo, o Brasil acima de todos",* o slogan difundido por Jair Messias Bolsonaro, configurou-se em inúmeras tentativas da instalação total de um Estado neofascista. O abandono, e a inexistência de políticas públicas de manutenção, o descaso violento, isolou as comunidades como dissidentes, durante a derradeira gestão, evidenciando que o campesinato amapaense florestal subsiste nas trevas, fora do alcance de evidência ou direito de existência, subalternizados no interior da floresta.

ABSTRACT

The Conservation Units, especially the Extractive Reserves, are configured as territorial demarcation of state public policies, in an attempt to affirm "agrarian reform" beckoning social movements in the Amazon, especially the rubber tappers. The historical series discussed here is set mainly in the 2019 to 2022 scenario, a period marked by the ultra-liberal and neo-facist agenda of the Bolsonaro government, with direct effects on the communities of the Cajari River Extractive Reserve (RERC). The moment is ripe for the intensification of the logic of violence of

[1] Estudante no Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEO) na Universidade Federal de Sergipe, Campus São Cristovão - SE, ederestudante@gmail.com

[2] Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita" - SP, eramosfilho@gmail.com

[3] Doutora em Ciência Política pela Universidade de Campinas (Unicamp). - SP, gabymurua@gmail.com

big business in the Amazon, with various interventions materializing as a result of the anabolization of agribusiness in the forest, such as deforestation and the breeding of large animals in the reserve. Such actions could only be consolidated through the management of chaos, mediated by the Brazilian state itself, with intense military action occupying public positions of political function, in an administration shamelessly corrupted with fanaticism and conspiracy theories, feeding the masses with extremist speeches and religious mantras emphasized daily: "God above all, Brazil above all", the slogan spread by Jair Messias Bolsonaro, was configured in countless attempts at the total installation of a neo-fascist state. Abandonment and the lack of public policies for maintenance, violent neglect, isolated the communities as dissidents during the last administration, showing that the Amapá peasant forest subsists in darkness, beyond the reach of evidence or the right to exist, subalternized in the interior of the forest.

INTRODUÇÃO

As unidades de conservação no Brasil surgem como produtos de políticas públicas de Estado, embaladas pelo movimento ambientalista internacional e pelos movimentos sociais, sobretudo na Amazônia com a organização dos Seringueiros. Uma das unidades de conservação é a Reserva extrativista do Rio Cajari (RERC), situada no Sul do Estado do Amapá, seu uso é sustentável, amparado por lei e foi instituída, originalmente na gênese da recriação do campesinato amapaense, constituídos de ribeirinhos da região, mas principalmente e inicialmente, imigrantes nordestinos e comunidades quilombolas, denominadas, nesse artigo, de extrativistas.

Nesse sentido, a pesquisa, aqui apresentada, foi redigida a partir da seguinte problemática: Quais as consequências do avanço da territorialização da agenda ultraneoliberal implementada contra o campesinato na Resex Rio Cajari no governo Bolsonaro? Tendo como objetivo principal, investigar como vêm resistindo as comunidades extrativistas na Resex do rio Cajari no Governo Bolsonaro diante de sua agenda neofascista para o campo; analisar como a lógica do grande capital na Reserva atua diante das produções locais das comunidades e por fim; averiguar as recentes mudanças políticas que interferem na sobrevivência e permanência das comunidades na RESEX.

O presente trabalho foi estruturado a partir de um levantamento bibliográfico sobre o atual panorama da Reserva Extrativista do Rio Cajari no contexto da implementação da testagem do neofascismo como ferramenta de gestão radical do capital. Foram utilizados como ambientes de pesquisa a base de dados da Google acadêmico e revistas de renome como a Okara. Além da coleta de dados sobre a importância do campesinato, dos movimentos sociais do campo e dos povos tradicionais, das águas e florestas.

METODOLOGIA

O presente trabalho foi redigido com esforços em construir uma consistente revisão de bibliografia, de onde questões, dúvidas, discussões, reflexões, puderam ser levantadas para a consolidação desta redação proposta, foi realizado um primeiro levantamento bibliográfico sobre o atual panorama do Campesinato resistente no Território da Reserva Extrativista do Rio Cajari; as contradições são essências para a compreensão do objeto e da realidade, uma vez que no materialismo histórico, refletir sobre categorias como Estado, capital, trabalho, políticas públicas, neoliberalismo, fascismo, terra e campesinato, são relevantes. As abordagens da economia política também sinalizam à discussão e a investigação sobre a realidade dos movimentos sociais, sobretudo como se encontra o campesinato na RERC, entre 2019-2022, período marcado por uma agenda ultraneoliberal e neofacista do governo Bolsonaro. Foram utilizadas pesquisas em bases de dados do Google Acadêmico e revistas digitais como a Okara.

Com o enfoque de analisar o contexto que perpassa o cenário atual da RERC, nesse recorte temporal, foram utilizados autores relevantes: Fernandes (2019); Martins (1981); Mattei (2018); Cortezzi (2019); além de outros.

REFERENCIAL TEÓRICO

O ULTRANEOLIBERLISMO NO GOVERNO BOLSONARO DIANTE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Na américa latina, em especial no Brasil durante os dois primeiros governos conduzidos pelo Partido dos Trabalhadores (PT), historicamente compreendidos como “gestões progressistas” em que pese as inúmeras contradições que também existiram, em sua essência, o neoliberalismo sempre foi o espírito na forma de condução do desenvolvimento do capital nas referidas governanças, as influências e forças hegemônicas do grande capital nesse contexto também foram alarmantes (Behring; Cislaghi; Souza; 2020). Estava em curso um processo de embate e de luta pela manutenção na dinâmica dos movimentos sociais pela ausência de alternativas e o enfraquecimento da resistência, inclusive no campo, incluindo as pautas de reconhecimento “ditas de esquerda” como os movimentos contra o racismo, indígenas, as organizações de amparo aos direitos humanos, acabaram sendo deflagradamente

atingidas, por influências mascaradas do que se poderia chamar de "neoliberalismo progressista" (Behring; Cislaghi; Souza; 2020).

Desse modo, a fim de elucidar a discussão, entende-se o sentido de *Ultraneoliberalismo*, a partir da sua última reciclagem de operação, quando ainda era mais usual, "neoliberalismo", sua "atualização" ocorre após a crise financeira internacional de 2008, havendo divergências entre pesquisadores nas ciências humanas e sociais quanto na aceitação do termo e uma ampla discussão, mas concordam que a crise imobiliária 2008 lastreia novos pressupostos como conceito possível, tal crise foi apresentada mais uma vez na época como um "colapso de Estado", descaradamente uma falácia, pois o que ocorreu foi a insustentabilidade do grande capital, que provou ser frágil quanto à sua autossuficiência de modelo ideal (Behring; Cislaghi; Souza; 2020).

O governo Bolsonaro atingiu as Reservas Extrativistas em todo o país e suas comunidades em cheio, num momento de fragilidade da população, de maneira covarde, no silencio do medo e do luto, momento em que o coletivo sofria indescritivelmente, imposto pela morte de milhares de brasileiros em plena pandemia de Covid-19, o descaso com a vida era demonstrado em rede nacional através de falas truculentas e criminosas, é nesse cenário que foram realizadas alterações na legislação, através de projeto de lei que modifica a configuração das reservas permitindo o que era estritamente proibido, a criação de animais de grande porte nas unidades de conservação (Layrargues, 2020).

A proposta não só reconfigura a lógica do grande capital na Amazônia, é avassaladora, pois fomenta o desmatamento, o comercio de madeira ilegal, a formação de novas pastagens e a criação do rebanho extensivo que anaboliza o agronegócio com a produção de carne bovina (Layrargues, 2020).

As Reservas Extrativistas são unidades de conservação de uso sustentável definidos por lei, a alteração da legislação coloca em risco as áreas naturais protegidas, as relações biológicas são pesquisadas há décadas e não alarmou os cientistas pela sua previsibilidade, as conexões entre a vida silvestre disponível nas reservas, o manejo dos rebanhos de grande porte autorizados em plena pandemia e o surgimento de novas doenças ou ao retorno delas, possuem íntima relação, tais riscos das chamadas novas zoonoses, estão associados ao desmatamento de florestas em favor do grande capital e ao agronegócio (Layrargues, 2020).

A atuação ultraneoliberal é sempre extremista, é radical, pois o que se tem é a tentativa de consolidar os alicerces de um Estado autoritário, experimentando em curtos passos, testando e aparelhando a gestão, uma espécie de "laboratório", cujo foco é

redimensionar a estrutura de produção do espaço agrário brasileiro às intenções dos mercados internacionais, através de projetos de leis, medidas provisórias, criminalização dos movimentos sociais no campo, coerção e uso abusivo da força policial contra indígenas na Amazônia, quilombolas e camponeses, caracterizando um aumento vertiginoso da violência no campo (Gonçalvez et al., 2018).

As estruturas de gerenciais do Estado utilizadas como ferramentas para a destruição, os testes possuem seu início desde o governo Temer. Esses governos ficaram conhecidos por suas práticas ultraneoliberais, a mais extrema foi a criação da Medida Provisória (MP) 726/2016 que conseguiu tornar extinto o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) (Mattei, 2018).

Outra medida do mesmo ano é aprovação da EC95/2016 ato que possuiu o condão de afogar por duas décadas investimentos públicos em educação e saúde (Borges; Matos, 2020).

A promulgação do decreto n° 8.780 de 27 de maio de 2016, oficializa e administra a transferência de poder do antigo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), para Casa Civil, condicionando inexistente qualquer tentativa de criação de políticas públicas sobre movimentos sociais e reforma agrária no país (Mattei, 2018).

Nesse sentido foi criada a emenda constitucional Emenda Constitucional (EC) nº 95, herança da gestão Temer, utilizada como ferramenta de limitação para implementar orçamentos e gastos com políticas públicas, limitou o uso orçamento público por 20 com seguridade social, saúde, educação, os que se encontram em vulnerabilidade, principalmente os trabalhadores, como evento em cascata, o governo Bolsonaro consegue congelar os salários dos servidores públicos em todas as esferas deixando bem claro, com este objetivo de onde sairia os recurso para assumir as despesas da crise sanitária (Castilho; Lemos, 2021).

Logo, fica explícita a dinâmica político-institucional do contexto histórico pré-Bolsonaro. A Era Temer organizará as bases estruturais para o avanço do fascismo através da agenda bolsonarista para o campo, ao destruir políticas centrais de construção com a sociedade civil e movimentos sociais do campo, povos quilombolas e anular a demarcação de terras indígenas, desse modo, implementava-se a execução do verdadeiro projeto ultracapitalista das oligarquias agrárias (Alentejano, 2018).

BOLSONARO E AS TENTATIVAS DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DO FASCISMO NO BRASIL: O NEOFASCISMO

Na concepção clássica de fascismo há uma idolatria pelo o que é o tecnológico, como viabilidade do avanço do extremismo capital, justificaria por exemplo as tecnologias militares ou obras e projetos que estejam voltados à expansão e circulação do capital, como obras de infraestrutura (Leher, 2020). Nesse caso, as forças armadas regurgitaram durante a pandemia de Covid-19 o que historicamente é feito em golpes passados, ações coercitivas militares, através de um chefe do executivo federal que publicamente, abertamente, se proclama representante dos interesses militares, *"o capitão, chefe supremo das forças armadas"* se apropriariam de setores de informação, segurança, interviriam no MEC com projetos de escolas militares, com mudanças radicais na estrutura da educação básica e até direito de exigências e de revisão, avaliação e fiscalização de processos eleitorais (Leher, 2020).

Através da consolidação do Bolsonarismo, o estado foi aparelhado diante de uma guerra cultural por uma tempestade de ações jurídicas amparadas por um congresso nacional totalmente favorável a esses atos, através da Emenda Constitucional n.95/2016 e de mudanças radicais nos direitos dos trabalhadores e na previdência social através de projetos reformistas considerados desumanos (Leher, 2020).

Nesse sentindo, o neofascismo surge como "novo representante" do fascismo histórico, porém, com a tentativa de reciclar o extremismo do capitalismo, com práticas ultraneoliberais, que negam as conquistas do povo e dos movimentos sociais, através de elementos do conservadorismo tradicional e agendas conservadoras amplificadas e vocalizadas em aparatos sistematizados de mídias (Löwy, 2019).

A fim de aprofundar a discussão, alguns acontecimentos marcaram essa profusão, como é o caso da globalização que acaba influenciando a homogeneização e a cultura no "circuito global de atuação do grande capital" que alimentou pânico na esfera da coletividade, fator que vai motivar as manifestações nacionalistas; outro fator seria a culminância da crise do capitalismo em 2008, a partir de então, percebe-se a ascensão de uma onda fascista implementada pelo extremismo na ascensão da nova onda conservadora no séc. XXI (Löwy, 2019).

O neofascismo também pode ser compreendido como produto ou forma mais extrema de atuação do modelo de produção capitalista, o "grande capital", atentando para o que se considera seu "valor político", por isto, sendo radical, nacionalismos sem sentido, reinvenções de discursos delirantes de combate ao comunismo (inimigo

onipresente), perseguição a qualquer tipo de movimento ou organizações sociais populares, como por exemplo LGBT, MST, agressão à indígenas, ódio às mulheres e aos movimentos feministas, justificando sua atuação no mundo através inovações teológicas conservadoras e com emprego de extrema violência (Mattos, 2020).

O "neofascismo" no debate mais atual, não tem necessariamente a ver com a forma clássica de fascismo histórico, mas sim um entrelaçamento de constructos ideológicos conservadores variados, como atividades de austeridade neoliberal somadas à necropolítica (Mattos, 2020). O autoritarismo é a primeira característica mais evidente de um sistema político-econômico de opressão, a qualquer custo deve funcionar expropriando vidas através da exploração desumana do trabalho, justificado sem garantias e pautado em ideias religiosas, *"Deus acima de tudo, o Brasil acima de todos",* slogan difundido por Jair Bolsonaro, justificando-se qualquer ação para completa instalação das estruturas do Estado neofascista, com fortes elementos presentes de uma teocracia, inclusive o extermínio dos mais pobres nas periferias pelas forças policiais (Löwy, 2019).

Quando se observa cronologia desses eventos históricos ocorridos, inclusive os que afetam as RESEX's, pode-se pensar na íntima relação entre o ultraneoliberalismo, considerada a última fase do neoliberalismo, pós crise de mundial de 2008 (Cassin, 2022) e nos seus efeitos recessivos com intervenções na gestão neofascista da economia brasileira com Paulo Guedes como ministro, em reunião extraordinária do governo, afirmou sobre a urgência na privatização de bancos públicos e sobre colocar uma granada no bolso dos servidores públicos (Bellini et al, 2020).

A agenda de Guedes, contemplou o desmonte de políticas públicas sociais e impôs uma resistência em amparar de forma assistencial a população vulnerável na pandemia, com fortes intervenções de austeridade fiscal, a política ambiental coordenada por Ricardo Salles e sua a assustadora fala *"deixar a boiada passar"* explicava a destruição da Amazônia e a exploração radical feita de qualquer forma, de seus recursos naturais.

O desmatamento como imposição do grande capital, para alguns estudiosos não é justificado pela criação das RESEX's (Almeida, Allegretti e Postigo, 2018), porém, em aspectos das características próprias da RERC, ao perceber a dimensão espacial da reserva, a porção noroeste é atravessada pela rodovia federal BR-156, que ainda enfrenta desdobramentos para seu asfaltamento e em termos absolutos, dentre todas as áreas

protegidas do Amapá, a RESEX-CAJARI apresenta a maior área desmatada (FUNI; PAESE, 2012).

Há também um consenso de que o desmatamento está intimamente relacionado com a área Oeste do polígono da RESEX, próximo às rodovias BR-156 e BR-210, é nesta região que também se pode observar os principais assentamentos, mas não se sabe a origem exata ou que agentes ou atores específicos estão provocando esse fenômeno (Rauber, 2019).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A LÓGICA DO GRANDE CAPITAL CONTRA O CAMPESINATO NA RESERVA EXTRATIVISTA DO RIO CARAJI NO GOVERNO BOLSONARO

É fundamental ressaltar que a Reserva Extrativista do Rio Cajari encontra-se numa dinâmica única, com pesquisas que ainda avançam para compreendê-la em relação à sua estrutura e transformação territorial na Amazônia setentrional amapaense, delimitada no Estado do Amapá, o mais "protegido legalmente" através de leis de parques federais, estaduais, florestas estudais e nacionais, além de estar limítrofe na fronteira internacional com a Guiana Francesa ao norte e ao sul, à bacia do Rio Jari e à grande calha do Rio Amazonas.

A demarcação territorial da Reserva Extrativista do Rio Caraji, (RERC) é posta como resultado da organização política de camponeses na Amazônia e nesse sentido, há uma tentativa de se tentar fazer acreditar que a questão agrária e os problemas que cercam a discussão sobre reforma agrária, foram resolvidos na Floresta.

As Reservas Extrativistas como aparato legal administrativo territorial do Estado, relacionam-se com o fenômeno de uma possível "recriação" do campesinato no Amapá, isto ocorre por conta do processo de territorialização do capital dentro da RERC (Rangel, 2017). Isto posto, é relevante, pois se consolida com a ideia de mecanismos de gestão territorial viabilizados pela União, em outras palavras, sua história diz respeito, na verdade, à reforma agrária realizada pelas conquistas de direitos do movimento de seringueiros na Amazônia (Almeida, Allegretti e Postigo, 2018).

A RERC produziu um marco na gestão do Estado sobre territórios na Amazônia, há uma nítida intenção de reconhecer espaços do campesinato amapaense, uma vez que os processos de espacialização e territorialização se dão pela intensa migração de

nordestinos que foram expropriados de suas terras no Nordeste por coronéis de latifúndios, desde o período da extração de Látex na histórica economia da Borracha - e se fixaram ao sul do Amapá como coletadores dos extrativos da floresta. Nesse sentido se faz relevante uma investigação sobre o atual panorama do campesinato amapaense, sobretudo a partir da perspectiva do aparelhamento do Estado e da destruição de políticas públicas implementadas mais recentemente no Governo Bolsonaro.

Existem várias comunidades campesinas no território da RERC, além de assentamentos externos às suas fronteiras, como é o caso do assentamento extrativista do Maracá. Dentro do polígono da reserva é possível identificar pelo menos 15 comunidades, porém as de maior reprodução social são: Água Branca, Martins, Marinho, Açaizal, Itaboca, Retiro e Sororoca, que estão mais próximas aos acessos diretos à do grande projeto de pavimentação e asfaltamento da BR-156 (Jesus; Guedes, 2016).

Nota-se que no caso de reservas extrativistas, os grupos organizados e associações, não são exclusivas de seringueiros, pode-se atribuir que os "camponeses florestais" incluem uma série de outros grupos como ribeirinhos que subsistências nas sub-bacias dos rios da reserva, da pesca e do açaí, da mesma forma comunidades quilombolas, por isso, não podem ser compreendidos como empresas exportadoras mas sim como economias camponesas (Almeida, Allegretti e Postigo, 2018).

Os movimentos sociais, em muitas vezes considerados os subalternos nas reservas extrativistas no estado Amapá, são os ribeirinhos, os assentados pelo INCRA, os quilombolas, de acordo com Almeida, Allegretti e Postigo, (2018) são também estudados dentro do campesinato como, camponeses florestais, também incluem os seringueiros que formam os pioneiros no processo de resistência no campo, sabendo-se que em teoria, não existe a venda ou mercado direto e legítimo de terras em Unidades de Conservação, pois é proibido por lei.

Essas terras nessas unidades, estariam na proteção legítima da União, dessa forma, a instrumentalização como ferramenta de produção, precisa apresentar vícios diferenciados de exploração pelo capital, haja vista que outros fenômenos surgem, para que o capital se aproprie, como ocorre por exemplo com monopolização dos açaizais e o direcionamento das safras para o mercado externo (Martins, 1981).

As origens e raízes ancestrais da formação de grupos camponeses florestais da RERC são objeto de estudo de várias ciências humanas, uma parte da história da floresta

assume um caráter multidiverso em relação as interações do elemento humano, já que os próprios povos originários da Amazônia, indígenas, sempre ocuparam a região.

Todavia a discussão sobre o grande e intenso movimento migratório de nordestinos, principalmente no séc. XIX num momento da exploração da economia gomífera na floresta, não é novidade, a própria organização desses movimentos de resistência na região amazônica se opunha à intensa forma exploratória mercantil do capital no séc. XVI.

É essa dinâmica humana que dará origem a grupos hoje conhecidos como "ribeirinhos", que irão se instalar nas infinitas várzeas amazônicas, o crescimento demográfico que expandia em principais vilas e núcleos urbanos mostrava após a Lei Euzébio de Queiróz (1850), um declínio no tráfico humano (escravos cativos africanos) para a região e uma vertiginosa substituição pela mão de obra vinda do Nordeste, isto já perceptível nos anos 1870 (Neto, 2022).

TRANSFORMAÇÕES E MARCOS RADICAIS

Com um golpe jurídico-midiático, planejado e arquitetado com grupos que se mobilizaram em torno da União Democrática Ruralista contra Dilma, conseguiram aparelhar as instituições e destruir direitos sociais, incluindo na esfera do campesinato (Castilho, 2018).

O ultraneoliberalismo do governo Bolsonaro implementou mudanças extremistas, sobretudo no âmbito das garantias legais, como é o caso da Emenda constitucional 95, que já foi discutido, mas que ainda assim, afetou as formas de reprodução social da vida na RERC, sabe-se que essa proposta atingiu em cheio o financiamento de políticas sociais generalizadoras, institucionalizando as desigualdades e as malezas nas cidades e na Amazônia, isso se somando a fatores de neofascismo numa crise do capitalismo em plena pandemia de Sars-Cov-2 (Fontes, 2020).

Até aqui, é importante recordar que o fundamento central da expansão radical capitalista sobre os trabalhadores visa a transformação do homem do campo para "trabalhador livre", nesse caso livre de tudo, inclusive da propriedade e da terra, porém não-livre em relação à sua força de trabalho (Martins, 1981). Se sabe que as relações de trabalho não na RERC, não podem ocorrer da mesma forma como no caso das cidades, pois não se adquire direito de propriedade da terra dentro do território da reserva, uma vez que este é gerido pelo próprio Estado.

Tem-se investigado na RERC que comunidades inteiras tiveram suas dinâmicas de subsistência alteradas ao interesse da agenda do grande capital, como vem ocorrendo com a manutenção de cultivos para a exportação de frutos ao mercado internacional a um custo baixíssimo para o produtor local. O palmito do açaizeiro, a castanha do Pará e o açaí são produtos abundantes nesta região (Cardoso *et al*., 2013).

Na Resex também são produzidas, através do campesinato florestal, variedades frutíferas como a banana e o abacaxi (43%), porém o que chama atenção são as plantações e manejo de 83 açaizais, correspondendo a 31% do que se produz na reserva (Benjamim, 2004). Desse modo, os frutos da floresta são considerados "exóticos". Todavia, para o capital internacional, tornam-se meras mercadorias, com o apelo de que são produtos naturais e que por carregarem em sua origem a Amazônia, não estariam fora de uma larga produção agroindustrial financiada pelo capital, mas essas, por sua vez, surgem dentro de sistemas de convenções de uso, independentemente da sua natureza quanto objeto (Marx, 2015).

A realidade da RERC é a exploração do campesinato florestal, exclusão e expropriação da vida e dos alimentos tradicionais das famílias e comunidades à ingredientes inéditos nunca antes utilizados por nenhuma empresa. Essa relação estabelecida entre capital e Estado garantiu a transformação de empresas como a Natura Cosméticos para uma das maiores Multinacionais no mundo, possuindo sede em vários países e com acesso a 20% dos seus ingredientes totalmente orgânicos e oriundos da Amazônia (Cortezzi, 2019).

Com a ascensão do ultraneoliberalismo e do neofascismo ocorre a imposição às comunidades da cultura radical da sociedade de consumo, onde as comunidades passam a depender mais de produtos industrializados e cada vez menos, valorizam suas produções e culturas, uma vez as produções locais passam a atender demandas de exportações internacionais ou de centros urbanos.

O controle do estado demanda grande importância, pois é a estrutura burguesa que solidifica os alicerces do sistema, provocando uma libertação do poder dos capitalistas e, por outro lado, expropriando os camponeses, territorializando as estruturas da exploração humana e desterritorializando os movimentos camponeses (Fernandes, 2019).

É nesse panorama que se encontram as comunidades e os camponeses da RERC, uma vez que a história tem demonstrado que as formas sociais de reprodução daqueles que estão ligados à terra e precisam dela, se encontram resistindo sob condições

degradantes, à violência e ao descaso das políticas públicas, cuja negligência, só aumentou no governo Bolsonaro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atual realidade da Reserva Extrativista do Rio Cajari pressupõe transformações mais recentes nas formas inovadoras ultraneoliberais que ainda não estão claras, precisam urgentemente serem investigadas. A utilização do neofascismo como ferramenta burocrática de gestão de governo na era Bolsonaro, deixou evidente que os movimentos sociais no Amapá, estão ocultos e fora da atenção midiática e do debate para políticas públicas, existem forças de opressão e controle que margeiam os componentes comunitários intra reserva, a RESEX encontra-se no centro das novas intervenções do capital internacional para a Amazônia num estado fronteiriço, uma revisão muito mais aprofundada dos fenômenos precisa ser realizada constantemente.

Esta abordagem trouxe o caráter de uma revisão para a consciência da urgência do monitoramento da composição social, política, territorial e de atuação mais radical do capitalismo, a gestão neofascista de Bolsonaro impôs às comunidades da RERC o abandono, o esquecimento, estas por sua vez têm resistido à duras penas, frente às novas operações ultraneoliberais, como mudanças radicais na legislação a exemplo da emenda constitucional Emenda Constitucional (EC) nº 95. O discurso sobre a expansão do agronegócio em unidades de conservação através de projetos de lei para o manejo de gado extensivo, a construção e pavimentação de rodovias e o desmatamento são ações do grande capital que precisam ser estudadas e monitoradas.

O cenário das inúmeras tentativas de instalação de um Estado plenamente totalitarista Neofascista, não se completou em sua plena execução, embora os vários ensaios e experiências tenham sido realizados, Bolsonaro e a extrema direita não falharam, porém também não conseguiram concluir sua agenda, ainda assim, as forças extremistas e os movimentos que sua figura representa, estão em pleno curso em suas investidas e fazendo sua própria revolução. Desse modo, numa avaliação mais radical, por “mais pouco” que tenham se consolidado seus planos e visões, a destruição foi calamitosa e criminosa, o grau de aniquilamento da vida social e da natureza foi sem precedentes. Há hoje diversos processos persecutórios, investigações e inquéritos em curso apurando tais atos. Em vista dessas consequências e da atual realidade, os movimentos sociais, grupos familiares e comunitários resistiram ao acaso e ao abandono

pelo poder público, uma vez que a gestão das unidades de conservação é de competência da União, a história desses povos e populações parece permanecer num fluxo de repetições e atrocidades do capital e do próprio Estado sob suas vidas, ignorando os próprios acordos de criação e modificações nas legislações em prol do agronegócio, que tem sido revistos, alterados para o benefício da burguesia ruralista e latifundiária.

REFERÊNCIAS

ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. As políticas do Governo Bolsonaro para o campo: a contra-reforma em marcha acelerada. **Revista da ANPEGE**, v. 16, n. 29, p. 353-392, 2020.

BELLINI, Maria Isabel Baros; DE AGUIAR, Laurem Janine Pereira; GUIMARÃES, Gleny Terezinha Duro. A Intersetorialidade no claro/escuro do desmonte das Políticas Sociais Públicas: possibilidades de enfrentamento da pandemia. **PROCAD AMAZÔNIA: formação e trabalho do assistente social no norte e sul do Brasil**, 2020.

BADARÓ MATTOS, Marcelo. GOVERNO BOLSONARO. NEOFASCISMO E AUTOCRACIA BURGUESA NO BRASIL. **Relações Internacionais**, n. 73, 2022.

BEHRING, Elaine Rossetti; CISLAGHI, Juliana Fiúza; SOUZA, Giselle. Ultraneoliberalismo e bolsonarismo: impactos sobre o orçamento público e a política social. BRAVO, MIS; MATOS, MC; FREIRE, SM Políticas sociais e ultraneoliberalismo. Uberlândia: Navegando, p. 103-121, 2020.

BORGES, M. E. S.; MATOS, M. C. As duas faces da mesma moeda: ultraneoconservadorismo e ultraneoliberalismo no Brasil da atualidade. Políticas sociais e ultraneoliberalismo. Uberlândia:Navegando Publicações, p. 71-87, 2020.

CARDOSO, E.; RODRIGUES-FILHO, S.; COSTA, J.; GUEDES, M., 2013, Atividade de caça em uma comunidade na reserva extrativista do Rio Cajari, Amapá. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ECOLOGIA, 1.; CONGRESSO DE ECOLOGIA DO BRASIL.

CASTILHO, A. L. A serpente fora do ovo: a frente do agronegócio e o supremacismo ruralista. **Revista OKARA: Geografia em debate**, 12, n. 2, p. 699-707, 2018.

CASTILHO, Daniela Ribeiro; LEMOS, Esther Luíza de Souza. Necropolítica e governo Jair Bolsonaro: repercussões na seguridade social brasileira. **Revista Katálysis**, v. 24, p. 269-279, 2021.

CORTEZZI, F. Géographie de la circulation commerciale d'un fruit amazonien: le processus de diffusion mondiale de l'açaí, du Brésil au reste du monde-le cas de Paris (France). 2019. -, Sorbonne Université; Paris IV Sorbonne.

DE ALMEIDA, Mauro W. Barbosa; ALLEGRETTI, Mary Helena; POSTIGO, Augusto. O legado de Chico Mendes: êxitos e entraves das Reservas Extrativistas. Desenvolvimento e meio ambiente, v. 48, 2018.

DA SILVA CASSIN, Márcia Pereira. DEPENDÊNCIA E ULTRANEOLIBERALISMO: AS POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL PÓS-GOLPE DE 2016. **Temporalis**, v. 22, n. 43, p. 17-33, 2022.

FERNANDES, B. M. LAND GRABBING FOR AGRO-EXTRACTIVISM IN THE SECOND NEOLIBERAL PHASE IN BRAZIL/Estrangeirização da terra para o agroextrativismo na segunda fase neoliberal no Brasil/El acaparamiento de tierras para el agro-extractivismo en la segunda fase neoliberal en Brasil. **Revista Nera**, n. 50, p. 208-238, 2019.

FONTES, V. Prefácio na tragédia da pandemia. **BRAVO, Maria Inês Souza; MATTOS, Maurílio Castro de; FREIRE, Silene de Morais. Políticas Sociais e Ultraneoliberalismo. Uberlândia: Navegando Publicações**, p. 11-19, 2020.

FUNI, C.; PAESE, A. Spatial and Temporal Patterns of Deforestation in Rio Cajarí Extrative Reserve, Amapá, Brazil. **PLoS ONE**, 7, n. 12, 2012.

GONÇALVES, R.; MILANEZ, B.; WANDERLEY, L. J. Neoextrativismo Liberal-Conservador: a política mineral e a questão agrária no governo Temer. **Revista OKARA: Geografia em debate**, 12, n. 2, p. 348-395, 2018.

GONÇALVES, R.; MILANEZ, B.; WANDERLEY, L. J. NEOEXTRATIVISMO LIBERAL-CONSERVADOR: A POLÍTICA MINERAL E A QUESTÃO AGRÁRIA NO GOVERNO TEMER. REVISTA OKARA: GEOGRAFIA EM DEBATE, 12, N. 2, P. 348-395, 2018.

JESUS, F. L. M. d.; GUEDES, M. C. Registro de experiência do Projeto Carbono Cajari: caracterização social das comunidades e castanheiros do sul do Amapá e de seus sistemas produtivos. In: Diálogos de saberes: relatos da Embrapa. Brasília, DF: Embrapa, 2016. (Coleção Povos e Comunidades Tradicionais). Brasília-DF, 2016. v. 2, p. 13.

LEHER, Roberto. Educação e neofascismo no governo Bolsonaro. Neo) fascismos e educação: reflexões críticas sobre o avanço conservador no Brasil. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, p. 47-83, 2020.

LÖWY, Michael. Neofascismo: um fenômeno planetário–o caso Bolsonaro. A terra é redonda, v. 24, 2019.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. Pandemias, colapso climático, antiecologismo: Educação Ambiental entre as emergências de um ecocídio apocalíptico. Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA), v. 15, n. 4, p. 1-30, 2020.

MARTINS, J. D. S. Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 1981.

MATTEI, L. A política agrária e os retrocessos do governo Temer. **OKARA: Geografia em debate**, 12, n. 2, p. 293-307, 2018.

MARX, K. **O Capital-Livro 1: Crítica da economia política. Livro 1: O processo de produção do capital**. Boitempo Editorial, 2015. 8575593218.

MATTOS, M. B. Governo Bolsonaro. Neofascismo e autocracia burguesa no Brasil. São Paulo, Usina Editorial, 2020.

NETO, José Maia Bezerra. Histórias urbanas de liberdade: escravos em fuga na cidade de Belém, 1860-1888. Afro-Asia, n. 28, p. 221-250, 2002.

RANGEL, Kátia Souza. Modo de vida e território na Reserva Extrativista do Rio Cajari (Amapá). 2017. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

RAUBER, A. L. **A dinâmica da paisagem no estado do Amapá: análise socioambiental para o eixo de influência das rodovias BR-156 e BR-210**. 2019. 229 f. - Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás, Universidade Federal de Goiás, Goiânia-GO.

COOPERATIVISMO, MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: DISPUTAS NO ESPAÇO AGRÁRIO DE IGARAPÉ-MIRÍ – PARÁ – BRASIL

SANTOS, Euller1

MIRANDA, Izabely 2

RESUMO

Não se compreende a Amazônia sem que se volva os olhares às conflitualidades que regem dinâmica do seu território, silenciosas ou gritantes em seu caráter de violência, o que se sabe é que cada vez mais as disputas pelo espaço ganham maiores proporções, suscitam novos atores, reconfiguram territórios. O objetivo deste estudo é discutir o desenvolvimento territorial rural do município de Igarapé-Mirí, a partir da análise da atuação dos movimentos sociais, associações e cooperativas nos assentamentos de ilhas fronte a um modelo de desenvolvimento exógeno que avança no Nordeste paraense, com mais força nas duas últimas décadas, e que tem na produção em massa do açaí um novo trunfo, desconsiderando a forma de produção e da própria reprodução da vida das comunidades tradicionais. Após dialogar com líderes de movimentos sociais, comunidades e cooperativas, analisar levantamentos de dados como do IBGE, concluímos que a Amazônia miriense tem sido palco de uma guerra silenciosa, na qual as comunidades camponesas/ribeirinhas têm na luta coletiva, movimentos sociais, associações e cooperativas, mecanismos estratégicos de resistência.

Palavras-chave: Camponês, Movimentos socioterritoriais, desenvolvimento territorial

ABSTRACT:

You can't understand the Amazon without looking at the conflicts that govern the dynamics of its territory, whether they are silent or blatant in their violence. What we do know is that the disputes over space are increasingly taking on greater proportions, arousing new actors and reconfiguring territories. The aim of this study is to discuss rural territorial development in the municipality of Igarapé-Mirí, based on an analysis of the actions of social movements, associations and cooperatives in the island settlements in the face of an exogenous development model that has been advancing in the north-east

[1] Mestrando do curso em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP, izabely.miranda@unesp.br

[2] Mestranda do curso em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP, eo.santos@unesp.br

of Pará, with greater force in the last two decades, and which has mass production of açaí as its new trump card, disregarding the way in which traditional communities produce and reproduce their own lives. After talking to leaders of social movements, communities and cooperatives, and analyzing data from the IBGE, we concluded that the Miriense Amazon has been the scene of a silent war, in which peasant/riparian communities have strategic mechanisms of resistance in their collective struggle, social movements, associations and cooperatives.

Keywords: Peasant farmers, socio-territorial movements, territorial development.

INTRODUÇÃO (justificativa implícita e objetivos)

Este trabalho parte do entendimento da imprescindibilidade de discutir a Amazônia a partir das contradições que a caracteriza socioterritorialmente, à vista disso o debate sobre os movimentos socioterritoriais, bem como das demais representações coletivas da respectiva floresta, além de expressar a necessidade de desconstruir arquétipos acerca dos povos campesinos amazônicos, historicamente forjados ao mundo, confronta as narrativas de progresso na região. Ademais, os principais esforços nesse trabalho se atribuem à análise da contribuição dos movimentos sociais e do cooperativismo na dinâmica do desenvolvimento territorial do campo amazônico miriense, para tanto é sumariamente necessário entender quem são os atores, onde e como atuam.

O presente texto está dividido em três tópicos de discussão, sendo o primeiro destinado a identificação dos autores, georreferenciar, e entender de que forma concebem o lugar em que vive. isso possibilitará uma melhor compreensão da dimensão dos conflitos que serão abordados posteriormente, demarcando que, considerar a cultura, os sentimentos das pessoas que vivem no campo da Amazônia são tão importantes quanto considerar a derrubada desenfreada de árvores, o tráfico de animais e outros marcadores da violência à fauna e à flora.

O segundo diz respeito à forma de desenvolvimento hegemônica vigente no município, dando ênfase aos assentamentos de ilhas. O objetivo aqui é analisar como está sendo ocupado o espaço agrário do município e, em grandes medidas, como se configuram os avanços do modo de produção capitalista nesses territórios. Compreender isso nos dará mais clareza da importância do empenho das coletividades locais,

contribuindo assim na desmistificação da Amazônia como paraíso de riquezas naturais, folclóricas e outras.

Ao final, faz-se o contraposto ao penúltimo tópico abordando a importância dos movimentos sociais e das cooperativas, como vêm contribuindo, quais são as suas propostas de desenvolvimento, quais os aliados e os principais desafios nesse processo. Posto isso, faremos nossas considerações referente ao que foi discutido. Esse exercício terá como plano de fundo uma pesquisa realizada no município que trás no escopo os efeitos da mudança do monocultivo de açaí para os sistemas agroflorestais (SAFs) em alguns assentamentos.

Todavia, busca-se através desta pesquisa fermentar as reflexões, sobretudo acadêmicas e dos movimentos sociais campesinos, com as peculiaridades existentes nos conflitos agrários quando se pauta as dinâmicas socioterritoriais das regiões de ilhas da Amazônia mirense, a fim de mitigar o pensamento da indissociabilidade dos grandes projetos desenvolvimentistas voltados para os territórios da maior floresta tropical do mundo. E que, para tanto, intercambiar e fomentar trocas de estratégias de ações é essencial para o que os movimentos sociais chamam de continuidade rural.

METODOLOGIA

Recorte espacial

Igarapé-Mirí é um município do nordeste do estado do Pará, situado a 78 km da capital (Belém), mais precisamente na microrregião de Cametá, e apresenta área territorial de 1.996, 790 km², sendo destes apenas 11,57 km² de área urbana. Com uma população estimada em 64.831 pessoas, segundo os dados do último censo do IBGE (2022), a grande maioria residente do campo, pode-se dizer se trata de um município agrário. A dispor disso, o território municipal é composto pelo núcleo urbano, região de estradas e região de ilhas, a região de ilhas (que é o foco deste estudo) é composta por 16 assentamentos agroextrativistas, assim classificados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Dessa maneira, seu povo está diretamente ligado aos rios [...] (COSTA DA CRUZ, 2021).

É principalmente nas ilhas que tá enfoque da economia, tal afirmativa está relacionada ao fato de que o município é o maior produtor de açaí (euterpe oleracea mart.) do mundo, e é também em decorrência disso que os movimentos sociais e as cooperativas assumiram um papel importante e incontestável no caráter sócio-político-econômico de Igarapé-Mirí. Aqui, no entanto faremos uma análise a partir da comparação de dois assentamentos, um deles com um quadro de coletividade estruturado, no qual o debate sobre o território é constante, e outro mais emergente de ações dessa natureza, respectivamente Assentamento Ilha Mutirão e Assentamento Ilha Sumaúma.

Ademais, esse é o lócus que pesquisa se tece, se atentando para as feições do modo de vida das comunidades, pois acredita-se que essas devem ser o ponto de partida e de chegada, uma vez que são elas na linha de frente dos desencadeamentos das disputas pelo ordenamento territorial e, por conseguinte, pelo que decorre dele.

Levantamento e análise de dados

O atual estudo discorre sobre a importância dos movimentos socioterritoriais na produção do espaço agrário de ilhas de Igarapé-Mirí, apesar de conter dados quantitativos, foi feito sob a abordagem qualitativa por entender-se que há aspectos de cunho social, cultural, de pertencimento das comunidades envolvidas que são de relevância maior. Tão importantes quanto a própria economia. Dessa forma, foram aplicados uma série de procedimentos metodológicos que permitem um panorama menos complexo do fenômeno.

As fontes de informações com as quais se dialoga na pesquisa têm origem em entrevistas com representantes do movimento dos trabalhadores rurais, da cooperativa CAEPIM, da associação Mutirão e de três famílias de agricultores dos assentamentos. Para mais, se utilizou de dados do IBGE, pesquisa bibliográfica, observação in locus e diálogo com pesquisadores do campo de Igarapé-Mirí que tratam de questões inerentes à então pautada. A arguição também se fez considerando letras de música, poemas e registros fotográficos. Logo, foi utilizado, um aparelho de celular para registros fotográficos e fonográficos, diário de campo para registros de informações não pressupostas, mas que surgiram no processo e ajudaram a fundamentar o texto, notebook para a pesquisa de dados representativos da realidade estudada e referências

bibliográficas, bem como na pesquisa de músicas e poemas que também expressam as percepções do camponês ribeirinho de igarapé-Mirí acerca do seu lugar.

A noção de movimentos socioterritoriais destacadas aqui são embasadas no que descreve o professor e pesquisador Jose Sobreiro Filho da Universidade de Brasília (UNB), que segundo ele, (...) são produtores e defensores de espaços e territórios das florestas (SOBREIRO FILHO,2022). Sobreiro faz uma leitura de movimentos socioterritoriais com base nas lutas difundidas por movimentos como o movimento dos trabalhadores sem-terra (MST), o movimento pela soberania popular a mineração (MAM), e outros cuja atuação se faz em escala nacional e internacional. Aqui, no entanto, considera-se o movimento de trabalhadores e trabalhadoras rurais do município de Igarapé-Mirí que também promovem ações como as que o autor chamou de "espaços de convergências e estratégias, ofensivas e defensivas, jurídicas e diversas", contudo, em escala municipal.

Para SOBREIRO (2022):

> Os movimentos socioterritoriais das florestas na Amazônia, outrora representados pela Cabanagem, Guerrilha do Araguaia, gatilheiros dentre outros, tem suas ações especializadas tanto nos espaços onde estão territorializados quanto onde existem redes de solidariedade [...] (SOBREIRO FILHO, 2022, p. 226).

Não obstante, as atividades desenvolvidas pela associação Mutirão nas ilhas de Igarapé-Mirí, exemplificam essa continuidade cabana aplicada no atual arranjo territorial do município, ora essa é composta por indivíduos de diferentes assentamentos que se articulam entre si visando um desenvolvimento que respeite a lógica da vida campesina e assegure seus interesses em comuns. Isso é vitalício ao considerar que a Amazônia em seu todo é concebida mundialmente como espaço produtivo e segue sendo objeto de disputas de potências econômicas.

Sabe-se que na Amazônia a força capitalismo se faz presente de várias maneiras, principalmente nas formas de uso de território. A mineração, a pecuária, as atividades de madeireiras e as grandes monoculturas são os principais exemplos. Como recorrência das formas que essas atividades são desenvolvidas pode-se elencar exemplos como a degradação/poluição do meio ambiente, perda da autonomia e ameaças de culturas de povos tradicionais, além de demais mazelas sociais como a

introdução/aumento da violência, tráfico e prostituição de crianças, exploração de trabalhadores, etc.

O espaço agrário do Nordeste miriense é metamorfoseado pela força da agropecuária, também ao nordeste e a faixa que desce a PA 151, no lado Leste e parte do Sudoeste é marcado pela extração de seixo e areia, além de plantações de cacau e outras frutas em pequenas escalas. O que é relevante discutir é que tanto na agropecuária quanto na extração de seixo e até mesmo em algumas produções de dendê, a indústria tem um poder visível nas transformações das paisagens e no cotidiano das comunidades, porém diferente desses exemplos toda a região de ilhas, que compreende mais de 64% do território municipal é condicionado pelos monocultivos de açaí. [...] a Natureza se transforma, em seu todo, numa forma produtiva. SANTOS (1988, apud G. Prestipino, 1973, 1977, p. 181), para Karl Kautsky, a evolução da indústria já conseguiu modificar o caráter da produção rural. (KAUTSKY, 1980). Há que se concordar que a produção no campo sofreu e sofre constantes transformações em decorrências da indústria e que o camponês foi igualmente transformado, no entanto cabe questionar até que ponto.

O camponês de Kautsky foi separado dos meios de produção, no nosso estudo de caso o camponês ribeirinho não foi, contudo é também explorado. O ribeirinho de Igarapé-Mirí não arrenda terra, não se utiliza e maquinários que degradam, ele produz e controla a produção – apesar de que a demanda nacional e internacional pelo que é produzido (açaí) o faz cada vez mais expandir a área de produção – porém mais tarde perde o controle no comércio.

A produção de açaí nos assentamentos de ilha do município ainda é realizada pela família campesina, e apesar do solavanco da produção para exportação, o povo dessa região segue tendo no fruto uma extensão da sua cultura alimentar e o produz de forma familiar, tal qual descreve Alexander Von Chayanov em "La organización de la unidad económica campesina". Nessa perspectiva, os produtores de açaí não empregam, eles fazem o que autor chamou de "auto explotación de la fuerza de trabajo", uma vez que na unidade econômica campesina [...] la composición y el tamaño de la família determinan íntegramente el monto de fuerza de trabajo [...] (CHAYANOV, 1974).

Sem embargo, a partir principalmente de 2007 quando começou a crescer a demanda pelo açaí, houve um forte investimento nos açaizais por parte dos camponeses incentivados inclusive pelo Estado, o que ocasionou no que muitos pesquisadores

chamam de açaízação, outros de monocultivo, aqui tratamos como um tipo monocultura, diferenciada ao que costumeiramente se considera monocultura somente pelo fato de que se trata de uma cultura endógena e apresenta relações principalmente trabalhistas diferenciadas das demais. Dito isso, a organização da produção campesina da então unidade municipal passa a destoar daquilo que apontou Chayanov anteriormente, pois em grande medida as famílias campesinas passaram a contratar mão-de-obra, e ainda que não seja um contrato formal e sim um "acerto de boca", como dizem os ribeirinhos mirienses, se trata de um novo arranjo socioeconômico. Para PETERSEN (2012):

> Uma das principais lições aprendidas com o estudo da história da agricultura é que a superação de um padrão de organização produtiva por outro nunca ocorreu como resultado automático de novas descobertas tecnológicas. A adoção em larga escala de novos sistemas técnicos na agricultura costuma esbarrar em obstáculos político-institucionais, mesmo quando esses sistemas já tenham comprovado sua capacidade para responder a críticos dilemas enfrentados pelas sociedades em determinados momentos de suas trajetórias históricas. Em outras palavras, são as relações de poder nas sociedades que determinam os padrões tecnológicos dominantes em suas agriculturas PETERSEN (2012 p. 42).

De todo modo, tem-se que a questão agrária de Igarapé-Mirí está diretamente vinculada, não só à lógica de produção, mas, também à comercialização do açaí. É aí que se observa a exploração dos territórios feita por empresas capitalistas, como a Natura, Bony Açaí e outras. De acordo com IBGE, no ano de 2022 o município produziu 420.480 toneladas de açaí numa área de 52.000 Ha, ou seja, 520 km² de um território com 1.996,790 km² contando com a malha urbana e a hidrografia. O valor da referida produção foi de R$ 1.598.584.000,00 dividido pelo número de habitantes do município (64.831) daria R$24.657.71,00 – esses números serão comparados no próximo tópico. O que se evidencia é que através da lógica de produção, proposta pelo capitalismo, a cultura, o simbólico, o sentimento de pertencimento do camponês são afetados, e pelo viés da comercialização do então produto origina também a exploração, entretanto ambos não estão dissociados. Ressalta-se, isso tudo ocorre com o conhecimento e a facilitação do Estado.

Fortemente subordinados pelo capital, os assentamentos de ilhas têm no movimento social, no cooperativismo e nas associações possibilidades de retomada do controle do território ao dispor das redes solidárias que essas coletividades promovem, tais como formações políticas, cursos voltados para a agroecologia, formações para jovens e mulheres, eventos culturais como o festival do açaí orgânico, etc. Além disso, promovem espaços de discussão que adentram o âmbito das leis que fomentam positiva ou negativamente o desenvolvimento rural, um exemplo disso foi o curso de Geografia do Programa Nacional de Fortalecimento da Reforma Agrária que ocorreu na UFPA de Belém, e que contou com pelo menos seis jovens oriundos dessas ilhas.

As percepções do campesino das ilhas de Igarapé-Mirí

As pessoas que vivem na região de ilhas do município de Igarapé-Mirí são, em sua gigantesca maioria, de origem negra e indígena, famílias que carregam na pele marcadores de povos marcados na história do país, e que tem no rio um forte condicionante da sua territorialidade e existência. A pesca e a agricultura são as principais atividades econômicas dessa população, apesar de que a pesca foi fragilizada após a implantação da usina hidrelétrica de Tucuruí e ao longo das duas últimas décadas tem sido preterida em relação à agricultura devido à crescente da procura pelo açaí.

Para os ribeirinhos as ilhas são antes de tudo o espaço de vivência deles, é aí que constituíram suas famílias, que construíram amizades antigas ao modo que fizeram seus pais e seus avós, trata-se do lugar de suas mais importantes lembranças, o rio, a praia, o campinho de futebol, a casa de festas, o centro comunitário. A escritora de poema Lene Valente, ribeirinha de uma das ilhas do município, descreve sua percepção sobre o meio que vive, na obra titulada "Modo de vida ribeirinha" de 2020, em um dos versos do poema a mesma diz que:

[...]
Rios e igarapés são fontes
De alimentos e subsistência
Por onde traçamos caminhos
De lutas e resistência
Mergulhados nos saberes
Da nossa experiência
[...]

(Lene Valente, 2020)

Vale dizer que a população é hegemonicamente cristã (protestante ou católica), à luz disso, no final dos anos 90 o catolicismo exerceu uma forte influência nessa região com o movimento das comunidades eclesiais de base (CEBs) que na época, iluminada pela teologia da libertação, fortaleceu os movimentos sociais do município e mais tarde contribuiu para criação de associações. Ainda hoje nota-se esse estímulo do catolicismo nos espaços coletivos construídos por esses indivíduos.

Para a ribeirinha da Ilha Sumaúma " até 2007 se fazia muitas roças de mandioca nesse lugar, lá a gente conversava sobre tudo, contava piadas, tomávamos do mesmo mingau...era cansativo, mas era harmonioso, como se fosse uma família. O filho de uma era vigiado por todos". (Ribeirinha da Ilha Sumaúma). O que a campesina relata são memórias dos dias de mutirão nas roças de mandioca, evento no qual os vizinhos e amigos de uma família passavam uma manhã os ajudando na colheita ou no plantio de forma voluntária, pois sabiam que em um outro momento eles também desenvolveriam essas atividades nas suas roças e teriam apoio do mesmo modo, ou seja, o trabalho se dava por cooperação, ou, na mais grosseira das classificações, pelo viés da troca de favores.

O açaí para esses indivíduos era somente um dos alimentos que compunham as suas refeições, o principal pode se dizer, acompanhando o peixe ou camarão, a galinha ou pato que se criava na beira do "girau", ou mesmo os animais que naquele período eram caçados na ilha, como tatu, veado, cotia e outros. Era comum crianças, a partir de 9 anos colher o fruto do açaizeiro para contribuir com a família, normalmente isso ocorria porque o pai trabalhava na maioria das vezes longe de casa e passava o dia fora, e como historicamente essa atividade é executada pelos homens os filhos a assumem.

A euterpe oleracea é uma espécie natural das áreas de várzea, de terrenos argilosos do holoceno amazônico, logo, supõe-se que os açaizeiros até os primeiros dos anos 2000 eram majoritariamente nativos e segundo a ribeirinha da Ilha Sumaúma, coexistiam com outras espécies de frutas plantadas pelos campesinos, como o cupuaçu, cacau, cana, melancia, jerimum, ingá, maracujá, laranja, tangerina, banana, mamão, etc. Tal arranjo exemplifica o que hoje se conhece como sistemas agroflorestais (SAF), dos

quais falaremos adiante. Ademais, o açaí era usado como troca entre os moradores, "se eu tivesse farinha e não tivesse açaí, eu enchia uma vasilha de farinha e ia trocar com um vizinho que tivesse açaí e precisasse de farinha" (ribeirinha da ilha Sumaúma), além disso o fruto era timidamente comercializado dentro do município para abastecer a cidade.

O que mais pode significar o açaí para os campesinos das ilhas mirienses? Dificilmente uma pesquisa acadêmica responderá essa questão, no entanto podemos elencar pelo menos dois, a cultura e a arte. Na ilha mutirão é celebrado anualmente o "festival do açaí orgânico" o maior festival do açaí do município, promovido pela associação Mutirão, neste os sócios que são de várias outras ilhas confraternizam entre famílias na sede da própria associação enquanto apreciam apresentações de danças típicas paraense, como a dança do carimbó e do siriá, protagonizadas por jovens e crianças que carregam em seus corpos trajes com sementes e elementos simbólicos do açaí. Na perspectiva da arte musical, o cantor e compositor de carimbó Aurino Quirino Gonçalves, popularmente conhecido como Pinduca, também oriundo da região de ilhas de Igarapé-Mirí, escreveu canções que ecoam no mundo com a temática do açaí e da vida nos rios do município.

Os efeitos do desenvolvimento hegemônico.

No tocante às atividades das empresas que atuam no ramo da produção dos frutos de açaí, pouco se percebe suas influências nos territórios, pelo menos não é perceptível no cotidiano das comunidades, não compõe os assuntos dos diálogos nos espaços de socialização, inclusive os açaizais, isso deve-se aos fatores já discutidos no início deste trabalho, são os campesinos produtores que detém os meios de produção, as empresas não estão instaladas nessas ilhas, como estão as que atuam na monocultura do dendê ou da soja no espaço agrário de muitos municípios da mesorregião (Nordeste) por exemplo, nesse caso o campesino assume toda a responsabilidade pelo sucesso ou não do seu trabalho, um trabalho alienado. isso se deve igualmente porque se trata de um fruto que historicamente está enraizado na cultura desses povos, o que talvez os torna mais vulneráveis.

As empresas querem o aumento da produção, bem como o Estado, não se pode perder de vista que o que está em pauta é a maior "fonte econômica de um município", e os esforços aqui não é no sentido de negar a importância do fruto para a renda das

famílias produtoras, mas sim em instigar o pensamento crítico à forma na qual essa renda é construída e a quem detém a maior parte dela.

A Bony Açaí é hoje a maior empresa de processamento e transporte da fruta para o mundo, embora haja pelo menos onze outras empresas atuando na na cadeia produtiva como a açaí do tapajós, a maioria delas apenas transportam a procuração da sede municipal de Igarapé-Miri para o polo industrial de Barcarena onde é beneficiada e posteriormente distribuída para o mercado nacional e internacional. Ambas empresas citadas neste parágrafo têm sede no próprio município. No principal espaço de propagação da Bony açaí, a internet, ela é apresentada como quem faz a colheita do açaí da "selva" e transporta para as indústrias, invisibilizando a participação dos campesinos nesse processo e principalmente ocultando a desumanidade que há na raiz da cadeia.

Na maioria das ilhas do município há casos de adolescentes trabalhando na colheita para grandes proprietários de açaizais, na safra, muitos deles passam dias nos lotes trabalharmos na colheita para receber R$15,00 por cada paineiro (28kg) com açaí, em vários desses casos, os adolescentes deixam de ir para escola na tentativa de aumentar o "lucro". Cada paneiro colhido é vendido por uma média de R$75,00 e cada "peconheiro"colhe entre 7 a 10 paneiros por dia (10x15=150). Para obter "sucesso" nesse cenário o trabalhador da colheita não pode fazer do espaço de trabalho um espaço de socialização, tão pouco levar a família com crianças porque compreende que o tempo agora é seu "inimigo", ele não trabalha mais no seu tempo e sim no tempo do capital, então se o marreteiro (quem leva o açaí para a cidade) chega na casa do proprietário às 12 horas, ele precisa colher o máximo possível, ou seja "o sucesso ou fracasso depende tão somente somente dele".

Assim sendo o quadro de explorados é preenchido principalmente pelos camponeses, são eles: o atravessador primário (aquele que é da comunidade mas tem contatos na cidade) contrata um outro indivíduo da comunidade para comprar os frutos do produtor, que por sua vez contrata peconheiros para fazer a colheita e roceiros para fazer o manejo.

Esquema 1. Distribuição dos valores por diária em um açaizal:

Produtor

R$75,00 (-15) x 10 = R$600,00

Diária média

Peconheiro

R$15,00 x 10 = R$150,00

Diária média (por peconheiro)

Roceiro/manejador

125,00

Diária

É importante destacar que dos sujeitos apresentados no esquema a cima o roceiro, trabalha no máximo duas vezes no ano em um mesmo lote. No mais, os indivíduos responsáveis pelo transporte que atuam como um primeiro atravessador, optaram por não informar os valores em reais que obtém na diária.

No dia 06 de agosto de 2023, o Brasil de Fato emitiu uma notícia titulada "Com flagrantes de trabalho infantil, cadeia produtiva do açaí fica na mira da fiscalização até o final da colheita ". Ora, a notícia não está relacionada à colheita para subsidiar as refeições das famílias como foi destacado aqui anteriormente, segundo o Jornal Brasil de fato, órgãos como a EMBRAPA alegam que o trabalho oferece riscos para a integridade física das crianças podendo ocorrer acidentes. Entretanto, os órgãos citados (Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o Ministério Público do Trabalho (MPT), Polícia Rodoviária Federal (PRF) e Polícia Civil) não falam em irresponsabilidades das empresas ou do Estado.

para além disso, as jornada de trabalho na cadeia produtiva do açaí, independente da faixa etária, é desumanizador, pois o camponês que trabalha em contato direto com os açaizais não tem garantia mínima de direitos, assistencialismo ou coisas dessa natureza, e as empresas, que mais se beneficiam com a produção não assumem nenhuma compromisso com esses seres-humanos, tão pouco com o meio ambiente que vem sofrendo como impactos a perda da biodiversidade, um exemplo é redução drástica do camarão nos rios da região, o aumento da temperatura, e outros derivados da derrubada de espécies vegetais para o cultivo do açaí.

Movimentos sociais e cooperativismo.

A exemplo das grandes regiões campesinas do país, os territórios das ilhas de igarapé-miri são disputados também pelas organizações coletivas que aí existem.

Movimento, associações, cooperativas, ONGs, e até mesmo indivíduos à parte desses como acadêmicos de instituições como a Universidade Federal do Pará, observam e discutem o desenvolvimento nessa região, são conhecedores da violência social com a qual a cadeia produtiva do açaí funciona. Aqui destacamos o Movimento dos trabalhadores e trabalhadoras rurais de igarapé-Mirí (MSTTRIM), a associação Mutirão e a cooperativa agrícola dos empreendedores populares de igarapé-Mirí (CAEPIM). Essas três expressões da política agrária do município são as principais razões da resistência dos assentamentos estudados.

Para as lideranças das respectivas organizações a população do campo de igarapé-mirí não discutem o ordenamento territorial porque o ciclo produtivo que antecedeu o do açaí era dos engenhos de cana-de-açúcar que, segundo eles tinha nas relações trabalhistas "algo muito próximo da escravidao", e que entre a queda dos engenhos e a investida no açaí foi um período marcado pela fragilidade extrema da economia do município, no qual as famílias, em especial as do campo "se viam na beira da miséria" (Liderança camponesa do MSTTR), no entanto a produção do açaí ganhou cada vez mercado e refletiu na qualidade de vida das famílias, uma vez que aumentou seu poder de compra. É importante dizer que o MSTTRIM se esforçou para que os bancos liberassem uma linha de créditos para o investimento no fruto. Ainda assim, as lideranças reconhecem que no atual modelo produtivo está longe de ser ideal, ao contrário, segundo os mesmos cada vez mais a cadeia produtiva destoa do que os próprios almejam para o campo miriense.

cientes das problemáticas, as coletividades se organizam em redes na perspectiva de reestruturar o que já foi o campo no aspecto cultural e social, sem perder de vista que a economia necessita de muitos ajustes, eles querem justiça e na comercialização e sugerem cuidados com meio ambiente, propondo o SAF como solução. para isso, tais grupos se empenham na formação política e educacional, sempre aliadas à cultura e às crenças das comunidades.

A associação mutirão é um grande exemplo de espaço alternativo para o fortalecimento das lutas coletivas, pois esta é formada por produtores de todas as ilhas do município e propõe um modelo de produção vinculada ao respeito à terra e ao ser-humano, ultimamente empenhada em reduzir a diferença no mercado. Porém, é na sede

da Mutirão e do STTR que mais se discute estratégias de desenvolvimento rural contra hegemônico, fazendo assim com que os assentamentos se organizem melhor.

Na ilha Mutirão, onde está situada a sede da associação Mutirão, os debates sobre o território foram mais intensos de 2005 a 2022 que nas demais ilhas. Ao contrário da ilha Sumaúma, que ficou mais afastadas das discussões, foi na Mutirão e assentamentos próximos a ela que os SAFs tiveram maior avanço e a cooperação, sobretudo por vias como as apresentadas pela relação com a CAEPIM e outras cooperativas. o que se quer repassar aqui é que os maiores avanços em termos resistência se dá onde há o maior fluxos de informações e formações.

Ademais, os movimentos estão cada vez mais disputando as universidades, os espaços políticos como as prefeituras e outros e retomaram força a nível de município depois das eleições presidenciais de 2022. Segundo o líder da Ilha Sumaúma, " os movimentos do campo miriense hoje apostam no tripé comunidade-movimento social-universidade", não à toa eles estreitam laços com universidades e o IFPA e prezam por seus filhos ocuparem tais espaços.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As investidas nos açaizais tem tido como principal impacto a ruptura das comunidades com os seus simbolismos, ao ponto de instaurar uma cultura voltada para o consumo e no entanto para a produção, assim o lugar em grande medida deixa de ser o espaço das memórias, das relações harmoniosas como o compadrio, das expressões culturais populares, o meio da reprodução da vida. E isso tem reflexo na incapacidade de se identificar coletivamente dentro das questões socioeconômicas que se apresentam de cima para baixo.

Apesar das produções que estão sendo feitas na área acadêmica acerca desse tema em no município em questão, é importante que os autores sejam mais incisivos na identificação dos embargos ao desenvolvimento dos e para os territórios, porque a comercialização do açaí é de uma importância incontestável para os camponeses desse município, entretanto estes não saem da condição de explorados e herdeiros das mazelas deixadas pelo modelo de produção atual. Acreditamos que as produções acadêmicas são ferramentas imprescindíveis para a propagação das injustiças, mas também do fato de

que há sujeitos com propostas diferentes, com olhares diferentes para o espaço do campo amazônico e que por viverem aí precisam ser escutados e respeitados.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão. São Paulo:

Edusp, 3º. Ed, 2012, 296 p.

Dicionário da Educação do Campo. / Organizado por Roseli Salete Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

SANTOS, Milton. METAMORFOSES DO ESPAÇO HABITADO, fundamentos Teórico e metodológico da geografia. Hucitec. São Paulo 1988.

CHAYANOV, Alexander V. La organización de la unidad económica campesina. Buenos

Aires: Nueva Visión, 1974, 342 p.

GEOGRAFIAS FORA DO EIXO: por outras geografias feitas com práxis territoriais. Organizado por: Claudio Eduardo de Castro; José Sobreiro Filho; Marcos Aurélio Saquet; Janaína Francisca de Souza Campos Vinha. 1ª Edição. Editora Liberdade - Londrina/PR; Editora UEMA - São Luís/MA

KAUTSKY. A questão agrária. São Paulo: Nova cultural, 1986.

Tecnologia social e reforma agrária popular - vol. 1 / organizado por Davis Gruber Sansolo, Felipe Addor, Farid Eid. - São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2021.

VALENTE, Lene. modo de vida ribeirinha. Igarapé-Mirí: 2020. Disponível em: https://blogdalenefariasvalente.blogspot.com/p/poesias.html?m=0

SER CAMPONÊS, SER QUILOMBOLA: UMA ANÁLISE CRÍTICA SOBRE A REPRODUÇÃO CAMPONESA NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DA LAGOA DO JOÃO DO MUNICÍPIO DE POÇÕES-BA.

Gerusa Martins da Silva[1]
Jéssica Martins da Silva[2]
Alan Conceição Costa[3]

RESUMO

A proposta deste artigo é discutir as questões teóricas metodológicas que conformam a caracterização do binômio quilombolas e camponeses a partir das análises no território quilombola da Lagoa do João no município de Poções-BA. Diante da importância social de compreender o processo histórico que permeia os territórios quilombolas, mas sobretudo, os elementos de resistência dos quilombos através da perpetuação identitária, do modo de vida camponês que está inserido nos quilombos atrelado a luta política no campo. O objetivo do presente artigo é analisar a relação entre o camponês e o quilombola, a partir da discussão do conceito de campesinato e da relação com as particularidades do Território Quilombola da Lagoa do João.

Palavras-chave: Campesinato; Quilombola; Questões conceituais.

ABSTRACT

The purpose of this article is to discuss the theoretical and methodological issues that shape the characterization of the binomial quilombolas and peasants from the analyses in the quilombola territory of Lagoa do João in the municipality of Poções-BA. In view of the social importance of understanding the historical process that permeates the quilombola territories, but above all, the elements of resistance of the quilombos through the perpetuation of identity, of the peasant way of life that is inserted in the quilombos linked to the political struggle in the countryside.The objective of this article is to analyze the relationship between the peasant and the quilombola, based on the discussion of the concept of peasantry and the relationship with the particularities of the Quilombola Territory of Lagoa do João.

Keywords: Peasantry; Quilombola; Conceptual issues.

[1] Mestranda do Curso de Geografia do PPGGeo, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro-UFRRJ, gerusamarttyns@gmail.com
[2] Mestranda do Curso de Geografia do PosGeo, da Universidade Federal da Bahia- UFBA, jessicamartinsgeografia@gmail.com
[3] Mestrando do Curso de Geografia do PPGeo, da Universidade Estadual do Sudoeste Baiano - UESB, lan12neel@outlook.com

INTRODUÇÃO

O binômio "Ser camponês, Ser quilombola", envolve diversas discussões acerca das questões teóricas e metodológicas sobre o campesinato. Há diversas vertentes que afirmam ou negam a existência camponesa. Para alguns teóricos, o campesinato é visto somente como um modo de vida. Para outros autores, o campesinato não está associado somente ao modo de vida, mas como um fator político, enquanto outras vertentes consideram o campesinato um conceito ultrapassado que cedeu espaço para o agricultor familiar, que se desenvolve dentro da lógica capitalista. Para outras concepções teóricas, o campesinato está fadado ao fim, resultado da expansão do capital no campo.

O campo é composto por diversos grupos sociais que possuem as suas particularidades, costumes, identidades, como os povos indígenas, os geraizeiros, os povos quilombolas, dentre outros, que possuem elementos próprios de cada grupo. No entanto, todos esses sujeitos que compõem cada grupo citado acima, possuem valores e costumes em comum, como o trabalho, a família e a terra, com a finalidade de sobrevivência e reprodução da vida. Segundo Thompson (2002), ao tirarem as terras dos camponeses, acaba-se gerando um processo de estranhamento com a própria terra. Dessa maneira, os camponeses são forçados a criarem um novo modo de vida e novos costumes. O processo de luta desses grupos sociais consiste na luta contra o latifúndio, na luta pela terra e defesa do território.

A formação da classe camponesa envolve questões históricas que perpassam os diferentes grupos sociais, dentre os quais elencamos os povos quilombolas, especificamente o território quilombola da Lagoa do João para ser analisado neste trabalho.

A presente pesquisa tem por finalidade discutir as questões conceituais que permitem compreender essa relação camponesa nos territórios quilombolas, a partir das discussões teóricas sobre o campesinato, as questões históricas sobre os povos quilombolas, e por fim, da reprodução camponesa no território Quilombola da Lagoa do João.

METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada por meio de levantamento teórico, a partir de discussões sobre a definição do campesinato na visão de diversos autores. Além de leituras sobre os povos quilombolas, compreendendo as suas totalidades dentro das discussões raciais, mas também enquanto classes que lutam contra os fatores antagônicos.

Além de visitas ao território quilombola da Lagoa do João, foi realizada entrevistas com moradores e representante de associação e membros dos movimentos sociais, no intuito de entender o modo de vida da comunidade, as atividades desempenhadas no cotidiano, como

também, a organização política, as lutas e mobilizações em prol dos direitos existentes enquanto classe quilombola, como também no processo de luta pela legalização das terras pertencentes ao território quilombola.

BREVE DISCUSSÃO SOBRE A DEFINIÇÃO DE CAMPONÊS E QUILOMBOLA

O campesinato como modo de vida está associado às formas de vida, o trabalho na terra, a identidade camponesa. Segundo Shanin (2008), quando há uma luta coletiva dos camponeses, o campesinato pode ser considerado uma classe social minorizada que luta contra as classes que detêm o poder no campo. Há muitas divergências teóricas e conceituais relacionadas ao campesinato, como veremos adiante.

Marques (2008), ao tratar do conceito de campesinato, pontua que para compreender o campesinato, é necessário ir no cerne da questão, na natureza camponesa, a forma como vivem, se organizam, reproduzem e lutam por seus ideais.

Na visão de Felício (2011), o campo pode ser entendido a partir de paradigmas. O paradigma da questão agrária, pauta suas análises nas interferências do capital, que resulta na expropriação camponesa, subordinação e subalternização das relações. Felício (2011) defende que, para os autores como Kautsky, Lênin, o campesinato está fadado ao fim, resultado da inserção do capital no campo que tem repercutido na expropriação camponesa e na transformação do camponês em operário. Entretanto, para autores como Shanin, Oliveira, Martins, dentre outros, o campesinato possui mecanismos de se recriar, de resistência por meio de novas formas de sobrevivência mesmo com a subordinação do capital (FELÍCIO, 2011).

Felício (2011) pontua que nesse paradigma, o campesinato é algo do passado que cedeu lugar para o agricultor familiar. Para os autores como Abramovay, Mendras, dentre outros, a inserção do capital na agricultura visa o desenvolvimento econômico a partir do uso de tecnologias, ou seja, a produção camponesa estaria ligada à produção de mercado. É visto que, as discussões de desenvolvimento rural fazem alusão ao paradigma do capitalismo agrário, que tem a finalidade de expandir o capital no campo.

Os valores camponeses estão atrelados a terra, a família e o trabalho. Para compreender-se tais valores é relevante analisar a subjetividade do camponês, que em sua objetividade está ligada ao termo “pequeno produtor” ou mesmo produtor direto, aqueles sujeitos que se reproduzem por meio do trabalho familiar praticado na terra; mas esse universo é também marcado por subjetividades importantes para se compreender o ser

camponês. Woortmann (1990), diz que a partir dessa metodologia de análise, “o conceito de valor-de-uso ganha outro valor: o de uso enquanto valor”.

Sendo assim, a terra passa a ser um local para a construção da família, e não vista simplesmente como uma mercadoria, ou muito menos como um fator que possibilita a produção econômica. A terra pode ser vista como a natureza a qual propicia a expressão do trabalho, no sentido de algo moral, com valores éticos. Dessa maneira, o trabalho é compreendido enquanto um valor ético e não é compreendido na sua categoria valor-trabalho, que fundamenta as relações de assalariamento e exploração do trabalho. Na perspectiva dos economistas, a família serve para a produção de bens materiais, no entanto para Woortmann (1990) o que importa é a produção cultural da família enquanto valor. Nesse sentido, pode-se analisar o camponês como um ser que vai além da questão de pequeno produtor, já que nem todo produtor carrega a campesinidade .

As questões conceituais quilombolas, envolvem elementos históricos, étnicos e identitários. De acordo Fiabani (2008), os quilombos são formas de rememorar o passado escravocrata, mas sobretudo significa resistência política. Os povos quilombolas possuem elementos relacionado aos aspectos históricos, identitários que remetem a escravidão, mas sobretudo, representam a resistência diante de fatores antâgonicos, de silenciamento e apagamento dos quilombos. A reprodução da vida nos territórios quilombolas está relacionada à perpetuação da identidade por meio das práticas tradicionais, mas também, por meio da luta coletiva. Os quilombos são resultados de um processo histórico permeado pela violência e opressão (MOURA, 2020). São grupos que se apropriaram do espaço agrário condicionado à sobrevivência, e se territorializam a partir dos elementos identitários. Além disso, possuem autonomia para escolher o que produzir. Além de desenvolverem relações de reciprocidade e ajuda mútua entre as famílias e moradores, além da liberdade de viver no campo.

Moura (2020) destaca o protagonismo negro no período da escravidão, pois o negro se rebelava contra o sistema, através de guerrilhas, fugas, dentre outos aspectos que representava a resistência negra.

No período escravocrata, o termo quilombo estava associada a uma comunidade de negros que fugiam das senzalas (MOURA, 2020). Entretanto, atualmente, o termo quilombo remete a trajetória histórica escravocrata vivenciada pelos negros. Muitos quilombos foram constituídos a partir de grupos de ex-escravos libertos, mas despossuídos de terras para a sobrevivência, mas que possuem aspectos históricos, culturais e identitários que possibilita se auto reconhecerem como quilombolas (FIABANI, 2008).

Há territórios quilombolas que estão situados em espaços agrários, mantendo o campesinato como forma de reprodução da vida, como ocorre no território quilombola da Lagoa do João localizado no município de Poções-BA. O trabalho familiar na terra é uma das particularidades do território, além de haver uma luta coletiva, através de movimentos sociais, e da associação de moradores rurais.

RESISTÊNCIA DOS QUILOMBOS E REPRODUÇÃO DA VIDA CAMPONESA NO TERRITÓRIO QUILOMBOLA LAGOA DO JOÃO

O campesinato como modo de vida, se estabeleceu desde os primeiros povos que habitavam a terra. Por meio da relação homem/ natureza, o homem se apropria do espaço e constituem as relações sociais. O trabalho na terra, permeado pela relação familiar, se tornou a base de sobrevivência dos primeiros povos. Com o desenvolvimento das relações mercantis, as formas de sobrevivência vão se modificando, à medida que a força de trabalho se configura como mercadoria (LESSA; TONET, 2011).

A terra para os povos quilombolas, representa a sobrevivência por meio do trabalho familiar. Além disso, a luta pela legalização das terras quilombolas está relacionada à resistência identitária quilombola, como também à resistência camponesa frente às questões de subordinação/subalternização do capital, como defende Fabrini (2007):

> A natureza dos vínculos que os camponeses estabelecem com a terra aparece como resistência. A terra não é vista necessariamente como uma mercadoria para acumular capital. Neste sentido, o cultivo de uma determinada planta não é apenas um produto agrícola comercial, mas também parte do mundo camponês vinculado diretamente à natureza.(FABRINI, 2007, p. 26).

Nas concepções de alguns autores como Marques (2008), Shanin (2008), Chayanov (1975), alguns elementos caracterizam o campesinato como: o trabalho familiar na terra, a autonomia na produção, a liberdade no modo de vida no campo, a produção para autoconsumo.

Shanin (2008), ao discutir sobre as particularidades do campesinato, pontua que o camponês não se transformou em proletariado frente a inserção do capital no campo. O campesinato se recria a partir da luta política pela permanência no território e contra o capital. Para Shanin (2008), o camponês pode ser considerado uma classe social quando há uma luta política, que não defende apenas interesses individuais, mas a partir de uma articulação coletiva, lutam contra as investidas do capital.

Outro ponto a ser discutido é sobre o espaço social do campesinato e as relações que se constituem a partir da apropriação do espaço agrário e da territorialização dos grupos

sociais. Diversos conflitos agrários eclodiram no campo, resultado dos interesses da classe dominante. Nessa direção, os grupos sociais como quilombolas, indígenas, grupos pesqueiros, quebradeiras de coco babaçu, fecho e fundo de pasto, dentre outros, se apropriaram do espaço agrário como formas de reprodução da vida, através da territorialização, das formas de sobrevivência, reprodução da identidade, entre outros aspectos. Além disso, esses grupos lutam por direitos, por defesa do território, contra a classe latifundiária que detém o poder no campo e defendem a extração da renda da terra sob os interesses do capital.

Dentre esses grupos sociais que se territorializam no espaço agrário, discutimos sobre o território quilombola da Lagoa do João, situado no município de Poções-BA. Os quilombos, no período escravocrata, se constituíram como lugar de refúgio para os escravos (MOURA, 2020). Nas visões contemporâneas de alguns autores como Leite (2000), Fiabani (2008), o quilombo representa unidade de resistência na luta pela perpetuação da identidade, por sobrevivência e defesa do território.

A formação e reprodução do espaço agrário provém dos processos de exploração do campo. De acordo Jesus, Ivo (2011), o município de Poções-BA foi povoado no século XVIII. A apropriação do Sertão da Ressaca se dá a partir da necessidade dos portugueses de encontrarem ouro e metais preciosos. A incursão se dá primeiro em Rio de Contas e no norte de Minas Gerais, locais que a busca por tais recursos naturais foram alcançados com êxito. Posteriormente, João Gonçalves da Costa, se apropria do território que hoje o município de Poções/BA se localiza. Massacra os povos originários, utiliza os negros que foram escravizados, além do gado para instalar sua família no Arraial dos Poções. mesmo embora, a família Gonçalves da Costa não tenha encontrado os metais preciosos, o Sertão da Ressaca, serviu como o local de passagem de diversos tropeiros, além de abertura de estradas que ligava a interlândia até o litoral.

Segundo Santos (2003), os documentos apontam que os escravos estavam presentes na estrutura econômica de povoamento das terras que viriam a ser o município de Poções-BA. “Com uma área territorial vasta e ainda pouco povoada, Poções pode ter servido como refúgio para escravos fugitivos das vilas situadas próximas às suas fronteiras” (SANTOS, 2003, p. 165).

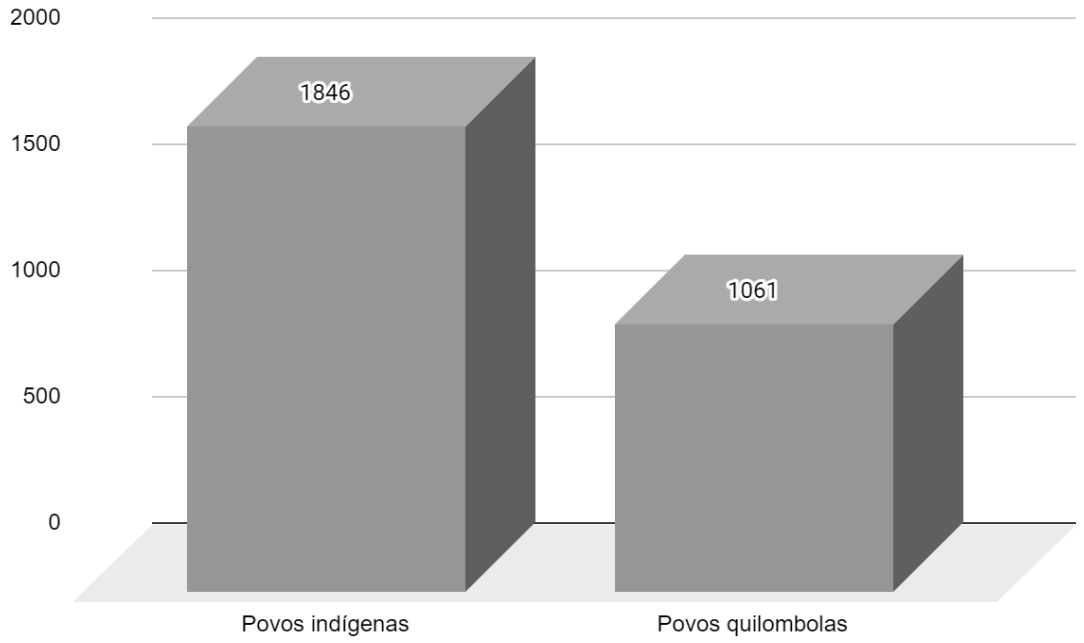
A exemplo, temos a comunidade da Lagoa do João, Pimenteira e Vassouras no município de Poções-BA, a comunidade do Cinzento em Planalto, dentre outras. Nesse contexto, cada grupo campesino possui as suas particularidades e aspectos históricos próprios de cada lugar, de cada grupo, mas que, compreendidos na totalidade, são camponeses que lutam pelo seu espaço social.

O quilombo da Lagoa do João é composto pelas comunidades Lagoa do João, Pimenteira e Vassouras. O território surgiu há mais de 200 anos, atualmente vivem em média 174 famílias, que sobrevivem por meio do trabalho familiar na terra. Possuem um modo de vida permeado pela liberdade, constituem uma identidade quilombola proveniente das tradições culturais afrodescendentes, mas também, cultuam uma identidade camponesa.

Cada grupo campesino possui as suas particularidades, mas todos são camponeses, e essa definição vai além do fato de morarem no campo, estão associados à luta política que se torna mais forte quando possuem uma luta coletiva e consciência política. Nesse sentido, essas reflexões nos remete aos questionamentos necessários para compreender o campo: quem são os camponeses que reproduzem o espaço agrário? E qual a trajetória histórica desses sujeitos?

O município de Poções-BA, possui 48.293 habitantes, segundo dados do Censo 2022 (IBGE). 1846 pessoas se consideram povos indígenas residindo fora dos seus territórios. Enquanto que, 1061 pessoas se declararam povos quilombolas que residem fora dos seus territórios, como mostra a figura 1 a seguir. Entretanto, o IBGE não identificou nenhum quilombo no município de Poções. Em contrapartida, o quilombo da Lagoa do João, reconhecido pela Fundação Palmares como quilombo, está situado no município de Poções-BA.

Figura 1: Povos Quilombolas e Povos Indígenas residentes fora do território no município de Poções-BA



Fonte: IBGE/Censo 2022. Organizado pelos autores.

Os camponeses quilombolas da Lagoa do João se organizam através da associação de moradores camponeses, composta pelas comunidades que compõem o território quilombola da Lagoa do João e pelas comunidades camponesas Queimadas e Lagoa dos Patos. A associação discute questões ligadas ao campesinato, buscando melhores condições de sobrevivência no campo. As comunidades já foram contempladas com programas de cisternas, projetos de produção de umbu gigante e hortaliças. Entretanto, são projetos que não contemplam a todos os sujeitos, além de não resolver as disparidades existentes no campo. Além disso, o território quilombola da Lagoa do João participa de movimentos populares como o "Movimento Consciência Negra Todo Dia", que discute a questão racial, de luta pela terra e defesa do território em diversos quilombos da região.

O território quilombola da Lagoa do João foi certificado em 2011 pela Fundação Palmares e desde então, tem processo aberto no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) requerendo a titulação das terras. É visto que, a legalização das terras quilombolas foi um direito conquistado a partir do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT)[4] de 1988, e lutas posteriores para que contemplasse as diferentes particularidades de diversos quilombos. Entretanto, essas questões são emblemáticas, visto que há grandes divergências, pois a maioria dos territórios quilombolas do Brasil não possuem a titulação das terras, ficam à mercê dos interesses dos latifundiários. Há no Brasil 3495 comunidades identificadas como quilombolas, sendo que 1803 comunidades certificadas, possuem processos abertos no INCRA, requerendo a titulação das terras, 148 territórios já foram regularizados e 56 comunidades já estão com a titulação parcial, segundo dados do Comissão Pró-índio[5]. Na Bahia,[6] há 931 comunidades rurais quilombolas, destas, 257 foram somente identificadas, 368 foram certificadas e 306 possuem processos abertos no INCRA, segundo dados do Geografar.

O campesinato se recria nesse movimento contraditório e desigual. Além disso, a produção camponesa está relacionada à subsistência da família quilombola. A terra para os povos quilombolas, representa a luta pela sobrevivência e pela reprodução da identidade negra, camponesa. Nessa direção, a classe camponesa, que envolve os diversos grupos sociais, luta contra o latifúndio, contra o domínio do capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

[4] Disponível em: Artigo 68 - Constituição Federal de 1988 | Observatório Direitos Quilombolas (cpisp.org.br)
[5] Dísponivel em https://cpisp.org.br/
[6] Dísponivel em: Grupo de Pesquisa Geografar | Instituto de Geociências da UFBA

As discussões em torno da questão camponesa e quilombola estão relacionadas às formas de reprodução espacial e territorialização dos grupos sociais. A luta das classes sociais é uma luta política contra as disparidades provocadas pelo capital. O processo de luta no campo é fortalecido por meio da união dos diversos grupos camponeses.

A relação ser camponês, ser quilombola está associada ao modo de vida, a produção familiar na terra, mas sobretudo a luta contra o latifúndio. Todavia, é visto que há pontos que diferenciam o camponês do quilombola, relacionado às particularidades de cada grupo social no campo. Por fim, é necessário ressaltar que a proposta do artigo é fomentar o debate e trazer questionamentos que refletem sobre essa relação, mas que não há desfechos absolutos.

REFERÊNCIAS

CHAYANOV, Alexander V. Sobre la teoría de los sistemas ecnómicos no capitalistas. Cuadernos Políticos, número 5, México D.F., Julio-septiembre de 1975, pp. 15-31.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo 2022. Disponível em: Panorama do Censo 2022 (ibge.gov.br). Acesso em: 01/01/2024.

FABRINI. João Edmilson. A resistência camponesa para além dos movimentos sociais. **In:** Revista NERA Presidente Prudente Ano 10, nº. 11 pp. 8-32 Jul.-dez./2007. Disponível em: a resistência camponesa para além dos movimentos sociais | fabrini | revista Nera (unesp.br) Acesso em: 24/05/2022.

FELÍCIO. M. J. Contribuição ao debate paradigmático da questão agrária e do capitalismo agrário. **In:** Tese. FCT-UNESP. Presidente Prudente. 2011 Disponível em: www2.fct.unesp.br/nera/ltd/tese_munir.pdf Acesso em: 27/02/2023.

FIABANI. Adelmir. Os novos quilombos- Luta pela terra e afirmação étnica no Brasil. [1988-2008]. **In**: tese de doutorado. São Leopoldo, 2008.

JESUS. Suerlange Ferraz de. IVO. Isnara Pereira. Emoção e fé: Dos festejos do Divino à chegada das Bandeiras. In: anais IX Colóquio do Museu Pedagógico, 2011. Disponível em: *anais IX Coloquio MP 22 (uesb.br). Acesso em: 23/07/2023.

LEITE. Ilka Boaventura. Os quilombos no Brasil: Questões conceituais e normativas. **In:** Revista Etnográfica, Vol. IV (2), 2000.

LESSA. Sérgio. TONET. Ivo. **Introdução à filosofia de Marx.** 2° edição, Editora popular. São Paulo. 2011.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. A atualidade do uso do conceito de camponês. **In:** Revista Nera, Presidente Prudente, n. 12, p. 57-67, Jan./Jun., 2008. Disponível em < http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/viewFile/1399/1381>. Acesso em: 30/03/2023.

MOURA. Clóvis. **Quilombos: resistência ao escravismo**. Editora: Expressão popular. São Paulo. 2020.

SANTOS. José Pereira dos. Escravidão e liberdade: Alforrias na vila dos Poções (século XIX, Bahia). **In:** Memória Conquistense: Revista do Museu Regional de Vitória da Conquista. vol. 7, n.7/8. Vitória da Conquista-BA. Edições UESB 2007.

SHANIN. Teodor. Lições camponesas. **In**: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (orgs.). Campesinato e territórios em disputa. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

WOORTMANN, K. Com parente não se neguceia: o campesinato como ordem moral. Anuário Antropológico, Rio de Janeiro, n. 87, p. 11-73, 1990.

A R-EXISTÊNCIA DO QUILOMBO DE JAMBUAÇU: UMA ANALISE DO PROCESSO DE ENFRENTAMENTO E RETOMADA DO TERRITÓRIO QUILOMBOLA DE JAMBUAÇU, MOJU, PARÁ - BRASIL

MIRANDA IZABELY [1]

SANTOS, Euller [2]

RESUMO

Sendo o quilombo uma palavra de grande relevância e representatividade histórica por simbolizar a conquista e a luta dos povos escravizados, foram muitos anos de luta, após a abolição da escravatura, para que na constituição federal brasileira em 1988 fosse garantido o direito a consolidação legal do território quilombola. Assim, se pretende neste artigo traçar um diagnóstico de quatro comunidades que se inserem no Território Quilombola do Jambuaçu, no Pará, com o objetivo de compreender os desafios e potencialidades de uma população que se territorializa, social e politicamente através de suas identidades quilombolas. Neste sentido foram realizadas visitas de campo e entrevistas, a partir do método amostral aleatório simples para atingir estatisticamente o percentual necessário, com aplicação de questionário semiestruturado aos comunitários e posteriormente inseridas as perguntas e respostas no google formulário para tratamento final e tabulação automática dos dados, dando forma aos gráficos dos resultados. Se conclui neste estudo que existe uma forte relação entre identidade e território quilombola, e as interferências externas no território quilombola do Jambuaçu, seja pelo mineroduto, ou pelo monocultivo do dendê, acelera também o processo de homogeneização da cultura e dos modos de vida das populações tradicionais, um problema a ser resolvido para que o respectivo território em análise exista em todos os sentidos.

Palavras-chave: Quilombo, Território, Identidade, Mineroduto, Dendê.

RESUMEN

Como el quilombo es una palabra de gran relevancia y representación histórica ya que simboliza la conquista y lucha de los pueblos esclavizados, fueron necesarios muchos años de lucha, luego de la abolición de la esclavitud, para que la constitución federal brasileña de 1988 garantizara el derecho a la consolidación legal. del territorio quilombola. Así, este artículo pretende hacer un diagnóstico de cuatro comunidades que se enmarcan en el Territorio Quilombola de Jambuaçu, en Pará, para comprender los desafíos y potencialidades de una población que se territorializa social y políticamente a

[1] Mestranda do curso em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP, izabely.miranda@unesp.br
[2] Mestrando do curso em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP, eo.santos@unesp.br

través de sus identidades quilombolas. En este sentido, se realizaron visitas de campo y entrevistas, utilizando el método de muestreo aleatorio simple para alcanzar estadísticamente el porcentaje necesario, con la aplicación de un cuestionario semiestructurado a los miembros de la comunidad y luego se insertaron las preguntas y respuestas en el formulario de google para tratamiento final y tabulación automática de datos, dando forma a los gráficos de los resultados. Este estudio concluye que existe una fuerte relación entre identidad y territorio quilombola, y la interferencia externa en el territorio quilombola de Jambuaçu, ya sea a través del oleoducto o el monocultivo de palma aceitera, también acelera el proceso de homogeneización de la cultura y las formas de vida de las poblaciones, tradiciones tradicionales, un problema a resolver para que el respectivo territorio bajo análisis exista en todos los sentidos.

Palavras-clave: Quilombo, Territorio, Identidad, Tubería, Aceite de palma.

INTRODUÇÃO (justificativa implícita e objetivos)

A Amazônia em meados das décadas de 1980 vem sofrendo modificações e transformações no alicerce de sua realidade, nas especificidades do capital internacional a Amazônia é apenas um palco da chamada fronteira agrícola, no plano do governo federal de integração da Amazônia, implantando rodovias, ferroviais, hidrovias, projetos de monocultura extensiva (soja, milho, algodão...) e grandes empreendimentos para subsidiar as grandes indústrias mundiais, tornando a Amazônia uma simples produtora de matéria prima, mão de obra barato e capital fictício. Nesse contexto o estado do Pará, possui em números projetos e empreendimentos, no município de Moju as especificidades possuem características do projeto nacional de integração, onde se situam empresas agrominerais ligando as relações em diferentes escalas.

O processo de formação constituinte no que se refere aos estudos de territórios quilombolas incentiva a pesquisa e estimula o aprendizado cada vez mais recorrente sobre culturas, dinâmicas territoriais, R-Existência[3] da população quilombola. Neste sentido, o quilombo tem na resistência de sua população a luta pelo território, entretanto esta é uma pauta política ainda ausente e pouco voltada em seu caráter histórico e de ancestralidade, não considerando de maneira transparente a descendência dos remanescentes e de parentescos afetivos e de identidade. É importante lembrar, que no Brasil a escravização de povos, uma prática desumana e cruel, principalmente de origem africana, mas também indígenas, durou mais de 300 anos, justificando a necessidade legal da conquista de

[3] Esse moderno-colonialidade não se inscreveu num espaço vazio de significação, mas sim em territórios (natureza + cultura) onde foram conformados padrões cognitivos próprios. Por isso, mais do que resistência, o que se tem é R-Existência posto que não se reage, simplesmente a ação alheia, mas, sim, que algo pré-existe e é a partir dessa existência que se RExiste. Existo, logo resisto. R-Existo (Porto Gonçalves, 2002, p. 47).

direitos e do território. Segundo Almeida (2006), o grande período de surgimento dos quilombos foi aquele em que ocorreu a desintegração das grandes plantações comerciais, portanto, um contexto de crise econômica, mais especificamente de "decadência da grande lavoura". Neste sentido, de acordo com Castro

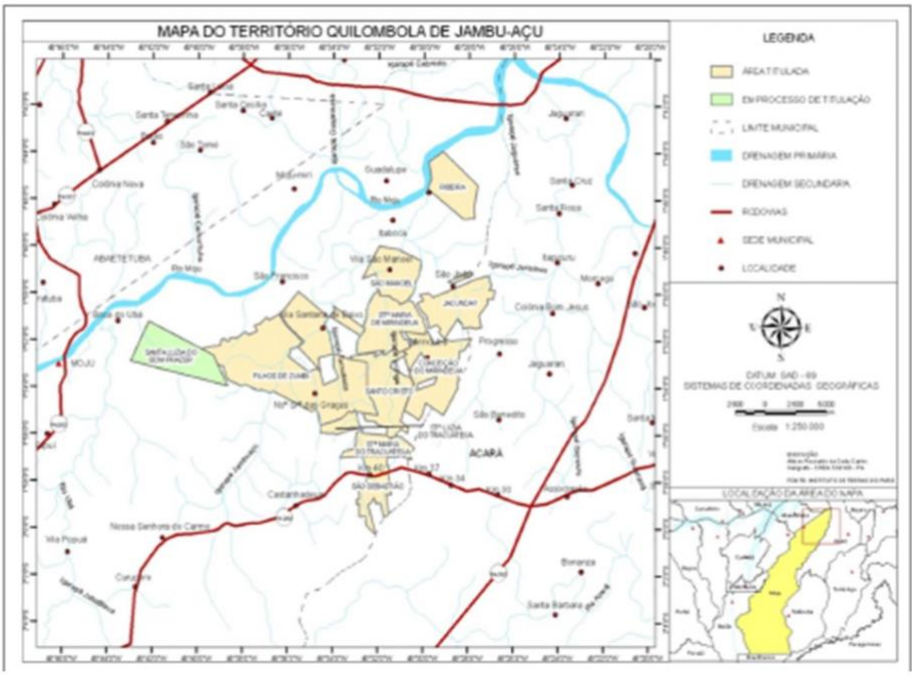
> O processo mais importante foi a fuga das fazendas, entre outras formas de acesso a essas terras como a permanência nas franjas cedidas por seus senhores para roças de subsistência, ou ocupação pelos escravos em situação de abandono de terras. Isto ocorreu no final do século XVIII e durou até as primeiras décadas do século XIX, verificando-se, paralelamente, movimento depressivo na economia que levou à decadência de empreendimentos agrícolas, fenômeno generalizado em todo o hinterland do rio Amazonas, seguindo seus grandes afluentes. (CASTRO, 2005, p. 169).

Complementando, almeida (1999) diz,

> Outro dado também que não pode ser esquecido concerne ás situações de doações de terras, quando o impacto da queda do preço dos produtos, no caso do algodão e da cana de açúcar, foi tão grande que alguns engenhos e engenhos centrais foram completamente desmontados, abandonados pelos grandes proprietários e as terras doadas para os ex-escravos. (ALMEIDA, 1999, p. 16).

É de fundamental relevância ressaltar a construção e formação dos quilombos no contexto de resistência tendo em vista a característica destacada por Almeida (1999), o quilombo significa uma "ação coletiva de moradia, trabalho e luta". Levando em consideração as pesquisas relevantes a territórios quilombolas tendo em vista a construção e formação dos quilombos, a pesquisa terá como delimitação o território quilombola do Jambuaçu que possui em seu território 15 comunidades, onde algumas delas possuem titulação coletiva e outras possuem titulação individual. O território está localizado no município de Moju, na microrregião de Tomé-Açu, Nordeste do estado paraense, situado aproximadamente dez quilômetros da sede do município de Moju. Segue abaixo o mapa de localização do município de Moju Pará (Figura 1).

Figura 1: Mapa do Território Quilombola de Jambuaçu – PA



Fonte: ITERPA, 2010

As constituições das comunidades tradicionais formam o território quilombola do Jambuaçu, muitos moradores das comunidades nasceram no território, o que faz com que haja o sentimento de pertencimento, outros vieram de lugares próximos formando o território do Jambuaçu. De acordo com Coordenação das Associações-BAMBAÊ (2006, p.28). Dão conta que: "[...] as famílias que moram no território quilombola do Jambuaçu, estão em suas áreas a pelo menos 50 anos, e as que nasceram no local, há mais de 70 anos". Com isso se destaca as famílias que moram no território, onde há algumas especificidades no contexto de como se formarão os territórios quilombolas, segundo Perez 2013.

> O caso específico da região estudada, o Moju, tratasse do período pós pombalino e da decadência dos engenhos no século XVIII e, principalmente, no início do século XIX. Muitas das terras em que se consolidaram os quilombos tinham sido doados formalmente por um proprietário, entregues aos grupos de escravos ou simplesmente abandonados pelo proprietário, devido à decadência da atividade econômica então realizada. Além disso, há uma redução de poder de coerção dos grandes proprietários. (PEREZ, 2013, P. 9-10).

A partir desta perspectiva se pretende neste artigo traçar um diagnóstico de duas comunidades que se inserem no Território Quilombola do Jambuaçu, no Pará, com o objetivo de compreender os desafios e potencialidades de uma população que se territorializa, social e politicamente através de suas identidades quilombolas.

METODOLOGIA

A construção metodológica pautou-se na leitura de referências bibliográficas acerca do território e territorialidades, principalmente no contexto quilombola. Para as aplicações dos questionários, foram selecionadas quatro comunidades, de um total de 15 que formam o Território Quilombola do Jambuaçu, porém em duas realidades distintas, sendo as Comunidades de Nossa Senhora das Graças e Santa Luzia do Tracateua, mais próximas do início do território (voltadas para a estrada), e cortadas pelo mineroduto, e as outras duas mais distantes, São Manuel e Ribeira (voltada para o rio), dentro de uma realidade ribeirinha e em outro contexto socioambiental.

Neste sentido foram realizadas visitas de campo e entrevistas com aplicação de questionário semiestruturado aos comunitários e posteriormente inseridas as perguntas e respostas no google formulário para tratamento final e tabulação automática dos dados, dando forma aos gráficos dos resultados. Com um universo amostral de aproximadamente 60 famílias em cada comunidade, foi escolhido o método amostral aleatório simples (Figura 2) com erro amostral de 10% e nível de confiança de 95%, neste sentido a amostra necessária seria de 38 entrevistas, contudo visando atingir a melhor margem de segurança estatística, foram entrevistadas no total 40 famílias, sendo 10 questionários em cada comunidade.

Figura 2: Fórmula Amostra Aleatória Simples

$$n = \frac{N.Z^2.p.(1-p)}{Z^2.p.(1-p) + e^2.(N-1)}$$

Fonte: ROCHA, 2021

Onde:

n - amostra calculada

N - População

Z - Variável normal padronizada associada ao nível de confiança

p - verdadeira probabilidade do evento

e - Erro amostra

REFERENCIAL TEÓRICO

O território no viés geográfico e no presente trabalho é uma das categorias centrais, é necessário ressaltar a importância do território, mas mostrar que para além dele existem as outras categorias (paisagem, lugar, espaço e região) e que o território serve como um dos eixos centrais para as demais categorias , a realização da discursão que será

abordada, a partir do conceito geográfico de território utilizado não somente pela geografia, mas também por outras ciências "que se ocupam dos processos de produção do espaço" (FERNANDES, 2008).

"O território que se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar concreta ou abstratamente [...] o ator "territorializa" o espaço." (RAFFESTIN,1980). O território então se dá a partir das relações de poder[4] – com isso percebe-se que nenhum território será igual ao outro, pois cada um tem suas especificidades relevantes as relações de poder de cada sociedade – pois o ator do território distingue-se em grupos que possuem determinados interesses no território. Segundo Saquet 2013,

> As relações de poder têm sido efetivadas historicamente, em consonância com as características de cada sociedade (i)materiais, tanto geopolítica como econômica e culturalmente. Conforme Gottmann (1973/2005), em sua consistente reflexão sobre os significados do território, historicamente determinados, se o território é um compartimento do espaço como fruto de sua diversificação e organização, ele tem duas funções principais: a) serve de abrigo, como forma de segurança e, b) serve como um trampolim para oportunidades. Segurança e oportunidade requerem uma organização interna do território bem como relações externas, de poder e dominação. Assim, o território assume distintos significados para diferentes sociedades e/ou grupos sociais dominantes. (SAQUET, 2013, p. 27)

O que cabe no momento é pensar o viés do uso do território sobre o entendimento de grupos hegemônicos e contra hegemônico no território quilombola de Jambuaçu, as relações de poder estabelecidas e existentes no território referentes ao uso, destacam-se em grupos como o "capital" que está sendo denominado de "agromineral" e grupos sociais, a sociedade quilombola em si residente no território.

O uso por parte do capital está diretamente ligado às empresas de exploração mineral – que possui no território a dinâmica de escoação do minério bauxita via mineroduto pela empresa Hydro Alunorte e também, via mineroduto a escoação do minério caulim, esse pela empresa Imerys Rio Capim Caulim, essa dinâmica de escoação corta totalmente o território quilombola, causando diferenciados impactos socioambientais.

O território possui também no que tange ao uso por parte do capital hegemônico, monoculturas extensivas de dendê, sendo explorados pela empresa Marborges influenciando diretamente na dinâmica territorial do quilombo. Em contrapartida os

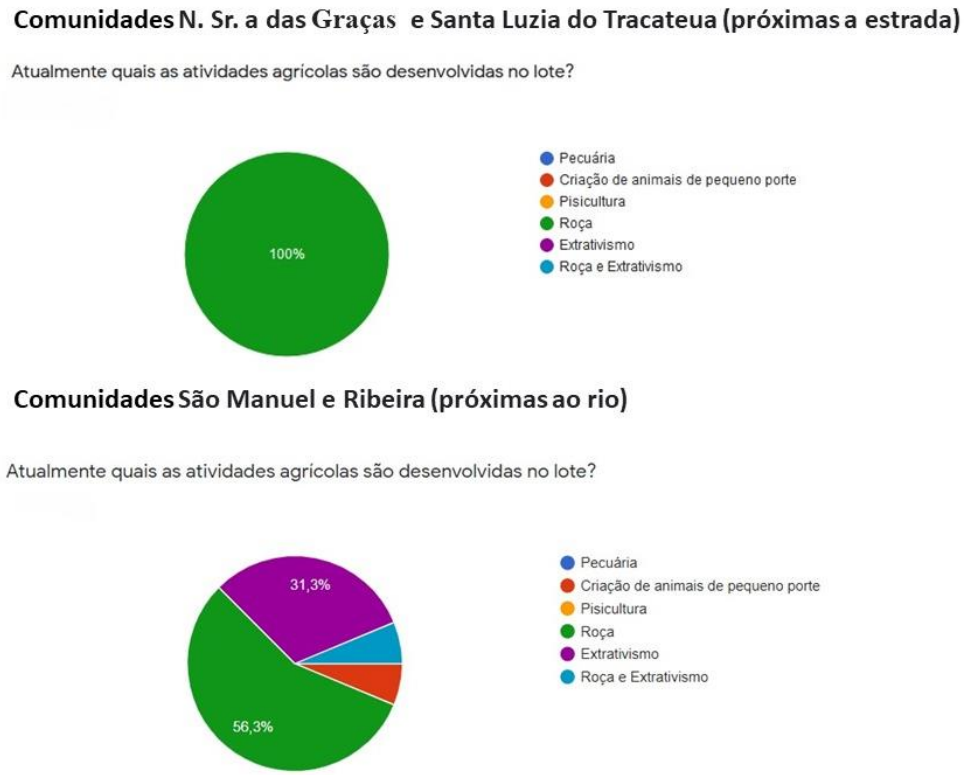
[4] O poder não é alguma coisa que se adquiri (...); o poder se exercita a parti de inumeráveis pontos e no jogo de relação desiguais e moveis. (SAQUET, 2013, p.32)

grupos contra hegemônico, grupos sociais, sociedade civil, sobre a perspectiva do uso do território esta principalmente voltada a resistência e existência, segundo Sobreiro 2017.

> Os fenômenos de luta e resistência se consistem como a principal locomotiva da transformação socioespacial para além dos modelos alicerçados no modo capitalista de produção. Neste sentindo, cremos que esses modelos alternativos se vinculam objetivamente a processos e fenômenos contra hegemônicos que tem afirmado de modo cada vez mais intenso o (s) espaço (s) e territórios como vitais para as relações sociais. (SOBREIRO,2017, p.15)

É de fundamental relevância salientar como vem acontecendo o processo de R-existência dentro do Quilombo do Jambuaçu e as formas que os quilombolas vêm utilizando para fazer o enfretamento dentro do seu território, os mesmos resistem com suas culturas principalmente com seu modo de vida a grande maioria ainda vive das suas roças[5], pesca artesanal, artesanatos, dentre outros, esse modo de vida é uma forma de enfrentamento ao capital hegemônico que se territorializa dentro do Quilombo do Jambuaçu (Figura 3).

Figura 3: Atividades desenvolvidas



Fonte: Autora, 2020

[5] É palavra utilizada pelos camponeses é onde eles fazem suas plantações principalmente de mandioca que dará origem a farinha.

A figura 3 evidencia que a principal atividade dos entrevistados ainda é voltada as práticas camponesas, como o sistema de produção da farinha de mandioca (Roça), é de fundamental relevância enfatizar que esse sistema de produção vai além do lucro é algo afetivo, tradicional é conhecimento passado de geração para geração, são valores que os quilombolas insistem a não perderem porque faz parte da sua construção enquanto um ser cabano, Amazônida que preza por suas raízes.

Em contradição podemos mostrar como vem se dando a conflitualidade territorial dentro do quilombo do Jambuaçu, desde a década de 1970 com a implantação de uma empresa da monocultura do dendê a REASA (Reflorestadora da Amazônia Sociedade Anônima), onde se estalou no território quilombola e a partir desse primeiro empreendimento os moradores de todas as 15 comunidades do Jambuaçu começaram a sofrer com a degradação do meio ambiente principalmente no período chuvoso onde os herbicidas, fertilizantes usados na monocultura do dendê estavam penetrando o solo e também afetando rios, igarapés e nascentes de todo território fazendo com que os indivíduos tivessem dificuldade de plantar e utilizar os recursos hídricos em atividades domesticas e/ou para consumo, para Sobreiro, 2017.

> [...] A ideia de conflitualidade trata-se da leitura de um processo/relação criada a partir das contradições estruturais do capitalismo e que se relacionam com a ação ao mesmo tempo que está voltada para um modelo de desenvolvimento alternativo, as contentious politics se atém ás ações contra-hegemônico e organizações para além dos movimentos socias e marcada pelo ataque e desafio do sistema hegemônico com o fito de propor novas alternativas. (SOBREIRO,2017, p.15 e 16)

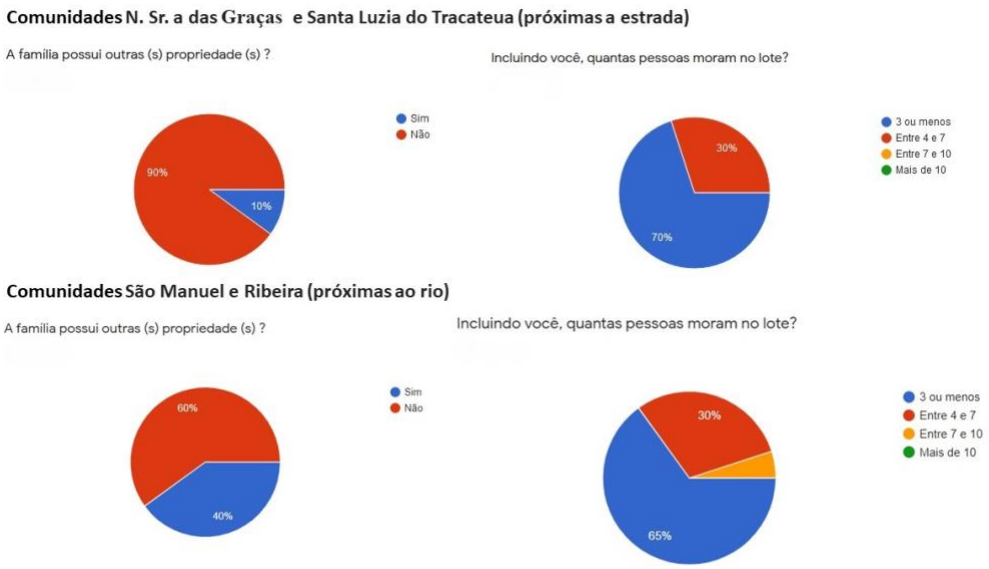
No que tange a importância de salientar que a disputa por território dentro do quilombo do Jambuaçu tem uma presença muito marcante dos conflitos entre os quilombolas e os empreendimentos que ali se estalaram, pode-se dizer que nas décadas de 1970 e 1980 foi onde se intensificou as lutas e enfretamento em defesa de seus territórios, foi um momento marcado por violências (verbais, físicas, psicológicas, dentre tantas outras) contra os quilombolas, porém eles foram ao enfrentamento.

O gráfico 1 evidenciou que quanto mais próximo da estrada e sob maior influência da monocultura do dendê e do mineroduto, variadas práticas tradicionais foram resumidas ao roçado, enquanto que em São Manuel e Ribeira, onde estas atividades são menos impactantes, devido a distância a população ainda mantêm um modo de vida camponês com maior diversificação em suas atividades agrícolas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Apesar da influência das empresas e da estrada nas atividades agrícolas, como descrito anteriormente, esta diferença não seguira na mesma proporção ao se analisar o perfil das famílias, mesmo assim existem as especificidades e diferentes padrões espaciais. Neste sentido tanto as comunidades de Nossa Senhora das Graças e Santa Luzia do Tracateua, quanto as comunidades de São Manuel e Ribeira, a maioria, 60% e 90% não possuem outras propriedades além das que já vivem. Esta questão justifica o percentual pequeno de moradores por lote, no qual a maioria tem 3 moradores ou menos. Uma das razões é a dificuldade da vida camponesa, no qual principalmente a população mais jovem, busca no centro de Moju, na capital paraense ou em outros estados novas formas de vida e emprego (Figura 4).

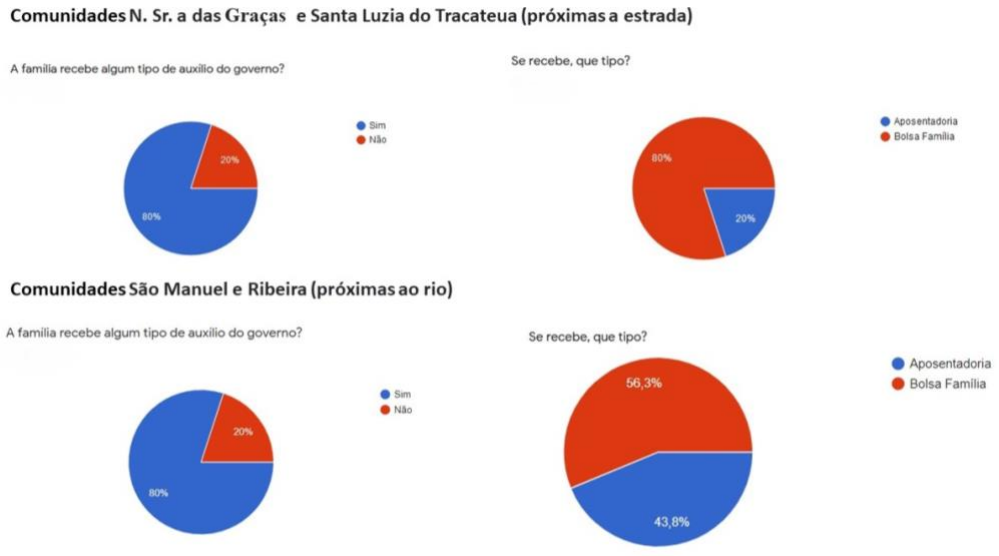
Figura 4: Propriedades



Fonte: Autora, 2020

Esta afirmativa se fará ainda mais clara de acordo com a Figura 5, onde 80% precisam receber algum auxílio do governo como forma de complementar a renda, sendo a maior parcela, do Bolsa Família, programa do Governo Federal. Fato relevante é analisar que diferentemente das comunidades de Nossa Senhora das Graças e Santa Luzia do Tracateua, São Manuel e Ribeira apresentam um quantitativo maior de famílias que recebem e sobrevivem também de aposentadoria 43,8% sendo estes os principais a garantir a renda no domicílio, em conjunto com as atividades agrícolas.

Figura 5: Renda Extra das Famílias



Fonte: Autora, 2020

Já na figura 6, informação importante foi constatar, em uma região de complexos processos fundiários, que todos os lotes, 100%, possuem documentação e, portanto, são legalizados, sendo a maior parte por meio da Titulação Coletiva feita pelo Instituto de Terras do Pará – ITERPA, sendo a maioria adquiridos por herança, algo comum em um território quilombola, seguindo por doação, e em uma menor parcela por compra ou mesmo assentados pelo próprio ITERPA.

Figura 6: Aquisição das Terras

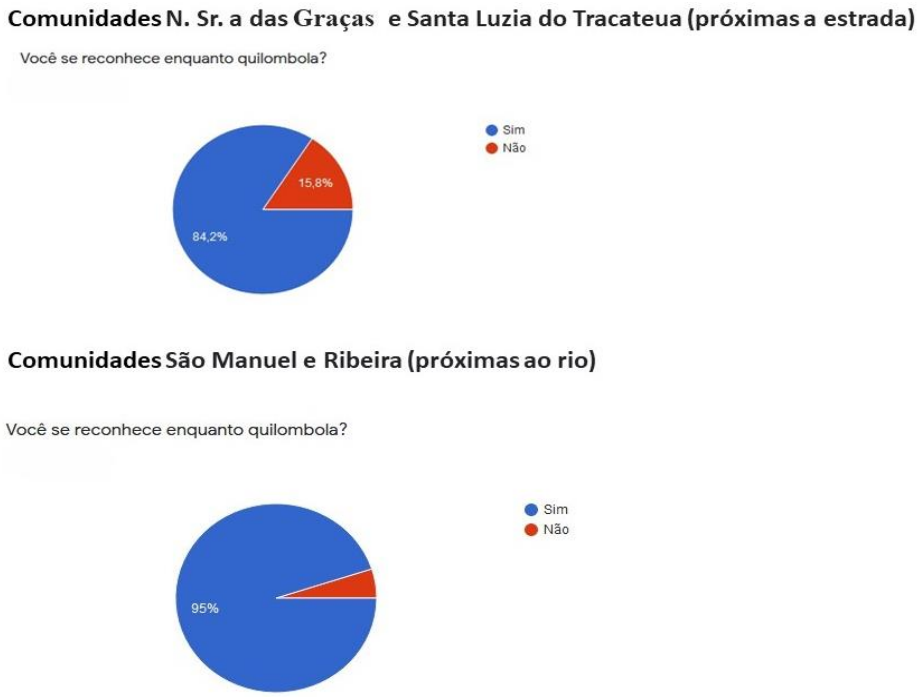
Fonte: Autora, 2020

O processo de aquisição das terras está diretamente relacionado também com o processo de identidade quilombola. A legislação reconhece como critério para determinação de comunidades como quilombolas a autoidentificação. Esse critério está

reconhecido no artigo 2º do Decreto 4.887/2003. Segundo Salomão e Castro (2018) o projeto político Quilombola atravessou anos de história para se consolidar na Constituição Federal de 1988, todavia, a previsão do quilombo na ordem jurídica não se perfaz suficiente para modificar as práticas de expropriação e controle do território e com elas a posição de precariedade em que vivem os grupos.

Neste sentido as comunidades quilombolas precisam necessariamente que em defesa do território a identidade vá para além de seu caráter legal declaratório, mesmo sendo esta a forma mais necessária como modo de sobrevivência material. Mas é necessário também que seja acompanhado de um sentimento de topofilia, etnicidade e historicidade igualmente importantes para consolidação da cultura e dos modos de vida. Apesar da maioria nas comunidades se reconhecerem enquanto quilombolas, a diferença maior das comunidades de Nossa Senhora das Graças e Santa Luzia do Tracateua, com os que não se consideram quilombolas, 15,8%, pode estar associado não somente ao processo de aquisição da terra, mas também a presença das agroindústrias e do mineroduto que corta o território.

Figura 7: Aquisição das Terras e Identidade Quilombola



Fonte: Autora, 2020

Mudanças ambientais e Conflitos entre o modo de vida tradicional e as Agroindústrias

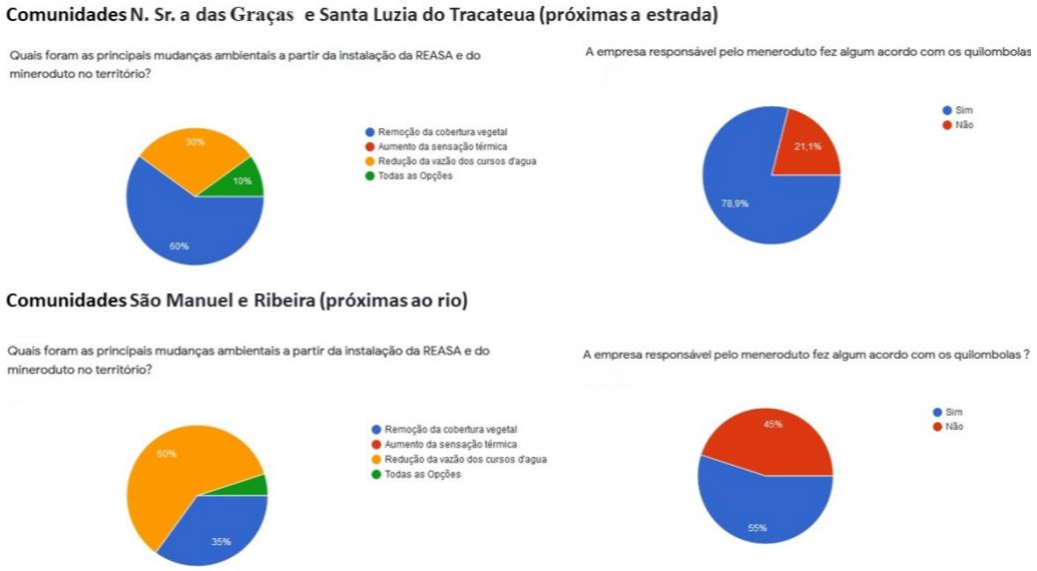
O território Quilombola do Jambuaçu experimenta diretamente a interferência de atividades externas a sua cultura pela presença de empresas marcadamente representantes

do grande capital, sendo ela as responsáveis também pelas mudanças ambientais e paisagísticas, seja de forma direta ou indireta (Figura 7).

Nas comunidades de Nossa Senhora das Graças e Santa Luzia do Tracateua, que sofrem com a presença mais próxima das monoculturas do dendê e do mineroduto passando pelos lotes, 60% perceberam a principal mudança na remoção da cobertura vegetal, acompanhadas pela redução da vazão dos cursos d'água, 30%, e 10% que consideram estas duas opções.

Nestas duas comunidades, 78,9% fizeram algum acordo com a empresa responsável pelo mineroduto. Já nas comunidades de São Manuel e Ribeira, até mesmo por uma característica mais ribeirinha e próxima do rio, a percepção maior de mudança foi na redução da vasão dos cursos d'água, 60%, e com 35% a remoção da cobertura vegetal. Nestas comunidades 55% das famílias fizeram também algum acordo com a empresa responsável pelo mineroduto.

Figura 8: Percepção das mudanças ambientais



Fonte: Autora, 2020

Segundo Santos e Silveira (2001)

> [...] Do ponto de vista das empresas, o mais importante mesmo é a guerra que elas empreendem para fazer com que os lugares, isto é, os pontos onde desejam instalar-se ou permanecer, apresentem um conjunto de circunstância vantajosas do seu ponto de vista. Trata-se, na verdade, de uma busca de lugares "produtivos" (SANTOS; SILVEIRA, 2001. p. 296).

Nesse contexto, da busca de lugares "produtivos" (SANTOS; SILVEIRA, 2001), podemos alocar o território do Jambuaçu, pois o território onde se estabelecem as relações de poder e consequentemente de conflitos caracterizando as territorializações, segundo

Palheta da Silva (2013), “a territorialização das ações que marca a presença no território “conduzida” por atores sociais, é caracterizada pela multiplicidade de interesses que forçaram posicionamentos diferentes, causando conflitos nesses espaços”. (PALHETA DA SILVA, 2013, p. 27).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As inerentes perspectivas das conflitualidades perpetuam as diferentes formas de resistência no território, pois as relações existentes podem destacar a não efetivação de empreendimentos, porém a territorialização das ações por partes dos divergentes interesses no que tange o uso do território para cada dinâmica no que diz respeito a cada projeto instalado, fazendo com que haja as conflitualidades na dialética do território. O impacto de empresas de grande porte na Amazônia, são ainda maiores quando coexistem em territórios étnicos, raciais e culturais como em um quilombola. No caso específico do Jambuaçu a presença da monocultura ou do mineroduto não somente materializou, geometrizou e materializou a paisagem, mas também as formas de vida e sobrevivência.

O fato de famílias serem contempladas com auxílio ou subsídio por parte das empresas acirraram ainda mais a desigualdade no território, pois o capital multiterritorializa também culturas. Considerando a distinção entre as 4 comunidades analisadas, ficou claro que o mineroduto ou a Agroindústria não precisa estar materialmente presente para impactar. A própria redução de vasão do rio, afeta diretamente a vida das populações que sobrevivem da pesca ou do açaí, mesmo que as comunidades estejam distantes geograficamente destas empresas. A substituição da vegetação natural também implica em grandes mudanças, seja no microclima com elevação da temperatura, ou mesmo no próprio cultivo de uma população que vive também do extrativismo e do cultivo para subsistência. Por fim, na impossibilidade da retirada destas empresas do território, resta a legislação brasileira e já justiça, meios que garantam não somente a sobrevivência destes povos, mas também e principalmente a existência destas comunidades bem como a preservação de seus direitos enquanto quilombolas.

REFERÊNCIAS

CASTRO, E. **Populações quilombolas na Amazônia: um olhar sobre o Brasil**. In: ARAGON org. populações da Pan-Amazônia. Belém: NAEA, 2005.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. 20 anos da proposta de soberania alimentar: construindo um regime alimentar alternativo. **Revista NERA**, v. 19, n. 32, p. 14-33, Dossiê Soberania Alimentar, 2016.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. São Paulo: Vozes, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista NERA**, n. 6, p. 14-34, 2005.

Gonçalves, Carlos Walter Porto. Amazônia, Amazônias. Carlos Walter Porto

Gonçalves, - 3. Ed., 1 reimpressão – São Paulo : Contexto, 2015.

NAHUM, J. S; SANTOS, C. B. **impactos socioambientais da dendeicultura em comunidades tradicionais na Amazônia paraense.** In: boa vista. Ed. Esp. Geografia Agrária, 2013. P. 63-80.

PALHETA DA SILVA, J. M. **Território e mineração em Carajás**. Belém, GAPTA/UFPA. 2013.

PEREIRA, Lorena Izá; COCA, Estevan Leopoldo de Freitas; ORIGUÉLA, Camila Ferracini. Conflitualidade e questão agrária: os modelos de desenvolvimento para o espaço agrário latino-americano. **Revista NERA**, v. 23, n. 53, p. 09-21, mai.-ago., 2020.

ALMEIDA, A. W. B. de. **Os quilombos e as novas etnias**. In: LEITÃO org. *Direitos territoriais das comunidades negras rurais.* São Paulo: instituto socioambiental, 1999.

PEREZ, P. C. R. **Território quilombola Jambuaçu: primeiras aproximações de um estudo sobre a questão agrária na Amazônia.** In: São Paulo. VI simpósio internacional de Geografia Agrária e VII simpósio nacional de geografia agrária. 2013.

PEREIRA, Carmela Morena Zigoni. **Conflitos e identidades do passado e do presente:** política e tradição em um quilombo na Amazônia. 130 f. 2008. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

RELATÓRIO das atividades das comunidades quilombolas do território de Jambuaçu, Moju-PA, 2006.

ROCHA, Anderson Nilson. *Cálculo de tamanho da Amostra*: Disponível em: <http://www.operaresult.com.br/amostra>. Acesso em: [02/02/2021].

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no inicio do século XXI.** São Paulo: Record, 2001.

O CAMPO NA LITERATURA: GRANDE SERTÃO: VEREDAS E TORTO ARADO COMO REFLEXO DA ESTRUTURA AGRÁRIA BRASILEIRA.

Jéssica Martins da Silva[1]
Gerusa Martins da Silva[2]
Maria Auxiliadora da Silva[3]

RESUMO
Esse artigo tem como objetivo analisar o conteúdo artístico sobre o espaço agrário a partir de duas obras literárias que ocorrem no campo, a obra Grande Sertão: Veredas, escrita por João Guimarães Rosa, e a obra Torto Arado, escrita por Itamar Vieira Júnior. A obra Grande Sertão: Veredas foi publicada em 1956, seu enredo ocorre em um amplo espaço, como diversos locais de Minas Gerais, parte da Bahia e também é citado Goiás. Torto Arado, ocorre em uma comunidade chamada Água Negra.Esse artigo foi realizado a partir de pesquisa bibliográfica. Amparados na arte como elemento social, entendemos que ambas as literaturas expressam diferentes épocas e contextos. No entanto, apresentam em comum elementos que compõem a estrutura agrária brasileira.

Palavras-chave: Arte; Geografia; Grande Sertão: Veredas; Torto Arado.

ABSTRACT

This article aims to analyze the artistic content about the agrarian space based on two literary works that take place in the countryside, the work Grande Sertão: Veredas, written by João Guimarães Rosa, and the work Torto Arado, written by Itamar Vieira Júnior. The work Grande Sertão: Veredas was published in 1956, its plot takes place in a wide space, such as several locations in Minas Gerais, part of Bahia and Goiás is also mentioned. Torto Arado, takes place in a community called Agua Negra.This article was carried out based on bibliographical research. Supported by art as a social element, we understand that both literatures express different times and contexts. However, they have common elements that make up the Brazilian agrarian structure.

Keywords: Art; Geography; Grande Sertão: Veredas; Torto Arado.

INTRODUÇÃO

Essa pesquisa tem como objetivo analisar o conteúdo artístico realista presente em duas obras literárias em que o seu enredo ocorre no campo. A primeira obra escolhida para

[1] Mestranda do Curso de Geografia do PosGeo, da Universidade Federal da Bahia- UFBA, jessicamartinsgeografia@gmail.com
[2] Mestranda do Curso de Geografia do PPGGeo, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro-UFRRJ, gerusamarttyns@gmail.com
[3] Pós-doutora Universidades de Rouen e Toulouse Le Mirail. Professora do POSGEO da Universidade Federal da Bahia -UFBA, dorasilv@ufba.br

aprofundar tal questão foi o Grande Sertão: Veredas, do autor João Guimarães Rosa, publicada em 1956, cujo período de publicação e conteúdo narrativo apresentam características de mudanças da trajetória regionalista, pois insere em sua estética questões universais. Assim, como menciona Candido (1977), o pitoresco, o regional não é eliminado nessa obra, mas o que difere essa obra literária de outras obras regionalistas são as questões universais que proporcionam ao leitor se entender através da figura do narrador. Nessa perspectiva, Candido (1977) menciona que "O jagunço somos nós". Também escolhemos a obra literária Torto Arado, escrita por Itamar Vieira Junho, publicada em 2019. Esta, apresenta um contexto espaço-temporal contemporâneo que se difere em alguns quesitos da obra rosiana.

A arte pode ser um reflexo da realidade, sendo possível apresentar o contexto, a época em que uma obra foi criada. Segundo Candido (2018), o Brasil não possui uma cultura de letramento, assim a arte literária nem sempre é acessível a toda a população e classe social. No entanto, o autor considera a literatura um direito para todos. Ainda assim, consideramos importante, tanto o acesso para todos, a todas as formas de conhecimento e de arte, seja ela erudita ou popular. Como também, compreender de que forma os espaços e os sujeitos que produzem e reproduzem o campo são narrados.

Essa pesquisa está dividida em duas partes. Na primeira, uma breve discussão sobre a arte enquanto elemento social, tanto no sentido de revelar dramas de uma época, quanto por possuir um papel humanizador. No segundo momento, nos debruçarmos pelas obras literárias Grande Sertão: Veredas e Torto Arado, analisando o conteúdo narrativo de ambos os romances.

A ARTE COMO EXPRESSÃO SOCIAL

Ambas as obras literárias escolhidas apresentam um reflexo agrário do Brasil. Partindo desse pressuposto, consideramos a arte como um elemento humano primordial, que tem o potencial de permitir a reflexão. Por isso, ela pode ser ferramenta política para o povo. No entanto, esse fato não exime a possibilidade da arte também ser uma forma de diversão ou quem sabe também de fuga da realidade que se apresenta cruel e desigual. Além disso, a arte é um elemento humanizador. Através do contato com a arte, o ser humano pode atingir um maior grau de humanidade. Assim Santos (2017), por meio das concepções lukacsianas, explica sobre esse potencial da arte:

> A arte, em sua autenticidade, como aponta Lukács, carrega em si o compromisso com o desvelamento das verdadeiras manifestações humanas

> (geralmente ocultas), com a ascensão das experiências e vivências de cada um dos momentos da história social, em seus aspectos formais e materiais que precisam ser fixados na memória humana. Esse fenômeno social chamado arte, busca, em qualquer uma de suas fases, o fundamento da existência social da humanidade. (SANTOS, 2017, p.41).

Embasado nas concepções Lukácsianas, Santos (2017) considera que por meio do elemento catártico, a arte eleva o homem inteiro ao homem inteiramente. Nesse ponto reside o potencial humanizador da arte, que é capaz de retirar elementos vitais do cotidiano, elevar o sujeito a um outro grau a partir da catarse, e depois esse sujeito retorna ao seu cotidiano, não mais o mesmo.

Por outro lado, Moreira e Moraes (2017) refletem sobre a arte nesse período de decadência ideológica da Capital. Visto que o conteúdo vital da arte que se propõe a apresentar certo grau de realismo é a realidade objetiva, que por sua vez, é composta por contradições. Em outros períodos, os autores ressaltam que o contato do artista com a vida pública conferia à arte um maior grau de realismo. No capitalismo, no entanto, há uma tendência a um enclausuramento do sujeito/artista, isso repercute em um menor grau de realismo apresentado na arte. Além disso, há uma luta da arte frente ao capital, visto que nesse modo de produção a arte também pode ser inserida em relações mercadológicas, e apropriadas pelo capital. O que pode, ou não, interferir no conteúdo vital da arte. No entanto, ainda que permeada por essas contradições históricas e sociais, a arte não perde o seu potencial de humanidade, de retirar da cotidianidade elementos vitais, lançando-os novamente a esse cotidiano. A respeito da literatura sob um contexto de ideologias, Leitão Júnior (2012) ressalta:

> Desse modo, as interpretações de como são ou deveriam ser os aspectos e elementos constituidores da realidade mais imediata, vivenciada, contribuem para a formação dos literatos enquanto sujeitos e, em última instância, os inscrevem em um lugar socioideológico e histórico marcado, deixando entrever, em suas obras, as substâncias mais ou menos profundas das crenças e dos valores coletivos dos quais são "porta-vozes" – transformando tais escritores, como afirma Goldmann (1979), em indivíduos expressivos, isto é, indivíduos que conseguem expressar e/ou melhor discorrer, a partir de seus escritos, sobre uma visão de mundo compartilhada por um determinado grupo social.(LEITÃO JÚNIOR, 2012, p.3)

Assim, a arte pode ser veículo de uma cosmovisão compartilhada por determinado grupo social. Nesse contexto, a arte também pode servir como ferramenta ideológica, principalmente quando há um período de dominação política, intelectual por parte da classe dominante, visto que, principalmente em períodos quando, mediado pelo Estado, há um controle sobre a arte que deve ou não ser construída. Historicamente, a arte literária

regionalista junto a uma elite intelectual brasileira que tem como objetivo "civilizar" o Brasil, contribui para a construção do imaginário das regiões, logo também dos sertões. Sobre esse contexto, Leitão Júnior (2012) aborda sobre a construção do sertão a partir da literatura regionalista.

Arnt (2013) defende que as literaturas regionalistas têm em comum os conflitos entre os despossuídos de terras e os fazendeiros. O Regionalismo foi um movimento literário, em que os literatos voltaram seu olhar às regiões brasileiras. Isso tornou o campo o espaço narrativo da grande maioria das obras.

Essa atenção dos grande escritores, têm grande influência da necessidade de "civilizar" o Brasil, que ocorreu como uma necessidade da elite intelectual da época em olhar para as diferentes regiões brasileiras, que eram consideradas atrasadas, esquecidas pelo poder público, assim, com atenção a esse esquecimento poderiam pensar formas de civilização nacional. Para Arnt (2013) a literatura regionalista tem como principal conteúdo, os conflitos entre possuidores de terra e os despossuídos que são permeados por aspectos como trabalho, favor, violência e amor. Nesse sentido, após fazer uma análise sobre um trecho do Grande Sertão: Veredas em que o narrador expõe sua inquietação ao comparar o fazendeiro e o jagunço na realidade em que ele vive, Arnt (2013) explana:

> Essa reflexão de Riobaldo sintetiza o conflito entre proprietários de terra e despossuídos, eixo em torno do qual se articulam os romances regionais brasileiros. Trabalho, favor, violência e amor são os aspectos desse conflito que, após a leitura de inúmeros romances regionalistas, puderam ser compreendidos como os elementos mais característicos dos romances cuja matéria é a vida social no campo. (ARNT, 2013 p.9-10).

Concordamos com Arnt (2013) que a literatura regionalista apresenta, em sua grande maioria, os conflitos entre os latifundiários, fazendeiros e os despossuídos de terra, pois acreditamos que mesmo que não seja a intencionalidade dos autores apresentar tais contradições do espaço agrário, existe ali um reflexo da estrutura agrária brasileira, que atualmente tem seus sustentáculos no campesinato e comunidades tradicionais, mas também no grande latifúndio e na indústria.

Nesse contexto, consideramos que não apenas a literatura regionalista, como também outras literaturas que acontecem no campo e que tenham em sua narrativa um teor realista, apresenta esses conflitos, de maneira explícita, ou não. Esse é o caso das obras literárias Grande Sertão: Veredas e Torto Arado, visto que esta segunda não faz parte do movimento regionalista.

O tempo e o espaço são os elementos presentes na literatura que nos permite analisar a

realidade a partir da geografia. As obras literárias Grande Sertão: Veredas e Torto Arado, por exemplo, apresentam como espaço, o sertão. Na obra Grande Sertão: Veredas é possível percorrer por espaços reais e fictícios. O sertão mineiro, parte do estado de Goiás e da Bahia que são espaços reais possíveis de serem cartografados na obra. Também outros espaços fictícios próprios da estética da obra que também apresentam significados pertinentes ao debate. Em torto Arado, o enredo ocorre na comunidade de Água Negra, localizada na Chapada Diamantina, no Estado da Bahia, e apresenta um reflexo do real, a partir de um cronotopo que revela fragmentos históricos da produção daquele espaço.

Para alcançar os objetivos propostos realizamos como percurso metodológico a pesquisa bibliográfica, por meio de leituras em livros, teses, dissertações e artigos. Utilizamos autores como Moreira e Moraes (2017), Santos (2017), Candido (2018) (1977), dentre outros para abordar sobre a arte como elemento social e humanizador. Também realizamos leituras em pesquisas que apresentam análises de literaturas que possui o campo como seu espaço narrativo, dentre essas leituras se destaca Arnt (2013) e Leitão Junior (2012). realizamos a leitura analítica das obras literárias Grande Sertão: Veredas e Torto Arado, com o intuito de entender como os conflitos sociais e históricos se apresentam em ambas as obras.

OS CONFLITOS SOCIOESPACIAIS ENTRE DO GRANDE SERTÃO: VEREDAS AO TORTO ARADO: UMA EXPRESSÃO DA ESTRUTURA AGRÁRIA BRASILEIRA.

As obras literárias Grande Sertão: Veredas e Torto Arado possuem o campo, o sertão como espaço de sua narrativa. Sendo assim, o conteúdo literário dessas obras apresenta conflitos humanos que são expressões da realidade de tais espaços. Entendemos que as duas obras possuem similaridades, pois ambas apresentam o espaço agrário. No entanto, tanto em sua estética, quanto em seu conteúdo social, percebemos que ambas as literaturas possuem características distintas.

As obras se distinguem na organização e estrutura do texto. Por exemplo, o *Grande Sertão: Veredas* não possui divisões por capítulos, a cronologia da obra também não segue uma escala linear. A obra é narrada por Riobaldo, um homem sertanejo que foi jagunço no seu passado. Ele conta sua vida, em um monólogo, a um sujeito que o escuta. A intenção do narrador é compreender os dilemas da sua vida. Nesse narrar, são expressas o espaço em que o mesmo está inserido.

A obra Torto Arado conta a história do povo de Água Negra, uma comunidade quilombola. O romance é dividido em três capítulos que são narrados por três personagens diferentes. Os dois primeiros capítulos são narrados a partir das duas Irmãs Bibiana e

Belonísia; e o último pela entidade Santa Rita Pescadeira.

O Grande Sertão: Veredas expressa as relações de tempo e espaço, a partir de uma percepção do sertão sob a perspectiva do narrador Riobaldo, em que o sertão se movimenta entre o espaço propriamente dito e a subjetividade do narrador. Conforme, reflito em pesquisa, a obra rosiana representa o movimento do singular do sertão ao universal do homem. Nesse sentido, Candido (1977) considera que o mais essencial do Grande Sertão: Veredas não é o pitoresco ou o rústico, mas as questões genéricas e universais que assolam o homem. Na obra rosiana, o sertão é amplo. O visualizamos através das longas cavalgadas realizadas pelo grupo de jagunços, que perpassam por casas de sujeitos apoiadores do grupo. No percurso da experiência de Riobaldo, é apresentado coronéis, posseiros e trabalhadores.

As expressões da realidade social também ocorrem a partir da vivência dos personagens e dos detalhes contados pelas narradoras, na obra Torto Arado. Logo no primeiro capítulo é narrado como as duas crianças brincam com a simplicidade em um universo criativo infantil. Assim, adentramos o espaço de Água Negra, pelas paredes da casa de Zeca Chapéu Grande, onde habita as irmãs Belonisia e Bibiana. Também adentramos o espaço externo composto por terreiro, poleiro de galinha, a roça e um caminho que dá acesso ao rio, por onde no percurso entre a casa e o rio, se passa por um pé de Buriti. Esses são detalhes que nos possibilitam visualizar a fisicalidade do espaço, e entender como ocorrem as relações que se produzem em Água Negra.

Visualizamos em ambas obras espaços compostos por belezas naturais e culturais, mas para além do bucolismo, entendemos que esses espaços não são isentos de contradições. A arte em sua capacidade de expressar os dramas humanos, revelam nessas obras aspectos sociais de cada época e também aspectos que fazem parte da formação brasileira. Nesse contexto, percebemos que os espaços de cada obra literária são repletos de conflitos.

O Grande Sertão: Veredas, apresenta o retrato das relações do campo da época, como uma terra onde vigora a lei do mais forte, com bastante ênfase nas relações políticas e oligárquicas que se reproduz o espaço na época, até mesmo a clara relação de classe no campo. A obra também expressa questões inerentes à estrutura agrária brasileira. Algumas dessas questões perpassam o tempo de publicação da obra e nos fazem refletir sobre questões ainda atuais. Como por exemplo, as desigualdades que se apresentam no campo e os conflitos armados.

Riobaldo narra a sua experiência no mundo, desde a sua infância até o seu atual momento. Ao contar sua história ele apresenta o sertão. Sua vida é marcada pela morte de sua mãe e o momento em que vai morar com seu padrinho/pai, Selorico Mendes, sua experiência

no jaguncismo, seu amor por Diadorim, o mistério do pacto, dentre tantos outros momentos.

O jaguncismo no Grande Sertão: Veredas se assemelha a uma forma de banditismo independente. Ao contrário do jagunço popularmente conhecido, cuja característica sempre é associada ao capataz. Para Candido (1977), Guimarães Rosa inaugurou uma forma distinta de apresentar o jagunço, pelo fato de que em outras literaturas que apresentou o jagunço, ele era um típico capataz. Esse fato não se difere da realidade objetiva em que esse termo foi (ainda é) associado à figura do capataz. Mas o autor também ressalta que o grande diferencial no jagunço do Grande Sertão: Veredas está em sua capacidade de expressar uma universalidade, fazendo com que o leitor, independente do seu espaço de vivência seja representado pelo jagunço, que é o narrador Riobaldo.

A guerra entre jagunços é um elemento que compõe o sertão rosiano. Na obra são apresentados alguns conflitos entre grupos de jagunços, dentre eles estão os conflitos entre Zé Bebelo e Joca Ramiro. Quando Riobaldo foge de casa e devido ao fluir de suas escolhas e as coincidências da vida, ele passa a fazer parte do grupo de Zé Bebelo, como seu professor. A partir dessa experiência ele conhece Zé Bebelo, que é um político, candidato a deputado que possui como objetivo de campanha modernizar o sertão e eliminar o jaguncismo do sertão. Assim, Riobaldo menciona esses interesses de Joca Ramiro:

> Porque ele tinha me estatutado os todos projetos. Como estava reunindo e pervalendo aquela gente, para sair pelo Estado acima, em comando de grande guerra. O fim de tudo, que seria: romper em peito de bando e bando, acabar com eles, liquidar com os jagunços, até o último, relimpar o mundo da jagunçada braba. (ROSA, 2006, p. 129).

Chega um momento em que Riobaldo foge do grupo de Zé Bebelo e graças ao coincidente reencontro com o menino Diadorim ele passa a fazer parte do Grupo de Joca Ramiro. Grupo jagunço que demonstra como seu objetivo a defesa ao tradicional. Seja lutando contra Zé Bebelo que deseja essas mudanças para o sertão, seja lutando em prol de sua própria existência como jagunço.

Ainda no início do livro, Riobaldo menciona: “Sertão. O senhor sabe: sertão é onde manda quem é forte, com as astúcias. Deus mesmo, quando vier, que venha armado! E bala é um pedacinhozinho de metal…”(ROSA, 2006, p.19). A partir desse trecho conhecemos o sertão rosiano, espaço marcado pelos conflitos, pela violência e pela guerra. Para além dos conflitos entre grupos jagunços, também nos debruçamos nos conflitos da vida de Riobaldo, de sua existência e de suas paixões, ao demonstrar sentimentos por Diadorim em muitos momentos reprimidos, em outros estampados, em falas que assentavam esse gostar. Mas também conflitos na estrutura agrária que compõe esse sertão.

Tal como apresenta Arnt (2013), no regionalismo há sempre o conflito entre os camponeses expropriados e os donos de terra. Isso não é diferente no Grande Sertão: Veredas, seja através do personagem Seô Rabão, um coronel ambicioso que procura sempre o lucro da produção e procura explorar a todos. Seô Rabão explora alguns catrumanos, que na obra apareceram em alguns momentos como pessoas negras, inclusive também tenta essa possibilidade de exploração do trabalho com os jagunços. Mas esse reflexo da estrutura agrária se apresenta a partir dos personagens, como do próprio coronel Selorico Mendes, dono de grandes extensões de Terra que após sua morte, parte de sua terra é herdada por Riobaldo.

Enquanto a obra Grande Sertão: Veredas inicia com o bezerro erroso, apresenta uma reflexão sobre o místico que a obra apresenta, também em seu início ressalta os tiros, apresentando um sertão nada apaziguado. É um sertão de conflitos, do ser homem, das escolhas feitas na vida, do amor e do ódio, mas também do sertanejo e do camponês. Na obra literária Torto Arado, logo em suas primeiras páginas acompanhamos a curiosidade de duas crianças que encontram faca do cabo de marfim. Acontecimento que marca a vida das duas meninas para sempre, pois uma delas perde a língua. Essa curiosidade não é isenta de contradições, visto que a faca que corta a boca das duas crianças é um objeto guardado e escondido pela senhora Donana, avó das meninas. Essa faca foi adquirida por Donana ainda na fazenda Caxangá, quando a mesmo viu a oportunidade de pegar a faca que estava esquecida no alpende da casa da sede da fazenda, em um dia que havia viajantes em visitas pela fazenda. Aproveitou o momento que causaria distração aos senhores para "surrupiar" a faca. Donana pensou no valor que a faca poderia possuir, ao mesmo tempo que também pensava que seus filhos estavam precisando de roupas. Esse foi o primeiro cenário que a faca acompanhou junto a Donana. Em outras fases da vida de Donana lhe serviu para o enfrentamento contra o seu próprio marido, que assediava sua filha.

A partir da história de alguns personagens da obra encontramos uma ancestralidade de pessoas escravizadas, como por exemplo a história de Donana, e o momento do nascimento do seu filho.

> Meu pai havia nascido quase trinta anos após declararem os negros escravos livres, mas ainda cativo dos descendentes dos senhores de seus avós. Minha avó, Donana, tinha dado à luz o filho José Alcino em meio a uma plantação de cana na Fazenda Caxangá. Ele nasceu no meio de um charco, porque não haviam permitido que sua mãe deixasse de trabalhar naquele dia. Meu pai veio ao mundo cercado das mulheres que, assim como minha avó, cortavam apressadas a cana sob a vigilância dos capatazes da fazenda. Donana dizia que ele nasceu com os olhos esbugalhados e não chorou nos primeiros minutos. Quase sem forças o levou ao seio para que tomasse de seu peito. Somente depois de saciado deu um berro, que pôde ser ouvido de longe, anunciando sua chegada. (VIEIRA JR., 2019, p. 164-165)

Nesse trecho percebemos que apesar de ter vivenciarem o período de liberdade das pessoas que foram escravizadas, 30 anos após os negros serem considerados livres, Donana ainda se encontra em condições de cativa, de escrava. Ainda com o passar do tempo e com a mudança de espaço, pois ela já não está mais nesta fazenda Caxangá, mas sim em Água negra, esse cenário de exploração permanece, sob outras formas e condições.

A presença de outros personagens na obra como Zeca Chapéu Grande, Salustiana, figuras típicas, marcadas por uma identidade camponesa e negra, permeada pela relação entre terra, trabalho e família, que toda a família de Zeca Chapéu Grande demonstrava em seu cotidiano. Também através da cultura e religiosidade, evidenciada pelo Jarê. Pela coletividade tanto, na relação com a terra e produção de alimentos, quanto através dos encantados e dos conhecimentos de cura que Zéca Chapéu Grande possuía e que servia a toda comunidade, além da parteira, uma ajuda mútua.

A partir da leitura do Torto Arado é possível se debruçar sobre os aspectos históricos da escravidão no Brasil, a relação de exploração do trabalho do camponês, sendo possível pensar as relações existentes alí como formas de trabalho análogo escravo**.** Assim como mostra o seguinte trecho:

> [...] Elas falavam da visita dos patrões às roças da fazenda. Queriam saber se eles haviam chegado por aqui, se tinham levado as batatas do nosso quintal também. "Mas as batatas do nosso quintal não são deles", alguém dizia, "eles plantam arroz e cana. Levam batatas, levam feijão e abóbora. Até folhas pra chá levam. E se as batatas colhidas estiverem pequenas fazem a gente cavoucar a terra para levar as maiores" — disse Santa, arregalando os olhos para mostrar sua revolta. "Que usura! Eles já ficam com o dinheiro da colheita do arroz e da cana." Poderiam muito bem comprar batata e feijão no armazém ou na feira da cidade. Nós é que não conseguíamos comprar nada, a não ser quando vendíamos a massa do buriti e o azeite de dendê, escapulindo dos limites da fazenda sem chamar a atenção. "Mas a terra é deles. A gente que não dê que nos mandam embora. Cospem e mandam a gente sumir antes de secar o cuspo" — alguém disse, num sentimento de deboche e indignação. (VIEIRA JR., 2019, p. 45).

Percebemos que a produção de alimentos dos moradores de Água Negra é destinada em primeiro plano aos proprietários da fazenda. Junto a isso, percebemos também que para adquirir o mínimo de valor para a compra de alimento seria preciso sair para vender a massa de buriti e o azeite de dendê. Mas essa ação não ocorre de forma apaziguada, visto que ela usa o termo "escapulir" para sair dos limites da fazenda, além de ressaltar que não se pode chamar a atenção. Como o Buriti que elas adquirem advém da fazenda Água Negra, os proprietários podem requerer esse valor como deles, amparado no fato de serem donos da terra, assim, exploram o trabalho desses sujeitos. Esse cenário nos apresenta também outra contradição,

entre proprietários da terra e camponeses/quilombolas que sobrevivem nessa terra.

Além disso, alinhada a questões de classe no campo, estão as questões de raça, que se expressam a partir dos sujeitos que são explorados naquele espaço.

Os conflitos são elementos importantes que os autores retiraram da realidade objetiva e construíram na ficção tanto no sertão do Grande Sertão: Veredas, quanto em Torto Arado. O espaço onde acontece toda a obra Torto Arado é Água Negra, que é uma terra de propriedade privada, pertencente à família Peixoto. Apesar de deter a posse da terra, esse dono não mora nela:

> [...] Mas ali, nos limites da fazenda, sob o domínio da família Peixoto — que quase não colocava os pés por lá a não ser para dar ordens, pagar ao gerente e dizer que não poderíamos fazer casa de tijolo — e de Sutério, sua lealdade pela morada que havia recebido no passado, quando vagava por terra e trabalho, falava mais alto. (VIEIRA JR., 2019, p.85-86).

No entanto, os sujeitos que moram, produzem e reproduzem a vida em Água Negra não possuem o direito à terra. Os moradores de Água Negra são trabalhadores, que à procura de um espaço para morar, encontrou em Água Negra a possibilidade de trabalhar e morar, com o acordo de que apenas poderiam construir casas de barro, jamais casas de alvenaria. Para além do direito à terra que é negado aos moradores de Água Negra, eles também produzem na terra, mas parte dessa produção é levada pelo dono da terra como obtenção do trabalho dos moradores, enquanto apenas uma pequena parte é destinada ao consumo para a subsistência da população.

Se no sertão rosiano “Manda quem é forte, com as astucias”, e “Deus quando vier, vem armado” em Água Negra, os conflitos têm a mesma proporção. A obra Torto Arado finaliza com a frase: “Sobre a terra há de viver sempre o mais forte.”(VIEIRA JÚNIOR, 2019, p 262). Frase que representa a resistência do povo de Água Negra frente aos conflitos que ocorriam naquela comunidade. Atravessado por um “Rio de Sangue", ocorre a morte de Sutério que começaram a demonstrar um conhecimento sobre os direitos daquele povo sobre a terra. Exatamente, quando há um fortalecimento político da comunidade.

Através das três figuras principais, Belonisia, Bibiana e Santa Rita Pescadeira ocorre uma resolução ao conflito apresentado na obra. Portanto, a frase *“Sobre a terra há de viver sempre o mais forte”*, possui um significado de resistência do povo camponês/negro/quilombola. Ao mesmo tempo é possível traçar uma relação com o Grande Sertão veredas, que apresenta um sertão onde vigora a lei do mais forte. Marcado por conflitos e guerras entres grupos jagunços.

O místico perpassa as duas obras literárias, e se apresentam como aspectos culturais e

identitários de ambos os espaços. A crença, a religiosidade, os mitos são expressões que perpassam um contexto histórico da formação territorial brasileira.

No Grande Sertão: Veredas encontramos os questionamentos de Riobaldo em relação a se Deus existe, o diabo existe e também a obra apresenta mitos sobre o pacto com o diabo. Na obra Grande Sertão: Veredas o mistério do pacto pode ser um elemento fortalecedor para que futuramente Riobaldo consiga vencer os conflitos contra Hermógenes e Ricardão e vingar a morte de Joca Ramiro. Essa é a última guerra que culmina na vitória para o grupo que Riobaldo lidera, consequentemente também na morte de Diadorim e fim dos conflitos jagunços. O fim dos conflitos jagunços não ocorre apenas pelo fim dessa rivalidade entre os jagunços, mas também devido a entrada dos soldados no sertão, que tem como objetivo o extermínio dos jagunços.

No Torto Arado, a religiosidade se expressa a partir do Jarê. As festas de Jarê compõem o espaço agrário produzido e reproduzido pelos sujeitos/personagens da obra. Um dos personagens da obra é Santa Rita Pescadeira, uma encantada que narra o terceiro e último capítulo da obra. Santa Rita pescadeira atravessa o tempo junto as gerações dos povos que foram trazidos para o Brasil para serem escravizados e demonstra um memória trajada por muitos conflitos:

> Sou uma velha encantada, muito antiga, que acompanhou esse povo desde sua chegada das Minas, do Recôncavo, da África. Talvez tenham esquecido Santa Rita Pescadeira, mas a minha memória não permite esquecer o que sofri com muita gente, fugindo de disputas de terra, da violência de homens armados, da seca. Atravessei o tempo como se caminhasse sobre as águas de um rio bravo. A luta era desigual e o preço foi carregar a derrota dos sonhos, muitas vezes. (VIEIRA JR. 2019, p. 212).

Neste capítulo, ocorre o desfecho da obra com a resolução de um dos conflitos apresentados. Santa Rita Pescadeira, através das irmãs Bibiana e Belonisia capturam o dono da terra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das questões apresentadas, percebemos que se trata de duas literaturas completamente distintas, em época e narrativas. Um dos pontos que se apresentam, são as diferentes identidades camponesas apresentadas em cada obra. Que apesar de distintas, ambas ocorrem sobre uma estrutura agrária brasileira que é desigual.

As duas apresentam um reflexo do real, que é a estrutura agrária brasileira, baseada na permanência do grande latifúndio, nos conflitos agrários que se modificam, mas não cessam. Os conflitos que se apresentam na obra são meios pelos quais identificamos fatores que são

próprios da sociedade brasileira em suas respectivas épocas e espaços. Ambas as obras rompem com a ideia de um espaço campestre tranquilo e isento de conflitos e escancara a realidade através da narrativa do camponês, sertanejo e/ou quilombola. Por mais que sejam permeados por conflitos, são espaços compostos por riquezas, saberes, tradições, enfrentamentos que se alinham à resistência para a permanência. Os conflitos do Grande Sertão: Veredas e do Torto Arado são distintos. O conflito da obra Torto Arado é nitidamente ligado a questão agrária da posse de terras, enquanto, no Grande Sertão: Veredas perpassam outras questões que envolvem o jaguncismo, mas que também apresenta nesse sertão, por meio da história de vida do personagem Riobaldo e de outros personagens como Seô Habão, a estrutura agrária brasileira.

REFERÊNCIAS

ARNT; Gustavo, **Sistema jagunço: a dialética entre homens provisórios e sujeitos da terra definitivos no romance regional brasileiro**, tese (doutorado), Brasília, 2013. Disponível em: https://repositorio.unb.br/handle/10482/15973 Acesso em: 08. Out. 2021.

CANDIDO; Antonio, O direito à literatura, in. ESTEVAM; D, KOLLING; J, **Literatura, sociedade e formação humana,** Boletim da Educação – Número 14, Editora Expressão Popular, São Paulo, 2018.
_____Jagunços mineiros de Claudio a Guimarães Rosa. **In:** Vários Escritos, Livraria duas cidades, 2° edição, São Paulo, 1977.

CONCEIÇÃO; Alexandrina Luz, A Natureza Social do Discurso Geográfico. **In**: Revista terra-livre, Ano 28, V.2, n.39, São Paulo, 2012.

LEITÃO JÚNIOR; Artur Monteiro, As Imagens do Sertão na Literatura Nacional O projeto da modernização na formação territorial brasileira a partir dos Romances Regionalistas da Geração de 1930, revista Terra Brasilis, 2012. Disponível em: Acesso em: 20.jul.2023.

MOREIRA, Ruy. Ser-Tões: O Universal no Regionalismo de Graciliano Ramos, Mário de Andrade e Guimarães Rosa. In: **Pensar e Ser em Geografia: Ensaios de História, Epistemologia e Ontologia do Espaço Geográfico.** São Paulo: Contexto, 2008.

MOREIRA; Luciano Accioly Lemos, MORAES; Adreia Pereira, A arte e o artista no capitalismo: da clausura a conquista do mundo. In: MORAES**;** Andréa Pereira**,** MAGALHÃES ; Belmira, MOREIRA**;** Luciano Accioly Lemos**, Estética E Crítica Literária** Reflexões acerca do pensamento estético em Lukács e Marx, Instituto Lukács, 1° ed, São Paulo, 2017. Disponível em: https://ed56e1fd-a4d0-4bfe-a746-de350872ed41.filesusr.com/ugd/46e7eb_6581ed1617664c97beccde5432ffcc93. pdf> Acesso em: 01. 06. 2021.

ROSA; João Guimarães, **Grande Sertão: veredas**, Nova Fronteira, 1° ed, Rio de Janeiro, 2006.

SANTOS; Deribaldo, A particularidade na estética de Lukacs, Instituto Lucaks, São Paulo, 2017.

VIEIRA JUNIOR; Itamar, Torto arado, 1a ed, editora Todavia, São Paulo, 2019.

TERRITÓRIOS PESQUEIROS SOB AMEAÇAS: COMUNIDADE DO RIO CARIPETUBA, ABAETETUBA-PA, NA ENCRUZILHADA DE GRANDES PROJETOS DESENVOLVIMENTISTAS

Osmana Dias Gonçalves[1]

RESUMO

Pelo menos nos últimos seis anos, o município de Abaetetuba, localizado no nordeste paraense, vem sendo inserido nos modais logísticos dos grandes projetos, mediante as grandes vantagens ao agronegócio quanto ao escoamento de *commodities*. Consequentemente, as comunidades tradicionais que mantem a prática da pesca artesanal temem com as possíveis consequências em suas atividades, caso esses projetos sejam implementados, como é o caso do projeto da multinacional Cargill, denominado "Terminal de Uso Privado – TUP Abaetetuba". Nesse propósito, este trabalho tem como objetivo compreender as possíveis implicações do projeto portuário da Cargill em territórios pesqueiros da comunidade ribeirinha do Rio Caripetuba, em Abaetetuba-PA. Abordamos a pesquisa bibliográfica e documental, além da realização de roda de conversa e diálogos individuais com pescadores/as da comunidade para o levantamento de dados, configurando este trabalho de caráter quali-quantitativo. Compreendemos que a pesca artesanal é uma atividade de suma importância para a comunidade em pesquisa, representando um fortalecimento da vivencia comunitária, além de ser parte da soberania alimentar. E que o projeto portuário da Cargill, uma vez instalado, tende a modificar toda essa vivencia dos pescadores/as da comunidade, com reais ameaças nos territórios pesqueiros e consequentemente na própria identidade do sujeito ribeirinho/a pescador/a.

Palavras-chave: Territórios pesqueiros, agronegócio, comunidade ribeirinha.

ABSTRACT

For at least the last six years, the municipality of Aabaetetuba, located in the northeast portion of the Amazonian state of Pará, has come to occupy an importante node along corporate logistics projects. This is due to the municipality's increasing centrality along global agribusiness commodity flows. Consequently, traditional communities engaged in artisanal fishing practices fear possible social and environmental impacts if these projects are successfully implemented. This is the case with the multinational Cargill Project referred to "Private Use Terminal – TUP Abaetetuba". This work seeks to understand the possible implications of Cargill's port project in fishing territories in the riverside community of Caripetuba in Abaetetuba-PA. To collect data, we conducted bibliographical and documentary research, as well as conversation circles and individual dialogues with fishermen from the community. This has produced results of both a qualitative and quantitative nature. We argue that artisanal fishing is an extremely important activity for the research community, strengthening community experience, and contributing significantly to local food sovereignty. We also argue that Cargill's port project, once installed, will risk modifying the experiences of the community's riverine

[1] Mestranda em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe da Universidade Estadual "Júlio de Mesquita Filho" – SP, osmana.dias@unesp.br

fishermen, with real threats in the fishing territories and consequently in the very identity of riverside communities.

Keywords: Fishing territories, agribusiness, riverside communities.

INTRODUÇÃO

Pelo menos nos últimos seis anos, comunidades tradicionais do município de Abaetetuba, localizado no nordeste paraense, vêm intensificando processos de lutas e resistências, que se desdobram em meio às tentativas de instalação de um porto privado da multinacional Cargill na região. O principal objetivo da empresa é a instalação de um porto para escoamento de *commodities*, usufruindo dos recursos da região e integrando a outros modais logísticos, a fim de ampliar a lucratividade da empresa.

Enquanto que as comunidades tradicionais que secularmente vivem nessa região, com suas vivências, saberes e tradições, vêm sendo ignoradas e sob as ameaças de continuar perpetuando suas afirmações identitárias. Assim, por projetos de cunho capitalista como o projeto portuário da Cargill, como pelo Estado (por representatividades políticas e órgãos) que por vezes contribuem para o avanço de tal violência. Ações que muitas vezes sobressaem por meio de processos ilegais, no desrespeito das próprias leis que amparam os direitos destes povos ou mesmo criando normativas que facilitem a propagação desses projetos. Estrategicamente estes territórios são invisibilizados e ignorada toda a construção histórica, cujo povos são inferiorizados e vistos como o "atraso" da sociedade.

A partir desse contexto que buscamos problematizar acerca do projeto desenvolvimentista da Cargill, dimensionando para um olhar sobre os territórios pesqueiros, que consequentemente ao serem afetados, representa um dos vieses que possivelmente tende a prejudicar a vida das comunidades. E assim, compreender as possíveis implicações do projeto portuário da Cargill em territórios pesqueiros da comunidade ribeirinha do Rio Caripetuba, em Abaetetuba-PA. Propõe-se, identificar os pesqueiros utilizados pelos respectivos moradores da comunidade e que se encontram na confluência com o perímetro que a Cargill pretende instalar o porto, cujo processo se tornará um tráfego intenso de barcaças e navios. E dialogar acerca das implicações que o projeto pode resultar na vida destes povos na afetação de seus territórios pesqueiros.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento da temática, partimos de uma abordagem crítica acerca do projeto portuário da Cargill no município de Abaetetuba-PA. Assim, buscamos compreender a

lógica de produção e reprodução dos espaços que a empresa multinacional Cargill vem provocando nos territórios de comunidades tradicionais em que encontra-se instalada, principalmente relacionado aos pescadores/as artesanais. Dessa maneira, comparando os efeitos que se fazem comuns entre Santarém e Itaituba, ambos municípios paraenses, mensurando as possíveis consequências caso seja instalado o porto da Cargill em Abaetetuba. Para isso, a pesquisa documental foi muito relevante para levantarmos tais contextualizações acerca do projeto da Cargill na confluência com os territórios pesqueiros da comunidade do Rio Caripetuba.

Com base nessa discussão, também nos detemos em fazer uma análise crítica acerca do Estudo de Impacto Ambiental – EIA da Cargill, o último atualizado do ano de 2018. Opinamos e de forma mais necessária, levantar dados do Capítulo 6 do EIA, intitulado como "Avaliação de Impactos". O capítulo consta com cerca de 130 páginas, porém, buscamos informações sobre os impactos voltados aos territórios pesqueiros. Assim, este trabalho assume um caráter quali-quantitativo.

Esse arcabouço de informações foi dialogando com referenciais bibliográficos, num sentido de compreensão de um contexto territorial, já que a base de discussão são os territórios pesqueiros. Além de dialogar sobre os aspectos que fazem parte do ser ribeirinho/a pescador/a no contexto da pesca artesanal. Os dados levantados sobre os territórios pesqueiros de uso da comunidade em análise, foram obtidos por meio de diálogos com os pescadores/as, na realização de um encontro por meio de uma roda de diálogo e outros três diálogos de forma individual, com pescadores que não participaram do encontro. Usamos um mapa de base para que os pescadores/as, além de citarem os pesqueiros, também destacassem no mapa a noção de localização de cada pesqueiro, além das espécies que são capturadas.

Destacamos que por base desse diálogo, também foi possível perceber e ouvir as angústias e preocupações dos pescadores/as quanto às ameaças que estão voltadas para um dos seus importantes meios de soberania alimentar e organização comunitária, que são os territórios pesqueiros. E com isso, perceber a organização da comunidade na construção de lutas e resistências pela defesa do território.

REFERENCIAL TEÓRICO

Consideravelmente, os projetos desenvolvimentistas representam uma lógica contrária da vivencia dos povos tradicionais, assim como, todo o contexto que estes povos se encontram inseridos, por isso que a descrição e análise deste trabalho se faz de maneira crítica. Na visão desenvolvimentista, o território é considerado de forma unidimensional, enquanto que a

concepção de território para povos tradicionais, com destaque para o ser ribeirinho/a pescador/a - o qual abordamos nessa análise - só pode ser compreendida com base numa perspectiva multidimensional. Nesse sentido abordamos a categoria território numa perspectiva conceitual de Haesbaert (2007) e Fernandes (2009).

Na compreensão de territórios pesqueiros, traçamos um diálogo com base em De Paula (2018 e 2019). Além de trazer um panorama dos impactos que a Cargill vem causando na vida de pescadores em Santarém e Itaituba, onde já se encontra instalada e desenvolvendo suas atividades, tendo como referenciais os relatórios intitulados "SEM LICENÇA PARA DESTRUIÇÃO: Cargill e violação de direitos no Tapajós" (2021, 2023), realizado pela organização Terra de Direitos.

Ao cruzar essas informações com o projeto portuário da Cargill em Abaetetuba, considera-se a resistência dos comunitários, reconhecendo que já vem sofrendo impactos em seus territórios pesqueiros mediante outros empreendimentos instalados às proximidades do município, como o complexo portuário e industrial de Vila do Conde, além do trafego de barcaças carregadas de soja da empresa Bertolini nas mediações da ilha do Capim. Considera-se relevantes as pesquisas documentais, incluindo uma análise crítica do Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental do projeto portuário da Cargill em Abaetetuba, quanto o abordar dos impactos do projeto para os ribeirinhos no contexto da pesca artesanal.

O PROJETO PORTUÁRIO DA CARGILL EM ABAETETUBA-PA

Diante do avanço de grandes projetos na Amazônia e estrategicamente direcionados para a região Norte do Brasil, comunidades tradicionais vêm vivendo processos intensificados de tensões em seus territórios. São povos que tradicionalmente já ocupam muitos desses territórios que hoje vem sendo de interesse do capital, e nessa confluência de interesses, esses povos e suas territorialidades passam a serem vistos como "obstáculos" ou mesmo impedimentos do único viés de desenvolvimento concebido pelo sistema capitalista.

Nessa perspectiva, o capital tende a mercantilizar e esvaziar o valor que o próprio território representa para assim caracterizá-lo em forma de lucro. Dessa maneira, "a natureza é vista como matéria-prima, como recurso, como *commoditie* a ser apropriada, transformada, vendida e comprada" (Malheiro e Cruz, 2019, p. 22). É nessa perspectiva que a Cargill pretende desenvolver seu projeto em Abaetetuba e que vem negando a existencia das comunidades tradicionais na região, com o propósito de instalar um porto, denominado Terminal de Uso Privado - TUP Abaetetuba.

O projeto da Cargill em Abaetetuba visa construir um porto para escoamento de *commodities* (em especial soja e milho), com uma movimentação de nove milhões de toneladas por ano, vindas dos estados do Pará, Maranhão, Piauí, Tocantins, Rondônia e Mato Grosso, e direcionadas para o mercado exterior (EIA Cargill, 2018). Nessa encruzilhada, existem cerca de 72 comunidades, ribeirinhas e quilombolas, que há centenas de anos vem construindo suas identidades nessa região.

Esses povos têm seu modo de vida e costumes tradicionais, vivem do extrativismo, como a coleta de frutos e a pesca artesanal, cultivam os laços de solidariedade e a vida em comunidade. A pertença ao território é um aspecto muito forte, por isso o resistir desse povos é a busca de continuar existindo. O território é considerado o abrigo, a comunicação, o encontro, alimento, organização, por isso para essas comunidades o território só é possível se for considerado de forma múltipla, levando em consideração todas as suas dimensões (Haesbaert, 2007), pois, só é possível compreender o território em sua totalidade entendendo sua multidimensionalidade (Fernandes, 2009, p. 202).

Nesse propósito que a comunidade ribeirinha do Rio Caripetuba vem construindo suas relações e firmando sua identidade. A pesca artesanal é uma das práticas que faz parte do dia-a-dia da comunidade, um dos meios de obtenção de alimento, renda econômica e relação social. Assim, "a pesca artesanal é compreendida como uma atividade extrativista, artesanal e territorial, para fins de subsistência e comercialização, que se constitui a partir de saberes e fazeres tradicionais" (De Paula, 2018, p. 366).

Ao considerar a pesca artesanal, considera-se também na pesrspectiva de território pesqueiro. Também numa relação de que "território pesqueiro é agua 'onde está o recurso pesqueiro' e terra 'onde está a comunidade'" (De Paula, 2019, p. 5). É nessa relação terra-águas que o ribeirinho/a constroe suas relações, adquiri o sustento da família e mantém sua base econômica. No entanto, esse modo de vida dessas comunidades tradicionais não vêm sendo respeitados, e a insegurança em continuar construindo suas territorialidades face as ameaças externas tem se tornado uma ameaça constante na vida desses povos.

CARGILL E AS POSSÍVEIS IMPLICAÇÕES NOS TERRITÓRIOS PESQUEIROS EM ABAETETUBA

Nos dias atuais, os pescadores da comunidade do Rio Caripetuba temem com as ameaças do projeto portuário da Cargill em seus territórios pesqueiros. Até o momento já foram identificados mais de 30 territórios pesqueiros ao qual a comunidade faz uso. Porém, a possível implantação do porto da Cargill tende a provocar sérias implicações nestas áreas,

compromentendo a vivência e soberania alimentar da comunidade. Ou seja, por mais que a empresa ainda não esteja instalada na região, trata-se equiparar com lugares em que a Cargill já está instalada, mensurando a partir das mudanças e implicações que a empresa provocou nestes lugares e assim considerar as possíveis implicações que a empresa pode causar caso consiga se instalar nessa região.

Esses impactos em territórios pesqueiros já se fazem presentes em outras realidades que a Cargill se encontra instalada, como se identifica nos estudos realizados pela Terra de Direitos em Santarém e Itaituba – "SEM LICENÇA PARA DESTRUIÇÃO: Cargill e violação de direitos no Tapajós (PA)". Em Santarém a empresa vem operando desde 2003, em consequência à pesca artesanal nota-se:

> A instalação do porto significou o fim da área de pesca que iniciava em frente à área urbana de Santarém e que se estendia até as proximidades do distrito de Alter do Chão. Atualmente, existem apenas dois pequenos pontos de pesca, um em frente à Igreja Matriz e outro na Praça Tiradentes, que ainda se mantêm na área urbana da cidade. Com a diminuição de áreas de pesca, os pescadores precisam ir cada vez mais longe em busca de peixes. (Terra de Direitos, 2021, p. 36).

Além da perda da área de pesca, também o relatório destaca a invasão de espécies exóticas, que são transportados na água de lastro dos navios e despejados no rio Tapajós para o carregamento da soja. Outro impacto significativo é a diminuição das variedades de peixes tanto em decorrência da invasão de espécies exóticas, como no intenso tráfego de navios, gerando muito barulho e possibilitando a migração dos peixes da região, além da poluição.

Em Itaituba é possível verificar como os impactos se assemelham, desde que a Cargill começou a operar em 2017, conforme apresentado no relatório lançado pela Terra de Direitos (2023). Tais impactos mais notáveis são a diminuição das áreas de pesca artesanal, balsas que danificam as malhadeiras colocadas no rio, contaminação por combustível das balsas, impactos na reprodução dos peixes, conflitos entre os moradores por espaços de pesca devido a diminuição, além do peixe contaminado pelo consumo de soja com agrotóxico.

Todos esses impactos são temidos pelos pescadores com o projeto TUP - Abaetetuba, que já sofrem impactos do complexo industrial e portuário de Vila do Conde, município de Barcarena. Além de barcaças da empresa Bertolini que ficam ancoradas às proximidades da ilha do Capim, aguardando vaga para descarrego no porto de Vila do Conde. Diante dessas logísticas, a comunidade do Rio Caripetuba vem acompanhando algumas mudanças relacionadas à pesca artesanal, principalmente a diminuição do peixe, inclusive espécies que já são consideradas extintas ou com risco de extinção e quanto à captura de peixe contaminado com soja e que rapidamente se estraga após ser capturado, sendo um processo que poderá se

intensificar ainda mais caso a Cargill, que tem como objetivo o transporte de grãos, se instale nesse local, como o próprio EIA da Cargill apresenta:

> A queda de grãos com agrotóxicos pode afetar direta ou indiretamente a fauna aquática, visto que os peixes que se alimentam destes grãos poderão ser contaminados interferindo ainda na alimentação de espécies de mamíferos aquáticos, presentes na área de influência do empreendimento (como é o caso do tucuxi - Sotalia sp.), que se alimentam exclusivamente destes animais. Além disso, o acúmulo de grãos no fundo pode aumentar a fonte de matéria orgânica nos sedimentos de fundo e alterar os processos geoquímicos locais (alteração de potencial redox e eventual mobilização de elementos), impactando por sua vez, a comunidade bentônica local e a oxigenação das águas. (EIA, 2018, p. 59 e 60).

Em 2015, com o naufrágio do navio Haidar no porto de Vila do Conde, município de Barcarena, os pescadores de Abaetetuba também sofreram com a contaminação da água por carcarças de cerca de 5.000 bois que seriam transportados vivos, além de uma carga de 700 toneladas de óleo que estava sendo transportada, causando morte de grande quantidade do pescado. Esses exemplos já vivenciados pelos/as ribeirinhos/as pescadores/as representam um alerta quanto a intensificação dos danos com a instalação de um empreendimento ainda mais próximo, como é o caso do projeto portuário da Cargill.

No EIA (2018) do Terminal de Uso Privado – TUP Abaetetuba da Cargill, realizado pela empresa consultora Ambientare – Soluções Ambientais LTDA, aprensenta que um dos impactos negativos relacionados à fauna aquática consiste na "perda e alteração de hábitats aquáticos". Assim se descreve no capítulo 6 - Avaliação de Impactos do EIA, como sendo presente durante a implantação e operação do empreendimento, com perda e alteração permanente, pois, "os hábitats alterados dificilmente retornarão à sua condição original" (EIA, 2018, p. 57).

O EIA também apresenta outros impactos relacionados à fauna aquática como: perturbação e afugentamento da fauna aquática; risco de acidentes ou perda de espécimes da fauna aquática; aumento da pressão na pesca em decorrencia da mobilização por busca de mão-de-obra na região e interferência na atividade pesqueira decorrente de alterações nas rotas de pesca. O Estudo já aponta que a maioria destes impactos são classificados como irreversíveis, pois, uma vez modificado pela ação de implantação e operação do empreendimento, não há possibilidades de reversão para as suas condições anteriores ao empreendimento. Assim, quanto às atividades pesqueira, o EIA apresenta que:

> O aumento do tráfego de embarcações na hidrovia e as atividades de carregamento hidroviário dos navios, o fundeio das barcaças e o impacto direto do funcionamento dessas embarcações (ruído e vibração), poderão eventualmente, gerar interferências nas atividades pesqueiras, modificando as rotas pesqueiras atualmente utilizadas pelos

> pescadores locais e produzindo efeitos nas condições da fauna aquática (afugentamento, procura por outros habitats) (EIA, 2018, p. 114).

A descrição que se apresenta é vista com certa estranheza por uma pessoa que desenvolve suas práticas identitárias com a pesca artesanal. Pois, como vai falar para um pescador/a que sua rota de pesca será modificada e que precisa deslocar-se para outros locais para exercer a atividade? Para o exercício da pesca artesanal não se resume apenas ao ato, há toda uma logística, comunicação cósmica e saberes que são levados em consideração. É comum um pescador/a dizer que os saberes tradicionais são primordiais para atividade, ou seja, há uma transmissão herdada tradicionalmente e geracional quanto à atividade. Diegues (2004, p. 196) descreve como sendo "um conjunto de práticas cognitivas e culturais, habilidades práticas e saber-fazer transmitidas oralmente nas comunidades de pescadores artesanais com a função de assegurar a reprodução de seu modo de vida".

Há uma herança familiar e comunitária de transmissão dos saberes de como pescar, quais os pontos pesqueiros e que espécie e época é propício em cada pesqueiro. Também a influência da lua para pesca propiciando a maré ideal para pescar cada espécie, o vento, maresia e a chuva são alguns dos elementos que são levados em consideração na atividade. Para um pescador/a não se realiza a atividade apenas no momento que sente vontade ou necessidade, mas é uma interação do fazer em observância dos sinais e indicações que a natureza vem a se comunicar. Os saberes tradicionais ocupam um papel fundamental na pesca artesanal.

Para De Paula (2018, p. 364) a pesca artesanal representa "muito além da produção pesqueira, promove relações comunitárias de respeito e reciprocidade, que se expressam na cultura". Sendo assim, dialogamos no intuito de compreender que a pesca artesanal não se limita apenas à soberania alimentar, mas também por meio dessa prática que laços comunitários se fortalecem, o respeito quanto ao uso dos territórios pesqueiros, com demais companheiros/as e com a natureza devem serem base para a manutenção desses espaços de uso comum.

Nessa consideração de territórios em disputa, que por um lado a Cargill vem tentando se instalar no município de Abaetetuba sem levar em consideração comunidades ribeirinhas e suas práticas tradicionais, por outro os/as sujeitos/as ribeirinhos/as pescadores/as vêm resistindo em meio às ameaças que sobressaem sobre seus territórios pesqueiros. Até o momento da construção deste trabalho, conseguimos mapear com a ajuda dos pescadores/as da comunidade do Rio Caripetuba, os respectivos territórios pesqueiros que fazem uso, os quais demonstramos no quadro abaixo.

Quadro 1: Descrição dos pesqueiros e as espécies de peixes capturadas do território do Rio Caripetuba.

N.	PESQUEIROS	ESPÉCIES MAIS COMUNS
01	Siripana	Arapaia, pescada, sarda, mapará, douradinha, piabinha, mandii, mandubé, dourada
02	Crua da Siripana	Pescada, sarda, mapará
03	Mangueiro Branco	Mapará e pescada
04	Praia Limpa	Mapará
05	Samaumeira	Pescada, filhote, douradinha
06	Canal da Giloca	Pescada, dourada, mapará
07	Ilha Verde	Pescada, mapará, sarda, douradinha
08	Profeta	Mapará, pescada, dourada
09	Baixo do Xingu	Mapará, pescada, dourada
10	Pedra do São José	Mapará e pescada
11	Jarumã	Mapará e pescada
12	Pesqueiro do Siriáco	Mapará
13	Garimã	Mandubé, pescada
14	Areião	Mapará, pescada, tainha
15	Baranduí	Mapará, pescada
16	Canal do Caripetuba	Mandií, dourada, piabinha, arraia, pescada, mandubé
17	Praia do Cazuza	Tainha, caratinga, pescada, mapará, filhote
18	Boca do Guajará	Dourada, mapará
19	Ilha do Cururu	Filhote, dourada, pescada, mapará
20	Ponto do Mapará	Mapará
21	Crua do Siriáco	Pescada e arapaia
22	Canal	Pescada, mapará, filhote, dourada
23	São Gó	Mapará, pescada, acari
24	Pesqueiro do Seco	Mapará, pescada, dourada
25	Barreiro	Tainha, pescada, mapará, sarda, caratinga, tucunaré *Um excelente pesqueiro para também capturar camarão
26	Pesqueiro Furo do Capim	Mapará, pescada

27	Pedra da Giloca	Dourada, filhote, arraia
28	Furo do Capim	Dourada, filhote, pescada, mapará
29	Pedra do Cururu	Mapará, pescada, sarda
30	Pesqueiro do mandii	Mandii, pescada
31	Bico da ponta	Mapará, pescada
32	Pesqueiro próximo o farol do Marajó	Filhote, piraíba, dourada

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados obtidos com os pescadores/as.

Os pesqueiros identificados são apenas os de uso da comunidade localizados na baia do Capim e do Marajó, não foram trazidos os pontos de pesca localizados dentro do rio. Também por se tratar de pesqueiros de peixes, não estão sendo mencionados os pontos de captura de camarão, que compreendem tanto dentro do rio, como nas dimensões das margens da baia. O camarão também é base alimentar da comunidade e também uma forma de garantia de renda para as famílias.

Diante de todas essas ameaças, tende a se acentuar nestes territórios intensos conflitos, como descreve De Paula (2019):

> Os Portos também ganham destaque quanto ao conflito com os territórios pesqueiros. Mais uma vez o moderno, com promessa de desenvolvimento, sobrepõe a tradicionalidade das comunidades e o direito de ser pescador artesanal. O avanço dos portos é responsável pelo deslocamento de comunidades inteiras, bem como resulta no estabelecimento de áreas de exclusão da pesca. (De Paula, 2019, p. 7).

Nesse propósito, as resistências são construídas pelos comunitários, como forma de assegurar que não sofram mais impactos por um projeto ainda mais próximo. Desde 2017 que as comunidades têm intensificado várias ações de lutas e resistências, na contramão de um projeto que vai contra a perspectiva do desenvolvimento comunitário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesca artesanal, desenvolvida por povos e comunidades tradicionais, é uma prática que se configura por meio da tradição, dos conhecimentos transmitidos através de gerações. Para muitas comunidades é uma das formas da soberania alimentar, além da obtenção de renda, das trocas de experiências, da convivência e do afeto. Sendo também um processo de fortalecimento da amizade e dos laços comunitários.

Porém, o avanço de grandes projetos capitalistas tem se tornado uma forte ameaça para essas comunidades, como é o caso do projeto portuário da Cargill, que veio a se tornar uma

grande preocupação para os comunitários do Rio Caripetuba. Os pescadores temem a perda de seus territórios pesqueiros e consequentemente a inviabilidade para pesca, mediante a possível circulação de barcaças e navios, afetando a segurança alimentar das famílias. Pois, na entre safra do açaí, é o período que mais se intensifica a pesca artesanal, sendo a comercialização do açaí e a pesca as duas principais fontes de renda da comunidade.

Nosso propósito foi apresentar apenas as implicações relacionadas aos territórios pesqueiros da comunidade. Porém, os comunitários temem outros impactos do projeto TUP - Abaetetuba, além dos que já são realidades na comunidade devido as tentativas da empresa em se instalar, como, assédios, violação da Consulta Prévia, Livre e Informada segundo a Convenção 169 da OIT, conflitos familiares e comunitário, problemas psicológicos e ansiedade, vínculos familiares rompidos, tentativas da empresa em adentrar à comunidade e reunir sem consentimento da maioria dos comunitários, entre outras violações vivenciadas também em outras comunidades.

REFERÊNCIAS

DE PAULA, Cristiano Quaresma. A pesca artesanal na geografia brasileira: impactos/conflitos, ambientes/territórios. **Para onde!?**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 01-08, 2019.

DE PAULA, Cristiano Quaresma. **Geografia(s) da pesca artesanal brasileira**. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

DIEGUES, Antonio Carlos. **A pesca Construindo Sociedades**. São Paulo: NUPAUB/USP, 2004.

EIA/RIMA - Estudo de Impacto Ambiental/ Relatório de Impacto Ambiental. **Terminal de Uso Privativo – TUP Abaetetuba (Cargill).** 2018. Disponível em: <https://www.semas.pa.gov.br/documentos/estudos-de-impacto-ambiental>. Acesso: 12 jan. 2019.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. **Territórios e territorialidades:** teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, p. 197-216, 2009.

HAESBAERT, Rogério. Território e Multiterritorialidade: Um Debate. **GEOgrafia**. Ano IX, n. 17, p. 19-45, 2007.

MALHEIRO, Bruno Cezar; CRUZ, Valter do Carmo. Geo-grafias do grandes projetos de des-envolvimento: territorialização de exceção e governo bio/necropolítico do território. **GEOgraphia**, vol:21, n. 46, 2019: mai./ago.

SCHRAMM, Petry Franciele et all. Sem licença para destruição: Cargill e violação de direitos no Tapajós - Santarém. **Terra de Direitos**. junho, 2021.

RAMOS, Lanna Paula et all. Sem licença para destruição: Cargill e violação de direitos no Tapajós (PA) - Itaituba. **Terra de Direitos**. abril, 2023.

CONFLITOS TERRITORIAIS E MORADIA: O CASO DE TRÊS COMUNIDADES RURAIS QUILOMBOLAS DA REGIÃO DO MÉDIO SÃO FRANCISCO (BAHIA)

Paula Adelaide Mattos Santos Moreira[1]

Guiomar Inez Germani[2]

RESUMO

O presente artigo, fruto das reflexões oriundas da tese de doutorado da primeira autora, com posterior desenvolvimento, estabelece relações entre as lutas territoriais e a conformação das moradias em três comunidades rurais quilombolas, localizadas no Território de Identidade do Velho Chico. Observando os exemplos de moradia aqui trazidos, em diversos enfoques e circunstâncias é possível verificar a versatilidade característica do campesinato, nas comunidades quilombolas. A diversidade é o que prevalece, porém, o cenário da limitação da posse, os aproxima e traz algumas das repetições encontradas. A integração com a natureza, a indivisibilidade entre interno e o externo no contexto da edificação e do trabalho seguida pelo domínio de técnicas construtivas independentes, trazem, para as moradias quilombolas, uma autonomia não só em relação à construção de suas edificações, mas, também, de sua relação com a moradia em si. Assim, por si só, o morar quilombola expressa uma forma de resistência camponesa, é uma luta incessante por territorialidades, é uma fonte infinita de referências sobre diversidade.

Palavras-chave: Moradia Rural, Comunidades Rurais Quilombolas, Conflitos Territoriais.

ABSTRACT

This paper, the result of reflections arising from the first author's doctoral thesis, with subsequent development, establishes relations between territorial struggles and the conformation of dwellings in three rural quilombola communities, located in the Velho Chico Identity Territory. Observing the examples of housing presented here, in various approaches and circumstances, it is possible to verify the characteristic versatility of the peasantry in quilombola communities. The integration with nature, the indivisibility between the internal and the external in the context of the building and the work, followed by the mastery of independent construction techniques, bring to the quilombola dwellings an autonomy not only in relation to the construction of their buildings, but also in their relationship with the house itself. The quilombola living expresses a form of peasant resistance, it is an incessant struggle for territorialities.

Keywords: Rural Housing, Rural Quilombola Communities, Territorial Conflicts.

[1] Professora Colaboradora da Residência AU+E em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade (PPGAU/UFBA), pesquisadora do Grupo de Pesquisa GeografAR e do Grupo de Pesquisa Arqpop. paulagemeos@gmail.com.

[2] Professora do Programa de Pós-graduação em Geografia (IGEO/UFBA), pesquisadora e coordenadora do Grupo de Pesquisa GeografAR. guio_ufba@yahoo.com.br.

INTRODUÇÃO

O presente artigo, faz parte de um estudo iniciado no ano de 2004, a partir de um convênio estabelecido entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e a Universidade Federal da Bahia (UFBA), esta última representada pelo Grupo de Pesquisa GeografAR, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFBA. Naquele momento, ainda não haviam sido elaborados Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTIDs) no âmbito da Bahia e, a ideia era de se elaborar cinco experiências piloto para pensar a metodologia[3] e iniciar o processo regularização fundiária de comunidades quilombolas no Estado.[4]

Nesta riquíssima oportunidade, na qual as duas autoras participaram, os levantamentos de campo para os RTIDs formam se misturando com questões de pesquisa para a maior parte dos envolvidos e, por isso, foram coletados materiais para análise que extrapolavam o objetivo do Convênio e confluiram, também, com a produção de trabalhos acadêmicos. Neste contexto, foram observados aspectos peculiares a questão habitacional que, treze anos depois, vieram à tona, pois, compuseram as reflexões sobre a moradia camponesa na tese de doutorado da primeira autora, defendida em 2017, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFBA (PPGAU) (MOREIRA, 2017).

Elaborado no contexto relatado, este texto estabelece relações entre as lutas territoriais e a conformação de implantação e arquitetônica das moradias em três comunidades rurais quilombolas: Jatobá, localizada no município de Muquém de São Francisco; Parateca e Pau D'Arco no município de Malhada e Lagoa do Peixe, no município de Bom Jesus da Lapa todos pertencentes ao localizadas Território de Identidade Velho Chico.[5]

Observando os exemplos de moradia aqui trazidos, em diversos enfoques e circunstâncias é possível verificar, a adaptabilidade característica do campesinato e,

---

[3] Ver a respeito: Guiomar I. Germani e Gilca Garcia de Oliveira (2006).

[4] Os RTIDs foram elaborados por uma equipe composta por técnicos de diferentes áreas, por estagiários pesquisadores de campo e coordenada por Guiomar Inez Germani (IGEO/UFBA), Gilca Garcia de Oliveira (FCE/UFBA), Valdélio Santos Silva (UNEB) e Genildo Souza de Carvalho (INCRA). O conjunto dos RTIDs estão disponíveis em www.geografar.ufba.br e em Oliveira; Germani (2008).

[5] As informações e história das Comunidades Quilombolas de Jatobá, Parateca e Pau D'Arco e Lagoa do Peixe foram extraídas dos RTID correspondentes elaborados pelo Grupo de Pesquisa GeografAR e, disponíveis em www.geografar.ufba.br e em Oliveira; Germani (2008).

principalmente, que o morar quilombola é uma forma de resistência camponesa, é uma luta incessante por territorialidades e, é uma fonte infinita de referências sobre diversidade.

O CONTEXTO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS NA PERSPECTIVA DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Desde 1988, com a inserção do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) na Constituição Federal, as comunidades quilombolas adquiriram novas perspectivas para a regularização fundiária das áreas em que vivem. O reconhecimento dessas Comunidades, a partir daí, passou a ser feito por um autorreconhecimento de sua identidade quilombola para, depois, terem este autoreco nhecimento certificado pela Fundação Cultural Palmares após o que podem dar início ao processo de reconhecimento formal de seus territórios.[6]

Normalmente, uma comunidade quilombola só aciona o instrumento de autorreconhecimento diante de uma situação de ameaça. É a partir do momento em que se depara com pressões de indivíduos que tentam expulsá-la de suas terras, se autoreconhecem como portadores de direitos, em especial como forma de garantir seus direitos territoriais e de permanência na terra. Normalmente, quando não há pressão ou ameaça, não se preocupam em se declarar quilombolas e vivem reproduzindo seus variados hábitos camponeses.

O autoreconhecimento é uma exigência que parte de fora da comunidade como condição de reconhecimento do grupo como portador de direitos territoriais. Interessante observar que no caso das Comunidades estudadas, o processo de autoreconhecimento não foi acionado num primeiro momento.

Foi a busca de outros direitos em especial aos direitos trabalhistas, ao direito de colocar roças e ao direito a pescar nas lagoas, que faz com que chegassem ao reconhecimento como sujeitos de direitos coletivos. Isto os colocou em outro patamar nos enfrentamentos.

O dinamismo das lutas de reconhecimento vem suscitando um lépido ritmo ao registro dessas Comunidades que, apoiadas nas entidades e organizações, a cada dia

[6] Até o Decreto 4887/2003 este processo era levado a termo pela Fundação Cultural Palmares, e posteriormente foi assumido pelo INCRA.

mais e mais se autoidentificam como quilombolas, aumentando a demanda por reconhecimento de territórios. Segundo os dados elaborados pelo Projeto GeografAR, em 2019, existiam na Bahia, 991 Comunidades Negras Rurais identificadas, sendo que destas, 758 se autoidentificaram como quilombolas e estavam certificadas pela Fundação Cultural Palmares (FCP). Quanto a localização, elas estão distribuídas em todo o Estado, vivendo realidades diversas.

No caso da Comunidade Quilombola de Jatobá, no município de Muquém de São Francisco (BA), a pressão contra a posse da terra iniciou-se no ano de 1986, quando Antônio Limoeiro chegou à região e se colocou contrário às roças dos quilombolas. A partir de 1994, o fazendeiro e seus prepostos começaram a adotar medidas violentas. Naquele ano, um morador da comunidade teve a cerca de sua casa derrubada e lhe foi proibido cultivar sua roça, sendo que, posteriormente, outros quilombolas também sofreram este tipo de pressão. Posteriormente, em 1998, um quilombola teve sua casa derrubada e uma barraca de lona destruída e, ainda, foi ameaçado com um cavalo. Neste mesmo ano, as roças ao redor das casas de outros quilombolas foram destruídas, além da mata na beira do rio. Em 1999, durante nova ofensiva de Antônio Limoeiro, foram disparados tiros de revólver, acompanhados de ameaças de morte.

Até então a comunidade se territorializava em toda área indicada na Figura 1, onde o poço Caruá, as fazendas Embaúba e José Ferreira e, o Projeto de Assentamento Vale Verde eram as referências limítrofes. A partir daí eles foram impedidos de percorrer toda a extensão da área sendo inclusive proibidos de se aproximar da Serra Geral, local utilizado para moradia em momentos de cheia do rio, conforme indica a mesma Figura 1. De acordo com relatos da comunidade, entre os anos de 1999 e 2001, eles foram ainda mais acuados, sendo obrigados a se estabelecer exclusivamente numa estreita faixa na beira do rio. Este foi um período difícil, onde a violência e o medo conviviam cotidianamente com a Comunidade. Porém, a partir de 2001 eles decidiram lutar por seu território e voltaram a ocupar parte da extensão de terras que haviam perdido, reterritorializando-se até o pé da Serra Geral. Antes disso, entretanto, em 1999, eles formalizaram a criação da Associação dos Trabalhadores Rurais da Fazenda Jatobá, fato que os fez se articular externamente, denunciar a violência que sofriam e, principalmente,

tomar conhecimento dos seus direitos enquanto comunidade quilombola. Assim, a Comunidade deixava de vivenciar questões cotidianas e passava a agir como sujeitos sociais, como sujeitos coletivos de direitos, fato que os levou a ser certificados em 2004, pela Fundação Cultural Palmares, como remanescentes de quilombo. Em decorrência disso, a Superintendência do INCRA/BA publica, em 2006, o RTID e, em 2007, Jatobá se constitui na primeira comunidade quilombola com território reconhecido formalmente pelo INCRA.

A ocupação da comunidade Parateca e Pau D'arco, no município de Malhada (BA), onde viviam cerca de 420 famílias, começou na segunda metade do século XVI, com os processos de mineração e, a consequente e lucrativa implantação de fazendas de gado – os currais – que se espalhavam por todo o vale do São Francisco. No século XVIII, a mineração entrou em decadência e, com ela, as fazendas deixaram de ser lucrativas, levando a região a uma estagnação econômica. Este fato possibilitou processos de resistência relacionados à territorialização da população escravizada que, se estabeleceu e se desenvolveu nas terras próximas das fazendas, principalmente, numa área doada em nome de Nossa Senhora Santana, nas terras da Santa. Porém, a partir da década de 1970, no processo de reconversão produtiva da região e a consequente valorização das terras, a pressão de fazendeiros se estabeleceu de forma drástica. Eles perderam o acesso ao rio e a área alagável do mesmo - onde ficavam as lagoas, tendo que se reproduzir socialmente somente numa linha horizontal bastante limitada, paralela a este na altura da localização das vilas e da estrada, conforme mostra a Figura 2. Antes disso, a maior parte dos quilombolas implantava suas moradias próximas das lagoas e dos braços de rio, organizando-se em pequenos grupos familiares. É importante destacar que as terras de Parateca e Pau d'Arco são limítrofes aos territórios de outras comunidades quilombolas, tais como Rio das Rãs[7] e Tomé Nunes[8]. Esta proximidade os ajudou no processo de organização e de luta pelo território. Assim, na década de 1990, com o auxílio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), foi criada a Associação Agroextrativista das Comunidades de Parateca e Pau D'Arco, e, com isso, a situação da Comunidade foi exposta sendo que as instituições competentes foram sendo acionadas no sentido de dirimir o problema fundiário na região.

[7] Rio das Rãs, em Bom Jesus da Lapa (BA) é um marco da luta quilombola e, em 2000 teve seu território titulado pela Fundação Cultural Palmares.
[8] Tomé Nunes, em Malhada (BA), foi reconhecida em 2004 pela Fundação Culturarl Palmares.

Este fato trouxe seu reconhecimento pela Fundação Palmares em 1998, a publicação de seu RTID em 2006 e a titulação de parte de suas terras pela Secretaria de Patrimônio da União em 2006[9] e, por fim, em 2007, foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) a portaria do INCRA que reconhece e declara seu território como remanescente de quilombo. Os próximos passos relacionam-se com a desapropriação das áreas particulares contidas no território quilombola, ainda pendente.

Quanto à comunidade quilombola Lagoa do Peixe, no município de Bom Jesus da Lapa (BA), em 1998 que começaram a perceber a perda territorial com o impedimento de uso por parte dos fazendeiros Sérgio, Lourivaldo e Tuca. Em 2000, eles perdem uma extensa faixa para a Associação Bom Sucesso, e, sucessivamente vão sendo subtraídas áreas do território quilombola por posseiros diversos até o ano de 2003. Assim como nas outras comunidades citadas, em Lagoa do Peixe as ameaças e a violência se fizeram presentes. Em meados da década de 1990, eles formaram sua associação, em 1998 a Fundação Cultural Palmares certificou sua ancestralidade através da certificação. Em 2006, foi publicado o RTID e, por fim, em 2009 o INCRA reconhece e declara, através do Diário Oficial, como território remanescente de quilombo.

Os três casos trazidos mostram situações de sucesso, já que todas as comunidades tiveram seus territórios reconhecidos pelo INCRA. Porém, é importante destacar que elas têm em comum, o fato de terem sido obrigadas a se organizar e lutar por sua permanência em seus locais de origem secular. Sem isso, elas não conseguiriam permanecer, já que as ameaças, as pressões e a violência por parte dos fazendeiros foram presentes em todos os casos. Como já mencionado, a realidade trazida aqui é do ano de 2005. Naquele momento, as comunidades haviam conquistado o direito de ter seus RTIDs elaborados. Assim, o que será mostrado a seguir, faz parte de um momento na vida destas comunidades onde suas posses estavam ainda precárias, eles continuavam sendo ameaçados, porém, já se constituíam como sujeitos históricos e se mantinham no local como tal. Neste contexto, tanto as características da implantação de suas moradias como suas edificações, ou seja, a materialização de suas territorialidades, vão trazer consigo este momento histórico e único que viviam: o de luta pelo território quilombola.

[9] Este título que reconheceu a propriedade de cerca de 7.800ha se constituiu num marco na história dos direitos territoriais das comunidades quilombolas, pois, foi a primeira vez que o governo federal titula uma terra de quilombo localizada em terreno de Marinha.

REFLEXÕES QUANTO A IMPLANTAÇÃO DAS MORADIAS QUILOMBOLAS NOS CASOS ESTUDADOS

Três questões se colocam quando se trata da implantação de moradias em comunidades quilombolas. Primeiro é que a disposição das habitações varia bastante, já que são completamente diversas as formas do relevo, os recursos naturais, as estratégias de sobrevivência e o número de famílias de cada uma delas. Uma comunidade quilombola pode viver na beira de um rio ou do mar e se constituir como pescadora, também pode estar inserida na Caatinga e viver com técnicas de sobrevivência na seca, ou, pode estar inserida na Mata Atlântica e viver de atividades extrativistas. Assim, suas habitações podem estar dispostas de forma linear, agrupadas, dispersas ou mistas.

A segunda é a centralidade, não necessariamente física, de espaços de uso coletivo por parte de cada comunidade em seu território. Esta característica é fundamental para a legitimação do grupo social já que faz com que cada indivíduo se torne parte de uma comunidade através dos hábitos e usos espaciais comuns a todos. Neste contexto, é possível que uma grande árvore se transforme num local de reunião e, um rio, além de fonte de produção extrativa, área de lazer e confraternização. Ambos, locais que mostram a particularidade de um grupo e o ajuda a se identificar como comunidade quilombola.

O terceiro aspecto a ser destacado é a mobilidade do local das moradias em relação à segurança da posse da terra. Quando ocorre conflito de terra que envolve o território quilombola, as comunidades tendem a se concentrar em núcleos habitacionais para tentar garantir a defesa do grupo. Normalmente estes conflitos são acompanhados de violência física e psicológica. Além disso, é comum a ocorrência de incêndios criminosos que destroem as habitações e os locais de produção e subsistência destas comunidades.

A Figura 1 mostra a implantação da comunidade rural quilombola Jatobá, localizada na margem esquerda do rio São Francisco, em Muquém do São Francisco/BA. Observa-se duas questões iniciais em relação ao local da implantação das moradias. A primeira, é que elas estão dispostas de forma linear em função da proximidade do rio São Francisco. Esta comunidade é predominantemente composta de pescadores artesanais que tem, também, na atividade agrícola sua fonte de subsistência.

Pode-se perceber que toda a extensão do território quilombola que se conecta ao rio está ocupado por moradias.

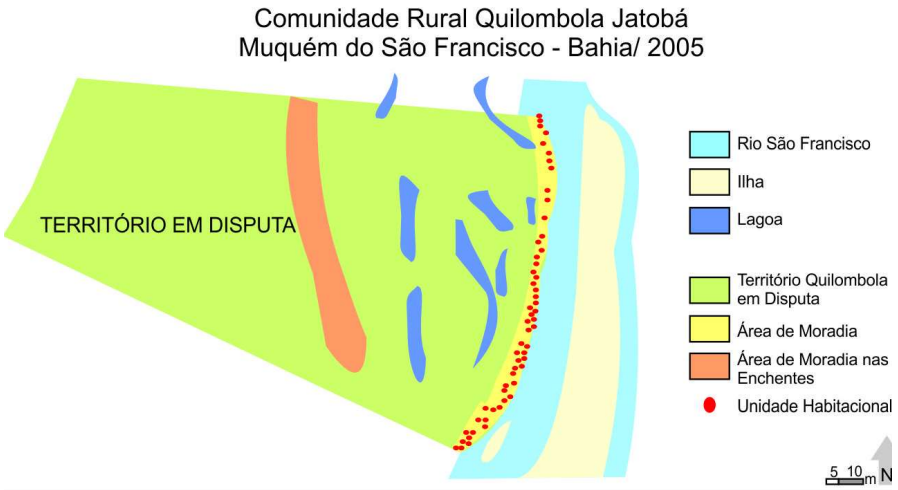


Figura 1 – Implantação das Moradias da Comunidade Rural Quilombola Jatobá, Muquém do São Francisco/BA. Fonte: GeografAR, 2004. Elaboração: Paula Moreira, 2016.

Outro aspecto relevante é que esta proximidade com o Rio não é, necessariamente uma opção. Como já mencionado, por questões de conflito com o dito proprietário da fazenda, a comunidade ficou acuada na beira do Rio, não podendo se espacializar de forma livre pelo território. Assim, seria provável que as moradias estivessem um pouco mais dispersas, isto é, num alinhamento não tão regular, caso os quilombolas pudessem escolher, de fato, onde gostariam de implantar suas casas naquele momento. Isto significa que, tanto a localização como a distribuição das casas é resultado do processo expropriatório. Porém, o fato é que o Rio sempre se constituirá numa referência, assim sendo, as casas não tenderiam a ter uma implantação distante de sua lógica. Neste sentido, é importante destacar que a Comunidade vive das atividades do sequeiro, da plantação nos lameiros e da pesca nas lagoas**.** Assim, em períodos de seca do rio, constituía suas moradias em locais próximos a água, fonte de vida, que, além disso, viabilizava transporte e comunicação. Porém, em períodos de cheia, suas moradias eram harmonicamente transportadas para áreas mais altas, ao pé da montanha - isto fazia parte do ciclo da vida que acompanhava os ciclos da natureza. Nestes momentos, segundo relato de membros da comunidade, as moradias na beira do rio ficavam submergidas, assim como grande parte de seus pertences. Este aspecto, no entanto, não era visto como algo ruim, ou, como perda. Eles comemoravam estes

momentos, pois, o rio deixaria com suas águas um grande e duradouro rastro de fertilidade e prosperidade para a comunidade.[10]

Fazendo uma analogia a Tuan (1980) quando trata dos índios anglo-americanos, os quilombolas por viverem há muitos anos na aérea, adquiriram um minucioso conhecimento da natureza, não a considerando como algo a ser dominado, mas como alguma coisa que eles também fazem parte, com importância tanto material, como espiritual.

A Figura 2 mostra a implantação da comunidade rural quilombola Parateca e Pau D'Arco. Apesar de estar, como Jatobá, na beira do rio São Francisco, a lógica de sua implantação se difere completamente desta. Suas moradias estão predominantemente dispostas em dois núcleos habitacionais, fora da área alagável do Rio. Já foi dito que a Comunidade de Parateca tem uma história extensa que remonta o início do povoamento na região, no século XVIII.

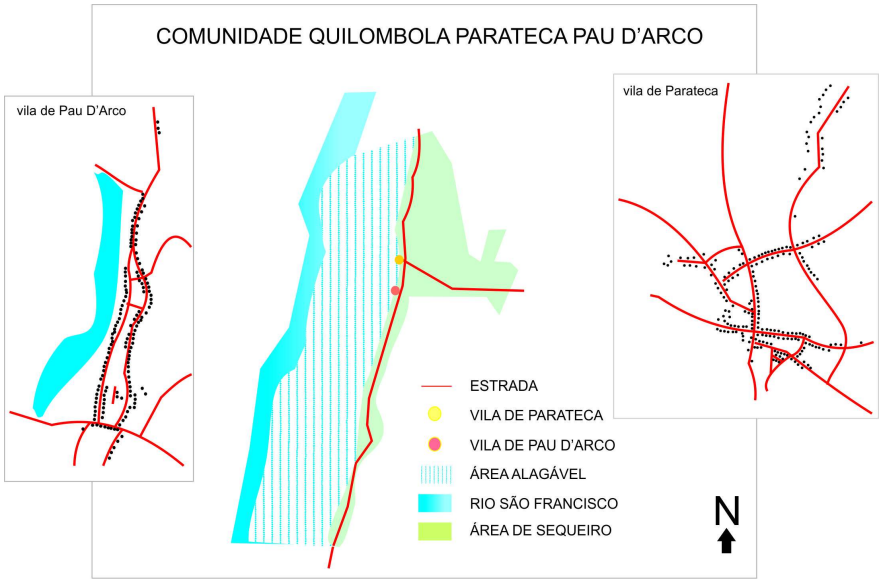


Figura 2 – Implantação das Moradias nas Comunidades Quilombolas Parateca/Pau D'Arco. Fonte: GeografAR, 2004. Elaboração: Paula Moreira, 2016.

Ali ainda se encontra as ruínas da majestosa igreja Nossa Senhora de Santana de Parateca, assim como características bastante peculiares, tais como um maior adensamento, a presença de infraestrutura e equipamentos sociais[11] e, um traçado mais

[10] Destaca-se que este movimento não era possível em momentos de conflito.

[11] Tanto em Parateca como em Pau d'Arco existia, em 2005, sede da associação, centro comunitário, salão comunitário, casa dos professores, escola, posto de saúde, boate, borracharia, pensão, Congregação Cristã, Centro Espírita, Igreja Católica e vários pontos comerciais.

complexo, com a presença de praças e ruas que, são dispostos de forma orgânica. Já a vila de Pau D'Arco, apesar de ter uma praça central e alguns equipamentos sociais, segue um traçado linear que persegue o trajeto da estrada vicinal que a liga à Parateca. São dois núcleos habitacionais vizinhos que, funcionam em conjunto e, que tem uma história de luta que os aproxima, tornando-os politicamente uma única comunidade. Existe ali um predomínio da lógica urbana na implantação das casas, porém, com grandes variações. Na mesma Comunidade pode-se encontrar tanto um conjunto de casas implantadas de forma adensada, quanto, ao contrário, o caso de uma única família camponesa que preferiu implantar sua moradia numa área mais ampla com menos proximidade com vizinhos.

Parateca e Pau d'Arco passaram por diversos processos em sua longa história. Tais processos foram marcados por fragmentações territoriais e, consequentemente, de territorialidades. No início de sua ocupação, como já mencionado, predominava-se a concentração de moradias seguindo a lógica familiar e de articulação com as lagoas e cursos d'água. Na medida em que as pressões foram sendo acentuadas, aconteceram vários processos, dentre eles o de migração, o de adensamento dos núcleos habitacionais de Parateca e Pau d'Arco evitando-se a permanência de habitações em locais mais isolados. Essas fragmentações foram traumáticas e, sucessivamente, foram desorganizando o modo de vida dos quilombolas, afetando cada um deles de forma diferenciada.

Outra comunidade, cuja implantação está representada na Figura 3, é a Comunidade Quilombola Lagoa do Peixe, também, localizada as margens do Rio São Francisco, no município de Bom Jesus da Lapa. Quanto à localização, Lagoa do Peixe mostra outro tipo de situação. A comunidade implantou a maioria de suas moradias de forma orgânica na área de sequeiro, mais próxima à estrada BA160 que do Rio, exceto quatro casas que se localizavam na área alagável. A centralidade se dava no núcleo principal e tinha em árvores os locais de referência.

O enredamento do processo de territorialização do grupo neste caso é bastante complexo, envolvendo conflitos, agressões e ameaças advindas de parte dos outros sujeitos que disputam o mesmo espaço: os da associação Boa Esperança, da associação Bom Sucesso,

o grupo Canafístola, o grupo dos Pernambucanos, posseiros sem grupos e fazendeiros. Diante de tantos percalços, os quilombolas de Lagoa do Peixe tinham moradias em condições bastante precárias, implantadas numa área que dispunha de poucos recursos naturais para garantir sua sobrevivência. Por esta razão, das três citadas, é a que se encontrava, em 2005, em situação mais penosa.

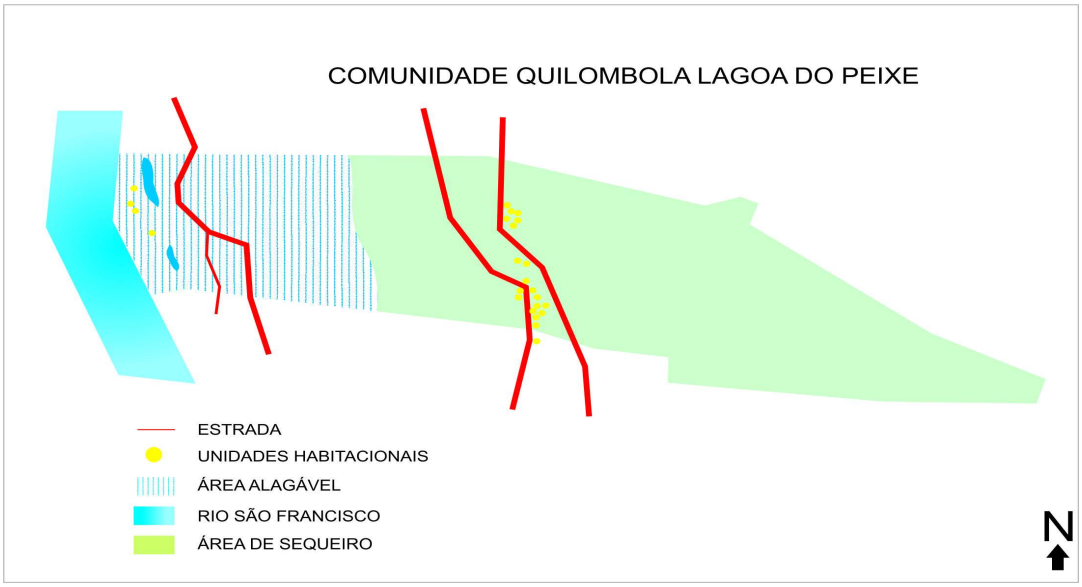


Figura 3 – Implantação das Moradias na Comunidade Quilombola Lagoa do Peixe. Fonte: GeografAR. Elaboração: Paula Moreira, 2016.

Fica evidente que a disposição das moradias está intimamente ligada aos processos de territorialização dos grupos e, subordinadas as complexidades oriundas da questão agrária que as envolve. Assim, as diferenças se dão pelas particularidades de cada grupo, de cada conjuntura, de cada meio, mas, as repetições, observadas pelas frequentes fragmentações dos modos de vida e de suas espacializações, acontecem pela precariedade da posse da terra e suas consequências, além da afirmação político-territorial do grupo.

Porém, também é clara a íntima relação entre ser humano e natureza, construída pela vivencia destas comunidades quilombolas em seus territórios tradicionais, podendo-se afirmar que eles adquiriram um saber ambiental, no sentido de Leff (2011), com um habitat significado pelos princípios da racionalidade ambiental, da sustentabilidade ecológica, da diversidade cultural e da equidade social.

UNIDADES DE MORADIA NAS COMUNIDADES RURAIS QUILOMBOLAS

As mesmas questões que balizaram a análise da implantação das moradias dos quilombolas, também se fazem presentes quando se observa as unidades habitacionais, porém, com as devidas adequações de escala. Primeiro, não existe um padrão de casa quilombola no contexto baiano, elas vão variar segundo os recursos naturais disponíveis, o domínio das técnicas construtivas, a inserção do grupo na esfera do capital, o relevo, a condição e preferência de cada família, dentre outros. O segundo ponto é que a questão do trabalho e da integração do interno com o externo da casa se coloca como fundamental. Na casa, o quilombola vai disponibilizar espaços para dar suporte aos materiais e equipamentos do trabalho extrínseco a casa, pois, tem uma relação com o externo de forma que ele também componha sua moradia. Isto ocorre porque para o camponês, a família, a terra e o trabalho são elementos que não se dissociam, como já tratado. A terceira questão é que a característica da moradia também pode variar a partir do grau de segurança que o quilombola tem em relação à posse da terra onde vive, já que a precariedade da posse gera a consequências a materialidade da moradia. Assim, um fator definidor das condições da moradia é a relação mantida com o pretenso proprietário que, normalmente, não permitia a construção de casas com materiais mais duradouros e nem cobertura com telha, para não comprovar o tempo de ocupação, por isso o mais comum são casas de taipa e telhado de palha.

No caso de Jatobá, as Figura 4 vai mostrar diferentes plantas e fachadas, porém, com algumas repetições que devem ser consideradas. Não foram colocados os nomes dos cômodos pelo fato destes possuírem usos mistos que, pela formalização do que seria quarto, sala, cozinha ou banheiro, não se enquadrariam.

Os modelos 1, 2 e 3 mostram três exemplos de unidades habitacionais com dois cômodos. As duas primeiras possuem duas portas que abrem para o mesmo cômodo, parecendo ter a intenção automática de integrar a frente e o fundo da casa. Elas também têm em comum a presença de uma janela no cômodo onde as famílias dormem. Como diferença, que tem muita relação com o gosto dos moradores, é que os telhados cerâmicos destas casas têm suas águas direcionadas em sentidos contrários. Além disso, o que se chama a atenção é o tamanho das famílias que ocupa cada casa que, tem dimensões parecidas.

Na casa do Modelo 1 existia, em 2005, um casal com duas crianças pequenas. Na do Modelo 2, uma grande família com nove pessoas. Esta questão traz para as duas casas que, aparentemente são semelhantes, uma diferença muito grande. Isto porque o fator determinante aí não se trata da escassez de recursos materiais para a construção da casa e, sim, uma adequação diferenciada por parte de cada família em relação a área que ocupa na parte interna da moradia. A forte relação do interno com o externo traz, para a família maior uma menor necessidade de edificar espaços.

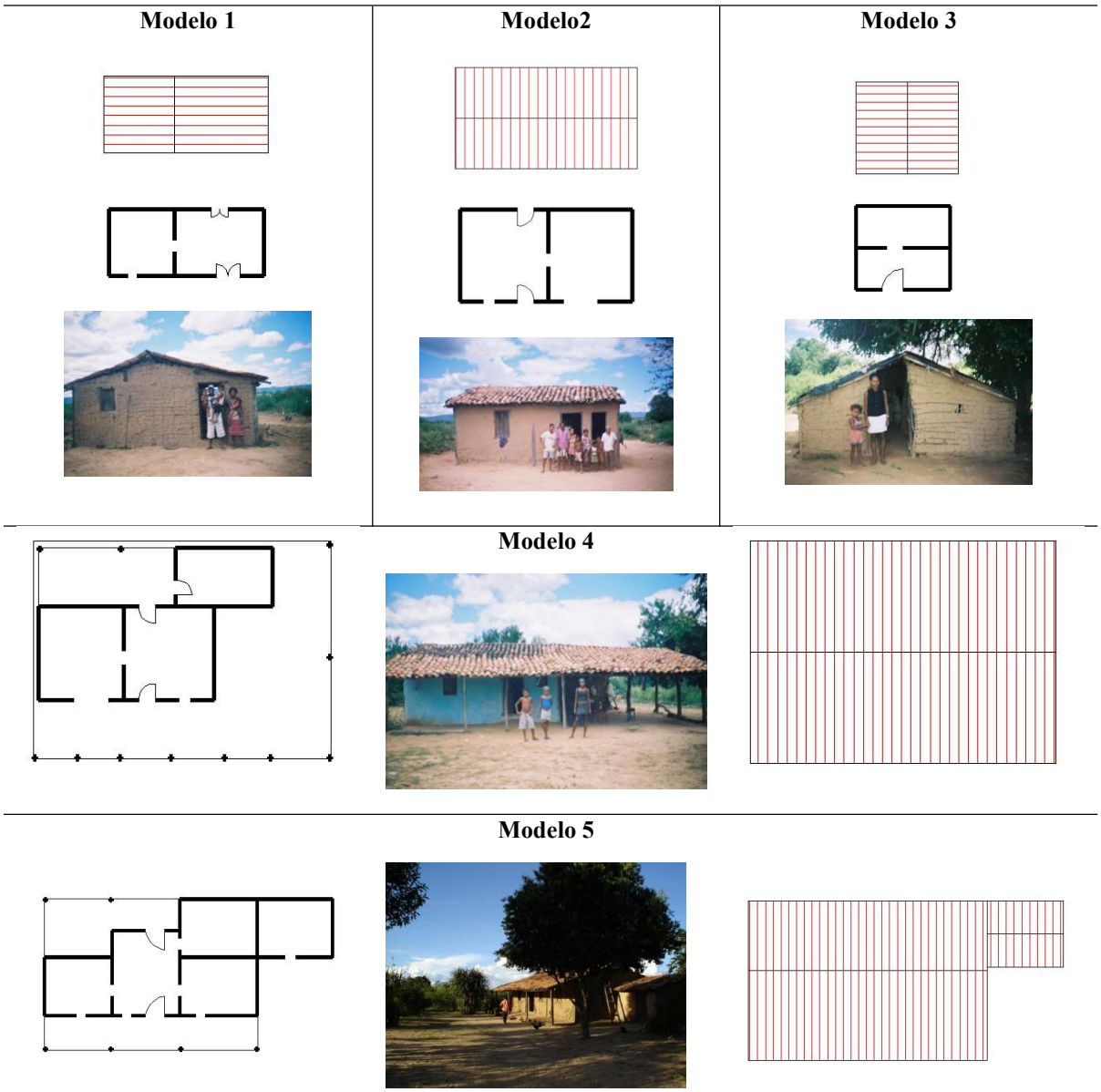


Figura 4 – Plantas e Fachada de Moradia em Jatobá. Fonte: GeografAR, 2004. Elaboração: Paula Moreira, 2016.

O Modelo 3 apresenta uma casa pequena, também com dois cômodos. Esta casa tem somente uma porta e nenhuma janela, além disso, é bastante baixa. Percebe-se aí uma necessidade de isolamento, de vedação entre o interno e externo. A pequena família parece ter se utilizado de uma lógica baseada na segurança de seus corpos para edificar sua moradia. Já os modelos 4 e 5 mostram famílias quilombolas que demonstram uma maior territorialização a partir de sua casa. Ao que parece, observando-se o Modelo 4 em conjunto com as anteriores é que houve uma construção inicial com dois cômodos, seguindo a lógica das casas dos modelos 1 e 2, com um ambiente que liga a frente e o fundo da casa e, outro mais guardado, onde se dorme.

Porém com três acréscimos bastante significativos: uma área coberta no fundo (o local de preparo dos alimentos), um cômodo fechado e uma grande varanda na parte frontal da casa. Esta última mistura funções de integração social, tanto intra como extra família, além de servir para guardar equipamentos, sementes e materiais de trabalho. Chama-se muita atenção o cuidado com o acabamento da casa que, de taipa, se encontrava rebocada e pintada.

O Modelo 5 mostra uma casa com uma lógica construtiva inicial muito próxima à do Modelo 4, porém, com diferenças essenciais. Primeiro, cinco cômodos da casa têm portas que os ligam àquele que se abre para frente e para o fundo. Segundo, existe um cômodo ligado a construção da casa, porém, com abertura independente, quase como um anexo. Terceiro, a varanda frontal é pequena, não acomodando a reunião de muitas pessoas, diferente da casa Modelo 4. Observando-se a foto referente ao Modelo 5, percebe-se a presença de uma árvore frondosa próxima a casa. É justamente esta árvore que, como extensão da casa, faz o papel de acolher as visitas. Quanto ao local de armazenagem dos apetrechos de trabalho, o cômodo isolado teria esta função, observando-se que, para esta família, a divisão dos cômodos, com a formalização espacial de funções especificas, é mais marcada que para os outros exemplos. Para uma comunidade acuada e com um processo de territorialização fragmentado pelas ameaças e ações violentas do fazendeiro e seus capangas, as diferenças se fazem presentes nas unidades habitacionais, mostrando que mesmo numa comunidade, com uma identidade específica, existem padrões diferenciados de possibilidades habitacionais.

Ainda se tratando de Jatobá, Figura 5 mostra variados aspectos externos da unidade habitacional dos quilombolas que, entretanto, compõem a moradia dos mesmos,

formando um uno entre o interno e o externo. A casa de farinha (Figura 5-A), com seu uso coletivizado, é fundamental para a manutenção das famílias quilombolas. Ela compõe o cotidiano da comunidade, ela é um ponto de encontro e sociabilização, ela traz uma referência de grupo. Assim, ela mostra que para os quilombolas, a moradia não se trata somente de uma unidade habitacional privativa, mas, de elementos que contemplem o todo, reafirmando-se, através desta edificação, que o território é a moradia dos quilombolas.

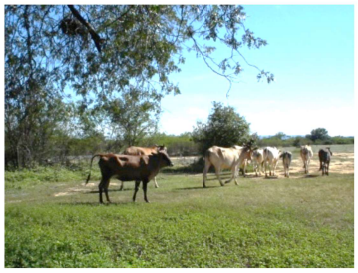
A– Casa de Farinha	B – Gado Pastando	C – Pescadores
		
D – Plantação	**E – Casa com Quintal Plantado**	**F – Estábulo**

Figura 5 – Fotos e Quintais em Jatobá. Fonte: GeografAR, 2005

O pasto de uso comum com gado Figura 5-B e os rios e seus pescadores da Figura 5-C vão reforçar este sentido para a moradia quilombola. Os espaços externos, vinculados com os recursos naturais e a natureza, trazem uma continuidade para a moradia, não de uma única família, mas, do grupo. Já as imagens 5-D, 5-E e 5-F revelam o uso de espaços próximos a unidades habitacionais particulares e específicos de cada família. Isto mostra a particularidade de cada grupo familiar no contexto da comunidade quilombola, trazendo, ainda o trabalho na agropecuária vinculado às unidades habitacionais. Estes elementos se colocam como fundamentais para cada uma das famílias. Porém, umas terão hortas maiores, outras, grandes galinheiros, algumas, um pouco de cada, sem prevalências, outras vão tratar de cuidar de ovelhas, cabras ou vacas. O que importa é que não há como padronizar o gosto pelas especificidades do

trabalho camponês no âmbito de sua conformação espacial, porém, esta relação moradia e trabalho, dada pela formal integração entre o interno e externo é real e, deve, necessariamente, ser considerada em suas diferenças, não nas repetições.

Em Parateca e Pau d'Arco outras relações se fazem importantes de serem comentadas. Como já mencionado, estas comunidades tem um histórico que as remete ao século XVIII, com uma implantação intencionalmente incentivada a composição de núcleos habitacionais[12], inclusive com a presença da igreja de Santana, materializando tal propósito. Não obstante a isso, as moradias possuem certo padrão de implantação, limitadas pelas áreas que seguem um parâmetro urbano. Assim, a territorialidade dos moradores destes núcleos, enquanto camponeses, é diferenciada, em nuances e gradações, não só consequentes dos traumas e fragmentações causados pelos conflitos de terra, mas, pela própria essência do formato da implantação.

Um tipo de moradia muito comum em áreas com estas características são as de uso misto entre moradia e comércio (tais como, bares e mercearias). A Figura 6 mostra um exemplo. A parte frontal da casa, que se coloca diretamente em contato com a rua é destinada ao comércio. Este cômodo tem, entretanto, uma ligação com a parte da casa destinada a habitação, mais especificamente, com uma espaçosa cozinha. Isto mostra que a casa, de forma mais ampla, adota o uso misto, acontecendo usos combinados mesmo nas áreas onde os usuários do comercio não adentram. Assim, a casa está em função da cotidianidade da família, mas, também, do trabalho no comércio. A relação intrínseca entre trabalho e família é característica do camponês, assim, esta forma espacial pode se constituir numa mutação adotada de forma estratégica para acomodar a realidade mais limitada à manutenção da família camponesa, reiterando-se o que Shanin (2005) traz sobre a característica moldável e adaptável do camponês nesta sociedade que tenta, a todo custo, desintegrar seu modo de vida.

Porém, esta estratégia pode se adequar a algumas famílias, porém, diversas outras se utilizarão, concomitantemente, de outros recursos para se manter. Por exemplo, vão existir casos de moradias com área ampla e mais afastada do conjunto, com um curral acoplado no quintal; outras extremamente isoladas, com currais maiores

[12] De acordo Moreira e Germani (2016), no período Colonial, a Igreja em conjunto com o governo se auxiliavam no processo de controle do território, tendo a função de agrupar os andarilhos em povoações para que eles fossem desencorajados de infringir a lei e se adequassem a uma vida digna junto à paróquia. Neste sentido, um fator considerado importante para o estabelecimento e crescimento dos povoados era a implantação de capelas.

e quintais capazes de comportar várias atividades que envolvam agricultura e criação; também, é possível se encontrar moradias temporárias, neste caso, o quilombola mantém sua casa no núcleo habitacional e, periodicamente se dispõe a ficar em áreas mais afastadas, nestes tipos de moradia (podendo ser de madeira e lona), para exercer plenamente sua atividade rural. Neste último caso, eles se dividem em edificações separadas que juntas compõem, inclusive com as áreas em que trabalham, sua moradia.

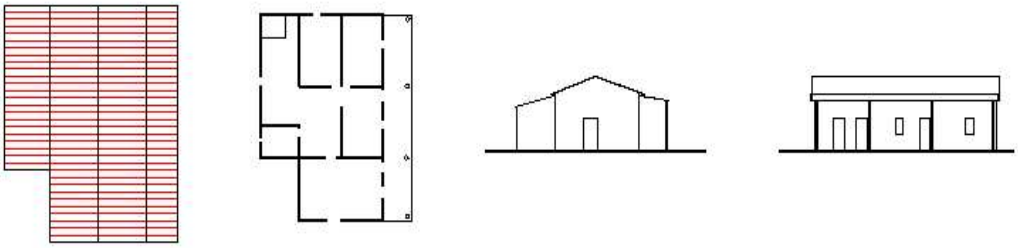


Figura 6 – Plantas e Fachadas de Moradia com Função Mista em Parateca/Pau D'Arco. Fonte: GeografAR. Elaboração: Paula Moreira, 2016.

Heranças das vilas coloniais se fazem presentes, principalmente em Parateca, por isso, é comum a presença de casas de porta e janela, com platibanda, que, são construídas desta forma, até os dias atuais. Neste caso, a casa e a rua tem uma relação de maior proximidade e, valoriza-se a frontalidade das edificações. Contraditoriamente, coexistem ali, também, moradias com outro tipo de lógica: as que se colocam atrás de muros, no caso de madeira, com a intenção de se ter um anteparo no acesso às unidades habitacionais.

Um aspecto importante que aparece tanto em Jatobá quanto em Parateca e Pau d'Arco é uso da taipa de mão nas suas edificações. Esta técnica é bastante disseminada entre as populações camponesas no Brasil, apesar de ser considerada pela sociedade como uma solução inadequada. No caso dos quilombolas esta interpretação é dada pelo grau de solidez da construção em taipa: uma casa de taipa é facilmente destruída, porque ela é muito frágil; diante do fogo, por exemplo, é destruída por completo. Não se podem julgar os quilombolas por isso, já que em todos os casos aqui tratados, seus opressores destruíram habitações para tentar afugenta-los. Também houve relatos, como em Lagoa do Peixe, de fazendeiros que só permitiam a construção de casas em taipa, justamente pela sua materialidade vulnerável, o que era um impedimento para comprovar o tempo de ocupação, em caso de litígio. Porém, da mesma forma que a

taipa se coloca como algo provisório ou frágil, ela simboliza a persistência e a maleabilidade camponesa e faz parte da base de seus saberes construtivos. Isto porque, nos casos onde houve sua destruição, isto não afugentou os quilombolas, ao contrário, eles construíram rapidamente outra habitação em taipa, como forma de resistência. Assim, a taipa é uma técnica utilizada pelos quilombolas para garantir abrigo em momentos de dificuldade e resistência, mas, sendo vista pela sociedade como uma técnica precária, associando-a a veiculação de doenças (principalmente a doença de chagas) e a comunidades carentes, ela tende a ser substituída por casas com outros materiais. Neste sentido, é comum que os quilombolas tenham como aspiração uma habitação construída de alvenaria de bloco. Esta, além de lhes ter sido por muito tempo proibida, oferece mais segurança e solidez, os aproxima dos padrões urbanos de habitabilidade aceitos e veiculados pela sociedade.

Sem desconsiderar a questão da violência e dos conflitos e suas repercussões, já tratados aqui, outro aspecto que deve ser considerado em relação a Jatobá é a distância entre a comunidade e a sede municipal e, principalmente seu difícil acesso. Este é feito predominantemente por barco, fato que dificulta os deslocamentos de materiais de maior volume e peso, fato que tolhe, para além das proibições por parte do fazendeiro, a construção de casas de bloco.

Em Parateca e Pau d'Arco a realidade é outra. A Figura 7-A mostra um esquema de casa feita em taipa de mão. Ela, primeiramente, revela uma planta quase que no padrão de uma habitação de interesse social fornecida pelo Estado, com dois quartos, sala, cozinha (por questão de higiene o banheiro se localiza fora do corpo da casa). Casas em taipa normalmente são utilizadas por casais jovens que estão começando a vida. Com o tempo eles vão se organizando e acumulando dinheiro para realizar o sonho, e fazer uma casa de alvenaria de bloco. A Figura 7-C mostra este processo: a casa de taipa ao lado de uma casa de alvenaria de bloco sendo construída. A tendência é de se transferir a nova casa, após sua conclusão e, utilizar a de taipa como depósito. Porém, também é frequente a demolição da casa de taipa após o termino da casa de alvenaria. Pela escassez de recursos e dificuldade de acesso, normalmente as casas de alvenaria demoram de ser concluídas. A Figura 7-B mostra um exemplo de planta de unidade habitacional de alvenaria em Parateca. Destaca-se, a semelhança com a planta da casa em taipa, porém, com o aparecimento do banheiro no seu interior.

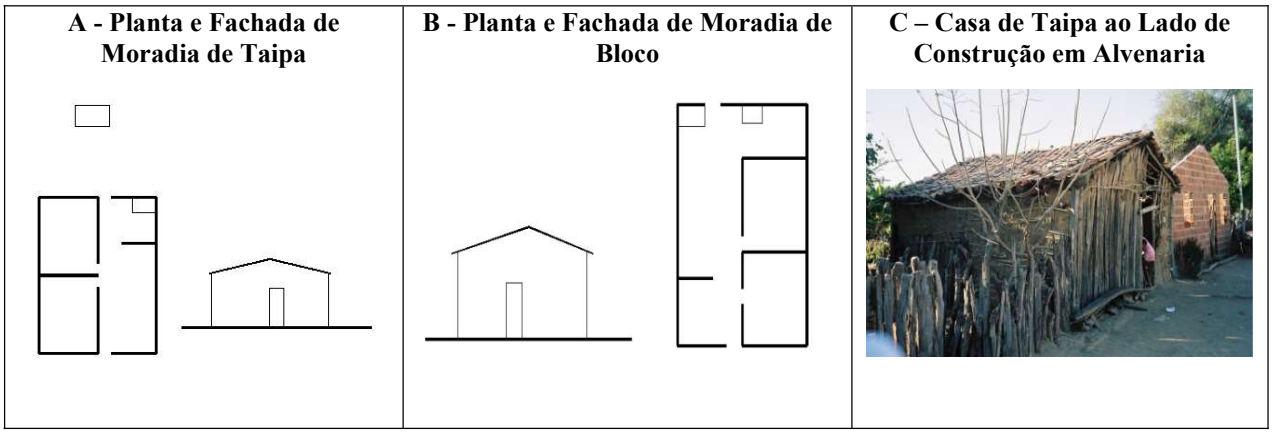


Figura 7 – Moradias em Taipa e Alvenaria de Boco em Parateca/Pau d'Arco. Fonte: GeografAR, 2005. Elaboração: Paula Moreira, 2016.

De Lagoa do Peixe foi trazido o exemplo de uma única moradia (Figura 8). Ela traz consigo, algo bastante peculiar: sua materialidade viabiliza, ao extremo, a relação do interno com o externo. Feita de pau a pique, a casa teve como concepção a colocação das madeiras roliças de forma bastante espaçada, permitindo uma ventilação constante na edificação e uma total visibilidade em ambos os sentidos.

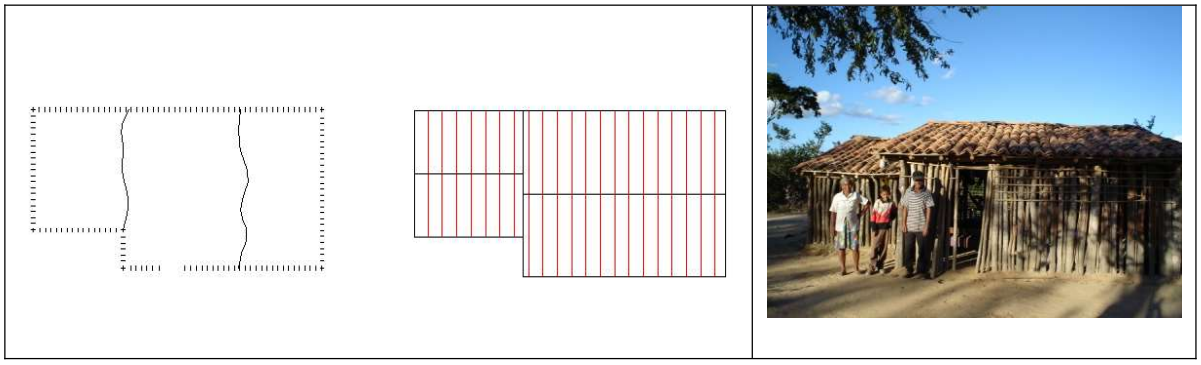


Figura 8 – Modelo de Moradia em Lagoa do Peixe. Fonte: Geografar, 2005. Elaboração: Paula Moreira, 2016.

Pela Figura 8 é possível perceber que ela também traz consigo a característica da fluidez e da leveza: suas paredes internas são de tecido bem leve, não apresentando obstáculo a ventilação. Outro aspecto marcante é que, inserida na área de sequeiro e num município extremamente quente, a família buscou um local onde pudesse compor sua moradia com o sombreamento concedido pelas árvores. Assim, a pequena construção não se constitui como o total da área da unidade habitacional. Seu entorno também faz parte deste e, isso só é possível pela profunda relação que esta família tem com a natureza, fazendo-a interagir com a mesma de forma sensível, integrada e agradável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observando os exemplos de moradia aqui trazidos, em diversos enfoques e circunstâncias é possível verificar, na escala na moradia, a versatilidade característica das moradias camponesas nas comunidades quilombolas. A diversidade é o que prevalece, porém, o cenário da limitação da posse, os aproxima e traz algumas das repetições encontradas. A integração com a natureza, a indivisibilidade entre interno e o externo no contexto da edificação e do trabalho e, o domínio de técnicas construtivas independentes, trazem, para as moradias quilombolas, uma autonomia não só em relação à construção de suas edificações, mas, também, de sua relação com a moradia em si. Assim, por si só, o morar quilombola é uma forma de resistência camponesa, é uma luta incessante por territorialidades, é uma fonte infinita de referências sobre diversidade.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GERMANI, G.I.; OLIVEIRA, G.G. de. **Reconhecimento de territórios quilombolas: a experiência do Convênio de Cooperação Técnica na Bahia**. In. Castanhada Filho et. al. Incra e os desafios para regularização dos territórios quilombolas: algumas experiências. Brasília: MDA:Incra, 2006.

LEFF, Enrique. **Saber Ambiental: Sustentabilidade, racionalidade, Complexidade, Poder**. Tradução de Lúcia M. E. Orth. Petrópolis: Vozes, 2011.

MOREIRA, P. A. M. S. **Resistência e Territorializações: a Moradia Camponesa, com ênfase nos Projetos de Assentamento de Reforma Agrária do Estado da Bahia.** (Tese de Doutorado) PPGAU-FAUFBA, Salvador, 2017.

MOREIRA, Paula A. M. Santos, GERMANI, Guiomar Inez. **A Moradia no Contexto do Conflito por Terra: Comunidade Negra Rural Quilombola Porto Dom João**. Anais do IV SINARUB. Salvador, 2016.

OLIVEIRA, G.G, GERMANI.G.I. **Comunidades Negras Rurais Quilombolas da Bahia. Relatórios Técnicos para o Reconhecimento de Territórios Quilombolas.** Publicação em CD-ROM. Salvador: EDUFBA, 2008.

SHANIN, Teodor. **A Definição de camponês: Conceituações e Desconceituações – o Velho e o Novo em uma Discussão Marxista**. Revista Nera. Ano 8. Nº7 – Julho/dezembro. Presidente Prudente, 2005.

TUAN, Yi-fu. Topofilia: Um Estudo da Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente. Tradução de Lívia de Oliveira. São Paulo/ Rio de Janeiro: DIFEL, 1980.

A AGROECOLOGIA NO QUILOMBO DO MATA CAVALO EM DETRIMENTO DO AGRONEGÓCIO EM MATO GROSSO

Nome Completo[1] Robson Ferreira da Silva Carvalho

Nome Completo[2] Giseli Gomes Dalla Nora

Nome Completo[3] Sílvia Fernanda Cantóia

RESUMO

A agroecologia surge como uma alternativa viável para os quilombolas, para além da produção, reconstruir os saberes comunais. Em que produzir alimentos é bem mais que satisfazer às necessidades de um mercado especifico simplesmente." Em especial o trabalho aborda a agroecologia no quilombo do Mata Cavalo em Nossa Senhora do Livramento A agroecologia é uma alternativa à agricultura convencional, que utiliza monoculturas, transgênicos, fertilizantes químicos e agrotóxicos, causando danos à saúde e ao meio ambiente. A agroecologia visa não apenas aumentar a produtividade, mas também melhorar a qualidade de vida das populações rurais e urbanas, promovendo a soberania alimentar e o desenvolvimento local.

Palavras-chave: Agroecologia, quilombo e soberania

SUMMARY

Agroecology emerges as a viable alternative for the quilombolas, in addition to production, to rebuild communal knowledge. In which producing food is much more than simply meeting the needs of a specific market." In particular, the work addresses agroecology in the Mata Cavalo Quilombo in Nossa Senhora do Livramento. Agroecology is an alternative to conventional agriculture, which uses monocultures, transgenics, chemical fertilizers and pesticides, causing damage to health and the environment. Agroecology aims not only to increase productivity, but also to improve the quality of life of rural and urban populations, promoting food sovereignty and local development.

Keywords: Agroecology, quilombo and sovereignty

INTRODUÇÃO

Os quilombos são exemplos de resistência e preservação da cultura africana no Brasil. Eles surgiram como forma de luta contra a escravidão e a opressão colonial, e se estabeleceram em áreas remotas e de difícil acesso. Hoje, os quilombolas continuam a enfrentar desafios para garantir seus direitos territoriais, sociais e culturais. Segundo

[1] Mestrando do Curso de Geografia da Universidade Federal - MT, autorprincipal@email.com
[2] Doutora pelo Curso de Geografia da Universidade Estadual - MT, coautor2 giseli.nora@gmail.com
[3] Doutora pelo Curso de Geografia da Universidade Federal – MT ,coautor3 silvia.contóia@ufmt.br

Souza (2020), o conhecimento tradicional dos quilombolas pode contribuir para o desenvolvimento sustentável, pois eles sabem como usar os recursos naturais de forma equilibrada e respeitosa.

Um exemplo disso é a forma como eles organizam seu território, levando em conta as características ambientais, históricas e culturais de cada lugar. Além disso, os quilombolas mantêm uma identidade social e espacial que reflete sua herança cultural, transmitida de geração em geração.

Por isso, é importante valorizar e proteger os quilombos como patrimônios da humanidade, que expressam a diversidade e a riqueza do povo brasileiro. Nessa perspectiva, essa abordagem assume sua relevância pela representatividade que as controvérsias em relação às áreas do conhecimento que se pretendem aqui discutir têm se tornado cada vez mais evidentes no contexto das produções acadêmicas, bem como porque vem se tornando cada vez mais cada vez mais é necessária uma proposta pedagógica. diferenciados e de acordo com a realidade e necessidades das populações rurais tomadas em sua diversidade, pois esses sujeitos são apreendidos atualmente por meio de uma gama de grupos introduzidos nos territórios rurais, como moradores locais, paisanos, quilombolas e outros. Os quilombos são exemplos de agroecologia no Brasil, pois combinam o saber tradicional dos seus ancestrais com o conhecimento científico atual.

METODOLOGIA

A estrutura metodológica delineada para este estudo, fundamentada etapas estratégicas, revela-se uma ferramenta robusta para aprofundar a compreensão da contribuição dos quilombos para a preservação cultural e o desenvolvimento sustentável, com especial ênfase na interseção entre essas comunidades e a agroecologia.

A revisão bibliográfica, inaugurando o percurso metodológico, proporciona uma base teórica sólida, integrando estudos sobre quilombos, resistência cultural, preservação ambiental e agroecologia. Este embasamento teórico revela-se essencial para compreender a complexidade das relações entre quilombos e sustentabilidade, alicerçando as etapas subsequentes.

Ao adentrar a realidade quilombola através de visitas de campo, a pesquisa se propõe a coletar dados primários, enfocando a organização territorial, práticas agroecológicas e a transmissão intergeracional de saberes.

A análise da identidade social e espacial dos quilombolas, terceiro passo metodológico, é conduzida através de uma abordagem que incorpora observação participante e análise de documentos históricos. Dessa maneira, busca-se compreender não apenas o presente, mas também a rica herança cultural transmitida de geração em geração, contribuindo para a construção da identidade quilombola.

Ao abraçar essa metodologia, nossa aspiração é não somente enriquecer o conhecimento sobre os quilombos, mas também contribuir ativamente para a preservação de suas tradições, fortalecendo suas práticas agroecológicas e fomentando um desenvolvimento mais sustentável e inclusivo.

A pesquisa, assim concebida, alça voo em busca de respostas que transcendem os limites do acadêmico, ecoando no fortalecimento das raízes culturais e na construção de um futuro mais resiliente e equitativo para as comunidades quilombolas.

A AGROECOLOGIA NO QUILOMBO DO MATA CAVALO EM DETRIMENTO DO AGRONEGÓCIO EM MATO GROSSO

Os quilombos, sendo comunidades negras rurais, preservam suas tradições, cultura e memória, além de adotarem uma forma autônoma de gestão. Originados dos escravizados que escaparam das fazendas, refugiaram-se em áreas de difícil acesso e resistiram ao sistema escravista, esses povos têm desempenhado um papel notável ao longo do tempo.

Conforme Souza (2020) destaca, a fusão do conhecimento técnico-científico com a sabedoria popular promete resultados mais consistentes no âmbito do desenvolvimento ambiental e social. Um exemplo notável é a utilização pelos povos quilombolas dos conhecimentos ancestrais de desenvolvimento sustentável, evidenciando sua preocupação com o uso responsável dos recursos naturais, considerando sua finitude e utilização.

Nesse contexto, as análises voltadas para a preservação devem abranger a dimensão social, propondo um diálogo com a comunidade para a formulação de modelos que contribuam para a melhoria da qualidade de vida da população e a preservação da natureza.

Para enriquecer o debate, é pertinente analisar a organização do território, considerando as técnicas que transformam e qualificam as áreas, bem como as fontes de recursos disponíveis. Essa análise contribui para a definição de leis e estruturas que moldam as fronteiras, muitas vezes demarcadas de maneira clara ou não.

É fundamental ressaltar que, ao longo do tempo, nos territórios estatais e em diferentes localidades, desenvolveu-se uma identidade social e espacial específica. Essa identidade é forjada por correntes culturais particulares que evoluíram ao longo de gerações. A principal indagação reside no modelo de crescimento econômico pelo qual a natureza encontra-se subjugada e nos problemas sociais que emergem desses procedimentos.

> Os territórios tradicionais de uma cultura, de um povo, de uma etnia, de um grupo social são, por mais "orgânicos que se nos afigurem com os olhos de hoje, comumente decorrentes — não nos esqueçamos — de conflitos, disputas, guerras, invasões e anexações. Não se trata, por conseguinte, de entronizar ou canonizar a priori qualquer diferença identitária. (Souza,2019, pg. 73)

Em especial nos atentaremos ao quilombo de Mata Cavalo localizado em Nossa Senhora do Livramento estado de Mato Grosso. Quanto a localização do quilombo na imagem a seguir nos mostra as condições da área. A figura 1 mostra a localização do Quilombo do Mata Cavalo.

Figura 2 sobre a localização

Fonte: Google Earth – 2023

O Quilombo de Mata Cavalo é uma comunidade quilombola localizada no município de Nossa Senhora do Livramento, no estado de Mato Grosso, Brasil. O quilombo ocupa uma área de 14.622 hectares, dividida em seis associações ou comunidades: Aguaçu de Cima, Mata Cavalo de Cima, Ponte da Estiva, Capim Verde, Mutuca e Mata Cavalo de Baixo.

O quilombo tem origem na doação de terras feita pela antiga proprietária da Sesmaria Boa Vida, Anna Tavares, aos seus escravos libertos e cativos em 1883. Desde então, os quilombolas mantêm suas tradições culturais, religiosas e produtivas, baseadas na agricultura familiar e na preservação do cerrado.

A educação quilombola é um dos pilares da resistência e da valorização da identidade negra no Quilombo Mata Cavalo. A Escola Estadual Quilombola Tereza Conceição Arruda é a principal instituição de ensino formal do território, atendendo cerca de 500 famílias. O currículo escolar contempla os saberes e fazeres locais, a oralidade e a ancestralidade, rompendo com os paradigmas eurocêntricos da educação pública comum.

Além disso, a escola abriga a Casa de Cultura, um espaço que funciona como laboratório para o estudo da história, da arte e da cultura quilombola. Um dos projetos desenvolvidos na Casa de Cultura é o "Historinhas do quilombo", que reescreve clássicos da literatura infantil com protagonistas negros e quilombolas.

Figura 03: Casa ecológica -Mata Cavalo

Fonte: Arquivo do Autor 2022

O Quilombo Mata Cavalo enfrenta diversos desafios para garantir seus direitos territoriais, sociais e ambientais. Apesar de ter conquistado a titulação das terras em 2014, após décadas de luta judicial contra fazendeiros locais, a comunidade ainda sofre com ameaças, violências e invasões. Além disso, o quilombo convive com problemas como a falta de infraestrutura básica, a poluição dos recursos hídricos, a insegurança

alimentar e a falta de atendimento médico adequado. Por isso, os quilombolas reivindicam mais políticas públicas que atendam às suas demandas específicas e que respeitem sua autonomia e diversidade.

Os quilombos têm uma relação especial com a natureza, pois dela tiram o seu sustento e preservam os seus recursos em um relação com a natureza que é de respeito e cuidado, uma vez que há um dependência com a mesma. Esse conhecimento e atitude positiva passa de geração a geração, tomando como o ponto de partida a ancestralidade.

Eles praticam uma agricultura de subsistência, baseada na agroecologia e no respeito ao solo. Eles também valorizam as plantas medicinais, as religiões de matriz africana e a ancestralidade negra. Os quilombos são exemplos de como viver em harmonia com o meio ambiente, as pessoas e as tradições.

Figura 04 : Horta Coletiva- Quilombo Mata Cavalo

Fonte: Arquivo do autor –2022

A agroecologia é uma proposta de produção agrícola que busca respeitar o equilíbrio ambiental, a soberania alimentar e a valorização do trabalhador rural. Em contraste, o agronegócio se baseia na monocultura, no uso intensivo de agrotóxicos e na concentração de terras e renda.

Em Mato Grosso, estado que lidera a produção agropecuária brasileira, há um conflito entre esses dois modelos de desenvolvimento rural. Enquanto o agronegócio

avança sobre o Cerrado e a floresta, causando desmatamento, escassez hídrica e contaminação do solo e da água, a agroecologia busca preservar a biodiversidade, a cultura e a saúde dos povos do campo e da cidade.

Observamos os variados meios de comunicação abordarem a problemática ambiental, suscitando a necessidade de debates abrangentes. Infelizmente, imediatamente após o impeachment que resultou na destituição da presidente Dilma Rousseff, diversas perturbações sociais e ambientais assolaram a nação. Essa realidade se torna patente quando examinamos as ações do presidente Jair Bolsonaro, que, em vez de propor políticas públicas que estimulem a ampliação das discussões sobre a preservação ambiental, implementou uma estrutura estatal incongruente com esse propósito.

Segundo Souza (2020), essa integração entre ciência e sabedoria popular é essencial para o desenvolvimento sustentável das comunidades rurais. Os quilombolas mostram como é possível organizar o território de forma harmoniosa e respeitosa com a natureza, sem se submeter ao modelo de crescimento econômico que gera problemas sociais e ambientais.

O Brasil sempre foi um país que é destaque a nível mundial quanto a preocupação ambiental, entretanto conforme o ex- Ministro do meio ambiente afirmou: "É importante passar a boiada da destruição ambiental, promovendo descaso quanto a fiscalização e privilegiando garimpeiros ilegais e desmatamentoe incêndios criminosos.

As mudanças em relação ao atual paradigma que busca separar a relaçãohomem natureza em função apenas da ampliação de mercado é perigosa por demais.O respeito a ancestralidade, ao conhecimento que povos tradicionaisagem em relação ao ambiente devem ser analisados e discutidos , uma vez quea agroecologia em comparação com o agronegócio é uma opção quando se falade preservação ambiental.

Na perspectiva de (Santos,1999, p.92): O meio ambiente construído constituium património que não se pode deixar de levar em conta, já que tem um papelna localização dos eventos atuais. Desse modo, o meio ambiente construído secontrapõe aos dados puramente sociais da divisão do trabalho.

Esses conjuntos de formas ali estão à espera, prontos para eventualmente exercerfunções, ainda que limitadas por sua própria estrutura. O trabalho já feito se impõe sobre o trabalho a fazer.

Em concordância com Souza (2019) "A Ecologia Política, atrevo-me a sugerir, lida potencialmente com todos os processos de transformação material da natureza e produção de discursos sobre ela e seus usos" Neste processo detransformações, fica

evidente essa análise de forma que maneira essa materialização das construções da humanidade se reflete na natureza.

Portanto, as questões que nos levam a reflexão na busca para um ambiente sustentável devem ser levadas aos grandes debates sejam eles global,nacional ou global.

A natureza dessa maneira visa atender a demanda de determinadas sociedades está inserida em certo período ou mesmo de acordo com o desenvolvimento de meios que permitam a exploração dos recursos disponíveis na natureza em algum ponto do espaço geográfico.

> "Toda sociedade, toda cultura criam, inventa, institui uma determinada ideia de natureza. "Podemos a sim afirmar que as sociedades mediante ações, promovem mudanças, que emmuitos aspectos podem promover mudanças negativas para a sociedade e a natureza. As relações construídas pelas diversas formas, são responsáveis por alterações que dificultarão a permanência das gerações presentes e futuras. (GONÇALVES,2004 pg.23)

Quando o ex presidente Jair Bolsonaro, desmereceu as pesquisas ambientais do INPE, houve ali uma ruptura entre o que é correto ou não. O Estadoquando critica as ações científica entre seus cooperadores fica muito dúbia a questão sobre o que é verdade o não.

À medida que os agentes públicos questionam o papel de órgãos de fiscalização temo um sério problema a sua construção foram realizadas sem maiores debates com os entes envolvidos.

Houve a tentativa de se propor temas que somente privilegiam o desenvolvimento técnico por saberes, entretanto saber sem postura ética eideológica adequada, comprometem a qualidade de vida da humanidade e da natureza.

Nesse contexto, é importante debater os benefícios da agroecologia e os problemas do agronegócio em Mato Grosso, bem como apresentar caminhos de transição para uma agricultura mais sustentável, justa e solidária.

Em 2003 é criado o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é uma iniciativa do governo federal que visa apoiar e incentivar a agricultura familiar no Brasil, por meio da compra direta de alimentos produzidos por agricultores familiares, assentados da reforma agrária, povos indígenas, comunidades quilombolas e tradicionais, entre outros. O programa tem como objetivos:

- Incentivar a produção sustentável, o processamento, a industrialização e a geração de renda dos agricultores familiares;

- Contribuir com o acesso à alimentação adequada e saudável das pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, por meio da doação dos alimentos adquiridos para entidades da rede socioassistencial, equipamentos públicos de alimentação e nutrição e rede pública e filantrópica de ensino;
- Incentivar o consumo e a valorização dos alimentos da agricultura familiar, fortalecendo os circuitos locais e regionais e as redes de comercialização;
- Promover e valorizar a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos;
- Incentivar hábitos alimentares saudáveis em âmbito local e regional;
- Incentivar o cooperativismo e o associativismo;
- Fomentar a formação de estoques pelas cooperativas e demais organizações da agricultura familiar.

O PAA abarca seis categorias de aquisição, nomeadamente: compra com doação simultânea, compra institucional, formação de estoques, incentivo à produção e ao consumo de leite, apoio à distribuição de sementes e compra direta local. Cada modalidade estabelece suas próprias diretrizes, limites de venda, preços de referência e métodos de implementação.

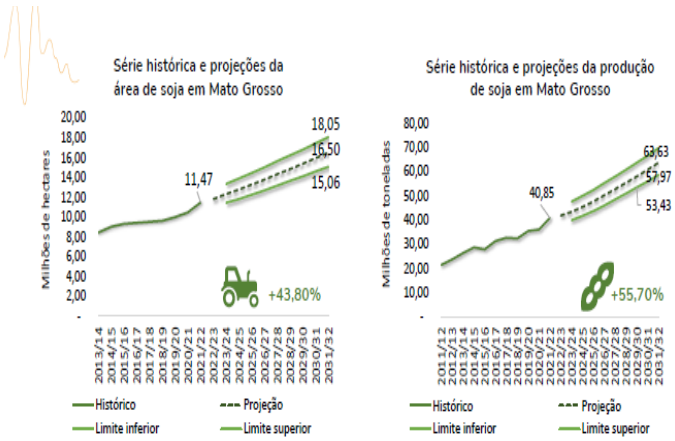
A supervisão do programa é conduzida pelo Grupo Gestor do PAA, composto por representantes de diversos órgãos do governo federal e da sociedade civil. Este programa foi instituído em julho de 2003 pela Lei nº 10.696 e teve sua regulamentação oficializada pelo Decreto nº 10.996, de 22 de março de 2023.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é uma iniciativa abrangente que visa estimular a agricultura familiar e promover a segurança alimentar. Suas diversas modalidades visam atender diferentes necessidades, desde a compra direta para doação até o apoio à produção e ao consumo de leite. A coordenação por um Grupo Gestor diversificado, envolvendo órgãos governamentais e representantes da sociedade civil, reflete uma abordagem colaborativa.

A legislação que respalda o PAA, estabelecida em 2003, destaca seu comprometimento em impulsionar práticas agrícolas sustentáveis e apoiar comunidades rurais.

A figura a seguir nos mostra a projeção da área plantada em Mato Grosso, safra 2022 e 2023.

FIGURA 5: PROJEÇÃO DE ÁREA PLANTADA EM MT- 2022 e 2023



FONTE: IMEA (2022)

O gráfico acima a apresenta o aumento de produção que acompanha a demanda internacional por produtos agrícolas brasileiros que é impulsionada pelo desejo de lucros das grandes corporações capitalistas.

Essa expansão agrícola, muitas vezes, ocorre à custa da exploração dos trabalhadores rurais, que frequentemente enfrentam condições de trabalho precárias e salários baixos para atender a essa demanda. O sistema capitalista, ao buscar o lucro máximo, muitas vezes explora tanto os trabalhadores quanto o meio ambiente.

A preocupação com a sustentabilidade é legítima, mas sob o capitalismo, a busca incessante por lucros muitas vezes leva à exploração insustentável dos recursos naturais. A lógica do lucro, muitas vezes, entra em conflito com a conservação ambiental. Empresas podem implementar práticas sustentáveis até certo ponto, mas quando essas práticas interferem nos lucros, são frequentemente ignoradas. A necessidade de maximizar os lucros muitas vezes leva a um ciclo de exploração insustentável dos recursos naturais.

As mudanças climáticas são uma consequência direta do modo de produção capitalista, que depende fortemente de combustíveis fósseis e práticas agrícolas intensivas. As inundações e secas mencionadas são frequentemente agravadas pelo aquecimento global, cujas principais causas estão profundamente enraizadas no sistema capitalista. Enquanto os agricultores são forçados a se adaptar, as corporações poluentes muitas vezes não são responsabilizadas, revelando a injustiça inerente ao sistema.

Além disso, o modelo econômico capitalista frequentemente marginaliza pequenos agricultores em favor de grandes empresas agrícolas. As decisões sobre o que plantar, como plantar e para quem vender são frequentemente controladas pelas grandes corporações, excluindo os agricultores locais do processo decisório. Isso não apenas cria desigualdades econômicas, mas também mina a participação democrática e a autodeterminação das comunidades locais.

Apesar de Mato Grosso liderar a produção agropecuária no Brasil, com números impressionantes que evidenciam sua relevância na economia nacional, é crucial destacar a falta de investimento significativo em práticas agroecológicas no estado.

Enquanto o estado se destaca pela produção maciça de soja, milho, bovinos e outros produtos, pouco tem sido feito para promover técnicas agrícolas sustentáveis ao meio ambiente e as populações

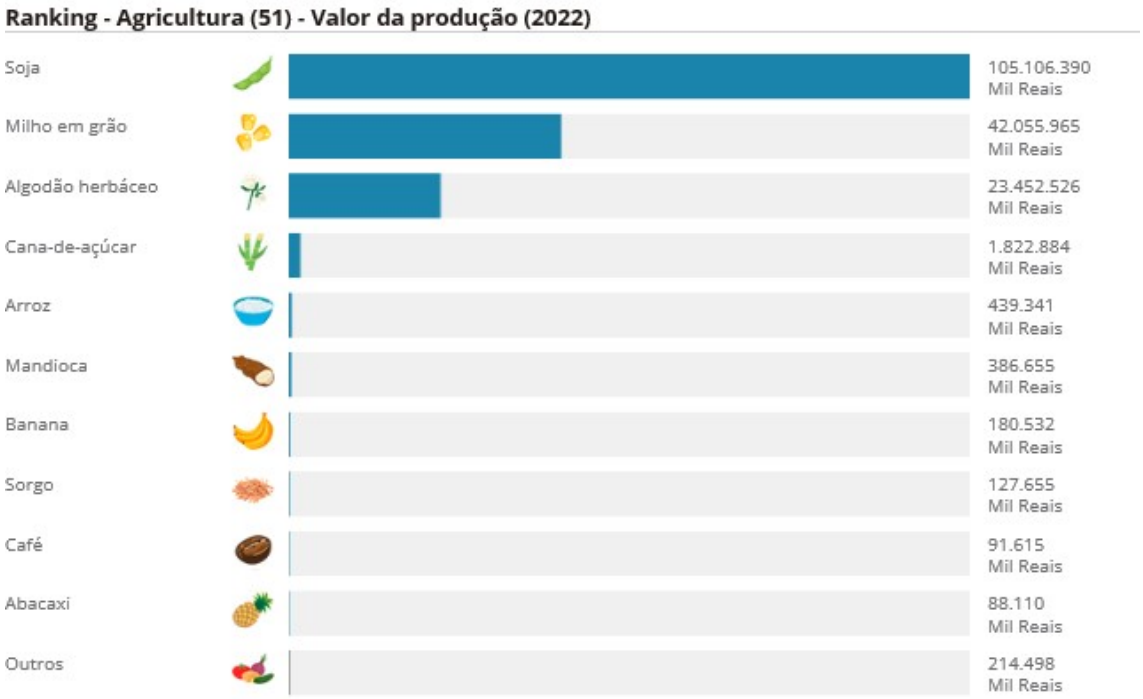
O estado de Mato Grosso detém a liderança na produção agropecuária brasileira, com um valor financeiro alcançando R$ 185,06 bilhões até setembro. Esse montante representa expressivos 16,1% do Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP) projetado para o Brasil em 2023, estimado em R$ 1,150 trilhão. Em conjunto com os estados do Paraná e São Paulo, essa tríade responde por mais de 40% do VBP nacional, totalizando R$ 469,59 bilhões.(IBGE,2022)

Os números destacam a significativa contribuição de Mato Grosso para o setor agropecuário brasileiro, evidenciando sua posição de destaque na produção e na economia do país. A expressiva participação conjunta com outros estados reforça a importância dessas regiões na configuração do cenário agrícola nacional.

No entanto, é crucial ponderar sobre a distribuição equitativa dos benefícios dessa produção e considerar seu impacto socioeconômico e ambiental para garantir práticas sustentáveis e inclusivas. O Mato Grosso é impulsionado principalmente pela produção de soja, milho e bovinos, que representam quase 53% do valor total das produções agrícola e pecuária. Em números, Mato Grosso gerou R$ 92,2 bilhões em soja e R$ 39,4 bilhões em milho até setembro, superando a produção desses produtos em toda a região Sul do Brasil. Além disso, a produção de bovinos contribuiu com R$ 21,1 bilhões. (IPEA,2022)

Outros produtos, como algodão, também tiveram uma participação significativa no VBP do estado, totalizando R$ 32 bilhões. A soja é responsável por 28,8% do VBP nacional, o milho por 12,6%, e os bovinos por 11,5%.

Figura- 6 Produção agrícola de Mato Grosso IBGE.2023

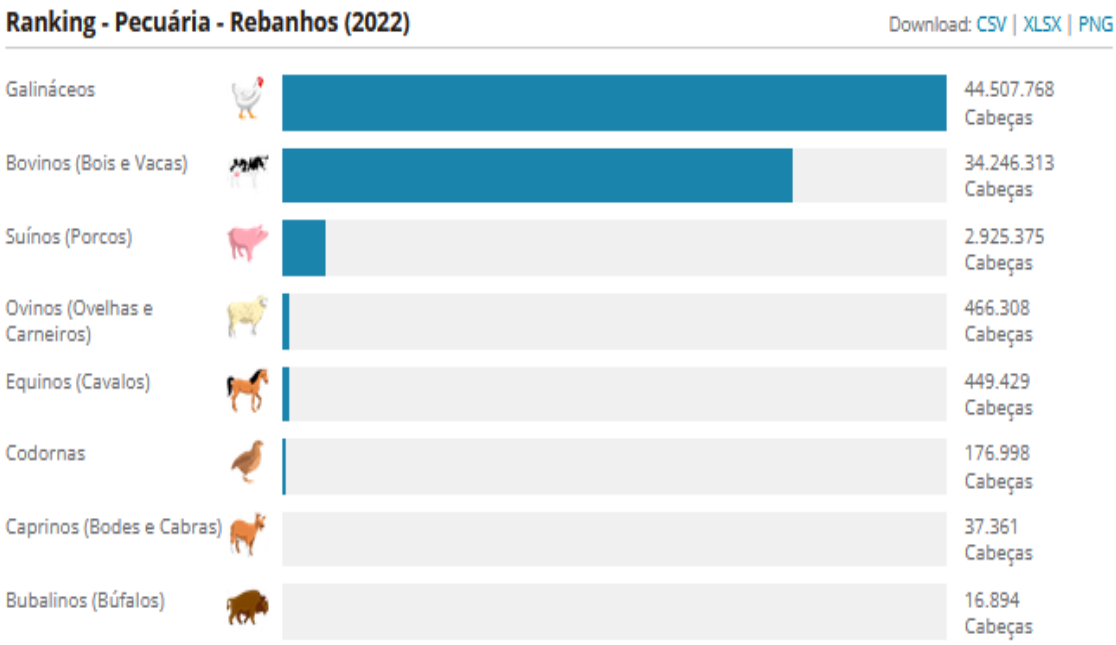


IBGE.2023

As informações apresentadas são relevantes para o saldo comercial, mas é importante ressaltar que, ao considerar a amplitude de produtores com renda mais elevada, é necessária uma discussão. A grande maioria dos pequenos produtores, especialmente os pertencentes a povos tradicionais, não está incluída nos dados mencionados anteriormente.

Em 2022, a produção agrícola de Mato Grosso destacou-se como uma peça fundamental no cenário nacional. O estado, líder na produção agropecuária, registrou números expressivos que evidenciaram sua relevância na economia brasileira. Com valores financeiros consideráveis até setembro, o estado gerou impacto significativo no Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP), representando uma parcela substancial desse montante estimado para todo o Brasil em 2023. A produção maciça de commodities como soja, milho, bovinos e outros produtos agrícolas solidificou a posição de Mato Grosso como protagonista na agricultura brasileira, contribuindo expressivamente para a balança agropecuária do país. A abaixo temos a produção agropecuária do Estado de Mato Grosso.

Figura- 6 Produção agropecuária do Estado de Mato Grosso



IBGE 2023

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os quilombos, representando comunidades negras rurais, preservam tradições, cultura e memória, adotando formas próprias de autogestão. Descendentes de escravizados que fugiram das fazendas, essas comunidades, como o Quilombo de Mata Cavalo em Nossa Senhora do Livramento, Mato Grosso, desempenham um papel vital na interseção entre conhecimento técnico-científico e sabedoria popular para alcançar resultados consistentes no desenvolvimento ambiental e social.

No Mata Cavalo, com 14.622 hectares, enfrenta desafios, desde ameaças até problemas de infraestrutura. No entanto, destaca-se pela preservação cultural, religiosa e produtiva, baseada na agricultura familiar e na preservação do cerrado. A Escola Estadual Quilombola Tereza Conceição Arruda é uma instituição-chave, adotando um currículo que valoriza saberes locais, oralidade e ancestralidade.

A agroecologia, baseada no respeito ao equilíbrio ambiental, soberania alimentar e valorização do trabalhador rural, contrasta com o agronegócio baseado em monoculturas e agrotóxicos. Mato Grosso, líder na produção agropecuária, enfrenta um conflito entre agroecologia e agronegócio, impactando o meio ambiente e as comunidades.

A figura do Quilombo de Mata Cavalo destaca práticas agroecológicas, como a agricultura de subsistência e o respeito ao solo. A comunidade, mesmo titulada em 2014,

luta contra ameaças, violências e falta de infraestrutura básica. A relação especial dos quilombolas com a natureza, baseada em respeito e cuidado, contrasta com o modelo exploratório do agronegócio.

A introdução do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em 2003 busca incentivar a agricultura familiar e contribuir para a segurança alimentar. No entanto, o agronegócio em Mato Grosso, apesar de liderar a produção nacional, carece de investimentos significativos em práticas agroecológicas.

O crescimento econômico impulsionado pelo agronegócio muitas vezes entra em conflito com a sustentabilidade ambiental, explorando trabalhadores e recursos naturais. A expansão agrícola, apesar de lucrativa, contribui para as mudanças climáticas, evidenciando a necessidade de um modelo sustentável.

A discussão sobre a preservação ambiental ganha relevância em um cenário político que muitas vezes desconsidera pesquisas científicas e questiona órgãos de fiscalização. A integração entre ciência e sabedoria popular, conforme destacado por Souza (2020), é essencial para o desenvolvimento sustentável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo sobre a agroecologia no Quilombo do Mata Cavalo em detrimento do agronegócio em Mato Grosso revela não apenas uma luta pela preservação ambiental e segurança alimentar, mas também uma resistência cultural e social profundamente enraizada. O quilombo não é apenas um espaço físico, mas um símbolo de resistência, onde a comunidade se esforça para manter suas tradições, cultura e modos de vida em harmonia com a natureza.

A agroecologia, como evidenciado no quilombo, oferece uma alternativa viável e sustentável ao modelo predatório do agronegócio. Ela não apenas respeita o equilíbrio ambiental, mas também preserva a identidade e a autonomia dos povos quilombolas. A integração do conhecimento técnico-científico com a sabedoria popular tradicional resulta em práticas agrícolas que são socialmente justas e ecologicamente responsáveis.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é uma iniciativa importante que incentiva a agricultura familiar e conecta os produtos diretamente aos consumidores, garantindo assim a sustentabilidade econômica para as comunidades rurais. No entanto, apesar dessas iniciativas, os quilombolas ainda enfrentam desafios significativos, incluindo ameaças territoriais, falta de infraestrutura básica e acesso limitado a serviços essenciais.

A análise da relação entre a agroecologia e o agronegócio em Mato Grosso aponta para a necessidade urgente de repensar os modelos de desenvolvimento rural. A agroecologia não é apenas uma técnica agrícola, mas também uma filosofia que respeita a natureza e promove a justiça social. É fundamental que as políticas públicas promovam a agroecologia e protejam os territórios quilombolas, garantindo assim um futuro mais sustentável para as gerações presentes e futuras.

Nesse contexto, a conscientização e a educação desempenham papéis fundamentais. É necessário aumentar a conscientização sobre a importância da agroecologia e mobilizar o apoio da sociedade civil, dos formuladores de políticas e dos tomadores de decisões para promover práticas agrícolas sustentáveis. Além disso, é imperativo integrar o conhecimento agroecológico nos currículos escolares para que as gerações futuras possam compreender a importância de viver em harmonia com a natureza.

Em última análise, a agroecologia no Quilombo do Mata Cavalo não é apenas uma alternativa agrícola; é um testemunho vivo da resiliência humana e da capacidade de coexistir harmoniosamente com a natureza. Este estudo destaca a necessidade de proteger e promover práticas agrícolas sustentáveis, não apenas nos quilombos, mas em todo o mundo. Somente através de esforços coletivos e mudanças significativas nas políticas e nas mentalidades poderemos criar um futuro onde a natureza e as comunidades rurais possam prosperar juntas, em equilíbrio e harmonia.

REFERÊNCIAS

BARCELOS, Silvânio Paulo de. Quilombo Mata Cavalo: territorialidade negra no mundo globalizado. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2011.

BANDEIRA, Maria de Lourdes. Quilombo Mata Cavalo: um estudo sobre as relações raciais no Brasil contemporâneo. Brasília: Fundação Cultural Palmares/MinC; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Cuiabá: Secretaria Estadual de Educação/MT; Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros/UFMT; Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Mulheres/UFMT; Núcleo Interdisciplinar sobre Violência Doméstica/UFMT; Núcleo Interdisciplinar sobre Direitos Humanos/UFMT; Núcleo Interdisciplinar sobre Saúde Reprodutiva/UFMT; Núcleo Interdisciplinar sobre Gênero/UFMT; Núcleo Interdisciplinar sobre Sexualidade/UFMT; Núcleo

Interdisciplinar sobre Trabalho/UFMT; Núcleo Interdisciplinar sobre Meio Ambiente/UFMT; Núcleo Interdisciplinar sobre Educação/UFMT; Núcleo Interdisciplinar sobre Cultura/UFMT; Núcleo Interdisciplinar sobre Desenvolvimento/UFMT, 2004.

CRUZ, Marcus Silva da. Quilombo Mata Cavalo: terra, conflito e os caminhos da identidade negra. Cuiabá: Entrelinhas, 2008.

GILROY, Paul. O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência. São Paulo: Editora 34; Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

Quilombo Mata Cavalo: um estudo sobre as relações raciais no Brasil contemporâneo. Brasília: Fundação Cultural Palmares/MinC; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Cuiabá: Secretaria Estadual de Educação/MT; Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros/UFMT; Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Mulheres/UFMT; Núcleo Interdisciplinar sobre Violência Doméstica/UFMT;

SANTOS, Maria dos Anjos Lina dos. Quilombo Mata Cavalo: um estudo sobre as relações raciais no Brasil contemporâneo. In: BANDEIRA, Maria de Lourdes (Org.).

IDENTIDADE, TERRITORIALIDADE E PROTAGONISMO DAS MULHERES QUILOMBOLAS NA COMUNIDADE CASTORINA MARIA DA CONCEIÇÃO (PALMAS - PARANÁ)[1]

Valentina Coelho de Souza Ferreira[2];

Roselí Alves dos Santos[3].

RESUMO

Este trabalho versa sobre a identidade, a territorialidade e o protagonismo das mulheres na Comunidade Quilombola Castorina Maria da Conceição (Palmas - Paraná), que é de suma importância para a manutenção da territorialidade e da identidade étnica neste local. Desde muito tempo são as mulheres as lideranças do quilombo e aquelas que estão dispostas a lutar não só pela vida cotidiana mas também por questões relacionadas à terra e aos direitos sociais. Desde os primeiros contatos com a Comunidade já foi possível perceber que a territorialidade de natureza cultural permitiu maior visibilidade e inserção social do grupo no âmbito exterior através da dança.

Palavras-chave: Identidade, Mulheres quilombolas, Protagonismo.

ABSTRACT

This work is about the identity, territoriality and protagonism of women in the quilombola community Castorina Maria da Conceição (Palmas - Paraná), which is of paramount importance for the maintenance of territoriality and ethnic identity in this place. For a long time, women are the leaders of quilombo and those who are willing to fight not only for everyday life but also for reasons related to land and social rights. From the first contacts with the community it was already possible to realize that the territoriality of a cultural nature has allowed greater visibility and social insertion of the group in the outside through dance.

Keywords: Identity, Quilombola women, Protagonism.

---

[1] O trabalho está sendo realizado com o apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

[2] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNIOESTE - Francisco Beltrão. valentinacsf1@gmail.com.

[3] Professora do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNIOESTE - Francisco Beltrão. roseliasantos@gmail.com

INTRODUÇÃO

No país, o período escravocrata formal data-se de 1500 até 1888. No estado do Paraná, segundo Machado (2015), a pessoa escravizada de origem indígena teve maior participação na composição da mão de obra no século XVII, mas a partir das primeiras décadas do século XVIII e com a pecuária se consolidando enquanto atividade comercial, aqueles de origem africana foram introduzidos com maior participação.

Com esta pesquisa pretende-se entender quais dinâmicas socioterritoriais estão envolvidas no processo de manutenção da territorialidade quilombola na Comunidade Castorina Maria da Conceição (Palmas - Paraná), revisitando o processo de construção deste território, os costumes tradicionais e a importante participação das mulheres nas sucessões de lideranças, sendo elas, muitas vezes, as responsáveis pela construção e perpetuação da identidade e da herança cultural.

O interesse por este estudo veio da percepção da invisibilidade de análises tendo como ponto de partida a Comunidade Castorina e, também, a participação massiva e relevante das mulheres quilombolas na construção da territorialidade. Este problema da falta de registros pode acabar por gerar descaso e estigmatização daqueles que vivem externamente à comunidade.[4]

Por conta disso, esta pesquisa veio para sanar parte deste problema, produzindo e oferecendo dados que poderão ser utilizados tanto em âmbito acadêmico quanto por órgãos e instituições públicas e não públicas, assim como servirá de registro histórico para a própria comunidade em questão. Este estudo pode ser utilizado tanto pelas áreas das Ciências Humanas, como pelas áreas das Ciências Sociais, da Saúde e entre outras.

Ainda, o trabalho se mostra relevante ao introduzir a questão de gênero como foco, versando sobre o protagonismo das mulheres face à cultura machista imperante na sociedade, demonstrando possibilidades, impossibilidades e caminhos históricos que levaram às sucessões de lideranças femininas bem consolidadas há tempos e a sua enorme influência na construção da identidade, da territorialidade e da tradicionalidade no território.

---

[4] Esta falta de registros foi identificada em plataformas como a BDTD (Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações), CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), Google Acadêmico e SciELO (Scientific Electronic Library Online).

METODOLOGIA

A metodologia se dividirá em dois momentos principais: primeiramente será feita pesquisa bibliográfico-documental a partir de textos, artigos, atas, leis, planos e dados secundários, para melhor entender e conceituar a história da escravidão em Palmas - PR, as populações quilombolas no município e o território onde vivem; posteriormente será realizada uma pesquisa qualitativa com a observação da história oral dos moradores da Comunidade Castorina, bem como entrevistas semiestruturadas com membros internos e externos à Comunidade, com o objetivo de entender melhor as particularidades da história e também da atualidade do local.

Pretende-se produzir uma análise explicativa ex-post facto, para que se possa firmar os determinantes que levaram à participação das mulheres na história da Comunidade e sua influência na manutenção da identidade, da territorialidade e da herança cultural. O trabalho terá dimensão temporal retrospectiva, ou seja, irá relacionar o presente com os fenômenos ocorridos também no passado, utilizando, como já mencionado, a entrevista semiestruturada, a história oral e o estudo de documentos secundários e textos científicos.

Para que os objetivos sejam atingidos da melhor forma, será feita, inclusive, pesquisa de campo com a observação das dinâmicas sociais e territoriais presentes no dia a dia, propondo também a participação da pesquisadora nas festividades, nas atividades tradicionais e também em algumas vivências cotidianas, utilizando o diário de campo e a fotografia como ferramentas de registro. Ademais, pretende-se propor uma roda de conversa guiada com as mulheres da comunidade para a contação de histórias e troca de experiências, resultando na sistematização das vivências compartilhadas.

A importância da pesquisa de campo e da participação nas atividades cotidianas é a de afastar o olhar de abstração sobre o mundo que, de fora, tenta colonizá-lo a partir do saber próprio daquele que pesquisa, preconizando, então, “caminhar com” a comunidade, desenvolvendo um “conhecimento com” a comunidade (PORTO-GONÇALVES, 2008), diminuindo a tensão entre o lugar de quem vive e o lugar de quem, estando de fora, tenta mostrar aquilo que vê.

DISCUSSÃO

Atualmente, se tem a ideia de que quilombo não é um conceito enraizado e que pode ser definido através de parâmetros legais estáticos, ele perpassa pela ideia de autodefinição dos grupos. Essa autodefinição, por sua vez, também carrega consigo alguns impasses, pois "admitir a condição de quilombola equivale ao risco de ser posto à margem da lei e ao alcance dos instrumentos repressivos" (ALMEIDA, 2011, p. 43).

A autodefinição é, no entanto, fator importante, pois cada grupo tem sua história e constrói sua identidade coletiva através dela, e a dificuldade de se identificar enquanto pessoa negra no Brasil é percebida por conta não só da miscigenação, mas também pelo fato de que o "ser negro", muitas vezes, é pautado pela ambiguidade e pela reelaboração, com diferentes visões e aspectos (CARRIL, 2006).

> Dessa feita, não seria possível nomear a priori ou conceituar a situação aqui estudada, pois que é através da pesquisa e pela análise das falas dos vários personagens engendrados nessas tramas sociais e pela interpretação que a teoria apresenta, que a reflexão tornaria mais próximo o conceito do real. (CARRIL, 2006, p. 170).

Este aspecto demonstra que tratar de quilombos no Brasil hoje é uma reflexão científica com métodos constantemente em construção. Logo, um ponto-chave que pode ser elaborado da ideia atual de quilombo é o da identidade com base na autodefinição dos grupos e na capacidade político-organizativa para, a partir de sua autodefinição, garantir seus direitos relacionados à terra e ao uso dela.

Ademais, o quilombo não apresenta apenas característica de resistência no passado, mas resiste também no presente, é o "poder" em seu sentido prático e material de domínio, mas também no seu sentido simbólico de apropriação, identidade e territorialidade, ou seja, não é apenas um grupo humano unido sobre um pedaço de terra. Configura-se como um espaço econômico, mas também cultural e de perpetuação da vida.

Atualmente se constituem enquanto espaços de expressão da luta coletiva e do uso coletivo da terra ao longo da história do país, apresentando marcas de historicidade espacial, que outrora faziam resistência à escravidão e hoje resistem contra as formas racistas de opressão estrutural, contra a falta de políticas públicas pra garantia da terra e por investimentos em infraestrutura. São um importante objeto de pesquisa pois

> muitas dessas comunidades mantêm ainda tradições e tecnologias que seus antepassados trouxeram da África, como a agricultura, a medicina, a religião, a mineração, as técnicas de arquitetura e construção, o artesanato e utensílios

> de cerâmica e palha, os dialetos, a relação sagrada com o território, a culinária, a relação comunitária de uso da terra, dentre outras formas de expressão cultural e de técnicas de referência tropical (ANJOS, 2006, p. 39)

Por isso, é necessário o estudo não só do que foram os quilombos no passado, mas também daquilo que eles representam no presente, e de como as territorialidades quilombolas particulares de cada local foram sendo construídas ao longo do tempo com base na sua identidade e autonomia.

Particularmente, o estado do Paraná é o que mais possui pessoas autodeclaradas pretas ou pardas na região sul, com 31,1% segundo dados do IBGE (2017), e mesmo assim foi assolado pela falta de informações produzidas sobre a população em questão. Somente com o I Encontro de Educadores (as) Negros (as) do Paraná em 2004 e com a criação do Grupo de Trabalho Clóvis Moura em 2005 que o governo do estado realizou um levantamento socioeconômico e cultural das comunidades quilombolas do território (PROGRAMA BRASIL QUILOMBOLA NO PARANÁ, 2014). Atualmente, segundo dados da Federação das Comunidades Quilombolas do Paraná (2021) estima-se que existam mais de 86 comunidades autodeclaradas e 38 oficialmente reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares[5].

O Quilombo Urbano Castorina Maria da Conceição, localizado no município de Palmas (Paraná), foi reconhecido pela Fundação no dia 16 de abril de 2007, através da portaria número 42/2007. No entanto, Dona Chica, atual líder, afirma que a comunidade tem "uns duzentos anos", pois reconhece a sua criação no período em que chegaram as primeiras pessoas negras escravizadas no local, em 1836.

Estudos do Relatório de Ações da Coordenação do Programa Brasil Quilombola (2014) revelam que as comunidades do Paraná sofrem o descaso praticado pelo poder público. Em Ivaí, por exemplo, as terras quilombolas foram cedidas pelo Governo do Estado para os imigrantes que estavam chegando no local. Em Palmas, o poder público municipal loteou as terras quilombolas para as pessoas mais pobres que não tinham onde morar, independente de sua auto identificação enquanto quilombola ou não e, ainda hoje, transforma as terras do Quilombo Castorina em depósito de resíduos.

Ao caminhar pelo território percebe-se que as habitações têm pouca infraestrutura. Inclusive, Dona Chica comenta que a prefeitura já tentou, mais de uma vez, os tirar de lá mediante ameaças e baixo investimento. Energia elétrica e água

[5] Nos municípios de Adrianópolis (9); Arapoti (1); Bocaiúva do Sul (1); Campo Largo (1); Candói (3); Castro (4); Curiúva (2); Doutor Ulysses (1); Guaíra (1); Reserva do Iguaçu (1); Guaraqueçaba (2); Ivaí (2); Lapa (3); Palmas (3); Ponta Grossa (2); Terra Roxa (1) e Turvo (1).

encanada vieram à comunidade tempos depois de sua criação, resultado de fortes reivindicações, assim como o transporte coletivo.

Em 2003 surgiu o grupo de dança Maria Morena como uma das formas da comunidade firmar sua territorialidade, resgatar sua tradição e mostrar sua culturalidade para a sociedade externa à ela. Os maiores incentivadores do grupo foram o Padre Paulo Vanderley Brisk e também Dom Agostinho José Sartori, demonstrando a forte influência da igreja católica neste local. O grupo realiza apresentações com características afro-brasileiras voltadas ao catolicismo com cantos, principalmente, para Nossa Senhora Aparecida. Também cantam para seus antepassados que muito lutaram para a consolidação e manutenção daquele local, utilizando instrumentos como atabaque, berimbau e pandeiro

A importância da dança para grupos quilombolas parte de uma tradição que é considerada sobrevivência histórica do Quilombo de Palmares, sendo perpetuada enquanto herança cultural negra em diversos grupos e organizações. A Comunidade Castorina dança e ressoa cantos que resgatam a ideia de resistência e de um novo mundo. Dona Chica afirma que esta foi ferramenta importante para a consolidação da identidade negra quilombola entre os moradores, visto que muitos que participam são jovens e/ou não recordam dos processos de luta passados, o que evidencia que há, inclusive, uma enorme notoriedade na manutenção da memória para a construção da territorialidade de um povo.

Nas localidades em que vivem, a exemplo o objeto desta pesquisa, as mulheres quilombolas são pilares fundamentais na perpetuação da identidade, pois transmitem oralmente suas tradições e histórias, e estão à frente das demandas da coletividade para reivindicar uma melhor qualidade de vida do todo enquanto presidentes das associações. Os papéis sociais que elas adotam não significam somente funções de administração do lar ou da comunidade, mas também de disposição para lutar por direitos e manter vivos os costumes.

O GRUPO DE DANÇA MARIA MORENA

Desde os primeiros contatos com a Comunidade já foi possível perceber que a territorialidade de natureza cultural permitiu maior visibilidade e inserção social do grupo no âmbito exterior através da dança. Foi fortemente mantido pelas mulheres do local, visto que eram as que mais participavam da organização e das apresentações.

Num aspecto geral, muitas conquistas no que diz respeito às condições de vida daquela área foram encabeçadas pelas mulheres, que assumem importante papel político e de mobilização social, contribuindo diretamente para a construção e manutenção da existência e da identidade étnica e territorial.

Em 2003 surgiu na comunidade o grupo de dança Maria Morena, como forma de firmarem sua territorialidade, resgatarem sua tradicionalidade e serem vistos na sociedade externa. Os maiores incentivadores do grupo foram o Padre Paulo Vanderley Brisk e também Dom Agostinho José Sartori da Diocese do município.

Realizavam apresentações com características afrodescendentes voltadas ao religioso, com cantos, principalmente, para Nossa Senhora Aparecida, utilizando instrumentos como atabaque, berimbau e pandeiro. Nas palavras que entoavam agradeciam à Deus pela vida e pelos antepassados que muito lutaram:

> "LEVANTA-TE E DANÇA! Não temas, minha amada. Não temas Pérola Negra, Levanta-te e dança! Levanta-te porque acabou o tempo de aflição! Levanta-te chegou ao fim a estação da seca! Levanta-te, não temas, Pérola Negra, porque és preciosa ao meu coração e eu nutro por ti uma infinita ternura! Levanta-te e dança, Igreja afro-brasileira, Pérola Negra da humanidade" (Música dançada pelo Grupo Maria Morena).

A dança faz parte de uma tradição que é considerada sobrevivência e resistência histórica desde o Quilombo de Palmares, sendo multiplicada enquanto herança cultural negra em diversos grupos e organizações. A Comunidade Castorina dançava e ressoava cantos que resgatam a ideia de resistência e de um novo mundo. Dona Chica afirma que esta foi ferramenta importante para a consolidação da identidade negra quilombola entre os moradores, visto que muitos que participavam já eram jovens ou não recordavam dos processos de luta e territorialização passados.

A dança é, portanto, um exemplo de territorialidade de natureza cultural, que permitiu maior visibilidade e inserção social do grupo no âmbito exterior à comunidade. Foi fortemente mantido pelas mulheres do local, que eram as que mais participavam da organização e das apresentações.

No que diz respeito, portanto, às mulheres quilombolas, há uma presença feminina marcante nas organizações cotidianas; na reprodução dos ritos e práticas identitárias tradicionais e na gestão das comunidades mediante associações de moradores.

Em conversa com Dona Cleni foi possível perceber o entendimento dela sobre o que é ser mulher quilombola. Para ela, é sinônimo de "uma luta muito importante" (segundo fala da mesma) que se traduz no ato de repassar conhecimentos, contar histórias e reivindicar direitos. Tem importância maior ainda pois toda a sua vivência é a partir daquele local e das suas experiências enquanto mulher negra quilombola.

Num aspecto geral, muitas conquistas no que diz respeito às condições de vida nas comunidades são encabeçadas pelas mulheres quilombolas, que assumem importante papel político e de mobilização social, contribuindo diretamente para a construção e manutenção da vida e da identidade étnica do local (CARRIL, 2006).

"Elas vão além, reúnem características cuja soma se resume ao termo perseverança, que é, ao mesmo tempo, luta e crença, paciência e obstinação, coragem e valentia para a guerra, bem como habilidade e persistência necessárias à diplomacia" (JUNIOR; SILVA; COSTA, 2008). Em outras palavras, os papéis femininos nestes grupos acabam exteriorizando o lar e o cuidado com a família, se estendendo para uma maior presença no cotidiano da comunidade, assumindo cargos de direção e reivindicando direitos.

Por conta disso é importante se estudar e demonstrar a participação das mulheres negras quilombolas para as suas comunidades, participação esta imbricada de aspectos econômicos, políticos e culturais, que se configuram pilares para a perpetuação da vida e da identidade. É a partir da identidade que se (re)constrói a autoestima, pautada no autoconhecimento a partir de informações que permitam compreender o Eu coletivo e o Eu individual enquanto ser quilombola, com produção informações que se afastem daquela velha imagem de livros didáticos e telenovelas de pessoas negras em situações de sofrimento e em condições de serviçais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As vivências dos povos, associadas à terra, definem as suas concepções sobre identidade. Não se trata simplesmente de ser quilombola, mas de se identificar enquanto tal, o que carrega uma carga política e de luta. A percepção de uma identidade passa por diferentes aspectos relacionados tanto à subjetividade quanto à política. Ela pode estar na diferença étnica, que está relacionada a processos socioculturais diferentes para cada grupo; na representatividade do auto afirmar-se, que garanta que os grupos possam ser

identificados a partir de si mesmos; e numa perspectiva geográfica que entende que a relação dos grupos com o território é, ao mesmo tempo, simbólica e material, permeada pelas relações de poder que conferem a sua territorialidade (RATTS, 2003).

Ainda, "quando se considera a autodefinição dos agentes sociais em jogo e se converte tal trajetória num fenômeno sociológico, identidade e território se tornam indissociáveis" (O'DWYER, 2002, p. 22). Deste modo, a terra pode ser entendida como a base fundamental da manutenção de qualquer comunidade pautada na culturalidade étnica, e o território passa a ser fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder, apropriado e ocupado por um grupo social gerando raízes e autodeterminação (ANJOS, 2006) e se torna um objeto tanto espacial, quanto social, atrelado à uma dimensão política, cultural e simbólica. É essencialmente um instrumento de exercício do poder coletivo.

Desde os primeiros contatos com a Comunidade já foi possível perceber que a territorialidade de natureza cultural permitiu maior visibilidade e inserção social do grupo no âmbito exterior através da dança. Foi fortemente mantido pelas mulheres do local, visto que eram as que mais participavam da organização e das apresentações.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Wagner Berno. **Quilombolas e as novas etnias.** Manaus: Universidade do Estado do Amazonas, 2011.

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos Anjos. Cartografia e Quilombos: Territórios Étnicos Africanos no Brasil. **Revista Africana Studia:** Portugal, nº 9, 2006.

FEDERAÇÃO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO PARANÁ. **Protocolo de consultas às comunidades quilombolas do Paraná,** 2021.

JUNIOR, Jackson Gomes; SILVA, Geraldo Luiz; COSTA, Paulo Afonso Baracarense. **Paraná Negro**: fotografia e pesquisa histórica. Funpar: Curitiba, 2008.

MACHADO, José Lúcio da Silva. **O sertão e o cativo:** escravidão e pastoreio nos Campos de Palmas - Paraná (1859 - 1888), 1ª ed. Joinville: Clube de Autores, 2015.

O'DWYER, Eliane Cantarino. **Quilombos**: **identidade étnica e territorialidade**. Rio de. Janeiro: FGV, 2002.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. De saberes e de territórios:: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana. In: CECEÑA, Ana Esther. **De los saberes de la emancipación y de la dominación**. Buenos Aires: Clasco, 2008. p.

37-53.

PROGRAMA BRASIL QUILOMBOLA NO PARANÁ. **Relatório de ações da coordenação do Programa Brasil Quilombola no Paraná,** v. 1, 2014.

RATTS, Alecsandro. A geografia entre as aldeias e os quilombos: territórios etnicamente diferenciados. In: ALMEIDA, Maria Geralda de; RATTS, Alecsandro. **Geografia**: leituras culturais. Goiânia: Alternativa, 2003.

Ocupar! Aquilombar! Retomar!

A Geografia Agrária e a luta de classes no Brasil

GT3

Povos indígenas: autonomia, territorialidades e conflitos

TERRITÓRIO INDÍGENA NO BRASIL

Andressa Cristina de Oliveira Ferreira[1]

Mayara Faria Costa[2]

RESUMO

Este artigo busca abordar o tema territórios identitários da população indígenas, sobretudo a efetivação dos direitos territoriais. Seguindo os seguintes procedimentos metodológicos para subsidiar a discussão, inicialmente faremos um resgate das principais ideias sobre o conceito de território no pensamento do geógrafo brasileiro de Rogério Haesbaert, dialogando com a abordagem de Marcos Saquet. O resultado das discussões remetem-se à significação do termo território identitário para os povos indígenas, bem como ao papel do Estado brasileiro perante aos direitos dos povos indígenas. Concluindo com as considerações sobre a territorialidade.
Palavras-chave: Território identitário, Povos Indígenas, Territorialidade.

RESUMEN

Este artículo busca abordar el tema de los territorios identitarios de la población indígena, especialmente la vigencia de los derechos territoriales. Siguiendo los siguientes procedimientos metodológicos para sustentar la discusión, revisaremos inicialmente las principales ideas sobre el concepto de territorio en el pensamiento del geógrafo brasileño Rogério Haesbaert, dialogando con el enfoque de Marcos Saquet. Los resultados de las discusiones se refieren al significado del término territorio identitario para los pueblos indígenas, así como al papel del Estado brasileño en relación a los derechos de los pueblos indígenas. Concluyendo con consideraciones sobre la territorialidad.
Palabras clave: Territorio identitario, Pueblos Indígenas, Territorialidad.

INTRODUÇÃO

O Brasil é um território indígena considerando que os povos originários já habitavam desde a invasão do país em 1500, embora ainda não reconhecido como um território pluricultural, isto se dá devido às consequências do embranquecimento que permeia a construção identitária brasileira, desde então a resistência do movimento indígena tem objetivo em sua manifestação política a conservação e a delimitação das áreas indígenas.

A problematização não está ligada aos povos originários, mas, na dominação europeia sobre os povos e a sua apropriação e a consolidação dos padrões culturais,

[1] Graduanda do Curso de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia - UFU, andressaaf@ufu.br
[2] Graduanda do Curso de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia - UFU, mayara.costa@ufu.br

ocupação territorial sobre uma nação que já possuía sua identidade. O pacto da branquitude firmando para não se discutir sobre as heranças deixadas para o país, mas, se faz necessário falar sobre esse silêncio para refletir e debater essa herança marcada pela brutalidade, violência, e expropriação para não continuar a exercer os atos anti-humanitários sobre os povos.

O Brasil ao longo da sua história passa por progressos e regressos ao estruturar-se como nação, vivemos em uma democracia na qual a justiça permanece nas mãos daqueles que têm o poder, e os que não retém são desolados. A luta pela ocupação territorial permeia-se nas questões agrárias, ambientais, econômicas e políticas. No que se refere aos povos indígenas, suas reivindicações para a efetivação das políticas públicas de qualidade e pela permanência em seus territórios identitários.

O território identitário está fundamentado na territorialização como fruto de uma estratégia para tomar posse de um espaço geográfico. Já a desterritorialização é o abandono espontâneo ou forçado da territorialização. Por último, a reterritorialização é a construção de uma nova territorialização. Assim sendo, a dinâmica social, seja em qual cultura for, constitui, destrói e reconstrói continuamente o território.

Diante do exposto, a justificativa em trabalhar a temática está atrelada a necessidade de discussão das terras indígenas brasileiras, abordando o tema territórios identitários da população indígenas, sobretudo a efetivação dos direitos territoriais.

METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos utilizados para subsidiar a discussão, inicia-se com um breve resgate das principais ideias sobre o conceito de território no pensamento do geógrafo brasileiro de Rogério Haesbaert (2003), dialogando com a abordagem de Marcos Saquet (2013), e posteriormente os direitos territoriais dos povos indígenas no Brasil embasado na Constituição Federal de 1988.

Na etapa inicial da pesquisa, foi conduzida uma abrangente revisão bibliográfica com o propósito de identificar obras pertinentes à área de estudo. Autores de destaque, como Haesbaert (2003) e Saquet (2013), foram estrategicamente escolhidos como bases fundamentais para embasar o desenvolvimento da pesquisa. A seleção criteriosa dessas fontes foi pautada em sua contribuição significativa, visando uma compreensão aprofundada da temática.

Posteriormente, cada obra selecionada foi submetida a uma análise crítica, enfatizando os conceitos-chave, metodologias propostas e resultados obtidos pelos respectivos autores, Haesbaert (2003) e Saquet (2013). Esta análise desempenhou um papel crucial, tanto teóricas quanto práticas relacionadas ao território indígena. A metodologia também abrangeu diferentes perspectivas entre outros autores, buscando identificar convergências e divergências em suas abordagens, proporcionando, assim, uma visão mais abrangente e crítica do tema em análise.

Essa abordagem sistemática resultou na elaboração de um referencial teórico consistente, integrando de forma coesa as contribuições de Haesbaert (2003) e Saquet (2013), o qual serviu como base para a construção argumentativa do trabalho. A subsequente aplicação dos conceitos teóricos na análise de situações práticas relacionadas à temática trouxe insights valiosos, contribuindo significativamente para a compreensão das aplicações práticas dos conceitos teóricos no contexto real.

Ao final da pesquisa envolveu a discussão dos resultados, relacionando na formulação de conclusões substanciais que não apenas sintetizaram os conhecimentos adquiridos, mas também abriram espaço para novas reflexões e perspectivas dentro da área de estudo.

REFERENCIAL TEÓRICO

Território, etimologicamente, tem dois conceitos, material e simbólico. O material, apresenta dominação (jurídico, político e econômico), tendo o significado de terra (territorium) e controle (terror e aterrorizar). Já o simbólico é no sentido cultural. Tendo uma abordagem central de dominação, e apropriação no sentido mais abstrato.

Rogério Haesbaert (2003) entende o território a partir da apropriação (simbologia-Cultural) e dominação (político-econômico). Apresentando três principais vertentes do território: jurídico-político (espaço de poder do Estado, das instituições e grupos sociais), cultural (simbólico e identitário) econômica (produção material e contradições sociais). Segundo HAESBAERT 1999:

> O território envolve sempre, ao mesmo tempo (…) uma dimensão simbólica, cultural, por meio de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de 'controle simbólico' sobre onde vivem (sendo também, portanto, uma forma de apropriação), e uma dimensão mais concreta de caráter político-disciplinar: a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos (HAESBAERT, 2023, p. 42).

Podemos afirmar que o território é o resultado da relação da humanidade com o espaço, ou seja, é a representação da identidade. Nesse mesmo território pode haver várias

territorialidades, ou seja, diferentes identidades, que podemos entrar em conflito. Desta forma, Haesbaert (2023, p.41) afirmar:

> O território deve ser visto na perspectiva não apenas de um domínio ou controle politicamente estruturado, mas também de uma apropriação que incorpora uma dimensão simbólica, identitária e, porque não dizer, dependendo do grupo ou classe social a que estivermos nos referindo, afetiva
> .

Na perspectiva de Marcos Aurélio Saquet (2013) aborda vários conceitos de território na sua obra "Abordagem e concepções de território". Apresenta quatro possibilidades de compreender o território: a) relações de poder; b) redes de circulação e comunicação; c) identidade simbólicas e culturais; e d) a natureza ao homem. A territorialidade é um componente do poder, significando criar e manter um contexto geográfico através do qual o mundo é dado significado.

> (…) O domínio geográfico pode ser da área inteira que eles ocupam ou somente de lugares especiais e localizados. (…) à terra nativa, com amor e reverência. Os riachos, as montanhas e as fontes naturais são obras ancestrais de quem ele mesmo, o homem primitivo, é descendente. O lugar é sua vida. Limpar, plantar, capinar e colher são atividades estáveis no espaço e no tempo. (SAQUET, 2023, p. 84).

O território é uma questão fundamental para os povos indígenas, pois está diretamente relacionado à sua sobrevivência física e cultural. Os povos indígenas possuem uma relação muito forte com a terra, que é vista como um elemento sagrado e fundamental para a sua existência. Para esses povos, a terra não é apenas um recurso natural, mas sim um elemento vivo e sagrado, que deve ser respeitado e protegido.

No entanto, a questão dos territórios indígenas também está associada a conflitos e disputas territoriais, muitas vezes relacionadas a interesses econômicos, como a exploração de recursos naturais.

A importância do território para os povos indígenas, já que não representa apenas uma porção do espaço demarcado politicamente e com fronteiras, mas, sim um espaço com um significado de pertencimento, por exemplo, Watu é Rio Doce, na língua krenak, para seu povo, a água do rio é sagrada e tem poder de purificação. Nele são realizados rituais para chamar a chuva, além de ser onde ensinavam as crianças da tribo a nadar e levar uma canoa.

O território indígena deve ser visto na perspectiva das lutas pelo direito de existir, pois, vai além das definições apresentadas por autores não indígenas, os mesmos caracterizam o território e as territorialidades de forma generalizada. Território para os povos indígenas é conectar-se pelo coração, sendo imaterial, devido a toda diversidade

que contempla (base cultural, sobrevivência), carregados pelos saberes ancestrais, não sendo um lugar fixo, e por territorialização a Terra como mãe.

A diferença de território existe há mais de 12 ou 15 mil anos no Brasil, com a interrupção do século XVI, quando é introduzida a visão de mundo a partir de Capitanias Hereditárias, invadindo o território físico e material dos povos indígenas. Desde essa imposição, os povos de todas as etnias, vem lutando pela retomada do território imaterial.

Quanto aos direitos territoriais, a Constituição Federal de 1988, define os povos indígenas com o termo pejorativo de "índios" e os reconhece conforme a pluralidade da sua organização no território identitário demarcado pela União, apenas nas questões físicas. A preservação do território consideram-se os aspectos físicos delimitados que formam o espaço ocupado pelos povos originários, porém, para assegurar os direitos se faz necessário considerar em termos imateriais o verdadeiro significado das terras demarcadas para os povos indígenas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Discutir sobre a noção de território para os povos indígenas, estes territórios são adquiridos através dos direitos dos povos originários. No qual a efetivação dos direitos pressupõe o reconhecimento da autonomia enquanto coletividades diferenciadas, e conta com o órgão da política indigenista Fundação Nacional do Índio (FUNAI) que deve identificar demarcar e monitorar as terras indígenas, mas, também responsabilidade dela prestar apoio e proteção social.

O órgão responsável, possui limitações políticas e orçamentárias o que acaba prejudicando a demarcação e a defesa dos territórios e é nesse contexto que surge uma série de pressões que em grande parte, sobretudo nos governos, em descaracterizar as terras ocupadas por direito dos povos identitários indígenas. O que corroboram para o avanço dos garimpos ilegais as terras, atormentando os povos indígenas para se recuarem e desistirem dos seus direitos, expulsando-os sobre ameaças e ataques violentos.

Estas práticas inconstitucionais, irregulares, olham para a terra demarcada como um produto de lucro e grande banco de extrações dos recursos naturais preservados pelos povos que ali habitam. Provocando o desequilíbrio do sistema ambiental, e proliferação de doenças, escassez de alimentos, mortes resultantes do processo de violência. Promovem o afastamento dos órgãos responsáveis, para intervirem com suas ações para amparar os povos indígenas e expulsar os invasores.

A ocupação do território está atrelada àqueles que têm o poder (Estado), cabe a ele a intervenção para subsidiar os direitos constitucionais garantidos, considerando o Estado como soberano, intocável, a garantia destes direitos se dá mediante aos governos. O discurso de defesa dos povos indígenas e os direitos para os povos nativos durante todos os momentos da história do Brasil sempre esteve atrelado à participação dos não-índios.

Os direitos territoriais configuram a mais antiga demanda dos povos indígenas. Ainda assim, esta necessidade fundamental precisa ser pensada e garantida dentro do novo marco da alteridade. A efetividade dos "novos" direitos indígenas depende da superação da cultura jurídica da Modernidade, que opera com a ficção monista, pela qual o Estado é o único produtor de juridicidade.

Os povos indígenas devem ter participação na construção e efetivação de seus direitos pelo Estado, sendo-lhes também resguardo o direito à sua juridicidade própria, bem como cultura e instituições.O reconhecimento e a inserção dos povos indígenas aos órgãos governamentais permite a efetivação dos seus direitos através de uma política pública de qualidade, os direitos territoriais, o novo marco de respeito à identidade e a pluralidade cultural brasileira.

Entretanto, buscamos compreender o conceito de território identitário, temos que considerar a territorialidade (relações sociais), devido a apropriação do espaço, podendo ser considerado de pertencimento e afetividade. Sendo também unidade e contradição, continuo e descontinuo, trazendo consigo elementos abstratos (representação e idéia) e concreto (espaço e matéria) que deixa traços identitários na paisagem.

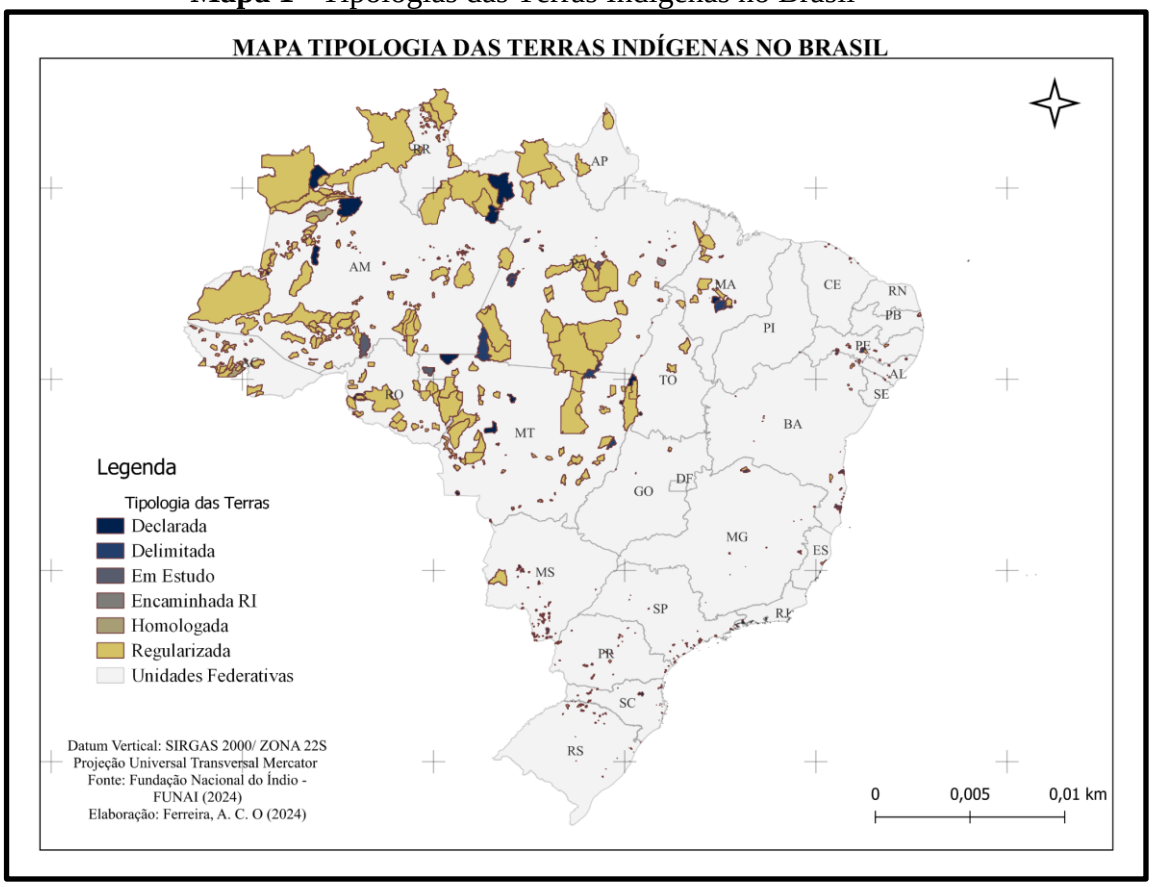
Assim, a identificação do território identitário o qual citamos os indígenas pertinente ocupação territorial do Brasil, na qual expressa ao longo da sua história regressos em sua formação, e que a pluralidade racial, cultural brasileira precisa permear mais as discussões, para que assim sejam inseridas e construímos a nossa própria identidade enquanto nação, sem seguir os padrões eurocentrados já estabelecidos.

Quanto ao conceito de território utilizado neste trabalho, foram utilizados os da perspectiva não-indígena, considerando apenas a questão da definição de território na concepção política generalizada e projetando-a no que significa para os povos. Existe uma carência (ou invisibilidade para trazer ao centro dos debates) nos estudos sobre a definição dos territórios na visão dos povos indígenas, território possui um significado para além do material, tornando-se assim um termo pluricultural e imaterial, na qual sua definição rompem as visões lineares.

Distribuição das Terras Indígenas no Brasil

Em termos ocupacionais do espaço físico dos povos indígenas, conforme a Fundação Nacional do Índio (Funai), em uma superfície total de 11.077.032,2080 ha, e um total de 736 terras ocupadas pelo país. Onde, até o presente momento o processo demarcatório encontra-se da seguinte maneira: *I* - 132 terras em estudo; *II* - 48 terras delimitadas; *III* - 67 terras declaradas; *IV* - 12 terras homologadas; *V* - 477 regularizadas. Conforme o mapa a seguir:

Mapa 1 - Tipologias das Terras Indígenas no Brasil



Fonte: FUNAI (2023). **Org**.: Ferreira e Costa (2023).

Considerando a ocupação das terras, concentram-se mais na região norte do país. Esta região está permeada de constantes conflitos pela exploração da biodiversidade existente, afrouxamento das políticas de proteção aos territórios, invadindo cada vez mais os direitos dos povos indígenas, que seguem lutando pelo seu direito de existir.

Nas outras regiões do país, tem-se poucas terras regularizadas, ocorrendo a dispersão da população indígena em localizar-se em um território físico. A não homologação dos territórios indígenas podem enfraquecer a luta pela terra, pois, onde

existem poucas e espalhadas etnias, pode-se ter abertura para migração da população para outros lugares, podendo também ocorrer a extinção das etnias.

As tipologias das terras indígenas necessitam ser geridas com políticas imediatas para a efetivação das terras, visando uma melhor qualidade para os povos. Para, assim, desenvolver-se as suas territorialidades e dar continuidade às práticas das suas ancestralidades e transgredir com a nova geração dos seus povos.

A garantia de continuidade, atrelada ao direito de existirem, inicia-se com a garantia efetiva dos seus direitos ao território, esta traz consigo a liberdade de poder desenvolver-se os seus costumes e todas as pluralidades envolvidas no cotidiano da vida dos povos indígenas. Posterior a isto, se faz necessário a conscientização e o respeito a existência dos povos.

No entanto, é preciso ir além da demarcação e regularização de terras. A conscientização social sobre a importância dessas comunidades é crucial para combater estereótipos, preconceitos e desconhecimento acerca de suas realidades. A sociedade precisa compreender a riqueza cultural e ambiental que as comunidades indígenas oferecem, reconhecendo-as como agentes fundamentais na preservação da biodiversidade e na construção de alternativas sustentáveis.

Além disso, é imperativo cultivar o respeito à existência desses povos. Isso implica em reconhecer não apenas sua presença física nos territórios, mas também a valorização de suas perspectivas, saberes e contribuições para a diversidade cultural. O respeito envolve a promoção da autonomia dessas comunidades, garantindo que suas decisões sejam respeitadas e que sejam envolvidas em processos que afetem seus territórios e modos de vida.

O diálogo intercultural também se apresenta como uma ferramenta poderosa nesse processo. Estabelecer canais efetivos de comunicação entre as comunidades indígenas, o governo e a sociedade em geral permitem a construção de políticas mais inclusivas e adaptadas às necessidades específicas de cada grupo. A valorização da diversidade é um caminho para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa, onde todas as vozes têm espaço e respeito.

Em síntese, a garantia da continuidade das comunidades indígenas exige não apenas a efetivação dos direitos territoriais, mas também um esforço conjunto para promover a conscientização e o respeito à sua existência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ocupação do território está atrelada àqueles que têm o poder (Estado), cabe a ele a intervenção para subsidiar os direitos constitucionais garantidos, considerando o Estado como soberano, intocável, a garantia destes direitos se dá mediante aos governos. O discurso de defesa dos povos indígenas e os direitos para os povos nativos durante todos os momentos da história do Brasil sempre esteve atrelado à participação dos não

Os povos indígenas devem ter participação na construção e efetivação de seus direitos pelo Estado, sendo-lhes também resguardo o direito à sua juridicidade própria, bem como cultura e instituições. Em tempos de novas incertezas e inseguranças, mas, com o respiro de alívio, temos em 2023 no atual governo a criação do ministério dos povos indígenas, marcando assim um momento histórico ao longo da história brasileira. Inserindo os povos indígenas a discussão e a efetivação dos seus direitos.

O reconhecimento e a inserção dos povos indígenas aos órgãos governamentais permitem a efetivação dos seus direitos mediante uma política pública de qualidade, os direitos territoriais, o novo marco de respeito à identidade e a pluralidade cultural brasileira.

Entretanto, visando compreender o conceito de território identitário, temos que considerar a territorialidade (relações sociais), devido à apropriação do espaço, podendo ser considerado de pertencimento e afetividade. Sendo também unidade e contradição, contínuo e descontínuo, trazendo consigo elementos abstratos (representação e ideia) e concreto (espaço e matéria) que deixa traços identitários na paisagem.

Assim, a identificação do território identitário o qual citamos os indígenas pertinente ocupação territorial do Brasil, na qual expressa ao longo da história regressos em sua formação, e que a pluralidade racial, cultural brasileira precisa permear mais as discussões, para que assim sejam inseridas e construímos a nossa própria identidade enquanto nação, sem seguir os padrões eurocêntricos já estabelecidos.

REFERÊNCIAS

Brasil.[Constituição (1988)] Constituição da República Federativa do Brasil : texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. – Brasília : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. 496 p.

Brasília. Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Disponível em: http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas. Acesso em: 13/01/2024.

HAESBAERT, R. **Da desterritorialização à multiterritorialização.** Porto Alegre: A Boletim Gaúcho de Geografia, Porto Alegre,v. 29, n. 1, p. 11 – 24. jan./jun. 2003.

HAESBAERT, R.; LIMONAD, E. 1999. **O território em tempos de globalização**. GeoUERJ, Rio de Janeiro. n. 5, p. 7 - 19, 1° semestre de 1999.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. 3° ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

O MASSACRE DOS POVOS ORIGINÁRIOS EM CORUMBIARA/RO: A MORTE DO ÚLTIMO TANARU, "O ÍNDIO DO BURACO"

Danilo Paranhos Batista[1]

RESUMO

O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS/MEC – Brasil. O Índio do Buraco, foi o último remanescente do povo Tanaru, lutou contra agressores locais por mais de 25 anos. Ele sobreviveu isolado em sua terra indígena, no município rondoniense de Corumbiara, até sua morte em 2022. Este estudo pretende discutir a relação entre o Estado, os latifundiários, o capitalismo agrário e o chamado "Índio do Buraco", o último remanescente do povo Tanaru, tendo como procedimentos de levantamento de dados a pesquisa documental através documentos, artigos, narrativas, produções em geral. A morte do "Índio do Buraco" não significou o fim das violações a que seu povo foi submetido. Seu corpo foi violado por 71 dias, fazendeiros abriram processos jurídicos para reivindicar partes de sua terra indígena e a FUNAI tentou se eximir da responsabilidade de seu sepultamento. A sua história é um símbolo da resistência indígena e da violência do capitalismo agrário. Ele representa a luta de um povo pela sobrevivência e pela manutenção de sua cultura e de seu território.

Palavras-chaves: Índio do Buraco, Indígena Tanaru, Corumbiara, Rondônia.

RESUMEN OU ABSTRACT

This study was conducted with the support of the Federal University of Mato Grosso do Sul – UFMS/MEC – Brazil. The Hole Indian, the last remnant of the Tanaru people, fought against local aggressors for over 25 years. He survived in isolation in his indigenous land, in the Rondônia municipality of Corumbiara, until his death in 2022. This study intends to discuss the relationship between the State, landowners, agrarian capitalism, and the so-called "Hole Indian", the last remnant of the Tanaru people, using documentary research through documents, articles, narratives, and other productions. The death of the "Hole Indian" did not mean the end of the violations to which his people were subjected. His body was violated for 71 days, farmers filed lawsuits to claim parts of his indigenous land, and FUNAI tried to shirk responsibility for his burial. His story is a symbol of indigenous resistance and the violence of agrarian capitalism. He represents the struggle of a people for survival and the maintenance of their culture and territory.

Keywords: The Hole Indian, Tanaru Indigenous, Corumbiara, Rondônia.

[1] Doutorando em Geografia pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS). E-mail: danilo.paranhos@ufms.br.

INTRODUÇÃO

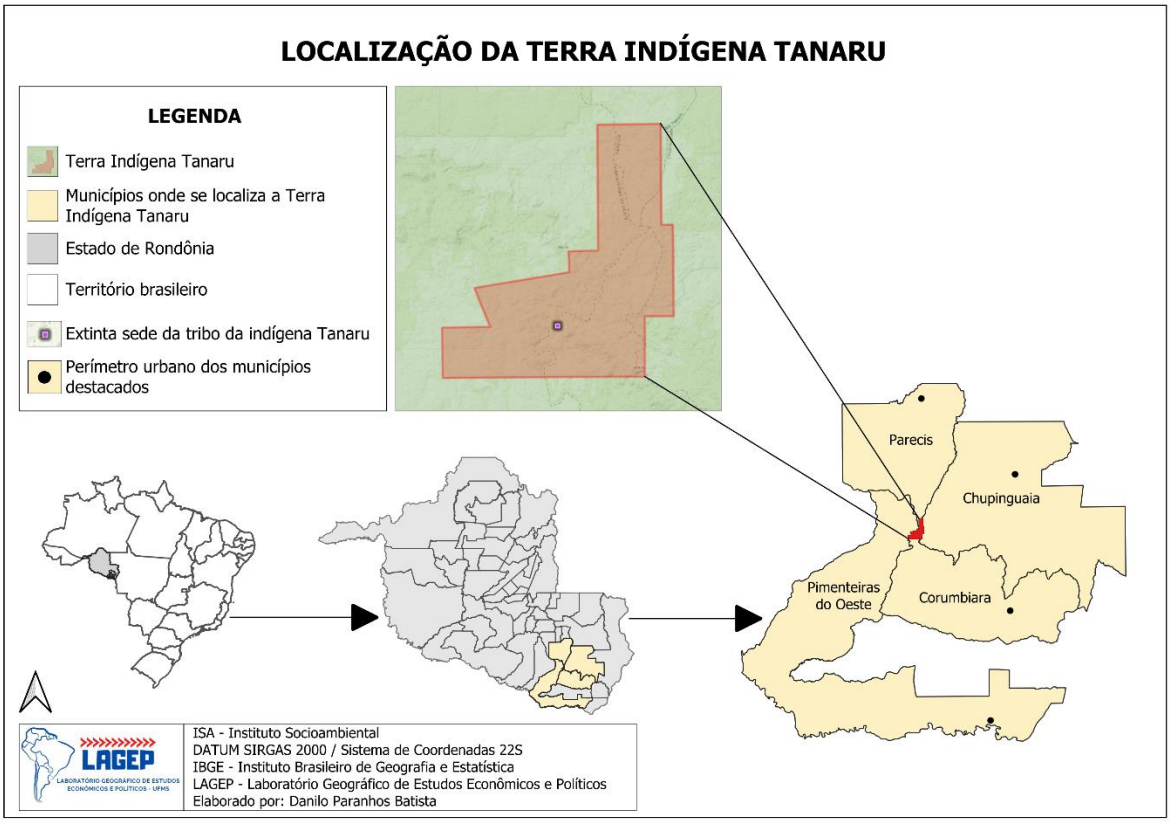
A presença do Estado na Amazônia brasileira, a partir da década de 1960, incentivou a entrada do capitalismo agrário na região, substituindo o extrativismo pela agropecuária, fazendo com que os indígenas fossem expulsos de seus territórios e/ou sendo "bruscamente "desalojado do seu presente" cultural ainda fundado nas relações de um mundo que é seu, que de repente passa a parecer-lhe fictício, enquanto se lhes impõem uma espécie de outro mundo real e que ainda não é o seu" (Loureiro, 1995, p. 37).

A Terra Indígena Tanaru, que compreende a área de estudo deste artigo, tem o seu território de 8.101,04 hectares localizado entre quatro municípios do estado brasileiro de Rondônia, sendo: Chupinguaia, Corumbiara, Parecis e Pimenteiras do Oeste (Mapa 1). Deste valor total de extensão territorial, 2.418,87 hectares se localizam no município de Corumbiara, que é o recorte espacial deste estudo e onde eram encontradas as estruturas indígenas do Tanaru, o "Índio do Buraco".

A região que hoje compreende ao município de Corumbiara (Mapa 1), situa-se na região do Cone Sul do Estado de Rondônia, a 847 km da capital Porto Velho, por rodovia pavimentada, estando a 162 km de Vilhena, a cidade-polo da região. O município foi criado em 13 de fevereiro de 1992 pela Lei Estadual n.º 377, configurando-se com uma área geográfica de 4.304,5 km². Sua população estimada de acordo com censo do IBGE (2022), é de 7.519 habitantes. Corumbiara é popularmente conhecida como a "terra dos massacres", local que entrou para os anais da história registrando casos de massacre de índios isolados e camponeses. A entrada do capitalismo agrário desalojou a identidade cultural das tribos indígenas e posseiros que residiam em Corumbiara, ou seja, habitantes originais deste local.

De acordo com Maldi (1991), a disputa e conflitos agrários nesta região eram intensos. "Corumbiara era terra indígena dos Kanoê's e Akunt'su, que já haviam sido registradas por Rondon, desde 1943, quando de passagem pelo Vale do Guaporé" (Maldi, 1991, P. 263). Essas duas tribos indígenas permaneceram sem contato até meados do século XX, mesmo ocorrendo registros de colonização na região em meados do século XVII.

No entanto, foi a partir da década de 1960, nos governos da ditadura militar, que foram criados projetos de colonização na Amazônia brasileira, sendo formado por migrantes provindos da região Centro-Sul do Brasil formando o que foi chamado de "frente de expansão", que viviam explorando o local por meio do extrativismo, sobre o regime de posse, entrando em disputa com as tribos indígenas Kanoê's e Akunt'su.



Mapa 1 - Localização da Terra Indígena Tanaru (2023). Fonte: Adaptado do IBGE 2023. Elaborado por Danilo Paranhos Batista.

A partir da década de 1970, chegaram à "frente pioneira", que adentrou ao território de Corumbiara, torturando, expulsando e/ou matando os índios e posseiros, tomando posse de seus territórios. De acordo com Ianni (1986), após a quase extinção das tribos Kanoê's e Akunt'su, a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) registrou esses povos indígenas, demarcando e criando duas reservas: Omerê e Tanaru. No entanto, essas reservas estão em áreas de solo fraco e assoreado, tendo sua extensão territorial encolhida pela invasão de latifundiários. Nestes locais, existem conflitos com relação a irregularidades na demarcação das terras, ficando sobre disputa judicial entre indígenas e latifundiários por décadas, quando a justiça decide a favor dos povos indígenas, a comunidade já perdeu sua identidade, sua integridade, ou foi extinta – como é o caso dos índios da Terra Indígena Tanaru (TI Tanaru).

A Terra Indígena Tanaru segundo Amazônia Real (2022, sem paginação), possui a menor área de Rondônia, cerca de 8.070 hectares, e até 2022 a menor população entre todas as terras indígenas da região, com apenas um indivíduo. De acordo com Barbosa (2022, sem paginação) A TI Tanaru, "é um lugar onde rios ainda percorrem o curso natural da vida, pássaros cantam livremente e porcos-do-mato, antas e tatus não estão ameaçados de extinção". No entanto, no último dia 23 de agosto de 2022, seu corpo foi encontrado sem vida "dentro da

sua rede de dormir em sua palhoça localizada na TI Tanaru, durante a ronda de monitoramento e vigilância territorial realizada pela equipe da FPE Guaporé/Coordenação-Geral de Índios Isolados e de Recente Contato (CGIIRC).” (FUNAI, 2022, sem paginação).

O último Tanaru, ou “Índio do Buraco”, viveu/sobreviveu 26 anos isolado, sozinho, sendo o último sobrevivente do massacre ocorrido em sua tribo. Seu território tem sido alvo de intensa pressão por parte dos fazendeiros da região, a morte do “Índio do Buraco” evidencia as violências, pressões e opressões sofridas pelos povos indígenas e seus territórios no Brasil, que persistem, ou persistiu – no caso do indígena Tanaru, a falta de aplicação dos direitos dos indígenas no estado de Rondônia.

METODOLOGIA

O presente trabalho tem como objetivo discutir a relação entre o Estado, os latifundiários, o capitalismo agrário e o chamado “Índio do Buraco”, o último remanescente do povo Tanaru. Este estudo terá natureza qualitativa tendo como procedimentos de levantamento de dados a pesquisa documental através documentos, artigos, narrativas, produções em geral da rede de internet, e como procedimento a análise e associação do conteúdo. Este estudo poderá se revelar importante na contribuição com os elementos teóricos práticos, buscando configurar-se com consistência para estudos acadêmicos, como também para melhor compreensão das questões que se referem aos direitos indígenas no Brasil.

O recorte espacial deste estudo compreende ao município brasileiro de Corumbiara, localizado na região amazônica, sendo também, um recorte da tese de doutorado em Geografia intitulado de: “O Massacre de Corumbiara e a experiência de luta dos camponeses: as vozes silenciadas e as memórias dos resistentes”. O sujeito da pesquisa é o indígena Tanaru, o “Índio do Buraco”.

Este trabalho fez associação documental através da rede de internet, desenvolvendo uma livre-associação enquanto ferramenta de conjunção de trabalho, servindo de base para aprofundamentos posteriores. Os resultados levantados estão expostos na parte de resultados desde artigo.

Foram realizados pesquisa por meio de produção geral na internet utilizando as palavras-chaves: índio do buraco, povos indígenas de Corumbiara, Tanaru, último indígena Tanaru, morre o último Tanaru. Para complementação da pesquisa, foram utilizados dados do Instituto Socioambiental (ISA), Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) e Instituto

Brasileiro de Geografia e Estatística. A plataforma QGIS foi utilizada para tabulação de dados de produção de mapas temáticos.

Considerando que são poucas as fontes científicas acadêmicas que trata especificamente sobre essa temática, foram utilizadas as fontes de pesquisa: Amazônia Real, G1 Portal de Notícias da Globo e BBC News Brasil. Os autores: Andrade e Andrade (2022), Ianni (1981 e 1986), Loureiro (1995), Maldi (1991) e Mbembe (2018), foram referências bibliográficas que permearam no debate e reflexão.

ELE ERA O ÚLTIMO SOBREVIVENTE TANARU: "O HOMEM MAIS SOLITÁRIO DO MUNDO!"

No ano de 1996, um grupo de madeireiros adentraram em uma área de mata fechada na região noroeste do município de Corumbiara, estado de Rondônia, para iniciar o processo de exploração de madeira. No entanto, em meio ao resquício de Floresta Amazônica em território corumbiarense, se depararam como uma cabana em estilho palhoça com um buraco dentro, como também, armadilhas, alimentos (milhos e mamões) e instrumentos de combate. Era sinal da existência de indígenas na região.

Em 1996, um indígena foi visto nesta mesma área por uma equipe da Frente de Proteção Etnoambiental do Guaporé (FPE Guaporé) da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) acompanhados do cineasta Vicent Carelli, que gravava o documentário *Corumbiara*, que buscava registrar os crimes contra os povos indígenas em Corumbiara. Segundo Carelli (2009), não houve sucesso na primeira tentativa de contato com o Tanaru, o indígena resistiu a tentativa de comunicação oral e visual, atacando a equipe com flechas, uma demonstração que estava decidido a não realizar nenhum contato com o externo.

A equipe da FPE Guaporé, inicialmente, acreditava que o indígena avistado estava acompanhado por sua tribo, mas, após estudos, verificou-se que o homem de aproximadamente 52 anos (Foto 1) vivia/sobrevivia sozinho na densa Floresta Amazônica. O Tanaru "era um homem de cabelos lisos, olhos puxados e bigode, o que chamava a atenção, já que é incomum ver indígenas com pelos no rosto" (Barbosa, 2022, sem paginação). O indigenista Algayer (2022, p. 01) corrobora afirmando que "no início achamos que era um número maior de pessoas, mas ao longo do tempo, das buscas, concluímos que estávamos, naquela época, diante da presença de apenas uma pessoa".

Respeitando a sua vontade de não comunicação com o externo, a FUNAI aplicou um dispositivo de restrição de uso da terra – interdição da área – para garantir a integridade física

do indígena isolado. “Amparando-se no artigo 7.º do Decreto 1775/96; no artigo 231 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; e no artigo 1.º, inciso VII da Lei nº 5371/67” (FUNAI, 2018, sem paginação), foi delimitado o território da TI Tanaru. No entanto, devido as burocracias institucionais, a FUNAI, de acordo com Algayer et. al. (2022) conseguiu a publicação da primeira portaria de restrição de uso somente em 2012 – Portaria 1392/PRES, de 31 de outubro de 2012 – com validade até 2015, conseguindo renovar por mais dez anos por meio da Portaria 1.040 de 16 de outubro de 2015. O nome atribuído a terra indígena, Tanaru, segundo Reel (2011), é em homenagem ao *Rio Tanaru*, que percorre o território do “Índio do Buraco”.

Foto 1 - Duas das raras imagens do indígena Tanaru, o "Índio do Buraco". Fonte: FUNAI/Reprodução.

O “Índio do Buraco”, segundo o Bento et. al. (2022, sem paginação), apesar de ter vivido/sobrevivido solitário por cerca de 26 anos, nem sempre esteve sozinho, os últimos indígenas de seu povo foram assassinados no ano anterior, em 1995, por fazendeiros e madeireiros da região de Corumbiara, que nunca foram investigados e punidos pelo crime. “Em 1995 havia um grupo de quatro pessoas, que não tinha mais condições genéticas de se reproduzirem entre eles” (Bento et. al., 2022, sem paginação). Como não houve registro oficiais deste grupo de indígenas, não se sabe precisamente os motivos que impediam a reprodução dos indígenas, “não se sabe se todos eram idosos ou se eram todos só homens” (Bento et. al., 2022, sem paginação).

De acordo com Vicky (2018), a população da sua tribo era significativa, mas foi degradada entre os anos 1980 e 1990, devido à construção de duas rodovias próximas ao local de moradia, a RO-485 (que liga o município de Colorado do Oeste a Corumbiara) e a BR-364 (a principal rodovia do estado de Rondônia, que liga Limeira – SP a Cruzeiro do Sul – AC), o

que despertou o interesse em terras de migrantes oriundos dos estados de Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

O único sobrevivente, que nunca se anunciou, não ocorrendo registros de contato com indivíduos fora do seu território, não recebeu um nome, não identificaram sua cultura, religião e língua. Recebeu o apelido de "Índio do Buraco" pois a FPE Guaporé verificou que ele deixava valas (buracos) profundos na floresta que provavelmente eram utilizados para caçar animais, pois o indígena colocava na profundidade do buraco, estacas pontiagudas. No entanto, o que se destacavam eram os buracos que ele construía dentro de suas moradias (Foto 2), que a FUNAI acreditava que havia um sentindo espiritual e religioso.

Foto 2 - Buraco construído dentro de suas moradias. Fonte: Reprodução/Txai Surui - Portal G1 Rondônia

Em toda sua trajetória de vida, segundo o Sassine (2022), o "Índio do Buraco" construiu 53 casas por todo território indígena (Foto 3), uma casa após a outra. Os agentes da FUNAI afirmavam que primeiro, ele cavava um buraco, depois, construía a casa com somente um acesso – para entrada e saída, e dormia em uma rede artesanal armada em cima do buraco. Quando finalizava a construção de uma palhoça, iniciava a construção de outra imediatamente. De acordo com a FUNAI (2021), provavelmente era uma forma de assegurar sua sobrevivência e seu permanente estado de fuga. Diniz et. al. (2022, sem paginação) complementa afirmando:

> Os registros mais recorrentes são das suas moradias conhecidas como tapiris, geralmente construídas com cascas de madeira, palmeiras e troncos, coberta com palha do chão ao teto. Uma característica curiosa dos locais onde ele ficava é a existência de um buraco. Foi assim que surgiu o nome "índio do buraco".

O Tanaru decidiu viver sozinho, isolado do mundo externo devido ao extermínio de todo seu povo, que era parte de sua essência de vida, que compreendia a sua identidade, era a sua razão para viver e agora, sobrevive um dia após o outro. O que poderia fazer sentido em sua vida, era os buracos (Foto 2) que cavava no chão em cada uma das 53 palhoças, provavelmente, “para alcançar algum sentido místico, espiritual ou cosmológico para sua vida”. (Sassine, 2022, sem paginação).

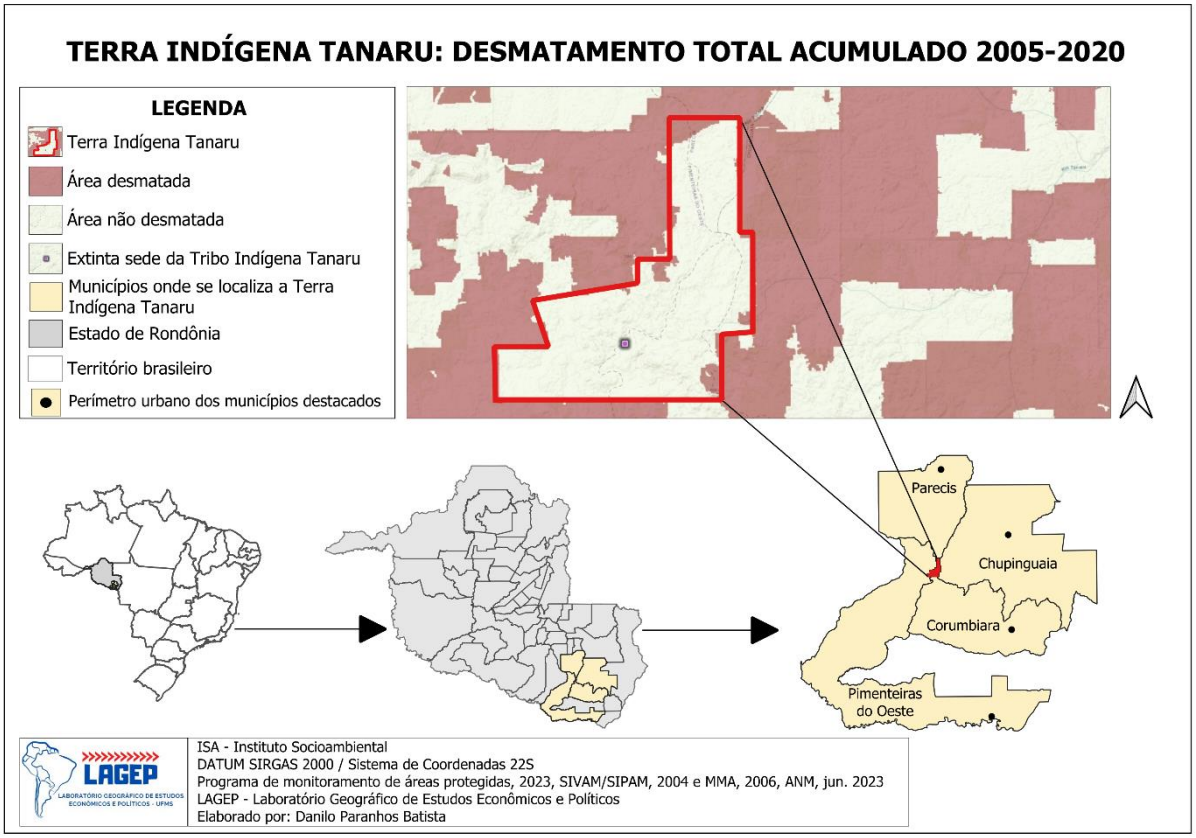
Foto 3 - Registro fotográfico 1 e 2, duas palhoças construídas pelo "Índio do Buraco", a exemplo de outras 51 identificadas pela FUNAI na TI Tanaru. Fonte: Acervo/OPI - Folha de São Paulo.

Desde a entrada de migrantes de outras regiões do Brasil em território que hoje constituí o estado de Rondônia, os povos originários sofreram a hostilidade de indivíduos que invadiram as suas terras baseadas nos discursos governistas da ditadura militar de que havia um vazio humano. O último Tanaru e sua tribo não tiveram um dia de trégua dos ataques de ruralistas, que queriam usurpar cada centímetro do território. Os ataques eram constantes.

O Jornalista Monte Reel, que percorreu a área da Terra Indígena Tanaru e escreveu um livro intitulado *O último da tribo*, afirmando, em vários momentos, das diversas tentativas de eliminar o "Índio do Buraco". Reel (2011) acredita que alguns indígenas Tanaru foram mortos envenenados com chumbinho misturado no açúcar.

De acordo com o indigenista Algayer (2022), a FPE Guaporé encontrou dificuldades de acessar a área territorial onde se localizavam os vestígios do Tanaru, pois os fazendeiros não autorizavam o trânsito da equipe pelas suas propriedades. O sistema jurídico era burocrático e moroso para obtenção de decisões judiciais para chegar até a TI Tanaru e/ou renovar o processo

de restrição de uso da área para proteger o território indígena. Os processos tinham validades curtas com cerca de três meses de duração, quando venciam, no período que buscavam a prorrogação “os fazendeiros atuavam na destruição, tirava a Funai de dentro da área e começava a colocar gente andando na mata sobre os vestígios do isolado, extraía o que podia de madeira e limpava tudo com a intenção de desaparecer com qualquer presença do indígena” (Algayer, 2022, p. 370). No Mapa 2, é observado o resultado do desmatamento realizado por fazendeiros entre o período de 2005 a 2020 da Terra Indígena Tanaru.

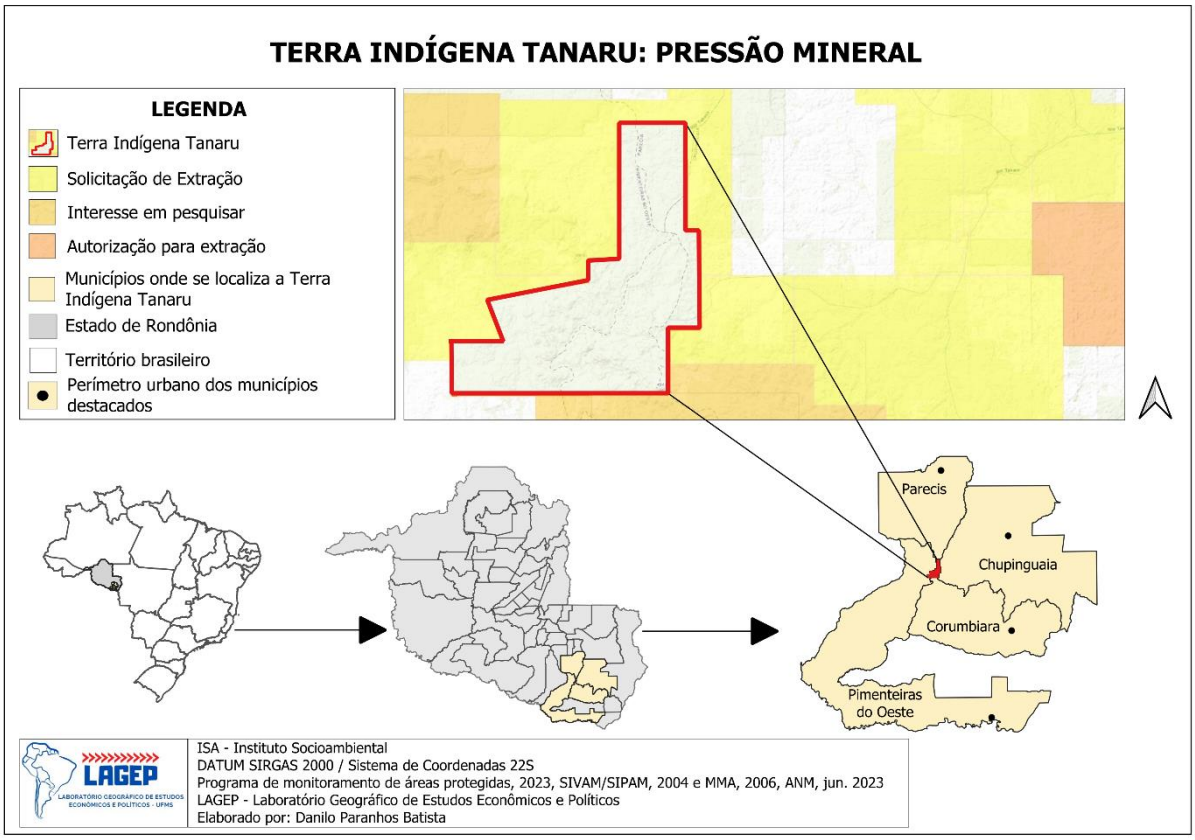


Mapa 2 - Destruição total da TI Tanaru entre o período de 2005 a 2020. Fonte: Adaptado de Instituto Socioambiental (ISA). Elaborado por Danilo Paranhos Batista.

Em 2009, a organização de apoio às comunidades indígenas *Survival Internacional*, de acordo com a BBC News (2009), denunciou fazendeiros da região da TI Tanaru pela tentativa de homicídio no "Índio do Buraco". Segundo a organização, o “posto de proteção localizado na terra indígena havia sido saqueado e encontraram cartuchos de espingarda vazios nas proximidades da floresta.” (BBC News, 2009, sem paginação), ocorrendo a suspeita de que o indígena poderia estar na “linha de fogo” na tentativa de assassiná-lo ou assustá-lo.

Não é somente o capitalismo agrário que tem interesse sobre o território da TI Tanaru, no Mapa 3, são observados que existe pressão para extração mineral na área e em suas

proximidades. De acordo com o Instituto Socioambiental (ISA), que forneceu os dados do Mapa 3, é observado que existe interesses e solicitações para extração mineral no entorno do território indígena, pois considera que nas áreas em destaque existam minerais a serem explorados. No entanto, o ISA não classifica a Terra Indígena Tanaru, mas como no seu entorno existe os interesses e solicitações para extração, acredita-se que tenha esses recursos no território do "Índio do Buraco".



Mapa 3 - Pressão mineral nas proximidades da Terra Indígena Tanaru (2023). Fonte: Adaptado do Instituto Socioambiental (ISA). Elaborado por Danilo Paranhos Batista.

De acordo com as regras estabelecidas pela Constituição Federal de 1988 (CF/88), é de atribuição exclusiva do Congresso Nacional a competência de autorizar a pesquisa, exploração e extração de riquezas minerais em terras indígenas. Sousa et. al. (2022) corrobora afirmando que a CF/88 exige que o Congresso avalie a necessidade da atividade minerária nesses territórios, considerando exclusivamente os interesses dos povos indígenas, atendendo as condições específicas estabelecidas em lei.

A Lei 6.001/79, conhecido como *Estatuto do Índio*, em discordância com a CF/88, aponta que as terras indígenas são terras públicas, ignorando o direito a posse e usufruto

exclusivo dos indígenas. Entretanto, a Constituição Federal tem precedência sobre outras leis, invalidando normas que não estejam de acordo com a CF/88.

O Coordenador da Frente de Proteção Etnoambiental Guaporé (FPE Guaporé – FUNAI) Altair Algayer, publicou um resumo em 2022 na *Revista Brasileira de Linguística Antropológica* que conta a história da tentativa de contato com o indígena Tanaru. De acordo com o relato de Algayer (2022), houve diversas tentativas de contato, inicialmente entre 1996 e 1998; depois entre 2004 e 2005, mas um funcionário que acompanhava a expedição foi flechado pelo indígena, o que levou a equipe a se afastar da área até 2006. Algayer (2022, p. 371) complementa afirmando:

> Em 2006, eu retorno para a Frente como coordenador. Iniciamos então um monitoramento da região, mas sempre respeitando a vontade dele, não forçamos mais nenhum tipo de contato. Começamos também a deixar diversos tipos de sementes com a intenção de fazer com que ele retomasse a roça. Deixamos as sementes, ele as consumia, mas não plantava. Em 2013, quando já tínhamos desistido da ideia de ele fazer a roça, encontramos uma área derrubada com plantação de mamão. Daí voltamos a deixar de novo sementes e, assim, ele recomeçou a plantar milho, além do mamão

Desde então, a FPE Guaporé observava a cada visita que o Tanaru, mesmo sozinho, conseguia produzir grandes plantações de mamão, milho, mandioca, cará e até amendoim. O contato de 2006, relatado por Altair Algayer, fez com que o "Índio do Buraco" diminuísse o medo da proximidade com o externo, ele evitava contato, mas ficava tranquilo.

O monitoramento da FPE Guaporé buscava por materialidades e compreensão cultural produzido pelo indígena Tanaru, com destaque para o buraco na palhoça, mas poucos elementos foram encontrados a fim de revelar a identidade étnica do "Índio do Buraco", "acreditava-se que alguns pertences e atividades foram abandonados devido à produção exclusiva por mulheres indígenas" (Algayer, 2022, p. 371).

Durante os 26 anos desde que sua tribo foi exterminada, o Tanaru conseguiu escapar em parte da fúria dos brancos, sobrevivendo na floresta de seus ancestrais. Ele é uma testemunha do passado cruel do Brasil em relação aos povos indígenas, desde a invasão europeia das terras que viria a se chamar Brasil. O indígena conseguiu escapar, em parte, como mencionado no início deste parágrafo, pois foi aprisionado em uma pequena área de 8.101,04 hectares, o menor território indígena de Rondônia. Ele sucumbiu lentamente e foi impedido de viver livremente em um território que lhe pertencia e foi usurpado.

A MORTE ESPREITAVA O INDÍGENA TANARU

De acordo com Barbosa (2022, sem paginação), em 2022, a FPE Guaporé monitorou o indígena Tanaru por dois meses e percebeu que ele poderia estar em um processo de adoecimento, uma vez que observaram o "Índio do Buraco" perdendo as suas forças a cada dia (Foto 4). Por exemplo, o arco de caça do Tanaru, foi encontrado abandonado na floresta, coberto por fuligem. As flechas estavam guardadas em uma das palhoças, aparentando-se que não eram usadas há algum tempo. Algayer (2022, p. 373) corrobora afirmando que "em abril de 2022, deixamos uma máquina fotográfica na mata (em uma roça velha) e com essas imagens, tiradas em junho do mesmo ano, percebemos o quanto ele estava envelhecido e possivelmente doente. Estava muito magro, encurvado e usando uma espécie de bengala."

Foto 4 - Último registro fotográfico do indígena Tanaru antes do falecimento. Corumbiara (2022). Fonte: Acervo FUNAI/OPI.

O Tanaru tinha consciência de que a morte estava próxima e, por isso, "pôs na cabeça um chapéu amarrado com cordas de embira, sobre o corpo, usou um singelo feixe de pluma de araras" (Barbosa, 2022, sem paginação), deitou-se em uma rede de palha dentro de sua palhoça e aguardou a morte, já que "não me pareceu que ele estava se deitando para dormir" (Algayer, 2022, p. 373 e 374). E então, sem medo, acolheu a morte como uma velha amiga, com a ternura de quem reencontra uma amiga de longa data, e caminhando ao seu lado com a mente tranquila e o coração em paz, pois sabia que seria encontrado pelo FPE Guaporé. O Tanaru acompanhou a morte de bom grado, e juntos, partiram desta existência com dignidade, pois sabia que era o seu tempo.

O corpo do Tanaru foi descoberto em 23 de agosto de 2022, em uma expedição de inspeção da FPE Guaporé, que de acordo com Algayer (2022), verificou-se que o indígena não trabalhava na terra a pelo menos um mês, encontrando mato alto na roça perto de sua palhoça. Havia um igarapé nas proximidades e quando os agentes da FUNAI atravessaram, em meio a uma plantação de mamão, encontraram o inseparável machadinho do Tanaru jogado no chão. Próximo aos mamoeiros, havia sua palhoça que estava com a porta aberta "e o entra e sai de moscas e abelhas fizeram com que os funcionários se aproximassem. [...] pelo estado de decomposição do corpo, calcula-se que estivesse morto há quase 40 dias" (Barbosa, 2022, sem paginação). O coordenador da FPE Guaporé Algayer (2022, p. 373) complementa afirmando:

> Eu pensava muito sobre esse momento, afinal ninguém é eterno. Pensava também no que poderia acontecer com a chegada da velhice – estimamos que estava com aproximadamente 60 anos. Me preocupava com possíveis acidentes também, uma árvore que poderia cair e machucá-lo, uma picada de cobra, alguém fazer algo de ruim com ele e com a possibilidade dele morrer sem nem termos a possibilidade de encontrarmos o corpo, afinal, com dois ou três meses, certos vestígios desaparecem e, com isso, ficaria difícil de encontrá-lo e saber o que aconteceu. Qualquer acidente já nessa idade seria um problema sério para ele pelo fato de estar sozinho. Do jeito que a morte chegou para o indígena do Tanaru, me pareceu que foi tranquilo, por mais triste que toda a situação seja. Pelos vestígios que encontramos e pelas primeiras análises periciais, não houve nenhuma ação externa – fratura, perfuração ou presença ilegal de pessoas na região.

O último Tanaru ou o "Índio do Buraco" escolheu a morte, mas não foi morto, apenas escolheu morrer. Sua memória permanece viva e sobrevive, sendo a afirmação de sua identidade, se tornando um símbolo de resistência para todos os povos indígenas do Brasil que lutam por justiça, sobrevivência, resiliência e liberdade.

SEU CORPO VIOLADO E SEU TERRITÓRIO FRAGILIZADO: UM SÍMBOLO DE VULNERABILIDADE PARA OS PORVO INDÍGENAS.

Duas caixas de ossos repousam na prateleira de uma delegacia de polícia em uma pequena cidade do interior do Brasil. Inerte, entre copos de café, protocolos e carimbos, jaz Tanaru.
Carolina Ribeiro Santana[2]

O indígena Tanaru estava em seu leito de morte, em um lugar específico, dentro de sua palhoça e em seu território, devidamente vestido e preparado para a passagem espiritual, próximo ao buraco que poderia ter um significado ou sentimento sagrado. Tudo foi pensado

[2] SANTANA, C. R. Quem tem direitos sobre um cadáver de um indígena isolado? **Sumaúma**, Altamira – PA, 20/10/2022. Disponível em: <https://ury1.com/8QLfv>. Acesso em: 20/09/2023.

por ele, preparado por ele e em seu lugar de pertencimento. Para o Estado, seus pensamentos não eram relevantes, sua preparação não tinha significado e seu lugar pertencia a outros.

A FUNAI, então, tirou as cordas de embira e removeu o chapéu de sua cabeça, retirou de seu corpo os singelos feixes de plumas de araras, retirando seus restos mortais de seu sepulcro, embarcou em um avião e levou para Brasília – Distrito Federal, na intenção de verificar a causa de sua morte. “Por 55 dias nada se soube sobre do Tanaru [...] a FUNAI se limitava a responder que o “seu corpo estava sob perícia”” (Santana, 2022, sem paginação).

Após meses, “duas caixas de ossos foram enviadas à Delegacia da Polícia Federal na cidade de Vilhena, em Rondônia” (Santana, 2022, sem paginação). O indígena que lutou para sobreviver livre, fugindo do “homem branco”, não escapou das garras do Estado brasileiro, que não havia conseguido colocar as mãos no indígena em vida, mas não escapou após a sua morte. “Foi cortado, testado, examinado, esquartejado” (Santana, 2022, sem paginação). O indígena Tanaru continuou sofrendo violações após a morte, seu corpo foi deixado por 71 dias e violado por várias formas, Andrade et. al. (2022, p. 6) corrobora afirmando que “ele foi separado em pedaços e guardado em caixas”.

O Estado concluiu que a morte do indígena Tanaru, não ocorreu por meio de violência, até que o Estado agiu de forma violenta, violando seu direito de permanecer sepultado e sua dignidade, desrespeitando a memória de todos os povos indígenas do Brasil.

No entanto, não se surpreende a postura do Estado, que tem exterminado os povos indígenas no território que hoje compreende ao Brasil desde a invasão europeia no final do século XIV. O genocídio indígena persiste até hoje, praticado tanto pelo Estado, quanto por invasores, em específico, por grileiros, madeireiros, garimpeiros e latifundiários. “Entre 1500 e 1957, foram exterminados 97% dos indígenas que viviam no território usurpado. Hoje, há mais de 300 povos, que falam mais de 270 línguas diferentes, e são alvo constante de ataques, do agronegócio predatório” (Barbosa, 2022, sem paginação).

O indígena Tanaru, ou “Índio do Buraco” é um marco que representa o processo de ocupação da Amazônia brasileira, do Estado de Rondônia e do Brasil, que durante a vida se isolou ou se forçou a isolar-se, foi solitário, resistente e sobrevivente do massacre de sua comunidade e da tentativa de extinção da sua linhagem histórica, “marcado pela violência que exterminou sua cultura, sendo o último existente, último falante da língua, é tratado como "herói, resistente”, como personagem de um romance cujo reflexo é, com raras exceções, despersonalizar a violência” (Andrade et. al., 2022, P. 5).

O destino trágico dos Tanaru é traçado quando são intensificados os fluxos migratórios para Rondônia a partir da década de 1960, mediados por programas de colonização do oeste

brasileiro no governo do regime militar. O Estado atuou por meio da FUNAI, órgão que tem o poder de manipular e remanipular assuntos acerca de questões indigenistas, sendo responsável por desenvolver processos de expropriação das comunidades dos povos originários nos aspectos territoriais, sociais, culturais e econômicos, em nome da expansão capitalista.

O próprio Estatuto do Índio, lei 6.001, promulgada em 1973, artigos 3º e 4º, tratam os indígenas como algo estranho, distinguindo o índio do nacional, não o reconhecendo como parte da nação brasileira, mas como um acidente da natureza. Ianni (1981, p. 201) corrobora afirmando:

> [...] tanto na lei que criou a FUNAI, como na que estabeleceu o Estatuto do índio, é evidente a distinção e contraposição, implícita esta, entre o índio e o nacional. Essas leis distinguem e contrapõem "comunidades tribais" ou "comunidades indígenas" e "sociedade nacional". Tanto assim que o estatuto do índio estabelece, entre outras finalidades da política indigenista, que cumpre o poder público prestar assistência as comunidades indígenas ainda não integradas a comunhão nacional. Afinal, o que é o brasileiro? O modo pelo qual se define o índio acaba por transformá-lo em um "outro", especial, à parte, diferente, estranho, estrangeiro. Pode tanto ser um fato da natureza, como um estranho estranhado, estrangeiro. Se não é, pode ser; potencialmente. A sua língua, a sua cultura espiritual e material, os seus deuses, tudo acaba por servir de base para que a FUNAI e o Estatuto estabeleçam uma política indigenista que se funda, de modo explícito ou por implicações, na ideia de que o "índio" se distingue e se contrapõe ao "nacional". O que é indiscutível é que esta política não o reconhece como nacional, nem brasileiro.

Ainda de acordo com Ianni (1981), o Estado é responsável pela invasão de terras indígenas pois é conivente e neutro em relação aos invasores, como grileiros, latifundiários, fazendeiros e empresários. O Estado se justifica afirmando que o índio é um ser "irracional" porque se relaciona com a terra de forma mística ou religiosa, não levando em consideração a "racionalidade" do empreendimento agrícola capitalista e utiliza destes argumentos para realizar a expropriação das terras indígenas.

Solitário e sem poder re/produzir sua cultura ou se comunicar, a morte do último membro do povo Tanaru é uma triste consequência da necropolítica, conceito apresentado por Mbembe (2018, p. 33) que se refere ao controle e a dominação exercida sobre a vida e a morte das pessoas. Andrade et. al. (2022, p. 5) complementam afirmando que "a morte de Tanaru deitado na rede, construindo sobre si seus últimos e solitários adereços de passagem, na certeza que estaria solitário na passagem e - caso seja sua crença - nos pós vida, não é algo bonito de se falar, é a marca impressa de uma necropolítica."

O corpo do indígena Tanaru foi encontrado pela FUNAI pouco antes do primeiro turno da eleição para presidente do Brasil em 2022. O evento era decisivo para o futuro dos povos

indígenas. Até o final de 2022, quando o então presidente Jair Messias Bolsonaro, hoje inelegível até 2030 por abuso de poder político, havia indicado o delegado da Polícia Federal (PF) Marcelo Xavier para presidir a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), que se tornou amplamente conhecido por sua posição contrária aos povos indígenas e a favor dos grandes proprietários de terras.

Xavier tornou-se o centro das atenções no caso Tanaru, uma vez que, após a definição da data do enterro do "Índio do Buraco", que estava agendada para 14 de outubro, a data foi adiada de forma injustificada e sem justificativas. “Suspeita-se que Xavier tinha intenção de atrasar o sepultamento de Tanaru em sua terra ancestral para dar tempo dela ser invadida pelos grileiros e fazendeiros que a disputam. (Barbosa, 2022, sem paginação).

Para corroborar esta informação, de acordo com Gonçalves (2022), neste mesmo período, em menos de dois meses após encontrarem o corpo do indígena, oito ruralistas ingressaram com uma petição na FUNAI requerendo o Território Indígena Tanaru, sendo dois do estado de Rondônia e seis do estado de São Paulo, segundo Gonçalves (2022, sem paginação) são eles:

> Edson Ribeiro de Mendonça Neto (médico veterinário); Fernanda Louro Ribeiro de Mendonça (psicóloga); Helena Louro Ribeiro de Mendonça (advogada), moradores de Barretos (SP); Rodrigo Maia Jacinto, de São Paulo (SP); os irmãos Porthos Pádua Maia e Garon Maia (pecuaristas), ambos de Araçatuba (SP); Iolanda de Andrade Bertholasce, de Cacoal (RO), e Gutemberg Ermita, de Pimenta Bueno (RO).

A Justiça Federal precisou intervir duas vezes. a primeira, para garantir a interdição de restrição do Território Indígena Tanaru, permitindo somente a entrada e permanência de agentes da FUNAI e seus autorizados, garantindo o cumprimento da lei por meio da “Portaria nº 1.040, de 27/10/2015, pelo prazo de dez anos a contar de sua publicação” (Gonçalves, 2022, sem paginação); a segunda intervenção foi a pedido do Ministério Público Federal (MPF), que solicitou o imediato sepultamento do indígena Tanaru no lugar onde viveu e morreu, sendo deferido, considerando que “a FUNAI, na figura do seu presidente, pediu ainda para isenção da obrigação de realizar o sepultamento do corpo Tanaru” (Andrade et. al., 2022, p. 7).

A mesma FUNAI que usurpou o indígena de seu território e violentou o seu corpo em um laboratório separando em pedaços, guardando em duas caixas, agora, queria se eximir da responsabilidade de devolvê-lo e tentar dar dignidade ao que sobrou de seu corpo. No mês de novembro de 2022, o ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), de acordo com Cruz (2022, sem paginação), por meio de uma portaria, determinou que “a Terra Indígena deve permanecer em validade até que se decida qual destino dar à área”. No entanto, o seu

território ainda continua ameaçado, o indigenista Algayer (2022, p. 373) expressou a sua preocupação com o destino da TI Tanaru e afirmou:

> Até o final de seus dias ele evitou o contato, pois acredito que se quisesse ou precisasse, poderia ter pedido ajuda ao pessoal da fazenda – ele estava a apenas 700 metros de encontrar com alguém. E não procurou. A decisão dele no fim, assim como todas que constatei desde o início do meu trabalho, foi ficar ali, só. Penso que todo o ritual que poderia fazer ao pressentir a chegada da morte, ele fez. Agora o que vai acontecer com o território que habitava, já não depende de mim, da Funai, mas me esforçarei para que parte do território dele seja reconhecido pelo Estado, que a sua luta e a sua resistência sejam reconhecidas, em memória do que ele foi. Tenho certeza de que esse pedaço de mata, não vai fazer falta para ninguém. É importante ter essa compensação, seria um marco importante no indigenismo, um primeiro caso de preservação da memória de um grupo isolado. Relevante até para servir de referência a outros grupos isolados que estão indo no mesmo caminho que o indígena do Tanaru: a existência de poucos indígenas, hoje três, dois, amanhã apenas um… O resultado de todo um grupo que um dia existiu e resistiu para sobreviver frente ao caos que suas vidas se tornaram.

Após 71 dias, seu corpo foi liberado, os indígenas Kanoé, Sabanê, Aikanã, Tapuri e os Akuntsu, localizados na Terra Indígena do Omerê, no município de Corumbiara – Rondônia, e os agentes da FUNAI, organizaram o sepultamento do indígena Tanaru, o "Índio do Buraco" (Foto 4) para o dia 04 de novembro de 2022. Segundo Barbora (2022), houve divergências entre os indígenas presentes sobre os destinos dos pertences do indígena Tanaru, "ao final, todos concordaram que os itens fossem levados a um museu, como prova de que o Tanaru existiu – e de que seu povo foi extinto pela violência dos Brancos." (Barbosa, 2022, sem paginação). Apenas a um veículo de comunicação, Rede Globo, pôde acompanhar o ritual funerário, configurando como estratégia de silenciamento histórico e cultural do "Índio do Buraco".

Foto 5 - Sepultamento do indígena Tanaru no buraco de sua palhoça (2022). Fonte: Acervo FUNAI/Reprodução.

A morte do indígena Tanaru, o "Índio do Buraco", é um aviso preocupante do genocídio em massa dos povos indígenas no Brasil. O Estado não conseguiu proteger o seu

povo, ou não foi do seu interesse protegê-los, e a sua morte, nestas condições configura como uma tragédia que nunca deveria ter acontecido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na região de Corumbiara e nos municípios que compreender a Terra Indígena Tanaru, o progresso capitalista agrário segue um padrão histórico – quase que sistematizado de Brasil – de pouco mais de quinhentos e vinte e três anos. Os povos sofreram com uma política estatal desumana para o benefício dos latifundiários locais e ligados poder central do país. Os programas de desenvolvimento e ocupação da fronteira oeste do Brasil resultou na criação de uma indústria do crime, como genocídio dos povos indígenas, desenvolvimento de agricultura incompatível como o ambiente local, devastação da floresta e conflitos por terras envolvendo movimentos sociais e políticos.

O indígena Tanaru, "o Índio do Buraco" e seu povo, atualmente extinto, representa a intenção do Estado Brasileiro, dos latifundiários e do capitalismo agrário que buscam explorar a Amazônia brasileira de forma predatória e destrutiva, agindo criminosamente contra aqueles que detém, historicamente, o poder sobre o seu território, e buscam impedir a expansão de suas formas ver e produzir e reproduzir a realidade.

No entanto, a pior crueldade é a semente plantada por um conflito de interesses territoriais que não tem fim e destrói a vida de pessoas que realmente necessitam da terra. De acordo com o artigo 319 do Código Penal, a FUNAI cometeu um erro, prevaricando ao não assegurar a proteção e preservação do Povo Tanaru e da floresta, além de não promover uma estabilidade demarcatória da Terra Indígena Tanaru. A omissão da FUNAI revelou a sua verdadeira intenção.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, R. A. O. de. ANDRADE, M. O. P. de. Tanaru "Índio do Buraco": implicações sobre a vida e a morte indígena em Rondônia. **Diálogos: Economia e Sociedade**, Porto Velho, V.6, n.2, p.1 – 9, nov./dez. Disponível em: <https://shre.ink/l15h>. Acesso em: 17/06/2023.

ALGAYER, A., ARAGON, C., & MEZACASA, R. (2022). Território, Materialidade e Atitude Linguística: ferramentas da Frente de Proteção Etnoambiental Guaporé nos contextos das Terras Indígenas Massaco, Rio Omerê e Tanaru – Rondônia, Amazônia brasileira. **Revista Brasileira De Linguística Antropológica**, 14(1), 197–240. Disponível em: <https://l1nq.com/6vzEl>. Acesso em: 04/09/2023.

ALGAYER, A. (2022). Tanaru, um lugar de memória. **Revista Brasileira De Linguística Antropológica**, 14(1), 369–374. Disponível em: <https://l1nq.com/1FoLd>. Acesso em: 04/09/2023.

AMAZÔNIA REAL, **O último indígena da terra Tanaru sofre violações da Funai até no sepultamento**. Corumbiara – Rondônia, 11/05/2022. Disponível em: <https://shre.ink/l1wj>. Acesso em: 17/06/2023.

BBC NEWS BRASIL. Último sobrevivente de tribo é atacado na Amazônia, diz ONG. **BBC News Brasil**, 09/11/2009 e atualizado em 10/10/2009. Disponível em: <https://shre.ink/nb1s>. Acesso em: 17/08/2023.

BENTO, P.; CRUZ, J. Q. Quem foi o 'Índio do Buraco', último sobrevivente de seu povo encontrado morto em Rondônia. **G1 Portal de Notícias da Globo**, Porto Velho - RO, 29/08/2022. Rondônia. Disponível em: <https://l1nk.dev/vZ9uO>. Acesso em: 17/06/2023.

CARELLI, V. Rogério Sávio Link. **Corumbiara documentário**. YouTube, 28/03/2009. Disponível em: <https://urx1.com/jgpPw>. Acesso em: 04/09/2023.

CRUZ, J. Q. Fachin determina que Funai preserve terra onde vivia o 'Índio do Buraco' em RO. **G1 Portal de Notícias da Globo**. 28/11/2022. Disponível em: <https://encurtador.com.br/qyBM8>. Acesso em: 18/09/2023.

BARBOSA, C. A luta de Tanaru supera a sua morte. **Sumaúma**, Altamira – PA, 01/12/2022. Disponível em: <https://encurtador.com.br/mHS17>. Acesso em: 04/09/2023.

DINIZ, F.; CRUZ, J. Q. Corpo do 'Índio do Buraco' deve ser sepultado na Terra Indígena onde ele vivia isolado em Rondônia. **G1 Portal de Notícias da Globo**, Porto Velho - RO, 29/08/2022. Rondônia. Disponível em: <https://l1nk.dev/VQZFt>. Acesso em: 17/06/2023.

FUNAI – FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS. **Índio Isolado da TI Tanaru - O sobrevivente que a Funai acompanha há 22 anos**. Brasília – Distrito Federal, 18/07/2018. Disponível em: <https://l1nk.dev/UffE6>. Acesso em: 04/09/2023.

FUNAI – FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS. **Nota de pesar - Índio Tanaru**. Brasília – Distrito Federal, 27/08/2022. Disponível em: <https://shre.ink/l1wp>. Acesso em: 17/06/2023.

GONÇALVES, J. Oito ruralistas querem a terra do “Índio do Buraco”. **Amazônia Real**. 20/12/2022. Disponível em: <https://encurtador.com.br/efHKQ>. Acesso em: 17/09/2023.

IANNI, O. (1981). **A Ditadura do Grande Capital**. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.

IANNI, O. **Ditadura e agricultura**. O desenvolvimento do capitalismo na Amazônia (1964-1978). Editora civilização brasileira. Rio de janeiro, 1986.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estimativa do Censo Brasileiro de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://shre.ink/l150>. Acesso em: 11/05/2023.

LOUREIRO, J. de J. P. **Cultura Amazônica uma poética do imaginário**, Cejup, Belém, 1995, 448 p.

MALDI, D. 1991. O complexo cultural do marico: sociedades indígenas do rio Branco, Colorado e Mequens, afluentes do médio Guaporé. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi** (Antropologia), v. 7, n, 2:209-269. Disponível em: <https://shre.ink/l15U>. Acesso em: 17/06/2023.

MBEMBE, A. **Necropolítica**, São Paulo: N-1 Edições, 2018.

REEL, M. 2011. (Trad. Marcos Bagno). **O último da tribo**: a epopeia para salvar um índio isolado na Amazônia. São Paulo: Companhia das Letras.

SASSINE, V. 'Índio do buraco' enfrentou apagamento, ergueu 53 casas e buscou sentido espiritual ao cavar a terra. **Folha de São Paulo**, 12/11/2022. Cotidiano. Disponível em: <https://l1nk.dev/COx5u>. Acesso em: 17/06/2023.

SANTANA, C. R. Quem tem direitos sobre um cadáver de um indígena isolado? **Sumaúma**, Altamira – PA, 20/10/2022. Disponível em: <https://ury1.com/8QLfv>. Acesso em: 20/09/2023.

SOUSA, M. S. R., & VARÃO, L. L. M. (2020). **MINERAÇÃO EM TERRAS INDÍGENAS: A RACIONALIDADE ECONÔMICA COMO RAZÃO DO ESTADO BRASILEIRO**. Revista Direito Em Debate, 29(54), 66–76. Disponível em: <https://ury1.com/kLqmU>. Acesso em: 17/06/2023.

VICKY, B. Quem é o índio isolado filmado pela Funai na Amazônia, último sobrevivente de sua tribo e 'o homem mais solitário do mundo'. **BBC News Brasil**, 21/07/2018. Internacional. Disponível em: <https://ury1.com/iTBdO>. Acesso em: 17/06/2023.

EXPRESSÕES DA (RE)EXISTÊNCIA DA "AUSENTE" PRESENÇA INDÍGENA NO VALE DO JAGUARIBE/CE

Geovana Mendes Barros[1]

Leandro Vieira Cavalcante[2]

RESUMO

Com a chegada dos colonizadores a essas terras hoje chamadas de Brasil, a história dos povos indígenas passou a ser traçada pela resistência contra a violência colonial. O atual Nordeste brasileiro, enfatizando aqui o território compreendido como Sertão Semiárido, foi palco de muitos conflitos que dizimaram diversas populações nativas, como ocorreu aos Payaku no Vale do Jaguaribe, no Ceará. Conhecido como "Massacre do Jaguaribe", este ato violento resultou no extermínio da etnia Payaku no final do século XVII. Desse modo, hoje ao se apresentar como um território em que a presença indígena é "ausente", o Vale do Jaguaribe é repleto de manifestações culturais que revelam os rastros das populações indígenas, como podemos observar no artesanato de palha no município de Itaiçaba. Neste sentido, baseado numa perspectiva qualitativa e etnográfica, este trabalho tem como objetivo resgatar elementos presentes no artesanato de palha que evidenciam a "ausente-presença" indígena no Vale do Jaguaribe.
Palavras-chave: Artesanato de palha, povos indígenas, resistência.

RESUMEN

Con la llegada de los colonizadores a estas tierras hoy llamadas Brasil, la historia de los pueblos indígenas comenzó a trazarse por la resistencia contra la violencia colonial. El actual Nordeste brasileño, destacando aquí el territorio entendido como sertão semiárido, fue escenario de numerosos conflictos que diezmaron varias poblaciones nativas, como ocurrió con los Payaku en Vale do Jaguaribe, en Ceará. Conocida como la "Masacre de Jaguaribe", este acto violento resultó en el exterminio de la etnia Payaku a finales del siglo XVII. Así, hoy, presentándose como un territorio en el que la presencia indígena está "ausente", el Valle de Jaguaribe está lleno de manifestaciones culturales que revelan las huellas de las poblaciones indígenas, como podemos ver en las artesanías de paja en el municipio de Itaiçaba. En este sentido, a partir de una perspectiva cualitativa y etnográfica, este trabajo pretende rescatar elementos presentes en las artesanías de paja que resaltan la "ausencia-presencia" indígena en Vale do Jaguaribe.
Palabras clave: Artesanías de paja, pueblos indígenas, resistencia.

INTRODUÇÃO[3]

Quando pensamos na história do território hoje chamado Brasil, devemos considerar as lutas e resistências que marcam a existência dos povos indígenas que

[1] Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, campus Caicó, geovana.barros.603@ufrn.edu.br

[2] Professor do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, campus Caicó, leandro.cavalcante@ufrn.br

[3] A realização desta pesquisa contou com bolsa de mestrado ofertada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

habitam este território desde muito antes do contato com o colonizador europeu. Diversificadas em línguas, costumes e culturas, as populações nativas não se tratam desse bloco monolítico descrito em termos conotativos de uma alteridade negativa e genérica (POMPA, 2001). Mas no projeto colonizador, o encontro entre as duas figuras, branca e indígena, indicou uma alteração cultural, pois os invasores não demoraram e nem se importaram em negar uma cultura após a outra ao generalizar os grupos indígenas à posição de selvageria. Em razão disso, até o presente, essas populações carregam na pele as feridas e cicatrizes desse cruel desencontro.

Entre tantos chãos que hoje se mostram como espaços de luta e resistência, direcionamo-nos ao Sertão Semiárido nordestino, onde guerras foram travadas, territórios foram devastados e povos indígenas foram exterminados e silenciados. Nessas terras, nos primeiros momentos da colonização, os invasores se depararam com uma grande variedade de povos que falavam línguas diferentes e que logo foram definidos como "bárbaros". Chamados pejorativamente de Tapuia, essa dominação colocava os povos do Sertão pertencentes a uma grande nação autodenominada por eles como "Otshicayaynoe", ou Tarairiu, em posição de menos "civilizados" perante aos Tupi, povos que viviam nas áreas litorâneas (MEDEIROS FILHO, 1999; MONTEIRO, 2001). Estes, por sua vez, por se mostrarem firmes e resistentes perante ao projeto colonial, foram atravessados por guerras sangrentas e devastadoras, a exemplo da chamada "Guerra dos Bárbaros".

Esses conflitos, comandados pelos colonizadores, objetivavam a "limpeza do território" por meio de uma "catástrofe demográfica" conduzida por estratégias militares, evangelizadoras e econômicas que desconfiguraram e fragmentaram culturas e sociedades indígenas que se apresentavam em condições desfavoráveis (PUNTUNI, 2002; MONTEIRO, 2001). Diante disso, mesmo com a forte resistência, a pólvora venceu a flecha, e diversos grupos indígenas tiveram suas vidas ceifadas para que territórios pudessem se consolidar, a exemplo do que ocorreu com a etnia Paiaku no Vale do Jaguaribe, no Ceará.

No século XVII, no sentido desse enfrentamento, a resistência dos Payaku tornou-se referência em toda a Capitania do Siará. Esse grupo representou um sério problema aos colonizadores por estarem localizados em uma parte do território que impedia o comércio do gado com outras capitanias (BEZERRA, 2009). Eles eram considerados muito fortes, pois além de uma grande ameaça ao comércio, os colonizadores não conseguiam combatê-los. Para conseguir êxito sobre os Payaku, os invasores investiam

em ações incisivas que contavam com a ajuda de outros grupos indígenas tradicionalmente inimigos (ANTUNES, 2016). Todavia, como produto colonizador, esses indígenas foram massacrados e "desapareceram", sendo que hoje o Vale do Jaguaribe se mostra como um dos únicos territórios do Estado do Ceará sem a presença indígena nos mapas (BARROS, 2021; 2023).

Oliveira (2004) defende que a maioria das populações indígenas "desaparecidas" dos sertões semiáridos vive "misturada" no meio regional, mas elas são descritas somente pelo que já foram, ou do que se supõe, e não sobre o que são hoje. Portanto, partindo dessa condição de "ausência", percebemos que a presente socioculturalidade dos sujeitos que ocupam a região jaguaribana é marcada por práticas, tradições, hábitos e manifestações culturais que revelam traços das populações nativas que os antecederam, dos quais podemos destacar o artesanato com palha da carnaúba. Essa prática, tendo atravessado gerações, envolvendo historicamente a relação sociedade e natureza num legado cultural, é percebida por Barros (2021) como uma permanência da resistência indígena Paiaku na região jaguaribana.

Considerando esse ponto de vista, ao percorrer por vias estreitas, esse trabalho tem como objetivo resgatar elementos presentes no artesanato de palha que evidenciam a "ausente-presença" indígena no Vale do Jaguaribe, mais precisamente no município de Itaiçaba. Contudo, aventurar-se nessa manifestação cultural e nas experiências dos sujeitos que as reproduzem, possibilitou acessar aspectos valiosos que conectam tempo, espaço, cultura, memória e natureza, e que dão sentido às relações que se estabeleceram neste território após o "desaparecimento" indígena. Para que pudéssemos fazer o apanhado desses elementos, realizamos um trabalho de campo para ouvir e observar as experiências das mulheres artesãs, que atualmente se apresentam como as principais reprodutoras dessa tradição que contribui com a salvaguarda da resistência indígena na região.

METODOLOGIA

Buscando caminhos que permitissem a compreensão da dinâmica do espaço e a influência das ações cotidianas dos sujeitos sobre ele, esta pesquisa está alicerçada em procedimentos metodológicos qualitativos que contribuem para que uma realidade que não pode ser quantificada, possa ser interpretada (MINAYO, 1994). Além disso, por buscar conhecer os sujeitos que continuam reproduzindo heranças indígenas, essa pesquisa se encaixa, também, no modelo etnográfico, uma faceta do modelo qualitativo

entendida como o “estudo da cultura” que “baseia suas conclusões nas descrições do real cultural que lhe interessa para tirar delas os significados que têm para as pessoas que pertencem a essa realidade” (TRIVINOS, 1987, p. 121).

Desse modo, para que pudéssemos identificar os elementos que sinalizam a resistência indígena no Vale do Jaguaribe, realizamos trabalho de campo numa perspectiva qualitativa, mediante entrevistas semiestruturadas. Nesse formato de entrevista, a elaboração das perguntas e a condução da conversa ficam a critério do investigador, mas é importante considerar outros meios para que a abordagem não pareça predatória e cause desconforto (CRUZ NETO, 2002). Nesse sentido, para a efetivação desse trabalho de campo, os primeiros passos seguidos foram a delimitação do recorte espacial, o planejamento para definição dos objetivos e a elaboração das questões.

Na ocasião foram entrevistadas 21 artesãs da palha, entre o Bairro São Francisco e a comunidade Cidade Nova, no município de Itaiçaba. A escolha de fazer um trabalho de campo com a experiência dessas mulheres se deu pelo fato delas serem as guardiãs de uma manifestação cultural importante, o artesanato de palha. O interesse de ouvir essas mulheres está associado à ação de aproximar-se de um aspecto importante da vida dos sujeitos que consiste na “criação de uma parte muito importante da cultura e da esfera simbólica humana” (LOZANO, 2006, p. 15).

Tendo em vista que o artesanato de palha é uma manifestação cultural que atravessa gerações por meio da oralidade, buscamos entender ela por meio da História Oral, focada no método da Tradição Oral, que pode identificar “um conjunto de bens materiais preservados do passado”, tal como refletir sobre as tradições orais que dão sentido a ordem social presente (CRUIKSHONK, 2006, p. 150). Nesta perspectiva analítica, damos importância ao artesanato e identificamos sinais da presença indígena através das experiências e vivências das artesãs.

Essa abordagem proporcionou uma nova compreensão do passado ao enfatizar a utilização da memória social como foco de investigação. Nesse contexto, a seleção das participantes não foi arbitrária, pois as contribuições devem estar diretamente alinhadas à revelação do tema, uma vez que as narrativas, depois de organizadas, adquirem caráter científico. Por isso, a decisão de entrevistar as artesãs da palha de Itaiçaba foi fundamentada nas contribuições significativas que elas oferecem a esse cenário, ao preservarem uma herança cultural que foi fundamental para reconstruir e expressar a (re)existência e o legado indígena.

REFERENCIAL TEÓRICO

As novas configurações territoriais decorrentes da colonização transformaram as relações entre as sociedades e os territórios, principalmente no que condiz às populações indígenas. Diante disso, Oliveira (2004) elucida que muitos grupos nativos perderam seus vínculos afetivo-históricos e afinidades culturais em razão das unidades político-administrativas. Esse processo se encaixa naquilo que é chamado de territorialização, no qual Raffestin (2009) trata como outro modo de perceber as coisas degradadas da natureza que exigem das sociedades insurgências para enfrentar problemas mais graves que aqueles do passado.

Nesse processo, as sociedades traçam outras relações que resultam em novas territorialidades. Pensando através da questão indígena, Gallois (2004) defende que as territorialidades consideram o substrato da cultura na construção das identidades dos sujeitos. Nesse mesmo sentido, Saquet e Briskievicz (2009, p. 6) discorrem que as simbologias mantêm um vínculo com a realidade concreta e apontam a memória coletiva como uma referência territorial. Esses autores entendem que o poder simbólico, atrelado ao território, a cultura e a memória, desempenha um papel crucial na transmissão de tradições e valores culturais que atravessam gerações.

A cultura, por sua vez, como uma categoria interpretativa, permite que os indivíduos atribuam sentidos e significados a sua existência e as suas visões de mundo (GEERTZ, 1973; VIDAL, 1995). Essa categoria, de acordo com Vidal (1995), aparece de forma dinâmica, como mediadora das relações interpessoais e com os ambientes. Nessa dinamicidade, ela pode ser associada à memória, que por sua vez é vista como um fio condutor que permite com que a cultura seja conduzida pelo tempo sem deixar que os sujeitos esqueçam que tiveram um passado.

No sentido da memória coletiva, Le Goff (1996, p. 23) pensa ela como característica dos povos sem escrita e aponta que ela “constitui o vivido desta relação nunca acabada entre o presente e o passado”. Essa compressão nos direciona para as populações indígenas que, em alguns casos, como aconteceu aos Payaku no Vale do Jaguaribe, tiveram seus grupos exterminados, restando apenas culturas e memórias que permaneceram no seio da sociedade que se ergueu. Dentro disso, considerar a pluralidade cultural, da qual os sujeitos contemporâneos se apropriam para reelaborar suas resistências, é compreender o passado contido no presente além das singularidades e lacunas a respeito do que se sabe dos povos indígenas (PORTO ALEGRE, 1988).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Uma das práticas mais antigas difundidas entre os povos indígenas foi o trançado de palha (RIBEIRO, 1985). No Vale do Jaguaribe, conforme afirma Porto Alegre (1988), a etnia Payaku, por sua habilidade em produzir esteiras com a palha da carnaúba, teria sido a responsável por desenvolver as cestarias e os trançados neste território. Tais práticas, mesmo após o "desaparecimento" dessa etnia, permanecem integradas ao escopo cultural da região jaguaribana legitimadas pelo compartilhamento dos saberes que atravessam gerações.

No sentido da difusão desta prática, convertida à categoria de artesanato, são as mulheres as principais reprodutoras. Ao encontrá-las durante o trabalho de campo e ouvir suas experiências, pudemos perceber que suas histórias se cruzam em diversos sentidos, como a idade que iniciaram, como aprenderam, as motivações e os desafios enfrentados. Uma outra observação sobre essas artesãs, é que os locais onde elas residem são áreas tidas como periféricas e, diante disso, associamos essa ocorrência ao conturbado processo de reorganização colonial que obrigou os grupos étnicos do atual Nordeste a se estabelecerem em terras menos cobiçadas (CAVINAC, 2003).

Em relação ao artesanato de palha, cientes de que se trata de uma prática ancestral, antes utilizada para confeccionar habitações e utensílios domésticos, questionamos essas mulheres se elas percebiam essa prática como uma herança indígena. Entre muitas justificativas, tivemos algumas ausências de respostas, mas acreditamos que isso pode estar vinculado ao fato de que, após séculos do “desaparecimento”, não é fácil associar um objeto que podem tocar, com aquilo que não conseguem ver. No Quadro 1, podemos observar alguns dos relatos das mulheres que acreditam que as origens dessa tradição são indígenas.

Quadro 1: Relatos sobre o artesanato como herança indígena

ARTESÃ	RELATO
DONA MC	Eu acredito que sim. Eu acredito porque é muito histórico. Vem dos pais, dos avós e das bisavós. E ai eu acredito que essa fundamentação vem de longe e em algum momento chega neles.
DONA I	Acho que sim... com certeza o artesanato deve ter vindo dos índios sim. Às vezes a gente tá assistindo televisão, às vezes passa umas reportagens sobre os índios e tu vê muita coisa que tu diz assim: ‘eu acho não, tenho certeza que a peça da gente deve ter vindo daí’, porque elas tem um jeito assim tão parecido.
DONA ML	Sim. É porque o índio a gente já ver que ele antes já trabalhava, já tinha aquelas roupinhas de palha. Acho que já vinha deles pra gente. Fazia aquelas sainhas, aqueles corpetes cortadinhos, aquelas bolsinhas de palhazinha que eles faziam.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Em meio a todas as mulheres que foram entrevistadas, somente uma se autodeclara indígena e sabe das suas raízes, mas mesmo diante dessa falta de identificação, os relatos mostram o artesanato de palha da carnaúba como um elemento que transparece a presença indígena em Itaiçaba por meio da "ausência", porque mesmo havendo esse discurso do "desaparecimento", algumas artesãs conseguem percebê-lo como uma herança indígena. Isso porque elas se baseiam na continuidade cultural, que, fundamentada em raízes antigas, alcança seus antepassados e indica uma forte ligação histórica na atual prática artesanal. Além disso, ao observar técnicas, estilos ou características distintivas, as artesãs percebem que as atividades produtivas das quais os indígenas estavam envolvidos influenciaram práticas artesanais posteriores.

Ainda nas falas das mulheres, para além da origem, elas elencaram algumas formas de uso da palha da carnaúba pelos indígenas, como vestimentas, cobertura de casas, cestos, bolsas para pescas, vassouras e esteiras. Uma delas, inclusive, relatou que peças e objetos feitos com a palha fizeram parte do seu cotidiano, principalmente na infância:

> O trabalho do artesanato eu aprendi com a minha avó, com a minha mãe, porque elas faziam aquele surrão grande pra gente juntar o feijão, a bolsa pra pesqueira e fazia o tapete grande pra nós sentar, que era nossa mesa, pra nós sentar pra se satisfazer do pão do dia a dia. No chão esse tapete bem grande, os menino tudo em cima, os pratinhos de barro, era assim... (Dona San, 73 anos).

Nesse relato, a artesã destaca que esses objetos eram importantes em seu cotidiano, pois, a exemplo da esteira, ela e sua família tinham um lugar parar sentar-se para comer e satisfazer as necessidades do dia a dia. Além disso, essa narrativa, ao enfatizar a importância cultural do artesanato na vida dessa artesã, destaca o papel das mulheres na transmissão intergeracional da tradição. Percebendo que tal ação atravessa a vivência de todas as artesãs, no Quadro 2, destacamos os relatos de algumas mulheres que falaram sobre como aprenderam a fazer o artesanato e a importância da transmissão desse saber repassado pelas mulheres mais velhas.

Quadro 2: Relatos sobre como as artesãs iniciaram no artesanato da palha.

ARTESÃ	RELATO
DONA FA	Eu aprendi com a minha vó, eu tinha 5 anos de idade. Ela fazia a trança, eu ficava olhando... ela enfiava as palhas e eu ia fazendo. Pra mim prender as palhas pra aprender a fazer as tranças, deu mais trabalho. Mas ela foi me ensinando e eu fui aprendendo [...] aprendi vendo. Ela dizia é assim e eu ia fazendo... no começo a gente faz mal feito, mas depois vai melhorando.
DONA Z	Aprendi com minha mãe, ela foi me ensinando e desde lá só vivo trabalhando. Ela falava e mostrava, tipo "você tem que fazer

	assim”, aí eu ia lá e fazia igual a ela. Do jeito que ela dizia eu ia fazendo.
DONA I	A gente sentava do ladinho dela e aí ela explicava “ó minha filha é assim” e a gente ia fazendo do jeito que ela ia fazendo, ia observando. Eu tinha uns 6 anos. Era só a gente começar a se arrastar, logo já via as palhas pelo chão e a gente já sentia o interesse pela curiosidade.

Fonte: Elaborado pelos autores.

As condições em que muitas dessas mulheres foram ensinadas não eram favoráveis, pois algumas viviam em situação de miséria e violência. Mas mesmo nesse cenário, ao longo do tempo, elas estabeleceram uma relação de afeto com o artesanato, e até mesmo com os carnaubais, de onde retiram a matéria-prima. Ao reproduzir essa prática, essas artesãs estabelecem uma relação de harmonia com a natureza, pois elas entenderam que é dela que vem sua subsistência. Desse modo, da mesma maneira que os indígenas tiravam da natureza aquilo que precisavam para sobreviver, essas artesãs utilizam uma matéria-prima, que ao ser retirada, não é prejudicial a ela. Pelo contrário, a poda da palha pode ser considerada como uma necessidade para que a carnaúba fique com aspecto de viscosidade.

Atualmente, essas mulheres e o artesanato com a palha da carnaúba enfrentam muitos desafios; assim como os povos nativos tiveram que resistir contra destruidores da natureza, as artesãs estão diante de um inimigo do meio ambiente que vem destruindo os carnaubais: a criação de camarão em cativeiro. Antes elas retiravam a palha da carnaúba livremente, mas com o desmatamento e com os terrenos que foram cercados, elas não conseguem mais ter acesso facilmente a matéria-prima. Em consequência disso, uma prática dos povos originários comum entre essas mulheres, que consiste em tirar da natureza recursos para a sobrevivência sem prejudicá-la, está desaparecendo.

Somado a esse fator que ameaça a existência dessa manifestação cultural, alguns aspectos em relação às artesãs merecem uma reflexão, como o estacionamento do artesanato em uma faixa etária que vai de 40 a 70 anos. Além disso, por começarem a trabalhar muito cedo, ao longo da vida, muitas mulheres adquiriram problemas na coluna (BARBOSA, 2020). Por essa razão, alguns costumes já não são mais evidentes, como é o caso de sentar no chão para trabalhar. O trabalho coletivo, que é nitidamente um dos principais hábitos dos nossos ancestrais, ainda é bastante perceptível na rotina dessas mulheres, mas algumas se veem sem escolha em relação a trabalhar dessa maneira, pois a idade e os problemas de saúde não permitem se deslocar umas para a casa das outras.

Esses fatores ameaçam a própria continuidade da prática do artesanato, e com ele a salvaguarda de uma das únicas tradições herdadas do povo Paiaku que ainda permanecem. Nesse modo, essa manifestação cultural, tão importante economicamente e simbolicamente, está sendo ameaçada pela destruição da natureza e pelo seu estacionamento no tempo. Por isso, são urgentes a retomada dessa relação natureza-sociedade e a compreensão da sua importância perante as ameaças que circundam o cotidiano do trançado de palha.

A identidade dessas mulheres, enquanto artesãs, as colocam diante de si mesmas, proporcionando a compreensão do lugar que ocupam no mundo. Essa condição de atuar como sujeito participativo, expressando sua própria linguagem cultural em determinados lugares, conforme discorre Barbosa (2020, p. 43), se "dá pela dimensão da tradição do saber fazer e da prática da oralidade na sua vida cotidiana". Desse modo, pelo fato de o artesanato ser retroalimentado pela transmissão de um saber que atravessa gerações, a relação memória-oralidade-cultura se apresenta como um dos elementos principais que marcam essa prática artesanal como uma herança indígena.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cultura do artesanato de palha se destaca por desempenhar um papel importante na preservação e promoção das tradições culturais, permitindo que os sujeitos continuem mantendo um vínculo vital com suas raízes históricas, mesmo que inconscientemente. Atrelado a isso, o uso da palha como material e a relação que as artesãs possuem com as carnaúbas revelam o equilíbrio, a sustentabilidade e o uso consciente dos recursos naturais. Nesse sentido, para além de estética e utilidade prática, o artesanato da palha da carnaúba nos coloca frente a um valioso testemunho da riqueza cultural do Vale do Jaguaribe, bem como nos alerta para a valorização dessa prática enquanto uma das últimas heranças ancestrais observadas neste território.

Desse modo, construção desse trabalho nos colocou diante de uma realidade vivida por muitos e conhecida por poucos. Observar, por meio dos traços mais sutis do artesanato de palha da carnaúba, a presença dos povos originários que tiveram sua existência interrompida pela colonização, é acreditar que novos caminhos se abrirão para nos ajudar a descobrir nossas origens e superar essa "crise que nos assombra a mais de quinhentos e tantos anos do nome Brasil" (MUNDURUKU, 2009). Nesse sentido, é necessário que os sujeitos sociais e políticos do município de Itaiçaba passem a reconhecer que o artesanato é a prova da (re)existência Paiaku, de modo a iniciar um

movimento de articulação que viabilize meios para salvaguardar o artesanato de palha e os próprios carnaubais - e com ele uma expressão da resistência indígena nesse território.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ticiana de Oliveira. **Índios arengueiros**: senhores da igreja? Religião e cultura política dos índios do Ceará Oitocentista. 2016. 258f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

BARBOSA, Nonato Lucas Freitas. **Trabalho e educação na vida das famílias produtoras do artesanato de palha de carnaúba em Itaiçaba-CE.** 2020. 137f. Dissertação (Mestrado em Educação e Ensino) – Universidade Estadual do Ceará, Limoeiro do Norte, 2020.

BARROS, Geovana Mendes. **Questão indígena do Vale do Jaguaribe**: aldeamento, massacre e destino da etnia Paiacu. 2021. 86f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Limoeiro do Norte, 2021.

BEZERRA, Antônio. **Algumas origens do Ceará:** defesa ao Desembargador Suares Reimão à vista dos documentos do seu tempo. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2009.

CAVIGNAC, Julie Antoinette. A etnicidade encoberta: "Índios" e 'Negros' no Rio Grande do Norte. **Revista de Humanidades**, Caicó, v. 4, n. 8, p. 1-79, 2003.

CRUIKSHONK, Julie. Tradição oral e história oral: revendo algumas questões. *In*: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **Usos e abusos da História Oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FVG, 2006. p. 149-165.

CRUZ NETO, Otávio. O trabalho de campo como descoberta e criação. *In:* MINAYO, Maria Cecília (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 21. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002. p. 51-66.

GALLOIS, Dominique Tilkin. Terras ocupadas? Territórios? Territorialidades? *In:* RICARDO, Fany (Org.). **Terras indígenas e unidades de conservação da natureza**: o desafio das sobreposições territoriais. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004. p. 37-41.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: LTC,1989.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. *In*: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **Usos e abusos da História Oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FVG, 2006. p. 15-25.

MEDEIROS FILHO, Olavo. Os Tarairiús, extintos Tapuias do Nordeste. *In*: ALMEIDA, Luiz Sávio de; GALINDO, Marcos; SILVA, Edson (Org.). **Índios do Nordeste:** temas e problemas. Maceió: EDUFAL, 1999. p. 241-257.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. *In*: MINAYO, Maria Cecília de Souza; GOMES, Suely Ferreira Deslandes Romeu (Org.). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. 27. ed. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 9-29.

MONTEIRO, John Manuel. **Tupi, Tapuias e historiadores**: estudos de História Indígena e do Indigenismo. Campinas: UNICAMP, 2001.

MUNDURUKU, Daniel. **O banquete dos deuses**: conversa sobre a origem e a cultura brasileira. 2 ed. São Paulo: Global, 2009.

OLIVERA, João Pacheco de. Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *In*: OLIVEIRA, João Pacheco (Org.). **A viagem da volta:** etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena. Rio de Janeiro: LACED, 2004. p. 13-42.

POMPA, Cristina. **Religião com tradução**: missionário, Tupi e Tapuia no Brasil colonial. 2001. 453f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

PORTO ALEGRE, Maria Silya. **Arte e ofício de artesão:** história e trajetórias de um meio de sobrevivência. 1988. 239f. Tese (Doutorado em Antropologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.

PUNTONI, Pedro Luis**. A guerra dos bárbaros:** povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720. São Paulo: HUCITEC, 2002.

RAFFESTIN, Claude. A produção das estruturas territoriais e sua representação. *In*: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (Org.). **Territórios e territorialidades:** teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular. 2009. p. 17-35.

RIBEIRO, Berta Gleizer. **Arte do trançado dos índios do Brasil**: um estudo taxonômico. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi; Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Folclore, 1985.

SAQUET, Marcos Aurelio; BRISKIEVIC, Michele. Territorialidade e identidade: um patrimônio no desenvolvimento territorial. **Caderno Prudentino de Geografia**, São Paulo, n. 31, v. 1, p. 4-16, 2007.

TRIVINOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VIDAL, Lux Boelitz; SILVA, Aracy Lopes da. o sistema dos objetos nas sociedades indígenas: arte e cultura. *In*: SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. (Org.). **A temática indígena na escola**. Brasília: MEC, 1995. p. 369-402.

TERRAS INDÍGENAS DE RONDÔNIA, CONFLITOS E AMEAÇAS

Maria Lucia Cereda Gomide[1]

RESUMO

A presente pesquisa trata dos conflitos e ameaças que afetam as terras indígenas de Rondônia, recorte geográfico para a terra indígena Urueuwauwau, e terra indígena Tubarão Latunde. O entorno das terras indígenas vem causando inúmeros impactos negativos como desmatamentos, queimadas, monoculturas, criação de gado, contaminação dos cursos da água por agrotóxicos, perda de biodiversidade. O objetivo e levantar os conflitos e ameaças dessas terras indígenas e seu entorno próximo. A metodologia utilizada na pesquisa teve além da pesquisa documental e dos levantamentos bibliográficos, o trabalho de campo nas terras indígenas e entorno. Os procedimentos foram a coleta de depoimentos e entrevistas, estas são fundamentais para a obtenção de informações sobre a realidade a ser pesquisada.

Palavras chave : terra indígena, conflito, Rondônia.

RESUMEN

la presente pesquisa trata de los conflictos e amenasas que afectam las tierras indigenas de Rondonia, recorte geografico para la tierra indigena Urueuwauwau, e terra indígena Tubarão Latunde. El entorno de las tierras indígenas ha venido provocando numerosos impactos negativos como deforestación, incendios, monocultivos, ganadería, contaminación de cursos de agua por pesticidas, pérdida de biodiversidad. El objetivo es plantear conflictos y amenazas en estas tierras indígenas y sus alrededores. La metodología utilizada en la investigación incluyó, además de investigación documental y levantamientos bibliográficos, trabajo de campo en y alrededor de tierras indígenas. Los procedimientos fueron la recolección de declaraciones y entrevistas, estas son fundamentales para obtener información sobre la realidad a investigar.

Palabras clave : tierra indígena, conflicto, Rondônia.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa trata das terras indígenas localizadas no estado de Rondônia, o recorte geográfico são as terras: Urueuwauwau, Tubarão Latunde.

O entorno das terras indígenas está comprometido com diferentes usos e diversas formas de degradação, que vêm causando impactos socioambientais negativos como queimadas, desmatamentos, e criação extensiva de gado. Outra questão importante de se ressaltar é em relação aos cultivos de soja, que estão no entorno das terras indígenas da região centro/sul de Rondônia. As consequências desta ocupação pelas monoculturas

1 Professora do Curso de Licenciatura em educação intercultural da Universidade Federal de Rondônia - UNIR, malugomide@unir.com

são contaminação de água e solo, perda de biodiversidade, e grandes impactos na saúde humana. Gomide,2020

O objetivo desta pesquisa e analisar a situação de ameaças socioambientais da área das terras indígenas e seu entorno e os impactos nas culturas dos povos indígenas dessa região.

Quadro 1. situação fundiária das terras indígenas do centro/ sul de Rondônia

Terra indígena	Área ha	Situação fundiária	Povos indígenas	População
Tubarão Latunde	117 mil	Homologada	Aikanã, Kwazá Mamainde, Latunde Sabane	350 aikana Sem dados
Kwaza do rio São Pedro	17 mil	Homologada	Kwazá	65
Rio Omerê	26 mil	Homologada	Kanoe Akunsu	04 Kanoe (319 em outras terras indígenas) 03 Akunsu
Rio Mequens	108 mil	Homologada	Sakurabiat	319
Urueuwauwau	1.milhao e 800 mil	Homologada	Urueuwauwau amondawa oro win isolados	?
Tanaru		Interditada	Isolado	Atualmente sem população

O entorno das terras indígenas nesta área centro/sul rondoniense esta localizado na transição cerrados e floresta amazônica.

Em Rondônia, no interior da T.I. Uru Eu Wau Wau existe uma mancha significativa de cerrados e outras menores nas terras indígenas Tubarão Latunde, Kwaza do rio São Pedro, Mequens e Massaco.

> A cobertura vegetal de Rondônia é reconhecida pela grande biodiversidade de espécies. Isto ocorre por ser uma área de transição entre o domínio geomorfológico do Brasil Central e o domínio geomorfológico amazônico (GOVERNO DE RONDÔNIA, 2003 *apud* CEPED-UFSC, 2013:20).

Do ponto de vista geoecológico, e botânico, os cerrados em Rondônia possuem típicos mosaicos florístico e fisionômico desse domínio, tendo afinidades com o centro-oeste (MIRANDA, I. et AL; 2006:426). Portanto, essas áreas de cerrados em Rondônia, embora não muito extensas, tem grande valor pela sua biodiversidade, e pela sua localização de área de transição entre biomas. Características importantes do ponto de vista biogeográfico, pois, a Chapada dos Parecis atua como barreira, sendo divisor de águas das Bacias Madeira e Tapajós. (Gomide e Aikana, 2020)

METODOLOGIA

A pesquisa fundamenta-se, nos procedimentos de uma pesquisa participante, no conhecimento adquirido ao longo dos anos de trabalho com os povos indígenas. A metodologia utilizada na pesquisa teve além da pesquisa documental e dos levantamentos bibliográficos, o trabalho de campo nas terras indígenas e entorno. Os procedimentos foram a coleta de depoimentos e entrevistas, estas são fundamentais para a obtenção de informações sobre a realidade a ser pesquisada. Quando se trabalha com povos indígenas é necessário buscar os informantes que são aqueles com maior conhecimento, em geral são apontados os mais velhos e para a tradução, os mais jovens que são bilíngues e por vezes também a escrita.

REFERENCIAL TEÓRICO

O conceito de território fundamental na analise das continuidades e rupturas dos territórios / terras indígenas, e o avanço do agronegócio, que impõe novas configurações espaciais. Estas ocorrem em uma velocidade diversa do tempo vivido pelos povos

indígenas, levando a inúmeros confrontos, transformações culturais e ambientais. (Gomide, 2020) neste sentido, Haesbaert, (2015:9) observa que "enquanto para os grupos hegemônicos parece haver o desenho de uma 'geografia da ordem' (almejada, dominante), para os subalternos predomina claramente a 'desordem' de um espaço fragmentado que parece não lhes conceder abrigo e/ou estabilidade". O capitalismo desenvolve se "desigual e combinado revelando-se com toda sua crueza" (idem), ao mesmo tempo mostrando os "os processos de resistência (quase inteiramente invisibilizados), ainda que em escala menor, de grupos como os camponeses e povos tradicionais que de longa data usufruíam, sem cercas, das terras de uso comum" (op.cit., p. 8)

A desterritorialização exprime a perda do território, da identidade cultural, e da própria vida; neste sentido os povos destas terras indígenas em Rondônia estão em luta continua pela (re) territorialização que significa manter suas terras e seu modo de viver. (op.cit.)

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O caso de duas terras indígenas de Rondônia : T.I. Urueuwauwau e T.I. Tubarão Latunde

A Terra indígena Urueuwauwau e a maior terra indígena rondoniense com área de 1milhao e 800 mil hectares, situado ao centro do estado, onde localiza se as nascentes dos principais rios de Rondônia. Nesta terra vivem os povos indígenas Urueuwauwau auto denominado Jupau, os Amondawa e os Oro Win, alem destes tem se referencias de quatro povos em isolamento voluntario. Ainda dentro desta terra, desde 1979, foi implantado o Parque Nacional de Pacaás Novos, que sobrepõe 711.920,29 hectares da terra indígena. Outra ameaça a esta terra e uma invasão, conhecida como Burareiro que já conta com mais de 25 mil hectares, a qual consequência de projeto de assentamento dentro da terra indígena.

De acordo com Pure Urueuwauwau, 2022, estes conflitos vem se repetindo deste o contato com os não indígenas, em seu depoimento :

> ...minha avó dizia que os pais dela com demais parentes do nosso povo sempre marcavam seus territórios, conhecendo todos os rios da região do estado de Rondônia, andava no rio Machado onde é município de Ji Paraná, Cautario de São Francisco, rio Jamari, Floresta, município de Jaru, rio São Miguel e sempre protegendo nascente dos rios, até chegaram andar na margem de rio madeira. E é por isso a maior parte dos nascentes dos rios nasce no território nosso T.I. Uru Eu Wau Wau, que abastecem rio madeira eu diria que abastece dos rios das cidades vizinhas dos municípios. A história de contato foi devido que estava havendo varias invasões onde meu povo andava, como rio Jamari, rio Floresta, rio Cautario, rio São Miguel, os invasores estava avançando muito onde meu povo acostumava perambular, andar nesse território. E havia vestígio do meu povo nessas regiões que citei, os mais velhos confirma isso que realmente eles andavam isso tudinho, por que antes não tinha aldeia fixo como hoje temos. Aldeia fixa tem hoje em dia depois de contato com a FUNAI,
>
> ... Os mais velhos cita que nós éramos aproximadamente mais mil pessoas e quinhentos famílias, segundo os mais velhos fomos perdendo nossos líder mais antigos, guerreiro (a) depois de contatos com a FUNAI, que pegaram varias doenças como gripe e diarreia e entre outro outra doenças forte que antigamente não pegavam. Hoje somos aproximadamente umas duzentas pessoas, crescendo aos poucos, casamos com outra etnia. Antes de contatos o povo Jupaú teve conflito com os invasores que estavam perambulando o território de nosso guerreiro, onde finado da Apoena Meireles da FUNAI fez expedição para contatar meu povo.
>
> Desde invasão do Brasil que a vida do povo indígena não ficou nada fácil para cada etnia que existia aqui, mesmo assim resistimos, lutamos e continuamos lutando. … E hoje ainda vivemos momento de conflito de invasão do nosso território para todo lado, grilagens de terra, pequeno grupo de caçadores e alguns garimpeiro que é muito difícil de encontrar devido a falta de vigilância da FUNAI…..E no meu ponto de vista a luta do povo originário continuara, continuaremos lutando pelo nosso direito, direito a vida, direito território, direito estudar em universidade.

Para alem desta invasão existem outros conflitos com madeireiros, garimpeiros, pescadores e caçadores ilegais que não respeitam a terra indígena.

Terra Indígena Tubarão Latunde

A Terra Indígena Tubarão-Latundê, demarcada em 1982, possui uma área de 116.613 hectares onde vivem cerca de 300 pessoas, os povos Aikanã, os Kwaza, Latunde, Sabane e Mamaidê (ISA, 2018), contando com aproximadamente 200

aikanã. A terra indígena localiza se nos municípios de Chupinguaia, Colorado do Oeste e Vilhena no sul do estado de Rondônia.

A seguir textos escritos pelo professor indígena Carlos Aikana, onde explica a situação da sua terra indígena e os problemas enfrentados. Compara que ate meados dos anos 1970, existiam ainda madeiras de lei, em seu território. A exploração feita pelos não indígenas fez com que atualmente não existam mais varias especies importantes como por exemplo o mogno, que tenham um tamanho significativo, o que também causa prejuízos para todo o ecossistema, como para a fauna, exemplo do gavião real, que vive e faz seu ninho nas copas das maiores e mais altas arvores da floresta. Assim, dificilmente a floresta sera recuperada, desta forma a terra esta empobrecida de biodiversidade.

> … na época em que o povo Aikanã chegou a essa terra foi no ano aproximadamente de 1970, e nesta área existiam ainda madeiras, eram áreas de florestas, com madeira de lei, como o mogno, cerejeira e cedro-rosa e outras espécies de madeiras (...). Hoje é muito difícil de encontrar um pé de mogno com a copa grande, mas ainda restam outras espécies de madeiras, mas madeira de lei como o mogno está escasso (AIKANÃ, 2015).

Destaca se também, que em relação aos grandes cultivos de soja, estas estão no entorno das terras indígenas da região sul de Rondônia, causando como citado por Aikana, 2015, problemas como contaminação por agrotoxicos e desmatamentos. Importante destacar que os peixes contaminados por agrotoxicos ou pelo mercúrio dos garimpos estão cada vez mais frequentes em áreas da amazonia brasileira.

> como a nossa terra fica um pouco próximo desta plantação, acaba nos prejudicando, os agrotóxicos para o combate das pragas que ataca as plantas. Com isso, o vento leva o veneno para outros lugares acabando prejudicando muitas coisas como, os insetos, os pássaros. Os insetos ao fugirem para outros cantos muitos caem no rio, lagoa e igarapé e onde os peixes aproveitam destes insetos alimentando-se e acabando por ser contaminado pelo veneno. Também o vento e a chuva pode levar o veneno para os igarapés e rios contaminando-os. A nossa preocupação com estes tipos de problemas é, porque as pessoas da nossa aldeia, às vezes vão a este lugar para pescar e, correndo o risco de serem contaminados pelo veneno químico ao ser ingerido peixes pescado por famílias e, porque nem todas as pessoas adultas da aldeia tem

> consciência disso e, ainda mais criança que não conhece estes tipos de problemas que causam mal a vida (...)

Outra questão são as barragens nos rios, que são as PCHs pequenas centrais hidroelétricas, que próximas das terras indígenas causam diversos impactos negativos como a própria escassez de peixes, e contaminação das aguas dos rios.

> E os peixes deste Rio-Pimenta estão diminuindo, devido a barragem (...) isso impede a subida de vários peixe onde pescamos e, também os peixe que tem no rio são migratório, por motivo disso não conseguimos a pesca suficiente para alimentação. (AIKANÃ, 2015).

Como bem observa Krenak, 2022, p. 20 sobre a sobrevivência dos rios brasileiros,

> ” me instiga a possibilidade de algum desses corpos dagua sobreviverem a nos sem sofrer as humilhações e fraturas a que outros foram sujeitos. Pois e preciso dizer, esses rios que invoco aqui estão sendo mutilados: cada um deles tem seu corpo lanhado por algum dano, seja pelo garimpo , pela mineração, pela apropriação indevida da paisagem.”

Em relação a fauna, são observados que atualmente ”está ficando difícil de encontrar a queixada, deve- se procurar uma solução para que não desapareça de vez em nossa área.” (Aikana,2015) Assim como o queixada, o tatu galinha, e também algumas aves como o mutum, entre outros animais que estão cada vez mais raros na terra indígena. Consequentemente a alimentação e a saúde do povo Aikana e totalmente afetada por estes impactos socioambientais citados.

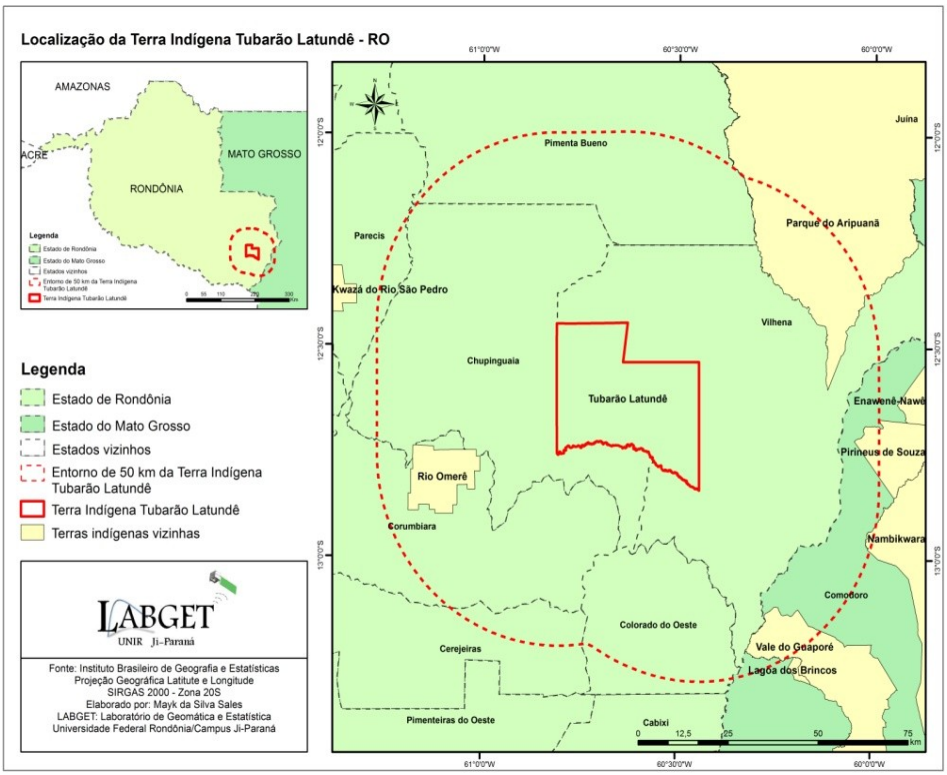


Figura1. Mapa da localização da Terra Indígena Tubarão Latunde.

fonte: Gomide, Aikana, 2020

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os povos indígenas, e seus territórios, vivem inúmeros conflitos e ameaças, em especifico em Rondônia, um dos estados da Amazônia com os maiores problemas socioambientais. Seja por desmatamentos, queimadas, monoculturas e hidrelétricas. ”Na bacia do rio Madeira, o desmatamento já elevado, concentra se na área central de Rondônia , colocando em risco os recursos hídricos.” Becker, 2008, p.75

Neste sentido as duas terras indígenas citadas, Terra indígena Urueuwauwau e Terra indígena Tubarão Latunde, retratam o que vem ocorrendo nestas relações conflituosas.

A Terra Indígena Urueuwauwau, vem sofrendo com invasões por grileiros e posseiros, extração de madeira e garimpo. Enquanto a Terra indígena Tubarão Latunde, e impactada por barragens no principal rio que corre neste território, assim como com as ocupações do entorno da terra indígena pelo agronegócio, água contaminada por agrotóxicos, desmatamentos, e perda de biodiversidade, neste sentido os conflitos existem devido a diferentes lógicas espaciais.

Apesar, das terras indígenas serem as grandes mantenedoras da floresta e da biodiversidade, as ameaças são constantes.

REFERÊNCIAS

AIKAÑA, Carlos. **Terra Indígena Tubarão Latunde , seus recursos naturais e uma Proposta de plano de gestão ambiental e territorial** Trabalho de conclusão de curso Departamento de Educação Intercultural/Unir Rondônia.2015.

BECKER, Berta, Stenner, C. **Um futuro para a Amazônia.** Editora Oficina de textos. São Paulo, 2008.

GOMIDE, Maria Lucia C., AIKAÑA, Carlos. **Terras Indígenas em áreas de transição cerrado- Amazônia em Rondônia. O Caso da T. I. Tubarão Latunde.** In Revista NERA. Presidente Prudente v. 23, n. 54, pp. 233-258. Dossiê - 2020

SALES, Maik da Silva. Relatório final do projeto Pibic **A Cartografia temática no diagnostico socioambiental da T.I. Tubarão Latundê/ RO. 2013/2014**. Departamento de Engenharia Ambiental. Universidade Federal de Rondônia, 2014.

SILVA, Ricardo G. **A regionalização do agronegócio da soja em Rondônia. GEOUSP – espaço e tempo online**. São Paulo v.18. n.2. p.298-312. 2014.

THÉRY, Hervé . **Rondônia Mutações de um Território Federal na Amazônia Brasileira**. Tese doutorado na Universidade Paris I em 15 de Junho de [1976]. 2012.

_____ Que aconteceu desde então? (Posfácio, 2010)

_____ **Estradas e desmatamento na Amazônia brasileira:Rondônia 1974-1996. [**1996] 2010 *Tradução de um artigo publicado na revista* M@ppemonde *3/97, acessível na página seguinte:* **http://www.mgm.fr/PUB/Mappemonde/M397/Thery.pdf**

Sites pesquisados:

www.socioambiental.org

www.imazon.org.br

https://agroefogo.org.br/blog/2022/10/05/invasoes-na-terra-indigena-uru-eu-wau-wau-do-povo-jupau/

https://www.brasildefato.com.br/2023/05/07/funai-e-incra-reconhecem-pad-burareiro-em-rondonia-como-terra-indigena

RELATO ETNOGRÁFICO E EXPERIÊNCIA PRÓXIMA DAS RETOMADAS GUARANI E KAIOWÁ NOVA YVU VERA E ARAICUTY EM DOURADOS-MS

Roberto Chaparro Lopes[1]

Marcos Mondardo[2]

RESUMO

As retomadas dos Guarani e Kaiowá em Mato Grosso do Sul são ações feitas por meio de organização e rezas, através de um modo próprio e tradicional e que visam recuperar seus territórios ancestrais perdidos durante o violento processo de expulsão e desterritorialização que sofreram ao longo do século XX. As retomadas tiveram início de forma organizada a partir das décadas de 1970 e 1980, se intensificando na década de 1990. O objetivo deste trabalho é buscar acessar a experiência próxima de pesquisadores brancos em trabalho de campo em duas dessas áreas de retomada Guarani e Kaiowá, compreendendo a experiência próxima como um saber que pode ser acessado a partir da corporeidade, afetos e significantes que surgem através do campo e que exprime o saber oriundo do contato entre diferentes formas de ser e estar no mundo, ou seja, o que surge em um contato de fronteiras. Denota-se que a experiência de territorializar o mundo dos brancos difere do modo profundo e ancestral que os povos indígenas possuem, em que a relação com a terra é dotada de uma série de elementos para além do físico. Assim, verifica-se que a luta pela terra atravessa a vida dos sujeitos Guarani e Kaiowá, que apoiados em sua espiritualidade, enfrentam as mais adversas condições nos acampamentos de retomada para reaver seus territórios ancestrais.
Palavras-chave: Terra, território, espiritualidade, luta, conflitos.

ABSTRACT

The retomadas of the Guarani and Kaiowá in Mato Grosso do Sul are actions made through organization and prayers, through a proper and traditional way and that aim to recover their ancestral territories lost during the violent process of expulsion and deterritorialization that suffered throughout the twentieth century. The retomadas began in an organized way from the 1970s and 1980s, intensifying in the 1990s. The objective of this work is to access the close experience of white researchers in fieldwork in two of these areas of Guarani and Kaiowá resumption, understanding the close experience as a knowledge that can be accessed from the corporeity, that arise through the field and that

[1] Mestrando do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD, robertochaparro10@hotmail.com;
[2] Professor Doutor do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, marcosmondardo@yahoo.com.br.

expresses the knowledge arising from the contact between different forms of being and being in the world, that is, what arises in a contact of borders. It is noted that the experience of territorializing the world of whites differs from the deep and ancestral way that indigenous peoples have, in which the relationship with the land is endowed with a series of elements beyond the physical. Thus, it turns out that the struggle for land goes through the life of the Guarani and Kaiowá subjects, who supported in their spirituality, face the most adverse conditions in the recovery camps to recover their ancestral territories.
Keywords: Land, territory, spirituality, struggle, conflicts.

INTRODUÇÃO

Os povos Guarani e Kaiowá que habitam o sul do estado de Mato Grosso do Sul correspondem a segunda maior população indígena do Brasil, com 43.401 indígenas vivendo na região (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTÍCA, 2010). Atualmente, a vida e reprodução cultural deste povo é atravessada pela luta por seus territórios tradicionais, de modo que não se pode compreender sua realidade sem levar tal questão em consideração. O processo de perca de seus territórios se deu em maior escala durante o século XX, a partir de ações do Estado brasileiro com o objetivo de "povoar" a região, buscando o "desenvolvimento" (MONDARDO, 2020; ALZIRO; MONFORT, 2021).

Nas décadas de 1910 e 1920, oito reservas indígenas foram criadas pelo Estado brasileiro em Mato Grosso do Sul, através do extinto Serviço de Proteção ao Índio - SPI (e a partir de 1967, a atual FUNAI), áreas para onde os Guarani e Kaiowá foram "amontoados" a fim de liberar as terras para a exploração por parte dos colonos que chegavam à região (COLMAN; PEREIRA, 2020).

Este processo de introdução e deslocamento dos indígenas para as reservas feitas pelo Estado não se deu de forma pacífica, de modo que os Guarani e Kaiowá, apesar de oprimidos tanto pelo Estado quanto pelo poder coronelista da região, sempre resistiram e se colocaram enquanto insatisfeitos com o processo de demarcação e criação de tais territórios da forma como se deu (BENITES, 2012; COLMAN; PEREIRA, 2020).

Neste contexto, é a partir do final da década de 1970 e início de 1980 que o movimento indígena dos Guarani e Kaiowá, de forma articulada e organizada, passa a atuar na luta por uma melhor e mais justa demarcação de seus territórios por parte do Estado (PEREIRA, 2003; COLMAN e PEREIRA, 2020). Este movimento passa então a reivindicar uma variedade de outros territórios tradicionais e sagrados que não foram contemplados nas Reservas, estando em áreas hoje ocupadas por fazendas e grandes

corporações (MOTA, 2012). Além disso, os Guarani e Kaiowá bradam que as reservas são insuficientes para a reprodução física e cultural deste povo, de modo que muitas delas se encontram superlotadas (COLMAN; PEREIRA, 2020). A Reserva de Dourados, atualmente, apresenta uma população de cerca de 15.000 habitantes, entre indígenas das etnias Guarani e Kaiowá e Terena (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2023).

A reivindicação pelo reconhecimento de tais territórios não demarcados, mas vistos como sagrados e de ocupação tradicional, se materializa nas retomadas. Elas se caracterizam por ser um movimento político e espiritual, marcado por sua auto-organização e autogestão, através de entidades e conselhos, como a *Aty Guasu* e a *Kunhangue Aty Guasu*. Assim, as retomadas além de um movimento político e de exercer cidadania, abarcam ainda um caráter ancestral, ao se atribuir importantes papéis a agentes não-humanos que habitam o território nesse movimento de luta. Com isso, "retomar o território possibilita as práticas coletivas de restauração dos sistemas socioecológicos, dos conhecimentos tradicionais e de reflorestamento diante dos solos devastados pelo agronegócio na região" (ALZIRO; MONFORT, 2021, p. 606).

As práticas de retomada exprimem ações de coletividade e solidariedade entre os sujeitos que dela participam, bem como baseadas nos saberes tradicionais (ALZIRO; MONFORT, 2021), sendo um momento "marcado por muita efervescência política e ritual" (COLMAN; PEREIRA, 2020, p. 71). Benites (2012) acentua que a realização dos grandes rituais religiosos (Jeroku Guasu, grande reza) apresenta a mesma importância do que as assembleias ditas políticas que ocorrem na preparação de uma retomada, de modo que tanto líderes religiosos como líderes políticos se envolvem nas ações de retomada.

Atualmente, tais territórios retomados, muitas vezes se tornam *locus* de conflitos, envolvendo os indígenas e fazendeiros, estes quase sempre amparados pelas forças da segurança pública do Mato Grosso do Sul. Levantamento realizado pelo autor aponta que entre 2022 e 2023 foram ao menos 8 conflitos violentos em áreas de retomadas dos Guarani e Kaiowá. Alguns desses conflitos são recentes, ainda reverberando entre os sujeitos que os presenciaram ou que habitam nos territórios.

Em 25 de junho de 2022 no município de Amambai, aquele que ficou conhecido como o Massacre de Guapo'y acarretou na morte de indígena de 42 anos durante ação da Polícia Militar, sem ordem judicial de reintegração de posse, além de 10 feridos. Há relatos de que a ação dos policiais contou com a participação de pistoleiros particulares e de que os feridos receberam negativas de tratamento por parte da polícia no hospital do município (OLIVEIRA; PAJOLLA, 2022). No dia seguinte, em 23 de junho de 2022, a

retomada de Kurupi, no município de Naviraí-MS sofreu um ataque armado, realizado por fazendeiros, jagunços e policiais militares, que continuaram fazendo cercos contra o grupo de indígenas nos dias seguintes, sempre armados e fazendo uso de ameaças (CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO, 2022)

Em 2023, no dia 03 de março foi a vez da retomada Laranjeira Ñanderu, no município de Rio Brilhante-MS, sofrer um ataque sem mandado judicial por parte da Polícia Militar, ocasião em que 3 indígenas foram detidos. (MORANDI, 2023). Já em 16 de março o território de Kurupi, foi alvo de novo ataque da Polícia Militar junto de jagunços e fazendeiros, com relatos de muitos tiros de armas de fogo. O cerco persistiu durante a noite, com inclusive um helicóptero sendo utilizado (CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO, 2023).

Em Dourados-MS, uma das retomadas relatadas no trabalho de campo deste texto, a Nova Yvu Vera, no dia 8 de abril presenciou 10 indígenas presos, em mais uma ação da Polícia Militar sem ordem judicial (ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL, 2023). Nos dias seguintes à prisão, casas e barracos dos indígenas acampados foram incendiadas por jagunços em caminhonetes (CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO, 2023).

Assim, o objetivo deste trabalho é propor uma análise etnográfica de duas retomadas dos Guarani e Kaiowá em Dourados, no Mato Grosso do Sul. Para isso, buscou-se através da observação participante e diálogo com os sujeitos Guarani e Kaiowá das retomadas, acessar aspectos que emergem através da experiência próxima corporificada nos pesquisadores e que possam fornecer elementos de análise sobre as situações destas áreas. Os objetivos específicos buscam explorar, ainda que de forma introdutória, possibilidade e limites do método adotado e explorar a função da espiritualidade para as áreas de retomada.

Neste trabalho parte-se da compreensão etnográfica de Magnani (2009, p. 135), que a entende como uma maneira de trabalho de campo que possibilita ao pesquisador adentrar na universo dos sujeitos da pesquisa, de modo a compartilhar suas formas de ver, ser e estar no mundo, não com o objetivo de atestar hipóteses ou confirmar previsões, mas que a partir de uma troca até os limites do possível, “comparar suas próprias teorias com as deles e assim tentar sair com um modelo novo de entendimento ou, ao menos, com uma pista nova, não prevista anteriormente”. Assim, a abordagem etnográfica se pautou no que Angrosino (2009, p. 31) delimita como método indutivo "conduzido de modo a

usar um acúmulo descritivo de detalhes para construir modelos gerais ou teorias explicativas, e não para testar hipóteses derivadas de teorias ou modelos existentes".

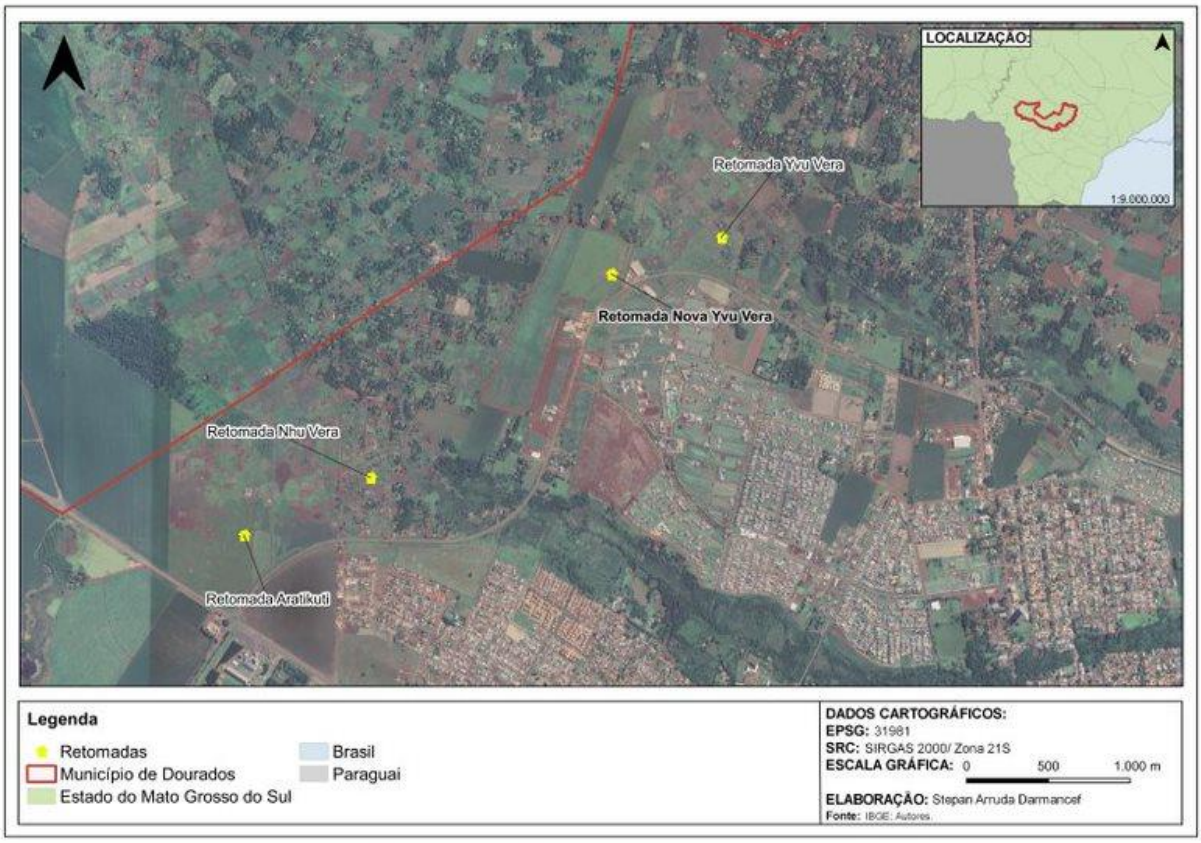
METODOLOGIA

A etnografia proposta se dá a partir do método da observação participante como instrumento de coleta de dados, entendida tal como proposto por Oliveira (2007) como o contato direto do pesquisador com o fenômeno observado, na busca de captar e sentir o máximo de informações acerca da realidade dos sujeitos e contextos sociais estudados. Entende-se ainda o campo como marcado por fenômenos dotados de complexidade e que precisam ser percebidos e para além do caráter das aparências, buscando o levantamento de uma análise contextual, relacional e complexa (MORIN, 2005) daquilo que se observa. Observa-se ainda durante o trabalho de campo pressupostos importantes para este trabalho atrelado a etnografia, conforme recomenda Angrosino (2009), tais como uma prática de observação participante com certo grau de estrutura e planejamento, bem como anotações em campo, organizadas e detalhadas, a fim de tornar a memória dos fatos e situações vivenciados a mais rica e viva o possível para o pesquisador na hora de analisa-los.

Na busca por descolonizar cada vez mais as práticas e metodologias, principalmente a partir de uma metodologia indígena, tal como aponta Linda (2016), o trabalho em campo buscou ainda explorar a relação do contato dos pesquisadores com o contexto de pesquisa. Assim, partindo do que Nascimento (2019) chama de experiência próxima, um dos instrumentos de busca de informações foram as afetações e impressões dos próprios pesquisadores no contato com as retomadas e seus sujeitos, explorando as fronteiras de modos de viver e se colocar no mundo, e, partir delas, “mover-se entre muros, atravessá-los e olhar através deles” (NASCIMENTO, 2019, p. 465).

As retomadas visitadas foram a Nova Yvu Vera e Araicuty, com dois encontros realizados durante o primeiro semestre de 2023. A retomada de Nova Yvu Vera foi visitada duas vezes e a retomada de Araicuty uma vez. Durante o trabalho de campo e na análise dos dados empíricos, busca-se, antes de buscar categoriais e elementos pré-definidos pelos pesquisadores, uma abertura cognitiva, de modo a buscar afetações, percepções e impressões, a partir do corpo e lugar no mundo de cada pesquisador, das vivências e devires presentes nos acampamentos de retomada, que caracterizam a luta pela terra dos Guarani e Kaiowá em Mato Grosso do Sul.

Mapa 01: Disposição das áreas de retomada visitadas em Dourados-MS



Fonte: Trabalho de campo realizado pelos autores. Elaboração: Stepan Arruda Darmancef, 2023.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Retomada Araicuty

A visita à retomada Araicuty encontrou um contexto marcado por tensão. Um sentimento presente nos pesquisadores foi a insegurança, enquanto transistavam pelos caminhos, estradas e picadas da retomada. Pensamentos e observações a respeito de não serem bem recebidos pelos indígenas, serem confudidos com fazendeiros, jagunços, sabotadores ou espiões (sujeitos que, sabe-se, transitam entre tais lugares). Tal insegurança soma-se ainda a constante possibilidade de se deparar com algum jagunço/capataz transitando pelo local. Algumas das impressões podem ser vistas nas anotações de trabalho de campo:

> O trajeto dentro da área de retomada se dá entre pés de milho e de cana de açúcar secos, nas estradas vicinais irregulares, por onde transitam indígenas em suas bicicletas, a grande maioria mulheres,

> acompanhadas de crianças e alguns homens, carregando sacolas com compras.
>
> As plantações ordenadas fora da lógica do agronegócio, dispostas sem uma lógica aparente causam um estranhamento. Também é impossível não notar o desconforto ao se ver o esforço de uma família pegando água no poço, e em um outro trecho um grupo de crianças carregando galões de água de poço, em uma paisagem que ao fundo, há menos de 500 metros, pode ser as duas grandes caixas de água da empresa de abastecimento do município [...].
>
> Se vê muitos barracos, mais dispersos, muitos escondidos no meio do capim. Nos aproximamos com muito cuidado e prudência de uma área em que habitam duas famílias com seus barracos próximos um ao outro, no medo de sermos confundidos com jagunços [...]. Em conversa, eles relatam as visitas que os jagunços fazem até próximo de seus barracos, mas sem muitas interações: "Eles lá e *nóis* aqui" (Anotações de Trabalho de Campo, 26 de maio de 2023).

Essa área sofreu um ataque em fevereiro de 2022, em que seguranças privados realizaram disparos com armas de fogo em direção à retomada, realizando ainda ameaças e intimidação para com alguns indígenas. Um indígena foi atingido por um disparo de arma de fogo (CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO, 2022).

A retomada é marcada pela presença de muitos barracos, feitos com materiais reutilizados como madeiras, latões, lonas e tudo mais que a criatividade de quem constrói pode aproveitar. Durante o trabalho de campo, foi realizado a visita à um casal de idosos, ambos estavam gripados e cuidando das crianças, eram cerca de sete crianças. No local não havia água encanada (apenas um poço artesiano) e nem energia elétrica, com os barracos sendo cercado pelo capim alto e "pintados" pela terra vermelha que caracteriza a cidade de Dourados-MS.

Imagem 01: Barracos visitados na retomada Araicuty, em Dourados-MS

Fonte: Registro dos autores durante trabalho de campo em 26 de maio de 2023.

Imagem 02: Barracos, pé de mamão e poço artesiano na retomada Araicuty, em Dourados-MS

Fonte: Registro dos autores durante trabalho de campo em 26 de maio de 2023.

As experiências etnográficas relatadas proporcionaram aos pesquisadores, também, entender de onde partem enquanto sujeitos, homens brancos, de classe média, agenciados por noções de reprodução social da sociedade capitalista, como a busca por conforto e comodidade, o uso da força de trabalho para garantir a subsistência e acumulação de capital, bem como outras noções que tangem o sujeito moderno ocidental. Ao se deparar com situações de extrema vulnerabilidade, na linha cruzada de um dos conflitos mais violentos do Brasil – agronegócio *versus* indígenas no Mato Grosso do Sul – os pesquisadores se depararam com afetações das mais variadas, que dizem tanto das retomadas, quanto deles próprios, e sobretudo, do encontro entre esses dois contextos de existência.

Retomada de Nova Yvu Vera

A primeira visita à Retomada de Nova Yvu Vera se deu diante da presente tensão que habita as corporeidades dos Guarani e Kaiowá que lá se encontram acampados, dado o risco constante que estão sujeitos, seja de uma nova ação da Polícia Militar no local, ou de intimidações por parte de jagunços.

A retomada, visível e exposta as margens da Rodovia Perimetral Norte (que entorna o município, entre a MS-156 e a MS-162), apresenta seus barracos agrupados, e ocupa uma área menor do que as outras retomadas vizinhas. Uma cerca de arames divide a área da retomada de uma estrada vicinal, e de longe pode-se avistar o princípio de construção de uma muro do que viria a ser um condomínio de luxo, bem onde se encontra o território considerado sagrado pelos Guarani e Kaiowá. As obras do condominío se encontram paradas, após a ação de retomada dos indígenas (NEVES, 2023). A disposição dos escombros de parte do muro que foi derrubada pelos indígenas e o muro construído de pouco mais de um metro, lembram um cenário de guerra. A recepção do grupo de indígenas para com os pesquisadores, permeou desconfiança e insegurança, de ambos os lados. O contato e os fenômenos presentes na experiência próxima no trabalho etnográfico geraram afetações nos pesquisadores, que podem ser conferidas nas anotações do trabalho de campo:

> Chegamos e logo de longe avistamos a movimentação das pessoas que estavam na retomada. Algumas palavras em Guarani foram ouvidas. O grupo foi se reunindo para receber “os estranhos” que se aproximavam. Dois homens se aproximaram segurando pedaços de pau. Fomos

> recebidos com desconfiança, sendo muito questionados sobre quem éramos. Apesar de não nos aproximarmos dos barracos, mantendo sempre a prudência, fomos advertidos de não podermos comparecermos a retomada sem autorização dos líderes (Anotações de Trabalho de Campo, 26 de maio de 2023).

Percebeu-se neste primeiro encontro que os conflitos e tensões ainda estavam presentes para aqueles sujeitos, nas expressões, nos sentimentos, e na organização espacial, atentos ao menor sinal de um *karai*[3] desconhecido se aproximando e adentrando o território do acampamento.

[3] Branco, para os Guarani.

Imagens 03 e 04: Vista panorâmica de barracos na Retomada Nova Yvu Vera

Fonte: Registro dos autores durante trabalho de campo em 23 de junho de 2023.

Imagem 05: Vista de barracos e muro de condomínio de luxo derrubado pelos indígenas, na Retomada Nova Yvu Vera

Fonte: Registro dos autores durante trabalho de campo em 23 de junho de 2023.

A segunda visita realizada em Nova Yvu Vera precisou ser mais estruturada que a primeira, dada as situações vivenciadas na primeira ocasião. Desse modo, os pesquisadores marcaram previamente a visita, sendo recebidos pela liderança do local e por uma rezadeira Guarani e Kaiowá, ocasião em que foi realizado uma conversa sobre a retomada e realizado cânticos e rezas tradicionais junto ao grupo de indígenas.

Neste segundo encontro destaca-se a espiritualidade dos Guarani e Kaiowá, presente na conversa com a liderança, bem como nos cânticos e rezas. A espiritualidade é um pilar para uma ação de retomada, de modo que sem um grande período de preparação espiritual uma ação dessas não é possível. Os períodos de reza e preparação envolvem todos os sujeitos que vão participar da retomada, podendo durar semanas e até meses (BENITES, 2012; 2014). Na retomada de Nova Yvu Vera, a liderança que nos recebeu explicou um pouco da importância da reza em seu processo de constituição:

> Na retomada a nossa reza é escudo, proteção contra os perigos... **Temos rezas próprias para as retomadas, e nóis fazemos elas**... É nossa proteção, pois

> sabemos os perigos... Rezamos para ninguém se ferir, ninguém levar tiro... proteger as crianças e idosos que vem na retomada... (Liderança Guarani e Kaiowá, 23 de junho de 2023) [grifos nossos].

Imagem 06: Altar sagrado (*yvyra'i Marangatu*) instalado na retomada Nova Yvu Vera.

Fonte: Registro dos autores durante trabalho de campo em 23 de junho de 2023.

O contexto de conflitos que envolve as retomadas, 8 somente entre 2022 e 2023, conforme já exposto, bem como os achados obtidos em campo (afetos, paisagem, etc.) indicam que tais áreas são caracterizadas por insegurança. Tal insegurança se acentua ainda mais para sujeitos que não se constituem ontologicamente vinculados aos territórios/lugares das lutas dos Guarani e Kaiowá, como no caso os agentes desta pesquisa, pesquisadores brancos. Assim, um potente aspecto que a experiência próxima junto às retomadas visitadas expõe é a diferença fundante da relação cosmológica e ontológica com a T/terra. Para o branco, pode fugir a compreensão do porquê sujeitos podem se estabelecer em uma área como as visitadas, sem água potável e energia elétrica, em barracos de lona, em um quadro de extrema vulnerabilidade, para lutar por sua terra. Essa vinculação profunda e afetiva com a terra (HUTTA, 2019) indica uma relação outra com a T/terra, que o *karai*, tal como aponta Santos (2019) não possui pois é

desterritorializado, descorporificado (NUÑEZ, 2021) e desencantado do mundo (SIMAS, 2019). Assim, quando um *karai* se adentra em um espaço e comunidade em que os sujeitos habitam o mundo a partir dessa relação profunda com a T/terra, se gera estranhamento e afetações no sentido de se questionar quanto ao nosso afastamento da T/terra, de nossa capacidade de construir/constituir lugar, de dar sentido à vida à partir da T/terra.

A nós, pesquisadores brancos, colonizados e desterritorializados, o contato com um modo de vida pautado pela luta e umbilical vinculação com seus territórios afeta no sentido de questionar os contatos entre mundos, entre ontologias, podendo causar estranhamento e inquietações, como observado pelos pesquisadores durante o trabalho de campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A luta pela terra atravessa a vida dos sujeitos Guarani e Kaiowá. As retomadas são um movimento articulado pelas lideranças e organizações indígenas para fazer frente ao poder do agronegócio e do Estado brasileiro, na busca pelo reconhecimento de suas terras sagradas e tradicionais, ainda não reconhecidas pelo Estado, como previu a constituição de 1988.

Apesar de ser uma das principais frentes da luta dos Guarani e Kaiowá em Mato Grosso do Sul (contudo, não a única, pois as mobilizações deste povo se estendem também para manifestações em rodovias, atuação constante nas redes sociais e demais veículos de comunicação, organização de eventos, rifas, campanhas, e também articulação e participação política, no âmbito institucional), as retomadas são espaços marcados pela vulnerabilidade extrema, em que sujeitos de mais variadas idades e gênero (com muitas crianças e pessoas idosas) se encontram expostos aos mais diversos riscos, como a violência e perseguição constante de jagunços, agentes de segurança pública, além de estarem a beira de uma rodovia com fluxo constante de veículos pesados e sem passarelas, faixas de pedestre, radares ou semáforos. Sem abastecimento de água e energia elétrica, morando em barracos construídos com vários materiais (madeira, latões, plásticos, sacos, restos de construções, etc.) estes sujeitos se colocam na luta de frente pela terra dos Guarani e Kaiowá, o que significa, em última instância, a luta pela vida. Ainda, verifica-se a marcante presença da espiritualidade para a manutenção da luta das

retomadas e motivação dos sujeitos, constituindo este movimento como ações de cunho político-espiritual.

O contato com tal quadro, para pesquisadores, permite o acesso e produção de conhecimentos sobre determinados contextos/realidades, impossíveis se serem apreendidos em sua totalidade a partir de leituras ou perspectivas de outros pesquisadores. Assim, se considera o afeto e os sentidos humanos, na totalidade da corporeidade, como um importante instrumento de produção de conhecimento a partir do método etnográfico. As afetações produzidas em não indígenas, permite acessar informações importantes acerca da territorialidade e da luta dos povos indígenas por seus territórios, uma vez que os *karai* são agentes vinculados a esse movimento de luta, pois a luta pela terra só existe num contexto de desterritorialização que foi produzido pelo branco.

Desse modo, as contribuições de Nascimento (2019) se mostram de grande importância, não só para a Antropologia, área da autora, mas também para a Geografia, Psicologia, História e Ciências Sociais, uma vez que convidam a pensar as práticas e métodos de se produzir conhecimento a partir de marcadores tão potentes, como as trocas, contatos e afetações através da corporeidade. Assim, o método se mostrou potente, pois corpos, vivências e contatos carregam em si saberes, permitido considerar o afeto e os sentidos humanos, na totalidade da corporeidade, como um importante instrumento de produção de conhecimento geográfico a partir do método etnográfico e da experiência próxima.

REFERÊNCIAS

ALZIRO, G. L.; MONFORT, G. C. Corpos-territórios em resistência nas retomadas Kaiowá e Guarani: insurgências ancestrais diante dos solos devastados pelo neoextrativismo. **Terra Livre**: São Paulo, v. 1, n. 56, p. 580-620, 2021.

ANGROSINO, M. **Etnografia e observação participante**. Tradução: José Fonseca. Porto Alegre: Artmed, 2009.

ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL. **Observatório do Sistema de Justiça Criminal e Povos Indígenas repudia a criminalização de indígenas Guarani e Kaiowá presos no MS**. Brasil, 12 abr. 2023. Disponível em: <https://apiboficial.org/2023/04/12/observatorio-do-sistema-de-justica-criminal-e-povos-indigenas-repudia-a-criminalizacao-de-indigenas-guarani-e-kaiowa-presos-no-ms/>. Acesso em: 05 jun. 2023.

BENITES, T. Trajetória de luta árdua da articulação das lideranças Guarani e Kaiowá para recuperar os seus territórios tradicionais Tekoha Guasu. **Revista de Antropologia da UFSCar**: Florianópolis, v. 4, n. 2, p. 165-174, jul.-dez. 2012.

COLMAN, R. S.; PEREIRA, L. M. Os Kaiowá e Guarani no Mato Grosso do Sul e suas incansáveis lutas pelos Tekoha frente às transformações territoriais, ambientais e formas de mobilidade. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**: Brasília, v. 14, n. 3, p. 57-76, 2020.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO**. Além do 'Massacre de Guapoy', Polícia Militar ataca famílias Kaiowá e Guarani de Kurupi, em Naviraí (MS)**. CIMI Regional Mato Grosso do Sul, 29 jun. 2022. Disponível em: <https://cimi.org.br/2022/06/alem-do-massacre-de-guapoy-policia-militar-ataca-familias-kaiowa-e-guarani-de-kurupi-em-navirai-ms/>. Acesso em: 05 jun. 2023.
CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Comunidade Guarani Kaiowá do tekoha Kurupi sofre novo ataque de policiais em Naviraí (MS)**. CIMI Regional Mato Grosso do Sul, 17 mar. 2023. Disponível em: <https://cimi.org.br/2023/03/guarani-kaiowa-kurupi-ataque-policiais/>. Acesso em: 05 jun. 2023.
CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Retomada Guarani Kaiowá é atacada em Dourados (MS) e indígenas temem novas agressões**. Assessoria de Comunicação do CIMI, 04 fev. 2022. Disponível em: <https://cimi.org.br/2022/02/retomada-guarani-kaiowa-atacada-dourados-novas-agressoes/>. Acesso em: 05 jun. 2023.
CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Violações continuam em Dourados: Justiça Federal mantém indígenas presos e casas Kaiowá são queimadas**. Assessoria de Comunicação do CIMI, 11 abr. 2023. Disponível em: <https://cimi.org.br/2023/04/violacoes-dourados-justica-presos-casas-queimadas/>. Acesso em: 05 jun. 2023.
HUTTA, J. S. Territórios afetivos: cartografia do aconchego como uma cartografia de poder. **Caderno Prudentino de Geografia**: Presidene Prudente-SP, n. 42, v. 2, p. 63-89, jun. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTÍCA. **Etnias indígenas mais numerosas por Unidades da Federação – 2010**. Brasil: Atlas Nacional Digital, 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/atlas_nacional/pdf/14%20-%20ETNIAS%20INDIGENAS%20MAIS%20NUMEROSAS%20POR%20UNIDADES%20DA%20FEDERACAO%20-%202010.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2023.
INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Reserva Indígena Dourados**. Terras Indígenas no Brasil, 2023. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3656>. Acesso em: 13 jun. 2023.
LINDA, T. S. **A descolonizar las metodologias: Investigación y pueblos indigenas**. Santiago: Lom Ediciones, 2016.

MAGNANI, J. G. C. Etnografia como prática e experiência. **Horizontes Antropológicos**: Porto Alegre, v. 15, n. 32, p. 129-156, jul.-dez. 2009.

MONDARDO, M. L. O movimento Guarani e Kaiowá pela reapropriação social da natureza e as retomadas de Tekoha. **Revista NERA**: Presidente Prudente-SP, v. 23, n. 52, p. 133-150, 2020.

MORANDI, M. **Indígenas retomam fazenda em Rio Brilhante e pedem mediação da FUNAI e do MPF**. Midiamax, 08 mar. 2023. Disponível em: https://midiamax.uol.com.br/cotidiano/2023/indigenas-retomam-fazenda-em-rio-brilhante-e-pedem-mediacao-da-funai-e-do-mpf/>. Acesso em: 05 jun. 2023.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. Tradução: Eliane Lisboa. Porto Alegre: Sulina, 2005.

MOTA, J. G. B. Movimento étnico-socioterritorial Guarani e Kaiowá no estado de Mato Grosso do Sul: disputas territoriais nas retomadas pelo Tekoha-Tekoharã. **Revista NERA**: Presidente Prudente-SP, v. 15, n. 21, p. 114-134, jul.-dez. 2012.
NASCIMENTO, S. S. O corpo da antropóloga e os desafios da experiência próxima. **Revista de Antropologia**: São Paulo, v. 62, n. 2, p. 459-484, 2019.

NEVES, R. Condomínio de luxo trava após conflito na maior reserva indígena do país. UOL, 16 abr. 2023. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2023/04/16/conflito-construtora-indigenas-guarani-kaiowa-ms.htm>. Acesso em: 05 jun. 2023.
NUÑEZ, G. Monoculturas do pensamento e a importância do reflorestamento do imaginário. **Revista ClimaCom**: Campinas-SP, v. 8, n. 21, 2021.

OLIVEIRA, C.; PAJOLLA, M. **Ação da PM no Mato Grosso do Sul deixa pelo menos um indígena morto e sete feridos**. Brasil de Fato, 25 jun. 2022. Disponível em: < https://www.brasildefato.com.br/2022/06/25/acao-da-pm-no-mato-grosso-do-sul-deixa-pelo-menos-um-indigena-morto-e-sete-feridos>. Acesso em: 05 jun. 2023.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2007.

PEREIRA, L. M. O movimento étnico-social pela demarcação das terras Guarani em MS. **Tellus**: Campo Grande, v. 3, n. 4, p. 137-145, abr. 2003.

SANTOS, A. B. As fronteiras entre o saber orgânico e o saber sintético. In: OLIVA. et al. (org.). **Tecendo Redes antirracistas**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019, p. 23-35.

SIMAS, L. F. **Flecha no tempo**. Rio de Janeiro: Mórula, 2019.

[ ]

O TERRITÓRIO 'INVADIDO' E SEU POVO ACUADO: PRODUÇÃO CAPITALISTA, FRATURAS SOCIAIS E ESCASSEZ DE ALIMENTOS DOS POVOS KARAJÁ-ARUANÃ – GO.

Rozângela Aparecida de Oliveira[1]
Aline de Fátima Marques[2]

RESUMO

O território goiano foi, na leitura de Palacín e Moraes (1994), Barbosa (2014) e Barbosa e Oliveira (2018), conhecido e percorrido pelas bandeiras quase que desde os primeiros dias da colonização. É a partir da invasão do território – não mais intensiva na busca do ouro – é que ocorre a pressão sobre as terras indígenas, conforme nos adverte Barbosa e Oliveira (2019). E os povos Karajá, que margeiam o município goiano de Aruanã, se vêm acuados diante dos avanços da lógica predatória da produção de alimentos, cujo acento é a internacionalização da agricultura do cerrado goiano, procedendo uma profunda fratura social e uma profunda desigualdade social (VILELA & CHAVEIRO, 2021). Essa condição de subordinação frente aos 'impérios agroalimentares', como afirma Vilela & Chaveiro (2021), é protagonizadora de uma contradição: ao invés do alimento promover saúde torna-se componente da patologização global da vida. Esse 'nutricído' impacta a vida dos povos Karajá-Aruanã-GO.

Palavras-chave: Território invadido. Produção capitalista. Fraturas sociais. Povo Karajá.

THE 'INVADED' TERRITORY AND ITS CORNERED PEOPLE: CAPITALIST PRODUCTION, SOCIAL FRACTURES AND FOOD SCARCITY OF THE KARAJÁ-ARUANÃ PEOPLES – GO.

ABSTRACT

According to Palacín and Moraes (1994), Barbosa (2014) and Barbosa and Oliveira (2018), the territory of Goiás has been known and covered by the flags almost since the first days of colonization. It is from the invasion of the territory – no longer intensive in the search for gold – that the pressure on indigenous lands occurs, as Barbosa and Oliveira (2019) warn us. And the Karajá peoples, who border the municipality of Aruanã in the state of Goiás, are cornered by the advances of the predatory logic of food production, whose emphasis is on the internationalization of agriculture in the Cerrado of Goiás, resulting in a deep social fracture and deep social inequality (VILELA & CHAVEIRO, 2021). This condition of subordination to the 'agri-food empires', as stated by Vilela & Chaveiro (2021), is the protagonist of a contradiction: instead of food, promoting health becomes a component of the global pathologization of life. This 'nutricide' impacts the lives of the Karajá-Aruanã-GO peoples.

Keywords: Invaded territory. Capitalist production. Social fractures. Karajá people.

[1] Doutoranda em Geografia pela Universidade Federal de Goiás – UFG, rozangelarozi@gmail.com.
[2] Doutoranda em Geografia pela Universidade Federal de Jataí- UFJ, ma.alinemarques@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Inicialmente, é importante ressaltar que as ideias contidas aqui, são uma espécie de compêndios de uma proposta desafiadora mais abrangente de Tese de Doutorado em Geografia, apresentada – e aprovada - na Universidade Federal de Goiás (UFG), no ano de 2022, intitulada de *A apropriação desigual e predatória do território: o cenário da produção de alimentos dos povos karajá-aruanã - Go*.

O território goiano foi, na leitura de Palacín e Moraes (1994), Barbosa (2014) e Barbosa e Oliveira (2018), conhecido e percorrido pelas bandeiras quase que desde os primeiros dias da colonização. No entanto seu povoamento só se deu em decorrência do descobrimento das minas de ouro no século XVIII. A partir de então, vários arraiais, julgados e vilas vão surgindo em várias regiões do Estado em função da economia aurífera. Essa mobilização social rumo ao cerrado do brasil central, foi propiciadora também da junção de diversas etnias: indígena, negra e europeia.

É a partir da invasão do território – não mais intensiva na busca do ouro – é que ocorre a pressão sobre as terras indígenas, conforme nos adverte Barbosa e Oliveira (2019). E os povos Karajá, que margeiam o município goiano de Aruanã, se vêm acuados diante dos avanços da lógica predatória da produção de alimentos, cujo acento é a internacionalização da agricultura do cerrado goiano, procedendo uma profunda fratura social e uma profunda desigualdade social (VILELA & CHAVEIRO, 2021).

Dessa lógica mercadológica advém a valorização das terras, a pressão sobre as áreas de reservas e sobre os territórios camponeses, quilombolas e – no foco do objeto desta pesquisa – indígenas. Essa condição de subordinação frente aos 'impérios agroalimentares', como afirma Vilela & Chaveiro (2021), é protagonizadora de uma contradição: ao invés do alimento promover saúde torna-se componente da patologização global da vida. Esse 'nutricído' impacta a vida dos povos Karajá-Aruanã-GO. Por conta disso, não é exagero afirmar que o alimento que adoece se torna, então, lucrativo para aquelas empresas integrantes dos impérios agroalimentares da produção de alimentos.

METODOLOGIA

A pesquisa aqui proposta trata-se de estudo de caráter qualitativo por compreender que o social é visto como a representação de um mundo de significados, de motivos, de valores e crenças (matérias-primas desta pesquisa) passíveis de investigação, através de sua descrição e interpretação. Assim, o objeto em curso, *Apropriação desigual e predatória do território: o cenário da produção de alimentos dos povos Karajá-Aruanã-GO*, será pesquisado mediante

os objetivos propostos, pautado por algumas etapas e procedimentos metodológicos, e, naturalmente, acatando as sugestões norteadas pelo pretenso orientador.

A primeira etapa trata-se da definição da base teórico-metodológica da pesquisa, onde será buscado nas disciplinas apresentadas, estudos em várias fontes bibliográficas que dê embasamento para reflexão acerca de povos Karajá, território, geografia, cultura, produção de alimentos. Para tanto, nesse primeiro momento, faremos uso das contribuições teóricas de: Almeida, Vilela e Chaveiro, Claval, Haesbaert, Saquet, Oliveira, Palacin, Palhares e Moreira, Santa e Chelotti dentre outros.

A segunda etapa, denominada por D'Abadia (2010, p. 87), - embasada em Brandão (2007) - de "metodologia de entrada," onde é possível constatar via observação participante, momentos necessários para que o pesquisador e sua permanência no local do território e sua apropriação de modo desigual e predatório, em contatos com os sujeitos sociais que participam desta divisão territorial desigual. Desse modo, o trabalho de campo é uma vivência, ou seja, é o estabelecimento de uma relação produtora de conhecimento empírico junto aos sujeitos envolvidos: povo Karajá-Aruanã, sua cultura, economia, sua produção de alimentos, empresas produção de alimentos. E assim por diante.

Uma terceira parte será a efetivação de uma cartografia existencial dos povos Karajá-Aruanã, mediante a qual será deslindada as suas trajetórias de vida na aldeia correlata ao seu alimento.

Uma outra via metodológica seria a realização de trabalho de campo – chamada por Chaveiro (2021) – 'ao modo de missão científica' em dois pontos da produção de alimentos do Cerrado goiano: na região sudoeste de Goiás, especificamente no município de Jataí-GO, onde as cadeias do agronegócio são volumosas; e nas aldeias Buridina e Ariká (Aruanã-GO).

Tudo isso não sai apenas da entrevista, da aplicação de questionários, dos registros imagéticos, das conversas livres com povos Karajá-Aruanã, empresas produtoras de alimentos, e outros (que julgamos também de suma importância). Uma coisa - buscando subsídios novamente em D'Abadia (2010) – é o que as pessoas dizem a respeito disso – numa entrevista, por exemplo -, outra coisa é aquilo que o pesquisador vê acontecendo. Dito de outra maneira, o olhar não é apenas investigativo, ele é também focal e significativo.

Somados aquelas ações estarão os entrelaçamentos dos relatos que venha comprovar a nossa tese de que há no território Karajá-Aruanã-GO, uma apropriação do seu espaço de modo desigual e, sobretudo predatória, quando na produção de alimentos.

E essa dualidade de uso do território evidencia a sinergia simbólica do território, para os povos Karajá-Aruanã, diante da junção das forças dinamizadoras e econômicas do mundo contemporâneo.

A sustentação teórica da tese, prevista para o segundo semestre de 2025, é o momento em que objeto dará pausa no movimento das ideias (BARBOSA, 2007). Pausa porque a geografia atualmente avança no sentido de um maior amadurecimento na lida com o seu arsenal teórico, especialmente pela pressão que o novo dinamismo do País exerce sobre o território (CHAVEIRO, 2005).

Desse modo, a apropriação desigual e predatória do território Karajá-Aruanã, são testemunhos fecundos da produção de alimentos que precariza a vida daqueles povos, produzindo insegurança, medo, disputa e fome, impostas pelos atores dominantes, em tempos de globalização.

Nesse caso, a ciência necessita dos preceitos e embates ideológicos para se chegar a um consenso – pelo menos até que novos pressupostos sejam colocados à luz das questões em discursões.

Ainda assim, não basta. Por que todos os temas de natureza geográfica e sociais – assim como nesses tempos de globalização - cunham suas metamorfoses contínuas sempre. E sempre será passível de novas indagações, novos e repetidos olhares empiristas, novas pesquisas bibliográficas, e isso nos induz a ver o mundo sob novos olhares, antigos paradigmas. Mas isso, sim, é o modo pelo qual se faz ciência.

REFERENCIAL TEÓRICO

No entendimento de Morin, (2000) não se pode falar de conceito como único, ou mesmo simples de ser analisado. Todo conceito tem componentes, e se define por eles. Na mesma direção, acrescenta Saquet (2007), que todo conceito tem uma história, seus elementos e suas metamorfoses. Entretanto, ambos se complementam, pois, segundo o autor, “o novo contém, pois, o velho e este aquele” (2007, p.13).

Semelhante observação é encontrada em Haesbaert (2004), quando esse autor diz que o conceito de território é demasiadamente amplo e tem sido apreendido por várias áreas do conhecimento, sendo que cada uma apresenta uma perspectiva própria. Assim, o território é adornado como um desses conceitos complexos, permeados por uma série de elementos, no nível teórico-metodológico interagido com o mundo da vida.

Muitos autores da ciência geográfica e de outras instâncias das ciências sociais tecem abordagens acerca do conceito de território. Em obras como as de Almeida (2005), Rafesttin (1993), Haesbaert (2004), Santos (2002), Saquet (2007).

No entanto, não podemos esquecer contribuições de igual importância na geografia, como as de Paul Claval, David Harvey, entre outros, que reelaboram os postulados

geográficos mostrando e explicando aspectos relacionais e processuais da formação e dominação do espaço geográfico ou do território, sem perder de vista os aspectos culturais.

Em Raffestin (1993, p. 223), há um entendimento do espaço como substrato, onde o palco situa-se como pré-existente ao território: "A matéria (ou substância), encontrando-se na superfície da terra ou acessível a partir dela, é assimilável a um dado, pois preexiste a toda ação humana". Nesse sentido, ela – matéria ou substância - equivale ao espaço.

No entanto, é possível apropriar das abordagens desse autor e retirar das entrelinhas a presença e a dominação restrita ao Estado-Nação, gerindo e administrando todas as maneiras no que concerne ao controle social.

Mesmo considerando as contribuições de Raffestin inegáveis aos estudos geográficos do território, Saquet (2007, p. 77) considera que seu conceito é superficial acerca daquela categoria, uma vez que essa superficialidade está alicerçada entre natureza-superfície, recursos naturais, onde a cultura passa despercebida. "O espaço geográfico não é apenas palco, receptor de ações, substrato. Ele tem um valor de uso e um valor de troca, distintos significados e é elemento constituinte do território, pois eles são indissociáveis", pondera Saquet.

O conceito de território, numa abordagem econômico-material, ampliando a discussão da conceituação categórica em geografia, busca em Santos (2006) o conceito de território *´usado`*. Para aquele autor (apud Santana e Chelotti, 2021), o território, por si só, não é uma categoria de análise, daí advém a discursão de Território Usado, conforme aquele autor. E mais, nas observações de Santos: o território significa objetos, ações e a constituição de redes, e pode ser compreendido como sinônimo de espaço geográfico socialmente organizado ou, ainda, como é denominado por Saquet (2007) "quadro de vida e híbrido".

Há, contudo, em Santos e Raffestin uma análise do território calcada no controle aureal e reticular e, por conseguinte do social exercida pelo Estado-Nação. O território passa a ser analisado sob uma perspectiva materialista do seu desenvolvimento, deixando quase que a deriva a associação com os aspectos humanísticos.

Entretanto, naquele 'quadro de vida e híbrido', defendido por Saquet, há a inserção de outros fatores de natureza cultural e econômica, como destaca Santana e Chelotti (2021, p. 126). Segundo eles, na análise territorial deve "também ser analisada pela ótica da cultura e economia, mas sem excluir o poder político".

Aqui, nesse ganho teórico, abriremos uma janela para pensar a Apropriação desigual e predatória do território dos povos Karajá-Aruanã-GO, e seu cenário quanto a produção de alimentos. Ali, toda forma de cultura, economia e poder, constituído ao longo dos séculos

pelos povos Karajá-Aruanã, estão sendo vilipendiados pela precarização do território de suas vidas.

E é justamente com essa postura teórico-metodológica, não descartando as contribuições de Santos e Raffestin numa visão mais administrativa gerida pelo Estado-Nação, mas inserindo as perspectivas culturais, econômicas e políticas – omissas pelo Estado-Nação - que direcionaremos nossa pesquisa.

Aqui há um diálogo que coaduna com o ponto de vista de Almeida (2005), de que a análise do território perpassa outras instâncias do devir humano, que não podem ser dissociados.

Retornando a Saquet (2007), é necessário que tenhamos sutileza e habilidades ao lidarmos com o conceito de território, pois, cada sociedade produz seu (s) território (s) e territorialidade (s), a seu modo, em consonância com suas normas, regras, crenças, valores, ritos e mitos, com suas atividades cotidianas.

E por aquelas 'sutilezas e habilidades' diversas da análise territorial, expostas por Saquet (2007) que nortearemos nossa pesquisa. Nesse sentido, todas as normas, regras, crenças, valores, ritos, mitos e atividades cotidianas dos povos Karajá-Aruanã, estão sendo usurpadas por intermédio de uma apropriação desigual do uso de seu território.

Em síntese, precisamos entender o território como algo complexo, passível de demonstração de poderes que podem ser exercidos sobre determinado espaço e, por vezes, estarem interligados (SANTANA e CHELOTTI, 2021).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A motivação para a escolha dessa abordagem, inicialmente, se deve a dois fatores. O primeiro é que, enquanto pesquisadora, deparei me com a necessidade da abordagem da situação vivida pelos povos indígenas Karajá-Aruanã, diante da invasão de seu território por forças econômicas capitalistas.

O segundo, é que, mesmo trazendo à luz os acontecimentos presenciados naquele território, se traduz num ato de protesto. Ao mesmo tempo, trata-se de um 'convite' ao universo da comunicação, da pesquisa e dos valores humanos, para que se manifeste sobre aquele modelo de apropriação desigual do território, comandada pelos interesses do agronegócio.

O cerne desta pesquisa se encontra em andamento, no entanto, iremos aprofundar na captura de outros fatores de ordem econômica e social que corroboram a asssertiva da invasão

daquele território, e que fazem parte do constructo da tese: pesquisas de campo, na aplicação de alguns questionários, de registros imagéticos, de conversas livres com povos Karajá-Aruanã, representantes de empresas produtoras de alimentos etc.

Todavia, mesmo com a pesquisa em andamento, é possível antever alguns resultados postos à discussão. Dentre eles, por exemplo, está o fato de que há muitas pesquisas viabilizadas por dissertações e teses, acerca do modo de vida, das festas, da economia e, sobretudo da ação do turismo em terras Karajá-Aruanã.

Por outro lado, há um número bastante reduzido sobre as mazelas do agronegócio engendradas naquele território, por conta de uma economia que visa a importação e o lucro, gerando uma fratura social e uma contradição entre aquela comunidade indígena. Como entender a alta produtividade do agronegócio e a escassez de alimentos entre os Karajá-Aruanã? Uma outra contradição é oriunda desta primeira: como estão gestadas as tradições milenares adquiridas por aqueles povos, a exemplo das festas, dos costumes, da colheita, da pesca, da caça?

Como já foi dito, a pesquisa inicial é uma janela que se abre para uma verificação mais aprofundada e, por conseguinte, mais lapidada acerca daquelas contradições. Sendo assim, o que pudemos constatar até este momento, a partir do encadeamento das leituras, das pesquisas de campo e das conversas informais com os Karajá, serve nos como importantes elementos teóricos e empíricos que são colocadas como resultados postos para discussão.

Dito de outra maneira, é apenas uma janela que se abre, porém nunca poderá ser fechada/encerrada, pois a viabilidade de toda pesquisa acadêmica se sustenta pelos objetivos que ela elenca como porta de entrada.

Sendo assim, tanto os resultados como a discussão permanecerão de modo constante porque os problemas sociais, culturais e econômicos, por si só, não encerram com uma pesquisa. Eles se estendem por toda e enquanto houver sujeitos envolvidos, como é o caso atual vivenciado pelos povos Karajá-Aruanã.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme vem nos alertando, Vilela e Chaveiro (2021), a população, especificamente os que residem no município de Aruanã – GO, nas aldeias Buridina e Ariká, veem a cultura urbana da atualidade penetrar em seus territórios indígenas, e são obrigados a se relacionar com dispositivos urbanos, tais como comidas prontas – *fest foods* -, refrigerantes, *ket chups*,

maioneses, adoçantes, cremes picantes etc., e instrumentos tecnológicos como celulares, computadores, *tablet*s, *smartfones* etc.

Para sacramentar as mudanças no campo da socialização, a presença de atividades pertinentes ao turismo: visitação, acomodação, pesca esportiva etc. paralelamente, estas transformações criam situações antagônicas no território Karajá. Paralelamente, percebe se a acentuada "a diminuição dos peixes dos rios, de tracajás nos lagos, a oferta de refrigerantes, a dependência da compra de cereais em supermercados, além de alterarem a comida Karajá, recoloca o significado do alimento" (VILELA e CHAVEIRO, 2021, p. 17).

Destas situações desoladoras, decorrem outras, sobretudo nas aldeias Buridina e Ariká: problemas como alcoolismo, violência urbana, migração, proletarização, prostituição, adoecimento, suicídio e, inclusive, subnutrição flagelam os povos indígenas Karajá. E o pior de todas as violências humanas: há relatos de algumas pesquisas, a 'visita' - indesejável em quaisquer circunstâncias humanas - da fome nas comunidades indígenas Karajá.

Como a pesquisa se encontra em andamento, iremos ampliar na captura de outros fatores de ordem econômica e social que corroboram a asssertiva da invasão do território daqueles povos que os deixam, de certa forma, acuados diante das metamorfoses sociais e econômicas e que fazem parte do constructo da tese: pesquisas de campo, na aplicação de alguns questionários, de registros imagéticos, de conversas livres com povos Karajá-Aruanã, representantes de empresas produtoras de alimentos, etc. para tanto, estamos municiados, enquanto pesquisadores inquietos, dos seguintes pressupostos – entre outros: como a força hegemônica capitalista é capaz de gerar alternativas de aumentar a produtividade e não está sendo capaz de erradicar a fome? Como os povos Karajá-Aruanã-GO, desenvolvem a produção e as práticas alimentares sob pressões e tensões causadas pela hegemonia da vertente do agronegócio?

Destes dois pressupostos, surge outro desdobramento e, igualmente, desafiador: os povos Karajá-Aruanã-GO, tem forças para resistirem as pressões do agronegócio e encontram maneiras de produção de alimentos saudáveis e afugentar o empobrecimento da vida? Quais as estratégias?

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Geralda de. Fronteiras, territórios e territorialidades. **Revista da ANPEGE**. Ano 2, n. 2. Fortaleza: 2005.103-114.

BARBOSA, Romero Ribeiro. **Rali de jegues de Turvânia – GO: a refuncionalização da paisagem para o lazer e turismo no Mato grosso Goiano**. 2007. 170 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2007.

BARBOSA, Romero Ribeiro. **Saberes, sabores e sentidos: a gastronomia no contexto da geografia cultural.** Geografia e cultura: a vida dos lugares e os lugares da vida / Organizadores Maria Geralda de Almeida, Eguimar Felício Chaveiro, Helaine da Costa Braga. – ISBN 978-85-89779-52-4, Goiânia-GO, 2008.

BELLO, W. **The food wars**. Virus editorial, 2021.

CHAVEIRO, Eguimar Felício. **Traços, linhas e matriz para a compreensão de um Goiás profundo**. In CHAVEIRO, Eguimar Felício. A captura do território Goiano e a sua múltipla dimensão socioespacial. Catalão: Gráfica e Editora Modelo, 2005.

CHAVEIRO, Eguimar Felício. **A produção de alimentos saudáveis no cerrado goiano: propostas para a soberania alimentar dos povos Karajá-Aruanã-GO**. Universidade Federal de Goiás – Chamada CNPq nº 04/2021. Goiânia – GO.

CLAVAL, Paul. **A geografia cultural**. Tradução de Luiz Fugazzola Pimenta e Margareth de Castro Afeche Pimenta. 3ª Edição. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2007.

D'ABADIA, Maria Idelma Vieira. **Diversidade e identidade religiosa: uma leitura espacial dos padroeiros e seus festejos em Muquém, Abadiânia e Trindade** – GO. Tese, 2010 (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Goiás: Goiânia/GO.

ETC GROUP. **Quién nos alimentará**? Preguntas sobre las crisis alimentaria y climática. Novembro de 2009.

FACCO, Vinicius Antônio Banzato. **Alternativas da agricultura camponesa agroecológica aos impérios agroalimentares: o caso do acampamento José Lutzenberger (Antonina – PR)**. VII Congresso Brasileiro de Geógrafos: 10 a 16 de agosto de 2014 – Vitória - ES.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**. **Do "fim dos territórios" à multiterritorialidade**. Rio de janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

MAIA, Marcos. **Representações da educação Karajá**. Artigos. Educ. Soc. (75). Agosto de 2001. São Paulo – S.P. https:doi.org/10.1590/SO101.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça e QUEIROZ, Greiziene Araújo. **Feira livre: tem alimento fresco, tem, mas tem comida também**. In Geografia dos alimentos: territorialidades, identidades e valorização dos saberes e fazeres. Orgs.: Sônia de Souza Mendonça Menezes, José Antônio Souza de Deus, Marcelo Cervo Chelotti e Alcides Santos Caldas. – Criação Editora. Aracaju – SE, 2021.

MORIM, Edgar. **Ciência como consciência**. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

OLIVEIRA, Alexandre Francisco de. D`ABADIA, Maria Idelma Vieira. CURADO, João Guilherme da Trindade. **Cozinhar e festar: saberes e sabores da folia do divino em Pirenópolis – GO**. In Geografia dos alimentos: territorialidades, identidades e valorização

dos saberes e fazeres. Orgs.: Sônia de Souza Mendonça Menezes, José Antônio Souza de Deus, Marcelo Cervo Chelotti e Alcides Santos Caldas. – Criação Editora. Aracaju – SE, 2021.

PALACÍN, Luís. **História de Goiás**/Luís Palacín e Maria Augusta Sant'Ana Moraes. 6ª ed. Goiânia: Ed. Da UCG, 1994.

PALHARES, Virgínia de Lima e MOREIRA, Matheus Rodrigues. **Geografias nas receitas de comida: linguagem, lugares e memória**. In Geografia dos alimentos: territorialidades, identidades e valorização dos saberes e fazeres. Sônia de Souza Mendonça Menezes, José Antônio Souza de Deus, Marcelo Cervo Chelotti e Alcides Santos Calda – Organizadores. ISBN 978-65-88593-68-4 – Criação Editora. Aracaju – SE, 2021.

PATEL, R. stuffedand starved: **the hidden battle for the world food system**. Firs Melville House Printing, 2012.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SANTANA, Guilherme Henrique dos Santos & CHELOTTI, Marcelo Cervo. **Expressões sobre indicação geográfica do café da região do cerrado mineiro**. In Geografia dos alimentos: territorialidades, identidades e valorização dos saberes e fazeres. Orgs.: Sônia de Souza Mendonça Menezes, José Antônio Souza de Deus, Marcelo Cervo Chelotti e Alcides Santos Caldas. – Criação Editora. Aracaju – SE, 2021.

SANTOS, Milton. O retorno do território. **Território: globalização e fragmentação**. HUCITEC/ Annablume. São Paulo. 2002.

SAQUET, Marco Aurélio. **Abordagens e concepções sobre território** / Marcos Aurélio Saquet. - 1ª ed.- São Paulo: Expressão Popular, 2007.

VILELA, Benjamim Pereira. CHAVEIRO, Eguimar Felício. **Produção de alimentos no cerrado goiano: o caso os povos Karajá-Aruanã-GO**. In Geografia dos alimentos: territorialidades, identidades e valorização dos saberes e fazeres. Orgs.: Sônia de Souza Mendonça Menezes, José Antônio Souza de Deus, Marcelo Cervo Chelotti e Alcides Santos Caldas. – Criação Editora. Aracaju – SE, 2021.

Ocupar! Aquilombar! Retomar!

A Geografia Agrária e a luta de classes no Brasil

GT 4

Gênero, geração e sexualidade no campo

RELEITURAS DE REGINA SADER NO NORTE DO TOCANTINS

Alex Ratts[1]

Elaine da Silva Sousa[2]

Marcos Pereira Neto[3]

RESUMO

Esta comunicação é proveniente das leituras comuns de dois pesquisadores e uma pesquisadora, com formação em áreas do conhecimento e temporalidades distintas que realizam estudos junto a comunidades quilombolas no Norte do Tocantins e têm como uma das referências principais a tese e alguns artigos da geógrafa Regina Sader que entre 1982 e 1986, dedicou-se à pesquisa com camponeses, compreendendo um trabalho de campo de 6 (seis) meses, desenvolvido em várias etapas. A proposta é justapor os seus estudos com nossas pesquisas realizadas na mesma área com comunidades rurais em vias de urbanização e que se identificam como quilombolas.

PALAVRAS-CHAVE: Regina Sader, Bandeiras Verdes, camponeses, quilombolas.

RESUMEN

Esta comunicación surge de las lecturas comunes de dos investigadores y una investigadora, con formación en geografía, que realizan estudios con comunidades quilombolas en el Norte de Tocantins y tienen como una de las principales referencias la tesis y algunos artículos del geógrafo. Regina Sader que entre 1982 y 1986 se dedicó a la investigación con campesinos, comprendiendo un trabajo de campo de 6 (seis) meses, realizado en varias etapas. La propuesta es yuxtaponer sus estudios con nuestras investigaciones realizadas en la misma zona con comunidades rurales en proceso de urbanización y que se identifican como quilombolas.

PALABRAS-CLAVE Regina Sader, Banderas Verdes, campesinos, quilombolas.

INTRODUÇÃO

[1] Professor do Programa de Pós-graduação em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás, ratts@ufg.br
[2] Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás, elaine.sousa@discente.ufg.br
[3]Doutorando do Programa de Pós-graduação em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás, marcos.neto@discente.ufg.br

Esta comunicação é proveniente das leituras comuns de dois pesquisadores e uma pesquisadora, com formação em geografia que realizam estudos junto a comunidades quilombolas no Norte do Tocantins e têm como uma das referências principais a tese e alguns artigos da geógrafa Regina Sader que entre 1982 e 1986, dedicou-se à pesquisa com camponeses, compreendendo um extenso e intenso trabalho de campo de 6 (seis) meses, desenvolvido em várias etapas. A proposta é justapor os seus estudos com nossas pesquisas realizadas na mesma área com comunidades rurais em vias de urbanização e que se identificam como quilombolas.

METODOLOGIA

Neste texto conjugamos duas dimensões teóricas e metodológicas: uma busca bibliográfica do principal estudo de Regina Sader (1986), a tese *Espaço e Luta no Bico do Papagaio*, alguns artigos dela derivados, com autoras antecedentes (Lisansky, 1990) que esteve na área no final dos anos 1970 e Martins (1997), que, à mesma época encontraram entre migrantes a narrativa das Bandeiras Verdes, lugar de terras férteis, as "matas" como Sader (1989) notou.

Encontramos também essa narrativa nas atuais comunidades quilombolas que têm memórias da migração e da terra, situações de vida semelhantes ao relatado por Sader e outros/as. Cabe ressaltar que a região que era destacada por Sader e Martins por ter indígenas e camponeses, se apresenta mais étnica, racial e socialmente diversificada no tocante aos sujeitos: além destes, ribeirinhos e quilombolas.

Maria Regina de Toledo Sader, formada em geografia na Universidade de São Paulo, concluiu o mestrado na mesma área e na mesma instituição em 1970. Junto com o sociólogo Emir Sader (com que era casada), militante da Organização Revolucionária Marxista Operária (POLOP), sofreu perseguição do aparato civil da ditadura militar, se autoexilando na França. Voltando ao Brasil, teve que se exilar novamente. Desta vez, no Chile e, depois, novamente, na França. Concluiu o doutorado em 1986, retornando ao quadro da USP em 1988 (Verdi, 2018). É uma das principais formadoras e estudiosas do campo da geografia agrária no Brasil (Bombardi, 2008).[4]

ESTUDOS SOBRE COMUNIDADES QUILOMBOLAS NO NORTE DO TOCANTINS

[4] Na Universidade de São Paulo, Regina Sader participou das bancas de qualificação e defesa de mestrado de Alecsandro (Alex) J. P. Ratts (1996) sobre comunidades negras e indígenas do estado do Ceará.

Desde que começou a desenvolver pesquisas ainda na graduação, Sousa (2017) vem trabalhando com mulheres, classe e relações étnico-raciais. Na graduação (2017), na compreensão dos entraves que as mulheres oriundas de cidades vizinhas a Araguaína enfrentaram para estarem presente no curso de graduação em Geografia da Universidade Federal do Tocantins entre os anos de 2014 a 2017, mapeando as rotas traçadas cotidianamente e compreendendo assim as trajetórias de cada uma, vale ressaltar que, durante essa pesquisa o curso contava com uma acadêmica que vinha de outro estado diariamente em busca de uma formação superior.

No mestrado (Sousa, 2021), estudou o processo de construção identitária das lideranças femininas da Comunidade Quilombola Dona Juscelina em Muricilândia a partir da espacialização das atividades desenvolvidas tanto no âmbito privado quanto no público. O espaço privado é aqui mencionado como sua casa ou comunidade, e o espaço público como sua comunidade ou escolas/universidades/instituições governamentais. Para entender como ocorre esta espacialização é necessário que se compreenda como ocorre a materialização destas diferentes escalas em cada espaço.

Atualmente, no projeto de doutorado, a pesquisadora busca compreender o processo de formação das mulheres enquanto lideranças de diferentes temporalidades atreladas à constituição de suas comunidades – Quilombo Pé do Morro; Quilombo Dona Juscelina e Quilombo Cocalinho – que têm uma narrativa de origem comum a partir de romeiras e romeiros do Padre Cícero que chegam ao norte do Tocantins em busca das Bandeiras Verdes.

Estudos com comunidades quilombolas no norte do estado do Tocantins têm sido realizados por nós desde a graduação. Pereira Neto (2017) realizou uma monografia com estudantes quilombolas dessas comunidades que estudaram na Universidade Federal do Tocantins no campus de Araguaína nos anos de 2016 e 2017 para a compreensão das trajetórias socioespaciais na inserção, permanência e egressão desses estudantes quilombolas. Um mapeamento foi realizado para a espacialização das trajetórias destes estudantes para o entendimento de suas histórias de vida e seus repertórios de lugares, em especial a universidade. Com alguns desses estudantes quilombolas se deu o contato com uma das comunidades, no município de Muricilândia, a Comunidade Quilombola Dona Juscelina, onde Pereira Neto (2021) realizou pesquisa de mestrado sobre as trajetórias dos sujeitos da localidade na formação territorial de Muricilândia e da comunidade quilombola, centrada nos percursos da principal liderança: Dona Juscelina Gomes.

A pesquisa atual de doutorado se destaca a partir de duas espacialidades e temporalidades diferentes, no que tange à formação territorial dos municípios de Aragominas e Muricilândia. A mobilidade para essa área denominada “mata do rio Araguaia” até à década de 1950, se dá inicialmente pelo viés da devoção em Padre Cicero, por romeiras e romeiros negros liderados pela beata Antonia Barros de Sousa.

A MIGRAÇÃO EM BUSCA DAS BANDEIRAS VERDES

Pensar o povoamento de uma parte do país onde em meados da década de 1950 ainda era predominantemente rural, é pensar em movimentos migratórios intensos para essa região. Assim era a configuração espacial da área composta pelo norte do antigo Goiás, hoje Tocantins, sudeste do Pará e sudoeste do Maranhão.

As proximidades dos rios Tocantins e Araguaia foram palco de um movimento denominado de Bandeiras Verdes, e é esse movimento que foi gerador de deslocamentos de vários grupos para as regiões supracitadas. Os migrantes, os camponeses que as têm como destino na sua mobilidade concretizam um sentimento antes de começar seu deslocamento. Não existe um local exato das Bandeiras Verdes. São localidades distintas, situadas em pelo menos três estados e três grandes rios que a elas fazem referência e que, por sua vez, se constituíram como lugares. Algumas autoras e autores trazem em seus textos relatos de camponeses que mencionavam as Bandeiras Verdes como um lugar ao qual deveria encontrar/estar.

É nesse contexto que as Bandeiras Verdes são pensadas como uma narrativa espacial, pois:

> As Bandeiras Verdes são as áreas onde há mata, água, lugar para plantar e viver, no entanto, não existe um ponto exato de onde sejam, onde se começa e onde se termina isso me fez pensar nas Bandeiras Verdes como uma narrativa espacial, uma narrativa geográfica, pelo fato da mobilidade, a incerteza do lugar que não é conhecido, ao chegarem se tornam sujeitos espaciais mantendo os aspectos da fé em Padre Cícero e nas Bandeiras Verdes (Pereira Neto, 2021, p. 27).

Regina Sader, que estudou a luta por espaço de camponeses no Bico do Papagaio, observou em suas entrevistas que ao perguntar sobre as Bandeiras Verdes sempre os camponeses se referiam a ela numa dimensão mística (Sader, 1986).

> [...] o componente religioso de que se reveste o processo migratório para muitos dos habitantes do Bico: a busca das Bandeiras Verdes. A origem desse mito ainda é

> obscura para mim. Martins se refere a ele, apontando que a marcha para oeste desse campesinato antecede a abertura de estradas e a chegada dos fazendeiros, mostrando a existência de uma profecia definindo a direção tomada (Sader, 1986 p. 105).

Sader aponta que soube dessa narrativa nas leituras de José de Souza Martins e conversando com um posseiro, oriundo do Piauí, ela o pergunta se havia ouvido falar do Padre Cícero, e ele lhe disse que estava lá por conta da profecia. Para ele, o Padre teria dito que quando a situação piorasse, os fiéis deveriam partir, atravessar o grande rio e buscar as Bandeiras Verdes. Ninguém falava da profecia sem ser perguntado diretamente. No trabalho da autora, as motivações da migração eram muitas, quando a mesma perguntava diretamente sobre as bandeiras é que vinhas as respostas vinham (Sader, 1986).

Sader (1986) mostra a partir das narrativas de seus entrevistados, como os deslocamentos dos mesmos qualificaram suas lutas pelo espaço na região do Bico do Papagaio. A autora mostra as rotas e os espaços no deslocamento destes indivíduos, confirmando a importância dos repertórios de lugares dos migrantes na formação do espaço do Bico do Papagaio.

> A maioria é maranhense vinda de outras regiões, e há um número considerável que teve o Maranhão como etapa migratória, antes de chegar no Bico do Papagaio. Outros vieram diretamente do Ceará e bem poucos são goianos. A area de origem, bem como o trajeto percorrido, são de grande inportancia nas formas que adquire a luta pela terra (Sader, 1986, p. 96)

Nas nossas pesquisas no norte do Tocantins estamos trabalhando com grupos que têm essas mesmas trajetórias: o deslocamento vindo de uma parte do nordeste, procedente do Maranhão ou tendo este estado como etapa migratória. Esses grupos, atualmente em estudo nos municípios tocantinenses de Aragominas, Muricilândia e Santa Fé do Araguaia, todos no estado do Tocantins, fizeram trajetos semelhantes. Nas localidades, há pessoas idosas, da primeira formação das comunidades, devotos de Padre Cícero, que rememoram seus antigos percursos.

O encontro com os estudos de Regina Sader (1986) na região do Bico do Papagaio, nos permitiu compreender as questões da luta pela terra com esses migrantes que buscaram as Bandeiras Verdes. A percepção da autora com a migração de vários camponeses nessa busca nos propiciou compreender que a questões de migração e luta pela terra não têm somente a ver com o agrário, a estrutura fundiária, mas também com a cultura e a condição de vida subjetiva, que está no encontro com o “mítico” desses sujeitos que buscaram um lugar de refrigério para viver na terra. O Bico do Papagaio, interflúvio de grandes rios, foi e continua

sendo o cenário desses sujeitos e, consequentemente, de lutas e conflitos no que tange as questões de acesso à terra, vista como terra quilombola

MIGRAÇÃO E MULHERES QUILOMBOLAS

Na nossa área de estudo, o movimento migratório em busca das Bandeiras Verdes para onde, atualmente, é o norte do Tocantins foi conduzido por uma liderança feminina como pode ser observado nos escritos de Vieira (2001), Oliveira (2018) e Santos (2018).

> Na década de 50 formou-se em Filadelfia, na divisa do Maranhão com o Goiás o grupo de *Romeiros de Padre Cícero* [...] de aproximadamente cem pessoas, lideradas por uma mulher, Júlia, que se dirigiu para uma região próxima de Araguaína, em Tocantins, local que atualmente ainda vivem remanescentes (VIEIRA, 2001, p. 97-98).
>
> "[...] Antonia Barros Paranaguá, que surge na década de 50 na região de Filadélfia-TO recebe a missão por meio de visões de Padre Cícero de levar romeiros para as bandeiras verdes próximo a um morro [...] (OLIVEIRA,2018, p. 36)
>
> [...] a senhora Antonia Parnaguá, beata e líder do grupo de migrantes, mas que seu verdadeiro nome é Antonia Barros de Sousa, sob – inspiração divina – iniciou a romaria no final da década de 1940 que culminou com a fundação de dois municípios, Aragominas e Muricilândia (TO) (SANTOS, 2018, p. 64).

Um deslocamento realizado pelo viés da religião que tem em seu âmago questões de gênero e buscam para si locais onde possam exercer com liberdade seus saberes e fazeres tradicionais. Temos três nomes diferentes para uma mesma liderança, que sendo romeiros de Padre Cícero procuram pelo Morro da Velha, situado em Aragominas, de acordo com Vieira (2001), Oliveira (2018) e Santos (2018). Como se trata de um conhecimento do passado que vem sendo transmitido pela oralidade, em cada localidade encontra-se uma versão da principal narrativa migratória.

Tocantins é um estado recente e para a formação e a reconfiguração da região norte, novas configurações e trajetórias foram traçadas. Comunidades quilombolas se formaram a partir desse movimento migratório no interflúvio dos rios Araguaia-Tocantins (Costa, 2021) no eixo da rodovia TO-222 – Quilombo Pé do Morro, Quilombo Dona Juscelina e Quilombo Cocalinho.

São construções que partem do mesmo processo de formação histórica e geográfica. Estão na base dos saberes e da atuação das lideranças femininas que lutam diariamente por direitos, espaço e visibilidade diante de uma sociedade patriarcal, classista, sexista, racista.

Falar de mulheres e de lideranças femininas no norte tocantinense é falar de enfrentamentos diários e, de certa forma, das inúmeras violências implícitas nos espaços e territórios.

Sem dúvidas, o norte tocantinense que também engloba a região do Bico do Papagaio, continua sendo um espaço de luta, e é nesse contexto que reencontramos com Regina Sader (1995) que identificou questões das mulheres nessa área em plena luta pela terra: "Luta que além de mudar formas de propriedade, com a instalação de roças comunitárias, traz a participação da mulher na vida política e o reconhecimento de sua existência para além do trabalho doméstico" (p. 06). Um encontro de trajetórias religiosas, políticas e econômicas que traçam caminhos e rumos, delimitam espaços e marcam corpos, principalmente, o da mulher.

> As mulheres trabalham muito. Mais que os homens. Socam o arroz no pilão, cuja mão pesada não sentem mais. Com a peneira jogam o arroz para o alto, e com movimentos precisos separam a palha. Andam léguas mata a dentro onde vão em grupos ajuntar o côco babaçu, cortá-lo com um golpe seco em cima da lâmina do machado pesado que carregam. Uma parte da produção será reservada ao consumo doméstico: o côco é socadoe cozido na água, até o óleo se desprender. As fervuras sucessivas permitirão a separação do óleo que será utilizado na cozinha e no feitio de sabão quando misturado com soda. A casca do coco será queimada para fazer carvão (SADER, 1995, p. 04-05).

As afirmações acerca da realidade da mulher reforçam o grau de responsabilidade que exercem dentro do papel que são a elas estipulado. Essas mulheres dão continuidade aos saberes de suas ancestrais e muitas delas percorrem o mesmo caminho de suas mães, em sua maioria por falta de outras opções. A autora enfatiza que os saberes medicinais são indispensáveis para a manutenção da vida de seus filhos nessa região do país assim como em muitas outras.

Ao falar do trabalho e do espírito de liderança das mulheres como luta pela vida e pela terra chegamos, bem depois dos escritos de Sader (1986; 1995), à principal liderança Dona Juscelina Gomes, denominada de matriarca, através inicialmente do estudo de Oliveira (2018). Liderança feminina do norte tocantinense, oriunda de Nova Iorque, Maranhão, Dona Juscelina chegou em Muricilândia em 1962 e, além de sua família, trouxe consigo muitos saberes ancestrais e manifestações culturais como a dança do Lindô e "O Festejo da Abolição" que é realizado no mês de maio de cada ano.

Mulher, negra, romeira, nortista/nordestina, parteira, quilombola, raizeira, escritora, entre tantas outras características, conduziu sua família para a criação de uma cidade e formação de uma comunidade quilombola, tornando-se exemplo para todas as outras mulheres de sua comunidade e das outras também. Nessa perspectiva salientamos:

> A trajetória dessas mulheres está em constante movimentação, formando novas identidades, desde os papeis desempenhados no espaço privado (em casa), no espaço público e no assumir-se como mulher negra, como mulher quilombola (SANTOS, 2017, p. 9).

Nesse contexto, se faz necessário ressaltar a tese de doutoramento de Gleys Ially Ramos dos Santos (2013) que nos antecede e trata dos limites do espaço e do gênero em face do movimento de mulheres trabalhadoras rurais no Tocantins numa perspectiva geográfica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo em curso de estudos e pesquisas no Norte do Tocantins nos levou a uma releitura da tese de Regina Sader (1986), tantos nos relatos registrados, quanto na reflexão teórica. É uma tese de geografia agrária, vinculada ao pensamento crítico, escrita em primeira pessoa, aspecto que nos interessa diretamente.

Parece-nos que olhando duplamente para teoria e para o campo, houve uma passagem de "camponês a quilombola" no que diz respeito à qualificação e identificação dos sujeitos na luta pela terra e pelo território, com destaque para as mulheres, pouco vistas na literatura sociológica.

REFERÊNCIAS

BOMBARDI, Larissa Mies. Contribuição à Historiografia da Geografia Agrária na Universidade de São Paulo. **Revista Agrária**. n. 8. 2008. São Paulo p. 99-121.

COSTA, Kênia Gonçalves. Entre águas e lutas no interflúvio Araguaia-Tocantins: protagonismos femininos. In: RAMOS, Gleys Ially; OLIVEIRA, Juliete; MOREIRA, Jorgeanny (orgs). **Mulheres emparedadas:** confissões da pandemia. Goiânia: Kelps, 2021.

LISANSKY, Judith Matilda. **Migrants to Amazonia**: Spontaneous Colonization in the Brazilian frontier (English edition) 1st Edition. Routledge. 2019.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do Outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 1997.

OLIVEIRA, Izarete da Silva de. **Território e Territorialidade nos Limites do Rural e Urbano na Comunidade Quilombola Dona Juscelina em Muricilândia – TO.** Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território. Araguaína: UFT, 2018.

PEREIRA NETO, Marcos Antonio. **Território e Trajetórias Socioespaciais da Comunidade Quilombola Dona Juscelina em Muricilândia - Tocantins**. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2021. 103 f.

PEREIRA NETO, Marcos. **Novos Lugares e Olhares**: as trajetórias socioespaciais dos/das estudantes quilombolas da Universidade Federal do Tocantins – Campus de Araguaína nos anos de 2016 e 2017. Curso de Geografia. Araguaína, TO 2018. UFT. 59 f.

RATTS, Alecsandro (Alex) J. P. **Fronteiras invisíveis: territórios negros e indígenas no Ceará**. Dissertação de mestrado em Geografia Humana. São Paulo, USP, 1996. 210 f.

SADER, Maria Regina Cunha de Toledo. **Espaço e Luta no Pico do Papagaio**. 248 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.

SADER, Regina. **Ser mulher e camponesa**. Boletim Presença Ano II, nº 5, UNIR, 1995, p0. 01-06.

_____. **Lutas e imaginário camponês**. Tempo Social; Rev. Social. USP, S. Paulo, Vol. I (1), 1989, p. 115-125.

SANTOS, Geilza da Silva. **Mulheres Quilombolas:** Território, pertencimento e identidade na Comunidade Negra Senhor do Bonfim - Areia-PB. XI Encontro Regional Nordeste de História Oral. Ficção e Poder: oralidade, imagem e escrita. Fortaleza-CE, 2017.

SANTOS, Gleys Ially Ramos dos. **Mulheres em Movimento:** os limites do espaço e do gênero em face do movimento de mulheres trabalhadoras rurais no Tocantins. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Geografia/IESA. Goiânia/GO: UFG, 2013.

SANTOS, Katiane da Silva. **DO PASSADO AO PRESENTE:** A Festa da Comunidade Quilombola Dona Juscelina em Muricilândia-TO. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território. Araguaína: UFT, 2018.

SOUSA, Elaine da Silva. **Protagonistas de sua História:** territorialidades femininas da Comunidade Quilombola Dona Juscelina em Muricilândia-TO. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Tocantins, Porto Nacional, TO, 2021.

SOUSA, Elaine da Silva. **Entre Rotas:** trajetórias socioespaciais das acadêmicas do curso de Geografia da Universidade Federal do Tocantins - campus Araguaína entre os anos de 2014 a 2017. Monografia. Curso de Geografia. Araguaína: UFT, 2017.

VERDI, Elisa Favaro. Pensar radicalmente sob a repressão: a geografia crítica brasileira no contexto da ditadura civil-militar. Geousp – Espaço e Tempo (Online), v. 22, n. 3, p. 539-558, dez. 2018

VIEIRA, Maria Antonieta da Costa. **À Procura das Bandeiras Verdes:** Viagem, Missão e Romaria - Movimentos sócio-religiosos na Amazônia Oriental. Tese (Doutorado) - Departamento de Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001. 623 f.

O MUNDO ALÉM DE ÁGUA NEGRA: UMA ANÁLISE DAS QUESTÕES DE GÊNERO ESTABELECIDAS NO ESPAÇO RURAL BRASILEIRO POR MEIO DA OBRA *TORTO ARADO*.

Camila de Souza Pereira[1]

Rosângela Aparecida de Medeiros Hespanhol[2]

RESUMO

A linguagem literária permite firmar uma conexão única entre o que é descrito na narrativa e o sujeito. Uma forma de conhecimento ancestral e multidisciplinar que se mostra para a ciência geográfica como uma possibilidade de firmar discussões sobre os mais variados assuntos. Atualmente, a obra do geógrafo e escritor Itamar Vieira Junior intitulada de *Torto Arado* ganhou notoriedade entre a mídia, comunidade acadêmica e leitores de modo geral. Reafirmando, justamente, a potencialidade de promover reflexões críticas por meio de histórias transcritas na literatura, seja ela clássica ou contemporânea. Com isso, o objetivo deste trabalho é apresentar características descritas no romance *Torto Arado* que representam as reais relações de gênero no espaço rural brasileiro.

Palavras-chave: Mulheres do campo. Desigualdade. Acesso à terras. Geografia. Literatura.

RESUMEN

El lenguaje literario permite una conexión única entre lo que se describe en la narrativa y el individuo. Una forma de conocimiento ancestral y multidisciplinario que se presenta a la ciencia geográfica como una posibilidad de establecer discusiones sobre los más variados temas. Actualmente, la obra del geógrafo y escritor Itamar Vieira Junior titulada *Torto Arado* ha ganado notoriedad entre los medios de comunicación, la comunidad académica y los lectores en general. Precisamente reafirmando el potencial de promover reflexiones críticas a través de relatos transcritos en la literatura, ya sea clásica o contemporánea. Con eso, el objetivo de este trabajo es presentar las características descritas en la obra *Torto Arado* que representan las relaciones reales de género en el Brasil rural.

Palabras clave: Mujeres rurales. Desigualdad. Acceso a la tierra. Geografía. Literatura.

INTRODUÇÃO

A atemporalidade dos registros presentes no romance *Torto Arado*, do autor Itamar Vieira Junior, permite projetar discussões sobre diversos aspectos presentes nas

[1] Mestranda do Curso de Geografia da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP, camila.s.pereira@unesp.br.
[2] Doutora pelo Curso de Geografia da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP, rosangelahespanhol@unesp.br.

relações estabelecidas no espaço rural brasileiro. Trata-se de profundas marcas que podem ser contextualizadas *Brasis* adentro. Especificamente neste trabalho, a ênfase permeia as questões de gênero e os enfrentamentos das mulheres do campo por meio da obra supracitada.

Os elementos representados em *Torto Arado* ilustram relações entalhadas estruturalmente na formação do campo e nas desiguais divisões de terras no Brasil. Exemplo disso é a própria fazenda *Água Negra* localizada na região da Chapada Diamantina - BA, principal cenário da narrativa e que advém das políticas das sesmarias que séculos depois ainda marca a divisão agrária no país.

Embora o contexto da obra seja caracterizado pelas desigualdades e por injustiças decorrentes de toda uma conjuntura histórica, o protagonismo feminino também se destaca. As irmãs Belonísia e Bibiana, figuras marcantes na história, retratam a resistência de mulheres negras em um cenário de exploração agrícola e de violência. Diante disso, o objetivo deste trabalho é apresentar características descritas no romance *Torto Arado* que representam as reais relações de gênero no espaço rural brasileiro.

Com a metáfora do silenciamento, *Torto Arado* denuncia uma face cruel das relações que se fez e ainda se faz presente no campo. O que justifica a pertinência da análise e contextualização da obra literária com as múltiplas expressões materializadas no real. A literatura tem esse poder de descrever realidades, supor teorias e narrar processos. Para a ciência geográfica isso representa vantagens, pois por meio das obras literárias é possível preencher uma lacuna que existe na Geografia ao estabelecer uma relação com experiências e sentimentos - aspectos relativos à subjetividade humana (Oliveira, 2006).

Complementando, Oliveira (2006) aponta que a literatura é capaz de instigar *insights* relacionados a vivência do individuo e essa conexão permite um aprofundamento sobre a temática que está sendo retratada. No caso do romance *Torto Arado* esses *insights* acontecem a todo o momento e permitem firmar relações com distintos conceitos que perpassam o cotidiano. O tempo não demarcado na obra, a descrição das paisagens e das intensas relações sociais reforçam a relevância de estabelecer uma associação da Geografia com *Torto Arado.*

METODOLOGIA

A abordagem metodológica utilizada nesta pesquisa foi a qualitativa com base em uma revisão de literatura que, de acordo com Gil (2004), é desenvolvida por meio de materiais já elaborados tais como artigos, revistas, livros, entre outros.

Visando atingir o objetivo geral deste trabalho o percurso metodológico perpassou por três etapas principais: 1) leitura do romance *Torto Arado* do autor Itamar Vieira Júnior e publicado no ano de 2019; 2) consulta em materiais científicos, dados secundários e notícias veiculadas a violência e relações de gênero no espaço rural brasileiro; 3) organização das informações e contextualização da obra fictícia com o Brasil real.

No que se refere ao método de pesquisa foi aplicado o Materialismo Histórico, que pode ser entendida como:

> A concepção materialista da história parte da tese de que a produção, e com ela a troca dos produtos, é a base de toda a ordem social; de que em todas as sociedades que desfilam pela história, a distribuição dos produtos, e juntamente com ela a divisão social dos homens em classes ou camadas, é determinada pelo que a sociedade produz e como produz o pelo modo de trocar os seus produtos (ENGELS, 1981, p. 54).

A definição corrobora com o que foi produzido ao longo desta pesquisa e com as reflexões firmadas durante o processo. Isso porque, a problemática estudada decorre de uma conjuntura histórica e estrutural da sociedade brasileira, refletindo intrincamentos do sistema capitalista em que se contextualiza a obra *Torto Arado* e as questões discutidas ao longo deste texto.

REFERENCIAL TEÓRICO

Tecendo considerações sobre a Geografia e a literatura brasileira

A projeção alcançada pelo romance *Torto Arado* que, curiosamente, foi escrito por um geógrafo, reverberou internacionalmente e garantiu ao autor importantes prêmios e reconhecimento na área literária. Um fato importante para reforçar a relevância de atrelar a literatura à ciência geográfica, narrando contextos por meio de diferentes linguagens.

Para Marandola e Oliveira (2009, p. 490), “À primeira vista parecem conceito inconciliáveis: Geografia e Literatura. Porém, quando se aprofunda em leituras em vários idiomas e perspectivas literárias, se constata que estes temas se apresentam

muitas vezes imbricados". Fato que ocorre na obra *Torto Arado* que, embora apresente uma narrativa ficcional, representa as dores e vivência de muitos sujeitos cuja ciência geográfica se volta a compreender.

Na literatura brasileira não faltam exemplos para viabilizar as possibilidades de contextualização dos saberes geográficos. Autores clássicos como Guimarães Rosa, Graciliano Ramos, José de Alencar, Machado de Assis e tantos outros, retratam em suas histórias as paisagens, descrevem o relevo e mexem nas feridas sociais latentes do Brasil, algo que ocorre na Geografia. Contemporaneamente, também não faltam exemplos para promover tal debate, como é o caso da aclamada autora Carolina Maria de Jesus e até mesmo o do auttor Itamar Vieira Junior, muitas vezes citado neste trabalho.

Como reforça Araujo (2002-2003), repetidas vezes a literatura brasileira volta-se para elementos historicos e geográficos do país. Ele coloca ainda que ambas as áreas, Geografia e História, ganham notoriedade nos enredos literários por serem, de certo modo, inerentes à vida. Portanto, é pertinente estabeler uma ligação entre a literatura e a Geografia. Logo, também é uma maneira de sensibilizar a sociedade e até mesmo popularizar reflexões que por vezes ficam condensadas apenas na academia.

Situação que ocorre com *Torto Arado*, uma obra sensível que dá visibilidade para milhares que vivenciam a dor e as mazelas das desigualdades socioraciais no Brasil. Acende um debate necessário e dando nome a essas pessoas, personificando-as por meio dos personagens, consegue expandir o debate. No tópico a seguir serão apresentados trechos da obra que dialogam como o Brasil real.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As demarcações de gênero e a desigualdade socioracial em Torto Arado

O Brasil foi o país que mais recebeu homens e mulheres que foram escravizados na história da humanidade, e entre as civilizações modernas foi o que manteve a prática por mais tempo, recordes inglórios que deixaram profundas marcas socioespaciais e culturais. E, embora no ano de 1888, tenha sido promulgada a abolição da escravatura no país, a prática ilegal - hoje análoga à escravidão - ainda ocorre, sobretudo no meio rural, além do racismo estrutural que permeia a sociedade brasileira.

É com esse contexto que Vieira Júnior constrói a narrativa do romance *Torto Arado*, uma obra dividida em três capítulos, sendo eles: *Fio de Corte, Torto Arado e Rio de Sangue.* O autor não deixa claro o recorte temporal em que a história se passa, mas

deixa margens para entender que ela se inicia a partir da década de 1970. A atemporalidade da obra é proposital, uma vez que ela retrata faces do passado e do presente - sobre um Brasil ancestral que, apesar da passagem dos séculos, ainda mantém as mesmas práticas.

Logo no primeiro capítulo há indicativos versados sobre o cenário em que a história é contextualizada, isso porque a irmã Bibiana narra um acidente que envolveu ela e sua irmã Belonísia. Ainda na infância, instigadas a descobrir o que a avó Donana escondia em uma mala de couro guardada debaixo da cama, elas encontraram uma faca reluzente e tentadas a colocá-la na boca, ambas acabaram cortando a língua. No caso de Belonísia, o corte foi mais profundo e ela teve a língua mutilada, o que prejudicou o desenvolvimento da sua fala e, consequentemente, a comunicação.

Além disso, no momento do acidente, quando elas precisam ser levadas ao hospital, é revelado que elas nunca haviam saído da fazenda *Água Negra*, onde moravam com a família.

> Nunca havíamos andado na Ford Rural da fazenda ou em qualquer outro automóvel. E como era diferente o mundo além de Água Negra[3]! Como era diferente a cidade com suas casas grudadas umas às outras, dividindo paredes. As ruas calçadas com pedras. O chão das nossas casas e dos caminhos da fazenda era de terra (VIEIRA JÚNIOR, 2019, p. 12).

O fato das irmãs e sua família não conhecerem outra realidade, junto a outros elementos narrados ao longo do primeiro capítulo, contextualiza um cenário de extrema desigualdade social e exclusão. Além disso, as relações étnicas também são evidenciadas, como no trecho em que Bibiana narra o momento em que elas foram atendidas no hospital, “foi o primeiro lugar em que vi mais gente branca que preta. E vi como as pessoas nos olhavam com curiosidade, mas sem se aproximar” (Vieira Júnior, 2019, p. 11).

Os fragmentos citados no parágrafo anterior e informações, detalhados posteriormente na obra, revelam ainda que os trabalhadores da fazenda eram pessoas negras cujos ancestrais foram escravizados no período colonial. A *Ford Rural*, que levou as irmãs pela primeira vez até a cidade, era de uso exclusivo dos patrões (brancos) quando estes estavam na fazenda, e apresenta a diferenciação dos papéis sociais na obra. Assim como o fato dos trabalhadores não terem permissão para construir casas de

[3] Frase utilizada no título deste trabalho.

alvenaria – que representaria a possibilidade de permanência no local como trabalhadores –, algo veementemente proibido pelos proprietários da fazenda e que reforçava o papel social de cada um que vivia ali.

Fica claro na obra que os moradores de *Água Negra* eram mantidos em situação análoga a escravidão. Uma realidade que não se prende a obra ficcional, pois apenas no ano de 2022 mais de duas mil pessoas foram resgatadas de trabalhos análogos à escravidão na zona rural brasileira, o maior número dos últimos 10 anos (Comissão Pastoral da Terra - CPT, 2023). Demonstrando como *Torto Arado* representa uma ferida latente no território brasileiro.

As questões relativas ao gênero também norteiam o romance e atrelados a realidade denunciam como as mulheres do campo são afetadas por uma história forjada em desigualdade e violência. Em um trecho escrito por Vieira Júnior (2019, p. 88), a situação é retratada "todas nós, mulheres do campo, éramos um tanto maltratadas pelo sol e pela seca. Pelo trabalho árduo, pelas necessidades que passávamos, pelas crianças que paríamos muito cedo, umas atrás das outras, que murchavam nossos peitos e alargavam nossas ancas".

O desabafo expresso na obra revela as demarcações do papel e mazelas – estruturalmente impostos – da mulher na sociedade, sobretudo ao considerar a etnia dessas mulheres que, quando negras, ainda sofrem com as fortes marcas da discriminação racial no Brasil.

Alguns dados reafirmam essa realidade, como no relatório divulgado pela *Food and Agriculture Organization of the United Nations* - FAO (2023) que demonstra que as mulheres do campo recebem até 20% menos que os homens. O documento reforça ainda as disparidades envolvendo os índices de Insegurança Alimentar - IA, nesse caso as mulheres também são as mais atingidas pela IA moderada ou grave.

No que concerne ao debate racial, o chamado racismo fundiário também se expressa em dados. Conforme informações levantadas pelo Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2017), nos grandes estabelecimentos agropecuários (com área equivalente a cerca de 10 mil hectares) 79,1% dos donos são brancos, enquanto que apenas 17,4% são pardos e 1,6% são pretos. O retrato da fazenda *Água Negra*, cujos trabalhadores eram negros e os proprietários brancos.

Isso demonstra que o debate sobre as relações e problemáticas presentes no campo perpassa pelo debate de gênero e racial. Por motivos de discriminação,

vulnerabilidade social, disparidade salarial e até mesmo violência. Em *Torto Arado*, por exemplo, quando Belonísia se casa e muda-se com seu marido para o outro lado da fazenda, no segundo capítulo da obra, ela passa a presenciar as situações de violência doméstica que sua vizinha sofria.

> Um dia, logo depois de Tobias sair a cavalo para a lida com Sutério, Maria Cabocla adentrou a casa num repente que me fez imaginar que era alguma maldade à espreita, algum homem a entrar pela porta para atacar a mulher que vivia sozinha. Ela estava com a roupa rasgada, chorando muito, o corpo tremia, carregava seu menino caçula também aos prantos. Não entendia muita coisa do que dizia, ouvia apenas algumas repetições: "Ele vai me matar". [...] Senti um arrepio só de pensar que aquele homem adentrasse a casa para buscar Maria Cabocla, além de me dar umas pancadas por ter violado a regra de que não se deve meter em briga de marido e mulher (VIEIRA JÚNIOR, 2019, p. 87).

O protagonismo feminino na obra e a forma como as mulheres são retratadas - de força e resistência mesmo em um contexto extremamente desfavorável - resgata o enfrentamento em não aceitar a discriminações de gênero e submissões. O segundo capítulo, narrado pela Belonísia, sintetiza bem esses aspectos. Embora a personagem não conseguisse falar, ela buscava a todo o momento impor respeito e se posicionar contra as violências, embora inevitavelmente também fosse acometida pelo medo de se tornar uma vítima.

Contextualizando com a realidade do espaço rural brasileiro, um estudo mostrou que as mulheres negras que vivem no campo são as que mais sofrem ameaças e intimidações (Comissão Pastoral da Terra, 2021). Um retrato do que *Torto Arado* discute e do significado que a obra denota ao denunciar aspectos enraizados nas relações sociais firmadas no Brasil ao longo dos séculos.

Ao longo da narrativa fica claro que Belonísia é a irmã cuja língua foi decepada e, consequentemente, teve maiores dificuldades de comunicação. Contudo, sua maneira de expressar seus anseios e vontades é bastante expressiva na história. Como no momento em que ela quase é agredida fisicamente por seu marido (Tobias), embora as agressões verbais fossem recorrentes, Belonísia nunca chegou a sofrer agressões físicas. O referido trecho desdobra-se da seguinte maneira:

> Ele levantou a mão como se fosse dar um tapa, mas a susteve no ar quando interrompi a costura para mirar com olhos ferozes os seus olhos. Como se o desafiasse a fazer o que ele queria, para ver se sua bravura ultrapassaria minha determinação. Senti um bicho ruim me roendo por dentro naquele

> instante e talvez ele tenha visto a fúria que guardava. Tobias abaixou a mão e parou de falar, envergonhado, e saiu para beber mais. Quando retornou, cambaleando, deitou na cama ainda sujo e dormiu (VIEIRA JÚNIOR, 2019, p. 100).

Os dois primeiros capítulos de *Torto Arado* apresentam as perspectivas das irmãs sobre o desenrolar da história, por isso *Fio de Corte* é narrado pela ótica da Bibiana e o capítulo *Torto Arado* pela a da Belonísia. Já a terceira e última parte do livro (*Rio de Sangue*) é contata de maneira impessoal por uma entidade conhecida como Santa Rita Pescadeira que se apresenta em diferentes momentos na obra. Tratou-se de uma estratégia adotada pelo autor para mostrar uma visão ampla de todo o contexto que antecede e precede a história que se passa na fazenda *Água Negra*.

Rio de Sangue marca o final do romance de maneira muito importante. Visto que, resgata a metáfora do silenciamento que acompanha a vida das irmãs, evidencia as marcas que a escravidão deixou na sociedade brasileira, reforça o sofrimento dos trabalhadores de *Água Negra* que não recebiam salários pelo serviço prestado aos donos da fazenda, que não podiam construir casas de alvenaria, que sequer tinham perspectivas de mudar de vida e eram fadados a viver em condições de extrema pobreza. Um retrato da escravidão que, embora agora seja dita como análoga, preserva os mesmos traços do passado colonial.

> "Meu povo seguiu rumando de um canto para outro, procurando trabalho. Buscando terra e morada. Um lugar onde pudesse plantar e colher. Onde tivesse uma tapera para chamar de casa. Os donos já não podiam ter mais escravos, por causa da lei, mas precisavam deles. Então, foi assim que passaram a chamar os escravos de trabalhadores e moradores [...] Passaram a lembrar para seus trabalhadores como eram bons, porque davam abrigo aos pretos sem casa, que andavam de terra em terra procurando onde morar. Como eram bons, porque não havia mais chicote para castigar o povo. Como eram bons, por permitirem que plantassem seu próprio arroz e feijão, o quiabo e a abóbora" (VIEIRA JÚNIOR, 2019, p. 151).

O excerto simboliza parte da narrativa retratada no romance e a maneira como os trabalhadores eram tratados, além de assumir a revolta que os acometia perante tantas injustiças. Trechos marcantes que revelam como as pessoas que moravam ali não eram inerentes a situação que vivenciavam, porém estavam presas as amarras que as cercavam.

Torto Arado mostra a vida sulcada pela exploração da mão de obra no espaço rural brasileiro, assim como as marcas perpetuadas pela desigualdade social, racial e de gênero. Um livro que ascendeu muitos debates e que se projeta como um referencial

para compreender aspectos que estão presentes nas relações sociais e de trabalho que são espacializadas em território brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A obra de Itamar Viera Júnior sintetiza as profundas desigualdades no espaço rural brasileiro ao abordar a hierarquia das relações entre o patrão da fazenda *Água Negra* e dos trabalhadores mantidos em situações análogas a escravidão. Também aborda uma ferida latente no Brasil que são as marcas da escravidão colonial, das desigualdades advinda desse processo histórico, das diferentes propagações de fé – e o preconceito direcionado as religiões de matrizes africanas -, do acesso à terra excludente e da violência de gênero forjada por anos de relações patriarcais.

O autor de *Torto Arad*o é geógrafo de formação e atuou no Instituto de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. Na obra ele também aplica vivências de seus familiares, o que corroborou com a construção sensível do livro. Apesar de ser uma ficção, os elementos retratados ilustram um Brasil real, conforme discutido neste trabalho por meio das relações com fatos e dados sobre a violência e desigualdades espacializadas no meio rural.

Sem dúvidas os despertares de *Torto Arado* resgataram debates de extrema importância, tanto no que se refere a divisão fundiária, quanto à violência e desigualdades advindas de uma construção histórica. Uma obra recente e que já se caminha para tornar-se um clássico pela forma como foi escrita e pelos fatos narrados. Para a ciência geográfica, *Torto Arado* apresenta potencialidades nos estudos envolvendo as questões agrárias, de gênero, raciais e outras que estão presentes no espaço rural brasileiro.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Regina. Do sertão aos pampas: o território da literatura nacional no século XX. **Terra Brasilis**, Rio de Janeiro, anos III e IV, ns. 4-5, p. 45-66, 2002-2003.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no Campo no Brasil.** Goiânia, 2022. Disponível em: https://www.cptnacional.org.br/downlods/download/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/14302-livro-2022-v21-web. Acesso em: 01 jun de 2023.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Manifesto 8 de Março.** Goiânia, 2021. Disponível em: https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/acoes-dos-

movimentos/5557-manifesto-8-de-marco-nacional-2021-mulheres-na-luta-pela-vida. Acesso em: 04 jun de 2023.

ENGELS, Friedrich. **Do socialismo utópico ao socialismo científico.** 4ª ed. – São Paulo: Global Editora, 1981.

FAO. Food and Agriculture Organization of the United Nations. **Igualdade para Mulheres em Sistemas Agroalimentares.** Brasil, 2023. Disponível em: https://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/pt/c/1636863/. Acesso em: 02 jun de 2023.

GIL, Antônio Carlos. **Metodologia da pesquisa científica.** São Paulo: Atlas, 2004.

IBGE. **Censo Agropecuário**. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017/resultados-definitivos. Acesso em: 04 jun de 2023.

MARANDOLA JR, Eduardo; OLIVEIRA, Lívia de. Geograficidade e espacialidade na literatura. **Geografia**, v. 34, n. 3, p. 487-508, 2009.

OLIVEIRA, Lívia. Representação cognitiva do mundo interior. In: OLIVEIRA, Lívia; FERREIRA, Yoshyia N.; GRATÃO, Lúcia H. B.; MARANDOLA JR., Eduardo (Org.) **Geografia, percepção e cognição do meio ambiente.** Londrina: Edições Humanidades, 2006. p.35-47.

VIEIRA JÚNIOR, Itamar. **Torto Arado.** São Paulo: Todavia, 2019.

GÊNERO E AGRICULTURA FAMILIAR: UM RETRATO DA COMUNIDADE DO BEZERRO POÇÕES/BAHIA/BRASIL[1]

Daniela Seles de Andrade[2]

Lucas Aguiar Tomaz Ferreira[3]

Fernanda Viana de Alcantara[4]

RESUMO

A pesquisa em questão busca conhecer e reconhecer por intermédio dos usos da categoria território, a relevância e a necessidade de identificar o protagonismo feminino no campo, além de basilar o discurso sobre inserção social no tocante as questões de gênero e articular de forma cirúrgica o debate sobre a diversidade das relações e laços sociais, estes que são indispensáveis para investigar as dinâmicas estabelecidas entre as territorialidades, políticas públicas e agricultura familiar. Nesta perspectiva foi realizado um estudo na Comunidade do Bezerro, Poções-Ba, Brasil cujo intuito foi analisar a inserção e o papel social da mulher por meio da prática na agricultura familiar da comunidade. Dentro destas especificidades foi possível compreender como se caracteriza o trabalho da mulher rural, bem como averiguar de que maneira se configuram as relações dentro das unidades de produção, principalmente no que diz respeito a divisão de tarefas estabelecidas por sexos, estas que refletem nas interações socioeconômicas do município. Neste sentido, a pesquisa amplia as conquistas e lutas da história de cada trabalhadora seja na esfera política, econômica, cultural ou social. Além disso, integra a busca por visibilidade e representatividade da mulher rural nos diversos espaços.

Palavras-chave: Território, Comunidade do Bezerro, Mulher, Agricultura Familiar, Políticas Públicas.

ABSTRACT

This research aims to understand and recognize, through the lens of the territory category, the relevance and necessity of identifying female protagonism in rural areas. It also seeks to establish the discourse on social integration regarding gender issues and strategically engage in the discussion about the diversity of social relationships and bonds. These elements are crucial for investigating the dynamics established between territorialities, public policies, and family agriculture. The study was conducted in the Bezerro Community, Poções-Ba, Brazil, with the goal of analyzing the insertion and social role of women through their involvement in family agriculture within the community. Within these specifics, the research comprehensively explores the characteristics of rural women's work and investigates how

---

[1] Pesquisa fomentada pela CAPES- Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior;

[2] Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-PPGeo/UESB, danyseles@gmail.com;

3 Lucas Aguiar Tomaz Ferreira– Doutorando em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe- UFS, Mestre em Geografia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia/UESB, lucasaguiar04@gmail.com;

4 Professora do Departamento de Geografia e do Programa Pós-Graduação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia/UESB; e do Colégio Estadual Dom Climério de Almeida Andrade – CEDOCA, fernanda.alcantara@uesb.edu.br;

relationships within production units are configured, especially concerning the gender-based division of tasks, which has implications for the socio-economic interactions in the municipality. In this context, the research expands on the achievements and struggles of each female worker, whether in the political, economic, cultural, or social spheres. Furthermore, it contributes to the quest for visibility and representation of rural women in various spaces.
Keywords: Territory, Bezerro Community, Woman, Family Agriculture, Public Policies.

INTRODUÇÃO

A divisão do trabalho entre homens e mulheres, sempre existiu, em diferentes espaços sociais, e, em muitos destes espaços a figura da mulher ainda hoje é vista apenas como "sexo frágil" ou associada aos cuidados domésticos familiares. Essas relações desiguais, com heranças patriarcais inibiram muitos avanços da figura feminina, entretanto a resposta das mulheres a tais situações, sempre foi a resistência ou estratégias para romper com essas estruturas tradicionais.

Nesta perspectiva a pesquisa em tela mostra a importância da participação feminina na atividade agrícola, ademais destaca o protagonismo da mulher como agente de transformação para além do espaço rural, ou seja, discute e investiga experiências, mudanças políticas, socioeconômicas e culturais promovidas por elas para o crescimento da Comunidade do Bezerro e Município de Poções-Ba, Brasil ao longo do tempo.

A atividade agrícola sempre esteve à frente do processo de desenvolvimento do município de Poções-BA, Brasil. Segundo informações dos moradores da Comunidade do Bezerro a localidade tem contribuição fundamental nesse crescimento, pois pode ser apontada como cenário na produção de feijão, tomate, pimentão, maracujá, hortaliças e leite esses e outros produtos que fortaleceram e fortalecem tanto a economia local, quanto a dos municípios vizinhos (Nova Canaã, Planalto, Boa Nova, Bom Jesus da Serra, Bandeira Nova, Vitória da Conquista).

Conforme dados coletado por meio de 35 questionários em pesquisa de campo no ano de 2021 a Comunidade conta com cerca de 70 famílias residentes foi constituída através das famílias que abriram mão de trabalhar arduamente nas grandes fazendas e assim adquiriram pequenos lotes de terra e foram se instalado aos poucos na região.

Fonte: Andrade, Ferreira, 2018.

Para realizar a analise proposta, a pesquisa conta com as leituras e contribuições da ciência geográfica, que está em constate transformação, e para a discussão da temática em tela elegeu-se a categoria território para a compreensão das relações de poder, e complexidade que abrange ações afetivas, indenitárias e simbólicas presentes no estudo. Santos (2007) argumenta que "o território, pela sua organização e instrumentalização, deve ser usado como forma de se alcançar um projeto social igualitário", ou seja, possibilitar o discurso sobre gênero nos espaços de participação social, bem como viabilizar o planejamento de políticas públicas e facultar a inserção da figura feminina nos variados ambientes sociais.

É graças aos avanços e debates alcançados ao longo do tempo, tem sido cada vez mais recorrente perceber o papel de destaque da mulher, e de modo especial, no espaço rural verifica-se que a mesma está inserida na pequena produção e essa inserção supera o processo de plantar, colher e consumir, para além de ocupa posição de agente central no que diz respeito à economia e estratégias que a caracterizam como precursora das várias mudanças na agricultura familiar, sua participação é extremamente necessária para consolidação do espaço rural.

Na intenção de compreender os caminhos desse processo os objetivos da pesquisa fundamentaram-se na análise da inserção e papel social da mulher na agricultura familiar na Comunidade do Bezerro, Poções-Ba, Brasil, investigou-se como a mesma desempenha a função de protagonista no campo, com esse intuito averiguou-se o perfil e as implicações de atuação da figura feminina no processo da pequena produção agrícola principalmente nas

relações familiares e de grupos que estimulem ações e políticas específicas para o fortalecimento da mulher na comunidade do Bezerro.

Apesar das relações cotidianas destas mulheres com a agricultura familiar, a proposta de pesquisa apresenta caráter inovador no estudo da referida comunidade, fato este, que despertou o interesse das mesmas pela busca de meios que oportunizem e visibilizem não só a produção agrícola, mas que abra um leque para novos ganhos, reconhecimento e contribua para uma melhor gestão municipal, além de dinamizar a economia local.

METODOLOGIA

Para desenvolvimento da análise, foram traçados percursos metodológicos fundamentais para construção do debate sobre o ser mulher na agricultura familiar. Organizou-se em etapas, a começar pelo levantamento teórico/bibliográfico sobre a temática. Posteriormente foi realizada uma coleta de dados na comunidade, através da aplicação de trinta e cinco questionários com as moradoras, com intuito de compreender as perspectivas e características das propriedades mediante as suas vivências diante do cenário. Também se verificou o perfil das famílias, produção, comercialização, sobretudo a atuação e organização das atividades agrícolas e domésticas corriqueiras praticadas pelas mulheres da comunidade do Bezerro, Poções-Ba/Brasil. Ao considerar a importância da observação, foi realizado acompanhamentos em eventos realizados no Território Sudoeste Baiano - TSB, tais como: reuniões de câmeras temáticas para mulheres, seminários, encontros de associações rurais, feiras para agricultura familiar e afins. Na oportunidade foram feitos registros fotográficos e por fim depois do levantamento de dados, foram apresentados “resultados” em forma de gráficos, citações e mapas, para melhor compreensão a respeito da atuação e vivência feminina no campo com ênfase no processo da agricultura familiar local.

REFERENCIAL TEÓRICO

REFLEXÕES SOBRE TERRITÓRIO E AS QUESTÕES SOCIAIS

Discutir território no bojo de sua ligação direta e indireta com a sociedade requer um reconhecimento cauteloso que supere o ato de transformá-lo somente para suprir as necessidades de cada sujeito, é preciso uma análise estratégica e organizada para fomentar o processo de ação composto pelo homem no território usado. Esse conjunto de manifestações sociais permitem identificar tanto elementos estruturais, quanto simbólicos, assim é relevante dizer que essa configuração existe por si só, porém ganha sentido quando reúne materialidade/vitalidade e passa a existir socialmente, diz respeito a maneira na qual os seres humanos exercem influência sobre determinado lugar e como estes criam instrumentos de controle particular sobre as propriedades destes espaços. Tais práticas territoriais abarcam de forma simultânea componentes identitários e políticos. Segundo Haesbaert (1997):

> o território envolve [...] sempre e ao mesmo tempo, mas em diferentes graus de correspondência e intensidade, uma dimensão simbólica, cultural, através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de 'controle simbólico' sobre o espaço onde vivem e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar (HAESBAERT, 1997, p.42).

Ao assumir postura de agente transformador o homem se agrupa conforme critérios de reconhecimentos, influenciados pelos traços estruturais e objetivos, ligados ao uso de métodos estratégicos, estes que são encarregados em estimular mudanças e movimentos de diálogos sociais. Santos (2006. p.13) assegura que "[...] O Território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência".

A junção entre território e os agentes que o modificam confere um processo histórico de interação que proporciona sua flexibilidade e dinâmica. Perceber esse processo de organização faz com que os sujeitos pratiquem o exercício de transformar e construir espacialidades potentes que sustentem o desempenho social e seus vários contextos, pois tais fatores só têm valor quando são aplicados no cotidiano, onde se constrói a identidade e territorializa.

Perico (2009. p. 39) afirma que a junção desses princípios fomenta toda a discussão no que tange os vários usos do território, ou seja, possuem estreito vínculo, considerados indissociáveis, ele cita que "a forma como os grupos se organiza para fazer a gestão, defender ou integrar seu território constitui na expressão política de identidade no território".

Essa ligação cotidiana de trabalho entre sociedade e natureza estabelece relações de poder mais enfatizadas tanto na construção, quanto na desconstrução do crescimento local ou geral de cada ambiente. Saquet (2010) argumenta que [...] do habitat e do território através da produção de objetos concretos (materializações) e símbolos (econômicos, políticos e culturais)". O autor complementa que a produção e apropriação desses ambientes são construídos através do tempo Saquet (2011) acorda que "a noção de temporalidade é fundamental, pois facilitam a apreensão das identidades, das relações de poder, das desigualdades e das diferenças".

É necessário que se estabeleçam vínculos de identidade no decorrer do tempo, uma vez que estes têm por capacidade definir as inter-relações tanto na esfera individual, quanto coletiva da dinâmica territorial. Os agentes responsáveis por essas práticas buscam dar visibilidade ao território desde sua construção histórica até os dias atuais. Saquet (2011) certifica que "A realidade geográfica no território é entendida como rede de relações entre todos os fenômenos coexistentes e como resultado de um processo histórico".

Perceber essa diversidade de manifestações que caracterizam os laços do território geograficamente, implica também na identidade dos grupos coletivos ou individuais, pois os mesmos constroem elos que superam a ideia de posse de um simples "pedaço de terra", conflitos ou delimitações políticas. Esse pertencimento está relacionado as atividades criadas no decorrer das interações diárias do pensar, inovar, planejar e executar ações, compreendidas em suas singularidades, isto é um movimento constituído por simultaneidades, que se materializa no território entre os tempos histórico e coexistente, Saquet (2007) afirma:

> O homem age no território, espaço (natural e social) de seu habitar, produzir, viver objetiva e subjetivamente. O território é um espaço natural, social e historicamente organizado e produzido [...]. É chão, formas espaciais, relações sociais, e tem significados; produto de ações históricas (longa duração) que se concretizam em momentos distintos e sobrepostos, gerando diferentes paisagens. Há, no território: identidade e/ou enraizamento e conexões nos níveis nacional e internacional; heterogeneidade e unidade; natureza e sociedade; um

> processo histórico com definições territoriais específicas para cada organização social (SAQUET, 2007, p. 142).

Ao passo que o território é construído como produto do processo das relações de apropriação e domínio social, torna-se sinônimo de articulações, conflitos, e pertencimento, significa que este desenvolvimento sofre influência direta desses recursos em suas várias esferas, pois pertencer a um determinado território requer o sentir e identificar. Nesse exercício o território assume instâncias determinadas pelas territorialidades inseridas como táticas culturais e políticas, que estabelecem com clareza as vivências construídas no dia a dia, seja de maneira individual ou coletivo de cada sujeito, para além identifica e facilita a construção de debates territoriais, ao criar mecanismos de controle que influenciam na crítica e apropriação de poder, estas que refletem na raiz da identidade de cada ator social.

O ESPAÇO RURAL BRASILEIRO EM TRANSFORMAÇÃO: PERCEPÇÕES A PARTIR DA AGRICULTURA FAMILIAR

Segundo Carneiro (2012) os espaços rurais no Brasil se apresentam de forma heterogênea, seja por seus aspectos geográficos, históricas, econômicas ou simplesmente pelo modo de vida neles estabelecidos. Essas interações possuem fortes laços originados do período colonial do país, que propiciou o processo de exploração, povoamento e formação de latifúndios. A heterogeneidade das áreas rurais brasileiras existe desde a colonização quando grandes porções de terras foram disponibilizadas para a chamada elite, e as "sobras" eram destinadas a quem queria produzir, mas não possuía acesso à terra de forma facilitada. O processo de colonização foi a voz ativa para o planejamento e ocupação de terras ou segundo Bernardes (1962) "forma específica de organização do espaço".

De acordo Wanderley (2000) "o rural não se constitui como uma essência imutável, que poderia ser encontrada em cada sociedade, ao contrário é uma categoria histórica que se transforma". Ou seja, o rural pode ser definido como espaço produtivo, local de vida, interação social, referências identitárias ou construção de um sentimento do local, em sua obra: "A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural" (2011) a autora também analisa o rural como:

> O espaço rural pode ser entendido em sua dupla face. [...] enquanto um espaço físico diferenciado. Faz-se, aqui, referência à construção social do espaço rural, resultante especialmente da ocupação do território, das formas de dominação social que tem como base material a estrutura de posse e uso da terra e outros recursos naturais, como a água, da conservação e uso social das paisagens naturais e construídas. (WANDERLEY, 2001, p.32).

Para Bagli (2003) os espaços são transformados e se transformam de acordo a ciência de cada momento. Ou seja, a transformação do espaço rural caracteriza-se de maneira ativa, vinculados ao cotidiano, temporalidade e, sobretudo, é decorrente do trabalho, projetos e ações do homem, é nesse conjunto de atividades que o espaço rural se desenvolve e constitui-se por meio de um processo dinâmico, interativo e diverso, cenário de várias mudanças, estas que deram nome a sua construção e reprodução social. Representa uma trama de relações importantes com raízes históricas, configurações políticas e identidades que fazem parte do cotidiano dos sujeitos sociais, um espaço integrado, porém específico e dialético.

Wanderley e Favareto (2013) reiteram que o rural se manifesta enquanto forma territorial da vida social, ao passo que rompe com a visão economicista de território da produção agropecuária, indica a interdependência entre os espaços e mostra que o desenvolvimento rural deve ser considerado como um projeto de sociedade. Além disso intensifica sua singularidade e mostra que "não pode ser visto como um fator anacrônico, independente do tempo, pois guarda direta correspondência com a trajetória da formação social brasileira", essa constante diversificação impulsiona diferentes funções e atividades. O rural representa uma trama de relações importantes com raízes históricas, configurações políticas e identidades que fazem parte do cotidiano dos sujeitos sociais, estes buscam satisfazer suas necessidades individuais e coletivas, por meio das ações voltadas a agricultura familiar nas quais viabilizam e caracterizam mudanças satisfatórias, ao passo que as atividades desenvolvidas fazem com que o território assuma caráter dinâmico social.

Cazella (2009) declara "que é principalmente na relação das famílias e dos sistemas de atividades com o território que as múltiplas funções da agricultura e do modo de vida rural podem se expressar". É sábio dizer que a atuação da agricultura familiar no desenvolvimento territorial configura-se através de estratégias que norteiam efeitos diretos e indiretos no processo socioeconômico municipal e local. Ainda segundo o autor é "a partir da agricultura familiar, possibilita analisar a dimensão mais ampla da sociedade, das dinâmicas regionais e das políticas públicas sobre o território e as famílias rurais".

O reconhecimento da agricultura familiar surgiu por meio de lutas simbólicas de extrema importância que fizeram e fazem dessa prática, mecanismo fundamental na esfera política, onde era vista apenas como arranjo produtivo suplementar. O impulso de competências na agricultura familiar se estende desde os ajustes institucionais caracterizados pelas relações estratégicas, constituídas através dos grupos socioeconômicos, estes que tinham por anseio imediato estruturar um setor rural "numa grande máquina capitalista", assim viam a pequena produção apenas como um meio produtivo suplementar.

A função que os pequenos produtores desempenham por meio da agricultura familiar é decisiva, não só para o fortalecimento rural, mas também exerce papel importante no sistema urbano. Significa dizer que quanto maior for o dinamismo e diversificação das ações voltadas ao campo, maiores serão as oportunidades ofertadas através da agricultura familiar para suplementar o crescimento e reconhecimento social como um todo, ao passo que abandona o caráter de "reservatório de mão de obra". Santos e Alcantara (2016):

> [...] a partir desses termos surge [...] a importância e reconhecimento da agricultura familiar como fator indutor não somente da distribuição espacial da população, mas como norteador das relações econômicas, sociais e políticas para anos mais recentes. (SANTOS E ALCANTARA 2016, p.47)

Fortalecer a agricultura familiar é necessário e importante principalmente no que diz respeito a novos recursos de empregabilidade, melhoria no acesso ao crédito, comercialização e investimento em políticas públicas e outros programas responsáveis em oferecer ao produtor, maior reconhecimento social, além de contribuir para permanência do mesmo no campo. Entretanto é sábio ressaltar que os desafios enfrentados no meio rural vão além do acesso à terra e suas várias formas de exploração e expropriação, das resistências políticas, conflitos e relação de poder, refere-se a um exercício continuo de buscas que englobem o reconhecimento, inovação e igualdade. É um rural que convive com uma proximidade mais intensa no espaço social e que inclui os recortes de gênero e inclusão além de aproximar-se mais com o urbano e reconhecer os sujeitos e seus diretos.

A IMPORTÂNCIA DA MULHER NA AGRICULTURA FAMILIAR

A função da mulher inserida na pequena produção agrícola vem se modificando, ao passo que supera as práticas enraizadas no contexto histórico, onde ela não ocupava cargos importantes, era vista apenas como sexo frágil, destinada as tarefas domésticas que não demandassem de força física.

Na esfera rural contemporânea é comum perceber o papel de destaque da mulher inserida na pequena produção e essa inserção supera o processo de plantar, colher e consumir, para além ocupa posição de agente central no que diz respeito à economia e estratégias que a caracterizam como precursora das várias mudanças na agricultura familiar. Sua participação é extremamente necessária para o desempenho rural é o que afirma uma pesquisa feita pelo IBGE no ano de 2017. Identificou que 947 mil mulheres são responsáveis pela gestão de propriedades rurais, de um universo de 5,07 milhões.

A maioria concentra-se na região Nordeste 57%, seguida pelo Sudeste 14%, Norte 12% e Sul 11%. Os dados foram obtidos a partir de um trabalho feito em conjunto entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA, EMBRAPA e IBGE, por meio de um Termo de Compromisso assinado entre as três instituições por intermédio do Programa Agro Mais Mulher. Hora e Butto (2014) sustentam o debate, que a mulher por meio de estratégias e políticas públicas fomentou e fomenta mudanças no meio rural, além da busca incessante por autonomia e conquista de direitos.

A importância de se superar as dificuldades impostas na agricultura familiar torna-se bem mais viável por meio das políticas públicas que atingem grupos nos quais tem em comum o anseio por melhorias rurais. Para Grisa e Schneider (2014) "as políticas públicas refletem, portanto, o entendimento dos grupos sociais sobre sua própria condição e sobre a sociedade em geral, bem como sobre os instrumentos necessários para aperfeiçoar esta condição."

A relevância de discutir as políticas para desenvolvimento rural/agrícola está ligada principalmente as relações socioespaciais, socioeconômico-culturais de cada localidade, de maneira que se identificam como coesão social e tem por finalidade beneficiar o agricultor familiar, ao passo que gera não só a autonomia, mas também favorece no planejamento e efetivação de mudança significava dos programas. Essas e outras práticas impulsionam a ampliar, elaborar e efetivar políticas rurais designadas a igualdade trabalhista, acesso devido à cidadania, maior busca por autonomia econômica e outros diversos direitos que assegurem a força da mulher rural.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA AGRICULTURA FAMILIAR NA COMUNIDADE DO BEZERRO, POÇÕES-BA, BRASIL.

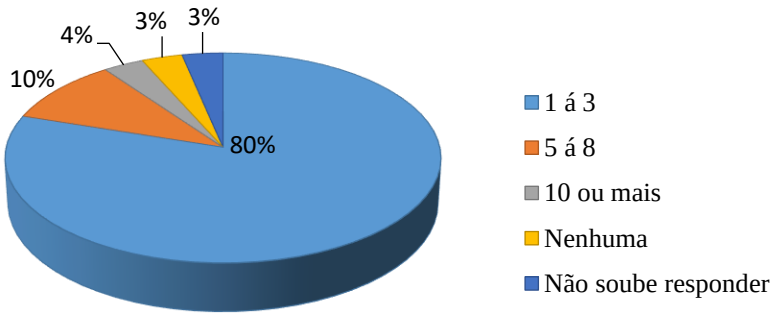
A agricultura familiar sempre marcou o processo de desenvolvimento da comunidade do Bezerro em seus vários setores que contou e contam com a forte participação da mulher na prática das atividades, o que implica de maneira positiva na busca por autonomia socioeconômica e contribuí para valorização das mesmas nos diversos âmbitos sociais, além apontar caminhos no discurso da equidade de gênero.

Muitas mulheres residentes da comunidade trabalham nas lavouras desde seus oitos anos de idade, tem entre trinta a sessenta anos, nunca estudaram ou não concluíram o ensino fundamental e cuidam de toda família nas quais são constituídas por três, cinco e até oito pessoas, nas plantações exercem não apenas as atividades consideradas leves, mas atuam

também em funções que exigem força, estas que de acordo o contexto histórico era/são destinadas aos homens.

De acordo trabalho de campo realizado, o número de pessoas que trabalham na propriedade varia de três a cinco, destas de um a três são mulheres componentes da família como mostra o gráfico 1, estas que se dedicam as atividades agrícolas por necessidade financeira ou para complementar renda individual. Parte delas relataram que antes viam a prática agrícola apenas como fonte de ajuda para família, porém com o passar do tempo perceberam a importância e necessidade de custear os gastos individuais, saiu da dependência dos maridos e adquiriu autonomia.

Gráfico 1- **Mulheres da mesma família que trabalham na agricultura familiar, Comunidade do Bezerro-Poções, Ba, Brasil-2021.**

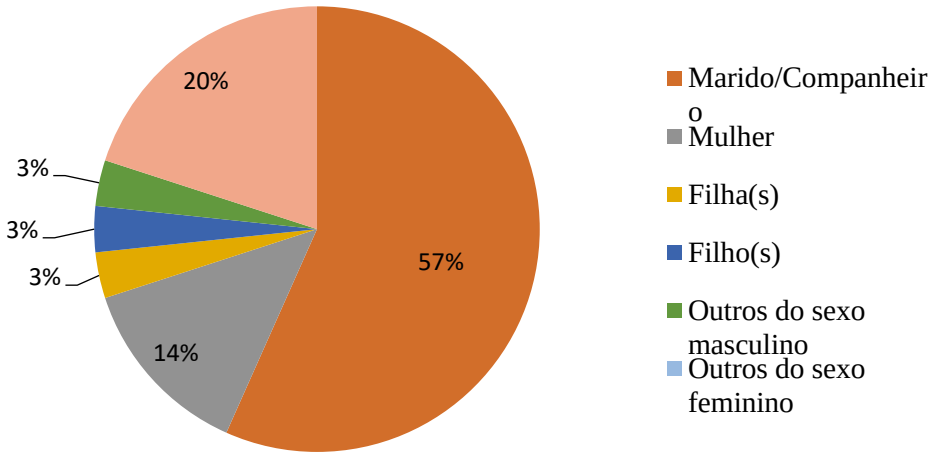


Fonte: Andrade, 2021.

Em depoimento elas citam que foi através da agricultura familiar que conquistaram vários bens e notaram que a figura feminina não estava ali apenas como ajudante e dona de casa, que servia apenas para separar sementes e cozinhar, assim, passaram a dividir as tarefas e destinar o tempo livre para lazer, cuidados estéticos e outras atividades, 20% das mulheres declararam que as tarefas são divididas. Mesmo que esse número não alcance uma porcentagem esperada, perceber e agir nessas questões faz toda diferença para essas mulheres que sempre visaram e visam a pequena produção como a fonte base para demais ganhos socais. *"trabalhar na roça é bom, faço por que gosto ainda mais agora eu tenho minhas coisinhas sem depender de marido"*. Esse foi o relato de uma dessas mulheres que entenderam o valor da mulher do campo.

Notou-se que a quantidade de homens que lideram as ações tanto da agricultura, quanto em casa ainda é significativo e estes não gostam da ideia de ter uma mulher como chefe da família, ou até mesmo auxiliando nas finanças ou exercendo outras atividades com finalidades individuais, gráfico 2 a seguir mostra como é expressivo esse número.

Gráfico 2-**Líderes familiares da comunidade do Bezerro, Poções-Ba, Brasil, 2021.**



Fonte: Andrade, 2021.

O pensamento de muitos faz parte de uma sociedade desigual, na qual a mulher tem que realizar os afazeres domésticos, trabalhar na roça, cuidar dos filhos e aos domingos ir à missa e desta forma pode ser considerada como uma boa esposa. De acordo com a fala de muitas entrevistadas, foi possível analisar que essas e outras questões em seus diferentes contextos ainda são mantidas como normais, pois em sua maioria aceitam o fato de que só a figura masculina pode delegar as funções da família e elas "obedecerem" o que acontece de maneira amigável, com exceção de alguns casos onde o homem tem certo domínio em casa.

Com algumas exceções foi possível entender que isso não é algo abusivo e que muitas mulheres não se submetem a ordens. Pode se fazer a leitura que há uma falta de conhecimento e diálogo que mostre que todos podem contribuir de forma igual dentro do âmbito familiar, a exemplo das atividades domésticas que muitas vezes são destinadas para as mulheres da família.

As mulheres envolvidas na agricultura familiar sabem de sua importância para crescimento da comunidade além da esfera socioeconômica e perceber isso é de grande valia para o avanço das mesmas, em especial para aquelas que não se apegam a idade como desculpa para exercer as práticas agrícolas que é caso da entrevistada representada na figura 1, que mostra

com clareza esse sentimento de dever cumprido e ao mesmo tempo desejo de seguir em frente, dona Izaulina[5] trabalha na pequena produção desde os 08 anos de idade e aos 88 é sinônimo de representatividade e esperança para um rural nordestino com novos olhares e com a inquestionável contribuição da mulher. *"Não foi eu que escolhi a terra, a terra que me escolheu, foi com esse pedacinho de terra que eu mudei a minha história e da minha família"*[6]. Além desta outras revelam o quanto é prazeroso acordar cedo para regar hortas, colher frutas, hortaliças e sair para vendê-las, dizem sentir-se *"úteis e vivas"*. O registro fotográfico mostra com clareza a força de tal expressão.

Figura 1: **Agricultora da Comunidade do Bezerro, Poções-Ba, Brasil, 2021.**

Fonte: Trabalho de campo, 2021

Situações semelhantes a registrada na figura e demais envolvidas no trabalho de campo servem de motivação não só para as agricultoras da comunidade, mas para todos inclusos na temática, principalmente no que se refere as políticas públicas que tem por finalidade incorporar as conquistas das trabalhadoras, compreendendo o contexto das lutas sociais e sua dinâmica de ação que visa, por meio de estratégias e organização acolher as necessidades sociais cujo objetivos excedem decisões privadas, todavia requer atividades coletivas, que beneficiam a

5 Trecho da fala de entrevistada, dona Izaulina coletado em pesquisa de campo, 2021.

sociedade como um todo, uma vez que seu intuito é diminuir as desigualdades sociais e ampliar direitos.

Através dos depoimentos das entrevistadas foi possível perceber que apesar de muitas trabalharem na agricultura por necessidade financeira como foi exposto, existem as que dão continuidade a esta atividade por amor a terra e as várias conquistas adquiridas por meio dela, devido a estes e outros fatores que elas anseiam pela implantação de políticas públicas na comunidade. Elas afirmaram ter interesse em conhecer melhor essas políticas e por meio delas desenvolver e partilhar seu trabalho em grupo de diferentes formas, ao passo que visam um cenário de inserção e valorização social, tendo como ponto de partida a agricultura familiar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O interesse em discutir a prática da agricultura familiar com atenção voltada para participação da mulher na comunidade do Bezerro, Poções-Ba, surgiu da vivência e prática com o meio rural a proposta consistiu em abordar a função da mulher como uma das agentes principais no processo da agricultura familiar, ao passo que ela desempenha múltiplas tarefas na organização interna das unidades produtivas e tem no seu trabalho, uma das principais estratégias de reprodução social. Nesta perspectiva analisou-se as experiências e mudanças políticas, socioeconômicas e culturais promovidas pelas mulheres do lugar. O desenvolvimento do presente estudo possibilitou uma análise sistematizada, ancorada no discurso sobre o espaço produzido e transformado pela ação do homem dentro de um contexto histórico e atual.

Com o intuito de perceber e analisar o protagonismo da figura feminina como agente de transformação no crescimento da comunidade do Bezerro ao longo do tempo, a pesquisa investigou e discutiu o papel social da mulher na dinâmica agrícola entendendo o processo de implementação de políticas públicas que tratem e fortaleça a igualdade de gênero, de modo especial no meio rural.

Entender que os desafios enfrentados no meio rural vão além do acesso à terra e suas várias formas de exploração e expropriação, das resistências políticas, conflitos e relação de poder, é um exercício continuo, pois essas buscas refletem o reconhecimento, inovação e equidade. Desta forma cria mecanismo que possibilita um rural cada vez mais próximo do espaço social no que inclui os recortes de gênero e inclusão.

Perceber o pertencimento das mulheres da comunidade com a terra foi a tarefa que mais fortaleceu e abrilhantou todo estudo, principalmente por se tratar do contexto nordestino. Todavia mesmo diante dos relatos positivos mencionados no decorrer da pesquisa não é segredo que a história de garra da mulher é algo que se perdura durante anos e somente aos poucos que

a mesma foi ingressando e conquistando a igualdade de diretos na sociedade. Também é sábio que mesmo diante de tantos mecanismos ainda a um longo caminho a ser percorrido, a balança da inserção social, conquista e luta ainda é carente de muito equilíbrio.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R; MAGALHÃES, R. & SCHROEDER, M. **As forças sociais dos novos territórios – O caso da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul. Relatório intermediário Projeto** Disponível em: <http://www.abramovay.pro.br/outros_trabalhos/2005/Relatorio_intermediario_Pesquisa_RIMISP.pdf> Acesso em 14 mar 2011.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Agricultura familiar e uso do solo. São Paulo em Perspectiva** – Abr/jun, vol. 11, nº2:73-78, 1997.

ALCANTARA, F. V. COSTA, J. A. **"As políticas de Desenvolvimento Regional": Um olhar sobre o projeto comunitário do rio Gavião no Sudoeste da Bahia.** In: _____ Editora UFS. São Cristóvão, 2010. 179 a 201.

CARNEIRO, M. J. (Coord.) **Ruralidades Contemporâneas - modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira.** Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2012.

CAZELLA.A. **A multifuncionalidade agrícola numa zona "desfavorável": Um estudo de caso na região serrana catarinense** In: CARNEIRO, MJ. E MALUF, RS. (orgs) **Para Além da produção: Multifuncionalidade e Agricultura Familiar**, Rio de Janeiro: MAUAD, 2009.p 28-44.

CLAVAL, P. **O território na transição da pós-modernidade**. In: Revista Geographia. Ano 1 – nº2, 1999.

DIAS.A.F. **Representações sociais de gênero no trabalho docente: sentidos e significados atribuídos ao trabalho e a qualificação:** 1ª ed, Vitória da Conquista-Ba, 2014. 267 p.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HAESBAERT, Rogério. **Concepções de território para entender a desterritorialização.** In: SANTOS, Milton. BECKER, K. B. (Orgs). Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: Lamparina, 3. ed. 2011. p. 43-72.

HAESBAERT, Rogério. (1997). **Des-Territorialização e Identidade: a rede "gaúcha" no Nordeste.** Rio de Janeiro, EDUFF.

MDA - Ministério do Desenvolvimento AgrárioEconomia e emprego. Brasília, 2014. Disponível em <http://www.brasil.gov.br/ecvujonomia-e-emprego/2014/10/onu-reforca-a-importancia-da-agricultura-familiar> Acesso em 10 de junho de 2022.

PERICO, Rafael Echeverri. **Identidade e território no Brasil.**1ed. Brasília, IICA 2009.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

SCHNEIDER, Sergio; NIEDERLI, P. André. **Agricultura Familiar e Teoria Social: a diversidade nas formas familiares de produção na agricultura. Savan: desafios e**

estratégias para o equilibro entre sociedade, agronegócio e recursos naturais, cap. 32, p. 988-1014, s/d. (2010).

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. **O mundo rural como um espaço de vida**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009.

WANDERLEY, M. N. B., FAVARETO, A. **A singularidade do rural brasileiro: implicações para tipologias territoriais e a elaboração de políticas públicas.** Parte 3, Pag. 413 a 473. In: 25 Revista Rural & Urbano, Recife. v. 02, n. 02, p. 02-25, 2017 MIRANDA, Carlos e SILVA, Heithel (orgs.). **Concepções da ruralidade contemporânea: as singularidades brasileiras. Brasília**, IICA, 2013, pp. 413-472.

A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA LUTA SINDICAL: O CASO DO SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS E SUA ATUAÇÃO NO CAMPO EM SANTA QUITÉRIA.

Germana Farias Aragão[1]

Aldiva Sales Diniz [2]

RESUMO

Santa Quitéria é um município localizado no Nordeste brasileiro, fazendo parte dos 184 municípios que compõem o Estado do Ceará. Sua distância em relação à capital do Estado, Fortaleza, é de 222 km. A população do município é de 40.183 habitantes, sendo que 52% dessa população reside em áreas urbanas, enquanto os 48% restantes vivem no campo. Santa Quitéria destaca-se como o maior município em extensão territorial do Ceará, o que implica em áreas remotas, de difícil acesso, com vazios demográficos e frequentemente desassistidas pelo Estado. O contexto rural de Santa Quitéria é caracterizado pela presença de 34 assentamentos de reforma agrária, dos quais 23 são de âmbito federal e 11 são estaduais. Apesar das adversidades e desafios enfrentados, os serviços públicos chegam à população por meio do trabalho dedicado das servidoras e servidores públicos. É destacado que a grande maioria desses serviços é executada por mulheres, o que reflete uma característica marcante do serviço público brasileiro nas três esferas governamentais. O artigo aborda como os servidores públicos de Santa Quitéria organizam suas lutas por meio das Organizações de Locais de Trabalho – OLT do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Santa Quitéria - SINDSEP/SQ. Cabe destacar que o sindicalismo mesmo em municípios pequenos desempenha um papel crucial na defesa dos direitos dos trabalhadores, na busca por melhores condições de trabalho e na promoção de melhorias nos serviços públicos oferecidos à comunidade.

Palavras-chave: Gênero; Sindicalismo; Território; População camponesa.

RESUMEN

Santa Quitéria es un municipio ubicado en el noreste de Brasil, forma parte de los 184 municipios que componen el estado del Ceará. Su distancia con respecto a la capital del estado, Fortaleza, es de 222 km. El municipio cuenta con 40,183 habitantes, siendo que el 52% de esta población reside en áreas urbanas, mientras que el 48% restante vive en el campo. Santa Quitéria se destaca como el municipio más extenso del territorio cearense, lo que implica áreas remotas, de difícil acceso, con vacíos demográficos y a veces sin asistencia estatal. El contexto rural de Santa Quitéria se caracteriza por la presencia de 34 asentamientos de reforma agraria, de los cuales 23 son de ámbito nacional y 11 son departamentales. A pesar de las adversidades y desafíos enfrentados, los servicios públicos llegan a la población a través del trabajo dedicado de las servidoras y servidores públicos. Es de resaltar que la gran mayoría de estos servicios son ejecutados por mujeres, lo que

[1] Mestranda do Mestrado Acadêmico em Geografia da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA. Email: professoragermanaaragao@gmail.com

[2] Geógrafa. Professora Dra. do Mestrado Acadêmico em Geografia da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA. Email: aldivadiniz@gmail.com

refleja una característica destacada del servicio público brasileño en las tres esferas gubernamentales. El artículo aborda cómo los servidores públicos de Santa Quitéria establecen sus luchas a través de las Organizaciones de Lugares de Trabajo (OLT) del Sindicato de Servidores Públicos Municipales de Santa Quitéria - SINDSEP/SQ. Cabe enfatizar que el sindicalismo, incluso en municipios pequeños, desempeña un papel crucial en la defensa de los derechos de las y los trabajadores, en la búsqueda de mejores condiciones laborales y en la promoción creciente en los servicios públicos ofrecidos a la comunidad.

Palabras clave: Género; Sindicalismo; Territorio; Población campesina.

Introdução

Em um contexto de oferta de serviços públicos e organização do Estado, elenca-se as deficiências existentes ao acesso de serviços públicos a população brasileira, que se acirram em territórios mais longínquos dos grandes e médios centros urbanos, englobando principalmente um percentual da população que reside fora do perímetro urbano, tais como as sedes, os distritos, as comunidades tradicionais e os Assentamentos de Reforma Agrária.

O município de Santa Quitéria encontra-se localizado no noroeste cearense, sendo o maior em extensão territorial do Estado do Ceará com uma área de 4.262,293 km² (IBGE, 2022) e uma população estimada em 40.183 habitantes (IBGE, 2022), sendo que 52% residem nas áreas urbanas e 48% em áreas rurais (IPECE, 2017), ficando a 88,6 km do município de Sobral e a 222 km da capital do Estado, Fortaleza. Os trabalhadores e trabalhadoras da esfera municipal que executam os serviços públicos municipais nos distritos e no campo são submetidos a precarização oriunda das modificações impostas pelo capital na estrutura produtiva.

O desmonte do Estado ocasionando a flexibilização do vínculo empregatício e o sucateamento do serviço público com a terceirização e a entrada de organizações sociais substituindo a servidora e o servidor público efetivo e de carreira que ingressou no serviço público por meio de concurso público, propicia o ingresso de profissionais que permanecem no máximo uma gestão de quatro anos na estrutura administrativa, havendo uma rotatividade de servidoras e servidores e consequentemente ocasionando a descontinuidade das políticas públicas que deveriam chegar a população, além de todos os impasses citados soma-se as péssimas condições de trabalho que esses trabalhadores se submetem e a negação de direitos assegurados refletindo na qualidade do serviço ofertado.

Os trabalhadores e trabalhadoras como forma de resistir a retirada e conquistar direitos se organizam em sindicatos, no município de Santa Quitéria as servidoras e

servidores públicos municipais são representados por duas entidades sindicais, sendo uma representando os professores, supervisores escolares e psicopedagogos, fundada em 2003 e outra que constitui o objeto em estudo fundada em 2007 representando todas as categorias que constituem o serviço público municipal, esta última citada condicionou-se ao atrelamento ao Estado por meio do registro sindical ou carta sindical instrumento utilizado pelo Estado brasileiro como forma de reconhecer as entidades representativas de trabalhadores.

O presente trabalho tem por objetivo apresentar um recorte territorial da atuação do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Santa Quitéria – SINDSEP/SQ na perspectiva da organização das trabalhadoras e trabalhadores que desempenham suas atividades laborais no serviço público municipal ofertado a população que residente no campo.

Assim sendo, abordaremos a questão de gênero relacionando a representatividade de delegadas e delegados da Organização por Local de Trabalho da entidade sindical em estudo. Analisaremos dados populacionais e compararemos com o número de servidores efetivos e temporários utilizando-se da base de dados da Prefeitura Municipal de Santa Quitéria disponibilizada no portal da transparência e do banco de dados da entidade sindical para realizar uma análise do protagonismo das mulheres ao ocuparem cargos de liderança na política sindical do ramo dos municipais[3]. Com o intuito de procedermos uma breve leitura do território quiteriense e compreender as manifestações expressas frutos das contradições de classe e das relações de gênero que abrange os trabalhadores e trabalhadoras que constituem a entidade em estudo.

Sindicato e território

Segundo Haesbaert (2004) ao estudarmos as relações entre os sindicatos e o Estado no território, objetivamos compreender como as entidades representantes das trabalhadoras e trabalhadores organizavam suas ações territoriais (seja em nível municipal, estadual e nacional) e de que forma o Estado interferiria nelas.

Para Oliveira (1998) apud Diniz (2009), o território deve ser compreendido como produto concreto da luta de classes travada no seio da sociedade capitalista, dessa forma:

[3] ramo dos municipais: constitui-se dos trabalhadores e trabalhadoras que são funcionários públicos municipais, assim se organiza o movimento sindical: por ramos, que inclusive um ramo pode congregar várias categorias.

> A síntese contraditória, como totalidade concreta do processo/modo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supraestruturais (políticas, ideológicas, simbólicas etc.), em que o estado desempenha a função de regulação. O território é, assim, produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção da sua existência. (1999, p. 74).

De acordo com Carvalhal e Thomaz Júnior (2020), é no sindicato que essas relações se complexificam pela divisão da classe em categorias e pela divisão territorial (municípios), gerando um trunfo para o capitalista que possui gestão hegemônica sobre o território. Dessa forma é no lugar onde se territorializam os fenômenos, fruto do embate capital/trabalho e é nesse lugar que tomamos como referência para nosso olhar geográfico, onde os diversos movimentos concebidos pelo processo do metabolismo do capital se expressam. Porém o lugar não é isolado da realidade, ele é um microcosmo de um movimento maior, que passa por meio da referência local a ter conotações globais, porém, sem deixar de ser referência local. A importância da Geografia fica expressa por essas grandezas escalares.

Correlacionando território com as demais categorias de análise da Geografia, tendo em vista que apesar das peculiaridades os conceitos se complementam, segundo Thomaz Jr. (2002), se configura na expressão do domínio locacional das relações de poder, fruto das relações configuradas no espaço. Portanto, espaço e território são categorias de uso interligado, sendo que na concepção de Santos (1996), o lugar está ligado a questão da inclusão e da exclusão. Sabendo que a categoria gênero se correlaciona ao conceito geográfico de território, considerando território como campo pioneiro de dar significado as relações de poder e partindo da primícia da transdisciplinaridade da Geografia torna-se inviável compreender gênero e sexualidade sem considerar a espacialidade e como esse espaço se constrói e se reproduz, assim sendo, iniciaremos refletindo sobre o conceito de território.

Refletir sobre a participação das mulheres na luta sindical e a atuação do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Santa Quitéria – SINDSEP/SQ, por meio da Organização por Local de Trabalho, se faz oportuno enfatizar que o serviço público brasileiro predominantemente se constituí por servidoras, que nas entidades sindicais as mulheres ocupam os cargos de tomadas de decisões nas diretorias executivas, contrariando a lógica do movimento sindical quando se reporta a maioria dos ramos de atuação profissional havendo uma predominância da atuação masculina.

Realizamos um levantamento de dados documentais e estatísticos da entidade sindical por meio do estatuto social, atas e registro de filiações assim como de atividades

executadas pela entidade, para subsidiar com o intuito de uma análise comparativa e identificar os trabalhadores sócios e não sócios que realizam o serviço público municipal no campo do município de Santa Quitéria.

Para isso coletamos dados do portal da transparência da Prefeitura Municipal de Santa Quitéria, o qual quantitativo de trabalhadoras e trabalhadores efetivos e temporários do quadro funcional, coletamos dados populacionais, que explicitem a regionalização do município e a distribuição dos equipamentos que prestam serviço a população nos sites do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE e órgãos da Prefeitura Municipal de Santa Quitéria, procedendo com a análise da representatividade das OLT's (Organizações de Local de Trabalho) na perspectiva de gênero analisaremos a atuação do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Santa Quitéria – SINDSEP/SQ das seis organizações por local de trabalho instituídas pelo sindicato.

A entidade que se constitui objeto de estudo tem uma estrutura verticalizada, sendo filiada à CONFETAM (Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal), a FETAMCE (Federação dos Trabalhadores no Serviço Público do Estado do Ceará) e a CUT (Central Única dos Trabalhadores). A qualidade e eficiência da oferta dos serviços públicos a população camponesa quiteriense não depende apenas da competência e compromisso da servidora e servidor público, muito embora a rotatividade de profissionais já mencionada, a ausência da estabilidade pelo o ingresso por concurso público e a terceirização favoreça a ineficiência que perpassa também por condições de trabalho e equipamento públicos que sejam capazes de suprir a necessidade da população local.

Resultados e discussão

Observando os dados apresentados pelo IPECE (2017), a população do município de Santa Quitéria é predominantemente urbana, conforme mostra a Tabela 01, apesar de uma pequena diferença percentual ser de 4% em relação a população rural, enfatiza-se que a extensão territorial do município dificulta o acesso de uma parcela significativa dos munícipes aos serviços públicos. Considerando que apesar dos serviços públicos se concentrarem na zona urbana em especial na cidade que se regionaliza em 17 bairros.

Tabela 01 – Distribuição da população por sexo e domicílio de Santa Quitéria, Ceará.

Discriminação	nº.	%
Total (IBGE, 2022)	40.183	100
Urbano (IPECE, 2017)	20.895	52
Rural (IPECE, 2017)	19.288	48
Homens (IPECE, 2017)	20.148	50,14
Mulheres (IPECE, 2017)	20.035	49,86

Fonte: Elaborada pelos autores, considerando o último censo do IBGE de 2022, aplicando os percentuais do IPECE de 2017.

A abordagem realizada reporta-se ao campo em especial aos assentamentos de reforma agrária federais e estaduais do maior município em extensão territorial do Estado do Ceará, onde os serviços públicos são realizados em sua ampla maioria por trabalhadoras e trabalhadores que constituem a estrutura administrativa municipal.

No município de Santa Quitéria os assentamentos da reforma agrária foram frutos de muitas lutas e resistências sendo que o processo de desapropriação se deu, tanto, através do INCRA (Instituto de Colonização e Reforma Agrária), como pelo IDACE (Instituto do Desenvolvimento Agrário do Ceará), resultando em 23 assentamentos federais e 11 assentamentos estaduais, conforme elenca as Tabelas 02 e 03.

Tabela 02 – Assentamentos federais da reforma agrária localizados no município de Santa Quitéria, Ceará.

Assentamentos federais		Distrito	Capacidade	Total de famílias	Data de criação
1.	Alegre Tatajuba	Raimundo Martins	55	49	16/05/1996
2.	Barra do Juá	Sede	25	21	06/03/2002
3.	Batoque	Logradouro	40	22	30/10/1996
4.	Bela Vista II	Sede	20	18	21/03/2007
5.	Bem Posta/Pintada	Logradouro	46	35	22/12/2005
6.	Cacimba Nova/Santa Rosa	Sede	45	35	16/02/2006
7.	Carnaubinha/Galante	Logradouro	54	14	13/03/1995
8.	Groaíras	Lisieux	107	101	20/03/1992
9.	Grossos/Santana	Saco do Belém	45	35	18/04/1996
10.	Juá	Sede	211	173	23/08/1999
11.	Morrinhos	Raimundo Martins	45	45	31/05/1995
12.	Nova Brasília	Saco do Belém	40	22	09/12/1996
13.	Paraiso	Sede	21	16	24/12/1998
14.	Piabas	Logradouro	113	84	09/12/1996
15.	Picos De Cima	Lisieux	35	30	22/11/2010
16.	Quixaba	Raimundo Martins	28	27	09/12/1996
17.	Raposa/Várzea Da Cruz	Lisieux	70	62	12/11/1991
18.	Riacho Novo	Trapiá	35	31	18/04/1996
19.	Saco Do Belém	Saco do Belém	220	220	24/02/1981
20.	Saco Dos Bois	Saco do Belém	40	40	28/09/1995
21.	Santa Maria II	Sede	35	30	24/12/1998
22.	Ubá	Lisieux	74	67	28/06/1988
23.	Valparaiso	Saco do Belém	55	45	25/10/2005

Fonte: Elaborada pelas autoras com informações coletadas na Secretaria Municipal de Agricultura, Recursos Hídricos e Proteção Ambiental de Santa Quitéria, Ceará, em novembro de 2023.

Tabela 03 – Assentamentos estaduais da reforma agrária localizados no município de Santa Quitéria, Ceará.

Assentamentos Estaduais		Distrito	Nº de famílias assentadas	Nº de famílias agregadas	Total de famílias	Data de criação
1.	Asa Branca	Lisieux	9	0	9	SEM INFORMAÇÃO
2.	Batoquinho	Logradouro	5	4	9	
3.	Campinas	Logradouro	5	3	8	
4.	Corrente	Raimundo Martins	8	2	10	
5.	Jandaira	Saco do Belém	8	5	13	
6.	Olho d'água	Sede	10	1	11	
7.	Queimadas	Raimundo Martins	18	2	20	
8.	Sipauba	Sede	16	11	27	
9.	Trapiá/Pulga de Leite	Riacho das Pedras	10	3	13	
10.	Três Barras	Raimundo Martins	7	5	12	
11.	Várzea de Cima	Saco do Belém	25	9	34	

Fonte: Elaborada pelas autoras com informações coletadas no escritório de Santa Quitéria da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará – EMATECE, em novembro de 2023.

No que se refere ao acesso aos serviços públicos, os assentamentos da reforma agrária localizados no município de Santa Quitéria são assistidos nos Distritos como Logradouro que conta apenas com uma Escola Municipal de educação infantil e o ensino fundamental anos iniciais e uma UBS (Unidade Básica de Saúde); Riacho das Pedra dispõe de uma Escola Municipal anos iniciais e finais e uma UBS (Unidade Básica de Saúde) e Raimundo Martins sendo assistido com uma Escola Municipal de ensino fundamental anos iniciais e finais e uma UBS (Unidade Básica de Saúde). Nos territórios citados o SINDSEP/SQ (Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Santa Quitéria) enfrenta dificuldades de articular a OLT (Organização por Local de Trabalho) nos distritos devido à base dividida entre duas entidades, além disso, destaca-se que a entidade representativa dos professores e professoras, supervisoras e psicopedagogas foi fundada em 2003, precedendo o Sindicato dos Servidores, considerando o quantitativo de trabalhadores efetivos e filiados não são suficientes para justificar a articulação de uma OLT (Organização por Local de Trabalho), apesar da convicção de que essa estratégia é fundamental para o futuro do sindicato.

Lisieux um distrito mais desenvolvido, o maior do munícipio em população e bem mais próximo ao município de Sobral do que da cidade de Santa Quitéria, conta com um CEI (Centro de Educação Infantil), uma Escola Municipal de ensino fundamental anos iniciais e finais, uma UBS (Unidade Básica de Saúde), um CRAS (Centro de Referência da Assistência Social); Trapiá dispõe de um Escola Municipal de ensino fundamental anos iniciais e finais, um CEI (Centro de Educação Infantil), uma UBS (Unidade Básica de Saúde) e Saco do Belém, que é o maior assentamento do município, no entanto, boa

parte já emancipada com exceção da localidade de São Bento dispõe de uma Escola Municipal de ensino fundamental anos iniciais e finais e de uma UBS (Unidade Básica de Saúde). Nos distritos abordados o SINDSEP/SQ conseguiu articular as OLT's (Organizações por Local de Trabalho) pela primeira vez durante o processo eleitoral de março de 2020. Nestes territórios, há delegados ou delegadas com seus respectivos suplentes representando o sindicato, articulando demandas de reivindicações e repassando informações e formação política para os trabalhadores que prestam serviços públicos nessas localidades.

O serviço público quiteriense é predominantemente executado por mulheres, dos 2.244 servidores públicos entre o quadro funcional de efetivos, temporários e cargos comissionados representando 5,6% da população, 65% são mulheres, essa perspectiva de a força de trabalho feminina ser absorvida pelo serviço público é uma realidade não apenas do município de Santa Quitéria, todavia, de todo território brasileiro entre as três esferas que realizam a execução dos serviços públicos. As servidoras e servidores públicos municipais que se organizam no Sindicato dos Servidores Públicos Municipais encontram grandes dificuldade de se fortalecerem por meio das Organizações de Locais de Trabalho, pelos motivos já citados, entre eles a rotatividade de profissionais que são temporários e que não se filiam para realizar a luta e pela ausência de concursos públicos tendo em vista que os servidores públicos efetivos estão se aposentando pois, o último concurso público realizado no município, foi no ano de 2007, então é comum existir poucos servidores efetivos nos distritos que atendem a população dos assentamentos da reforma agrária.

É imprescindível destacar a notável dedicação das mulheres que desempenham funções no serviço público municipal quiteriense, enfrentando não apenas uma, mas muitas vezes dupla ou tripla jornada de trabalho. Contrariando a concepção equivocada de que o serviço público é predominantemente ocupado pela classe média, a realidade das servidoras públicas municipais quiterienses e da maioria das servidoras municipais cearenses revela, em sua maioria, recebem salários que frequentemente se limitam a um salário-mínimo, salvo aquelas que ocupam cargos de nível superior ou que pertencem a categorias beneficiadas com piso salarial. Essas mulheres não apenas exercem suas funções profissionais, mas também assumem responsabilidades familiares e tarefas domésticas em suas rotinas diárias. Além disso, como citado anteriormente as mulheres ocupam cargos de liderança nas entidades sindicais do serviço público municipal contrariando a lógica do sindicalismo brasileiro onde em muitos ramos há o predomínio

de lideranças masculinas. Tanto na diretoria executiva quanto no conselho fiscal, assim como na OLT (Organização por Local de Trabalho), verifica-se a ativa participação das mulheres. Seis OLT's (Organizações por Local de Trabalho) de modo articulado, no SINDSEP/SQ englobam servidores e servidoras dos Distritos de Lisieux, Trapiá, Malhada Grande e Saco do Belém, além da Vila São Damião e da localidade de Valparaíso, conforme evidenciado na Tabela 03.

Tabela 03 – Distribuição dos servidores (as) públicos (as) estatutários (as) por sexo e vínculo no serviço público municipal de Santa Quitéria.

Servidores municipais	2.244 (5,6%)	100%
Homens	763	34%
Mulheres	1.481	65%
Servidores efetivos	1.116	49,7%
Servidores temporários	1.128	50,26%
Servidores filiados	352 (18,45%)	100%
Homens	134	40,85
Mulheres	222	62,28
Dirigentes sindicais	18	100%
Homens	8	44,44%
Mulheres	10	55,55%
Organização por local de trabalho - OLT	12	100%
Homens	5	42%
Mulheres	7	58%

Fonte: Elaborada pelos autores, com base em dados coletados do setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Santa Quitéria e no Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Santa Quitéria, em novembro de 2023.

Considerações finais

A atuação do movimento sindical sempre se constituiu um grande desafio, apesar de ser uma organização oriunda da mobilização dos trabalhadores e trabalhadoras esses estão inseridos em uma sociedade que tem uma estrutura edificada por uma classe dominante, direcionando-se a sociedade brasileira a nossa estrutura é excludente para mulheres, para população negra, para os LGBTQIAP+, para os jovens, para comunidades camponesas, para as trabalhadoras e trabalhadores assalariados.

As localidades que se constituem em vazios demográficos são extremamente desassistidas pelo poder públicos e as servidores e servidores públicos que atuam nesses territórios estão submetidos a uma maior precarização que os que desempenham suas funções nas áreas urbanas.

Essa ausência de políticas públicas reverbera na articulação da sociedade civil e das trabalhadoras e trabalhadores, uma educação muitas vezes ofertada em salas de

multisseriadas prejudica a formação da criticidade e consequentemente uma parcela da população que se habituam a acharem normal a desassistência do Estado. O Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Santa Quitéria – SINDSEP/SQ encontra grande dificuldade em organizar esses trabalhadores mais precarizados e que labutam em regiões mais longínquas do município por vários motivos entre eles a diminuição de servidores efetivos tendo em vista que o último concurso público realizado foi em 2007, sendo que os profissionais estão se aposentando e os postos em vacância sendo ocupado por servidores temporários que como citado anteriormente existe grande uma grande rotatividade por serem servidores de gestão, a tendencia das OLT's (Organizações por Locais de Trabalho) que foram articuladas apenas nas eleições de 2020 pela entidade sindical são de se resumirem tendo em vista não se ter lógica a existência da articulação em regiões que tem um número menor que dez servidores de base.

Por fim, a reestruturação produtiva que incide inclusive nos serviços públicos embora ocasionando menos impactos nas entidades sindicais que organizam as servidoras e servidores públicos pois se compararmos com as entidades sindicais dos trabalhadores da iniciativa privada observa-se que os servidores públicos apesar de terem perdido, em parte, o poder de mobilização ainda consegue motivar os trabalhadores a participarem de atos, manifestações e greves que sobressaem inclusive não somente os interesses dos que fazem as diversas categorias de servidores públicos, a luta desses trabalhadores e trabalhadoras asseguram que o Estado mantenha o mínimo que vem sendo ofertado, a luta não é apenas por melhores remunerações e condições de trabalho é pela manutenção e ampliação do Estado de bem-estar social.

Referências

CARVALHAL, T. B., & Thomaz Junior, A. (2020). GÊNERO, CLASSE E TRABALHO. **Caderno Prudentino de Geografia**, 1(28), 137–162.

DINIZ, Aldiva Sales. **Trilhando Caminhos:** A resistência dos camponeses no Ceará em busca de sua libertação. Tese de doutorado, USP, São Paulo, 2009.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização:** Do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, 396p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidades: Município de Santa Quitéria-Ce**. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ce/santa-quiteria.html. Acesso em: 30 de novembro de 2023.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ – IPECE. **Perfil Municipal 2017**. Disponível em: https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2018/09/Santa_Quiteria_2017.pdf. Acesso em 30 de setembro de 2022.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996a, 308p.

THOMAZ Jr., Antonio. **Por trás dos canaviais, os "nós" da cana:** a relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista. São Paulo: Anablume/Fapesp, 2002, 388p.

PREFETURA MUNICIPAL DE SANTA QUITÉRIA, CEARÁ. **Portal da transparência**. Disponível em: https://folha.governotransparente.com.br/231220501/foff/listar-por/vinculos/202207. Acesso em 30 de dezembro de 2023.

MULHERES E O USO COMUM DA TERRA: CONSIDERAÇÕES SOBRE OS TERRITÓRIOS FAXINALENSES DO PARANÁ

Larissa Urquiza Perez de Morais[1]

RESUMO

Esse artigo se propõe a discutir a questão dos comuns dentro da Questão Agrária, pensando a relação entre uso comum da terra, campesinato e gênero no Brasil, a partir da breve análise de uma fração do campesinato brasileiro, característica do sul do país, que são os territórios faxinalenses. À luz da contribuição teórica sobre os comuns, as análises da intelectual feminista e anticapitalista Silvia Federici são a base teórica a partir de uma perspectiva de gênero sobre o tema. O propósito da discussão engendrada aqui está no lugar da mulher camponesa na resistência dos comuns tanto no passado, quanto no presente, onde a lógica do campo sofre constantes ameaças e investidas do capital para destruí-la. Assim sendo, apostamos na existência de diversas experiências dos comuns no campo e lançamos algumas reflexões sobre a importância da luta de mulheres para a manutenção do seu modo de vida baseando no uso comum da terra.
Palavras-chave: Comuns, Uso Comum da Terra, Feminismo, Territórios faxinalenses.

RESUMEN

Este artículo se propone a discutir la cuestión de los comunes em la Cuestión Agraria, pensando la relación entre el uso común de la tierra, campesinato y género en Brasil, partiendo de una breve análisis de una fracción del campesinato brasileño, característica del sur del país, que por su vez son los territórios faxinalenses. Como referencia teórica y con su contribuición sobre los comunes, la análisis de la intelectual feminista y anticapitalista Silvia Federici es la base teórica a partir de una perspectiva de género acerca de la temática de los comunes. El propósito de la discución está en el lugar de la mujer campesina en la resistencia de los comunes tanto en el passado, cuánto en presente, donde la lógica del campo sufre constantes amenazas y investidas del capital para destruyela. Así siendo, apostamos en la existencia de diversas experiencias de los comunes en el campo y lanzamos algunas reflexiones acerca de la importancia de la lucha de mujeres para na manutención de su modo de vida basado en el uso común.

INTRODUÇÃO

A questão dos comuns tem ganhado destaque nos estudos das ciências humanas nos últimos tempos, principalmente nos estudos feministas e na busca por alternativas e resistências ao modo de produção capitalista. Nesse sentido, o presente artigo busca relacionar a preservação daquilo que chamaremos de comuns a partir da agência das

[1] Doutoranda no Programa de Pós Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo – USP. E-mail para contato: lahurquiza@gmail.com.

mulheres, especificamente das mulheres camponesas. A partir da resistência de mulheres ao redor do mundo, podemos observar que são elas as responsáveis, na base das sociedades por criarem e recriarem alternativas às pressões do capitalismo sobre seus territórios. Isso se faz presente principalmente em territórios camponeses, que são os mais afetados pelo avanço do capital, na medida em que este investe contra as relações não capitalistas de produção.

Para tal, discutiremos primeiramente a própria questão dos comuns, começando pelo conceito, que é amplamente utilizado e às vezes pode apresentar diversos sentidos, bem como ser utilizado de maneira equivocada. O conceito de "comum" ou ainda "comuns" se tornou um tema muito importante e debatido nos últimos anos na academia e por alguns movimentos sociais, especialmente os formados por camponeses e situados na América Latina ou África. A historiadora e filósofa Silvia Federici (2019) aponta como momento de destaque para a questão dos comuns a Revolução Zapatista de 1994, na província de Chiapas, sul do México, onde "[...] o conceito de "comuns" ganha popularidade entre a esquerda radical [...] e apareceu como ponto de convergência entre anarquistas/socialistas, ecologistas e feministas" (FEDERICI, 2019, p. 304).

Como todo elemento que vem a ganhar importância de maneira acelerada, o comum e os comuns não ficam de fora, caindo em diversas manipulações estatísticas e trazendo novamente a tona o debate se as terras de uso comum são "terras de todos" ou "terra de ninguém".

Nos estudos sobre os comuns a já referida autora Silvia Federici ganhou e ainda ganha visibilidade no Brasil, especialmente dentro das ciências humanas. Suas obras vêm sendo traduzidas ou relançadas a pouco tempo e seu foco são os comuns e a acumulação primitiva de capital. Ainda que Federici trate do comum como um todo, sua contribuição para os estudos acerca do campesinato e o uso comum da terra são importantes, uma vez que sua inserção é dupla: a pensadora coloca sua análise do uso comum tanto sob o prisma de um feminismo classista e combativo como também sobre uma crítica do entendimento clássico da acumulação primitiva estudada por Marx.

Dando continuidade, faremos a relação com a questão agrária, principalmente na questão do uso comum da terra, diferenciando uso comum de uso coletivo. Nesse ponto, utilizaremos a luta e resistências de uma fração do campesinato brasileiro, os faxinalenses, que constroem os territórios faxinalenses do Paraná, os quais fazem o uso comum da terra para plantar e criar os animais soltos dentro de seus domínios.

A partir dessas discussões, trabalharemos com o uso comum da terra e a questão de gênero no campo, analisando os exemplos de como as mulheres camponesas são responsáveis pela manutenção do modo de vida e da produção e reprodução familiar, sendo elas as mais afetadas quando há ameaças ao seus territórios. Nessa perspectiva, indo de encontro com Federici (2019), a visão que temos está centrada na

> [...] política dos comuns com base em uma perspectiva feminista, na qual "feminista" se refere a um ponto de vista constituído pela luta contra a discriminação sexual e sobre o trabalho reprodutivo que [...] é a base sobre a qual a sociedade é construída e pela qual todos os modelos de organização social devem ser testados. Essa intervenção é necessária, a meu ver, para definir melhor essa política, expandir um debate que até agora permaneceu dominado por homens e esclarecer sob que condições o princípio dos comuns pode se tornar a fundação de um programa anticapitalista (FEDERICI, 2019, p. 306).

Sendo assim, buscamos lançar algumas breves análises sobre essa questão no Brasil, tendo como foco a tríade mulheres – uso comum da terra – resistências, com o intuito de colocar alguns temas que são ainda negligenciados dentro desse campo.

METODOLOGIA

Partimos da discussão da Questão Agrária, entendendo que existem problemas no campo e entre os camponeses, os quais são produzidos por e a partir do desenvolvimento do modo de produção capitalista. Atrelamos isto à questão das camponesas, as quais sofrem uma grande exploração nas diversas escalas, ou seja, do corpo aos seus territórios. Essas duas premissas básicas são trabalhadas a partir da dialética materialista, onde partindo do real vamos ao teórico e posteriormente retornamos ao real agora já com o teórico apreendido para então formar uma nova compreensão, numa espiral dialética.

A dialética, para Martins (2015), é ancorada em analisar as contradições, os conflitos. Ela é materialista, pois, ainda segundo o autor, tem por base as relações materiais e concretas, não o ideal, o espírito de Hegel. Ou seja, em nosso trabalho focamos no conflito das camponesas em territórios de uso comum frente ao avanço do capital e fazemos isto a partir do real, não do ideal. No plano ideal, tais territórios estariam garantidos por leis federais e estaduais as quais garantiam a manutenção destas em mãos camponesas, porém, no real, isso está longe de ocorrer: há um avanço violento e desenfreado do capital sobre terras de uso comum, as destruindo e expropriando o

campesinato. Vemos nas camponesas um pilar de resistência, são elas que mantem as práticas comunais e são elas também que resistem contra seus antagonistas. Essa é a realidade não ideal, mas material.

Entender o real não é, todavia, partir para a empiria pura. Shanin (1990) ensina que não existem sujeitos sociais puros e objetivos, mas sim pessoas contraditórias e em constante transformação. Não se pode excluir o subjetivo, ao contrário, se deve tentar apreender o mesmo para então tentar construir o conhecimento.

Tendo em vista o que Shanin coloca, para tal trabalho ainda nos situamos na fase inicial de levantamento bibliográfico sobre a temática. Ir ao real não pode ser entendido também como uma simples aventura, mas sim um trabalho processual complexo, o qual requer o mínimo de preparo. Sendo assim, realizamos a construção de um arsenal teórico para auxiliar no entendimento de nossa realidade e focamos nos seguintes temas: um recorte da Questão Agrária, no caso as terras de uso comum; e a questão das camponesas.

Destacamos que urge a necessidade de pautar cada vez mais as camponesas nos estudos geográficos acerca da Questão Agrária. Tal temática já é muito trabalhada nas outras Ciências Humanas e Sociais, cabe, portanto trazer para dentro da Geografia Agrária, especialmente a crítica, a questão das camponesas. Há uma profusão de estudos pós-modernos, os quais constroem muitas vezes realidades idealizadas em seus escritos, utilizando de métodos e teorias que pouco agregam a mudança da realidade material das mulheres camponesas. Por isso é importante destacarmos que existe por trás deste trabalho uma gama de estudiosas e estudiosos do tema que nos ajudam a caminhar no saber crítico, no caso destacamos Silvia Federici, Maria Mies e Vandana Shiva.

REFERENCIAL TEÓRICO

Primeiramente, para explicar a importância dos estudos dos comuns – ou como veremos mais adiante, do uso comum da terra – concordamos com Federici (2022) quando a autora destaca que seu

> [...] objetivo principal é demonstrar o potencial das relações comunais como garantia de sobrevivência, de maior capacidade de resistência e, acima de tudo, como um caminho para transformar nossa subjetividade, para que possamos reconhecer, no mundo que nos rodeia – a natureza, as outras pessoas, o mundo animal – uma fonte de riqueza e conhecimento, e não um perigo (FEDERICI, 2022, p. 140)

O perigo do qual a autora fala reside no temor que os portadores de capital possuem em relação aos comuns e as relações comunais, pois enxergam isto como uma ameaça para a reprodução do capitalismo por si só, visto que, são baseados em relações não capitalistas, o que impede a exploração e a expropriação das pessoas e da natureza.

Como a língua e as palavras carregam uma longa história de construção, é necessário tecer algumas considerações sobre o significado do conceito comum. Para isso, recorremos à Dardot e Laval (2017) que indicam que

> [...] *múnus*, nas línguas indo-europeias, pertence ao vasto registro antropológico da dádiva e designa ao mesmo tempo um fenômeno social específico: por usa raiz, remete a um tipo particular de prestações e contraprestações que dizem respeito a honras e vantagens ligadas a encargos. Assim, inseparavelmente, designa o que deve ser ativamente cumprido – um culto, uma função, uma tarefa, um cargo – e o que é dado em forma de presentes e recompensas. Encontramos nos significados do termo a dupla face da dívida e da dádiva, do dever e do reconhecimento, própria do fato social fundamental da troca simbólica. (DARDOT, LAVAL, 2017, p. 24).

A partir disso, caminhamos para a definição de comum, que expressam a realidade do histórico uso comum da terra em várias regiões do Brasil, como veremos adiante. Sendo assim,

> [...] *communis*, *commune*, *communia* ou *communio*, todos formados a partir da mesma articulação de cum e munis, queiram designar não apenas o que é "posto em comum", mas também e principalmente os que têm "encargos em comum". Portanto, o comum, o *commune* latino, implica sempre certa obrigação de reciprocidade ligada ao exercício de responsabilidades públicas. Deduz-se disso que o termo "comum" é particularmente apto a designar o princípio político da coobrigação para todos os que estejam engajados numa mesma atividade – de acordo com um sentido mais amplo que o da estrita função (DARDOT, LAVAL, 2017, p. 25).

Quando os autores se referem às coobrigações de pessoas que estão inseridas na mesma atividade, podemos imediatamente relacionar com a realidade camponesa como um todo e especificamente com o uso comum da terra, que na verdade é como desde os tempos do feudalismo se estruturaram as sociedades camponesas. E também, como veremos no próximo item, a existência de práticas comunitárias e do uso comum da terra por uma fração do campesinato brasileiro, os faxinalenses.

Por ora, vamos abordar a questão também sob um ponto de vista feminista e classista, a partir da obra de Silvia Federici, principalmente do livro "Reencantando o mundo" (2022), uma compilação de artigos escritos sobre o tema dos comuns – no passado, permanências e lutas no presente e perspectivas para o futuro. Nesse sentido, a autora aponta o lugar desses "comuns" no mundo contemporâneo, apesar de séculos de tentativas destrutivas, por parte do capital, de os destruir.

> Apesar de todos esses ataques, os comuns não deixaram de existir. Como afirmou Massimo De Angelis (2007), sempre houve comuns "fora" do capitalismo, exercendo um papel fundamental na luta de classes e alimentando tanto a imaginação utópica/radical quanto a barriga de muitos de seus participantes. [...] Para nós, o mais importante é o fato de novos comuns estarem sendo constantemente engendrados (FEDERICI, 2022, p. 155).

Esses novos comuns destacados no trabalho de Federici encontram-se nas organizações coletivas como hortas urbanas, cozinhas comunitárias, espaços onde se compartilha o cuidado de crianças e idosos, enfim, a (re)criação de territórios e relações comum à todos. O que gostaríamos de destacar também está na menção de que sempre existiram comuns fora do capitalismo, e acrescentamos, antes dele, como já mencionado anteriormente.

Mas um exemplo desse fato é que, o capitalismo só foi possível mediante a existência de relações não capitalistas, onde se encaixam as relações comunitárias camponesas, como o uso comum da terra. A transição do feudalismo para o capitalismo nos mostra isso e que a existência do modo de produção capitalista só foi possível mediante o controle do corpo das mulheres, na mudança estrutural da sociedade europeia e da exploração colonial na América e África. Assim,

> [...] a acumulação primitiva foi um processo universal em cada fase do desenvolvimento capitalista. Não é por acaso que seu exemplo histórico originário tenha sedimentado estratégias que, diante de cada grande crise capitalista, foram relançadas, de diferentes maneiras, com a finalidade de baratear os custos do trabalho e esconder a exploração das mulheres e dos sujeitos coloniais (FEDERICI, 2017, p. 36)

Partimos do pensamento de Rosa Luxemburgo (1985) de que a acumulação primitiva é um processo constante – e não pontual, da gênese do capitalismo – duradouro e contemporâneo. A existência dos comuns e, mais ainda, do uso comum da terra em diversas partes do mundo, pelo campesinato, bem como a resistência em existir

dessa forma de gerir os recursos comunitários mostram o conflito com a ação do capital e da acumulação que serve de combustível para sua existência e garante sua sobrevivência.

Como veremos no item a seguir, a questão dos comuns no Brasil a partir dos territórios faxinalenses, o uso comum da terra é herança de várias práticas distintas que se encontram em determinados períodos da história e acabam caracterizando os faxinais do Paraná. A (re)existência dos mesmos é fruto dos princípios do que significa "comum", que faz sentido no âmbito comunitário e que se construiu nessa região do Brasil e que encontra semelhanças em outros estados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como já mencionado anteriormente, existem diversos exemplos no passado e no presente da utilização da terra de uma maneira comum, algo intrínseco à formação das sociedades. Para discutir a Questão Agrária brasileira desse ponto de vista, precisamos estabelecer o que seriam essas terras de uso comum. Campos (2001) aborda da seguinte maneira

> Em termos gerais, a terra de uso comum tem características associadas a uma terra do povo - uma terra que é de todos. No entanto, não se constitui numa terra pertencente ao povo, no sentido de haver a propriedade coletiva de um grupo, uma comunidade, ou várias comunidades em conjunto. Trata-se do uso comum de determinados espaços por inúmeros proprietários individuais independentes, servindo-lhes como um "suplemento"; sendo, do mesmo modo, utilizado por pessoas ou grupos de não-proprietários. Neste último caso contudo, a noção de suplemento desaparece, pois aquela terra passa a ser a única que encontram com condições de usufruir (CAMPOS, 2001, p. 135).

Ou seja, a terra é de todos, não de ninguém, quando se constrói o uso em comum desta. Essa terra de uso comum pode ser suplementar as práticas cotidianas de reprodução socioeconômica, ou ser central, ser o uso comum o que mantém o modo de vida camponês, através da manutenção de territórios em comum, gestados pela família e pela comunidade. Cabe destacar que isto ficou durante muitos anos pouco estudado, cabendo normalmente as analises sobre a Questão Agrária se limitarem a luta ao acesso a terra ou a manutenção de pequenas propriedades, não atentando para as lutas por manutenção de terras em comum.

Os estudos sobre terras de uso comum no Brasil têm ganhado força nos últimos anos, o que contribui para o entendimento do campesinato no país, além de levar para o centro do debate a formação de movimentos sociais que lutam pela manutenção do seu modo de vida. Encontramos exemplos – de uso comum da terra – em diversos estados brasileiros, cada território com sua formação histórica e organizações diferenciadas de praticar esse uso, como os fundos e fechos de pasto na Bahia, os caívas em Santa Catarina e os faxinais no Paraná, dentre muitos outros exemplos (CAMPOS, 2001).

Sobre os faxinais, podemos destacar a obra do geógrafo Luis Almeida Tavares (2008), o qual produz em sua tese um longo e profundo estudo sobre estes. Fica demonstrado como os faxinais foram e são produtos nacionais, construídos ao longo de séculos por grupos diversos, tendo início ainda com indígenas campesinisados em reduções jesuíticas onde a terra era de uso comum; agregando posteriormente negros fugidos de grandes fazendas de gado e erva-mate, os quais adentravam nas agora abandonadas reduções, trabalhadas por indígenas, e ali aprendiam o uso comum da terra; já no século XIX, pelas levas de imigrantes europeus, especialmente eslavos, que sem terem terras cedidas pelo Estado Brasileiro, encontravam nesses territórios a chance de começar suas vidas em terras novas; e por fim as massas de camponeses fugidos dos massacres ocorridos na Guerra do Contestado (1912-1916) e nas limpezas étnicas ocorridas logo após seu fim (1917-1918), onde encontravam nos faxinais terras de uso comum para trabalharem como camponeses.

Tavares (2008) e outros mostram então que os faxinais surgiram justamente nas margens do avanço do capital no campo sulino, surgiram como territórios de resistência em terras que haviam sido deixadas de lado pelo avanço da fronteira agrícola em Santa Catarina e Paraná. Tais territórios eram justamente terras onde as relações de produção eram não-capitalistas, relações camponesas, ainda que inseridas dentro do modo de produção capitalista. Não haviam – e em muitas comunidades até hoje não há – títulos de propriedade, a terra é gestada através de acordos comunitários, através do direito costumeiro local.

Trazendo Federici (2022) para a análise, as comunidades faxinalenses são um exemplo dos comuns que são alvo do avanço do capital. Como tais territórios são gestados pelas práticas do modo de vida camponês, são de domínio da classe camponesa, não são objetos de mera extração de renda, mas sim territórios de trabalho. Então, o capital busca incessantemente transformar o uso comum em uso individual, em titular todas as terras para coloca-las no mercado, ou seja, realizar ali a acumulação

(produção) primitiva de capital. Federici defende que tal processo é constante no modo de produção capitalista e não foi somente o estopim para seu posterior desenvolvimento.

A autora aqui vai ao encontro do que Luxemburgo (1985) apresenta, de que o capitalismo precisa, para seguir sua reprodução, absorver e destruir maneiras de viver, territórios, terras, enfim, coisas que não sejam mercantilizadas, pois ao transformar tais elementos em mercadorias ele mantém seu posterior desenvolvimento. Podemos trazer que a defesa pela manutenção do modo de vida camponês de terras em comum é praticado, muitas vezes, pelas mulheres em suas comunidades, justamente por elas, as quais sofreram e sofrem constantemente com a objetificação de seus corpos e suas relações, transformadas em possibilidade de produção de capitais, como Federici nos ensina.

Acreditamos que as reflexões trazidas anteriormente abrem os caminhos para a análise que se segue: a relação entre os comuns, o uso comum da terra e a questão de gênero, mais especificamente o lugar das mulheres na manutenção do modo de vida de suas comunidades, as resistências cotidianas frente às diversas ameaças que são uma realidade na estrutura desigual do campo.

Quando falamos desse lugar preponderante das mulheres também devemos tocar num ponto crucial no que tange à produção cientifica sobre o tema, antes de analisar a materialidade dessa questão propriamente dita. O recorte feito para a produção desse artigo se localiza na realidade brasileira das terras de uso comum. Sobre a questão das mulheres e uso comum não foi possível localizar trabalhos que tratem dessa temática, tendo o gênero como uma das intersecções de análise. Sobre os territórios faxinalenses, encontramos apenas algumas menções em trabalhos mais extensos, como é o caso de Almeida (2008), quando apresenta os trabalhos de campo e algumas oficinas realizadas nos territórios faxinalenses, diz que “Foi observada, ainda, durante as exposições, a ausência da participação das mulheres na oficina, cujo papel é fundamental para as atividades no interior dos faxinais” (ALMEIDA, 2008, p. 147).

Outro trabalho que, por sua vez, acaba por analisar um pouco mais a fundo a questão das mulheres nas terras de uso comum que são os faxinais é o de Cecilia Hauresko (2012). Porém, esse não é o foco da pesquisa como um todo, bem como a perspectiva de classe não faz parte da corrente de análise da autora. Ainda assim, encontramos uma contribuição valiosa para entender de que maneira as mulheres faxinalenses contribuem para a manutenção da vida e dos territórios faxinalenses.

Também passa pela questão do trabalho, e indiretamente sobre a visão de trabalho produtivo e reprodutivo como podemos observar na passagem que diz

> Sobre as funções desempenhadas pelas mulheres, foi possível observar, em suas falas, que as tarefas femininas, são mais leves. As mulheres admitem que as atividades mais pesadas são, de fato, desenvolvidas pelos homens adultos da família, contudo, revelam o cansaço proveniente da quantidade excessiva de funções e o peso exercido pelas atividades rotineiras. [...] à mulher cabem as tarefas que exigem esforço continuado e sem interrupções para repouso. Neste sentido, disse-me uma faxinalense, na ocasião da visita em sua casa: "A mulher não tem sossego nem no domingo. A gente não descansa nunca" (HAURESKO, 2012, p. 237).

Dentre muitos questionamentos que podem ser feitos sobre a questão, este trabalho se propõe a analisar como as mulheres camponesas são essenciais na luta pela terra e pela existência – ainda – do uso comum da terra na contemporaneidade, após diversos ataques do modo de produção capitalista ao longo do tempo. Portanto, as mulheres camponesas faxinalenses são um exemplo dessa luta, que é cotidiana e constante.

Federici (2011) apresenta que são as mulheres camponesas que, lutam pela terra ao buscar barrar projetos de privatização destas e que lutam também pela não transformação dessas em mercadoria. É uma batalha dupla: por um lado não querem que suas terras sejam privatizadas, vendidas pelo Estado para grandes capitalistas ou grandes proprietários de terra; por outro lado lutam pela não emissão de títulos de propriedade para elas, suas famílias e suas comunidades, lutam então pela manutenção de suas terras de uso comum em domínio comunitário e familiar, mas buscando algum dispositivo legal que não coloque as mesmas no mercado, como seria no caso de um título de propriedade.

Suas críticas ao processo de privatização de terras em África são importantes para a nossa análise, pois esses "novos cercamentos" (FEDERICI, 2011, p. 44) são apresentados pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional como premissas para o desenvolvimento do continente. Sem o cercamento, sem a divisão e "loteamento" das terras comunais não se faria possível acabar com a pobreza e melhorar com a vida em África. Neste ponto a intelectual consegue nos ensinar como o processo é perverso uma vez que, ao delimitar as terras, gerar um título de propriedade e inserir a mesma no mercado, gera-se também quase que por imediato a especulação em cima do preço das terras. Para famílias camponesas pobres, a pressão e até mesmo a necessidade

de conseguir qualquer verba, leva as mesmas a venderem suas terras. Ainda sobre os novos cercamentos, concordamos com Federici quando analisamos o impacto desse processo na existência e permanência dos territórios de uso comum, sendo que

> Os novos cercamentos também deram visibilidade a um mundo de propriedades comunais e relações que muitos acreditavam estar extintas – ou não haviam valorizado até elas serem ameaças pela privatização. Ironicamente, os novos cercamentos demonstraram que não só os comuns não desapareceram, mas que novas formas de cooperação social estão sendo produzidas constantemente [...] (FEDERICI, 2019, p. 305)

Além disto, toda uma nova lógica é inserida na comunidade e na família: a terra não é mais local onde a família se reproduz e trabalha, ela é mercadoria, possui preço e é gestada por um arsenal jurídico nacional, que muitas vezes vai contra qualquer construção de direito costumeiro, como bem trabalhou Thompson (2005)

Não é só no continente africano que esse processo ocorre, como bem apresenta Federici (2022). A América Latina também se insere no contexto da destruição dos comuns ao mesmo que se destaca na resistência à expropriação de seus territórios. Federici aponta que

> As mulheres camponesas na América do Sul não estão apenas preocupadas com os direitos de cultivo local ou com o bem-estar da família; elas participam de assembleias, desafiam o governo e a polícia, e veem a si mesmas como guardiãs da terra, já que são menos passíveis de cooptação do que os homens, frequentemente seduzidos pelos salários que prometeram as corporações transnacionais – remunerações que lhes permitem exercer um poder maior sobre as mulheres, alimentando uma cultura machista que instiga a violência contra elas (FEDERICI, 2022, p. 208).

Como já apontado, para Federici, quem possui papel relevante e muitas vezes central nessas lutas são as mulheres camponesas. Tais mulheres foram excluídas do poder decisório e mandatário não somente após a colonização e a expansão do modo de produção capitalista, mas também anteriormente (FEDERICI, 2011, p. 47), ainda que não houvessem trocas monetárias ou capitalizadas, havia a troca de corpos, normalmente de mulheres. Logo, a luta por terra é histórica para essas camponesas, as quais lutam contra o direito costumeiro que lhes excluí e contra o capital que as expropria. As pesquisadoras Maria Mies e Veronika Bennholdt-Thomsen (1999) ,

citadas por Silvia Federici (2019) explicitam de maneira contundente o ponto que levantamos nessa parte da análise.

> As maneiras como o trabalho de subsistência das mulheres e a contribuição dos comuns para a sobrevivência concreta da população local são invisibilizadas por meio de sua idealização não são apenas similares, mas têm raízes comuns [...] De certa forma, as mulheres são tratadas como os comuns e os comuns são tratados como mulheres (BENNHOLDT, MIES, 1999 apud FEDERICI, 2019, p. 303).

Sendo assim, o enlace do uso comum – camponesas – acumulação primitiva produzido por Federici e outras intelectuais é uma contribuição importante para os estudos brasileiros da Questão Agrária. Ainda que diversos autores já tenham se debruçado sobre tais temáticas, como Ariovaldo U. de Oliveira e José de Souza Martins que trabalharam com caráter permanente de acumulação primitiva e fim Nazareno Campos e Alfredo Wagner B. Almeida tenham estudado por décadas o uso comum da terra, Federici traz uma nova perspectiva, já que o conjunto de sua obra traz elementos se intercruzando, auxiliando na compreensão do papel das camponesas na luta pela manutenção das terras de uso comum no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Longe de desaparecer, a classe camponesa continua demonstrando a sua resistência frente aos diversos ataques perpetrados pelo capital ao seu modo de vida e organização social. Esses enfrentamentos são históricos e são cotidianos. Fazem parte da história do tempo presente, do tempo das lutas campesinas. Esse artigo buscou trazer algumas contribuições para os estudos sobre os comuns de uma perspectiva feminista e da questão agrária brasileira.

É importante destacar que ao longo de toda a construção desse trabalho, foi a realidade material que produziu a teoria aqui empregada. Os territórios faxinalenses e outras realidades do campo brasileiro nos mostram a permanência do modo de vida baseado no uso comum da terra para criação e/ou plantação, mostram que eles resistem através do tempo, mesmo que o capital invista contra eles ao mesmo tempo que depende de relações não capitalistas para sobreviver, reiterando o seu caráter contraditório.

E a grande contribuição que podemos destacar é analisar a questão do uso comum da terra sob uma perspectiva de gênero, pois encontramos na materialidade muitos exemplos concretos e poucos trabalhos sobre o tema. Por conta disso, os

trabalhos de Silvia Federici, Maria Mies e Veronika Bennholdt-Thomsen são essenciais para compreender a questão dos comuns na análise feminista. Infelizmente não foi possível identificar pesquisas sobre o tema dentro da realidade brasileira, ou seja, sobre a questão agrária, uso comum da terra e gênero.

Porém, acreditamos que ao trazer certas temáticas antes consideradas como secundárias nas ciências e porque não, na questão agrária, como é o caso dos estudos sobre mulheres e gênero no campo, abrem caminhos para novas discussões, novos caminhos e novas mudanças.

O que a autora defende – e o que nós defendemos aqui – é a visão de que a sem as mulheres, sem a atuação delas, não há comuns, e por sua vez, afirmamos que não há o uso comum da terra, visto que são elas as responsáveis pelo trabalho reprodutivo, o trabalho do cuidado – dos filhos, dos idosos, da casa, da horta, das tradições, da memória familiar e comunitária. E esse trabalho visto como "leve" e como "ajuda" é o que Federici apresenta como o "ponto zero da revolução" (2022, p. 285).

Pois existe algo comum a todos os territórios camponeses que fazem o uso comum da terra: a manutenção desse modo de vida é fruto da lógica camponesa, baseada na família e que, por sua vez, tem na mulher o ponto central dessa lógica, e são as mulheres as quais mantendo isso, conseguem manter a construção do campesinato como classe social, ou seja, a dialética da construção da classe e manutenção do modo de vida passa pelas mãos das mulheres camponesas.

REFERÊNCIAS

DARDOT, Pierre. LAVAL, Christian. **Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI.** São Paulo: Boitempo, 2017.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva.** São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista.** São Paulo: Editora Elefante, 2019

FEDERICI, Silvia. **Reencantando o mundo: feminismo e a política dos comuns.** São Paulo: Editora Elefante. Trad.: Coletivo Sycorax, 2022.

FEDERICI, Silvia. **Women, land struggles, and the reconstruction of the commons. Working**. USA, v. 14, n. 1, p. 41-56, 2011.

HAURESKO, Cecilia. **Lugares e tradições. As comunidades faxinalenses de Anta Gorda e Taquari dos Ribeiros.** Guarapuava: Unicentro, 2012.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital.** Rio de Janeiro: Editora Record, 1985.

MARCOS, Valeria de. FABRINE, João. Edmilson. **Os camponeses e a práxis da produção coletiva.** São Paulo, Expressão Popular, 2010.

CAMPOS, Nazareno José de. **Terras de uso comum no Brasil.** 258 f. Tese (doutorado) Depto. de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2000.

CAMPOS, N. J. **As Diferentes Formas de Uso Comum da Terra no Brasil.** In: 8 Encuentro de Geografos de America Latina, 2001, Santiago. 8° Encuentro de Geografos de America Latina, 2001. p. 135-146.

OLESKO, Gustavo Felipe. **Terra, Luta de Classes e Acumulação Original em Comunidades Camponesas: A Geografia das terras de uso comum no Brasil e Argentina.** 400 f. Tese (Doutorado). Depto. de Geografia FFLCH USP. São Paulo: 2019.

TAVARES, Luis Almeida. **Campesinato e os faxinais no Paraná: as terras de uso comum.** 756p. Tese (Doutorado). Depto. de Geografia FFLCH USP. São Paulo, 2008

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**: Estudos sobre cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA E SOCIAL DO MST E NA AMPLIAÇÃO DA PAUTA DO MOVIMENTO

Laura Gomes da Costa[1]

Sergio Aparecido Nabarro[2]

RESUMO

Este artigo visa analisar a atuação das mulheres camponesas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em conjunto com as integrantes do Movimento das Mulheres Camponesas (MMC) com objetivo de compreender o papel desempenhado por elas frente à organização e consolidação dos assentamentos rurais criados a partir da luta pela terra. Foi a partir da investigação do trabalho feminino e das lutas feministas das militantes que a pesquisa foi desenvolvida. Assim, o método de análise empregado foi o materialismo histórico-dialético e a metodologia foi baseada na análise bibliográfica e na investigação qualitativa das relações estabelecidas no contexto das lutas. A primeira parte do artigo analisa o histórico do feminismo camponês, sua atuação e os movimentos e lideranças feministas do campo. Posteriormente, explicita-se as contribuições das mulheres no espaço agrário, em diferentes pautas, como na luta pela diminuição das desigualdades socioespaciais no campo e pela ampliação da pauta dos movimentos, em especial do MST.

Palavras-chave: Feminismo Camponês; Movimentos Sociais; Gênero; Luta Política; Resistência.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo analizar el accionar de mujeres campesinas del Movimiento de Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST) junto con integrantes del Movimiento de Mujeres Campesinas (MMC), con el objetivo de comprender el papel desempeñado por ellas en la organización y consolidación de los asentamientos rurales, creado a partir de la lucha de movimientos. Fue a partir de la investigación del trabajo femenino y las luchas feministas de las activistas que se desarrolló la investigación. Así, el método de análisis utilizado fue el materialismo histórico-dialéctico y la metodología se basó en el análisis bibliográfico y la investigación cualitativa de las relaciones establecidas en el contexto de las luchas. La primera parte del artículo analiza la historia del feminismo campesino, sus actividades y los movimientos y líderes feministas en el campo. En un segundo momento, se explican los aportes de las mujeres en el espacio agrario, en diferentes agendas, como en la lucha por la reducción de las desigualdades socioespaciales en el campo y por la ampliación de la agenda de los movimientos sociales en el campo, especialmente el MST.

[1] Mestranda do Curso de Pós Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Londrina, gomesdacosta.laura@uel.br

[2] Docente do Curso de Pós Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Londrina, sergionabarro@uel.br

Palabras clave: Feminismo Campesino; Movimientos Sociales; Género; Lucha Política; Resistencia.

INTRODUÇÃO

A questão de gênero no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é uma temática relativamente recente. Na ciência geográfica ela ainda está em construção, havendo poucas (e recentes) referências. Por isso, objetivando aprofundar as análises sobre a participação das mulheres na luta pela terra e sobre o feminismo camponês, a presente pesquisa propõe compreender a influência feminina na articulação do MST, sobretudo na organização e consolidação dos assentamentos rurais criados a partir das ações do Movimento. Além disso, propomos uma análise da articulação do MST com as universidades, vislumbrando o aprofundamento do debate político e social que sustenta o Movimento. Essa articulação tem aberto novas perspectivas para a evolução do MST. As atividades que são desenvolvidas em assentamentos rurais, também podem contribuir para com a disseminação das contribuições realizadas pelo Movimento das Mulheres Camponesas (MMC) junto ao MST no cotidiano das lutas abraçadas pelos movimentos sociais de luta pela terra.

Diante da estigmatização dos militantes dos movimentos que questionam a propriedade privada e luta pela reforma agrária, é importante mostrar as ações promovidas por eles para que haja a superação de preconceitos construídos em torno das estratégias de organização e articulação dos movimentos sociais do campo, em especial do MST. Além disso, é importante divulgar as organizações voltadas às mulheres do campo, muitas ainda pouco conhecidas, mas que promovem o empoderamento das camponesas e contribuem para que o movimento seja reconhecido.

METODOLOGIA

A partir da necessidade de compreender como as mulheres camponesas se organizaram – com base nas lutas de gênero e na organização social dentro dos movimentos sociais, com ênfase ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e sua articulação ao Movimento das Mulheres Camponesas (MMC) – utiliza-se o materialismo histórico-dialético como método para conduzir as análises da pesquisa. Neste sentido, o conceito de *trabalho* é fundamental, pois:

> O trabalho é a categoria central de análise da materialidade histórica dos homens porque é a forma mais simples, mais objetiva, que eles desenvolveram para se organizarem em sociedade. A base das relações

> sociais são as relações sociais de produção, as formas organizativas do trabalho. (PIRES, 1997, p. 89)

Foi a partir das reflexões a respeito do trabalho das mulheres camponesas que se desenvolveu a pesquisa, tendo como base as contribuições que estas promovem nas alterações da pauta nos movimentos, em virtude das lutas de gênero travadas por elas.

Destaca-se que a pesquisa é de natureza qualitativa exploratória e foi realizada por meio do levantamento bibliográfico, uma vez que seu objetivo foi entender o histórico de lutas das mulheres trabalhadoras e militantes de movimentos sociais camponeses percorreram para a conquista de espaços que hoje também são ocupados por elas.

REFERENCIAL TEÓRICO

Os movimentos sociais são formados a partir da organização coletiva de indivíduos para reivindicar direitos cerceados e/ou suas demandas específicas. Neste sentido, é fundamental compreender como este fenômeno social é definido.

> (...) defino analiticamente um movimento social como uma forma de ação coletiva baseada na solidariedade, desenvolvendo um conflito, rompendo os limites do sistema em que ocorre a ação. Estas dimensões permitem que os movimentos sociais sejam separados dos outros fenômenos coletivos (delinquência, reivindicações organizadas, comportamento agregado de massa) que são, com muita frequência, empiricamente associados com "movimentos" e "protestos". (MELUCCI, 1989, p. 57)

Assim, nem toda manifestação se configura como um movimento social. É preciso que haja ações de planejamento, pautas e demandas bem definidas etc. Para isso, é necessário articulação e estruturas por trás dessas ações e objetivos muito claros pelos quais almejam.

Gohn (2010) discorre sobre a importância que os movimento sociais tem para com a formação de conhecimento,

> [...] eles são fontes de inovação e matrizes geradoras de saberes. Entretanto, não se trata de um processo isolado, mas de caráter político-social. Por isto, para analisar estes saberes deve-se buscar as redes de articulações que os movimentos estabelecem na prática cotidiana, e indagar sobre a conjuntura política, econômica e sócio-cultural do país quando as articulações acontecem. Estas redes são essenciais para compreender os fatores que geram as aprendizagens e os valores da cultura política que são sendo construídos no processo interativo (GOHN, 2010, p.01).

Com base no que foi exposto acima, entende-se como os movimentos sociais contribuem para com a formação de cidadãos críticos indo de acordo com as conjunturas que fazem com que esses indivíduos aderem aos respectivos movimentos

sociais, desse modo e por meio das articulações que estes passam a fazer parte, tornam-se questionadores políticos a respeito da realidade social que os cercam. Sendo assim, percebe-se o poder que os movimentos sociais possuem em torno da criticidade da sociedade.

Inúmeros são as demandas dos movimentos sociais articulados pelo mundo, pode-se citar as reivindicações da população negra, da comunidade LGBTQIAPN+ entre eles o movimentos sociais com demandas feministas, caracterizado por uma:

> (...) tomada de consciência das mulheres como coletivo humano, da opressão, dominação e exploração de que foram e são objeto por parte de coletivo de homens no seio do patriarcado sob suas diferentes fases históricas, que as move em busca da liberdade de seu sexo e de todas as transformações da sociedade que sejam necessário para esse fim. (GARCIA, 2015, s/p)

É importante, portanto, compreender como as mulheres se organizaram e estruturaram os movimentos, suas pautas e as demandas levantadas para a construção de sua emancipação na luta por seus direitos, oriundos do feminismo, uma vez que este possui fragmentações, a partir das quais cada qual busca abranger as necessidades de diferentes parcelas da população feminina, como o feminismo negro, radical, liberal e o camponês, foco desta pesquisa.

Para compreender o feminismo camponês popular é importante conhecer as peculiaridades do movimento feminista no mundo,

> (...) a chamada primeira onda do feminismo aconteceu a partir das últimas décadas do século XIX, quando as mulheres, primeiro na Inglaterra, organizaram-se para lutar por seus direitos, sendo que o primeiro deles que se popularizou foi o direito ao voto. (PINTO, 2010, p. 15).

A primeira onda feminista gerou uma série de manifestações em países como Reino Unido e Estados Unidos da América. Entretanto, foi somente nos anos 1960 que as ações em prol dos movimentos feministas criam corpo, influenciadas por movimentos como o *Hippie*, nos EUA e a Bossa Nova, no Brasil (PINTO, 2010).

No Brasil, "(...) o que tínhamos era um momento de repressão total da luta política legal, obrigando os grupos de esquerda a irem para a clandestinidade e partirem para a guerrilha" (PINTO, 2010, p. 16). Tal realidade contribuiu muito para o atraso da luta feminista brasileira, quando comparada às da Europa e Estados Unidos, porque o país vivenciava um dos piores capítulos da sua história: a Ditadura Militar.

Outro ponto a ser destacado é que nem todas as mulheres eram beneficiadas pelas pautas do movimento, ressaltando que este emerge em sua primeira fase, em um contexto urbano, como explica Pinto (2010, p. 15), ao afirmar que o movimento

feminista dos anos 1950 e 1960 era composto por "mulheres de classe média, educadas, principalmente, nas áreas das Humanidades, da Crítica Literária e da Psicanálise", que reivindicavam melhores condições de trabalho, direito ao voto e educação, ignorando a pauta das mulheres do campo.

> Majoritariamente, os debates teóricos sobre feminismo partem de uma perspectiva das mulheres urbanas, em especial, quando a busca é contar a história do feminismo, o que é perfeitamente compreensível, já que essa categoria aparece no cenário político e teórico a partir das lutas de mulheres urbanas por direitos. Mas, com o conhecimento histórico que temos atualmente, é necessário avançar. (CALAÇA, 2021, p. 31).

Além disso, as pautas feministas pelas quais estas reivindicavam, eram diferentes, uma vez que,

> Tanto as camponesas quanto as mulheres negras nunca lutaram pelo direito ao trabalho, pois essa realidade elas vivenciaram desde muito novas. Sua luta em relação ao trabalho tem relação com reconhecimento e valorização. Essas diferenças contribuem para que ao olhar para o feminismo, muitas não reconheçam ali suas lutas. (CALAÇA, 2021, p. 34)

Desse modo, percebe-se que as pautas das mulheres do campo eram, e ainda são diferentes, das mulheres urbanas. Assim, houve a necessidade de um feminismo voltado a elas, respeitando suas especificidades e demandas, assim como outros segmentos dessa filosofia política, que se desenvolvem de acordo com as necessidades de cada grupo.

Estas mulheres necessitavam de um movimento que lutassem junto delas pelo reconhecimento do trabalho que já vinha sendo realizado, porém ocasionado pelo machismo estrutural enraizado nas diferentes esferas da sociedade, era inviabilizado e retraído, tendo toda a aclamação pelas funções braçais realizadas no campo sendo remanejadas para a figura masculina.

A partir de demandas específicas das mulheres do campo, no ano de 1994, no Peru, foi criada a Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo (CLOC) que compõem a Via Campesina, atuando em 18 países da América Latina e do Caribe, contando com o apoio de 84 organizações, entre eles o MST no Brasil, a CLOC tem entre seus objetivos

> [...] desenvolver a solidariedade, a unidade na diversidade entre as organizações membros para promover relações econômicas de igualdade, paridade de gênero, justiça social, a preservação e conquista de terras, água, sementes e outros recursos naturais; soberania alimentar; produção agrícola sustentável e igualdade baseada na produção de pequena e média escala. (CLOC - LA VIA CAMPESINA, 2010, s/p).

Iniciando assim, os processos de articulação para a organização de um feminismo voltado para a realidade das mulheres camponesas (CALAÇA, 2021).

As mulheres feministas do campo "são camponesas que, mesmo em outras organizações, participando de outras lutas, sentem a necessidade de se auto-organizarem para que as pautas das mulheres não sigam invisíveis" (CALAÇA, 2021, p. 43), ou seja, buscam o reconhecimento pelos trabalhos desenvolvidos por elas.

No Brasil, as articulações em torno do feminismo no campo começaram a ganhar forma no final do século XX, como explica a socióloga Valdete Boni:

> Anteriormente, de forma isolada nos estados brasileiros, as organizações de mulheres existem desde a década de 1980, como é o caso do MMA em Santa Catarina, do MMTR no Rio Grande do Sul e Paraná e das extrativistas no norte e nordeste do Brasil, como as quebradeiras de coco de babaçu. Na década de 1990 esses movimentos começaram a se articular e criaram a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR), que resultou na criação do MMC em 2004. (BONI, 2013, p. 69).

Desse modo, é fundamental analisar o histórico de luta das mulheres do campo até o alcance dos espaços conquistados nos dias atuais, reconhecendo todos os desafios e as barreiras impostas e sua resistência.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As articulações das mulheres camponesas são datadas no início da década de 1980 (LORENZONI, SEIBERT e COLLET, 2020) e marcadas pela insatisfação em virtude de sua condição subalterna no debate político e organizativo dos movimentos sociais de luta pela terra, uma vez que foram silenciadas das tomadas de decisões, mesmo tendo participação ativa nas manifestações.

> Ainda que nós mulheres participássemos, amplamente, desse processo de luta pelo fim do golpe militar, contra a fome, desigualdade e injustiças impostas pela perversidade do capitalismo e do patriarcado, nós, como mulheres, vivíamos no anonimato e invisibilizadas. (LORENZONI, SEIBERT e COLLET, 2020, p. 14)

Foi a partir dessa realidade que as mulheres camponesas iniciaram as organizações dos espaços de debates para a mudança da realidade. Entretanto, foi somente no início dos anos 2000 que houve a consolidação das demandas das mulheres camponesas, sobretudo em virtude da realização das marchas e dos encontros nacionais, como a Jornada das mulheres do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST e do Movimento das Mulheres Camponesas - MMC (LORENZONI, SEIBERT e COLLET, 2020). Nesse período, as mulheres começam a conquistar por meio de tais

articulações o reconhecimento pelas lutas travadas por elas no campo. Isso ocorreu em virtude da influência e da articulação iniciada pelas mulheres dos movimentos sociais ligados ao debate de gênero no campo e na cidade, como em 1986 – quando as camponesas conquistaram o direito de receber um lote de terra em assentamentos rurais – o que antes não era permitido, pois apenas os homens chefes das famílias eram os contemplados (MORISSAWA, 2001).

Em relação às pautas levantadas pelas mulheres engajadas no MST e articuladas a outros movimentos de gênero, como MMC, muitos foram os desafios enfrentados por elas para conquistar espaço dentro do MST, como a cobrança levantada por elas para terem maior participação política dentro da organização (SANTOS e BETTO, 2021).

Além dos movimentos sociais do campo voltados à luta feminina, como o MMC, há também eventos conjuntos, como a Marcha das Margaridas, organizada todos os anos, no mês de agosto, pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), evento que teve seu início no ano de 2000 e que no ano de 2023 chegou à sua sétima edição, objetivando a "construção de um projeto de sociedade que propõe um Brasil sem violência, onde a democracia e a soberania popular sejam respeitadas, a partir de relações justas e igualitárias" (MARCHA DAS MARGARIDAS, 2023, s/p). Além disso, "seu caráter formativo, de denúncia e pressão, e também de proposição, diálogo e negociação política com o Estado, tornou-se amplamente reconhecido como a maior e mais efetiva ação das mulheres no Brasil" (MARCHA DAS MARGARIDAS, 2023, s/p).

A Marcha Mundial das Mulheres também possui ações voltadas às mulheres camponesas. Seus principais objetivos são:

> Mudar o mundo e mudar a vida das mulheres em um só movimento. Igualdade para todas. Fortalecimento de espaços coletivos das mulheres: populares, autônomos e diversos. Ações com criatividade para enfrentar o capitalismo patriarcal, racista e lesbobifóbico. Construção de alianças com os movimentos sociais em luta para transformar o mundo. Vincular o trabalho permanente em âmbito local com os temas e processos globais. Solidariedade e internacionalismo. (MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES, 2023, s/p).

As ações desenvolvidas pela marcha contribuem para o empoderamento e ascensão das mulheres dentro dos movimentos sociais do campo, uma vez que as impulsionam em direção a um movimento mais participativo e democrático, com o envolvimento das mulheres em decisões importantes tomadas no interior destas organizações.

Após a inserção efetiva das mulheres no MST, muitas foram, e ainda são, as contribuições alavancadas por elas, como explica Mitsue Morissawa:

> Sua experiência nas ocupações, nos enfrentamentos e nas negociações, na lavoura, em suas casas ou barracos de lona, nas escolas, nas associações, nas cooperativas, no jornal e nas secretarias, resultou no Coletivo Nacional das Mulheres do MST. (MORISSAWA, 2001, p. 212)

Percebe-se as diferentes instâncias de atuação das mulheres camponesas no MST, sendo ampla as lutas abarcadas pelo debate de gênero – abrangendo também abordagens antirracistas (ALMEIDA e JESUS, 2020) – a produção de alimentos saudáveis (SILVA e RAUBER, 2020), além do combate à violência contra a mulher (LORENZONI, RODRIGUES e SANTOS, 2020) e da atribuição de pautas da comunidade LGBTQIA+ nas discussões do MST (SANTOS e BETTO, 2021).

Como exemplo de participação ativa das mulheres no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, pode-se citar o coletivo de mulheres no assentamento Eli Vive, localizado no distrito de Lerroville, município de Londrina, no norte do estado do Paraná.

Neste assentamento, as mulheres possuem papéis ativos no dia a dia do espaço, desde o início das ocupações e nas diretorias do movimento, porém ainda não conseguiram se desprender completamente das amarras do machismo (SANTOS; RAMIRO; VERONEZZI, 2018), desse modo, ainda lutam constantemente para conseguirem suas emancipações.

Além disso, dentre as ações realizadas pelo coletivo feminino do assentamento, pode-se citar as sacolas camponesas, que se caracterizam por venderem alimentos orgânicos por preços justos, sendo uma maneira de gerar renda para as mulheres do assentamento e distribuir alimentos de qualidade para a parcela de consumidores que compram seus produtos.

Com base nisso, é importante entender que ainda há muito mais a conquistar. A batalha não está encerrada. É preciso garantir às mulheres camponesas os mesmos direitos. Elas precisam ter voz e suas lutas incorporadas pelos movimentos sociais de luta pela terra em suas práticas sociais e ações cotidianas de mobilização e formação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitos são os desafios enfrentados pelas mulheres camponesas. Muito já foi conquistado, mas há ainda mais do que lutar para conquistar. A partir das análises

realizadas na pesquisa, pode-se entender que o movimento feminista urbano, antecedeu o movimento feminista camponês. Assim, as primeiras conquistas alcançadas foram em prol apenas de uma parcela das mulheres, pois exclui-se desse primeiro momento de mobilização as demandas das mulheres do campo. Além disso, é preciso reconhecer a importância que as organizações que lutam em prol dos direitos dos trabalhadores do campo tiveram para com as lutas travadas pelas mulheres camponesas, uma vez que estas tiveram grande papel para impulsionarem e dar visibilidade para as pautas de reivindicação. Entretanto, o espaço feminino no interior dos movimentos sociais ainda precisa ser mais ocupado para desconstruir o patriarcado e construir a igualdade de gênero.

Os atos a favor da atribuição das mulheres nos setores organizacionais do MST só ocorreram devido à luta política, resistência e força em prol dos ideais que até então não estavam representados frente às lutas políticas que antecedem a participação feminina, o que esclarece a importância das mesmas na organização social e política do movimento.

A luta das camponesas contribuiu para a criação de movimentos como o MMC e, consequentemente, para a sua articulação com o MST. Portanto, a participação ativa das mulheres nas esferas política e social, articuladas a outros movimentos de gênero, contribuiu efetivamente para uma ampliação das pautas propostas pelo MST, uma vez que, anteriormente, o movimento era comandado majoritariamente por homens, o que contribuiu para que não houvesse os propósitos que hoje possui, tendo em vista que o objetivo do MST estava centrado em "lutar pela terra, lutar pela reforma agrária e lutar por mudanças sociais no país" (MST, 1984, s/p). Atualmente, estes desígnios se mantêm, mas com as perspectivas das mulheres camponesas inseridas em tais lutas, como: luta pela educação do campo, pela moradia digna no campo, pela alimentação saudável, pelo acolhimento de mulheres vítimas de violência doméstica e da população LGBTQIA+.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Itamara; JESUS, Cleidineide Pereira de. Feminismo Camponês e Popular: uma abordagem antirracista. In: **Feminismo Camponês Popular:** reflexões a partir de experiências do Movimento de Mulheres Camponesas. São Paulo: Expressão Popular, 2020, p. 75-86.

BONI, Valdete. Movimento de Mulheres Camponesas: um movimento camponês e feminista. **Revista Grifos**, n. 34, 2013, p. 67-88.

CALAÇA, Michela. Feminismo Camponês Popular: contribuições à história do feminismo. **Revista Ruris**, n. 1, v. 13, 2021, p. 29-66.

CLOC. LA VÍA CAMPESINA. **Quem Somos?** Disponível em: https://cloc-viacampesina.net/quienes-somos. Acesso em: 19 nov. 2023.

GARCIA, Carla. Breve história do feminismo. São Paulo: **Claridade,** 2015.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos Sociais na contemporaneidade. 33ª Reunião Anual da ANPEd: **Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação.** Caxumbu, Minas Gerais. 17 a 20 de outubro de 2010. Disponível em: https://www.mprj.mp.br/documents/20184/172155/movimentos_sociais_na_contemporaneidade.pdf. Acesso em: 30 nov. 2023.

LORENZONI, Carmen; RODRIGUES, Sandra Marli da Rocha; SANTOS, Sirley Ferreira dos. Enfrentamento à Violência Contra a Mulher. In: **Feminismo Camponês Popular:** reflexões a partir de experiências do movimento de mulheres camponesas. São Paulo: Expressão Popular, 2020, p. 145-158.

LORENZONI, Carmen; SEIBERT, Iridiani Gracieli; COLLET, Zenaide. **Movimento de Mulheres Camponesas:** veredas de muitas histórias. In: **Feminismo Camponês Popular:** reflexões a partir de experiências do movimento de mulheres camponesas. São Paulo: Expressão Popular, 2020, p. 13-32.

MARCHA DAS MARGARIDAS. **Margaridas em Marcha 2023**. Disponível em: https://www.marchadasmargaridas.org.br/. Acesso em: 24 ago. 2023.

MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES. **Quem Somos?** Disponível em: https://www.marchamundialdasmulheres.org.br/a-marcha/quem-somos/. Acesso em: 25 ago. 2023.

MERLUCCI, Alberto. **Um objetivo para os movimentos sociais? Revista Lua Nova**, n. 17, 1989, p 49-66.

MORISSAWA, Mitsue. **A História da Luta pela Terra e o MST.** São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MST. **O MST: nossa história.** Disponível em: https://mst.org.br/nossa-historia/84-86/. Acesso em: 11 jul. 2023.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo: história e poder**.** Revista de Sociologia política. n. 36, v. 18, 2010, p. 15-23.

PIRES, Marília Freitas de Campos. Educação e Materialismo Histórico e Dialético. **Revista Interface:** comunicação, saúde, educação, n. 1, v.1, 1997, p. 83-94.

SANTOS, Ana Paula Rodrigues dos; RAMIRO, Larissa Cristina Figueiredo; VERONEZZI, Fernando. **Aspectos histórico-geográficos do assentamento Eli Vive, Londrina (PR).** I Simpósio Nacional de Geografia e Gestão Territorial e XXXIV Semana de Geografia da Universidade Estadual de Londrina. Disponível em: https://anais.uel.br/portal/index.php/sinagget/article/view/474/384. Acesso em: 30 out. 2023.

SANTOS, Iolanda Araújo Ferreira dos; BETTO, Janaina. Movimentos Sociais Rurais e Feminismos: percursos e diálogos na construção do feminismo camponês e popular. **Revista Caderno Crh**, v. 34, 2021, p. 1-18.

SILVA, Edcleide da Rocha; RAUBER, Ana Claudia. Sementes de Resistência: caminhos para a produção de alimentos saudáveis. In: **Feminismo Camponês Popular:** reflexões a partir de experiências do Movimento de Mulheres Camponesas. São Paulo: Expressão Popular, 2020, p. 99-110.

HOMENS E MULHERES EM CANTORIA

REFLEXÕES SOBRE A RELAÇÃO ENTRE GÊNERO E DEVOÇÃO NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO RIBEIRÃO GRANDE-TERRA SECA

Lucas Martines de Azevedo da Silva[1]

RESUMO

O presente trabalho busca tecer reflexões sobre a relação entre religiosidade negra e gênero, a partir da análise do modo como homens e mulheres da comunidade do Ribeirão Grande-Terra Seca, hoje autoidentificada como quilombola, localizada no município de Barra do Turvo-SP, se apropriam de uma prática devocional conhecida como Cantoria das Almas. De forma a respaldar a análise, discute-se em primeiro lugar as abordagens das dimensões da religião e do gênero em quatro estudos antropológicos sobre comunidades negras rurais. Neste momento, mostra-se também o modo como os estudos aludidos articulam a dimensão de gênero nos territórios negros à problemática do patriarcado. Posteriormente, uma descrição cerimonial da Cantoria das Almas é realizada, tendo como base alguns elementos já discutidos, como a esfera da cura, da proteção e do cuidado nas comunidades negras. À descrição da prática, sucede-se a apresentação da metodologia, que consiste na análise de entrevistas realizadas com membros das gerações mais velhas da comunidade interlocutora. Na sequência, apresenta-se o projeto de extensão sobre educação quilombola no município de Barra do Turvo, ao qual o autor e sua pesquisa se encontram atrelados. Por fim, a análise das entrevistas é tecida, buscando evidenciar as características dos papéis de mestre e de cantadeira na realização das Cantorias, enfatizando no exercício destes uma recorrente alternância de papéis de gênero entre homens e mulheres. O trabalho é finalizado com uma reflexão sobre o modo com as relações de gênero na prática das Cantorias subvertem as relações patriarcais.

Palavras-chave: gênero, devoção, Cantoria das Almas, comunidade quilombola.

ABSTRACT

The presente work aims to reflect on the relationship between black religiosity and gender, based on the analysis of how men and women from the community of *Ribeirão Grande-Terra Seca*, now self-identified as *quilombola*, located in the municipality of *Barra do Turvo-SP*, engage in a devotional practice known as *Cantoria das Almas* (Chanting of the Souls). To support the analysis, the paper first discusses the approaches to the dimensions of religion and gender in four anthropological studies on rural black communities. At this point, it also demonstrates how these studies articulate the gender dimension in black territories with the issue of patriarchy. Subsequently, a ceremonial description of the *Cantoria das Almas* is carried out, based on elements previously discussed, such as the spheres of healing, protection and care within black communities. Following the description of the practice, the methodology is presented, involving the analysis of interviews conducted with older members of the community. Next, the extension project on *quilombola* education in the municipality of *Barra do Turvo* is introduced, to which the author and their research are linked. Finally, the analysis of the interviews is carried out, seeking to highlight the characteristics of the roles of master and singer in the performance of the *Cantorias*, emphasizing a recurrent alternation of gender roles between men and women in the exercise of these roles. The work concludes with a reflection on how gender relations in the practice of *Cantorias* subvert patriarchal relationships.

Key-words: gender, devotion, *Cantoria das Almas*, *quilombola* community.

[1] Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo. E-mail: lucas.martines.silva@usp.br

DEVOÇÃO E GÊNERO: APROXIMAÇÕES INICIAIS

Nos primeiros estudos antropológicos sobre as comunidades negras rurais, realizados a partir da década de 1980, as práticas da religiosidade popular foram continuamente abordadas tendo em vista dois aspectos principais, nem sempre tratados conjuntamente: o primeiro deles diz respeito ao patrimônio simbólico que as práticas religiosas representavam ao evidenciar elementos africanos e indígenas que rasuravam e ressignificavam o repertório católico; e o segundo, ao papel que as mesmas práticas exerciam na manutenção dos princípios de solidariedade e reciprocidade, co-produzidos no interior de um processo de resistência e alteridade com a sociedade envolvente, branca e racista (BANDEIRA, 1991). A seguir, discutiremos as relações entre religiosidade negra, dimensão comunitária e gênero, tecidas por quatro estudos clássicos sobre comunidades negras rurais (quilombolas) para, enfim, discutirmos a prática da Cantoria das Almas – objeto de reflexão desse trabalho – no território da comunidade do Ribeirão Grande-Terra Seca, nossa comunidade interlocutora.

Começaremos pelo trabalho de Maria Lourdes Bandeira (1988) sobre a comunidade de Vila Bela dos Pretos, no município de Vila Bela da Santíssima Trindade-MT. Vila Bela dos Pretos foi identificada por Bandeira (1988) como uma comunidade católica cujo universo sagrado se encontrava repleto de elementos sensíveis-suprassensíveis, como simpatias, feitiços e benzimentos, herdados de tradições africanas (banto) e indígenas. Segundo a autora, as condições limiares entre a vida e a morte (como as doenças, os nascimentos e os funerais) eram as situações cotidianas privilegiadas para a manifestação de tais elementos. A mobilização deles dependia da atuação dos especialistas em matéria de sabedoria popular, como curandeiros e parteiras, e também de sujeitos reconhecidos por serem feiticeiros, rezadeiros/as e benzedeiros/as. Estas diferentes situações, além de envolver as figuras aludidas, mobilizavam a comunidade como um todo ao reproduzir princípios constitutivos da sua formação social. “Na doença e na morte, a solidariedade e a reciprocidade em que se funda a comunidade dos pretos de Vila Bela” se atualizavam (BANDEIRA, 1988, p. 193), na medida em que membros da comunidade se reuniam e se alternavam nas ladainhas, nas orações e nos cuidados (pessoais e domésticos) da pessoa doente, da mulher parturiente ou daqueles velados nos funerais.

O trabalho de Neusa Maria Mendes de Gusmão (1996), por sua vez, sobre a comunidade de Campinho da Independência, localizada no município de Paraty-RJ, enfatizou estritamente as dimensões comunitárias e identitárias das práticas religiosas. Gusmão (1996) demonstrou como a devoção aos santos católicos, principalmente ao São Benedito e à Nossa Senhora do

Rosário, reunia as unidades familiares em torno de rezas, orações e terços. Além dessas práticas, a autora ainda abordou a Festa em homenagem a São Benedito e o seu papel na reafirmação da identidade do grupo. "Até hoje, seu povo tem em São Benedito, 'santo dos pretos, né?', e na festa em sua homenagem a confirmação daquilo que são: como grupo, pretos e católicos, descendentes de Vovó Antonica (uma das fundadoras da comunidade), festeira maior de São Benedito" (GUSMÃO, 1996, p. 92, grifo nosso).

De modo semelhante, o estudo realizado por Mari de Nazaré Baiocchi (1983) sobre a comunidade do Cedro, localizada no município de Mineiros-GO, ressaltou a importância da esfera do catolicismo popular na conformação de laços comunitários e de compadrio entre diferentes famílias através dos encontros proporcionados pela realização de novenas, ladainhas e batismos. Os santos de devoção, nessas práticas, ganhavam papel de destaque, pois eram a estes que os cedrinos recorriam em busca de proteção e de socorro em caso de doenças ou qualquer outro infortúnio. "O cedrino protege-se, entregando aos santos, seus problemas momentâneos ou não, para serem solucionados; 'se não pedir ajuda, nada se resolve'", relatou um dos interlocutores da autora (BAIOCCHI, 1983, p. 139).

A etnografia da comunidade de pretos do Castainho, localizado no município de Garanhuns-PE, realizada por Anita Maria de Queiroz Monteiro (1985), identificou os mesmos elementos discutidos acima, só que agora, de um lado, em celebrações que mobilizavam um repertório de ícones religiosos católicos, como os santos, combinado às práticas terapêuticas de curandeiros e, de outro, em celebrações que recebiam como guias referências sagradas umbandistas, a exemplo dos espíritos dos pretos velhos e dos caboclos. Ambas vertentes eram lideradas por membros da própria comunidade, sendo que a primeira possuía um líder masculino e a segunda, conhecida como "culto da senzala", uma liderança feminina. Ambos despontavam como líderes informais no território. No entanto, o primeiro tinha um raio de ação mais abrangente do que a liderança feminina, ao usufruir dos espaços de decisão relativos ao campo da produção econômica (agricultura e comercialização). O raio de ação da dirigente do culto da senzala, por seu turno, se limitava ao campo propriamente religioso, o que envolvia aspectos mais cotidianos, desde o alcance de determinado desejo à cura de doenças.

> Essa delimitação de espaços sociais de atuação dos dois líderes, além de mostrar a diferença no alcance do poder político entre os dois sexos, permite uma convivência relativamente harmoniosa entre os dois grupos religiosos, e até a co-participação, pelos mesmos indivíduos, dos dois tipos de culto (MONTEIRO, 1985, p. 69).

A diferença de gênero em relação às vertentes religiosas na comunidade de Castainho nos leva à segunda questão foco do presente trabalho: o gênero. Nos estudos mencionados, a dimensão do gênero, isto é, da distribuição dos papéis exercidos por homens e mulheres em práticas mediadas pelo sagrado, dependia de situações concretas e da particularidade das relações entre homens e mulheres no interior de cada comunidade e destas relativamente à sociedade mais ampla. Em Campinho da Independência, onde a autora ressaltou um forte protagonismo feminino na manutenção da vida material no interior do território através da agricultura e do comércio dos excedentes agrícolas, a função do festeiro e o ofício de rezador eram predominantemente exercidos por mulheres, como a Vovó Antonica, apesar de homens também os exercerem com menor frequência (GUSMÃO, 1996). Para a comunidade do Cedro, Baiocchi (1983) não classificou os ofícios religiosos por gênero, porém, argumentou que as esferas do cuidado e da medicina popular – nas quais a religiosidade possuía papel de relevo – se encontravam sob a responsabilidade das mulheres, que acionavam tanto saberes tradicionais quanto rezas específicas capazes de extrair da mata forças terapêuticas. Bandeira (1988) igualmente não classificou os ofícios religiosos por gênero, mas teceu uma consideração semelhante ao de Baiocchi (1983) sobre o papel das mulheres em Vila Bela dos Pretos no tocante à dimensão do cuidado dos enfermos. Todavia, Bandeira (1988), diferentemente de Baiocchi (1983), apontou que às mulheres não cabia a responsabilidade exclusiva da assistência médica, mas sim a de mobilizar a comunidade como um todo para o exercício dos cuidados com o enfermo. Não obstante o envolvimento coletivo, às mulheres eram delegadas as principais atribuições.

> A elas (mulheres) cabe desencadear na comunidade, e canalizar para o grupo doméstico atingido, o processo de atualização das regras de solidariedade e reciprocidade. A comunidade, como um todo, se envolve na doença e na morte de um de seus membros. (...). Se o doente é homem, cabe aos homens dar-lhe banhos, vestir-lhe, fazer visitas para conversar, estabelecendo uma ponte entre o doente e os sãos. Às mulheres cabem o preparo e a administração dos remédios, da comida e de todo o conforto necessário. Se a doente é a mulher, as outras mulheres se revezam para garantir o funcionamento da rotina diária: cozinham, lavam, passam, tomam conta das crianças e velhos, realizam demais tarefas que compõem o cuidado com a casa e com a família. Dão banho na doente, trocam roupa, fazem e ministram remédios (BANDEIRA, 1998, p. 193).

Nota-se, portanto, que há entre o religioso, a esfera dos cuidados e a dimensão de gênero, conexões internas que reproduzem tanto as relações comunitárias, quanto papéis de gênero específicos, como a relação entre as mulheres e os trabalhos domésticos. Exceto a comunidade do Campinho da Independência, na qual Gusmão (1996) afirmou que a subordinação das mulheres era apenas aparente, na medida em que o cotidiano vivido revelava a liderança das

últimas, as comunidades do Cedro, de Vila Bela dos Pretos e de Castainho, segundo as autoras que as estudaram, correspondiam (mas não se limitavam) ao padrão patriarcal da sociedade envolvente. Isto é, havia uma tendência ao domínio masculino no tocante às decisões comunitárias e familiares, acompanhada de uma divisão sexual do trabalho em que aos homens eram legados os trabalhos produtivos e às mulheres, os reprodutivos e os cuidados internos dos membros da comunidade, como vimos com Bandeira (1988).

Levando em consideração, todavia, que o exercício dos ofícios religiosos é uma fonte de poder e que as mulheres não eram excluídas deste domínio, o estudo dos poderes religiosos femininos, relativamente ao poder patriarcal, pode nos aproximar das relações de gênero no interior de comunidades negras, sem abstrair por inteiro o debate do patriarcado, mas também sem considerar acriticamente as mulheres como sujeitos submissos e inferiores aos homens. Nesse sentido, a formulação de uma questão pode contribuir ao desenvolvimento do debate: o poder religioso das mulheres tem um potencial implosivo no tocante ao poder patriarcal (perspectiva de Gusmão [1991]) ou trata-se aqui de casos particulares em que o último é apenas provisoriamente suspendido pelo fato de a dinâmica do campo sagrado e transcendente não se limitar às determinações sociais (perspectiva de Monteiro [1985])? Colocada a questão em outros termos: em que medida as práticas religiosas, relacionadas às dimensões da saúde e da proteção no interior de território sociais negros, possibilitam a suspensão do patriarcado e em que medida possibilitam sua implosão?

No intuito de se aproximar da compreensão deste questionamento, o presente trabalho busca apresentar reflexões em torno da relação entre religiosidade negra e gênero, tendo como interlocutora uma comunidade de pretos, a comunidade do Ribeirão Grande-Terra Seca, hoje autoidentificada como quilombola, localizada no município de Barra do Turvo, SP (Vale do Ribeira). Assim como nas comunidades mencionadas anteriormente, as práticas religiosas, individuais e coletivas, eram e ainda hoje são primordiais para a manutenção dos laços de solidariedade e reciprocidade no interior do território. Além das práticas individuais de benzedeiros, curandeiros e parteiras, há práticas de caráter especificamente coletivo, como as Cantorias das Almas, as Danças de São Gonçalo, as Mesadas de Anjos, sendo que no passado também se incluíam entre estas os Cantos Fúnebres. Incluídas dentro de um contexto mais amplo nomeado pelos seus próprios agentes de devoção, essas práticas religiosas, devocionais, são acionadas, tal como nas comunidades aludidas, por motivos de cura, proteção e preservação da memória dos antepassados, assim como dos bebês perdidos (os anjos) e acolhidos pela comunidade em funerais caseiros. Historicamente, as práticas mencionadas possuem origem

católica, mas foram, no processo de territorialização das comunidades negras do Vale do Ribeira, totalmente rasuradas por elementos africanos (banto) e indígenas (guarani) (PAES, 2007; MARTINES, 2020). As próprias concepções de cura, proteção e ancestralidade que os santos e os anjos, no caso das duas primeiras concepções, e as almas, no caso das três, emanam para a comunidade podem ser interpretados na perspectiva defendida por Martins (1998), ou seja, como um resultado de um processo em que referências e ícones católicos foram investidos de sentidos africanos pelos escravizados e seus descendentes no Brasil.

Ritualmente, as Cantorias são procissões noturnas, tradicionalmente realizadas no período que se estende do início da Quaresma à Sexta-Feira da Semana Santa. Trata-se de um período em que a comunidade renova a proteção espiritual emanada pelas almas dos seus antepassados (almas do cemitério) e pelas demais referências sagradas do universo devocional. As Cantorias são conduzidas por um mestre, ou uma mestra, que se posiciona à frente do grupo. É possível ainda que esteja discriminado dentro dos participantes da procissão um corpo seleto de cantadeiras, que se posicionam atrás do/a mestre/a. No passado, a procissão parava para cantar nos cemitérios de anjos, nos espaços de morada, nas capelas e, dependendo do fôlego do grupo, nos cemitérios de adultos, mais distantes, como o existente na área urbana do município de Barra do Turvo. Hoje, as Cantorias são realizadas de modo mais circunscrito ao próprio território da comunidade, parando para cantar apenas nas capelas e nos cemitérios de anjos (MARTINES, 2020).

Tendo em vista que os territórios negros são formados por espaços de apropriação familiar (privados) e espaços de uso comum e que em ambos os casos há a mediação do usufruto coletivo do território (GUSMÃO, 1991; ALMEIDA, 2008), torna-se necessário compreender as Cantorias no interior dessa lógica particular de apropriação territorial. As casas e os cemitérios de anjos, que se encontram no terreiro das primeiras, podem ser entendidos como espaços familiares, enquanto as capelas da comunidade (que homenageiam São Sebastião e Nossa Senhora da Aparecida) e os cemitérios de adultos, como espaços de uso comum. A realização das Cantorias é um momento da vida comunitária que proporciona o usufruto coletivo desses espaços, mesmo quando familiares, de modo a sacralizá-los ou de reforçar sua sacralidade. Ou seja, os momentos de sacralização dos espaços no território, via práticas como as Cantorias, estão intimamente relacionadas à lógica do usufruto coletivo.

No caso das Cantorias, a sacralização é realizada pelo próprio cantar. Os cânticos são ditados pelos mestres ou pelas mestras e apenas cantados após um deles manejar três vezes a

matraca, um instrumento sagrado que endossa de poder quem o carrega. Os nove cânticos são entoados, cada um, três vezes, em todos os espaços parados, que são também no mínimo três. Através dos cânticos, são homenageadas as referências sagradas específicas, como os anjos, as almas (do cemitério, do purgatório e das ondas do mar) e os santos. Com o encerramento do ciclo dos cânticos, há uma pausa na procissão, momento propício para conversas e, quando este ocorre em um espaço de morada, se torna também um momento para a realização de uma ceia, constituída por rapadura, bolo, biscoitos, café, etc., ofertados pela família residente. Nota-se, portanto, como os intervalos da Cantoria outrossim constituem um momento importante para a renovação de laços entre os devotos.

Para analisar a relação entre devoção e gênero a partir das Cantorias, no próximo item discutiremos a forma como homens e mulheres se apropriam da prática, ressaltando entre eles o que identificamos como a alternância de papéis de gênero, isto é, um sistema de gênero flexível que não cristaliza ou congela as posições rituais de homens e mulheres no bojo das Cantorias. A inspiração para tal formulação foi extraída do trabalho de Ifi Amadiume (2015) sobre o tradicional sistema sexual Igbo na cidade de Nbobi, localizada onde hoje conhecemos como o Estado de Anambra, na Nigéria. Conforme a autora, os tradicionais sistemas sexuais neste localidade eram mediados pela flexibilidade das construções de gênero na língua e na cultura Igbo. Essa noção de flexibilidade das construções de gênero, reservadas as diferenças históricas entre o nosso caso de estudo e o da referida autora, se mostrou frutífera para a análise da dinâmica de gênero no interior das Cantorias, como se demonstrará.

A discussão terá como base entrevistas realizadas pelo autor com membros da comunidade em diferentes momentos de sua trajetória de pesquisa. A maioria das entrevistas foi realizada durante o ano de 2021 através de ligações telefônicas (estratégia adotada dado o contexto pandêmico). Estas foram realizadas como parte de uma Iniciação Científica sobre devoção quilombola financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (entre fev. 2020 e dez. 2021), que à época tinha sido renovada por mais 11 meses para discutir especificamente o protagonismo atual das mulheres quilombolas nas práticas devocionais. Outras entrevistas foram realizadas no ano de 2023, nos trabalhos de campo voltados à pesquisa (em andamento) de mestrado do autor, sobre patriarcado e territorialidade quilombola em Barra do Turvo. Ambas pesquisas foram formalmente aprovadas pela Associação da comunidade, sendo a pesquisa de mestrado em andamento também aprovada pelo Comitê de Ética da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Apesar de não termos definido um roteiro prévio para as entrevistas, nem em 2021, nem em 2023, de modo a deixar os interlocutores mais confortáveis, elas sempre foram norteadas por pontos relacionados às dimensões de gênero e, especificamente em 2021, da devoção. Os verdadeiros nomes dos entrevistados e dos sujeitos que figuram em suas memórias e narrativas foram substituídos por nomes fictícios, no intuito de respeitar a escolha feita pelos interlocutores de não serem identificados. Neste trabalho, reunimos as entrevistas feitas com 2 homens e 4 mulheres, pertencentes ao que a própria comunidade denomeia de a "geração mais velha", entre 60 e 80 anos. A transcrição das entrevistas e a reprodução de alguns dos seus fragmentos no presente trabalho também buscaram respeitar as nuances das falas dos entrevistados, fazendo uso de adequações ortográficas a fim de emular a oralidade. As intervenções do pesquisador nas mesmas estão destacadas em negrito. A análise encontrada no próximo item, com base nas entrevistas realizadas, se debruça sobre a relação entre gênero e devoção no tempo dos pais e padrinhos de nossos interlocutores, o que remonta, aproximadente, a meados do século XX (muitas vezes chamado de tempo de antigamente).

Quando as referências ancestrais dos nossos interlocutores envelhecem e se encantam, e as condições socioeconômicas da localidade passam a se transformar significativamente (a partir da década de 1960)[2], as Cantorias sofrem uma relativa reclusão. Quem assume a liderança delas a partir de então foram Donas Lúcia e Ponciá, duas das nossas interlocutoras. Dada a limitação de espaço do presente trabalho, não será possível abordar como se deu a sucessão dos antigos mestres às atuais mestras. Por ora, o que consideramos pertinente registrar é que, atualmente, apenas elas no interior da comunidade possuem as qualidades necessárias para o exercício de mestre das Cantorias. Os homens da geração delas que se encontravam aptos à direção das práticas devocionais mudaram de religião e passaram a frequentar as igrejas evangélicas do município (outro processo que, também, não poderemos desenvolver). Hoje, a direção das Cantorias é, então, um trabalho totalmente feminino.

Nossos interlocutores serão chamados aqui de Dona Ponciá, Dona Lúcia, Dona Luzia, Dona Claridade, Sr. Inácio e Sr. Geraldo. Por se tratar de uma comunidade, todos partilham de algum grau de parentesco (irmãos e primos). Dona Ponciá é a única das nossas interlocutoras que é oriunda de uma comunidade camponesa do município de Barra do Turvo chamada Água Quente. Ela passou a compor a comunidade do Ribeirão Grande-Terra Seca

[2] Estamos nos referindo aqui ao investimento na construção de infraestruturas no Vale do Ribeira, como estradas e rodovias, e a criação de Unidades de Conservação, a partir dos anos de 1950-60 (BERNINI, 2015).

quando se casou com o Sr. Inácio e se mudou para o território do Ribeirão Grande. Desde a infância, participava das Cantorias dirigidas pelo seu padrinho, homem que chamaremos de Sr. Aroldo. Quando se mudou para o Ribeirão Grande, Dona Ponciá passou a cantar junto aos devotos guiados em Cantoria pelo Sr. Zeca, pai da Dona Lúcia. Como a comunidade do Ribeirão Grande-Terra Seca é constituída por dois territórios cindidos por um cadeia de serras, cada um deles, antigamente, coorrespondia a domínios territoriais de mestres específios, sendo o Sr. Zeca o mestre do Ribeirão Grande e Donas Margarida e Ana, juntamente com seus irmãos, as mestras do Terra Seca. Veremos, todavia, que havia um trânsito entre os mestres e que o domínio territorial destes nunca foi fixo ou absoluto.

O contato com os interlocutores da comunidade do Ribeirão Grande-Terra Seca apenas foi possível pela nossa participação, durante o período de graduação, em um projeto de extensão sobre educação quilombola, coordenado pela Profa. Dra. Valéria de Marcos (DG-USP) e intitulado "Saberes em Diálogo: comunidade, escola e universidade na construção da educação quilombola em Barra do Turvo". Iniciado em 2018, o referido projeto busca, dentre outras atividades, proporcionar momentos de vivência nos territórios quilombolas para estudantes e professores da rede municipal, além de discussões e formações com os professores, tendo como base eixos temáticos definidos pelas próprias comunidades quilombolas do município[3], dentre os quais se encontram a dimensão da devoção e a questão de gênero. Portanto, as reflexões do presente trabalho estão inseridas em um movimento maior e em curso de construção coletiva da educação quilombola em Barra do Turvo.

HOMENS E MULHERES EM CANTORIA

Ao longo da nossa trajetória de pesquisa, registramos a memória de quatro mestres de Cantorias do tempo de antigamente, dois homens e duas mulheres, já mencionados anteriormente: Sr. Aroldo, Sr. Zeca, Dona Margarida e Dona Ana. Estes mestres sempre foram reconhecidos por algumas qualidades específicas, dentre as quais se destacam: a memória prodigiosa, capaz de armazenar o repertório de cânticos transmitido oral e geracionalmente; o talento vocal, isto é, capacidade de emitir as toadas necessárias aos cânticos; e o dom de cura ou a sabedoria relacionada ao universo farmacêutico e terapeútico da mata. Cabe destacar, nesse último sentido, que Sr. Aroldo era curandeiro e benzedeiro, Sr. Geraldo era benzedeiro,

[3] Além da comunidade do Ribeirão Grande-Terra Seca, há outras três comunidades quilombolas no município de Barra do Turvo: Reginaldo, Cedro e Pedra Preta-Paraíso.

enquanto Donas Margarida e Ana eram benzedeiras e parteiras.

> Ele (Sr. Zeca) foi um homem com a cabeça muito bam, porque ele aprendeu muita reza. Ele foi capelão, ele foi mestre de Romaria (Dança de São Gonçalo), mestre de Cantoria, de Recomendação (...). Então, tudo era talento dele. Quando nascia uma criança nossa, levava a criança pra ele batizá (Sr. Geraldo).[4]
>
> Diz ela (Dona Margarida), né, que num morreu nenhuma criança e nenhuma muié na mão dela. Tudo aí. Se criô toda a criançada que ela atendeu. Foi muito bem chamada a mãe pra tudo quanto é canto desses sertão. Aqui era sertão memo, num tinha estrada. Tinha que ir a cavalo ou de a pé. E num tinha hora da noite pra chamá ela (Dona Claridade).[5]
>
> O meu padrinho (Sr. Aroldo) fazia remédio. Ele também era curandeiro.
> **Remédio a base de ervas, raiz?**
> Era, tudo de erva. Fazia benzimento. A oração que ele fazia, pra fazer benzimento na criança, era muito bom (Dona Ponciá).[6]

O dom de cura que os senhores Aroldo e Zeca e a Dona Margarida possuíam era apenas uma face da posição assumida por eles na encruzilhada entre o mundo objetivo e aquele transcendente, permeado por toda a sorte de forças sensíveis-suprassensíveis (simpatias, rezas, benzimentos, encantos, feitiços, etc.). O desenvolvimento de talentos terapeúticos, tais como os referenciados acima, sempre se encontrou atrelado à direção das práticas devocionais (coletivas), pois, como dito, estas eram outrossim motivadas por questões de cura e proteção. A coincidência entre os dons pessoais e as motivações derradeiras de tais práticas parecem reforçar a posição especial dos mestres na mediação da convivência da comunidade com o universo sagrado que a circunda.

Especificamente, o ofício de mestre de Cantoria pressupunha dois atributos pessoais: o dom e a consciência da dádiva intrínseca ao dom. O primeiro subdivide-se em duas qualidades, já mencionadas, a memória prodigiosa e o talento para cantar. Agora, a consciência da dádiva diz respeito à necessidade de homens e mulheres enfrentarem as responsabilidades decorrentes de terem nascido com um dom ou o terem desenvolvido. No caso das Cantorias, essa consciência se traduz na resiliência em permanecer a noite inteira cantando, ou no ânimo de sair para cantar em diferentes noites da Quaresma ou da Semana Santa, sem esmorecer ou reclamar. O relato a seguir do Sr. Geraldo sobre o Sr. Zeca, seu tio, um dos mestres de Cantorias mais lembrado da comunidade do Ribeirão Grande-Terra Seca, enfatiza a predisposição e o ânimo nutrido pelo mestre em relação à Cantoria.

---

[4] Sr. Geraldo. Entrevista concedida a Lucas Martines, em dia 23 de maio de 2021. Ligação telefônica.
[5] Dona Claridade. Entrevista concedida a Lucas Martines, em 28 de julho de 2023. Comunidade do Ribeirão Grande-Terra Seca.
[6] Dona Ponciá. Entrevista concedida a Lucas Martines em 04 de maio de 2021. Ligação telefônica.

> **O Sr. Zeca puxou a Cantoria até os últimos momentos de vida dele?**
> Foi. Até quando eles estavam forte nas caminhada deles, eles não desanimaram. Só desanimaram depois que adoeceu. Por causa da idade né. (...). Enquanto eles estavam podendo andá, não deixaram pra trás as coisa. Fazia as caminhadas dele, porque isso aí é uma caminhada para Deus, sem essa caminhada, a pessoa não anda. Então, eles fizeram esforço até quando eles podia (Sr. Geraldo).[7]

Uma das nossas interlocutoras, a Dona Ponciá, relatou algo semelhante sobre o seu padrinho, Sr. Aroldo, mestre de Cantorias da Água Quente. Até quando precisou se mudar para área urbana de Barra do Turvo ao final da sua vida, Sr. Aroldo não deixou de realizar as Cantorias no cemitério da cidade para que ele e os parentes pudessem praticar suas devoções. Além do mais, Dona Ponciá, que desde criança acompanhava o Sr. Aroldo, contou como a atuação dos mestres no passado não era isolada e como eles se apoiavam mutuamente para enfrentar as responsabilidades decorrentes dos seus dons. Conforme ela, as Cantorias de antigamente, ao percorrer diferentes territórios, congregavam membros de comunidades vizinhas, fomentando, paralelamente, o encontro dos dirigentes. Nestas ocasiões, o Sr. Zeca e o Sr. Aroldo trabalhavam juntos, o que os possibilitava dividir a direção das procissões: enquanto um puxava os cânticos e guiava as comunidades, o outro tinha a chance de descansar e recuperar as energias para conseguir, com vigor, substituir o primeiro, depois ser substituído novamente, e assim por diante até o amanhecer. Esse laço de reciprocidade na maestria da prática era, então, primordial para que se pudesse transladar a noite cantando.

> **Eles se conheciam, o Sr. Aroldo e o Sr. Zeca, Dona Ponciá?**
> Se conhecia, eles eram tudo parentada.
> **Eles chegaram a mestrear uma Cantoria, uma Dança de S. Gonçalo, junto?**
> Às vezes, eles se reunia pra cantá junto. Que nem cantava a noite direito, se reunia daí pra cantá. Cantá a noite inteira uma pessoa só cansa. Às vezes, se reunia os dois pra cantá, pra fazê os ternos dele, né. Daí, um cantava um pouco, daí outro cantava outro pouco, fazia as oração, passava a noite assim.
> **O terno (nome pelo qual é chamado o grupo em procissão) cruzava o Ribeirão Grande, cruzava a Água Quente? Chegava assim tão longe?**
> Chegava. Eles eram muito animados (Dona Ponciá).[8]

O fato do Sr. Aroldo, um homem não pertencente a comunidade do Ribeirão Grande-Terra Seca, mas de alguma forma aparentado a ela (talvez, através de relações de compadrio), compartilhar das mesmas qualidades de mestre que o Sr. Zeca, revela que esse binômio dom-dádiva conformava uma lógica comum entre os distintos universos devocionais de Barra do Turvo. Cabe chamar atenção de que tais universos, assim como seus respectivos mestres, não se mantinham isolados. A experiência intercomunitária das Cantorias e, possivelmente, de

[7] Sr. Geraldo, dia 23 de maio de 2021. Ligação telefônica.
[8] Dona Ponciá, 01 de setembro de 2021. Ligação telefônica

outras práticas religiosas promovia uma vivência devocional territorialmente expandida.

Ainda em relação à dádiva intrínseca ao dom, é preciso abordar a predisposição do mestre ou da mestra em reunir, organizar e incentivar os membros da comunidade para praticar as Cantorias. O relato de Dona Claridade sobre sua mãe, Dona Margarida, retrata esse aspecto. Depois de três dias de reclusão após o início da Quaresma, tempo aparentemente dedicado às orações pessoais (provavelmente visando nutrir forças para cantar), Dona Margarida andava pelo território da comunidade para convidar seus familiares e vizinhos a praticar as Cantorias.

> **E ela (Dona Margarida) participava de outras práticas, assim, da devoção? Ela cantava pras almas?**
> Cantava! Era só chegá a Quaresma, a mãe ficava em silêncio. Era uns três dia rezando assim dentro de casa. Dispoi de uns três dia pra lá, ela se reunia com os irmão, com a vizinhança, tudo escutava a fala dela: "Vamo cantá pras armá! Vamo se reuni hoje, vamo cantá." Eles cantava até umas hora (...), até meia noite-uma hora, daqui a pouco, lá pro final da Quaresma, procurava uma noite inteira pra sair. Daí, pegava trecho longe (...). Andando e cantando a noite inteira, cada casa, cada cruzeiro que eles enterrava nenemzinho, né (Dona Claridade).[9]

Dona Lúcia retrata a mesma postura ao falar do seu pai, o já mencionado Sr. Zeca. A entrevista com ela, todavia, sinalizou para uma questão específica relacionada à dimensão de gênero no bojo das Cantorias. Ela foi uma das primeiras interlocutoras a nos sinalizar para uma postura não tão animada em relação às práticas devocionais por parte dos demais homens da comunidade quando comparada à postura do seu próprio pai, Sr. Zeca: "Ele (o Sr. Zeca) chamava. Ele convidava as pessoa, os irmão, pra lutá com ele. Só que os irmãos só iam quando ele chamava, eles não ligava muito. Mas era gostoso, tava todo mundo reunido" (Dona Lúcia).[10]

Sobrinho do Sr. Zeca, o Sr. Inácio, outro de nossos interlocutores, também sinaliza para essa postura dos homens quando recupera as lembranças das Cantorias no tempo dos antigos. Ele afirma que participava das procissões na companhia da sua mãe e do seu pai, destacando, entretanto, que entre ambos existia uma diferença qualitativa relacionada à forma como cada um, mobilizados pelas preocupações prementes de seu gênero, se apropriavam da dimensão devocional. Ele aponta que, distintamente do seu pai, a sua mãe, a Dona Bibiana, era a "decidida" neste assunto, deixando subentendido que as práticas devocionais nutriam expectativas mais altas para ela do que para ele.

> **A sua mãe e o seu pai também acompanhava o Seu Zeca?**
> Acompanhava. Quem acompanhava mais era a minha mãe, meu pai não ia quase. Era mais a minha mãe que acompanhava.

[9] Dona Claridade. 28 de julho de 2023. Comunidade do Ribeirão Grande-Terra Seca.
[10] Dona Lúcia. 27 de abril de 2021. Ligação telefônica.

> **Daí, o senhor ia junto com a sua mãe?**
> Ia. Meu pai, às veiz, ia também, mas era a minha mãe a decidida (Sr. Inácio).[11]

A postura decidida da Dona Bibiana parece ser algo comum entre as mulheres da localidade, não só aquelas oriundas da comunidade do Ribeirão Grande-Terra Seca. Dona Ponciá nos relatou, que eram especificamente as mulheres mais velhas que acompanhavam o seu padrinho, o Sr. Aroldo, na comunidade da Água Quente: "Quando a gente começou, ele (Sr. Aroldo) já cantava com as outras muié mais velha, né? As outra muié tudo já cantava com ele. Daí, elas acompanhava, eu acompanhei ele também. Entrô a Quaresma, a gente saía pra oração" (Dona Ponciá).[12]

Segundo outra de nossas interlocutoras, Dona Luzia, o Sr. Zeca, também seu tio, era igualmente seguido nas Cantorias por um terno constituído por uma quantidade maior de mulheres do que de homens. Para a Dona Luzia, essa diferenciação é clara, porque ela enxerga na relação antiga das mulheres com a devoção uma fonte de força. Ela faz uso de uma imagem que a Dona Lúcia e a Dona Ponciá constantemente utilizam para se referir à atuação dos mestres no passado: a luta. Dona Lúcia relata, ao lembrar do seu pai, o Sr. Zeca:

> Mesmo já com idade, meu pai (Sr. Zeca) continuava lutando. Ele sempre gostava de lutá com essas coisas, dessas celebrações que vinham dos pais dele, os mais velhos dele, né? Aprendeu com eles. Então, ele era muito insistente, ele gostava, ele não tinha preguiça de ficá levando essas palavra, esses ensinamento (Dona Lúcia).[13]

A Dona Ponciá da mesma forma compartilha que: "ele (o seu padrinho, Sr. Aroldo) lutou com a Cantoria até o fim"[14]. No depoimento abaixo, Dona Luzia, por sua vez, declara que "a força das mulheres sempre foi ter mais força pra lutar com isso aí" (as práticas devocionais). A redundância de sua frase é bastante significativa; ela parece indicar que, a despeito da participação dos homens, esse movimento de manutenção das devoções no território da comunidade do Ribeirão Grande-Terra Seca era (e é) organizado pelas mulheres.

> **Eu me questiono dessas coisas (o protagonismo das mulheres nas Cantorias), porque eu vejo que… Por exemplo, no passado tinha o Sr. Zeca, que puxava, daí eu me pergunto o que levou vocês, mulheres, a puxar essas práticas… Vocês sempre participaram mais dessas coisas do que os homens?**
> Sempre, as muié que saía, muito mais! Muito, mas muito mais. As muié tem mais força. As muié parece que tem mais força, fortaleza, que os home. Sempre, toda a vida foi a força das muié ter mais força pra lutá com isso aí. Foi sempre a devoção. A devoção sempre foi a muié que levantou. Você vai na igreja e dá pra contar os home que tá na igreja. Dá pra contar. A maioria sempre foi, e é, muié.

---

[11] Sr. Inácio. 18 de maio de 2021. Ligação telefônica.
[12] Dona Ponciá. 04 de maio de 2021. Ligação telefônica
[13] Dona Lúcia. 27 de abril de 2021. Ligação telefônica.
[14] Dona Ponciá. 04 de maio de 2021. Ligação telefônica.

> **Então, por exemplo, na Cantoria das Almas o Sr. Zeca conduzia um terno com muitas mulheres desde sempre?**
> Muito mais muié do que home. Home dava pra contá. Sempre tinha um, dois ou três. Maioria só muié.
> **Então, o Sr. Zeca era um homem excepcional assim?**
> Sim, ele era um guerreiro (Dona Luzia).[15]

Esse espírito de fortaleza das mulheres em relação à devoção do qual fala Dona Luzia aparenta corresponder a mesma lógica nuançada por Bandeira (1988) sobre a comunidade de Vila Bela dos Pretos, relativamente ao papel das mulheres na mobilização dos cuidados internos ao território. Pode-se afirmar, nesse sentido, que a reciprocidade entre a lógica da devoção (a cura e a proteção) e o caráter de certas obrigações femininas (o cuidado) na comunidade do Ribeirão Grande-Terra Seca fez com que as mulheres se apegassem às devoções de tal forma que elas desenvolveram uma responsabilidade em relação à participação nas Cantorias que os homens enquanto grupo não necessariamente tinham a pré-disposição ou a "obrigação social" de desenvolver (por essa razão, Sr. Zeca era um homem "excepcional"). O caso das promessas com os santos, feitas no intuito de pedir a cura de alguma doença que afligia um membro da comunidade, é ilustrativo dessa relação entre um elemento devocional e as responsabilidades das mulheres.

> **No passado, quem mais fazia promessas eram as mulheres?**
> É, as muié. Sempre as muié.
> **Então, as mulheres que ficavam sempre preocupadas com a saúde, o cuidado, da comunidade, essas coisas?**
> É, as muié que se preocupava mais. Tinha, às vezes, algum home que se preocupava, mas era muito difícil. Eles que enfrentavam, mas primeiro tinha que ser as muié que tinha que puxá. As muié que tinha que tá na frente.
> **E os homens faziam mais do quê antigamente?**
> É que os home, os serviços dele era assim mais roça, essas coisas, eles se preocupavam mais com roça, mantimento, essas coisa. Só que eles não era contra. Entendeu? Eles não eram contra, eles ajudava. Eles enfrentavm também junto, mas primeiro era as muié que puxava. Aí, os home concordava. Eles num eram contra, eles eram de acordo. Só que as muié que puxava (Dona Luzia).[16]

O relato de Dona Luzia proporciona elementos importantes para se refletir sobre a dimensão de gênero que atravessa as práticas devocionais, sobretudo as Cantorias. Em primeiro lugar, é preciso reafirmar o argumento anterior de que as mulheres estavam mais predispostas a lidar com a esfera devocional e dos cuidados, haja vista os papéis de gênero tradicionalmente herdados. Por outro lado, nota-se que os homens não são indiferentes a essa esfera no que diz respeito tanto às motivações das práticas devocionais quanto à participação nelas. Apesar de não recorrente, alguns homens se preocupavam com a realização das promessas, como relatou

[15] Dona Luzia. 20 de maio de 2021. Ligação telefônica.
[16] Dona Luzia. 20 de maio de 2021. Ligação telefônica.

Dona Luzia. O intenso apego à dimensão da devoção por parte dos mestres no passado, como o Sr. Zeca, também demonstra que a "indiferença" masculina era sempre relativa. Lembremos aqui do que Dona Lúcia apontou anteriormente: Sr. Zeca chamava, assim como chamava Dona Margarida, seus irmãos, familiares e vizinhos para sair em Cantoria, o que demonstra o seu apreço pela tradição herdada dos antepassados. Levando essas questões em consideração, podemos afirmar que a esfera dos cuidados e da devoção, apesar de ser hegemonicamente administrado pelas mulheres, não era um campo exclusivo de atuação e de produção delas (assim como a roça e a comercialização dos excedentes não era um campo exclusivo de atuação dos homens, como a pesquisa de mestrado em andamento demonstra). Os homens, como diz Dona Luzia, também enfrentavam, sobretudo se eles possuíam o dom para mestrear.

Se a esfera devocional era (e ainda é) hegemonicamente administrado pelas mulheres, parece natural supor que estas seriam as principais mestras de Cantorias de antigamente. No entanto, as entrevistas realizadas revelaram que as condições do exercício desse ofício para homens e mulheres não eram iguais. A própria Dona Claridade afirmou que a sua mãe, a Dona Margarida, dirigia pouco as Cantorias, pois ela costumava ceder a direção das mesmas para outras pessoas, sobretudo seus irmãos mais velhos, que também eram aptos ao ofício. Então, quando a Dona Margarida chamava as pessoas para cantar durante a Quaresma e os dias santos, ela não necessariamente tinha a intenção de organizar um terno para que ela própria dirigisse. Basicamente, Dona Margarida, segundo Dona Claridade, dirigia as Cantorias na ausência de homens aptos a mestrear. Esse fato aparenta sinalizar para um contexto no qual o ofício de mestre era compreendido como um papel masculino.

No entanto, a predileção aos homens à direção das Cantorias nunca significou que estes gozavam de uma superioridade de atributos em relação às mulheres. O fato de a Dona Claridade afirmar que mãe dela "deixava" os irmãos mestrear revela que a própria Dona Margarida tinha consciência de que poderia exercer o ofício tal como os irmãos. Além do mais, se o ofício de mestre correspondia a um papel tradicionalmente prescrito aos homens, essa prescrição nunca foi naturalizada por homens e mulheres, na medida em que, na ausência de homens com dom, as mulheres enfrentavam a maestria das Cantorias. Inclusive, na própria prática das Cantorias guiadas por um homem-mestre, o poder deste não tinha um caráter opressor e até mesmo incontestável. Quando os homens mestreavam e as mulheres, como Dona Margarida, assumiam o papel de cantadeiras, estas tinham ascendência sobre os homens na direção do grupo. Quem nos revelou essa nuance foi o Sr. Geraldo. Segundo ele, as mulheres no passado sempre faziam

os mestres se recordar das palavras esquecidas, ou seja, apesar de não estarem guiando as Cantorias, elas orientavam os homens-mestres para que cumprissem com primor a sua função.

> Eu mesmo só acompanhava, fazer o que ela (sua mãe, Dona Bibiana) fazia, eu memo não consegui aprendê. Só que a gente tem uma noção, né? Tem uma noção da mensagem que ela fez, fazia… Só que a gente não conseguiu aprendê, porque a cabeça da gente não ajuda (Sr. Geraldo).
> **Seu Geraldo, eu ouço bastante falar que os homens eram mestres... Eu vejo que no passado os mestres de Cantoria, de Romaria, eles eram tudo homem.**
> Era.
> **Daí, eu queria perguntar pro senhor se já tinha nessa época alguma mulher de mestre?**
> Se tinha mulher de mestre que nem os home?
> **É.**
> Óia, mestre muié não tinha, né. Mai elas sempre puxava o cântico, né. Que nem… Sempre… Muitas vezes algumas palavras eles (os mestres) deixava passar em esquecido, as muié sempre fazia lembrá (Sr. Geraldo).[17]

Para compreender o depoimento do Sr. Geraldo, precisamos realizar alguns esclarecimentos. Primeiramente, a entrevista foi realizada em 2021, quando nós ainda não tinhamos entrevistado Dona Claridade e tomado consciência da maestria das Donas Margarida e Ana. Em segundo lugar, a comunidade do Ribeirão Grande-Terra, como dito na introdução, é constituída por dois territórios divididos por uma cadeia de serras. Sr. Geraldo, durante sua infância e juventude, morou no território do Ribeirão Grande. Quem era o mestre das devoções neste era o Sr. Zeca. Sr. Geraldo passou a vida participando das Cantorias lideradas pelo último. Dona Ana, Dona Margarida e seus irmãos moravam no território do Terra Seca, liderando as Cantorias nele. Portanto, além da memória do Sr. Geraldo poder não se recordar das Donas Ana e Margarida como mestres, precisamos ter em mente que a direção feminina das Cantorias não era recorrente no passado e que o Sr. Geraldo pôde nunca ter participado em uma Cantoria dirigido por elas. Não obstante a ressalva, o mais importante do seu relato é a evidência do poder que as mulheres tinham enquanto cantadeiras. Segundo seu filho, o Sr. Geraldo, Dona Bibiana nunca exerceu o papel de mestre. Contudo, ela possuia todas qualidades necessárias para tanto: a memória prodigiosa, o talento para cantar e a consciência da dádiva. A reunião dessas qualidades a autorizava, assim como autorizava outras mulheres em condição semelhante, a corrigir ou, melhor, a orientar os mestres, quando a memória destes falhava (pois apesar de talentosos, ainda eram, como qualquer pessoa, suscetíveis ao erro).

Se na ausência de homens aptos a exercer o ofício de mestre, as mulheres enfrentavam a direção das Cantorias, nas situações em que havia poucas cantadeiras disponíveis para cantar junto aos mestres em comparação à quantidade de homens, havia também homens que

[17] Sr. Geraldo. 23 de maio de 2021. Ligação telefônica.

exerciam o papel das últimas. Esse é o caso do Sr. Vicêncio, um dos irmãos do Sr. Zeca. Quem lembrou das situações protagonizadas pelo Sr. Vicêncio foi a Dona Ponciá. Discorrendo a respeito dos parentes de sua comadre, uma mulher que chamaremos de Dona Dulce, filha de Dona Ana, Dona Ponciá comentou o caso do Sr. Vicêncio.

> A mãe dela (da Dona Dulce, a Dona Ana), o irmão dela, ela tinha um irmão que mestreava também. E o marido da ... O pai (o Sr. Vicêncio) dela (da Dona Dulce), bem dizer, ele cantava de muié. Ele cantava de muié, né, Inácio? – Sr. Inácio, outro de nossos interlocutores que estava na entrevista, com quem Dona Ponciá é casada – Não tinha muié pra cantá ele cantava, né, Inácio? O marido da mãe da comadre Dulce. Ele cantava com voz de muié.
> **Mentira!? – Comenta o pesquisador um tanto incrédulo.**
> Uhum! Então, ele cantava.
> **Como era isso, Dona Ponciá?**
> Ah, ele cantava com voz de muié, porque às veiz não tinha muié pra cantá. Tinha só home pra cantá, né. Mais home.
> **E era mais grave?**
> De certo, era a grossura pra cantá, né. De certo, a muié canta mais fino. Quando não tinha muié pra cantá, quando era mais home do que muié, porque antigamente vinha bastante home, né, daí ele cantava de voz de muié (Dona Ponciá).[18]

Os relatos da Dona Ponciá trazem novos elementos ao debate, os quais inclusive parecem se contradizer com alguns depoimentos reproduzidos anteriormente no texto. O primeiro deles diz respeito à participação dos homens no passado. Diferente de Dona Luzia, Dona Ponciá afirma que, no tempo dos antigos, os homens participavam bastante. Essa constatação precisa ser, à luz do que foi debatido antes, analisada com cuidado. Em nossa leitura, essa participação notável dos homens é reveladora da capacidade de mobilização da comunidade pelas mulheres e pelos mestres, como o Sr. Zeca, em prol da realização das Cantorias. Em segundo lugar, é preciso ter em mente que a ausência de mulheres para cantar, como relata Dona Ponciá, pode significar a ausência de cantadeiras, não de mulheres em geral, uma vez que as procissões eram constituídas pelos mestres, pelas cantadeiras e pelas pessoas que os acompanhavam, por devoção. Na falta de um número considerado ideal de cantadeiras pelo grupo para harmonização das vozes masculinas e femininas nas Cantorias, Sr. Vicêncio cantava junto às últimas.

Não temos informações suficientes para afirmar se o Sr. Vicêncio era um caso *suis generis* ou se tinha outros homens como ele. O que registramos em campo é que o mestre era também seguido, além das cantadeiras, por homens, como os irmãos do Sr. Zeca, que possuíam talento vocal. Estes, por sua vez, não podem ser tomados como a versão masculina das cantadeiras, por não apresentarem o mesmo domínio do binômio dom-dádiva que algumas

[18] Dona Ponciá. 28 de julho de 2023. Comunidade do Ribeirão Grande-Terra Seca.

cantadeiras possuíam[19], apesar de apresentarem, em alguns casos, o mesmo apego à devoção. De todo modo, o que nos parece importante constatar a partir deste caso em específico do Sr. Vicêncio é a flexibilidade e a alternância no exercício dos papéis de gênero e, portanto, a forma que ele se apropriou de um papel, a rigor, feminino para a realização de uma prática devocional. Diferentemente da esposa (Dona Ana) e do irmão (Sr. Zeca), Sr. Vicêncio, conforme as entrevistas realizadas, não tinha as qualidades necessárias, como a memória prodigiosa, para guiar as Cantorias, mas tinha o talento vocal para atuar junto às cantadeiras. Fato que nos leva a acrescentar outra qualidade à caracterização do papel das últimas: a "finura" do canto. Uma finura que não corresponde às diferenças sexuais, pois caso contrário não seria possível Sr. Vicêncio cantar com voz de "muié", mas sim ao talento necessário para vocalizá-la.

Tendo como base as reflexões até o momento tecidas, podemos recuperar a questão sobre gênero e devoção relativamente ao debate do patriarcado. Levando em consideração que os homens eram os privilegiados para a orientação das Cantorias e que as mulheres, em relação a este ofício, eram aparentemente colocadas em segundo lugar, não é possível deixar de pensar que há, aqui, uma determinação patriarcal. No entanto, o que a análise até o momento elaborada buscou evidenciar é que, se de fato houver uma determinação patriarcal no campo devocional, ela é constantemente superada, seja pela liderança das Cantorias por parte das Donas Margarida e Ana, seja pela ascendência que as cantadeiras possuíam sobre os mestres. Hoje em dia, com a maestria exclusiva das Donas Lúcia e Ponciá, a constantação de um patriarcado no interior das práticas das Cantorias, ou através delas, se desmancha por inteiro.

Não apenas as mulheres aparentam implodir as relações patriarcais, através do seu papel nas Cantorias, mas também os homens. Enquanto mestres que se deixavam orientar pelas rigorosas cantadeiras, não as silenciando ou as subordinando, as relações de poder entre os gêneros da sociedade mais ampla eram, internamente, subvertidas. Quando um homem exercia o papel de cantadeira, emulando "a voz de uma muié", se deflagrava outrossim uma subversão. Essas reflexões nos levam a vislumbrar as Cantorias no passado como um campo complexo de relações de gênero, que parecia corresponder mais ao apego à tradição, ao sagrado, à manutenção dos laços comunitários, aos dons e aos talentos de mulheres e homens em

[19] Escrevemos que "algumas cantadeiras possuíam o domínio do binômio dom-dádiva", pois, tendo em vista a flexibilidade dos ofícios discutidos, é provável a existência de cantadeiras que, apesar do talento vocal, não possuíam todos as qualidades necessárias à execução do ofício de mestre, como a memória do repertório de cânticos. Todavia, considero importante ressaltar que muitas cantadeiras tinham um potencial para a maestria latente, como Donas Margarida, Ana e Bibiana, sendo em alguns momentos concretizados pelas duas primeiras, o que parecia não existir entre os irmãos do Sr. Zeca, por exemplo.

específico do que às normas de gênero da sociedade mais ampla. Na comunidade do Ribeirão Grande-Terra Seca, o critério predominante para a realização de uma Cantoria era a necessidade de reunir simbolicamente, através dos cânticos, os vivos, os ancestrais, os anjos, os santos e as demais forças da natureza, em busca de proteção. Para a reprodução dessa reunião, portanto, mulheres e homens, conforme seus talentos e dons pessoais, deviam estar preparados e abertos para enfrentar a direção de uma Cantoria e, caso fosse necessário, se apropriar dos papéis do gênero oposto.

CANTORIAS E PATRIARCADO: ÚLTIMAS CONSIDERAÇÕES

Em relação às Cantorias no tempo de antigamente, os aspectos que se destacam das narrativas dos nossos interlocutores são: a reunião de muitas pessoas da comunidade, o que reforçava os laços comunitário; os graus de apropriação da prática das Cantorias qualitativamente distintos entre homens e mulheres como grupos (dadas as preocupações prementes do seu gênero); o protagonismo das mulheres e dos homens que dominavam o binômio dom-dádiva; e a alternância de papéis entre homens e mulheres para a boa realização das Cantorias. Nota-se que estas constituem momentos especiais das relações de gênero no interior do território da comunidade do Ribeirão Grande-Terra Seca que não podem ser colocados sob a rubrica das relações patriarcais. Elas correspondem a uma base móvel de poder que, como discutido, recorrentemente subverte não apenas a hierarquia entre homens e mulheres colocada pela sociedade mais ampla, mas também os papéis de gênero que poderiam ser interpretados como tradicionalmente femininos ou masculinos.

É necessário ressaltar, todavia, que ao afirmamos que as Cantorias não são práticas que reproduzem as relações patriarcais não estamos dizendo, por outro lado, que estas inexistem ao longo da história da comunidade e da sua relação com a sociedade na qual se insere. Lembremos, nesse ponto, do caso da comunidade de Castainho, estudada por Monteiro (1983). O raio de ação da liderança religiosa masculina era mais amplo do que o da liderança religiosa feminina, pelo fato de o primeiro usufruir de espaços de decisão na esfera econômica. Para entender, portanto, as relações patriarcais em sua totalidade, é necessário olhar para outras dimensões da produção territorial das comunidades negras, tais como a agricultura e as redes de comercialização, a fim de analisar também nelas os exercícios dos papéis de gênero entre homens e mulheres, bem como as dinâmicas de poder que estes produzem. É no relacionamento mais intenso com a sociedade envolvente que as relações patriarcais aparentam ser produzidas. Como as Cantorias, apesar de congregar membros de diferentes comunidades, constituem uma

dimensão prioritariamente interna ao território da comunidade do Ribeirão Grande-Terra Seca, administrada e protagonizada especialmente pelas mulheres enquanto grupo, o poder patriarcal nesse caso se coloca apenas na aparência, não na essência, da relação entre homens e mulheres.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terra de quilombo, terras indígenas, "babaçuais livre", "castanhais do povo", faixinais e fundos de pasto**: terras tradicionalmente ocupadas. 2.ª ed, Manaus: Ufam, 2008.

AMADIUME, Ifi. **Male Daugters, Female Husbands***:* Gender and Sex in an African Sciety. Pat Caplan, UK, 2015.

BAIOCCHI, Mari de Nasaré. **Negros de Cedro**: estudo antropológico de um bairro rural de negros em Goiás. São Paulo: Atica, 1983.

BANDEIRA, Maria de Lourdes. **Território negro em espaço branco**: estudo antropológico de Vila Bela. São Paulo: Brasiliense/ Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 1988.

BANDEIRA, Maria de Lourdes. Terras negras: invisibilidade expropriadora. **Textos e Debates**: Terras e Territórios de Negros no Brasil. Florianópolis, v. 2, n. 1, 1991.

BERNINI, Carina Inserra. **A produção da 'natureza conservada' na sociedade moderna**: uma análise do mosaico do Jacupiranga, Vale do Ribeira - SP. 2015. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. A questão política das chamadas 'Terras de Preto'. **Textos e Debates**: Terras e Territórios de Negros no Brasil. Florianópolis, v. 2, n. 1, 1991.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. **Terra de pretos, terra de mulheres:** terra, mulher e raça num bairro rural negro. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 1996.

MARTINES, Lucas. **A comunidade do Ribeirão Grande-Terra Seca:** devoção e territorialidade quilombola. Trabalho de Graduação Individual – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

MARTINS, Leda Maria. **Afrografias da memória:** O Reinado do Rosário no Jetobá. São Paulo: Perspectiva; Belo Horizonte: Mazza Edições, 1997.

MONTEIRO, Anita Maria de Queiroz. **Castainho:** etnografia de um bairro rural de negros. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 1985.

PAES, Gabriela Segarra Martins. **A 'recomendação das almas' na comunidade remanescente de Quilombo de Pedro Cuba**s. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

AS MULHERES NO POLO AGROECOLÓGICO E DE PRODUÇÃO ORGÂNICA DO SUL E SUDOESTE DE MINAS GERAIS

Maria Laura Carvalho[1]

Estevan Coca[2]

Adriano Santos[3]

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo diagnosticar a participação e os modos de atuação das mulheres no Polo Agroecológico e de Produção Orgânica do Sul e Sudoeste de Minas (PASSOMG). O PASSOMG possui como objetivo promover e fomentar o desenvolvimento da agroecologia e da produção orgânica nas regiões Sul e Sudoeste do Estado, indo na contramão do modelo de desenvolvimento da agricultura protagonizado pelo agronegócio. Ao compreender a acumulação primitiva como processo de exploração sobre os trabalhos reprodutivo e do cuidado exercidos única e exclusivamente pela mulher, a pesquisa foi desenvolvida sob perspectiva dos Estudos Agrários Críticos, em que a agroecologia é destacada como política, movimento, prática e ciência necessária para a construção da soberania alimentar como alternativa ao modelo de produção agroexportador e explorador da natureza e de corpos. Nesse sentido, as mulheres junto a agroecologia, têm desenvolvido importantes ações para a preservação dos conhecimentos e saberes ancestrais e tradicionais em seus territórios e nos espaços em sua categoria relacional. As pesquisas participante e militante se fizeram presente enquanto metodologia, em que a partir de Iniciações Científicas e do Trabalho de Conclusão de Curso em Geografia da primeira autora foi possível estabelecer trocas sobre a agroecologia em construção na mesorregião de estudo, além da elaboração de um mapa de distribuição espacial das organizações que constituem o PASSOMG. Enquanto resultado, são perceptíveis os limites e desafios impostos pelas amarras patriarcais no cenário do campo e nos espaços políticos que visam articular a agroecologia, pois essas são estruturas socioculturais presentes na sociedade de classes. Entretanto, mesmo com isso, as mulheres seguem sendo resistência em corpo e em saberes organizados a partir dos coletivos que buscam dar visibilidade aos trabalhos que as envolvem.

Palavras-chave: Mulheres na agroecologia; Movimento socioespacial; Articulação política.

[1] Graduanda do Curso de Geografia Bacharelado da Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL, maria.ribeiro@sou.unifal-mg.edu.br

[2] Doutor pelo Curso de Geografia da Universidade Estadual Paulista - UNESP, estevan.coca@sou.unifal-mg.edu.br

[3] Doutor pelo Curso de Sociologia da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, adriano.santos@sou.unifal-mg.edu.br

ABSTRACT

The present paper aims to diagnose the participation and ways of acting of women in the Agroecological and Organic Production Hub of the South and Southwest of Minas (PASSOMG). PASSOMG aims to promote and encourage the development of agroecology and organic production in the South and Southwest regions of the State, overpowering the agricultural development model led by agribusiness. By understanding primitive accumulation as a process of exploration of reproductive and care work carried out solely and exclusively by women, the research was developed from the perspective of Critical Agrarian Studies, in which agroecology is highlighted as a policy, movement, practice and science necessary to the construction of food sovereignty as an alternative to the agro-export production model that exploits nature and bodies. In this sense, women, together with agroecology, have developed important actions to preserve ancestral and traditional knowledge in their territories and the spaces in their relational category. Participant and militant research were presented as a methodology, in which, based on Scientific Initiations and the Final Paper by the first author, it was possible to establish exchanges on agroecology under construction in the study mesoregion, in addition to the elaboration of a map spatial distribution of the organizations that make up PASSOMG. As a result, the limits and challenges imposed by patriarchal ties in the rural setting and in the political spaces that aim to articulate agroecology are noticeable, as these are sociocultural structures present in class society. However, even with this, women continue to be resistant in body and in knowledge organized from collectives that seek to give visibility to the work that involves them.

Keywords: Women in agroecology; Socio-spatial movement; Political articulation.

INTRODUÇÃO

O trabalho objetiva diagnosticar a presença e os modos de atuação das mulheres na construção do Polo Agroecológico e de Produção Orgânica do Sul e Sudoeste de Minas (PASSOMG), tendo em vista o trabalho reprodutivo da mulher em acumulação primitiva (Federici, 2017; Marx, 2017) e o desenvolvimento da sociedade capitalista em sua face violenta na sociedade de classes. Nesse sentido, o PASSOMG se apresenta como articulação política contra-hegemônica ao fomentar e promover a agroecologia em seu movimento, política, prática e ciência de contraponto a todas as formas de degradação e exploração da vida. A privatização dos recursos naturais reproduz o valor de troca (Marx, 2017) em um processo de acumulação por espoliação da natureza (Harvey, 2004), tendo em vista o sistema capitalista e as suas estruturas de subordinação dos camponeses em suas multitudes (Ploeg, 2016). Nesse sentido, a sociedade de classes surgiu a partir da hierarquização racial, em que o poder colonial fez com que o trabalho não-assalariado se estruturasse como ordem cultural articulada pela hegemonia europeia (Quijano, 2005).

No campo brasileiro, como continuidade da hegemonia colonial, a monocultura

expressada no território faz assinalar a perda da identidade cultural alimentar, em que são estabelecidos aspectos socioculturais (Castro, 2022) no cenário do regime alimentar corporativo (McMichael, 2016). Diante disso, as águas, campos e florestas são exploradas de forma a impactar os modos de vida que ainda existem e resistem. Nesse cenário, a mulher camponesa exerce importante papel para o desenvolvimento e resiliência da agroecologia nos territórios e espaços. Como guardiãs das sementes, as mulheres resistem a partir dos princípios que fundamentam a agroecologia como caminho a ser trilhado rumo à soberania alimentar (La Via Campesina, 1996).

Desse modo, as mulheres envolvidas com os princípios agroecológicos formam o poder contra-hegemônico frente ao poder corporativo que segue privatizando a natureza e exterminando vidas. Isso porque, a monocultura na região de estudo é expressada de forma dominadora sobre os corpos e à natureza a partir da cultura do café na região sul mineira (IBGE, 2017) – o que tem impactado sobre a crescente Lista Suja do Trabalho Escravo com a migração de trabalhadores em tempos de colheita do café. Além disso, tem-se também os casos de intoxicação e morte das abelhas pelo uso de agrotóxicos e as problemáticas que isso reflete sobre a diversidade ambiental.

Nesse sentido, o PASSOMG tem agregado sobre o debate da questão agrária em fomento à articulação política como estratégia de emancipação dos territórios, espaços e dos sujeitos envolvidos na construção do valor de uso (Marx, 2017) na produção da alimentação e autonomia camponesa. Isso porque, na sociedade de classes, a fome tem raça, gênero e está em maior concentração no campo (MPA Brasil, 2021). Por isso a importância de assinalar as atuações das mulheres na construção do PASSOMG, tendo em vista que é indissociável a luta das mulheres no contexto da luta anticapitalista. O PASSOMG foi institucionalizado a partir da Lei Estadual de nº 23939/2021 capaz de promover a articulação política entre os territórios que desenvolvem a produção agroecológica e orgânica como modelos subversivos ao agronegócio.

METODOLOGIA

O levantamento bibliográfico e documental foi dirigido pelos estudos agrários críticos de modo a assinalar a agroecologia como princípio de emancipação feminina na construção de consciência, renda e participação (Xavier, 2022), além de buscar compreender as estruturas patriarcais nos territórios e espaços de produção agroecológica. Os dados qualitativos e quantitativos foram produzidos a partir do desenvolvimento do

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Geografia Bacharelado pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), defendido em 2023. As Iniciações Científicas (ICs) desenvolvidas entre os anos de graduação foram essenciais para a elaboração dos trabalhos, junto à participação de encontros, reuniões e eventos promovidos pelo Núcleo de Estudos sobre Trabalho, Agroecologia e Soberania Alimentar (NETASA) e como bolsista pela Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Extensão, Pesquisa, Ensino Profissionalizante e Tecnológico (FADEMA) no PASSOMG a partir das pesquisas participante e militante (Brandão; Borges, 2007; Bartholl, 2018).

A partir dessas experiências, foi possível produzir dados sobre as organizações com formulários online elaborados no GoogleForms. Depois dos formulários serem encaminhados via grupo de WhatsApp para os representantes das organizações que constituem o PASSOMG, as respostas como dados foram sistematizados para a elaboração de um mapa da distribuição espacial das organizações representantes do PASSOMG (Imagem 1) através do Sistema de Informações Geográficas (SIG) QGis em sua versão 3.16.10.

Já em um segundo momento, um outro formulário também em estrutura online foi elaborado com o objetivo de produzir dados sobre como as mulheres participam do PASSOMG. A análise desses dados se deu a partir dos princípios agroecológicos presentes na Carta de Princípios (PASSOMG, 2021) que assinala a emancipação feminina como parte integrante da construção e envolvimento do PASSOMG, tendo em vista as diversas áreas de atuação e participação da mulher nessa articulação.

REFERENCIAL TEÓRICO

A partir da acumulação primitiva (Marx, 2017; Federici, 2017), não somente a natureza como também o corpo da mulher e o seu trabalho reprodutivo sempre estiveram em xeque para o desenvolvimento capitalista. A violência produzida no sistema colonial e patriarcal (Saffioti, 2015) fez reproduzir condicionamentos para a mulher na sociedade de classes, bem como o desenvolvimento do trabalho reprodutivo e do cuidado em suas múltiplas jornadas invisibilizadas. No entanto, vale aqui mencionar o surgimento da divisão do trabalho como parte da estrutura hierárquica das relações entre as raças, em que a ordem cultural foi articulada pela hegemonia europeia (Quijano, 2005) se deu antes mesmo da divisão sexual do trabalho. No contexto brasileiro, a luta das mulheres precisa, necessariamente, perpassar pelas questões raciais, tendo em vista a sociedade multirracial

e pluricultural (Carneiro, 2003) e todas as condições de opressão e dominação que permanecem impregnadas nas relações sociais a partir da divisão do trabalho.

No debate racial vale apontar que foi somente no seio do movimento negro brasileiro que o movimento feminista negro foi se sustentar, pois o racismo e o machismo são reproduzidos por homens brancos e negros (Gonzalez, 2020). A questão de gênero no campo faz apontar o feminismo camponês e o ecofeminismo como teorização importante para a compreensão da mulher na agroecologia (Siliprandi, 2000), além de elucidar as suas participações enquanto agentes na preservação e cuidado com as sementes (Santos; Filho, 2020), na resiliência da terra e na construção da soberania alimentar como regime alimentar alternativo (Coca, 2016; La Via Campesina, 1996).

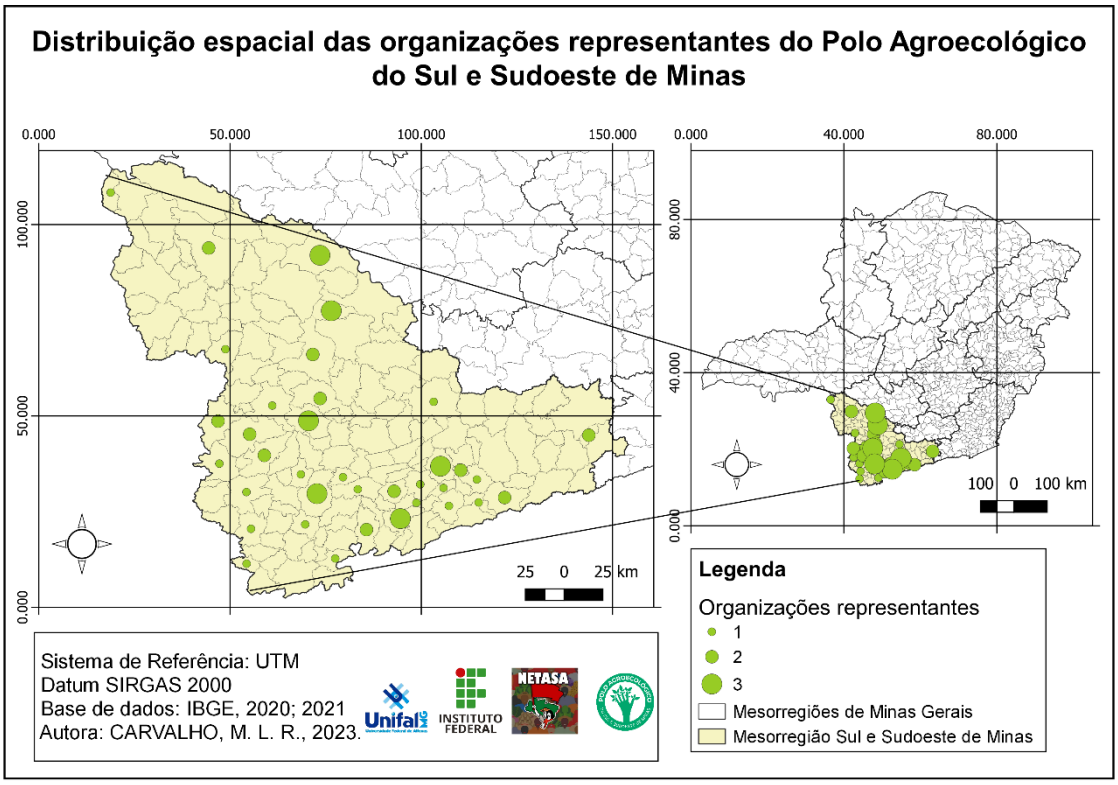
No campo, assim como na cidade, as condições das mulheres inseridas na instituição familiar reproduzem marcadas divisões sexuais do trabalho. No entanto, as condições colocadas no campo fazem com que o trabalho reprodutivo se estenda a hortas e quintais, sem que isso seja visibilizado enquanto parte da manutenção familiar na produção alimentar como prática do autoconsumo. A partir das constantes multiplicações do trabalho produzido única e exclusivamente pela mulher, são estabelecidos limites na criação e produção dos espaços relacionais (Harvey, 2013) em seu valor de promoção da emancipação feminina a partir dos coletivos femininos (Xavier, 2022). Por isso torna-se necessário assinalar o debate de gênero no cenário do campo em exploração, pois assim como a natureza, o corpo da mulher é explorado e "A sociedade sem exploração da Natureza seria uma condição para a libertação da mulher" (Siliprandi, 2000, p. 63).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com 35 organizações totais espacializadas na mesorregião Sul e Sudoeste de Minas (Figura 1), o PASSOMG é composto por grupos que desenvolvem ações múltiplas na construção da agroecologia e da produção orgânica como caminhos para trilhar rumos à soberania alimentar. Através da participação dos NEAs, movimentos sociais, associações, cooperativas e dos próprios agricultores e agricultoras, o PASSOMG se desenvolve enquanto articulação política aglutinadora dos movimentos contra-hegemônicos presentes entre os territórios.

Figura 1 - Mapa da distribuição espacial do Polo Agroecológico e de Produção

Orgânica do Sul e Sudoeste de Minas.



Fonte: Maria Laura Carvalho, 2023.

As mulheres somam o quantitativo de 24 entre os 41 representantes que integram ao PASSOMG, tendo em vista as suas diferentes frentes de atuação no envolvimento e engajamento da agroecologia e produção orgânica entre os territórios e espaços geográficos. Apesar das dificuldades, as participantes da pesquisa disseram se motivar a partir das potencialidades vividas e esperançadas dentro dos coletivos, pois são ambientes que prezam pelo protagonismo feminino estimulado dentro dos próprios grupos.

É possível também apontar que “Sem feminismo não há agroecologia” (GT ANA, 2018), pois, segundo as participantes da pesquisa, são as mulheres que mais se preocupam com o bem estar das próximas gerações. As práticas agroecológicas são exercidas pelas mulheres nas hortas de suas casas, viabilizando e concretizando ações que também fortalecem a realidade das “guardiãs das sementes da vida” – disse uma das participantes. Isso porque as mulheres exercem papel fundamental na preservação e cuidado com as sementes nativas para a produção de alimentos saudáveis – entendendo o processo como princípio fundamental para a concretização das culturas alimentares locais e também regionais. Além de propiciar a autonomia dos camponeses e camponesas nos processos

produtivos e da soberania alimentar.

Também foi destacado ser desafiador estar envolvida com a produção que por séculos impera as questões de gênero – desde a invisibilidade colocada sobre o trabalho exercido pelas mulheres até a questão da herança sobre a terra. Os obstáculos apontados pelas produtoras são colocados nos espaços produtivos, em que há predominância dos homens e da masculinização dos trabalhos na agricultura. Por isso, a inserção das mulheres nesse setor é interpretada como um trabalho de muita responsabilidade, sendo necessário evocar "doses extras de cuidado" nas tarefas desenvolvidas por elas.

Já para as mulheres que se envolvem com os espaços políticos diretamente a partir de sindicatos por exemplo, a participação feminina é entendida como tímida ou insuficiente, tendo em vista que as dificuldades colocadas atravessam a necessidade da formação política de base agroecológica. As mulheres envolvidas com outros setores que promovem a agroecologia na prática, disseram que existe um maior ativismo e participação feminina para a tomada de decisões, havendo o trabalho coletivo, a capacitação, a geração de renda e o envolvimento do debate sobre a paridade entre os gêneros dentro da organização a qual faz parte. De modo geral, é possível apontar que existe o avanço sobre a questão de gênero, em que lideranças femininas são reconhecidas diante das movimentações provocadas dentro dos núcleos das organizações, fazendo com que as mulheres ocupem cada vez mais espaços com as suas perspectivas e narrativas próprias.

Quando o contexto é inserido em instituições de ensino a partir da coordenação dos NEAs, por exemplo, as experiencias vivenciadas são diferentes, tendo em vista a margem que é cedida para a inserção sobre o debate de gênero, uma vez que essa foi a condição relatada, podendo existir relações machistas em seus níveis de maior escracho ou em formas de sutileza. Nesse contexto institucional, foram assinalas outras questões como a predominância de referencial teórico embasado no protagonismo do homem branco ou de mulheres no norte global – levando a refletir sobre o apagamento de narrativas e construções teóricas e metodológicas estruturadas por pessoas que sofrem diretamente com o poder hegemônico.

No cenário político, ataques psicológicos e ameaças sobre a vida e a integridade física são colocadas em pauta, assim como tem ocorrido na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, em que deputadas eleitas como a própria Beatriz Cerqueira – autora do Projeto de Lei que originou o PASSOMG enquanto Lei têm convivido com o "ódio e a milícia digital" provocados pela extrema direita – disse ela em legenda de uma

foto publicada em sua rede social. Ou seja, ocupar um lugar na política não é o suficiente para apontar o feito como emancipação feminina, pois é preciso pensar sobre as condições de permanência e efetivação dos direitos enquanto candidatas eleitas. Isso porque os afrontes ultrapassam a integridade física, humana e moral, considerando os ataques sobre o corpo da mulher e a própria existência dessas deputadas em oposição da neoliberalização dos direitos humanos.

Por isso a importância de sinalizar o capitalismo em sua face violenta sobre todas as formas de vida e de toda a natureza, bem como sobre os corpos femininos na acumulação primitiva. Assim, vale dizer que a luta contra-hegemônica deve passar sobre o debate de gênero, tendo em vista o modo como que o capitalismo se instaurou e se prosperou como modelo de desenvolvimento. A luta e a resistência seguem sendo dos mesmos povos explorados, situados entre os territórios que foram e ainda são devastados.

Por fim, também foi possível acompanhar em relatos os sentimentos desenvolvidos pelas mulheres ao serem colocadas no cenário da construção da agroecologia. O coletivo representa bem mais que o trabalho em grupo organizado para a geração de renda, tendo em vista que são atravessados os sentidos de pertencimento, de aprendizados coletivos e individuais, além do fortalecimento dos laços afetivos e o acolhimento das mulheres, em que são estabelecidas trocas constantes nesses espaços relacionais (Harvey, 2013). Assim, os coletivos de mulheres exercem importante papel na concepção das mulheres em socialização, tendo em vista os princípios agroecológicos como base fundamental para o desenvolvimento de ações e de políticas entre os territórios na luta contra o capitalismo e à exploração de todas as vidas nas águas, florestas e campos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do que foi pesquisado, analisado e apresentado, é possível afirmar que o PASSOMG tem sido uma importante articulação política presente entre os territórios que atua, tendo em vista os princípios que o assegura como poder contra-hegemônico e as realidades das questões agrárias presentes na região. Apesar disso, vale dizer que nenhum espaço ou território está livre do machismo e das amarras do patriarcado, mas ao agregar o debate dentro das organizações, são estimuladas ações e abordagens sobre o tema de modo a promover e fomentar novas perspectivas nas relações entre os gêneros. Assim, o PASSOMG tem articulado e aglutinado diferentes núcleos que constroem a agroecologia, a produção orgânica e a discussão sobre alimentação saudável, o direito do acesso à terra,

a produção e reprodução de identidades e de práticas e culturas ligadas ao modo de vida camponês em resistência. Por isso a importância de apresentar diagnósticos sobre os seus membros para que seja possível o acompanhamento do debate dentro dos núcleos que compõem o PASSOMG. Mesmo com tantas amarras, obstáculos e dificuldades no cenário da neoliberalização e mercantilização do alimento, àqueles e àquelas que ainda se movimentam contra o sistema capitalista devem ser assinalados, pois, assim como o incomparável e intelectual quilombola Nego Bispo dizia: "Eu vou falar de nós ganhando, por que pra falar de nós perdendo, eles já falam".

REFERÊNCIAS

ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA (ANA). **Carta Política do IV Encontro Nacional de Agroecologia**. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2019/03/carta_politica_web.pdf> Acessado em jan. 2024.

BARTHOLL, Timo. Pesquisa em movimento investigação militante.. In: BARTHOLL, Timo. Por uma geografia em movimento Rio de Janeiro, Consequência, 2018. p. 73-110.

CARNEIRO, S. **Mulheres em movimento**. 2003. Disponível em: < https://www.scielo.br/j/ea/a/Zs869RQTMGGDj586JD7nr6k/?format=pdf&lang=pt > Acessado em: ago. 2023.

CASTRO, J. **Geografia da fome: o dilema brasileiro**: pão ou aço. Editora: Todavia – 1ª edição. São Paulo, 2022.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. 20 anos da proposta de soberania alimentar: construindo um regime alimentar alternativo. **Revista NERA**, n º. 32, p. 14-33, 2016.

FEDERICI, Silva. Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Editora Elefante. São Paulo, 2017.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano**. 2020. Disponível em: < https://mulherespaz.org.br/site/wp-content/uploads/2021/06/feminismo-afro-latino-americano.pdf > Acessado em: set. de 2023.

HARVEY, D. O novo imperialismo. Edições Loyola – 2ª edição. São Paulo, 2004.

HARVEY, David. O espaço como palavra-chave. Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia, v.14, n.28, 8-39, 2013.

IBGE. Censo Agropecuário 2017. Resultados Definitivos. 2017. Disponível: https://sidra.ibge.gov.br/ pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017. Acesso em: out. de 2023.

LA VIA CAMPESINA. **II Conferencia Internacional de La Via Campesina Tlaxcala, Mexique, 18 Al 21 Abril, 1996**. 2007. Disponível em: <https://viacampesina.org/es/ii-conferencia-internacional-de-la-via-campesina-tlaxcala-mexique-18-al-21-abril-1996/#> Acessado em: jan. de 2024.m

MARX, K. **O Capital [Livro I**]: crítica da economia política. O processo de produção do capital. Rio de Janeiro: Editora Boitempo, 2017.

MCMICHAEL, P. **Regimes alimentares e questões agrárias**. São Paulo; Porto Alegre: Editora UNESP; Editora UFRGS, 2016.

MPA BRASIL. **Pensando a alimentação, a fome e a agroecologia desde o feminismo**. 2021. Disponível em: <https://mpabrasil.org.br/wp-content/uploads/2021/03/Cartilha-1-%E2%80%93-FINAL1-1.pdf> Acessado em: out. de 2023.

SAFFIOTI, H. **Gênero patriarcado violênc**ia. Fundação Perseu Abramo: Partido dos Trabalhadores. Expressão Popular – 2ª edição. São Paulo, 2015.

SANTOS, Thais Moura; FILHO, Eraldo da Silva Ramos. Protagonismo feminino na conservação das sementes crioulas no território do Alto Sertão de Sergipe. **Revista OKARA: Geografia em debate**, v. 14, n.2, p. 355-370, 2020.

SILIPRANDI, Emma. Ecofeminismo: contribuições e limites para a abordagem de políticas ambientais. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, v. 1, n. 1, Porto Alegre, 2000.

PLOEG, Jan Douwe. Camponeses e a Arte da Agricultura: Estudos Camponeses e Mudança Agrária. Porto Alegre, UFRGS, 2016.

POLO AGROECOLÓGICO DO SUL E SUDOESTE DE MINAS GERAIS (PASSOMG). **Carta de Princípios**. 2021. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1qH_1sNubOjvSyjag8O8F4UVhsSA_RbR8/view> Acessado em set. 2023.

QUIJANO, A. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina**. 2005. Disponível em: < https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf > Acessado em: set. 2023.

XAVIER, Gabriela Taíse Poiati. **Mulheres na questão agrária**: Um estudo sobre o Coletivo “Raízes da Terra”, do Acampamento Quilombo Campo Grande, Campo do Meio-MG. 2022. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Alfenas (Unifal), Alfenas.

INTERSECCIONALIDADES E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NAS ÁREAS DE REFORMA AGRÁRIA

Maria Rosineide Pereira[1]

RESUMO

O presente artigo é resultado das aproximações iniciais com o trabalho de campo realizado com mulheres camponesas de assentamentos da Reforma Agrária, realizado a partir de um grupo focal com representantes de 08 Estados do Nordeste em julho de 2023, no assentamento Normandia em Caruaru. Além disso, conta com reflexões construídas na disciplina trabalho, gênero e cuidado, realizada no departamento de Serviço Social da USP, com a Professora Helena Hirata. A partir dessa experiência empírica e teórica, essa escrita se propõe a contribuir nas reflexões relacionadas as interseccionalidades e divisão sexual do trabalho e sua implicaçãona vida das mulheres nos assentamentos de Reforma Agrária da região Nordeste. Nesse sentido, optamos por uma abordagem acerca das relações sociais de poder – classe, raça e gênero- como opressões estruturantes na sociedade de classes e, e, portanto, imbricadas, de tal modo, que resulta na produção, reprodução e ampliação da desigualdade social. Aqui se coloca o desafio de aprofundar tais estudos, considerando de que forma acontece esse cuidado no campo e como ele incide na vida das mulheres no campo. Principalmente, como esta é afetada pelo cruzamento de marcadores de desigualdades, como classe, "raça" e gênero no campo.

Palavras-chave: interseccionalidade; divisão sexual do trabalho; reforma agrária; mulheres camponesas.

RESUMEN

Este artículo es resultado de aproximaciones iniciales al trabajo de campo realizado con mujeres campesinas de asentamientos de la Reforma Agraria, realizado a través de un grupo focal con representantes de 8 Estados del Nordeste en julio de 2023, en el asentamiento Normandía en Caruaru. Además, incluye reflexiones construidas sobre la disciplina del trabajo, género y cuidados, realizadas en el departamento de Servicio Social de la USP, con la profesora Helena Hirata. A partir de esta experiencia empírica y teórica, este escrito pretende contribuir a reflexiones relacionadas con las interseccionalidades y la división sexual del trabajo y su implicación en la vida de las mujeres en asentamientos de la Reforma Agraria en la región Nordeste. En este sentido, optamos por un abordaje de las relaciones sociales de poder -clase, raza y género- como opresiones estructurantes en la sociedad de clases y, por tanto, entrelazadas, de tal manera que redundan en la producción, reproducción y expansión de la desigualdad social. Aquí surge el desafío de profundizar estos estudios, considerando cómo ese cuidado sucede en el

[1] Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo- PPGH/ USP- SP, rosanegra@usp.br

campo y cómo afecta la vida de las mujeres en el campo. Principalmente, cómo esto se ve afectado por la intersección de marcadores de desigualdades, como clase, “raza” y género en el campo.

Palabras clave: interseccionalidad; división sexual del trabajo; reforma agraria; mujeres campesinas.

INTRODUÇÃO

O presente artigo é resultado das aproximações iniciais com o trabalho de campo realizado com mulheres camponesas de assentamentos da Reforma Agrária, realizado a partir de um grupo focal com representantes de 08 Estados do Nordeste em julho de 2023, no assentamento Normandia em Caruaru. Além disso, conta com reflexões construídas na disciplina trabalho, gênero e cuidado, realizada no departamento de Serviço Social da USP, com a Professora Helena Hirata.

A partir dessa experiência empírica e teórica, essa escrita se propõe a contribuir nas reflexões relacionadas as interseccionalidades e divisão sexual do trabalho e sua implicação na vida das mulheres nos assentamentos de Reforma Agrária da região Nordeste. Nesse sentido, optamos por uma abordagem acerca das relações sociais de poder – classe, raça e gênero- como opressões estruturantes na sociedade de classes e, portanto, imbricadas, de tal modo, que resulta na produção, reprodução e ampliação da desigualdade social.

Além disso, compreendemos que os grandes projetos no campo são lidos como responsáveis pelo desenvolvimento, o que incide na concentração de capital nos vários espaços da produção. Esse processo gera uma constante expropriação da terra e exploração da força de trabalho no campo. No caso das mulheres, há uma permanência da apropriação a partir do trabalho produtivo e reprodutivo, e uma invisibilidade que se retroalimenta, a cada período.

Assim, a perspectiva que se desenha para essa escrita em construção é perceber em que parâmetros essa invisibilidade pode ter sido alimentada, no último período, a partir da compreensão do conceito de interseccionalidade e a partir disso, refletir sobre a divisão sexualdo trabalho para a compreensão do trabalho realizados pelas mulheres camponesas do Nordeste. Para fins desta reflexão, nos concentramos no trabalho reprodutivo, trabalho de cuidado. Aqui se coloca o desafio de aprofundar tais estudos, considerando de que forma acontece esse cuidado no campo e como ele incide na vida

das mulheres no campo. Principalmente, como esta é afetada pelo cruzamento de marcadores de desigualdades, como classe, “raça” e gênero no campo.

Desse modo, a reflexão que segue, se coloca num esforço de contribuir para a compreensão das desigualdades que perpassam o ato de cuidar e da forma como reproduz a tradicional divisão sexual do trabalho. Para dar conta dessa perspectiva, propomos inicialmente compreender as concepções sobre interseccionalidade e como se coloca a questão do trabalho de cuidado para as mulheres do campo.

Nesse sentido, partir da reflexão do trabalho de cuidado como trabalho invisibilizado no campo, refletindo sob que parâmetros se dá, a sua naturalização como atividade feminina, e partindo para uma interpretação de como são reproduzidos tais parâmetros e mantidos preso a essa lógica.

Assim, no referencial teórico, trataremos de compreender os conceitos de interseccionalidade enquanto sinônimo na análise das opressões de classe, raça e gênero no Brasil. A partir disso, reflete-se sobre a divisão sexual do trabalho para a compreensão da invisibilidade do trabalho das mulheres no campo. No desenvolvimento, faremos uma relação com elementos trazidos no grupo focal e nas considerações, apresentam-se alguns desafios relacionados ao trabalho do cuidado considerando os impactos dessas relações na reprodução social e no trabalho de cuidado no campo.

METODOLOGIA

As reflexões presentes neste artigo foram sendo sistematizadas se embasam em duas opções metodológicas, a saber: uma breve revisão bibliográfica, com base no referencial estudado na disciplina trabalho, gênero e cuidado, realizada no departamento de Serviço Social da USP, com a Professora Helena Hirata e em seguida, a organização de uma roda de conversa 11 mulheres de 08 estados do Nordeste, a saber: Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia. Essas mulheres são militantes do MST e estavam participando da coordenação nacional do MST/ NE em julho de 2023 no Centro de Formação Paulo Freire, município de Caruaru. A partir destes dois procedimentos foram construídas considerações finais.

A roda seguiu princípios do grupo focal, que entendemos como uma técnica de pesquisa qualitativa, derivada das entrevistas grupais, que coleta informações por meio das interações grupais. O grupo focal difere da entrevista individual por basear-se na

interação entre as pessoas para obter os dados necessários à pesquisa. (Morgan, 1997) Sua formação obedece a critérios previamente determinados pelo pesquisador, de acordo com os objetivos da investigação, cabendo a este a criação de um ambiente favorável à discussão, que propicie aos participantes manifestar suas percepções e pontos de vista (PATTON, 1990)

Para dar conta dessa perspectiva, propomos inicialmente compreender as concepções sobre interseccionalidade e como se coloca a questão do trabalho de cuidado para as mulheres do campo e realizamos algumas perguntas relacionados a temática, além uma mediação entre as participantes. Essa atividade foi registrada em caderno de campo para posterior análise. Afirmamos ainda que nesse espaço de diálogo a relação pesquisadora/participantes, foi enfatizada enquanto condição fundamental para a construção das reflexões que seguem.

REFERENCIAL TEÓRICO

Partimos das construções teóricas das autoras como Bell Hooks, Patrícia Hill Collins, Audre Lorde para uma análise das desigualdades social estruturadas a partir da do gênero, raça e classe e, mais precisamente, no entrecruzamento ou imbricamento delas, o que se denomina de interseccionalidade. A interseccionalidade nos permite compreender que os problemas se constituem, na maioria das vezes, por mais de um eixo de opressão. Desse modo, possibilita que fatores tratados com origem a partir de uma única subordinação, sejam vistos pelo cruzamento de opressões que, mesmo tendo características distintas, não podem ser analisadas de forma isoladas. Assim, o conceito de interseccionalidade parte da ideia de desconstrução da categoria mulher como algo universal ao afirmar que as vivências do ser mulher muda segundo os marcadores sociais que são acionados vivenciados.

O feminismo negro teve influente papel no encadeamento de ideias do que viria a ser sistematizado no conceito de interseccionalidade. Conforme Hirata, estudos mostram que o termo interseccionalidade tem sua origem ligada a um movimento que ganhou força no final dos anos 1970, o *Black Feminism* (feminismo negro), cuja crítica principal se dirigia ao “feminismo branco, de classe média, heteronormativo”. (2014, p. 62)

Várias feministas negras estadunidenses como Kimberlé Crenshaw, bell hooks, Ângela Davis, Audre Lorde, entre outras, se colocaram na construção desse debate não só do ponto de vista teórico, mas também político, ao fazer enfrentamentos fora e dentro da academia na busca pelos direitos negados às mulheres negras, mas também de compreensão da importância de pensar o feminismo a partir desse viés.

Para Audre Lorde, mulheres brancas partem da opressão que sofrem por serem mulheres, ignoram as diferenças de raça, orientação sexual, classe e idade, afirmam suposta homogeneidade de experiência coberta pela palavra 'sororidade' que, de fato, não existe. "Quando as mulheres brancas ignoram os privilégios inerentes à sua branquitude e definem *mulher* apenas de acordo com suas experiências, as mulheres de cor se tornam 'outras', *outsiders* cujas experiência e tradição são 'alheias' demais para serem compreendidas". (LORDE, 2019, p.148)

> "Como mulheres, compartilhamos alguns problemas, outros não. Vocês temem que seus filhos cresçam, se unam ao patriarcado e deponham contra vocês; nós tememos que nossos filhos sejam arrancados de dentro de um carro e sejam alvejados no meio da rua, e vocês darão as costas para os motivos pelos quais eles estão morrendo". (LORD, 2019, p. 150)

Kimberlé Crenshaw foi uma das primeiras a pensar a interseccionalidade, para analisar situações em que ela pontuou como um cruzamento de diferentes formas de opressões. Esse conceito foi se constituindo, a partir da experiência concreta ao observar em contextos particulares, categorias sociais e biológicas, como sexo, gênero, raça, sexualidade, religião e classe em intersecção, gerando um sistema de opressão que revelou um cruzamento dessas múltiplas formas de discriminação.

> A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. (CRENSHAW, 2002, p. 177).

As reflexões em torno da interseccionalidade partem do pressuposto das opressões de raça, gênero e classe enquanto estruturantes ao capital. Para P. Hill Collins "por mais diversas e específicas que possam ser as identidades e as experiências, a experiência suprema da opressão permanece sendo essencial. A opressão constitui uma situação injusta. Segundo Collins, há três pontos de convergência no feminismo negro: a experiência, o pensamento e a ação. As experiências quotidianas das mulheres negras, as análises que fazem as mulheres negras dessas experiências e as ações das mulheres negras a partir dessas experiências e dessas análises.

As diversas experiências das mulheres afro-americanas face à opressão foram e são o ponto de partida do debate da interseccionalidade na construção do feminismo negro. Assim, a interseccionalidade pode ser compreendida e assimilada como instrumento teórico, perspectiva de pensar a realidade e uma metodologia para interpretar e intervir no mundo.

Entendemos que pensar essa realidade do campo a partir desse instrumental teórico é fundamental para as reflexões acerca do feminismo no Brasil, considerando, o papel fundamental do sexismo, da desigualdade de classes e do racismo que se coloca em nossa realidade. No Brasil, temos pesquisadoras negras brasileiras que se colocam na construção da interseccionalidade: Lelia Gonzalez (1984), Djamila Ribeiro (2017), Luiza Bairros (1995), mas também nas obras de Suely Carneiro (2011), Flavia Rios e Marcia Lima (2020) entre outras.

As diferentes vivências das mulheres negras, por exemplo, não permitem escolha sobre qual experiência é mais impactante, ou qual destas se coloca numa posição social de maior desigualdade e por isso necessita ser combatida primeiro. Por esta razão, tendo em vista a sobreposição de violências vivenciadas, deve haver um levante das mulheres negras, a fim de requeiram os direitos que lhes foram negados. É o que diz Lélia (2018, p. 366): "Ao reivindicar nossa diferença (...) sabemos bem o quanto trazemos em nós as marcas da exploração econômica e da subordinação racial e sexual. (...) Portanto, nosso lema deve ser: organização já!

Não há dúvidas de que a desigualdade social, entre homens e mulheres, não é um fenômeno recente, as sociedades ocidentais têm sido atravessada há milênios por essa desigualdade e pela dominação patriarcal. "A transformação do corpo em uma máquina

de trabalho e a sujeição das mulheres para reprodução da força de trabalho exigiu a destruição do poder das mulheres" (FEDERICI, 2017, p.119).

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; essa forma é adaptada historicamente e a cada sociedade. Ela tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apreensão pelos homens das funções de forte valor social agregado (KERGOAT, 2003, p. 55)

Segundo Hirata e Kergoat, a divisão social do trabalho pode ser apresentada a partir de duas características fundamentais que elas caracterizam como "princípios norteadores [...] o princípio de separação e o princípio hierárquico". Segundo as autoras, esses princípios são válidos para todas as sociedades conhecidas, no tempo e no espaço. (HIRATA E KERGOAT, 59, 2007, p. 599). As razões dessa permanência da atribuição do trabalho doméstico às mulheres, mesmo no contexto da reconfiguração das relações sociais de sexo a que se assiste hoje, continua sendo um dos problemas mais importantes na análise das relações sociais de sexo/ gênero (HIRATA, KERGOAT, 2007, p. 606).

Assim, esse processo de invisibilização do trabalho das mulheres foi se solidificando ao longo do processo histórico e isso possibilitou a naturalização de uma ideia acerca do trabalho doméstico como algo inerente à mulher.

> Esse trabalho, ainda não incorra em remuneração, é uma atividade que exige habilidades, competências e modos de fazer. É visto como um trabalho inerente à condição humana, mas que historicamente foi naturalizado na vida cotidiana como uma responsabilidade da mulher e realizado na esfera da reprodução social. Constitui-se, portanto, como um trabalho doméstico "enquanto trabalho realizado sem remuneração" ou trabalho reprodutivo, que engloba ambas as dimensões (HIRATA, 2012, p. 285).

Em se tratando das mulheres no campo, esse trabalho doméstico é somado ao trabalho na agricultura, que é considerado uma ajuda, aumentando ainda mais a invisibilidade do trabalho feminino. No que se refere a forma, o trabalho de cuidado pode ser formal ou informal, remunerado ou não remunerado, tendo pessoas como objeto da ação ou não. O fato é que a compreensão que temos é que o cuidado não

seja só responsabilidade da família, mas também da sociedade, através da oferta de políticas públicas de cuidados.

Em função do contexto neoliberal e das políticas de ajuste, durante e mesmo pós-pandemia, há uma ausência ou fragilização das políticas de cuidado, recaindo sobre a família e, mais especificamente, sobre a mulher tal responsabilidade. Assim, o cuidado se configura como uma atividade predominantemente feminina e realizada mais por mulheres negras, como se pode verificar a partir dos dados do IBGE:

> No Brasil, em 2019, as mulheres dedicaram aos cuidados de pessoas ou afazeres domésticos quase o dobro de tempo que os homens (21,4 horas contra 11,0 horas). Embora na Região Sudeste as mulheres dedicassem mais horas a estas atividades (22,1 horas), a maior desigualdade se encontrava na Região Nordeste. O recorte por cor ou raça indica que as mulheres pretas ou pardas estavam mais envolvidas com os cuidados de pessoas e os afazeres domésticos, com o registro de 22,0 horas semanais em 2019, ante 20,7 horas para mulheres brancas. Para os homens, contudo, o indicador pouco varia quando se considera a cor ou raça ou região. (2022)

Na maioria dos casos, o trabalho doméstico continua sendo assumido por mulheres negras, no campo e na cidade. Como os dados apontam, elas são oriundas de famílias pobres, e quanto não assumem dupla jornada de trabalho no campo, partem para a trabalhar como doméstica, diarista e outras formas de trabalho precarizadas nas cidades.

A reflexão em torno do aumento do trabalho realizado pelas mulheres camponesas nos faz refletir acerca de uma série de fatores que se incidem nesse aumento. A partir do grupo focal e dos dados analisados, pudemos compreender que essa demanda não está dividida igualmente entre todas as pessoas que constituem a família, que as diferenças e desigualdadesde classe, gênero e “raça” colocam essa responsabilidade para as mulheres negras que estão na base da pirâmide social.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A perspectiva dessa reflexão, e de tantas outros comprometidas com mudanças reais, parte de um compromisso ético da pesquisa enquanto possibilidade de subsídios para a construção de políticas públicas e conquistas sociais que incidam em uma

sociedade mais justa. Nesse sentido, vale demarcar aqui, a importância dessas ideias chegarem ao maior número possível de mulheres para que sejam possíveis a construção de ações de enfrentamento as opressões a que são submetidas. Por isso a importância de ações formativas realizadas por movimentos sociais no campo e na cidade. No que se refere ao território camponês, lugar de partida dessa reflexão, destacamos o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST.

O MST surge a partir da luta pela terra e pelo fim do latifúndio, que se constitui numa ferida que atravessa a história do Brasil. Ele tem início ainda no período colonial quando a população indígena foi expropriada das terras que lhe pertenciam originalmente e a população negra foi impedida do acesso à terra. A organização e consolidação do latifúndio, a produção de comodities para exportação e a oferta de mão de obra,escravizada e assalariada, foram e são estratégias fundamentais para assegurar a forma como o capitalismo se viabiliza no Brasil.

Isso coloca a questão agrária em uma das mais graves e contundentes manifestações da problemática social no campo. O que implica no fato da pobreza e o processo de empobrecimento contínuo e permanente seguirem como um fenômeno histórico-estrutural. Esse processo de empobrecimento tem afetado de forma mais intensa a população do campo, do que da cidade e dessa população, as mulheres são as mais afetadas e relegadas à pobreza e à marginalidade, submetidas a distintas explorações no que se conforma hoje como campo brasileiro, aprofundadas pelo patriarcado e o racismo.

Para enfrentar essa dura realidade, o MST, a partir do setor de gênero tem contribuído no processo de auto-organização das mulheres camponesas, além de processos formativos realizados desde as áreas de acampamento e assentamento, assim como a participação em várias lutas de enfrentamento ao capital e pela construção de políticas públicas. Essas ações possibilitam maior aprendizado acerca das opressões de gênero, raça e classe e de como tais opressões implicam nas dificuldades enfrentadas no dia a dia, inclusive no reconhecimento do trabalho realizado.

A seguir apresentaremos algumas reflexões surgidas do grupo focal intitulado opressões de gênero, raça e classe e o trabalho de cuidado no campo. Essas reflexões nos levam a reconhecer que a luta da mulheres campoesas começa pela luta pelo reconhecimento do seu trabalho.

No primeiro momento realizamos uma apresentação com conceitos introdutórios

sobre as questões de raça, classe e patriarcado e como podemos pensar essas questões no campo nordestino, além de um breve resgate sobre os aspectos históricos com relação ao trabalho das mulheres no campo. Desenvolvendo, desse modo, uma mediação ativa ao subsidiar o grupo com informações elementares para o debate.

A primeira questão apresentada trazia o questionamento acerca do reconhecimento ou não do trabalho de cuidados por parte dos familiares e da comunidade. Todas as mulheres participantes da roda afirmaram que não há essa valorização. Na maioria das situações vivem uma dupla jornada de trabalho, tanto no roçado como no trabalho de casa e em outros casos não temos como quem deixar as crianças para ir para o roçado e por isso assumem as tarefas no entorno da casa. Em todas as situações se ouve dos companheiros e dos filhos e dos homens em geral, que "não fazem nada". (Participante 9, grupo focal 1, 2023)

> "As mulheres negras trabalham mais fora de casa do que suas irmãs brancas. O enorme espaço que o trabalho ocupa hoje na vida das mulheres negras produz um padrão estabelecido durante os primeiros anos da escravidão. Como escravas, essas mulheres tinham todos os outros aspectos de sua existência ofuscados pelo trabalho compulsório". (DAVIS, 2016, p.17)

Outras falas resgataram a importância das mulheres camponesas no fortalecimento da agroecologia, principalmente no Nordeste. "As mulheres dos assentamentos do Nordeste, em sua maioria, negras, são as que têm tentado construir alternativas práticas de agroecologia". (Participante 3, grupo focal 1, 2023) Além disso, em relação ao trabalho de cuidado foi socializado que "algumas mulheres de nossa do assentamento vão trabalhar como domésticas na cidade próxima por não ter condições de investir no roçado, mas, quando chegam a suas casas ainda tem mais trabalho doméstico a ser feito". (Participante 2, grupo focal 1, 2023)

Do ponto de vista do trabalho de cuidados, foi trazido que desde muito cedo a atividade familiar é dividida, a menina cuida da casa, e o menino cuida da plantação. E para a família a mulher é considerada mais frágil e, por este motivo, o serviço mais pesado – o da plantação – fica para o homem. Esse entendimento das divisões em função da força física foi observado em Larai (1986), porém como já mencionado neste texto, essa é uma concepção questionável, pois embora haja a divisão e isso não significa necessariamente privilégio, ou mesmo menos esforço físico, esta questão acaba por reforçar a desigualdade de gênero.

“Por que o nosso trabalho ainda é desvalorizado e é visto apenas como uma ajuda e tem o fato de sermos subordinadas aos homens e, às vezes, não entendemos o quanto isso atrapalha o nosso crescimento enquanto pessoa”. (Participante 10, grupo focal 1, 2023). Ainda nessa perspectiva de valorização que vale ressaltar é a fala relacionada ao trabalho doméstica e a geração de renda “por não gerar um valor em espécie, não aparece e fica invisível, mas não há dúvida que as mulheres trabalham muito. Ele só é visível quando não fazemos”. (Participante 6, grupo focal 1, 2023)

Uma participante relatou que seu companheiro “ajudava” nas atividades da casa, mas acreditava que merecia elogios por fazer a sua parte e que as vezes, isso era motivo de discussão do casal. “Por exemplo, vejam lá em casa, meu companheiro ajuda nas tarefas domésticas, mas acha que me faz um favor e quando na verdade, não faz mais do que a sua parte, já que mora na casa”. (Participante 2, grupo focal 1, 2023) Falas com essas, reforçam a compreensão que temos em relação ao fato de que as áreas de reforma agrária no Nordeste não são ilhas e acabam sendo espaços de opressões raciais e de gênero também.

Isso implica na dificuldade de reconhecimento das mulheres negras no campo nordestino como sujeitos de direitos. Esse impedimento, muitas vezes, têm se dado através da negação de sua identidade, da sua falta de autonomia para tomar decisões como estudar e/ou trabalhar, da sua impossibilidade de participar de atividades formativas e/ou lutas que ache importante participar, como também da falta de reconhecimento e consequente, invisibilidade do seu trabalho.

No entanto, durante a conversa ouve destaque para a temática das conquistas obtidas pelas mulheres, as quais concordaram que só foi possível através da luta, da insistência. E isso nos remete a refletir que é a partiir das contradições que vamos construindo nvos síntes e novas possibildades de inserção na realidade. Não se trata de negar, mas de entender as causas e pensar saídas coletivas. Com a roda de conversa foi possível notar que o fato das participantes terem uma atuação em várias atividades realizadas pelo MST contribuiu para que tenham mais compreensão acerca das opressões e percebam que e preciso ver formas de ir enfrentando tais opressões.

É importante destacar que o grupo focal acabou se configurando como um debate, com informações, opiniões e discussões importantes sobre os assuntos apresentados. O grupo focal teve duração de três horas, procuramos dar vozes as 11 participantes, de modo que todas pudessem emitir opiniões, concordar ou discordar sobre algumas situações e

temas apresentados. Nossa posição de mediadora exigiu a todo o momento total atenção para não deixar a discussão se dispersar ou perder o foco central.

A leitura mobilizada nos permitiu pensar o imbricamento das relações de classe, raça e gênero, enquanto geradoras e reprodutoras de desigualdades agravadas devido ao racismo estrutural, ao patriarcado constantemente reatualizado para manter a opressão, e a exploração da força de trabalho das mulheres camponesas. Neste sentido, reafirmamos a necessidade de compreender dentro dos estudos de gênero e relações de trabalho a necessidade de pesquisas dessa temática a partir do território camponês. As mobilizações de luta pela terra e reforma agrária no campo brasileiro foi e é responsável pela mobilização de milhões de trabalhadoras rurais, que sempre estiveram presentes nos vários espaços dessa luta.

> A possibilidade de acesso à terra, trabalho reconhecido e geração de renda proporciona autonomia, autoestima, pertencimento, a produção de alimentos saudáveis entre outras conquistas para as mulheres do campo, em sua maioria negras. Além disso, pode desaguar em lutas maiores, pela conquista e consolidação de políticas públicas relacionadas a cuidados e visibilização do trabalho das mulheres no campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão em torno das demandas de cuidados no campo e na cidade, nos faz considerar uma série de fatores que se relacionam com o aumento dessa demanda: desde o aumento da perspectiva de vida aos problemas de saúde ocasionados pela insegurança alimentar, a contínua naturalização do trabalho doméstico como um trabalho a ser realizado por mulheres, em sua maioria negra entre outros.

A oferta desse cuidado pelo caminho das políticas públicas diminuiu consideravelmente e em função disso, a responsabilidade foi atribuída às famílias, agora, empobrecidas pelo desemprego, por trabalhos precários, informais. A partir do grupo focal realizado e das vivências em áreas de reforma agrária, podemos compreender que essa demanda não está dividida igualmente entre todas as pessoas que constituem a família, que as diferenças e desigualdades de classe, gênero e “raça” colocam essa responsabilidade para as mulheres negras.

Os desafios colocados, sinalizam para a importância de avançarmos na compreensão da visibilidade desse trabalho realizado, assim como a compreensão da forma e intensidade que acontece esse trabalho e em que ´padrões de opressões desencadeia na vida dessas mulheres.

Em função disso, concordamos com Audre Lorde, quando afirma que o futuro de nossa sobrevivência depende da capacidade de nos relacionarmos em pé de igualdade e que épreciso erradicar os padrões internalizados de opressão se quisermos ultrapassar os aspectos mais superficiais da transformação social. “As velhas estruturas de opressão, e essas devem ser alteradas ao mesmo tempo que alteramos as condições de vida que resultam delas. Pois asferramentas do senhor nunca derrubarão a casa grande”.(LORDE, 2019, p.155).

REFERÊNCIAS

COLLINS, Patricia Hill. Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019. https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4123078/mod_resource/content/1/Patricia%20Hill% 20Collins.pdf Acesso em 10/11/2022

DAVIS, Ângela. **Mulheres, raça e classe**. tradução Heci Regina Candiani. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2016.

FREDERIC, Silvia. **Calibã e a Bruxa: Mulheres, Corpos e Acumulação Primitiva**.Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

HOOKS, bell. *Erguer a voz*: pensar como feminista, pensar como negra. Trad. Cátia BocaiuvaMaringolo. São Paulo: Elefante, 2019.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. **Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho**. In: Cadernos de Pesquisa, V. 37, n. 132, p. 595-609, Set/Dez, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132.pdf Acesso em 09 de abr. de 2019

IBGE, **Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil**; Estudos e Pesquisas-Informação Demográfica e Socioeconômica n.38 2 ed https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_informativo.pdf Acesso em 28/11/2022

Morgan, D. Focus group as qualitative research. Qualitative Research Methods Series. 16. London: Sage Publication, 1997.

PATTON, M. Q. Qualitative evaluation and research methods. 2. ed. Thousand Oaks: Sage; 1990.

GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa**.Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.

Rios, Flavia, Lima, Marcia (2020) **Lelia Gonzales. Por um feminismo afro-latino-americano**, Rio de Janeiro Zahar.

Lorde, Audre (2021) **Irma Outsider. Ensaios e conferências**. B.H.: Autêntica

Ribeiro, Djamila (2017) **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento/Justificando

FORÇA, FÉ E RESISTÊNCIA:UM EXEMPLO DA MULHER CAMPONESA GOIANA

Roberta Steward [1]

Maria Idelma Vieira D'Abadia [2]

RESUMO

Este artigo tem por objetivo demonstrar como vivem e lutam as mulheres camponesas no interior de Goiás, sendo elas que participam ativamente dos movimentos sociais, bem como se destacam como protagonistas em um sindicato de trabalhadores e trabalhadoras rurais. Desse modo procuramos compreender a contribuição da mulher para além de suas conquistas nas políticas públicas para o campo e na sua atuação nas roças, mas apontando o seu desempenho e sua atuação dentro do sindicato como presidente a frente de homens e mulheres lavradores. Também, constituiu-se objetivo de pesquisa investigar a resistência da mulher campesina goiana, dentro do sindicato rural como liderança política e sua importância para o grupo de lavradores que fazem parte daquele sindicato. Apesar de já existirem estudos sobre esse assunto, ainda há muito a ser informado e discutido no âmbito dos trabalhadores rurais que são essenciais para economia agrícola do município de Petrolina-Goiás

PALAVRAS-CHAVE: lutas, movimentos sociais, mulheres camponesas, sindicato.

RESUMEN OU ABSTRACT

This article aims to demonstrate how peasant women live and fight in the interior of Goiás, as they actively participate in social movements, as well as stand out as protagonists in a union of rural workers. In this way, we seek to understand the contribution of women beyond their achievements in public policies for the countryside and their work in the fields, but pointing out their performance and their role within the union as president at the head of men and women farmers. Also, the research objective was to investigate the resistance of peasant women from Goiás, within the rural union as political leadership and its importance for the group of farmers who are part of that union. Although there are already studies on this subject, there is still a lot to

[1] Mestranda do Programa de Pesquisa e Pós-graduação em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado da Universidade Estadual de Goiás-UEG, bettasteward@yahoo.com.br

[2] Doutora pelo curso de Geografia da Universidade Federal de Goiás-UFG, docente UEG, maria.dabadia@ueg.br

be informed and discussed in the context of rural workers who are essential for the agricultural economy of the municipality of Petrolina-Goiás.

KEY-WORDS: struggles, social movements, peasant women, unions.

INTRODUÇÃO

O patriarcado com que a mulher campesina brasileira conviveu por séculos a deixou numa situação de invisibilidade em relação ao poder público e as políticas públicas. Contudo, essa luta árdua por direitos dentro das questões agrárias fez com que a mulher campesina resistisse a essa opressão e vem lutando por dignidade e por reconhecimento de seus direitos.

A compreensão é de que as determinações classistas da sociedade brasileira se fundiram com o patriarcado e o racismo de gênero, aperfeiçoando e alargando as relações de opressão sobre alguns grupos humanos, sobretudo, o das mulheres, conforme ressalta Saffioti (2013, p. 66):

> O modo de capitalista de produção não faz apenas explicitar os fatores que promovem a divisão da sociedade em classes sociais; lança mão da tradição para justificar a marginalização efetiva ou potencial de certos setores da população do sistema produtivo de bens e serviços. Assim é que o sexo, fator de há muito selecionado como fonte de interiorização social da mulher, passa a interferir de modo positivo para a atualização da sociedade competitiva, na constituição das classes sociais.

O contexto geral dessa pesquisa se refere ao sindicato rural, do município goiano de Petrolina, e as mulheres como representantes sindicais. Estes sindicatos de classes são os protagonistas de inúmeras conquistas e transformações sociais seja por meio de defender os interesses individuais dos seus representantes, bem como, os coletivos de toda a categoria.

O objetivo principal nesse trabalho é demostrar o protagonismo da mulher campesina, na atuação como líder sindical, rompendo, barreiras, atingindo o fortalecimento junto ao poder público através políticas públicas alcançadas, por longos anos de lutas dessas cidadãs tão essenciais para o proletariado brasileiro.

As identidades camponesas aqui narradas entendem muitas vezes por diaspóricas, pois são recortes espaciais, para ajuntar outra, na qual a vivência e a experiência são passadas como herança, ou como referência a um passado comum, no caso dessa identidade revela a mistura de matrizes étnicas, culturais e espaciais.

A trabalhadora rural reconhece e se ressignifica através da identidade, de seus ancestrais, da memória coletiva, que vai passando por gerações, permite a sua unificação por referências comuns, que são construídas e operantes no próprio cotidiano.

Todavia no município goiano de Petrolina, as mulheres como representantes sindicais de classes são as protagonistas de inúmeras conquistas e transformações sociais, como já dito anteriormente, destacando-se a conscientização como sujeitas detentoras da sua própria vida. Dessa forma, destaca-se nessas mulheres o empoderamento feminino apresentado por Merlino e Mendonça (2011, p. 8), como um fator crucial para as mudanças socias:

> O empoderamento feminino depende de diversos fatores, como o ambiente em que as mulheres estão inseridas, o trabalho que realizam e a consciência interna de querer se empoderar, de forma que reconheçam e valorizem seu trabalho e sua vida, entendendo que são importantes e possuem significado. Tais fatores proporcionam autonomia, autoestima e poder de mudança.

Desse modo as mulheres despontam no ambiente de trabalho, rompendo os padrões vigentes, e se destacando de forma arrojada como empreendedoras rurais, apreciando os saberes partilhados através de gerações, ajustando as mudanças que se fizeram necessárias, confrontando com algo novo. No caso, das mulheres de Petrolina-GO, a participação na Marcha das Margaridas só confirma esse empoderamento e a consciência da luta de emancipação e protagonismo feminino no campo.

A marcha das margaridas veio reverberar a força da mulher campesina, principalmente aquela que trabalha na agricultura familiar, pois até então as trabalhadoras rurais eram marginalizadas e a resistência por meio de lutas de seus direitos veio alavancar esse movimento social tão essencial gerando a força desse gênero, Cartilha das Margaridas (2019).

A manifestação envolve trabalhadoras rurais, que se expressam numa aparição pública, buscando uma maior visibilidade das questões dessas mulheres. Estabelecendo diálogos e negociação com o Estado para romper com vários paradigmas que até então não haviam sido reconhecidos. Vejamos o que o Aguiar (2016, p.283), vai narrar em seu livro sobre esse movimento campesino:

> Marchando, as mulheres trabalhadoras rurais, como se denominavam, adentraram o espaço público, reivindicando sua visibilidade e a afirmação de outras identidades na sua construção como sujeito político. Sem abrir mão de reivindicações históricas dos movimentos de mulheres rurais, elas passaram a pautar novas questões e ampliaram, assim, o campo de temas e problemas que adentra o universo das relações sociais.

Porém, é possível asseverar que, realizada uma análise do papel que as mulheres desenvolvem dentro das diferentes produções no campo e nas relações com o meio urbano a luta por emancipação é relevante nas relações obtidas dessas mulheres junto ao movimento sindical, pois a relevância das lutas e dos incentivos que podem ser aplicados para que ocorra uma maior igualdade de gênero no campo, para que se evidencie a crucial importância do papel feminino para a continuidade da agricultura familiar.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento dessa pesquisa optamos pela metodologia qualitativa referenciado em Martins (2004, p. 292), na qual a pesquisa qualitativa é definida "como aquela que privilegia a análise de micro processos, através do estudo das ações sociais individuais e grupais, realizando um exame intensivo dos dados, e caracterizada pela heterodoxia no momento da análise".

Nessa perspectiva os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa estão relacionados aos micros processos ocorridos na organização sindical e seu alcance as trabalhadoras e trabalhadores relacionados ao mesmo, naquele município. Os elementos contributivos para uma melhor compreensão sobre uma pesquisa de fonte explicativa por meio de um estudo de coleta e avaliação de dados, com uma pratica de investigação, explanando os agentes e expressões sobre o assunto. Nesse caso, as técnicas aplicadas foram: observação participante, registros fotográficos, vídeos, depoimento das trabalhadoras rurais, diário de campo, revisão de literatura.

REFERENCIAL TEÓRICO

De acordo com dados empíricos sobre movimentos sociais e organizações associativas da sociedade civil tem-se demonstrado que as mulheres são o contingente principal dentre aqueles que se mobilizam para a luta por questões coletivas, no âmbito público, conforme salienta a autora Maria da Gloria Gohn (2013, p. 96 e 97):

> Observa-se na América Latina uma rearticulação de lutas e movimentos sociais que se opõem ao modelo econômico vigente e a situação de desemprego e miséria que as políticas neoliberais têm gerado nas últimas décadas. E são as mulheres as grandes atrizes que tem realizado esta junção – causas estruturais/ econômicas e causas especificas vividas pelas mulheres. As mulheres estão colocando os movimentos sociais novamente em cena, reivindicando, entretanto, sua visibilidade.

A questão do gênero é outra vertente do campesino, que através de longos anos de luta vem ter outros desdobramentos, pois a mulher campesina se destaca através de políticas públicas essências para a subsistência delas que vivem em regime de agricultura familiar.

Ser mulher é romper com a lógica de produção capitalista no contexto rural. A mulher campesina vem atravessando constantes lutas e resistências, seus direitos são reconhecidos pelo Estado Brasileiro à "conta-gotas". Suas lutas diárias na agricultura familiar ganham notoriedade a partir da década de 1980, quando os sindicatos tiveram mais força, e a ditatura militar no país acabou.

Porém, foi a partir da organização do movimento de mulheres que se deu notoriedade à seriedade desses corpos femininos adentro da agricultura familiar e da agroecologia, evidenciando serem as mulheres as grandes responsáveis por romper com o nexo de produção capitalista no contexto rural.

As conquistas aqui abarcadas nos movimentos sociais estabelecem como um dos sujeitos sociopolíticos presentes no associativismo no Brasil, pois foram a base de muitas ações coletivas no Brasil a partir da década de 1970, sendo que muitos desses movimentos geram solidariedade social e coesão. Eles impulsionam as pessoas sem embolsarem nenhuma renda, ou seja, mobilizam ideias e valores, geram os saberes e aprendizado coletivo.

A partir da década 1990 os movimentos sociais rurais se impulsionaram e foram tomando forma distinta de atuação, a exemplo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Brasil ou MST, mais conhecido e afamado dos movimentos, e tem como principal objetivo de luta pela realização da reforma agrária e a democratização ao acesso à terra no Brasil. Tem ainda como referência, a luta por mudanças sociais no país, a defesa dos direitos humanos e o exemplo de solidariedade com seus participantes.

Na Constituição Federal de 1988, está reconhecido o direito à terra e a sua função social, no artigo 184 e seguintes compreende a estrutura fundiária brasileira como injusta, então vejamos o que preceitua o caput do referido artigo:

> Art. 184 - Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano da sua emissão, e cuja utilização será definida por lei.

Entende-se que há uma grande quantidade de propriedade rural no Brasil que é improdutiva e não cumpre a função social da terra, e a única saída é induzir seus

proprietários, sob pena de sanção, a fazer a grande propriedade cumprir a sua função social. Entretanto, a dificuldade de interpretar os dispositivos constitucionais mencionados anteriormente, apesar de grande, não é a única existente na tratativa do tema. Contudo outras dificuldades existem e precisam ser superadas para o bom entendimento a respeito da matéria.

Desta feita, a agricultura familiar vem conseguindo se reinventar através de políticas públicas de suma importância para o pequeno produtor rural, pois através de longos anos que o Governo Federal por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF e outros programas, apoiou essa classe tão oprimida pelo capitalismo do agronegócio.

O PRONAF foi criado pela Lei n. 11.949/2009, que incentivou o pequeno produtor rural melhorar sua qualidade de vida e de suas famílias, evitando o êxodo rural, promovendo o desenvolvimento socioeconômico, local, regional e nacional.

No entanto, essas ações para beneficiar a agricultura familiar e fortalecer a economia local ficaram negligenciada por vários anos, deixando de promover a justiça social no campo. Os trabalhadores da agricultura familiar constituem-se de uma classe de vital importância para a subsistência da população brasileira, pois boa parte dos alimentos vem da produção dos pequenos produtores rurais.

A luta de classe de trabalhadores e trabalhadoras rurais perdura por vários anos, de construções espaciais, de fazeres da política, de projetos societários, com multiplicidade de linguagens e códigos, conforme indica Ribeiro (2005, p. 268):

> Os sujeitos sociais e a ação política apresentam, agora, maior complexidade, confrontando paradigmas que orientam, até há pouco tempo, os projetos de transformação social. Estes sujeitos propõem novos híbridos institucionais, atuam em várias escalas, exigem a releitura do Estado, defendem diferentes sentidos de nação, rejuvenescem tradições e impedem a sua completa absorção em instituições da modernidade.

Ademais, a luta da mulher campesina deve ser sempre ressignificada quando nos deparamos com mulheres que nunca estudaram, pois ainda há uma porcentagem significativa de mulheres analfabetas no meio dos produtores rurais da agricultura familiar, que trabalham com afinco no serviço rural. O seu labor sempre foi o braçal, sua lida sempre foi na roça, pois ela nunca teve outra oportunidade.

Trabalhadores rurais são agricultores em diversas lavouras, mas na maioria das vezes não possuem suas próprias terras, vivem migrando de uma localidade a outra, ou

região agrícola, são boias frias, assalariados ou não, trabalhadores avulsos, acompanham o ciclo de produção das diversas culturas de plantio no território brasileiro.

A agricultura familiar abarca uma série de posicionamentos, a maioria dos trabalhadores que vive da agricultura familiar, vem sofrendo várias evoluções, transformando e tomando novos sentidos para se adaptar ao novo modelo agrário vigente no país, Baudel Wanderley (1999, p. 52) reflete sobre isso:

> [...] guarda ainda muitos de seus traços camponeses, tanto porque ainda tem que enfrentar os velhos problemas, nunca resolvidos, como porque, fragilizado, nas condições da modernização brasileira, continua a contar, na maioria dos casos, com suas próprias forças.

Destarte, é possível concluir que o patriarcado há muito silencia as mulheres, mesmo elas ocupando papeis sociais relevantes, no contexto urbano, ou no rural, sendo que, só a partir das organizações das mulheres rurais, elas foram reconhecidas como sujeitos de direitos, versando, contudo, de uma luta que não se encerra, sendo, portanto, constante.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O autor peruano Aníbal Quijano aduz que no capitalismo mundial há três interesses centrais que articulam entre si e que ordenam as relações de exploração/ dominação que são: trabalho, ‘raça’ e ‘gênero’. Logo, os processos de classificação social, imperiosamente se associam ou não ao procedimento de exploração que é heterogênica e descontínua Quijano (1992, p.120).

A questão da liderança política sindical, mesmo dentro de uma pequena sociedade rural, destacou-se no sindicato rural, por ter ali iniciado a vida pública na pequena cidade do interior goiano, deixando um legado de luta para os demais sucessores, no comando do sindicato.

O antigo presidente, Job Alves Guimarães faleceu em março de 2021, e sua filha Lorrany Guimaraes que já trabalhava há vários anos no sindicato com seu pai, após sua morte deu continuidade aquele trabalho. Isso aconteceu mesmo num momento crítico, durante pandemia do Covid-19. Ela rompeu as barreiras e deu continuidade ao trabalho que exercia com muito afinco.

Atualmente Lorrany Guimarães foi a primeira mulher eleita como presidente do Sindicato Rural dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Petrolina-GO. Ela não só

dá continuidade ao trabalho do pai, que foi vereador por dois mandatos, como também continua a organizar os eventos da entidade classista para seus afiliados.

Esses eventos são importantíssimos na continuidade da ação gerencial do sindicato, indicando a resistência e a persistência da mulher campesina goiana, por meio das ações de políticas públicas para os trabalhadores rurais; aposentadoria rural; minha casa no campo, com o cadastro de vários lavradores; rezas; terços; folia do Divino Pai Eterno, acontecimentos que estes afiliados já aguardam ansiosos para participarem.

As relações de vida e trabalho nas comunidades campesinas, suas redes de trocas nesses espaços, seus modos de vida, a cultura, o papel da emoção e do pensamento na ligação com o lugar, promove uma identificação e vivência com os rituais que, de certa forma, promove a identidade territorial desses sujeitos vinculados ao seu modo de vida.

Porém no mundo campesino, a divisão de trabalho entre homens e mulheres também é evidente devido a masculinização e a submissão cultural seguida no desenvolvimento dos moldes de domínio. De tal modo, a agrariedade torna-se um meio de luta e resistência das trabalhadoras rurais. Sendo que, os movimentos autônomos, tanto locais como regionais, só vieram a ter fortalecimento a partir de 2004, quando um grupo de mulheres se uniram sob a sigla do MMC, que significa, Movimento de Mulheres Camponesas, surgindo daí as experiências e transformações concretas na vida dessas mulheres camponesas.

Nesse sentido, apesar do movimento lutar pelo reconhecimento de diversos direitos eficazes a uma vida digna, tais como: saúde, educação e direitos previdenciários, o primeiro pendão levantado pelo movimento foi, precisamente, a necessidade de reconhecimento da profissão de trabalhadora rural.

Assim na Constituição Federal de 1988 ou mais conhecida como “Constituição Cidadã” no seu artigo 8º prevê que essas conquistas e lutas socias vem com reivindicações e greves, que são fundamentais na democracia do direito social e econômico, da igualdade e da justiça.

Desse modo o que impacta o trabalho desenvolvido por lutas constantes para as mulheres foram o acesso a direitos trabalhistas e previdenciários, os quais promoveram uma ruptura com o passado de dependência de algumas trabalhadoras no campo. As mulheres campesinas passaram a atuar de forma combativa na luta pelo reconhecimento de direitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A luta pela emancipação feminina não é recente. Tem-se buscado essa emancipação em todos os setores da economia. No entanto, as mulheres campesinas passaram a atuar de forma combativa na luta pelo reconhecimento de direitos, que até então eram negligenciados pelo poder público. Assim, a partir da organização das mulheres rurais elas foram reconhecidas como sujeitos de direitos, versando, contudo, de uma luta que não se encerra, sendo constante.

Portanto o que impacta o trabalho desenvolvido por lutas constantes das mulheres foi o acesso a direitos trabalhistas e previdenciários, os quais possibilitou uma nova perspectiva de vida e labor nas comunidades rurais.

Assim sendo, os direitos adquiridos pelos movimentos de mulheres camponesas como: filiação sindical, acesso a aposentadoria especial, e ainda emitir documentos pessoais, os quais muitas não tinham acesso, serem incluídas e beneficiadas em programas do governo federal como PRONAF, dentre outros, foram conquistas significativas e recentes na sociedade brasileira.

Em suma, as agricultoras necessitam de uma atenção especial, para que permaneçam no campo e tenham polícias públicas essências, com conscientização sensibilidade e responsabilidade ambiental acordando a qualidade de vida no campo para aquelas comunidades campesinas, principalmente no que se refere ao papel da mulher trabalhadora.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Vilena Venancio Porto. Mulheres rurais, movimento social e participação: reflexões a partir da Marcha das Margaridas. **Política e Sociedade**. Vol. 15. Edição Especial. Florianópolis, 2016.

BAUDEL WANDERLEY, Maria de Nazareth. O Lugar dos Rurais: o meio rural no Brasil moderno**.** In: **ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS**. 21. Mesa-Redonda, Caxambu: UFMG, 1997, p.1-12.

CARTILHA DAS MARGARIDAS 2019. **Margaridas na luta por um Brasil com sabedoria popular, democracia, justiça, igualdade e livre de violência.** Disponível em: http://www.contag.org.br/imagens/ctg_file_350653567_24012019145732pdf. Acesso em:07/01/2024

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Disponível em https:/ www.planalto. gov. br pdf

GOHN, Maria da Gloria. **Movimentos Sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo.** 7ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

MARIAN, Marcia Gilmara; IZA, Oscar Benigno; KORZ, Camila; FISCHER, Jocimar. Agricultura sustentável: favorecendo ambientes saudáveis e o empoderamento feminino. Publicado em **Rev. Ed. Popular, Uberlândia**, v. 18, n. 2, p. 4-25, maio/ago. 2019, DOI: https://doi.org/10.14393/REP-v18n22019-46405 Disponível em: file:///C:/Users/User/Desktop/agricultura%20e%20o%20empreendedorismo%20feminino.pdf. Acesso em:05/01/2024

MERLINO, T; MENDONÇA, M. L. (org.). Direitos humanos no Brasil 2011: **Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos**. São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2011. Disponível em: https://www.social.org.br/DH_2011_ALTA.pdf. Acesso em 20 mar. 2019.

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e Pesquisa.** São Paulo, v.30, n.2, p. 289-300, maio/ago. 2004.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y modernidad/racionalidade**. Perú Indígena.** Lima, v.12, n.29, p.11-20, 1992.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. "Outros territórios outros mapas". In: **OSAL-Observatório Social de América Latina:** Ano VI, nº16 (janeiro-abril 2005), pg. 263-272.

SAFFIOTI, Heleieth Iara. A mulher na Sociedade de Classes. **Mito e Realidade**. 3ª Edição, São Paulo, Expressão Popular, 2013.

Ocupar! Aquilombar! Retomar!

A Geografia Agrária e a luta de classes no Brasil

GT 5

Políticas públicas e perspectivas de desenvolvimento para o campo

VINÍCOLAS EM EGUISHEIM E A QUESTÃO AGRÁRIA

Amanda Salles de Escobar Gonçalves Acruchi[1]

Gustavo Mesquita de Souza[2]

Roberta Maria Batista de Figueredo Lima[3]

RESUMO

A questão agrária, já existente há mais de um século, fez com que pequenos agricultores, tivessem que se reestruturar para conseguir sobreviver ao capital esmagador. Produtores franceses, no decorrer do século XX, conseguiram encontrar meios de permanecer no mercado, embora tendo de se adequar a ele. O governo francês teve um papel determinante para esta permanência com diversas políticas voltadas à agricultura familiar. Em entrevistas à vinícolas francesas da pequena vila alsaciana de Eguisheim, foi possível constatar esses fatos, assim como os desafios do novo século. Uma realidade que guarda grande contraste com a situação camponesa observada no Brasil, especificamente no Maranhão, outra região alvo de pesquisa dos autores. O que leva a uma breve análise entre os dois cenários.

PALAVRAS-CHAVE: Questão agrária, agricultura familiar, capital, políticas públicas.

ABSTRACT

The agrarian issue, existing for over a century, has forced small farmers to restructure themselves in order to survive the overwhelming capital. French producers, throughout the twentieth century, managed to find ways to remain in the market, although they had to adapt to it. The French government played a decisive role in this permanence with several policies focused on family farming. In interviews with French wineries in the small Alsatian village of Eguishein, these facts were observed, as well as the challenges of the new century. This reality contrasts greatly with the peasant situation observed in Brazil, specifically in Maranhão, another region of research by the authors. This leads to a brief analysis between the two scenarios.
KEYWORDS: Agrarian issue, family farming, capital, public policies.

INTRODUÇÃO

Desde a segunda metade do século XIX o mundo ocidental convive com o paradigma da questão agrária. Com o constante avanço da industrialização, o campesinato foi sendo esmagado e perdendo seu território (FELÍCIO, 2014). O modo de vida camponês feudal, organizado a partir de aldeias onde a propriedade do solo e da

[1] Graduanda do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, amanda.salles@discente.ufma.br.
[2] Graduando do Curso de Bacharelado em Geografia da Universidade Federal do Maranhão - UFMA, gustavo.mesquita@discente.ufma.br.
[3] Doutora em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UF, rmbf.lima@ufma.br.

produção era comunitária e adaptada à necessidade do grupo de cooperados, foi se tornando inviável mediante a força implacável do novo sistema capitalista.

Nasce aí a necessidade desta agricultura comunitária se recriar para não ser extinta pelas grandes indústrias agrícolas preocupadas exclusivamente com o capital. Esta demanda traz grandes desafios para a realidade campesina brasileira, onde, além de enfrentar inúmeros problemas de várias ordens (territorial, ambiental, na segurança, na saúde, entre outros), existem poucas políticas públicas que dê suporte e incentivo a sua permanência.

Essa problemática sempre é abordada e debatida na academia, principalmente no âmbito da Geografia. Na realidade da Universidade Federal do Maranhão, onde os autores estão inseridos, tem-se a oportunidade de realização de trabalhos de campo nesse meio, onde são visitadas diversas localidades no Estado que estão em conflitos por terra, o que aprofunda a percepção e traz a confirmação dos fatos abordados nos referenciais teóricos.

Tendo em vista este quadro e diante da oportunidade de conhecer e analisar de perto um outro tipo de vivência, este trabalho traz uma perspectiva diferente para o modelo agrário agrícola observado neste país.

A França trouxe medidas no século passado que fomentaram a produção de pequenos agricultores e que perpetuam até os dias atuais. Apesar de seus entraves, é possível observar algumas soluções alcançadas que são muito bem exemplificadas em várias de suas numerosas vinícolas.

Este trabalho tem por objetivo destacar uma pequena aldeia produtora de vinho na Alsácia chamada Eguisheim, onde entrevistou-se duas vinícolas observando sua história, suas características e seus desafios. Também traça um comparativo com a situação existente no Brasil, principalmente no Maranhão, trazendo à tona possibilidades de políticas públicas que, ajustadas, poderiam mudar esta realidade expondo os pontos críticos que impedem uma agricultura camponesa de sucesso.

METODOLOGIA

Para obter êxito neste trabalho de concepção qualitativa, foi efetuada análise de referenciais teóricos a fim de estabelecer conceitos importantes a serem destacados no contexto clássico e atual, ampliando as perspectivas do trabalho e trazendo comprovação histórica e científica para as realidades encontradas. Também efetuou-se

entrevista com pessoas responsáveis pela administração de duas vinícolas de Eguisheim: Wolfberger e Domaine Bruno Sorg.

Foram feitas algumas perguntas simples, mas que fossem capazes de ajudar a estabelecer um bom panorama das mesmas. As questões perguntadas nas duas empresas agrícolas foram iguais:

- Há quantos anos a vinícola existe?
- A propriedade sempre pertenceu ao mesmo proprietário ou família?
- Quantas pessoas trabalham nesta empresa agrícola?
- Qual a nacionalidade dos empregados?
- Qual o nível escolar dos proprietários?
- Qual o nível escolar dos empregados?
- Existem programas de incentivo por parte do governo que auxilie o negócio?
- Existe assistência técnica do governo?
- Qual é o grande desafio para a agricultura no momento atual?

Além da entrevista e realização de um trabalho de campo nas localidades, pesquisou-se as características histórico-geográficas e econômicas em que as vinícolas estão instaladas para dar um melhor vislumbre desta realidade.

Da mesma maneira, investigou-se o perfil histórico-geográfico do Brasil destacando o Maranhão e resgatou-se relatórios de visitas ao campo maranhense a fim de comparar dados da pesquisa e observar suas distinções.

REFERENCIAL TEÓRICO

O complexo território do agronegócio e da concentração da propriedade privada é conflituoso por envolver diversidades econômicas, sociais e ideológicas (VIEIRA, 2012, p. 3). Nesse contexto avolumam-se temáticas litigantes nas últimas décadas, mas esta conjuntura é reflexo de um processo histórico de modificação e readequação do campo que vem ocorrendo desde o século XIX.

Para compreensão da realidade rural, tanto na França como no Brasil, é necessário resgatar alguns dos principais referenciais teóricos sobre a questão agrária e seus paradigmas que trazem o pressuposto necessário para esta discussão.

Sendo um "problema estrutural engendrado pelo avanço do capitalismo na agricultura" (FELÍCIO, 2014, p.17), a questão agrária provocou o surgimento de

paradigmas cujos referenciais contribuíram para a análise da realidade encontrada em Eguisheim.

Enquanto observou-se situações que se enquadram nas perspectivas de Kautsky (1986) e Luxemburgo (1985), apoiadores da economia política de matriz leninista, ao vislumbrar as adequações e recriações capitalistas dos camponeses; também evidenciou-se alguns traços da teoria da economia camponesa de Chayanov (1974) no cooperativismo das unidades econômicas familiares locais. Para o autor, a economia da agricultura familiar é paralela à capitalista, pois não visa acumulação, apenas suprimento das necessidades.

Ante a toda situação exposta, também lançou-se mão das primorosas análises sobre a resistência camponesa de Shanin (1983), da capacidade de reinvenção por novos métodos citada por Andrade (1964) e das contradições do capitalismo observadas por Martins (1979).

No que tange à atualidade agrária brasileira, faz-se necessário alguns referenciais brasileiros mais contemporâneos como, os que resgatam a realidade da questão agrária brasileira, observada nas perspectivas de Sodré e Mattos (2016). O Caderno de Conflitos da Comissão Pastoral da Terra, CPT (2023), serviu de base para analisar os entraves que atravessam o estado maranhense, no que tange às ações violentas contra os indivíduos e recursos. Para expor a ineficácia das Políticas Públicas de eficiência, no que diz respeito a uma crítica a efetivação das mesmas da melhor forma possível, os autores Feitosa e Aranha (2020), determinam a utilização de um termo para mostrar a realidade que atravessa o cenário nacional. Ademais, no que diz respeito ao êxodo rural dos jovens, Piran (2021), alerta sobre a vontade dos pais em retirar seus filhos do campo e a falta de interesse dos jovens nesse processo.

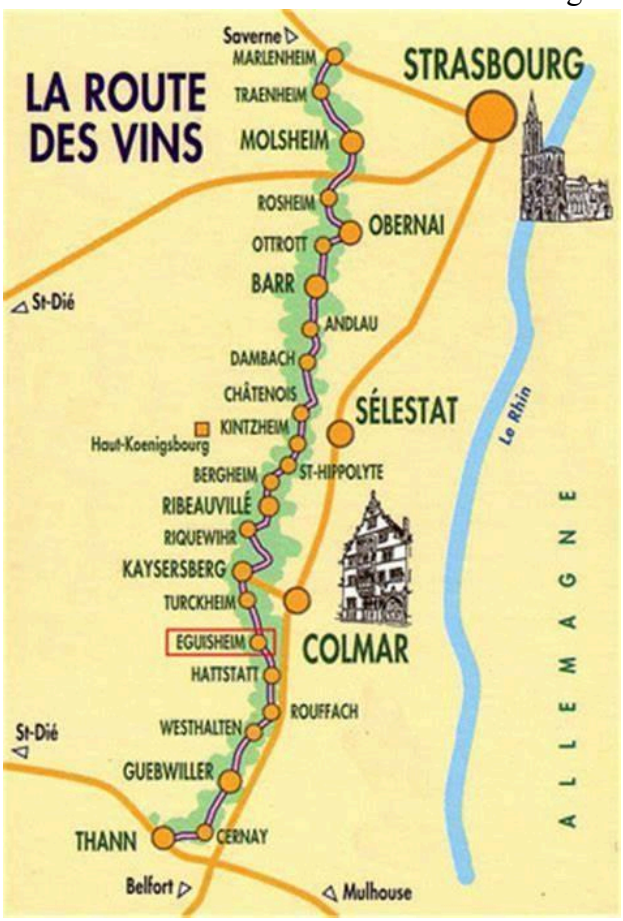
RESULTADOS E DISCUSSÃO

1. A REALIDADE DAS VINÍCOLAS DE EGUISHEIM

Em visita à região da Alsácia na França, percorre-se diversas cidades na chamada “Rota do Vinho da Alsácia” (Figura 1). Esta rota compreende municípios e aldeias bem pequenas que têm sua economia quase que exclusivamente da produção de diversos tipos de vinho branco (as uvas verdes são predominantes nas plantações locais) e o turismo arquitetônico, visto que são cidades com mais de meio milênio que preservam seus prédios, casas, igrejas e ruas através dos séculos. Andando pela estrada, é possível observar um padrão na paisagem: uma vastidão de plantações de vinhas com

modernos sistemas de irrigação (na primavera e verão de 2023 as chuvas foram escassas), com amontoados de pequenas casas antigas distribuídos no meio delas (Figuras 2 e 3).

Figura 1 – Desenho ilustrativo da Rota do vinho com Eguisheim em destaque.



Fonte:https://dejavu712905164.wordpress.com/2018/01/27/saiba-tudo-sobre-a-rota-dos-vinhos-da-alsacia/ . Acesso em 03/07/2023.

Figura 2 – Vinhedos da Rota do Vinho da Alsácia.

Fonte: Arquivo pessoal, junho/2023.

Figura 3 – Vinhedo com pequena vila ao fundo.

Fonte: Arquivo pessoal, junho/2023.

Uma das aldeias desta região, também chamada de comuna por lá, foi escolhida para entrevistas: Eguisheim. Não só pela sua beleza arquitetônica e seus canteiros de flores, que a fez ser condecorada como "Vila Favorita da França" por programa de televisão recentemente; ou pela longa história de resistência a diversas disputas territoriais entre França e Alemanha, permanecendo preservada mesmo tendo sido submetida a diversos ataques. Sua eleição está relacionada à reunião de dois fatores: ser uma aldeia que vive da agricultura muito antes do surgimento da questão agrária; e por dois negócios agrícolas encontrados ali que permite uma análise muito interessante da agricultura familiar e comunitária francesa desde o início da questão agrária e através do século.

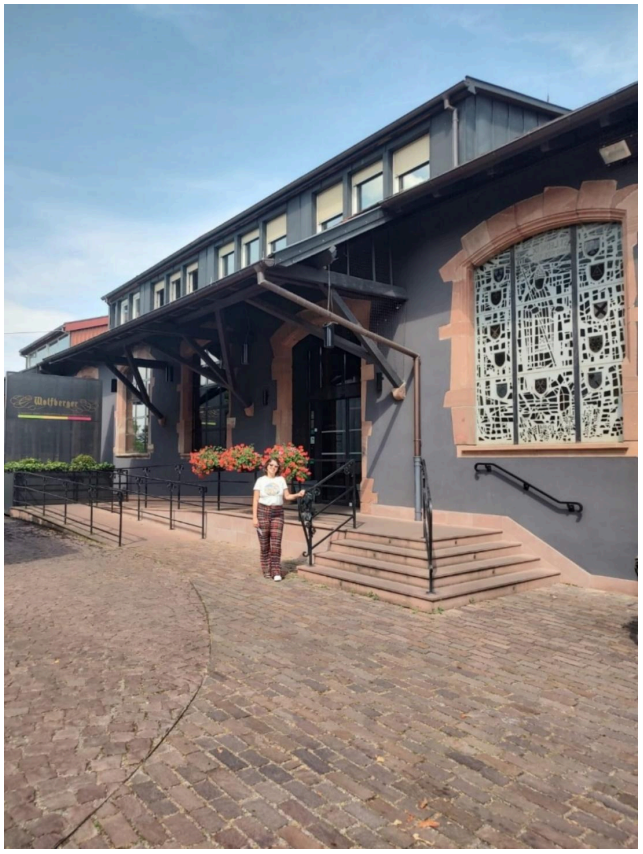
Ao chegar à comuna francesa, logo na entrada é possível visualizar uma bela casa antiga com uma grande placa convidando à degustação de vinho. Ao lado, uma grande entrada de um estacionamento com um prédio mais moderno onde realmente acontece a degustação. É a vinícola Wolfberger, que ainda conta com um pequeno museu que conta a história deste vinhedo centenário (Figura 4 e 5).

Ao adentrar no ambiente, é possível observar um grande estoque de variados tipos de vinhos, inúmeros barris e muitas pessoas trabalhando no local (Figura 6). Com esta impressão iniciou-se a entrevista, com as perguntas listadas anteriormente, com a gerente de vendas, Glória. A seguir expõe-se as informações obtidas.

Figura 4 – Casa antiga da vinícola Wolfberger.

Fonte: Arquivo pessoal, junho/2023.

Figura 5 – Fachada do prédio novo da Wolfberger.



Fonte: Arquivo pessoal, junho/2023.

A Wolfberger existe desde 1902 e não pertence a apenas uma família. Ela é uma grande cooperativa de pequenos agricultores, sendo hoje quatrocentas e sessenta famílias viticultoras e arboristas que compreendem mais de três mil pessoas trabalhando em 1200 hectares de vinhas e 110 hectares de pomares. A grande maioria são franceses com diferentes níveis de graduação. Existe uma gerente de relações humanas, mas não conseguimos contatá-la para obter esta informação com mais precisão.

Em relação a programas de incentivo ou qualquer tipo de ajuda governamental como assistência técnica, por exemplo, a Glória disse não aderirem. Toda a produção é feita hoje de maneira autônoma por essa cooperativa que serve ao mercado local e mundial com diversas modalidades de vinhos, muitos premiados e contento diversos selos de certificação de qualidade e sustentabilidade.

Figura 6 – Parte da exposição da sala de degustação da vinícola Wolfberger.

Fonte: https://www.wolfberger.com/en/boutiques/wolfberger-cellar-eguisheim/, acesso em dezembro/2023.

A outra vinícola visitada foi selecionada por ser uma produção mais artesanal e totalmente sustentável. A Domaine Bruno Sorg, diferente do grande balcão com vários atendentes da Wolfberger, atende para degustação em duas mesinhas na calçada de uma casa dentro de uma pequena vila no centro da aldeia e conta com um menu bem mais modesto em diversidade de vinhos, mas que não fica nada atrás em qualidade, pelo contrário, são todos excelentes e também conta com premiados (Figura 7). Em relação

ao preço, são bem semelhantes aos praticados pela grande cooperativa. Ambos são bem modestos adquirindo as garrafas ali diretamente do produtor.

Mas as semelhanças se restringem a poucos fatos. A Bruno Sorg é a produção agrícola familiar no sentido mais literal da expressão. As uvas utilizadas na produção são todas da produção da propriedade, para garantir o rigor do processo orgânico e a data de colheita correta para cada uma das três variedades de uvas plantadas. Ao entrevistar a Régine, responsável pela gestão do escritório da casa Sorg, atendente do balcão de vendas e degustação que fica na sala ao lado e nora do fundador, ficou evidente o aspecto familiar. Ao ser perguntada sobre sua função na empresa, ela disse que faz um pouco de tudo, como é comum nesse tipo de negócio (Figura 8 e 9). Também vale observar a maneira mais informal e atenciosa que atende aos clientes, inclusive se sentando à mesa com eles.

Figuras 8 e 9 – Pequena vila onde a Domaine Bruno Sorg oferece degustação.

Fonte: Arquivo pessoal, junho/2023.

Figura 10 – Máquina e barril utilizados no início da empresa junto ao cartaz da vinícola na entrada da vila. É o único anúncio para clientes.

Fonte: Arquivo pessoal, junho/2023.

Apesar de existir a quase sessenta anos, sendo sempre dos mesmos proprietários, isto é, da mesma família, são quatro pessoas trabalhando hoje, sendo apenas uma funcionária. Os outros são membros da família. Todos são franceses nascidos nesta região.

Em relação à escolaridade, todos tem alguma graduação relacionada ao ofício da família: François, filho de um dos fundadores, atual administrador e marido da Régine, fez Bacharelado em Viticultura, assim como seu filho, Antoine, que trabalha junto com o pai; já Lui, o funcionário, fez um curso chamado Espaços Verdes, que se assemelha à jardinagem; e a Régine fez Farmácia.

Este pequeno vinhedo recebe incentivos e assistência técnica do governo, diferentemente da entrevistada anterior.

Através das poucas informações adquiridas, é possível observar a importância da agricultura familiar e a valorização desta por parte da população e do governo francês. As duas vinícolas, embora diferentes, têm como base este tipo de agricultura amplamente utilizada no país.

A primeira, inaugurada próximo ao surgimento da produção industrial agrícola, conseguiu conservar seus valores comunitários através do século como declara em seu pequeno museu. Apesar de ter de se adaptar ao capitalismo e se formalizar, ainda se constitui como uma cooperativa de famílias agricultoras.

2. A QUESTÃO AGRÁRIA E AS VINÍCOLAS

Trazendo para o contexto da questão agrária, Kautsky (1986), procurou entender a convivência dos dois modelos de agricultura, concluindo que "não se deve focalizar a agricultura como entidade isolada e desligada do mecanismo integral da produção social". O capital, sempre em busca de sua hegemonia, acaba por desconsiderar totalmente os modos antigos de produção, esquecendo do elemento social e ambiental da agricultura.

Mesmo indo no sentido contrário do ideal capitalista, a Wolfberger conseguiu conservar parte do conceito de unidades econômicas familiares de Chayanov (1974), mantendo sua motivação análoga ao sistema que defende.

Como bem destaca Shanin (1983), a expansão do capitalismo não conseguiu desaparecer com o campesinato na França. Ele redefiniu antigas relações e permanece firme até a atualidade. Apesar de dividir espaço com grandes produtores, ele encontrou seu espaço e mercado. Observando as vinícolas, consegue-se constatar a forma como os elementos sociais e de produção familiar são o cerne do negócio e o diferencial do produto.

Para Felício (2014), o campesinato nunca desaparecerá devido ao avanço do capitalismo acontecer de forma desigual e contraditória. Ele é criado e recriado pelo capital, mas sempre encontra meios de permanecer, ao menos na realidade francesa. É curiosa a constatação de que "a produção capitalista de relações não capitalistas de produção expressa, não apenas uma forma de reprodução ampliada do capital, mas também a reprodução ampliada das contradições do capitalismo" (MARTINS, 1979, p.21). Para Rosa Luxemburgo (1985) a recriação do campesinato é necessária ao capital como forma de reprodução ampliada.

3. O HISTÓRICO INCENTIVO DO GOVERNO FRANCÊS AO PEQUENO AGRICULTOR

Sendo impossível superar o sistema capitalista, como bem afirma Felício, são necessários métodos revolucionários para que a agricultura familiar sobreviva. "Métodos revolucionários fazem parte da perspectiva camponesa, pois não é possível modificar as bases de um sistema econômico senão mediante métodos revolucionários" (ANDRADE, 1964, p. 244).

Essa pode ser a explicação do que ocorreu na França no decorrer do século XX, especialmente no pós-guerra, a partir de 1955. Era necessário grande esforço para a

recuperação do meio rural no país, atrasado devido às demandas econômicas voltadas à guerra. E isso foi feito. Com ideias de modernização agrícola, muito em voga no momento devido à famigerada Revolução Verde, o então presidente Charles de Gaulle, iniciou um potente programa de fortalecimento agrícola.

Um conjunto de incentivos sociais foi ofertado a agricultores já em idade de se aposentar e sem sucessores interessados em dar prosseguimento à produção, assim como para aqueles que se encontravam em inviabilidade econômica (CAZELLA et al, 2015, p.19).

"A pequena agricultura familiar baseada no grande uso de mão de obra foi considerada incapaz de assegurar a independência alimentar da nação" (CAZELLA *apud* GERVAIS et al, 1965, p.19). Era o que o presidente acreditava e, associado aos desejos de paridade de qualidade de vida com os trabalhadores urbanos e reconhecimento do valor da agricultura da JAC (*Jeunesse Agricole Catholique*), desejava. Leis de modernização foram criadas. Políticas sociais foram robustamente voltadas ao campesinato tradicional francês. Transferência de terras eram liberadas para agricultores potencialmente modernos, jovens e com possibilidade de crescimento. Com isso a luta pela terra, fato que se tornou comum devido à questão agrária, ficou de lado por um bom tempo.

Porém, devido à criação de uma comissão departamental que regulava o aumento de áreas dos estabelecimentos, o título de propriedade era insuficiente para a produção na terra. O proprietário ou arrendatário precisava obter uma autorização de produção para a nova parcela de terra. Isso trouxe alguns conflitos posteriores.

Com o pensamento progressista capitalista do governo, seus recursos visavam transformar pequenas produções em fazendas de médio porte. Assim, priorizava agricultores com maiores condições de crescimento e dispunha a maior quantidade de terras para estes.

Essa política fez com que o número de pequenos agricultores fosse massivamente reduzido com o passar do tempo. Alguns venderam suas terras para esses agricultores de médio porte, por não conseguir competir; outros viraram grandes empresas agrícolas; e outros uniram forças como a Wolfberger para se adaptarem ao mercado e não sucumbirem.

É possível concluir que a finalidade dessas políticas, além de fazer com que os jovens permanecessem no campo, era trazer um crescimento de produção para fortalecer a economia novamente e alcançar a independência alimentar de outros países.

Observando a data de fundação da Domaine Bruno Sorg (em 1965), compreende-se que a vinícola foi fundada impulsionada por estes incentivos. Uma unidade agrícola familiar que recebe até hoje estes incentivos e assistência, conservando seu modo de produção sustentável e artesanal. Também é possível constatar o investimento tecnológico na agricultura familiar quando os agricultores de duas gerações da vinícola possuem formação em cursos superiores criados especificamente para sua atividade.

Voltando às perguntas da entrevista, ambas responderam o mesmo em relação ao maior desafio atual. Longe das questões territoriais e concorrência com empresas hegemônicas, como ocorre no Brasil, sua maior preocupação é o clima. As mudanças climáticas têm afetado diretamente a produção de uvas e outras frutas e os esforços de hoje são voltados à busca de meios para adaptar seus vinhedos a esta nova questão. Neste sentido, é importante que o governo continue apoiando tecnicamente este tipo de agricultura, que hoje movimenta significativamente a economia francesa.

4. A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL E MARANHÃO: UM RECORTE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A REALIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR.

A questão agrária, constitui uma temática complexa na realidade brasileira e remonta a história do país, refletindo diretamente uma intersecção de fatores sociais, econômicos e políticos. A concentração de terras e a má distribuição de territórios remete-se aos períodos de colonização. O processo de monopólio de terras, que constitui o cenário brasileiro atualmente, é originária do século XVI, com as Capitanias Hereditárias, que foram grandes extensões de espaço territorial, doadas pelo Rei Dom João III para nobres de sua confiança. A estrutura fundiária dos grandes latifúndios permanece até os dias atuais e revela um campo brasileiro desigual. Embora a concentração da posse da terra estivesse presente no Brasil desde o passado colonial, ela não constituiu uma temática forte de estudo da maioria dos geógrafos agrários brasileiros até a década de 1970, revelando uma certa falta de preocupação com a temática até esse período.

> [...] a incapacidade estrutural do Estado brasileiro em lidar com o uso e controle da terra, – de forma particular, com a propriedade privada da terra – criou ao longo dos anos uma estrutura agrária desigual, responsável por grande parte dos problemas sociais do país, levando a uma questão agrária. (SODRÉ E MATTOS 2016, p.4)

A disputa pela garantia de posse ao território e serviços básicos, leva às comunidades rurais ao embate contra os órgãos governamentais, entidades privadas e

fazendeiros, que se apossam desses espaços no meio agrário com o propósito financeiro, gerando um contexto social, econômico e político regrado de conflitos, tensões, ameaças e violências que marcam a questão agrária.

O Maranhão é o terceiro estado do Brasil com maior número de conflitos no campo (CPT, 2022). Apenas em 2022, foram registrados mais de 102 casos e 7 mortes decorrentes de conflitos agrários. Ainda segundo a Pastoral, atualmente mais de 200 pessoas foram ou estão ameaçadas de morte. No ano de 2023, com a divulgação do caderno completo envolvendo os casos de 2022, esse número subiu e a Pastoral da terra, registrou 178 envolvendo conflitos por terra (CPT, 2023). Historicamente o estado carrega uma concentração desigual de capital no campo, isso percebido pelos diferentes ciclos econômicos, que atribuíram auges de riqueza e declínio ao território maranhense. Atualmente o ciclo do agronegócio corresponde a mais moderna atividade de acumulação de capital no campo da região, esse por sua vez, desapropria, degrada e exprime, qualquer indivíduo ou bem natural, que interrompe sua efetivação. Essa realidade deflagra que os conflitos territoriais e o avanço do latifúndio têm atrasado e/ou inviabilizado a ampliação e modernização da agricultura camponesa brasileira e maranhense.

Frente às mais diversas ações que ameaçam e violentam pessoas e recursos naturais no campo, o território brasileiro, por meio de ações concretas na sua constituição, delega uma série de regras que visam promover a segurança desses componentes. A consolidação das políticas públicas agrárias no Brasil está diretamente vinculada aos processos de descentralização e de gerenciamento, típicos da Reforma Administrativa ocorrida no Brasil em meados nos anos 1990, período pós redemocratização em 1988 (Fim da Ditadura Militar e nova Constituição Federal). Porém, em um país de dimensões continentais contendo grande diversidade geográfica e cultural, é necessário um olhar atento no planejamento e implementação de medidas, principalmente no que tange ao meio rural e agrícola.

> A cegueira geográfica do território e da região nas políticas públicas brasileiras desconsidera as mediações escalares e as diferentes combinações de normas e formas que constituem o espaço geográfico, impactando negativamente na criatividade e na precisão das formulações das agendas de governo e das próprias políticas públicas. Isso ocorre porque o Governo Federal não atinge a escala do lugar para compreender os problemas e as demandas do território, apesar de todo o investimento financeiro e metodológico aportado. (FEITOSA; ARANHA, 2020)

As Políticas Públicas, possuem fases de constituição, que vão desde a identificação do problema, a formulação da política pública, formação da agenda,

implementação e a avaliação dos possíveis resultados. Nesse sentido, além do desacerto citado por Feitosa e Aranha, o regime governamental brasileiro e o antagonismo político-partidário entre os governantes eleitos acabam por descontinuar as políticas públicas implementadas no decorrer das gestões, ocasionando grande instabilidade no setor.

Com uma realidade tão desafiadora para os camponeses, não é difícil concluir que as novas gerações não têm permanecido nas mesmas atividades dos pais. Diferente dos franceses, os jovens têm buscado oportunidades profissionais em outras áreas, visto que as perspectivas para o campo brasileiro são incertas.

> [...] cada vez mais, os pais põem seus filhos na escola, mesmo que tenham que deslocá-los para a cidade para continuarem estudando. Parece que não querem mais que seus filhos sejam também agricultores, e os jovens filhos dos agricultores tampouco parecem pensar em ser agricultores no futuro (Piran, 2001, p. 134).

Diante desse quadro, configura-se um outro grande desafio para o jovem camponês brasileiro. Além da escassez de cursos de graduação específicos para o cultivo e produção agrícola, ainda esbarra-se no entrave de uma educação básica de baixa qualidade que muitas vezes dificulta o ingresso no ensino superior e em profissões melhor remuneradas, destoando bastante da realidade francesa de Eguisheim, onde os jovens são incentivados pela família e pelas políticas públicas a permanecer no campo e no negócio familiar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante aos referenciais teóricos e a constatação das realidades analisadas, é possível observar que o campesinato francês observado conseguiu se recriar, adequando-se às necessidades do mercado e, dessa maneira, se rendendo ao capital, mas sempre tentando resistir ao grande empreendedor e seus princípios explorando o diferencial que as pequenas propriedades possuem.

Porém, vale ressaltar que este modelo só é possível devido às políticas governamentais implementadas no século passado, que em parte existe até hoje, e à cultura secular de meios de produção artesanal entranhada aos costumes da população em geral, que resiste ao alimento produzido pelo modo de cultivo das grandes produtoras agrícolas (MACIEL, 2001, p. 153). Sem esses fatores, dificilmente sobreviveriam às grandes empresas.

Em relação ao Brasil e, mais especificamente ao Maranhão, as preocupações vão muito além das graves questões ambientais apresentadas, parte delas em decorrência da

forma de produção do Agronegócio, como escreve Gonçalves (2006). Ainda apresenta-se uma longa caminhada para que o campesinato consiga estabelecer-se de forma digna e estável. As políticas públicas surgem como alternativas para promover a melhora do cenário, porém ao serem apresentadas, é notório que essas precisam de continuidade e eficácia para que seus efeitos sejam bem distribuídos e permanentes, atendendo cada realidade deste país tão extenso e distinto.

Sendo sobremaneira grande e guardando tamanha cultura, técnicas ancestrais e potencial científico, é desolador observar o quanto perde-se social e economicamente pela ausência de planos de desenvolvimento eficazes e duradouros.

Com realidades e um contexto histórico de formação territorial totalmente diferente, o território brasileiro e o francês ainda sim apresentam singularidade na produção e presença camponesa no cultivo e manejo de diversos insumos naturais. O principal entrave que atravessa o Brasil é a não valorização desses grupos e o descaso com os problemas e conflitos que esses estão inseridos. Essa falta de atitude dos órgãos governamentais, fazem com que culturas e formas de viver do território sejam perdidas, uma vez que, o interesse dos jovens pela permanência na atividade é ameaçado, pelas diversas violências, falta de investimento e recursos para as comunidades. No caso francês, a eficiência dessas atividades só foi possível graças ao olhar atento e a valorização do meio agrícola do país.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manoel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1964.

CPT. Confiltos no campo Brasil 2022 / Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, - Goiânia: CPT Nacional, 2023.

CAZELLA, Ademir Antonio; SENCÉBÉ, Yannick; RÉMY, Jacques. Transformações no modelo francês de agricultura familiar: lições para o caso brasileiro. **Novos Cadernos NAEA**, [*s. l.*], v. 18, ed. 1, p. 13-32, jan - jun 2015. Disponível em: https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/viewFile/2069/2670. Acesso em: 3 jul. 2023. DOI: http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v18i1.2069.

CHAYANOV, Alexander V. **La Organizaciónde La Unidad Econômica Campesina**. Bueno Aires: Ediciones Nueva Vision, 1974.

FEITOSA, Luciana da Costa; ARANHA, Pablo Ruyz. A “cegueira geográfica” nas políticas públicas territoriais e regionais brasileiras. **revista brasileira de estudos urbanos e regionais**, v. 22, p. e202018, 2020.

FELÍCIO, M. J. Paradigma da Questão Agrária e Paradigma do Capitalismo Agrário. In: CAMPOS, J. F. S.; COCA, E. L. F; FERNANDES, B. M. (Orgs). **Dataluta:** questão agrária e coletivo de pensamento. 1ª ed. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

FLARAUD, V. **La Jeunesse Agricole Catholique (JAC)**. Rives NordMéditerranéenes, 2005. Disponível em: http://rives.revues.org/496. Acesso em: 5 nov. 2012.

GERVAIS, M.; SERVOLIN, C.; WEIL, J. **Une France sans paysans**. Paris: Seuil, 1965.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização**. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2017. 461 p. ISBN 9788520006832.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária.** São Paulo: Nova Cultural, 1986.

LENIN, V. **La alianza de la clase obrera y el campesinato.** Buenos Aires, 1960.

LUXEMBURG, Rosa. **A Acumulação do Capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MACIEL, Maria Eunice. Cultura e alimentação ou o que têm a ver os macaquinhos de Koshima com Brillat-Savarin?. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, ano 7, n. 16, p. 145-156, dezembro 2001. DOI https://doi.org/10.1590/S0104-71832001000200008. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ha/a/vYBC6SP9JWmmGgvNCXNqQRr/?lang=pt. Acesso em: 11 dez. 2023.

MARTINS, José de Souza. **O cativeiro da terra.** São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

PIRAN, N. **Agricultura familiar**: lutas e perspectivas no Alto Uruguai. Erechim: Edifapes, 2001.

SHANIN, Teodor. **La clase incómoda.** Madrid: Alianza Editorial, 1983.

SODRÉ, Ronaldo; MATTOS, José. O emaranhado dos conflitos de terra no campo maranhense. **Revista de Geografia e Ordenamento do Território (GOT)**, n. 10, p. 345-354, 2016.

THURIA (Alsácia). Eguisheim. *In*: **Visit l`Alsace**. França, 2023. Disponível em: https://www.visit.alsace/en/253000781-eguisheim/. Acesso em: 2 jul. 2023.

VIEIRA, Wesley Alves. O paradigma da questão agrária no estudo dos conflitos no campo. *In:* ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, XXI., 2012, Uberlândia. **Anais** [...]. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2012. p. 1-24, ISSN 1983-487X. Disponível em: http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1503_1.pdf. Acesso em: 6 nov. 2023.

ACESSO À ÁGUA NO PERÍMETRO IRRIGADO SABUGI (CAICÓ/RN): ENTRE CONTINUIDADE E DESCONTINUIDADE DE POLÍTICAS PÚBLICAS HÍDRICAS

Brenda Stéfanie Bezerra[1]

Leandro Vieira Cavalcante[2]

RESUMO[3]

Este estudo tem como objetivo analisar o papel das políticas públicas hídricas na garantia do acesso à água no Perímetro Irrigado Sabugi (Caicó/RN), considerando a continuidade e descontinuidade das medidas de combate à seca e de adaptação ao contexto do Semiárido. A pesquisa abrange um período que vai desde a implementação das primeiras políticas públicas hídricas na década de 1970, notavelmente a construção do referido perímetro irrigado, até o momento presente, destacando a implementação de tecnologias sociais para convivência com o Semiárido. Metodologicamente, o estudo adotou uma abordagem qualitativa, fundamentada em pesquisa bibliográfica sobre políticas públicas hídricas no Semiárido, com ênfase no Perímetro Irrigado Sabugi. Além disso, foram realizadas entrevistas e rodas de conversa com os residentes locais, denominados colonos, visando coletar dados e aprofundar a compreensão e análise dos processos relacionados ao acesso e à distribuição de água. Os resultados indicam que o Perímetro Irrigado Sabugi, concebido originalmente no contexto de combate à seca, necessitou de políticas de convivência com o Semiárido para garantir o acesso à água para consumo e para produção agrícola, que caracterizam a descontinuidade das políticas públicas hídricas e as adaptações necessárias diante de novos usos e usuários. Nesse sentido, é notável a necessidade de políticas públicas mais consistentes e contínuas para assegurar o acesso à água e promover o desenvolvimento socioeconômico do perímetro irrigado analisado.

Palavras-chave: Políticas Públicas Hídricas, Perímetro Irrigado, Semiárido.

ABSTRACT

This study aims to analyze the role of public water policies in facilitating access to water in the Sabugi Irrigated Perimeter, considering the continuity and discontinuity of measures to combat drought and adaptation to the semi-arid context. The research covers the period from the implementation of the first public water policies in the 1970s, notably the construction of the irrigated perimeter, to the present moment, highlighting social technology initiatives for coexistence with the Semi-Arid region. Methodologically, the study adopted a qualitative approach, based on bibliographical research on public water policies in the Semiarid region, with an emphasis on the Sabugi Irrigated Perimeter. In addition, interviews and conversation circles were carried out with residents, called settlers, aiming to collect data and deepen the understanding and analysis of processes related to access and distribution of water. Finally, the results indicate that the Sabugi Irrigated Perimeter, originally designed to combat

[1] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), campus Caicó, brenda.bezerra.706@ufrn.edu.br

[2] Professor do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), campus Caicó, leandro.cavalcante@ufrn.br

[3] A realização desta pesquisa contou com bolsa de mestrado ofertada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

drought, throughout its history, requires policies for coexistence with the Semiarid region to be implemented in its territory, which characterize the discontinuity of public water policies and adaptations necessary in the face of new uses and users. In this sense, it is therefore concluded that there is a need for more consistent and continuous policies to ensure access to water and promote socioeconomic development in the Semiarid region.

Key words: Public Water Policies, Irrigated Perimeter, Semi-arid.

INTRODUÇÃO

A região do Semiárido brasileiro tem sido historicamente objeto de iniciativas de desenvolvimento, tanto econômico quanto social, fundamentadas em abordagens políticas que priorizam a centralização e armazenamento de recursos hídricos. A água, por sua vez, está intimamente ligada à política, não somente como um objeto, mas como determinante de ações dos indivíduos em suas construções materiais, como também nas formações sociais (Pereira, 2016). A água, como um bem essencial à vida, precisa estar disponível em múltiplas escalas e para distintos atores sociais.

Contudo, as intervenções políticas nem sempre resultam na democratização do acesso a tais recursos e/ou na efetiva garantia de segurança hídrica para a população. Atualmente, no território do Semiárido, coexistem pelo menos duas categorias de políticas públicas hídricas, delineadas como “Combate à Seca” e “Convivência com o Semiárido” (Silva, 2003). Cada uma possui sua própria justificativa histórica e especificidades distintas, embora, em muitos casos, apresentem complementaridades.

Conforme discorrido por Silva (2003, p. 364), evidencia-se que ambas as políticas estão intrinsecamente interligadas aos distintos paradigmas de desenvolvimento que fundamentam as percepções acerca da realidade semiárida. Elas discernem os problemas em questão, adotam abordagens específicas para sua análise e indicam os modelos de intervenção considerados válidos para a superação de suas problemáticas.

No Perímetro Irrigado Sabugi, situado na zona rural do município de Caicó (RN), observa-se uma realidade na qual ambas as políticas convergem em seu escopo. Este local representa um marco jurídico das iniciativas governamentais no contexto de políticas públicas de combate à seca, implementadas a partir da década de 1970 pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs), mediante a construção de perímetros irrigados. Entretanto, tais políticas foram progressivamente descontinuadas ao longo de um período de 50 anos, conforme documentado por Oliveira (2020) e Albano (2022).

Além disso, iniciativas de implementação de tecnologias sociais voltadas para a convivência no Semiárido, especificamente no que concerne ao acesso à água, foram

difundidas em todo o perímetro a partir da década de 2000. Conforme postulado por Kuster e Marti (2009), observou-se a facilitação do abastecimento hídrico de maneira acessível para a comunidade rural em questão. Diante desse contexto, torna-se imperativo a realização de estudos com o intuito de investigar a implementação, convergência e descontinuidade das políticas hídricas na localidade.

Desse modo, este estudo propõe primordialmente analisar o papel desempenhado pelas políticas públicas hídricas voltadas para a viabilização do acesso à água no Perímetro Irrigado Sabugi, considerando a continuidade e descontinuidade das medidas de enfrentamento à seca e de adaptação ao contexto do Semiárido. No que tange à temporalidade da pesquisa, delimita-se um intervalo que se inicia com a implementação das primeiras políticas públicas hídricas na década de 1970, notadamente a construção do mencionado perímetro irrigado, e abrange as demais iniciativas adotadas até o presente momento (2023).

REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

A presente pesquisa calcou-se no método que contempla a essência qualitativa da pesquisa (Minayo, 1992). Para isso, foi adotada pesquisa bibliográfica acerca da compreensão e investigação de políticas públicas hídricas no Semiárido, com destaque para o próprio perímetro irrigado. Por seguinte, realizaram-se entrevistas e rodas de conversa com os sujeitos envolvidos na área estudada, chamados de colonos[4], a fim de levantar dados e suscitar a compreensão e análise dos processos no que tange o acesso e distribuição de água.

Nesse sentido, primeiramente, este estudo utiliza como noção de política aquela defendida por Silva (2018, p. 74), caracterizada como "uma dimensão fundamental das sociedades humanas, considerando como se estabelecem as relações de poder na resolução de conflitos de interesses e de tomada de decisão em um dado contexto social, econômico e cultural". Para esse autor, essa concepção compreende os processos decisórios, formulações e execuções no âmbito do exercício do poder.

No que diz respeito ao Semiárido, as políticas públicas implementadas desde o final do século XIX partem de uma historicidade de marginalização da região, vista como portadora de uma natureza hostil, associada às suas limitações hídricas (Carvalho, 2011). A suposta falta de água está associada à ocorrência de dias sem chuvas, denominados de períodos de estiagens e/ou secas, advindos de uma média anual de 800 milímetros em precipitação

[4] Colonos é um termo utilizado pelo Dnocs para nomear os moradores do perímetro irrigado.

pluviométrica e irregularidade espaço-temporal marcante, as quais caracterizam o clima semiárido (Correia *et al*., 2011; Teixeira; Machado, 2015).

Conseguinte a isso, recorre-se à periodicidade de políticas públicas hídricas empregada por Silva (2018), o qual analisa o acesso e a distribuição da água pelas ações de combate à seca e de ações pautadas na convivência com o Semiárido. Infere-se que as políticas voltadas para mitigar a seca através de projetos de irrigação e acumulação hídrica, de maneira geral, fundamentam-se na errônea concepção de que a escassez de água no Semiárido poderia ser solucionada mediante a expansão da oferta de tecnologias de represamento e armazenamento hídrico, isto é, dispositivos que propiciam a acumulação de água (Oliveira, 1981; Silva, 2010). Isso decorre da consolidação da crença na possibilidade de alteração das "condições naturais da região por meio de obras hídricas como barragens, açudes, poços e perímetros irrigados" (Pereira, 2016, p. 65).

Já sob o olhar da convivência, o Semiárido passa a ser visto como um espaço de múltiplas possibilidades humanas, o qual, com base na sustentabilidade ambiental, viabiliza melhor qualidade de vida às famílias sertanejas. Postulando Silva (2006, p. 272), a convivência com o Semiárido tem como princípio:

> Uma perspectiva cultural orientadora da promoção do desenvolvimento sustentável no Semi-árido, cuja finalidade é a melhoria das condições de vida e a promoção da cidadania, por meio de iniciativas socioeconômicas e tecnológicas apropriadas, compatíveis com a preservação e renovação dos recursos naturais.

Essa nova linha de atuação política culminou, em 1999, com a criação da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), a partir da articulação de interesses de cerca de 700 organizações da sociedade civil, igrejas e movimentos sociais da região semiárida (Silva, 2003). Silva (2006) comenta que nas últimas décadas do século XX, sucederam-se orientações e propostas a uma nova gama de tecnologias hídricas e de produção adequadas à realidade ambiental, cultural e socioeconômica do Semiárido.

As tecnologias sociais hídricas são aquelas desenvolvidas com base na realidade do ambiente, promovendo um manejo sustentável dos recursos naturais, na extensão da abordagem de questões inerentes ao acesso à água (Ventura; Fernandez; Andrade, 2013). Nesse caso, a água de chuva tem um importante e crucial uso estratégico no processo de abastecimento hídrico das comunidades, a partir de seu armazenamento em cisternas.

Nessa perspectiva, compreende-se o Semiárido brasileiro um espaço prioritário na implementação de políticas públicas hídricas, sob os vieses de combate à seca e de convivência. De acordo com Silva (2007, p. 477), a justificativa social de adoção da

convivência com o Semiárido dá-se pela possibilidade de melhorias nas comunidades camponesas, abarcando alternativas viáveis para os meios produtivos que geram renda às famílias e, consequentemente, aumentam a qualidade de vida. Isso é possível, por exemplo, a partir da difusão de tecnologias sociais hídricas, como as cisternas de água de consumo humano e aquelas de criação animal e produção agrícola.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Perímetro Irrigado Sabugi está inserido a sudoeste no município de Caicó, Rio Grande do Norte (figura 1). Esta localidade compreende duas agrovilas, nas quais, conforme informações obtidas pela equipe de saúde local, em 2023 residiam 227 habitantes, distribuídos entre as duas agrovilas, denominadas Vila I e Vila II, e em áreas adjacentes, incluindo lotes e áreas cedidas pelo Dnocs e localizadas dentro do perímetro irrigado. Climatologicamente apresenta dados registrados nas demais localidades do município, cuja temperatura varia moderadamente com média de 28,3°C ao ano, enquanto sua pluviosidade possui média de 629 mm anuais, concentrada principalmente entre os meses de janeiro a maio (Inmet, 2010).

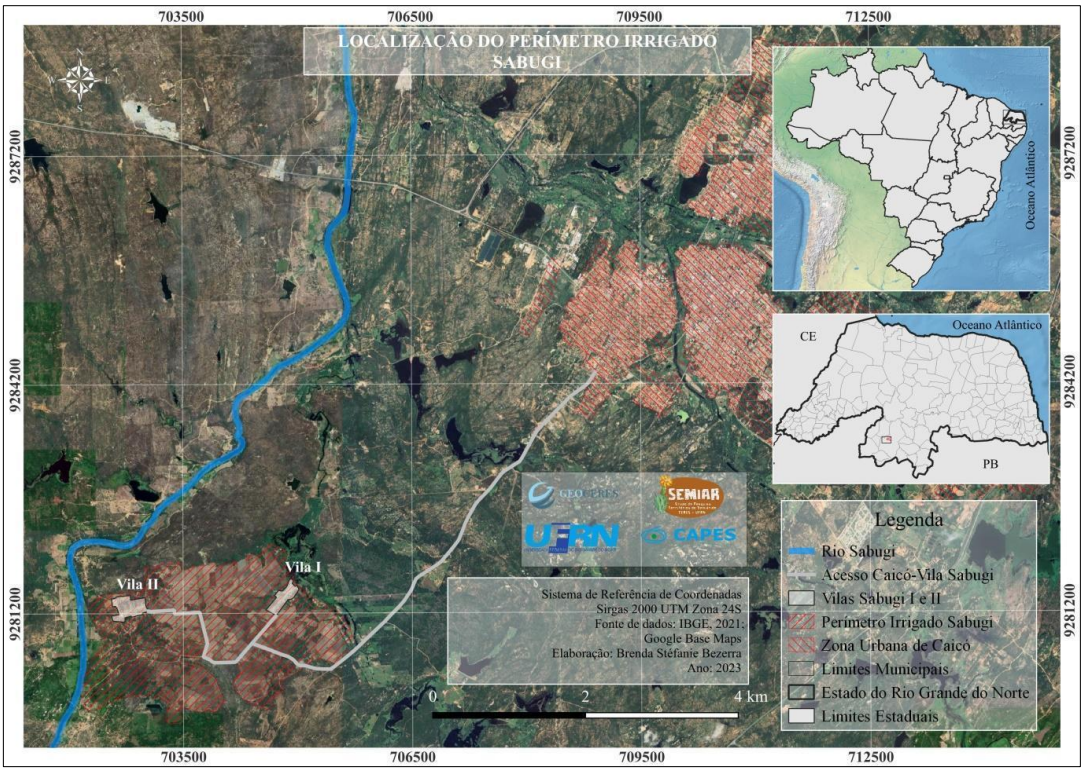


Figura 1 - Mapa de localização do Perímetro Irrigado Sabugi.
Fonte: Elaborado pelos autores, 2023. Adaptado de Google Earth.

Pressupondo a funcionalidade da construção do perímetro na década de 1970, o Estado fez altos investimentos em infraestrutura social e principalmente hídrica, o que incluiu

moradias e sistemas de irrigação. Nestas se destacam a rede de irrigação e drenagem, planejadas pelo Dnocs para manter a produção agrícola, ou seja, a promoção do desenvolvimento na região por meio de ações que visavam o combate à seca. No que se refere aos projetos de irrigação, apesar do relativo sucesso em alguns perímetros no âmbito do território nordestino, implementados principalmente pelo Dnocs, problemas acentuaram a descontinuidade dessas políticas, como a inadequada assistência técnica, poucos recursos financeiros, a salinização dos solos irrigados e o gerenciamento impróprio das águas disponíveis, entre outros, que influenciaram o exaurimento do funcionamento dos perímetros irrigados públicos já a partir do final da década de 1980, cuja situação agravou-se nas décadas seguintes, como observado no Sabugi.

A seca de 1993 no Semiárido brasileiro, conforme relatos dos irrigantes, fez o funcionamento da irrigação no Perímetro do Sabugi parar, voltando com um funcionamento debilitado após as chuvas em 1994, e pausando novamente com a seca de 1999. Após isso, somente em 2005 a irrigação retornou o seu funcionamento, a qual permaneceu por mais sete anos, até 2012, quando novamente a região foi inserida num novo e duradouro período de seca, impactando diretamente a dinâmica hídrica e agrícola do perímetro irrigado.

No entanto, com as sequências de estiagens e secas, já a partir de 1993 os irrigantes informam que a produção não foi mais a mesma, por perda de incentivo do Dnocs, o que gerou impacto na produção e na vida dos agricultores, como reafirmado no seguinte relato:

> [...] a cooperativa[5] não teve mais força, não conseguíamos mais empréstimos e contrato com empresas, antes o empréstimo era pago com a produção que ia ser feita. Daí para frente começamos a trabalhar por conta própria e não tínhamos mais como produzir bem (Colono, 75 anos).

Por sua vez, os moradores do local produziram com os sistemas de irrigação do próprio perímetro até o último ano de 2012, quando o fornecimento de água foi interrompido e a política de irrigação descontinuada, mais uma vez por escassez hídrica. Atualmente, após mais de uma década, não houve retorno da irrigação no perímetro irrigado, nem alternativas fornecidas pelo Dnocs para continuar com a produção, o que de modo geral ocasionou grandes impactos sociais, como relata um colono:

> [...] na época que tinha água a gente tinha como trabalhar e produzir para manter a família, criava um bicho para se remediar, mas tinha o dinheiro para a feira e hoje para quem não é aposentado não tem garantia nenhuma viver aqui (Colono, 50 anos).

Nesse sentido, das obras hídricas implementadas pelo Dnocs, somente as caixas de águas que armazenam a água das vilas e a barragem continuam sendo utilizadas pelos colonos

[5] Cooperativa Agrícola Mista dos Irrigantes do Perímetro Irrigado Sabugi (Campis)

para o fornecimento de água, mas de formas distintas e para outros usos além dos originais impostos pelo órgão. As infraestruturas de irrigação e de drenagem anteriormente utilizadas se encontram abandonadas e danificadas (figuras 2A e 2B). No que se refere aos métodos produtivos, os agricultores tiveram que se adaptar face à carência hídrica com novas metodologias, entre elas a perfuração de poços (figura 2C) e irrigação por bombeamento (figura 2D) diretamente do rio Sabugi (nos casos de lotes em áreas próximas ao rio).

Figura 2 - Mosaico de imagens da área estudada.
Fonte: Acervo dos autores (2022, 2023).

No que tange ao acesso à água para as atividades das residências e consumo humano, os entrevistados informaram que no período de implantação do perímetro, na década de 1970, a água disponível advinha dos canais de irrigação, usadas para todas as atividades necessárias, desde tomar banho a bebê-la, no entanto, muitas vezes estavam poluídas com agrotóxicos utilizados na produção agrícola. Naquele momento, não havia água encanada nas residências e o armazenamento limitava-se a tanques abastecidos notadamente por carros-pipas e/ou por baldes carregados em carroças de boi.

Após alguns anos, ainda na década de 1970, o Dnocs construiu um projeto de encanamento dos canais a duas caixas d'água que passaram a abastecer as duas vilas. No entanto, em 1993, com o período de seca, o rio Sabugi secou e o humano, assim como da produção, foi comprometido. Alternativas de medidas emergenciais foram adotadas na época para suprir as necessidades humanas, conforme destaca um dos moradores:

> Teve um chafariz em 1993 e usado até meados dos anos 2000, porque não tinha água, foi perfurado dois poços ainda, mas a vazão era pequena, aí teve o chafariz para usar água para tudo também, mas a água era pouca e tinha muita briga (Colono, 50 anos).

Ainda sobre a qualidade da água das águas do chafariz, uma das moradoras da Vila II acrescenta: "[...] as do chafariz era salobra, dava só para o consumo animal e atividade de casa" (Colona, 48 anos). Com relação a Vila I, esta também teve um poço perfurado em 1993, o qual obteve uma vazão adequada para suprir as necessidades hídricas de atividades de casa e consumo humano para essa vila até os dias atuais. Com relação a água de beber, é realizada a dessalinização, em virtude da quantidade de sais encontrada na água.

Mais tardiamente, na Vila II, foi construída uma segunda barragem (figura 3) no início da década de 2000, com o intuito de represamento das águas do rio Sabugi, cuja obra foi advinda através da Associação Comunitária do Perímetro Irrigado Sabugi (Acops), responsável por garantir a mão de obra dos moradores e associados na fase da construção, em parceria com a Prefeitura Municipal de Caicó que doou a bomba e a tubulação para distribuir a água para esta parte da comunidade. O armazenamento hídrico era realizado na caixa d'água construída pelo Dnocs (figura 4) no início do funcionamento do perímetro. Este sistema é utilizado até hoje.

Figura 3 - Barragem comunitária da comunidade. **Figura 4 -** Caixa de água da comunidade.
Fonte: acervo dos autores.

Já o acesso à água de beber de uma expressiva parcela das residências da localidade (Vila I e Vila II) dá-se atualmente por armazenamento nas cisternas construídas por demais organizações sociais entre os anos 2008 e 2018, destacando-se as fornecidas pelo Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR) (figura 5), a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) (figura 6) e o Programa Um Milhão de Cisterna (P1MC). Sobre as cisternas, se percebe nas falas dos moradores um sentimento de gratidão, pois em seus relatos dizem: "a cisterna melhorou minha vida e da minha família, antes era água sem qualidade e que estava me deixando com problemas de saúde"; "desde a construção da cisterna na minha casa nunca faltou água para beber"; "se eu pudesse minha cisterna era até maior, porque é bom demais". Logo se compreende o alcance da efetividade das políticas públicas hídricas de convivência com o Semiárido, quanto ao abastecimento para atividades diárias de casa por meio das cisternas.

Figura 5 - Cisterna implementada pelo PCPR. **Figura 6 -** Cisterna implementada pela Funasa.
Fonte: acervo dos autores (2023).

Por fim, de modo geral, os entrevistados indicaram que o problema principal da comunidade é a questão do acesso à água. Não especificamente a falta de água para beber, pois esta foi suprida pelas cisternas, mas sim água para a produção agropecuária. O uso da infraestrutura original do perímetro foi descontinuado e o rio Sabugi não apresenta mais aporte necessário para ser utilizado durante todo o período do ano pelos irrigantes em suas produções e atividades básicas diárias em suas moradias. Além disso, as alternativas de

perfurações de poços são de altos custos econômicos para a população, restringindo-os a presença de poucos poços na área e com usos destacados para a agricultura de subsistência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da reflexão teórica das políticas públicas hídricas no Semiárido, mais especificamente na área analisada, se entende a importância de implementá-las ao contexto regional e dar a continuidade e/ou alternativas viáveis para o mesmo fim de utilidade, ou seja, de distribuição e acesso à água, assim como assistência a seus beneficiários, garantindo a sobrevivência do povo do campo em seus lugares de vivências.

Compreendemos o Perímetro Irrigado Sabugi, *a priori*, como uma política pública implementada na década de 1970 a fim de garantir possibilidades e meios de trabalho aos pequenos produtores rurais. No entanto, com pouco mais de cinco décadas de sua implementação, o uso desse território cumpre sua finalidade com limitações no que tange o acesso e distribuição de água, necessária para o seu desenvolvimento socioeconômico.

Nesse sentido, implica-se a adoção de políticas de convivência com o Semiárido em confluência de um território construído sob a égide do combate à seca. Ou seja, sendo o perímetro um claro exemplo, historicamente, da implementação de políticas públicas hídricas descontinuadas e que evidenciam adaptações destas perante os seus novos usos e usuários.

REFERÊNCIAS

ALBANO, Gleydson Pinheiro. **Perímetros irrigados nos semiáridos do Brasil e de Portugal**: uma análise comparativa. Natal: EDUFRN, 2022.

AZEVEDO, Andrea Carla de. Verso e reverso das políticas públicas de água para o Semiárido. **Revista Política e Planejamento Regional**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 373-392, 2015.

CARVALHO, Luzinete Dourado. Um sentido de pertencimento ao território semiárido brasileiro: a ressignificação da territorialidade sertaneja pela convivência. **Revista de Geografia**, Recife, v. 28, n. 2, p. 60-76, 2011.

CORREIA, Rebert Coelho *et al.* A região semiárida brasileira. *In:* VOLTOLINI, Tadeu Vinhas (Org.). **Produção de caprinos e ovinos no semiárido.** Petrolina: Embrapa Semiárido, 2011. p. 21-48.

INMET, Instituto Nacional de Meteorologia. **Normais Climatológicas do Brasil de 1981 a 2010.** Caicó: Estação Climatológica de Caicó, 2010.

KÜSTER, Ângela; MARTÍ, Jaime Ferré (Org.). **Políticas públicas para o Semiárido**: experiências e conquistas no Nordeste do Brasil. Fortaleza: Konrad Adenauer, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Ed. 21. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

OLIVEIRA, Erick Jansen Sales de. **Políticas públicas no campo**: análise do papel do Estado e sua atuação no Perímetro Irrigado do Sabugí em Caicó/RN. 165 f. 2020. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. 2020.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião:** SUDENE, Nordeste, planejamento e conflito de classes. 3 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981. 132 p.

PEREIRA, Maria Cecília Gomes. **Água e convivência com o semiárido**: múltiplas águas, distribuições e realidades. 234 f. 2016. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) — Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2016.

SANTOS, José Carlos dos. **Desenvolvimento socioespacial do perímetro irrigado das vilas I e II do Sabugi (Zona Rural-Caicó/RN)**. 104 f. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Caicó, 2016.

SILVA, Roberto Marinho Alves. Entre dois paradigmas: combate à seca e convivência com o semi-árido. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 18, p. 361-385, 2003.

SILVA, Roberto Marinho Alves. **Entre o combate à seca e a convivência com o Semi-árido:** transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento. 298 f. 2006. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

SILVA, Roberto Marinho Alves. Entre o Combate à Seca e a Convivência com o Semi-Árido: políticas públicas e transição paradigmática. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 38, n. 3, p. 466-485, 2007.

SILVA, Roberto Marinho Alves. **Entre o combate à seca e a convivência com o semi-árido**: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2010. 276 p.

SILVA, Roberto Marinho Alves. As políticas das águas no Semiárido Brasileiro. *In:* SANTOS, Ana Paula Silva *et al.* (Org.). **O encolhimento das águas**: o que se vê e o que se diz sobre crise hídrica e convivência com o semiárido. Campina Grande: INSA, 2018. p. 74-94.

TEIXEIRA, Francisco José Coelho; MACHADO, José. Secas no Brasil: a construção de outro modelo de gestão. **Parcerias Estratégicas**, Brasília, v. 20, n. 41, p. 89-106, 2015.

VENTURA, Andréa Cardoso; FERNÁNDEZ, Luz; ANDRADE, José Célio Silveira. Tecnologias sociais para enfrentamento às mudanças climáticas no semiárido: caracterização e contribuições. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 44, p. 213-238, 2013.

DO PAPP AO PCPR: O PROCESSO DE INSTALAÇÃO DO PROJETO SÃO JOSÉ SOB O DISCURSO IDEOLÓGICO DO DESENVOLVIMENTO

Cicero Danilo Gomes do Nascimento[1]

RESUMO

A materialização de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do campo oculta a real finalidade do Estado a partir do discurso ideológico, com ênfase no discurso do desenvolvimento, da inclusão e justiça social, para a melhoria da qualidade de vida dos agricultores e agricultoras familiares. Assim, nosso objetivo é analisar as contradições no discurso ideológico das políticas públicas para o desenvolvimento e combate à pobreza, criados pelo Estado, sob o controle do capital financeiro. Logo que, a expansão do capital financeiro no campo no processo de subsunção do trabalho e da renda da terra somente é possível com a criação dessas políticas de cunho assistencialista, carregadas de promessas, aos quais geram esperanças, criam expectativas de melhorias da vida no campo, na realidade, ocultando seus reais interesses, tornar o camponês refém, subserviente as imposições do capital para sua reprodução mediante o endividamento das pequenas unidades de produção familiar, uma nova faceta do capital. Nesse sentido, partimos da leitura da realidade concreta das pequenas unidades de produção familiar, subsumidas nas suas inteirações com a implementação do projeto São José. Fundamentamos nossa pesquisa com levantamento bibliográfico sobre a temática e no trabalho de campo, reafirmando o método cientifica da pesquisa

Palavras-chave: Estado, Capital, Políticas Públicas, Discurso Ideológico.

RESUMEN

La materialización de políticas públicas orientadas al desarrollo del campo oculta al discurso ideológico el verdadero propósito del Estado, con énfasis en el discurso del desarrollo, la inclusión y la justicia social, para mejorar la calidad de vida de los agricultores familiares. Así, nuestro objetivo es analizar las contradicciones en el discurso ideológico de las políticas públicas de desarrollo y combate a la pobreza, creadas por el Estado, bajo el control del capital financiero. Por lo tanto, la expansión del capital financiero en el campo en el proceso de subsunción del trabajo y de los ingresos de la tierra sólo es posible con la creación de estas políticas asistenciales, llenas de promesas, que generan esperanzas y crean expectativas de mejoras de vida en el campo. campo., en realidad, ocultando sus intereses reales, convirtiendo al campesino en rehén, subordinado a las imposiciones del capital para su reproducción a través del endeudamiento de pequeñas unidades de producción familiares, una nueva faceta del capital. En este sentido, partimos de la lectura de la realidad concreta de las pequeñas unidades productivas familiares, subsumidas en sus interacciones con la implementación del proyecto São José, basamos nuestra investigación en un levantamiento bibliográfico sobre el tema y en el trabajo de campo, reafirmando el método científico. de investigación

Palabras clave: Estado, Capital, Políticas Públicas, Discurso Ideológico.

---

[1] Doutorando do Curso de Pós-graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Federal de Sergipe (UFS) – SE, pesquisa financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) , danilonascimento@academico.ufs.br

INTRODUÇÃO

A materialização de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do campo oculta a real finalidade do Estado a partir do discurso ideológico, com ênfase no discurso do desenvolvimento, da inclusão e justiça social, para a melhoria da qualidade de vida dos agricultores e agricultoras familiares. O referente discurso garante a expansão do capital financeiro no campo no processo de subsunção do trabalho e da renda da terra.

Nessa direção uma série de políticas e projetos estruturantes de desenvolvimento vem sendo estabelecidas com a proposta de difundir tecnologia e com o discurso de gerar desenvolvimento, voltadas para o crescimento agrícola com o objetivo da produção para exportação, a fim de equilibrar a balança comercial brasileira e paralelamente atender a dinâmica e as necessidades da mobilidade do capital.

Neste sentido, nosso objetivo é analisar as contradições no discurso ideológico das políticas públicas para o desenvolvimento e combate à pobreza, criados pelo Estado, sob o controle do capital financeiro. Assim, partimos da realidade concreto no processo de instalação do Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR), em substituição ao Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PAPP).

Nosso trabalho é parte da pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Federal de Sergipe (UFS), os resultados obtidos até aqui, estão fundamentados nas leituras realizadas mediante pesquisa bibliográfica em diferentes fontes, assim como, trabalho de campo.

METODOLOGIA

Metodologicamente partimos da realidade concreta das pequenas unidades de produção familiar, subsumidas nas suas inteirações com a implantação do Projeto São José. Este, se apresentando como a mediação dialética no processo da acumulação do capital.

> O concreto é concreto porque é síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade. […] o concreto aparece no pensamento como processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, não obstante seja o ponto de partida efetivo e, em consequência, também o ponto de partida da intuição e da representação (MARX, 2011, p. 54).

É a lógica dialética, que concebe a realidade, enquanto processo, e, a contradição como essência dessa realidade. Nesse direcionamento conhecer a realidade é compreender que “[...]

o conhecimento de uma realidade que deixa de ter existência imediata, externa ao homem, independente dele, para ser uma realidade mediada pelo homem (KUENZER, 2012, p. 59).”

Logo, é preciso identificar e analisar criticamente a realidade a partir dos sujeitos reais, e capturar as contradições nas suas multideterminações:

> A pesquisa deve procurar a ligação e a unidade resultante da relação dos contrários, que ao se opor dialeticamente, incluindo-se/excluindo-se no/do outro, se destroem ou se superam; as determinações mais abstratas; assim, o pensamento deverá mover-se durante o transcurso da investigação, entre os polos dialeticamente relacionados, buscando compreender onde e como se incluem/excluem, desaparecem ou originam uma nova realidade; [...] buscando não explicações lineares que “resolvam” as tensões entre os contrários mas captando a riqueza do movimento e da complexidade do real, com suas múltiplas determinações e manifestações. (KUENZER, 2012, p. 65).

Nesse sentido, para alcançarmos nossos resultados entende-se que não há separação entre o quantitativo e o qualitativo, uma vez que na análise do materialismo histórico-dialético, o estudo da realidade concreta parte da categoria totalidade, que permite não cair no erro de considerar a parte como análise do real de forma descolada do conjunto dos fatos, resultando no desconhecimento da realidade e formalizando apenas o subjetivo sem conexão com o real. A categoria totalidade,

> [...] implica na concepção da realidade enquanto um todo em processo dinâmico de estruturação e de autocriação, onde os fatos podem ser racionalmente compreendidos a partir do lugar que ocupam na totalidade do próprio real e das relações que estabelecem com os outros fatos e com o todo; onde os fatos são parte integrante de um processo de concretização que se dá através do movimento e das relações que ocorrem das partes para o todo e do todo para as partes, dos fenômenos para a essência e vice-versa, da totalidade para as contradições entre as partes (equilíbrio, harmonia/desequilíbrio, desarmonia) onde os conceitos entram em movimento reciproco e se elucidam mutuamente, atingindo níveis crescentes de concreticidade. (KUENZER, 2012, p. 64).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A década de 1970 foi marcada por publicações de diversas políticas públicas as quais apresentavam propostas que viessem garantir o melhoramento da qualidade de vida da população, estas segundo, Matos; Sobral e Pereira (2016, p. 141) foram “impulsionadas por estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) divulgados em 1975”. A fragilidade dos projetos no combate à pobreza, seguidos dos fenômenos de seca ocorridos na região Nordeste foram responsáveis pelo agravamento dos problemas sociais entre os anos de 1979 e 1983, assim, diante das dificuldades,

> [...] o governo federal acabou lançando o Programa de Desenvolvimento Rural do Nordeste (Projeto Nordeste), com seis programas: Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PAPP); Programa de Irrigação do Nordeste (PINE); Programa de

> Apoio aos Pequenos Negócios não-Agrícolas (PAPNA). Além desses, outros três foram criados nas áreas de educação, saúde e saneamento básico. (MATOS; SOBRAL E PEREIRA, 2016, p. 141)

O Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PAPP), foi criado pelo Decreto nº 91.1791, de 1 de abril de 1985, sancionado pelo então presidente da República do Brasil José Sarney, tinha como objetivo segundo Brasil (1985), "propiciar a elevação dos níveis de emprego e renda dos pequenos produtores agropecuários, pelo aumento da produção e da produtividade." De acordo com o Decreto, o PAPP deveria alcançar todo o espaço rural do Nordeste no prazo de 15 anos, assim como, ficando a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) responsável por articular as ações do programa junto aos Estados. Observa-se que nos,

> 1 O presente Decreto define as estratégias de desenvolvimento rural para pequenos produtores, além de criar o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural, no âmbito do programa de Desenvolvimento da Região Nordeste, Projeto Nordeste, (BRASIL, 1985).
>
> Art. 8º O PAPP será executado através de ação de desenvolvimento rural integrado que possibilite, a cada família de pequeno produtor, o acesso aos meios de produção, a tecnologia apropriada ao mercado e às formas de associativismo, compreendendo os seguintes segmentos:
>
> I - Ação Fundiária;
>
> II - Recursos Hídricos;
>
> III - Crédito Rural;
>
> IV - Pesquisa Adaptada;
>
> V - Assistência Técnica e Extensão Rural;
>
> VI - Comercialização;
>
> VII - Apoio às Pequenas Comunidades Rurais.
>
> Art. 9º Para implementação do segmento de crédito rural, referido no artigo anterior, inciso III, serão criados, desde que indispensáveis à consecução dos objetivos do PAPP, estímulos e incentivos a investimentos, cujos custos serão ressarcidos pelo Tesouro Nacional, através da transferência de recursos fiscais para os agentes financeiros do Programa.
>
> Art. 10. O PAPP deverá abranger, no horizonte de 15 anos, todo o meio rural da Região Nordeste, iniciando-se em áreas prioritárias a serem definidas pela SUDENE, articuladamente com os Estados, segundo critérios previamente ajustados". (BRASIL, 1985, p. 2)

A criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) ocorreu através da criação e aprovação da Lei 3.692 em 15 de dezembro de 1959, ficando sob o total controle do Presidente da República, nesse período o país esteve sob o governo de Juscelino Kubitschek.

Com sede na cidade de Recife, a SUDENE atuou em todos os estados do Nordeste além da zona de Minas Gerais, estado da região Sudeste, inserido no Polígono das Secas, conforme disposto em Brasil (1959, p. 1):

> § 1º Para os fins desta lei, considera-se como Nordeste a região abrangida pelos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia.
>
> § 2º A área de atuação da SUDENE abrange além dos Estados referidos no parágrafo anterior, a zona de Minas Gerais compreendida no Polígono das Secas.

Suas finalidades estavam diretamente vinculadas a necessidade de garantir o desenvolvimento da Região Nordeste, de acordo com a Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959 nos Artigos:

> Art 2º A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste tem por finalidades:
>
> a) estudar e propor diretrizes para o desenvolvimento do Nordeste;
> b) supervisionar, coordenar e controlar a elaboração e execução de projetos a cargo de órgãos federais na região e que se relacionem especificamente com o seu desenvolvimento;
> c) executar, diretamente ou mediante convênio, acordo ou contrato, os projetos relativos ao desenvolvimento do Nordeste que lhe forem atribuídos, nos termos da legislação em vigor;
> d) coordenar programas de assistência técnica, nacional ou estrangeira, ao Nordeste. (LEI 3.692, 1959, p. 1)

O discurso do desenvolvimento, presente nas ações da SUDENE, objetivava atender a toda a população nordestina, para proporcionar melhorias a todas as classes, contribuindo para o planejamento de estratégias que viessem atender o interesse da classe dominante sob a funcionalidade do Estado. Assim, o capital através da criação da SUDENE encontrou peculiaridades no Estado, subsídios fundamentais a sua expansão.

> [...] a atuação da SUDENE não se insere somente na escala de uma disputa nacional entre grupos regionais hegemônicos. O Estado atua por meio dela no sentido de estimular a acumulação capitalista através de mecanismos que permitem facilitar investimentos mais lucrativos e, consequentemente, o aumento da taxa de lucro. (ARAÚJO, 2015, p. 61)

No contexto das novas estratégias de desenvolvimento rural no Nordeste, o PAPP assumiria todas as atribuições dos demais Programas Especiais, a exemplo, dos:

> Programa de Desenvolvimento de Áreas integradas do Nordeste (POLONORDESTE), Programa Especial de Apoio ao Desenvolvimento da Região Semi-Árida do Nordeste (PROJETO SERTANEJO), Programa de Aproveitamento de Recursos Hídricos do Nordeste (PROHIDRO), Programa de Apoio às Populações Pobres das Zonas Canavieiras do Nordeste (PROCANOR). (BRASIL, 1985, p. 2)

Esse processo de integração dos programas especiais somente se tornaria viável com ações colaborativas entre o Estado e a SUDENE, está representando institucionalmente o Ministério do Interior, ressalvando-se que, os Estados, além dos demais órgãos envolvidos, não viessem acarretar nenhum prejuízo as ações que naquele momento estivesse em execução.

> A concepção do Projeto São José remonta a 1987 quando o Governo do Estado do Ceará iniciou um processo intensivo de mudanças que deu ao Estado um novo perfil econômico e social. Para avançar nessas mudanças foi criado o Projeto São José, que tem como um dos principais objetivos apoiar o pequeno produtor rural, contribuindo

> na geração de emprego e renda para a população carente do interior. (SOUSA, 2009, p 95).

A necessidade de reestruturar socioeconomicamente no Estado do Ceará, viabilizou-se com mudanças em sua estrutura por meio de medidas necessárias nos setores econômicos, políticos e sociais, a partir da criação do Projeto São José, fundamentado no discurso de apoio a pequena unidade de produção familiar, criando expectativas entorno do discurso do desenvolvimento a partir da geração de emprego e renda aos vulneráveis econômicos e sociais residentes no Estado.

Criado em 1995, o Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR) no Ceará, também conhecido como Projeto São José, é instituído pela ação do então governador Tasso Ribeiro Jereissati[2], a partir de análises dos resultados do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor (PAPP), com suporte financeiro do Banco Mundial.

A substituição do PAPP pelo PCPR ocorreu após uma série de situações que acabaram por comprometer a estabilidade do programa, que segundo Lisboa (2007, p. 200):

> [...] foi comprometida pelas mudanças na administração pública brasileira, com a 'operação desmonte' iniciada no Governo Sarney no segundo semestre de 1988, e ampliada em 1990, no primeiro ano do Governo Collor. Neste momento, a ênfase do PAPP na execução de projetos produtivos foi sendo diminuído.

Observa-se que, o próprio Estado que criou o programa torna-se o responsável pelo seu declínio, que teria duração de 15 anos conforme o decreto que o criou, foi reduzido para 10 anos a partir de negociações com a Banco Mundial, (ARAÚJO, 2003). Essa compressão do tempo de execução do programa seria uma das primeiras alterações que sofrera, além do mais, tais mudanças não eram diferentes daquilo que já vinham sendo desenvolvidos no estado, com o Apoio as Pequenas Comunidades Rurais (APCR) um dos seguimentos dispostos no Decreto nº 91.179/85 outrora citado, mas que, antes estivera disposto no Projeto Ceará e o financiamento do Banco Mundial.

O Programa de Apoio ao Pequeno Produtor (PAPP) finaliza em 1995, dando lugar ao Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR), este também criado em 1995, mas executado somente em 1996, após novos acordos de empréstimos entre os Governos dos Estados da Bahia, Ceará e Sergipe com o Banco Mundial, é importante destacar que, posteriormente, outros

[2] Tarso Ribeiro Jereissati governou o Estado do Ceará por três mandados, o primeiro entre os anos de 1987-1991, o segundo entre 1995-1999, por último, de 1999 a 2002. Entre os anos de 1991-1994, Ciro Gomes aliado de Tarso é eleito Governador, à época não era permitido ainda o processo de reeleição. Disponível em: https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/tasso-ribeiro-jereissati

Estados do Nordeste conseguiram empréstimos com aproximados, estes foram, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte, (ARAÚJO, 2003).

No Estado do Ceará, o programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR), tornou-se conhecido como Projeto São José[3], sendo criado em 1995, em continuidade do antigo PAPP, apresentando novas estratégias, iniciativas, como um instrumento de medida compensatória. De acordo com Lisboa (2007, p. 200) o PCPR teria sido, "[...] pensado originalmente como um programa de alívio à pobreza (*Poverty Alleviation Program*) e colocado como instrumento de medida compensatória, acompanhando a mesma lógica dos programas assistencialistas do antigo PAPP."

Sobre o objetivo do Projeto São José, Araújo (2003, p.82) afirma que:

> O objetivo básico foi o alívio da pobreza rural e suas consequências, mediante: a) fornecimento de infra-estrutura social e econômica básica e oportunidades geradoras de renda para o pobre rural; b) apoio às comunidades rurais no planejamento e implementação do seu próprio subprojeto; c) fornecimento de rede de segurança para o pobre durante período de forte ajuste fiscal; d) mobilização de renda alavancada à comunidade e em nível de município.

Sua proposta era de extinguir a pobreza rural e propor vida digna e de qualidade as pequenas unidades de produção familiar promovendo o desenvolvimento. Com esse propósito, atua na captação de capital a partir de financiamento sem reembolso de pequenos investimentos, mediante ações em setores específicos, como infraestrutura, destacando a implementação de subprojetos de eletrificação rural, abastecimento d`água, no setor da produção, empreendimentos produtivos, a mecanização das atividades agrícolas, aquisição de máquinas para auxiliar no desenvolvimento da produção, no setor de habitação rural, construção de casas, banheiros, principalmente em áreas de assentamentos, além do setor de inclusão e desenvolvimento social (SOUSA, 2009).

Apoiado nas experiências dos Projetos que lhe antecedeu, apresentado como instrumento compensatório, o Projeto São José passou a aplicar seus recursos em diversos segmentos para o desenvolvimento local, tais como podem ser destacados segundo Matos; Sobral e Pereira (2016, p. 141), "subprojetos de infraestrutura, em empreendimentos produtivos e em habitação rural, apresentados por organizações comunitárias locais, com a novidade de esses subprojetos surgirem do próprio governo estadual, não apenas alimentado por ele".

[3] Segundo Araújo (2003), essa seria uma forma de homenagear ao padroeiro do Estado do Ceará, São José, símbolo da Igreja Católica, considerado santo entre seus fiéis.

A aquisição do financiamento que fora conquistado a partir de requerimento por parte das pequenas unidades de produção familiar mais atingidas pela pobreza, através das organizações comunitárias que lhes representavam, a exemplo, as associações produtivas. Apresentavam subprojetos que atendessem as diretrizes propostas no Projeto São José, como uma espécie de triagem por parte dos órgãos do Governo do Estado responsáveis pela coordenação e execução do projeto, Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável (CMDS), Unidades Técnicas (UT), representações do Banco Mundial.

Uma característica fundante do Projeto São José, que o fazia diferente de todos os outros programas, era a participação das Associações Comunitárias e comunidades no planejamento, identificação, execução, fiscalização (ARAÚJO, 2003).

Durante seu processo de execução o Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR) ou Projeto São José (PSJ) foi dividido em 2 fases distintas a primeira com início em 1996 até 2001 esteve implementando subprojetos nas áreas de infraestrutura, eletrificação rural e abastecimento d`água, acompanhado dos subprojetos produtivos e por último o social, garantindo o desenvolvimento das comunidades envolvidas.

Já a segunda fase com início em 2002 ativo até 2009, ambas as fases concentraram suas ações em 2 A continuidade do Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR), definido como São José II – 1ª subfase, é marcada mediante o Acordo de Empréstimo 4626-BR, logo que, o projeto foi dividido em duas fases, a primeira vigorou entre os anos de 2002 e 2006. Tratando-se de um período transitório entre PSJ I e PSJ II, as atividades vigentes concentraram-se na categoria infraestrutura com ações, como, eletrificação rural e abastecimento de água, sob a coordenação e execução da Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional (SDLR). (SANTOS, 2010, p.28).

Entre os anos de 2006 e 2009 vai se materializar um novo Acordo de Empréstimo nº 7387 – BR definido as novas ações do Projeto São José II - 2ª subfase, a qual teve duração aproximada de três anos (Ibid.).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de substituição do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor (PAPP) por o Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR) foi mais uma das extratégias do capitalismo,

cujo objetivo foi garantir a expansão do capital financeiro no campo, um novo mecanismo de reprodução fudamentado no discurso ideológico do desenvolvimento e combate a pobreza.

A implementação de políticas públicas no espaço agrário é resultada das ações e intervenções do Estado, o que garantiu a expansão do capital, marcando a sua funcionalidade ao processo de acumulação capitalista, em benefício dos setores dominantes do capital agrário, industrial e financeiro. Dessa forma, o Estado foi responsável por dá materialidade a novos mecanismos de dominação e expansão do capital financeiro da economia no campo, nesse sentido, sua reprodução se dá através dos sistemas de crédito via Políticas Públicas, uma nova faceta de expansão do capital.

O capital financeiro se apropria e explora a classe camponesa a partir do discurso assistencialista de empreendedorismo conduzindo os pequenos proprietários ao endividamento financeiro. O Estado tornou-se subserviente, ao sistema financeiro garantindo a expansão e acumulação do capital, que se dá concentrando a estrutura fundiária no campo.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Maria Helena de. **Desigualdade e pobreza no Ceará: o caso do projeto são José.** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Programa Regional de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2003. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/16858/1/2003_dis_mhara%C3%BAjo.pdf>. Acesso em 16 de dez. 2022.

BRASIL. **DECRETO Nº 91.179, DE 1º DE ABRIL DE 1985. Disponível em:** www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos/decretos/1985/D91179.html.

Acesso em 12 de jan. 2023

BRASIL. **LEI Nº 3.692, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1959.** Acesso em 12 de janeiro de 2023, disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l3692.htm#:~:text=LEI%20No%203.692%2C%20DE,Nordeste%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAncias.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Desafios Teórico-Metodológicos da Relação Trabalho-Educação e o Papel Social da Escola.** In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). Educação e Crise do Trabalho. 11ª. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

LISBOA, Josefa Bispo de. **A trajetória do discurso do desenvolvimento para o Nordeste: políticas públicas na (dis)simulação da esperança.** 272 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEO), Universidade Federal de Sergipe (UFS)/ São Cristóvão, Sergipe, 2007. Disponível em: <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/5427/1/JOSEFA_BISPO_LISBOA.pdf>. Acesso em 14 de dez. 2022.

MARX, Karl. MARX, Karl. **Grundrisse**. São Paulo, Boitempo, 2011.

MATOS, Carolina de Fátima Almeida; SOBRAL, Fabio Maia; PEREIRA, William Eufrásio Nunes. **Projeto São José e FECOP- CE: uma análise do combate** à **pobreza no estado do Ceará.** In: Recortes analíticos sobre emprego formal, cidades médias e políticas no Nordeste. Org. PEREIRA, William Eufrásio Nunes; SILVA, Maria Lussieu da; APOLINÁRIO, Valdênio; MACEDO, Luziene Dantes de. – Natal: EDUFRN, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/23541>. Acesso em 16 de dez. 2022.

SANTOS, Maria do Socorro. **Avaliação do projeto São José: discurso e prática nos subprojetos de mecanização no município de Jardim – CE**. 118f. Dissertação (Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas) – Universidade Federal do Ceará (UFC) / Fortaleza, CE, 2010. Acessado em 20 de dezembro de 2022. Disponível em: https://mapp.ufc.br/wp-content/uploads/2021/01/maria-do-soccrro-santos.pdf

SOUSA, Roberta Messiane Gonçalves. **Pobreza: um diálogo sem consenso.** São Paulo: FGV-SP, 2009. 200 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2009. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/5347/62070100817.pdf>. Acesso em 16 de jan. 2023.

REVISÃO E ATUALIDADE DA QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA E MATO-GROSSENSE: questões (controversas) e desafios para implementação de políticas públicas no campo

Diogo Marcelo Delben Ferreira de Lima[1]

Giseli Gomes Dalla Nora[2]

Onélia Carmem Rossetto[3]

Gabriela Mattos Santiago[4]

RESUMO

A ideia de um "novo" debate da questão agrária perpassa as abordagens teóricas e metodológicas pertinentes à compreensão dos processos de formação territorial e fundiária e dos seus efeitos na economia e na sociedade, de exclusão e inclusão da massa de trabalhadores rurais, dos grupos sociais do campo (campesinato), e dos povos indígenas e das comunidades tradicionais, das políticas públicas agrárias e fundiárias e das plataformas dos governos nos diferentes níveis da federação e dos dados da questão agrária brasileira (e mato-grossense). Os objetivos desse trabalho consistem em apresentar e discutir as questões controversas (atrasos, avanços e retrocessos) e os desafios para a implementação das políticas públicas para o campo considerando a geografia agrária, sobretudo a realidade e os problemas existentes no país e no estado de Mato Grosso. Tendo em conta as mudanças da política brasileira, os debates na sociedade e a necessidade de reflexão crítica e propositiva da questão agrária para reconstrução dos temas e entendimentos, esse artigo faz uma revisão da bibliografia, do arcabouço teórico e conceitual e dos estudos empíricos. A revisão (atualizada) do histórico agrário e fundiário permite o entendimento profundo das relações sociais de produção e de vida no território nacional e deve ser um instrumento de memória coletiva para recordar o Poder Público e a sociedade que o passado de abusos, desmandos e malfeitos não pode voltar

[1] Doutor pelo Curso de Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo, docente no Departamento de Geografia e no Programa de Pós-Graduação Mestrado em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso e integrante do Grupo de Pesquisas em Geografia Agrária e Conservação da Biodiversidade (GECA/UFMT), diogo.lima@ufmt.br.

[2] Doutora pelo Curso de Doutorado em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso, docente no Departamento de Geografia e no Programa de Pós-Graduação Mestrado em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso e integrante do Grupo de Pesquisas em Geografia Agrária e Conservação da Biodiversidade (GECA/UFMT), giseli.nora@gmail.com.

[3] Doutora pelo Curso de Doutorado em Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília - Centro de Desenvolvimento Sustentável - UnB-CDS, docente do quadro permanente no Programa de Pós-Graduação Mestrado em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso e integrante do Grupo de Pesquisas em Geografia Agrária e Conservação da Biodiversidade (GECA/UFMT), carmemrossetto@gmail.com.

[4] Mestranda do Curso de Pós-Graduação Mestrado em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso, gsantiagom@gmail.com.

(ou continuar) sob riscos concretos de graves retrocessos, violações de direitos, ocorrência de (mais) conflitos sociais e descaminhos ou perda de oportunidades.
Palavras-chave: Estado, sociedade, desenvolvimento, campo.

ABSTRACT
The idea of a "new" debate on the agrarian issue permeates the theoretical and methodological approaches relevant to understanding the processes of territorial and land formation and their effects on the economy and society, exclusion and inclusion of the mass of rural workers, social groups of the countryside (peasantry), and indigenous peoples and traditional communities, public agrarian and land policies and government platforms at different levels of the federation and data on the Brazilian (and Mato Grosso) agrarian issue. The objectives of this work are to present and discuss controversial issues (delays, advances and setbacks) and the challenges for the implementation of public policies for the countryside considering agrarian geography, especially the reality and problems existing in the country and in the state of Mato Grosso. Taking into account changes in Brazilian politics, debates in society and the need for critical and purposeful reflection on the agrarian issue to reconstruct themes and understandings, this article reviews the bibliography, the theoretical and conceptual framework and empirical studies. The (updated) review of the agrarian and land history allows for a deep understanding of the social relations of production and life in the national territory and should be an instrument of collective memory to remind the Public Power and society of the past of abuses, abuses and misdeeds cannot return (or continue) under concrete risks of serious setbacks, violations of rights, the occurrence of (more) social conflicts and deviations or loss of opportunities.
Key words: State, society, development, countryside.

INTRODUÇÃO

A questão agrária é um complexo mosaico de contextos históricos e geográficos associados aos processos de ocupação do território, dos usos e disputas da terra, e de expansão de fronteira agrícola e do capital, às questões decorrentes dos conflitos, resistência, luta, ocupação, retomada e conquista de terras e territórios e das contradições e desigualdades nas relações sociais no campo e nas cidades, e às possibilidades e perspectivas para a sociedade. O debate da questão agrária tem destacado a historiografia e a geografia da expropriação dos povos tradicionais e populações do campo e da apropriação das terras pelas elites agrárias, econômicas e políticas e o enfrentamento à economia capitalista e ao Estado a partir das ações e reivindicações dos movimentos e atores sociais pelo respeito e demarcação dos territórios dos povos originários e tradicionais, acesso à terra, ao trabalho e à renda, promoção de melhores condições de vida e de dignidade da pessoa humana. O chamado *debate tradicional* da questão agrária continua atual, mas é de conhecimento que polêmicas e desafios emergem para a

ampliação dos horizontes de compreensão e intervenção no espaço agrário e social brasileiro, nos seus diferentes recortes e escalas, como o mato-grossense.

A ideia de um "novo" debate da questão agrária perpassa as abordagens teóricas e metodológicas pertinentes à compreensão dos processos de formação territorial e fundiária e dos seus efeitos na economia e na sociedade, de exclusão e inclusão da massa de trabalhadores rurais, dos grupos sociais do campo (campesinato), e dos povos indígenas e das comunidades tradicionais, das políticas públicas agrárias e fundiárias e das plataformas dos governos nos diferentes níveis da federação e dos dados da questão agrária brasileira (e mato-grossense). A pesquisa revela as diferentes dimensões da questão agrária e os horizontes hermenêuticos e de ação para a busca de caminhos possíveis para a Reforma Agrária e políticas afins. Assim sendo, os objetivos desse trabalho consistem em apresentar e discutir as questões controversas (atrasos, avanços e retrocessos) e os desafios para a implementação das políticas públicas para o campo considerando a geografia agrária, sobretudo a realidade e os problemas existentes no país e no estado de Mato Grosso.

METODOLOGIA

Esse estudo adota as teorias, métodos e práticas da geografia agrária crítica com foco na atuação do Grupo de Pesquisas em Geografia Agrária e Conservação da Biodiversidade (GECA), criado em 2006 e vinculado ao Departamento de Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Campus Cuiabá. A pesquisa agrária e social analítica, descritiva e explicativa apoiada na aplicação de instrumentos de levantamento de dados e na produção científica socialmente referenciada permite leituras das conjunturas e dos diferentes contextos. O GECA/UFMT desenvolve pesquisas e estudos da questão agrária com outras universidades e com a Rede Dataluta Brasil, coordenada pelo Núcleo de Estudos, Projetos e Pesquisas de Reforma Agrária (NERA) da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP, Presidente Prudente). A Rede Dataluta Brasil e o GECA/UFMT publicaram diversos relatórios entre 2009 e 2022 com foco na realidade agrária nacional e de Mato Grosso para compreensão e difusão dos conhecimentos acerca da reforma agrária e da luta pela terra. Tendo em conta as mudanças da política brasileira, os debates na sociedade e a necessidade de reflexão crítica e propositiva da questão agrária para reconstrução dos temas e entendimentos, esse artigo faz uma revisão da bibliografia, do arcabouço teórico e conceitual e dos estudos empíricos.

REFERENCIAL TEÓRICO

A partir da ciência geográfica, a questão agrária pode ser analisada e discutida por dois paradigmas principais: a questão agrária e o capitalismo agrário (GIRARDI, 2008). As relações sociais e os conflitos de classe no campo são fatores centrais no viés (crítico ou marxista) da questão agrária, que abrange as diferenças entre as atores sociais e os modelos agrário-camponês e agrícola-capitalista, as disputas em torno da apropriação e dos usos das terras e dos recursos disponíveis, e a ocorrência de processos e dinâmicas territoriais contraditórias no âmbito do desenvolvimento capitalista. Já o capitalismo agrário vislumbra e valoriza a modernidade da agricultura capitalista e seus efeitos potencialmente positivos para a classe trabalhadora e produtiva no campo e para a sociedade em geral (capitalização, inovação tecnológica, aumento de produtividade e de retornos econômicos, atuação das empresas rurais, inserção nos mercados, e redução de problemas socioambientais). As abordagens, os fundamentos, os ementários e os argumentos dos dois paradigmas (questão agrária e capitalismo agrário) divergem e são inconciliáveis, no entanto, é possível estabelecer um produtivo debate da questão agrária brasileira e mato-grossense à luz das contribuições dos estudiosos, uma releitura das principais questões e desafios para a implementação de políticas públicas no campo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O histórico da legislação agrária e fundiária e a atuação do Poder Público são responsáveis pela realidade conflitiva e desigual do campo brasileiro. No entanto, a leitura histórica (ou historiográfica) não pode "paralisar" o debate agrário nem deve fazer "revisionismos" que gerem insegurança jurídica e político-social e maior tensionamento nas classes e grupos sociais do campo, prejudicando as políticas agrárias em (re)construção e os avanços esperados. Em que pese a questionabilidade do ordenamento jurídico pátrio e os desvios das leis perpetrados por agentes públicos e particulares, é preciso encontrar meios e recursos possíveis para proteção dos direitos humanos e fundamentais e inclusão social e produtiva das populações do campo. Outrossim, a revisão (atualizada) do histórico agrário e fundiário permite o entendimento profundo das relações sociais de produção e de vida no território nacional e deve ser um instrumento de memória coletiva para recordar o Poder Público e a sociedade que o passado de abusos, desmandos e mal-feitos não pode voltar (ou continuar) sob riscos concretos de graves retrocessos, violações de direitos, ocorência de (mais) conflitos sociais e descaminhos ou perda de oportunidades (LIMA, 2022).

Um ciclo virtuoso de debates e políticas agrárias e fundiárias foi observado no país com os Governos Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Luíz Inácio Lula da Silva (2003-2010), sendo ele responsável por romper a inércia estatal do início da redemocratização e o atraso da Ditadura Militar. Cumpre reconhecer que a Reforma Agrária nos governos FHC e Lula foi tratada como uma política prioritária para o país em respeito ao que determina a Constituição Federal de 1988 e representava um conjunto de políticas públicas e de serviços à população rural, a saber: acesso à terra, assistência técnica e extensão rural, créditos diversos, moradia, infraestrutura, educação no campo, entre outros (LIMA, 2018). Mas a grave crise econômica de 2015 deteriorou o ambiente político e social, limitou a administração pública em todos os níveis e acarretou retrocessos sociais, se bem que algumas inovações legais e administrativas foram adotadas nos governos e órgãos públicos.

A Reforma Agrária foi reduzida a uma política de criação de assentamentos rurais com pouca ou nenhuma preocupação com questões sociais, econômicas e ambientais. Os governos passaram a divulgar os números de assentamentos rurais implementados e de famílias rurais assentadas como uma forma de demonstrar a continuidade da política pública em apreço. Certo é que a Reforma Agrária não deve perpetuar um insípido modelo de incoporação de terras à economia nacional e à agricultura capitalista, mas ser uma efetiva política territorial que promova a melhor distribuição das terras para fins de aumento da produtividade agropecuária e justiça social (Artigo 1º, §1º, da Lei n.º 4.504/1964). A simples destinação de terras para criação de assentamentos rurais não atende aos interesses sociais inseridos na Reforma Agrária, pois espera-se do Poder Público a definição de programa nacional e planos regionais e/ou estaduais subdidiados por gestão territorial, agrária e fundiária, mapeamentos temáticos, diagnósticos diversos, princípios, diretrizes, estratégias, indicadores, metas, ações e resultados concretos. A saber, o conhecido Painel de Assentamentos Rurais e o Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária, ambos sob a responsabilidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), mostraram uma política com certos avanços, mas com problemas sérios no que diz respeito ao cumprimento das normas vigentes e dos seus objetivos.

Após o golpe político-parlamentar contra a ex-presidente Dilma Roussef (2011-2016), e desde o Governo Michel Temer (2016-2018), ao lado da flexibilização das normas ambientais e de proteção social do trabalho, ganha destaque a implementação de política de regularização fundiária rural voltada ao reconhecimento do direito de

propriedade rural e incentivo econômico (ou capitalização) de proprietários rurais. A reestruturação político-administrativa na seara agrária, iniciada por Michel Temer e mantida por Jair Bolsonaro (2019-2022), rebaixou a importância dos órgãos governamentais competentes (e das suas ações), como o Ministério do Desenvolvimeto Agrário (MDA), extinto naquele momento, e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), e retirou a questão agrária da agenda nacional e das prioridades da sociedade brasileira, abandonando os setores e grupos sociais excluídos e menos favorecidos do campo à própria sorte (SOBREIRO FILHO *et al*, 2018).

A política de regularização fundiária rural foi tratada por grupos de pesquisa da academia e alguns setores sociais como um desvio da Reforma Agrária e um mecanismo para enfraquecer os movimentos sociais nos assentamentos rurais, e também associada ao que se entende como "Reforma Agrária de Mercado", uma política de acesso à terra e de regularização de seu uso e do direito de propriedade efetivada mediante a presença do capital em detrimento dos direitos humanos e sociais. A rigor, as políticas de acesso à terra com financiamento público/privado, a exemplo do Banco da Terra e do Crédito Fundiário (ou Programa Nacional de Crédito Fundiário, PNCF), são chamadas de "Reforma Agrária de Mercado" (RAMOS FILHO, 2014), contudo, existem resistências acadêmicas e sociais as iniciativas similares que afastam o caráter social em benefício da dimensão econômica da Reforma Agrária e das políticas afins. Em que pese às críticas, a diversidade de políticas públicas deve ser uma referência positiva para o atendimento aos grupos sociais, às populações e o desenvolvimento do campo, pois proporciona meios e recursos necessários para as distintas demandas que são de responsabilidade do Poder Público. Não se pode afirmar – sem levantamentos completos e detalhados apoiados em realidades e estudos de caso – que a política de acesso à terra com financiamento público/privado e que a política de regularização fundiária rural implicam prejuízos à Reforma Agrária ou à população do campo, pelo contrário, essas políticas já contribuíram para transformações nas áreas rurais em que foram adotadas ou executadas.

No estado de Mato Grosso, o protagonismo da União e as políticas nacionais repercutiram positiva e negativamente, conforme os períodos e os governos. Os governadores Dante de Oliveira e Rogério Salles (1995-2003), Blairo Maggi (2003-2010) e Silval Barbosa (2010-2015) intensificaram a regularização de terras devolutas pertentes ao Estado por meio do Instituto de Terras do Estado de Mato Grosso (INTERMAT), acompanharam principalmente a política de criação de assentamentos rurais e dedicaram certa atenção para a agricultura familiar com a criação e atuação da Secretaria de Estado

de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar (SEDRAF), mais tarde renomeada como Secretaria de Estado de Agricultura Familiar (SEAF/MT), sem perder de vistas a adoção das estratégias para a expansão, fortalecimento e consolidação do agronegócio no estado. Enquanto a administração pública federal agrária foi "abandonada", os governadores Pedro Taques (2015-2018) e Mauro Mendes (2019-2022 e 2023-atualmente) levaram adiante a reestruturação da SEAF/MT e do INTERMAT, ainda em andamento.

Os Relatórios Dataluta Brasil e Mato Grosso mostram que a luta pela terra no país foi democraticamente exercida por movimentos sociais e trabalhadores rurais, que adotaram várias práticas: ocupações, retomadas de terra, manifestações, concentrações em espaços públicos, ocupação de prédios públicos, marchas, caminhadas, acampamentos, jornadas universitárias, entre outras. Fato é que a luta pela terra foi historicamente marcada por esbulhos, expropriações, violências e conflitos, aliás, esse processo social é incompreendido pela imprensa e sociedade e atacado violentamente por setores organizados associados à parcela radical e ideológica do agronegócio e seus representantes políticos. É inconteste que a luta pela terra contribuiu diretamente para a criação de assentamentos rurais e para a implementação da Reforma Agrária entre os anos 1990 e 2000, embora os seus efeitos na estrutura fundiária do país (e na eliminação de grandes propriedades rurais improdutivas ou latifúndios) sejam questionáveis ou pouco visíveis.

Nas últimas décadas houve redução das ações dos movimentos sociais do campo e "estagnação" da Reforma Agrária por causa da inércia dos governos. Tanto na esfera federal quanto na esfera estadual (em Mato Grosso), a criação de assentamentos rurais foi interrompida, bem como a destinação de políticas públicas para as áreas rurais, sob o pretexto de intensificar as medidas para desenvolvimento e consolidação (notadamente a titulação) dos assentamentos rurais já existentes (NORA *et al*, 2020). A luta pela terra passa por uma reformulação na sua teoria e práxis e tem temas e obstáculos a superar, como a relação dos movimentos sociais com os governos (que receberam apoio ou não) e a adoção de uma agenda que tenha certa legitimidade perante a sociedade, isto é, que não represente apenas a pauta exclusiva de movimentos sociais organizados. Não há dúvidas que a sociedade deve apoiar a formação de um ambiente de segurança, prosperidade e paz no campo e a afirmação dos direitos humanos e sociais dos trabalhadores rurais, comunidades tradicionais, povos indigenas e populações rurais, mas

isso depende de boas iniciativas e de projetos viáveis e formatados com o apoio de setores da sociedade civil organizada, da iniciativa privada e do Poder Público.

Um dado preocupante da questão agrária brasileira e mato-grossense é a polarização (ou contradição) entre a agricultura capitalista, empresarial e comercial e a agricultura de bases familiar, tradicional e camponesa, inlcuindo a massa de trabalhadores rurais (com e sem terra). A política agrícola dispõe de instrumentos e recursos que proporcionam o atendimento às demandas dos produtores rurais e dos setores do agronegócio brasileiro, que contribuem para a geração de empregos e renda, o aumento da produção nacional (e do PIB), o impulso para agroindustrialização e a oferta de bens e serviços, o estímulo à formação de ambientes de negócios e de inovação, a realização de saldo positivo da balança comercial, a inserção internacional do país, e outros impactos econômicos e sociais favoráveis ao desenvolvimento nacional. A política agrária deve ser melhor estruturada com a redefinição das prioridades, diretrizes, objetivos e resultados esperados pelo governo e sociedade.

Nas primeiras gestões do Governo Lula as iniciativas para ampliação e fortalecimento da reforma agrária podem ter reduzido o potencial ou viés "reformador" da política pública em questão, contudo, a inclusão de diversos movimentos e grupos sociais do campesinato, povos indígenas e comunidades tradicionais nas políticas territoriais e agrárias (fundiárias) favorecem a governança fundiária e um novo modelo de desenvolvimento para o campo brasileiro e mato-grossense. A proposta de retomar a Reforma Agrária no âmbito de um paradigma mais progressista e inovador, com maior relacionamento do Poder Público, movimentos sociais, iniciativa privada e sociedade, implementação de políticas públicas e ações multiescalares e transversais, incluindo a modernização da gestão fundiária e governança territorial e o estímulo à produção e à geração de trabalho, emprego, renda e negócios no campo, é uma tendência e continua sendo uma "esperança", tomando de empréstimo a interpretação de Fernandes (2003). É o momento de aprofundar os estudos e as iniciativas para reoordenamento territorial e fundiário do país e para inclusão social e produtiva da população residente e vivente no meio rural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados e as análises da questão agrária brasileira e mato-grossense, sobretuto a produção acadêmica e científica do GECA/UFMT e da Rede Dataluta Brasil e Mato Grosso, objeto desse estudo, demonstram a atualidade e a necessidade de reinserção das

políticas agrárias e fundiárias no debate e na agenda nacional. São muitos os temas e as preocupações em torno da realidade social do campo: ocupação do território, uso e disputas das terras, fronteira agrícola, expansão do capital, conflitos agrários e sociais, exploração irracional e degradação socioambiental e humana, respeito aos direitos fundamentais, relações campo-sociedade, economia nacional e local, desenvolvimento, justiça social, entre outros. O conhecimento científico socialmente referenciado é um recurso importantíssimo para reavaliação e mudanças na questão agrária brasileira e mato-grossense, assim como as diferentes leituras, estratégias e formas de atuação do Estado, setor privado e dos atores sociais que devem convergir para um modelo contemporâneo de desenvolvimento rural com respeito às principais dimensões da vida humana e social e do mundo globalizado.

Há profunda inquietação sobre os rumos da política agrária no país, daí a necessidade de revisão atualizada da questão agrária brasileira e mato-grossense. As pesquisas e os estudos acadêmicos e científicos têm lançado novos referenciais análiticos, ampliando o debate social e revelando questões polêmicas e desafios para a implementação das políticas públicas no campo. No país está se formando uma novo ambiente para reformulação das ações sociais e governamentais para retomada e aprimoramento da Reforma Agrária na vigência do Governo Lula (2023-atualmente), Por ora, espera-se a construção de uma política agrária abrangente, plural, responsável, inclusiva, dinâmica e sustentável que tenha compromisso com os direitos territoriais dos povos indígenas e comunidades tradicionais, a função social da terra, a proteção social do trabalho e do trabalhador rural, o respeito à dignidade da pessoa humana, a tutela do meio ambiente e do patrimônio cultural, e o apoio à agricultura familiar e seu desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

BARROZO, João Carlos (Org). **Mato Grosso do sonho à utopia da terra.** João Carlos Barrozo (orgs). Cuiabá. EdUFMT/ Carlini e Caniato Editorial, 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Reforma agrária no governo Lula: a esperança.** Disponível em: https://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/LULA_RA.pdf. Publicado em setembro de 2003. Acesso em 28/12/2023

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Atlas da Questão Agrária Brasileira.** Presidente Prudente: Unesp/NERA, 2008. Disponível em: www.atlasbrasilagrario.com.br.

LIMA, Diogo Marcelo Delben Ferreira de. **Reforma agraria no Brasil:** estatuto jurídico-político e direitos fundamentais à terra e ao trabalho no campo. *In*: SOUZA, Carlos Eduardo Silva; THEODORO, Marcelo Anthonio. (Org.). Direito agroambiental e

sustentabilidade: estudos e discussões contemporâneas. 1 ed. Curitiba: CRV, 2018, p. 203-214.

___. **Formação territorial do Brasil e de Mato Grosso:** complexidade do espaço agrário e terras devolutas. *In:* Giseli Gomes Dalla-Nora; Diogo Marcelo Delben Ferreira de Lima; Onelia Carmem Rossetto; Sonia Regina Romancini. (Org.). Geografias e humanidades: múltiplos olhares. 1 ed. Curitiba: Appris, 2022, v. 1, p. 19-32.

NORA, Giseli Dalla; ROSSETTO, Onélia Carmem; SANTIAGO, Gabriella Matos. **A conflitualidade da questão agrária brasileira:** leituras a partir dos dados do Projeto Dataluta - Estado de Mato Grosso – Brasil. *In:* BEL, Haya Del; CAETANO, Edson; FANTA, Daniel (Orgs). Defesa da reforma agrária no Brasil: primeira jornada universitária (JURA) no Mato Grosso. 1 ed. Uberlândia, Minas Gerais. Navegando Publicações, 2020, v. 01, p. 69-88.

MORENO, Gislaene. **Terra e Poder em Mato Grosso:** política e mecanismos de burla: 1892-1992. Cuiabá. Editora Entrelinhas. EdUFMT, 2007.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. A geografia da reforma agrária e reforma agrária de mercado no nordeste brasileiro (1998 – 2006). *In:* CAMPOS, Janaína Francisca de Souza; COCA, Estevan Leopoldo de Freitas; FERNANDES, Bernardo Mançano (orgs). **Dataluta: questão agrária e coletivo de pensamento.** 1 ed. São Paulo. Outras expressões, 2014.

SOBREIRO FILHO *et al*. **O golpe na questão agrária brasileira:** aspectos do avanço da segunda fase neoliberal no campo. Boletim DATALUTA, v. 01, p. 02-29, 2018.

DINÂMICA DOS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO SUDOESTE BAIANO/BAHIA/BRASIL: REPERCUSSÕES DA PANDEMIA DA COVID-19

THE DYNAMICS OF MUNICIPALITIES IN THE SOUTHWEST REGION OF BAHIA, BRAZIL: REPERCUSSIONS OF THE COVID-19 PANDEMIC

Fernanda Viana de Alcantara[1]
Lucas Aguiar Tomaz Ferreira [2]
Mateus Costa Santos [3]

RESUMO

A pesquisa realizada nos municípios do Território Sudoeste Baiano (TSB), Bahia/Brasil, no contexto da Pandemia da COVID 19 teve como objetivo analisar a dinâmica socioeconômica destes municípios frente às imposições resultantes do período pandêmico. A leitura sobre o referido processo foi realizada sob a perspectiva da Ciência Geográfica, que apresenta as ferramentas necessárias para interpretação e analise das transformações no espaço. Utilizou-se a categoria território para analise das repercussões da pandemia, em pequenos municípios na Bahia/Brasil. O estudo teve a intenção de auxiliar no processo de construção do conhecimento científico na área da ciência geográfica, o mesmo foi desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica e documental. Procurou-se estabelecer a relação teoria-prática através de trabalho de campo. É possível afirmar que o trabalho proporcionou um contato com diferentes realidades e dinâmicas, o que revelou uma desarticulação da política territorial, visto que se observou uma diversidade de ações independentes em cada município. As estratégias de convivência e reações aos impactos gerados pela pandemia da COVID 19 foram diferentes no TSB. As reuniões do Colegiado Territorial - CODETER e os demais espaços de participação ficaram paralisados, e não se registrou estratégias de articulação entre as entidades do CODETER, nesta direção a analise da "realidade territorial rural" serve como proposição para a revisão, formulação e análise das ações que tenham como objetivo gerar melhores condições de vida para as comunidades e de maneira particular àquelas mais fragilizadas no contexto das consequências da Pandemia da COVID 19.

Palavras-chave: Território, Rural, Pandemia, Políticas Publicas e Colegiado Territorial.

RESUME

The research conducted in the municipalities of the Southwest Territory of Bahia/Brazil - TSB (in Portuguese: Território Sudoeste Baiano - TSB), within the context of the COVID-19 pandemic, and aimed to analyze the socio-economic dynamics of these municipalities in the face of the impositions resulting from the pandemic period. The examination of this process was carried out from the perspective of Geographic Science, providing the necessary tools for the

[1] Doutora em Geografia pelo Curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe – UFS e Professora Titular do DG e PPGeo da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, fernanda.alcantara@uesb.edu.br
[2] Doutorando pelo Curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe - UFS, lucasaguiar04@hotmail.com
[3] Doutorando pelo Curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe - UFS, mcsantos31@academico.ufs.br

interpretation and analysis of spatial transformations. The territory category was employed to analyze the repercussions of the pandemic in small municipalities in Bahia/Brazil. The study intended to contribute to the construction of scientific knowledge in the field of geographical science and was conducted through bibliographical and documentary research. The fieldwork studies aimed to establish the theory-practice relationship. The work facilitated contact with different realities and dynamics, revealing a disconnection in territorial policy as a variety of independent actions were observed in each municipality. The coexistence strategies and reactions to the impacts of the COVID-19 pandemic varied in the TSB. The meetings of the Territorial Board - CODETER (in Portuguese: Território Colegial, CODETER) and other participation spaces, were halted, with no recorded coordination strategies among CODETER entities. In this regard, the analysis of the "rural territorial reality" serves as a proposal for the revision, formulation, and analysis of actions aimed at improving living conditions for communities, particularly those most vulnerable in the context of the consequences of the COVID-19 pandemic.

Keywords: Territory, Rural, Pandemic, Public Policies, and Territorial Board.

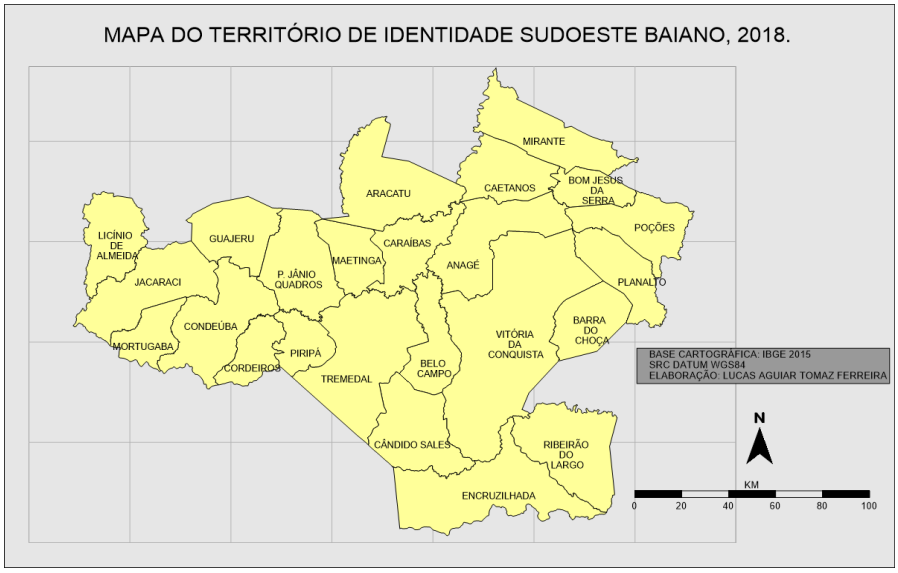
INTRODUÇÃO

O estudo a respeito dos pequenos municípios do Território Sudoeste Baiano, do estado da Bahia/Brasil, no contexto da Pandemia da COVID 19 teve como objetivo analisar a dinâmica socioeconômica destes municípios frente às imposições resultantes do período pandêmico.

A leitura sobre o referido processo foi realizada sob a perspectiva da Ciência Geográfica, que apresenta as ferramentas necessárias para interpretação e analise das transformações no espaço. Utilizou se a categoria território para analisar as repercussões da pandemia, em pequenos municípios na Bahia/Brasil. Destaca-se que a Bahia utiliza a regionalização do estado, nos denominados territórios de Identidade, tendo como princípio o formato de regionalização estabelecida, pelo extinto, Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que em 2003 criou o programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais- PRONAT e mais tarde o Programa dos Territórios da Cidadania – PTC.

É importante mencionar que a Bahia/Brasil, por meio da Superintendência de Estudos Socioeconômicos da Bahia – SEI, desde 2007, regionalizou o espaço baiano em vinte e sete territórios de identidade, para desenvolver o planejamento e a implantação de ações na dimensão territorial. Neste conjunto encontra-se o Território Sudoeste Baiano- TSB que é formado por 24 municípios, sendo eles: Anagé, Aracatu, Barra do Choça, Belo Campo, Bom Jesus da Serra, Caetanos, Cândido Sales, Caraíbas, Condeúba, Cordeiros, Encruzilhada, Guajerú, Jacaraci, Licínio de Almeida, Maetinga, Mirante, Mortugaba, Piripá, Planalto, Poções, Presidente Jânio Quadros, Ribeirão do Largo, Tremedal e Vitória da Conquista.

Mapa do Território Sudoeste Baiano, 2018.



Fonte: FERREIRA. 2018.

Destes apenas Vitória da Conquista, apresenta uma população superior a 300.000 habitantes sendo classificada como cidade média, de acordo com o IBGE (2010). Nesta quadra a pandemia da COVID 19 chega ao TSB no primeiro semestre de 2020, afetando de imediato a dinâmica econômica, administrativa e política dos municípios, que não estavam preparados para enfrentar a crise sanitária, e paralelamente a isso, receber um quantitativo de migrantes, que realizaram um movimento de retorno dos grandes centros urbanos como São Paulo, Rio de Janeiro e outros.

METODOLOGIA

Admite-se que o espaço geográfico é produto histórico e social das relações que se estabelecem entre a sociedade e o meio. O espaço não se apresenta como humano, apenas porque o homem o habita; mas principalmente porque ele o constrói e reproduz, tornando-o objeto sobre o qual recai o trabalho. É o reflexo da disputa e da territorialização no âmbito das lutas que se travam na sociedade capitalista. Neste sentido, Santos (2004) contribui ao indicar o espaço como produto histórico do trabalho humano, que assume diferentes formas;

> Cada atividade tem um lugar próprio no tempo e um lugar próprio no espaço. Essa ordem espacio-temporal não é aleatória, ela é um resultado das necessidades próprias à produção. Isso explica porque o uso do tempo e do espaço não é feito jamais da mesma maneira, segundo os períodos históricos e segundo os lugares e muda, igualmente, com os tipos de produção. (SANTOS, 2004, p. 203).

O Brasil é um país de dimensão continental, ao longo do processo de formação territorial passou por diversas regionalizações para garantir maior controle do território nacional. Nesse contexto, o Nordeste brasileiro por conta de suas condições ambientais ligadas a seca e a baixa industrialização era vista como “atrasado” em relação às outras regiões do país.

Daí o surgimento de uma série de questões, a exemplo da agrária, da educação, da saúde, da assistência social etc., que demandam soluções. Estas por sua vez, não são facilmente encontradas face à alienação dos nossos quadros técnico-burocráticos e à resistência dos setores econômicos e sociais que se beneficiam das distorções existentes. Todo esse contexto foi agravado pela Pandemia da COVID-19, em especial nas áreas rurais.

Para analisar como esses acontecimentos se configuram nos municípios do interior da Bahia/Brasil, foram adotados alguns procedimentos metodológicos, tais como a releitura da literatura e informações a respeito da abordagem territorial, do desenvolvimento territorial rural e do perfil dos municípios estudados, bem como levantamento de informações com representantes do poder publico e da sociedade civil, acompanhamento das reuniões, no formato remoto, do Colegiado Territorial do Sudoeste Baiano, bem como a realização de entrevistas, observações e registros fotográficos.

Por meio da metodologia utilizada, observou-se que dada à tempestividade do momento, os representantes do poder público municipal e lideranças comunitárias adotaram medidas de segurança e prevenção emergenciais, muitas delas estavam desarticuladas, e sem um planejamento, foram elaboradas de forma repentina, na tentativa de evitar uma maior propagação do vírus e consequentemente um colapso no sistema de saúde territorial.

REFERENCIAL TEÓRICO

A humanidade é historicamente marcada por mudanças, o homem se encontra frente a novos e constantes desafios. Com isso é sempre crescente a necessidade de refletir sobre as intervenções e interações humanas no processo de produção do espaço, e por que não dizer na construção de novas formas sócio-espaciais. Neste contexto são inquietantes as questões que tratam da relação entre os homens e sua importante participação na configuração dos lugares, na construção dos processos e da história.

Desta forma, é constante e necessária a realização de estudos por diferentes áreas do conhecimento que tem como objeto de analise a relação homem *versus* sociedade, em especial para a ciência geográfica que ao longo de sua trajetória contribui de maneira significativa nesta analise ao se preocupar com o entendimento dos processos e resultados de diferentes fatos, fenômenos ou atitudes que possam interferir na organização do espaço; em particular ganha destaque por justamente ter o Espaço como seu principal objeto de estudo. Assim Moreira chama atenção para o objeto e objetivo da Geografia.

> O espaço é o objeto da geografia. O conhecimento da natureza e das leis do movimento da formação econômico-social por intermédio do espaço é o seu objetivo. O espaço geográfico é o espaço interdisciplinar da geografia. É a categoria por intermédio da qual se pode dialogar com os demais cientistas que buscam compreender o movimento do todo da formação econômico-social, cada qual a partir de sua referência analítica. (MOREIRA, 2007 p. 63)

É importante destacar, que ao considerar o Espaço como categoria de estudo que permite o diálogo com outras ciências; a Geografia não está fadada ao isolamento, e apresenta caráter interativo sem perder seu o objeto - Espaço - como ponto de maior importância da sua análise. A noção de espaço aqui apresentada diz respeito ao espaço dinâmico, das relações, da interface entre o físico, o humano e de fato o social, e neste aspecto é a Ciência Geografia que melhor trata deste espaço. E assim têm-se construídas no âmbito da geografia diferentes contribuições sobre a discussão de Espaço, dentre estas merece destaque as contribuições esclarecedoras de um dos geógrafos mais influentes, Santos (2004) ao tratar a relação homem e natureza como forma de produção, e somando a isso apresenta as técnicas e os instrumentos de trabalho como mediadores dessa relação. Com esse entendimento não há como negar a presença de um espaço das relações.

É possível acrescentar que a ciência geográfica destaca-se por ter um significativo papel na formação e exercer influência nas formas de atuar dos pesquisadores, por não se distanciar da realidade e não se constituir como uma ciência isenta e/ou neutra. Moreno (2007) apresenta que estes são aspectos a serem considerados ao propor uma análise de questões sociais a partir de uma análise geográfica. Nesta direção o desenvolvimento territorial é entendido como tema possível de ser discutido e analisado pelo olhar da geografia.

As categorias de estudo da geografia vem sendo utilizadas e direcionadas para o ato de planejar, de construir, governar e administrar; e merece destaque o território. Atos diretamente vinculados à vida, ação e reprodução do homem no espaço, e logo constituindo temas de investigação que recai sob a perspectiva da análise geográfica.

A importância do território, por sua vez não anula a grandeza do espaço, ao contrário, pode-se visualizar a existência de uma relação entre espaço e território. Visto que, frequentemente, a linguagem cotidiana confunde o espaço com o território, neste sentido, Raffestin esclarece que:

> É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator "territorializa" o espaço. (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

O autor chama a atenção para o fato de que a compreensão do território não está apenas na visualização de uma área física com delimitações, mas, o entendimento de que no território se operam ações, vivências e manifestações. Retoma-se a compreensão do homem enquanto produtor histórico, que precisa ter conhecimento e intervir no meio onde vive, reproduzir a própria vida para adaptá-la e dominá-la; segundo os seus interesses, desejos e principalmente necessidades.

Esse processo ocorre tendo em vista uma série de limitações presentes no meio ambiente; o qual o homem deseja utilizar, notadamente, quando as relações são determinadas dominantemente pela forma capitalista de produção. Nesta direção o território é espaço dos acontecimentos de ordem econômica e de mudanças sociais.

Logo, as abordagens sobre território podem ser diversas, ao considerar o objetivo e interesse do uso da categoria, especialmente, neste momento em que os conceitos vão sendo apropriados por diferentes áreas e com diversos fins. No intuito de melhor esclarecer os aspectos fixo e dinâmico no território, Santos (2004) afirma que:

> O território é imutável em seus limites, uma linha traçada de comum acordo pela força. Este território não tem forçosamente a mesma extensão através da história. Mas em um dado momento ele representa um dado fixo. Ele se chama *espaço* logo que encarado segundo a sucessão histórica de situações de ocupação efetiva por um povo – inclusive a situação atual – como resultado da ação de um povo, do trabalho de um povo, resultado do trabalho realizado segundo as regras do modo de produção adotado e que o poder soberano torna em seguida coercitivas. É o uso deste poder que, de resto, determina os tipos de relações entre as classes sociais e as formas de ocupação do território. (SANTOS, 2004, p. 233).

No Brasil, a discussão sobre o território ocupou nos últimos anos lugar especial nos eventos científicos no âmbito da ciência geográfica e de outras ciências, bem como, na demanda do planejamento. Desta forma, emerge a discussão direcionada para o espaço vivido e ao que se entende como sentimento de pertencimento, a identidade. Paralelo ao tempo em que o mundo vivencia os fenômenos dos espaços mais próximos, da revisão de fronteiras dos mercados e da circulação da informação; neste contexto, Araujo 2009 afirma:

> Por incrível que possa parecer, no mundo da globalização avançada a abordagem territorial ganhou destaque. Isso até poderia parecer um absurdo: agora que a globalização se firmou e ela remete, em grande parte, à desterritorialização, estamos a propor a relevância da "abordagem territorial". (ARAUJO, 2009, p. 36).

A relevância da abordagem territorial cresce à medida que as análises são propostas sob este prisma, verifica-se que existem alguns pontos questionáveis nesta forma de abordagem, como o entendimento de fronteiras, interesses ou identidade no território. Pontos que refletem no produto final do enfoque territorial e do desenvolvimento.

O Brasil apresenta desigualdades sociais em função do distanciamento dos aspectos sociais e econômicos que foram, ao longo da história, se consolidando entre as regiões brasileiras e contribuíram na construção de um país com diferentes faces, que ainda estão presentes na atualidade.

Frente a essa realidade e a persistência de posturas que provocam o distanciamento entre as regiões e entre as pessoas, duelando com uma aparente harmonia na visão globalizada de mundo, a pesquisa detectou que problemas tão sólidos como os de desequilíbrios regionais não são solucionados facilmente numa ação "mágica", e ainda que, catástrofes, eventos inesperados como a Pandemia podem agravar essas desigualdades sociais.

As soluções que as esferas do poder público apresentam estão pautadas em políticas públicas voltadas para o desenvolvimento que, normalmente, acabam caindo na armadilha do desenvolvimento enquanto crescimento econômico, ou ainda, para servir de instrumento na disputa político-partidária, cuja apresentação de melhores indicadores econômicos, e de certa forma sociais, significa maiores oportunidades para quem detém o poder político.

O insistente fracasso das ações que foram apresentadas e implementadas como forma de solucionar o hiato social brasileiro, é resultante da maneira como ocorreu o

seu planejamento, ou mesmo a ausência de um planejamento eficaz e direcionado a situações reais. A forma de planejar apenas de cima para baixo, homogênea para diferentes realidades foi certamente uma das características mais marcantes do planejamento brasileiro. Paralelo a este formato, também registou-se que ao longo do tempo muitas ações tiveram caráter imediatista para solucionar problemas consolidados, ou em situação de emergência, resultante da somatória de situações que poderiam ser evitadas por meio de intervenções ou/e por situações ocasionadas por acidentes, fenômenos da natureza e outros.

O contexto a Pandemia da COVID 19 reflete todas essas situações de maneira muito forte. Intensificou as dificuldades do processo de mobilização, revelou a deficiência para garantir maior participação dos representantes "menos ativos" do território, e foi possível identificar problemas na desarticulação dos serviços públicos, em especial ao serviço de saúde. Assim a politica territorial na Bahia carece de renovação, e elaboração de melhores estratégias para fortalecimento dos pequenos municípios que constituem os seus territórios de identidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A configuração e a dinâmica dos municípios do TSB foram alteradas em consequências das imposições ocasionadas pela pandemia, tais alterações se consolidaram no espaço, por meio das modificações no sistema de transporte, nas atividades comerciais, politicas e econômicas nos 24 municípios.

Do conjunto dos municípios do TSB, a maioria deles apresentam área e população rural superior a urbana. E apenas Vitória da Conquista, município polo do território, tem hospitais equipados, médicos especialistas e estrutura para atender as demandas dos 24 municípios, a cidade já enfrentava dificuldades anteriormente para desemprenhar essa tarefa, e no contexto da pandemia tais dificuldades foram acentuadas, tal fato gerou preocupação e movimento do poder publico no sentido de criar ou ampliar espaços para atendimento da população.

Quanto aos demais municípios, estes, mudaram o formato de atendimento em postos de saúde e pequenos hospitais nas sedes dos municípios, nas áreas rurais não foram realizados diagnostico, e organizaram acanhados centros para diagnostico e acompanhamento da COVID-19, e alguns reorganizaram as estruturas existentes para atender a população local. Nos casos mais graves, o paciente tinha registro no sistema

de regulação no Sistema Único de Saúde - SUS do estado da Bahia, até conseguir vaga em uma unidade preparada para o atendimento especializado.

A insegurança que se espalhou pelo mundo, não apenas na área da saúde, resultou em novas dinâmicas para os municípios do TSB que foram obrigados a criar novas rotinas, novos costumes e valores em seu cotidiano.

Este quadro aponta para a análise sobre a participação do homem na produção do espaço e na construção de novas formas de convívio social, trata-se da produção do local em uma relação dialética com o global. Segundo Carlos:

> O lugar se produz na articulação contraditória entre o mundial que se anuncia e a especificidade histórica do particular. Desse modo o *lugar* se apresenta com o *ponto de articulação* entre a mundalidade em constituição e o local enquanto especificidade concreta, enquanto momento. É no lugar que se manifestam os desequilíbrios, as situações de conflito e as tendências da sociedade que se volta para o mundial. (CARLOS, 1996, p. 29).

O contexto mundial frente à pandemia da COVID-19 se concretizou nos lugares e no cotidiano, com a redução de atividades sociais e econômicas, mesmo aquelas mais frequentes como as feiras livres, que tradicionalmente são realizadas num determinado dia da semana na sede de cada município. A feira livre é uma atividade local regular, com dia especifico em cada cidade do TSB, o evento promove a circulação de pessoas das áreas rural e urbana, cria uma dinamicidade na relação campo/cidade, pois a mesma constitui-se em um espaço de troca não apenas das mercadorias, mas das vivencias, acontecimentos e serviços.

Os espaços destinados às feiras tornaram-se vazios, o retorno parcial das mesmas, foi restrito para a população local, impedindo a participação de pessoas de outros municípios, o setor de transporte teve suas atividades reduzidas, o número de pessoas nos transportes coletivos alternativos foi abreviado para três passageiros por localidades, e os motoristas realizavam o serviço de entrega de encomendas nas áreas rurais.

Nas sedes dos municípios verificou-se uma menor circulação de pessoas, com exceção das filas, nos postos de lotéricas vinculada a Caixa Econômica que realizavam o pagamento de auxílios e demais benefícios. Entretanto a dinâmica não foi padronizada no Território Sudoeste Baiano, mas semelhante em alguns aspectos, por exemplo, alguns municípios adotavam procedimentos de controle da entrada e saída dos sujeitos, como se verificou em Belo Campo e Tremedal, o mesmo não ocorreu no município de Anagé que têm limites com os municípios citados. A prática de estabelecer barreiras foi

adotada por alguns municípios do território, não foi elaborado um critério, ou formato para os municípios da Bahia ou do TSB.

No contexto das dinâmicas locais registra-se a alteração dos tradicionais eventos culturais, a exemplo das festas juninas, em especial dedicada a São João, comuns no calendário dos municípios do interior da Bahia, que foram cancelados, com a adoção de medidas restritivas mais drásticas. Mesmo assim, a tradição não foi completamente abortada, registrou-se a presença dos hábitos de acender a fogueira, mesmo em menor quantidade, e a reunião com familiares e amigos, as atividades foram redimensionadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelos termos o estudo em tela tem como contribuição a analise da "realidade territorial rural", e serve como proposição para a revisão, formulação e análise das ações que tenham como objetivo gerar melhores condições de vida para as comunidades e de maneira particular àquelas mais fragilizadas no contexto das consequências da Pandemia da COVID 19.

O estudo tem a intenção de auxiliar no processo de construção do conhecimento científico na área da ciência geográfica, o mesmo foi desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica e documental. Procurou-se estabelecer a relação teoria-prática.

É possível afirmar que o trabalho proporcionou um contato com diferentes realidades e dinâmicas, o que revelou uma desarticulação da política territorial, em particular, no espaço rural, uma vez que se observou uma diversidade das ações independentes em cada município. As estratégias de convivência e reações aos impactos gerados pela pandemia da COVID 19 foram diferentes no TSB. As reuniões do Colegiado Territorial - CODETER e demais espaços de participação ficaram paralisadas, não se registrou estratégias de articulação entre as entidades do CODETER. O mesmo só retomou a agenda de reuniões em 08 de dezembro de 2022, de forma remota. Fato que dificultou a participação dos representantes dos municípios, em especial das áreas rurais que não têm acesso a internet.

No período entre 2020 a 2022, dentre as ações desenvolvidas pelo Colegiado Territorial do TSB e a Secretaria de Planejamento da Bahia, verificou-se: A Organização e Lançamento do Comitê Solidária do Sudoeste Baiano; Distribuição de Máscara, protetor, bolha de contenção, e outros EPIS distribuídos diretamente pelo CODETER e Agente de Desenvolvimento Territorial; Implementação de Campanha de

doações de Alimento para as comunidades vulneráveis do Território; Acompanhamento dos boletins da COVID 19 e outras.

As reuniões presencias do Colegiado Territorial foram retomadas apenas em 2022, isso representou uma desarticulação das câmaras temáticas, e mesmo da participação dos representantes, inclusive devido a mudança no quadro administrativo dos municípios, em consequência da troca dos gestores municipais.

Registra-se que os estudos da realidade são fundamentais para entender a diversidade social, econômica, ambiental e cultural das áreas rurais, e em especial dos municípios médios e pequenos, que possuem dinâmicas especiais.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Tânia Bacelar [et al.]. *Gestão Social dos Territórios.* Brasília: IICA, 2009.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Lugar No/Do Mundo**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

MOREIRA, Ruy .**Pensar e ser em Geografia:** ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico. São Paulo: Contexto, 2007.

MORENO, L.M.C. **Desenvolvimento Territorial – de um sentido ocidental às orientações coesivas para um meio rural inovador:** Caminhos e Caminhantes. Tese (Doutorado em Geografia Humana), Universidade de Lisboa, FLUI, Lisboa, 2007. 498 p.

MDA/SDT (2005a). Marco Referencial para Apoio ao Desenvolvimento dos Territórios Rurais. Brasília, SDT - MDA.

MDA/SDT (2005b). Referências para a Gestão Social dos Territórios Rurais. Brasília, SDT - MDA.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder.** São Paulo: Ed. Ática, 1993.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2004.

AGRICULTURA METROPOLITANA E ADAPTAÇÃO DOS PRODUTORES AS PRESSÕES URBANA- O CASO DO MUNICÍPIO DE MAGÉ, REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO

Filipe Gomes Paulo[1]

RESUMO
Este trabalho analisa os processos através dos quais as comunidades agrícolas e rurais em economias em transição criam resiliência face às mudanças nas zonas rurais causadas pelo avanço da urbanização. O estudo é baseado na análise de como o urbano-rural interações afetaram a agricultura de pequena escala no interior metropolitano do Rio de Janeiro, Brasil, uma área onde o uso da terra, as políticas econômicas e ambientais e as políticas urbanas a especulação imobiliária provocou uma concorrência crescente entre os sectores agrícola, industrial, usos residenciais e de conservação do solo em uma área rural altamente multifuncional. Para Para conseguir isso, a pesquisa examinou as pressões enfrentadas pelos agricultores em áreas afetadas pela dinâmica metropolitana do Rio de Janeiro, como essas pressões influenciaram a prática agricola, como os agricultores desenvolveram resiliência individual e coletiva, e o ampliando as lições teóricas e políticas obtidas sobre como as áreas rurais e as comunidades agrícolas responder à urbanização.
Palavras-chave: interação campo-cidade; urbanização; campo metropolitano

RESUMEN OU ABSTRACT

This work analyzes the processes through which agricultural and rural communities in transition economies build resilience in the face of changes in rural areas caused by advancing urbanization. The study is based on the analysis of how urban-rural interactions have affected small-scale agriculture in the metropolitan interior of Rio de Janeiro, Brazil, an area where land use, economic and environmental policies, and urban real estate speculation have provoked increasing competition between agricultural, industrial, residential and soil conservation uses in a highly multifunctional rural area. To achieve this, the research examined the pressures faced by farmers in areas affected by Rio de Janeiro's metropolitan dynamics, how these pressures influenced agricultural practice, how farmers developed individual and collective resilience, and the theoretical and policy lessons learned. about how rural areas and agricultural communities respond to urbanization.
Keywords: countryside-city interaction; urbanization; metropolitan field

INTRODUÇÃO

Supõe-se muitas vezes que o espaço rural é influenciado predominantemente por ações externas, mas a realidade é que as áreas rurais e os sistemas agrícolas possuem

[1] Doutorando em Geografia da UNESP – Presidente Prudente, fg.paulo@unesp.br

dinâmicas internas poderosas que lhes permitam adaptar-se de maneiras criativas e variadas às mudanças no mundo contemporâneo. Woods (2005, p. 17) enfatizou que "como cientistas sociais rurais, nós não precisa apenas ser capaz de descrever os processos que moldam o espaço rural e os seus efeitos – precisamos também tentar compreender estes processos, e propor e criticar explicações sobre por que processos específicos operam de maneiras específicas em lugares específicos e têm resultados específicos".

O trabalho contribui para debates sobre as mudanças no espaço rural contemporâneo com uma ênfase em caminhos multidirecionais e multidimensionais na era da globalização. As primeiras discussões e posições teóricas relativas à mudança rural foram desenvolvidas por pesquisadores de países com economias pós-produtivistas para explicar o tipo das transformações rurais que ocorreram com o surgimento de atividades não agrícolas ao lado ou em competição com a agricultura (Marsden et al., 1993; Ilbery e Bowler, 1998; Murdoch e outros, 2003). No entanto, nos últimos anos, os investigadores têm demonstrado interesse em compreender a dinâmica dos espaços rurais nas regiões em desenvolvimento do mundo que também são afetadas por processos globais de diferentes maneiras (Marsden, 2003; Wilson e Rigg, 2003; Rigg, 2006; Wilson, 2007; Madeiras, 2007; Bryant et al., 2008; van der Ploeg e outros, 2010). Reconhecimento da interconexão global e da interdependência dos locais rurais aponta para um desmantelamento da separação entre a investigação rural sobre o Norte Global e a investigação rural sobre o Sul Global e a promoção de mais investigação transnacional. Como Woods (2005, 2011), em particular, enfatizou, embora os geógrafos rurais muitas vezes considerem o Norte Global e Separadamente para o Sul, num mundo cada vez menor, estes dois países muitas vezes se juntam.

Perspectivas multidimensionais e multidirecionais indicaram que as áreas rurais têm tornar-se mais integrado num mundo rural globalizado (Wilson e Rigg, 2003; Rigg, 2006; Parwell, 2007; Wilson, 2008a). Esta pesquisa sugere que as repercussões os desafios que se colocam às zonas rurais no início do século XXI, incluindo a resiliência das comunidades agrícolas, deveriam receber mais atenção. Nos últimos anos, uma situação rural crítica desenvolveu-se a ciência social, que empregou uma série de teorias conceituais, incluindo conceitos político-econômicos e pós-estruturalismo (por exemplo, Handbook of Rural Estudos editados por Cloke et al., 2006; Madeiras, 2005, 2011).

Woods (2005) destacou como os estudos rurais nos últimos anos devem muito à criatividade gerada pela fusão de ideias de diferentes tradições disciplinares e da introdução de novas perspectivas teóricas da economia política ao pós-estruturalismo. Como observou Cloke (1997), os estudos rurais foram influenciados por uma série de conceitos, o muitas vezes o resultado é uma hibridização interessante entre eles, em vez de qualquer mudança paradigmática de um para outro. A reestruturação rural deu origem a tecnologias híbridas articulações do rural do século XXI (Woods, 2011).

No entanto, níveis significativos de atenção académica concentraram-se na identificação empírica impulsionadores econômicos e políticos em áreas rurais em países como o Brasil de uma visão estruturalista, negligenciando em grande parte a agência do rural comunidades e fatores socioculturais. Para abordar a lacuna de literatura resultante, este estudo adota uma abordagem que combina economia política e abordagens contemporâneas sobre a mudança rural através de estudos de caso aprofundados de comunidades agrícolas do zona rural metropolitana do Rio de Janeiro.

DISCUSSÃO TEÓRICA

A geografia é uma disciplina importante para entender a organização do espaço e desenvolve diversas formas de compreender esta dinâmica. Uma das grandes discussões que perpassam por diversos momentos da geografia brasileira e mundial é o entendimento da relação campo-cidade e o fenômeno da cidade como impulsionador de atividades econômicas nas cidades próximas e no espaço rural (Fontes, Francisco ; Palmer, Charles. 2018).

O enfoque de Von Thunen foi dominante na geografia tradicional, na geografia teorética-quantitativa e ainda apresentam elementos explicativos da realidade no que diz respeito à localização de atividades próximas à cidade (McCann, P , 2013) . O pensamento de Von Thunen se relaciona a presença da agricultura intensiva com propriedades fragmentadas e com produtor com alto valor unitário que se conectam à demanda da cidade. (WAIBEL, 1948).

O modelo de Von Thünen proposto em 1826 é uma forma importante e clássica de entender os padrões de localização em agricultura. A análise da literatura sobre a abordagem locacional em estudos agrários demonstra que, apesar idealizado há dois

séculos, é esse padrão até hoje empregado para a análise dos padrões de uso agrário da terra e da atividade da agricultura em torno da cidade.

Von Thunen apresenta padrões de uso da terra em torno das cidades e de que forma o espaço rural organiza a produção agrícola em relação a um centro urbano, a grande cidade. A explicação inicial era a discussão que o torno da grande cidade com em meio a uma planície uniforme em características físicas, culturas com custos diferenciados de transporte e usos intensivos da terra (Clark , 1985). Alguns destes produtos seriam produzidos próximos à cidade que outros e essa relação numa primeira aproximação conceitual se relaciona aos custos de transporte, distância do mercado e perecividade (HALL, 1966).

O modelo captura a essência da relação campo cidade e o contexto de sua escrita incidia sobre os custos de transporte que antes de 1900 eram enormemente altos. Pessoas movidas a pé e mercadorias eram transportadas por água. Tanto a estrutura quanto a localização das atividades econômicas refletiam altos custos de transporte. Como estradas e trilhos eram raros e caros, todas as grandes cidades de 1900 estavam localizadas via fluvial. E as ideias de Von Thunen apareceram neste contexto em que o custo e a perecividade dos produtos eram os elementos centrais.

Se um agricultor cultivou determinado produto dependia de sua distância com o mercado. Distância determinada, sobretudo, pelo valor da terra (*land rent*), custos de transporte e risco de deteriorização dos produtos. Como resultado, a produção agrícola se organizou como "anéis" da intensidade de produção e dos produtos em torno da cidade (HARVEY, 1966).

Para verificação desta ideia, Von Thünen refletiu sobre algo que chamou de estado isolado em que os elementos físicos apareceriam sem variação e existiria uma grande cidade na qual a agricultura direcionaria a sua produção. Possuiria um único sistema de transporte para o mercado consumidor no qual os preços seriam ajustados pela distância entre o mercado consumidor e área de produção. Atkins afirma que o pensamento de Von Thunen se vincula a dois elementos principais:

> Basta dizer que existem dois conceitos fundamentais: localização de culturas e de intensidade de produção. O sub-modelo de cultivo alega que,

> sob as condições ambientais uniformes do estado isolado, cada produto tem uma localização óptima no que diz respeito ao mercado ditada pela sua competição com outros produtos com base (entre outras coisas) da respectiva perecibilidade, adequação para o transporte, e em volume à relação de valor. Esta competição é mediada através da relação entre o custo de transporte para o mercado e da renda da terra 'gerado pelo crescimento de uma cultura em um pedaço de terra particular. A importância para os agricultores deste conceito é que usos da terra têm diferentes rendas de terrenos potenciais para um local de acordo com as suas características (ATKINS, 1987, p. 130) Tradução Livre.

Von Thunen expos sobre o custo da terra *(land rent*) e a localização das atividades no espaço rural sobre o preço do produto. O preço é relacionado diretamente no valor do transporte da área de produção até a área do mercado de consumo. Para locais mais distantes da cidade, o transporte se torna mais caro, aumentando o preço do produto e diminuindo a demanda pela cidade pelo preço. Von Thunen afirma que o preço precisa ser suficientemente vantajoso tanto para o produtor e que seja demandada pelas necessidades da cidade para que o retorno não seja nulo (MESQUITA, 1978).

Verifica-se um elemento locacional vinculado diretamente à distância com o mercado consumidor, numa vantagem disfrutada por áreas produtoras mais próximas à cidade, que apesar do custo da terra elevado e da fragmentação produzem produtos de alto valor, horticultura e flores, requeridos pelo mercado consumidor. Em que o custo da terra é compreendido como um lucro ou retorno que cada propriedade recebe em determinada localização (ATKINS, 1987).

Os custos de transporte e a distância seriam então, os elementos centrais a modificar o custo da terra, aumentando com a distância, conferiam uma variação locacional relacionada diretamente a renda da terra (*land rent*) que aumenta ou diminui de acordo com a distância do mercado consumidor. Em vista disso, orientado pela distância ao mercado e consequentes custos de transporte envolvidos ao encaminhar a produção até o mercado consumidor, a grande cidade.

As atividades econômicas do espaço rural devem estar situadas numa distância do centro urbano em que nesta estrutura teórica se apresenta claramente a delimitação entre urbano e rural, à área principal corresponde ao urbano, mercado consumidor dos produtos

agrícolas e os anéis concêntricos são formados por atividades produtivas que definem o espaço rural (PEET, 1967).

Duas indagações se mostram fundamentais quanto à relação cidade-campo, primeiro é com os padrões de localização das produções que se estabelecem em torno da cidade e o segundo diz sobre o custo dado pela distância dos sistemas agrários da cidade (Figura 3). O primeiro anel nas proximidades da cidade é integrado pela horticultura, fruticultura e flores. A distância destas produções agrícolas com a cidade, no geral é pequena devido à alta percerividade e custos.

Figura 3- Anéis de intensidade dos produtos em torno da cidade

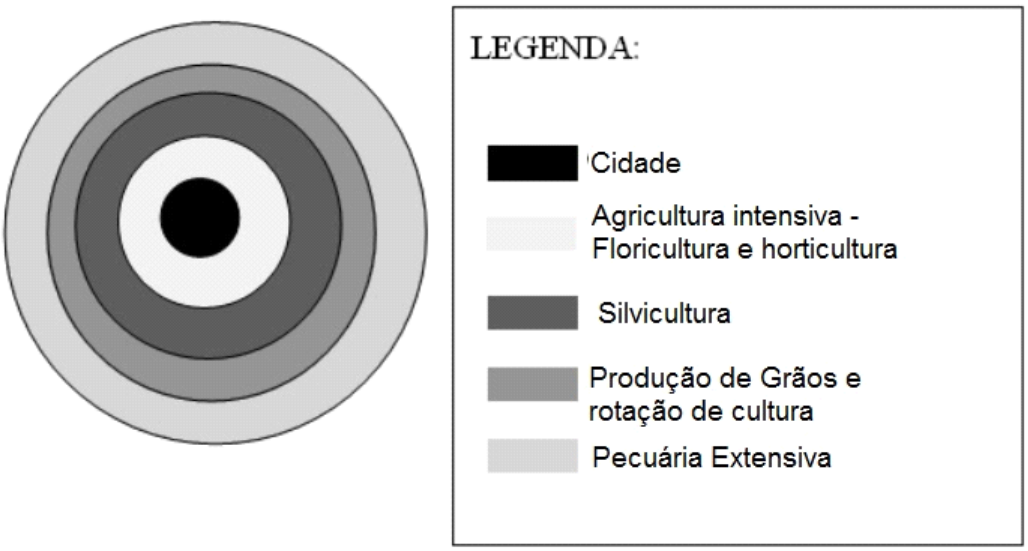


Figura 1 – Modelo da Teoria da Localização Agrícola de Von Thünen (1826).
Fonte: Alves & Maia (2009, p.52)

Von Thünen expos em seus pressupostos, que poderia haver uma justaposição de anéis concêntricos, inclusive o avanço do espaço urbano (grande cidade) sobre o primeiro anel, a bipartição clara entre rural e urbano, e as atividades agrícolas (CLEMENTE e HIGACHI, 2000) . Na geografia agrária brasileira o modelo de Von Thunen foi amplamente debatido por Mesquita explorando questões sobre teoria da localização, intensidade da agricultura e organização do espaço rural.

O espaço rural e de produção das atividades agrícolas são as definidoras da ocupação e usos da terra, consequentemente, na organização do espaço rural. Em uma cidade os limites não são rígidos, a competição pela terra é aumentada, alterando o valor

da terra, gerando entre vários efeitos, a fragmentação da terra, sobretudo, neste primeiro anel que a pesquisa em questão se insere.

A relevância para compreensão das ideias de Von Thünen para a geografia agrária teve uma relevância nas discussões sobre organização de atividades econômicas e se figura como de grande possibilidade para expandir a "compreensão da estrutura espacial da agricultura, já que aborda as formas de utilização da terra e as características do processo produtivo, no espaço rural, e suas associações com a cidade". (MESQUITA, 1978, p.115).

RESULTADOS E DISCUSSÃO A presente pesquisa analisou a produção e comercialização de flores de corte a partir da interação campo-cidade com o objetivo de verificar o crescimento da produção conectado às demandas da cidade do Rio de Janeiro, como também as estratégias dos produtores para aumentarem sua produtividade. A atividade em questão tem importância social por envolver, sobretudo, pequenos produtores rurais e envolver questões sobre as condições materiais que dão suporte às suas atividades.

Alguns elementos são colocados como fundamentais para estimular o aumento da produção e especialização da área na produção de flores de corte em Vargem Alta: infraestrutura de transporte, proximidade com o mercado consumidor que se relaciona com os custos mais baixos de transporte e perecividade do produto, demanda da cidade. Esta discussão é por se relacionar com a discussão feita por Von Thunen discutindo a localização das atividades agrícolas em torno das grandes cidades que influencia tanto na atividade como na intensidade das produções agrícolas.

Este trabalho demonstra as formas com que a atividade da floricultura se relaciona à demanda da cidade relacionados aos custos de transporte e distância, distribuição e consumo, como no fortalecimento da atividade devido à venda direta que possibilita o controle da gestão e comercialização das flores com a cidade do Rio de Janeiro.

As estratégias de comercialização e os canais de distribuição são variados para que o produto seja absorvido pela grande cidade, Rio de Janeiro, e a floricultura se mostra como relevante na interação rural-urbana devido ao seu valor e demanda da cidade e tendo expressividade produtiva num sistema intensivo em pequenas áreas. Diante desta interação rural-urbana emerge uma discussão fundamental sobre o circuito curto de

comercialização que propicia ao produtor maior valor na cadeia de distribuição devido à proximidade e o número reduzido de intermediários entre a área de produção e comercialização. Pensando também que se trata de um produto perecível e por estar numa área próxima à cidade não há necessidade de refrigeração ou acondicionamento de câmaras frias para o transporte do produto.

A combinação de distância, infraestrutura, perecividade e os custos de transporte são fatores que influenciam diretamente a produção e comercialização e na forma com que as propriedades rurais interagem com a cidade. Esta dissertação evidenciou uma área especializada na produção de flores devido à uma grande demanda por um produto rural com alto valor numa área de produção próxima à região metropolitana do Rio de Janeiro em que sua os produtos são absorvidos em sua totalidade seja pela venda direta ou vendas on-line.

As ligações entre a cidade e campo neste trabalho não estão só relacionadas à produção e comercialização, mas como também refletidas no fluxo de informação e de políticas públicas por meio da EMATER que possibilitou assistência técnica para a área e a introdução de programas de crédito fundamentais para o avanço e manutenção da atividade em diversas frentes como beneficiamento, técnicas de irrigação e manejo da produção.

A distribuição da produção numa cadeia caracterizada por poucos ou nenhum intermediário numa área próxima a área de comercialização viabiliza a venda direta dos produtos efetivada a partir da aquisição de veículos próprios por grande parte dos produtores possibilitando uma melhor remuneração para os produtores e controlando os custos diretos e indiretos envolvidos na atividade desde a produção até a comercialização. Criando, inclusive, possiblidades de contornar as desvantagens da ida regular ao CADEG facilitando relações de distribuição menos assimétricas e de certa forma mais solidária entre os produtores.

O CADEG como as vendas em sítios na internet que possibilitam a comercialização direta que de certa forma estimula a expansão da área de produção, aumentando o retorno para os produtores, que segundo eles houve um aumento expressivo na produção e aumento da área de produção, como na comercialização.

O valor superior dos produtos da floricultura em relação a outras atividades estimulou a produção e especialização na produção de flores que no contato com a cidade

que possibilita uma conjuntura favorável em que o circuito curto de comercialização beneficia os produtores que tem controle da gestão da sua comercialização e rentabilidade que desempenham um papel fundamental para a manutenção da atividade produtiva na localidade de Vargem Alta.

Verificou-se que para garantir o desenvolvimento da atividade produtiva de flores de corte é necessária a aglomeração de elementos que vão desde a proximidade com o mercado consumidor, como também um produto que seja demandado e tenha um valor alto e o ambiente de comercialização que possibilite a venda regular.

As interações entre os locais rurais e urbanos, no caso desta pesquisa, entre Vargem Alta e a cidade do Rio de janeiro, que possuem elos fundamentais para a economia local de Vargem Alta e também "motores" que impulsionam transformações econômicas, sociais e produtivas. Ligações estas que possuem um papel fundamental para os produtores de flores na dinamização e estímulo à atividade produtiva conectada demanda da cidade por produtos da floricultura no qual as políticas públicas rurais por meio da EMATER, possibilitaram estratégias de apoio e estruturação das propriedades paras que tenham capacidade técnica e auxílio financeiro.

Produzir produtos rurais em áreas próximas a cidades encurta as cadeias de suprimentos, o que ajuda a qualidade e o custo. A proximidade das propriedades às áreas urbanas traz economias de custo e exigem menos infraestrutura de transporte, os produtos perecíveis – flores - são mais facilmente preservados. Os produtores também são capazes de responder de forma flexível e comercializar-se às demandas dos consumidores urbanos, uma vez que elas podem ser mais próximas e mais especializadas, e estão intimamente ligadas à economia urbana. Portanto, está sendo concluído que as interações rural-urbanas têm efeito sobre a dinamização produtiva da área impactando os moradores da área de estudo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A geografia econômica assim como algumas pesquisas na geografia agrária procura explicar por que as atividades econômicas optam por se estabelecer em alguns lugares particulares. A característica mais marcante da economia espacial é a existência de aglomerações econômicas que produzem e comercializam grandes volumes de mercadorias, no caso desta pesquisa é a comercialização de flores de corte em Vargem Alta, uma área especializada na produção e comercialização de flores em Nova Friburgo

Uma grande influência para este trabalho é Von Thunen (1783-1850) no qual suas contribuições abriram o caminho para fluxos de pesquisa sobre o espaço rural. Thunen discute sobre a teoria do uso da terra e sua localização capaz de explicar por que, como e quando a atividade econômica rural pode ser encontrada em alguns lugares e de pensar as cidades como pontos focais da localização rural, ou seja, a cidade como influenciador de dinâmicas produtivas e comerciais no campo.

Cada localização no espaço é caracterizada por vários fatores, como o solo, condições climáticas, proximidade com o mercado e outros. Tanto o custo da terra quanto o uso da terra variam entre os locais dependendo dessas características. Entre eles, o mais importante para os teóricos da localização é o diferencial de custo de transporte sobre o espaço que se dá pela distância, que se expressa em diversos tipos: distância-custo, distância-tempo e distância-absoluta.

A localização da área de produção em relação com a cidade do mercado é relacionada a custos de entregar, custos de transporte, custos fixos e custos que potencialmente afetam direta ou indiretamente a sua localização. Portanto, determinar quais culturas crescer e onde não é uma tarefa fácil. A combinação de distância, infraestrutura de transportes e perecividade dos produtos que são demandados pela cidade definem a intensidade do transporte e mostram como a intensidade de localização e transporte se combinam e estão diretamente relacionadas à intensidade da produção e comercialização.

Referências Bibliográficas

ABRAWAY, R. O future das regiões rurais. 2 ed. Porto Alegre, UFRG, 2009

ATKINS, P.J. The Charmed Circle: Von Thunen and agriculture around Nineteenth Century London. Geography, Vol 72, n° 2 , 1987. Pág 129 – 139

ADAMS, J.; FAUST, K.; LOVASI, G. S. Capturing context: integrating spatial and social network analyses, *Editorial in Social Networks*, v. 34 p. 1-5 January. 2012.

AZZONI, C. R. Teoria da Localização: uma análise crítica. São Paulo. IPE/USP, 1982. 200p. Série Estudos Econômicos, 19.

AGUIAR, D.; MARQUES, P. V. Comercialização de produtos agrícolas. São Paulo: EDUSP, 1993. 295p.

ALMEIDA, A. M. P. Sistemas de canais de distribuição. Caderno de Pesquisa em Administração, São Paulo, v.1, n.8, p. 51-60, 1999.

BRASIL, Balança Comercial Floricultura 2007 - Ibraflor Instituto Brasileiro de Floricultura, 2007

_____, Balança Comercial de Flores – IBRA FLOR. 2012

BARBÉ, L. Caracterização de consumidores e produtores dos produtos agroecológicos / orgânicos em campos dos Goytacazes. Dissertação de Mestrado. Tecnologias agropecuárias da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes 77p, 2009.

BARZEL,Y. Measurement Cost and Organization of Markets. Journal of law and economics, 25, April,1982.

BARROS, G. S. A. de C. Economia da Comercialização Agrícola. Piracicaba/SP: ESALQ, LES, CEPEA, 2007.

BAVA, S. Circuitos Curtos de Produção e Consumo (2011) In: Um Campeão visto de perto, Uma análise do modelo de desenvolvimento Brasileiro. editado por Heinrich Böll Foundation. Série Democrata. p.178-186, 2011.

BICALHO, A.M. A comercialização da produção Familiar: canais da distribuição da hortifruticultura no abastecimento urbano. In: OLIVEIRA, M.. COELHO, M.C. & CORRÊA, A. (orgs) O Brasil, a América latina e o mundo: espacialidades contemporâneas (II). Rio de Janeiro: Lamparina: Faperj, Anpege, 2008.

BRANDT, S.A. Comercialização Agrícola. Piracicaba: Livroceres, 1980. 195 p.

BRYANT, Christopher, FIELDING, Jeffrey A. Agricultural change and farmland rental in an urbanising environment: Waterloo Region, Southern Ontario. Cahiers de Géographie du Québec, v. 24, n. 62, p. 277-298, 1980.

BRYANT, Christopher. L' agriculture périurbaine: l' économie politique d'un espace innovateur. Cahiers Agricultures, v. 6, p. 125-130, 1997.

TECNOLOGIA SOCIAL: O USO DAS CISTERNAS DOMICILIARES NA COMUNIDADE DO CROATÁ EM LIMOEIRO DO NORTE - CE

Francisca Daniela Mendes Feitosa[1]

Maria Lucenir Jerônimo Chaves[2]

Claudio Antônio Vieira da Silva[3]

RESUMO

O semiárido nordestino é uma região que apresenta altas temperaturas, oscilações na precipitação pluviométrica, rios intermitentes, baixa umidade do ar e longos períodos de estiagem. Esses elementos em conjunto demonstram o quanto à região necessita de apoio para conviver com os fenômenos climáticos naturais, a exemplo da seca. Para dirimir os efeitos climáticos e naturais, desde o final do século XIX e, sobretudo, a partir da segunda metade do século XX, houve um impulso na inserção de políticas públicas na região. Dentre essas, as cisternas de placas, vêm contribuindo significativamente, como alternativa em amenizar os impactos das secas, garantindo a continuidade da vida dos sertanejos, sobretudo em comunidades rurais. Essa tecnologia social proporciona armazenar água em tempos de estiagem prolongada. O presente trabalho analisou como a implementação de cisternas de placas instaladas no município de Limoeiro do Norte-CE, na comunidade Croatá, trouxe transformações no estilo de vida dos moradores locais. Para fundamentar a pesquisa recorremos em artigos científicos, revistas e sites institucionais, tendo como tema principal, semiárido, tecnologias sociais e políticas públicas e cisternas domiciliares. Em conjunto, foi aplicada uma entrevista semiestruturada junto aos agricultores familiares da supracitada comunidade. Os relatos coletados através de entrevista com as famílias que foram contemplados com as cisternas de placas trouxeram informações sobre o antes e depois das cisternas. Embora as cisternas de placas não ponham fim ao problema hídrico da região esse recurso pode facilitar a vida para diversas famílias beneficiadas na convivência com o semiárido.

Palavras-chave: Semiárido; Tecnologia social; Cisterna de placa.

RESUMEN OU ABSTRACT

The semi-arid northeast is a region that presents high temperatures, fluctuations in rainfall, intermittent rivers, low air humidity and long periods of drought. These elements together demonstrate how much the region needs support to cope with natural climate phenomena, such as drought. To resolve climatic and natural effects, since the end of the 19th century and, above all, from the second half of the 20th century, there was an impulse to insert public policies in the region. Among these, plate cisterns have contributed significantly as an alternative to mitigating the impacts of droughts, ensuring the continuity of life for country people, especially in rural communities. This social technology allows water to be stored in times of prolonged drought. The present work analyzed how the implementation of plate cisterns installed in the municipality of Limoeiro do Norte-CE, in the Croatá community, brought transformations in the lifestyle of local residents. To support the research, we used scientific articles, magazines and institutional websites, with the main theme being the semi-arid region, social technologies and public policies and household cisterns. Together, a semi-structured interview was carried out with family farmers from the aforementioned community. The reports collected through interviews with families who received the plate cisterns provided information about the before and

[1] Graduada em Licenciatura em Geografia da Universidade Estadual do Ceará - UECE, francisca.daniela@aluno.uece.br
[2] Profa Dra. Maria Lucenir Jerônimo Chaves, lucenir.chaves@uece.br
[3] Doutorando e Prof. Me Claudio Antônio Vieira da Silva, claudio.vieira@uece.br

after of the cisterns. Although plate cisterns do not put an end to the region's water problem, this resource can make life easier for several families who benefit from living in the semi-arid region.

Keywords: Semiarido; Social technology; Plate cistern.

INTRODUÇÃO

No Nordeste brasileiro, mais especificamente, voltando-se para o semiárido, quando se faz um direcionamento em torno da questão hídrica, o que mais encontramos são discursos que apresentam uma região marcada por fortes secas que atingem a população. Como os índices de pluviosidade são baixos e irregulares, esse fenômeno pode ocorrer com maior frequência em nosso local.

Registros datados desde o século XVI trazem a seca como um fenômeno climático natural, sendo recorrente no semiárido brasileiro. Apesar de ser uma realidade, a visão preconizada revela que precisamos discutir cada vez mais sobre as peculiaridades em torno de nossa localização, para que certos estereótipos não sejam mais utilizados.

O conjunto de características climáticas da nossa região determina quais áreas são favoráveis para a sobrevivência das famílias. De acordo com Matos (2010) o Nordeste concentra, aproximadamente:

> 30% da população do país em cerca de 20% da extensão territorial brasileira onde a região tem cerca de 56,7 milhões de habitantes, distribuídos ao longo de 1,6 milhão de km². Verifica-se que o Nordeste ainda retém parte significativa de sua população em áreas rurais (MATOS, 2010 p. 92).

A população das regiões semiáridas busca coexistir com esse fenômeno chamado seca, que além da escassez de água, acompanha também outras calamidades, como por exemplo, a fome. Como forma de tentar garantir a comodidade social da população local, o governo passa a criar políticas públicas como ferramentas de atuação para resolução de problema.

Nessa perspectiva, surgiu um conjunto de iniciativas empreendidas em parceria entre organizações da sociedade civil, congregadas na Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA), órgãos dos governos municipais, dos estaduais e dos federais, das organizações de cooperação internacional, das instituições públicas e das privadas, como alerta Conti (2013):

> "vêm contribuindo significativamente na implementação de ações, como o programa Um milhão de cisternas (P1MC) e outras, que garantem maior autonomia aos sertanejos e sertanejas na convivência com o semiárido". (CONTI, 2013, p. 18).

A cisterna de placa foi criada por um pedreiro que havia trabalhado no Estado de São Paulo na construção de piscinas pré-moldadas. Ao retornar para seu município natal, em

Sergipe, Simão Dias, pedreiro (conhecido como Nel) realizou a construção de uma cisterna para captar a água das chuvas, por meio de calhas instaladas nos telhados, e, armazenar em seu interior para o uso durante o período das secas. A técnica tornou-se conhecida, e, desde então diversas adaptações, ao modelo da primeira cisterna, foram realizadas (GUALDANI, FERNÁNDEZ e GUILLÉN, 2015, p 75).

Com o objetivo analisar o surgimento das cisternas de placas e as mudanças proporcionadas na vida das famílias agricultoras da comunidade Croatá (Limoeiro do Norte - CE). Além disso, é importante compreender o surgimento da política pública cisterna de placa como tecnologia social para o semiárido nordestino e caracterizar o perfil desses moradores.

Ao longo dos anos, ao observar a comunidade do Croatá, podemos acompanhar, as transformações pelas quais ela passou, sendo a implementação de cisternas de grande significância. Após uma conversa entre familiares, relembrando os tempos de que era preciso buscar água nos tanques de pedras naturais e comparando aos dias atuais, em que não é mais necessário realizar tanto esforço para se ter acesso a ela, surgiu a necessidade de compreender como a cisterna modificou a qualidade de vida dos moradores locais no Croatá.

METODOLOGIA

Para fundamentar a pesquisa recorremos a artigos científicos, revistas eletrônicas e sites de órgãos oficiais, tendo como tema principal, semiárido, tecnologias sociais e políticas públicas e cisternas domiciliares.

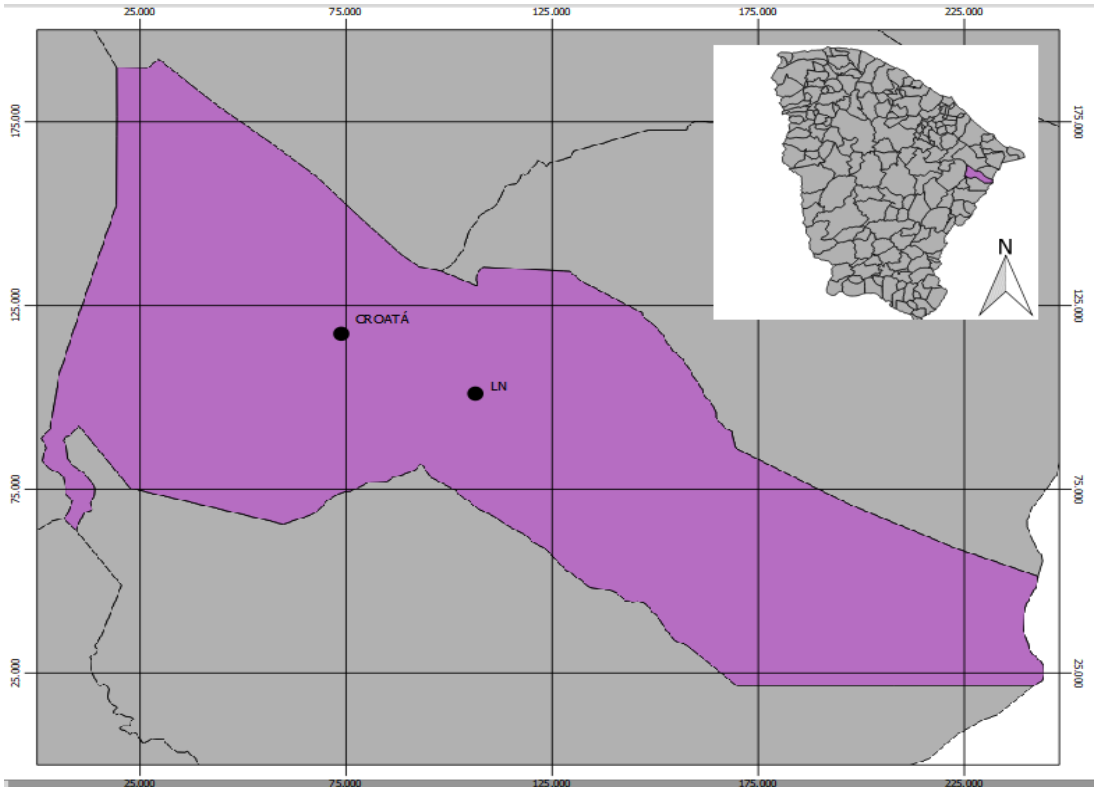
Em nossa busca nos embasamos em trabalhos de MALVEZZI (2007), CONTI (2013), BAPTISTA e CAMPOS (2013) NUNES e SILVA (2020), que tratavam sobre o semiárido; SOUZA (2003), RUA (2009), CAMPOS (2014), estudando sobre políticas públicas para o semiárido e a respeito da cisterna de placa LEAL (2016), GUALDANI, FERNÁNDEZ e GUILLÉN (2015) CARVALHO (2017).

Os quais abordam em seus textos a importância do saber conviver com a seca no semiárido. Também visitamos sites que serviram como norteadores para entender como foi o processo de início do programa um milhão de cisternas (P1MC). No segundo momento pensamos em uma entrevista semiestruturada realizada com os agricultores familiares da comunidade. Em conjunto, o trabalho de campo teve o objetivo de realizar as entrevistas, bem como, fazer os registros fotográficos do local, dos entrevistados e suas cisternas.

As atividades de campo foram realizadas nos dias 16 e 30 de abril de 2023. Na oportunidade, foi realizado 08 entrevistas, seguindo um planejamento prévio de doze questões semiestruturadas. Por meio da aplicação da entrevista com os sujeitos locais, foi possível

obter informações sobre: a instalação das cisternas no local, participação da comunidade para com o projeto um milhão de cisternas (P1MC), como era o acesso à água antes e depois das cisternas.

Figura 1. Ilustração da localização da área de estudo



Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

As entrevistas duraram cerca de 20 minutos, foram realizadas em sua maioria pelos proprietários das casas em conjunto com a colaboração de cônjuges, com diferentes idades sendo elas de 41 a 65 anos e com profissões como a de agricultor e pedreiros que estão na comunidade desde o seu nascimento ou que foram morar lá após se casarem. Além de obter a opinião sobre o antes e depois da implementação das cisternas. Todas as falas foram gravadas para posterior transcrição.

REFERENCIAL TEÓRICO

A questão da irregularidade da água e das chuvas, cada vez mais, passou a fazer parte dos debates sobre o semiárido e a requerer bastante a atenção por parte dos governos. Durante a década de 1990, com uma mudança no paradigma da seca no Nordeste, o sertanejo começou a ser ouvido, o saber popular, a valorização da cultura, as potencialidades dos

processos sociais ganharam reconhecimento, dando mais atenção para outras questões associadas às necessidades da população local. Essas mudanças para Carvalho *et* al. (2016):

> Transforma os agricultores em agentes integrantes do processo de desenvolvimento regional, uma vez que seus saberes tradicionais os transformaram em sujeitos ativos nos processos de formulação e execução das políticas públicas direcionadas para o semiárido (CARVALHO *et* al., 2016, p. 4).

Com isso, os agricultores familiares desempenharam um papel importante na questão do semiárido, passando a ser protagonistas na construção e na idealização de políticas públicas.

Com a intervenção de diversos atores governamentais e não governamentais na opinião de Baptista e Campos (2013) gera-se *"Outra concepção de ver, trabalhar e construir o semiárido, baseada na compreensão que seu povo é cidadão; que seca não se combate; que é possível conviver com a semiaridez; que a região é viável"* (BAPTISTA e CAMPOS, 20013, p. 52).

A região semiárida apresenta potencialidades a ser explorada, para isso é necessário, primeiro, suprir algumas demandas que, há muito tempo, assola a região. O direito a ter acesso à água é de fundamental importância e precisa ser garantido e assegurado por todos. Esse é um dos maiores desafios vivenciados pelas famílias das comunidades sertanejas, que passa a ser enfrentado através de uma tecnologia social, a cisterna de placa, que vem sendo difundida no Nordeste brasileiro e em outras regiões, como em casos mais afastados na região norte de Minas Gerais, que apresentam características climáticas semelhantes.

De acordo com Malvezzi (2007):

> [...] há déficit hídrico. Mas essa expressão não significa falta de chuva ou de água. O grande problema é que a chuva que cai é menor do que a água que evapora. No Semiárido brasileiro, a evaporação é de 3.000 mm/ano, três vezes maior do que a precipitação. Logo, o jeito de agasalhar a água de chuva é fundamental para aproveitá-la. (MALVEZZI, 2007, p 10).

O autor citado, ainda afirma que, o segredo da convivência está em compreender como o clima funciona e adequar-se a ele. Não se trata mais de "acabar com a seca", mas de adaptar-se de forma inteligente. É nesse contexto que surge às cisternas de placas, com uma tecnologia social simples e eficiente, que ajuda a população local a estocar a água da chuva e que vem causando impactos, em curto prazo ou de imediato, na qualidade de vida das famílias que antes sofriam para ter acesso à água tratada/potável e fazendo com que tenham uma autonomia em suas relações sociais.

As tecnologias sociais, atualmente, estão muito difundidas no semiárido, associadas à uma nova concepção de convivência com a seca. As cisternas de placas surgiram, como exemplo desse tipo de ferramenta, para a captação de água para beber e cozinhar devido à questão potável da água.

Figura 2. Cisterna de placa ao lado de uma casa na comunidade do Croatá

Foto: Daniela Mendes, 2023

As cisternas de placa possuem capacidade para 16 mil litros de água ou mais e são reservatórios cilíndricos construídos com placas de cimento, anéis de concreto, tela, alambrado, dentre e outros tipos de materiais. Elas são construídas nas proximidades da residência do/a beneficiário/a para facilitar a logística da água, em especial, para o uso doméstico.

Figura 3. Cisterna de placas próximo das residências

Fonte: A autora, 2023

Figura 4. Cisterna de placa usada pelos moradores da comunidade do Croatá

Fonte: A autora, 2023

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os períodos de estiagem trazem alguns transtornos para os moradores do semiárido, o fenômeno da seca já é conhecido há muitos anos, assim como alguns programas desenvolvidos pelo governo para tentar aliviar ou solucionar as problemáticas que ela traz.

Antes da chegada de políticas públicas ao local, com a construção das cisternas de placas, por exemplo, a população no local costumava utilizar as águas de uma Lagoa localizada nas proximidades. A água da lagoa era de uso compartilhado entre o abastecimento humano, a pequena agricultura e o uso doméstico e animal. Em períodos de seca e/ou estiagem severas, ocorria o risco de desabastecimento, o que trazia insegurança para o desenvolvimento no local.

Figura 5. Lagoa utilizada para abastecimento antes da instalação das cisternas de placa na comunidade do Croatá

Fonte: A autora, 2023

Sendo assim, diversos são os meios para se conviver na região semiárida nordestina foram estudados e implantados, incluindo as cisternas de placa de 16 mil litros, garantindo o abastecimento de água e um impacto positivo na qualidade da melhoria de vida dos moradores.

Moram na comunidade em questão 13 famílias, que na sua maioria vivem da agricultura como principal meio de sobrevivência. Quanto à organização espacial, são equipamentos importantes na vida dos moradores: igreja evangélica, nomeada Assembleia de Deus. Templo Central, a Escola Santo André, que está desativada de suas funções originais, mas, atualmente serve à comunidade como ponto de encontro para ações sociais da Prefeitura Municipal de Limoeiro do Norte, a exemplos de campanhas de vacinação, casa de sementes, reuniões de e com agricultores, entre outras ações.

Figura 6. Imagem via satélite da comunidade do Croatá

Fonte: Google Earth. Acesso em novembro de 2023.

Os relatos coletados através de entrevista semiestruturada com representantes das famílias que foram contemplados com as cisternas de placas fazem parte segundo Manzini (2004) de umas coletas de dados que se

> [...] insere em um espectro conceitual maior que é a interação propriamente dita que se dá no momento da coleta. Nesse sentido, para nós, a entrevista pode ser concebida como um processo de interação social, verbal e não verbal, que ocorre face a face, entre um pesquisador, que tem um objetivo previamente definido, e um entrevistado que, supostamente, possui a informação que possibilita estudar o fenômeno em pauta, e cuja mediação ocorre, principalmente, por meio da linguagem (MANZINI, 2004, p 9).

Das famílias entrevistadas muitas não se recordavam ao certo de que programa participou. E como em algumas cisternas, as placas informativas não estavam mais em seu lugar de origem, a informação passou a ser confirmada através de uma representante da

Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte que trabalhou na implementação do projeto na época.

Figura 7. Cisterna de placa na comunidade do Croatá

Fonte: A autora, 2023

Apesar de não morar na comunidade, todos a conhecem e alguns ainda mantém contato com ela. Então, através de algumas conversas via *whatsapp* confirmamos o passo a passo do projeto e que algumas das cisternas foram partes do P1MC.

No caso em questão, alguns moradores da comunidade já são aposentados, outros, ainda praticam o uso da agricultura de subsistência[4]. Como os mesmos já enfrentaram muitos desafios no passado, devido ao acesso limitado ao uso da água, a comunidade pode, assim, ser participante do programa, por corresponder aos critérios pré-estabelecidos.

Por meio das respostas dos moradores, pode-se observar que, antes da implantação das cisternas de placa, a água do qual se faziam uso para beber e cozinhar, como também para a higienização, era uma água de baixa qualidade, em que os mesmos a retiravam de um tanque natural de pedras. Os moradores comentaram que para ter o acesso a água era preciso fazer várias caminhadas ao amanhecer para já deixar a casa abastecida de água. Eles também

[4] O termo Agricultura de subsistência é um tipo de agricultura que tem como principal objetivo a produção de alimentos para garantir a sobrevivência do agricultor, da sua família e da comunidade em que está inserido.

mencionam o fato de que era possível notar a presença de poluentes, como também uma cor e cheiro duvidosos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista que esse é o objetivo principal das cisternas, garantir a conservação da água, para que se possa ser consumida com qualidade. Mesmo que, diversas famílias afirmem que a destinem para outras finalidades como, higiene pessoal e do lar. E, mesmo que não costuma fazer o tratamento adequado, o objetivo originário continua sendo mantido.

O programa, realmente, possui grande importância para as famílias residentes na comunidade, sua serventia é comprovada no dia a dia dos habitantes que tiveram sua rotina modificada com a chegada desta tecnologia.

As cisternas possibilitaram o fato de permanecer vivendo no seu lugar de origem, com direito a água e a alimentação de qualidade. Garantiu também, acesso a isso a qualquer momento, visto que, essa tecnologia era fixada bem ao lado das casas, sem ter de carregar o peso de vários litros de água, que nem ao menos era potável, e, que se tornava doloroso e cansativo, como descrito por todos os entrevistados. Ou seja, a comunidade passou a ter o direito à segurança social e a ganhar mais valor quanto ser humano, porque o acesso à água de qualidade é essencial para saúde, bem-estar e ajudar na questão do desenvolvimento sustentável, favorecendo, assim, aspectos econômicos, sociais e ambientais, indispensáveis para o progresso da população.

A mesma possui uma boa aceitação de uso dentre os moradores, tanto que sua eficácia é propagada por todas as comunidades circunvizinhas. Ao se pensar em construir uma nova residência o espaço para instalar a cisterna já é incluído na obra. Isso demonstra que sua eficiência tem um impacto social expressivo, tendo em vista que, as elas, reduzem de forma significativa as dificuldades sentidas pelas famílias, que antes sofriam com a escassez de água.

Dessa forma, por mais que as cisternas de placas não ponham fim ao problema hídrico da região e que sua eficácia dependa de vários fatores, esse recurso pode facilitar a vida para diversas famílias beneficiadas na convivência com o semiárido, fazendo com que assim, não seja mais necessário sair de seu lugar de origem atrás de melhores condições de vida.

O programa que implantou as cisternas de placas alcançou o seu objetivo principal, garantir o acesso à água de qualidade às famílias, tornando-as autônomas; mostrou

ser possível viver e desenvolver, economicamente, no semiárido, devolvendo o direito à cidadania e a dignidade.

REFERÊNCIAS

ASA BRASIL**. Fórum de convivência com o Semiárido do Vale do Jaguaribe discute potencial político das tecnologias sociais**. Disponível em https://www.asabrasil.org.br/noticias?artigo_id=10496 Acesso em 16/01/23.

Baptista, N. de Q.; Campos, C. H. 2013. A convivência com o semiárido e suas potencialidades. In: CONTI, Irio Luiz; Schroeder, Edni Oscar (Org.). **Convivência com o Semiárido Brasileiro: Autonomia e Protagonismo Social**. Brasília: IABS, p. 52.

CAMPOS. José Nilson B. **Secas e políticas públicas no semiárido: ideias, pensadores e períodos.** Estudos avançados. 2014. P 65.

Carvalho, Ronaldo Valentim. Lima, Francisca Elizonete de Souza. Silva, Rafael Pereira. **O programa um milhão de cisternas (P1MC): uma alternativa de convivência com o semiárido na comunidade agreste de baixo – são miguel/rn.** Caminhos de Geografia Uberlândia v. 18, n. 61 Março/2017 p. 4.

CONTI, Irio, Luiz. Introdução A convivência com o semiárido e suas potencialidades. In: CONTI, Irio Luiz; Schroeder, Edni Oscar (Org.). **Convivência com o Semiárido Brasileiro: Autonomia e Protagonismo Social**. Brasília: IABS, 2013. V.1. p18.

GUALDANI, Carla, FERNÁNDEZ Luz e GUILLÉN Maria Luísa. **Convivência com o semiárido brasileiro: reaplicando saberes através de tecnologias sociais**. Instituto brasileiro de desenvolvimento e sustentabilidade – IABS/ editora IABS, BRASÍLIA-DF, BRASIL - 2015. p 75.

LEAL, Adriana Karla Tavares Batista Nunes. Et al. **As variedades de cisternas de placa utilizadas no semiárido.** Revista Brasileira de Geografia Física v.09, n.04.2016 p1271.
MALVEZZI, Roberto. Semi-árido - uma visão holística. – Brasília: Confea, 2007.

MATOS, Getúlio Alves de Souza. **Panorama socioeconômico do Nordeste: Evolução e perspectivas**. P.92. 2010. Disponível em: file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/Panorama%20Socioecon%C3%B4mico%20do%20Nordeste%20-%20Evolu%C3%A7%C3%A3o%20e%20Perspectivas.pdf Acesso em 15/04/23.

NUNES, M. G. P.; SILVA, C. N. M. da. **Nordeste brasileiro: um olhar sobre o semiárido e a convivência com a seca**. GEOTemas -ISSN: 2236-255X -Pau dos Ferros, RN, Brasil, v. 10, n. 3, p. 148-160,set./dez. 2020.

RUA, Maria das Graças. **Políticas públicas**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, p. 19. 2009.

SOUZA. Celina. **Políticas públicas: questões temáticas e de pesquisa.** Caderno CRH, Salvador, n 39, p 11-24 ,2003.

OS IMPACTOS NAS (DES)ARTICULAÇÕES DO MERCADO INSTITUCIONAL PARA A AGRICULTURA FAMILIAR DO ASSENTAMENTO PADRE TRINDADE EM VARGEM GRANDE – MA

Caroline Frazão Almeida[1]

Jéssica Neves Mendes[2]

Igor Breno Barbosa de Sousa[3]

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar e compreender como as mudanças do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) impactam na comercialização dos agricultores familiares no assentamento Padre Trindade em Vargem Grande, estado do Maranhão. Desde sua implementação e estrutura, o PAA passou por diversas mudanças, e entre seus anos de operações ajuda a beneficiar famílias dando a elas uma oportunidade de renda e fortalecendo a agricultura familiar. Nesse cenário, foram criados diversos programas do governo federal numa perspectiva territorial, priorizando territórios concentrados com pobreza rural. Programas como o PAA, trazem uma junção da sociedade com intuições públicas e gestores políticos, além de promover o acesso à alimentação e o incentivo da agricultura familiar.

Palavras-chave: Agricultura Familiar, PAA, Padre Trindade, Vargem Grande.

ABSTRACT

This research aims to analyze and understand how the changes of the Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) impact on the commercialization of family farmers in the Padre Trindade settlement in Vargem Grande, Maranhão state. Since its implementation and structure, the PAA has undergone several changes, and between its years of operations helps to benefit families by giving them an opportunity for income and strengthening family farming. In this scenario, several federal government programs were created from a territorial perspective, prioritizing concentrated territories with rural poverty. Programs such as the PAA, bring a junction of society with public intuitions and political managers, in addition to promoting access to food and the encouragement of family farming.

Keywords: Family Farming, PAA, Padre Trindade, Vargem Grande

INTRODUÇÃO

Em face do cenário rural maranhense, o desenvolvimento do capital se expressa na dinâmica socioespacial das fronteiras agrícolas, expandindo-se pelo agronegócio e incorporando novas áreas de (re)produção social e econômica que demandam as diversas

[1] Graduanda do Curso de Geografia da Universidade Estadual do Maranhão - MA, carolinealmeida08270@gmail.com.
[2] Doutoranda do Curso de Geografia da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - SP, jessica.n.mendes@unesp.br.
[3] Doutorando do Curso de Geografia da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - SP, igor.breno@unesp.br.

contradições das áreas de regionalização. Assim, novas relações de trabalhos são criadas em torno da unidade de produção capitalista e, ao mesmo tempo, desterritorializa famílias camponesas que, ao longo tempo, tentam se estruturar por meio de assentamentos rurais, levando em consideração ações, distanciamento econômico e social entre a agricultura familiar e o agronegócio.

Na década de 1990 houve dois grandes debates no Brasil. O primeiro teve como questões centrais o combate à fome e a garantia da segurança alimentar e nutricional da população brasileira. O segundo debate foi dirigido ao reconhecimento da agricultura familiar como categoria social pelas políticas governamentais.

Segundo Schneider (2003), discursos em defesa da agricultura familiar e o estabelecimento de algumas políticas públicas direcionadas a essa categoria de produtores rurais ganharam destaque, todos infundidos de argumentos que buscavam mostrar a importância desta categoria social, tanto para a sociedade – por ser a produtora e fornecedora de alimentos – como também para a economia do país e, principalmente, pela importância social que esta detém como grande absorvedora de mão-de-obra rural.

A ênfase às políticas públicas passa a ser intensificada com a criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), que tem intensificado a necessidade do enfoque territorial, a partir do entendimento que o espaço rural adquiriu um caráter cada vez mais multidimensional, ou seja, pluriativo e menos setorial, o que seria essencialmente agrícola (Oliveira, 2010).

Dentre esses conhecimentos nos diferentes territórios visando novas dinâmicas de desenvolvimento, e gerar novas oportunidades à população dos territórios rurais, foram criados programas como: o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT), Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) , Territórios da Cidadania, Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CONSAD) , Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), entre outros.

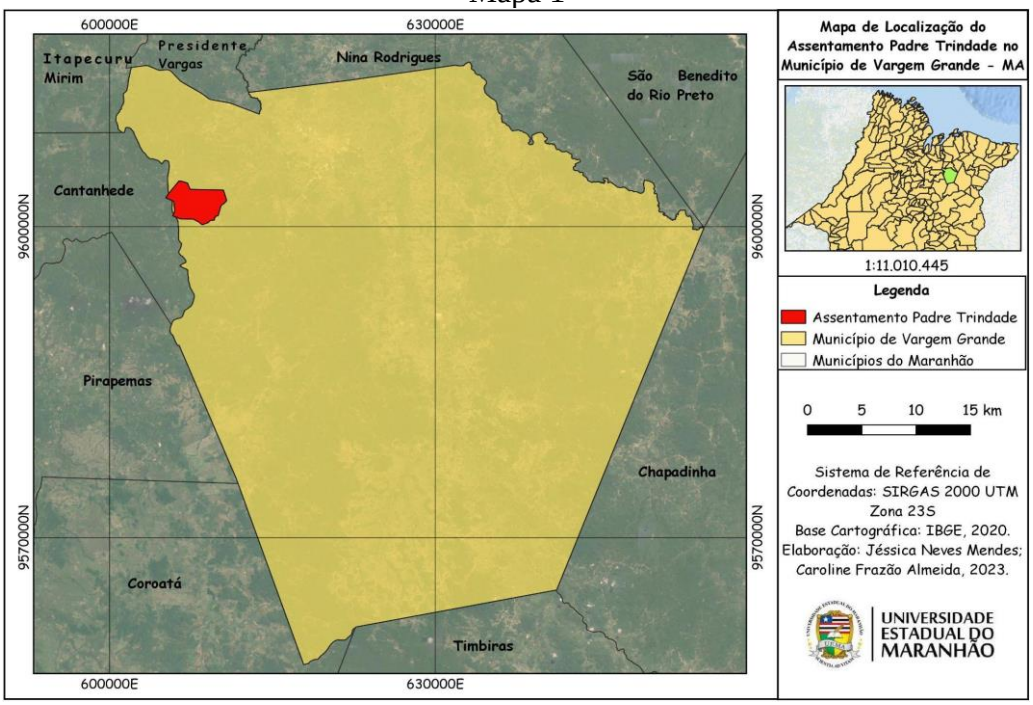
Concebido para garantir segurança alimentar e alavancar a agricultura familiar, o PAA , tem sido uma das principais políticas públicas de incentivo a agricultora familiar. Em suas especificações possuem compra de alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitação e os destina às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional. Dessa forma, esta pesquisa tem como objetivo analisar os impactos das mudanças normativas nas políticas institucionais do PAA no assentamento rural Padre Trindade em Vargem Grande, estado do Maranhão.

O assentamento Padre Trindade está localizado no município de Vargem Grande, no Maranhão (figura 1), que está localizado a mesorregião norte do estado e na microrregião de Itapecuru Mirim (Mapa 1). De acordo com o Censo do IBGE (2010), Vargem Grande apresentava 49.412 habitantes, sendo as principais atividades econômicas do município: agropecuária, indústria, setor de serviços como administração pública e seguridade social. Apesar da forte produção agrícola, o município também se destaca pela pecuária de bovinos, suínos, caprinos e aves.

Figura 1 – Assentamento Padre Trindade

Fonte: Os autores.

Mapa 1



De acordo com dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) (2015), em 11 de setembro 2001 sob a Portaria nº 344, foi criado o assentamento

Padre Trindade com área total de 1432,15 ha; com um total de 50 famílias assentadas vivendo da produção agrícola e de benefícios sociais, como aposentadoria e Bolsa Família. O assentamento está aproximadamente 18 km da sede do município de Vargem Grande.

METODOLOGIA

Para a realização dessa pesquisa foi realizado levantamento bibliográfico sobre as políticas territoriais, desenvolvimento territorial como Oliveira (2010), agricultura familiar, e mercados institucionais como Hespanhol (2019), Grisa *et al*. (2010), Perin *et al*. (2021). Ademais, foi realizada coleta de dados secundários do plano de dados abertos do Governo Federal fornecidos pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome e Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) referente ao PAA no assentamento Padre Trindade em Vargem Grande.

Posteriormente foi realizado trabalho de campo, com o intuito de coletar informações sobre a composição do PAA no assentamento Padre Trindade, para compreensão os efeitos das desarticulações institucionais para aquisição de alimentos da agricultura Familiar em Vargem na perspectiva de identificar os impactos socioeconômicos para a agricultura familiar no assentamento; e compreender a dinâmica da estrutura produtiva, repasse dos alimentos.

REFERENCIAL TEÓRICO

O PAA resultou de reivindicações da sociedade civil organizada, de acadêmicos e de movimentos sociais, que exigiam políticas públicas de apoio à agricultura familiar, especialmente na década de 1990 (Grisa *et al.*, 2010). A falta de acesso regular a uma alimentação adequada por grande parte da população brasileira é um dos principais desafios enfrentados pela sociedade.

No final de janeiro de 2003, o governo federal lançou o programa Fome Zero, que visa integrar políticas emergenciais de combate à fome com políticas públicas estruturais. Entre os mais significativos estão a criação do Programa Cartão Alimentação, destinado à compra de alimentos pelas famílias mais pobres, e o PAA, com compras públicas conduzidas para a agricultura familiar. No PAA, o governo compra diretamente de produtores e cooperativas em larga escala, eliminando os atravessadores.

Concebido como ação estruturante do Programa Fome Zero, o PAA foi criado com o objetivo principal de garantir a comercialização dos produtos da agricultura

familiar e promover o acesso à alimentação adequada para pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.

A criação do PAA se deu por meio de Medida Provisória (MP) em 2003, posteriormente transformada em Lei nº 10.696 de 2 de julho de 2003. Seu funcionamento envolve diversos mecanismos de compra de produtos da agricultura familiar pelo governo federal, sendo alguns fornecidos pela Conab e outros implementados por meio de convênios criados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), com governos estaduais e municipais. Mendes, Mattos Junior e Sousa (2023) destacam que a criação do PAA teve como objetivo harmonizar diretrizes para fortalecer a agricultura familiar, combater a fome e reduzir a pobreza.

Durante os anos de atuação do PAA pela Conab, muitas famílias foram beneficiadas com a venda de seus produtos ao governo federal, recebendo garantia de renda e melhoria da qualidade de vida. O PAA possui dois públicos beneficiários: os consumidores e fornecedores de alimentos. Os *consumidores* são indivíduos em situação de insegurança alimentar e nutricional e os atendidos pela rede socioassistencial e pelos equipamentos públicos de alimentação e nutrição. Os *fornecedores* são os agricultores familiares, assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores artesanais, indígena, integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais.

Assim, os beneficiários fornecedores podem participar do programa individualmente (desde que apresente a Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP) ou por meio de suas cooperativas ou outras organizações formalmente constituídas como pessoa jurídica de direito privado, também apresentando a DAP Especial Pessoa Jurídica ou outros documentos definidos pelo Grupo Gestor do PAA.

No programa há cinco modalidades, sendo elas: Compra com Doação Simultânea, Compra Direta, Apoio a Formação de Estoques, Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite-PAA Leite e a Compra Institucional. No caso das modalidades Compra com Doação Simultânea e Formação de Estoques, há ainda as *entidades proponentes*, compostas pelas associações de produtores, cooperativas, sindicatos etc., que organizam as propostas de venda de produtos da agricultura familiar por meio do PAA.

Devido à diversidade do grupo de fornecedores, segundo Grisa *et al*. (2010), o PAA é aprendido de maneiras diversas por esse público, que diferem em termos de perfil produtivo, formas de organização social, tipos de mediadores e trajetória de

relacionamento com o Estado e políticas públicas, o que faz com que a experiência de acesso ao programa não seja vivenciada do mesmo modo pelos vários grupos. Os produtores rurais e as suas organizações poderão ter acesso a mais de uma modalidade do PAA simultaneamente, desde que atendidos os critérios estabelecidos no programa.

A Lei nº 12.512/2011, regulamentada pelo Decreto nº 7.775/2012, que promove parcerias com estados, municípios e consórcios públicos, abriu a possibilidade de execução do PAA mediante o termo de adesão. Dessa forma proporciona a ampliação do programa, com menos burocracia, além de possibilitar a realização do pagamento pela União, por intermédio do MDS, diretamente ao agricultor familiar, que os receberá por meio de um cartão bancário específico para o recebimento dos recursos do PAA.

Um dos aspectos inovadores do programa que o coloca entre as mais importantes políticas públicas de comercialização governamental, é justamente o esforço de integrar não apenas em sua concepção, mas também nos aspectos práticos de sua operacionalização, dimensões relacionadas tanto à política agrícola quanto à política de segurança alimentar e nutricional (Schmitt, 2005).

Dessa forma, o PAA torna-se um programa de grande importância para a agricultura familiar, que alia a produção de alimentos pelos agricultores ao combate à fome e promoção da segurança alimentar (Mendes; Mattos Junior; Sousa, 2023). Apesar da inovação, veremos que ao longo da sua execução, o programa passou por momentos de expansão da política, ao declínio.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Desde sua criação o PAA passou por diversas mudanças, havendo assim três períodos começando pelo período de 2003-2008 onde foram estabelecidos três decretos que regulamentaram o Art. 19 da lei de criação do PAA: os Decretos nº 4.772/2003, 5.873/2006 e 6.447/2008. Segundo período de 2009-2013, quando se tornou mais evidente a implementação do PAA, bem como o amadurecimento e a consolidação quanto às normas e às burocracias do programa nas pesquisas. E o terceiro período de 2014-2019 a execução do PAA foi marcada principalmente por uma tendência geral de queda nos recursos utilizados para o programa, especialmente nas operações da Conab (Perin *et al*, 2021).

Em 2015-2016, com a intensificação da crise política e econômica e após a reeleição da presidente Dilma Rousseff, o governo fez cortes nos investimentos públicos em diversas áreas e programas sociais, entre eles, o PAA (Hentz; Hespanhol, 2019).

Com o impeachment da presidente Dilma Rousseff e ascensão ao poder do então vice-presidente Michel Temer, cortes orçamentários do governo federal que afetaram profundamente diversas políticas sociais. Ocorreram mudanças ministeriais como a fusão do MDA e do MDS, que destinaram parcelas significativas de seus orçamentos ao programa, afetaram gravemente sua estrutura e quase impossibilitaram sua continuidade. Diante disso novas normas operacionais entraram em vigor em 2017, alterando drasticamente o funcionamento do PAA.

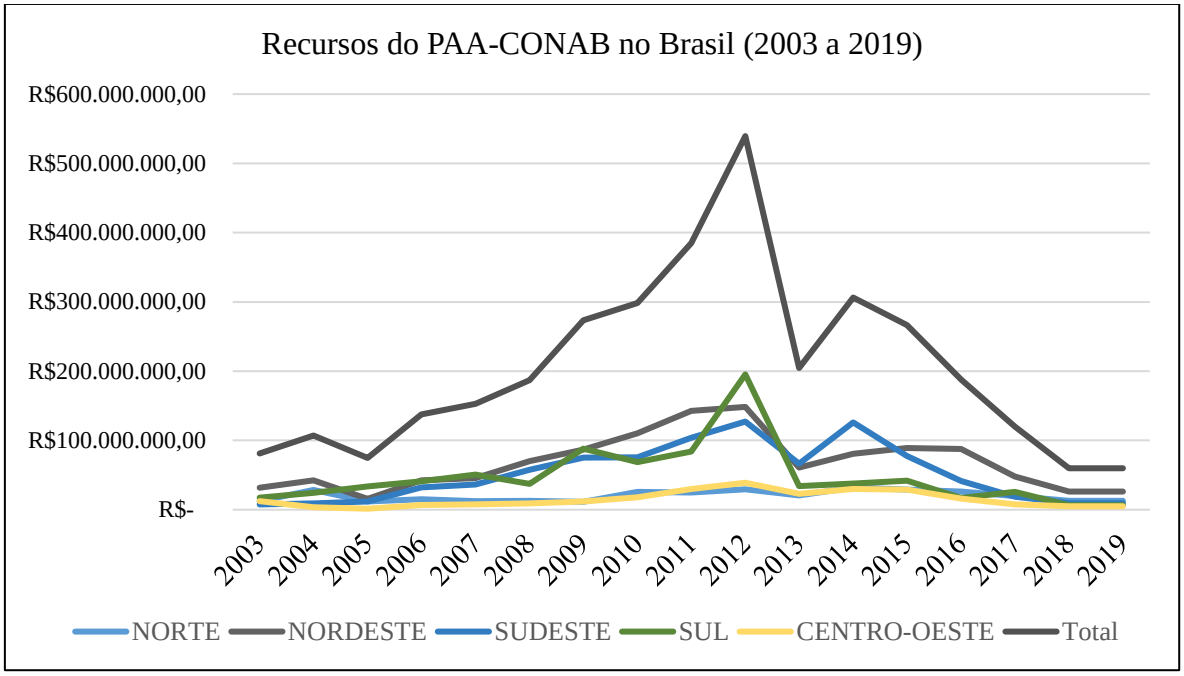
De acordo com a Conab (2017):

> Em 2017, os recursos provenientes do MDS, para a modalidade Compra com Doação Simultânea, foram distribuídos baseados na metodologia aprovada pelo Grupo Gestor do PAA (GGPAA). Essa metodologia propôs uma distribuição geográfica dos recursos para as unidades da federação sendo definida após estudos estatísticos com base em dados do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA/PNAD) e dos números de integrantes de unidades familiares detentoras de Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), utilizando também o histórico de execução do Programa nas Superintendências Regionais (Suregs) para a construção da base de dados. Foi priorizada a contratação de projetos exclusivamente de produtos orgânicos, projetos de povos e comunidades tradicionais e projetos de assentados da reforma agrária, respeitados os critérios já estabelecidos nos normativos do PAA (Conab, 2017. p. 8).

Em 2019, após assumir a presidência, Jair Bolsonaro com apenas 100 dias de governo, ocorreram mudanças que afetaram diretamente o desenvolvimento social brasileiro. Como uma das primeiras medidas, o MDS foi extinto através da fusão com as pastas de Esporte e Cultura que deu origem ao Ministério da Cidadania. O MDS em específico, foi criado no primeiro mandato do ex-presidente Lula e, até 2015, teve um papel de liderança ao ser força motriz por trás de programas sociais de sucesso como o Bolsa Família e o Minha Casa Minha Vida (Longo, 2019).

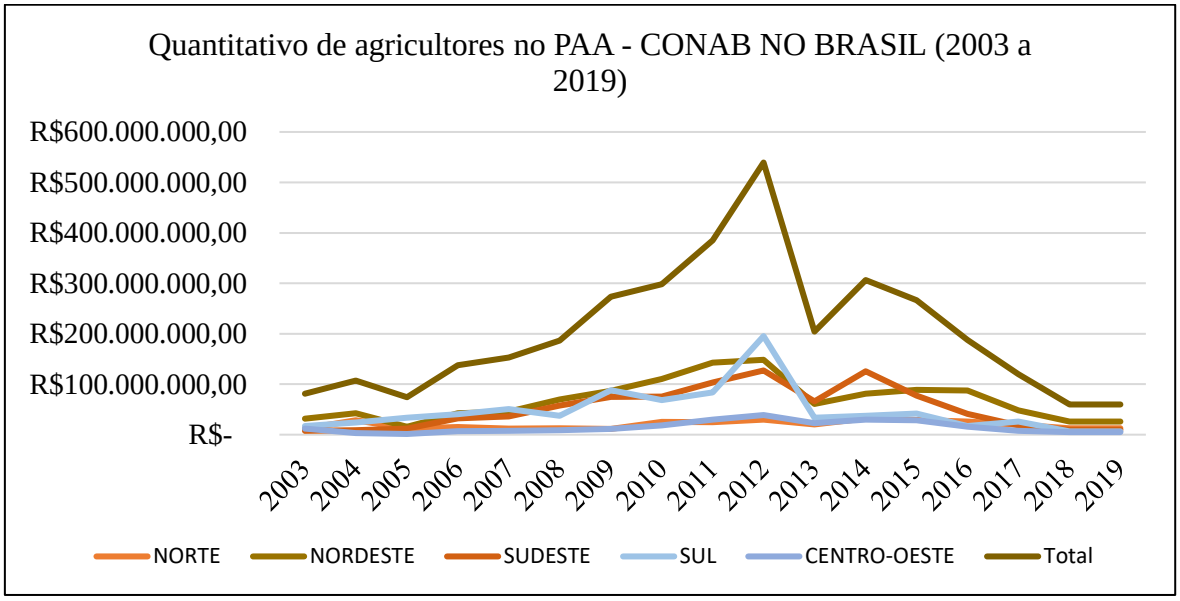
Nesse contexto, destaca-se a participação das regiões Nordeste, Sudeste e Sul no volume de recursos do PAA. Após a implementação do programa, houve uma tímida aplicação de recursos com aumento até 2012. Após esse período, o programa passou por oscilações de recursos até 2014 com recuperação e declínio. Desde 2015, o PAA-Conab vem apresentando declínio, conforme os Gráficos 1 e 2 abaixo:

Gráfico 1



Fonte: MDS, 2023.
Elaboração: Os autores.

Gráfico 2



Fonte: MDS, 2023.
Elaboração: Os autores.

Após sucessivas reformas ministeriais passaram, o Ministério da Cidadania e o Ministério da Agricultura, Pesca e Abastecimento tornaram-se as unidades governantes, bem como as principais fontes de recursos orçamentários e financeiros do programa,

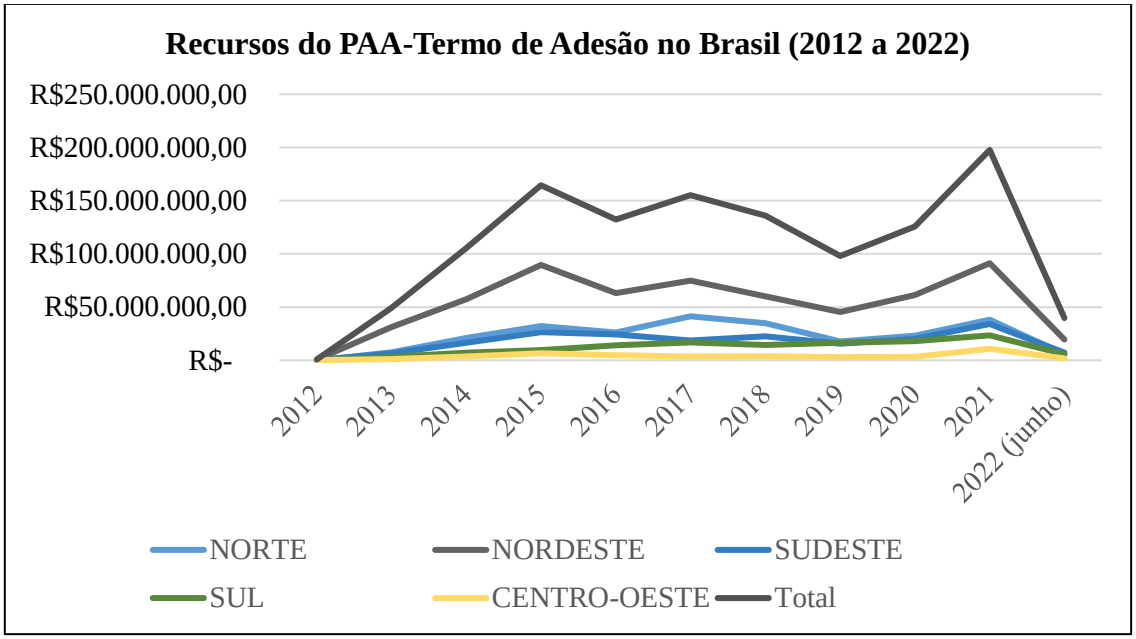
Já no primeiro mês de governo, por meio da MP nº 870, o governo de Jair Bolsonaro extinguiu o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

(Consea). O órgão, criado em 1993, durante o governo de Itamar Franco, tornou- se a principal referência no desenvolvimento de políticas de combate à fome no Brasil.

A situação do Consea impacta diretamente o PAA, visto que, é a instância de participação social que teria autoridade para tomar decisões no âmbito do Grupo Gestor do PAA. O PAA foi substituído pelo Programa Alimenta Brasil (PAB) pela Medida Provisória nº 1.061, de 9 de agosto de 2021, convertida na Lei 14.284, de 29 de dezembro de 2021.

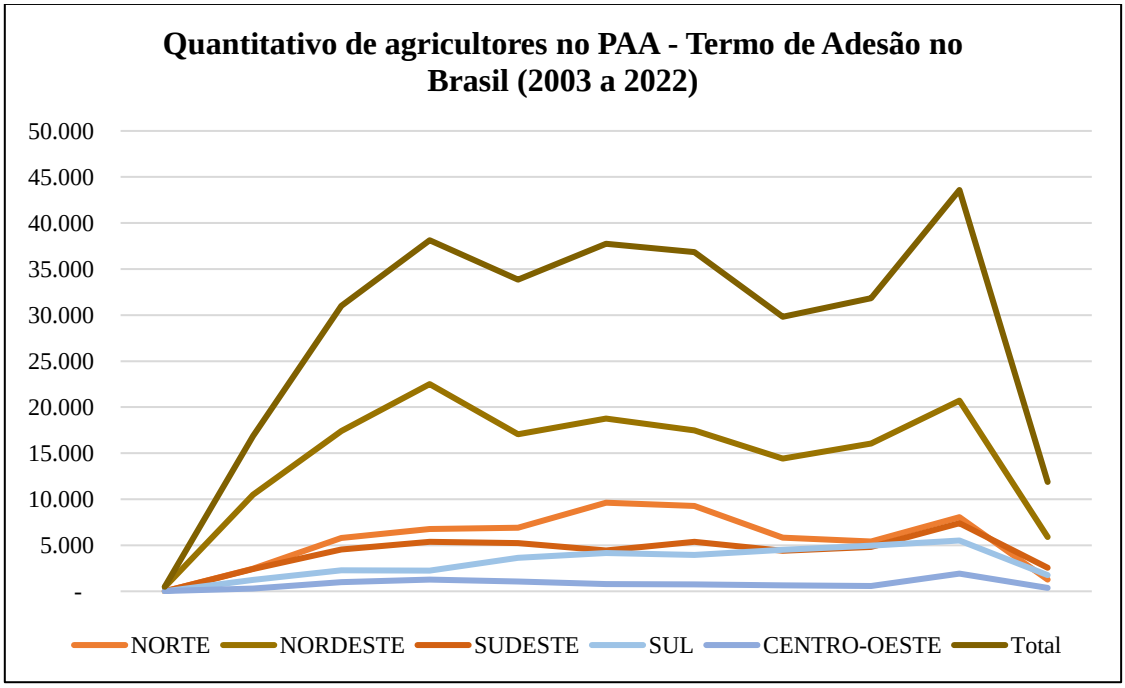
Assim como o PAA-Conab, o PAA-Termo de Adesão, cuja modalidade é implementada por meio de parceria entre o governo estadual e municipal, implementado desde 2012, também sofreu oscilações desde 2015. Ressalta-se também o período pandêmico, durante o qual houve realocação de recursos em 2020 e 2021 para produção de alimentos. No entanto, a partir de 2022, o programa volta a declinar, como registrado nos Gráficos 3 e 4.

Gráfico 3



Fonte: MDS, 2023.
Elaboração: Os autores.

Gráfico 4



Fonte: MDS, 2023.
Elaboração: Os autores.

Assim, políticas como o PAA são importantes para incentivar a produção local, porém a desarticulação da política coloca o PAA diante de incertezas quanto à sua continuidade. A implementação do PAA por meio da Conab e o termo de adesão coexistiriam em igual importância em termos do volume de recursos investidos, no qual cada modelo cumpriria seu papel: a Conab atuando no fortalecimento das organizações da agricultura familiar e o termo de adesão, na intensificação das relações no âmbito do pacto federal.

OPAA, segundo dados do MDS (2023), foi implementado em 2009. No período de 2009 a 2022, foram atendidas 08 organizações fornecedoras, 424 agricultores fornecedores dos produtos, 86 entidades recebedoras dos alimentos, 37.263 beneficiários consumidores dos alimentos fornecidos pelos agricultores, com número total de R$ 2.711.562,75 de recursos descritos no quadro abaixo:

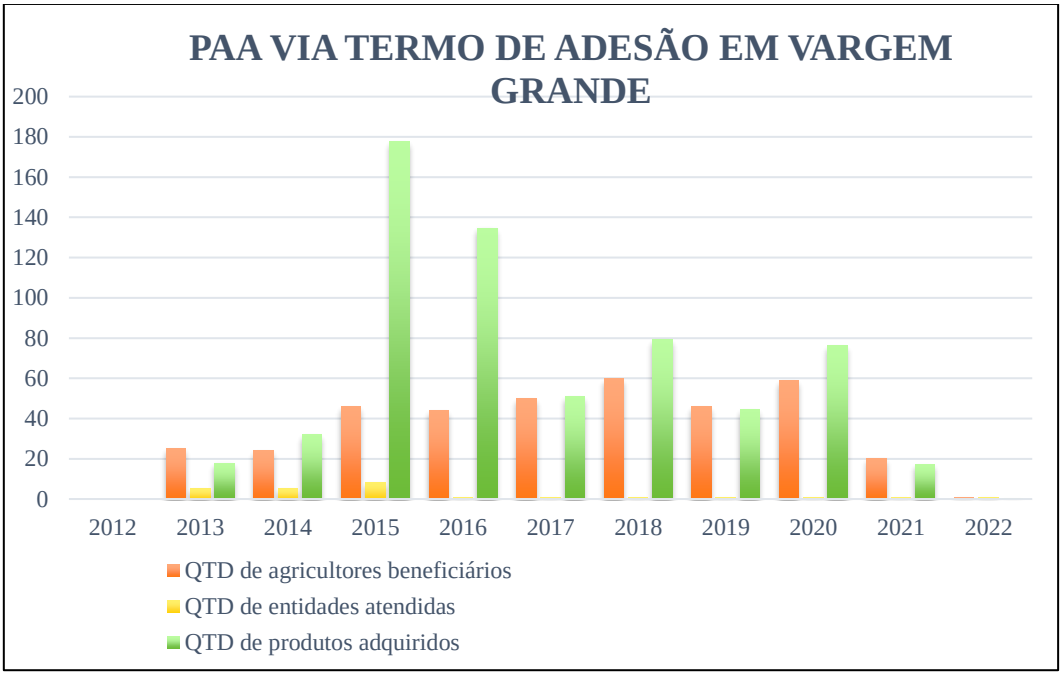
Quadro 1 – Dados do PAA-Conab em Vargem Grande

Categoria das Organizações Fornecedoras	Quantidade (KG)	Valor (R$)
Agricultores Familiares	**395.948**	R$ 1.191.801,00
Associação dos Trabalhadores do Povoado São Joaquim Da Rampa	33.381	R$ 76.500,00
Associação Comunitária do Povoado Água Branca	79.350	R$ 189.000,00
Associação Comunitária do Povoado Piqui	240.566	R$ 707.801,20
Associação dos Produtores Rurais do Povoado Caetano	14.411	R$ 58.500,00
União de Moradores do Povoado Canto dos Bois	28.240	R$ 159.999,80
Agroextrativistas	**58.032**	**R$ 439.992,43**
Cooperativa Agroextrativista dos Pequenos Produtores Rurais de Vargem Grande	58.032	R$ 439.992,43
Quilombolas	**236.585**	R$ 1.079.769,32
Associação Comunitária e Agrícola de Trabalhadores e Trabalhadoras Remanescentes de Quilombo Piqui da Rampa	160.942	R$ 759.993,22
Associação dos Agricultores Familiares Remanescentes de Quilombo do Povoado Rampa	75.643	R$ 319.776,10
Total	**690.565**	**R$ 2.711.562,75**

Fonte: MDS, 2023.
Elaboração: Os autores.

O quadro acima, mostra o o total dos produtos produzidos via PAA-Conab nos anos de 2009 a 2022. Os produtos fornecidos são: carnes, castanhas, frutas, grãos e oleaginosas, hortigranjeiros, mel, pescados e processados. Entre os anos de execução, 2017 foi o ano com maior rendimento do PAA-Conab. O PAA por termo de adesão em Vargem Grande foi implantado em 2013, recebeu o maior número de agricultores fornecedores do programa em 2018, sendo 2015 e 2016 os anos em que mais produtos foram fornecidos ao PAA, conforme mostra o Gráfico 5.

Gráfico 5



Fonte: MDS, 2023.
Elaboração: Os autores.

Notam-se oscilações no programa, que são causadas pelo contexto político do Brasil, no qual, devido há anos de investimento na integração de políticas para a agricultura familiar, desde 2016 os programas sociais sofreram cortes e posterior desarticulação. Em 2020, o PAA recuperou destaque durante a pandemia, mas depois sofreu novos cortes, tanto que em 2022 praticamente não houve execução do programa. Conforme Mendes (2021):

> Dessa forma, políticas como PAA são importantes para o incentivo à produção local, entretanto, os próprios arranjos institucionais regulamentados pelo Estado que criam formas de ingressar o pequeno produtor no mercado, desarticulam a política diante do capital, colocando o PAA diante de incertezas, políticas estas que se tornaram importantes para a geração de renda em municípios com altas taxas de pobreza, cuja economia depende da arrecadação de recursos de programas sociais (Mendes, 2021. p. 92).

Além das oscilações de recursos, que posteriormente afetaram a produção, outro problema constante é a questão logística que dificulta o transporte dos alimentos para os mercados institucionais e outros circuitos curtos de comercialização. Além do fator distância do assentamento ao centro urbano de Vargem Grande, as estradas de acesso ao assentamento, são irregulares, e durante o período chuvoso é praticamente difícil o deslocamento para o assentamento, como demonstra a Figura 2.

Figura 2 – Estrada de acesso para o assentamento Padre Trindade

Fonte: Os autores.

Segundo Ximenes (2022), a secretaria de agricultura de Vargem Grande foi alertada sobre cortes orçamentários no PAA e toda a produção associada ao programa sofreu a partir de 2019, dificultando a produção de alimentos pelos agricultores, levando à perda de vínculo com o mercado institucional. Com a falta de recursos do PAA, os agricultores do assentamento Padre Trindade comercializavam seus produtos no centro urbano de Vargem Grande, como fonte de renda (Ximenes, 2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa analisou a evolução do PAA ao longo de sua trajetória, apresentou as diversas mudanças ocorridas e mostrou que o programa tornou-se gradativamente um importante canal de comercialização dos produtos da agricultura familiar, garantindo renda para os fornecedores e alimentos saudáveis e de qualidade às pessoas em situação de insegurança alimentar.

Apesar de ter ocorrido uma reestruturação em sua forma de gestão, pretendendo diminuir a burocracia e facilitar o acesso, a mudança na agenda política e institucional do governo teve forte impacto nas políticas voltadas à agricultura familiar e no PAA. Contudo, as desarticulações decorrentes da desestruturação de órgãos que sustentavam a execução do PAA, fizeram com que o programa enfrentasse incertezas quanto a sua continuidade. No entanto, com o retorno do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar e Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e

Combate à Fome, sob uma nova gestão de governo em 2023, cria-se a perspectiva de retomadas de políticas sociais que até então foram enfraquecidas.

Nesse contexto, fica evidente a fragmentação do programa, que posteriormente altera a estrutura produtiva dos agricultores, que antes ajudava a fortalecer a agricultura familiar. Assim, os agricultores do assentamento Padre Trindade convivem com incertezas quanto à implementação do programa, o que pode desacreditar o programa, já que os recursos para a execução do PAA não apresentam conformidade, portanto, os obstáculos e desafios tornam-se constantes. ou ainda maior para os agricultores.

REFERÊNCIAS

BORDO, Adilson Aparecido; SILVA, Cleide Helena Prudêncio da; NUNES, Marcelo; BARBOSA. Túlio; MIRALHA, Wagner. **As Diferentes Abordagens do Conceito de Território**. In: VI Semana de Geografia, 2005, Presidente Prudente, 2005.

BRASIL. Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. **Lei Nº 10.696, de 2 de julho de 2003**. Brasília, 02 jul. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.696.htm. Acesso em: 15 fev. 2023.

BRASIL. **Lei Nº 12.512, de 14 de outubro de 201.** Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; altera as Leis nº 10.696, de 2 de julho de 2003, 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e 11.326, de 24 de julho de 2006. Brasília, 14 out. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12512.htm. Acesso em: 13 fev. 2023.

BRASIL. **Decreto Nº 7.775, de 4 de julho de 2012**: Regulamenta o art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos, e o Capítulo III da Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e dá outras providências. Brasília, 04 jul. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7775.htm. Acesso em: 13 fev. 2023.

BRASIL. **Medida Provisória Nº 1.061, de 9 de agosto de 2021**. Brasília, 09 ago. 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/mpv/mpv1061.htm. Acesso em: 09 fev. 2023.

BRASIL. **Medida Provisória Nº 870, de 1º de janeiro de 2019.** Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos ministérios. **Diário Oficial da União**, Brasília, p. 1, 1º jan. 2019b. Seção 1. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/2019/medidaprovisoria-870-1-janeiro-2019-787588-norma-pe.html. Acesso em: 13 fev. 2023

BRASIL. **Lei Nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021**. Institui o Programa Auxílio Brasil e o Programa Alimenta Brasil; define metas para taxas de pobreza; altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993; revoga a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e dispositivos das Leis nos 10.696, de 2 de julho de 2003, 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 12.722, de 3 de outubro de 2012; e dá outras providências. Brasília, Disponível

em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14284.htm. Acesso em: 13 fev. 2023.

CONAB. **Agricultura Familiar**. 2017. Disponível em: //www.conab.gov.br/agricultura-familiar Acesso em: 08 fev. 2023.

CONAB. **Resultado das Ações da Conab em 2015**. Brasília: Conab, 2016. Disponível em: https://www.conab.gov.br/component/k2/item/download/23861_bb7b43b7ad60823f93ab70802cbe3910 Acesso em: 13 fev. 2023.

CONAB. **Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar**: Renda para quem produz e comida na mesa de quem precisa!. Disponível em: https://www.conab.gov.br/images/arquivos/agricultura_familiar/Cartilha_PAA.pdf. Acesso em: 15 fev. 2023.

CONAB. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Dados referentes ao Programa de Aquisição de Alimentos em Vargem Grande. Brasília: MDS, 2023.** [Informações obtidas através do Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-sic)].

HENTZ, Carla.; HESPANHOL, Rosangela Aparecida de Medeiros. O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA: a evolução de uma política pública múltipla. **Revista Geosul,** Florianópolis, v. 34, n. 72, p. 415-434, mai./jago. 2019. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/1982-5153.2019v34n72p415. Acesso em: 19 fev. 2023.

HESPANHOL, A. N. A adoção da abordagem territorial nas políticas de desenvolvimento rural. In: MARAFON, G. J.; CHELOTTI, M. C.; PESSÔA, V. L. S. (Orgs). **Temas em Geografia Rural**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2019. p. 349-366.

GRISA, Catia. *et al.* O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em perspectiva: apontamentos e questões para o debate. **Revista Retratos de Assentamentos**, n. 13, p. 137-170, 2010. Disponível em: http://www.ufrgs.br/pgdr/publicacoes/producaotextual/catia-grisa/grisa-catia-schmitt-claudia-mattei-lauro-maluf-renato-leite-sergio-o-programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa-em-perspectiva-apontamentos-e-questoes-para-o-debate-retratos-de-assentamentos-v-13-p-137-170-2011. Acesso em: 13 fev. 2023.

INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Relatório dos Assentamentos da Superintendência Regional do Maranhão. Disponível em: https://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php Acesso em: 14 fev. 2023.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. Censo Demográfico. Séries Temporais (1991-2010). Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/series-temporais/series-temporais/. Acesso em: 21 fev. 2023.

LONGO, Ivan. 100 dias, 10 medidas e a destruição do desenvolvimento social do Brasil. **Nos 100 dias do governo Jair Bolsonaro, Fórum lista 100 medidas que**

mostram o desmonte promovido no Estado brasileiro; confira os retrocessos no âmbito do desenvolvimento social, [*s. l.*], 10 abr. 2019. Disponível em: https://revistaforum.com.br/politica/2019/4/10/100-dias-10-medidas-destruio-do-desenvolvimento-social-do-brasil-54843.html. Acesso em: 11 fev. 2023.

MENDES, Jéssica Neves; MATTOS JUNIOR, José Sampaio de; SOUSA, Igor Breno Barbosa de. ESTADO E AGRICULTURA FAMILIAR: os avanços e os retrocessos nas articulações do Programa de Aquisição de Alimentos de 2015 a 2020 no município de São Luís – MA – Brasil. **Ensaios de Geografia**. Niterói, vol. 10, nº 22, pp. 105-125, setembro-dezembro, 2023.

MENDES, Jéssica Neves. Das (im)possibilidades do mercado institucional para agricultura familiar: análise do Programa de Aquisição de Alimentos no assentamento rural Cinturão Verde no município de São Luís – MA, de 2014 a 2020. São Luís, 2021. 184 f Dissertação (Mestrado) – Curso de Desenvolvimento Socioespacial e Regional, Universidade Estadual do Maranhão, 2021.

OLIVEIRA, Adriano Rodrigues de. **O associativismo na região do Pontal do Paranapanema-SP:** limites e possibilidades para o desenvolvimento rural. 2010. 209 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade Ciências e Tecnologia, 2010. Disponível em: http://hdl.handle.net/11449/105066. Acesso em: 13 fev. 2023.
PERIN, Gabriel; ALMEIDA, Ana Flávia Cordeiro de; SPÍNOLA, Paulo Asafe Campos; PELLA, Antônio Fernando Costa; SAMBUICHI, Regina Helena Rosa. **A EVOLUÇÃO DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA)**: uma análise da sua trajetória de implementação, benefícios e desafios. Rio de Janeiro: Ipea, 2021. 113 p. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10824/1/td_2691.pdf. Acesso em: 13 fev. 2023.

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociai**s, v. 18, n. 51, p. 99-121, 2003. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n51/15988. Acesso em: 13 fev. 2023.

SCHMITT, Claudia Job. Aquisição de alimentos da agricultura familiar: Integração entre política agrícola e segurança alimentar e nutricional. **Revista de Política Agrícola**, n. 2, p.78-88, 2005.

XIMENES, Thales de Sá. **As Estratégias do Mercado Institucional para os Assentamentos Rurais Vinculados à Rede Mandioca**: o caso do assentamento rural Padre Trindade no município de Vargem Grande - MA. São Luís, 2022. 26 p.

A CEAGESP DO EXTREMO OESTE DO ESTADO DE SÃO PAULO COMO AGENTE INTEGRANTE DO CIRCUITO ESPACIAL PRODUTIVO HORTIFRUTÍCOLA

Larissa Oliveira Dionisio[1]

Antonio Nivaldo Hespanhol[2]

RESUMO

A Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP) foi criada em 1969, atualmente possui a maior rede pública de armazéns do Estado de São Paulo e um complexo de 13 unidades atacadistas, sendo uma empresa de economia mista vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). O objetivo do trabalho é analisar a três unidades da Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP), sendo elas: a de Araçatuba, Presidente Prudente e São José do Rio Preto e seu circuito espacial de produção hortifrutícola. As análises foram empreendidas tendo como base à noção de circuitos espaciais de produção, desenvolvida por Milton Santos no ano de 1986. Para a consecução dos objetivos da investigação foram efetuadas pesquisas documentais e bibliográficas sobre objetos técnicos, as centrais de abastecimento e os circuitos espaciais produtivos hortifrutícolas e levantamento de dados em publicações da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), além da própria CEAGESP.
Palavras-chave: CEAGESP, Abastecimento, Hortifrutigranjeiros, Circuitos espaciais.

ABSTRACT

The Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP) was created in 1969, currently with 13 wholesale produce market, of which a mixed economy company linked to the Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). The objective of this work is to analyze three units of Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP) these being: Araçatuba, Presidente Prudente e São José do Rio Preto and its spatial circuit of horticultural production. The analyzes were undertaken based on the notion of spatial circuits of production, developed by Milton Santos in 1986. To achieve the objectives of the investigation, documentary and bibliographical research was carried out on technical objects, wholesale market and spatial production circuits; data collection in publications of the Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) and in addition to CEAGESP itself.
Keywords: CEAGESP, Supply, Horticultural, Spatial circuits.

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.
[1] Doutoranda do Curso de Geografia na Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente – SP. Bolsista CAPES, larissa.dionisio@unesp.br.
[2] Doutor pelo Curso de Geografia da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente – SP. Professor dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente – SP e Diretor-Presidente da Fundação VUNESP atualmente, nivaldo.hespanhol@unesp.br.

INTRODUÇÃO (justificativa implícita e objetivos)

Este trabalho foi elaborado para a disciplina: Formação socioespacial, circuito produtivo e regulação híbrida do território, do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, que cursamos como aluna especial.

O trabalho foi configurado em um texto sobre os circuitos espaciais produtivos hortifruticolas, que perpassam a Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP), isto é, as centrais de abastecimento do oeste de São Paulo como objeto técnico e seus respectivos circuitos espaciais produtivos, o objetivo do trabalho perpassa três unidades da CEAGESP do interior, sendo elas: Araçatuba, Presidente Prudente e São José do Rio Preto e seu circuito espacial de produção hortifrutícola, que constituiu objeto de pesquisa do mestrado e deu origem a uma dissertação e integra, atualmente, parte do objeto de pesquisa para a elaboração posterior de uma tese de doutorado.

Foi após a Segunda Guerra Mundial que se deu o advento do meio técnico-científico-informacional, o qual estabeleceu a informatização do território, a conexão entre as atividades agrícolas e o conhecimento científico no Brasil, originando as novas localizações das indústrias, a ampliação agroindustrial, a agricultura científica globalizada e modernização dos transportes, ainda que o meio técnico-científico-informacional só foi instituído em 1970. O surgimento das centrais de abastecimento também ocorreu na década de 1970 no Brasil, mediante a uma iniciativa do governo federal, sua função era facilitar a conexão entre produtor primário e consumidor final e regular os preços dos produtos hortifrutigranjeiros.

O trabalho foi configurado em um texto contento introdução, metodologia, referencial teórico, resultados e discussão e considerações finais. No referencial teórico é abordado o conceito de espaço utilizado no texto, bem como os elementos que o constitui, como fixos e fluxos, a noção de objeto técnico, o advento do meio técnico-científico-informacional e as inovações derivadas deste; na seção de resultados e discussão foi analisado o surgimento das centrais de abastecimento e sua relação com a agricultura científica globalizada, derivada do meio técnico-científico-informacional; além do conceito de círculo de cooperação e dos circuitos espaciais de produção atrelando ambos às centrais de abastecimento.

METODOLOGIA

O trabalho foi configurado em um texto sobre os circuitos espaciais produtivos, constituindo como objeto técnico as centrais de abastecimento do extremo oeste de São Paulo e seus respectivos circuitos espaciais produtivos, o objetivo do trabalho reside nas unidades da Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP) do interior e seu circuito espacial de produção hortifrutícola.

Para o desenvolvimento do trabalho foram utilizadas as teorias de Milton Santos, isto é, o conceito de meio técnico-científico-informacional desenvolvido nas obras de 1986; 1996 e 2006; a teoria dos circuitos espaciais de produção nas obras do mesmo autor em 1986, bem como nas obras de Milton Santos e María Laura Silveira, 2001; também foram utilizados para a discussão dos circuitos espaciais produtivos e círculos de cooperação os autores: Raimundo Edson Pinto Botelho e sua dissertação de 2010 e Ricardo Abid Castillo e Samuel Frederico, com a obra de 2010.

Para a discussão de objetos técnicos, bem como sua definição foram utilizadas as obras de Milton Santos, intitulada "A Natureza do Espaço", de 2006 e Gilbert Simondon com sua obra "El modo de existência de los objetos técnicos", de 2007.

Para análise, contextualização e discussão sobre o abastecimento foram utilizados a obra de 1979 de Maria Yedda Leite Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva, a tese de 2014 de Danton Leonel de Camargo Bini e o artigo de 2012 de Viviane Vedana.

Para a discussão sobre as centrais de abastecimento, bem como sua definição e contextualização histórica, foram utilizadas as dissertações de Thiago Augusto Nogueira Queiroz e Larissa Oliveira Dionisio, respectivamente 2014 e 2021.

Também foi realizado levantamento de dados documentais em publicações da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), além da própria Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP).

REFERENCIAL TEÓRICO

O espaço é constituído por fluxos distintos, de níveis variados, podendo ser vagarosos ou ágeis, com maior ou menor eficiência, segundo Santos (1994), o espaço global é constituído por fluxos e objetos, a qual sua escala, tanto material quanto imaterial, é maior, sendo assim estabelecendo provas da uma inovação mais elevada. Será a partir da técnica que se dará a relação do homem com o meio, as técnicas se

constituem como recursos sociais que permitirão tanto realizar a vida como criar espaço.

Os fluxos materiais e imateriais vão ganhando mais importância a partir da Primeira Revolução Industrial, entre os séculos XVIII e XIX, integrando elementos fundamentais do processo produtivo, um exemplo são as próprias trocas e intercâmbios que ocorreu entre os lugares, como também o próprio desenvolvimento dos objetos técnicos.

O objeto técnico é parte de um todo, tratando de uma continuidade no tempo e espaço, agregando sua historicidade e transformações ao longo de seu contexto histórico, isto é "o objeto técnico é aquilo que não é anterior ao seu devir, mas está presente em cada etapa desse devir; o objeto técnico é uma unidade de devir" (Simondon, 2007, p. 42, **tradução nossa**). O autor ainda faz menção aos objetos industriais que detém o poder de moldar uma civilização, em contraposição há objetos técnicos abstratos que promovem a possibilidade para o surgimento de outros objetos, não sendo fundamentalmente essenciais, estando em um sistema de exigências.

Portanto os objetos técnicos podem se dividir, bem como convergir em sua definição, podendo variar entre objetos técnicos abstratos em seu início, se transformando em objetos técnicos industriais, como salienta Simondon (2007), constituindo um sistema unificado e coerente. É necessário destacar que houve e há desigualdade na disseminação das técnicas, "num mesmo pedaço de território, convivem subsistemas técnicos diferentemente datados, isto é, elementos técnicos provenientes de épocas diversas." (Santos, 2006, p. 25). O autor ainda delimita que os arranjos de sistemas técnicos precisam ser adequados as suas variadas peças que o constituem, do contrário não haveria eficácia no sistema.

No caso do Brasil, é a partir da década de 1960 que as regiões começam a demonstrar as diferenças significativas, o qual o Sudeste se torna mais modernizado, com um processo de urbanização mais saliente; na década de 1980, a região Sudeste se torna preeminente frente às demais, Santo (2005) salienta que a distinção ente as taxas de urbanização é proporcional a divisão do trabalho que se deu nas regiões, isto é, a diferença reside na maneira que foram afetadas pela divisão inter-regional do trabalho. Portanto as inovações materiais e sociais são correspondentes a expansão do processo de desenvolvimento.

No que diz respeito à divisão social do trabalho, de acordo com Arroyo (2012), São Paulo foi de fundamental importância, em razão de promover a ampliação das

atividades econômicas, assim como concentrar investimentos públicos e privados, ao passo que tais atividades econômicas aceleravam a construção de sistemas de engenharia, que serviam como base material. As novas relações entre cidade-campo influenciaram o desenvolvimento da metrópole, conforme Santos (2008), através da combinação entre a aglomeração somada as relações cidades e campos e interurbanas herdadas por São Paulo, houve o desenvolvimento desta para metrópole das metrópoles.

A dinâmica entre a região Sul e Sudeste era diferenciada frente às demais regiões, pois, suas redes urbanas eram mais avançadas, demonstravam um processo de aceleração da divisão territorial do trabalho mediante a interação entre as cidades, havia um amplo incentivo para alcançar outro patamar da divisão internacional do trabalho, incorporando a área designada por Santos (2005) como região concentrada.

Com a propagação acelerada de informações, promovida pelo meio técnico-científico-informacional, houve o aumento na produtividade local, é a partir da especialização funcional dos subespaços que decorreu uma tendência a criação mais homóloga do cotidiano, Santos (2006) ressalta que isso se deu através das interdependências que se constituem horizontalmente, no caso das cidades, esta especialização é visível na produção industrial ou de serviços, no campo, algumas áreas se voltaram para a produção de um ou mais produtos agrícolas.

Existem áreas que a produção de um determinado produto é mais rentável, o que fez surgir à necessidade de um intercâmbio maior, de acordo com Santos (2006), isto ampliou a circulação de mercadorias e pessoas entre diferentes estados e regiões, já que a especialização produtiva permitiu que as regiões não precisassem produzir tudo para sua subsistência, isto é,

> Antes dessa possibilidade, a maioria das regiões produzia quase tudo de que necessitava para sua reprodução; produzia-se quase tudo em todos os lugares; vivia-se praticamente em autarquias. Hoje, assistimos à especialização funcional das áreas e lugares, o que leva à intensificação do movimento e à possibilidade crescente das trocas. Por isso crescem não só as grandes cidades, mas também as cidades médias. Quanto maior a inserção da ciência e tecnologia, mais um lugar se especializa, mais aumenta o número, intensidade e qualidade dos fluxos que chegam e saem de uma área (Santos, 1988, p. 57).

A partir da modernização dos transportes, houve uma maior conexão entre os centros de comando, possibilitando que algumas etapas da produção agrícola estivessem dispersas espacialmente, como salienta Silva (2013), a modernização dos transportes foi relevante por propiciar a ramificação espacial da produção hortifrutícola, já que seria

decifrada pela ótica da divisão territorial do trabalho, ainda que acrescentasse etapas a qual a produção passa até chegar ao consumidor fina, resultando em um acréscimo no valor do produto.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Crises Alimentares e a criação das centrais de abastecimento

De acordo com Santos (2006), um objeto técnico pode ser um ou mais elementos artificiais, bem como um ou mais elementos naturais, se for considerado o uso destinados a esses elementos, Simondon (2007) ressalta que é difícil definir a gênese de todos os objetos técnicos, já que sua individualidade se modifica no curso de sua trajetória distinguindo apenas em objeto técnico abstrato e concreto, ainda que para o autor os objetos concretos, por estarem mais afastado da natureza, são mais perfeitos, já que permitem um domínio humano mais eficiente sobre estes, constituindo-se mais perfeito do que a própria natureza, todavia "cada vez que o objeto está inserido num conjunto de objetos e que a sua operação se inclui num conjunto de operações - tudo isso formando sistema - a hipertelia do objeto técnico concreto se torna condicionada" (Santos, 2006, p 23), do mesmo modo os objetos técnicos devem ser estudados em conjunto com seu entorno, já que o espaço é formado por objetos, entretanto é o espaço que determina e organiza os objetos, isto é,

> É o espaço que redefine os objetos técnicos, apesar de suas vocações originais, ao incluí-los num conjunto coerente onde a contiguidade obriga a agir em conjunto e solidariamente. Essa discussão deve ser aproximada da ideia de Simondon de *naturalização do objeto concreto,* isto é, sua completa imisção no meio que o acolheu, o que ele chama de processo de adaptação-concretização. É dessa forma que se cria o que ele vai chamar de meio tecnogeográfico. Esse meio tecnogeográfico só é possível, ao seu ver, em virtude da inteligência do homem e sempre sugere a presença de uma função inventiva de antecipação. Essa antecipação não se encontra, diz ele, na natureza, nem nos objetos técnicos já constituídos (1958, 1989, p. 56).
> Na realidade, não se trataria, segundo Simondon, de uma simples adição do meio técnico ao meio natural, mas da produção de outra coisa, de tal maneira que o objeto técnico aparece como condição de existência de um meio misto, que é técnico e geográfico ao mesmo tempo, (p. 55). E a isso que Simondon vai chamar de *meio associado.* Essa proposta de Simondon deveria ajudar-nos na construção de uma noção adequada de meio geográfico, antes como meio técnico e já agora como meio técnico-científico-informacional. (Santos, 2006, p 24).

O meio técnico-científico-informacional foi responsável pela informatização do território, por intermédio de investimentos em infraestrutura, Santos (2005) salienta que é neste período que as informações se ampliam se tornando instantâneas, os objetos passam a ser dotados de conteúdo informacional e o espaço ganha uma fluidez em razão da integração do território, o que culmina na produção ganhando mobilidade. É a partir do meio técnico-científico-informacional que os círculos de cooperação terão uma ação mais vasta, de acordo com Santos e Silveira (2006), os círculos de cooperação são incorporados em escalas geográficas mais amplas, com um grau de complexidade mais vasto, resultando em fluxos mais seletivos e intensos, mas é a circulação que regula a produção.

No entanto, até os anos de 1960, as crises alimentares eram freqüentes, ainda que houvesse tido um processo de industrialização e urbanização acentuado na década de 1950, isto apenas culminou no agravamento dessas crises. No Brasil, houve três grandes crises que resultaram na adoção de medidas pelo Estado, visando sua reestruturação, foram elas: as crises de 1910, 1937 e 1962.

A primeira crise em 1910 foi resultado de obstáculos na circulação em fazer o transporte de alimentos para grandes centros urbanos, Queiroz (2014) salienta que como medida adotada para a superação desta crise houve o surgimento do Comissariado de Alimentação Pública em 1918, que se tornou Superintendência de Abastecimento, além da prática de políticas de preços mínimos.

Houve redução do tempo e dos custos propiciada pela modernização dos transportes de mercadorias e pessoas, resultando também na produção, visto que uma área não precisaria mais produzir tudo para sua manutenção e subsistência como supracitado, Harvey (2004) ressalta que isto proporcionaria ajustes tanto de produção como de consumo, ainda que, como salienta Santos (1988), a redução do tempo e dos custos dos transportes não provocaram aumento na qualidade, tampouco diversidade e quantidade.

A segunda crise, que ocorreu em 1937, foi decorrente da crise econômica de 1929 que afetou diversos setores globais, segundo Linhares e Silva (1979), a medida adotada pelo governo federal foi o advento da Comissão Reguladora de Tabelamento, o qual sua função era analisar os mercados alimentícios, bem como seus preços, fiscalizando qualidade e quantidade da produção.

A terceira crise do sistema alimentar ocorreu em 1962, também resultado da circulação, diferindo da primeira não mais pelo problema do transporte, mas pelo

obstáculo dos produtos chegarem aos consumidores. Deve ser ressaltado que a partir da década de 1970, houve um avanço significativo da ciência e da técnica, como evidencia Santos (2005), esse avanço se deu no processo de integração do território, marcando o estabelecimento do período técnico-científico-informacional na remodelação do território, já que o território seria utilizado para facilitar a circulação, bem como a informação seria agente impulsionador do processo social.

Assim sendo, com as crises alimentares, o governo federal pretendia instituir uma nova organização para facilitar a comercialização de produtos hortifrutícolas, no final da década de 1960, por meio da implantação de plataformas logísticas de comercialização foi instituída a Central Estadual de Abastecimento Sociedade Anônima (CEASA), todavia apenas da década de 1970 que o modelo passou a ser implementado em larga escala. O advento do meio técnico-científico-informacional e a difusão mais rápida das informações permitiu um aumento na produtividade local, resultando também na especialização de áreas, portanto as regiões já não precisariam mais produzir tudo para a própria subsistência.

Linhares e Silva (1979) apontam o surgimento da Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL), da Companhia Brasileira de Armazenamento (CIBRAZEM) e da Superintendência Nacional de Abastecimento (SUNAB) nas décadas de 1960 e 1970. Conforme Hespanhol (2010), a intervenção do Estado foi imprescindível para países subdesenvolvidos após 1945, com o fim da II Guerra Mundial, entretanto o objetivo não era oferecer serviços públicos básicos para a população, mas sim favorecer o processo de expansão econômica, encerrada no início de 1970, com o surgimento da crise do Petróleo. Queiroz (2014) ressalta que a crise alimentar foi intensificada pela crise do Petróleo que teve impacto global em 1973.

Conforme Linhares e Silva (1979), a terceira crise de abastecimento resultou na criação das centrais de abastecimento no decorrer dos anos 1970. Silveira (2010) salienta que a técnica informacional promoveu a constituição de um sistema técnico com tendência à unicidade, além de propiciar a circulação de informações inerentes a forma de trabalhar, possibilitando a movimentação de dinheiro especulativo em grandes quantidades.

Como supracitado, no final da década de 1960, o governo federal visando regular e organizar a comercialização de produtos hortifrutigranjeiros, por meio de plataformas logísticas de comercialização, criaram a Central Estadual de Abastecimento Sociedade Anônima (CEASA), no entanto sua implementação em larga escala só se deu

na década de 1970. Já a Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP) surgiu da fusão entre a Central Estadual de Abastecimento (CEASA) e a Companhia de Armazéns Gerais do Estado de São Paulo (CAGESP) no ano de 1969, as duas empresas eram estatais e paulistas, o objetivo de ambas era armazenar grãos e comercializar produtos hortifrutigranjeiros.

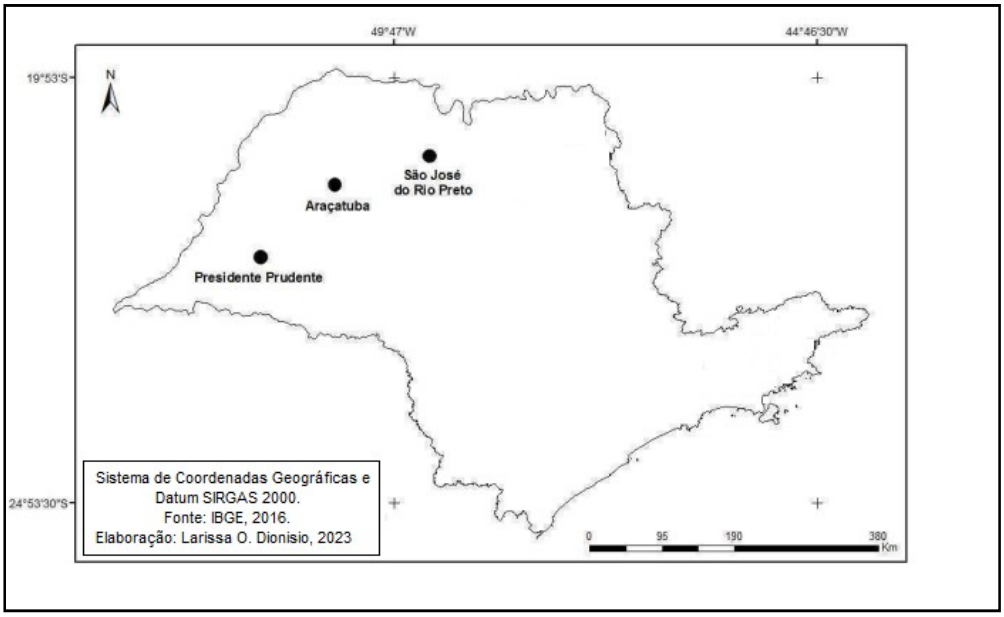
Nos anos 1990, ocorreram às privatizações e a redução da presença do governo federal, as CEASAs passaram a ser de responsabilidade dos estados e municípios, permanecendo assim até os dias atuais. As exceções foram a CEAGESP, no estado de São Paulo e a CeasaMinas, no estado de Minas Gerais, que continuam federalizadas.

As centrais de abastecimento tinham como objetivo promover a comercialização direta entre produtores primários e consumidores finais, contudo, conforme Vedana (2012), tanto em São Paulo como Rio de Janeiro, parte significativa da comercialização é feita por atravessadores, Santos (2008) salienta que os intermediários, donos de caminhão ou atacadistas, fazem a conexão entre demanda e oferta, que não ocorria no mesmo tempo que a quantidade, nem qualidade, quanto mais com o tempo, isso os colocava em uma posição privilegiada e estratégica, resultando na especulação, já que eram os únicos a dispo der crédito bancário.

Atualmente a principal função das centrais de abastecimento, segundo a CEAGESP (2022), é propiciar uma infraestrutura para que agroindústrias, atacadistas, cooperativas, exportadores, importadores, produtores rurais e varejistas possam desenvolver suas atividades com serviços qualificados, eficiência e segurança. Ainda é importante destacar que a CEAGESP possui a maior rede pública de armazéns e silos, utilizados para o depósito e conservação de produtos agrícolas, além de graneleiros, que são locais de armazenamento de mercadorias a granel.

As CEASAs são importantes para regulação do abastecimento, já que são responsáveis pela comercialização de grande parte dos produtos hortícolas, conforme Dionisio (2021), em cidades do extremo oeste do estado de São Paulo, como São José do Rio Preto, Presidente Prudente e Araçatuba, conforme Mapa 1, as centrais de abastecimento abastecem as feiras significativamente, bem como alguns mercados de bairros e supermercados, sendo também suporte de alguns hipermercados quando falta algum produto hortícola no estoque, como é o caso de Presidente Prudente, Firetti *et al.* (2011) ressalta que as centrais de abastecimento são responsáveis por abastecerem cozinhas industriais, supermercados, hotéis, penitenciárias e etc.; já Bengozi (2007)

afirma que as centrais de abastecimento também fazem a manutenção na estabilidade das quantidades comercializadas, constituindo-se como importante regulador.



Mapa 1 – Unidades de Araçatuba, Presidente Prudente e São José do Rio Preto no estado de São Paulo.

Fonte: IBGE (2016).

No caso brasileiro, o Estado foi de fundamental importância no processo de desenvolvimento econômico, de acordo com Lima e Simões (2010), as atividades desenvolvidas entre 1950 e 1980 tiveram intervenção estatal fortíssima,

> O aparelhamento dos portos, a construção de estradas de ferro e as novas formas de participação do país na fase industrial do modo de produção capitalista permitiram às cidades beneficiárias aumentar seu comando sobre o espaço regional, enquanto a navegação, muito mais importante para o exterior, apenas ensejava um mínimo de contatos entre as diversas capitais regionais, assim como entre os portos de importância. Rompia-se, desse modo, a regência do tempo "natural" para ceder lugar a um novo mosaico: um tempo lento para dentro do território que se associava com um tempo rápido para fora. Este se encarnava nos portos, nas ferrovias, no telégrafo e na produção mecanizada (Santos; Silveira, 2006, p. 37).

As centrais de abastecimento também permitem maior fluidez na distribuição e circulação de mercadorias, promovendo a integração do território, fazendo com que o território ganhe uma nova perspectiva partindo da fluidez, conforme Santos e Silveira (2006), em razão da possibilidade da produção mais ampla e da circulação de insumos, o território impõe novos comportamentos, bem como recebe novos conteúdos, à medida

que as informações e as finanças se tornam imprescindíveis no espaço de um país, se constituindo como suporte em todos os segmentos do território passando a se igualar ao mercado.

Circuitos espaciais produtivos e círculos de cooperação

Com o desenvolvimento, principalmente e fundamentalmente, dos transportes e comunicações, os fluxos materiais e informacionais foram ampliados, segundo Castillo e Frederico (2010), foi a partir desse aumento dos fluxos que ocorreu gradativamente o distanciamento entre os locais de produção e consumo, reconduzindo diferentes etapas da produção em diferentes lugares.

Através do intercâmbio desses fluxos de objetos decorreu a formação de circuitos produtivos, que antes se constituíam como regionais, com a ampliação da demanda desses fluxos, os circuitos regionais, limitados espacialmente, não instituíam um suporte assistencial entre os círculos de cooperação e os circuitos de produção, por conseguinte, resultando em isolamento, assim sucedendo na substituição por circuitos espaciais. De acordo com Joly (2007), a mais valia ocorreu através da circulação, garantindo seletividade espacial, o que, por sua vez, se desdobrou na diminuição crescente da importância dos circuitos regionais, culminando no surgimento e ampliação dos circuitos espaciais.

Um dos fatores que possibilitou a substituição dos circuitos regionais pelos circuitos espaciais foi a limitação do primeiro no que diz respeito ao conteúdo científico em seu processo de produção, Botelho (2010) ressalta que tanto a fluidez do escoamento quanto o comando e as informações foram insatisfatórios, o que acabou restringindo a produção a escala local e de forma horizontal, voltando-se apenas ao comércio.

Outro fato essencial foi a globalização, já que influenciou e ampliou os circuitos espaciais produtivos, bem como os círculos de cooperação, de acordo com Elias e Pequeno (2007), as relações cidade-campo se tornaram mais complexas proporcionalmente a globalização, ou seja, quanto mais globalizado mais heterogêneo as relações, portanto ocorreu um novo arranjo do sistema urbano, resultando em uma nova articulação do território. Com o aumento do número de cidades médias e pequenas, lugares fundamentais para a proliferação do agronegócio globalizados, houve a expansão das chamadas “cidade do agronegócio” que resultou em exclusão social e desigualdade socioespacial.

Através da substituição dos circuitos regionais pelos circuitos espaciais houve um maior entrelaçamento entre diferentes regiões, Santos e Silveira (2006) salientam que esse entrelaçamento acarretou na articulação dos processos produtivos. Ainda que também fomentasse uma divisão territorial do trabalho mais divergente, fundamental para o surgimento de novas formas de cooperação e de controle sobre as escalas.

É a partir da existência dos círculos de cooperação que se originou a especialização produtiva, conforme Antas Jr. (2014), as firmas industriais conseguiram superar a dependência das demandas locais e regionais, ou seja, a especialização produtiva depende dos chamados círculos de cooperação, já que sua formação

> [...] pertence à própria lógica de produção capitalista, e eles são frequentemente identificados às instituições públicas (estatais ou autarquias) e privadas na criação de contextos espaciais que estimulem a cooperação entre diferentes agentes produtivos. Aqui advogamos que, além dessas duas figuras jurídicas, também as organizações de determinados grupos sociais acabam por estimular a produção, ao reivindicar certos direitos. Ainda que seja secundário em suas lutas, esse efeito sobre a expansão da cooperação não pode ser ignorado, dada a importância estratégica que assume no período atual, sobretudo pelo volume de produção que engendra (Antas Jr., 2014, p. 39).

É fato que a circulação é fundamental no processo de produção, de modo que, segundo Catillo e Frederico (2010), o elemento indispensável para analisar os fluxos dos circuitos produtivos é a logística, em razão de assimilar as diferentes etapas do processo produtivo, abarcando escalas desde o local ao mundial, a passo que cada lugar contém diferentes etapas dos circuitos espaciais de produção, o que propicia a identificação da hierarquia entre os lugares, bem como sua temporalidade. Os circuitos espaciais de produção ainda têm influência na redução do tempo, ainda que, como ressalta Joly (2007), diferentes modos de percorrer distância não são proporcionais à redução do tempo necessária, todavia o acesso aos modos de percorrer distância é restrito, demonstrando um tipo de hierarquia organizado através dos usos desses sistemas.

A especialização produtiva propiciou diferentes circuitos espaciais com graus divergentes de produção. Bini (2014) destaca que os produtos organizados a partir dos circuitos espaciais mais modernos são majoritariamente direcionados ao mercado internacional ou para mercados mais elitizados de regiões metropolitanas, à medida que os produtos cujos circuitos espaciais não são tão modernos podem ser captados por

outros mercados antes de comercializados na região produtora, o que eleva o preço e dificulta o acesso da população de menor renda aos produtos.

O meio técnico-científico-informacional promoveu a incorporação dos círculos de cooperação em uma escala geográfica maior, Santos e Silveira (2006) salientam que meio técnico-científico-informacional aumentou a complexidade dos círculos de cooperação, que passaram a comandar a produção, tornando os fluxos mais seletivos e com a intensidade em um maior grau. Os circuitos espaciais produtivos, bem com dos círculos de cooperação, facilitaram a análise da hierarquia dos lugares em distintas escalas, desde regionais até mundiais.

Conforme Catillo e Frederico (2010), tanto o círculo de cooperação quando os circuitos espaciais produtivos permitem a compreensão da interdependência dos espaços produtivos, bem como o entendimento da circularidade e unicidade do movimento, distinguindo as fases de produção, promovendo, por conseguinte, sua compreensão, enquanto os circuitos espaciais de produção estão pautados no conceito de centralidade da circulação e na relação espacial das distintas etapas da produção, os círculos de cooperação se embasam na relação entre agentes e lugares através dos fluxos de informações, constituindo elementos fundamentais na conexão das diferentes etapas do processo produtivo que são separadas e distribuídas espacialmente, organizando variados agentes e lugares que integram os circuitos espaciais produtivos.

Os dois autores ainda esmiúçam os dois conceitos, fazendo sua diferenciação como: os círculos de cooperação são embasados na comunicação, ou seja, demonstrada por fluxos imateriais, que propicia a organização tanto dos lugares, como dos agentes distribuídos geograficamente; já os circuitos espaciais de produção têm como particularidade os fluxos de matérias disseminados em instâncias com movimentos contínuos, isto é, produção, distribuição, troca e consumo, e com diferenciação geográfica.

Catillo e Frederico (2010) ainda mencionam que é através dos círculos de cooperação que há a superação do território, constituído por agentes financeiros e empresas internacionais, sendo essencial uma logística eficaz, visto a ampliação dos circuitos espaciais de produção, ao passo que há um vasto agrupamento de regiões e agentes integrado nos circuitos espaciais, sendo crucial o estabelecimento de normas que facilite e sistematize a circulação de mercadorias, Bini (2014) salienta que esta vastidão pode trazer desvantagens, de modo que os circuitos mais amplos apresentam

etapas, muitas vezes desnecessárias, que acarretarão em gastos maiores de tempo e espaço, causando um aumento no preço final de um produto.

A premissa acima pode ser analisada no caso de São Paulo, já que muitos produtos hortícolas passam pela unidade da CEAGESP de São Paulo antes de serem remanejados para os entrepostos do interior, ainda que sua origem sejam os próprios municípios do interior, demonstrando uma dupla circulação ilógica, do mesmo modo que, segundo Castillo e Frederico (2010), há uma hierarquia nos circuitos espaciais produtivos o qual quem comanda a circulação e cria um movimento de produção são os verdadeiros detentores do poder.

A CEAGESP organiza e participa dos circuitos espaciais de produção, à medida que sua função é facilitar o acesso a produtos hortifrutigranjeiros, por conseguinte estabelecendo uma conexão entre consumidores e produtores, segundo Santos e Silveira (2006), a CEAGESP regula a circulação de mercadorias através da emissão de *warrants*[3] e do tempo de estocagem, o que interfere diretamente nos circuitos espaciais de produção e nos círculo de cooperação.

A integração de um mercado em um território é imprescindível, conforme Santos e Silveira (2006), isto garantiria a frequência das produções tanto industriais quando agrícolas, portanto é através de um território que se efetiva os circuitos de distribuição e do consumo, como exemplo, os dois autores utilizam o caso das centrais de abastecimento, CEASA, que estavam espalhadas por vinte estados da Federação, na década de 1970, segundo dados da CONAB (2017), atualmente as centrais de abastecimento agora estão distribuídas em vinte e sete estados da Federação.

Além de constituir um agente do circuito espacial de produção hortifrutícola, as centrais de abastecimento também são responsáveis por intermediar a relação com os dois circuitos da economia urbana. De acordo com Dionisio (2021), as centrais de abastecimento compõem parte do processo de circulação, resultando na integração entre os dois circuitos da economia urbana. Sposito (1999) define que do circuito superior fazem parte atividades que usufruem de tecnologias mais avançadas e um capital mais abundante, tal qual a estocagem de produtos e a força de trabalho; conforme Santos (2008), já o circuito inferior possui atividades mais simples, como a fabricação tradicional, prestação de serviços, o artesanato e o transporte tradicional.

[3] "Títulos de Créditos Especiais que possibilitam o financiamento dos estoques dos produtos armazenados" (CEAGESP, 2021).

A CEAGESP tanto de Araçatuba, quanto de Presidente Prudente e São José do Rio Preto são imprescindíveis para o abastecimento do circuito inferior da economia urbana, conforme Dionisio (2021), o circuito inferior compreende as feiras e pequenos mercados como agentes integrantes deste circuito, o estudo demonstrou absoluta dependência das unidades da CEAGESP do interior por atividades que integram o circuito inferior, nos três municípios estudados. Já o circuito superior compreenderia os supermercados e hipermercados, que não possuem tanta dependência desses entrepostos, utilizando eventualmente quando falta algo no estoque.

A distribuição tem participação relevante ao se fazer à análise do processo de produção, Marx (2008) ressalta que a distribuição está integrada entre produto e produtor em razão das leis sociais, não sendo um processo inerte, ao passo que através da circulação e distribuição decorre o surgimento dos circuitos, ainda que a produção reproduza o consumo, fazendo parte do processo produtivo. Portanto, as centrais de abastecimento são parte dos circuitos espaciais de produção hortifrutícola, já que são utilizadas para a distribuição dos produtos hortifrutigranjeiros provenientes de diversas regiões, como também estabelece a relação entre consumidores finais e produtores primários de alimentos, bem como seus respectivos distribuidores. Através da compreensão da integração entre os circuitos espaciais produtivos e a teoria dos dois circuitos é possível esmiuçar as implicações sociais geradas na circulação, distribuição e comércio que um determinado produto obtém, ao passo que isso resulta em uma estruturação diferenciada do espaço.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As centrais de abastecimento foram criadas nas décadas de 1960 e 1970, em resposta as crises alimentares que ocorriam no século XX, sua finalidade era solucionar os problemas de distribuição e facilitar o acesso aos produtos hortifrutícolas, bem como facilitar a circulação. Com o passar do tempo, tais centrais foram se reestruturando, se tornando importantes para o abastecimento de capitais brasileiras.

Sua função atualmente é acelerar ou reduzir os fluxos de distribuição de produtos hortifrutigranjeiros, que passam por agentes que integram o circuito espacial de produção, como o produtor primário, o atravessador ou intermediário, a própria central de abastecimento, os mercados, supermercados, feiras e outros estabelecimentos até o consumidor final. Isso reduz as possíveis crises do abastecimento alimentar e problemas da circulação, ainda que promovam um preço mais elevado da produção

hortifruitgranjeira, a qual a mais valia não fica com o produtor e o preço elevado é desvantajoso aos consumidores finais.

A CEAGESP integra distintos agentes e variados circuitos espaciais de produção em diferentes escalas, circulando entre local, regional e até nacional; as escalas locais são mais expressivas nas unidades do interior, visto que o fluxo nas próprias regiões é maior do que com outras. Além disso, as centrais de abastecimento possuem ampla influência na definição de preços, lançando mensalmente o Índice de Preços CEAGESP que nada mais é do que um registro da variação dos valores praticados no setor de frutas, legumes, verduras, pescados e diversos (como alho, batata, ovos, dentre outros) no atacado.

Nos entrepostos do interior, as centrais de abastecimento mantêm uma relação hierárquica com o circuito inferior, como as feiras e os mercados de bairros, atividades mais simples que possuem dependência absoluta dos entrepostos, possibilitando aos comerciantes um acesso mais fácil aos produtos hortifrutigranjerios, fundamental para repor os estoques, além de definir os preços que serão praticados nesses circuitos, contando também com uma distribuição geográfica que promove à logística e amplia o acesso do consumidor final, ainda que também fortaleça a presença do atravessador, ao determinar quantidades mínimas a serem comercializadas no entreposto, adicionando mais uma etapa no circuito espacial produtivo, influenciando um preço mais elevado a produção.

Portanto, as centrais de abastecimento fazem parte do círculo de cooperação e configuram agentes do circuito espacial produtivo hortifrutícola, em razão de facilitarem o acesso a produtos hortifrutícolas, bem como regular o preço desses produtos e sistematizar a circulação, além de integrar os dois circuitos da economia urbana.

REFERÊNCIAS

ANTAS JR., R. M. O complexo industrial da saúde no Brasil: uma abordagem a partir dos conceitos de circuito espacial produtivo e círculos de cooperação no espaço. *GEOgraphia*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 32, p. 38-67, 2014.

ARROYO, M. Circuitos espaciais de produção industrial e fluxos internacionais de mercadorias na dinâmica territorial do estado de São Paulo. *Boletim Campineiro de Geografia,* Campinas, v.2, n. 1, 2012, p. 7-26.

BENGOZI, F. J. Análise do mercado de abacaxi comercializado na CEAGESP – São Paulo. *Revista brasileira de fruticultura***.** Jaboticabal, v. 20, n. 3, 2007, p. 494-499.

BINI, D. L. C. *Da formação socioespacial à diferenciação dos circuitos espaciais agropecuários na região de Araçatuba (SP).* 2014. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

BOTELHO, R. E. P. *O circuito espacial de produção e os círculos de cooperação da soja no Maranhão no período técnico-científico-informacional*. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010.

CASTILLO, R. A.; FREDERICO, S. Espaço geográfico, produção e movimento: Uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. *Sociedade e Natureza*, Uberlândia, v. 22, n. 3, p. 461-474. 2010.

CEAGESP - Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo. Disponível em: <http://www.ceagesp.gov.br/atacado/rede/prudente> Acesso em: 4 de set. 2022.

CEAGESP - Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo. Carta de Serviço ao cidadão. [S.I.] [2021]. Disponível em: < https://ceagesp.gov.br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/carta-de-servico> Acesso em: 16 de out. 2023.

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento. Disponível em: < https://www.conab.gov.br/info-agro/hortigranjeiros-prohort/ceasas> Acesso em: 26 de mai. de 2022.

DIONISIO, L. O. *O Papel da CEAGESP na comercialização de Produtos Hortifrutigranjeiros no oeste do estado de São Paulo*. 2021. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Presidente Prudente, 2021.

ELIAS, D.; PEQUENO, R. Desigualdades Socioespaciais nas cidades do agronegócio. *Revista Brasileira Estudos Urbanos e Regionais***,** v. 9, n.1, p. 25-39. 2007.

FIRETTI, R. *et al.* Participação de organizações sociais na gestão de entrepostos de abastecimento*:* o caso da Ceasa/PR em Londrina. *Informações Econômicas,* São Paulo, v. 41, n.4, 2011, p. 64-72.

HARVEY, D. A globalização contemporânea. In: *Espaços de esperança***.** São Paulo: Edições Loyola, 2004, p. 79 – 103.

HESPANHOL, A. N. As incorporações da perspectiva do desenvolvimento territorial nas políticas públicas brasileiras: avanços e limites. In: CUNHA, L.; PASSOS, M. M.; JACINTO, R. (Orgs.) *As novas geografias dos países de língua portuguesa: paisagens, territórios, políticas no Brasil e em Portugal*. São Paulo: Outras Expressões, 2010, p. 307-322.

JOLY, C. *Especialização produtiva do território e o circuito espacial produtivo de celulose em Eunápólis – BA*. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

LIMA, A. C. C.; SIMÕES, R. F. Teorias clássicas do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica: o caso do BRASIL. *Revista de desenvolvimento econômico*. Ano XII, n. 21, Jul, 2010, Salvador – BA. p. 5-19.

LINHARES, M. Y. L.; SILVA, F. C. T. *História política do abastecimento (1918-1974).* Brasília: Binagri, 1979, 240 p.

MARX, K. *Contribuição à crítica da economia política*. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008, 285 p.

QUEIROZ, T. A. N. de. *A CEASA-RN e os circuitos da economia urbana:* a circulação de hortifrutigranjeiros em Natal-RN. 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Universidade do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte, 2014.

SANTOS, M. *Metamorfoses do espaço habitado*: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. São Paulo: Hucitec, 1988, 124 p.

SANTOS, M. *Técnica, espaço, Tempo*: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994, 190 p.

SANTOS, M. *A urbanização brasileira*. 5ª Ed., 1ª reimpr, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005, 176 p. (Coleção Milton Santos 6).

SANTOS, M. *A natureza do espaço:* Técnica e Tempo, Razão e Emoção.4ª Ed., 2reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006, p. 259 p. (Coleção Milton Santos: 1)

SANTOS, M. *O espaço dividido*: Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Trad. Myrna T. Rego Viana. 2ª Ed., 1ª reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008, 440 p. (Coleção Milton Santos4) (Primeira Edição, 1979).

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2006, 473 p.

SILVA, S. C. A reorganização do circuito espacial da produção do vestuário no Brasil. *Espaço e Economia*, 2013. Disponível em: < https://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/37325 > Acesso em: 19 de Mai. 2022.

SILVEIRA, M. L. Da pobreza estrutural à resistência: pensando os circuitos da economia urbana. In: ENCONTRO NACIONAL DOS GEÓGRAFOS, 16. , 2010, Porto Alegre, *Anais* [...] Porto Alegre: ENG, p. 1-11.

SIMONDON, G. *El modo de existência de los objetos técnicos*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2007. p. 09-102.

SPOSITO, E. S. A teoria dos dois circuitos da economia urbana: seu esquecimento ou sua superação?. *Caderno Prudentino de Geografia*, Presidente Prudente, v. 21, p. 43-51, 1999.

VEDANA, V. Trabalhado e abastecimento urbano: pesquisa etnográfica sobre o trabalho no comércio de alimentos na CEASA/RS In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 36. , 2012, Águas de Lindóia, *Anais* [...] Águas de Lindóia: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 2012, p. 1-20.

A IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA TERRITÓRIOS DA CIDADANIA NO MARANHÃO

Leiliane de Jesus Melo Seguins[1]

Chirlene Pessoa Sousa[2]

José Sampaio de Mattos Junior[3]

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo fazer uma abordagem acerca da implantação de política de desenvolvimento territorial no Brasil e no Maranhão. Como problema de pesquisa, buscamos entender de que forma essas políticas foram implementadas. Para isso, a metodologia utilizada compreendeu uma pesquisa de abordagem qualitativa e quantitativa a partir do método do Materialismo Histórico e Dialético. Com essa finalidade, foram feitas discussões teóricas com os autores que discutem as problemáticas mencionadas neste trabalho, além de produções técnicas através de dados secundários do Portal da Cidadania e IBGE. Além disso, foi feita uma discussão sobre a formação do Programa Territórios da Cidadania (PTC) no Maranhão enquanto política de desenvolvimento territorial. Com isso, elencamos todos os dados que fazem de um dado recorte territorial do Maranhão um território da cidadania. A partir dos dados obtidos e discussão teórica, percebemos que a política de desenvolvimento territorial deve ser pensada a partir das multidimensões e múltiplas escalas do território, considerando suas relações de poder presentes no mesmo.

Palavras-Chave: Políticas Públicas; Pobreza Rural; Desenvolvimento; Campo.

ABSTRACT

This work aims to provide an approach to the implementation of territorial development policy in Brazil and Maranhão. As a research problem, we seek to understand how these policies were implemented. For this, the methodology used comprised research with a qualitative and quantitative approach based on the Historical and Dialectical Materialism method. For this purpose, theoretical discussions were held with the authors who discuss the issues mentioned in this work, in addition to technical productions using secondary data from the Citizenship Portal and IBGE. In addition, a discussion was held on the formation of the Citizenship Territories Program (PTC) in Maranhão as a territorial development policy. With this, we list all the data that make a given territorial section of Maranhão a citizenship territory. From the data obtained and theoretical discussion, we realized that territorial development policy must be thought of based on the multidimensions and multiple scales of the territory, considering its power relations present in it.

Keywords: Public Policies; Rural Poverty; Developmental; Field.

[1] Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, leilianeseguins@outlook.com
[2] Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, pchirlene@gmail.com
[3] Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, sampaio.uema@gmail.com

INTRODUÇÃO

As discussões presentes neste trabalho são repercussões das pesquisas realizadas na iniciação científica, com base nas descontinuidades de políticas públicas implantadas no Maranhão, e participação em debates no Grupo de Estudo em Dinâmicas Territoriais (GEDITE)[4] da Universidade Estadual do Maranhão.

Ao analisar a implantação dessas políticas foram observadas descontinuidades no que diz respeito à sua elaboração e execução de projetos de infraestrutura. Com isso, partimos do seguinte questionamento: de que forma foram pensados os projetos de desenvolvimento territorial rural para o Maranhão?

Nesse sentido, refletir acerca da elaboração de políticas públicas de desenvolvimento territorial direcionadas ao campo maranhense e brasileiro, tem sido um grande desafio para os pesquisadores ao longo das últimas décadas. Tais políticas estão associadas ao atual dinamismo social presente no meio rural, pois, tem demandado cada vez mais de inserção de projetos que possam proporcionar desenvolvimento econômico e social no campo.

Com isso, Hespanhol (2010) aponta que desde a metade dos anos de 1990 e, principalmente ao longo dos anos 2000, tem sido introduzido pelo Estado nacional novos aportes, ao menos no plano conceitual e operacional para as políticas públicas dirigidas ao campo brasileiro, evidenciando-se aquelas incorporadas sob a coordenação do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA).

Nessa perspectiva, entende-se que o Programa Territórios da Cidadania tem como enfoque o território. Por isso, dentre as inúmeras análises conceituais dessa categoria, nos valemos do conceito trazido por Fernandes (2008) que entende o território como relações de poder, multiescalar e multidimensional. Para além disso, o autor aponta que as políticas territoriais devem ser pensadas a partir da multiescalaridade e multidimensionalidade do território, não considerando o território como uno.

Com isso, o objetivo deste trabalho é analisar os desdobramentos da implantação do programa Territórios da Cidadania no Maranhão. Essa discussão será trazida a partir do método do Materialismo Histórico e Dialético.

---

[4] Grupo de Estudo da Universidade Estadual do Maranhão ligado ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional, criado em 2010 com discussões voltadas as políticas públicas aplicadas ao campo sob coordenação do Prof. Drº José Sampaio de Mattos Junior.

Dessa forma, estruturamos este trabalho da seguinte forma: introdução, metodologia, referencial teórico, resultados e discussão, considerações finais e referências bibliográficas.

METODOLOGIA

Para alcance dos resultados, o método utilizado foi o Materialismo Histórico e Dialético. Para Marx, as diferenças são entendidas como condutor de conflitos entre grupos de indivíduos submetidos a realidades materiais diferentes (PAULO NETTO, 2011).

Nesse método a relação entre o sujeito e objeto se estabelecem de forma contraditória, não existindo hegemonia de nenhum deles (SPÓSITO, 2003).

O caráter material refere-se à organização dos homens na sociedade para a produção e reprodução da vida, enquanto o caráter histórico diz respeito ao modo como eles vem se organizando no decorrer da sua história (PIRES, 1997).

Para o desenvolvimento da pesquisa o embasamento teórico concernirá em revisão histórica e bibliográfica, trazendo autores que debatem as problemáticas trazidas neste trabalho.

Além da discussão teórica, serão realizadas produções técnicas através das pesquisas de dados secundários. O Instituto Brasileiro de geografia e Estatística (IBGE) será a principal referência para a coleta desses dados através do Censo Demográfico que., traz as estatísticas da população, além de dados agrários por meio do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA) e Portal da Cidadania. Outro órgão que subsidiará dados sociais será o Atlas de Desenvolvimento Humano. Após a consulta dos dados serão elaborados gráficos e tabelas por meio do Excel. O QGIS será o *software* para elaboração dos mapas temáticos. A base Cartográfica foi obtida através do IBGE.

REFERENCIAL TEÓRICO

A política de desenvolvimento territorial rural do Brasil coordenada pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) e vinculada ao Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), constituiu algumas políticas de intervenção pública. Dentre elas, a criação do Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT), conhecidos também como Territórios rurais de Identidade em 2003, durante o governo Lula (SCHNEIDER, 2004).

Nessa perspectiva, o território eleva-se como referência para atuação do Estado e a regulamentação de políticas públicas. No entanto, é um conceito plurívoco e que precisa ser discutido. Com isso, a incorporação do conceito pelo Estado não leva em consideração todos os enfoques do território.

O conceito de território trazida por Raffestin (1993) é multifacetada, pois, não envolve somente as perspectivas geopolíticas, mas, sociais, econômicas, culturais e simbólicas. A partir desses prismas ganha diferentes conceituações. De modo geral, o autor entende que o território é o espaço físico em que o estado se concretiza. Essa concretização é marcada essencialmente por relações de poder, tornando-se inerente ao mesmo (RAFFESTIN, 1993).

Souza (2021) reforça de maneira latente em seu livro *os conceitos Fundamentais da Pesquisa Sócio-espacial* que o território não é sinônimo de espaço geográfico. Sua primeira noção de território está ligada unicamente ao poder: "o território é fundamentalmente, um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder" (SOUZA, 1995, p.78).

Fernandes (2005) assegura que a formação do território perpassa em meio ao processo de poder e conflitualidade que são agentes dessa construção. Essa conflitualidade é movimento, um processo constante que se alimenta das contradições e desigualdades.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Antes mesmo de caracterizarmos o Território da Cidadania, se faz necessária uma análise acerca da política de desenvolvimento territorial, pois, esta foi a base para implementação desse programa. Além disso, ao analisar essa lógica de desenvolvimento a partir do território, podemos compreender como essa política se articula.

Nesse sentido, Veiga (2001) afirma que o Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. Existe uma carência de organização institucional que ocasione articulação entre municípios e permita o diagnóstico dos principais problemas rurais. Somente assim seria possível o planejamento de ações para o desenvolvimento integrado dos mesmos (VEIGA, 2001).

Nessa perspectiva, Favareto (2010) aponta que existe uma diversidade rural no Brasil e por esse motivo a política de desenvolvimento deve considerar uma tipologia dos territórios rurais.

> Os investimentos feitos atualmente pela política de desenvolvimento territorial se justificam somente pela execução dos recursos e pelo público beneficiário. Mas não há planejamento em torno de metas a serem atingidas ou de indicadores a serem impactados. Seria preciso o desenho de metas progressivas e, a partir disso, disponibilizar recursos para investimentos capazes de alcançar estas metas. Isto vale para diversificação econômica, para melhoria de renda, para educação, e assim sucessivamente (FAVARETO, 2010, p.58).

Com isso, a lógica do Territórios da Cidadania inicia-se com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. A participação social e a integração de ações entre Governo Federal, estados e municípios são fundamentais para a construção dessa estratégia (PORTAL DA CIDADANIA, 2013).

O Programa Territórios da Cidadania (PTC) foi legitimado através de decreto presidencial em 25 de fevereiro de 2008, trata-se de uma estratégia de desenvolvimento regional e tem como principal objetivo estabelecer estratégias de desenvolvimento territorial sustentável afim de superar a pobreza e diminuir as desigualdades sociais, de gênero, raça e etnia no meio rural (BRASIL, 2008).

A base para os Territórios da Cidadania são os Territórios Rurais, que foram criados pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) em 2003 e tinham como características ser compostos por municípios que possuíam semelhanças econômicas, ambientais, sociais e culturais.

Segundo a Embrapa (2008) o Territórios da Cidadania "é uma estratégia de desenvolvimento regional sustentável e garantia de direitos sociais voltados às regiões do país que mais precisam, com objetivo de levar o desenvolvimento econômico e universalizar os programas básicos de cidadania" (EMBRAPA, 2008, p.2).

Para isso, o programa contava com apoio de 22 ministérios e secretarias (Casa Civil, Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Cidades, Ciência e Tecnologia, Comunicações, Cultura, Desenvolvimento Agrário, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Educação, Fazenda, Integração Nacional, Justiça, Meio Ambiente, Minas e Energia, Planejamento, Orçamento e Gestão, Saúde, Trabalho e Emprego, Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Secretaria Geral da Presidência da República, Secretaria de relações Institucionais).

No Programa Territórios da Cidadania, a Casa Civil era responsável pela articulação entre os ministérios, enquanto a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) articulava e apoiava as iniciativas da sociedade civil e dos poderes públicos e o

Ministério de Desenvolvimento Agrário coordenava a execução do programa (MDA, 2016).

As ações da SDT tinham como finalidade estimular a autonomia dos territórios rurais, fazendo com que estes territórios pudessem ser integrados no crescimento nacional, reduzindo as desigualdades regionais e sociais. Para isso, enfrentava o grande desafio de identificar e estabelecer territórios a partir das semelhanças regionais como componente aglutinador e fomentador do desenvolvimento sustentável (MDA, 2016).

Nesse sentido, através do decreto foram traçados objetivos (quadro 1) para acelerar a superação da pobreza e desigualdades no campo.

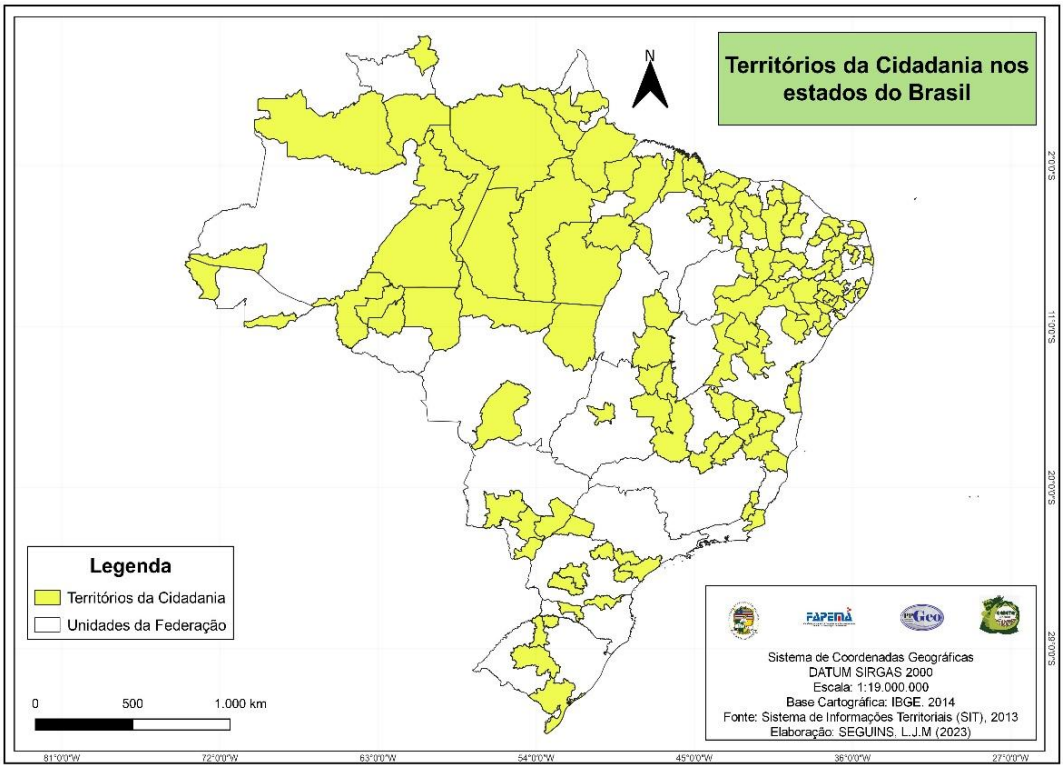
Quadro 1: Objetivos do Programa Territórios da Cidadania (PTC) 2008

OBJETIVOS DO PROGRAMA TERRITÓRIOS DA CIDADANIA
I - Integração de políticas públicas com base no planejamento territorial;
II - Ampliação dos mecanismos de participação social na gestão das políticas públicas de interesse do desenvolvimento dos territórios;
III - Ampliação da oferta dos programas básicos de cidadania;
IV - Inclusão e integração produtiva das populações pobres e dos segmentos sociais mais vulneráveis, tais como trabalhadoras rurais, quilombolas, indígenas e populações tradicionais;
V - Valorização da diversidade social, cultural, econômica, política, institucional e ambiental das regiões e das populações.

Fonte: Brasil, 2008.

No ano de sua criação em 2008, o PTC contou com a implantação de 60 territórios. No ano de 2009 esse número subiu para 120 (figura 1), a maior concentração desses territórios se encontra na região Nordeste e Norte onde predominam a maior quantidade de municípios com baixo dinamismo econômico.

Figura 1: Localização dos Territórios da Cidadania no Brasil



Os critérios de seleção à integração do PTC se estabeleciam a partir de parâmetros como: menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), maior concentração de agricultores familiares e assentamentos de Reforma Agrária, maior concentração de populações quilombolas e indígenas, maior número de beneficiários do Programa Bolsa Família, maior número de municípios com baixo dinamismo econômico, maior organização social e pelo menos um território por estado da federação (BRASIL, 2008). A tabela abaixo (tabela 1) apresenta os dados gerais desses parâmetros.

Tabela 1: Dados dos Parâmetros dos 120 Territórios da Cidadania no Brasil

DADOS DOS 120 TERRITÓRIOS DA CIDADANIA	
	TOTAL
Municípios	1.852
População	42,4 milhões de habitantes
População Rural	13,1 milhões
Agricultura Familiar	1,9 milhão de famílias
Assentados de Reforma Agrária	525,1 mil famílias
Bolsa Família	3,9 milhões de famílias
Comunidades Quilombolas	810
Terras Indígenas	317
Pescadores	210,5 mil famílias

Fonte: Portal da Cidadania, 2013.

O PTC conjectura a integração direta entre sociedade, governo federal, estadual e municipal para se pensar estratégias de desenvolvimento local. Em cada Território da Cidadania se constituía um colegiado territorial, este era composto pela sociedade civil (sindicatos e associações) e por agentes públicos da esfera federal, estadual e municipal.

Para os 120 territórios da Cidadania foram previstas para o ano de 2013 um total de 71 ações (tabela 2) nos três eixos (apoio a atividades produtivas, cidadania e direitos e infraestrutura) por meio do governo federal, com um valor aproximado de 7.319.788.859,53 (PORTAL DA CIDADANIA, 2013).

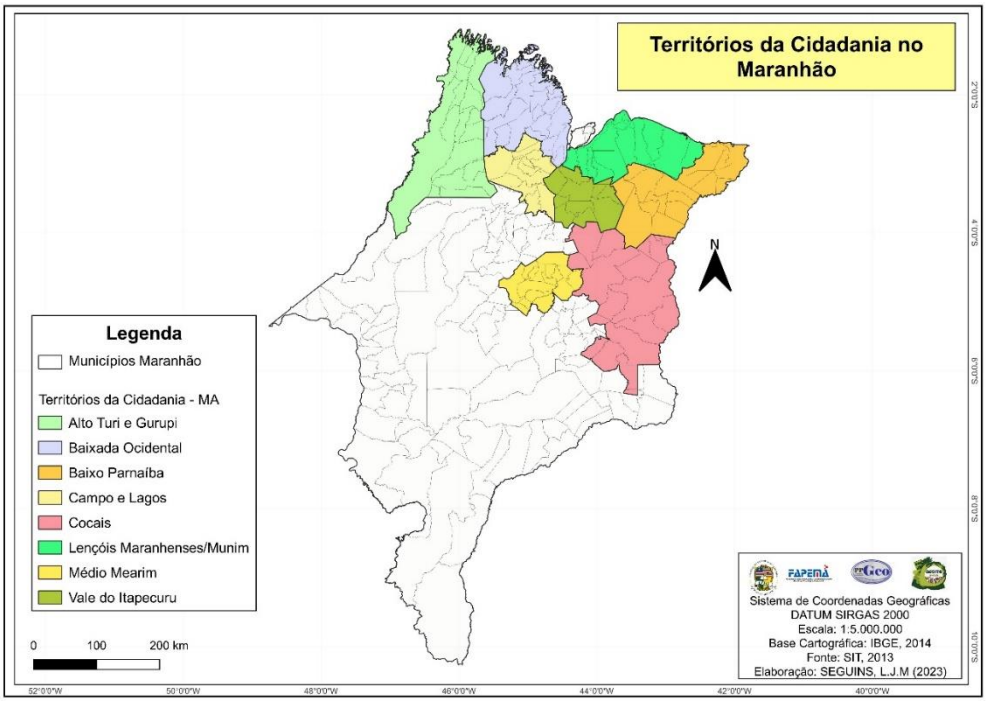
Tabela 2: Número de ações e valor dos investimentos nos 120 Territórios da Cidadania

AÇÕES E INVESTIMENTOS NOS TERRITÓRIOS DA CIDADANIA (2013)		
Eixos de Atuação	**Nº de Ações**	**Valor em (R$)**
Apoio a atividades produtivas	24	1.584.038.199,10
Cidadania e direitos	34	2.808.069.455,04
Infraestrutura	13	2.927.681.205,39
TOTAL	**71**	**7.319.788.859,53**

Fonte: Portal da Cidadania, 2013.

A criação dos Territórios da Cidadania no Maranhão (figura 2) ocorreu de forma graduada. Em 2003 foram criados 04 (quatro) territórios: Território dos Cocais, Território do Vale do Itapecuru, Território dos Lençóis/Munim e Território do Baixo Parnaíba. Em 2009, foram criados mais 04 (quatro) territórios: Território Alto Turi e Gurupi, Território Médio Mearim, Território da Baixada Ocidental Maranhense e Território Campo e Lagos (VASCONCELOS, 2015).

Figura 2: Localização dos Territórios da Cidadania no Maranhão



Com isso, a incorporação de municípios ao Territórios da Cidadania parte de critérios de seleção como mencionado anteriormente. Além desses parâmetros, cabe destacar alguns dados demográficos (tabela 3) desses territórios, a exemplo do número de municípios em cada TC, área e população rural. Em cinco (5) dos oito (8) a maior população vive na área rural.

Tabela 3: Dados demográficos dos TC do Maranhão

Dados Demográficos dos Territórios da Cidadania - MA				
TERRITÓRIOS	**Nº Municípios**	**Área (km²)**	**População total (hab.) 2010**	**População rural (hab.) 2010**
Alto Turi e Gurupi	18	25.605,93	289.083	113.166
Baixada Ocidental	19	18.555,50	388.768	205.970
Baixo Parnaíba	16	18.393,17	411.614	219.647
Campo e Lagos	12	8.808,20	319.887	181.305
Cocais	17	30.682,75	768.832	233.957
Lençóis Maranhenses/Munim	12	14.919,37	252.235	153.376
Médio Mearim	16	8.300,73	262.246	110.363
Vale Do Itapecuru	10	8.776,11	268.410	127.802
Total	**120**	**134.041,76**	**2.961.075**	**1.345.586**

Fonte: Portal da Cidadania (2013), IBGE - Censo Demográfico (2010).

Através dos cadernos territoriais disponibilizados no site do Ministério de Desenvolvimento Agrário, foi possível coletar dados de famílias assentadas, projetos de Reforma Agrária e pessoal ocupado na agricultura familiar (tabela 4). O TC Alto Turi e Gurupi possui a maior quantidade de famílias e projetos de Reforma Agrária, enquanto o Território da Cidadania Cocais possui a maior quantidade de pessoal ocupado na agricultura familiar.

Tabela 4: Dados da Reforma Agrária nos TC do Maranhão

Dados da Reforma Agrária dos Territórios da Cidadania - MA			
TERRITÓRIOS	**Famílias Assentadas**	**Projetos (Reforma Agrária)**	**Pessoal ocupado na Agricultura familiar**
Alto Turi e Gurupi	15.459	133	34.856
Baixada Ocidental	8.086	42	90.786
Baixo Parnaíba	7.222	61	102.225
Campo e Lagos	7.211	87	80.475
Cocais	12.970	90	117.315
Lençóis Maranhenses/Munim	10.298	131	47.303
Médio Mearim	3.520	36	49.328
Vale Do Itapecuru	6.982	69	54.308
Total	**71.748**	**649**	**576.596**

Fonte: IBGE, Censo Demográfico (2010); INCRA (2014); Atlas do Desenvolvimento Humano (2014).

Os recursos destinados pelo Programa de Infraestrutura pretendem obter resultados para o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais, enfatizando principalmente em ações que possam melhorar a potencialidade década território, a gestão social e a força da agricultura familiar.

Para alcançar o objetivo de enfretamento à pobreza e desigualdade sociais no campo através da política de desenvolvimento territorial, o governo federal executava um conjunto de ações. Uma Matriz de Ações é apresentada todo ano em cada Território. É o conjunto de propostas ou de ações do Governo Federal para o Território, com dados descritivos e metas físicas e financeiras territorializadas (PORTAL DA CIDADANIA, 2009).

Na tabela abaixo (tabela 5) faz o demonstrativo dessas ações para os Territórios da Cidadania do Maranhão. Essas ações são divididas em três categorias: apoio a atividades produtivas, cidadania e direitos e infraestrutura.

Tabela 5: Ações do Governo Federal nos Territórios da Cidadania -MA

Ações do Governo Federal nos Territórios da Cidadania no Maranhão em R$ (2013)			
TERRITÓRIOS	**Apoio a atividades produtivas (R$)**	**Cidadania e direitos (R$)**	**Infraestrutura (R$)**
Alto Turi e Gurupi	4.275.280,81	16.311.661,88	10.638.372,66
Baixada Ocidental	14.412.388,65	26.986.293,78	17.515.302,13
Baixo Parnaíba	11.388.733,35	29.681.025,82	14.808.319,04
Campo e Lagos	13.337.957,11	27.800.157,17	18.730.053,32
Cocais	8.394.213,30	41.134.359,27	13.246.488,68
Lençóis Maranhenses/Munim	2.397.646,18	26.265.597,83	20.447.345,08
Médio Mearim	2.019.884,31	31.036.011,51	6.635.642,49
Vale Do Itapecuru	3.614.015,56	17.808.999,49	10.659.277,75
Total	**59.840.119,27**	**217.024.106,75**	**112.680.801,15**

Fonte: Portal da Cidadania, 2013.

O programa Territórios da Cidadania tem um Ciclo de Gestão que funciona sobre um tripé, que é composto pelo: Comitê Gestor Nacional, Comitês de Articulação Estadual e os Colegiados Territoriais (VASCONCELOS, 2015).

Após a apresentação da Matriz de Ações, o Colegiado Territorial inicia o Debate Territorial, no qual são discutidas as ações e indicadas demandas e/ou prioridades. Este também é o fórum para definir uma agenda de articulação do Colegiado Territorial com as instâncias municipais para o atendimento de demandas específicas (PORTAL DA CIDADANIA, 2009).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos dados obtidos e discussão teórica, percebemos que a política de desenvolvimento territorial deve ser pensada a partir das multidimensões e múltiplas escalas do território, considerando seu as relações de poder presentes no mesmo.

Observou-se também que o existem desencontros institucionais. Existe necessidade de melhor articulação entre as esferas governamentais: poder federal, estadual, municipal e sociedade civil para elaboração de políticas de desenvolvimento territorial.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto de 25 de fevereiro de 2008**. Institui o Programa Territórios da Cidadania e dá outras providências. Diário Oficial da União - Seção 1 - 26/2/2008, P. 1. Brasília, 2008.

EMBRAPA. **Territórios da Cidadania**. Disponível em: https://www.embrapa.br/documents/1355746/30180455/Territórios+da+cidadania.pdf/b435c5cb-b68a-095f-5e27-caef4e60b044. Acesso em: 03/12/2022.

FAVARETO, Arilson. As políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil em perspectiva–uma década de experimentações. **Desenvolvimento em debate**, v. 1, n. 2, p. 47-63, 2010.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrando nos territórios do território. **Presidente Prudente**, 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais:** contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. Rev. NERA, ano 8, n. 6, jan./jun. 2005.

HESPANHOL, Rosângela Aparecida. de Medeiros. A adoção da perspectiva territorial nas políticas de desenvolvimento rural no Brasil. **Revista Campo-Território**, Uberlândia-MG, v. 5, n. 10 Ago., p. 123–147, 2010.

MDA, Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável: guia para o planejamento**. 2005.

PAULO NETTO, José. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1.ed.- São Paulo: Expressão Popular, 2011. 64 p.

PIRES, Marília Freitas de Campos. O materialismo histórico-dialético e a educação. **Interface-comunicação, saúde, educação**, v. 1, p. 83-94, 1997.

Portal da Cidadania. **Territórios da Cidadania.** Disponível em: http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territriosrurais/xowiki/portlets/territorios/pages/folder-chunk. Acesso em: 10/01/2023.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

SCHNEIDER, Sérgio. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, p. 88-125, 2004.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço, poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO et al (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. (p. 77-116).

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. Unesp, 2003.

VASCONCELOS, Pádua Suely da Silva. **Gestão de territórios rurais–diretrizes e desafios: o caso do território campos e lagos na Baixada Maranhense**. 2015. Tese de Doutorado. UEMA.

EFEITOS SOCIOAMBIENTAIS DA TERRITORIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA CAPITALISTA EM RIO VERDE-GO

Mainara da Costa Benincá[1]

Evandro Cesar Clemente[2]

RESUMO

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo analisar os efeitos da territorialização da agricultura capitalista em Rio Verde-GO, com recorte espacial para a Bacia Hidrográfica do Ribeirão Abóbora, na compreensão dos reflexos sociais, ambientais e econômicos. Para tanto, realizou-se primeiramente um levantamento teórico sobre a questão agrária brasileira e, posteriormente, a aquisição de dados secundários, junto ao IBGE, e dados primários, mediante entrevistas com o secretário municipal de agricultura. A territorialização da agricultura no município de Rio Verde é compreendida hoje como um processo extremamente homogeneizador e concentrador de riquezas, levando a uma marginalização dos agricultores familiares e, ao mesmo tempo, ao uso excessivo dos recursos naturais, comprometendo a biodiversidade e a qualidade dos recursos hídricos locais. A proposta de "modernização das atividades agrícolas" foi baseada unicamente no crescimento econômico, levando a uma insustentabilidade social e ambiental, com desigualdades socioespaciais e diferentes disputas territoriais locais.
Palavras-chave: Questão Agrária. Agricultura Capitalista. Cerrado.

Abstract: This article aims to analyze the socio environmental effects of the territorialization of capitalist agriculture in the municipality of Rio Verde, in State of Goiás, in order to understand its reflexes in social, environmental and economic spheres. To this end, a theoretical survey was first conducted on the Brazilian agrarian question and later the acquisition of secondary data from IBGE and primary data through field collections, and interviews with farmers and secretaries of the municipality. The territorialization of agriculture in the municipality of Rio Verde is understood today as an extremely homogenizing and concentrating process of wealth, leading to the marginalization of family farmers and, at the same time, to an excessive use of natural resources, jeopardizing biodiversity and the quality of local water resources. We identified that the "modernization of agricultural activities" proposal was based solely on economic growth, leading to social and environmental unsustainability, what intensifies socio-spatial inequalities and different local territorial disputes.
Keywords: Agrarian Question. Capitalist Agriculture. Cerrado Biome.

[1] Pós-doutoranda pelo Instituto de Geografia da Universidade Federal de Jataí - UFJ mainaracosta@gmail.com

[2] Docente dos cursos de Graduação e Pós-Graduação da Universidade Federal de Jataí - UFJ evandrocclemente@gmail.com

INTRODUÇÃO

A territorialização do processo de modernização da agricultura brasileira, ou do chamado "agronegócio brasileiro", foi o responsável por intensificar os problemas de ordem socioeconômica, ampliando as desigualdades sociais entre a população rural, de modo a marginalizar os pequenos proprietários de suas terras e ampliar os impactos ambientais, frutos das diferentes atividades predatórias no meio rural. Segundo Clemente (2011) as ações e políticas dos países desenvolvidos voltadas para os subdesenvolvidos, não conseguiram concretizar os objetivos esperados, aprofundando as desigualdades e impondo valores e padrões culturais do mudo ocidental, disseminando o padrão consumista.

O presente trabalho tem como objetivo analisar os efeitos socioambientais da territorialização da agricultura capitalista em Rio Verde-GO, na compreensão dos reflexos nos âmbitos sociais, ambientais e econômicos. Para tal, realizou-se primeiramente um levantamento teórico em torno da questão agrária brasileira e posteriormente a aquisição de dados secundários junto ao IBGE e dados primários por meio de coletas a campo, por meio de entrevistas com produtores rurais e secretários do município.

A territorialização da agricultura no Município de Rio Verde é compreendida hoje com um processo extremamente homogeneizador e concentrador de riquezas, levando a uma marginalização dos agricultores familiares e ao mesmo tempo de um uso excessivo dos recursos naturais, comprometendo a biodiversidade e a qualidade dos recursos hídricos locais. Identifica-se que a proposta de "modernização das atividades agrícolas" foi baseada unicamente no crescimento econômico, levando a uma insustentabilidade social e ambiental, intensificando as desigualdades socioespaciais e as diferentes disputas territoriais locais

A territorialização da agricultura capitalista no Cerrado

O processo de "modernização" da agricultura e a ocupação das terras do Cerrado brasileiro receberam o suporte de políticas públicas de cunho desenvolvimentistas, com o objetivo de levar o "desenvolvimento" para o Centro-Oeste do país. A intenção era criar condições para aumentar a produtividade da terra e do trabalho e, assim, fomentar o crescimento econômico, tido como sinônimo de desenvolvimento. Inúmeras foram as

consequências de tal modelo, que serão discutidas posteriormente à apresentação do processo de ocupação dessa região.

Quando se fala em "modernização da agricultura", pensa-se apenas nas modificações ocorridas na base técnica de produção, na substituição das técnicas ultrapassadas por "modernas": o burro pelo trator, o estrume pelo adubo químico, a enxada pelo arado; porém, modernização significa muito mais que isso. A "modernização" é entendida como um desdobramento da teoria do crescimento econômico, na qual se inserem os países desenvolvidos, em prol de uma maior acumulação de capital por meio do progresso técnico, que expropriam os recursos naturais e humanos dos subdesenvolvidos (Chalita, 2005). No caso das atividades agrícolas, esse progresso levaria a uma "modernização" das atividades rurais, entretanto, o que se identificou foram o crescimento econômico de uma restrita elite e um alto processo de degradação ambiental.

A distinção político-ideológica entre as problemáticas de natureza agrária e agrícola, durante os anos 1950-1980, facilitou a disseminação dos valores modernizadores, visando ao aumento da produção e da produtividade e à adoção de uma racionalidade que mercantilizou totalmente o modo de vida rural, rompendo com a autonomia que a agricultura gozava no passado em relação à indústria (Chalita, 2005, p. 101), constantemente perdida por conta da alta incorporação da agricultura ao modelo capitalista desenvolvimentista. Graziano da Silva (2003) afirma que, além da perda de autonomia, a agricultura capitalista ameaça esvaziar o campo, com o forte fluxo de migrantes para os centros urbanos, criando, além de uma crise agrícola, uma agrária, que agravam as desigualdades sociais.

De acordo com Mendonça (2004), o atraso passou a ser condição para a modernidade. Foi necessário inventar e reforçar o atraso para dar sentido à "modernização" que se pretendia instalar. Os novos arranjos produtivos forçaram os agricultores tradicionais a incorporarem novas técnicas e muitos viram-se obrigados a abandonarem o campo brasileiro. Para além das técnicas de produção, a chamada "modernização" provocou uma revolução nas diversas classes sociais rurais e urbanas, priorizando os proprietários e/ou arrendatários de grandes áreas e dificultando a manutenção dos pequenos.

Essa foi (e ainda é) a realidade brasileira, tendo em vista que prevaleceram as lógicas de reprodução do capital por meio da elevação da produtividade e de políticas públicas setoriais, direcionadas aos grandes proprietários de terras. A agricultura

“moderna” não se territorializou no campo brasileiro de forma homogênea, o que fez com que se estabelecesse uma hegemonia, beneficiando a elite agrária brasileira em detrimento da agricultura familiar. O período da chamada “Revolução Verde” consolidou esse processo de territorialização, marcado pela forte ação de políticas públicas para o fortalecimento da produção de *commodities* agrícolas, de modo a atender, sobretudo, o mercado externo.

O pacote tecnológico da chamada “Revolução Verde” foi amplamente veiculado por empresas multinacionais americanas após a II Guerra Mundial, sob o argumento de que o emprego de técnicas modernas propiciaria o substancial incremento da produção e da produtividade agrícolas, eliminando o problema da fome mundial.

De acordo com Graziano Neto (1988), o que era para ser uma elevação da oferta de alimentos e de matérias-primas para a indústria, tornou-se um modelo que agravou a crise agrária brasileira, haja vista que uma parcela significativa da população continua sem acesso a esse alimento. Estudos como os de Graziano Neto (1986) apresentam os reflexos da agricultura capitalista nos variados espaços brasileiros, tendo em vista a intensa destruição dos recursos naturais. A situação do estado de Goiás está inserida nessa discussão, principalmente, a partir da construção de Brasília, inaugurada no ano de 1960, e da consolidando da sua interligação, por meio de rodovias, ao restante do Brasil.

Essas infraestruturas promovem, no estado de Goiás, uma intensificação das atividades produtivas, frutos de políticas públicas para promoção do crescimento econômico na região. Tais incentivos proporcionaram uma mudança de ordem econômica e territorial na região, pois, era chegado o momento de promover o “desenvolvimento” no interior goiano.

As alterações impostas permeiam a ordem social e ambiental, tendo em vista as alterações das relações de trabalho, o uso dos recursos naturais e o modo de vida dos sujeitos. Em relação à questão ambiental, a “moderna” forma de produção trouxe efeitos deletérios, como os sucessivos danos que vêm sendo causados no Domínio de Cerrados, associados à ocupação, ao desmatamento e ao uso intensivo de mecanização e de insumos químicos de forma excessiva, muitas vezes, com técnicas inadequadas de manejo dos solos.

Por conta dessa leitura, a “modernização da agricultura” é chamada também de “modernização conservadora”, considerando a estratégia do governo de aumentar a produção e a produtividade agropecuária, sem alterar a estrutura agrária, elevando os

índices de tecnologia no campo, excluindo, com isso, o pequeno proprietário (Ferreira; Fernandes Filho, 2003).

A ocupação das áreas de Cerrado ocorreu com base em programas desenvolvimentistas para atrair pessoas e capital, e tornar a região Centro-Oeste interligada às demais do país. As atividades econômicas nesta região iniciaram-se com a mineração, com a exploração do ouro no século XVIII, posteriormente, com a pecuária, nas décadas de 1950 e, já na década de 1980, com a chegada das frentes agrícolas e a produção de grãos (Pedroso, 2004).

De acordo com Pedroso (2004), a "Marcha para Oeste" consolidou a chamada ocupação da região no governo de Getúlio Vargas, com ações em prol da integração da região ao restante do país, sendo a construção de Brasília e de rodovias como a BR 153 e a BR 364, importantes formas de contemplar essa interligação, medidas essas que foram necessárias para que a circulação de capitais, alimentos, pessoas e matérias-primas fossem facilitadas, de modo a dinamizar a economia do estado.

A ação do Poder Público foi fundamental para consolidar a ocupação da região Centro-Oeste nos moldes que podem ser observados atualmente, com programas como o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO) e o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER). O Cerrado brasileiro foi apresentado como o "novo celeiro agrícola" do país a partir de 1970, concretizando a territorialização do chamado "agronegócio" na região. Alguns programas específicos impulsionaram esse processo, como o POLOCENTRO, criado em 1975, com o intuito de modernizar as atividades agropecuárias da Região Centro-Oeste e de parte do estado de Minas Gerais, e o PRODECER, mediante empréstimos fundiários do Governo japonês (Pedroso; Silva, 2005).

A expansão da fronteira agrícola, a partir da década de 1970, provocou uma reestruturação espacial no Centro-Oeste brasileiro, com ênfase no Sudoeste do estado de Goiás. Intensas correntes migratórias da Região Sul do Brasil instalaram-se no estado, promovendo um crescimento populacional elevado, conforme indicado na Tabela 1.

Tabela 1 - População residente e situação do domicílio no estado de Goiás 1970-2010

Situação do domicílio	População residente (Pessoas)									
	1970	%	1980	%	1991	%	2000	%	2010	%
Total	2.938.029	100	3.860.174	100	4.018.903	100	5.003.228	100	6.003.788	100

Urbana	1.239.088	42,2	2.401.098	62	3.247.676	80,8	4.396.645	87,9	5.420.714	90,3
Rural	1.698.941	57,8	1.459.076	38	771.227	19,2	606.583	12,1	583.074	9,71

Fonte: IBGE - Censos Demográficos 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010. Org.: BENINCÁ, M.C. (2018)

A partir da análise dos dados, constata-se que a população total do estado de Goiás, após a década de 1970, teve um crescimento acima dos anos anteriores, passando de 2.938.029 em 1970 para 6.003.788 em 2010, um aumento de 104,3%, mais que dobrando, num período de 40 anos. Porém, se observarmos a população residente urbana e rural, verifica-se que a urbana passou de 42,2% em 1970, para 90,3% em 2010, devido aos intensos processos de mecanização e usos de produtos químicos no campo, poupando mão de obra e desarticulando a agricultura familiar. Outro fator responsável pelo aumento da população urbana foi a chegada de migrantes, originários principalmente da região Sul do país, que se estabeleceram no estado no final da década de 1980.

De acordo com o Censo Demográfico do IBGE (BRASIL, 2010), o país possuía 84,36% da sua população residente nas cidades e 15,64% residindo no campo, apresentando um crescimento de forma mais intensa nos centros urbanos, em razão da redução da oferta de emprego nas atividades rurais. A mecanização e, depois, a cientifização do mundo rural contribuíram, certamente, para a queda da participação da população rural na população total do Brasil, que passou de 68,76% em 1940 para 54,93% em 1960, 32,30% em 1980 e 21,64% em 1996 (Santos; Silveira, 2002, p. 211).

Esses números revelam que o estado de Goiás apresenta uma urbanização superior à média brasileira, assim como o município de Rio Verde, com 93%, dados esses que representam o aumento do emprego assalariado e também das demais formas de relações de produção no campo, levando a população a ocupar os centros urbanos em busca de outras fontes de renda. A tecnificação das atividades rurais e a intensificação da concentração fundiária são os elementos que mais influenciaram nesse processo migratório campo-cidade.

De acordo com Pedroso e Silva (2005), o ritmo acelerado de crescimento econômico se deve à intensificação das políticas de expansão da fronteira agrícola, atraindo um fluxo de migrantes, por ser a região o novo polo de “desenvolvimento” agrícola. A atração devia-se ao fato de ser a nova área de expansão agrícola para atender

à demanda do mercado externo, com cultivos comerciais pautados no alto uso de tecnologias para alcançar uma elevada produtividade.

A "modernização agrícola" no Cerrado brasileiro, que inseriu o estado de Goiás na dinâmica produtiva agrícola do país, trouxe uma reconfiguração espacial e impactou de forma negativa os recursos naturais, além de fazer com que essa região deixasse de ser simplesmente uma típica região de "fronteira" para se tornar uma importante região produtora de grãos. No entanto, trouxe drásticas consequências para deterioração do meio ambiente e social, como perda da biodiversidade, erosão e compactação dos solos, êxodo rural, concentração de renda e muitos outros problemas relacionados ao desenvolvimento urbano, pois, as regiões e/ou municípios que se beneficiam são aqueles que possuem infraestrutura e produzem matéria-prima relacionada com o que a empresa deseja transformar, ou seja, que atendam ao modelo econômico vigente, e os municípios que realmente precisam se desenvolver tornam-se reféns do modelo capitalista (Pedroso; Silva, 2005, p. 23).

As consequências demonstradas são causadas pela agricultura capitalista, que fortalece as grandes propriedades de terras e, nesse caso específico, afetam drasticamente o Domínio de Cerrado, que vem passando por um forte processo de expansão das atividades produtivas. De acordo com Ribeiro (2005), o desmatamento progressivo, o manejo inadequado de solos frágeis, a contaminação de solos e águas, bem como outros aspectos, foram trazidos à tona, tornando necessário rever a noção que prevê a intensificação constante da pressão antrópica, por meio da implantação de monocultoras agrícolas no Sudoeste de Goiás.

O Cerrado, em função da ampliação de técnicas em prol do "desenvolvimento", tornou-se sede de complexos agroindustriais, consolidando a dominação do território por outros grupos (Calaça; Dias, 2010). As áreas de vegetação foram ocupadas pela pecuária extensiva, passando a ser substituídas por monoculturas, reconfigurando o espaço agrário da região. Hoje a Microrregião Geográfica do Sudoeste de Goiás é uma das maiores produtoras agrícolas do país, abrigando, principalmente, atividades dos complexos de grãos, de carnes e de cana-de-açúcar.

A estrutura fundiária nas áreas de Cerrado, desde o início do período de ocupação, é baseada em grandes propriedades e, em função de incentivos governamentais, principalmente, tal modelo prevaleceu, configurando uma política agrícola e agrária de viés concentrador e marginalizador, com alto padrão econômico e tecnológico (Ribeiro,

2005). Essas unidades produtivas são pautadas na produção a partir de técnicas e produtos químicos altamente agressivos, comprometendo a qualidade dos recursos naturais.

As ações antrópicas causam efeitos deletérios ao ambiente, afetando a qualidade de vida, especialmente no que diz respeito ao uso dos recursos hídricos. O padrão produtivo da agricultura capitalista estabelecido no Cerrado faz com que a água seja um "bem" que é constantemente exportado de modo indireto, pois, os alimentos e produtos industrializados utilizam grande quantidade de água no seu processo produtivo. Por exemplo, são necessários 1.650 litros de água para produzir um quilo de soja, 1.900 litros para produzir um quilo de arroz e 15.000 litros para produzir um quilo de carne bovina (Dupas, 2008).

Nesses aspectos, podemos abordar a situação atual do Domínio de Cerrado, sendo ele fortemente ameaçado pela expansão das atividades agropecuárias no Centro-Oeste brasileiro. O Cerrado original ocupava, aproximadamente, 22% das terras brasileiras, localizando-se no Planalto Central do país, sendo alimentador de três importantes bacias hidrográficas: a Bacia Amazônica, a do Paraná e a do São Francisco, desempenhando um papel importante na distribuição hídrica no Brasil (Gomes, 2008).

A agricultura capitalista no município de Rio Verde-GO

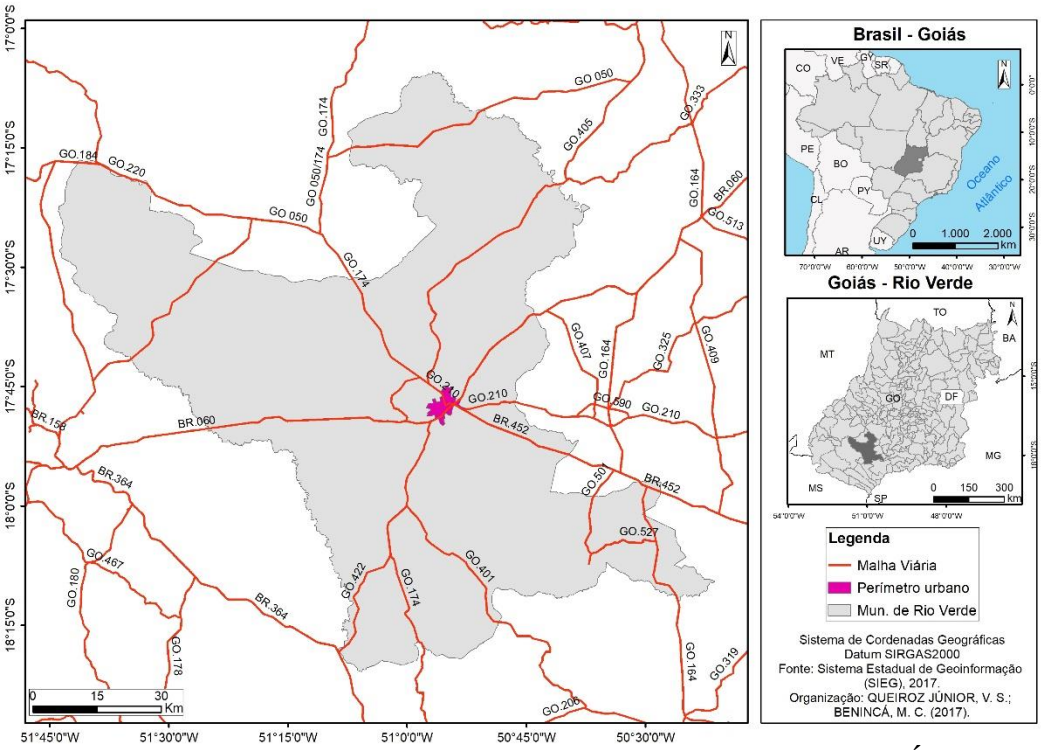
As transformações no espaço do Cerrado Goiano começaram a ser realizadas com a mineração. Posteriormente, houve o advento da criação de gado, sendo que as antigas áreas de pastagens foram transformadas, de forma gradativa, em áreas de plantio de soja, milho e, recentemente, de cana-de-açúcar, estando os municípios de Jataí, Rio Verde e Chapadão do Céu entre os maiores produtores de grãos do estado de Goiás e entre os maiores do Brasil (Martins et al., 2016).

O município de Rio Verde possui uma estrutura fundiária bastante concentrada. Apesar de perfazer 57,36% do número total dos estabelecimentos, os agricultores familiares ocupavam apenas 7,29% da área agricultável e os não familiares ocupavam 92,71% no ano de 2006 (Almeida, 2009). Mesmo prevalecendo as grandes propriedades rurais no município, a expansão capitalista não eliminou as unidades de produção familiares.

O município de Rio Verde está localizado na Microrregião Geográfica Sudoeste de Goiás, cujas coordenadas geográficas são: Latitude 18°14'56,486"S, Longitude 50°18'6,305"W e Latitude 17°9'24,664"S, Longitude 51°48'37,187"W, com altitude

média de 838 m, conforme apresentado na Figura 1. O clima do município apresenta duas estações bem definidas, sendo uma seca (de maio a outubro) e outra úmida (de novembro a abril), com temperatura média mensal anual entre 20 °C e 25 °C (Ferreira, 2010).

Figura 1 – Mapa com a localização do município de Rio Verde-GO



Fonte: Sistema de Geoinformação (SIEG, 2017) Org.: QUEIROZ JÚNIOR, V.S.; BENINCÁM.C. (2017).

Rio Verde está assentado no Planalto Central, que tem, nas suas formas, grandes áreas de relevo plano e suavemente ondulado, convencionalmente chamadas de chapadas, importantes para a implantação do processo de mecanização da agricultura no município (Peixinho, 2006). A vegetação predominante é a do Domínio de Cerrado, com remanescentes localizados de forma mais intensa entre os vales fluviais, na forma de matas de galerias (Prado et al., 2009).

Segundo a Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento, por meio do Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – IMB (Goiás, 2018), Rio Verde é o segundo município economicamente mais competitivo do estado, ficando atrás apenas de Anápolis, que tem destaque com a pecuária, a agricultura, a indústria e o comércio. É considerado a “capital do agronegócio”, ocupando o segundo lugar no valor agregado estadual da agropecuária, com 4,3%, o quarto lugar do valor adicionado da

indústria estadual, com 6,85%, e a quinta posição na participação do valor adicionado estadual no setor de serviços, com 4,06%, representando 52% da economia do município (IMB, 2009).

O município apresenta um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,754, considerado alto, e um Coeficiente de Gini de 0,56 (IMB, 2010)[3]. O coeficiente de Gini do município representa um distanciamento da igualdade entre ricos e pobres, consequência da alta concentração fundiária e da renda da população local.

Em relação à participação na agropecuária do estado, Rio Verde manteve-se com a maior participação no total da produção do estado (6,2%), com destaque para a silvicultura e a extração vegetal, a criação de aves, suínos e bovinos e o cultivo de cereais e de soja, de modo que possui o quarto maior PIB do estado, representando 4,7% (Goiás, 2015).

No setor industrial, o município obteve a sexta posição no ranking da participação da indústria goiana, com 4,7%. A base econômica desse município é o agronegócio, com forte encadeamento da agropecuária com a indústria de transformação, com destaque para o setor de transformação de alimentos, com maior participação no estado (Goiás, 2015).

A expansão do agronegócio no Sudoeste de Goiás provocou uma reconfiguração territorial, sendo Rio Verde um dos municípios de destaque, visto que tais transformações se deram de forma bastante pronunciada. O elevado crescimento populacional constatado nas últimas décadas representa os altos investimentos nos setores agropecuários e industriais, atraindo um grande contingente de pessoas de diversas regiões do país em busca de emprego e de melhores condições de vida.

Em 2010, a população de Rio Verde caracterizava-se por ser predominantemente urbana, com 92,7% dos habitantes urbanos, e 7,3% rurais (Brasil, 2010). Em 2019, segundo estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o município conta com uma população de 235.647 habitantes (Brasil, 2019). A Tabela 2 indica o processo intenso de urbanização que ocorreu no município a partir de 1970.

Ao analisar a situação de moradia média no país, de acordo com o Censo Demográfico de 2010, o país possuía 15,63% da população classificada como rural e 84,37% como população urbana (Brasil, 2010), o que revela que, em Rio Verde, o processo de urbanização está mais elevado que no Brasil. Importante ressaltar ainda que, por ser um município com economia de base agrícola, apresenta uma população rural

[3] O índice de Gini representa a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos, sendo o valor 1 de total desigualdade e o valor 0 de total igualdade (ATLAS DO BRASIL, 2019).

muito baixa, representando quão tecnológicas são as atividades agrícolas desenvolvidas, poupadoras de mão de obra, as quais, associadas à uma estrutura fundiária bastante concentrada, oferecem poucas oportunidades de trabalho e moradia no campo.

Tabela 2 - População residente e situação do domicílio no município de Rio Verde-GO.

Situação do domicílio	Ano										
	1970	%	1980	%	1991	%	2000	%	2010	%	2019*
Total	55.697	100	74.699	100	96.309	100	116.552	100	176.424	100	235.647
Urbana	26.927	48,3	55.541	74,4	84.142	87,4	106.079	91	163.540	92,7	S/D
Rural	28.770	51,7	19.158	25,6	12.167	12,6	10.473	9	12.884	7,3	S/D

* População estimada 2019.

Fonte: IBGE - Censos Demográficos (1970, 1980, 2000 e 2010) e Contagem Populacional (1991 e 2018). Org.: BENINCÁ, M.C. (2019).

De acordo com a análise dos dados da Tabela 2, verifica-se que, de 1970 a 1980, a população urbana cresceu em um ritmo elevado, passando de 26.927 para 55.541 habitantes, ou seja, um crescimento de aproximadamente 106% em apenas uma década. No caso da população rural, o decréscimo também foi considerável no mesmo período, reduzindo de 28.770 em 1970 para 19.158 em 1980, um decréscimo de 33%. De acordo com Macedo (2013), a taxa de urbanização do município de Rio Verde em 2010 era de 92,7% (IBGE, 2010), superior à do estado de Goiás (90,3%), da região Centro-Oeste (88,8%) e do Brasil (84,4%).

O elevado e rápido crescimento da população urbana em relação à população rural, que, por sua vez, apresenta acentuado decréscimo, está associado ao processo de inserção do município na produção de monoculturas agrícolas mecanizadas, com forte utilização de insumos químicos, que poupou considerável quantidade de mão de obra e desarticulou significativa parcela da agricultura familiar existente, de modo a atender ao mercado externo, e pela instalação de unidades agroindustriais, que proporcionaram um aumento do número de empregos na cidade.

De acordo com Pedroso e Silva (2005), o rápido crescimento populacional, fomentado por uma propaganda “desenvolvimentista”, apresenta-se como um dos agravantes das questões ambiental e social do município de Rio Verde. Esse crescimento desordenado tem sido a causa dos intensos problemas urbanos em que as atividades agrícolas predominam, justificados pela ausência de planejamento público e, consequentemente, pela inadequada e insuficiente infraestrutura disponível nas cidades.

Quando são analisados os dados da população total de Rio Verde entre os anos de 2000 e 2018, identifica-se um acréscimo muito expressivo no período, passando de

116.552 para 229.651 habitantes, ou seja, um aumento de 97%. Esse crescimento está atrelado à expansão do setor agroindustrial no município, que atraiu um contingente elevado de trabalhadores na busca por emprego, de forma mais específica com a instalação da empresa BRF Brasil Foods, enquadrada no setor de alimentos.

De fato, as políticas públicas voltadas para o fomento da produção de monoculturas em grande escala, destinadas à agroindústria, com intenso uso de insumos químicos e mecanização, geraram processos produtivos que poupam significativa quantidade de mão de obra humana, impulsionando a migração do campo para a cidade, uma vez que a modernização da agricultura inviabilizou a produção para o consumo próprio e em pequena escala.

Esse processo reforçou a concentração de terras no município, intensificou as desigualdades sociais e consolidou o processo hegemônico do agronegócio nas relações produtivas e de trabalho, alterando a dinâmica urbana do município. Devido ao aumento da população urbana, novos loteamentos foram consolidados e outros estão em fase de projeto, aguardando a aprovação do governo municipal.

Na Figura 2, é possível visualizar o processo de competição no território que existe na Bacia Hidrográfica do Ribeirão Abóbora, em estudo, entre as áreas de lavouras (ao fundo da imagem) que circundam a área urbana e a expansão de loteamentos urbanos, além da presença de plantas de unidades agroindustriais de grande porte. Essas atividades têm contribuído, de certo modo, para o comprometimento da qualidade dos recursos naturais locais, tendo em vista a proximidade deles das nascentes, principalmente nas do Ribeirão Abóbora.

Dessa forma, o rápido crescimento urbano foi o responsável por uma série de problemas, como a especulação imobiliária, a violência urbana, o aumento de resíduos sólidos, dentre outros e, como representado na Figura 2, novos loteamentos surgiram para garantir o lucro dos empresários do setor.

A elevada urbanização é consequência do forte fluxo migratório do campo para as cidades e do elevado número de migrantes de variadas partes do país que o município recebeu, principalmente na primeira década do século XXI, resultando em uma alta demanda por infraestrutura e serviços coletivos urbanos (MACEDO, 2013). Essa demanda não foi contemplada de modo satisfatório, ocasionando o aparecimento de inúmeros problemas urbanos, como o surgimento de bairros sem a infraestrutura adequada, o aumento do custo de vida, a precariedade do sistema de transporte coletivo e o aumento do índice de criminalidade.

Figura 2 - Abertura de novos loteamentos na Bacia Hidrográfica do Ribeirão Abóbora representando a expansão urbana em Rio Verde (GO)

Fonte: Trabalho de Campo, BENINCÁ, M.C. (2017)

O crescimento econômico do município de Rio Verde não foi revertido em benefícios para toda a população, mesmo que alguns índices foram favoráveis em relação à produção de grãos, arrecadação de impostos, PIB e IDHM, tendo em vista a persistência da desigualdade social, iniquidade no acesso à terra e número elevado de pessoas em situação de extrema pobreza (Almeida, 2009).

Portanto, a realidade da agropecuária do município de Rio Verde (GO), apresentada a seguir, representa os setores que foram beneficiados com políticas públicas setoriais, responsáveis por elevar as desigualdades sociais e por não reduzir os índices de pobreza local.

A agricultura nos moldes capitalistas caracteriza as atividades rurais de Rio Verde, sendo um importante produtor de arroz, soja, milho, algodão e sorgo. O município também possui um importante plantel bovino, avícola e suíno, que o consolida como um dos principais polos agroindustriais do estado de Goiás, pela forte inter-relação entre os segmentos produtivos da agropecuária e da agroindústria, com emprego de novas tecnologias, que, de certo modo, têm tornado esta relação bastante competitiva sob o ponto de vista econômico (Almeida, 2009).

O município de Rio Verde, nos anos de 2010 a 2014, manteve-se como o maior participante da produção agropecuária do estado de Goiás, registrando crescimento de 5,7% em 2010, 6,4% em 2013 e chegando a 6,5% no ano de 2014 (Goiás, 2014).

De acordo com o Secretário Municipal de Agricultura, há uma carência de frutas, legumes e verduras devido à falta de incentivos à produção de alimentos e ao agricultor familiar, mesmo sendo uma das metas da administração de 2017-2020 a adesão a políticas que atendam essa classe, procurando promover diversificação das atividades agrícolas.

O município possui nove Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária, com um total de 376 famílias assentadas, de acordo como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA (BRASIL, 2017), que enfrentam enormes desafios para produção, pela carência de políticas públicas, ausência de canais de comercialização dos produtos e de oferta de assistência técnica a esses agricultores familiares. O Secretário relata ainda a falta de incentivos por parte dos governos federal e estadual para os assentados, apresentando, durante sua gestão, a necessidade de intensificar a produção nesses assentamentos para reduzir a dependência de produtos alimentícios de outros municípios e fortalecer os agricultores familiares.

Um dos setores que tem crescido muito nos últimos anos é o agroindustrial, impulsionado pelo setor agropecuário, sediando importantes agroindústrias: BRF Brasil Foods (Perdigão, Sadia e Qualy), Grupo Orsa, Grupo Cereal, Cereal Ouro, Videplast, Brasilata, Grupo Tec Agro, Grupo Décio, Kowalski, COMIGO, Marfrig, Refrigerantes Rinco, entre muitas outras (Prefeitura de Rio Verde, 2017).

Grande parte das plantas industriais presentes no município estão instaladas no anel viário, localizado na Bacia do Ribeirão Abóbora, área de estudo da presente pesquisa. Na Figura 3, é possível verificar a localização dessas unidades industriais, juntamente com as atividades desenvolvidas no seu entorno, de agricultura e pecuária.

O intenso processo de urbanização também está fortemente associado à instalação dessas plantas agroindustriais no município, a partir dos anos de 1990, atraindo consideráveis fluxos migratórios em razão da expectativa por um emprego, elevando os índices de crescimento populacional. Grande parte dos migrantes e desempregados já residentes em Rio Verde não foram incluídos nessas oportunidades geradas pelas indústrias, ficando marginalizados no centro urbano, intensificando os problemas socioeconômicos no município.

Figura 3 - No centro da fotografia, unidades de plantas agroindustriais localizadas no anel viário do município de Rio Verde, na Bacia do Ribeirão Abóbora

Fonte: Trabalho de Campo (2017). Autora: BENINCÁ, M.C. (2017)

Esses investimentos fortalecem indiretamente a agricultura e setores de comércio e serviços do ramo, representando a ascensão dessa atividade no município. Identifica-se uma transformação espacial no Sudoeste de Goiás, nesse caso, de forma específica em Rio Verde, tendo em vista que a Perdigão atraiu diversas outras indústrias.

Segundo Predoso e Silva (2005), aproximadamente 400 novos empreendimentos foram instalados no município após a implantação do Complexo da Perdigão, principalmente de embalagens e distribuidoras de insumos gerais. A instalação de granjas de aves e suínos também foi expandida, inclusive em áreas rurais da Bacia do Ribeirão Abóbora, próximas à unidade da Perdigão.

O intenso processo de urbanização ocasionado pela mecanização da agricultura, conforme já descrito anteriormente, também é uma das causas de problemas socioambientais do município, comprovando que o intenso processo de migração campo/cidade e fluxos de migrantes de outras regiões do país apresentam-se como um forte agravante dos problemas urbanos em Rio Verde-GO, frutos da “modernização da agricultura”.

Sendo assim, analisando a questão agrária, verifica-se a necessidade de mudanças na distribuição de terras no Brasil – e em Rio Verde –, com medidas baseadas no fortalecimento dos agricultores familiares, que devem ser pensadas para uma melhor

distribuição da terra e da renda e, consequentemente, uma maior fixação desses sujeitos no campo, e também para buscar atingir a segurança e soberania alimentar. Quanto à utilização dos recursos naturais, é necessário buscar a recuperação das áreas degradadas de Cerrado e, para evitar aprofundar essas mazelas ambientais, é preciso adotar um manejo menos degradante, aliado a mudanças estruturais no modelo produtivo.

Quanto aos aspectos ambientais, destaca-se a questão da água do Cerrado, pois, torna-se preocupante o crescimento populacional e industrial, que contribuem para o comprometimento da qualidade dos ambientes hídricos locais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Identifica-se que em Rio Verde a proposta de "modernização das atividades agrícolas" foi baseada unicamente no crescimento econômico, levando a uma insustentabilidade social e ambiental, intensificando as desigualdades socioespaciais e as diferentes disputas territoriais.

Fazem-se necessárias medidas baseadas no fortalecimento dos agricultores familiares, para uma melhor distribuição da renda e consequentemente uma maior qualidade de vida desses sujeitos. Quanto a utilização dos recursos naturais, buscar-se-á recuperação das áreas de degradadas de Cerrado e manter a possibilidade de vida no Município, tendo em vista a elevada população urbana e a alta concentração de indústrias, que fazem uso principalmente da água.

A necessidade por um caráter menos produtivista e mais voltado para um desenvolvimento rural sustentável passou a ser pensado nos anos de 1990, tendo em vista o "fracasso" das fases de modernização agrícola. Tentativas em prol de um desenvolvimento pensado nos âmbitos econômicos, sociais, ambientais e culturais devem ser pensadas com o intuito de minimizar os impactos relacionados a fome, a exclusão social, os impactos ambientais e a intensa desigualdade social do Brasil.

Referências

ALMEIDA, J. Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento (rural) sustentável. In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. *Reconstruindo a agricultura*: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. 3. ed. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2009. p. 33-55.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Censo agropecuário brasileiro de 2017*. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>. Acesso em: 12 mar. 2019.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), 2017

CALAÇA, M.; DIAS, W. A. A modernização do campo no Cerrado e as transformações socioespaciais em Goiás. *Campo-Território*: Revista de Geografia Agrária, Uberlândia, MG, v. 5, n. 10, p. 312-332, 2010. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/12049>. Acesso em: 23 abr. 2017.

CHALITA, M. A. N. Desenvolvimento rural, agricultura e natureza: novas questões de pesquisa. *Revista de Economia Agrícola*, São Paulo, SP, v. 52, n. 1, p. 97-113, jan./jun. 2005. Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/out/verTexto.php?codTexto=2650>. Acesso em: 18 mar. 2017.

CLEMENTE, E. C. *O Programa de microbacias no contexto do desenvolvimento rural da região de Jales-SP*. 2011. 339 f. Tese (Doutorado em Geografia), Faculdade de Ciências e Tecnologia/UNESP, Presidente Prudente, SP, 2011.

DUPAS, G. O impasse ambiental e a lógica do capital. In: _____. (Org.). *Meio ambiente e crescimento econômico*: tensões estruturais. São Paulo, SP: Editora da UNESP, 2008. p.21-89.

FERREIRA, W. S. *Cultivo do milho e da soja em sucessão as culturas de safrinha em Rio Verde-GO*. 2010. 67 f. Dissertação (Mestrado em Produção Vegetal), Universidade de Rio Verde, Rio Verde, GO, 2010.

FERREIRA, D. F.; FERNANDES FILHO, J. F.; Análise das transformações recentes na Atividade Agrícola da Região de Goiás. 1970/1995-6. In: PEREIRA, S.L.; XAVIER, C. L. (Org). *O agronegócio nas terras de Goiás***.** Uberlândia, MG: EDUFU, 2003. p. 101-138.

GOIÁS. Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento de Goiás (SEGPLAN-GO). *PIB*: Produto Interno Bruto dos Municípios Goianos 2010. Goiânia, GO: SEGPLAN, 2014. Disponível em: <www.segplan.go.gov.br/sepin/pub/pib/pibmun2010/pibmun2010.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2017.

GOIÁS. Instituto Mauro Borges de Estatística e Estudos Socioeconômicos (IMB). *Banco de dados estatísticos de Goiás.* Disponível em: <http://www.imb.go.gov.br/bde>. Acesso em: 15 fev. 2018

GOMES, H. Extinção ou patrimônio nacional? In: _____. *Universo do Cerrado***.** Goiânia, GO: Ed. da UCG, 2008. v. 1. p. 7-13.

GRAZIANO NETO, F. *Questão agrária e ecologia*: crítica da moderna agricultura. 3. ed. São Paulo, SP: Brasiliense, 1986. 156 p.

GRAZIANO DA SILVA, J. *Tecnologia e agricultura familiar.* 2. ed. Porto Alegre, RS: Editora UFRGS, 2003.

MACEDO, F. C. Transformação econômica, inserção externa e dinâmica territorial no Centro-Oeste brasileiro: o caso de Rio Verde. *Revista Sociedade & Natureza*, Uberlândia, MG, v. 25, n. 1, p. 35-50, jan./abr. 2013.

MARTINS, A. P.; SCOPEL, I.; SOUSA, M. S.; PEIXINHO, D.M. Uso da terra e cobertura vegetal de 1985 a 2015 no Sudoeste de Goiás e relações com o meio físico. In: PEIXINHO, D.; SOUSA, M.S. (Orgs.). *Reconfiguração do Cerrado*: uso, conflitos e impactos ambientais. Goiânia, GO: Gráfica UFG, 2016. p. 11-34.

MENDONÇA. M. R. *A urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado do Sudeste Goiano*. 2004. 448 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, SP, 2004.

PEDROSO, I. L. P. B.; GOBBI, W. A. O.; CLEPS JÚNIOR, J.; PESSOA, V. L. S. Modernização e agronegócio: as transformações socioeconômicas recentes em Rio Verde (GO). In: ENCONTRO DOS POVOS DO CERRADO, 2., Pirapora, 2004. *Anais***...** Pirapora, MG: UNIMONTES, 2004. 1 CD Rom.

PEDROSO, I.; SILVA, A.R.P. O papel das políticas públicas no desenvolvimento agroindustrial de Rio Verde. *Revista Caminhos de Geografia*, Uberlândia, MG, v. 6, n. 15, p. 20-27, jun. 2005.

PEIXINHO, D. M. *A dinâmica socioespacial do modelo técnico-produtivo da sojicultura no Cerrado e a formação dos centros dinâmicos***:** o caso de Rondonópolis (MT) e Rio Verde (GO). 2006. 208 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, CCMN/Departamento de Geografia, Rio de Janeiro, RJ, 2006.

PRADO, R. B.; FERREIRA, C. E. G.; BENITES, V. M.; NAUMOV, A. Mapeamento e descrição do padrão de uso e cobertura da terra em municípios do sudoeste goiano a partir de imagens orbitais TM/Landsat-5. *Boletim de pesquisa e desenvolvimento*. Rio de Janeiro, RJ: Embrapa Solos, 2009. v. 148. 54 p.

RIBEIRO, D. D. *Agricultura "caificada" no Sudoeste de Goiás:* do bônus econômico ao ônus socioambiental. 2005. 317 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2005.

RIO VERDE. PREFEITURA DE RIO VERDE. *Diagnóstico da implantação do programa produtores de água na cidade de Rio Verde.* Rio Verde, GO, 2012. Disponível em: <http://www.rioverde.go.gov.br>. Acesso em: 12 set. 2017

SANTOS, M; SILVEIRA, M. L. *O Brasil:* Território e sociedade no início do século XXI. 4. ed. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2002

ENTRAVES E DESAFIOS ACERCA DO FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA ALIMENTAR (PRONAF) EM PERNAMBUCO

João Marcellus Amorim Barbosa[1]

Cláudio Ubiratan Gonçalves[2]

RESUMO

A agricultura familiar ocupa milhões de brasileiros por todo território nacional. Desde o começo da colonização e nos séculos seguintes ela ocupou uma quantidade de terra bem menor em comparação à ocupada pelo formato monocultura-exportação que foi se modificando com o tempo. A partir de meados do século XX, a questão da agricultura familiar e da pobreza rural vão passar a ser uma pauta insurgente no cenário político nacional, dividindo opiniões quanto às suas causas e consequentemente, quanto às possíveis soluções. A pouca atenção ou intenção de resolver as problemáticas continuará a pressionar as autoridades estatais até que em 1996 seja criado o PRONAF, com o intuito de melhorar a renda e o uso da mão de obra familiar. Em quase 30 anos de existência o programa passou por diferentes fases, expansões e retrações e foi objeto de análise de vários pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento. Dada sua importância na vida de milhões de brasileiros e dentro de estudos geográficos pelas suas consequências territoriais, este artigo teve por objetivo pensar a situação do programa no estado de Pernambuco, através de uma revisão bibliográfica de diferentes estudos. Sabendo da importância desse programa para vários agricultores, mas também das suas problemáticas, buscou-se pensar sobre as possibilidades para a reconstrução e melhoria do programa de modo que se torne mais efetivo em seu objetivo.
Palavras-chave: agricultura familiar, políticas públicas, crédito rural.

RESUMEN

La agricultura familiar ocupa a millones de brasileños en todo el país. Desde el inicio de la colonización y en los siglos siguientes, ocupó una superficie mucho menor que el formato monocultivo-exportación, que fue cambiando con el tiempo. A partir de mediados del siglo XX, la cuestión de la agricultura familiar y de la pobreza rural se convirtió en un tema insurgente en la escena política nacional, dividiendo la opinión sobre sus causas y, consecuentemente, sobre sus posibles soluciones. La falta de atención o intención de resolver los problemas siguió presionando a las autoridades estatales hasta que se creó el PRONAF en 1996 con el objetivo de mejorar los ingresos y el uso de la mano de obra familiar. En casi 30 años de existencia, el programa ha pasado por diferentes fases, ampliaciones y retracciones y ha sido objeto de análisis por parte de diversos investigadores de diferentes áreas del conocimiento. Dada su importancia en la vida de millones de brasileños y dentro de los estudios geográficos debido a

[1] Mestrando do Programa de Pós Graduação de Geografia (PPGEO) da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, marcellus.amorim1999@gmail.com

[2] Professor Dr. do Departamento de Ciências Geográficas e Vice-Coordenador do Programa de Pós Graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, biragrario@gmail.com

sus consecuencias territoriales, el objetivo de este artículo fue considerar la situación del programa en el estado de Pernambuco, a través de una revisión bibliográfica de diferentes estudios. Conociendo la importancia de este programa para muchos agricultores, pero también sus problemas, buscamos reflexionar sobre las posibilidades de reconstrucción y mejora del programa para que sea más eficaz en su objetivo.
Palavras-chave: agricultura familiar, políticas públicas, crédito rural.

INTRODUÇÃO

O Brasil é um país marcado pela profunda concentração fundiária, herdada de um processo de colonização baseado em latifúndio, monocultura e escravidão. A imposição desse modelo atropelou as outras racionalidades presentes no território e criou um abismo entre uma minoria detentora das terras e uma maioria esmagadora privada do acesso a terra e agricultura de menor porte e de consumo local preteridas em contexto nacional. O Estado imperial herdeiro da colônia, seguiu adiante com o processo de concentração de terras em uma oligarquia rural e de segregação social, dentre seus pontos mais importantes a Lei de Terras de 1850, que lançou as bases para a mercadorização da terra no país e tornou a compra como único mecanismo de obter a posse da terra. A tendência de produção agrícola continua focada no mercado internacional à medida que as diferentes demandas se seguem e a insatisfação popular e a pobreza no campo se prosseguiu como um dos calos no sapato durante a primeira metade do século XX sob governo republicano. O governo militar será marcado por uma modernização conservadora do campo brasileiro, com pesados investimentos e subsídios focados na expansão e maximização da produção agrícola, impulsionado pela Revolução Verde e a forte demanda por commodities no mercado internacional, concentrando esse investimento não apenas nas específicas linhas agrícolas, mas também territorialmente nas regiões Sudeste e Sul do país.

O declínio da política em meados da década de 80 com o fim dos juros fixados pelo Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) num momento em que a inflação brasileira estava em tendência de alta, trouxe a diminuição os recursos públicos que são investidos no ambiente rural, assim como as políticas agrícolas associadas. A força dos movimentos sociais durante o fim da ditadura e o processo de redemocratização brasileira no final da também trouxe nas suas reivindicações a questão relacionada ao acesso à terra e a produção familiar e junto com ela as primeiras propostas e ações direcionadas à agricultura familiar começam a ser ensaiadas pelo Estado brasileiro, que segue uma tendência internacional da década de 90 de políticas neoliberais e de privatizações. Após alguns programas preliminares com parcerias com os governos

estaduais, em 1996 o Programa de Fortalecimento à Agricultura Familiar (PRONAF) é oficialmente criado, um marco definitivo do reconhecimento do Estado sobre a categoria do agricultor familiar e a primeira vez que uma política de crédito rural nacional era especificamente direcionada para esse recorte social.

Em quase 30 anos de execução teve diversos resultados positivos e impactos consideráveis na vida dos beneficiados, dinamizando o espaço rural e incorporando novas políticas e linhas conforme as demandas sociais e a comunidade científica apontava falhas na execução do programa. Apesar disso, o PRONAF não conseguiu cumprir com totalidade os seus objetivos iniciais, uma vez que acabou retroalimentando práticas anteriores à sua criação, continuando a tendência de concentração regional dos recursos do programa, assim como a tendência a concentração em culturas mais rentáveis, em detrimento de um incentivo a diversificação da produção para o autoconsumo das unidades familiares. Tendo em vista essas diferenciações espaciais que o funcionamento do programa possui, se faz pertinente à geografia entender essas diferentes realidades em busca de continuar o processo de mudança e reconstrução das políticas, através das dificuldades já encontradas, em busca de uma maior efetividade e consequentemente no aumento do poder de transformação que essa política pode ter na vida dos agricultores familiares beneficiados.

Diante da dimensão e influência desse programa, o trabalho busca entender o funcionamento do PRONAF no estado de Pernambuco, os entraves encontrados no alcance dos objetivos do programa assim como os desafios para impedir o aprofundamento da desigualdade trazidas pela lógica financeira atrelada a essa políticas nas diferentes realidades rurais do estado. Através de uma revisão bibliográfica quanto ao funcionamento do programa em diferentes recortes espaciais e uma reflexão teórica quanto aos desafios para mudar fundamentalmente a realidade rural brasileira, buscou-se tentar enxergar possíveis caminhos para a superação das problemáticas atuais.

METODOLOGIA

Para alcançar os objetivos da pesquisa é necessária uma revisão bibliográfica a respeito dos antecedentes da criação política e a execução propriamente dita do programa em diferentes localidades e temporalidades. Através de um primeiro filtro, houve a possibilidade de visualizar dados expostos em outras pesquisas, quanto aos cultivos beneficiados, as linhas de crédito e financiamento possíveis nos programas, assim como encontrar os dispositivos nos quais é possível obter esses dados do

funcionamento e metodologias para tratá-los em trabalhos posteriores. Esse caminho permite entender a posição do estado de Pernambuco pensando as dinâmicas inter-regionais e as intra-regionais, assim como enxergar as suas peculiaridades frente esse mosaico de realidades impactadas pelo programa.

REFERENCIAL TEÓRICO

Para discutir o PRONAF, se faz necessário olhar rapidamente para trás e entender a realidade a partir da qual essa política foi gestada e aplicada. Esse caminho de volta ajuda a inferir quantos às falhas na própria construção de uma política desse porte como também as repercussões materiais da sua aplicação ao longo dos anos em diferentes partes do território nacional.

A invasão das terras que viriam a formar o Brasil pelos portugueses se deu de forma violenta e condicionada aos interesses mercantis que permearam e possibilitaram as expedições. Caio Prado Júnior (1981) afirma que "A grande propriedade será acompanhada no Brasil pela monocultura; os dois elementos são correlatos e derivam das mesmas causas. A agricultura tropical tem por objetivo único a produção de certos gêneros de grande valor comercial, e por isso altamente lucrativos". Formou-se uma extrstutura rígida montada em cima de monocultura, latifundios e escravidão, num processo no qual as culturas não destinadas à exportação eram preteridas em favor de produtos de alta rentabilidade internacional, os quais ficaram marcadas no discurso historiográfico da formação do Estado brasileiro com a famosa expressão dos ciclos (do ouro, da cana, do café e em menor grau, do cacau, da borracha, do algodão).

Séculos de exploração e violência mantiveram com sucesso essa estrutura produtiva concentrada em poucas mãos que vai se manter mesmo com o fim da colonização. O Estado brasileiro independente trará as mudanças numa perspectiva de modernizar a economia e o uso da terra permanecendo sob a lógica exportadora, com a extinção das sesmarias e reconhecimento das terras como privadas em 1824 e mais tarde a famosa Lei de Terras de 1850, que torna a compra como a única forma de aquisição dessas terras. Em um país de maioria escrava onde até então os proprietários tinham conseguido quase que unicamente suas terras de maneira hereditária, o resultado prático dessa lei "não é a democratização do acesso, mas a manutenção do monopólio de classe sobre a terra, o que se mantém inalterado até os dias atuais" (Zeneratti, 2017, p. 44).

A situação legal não vai se alterar profundamente nos anos que se seguem, nem com a abolição da escravatura ou com a criação do serviço de proteção ao índio sob a prerrogativa de integrá-los à sociedade brasileira. A grande transformação na estrutura

estatal e política brasileira com a revolução de 1930 acabará por acender os debates quanto à expansão da fronteira agrícola e da integridade nacional, ambos como peças chaves para o desenvolvimento nacional (Gehlen, 2004). Os grupos dominantes vão legitimar esses discursos através de sua influência social e política, transformando ela no ponto de partida para a construção das políticas que irão beneficiá-los e desconsiderar essas outras racionalidades não hegemônicas no campo

> "Daí decorre que as políticas públicas de então eram para estimular o trabalho produtivo de mercadorias e garantir produtividade. O progresso ou desenvolvimento rural significava substituir o selvagem (fauna e flora) e o nativo (indígenas e caboclos) pelo culturalizado e pelo mercado. "(...) a lógica econômica do caboclo não é uma lógica mercantil" (Gehlen, 2004)

São justo as tensões sociais em torno dos grupos marginalizados do campo e as oligarquias concentradoras de terras que virão a entrar em ebulição na década de 60 e se tornarem um dos principais motivos para a instauração de uma ditadura cívico-militar através de um golpe de Estado em 64. Isso aconteceu pois

> "as transformações estruturais, necessárias para o meio rural brasileiro, constituem-se numa interface perturbadora de interesses oligárquicos e geradora de profundas transformações nas relações, nas alianças, nos conflitos e nas contradições, tanto na sociedade local quanto na regional e/ou nacional. A desestruturação da fonte do poder patrimonialista latifundiário instaurou confrontos, disputas, violências, e conflitos sociais." (Silva, 2011, p. 140)

A Lei da Reforma Agrária, conhecida também como Estatuto da Terra, foi aprovada ainda em 1964. Para alguns autores é possível afirmar que a lei possui em parte um caráter levemente progressista, definindo inclusive a existência do latifúndio, porém pouco relacionado à desconcentração de terra foi feito a partir de sua aprovação, mas sua utilização muito mais relacionada aos investimentos estatais nas produções agrícolas que perpetuam as desigualdades já existentes no campo. Filho (2009) demonstra que a lei estava mais relacionada com a futura flexibilização do uso dessas terras para a modernização da agricultura e pecuária de grande porte e afirma que:

> "Apesar de o Estatuto da Terra parecer, por suas definições, uma possibilidade de mudança na estrutura fundiária, ele possui uma dualidade entre a questão distributiva da terra, representada pela reforma agrária e a modernização do campo, sobrepondo o caráter econômico ao social. Essa dicotomia entre o social e o econômico, favoreceu às grandes propriedades, pois nestas, haviam-se maiores facilidades de modernização do campo e acesso a crédito" (FILHO, 2009, p. 68)

Da aprovação da lei em diante, o governo brasileiro "elaborou políticas que contribuíram não só para expandir o capitalismo no campo, mas, principalmente, para agravar a questão agrária no país". (David, 2002, p. 28). Os esforços foram concentrados nas áreas e culturas que apresentavam maior arrecadação e lucratividade

no comércio internacional. Araújo (1983) em uma análise dos impactos do Sistema Nacional de Crédito rural utilizado entre as décadas de 70 e 80 afirma que os "fatores que estimularam a expansão do custeio agrícola nos anos 70 foram o crescente emprego de insumos modernos, especialmente fertilizantes, e a maior área cultivada com soja e trigo." (Araújo, 1983, p. 325). Em mesmo texto, o autor salienta a concentração do financiamento em sete culturas que chegaram a receber 80% do orçamento anual, assim como a consequente valorização do preço da terra que foi ficando mais cara e de mais difícil acesso e aponta a falta de atenção com os estabelecimentos menores e familiares quando diz que "Os estabelecimentos com menos de 10 hectares, ainda que contribuindo com cerca de 15% da produção, só receberam algo como 3% dos créditos contratados" (Araújo, 1983, p. 346).

Locatel (2016) chama atenção para a mudança na tendência da ação do estado nos momentos finais do regime militar, com o declínio da política desenvolvimentista executada por esse governo, sobretudo a partir de 1984 quando o SNCR perde o trunfo dos juros fixados para os empréstimos rurais, num momento em que a inflação brasileira estava em tendência de alta.

> "No entanto, durante décadas as políticas de crédito generosas, os subsídios aos financiamentos e às compras de máquinas e insumos tenderam a beneficiar um grupo formado pelos grandes produtores, empresários rurais, latifundiários e especuladores, as indústrias à montante e à jusante da agricultura, que lucraram com suas atividades, por constituírem uma elite que influenciava (e ainda influencia) no processo formador das políticas agrícolas, enquanto os agricultores camponeses e o trabalhador rural permaneceram à margem do processo formador das políticas agrícolas, vivem a acentuação da pobreza e da miséria herdadas de fases anteriores" (Locatel, 2016)

A política brasileira pós redemocratização nacional vai gravitar para a tendência internacional de se implantar governos de austeridade, marcados por privatizações e políticas neoliberais. Dessa forma, as políticas agrárias sofrerão não apenas dos interesses internos mas também dos externos à medida que as ideologias vigentes no país respondem essas pressões com ações e políticas concretas, como no florescer do neoliberalismo no Brasil "Entre os anos de 1990 e 2000, formulou-se um conjunto de medidas para tratar a questão agrária referenciado nos interesses do capital transnacional, como mecanismo para equacionar o endividamento externo do país" (Melo, 2018). Esse processo que num geral é considerado como a diminuição do Estado tem uma natureza contraditória, uma vez que para o próprio mecanismo das privatizações e o oferecimento das estruturas para possibilitar a atuação das grandes transnacionais vai ser a partir do aparelho do Estado. Vinha (2015) salienta o peso do

mecanismo estatal diante dessa nova guinada na balança comercial internacional, num movimento que a autora caracteriza como um

> "processo de solapamento do poder do Estado sobre os territórios nacionais é desigual e contraditório, pois, mesmo no contexto da globalização, não são raros os exemplos de centralização de decisões do Estado-nacional, inclusive como suporte para expansão das corporações transnacionais. O Estado-nacional é importante para a globalização do capital porque são essenciais para o controle de salários, orçamento, força pública, carga tributária etc" (VINHA, 2015)

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O PRONAF aprovado em 1996 surge como aperfeiçoamento da Política de Valorização à Pequena Produção (PROVAP) de 1994 , realizada em caráter experimental no estado do Ceará e depois expandida para Bahia, Pernambuco e Minas Gerais (SARON, 2012). Articulado dentro de um governo neoliberal contando inclusive capital estrangeiro, a intenção era de que o PRONAF funcionasse como "uma política de crédito agrícola e auxílio institucional voltado especificamente para os agricultores familiares, para que estes fossem introduzidos na economia brasileira como uma classe social produtiva" (TROIAN, 2020). Assim, nos primeiros anos o programa é um tímido ator em relação ao investimento do governo federal e aos seus beneficiários, com esse valores oscilando pouco e sem tendência de redução ou crescimento. A ascensão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2003 vai propiciar uma expansão considerável no escopo do programa, em termos de limites de crédito, porcentagem mínima de renda familiar necessárias e novos grupos de potenciais beneficiários que se refletiu nos cerca de 160 bilhões investidos em mais de 26 milhões de contratos (TROIAN, 2020). Enquanto no começo do programa a linha de custeio representava 90% dos recursos e 80% dos contratos, o que vai se observar é uma certa diminuição gradativa tendendo ao maior equilíbrio entre as linhas, caminhada que se segue até 2012, onde o cenário invertido contabilizava 63% dos contratos e 53% dos recursos para a linha de investimento (GRISA, 2014). O investimento total continua em crescente expansão, culminando no valor recorde de 30 bilhões em 2014, que dada as instabilidades políticas enfrentadas no segundo mandato da presidente Dilma Vana Rousseff, também é o marco do momento em que esses valores passam a diminuir, para 4,5 bilhões em 2015 e 1,9 bilhões em 2016 (TROIAN, 2020).

A região Nordeste lidera no país em quantidade de estabelecimentos familiares, dimensão de área ocupada por eles e na quantidade de trabalhadores que se dedicam às atividades rurais. Em 2017, 47,2% dos estabelecimentos familiares brasileiros se

encontravam na região e ainda assim no ano seguinte de 2018 foi responsável por captar apenas 12,8% dos recursos do programa (SILVA, 2023). Pernambuco por sua vez, ocupa uma posição de destaque sendo o terceiro estado em números de estabelecimentos (12,3%) e em mão de obra (12,6%) enquanto é o quinto no que se refere em área ocupada por agricultura familiar com cerca de 9% (FIALHO, 2021). No período entre 2013 e 2021, cará e cana de açúcar foram os produtos com mais custeio agrícola, com cerca de 52% do total de recursos, seguidos por banana, uva e mandioca como os 5 produtos com maior participação, dos quais a uva se destaca pelo seu aumento no período já que representava cerca de 2,55% dos recursos anuais em 2013 e em 2021 chegou a 19,35% (SILVA, 2023)

Os dados nacionais demonstram uma divisão bastante desigual entre as regiões brasileiras e uma tendência à manutenção dessa desigualdade. Ainda que a Região Nordeste possua a maior quantidade de estabelecimentos, no período entre 1999 e 2012, cerca de 50% do total do orçamento disponibilizado ficou restrito a contratos realizados com agricultores familiares dos estados da região sul do país (GRISA, 2014). Além da concentração regional, outra crítica forte ao funcionamento do PRONAF é sua concentração produtiva também, ainda que essas duas estejam de certa forma intrinsecamente ligadas. Em análise, Grisa (2014) encontrou a maior parte dos contratos ligados à cultura de produtos já integrados em grandes cadeias produtivas, sendo eles milho, soja, café e fumo, produtos esses não coincidentemente mais presentes no eixo Centro-Sul do país, enquanto lavouras menos convencionais em Pernambuco vem em constante decréscimo de quantidade de beneficiários desde 2007. A medida que a lógica do crédito dita as regras do jogo, naturalmente os agricultores mais capitalizados terão maior recurso disponível e as regiões onde historicamente esses agricultores se concentram terá percentualmente maior participação pois o "tipo de política promovida pelo Pronaf, o qual privilegia o financiamento de commodities agrícolas e o estímulo à especialização e não à diversificação de cultivos" (TROIAN, 2020).

Esse condicionamento do produto ao interesse do mercado vai deixar os agricultores familiares mais vulneráveis em relação ao seu poder de escolha, os levando naturalmente a optar pelo tipo de cultura o qual pode garantir a quitação dos seus débitos com os financiadores. Dessa forma, ao invés de promover uma emancipação desse agricultor e estimular que a sua produção seja capaz tanto de garantir o seu autoconsumo como de ter excedente disponível para venda, a um condicionamento e subordinação as tendências de mercado, muitas vezes dependendo de um agroindustrial

para intermediação do produto, saindo então da lógica de produção familiar e caminhando para um cenário onde “ o agricultor familiar tende a intensificar a produção comercial e aumentar a escala para cumprir seus “compromissos” com o banco, não raro investindo na especialização produtiva, na produção de commodities e no uso de insumos químicos” (GRISA, 2014). Ao refletir sobre as especificidades da territorialização e funcionamento do programa na região Nordeste, Freitas (2020) atenta para a questão das garantias fiscais dos empréstimos e da falta de enfoque e conhecimento das culturas locais no momento de traçar estratégias que possam de forma diferencial, dinamizar cada um desses tipos de produção. Como sugestão de buscar novas alternativas o autor coloca

> Uma extensão futura desejável deste trabalho seria a separação da análise por bioma ou por mesorregiões, bem como o mapeamento das receitas e das despesas relacionadas à criação animal por tipo e porte de criação, e igualmente em relação aos itens da horticultura na produção vegetal. (FREITAS, 2020)

Em uma análise da distribuição dos recursos em cada estado da região nordeste, Silva (2023) salienta a tendência à concentrações em determinadas culturas durante os anos de atuação do programa, destacando a diminuição na produção de arroz no Ceará e Maranhão e a diminuição do feijão nos estados do Piauí, Ceará e Bahia. O autor encontra uma tendência quase que em todos os estados de crescente ocupação do milho na lista de mais produzidos e questiona “ até que ponto o milho, no Nordeste, continua sendo cultivado ao modo mais característico da agricultura familiar, isto é, em consórcio com outros produtos, ou se vem ocorrendo uma especialização produtiva nas unidades familiares que se dedicam ao cultivo desta cultura” (Silva, 2023, p. 1012). Em complemento, destaca que os dois estados com mais quantidade de recursos em valores absolutos, Maranhão e Bahia, fazem parte de uma área conhecida pela atual expansão das monoculturas, o chamado MATOPIBA.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante seus quase 30 anos de funcionamento, o PRONAF impactou diretamente e indiretamente na vida de milhões de brasileiros. Como primeira política diretamente pensada para a agricultura familiar, possibilitou a saída da miséria e pobreza para vários de seus beneficiários, configurando como oportunidade de mudança de vida para várias pessoas. Houve também, um considerável esforço em renovar e ampliar o programa durante esse tempo, com a criação de novas linhas de crédito e financiamento, a associação a novos programas que criassem um fluxo contínuo de

mercado para a produção familiar e outras associados a questões infra estruturais que pudessem possibilitar outros indivíduos antes não contemplados a pleitearem a possibilidade de se incluírem na folha de beneficiários.

Apesar dos avanços consideráveis, sobretudo no que diz respeito ao combate à pobreza rural, o programa não cumpriu seu objetivo no sentido de tornar possível a sustentação dos agricultores familiares mais pobres. Com a falta de planejamento a longo prazo para esses agricultores, muitos ficam reféns das flutuações das próprias ofertas de crédito, quando não das condições climáticas e da própria safra, uma vez que não houve uma intencionalidade clara no programa de incentivar a diversificação de culturas desses estabelecimentos beneficiados.

Como uma política pública estatal, o programa está sujeito aos interesses de mercado que penetram o estado em diferentes guinadas políticas que esse Estado toma durante esse processo. O resultado é um programa que não segue um desenvolvimento linear de expansão e maior acesso dos beneficiários, mas um certo movimento de vai e vem à medida que existe ou não o interesse de consolidar a iniciativa. Aliado a isso, há ainda a desigualdade regional da produção e do acesso ao programa, que prioriza sistema e culturas já bem integrados às lógicas de exportação como milho, soja, café e fumo. A própria natureza da construção do programa, baseada em crédito, se assemelha às estratégias anteriores, só que dessa vez focada em financiamentos menores. Ainda assim, essa estratégia parece reforçar a concentração já existente no eixo Centro-Sul. Enquanto isso, nos estados da região Nordeste, notória por possuir a maior parte do número absoluto de estabelecimentos de agricultura familiar no estado, o investimento chega defasado e tende a se concentrar em pólos intra regionais de produção exportadora emergente.

A experiência do PRONAF comprova o potencial da agricultura familiar e a necessidade de dar suporte a esse setor produtivo brasileiro, que ainda que não tenha sua importância com alicerces na sua capacidade lucrativa, desempenha papel fundamental no mercado interno, sobretudo local, uma vez que são os produtos agrícolas de pequena produção que chegam de forma mais direta e imediata aos consumidor brasileiro. A perspectiva após análise não é de desmonte ou extinção do programa, mas de que o mesmo possa ser renovado com mais afinco, tendo em vista a rica produção acadêmica sobre seus efeitos e sobre quais realidades devem ser mudadas em ordem de se construir uma política mais igualitária, menos concentrada, menos focada financeiramente e mais

comprometida com o desenvolvimento humano, social e com a garantia da dignidade e segurança do modo de produção familiar.

REFERÊNCIAS

DAVID, Cesar de; CORRÊA, Walquíria Krüger. **A política agrária e as transformações na agricultura brasileira - de 1960 aos dias atuais.** GEOSUL, Florianópolis, v. 17, n. 33, p. 23-43, jan/jun 2002. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/13785/12655. Acesso em: 15 de junho de 2023.

JÚNIOR, CAIO PRADO. **História Econômica do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981. 364 p.

JUNQUEIRA, Clarissa Pereira; LIMA, Jandir Ferrera de. Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil. **Semina**: Ciências Sociais e Humanas, Londrina, v. 29, n. 2, p. 159-176, jul/dez 2008. Disponível em: https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/seminasoc/article/download/5469/4991. Acesso em: 8 de junho de 2023.

GEHLEN, Ivaldo. **Políticas Públicas e Desenvolvimento Social Rural.** São Paulo: Em Perspectiva, São Paulo, v. 18, ed. 2, p. 95-103, 2004. Disponível em: https://www.scielo.br/j/spp/a/fC3c7q6pWCFJdWTtdjgZTRs/. Acesso em 20 de novembro de 2023.

GRISA, Catia; WESZ JUNIOR, Waldemar Joao; BUCHWEITZ, Vitor Duarte. **Revisitando o Pronaf: velhos questionamentos, novas interpretações.** RESR, Piracicaba, v. 52, n. 2, p. 323-346, abr/jun 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/resr/a/FfGVnNCzjyTK6JgDCrqFfGg/. Acesso em: 15 de junho de 2023.

FIALHO, Micheli Fontes; NETO, José Ambrósio Ferreira; REIS, Jamerson Damaceno dos. **A evolução do Pronaf nas Regiões de Desenvolvimento (RD) de Pernambuco.** Research, Society and Development,, [*s. l.*], v. 10, n. 10, 2021. Disponível em: https://pdfs.semanticscholar.org/c38f/003de49d28d6f162cb656156f4beb100d3d7.pdf. Acesso em 7 de julho de 2023.

FILHO, José Luiz Alcantara; FONTES, Rosa Maria Olivera. **A formação da propriedade e a concentração de terras no Brasil.** Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada, [*s. l.*], v. 4, n. 7, p. 63-85, jul/dez 2009. Disponível em: https://periodicos.ufjf.br/index.php/heera/article/view/26559. Acesso em 15 de dezembro de 2023.

MELO, Thainara Granero de; SCOPINHO, Rosemeire Aparecida. **Políticas públicas para os assentamentos rurais e cooperativismo: entre o idealizado e as práticas possíveis.** Revista Sociedade e Estado, [*s. l.*], v. 33, n. 1, p. 63-86, Janeiro/Abril 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/se/a/9MSJWxfVVDtXS6DWSwjyZ5d/?format=pdf. Acesso em 8 de junho de 2023.

TROIAN, Alessandra; MACHADO, Edenilson Tafernaberry Lencina. **O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar no Brasil: Análise da Evolução e Distribuição Entre 1999 e 2017.** Desenvolvimento em Questão, [*s. l.*], ano 18, n. 50, jan/mar 2020. Disponível em: https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/8489. Acesso em: 10 de outubro de 2023.

SARON, Flávio de Arruda; HESPANHOL, Antonio Nivaldo. **O PRONAF E AS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL NO BRASIL: o desafio da (re)construção das políticas de apoio a agricultura familiar.** GEO UERJ, [*s. l.*], ano 14, v. 2, n. 23, p. 656-683, 2º semestre 2012. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/geouerj/article/view/4823/5411. Acesso em: 10 de outubro de 2023.

SILVA, R. V. da; VITAL, T. W. (2011). O programa nacional de crédito fundiário e o programa de reforma agrária em Pernambuco de 1998-2007. **Ciência & Trópico**, *32*(1). Disponível em: https://periodicos.fundaj.gov.br/CIC/article/view/807/533. Acesso em 10 nov. 2023.

SILVA, U.R.U da; CÔRREA, E. G. **O custeio de lavouras pelo PRONAF no Nordeste: comportamento dos produtos financiados no período 2013-2021.** Diversitas Journal, Alagoas, v. 8, n. 2, p. 996-1014, abr/jun 2023. Disponível em: https://diversitasjournal.com.br/diversitas_journal/article/view/2476/2068. Acesso em: 6 jul. 2023.

VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos; SCHIAVINATTO, Monica. **Soberania alimentar e territórios camponeses: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. Revista NERA, Presidente Prudente, ano 18, ed. 26, p. 183-203, 2015. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/3576/2913. Acesso em: 10 de novembro de 2023.

ZENERATTI, Fábio Luiz. **Propriedade e latifúndio: introdução ao debate sobre sua origem e perpetuação.** Caderno de Geografia, [*s. l.*], v. 27, n. 50, p. 441-454, 2017. Disponível em:https://periodicos.pucminas.br/index.php/geografia/article/view/p.2318-2962.2017v27n50p441/11756. Acesso em: 6 de julho de 2023.

PRÓ-MANDIOCA UMA POLÍTICA PÚBLICA PARA PRODUÇÃO DE MANDIOCA NO MUNICÍPIO DE VARGEM GRANDE -MA: o caso do assentamento padre Trindade

Chirlene Pessoa Sousa[1]

José Sampaio de Mattos Júnior[2]

RESUMO

Este trabalho, visa analisar a iniciativa conhecida como Pró-Mandioca, uma política pública municipal de incentivo à produção e ao consumo de mandioca e seus derivados, instituída pela Lei n.º 608 em 17 de fevereiro de 2017. Essa lei estabeleceu uma proposta para o desenvolvimento do território produtivo da mandiocultura no município de Vargem Grande–MA. O assentamento Padre Trindade foi escolhido para a aplicação dos objetivos do Pro-Mandioca, e a primeira produção do campo agrícola do projeto Pro-mandioca foi direcionado para a indústria cervejeira *Americas' Beverage Company* (Companhia de Bebidas das Américas) – Ambev. A principal conclusão do estudo revela a necessidade de investimentos na infraestrutura de escoamento da produção e capacitação e orientação dos agricultores familiares.

Palavras-chave: Política Pública; Assentamento rural; Agricultura Familiar; Pró-Mandioca

RESUMEN OU ABSTRACT

This work aims to analyze the initiative known as Pró-Mandioca, a municipal public policy to encourage the production and consumption of cassava and its derivatives, established by Law No. 608 on February 17, 2017. This law established a proposal for the development of the cassava production territory in the municipality of Vargem Grande–MA. The Padre Trindade settlement was chosen to implement the objectives of Pro-Mandioca, and the first production from the agricultural field of the Pro-mandioca project was directed to the brewing industry Americas' Beverage Company (Companhia de Bebidas das Américas) – Ambev. The main conclusion of the study reveals the need for investments in production flow infrastructure and training and guidance for family farmers.

Keywords: Public Policy; Rural settlement; Family farming; Pro- Cassava

[1] Mestranda do Curso de Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço PPGEO da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, pchirlene@gmail.com
[2] Professor Dr. da Universidade Estadual do Maranhão. E-mail: sampaio.uema@gmail.com

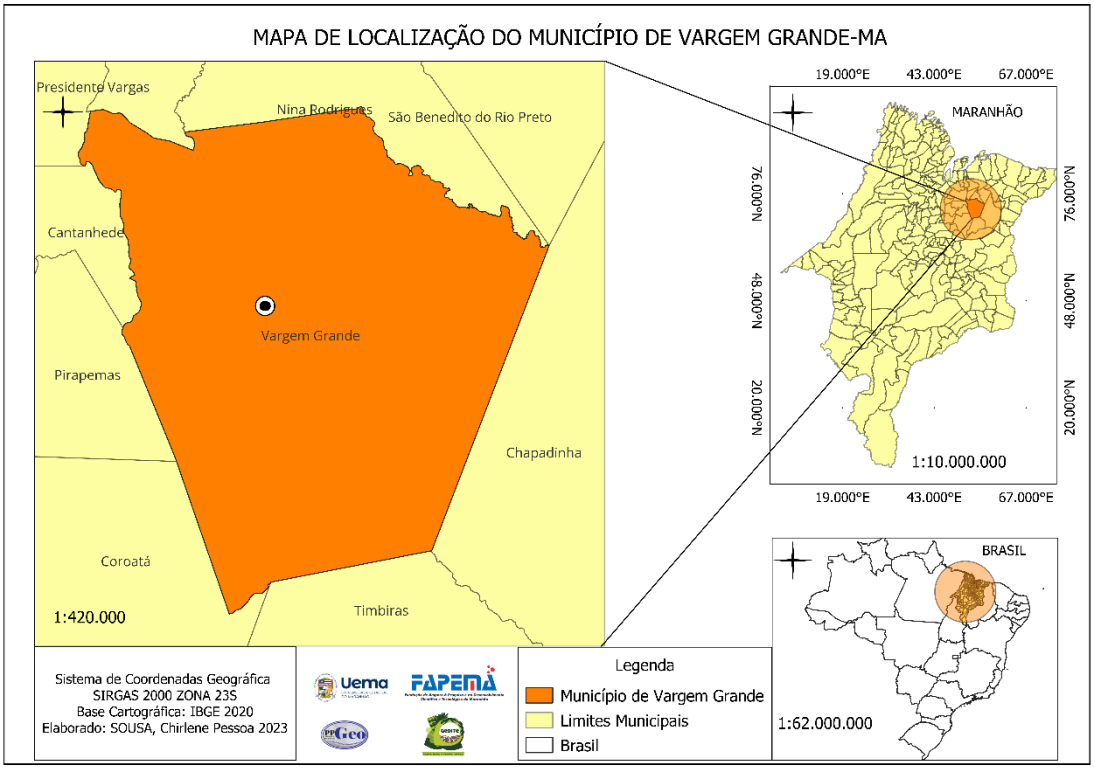
INTRODUÇÃO

A produção de mandioca sempre foi de grande importância para o agricultor familiar maranhense, destaque na produção nacional o Estado configurando-se entre os cinco maiores produtores da raiz no país. No cenário nacional o Estado vem demonstrando fortes oscilações em sua curva produtiva, e no ano de 2017, ocupava a 6ª colocação com 4,28%" da produção nacional, nesse contexto, o Estado do Maranhão produziu 222.092 (t) de mandioca com a agricultura familiar sendo responsável pela produção de 195.028 (t) segundo dados do Censo Agropecuário IBGE (2017).

Para Carneiro (2017), no Maranhão a cadeia produtiva da mandioca é a segunda maior geradora de ocupação no meio rural maranhense, segundo o autor, 27,5% da ocupação principal para pessoas com mais de 10 anos estão em atividades agropecuárias relacionadas com a cultura da mandioca. Contudo, apesar dessa forte importância para a economia maranhense, como bem observam (Melo *et al.*, 2005; IMESC 2020), o que chama atenção, são as seríeis restrições nos diferentes elos que compõem a cadeia produtiva de mandioca no Estado, no tocante a comercialização e as características de origem dos produtos dentre outras variáveis, dificultando a elaboração de políticas públicas adequadas ao fomento de sua produção e beneficiamento.

O município de Vargem Grande (Mapa 1) a seguir, situa-se sob as seguintes coordenadas geográficas: $3° 40' 20''$ S e $43° 54' 30''$ W, na atual divisão do território brasileiro elaborado pelo IBGE (2017), o município se inseri na Região Geográfica Intermediária de São Luís e na Região Imediata de Itapecuru Mirim.

Mapa 1 – Localização Geográfica de Vargem Grande–MA



Fonte: IBGE, 2020
Elaborado: Sousa, 2023

A área territorial de Vargem Grande está inserida no bioma do cerrado, abrange 1.958,702 km², apresentando uma densidade demográfica de 22,09 hab./km². A população de Vargem Grande mormente concentra-se na zona urbana, segundo dados do IBGE (2022), a população vargem-grandense corresponde ao total 43.261 habitantes, com variação absoluta da população de 2010 em (-6.151), representando uma taxa de decrescimento populacional correspondente a (-12.45%).

A agricultura familiar praticada no município de Vargem grande encontra-se organizada em comunidades quilombolas; assentamentos rurais, e em território periurbano. A diversidade da agricultura familiar, no entendimento de Maluf (2004, p. 301), é "a forma mais conveniente de ocupação social do espaço agrário. A promoção dos pequenos produtores de alimentos promove a equidade e a inclusão social".

Reconhecido legalmente em 2006 pela Lei n.º11.326, o agricultor familiar deverá possuir como características os seguintes critérios:

> I - Não detenha, a qualquer título, área maior do que quatro módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (Brasil 2006).

Considerando essa classificação, segundo dados do censo agropecuário - IBGE 2017, o município de Vargem grande conta com 95% dos estabelecimentos da agricultura familiar, com aproximadamente 50% residindo no próprio estabelecimento e no que diz respeito da condição do produtor em relação às terras, 45% aproximadamente são proprietários e 17% concessionário ou assentado aguardando titulação definitiva.

É nesse contexto, que exploraremos em detalhes a iniciativa conhecida como PRO-MANDIOCA, instituída pela Lei n.º 608 em 17 de fevereiro de 2017, cujo objetivo é promover à produção e o consumo de mandioca e seus derivados. Assim, este estudo visa compreender, quais as implicações da Lei Pró-Mandioca no sistema produtivo do agricultor familiar do assentamento padre Trindade?

O artigo está dividido em quatro seções, além dessa introdução, inicia-se por uma descrição metodológica da pesquisa, a segunda seção aborda a importância histórica, econômica, social e cultural da produção de mandioca, contextualizando os marcos legislativo municipal, com foco na Lei n.º608 Pró-Mandioca em Vargem Grande–MA. Por fim, as considerações finais destacando as discrepâncias entre o novo processo produtivo introduzido pelo projeto Pró-Mandioca e o método tradicional de produção de mandioca.

O CAMINHAR METODOLÓGICO

Para responder a essa pergunta, o estudo requer revisões bibliográficas, bem como o uso de mecanismos de observação e coleta de dados para a temática investigada alcançar o objetivo da pesquisa. Em concordância com a proposta deste trabalho o método de análise será a dialética, o método busca identificar, analisar e superar essas contradições por meio da síntese de ideias opostas, depreendendo a realidade por meio da análise das contradições, das relações de oposição e da interação entre os diferentes elementos envolvidos no fenômeno (Sposito, 2004).

Dessa forma, esse trabalho delineia-se na tentativa de investigar as contradições existentes entre a aplicação da lei Pró-mandioca e o que é vivenciado pelos agricultores no assentamento Padre Trindade. Quanto aos procedimentos metodológicos, este trabalho se vale de discussões de referenciais teóricos sobre produção de mandioca e políticas públicas, além de entrevistas não-estruturadas ou não-diretivas.

A pesquisa foi subsidiada por meio dos dados secundários da Produção Agrícola Municipal do Censo Agropecuário de 2017 e do Censo Demográfico 2022 do Instituto

Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e foi posteriormente elaborado gráficos com a produção da lavoura temporária do município de Vargem Grande. A elaboração do mapa se deu através do software versão 3.22 do Qgis.

Na abordagem sobre o conceito de território, este recairá na compreensão de Santos (1999), Saquet (2008) e Fernandes (2008). Para Santos (1999) a caracterização fundamental do território é a relação social que o produz. Em suma, o autor traz à luz a compreensão de como os territórios são formados e como as relações sociais influenciam essa formação. O território não é apenas o conjunto de sistemas naturais e sistemas de coisas superpostas. O território usado é o chão mais a identidade [...] é o fundamento do trabalho; o lugar da residência" (SANTOS, 1999, p.14).

Para Saquet (2008, p. 88) o território abriga simultaneamente o "objetivo-material e subjetivo-imaterial". O autor compreende como um produto histórico de mudanças e permanências ocorridas num ambiente no qual se desenvolve uma sociedade. Nesse contexto, o território teria significado de apropriação do ambiente construído, com múltiplas variáveis e relações recíprocas.

Para Fernandes (2008), o processo de formação do território envolve a compreensão da área, dos recursos e das relações sociais que o transformam para autor o território pode ser contínuo ou descontínuo, pertencer a uma ou várias pessoas ou instituições e pode ser um todo ou parte, como uma casa, empresa, universidade, igreja ou sindicato.

PRÓ-MANDIOCA: incentivo à produção de mandioca no município de Vargem Grande

A partir da promulgação da Constituição de 1988, os municípios conquistaram autonomia política, possibilitando-lhes a formulação de sua própria lei orgânica. Nessa direção, em 17 de fevereiro de 2017, a Lei n.º 608, foi instituída no município de Vargem Grande, denominada de Pró-Mandioca, visando proporcionar o crescimento do território produtivo da mandiocultura e implantar nas comunidades participantes a transição da roça de toco que consiste na derrubada e queima da vegetação para área mecanizada.

O Pró-Mandioca iniciou no município de Vargem Grande trazendo uma nova perspectiva para o agricultor familiar que tem na produção de mandioca seu principal rendimento. O projeto de Lei n.º 608, que impulsiona a cadeia produtiva da mandioca, é inédito entre os municípios maranhenses, e estabeleceu pontos importantes para

implementação da política no qual a participação de representantes de diversos setores econômicos e sociais será assegurada.

Logo, atribuindo para o município diversas responsabilidades para implementação do projeto Pro-Mandioca, o Artigo 2º diz que o projeto de Lei irá:

> **I – Identificar** e delimitar áreas propícias e adequadas à produção de mandioca; **II-investir** na capacitação de técnicos e produtores visando à melhoria da qualidade e da produção do tubérculo e seus derivados. **III – Garantir** a qualidade da mandioca e de seus derivados; **IV – Incentivar** a comercialização, industrialização e o consumo da mandioca e de seus derivados; **V – Incentivar** projetos de pesquisa, capacitação e desenvolvimento nas áreas de produção, processamento e industrialização da mandioca; **VI – Promover** o desenvolvimento sustentável da cadeia produtiva da mandioca, com ênfase no respeito às normas ambientais, no equilíbrio econômico e na distribuição de renda; **VII – Registrar e fiscalizar**, as unidades de produção agrícola, agroindustriais e industriais; **VIII – Criar** os mecanismos necessários para elaboração de projetos e acesso ao crédito para implantação de projetos de produção e industrialização da cultura da mandioca e arranjos produtivos**. IX – Promover** a formação de arranjos produtivos locais, por meio de parcerias como: associações, sindicatos de classe, órgãos governamentais, instituições de crédito, pesquisa e ensino e de outras ações (Vargem Grande, 2017, grifo nosso).

Ressalta-se que o grifo na citação supracitada se justifica pela subsequente promulgação do Decreto nº 81 em 17 de novembro de 2017, que introduziu alterações significativas no que concerne as normativas do Art. 2º. Logo, a parti dessas prerrogativas a participação do Município no custeio para o cultivo, industrialização e comercialização da mandioca em Vargem Grande, passou a consistir em abertura e limpeza de área de até 2 hectares por família, aração e gradagem da mesma extensão, acompanhamento e assistência técnica integral, assessoramento em financiamentos e projetos financeiros, fornecimento de corretivo de solo, e capacitação dos agricultores em todas as etapas da cadeia produtiva da mandioca (Vargem Grande, 2017).

Grisa e Schneider (2015), explicam que as transformações nas normativas das leis aplicadas à agricultura familiar podem ser compreendidas por meio de três referenciais: o global, o setorial e o de políticas públicas. No referencial global, destaca-se a falta de coerência e harmonia entre conhecimento e normativa, refletindo-se nos setores econômico, político, social, entre outros. No referencial setorial, a atenção volta-se para os problemas de um setor específico, sendo este muitas vezes institucionalizado em relação a certas populações ou temas, gerando conflitos.

Portanto, e a integração desses dois referencias resultam no “referencial de uma política pública, no qual os atores interpretam problemas, confrontam soluções potenciais e delineiam suas ações” (Grisa e Schneider, 2015, p. 22). Mediante essa assertiva,

destaca-se que no Art. 3º do Decreto n.º 81, publicado em 17 de novembro de 2017, estabelece que para a execução do Pró-mandioca os agricultores deveram seguir, mediante comprovação, os seguintes requisitos propostos:

> I – Ser, brasileiro, portador de direitos civis na sua plenitude; II – Ser pequeno agricultor, portador de declaração de aptidão profissional "B"[3]; III – Não possuir processos junto aos órgãos de controle ambiental; IV – Assinar, no ato do cadastro, Termo de Adesão ao Programa, com a respectiva declaração de conhecimento da não realização de queimada e desmatamento irregular, ciente de que tal procedimento ensejará a imediata exclusão do programa (Vargem Grande, 2017).

Para execução e implementação da Lei orgânica n.º 608, foram realizadas parcerias importantes da prefeitura com Secretaria de Agricultura, Indústria e Comercio de Vargem Grande - SEMAC; o Banco do Nordeste – BDN; o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial SENAI; e a Cooperativa Agroextrativista dos Pequenos Agricultores Rurais de Vargem Grande – COOPERVAG. Nesse contexto, das ações, mais significativa foi a normativa advinda do Decreto n.º 059, de 14 de julho 2021, que implantou a transição da roça tradicional para campo agrícola, no Artigo 2º destaca-se a criação da Unidade Técnica Experimental da Mandiocultura – UTEM, que tem por objetivo

> **II** - Produção, propagação, difusão, e, distribuição de material testado com suas distintas características de natureza agronômica; **III** - fornecimento de manivas ou material genético gratuito para plantio extensivo aos agricultores familiares e povos tradicionais no âmbito do município de Vargem Grande (Vargem Grande, 2021).

Nesse entendimento, o Art. 2º supracitado coloca em evidência que a distribuição das manivas ou semente da mandioca para os agricultores terá o objetivo de aumentar o rendimento da lavoura produtiva e manter a pureza varietal. Nesse víeis produtivo, para Pinheiros (2019, p.48), "a seleção de manivas-sementes para plantio, aliada ao espaçamento adequado e a limpeza do roçado durante os primeiros 120 dias após plantio, são práticas indispensáveis para o aumento da produtividade".

Quanto ao campo produtivo, torna-se necessário o agricultor familiar manifestar interesse através das chamadas públicas. De acordo como Vargem Grande, (2023) "serão

[3] Os integrantes do Grupo B referem-se aos beneficiários cuja renda bruta familiar anual não excede o montante de R$ 23 mil, conforme estabelecido pelo Brasil em 2019. Disponível em: https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/mda/dap/modelos-grupos-e-status-da-dap. Acesso em: 30 de dez., de 2023.
.

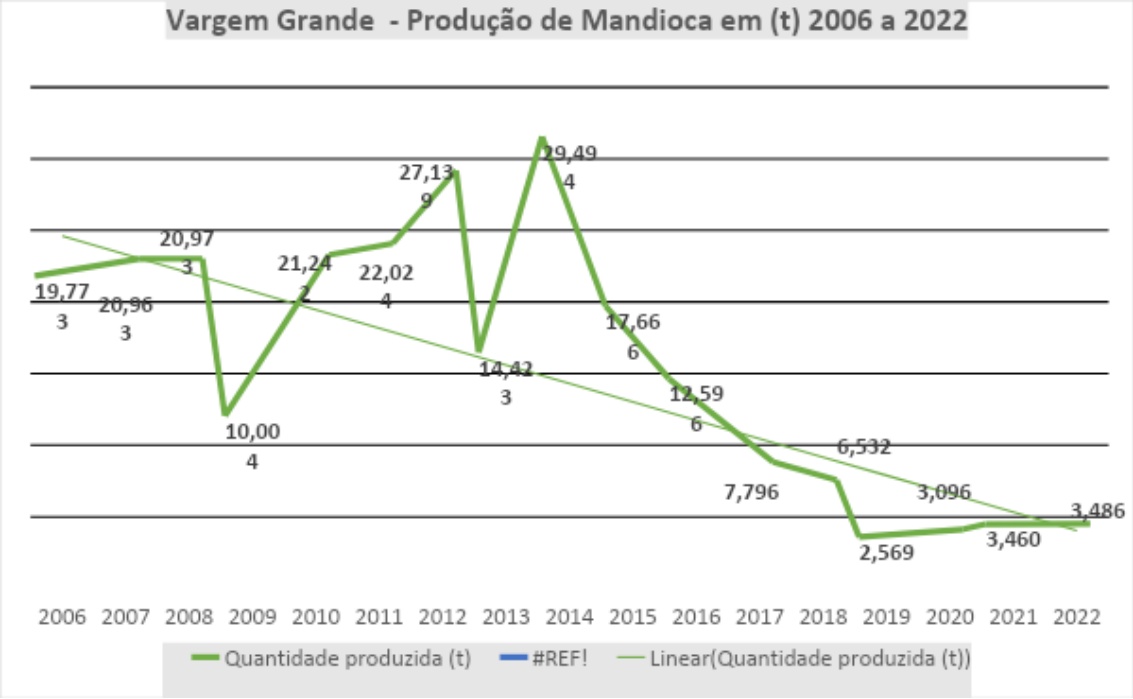
aceitas propostas de agricultores familiares individuais e associados enquadrados no PRONAF", assim só serão aceitos os produtores agricultores Familiares

> **a**. [...] que participam de Associação de agricultores; **b**. Dos agricultores acima, no mínimo 30% destes deverão ser mulheres; **c.** Os campos serão implantados em áreas que contemplam visibilidade, preferencialmente em áreas situados a margem de estradas de acesso às comunidades, povoados, etc.; **d**. O projeto atenderá, preferencialmente, comunidades, associações, assentamentos ou grupo de agricultores em área para cultivo coletivo, comunitário, etc.; **e**. As demandas previamente selecionadas serão vistoriadas pelos técnicos da SEMAC, que emitirão relatórios de visita técnica, (Vargem Grande 2023).

Assim, em termo simples, a chamada pública dará prioridade as comunidades próximas e que manifestarem interesse, a chamada "patrulha mecanizada" que se desloca para as comunidades para efetivação da limpeza da área selecionada. Logo, para o início do trabalho, a prefeitura cede o maquinário e as comunidades, em contrapartida, cedem o combustível consumidos pelos maquinários que faram o preparo de solo.

O município de Vargem Grande tem na agricultura a principal atividade econômica, para Pinheiro (2019), a rizicultura e a produção de mandioca são exemplos de produção que fomenta a economia do município ao longo dos anos. Nesse cenário produtivo, ao se verificar o período de 2006 a 2022, o município de Vargem Grande alcançou uma produção de 243.236 toneladas de mandioca (Gráfico 1) a seguir.

Gráfico 1 – Produção de mandioca no município de Vargem Grande - 2006 a 2022



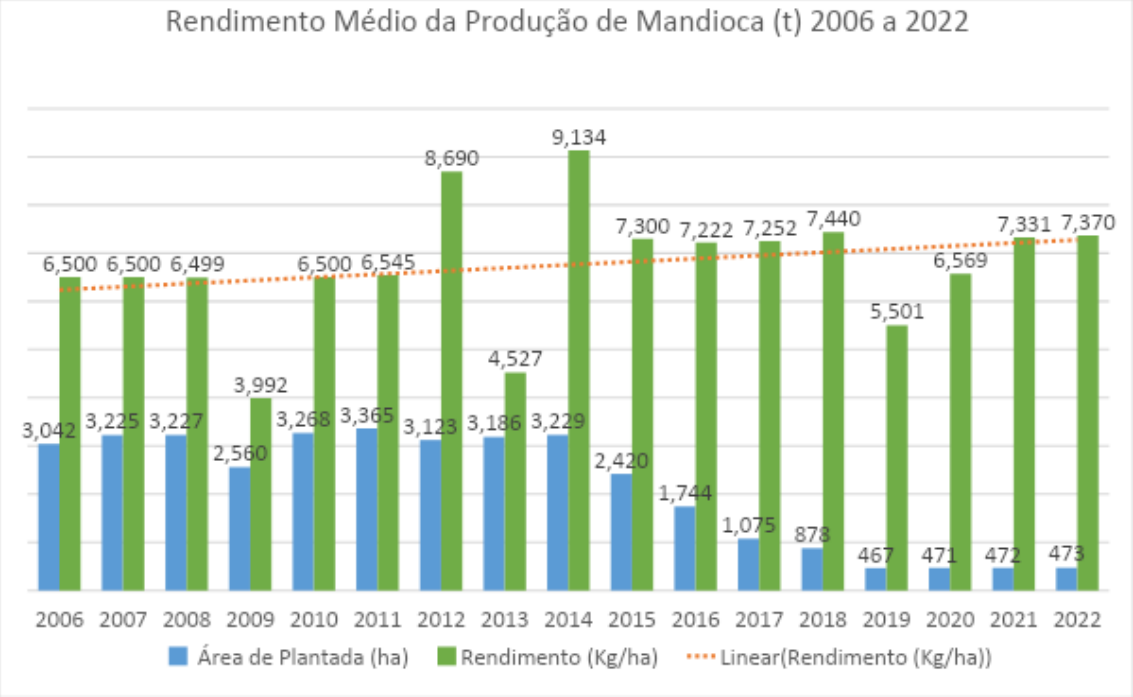
Fonte: Produção Agrícola Municipal – PAM/IBGE (2006 a 2022)
Elaborado: Sousa, 2023

Entretanto, observa-se uma marcante oscilação na produção, intensificada a partir de 2015. Assim, quando comparamos ano de 2014 em que a produção foi de 29.949 (t) para 2015, em que o município produziu 17.666 (t), obtém-se uma redução de (-11.282) (t) ou em termos percentuais uma redução de (- 41%.). De acordo com Pinheiros (2019), Rocha e Ottati (2023), e Rocha (2023), a persistente baixa produtividade na produção de mandioca nos municípios do Estado do Maranhão pode ser atribuída à falta de investimentos tecnológicos, à ausência de assistência técnica que resulta em um manejo inadequado, outro fator relaciona-se com à baixa escolaridade dos agricultores(as) que são responsáveis pelos estabelecimentos agropecuários.

Outros fatores que os autores destacam é a centralização de incentivos no agronegócio que resultou em significativa desigualdade econômica e social no cenário rural maranhense. Nesse contexto, incluem-se entre as principais ramificações, as disparidades entre municípios com a intensificação da concentração fundiária e de renda, "competição por áreas agrícolas, redução na produção de alimentos, aumento do desmatamento, elevação do custo de vida para a população local e concentração populacional nas periferias municipais" (Rocha e Ottati, 2023, p. 34).

No entanto, ao analisar a série temporal de rendimento, (Gráfico 2) observa-se que o município, mesmo com a redução na área de plantio, conseguiu manter um rendimento superior ao registrado em 2006. Neste ano, a área disponível para cultivo era de 3.042 hectares, e o rendimento alcançava 6.500 kg/hectare. Em contraste, com o ano de 2022, no qual a área disponível não ultrapassou 473 hectares, entretanto, o rendimento atingiu 7.370 kg/hectare.

Gráfico 2 – Vargem Grande: produção de mandioca - rendimento médio versus área plantada 2006 a 2022



Fonte: Produção Agrícola Municipal – PAM/IBGE (2006 a 2022)
Elaborado: Sousa, 2023

Nesse contexto, a capacidade do município em manter um rendimento elevado, mesmo com a redução da área cultivada, chama atenção e sugere possíveis otimizações e melhorias nas práticas agrícolas adotadas.

PADRE TRINDADE COMO PILOTO DE UMA NOVA FORMA DE ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO FAMILIAR

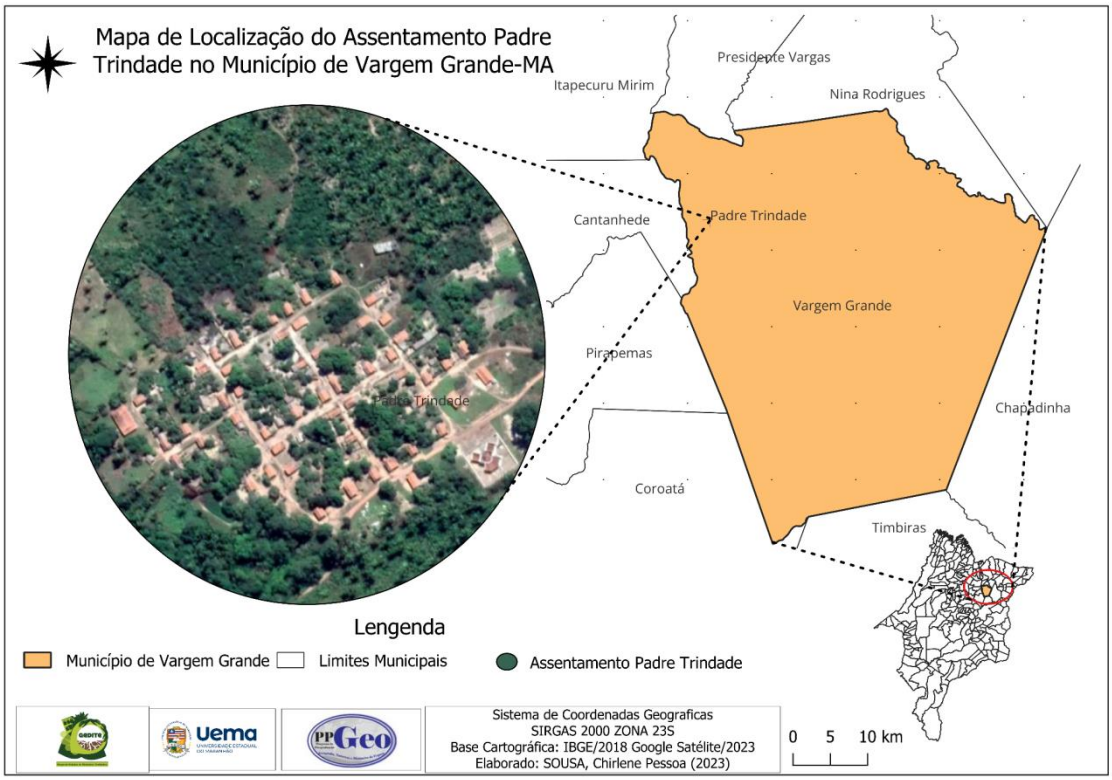
Situado no município de Vargem Grande, regional de Itapecuru, o assentamento Padre Trindade é uma ocupação articulada pelo MST. De acordo com Bernat (2017), o processo de ocupação no assentamento envolveu famílias oriundas principalmente dos municípios vizinhos de Nina Rodrigues e Presidente Vargas, onde já existia a presença ativa do MST, essa proximidade facilitou as atividades de mobilização e organização realizadas na formação do assentamento.

De acordo com INCRA/MDA (2018), o assentamento Padre Trindade possui capacidade para cerca de 50 famílias, com uma área de 1.432.15-ha, (mil e quatrocentos e trinta e dois hectares, quinze ares). Criado oficialmente em 11 de setembro de 2001, sob a Portaria n.º 34 do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, na

ocupação e instalação do assentamento padre Trindade a atuação da pastoral na figura de Augusto Manoel Trindade foi bastante significativa.

Conforme ressalta Gomes (2007), o padre era natural de Portugal e assumiu a atividade missionária em Vargem Grande em 1990, em suas ações o padre exerceu grande influência nas comunidades, em virtude dessas atuações, as famílias resolveram homenageá-lo com o nome do acampamento e, posteriormente, do assentamento. O assentamento Padre Trindade localiza-se ao S 3° 36′ 43″ - W 44° 01′ 14″ cerca de 15,4 km da sede Vargem Grande, a maioria das famílias que residem no assentamento (Mapa 2) cultivam mandioca que tem sido uma das principais fontes de rendimento das famílias.

Mapa 3 - Localização Geográfica do Assentamento Padre Trindade



Elaborado: SOUSA, 2023

Dessa forma, o projeto Pró-mandioca chegou como uma oportunidade de comercialização da produção de mandioca dos agricultores do assentamento. Assim, consoante as informações coletadas em entrevistas realizadas com técnico agrícola da secretaria de agricultura do município de Vargem Grande, dos 70 assentamentos listados em todo estado para participar do projeto Pró-Mandioca, o padre Trindade foi o primeiro beneficiário do projeto no município.

De acordo com informações do presidente da associação de agricultores do padre Trindade, com a (des) continuidade do Programa de aquisição de alimentos – PAA, ficou muito complicado a vida do agricultor familiar sem ter uma fonte de comercialização. Conforme explicação do presidente da associação do padre Trindade, a produção de mandioca dos agricultores familiares participantes do projeto Pró-mandioca seria destinada 70% da produção para cervejaria AMBEV, e 30% destinada para o autoconsumo do agricultor familiar.

Ressalta-se que no Estado do Maranhão, a indústria cervejeira AMBEV recebeu incentivo fiscal do governo do Estado, que alterou a Lei n.º 7.799, de 19 de dezembro de 2002, pela Lei n.º 11.011, de 24 de abril de 2019, ficando estabelecido que nas operações com cervejas que contenham, no mínimo, 15% (quinze por cento) de fécula de mandioca em sua composição, e desde que comercializadas em embalagem retornável a alíquota sofreu uma redução ficando 12% O Imposto de Circulação de Mercadoria e Serviços - ICMS. (Maranhão, 2019).

Nesse contexto, Santos (2020), ao analisar as atividades das firmas e suas produções, esclarece que:

> Produções associadas associam sua lógica, sem que forçosamente deixe de haver entre elas conflitos, inclusive pelo uso do espaço, exceto se a associação, além de econômica, é também técnico-jurídica. Mas produções não associadas, operando em uma mesma área, sejam contíguas ou não, supõem conflitos localizados em períodos de tempos ou durando permanentemente (Santos, 2020, p. 91).

Não obstante, os benefícios para AMBEV chamaram atenção das outras empresas que contestaram a decisão do Estado em beneficiar a companhia de bebidas, com alíquota reduzida, enquanto as demais empresas estão sujeitos à alíquota de 28,5%, com ação proposta pela Associação Brasileira de Bebidas (ABRABE) contra os dispositivos da Lei estadual 11.011/2019, foi julgada em 10 de outubro de 2022 e considerada inconstitucional com desequilíbrio concorrencial (Brasil., 2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar dos avanços e as possíveis transformações com a chegada do projeto Pró-Mandioca no assentamento Padre Trindade, percebeu-se grande dificuldade vividas pela comunidade, o assentamento dista cerca de 18 km da sede do município de Vargem Grande, para chegar ao assentamento foi preciso trafegar por estradas precárias, pois o período de chuva no município, as estradas ficam intrafegáveis para automóveis dificultando o escoamento produtivo para feira do municipal.

A ação do projeto visa uma produção técnica com o acompanhamento em que foi realizada visitas para assistência técnica no ciclo produtivo da mandioca que são 18 meses, além de maquinário para desmate, dragagem e aração para o preparo do solo e plantadeira de maniva. No entanto, o presidente da associação de moradores do Padre Trindade informou em entrevista que a assistência foi muito pontual que os agricultores acabaram deixando o cultivo da mandioca ocorrer livremente sem aplicar as orientações dos técnicos.

Na forma livre, segundo o presidente da associação, os agricultores plantam a mandioca e ela crescem sem adubação e irrigação "ela cresce a gente faz a capina e depois colhe para produzir a farinha". Segundo o técnico, o assentamento Padre Trindade possui alto potencial produtivo principalmente em relação ao solo que não encharca, com propriedades argila-arenosas, bem drenado.

Com a ação da patrulha mecanizada, em termos comparativos, a plantadeira de maniva faz em duas horas 1 hectare, e que o agricultor familiar no modo tradicional levaria dez dias para realizar o mesmo trabalho de plantação das manivas. Utilizando pouca tecnologia, a produção de farinha no assentamento padre Trindade mescla métodos tradicionais, alguns equipamentos como, por exemplo, o catitu (ralado da mandioca) movido a gasolina, que facilitam o processo produtivo da farinha d'água.

No entanto, os agricultores são conscientes que necessitam melhora a forma produtiva. Desse modo, um dos agricultores que estava na produção da farinha no momento da pesquisa, verbalizou: *sabemos que teremos que melhorar nossa produção de farinha para uma comercialização maior, nosso plano é reforma na casa de forno e construir uma sede para a associação.*

Destaca-se, ainda, que como a produção de farinha do assentamento padre Trindade não obedece a um padrão comercial, grande parte da comercialização acaba sendo realizada por intermediário. Como foi asseverado pelos agricultores do padre Trindade, a ação dos intermediários, é sempre bem-vinda por eliminar as dificuldades de escoamento, agravada "pela distância pelo péssimo acesso até a sede de Vargem Grande, além de custos com transporte e embalagens."

REFERÊNCIAS

BERNAT, I. G. MST NA REGIONAL ITAPECURU: Uma história da luta pela terra no Maranhão. **VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária e IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária** Disponível em: https://singa2017.files.wordpress.com/2017/12/gt06_ pdf. Acesso em: 22 dez. 2022.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. **Política Nacional da Agricultura Familiar e empreendimento familiares rurais.** Diário Oficial da União, Brasília–DF, 25 jul. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004- 2006/. Acesso em: 21 nov. 2022.

BRASIL. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. STF invalida lei do Maranhão que reduziu ICMS para cerveja à base de mandioca Para o Plenário, o benefício fiscal não segue as regras da Constituição Federal. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=495499&ori=1. Acesso em: 31 de dez. 2023

FERNANDES, B. M. **Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial** - 2004. Disponível em: https://bibliotecadigital.economia.gov.br/bitstream/123456789/5. Acesso em: 29 de jun. 2023.

Food and Agriculture Organization. **PRODUZIR MAIS COM MENOS**: Mandioca. Informe de política Um Guia para a intensificação sustentável da produção. 2013 p 24 FAO. Disponível em: https://www.fao.org/documents/card/ar/c/f37f96cd-b1c5-4c0f-8a24-5d1cb2802ea5. Acesso em: 14 d nov. 2023.

GRISA, C. e SCHENEIDER S. In: **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil** – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

GOMES, Clícia Adriana Abreu**. UMA TERRA, UM SANTO, UMA HERENÇA**. In.: Tambores do Piqui, Cartas de Liberdade. Memória e Trajetória da Comunidade Piqui da Rampa. São LUÍS 2007, 203p.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017**. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017/resultados-definitivos. Acesso em: 24 abr. 2023.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Indicadores- **Levantamento Sistemático da Produção Agrícola Estatística da Produção Agrícola.** Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br. Acesso em:14 de jul. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. **Instrução Normativa n.º 34**, 2006. Disponível em: https://sistemasweb.agricultura.gov.br/conjurnormas/index. Acesso em 12 de jun. 2023.

IMESC - Instituto Maranhense De Estudos Socioeconômico E Cartográfico. **Avaliação da Competitividade dos Produtos da Cadeia Produtiva da Mandioca, sobre a perspectiva do valor adicionado aerado na atividade e análise da Margem de comércio da produção local,** 2020.

MARANHÃO - Decreto nº 30851 11 de junho de 2015. Dispõe sobre a criação do Sistema Estadual de Produção e Abastecimento - SEPAB, e dá outras providências. Disponível em: https://www.normasbrasil.com.br/norma/decreto-30851-2015-ma_285763.html. Acesso em 05 de jan. 2024.

MARANHÃO - LEI Nº 11.011, DE 24 DE ABRIL DE 2019. Altera a Lei nº 7.799, de 19 de dezembro de 2002, que dispõe sobre o Sistema Tributário do Estado do Maranhão, para alterar a alíquota de ICMS nas operações com cervejas compostas com fécula de mandioca, e dá outras providências. Disponível em: https://leisestaduais.com.br/ma/lei-ordinaria-n-11011-2019-. Acesso em: 30 de dez. de 2023.

MALUF, R. S. **Mercados agroalimentares e agricultura familiar no Brasil**: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. Revista Ensaios FEE. v. 25, n. 1 p. 299-322. https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/ensaios/article/viewFile/. Acesso: 16 de jun. 2023.

MATTOS, P. L. P.; FARIAS, A. R. N.; FERREIRA FILHO J. R. **Mandioca**: o produtor pergunta, a Embrapa responde, Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2006. Disponível em: file:///C:/Users/Cliente/Downloads/500perguntasmandioca.pdf. Acesso em: 14de set. 2022.

MATTOS JUNIOR, J.S.; HESPANHOLN. **Assentamentos Rurais**: Construção e Reconstrução de Territórios no Maranhão. Disponível em: https://japao.uniara.com.br/legado/ Acesso em jul. 2023.

MEDEIRO, L. S.de; LEITE, S. P. **Assentamentos rurais: mudança social e dinâmica regional**. Rio de Janeiro, abr. 2004. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-Acesso em: 20 de jun. 2023.

PINHEIRO, José Carlos Durans. A realidade da Mandioca no Maranhão. 2ª edição. Editora Pascal, 2019.

SANTOS, M. Espaço e Método. 5 ed., 3. Reimpr. – São Paulo. Editora Universidade de São Paulo, 2020.

SANTOS, M. O DINHEIRO E O TERRITORIO. GEOgraphia – Ano. 1 – No 1 – 1999. Disponível em: https://periodicos.uff.br/geographia/article/download/13360/8560. Acesso em: dez. 2022.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Por uma abordagem territorial**. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. (Org.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008.

SPOSITO, E. S. **Geografia e Filosofia**: Contribuição para o Ensino do Pensamento Geográfico. SP:EDITORA DA UNESP, 2004.

VARGEM GRANDE - **Diário Oficial Estado Do Maranhão Prefeitura Municipal de Vargem Grande**. **DECRETO Nº 059, DE 14 DE JULHO DE 2021.** Dispõe Sobre a Criação da Unidade Técnica Experimental De Mandiocultura - Utem, e dá Outras Providências. Ano 5 - Edição Nº 1068 de 14 de julho de 2021. Disponível em:

https://www.vargemgrande.ma.gov.br/diario/755/Diario_1068_2021.pdf. Acesso em: 29 de dez. de 2023.

VARGEM GRANDE – **Diário Oficial Estado Do Maranhão Prefeitura Municipal de Vargem Grande - Volume: 7 - nº 1164 de 10 de abril de 2023**. Chamada Pública n.º 01/2023 para recebimento de demandas de implantação de novos campos agrícolas no âmbito do Programa Municipal de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva da Mandiocultura - PRO-MANDIOCA. Disponível em: https://www.vargemgrande.ma.gov.br/arquivos_download.php?id=1228&pg=diarioofici al. Acesso em: 30 de dez. de 2023.

VARGEM GRANDE, **Lei nº 608 de 17 de fevereiro de 2017.** A política Municipal de Incentivo à Produção e ao Consumo de Mandioca e seus Derivados. Diário Oficial da União. Vargem Grande, MA, 17 fev. 2017. Disponível em: https://www.vargemgrande.ma.gov.br/. Acesso em: nov. 2022

A ATUAÇÃO DO ESTADO EM ÁREAS DA ZONA RURAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS: reflexões a partir de um relato de experiência no Censo Demográfico 2022.

Rafael Zanetoni Penariol[1]

Roberto Barboza Castanho[2]

RESUMO

O presente trabalho visa abordar a importância do Censo Demográfico de 2022 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no âmbito federal. Destacando inicialmente a relevância dessa pesquisa para compreender as dinâmicas e características da população brasileira, visando dentre muitas funções, embasar as políticas públicas. O foco está nas experiências de um agente censitário supervisor durante a coleta de dados em determinadas zonas rurais do estado de Minas Gerais. Desta forma, trabalho revela a complexidade das relações entre os moradores rurais e agentes públicos, onde os mesmos evidenciam a sensação de insegurança vivida além de outros pontos, como a dificuldade de deslocamento devido a ineficácia dos órgãos públicos em dispor de uma mínima qualidade nas vias rurais e, também, a constante necessidade por parte de alguns em dispor de auxílios básicos, que não necessariamente são econômicos, mas que os auxiliem a trabalhar a terra da melhor forma. A ineficiência do Estado em proporcionar segurança nas áreas rurais leva os moradores a adotarem medidas privadas, como instalação de câmeras e mecanismos de proteção, impactando o êxodo dessas comunidades. Conclui-se que a ineficiência de diferentes sistemas, como segurança e infraestrutura, prejudica a população, especialmente aqueles que mais necessitam de se permanecer no meio rural. Percebe-se assim que políticas públicas e as oportunidades adequadas podem transformar a realidade desses indivíduos, mas se essas oportunidades realmente não chegarem a todos aos necessitados, o papel das políticas públicas não se é efetivada.

Palavras-chave: Censo Demográfico, Problemáticas Rurais, Relato Experiência.

ABSTRACT

This work aims to address the importance of the 2022 Demographic Census carried out by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) at the federal level. Initially highlighting the relevance of this research to understand the dynamics and characteristics of the Brazilian population, aiming among many functions, to support public policies. The focus is on the experiences of a supervisory census agent during data collection in certain rural areas of the state of Minas Gerais. In this way, the work reveals the complexity of relationships between rural residents and public agents, where they highlight the feeling of insecurity experienced in addition to other points, such as the difficulty of moving due to the ineffectiveness of public bodies in

[1] Mestrando do Curso de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia - UFU, rafael.zanetoni@hotmail.com

[2] Professor Doutor do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA, robertocastanho@unipampa.edu.br

providing a minimum quality of roads. rural areas and, also, the constant need for some to have basic aid, which is not necessarily economic, but which helps them to work the land in the best way. The State's inefficiency in providing security in rural areas leads residents to adopt private measures, such as installing cameras and protection mechanisms, impacting the exodus from these communities. It is concluded that the inefficiency of different systems, such as security and infrastructure, harms the population, especially those who most need to stay in rural areas. It can be seen that public policies and appropriate opportunities can transform the reality of these individuals, but if these opportunities do not really reach all those in need, the role of public policies is not effective.

Key-words: Demographic Census, Rural Problems, Experience Report.

INTRODUÇÃO

O ano de 2022 foi marcado por diversos elementos dentro do âmbito público federal que foram de grande importância para a sociedade como um todo. Umas das atividades que através desta, busca-se trazer uma reflexão, é acerca do Censo Demográfico proporcionado pelo poder público federal através do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Diversas pessoas da sociedade tiveram a possibilidade e a oportunidade de estar presente e dispor de seu trabalho na construção desta pesquisa que de certa forma é um marco para a história e a ciência brasileira.

Esta pesquisa busca através da coleta de dados em todo o território nacional compreender as dinâmicas e as características da população brasileira, para que assim ela sirva em complemento as demais fontes de informação, de um parâmetro para a elaboração de políticas públicas que visem então servir positivamente a população. Dados como este são de grande importância tanto para gerir o país, mas como também de aporte para os cientistas desenvolverem diversas outras linhas acerca do nosso cenário, ou seja, assim como a sua escala, a sua relevância dentro do país é indiscutível e participar de um momento como este é algo único na vida de um indivíduo, não apenas por esta, mas pelas experiencia de vida que a mesma possibilita.

Tendo em vista isso, este trabalho almeja assim proporcionar um âmbito de discussões, através de um relato de experiencia vivido por um funcionário temporário no cargo de agente censitário supervisor que além de desempenhar suas atividades iniciais, pode também, agir de forma similar ao de um recenseador coletando diretamente os dados, tanto na área urbana, como também na área rural. Neste presente momento, traz para si como alvo das discussões somente as experiencias tidas durante os trabalhos nos setores de coleta das zonas rurais em uma cidade que se encontra no sudoeste do estado

de Minas Gerais, e também em mais duas, a noroeste do mesmo estado. Para melhor situar, foram realizadas coletas em mais de 15 setores rurais, totalizando um número que superam os 200 questionários e um contingente de unidades visitadas que superam em muito este anterior.

Durante estes trabalhos, nas visitas realizadas aos moradores, em diversos momentos houveram diálogos que, como geografo, criaram discussões internas acerca da complexidade que envolviam a vida destes moradores e, em muitos momentos, estes diálogos demonstravam claramente a forma como eles viam de certa forma um agente público estando em seus locais de moradia. Diferente da relação que quase a maioria dos moradores das zonas urbanas tinham, aqueles que habitavam as áreas rurais, externalizavam mais suas sensações, principalmente os receios ou, em muitas das vezes, até mesmo diálogos sofridos que praticamente se aproximavam a um pedido de socorro, e neste momento é que as questões do porque não deixavam de pairar os trabalhos que ali se realizava.

Desta maneira, está presente pesquisa discute então, principalmente através das experiencias adquiridas através dos diálogos com os moradores e, também se utilizando de autores teóricos que já buscam compreender a maneira de como dá estas relações entre a sociedade rural com as questões que englobam seus cotidianos, dando assim uma forma de se compreender estes conflitos existentes e a maneira de como estas se encontram enraizadas em determinadas parcelas da sociedade rural.

Mesmo que para muitos, as demandas são de certa maneira simples, estas possuem um grande impacto na vida destas pessoas, e externalizar através desta e deixar minimamente registrado um pouco daquilo que se observou pode abrir novos horizontes de discussões. Este trabalho se faz uma forma de mesmo que singelamente se deixar registrado um ideal geral que se absorveu acerca das demandas destes indivíduos, onde quem sabe espera-se estimular outros a pesquisarem ainda mais sobre o assunto pois apenas com o conhecimento, que vidas como a destas pessoas, podem ser transformadas para melhor.

METODOLOGIA

Assim como mencionado anteriormente, esta presente externalização se deu inicialmente através de um relato de experiencia onde, o autor estando neste papel descrito anteriormente, pode então de maneira interna refletir e analisar o cenário que se

dá dentro desta área em análise. Neste momento, cabe deixar evidente que muitas informaçoes devem ser tratadas de maneira generalizadas para que não se inflinja a nenhuma condição que leve a expor quaisquer indivíduo no qual, poderá assim acarretar em uma quebra de sigilo que tão acertivamente se é dado e garantido legalmente a todos da população. Desta forma, a pesquisa trata as informações e as discussoes de forma mais abrangente para que não sejam expostos diretamente nenhum indivíduo mas em contrapartida, estas discussões de grande relevancia ainda sejam levadas a diante para outras discussões possam surjir a partir desta.

Como mensionado anteriormente, esta busca evidenciar algumas das problemáticas apontadas pelos moradores durante a entrevista que, por mais que naquele momento a funcão não seja esta, durante a dinamica dos trabalhos é inevitável que os moradores dialogem com o agente em trabalho e o mesmo ouça-o. Após essa demonstração dos fatos, o trabalho visou então discutir inicialmente um poucos das motivações que levam estes a sofrerem destas problemáticas de forma tão relevante que seja quase que generalizadas as reclamaçoes e externalizaçoes dadas por estes moradores.

REFERENCIAL TEÓRICO

Mediante as analises acerca das informações coletadas através dos diálogos juntamente aos moradores, que mesmo ocorrendo de maneira extremamente informal, já foram suficientes para se levantar algumas das problemáticas presentes dentro destes âmbitos rurais, nos quais permearam assim um levantamento bibliográfico que buscasse compreender os movimentos que levassem assim a uma compreensão de seus motivadores. Dentre as principais discussões que abarcaram está presente pesquisa, a primeira delas que se ressalta, é acerca das grandes violências que vem tramitando dentro destes âmbitos onde pode-se compreender juntamente com Vieira que,

> Assim como a violência, a criminalidade vem crescendo drasticamente nos últimos anos e fazendo várias vítimas em todo território nacional. Criminalidade essa que em décadas passadas era restrita aos espaços urbanos, mas que nos dias atuais vêm se interiorizando e atingindo pequenas cidades e regiões rurais do Brasil. (VIEIRA, 2019, p.16)

Por mais que se tenha conhecimento de que as violências, os processos de furto e roubo, sejam cada vez mais normais dentro do cenário nacional, percebe-se que este possui uma construção histórica evolutiva que se agravam ainda mais com o passar dos

anos, seja por uma ineficiência do estado em dispor de uma efetividade nos processos de assegurar a segurança da população, mas também de uma mesma ineficácia em disponibilizar uma aparamentado social que auxilie aquela população que se encontra em um maior estado de vulnerabilidade. E neste quesito Guimarães também coloca que,

> A violência como um fenômeno de massa está em todos os capítulos de nossa história, no conflito secular entre o índio e o bandeirante, entre quilombola e capitão do mato, entre casa grande e senzala, entre grileiro e posseiro, entre o cangaço e os volantes, entre o coronel e os moradores, e nos dias de hoje, na guerra social entre assaltantes e assaltados" (GUIMARÃES, 1982, p.154).

Contudo, claramente que dependendo as regiões, a criminalidade não é o problema principal que permeia estes ambientes. Em muitos dos casos, devido a um déficit histórico acerca principalmente das questões de escolaridade, ou até mesmo pela falta de incentivo no aprimoramento as novas técnicas de manejo, percebeu-se que se existe uma demanda em determinadas regiões em se receber um acompanhamento e projetos que os proporcionassem meios de se trabalhar aquela terra. Percebia-se que por parte dos moradores de algumas regiões da zona rural, principalmente em determinados locais onde se era notório a dificuldade em se lidar com a qualidade daquele solo, no qual por mais que em muitas das vezes o estado havia disponibilizado aquele espaço como foi o caso em alguns assentamentos, os moradores que ali se encontravam eram obrigados a buscar meios e alternativas de renda que não viessem daquele local de onde residiam, pois percebia-se a sensação por parte deles de abandono e ineficácia de políticas públicas que o auxiliassem a desempenhar um papel mais ativo em suas propriedades. Bergamasco, acrescenta a estas questões dizendo,

> Estas alterações socioculturais e econômico-institucionais, no entanto, nem sempre contam com um adequado suporte das políticas públicas, uma decorrência das próprias relações de forças políticas presentes no interior do Estado. Assim, a construção/reconstrução das relações sociais adquire um caráter histórico. (BERGAMASCO, 1997, p.47)

Por mais que em algumas regiões no cenário nacional, percebe-se que se existe um papel mais ativo do estado e de institutos ou universidades, acredita-se que esta realidade não condiz com o grande maioria das demais regiões, levando assim que estes moradores se frustrassem com a sua existência naquele espaço, onde muitos cogitaram ou ainda pensam em desistir e buscar novas alternativas, ou em outros, principalmente na

parcela de pessoas que tinham uma idade mais avançada, a sensação de se submeter a condições extremamente precárias de vida afim de garantir que após o seu falecimento, que pelo menos tenha algo a deixar para a seus predecessores familiares.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Claramente que buscar compreender estas questões, são assim como grande parte das questões existentes dentro do cenário nascional, de grande complexidade e que podem assim proporcionar diversas linhas de analise. O que se almeja evidenciar e discutir principalmente são as inúmeras demandas que se foram levantas e também o enorme contingente de problemáticas adquiridas através da externalização destes moradores que ali se faziam presente.

Em um primeiro momento, e dai acredita-se que se principalmente devido as condições existentes da região e das áreas nos quais foram realizados os trabalhos, da notoriedade na sensação de insegurança destes moradores. O que se notava e em diálogos percebeu-se que era realistico aquilo que se observerva, era que as condições se segurança nos quais os moradores eram submetidos estavam enormemente precarias dadas as relaçoes que se existinham no município.

Haviam diversos relatos acerca da dificuldade de se assegurar a não perca dos bens. Os moradores, devido a ineficiencia do estado em propor uma segurança efetiva nas zonas rurais, se viam obrigados a recorrer a outros métodos que se comumente via em muitas das propriedades. Aqueles que possuiam um poder aquisitivo mais cincurstanciavel, contratavam empresas privadas que instalavam câmeras que possibilitassem o monitoramento constante dos limites e do interno de suas propriedades e os demais que não poderiam possuir de tais recursos, ou muitas das vezes, haviam relatos que deixavam suas propriedades e se submetiam ao processo arrendatatório ou aplicavam mecanismos que visassem assim dificultar a invasão de suas propriedades por aqueles que almejavam furtar seus bens, sejam maquinários, animais ou até mesmo outros bens.

Neste ponto discute então acerca de como a ineficiencia do estado em assegurar uma melhor segurança neste locais fazem então com que muitas das vezes se acelere o processo de exodo destes moradores. Aqui retrata-se muitas que muitas vezes ouve-se destes moradores que a vontade se sair daquela situação já fora pensada em inumeros momentos, no quais os mesmos retratavam que ainda não o fizeram devido a sensação de

pertencimento e amor por aquele espaço, ou do receio em não conseguir se manter economicamente nas áreas urbanas.

Claramente que gerir um país com tais dimensões como é o caso do Brasil se torna por si só um grande desafio, e dispor de um efetivo de policiamento que de retorno as demandas de cada área se torna um desafio ainda de maior grandesa. Contudo, o que se nota é que mesmo havendo politicas públicas que deem providencias a essas demandas, o que nota-se que as complicações vão muito alem de apenas estes pontos levantados anteriormente.

Ainda sobre esta questão, é valido ressaltar que para o próprio orgão de policiamento mesmo estes tendo a possibilidade de atender algumas demandas, o que percebe-se que alguns casos de delitos se tornam inviáveis de resolver, visto que, se houver um urgencia muito grande na ocorrencia, a dificuldade de deslocamento dentro das áreas rurais que por sí só já é grande desafio, a complixidade de se geolocalizar o local de destino faz com que estes efetivos acabem por se limitar apenas ao atendimento de ocorrencias que na grande maioria das vezes não se é possível realizar o auto de prisão em flagrante. Desta forma, muitos dos casos que são resolvidos, partem então de boletins de ocorrencia que são lavrados assim após a ocorrencia dos fatos tendo assim o papel prioritario do efetivo policial de realizar o trabalho investigativo para se resolvam os problemas dentro dos ambientes rurais.

Se analisado tudo isso retratado até então, pode-se realizar assim uma breve reflexão onde chega-se a conclusão que a sensação de insegurança é algo que cada vez está mais presente no cotidiano da população, independente dela estar situada dentro dos ambientes urbanos ou rurais. Mas para aqueles que se situam moradores dos ambientes rurais, a dificuldade de policiamento ostencivo e da capacidade de atendimento a ocorrencias, fazem com que estes estejam mais sujeitos a sofrerem estes tipos de atos ilicitos, aumento ainda mais a sensação de insegurança destes moradores.

Ainda sobre estas questões de deslocamento, mas em outro sentido a aquele de atendimento do contingente policial. É válido realizar um breve apontamento que em muitas das visitas, os próprios moradores se sentiam no dever de alertar e relatar a dificuldade de deslocamento nas estradas que atendiam os seus imóveis, principalmente aquelas que eram de responsabilidade do estado em preserva-las. Este fato foi de grande ajuda, mas de grande alarde pois, a época em que se foram realizados os trabalhos propiciava ainda mais a degradação das vias rurais de acesso, onde os moradores em muitos os casos alertavam que devido a uma lentidão do poder público em solucionar a

degradação existente, faziam assim com que os mesmos ficassem ilhados em suas moradarias por tempo indeterminado.

Muitos moradores reletavam que ficavam períodos que superavam semanas e até mesmo meses sem conseguir utilizar daquela via para se deslocar até outras localidades, como o ambiente urbano por exemplo, que de tal forma justificava a saída de muitas familias de uma determinada região durante este período, fazendo com que os mesmo buscassem alternativas como passar um período em residencia de familiares, para que assim não se sujeitassem a ficar isolados devido a impossibilidade de travegar na via gerado pela demora da estado em solucionar aquilo que estava sendo o percausso.

Percebe-se assim, que existem muitos casos em que uma política pública por muitas das vezes pode até estar adequada a servir seus propósitos, mas que muitas das vezes, a ineficiencia de outras ou até mesmo de prestações de serviços, acabem com que todo um sistema colapse e gere problemas para a população de determinadas áreas. Ou seja, um ambiente bem servido não necessita apenas de um sistema bem equilibrado, mas que todos eles estejam bem acertados para que tudo desempenhe da forma mais acertiva possível e que atenda as demandas da sociedade.

Com esta consideração efetivada, percebe-se com muito mais evidencia que aqueles que externalizavam suas dificuldades em realizar seus trabalhos dentro do ambito rural, seja por dificuldades financeiras, por questões de saúde, mas principalmente aqueles que retratavam que tinham dificuldades de lidar com a terra e suas caracteristicas, não pelo fato de não saberem desempenhar o trabalho rural, mas por muitas das vezes estar um pouco desnorteado acerca de suas metas e objetivos e a forma como podem atingi-las, é que percebe-se o horizonte de possibilidades que existem dentro deste ambito.

Para estes individuos que apenas necessitam, muitas das vezes, de uma porta aberta que o estado através de suas políticas, poderiam incentivar e auxiliar o cotidiano destes invidíduos, propondo até mesmo novas metodologias de trabalho que visem um ambiente mais sustentavél e mesmo assim promissor economicamente. Claramente que existem estas possibilidades, mas em contrapartida, deve-se realizar a análise de que será mesmo que estas oportunidades estão claras ou até mesmo alcançam estes indivíduos que também encontram-se em estado de necessidade. Pois aparentemente ocorre, é que em muitos os casos, nem aqueles que deveriam orientar estão realmente aptos, gerando assim um ciclo que claramente é prejudicial a sociedade como um todo e principalmente para estas pessoas que estão em estado de necessidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo pontos iniciais de partida da pesquisa apresentados, pode-se então a partir delas compreender que os elementos apontados pelos moradores das visitas de certa forma retratam um pouco do que se é o cenário das áreas rurais atual, claramente que representam apenas uma parcela de todo um sistema extremamente complexo de intensas lutas por um lado e de grande uso econômico de geração de produtos e riquezas por outro.

Ressalta-se que no que tange a pesquisa do censo demográfico, claramente que não se é possível expor com tanta individualidade as questões de cada morados, sendo necessário apresentar um contexto mais generalizado, para que não se caia em questões legais contratuais de sigilo de informações, mas o ponto que se apresenta referente a esta pesquisa é que devido a sua escala de analise tão ampla, proporciona a aqueles que participam a conhecer novos locais e novas realidades, tendo contato com os mais diversos tipos de questões que partem em muitas das vezes rumo a um tocante do ponto de vista pessoal.

Com isso, a pesquisa quis por meio de suas externalização compreender um pouco mais acerca de tudo aquilo que se havia recebido dos moradores destas regiões, seus anseios e suas necessidades principalmente, buscando assim relacionar todo um cenário de grandes lutas e dificuldades que dentro do cenário nacional que não necessariamente é exclusivo dos âmbitos rurais, mas compreender os motivadores que levam a estas questões estarem presentes destas áreas, podem e devem, serem utilizados como motivadores para cada vez mais se utilizar das ciências para se compreender e possivelmente intervir de maneira positiva para que assim consiga minimamente modificar a realidade atual destas pessoas visando principalmente a melhoria na qualidade de vida.

Exemplos de problemáticas como estas expostas no decorrer do trabalho, sem dúvidas alguma são de grande relevância para os moradores destas áreas onde se atuou e também para diversas outras. A existência de políticas que possam auxiliar nestas questões pode estar em vigência em outras partes do país e até mesmo nestas, mas que devido a inúmeras outras problemáticas, podem estar impedindo de as mesmas estarem efetivamente atuando ativamente na vida destes indivíduos. Assim, para concluir, é grande importância que os horizontes de pesquisas acerca das temáticas que envolvem o meio rural, levem em conta as individualidades regionais de cada perfil de população,

para que em um país com tanta diversidade, as políticas públicas sejam de grande ajuda a todos.

REFERÊNCIAS

BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira. A realidade dos assentamentos rurais por detrás dos números. **Estudos avançados**, v. 11, p. 37-49, 1997.

GUIMARÃES, Alberto. Passos. **As classes perigosas: banditismo urbano e rural.** Ed UFRJ. Rio de Janeiro: 2008.

VIEIRA, João Paulo Louzada. **"Como é que a gente fica no campo desse jeito?": interiorização da criminalidade e a ressignificação do espaço rural na Microrregião de Viçosa – MG.** 2019. 134 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa: 2019.

DES(ARTICULAÇÃO) DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA AGRICULTURA FAMILIAR NA COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO DE SANTO INÁCIO NO MUNICÍPIO DE ALCÂNTARA, MARANHÃO

Robson Luan Mendes Reis[1]

Igor Breno Barbosa de Sousa[2]

Jéssica Neves Mendes[3]

RESUMO

Os efeitos das políticas públicas e o uso do território que envolve a Comunidade Remanescente de Quilombo Santo Inácio no município de Alcântara e os interesses da União, mais especificamente da Aeronáutica e do Programa Espacial Brasileiro com o Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), refletem mudanças na dinâmica social, econômica e cultural na vida da comunidade. Assm, o objetivo deste texto é analisar a estrutura socioprodutiva da agricultura familiar na produção de alimentos da comunidade quilombola Santo Inácio no município de Alcântara. Para a realização dessa pesquisa foram realizados levantamentos bibliográficos sobre as concepções de Território, políticas territoriais, desenvolvimento territorial, agricultura familiar e políticas públicas; além disso, foi realizado trabalhos de campo, como a realização de entrevistas e visitas ao Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) de Alcântara e na comunidade quilombola Santo Inácio. Os Programas sociais do governo federal voltados para a agricultura familiar, como: o PRONAF, o PAA, PNAE e PROINF passaram por diversas mudanças, e entre seus anos de operações, beneficiam famílias com oportunidade de renda, fortalecendo e incentivando a agricultura familiar. Entretanto, ainda existem deficiências no incentivo à produção através da execução das políticas públicas voltadas à agricultura familiar, que visem contribuir com a melhoria dos indicadores de desenvolvimento local.

Palavras-chave: Agricultura Familiar, Alcântara, Políticas Públicas, Santo Inácio.

ABSTRACT

The effects of public policies and the use of the territory that surrounds the Remaining Community of Quilombo Santo Inácio in the municipality of Alcântara and the interests of the Union, more specifically the Air Force and the Brazilian Space Program with the

[1]Graduando do Curso de Geografia da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, robsonluanmendes13@gmail.com

[2] Doutorando do Curso de Geografia da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP, igor.breno@unesp.br.

[3] Doutoranda do Curso de Geografia da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP, jessica.n.mendes@unesp.br.

Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), reflect changes in social, economic and cultural dynamics in community life. Therefore, the objective of this text is to analyze the socio-productive structure of family farming in food production in the Santo Inácio quilombola community in the municipality of Alcântara. To carry out this research, bibliographical surveys were carried out on the concepts of Territory, territorial policies, territorial development, family farming and public policies; In addition, fieldwork was carried out, such as interviews and visits to the Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) of Alcântara and the quilombola community of Santo Inácio. The federal government's social programs aimed at family farming, such as: PRONAF, PAA, PNAE and PROINF have undergone several changes, and between their years of operations, they benefit families with income opportunities, strengthening and encouraging family farming. However, there are still deficiencies in encouraging production through the implementation of public policies aimed at family farming, which aim to contribute to the improvement of local development indicators.

Keywords: Family Farming, Alcântara, Public Policies, Santo Inácio.

INTRODUÇÃO

Ao longo das últimas décadas, os debates em torno da agricultura familiar se intensificaram no âmbito da ciência geográfica. Conjuntamente a este debate, a questão territorial, a partir da década de 1990, passou também a ganhar relevância nos espaços das políticas públicas.

Assim, o Território tornou-se um espaço de construção de projetos a serem implantados visando diminuir as desigualdades regionais, dentre essas experiências objetivando novas dinâmicas de desenvolvimento, e gerar novas oportunidades à população dos territórios rurais. Nessa perspectiva, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) abre os campos das políticas públicas para programas que foram criados e/ou adequados subsequentemente, como: o Programa de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais (PROINF), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), entre outros.

Nesse trabalho consideramos relevante ressaltar as análises a respeito da estrutura de produção agrícola de subsistência estão inseridas no contexto das discussões das políticas públicas para o desenvolvimento do território, em que o campo como cenário é visto na atualidade como setor promissor de crescimento, portanto desperta interesse político como também social e econômico.

Posteriormente, enfatizamos o sistema de produção de alimentos como atividade produtiva familiar na Comunidade Remanescente de Quilombo Santo Inácio no município de Alcântara, no Maranhão (Figura 1). Sendo assim, imprescindível nas

articulações das políticas públicas, pois é base alimentar e estratégia para o combate à pobreza rural local.

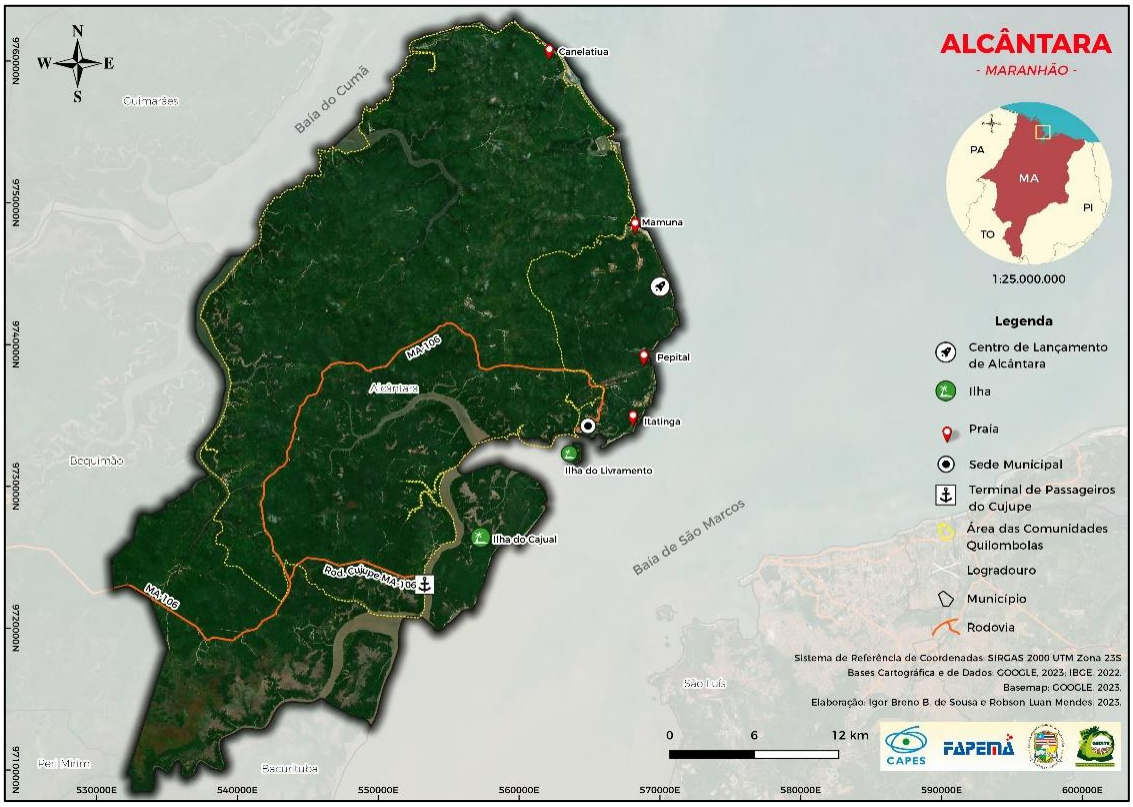


Figura 1 – Mapa de Alcântara, Maranhão

Além disso, a agricultura de autoconsumo representa a base de economia familiar dos quilombolas, sendo as atividades agrícolas associadas às atividades extrativistas a partir da combinação do extrativismo vegetal e da pesca artesanal. Nesse contexto a produção científica torna-se relevante, primeiro pela necessidade de explanar a situação atual dos atores sociais arrolados num empasse político da ampliação do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), em segundo lugar para descrever as estratégias afim de atenuar os conflitos ali existentes e, por fim, para refletir sobre as políticas públicas de reassentamento e agricultura familiar da comunidade quilombola local.

Assim, o objetivo deste artigo é analisar a estrutura socioprodutiva da agricultura familiar na produção de alimentos da comunidade quilombola Santo Inácio no município de Alcântara.

A comunidade quilombola de Santo Inácio está localizada no município de Alcântara, situada na mesorregião Norte e na microrregião da Baixada Ocidental do

estado Maranhão. A comunidade está a uma distância de 22 quilômetros da faixa de mar da capital São Luís, como mostra a Figura 2 a seguir:

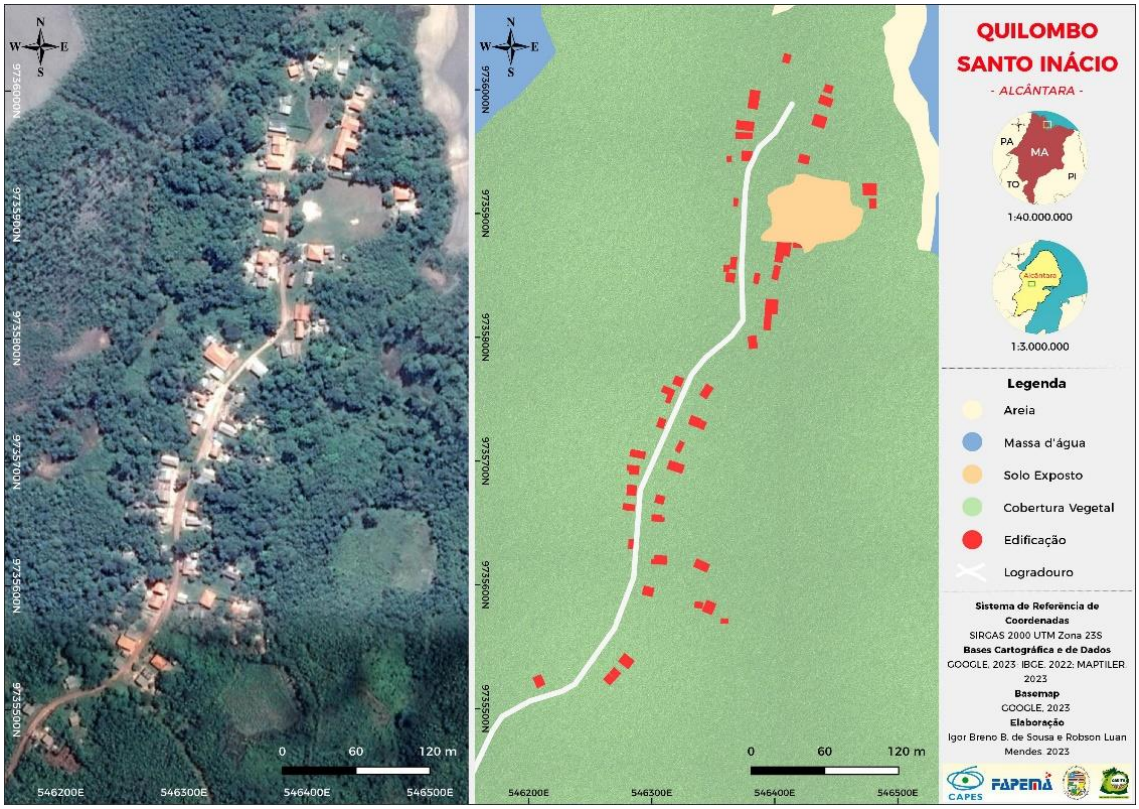


Figura 2 – Mapa da comunidade quilombola Santo Inácio, Alcântara

A comunidade quilombola de Santo Inácio foi registrada pela Fundação Cultural Palmares em 8 de novembro de 2005 sob a Portaria n° 43 e possui aproximadamente 200 habitantes e um número de 56 casas, segundo os dados de 2010 do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)[4] e do Instituto de Terras do Estado do Maranhão (ITERMA).

A principal atividade de Santo Inácio em ordem de predominância dá-se pela agriculturade subsistência (com casos específicos e sazonais de venda externa) a pesca e a pecuária. A mandioca, banana, farinha, galinha, porco, boi e milho são os produtos produzidos na comunidade de Santo Inácio, sendo a mandioca, a banana e a farinha os produtos predominantesna produção. Isso de acordo com as últimas pesquisas e dados coletados, em 2010, pelos institutos e gestores locais citados acima.

METODOLOGIA

Para a elaboração da pesquisa foi realizado o contato com referencial bibliográfico que promove discussões sobre o conceito de Território, Questão Agrária, Estado e

Agricultura. Nosegundo momento, fez-se necessário a coleta de dados secundários no plano de dados abertos do Governo Federal e instituições públicas com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre a produção agrícola da ilha do Maranhão por meio dos Censos Agropecuários e Produção Agrícola Municipal de 1990 a 2019.

Em seguida, o trabalho de campo foi composto por visitas às instituições públicas, entidades não governamentais com a finalidade de coletar informações sobre agricultura familiar, estrutura fundiária, pessoal ocupado na agricultura, característica do estabelecimento,nível de escolaridade, assistência técnica e principais lavouras. Foi de suma importância visitas à comunidade quilombola que produz a mandioca no município com a finalidade de coletar informações sobre os demais sistemas produtivos e formas de produção utilizada.

Posteriormente, houve sistematização das informações sobre o processo da mandiocultura, tecnologias utilizadas e sistema consorciados. Além disso, será realizada a sistematização dos dados e representações cartográficas no *software* QGIS versão 3.22.16 Białowieża, resultando em sua interpretação e descrição. Por fim, foram realizadas as análises e interpretações.

REFERENCIAL TEÓRICO

Sobre os tipos de Território

Os territórios são criados através de uma simbiose entre o mundo agrícola e o mundo urbano. É importante destacar que, da origem até hoje, o encontro entre as realidades urbano e rural pode ser decifrado com uma intensidade variável. Os seres humanos, cotidianamente, não constroem a paisagem, mas o Território, que poderá, talvez, tornar-se paisagem.

Os territórios constituem o mundo material percebido e se tornam a matéria-prima oferecida à imaginação, para ser trabalhada e produzir imagens ou representações que podem ser manifestadas através de diversos tipos de linguagem: a língua natural para uma representação literária, a linguagem gráfica para o desenho e pintura, a linguagem plástica para a escultura, a linguagem sonora para uma representação musical, as diversas linguagens, simbólicas, lógico-formais e/ou matemáticas (Raffestin, 2005).

Enfim, para passar do mundo material ao mundo mental das imagens artísticas, das paisagens, é necessário considerar a natureza da imaginação no plano histórico. Assim,podemos analisar e representar o território e a territorialização.

Quaini (1974) também chama a atenção para a necessidade de construir uma explicação geográfica que considere, conjuntamente, os tempos da natureza e da sociedade, o que significa um avanço muito importante para sua época. O autor propõe uma geografia histórica, com destaque para a formação do território e da paisagem como materialidades.

Milton Santos recorta o espaço em territórios sem separá-los, isto é, os territórios estão no espaço geográfico. Em obra posterior, Santos (1994) evidencia o conceito de Território usado, ampliando a discussão além da concepção areal ou da restrita ao Estado-Nação, enaltecendo o uso e o controle social cristalizado no território.

O Território é resultado das territorialidades efetivadas pelo ser humano, naquilo que Raffestin (1993; 1984) denomina de conjunto de relações do sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo.

Noutra concepção, Quaini (1973, 1974a) une metodologicamente o Território com a Paisagem, como orientação epistemológica central de suas elaborações intelectuais para entender a relação espaço-território. Quaini (1974) entende o Território como área e localização, no entanto, compreende-o também como produto social historicamente constituído, tanto econômica como política e culturalmente. O autor destacava a necessidade do reconhecimento da relação recíproca e unitária entre os processos históricos e relacionais, ou seja, espaço- temporais, como base epistemológica para a compreensão da construção social de cada território.

Dematteis (1985) elabora uma concepção processual e relacional da Geografia e do Território destacando a relação espaço-tempo. Orienta-nos, dessa maneira, a refletir sobre o processo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização considerando as dimensões sociais (economia, política e cultura) e a natureza exterior ao homem num movimento histórico e transescalar sem separar espaço e território.

Um território se define por características intrínsecas a sua formação, sendo essas, as relações de poder, constituindo polos socioeconômicos, políticos e culturais com uma miríade de combinações, a construção histórica e relacional de identidades, o movimento de Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização (TDR), trabalhado, cada qual a seu modo, por Raffestin (1980, 1993, 1984, 2005) e Sack (1983, 1986).

Há diferentes abordagens e concepções de poder, de Território e de Territorialidade. O que apresenta-se, nesta oportunidade, é um caminho, uma opção, na tentativa de tecer uma concepção multidimensional, reticular, relacional e histórica de território e de territorialidade contendo um caráter operativo e político bem definido em favor da transformação e da justiça social; uma concepção que reconhece e destaca a unidade existente entre ideia e matéria na multidimensionalidade social e territorial.

O Território é utilizado como conceito central na implantação de políticas públicas nos campos, nas cidades e nas florestas, promovidas por transnacionais, governos e movimentos socioterritoriais. Nesse contexto, tanto o conceito de Território quanto os territórios passam a ser disputados.

Não se pode confundir a tipologia de territórios com a multiterritorialidade. Da tipologia nasce multiterritorialidade e são objetos distintos. As territorialidades são as representações dos tipos de uso dos territórios. Nos últimos anos, as transnacionais têm comprado enormes extensões de terras em diversos países da América Latina, África e Ásia para a ampliação do seu modelo de desenvolvimento baseado na produção de *commodities*, que são resumidamente produtos básicos não industrializados.

Os pequenos agricultores resistem a esta política por várias razões.Uma delas é que a expansão dos territórios das transnacionais ocorre sobre seus territórios, provocando sua desterritorialização, os empurrando para novas áreas, assim, causando o desmatamento que abrem novos territórios que no futuro poderão ser controlados pelas transnacionais.

A expansão do capitalismo desterritorializa outras relações sociais e extermina relações não capitalistas por meio do que Harvey (2003) definiu como acumulação pela espoliação compreendidas pela destruição de postos de trabalho, precariedade das relações de trabalho, destruição dos territórios camponeses e indígenas. A acumulação pela espoliação significa um estágio avançado das relações capitalistas que necessitam cada vez menos da recriação das relações não capitalistas.

Evidente que essa condição faz com que o capital recrie com menos intensidade trabalhadores assalariados e territórios camponeses, aumentado o número de excluídos. Além da espoliação há a tentativa de controle dos territórios que resistem através de políticas públicas elaboradas em conjunto pelo Estado e por agências multilaterais e transnacionais.

Territórios capitalistas e não capitalistas produzem permanente conflitualidades pela disputa territorial. Territórios indígenas, quilombolas, agricultores familiares, de

moradia, comsuas várias identidades são constituídos na multiterritorialidade rural e urbana. São movimentos socioterritoriais disputando o primeiro território em todas suas escalas. As empresas transnacionais de modo diferenciado agem para disputar estes territórios.

Um território propriedade-privada não pode ser confundido com um território espaço de governança. A disputa territorial acorre de dois modos: pela desterritorialização ou pelo controle das formas de uso e de acesso aos territórios; ou seja, controlando as suas territorialidades.

Por outro lado, há o Território Imaterial que está relacionado com o controle, o domínio sobre o processo de construção do conhecimento e suas interpretações. Portanto, inclui teoria, conceito, método, metodologia, ideologia etc. Os Territórios Materiais são produzidos por territórios imateriais (Fernandes, 2008).

O Território Imaterial pertence ao mundo das idéias, das intencionalidades, que coordena e organiza o mundo das coisas e dos objetos: o mundo material. A importância do Território Imaterial está na compreensão dos diferentes tipos de Território Material. Além disso, é formado por ideias e pensamentos diversos: conceitos, teorias, métodos, ideologias, paradigmas etc., que definem a leitura, o foco, a interpretação, a compreensão e, portanto, a explicação do objeto, tema ou questão.

O Território Imaterial não se limita apenas ao campo da ciência, mas pertence ao campo da política. E pode ser utilizado para viabilizar ou inviabilizar políticas públicas, por exemplo.Os Territórios Imateriais são as bases de sustentação de todos os territórios e são construídos e disputados coletivamente.

A agricultura familiar nas políticas públicas

A agricultura como atividade produtiva não perdeu sua importância e não deixou de ser parte integrante do mundo rural. No entanto, o rural não mais se resume à atividade econômica agrícola, pois a ele passaram a incorporar-se, nas leituras analíticas e nas representações sociais,outras dimensões como a natureza, as famílias rurais, as paisagens, o patrimônio cultural e as tradições, entre outras (Schneider, 2003).

Embora, a agricultura guarde um lugar de destaque no espaço rural, é errôneo imaginarque ela própria não tenha sido modificada ao longo dessa trajetória. Em vários países, a dinâmica da própria agricultura no espaço rural é condicionada e determinada pelas outras atividades ali praticadas e é percebida como um dos agentes das relações que se estabelecem entre a sociedade e o espaço.

As políticas públicas são decisões que envolvem questões de ordem pública com abrangência ampla e que visam à satisfação do interesse de uma coletividade. Podem também ser compreendidas como estratégias de atuação pública, estruturadas por meio de um processodecisório composto de variáveis complexas que impactam na realidade (Amabile, 2012).

Amabile (2012) afirma que:

> A agricultura familiar no cenário social e político brasileiro está relacionada à legitimação que o Estado lhe emprestou ao criar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1996. Este programa, que emlarga medida foi formulado como resposta às pressões do movimento sindical rural realizadas desde o início da década de 1990, nasceu com a finalidade de prover crédito agrícola e apoio institucional às categorias de pequenos produtores rurais que vinhamsendo alijados das políticas públicas ao longo da década de 1980 e encontravam sériasdificuldades de se manter na atividade rural (Amabile, 2012, p. 22-23)

A partir do surgimento do PRONAF, o sindicalismo rural brasileiro, sobretudo aquele localizado nas regiões Sul e Nordeste, passou a reforçar a defesa de propostas que vislumbramo compromisso cada vez mais sólido específica e que necessitava do Estado com uma categoria social considerada de políticas públicas diferenciadas tendo juros menores, apoio institucional, dentre outros (Schneider, 2003).

De acordo com as informações disponibilizadas pelo Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), o PRONAF garante a diversificação de atividades agrícolas nas propriedades familiares, possibilita o empreendedorismo por meio do processamento e agroindustrialização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar, bem como atende às exigências mercadológicas e de adoção de práticas conservacionistas para uma produção ambiental, econômica e socialmente sustentável.

Outro programa vinculado ao PRONAF, que possuía, dentre suas linhas de financiamentos, uma direcionada aos municípios que elaboravam seu Plano Municipal de Desenvolvimento Rural (PMDR), por meio do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR), era o PROINF.

A agricultura familiar ainda é a forma predominante de produção agrícola em várias regiões do Brasil, sendo essencial para a economia de vários municípios. Esta é uma opção viável para a resolução de problemas, como o desemprego, a fome e a desnutrição, proporcionando o desenvolvimento sustentável e a geração de emprego e renda no meio rural. O suporte de políticas públicas fortalecidas pelo apoio local pode transformar a agricultura familiar em uma grande potência de desenvolvimento descentralizado, voltado para a sustentabilidade (Santos, 2001).

Foram criadas outras políticas públicas voltadas para a agricultura familiar após os anos 90, como o PAA. Esse programa foi instituído pelo artigo 19 da Lei nº 10.696 de 2 de julho de 2003. Destina-se à aquisição de alimentos diretamente da agricultura familiar, buscando o fortalecimento dos processos de comercialização de seus produtos a partir de dois grandes eixos, a saber: a compra direta para doação simultânea às entidades da rede socioassistencial, tais como: escolas, creches e asilos, visando garantir a segurança alimentar e nutricional deste público; e apoio à formação de estoques e sua posterior comercialização no mercado. O PAA évoltado para famílias enquadradas no PRONAF e é uma das principais políticas de apoio e incentivo à agricultura familiar no Brasil.

O PAA foi substituído pelo Programa Alimenta Brasil (PAB) pela Medida Provisória 1061, de 9 de agosto de 2021, convertida na Lei 14.284, de 29 de dezembro de 2021. Essencialmente, o Programa Alimenta Brasil tornou-se assim, o substituto do PAA[4].

Entre os principais objetivos do PAA estão o incentivo da agricultura familiar e promoção da inclusão econômica e social; promoção da produção sustentável, processamento,industrialização e geração de renda de alimentos; promover o consumo e a valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar, promover o acesso à alimentação na quantidadequalidade e regularidade necessária, para pessoas em situação de insegurança alimentar e nutritiva, na perspectiva dos direitos humanos à alimentação adequada e saudável.

O PNAE é a maior e mais antiga política pública no Brasil. A alimentação escolar é defendida como um direito dos estudantes e considerada uma das estratégias de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Seu objetivo é contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial infantil, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de práticas alimentares saudáveis dos alunos mediante a oferta de refeições que cubram suas necessidades nutricionais durante o período letivo e as ações de educação alimentar e nutricional (Brasil, 2009; Sousa, 2020).

A Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, determina que no mínimo 30% do valor repassado a estados, municípios e Distrito Federal pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para o PNAE deve ser utilizado na compra de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as

[4] Na nova gestão do Governo Lula, o PAB volta a ser PAA, através da Medida Provisória nº 1.116, de 22 de março de 2023.

comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas. A aquisição dos produtos da Agricultura Familiar poderá ser realizada por meio da Chamada Pública, dispensando-se, nesse caso, o procedimento licitatório (Brasil, 2009).

O encontro da alimentação escolar com a agricultura familiar tem promovido uma importante transformação na alimentação escolar, ao permitir que alimentos saudáveis e com vínculo regional, produzidos diretamente pela agricultura familiar, possam ser consumidos diariamente pelos alunos da rede pública de todo o Brasil.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na primeira visita a campo que ocorreu no dia 14 de agosto de 2023 (Figura 3), houve o primeiro contato com o líder comunitário e representante do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) de Alcântara, senhor Aniceto Pereira, popularmente conhecido por seu Binga.

Figura 3 – Fachada do STTR em Alcântara

O município de Alcântara é fruto de uma luta histórica em relação ao CLA, travado nos últimos 43 anos, porém, a luta de resistência é anterior a isso, uma vez que a cidade remonta a tempos antigos, durante o período da escravidão. É nessa persistente

luta que as comunidades negras rurais vêm mantendo o ritmo se reorganizando nessa conjuntura étnica em que as comunidades quilombolas são atualmente os novos agentes sociais.

Para compreendermos melhor esse enredo sociopolítico que ocorre no município de Alcântara, realizamos uma entrevista com o presidente do STTR, o senhor Aniceto Pereira, em agosto de 2023.

Nesse sentido, o entrevistado esclareceu alguns pontos que contribuíram para o entendimento das contradições e direito ao território quilombola, logo, ao ser indagado sobre o impacto do CLA, a liderança enfatizou:

> O CLA tem uma administração que é muda a cada dois anos, logo, com a entrada de um novo gestor, altera toda a forma de relação entre a corporação e o movimento quilombola. Antes quando era o Comandante Correa, havia mais entendimento na flexibilidade com o movimento, pois a comunicação com o gestor atual ainda é na defesa de interesses do Estado, ou seja, como o CLA é entorno das comunidades, o contato com a liderança do centro era mais próxima, pois havia mais participação social por parte da base nas comunidades, seja na reforma de uma escola e até mesmo distribuição de cesta básicas, sendo que as comunidades mais beneficiadas eram, todas as Agrovilas, Mamuna, Canelatiua, Cajueiro,Oitiua. (Entrevista realizada em agosto de 2023 com liderança sindical).

O senhor Aniceto também respondeu ao ser questionado sobre a reação das demais comunidades mediante informação de nova expansão do centro:

> O CLA tem atualmente sobre seu domínio 62.000 hectares de terras que vai até Oitiua, portanto o que vem após esse território não é de interesse para o centro. Agora para as comunidades, a situação é diferente, porque além de ficarem ainda mais vulneráveis socialmente, ainda tem a questão da segurança alimentar porque uma nova retirada dessa população causará impactos nas demais que ficam distantes, porque serão receptoras e isso não é bem-visto por eles, uma vez que as maiores consequências poderão abaular as estruturas do município que por sinal ainda não são as melhores. (Entrevista realizada em agosto de 2023 com liderança sindical).

Dando continuidade, surgiu a pergunta sobre conflitos, o entrevistado salientou:

> Não existe conflitos por terra em Alcântara e sim alguns casos isolados de conflitos entre os povos, pois temos que vê Alcântara da seguinte forma: o território de Itamatatiua, a Ilha do Cajual e os assentamentos de Bituba e Portugal. O INCRA tem dois assentamentos, mas é esse órgão que comanda lá dentro. Alcântara fundiariamente não tem terra de terceiros, isto é, se você for para Bequimão, observando a estrada ao sair de Alcântara a sua beira não se vê cercas de arames, pois, aqui em Alcântara a terra é de uso coletivo, já em Bequimão se nota a diferença, as áreas todas cercadas. Alcântara tem certidões de terras com mais de 300 anos. É uma terra de herança. Atualmente Alcântara tem 160 povoados habitados divididos nos territórios. (Entrevista realizada em agosto de 2023 com liderança sindical).

Por fim, o senhor Aniceto descreveu a situação das políticas públicas atuantes no município e retratou que:

> Hoje no município de Alcântara, temos duas iniciativas de duas comunidades quilombolas, Itamatatiua e Pavão em parceria através de projetos com o Governo do Estado e Federal através da Associação, eles estão colocando produtos agrícolas para as entidades. A assistência social recebe e distribui, inclui nesse contexto o restaurante popular e a cozinha do Marudá. Agora, quanto ao PAA e o PNAE está passando ainda por mudanças e tem alguns obstáculos a serem vencidos com a nova transição de gestão municipal. As feiras da agricultura familiar sempre estiveram atuantes na comercialização de produtos e com a pandemia da COVID 19 causou impactos nas vendas, uma vez que por motivo de prevenções sanitárias, as feiras tiveram que parar e agora que está retornando gradualmente. (Entrevista realizada em agosto de 2023 com liderança sindical).

Durante a conversa com o presidente do sindicato, conhecemos o presidente Antônio Marcos Pinho Diniz que está à frente da Secretaria de Agricultura Familiar, ele deu informações sobre a situação da agricultura familiar do município de Alcântara. Assim ele destacou:

> Não temos cooperativa. Em reunião com o SEBRAE, foi apresentado m projeto voltado para a agricultura familiar e turismo. A agricultura familiar nunca teve um olhar minucioso por parte do gestor, pois a secretaria não tem recurso próprio para desenvolver trabalho, prova disso, que no ano de 2021, não foi trabalhado o PNAE, não pela questão da secretaria de agricultura e sim por parte de entraves da secretaria de educação, porque enquanto não tiver um secretario que entenda que os 30% da agricultura familiar tem que ser comprado e não de outros fornecedores. É por isso que vemos a necessidade de uma cooperativa que será intermediadora entre os agricultores e o Estado no que diz respeito aos processos. No momento temos 25 produtores para colocar para a secretaria de educação que agora só está aguardando. Já tivemos uma cooperativa antes e agora estamos trabalhando para revê uma nova versão só que mais moderna. Temos também o PNAE do IFMA que antes não comprava da agricultura familiar através de uma parceria com a secretaria de agricultura familiar junto ao IFMA. Com o aumento da cota dos valores estamos com 8 produtores para vender para o IFMA e 25 produtores para o PNAE do município. Tem hoje o Programa de Alimentação Brasil, programa esse que substituiu o PAA para que o município que tem retido um valor de 100 mil o qual nunca foi resgatado desde o antigo PAA. Estamos ainda na expectativa que o novo prefeito sendo filho da casa e conhecedor da realidade do nosso município venha a dá essa visibilidade que a agricultura familiar necessita. (Entrevista realizada em agosto de 2023, com o secretário de agricultura).

É de suma importância frisar que o diálogo sobre o cenário rural Alcantarense não envolve somente a agricultura familiar, mas também a pesca artesanal e a criação de peixes pelos agricultores. Ressaltamos que essa agricultura de subsistência, inclui também, além da horta, a criação de galinhas, peixes, plantação de macaxeira e milho.

Portanto, com o surgimento de uma ameaça interna em relação à mão- de-obra, poderá futuramente deixar espaços vazios, o que poderia fortalecer o movimento favorável a uma nova expansão do território aeroespacial.

Alcântara possui uma territorialidade especifica delimitada a partir das relações sociais construídas durante a ocupação das antigas fazendas, assunto esse já citado anteriormente, as designações sociais se baseiam em referenciais religiosos e em fatores identitários, como terras de santo ou terra santista, terras da santa, terras de santíssimo ou terras de santíssima, terras de preto e terras de caboclo e por fim terras de herdeiros.

Diante disso, Alcântara destaca múltiplas variedades das relações socioeconômicas, políticas e culturais atuantes no município. As populações tradicionais quilombolas, estão inseridas dentro do conjunto da agricultura familiar, contudo, apresentam características inerentes que expressam suas dimensões de etnicidade e territorialidade reforçadas por laços de identidade, além do uso comum dos recursos naturais manejados estrategicamente, levando à manutenção secular de suas formas de produção tradicional e de sua reprodução social.

A senhora Valdirene, funcionária do Sindicato e representante quilombola da comunidade Santo Inácio foi a porta voz e guia para adentrar na comunidade. Assim, foi possível conhecer os quilombolas que descreveram o processo do cultivo da mandioca e mostraram a plantação e o processo de fabricação da farinha (Figura 4 e 5).

Figura 4 – Plantação de mandioca

Figura 5 – Processo de fabricação da farinha

Para essa comunidade, persistir na agricultura familiar é uma forma de resistir ao avanço do processo capitalismo e sair da situação de invisibilidade e exclusão social. Por isso, as produções agrícolas de origem familiar são diversificadas justificadas pela capacidade de interação com diferentes ecossistemas que reconhecem a biodiversidade dos solos e espécies naturais.

Acerca da acessibilidade a comunidade quilombola de Santo Inácio, um dos grandes problemas são as estradas (Figura 6), pois ainda são de terra, carroçável, dificultando o acesso de carros de passeio, somente seguem nessas estradas as motos, caminhões e os carros conhecidos como: pau de arara.

Figura 6 – Estrada de terra da Comunidade Santo Inácio

Durante o período chuvoso, as comunidades ficam mais isoladas e só no período seco, é passado o trator para fazer a terraplanagem afim de melhorar o tráfego dos veículos. Nesse período chuvoso, esses ramais apresentam muitos pontos alagados e enlameados, justamente nesse estado encontramos no segundo dia de trabalho a campo, pontos de alagamentos que dificultaram a passagem.

Dentre os desafios enfrentados por essa comunidade quilombola na agricultura familiar estão o baixo nível de escolaridade, pois na comunidade tem escola de nível fundamental, porém, o ensino médio, os jovens têm que se deslocar para a sede ou para outra comunidade próxima que tenha escola, falta de incentivo por ausência de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural, alto preço dos insumos, baixo preço dos produtos. Devido a essas dificuldades, muitos moradores deixaram suas raízes para ir em busca de melhores condições de vida em cidade próximas como São Luís e até mesmo os grandes centros de São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba e Goiás.

Essa situação migratória da juventude quilombola em parte é incentivada pelos pais que entendem que por ser mais jovem tem um futuro melhor aguardando o filho.

Com a presença da internet e aparelhos celulares modernos, os jovens da comunidade exploram lugares e assuntos que para eles são caminhos para o desenvolvimento do conhecimento além da comunidade.

Contraditória a essa sensação de conquistar outros territórios, a saída dos jovens, o envelhecimento da população local, abre caminhos para o próprio fim, o que tende a fragilizar ainda mais as bases de resistência da identidade quilombola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho mostrou os debates e concepções de autores sobre o Território. Também foi apresentado como as empresas, multinacionais e o próprio governo federal podem influenciar na vida de comunidades quilombolas no município de Alcântara, como a de Santo Inácio, a comunidade que se trata na pesquisa.

Ressaltamos também o envolvimento dos programas do governo federal como o PRONAF, PAA, PROINF e PNAE ao longo de sua trajetória na agricultura familiar, apresentando as diversas mudanças ocorridas e mostrando que ao decorrer do tempo, estes programas se tornaram importantes meios de comercialização para os produtos da agricultura familiar, garantindo fonte de renda para os fornecedores e alimentos saudáveis e de qualidade para a alimentação escolar.

Há uma grande necessidade de políticas públicas de incentivo à produção fazendo uso de tecnologias que respeitem as tradições e ao mesmo tempo oferecem suporte na qualidade e produtividade para que o agricultor se torne competitivo. Essas ações podem contribuir com o empoderamento e renda garantida transformando o cenário da agricultura da comunidade quilombola de Santo Inácio.

Existe a deficiência de programas de incentivo à produção através da implementação de políticas públicas que visem contribuir com a melhoria dos indicadores de desenvolvimento local e da inclusão produtiva da mandioca no município de Alcântara, especificamente as comunidades remanescentes de quilombo da região.

Outra questão observada é a demonstração de dependência que fortalecem os laços entre comunidade e natureza, o que justifica que a identidade da população local está totalmente ligada o seu território de pertencimento.

REFERÊNCIAS

AMABILE, Antônio Eduardo de Noronha. **Plano - programas – projetos**. Barbacena: Eduemg, 2012.

BRASIL**. Programa de Aquisição de Alimentos**. Disponível em: https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/inclusao-produtiva-rural/paa. Acesso em: 2 janeiro 2023.

BRASIL**. Programa Alimenta Brasil**. Disponível em: https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/inclusao-produtiva-rural/alimenta-brasil. Acesso em: 2 setembro 2023.

BRASIL**. Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm. Acesso em: 25 maio 2023.

DEMATTEIS, Giuseppe. **Le metafore della Terra. La geografia umana tra mito e scienza**.Milano: Feltrinelli, 1985.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrando nos territórios do Território. In: PAULINO, Eliane T.; FABRINI, João E. (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

HARVEY, David. **The New Imperialism**. São Paulo: New York, 2003.

QUAINI, Massimo. **Per la storia del paesaggio agrario in Liguria**. Note di geografia storicasulle strutture agrarie della Liguria medievale e moderna. Savona: C.C.I.A.A., 1973.

QUAINI, Massimo. **Storia, geografia e territorio. Sulla natura, gli scopi e i metodi dela geografiastorica**. Miscellanea storica Ligure, 6, 7, 1974.

QUAINI, Massimo. **Marxismo e geografia**. Firenze: La Nuova Italia, 1974a.

RAFFESTIN, Claude. **Les construits en géographie humaine**: notions et concepts, Geopoint,Avignon, Groupe Dupont, 1978. p. 55-73.

RAFFESTIN, Claude. Territorializzazione, deterritorializzazione, riterritorializzazione e informazione. In: TURCO, A. (Org.). **Regione e regionalizzazione**. Milano: Angeli, 1984. p.69-82.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do Poder**. SP: Ática, 1993 (1980).

RAFFESTIN, Claude. **Dalla nostalgia del territorio al desiderio di paesaggio**. Elementi peruma teoria del paesaggio. Firenze: Alinea, 2005.

SACK, Robert. **Human Territoriality**: A Theory, Annals of the Association of American Geographers, 73 (1), 1983, p.55-74.

SACK, Robert. **Human territoriality**: its theory and history. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, M. et. al. (Orgs.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994. p.15-20.

SANTOS, Manoel José dos. Projeto alternativo de desenvolvimento rural sustentável. **Estudos Avançados**, [S.L.], v. 15, n. 43, p. 225-238, dez. 2001. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40142001000300017.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. 2nd ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. Disponível em: https://static.scielo.org/scielobooks/b7spy/pdf/schneider- 9788538603894.pdf. Acesso em: 23 de Janeiro de 2023.

SOUSA, Igor Breno Barbosa de. **Programa Nacional de Alimentação Escolar:** uma análise de dados sobre a estrutura, dinâmica e acesso no município de São Luís - MA de 2014 a 2018. 2020. 174 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2020.

Ocupar! Aquilombar! Retomar!

A Geografia Agrária e a luta de classes no Brasil

GT 6

A atualidade da questão agrária: as reformas agrárias em debate

CAPITAL MONOPOLISTA E ESPOLIAÇÃO EM ASSENTAMENTOS RURAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO: UM OLHAR A PARTIR DA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS[1]

Fernando Amorim Rosa[2]

Ana Claudia Giannini Borges[3]

RESUMO

O atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas no campo, sob o modo capitalista de produção em sua etapa monopolista, tem levado a transformações nas relações sociais de poder e de produção nos espaços rurais. Em tal contexto, oligopólios internacionais passam a atuar no setor agrícola, impulsionando a produção de *commodities* em vastas extensões de terras. Nesse movimento, a expansão da monocultura se dá no entorno e no interior dos assentamentos rurais, gerando desdobramentos sobre diferentes dimensões do território camponês. Assim, no presente trabalho, analisa-se os impactos da introdução do monocultivo da cana-de-açúcar sobre a diversidade produtiva dos assentamentos rurais Reage Brasil e Ibitiúva, localizados, respectivamente, nos municípios de Bebedouro e Pitangueiras, estado de São Paulo. Para efetuar a análise, utiliza-se os componentes explicativos Efeito Escala (EE) e Efeito Substituição (ES), além do Índice de Theil, que possibilitam compreender as alterações na diversidade produtiva das áreas. Os resultados apontam que a elevação das taxas de ocupação das terras agricultáveis com a monocultura da cana-de-açúcar representa sério risco de redução da diversidade produtiva e, consequentemente, da produção de alimentos nos territórios estudados.
Palavras-chave: assentamentos rurais, cana-de-açúcar, diversidade produtiva, produção de alimentos.

RESUMEN

La actual etapa de desarrollo de las fuerzas productivas en el campo, bajo el modo de producción capitalista en su etapa monopólica, ha llevado a transformaciones en las relaciones sociales de poder y producción en los espacios rurales. En tal contexto, los oligopolios internacionales comienzan a operar en el sector agrícola, impulsando la producción de *commodities* en vastas extensiones de tierra. En este movimiento, la expansión del monocultivo se da alrededor y dentro de los asentamientos rurales, generando consecuencias en diferentes dimensiones del territorio campesino. Por lo tanto, en el presente trabajo analizamos los impactos de la introducción del monocultivo de caña de azúcar en la diversidad productiva de los asentamientos rurales Reage Brasil e Ibitiúva, ubicados, respectivamente, en los municipios de Bebedouro y Pitangueiras, estado de São Paulo. Para realizar el análisis se utilizaron los componentes explicativos Efecto Escala (EE) y Efecto Sustitución (ES), además del Índice de Theil, que permite comprender cambios en la diversidad productiva de las áreas. Los resultados indican que el aumento en los índices de ocupación de tierras agrícolas con monocultivo de caña de azúcar representa un grave riesgo de reducción de la diversidad productiva y, en consecuencia, de la producción de alimentos en los territorios estudiados.

---

[1] O presente trabalho decorre de pesquisa de doutorado realizada pelo autor, intitulada "A ação do capital monopolista no campo e a espoliação de comunidades camponesas: os desdobramentos do avanço do agronegócio sobre a organização sócio-territorial dos assentamentos rurais no estado de São Paulo".

[2] Doutorando do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista – UNESP, campus de Rio Claro. E-mail: f.amorim_rosa@hotmail.com

[3] Profª. Drª. no Departamento de Economia, Administração e Educação da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias da Universidade Estadual Paulista – UNESP, campus de Jaboticabal e no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista – UNESP, campus de Rio Claro. E-mail: ana.giannini@unesp.br

Palabras clave: asentamientos rurales, caña de azúcar, diversidad productiva, producción de alimentos.

INTRODUÇÃO

Sob a égide do capitalismo monopolista, o desenvolvimento das forças produtivas no campo, no Brasil, tem levado a alterações nas relações sociais de poder e de produção, homogeneização dos espaços rurais, monotonia de paisagens, concentração fundiária, desterritorialização, dentre outras formas de violência praticadas contra povos originários e comunidades camponesas.

Se, em sua face mais explícita, o avanço do capital sobre territórios camponeses e ancestrais se faz apoiado na violência, na grilagem de terras, na apropriação privada dos bens comuns e na expropriação territorial, considera-se que a introdução, nesses mesmos territórios, de monoculturas associadas ao agronegócio globalizado constitui-se como parte integrante do mesmo movimento perverso de apropriação da renda da terra e espoliação (HARVEY, 2014) de comunidades camponesas e povos originários na periferia do capitalismo (MARINI, 2017).

Contudo, se no primeiro caso, mesmo fazendo uso da violência explícita, tais processos permanecem em marcha, sem que seus agentes responsáveis sejam incomodados, no segundo, frequentemente, a adoção da monocultura é vista como caminho a ser trilhado para o desenvolvimento, muitas vezes sob incentivo do Estado. Sendo esse último processo o fenômeno ao qual nos propomos a investigar neste trabalho, analisa-se, dentre a ampla gama de impactos decorrentes, quais as consequências diretas da monocultura sobre a diversidade produtiva de comunidades camponesas.

Frente ao exposto e considerando-se a pesquisa da qual este trabalho decorre, neste momento, a discussão está centrada em um de seus objetivos específicos, que busca analisar a atuação do capital monopolista no interior dos assentamentos rurais, mais precisamente no que se refere à dimensão da produção de mercadorias do tipo *commodities* e seus desdobramentos. Com isso, espera-se compreender, sobretudo, os possíveis impactos sobre a diversidade produtiva e a produção de alimentos em tais territórios camponeses.

METODOLOGIA

Para a elaboração deste trabalho, contou-se, sobretudo, com informações publicadas e/ou fornecidas pela Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP/SAA-SP), Instituto de Economia Agrícola (IEA/SAA-SP) e Coordenadoria de Assistência Técnica

Integral (CATI/SAA-SP), instituições vinculadas à Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA-SP).

Durante a pesquisa, utilizou-se os levantamentos de safras bianuais realizados pela Fundação ITESP nos assentamentos rurais do estado de São Paulo, as chamadas "Cadernetas de Campo", e os dados do "Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo" (LUPA)[4], realizado pela CATI e pelo IEA. Nas análises de tal material estatístico busca-se identificar a presença de cultivos destinados à agroindústria (sobretudo cana-de-açúcar e soja), seus possíveis impactos sobre a diversidade produtiva, bem como compreender o comportamento da produção de alimentos nos assentamentos rurais analisados ao longo da série histórica adotada (2010 – 2018). Para tanto, analisa-se a evolução (ou involução) da área plantada dos diferentes cultivos presentes nos Escritórios de Desenvolvimento Rural (EDR), municípios e assentamentos rurais analisados. Para efeito de análise, divide-se o uso do solo em áreas ocupadas por "cana-de-açúcar", "soja", "produção vegetal diversificada" (soma das culturas perenes e temporárias, excetuando-se cana-de-açúcar e soja), "produção florestal" e "pastagem" (natural e cultivada), sendo que a área total cultivada constitui-se da somatória das anteriores. Ressalta-se que é na categoria "produção vegetal diversificada" que se encontra a maior parte do conjunto de alimentos básicos que compõem a mesa da população brasileira, como cereais, frutas, verduras e legumes.

Destaca-se que a análise dos levantamentos bianuais de safras se dão em assentamentos rurais distribuídos pelo estado de São Paulo, conforme a regionalização adotada pela Fundação ITESP para a execução das políticas agrária e fundiária, regionalização que divide o estado em sete regiões, sendo elas "oeste", "noroeste", "norte", "leste", "sudeste", "sul", e"sudoeste".

Inicia-se a pesquisa tomando por base as "Cadernetas de Campo" da Fundação ITESP e realiza-se a análise dos diferentes padrões de uso e ocupação do solo nas seis regionais delimitadas pela Fundação e adotadas como referência nesse estudo. Nessa primeira aproximação aos dados, busca-se identificar as regionais e assentamentos com maior presença de cultivos destinados à agroindústria. A análise pautou-se pelo percentual de lotes com presença de tais cultivos no universo regional e na amostra coletada nos diferentes levantamentos ao longo da série histórica (2010 – 2018).

[4] Os dados fornecidos pelo "Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo" (LUPA) dizem respeito às safras 2007/2008 e 2016/2017, período que coincide, em grande parte, com a série histórica adotada na análise dos levantamentos de safras nos assentamentos rurais (safras 2010/2011 – 2017/2018).

A análise dos dados permitiu constatar que, embora, de maneira geral, as diferentes regionais apresentem algum percentual de cultivos agroindustriais em diferentes momentos da série histórica, é a regional "norte" que se destaca pela expressiva presença do cultivo da cana-de-açúcar, sobretudo nos assentamentos Ibitiúva e Reage Brasil, inseridos, respectivamente, nos municípios de Pitangueiras (SP) e Bebedouro (SP), pertencentes ao EDR de Barretos.

Para amparar a análise do uso da terra nos EDR's, nos municípios e nos assentamentos rurais elencados para o estudo, observando as variações em área cultivada (Efeito Área), nos valeremos dos componentes explicativos Efeito Escala (EE) e Efeito Substituição (ES) (Yokoyama; Igreja, 1992).

Conforme Felipe (2008), considerando-se determinada cultura inserida em um sistema de produção, sua área pode variar conforme a variação da área total do sistema, denominando-se Efeito Escala (EE). Por outro lado, a área ocupada com tal cultura pode variar em decorrência de absorver (substituir) ou ceder (ser substituída) área para outro cultivo dentro do sistema, sem que, necessariamente, a área deste se altere, denominando-se Efeito Substituição (ES).

Para a compreensão dos Efeitos Escala e Substituição em nosso estudo, considera-se que a área ocupada por determinada cultura pode variar conforme a variação da área total cultivada no recorte espacial analisado – em nosso caso, o EDR, o município ou o assentamento –, situação em que estaremos tratando de Efeito Escala (EE). Contudo, a área de determinada cultura no EDR, no município ou no assentamento, pode se alterar devido ao ganho ou perda de área para outras culturas, tratando-se, nesse caso, de Efeito Substituição (ES).

De acordo com Felipe (2008), para o cálculo dos Efeitos Escala e Substituição, primeiramente, deve-se calcular o Coeficiente de Variação (λ) do sistema. Tal coeficiente é encontrado na razão entre as áreas totais cultivadas dos anos final (A_f) e inicial (A_i) da série histórica $\left({A_f}/{A_i}\right)$. Encontrado o Coeficiente de Variação (λ), considerando-se uma cultura *c* qualquer, o autor expõe os cálculos:

λ = Coeficiente de Variação $\left({A_f}/{A_i}\right)$;

A_{ci} = Área inicial de determinada cultura;

A_{cf} = Área final de determinada cultura;

Para o cálculo de Efeito Escala (EE):

$EE_c = (\lambda A_{ci} - A_{ci})$

Para o cálculo de Efeito Substituição (ES):

$ES_c = (A_{cf} - \lambda A_{ci})$

Felipe (2008) também nos mostra que a soma do Efeito Escala e do Efeito Substituição de determinada cultura (*c*) equivale à variação absoluta de sua área no recorte temporal. Ou seja,

$$\left(A_{cf} - A_{ci}\right) = \left(\lambda A_{ci} - A_{ci}\right) + \left(A_{cf} - \lambda A_{ci}\right)$$

E a somatória dos Efeitos Substituição de todas as culturas (*c* = 1, ..., *n*) deverá ser igual a zero. Como expresso,

$$\sum_{c=1}^{n}\left(A_{cf} - \lambda A_{ci}\right) = 0$$

Para analisar as alterações na diversidade produtiva das áreas estudadas ao longo da série histórica, utiliza-se o chamado Índice de Theil (H). De acordo com Souza (2008) e Borges e Brumatti (2019), quanto mais próximo de zero estiver o índice (H), menor será a diversidade produtiva da área e maior a homogeneização territorial. Por outro lado, quanto mais distante de zero estiver o índice (H), maior será a diversidade produtiva da área em questão.

Souza e Cabero Diegues (2008) expõem o cálculo para se encontrar o Índice de Diversidade Produtiva (H).

$$\mathrm{H} = \sum_{c=1}^{n}\left(\gamma_c . ln\frac{1}{\gamma_c}\right)$$

onde:

$\gamma_c = {}^{A_c}/_{A}$;

A_c = área ocupada por determinada cultura *c*;

A = área total cultivada

Tratados os procedimentos metodológicos usados no estudo, passaremos à discussão do referencial teórico que norteia a pesquisa e, posteriormente, à análise dos resultados. Ressaltamos que, embora o presente trabalho possua um caráter descritivo, não prescinde-se de análise crítica dos processos descritos.

REFERENCIAL TEÓRICO

Capitalismo monopolista e a territorialização do monopólio

O atual estágio de capitalismo monopolista, que se intensifica com a mundialização do capital (CHESNAIS, 1996) e apresenta como uma de suas características basilares a integração

de capitais, permite a conformação da aliança entre burguesias nacionais e mundiais (OLIVEIRA, 2016) num pacto que possibilita a constituição de oligopólios internacionais que, associados ao capital financeiro, passam a atuar no setor agrícola e no mercado de terras, monopolizando a propriedade dessas para a produção de *commodities* agrícolas e especulação, potencializando, assim, o rentismo fundiário historicamente impregnado no campo brasileiro.

Nesse contexto, a agricultura brasileira também se mundializa (OLIVEIRA, 2015) e as empresas monopolistas passam a controlar a agricultura capitalista por meio de duas formas distintas que caracterizam a maneira pela qual o capital se apropria do espaço, a depender do setor de atuação, havendo, evidentemente, empresas mundiais com ramificações em diversos setores. A tais formas de apropriação, Oliveira (2015) denomina de "monopolização do território" e "territorialização dos monopólios" na agricultura.

Conforme o autor, o processo de "territorialização do monopólio" é característico dos setores sucroalcooleiro, de papel e celulose e de madeira plantada, onde, por meio do controle da propriedade da terra (seja por compra, arrendamento, grilagem ou outra forma de apropriação privada), a empresa controla, simultaneamente, o processo produtivo no campo e o processamento industrial da produção agropecuária e florestal, configurando-se na mesma pessoa física ou jurídica, o proprietário da terra, do capital agrícola e do capital industrial.

Por outro lado, a "monopolização do território" na agricultura capitalista se dá por meio de empresas que, atuando na comercialização (*tradings*) e processamento industrial da produção, sem produzir no campo, controlam por meio de mecanismo de subordinação, camponeses e produtores capitalistas (OLIVEIRA, 2016).

Importa destacar que tais processos se dão no bojo da condição dependente (MARINI, 2017) da economia brasileira, no âmbito de uma relação centro-periferia que reserva aos países periféricos o lugar de fornecedores de matérias-primas e *commodities*, possibilitando a transferência de valor da periferia ao centro do capitalismo.

Tal divisão internacional do trabalho possibilita o desenvolvimento das atividades industriais e a especialização de mão-de-obra necessária à produção de manufaturas, com a redução do valor real da força de trabalho e o deslocamento do eixo da acumulação de capital da mais-valia absoluta para a mais-valia relativa nos países centrais, ao passo que acentua a superexploração da força de trabalho nas economias periféricas (MARINI, 2017).

Observa-se, então, que a condição de economia periférica se expressa na ação do capital monopolista impondo, sobre territórios constituídos a partir de relações apoiadas em matrizes sócio-culturais não capitalistas (fundadas no valor de uso), a lógica mercantil e o valor de troca

do capitalismo. Afirma-se neste movimento um “novo imperialismo”, no qual persistem as práticas predatórias da acumulação “primitiva” ou “original” no âmbito da geografia histórica da acumulação do capital, num processo conceituado por Harvey (2014) como “acumulação por espoliação”.

Na esteira desse processo, as lógicas e as relações sociais de produção do capital agroindustrial se expandem, também, sobre os territórios camponeses de assentamentos rurais localizados no estado de São Paulo, num processo no qual o capital se expande para espaços não capitalistas de produção a fim de manter viva sua acumulação (LUXEMBURGO, 1970).

Assentamentos rurais e os riscos da territorialização do monopólio

De acordo com dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA (2023), o estado de São Paulo possui 285 Projetos de Assentamentos distribuídos por todo o seu território, contemplando um total de aproximadamente 20 mil famílias assentadas, e abrangendo uma área em torno de 364.965 ha. A Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo - ITESP (2023) informa que, do total de assentamentos rurais implantados no estado, 140 são de domínio estadual, contemplando mais de 7 mil famílias assentadas em uma área total que abrange aproximadamente 150 mil ha.

Conforme Bergamasco e Norder (1996, p. 7), “[...] de maneira genérica, os assentamentos rurais podem ser definidos como a criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais visando o reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra”.

Em complemento ao exposto pelos autores, para além da geração de renda e benefício de trabalhadores rurais assentados, os assentamentos rurais também geram impactos expressivos nas regiões e municípios onde são implantados. Tais influências, diretas ou indiretas, se fazem sentir em diferentes dimensões da vida social, como, por exemplo, dimensões econômica, social, política e ambiental, levando a maior preservação dos bens comuns, dinamização da economia de pequenos e médios municípios, diversificação produtiva e transformação nas relações sociais e de poder em diferentes escalas (LEITE et al., 2004).

Para além das dificuldades inerentes à adequada execução da política de assentamentos – a escassez de crédito rural e a desarticulação da assistência técnica e extensão rural podem ser citados como exemplos –, os camponeses no estado de São Paulo se encontram em constante conflito sócio-espacial decorrente da ação do capital agroindustrial (monopolista) no campo. Esse movimento, que se expressa no avanço dos monocultivos, sobretudo da cana-de-açúcar,

seja no entorno, seja no interior dos próprios assentamentos, ocasiona toda uma gama de impactos em diferentes dimensões do território camponês, podendo ser identificados, por exemplo, na degradação dos bens comuns, na diminuição da diversidade produtiva, no esgotamento dos solos, na fragilização da organização social e na subsunção do trabalhado camponês ao capital agroindustrial (THOMAZ JÚNIOR, 2012).

Assim, diante do contraditório movimento de territorialização do monopólio (OLIVEIRA, 2015) da cana-de-açúcar nos assentamentos rurais e considerando que esse processo é responsável por impactos diretos sobre diversas dimensões dos territórios camponeses, busca-se, neste trabalho, compreender seus efeitos sobre a diversidade produtiva das áreas estudadas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção analisa-se os diferentes padrões de uso e ocupação do solo nas áreas estudadas, para isso, nos atentaremos aos movimentos de variação nas áreas plantadas de cana-de-açúcar, soja, produção vegetal diversificada, produção florestal e pastagens nas diferentes escalas geográficas adotadas (EDR, municípios e assentamentos), iniciando pelo EDR de Barretos.

Escritório de Desenvolvimento Rural (EDR) de Barretos

Inicia-se a análise pelos dados referentes ao Escritório de Desenvolvimento Rural (EDR) de Barretos, no qual se inserem os municípios de Bebedouro (SP) e Pitangueiras (SP) e os assentamentos rurais Reage Brasil e Ibitiúva, respectivamente.

Tabela 1. Efeito Escala e Efeito Substituição no EDR de Barretos (SP), entre as safras 2007/08 e 2016/17

	Cana-de-açúcar (ha)	Soja (ha)	Produção vegetal diversificada (ha)	Produção florestal (ha)	Pastagem (ha)	Área total cultivada (ha)
Safra 2007/2008	434.657,20	43.035,50	159.339,00	10.451,30	105.392,00	752.875,00
Participação no total (%)	57,73	5,72	21,16	1,39	14,00	100,00
Safra 2016/2017	506.809,90	37.212,00	99.299,50	14.569,90	62.277,70	720.169,00
Participação no total (%)	70,37	5,17	13,79	2,02	8,65	100,00
Coeficiente de variação (λ)						0,95656
EE 2007/2008 - 2016/2017	-18.882,15	-1.869,53	-6.921,92	-454,02	-4.578,38	-32.706,00
ES 2007/2008 - 2016/2017	91.034,85	-3.953,97	-53.117,58	4.572,62	-38.535,92	0,00

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do IEA/CATI (2023).

A partir da Tabela 1, pode-se constatar a redução de 4,34% (32.706 ha) na área total cultivada entre as safras 2007/2008 e 2016/2017, variação que justifica os Efeitos Escala negativos em todas as culturas. Observa-se que cana-de-açúcar e produção florestal são as culturas que expandem suas áreas no período, com aumento de 12,64% e 0,63% em suas respectivas participações no total. Em números absolutos, cana-de-açúcar e produção florestal apresentam aumento de 72,152,70 ha e 4.118,60 ha, respectivamente.

Obsevando-se o Efeito Substituição (ES), nota-se que as culturas que aumentaram suas áreas o fizeram ocupando áreas de outras culturas. Nesse movimento, é expressivo o aumento das áreas ocupadas pela cana-de-açúcar, em substituição, sobretudo, às áreas anteriormente ocupadas por produção vegetal diversificada e pastagens. Essas últimas apresentam regressão de, respectivamente, 7,43% (60.039,50 ha) e 5,35% (43.114,30 ha) em suas participações na área total cultivada no período. A cultura da soja apresenta pequena variação negativa no período, reduzinho em 0,55% (5.823,50 ha) sua participação no total.

A expansão significativa da área ocupada pelo monocultivo da cana-de-açúcar no período permite compreender a redução do Índice de Theil (H) no EDR, conforme mostra a Tabela 2.

Tabela 2. Índice de Theil (H) no EDR de Barretos (SP), entre as safras 2007/08 e 2016/17

	2007/08	**2016/17**
Índice de Theil (H)	1,435753	1,185571

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do IEA/CATI (2023).

Observa-se considerável redução da diversidade produtiva do EDR no período, sendo que essa já se mostrava em baixo patamar no início da série histórica. Tal diminuição corresponde ao aumento observado na área cultivada, sobretudo, com cana-de-açúcar em substituição às áreas ocupadas por outras culturas na série histórica, conforme evidenciado na Tabela 1.

Realizada a análise dos dados referentes ao EDR de Barretos (SP), passaremos a analisar os municípios de Bebedouro (SP) e Pitangueiras (SP).

Município de Bebedouro (SP)

A Tabela 3 revela as variações nas áreas das diferentes culturas, ao longo da série histórica, no município de Bebedouro (SP).

Tabela 3. Efeito Escala e Efeito Substituição no município de Bebedouro (SP), entre as safras 2007/08 e 2016/17

	Cana-de-açúcar (ha)	Soja (ha)	Produção vegetal diversificada (ha)	Produção florestal (ha)	Pastagem (ha)	Área total cultivada (ha)
Safra 2007/2008	34.348,00	255,00	19.162,90	651,50	4.312,40	58.729,80
Participação no total (%)	58,48	0,43	32,63	1,11	7,34	100,00
Safra 2016/2017	46.489,20	67,40	8.765,70	667,30	2.936,40	58.926,00
Participação no total (%)	78,89	0,11	14,88	1,13	4,98	100,00
Coeficiente de variação (λ)						1,00334
EE 2007/2008 - 2016/2017	114,75	0,85	64,02	2,18	14,41	196,20
ES 2007/2008 - 2016/2017	12.026,45	-188,45	-10.461,22	13,62	-1.390,41	0,00

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do IEA/CATI (2023).

Ao analisar a Tabela 3, nota-se o aumento de 0,33% (196,20 ha) na área total cultivada no município. As diversas culturas analisadas apresentam variações que seguem a tendência observada no EDR, com aumento das áreas ocupadas por cana-de-açúcar e produção florestal em detrimento das áreas destinadas a outras atividades agropecuárias. Assim como ocorre no EDR, chama atenção a expressiva expansão da área plantada com cana-de-açúcar, aumentando em 20,41% sua participação em relação ao total, aumento que, em termos absolutos, significa 12.141,20 ha a mais destinados ao monocultivo no período. Embora com crescimento, a produção florestal apresenta tímida variação de 15,8 ha em sua área no período, correspondendo a um incremento de 0,02% em sua participação no total.

Os índices de Efeito Escala (EE) e Efeito Substituição (ES) revelam que, embora o aumento na área total cultivada no município contribua para o Efeito Escala (EE) positivo, é majoritariamente em substituição a outras culturas que se dá a expansão da cana-de-açúcar. Observa-se que é principalmente sobre as áreas de produção vegetal diversificada e pastagens que ocorre a expansão, com a primeira cedendo 10.397,20 ha, enquanto a segunda cede 1.376 ha. Em termos relativos, significa dizer que produção diversificada e pastagens cederam, respectivamente, 54,25% e 31,90% de suas áreas para o monocultivo canavieiro no período. O movimento se revela, também, quando observa-se a redução da participação, em relação ao total, das duas principais culturas substituídas. Os dados mostram que a produção vegetal diversificada sofre redução de 17,75% em sua participação na área total cultivada, enquanto a área de pastagens apresenta redução de 2,36% em relação ao mesmo total.

Os impactos decorrentes do avanço do monocultivo da cana-de-açúcar sobre a diversidade produtiva do município ficam evidentes quando se observa o Índice de Theil (H) apresentado na Tabela 4.

Tabela 4. Índice de Theil (H) no município de Bebedouro (SP), entre as safras 2007/08 e 2016/17

	2007/08	**2016/17**
Índice de Theil (H)	1,071173	0,738324

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do IEA/CATI (2023).

A Tabela 4 permite notar como o índice de diversidade produtiva do município de Bebedouro (SP), que já se apresentava baixo, sofre considerável redução no decorrer da série histórica. Tal redução da diversidade produtiva pode ser interpretada como consequência direta da expansão, sobretudo, da cultura da cana-de-açúcar sobre áreas anteriormente ocupadas com outras atividades. É interessante destacar que o índice de diversidade produtiva do município se mantem inferior ao observado no EDR de Barretos ao longo da série histórica – 1,435753 e 1,185571, nas safras 2007/2008 e 2016/2017, respectivamente.

Realizada a análise dos dados referentes ao município de Bebedouro (SP), faz-se, na próxima seção, a análise das variações nas áreas ocupadas pelas diferentes culturas no município de Pitangueiras (SP).

Município de Pitangueiras (SP)

A Tabela 5 revela as variações nas áreas das diferentes culturas, ao longo da série histórica, no município de Pitangueiras (SP).

Tabela 5. Efeito Escala e Efeito Substituição no município de Pitangueiras (SP), entre as safras 2007/08 e 2016/17

	Cana-de-açúcar (ha)	**Soja (ha)**	**Produção vegetal diversificada (ha)**	**Produção florestal (ha)**	**Pastagem (ha)**	**Área total cultivada (ha)**
Safra 2007/2008	33.574,20	1.173,60	1.329,90	226,90	816,90	37.121,50
Participação no total (%)	90,44	3,16	3,58	0,61	2,20	100,00
Safra 2016/2017	34.333,80	379,50	1.201,70	197,60	480,70	36.593,30
Participação no total (%)	93,83	1,04	3,28	0,54	1,31	100,00
Coeficiente de variação (λ)						0,985771
EE 2007/2008 - 2016/2017	-477,73	-16,70	-18,92	-3,23	-11,62	-528,20
ES 2007/2008 - 2016/2017	1.237,33	-777,40	-109,28	-26,07	-324,58	0,00

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do IEA/CATI (2023).

A análise da Tabela 5 revela que, assim como ocorre no EDR, o município de Pitangueiras (SP) apresenta redução em sua área total cultivada no período, retração que explica os Efeitos Escala (EE) negativos nas diferentes culturas. Entretanto, à diferença do que ocorre

com o EDR e o município de Bebedouro (SP), em Pitangueiras (SP), a única cultura que apresenta crescimento em área é a cana-de-açúcar.

Nota-se o aumento de 759 ha em área cultivada com cana-de-açúcar no período, fazendo com que a representatividade do cultivo ante a área total cultivada se eleve de 90,44% para 93,83%, participação que representa a quase total monopolização das terras agricultáveis do município pela monocultura da cana-de-açúcar, em agressivo processo de homogeneização territorial. Observa-se que tal expansão se dá em substituição a todos os demais cultivos, com destaque para a soja e pastagens, que perdem, respectivamente, 67,66% e 41,15% de suas áreas.

Tal predomínio da monocultura sobre as terras cultiváveis tem efeitos diretos na diversidade produtiva do município de Pitangueiras (SP), conforme evidencia a Tabela 6.

Tabela 6. Índice de Theil (H) no município de Pitangueiras (SP), entre as safras 2007/08 e 2016/17

	2007/08	**2016/17**
Índice de Theil (H)	0,483584	0,335209

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do IEA/CATI (2023).

A Tabela 6 explicita as consequências da dominância da monocultura da cana-de-açúcar sobre os espaços rurais do município. A diversidade produtiva, que já se mostrava baixa na safra 2007/2008 (H = 0,483584), se reduz ainda mais na safra 2016/2017 (H = 0,335209), podendo comprometer a segurança e soberania alimentar da população.

As análises dos contextos regional e municipais, permitem observar como a cultura da cana-de-açúcar se expande em substituição às áreas anteriormente destinadas a outros cultivos no EDR. Encerradas tais análises, passaremos a tratar do comportamento das diferentes culturas no interior dos assentamentos rurais elencados para este estudo.

Assentamento Reage Brasil, município de Bebedouro (SP)

Composto por um total de 84 lote rurais, o assentamento Reage Brasil foi implantado no ano de 1998, no município de Bebedouro (SP), e abrange uma área total de 1.296,30 ha (FUNDAÇÃO ITESP, 2023).

Na Tabela 7 pode-se observar a variação das áreas ocupadas por diferentes atividades agropecuárias no assentamento, em termos absolutos (ha) e relativos (%), ao longo da série histórica analisada.

Tabela 7. Evolução da área cultivada no assentamento Reage Brasil, em hectares (ha), entre as safras 2010/2011 e 2017/2018

Safra	Cana-de-açúcar (ha)	Produção vegetal diversificada (ha)	Produção florestal (ha)	Pastagem (ha)	Área total cultivada (ha)
2010/2011	218,50 (30,42%)	86,67 (12,06%)	298,34 (41,53%)	114,86 (15,99%)	718,37 (100,00%)
2011/2012	235,71 (28,47%)	193,85 (23,41%)	302,74 (36,57%)	95,61 (11,55%)	827,91 (100,00%)
2013/2014	279,46 (28,31%)	62,52 (6,33%)	574,70 (58,21%)	70,61 (7,15%)	987,29 (100,00%)
2015/2016	290,77 (34,66%)	175,00 (20,86%)	281,94 (33,61%)	91,27 (10,88%)	838,98 (100,00%)
2017/2018	292,48 (36,74%)	99,59 (12,51%)	287,79 (36,15%)	116,22 (14,60%)	796,08 (100,00%)

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da Fundação ITESP.

Os dados exibidos na Tabela 7 mostram um crescimento de 33,86% (73,98 ha) da área ocupada por cana-de-açúcar na série histórica. A análise do período também revela o aumento de 14,91% (12,92 ha) na área de produção vegetal diversificada, redução de 3,54% (10,55 ha) na produção florestal, e aumento de 1,18% (1,36 ha) na área de pastagens. A área total cultivada apresenta um aumento de 10,81% (77,71 ha). Considerando-se toda a série histórica, pode-se observar que o aumento mais significativo se dá na cultura da cana-de-açúcar.

Em termos relativos, considerando-se a participação das diferentes culturas na composição da área total cultivada, a análise da Tabela 7 revela o aumento de 6,32% na área plantada de cana-de-açúcar em relação ao total ao longo das safras, sendo essa a maior variação entre as diferentes culturas ao se considerar todo o período.

Observa-se, também, que o maior índice de ocupação de área pertence à produção florestal na safra 2013/2014, com 58,21% de área ocupada. A safra 2013/2014 é também a que apresenta a menor participação das demais culturas entre todas as safras analisadas, evidenciando uma conversão dessas áreas para a produção florestal. Interessante notar, ainda, que em comparação à safra imediatamente anterior (2011/2012), a cultura da cana-de-açúcar é a que apresenta menor perda de participação em relação ao total, 0,16%. Produção vegetal diversificada e pastagens perderam, respectivamente, 17,08% e 4,40% de participação na área total cultivada, entre as duas safras.

A partir da Tabela 8, é possível observar como se dá a variação nas áreas das diferentes culturas no período, tomando por base os Efeitos Escala e Substituição.

Tabela 8. Efeito Escala e Efeito Substituição no assentamento Reage Brasil, entre as safras 2010/11 e 2017/18

	Cana-de-açúcar (ha)	Produção vegetal diversificada (ha)	Produção florestal (ha)	Pastagem (ha)	Área total cultivada (ha)
Safra 2010/2011	218,50	86,67	298,34	114,86	718,37
Participação no total (%)	30,42%	12,06%	41,53%	15,99%	100,00%
Safra 2017/2018	292,48	99,59	287,79	116,22	796,08
Participação no total (%)	36,74%	12,51%	36,15%	14,60%	100,00%
Coeficiente de variação (λ)					1,108175
EE 2010/2011 - 2017/2018	23,64	9,38	32,27	12,43	77,71
ES 2010/2011 - 2017/2018	50,34	3,54	-42,82	-11,07	0,00

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da Fundação ITESP.

A análise da Tabela 8 corrobora as oscilações tratadas anteriormente. Percebe-se que o aumento de 77,71 ha na área total cultivada no assentamento contribui para os Efeitos Escala (EE) positivos dos diferentes cultivos. Contudo, é a cultura da cana-de-açúcar que apresenta crescimento mais significativo no período, com sua expansão de 73,98 ha se dando, sobretudo, sobre as áreas de produção florestal, movimento que fica evidente quando observamos os índices do Efeito Substituição (ES).

Evidenciando os efeitos das oscilasções nas participações relativas das diferentes culturas, a Tabela 9 informa a evolução no Índice de Theil (H) ao longo da série histórica.

Tabela 9. Índice de Theil (H) no assentamento Reage Brasil, entre as safras 2010/11 e 2017/18

	Safras				
	2010/2011	**2011/2012**	**2013/2014**	**2015/2016**	**2017/2018**
Índice de Theil (H)	1,624340	1,866347	1,185851	1,713299	1,602404

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da Fundação ITESP.

A análise da Tabela 9 permite confrontar os dados até então discutidos. Quando em comparação aos índices apresentados pelo EDR de Barretos e pelo município de Bebedouro (SP), a diversidade produtiva do assentamento Reage Brasil, embora com oscilações ao longo da série histórica, mesmo quando em seu menor patamar, na safra 2013/2014 (H = 1,185851), fica abaixo apenas do índice do EDR na safra 2007/2008 (H = 1,435753), sendo que no restante do período o assentamento se revela produtivamente mais diverso que o município e a região. Entretanto, realiza-se tal comparação apenas com finalidade ilustrativa, dado que o distanciamento temporal entre as duas safras torna inapropriada tal comparação, bem como deve-se destacar a metodologia distinta utilizada pelos Institutos para a coleta de dados.

No entanto, a proximidade temporal torna mais adequada a confrontação dos dados das safras 2016/2017 do município de Bebedouro (SP) e 2017/2018 do assentamento Reage Brasil. Em tais momentos, o índice de diversidade produtiva do assentamento (H = 1,602404) supera em mais de 100% o índice do município (H = 0,738324).

De modo geral, pode-se notar que, mesmo com o avanço do monocultivo da cana-de-açúcar sobre as demais culturas, o assentamento Reage Brasil apresenta maior diversidade produtiva que seu entorno, seja quando em comparação ao município seja ao EDR onde se encontra.

Assentamento Ibitiúva, município de Pitangueiras (SP)

Implantado no ano de 1998, o assentamento Ibitiúva, localizado no município de Pitangueiras (SP), é composto por um total de 43 lotes rurais que abrangem uma área total de 727,22 ha (FUNDAÇÃO ITESP, 2023).

A Tabela 10 mostra a variação da área cultivada no assentamento na série histórica analisada.

Tabela 10. Evolução da área cultivada no assentamento Ibitiúva, em hectares (ha), entre as safras 2010/2011 e 2017/2018

Safra	Cana-de-açúcar (ha)	Produção vegetal diversificada (ha)	Produção florestal (ha)	Pastagem (ha)	Área total cultivada (ha)
2010/2011	209,79 (54,00%)	69,33 (17,85%)	96,47 (24,83%)	12,90 (3,32%)	388,49 (100,00%)
2011/2012	243,59 (50,84%)	57,94 (12,09%)	151,13 (31,54%)	26,51 (5,53%)	479,17 (100,00%)
2013/2014	144,99 (45,74%)	44,02 (13,89%)	114,98 (36,27%)	13,01 (4,10%)	317,00 (100,00%)
2015/2016	181,63 (42,69%)	85,60 (20,12%)	133,80 (31,44%)	24,48 (5,75%)	425,51 (100,00%)
2017/2018	180,20 (46,80%	104,65 (27,18%)	92,13 (23,92%)	8,10 (2,10%)	385,08 (100,00%)

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da Fundação ITESP.

A análise da Tabela 10 revela a presença expressiva da cultura da cana-de-açúcar no assentamento, atingindo seu ponto máximo de ocupação na safra 2011/2012 (243,59 ha). Embora apresente declínio de 14,10% no período, a área destinada ao cultivo se mantém bastante significativa no assentamento. Observa-se, também, considerável aumento na área ocupada com produção vegetal diversificada, atingindo seu ápice na safra 2017/2018 (104,65 ha).

Considerando-se a evolução da participação dos diferentes cultivos em relação ao total, a análise da Tabela 10 permite notar como a produção canavieira se mantém em patamares de área superiores às demais culturas em toda a série histórica, chegando a ocupar 54% das terras agricultáveis do assentamento na safra 2010/2011, ao passo que a produção diversificada, mesmo aumentando sua participação durante o período, atinge o máximo de 27,18% de ocupação na safra 2017/2018. Observa-se, também, expressiva participação da produção florestal ao longo da série histórica, atingindo, na safra 2013/2014, o ápice de 36,27% de participação relativa e mantendo-se, até a safra 2015/2016, como a segunda maior cultura em área ocupada, posição que, na safra 2017/2018, é assumida pela produção diversificada.

A Tabela 11 permite avaliar como se dá a variação nas áreas das diferentes culturas no período, a partir dos Efeitos Escala e Substituição.

Tabela 11. Efeito Escala e Efeito Substituição no assentamento Ibitiúva, entre as safras 2010/11 e 2017/18

	Cana-de-açúcar (há)	**Produção vegetal diversificada (ha)**	**Produção florestal (ha)**	**Pastagem (ha)**	**Área total cultivada (ha)**
Safra 2010/2011	209,79	69,33	96,47	12,90	388,49
Participação no total (%)	54,00	17,85	24,83	3,32	100,00
Safra 2017/2018	180,20	104,65	92,13	8,10	385,08
Participação no total (%)	46,80	27,18	23,92	2,10	100,00
Coeficiente de variação (λ)					0,991222
EE 2010/2011 - 2017/2018	-1,84	-0,61	-0,85	-0,11	-3,41
ES 2010/2011 - 2017/2018	-27,75	35,93	-3,49	-4,69	0

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da Fundação ITESP.

Os dados apresentados pela Tabela 11 vão ao encontro do que se tem na análise até então realizada sobre a evolução das culturas no assentamento Ibitúva. Observa-se pequena redução (3,41 ha) na área total cultivada, movimento que explica os Efeitos Escala (EE) negativos nas diferentes culturas. Nota-se que, embora sofra retração de 7,2% (29,59 ha) em sua participação perante o total no período, a cultura da cana-de-açúcar ainda se mantém predominante na ocupação das terras agricultáveis do assentamento, ocupando 46,8% (180,20 ha) dessas na safra 2017/2018.

As áreas ocupadas com produção vegetal diversificada apresentam crescimento, aumentando em 9,33% (35,32 ha) sua participação perante o total. Entretanto, mesmo em sua maior representatividade, com ocupação relativa de 27,18% (104,65 ha), na safra 2017/2018, ainda permanecem consideravelmente inferiores ao que representam as áreas ocupadas com o

cultivo da cana-de-açúcar. A análise dos índices dos Efeitos Substituição (ES) revela que a expansão da área ocupada por produção diversificada se faz, sobretudo, em substituição às áreas de cana-de-açúcar.

Os efeitos da variação nas áreas dos diferentes cultivos ao longo da série histórica podem ser notados na evolução do índice de diversidade produtiva (H) apresentado na Tabela 12.

Tabela 12. Índice de Theil (H) no assentamento Ibitiúva, entre as safras 2010/11 e 2017/18

	Safras				
	2010/2011	**2011/2012**	**2013/2014**	**2015/2016**	**2017/2018**
Índice de Theil (H)	1,492747	1,361376	1,444813	1,658588	1,680631

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da Fundação ITESP.

A análise da Tabela 12 permite notar que os índices de diversidade produtiva do assentamento Ibitiúva, em média, se mostram consideravelmente superiores aos índices apresentados pelo EDR de Barretos e, principalmente, pelo município de Pitangueiras (SP). Mesmo no momento em que apresenta seu pior índice (H = 1,361376), na safra 2011/2012, a diversidade produtiva do assentamento Ibitiúva apenas seria superada pelo índice apresentado pelo EDR na safra 2007/2008 (H = 1,435753). Contudo, conforme já exposto, tal comparativo é meramente ilustrativo, não passando de exercício de abstração, dado que o distanciamento temporal entre as duas safras torna inapropriada tal comparação.

Entende-se que a confrontação dos dados das safras 2017/2018 (assentamento) e 2016/2017 (EDR e município) se mostra mais apropriada, dada à proximidade temporal dos períodos. Nesse comparativo, a diversidade produtiva mostrada pelo assentamento (H = 1,680631) se revela muito superior aos índices do EDR (H = 1,185571) e do município (H = 0,335209), superando em cinco vezes a diversidade desse último.

Para além das análises interiores aos territórios municipais, quando se compara os dados dos municípios e assentamentos estudados, pode-se notar que o espaço rural do município de Pitangueiras (SP) apresenta dominância da cultura da cana-de-açúcar consideravelmente maior que o município de Bebedouro (SP), com a área ocupada pelo monocultivo atingindo, na safra 2016/2017, o elevado patamar de 93,83% no primeiro, ao passo que no segundo a participação da cultura chega à ocupação máxima de 78,89% na mesma safra. Ao analisar os números exibidos pelos assentamentos, nota-se tendência semelhante, com o assentamento Ibitiúva apresentando, na safra 2017/2018, 46,80% de suas terras cultiváveis ocupadas com cana-de-açúcar, enquanto, na mesma safra, a mesma cultura ocupa 36,15% da área total cultivada no assentamento Reage Brasil.

O predomínio da monocultura da cana-de-açúcar nos espaços rurais se manifesta, também, na redução da diversidade produtiva. Tal impacto fica evidente quando se observa que os Índices de Theil (H) no município de Pitangueiras (SP) se revelam significativamente menores que os índices do município de Bebedouro (SP), chamando atenção o baixíssimo índice (H) de 0,335209 apresentado pelo primeiro na safra 2016/2017. Ao analisar os dados dos assentamentos, nota-se que a tendência se mantém, visto que o assentamento Ibitiúva, com grande domínio do cultivo da cana-de-açúcar, apresenta, na maioria das medições (exceções para as safras 2013/2014 e 2017/2018), índices de diversidade produtiva menores que o assentamento Reage Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão realizada neste trabalho busca evidenciar os impactos da expansão dos monocultivos associados ao capital agroindustrial (monopolista) – em especial, a cana-de-açúcar – nos espaços rurais do EDR e dos municípios, bem como os desdobramentos da introdução desta monocultura nos assentamentos rurais estudados, sempre nos orientando pelo objetivo de aferir os efeitos desse movimento sobre a diversidade produtiva das áreas em questão.

As análises mostram que a territorialização do monopólio (OLIVEIRA, 2015) do capital agroindustrial, que se materializa na expansão do monocultivo da cana-de-açúcar no EDR de Barretos (SP) e nos municípios de Bebedouro (SP) e Pitangueiras (SP), se faz em considerável avanço sobre áreas onde anteriormente eram desenvolvidas outras atividades agropecuárias, sobretudo áreas de produção vegetal diversificada e pastagens. As quedas nos índices de diversidade produtiva desses espaços expressam essa realidade, chamando atenção o intenso movimento de homogeneização territorial em curso no município de Pitangueiras (SP) que, na safra 2016/2017, apresenta o preocupante índice de 0,335209.

As análises dos dados dos assentamentos rurais Reage Brasil e Ibitiúva revelam que, mesmo oscilando ao longo da série histórica, é expressiva a presença da monocultura da cana-de-açúcar também nessas áreas, sobretudo no assentamento Ibitiúva, onde exerce dominância sobre outras culturas, chegando a ocupar 54% da área cultivada na safra 2010/2011. Ao atentar para os índices de diversidade produtiva, nota-se que, embora as elevadas taxas de ocupação das terras agricultáveis pela monocultura canavieira possam gerar riscos à produção alimentar nesses territórios, quando comparados ao entorno (municípios e EDR), os assentamentos rurais ainda se mostram como verdadeiros enclaves de produção diversificada em meio a monotonia

da paisagem dominada pela monocultura canavieira. Observa-se, portanto, que mesmo refletindo, em certa medida, a realidade da dinâmica agropecuária no entorno, os assentamentos rurais ainda se constituem como importantes territórios de produção de alimentos em contexto regional de ameaça à segurança e soberania alimentar da população.

Diante de todo o exposto, considera-se que a territorialização do monopólio (OLIVEIRA, 2015) do capital agroindustrial nos assentamentos rurais expressa concretamente o movimento por meio do qual o capital mantém viva sua acumulação com base na apropriação privada e espoliação de territórios não capitalistas em países periféricos, nos termos pensados por Luxemburgo (1970) e Harvey (2014).

REFERÊNCIAS

BERGAMASCO, S. M. P. P.; NORDER, L. A. C. **O que são assentamentos rurais?** São Paulo: Brasiliense, 1996.

BORGES, A, C, G; BRUMATTI, L. M. Desembolsos do BNDES no setor sucroalcooleiro no nordeste brasileiro. **Revista de Geografia**, Recife v. 36, n.1, p. 110 – 131, 2019. Disponível em: https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revistageografia/article/view/236543/32442 . Acesso em: 05 maio 2023.

BRASIL. **Projetos de Reforma Agrária conforme fases de implementação.** Brasília: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentosgeral.pdf . Acesso em: 02 mar. 2023.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital.** São Paulo: Xamã, 1996.

FELIPE, F. I. Dinâmica da agricultura no estado de São Paulo entre 1990 e 2005: uma análise através do modelo shift share. **Revista de Economia Agrícola**, São Paulo, v. 55, n. 2, p. 61-73, jul./dez. 2008. Disponível em: http://www.iea.sp.gov.br/ftpiea/publicar/REA2-1208a4.pdf . Acesso em: 29 nov. 2023.

HARVEY, D. **O novo imperialismo.** 8. ed. São Paulo: Loyola, 2014.

LEITE, S. *et al.* **Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro.** 1 ed. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

LUXEMBURGO, R. **A acumulação do capital: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

MARINI, R. M. Dialética da Dependência. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 9, n. 3, p. 325-356, dez. 2017. Disponível em: <

https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/24648/15300>. Acesso em: 03 jun. 2020.

OLIVEIRA, A. U. **A mundialização da agricultura brasileira.** São Paulo: FFLCH, 2016.

OLIVEIRA, A. U. A mundialização do capital e a crise do neoliberalismo: o lugar mundial da agricultura brasileira. **Geousp – Espaço e Tempo** (Online), v. 19, n. 2, p. 229-245, ago. 2015. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/102776/pdf_1>. Acesso em: 22 jun. 2018.

SÃO PAULO. **Fundação ITESP: sua história e realizações, a evolução das políticas agrária e fundiária no estado de São Paulo**. São Paulo: ITESP, 2013.

SÃO PAULO. Secretária de Agricultura e Abastecimento. **Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo (LUPA)**. São Paulo: IEA/CATI. Disponível em: https://www.cati.sp.gov.br/projetolupa/ . Acesso em: 27 nov. 2023.

SOUZA, J. G. **Questão de método**: a homogeneização do território rural paulista. 2008. Tese (Livre Docência em Ciências Humanas e Sociais) - Departamento de Economia Rural da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias, Universidade Estadual Paulista, Jaboticabal, 2008.

SOUZA, J. G.; CABERO DIEGUES, V. Por uma desglobalização da produção alimentar: commoditização da agricultura e diversidade produtiva - uma análise de Espanha. **GEOgraphia** - UFF, Niterói (RJ), v. 14, p. 63 - 81, 2012. Disponível em: https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13643/8843. Acesso em: 03 jul. 2020.

THOMAZ JÚNIOR, A. **O capital agroindustrial canavieiro por trás da legalização da grilagem no Pontal.** 2012. Disponível em: https://mst.org.br/2012/03/23/o-capital-agroindustrial-canavieiro-por-tras-da-legalizacao-da-grilagem-no-pontal/ Acesso em: 20 jan. 2022.

YOKOYAMA, L. P.; IGREJA, A. C. M. Principais lavouras da região centro-oeste:variações no período 1975-1987. **Pesquisa Agropecuária Brasileira –** EMBRAPA**,** Brasília. v. 27, n. 5, p. 727 – 736, maio 1992. Disponível em: https://seer.sct.embrapa.br/index.php/pab/article/view/3704/995 . Acesso em: 05 maio 2023.

A PERCEPÇÃO E PROPOSIÇÃO DE REFORMA AGRÁRIA EM MANUEL CORREIA DE ANDRADE ENTRE 1960 E 1980

Gerlane Gomes da Rocha[1]

Maria Rita de Machado Ivo[2]

RESUMO

O presente artigo constituiu-se como um ponto de partida no sentido de realizar um quadro organizacional sobre a obra de Manuel Correia de Andrade (MCA) no que se refere à temática da Reforma Agrária no período das décadas de 1960,1970 a 1980. Para tanto, foi feita uma revisão bibliográfica sistemática sobre a Reforma Agrária à luz do pensamento teórico de Manuel Correia de Andrade. Ao todo foram contabilizadas 12 obras: 1 na década de 1960, 3 na década de 1970 e 8 obras na década de 1980, sendo entre esses 7 livros e 5 artigos. A temática da Reforma Agrária em Manuel Correia de Andrade é uma constante manifestada desde o início da sua carreira acadêmica ganhando repercussão com a publicação em 1963 do livro "A terra e o homem no Nordeste". Sobre esses aspectos discutiu elementos teóricos e práticos alertando a necessidade da implantação efetiva de um Reforma Agrária no país que respeitasse os contrastes regionais e oportunizar-se a permanência na terra para os pequenos agricultores e trabalhadores rurais. Sua obra se faz atual frente ao cenário de concentração de terras evidenciado no Brasil já que propõe discernimentos e orientações para a reestruturação da questão fundiária em conjunto com uma política de Reforma Agrária.

Palavras-chave: Camponês; Nordeste; Manuel Correia de Andrade; Reforma Agrária

ABSTRACT

The present article is a starting point in the sense of making an organizational framework for the work of Manuel Correia de Andrade (MCA) concerning the theme of Agrarian Reform in the period from the 1960s, 1970s, and 1980s. To this end, a systematic bibliographical review was made on Agrarian Reform in the light of Manuel Correia de Andrade's theoretical thought. In all, 12 works were accounted for: 1 in the 1960s, 3 in the 1970s, and 8 works in the 1980s, including 7 books and 5 articles. The Agrarian Reform theme in Manuel Correia de Andrade is a constant manifestation since the beginning of his academic career, gaining repercussion with the publication in 1963 of the book "A terra e o homem no Nordeste". On these aspects, he discussed theoretical and practical elements alerting to the need for effective implementation of an Agrarian Reform in the country that would respect regional contrasts and provide opportunities for small farmers and rural workers to remain on the land. His work is currently the face of the scenario of land concentration evidenced in Brazil since it proposes insights and guidelines for restructuring the land question in conjunction with a policy of Agrarian Reform.

Keywords: Peasant; Northeast; Manuel Correia de Andrade; Agrarian Reform

[1] Graduada em Lic.Geografia, Universidade Federal de Pernambuco.
Email: gerlanegomesrocha@gmail.com
[2] Professora Adjunta da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).
Email: mariarita.machado@ufrpe.br

INTRODUÇÃO

O presente trabalho constituiu-se como um ponto de partida no sentido de realizar um quadro organizacional sobre a obra de Manuel Correia de Andrade (MCA) no que se refere à temática da Reforma Agrária no período das décadas de 1960, 1970 a 1980. O geógrafo pernambucano Manuel Correia de Andrade ao longo da sua trajetória acadêmica refletiu e atuou em prol da resolução de problemas sociais da região Nordeste, sendo a questão agrária o seu principal foco de análise neste período.

O marco inicial se deu em 1963, a partir do livro "A terra e o homem no Nordeste", com ele a perspectiva sobre a dinâmica do espaço agrário transpõe de uma análise descritivista para uma discussão pautada na compreensão da dinâmica dos conflitos entre as classes sociais e os modos de produção através da exploração e concentração da terra e da classe trabalhadora, no espaço agrário (ANDRADE, 1973).

Devido à repercussão nacional e internacional da publicação desta obra, Manuel Correia, foi convidado nesta mesma década, para compor o cargo de diretor superintendente do Grupo Executivo da Produção de Alimentos (GEPA), no Governo estadual de Miguel Arraes, em Pernambuco. Esse órgão tinha como objetivo ampliar o crédito e a assistência técnica aos pequenos produtores rurais do Estado de Pernambuco mediante uma política de desenvolvimento agrário (ANDRADE, 2018). Apesar do curto período nesta posição, ela representou uma das suas primeiras atuações como gestor na área de planejamento.

Nestas três décadas estudadas, Manuel Correia se dedicou mais centradamente ao debate sobre a questão agrária brasileira, dando enfoque ao Nordeste, mas também fazendo análises e perspectivas de cunho nacional. Dentro do quadro teórico ele abordou diversas dimensões da Reforma Agrária e destacou a importância da sua concretização e implantação de acordo com cada especificidade regional e refletiu sobre as classes sociais e conceitos envolvidos nesse contexto como o camponês, o parceiro, o arrendatário, o modo de produção capitalista e a estrutura fundiária (MEDEIROS, 2011). Sobre esses aspectos, Medeiros (2011, p.193) destacou que escrever sobre Manuel Correia de Andrade "é trazer à tona o seu comprometimento com a reforma agrária".

Essa temática foi discutida por Andrade em obras como: A terra e o homem no Nordeste (1963); Agricultura, crescimento e pobreza (1979); Nordeste: a reforma agrária ainda é necessária? (1981) e Classes Sociais e Agricultura no Nordeste (1985), que foram publicadas entre as décadas de 1960, 1970 e 1980, período no qual a produção acadêmica dele sobre esse aspecto foi mais concentrada. Nos anos seguintes a discussão em torno dos problemas agrários e da necessidade da reforma agrária continuou presente em suas reflexões, contudo outras linhas de pesquisa se tornam atuantes como a elaboração de produções bibliográficas, a questão do planejamento regional e territorial, do meio ambiente, da geopolítica, ensino e a temática do pensamento geográfico.

Diante dessas considerações, surge a necessidade de compreender a perspectiva de MCA em relação à Reforma Agrária e se houve alguma evolução em seu entendimento ao longo do período estudado. Além disso, é relevante avaliar a contemporaneidade das questões relacionadas à Reforma Agrária propostas por MCA e como esses conceitos se mostram pertinentes nos dias atuais.

METODOLOGIA

Para a elaboração da pesquisa que deu base a este artigo, que se configura como uma revisão bibliográfica sistemática sobre a Reforma Agrária à luz do pensamento de Manuel Correia de Andrade, realizou-se a coleta de dados secundários representados pela pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo que objetivou realizar uma revisão entorno do debate teórico sobre a Reforma Agrária no Brasil, suas principais características conforme o contexto da época, os dilemas políticos e sociais e a importância de MCA nesse cenário.

Realizou-se também uma série de levantamento dos livros, artigos e demais produções acadêmicas de MCA produzidas no período temporal analisado (1960, 1970 e 1980), por meio de bancos de dados digitais como a plataforma Google Acadêmico e acervos de instituições como a Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ) e a Superintendência para o desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e de órgãos da Universidade Federal de Pernambuco como o Núcleo de Apoio à Pesquisa e Ensino (NAPE).

Em seguida, esse material foi organizado em duas categorias: as obras gerais que têm em seu quadro discursivo a temática da Reforma Agrária, mas que não se

aprofundam nesse debate (Quadro 01) e as obras específicas dedicadas a pensar centralmente os dilemas da Reforma Agrária no campo brasileiro (Quadro 02).

Quadro 01: Obras de Manuel Correia de Andrade no período analisado que debatem de forma geral a questão da Reforma Agrária

Título das obras gerais	**Tipo**	**Ano de publicação**
Agricultura, crescimento e pobreza	Artigo	1979
Agricultura & Capitalismo.	Livro	1979
O processo de Modernização agrícola e a proletarização do trabalhador rural Brasil	Artigo	1978
Classes Sociais e Agricultura no Nordeste	Livro	1985
Lutas Camponesas no Nordeste	Livro	1986
A Agricultura e os Desafios do Desenvolvimento no Nordeste do Brasil	Artigo	1982
Nordeste: alternativas da agricultura	Livro	1988

Fonte: Gerlane Gomes, 2023.

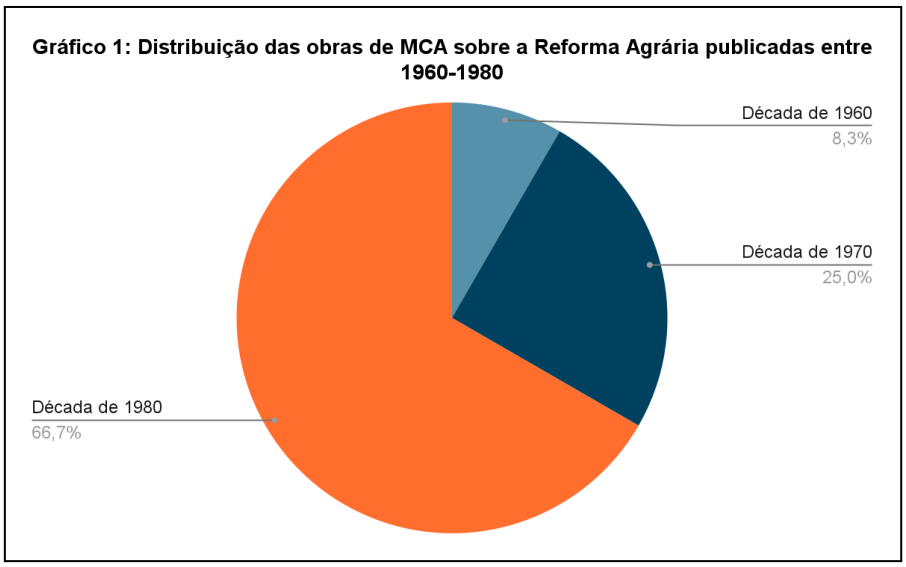
Quadro 02: Obras de Manuel Correia de Andrade no período analisado que debatem de forma específica a questão da Reforma Agrária

Título das obras específicas	**Tipo**	**Ano de publicação**
A terra o homem no Nordeste	Livro	1963
Nordeste: a reforma agrária ainda é necessária?	Livro	1981
Latifúndio e Reforma Agrária no Brasil	Livro	1980
A Reforma Agrária e os planos regionais	Artigo	1987
Abolição e Reforma Agrária	Artigo	1987

Fonte: Gerlane Gomes, 2023.

A maioria das obras publicadas por MCA nesse recorte temporal estão concentradas na década de 1980, como aponta o Gráfico 01.

Gráfico 01: Distribuição das obras de MCA sobre Reforma Agrária publicadas entre 1960-1980



Fonte: Gerlane Gomes, 2023.

Ao todo foram contabilizadas 12 obras: 1 na década de 1960, 3 na década de 1970 e 8 obras na década de 1980, sendo entre essas, 7 livros e 5 artigos. Aponta-se que as pesquisas sobre Manuel Correia de Andrade e a sua produção bibliográfica estão destrinchados em várias discussões como Saquet (2010), Alves (2017) e Medeiros (2011), além de inúmeras teses e dissertações em diferentes instituições do Brasil, a exemplo de Andrade (2018).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A ideia de Reforma Agrária nas Obras de MCA entre 1960 e 1980

A temática da Reforma Questão Agrária em Manuel Correia de Andrade é uma constante manifestada desde o início da sua carreira acadêmica ganhando repercussão com a publicação em 1963 do livro "A terra e o homem no Nordeste". Nesse livro, Andradre (1973) foi propositivo e estabeleceu como desafio ao desenvolvimento social e econômico do Nordeste a necessidade de uma Reforma Agrária pautada na "democratização do acesso à terra, por parte do trabalhador rural, como o da orientação do que produzir, de como produzir e do destino que deve ser dado à produção"

(MEDEIROS, 2010, p. 196), alterando as formas e funções do modo de produção, visando diminuir as desigualdades socioeconômicas.

Atrelado a isso Andrade (1973, p.32) destacou que o objetivo do livro “A terra e o homem no Nordeste” era “abordar o problema das relações de trabalho entre os proprietários de terra e os trabalhadores sem terras no Nordeste brasileiro”, destacando assim as relações de produção estabelecidas nessa região e as suas dinâmicas exploratórias.

É nesse quadro que MCA preconizou a importância de uma política de Reforma Agrária múltipla e especializada condizente com a realidade de cada sub-região do Nordeste: o Litoral e a Zona da Mata; o Agreste; o Sertão e o Litoral Norte; o Meio Norte e a Guiana Maranhense. Essa divisão foi pensada de acordo com o escopo sub-regional, as dinâmicas internas da paisagem, da ocupação e uso da terra e das matrizes socioeconômicas. Logo a proposição da implementação de um projeto de Reforma Agrária deveria naquele momento levar em conta a diferenciação das dinâmicas sub-regionais considerando esses fatores. Além disso, a obra assumiu, de forma pioneira, um tom de denúncia sobre as explorações das classes trabalhadoras e das formas de usos da terra presentes no espaço agrário nordestino desde invasão européia até o processo de modernização das estruturas produtivas que trouxeram, de acordo com o autor, o aumento da concentração de terras e da precarização das condições de trabalho.

Essa noção é discutida também em "O processo de Modernização agrícola e a proletarização do trabalhador rural Brasil" (1978), onde Manuel Correia fez uma análise dos modos de produção dominantes na agricultura brasileira influenciados pelo processo de colonização e pelo avanço do capital no campo que formularam uma agricultura exportadora. Essas estruturas interferiram no modo de vida do campesinato e nas relações de trabalho no campo.

Andrade (1978), enfatizou como um marco histórico de análise que após a abolição da escravatura (final do século XVIII) houve um modo de produção em transição, saindo do sistema escravista para o capitalista. Em tal processo os camponeses tinham a sua força de trabalho laboral livre para ser comercializada, mas como não possuíam a posse da terra e nenhum outro bem a ser comercializado, se viam obrigados a vendê-la precarizada através de diversas formas de exploração como o cambão, a meia e o arrendamento. Esse cenário de “trabalhadores livres", mas subordinados ou cativos dos proprietários das terras resultou na formação de levantes,

destacou-se, na década de 1950, às Ligas Camponesas, movimento que ganhou um capítulo na "A terra e o homem no Nordeste".

Nesse contexto, Andrade (1978) pontuou que o avanço do modo de produção capitalista e a intensificação das tecnologias na produção e circulação das mercadorias do campo intensificou a proletarização dos trabalhadores rurais e criou condições para baixa qualidade de vida do camponês desembocando na migração rural-urbano. Em tal quadro ocorre também a diminuição da prática de arrendamento, o aforamento da produção comercial, a agregação de novas áreas em latifúndios e a crescente expropriação de terras dos moradores rurais.

Andrade ressaltou que essas dinâmicas foram intensificadas, pois nesse sistema dominante apenas a agricultura de exportação era valorizada, seja por meio da mecanização das etapas produtivas, da não efetivação de uma Reforma Agrária ou do apoio agronômico e de crédito agrícola facilitado para grandes propriedades. Reafirmando essa questão, Andrade (1978, p.87) destaca que "Os mecanismos de crédito e assistência agronômica chegam mais facilmente aos grandes e médios agricultores do que aos pequenos".

Sobre esses aspectos, Andrade (1979) destacou também, em "Agricultura, crescimento e pobreza", que as políticas públicas conquistadas trouxeram, em certos vieses, prejuízos para os pequenos produtores devido à distribuição desigual dos investimentos. Esse cenário seria então a consolidação de um modelo agrícola colonial de benefícios para os grandes proprietários de terra e a formação de uma burguesia agroexportadora.

Em complemento, Andrade (1979, p.14) afirma que "A modernização da agricultura brasileira vem sendo feita com o fim de atender precipuamente aos interesses dos grandes proprietários rurais e das empresas comerciais e industriais que compreenderam ser de grande interesse", criando uma maior disparidade socioeconômica no espaço agrário brasileiro, levado ao empobrecimento da população rural e a degradação ambiental por meio do incremento de agrotóxicos e rejeitos agroindustriais.

Nesse sentido, para Andrade (1979), o mais adequado projeto agrícola seria aquele que propiciasse a melhoria das condições de vida dos camponeses e demais trabalhadores do campo e contribui-se para fixação do camponês no seu meio de forma harmônica. Assim, volta a afirmar a necessidade da formulação de políticas públicas de

incentivo, por meio do desenvolvimento de uma estrutura cooperativista de apoio à produção e à comercialização dos pequenos produtores.

Essas temáticas foram sintetizadas por Andrade (1981) no livro “Nordeste a Reforma Agrária é necessária?”, que traz algumas produções do autor publicadas entre 1960 e 1980 sobre a temática da questão agrária no Nordeste e também no Brasil. Nesse compilado foi feita uma análise dos empasses do dilema da Reforma Agrária, destacando a construção histórica desse processo a partir das relações de poder com a classe dominante e os seus interesses.

Já de início Andrade (1981) salienta que a política governamental agrária no Nordeste teve como escopo a implementação de uma política de modernização agrícola. Nesse contexto a política agrária como afirmação governamental se mostrou contraditória, pois apesar dos avanços e programas criados, uma série de divergências no que tange a aplicação e regulamentação dessas propostas foram identificadas. Sobre esse aspecto Andrade (1981) destaca que:

> Assim, defrontando-se com um país imenso e só parcialmente ocupado, mas com uma grande tradição de exploração latifundiária e de concentração da propriedade da terra e renda no meio rural, não se conseguiu, neste período, deter a tendência à acentuação da concentração senão em pequenas áreas e em relação a determinados produtos” (ANDRADE, 1981, p.13)

Na época da publicação deste livro, Andrade (1981) comparou os dados do Censo Agropecuário de 1967, 1972 e 1976 identificando poucas modificações na representação das áreas ocupadas pelas propriedades rurais. Assim os latifúndios, mesmo que em números menores, ocupavam o triplo na área apropriada em comparação com as pequenas propriedades.

Diante desse cenário e da organização dos camponeses pela garantia dos seus direitos, Andrade (1981) aponta a criação de algumas políticas de estrutura agrária no país, representadas na época pelo Estatuto do Trabalhador Rural (1963) e o Estatuto da Terra (1964), bem como pelos Instituto brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e Instituto Nacional de desenvolvimento Agrário (INDA, 1964) que juntos formaram o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA, 1970).

Esses órgãos criaram condições de beneficiamento do grande e do médio produtor transferindo para o campo dinâmicas trabalhistas urbanas o que intensificava a proletarização do trabalhador rural e a sua transferência para as zonas periféricas das cidades, mais conhecidas como "pontas de rua”, que se tratava-se de áreas que abrigavam parte de uma “população de assalariados, ex-moradores, ex-foreiros, que se

aglomerava em bairros periféricos da grande usina[...], um hábitat agrupado que circundava a usina com características de um núcleo urbano deficitário" (SOUZA, 2010, p. 281).

Outro objetivo dessas políticas, implantadas no período da Ditadura Militar, foi mitigar as lutas camponesas de 1950, por meio de reparações técnicas procurando intensificar a produção e a produtividade do campo ao invés de realizar modificações sociais nas suas estruturas.

Diante desses contexto, Andrade (1981) reflete ainda que há a necessidade de uma efetiva Reforma Agrária sem a importação de modelos aplicados em outros países levando-se em conta o desafio da realidade brasileira com seriedade e compromisso social. Em complemento, aponta a importância de consultar aqueles que trabalham no campo e vivenciam essa problemática e de considerar os contrastes regionais do Brasil para um planejamento adequado a cada uma dessas especificidades, aspectos que destacou anteriormente em Andrade (1973). Por fim, para o autor é essencial esclarecer que a reforma agrária não estava e nem está limitada a uma reforma da estrutura fundiária, pois "ela só ocorre se houver séria política de retribuição de terras nas áreas já ocupadas e a sistemática política de colonização com pequenas propriedades nas áreas em povoamento" (ANDRADE, p.35, 1981).

Em "A Reforma Agrária e os planos regionais", Andrade (1987a) traz uma visão sobre o processo da Reforma Agrária ao longo do tempo e de como essa temática foi tratada em cada sistema de Governo iniciando a discussão no Império, tecendo considerações até a Nova República e o período pós Constituição Cidadã. Nesse sentido, pontua mais uma vez que a estrutura fundiária no Brasil, caracterizada pela alta concentração de terra, representa um grave empecilho ao desenvolvimento nacional.

Como exemplo desses marcos históricos, destacados por Andrade (1987a), se tem a República da Era Vargas (1930-1945) que deixa de lado as demandas políticas, trabalhistas e sociais do campo, focando na massa trabalhadora das cidades, o que será refletido nos governos posteriores. Já na década de 1960 as reivindicações vindas do campo, proporcionadas pelo alto teor de insatisfação das famílias camponesas frente às opressões sofridas, passam a ser visibilizadas pelo poder público devido a representação nacional dos levantes populares das Ligas Camponesas e a crescente mobilização dos trabalhadores rurais.

Nesse período, com a implantação da Ditadura Militar (1964-1985), apesar da promulgação do Estatuto da Terra e a criação de órgãos como IBRA (Instituto Brasileiro

de Reforma Agrária), a política governamental segundo Andrade (1987a, p.26) "ao invés de promover a democratização da propriedade do solo, estimulou a concentração fundiária. Ao lado dos latifúndios tradicionais, dominantes nas áreas de difícil acesso, criaram latifúndios modernos, naquelas áreas mais ricas e de mais fácil acesso".

Esse cenário não se modificou positivamente na Nova República, o que evidencia a dificuldade de consolidação de um projeto de Reforma Agrária, mesmo num processo de renovação das bases políticas do Brasil, pelo contrário, as novas estruturas também se mostraram conservadores em relação a essa questão. Com isso, ocorre o aumento das forças dos latifúndios e dos conflitos no campo. Dentro desse contexto, a política agrária adotada se tornou rentável para os grandes proprietários, tendo em vista que as indenizações pagas por causa da desocupação dos latifúndios geravam conflitos de interesses constantes com o poder executivo e esses grupos.

Nesse artigo, Andrade (1987a), ressalta mais uma vez a importância da vinculação da Reforma Agrária com a problemática regional, tendo em vista os níveis de dificuldades e características de cada região do país.

> Esta diversificação regional acarreta a necessidade do uso de métodos diferentes na aplicação da Reforma Agrária, de uma área para outra. O objetivo é naturalmente um só, o de garantir ao pequeno produtor o acesso à terra e ao controle do produto do seu trabalho, eliminando a exploração de que é vítima por parte dos grandes proprietários; para ser alcançado porém depende de uma série de fatores, como o nível de desenvolvimento da região, o tipo de cultura, a facilidade de acesso, a distância dos centros consumidores, etc. (ANDRADE, 1987a, p.27)

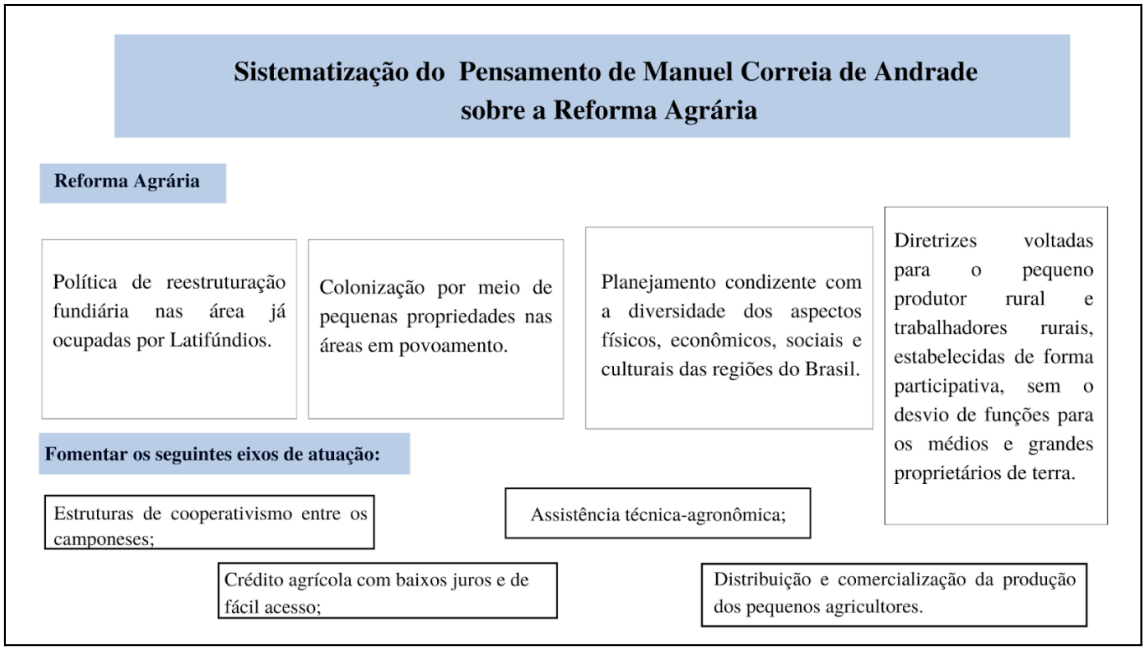
Para tanto, seria imprescindível a aliança entre União, Estados e Municípios na análise das áreas de Reforma Agrária e das reivindicações dos trabalhadores rurais e organizações locais.

Temas simbióticos da Reforma agrária e suas reflexões

A partir da análise dessas obras de Manuel Correia de Andrade sobre a questão agrária, produzidas entre 1960 e 1980, notou-se que algumas das principais temáticas discutidas, foram: Agricultura e modernização agrícola, modos de produção; planejamento regional; política agrária; proletarização do trabalhador rural; reestruturação fundiária; e relações de trabalho no campo. Esses temas têm em comum a discussão sobre a necessidade da Reforma Agrária e os mecanismos para a sua aplicação, assim como os desafios que circundam tal questão e trazem prejuízos sociais

para o pequeno produtor e o trabalhador rural sem-terra. A sistematização desses apontamentos foi organizada e está disposta na Figura 1.

Figura 01: Sistematização do Pensamento de Manuel Correia sobre a Reforma Agrária



Fonte: Gerlane Gomes, 2023.

Em síntese a Reforma Agrária para Andrade apresentava aspectos condizentes com a modificação da estrutura fundiária brasileira, marcada pela concentração de terras, mas também com a melhoria das condições de vida no campo, das relações de trabalhos e dos meios de produção. Para atender essas demandas alguns fatores deveriam ser destacados como a diversidade regional e adequação dos planos de Reforma Agrária em cada contexto da sua implementação. O fator humano torna-se essencial nesse planejamento, sendo preciso colocar o camponês como sujeito dessa construção atendendo as necessidades da sua produção e reprodução no campo, a partir do apoio aos sistemas de cooperativismo, ao financiamento e aprimoramento técnico e a logística à comercialização dos seus produtos.

Essa Reforma Agrária pensada por Andrade buscava uma mudança estrutural da questão agrária nacional, denunciando os diferentes níveis de exploração aos quais os camponeses estavam submetidos (trabalho, moradia, condições de produção e alimentação etc) e a desigualdade formulada a partir desse quadro. Alves (2017), destaca que essa concepção trouxe para os debates da Geografia Agrária do período um

viés histórico-crítico-dialético sobre a realidade social do Brasil, sobretudo do Nordeste, desnaturalizando essa temática.

Desse modo entende-se que as contribuições de Manuel Correia de Andrade para os estudos sobre a Reforma Agrária e o processo histórico de concentração de terras no espaço agrário brasileiro ainda se fazem importantes, tendo em vista que se trata de um cenário atual.

Conforme apontam os dados do último censo agropecuário realizado em 2017, 77% dos estabelecimentos agropecuários (aproximadamente 3,9 milhões) foram classificados como sendo pertencentes à Agricultura Familiar, porém esses correspondem apenas a 23% da área de todos os estabelecimentos agropecuários do país (IBGE, 2023) (DEL GROSSI, 2019).

Em consonância com isso se tem o processo de modernização das estruturas agrícolas por meio do avanço do capital, que como apontado nas discussões de Manuel Correia de Andrade, trouxe para o espaço agrário aspectos relacionados com a mecanização das etapas produtivas, o aumento da concentração de terras, a expropriação de famílias camponesas, a exploração da natureza e o agravamento de impactos ambientais.

Sobre esse assunto Germani (2006) reflete, na sua análise histórica sobre o acesso à terra no Brasil, que as relações de poder ao longo do tempo foram conformando a organização e apropriação do espaço rural. Tal processo se estabeleceu com o auxílio do poder político que através da sua estrutura estatal possibilitou a formação de oligarquias regionais desde o sistema de sesmarias, implantado na colonização, até os dias atuais com as dinâmicas de incentivo ao Agronegócio que se constrói como síntese da exploração capitalista no campo.

Considerando as políticas agrárias estabelecidas principalmente pós-Ditadura Militar e que ganharam repercussão nas últimas décadas, Fernandes (1999), destaca que se tem proposto uma política de assentamento para atender as reivindicações das organizações de luta pela terra. Esse processo ocorre em detrimento de um plano de Reforma Agrária, que nesse cenário se tornou uma “metáfora” diferente das concepções apresentadas por Manuel Correia de Andrade.

Nesse contexto, o Estado usa a compra de terras ou as desapropriações como resolução da problemática agrária, nota-se, entretanto, que “a política de assentamentos não é reforma agrária” (FERNANDES, 1999, p.8), pois não modifica as estruturas fundiárias que, pelo contrário, continuaram aumentando seus níveis de concentração e

de desigualdade. Fernandes (1999), disserta também que é necessário criar as condições financeiras e técnicas para que as famílias assentadas possam permanecer na terra, um pressuposto central definido por Andrade em seus estudos sobre a Reforma Agrária.

Aliados a esses aspectos houveram mudanças nas estruturas tecnológicas que influenciaram na forma de pensar a questão agrária no país. Sobre esse assunto Pereira (2012, p.285) relata, se referindo a chamada Revolução Verde, que "as políticas de desenvolvimento que privilegiam um viés técnico acabaram por deixar de lado mudanças sociais e estruturais, tais como a reforma agrária." Esse contexto está atrelado ao processo de modernização da agricultura ao longo do século XX e as modificações empreendidas nesse período sob o espaço agrário brasileiro, como discutiu Andrade (1978).

Para Oliveira (2007), essa constante industrialização acarreta em transformações das relações produtivas na agricultura, modificando assim as dinâmicas socioeconômicas e políticas do campo. Esse cenário ocorre a partir das proposições da Agricultura Moderna que busca impor um projeto dominante de produtividade para o campo através da homogeneização dos processos agrícolas, mantendo ao mesmo tempo as estruturas fundiárias concentradas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Reforma Agrária para Manuel Correia de Andrade, como apresentado em suas obras selecionadas, propõe atingir a democratização da terra, o acesso à produção e comercialização dos produtos dos pequenos produtores, proporcionando um processo de desenvolvimento econômico e social nas sub-regiões nordestinas e ampliando para escala nacional. Na vanguarda da produção acadêmica das ciências humanas, Manuel Correia produzia artigos acadêmicos e livros com proposições de execução.

Neste sentido, suas obras que versavam sobre a reforma agrária traziam projetos que iam para além da concessão de terras, mas também apontava caminhos para a permanência do camponês no campo com condições de reproduzir seu modo de vida e apontando a importância desta estrutura para a dinâmica socioeconômica regional, sub-regional e nacional.

Dessa forma, a partir das análises de Andrade, é preciso articular mecanismos para a efetivação de um modelo de Reforma Agrária por meio do cooperativismo e associativismo, visando melhorar a qualidade de vida dos agricultores e do todo do tecido regional, através da regionalização das ações conforme cada contexto de

implantação e disponibilidade de assistência técnica-agronômica. Ao longo das décadas de 1960, 1970 e 1980, Manuel Correia de Andrade traçou esses postulados em seus livros e artigos fortalecendo em cada obra a necessidade da Reforma Agrária.

Nota-se que essas ações trazem em seu conjunto um processo de autonomia do camponês, possibilitando a permanência na terra e conflitando com a lógica de exploração da agricultura industrial. Assim, Manuel Correia de Andrade discute também as formas de perpetuação da lógica colonial sob a concentração de terras no país, que utiliza estruturas sociais e políticas como vantagens frente às demandas da Reforma Agrária.

Nesse sentido, as obras de Manuel Correia de Andrade apontaram para uma luta contra a aplicação da "modernização conservadora" no campo que não altera a estrutura social, econômica e fundiária existente e beneficia, a partir de uma política governamental, os Latifundiários com financeirizações, aumentando a desigualdades socioeconômicas no meio rural. Por isso, Andrade (1963, 1979, 1980, 1981, 1982, 1987a e 1988) defendeu a necessidade de uma transformação com mudanças na função, forma e estrutura produtiva na totalidade, a fim de fortalecer a pequena e a média propriedade camponesa e contra-hegemônica.

As obras de Manuel Correia publicadas ao longo do período analisado indicam direções semelhantes em relação à Reforma Agrária, abordando suas características, desafios e diretrizes. No entanto, essas obras também introduzem elementos novos para a discussão, sendo atualizadas conforme as transformações espaciais e temporais que impactaram o cenário agrário regional e nacional. Esses ajustes decorriam da visão de Andrade, que compreendia a estrutura agrária como um sistema intrinsecamente ligado aos processos econômicos, geohistóricos e sociais.

Destaca-se ainda que diante de um modelo de agricultura industrial rentista e hegemônico no espaço agrário brasileiro e a crescente concentração de terra, a questão agrária continua sendo uma temática pertinente ao entendimento do Brasil e uma política primordial para o seu desenvolvimento social e econômico.

Nesse ponto evidencia-se então que o pensamento de Manuel Correia de Andrade, no período delimitado, foi marcante para o debate dessa temática na Geografia Agrária brasileira, juntamente com o seu posicionamento de servir a essa questão. Somando-se a isso, entende-se, que as discussões de MCA são atuais, pois a Reforma Agrária por ele pensada 60 anos atrás, com a publicação do livro "A terra e o Homem no Nordeste", não foi posta em prática em todas as suas dimensões no contexto agrário

brasileiro e tem muito a contribuir nesse enfoque tanto em termos teóricos quanto práticos.

REFERÊNCIAS

ALVES, Flamarion Dutra. A política e o espaço agrário na obra de Manuel Correia de Andrade: questão social, disputas territoriais e o nordeste espaço sagrado. **Geographia Opportuno Tempore**, Londrina, v. 3, n. 2, p. 59-72, 2017.

ANDRADE, Manuel Correia. **Agricultura & capitalismo**. Livraria editora ciências humanas, 1979.

ANDRADE, Manuel Correia**. Latifúndio e reforma agrária no Brasil**. Livraria Duas Cidades, 1980.

ANDRADE, Manuel Correia. **Nordeste: a reforma agrária ainda é necessária?** Editora Guararapes, 1981.

ANDRADE, Manuel Correia. A Reforma Agrária e os Planos Regionais. **Boletim de Geografia**, v. 5, n. 1, p. 25-30, 1987a.

ANDRADE, Manuel Correia. **Abolição e Reforma Agrária.** SP, Ed. ática, 1987b.

ANDRADE, Manuel Correia. A agricultura e os desafios do desenvolvimento no Nordeste do Brasil. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, n. 1, p. 87-98, 1982.

ANDRADE, Manuel Correia. **Lutas camponesas no Nordeste**. Editora Atica, 1986.

ANDRADE, Manuel Correia. **Nordeste: alternativas da agricultura**. Papirus, 1988.

ANDRADE, Thais de Lourdes Correia. Vida e obra de Manuel Correia de Andrade: caminhos percorridos na geografia e contribuições aos estudos regionais e ambientais. **Tese** (Doutorado em Geografia Humana) -Universidade de São Paulo. São Paulo, 2018.

DEL GROSSI, Mauro. A identificação da agricultura familiar no censo agropecuário 2017. **Revista NECAT-Revista do Núcleo de Estudos de Economia Catarinense,** v. 8, n. 16, p. 46-61, 2019.

GERMANI, Inez Germani. Condições históricas e sociais que regulam o acesso a terra no espaço agrário brasileiro. **GeoTextos**, *[S. l.]*, v. 2, 2008. DOI: 10.9771/1984-5537geo.v2i2.3040. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/3040. Acesso em: 10 dez. 2023.

IBGE –Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo agropecuário. 2022. Disponível em:

<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/series-temporais>. Acesso em: 12 jan. 2023.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Que reforma agrária? **Geo UERJ**, n. 6, p. 7, 1999.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Manuel Correia de Andrade e a questão agrária Brasileira. **Revista Economia Política do Desenvolvimento**, v. 3, n. 1, p. 193, 2011.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária.** São Paulo: Labur Edições, 2007, 184p.

PEREIRA, Mônica Cox de Britto. Revolução Verde. In: Caldart, Roseli Salete; Pereira, Isabel Brasil; Alentejano, Paulo; Frigotto, Gaudêncio (ORGS.). Dicionário da Educação do Campo. RJ, SP: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, **Expressão Popular,** 2012, 685-689 pp.

SAQUET, M. A. Contribuições para o entendimento da obra de Manuel Correia de Andrade: Geografia, região, espaço e território. **Geo UERJ** - Ano 12, nº. 21, v. 2, 2010.

SOUZA, M. Vida e Trabalho no Mundo Rural: Trabalhadores do Movimento de Educação de Base (1961-1964). **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 2, n. 3, p. 281–306, 2010.

USO DOS DADOS DO MAPBIOMAS E A DIMENSÃO AMBIENTAL DOS CONFLITOS POR TERRA E TERRITÓRIO NO ESTADO DO PARANÁ

Gustavo Steinmetz Soares[1]

Gabriele Borinelli[2]

Luiza Maria Junkes Serenato[3]

RESUMO

Em contraposição ao modelo de produção do agronegócio, que prioriza a monocultura em grandes porções de terra, estabelecendo uma relação predatória com o meio ambiente, a Agroecologia se coloca como uma prática social que vai além de sistemas produtivos, considerando a biodiversidade local, aspectos sócio-político-culturais e o fortalecimento comunitário. Neste sentido, o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra) vem encampando em sua luta pela Reforma Agrária Popular a produção agroecológica. O presente trabalho, portanto, tem objetivo de analisar quatro áreas no estado do Paraná que estão ocupadas pelo movimento e, através de práticas agroecológicas, apresentaram impactos ambientais positivos. Os dados de análise foram obtidos através da plataforma MapBiomas e, a partir destes, produziu-se gráficos da evolução das áreas utilizando softwares de geoprocessamentos (QGis e Google Earth Engine), demonstrando as potencialidades do seu uso em estudos sobre a questão agrária desde o seu aspecto ambiental. O que se conclui é que produção de informações a partir dos dados da plataforma é um meio efetivo de evidenciar os impactos ambientais em estudos, como comprovam os quatro casos apresentados neste artigo.

Palavras-chave: questão agrária, dimensão ambiental, uso do solo, mapbiomas, reforma agrária.

RESUMEN OU ABSTRACT

[1] Doutorando do Curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Paraná - UFPR, guguisbrow@gmail.com

[2] Graduada em Geografia pela Universidade Federal do Paraná - UFPR. gabriele.borinelli@gmail.com

[3] Mestranda do Curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Paraná - UFPR, lmserenato@hotmail.com

In contrast to the agribusiness production model, which prioritizes monoculture on large portions of land, establishing a predatory relationship with the environment, Agroecology stands as a social practice that goes beyond production systems, considering local biodiversity, social aspects, political, cultural and community strengthening. In this sense, MST (Landless Social Movement) has been embracing agroecological production in its struggle for a Popular Agrarian Reform. The present work, therefore, aims to analyze four areas in the state of Paraná that are occupied by the movement and, through agroecological practices, presented positive environmental impacts. The analysis data was obtained through the MapBiomas platform and, from these, graphs of the evolution of the areas of land use were produced using geoprocessing software (QGis and Google Earth Engine), demonstrating the potential of its use in studies on the agrarian issue since its environmental aspect. It can be concluded that producing information from MapBiomas platform data has an effective use of highlighting environmental impacts in studies, as shown by the four cases presented in this article.

Keywords: agrarian issue, ambiental aspect, land use, mapbiomas, agrarian reform

INTRODUÇÃO

Nesse texto se apresentará a utilização dos dados do MapBiomas em quatro processos judiciais que tratam sobre conflitos com acampamentos na ocupação de terras no Paraná, organizados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) com experiências em agroecologia e a produção ambientalmente equilibrada. Serão apresentados dados dos estudos realizados pelo coletivo de Planejamento Territorial e Assessoria Popular - PLANTEAR[4], em ordem, no Acampamento Maila Sabrina em Ortigueira (PR), no Acampamento Reduto de Caraguatá em Paula Freitas (PR), no Acampamento Maria Rosa do Contestado em Castro (PR) e no Acampamento José Lutzenberger em Antonina (PR). As quatro comunidades trabalham na perspectiva de produção e de vida agroecológica

De acordo com Machado e Filho (2014), a Agroecologia trabalha com tecnologias limpas para qualquer escala, na substituição das monoculturas por rotação de culturas, proteção dos biomas com reservas na unidade de produção, sucessão

[4] PLANTEAR é um coletivo da Universidade Federal do Paraná (UFPR) formado por quatro grupos de pesquisa e extensão de diferentes departamentos: Centro de Estudos em Planejamento e Políticas Urbanas - CEPPUR, da Engenharia Civil, Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo - EMAU Caracol da Arquitetura e Urbanismo, Coletivo de Estudos sobre Conflitos pela Terra e pelo Território - ENCONTTRA da Geografia e Movimento de Assessoria Jurídica Universitária Popular – MAJUP Isabel da Silva do Direito. O PLANTEAR atua junto de movimentos sociais do campo e da cidade e em parceria com o poder público e judiciário em trabalhos de assistência técnica, jurídica e de planejamento territorial.

animal-vegetal, o não uso do arado de grade (não se move o solo), fertilização sem composição sintética e perda da patogenicidade dos parasitas. Esses aspectos manifestaram um impacto significativo na dimensão ambiental dos conflitos que vão reverberar na análise da evolução do uso do solo.

Nesse sentido, o MapBiomas surge como uma plataforma de disponibilização de dados públicos de mapeamento de uso e cobertura do solo, avanço do desmatamento dos biomas, da ocorrência de incêndios florestais e de avanço indevido do agronegócio em áreas de proteção ambiental, territórios indígenas e de povos e comunidades tradicionais e de monitoramento sobre a superfície de água no Brasil desde 2019, segundo dados do próprio projeto (MapBiomas, 2023). A partir da plataforma, torna-se possível ampliar a escala de análise dessas quatro áreas citadas, no estado do Paraná, onde os dados mostram potencialidades de uso para enxergar a questão agrária desde o seu aspecto ambiental.

METODOLOGIA

O processo da aquisição de terras, principalmente nas últimas décadas com o avanço da agricultura industrial, coloca em lados opostos camponeses da agricultura familiar com formas de produção integradas aos ecossistemas (em que se encontram e representantes do agronegócio e/ou agricultores) e produtores rurais dedicados ao monocultivo convencional com impacto significativo ao meio ambiente.

O crescimento dos meios de produção industrializados fez com que os centros urbanos avançassem sobre o campo de forma a exigir e controlar sua produção, formando uma relação integrada onde o campo se tornou um fornecedor para o urbano. Assim o campo sofre uma profunda transformação nos meios de produção, técnicas, organização, métodos e tecnologia. De acordo com Oliveira e Dalmagro (2014) a expansão da cultura capitalista no campo vai se dar pela agricultura moderna, onde a ciência e a técnica se aliam à produção para o mercado, sendo característica essencial desse movimento a produção em larga escala, que se expande e sobrepõe-se às pequenas produções.

> A passagem da agricultura orgânica para a agricultura química mecanizada, substituindo o esterco orgânico por industrializado e a tração animal por máquinas (MAZOYER e ROUDART, 2010), fortaleceu o modelo produtivo do latifúndio monocultor, com os ganhos advindos da elevação artificial de produtividade da terra. (Cunha, 2017, p.178).

De acordo com Machado e Filho (2014) o agronegócio vai se caracterizar pela ausência da biodiversidade, não considerando as externalidades ambientais da agricultura industrial, pela geração da concentração de renda e terra, pela marginalização no campo e na cidade (êxodo rural), por ser energeticamente deficitário e pela falta de conduta ética, sendo altamente subsidiado (juros de 6,5% ao ano, contra 30% de mercados superiores) onde os custos aumentam mais que o valor pago, causando abandono/falência dos pequenos e médios agricultores resultando na concentração da propriedade.

Por outro lado, nos anos 80 surgiram movimentos sociais através da organização de camponeses expropriados de suas terras que, em grande parte, não tinham título regularizado e foram apropriadas pelo avanço do agronegócio no campo, com grande apoio e incentivo das políticas de Estado e do mercado agrícola. Pela falta de apoio e dificuldades da aplicação das políticas de Reforma Agrária, os movimentos rurais fazem ocupação de terras improdutivas e/ou terras públicas para garantir a aplicação de políticas e garantir o direito à terra. Dessa forma se instauram processos judiciais que podem resultar em ordens de despejo para reintegração de posse, ou a realização de assentamentos de acordo com as circunstâncias de cada caso.

No programa da Reforma Agrária Popular (MST, 2014), o MST busca por soluções para "a desigualdade social e de renda, a discriminação de etnia e gênero, a concentração da comunicação, a exploração do trabalhador urbano" (MST, 2024). As "experiências concretas nos acampamentos e assentamentos já estão desbordando a forma em que o MST propõe o planejamento no documento aprovado em 2014" (Falcade-Pereira et al., 2020, p.15). Com práticas diversas configuram "inter-relações entre elementos ambientais (ciclos minerais, transformações energéticas, processos biológicos), sociais, políticos, culturais e econômicos" (Cunha, 2017, p.185).

Sendo assim, esses aspectos vão caracterizar os processos judiciais em questão, que se deram com alguns anos de ocorrência, sendo possível a comparação do mapeamento do uso do solo fornecido com o recorte no limite das áreas afetadas em anos específicos. Para tal, utilizou-se imagens e dados de no mínimo 2 anos para a comparação, antes e após o ano da ocupação das áreas, com margem significativa de tempo para que mudanças no uso do solo fossem visíveis pela classificação do MapBiomas.

A composição dos gráficos da evolução das áreas foi feita a partir do recorte dos mapas de uso do solo em software de geoprocessamento (QGis e Google Earth Engine),

calculando a área para cada classe, fazendo esse cálculo para todos os anos disponíveis, organizando os dados em tabelas, gerando assim, no software Excel, gráficos de linha e área que permitiram mostrar tendências e alteraçòes de uso, identificando grandes mudanças ou a manutenção de uma tendência em anos específicos. Em alguns casos usou-se gráficos de barra para comparar momentos específicos e classes específicas. As análises contaram com o apoio do uso de imagens de satélite com resolução espacial maior que a série Landsat[5] se deu de forma complementar, tendo como fonte o software Google Earth.

REFERENCIAL TEÓRICO

A Reforma Agrária Popular (MST, 2014) tem como centralidade a implementação de modelos alternativos de agricultura ao que se pratica nos parâmetros de produção no capitalismo, objetivando a produção de alimentos saudáveis e qualidade de vida no campo, aliado à preservação da natureza. Nesse contexto, a Agroecologia entra como perspectiva de relação com a terra. Essa mudança é relativamente recente (Fuchs, 2020) e encontra resistência pois as formas e categorias pautadas num modelo de organização territorial convencional ainda são muito presentes na compreensão da Reforma Agrária desde a escala das comunidades até a perspectiva das instituições que a regulamentam.

Nesse sentido, as áreas de acampamento são favoráveis à implementação da agroecologia na medida que necessitam de uma relação com a terra que fortaleça a comunidade e a produção de alimentos saudáveis. Mas a agroecologia não é uma unanimidade nas áreas de Reforma Agrária e tem diversos formatos de implementação.

No programa agrário do MST, lançado em 2014, a agroecologia como termo aparece em reivindicações de políticas de incentivo e programas de formação sem elaborar ou vincular explicitamente a prática com as outras dimensões que aparecem no texto. “Tem como fundamentos questões relacionadas à terra, bens da natureza, sementes, produção, energia, educação, cultura, direitos sociais e condições de vida digna.” (Monnerat, 2019, p.58). A autora e assentada da Reforma Agrária, que fez uma dedicada pesquisa sobre a questão de gênero em assentamentos e sua importância na organização dos territórios e implementação da agroecologia, reconheceu a importância

[5] As imagens de satélite Landsat são produzidas por uma série de satélites lançados pelo Brasil desde a década de 1970, com sensores multiespectrais que permitem diversas análises sobre a superfície terrestre. Essas imagens são a base das análises de uso de solo produzidas pelo portal Map Biomas, em possuem uma resolução espacial de 30 metros.

da adoção da perspectiva no programa agrário no movimento, ainda que não insista na questão de gênero. “O documento reflete um avanço em várias questões relacionadas à concepção de reforma agrária, ao cuidado com os bens comuns, à opção pela agroecologia, mas ainda é tímido em relação às questões de gênero.” (Monnerat, 2019, p.58).

Em 2013 foi realizado no Paraná o projeto FLORA (Monnerat e Souza, 2015), articulado desde o Instituto Contestado de Agroecologia (ICA) que participou de um edital de fomento da Petrobrás. O projeto construiu ações de difusão, sistematização, educação ambiental e registro de práticas agroecológicas, buscando a implementação do manejo agroflorestal. Em áreas de Reforma Agrária e Assentamentos do MST criaram-se grupos locais para as ações do projeto, que segundo as autoras trabalhavam em diálogo com práticas ecológicas, desde os saberes camponeses, que existiam há mais de 15 anos. “O Projeto Flora tem se mostrado um caminho importante para fortalecer o trabalho que vem sendo desenvolvido há mais de 15 anos nas áreas de Reforma Agrária no estado do Paraná, que tem como premissa o manejo ecológico dos agroecossistemas e formas de ação coletiva que possam superar a crise alimentar, civilizatória e ambiental.” (Monnerat e Souza, 2015, p.131).

A atuação do projeto se deu em 42 municípios do estado e iniciou diante da constatação da alta degradação ambiental que o estado sofreu historicamente. Como levantam as autoras, atualmente o estado do Paraná tem apenas 10% da cobertura vegetal que tinha 100 anos atrás (Monnerat e Souza, 2015). Diante da diversidade de práticas existentes e da potencialidade que o projeto provocou na implementação e difusão do manejo ecológico e agroflorestal, constatou-se a possibilidade da Reforma Agrária como forma de recuperação ambiental e produção de alimentos saudáveis, para além de uma relação estritamente produtiva com a terra.

> Os assentamentos de reforma agrária ocupam 2,4% do território paranaense. Ainda é pouco, mas é o que se conquistou com muita luta. Mesmo assim, são nessas áreas de reforma agrária que está se (re)construindo o desenho de outro jeito de produzir, em outras bases tecnológicas, em outras relações socioculturais, em outras relações com o meio ambiente. Na realidade esse jeito de viver e de se relacionar com a terra (meio ambiente), era o modo como os camponeses mais antigos (nossos pais e avós...) produziam ou melhor, viviam: guardavam as sementes crioulas, não usavam veneno em suas roças que eram também para produzir o seu próprio alimento, quando ficavam doentes recorriam as ervas medicinais de seus quintais, trabalhavam em suas roças individuais mas também ajudavam seus vizinhos, tinham tempo para pescar, caçar e viver em comunidade. Hoje estamos chamando essa prática ou esse modo alternativo de fazer

> agricultura, que não é novo, de AGROECOLOGIA. (Sonda, 2016, p.13).

Entretanto, fazer a leitura espacial desses processos de transformação social a partir de técnicas e tecnologias de geoprocessamento exige um desafio de interpretação pois resgata um debate crítico sobre o mapa e seu uso como ferramentas históricas de dominação. "O mapa enquanto representação espacial é indissociável do discurso do seu produtor. Isto abre, em primeiro lugar, uma nova oportunidade de manipulação, mesmo inconsciente; mas, sobretudo isto complica seu uso como suporte à Participação." (Joliveau, 2010, p.49).

A especialização, a partir de uma abordagem científica pautada na precisão matemática, das ferramentas de mapeamento, por um lado pode criar possibilidades de análise e por outro se distanciar da diversidade existente nos territórios. "Teóricos sociais argumentaram ainda que esse tipo de abordagem científica reforçava o *status quo*, uma epistemologia empirista que exclui da geografia a investigação de outros mundos possíveis além daquele em que vivemos" (Sheppard, 2008, p.116). O SIG (Sistemas de Informações Geográficas) potencializou a análise ambiental, distanciando-se da análise crítica e social. Mas é pela perspectiva do SIG Crítico que começa a ser "possível imaginar o uso do SIG para empoderar e mobilizar comunidades desfavorecidas em torno de preocupações de justiça ambiental" (Sheppard, 2008, p.124).

O uso crítico das ferramentas de análise espacial, na produção do saber e fazer geográfico crítico permite a aproximação da análise socioespacial com a instrumentalização cartográfica. E é nesse sentido que a utilização dos dados do MapBiomas é colocada neste trabalho. Assim, tendo uma compreensão das potencialidades da Reforma Agrária Popular Agroecológica, a leitura das experiências de transformação desses territórios revela uma dimensão ambiental da luta pela terra, pautada numa dimensão social e cultural que evidencia o potencial de recuperação ambiental, aliado à produção de alimentos saudáveis. Porém, não sem apresentar desafios e dificuldades na visualização dessas transformações.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No Acampamento Maila Sabrina, Ortigueira (PR), a partir dos dados de uso do solo nos anos de 2003 e 2018, foi possível comparar o contexto ambiental no início da

ocupação e no momento mais recente da data de realização do estudo, conforme observa-se na Figura 1.

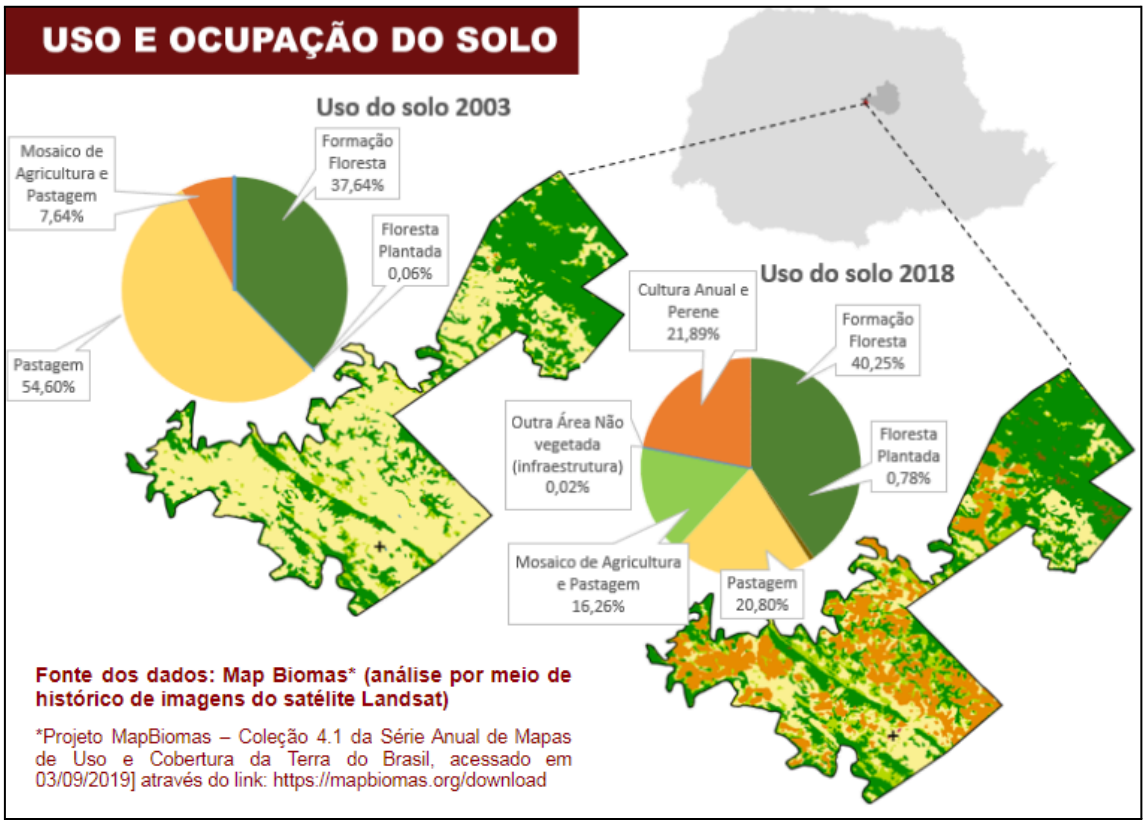
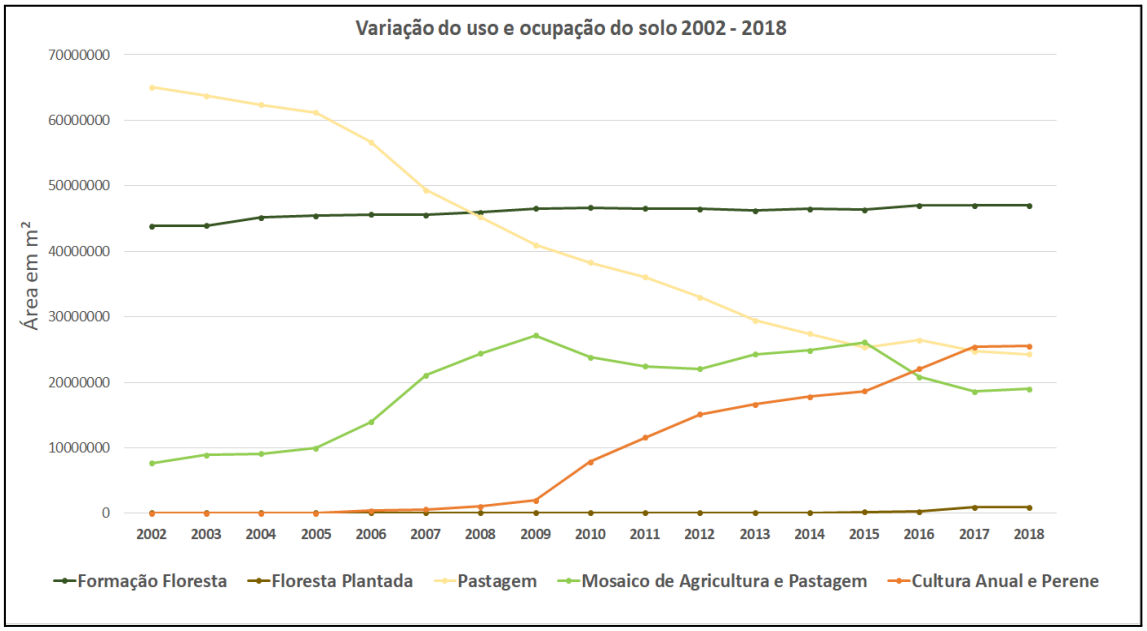


Figura 1 - Slide da apresentação feita em audiência com os dados comparados do MapBiomas sobre a área entre os anos de 2003 e 2018. Fonte: Material de apresentação desenvolvido pelo coletivo PLANTEAR, 2019.

Percebeu-se uma drástica alteração no uso do solo na área do estudo. Entre 2003 (antes da ocupação) e 2018 o aumento da área agricultura foi de 38,15%, visualizado pelas classes de Cultura Anual Perene e Mosaico de Agricultura e Pastagem, que no contexto caracterizaram a agricultura de base agroecológica voltada à alimentação local e do entorno. Por outro lado, a classe de Pastagem permitiu visualizar a diminuição de áreas que foram dedicadas à criação de búfalos (54,6% da área em 2003 e 20,8% em 2018), sendo assim ocorreu uma diminuição da degradação enquanto aumentou a agrobiodiversidade e preservação da vegetação. A visualização dos dados de evolução das áreas das classes ano a ano permitiu perceber uma “inversão” que começa com o início da ocupação na predominância das classes de uso do solo.

Gráfico 1 - Evolução anual das áreas das classes de uso do solo na área, 2002-2018.



Fonte: Material de apresentação desenvolvido pelo coletivo PLANTEAR, com dados do Projeto MapBiomas – Coleção 4.1 da Série Anual de Mapas de Uso e Cobertura da Terra do Brasil.

Em Paula Freitas (PR), no acampamento Reduto do Caraguatá, a comparação de mapas foi feita para os anos de 1985, 2005 e 2019 a fim de comparar os estados anteriores ao atual.

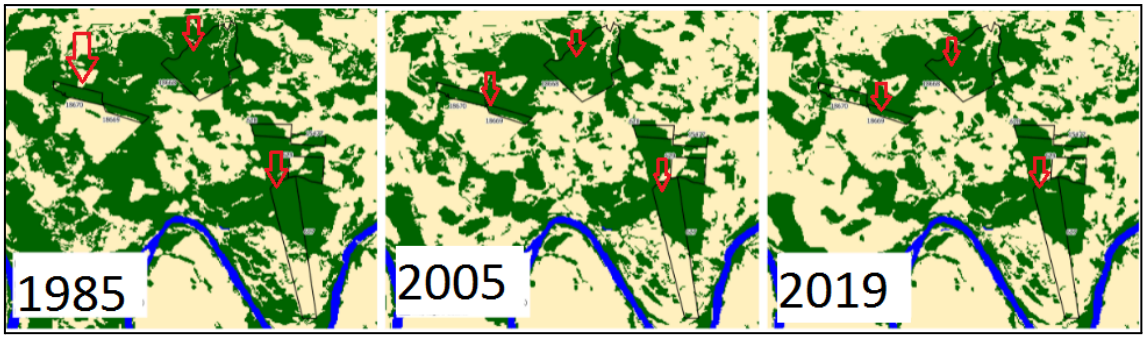
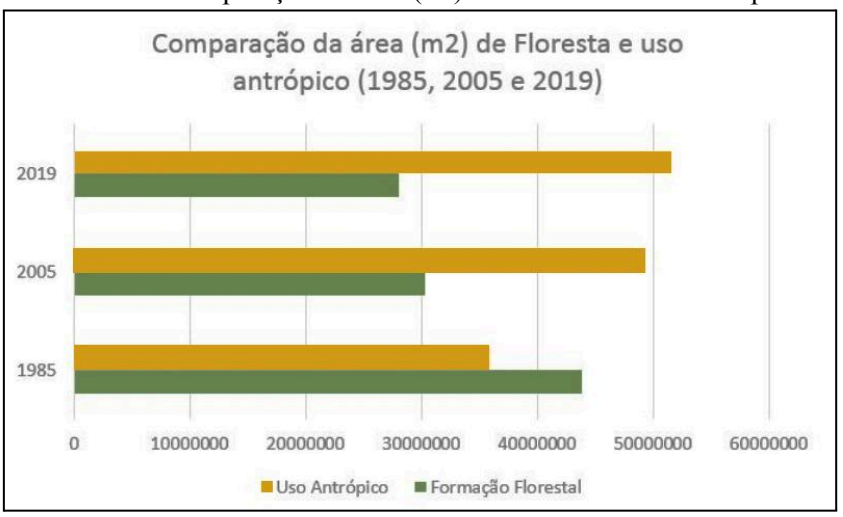


Figura 2 - Mapas de comparação de uso do solo nos anos de 1985, 2005 e 2019 na área do Acampamento Reduto de Caraguatá. Fonte: Adaptado do material produzido no estudo do Projeto de Planejamento Popular e Assessoria, com dados do Projeto MapBiomas – Coleção 5 da Série Anual de Mapas de Uso e Cobertura da Terra do Brasil, acessado em 21/06/2020 através do link: https://mapbiomas.org/download.

O impacto do uso de 20 famílias com foco no manejo extrativista-agroflorestal foi visualizado apenas com a comparação a uma data anterior, pois no ano da ocupação a vegetação nas áreas de ocupação já estavam desenvolvidas, não diferindo do momento do estudo. Esse aspecto também influenciou na utilização apenas de duas classes, uso antrópico e áreas de floresta, o que permitiu uma comparação direta entre os diversos

usos da área e a perda da vegetação. Sendo os imóveis sem continuidade territorial decidiu-se por uma análise com recorte de visualização no entorno dos mesmos.

Gráfico 2 - Comparação da área (m²) de Floresta e Uso Antrópico.

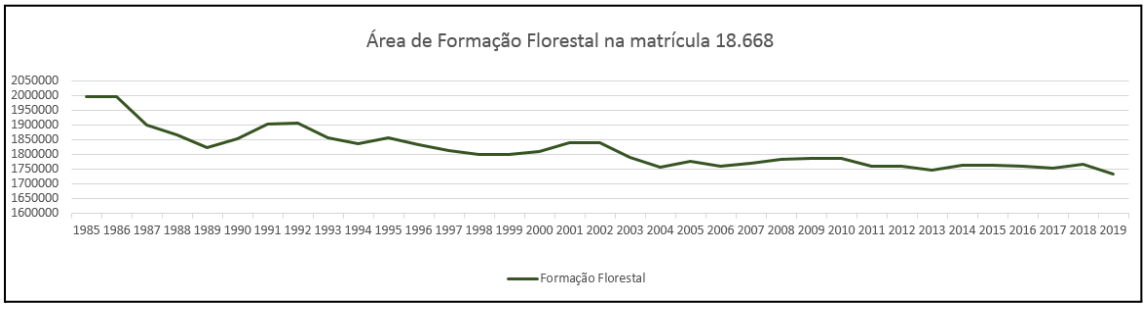


Fonte: Material produzido no coletivo PLANTEAR com dados do Projeto MapBiomas – Coleção 5 da Série Anual de Mapas de Uso e Cobertura da Terra do Brasil.

Foi possível perceber que as áreas em que houve pouco ou nenhum desmatamento (destaques com flechas em vermelho na figura) estavam ligadas aos imóveis em questão onde, em 2019, localizavam-se nas manchas contínuas mais significativas de floresta. Os impactos positivos dessa comparação foram pela manutenção da floresta e a diminuição da taxa de desmatamento entre os períodos.

Em complemento fez-se uma análise da evolução da Formação Florestal em uma das áreas que apresentava maior ocupação, isolando os efeitos do entorno, deixando mais evidente a diminuição do desmatamento e uma possível estabilidade das áreas de vegetação florestal, mais regular a partir de 2005, ano da ocupação, reforçando o impacto ambiental positivo, caracterizada também pela proposta do acampamento.

Gráfico 3 - Área de Formação Florestal na Matrícula nº 18.668.



Fonte: Material produzido no coletivo PLANTEAR com dados do Projeto MapBiomas – Coleção 5 da Série Anual de Mapas de Uso e Cobertura da Terra do Brasil.

No Acampamento Maria Rosa do Contestado, em Castro (PR), os anos para comparação em mapas de uso do solo no Acampamento foram 2014 e 2018. Destaca-se que, com a ocupação da área em 2015, o tempo de 3 anos não é suficiente para a consolidação, visto que a dinâmica da comunidade, na época do estudo, apresentou alguma variabilidade. Isso refletiu na ausência de mudanças drásticas na análise. Por outro lado, diante do contexto da implementação do projeto agroecológico e produção orgânica, em contraste, com os plantios experimentais com transgênicos e uso de agrotóxicos, foi possível destacar a ausência de impactos ambientais negativos e a tendência para impactos positivos.

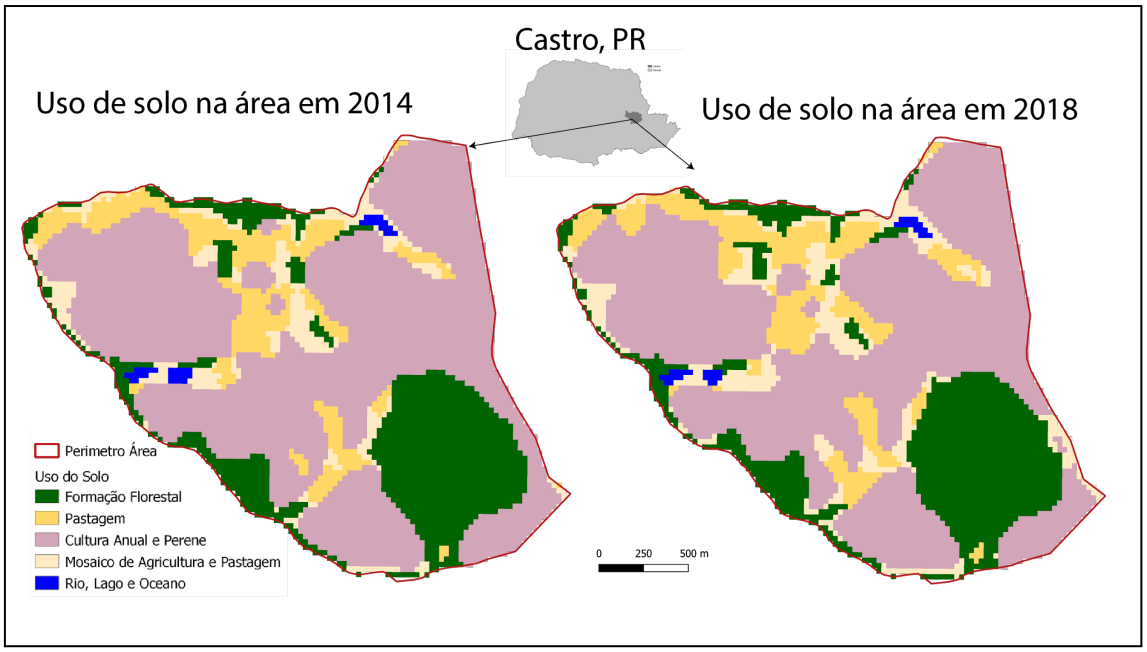
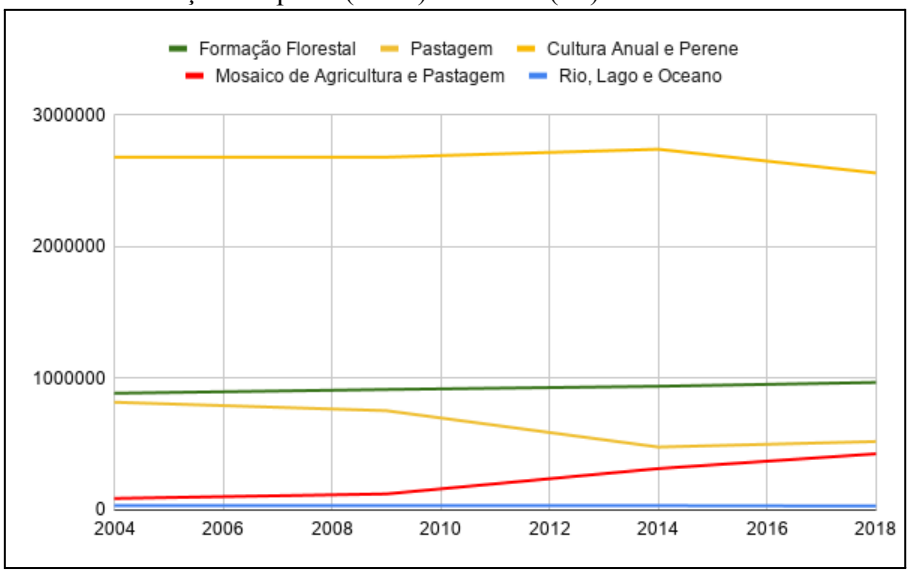


Figura 3 - Comparação dos usos do solo nos anos de 2014 e 2018 no Acampamento Maria Rosa do Contestado. Fonte: Material produzido no coletivo PLANTEAR com dados do Projeto MapBiomas – Coleção 4.1 da Série Anual de Mapas de Uso e Cobertura da Terra do Brasil.

A classe Cultura Anual e Perene aparece em áreas onde se construíram várias casas de madeira e hortas. A tendência de impactos positivos foi complementada com a análise anual de evolução das áreas de cada classe

Gráfico 4 - Evolução temporal (anual) das áreas (m²) dos diferentes usos de solo.



Fonte: Material produzido no coletivo PLANTEAR com dados do Projeto MapBiomas – Coleção 4.1 da Série Anual de Mapas de Uso e Cobertura da Terra do Brasil.

A diminuição da classe Pastagem com aumento do Mosaico de Agricultura e Pastagem, o leve acréscimo da Formação Florestal reforçaram a tese da tendência positiva diante do contexto da proposta de manejo inserida na área pelo acampamento. Um impacto importante do uso dos dados para visualização, do ponto de vista jurídico principalmente, foi que após a realização da audiência onde ocorreu a apresentação do material o juiz responsável pelo caso decidiu fazer uma visita presencial ao acampamento[6], uma ação rara e incomum no andamento de processos que é a saída do magistrado do gabinete para o campo.

Por fim, no estudo sobre a Comunidade Agroflorestal José Lutzenberger, Antonina (PR), foram utilizados 4 anos (1985, 1998, 2014 e 2019) para comparação com foco nas classes de Pastagem, destacando a atividade de bubalinocultura, e de Formação Florestal, destacando a atividade agroflorestal. Esses anos destacam dois períodos importantes dos impactos ambientais, no período anterior a ocupação (1985 e 1998) o avanço da degradação e o período posterior (2014 e 2019) com a consolidação da agrofloresta e recuperação ambiental.

[6] O fato foi noticiado e registrado, para saber mais acessar: https://mst.org.br/2020/11/11/juiz-federal-visita-acampamento-agroecologico-do-mst-em-castro-parana/

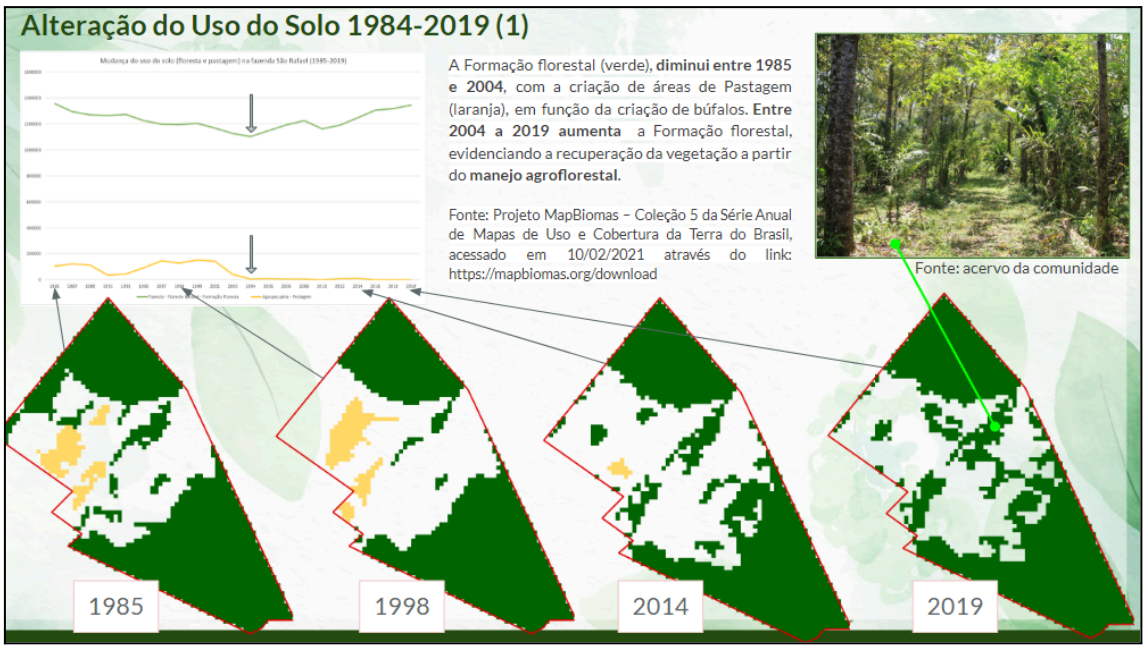
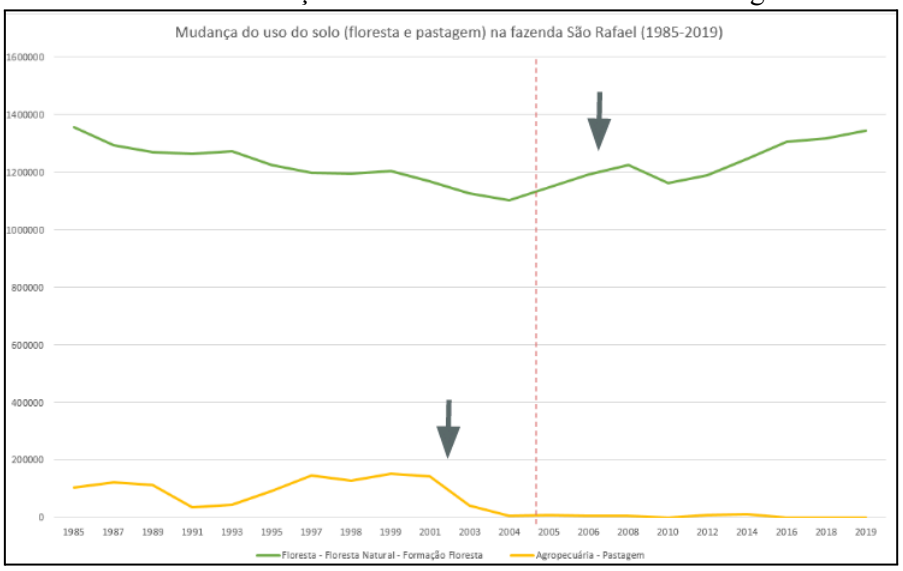


Figura 4 - Slide da apresentação que compara o uso de solo entre os anos específicos. Fonte: Material produzido no coletivo PLANTEAR com dados do Projeto MapBiomas – Coleção 5 da Série Anual de Mapas de Uso e Cobertura da Terra do Brasil.

Foi possível visualizar a recuperação de áreas de vegetação florestal que existam no período anterior a implementação da Bubalinocultura, destacando que grande parte dessas áreas são canteiros agroflorestais, produzindo alimento (frutas anuais e hortaliças), como mostra detalhe da foto inserida no slide da apresentação (Figura 4). A utilização do gráfico com análise anual da evolução das áreas reforçaram de forma evidente o impacto ambiental positivo do manejo agroflorestal com a recuperação da Formação Floresta, destacando o ano de ocupação e momentos de decréscimo drástico da pastagem e acréscimo da floresta.

Gráfico 5 - Evolução anual das áreas de Floresta e Pastagem.



Fonte: Material produzido no coletivo PLANTEAR com dados do Projeto MapBiomas – Coleção 5 da Série Anual de Mapas de Uso e Cobertura da Terra do Brasil.

Neste estudo, diante das formas de visualização dos impactos ambientais que evidenciaram a recuperação da vegetação em uma APA (Área de Proteção Ambiental), foi aceita a proposta de considerar os serviços ambientais realizados pela comunidade como forma de abatimento na determinação do valor de aquisição da área pelo Estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De forma geral, a produção de informações a partir dos dados do MapBiomas foi essencial para tornar evidentes os impactos ambientais em cada estudo. Toda a fundamentação metodológica do trabalho fez com que as informações tivessem solidez e impacto perante os olhares institucionais. Os resultados, nesses casos, foram muito positivos e ajudaram a aprofundar os debates dos processos judiciais, causando impacto na sua visualização e no andamento dos processos. O uso de informações complementares com imagens de satélite com maior resolução espacial junto com a caracterização social e ambiental do contexto em cada estudo permite contornar alguns aspectos específicos que não eram respondidos pelas imagens de uso de solo como a relação de classes com o manejos específicos de caráter agroecológico e agroflorestal, ou a diferenciação de produção orgânica com produção convencional (com uso de transgênicos e agrotóxicos).

Outro eixo de impacto no uso desses dados é o importante destaque da dimensão ambiental dos conflitos por terra e território, que está diretamente relacionado à dimensão social e, no caso dos estudos apresentados, com as proposta de implementação de manejos agroecológicos nas áreas em questão, evidenciando o impacto que têm em contraste com a agricultura convencional. A quantidade de usos dos dados do MapBiomas no âmbito desses projetos ainda é pouca para entender com especificidade a dinâmica e a metodologia de uso para as análises realizadas, mas desde o início foram imprescindíveis para qualificar a melhoria ou a tendência de melhoria ambiental nas áreas de Reforma Agrária estudadas.

REFERÊNCIAS

CUNHA, A. P. da. **Diálogos Entre Geografia e Agroecologia:** Reflexões Sobre Território, Desenvolvimento e Colonialidade. São Paulo: Terra Livre, n. 43, vol. 2, ano 29, p. 170-205, 2017.

FALCADE-PEREIRA, I. B.; MONTENEGRO, J.; ANDREOLI, M. C.; ALCNTARA, R. K.. Conflitos na reforma agrária e mundos possíveis no planejamento de um assentamento agroecológico no município de Castro-PR. In: SANSOLO, D. G.; ADDOR, F.; EID, F. **Tecnologia social e reforma agrária popular** São Paulo: Cultura Acadêmica, vol. 1, 2021.

JOLIVEAU, T. O lugar do mapa nas abordagens participativas. In: ACSELRAD, H (org.) **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, UFRJ, p.45-70, 2008.

MAPBIOMAS. **Projeto MapBiomas** – Coleção 6 e 7.1 da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso de Solo do Brasil, Disponível em: <https://mapbiomas.org/colecoes-mapbiomas-1> Acesso em: 02/06/2023.

MACHADO, L. C. P; FILHO, L. C. P. M. A **Dialética da Agroecologia**: Contribuição para um mundo com alimentos sem veneno. São Paulo: Expressão Popular, 2014

MONNERAT, P. F,; SOUZA, N. A. **Projeto FLORA**: Cultivando agrobiodiversidade no Paraná. Cascavel: VII Encontro estadual das educadoras e educadores da reforma agrária do Paraná, p. 129-135, 2015.

MONNERAT, P. F. **Mulheres camponesas e agroecologia no MST do Paraná**: os territórios do cotidiano da luta e da luta no cotidiano. Curitiba: Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Paraná, Dissertação de Mestrado, 151 f., 2019.

MST. Objetivos, 2024. Disponível em: https://mst.org.br/objetivos/. Acessado em: 14/01/2024.

MST. **Programa Agrário do MST**. São Paulo: VI Congresso Nacional do MST, 2013.

SHEPPARD, E. Produção de conhecimento através do sistema de informação geográfica (SIG) crítico: genealogia e perspectivas. In: ACSELRAD, H. (Org.) **Cartografias Sociais e Território**. Rio de Janeiro: UFRJ, IPPUR, p.113-151, 2008.

SONDA, C. **Reforma Agrária**: Um bom jeito de fazer recuperação ambiental. Lapa: Projeto FLORA, Caderno 1 - Terra, floresta e gente, p. 11-16, 2016.

O DISCURSO CONSERVADOR SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA: O CASO ULTRALIBERAL

Leandro Nieves Ribeiro[1]

Resumo

A questão agrária no Brasil é um tema que se mantém atual por ser essencial para o desenvolvimento econômico e social do país. Mesmo com a relevância da questão agrária há discursos sobre o tema que são produzidos por organizações, institutos e grupos ideológicos que reproduzem a razão de mundo conservadora e que desqualificam ou minimizam o tema. Neste artigo especificamos no discurso ultraliberal que se vincula ao pensamento político e econômico da Escola Austríaca, que defende o livre mercado, a propriedade privada e tece críticas à existência do Estado e da sua participação na regulamentação e na moralidade. O objetivo do artigo será compreender o sentido produzido pelo discurso ultraliberal sobre a questão agrária no Brasil através do estudo de caso do Instituto Liberal (IL). Para comprovar como os discursos promovem a territorialidade conservadora, utilizaremos a análise do discurso (doravante AD) da Escola Francesa como escopo teórico-metodológico para compreender o sentido produzido pelo discurso ultraliberal. A compreensão do sentido do discurso consiste em compreender os seus significados e suas contradições. A análise do discurso ultraliberal ocorrerá pela seleção de textos disponíveis no site oficial do instituto IL no período entre 2013-2019 que versam sobre temas relacionados à questão agrária como reforma agrária e MST
Palavras-chave: Questão agrária; Nova Direita; ultraliberalismo; Instituto Liberal; análise do discurso.

Resumen

La cuestión agraria en Brasil es un tema que sigue vigente por ser fundamental para el desarrollo económico y social del país. Aún con la relevancia del tema agrario, existen discursos sobre el tema que son producidos por organizaciones, institutos y grupos ideológicos que reproducen la lógica conservadora y que descalifican o minimizan el tema. En este artículo concretamos el discurso ultraliberal que se vincula al pensamiento político y económico de la Escuela Austriaca, que defiende el libre mercado, la propiedad privada y critica la existencia del Estado y su participación en la regulación y la moral. El objetivo del artículo será comprender el significado producido por el discurso ultraliberal sobre la cuestión agraria en Brasil a través del estudio de caso del Instituto Liberal (IL). Para comprobar cómo los discursos promueven la territorialidad conservadora, utilizaremos el análisis del discurso (en adelante AD) de la Escuela Francesa como alcance teórico-metodológico para comprender el significado producido por el discurso ultraliberal. Comprender el significado del habla consiste en comprender sus significados y contradicciones. El análisis del discurso ultraliberal se dará a través de la selección de textos disponibles en el sitio web oficial del instituto IL en el período 2013-2019 que abordan temas relacionados con la cuestión agraria como la reforma agraria y MST.

[1] Doutorando em Geografia pela FCT/Unesp. Orientação de Prof. Dr. Carlos Alberto Feliciano. E-mail: leandro.nieves@unesp.br

Palabras-llave: Cuestión agraria; Nueva Derecha; ultraliberalismo; Instituto Liberal; análisis del discurso

INTRODUÇÃO (justificativa implícita e objetivos)

A questão agrária no Brasil é um tema que se mantém atual por ser essencial para o desenvolvimento econômico e social do país. Abrangendo assuntos complexos por relacionar aspectos econômicos, sociais, políticos e ambientais, este tema envolve o campo e a cidade, a produção alimentar, a desigualdade social, a concentração de terra, a justiça social, os movimentos sociais e entre outros.

Mesmo com a relevância da questão agrária há discursos sobre o tema que são produzidos por organizações, institutos e grupos ideológicos que reproduzem a razão de mundo conservadora e que desqualificam ou minimizam o tema. No caso desse artigo, nos especificamos no discurso ultraliberal que se vincula ao pensamento político e econômico da Escola Austríaca. Criada em 1871 por Karl Menger, esta Escola defende o livre mercado, a propriedade privada e tece críticas à existência do Estado e da sua participação na regulamentação e na moralidade. É comum os seguidores desta escola, que tem como expoentes o Ludwig Von Mises e Murray Newton Rothbard, repetirem os termos "Imposto é roubo", o "Estado agride a liberdade individual", "fim do Estado", "Menos Marx, mais Mises", "Direitos humanos para humanos direitos", e outros que destacam a territorialidade conservadora.

O objetivo do artigo consiste em compreender o sentido produzido pelo discurso ultraliberal sobre a questão agrária no Brasil através do estudo de caso do Instituto Liberal (IL). O IL foi criado em 1983 no Rio de Janeiro no contexto do período da redemocratização e de fortes embates da Constituinte no Brasil. Pioneiro entre os *think tanks* ultraliberais no Brasil, possibilitou a formação de novas lideranças, como o Rodrigo Constantino, e novas organizações, como o Instituto Millenium (IMIL), Instituto de Estudos Empresariais (IEE), Instituto Mises Brasil (IMB), Estudantes Pela Liberdade (EPL) e Movimento Brasil Livre (MBL) (CASIMIRO, 2018; ROCHA, 2018).

A escolha deste instituto se deve por dois motivos: primeiro, porque estes são, de acordo com o site oficial de cada instituto, abertamente ultraliberais; e segundo, por serem relevantes para a Nova Direita brasileira de duas formas.

A primeira deve-se por conter em sua organização a participação de figuras políticas conservadoras como Rodrigo Constantino, Helio Beltrão, Lucas Berlanza, Bernardo Santoro e além da influência conservadora do Olavo de Carvalho. A segunda

forma deve-se pelo papel destas organizações no fortalecimento da Nova Direita, como as "jornada de junho de 2013", os ciclos de protestos de 2014 que culminaram no golpe-impeachment de 2016 e na eleição de políticos conservadores. Em consequência, a Nova Direita promoveu a territorialidade conservadora na sociedade que implicou no fortalecimento do ideário dos ultraliberais com novos militantes e novas organizações.

A hipótese é que este instituto ultraliberal - denominado de *think tank*[2] - busca influenciar a opinião pública[3] com seus discursos com a produção de interpretações equivocadas que desqualificam e/ou desinformam ao tratar de forma superficial ou sem visão crítica[4] relevantes para a sociedade civil, como a questão agrária. Além disso, o discurso deste instituto promove a territorialidade conservadora que implica em retrocessos políticos e sociais com a desinformação, o negacionismo e a radicalidade política com o ódio e perseguição, sobretudo, de intelectuais, grupos, partidos, organizações e movimentos de esquerda com o "marxismo cultural".

METODOLOGIA

A base do conceito de território que utilizamos é de Raffestin (1993) e Fernandes (2005; 2008). O conceito de espaço geográfico é compreendido como preexistente ao território, sendo o espaço a *priori* enquanto o território é a *posteriori*, como trunfo das relações de poder.

Através de Fernandes (2005), entendemos que a diversidade dessas relações cria diferentes tipos de territórios, formados pela multiescalaridade (corpo, bairro, local, regional, nacional...), multidimensionalidade (política, social, econômica, cultural...) e

---

[2] *Think tank* é uma instituição de pesquisa, de origem pública (e autônoma do governo) ou privada (e sem fins lucrativos), que objetiva influenciar a opinião pública e até de políticas públicas por meio de pesquisas, artigos de opinião, matérias publicadas em sites e nas redes sociais em diversas áreas como política, meio ambiente, saúde, segurança pública etc. (HAUCK, 2015).

[3] Augras (1970, p.9) afirma que a "opinião pública é o sentimento do povo", o que significa ser uma expressão de pensamento geral de um grupo. Olicsheis (2006) explica que "[...] a opinião tem sua origem nos grupos e esses grupos transformam-se em públicos quando se organizam em torno dos temas de discussão e de interesse público. Assim, eles discutem e procuram uma atitude comum" (OLICSHEIS, 2006, p.92) e que a "opinião pública nada mais é do que a opinião de um determinado grupo" (OLICSHEIS, 2006, p.95).

[4] Visão crítica, de acordo com Sposito (2004), significa uma atitude de espírito que valoriza a legitimidade racional. Assim, a palavra crítica está associada "[...] sempre a juízo, exame, discernimento, critério, e principalmente à ideia de 'cuidado com a abordagem': 'Esta ideia de analisar atenta e minuciosamente o objeto nos dá ideia de crítica como uma característica da reflexão' mas, antes de mais nada, como uma postura do cientista. 'Criticar, então, é ter cuidado de saber estabelecer critérios', e ter critérios 'é possuir uma norma para 'decidir o que é verdadeiro ou falso, o que se deve fazer ou não fazer etc.' (Oliveira, 1990, p.18-19) (SPOSITO, 2004, p. 66). O autor também difere ser crítico com espírito crítico, no qual possui uma visão de denegrir as opiniões ou ações de outras pessoas (SPOSITO, 2004).

multiterritorialidade. Se o território pode ser concreto ou imaterial, o conhecimento, o pensamento e o paradigma são relacionados como territórios (i)materiais, sendo construídos e disputados por diferentes sujeitos, grupos e *think tanks* (FERNANDES, 2008). No caso desses institutos, a territorialidade conservadora é promovida com os seus discursos que se tornam ferramentas da divulgação da razão de mundo ultraliberal.

Para comprovar como os discursos promovem a territorialidade conservadora, utilizaremos a análise do discurso (doravante AD) da Escola Francesa como escopo teórico-metodológico para compreender o sentido produzido pelo discurso ultraliberal. A compreensão do sentido do discurso consiste em compreender os seus significados e suas contradições.

A AD francesa surgiu na década de 1960 como uma disciplina de estudo crítico sobre a linguagem ou escritura com uma articulação interdisciplinar entre a linguística, o marxismo e a psicanálise. Orlandi (2002, p.25) designa a AD francesa como "uma disciplina que teoriza a interpretação", mas que não se limita a ela. A AD francesa deve ser compreendida como um campo de conhecimento com um vasto corpo teórico, conceitos e categorias sobre os dispositivos de interpretação.

O discurso ao ser produzido pelo sujeito na escrita ou oralmente materializam posições encaixadas, que se trata da influência da ideologia e do contexto linguístico e social pelo qual o sujeito pertence. A materialidade ideológica se solidifica no discurso ao produzir efeito de sentido. Este efeito, por sua vez, é construído socialmente e produzido no processo de interlocução. O significado e efeito de um discurso dependem do contexto das condições históricos-sociais de qual foi produzido (MUSSALIM, 2004). Portanto, o discurso não é restrito a língua, texto ou fala, sendo concebido como uma exterioridade à língua e associado como uma ação social por estar vinculado ao contexto social de quem fala ou interpreta (ORLANDI, 2002).

A análise do discurso ultraliberal ocorrerá pela seleção de textos disponíveis no site oficial do IL no período entre 2013-2019 que versam sobre temas relacionados à questão agrária como reforma agrária, agronegócio, movimentos sociais do campo, recursos naturais e entre outros. Nesse período encontramos ao todo 23 textos publicados pelo IL com 08 assuntos diferentes: Economia (01 texto), Guerra Cultural (01 texto), Indígenas (02 textos), Meio Ambiente (01 texto), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) (11 textos), Petismo (03 textos), Propriedade (01 texto) e Reforma Agrária (04 textos).

Como a alta variedade de materiais dificultaria a síntese da AD, busquei escolher os dois temas com mais publicações para compreender o ultraliberalismo, sendo os temas de: MST e reforma agrária. Destes dois temas escolhidos reduzimos o material de análise para 14 textos[5], sendo que faremos uma análise geral dos dois assuntos para identificar o discurso geral. Essa identificação ocorrerá com os conceitos da AD francesa como a formação ideológica e discursiva, paráfrase e polissemia.

A formação ideológica (FI) parte do materialismo histórico e da teoria do discurso, pelo qual é relacionada a superestrutura ideológica com o modo de produção dominante na formação social, chamada de ideologia dominante. Segundo Brandão (2012), essa concepção permitiu a Pêcheux compreender à representação da externalidade da língua. Desse modo, é possível relacionar que a formação ideológica seja um elemento suscetível de intervir como uma força confrontada com outras forças ideológicas.

Cada FI forma um conjunto complexo de atitudes e de representações que se relacionam a um posicionamento coletivo de uma classe em conflito com outras. E é através das formações discursivas, pelo qual está relacionada com uma FI específica, "[...] que determinam 'o que pode e deve ser dito' a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada" (BRANDÃO, 2012, p.48).

Já o conceito de formações discursivas (FD) foi definido por Brandão (2012, p.107) como um "[...] conjunto de enunciados marcados pelas mesmas regularidades, pelas mesmas 'regras de formação'". Isto significa que a formação discursiva tem estreita relação com a formação ideológica, o que permite com que uma formação discursiva remete a uma mesma formação ideológica. Em outras palavras, "A formação discursiva determina 'o que pode e deve ser dito' a partir de um lugar social historicamente determinado" (BRANDÃO, 2012, p.107). Porém a FD não impede que em um mesmo texto pode aparecer diferentes FDs com distintos sentidos.

Ao relacionar as duas formações, é possível afirmar que a FI constitui os elementos externos à própria FD enquanto que "[...] atravessa e modifica as relações que estabelece no nível político e ideológico" (BARROS, 2015, p.83). Se por um lado, a FI atravessa e interpela as FDs, por outro, a FD é "[...] atravessada por outras formações discursivas e pela própria formação ideológica, que a modifica e estabelece novas formações discursivas" (BARROS, 2015, p.88-89).

[5] Dentre estes 14 textos, o "MST: um movimento equivocado – Luis Fernando Pessoa Alexandre" (SANTORO, 2015) foi descartado devido ao conteúdo do texto estar em branco.

A FD ao fazer uma "[...] conexão entre o enunciado, o sujeito e a ideologia" (BARROS, 2015, p.82) ocupa um lugar fundamental na articulação entre língua e discurso, onde a língua é o "lugar material em que se realizam os efeitos do discurso" (BRANDÃO, 2012, p.42). Por sua vez, a FI também possui lugar central na AD, uma vez que o discurso é um dos aspectos materiais da ideologia.

Essa variação de linguagens em uma FD é denominada de interdiscurso ou interdiscursividade, que é formada pelo entrelaçamento de diferentes discursos de diferentes momentos na história e diferentes lugares sociais (FERNANDES, C, 2008). Como explica Barros (2015), a noção de interdiscurso tem relação com uma memória discursiva presente no enunciado que é constituída por enunciados que se repetem, se negam e se transformam em outros significados. Compreende-se o interdiscurso por meio da relação do discurso como estrutura ou acontecimento (PÊCHEUX, 2008), marca a possibilidade de "[...] desestruturar-se e reestruturar-se a partir de memórias discursivas e dos trajetos sociais de qual emerge" (BARROS, 2015, p.89).

Brandão (2012, p.107) afirma que o interdiscurso se constitui de uma relação de um discurso com outros discursos, que o mesmo que afirmar que "todo discurso nasce de um trabalho sobre outros discursos". Ainda com a autora, afirma-se que o analista ao utilizar-se do interdiscurso não se limita apreender apenas uma única formação discursiva, mas sim, busca-se abranger a interação entre as formações discursivas diferentes (BRANDÃO, 2012).

A paráfrase é explicada em Orlandi (2002, p.36) como "[....] o retorno aos mesmos espaços do dizer", pelo qual se busca substituir palavras que possam ativar a memória discursiva. No exemplo de paráfrase, Orlandi (2002) ilustra uma situação diferente do primeiro caso com uma faixa branca escrita em vermelho "vote com coragem!". Nesse caso, a cor vermelha é historicamente associada a posições revolucionárias, como movimentos sociais, organizações ou partidos. Já o fundo branco com o escrito "com coragem" significa "apelo à vida, ao futuro, à disposição de luta" (ORLANDI, 2002, p.29). Como analisa o autor, as duas faixas permitem demonstrar os diferentes sentidos produzidos que estão associados com a memória e ao contexto social. Em ambas, o sentido está além da palavra no texto, sendo relacionada com a exterioridade. Por isso, de acordo com o autor, fazer esse exercício da paráfrase permite entender o que se diz além do texto.

E por fim, utilizaremos a polissemia que é uma palavra que possui diferentes significados. Na AD, utiliza-se a polissemia para representar os discursos diferentes,

sendo que ela apresenta o “deslocamento, ruptura de processos de significação” e “que joga com equívoco” (ORLANDI, 2002, p. 37). Como define Orlandi (2002, p.38)

> a polissemia é a fonte da linguagem uma vez que ela é a própria condição de existência dos discursos pois se os sentidos — e os sujeitos — não fossem múltiplos, não pudessem ser outros, não haveria necessidade de dizer. A polissemia é justamente à simultaneidade de movimentos distintos de sentido no mesmo objeto simbólico.

Em sentido prático, a polissemia pode-se pensar no sentido do emprego da palavra “terra” nas formações discursivas. Cleudemar Fernandes (2008) explica que um integrante militante do MST ou da União Democrática Ruralista (UDR) ao enunciarem o lexema “terra” integrará um discurso (e não outro) tendo em vista o lugar social que enuncia. Para o militante do MST, a palavra “terra” produz o sentido de moradia, trabalho ou país[6]; já para o membro da UDR, produção, propriedade ou mercadoria. Portanto, a mesma palavra ao ser enunciada por grupos sociais distintos, possui diferentes sentidos.

REFERENCIAL TEÓRICO

A questão agrária é um tema indispensável e complexo. Indispensável porque o assunto é emergente para o desenvolvimento da sociedade, seja no campo como na cidade. É complexo porque, como explica Silva (2001), envolve outras questões como a energética, indígena, ecológica, urbana e da desigualdade regional. Desse modo, o autor coloca que a questão agrária se relaciona com problemas estruturais da sociedade brasileira, sendo a reforma agrária a principal forma de solução ou mitigação (SILVA, 2001).

Fernandes (2001) afirma que o debate da questão agrária no final do século XXI apresenta uma disputa política por diferentes projetos de desenvolvimento no campo. De um lado, tem a defesa pelo desenvolvimento do agronegócio que estimula a concentração de terras, monocultura, transgênico e entre outros. Do outro lado, há os defensores da reforma agrária, produção alimentar agroecológica, soberania alimentar, do protagonismo dos movimentos sociais no campo e entre outros. Esses dois modelos geram conflitualidade ao produzirem e representarem diferentes tipos de territórios e territorialidades, como a territorialidade conservadora da Nova Direita.

A Nova Direita é um conjunto de grupos, organizações e empresas brasileiras defensoras dos interesses da elite burguesa que misturam ideias do conservadorismo

[6] Referência a epígrafe em Fernandes, B. (2008) da campesina paraguaia Mirta: “Ao perder minha terra, estou perdendo meu país”.

libertarismo e do reacionarismo (CASIMIRO, 2018; ROCHA, 2018). Dentre deste grupo está incluso o *think tank* ultraliberal, como o IL, cujo tipo de organização é reconhecido na literatura acadêmica pela função de oferecer conhecimento científico e técnico na opinião pública e nas políticas públicas. Esta organização promove a territorialidade conservadora ao reproduzir sua ideologia com o seu discurso.

O Instituto Liberal, que foi criado em 1983 no Rio de Janeiro, é considerado por Casimiro (2018, p.261) como pioneiro no modelo de atuação no Brasil de institutos de pesquisas influentes, sendo definido pelo autor como um "...córtex político, organizando mecanismo de ação política, formando novos quadros, realizando articulações intraclasse e desenvolvendo objetivos tático-operacionais".

Rocha (2018), ao resgatar a origem do Instituto Liberal, explica que a ideia nasceu com José Stelle, o principal tradutor brasileiro das obras de Hayek e membro do partido político liberal *Libertarian Party* dos EUA. A autora narra que Stelle buscou, no final dos anos 70, um apoio e suporte financeiro de empresários brasileiros para a criação de um *think tank* liberal. Contudo, a ideia somente vingou quando Stelle apresentou a proposta para o canadense Donald Stewart Junior, que foi um dos mais ricos empresários no Rio de Janeiro e que já conhecia o Antony Fisher. Assim, Stewart Junior junto com Stelle e Og Leme fundaram o Instituto Liberal no Rio de Janeiro.

A relevância do Instituto Liberal fez com que o instituto se expandisse para outras metrópoles brasileiras desde 1986, como São Paulo, Porto Alegre, Curitiba, Belo Horizonte, Brasília, Salvador e Recife, criando uma rede de institutos liberais. Entretanto, algumas dessas filiais foram extintas antes da virada do milênio, como a de Minas Gerais, Paraná, Bahia e Pernambuco (CASIMIRO, 2018). Por exemplo, o instituto de São Paulo fundiu-se com a sede central no Rio de Janeiro em 2003. No mesmo ano, o Instituto de Porto Alegre rompeu-se da sede central, transformando-se no Instituto Liberdade (IL-RS).

Rocha (2018), em entrevista com o Winston Ling -que fez parte do IL e foi um dos criadores do Instituto Liberdade e cuja família será relevante para financiar os institutos liberais -, informa de que a mudança do nome do instituto se deu para se distanciar do nome do Instituto Liberal devido à crise financeira que enfrentava desde o final dos anos 90. A crise foi causada por uma combinação de três fatores.

O primeiro é a perda financeira do principal investidor com o falecimento de Donald Stewart Jr, em 1998. O segundo é que muitos empresários financiaram o instituto motivados pelo "networking empresarial" e que a diminuição de recursos, justamente

com o falecimento de Donald, desmotivou os empresários. E por fim, o terceiro fator é que houve um entendimento comum de alguns empresários que financiavam o Instituto Liberal, que a eleição de Fernando Henrique Cardoso (FHC) teria tornado desnecessário investir nos institutos[7]. Como elucida Rocha (2018, p.96),

> À medida em que o Plano Real atingiu sua meta de reduzir os altos índices inflacionários vigentes até então, privatizações eram realizadas e os mercados para educação e saúde privadas se expandiram, muitos dos empresários que colaboraram financeiramente com os Institutos Liberais passaram a compreender que o ideário pró-mercado teria de fato penetrado de fato no governo, e que, portanto, os *think tanks* já haviam logrado êxito e não necessitavam mais de um aporte contínuo de recursos.

Consequentemente, o final dos anos 90 levou ao fechamento de várias unidades do Instituto Liberal. Mesmo com a crise, a autora afirma que o instituto deixou um legado com ao menos duas heranças fundamentais para o futuro da militância liberal.

A primeira herança foi que os eventos do IL consagraram referências de nomes de economistas liberais como Paulo Rabello de Castro e o Paulo Guedes, que atualmente é o Ministro da Economia no governo Bolsonaro. A segunda foi a articulação de financiadores para as organizações liberais com origem nacional - como a família Ling - e estrangeira - com as estadunidenses *Liberty Fund* e *Atlas Network*[8] e a alemã Friedrich Naumann. Essas duas heranças permitiram que o pensamento (neo)liberal expandisse sua influência para públicos dominantes, como acadêmicos, jornalistas, empresários e políticos. No futuro essas heranças serão essenciais para a reformulação dos *think tanks* ultraliberais, até mesmo que reformularam o próprio instituto.

Nessa reformulação, que ocorreu em 2013 no contexto das manifestações da Jornada de Junho, o Instituto Liberal trocou a liderança, que estava sob Arthur Chagas Diniz, para o Bernardo Santoro na diretoria e Rodrigo Constantino na presidência (ROCHA, 2018).Como explica Rocha (2018, p. 152): "A partir de então, Santoro passou a trazer para o Instituto pessoas que conhecia do Líber[9], das Comunidades de *Orkut* ou

---

[7] É importante elucidar que mesmo que o governo de FHC tenha agradado alguns empresários, a maioria dos liberais não se sentiam agradáveis com o governo, e nem com o seu partido, o Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB), pois de acordo com Rocha (2018, p.94), eles não os consideravam como "liberais convictos". Para entender a visão dos liberais sobre o FHC, cf. Rocha (2018).

[8] O *Atlas Network* foi criado em 1981 pelo Hayek e que posteriormente, em 1987, se fundiu com a *Institute of Humane Studies (IHS)*, fundado em 1961 por F.A. Harper, com o objetivo de expandir os institutos defensores do livre-mercado (ROCHA, 2018). O Atlas é uma importante rede de 200 *think tanks* de 67 países que articula outros institutos ou organizações (neo)liberais latino-americanas, sendo responsável por fornecer instruções para a criação de novos institutos, como o Instituto Liberdade (FRIDERICHS, 2019; ROCHA, 2018).

[9] Líber é a referência ao Partido Libertário, que foi uma ideia que surgiu por estudantes universitários pelas comunidades do *Orkut* com a intenção de fundar um partido que representasse os ultraliberais. Entretanto,

que atuavam em outras organizações que haviam sido fundadas recentemente, como Fábio Ostermann, Gabriel Menegale e Cibele Bastos". Esses três nomes citados, além de participarem do Instituto Liberal, também atuaram/atuarão em outras organizações que serão primordiais para a territorialidade conservadora conforme explicarei depois.

A seguir destacarei algumas informações sobre o site do Instituto Liberal, bem como dos atuais intelectuais orgânicos e demais informações relevantes para a pesquisa. No site oficial do Instituto Liberal é informado que a missão deles é "difundir e defender o liberalismo, em suas diversas vertentes teóricas, e as vantagens de seus princípios e agendas para a sociedade", sem mencionar a Escola Austríaca. Em seguida, é apresentado um resgaste histórico sobre o instituto que explica que a sua atividade inicial consistia na tradução, edição e publicação de livros de liberais da Escola Austríaca e de outros liberais, e que depois, passou a promover palestras, colóquios e seminários.

O Instituto Liberal tem conta oficial nas seguintes redes sociais, com respectivos números de seguidores[10]: *Facebook* (101.652 mil seguidores), *Instagram* (15.400 seguidores), *Twitter* (29,651 mil seguidores) e *YouTube* (3.090 mil inscritos). Nessas redes sociais são divulgados e compartilhados os textos, eventos, cursos, lançamento de livro, notícias próprias e de interesse dos liberais.

Na parte de publicações, o Instituto apresenta textos curtos e artigos de opinião escritos por liberais como Bernardo Santoro, Juliano Oliveira, Lucas Berlanza, Ricardo Vélez-Rodríguez[11], Rodrigo Constantino e diversos outros. Se por um lado, a maioria desses escritores são graduados em áreas alheias à economia, como direito, jornalismo, por outro lado, esses intelectuais orgânicos se entusiasmaram demais pelo tema do liberalismo a ponto de criarem grupos de estudo, debate ou até de escreverem textos. Dentre os conteúdos de textos publicados pelo Instituto temos assuntos como defesa da propriedade e liberdade, reflexões sobre candidaturas políticas e até manifestos em defesa de candidatos conservadores (como Jair Bolsonaro, João Amoedo e outros), limitação da atuação do Estado, indicações de livros, guerra cultural.

Em síntese, o Instituto Liberal foi fundado em 1983, durante o período da redemocratização e de fortes embates da Constituinte no Brasil, através de uma contribuição estrangeira de Donald Stewart. Este instituto foi pioneiro entre os *think tanks*

---

o projeto de criação do partido não logrou êxito devido à falta de recurso financeiro para financiar a campanha e conseguir mais de quinhentas mil assinaturas necessárias (ROCHA, 2018).

[10] Os dados sobre os seguidores em cada rede social são de 06 de fevereiro de 2023.

[11] Ricardo Vélez-Rodríguez foi o ministro da educação no início do governo Bolsonaro em 2019, cuja gestão durou 3 meses e foi marcada por polêmicas e paralisia na educação (DW, 2019).

ultraliberais no Brasil, o que possibilitou que contribuísse para a formação de novas lideranças e novos institutos e organizações. Após uma crise econômica interna, o Instituto Liberal fechou várias unidades, porém o instituto se manteve ativo e contribuiu de forma relevante para a criação de novas organizações e instituições.

Estes institutos abordam em suas publicações diferentes assuntos da sociedade como economia, política, direito, filosofia e de temas atuais e relevantes para a sociedade, como a questão agrária.

Para compreender a síntese do discurso conservador me apoio em Motta (2006), Heywood (2010) e Hirschman (2019). De acordo com Motta (2006), a origem do chamado pensamento conservador foi na Revolução Francesa (1789-1799), cujo período opôs o pensamento iluminista e liberal contra o Antigo Regime, denominado de absolutismo.

O conservadorismo é comumente confundido com o liberalismo, entretanto, há em certos momentos na história brasileira, que o conservadorismo se afastou ou se aproximou do liberalismo. O que convém destacar é que o conservadorismo trata de um conjunto de pensamentos que busca conservar o *status quo* de uma sociedade. Dessa forma, o conservadorismo se estrutura na defesa da hierarquização social, defesa de instituições de ordem (sobretudo da Igreja), da desigualdade social como fator natural e a propriedade privada vista como sagrada e obtida pelo direito natural (MOTTA, 2006; HEYWOOD, 2010)

Já o termo liberalismo, de acordo com Heywood (2010), ganhou apenas um aspecto ideológico a partir do século XIX, na crise do feudalismo, que marcou a transição ao capitalismo comercial e da era de acumulação primitiva do capital. O principal tema da ideologia liberal fundamenta-se no "[...] compromisso com o indivíduo e o desejo de construir uma sociedade em que as pessoas possam se realizar e satisfazer seus interesses pessoais" (HEYWOOD, 2010, p.37).

Hirschman (2019), ao averiguar as táticas de discurso conservadores contra as ideias de esquerda, identificou uma tríade de teses: perversidade, da futilidade e da ameaça.

> De acordo com a tese da perversidade, qualquer ação proposital para melhorar um aspecto da ordem econômica, social ou política só serve para exacerbar a situação que se deseja remediar. A tese da futilidade sustenta que as tentativas de transformação social serão infrutíferas, que simplesmente não conseguirão "deixar uma marca". Finalmente, a tese da ameaça argumenta que o custo da reforma ou mudança proposta é alto demais, pois coloca em perigo outra preciosa realização anterior" (HIRSCHMAN, 2019, p.15-16).

A partir das três teses é possível identificar a essência dos discursos conservadores sobre a questão agrária, no qual retomaremos na próxima seção ao analisarmos os discursos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os textos publicados no IL sobre o tema de MST e reforma agrária foram escritos entre 2013 e 2019.

Sobre o tema do MST, são 09 textos[12]: "O MST e Dilma" (DINIZ, 2015a); "O MST de Bolsonaro", (ALVEZ, 2019); "Ministério Público gaúcho quer fim do MST" (SANTORO, 2013); "Encarte – Revista 51 – MST-FARC: Uma analogia perigosa" (PAIM, 2013); "MST entra no mercado capitalista: O governo começa a formar mais um campeão nacional" (VIANA, 2014); "Evo Morales, MST e FBI: novos capítulos da saga do autoritarismo latino-americano" (BERLANZA, 2015c); "Quando o povo reage aos terroristas do MST" (BERLANZA, 2015b); "Denúncia: Araupel e Quedas do Iguaçu pedem socorro contra invasões do MST" (BERLANZA, 2015a); "Defender a sua terra dos criminosos do MST não é radicalismo" (BERLANZA, 2017);

- Sobre o tema da reforma agrária: "Por que Bolsonaro precisa encerrar o programa de reforma agrária" (MAUAD, 2018); "REFORMA AGRÁRIA?" (DINIZ, 2015a); "As reformas de base aconteceram e João Goulart venceu" (SANTORO, 2014); e "A ilusão da Reforma Agrária, um conceito vazio e irresponsavelmente utilizado" (LEME, 2015)

Seguindo orientação de Souza (2021?), todos os textos foram lidos para identificar um discurso geral sobre cada tema. Alguns textos lidos reforçam praticamente a mesma ideia explorada, o que permitiu com que centrasse em poucos textos para facilitar a compreensão do leitor.

A análise do discurso ocorrerá com os conceitos da AD francesa como a formação ideológica e discursiva, paráfrase e polissemia. Para a interpretação do dispositivo farei uma síntese geral para cada tema, embora ambos os temas tenham conexões.

A ideologia conservadora e (ultra)liberal concebe como imprescindível a defesa da propriedade privada e a liberdade individual (MOTTA, 2006), o que produz discursos alarmantes do tipo "[...] o cidadão tem direito de defender sua vida e sua propriedade" e "[...] todos que tiverem suas terras devem ter o direito de reagir ao se sentirem ameaçados" (BERLANZA, 2017, página única).

[12] Cf. nota de rodapé 5. Pelo levantamento seria 10 textos, mas como houve a exclusão do texto de Santoro (2015), foi reduzido para 09.

O discurso sobre o tema do MST revela uma criminalização e perseguição ao movimento social. Na compreensão dos ultraliberais, o MST é um movimento que incentiva a "baderna", "turbulento e são apelidados de "revolução bárbaros (BERLANZA, 2017). Paim (2013) inclusive compara o MST com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), "O modelo ideológico do MST são as FARC" (PAIM, 2013, p.1).

O texto de autoria de Lucas Berlanza (2017), "Defender a sua terra dos criminosos do MST não é radicalismo" destaca que os ultraliberais apoiam até a posse de armas, "[...] o cidadão tem direito de defender sua vida e sua propriedade" e "[...] todos que tiverem suas terras devem ter o direito de reagir ao se sentirem ameaçados" (BERLANZA, 2017, página única).

Ademais, o autor em tom alarmante afirmou que o MST "põem em risco a integridade dos indivíduos e suas propriedades, a tranquilidade do trabalho na zona rural e, não raro, até mesmo o desenvolvimento de pesquisas científicas" (BERLANZA, 2017, página única). Ainda tece críticas a relação que o governo federal e estadual possui com o MST, no qual chama de "tratamento respeitoso" pois dialoga e até cede reivindicações ou investimento em assentamentos.

E isto contribui para o ódio aos movimentos sociais como o MST que são tratados como criminosos, independentemente de suas lutas serem direitos na Constituição Federal. Em outro trecho, o autor ainda defende que os moradores de áreas rurais ao "optarem por reagir e expulsar agressores a bala [...] não podem ser vistas como [...] vilãs" (BERLANZA, 2017, página única).

Vale contextualizar que o texto de Berlanza (2017) foi publicado no contexto do Projeto de Lei do Senado n° 224, de 2017[13] que buscou aprovar a autorização para aquisição de arma de fogo para residentes em áreas rurais, maiores de 21 anos (MORAIS, 2017). Para advertir ao leitor desavisado, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) nos alerta para o risco da difusão de armas de fogo ao não implicar em maior segurança à propriedade e nem a vida.

> As pesquisas [no Atlas da Violência 2019] mostram que a difusão de armas de fogo não apenas representa um fator de risco para toda a sociedade, mas

[13] O projeto é de autoria do Senador Wilder Morais (Partido Progressista de Goiás), que visa alterar o Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826/2003) (MORAIS, 2017), foi aprovado pelo Senado Federal em 2017 e encaminhado para a Câmara dos Deputados como Projeto de Lei 3853/2019, onde se encontra retido.

> conspira contra a segurança dos próprios lares dos indivíduos que possuem tais artefatos, ao contrário do que pensa o senso comum [...] No Brasil, estudos empíricos quantitativos foram unânimes em revelar não apenas a causalidade positiva entre armas e homicídios, mas o efeito do Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826/2003) para frear a escalada da violência armada no país. Resultados qualitativamente idênticos foram encontrados em três teses de doutorado em economia na EPGE-FGV, PUC-Rio e ESALQ-USPT, que utilizaram metodologias diferentes. Enquanto Hartung (2009) e Justus (2012) encontraram que o crescimento no estoque de armas em circulação tem um efeito para aumentar a taxa de homicídio, Cerqueira (2014) concluiu que a cada 1% no aumento da difusão de armas, há impacto de 2% na taxa de homicídio. O mesmo autor não encontrou nenhuma evidência do uso defensivo das armas de fogo para a diminuição de crimes contra o patrimônio. É interessante ainda notar que três trabalhos chegaram a estimativas pontuais virtualmente idênticas acerca do efeito do Estatuto do Desarmamento sobre a taxa de homicídios. Hartung (2009) estimou que tal legislação "deve ter causado uma queda de 9% a 12%, neste mesmo período". Cerqueira e De Mello (2013) encontraram um efeito de 12%. Já Schneider (2019), que utilizou o método de desenho de regressão com descontinuidade, estimou que os homicídios perpetrados com armas de fogo diminuíram 12,2%, devido ao Estatuto do Desarmamento, com a redução especialmente pronunciada em áreas de alta criminalidade e entre homens negros. Diante de tantas evidências, será que a associação entre armas de fogo e crimes teria mudado no Brasil a partir de 2019, com a flexibilização dos mecanismos de controle de armas no Brasil? (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2022, p.8).

Além disso, o estudo do FBSP rebateu os argumentos pró-armas, como que a difusão de armas não reduziu o crime contra a propriedade e nem os homicídios no Brasil. Dessa forma, o discurso pró-armas como de Berlanza (2015) não possui evidências na realidade.

No texto de Og Leme (2015), o autor iniciou com a afirmação que reforma agrária é "hoje um conceito vazio, degradado pelo uso irresponsável que dele fez a demagogia da esquerda durante tanto tempo em praticamente todos os países do Terceiro Mundo" (página única). Escreve que atualmente o conceito ressurgiu com o "furor histérico" do MST, como uma "bandeira oportuna para um movimento subversivo criminoso e, nessa condição, é assunto policial e não tema para debate acadêmico ou técnico" (OG LEME, 2015, página única).

Questiona que os supostos sem-terras ao serem assentados teriam que estar dispostos a cultivarem na terra de forma a proverem renda para sustentar a família e critica que "em qualquer lugar do mundo esse tipo de produtividade exige um grau de saúde e educação básica que os candidatos brasileiros ao assentamento certamente não têm. Além de um mínimo de educação básica e saúde, esse nível de eficiência produtiva pressupõe condições de infraestrutura que inexistem em nosso país" (OG LEME, 2015, página única). E conclui de forma negativa que "[...] Dessa maneira, depois de algum tempo o

resultado da ‘reforma agrária’ será a transformação de pobres sem terra [sic] em proprietários sem renda” (OG LEME, 2015, página única).

O discurso de Og Leme deslegitima a reforma agrária sem se preocupar com a origem da concentração de terra e a intensa desigualdade de renda e terra no país e função social, estando mais preocupado com a questão produtiva. O conceito de reforma agrária - chamado de “vazio” e “irresponsável” - tampouco é debatido, sendo limitado ao longo do texto como uma política distributivista.

O autor também critica que a reforma agrária, defendida pelo MST e seus aliados, não se molda na agricultura moderna para “competir no mercado mundial”, sendo que nesse caso, se necessitaria de outros requisitos como “considerável aumento da densidade de capital por trabalhador, investimento em pesquisa, técnicas de extensão rural etc.” (OG LEME, 2015, página única).

Ao refletir sobre os argumentos de defesa da reforma agrária como potencial para o desenvolvimento rural, o autor cita que os seus defensores estão “mal-informados e equivocados”, pois “Trata-se de crendice absolutamente igual às muitas que conhecemos no campo da medicina e que têm de fato enterrado muita gente boa” (OG LEME, 2015, página única). Não é possível compreender a relação que o autor fez comparando a reforma agrária como crendice igual no campo de medicina, no entanto, o discurso demonstra desacreditar totalmente na política da reforma agrária com a sua função social de diminuir as desigualdades.

Em sua conclusão, o autor cita como essencial para o “progresso” a defesa das instituições protetoras dos direitos individuais, como a liberdade econômica e direitos da propriedade, e dos “agentes econômicos em termos de saúde e educação”. Portanto, o seu discurso, além de desacreditar na opção da reforma agrária para defender os direitos individuais - sobretudo da propriedade privada sagrada - e condiciona os agentes econômicos (e não o Estado) como essenciais para a saúde e educação.

A ideologia ultraliberal - defensora da liberdade individual e da propriedade privada - criminaliza qualquer tipo de possibilidade de interferência na propriedade, mesmo que seja para minimizar os impactos da concentração de terras com a reforma agrária. E por isto, é possível encontrar o discurso pró-armas de Berlanza (2017).

Retomo agora a ideia de Hirschman (2019) sobre a tríade do discurso conservador, a tese da perversidade, futilidade e ameaça, que nos mostra interessante fatores. A perversidade está na ideia de que a reforma agrária não resolverá o problema do país (OG LEME, 2015). No mesmo sentido, a tese da futilidade trata a reforma agrária ao como um

“conceito vazio” e “irresponsável” (OG LEME, 2015). Na visão dos autores, a reforma agrária traria a pobreza dos agricultores e a intervenção estatal poderia causar um caos.

E por fim, a tese da ameaça aparece quando se compara nos discursos que o MST, o principal responsável pela reforma agrária, poderia levar o país ao socialismo ou até como os caso da FARCS, ou até do chamam de fracassos em países populistas como a Bolívia. Há também a ideia de que a reforma agrária poderia causar prejuízos a sociedade com a redistribuição de terras.

O uso constante do termo invasão no discurso analisado dos ultraliberais nos permite compreender a FI e FD. Como exposto no Quadro 1, utilizamos como exemplo o enunciado “O MST invade”, que é o objeto discursivo em questão, está inserida em uma FI capitalista e defensora do direito à propriedade privada, o que por sua vez encontra-se numa FD contrária aos movimentos sociais de luta pela terra (SOUZA, 2021?).

Quadro 1*- Exemplo de formação ideológica e discursiva entre o uso da palavra invasão e ocupação*

Enunciado	**Lugar social**	**Formação Ideológica**	**Formação Discursiva**
Invasão	Conservadores/ Liberal/Direita	Capitalista e defensora do direito à propriedade privada	Contrária aos movimentos sociais de luta pela terra
Ocupação	Progressistas/ Socialista/ Esquerda	Socialismo e defensora da reforma agrária	Favorável aos movimentos sociais de luta pela terra

Fonte: Fernandes, C. (2008), Souza (2021?).

Por outro lado, se trocarmos o lugar social do enunciador de um conservador para um progressista do MST, o termo do objeto discursivo mudaria certamente para “ocupação”. Nesse enunciado, “O MST ocupa” a FI estaria vinculada com progressistas, socialistas e defensores da reforma agrária, enquanto a FD seria favorável aos movimentos sociais de luta pela terra.

As diferenças expostas acima demonstram que o lugar social do sujeito discursivo é relevante para a FD e do seu efeito de sentido. Seja o sujeito do espectro político da direita ou esquerda, ele é considerado como um ser social e ideológico, pelo qual

representa um espaço coletivo num momento específico da história. Assim, diferentes sujeitos produzem diferentes FDs.

Já o efeito de sentido dos dois enunciados revela conflitos sociais decorrentes de seus discursos (FERNANDES, C., 2008), uma vez que o sentido é construído por uma relação entre poder, saber e linguagem (BARROS, 2015). Como evidenciado, a palavra invasão tem sentidos distintos para o conservador e progressista. Isso ocorre porque os sentidos são produzidos pela ideologia de cada sujeito, que conforme esses exemplos, possuem visões de mundo diferentes.

Esses lexemas, ocupação e invasão, revelam informações ideológicas que constituem a sua FD específica. Para quem utiliza a palavra ocupação, apoia o movimento, enquanto quem utiliza a palavra invasão, quer combatê-los. Essa informação revela a formação de discursos em contraste que conflituam, sendo que a sua inserção depende do lugar social a que o sujeito pertence.

Ao utilizar a polissemia, citamos o exemplo terra". Segundo o autor, considerando a palavra "terra" como enunciado integrante de diferente discurso, um militante do MST ou da União Democrática Ruralista (UDR) ao enunciar o lexema "terra" integrará um discurso (e não outro) tendo em vista o lugar social que enuncia. Para o militante do MST a palavra "terra" pode significar moradia, trabalho ou país[14], já para o membro da UDR significa produção, propriedade ou mercadoria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão agrária é um tema atual e relevante para o desenvolvimento econômico no campo e na cidade. No século XXI há dois modelos diferentes de desenvolvimento no campo, como o agronegócio e o campesinato, que geram conflitualidade ao se territorializar ou expandir sua territorialidade.

O discurso da Nova Direita, como do IL, reproduz a ideologia ultraliberal ao influenciar negativamente a sociedade civil com a sua razão de mundo e expandir a ideologia ultraliberal e conservadora. E ainda, conforme apresentado nos discursos analisados sobre a questão agrária, este tipo de organização são reprodutoras do consenso de uma razão de mundo pró-mercado, pró-propriedade, meritocrática e defensora de retrocessos políticos e da desigualdade social.

[14] Referência a epígrafe em Fernandes, B. (2008) da campesina paraguaia Mirta: "Ao perder minha terra, estou perdendo meu país."

O ultraliberalismo compreende que a propriedade privada é um direito natural, pelo qual o indivíduo ao defender (com armas) a propriedade privada é vista como correto. A reforma agrária é tratada como uma interferência "indevida" do Estado que quer alterar o direito natural à propriedade privada e a concentração de terra é um fator natural, assim como a desigualdade social. Dessa forma, estas organizações desqualificam a questão agrária e minimizam a urgência da reforma agrária.

É através destes tipos de materiais textuais mencionados acima que o instituto reproduz a ideologia ultraliberal ao influenciar a sociedade civil de forma negativa com a sua razão de mundo como um consenso que desqualifica a questão agrária e minimiza a urgência da reforma agrária. Como já mencionado, esse discurso expande a ideologia ultraliberal e conservadora – que promove a territorialidade conservadora - com a defesa de retrocessos políticos e sociais como a reforma trabalhista e a necropolítica. Bem como, há também em alguns textos a desinformação, o negacionismo e a radicalidade política com estímulo ao ódio e perseguição aos grupos de esquerda.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVEZ, Pedro Henrique. O MST de Bolsonaro. **Instituto Liberal**. 2019 Disponível em: https://www.institutoliberal.org.br/ Acesso em 04 out 2020

AUGRAS, Monique. **Opinião Pública**. Teoria e Pesquisa. São Paulo: Vozes Limitadas, 1970, p.9

BARROS, Thiago Henrique Bragato. **Uma trajetória da Arquivística a partir da Análise do Discurso**: inflexões histórico-conceituais [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

BERLANZA, L. Defender a sua terra dos criminosos do MST não é radicalismo. **Instituto Liberal**. 02 dez.2017. Disponível em: https://www.institutoliberal.org.br/ Acesso em 04 out 2020

BERLANZA, Lucas. Denúncia: Araupel e Quedas do Iguaçu pedem socorro contra invasões do MST. **Instituto Liberal**. 2015a. Disponível em: https://www.institutoliberal.org.br/ Acesso em 04 out 2020

BERLANZA, Lucas. Evo Morales, MST e FBI: novos capítulos da saga do autoritarismo latino-americano. **Instituto Liberal**. 2015c. Disponível em: https://www.institutoliberal.org.br/ Acesso em 04 out 2020

BERLANZA, Lucas. Quando o povo reage aos terroristas do MST. **Instituto Liberal**. 2015b Disponível em: https://www.institutoliberal.org.br/ Acesso em 04 out 2020

BRANDÃO, Helena Hatshue Nagamine. **Introdução à análise do discurso.** Campinas, SP: Unicamp, 2004.

CASIMIRO, F.H.C. **A Nova Direita.** Aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo. 1a edição. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

DINIZ, Arthur Chagas. O MST e Dilma. 10. mar.2015 (2015a). **Instituto Liberal**. Disponível em: https://www.institutoliberal.org.br/ Acesso em 04 out 2020

DINIZ, Arthur Chagas. REFORMA AGRÁRIA? **Instituto Liberal**. 2015a) Disponível em: https://www.institutoliberal.org.br/ Acesso em 04 out 2020

FERNANDES, B.M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: Contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **OSAL**. A.6 n.16 (jun. 2005). Buenos Aires: CLACSO, 2005.

FERNANDES, B.M**. Questão Agrária Pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001.

FERNANDES, B.M. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, M. A. SPOSITO, E. S. (orgs). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p.197-216.

FERNANDES, Cleudemar Alves. **Análise do Discurso** - reflexões introdutórias. 3. ed. São Carlos: Claraluz, [2008?]. v. 1. 128 p.

FORUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Armas de fogo e homicídios no Brasil. 2022. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/09/informe-armas-fogo-homicidios-no-brasil.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2024.

FRIDERICHS, Lidiane Elizabete. A atuação política dos think tanks neoliberais brasileiros e argentinos: os casos do Instituto Liberal, do Instituto de Estudos Empresariais e do Instituto para el desarollo empresarial de la Argentina (1983-1998).2019. 300f. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2019

HAUCK, Juliana Cristina Rosa. **Think Tanks: quem são, como atuam e qual seu panorama de ação no Brasil**. 2015. 197f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

HEYWOOD, Andrew. **Ideologias políticas**: do liberalismo ao fascismo. 1ª edição. São Paulo: Ática, 2010.

HIRSCHMAN, Albert. O. **A retórica da intransigência**: perversidade, futilidade, ameaça. São Paulo: Cia das Letras, 2019.

MAUAD, João Luiz. Por que Bolsonaro precisa encerrar o programa de reforma agrária. **Instituto Liberal**. 01 nov. 2018. Disponível em: https://www.institutoliberal.org.br/ Acesso em 04 out 2020

MORAIS, Wilder. PROJETO DE LEI DO SENADO. Nº 224, DE 2017. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2210521.Acesso em: 13 jan. 2024.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Do outro lado da cerca: os conservadores e a reforma agrária. In: Paula, D G, Starling, Heloisa Maria Murgel. Guimarães, J (orgs). **Sentimentos de reforma agrária, sentimento de República**. UFMG: MINAS GERAIS, 2006.

OG LEME. A ilusão da Reforma Agrária, um conceito vazio e irresponsavelmente utilizado. **Instituto Liberal**. 01 jan.2015. Disponível em: https://www.institutoliberal.org.br/ Acesso em 04 out 2020

OLICSHEIS, Giovana. Mídia e Opinião Pública. **Revista Vernáculo**, n. 17 e 18, 2006. p.91-99.

ORLANDI, E. **Análise do discurso**: princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 2002.

PAIM, Gilberto. Encarte – Revista 51 – MST-FARC: Uma analogia perigosa. **Instituto Liberal**. 2013 Disponível em: https://www.institutoliberal.org.br/ Acesso em 04 out 2020

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder.** Editora Ática, São Paulo, 1993.

ROCHA, C. **"Menos Marx, mais Mises":** uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018). 2018. 232f. Tese (Doutorado em Ciências Políticas). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

SANTORO, Bernardo. As reformas de base aconteceram e João Goulart venceu. **Instituto Liberal**. 2014 Disponível em: https://www.institutoliberal.org.br/ Acesso em 04 out 2020

SANTORO, Bernardo. Ministério Público gaúcho quer fim do MST. **Instituto Liberal**. 2013 Disponível em: https://www.institutoliberal.org.br/ Acesso em 04 out 2020

SANTORO, Bernardo. MST: um movimento equivocado – Luis Fernando Pessoa Alexandre. **Instituto Liberal**. 2015 Disponível em: https://www.institutoliberal.org.br/ Acesso em 04 out 2020

SILVA, J. G. da. **O que é questão agrária**. Coleção primeiros passos. São Paulo: Braziliense, 2001.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e filosofia**: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Editora da UNESP, 2004.

VIANA, Jefferson. MST ENTRA NO MERCADO CAPITALISTA: O GOVERNO COMEÇA A FORMAR MAIS UM CAMPEÃO NACIONAL. **Instituto Liberal**. 2014 Disponível em: https://www.institutoliberal.org.br/ Acesso em 04 out 2020

O ACESSO À TERRA NO BRASIL: REFORMA AGRÁRIA E CRÉDITO FUNDIÁRIO

Luana Fernanda Luiz[1]

RESUMO

O objetivo deste texto consiste em levantar o debate sobre as ações governamentais direcionadas ao acesso à terra para o campesinato no Brasil, como o Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), entre os anos de 1995 e 2022, período que corresponde aos Governos FHC, Governos Lula, Governos Dilma, Governo Temer e Governo Bolsonaro. Para subsidiar a discussão realizaremos revisão bibliográfica e levantamento de dados por meio de fontes primárias e secundárias. A revisão bibliográfica sobre a criação do Terra Brasil – Programa Nacional de Crédito Fundiário, as mudanças que ocorreram no âmbito da política, e os dados a respeito do Programa Nacional da Reforma Agrária (PNRA) foram levantados, respectivamente, a partir do site oficial do Terra Brasil – Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), e banco de dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Palavras-chave: Questão Agrária; Reforma Agrária; Programa Nacional de Crédito Fundiário; Política Pública.

RESUMEN

El objetivo de este texto consiste en levantar el debate sobre las acciones gubernamentales dirigidas al acceso a la tierra para el campesinado en Brasil, como el Programa Nacional de Reforma Agraria (PNRA) y el Programa Nacional de Crédito Agrario (PNCF), entre los años 1995 y 2022, período que corresponde a los Gobiernos FHC, Gobiernos Lula, Gobiernos Dilma, Gobierno Temer y Gobierno Bolsonaro. Para subsidiar la discusión realizaremos revisión bibliográfica y recolección de datos por medio de fuentes primarias y secundarias. La revisión bibliográfica sobre la creación de la Tierra Brasil - Programa Nacional de Crédito Agrario, los cambios que ocurrieron en el ámbito de la política, y los datos acerca del Programa Nacional de la Reforma Agraria (PNRA) fueron levantados, respectivamente, desde el sitio oficial de la Tierra de Brasil - Programa Nacional de Crédito Agrario (PNCF), y la base de datos del Instituto Nacional de Colonización y Reforma Agraria (INCRA).

Palabras clave: Cuestión Agraria; Reforma Agraria; Programa Nacional de Crédito Agrario; Política Pública.

[1] Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP), Bolsista do CNPq, luanafluiz@usp.br.

INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 foi o marco jurídico no que se refere à política de Reforma Agrária no Brasil. A partir da década de 1990, os movimentos sociais de luta pela terra, por meio de marchas e ocupações de terras, pressionaram o Estado brasileiro pelo cumprimento da função social da terra no Brasil previsto na constituição federal[2]. Em caso de descumprimento da função social da terra, esta viria a ser desapropriada para fins de reforma agrária. A promulgação desta lei colaborou com a expectativa dos movimentos sociais de luta pela terra com relação à implementação de uma política efetiva de reforma agrária.

A partir desta compreensão, o objetivo deste texto consiste em levantar o debate a respeito das ações direcionadas ao acesso à terra para o campesinato no Brasil, como o Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), entre os anos de 1995 e 2022, período que corresponde aos Governos FHC, Governos Lula, Governos Dilma, Governo Temer e Governo Bolsonaro.

As ações com vistas ao acesso à terra pelo campesinato, foram realizadas com o objetivo de conter a luta pela Reforma Agrária e aproximar o campesinato do sistema bancário, por meio de financiamento de terras oferecido pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário. Desta forma, as ações desempenhadas por esses governos, permitem constatar a não efetivação da política de Reforma Agrária no país.

Para subsidiar as discussões serão utilizados revisão bibliográfica e levantamento de dados por meio de fontes primárias e secundárias. A revisão bibliográfica a respeito da criação da política de crédito fundiário, as mudanças que ocorreram no âmbito da política, e os dados a respeito do Programa Nacional da Reforma Agrária foram (PNRA) coletados, respectivamente, a partir do site oficial do Terra Brasil – Programa Nacional de Crédito Fundiário, e banco de dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

REFERENCIAL TEÓRICO

Fundamentar-se-á o texto a partir de estudos realizados por pesquisadores envolvidos com a luta camponesa e com a Reforma Agrária, tais como: Coca (2018),

[2] O Artigo 5° da Constituição Federal de 1988 expressa a garantia do direito de propriedade, e a função social da propriedade rural é descrita no Artigo 186, no Capítulo III – Da Política Agrícola e Fundiária e Da Reforma Agrária.

Oliveira (2010, 2011), Marques (2000) entre outros. As informações disponibilizadas pelo INCRA, subsidiarão a discussão sobre os assentamentos de famílias por meio do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), sobretudo, nos últimos mandatos do Governo Federal.

Os seguintes autores Sauer (2010); Ramos Filho (2008); Oliveira (2012), Luiz (2020), entre outros, oferecem subsídios com a discussão sobre a denominada "Reforma Agrária de Mercado", segundo os quais, utilizam essa expressão em seus estudos para designar, de forma crítica, a contrarreforma agrária empreendida pelo Estado brasileiro, com o apoio do Banco Mundial, caracterizada pela ação fundiária pautada no mercado de terras realizada por meio do financiamento de imóveis rurais destinados às famílias camponesas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na metade da década de 1990 o cenário agrário do país, retratava o campo marcado pela concentração fundiária e pelo aumento dos conflitos por terra, sobretudo, os massacres de Corumbiara, em 1995, e Eldorado dos Carajás, em 1996. A partir desse cenário, o Governo FHC (1996 - 1998 e 1999 - 2002) veiculou a promessa de assentar 280 mil famílias durante seu mandato. O assentamento destas famílias deveria ocorrer prioritariamente por meio de desapropriação de terras. No entanto, a nomeação de ruralistas para cargos estratégicos de promoção da expansão da agricultura familiar no campo, evidenciou que esta proposta não sairia do papel (Coca, 2018).

Sobre a concentração fundiária neste período, para Oliveira (2010), no ano de 1992, o INCRA implementou um recadastramento cujo objetivo consistiu em efetuar uma conferência geral dos imóveis no campo brasileiro. Os resultados apresentados em 1992, indicavam que no Brasil o cenário do campo brasileiro era marcado pelo crescimento da concentração da terra e pelo aumento dos conflitos fundiários, sobretudo na década de 1990, levou o Estado a criar o Gabinete do Ministério Extraordinário de Política Fundiária, em 1996, para executar ações referentes à Reforma Agrária e aos conflitos no campo (Sauer, 2010) e responder com políticas públicas de assentamentos rurais.

Neste período, o Governo FHC, alinhado aos interesses do BIRD, em meio ao contexto de ascensão dos conflitos fundiários e reconfiguração de políticas sociais no país, elaborou para o campo um mecanismo de acesso à terra cujo objetivo consistiu em desmantelar a luta pela Reforma Agrária e aproximar os camponeses do sistema bancário e creditício sob o argumento da importância da redução da pobreza rural no país alegando

a garantia de melhores condições de vida no campo. Após a adesão ao mecanismo de acesso à terra por meio do mercado, no ano de 1999, durante o segundo mandato do Governo FHC (1999-2002), o número de ocupações de terra chega a seu ápice. Este ano registrou o maior número de ocupações registradas até o momento no Brasil, com 856 ocupações de terras realizadas por 113.909 famílias na luta pela terra. No ano 2000 os números de ocupações e de famílias em ocupações diminuíram para 519 ocupações e 81.640 famílias. O Governo FHC foi caracterizado pelo discurso e pelas ações governamentais para coibir as mobilizações populares, por responsabilizava os movimentos sociais pelos conflitos agrários e violência no campo.

Segundo Oliveira (2012), a implantação desta contrarreforma agrária no Brasil aconteceu legalmente no ano de 1996 e teve como concepção basilar uma política denominada pela autora como "Reforma Agrária assistida pelo mercado" elaborada pelo Banco Mundial e implementada pelos Estados nacionais caracterizados pela rígida concentração fundiária e com constantes conflitos no campo como o Brasil, África do Sul e Colômbia, entre outros, fugindo da questão central da Reforma Agrária: a desapropriação de terras.

No Brasil, a princípio, a política foi denominada projeto "Reforma Agrária Solidária", implantada em 1996 no Ceará, para 800 famílias. No ano seguinte, criou-se o "Projeto-Piloto de Reforma Agrária e Alívio da Pobreza", conhecido como programa Cédula da Terra, atingindo aproximadamente 16 mil famílias dos estados participantes (CE, PE, MA, BA e norte de MG), substituindo o programa anterior (Sauer, 2010). No mesmo ano de criação do Cédula da Terra, o Senado protocolou o Projeto de Lei nº 93 criando o Fundo de Terras/Banco de Terra, aprovado em 1998 e regulamentado em 2000, caracterizado como política de Estado e não apenas como programa governamental.

Mais tarde, durante o Governo Lula (2003-2006 e 2007-2010), formulou-se o II Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA), bem como realizou-se a reestruturação do Banco da Terra e criou-se o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), integrado à Secretaria de Reordenamento Agrário (SRA), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), com a operação do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, incorporado à política fundiária do Estado brasileiro (Ramos Filho, 2008). Mesmo com a forte oposição dos movimentos sociais, este governo expandiu o PNCF por meio de outras linhas de financiamento, tais como a linha Combate à Pobreza Rural: Nossa Primeira Terra e Consolidação da Agricultura Familiar.

A almejada efetivação da política de Reforma Agrária reivindicada pelos movimentos sociais de luta pela terra, que por sua vez esperavam do governo Lula a promoção Reforma Agrária e a desconcentração fundiária no país, receberam, em contrapartida, a não realização da reforma agrária (Oliveira, 2010, 2011). Durante os Governos Lula e Dilma (2011-2016), o Estado brasileiro continuou atuando como financiador, avaliador e ampliador dos programas e das políticas neoliberais, contrariando as reivindicações dos movimentos sociais pela Reforma Agrária.

O Governo Temer (2016-2018) foi caracterizado pelo aprofundamento do neoliberalismo e consolidação da contrarreforma agrária no Brasil, mantendo a paralisação da Reforma Agrária. No entanto, manteve o PNCF e expandiu suas linhas de financiamento: a primeira linha denominada PNCF – Social, PNCF Mais, e PNCF – Empreendedor. Ainda disponibilizou mais de R$ 48 milhões (Quarenta e oito milhões de reais) em contratos para cerca de 800 famílias, em 2016. Mesmo assim, as ações foram limitadas, pois adotou-se o corte de gastos sociais e da Reforma Agrária, extinguiu-se o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e transferiu-se parte de suas atribuições na Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário, sob a tutela da Casa Civil, com o objetivo de reduzir a importância da questão agrária e da agricultura camponesa (Lima, 2017).

O Governo Bolsonaro (2019 - 2022), aprofundou o desmantelamento promovido pelo Governo Temer, a partir da suspensão da política de Reforma Agrária sob o discurso de contenção de gastos públicos. No início de seu governo, Bolsonaro promulgou o Decreto nº 10.252, o qual aprovou a extinção de cargos e funções do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), (Brasil, 2022). Durante esse período, não foi criado se quer um assentamento por meio da política de Reforma Agrária.

O ex-presidente Bolsonaro, anunciou a entrega de 420 mil títulos de terras, no entanto, segundo os dados do Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA), veiculados pela Revista Carta Capital (2023), o programa 'Titula Brasil', entregou aproximadamente 37 mil títulos provisórios, aproximadamente 50 mil títulos a menos do que foi anunciado pelo ex-presidente. Parte dos títulos entregues, referem-se às renovações de documentos expedidos por gestões anteriores do Governo Federal, em cumprimento da Lei de 1993. Houve a efetivação da paralisação da Reforma Agrária, e a expansão do PNCF, agora denominado "Terra Brasil – Programa Nacional de Crédito" e expansão do teto de financiamento para até R$ 158.358,54 (Cento e cinquenta e oito mil e trezentos e cinquenta e oito reais e cinquenta e quatro centavos).

Segundo os dados disponibilizados no site oficial do Programa, o Painel de Liberações do Programa Nacional de Crédito Fundiário, entre os anos de 2019 de 2022, ocorreram por meio do crédito fundiário 4.066 operações. Conforme consta no site, as operações de crédito presentes no painel referem-se a uma única família, pois, até o ano de 2013 as contratações de crédito aconteciam de forma coletiva, por meio de associações, organizadas, principalmente, pelos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs) dos municípios. O Governo Federal liberou para o crédito fundiário o montante de R$ 403.057.432,34 (Quatrocentos e três milhões e cinquenta e sete mil e quatrocentos e trinta e dois reais e trinta e quatro centavos) para compra de terras.

É importante destacar que o crédito fundiário, independentemente da nomenclatura atribuída ao Programa por diferentes gestões dos governos, apesar de os recursos disponibilizados para a concessão dos financiamentos serem oriundos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, e apesar de o Estado por meio de seu Manual de Operações do PNCF (2018) preconizá-lo enquanto um mecanismo complementar à Reforma Agrária, o PNCF não se trata de uma política de Reforma Agrária. O crédito fundiário consiste em um programa de acesso à terra baseado pela compra e venda de terras, fundamentado na lógica do mercado, por isso a denominação "Reforma Agrária de Mercado" foi amplamente utilizada pelos movimentos sociais e pelos pesquisadores sobre a Questão Agrária brasileira, justamente para destacar a lógica mercadológica inerente à essa política.

A política de Reforma Agrária trata-se de um programa de acesso à terra que se fundamenta, sobretudo na lógica da Reforma Agrária do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e consiste em democratizar o acesso à terra mediante mudanças estruturais fundiárias no Brasil por meio da alteração no regime de posse e uso da terra, com o objetivo de inserir as famílias sem terra na economia capitalista, promovendo a incorporação destas famílias ao sistema econômico-social, sob a forma de propriedade familiar (Marques, 2000). É importante salientar que na Reforma Agrária o processo de desapropriação faz cumprir o princípio constitucional que se refere à função social da terra. Em meio a esse processo, os proprietários de terras impõem-se por meio da cobrança de elevados preços da terra para então abdicar do domínio (Marques, 2000).

Os proprietários de terras, são amparados por ambas as políticas. No crédito fundiário os proprietários podem voluntariamente disponibilizar suas terras à venda, e, geralmente, as terras são mal localizadas e superprecificadas, mas são pagas à vista e à

preço de mercado pelo Estado. Assim como constatamos em trabalhos anteriores (Luiz; Nardoque, 2019; Luiz, 2020), a mediação da compra e da venda das terras, geralmente, era realizada por sujeitos que se autodenominaram “corretores” e a partir das práticas conhecidas como “corretagem”, aconteciam inúmeras e diversas irregularidades. A escolha da área a ser financiada e a negociação do preço da terra, segundo as normas do Programa, deveriam ser praticados pelas famílias com auxílio da Unidade Técnica Estadual (UTE) que auxilia a operacionalização do Programa nas unidades federativas.

No âmbito da política de Reforma Agrária, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), órgão governamental responsável pela implementação desta política, tem arrecadado as terras dos proprietários fundiários, para realizar a Reforma Agrária, por meio de pagamento de títulos da dívida agrária (TDA) descontáveis em até 20 anos, como tem acontecido nos últimos anos, sobretudo durante o Governo Lula. Isto quer dizer que, por meio da política de Reforma Agrária, a “penalidade” ao proprietário fundiário acontece por meio do pagamento em TDAs, enquanto no âmbito da política de Crédito Fundiário o pagamento ao proprietário da terra acontece em dinheiro e à vista a preço de mercado. Desta forma, em ambos os casos, o Estado premia o proprietário interessado em vender a terra, invertendo, portanto, a lógica desapropriatória e não atendendo aos preceitos do Estatuto da Terra de realizar ampla reforma agrária por meio da desapropriação.

A partir da realização da análise da operacionalização do crédito fundiário, constatamos que ao longo dos anos a política passou por diversas alterações, e a alteração que melhor evidencia a lógica mercadológica do Programa, foi implementada pelo Governo Temer. A princípio o PNCF se propunha, segundo consta em seu Manual de Operações (2018), a conceder linhas de financiamento de terras destinados ao campesinato sem terra ou pouca terra. No entanto, a partir do ano de 2018, criou-se a linha PNCF – Empreendedor, alterando o objetivo principal desta política.

Vejamos, a linha PNCF – Social, é destinada à Região Norte e área da Sudene, exige que a renda anual para efetuar o financiamento consiste em até R$ 22.622,65 (Vinte e dois mil e seiscentos e vinte e dois reais e sessenta e cinco centavos), permitido patrimônio de até R$ 40 mil (Quarenta mil reais); a segunda linha de financiamento é a PNCF Mais, destinada às demais regiões do Brasil, exceto à SUDENE, e exige entre os critérios de elegibilidade do programa que a família interessada em financiar um imóvel rural apresente renda anual de até R$ 45.245,30 (Quarenta e cinco mil e duzentos e quarenta e cinco reais e trinta centavos) e patrimônio de até R$ 80 mil (Oitenta mil reais);

a terceira linha de financiamento denominada PNCF – Empreendedor destina-se ao país inteiro. Os financiamentos dos imóveis rurais realizados por meio do PNCF devem ser integralizados dentro de 25 anos (com 36 meses de carência) após a contração da dívida junto ao Fundo de Terras.

Por meio da linha de financiamento denominada PNCF – Empreendedor, as famílias interessadas em financiar um imóvel, podem apresentar uma renda anual de R$ 244.324,60 (Duzentos e quarenta e quatro mil e trezentos e vinte e quatro reais e sessenta centavos) e patrimônio de até R$ 500 mil (Quinhentos mil reais). Os juros anuais são de 0,5 ao ano, 2,5% ao ano e 4% ao ano, respectivamente. A linha de financiamento PNCF Empreendedor além de explicitar em sua nomenclatura a ideologia capitalista por meio do termo "empreendedor", apresenta elevada discrepância com relação as demais linhas de financiamento no que se refere ao teto de financiamento de terras e ao patrimônio mínimo exigido pelo Programa para que ocorra a concessão do crédito. Evidentemente, a criação dessa linha expressa a consolidação do mercado de terras por meio do Programa cujo objetivo principal consiste (ou consistia) em reduzir a pobreza rural e promover alteração da concentrada estrutura fundiária brasileira.

O mercado de terras é movimentado por meio do crédito fundiário, pois nos projetos criados por meio do PNCF, há pouca atuação do Estado e ocorre uma individualização dos sujeitos, desta forma, cada família detém a propriedade da terra adquirida por meio do financiamento. Como as terras, em geral, são pouco férteis, a produção, a princípio, é comprometida e inviabiliza a aquisição de renda pela família. Desta forma a terra pode retornar ao mercado de terras caso a família não integralize a dívida adquirida por meio do Programa, assim como verificado a partir de pesquisas realizadas anteriormente entre 2017 e 2020. A partir de nossas pesquisas anteriores, pudemos verificar, que no estado de Mato Grosso do Sul, as terras do crédito fundiário são visadas pelos proprietários de terras da região, principalmente com o objetivo de arrendar ou anexar terras para praticar, principalmente, a criação de gado.

No assentamento de Reforma Agrária, em que o INCRA submete os assentados à normas sobre os usos e a forma de apropriação da terra, os assentados não recebem de imediato o título de propriedade definitivo e permanecem impedidos, do ponto de vista legal, a negociar a terra dentro do prazo de dez anos (Marques, 2000). Nos assentamentos rurais, em geral, também ocorrem pouca atuação do Estado quanto a implementação dos créditos iniciais da Reforma Agrária, e isso inviabiliza a permanência das famílias devido a impossibilidade de geração de renda que garanta a sobrevivência de sua família. Por

isso, a ampla titulação das terras da Reforma Agrária, possivelmente, poderá contribuir para que essas terras retornem ao mercado de terras e sejam adquiridas por empresas atuantes no Agronegócio, por exemplo, elevando a concentração fundiária no país.

Desta forma, as famílias camponesas cujo sonho e o direito é obter sua terra de vida e de trabalho, têm à sua disposição mecanismos precários ofertados pelo Estado brasileiro, os quais, em geral, não garantem a permanência das famílias após o acesso à terra, e desta forma as famílias camponesas reproduzem-se contraditoriamente no âmago da sociedade capitalista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com Oliveira (2012), a análise sobre as políticas públicas de acesso à terra destinadas ao campesinato, atualmente, deve ser realizada com base na compreensão destes dois projetos para o campo. Um projeto defendido pelos que visa o atendimento das necessidades básicas da população do campo, a partir da ampla Reforma Agrária, e o outro projeto pautado em relações mercantis que tem promovido a reprodução dos proprietários de terras rentistas e o endividamento do campesinato, que conseguem transformar suas propriedades em ativos financeiros e ver suas terras se valorizarem rapidamente.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 10.252, de 20 de fevereiro de 2020. **Aprova A Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão**. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/decreto-n-10.252-de-20-de-fevereiro-de-2020-244585036>. Acesso em: 05 jan. 2024.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Terra Brasil - Programa Nacional de Crédito Fundiário**. Disponível em: < https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/credito >. Acesso em: 05 jan. 2024.

CARTA CAPITAL. **Quase 90% dos títulos de terras concedidos por Bolsonaro são apenas provisórios.** Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/quase-90-dos-titulos-de-terras-concedidos-por-bolsonaro-sao-apenas-provisorios/>. Acesso em: 12 jul. 2023.

COCA, Estevam Leopoldo de Freitas. Características da Reforma Agrária nos Governos de FHC (1995- 2002) e de Lula da Silva (2003-2010). In: COELHO, Fabiano; CAMACHO, Rodrigo Simão (Orgs.). **O Campo no Brasil Contemporâneo:** do governo FHC aos governos petistas (questão agrária e Reforma Agrária. 1ªed. Curitiba: CRV Editora, 2018, v. I, p. 124- 216.

LIMA, Rodolfo de Souza. As Dimensões da Crise Estrutural do Capital: o caso da contrarreforma agrária de mercado no Brasil (1995-2017). **Revista Pegada Eletrônica**, V. 18, P. 47-67, 2017.

LUIZ, Luana Fernanda. **Questão Agrária, Programa Nacional de Crédito Fundiário e Desdobramentos para o Campesinato na Microrregião de Três Lagoas (MS)**. Três Lagoas: 2020. 341 f. Dissertação (Mestrado)- Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2020.

LUIZ, Luana Fernanda; Nardoque, Sedeval. Programa Nacional de Crédito Fundiário em Três Lagoas/MS: desdobramentos e entraves para a recriação do campesinato. **REVISTA NERA**, (49), 83–110.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **De sem-terra a posseiro, a luta pela terra e a construção do território camponês no espaço da reforma agrária**: o caso dos assentamentos nas fazendas Retiro e Velha-GO. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

OLIVEIRA, Alexandra Maria de. **A Participação do Banco Mundial no Mercado de Terras no Brasil e no Mundo.** 1ª ed. Fortaleza: Editora da Universidade Federal do Ceará, 2012.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A Questão Agrária no Brasil: não reforma e contrarreforma agrária no Governo Lula. In: **Os Anos Lula**: contribuições para um balanço crítico (2003-2010). Rio de Janeiro: Gramound, 2010.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Não Reforma Agrária e Contra Reforma Agrária no Brasil do governo LULA. In: XIII EGAL Encuentro de Geografos de América Latina, 2011, San Jose. Estabeleciendo puentes em la geografia de Latinoamerica. **Anais...** San Jose: EGAL, 2011. v. 1. p. 01-19.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **Questão agrária atual:** Sergipe como referência para um estudo confrontativo das políticas de Reforma Agrária e Reforma Agrária de mercado (2003 - 2006). Presidente Prudente: 2008. 428 f. Tese (Doutorado) Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente. 2008.

SAUER, Sérgio. Reforma Agrária de mercado no Brasil: um sonho que se tornou dívida. In: **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, v. 18, n.1. 2010, pp. 98- 126

ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA ESPACIAL DO ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA ANGICAL I[1]

Ramon Pessoa Souza[2]

Robson Soares Brasileiro[3]

RESUMO

O presente trabalho teve por objetivo analisar as peculiaridades agrárias, os atributos e as características do Assentamento de reforma agrária Angical I, bem como a organização social dos agricultores familiares. Assim, buscou-se compreender a desterritorialização de sujeitos sociais que lutam para se manter na terra/território. A metodologia utilizada procedeu-se, a partir de dados públicos disponíveis em plataformas digitais, assim como o uso do Sistema de Informação Geográfica (SIG) ArcGis, enquanto uma das ferramentas para elaboração da base cartográfica da área do assentamento, possibilitando espacialização de informações e a interpretação de dados oficiais. Observou-se que o exercício das relações de poder e as territorialidades que asseguraram a conquista da terra/território para a reprodução do modo de vida dos assentados, mesmo em alguns casos, sem a titulação dos lotes na referida área, consolida-se enquanto processo de re-existência. Esse contexto fica melhor evidenciado, a partir da trajetória histórica desses sujeitos sociais e do próprio processo de formação do assentamento. Através da divisão jurídica e espacial das associações, foi possível perceber o exercício de territorialidades e a organização espacial da área, para distribuição de benefícios e recursos. A ausência de maior autonomia, sobre os seus territórios, é representada pela baixa titulação dos imóveis, fator que tem se configurado em obstáculo ao desenvolvimento do assentamento e dos sujeitos sociais. Além desse aspecto, a análise das características físicas da paisagem do assentamento destaca propriedades e elementos substanciais que demandam planejamento de políticas agrárias que atendam às reais necessidades dos agricultores familiares.

Palavras-chave: Assentamento, Reforma Agrária, Angical, Espacial.

RESUMEN

Este estudio tuvo como objetivo analisar las peculiaridades, atributos y características agrarias del asentamiento de reforma agraria Angical I, así como la organización social de los agricultores familiares. Así, buscó-se comprender la desterritorialización de los sujetos Sociales que luchan por permanecer em la tierra/territorio. La metodología utilizada se basó em datos públicos disponibles em plataformas digitales, así como el uso del Sistema de Información Geográficas (SIG) ArcGis como una de las herramientas para la elaboración de la base cartográfica de la zona de asentamiento permitiendo la espacialización de la información y a la interpretación de datos oficiales. Se encontró que el ejercicio de

[1] O referido trabalho é fruto dos resultados de uma pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso – TCC em Geografia Bacharelado.

[2] Graduado em Geografia Bacharelado pela Universidade Federal do Oeste da Bahia. E-mail: drumondfeniks@yahoo.com.

[3] Professor Doutor na Universidade Federal do Oeste da Bahia no curso de Graduação em Geografia (Bacharelado e Licenciatura) e no Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais – PPGCHS. E-mail: robson.brasileiro@ufob.edu.br.

las relaciones de poder y las territorialidades que aseguraron la conquista de la tierra/territorio para la reproducción del modo de vida de los pobladores, incluso en algunos casos sin la titulación de los lotes en la referida zona, se consolida como un proceso de reexisteencia. Este contexto se evidencia mejor a partir de la trayectoria histórica de estos sujetos sociales y del proprio proceso de formación de asentamientos. A través de la división legal y espacial de las asociaciones, fue posible percibir el ejercicio de las territorialidades y la organización espacial del área para la distribución de beneficios y recursos. La falta de mayor autonomía sobre sus territorios está representada por la baja tenencia de propriedades, factor que se ha convertido em un obstáculo para el desarrollo del poblamiento y de los sujetos Sociales. Además de este aspecto, en análisis de las características físicas del paisaje del asentamiento resalta propriedades y elementos sustanciales que requieren una planificación de políticas agrarias que satisfagan las necesidades reales de los agricultores familiares.

Palabras Clave: Asentamiento, Reforma Agraria, Angical, Espacio.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo realizar uma análise das peculiaridades agrárias, atributos e características do assentamento Angical I nos municípios de Angical-BA e Cotegipe-BA. A pesquisa configura-se em um estudo de caso, através do diagnóstico da área do referido assentamento, como ferramenta para a compreensão da realidade local de sujeitos sociais em uma trajetória de re-existência. Desse modo, pressupõe-se que a concessão de terras sem a titulação, a ausência do apoio técnico e incentivos governamentais capazes de criar políticas públicas eficazes, voltadas a garantir direitos essenciais, que permitam o desenvolvimento do(a) agricultor(a), podem provocar um processo de exclusão dos sujeitos sociais assentados ou até mesmo, um ciclo vicioso gerando territorialização, desterritorialização e reterritorialização.

É importante destacar aqui, um breve comentário de cunho histórico e temporal sobre o recorte geográfico da pesquisa apontado na obra de Geraldo Rocha - "O Rio São Francisco: fator precípuo da existência do Brasil", em sua 4ª edição, publicada em 1940. O autor destaca que os atuais municípios de Angical e Cotegipe faziam parte de porções de terras das sesmarias concedidas pelo monarca D. João III a Garcia D'Ávilas e Guedes de Brito, que adentraram aos sertões no século XVI por meio de bandeiras e estabeleceram currais ao longo das margens do Rio São Francisco e de seus afluentes. Essas terras se estendiam de Pernambuco aos atuais estados do Ceará, Goiás, Rio Grande do Norte, Paraíba e Maranhão.

Todavia, é pertinente salientar que, antes da chegada do colonizador e explorador europeu, existiam comunidades indígenas que habitavam essas porções de terras concedidas pelo monarca às famílias D' Ávilas e Guedes de Brito. Na citação abaixo, pode-se constatar relatos sobre as três tribos que foram exterminadas por conflitos acirrados na disputa em defesa do território:

> Esta região era habitada pelos índios **Acroás**, **Chacriabás** e **Aricobés**, sendo os dois primeiros povos exterminados no final do **século XVII** por ordem do rei através de carta enviada a D. João de Lancastro. Os Aricobés, neste período, por serem mais mansos foram contidos e o seu extermínio se deu a partir da metade do **século XIX** quando essas terras foram anexadas à província da **Bahia** no ano de **1828**, como também por conta da saída dos Padres Capuchinhos que chegaram a esta região em **1706**, para catequizá-los (ARAÚJO, 2005, p. 119, grifo nosso).

Ao mesmo tempo em que os referidos "desbravadores" estabeleciam os currais e povoamento do território em tela, também procuravam pedras e metais preciosos. Ainda no contexto histórico do território, onde hoje encontra-se o município de Angical-BA, é pertinente destacar que o nome Angical, é um topônimo das matas de angico que se formavam nas áreas de brejos. A partir do final do século XVIII ao início do XIX, foram descobertas as minas de ouro na Serra do Assuruá e no povoado de Santo Inácio, ambos no município de Gentio do Ouro-BA; e de diamantes no município de Lençóis-BA, na Chapada Diamantina. É diante desse contexto que surge o atual município de Angical, conforme a seguinte citação:

> Uma família de importantes mineradores de Lençóis se estabeleceu em Angical, região tributária do rio Grande, abrindo currais e lavouras para abastecer as suas lavras na zona diamantífera. (...) eram os Almeidas. (...) A vila de Angical era um centro de luxo, de conforto e de civilização, que deslumbrava os nossos sertões (ROCHA, 2004, p. 51).

Entretanto, essa importância e prestígio da vila de Angical foi se diluindo, ao longo dos tempos, à medida que o ouro do Assuruá se tornava escasso e novas jazidas de diamantes eram descobertas na África. O município em discussão pertencia à comarca do Pernambuco, até o ano de 1828, data em que foi anexado ao território baiano. Sua emancipação procedeu-se em 02 de janeiro de 1891, no antigo município de Campo Largo-BA, atual Cotegipe-BA.

A elaboração desse trabalho parte das experiências e das vivências no espaço rural e do contato com as realidades e as dificuldades pelas quais os agricultores do Projeto de Assentamento Angical I têm enfrentado para tornar-se independente das instituições políticas e bancárias. Segundo Sampaio (2011), a agricultura familiar, no contexto da questão agrária contemporânea, é caracterizada por ser desprovida do arsenal técnico avançado, não está integrada ao mercado capitalista, e a produção é para provento familiar sem a contratação de terceiros. Todavia, é importante ressaltar que agricultores(as) familiares não são avessos à tecnologia e à assistência técnica. Na verdade, a ausência de políticas públicas de assistência rural mais eficazes e consistentes tornam esses sujeitos sociais desprovidos do acesso à tecnologia e à assistência técnica.

Além disso, as perdas de produção parciais ou totais por falta de assistência técnica assistida e por uma logística precarizada pela redução de mobilidade provocada pelas más

condições das estradas, falta de transportes apropriados, para escoamento da produção e incentivo/inclusão da produção no consumidor final vivenciadas, foram elementos que também provocaram e instigaram a investigação, uma vez que existindo a terra, sob a posse do assentado, a necessidade e vontade de produzir para sobreviver, os agricultores(as) ainda deparam-se com tais dificuldades que já deveriam ter sido sanadas ao longo do processo de implantação do Projeto de Assentamento Angical I.

Esses aspectos articulados à vivência no referido assentamento permitiram o acompanhamento e observações de algumas transformações que ocorreram naquele espaço, as quais contribuíram para a melhoria das condições de vida dos agricultores(as), dando-lhes acesso a direitos básicos que a Constituição Federal de 1988 garante, como: o direito à propriedade, direitos básicos à água, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão, políticas de créditos, trânsito e transporte, além de registros públicos. Entretanto, o fato de alguns desses direitos existirem, dentro do assentamento, não significa que tenham sido suficientes para atender às demandas dos assentados(as) e melhorar suas condições de vida. Isso por que, nem todos os direitos foram concluídos na totalidade ou tenham sido ofertados com qualidade.

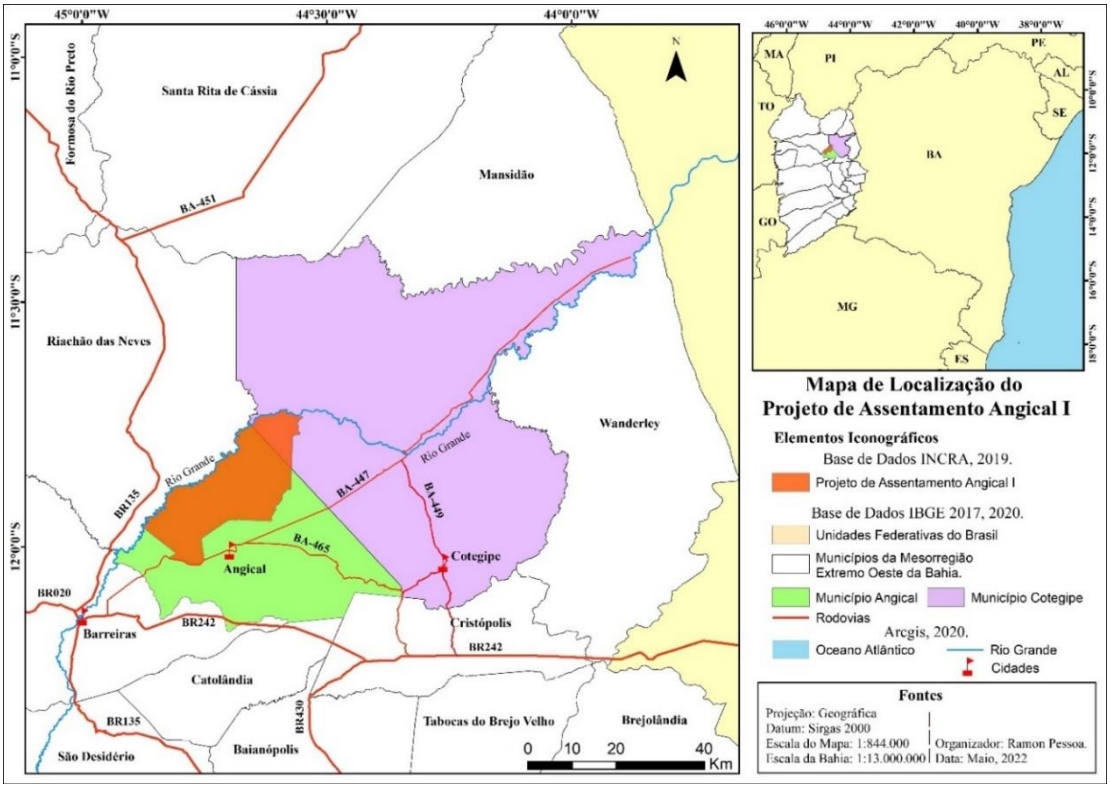
Enquanto objetivos do trabalho, buscou-se realizar uma análise da organização espacial da estrutura agrária do assentamento de reforma agrária Angical I, evidenciando os entraves no processo de reterritorialização, a partir da conquista da terra/território. Além disso, observou-se também a trajetória histórica do processo de formação do projeto assentamento, além da pluralidade na luta e na busca por recursos e projetos que potencializassem o desenvolvimento das associações comunitárias, dentro da área do referido assentamento.

Diante do exposto, faz-se necessária uma reflexão crítica ao sistema político-econômico e as desigualdades sociais encontradas, dentro do projeto de assentamento Angical I, ou seja, indo além da aparência e das formas, buscando entender as causas e os efeitos, a estrutura, o processo e o movimento. Além do mais, é pertinente olhar para o espaço como um reprodutor de desigualdades sociais, principalmente em relação ao rural e ao urbano.

O Projeto de Assentamento Angical I encontra-se implantado entre dois municípios do oeste baiano, Angical e Cotegipe. A área pertencia ao imóvel rural denominado Sertaneja, um latifúndio de grandes extensões territoriais, que de acordo com o Decreto n° 92.279, de 8 de janeiro de 1986, teve uma parcela de 54.000 hectares de terra desapropriada para fins de reforma agrária. O município de Angical possui o maior domínio territorial da área do assentamento, 86,21%. Entretanto, o município de Cotegipe abarca cerca de 13,79% da área de reforma

agrária. Cada município possui responsabilidade administrativa sobre a área do assentamento que sobrepõe ao seu limite, entretanto, serviços como educação, saúde e transporte que foram compartilhados, é de responsabilidade dos dois, à medida que são demandados pelos assentados, visando ao bem-estar da população. Abaixo o **mapa 01** representando as referências técnicas da localização geográfica do Projeto de Assentamento de Angical I e os municípios que esse se sobrepõe, além de demonstrar as malhas rodoviárias e a principal rede de drenagem:

Mapa 01 – Localização Geográfica do Município de Angical e Cotegipe -BA



Fonte: IBGE 2017 e 2020; INCRA 2019; **Org.:** Ramon Pessoa, 2022.

Ao observar o mapa acima, constata-se que o posicionamento do projeto de assentamento estende-se de Nordeste a Sudoeste, praticamente, a porção Norte da área do município de Angical é ocupada pelo assentamento. Uma fração deste encontra-se a Sudeste do território do município de Cotegipe.

O município de Angical, conforme dados da SEI (2013), encontra-se localizado geograficamente entre as coordenadas Latitude Sul -12°00’25” e Longitude Oeste 44°41’40”, com elevação altimétrica de 470m de altitude. Possui uma extensão territorial de 1.527,90 km², estabelecendo limites com os seguintes municípios baianos: Barreiras, Catolândia, Cotegipe, Cristópolis e Riachão das Neves. Tecnicamente, encontra-se à margem esquerda da BR 242, interligando-se à capital do estado, ou seja, Salvador, embora distante dela cerca de 887 km.

Ademais, Angical está a 654 km de distância do Distrito Federal e a 41,7 km de distância de Barreiras, principal centro regional.

Já o município de Cotegipe, de acordo com os dados da SEI (2013), está localizado entre as coordenadas Latitude Sul -12°01’42” e Longitude Oeste 44°15’28”, com elevação altimétrica de 472m de altitude. A extensão desse município corresponde à área de 4.196,1 km², confrontando com os municípios baianos de Angical, Cristópolis, Wanderley, Barra, Mansidão, Santa Rita de Cássia e Riachão das Neves. A BR 020 passa a Noroeste do município e por meio da BA 449 a Sul e tem acesso à BR 242 que a interliga à capital do estado, cerca de 815 km de distância de Salvador. Também está a uma distância de 696 km do Distrito Federal e a 102 km do município de Barreiras.

O assentamento foi criado com capacidade para assentar 1.800 (um mil e oitocentas) unidades familiares, ficando sob responsabilidade da Diretoria Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, os trabalhos de desapropriação e demais processos para regularização da área. O PA Angical I é um modelo de Reforma Agrária Convencional. Segundo Coca (2013), essa modalidade é consequência da luta de camponeses para entrar ou permanecer na terra, com resposta do estado a esses conflitos.

Atualmente, a área territorial do PA Angical I encontra-se dividida em 14 (catorze) associações com registro, quais sejam: **Gameleira**, **Itacolomim**, **Santa Luzia**, **Ouriçanga**, **Eixo de Missões**, **Cágados**, **Terra Nova**, **Casa de Farinha**, **Benfica**, **Cupins**, **Arcada**, **Junco I**, **Junco II** e **Pajeú**. Ainda em relação às referidas associações, até o ano de 2019, estavam todas ativas, porém passando por processo eleitoral de suas representações, isto é, troca de gestão devido ao prazo dos mandatos ter se encerrado. Ressalta-se que, além das associações citadas anteriormente, havia outra denominada **Papagaio**, que por falta de representação, fora incorporada à associação de **Itacolomim**, a qual responde legalmente por ela.

METODOLOGIA

A abordagem metodológica da pesquisa fez uso do Materialismo Histórico e Dialético com diálogo direcionado à Geografia Crítica. Segundo Borges (2016), as categorias de análise do referido método estão pautadas na relação do ser humano-natureza/ser humano-mundo/e ser humano-capital, na contradição do objeto e na construção dos sujeitos. Nesse sentido, o que se pretende, a partir dessa abordagem, é estudar as relações dos fenômenos políticos, socioeconômicos e culturais sobre o Projeto de Assentamento Angical I, na perspectiva de

compreender a contradição existente em seu processo de implantação e a construção de vida e re-existência dos assentados(as).

Diante do exposto, faz-se necessária uma reflexão crítica ao sistema político-econômico e as desigualdades sociais encontradas dentro do PA Angical I, ou seja, indo além da aparência e das formas, buscando entender as causas e efeitos, a estrutura, o processo e o movimento. Além do mais, é pertinente olhar para o espaço, como um reprodutor de desigualdades sociais, principalmente em relação ao rural e ao urbano. É nesse sentido que a análise, a partir da Geografia Crítica, busca abordar as desigualdades sociais, no meio rural, provocadas pela falta de assistência, de incentivo para a produção e desenvolvimento socioeconômico de pequenos(as) agricultores(as) e, para além disso, compreender as relações de poder existentes entre diferentes sujeitos sociais e instituições.

Os conceitos de 'Espaço e Território' são de suma importância, para compreender a construção do Projeto de Assentamento Angical I, enquanto espaço pluridimensional na luta pela terra/território. De acordo com Raffestin (1993), o espaço é anterior ao território, sendo desprovido de um sistema sêmico. Já o Território, este revela relações marcadas pelo exercício de poder, através de um trabalho projetado sobre um espaço que cria um conjunto de sistemas sêmicos, tais como estradas, edificações, poços, associações, serviços, modos de produção etc., os quais visam a sua dominação.

As informações acessadas (no banco de dados de órgãos públicos referentes ao município, acerca dos índices de qualidade; áreas e limites dos municípios e do assentamento; composição geológica; características da vegetação; pedologia e infraestrutura presentes no assentamento) foram essenciais para a confecção do material cartográfico dessa pesquisa.

O office Excel 2013 foi utilizado para transformar as informações alfanuméricas, em tabelas com informações públicas, no banco de dados de órgãos como: IBGE (2012), a SEI (2013) e o IDEB (INEP, 2011), sobre os municípios de Angical e Cotegipe. Os elementos coletados serviram para a construção das tabelas que apresentaram as informações demográficas, Índices de Desenvolvimento Humano Municipal e de desigualdade social, além de dados a respeito da educação de ambos os municípios.

O Sistema de Informação Geográfica aplicado, à análise espacial, foi utilizado como ferramenta para espacialização de fenômenos, de informações do território e construção de marcos políticos territoriais. Nesse sistema, destacam-se os *Softwares Google Earth* pro e *ArcMap* 10.3, utilizados para reconhecimento de áreas, espacialização de elementos e

fenômenos, desenho técnico e construção de mapas. O *Software Google Earth* pro foi usado via satélite para reconhecimento das áreas visitadas.

O *Software ArcMap 10.3* serviu para fazer a delimitação e espacialização das associações, localidades, agrovilas e rodovias do assentamento; para extrair produtos por meio de seus operadores, trabalhar na imagem *SRTM*[4] para a construção de Modelo Digital de Elevação e para delimitação da rede de drenagem, visando ser mais fidedigna à realidade, uma vez que o banco de dados apresentou informações generalistas ao referido sistema. Por meio dele, também foram processadas as informações de geologia, pedologia, vegetação para espacialização das características mencionadas e o registro do volume de água dos poços.

REFERENCIAL TEÓRICO

Segundo o geógrafo Ruy Moreira (2018), ao analisar a conjuntura e a estrutura da formação social brasileira, ele destaca que esta é produto da combinação de três fatores de produção capitalista, quais sejam: o capital avançado, o pequeno modo de produção e, por fim, o modo de produção comunitário. Considerando a contextualização descrita pelo autor, ao analisar o espaço agrário colonial-escravista, este enfatiza que:

> A amarração do modo de organização do espaço agrário brasileiro tem raízes na Lei das Sesmarias, que regula juridicamente a repartição da propriedade fundiária. Segundo essa lei, o acesso à terra deve ser proporcional ao número de escravos de propriedade que tem cada senhor. Dessa maneira, o acesso à terra restringe-se, de direito, a alguns poucos, dele ficando excluída a maioria da população. Quem não tem escravos e não é escravo no Brasil Colônia deve contentar-se em ser posseiro. Justamente por isso, a Lei de Sesmaria declara adjudicadas ao domínio das grandes propriedades todas as demais terras do espaço colonial, desse modo demarcando as regras do arranjo espacial colonial-escravista (MOREIRA, 2018, p. 60).

Ao analisar o espaço agrário capitalista, Moreira (2018) destaca os arranjos espaciais efetivados pela expressividade do campesinato que ia se formando, concomitantemente, com o surgimento de uma aristocracia rural regionalizada, com bases na acumulação primitiva do capital. Em outras palavras, uma forma de territorialização do capital, por meio da organização espacial. Nesse sentido, ainda segundo o autor:

> A desagregação do escravismo conduz à valorização da terra, uma vez que com a crise escravocrata a fonte do poder senhorial desloca-se do controle dos escravos para o controle da terra. Por isso a classe senhorial, por intermédio do Estado, procura regular juridicamente essa dupla metamorfose em curso: a do mercado do trabalho e a do mercado da terra (MOREIRA, 2018, p. 79).

[4] *Shuttle Radar Topography Mission*

Análise crítica semelhante foi realizada por Fernandes et *al*. (2012), ao destacar o Estatuto da Terra, Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, que define a reforma agrária como sendo um conjunto de medidas, para promover a distribuição igualitária da terra, a justiça social, levando em consideração o uso e a posse, cumprindo assim, a função social da terra.

Martins (1982) reforça a análise de Fernandes et *al*. (2012). Segundo ele, o Estatuto da Terra não apenas norteava medidas para uso e posse da terra, mas também, era uma resposta do governo militar para manter o controle sobre os movimentos sociais no campo, os quais vinham galgando expressividade ao se contrapor às determinações do regime militar em 1964.

> A história da legislação agrária sobre os direitos de propriedade da terra no Brasil tem se desenvolvido conforme duas tendências. De um lado, o Estado, legislando e procurando exercer (com mais ou menos veemência) seu poder no sentido de definir e restringir os direitos de propriedade no Brasil e, de outro, os interesses da grande propriedade fundiária, resistindo a qualquer forma de restrição ao direito de propriedade da terra, seja opondo-se à legislação fundiária, seja sabotando sua efetiva aplicação (REYDON, 2007, p. 236).

Criado como Projeto de Lei n° 4.504, de 30 de novembro de 1964, o "Estatuto da Terra" é o instrumento jurídico que regula os direitos e as obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para fins de execução da reforma agrária e promoção da política agrícola. Nele, é descrito o conceito de reforma agrária como sendo um conjunto de medidas que visam promover melhor a distribuição de terra e a ampliação da produção; e, define política agrícola, como conjunto de providências de amparo à propriedade da terra destinados a orientar, no interesse da economia rural, as atividades agropecuárias, seja no sentido de garantir-lhes o pleno emprego, seja de harmonizá-las com o processo de industrialização do país.

O documento ainda estabelece as funções do Estado e de cada agente responsável pela terra. Ao poder público, o dever de promover e criar condições de acesso do trabalhador rural à propriedade da terra economicamente útil, além de zelar para que ela desempenhe sua função social, proporcionando a justa remuneração e o acesso do trabalhador (a) rural, aos benefícios do aumento da produtividade e bem-estar coletivo. Ao agricultor (a), é assistido o direito de permanecer na terra que cultiva, dentro dos termos e limitações da referida Lei, observando sempre que for o caso, as normas dos contratos de trabalho.

O texto de Fernandes (2008), intitulado "O MST e as reformas agrárias do Brasil", discute a evolução do Movimento dos trabalhadores rurais Sem Terra (MST) e as mudanças recentes que ocorreram nas políticas da reforma agrária no Brasil, em decorrência da disputa pelos espaços. De um lado, existe a produção agroindustrial de *commodities* e, do outro, os movimentos sociais de luta pela terra, aumentando as conflitualidades. Nessa lógica de

desenvolvimento, o capital gera processos de diferenciações e desigualdades, expulsões e expropriações, excluindo ou subalternizando, destruindo e recriando o campesinato: tudo isso é reflexo do problema estrutural do capitalismo.

Para entender as mudanças na política de reforma agrária desenvolvidas, na década de 1990, e articuladas ao desenvolvimento do capital, Sauer e Pereira (2006) trouxeram uma série de discussões relacionadas ao papel do Banco Mundial, na ascensão de políticas pós-mercado de terras em plataforma neoliberal. Em consequência disso, criaram possibilidades de substituir a reforma agrária redistributiva por esquemas de financiamento de compra de terras pelos trabalhadores rurais, a fim de beneficiar grupos específicos. Esse projeto foi desenvolvido sob o respaldo de aumentar a produtividade agrícola para alívio da pobreza nos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento. Entretanto, o resultado dessa política foi somente o aumento dos conflitos no campo.

É importante ressaltar que, o conceito adotado nesse trabalho, para definir agricultura familiar, é aquele trabalhado por autores renomados, a exemplo de Abramovay (1997) que não descarta a relação da agricultura familiar com o contexto histórico da agricultura camponesa. Nesse segmento, Martins (2001) vem reforçar a afirmativa do autor supracitado, destacando que a agricultura familiar mantém relação direta com a terra, consolidando-se enquanto instituição de reprodução da família e como sistema de reprodução social. Diante desse contexto, pode-se afirmar que a agricultura familiar é um sistema produtivo, permeado por diversas temporalidades ou tempos históricos especializados, permitindo não apenas a reprodução social da família no campo, mas também nos centros urbanos.

Nessa perspectiva, observa-se um conjunto de práticas materiais, simbólicas e identitárias que fortalecem e consolidam os processos de re-existência, frente a territorialização do capital hegemônico. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020, p. 293), “a manutenção e reprodução de saberes familiares favorecem, ainda, a continuidade de práticas agrícolas mais harmoniosas com o meio ambiente, legando à agricultura familiar, um importante papel na preservação ambiental, mesmo nos estabelecimentos de produção mais modernizada”.

Diante do exposto, o conceito de agricultura familiar sobressai no contexto desse trabalho, ou seja, são práticas agrícolas que fortalecem o trabalho familiar, colaboram para o avanço da reprodução social da família no campo e empoderam seu saber ser e saber fazer, enquanto processos de re-existência, frente a agricultura capitalizada. Além disso, a

terminologia empregada, no decorrer do trabalho, engloba as definições citadas nesse referencial teórico.

De acordo com contexto, exposto à luz da fundamentação teórica dos autores apresentados, é que se pretende buscar as bases para a discussão e debate da temática da reforma agrária, através de um estudo de caso com recorte geográfico pré-definido pelo autor da pesquisa. Portanto, discutir a influência de diversas políticas públicas, tanto regionais quanto internacionais, traz aspectos que podem contribuir para o desenvolvimento socioeconômico dos sujeitos sociais ou para sua exclusão, visto que o capital possui ações combinadas e desiguais com o Estado, mesmo que seja dele a responsabilidade de atender aos interesses coletivos.

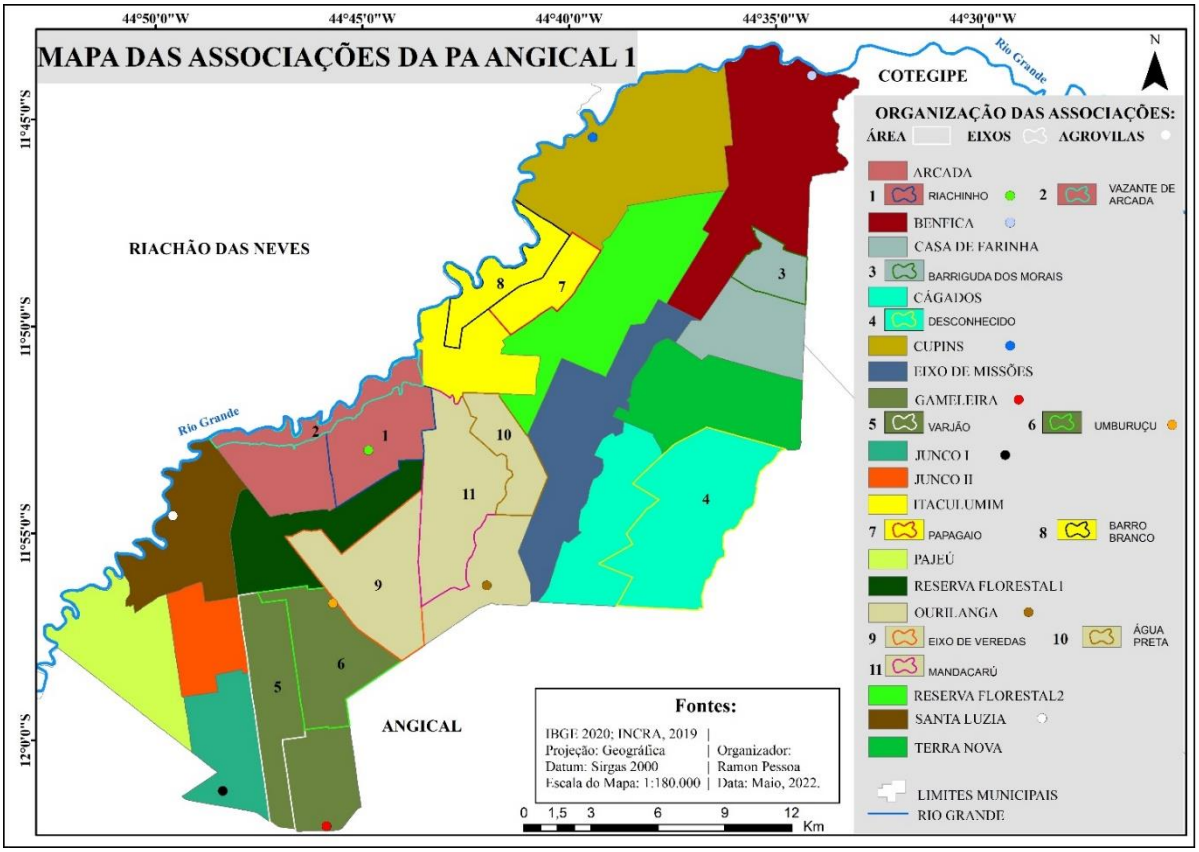
RESULTADOS E DISCUSSÃO

As associações representam a forma de "poder" local que exerce influência direta na vida dos assentados. Isso porque, elas possuem relevância jurídica, política e administrativa. A implicação, dessa forma de divisão política, interfere nos limites dos territórios, indicando a área e o número de lotes dentro de seus domínios. Elas respondem juridicamente, enquanto instituições com corpo técnico e, em alguns casos, são responsáveis pela gestão dos recursos governamentais, destinados ao desenvolvimento de projetos e benefício dos assentados associados.

Apesar de a criação das associações ser critério de delimitação territorial do assentamento, para respostas jurídicas, institucionais e recebimento de projetos, para o desenvolvimento dos reformeiros[5], a conjuntura interna de reconhecimento do local de algumas delas, é diferente. Têm localidades que possuem nomes próprios, entretanto, continuam sob domínio administrativo das associações, que por sua vez, também se preocupa com a sustentabilidade, com a preservação do meio ambiente, deixando duas áreas de reservas florestais, dentro do assentamento. Para melhor compreensão e leitura, segue abaixo **o mapa 02** com o número de associações existentes no referido projeto de assentamento, suas respectivas localidades e áreas de reservas florestais.

[5] Título pelo qual os primeiros assentados são chamados e se reconhecem.

Mapa 02 - Área Territorial do Projeto de Assentamento Angical I e suas Respectivas Associações e Localidades



Fonte: IBGE, 2020; Incra 2019; **Org.:** Ramon Pessoa, 2022.

As localidades fazem parte da configuração territorial das seguintes associações, a saber: **Gameleira** que possui outros territórios, **Varjão** e **Umburuçú;** Associação de **Ouriçanga** composta pela área do **Eixo de Veredas**, **Mandacaru** e **Água Preta; Riachinho** que situa-se na Associação de **Arcada,** a qual também possui uma área alagável extensa, utilizada como vazante e, por isso, foi representada na configuração dessa associação; **Casa de Farinha** cuja parte de seu território é conhecida por **Barriguda dos Morais;** e, por fim, a Associação de **Itacolomim** que agrega **Barro Branco** dentro de sua área, acrescentando ainda o território da Associação de **Papagaio** e suas famílias, haja vista essa última não possuir atividade com candidatos dispostos a assumir a gestão.

No PA Angical I, além da divisão por associações para respostas políticas, jurídicas e administrativas das questões que se referem ao desenvolvimento de projetos e dos assentados, existem também 7 (sete) agrovilas, quais sejam: **Junco I**, **Santa Luzia**, **Riachinho** localizadas na Associação de Arcada; **Gameleira** é uma segunda agrovila que se formou nessa associação, ou seja, **Umburuçú;** e também tem a agrovila **Ouriçanga**, **Cupins** e **Benfica**. Essas foram

criadas com o objetivo de se tornarem pontos luminosos no território, para responder às necessidades de políticas públicas da comunidade.

É importante ressaltar que, no período de sua fundação, todas as agrovilas possuíam infraestruturas mínimas para assegurar a permanência dos reformeiros no assentamento. Portanto, destacam-se: escolas, igrejas, casas para moradia e casas de farinha. Além disso, foram abertos tanques para dessedentação de animais, principalmente o gado.

A extensão territorial real do assentamento corresponde a 53.844ha, com perímetro de aproximadamente 149.921km localizados entre os municípios de Angical e Cotegipe/BA, margeando o Rio Grande, cujos dados foram coletados, a partir do arquivo Shapefile, disponível no site do INCRA. É relevante salientar que o perímetro e a área do território foram corrigidos, a partir dos limites dos municípios de Angical e Cotegipe e de marcos como estradas e do próprio traçado do referido rio, evitando que os limites do assentamento adentrassem a área do município Riachão das Neves/BA.

O território das associações foi definido em campo, com a ajuda de alguns moradores mais experientes que relatavam a história daquele lugar e isso acontecia, à medida em que os encontrávamos, ao circularmos pelo assentamento. Os traçados dessas informações foram construídos com o auxílio do aplicativo *Avenza*, o qual permitia navegar em tempo real no arquivo georreferenciado da área do assentamento, indicando os pontos limítrofes. Depois de identificados, os pontos foram transferidos para o aplicativo *Google Earth Pró* e transformados em áreas, a partir da sua conexão, seguindo o alinhamento de cercas, estradas, rede de drenagem, caixa d'água e colégios.

Os parâmetros utilizados, para delimitação da área das associações, foram estradas, colégios, poços e alinhamento de cercas. Lembrando que, o critério para delimitar o território das associações, não foi estabelecido pelo pesquisador, mas é fruto da organização interna do próprio assentamento.

No *ranking* das 3 (três) maiores associações em extensão de área km², a **Ouriçanga** ocupa o primeiro lugar, com área de 68.381 km². Em seguida, vem **Cágados** com 54.458 km² e, por último, **Gameleira** que possui área de 48.553 km². As 3 (três) menores associações, aqui organizadas por km² em ordem crescente, são: **Junco II** que tem 12.551 km²; na sequência vem **Junco I** com 16.263 km² e a terceira é **Casa de Farinha** com área de 22.258 km².

Os atributos físicos, do referido assentamento, foram analisados, a partir do contexto regional, levando-se em consideração os elementos da geologia e relevo, uma vez que essas características da paisagem contribuem direta e/ou indiretamente para a formação de algumas especificidades paisagísticas, daquele espaço geográfico.

Em relação aos perfis de solos e vegetação, estes foram analisados no contexto local. Ressalta-se ainda que as informações utilizadas, para a elaboração dos mapas, foram extraídas do banco de dados do IBGE (2018 e 2019) e trabalhadas no *Software Arcgis,* para alcançar o resultado de áreas de cobertura, sobre o assentamento de cada um dos perfis geológicos, geomorfológicos, pedológicos e vegetação.

A concessão de título da terra é só uma das condicionantes que contribui no processo de permanência de um agricultor em sua terra. Para além da terra, o pequeno agricultor necessita dispor de muitas coisas para produzir: precisa de água; de incentivos financeiros; assistência técnica para orientar na lida da produção ou na criação; tecnologia para ajudar a minimizar tempo e prejuízos; maximizar a produtividade e os lucros; possuir logística eficiente e inserção da sua produção no mercado consumidor com preços justos.

Para realização dessa análise, foi extraído do Relatório (Rel_rb_PNRA – Lista Única, por SR/Projeto/Município/Código Beneficiário) emitido pelo INCRA, em 07 de julho de 2021, através do Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária – SIPRA, os dados que remetem ao registro e a regularização dos assentados. As informações, presentes nesse relatório, formam um banco de cadastros, que por sua vez identifica o número de pessoas assentadas, que estão passíveis de regularização, e também é possível identificar o número de assentados que foram titulados, além das pessoas que foram eliminadas, as que desistiram, as transferidas e as falecidas.

O assentamento possui capacidade para 1800 (um mil e oitocentas) propriedades, uma família por unidade. A apuração, dos dados contidos nesse relatório, ressalta que cerca de 1557 (um mil, quinhentas e cinquenta e sete) famílias foram cadastradas, até o ano da emissão desse relatório. O assentamento encontra-se na fase 6, em consolidação. Dessas 1557 famílias, 1168 estão em situação de assentados, 368 desistiram, 6 foram eliminadas, 6 faleceram, 2 foram transferidas e apenas 7 conseguiram a titulação.

O assentamento teve início com 476 (quatrocentas e setenta e seis) famílias, conforme já foi mencionado por Araújo (2005). Entretanto, o INCRA - órgão responsável pela gestão do assentamento -, através da tabela acima, destaca em sua última atualização, dados da lista única

referente ao ano de 2021. Pois, no ano de 1986, data de fundação do assentamento, o número de famílias assentadas foi de 496 (quatrocentas e noventa e seis). Sendo que desse quantitativo, 251 (duzentas e cinquenta e uma) famílias desistiram por conta de ameaças de morte, atentados contra criações, plantações, e até contra a vida; 2 (duas) pessoas foram desvinculadas e 5 (cinco) faleceram. Ao longo dos anos, mais famílias foram inseridas e/ou desvinculadas do movimento, conforme adequação, ou por não atenderem aos critérios exigidos para serem beneficiadas.

Após o primeiro cadastro realizado, no ano de fundação, foram atualizadas as informações sobre o assentamento, sobressaindo a seguinte configuração, em relação ao número de famílias assentadas: em 1990, apenas 8 (oito) famílias foram assentadas. Posteriormente, já em 1996, mais 396 (trezentas e noventa e seis) famílias foram territorializadas e 67 (sessenta e sete) desistiram da permanência.

Outra atualização efetivada em 1998, destaca que houve o assentamento de mais 59 (cinquenta e nove) famílias e desistência de 38 (trinta e oito). Nos anos subsequentes, os dados acerca dos assentados foram esses: em 1999 foram assentadas 6 (seis) famílias; em 2000, apenas 2 (duas); em 2002, foram assentadas 13 (treze) famílias; em 2003, cerca de 20 (vinte); 2004, foram assentadas 54 (cinquenta e quatro) famílias e, em 2005, apenas 4 (quatro). Entre os anos de 2006 e 2009, nenhuma família foi assentada. No ano de 2010, novas famílias foram assentadas, cerca de 103 (cento e três) famílias, porém, de 2011 a 2019 somente 2 (duas) famílias foram assentadas, uma em 2014 e outra em 2015.

Já se passaram, aproximadamente, 35 anos, desde a sua fundação, até o ano de emissão do último relatório da situação de regularização do assentamento realizada pelo INCRA, no ano de 2021. As informações contidas no relatório demonstram o baixo número de famílias que receberam o título. Subentende-se que, até então, a capacidade de assentamento não foi atingida por completa, cerca de 65,27% dos lotes estão em situação regular, com famílias assentadas ou tituladas. Ainda existem, aproximadamente, 619 (seiscentos e dezenove) lotes passíveis de ocupação ou aguardando análise do INCRA, para serem adicionados à lista de cadastro.

Esse processo de cadastramento e concessão de títulos é burocrático, uma vez que trava o cadastramento de novas pessoas, mesmo tendo lotes ociosos. Embora o processo seja de certo modo burocrático, não deixa de ser uma forma de controle, sobre a entrada de pessoas que não apresentam perfis, para se inserirem no programa, principalmente, as que desejam fazer das propriedades uma fonte de renda, através da sua comercialização.

O problema provocado por essa burocracia impacta diretamente no desenvolvimento do assentamento, uma vez que os 619 (seiscentos) lotes, que ainda não foram ocupados, teoricamente, somados a outros lotes abandonados sem contabilização, formam vazios demográficos que dificultam a chegada de benfeitorias, para essas áreas com baixa densidade demográfica e, até mesmo, compromete a articulação política dos colonos. Talvez por isso, a antiga associação de Papagaio tenha se tornado uma localidade da associação de **Itaculumim**.

Ademais, essa indagação se torna pertinente pelo fato de existir na região, um alto índice de pessoas vivendo à margem da linha da pobreza, conforme expresso nesse trabalho, através do Censo demográfico de 2010, para os dois municípios. Nesse mesmo ano, Angical teve registro de um pouco mais da metade de sua população vivendo com até 1/2 (meio) salário-mínimo e, Cotegipe teve praticamente a mesma proporção de sua população, nessa mesma situação.

Através desse programa, as pessoas que estavam em situação de vulnerabilidade, podiam ter acesso à moradia e uma forma de gerar renda, através da produção agrícola. Assim sendo, essa iniciativa poderia diminuir o índice de Gini municipal e, até mesmo, eliminar as disparidades que existiam na distribuição de renda no município, transformando essas pessoas em potenciais fornecedores de alimentos, para a população do município e da região.

Com base na interpretação do relatório da lista única do INCRA (2021), chegou-se à porcentagem de pessoas que abandonaram o assentamento, ao longo desses 34 (trinta e quatro) anos, e o número contabilizado foi de 23,6% das pessoas cadastradas. Entretanto, estima-se que o número de desistentes que abandonaram ou venderam suas posses, seja em torno de 25% a 30%, dada a falta de revisão dos cadastros das pessoas já assentadas. Sabe-se que existem motivos que levaram-nas a abandonar o assentamento, mas não é possível afirmar quais foram as reais motivações, uma vez que nessa pesquisa não foi aplicado questionário.

Os parágrafos seguintes apresentarão outras condições limitantes que os assentados precisaram enfrentar, para permanecer no assentamento. Esse levantamento foi feito, a partir do potencial que aquela infraestrutura proporcionava aos assentados, condições mínimas e dignas ao bem-estar e à promoção do desenvolvimento socioeconômico das famílias. Servirá, também, para compreender a hipótese desse trabalho, pois sem as condições de infraestrutura e viabilidade econômica torna-se, muitas vezes, inviável para os assentados e para as futuras gerações permanecerem em suas terras morando ou produzindo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitos territórios do oeste baiano foram concedidos por meio de sesmarias, passaram a ser fragmentados ao longo do tempo, mas não deixaram de ser latifúndios concentrados na mão de poucas pessoas. O projeto de assentamento Angical I representa para a região uma ruptura nas bases organizacionais do latifundiário pecuarista regente, até a segunda metade do século XX. Isso por que, 42 (quarenta e duas) famílias, que viviam dentro do imóvel rural Sertaneja de pacífica, articularam-se com mais 1324 (um mil, trezentos e vinte e quatro) famílias e conseguiram o acesso à terra por meio de reivindicações e resiliência. Além disso, a produção de grãos, implementada desde a década de 1970, trouxe novas tecnologias e nova organização espacial, apesar de manter a estrutura latifundiária.

As características físicas da região representam o cerne de organização dessa estrutura econômica e social da terra. Enquanto a agricultura de mercado, tecnificada em investimento e estrutura, é desenvolvida nos chapadões, por outro lado, para a depressão do São Francisco, ao longo dos vales e da margem do Rio Grande, foram empurradas a pecuária e a agricultura familiar com baixo grau de capital tecnológico, pouco investimento em capital e ausência de assistência técnica.

Atualmente, garantir condições dignas de acesso e permanência na terra é uma ação desafiadora para os gestores públicos, principalmente, no que se refere ao planejamento de políticas públicas territoriais que favoreçam ao agricultor(a) tais direitos. Isso se agrava ainda mais, quando se trata de regiões semiáridas, nas quais os fatores edafoclimáticos dificultam o desenvolvimento de atividades de subsistência pouco tecnificada, caso da maioria das comunidades do assentamento de Angical I.

O direito à terra e as "questões" agrárias sempre foram permeadas por processos de re-existência e de conflitos sociais de luta pelo acesso à terra/território e permanência no campo. Sobre a reforma agrária não é diferente, uma vez que as terras devolutas ou improdutivas de grandes proprietários se tornam passíveis de desapropriação, conforme o § XXIV do Artigo 5º, Capitulo I dos direitos e deveres individuais e coletivos da Constituição Federal de 1988.

Todavia, os movimentos sociais de luta por reforma agrária pressionam os órgãos públicos específicos, utilizando estratégias de ocupação como forma de dar visibilidade à questão e "pressionar" o Governo a apresentar uma solução. Entretanto, a maneira como os assentamentos de reforma agrária é implantada, na maioria dos casos, dá direito apenas ao acesso à terra, mas não garante a permanência, visto que, não basta o título de posse ou a sua regularização fundiária, se faz necessária toda uma logística em termos de concessão de créditos e infraestrutura que possibilitem aos agricultores(as) a produção dentro de seus assentamentos.

Um dos resultados identificados pela pesquisa ressalta que, 36 anos depois da fundação do assentamento, grande parte dos assentados não receberam a titulação dos seus imóveis. De acordo o relatório do INCRA (2021), apenas 7 pessoas receberam seus títulos de terra, e 1550 famílias cadastradas ainda aguardam a sua vez. Alguns desses já partiram, outros estão envelhecendo e talvez não recebam a documentação da terra. Outros 619 lotes, que poderiam estar ocupados por pessoas e produzindo, estão ociosos ou talvez ocupados por pessoas que não se enquadram nos critérios e padrões para ser um beneficiário dessa política.

No transcorrer da pesquisa foi verificado que existe agricultores, dentro do assentamento, desde 1986, e ainda não receberam a documentação definitiva de seus imóveis. Muitas pessoas nasceram, outras tanto não permaneceram no assentamento, por falta de condições mínimas, e a previsão é que, se não houver mudanças, na forma como são planejados e dispostos os equipamentos públicos, sobre esse território, muitas outras pessoas irão desfazer-se de suas propriedades. Já que essa população está envelhecendo e muitos dos filhos não se sentem seguros e amparados, por meio de políticas públicas eficientes, estes não querem assumir tal responsabilidade.

Embora o assentamento tenha recebido inúmeros benefícios, os quais trouxeram certa melhoria para a área, como estradas abertas onde não existia nem picada, criadas a fim de dar mobilidade às pessoas; energia elétrica, porque muitas delas viviam à luz de candeeiro, sem poder armazenar produtos por maiores períodos de tempo; poços e aguadas que foram construídas para dar condições de permanência; escolas com a mesma finalidade, ainda sim, atualmente, esses benefícios não dão conta de atender as necessidades dos assentados, uma vez que é necessária a oferta de serviços de qualidade e suficiente para atendê-los satisfatoriamente.

Mediante o exposto, percebe-se que a estrutura agrária da região Oeste da Bahia, ainda está pautada em duas das características que Manoel Correia de Andrade (2005) descreve como o tripé da colonização do Brasil. O latifúndio e o monocultivo continuam sendo o pilar econômico e o alvo do investimento para essa região em estudo. Por causa disso, o Oeste do estado da Bahia passou a ser reconhecido, internacionalmente, como produtor de grãos.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigmas do Capitalismo Agrário em questão. São Paulo. Anpocs, Unicamp, Hucitec, 1992. “Uma nova extensão para a agricultura familiar”. In: **Seminário Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília, DF, Anais,1997, p. 29 (Texto para discussão).

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**: Contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. – 7ª. ed. rev. e aumentada – São Paulo: Cortez, 2005.

ARAÚJO, Sandra Regina Magalhães de. Escola Para o Trabalho, Escola Para a Vida: o caso da escola família agrícola de Angical-BA. 219f. Dissertação (**Mestrado em Educação e Contemporaneidade**) – Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação. Campus I. – Salvador, 2005. Disponível em: <http://www.cdi.uneb.br/site/wp-content/uploads/2016/01/sandra_regina_magalhaes_de_araujo.pdf>. Acesso em: 04/06/2023.

BORGES, Joyce de Almeida. Os enfoques e os olhares do geógrafo: uma abordagem metodológica sobre método, metodologia e técnicas de pesquisa. **Observatorium:** revista Eletrônica de Geografia, Brasília, v.7, nº.19, p. 02-21, jun. 2016. Disponível em: <http://www.observatorium.ig.ufu.br/pdfs/7edicao/n19/1.pdf>. Acesso em: 04/06/2023.

COCA, E. L. F**.** Debatendo o conceito de reforma agrária: considerações sobre os tipos de assentamentos rurais no Brasil. **CAMPO-TERRITÓRIO:** Revista de Geografia Agrária, v. 8, nº. 16, p. 170-197, ago., 2013. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/21598>. Acesso em: 29/10/2021.

FERNANDES, Bernardo Mançano. O MST e as reformas agrárias do Brasil. **Boletim DATALUTA** – dez./2008. ISSN 2177-4463 Universidade Estadual Paulista (UNESP): São Paulo, Ano IX n° 24 – Outubro de 2008, pp.13. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/12artigodomes_2008.pdf>. Acesso em: 28/10/2021.

FERNANDES, B. M.; WELCH, C. A.; GONÇALVES, E. C. **Políticas fundiárias no Brasil**. 2012. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/ltd/politicas_fundiarias_brasil-bmf_caw_ecg.pdf>. Acesso em: 29/10/2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 28/10/2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Base Cartográfica Nacional**. Transportes, 2017. In: Forest Gis. Disponível em: <https://forest-gis.com/download-gis-base-de-dados/>. Acesso em: 03/11/2019.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Banco de Dados de Informação Ambiental (BDiA).** Dados Pedológicos. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <https://bdiaweb.ibge.gov.br/#/consulta/pedologia>. Acessado em: 03/11/2019.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Atlas do espaço rural brasileiro**. Coordenação de Geografia. – 2ª. ed. - Rio de Janeiro: IBGE, 2020. 324 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101773>. Acesso em: 25/07/2022.

INEP – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEXEIRA. **Índices de Desenvolvimento da Educação Básica**, IDEB. Brasília: INEP, 2011. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/> Acessado em 03/03/2020.

INCRA – INSTITUTO DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Base Cartográfica Nacional: Projetos de Assentamento Federal**. INCRA: 2019. Disponível em: <https://certificacao.incra.gov.br/csv_shp/export_shp.py> Acesso em 17/06/2020.

INCRA – INSTITUTO DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Relação de Beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) - Lista Única, por SR/ Projeto/ Município/ Código Beneficiário.** Bahia: Angical, 2021, p. 101-166. MAPA – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. Diretoria de Desenvolvimento e Consolidação de Projetos de Assentamento: Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária – SIPRA. Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/beneficiarios>. Acesso em 18/02/2022.

MARTINS, José de Souza**. Expropriação e violência:** a questão política no campo. 2ª. ed. São Paulo, HUCITEC, 1982.

_____. Ímpares sociais e políticos em relação à reforma agrária e a agricultura familiar no Brasil. Santiago Chile, 2001

MOREIRA, Ruiy. **Mudar para manter exatamente igual:** os ciclos espaciais de acumulação: o espaço total: formação do espaço agrário. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. Tradução: FRANÇA, Maria Célia. Série temas, vol. 29, Geografia e política. Editora Ática S.A. 1993, 269 p.

REYDON, B. P. A regulação institucional da propriedade da terra no Brasil: uma necessidade urgente. In: RAMOS, P. **Dimensões do Agronegócio Brasileiro:** Políticas, Instituições e Perspectivas. Brasília MDA (NEAD – Estudos 15), 2007.

ROCHA, Geraldo. **O rio São Francisco:** fator precípuo para a existência do Brasil. 4ª ed. – São Paulo: Companhia Editora Nacional, Brasiliana, 2004.

SAMPAIO, V. S., Agricultor Familiar e Camponês no contexto da questão agrária contemporânea. In: XIII Encontro de Geógrafos de América Latina. **Revista Geográfica de América Central,** n° especial EGAL. Universidade de Costa Rica: Costa Rica, II Semestre 2011, pp. 1-13.

SAUER, Sérgio; PEREIRA, João Mauricio Mendes (Orgs.). **Capturando a Terra:** Banco mundial, políticas fundiárias neoliberais e reforma agrária de mercado. 1ª. ed. São Pulo: Expressão Popular, 2006. 344p.

SEI, Superintendências de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Estatística dos Municípios Baianos: Bacia do Rio Grande**. Secretaria de Planejamento. Salvador: SEI, 2013, p. 280. Disponível em: < https://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2441&Itemid=> acesso em: 05/11/2019.

A REFORMA AGRÁRIA EM FORMA DE AGROVILA NA CIDADE DE TOCANTINÓPOLIS – GO/TO – 1960[1]

Saimon Lima de Britto[2]
Manoel Calaça[3]
Elizeu Ribeiro Lira[4]

INTRODUÇÃO

Em 1961, o governo do Estado de Goiás decidiu implementar um projeto de reforma agrária que contemplasse todo o estado. O intuito era ocupar o insulado território goiano e promover seu desenvolvimento através da produção camponesa. Foram implantados então, os projetos de agrovilas de norte a sul do estado de Goiás. Essas agrovilas foram organizadas e administradas pelo estado num sistema de cooperativas camponesas, onde toda a produção era reunida e distribuída entre os cooperados de forma proporcional ao tamanho de cada família e o excedente dessa produção tinha a compra garantida pelo próprio estado (Britto; Lira, 2018).

Mauro Borges, então governador de Goiás, acreditava que ceder terras, mediante conceção de uso para os camponeses trabalharem, era a solução para tirar a sociedade do campo da pobreza e desenvolver o estado e o País. "A Reforma Agrária se coloca, então, como elemento chave na aceleração do desenvolvimento econômico, social e político." (Teixeira, 1987, p.12). O então governador atrelava a aceleração do desenvolvimento econômico-social de Goiás à reforma agrária. Considerando que 54% da população brasileira vivia no meio rural na década de 1960 (IBGE, Censo, 1960) os planos do governo priorizavam o campo.

De acordo com Calil (1999, p.58) o governador via na reforma agrária a finalidade de levar prosperidade ao homem da gleba. Segundo informações da Casa Civil de Goiás, em 6 de junho de 1962 o Governador Mauro Borges sancionou a Lei 4.039 que criava o Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás (IDAGO), criado para implantar as agrovilas no estado, as quais denominou em seu projeto de Combinados Agro – Urbanos.

---

[1] Texto parcialmente publicado na dissertação de mestrado do primeiro autor.

[2] Doutorando em Geografia no Instituto de Estudos Socioambientais – IESA, da Universidade Federal de Goiás – UFG. E-mail: saimonlima@live.com
[3] Doutor em Geografia. Professor da Universidade Federal de Goiás do Programa de Pós-graduação em Geografia. E-mail: manoelcalaca.geo.ufg@gmail.com
[4] Doutor em Geografia. Professor da Universidade Federal do Tocantins do Programa de Pós-graduação em Geografia. E-mail: liraelizeu@mail.uft.edu.br

Mauro Borges deu destaque no combate à grilagem e ao latifúndio improdutivo e ainda afirmava que "o IDAGO constitui o maior e o mais importante passo de cunho reformista dado pelo atual governo goiano." (Teixeira, 1987, p.21). O objetivo do então governador era diminuir as desigualdades sociais através da distribuição cessionária de terras e com isso fomentar o trabalho familiar e cooperado no campo. Ainda de acordo com Teixeira, em matéria de Reforma Agrária, os Combinados Agro – Urbanos eram um braço executivo do IDAGO, inspirados nas experiências realizadas em Israel nos projetos *Kibutz*[5].

As reflexões apresentadas nesse artigo analisam como funcionou a agrovila implantada no município de Tocantinópolis no antigo norte goiano, atual Estado do Tocantins, pelo então governo de Goiás em 1960. Os pontos positivos e negativos, e os resultados palpáveis desse projeto de reforma agrária, que por mais progressista que pareça ser, não tinha o intuito de resolver em definitivo o problema da terra no então Estado de Goiás. A proposta não modificava a estrutura agrária patriarcal de concentração de terras, que se mantém até os dias atuais. O projeto era implantado em terras públicas ou terras sem muito valor, desapropriadas mediante indenização por parte do estado.

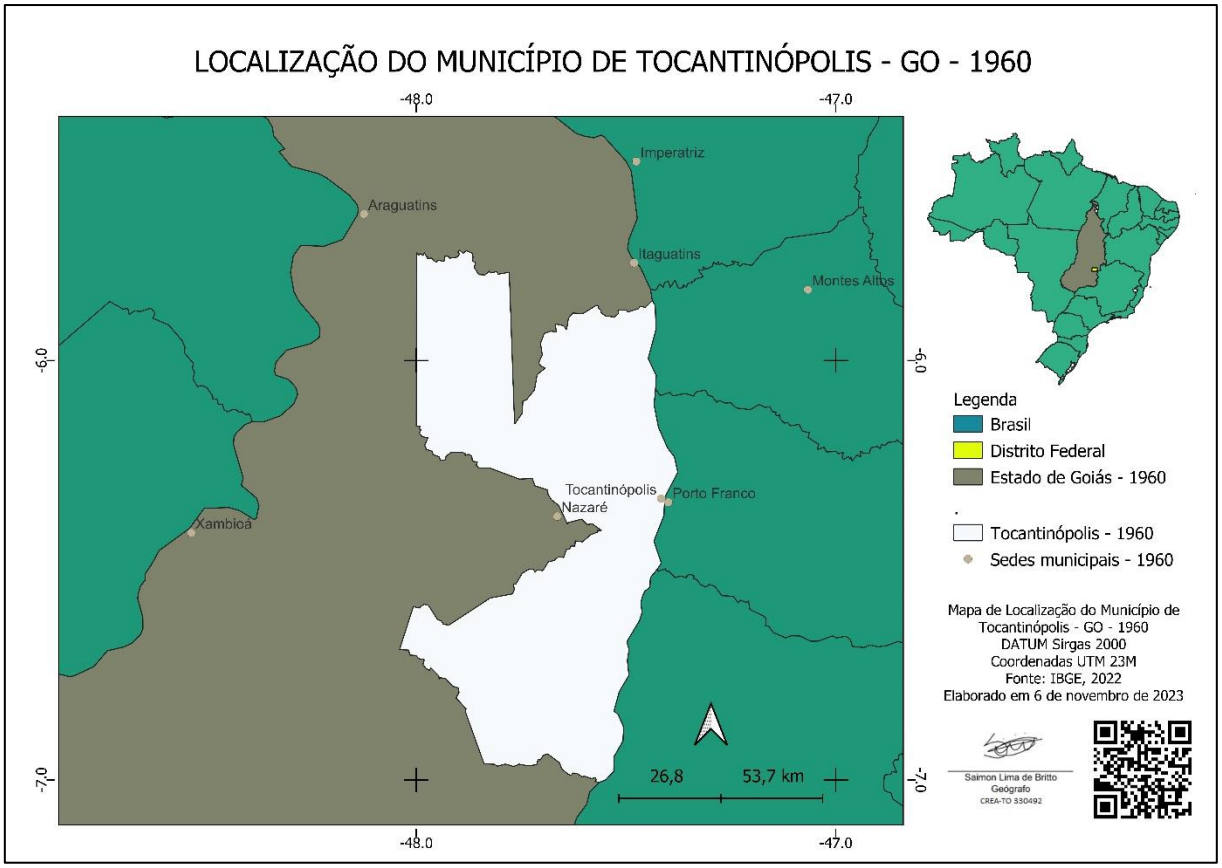
Foi realizada pesquisa bibliográfica específica sobre o tema, como também trabalhos de campo no local de implantação dessa agrovila na cidade de Tocantinópolis – TO. Foram feitos registros fotográficos e elaborados mapas para a materialização dos fatos. Realizamos uma busca no arquivo do estado de Goiás para o acesso a documentos originais da época, com detalhes do projeto de reforma agrária. Autores renomados da geografia agrária também foram consultados para melhor embasamento teórico e análise da pesquisa.

DESENVOLVIMENTO

Na década de 1960 Tocantinópolis era constituída como uma das principais cidades do Estado de Goiás. De acordo com Palacín (1990, p. 20) "o censo de 1920 deu para Boa Vista [Tocantinópolis] uma população de 25.786 habitantes, a segunda do Estado" somente inferior a Catalão – GO com 38.574 habitantes. Segundo Correia (1977, p.21) a cidade de Tocantinópolis havia sido elevada a categoria de cidade no ano de 1858 com o nome de Boa Vista do Tocantins e em 1943 passou a chamar-se Tocantinópolis, pois naquela época em conformidade as leis federais, não podia haver duas cidades com o mesmo nome em território nacional e a capital de Roraima já levava o nome de Boa Vista.

[5] É uma forma de coletividade comunitária israelita criada em 1910 que tem como base a vida comunitária no campo. Disponível em: https://goisrael.com.br/the-incomparable-kibbutz-experience/ Acesso em: 30/10/2023.

Mapa 1 – Localização do Município de Tocantinópolis – GO – 1960



Base cartográfica: IBGE – 2022. Responsável Técnico: Saimon Lima de Britto – 2023.

Uma grande aposta do governador Mauro Borges para resolver o problema da reforma agrária no Estado de Goiás foi a implantação das agrovilas, que foram denominadas de Combinados Agro – Urbanos, baseados em experiências vividas pelo governador em suas viagens internacionais. O então governador acreditava na ideia da interação urbano-rural, afirmava que deveria haver um pequeno núcleo urbano que desse apoio e condições mínimas às famílias como saúde, educação, comercio e lazer. Seu projeto tinha por base os Kibutz de Israel, que funcionavam como fazendas comunitárias de produção cooperada (Teixeira, 2002).

O site oficial Kibutz Voluntary Program Center (Centro de Programa Voluntário Kibutz, 2019), informa que a palavra kibutz significa "reunião", é um tipo de assentamento baseado nos valores da responsabilidade social, na vida comunitária, cooperativa e cultural, tendo todo o trabalho, propriedade e lucro igualmente compartilhado por seus membros. Mais de 100 anos do primeiro Kibutz, Israel conta hoje com mais de 250 comunidades, que são responsáveis por cerca de 30% da produção agrícola israelense, porcentagem bastante significativa, pois estamos falando não só da produção, mas das inúmeras famílias camponesas que se encontram com

trabalho e moradia através do usufruto da terra, uma vez que a questão da terra é social e assim como as demais se desenrolam a partir de uma cadeia socioeconômica. (Britto; Calaça; Lira, 2022).

Imagem 1: Kibutz – Israel – 2019.

Fonte:https://bnn.network/world/israel/the-kibutz-israels-agricultural-communities-and-their-pivotal-role-in-state-formation/ Acesso em: 10 de dezembro de 2023.

De acordo a Agência Judaica (2019), os kibutzim (no plural) possuem aproximadamente 125.000 (cento e vinte e cinco mil) pessoas, 3% da população total de Israel. Ainda de acordo com a Agência, os Kibutzim, da palavra hebraica kvutza, que significa "Grupo", foi uma ideia revolucionária de uma sociedade voluntária na qual as pessoas vivem de acordo com um contrato social específico, baseado em princípios igualitários e comunais em uma estrutura social e econômica. As principais características da vida no Kibutz foram estabelecidas em aderência ao coletivismo na propriedade, juntamente com um caráter cooperativo nas esferas da educação, cultura e vida social. Mauro Borges havia encontrado em Israel uma solução para os pobres do campo e para a Reforma Agrária, ou pelo menos acreditou que sim.

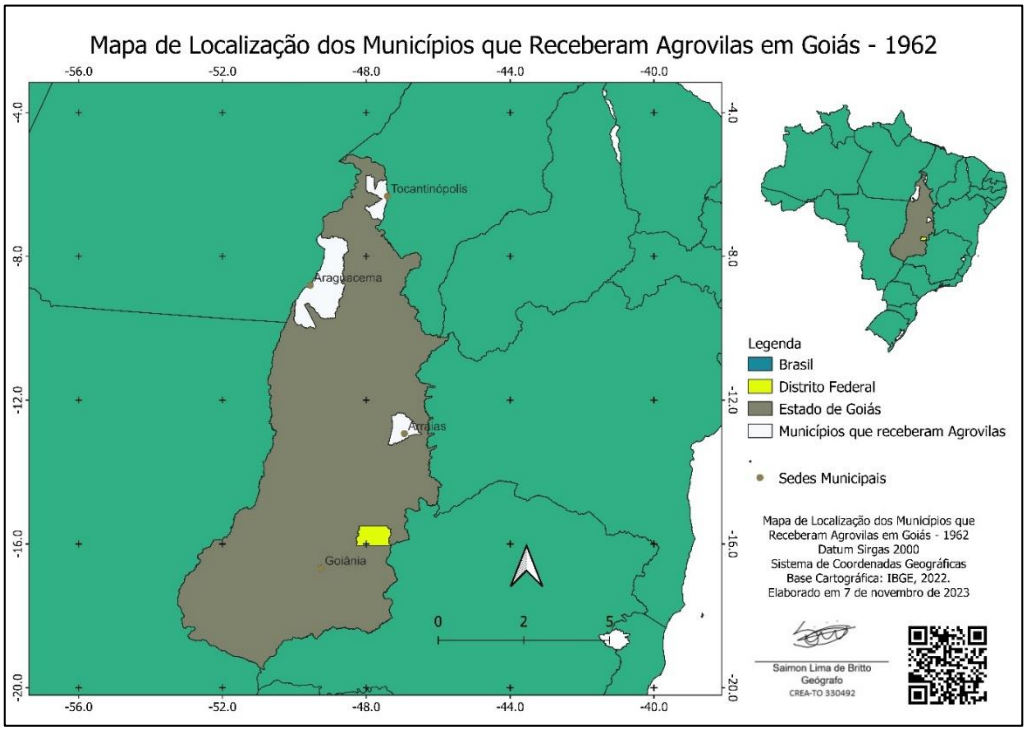
De acordo com Mauro, o projeto de agrovila visava formar comunidades dedicadas à agricultura familiar com bases cooperativistas com apoio total do estado. A Terra era estatal, não transferível, era propriedade do IDAGO, usualmente, era arrendada aos camponeses por um período de 49 anos. Os camponeses pagavam um arrendamento anual ao IDAGO, porém, de acordo com o então governador, eram valores simbólicos e mais justos, em relação aos

praticados na região à época. Os Combinados Agro – Urbanos eram registrados no Ministério da Agricultura como Sociedades Cooperativas, uma empresa com grande número de sócios, em que cada camponês era um sócio com iguais direitos (Teixeira, 1987).

Segundo Teixeira (2002), a solução lógica era a organização das pequenas propriedades em cooperativas, pois assim teriam as condições econômicas necessárias para o desenvolvimento agrário. Para Mauro Borges o melhor tipo de cooperativa agrária é aquela em que os agricultores vivem numa pequena área urbana, com algo em torno de 200 famílias para que com essa condensação pudessem ser assistidas pelas políticas públicas nas áreas de habitação, água potável, energia elétrica, postos de saúde, escolas, entre outros.

As primeiras agrovilas foram implantadas nos municípios de **Tocantinópolis**, **Araguacema** e **Arraias**. A reforma agrária no estado de Goiás era prioridade de seu plano de governo, mais conhecido como Plano MB, fazendo alusão ao seu nome. Em Tocantinópolis, a Secretaria da Agricultura do Estado de Goiás baixou a portaria de nº14 de 31 de março de 1962, criando a **Frente de Colonização do Norte do Estado**, no município de Tocantinópolis, hoje, extremo norte do Estado do Tocantins, região conhecida como Bico do Papagaio (Britto et, al., 2022).

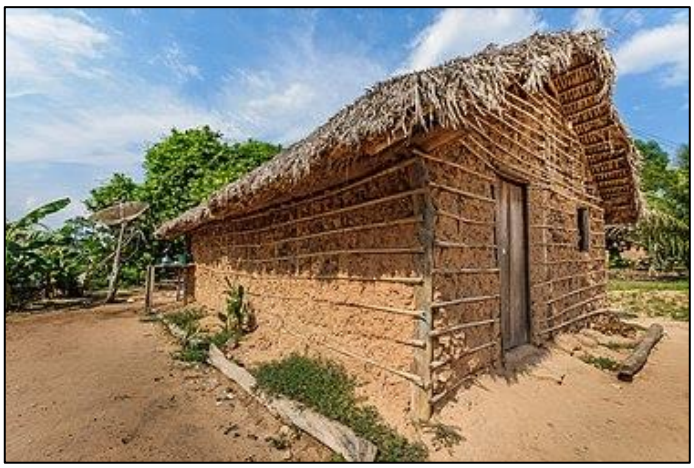
Mapa 2 – Localização dos Municípios que Receberam Agrovilas em Goiás (1962)



Base cartográfica: IBGE – 2022. Responsável Técnico: Saimon Lima de Britto – 2023.

Apesar do termo colonização, a questão era tratada como reforma agrária em seu plano de governo. A Frente de Colonização de Tocantinópolis, contava em caráter permanente com um agrônomo, um médico, um odontólogo, uma enfermeira, um chefe de escritório, um auxiliar e um administrador de campo. Em Tocantinópolis foram assentadas incialmente 45 famílias em três grupos de 15 famílias, residindo em casas rústicas de pau a pique[6], são casas típicas da região dos babaçuais, pois as mesmas são feitas com as talas e as palhas da palmeira do coco babaçu. De acordo com Teixeira (1987) abriu-se 1,5 km de estradas, ligando a cidade de Tocantinópolis à sede do projeto, além de 6 km de vias internas, ligando os núcleos familiares assentados, totalizando 60 famílias assentadas.

Imagem 2 – Casa de Pau a Pique – 2022



Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Pau_a_pique

Foi também instalada uma Escola com capacidade para 55 alunos, em casa coberta de palha de babaçu, segundo os padrões típicos locais da época. Os camponeses, além de assistência médica, dentária e agronômica, recebiam do IDAGO, sementes selecionadas e ferramentas agrícolas, segundo informações do próprio governador Mauro Borges em seu plano de governo voltado para a agricultura (Teixeira, 1987).

Atendendo à Secretaria da Agricultura, o governador do Estado de Goiás baixou o Decreto nº 33-A de 9 de abril de 1962, considerando de utilidade social, para efeito de expropriação, as áreas das Fazendas Santana e Estreito, no Município de Tocantinópolis, com o total de 42.192 hectares, para se instalar, na referida área, o projeto de reforma agrária (Casa Civil de Goiás, 1962).

[6] Casas com paredes feitas de ripas ou varas entrelaçadas e revestidas por barro; taipa, taipa de mão, taipa de sopapo, taipa de sebe. Fonte: https://www.dicio.com.br/pau-a-pique/

No ano de 1963 o governador sancionou a Lei Estadual nº 4.863 autorizando a doação de uma área de 7.000 hectares, no município de Tocantinópolis, à Cooperativa dos Babaçueiros do Norte Goiano Ltda. De acordo com essa Lei as terras se constituiam em propriedade do Estado e os camponeses teriam o período de 49 anos para trabalhar e retirar da terra seu sustento e seu usufruto (Casa Civil de Goiás, 1963). Esse sistema de arrendamento de terras públicas por parte do estado nos leva a tecer críticas, alguns pontos dessa prática devem ser questionados, debatidos e analisados socialmente e economicamente.

Se o objetivo do projeto era a constituição da reforma agrária e a colonização do território, então por qual motivo o arrendamento das terras tinha prazo definido para acabar? O fato das terras serem arrendadas, mesmo que pelo estado e mesmo com valores "simbólicos" como disse o então governador, impedia que os camponeses tivessem sua liberdade, pois sempre estariam com esse compromisso financeiro com o estado, ainda mais sendo essa cessão por tempo determinado. Não tivemos acesso ao contrato de arrendamento das terras do estado com os camponeses, nos registros documentais somente cita o prazo total de tal arrendamento, que seriam de 49 anos.

Entendemos esse arrendamento de terras estatais proposto pelo governo de Goiás em 1962 – 1963 como uma forma de controle social desses camponeses, como se não fosse o suficiente a presença massiva do estado no projeto, tinha também que ter o controle das terras, cedendo aos camponeses apenas a posse temporária e o usufruto das mesmas.

Os resultados iniciais da implantação da agrovila de Tocantinópolis foram modestos, acredita-se que o intuito era de implantar e depois de implatado aumentar e aprimorar conforme a demanda e o proprio desenvolvimento do projeto. Via de regra, o estado trabalha com dados e números e essas implantações mesmo de maneira precária já contavam nos relatórios do governo como resultados positivos e dignos de serem divulgados, até mesmo para fins eleitoreros, como ainda ocorre nos dias atuais.

Tabela 1 – Resultados da implantação da Agrovila de Tocantinópolis – GO/TO – 1962

Funcionários do Estado	N° de Famílias Assentadas	Qtd. Hectares Disponibilizados
1 – Agrônomo	45	42.192 ha (1962)
1 – Médico	15	7.000 ha (1963)
1 – Odontólogo	-	-
1 – Enfermeira	-	-
1 - Chefe de escritório	-	-
1 – Auxiliar	-	-

1 - Administrador de Campo	-	-
Total: 7	**Total:** 60	**Total:** 49.192 ha

Fonte: Plano MB – 1987. Organização: Saimon Lima de Britto – 2023.

Na tabela percebemos a ausência de pelo menos um professor, já que foi instalada no projeto de agrovila uma escola com capacidade para 55 estudantes. E assim, a agrovila de Tocantinópolis, porção extremo norte do estado de Goiás na região do Bico do Papagaio, estava implantada e já poderia constar nos relatórios de resultados do IDAGO como projeto de reforma agrária implantado e em andamento. O objetivo era implantar agrovilas em todas as regiões do estado. Garantindo a produção agrícola e a integridade do território goiano perante os demais estados limitrofes.

Percebe-se que iniciava-se com uma estrutura precária no intuito de concretizar a implantação e, posteriormente poderia buscar-se a melhoria dessas agrovilas com mais infraestrutura e investimentos de acordo com os resultados de cada projeto, mas dependendo principalmente da vontade política na época. Após o golpe civil-militar em abril de 1964, os projetos que tinham por base trabalho camponês cooperado em terras públicas foram considerados comunistas, e com a deposição do governador Mauro Borges pelos militares, o projeto de agrovila de Tocantinópolis, assim como os demais implantados pelo governo de Goiás na época, foram abandonados.

Os camponses ficaram a propria sorte e na década de 1980, os títulos das propriedades foram distribuídos aos poucos camponeses que ainda restaram no projeto, para por fim de uma vez por todas ao sistema de camponeses cooperados e a qualquer rastro ou resultado positivo que poderia vir a ser deixado pela implatação desse projeto, uma vez que tal proposta havia sido considerada comunista pelos militares após a cassação do mandato do governador Mauro Borges e a nomeação de um interventor para o estado de Goiás.

No ano de 1987, foram emancipadas como cidades via lei estadual a agrovila Combinado Agro-Urbano de Arraias que deu origem à cidade de Combinado e o Núcleo Colonial Bernardo Sayão que deu origem à cidade de Bernardo Sayão. Em 1988 cria-se o Estado do Tocantins na constituinte e em 1º de junho de 1989 esses municípios são implantados de fato, ficando as agrovilas camponesas de trabalho cooperado apenas na história desses municípios. Acredita-se que tal manobra tenha sido ainda uma última ação como forma de findar tais projetos para que não houvesse nenhuma possibilidade de retomada dos mesmos. Ao constituir-se como municipios emancipados e independentes, entende-se que o objetivo de

colonização foi alcançado, garantindo assim, através da ocupação, controle territorial tanto a nível de estado como a nível de país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que esse tipo de reforma agrária em formato de agrovilas implantados no estado de Goiás na década de 1960, não teve o resultado de reforma agrária atendido a contento. No início da implantação das agrovilas, houve resultados modestos, tendo em vista que os camponeses tiveram acesso à terra para trabalhar e produzir, e com uma estrutura mínima de atendimento social.

Analisa-se o fato de as terras serem do Estado e os camponeses ainda terem que pagar um foro anual por elas, como uma forma de aluguel com data limite de até 49 anos. Esse sistema que funciona como uma espécie de arrendamento tinha um grande problema a ser enfrentado ao final desses 49 anos, pois dependeria novamente da vontade política para ser dado continuidade. Nenhuma agrovila implantada pelo governo de Goiás chegou ao final desse prazo.

Haviam outras formas de realizar o projeto que não fosse doando os títulos das propriedades privadas de terras aos camponeses, já que o então governador não acreditava nessa modalidade de reforma agrária, por exemplo, cedendo o usufruto vitalício repassado de pais e mães para filhos e filhas, as terras permaneceriam públicas, mas nem o estado iria poder tomar e nem o campones poderiam vender. Esta é uma questão a ser discutida principalmente com os movimentos sociais que demandam essa política pública, jamais dentro de gabinetes com pessoas que não viveram tal situação.

A permanência dos camponeses no projeto teve apoio da administração direta do estado. Cumpriu com seu papel colonizador, uma vez que eram instalados nos confins do território goiano com o intuito de povoá-lo, apesar de já estar presente ali diversos povos indígenas. Assim, o governo goiano também tinha como estratégia garantir o domínio do território pela administração estadual, buscando evitar e contrapor movimentos separatistas bem como apropriações por parte de estados limítrofes.

Esses projetos de agrovilas não conseguiram sanar o problema da estrutura fundiária concentrada de terras em Goiás, os latifúndios improdutivos, pois visavam resolver problemas pontuais de grupos específicos como o caso dos camponeses babaçueiros do Bico do Papagaio no município de Tocantinópolis.

Assim, por Tocantinópolis ser considerada à época, uma cidade relevante e próximo ao aglomerado agro-urbano, de acordo com Teixeira (1987) a distância entre o centro urbano de Tocantinópolis e o projeto de agrovila era de 1,5 km. O então projeto de reforma agrária atualmente é parte do espaço urbano de Tocantinópolis ao contrário do que ocorreu com as agrovilas de Arraias que deu origem à cidade de Combinado e a agrovila de Araguacema, que deu origem a cidade de Bernardo Sayão na década de 1980, todas no atual estado do Tocantins.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Comissão da Verdade e Justiça do Tocantins. **A ditadura no Tocantins:** repressão e resistência, essa história também é nossa. Cartilha do Governo Federal, sem local e data.

BRITTO, Saimon Lima de; CALAÇA, Manoel; LIRA, Elizeu Ribeiro. **Um projeto de reforma agrária estatal no norte goiano (1960-1964)**: o combinado agro-urbano de arraias. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/enanpege/2021/TRABALHO_COMPLETO_EV154_MD1_SA143_ID5119102021125534.pdf Acesso em: 03 de julho de 2023.

BRITTO, Saimon Lima de; CALAÇA, Manoel; LIRA, Elizeu Ribeiro. **A (contra) reforma agrária em forma de projeto de colonização:** a cidade de Bernardo Sayão – TO. Anais do XX Encontro Nacional de Geógrafas e Geógrafos. Disponível em: https://www.eng2022.agb.org.br/site/anais?AREA=7#S Acesso em: 05 de dezembro de 2023.

CALIL, Wilson Romano. **Mauro Borges**: a intolerável decência de um político. 2ª Ed. Goiânia: Kelps, 2000.

ESTADO DE GOIÁS. Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento. **Reformas Administrativas**: 4 décadas de transformações no Poder Executivo. Vol. 1. Goiânia: 2005. Disponível em: http://www.sgc.goias.gov.br/upload/arquivos/2011-07/quatro-decadas.pdf Acesso em: 10 de junho de 2019.

ESTADO DE GOIÁS. Casa Civil. **Lei 4.039 de 6 de julho de 1962**: dispões sobre a criação do IDAGO e dá outras providências. Disponível em: http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/leis_ordinarias/1962/lei_4039.pdf Acesso em: 20 de abril de 2019.

_____. Casa Civil. **Lei Estadual nº 4.863 de 12 de novembro de 1963**: doação de área de 7.000 hectares de terras a Cooperativa dos Babaçueiros do Norte Goiano. Disponível em: https://legisla.casacivil.go.gov.br/api/v1/arquivos/5431 Acesso em: 03 de julho de 2023.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**: 1960. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=768&view=detalhes Acesso em: 5 de dezembro de 2023.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**: Combinado-TO. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/combinado/historico Acesso em: 6 de dezembro de 2023.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**: Bernardo Sayão-TO. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/bernardo-sayao/historico Acesso em: 6 de dezembro de 2023.

TEIXEIRA, Mauro Borges. **Estrutura agrária do governo Mauro Borges**. Brasília: Cegraf, 1987.

_____, Mauro Borges. **Tempos idos e vividos:** Minhas experiências. 2ª Ed. Goiânia: Ed. Do autor: 2002.

_____, Mauro Borges. **Plano de Desenvolvimento Econômico de Goiás**: 1961 - 1965. Vol. 1, 2. Goiânia, 1961.

Ocupar! Aquilombar! Retomar!

A Geografia Agrária e a luta de classes no Brasil

GT 7

Estado, violência e conflitos no campo

FORMA MODERNO COLONIAL DE TRABALHO ESCRAVO [1]

Cícero Luciano Ferreira de Castro [2]

Claudio Ubiratan Gonçalves[3]

Resumo

Este artigo investiga a problemática do trabalho escravo rural, assumindo a perspectiva teórica da decolonialidade para ler a realidade. Por meio de pesquisa documental, utilizando dados do site Radar SIT do Governo Federal, que monitora empresas que submetem seus funcionários a trabalhos análogos a escravidão e situações que foram noticiadas em jornais de grande circulação, foi possível identificar que ainda existem pessoas que não se libertaram do pensamento colonizador medieval eurocêntrico. Destaca-se a importância de uma abordagem crítica, considerando a colonialidade do saber e do poder como ferramentas-chave para compreender e enfrentar essa realidade de forma efetiva. Os resultados revelam a persistência do trabalho escravo nas áreas rurais, evidenciando a necessidade de políticas públicas e ações que combatam essa prática e promovam a garantia dos direitos humanos e trabalhistas. Além disso, aponta-se para a urgência de uma reflexão mais ampla sobre as estruturas de poder e conhecimento que perpetuam a exploração e a desigualdade social. Com base nesses achados, faz-se necessário o fortalecimento de mecanismos de fiscalização e punição aos responsáveis, assim como a promoção de programas de educação e conscientização para a sociedade em geral. Este estudo contribui para o debate sobre trabalho escravo no contexto atual e destaca a importância de uma perspectiva crítica para desvelar as relações de poder e dominação presentes na sociedade.

Palavras-chave: trabalho escravo, colonialidade do saber, políticas públicas.

MODERN COLONIAL FORM OF SLAVE LABOR

Abstract

This study investigates the issue of rural slave labor through document research, using data from the Government Federal's Radar SIT website and examples from major newspapers. It emphasizes the importance of a critical approach, considering the coloniality of knowledge and power as key tools to understand and address this reality effectively. The findings reveal the persistence of slave labor in rural areas, highlighting the need for public policies and actions to combat this practice and promote the guarantee of human and labor rights. Moreover, it points to the urgency of a broader reflection on the power and knowledge structures that perpetuate exploitation and social inequality. Based on these findings, it is recommended to strengthen mechanisms for monitoring and punishing those responsible, as well as promoting education and awareness programs for society at large. This study contributes to the debate on slave labor in the current context and highlights the importance of a critical perspective to unveil the power relations and domination present in society.

---

[1] Este artigo conta com suporte financeiro da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia de PE - FACEPE
[2] Doutorando em Geografia pelo PPGEO da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, cicero.luciano@ufpe.br
[3] Professor Doutor do PPGEO da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, biragrario@gmail.com

Keywords: Slave labor, Coloniality of knowledge e Public politics.

INTRODUÇÃO (justificativa implícita e objetivos)

Este artigo investiga a problemática do trabalho escravo rural, assumindo a perspectiva teórica da descolonialidade para ler a realidade. Por meio de pesquisa documental, utilizando dados do site Radar SIT do Governo Federal, que monitora empresas que submeteram seus funcionários a trabalhos análogos a escravidão e averiguando também, situações que foram noticiadas em jornais de grande circulação, foi possível identificar que ainda existem pessoas que não se libertaram do pensamento colonizador medieval eurocêntrico.

Destaca-se a importância de uma abordagem crítica, considerando a colonialidade do saber como propõe Lander (2006) e do poder proposta por Quijano (2014) como ferramentas-chave para compreender e enfrentar essa realidade de forma efetiva.

Além disso, aponta-se para a urgência de uma reflexão mais ampla sobre as estruturas de poder e conhecimento que perpetuam a exploração e a desigualdade social. Com base nesses achados, faz-se necessário o fortalecimento de mecanismos de fiscalização e punição aos responsáveis, assim como a promoção de programas de educação e conscientização para a sociedade em geral.

Este estudo pode contribuir para o debate sobre trabalho escravo no contexto atual e destaca a importância de uma perspectiva crítica para desvelar as relações de poder e dominação presentes na sociedade.

METODOLOGIA

Esta pesquisa adotou uma abordagem documental para analisar a temática do trabalho escravo rural, baseando-se no levantamento de dados disponíveis no site Radar SIT do Governo Federal. Além disso, foram considerados exemplos de comportamentos na sociedade atual, noticiados em jornais de grande circulação, como forma de ilustrar a relevância e atualidade do tema.

O primeiro passo da pesquisa consistiu em acessar o portal eletrônico do Radar SIT, que é um órgão vinculado ao Ministério do Trabalho, a fim de coletar os dados sobre situações trabalhistas à margem da lei, incluindo o trabalho escravo rural. Os dados foram obtidos a partir de informações disponibilizadas no site, como a quantidade de autos de

infração lavrados no Brasil no período de 1995 a 2021, bem como a distribuição desses autos por municípios e estados.

Após a coleta dos dados, foi utilizada a ferramenta de planilha Excel para a tabulação e organização das informações. A tabela nº 01 apresentada no texto representa os municípios com maior número de autos de infração lavrados no Brasil, destacando-se São Félix do Xingu, no estado do Pará, como o município com maior quantidade de autos de infração.

Além disso, foram elaboradas figuras (figura nº 02 e figura nº 03) para visualizar de forma gráfica a proporção de casos de trabalho escravo rural em São Félix do Xingu em relação ao restante do país, bem como a quantidade de trabalhadores em condições análogas ao trabalho escravo na zona rural ao longo do período de 1995 a 2021.

Para enriquecer a análise, foram incluídos exemplos de comportamentos e situações relacionadas ao tema do trabalho escravo rural na sociedade atual. Esses exemplos foram obtidos por meio de notícias veiculadas em jornais de grande circulação, como o caso das empresas vinícolas Aurora, Salton e Garibaldi que foram autuadas por manterem trabalhadores em regime análogo à escravidão, e o caso do policial militar que agrediu um homem fora do seu turno de trabalho.

Essa abordagem documental permitiu examinar os dados disponíveis no Radar SIT, bem como relacioná-los com exemplos reais da sociedade atual, evidenciando a persistência do problema do trabalho escravo rural e sua relevância nos dias de hoje. A utilização da planilha Excel facilitou a organização e análise dos dados coletados, contribuindo para uma melhor compreensão do fenômeno em questão.

REFERENCIAL TEÓRICO

A partir do conceito de biopoder de Foucault a espécie humana é subdividida em grupos havendo em alguns casos uma censura biológica mais conhecida como racismo. Entretanto, Mbembe (2016) com a ideia de necropolítica supera o modelo proposto por Foucault e deixa claro que as decisões oriundas da política privilegia os interesses das grandes corporações, o que na prática se traduz no esquecimento dos interesses dos trabalhadores ferindo os direitos básicos à cidadania. Logo, que raça tem o direito proeminente na racionalidade do biopoder inteiramente justificável?

A resposta para essa pergunta repousa na herança do processo de colonização europeu imposto nas colônias. A produção do conhecimento não ocorre alienada ao

contexto histórico, pelo contrário, como afirma Do Carmo Cruz e De Oliveira (2017) a produção do conhecimento está esta fixas ao tempo e espaço em que ocorrem.

Ademais, tal produção do conhecimento está ligada aos interesses de que a produz e como tal está carregada de intencionalidades, marcadas por intersubjetividade coletivas girando em torno de cosmovisões particulares como afirma Grosfoguel (2010), Mignolo (2003) e Lander (2005).

Portanto, racismo tornou-se uma tecnologia para permitir o exercício da necropolítica. Esse novo padrão de poder colonial no mundo torna-se a base da perspectiva eurocêntrica do conhecimento, assim afirma Lander (2006).

Nesse sentido, as estruturas coloniais de poder são naturalizadas nas relações sociais, o que facilitou a introdução do dualismo: moderno/atrasado, europeu/não-europeu e primitivo/civilizado. (LANDER. 2006).

Dito isso, vale ressaltar que foi com pretensões objetivas que a total separação razão – sujeito – corpo facilitou não somente a invenção da raça, mas também a aceitação dessa invenção como natural (LANDER. 2006). A condição de escravo significa a perda do lar, do próprio direito sobre o corpo e a perda do estado político. A pessoa escravizada como instrumento de trabalho tem um preço, como propriedade tem um valor.

Assim sendo, o valor em Marx consiste na "(...) ideia de um comércio regulamentado pelo Estado e a criação de riqueza [valor] enquanto uma certa quantidade de moedas acumuladas na circulação (...)" (MORAES, 1987 p. 96).

O conceito de raça usado hoje nada tem de biológico é um reflexo, uma sombra de passado perverso que algumas pessoas insistem em fazer outras reviverem. Raça tornou-se instrumento de opressão. Como reflexo da colonialidade do saber como propõe Lander (2006) ou colonialidade do poder de Quijano (2014).

Embora a palavra raça esteja carregada de uma colonialidade do poder (QUIJANO, 2014) e do saber (LANDER, 2006) que oprimem as pessoas que não se enquadram nos padrões impostos por grupos que herdaram o conjunto dos meios e modos de produção. O uso desse termo é de grande relevância para o meio acadêmico a fim de levantar a discussão e traçar planos que superem esse pensamento colonizador heteronormativo.

Ao analisar os dados do Radar SIT, fica evidente que as regiões mais afetadas pelo trabalho escravo rural são frequentemente aquelas que historicamente foram marginalizadas e subjugadas pelos processos coloniais e pós-coloniais. A exemplo disso, o município de São Félix do Xingu, no estado do Pará, emerge como um epicentro

preocupante desse tipo de exploração, demonstrando a continuidade das desigualdades estruturais e a necessidade de uma abordagem crítica para enfrentá-las.

Além disso, os exemplos de comportamentos na sociedade atual, como os casos das empresas vinícolas Aurora, Salton e Garibaldi, e o incidente envolvendo o policial militar, evidenciam a importância de uma análise que vá além dos casos isolados, considerando as relações de poder e hierarquias presentes na sociedade. A colonialidade do saber e do poder nos ajuda a compreender como essas situações estão enraizadas em estruturas mais amplas e complexas.

Diante disso, torna-se fundamental intensificar a fiscalização e as ações de combate ao trabalho escravo rural, mas também é imprescindível promover uma abordagem crítica que questione as estruturas coloniais que perpetuam essa realidade. Isso envolve o fortalecimento dos mecanismos de denúncia e proteção aos trabalhadores, bem como a promoção de ações educativas que desafiem as práticas sustentadas pela colonialidade.

Em suma, a pesquisa documental realizada oferece subsídios para a compreensão da persistência do trabalho escravo rural na sociedade brasileira atual. Os dados obtidos e os exemplos analisados revelam a necessidade de ações concretas e efetivas, mas também ressaltam a importância de uma abordagem crítica que leve em consideração a colonialidade do saber e do poder.

Além do mais, a pesquisa teórica serve de embasamento para compreender a materialização dos fatos no processo de produção do espaço geográfico, importantes para aprofundar a discussão da problemática. Somente assim poderemos buscar a erradicação do trabalho escravo e a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e livre das estruturas coloniais

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Radar SIT órgão do Governo Federal ligado ao Ministério do Trabalho, disponibiliza por meio do seu portal eletrônico dados sobre situações trabalhistas a margem da lei, entre essas situações, infelizmente há trabalho escravo.

A tabela nº 01 mostra a quantidade de autos de infração lavrados no Brasil com trabalho escravo rural no período de 1995 até 2021. Dessa forma, pode-se observar que infelizmente há 15 municípios destacados, dos quais 11 estão localizados na Região Norte, 2 na Região Sudeste e 2 na Região Norte.

O estado do Pará concentra o maior número de ocorrências com 10 municípios equivalendo a 66% do tota. Entretanto, o caso se agrava quando se leva em consideração o quantitativo de ocorrências. O estado do Pará possui o total de 73,93% do total de autos de infração que somados aos 4,50% do município de Boca do Acre no estado do Amazonas totalizam 78,43 % dos autos de infração lavrados no Brasil por prática de trabalho escravo rural no período: 1995 até 2021.

Na tabela n° 01 o que o município que mais chama atenção é São Félix do Xingu no estado do Pará por apresentar 17,08% dos autos de infração lavrados no Brasil.

TABELA Nº 01: Municípios com Mais Autos de Infração Lavrados no Brasil com Trabalho Escravo Rural Período: 1995 – 2021

MUNICIPIO	ESTADO	AUTOS DE INFRAÇÃO
São Félix do Xingu	PA	1123
Marabá	PA	575
Novo Repartimento	PA	541
Itupiranga	PA	473
Açailândia	MA	447
Pacajá	PA	419
Rondon do Pará	PA	408
Goianésia do Pará	PA	377
Bom Jardim	MA	361
São Geraldo do Araguaia	PA	345
João Pinheiro	MG	307
Santa Luzia	MG	303
Paragominas	PA	302
Santana do Araguaia	PA	298
Boca do Acre	AM	296

FONTE: SIT trabalho.gov. Disponível me: < https://sit.trabalho.gov.br/radar/> Acesso em 26 de março de 2023.

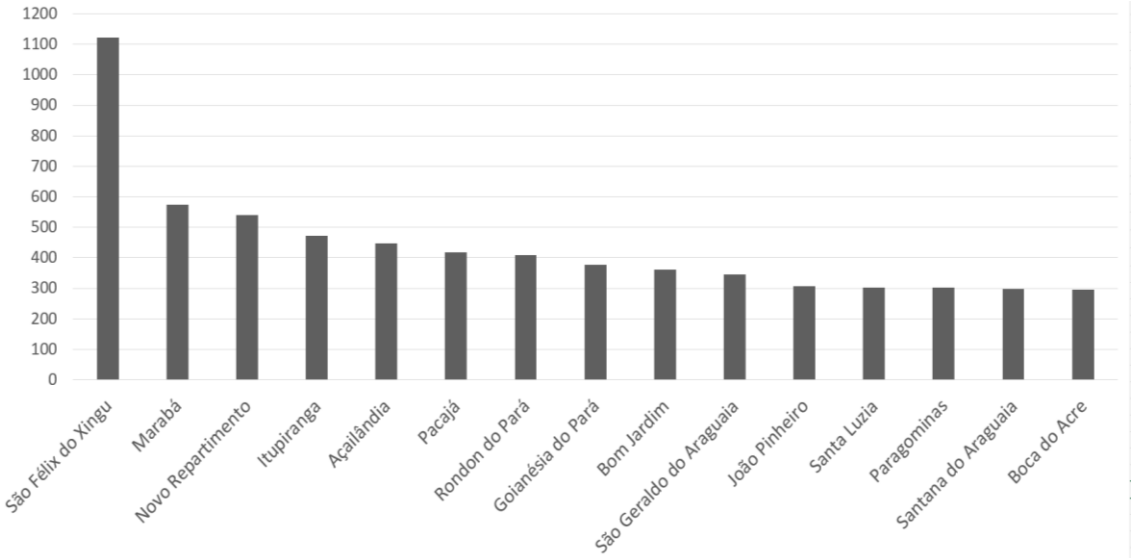
Segundo dados do IBGE de 2021 São Félix do Xingu no estado do Pará possui uma população de 135,7 mil habitantes distribuídos numa área de 84.210 Km^2 ficando distante 1050km da capital Belém.

De acordo com o Observatório do Trabalho Escravo e do Tráfico de Pessoas foram resgatadas 1.153 pessoas do trabalho escravo no período de 1995 até 2021 o que contabiliza uma média de 41,2 pessoas por ano.

Vale ressaltar que antes do processo de colonização o município de São Félix do Xingu era habitado por diversos povos indígenas, dentre os quais destacam-se os Caiapós, Araras, Arauetés, Paracanãs e Asurinis.

A figura nº 01 ilustra a quantidade de autos de infração lavrados no Brasil por prática de trabalho escravo rural no período: 1995 até 2021. Nela torna-se visível a proporção de casos que o município de São Félix do Xingu / PA possui em relação ao resto do país.

FIGURA 01: Municípios com Mais Autos De Infração Lavrados no Brasil com Trabalho Escravo Rural Período: 1995 – 2021



FONTE: SIT trabalho.gov. Disponível me: < https://sit.trabalho.gov.br/radar/> Acesso em 26 de março de 2023.

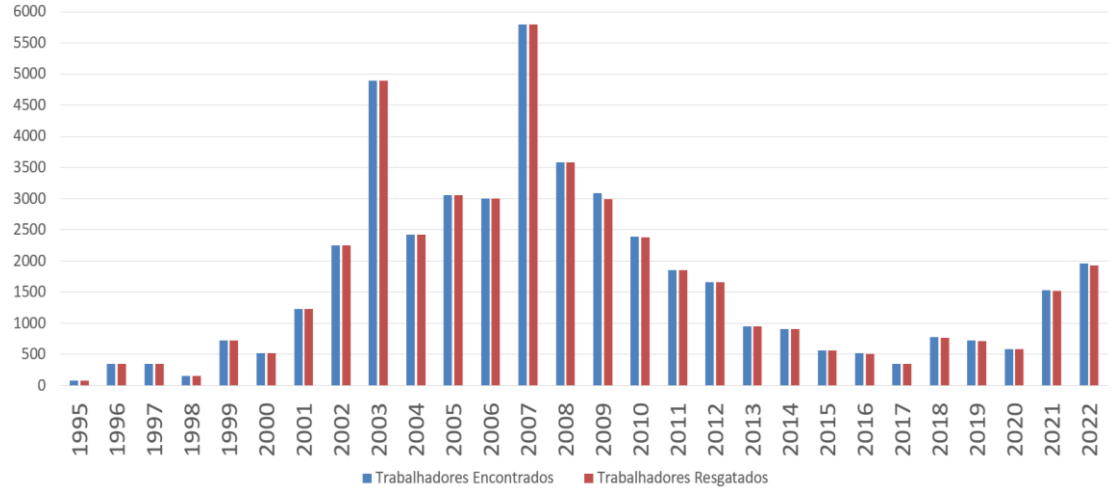
Já a figura nº 02 proporciona uma visão geral dos casos de trabalhadores em condições análogas à trabalho escravo na zona rural no período: 1995 até 2021.

Dito isso, pode-se observar que anos que mais ocorreram situações de trabalhadores em condições análogas à trabalho escravo na zona rural foram nos anos de 2003 e 2007. Os anos que menos tiveram ocorrência foram os períodos de 1995 até 2000 e depois de 2016 até 2020.

Mesmo com esses dados disponibilizados pelo Governo Federal através do Ministério do Trabalho e acompanhados por órgão e entidades que expressam interesses nessa pauta, fica o questionamento.

O que levou a diminuição desses dados nos dois períodos mencionado? Há evidências para afirmar que os números reduzidos de notificações do primeiro período (1995 até 2000) está ligado a adequação dos processos de autuação e atuação do poder público levando em consideração a conjuntura política da época?

FIGURA 02: Quantidade de Trabalhadores em Condições Análogas à Trabalho Escravo Zona Rural Período: 1995 – 2021



FONTE: SIT trabalho.gov. Disponível me: < https://sit.trabalho.gov.br/radar/> Acesso em 26 de março de 2023.

O que dizer do segundo período (2016 até 2020)? Estaria esse período ligado ao plano de governo neoliberal no qual o Brasil foi mergulhado no dia 31 de agosto de 2016? O desmonte e precarização de setores de controle e vigilância do Governo que atuavam na área contribuíram para subnotificação?

Segundo matéria publicada no portal G1 do Rio Grande do Sul, recentemente as empresas vinícolas Aurora, Salton e Garibaldi foram autuadas por manterem 207 trabalhadores rurais em regime análogo a escravidão.

Essas empresas terceirizavam a contratação de trabalhadores agrícolas por intermédio da empresa D&G Serviços de Apoio Administrativo, que em 2021 foi alvo de denúncias por um trabalhador que não aguentou o tratamento que recebia.

> Na ação, a defesa explica que o trabalhador recebia 2 refeições diárias com quantidade insuficiente de alimentos, e que ele sofria discriminação por sua origem (o homem é baiano, assim como os trabalhadores resgatados na ação de fevereiro), "sendo constantemente ofendido, xingado, e humilhado com palavras de cunho discriminatório" PORTAL G1, Caderno Trabalho e Carreira 08 de março de 2023.

De acordo com a reportagem da Revista ISTOÉ, publicada no dia 09 de março de 2023, um Policial Militar na cidade de Goiânia no estado de Goiás fora do seu turno de trabalho chicoteia um home que estava esperando um prato de macarrão instantâneo, que

havia pagado. O fato foi filmado e postado no Instagram, ocorreu quatro dias antes da notícia ser publicada na Revista ISTOÉ.

Fatos assim não ocorrem unicamente recentemente, como por exemplo quando em 20 de abril de 1997 cinco jovens queimaram o indígena, cacique Galdino da tribo Pataxó Hã-hã-Hãe, que dormia na parada de ônibus, disponível no acervo do Correio Braziliense

> A madrugada posterior à comemoração pelo Dia do Índio, em 19 de abril de 1997, chocou todo o Brasil. Por volta das 5h30 de domingo, à época, 20 de abril, cinco amigos deixavam o Centro Comercial Gilberto Salomão com um carro Monza preto, após uma noitada. Na parada de ônibus da 703 Sul, estacionaram o veículo para "brincar". No local, dormia o cacique da tribo Pataxó Hã-hã-Hãe Galdino Jesus dos Santos, 44 anos.
> O quinteto, que morava no Plano Piloto, era formado por Antônio Novely Vilanova, na época com 19 anos, Max Rogério Alves, 19, Tomás Oliveira de Almeida, 19, Eron Chaves Oliveira, 18 e G.A.J., 17, estava munido com álcool e fósforos. Eles utilizaram o material para queimar vivo o indígena, que visitava Brasília pela segunda vez.
> Galdino havia chegado na capital ainda naquele sábado, juntamente com outros oito índios da tribo oriunda do Sul da Bahia. Após comemorarem a data com protestos, o cacique deixou a festa por volta de 0h e se direcionou até a pensão onde estava hospedado, a 200 metros do ponto de ônibus onde ocorreu a tragédia. Perdido, chegou ao local às 3h, contudo, não pôde entrar. "A dona da pensão o barrou na e disse que já passavam das 21h ; hora em que as portas normalmente se fecham", relatou um primo do cacique ao Correio, à época. CORREIO BRAZILIENSE Acervo 20 de abril de 2018.

Diante dos dados expostos, Rodrigues (2020) afirma que a permanência do trabalhador escravo, aliado a precarização das condições de trabalho e a superexploração dele, são estratégias para que as empresas lucrem cada vez mais.

Por consequência, desse conjunto de acontecimentos ocorre a invenção da raça que consegue atribuir aparência natural ao processo de escravização dos povos africanos. Para Quijano (2005) esse novo padrão de poder global – com a colonização das Américas – dá início a modernidade.

Assim sendo, são postas novas relações materiais e intersubjetivas, pautadas no processo de escravização dos povos africanos e o aldeamento dos povos indígenas, só assim era possível através da monocultura da cana-de-açúcar, produzir e exportar açúcar para Europa.

Enquanto para os europeus, todo esse processo significou emancipação para os povos indígenas e africanos isso significou submetimento, escravidão (DUSSEL, 2000).

Passados mais de quinhentos anos após o início do processo de colonização nas américas, sobretudo no Brasil e mesmo tendo nos tornado um país soberano o pensamento do colonizador ainda repousa no imaginário coletivo de parte da sociedade.

Fruto de uma intersubjetividade construída ao longo dos séculos, que tem suas bases de sustentação no pensamento universal a partir de uma centralidade europeia, cotidianamente pratica-se posturas merecedoras de total repúdio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da pesquisa documental realizada, utilizando como fonte principal para o levantamento de dados disponíveis no site Radar SIT do Governo Federal, e complementada por exemplos de comportamentos na sociedade atual noticiados em jornais de grande circulação, foi possível obter uma visão mais abrangente sobre a temática do trabalho escravo rural.

Os resultados obtidos revelam a persistência desse problema no Brasil, apesar dos esforços e políticas implementadas para combatê-lo ao longo dos anos. No entanto, é importante destacar que a compreensão dessa realidade requer uma abordagem crítica, levando em consideração a colonialidade do saber e do poder.

A colonialidade do saber proposta por Lander (2006) e do poder proposta por Quijano (2014). tornam-se ferramenta-chave para a leitura crítica da realidade, pois nos permite compreender como as estruturas coloniais moldam a forma como percebemos e interpretamos as questões sociais. No contexto do trabalho escravo rural, a colonialidade nos ajuda a reconhecer como a exploração e a violação dos direitos humanos são perpetuadas por relações de poder desiguais, em que certos grupos detêm o poder e impõem sua vontade sobre outros.

Com base nesses achados, recomenda-se o fortalecimento de mecanismos de fiscalização e punição aos responsáveis, assim como a promoção de programas de educação e conscientização para a sociedade em geral. Este estudo contribui para o debate sobre trabalho escravo no contexto atual e destaca a importância de uma perspectiva crítica para desvelar as relações de poder e dominação presentes na sociedade.

Os resultados revelam a persistência do trabalho escravo nas áreas rurais, evidenciando a necessidade de políticas públicas – fora dos padrões estabelecidos pela necropolítica de Mbembe (2016) – e ações que combatam essa prática e promovam a garantia dos direitos humanos e trabalhistas. Como propõe Dussel (2000) apenas

rompendo com o mito da modernidade é que a população pode livrar-se do pensamento colonizador medieval europeu.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Painel de Inspeção do Trabalho. Radar SIT**. Painel de Informações e Estatísticas da Inspeção do Trabalho no Brasil. Ministério do Trabalho e Emprego. TEM. Brasília – DF, 2023. Disponível em: <https://sit.trabalho.gov.br/radar> Acesso em: 02 abril de 2023.

CASEMIRO, Poliana; MOREIRA, Matheus. Vinícolas pagarão R$ 9.661 em indenização a cada trabalhador resgatado em condição de escravidão no RS. **Portal G1 Rio Grande do Sul**. 10 de março de 2023. Disponível: https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2023/03/10/vinicolas-pagarao-r-9661-a-cada-trabalhador-em-indenizacao-por-trabalho-escravo.ghtml Acesso em 15 de janeiro de 2024.

DO CARMO CRUZ, Valter; DE OLIVEIRA, Denílson Araújo (Org.). **GEOGRAFIA E GIRO DESCOLONIAL: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico**. Rio de Janeiro.1ª edição. Letra Capital, 2017.

DUSSEL, E.: Europa Moderniad y Eurocentrismo. **Ciências Sociais, Perspectivas Latino-Americanas** , p. 41-54, 2000.

GROSFOGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista crítica de ciências sociais**, n. 80, p. 115-147, 2008.

LANDER, Edgardo. Marxismo, eurocentrismo y colonialismo. **La teoría marxista hoy: problemas y perspectivas**, p. 209-243, 2006.

_____. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO**, p. 8-23, 2005.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte & ensaios**, v. 2, n. 32, p. 122-151, 2016.

MIGNOLO, Walter D. **Histórias locais-projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Minas Gerais: Ed. UFMG, 2003.

MORAES, Antônio Carlos Robert; COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia crítica a valorização do espaço**. São Paulo: 2ª edição Editora HUCITEC, 1987.

PERES, Sarah. Morte do índio Galdino, em Brasília, completa 21 anos hoje. **Correio Braziliense.** Caderno Cidades. 20 de abril de 2018. Disponível: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2018/04/20/interna_cidadesdf,675182/morte-do-indio-galdino-em-brasilia-completa-21-anos-hoje.shtml Acesso em 15 de janeiro de 2024.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. De Saberes y de Territorios-diversidad y emancipación a partir de la experiencia latino-americana. **Polis. Revista latinoamericana**, n. 22, 2009.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO**, v. 233, 2005.

REVISTA **ISTO É**: Vídeo: PM de folga 'chicoteia' homem que esperava prato de macarrão. Caderno Geral. 09 de março de 2023. Disponível: https://istoe.com.br/video-pm-de-folga-chicoteia-homem-que-esperava-prato-de-macarrao/ Acesso em 15 de janeiro de 2024.

RODRIGUES, Sávio José Dias. **Quem não tem é escravo de quem tem: Migração camponesa e a reprodução do trabalho escravo contemporâneo**. 1ª edição. Paco e Littera, Jundiai – SP 2020.

CAMPO E CIDADE NO LESTE DE MATO GROSSO DO SUL: APROPRIAÇÃO DO TERRITÓRIO PELA AGROINDÚSTRIA CELULÓSICA E CONFLITUALIDADES

Diego Ribeiro Guimarães[1]

RESUMO

A industrialização do campo levou consigo diversos efeitos danosos aos camponeses e sua família, como a perda da autonomia alimentar e produtiva. A partir de quando a indústria, o mercado e o capital se apossam do território camponês, urge a necessidade de obter dinheiro e a comida perde esse caráter e torna-se mercadoria. A saída desses camponeses do campo, causam um desconforto social nas cidades, que inflam e os serviços públicos não conseguem atender de forma eficaz, a população, principalmente a trabalhadora. No Leste de Mato Grosso do sul, as contradições sobressaltam os olhos constantemente. Os números de emprego, lucros e produção de celulose, não param de crescer, porém, há uma população que sofre os efeitos desse "desenvolvimento", com a falta de moradia, por exemplo, seja no campo ou na cidade. Muita terra nas mãos de poucos donos, refletem em pouca terra para produção de alimentos e assim, a consequência da falta de terra e falta de incentivos estatais para o plantio dos pequenos é um estado sem soberania e sem segurança alimentar.

Palavras-chave: Camponeses; Produção de Alimentos; Concentração de Terras; Geografia Agrária.

RESUMEN

La industrialización del campo trajo consigo varios efectos nocivos para los campesinos y sus familias, como la pérdida de alimentos y de autonomía productiva. Desde el momento en que la industria, el mercado y el capital se apoderan del territorio campesino, surge la necesidad urgente de obtener dinero y los alimentos pierden su carácter y se convierten en mercancía. La salida de estos campesinos del campo provoca malestar social en las ciudades, que inflama y los servicios públicos son incapaces de atender eficazmente a la población, especialmente a la población trabajadora. En el Este de Mato Grosso do Sul, las contradicciones llaman constantemente la atención. Las cifras de empleo, ganancias y producción de celulosa siguen creciendo, sin embargo, hay una población que sufre los efectos de este "desarrollo", con la falta de vivienda, por ejemplo, ya sea en el campo o en la ciudad. Mucha tierra en manos de unos pocos propietarios resulta en poca tierra para la producción de alimentos y, por tanto, la consecuencia de la falta de tierra y de incentivos estatales para plantar pequeños cultivos es un Estado sin soberanía y sin seguridad alimentaria.

Palabras clave: Campesinos; La producción de alimentos; Concentración de Tierras; Geografía Agraria.

INTRODUÇÃO

[1] Doutorando pelo Curso de Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus Três Lagoas – UFMS/CPTL, diego.r@ufms.br.

A região leste de Mato Grosso do Sul (MS) especializou-se nas últimas décadas, com a instalação da primeira planta agroindustrial de celulose no leste do MS comandada na época pela Votorantim Celulose e Papel (VCP), no plantio de eucalipto e na produção de pasta de celulose. No entanto, isso não se instaurou do simples desejo capitalista de produzir, foram diversos arranjos espaciais, jurídicos e sociais para que isso se tornasse um fato. A instalação efetiva de agroindústrias papeleiras no leste do MS (duas em funcionando – Suzano e Eldorado Brasil) dependeu de arranjos com o Estado nas 3 esferas, a saber: flexibilização de lei ambiental, criação de condições de infraestrutura, migração e, o mais importante, acesso à terra e a água.

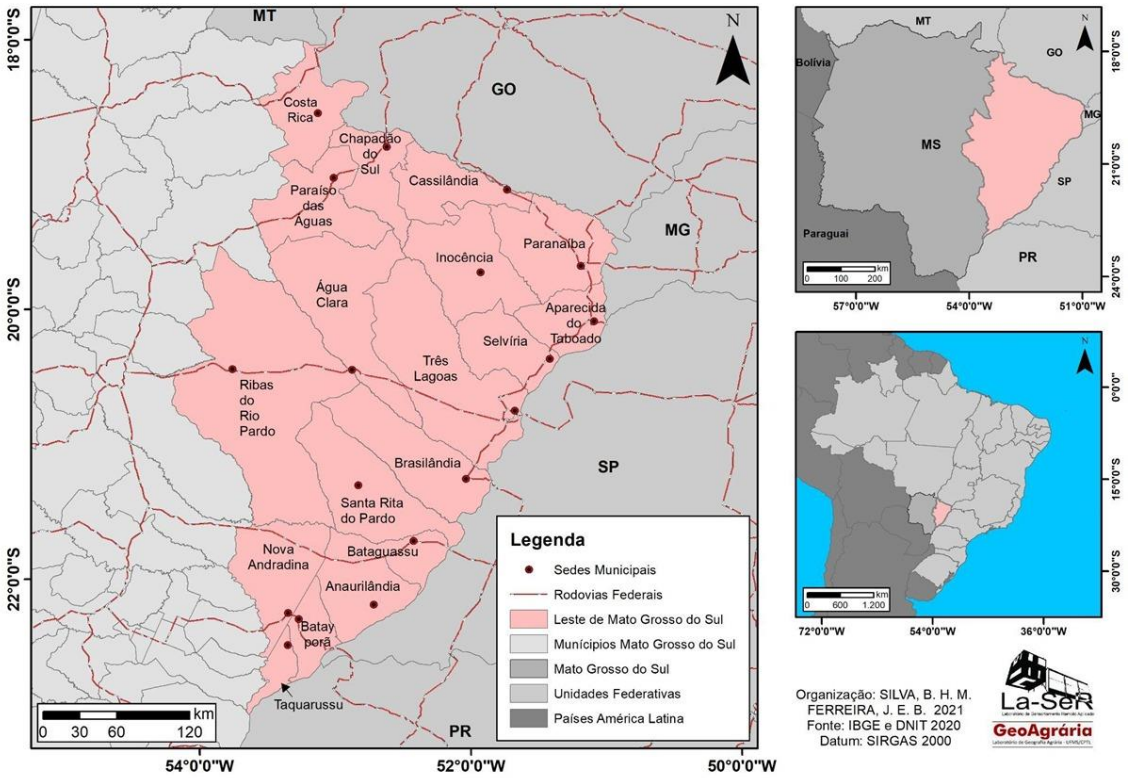
É certo que a região não é a maior produtora de eucaliptos do país, e nem o estado de Mato Grosso do Sul (MS) é o maior produtor, no entanto, a região leste de MS teve um crescimento na produção, sem precedentes, locais como Três Lagoas (MS) que não possuia tradição na produção de eucalipto, saiu de 36.298 ha plantados em 1995 para 214.168 ha em 2017. Isso é um crescimento que tem avançado sobre as comunidades rurais e os dois únicos assentamentos do município.

Nisto, o Estado tem sido subserviente e tem ainda contribuído para a instalação dessas empresas, visto que a estrutura das estradas e dos serviços de atenção para o bom andamento dos processos jurídicos para a instalação das empresas, tudo é resolvido sem complicação, assim como foi em Três Lagoas, em Ribas do Rio Pardo e está agora em tramitação todas as benesses da mão do Estado para o município de Inocência, todos no Leste de MS.

Apresentar os conflitos territoriais, a fim de explicitar a condição em que as famílias camponesas foram submetidas e as condições que esses empreendimentos deixam as cidades, com alta circulação financeira, mas, esconde os pobres que passam não ter direito à cidade. A fome e a miserabilidade afetam essas pessoas, porém, nada se faz de efetivo, pois a manutenção da pobreza é parte do projeto do capital. Produzir comida é o maior desafio. A chuva de agrotóxicos é constante e polui a água, o ar, a terra e as pessoas. O solo é contaminado por venenos dos mais variados, então, contrapor por meio da pesquisa, a racionalidade tão propagada pelas agroindústrias que afligem a região Leste de MS é a proposta maior deste texto.

A Região Leste de Mato Grosso do Sul é formada 18 municípios: Cassilândia, Chapadão do Sul, Costa Rica, Paraíso das Águas, Aparecida do Taboado, Inocência, Paranaíba, Selvíria, Água Clara, Brasilândia, Ribas do Rio Pardo, Santa Rita do Pardo,

Três Lagoas, Anaurilândia, Bataguassu, Bataiporã, Nova Andradina e Taquarussu, conforme mostra o mapa 1.



Mapa 1: Localização da região Leste de Mato Grosso do Sul
Fonte: IBGE e DNIT, 2020.
Org.: SILVA, B. H. M e FERREIRA, J. E. B, 2021.

METODOLOGIA

O desenvolvimento do trabalho apresentado, pauta-se na busca pela compreensão da realidade social no Leste de Mato Grosso do Sul, por meio do materialismo histórico e materialismo dialético, a fim de trazer a teoria como produto final do pensamento deste material. Nisto, ajuda-nos, principalmente, os escritos do professor José Paulo Netto (2011), sobre o método marxista. Para isso, as análises sobre o território, bem como as contradições, conflitos, os processos hegemonicos serão conceitos importantíssimos para a discussão dessa realidade conflituosa que se dá no Leste de Mato Grosso do Sul.

Ainda, estaremos pautados em pesquisadores que já pesquisaram e pesquisam a região e o cultivo de eucalipto além de outros que já trouxeram muito conteúdo social e ambiental bem como sua relação direta com a produção de eucalipto, para sustentar uma agroindustria exploratória. As pesquisas de campo, realizadas na região, também aparecem no texto, como aporte sustentador dos resultados neste texto.

REFERENCIAL TEÓRICO

O campo, desde o início do desenvolvimento da indústria, foi a resistência ao avanço do capital, no entanto, o domínio de práticas agrícolas pela industrialização, assim, com o desenvolvimento de agroindústrias, pode-se observar a mudança no modo de vida do camponês que passa agora, a não mais ser um camponês que produz e vive da terra, mas sim, um camponês que também depende do capital. Kautsky (1980), apresenta esse círculo vicioso que o capital e a industrialização levaram o camponês:

> O desenvolvimento da indústria urbana lança também o germe da dissolução da família rural primitiva. Inicialmente a propriedade do camponês continha a terra necessária à alimentação da sua família e às vezes mesmo para o pagamento do foro aos senhores. Mas quanto mais o lavrador caía sob a dependência do mercado, quanto mais tinha necessidade de dinheiro, quanto maior era por conseguinte o excesso de gêneros que devia colher e vender, tanto mais tinha necessidade de terra (Kautsky, 1980, p. 33).

Com isso, Kautsky apresenta a forma avassaladora com que a indústria transforma a forma de vida de camponeses, que antes da chegada do capital e das agroindústrias, possuíam um modo de vida dependente da natureza e não da indústria. A partir de quando é necessária a saída do camponês de sua terra para comprar insumos para cuidar dos plantios, como a enxada, o facão, a foice e os demais utensílios para a lida, a dependência da natureza é interrompida.

Na região Leste de Mato Grosso do Sul, é possível também verificar essa complexidade posta. A região, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ganhou notoriedade devido a chegada de empresas de celulose-papel, com plantas de agroindustria instaladas nos munícipios, principalmente em Três Lagoas, Ribas do Rio Pardo e, em 2022 foi aprovada a chegada da intalação de mais uma agroindústria no município de Inocência. Assim, a eminete expulsão dos camponeses do campo era fatal.

Em Três Lagoas, as empresas que operam as agroindústrias são Suzano e Eldorado Brasil, em Ribas do Rio Pardo, a Suzano iniciará as operações em 2024 e em Inocência, a empresa a se instalar é Arauco, que iniciará sua operação em 2028. O Jornal do Povo (2022), apresenta a quantidade de empresas na região, bem como a capacidade produtiva dessas empresas na região:

> Mato Grosso do Sul conta atualmente com três fábricas de celulose instaladas e em operação no município de Três Lagoas: uma da Eldorado Brasil, com capacidade de produção de 1,8 milhão de toneladas de celulose por ano; duas da Suzano, que produzem 3,25 milhões de toneladas por ano. A Suzano iniciou a construção de mais uma fábrica no Estado, em Ribas do Rio Pardo, que será a maior planta industrial de celulose do mundo, produzindo 2,55 milhões toneladas/ano (JORNAL DO POVO, 2022, s.p).

A instalação da empresa Arauco, que é uma empresa chilena e até o momento, sem condições de comprar terras para suprir a necessidade de plantação, mas, a empresa possui madeira plantada suficiente para o início da produção (JORNAL DO POVO, 2022). A planta agroindustrial possui o nome de "Projeto Sucuriú" devido a proximidade da planta da agroindústria ao rio de mesmo nome.

A prefeitura de Inocência (2022) apresenta que o projeto da empresa está localizado "a 50km de Inocência e fica na margem esquerda do Rio Sucuriú, a 100km do Rio Paraná, próximo à rodovia MS 377 e a 47km da malha ferroviária", assim, o município e o estado conseguem entregar à Arauco, todas as formas viáveis para o escoamento da produção e até com a construção e melhorias de outras estruturas eficientes para atender os diversos setores da industria ali instalada, conforme aponta a Agência Estadual de Gestão e Empreendimentos de Mato Grosso do Sul (AGESUL) (2023):

> Para acompanhar o crescimento da cidade e o aumento populacional, estão na lista de prioridades de infraestrutura a construção de um acesso rodoviário à fábrica, pela MS-377; a instalação de terceira faixa em pontos estratégicos da mesma rodovia; a pavimentação de 38 quilômetros da MS-316, entre Inocência e Paraíso das Águas; a implantação de um aeroporto na cidade; e a construção de moradias, entre outras obras. As medidas estão previstas no Plano Estratégico de Organização de Territorial (PEOT) do município (AGESUL, 2023, s.p).

O que se vê, com isso, além do Estado a serviço do capital, é a integração da cidade e do campo, dos serviços da cidade à disposição desse setor violento com a população local. Almeida (2011), destaca com precisão, essa aliança feita entre o capital e a política local:

> (...) a questão agrária é o centro histórico das dificuldades do Brasil rumo ao projeto de democratização no campo e na cidade, que se procura situar o campo sul-mato-grossense. Isso porque, ao contrário do que se pensa, nessa terra do boi, da soja e agora do eucalipto, símbolos do agronegócio, a aliança dos capitalistas com os proprietários

> de terra tamém perpetuou a presença viva e atuante de estruturas do passado. Aliança, essa de longa duração porque representa um pacto de classes para coadunar interesses e bloquear a divisão da terra, o que faz que nossa questão agrária continue um problema nacional, político e de classe (ALMEIDA, 2011, p. 109).

O estado de Mato Grosso do Sul, oferece todas as oportunidades possíveis para a instalação dessas agroindústrias, bem como o afrouxamento ou até mesmo extinção de leis ambientais, bem como o acesso aos recursos naturais, como a água, a terra, o Cerrado (fauna e flora) e o ar. E sobre essa expansão do capital sobre o campo, é importante salientar que é uma busca pela apropriação privada da renda da terra, porém, financiada pela sociedade. Martins (1981), apresenta essa questão de forma objetiva:

> A expansão do capitalismo no campo se dá primeiro e fundamentalmente pela sujeição da renda territorial do capital. Comprando a terra, para explorar ou vender, ou subordinando a produção de tipo camponês, o capital mostra-se fundamentalmente interessado na sujeição da renda da terra , que é a condição para que ele possa sujeitar também o trabalho que se dá na terra (MARTINS, 1981, p. 177).

Neste ponto, é viável observar, que a concentração de terras nas mãos de latifundiários, é uma estratégia do capital de explorar não somente o trabalho do camponês ou do trabalhador das agroindústrias, mas, também, a renda que é extraída dessa exploração do trabalhador e da terra. A concentração fundiária no Leste de Mato Grosso do Sul (MS), pode ser observada por meio, também, do decréscimo populacional que a região passa, desde o censo de 1991, que foi o promeiro a contabilizar a região.

À maneira que a terra se concentra no campo, a população rural diminui. Os números do IBGE mostram que em 1991, a região leste possuía 77.371 pessoas que habitavam o campo. No ano de 2000, esse número caiu para 67.304 pessoas, em 2010, para 62.969 pessoas[2]. Em contrapartida, a concentração da terra na região aumentou entre os anos de 1995 e 2017.

[2] Até a data de publicação do texto, ainda não foram disponibilizados os habitantes do campo na região Leste de MS, pelo IBGE, do último censo demográfico.

Tabela 1: Concentração fundiária no Leste de Mato Grosso do Sul – 1995 e 2017.

	1995		**2017**	
	Propriedades	Área (ha)	Propriedades	Área (ha)
<200 há	3.777	257.725	6.438	291.577
De 200 a <1.000 há	3.469	1.698.798	2.966	1.503.994
> 1.000	1.851	5.617.279	1.813	6.009.771

Fonte: Ferreira, 2022.

Ferreira (2022), portanto, mostra que em 1995 a região Leste do MS possuía 3.777 propriedades menores que 220 ha e ocupava uma área total de 257.725 ha. Já as propriedades entre 200 e menores que 1.000 ha eram um total de 3.469 e ocupavam uma área de 1.698.798 ha e, 1.851 é o número das propriedades maiores que 1000 ha e que ocupavam uma área de 5.617.270 ha. Agora, já em 2017, a pesquisadora ainda apresenta que os imóveis menores que 200 ha aumentou para 6.438 estabelecimentos e passaram a ocupar uma área de 291.577 ha, já os imóveis de 200 ha e menores que 1.000 ha diminuíram para 2.966, com área total de 1.503.994 ha. Por fim, as propriedades maiores que 1.000 ha também diminuíram, no entanto, a área aumentou para 6.009.771 ha, o que revela a face astuta da concentração de terras.

Almeida (2011, p. 109), deixa claro que "mesmo quando a estrutura fundiária é focada na unidade de produção Mato Grosso do Sul revela a concentração da terra em poucas e privilegiadas mãos". Assim, a estrutura fundiária no Leste de MS somente acompanha a realidade de todo o estado, que é altamente concentrado. Esses dados apresentados por Ferreira (2022), portanto, mostram que a concentração de terras é violenta contra a população do campo e também contra as cidades, pois a população que deixa o campo passa a super lotar as cidades e a exigir mais eficiêcia dos governos em ações para abrigar essas pessoas com os direitos preservados.

Em Ribas do Rio Pardo, por exemplo, acontece uma superlotação na cidade, devido a chegada de trabalhadores de outros lugares e também, do campo. A instalação da planta agroindustrial da Suzano no município, tem causado diversos desajustes sociais, como a falta de moradia e altos valores dos aluguéis. O Correio do Estado (2023) levantou um importante aspecto, sobre um direito fundamental para o cidadão: a moradia. Segundo

o jornal, “pessoas de baixa renda tiveram de abandonar as casas de aluguel e morar em barracos de lona” e foi apurado também, que “novos moradores não acham casa para morar e, os que acham, tem de arcar com um aluguel de R$ 3 mil em uma residência simples de dois quartos, sala, banheiro, cozinha, garagem e quintal”.

O poder público se move a passos lentos (quando se move), para resolver a questão de moradia aos trabalhadores. Essa deficiência de moradia não pode ser entendida, ainda, como simplesmente um acaso que ocorreu em Ribas do Rio Pardo, um município tradicionalmente rural e, à ótica do materialismo histórico e dialético compreende-se que é o projeto principal do capital. É método. É exploração. É acumulação! No Leste do MS, a acumulação e apropriação de terras, não tem limite. O capital compra e se apropria, o pobre, deve se contentar com a lona. No capital não se têm surpresas aos políticos que com ele comungam e nem aos capitalistas.

Fabrini (2019 p. 149) destaca que “a apropriação da terra no Sul de Mato Grosso do Sul foi realizada de modo concentrado desde passado distante”, ou seja, “a estrutura fundiária no Sul de Mato Grosso do Sul ‘nasceu’ concentrada, o que se desdobrou em conflito e exclusão dos camponeses da terra”. O autor ainda destaca o importante papel que as oligarquias e o Estado possuem, numa antiga aliança já apresentado neste texto anteriormente por Almeida (2011).

> A apropriação capitalista da terra comandada por uma oligarquia regional dificultou a expansão da pequena propriedade no Sul de Mato Grosso do Sul, pois o Estado, desde passado distante, promoveu a transferência de terras públicas por meio da venda ou arrendamento aos grandes proprietários. A atuação do Estado, somada às ilegalidades na apropriação da terra, proporcionou estrutura fundiária altamente concentrada (FABRINI, 2019, p. 152).

E no Leste do estado, esse quadro da História o qual Fabrini (2019) traz, se reproduz. Segundo Bersani (2022), os dados sobre o monopólio da terra pelas empresas de eucalipto (Suzano e Eldorado Brasil) no MS, indicam que o arrendamento de terras é hegemônico - conforme dados da Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas (ABRAF).

Quadro 1: Área disponível às agroindústrias no Leste de MS: modelo de posse.

Própria	**Arrendamento**	**Fomento**
37,3 %	62,3%	0,4%

Fonte: Bersani, 2022.

O controle das terras para a territorialização do capital é visível e as empresas que possuem atualmente mais de 1 milhão de hectares de terra disponível para plantar eucalipto, novamente, lucram com a saída do camponês do campo. A foto 1 mostra uma chamada da empresa Eldorado Brasil, no ano de 2022, no município de Selvíria, também no Leste de Mato Grosso do Sul, para os proprietários que desejam vender suas terras. Estratégicamente, o *outdoor* estava na frente de uma entreda do Assentamento São Joaquim.

Foto 1: Propaganda da Eldorado Brasil para compra de terras, em frente ao Assentamento São Joaquim em Selvíria: 2022.
Fonte: O autor, 2022.

Segundo a Propel (2022), o MS ocupa o 3º lugar na produção de celulose. Este crescimento tem relação com a região leste de MS que teve um crescimento na silvicultura sem precedentes. O MS que não possuia tradição na produção de celulose, passou a possuir em 2022, conforme Ferreira (2023), 1.181.536 ha de área destinada à silvicultura. Esta expansão tem significado cerco as comunidades rurais assentamentos da Reforma Agrária na região.

As agroindústrias do estado estão todas localizadas na região Leste e com duas empresas atuantes, as quais são a Eldorado Brasil e a Suzano, com atividades em Três Lagoas. Para 2024, há a previsão de início das operações de mais uma agroindústria no município de Ribas do Rio Pardo, também da Suzano com investimento de R$ 22 bilhões e o projeto Sucuriú, da chilena Arauco Celulose a ser instalada no município de Inocência e com previsão de início de funcionamento das atividades para o ano de 2028, possui previsão de investimento de R$ 28 bilhões.

Mesmo que os arrendamentos sejam maioria, atualmente, ainda é de interesse da Eldorado Brasil, adquirir terras e com uma ótima propaganda: “pagamento à vista, rápido e sem burocracia”. Bersani (2022) apresenta ainda, na figura 1, importantes dados sobre a evolução dos valores das terras no município de Três Lagoas – crescente majoração do preço no contexto de expansão dos eucaliptais.

Figura 1: Evolução dos preços da terra em Três Lagoas: 2016 e 2017.

Município	Grupo de Atividade	Nível	2007	2016	% 16/07
Três Lagoas	Cerrado	Média	R$ 1.557,00	R$ 4.533,00	191,1%
Três Lagoas	Pastagem	Alta	R$ 5.723,00	R$ 11.250,00	96,6%
Três Lagoas	Pastagem	Baixa	R$ 3.694,00	R$ 7.500,00	103,0%

Fonte: FNP Consultoria (2016). Elaborado por Baratelli (2019)[111].

Fonte: Bersani, 2022.

Além disso, outra observação a se fazer é quanto a produção de alimentos básicos na região Leste de Mato Grosso do sul, como mandioca, milho em espiga, arroz, feijão. Enquanto a concentração de terras aumenta, bem como o plantio de eucalipto, falta terra e incentivo para o cultivo de alimentos. Tem-se assim, uma terra sem gente, sem soberania e sem segurança alimentar.

Tabela 2:Produção de alimentos básicos para alimentação no Leste de MS: 1995 e 2017.

Cultura	Área em 1995 (ha)	Área em 2017 (ha)
Mandioca	860	797
Milho em espiga	100	39
Feijão	86	6
Arroz	6.788	0

Fonte: Ferreira, 2022.

Os dados do Leste do Mato Grosso do Sul, conforme Ferreira (2022), mostram que em 1995 a área utilizada para a produção de mandioca era de 860 ha, já em 2017, essa área foi de 797 ha. Já a área utilizada para a produção de milho em espiga, era de 100 ha e passou a 39 ha em 2017. O feijão, em 1995 ocupava uma área de 86 ha em 2017 caiu para 6 ha e, o arroz, que teve o pior cenário, que era cultivado em 6.788 ha em 1995 e não foram encontradas áreas de cultivo de arroz em 2017.

Contrario a esses números, Silva (2020) traz os números do cultivo de eucalipto na região, principalmente em municípios como Três Lagoas, Água Clara e Ribas do Rio Pardo. Em Água Clara, por exemplo, havia no ano de 1995, 24.226 ha de árvores plantadas, em 2017, esse número saltou para 103.928 ha. Em Ribas do Rio pardo, havia 100.662 ha em 1995 e em 2017, a área de árvores plantadas passou para 178.845, agora, o número mais violento é o de Três Lagoas, em que passou de 36.298 ha plantados em 1995 para 214.168 ha em 2017. O total da região Leste do Estado de Mato Grosso do Sul é 169.378 ha em 1995 e 822.719 ha em 2017 de árvores plantadas para servir ao complexo agroexploador celulose-papel-madeira.

Toda essa exploração não seria possível, se a região não se dispusesse de terras abundantes e concentradas para esses grupos que socializam os problemas sociais e ambientais e privatizam os lucros exacerbados. Terra disponível para grandes empresas, de capital nacional, como a Eldorado Brasil ou capital extrangeiro, como a Fíbria, do grupo Votorantim empresa que iniciou a produção de celulose e papel na região e posteriormente foi vendida para a empresa Suzano. Silva (2020) explica ainda sobre esse acesso facilitado às terras na região Leste de MS:

> Ao estudar a região Leste do estado, Kudlavicz (2010) entende que um dos estopins do aumento dos grandes arrendamentos é o direcionamento de terras antes reservadas para a pecuária bovina à ampliação do monocultivo de eucalipto, que avança na região desde 2006. Para isso foi determinante a chegada da Fibria Celulose e Papel, atualmente Suzano Sociedade Anônima (S/A) e, em 2012, a instalação da Eldorado Brasil, duas empresas que na atualidade dominam o setor de celulose e papel no país (SILVA, 2020, p. 132).

Com essa facilidade de acesso à terra, alta concentração e um Estado que serve ao capital, Mato Grosso do Sul se destaca, então, como um estado com alta insegurança alimentar. Um estado que produz somente 13% da comida que consome[3] (FERREIRA, 2022) não valoriza sua população, não valoriza as famílias camponesas e não valoriza a reforma agrária. Neste viés, é imporante salientar e discutir a baixa produção de alimentos no estado e a condição de denúncia que os assentamentos e pequenas propriedades exercem não somente na região Leste do MS, mas, em todo o estado.

[3] Cabe ressaltar que este número de 13%, é conforme os registros do CEASA/MS, em Campo Grande, ou seja, contabiliza-se somente os alimentos contabilizados via na Central de Abastecimento do MS.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os conflitos recorrentes no Leste de Mato Grosso do Sul, decorrem, em grande parte, da aliança entre o Estado, o capital celulósico e os latifundiários. É inegável a acumulação e a circulação de capital nessa fração do território, no entanto, as pessoas continuam sem recursos e os municípios ainda miseráveis, com pessoas miseráveis, muitos com direito à moradia, à saúde, à educação e à alimentação negados por um Estado que serve aos mais ricos. E as desigualdades não acontecem somente na cidade, o campo é afetado dolosamente por essa junção escabrosa do Estado e o capital, como exemplo, o acesso à terra é negado aos que nela desejam morar, e se reproduzir socialmente.

Essa é a realidade nestes lugares. O capital é bonito e inofensivo pra quem recebe a maior parte da fatia do "bolo" que sempre cresce e nunca é distribuído. A produção de alimentos é a saída para a problemas sociais como a fome e a miséria. No entanto, a disputa no território por acesso à terra é um direito negado e a produção de alimentos no estado, não é incentivada. Poucas mãos possuem acesso à terra que na região Leste de Mato Grosso do sul é concentrada e grilada por absenteístas, sem preocuparem com níveis de poluição da água, do solo, do ar e das pessoas. Crimes ambientais, pulverização de agrotóxicos sobre assentamentos, a água com níveis de contaminação acima do permitido e isso em nome do progresso e dos ganhos financeiros, para os donos das fábricas.

O incentivo à agroecologia, à produção de alimentos pode levar autonomia financeira aos camponeses. As pessoas precisam de acesso justo à terra e a crescente monopolização do território pelo uso do eucalipto no Leste de MS tem gerado êxodo rural e crise ao modo de vida camponês. Aos poucos que tiverem acesso à essa terra de esperança, devido à intensa pulverização e a deriva dos agrotóxicos, não conseguem plantar e são constantemente adoecidos. Famílias produtoras de alimento movimenta o mercado interno, circula o dinheiro real do povo e dá acesso à produtos frescos e de qualidade às famílias que moram nas cidades.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS/MEC – Brasil, do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFMS Três Lagoas e também, com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Brasil (Capes) – Código de Financiamento 001.

REFERÊNCIAS

AGESUL. **Com obra de fábrica marcada para 2024, Estado e prefeitura alinham planejamento de infraestrutura para Inocência**. Disponível em: https://www.agesul.ms.gov.br/com-obra-de-fabrica-marcada-para-2024-estado-e-prefeitura-alinham-planejamento-de-infraestrutura-para-inocencia/. Acesso em 12 jun 2023.

ALMEIDA, R. A. Aliança Terra-Capital em Mato Grosso do Sul: redefinições no campo e na cidade. In.: SILVA, E. A; ALMEIDA, R. A. **Território e Territorialidades em Mato Grosso do Sul**. São Paulo: Outras Expressões, 2011, pp. 103-134.

BERSANI, A. R. S. **Territorialização do setor de celulose e a pedagogia política da dominação burguesa**: a atuação da Fibria/Suzano em Mato Grosso do Sul. Orientadora: Profa. Dra. Valéria de Marcos. 2022. 326 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

CORREIO DO ESTADO. **Ribas do Rio Pardo gerou 6 mil empregos e ganhou 9 mil habitantes, mas precisa de 6 mil casas**. Disponível em: https://correiodoestado.com.br/economia/ribas-do-rio-pardo-gerou-6-mil-empregos-e-ganhou-9-mil-habitantes-mas/415162/. Acesso em 30 out. 2023.

FABRINI, J. E. A existência (e resistência) camponesa no Sul de Mato Grosso do Sul. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Três Lagoas**, n. 29, p. 147-173, 31 maio 2019. Disponível em: https://periodicos.ufms.br/index.php/RevAGB/article/view/8111. Acesso em 20 set. 2023.

FERREIRA, J. E. B. **Questão Agrária, Soberania e Segurança Alimentar e Resistência Camponesa por Meio da Agroecologia no Leste de Mato Grosso do Sul**. Orientador: Prof. Dr. Sedeval Nardoque. 2022. 220 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus Três Lagoas. Disponível em: https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/5045. Acesso em 10 jul 2023.

INOCÊNCIA. **Grupo Arauco assina Termo de Acordo com Governo do MS para plano de investir US$ 3 bilhões em fábrica de celulose no Brasil**. Disponível em: https://www.inocencia.ms.gov.br/portal/noticias/0/3/2165/grupo-arauco-assina-termo-de-acordo-com-governo-do-ms-para-plano-de-investir-us-3-bilhoes-em-fabrica-de-celulose-no-brasil/. Acesso em 12 jun 2023.

JORNAL DO POVO. **Fábrica de celulose da Arauco em Inocência-MS será anunciada nesta quarta em Campo Grande**. Disponível em: https://www.maisfloresta.com.br/fabrica-de-celulose-da-arauco-em-inocencia-ms-sera-anunciada-nesta-quarta-em-campo-grande/. Acesso em 12 jun 2023.

KAUTSKY, K. **A questão Agrária**. 3 ed. Tradução de C. Iperoig. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

MARTINS, J. S. **Os Camponeses e a Política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis (RJ): Vozes, 1981.

NETTO, J. P. **Introdução ao Estudo do Método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

SILVA, M. O. **A Transição Agroecológica como Possibilidade de Recriação Camponesa no Assentamentos 20 de Março (MS) e Eli Vive (PR)**. Orientadora: Profa. Dra. Eliane Tomiasi Paulino. 2020. 443 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual de Londrina.

VIOLÊNCIA NO CAMPO MARANHENSE: uma análise do período de 2003 a 2022

Frednan Bezerra dos Santos[1]

RESUMO

A pesquisa em curso, desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão (PPGPP/UFMA), analisa a violência no campo maranhense como resultante dos conflitos territoriais ditados pela dinâmica capitalista de produção, em especial a produção de commodities agrícolas. A realidade no campo maranhense deve ser entendida como manifestação do processo capitalista de acumulação e, logo se desenvolve com o avanço das forças produtivas através da reprodução ampliada do capital, conforme a lei geral da acumulação capitalista, o que nos indica a necessidade de caracterização da realidade maranhense como manifestação do desenvolvimento do capital em sua generalidade. Assim, a dinâmica da produção de commodities vegetais e minerais e a caracterização e determinação da inserção da economia brasileira, com suas raízes coloniais, no mercado globalizado são o cerne da questão.

Palavras-chave: Violência, Questão Agrária, Campo, Maranhão.

ABSTRACT

The current research, developed under the Graduate Program in Public Policy of the Federal University of Maranhão (PPGPP/ UFMA), analyzes violence in the countryside of Maranhão as a result of territorial conflicts dictated by the capitalist dynamics of production, in particular the production of agricultural commodities. The reality in the countryside of Maranhão must be understood as a manifestation of the capitalist process of accumulation and, soon develops with the advance of the productive forces through the expanded reproduction of capital, according to the general law of capitalist accumulation, which indicates the need to characterize the Maranhão reality as a manifestation of capital development in its generality. Thus, the dynamics of the production of vegetable and mineral commodities and the characterization and determination of the insertion of the Brazilian economy, with its colonial roots, in the globalized market are the core of the issue.

Keywords: Violence, Agrarian Question, Field, Maranhão.

INTRODUÇÃO

A pesquisa em curso, desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão (PPGPP/UFMA), analisa a

[1] Economista, Bacharel em Ciências Econômicas, Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico (PPGDSE) e doutorando do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas (PPGPP), todos na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), frednan.santos@gmail.com

violência[2] no campo maranhense como resultante dos conflitos territoriais ditados pela dinâmica capitalista de produção, em especial a produção de commodities agrícolas.

A violência é aqui entendida como uma expressão da desigualdade de poder, assim é fundamental as reflexões de Žižek (2014) que aponta a violência como objetiva e subjetiva, sendo que a objetiva é para ele uma violência invisível, pois sustenta a normalidade da sociedade e está na base da nossa percepção sobre o que é violento, enquanto a violência subjetiva é visível é sistêmica inerente à globalização, ao capitalismo, ao sistema político, econômico e social vigente.

A partir dessa compreensão destaco que no presente ensaio a faceta da violência que nos interessa é aquela manifesta nos conflitos territoriais ocorridos no Maranhão no período de 2003 a 2022, com destaque para os assassinatos. Sendo que dentre os diversos indicadores que podemos elencar para caracterizar a sociedade maranhense chama atenção aquele que aponta o Maranhão como o estado com mais assassinatos no campo em 2021, conforme relatório da Comissão Pastoral da Terra – CPT, que demonstra a face que considero mais grave da realidade maranhense que é a violência sistêmica contra os trabalhadores e trabalhadoras rurais do Maranhão.

Apesar de não ser um problema exclusivo do Maranhão, as diversas denúncias de órgãos e entidades destacam a gravidade da situação que atinge, em especial, populações tradicionais e sem-terra, também indicam o agravamento da questão agrária maranhense de forma conexa com apontamentos presentes em Santos (2015) que assevera a singularidade do processo de mediação do capital engendrada pela universalização das relações de produção capitalistas no campo maranhense a partir do processo histórico de ocupação do território.

Assim, destaca-se que no final do século XX e início do século XXI um novo ciclo do capital se inicia no Maranhão com o advento da monocultura da soja nos cerrados maranhenses que logo dita uma nova dinâmica de expropriação, agora com nova roupagem, mas que não perde a sua essência de violência e exploração (SANTOS, 2015).

METODOLOGIA

A escolha do método é fundamental, pois este deve ser capaz de capturar a realidade concreta, partindo da aparência (observação da superfície), em vista de alcançar a essência do

[2] Para a Organização Mundial da Saúde (OMS) a violência é o uso de força física ou poder, em ameaça ou na prática, contra si próprio, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade que resulte ou possa resultar em sofrimento, morte, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado ou privação.

objeto. Pois, se a essência coincidisse com a aparência, se mostrasse de forma imediata ao pesquisador, logo, toda ciência seria desnecessária. Assim, a teoria é movimento real do objeto transposto para o cérebro do pesquisador e o método de pesquisa capaz de capturar a realidade concreta, partindo da aparência, em vista de alcançar a essência do objeto é a dialética. A dialética marxiana que tem como ponto de partida a compreensão da realidade, sendo esta, contraditória e em permanente mudança, com o objetivo de transformá-la.

Paulo Netto (2011) discorre sobre o método de Karl Marx (em O Capital) de forma clara e objetiva e adverte que, para Marx, o método não é um conjunto de regras formais que devem ser aplicados a objetos específicos isolados para uma investigação nem, "menos ainda, um conjunto de regras que o sujeito que pesquisa escolhe, conforme a sua vontade, para "enquadrar" o seu objeto de investigação" (PAULO NETTO, 2011, p.53).

Assim, o estudo da violência no campo maranhense advinda dos conflitos territoriais exige a compreenssão da sua dinâmica, bem como o seu processo histórico em busca dos seus determinantes.

Portanto, a análise documental e das bases de dados da CPT sobre os conflitos no campo maranhense no período de 2003 a 2022 fornecem subsídios para a leitura concreta da realidade que se soma à análise espacial da produção agropecuária maranhense através de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE, bem como da dinâmica dos grandes projetos de investimento, com destaque para a atividade portuária que possui papel fundamental no processo de alocação dos recursos.

REFERENCIAL TEÓRICO

O desenvolvimento capitalista no Maranhão deve ser entendido, sob o panorama agrário e social, como uma singularidade expressa pelo movimento do capital e a dinâmica social por ele engendrada, em outras palavras, o estudo da dinâmica socioeconômica contemporânea do Maranhão perpassa pela elucidação da sua natureza e seus determinantes no contexto do capitalismo como meio de produção da vida material.

Em Santos e Tavares (2016) entende-se a expropriação como uma singularidade da expansão do capital no campo maranhense que se materializa na grilagem de terras enquanto modus operandi para expropriação, processo que só pode ser compreendido à luz da captura do Estado por grupos econômicos e mesmo pelo crime organizado.

Sob a ótica do trabalhador o processo de expansão do capital no campo maranhense tem a questão da expropriação como categoria fundamental, pois, para o trabalhador rural, que produz e reproduz a sua vida material a partir da terra, o que importa é a posse da terra é a possibilidade de garantir a reprodução material da sua família através do seu trabalho sobre a terra. Portanto, o processo de expropriação do trabalhador é a negação do direito de reprodução do trabalhador sem a mediação do capital.

No Maranhão a objetividade da grilagem se materializa na captura das políticas públicas da colonização espontânea para a colonização dirigida. Portanto, o seu significado era o bloqueio da terra para o trabalhador.

Assim, os grileiros avançaram dia após dia sobre os posseiros que ocupavam terras devolutas do Estado e mesmo sobre terras particulares de pequenos produtores, avanço legitimado pelo Estado através das suas forças policiais que executaram as mais variadas e brutais formas de violência contra os trabalhadores, como descreve Asselin (2009):

> As arbitrariedades dos poderosos "donos de terras" foram, dia a dia, tomando maior vulto, com um único objetivo: afastar os posseiros da área. É de se notar que, antes de chegarem às repressões violentas, os jagunços, a mando dos patrões, usavam como ainda usam o método de inutilização da lavoura, que consiste em atirar semente de capim sobre a plantação de arroz dos lavradores, serviço este, feito de avião e até mesmo de helicóptero. Depois, vem à pressão para a célebre "indenização" e "desocupação" da área, oportunidade em que surgia a colaboração policial, no sentido de apreender as espingardas dos lavradores, armas usadas para a caça e defesa contra animais selvagens. Nessas apreensões, a pretexto de desarmamento, quase sempre levam até mesmo os utensílios necessários à lavoura, como sejam: facão, faca e foice (ASSELIN, 2009, p. 121).

Esse processo de apropriação das terras no Maranhão demonstra o poder do capital como determinante da dinâmica econômica e espacial da sociedade maranhense, mas, a grilagem não se resume apenas ao fator econômico, pois é um tipo de Crime Organizado, planejado, com um único objetivo: a exploração capitalista da terra. Logo, sua origem deve ser compreendida sob uma superestrutura voltada para a captura do Estado, daí sua complexa estrutura organizacional:

> A grilagem de terras compreendia uma teia envolvendo governadores, senadores, grileiros propriamente ditos, polícia militar (em suma, membros dos poderes executivo, legislativo e judiciário), formando uma verdadeira rede articulada em nível nacional, principalmente tendo como origem os Estados de São Paulo, Paraná, Goiás, Espírito Santo e Bahia. A grilagem efetivou-se através dos cartórios forjando documentos de propriedade da terra por meios bastante suspeitos de serem fraudulentos. Tinha-se por objetivo a legalização da propriedade da terra para que, em seguida, estivesse em condições de receber dos governos estadual e federal, incentivos e financiamentos (TAVARES, 2008, p. 197-198).

Assim, a obtenção de crédito fácil e barato (subsidiado pelo Estado) e a especulação imobiliária foram os principais atrativos para os grileiros que cometeram os mais variados tipos de fraude e crimes para garantir a propriedade da terra, processo que segundo Luna (1985) foi facilitado pela abundância (relativa) de terras de outrora que reproduziu a ideologia que a "terra era liberta" e, portanto, os trabalhadores poderiam utiliza-las conforme as suas necessidades, ela era uma "dádiva de Deus". Fato que foi determinante para o desinteresse (além da desinformação) dos posseiros quanto à legalização das terras em que trabalhavam e num primeiro momento para a desmobilização da luta uma vez que no imaginário do trabalhador existia incalculável estoque de terras o que também fundamentava o método itinerante de agricultura praticada no Maranhão.

No Maranhão a grilagem exerceu um duplo papel no processo de expansão capitalista, pois, ao mesmo tempo em que expropriou o trabalhador, abrindo caminho para o capital no campo, concretizou o processo de captura do Estado pelo capital agora valorizado pelo processo de especulação fundiária irrigada por créditos subsidiados ofertados por bancos governamentais. (SANTOS, 2015).

Nesse contexto que o Maranhão figura como palco exemplar da dinâmica capitalista no campo ditada pelo capital agroexportador, sendo a grilagem um importante instrumento de expropriação dos trabalhadores no campo maranhense, processo marcado por violências e mortes.

Sendo que o processo de expropriação do trabalhador é a negação do direito de reprodução do trabalhador sem a mediação do capital. De tal modo, o movimento do capital em busca da sua reprodução no campo ocorre de forma ambígua, pois, ao mesmo momento que produz o capitalista e sua antítese, o trabalhador assalariado, ela produz o posseiro, sendo este, a manifestação da contradição capitalista que implica a expropriação do trabalhador como pressuposto para o desenvolvimento das forças produtivas, mas que segundo Martins (1985) produz relações sociais antieconômicas, pois:

> O posseiro não paga renda; o posseiro representa, concretamente, independentemente de qualquer vontade que ele tenha explícita a esse respeito, uma contestação ao caráter capitalista do nosso regime de propriedade fundiária, porque ele não paga renda da terra, ele é um ocupante da terra, ele não paga um tributo a ninguém (MARTINS, 1985, p. 72).

Para Martins (1985) o posseiro consiste em algo externo, um alienígena, que materializa a negação das relações capitalistas de produção no campo, mas ocupa papel central no processo de expansão da fronteira agrícola.

Destarte, os conflitos pela terra passam a ocupar papel central na dinâmica no meio rural e escamoteiam o processo de exploração do trabalho. Portanto, não é a exploração a causa dos conflitos no campo e, sim, a expropriação (MARTINS, 1991). Sendo essa forma particular de exploração do trabalhador rural, especialmente, pelo capital comercial, que Martins (1991) aponta como empecilho para a compreensão desses trabalhadores como parte da classe social antagônica ao capital, compreensão que somente acontece com a expropriação da terra do trabalhador.

A partir de Dörre (2022) destaca-se que a centralidade da acumulação revela um processo contínuo de expropriação de determinados grupos, sendo a categoria expropriação (landnahme) "a tomada violenta de espaços não mercantilizados já existentes ou criados por inovações tecnológicas e sociais". (DÖRRE, 2022, p.12). Assim, admite-se uma dialética da expropriação.

O estudo da dinâmica capitalista no Maranhão, concordando com Reis (2013) e Pereira Filho (2020), perpassa pelo entendimento do Estado Oligárquico e sua relação estreita com o capital. Assim, entender os conflitos no campo, retratados por meio dos boletins publicados pela CPT, permitem iluminar o processo histórico de expropriação e luta no campo maranhense sublinhado pela política de colonização dirigida e a expansão do capital no campo maranhense, forjada no processo de expropriação, categoria fundamental para entender a dinâmica rural maranhense.

A expropriação como categoria fundamental, em especial, no chamado processo de grilagem de terras, que para Oliveira (2020) é basilar na formação territorial brasileira e somente pode ser compreendida a partir da análise da atuação do Estado enquanto incentivador das fraudes. Mas, o processo de apropriação das terras do Maranhão ilustra o poder do capital como determinante da dinâmica econômica e espacial da sociedade maranhense, porém, a grilagem não se resume apenas ao fator econômico, foi é um tipo de Crime Organizado, planejado desde o seu início, com um único objetivo: a exploração capitalista da terra.

Nesse contexto, Fernández (2023) destaca que a violência contra os povos e contra seus territórios é um elemento constante ao longo de todo o processo de colonização da América Latina. Sendo a violência manifestada de formas diversas em cada momento histórico, mas o foco principal sempre foi o domínio do território com vistas à exploração econômica.

Almeida (2021) assevera a continuidade de graves conflitos no campo maranhense e faz um paralelo entre as plantations, de outrora, e os empreendimentos do agronegócio atuais que se estruturam a partir da monocultura, em grandes extensões de terras, com pacotes tecnológicos "modernos" orientados pelo mercado internacional de commodities.

Assim, o processo de mediação do capital no Maranhão deve ser entendido como determinante da questão agrária que se materializa na violência exercida contra os trabalhadores rurais que se organizam para enfrentá-la com vistas à manutenção da reprodução material de suas vidas. Assim, analisamos a violência no campo maranhense no período de 2003 a 2022 como resultante dos conflitos engendrados pela dinâmica do capital a partir da forma de inserção da economia brasileira e maranhense no mercado global.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No final do século XX e início do século XXI um novo ciclo do capital se inicia no Maranhão com o advento da monocultura da soja nos cerrados maranhenses e logo dita uma nova dinâmica de expropriação capitaneada pelo monocultivo da soja no cerrado maranhense, mas apesar de não ser um problema exclusivo do Maranhão, as diversas denúncias de órgãos e entidades destacam a gravidade da violência que atinge, em especial, populações tradicionais e sem-terra.

O principal grão produzido no estado é a soja que atingiu 3,1 milhões de toneladas em 2020, crescimento de 7,5% em relação à safra anterior. A produção de milho alcançou um patamar de 2,1 milhões de toneladas, o que representa uma variação de 15,7% em relação à safra de 2019. Sendo importante frisar que são essas monoculturas as principais responsáveis por conflitos no Maranhão no ano de 2020, conforme Cabral (2021).

Outro importante elemento é a questão portuária, sendo que o Porto do Itaqui, porto administrado pelo governo estadual, chegou ao final do ano de 2020 com a marca histórica de 25,3 milhões de toneladas de cargas movimentadas, com destaque para os grãos (soja, milho e farelo de soja) que chegaram aos 12,1 milhões de toneladas. Importante ainda destacar que a dinâmica portuária é comandada pelos movimentos do capital em nível global, através das chamadas Cadeias Globais de Valor que definem a dinâmica do mercado de commodities.

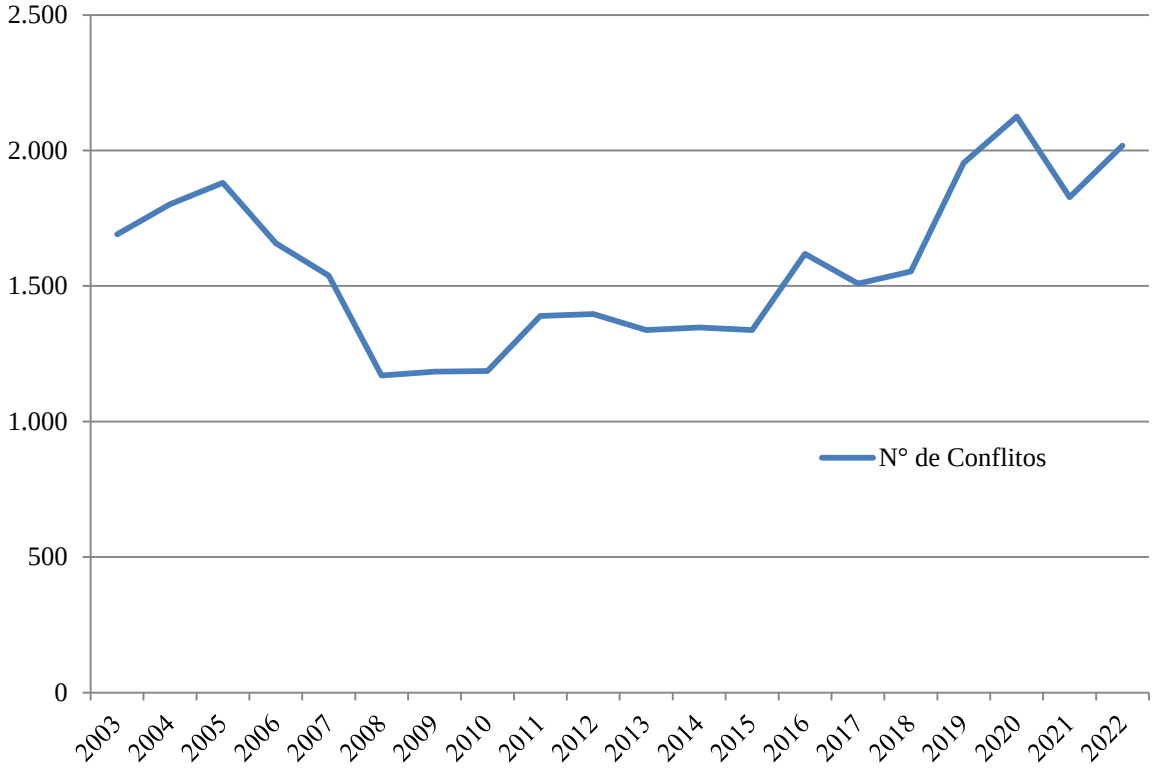
Os alarmantes números denunciados pela Federação dos trabalhadores rurais, agricultores e agricultoras familiares do estado do Maranhão – FETAEMA (CABRAL, 2021), ensejam maior esforço de pesquisa sobre a temática da violência no campo maranhense,

mesmo que diversos trabalhos já tenham versado sobre essa temática, pois se destaca a violência como uma faceta do processo de expansão do capital.

Outro agravante que contribui de forma decisiva para essa realidade, também destacado em Cabral (2021), é o alto índice de impunidade para os responsáveis pela violência no campo, sendo que segundo dados da FETAEMA, nos últimos 30 anos aconteceram mais de 140 assassinatos no campo maranhense, com menos de 5% destes casos solucionados.

Como podemos observar no Gráfico 1 o comportamento da quantidade de conflitos registrados pela CPT apresenta um pico no ano de 2003 que pode ser atribuído ao processo de luta dos trabalhadores e mobilização para a construção do Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA) frente aos interesses do capital agroexportador. Mas, o pico culminante da série ocorre no ano de 2020 quando a CPT documentou e sistematizou 1.576 ocorrências de conflitos por terra, o maior número desde o início do relatório em 1985, com crescimento de 25% em relação a 2019. O que evidencia o caráter perverso expresso em números da chegada da extrema direita à Presidência da República.

Gráfico 1: Total de Conflitos no Campo no Brasil (2003-2022)



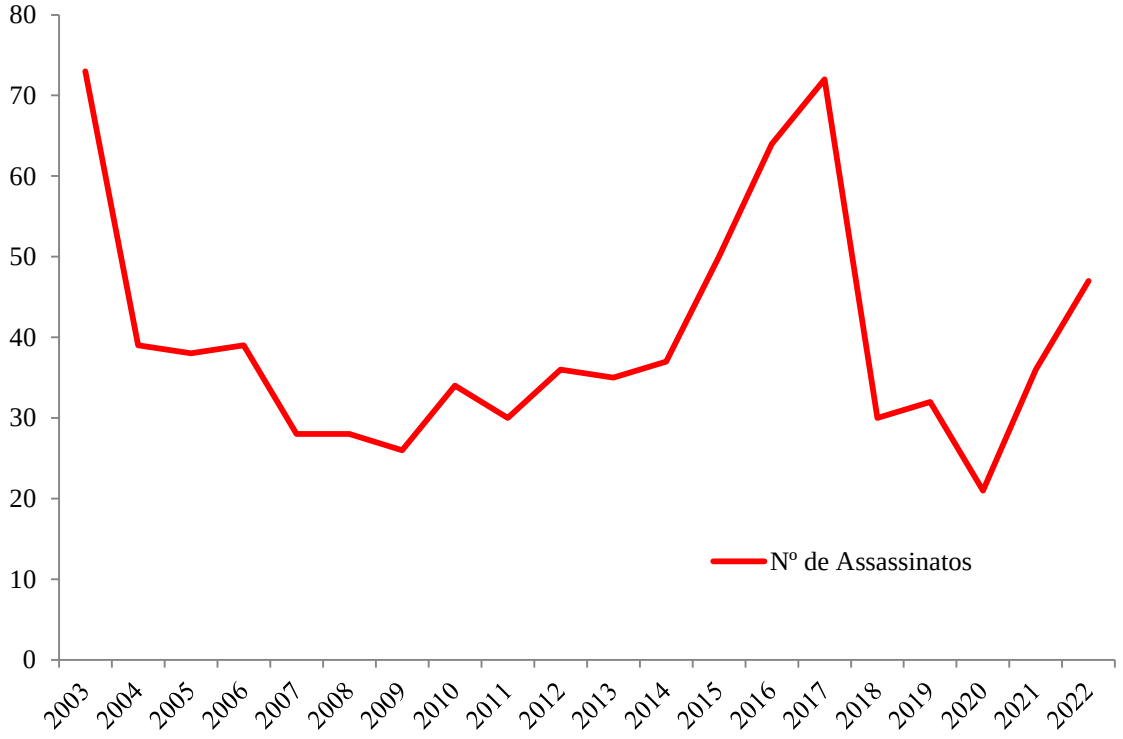
Fonte: Relatório anual de conflitos no campo no Brasil, vários anos, CPT.

No ano de 2016 o Golpe que depõe a presidenta Dilma, logo a retomada do Governo Federal pelas forças conservadoras, é uma variável explicativa para o pico de conflitos no ano de 2016 que apesar de arrefecido em 2017 e 2018 se acelera fortemente em 2019 no governo da extrema direita. Já o ano de 2020 registrou-se a maior quantidade total de conflitos desde o início da série histórica com a marca de 2.125, sendo o Maranhão destaque negativo com 210 conflitos (10,2% do total) e aproximadamente 87 mil pessoas envolvidas.

> [...] lideram o ranking dos conflitos por terra e água nos últimos quatro anos – Pará, Maranhão e Bahia – é o aumento expressivo no número de famílias envolvidas: enquanto há 10 anos (em 2013) havia 8.438 famílias paraenses, 8.209 famílias maranhenses e 4.631 famílias baianas vivenciando e resistindo a situações de violência contra a ocupação e posse da terra, em 2022 o número de famílias em situação de conflito cresceu para 33.231 (PA), 13.345 (MA) e 9.546 (BA) nesses estados. (MALERBA, 2023, p. 32).

No ano de 2022 o número de assassinatos voltou a subir e ficou acima da média do período estudado, registrando 47 ocorrências, sendo que no período compreendido entre os anos de 2003 e 2022 foram registrados 795 assassinatos.

Gráfico 2: Total de Assassinatos no Campo no Brasil (2003-2022)



Fonte: Relatório anual de conflitos no campo no Brasil, vários anos, CPT.

Assim, se faz necessário compreender os determinantes dos conflitos no campo maranhense a partir da dinâmica do capital, o que exige a análise tanto da questão agrária, quanto da agrícola, abordagem presente no debate dos autores clássicos, bem como em Ramos (2007) para dimensão nacional, mas que exige aprofundamentos e carece de novas interpretações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realidade no campo maranhense deve ser entendida como manifestação do processo capitalista de acumulação e, logo se desenvolve com o avanço das forças produtivas através da reprodução ampliada do capital, conforme a lei geral da acumulação capitalista, o que nos remete à caracterização da realidade maranhense como manifestação do desenvolvimento do capital em sua generalidade. Assim, a dinâmica da produção de commodities vegetais e minerais e a caracterização e determinação da inserção da economia brasileira, com suas raízes coloniais, no mercado globalizado são o cerne da questão.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Empreendimentos dos agronegócios como novas plantations? As agroestratégias em marcha no Maranhão. In.: CABRAL, Diogo Diniz Ribeiro [et al.] org. Conflitos e Lutas dos Trabalhadores Rurais no Maranhão - ano 2020. São Luís: UEMA Edições, 2021.

CABRAL, Diogo Diniz Ribeiro [et al.] org. Conflitos e Lutas dos Trabalhadores Rurais no Maranhão - ano 2020. São Luís: UEMA Edições, 2021.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA - CPT. Conflitos no Campo, Brasil (vários anos). Goiânia: CPT Nacional Brasil. Disponível em: https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/conflitos-no-campo-brasil. Acesso em 20 de maio de 2023.

DÖRRE, Klaus. Teorema da expropriação capitalista. São Paulo: Boitempo, 2022.

FERNÁNDEZ, Luis Ventura. O papel do Estado na violência nos territórios. In.: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA – CPT. Conflitos no Campo Brasil 2022. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino; Goiânia: CPT Nacional, 2023. Disponível em: https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/conflitos-no-campo-brasil. Acesso em 20 de maio de 2023.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A grilagem de terras na formação territorial brasileira [recurso eletrônico]. São Paulo: FFLCH/USP, 2020.

PAULO NETTO, José. Introdução ao estudo do método de Marx. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PEREIRA FILHO, Jomar Fernandes. Economia Maranhense de 1890 a 2010: superexploração e Estado oligárquico como entraves ao desenvolvimento. Vol.1. São Luís: EDUFMA, 2020.

REIS, Flávio. Grupos políticos e estrutura oligárquica no Maranhão. 2ª ed. São Luís: [s.n], 2013.

SANTOS, Frednan Bezerra dos. Questão Agrária no Maranhão: singularidades da mediação do capital. Saarbrücken: NEA – Novas Edições Acadêmicas, 2015.

SANTOS, Frednan Bezerra dos. TAVARES, João Claudino. QUESTÃO AGRÁRIA E VIOLÊNCIA NO MARANHÃO: grilagem, colonização dirigida e a luta dos trabalhadores. Revista de Politicas Publicas (UFMA). , v.20, p.361 - 381, 2016.

ŽIŽEK, Slavoj. Violência: seis reflexões laterais. Tradução de Miguel Serras Pereira. São Paulo: Boitempo, 2014. 195 p.

CPT, VIOLÊNCIA NO CAMPO E CONFLITOS POR TERRA EM 2022 - DADOS SOBRE A AMAZÔNIA PARAENSE

Hyohanna Vitor Lopes[1]

Ian Lepeco Moreira dos Santos[2]

Adriano Rodrigues de Oliveira[3]

RESUMO

O presente artigo, a partir da 38ª edição do Conflitos no Campo Brasil, tem por objetivo discorrer sobre o levantamento dos dados feitos pela Comissão Pastoral da Terra sobre violência no campo e conflitos por terra na Amazônia paraense e quais os grupos mais afetados. A CPT anualmente publica o Conflitos no Campo Brasil, um caderno que apresenta dados sobre diversos tipos de violência no campo em forma de análises, tabelas, gráficos e mapas. O documento é de extrema importância para o entendimento da conjuntura do campo brasileiro e compreendê-lo enquanto reflexo das ações do Estado e do capital privado.

Palavras-chave: Conflito, Terra, Território, Amazônia.

RESUMEN

El objetivo de este artículo, basado en la 38ª edición de Conflitos no Campo Brasil (Conflictos en el Campo Brasil), es discutir los datos recogidos por la Comisión Pastoral de la Tierra sobre la violencia en el campo y los conflictos por la tierra en la Amazonia Pará y cuáles son los grupos más afectados. Todos los años, la CPT publica Conflitos no Campo Brasil, un folleto que presenta datos sobre diversos tipos de violencia en el campo en forma de análisis, tablas, gráficos y mapas. El documento es extremadamente importante para comprender la situación del campo brasileño y entenderla como un reflejo de las acciones del Estado y del capital privado.

Palabras clave: Conflicto, Tierra, Territorio, Amazônia.

[1] Licenciada em Geografia e graduanda em Geografia bacharelado pela Universidade Federal de Goiás - UFG, hvitorgeo@gmail.com

[2] Bacharel em Geografia da Universidade Federal do Pará - UFPA, ilmds0499@gmail.com

[3] Doutor Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista e professor associado da Universidade Federal de Goiás - UFG, adriano.oliveira@ufg.br

INTRODUÇÃO

A violência e as disputas entre atores com interesses diversos são constantes na constituição colonial do território brasileiro, iniciada a partir da sua invasão em 1500. Essa é uma dinâmica que persiste até a atualidade, com características reestruturadas agora sob os moldes do modelo produtivo capitalista de base neoextrativista. Não raro ocorrem conflitos por terra e território no campo, nas florestas e nas águas, notadamente violentos e fatais, resultantes das ações de (Re)Existências de camponeses, indígenas, quilombolas, populações tradicionais diante do processo de apropriação territorial do agronegócio e da mineração. Torna-se então fundamental interpretar estas dinâmicas conflitivas no espaço agrário a fim de que, uma vez identificadas, seja possível encontrar caminhos para arrefecer as violações contra os sujeitos do campo.

A presente pesquisa tem por objetivos compreender a importância do levantamento e da sistematização de dados sobre conflito no campo realizada pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), analisando os dados da publicação de 2022. Produto de um desmonte sistemático das políticas públicas ambientais, o ano ficou marcado pela violência que materializou no assassinato do indigenista Bruno Pereira e o jornalista Dom Phillips na região da Terra Indígena do Vale do Javari área compreendida no território do estado do Amazonas na Amazônia Legal Brasileira (ALB).

A fronteira de apropriação do capital sobre a natureza avança a passos largos sobre o bioma amazônico trazendo consigo devastação e violações das mais diversas. Nesse contexto, torna-se fundamental os levantamentos disponibilizados pela publicação anual da CPT, subsidiando produções teóricas e não teóricas que se debruçam sobre a temática da violência no campo brasileiro em diversas linhas de investigação científicas nos mais diversos campos de estudos, além de dar voz aos trabalhadores e trabalhadoras da terra.

A fim de trazer uma síntese da importância da existência do Caderno de Conflitos no Campo, analisaremos os dados de violência na Amazônia paraense, notadamente o estado da ALB com um dos maiores índices de violência no campo e conflitos por terra. Consoante a isso, analisaremos a conjuntura que propiciou o cenário de violência no campo no ano de 2022.

METODOLOGIA

A partir de uma revisão bibliográfica analisaremos a construção do Caderno de Conflitos no Campo da CPT a fim de compreender sua organização metodológica para consolidar os dados anuais sobre as violências contra as identidades sociais e sujeitos do campo. Em um primeiro momento, analisa-se a metodologia empregada pela organização para o registro das violências no campo, buscando realizar a compreensão baseada nos questionamentos: Como a CPT compreende as violências no espaço agrário? Quais foram as identidades sociais mais afetadas pela dinâmica de avanço do capital?

Realizamos a espacialização dos dados por mesorregião sobre a violência e os conflitos por terra em 2022 na Amazônia paraense sistematizado pela CPT, em seguida realiza-se uma análise sobre as principais características das ocorrências no estado do Pará a partir de uma compreensão dos fatores econômicos, de uso e ocupação das áreas analisadas.

REFERENCIAL TEÓRICO

Andrade (2011) e Silva (2008) darão o aporte teórico para uma breve compreensão sobre o Pará no que tange sua formação, organização territorial e ocupação, permitindo assim interpretar o que o histórico destas apontam sobre a conjuntura atual dos conflitos por terra no estado. Munidos desse retrospecto teórico, espacializamos os dados no território do estado com o aporte nas divisões territoriais de compreensão das atividades econômicas desenvolvidas nas mesorregiões paraenses.

Sobre a divisão político-administrativa adotada para análise, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) subdivide os estados brasileiros em mesorregiões as quais agregam municípios com características semelhantes, como socioeconômicas e geográficas, com finalidades estatísticas. O estado do Pará está oficialmente dividido em seis mesorregiões, sendo estas: Metropolitana de Belém, Marajó, Nordeste Paraense, Sudeste Paraense, Sudoeste Paraense e Baixo Amazonas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A CPT caracteriza como conflito no campo todo e qualquer confronto por terra e/ou água que envolva violência, como despejos, expulsões, assassinatos, ameaças de morte e prisões. A entidade ecumênica foi criada em 1975 e registra e documenta desde 1985 dados anuais sobre a realidade agrária do país, sistematiza dados do trabalho escravo, conflitos pela seca e as manifestações envolvendo os temas citados, entre outras informações (CPT, 2018), e os publica em forma do periódico intitulado Conflitos no Campo Brasil. Convencionou-se

também registrar as lutas e resistência dos que a entidade convencionou chamar de trabalhadores e trabalhadoras da terra, termo que abarca as diversas categorias do espaço agrário como assalariados rurais, comunidades tradicionais, pescadores(as) artesanais dentre vários outros, que possuem na terra e na água sua maneira de sobrevivência de dignidade humana. A comissão dá prioridade à autodeterminação dos sujeitos para classificar sua identidade social no espaço agrário, mas usa três categorizações centrais sendo estas os indígenas, os camponeses e os trabalhadores rurais.

Tendo em vista o vínculo de reprodução da vida que os trabalhadores e trabalhadoras do campo possuem com o território em que se estabelecem, a CPT:

> registra conflitos, os quais são entendidos como ações de resistência e enfrentamento que acontecem em diferentes contextos sociais no âmbito rural, envolvendo a luta pela terra, água, direitos e pelos meios de trabalho ou produção. Estes conflitos acontecem entre classes sociais, entre os trabalhadores, ou por causa da ausência ou má gestão de políticas públicas (CPT, 2023 p. 11).

No que tange a organização da publicação, o foco de sistematização, processamento e análise dos dados de conflitos primários e secundários levantados pelo Centro de Documentação Dom Tomás Balduíno (CEDOC) da CPT, são três grandes eixos temáticos - *Terra, Água e Trabalho* - os quais compreendem dados específicos sobre violências correlacionadas a esses elementos. O Caderno de Conflitos dispõe também de uma seção específica para registrar *Violências Contra a Pessoa* contabilizando assassinatos, tentativas de assassinato, ameças de morte, torturas, prisões, agressões e mortes por consequência. Além disso, há também uma seção intitulada *Manifestações*, destinada ao registro das (Re)resistências materializadas por protestos, e uma seção destinada a compilar as notas emitidas pela CPT ao longo do ano.

Figura 1 - Capa do Conflitos no Campo Brasil 2022

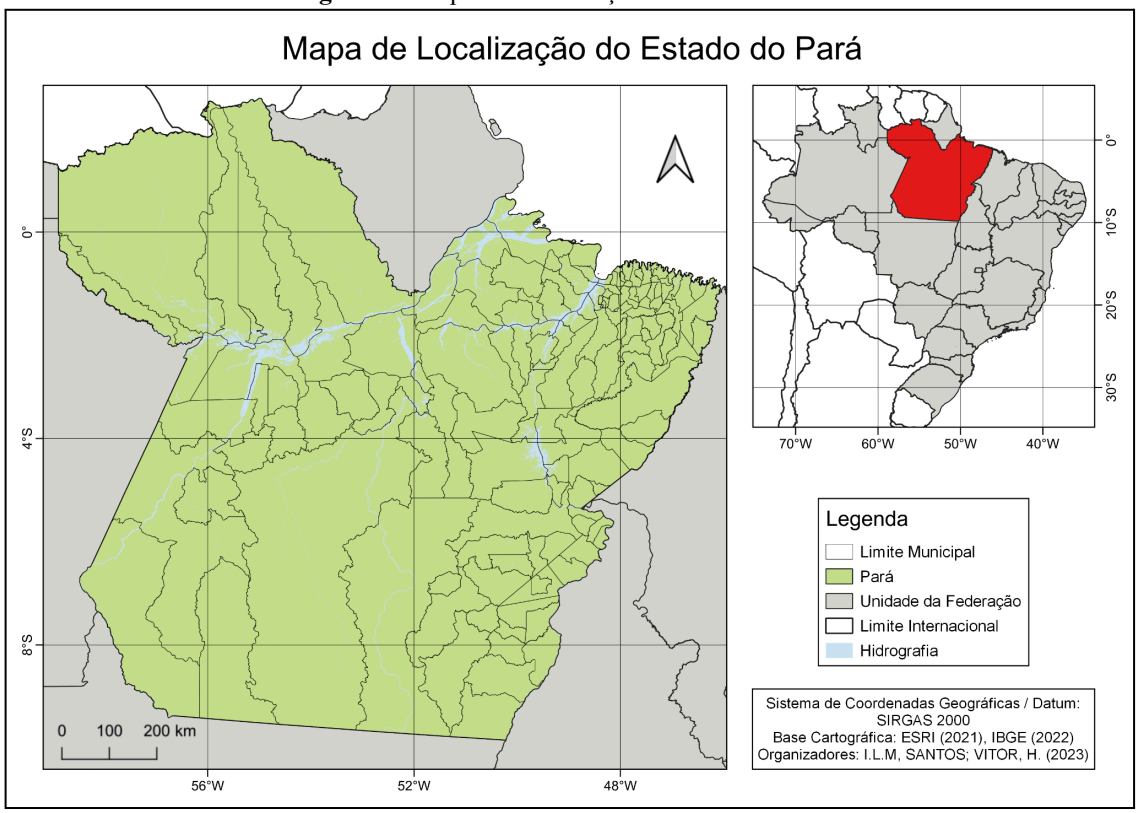
Fonte: https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/destaque/6354-conflitos-no-campo-brasil-2022.

Com o intuito de demonstrar a importância científica dos dados disponibilizados pelo caderno de conflitos no campo, mais especificamente a publicação de 2023, realizamos um recorte territorial da Amazônia paraense a fim de espacializar e compreender como a dinâmica de conflitos por terra se deu no estado no ano de 2022, visto que a divulgação é feita em abril do ano subsequente ao ano de levantamento dos dados. O lançamento da 38ª edição do caderno foi feito no Auditório Esperança Garcia, na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Brasília (UNB), no dia 17 de abril de 2023, em um evento híbrido.

AMAZÔNIA PARAENSE - CONFLITOS POR TERRA EM 2022

O estado do Pará está localizado na Região Norte do Brasil, é o segundo maior estado do país e compreende cerca de 25% da Amazônia Legal, possui mais de 8 milhões de habitantes, distribuídos a uma densidade demográfica de 6,52 habitantes por quilômetro quadrado em seus 144 municípios (IBGE, 2022).

Figura 2 - Mapa de Localização do Estado do Pará



Fonte: SANTOS, I.L.M; VITOR, H. (2023).

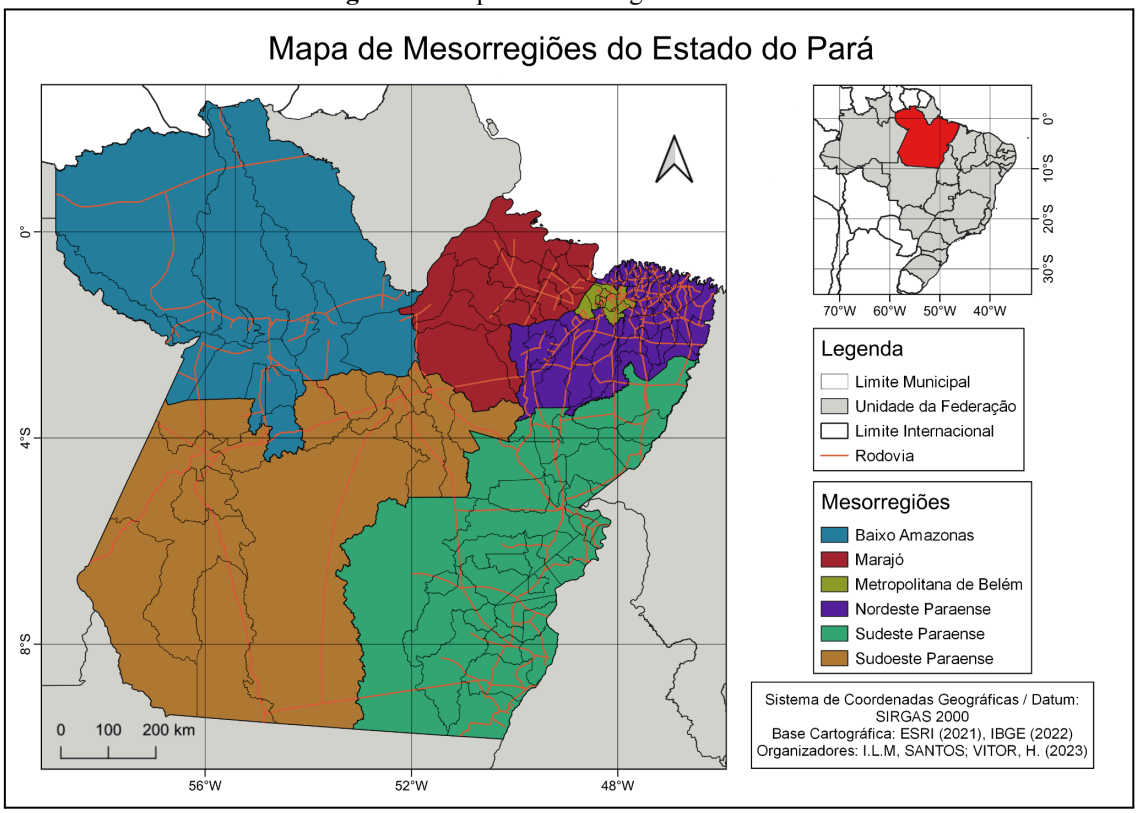
A formação do estado do Pará remonta um processo exploratório de disputas intensas e violações das populações tradicionais desde a colonização portuguesa no século XVI, todavia, a configuração territorial que se estabeleceu do estado na contemporaneidade teve início a partir da segunda metade do XX. A segunda metade dos anos 1960 representa um marco do ponto de vista do reordenamento político – institucional assim como das transformações espaciais e territoriais na Amazônia oriental (ANDRADE *et al.* 2011, p. 11).

Sob o lema de "integrar para não integrar" a gestão da ditadura militar mobilizou para Amazônia paraense grandes contingentes populacionais criando institucionalmente mecanismos de apropriação de terras, obras de infraestrutura, além de incentivos que estimulavam a diversificação da economia, com base na mineração, agropecuária, industrialização e energia. Concomitantemente a esses processos, os arranjos espaciais do

estado tomaram formas alicerçadas nas imposições do Governo Federal que não levaram em conta as populações existentes no território.

> A magnitude e a intensidade da intervenção federal transformaram a estrutura e a dinâmica espacial estadual, uma vez que alterou a base material-geográfica anterior e afetou os circuitos de produção e acumulação tradicionais, desestruturando os atores sociais pré-existentes e seu poder político (ANDRADE *et al.* 2011, p. 15).

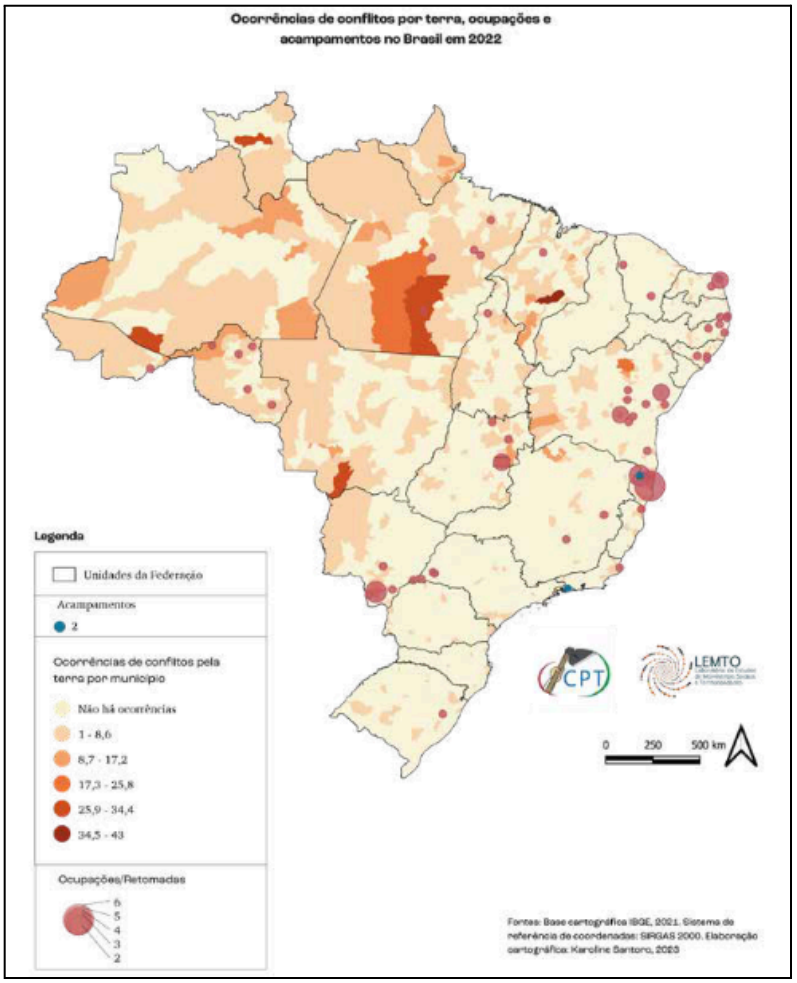
Figura 3 - Mapa de Mesorregiões do Estado do Pará



Fonte: SANTOS, I. L. M; VITOR, H. (2023).

Partindo da compreensão desse histórico de ocupação conflitivo, observa-se nos dados de 2022 que as mesorregiões da Amazônia paraense com casos de conflitos por terra são respectivamente, Sudeste, Sudoeste e Nordeste. O Sudeste Paraense recebeu a implementação de pólos agropecuários, do Projeto Ferro Carajás e a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí transformando a região em uma área com economia produtiva, antes voltada para atividade extrativista de castanha, especializada em pecuária de corte. A economia do Sudoeste Paraense, inicialmente ligada ao extrativismo da borracha (1ª e 2ª fases) e posteriormente voltada para produção de peles e garimpo de ouro, agora também é tomada pela produção agropecuária. Já no Nordeste do estado, a dinâmica econômica sofreu alteração significativa com a extinção da estrada de ferro Belém-Bragança, usada para transportar para a capital sobretudo a produção agrícola familiar e extrativista, e o estabelecimento das rodovias BR-153 e BR-316.

Figura 4 - Mapa de Ocorrências de Conflitos por Terra, Ocupações e Acampamentos no Brasil em 2022



Fonte: Conflitos no Campo Brasil 2022.

O Sudeste paraense registrou 56 casos de conflitos por terra, seguido do Sudoeste, com 43 casos, e Nordeste paraense, com 32 casos registrados, atentando que há casos registrados que ocorreram em áreas entre mesorregiões e também entre municípios fora do Pará. Regiões estas que concentram forte dinâmica voltada para a mineração e o agronegócio. Estas mesorregiões são responsáveis pela maior parte da arrecadação do estado justamente pelo papel econômico que desempenham a partir dessas atividades econômicas que avançam progressivamente sobre territórios indígenas e quilombolas, assentamentos de reforma agrária, além de unidades de conservação integral e de uso sustentável. Ao todo, a CPT registrou 175 casos de conflitos por terra em 2022, que afetaram 33.231 famílias.

Figura 5 - Violência Contra a Ocupação e a Posse na Região Norte (2022)

UF	Ocorrências*	Famílias	Área	Famílias Expulsas	Famílias Despejadas	Ameaçadas de Despejo	Tentativa ou Ameaça de Expulsão	Casas Destruídas	Roças Destruídas	Bens Destruídos	Pistolagem	Invasão
NORTE												
AC	60	8380	2636361			1631	555	1				817
AM	152	29653	15600723			13361	1908	16	1564	1588	6551	20151
AP	61	4772	4350093		3	1412	28	14	76	4	321	654
PA	175	33231	26611383	29	102	958	2463	310	442	599	1135	19783
RO	78	5442	3755614	137		1375	501			250	333	1609
RR	39	13917	11459683				180	125			125	13969
TO	61	3810	2431045	1		105	101	113	83	108	504	174
Subtotal	626	99205	66844902	167	105	18842	5736	579	2165	2549	8969	57157

Fonte: Conflitos no Campo Brasil 2022 (Adaptado).

Apesar de legalmente protegidas pelo Estado brasileiro, as populações fixadas sob esses territórios sofrem constante intimidação e ameaças diretas para deixarem os lugares em que reproduzem suas vidas. Nesse contexto, foi possível observar que as categorias de indivíduos que mais sofreram diretamente as violências em 2022 foram indígenas, assentados e sem terras, seguido por posseiros, quilombolas e ribeirinhos. Grupos como extrativistas, trabalhadores rurais, ambientalistas e funcionários públicos também aparecem registrados pela CPT como grupos que também sofreram violência no ano de 2022.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo se propôs a compreender o que é o caderno de conflitos no campo divulgado anualmente pela Comissão Pastoral da Terra, como é estruturado metodologicamente e qual a importância dos dados publicados sobre as violações sofridas pelos povos e comunidades do campo, nas florestas e nas águas.

O Pará está entre os estados da Amazônia Legal Brasileira (ALB) que mais registram conflitos no campo e o estado da região norte que se consagra anualmente com os índices mais altos de violência no campo, segundo dados da CPT. Essa conjuntura deve-se a um processo histórico de invasão e espoliação que remonta a colonização a partir da invasão portuguesa e se intensificou de forma acentuada pelo Estado república da ditadura militar com suas políticas públicas de “integração” do território, as quais prezaram pela ocupação em massa da Amazônia em detrimento das populações e povos tradicionais paraenses.

Além disso, os últimos seis anos que antecederam a 38ª edição do Caderno de Conflitos no Campo desenharam um cenário de instabilidade política, avanço do capital neoliberal, ataque às políticas ambientais e as populações tradicionais, sobretudo indígenas e assentados. Não fosse a persistência de entidades como a Comissão Pastoral da Terra as violações ocorridas no campo seriam apagadas ou transformariam-se apenas em dados estatísticos em levantamentos institucionais oficiais.

É importante atentar que a CPT iniciou seus levantamentos de dados no final da ditadura nos anos da redemocratização, após vinte anos de governo militar. Sendo assim, é possível afirmar que muitas perseguições, mortes, desaparecimentos e violências no campo sofreram apagamento. O trabalho que a Comissão desempenha no levantamento e publicação anual do livro com os dados dos conflitos é fundamental para denunciar as violações sofridas pelos povos e comunidades do campo das águas e das florestas.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Lúcia Cristina(Coord.). Estado do Pará: (di)visões territoriais, perspectivas sociais, econômicas, financeiras e ambientais - ocupação e uso do território, federalização territorial e recursos naturais. Belém: IDESP, 2011.

CARNEIRO, Giovanna. A cada quatro horas, um conflito por terra acontece no Brasil. **Marco Zero**, 31 jul. 2023. Disponível em: <https://marcozero.org/a-cada-quatro-horas-um-conflito-por-terra-acontece-no-brasil/>. Acesso em: 16 ago. 2023.

CORBARI, Marcos Antonio; MARKO, Katia."Sem a terra não há democracia": CPT denuncia violência no campo e promove apoio aos movimentos. **Brasil de Fato Rio Grande do Sul**, 11 jul 2023. Disponível em: <https://www.brasildefators.com.br/2023/07/11/sem-a-terra-nao-ha-democracia-cpt-denuncia-violencia-no-campo-e-promove-apoio-aos-movimentos>. Acesso em: 16 ago. 2023.

CPT. **Conflitos no Campo Brasil 2022. CPT Nacional – Brasil, 2023**. 254 p. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/destaque/6354-conflitos-no-campo-brasil-2022>. Acesso em: 30 abr. 2023.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ. **Plano Plurianual 2016-2019**. Belém: Seplan. Diretoria de Planejamento, 2015. Disponível em: <http://seplad.pa.gov.br/wp-content/uploads/2015/07/ppa_volume_ii_atualizado.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2023.

IBGE. Cidades e Estados do Brasil. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br> Acesso em: 16 ago. 2023.

MODINO, Luis Miguel. Lançado Caderno de Conflitos no Campo Brasil 2022: memória, histórias, análises, resistências. **Instituto Humanitas Unisinos**, 19 abr. 2023. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/627988-lancado-caderno-de-conflitos-no-campo-brasil-2022-memoria-historias-analises-resistencias>. Acesso em: 30 abr. 2023.

RUY, Marco Aurélio. Para acabar com o conflito no campo é preciso valorizar quem trabalha na terra. **Central dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Brasil**, 24 abr. 2023. Disponível em: <https://ctb.org.br/noticias/brasil/para-acabar-com-o-conflito-no-campo-e-preciso-valorizar-quem-trabalha-na-terra/>. Acesso em: 30 abr. 2023.

SANTOS, Valdeci Monteiro dos. **A economia do sudeste paraense**: fronteira de expansão na periferia brasileira. 2011. 341 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1615615>. Acesso em: 30 abr. 2023.

VILELA, Pedro Rafael. Após 27 anos do massacre de Carajás, país registrou um conflito no campo a cada 4h. **Central Única dos Trabalhadores**, 17 abr. 2023. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/apos-27-anos-do-massacre-de-carajas-pais-registrou-um-conflito-no-campo-a-cada-4-81ab>. Acesso em: 16 jan. 2024.

A EXTREMA DIREITA AGRÁRIA: elementos introdutórios

José Eloízio da Costa[1]

Diana Mendonça de Carvalho[2]

RESUMO

A emergência da extrema direita no Brasil abre novos caminhos nos processos políticos recentes, particularmente a partir da gestão de Bolsonaro e da formação de um poderoso grupo político, que representa parcela significativa da população brasileira com viés reacionário e antidemocrático. No campo analítico desse espectro político-ideológico, os atores sociais ligados ao agronegócio introduziram uma nova agenda política que mostra o alcance e a força desse agrupamento social de grande envergadura e, de certa forma, agora não mais no campo econômico-produtivo, mas de representação nas instituições de poder do Estado. Diante disso, o presente trabalho analisa a constituição dos novos processos políticos rurais, representados pelo agronegócio em suas agendas de interesses, em nível institucional, prática política e da organização de suas entidades, sob os pilares de uma ideologia de extrema direita como estratégia de obter hegemonia política na marca do território politicamente usado. A base teórica do estudo é interdisciplinar, isso para oferecer maior alcance analítico de uma realidade empírica complexa e que resgata a importância do conceito de redes interorganizacionais e formação de atores coletivos, na linha de SHERER WARREN (2007) e que repercute em nível organizacional, articulatório e mobilizatório. Disso, valida-se que o estudo da extrema direita agrária precisa ser aprofundado face: 1- às contradições atuais, em meio a imposição do neoliberalismo e a nova lógica produtiva-financeira; e, 2-a personificação dos atores representantes do agronegócio, como fração social dominante de tomada de poder e de ataque às forças democráticas e aos movimentos sociais organizados e populações tradicionais.

Palavras-chave: Direita Agrária, Agronegócio, Agenda Produtiva, Estado.

ABSTRACT

The emergence of the extreme right in Brazil opens new paths in recent political processes, particularly following Bolsonaro's administration and the formation of a powerful political group, which represents a significant portion of the Brazilian population with a reactionary and anti-democratic bias. In the analytical field of this political-ideological spectrum, social actors linked to agribusiness introduced a new political agenda that shows the reach and strength of this large-scale social grouping and, in a way, now no longer in the economic-productive field, but in representation in state power institutions. In view of this, the present work analyzes the constitution of new rural political processes, represented by agribusiness in its interest agendas, at an institutional level, political practice and the organization of its entities, under the pillars of an extreme right-wing ideology as a strategy to obtain political hegemony in the mark of politically used territory. The theoretical basis of the study is interdisciplinary, to offer greater analytical scope of a complex empirical reality and which rescues the importance of the concept of inter-organizational networks and the formation of collective actors, in line with SHERER WARREN (2007) and which has repercussions at the organizational level, articulatory and

[1] Prof. Dr. do DGEI/UFS e líder do Grupo de Pesquisa Sobre transformações no Mundo rural (GEPRU). eloizio.npgeo@gmail.com

[2] Profª Drª do DGEI/UFS e integrante do Grupo de Pesquisa Sobre transformações no Mundo rural (GEPRU). dianamendoncadecarvalho@gmail.com

mobilization. From this, it is validated that the study of the extreme agrarian right needs to be deepened in view of: 1- the current contradictions, amid the imposition of neoliberalism and the new productive-financial logic; and, 2-the personification of actors representing agribusiness, as the dominant social fraction taking power and attacking democratic forces and organized social movements and traditional populations.
Keywords: Agrarian Right, Agribusiness, Productive Agenda, State.

INTRODUÇÃO

A emergência da extrema direita no Brasil abre novos caminhos nos processos políticos mais recentes, particularmente a partir da gestão de Bolsonaro e a formação de um poderoso grupo político, que representa parcela significativa da população brasileira com seu viés reacionário e antidemocrático. No campo analítico desse espectro político-ideológico, os atores sociais ligados ao agronegócio introduziram uma nova agenda política que mostra o alcance e a força desse agrupamento social de grande envergadura e, de certa forma, agora não mais no campo econômico-produtivo, mas também de representação nas instituições de poder do Estado. Esse novo grupo político com representação no Estado atua no uso das instituições, em defesa de seus interesses corporativos e, naturalmente, na ocupação dos espaços de poder para tomada de decisão, provocando grande impacto na rotina do poder que transcende sua atuação como fração da reacionária e atrasada classe dominante brasileira.

Esse grupo agora se pauta em agendas para além de seus interesses, mas imbuídos de feição autoritária e que contrariam determinadas agendas internacionais, como a questão do meio ambiente ou a proteção dos indígenas e populações tradicionais, sem efetivamente mudarem ou negociarem sua tática de intransigência legitimada e de mobilização permanente. A legislatura 2022-2026 no Congresso Nacional e ainda de forma mais agressiva na Câmara Federal, é o retrato de uma instituição capitulada pela direita e extrema direita, em que temos a tão conhecida “bancada do boi” e que transcende a mera “agenda produtiva”, sendo a principal estratégia justamente a efetiva tomada do poder; mesmo com uso de instrumentos nada republicanos dentro de uma engrenagem distorcida da representação política, no que o cientista político Jeferson Miola chama de “deputadocracia”. Nessa nova ordem, o agronegócio se coloca como um dos seus pilares, não apenas como categoria social reacionária, mas como ação política em defesa de uma pauta antipopular, elitista e de ódio aos pobres.

Desse modo, o nosso interesse é entender, dentro do marco dos chamados processos políticos rurais, à dimensão dos representantes do agronegócio, o problema a ser constituído e que proposições estão aí inseridas, bem como as marcas específicas e se

realmente temos um pensamento dessa categoria social como processo de território usado (CATAIA, 2013). A esse soma-se a tentativa de constituir a formação política do agronegócio, como preconizado por POMPÉIA (2021) em articulação analítica com uma das frações da elite do atraso (SOUZA, 2019) e sob os interessantes fundamentos de ensaio abordado por NAVARRO (2016), ao refletir sua crítica a "esquerda agrária", servindo assim, como contraponto.

Assim, como destacamos, o nosso objetivo é analisar a constituição dos novos processos políticos rurais, representados pelo agronegócio em suas agendas de interesses, em nível institucional, prática política e da organização de suas entidades, sob os pilares de uma ideologia de extrema direita como estratégia de obtenção da hegemonia política na marca do território politicamente usado e que reproduz esse atraso na composição do parlamento bicameral brasileiro. Desse modo, o objetivo também é abordar as novas agendas de interesses do agronegócio face a seara política, marcada pela ação de seus representantes nas instituições do Estado, com maior inserção no Congresso Nacional e, como, operacionalizam neste nível. Por outro lado, avaliar o comportamento político de determinados atores sociais do agronegócio na dimensão da ideologia, a partir do "discurso competente" em suas "narrativas" de convencimento em nível político de defesa de seus interesses corporativos. A nossa tese é que temos pela frente a reprodução social e política de um capitalismo em crise, que o neoliberalismo não cumpriu sua promessa, abrindo um flanco ultraconservador de gerenciamento do poder pela barbárie do anarcocapitalismo, ou seja, do poder absoluto do espaço privado, com uso de mecanismos autoritários por dentro do sistema democrático no que Serrano (2023) denomina de autoritarismo liquido.

TEORIA E MÉTODOS EMPREGADOS

A base teórica do estudo é interdisciplinar, isso para oferecer maior alcance analítico de uma realidade empírica complexa e que resgata a importância do conceito de redes interorganizacionais e da formação de atores coletivos, na linha de Sherer Warren (2007), que repercute em nível organizacional, articulatório e mobilizatório. Na mesma perspectiva, a questão da categoria dos "processos políticos rurais" é de fundamental importância como ação de atores sociais interessados em seus projetos de reprodução e acumulação junto ao agronegócio, e neste aspecto, da constituição da estratégia política de dominação, ou seja, que transcende a mera questão econômica e de composição de um "setor altamente produtivo" que "sustenta o Brasil nas costas".

Para isso, o procedimento é analisar diversas abordagens no marco da bibliografia existente em relação aos processos políticos rurais mais recentes, suas interpretações e análises na perspectiva do território politicamente usado enquanto arena de imposição de interesses dos atores sociopolíticos do agronegócio, seus aspectos ideológicos, comportamento político e a dimensão de suas representações organizacionais. Para isso, acompanhamos a linha abordada por NAVARRO (2006) quando destila suas críticas ao que o autor rótula de características da chamada "esquerda agrária". Destarte, o método será analítico com foco na abordagem qualitativa a partir da bibliografia existente, levando em consideração a questão da formação das redes e seus marcos organizacionais, de articulação e, principalmente, da força mobilizadora dos grupos ultraconservadores e reacionários territorializados nos espaços rurais dominados pelo agronegócio.

Desse modo, fundamental é destacar duas referências seminais para entender a ascensão da extrema direita no Brasil na última década e balizar uma leitura estrutural e conjuntural para configurar a complexidade política em que vivemos. Claro, sem desmerecer outras publicações na medida em que existe um quadro bibliográfico bem farto em termos de produção científica e até mesmo literária. Nesse contexto, destacamos a leitura impactante de SOUZA (2020) em relação a constituição de uma elite atrasada, autoritária e de base patrimonialista, que se reproduz também na subjetividade de uma sociedade de mentalidade escravagista e que perpassa por todas as classes sociais. Aspecto interessante são suas críticas em relação aos "intocáveis" da abordagem da formação social e econômica brasileira, como as obras de Gilberto Freire a partir de suas publicações clássicas e Sérgio Buarque de Holanda em relação a falácia da existência do homem cordial; e que não entraram nas entranhas da perversidade da elite brasileira e seu caráter excludente, por uma simples questão: a negação da luta de classes e da escravidão como modelo de ultraexploração da força de trabalho e da formação de nossas mentalidades de natureza opressiva.

Desse lado, para a realidade política brasileira mais recente, Lynch e Cassimiro (2022) na perspectiva da sociologia política, introduz a categoria "populismo reacionário" como maior representação de um novo sistema político. Os autores abordam essa topologia enquanto processo político nas quais:

os senhores de engenho levantavam igrejas e protegiam o povo, viris 'bandeirantes' chefiavam milícias de mestiços em expedições pelo sertão adentro para apresar indígenas e buscar riquezas naturais, extraindo da exuberante natureza o máximo que podiam, sem a presença incômoda de um Estado que, de resto, não existia. Daí a

atração de Bolsonaro por tudo aquilo que a sociedade brasileira herdou de pior da colonização: o culto da morte e da violência, o autoritarismo, a exploração predatória da natureza, anti-intelectualismo, o personalismo, o patrimonialismo etc. Emissário da vontade providencial do povo, ele acreditava ter chegado ao poder para restaurar a velha e boa ordem, identificada imediatamente com o regime militar" (p. ???.

Neste contexto é que agregamos os limites desse novo processo político, que moldamos como território usado, e que a referência, conforme Cataia (2013) aborda, opera na territorialização dos fenômenos políticos em termos de comportamento dos atores sociais e seu caráter mobilizador observado nos últimos anos no Brasil. Mais ainda, da existência de redes interorganizacionais e que pode ser materializada na eficiência das redes sociais de comunicação política e da defesa de "narrativas da extrema direita" com o uso das redes sociais, como o facebook, whatzaap, instagram, etc.

Na mesma toada, relaciona-se a seminal questão da formação política do agronegócio, a partir da abordagem desenvolvida por Pompéia (2021), que, mesmo existindo uma longa literatura consolidada no que refere a evolução política do Brasil, como analisado em Prado Junior (1983), considerando a dimensão do processo político e sua evolução face a formação social brasileira. Entretanto, a contribuição de Pompéia (2021) atualiza o novo processo político contemporâneo e que envolve uma fração da sociedade brasileira mais atrasada, ao estilo da "elite do atraso" abordado pelo sociólogo potiguar Jesse Souza (2019).

Daí a utilidade da categoria "agrobolsonarismo" (2022), enquanto processo social desenvolvida por Pompéia (2022), para inserir o alcance das práticas políticas desse poderoso grupo, que atua além da dimensão econômica e que se caracteriza por estratégias a partir de constituição da institucionalidade e, principalmente, do seu funcionamento. Observa-se que esse autor aborda, a partir de uma análise etnográfica da nova burguesia agrária, que agora inova na participação política direta com suas ações, os comportamentos sociais bem particulares; e não mais através de representantes. Esses atores sociais, em função da ascensão de Jair Messias Bolsonaro, em 2018, reuniriam às melhores condições de fortalecimento político desse grupo, agora não apenas com representantes institucionais, mas com a existência de forte agrupamento militante, financiamento direto das associações que representam o agronegócio, geograficamente organizados, com viés ideológico no espectro dessa nova extrema direita agrária. As regiões centro-sul e centro-oeste do Brasil têm a maior concentração dessas entidades e atores sociais determinados a "mudar o Brasil". Em outros termos, transformar o país em

uma grande fazenda voltada para exportação, reproduzindo o modelo do período colonial, com monocultura de soja, milho, carne e etc, com o uso de força de trabalho análoga à escravo. Esse é o Brasil desses senhores do mundo agrário reacionário.

Assim, a escolha da temática é emergente e mostra efetivamente em que termos se constitui a nova abordagem do agronegócio na dimensão política e que tem fortalecido nos últimos anos face ao recrudescimento da extrema direita no Brasil. Fato alavancado com a mobilização de massa, com uso das redes sociais e das fake News, bem como, com a força política que transcende a existência da vetusta "bancada do boi" como substituta efetiva dos partidos políticos.

O agronegócio se transformou em um dos segmentos políticos mais influentes e poderosos da república brasileira de nossos dias e o interesse é justamente entender sua dimensão em várias instâncias, permeada por uma ideologia de forte capilaridade social. Na verdade, esse segmento explora as "virtudes" do agronegócio como setor mais importante da economia brasileira, mesmo que ainda insuficientes para estes atores sociais, claro, sendo processos intrinsecamente complexos e arrojados frente aos fatos.

Desse modo, a estratégia é formar uma estrutura política com ideologia própria e de construir um espaço de poder autônomo no que estamos denominando de "território usado". Nosso entendimento é que o tema ainda precisa ser construído dentro da perspectiva do "território político", na medida em que a articulação entre os atores do agronegócio, suas organizações representativas e a perspectiva de tomada do poder sob a orientação ideológica da extrema direita, ainda precisam ser aprofundadas. Isso é uma realidade concreta e de grande desafio para os próximos anos no Brasil, em especial no que se refere à questão democrática, na medida em que a agenda desses agrupamentos é profundamente antidemocrática.

Para isso, desenvolvemos a nossa abordagem no foco qualitativo, em três dimensões analíticas. A primeira relacionada às marcas particulares, retiradas a partir da nossa leitura, se não da configuração socioterritorial, em simetria com a abordagem de Navarro (2016) quando apresenta não apenas os problemas da esquerda agrária, mas principalmente das marcas específicas dessa esquerda. O que demonstramos também são as marcas específicas da extrema direita agrária brasileira, observando que é uma tentativa analítica ainda de caráter introdutório, porque entendemos ser de fundamental importância face aos desdobramentos políticos marcados pelo extremismo de direita e da ascensão do neofascismo no Brasil dos últimos anos.

Mais que os fundamentos em epígrafe, pretende-se analisar alguns desses problemas nas dimensões de natureza institucional, mas também dos processos políticos, fundamentado pelo comportamento dos atores sociais nas relações interinstitucionais e que refletem uma classe dominante medíocre e um populismo de extrema direita rasteiro. Esta é a nossa segunda abordagem. E por último, como podemos presumir o cenário do futuro próximo, que leve em consideração os desafios ao processo de desenvolvimento do país, a partir de uma conjuntura que efetivamente estar voltando a normalidade democrática e como a extrema direita agrária se comportará enquanto agrupamento social e político.

Como estudo de caráter introdutório para configurar essa nova extrema direita agrária, que certamente definirá sua força política para os próximos anos e que pautará agendas em marcos normativos, como a questão do desmatamento, dos povos indígenas e populações tradicionais e também, do conflito relacionado ao financiamento público para a agricultura.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O trabalho em tela é uma pequena contribuição para apresentar um novo fenômeno político que emergiu no Brasil rural nos últimos anos, combinado com a ascensão do neofascismo ao Poder. Os diversos pilares que sustentaram o governo Jair Bolsonaro têm um dos seus fundamentos justamente o robusto segmento do agronegócio que atua nos diversos territórios do espaço rural brasileiro. Consideramos como "território usado", conforme abordado por Cataia (2013), porque reflete o exercício do poder sob um território econômico de grande envergadura, com alcance nacional e internacional, ou o que poderíamos considerar como "território usado rural" e que sempre reproduziu uma forma determinada de dominação econômica territorial.

Parafraseando Navarro (2016), que esboça, mesmo em caráter especulativo, mas de forte consistência analítica o quadro da "esquerda agrária" para entender qual o problema e principalmente, se existe uma espécie de "crise do pensamento da esquerda agrária', tendo como uma de suas estratégias à desqualificação das abordagens que não seguem a cartilha desse agrupamento que encastelam nas estruturas do Estado, tanto em ministérios, como em autarquias e empresas públicas vinculadas ao segmento agrário (durante a fase do período dos governos trabalhistas). Mas ao mesmo tempo desafia os percalços efetivamente existentes no interregno 2003 e 2016 e "o que será algum dia demonstrado"(NAVARRO, 2016, p. 03). Ato contínuo, o autor situa e caracteriza as

“marcas específicas” da esquerda agrária. O que estendemos por essas marcas específicas diante da nossa abordagem quanto a configuração da extrema direita agrária:

1 – uma primeira marca é o forte antipetismo configurado pelo ódio ao Partido dos Trabalhadores. Aspecto alimentado diuturnamente pela mídia corporativa em apoio a farsa da operação lava-jato por mais de meia década, em que foi construído todo um arquétipo que o PT seria o maior símbolo de corrupção e sua destruição enquanto partido seria relevante. E que o PT “roubou bilhões da Petrobrás” e tem que ressarcir, sendo o maior caso de corrupção, talvez o maior das “galáxias”! Este seria o maior exemplo de uma espécie de “identidade partidária negativa” (nas palavras do cientista político brasileiro especialista em comportamento eleitoral, Antônio Lavareda), mostrando a incômoda posição do Partido dos Trabalhadores nessa arena de luta política, em que a extrema direita agrária tem sua radicalidade. Nesse cenário, até mesmo, a cor vermelha se coloca como identitário e símbolo demoníaco. O ódio ao PT é um processo permanente de retroalimentação e o segmento do agronegócio representa esse processo de confronto permanente.

Aspecto relevante é o forte viés ideológico, em que tudo que se expressa pelo lado in totum do petismo, devendo ser combatido sem trégua. E o partido estaria sempre conspirando contra o agronegócio, isto é, o setor se transformaria como bunker ideológico materializado na defesa de seus interesses corporativos e que o financiamento não teria importância, em especial durante o período eleitoral. O certo é que seria uma mistura entre a defesa econômica dessa categoria e o protagonismo político, inclusive com proposições relevantes, como a escolha de “novos candidatos” às eleições majoritárias, mostrando a força política do agrupamento.

2 – uma segunda marca da extrema direita agrária é o discurso de representar o segmento da economia brasileira mais dinâmica e que leva o Brasil nas “costas”. Isso é representada pela mídia corporativa protagonizada como o “agro é pop”, “´é tech” e outros adjetivos que moldam o “lado moderno” do segmento que mais trás divisas nas transações comerciais externas.

Sem dúvida que o agronegócio, isso nas últimas duas décadas, transformou seu dinamismo com forte modernização e ganhos de produtividade sem precedentes, ampliando mercados e aperfeiçoando sua logística, enriquecendo a “classe dos produtores”. Todavia, essa questão precisa ser melhor explicada. Primeiro, porque as exportações são praticamente isentas de tributos, sob o manto da Lei Kandir, o que demonstra que efetivamente eles não levam o Brasil nas costas, mas suas isenções

indiretamente trazem perdas de recursos públicos que poderiam serem aplicados em programas sociais ou em políticas públicas em benefício da maioria da população brasileira. Efetivamente não existe essa correlação nos discursos, que se restringem sempre pelo lado "positivo" do agronegócio sem evidenciar suas contradições internas, como, por exemplo, as denúncias regulares de agressões ao meio ambiente, o uso de agrotóxicos e a geração de poucos empregos.

3 – A terceira marca específica desse agrupamento é a forte organização de suas entidades que se apresentam de forma fragmentada, porém politicamente coesa. Esse processo foi mais observado a partir de 2011, conforme coloca Pompéia (2022), e que em 2014 já existiam quatorze associações devidamente organizadas, abrangendo praticamente os diversos segmentos produtivos, claro, destacando o milho e a soja como entidades de maior capilaridade política e territorialmente bem recortadas, em sua maior parte na região centro-oeste. O destaque dessas associações é a construção de um planejamento de natureza puramente política e a preocupação em realizar lobby organizado em defesa de seus interesses corporativos, mas também de produzir demandas políticas ligadas ao exercício do poder enquanto estratégia relevante.

É impressionante como as associações são organizadas e com autofinanciamento, principalmente na determinação em defesa de uma agenda especial e propensão ao exercício do poder político com apoio incondicional a um presidente de extrema direita e do uso do terror contra a esquerda, a partir de "narrativas" de "venezualização" ou "cubanização" do Brasil, com grande repercussão entre seus apoiadores, além do uso exaustivo das redes sociais com notório conteúdo de ódio. Em outros termos, a extrema direita agrária transcende a conhecida "bancada do boi" na medida em que a "via parlamentar" seria um dos pilares do agrupamento político.

4 – Finalmente destacamos a última marca da extrema direita agrária, observando que as mesmas não esgotam a temática, servindo como pista para trabalhos futuros mais detalhados sobre a nova realidade política, que segue a linha com viés abertamente fascista e demarcado na tomada do poder político no exercício por um regime profundamente autoritário: luta pela mudança dos marcos legislativos em todas as instâncias, especialmente no que se refere aos interesses econômicos da corporação. Desse modo, a mudança do marco regulatório, como a questão da temporalidade da ocupação indígena, é uma delas e sua atuação no parlamento tem trazido êxito.

Soma-se também, o enfraquecimento da fiscalização de instâncias administrativas em que o setor estar vinculado, abrangendo a fiscalização de natureza ambiental e

principalmente na aplicação de multas, em que suas gestões políticas têm dirimido penalidades administrativas ou até mesmo sua extinção frente a condição ambiental. Talvez essa seja uma das principais estratégias do agrupamento em tela, na medida em que a constituição de parlamentares, diretamente financiado por esta extrema direita especial, mostra sua força institucional. O que denota que temos um novo estrato social de grande envergadura e que certamente se consolidará no futuro mais próximo.

Atores Sociais e Funcionamento

A realidade do mundo social e político dos atores sociais que representam o agronegócio no Brasil é complexa. Mas as manifestações dos mesmos nos últimos anos têm mudado radicalmente e revelado não apenas suas contradições internas, mas a detenção de projetos distintos, que desagua similarmente na quadra das práticas identificadas com o perfil ideológico da extrema direita. Em síntese, temos materialmente uma forte fração das classes proprietárias que opera em várias instâncias, bem articuladas entre seus pares para entender seus interesses de poder, que atua não apenas no campo da economia, mas no fortalecimento de suas entidades e em especial na luta interna contra as entidades mais poderosas, como a Confederação Nacional da Agricultura (CNA). E isso pode ser observado pelo comportamento político, que incorpora o substrato ideológico bem definido.

É evidente que podemos observar o fortalecimento dessa vertente, como na dicção de POMPÉIA (2022) em relação a campanha do candidato vitorioso nas eleições presidenciais de 2018, em uma de suas promessas com o segmento mais reacionário do agronegócio, na qual o candidato defendeu:

a redução de impostos para a agropecuária e a possibilidade de supressão das dívidas do Funrural, (e também) posicionou-se contra os movimentos sociais e contra os direitos territoriais de povos e populações tradicionais, fez críticas à fiscalização e à punição a ilícitos ambientais e propôs a facilitação do uso de armas de fogo por proprietários rurais. Era exatamente o que muitos desses fazendeiros queriam ouvir, e nenhum outro candidato à Presidência estava propondo na campanha de 2018. (POMPÉIA, 2022, pg. 04).

Quando da vitória eleitoral do candidato da extrema direita, a luta política ficaria mais acirrada, principalmente por não se apropriar do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) por parte da Frente Produtiva do Brasil (FPB), mas ocuparia

espaços de poder com a Secretaria de Assuntos Fundiários, vinculado ao MAPA, como podemos observar também na linha de Pompéia (2022):

O secretário (de assuntos fundiários), começou a atuar como um agente do varejo político, viajando a diversas áreas do país para apoiar e mobilizar produtores com influência local, principalmente aqueles em embates fundiários relacionados a grupos étnicos e movimentos sociais. Em Brasília, sua agenda igualmente prioriza reuniões com associações municipais e fazendeiros dotados de poderes locais (POMPÉIA, 2022, P. 05).

A tendência seria a articulação dessa fração da burguesia agrária atrasada com o segmento financeiro, sempre na perspectiva da tomada do poder, a exemplo do emparedamento da atual legislatura na Câmara Federal e do poder do Banco Central. Para isso enumeramos algumas das marcas específicas (Navarro, 2016) da extrema direita, como colocamos em epígrafe, mostrando que estamos entrando em uma nova conjuntura do mundo político-agrário, em que o segmento do agronegócio determinará também o ambiente da tomada de decisão nas diversas instâncias do poder político por estar fortemente organizado e ter dois aspectos imprescindíveis para entender esse complexo processo: o dessecamento dos atores sociais e como funciona a máquina política do agronegócio e sua relação com o poder institucional.

Desse lado, é que fundamentamos dentro da categoria do "território usado" abordado por Cataia (2013), que o espaço é banal, ao se articular com o Estado, mas indo além, sustentando-se no conjunto de ações localizadas e interdependentes com interesse de reprodução social e de ações políticas e institucionais, mostrando "vontade de poder" de importante fração da burguesia agrária reacionária. O território é a arena de representação dessa elite do atraso e seu caráter predatório como campo de luta, face a mentalidade escravocrata e do apoio incondicional da classe média urbana emburrecida, iletrada e propensa ao autoritarismo (SOUZA, 2019), fortalecida no anarcocapitalismo, em sua pureza ideológica, política e econômica, que legitima a barbárie pós-moderna.

Na seara dos atores sociais, sem dúvida podemos rotulá-los de "agrobolsonarista", expressão abordada por Pompéia (2022), que abarca um grande grupo sociopolítico, porém fragmentado, que teve na ascensão do neofascismo em 2018, a maior oportunidade de alojamento nas instâncias dos dois poderes de dominação – legislativo e o executivo federal – sombreados pelo presidente Jair Bolsonaro. Esses efetivamente encarnaram seus interesses corporativos, que taticamente operariam dentro de um novo marco bem ao largo das entidades de maior relevância corporativa.

Podemos demarcar essas grandes entidades, como a CNA (Confederação Nacional de Agricultura e Pecuária), como maior entidade sindical de representação da classe dos produtores do agronegócio brasileiro ou a OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras), que de forma mais ampliada envolve também as entidades cooperativas de âmbito urbano, porém de grande capilaridade no meio rural, representando pequenos, médios e grandes produtores; mas com forte tradição na representação política, particularmente no Congresso Nacional. Destarte, as novas forças políticas, de feição fascista e com viés do espectro político da extrema direita construiu seu próprio espaço e disputa o poder, não apenas em função de defesa de seus interesses, enquanto categoria social; mas principalmente, pela estratégia de arremetida política ao poder. E são esses atores políticos e como operam, tendo como teatro social e político a capital federal, Brasília?

Umas das entidades de maior capilaridade política é o Instituto Pensar Agropecuária (IPA), criado pelos "renegados" da CNA e da OCB, moldando a FPB (Frente Produtiva do Brasil), de ampla composição multipartidária e que operam na defesa dos interesses da corporação reacionária. No entanto, o interesse central é repercutir no âmbito da macropolítica as decisões de âmbito nacional, em que seus atores questionam concretamente "qual a legitimidade dessas entidades" quando efetivamente não mais representam os interesses, mas que no fundo o processo político é muito mais ambicioso. Neste contexto, a relevância da figura política de Luiz Antônio Nabhan Garcia, este historicamente ligado a antiga e reacionária União Democrática Ruralista (UDR) e que lidou até nossos dias, um forte grupo formado por pequenos e médios produtores, que, de certa forma, são esquecidos ou "marginalizados" pelas entidades mais poderosas do setor.

O artigo de Pompéia (2022) evidencia a existência de uma etnografia do agronegócio brasileiro através do IPA, em que a fragmentação dessa fração da classe dominante, mostra a complexidade de seu quadro socioeconômico e que, o apoio ao candidato extremista de direita em 2018, aguçaria essa divisão e fortaleceria abertamente seu apoio, na medida em que o candidato cooptaria essa insatisfação. O autor em tela enfatizaria essa articulação com a FPB, na medida em que a agenda estaria concentrada, isso desde o ano de 2011. E que agenda seria essa?

A mobilização desse agrupamento foi competente e se estendeu por mais de dez anos. Os atores estariam presentes, isso em 2023, a partir de entidades que somavam 48 organizações (POMPÉIA, 2023), representando produtores de milho, soja, algodão e

pecuária; definido por uma agenda esperada e por estratégias. A primeira relacionada ao afastamento de determinados representantes do agronegócio, como a ex-ministra Kátia Abreu, vinculada ao CNA, isso já em 2015. Uma segunda estratégia seria a soldagem da articulação do IPA com a CNA e de certa forma, o esvaziamento das entidades mais poderosas. A terceira estratégia estaria também na articulação com representantes das indústrias, bem como na diminuição das disputas entre as entidades.

Pelos termos, face a essas estratégias, a agenda central, através do IPA, naturalmente seria o esperado, como a ampliação do desmatamento, da restrição dos termos legais das reservas territoriais indígenas; ou seja da ampla desregulamentação que tutela essas categorias sociais e dos territórios dos povos originários, incluindo os territórios quilombolas. Somando-se também ao garimpo em áreas de proteção ambiental; ampliando assim a ação do agronegócio, mas também de suas ações políticas cada vez mais ousadas. Desse lado, a questão talvez mais relevante seria o relaxamento da fiscalização institucional e o perdão das multas ambientais, dando assim proteção nas ações desse agrupamento econômico e político ao estilo esperado do anarcocapitalismo, uma sociedade competitiva e individualista, sem Estado.

Aspecto interessante se relaciona com a aproximação das principais figuras do IPA, com o então candidato Jair Bolsonaro e futuro presidente da república a partir de janeiro de 2019. Na percepção do cientista político Miguel Lago (2022), essa questão seria crucial na soldagem com o segmento mais agressivo do agronegócio e do papel de Bolsonaro no processo político. Para o pesquisador, a característica do bolsonarismo é a insurreição permanente dos seus seguidores e que Bolsonaro tem a força de manter sua base mobilizada e engajada nas redes sociais, mesmo perdendo às eleições de 2022. E também que o Brasil tem um novo perfil político, social e cultural, quando se evidencia que "Bolsonaro representa o país do samba, que hoje escuta mais sertanejo" (Lago, 2022). Deste modo, o Brasil passa por uma revolução que infelizmente a esquerda não soube acompanhar. O resvala no avanço do agronegócio ultraconservador. Desse modo, a capilaridade da extrema direita agrária integra todo esse processo de retrocesso civilizatório brasileiro, capitaneado por um ex-capitão que efetivamente capturou parte significativa do agronegócio medieval brasileiro.

E como funciona a extrema direita agrária? Basicamente em duas grandes frentes como destacamos acima. Primeiro, no campo político, através de suas entidades, tanto no Congresso Nacional, como também nas entranhas do Poder Executivo. E segundo, no

campo econômico, através do lobby, visando trazer benefícios como subsídios no financiamento e maior proteção normativa no processo de exportação.

Os textos de Pompéia (2021 e 2022) são interessantes na medida em que inaugura uma nova abordagem, mesmo que sob uma narrativa empírica das trajetórias dessa categoria social no processo político brasileiro, como dissemos, que transcende a velha abordagem da "bancada do boi". O que efetivamente existe é uma maior organicidade na constituição de uma agenda de poder, tendo como lastro a defesa de seus interesses e de um grande projeto de poder em nível nacional, bastando observar a agenda ultraconservadora que transita no Congresso Nacional, desde a pauta de costumes, até a agenda neoliberal no campo econômico. O que demonstra que a busca do poder é uma estratégia, porém a tomada do poder é a meta principal e isso estar em andamento.

É evidente que a extrema direita veio para ficar e ocupar grandes espaços de poder. E o segmento agrário, com sua contumaz arrogância, indiferença social ("nos somos a classe que trabalha"), composta por atores sociais iletrados e autoritários tem ampla ambição, e que se revela na composição do Congresso Nacional. Em síntese, temos uma parcela relevante da população brasileira que se comporta de forma irracional, que odeia pobres, nordestinos e arrogam "donos do Brasil". A extrema direita agrária tem essa quadra horrorosa que se estende em nível mundial, como maior resultado de um sistema econômico e político a partir da crise do capitalismo. Portanto, de feição fascista que pouco se preocupa com a crise climática, com o crescimento da miséria e de outras mazelas históricas, como o genocídio e o ódio aos não cristãos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo da extrema direita agrária precisa ser aprofundado face às contradições de nossos dias e a personificação dos atores representantes do agronegócio, como fração social dominante na tomada de poder e de ataques às forças democráticas e aos movimentos sociais organizados e populações tradicionais. Portanto, a questão tomou uma dimensão complexa e heterogênea e podemos inferir que a conjuntura vindoura é determinante, pois o agronegócio certamente irá impor sua agenda reacionária, com impactos nas práticas políticas e na ocupação das estruturas do poder.

Neste quesito, demarca-se o avanço da extrema direita como um fenômeno político mundial, cuja crise estrutural do sistema do capital produziu esse ambiente de retrocesso quase medieval, que em suas entranhas tem o caráter da destruição impiedosa da democracia e opera com a implantação de sistemas políticos totalitários, como

estratégia de reprodução do capital em sua crise terminal. A nossa percepção é que, a realidade da extrema direita, em sua vertente agrária, é um dos braços dessa tentativa de domínio absoluto das estruturas do poder político no Brasil. Acreditamos que não temos ainda respostas completas para entender esse processo, havendo ainda lacunas analíticas a serem melhor esclarecidas, que operam para além do caráter mobilizador, organizacional e de articulação com outras forças políticas reacionárias.

Sendo assim, define-se o desafio para analises futuras, de avaliar o que ocorrerá em nível de Brasil, frente a outras realidades latino-americanas que estão se rendendo ao caráter rentista do capital, com ausência de Estado atuante na economia e cujo agronegócio se coloca como importante operador.

REFERÊNCIAS

"Agro e bancos tomam o poder". https://www.youtube.com/watch?v=8-J7w0cOyEQ. Acesso no dia 25 de maio de 2023.

CATAIA, M. Território usado e federação. **Revista Educação e Sociedade.** V. 34, n. 125, p. 1135-1351. Campinas: Universidade de Campinas, 2013.

NAVARRO, Z. **Qual o futuro (próximo) da esquerda agrária?.** Documento de livre circulação, 2016.

LAGO, M. "Bolsonaro está muito mais sintonizado com o Brasil de hoje". **Entrevista de Paula Bianchi** (22/10/2022). https://apublica.org/2022/10/entrevista-bolsonaro-esta-muito-mais-sintonizado-com-o-brasil-de-hoje-diz-miguel-lago/. Acesso em 01/08/2023.

LERRER, D. F. (2023). Memórias, recalque e questão agrária no Brasil. **Raízes: revista de Ciências Sociais e Econômicas**, 43(1), 79-105. https://doi.org/10.37370-raízes.2023. V. 43, 820.

LYNCH, C. & CASSIMIRO, P. H. **O populismo reacionário:** o legado do bolsonarismo. São Paulo: editora Corrente, 2022. Disponível em <https://www.amazon.com.br/Populismo-Reacion%C3%A1rio-Ascens%C3%A3o-Legado-Bolsonarismo/dp/6553960216>. Acesso em 26 jun. 2023.

PRADO JUNIOR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo.** São Paulo: editora Brasiliense, s/d.

PRADO JUNIOR, C. **Evolução Política do Brasil: colônia e império**. São Paulo: editora Brasiliense, 1983. 13ª edição.

POMPÉIA, C. **Formação Política do Agronegócio.** São Paulo: editora Elefante, 2021, 392 pp.

POMPEIA, C. O agrobolsonarismo: o presidente cooptou uma parte relevante do agronegócio, mas está longe de ter apoio incondicional. **Revista Piauí.** Edição de Janeiro de 2022. https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-agrobolsonarismo/. Acesso em 30-05-2023.

POMPÉIA, C. Etnografia do Instituto Pensar Agropecuária. **Revista Mana.** N. 28 (2). 1-33. 2022 – http://doi.org/10.1590/1678-49442022v28n2a206. Acesso em 20 de junho de 2023.

SCHERER-WARREN, I. A política dos movimentos sociais para o mundo rural. Rio de Janeiro, **Revista Sociedade Agrícola**. V. 15, n. 1, pp. 5-22, 2007. https://deolhonosruralistas.com.br/2022/09/28/conheca-um-a-um-os-principais-responsaveis-pela-boiada-no-congresso/. Acesso em 20 de junho de 2023.

SERRANO, P. **Autoritarismo Líquido por Pedro Serrano.** Disponível em: <https://inb.org.br/autoritarismo-liquido-com-pedro-serrano/ >. Acesso em 31 jul. 2023.

SOUZA, J. **A elite do atraso:** da escravidão a Bolsonaro. São Paulo: editora Estação Brasil. 2019.

PROPRIEDADE PRIVADA E SISTEMA CAPITALISTA: EXPROPRIAÇÃO E VIOLÊNCIA NA ZONA DA MATA PERNAMBUCANA

Renata Érica de Figueredo Ataíde[1]

Claudio Ubiratan Gonçalves [2]

RESUMO

O fato da terra - um bem da natureza, que deveria ser utilizado por todos, ser monopolizado por uma parcela minoritária da população, que se coloca enquanto classe hegemônica - num país de dimensões continentais – agrava o quadro de mazelas sociais, pois nega condições de existência e dignidade a ampla parcela da população. A atual legislação brasileira, possibilitou que muitas 'cercas' fossem erguidas, impedindo o acesso e/ou a expropriação de muitos camponeses. É do nosso conhecimento que a elite agrária sempre colheu os benefícios do Estado e o acesso privilegiado aos recursos públicos, de maneira que tais características patrimoniais geraram um modelo de desenvolvimento altamente excludente. Neste trabalho nos propomos trazer algumas reflexões acerca daqueles que são invisíveis pelo Estado e Sociedade. Iremos discutir as disputas territoriais travadas entre as classes no campo. Nosso recorte parte do Engenho Fervedouro pertencente a Usina Frei Caneca, localizada no município de Jaqueira/PE. Para a consecução do trabalho, utilizamos o método dialético que teve como intuito questionar o Estado, aliado ao capital. Assim, foram realizados os seguintes procedimentos metodológicos: a) levantamento bibliográfico e documental; b) análise de dados secundários colhidos; c) trabalho de campo.

Palavras-chave: Propriedade Privada, Conflitos Territoriais, Resistência Camponesa.

RESUMEN OU ABSTRACT

La actual legislación brasileña ha hecho posible que se levanten muchas "vallas" que impiden el acceso y/o la expropiación a muchos campesinos. Es bien sabido que la élite agraria ha cosechado los beneficios del Estado y el acceso privilegiado a los recursos públicos, de modo que estas características patrimoniales han generado un modelo de desarrollo excluyente. En este trabajo nos proponemos reflexionar sobre aquellos que son invisibles para el Estado y la sociedad. Hablaremos de las disputas territoriales entre clases en el campo. Nos centramos en los molinos de Fervedouro y Barro Branco, pertenecientes al molino Frei Caneca, situado en el municipio de

[1]Mestranda do Curso de Geografia da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, Bolsista FACEPE, renataataide23@hotmail.com.

[2]Pós-Doutor no Curso de Geografia da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, biragrario@gmail.com.

Jaqueira/PE. Para realizar este trabajo, utilizamos el método dialéctico para cuestionar el Estado, aliado del capital. Fueron realizados los siguientes procedimientos metodológicos: a) pesquisa bibliográfica y documental; b) análisis de datos secundarios colectados; c) trabajo de campo.

Palabras clave: Propiedad Privada, Conflictos Territoriales, Resistencia Campesina.

INTRODUÇÃO

> "A propriedade da terra é uma relação social, e sua apropriação, controle, e particularmente sua concentração por uma determinada classe, pode e quase sempre significa o domínio político-econômico de um determinado lugar, região, país" (FERNANDES, 1999, p. 29).

O fato da terra - um bem da natureza, que deveria ser utilizado por todos, ser monopolizado por uma parcela minoritária da população, que se coloca enquanto classe hegemônica - num país de dimensões continentais – agrava o quadro de mazelas sociais, pois nega condições de existência e dignidade a ampla parcela da população. A terra é a provedora da vida, porém o sistema capitalista transformou a terra em propriedade privada, com direitos absolutos dos proprietários sobre ela.

À injusta concentração de terras em nosso país e consequentemente na nossa região o Nordeste, soma-se uma longa história de dominação, exploração do trabalho, expropriação do produto desse trabalho, desigualdades sociais, econômicas, políticas, culturais, marginalização e, sobretudo, exclusão e expulsão de mulheres e homens do campo. São séculos de políticas públicas e leis que sempre favoreceram a estrutura latifundiária, criando um quadro de conflitos no campo.

O estudo que está sendo elaborado tem como intuito demonstrar de que maneira a desigualdade, no que tange à apropriação da terra na Zona da Mata Pernambucana é resultado das formas de ocupação, apropriação e transformação do território ao longo de nossa história. O poder da classe aristocrata da região é reconhecido junto às autoridades públicas, concretizado assim, a impunidade pelos crimes cometidos no campo a mando dos grandes proprietários fundiários. Trazer para esse estudo os conflitos territoriais na região, nos remeterá a emblemática análise de como a burguesia aristocrata utilizou-se dos mecanismos do Estado para preservação de seus interesses.

Com isso, iremos abordar a questão agrária na região da Zona da Mata, o que irá nos demandar um estudo eminentemente político, pois remonta aos incentivos fiscais implantados ao longo da história, bem como à relação do Estado com a regulação da

propriedade da terra no nosso país. Por tanto, torna-se relevante caracterizar o debate da não reforma agrária, e com isso a questão agrária como um caso de polícia, fato usado, estrategicamente, no âmbito da discussão aos conflitos agrários, judicializando-os. E trazendo para o debate a expropriação e violência com os camponeses e camponesas na zona da mata pernambucana. Nossa ideia é dar visibilidade ao tamanho da violência sofrida pelos camponeses/moradores do Engenho Fervedouro.

Até meados do século passado, essa região era constituída por uma ampla rede de engenhos e usinas de cana-de-açúcar, na qual sempre foi controlada pelos seus latifundiários e milícias privadas fortemente armadas. A história está aí para comprovar que a obsoleta indústria açucareira mantém-se no estado, regulando o próprio desenvolvimento econômico da região (agropecuária, eucalipto, etc.) em detrimento dos trabalhadores do campo.

Foram os senhores de engenho, os grandes proprietários, e suas famílias que ocuparam os espaços públicos e que no exercício de funções públicas se ocuparam de resguardar seus interesses particulares, familiares e essa herança é a causa dos conflitos territoriais, desigualdades e violência no campo. Baseada nessa reflexão, Maia (2009) argumenta que "desde seus primórdios, a sociedade pernambucana está formada sobre o tripé: indústria açucareira-latifúndio-escravidão, tendo nos representantes da primeira, os senhores de engenho, comandantes dessa mesma sociedade, através de um poder político incontestável (MAIA, 2009, p. 89)". Indiscutivelmente, a sociedade pernambucana é formada por essa elite que se encontra nos postos do Estado, seja nas esferas do Legislativo, Judiciário ou Executivo.

As autoridades públicas ao reconhecerem o poder econômico dos oligarcas e o status social e político que dele resultam oferecendo-lhes favoritismos, proteção, impunidade, garantem a manutenção do monopólio territorial. Esse fenômeno persiste em nossa região exatamente como reflexo perverso da estrutura agrária brasileira. Logo, a construção de um território pressupõe a luta e o embate para desconstruir uma lógica que seja oposta aos seus ideais. Na história da nossa sociedade, a propriedade privada sempre foi sacralizada como direito individual, exclusivo e absoluto do proprietário. O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro, e consequentemente, na Zona da Mata de Pernambuco, esteve extremamente ligado ao caráter contraditório de destruição/construção/(re)construção de modos de vida distintos a ele.

O interesse por esse estudo foi consubstanciado inicialmente pela trajetória acadêmica da pesquisadora, vez que se confunde com sua militância política em defesa dos direitos das camponesas, camponeses, trabalhadores(as) rurais e que desde muito cedo acompanha a luta pela terra. Sua vivência, e posteriormente seus estudos acadêmicos, permitiram que compreendesse a dimensão política dessa luta que tem como princípio imediato a conquista do território e a dignidade de viver nele.

A história do nosso povo foi contada pelos vencedores, muitas vezes distorcidas. Contudo, foi junto aos vencidos que pude conhecer a verdadeira história, onde o mundo real é construído com muita luta que tem como alicerce o sonho – ancorado na subjetividade – pois as circunstâncias objetivas pouco têm a oferecer. O artigo que será apresentado é resultante do conhecer, participar e vivenciar coletivamente tempos e espaços do mundo agrário e carrega consigo a necessidade de tornar o diálogo coletivo travado nessa caminhada. Vivo o presente nas inquietações dessa sociedade desigual.

METODOLOGIA

Para a realização da pesquisa está sendo utilizada como base analítica a compreensão das dialéticas sociais, entendendo que os fatos históricos possuem elementos contraditórios e que nunca são estáticos. O estudo que aqui se apresenta, tem como intuito questionar o posicionamento do Estado, que desde sempre esteve aliado ao Capital. O que vem acontecendo na Zona da Mata, e em especial nos domínios do Engenho Fervedouro/Jaqueira-PE, nos leva a questionar o processo de territorialização/desterritorialização os quais permeiam uma disputa social, territorial entre os "senhores da terra" e os camponeses/posseiros. Com isso, partiremos das realidades concretas, concebendo que "todas as pessoas e todas as culturas são fontes de saber" (BRANDÃO & BORGES 2007. p. 26) e que "qualquer teoria científica é uma interpretação entre outras e vale pelo seu teor de diálogo, não pelo seu acúmulo de certezas". Assim, adotaremos como método de interpretação a pesquisa-participante, entendendo a pesquisa como um ambiente pedagógico de diálogo de saberes, buscando contextualizar os processos estudados/vivenciados em uma realidade social tomada como uma totalidade em uma estrutura e uma dinâmica.

A metodologia que estamos usando parte do pressuposto que há distinção entre método de interpretação e método de pesquisa, como nos alerta autores como (MORAES & COSTA 1999). O primeiro relaciona-se à visão de mundo do pesquisador, as posturas filosóficas e políticas que o inspiram. Já Costa (1999) aborda o conjunto de técnicas utilizadas em determinada investigação.

Com isso, nosso estudo está sendo desenvolvido em duas frentes: trabalho de gabinete/bibliográfico e levantamento de campo. No levantamento de campo estamos realizando: a) visitas nos 5 engenhos da Usina Frei Caneca, para realização de entrevistas; b) conversas informais com os agentes e assessores jurídicos da CPT e com representantes de outras organizações sociais, como FETAPE que acompanham os conflitos territoriais; c) participações em reuniões entre as famílias da região e d) participações em audiências públicas convocadas pelo Ministério Público e pela Assembleia Legislativa de Pernambuco, respectivamente, no município de Jaqueira e em Recife. Em todos as reuniões fizemos registros fotográficos e gravações de áudio, georreferenciamento com aparelho de GPS, além das consagradas anotações no caderno de campo.

A parceria com a Comissão Pastoral da Terra (CPT) está sendo fundamental para concretização da pesquisa, visto que ela colaborou de forma presencial, acompanhando alguns campos no Engenho Fervedouro e de forma intelectual, através de seu acervo, discussões a respeito do conflito e da disponibilidade de seus agentes pastorais para entrevistas.

REFERENCIAL TEÓRICO

A palavra “propriedade” carrega em si uma carga de significação limitada a uma determinada concepção individualista. É relevante deixar explícito que a propriedade privada não é a única forma de apropriação dos bens, ela foi forjada de acordo com um determinado momento político-social. A propriedade privada não é algo atemporal, neutro, é uma invenção moderna, uma criação ideológica do liberalismo. A terra torna-se sinônimo de poder e prestígio, bem como capital sujeito à especulação. A concentração fundiária e a imensa pobreza dela decorrente, associada ao elevado padrão de violência contra os camponeses, camponesas, trabalhadores rurais, estão no cerne da “questão agrária brasileira”.

Na história brasileira o capitalismo não seguiu o modelo consagrado na literatura especializada. Teve sua própria circunstância e nela percorreu o caminho possível. A expansão do sistema capitalista no país, a partir do século XVI, de maneira geral, gerou um modelo agroexportador, a ponto de culminar em governos neoliberais dependentes do capitalismo global. Essa particularidade do processo histórico brasileiro reside, exatamente do fato de que a constituição do nosso Estado nacional partiu de uma situação de equilíbrio instável entre diversas formas produtivas de interesses das classes dirigentes, fazendo com que o novo nascesse do velho – modernização sem mudança.

Portanto, o percurso teórico desse estudo deságua no segundo momento da metodologia da pesquisa. Na busca pelo entendimento da área em estudo, nos contemplamos com autores clássicos e de referências que forneceram alicerces históricos importantes à compreensão do padrão de dominação que deu forma e sentido a transformação histórica da região da Zona da Mata Pernambucana, bem como da relação indissociável entre o Estado - aqui incluso o Poder Judiciário, e o capital fundiário.

Temos como ponto de partida estudos e reflexões realizados por Maria Nazareth Baudel Wanderley, Christine Paulette Yves Rufino Dabat, Guillermo Palacios e Manoel Correia de Andrade, que estão ancorados em uma perspectiva materialista histórico-dialética na medida em que interpretam a dinâmica histórica da região a partir das suas contradições estruturais.

O estudo proposto, desdobrou-se numa breve discussão sobre os conflitos e violência na Zona da Mata Pernambucana, que em pleno século XXI continua fortemente marcada pela herança colonial, com isso trouxemos dados da CPT – Comissão Pastoral da Terra apontando o aumento da violência no campo.

Especificamente no âmbito da Geografia e da discussão da questão territorial e das disputas entre as classes no campo, foram fundamentais as contribuições de Oliveira (2007), Porto-Gonçalves (2006), Fernandes (2004), Martins (1997) e Moura (2014). E no que se refere à questão jurídica e ao papel do direito nas sociedades capitalistas, fundamentei-me nas reflexões de Máres (2003) e Mello (2009).

Logo, não basta identificar fatos históricos/geográficos que se sucederam a formular, a partir deles, uma tipologia seguida de explicações retoricamente adequadas. Há de se desatar os laços difusos que ataram essa realidade concreta da região em apreço, tanto para identificar a fundo as suas partes, quanto para que os elementos percebidos gestem a insurgência necessária ao lançamento de novas amarrações. Faz-se necessário

contudo, uma reflexão política dos conflitos agrários na Zona da Mata Pernambucana, pelo entendimento de que não se separa a ciência da política, onde a ciência não é neutra e no dizer de Hannah Arendt, "política é liberdade", e a liberdade é essencial para a realização da pesquisa.

Além das obras desses autores citados acima, foram consultados documentos que forneceram elementos conceituais relacionados ao instituto do contrato de arrendamento da propriedade, suficientes para identificar a sua natureza. Tal percepção assumiu relevância considerável neste artigo, na medida em que permitiu a identificação das contradições assumidas pelo Poder Judiciário no curso da ação de reintegração de posse.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

> É muito difícil fazer uma análise sucinta da questão da propriedade da terra no Brasil e da luta travada entre os beneficiários na sua apropriação e os excluídos de participação nos frutos da produção. Isto sem falar que, em geral, são os excluídos os que trabalham a terra e a beneficiam nas mais cruéis condições de remuneração (ANDRADE, 2004, p.77).

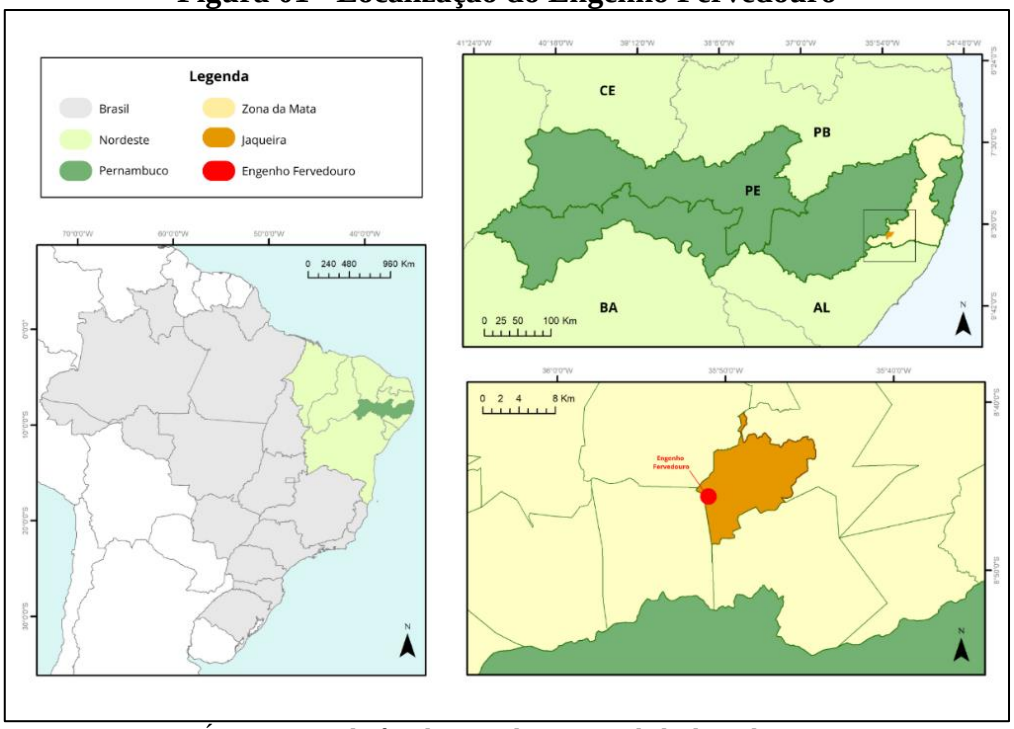
As condições históricas que estão sendo apresentadas privilegiaram a aristocracia rural da Zona da Mata e excluíram muitos camponeses(as), trabalhadores rurais num processo de desterritorialização que segue sendo a matriz da nossa questão agrária. O trabalho que está sendo apresentado, faz parte da pesquisa de mestrado que vem sendo desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Geografia da UFPE, a pesquisa em si, nasce do trabalho militante junto à Comissão Pastoral da Terra - NE2.

Identificou-se que, a propriedade em estudo – Usina Frei Caneca, além de não exercer qualquer atividade produtiva na área há muitos anos, possui uma enorme dívida com diversos credores. Com o desligamento da usina no início dos anos 2000, fecharam-se os postos de trabalho. O proprietário da usina Frei Caneca, fez um acordo verbal com os trabalhadores camponeses que ali viviam há décadas, continua nos seus sítios e da terra produz os alimentos e os bens necessários à sobrevivência de suas famílias. E assim foi durante anos, as famílias já cultivavam (banana, macaxeira, batata, inhame, hortaliças) com excedentes vendidos em feiras e cidades do entorno como o próprio município de Jaqueira, Palmares, Recife, Caruaru e até mesmo Maceió, capital do estado vizinho de Alagoas vendiam nas feiras livres, criavam animais e residiam na propriedade, distribuídas em 5 Engenhos: Fervedouro, Caixa d'água, Várzea Velha, Barro Branco e

Laranjeiras, essas famílias camponesas já cumpriram os requisitos para o reconhecimento da usucapião sobre as áreas ocupadas.

Assim, o Engenho Fervedouro – localização na (Figura 01) é constituída por 82 famílias (INCRA, 2018, p.03) que ocupavam a área de boa-fé, sem qualquer oposição do proprietário ou de terceiro por um prazo superior aos 5 anos exigidos pelo Art. 191 da CF/1988 e pelo Art. 1239 do código civil. Está modalidade é cabível para estes camponeses(as), trabalhadores do campo que, não sendo proprietárias de outro imóvel, exercem a posse produtiva na área, sem oposição, interrupção e por meio de seu trabalho junto com a sua família fazem da terra sua moradia. Essa lei é a do Usucapião Especial Rural. A construção do direito à propriedade privada da terra, no Brasil, está enraizada na concentração de riqueza e injustiças.

Figura 01 - Localização do Engenho Fervedouro



Fonte: IBGE, Área territorial oficial, Consulta por Unidade da Federação, ArcGIS 9.3.
Organizado por: BARBOSA. B, com adaptações de ATAÍDE. R, 2022.

Os conflitos territoriais no Engenho Fervedouro se iniciaram a partir de 2013, com a chegada do arrendatário Luiz de Sá Monteiro. A partir daí intensificou-se o processo de violência no território assim como o de criminalização da ocupação desses moradores através das tentativas de reintegração de posse. Os camponeses buscaram ajuda em órgãos estatais como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e o

Ministério Público de Pernambuco (MPPE) com o auxílio dos agentes pastorais e advogados da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Porém, no ano de 2015 os conflitos e a invasão das terras dos camponeses aumentaram com a chegada da empresa Negócios Imobiliários S/A. Com tantas ameaças de morte, destruição de lavouras e expropriação em 2016, os camponeses/moradores formam a Associação Comunitária do Engenho Fervedouro. Dois anos depois, em 2018 a empresa Negócios Imobiliários S/A passa a se chamar Agropecuária Mata Sul S/A, atrelada agora a figura do sub-rendeiro Guilherme Maranhão. Não coincidentemente, tanto Guilherme Maranhão quanto o rendeiro anterior Luiz de Sá Monteiro, estavam na cerimônia onde o então governador do estado de Pernambuco, Paulo Câmara, anunciou a instalação de um frigorífico industrial da Masterboi no município de Canhotinho, que fica a cerca de 60 km de distância do município de Jaqueira.

A concentração de terras, a agropecuária e a exclusão dos camponeses se mostram como consequências necessárias do modo de produção implantado na região em apreço. Agregada à luta por terra, está a disputa por um outro modelo de sociedade. A classe camponesa, que possui características de uso e posse da terra para reprodução do trabalho e da família questiona o direito de propriedade. A luta do camponês, que no seu direito em questão pode ser classificado como posseiro, esse sujeito introduz a uma luta legitimidade alternativa da posse, contornando a legalidade da propriedade.

Pode-se identificar que a principal mediação empregada foi a celebração de alguns contratos de arrendamento. A suposição é que tais contratos cumpriram o papel de afastar, simultaneamente, o não cumprimento da função social da propriedade pela Usina Frei Caneca e a aquisição da propriedade pelas famílias camponesas residentes nos engenhos. A partir daí, o surgimento da frase popular trazida pelos camponeses(as): “lavar a terra e limpar o campo”. O arrendatário não possui dívidas com os trabalhadores rurais/camponeses(as) que ali estão, mas sim a usina. A ideia é realmente expulsar esses sujeitos sociais das terras. É um jogo bem pensado e manipulado, pois especula-se toda a área da usina até que o Estado subsidie um novo ciclo de desenvolvimento na região.

Muitos camponeses/moradores do engenho Fervedouro e engenhos vizinhos que pertencem a Usina Frei Caneca estão sob ameaças de morte e fazem parte do Programa Estadual de Proteção aos Defensores(as) de Direitos Humanos. É evidente o clima de tensão e terror entre os camponeses, que enfrentam cotidianamente o risco de se verem

expulsos de suas casas e a preocupação com ameaças e atentados contra suas vidas. Essas famílias que sofrem essas violências possuem praticamente a mesma história dos camponeses e moradores de engenhos da região da zona da mata Pernambucana. A luta coletiva engendrada pelas classes sociais do campo direciona-se contra uma situação de patente injustiça social.

Com isso, partiremos dos dados coletados do CEDOC – Centro de Documentação Dom Tomás Balduino da CPT – Comissão Pastoral da Terra, onde apresenta uma diversidade de categorias e sujeitos sociais envolvidos nesse processo de conflitos agrários. Contudo a metodologia proposta pela CPT não agrega sujeitos e categorias, pelo contrário, mostra sua diversidade. Porém, aqui neste estudo, pretendemos apresentar os dados atualizados da violência contra a ocupação e a posse no Nordeste e os Conflitos no Campo no estado de Pernambuco. O dilema de se elaborar uma síntese e análise dos dados da violência no campo, está no propósito de justamente agregá-las e estabelecer um esforço de compreender e fortalecer o próprio processo de luta da diversidade enquanto sujeitos oprimidos do campo contra processos de violência e imposição de um modelo hegemônico.

De acordo com dados da CPT, entre 2016 e 2022, ocorreram diversas violências relacionadas à Ocupação e Posse de territórios, que tiveram a participação direta e indireta do Estado. Essas violências são bastante comuns entre as principais formas de violência contra a posse da terra, sendo que 28% desses territórios sofreram com omissão e conivência, 24% sofreram ameaças de despejos judiciais e 21% sofreram despejo judicial. Pode-se observar pela Tabela 01, que as ameaças e violência contra as famílias que criaram práticas espaciais de ocupação e posse está aumentando, ora de forma conjunta e articulada ora individualmente pelo tripé latifúndio/Estado/capital, sempre rondam o campo como um meio de imposição do controle territorial.

Tabela 01 – Violência contra a Ocupação e a Posse no Nordeste (2022)

UF	Ocor-rências*	Famílias	Área	Famílias Expulsas	Famílias Despejadas	Ameaçadas de Despejo	Tentativa ou Ameaça de Expulsão	Casas Destruí-das	Roças Destruí-das	Bens Destruí-dos	Pistolagem	Invasão
NORDESTE												
AL	24	2282	2551	2		35	387				40	584
BA	179	9546	275421	36	657	271	579	135	203	1034	4182	3059
CE	12	1717	5362			113						1151
MA	178	13345	2357175	17	152	1022	721	55	289	365	1109	15639
PB	18	3893	21469			179	49				20	11
PE	47	4659	7470	300		652	180	2	321	338	665	235
PI	15	127	6200	20				20	6	20	17	86
RN	20	2996	22974		200	58	72	200		200		203
SE	3	318	8125									
Subtotal	496	38883	2706747	375	1009	2330	1988	412	819	1957	6033	20968

Fonte: CEDOC-CPT, 2022. Org: Renata Ataíde, 2023.

A retirada da vida de uma pessoa é o estágio mais perverso e brutal da violência. Segundo a CPT, em 2022, os conflitos no campo em Pernambuco atingiram 31.056, camponeses/as, pescadores/as, trabalhadores/as rurais, sem-terra, indígenas, quilombolas e outros povos do campo, no Mapa 01, percebe-se a distribuição desses conflitos no estado. Tantas vidas transformadas em números. Por trás desses números existiam rostos, famílias e sonhos, mas a violência vai sendo naturalizada. E a nossa sociedade segue alheia ao fato de que a vida dos camponeses(as), trabalhadores rurais, povos oprimidos do campo não vale nada.

Mapa 01: Conflitos por Terra em Pernambuco

Fonte: CEDOC-CPT, 2022. Org: Renata Ataíde, 2023.

De acordo com a metodologia da CPT, os conflitos no campo no estado estão subdivididos em conflitos por terra (47 ocorrências), conflitos pela água (16 ocorrências) e conflitos trabalhistas (duas ocorrências). No Caderno Conflitos no Campo, 2022 a CPT traz outros detalhamentos sobre os conflitos por terra no estado. Em 2022, 665 famílias foram vítimas de pistolagem; 235 tiveram suas terras ou territórios invadidos; 652 sofreram ameaças de despejo; e 321 roças foram destruídas.

Com tais dados apresentados acima, observa-se que nos últimos anos houve um avanço violento do agronegócio, que anda de mãos dadas com o Estado. Esses dados dão visibilidade ao caráter extremamente conflituoso e violento do modelo de desenvolvimento assumido pelo Estado para o campo em nosso país e à parcialidade com que são tratados os crimes cometidos no campo. Diante do cenário desolador, herança do fascismo e das violências estruturantes de nossa sociedade, são urgentes as mobilizações e lutas permanentes.

Uma questão muito pertinente em nosso país, e trago para refletirmos é sobre a impunidade daqueles que tem poder político-econômico que dificilmente pagam por seus crimes. Onde estão os condenados? O número pouco expressivo de condenações nos julgamentos dos crimes no campo se agrava com a constatação de que muitos dos mandantes condenados estão em liberdade e outros tantos executores se encontram foragidos.

É possível afirmar que a Justiça, assim como toda a máquina do Estado resguarda, por meio de seu aparato, os interesses da classe economicamente dominante. Não se trata de uma omissão do Estado, de falhas do sistema, de uma ausência do poder público em suas ações de reprimir ou desestimular a prática criminosa por intermédio de punição, mas, muitas vezes uma ação conivente com os poderosos, detentores de monopólio territorial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

> A história do homem e da terra tinha assim uma intensidade que lhe não podiam dar nem a imaginação nem a ciência, porque a ciência é mais lenta e a imaginação mais vaga, enquanto o que eu via era condensação viva de todos os tempos. Machado de Assis, (Memórias Póstumas de Brás Cubas,1881).

As observações que foram expostas neste estudo, não possuem, pois, caráter conclusivo, elas refletem, antes de tudo, as possíveis tendências que se configuram a partir de novas condições objetivas articuladas às práticas do homem do campo em geral, sejam esses, posseiros, trabalhadores sem terras, trabalhadores assentados e do Estado, neste momento em que a política agrária representa muito mais recuos que avanços. O presente estudo representa, assim, a tentativa de se compreender uma temática complexa e instigante, sem a pretensão de esgotar todas as suas possibilidades.

A Zona da Mata é uma região que apresenta grande desigualdade social. Suas disparidades em termos de distribuição de riqueza têm profundas raízes históricas. Esta pesquisa tentou apresentar um importante legado e um permanente aspecto da injustiça social na região em apreço: a acentuada desigualdade da sua estrutura fundiária e violência originou-se na era colonial e é mantida até hoje por meio de diversas práticas políticas. São séculos de ocupação marcada pela força do latifúndio que sempre ditou o direito, que fez da terra uma mercadoria, com inserção do colonialismo e, ao mesmo tempo, formando a propriedade privada da terra, a definindo como plena e absoluta. Sabemos que a sociedade brasileira nasceu com fortes traços oligárquicos, ancorados em uma poderosa classe latifundiária e um Estado débil e patrimonialista.

Como observamos no decorrer do texto, as ações governamentais sempre incentivaram os latifundiários da região em apreço. E isso fez com que a classe latifundiária adquirisse amplos direitos e benefícios. Primeiro, o direito de auferir toda a renda capitalizada da terra e transformá-la em reserva de valor. Segundo o benefício de

tentar manter um status político/ideológico que em princípio, impossibilitaria o Estado de retomar ou redistribuir as terras no Brasil. Clóvis Moura (2014) suscita que:

> "Se analisarmos mais detidamente não apenas está passagem do poder decisório sobre a aquisição da terra, mas o seu significado sociológico mais importante ao propiciar possibilidades de contratos àquelas camadas que poderiam adquiri-la através da compra – populações livres-, poderemos concluir que à medida que se afastou o poder público do dever social de doar aos ex-escravos (quando saíssem do cativeiro) parcelas de terras as quais tinham o direito "por serviços prestados" e nas quais pudessem integrar-se, como proprietários, na conclusão do processo abolicionista, criaram-se as premissas da sua marginalização social" (MOURA, 2014, p.110).

O resultado é que características patrimoniais geraram um modelo de desenvolvimento concentrador e consequentemente excludente. Nesse embate entre as classes, o Estado, teoricamente, foi criado para manter o equilíbrio e controle social. O papel do Estado nessa luta de classes, não dá para ser analisado, como apenas um agente regulador dos princípios da liberdade e igualdade. O entendimento de sua ação fica inofensivo, sem a compreensão da interferência e do poder de uma classe que procura manter-se em uma condição dominante e privilegiada de informações e benefícios.

A dialética da questão agrária na região faz com que este estudo sob a égide das ciências humanas, sejam entendidas por nós através de uma relação entre o homem e a natureza. Intrínseca ontologicamente ao processo de formação do homem no âmbito do trabalho, haja vista que o território produzido dar-se-á por e a partir das relações de poder, constituindo-se como resultado da ação humana através do trabalho, sendo este o objeto transformador do espaço.

No Brasil, o desenvolvimento do capitalismo no campo ocorre de forma desigual e contraditória (OLIVEIRA, 2007, p. 62). A realidade nos mostra a permanência da concentração fundiária. O entendimento da questão agrária na Zona da Mata passa pela observação desse fenômeno. Pois é pela concentração da estrutura fundiária e tentativa política de implementação de um único modelo de desenvolvimento para a agricultura, que podemos compreender o emprego da violência como manutenção de uma determinada ordem social.

É, pois, notório que a questão agrária no Nordeste está acrescida de dinâmicas singulares de nosso tempo histórico, que anunciam transformações territoriais planejadas pelo Estado, evidentes na sua ação em conjunto para empurrar modos de produção espacial tipicamente capitalistas no campo. A propriedade produtiva, tal como vem sendo configurado e aplicado pelos profissionais do Poder Judiciário, representa uma pedra

importante no caminho daqueles que lutam por reforma agrária. A produtividade da terra não pode ser avaliada apenas no seu aspecto econômico que privilegia os grandes latifundiários originários das sesmarias e muitos grileiros. É necessário incluir os demais elementos da função social. A apropriação da terra é a responsável direta pela negação do direito à vida e à cidadania para milhões de brasileiros espalhados pelos quatro cantos desse país.

Esse perverso arranjo econômico-social-territorial somente pode ser modificado com a necessária realização da reforma agrária de modo realmente eficaz para desconcentrar a terra, modificar as bases econômicas, redefinir as relações de poder e ampliar a participação democrática em nosso país. É certo que ainda falta muito para se chegar lá e corrigir a secular injustiça fundiária que marca a nossa história, assim como para que os camponeses e camponesas alcancem o direito ao território e que tenham condições de viver com dignidade. Oxalá!

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia de. **A Terra e o homem no Nordeste:** construção ao estudo da questão agrária no Nordeste. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____ Espaço e tempo na agroindústria canavieira de Pernambuco**. Estudos avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 267-280, dez. 2001.

_____ **A questão do território no Brasil.** 2ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

_____**História das usinas de açúcar de Pernambuco**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2001

_____ **Modernização e pobreza**: a expansão da agroindústria canavieira e o seu impacto ecológico e social. São Paulo: UNESP, 1994.

BALDUINO, Dom Tomás. Palavras de Dom Tomás. In: CANUTO, Antonio; MELO e Silva, Cristiana Passos; ALVES, Frei José Fernandes. **Dom Tomás é terra e dignidade**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

BOFF, Leonardo. Conflitos no campo, suas causas e possíveis saídas. **In: Conflitos no Campo – Brasil**, 2016, pp.26-30.

BRANDÃO, C. R.; BORGES, M. C. **A pesquisa participante**. Revista Ed. Popular, Uberlândia, v. 6, 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2008.

CUEVA, Augustin. **O desenvolvimento do capitalismo na América Latina**. São Paulo: Global, 1983.

DABAT, Christine Rufino. **Moradores de Engenho: relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais.** Recife: Universitária – UFPE, 2007.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial.** Revista: NERA, p. 57. 2004.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina.** 25.ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

GONÇALVES, Claudio Ubiratan. **Geografias comunitárias no Cariri Cearense**. Vitória: Cousa, 2022.

INCRA. Superintendência Regional de Pernambuco – SR (03) – PE. Divisão De Obtenção De Terras e Implantação de Projetos de Assentamento. **Relatório de Análise de Mercados de Terras do Estado do Pernambuco** (Jurisdição da SR-03). Recife, 2018.

MAIA, Nayala de Souza Ferreira. **Açúcar e transição para o trabalho livre em Pernambuco: 1874-1904.** 2ª. ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2009.

MARÉS, Carlos Frederico. **A função social da terra.** Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2003.

MARTINS, José de Souza. **Não há terras para plantar neste verão**. O cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo. 2 ed. Vozes, 1988.

_____. **Exclusão social e a nova desigualdade**. 2 ed. São Paulo: Paulus, 1997.

MELLO, Tarso de. **Direito e ideologia:** um estudo a partir da função social da propriedade rural. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.

MINTZ, Sidney Wilfred. **O poder amargo do açúcar: produtores escravizados, consumidores proletarizados.** Org. Christine Rufino Dabat. 2 ed. – Recife: Ed. Universitária da UFPE, p. 223, 2010.

MORAES, A. C. R.; COSTA, W. M. **Geografia Crítica.** 4 ed. São Paulo: Hucitec,

1999

MOURA, Clóvis. **Dialética Radical do Brasil Negro.** 2.ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2014.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo Capitalista de Produção e Agricultura**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

OLIVEIRA, F. de. **Elegia para uma re(li)gião: Sudene, Nordeste: planejamento e conflitos de classes.** 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

PALACIOS, Guillermo. **Campesinato e escravidão no Brasil – agricultores livres e pobres na CAPITANIA Geral de Pernambuco (1700-1871).** Tradutor Walter Sotomayor. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004. p. 380.

PORTO-GONÇALVES. **A natureza da globalização e a globalização da natureza.** 1ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2006.

VIEGAS, Daniel Pinheiro. **O direito de propriedade e a zona da Mata Pernambucana**. Recife: Liceu, 2010.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Capital e propriedade fundiária: suas articulações na economia de Pernambuco**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

A FRAÇÃO MÍNIMA DE PARCELAMENTO E A SUCUMBÊNCIA DA PEQUENA PROPRIEDADE RURAL

Sabrina Rios[1]

Resumo

O artigo apresentado nestas laudas tem como temática a Fração Mínima de Parcelamento (FMP), instituto do direito agrário que, considerando como descumpridoras da função social as propriedades rurais demasiadamente pequenas, constitui, para cada município brasileiro, conforme definição do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o tamanho mínimo que um imóvel rural deve ter para que possa ser registrado em cartório, ou seja, para que possua escritura pública, meio de registro do direito de propriedade. Ao logo do trabalho, evidencia-se como os imóveis abaixo desta fração mínima são resultados de um processo histórico, amparado pela lei, de concentração fundiária, cujo combate está a cargo de uma reforma agrária tímida. Diante desse cenário, conclui-se que a FMP não constitui instituto válido para impedir a existência de imóveis diminutos, conhecidos como minifúndios, pois apenas a reforma agrária é capaz de mudar a realidade fundiária nacional.
Palavras-chave: Fração Mínima de Parcelamento. Direito Agrário. Função Social. Concentração Fundiária. Reforma Agrária. Minifúndio.

Abstract

The paper presented in these pages has as its theme the Minimum Fraction of Installment, an institute of agrarian law that, considering rural properties that are too small to comply with the social function, constitutes, for each Brazilian municipality, as defined by the National Institute of Colonization and Agrarian Reform (INCRA), the minimum size that a rural property must have in order for it to be registered in a notary, that is, for it to have a public deed, a means of registering the property right. Throughout the work, it is evident how the properties below this minimum fraction are the result of a historical process, supported by the law, of land concentration, whose fight is in charge of a timid agrarian reform. Given this scenario, it is concluded that the FMP is not a valid institute to prevent the existence of small properties, known as small farmholdings, as only agrarian reform is capable of changing the national land reality.
Key-words: Minimum Fraction of Installment. Agrarian Law. Social Function. Land Concentration. Agrarian Reform. Small Farmholding.

1. Introdução

O presente artigo trata da Fração Mínima de Parcelamento (FMP), instituto do Direito Agrário Brasileiro previsto desde a entrada em vigor do Estatuto da Terra (Lei nº 4.504/1964), efetivamente instituído pela Lei nº 5.868/1972 e regulamentado, atualmente, pela Instrução Especial nº 5, de 29 de julho de 2022, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

[1] Graduada em direito pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), técnica em agropecuária pela Escola Família Agrícola de Jaboticaba, Quixabeira-BA (EFAJ). E-mail: sabrinarios882@gmail.com

A Fração Mínima de Parcelamento é o tamanho mínimo que um imóvel rural deve ter para que possa ser registrado em cartório. Essa fração mínima, conforme hipótese, viola o princípio da função social da propriedade, uma vez que constitui medida menor do que a propriedade familiar, tida pelo legislador como ideal. Além disso, impede o registro de propriedades menores, que mesmo não sendo registradas, não deixam de existir no espaço agrário brasileiro. Nesse sentido, surge o seguinte problema a ser investigado: O legislador, apesar de definir a propriedade familiar como o mínimo necessário para o desenvolvimento do pequeno agricultor, permite o desmembramento do imóvel rural em frações inferiores a essa propriedade, o que implicaria o não cumprimento da função social da propriedade.

A pesquisa tem por objetivo demonstrar que o Estado Brasileiro, apesar de se propor a combater o minifúndio, apenas impede o seu registro em cartório, negando a quem trabalha nessas pequenas glebas o título de propriedade.

A pesquisa é importante na medida em que evidencia a maneira como o Estado brasileiro trata a pequena propriedade em todo o seu percurso histórico, revelando a sustentação do modelo da grande propriedade, que, por consequência, marginaliza aqueles que possuem pequenas glebas. Além disso, é interessante destacar a reforma agrária como único meio possível à solução da má distribuição de terra e ao combate ao minifúndio, os quais, conforme já assinalado, não deixam de existir em função da impossibilidade de emissão de título de propriedade.

2. Metodologia

A partir das bases da teoria da função social da propriedade, estabelecida na doutrina do direito, primeiramente, por Duguit (MARQUES, 2015), o trabalho ao qual este resumo se refere se vale, para abordar a formação histórica do espaço agrário brasileiro, a crise agrária, a reforma agrária e os institutos do direito agrário, como a Fração Mínima de Parcelamento e a Função Social da propriedade rural, da doutrina em direito agrário, de artigos científicos que tratam das temáticas mencionadas, das obras de Caio Prado Junior e Alberto Passos Guimarães, entre outros, bem como da legislação brasileira, para fazer uma análise qualitativa por meio de revisão bibliográfica.

3. Resultados e discussões

3.1. Abordagem histórica da formação do território brasileiro

A disposição das terras nacionais, especialmente do espaço de implantação das propriedades rurais, não foi resultado de empreendimentos recentes. A história do Brasil-Colônia é peça-chave para entender o porquê de existirem os gigantescos latifúndios e as diminutas propriedades rurais. A colonização, iniciada em 1500, é o fenômeno responsável por explicar toda a conjuntura econômica e social do Brasil moderno (NOVAIS, 1969), intimamente ligada à produção agrícola em larga escala.

As capitanias hereditárias, estabelecidas em 1530, constituíram um dos primeiros esforços políticos e formais de colonização das terras que hoje formam o território brasileiro (MATTOS et al. 2012). Por volta de 1532, houve a divisão do território em capitanias hereditárias, as quais tinham o objetivo de conferir à Coroa Portuguesa maior domínio sobre as terras, uma vez que formavam grandes extensões que dificultavam um controle centralizado, o que as sujeitava a invasões, favorecidas pela inexistência de concentração populacional.

A produção monocultora e o regime dominial de grandes extensões de terra eram quase que inevitáveis para o Brasil no momento histórico colonial. Apenas detentores de capital e membros da elite poderiam assumir o controle das terras e nelas produzirem, uma vez que isso demandava investimento (PRADO JR., 1945). Certamente, existiam poucos interessados e grandes faixas de terras, a combinação exata para a criação dos latifúndios. Explorar essa vasta terra, que demandava investimento e muitos trabalhadores, “não era empresa para pequenos proprietários isolados” (PRADO JR., 1945, p. 33), sem dúvida.

3.2. As sesmarias

Desde o período colonial, o Estado já estregava, a poucos, grandes extensões de terra, assim o foi no estabelecimento das capitanias hereditárias bem como quando se instalou o regime de sesmarias (SILVA et. al, 2012). Em Portugal, as sesmarias tinham o propósito efetivamente levado a cabo de dar terra a quem nela produzisse alimentos, sob pena de confisco. No Brasil Colônia, não havia de quem confiscar. As terras da colônia poderiam ser dadas a quem estivesse disposto a estabelecer morada, cultivar, demarcar seus limites, os quais seriam submetidos a confirmação, bem como desde que cumprisse com a obrigação de pagar os tributos devidos. O descumprimento dessas obrigações levava o sesmeiro a cair em comisso, o que deveria ter por consequência a redistribuição das terras (MARQUES, 2015), mas, exceto

em casos isolados de interesse da metrópole (VIANA, 2017), a redistribuição não ocorria de fato.

Muitos sesmeiros caíram em comisso, mas continuaram com a posse de grandes extensões de terra. Noutro giro, trabalhadores portugueses vieram à Colônia e trabalharam em pequenas porções de terra que não estavam sob a posse de nenhum sesmeiro, ou mesmo se instalaram em porções de sesmarias onde não havia exploração pelo seu titular e nelas produziram, alimentando a Colônia, por um lado, mas, por outro, dando origem às disfunções agrárias que se perpetuam até hoje, os minifúndios.

Em 17 de julho de 1822, foram suspensas novas concessões de sesmarias (MEDEIROS, 2022), mas isso significou a consolidação da posse dos antigos sesmeiros, independentemente de comisso, uma vez que não haveria novas concessões nem forma diversa de distribuir a terra em substituição ao antigo regime. Com efeito, o regime de distribuição das sesmarias foi suspenso sob a justificativa de reconhecimento de sua falha, isto se traduzia na existência de pessoas sob a posse de terras que não estavam sendo aproveitadas. Assim, não houve uma efetiva correção do problema gerado, ao contrário, houve a confirmação.

3.3. Lei de Terras

A Lei de Terras (Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850), representou uma tentativa do Império de legalizar a posse sobre os imóveis rurais, mas sem alterar a situação instalada pelas sesmarias aos mais abastados, uma vez que permitiu o registro de propriedade de quem já estivesse em posse de algum espaço ou tivesse riquezas para adquiri-lo. Foi por meio dessa legislação que restou proibida a concessão de terras por regime de sesmarias ou por posse. A Lei de Terras veio para estabelecer a compra como única forma de aquisição da propriedade das terras devolutas vagas (MEDEIROS, 2022).

Cabe fazer um adendo a respeito da natureza declaratória dos títulos de propriedade emitidos. Não era necessário descrever as glebas nem eram realizados levantamentos topográficos, ao revés, o possuidor só declararia a extensão, “se possível fosse”, o que dava margem ao registro de extensões infinitas de terra (MEDEIROS, 2022). A medição da terra só ocorreria em caso de conflito. Do contrário, a descrição da propriedade trazida pelo possuidor era o bastante para dar-lhe o título de domínio.

Apesar de trazer como objetivo expresso o tratamento igualitário entre sesmeiros e posseiros, considerando que o texto legal dá a ambos o direito de registrarem suas posses consolidadas até a entrada em vigor da Lei de Terras, na prática, o registro de propriedade

estava restrito a quem possuísse poder econômico (WESTIN, 2020). O registro da propriedade dependia do pagamento de taxa, a qual poderia ser um mero passo a ser trilhado na aquisição da propriedade pelo rico, mas um elemento impeditivo para o pobre. Não bastasse isso, a Lei de Terras teve como antecessora, que entrou em vigor duas semanas antes, a Lei Eusébio de Queiroz, resposta brasileira à pressão inglesa pelo fim do tráfico negreiro (WESTIN, 2020). Essa lei impedia a chegada de novos escravos ao Brasil e anunciava uma futura abolição do sistema escravista, o que fez os fazendeiros temerem a cessação da mão de obra escrava. Assim, os não possuidores de terra seriam a nova mão de obra da elite agrária.

A iminente abolição da escravatura estimulou o Brasil a avançar em busca de acompanhar as nações tidas como civilizadas. Em um cenário de avanço do capitalismo, no século XIX, e de pressão pela colocação do escravo no mercado consumidor, a categorização da terra como mercadoria era medida urgente (WESTIN, 2020).

3.4. A agricultura e a indústria

Foi o desenvolvimento da agricultura que permitiu o nascimento da indústria e o seu desenvolvimento, mas a dinâmica de influência se inverteu com o tempo (GUIMARÃES, 1982). A agricultura passou a produzir aquilo que era do interesse da indústria beneficiar, perdendo sua autonomia. A produção precisava ser repassada à indústria a baixo custo, uma vez que se tratava de mera matéria-prima, a qual geraria um produto de maior valor, cujo lucro deveria ser absorvido pelos industriais, seus produtores, afinal.

Apesar de subordinada à indústria, a agricultura não deixou de ser uma atividade interessante, uma vez que mesmo na condição de subordinada, manteve seu caráter essencial ao suprimento dos bens necessários à humanidade e à existência de matéria-prima industrial. Todavia, tornou-se negócio para a elite, uma vez que era dela a propriedade da terra e os recursos para garantir a produtividade da lavoura.

O latifúndio, decerto, trata-se de uma política de Estado. Apesar de possuir um grande contingente de pessoas no campo e de se ter extensas porções de terra, o Brasil adotou um regime antirreformista (GUIMARÃES, 1982). Não bastasse a adoção de um modelo de propriedade privada que só fortaleceu as elites já instaladas, a maior parte do crédito agropecuário é dado em razão do tamanho da propriedade possuída (GUIMARÃES, 1982). “O projeto em que investem é um projeto de classe, não é um projeto de setor” (PALMEIRA, 1989, p. 89).

Hodiernamente e desde o último século, o que se constata é a hegemonia do agronegócio, conhecido como o "processo de industrialização da agricultura" (MENDONÇA, 2013, p. 2), a concentração de terras, recursos, infraestrutura e tecnologia no latifúndio é um dos principais fatores de pobreza do campesinato (NÓBREGA e LIMA, 2017). As terras brasileiras, por uma escolha de manutenção das velhas estruturas, são dedicadas ao agronegócio, área de tecnologia e de emprego de poucos braços, os quais, recebem remuneração ínfima a bem da lucratividade (GUIMARÃES, 1982). Há um esforço exclusivamente no sentido de melhorar equipamentos e insumos, porém, mantêm-se inalteradas as antigas estruturas, os subempregos, a semiescravidão, as péssimas condições de vida no campo e o atraso no ambiente rural em geral.

3.5. Estatuto da Terra e Reforma Agrária

O Estatuto da Terra, Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, nasceu, como é possível inferir a partir da observação da sua data de promulgação, do regime militar instalado no mesmo ano, sob a presidência de Humberto Alencar Castello Branco. O tema da reforma agrária fora esculpido neste diploma legal, que além de tratar dos mecanismos para a sua efetivação, traz conceitos que permitem compreender o que seria a propriedade da terra.

Na Mensagem nº 33, que trata do encaminhamento da proposta do Estatuto ao Congresso Nacional, o então Presidente da República ressaltou, dois elementos salutares que tornavam imperiosa a reforma agrária: a necessidade de produzir alimentos e a de reduzir a desigualdade social e a pobreza dos assalariados do campo. Para ele, o êxodo rural era um fator que evidenciava os problemas do espaço agrário, ademais, o sistema minifundiário-latifundiário constituía, em sua visão, um empecilho à modernização e à industrialização nacional (SALIS, 2014), uma leitura realista acerca dos problemas econômicos do campo.

O Estatuto da Terra surge num cenário de crise mundial da produção de alimentos, assim, o incentivo à pequena agricultura se fazia importante para o aumento da produção, pois principal produtora de gêneros alimentícios (MEDEIROS, 2022). Por isso, os pequenos agricultores não foram completamente ignorados. Além disso, era interessante ao Estado formar uma classe média rural a partir da redistribuição ou regularização das terras (MARQUES, 2015), a fim de efetuar o alargamento do mercado consumidor interno (SALIS, 2014). Por essa razão, apesar de a prioridade para a elite ser a de acalmar os ânimos da classe trabalhadora do campo e garantir a permanência das velhas estruturas fundiárias, ao menos como interesse de Estado, desejava-se proceder ao mínimo de redistribuição de terras.

A elite partiu do pressuposto de que os setores econômicos não poderiam se expandir se não fosse adotada uma política que desse fim ao sentimento de insegurança. Essa insegurança se devia, principalmente, aos conflitos entre trabalhadores e proprietários de terra. Para os antirreformistas, o minifúndio era improdutivo. Argumentava-se, portanto, que a distribuição de terras não geraria efeitos positivos dentro de um contexto de práticas agrícolas atrasadas e que era necessário investir na atividade de quem já possuía terras. O êxodo rural, ao contrário da ideia exposta por Castello Branco, era visto como a solução do problema do excedente que não tinha mais função no campo (SALIS, 2014). As reformas seriam um meio de fortalecer o capitalismo no país e a agricultura era, como ainda o é, uma das principais atividades econômicas. A defesa do direito de propriedade inibiu os anseios por uma reforma, os dispositivos que tratam da utópica reforma agrária não estão no texto do estatuto por motivação social (SALIS, 2014)

> [...] a insurgência do campesinato vítima da modernização conservadora do campo brasileiro – identificada em diferentes movimentos de revolta e contestação ao longo da primeira metade do século XX no Brasil, e intensificada nas décadas de 1950 e 1960 – foi articulada às demandas de desenvolvimento capitalista do espaço agrário brasileiro, tendo por resposta do Estado a promulgação do Estatuto da Terra (Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964). (OLIVEIRA e FREITAS, 2019, v. 1, p. 58).

Pelo Estatuto da Terra, como resultado das concessões feitas pelo presidente para aprovar o projeto de lei (SALIS, 2014), o Estado se propõe a efetivar a reforma agrária sem destruir o instituto da propriedade privada, muito menos retirar dessa propriedade o caráter capitalista (OLIVEIRA e FREITAS, 2019). O estatuto, ao aliar a ideia de reforma agrária à colonização e à instituição de política agrícola com vistas exclusiva ao desenvolvimento socioeconômico, retira o significado da reforma agrária e a torna letra morta na lei (MAGALHÃES, 1988; ZENERATTI, 2021). O Estatuto da Terra veio para favorecer a propriedade capitalista (COSTA, 2017), deixando-a cada vez mais longe do campesinato e da agricultura familiar.

3.6. Institutos do Direito Agrário

Alguns conceitos do direito agrário como um todo são essenciais para explicar a temática adotada e especificamente a forma como o imóvel rural é tratado pela legislação. Muitos dos institutos apresentados adiante foram elaborados junto ao Estatuto da Terra, de

forma que refletem, de certo modo, as ideias que permearam a elaboração daquela legislação explanada no capítulo anterior.

3.6.1. Módulo rural, propriedade familiar e minifúndio

Antes de adentrar especificamente no conceito de módulo rural e de propriedade familiar, é importante esclarecer que módulo, por si, significa a dimensão do imóvel rural em determinado contexto, ligado, especialmente à sua eficácia no meio rural (MARQUES, 2015; MEDEIROS, 2022).

O módulo rural é definido pelo Estatuto da Terra como sendo equivalente à propriedade familiar[2].

O módulo rural pode ser conceituado como uma unidade de medida, expressa em hectares, que busca exprimir a interdependência entre a dimensão, a situação geográfica dos imóveis rurais e a forma e condições de seu aproveitamento (FISCHER, 2018; BRASIL, 1965). Ademais, serve para diferenciar a propriedade familiar do latifúndio (VAN DER SAND, 2018). Da leitura dos artigos do Decreto nº 55.891/1965 que tratam de determinar a área do módulo rural (seção III), apreende-se a ideia de que o módulo rural é expressão de área mínima que um imóvel rural deve possuir, de acordo com as características econômicas e geográficas regionais, inclusive da atividade a ser desenvolvida, para que possa ter produtividade, no mínimo, para garantir a remuneração do grupo familiar que nela trabalhe, se for o caso, ou para que se possa obter lucro de acordo com o valor investido na produção (BRASIL, 1965). Entende-se que para cada região e atividade haverá um tamanho ideal de propriedade. Isso significa dizer que o módulo rural se traduz na medida mínima que o imóvel deve ter para que possa desenvolver a atividade agrária.

O Estatuto da Terra (Lei nº 4.504/1964) define o minifúndio como “imóvel rural de área e possibilidades inferiores às da propriedade familiar” (BRASIL, 1964), sendo esse o patamar de imóvel rural estabelecido pelo legislador (COSTA e PAULINO, 1992), como já explanado acima. Nesse sentido, o conceito de módulo rural, cuja finalidade é definir a área mínima de gleba que garanta o progresso social do agricultor brasileiro, desenvolvendo o modelo de

[2] art. 4º, II - "Propriedade Familiar", o imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalho com a ajuda de terceiros. (BRASIL, 1964).

propriedade familiar como ideal (SODERO, 1975), se confunde com o conceito de propriedade familiar.

Apesar de ainda constar da legislação, o módulo rural é uma medida de dimensionamento do imóvel rural atualmente em desuso (COSTA e PAULINO, 1992), em razão do advento da Fração Mínima de Parcelamento e do módulo fiscal.

Quanto ao minifúndio, é possível inferir que se trata de propriedade de dimensão indesejada, pois é balizada como sendo o imóvel inferior às possibilidades, não só à área, da propriedade familiar, que corresponde ao módulo da região.

Frisa-se que, segundo o Estatuto da Terra (art. 20, I, da Lei nº 4.504/1964), os minifúndios também são passíveis de serem desapropriados. A desapropriação do minifúndio, embora possa causar estranheza, coaduna com um dos objetivos legais da reforma agrária, que é a extinção tanto do latifúndio quanto do minifúndio (BRASIL, 1964).

3.6.2. Latifúndio

O direito traz um conceito de latifúndio diverso do conceito dado pela geografia agrária. Para essa ciência, o conceito de latifúndio está ligado ao tamanho do imóvel rural, que é de grande dimensão, concentrador de recursos, independentemente da sua finalidade (NÓBREGA e LIMA, 2017). O legislador brasileiro, contudo, tratou de definir o conceito de latifúndio no Estatuto da Terra, sem dar margem para a caracterização de qualquer propriedade de dimensões descomunais como sendo latifúndio, mas somente aquelas que não fossem produtivas, excluindo do conceito de latifúndio, por óbvio, as grandes propriedades monocultoras, se não ultrapassado o limite objetivo máximo de área, de tamanho colossal, de até 600 vezes o tamanho da propriedade média[3].

---

[3] Art. 4º Para os efeitos desta Lei, definem-se:
[...]
V - "Latifúndio", o imóvel rural que:
a**) exceda a dimensão máxima** fixada na forma do artigo 46, § 1°, alínea b, desta Lei, tendo-se em vista as condições ecológicas, sistemas agrícolas regionais e o fim a que se destine;
b) não excedendo o limite referido na alínea anterior, e tendo área igual ou superior à dimensão do módulo de propriedade rural, **seja mantido inexplorado** em relação às possibilidades físicas, econômicas e sociais do meio, com fins especulativos, ou seja deficiente ou inadequadamente explorado, de modo a vedar-lhe a inclusão no conceito de empresa rural; (BRASIL, 1964) (*grifo nosso*).
Art. 46. O Instituto Brasileiro de Reforma Agrária promoverá levantamentos, com utilização, nos casos indicados, dos meios previstos no Capítulo II do Título I, para a elaboração do cadastro dos imóveis rurais em todo o país, mencionando:
[...]
§ 1° Nas áreas prioritárias de reforma agrária serão complementadas as fichas cadastrais elaboradas para atender às finalidades fiscais, com dados relativos ao relevo, às pendentes, à drenagem, aos solos e a outras características ecológicas que permitam avaliar a capacidade do uso atual e potencial, e fixar uma classificação das terras para os

Sejam explorações minúsculas ou gigantescas, ambas dificilmente manterão níveis satisfatórios de produtividade (GUIMARÃES, 1982), até mesmo a empresa agrária deve ter sua dimensão limitada,

3.6.3. Função social da propriedade rural

A ideia de função social da propriedade tem suas primeiras concepções formuladas por Aristóteles, reformuladas por Santo Tomás de Aquino e efetivamente estabelecidas na doutrina do direito por Duguit (MARQUES, 2015). A função social da propriedade é tema embasador de um contexto de reforma agrária e de redistribuição de terras, pois o fundamento da reforma agrária, para além da justiça com os verdadeiros trabalhadores da terra, é o de fazer com que ela seja efetivamente aproveitada, de acordo com as suas potencialidades, uso que trará frutos à coletividade. Ainda que não se exclua o modelo de propriedade individual capitalista, subordina-se a sua manutenção ao cumprimento da função social, afastando seu caráter absoluto. Em verdade, o que há é a exigência de que o exercício do direito de propriedade esteja acompanhado do exercício da posse e de uma posse qualificada pelo desenvolvimento das atividades rurais compatíveis com o imóvel a ser explorado (MARQUES, 2015). Assim, institui-se um limitador ao direito real de propriedade, tido na sua configuração pós-revolução francesa como absoluto, perpétuo e incondicionado (VIANA, 2017), desvinculado de qualquer contrapartida social.

A Constituição Federal de 1988, apesar de não ser pioneira, prestigia a função social da propriedade como garantia fundamental e princípio da ordem econômica (BARROS e OLIVEIRA, 2008) e, dada a sua vigência e colocação no rol dos direitos fundamentais (BRASIL, 1988), dá ao instituto caráter ininterrupto.

O interesse social por trás da função social da propriedade, contudo, não deixa de estar ligado ao interesse capitalista, pois a forma de aquisição da propriedade se dá, principalmente, pela compra e a exploração capitalista concentradora de terras pode ser considerada como cumprimento da função social, ainda que não haja retorno social, de fato. O debate enfrentado na formulação do estatuto da terra entre reforma e antirreforma também permeou a formulações

---

fins de realização de estudos micro-econômicos, visando, essencialmente, à determinação por amostragem para cada zona e forma de exploração:
[...]
b) dos limites máximos permitidos de áreas dos imóveis rurais, os quais não excederão a seiscentas vezes o módulo médio da propriedade rural nem a seiscentas vezes a área média dos imóveis rurais, na respectiva zona;

dos dispositivos constitucionais que tratam da função social da propriedade (COSME, 2020), a reforma agrária é tema sempre controverso na formulação da legislação brasileira.

Apesar da clareza do ditame constitucional que fixa a obrigação da União em desapropriar o imóvel rural que não esteja sendo objeto de cumprimento da sua função social, a norma fora adotada como "um mero programa residual de distribuição de terras sob a égide do próprio mercado de terras" (COSME, 2020, p. 93). Com essa visão, adotou-se um pacto político para a não efetivação da reforma da estrutura fundiária. Com a redação dada pela Constituição Federal, a aplicação dos dispositivos acerca da função social da propriedade dependia de regulamentação por Lei Complementar (BRASIL, 1988). Ao contrário do Estatuto da Terra, ademais, que previa que só era possível ao desapropriado para fins de reforma agrária reclamar a justa indenização, a Constituição torna possível discutir até mesmo o ato presidencial, isto é, o mérito da desapropriação (SILVA, 1997).

A função social da propriedade, então, torna-se o bojo do processo de reforma agrária, pois é em vista da função social que as desapropriações podem ocorrer, a fim de garantir a melhor distribuição da terra, igualmente visando à função social (CABRAL e BUENO, 2019).

Numa interpretação literal do trecho da constituição[4], percebe-se que o cumprimento da função social da propriedade não pode ser feito com o atendimento a apenas um ou alguns dos requisitos inscritos no texto, pois esses consubstanciam-se. Para mais, não há qualquer hierarquia ou aspecto mais importante no cumprimento da função social a partir dos requisitos constitucionais. Indo mais afundo, resta evidente aspectos ligados aos direitos sociais e atrelados à dignidade da pessoa humana, como a observância das disposições que regulam as relações de trabalho e o objetivo de favorecer o bem-estar dos sujeitos envolvidos com a propriedade rural. Ademais, a produtividade, que não é ignorada sob a égide da lógica capitalista, não deve ser buscada a todo custo, tendo como limitador a preservação do meio ambiente.

---

[4] Art. 5º – Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:
[...]
XXIII – a propriedade atenderá a sua função social;
[...]
Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:
I - aproveitamento racional e adequado;
II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;
III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho;
IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores. (BRASIL, 1988).

A legislação que tem por vistas a devida distribuição da terra alberga a grande propriedade latifundiária monocultora, pois, por meio dos parâmetros de produtividade, não há que se questionar os índices de produção que os agrotóxicos e a série de maquinários de ponta a permitem alcançar. Quanto à preservação do meio-ambiente e o bem-estar dos trabalhadores, pouco influem, por demasiado abertos, na aferição do cumprimento da função social. Pela mera inscrição da genérica "preservação do meio-ambiente", não é possível exigir a exploração sustentável dos recursos naturais, por exemplo. Assim, fica a produtividade, verificada em números, na condição de elemento nuclear do conceito de função social da propriedade. Tanto é assim que a própria Constituição trouxe em seu corpo a "propriedade produtiva", instituto criado pela própria CF para figurar como um dos imóveis rurais insuscetíveis de desapropriação (BRASIL, 1988). A produtividade, é, portanto, a válvula de escape das grandes propriedades monocultoras acumuladoras de capital para evadir-se do processo de reforma agrária.

A função social da propriedade, como instituto que visa dar ao bem comum que é a terra a destinação que favoreça o desenvolvimento social, tem por consequência de sua adoção, se considerados todos os fatores que a compõem, a latente reforma agrária. Sem dúvida, a função social surge como conceito jurídico diante do reconhecimento de que o exercício ilimitado dos direitos individuais constitui um prejuízo incomensurável à sociedade, pois, como se sabe, os recursos naturais são limitados e uma vez que poucos se apropriam de muito, pouco sobra a muitos. Assim, a redistribuição das terras é medida que se impõe quando reconhecida a necessidade de que a propriedade cumpra a sua função social, pois, por óbvio, há quem descumpra. Ocorre, porém, que, diante de uma deturpação do conceito de função social da propriedade, faltam terras desapropriáveis no Brasil, o que paralisa o processo de reforma agrária (BARROS e OLIVEIRA, 2008). O texto constitucional no que concerne ao cumprimento da função social do imóvel rural, torna-se, então, letra morta.

3.7. Fração Mínima de Parcelamento

Com o advento da Lei nº 5.868/1972, instituiu-se a Fração Mínima de Parcelamento, estabelecida em hectares, que permitiu o fracionamento da propriedade em áreas menores que a do módulo rural. Assim, tabeliães foram impedidos de emitir título de propriedade apenas de áreas ainda menores que as do módulo rural (MEDEIROS, 2022), isto é, menores do que o mínimo necessário para o progresso socioeconômico familiar. "[...] a Fração Mínima de Parcelamento está longe de representar um padrão adequado à individualidade de cada imóvel

rural e até mesmo às características regionais." (MARQUES, 2015, p. 52) apesar de ser definida para cada município brasileiro.

Para entender a Fração Mínima de Parcelamento (FMP), é necessário que se recorra aos conceitos esculpidos no Estatuto da Terra. Aliado a isso, importa informar que o direito brasileiro tem por tendência a associação da ideia de produtividade do imóvel rural com a sua dimensão, de forma que quanto maior o imóvel, em tese, maior será a sua capacidade produtiva (MEDEIROS, 2022), uma das razões pelas quais se intenciona combater o minifúndio. Assim, busca-se desestimular o parcelamento do solo rural em frações diminutas que, segundo a legislação, seriam improdutivas. O minifúndio é definido, concorde já apresentado neste trabalho, como área inferior à propriedade familiar, que corresponde ao módulo rural, sendo a FMP menor que o módulo rural, a FMP corresponde a um minifúndio.

> Se o módulo é a menor unidade admitida para que uma propriedade seja considerada produtiva, qualquer lei ou decreto que permita a existência de um imóvel com dimensão inferior ao módulo, portanto aquém da possibilidade de cumprir a função social, será contrário à nova ordem constitucional. (HONÓRIO, 2006, p. 6).

O instituto da FMP fora instituído pela Lei nº 5.868/1972, mas tendo por base a disposição contida no art. 65 do Estatuto da Terra[5]. A Fração Mínima de Parcelamento

---

[5] Art. 8º - Para fins de transmissão, a qualquer título, na forma do Art. 65 da Lei número 4.504, de 30 de novembro de 1964, nenhum imóvel rural poderá ser desmembrado ou dividido em área de tamanho inferior à do módulo calculado para o imóvel ou da Fração Mínima de Parcelamento fixado no § 1º deste artigo, prevalecendo a de menor área.
§ 1º - A Fração Mínima de Parcelamento será:
a) o módulo correspondente à exploração hortigranjeira das respectivas zonas típicas, para os Municípios das capitais dos Estados;
b) o módulo correspondente às culturas permanentes para os demais Municípios situados nas zonas típicas A, B e C;
c) o módulo correspondente à pecuária para os demais Municípios situados na zona típica D.
§ 2º - Em Instrução Especial aprovada pelo Ministro da Agricultura, o INCRA poderá estender a outros Municípios, no todo ou em parte, cujas condições demográficas e sócio-econômicas o aconselhem, a Fração Mínima de Parcelamento prevista para as capitais dos Estados.
§ 3o São considerados nulos e de nenhum efeito quaisquer atos que infrinjam o disposto neste artigo não podendo os serviços notariais lavrar escrituras dessas áreas, nem ser tais atos registrados nos Registros de Imóveis, sob pena de responsabilidade administrativa, civil e criminal de seus titulares ou prepostos. (Redação dada pela Lei nº 10.267, de 28.8.2001) [...] (BRASIL, 1972)

Art. 65. O imóvel rural não é divisível em áreas de dimensão inferior à constitutiva do módulo de propriedade rural. (Regulamento)
§ 1° Em caso de sucessão causa mortis e nas partilhas judiciais ou amigáveis, não se poderão dividir imóveis em áreas inferiores às da dimensão do módulo de propriedade rural.
§ 2º Os herdeiros ou os legatários, que adquirirem por sucessão o domínio de imóveis rurais, não poderão dividi-los em outros de dimensão inferior ao módulo de propriedade rural.
§ 3º No caso de um ou mais herdeiros ou legatários desejar explorar as terras assim havidas, o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária poderá prover no sentido de o requerente ou requerentes obterem financiamentos que lhes facultem o numerário para indenizar os demais condôminos.

corresponde, na maioria dos municípios brasileiros, ao módulo de exploração da atividade hortifrutigranjeira, já que é aplicado às capitais e aos municípios das zonas A, B e C. Apesar de a Lei nº 5.868/1972, em seu art. 8º, §1º, b, informar valor diverso entre as capitais e as zonas, a Instrução Especial nº 5/2022 do INCRA estabelece o mesmo tamanho para ambas (art. 10, §3º, da IE nº 5/2022). Insta frisar que os dados geográficos são de responsabilidade do INCRA, que coleta alguns deles junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Voltando à explicação acerca da FMP, a maioria dos municípios brasileiros tem como Fração Mínima de Parcelamento do imóvel rural o tamanho do módulo hortifrutigranjeiro, o menor dentre os módulos de atividades agropecuárias e florestais (INCRA, 2022; MEDEIROS, 2022), evidente, pois, a tentativa de estabelecer o limite de fracionamento da forma mais restritiva possível, limitando, em tese, o imóvel rural a desenvolver apenas um tipo de atividade que demande menor porção do solo.

É salutar notar que o legislador estabelece, num primeiro momento, o tamanho do módulo rural, isto é, a propriedade familiar, como a medida ideal de propriedade, proibindo o fracionamento do imóvel rural de forma que tenham área menor do que a do módulo. Anos mais tarde, cria, porém, medida ainda menor como limitadora do parcelamento do solo rural, permitindo o parcelamento em áreas menores que a do módulo (propriedade familiar), desde que maiores que a FMP. Apesar de a legislação não trazer explicitamente a característica de a Fração Mínima de Parcelamento ser medida menor que o módulo rural, ou que o módulo fiscal, seu prático sucessor, numa simples consulta aos dados do Sistema Nacional de Cadastro Rural, vê-se que o módulo fiscal dos municípios brasileiros varia em tamanho de 5 a 110 hectares, enquanto a Fração Mínima de Parcelamento pode ter entre 2 e 5 hectares (SNCR, 2013). Isso significa que o menor valor que um módulo fiscal pode ter é o maior valor que a FMP pode alcançar, a depender do município.

O instituto da Fração Mínima de Parcelamento é uma manobra estatal para supostamente evitar a formação de minifúndios. Todavia, a formação de minifúndios é um problema estrutural, os minifúndios existem desde a instituição do regime de sesmarias. Portanto, o impedimento do registro dessas terras não terá o condão de fazer desaparecer essas

---

§ 4° O financiamento referido no parágrafo anterior só poderá ser concedido mediante prova de que o requerente não possui recursos para adquirir o respectivo lote.
§ 5o Não se aplica o disposto no caput deste artigo aos parcelamentos de imóveis rurais em dimensão inferior à do módulo, fixada pelo órgão fundiário federal, quando promovidos pelo Poder Público, em programas oficiais de apoio à atividade agrícola familiar, cujos beneficiários sejam agricultores que não possuam outro imóvel rural ou urbano.
§ 6o Nenhum imóvel rural adquirido na forma do § 5o deste artigo poderá ser desmembrado ou dividido. (BRASIL, 1964).

pequenas propriedades desamparadas pelo Estado. A inexistência do registro faz, em verdade, com que essas pequenas glebas não se tornem números para evidenciar a concentração fundiária brasileira.

Cabe trazer uma das ressalvas ao instituto da FMP, aquela que, no ano de 2006, considerando a entrada em vigor da Lei nº 11.326/2006, que estabelece diretrizes acerca da agricultura familiar, excetuou a regra de proibição à divisibilidade do imóvel abaixo da FMP para os agricultores familiares que se enquadrarem nos critérios da citada lei. Ocorre que nem sempre os agricultores conseguirão se enquadrar no conceito legal de agricultor familiar, pois "o atendimento dos requisitos para emissão da DAP [Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar] é de difícil acesso aos produtores rurais" (MEDEIROS, 2022, p. 120), desta forma, a exceção não garante o direito dos pequenos agricultores indistintamente.

O que se questiona é a motivação do legislador em diminuir ainda mais o tamanho mínimo do imóvel rural do qual um agricultor pode se valer para sua subsistência. Considerando a lógica de combate ao minifúndio e o reconhecimento pelo Estatuto da Terra de que a propriedade familiar é o tamanho ideal e mínimo para o desenvolvimento do agricultor, causa estranheza a instituição de medida que venha a limitar este tamanho. Contudo, numa análise que leva em consideração a prevalência do modelo da grande propriedade, sustentado pela legislação, e o desprezo aos pequenos produtores, entende-se que a instituição da FMP veio parar cercear ainda mais os direitos dos possuidores das pequenas glebas. Conforme art. 19, VII, da Lei nº 8.629/1993, o possuidor de área inferior à Fração Mínima de Parcelamento é um dos beneficiários da reforma agrária. Percebe-se, então, que na inexistência de uma Fração Mínima de Parcelamento de proporções tão diminutas, os beneficiários da reforma agrária seriam muitos outros agricultores que malgrado não sejam detentores de espaços tão pequenos, tampouco deixam de ser prejudicados pela má distribuição das terras agricultáveis. Assim, a Fração Mínima de Parcelamento, sem dúvida, é também um limitador da abrangência da reforma agrária.

Além de negado o direito à reforma agrária, a negativa ao próprio direito fundamental de propriedade, privilegiado no nosso ordenamento jurídico, gera a restrição a outros direitos. É por meio do direito de propriedade que muitos agricultores conseguem acesso ao crédito (HONÓRIO, 2006; MEDEIROS, 2022), por exemplo. Apesar de ser possível ao posseiro a aquisição de crédito rural, o Manual de Crédito Rural do Banco Central exige a apresentação de contrato de arrendamento ou de parceria agrícola, dos quais não podem se valer todos os agricultores. Sem o registro cartorário, os agricultores não podem emitir nota fiscal de seus

produtos, o que torna inviável o comércio legal, compromete, inclusive, a segurança alimentar, e obriga o condomínio obrigatório de herdeiros, quando não é possível dividir o imóvel do espólio sem criar matrículas de espaços inferiores à FMP (MEDEIROS, 2022). Além disso, os possuidores dos minifúndios não poderão vendê-los e enfrentarão dificuldades para adquirir crédito rural (HONÓRIO, 2006) que permitam utilizar neles tecnologias que garantam o aproveitamento da área, ainda que diminuta.

Até mesmo em relação aos latifúndios, cuja existência impede o aproveitamento da terra por outros trabalhadores, é possível obter o título de propriedade de parcela do imóvel desapropriado onde está localizada a residência do titular, conforme art. 19, I, da Lei nº 8.629/1993. Para o detentor de imóvel menor que a FMP, entretanto, há apenas a punição por não ser possuidor de grande parcela, de forma a desconsiderar o processo de má distribuição fundiária.

Por derradeiro, é imperioso pontuar que o instituto da Fração Mínima de Parcelamento é apontado, inclusive, como uma afronta aos ditames constitucionais (ALMEIDA e SARDAGNA, 2000). Isso porque, segundo o art. 5º, inciso XXIII, da CF, a propriedade, qualquer que seja, tem por dever o cumprimento da função social. Ocorre que os minifúndios, conforme já abordado neste trabalho, são passíveis de desapropriação, pois descumpridores da função social. Por sua vez, a FMP, por instituir tamanhos ínfimos de propriedade e inferiores à propriedade familiar, permite, justamente, a proliferação dos minifúndios. Demais disso, o Código Civil, em seu art. 53, II, igualmente proíbe a divisão do imóvel de forma que o torne improdutivo.

Por fim, importante ressaltar que os censos agropecuários de 2006 e 2017 evidenciam que a Fração Mínima de Parcelamento efetivamente não tem impedido a formação dos minifúndios. São 2.477.151 estabelecimentos com menos de 10 hectares registrados em 2006 e 2.543.681 registrados em 2017, no total, esses estabelecimentos ocuparam 7.798.777 ha de área em 2006 e 7.993.969 ha em 2017. Quanto aos imóveis a partir de 1.000 hectares, são apenas 47.578, ocupando 150.143.096 hectares, segundo dados de 2006, e, em 2017, foram registrados 51.203 imóveis com 1.000 ha ou mais, ocupando uma área de 167.227.511 ha. Percebe-se que os números não mudaram muito ao longo dos anos e que os latifúndios, minoria, ainda ocupam a maior área e que os minifúndios permanecem existindo como prevalentes, em menor área, apesar da FMP.

Considerações finais

É inegável que a lógica capitalista de uso das terras venceu, mas as brechas alcançadas pela luta popular por direitos sociais não permitem que os direitos individuais suprimam a importância social inerente a todo e qualquer bem.

No que concerne especificamente à má distribuição de terras brasileiras, sabe-se que o sistema latifundiário-minifundiário é responsável, de uma só vez, pela pobreza do campo e da cidade. Do campo, por efetivar a má-distribuição de recursos produtivos. Da cidade, por provocar, ante a pobreza no campo, o êxodo rural, que, por sua vez, causa o acúmulo de uma massa de desempregados, essa garantidora das péssimas condições de trabalho existentes no espaço urbano e das demais mazelas desencadeadas pelo subemprego.

A função social da propriedade e a Fração Mínima de Parcelamento, na forma como são aplicadas, se comunicam no que concerne à constituição de institutos que servem para mascarar e conservar as velhas estruturas. O predomínio do direito de propriedade sobre o objetivo de cumprimento da função social da propriedade fica evidente quando da análise do instituto da desapropriação. Quando um imóvel é desapropriado, ainda que descumprida a sua função social, há a efetiva indenização, mesmo que não seja em dinheiro (BRASIL, 1964). Troca-se um bem do Estado, o valor do título da dívida pública, pela terra, assim, o valor econômico da terra não é ignorado nem perdido pelo proprietário, apenas permutado (MARQUES, 2015). Na mesma toada, vê-se que a legislação e seus regulamentos definem limites diminutos às pequenas propriedades, mais especificamente ao minifúndio, que terá, sob o prisma da FMP, no máximo área menor que 5 hectares (art. 8º, §1º, da Lei nº 5.868/1972), gleba que não será objeto do direito real de propriedade. O mesmo ordenamento jurídico, porém, permite que o latifúndio tenha até 600 vezes o tamanho médio da propriedade rural (art. 46, §1º, “b”, da Lei nº 4.504/1964, Estatuto da Terra), explicitando a forma de organização do espaço agrário que mantem as antigas estruturas de marginalização e concentração fundiária.

É inegável o fato de que as disfunções criadas no espaço agrário brasileiro são resultado da má distribuição de terra que tem como fator ensejador a própria legislação (MARQUES, 2015). Foi assim com o regime sesmarial, com a Lei de Terras, e se repetiu com o Estatuto da Terra. Todo o problema da concentração fundiária passa, necessariamente, pela legislação agrarista, que, ao invés de limitá-la, a autoriza, assim como, malgrado institua instrumentos de combate ao latifúndio, não os coloca em prática. É relativamente simples chegar à conclusão de que o Estado não só é silente diante do problema da concentração de terras, como é responsável por promover políticas que a favorecem.

É notável, portanto, que após a desregular distribuição de terras que o próprio Estado fez durante seu percurso histórico de colônia à república, convencionou-se conclamar a função social da propriedade, não para efetivar desapropriações que permitissem a redistribuição da terra, mas para dizer ao pequeno proprietário que sua pequena gleba é improdutiva e por isso não lhe é dado o direito de propriedade sobre o imóvel. Neste diapasão, chegar à conclusão de que a Fração Mínima de Parcelamento não traz qualquer avanço na redistribuição de terras ou no cumprimento da justiça social é tarefa relativamente fácil. Primeiramente, não há efetivo amparo aos agricultores sobre a posse dessas pequenas glebas para que possam adquirir espaço maior passível de obtenção do título de propriedade, tão valioso nesta lógica capitalista, nem há apoio creditício para que essas glebas se desenvolvam, o que seria incoerente por si só, pois o Estado se propõe a combater o minifúndio, não a melhorá-lo. Por último, não é permitida a aquisição do título de propriedade, o que coloca os possuidores em situação de insegurança jurídica, longe do acesso ao crédito e de fora dos números.

Um dos primeiros passos para garantir a dignidade do pequeno agricultor é dar-lhe possibilidades de exercer seus direitos, inclusive o de propriedade, tão valorizado na lógica capitalista vigente. Sem crédito e sem inclusão social, os agricultores não conseguem ter acesso à tecnologia que, malgrado a má distribuição de terras que permite a existência dos minifúndios, poderia garantir-lhes o mínimo de produção.

Referências

ALMEIDA, Élcio C. de; SARDAGNA, Crysthian D. O parcelamento do imóvel rural via Fração Mínima de Parcelamento frente à função social da propriedade. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, v. 37, n. 146, p. 209-216, abr./jun. 2000. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/592/r14616.pdf?sequence=4&isAllowed=y. Acesso em: 03 jun. 2023.

BARROS, Ricardo M. de C.; OLIVEIRA, Lourival de. A função social da propriedade rural**.** **Revista de Direito**, n. 9, p. 17-38, 2008. Disponível em: http://ojs.unimar.br/index.php /revistaargumentum/article/download/1022/622. Acesso em: 31 maio 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: Constituicao-Compilado (planalto.gov.br). Acesso em: 02 mar. 2023.

_____. **Decreto nº 55. 891, de 31 de março de 1965**. Regulamenta o Capítulo I do Título I e a Seção III do Capítulo IV do Título II da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 - Estatuto da Terra. Disponível em: D55891 (planalto.gov.br). Acesso em: 20 maio 2023.

_____. **Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850**. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Disponível em: L0601-1850 (planalto.gov.br). Acesso em: 09 maio 2023.

_____. **Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964**. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Disponível em: L4504 (planalto.gov.br). Acesso em: 02 mar. 2023.

_____. **Lei nº 5.868 de 12 de dezembro de 1972**. Cria o Sistema Nacional de Cadastro Rural, e dá outras providências. Disponível em: L5868 (planalto.gov.br). Acesso em: 02 mar. 2023.

_____. **Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993**. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. Disponível em: L8629 (planalto.gov.br). Acesso em: 19 maio 2023.
_____. WESTIN, Ricardo. Há 170 anos, Lei de Terras oficializou opção do Brasil pelos latifúndios. **Senado Federal**. Agência Senado. Questão Agrária, Edição 71, 14 set. 2020. Disponível em: Há 170 anos, Lei de Terras desprezou camponeses e oficializou apoio do Brasil aos latifúndios — Senado Notícias. Acesso em: 12 abr. 2023.
CABRAL, Ana L. T; BUENO, Francisco G. Constituição e argumentação: a função social do imóvel rural. **Revista de estudos do discurso**, nº 8, 2019. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwiMvY6Gz5P_AhW0B7kGHUuEA60QFnoECBMQAQ&url=https%3A%2F%2Fojs.letras.up.pt%2Findex.php%2Fre%2Farticle%2Fdownload%2F6567%2F6121%2F21608&usg=AOvVaw0onWBy_3jSQHHN6MV9AEwM. Acesso em: 26 maio 2023.
COSME, Claudemir M. A burguesia latifundista não abre mão do monopólio da terra no brasil: a perpetuação da concentração fundiária revelada pelo censo agropecuário 2017. **Revista Pegada**, vol. 21. n.1, p. 84-109, jan./abr. 2020. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/7336/pdf. Acesso em: 16 maio 2023.
COSTA, Reinaldo C. Indigenato e campesinato. In: Gustavo H. C. F. (org.). **Geografia agrária em debate**: das lutas históricas às práticas agroecológicas. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.
COSTA, Vera M. H. de M; PAULINO, Sônia R. A modernização da agricultura e o conceito de módulo rural. **Revista Perspectivas**, São Paulo, 15, p. 121-141, 1992. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwiV78jxlIT_AhWrILkGHbyqBPoQFnoECAgQAw&url=https%3A%2F%2Fperiodicos.fclar.unesp.br%2Fperspectivas%2Farticle%2Fdownload%2F1964%2F1602%2F4578%23%3A~%3Atext%3DO%2520conceito%2520de%2520m%25C3%25B3dulo%2520rural%252C%2520utilizado%2520como%2520refer%25C3%25AAncia%2520para%2520a%2Cconceito%2520de%2520%2522propriedade%2520familiar%2522.&usg=AOvVaw2AUgx5oJVsCN3ikaXKg3dv. Acesso em: 20 maio 2023.
FISCHER, Luly R. da C. **Manual de Direito Agrário**. 1. ed. Belém: 2018. Disponível em: https://livroaberto.ufpa.br/jspui/bitstream/prefix/643/1/Livro_ManualDireito Agrario.pdf. Acesso em: 29 maio 2022.
GUIMARÃES, Alberto P. **A crise agrária**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
HONÓRIO, Valflan R. **A utilização da Fração Mínima de Parcelamento como instrumento de gestão territorial**. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico, Florianópolis, 2006.
IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário 2017**: resultados definitivos. Rio de Janeiro, v. 8, p.1-105, 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_resultados_definitivos.pdf. Acesso em: 18 maio 2023.
INCRA. **Instrução Especial nº 5, de 29 de julho de 2022**. Dispõe sobre os índices básicos cadastrais e os parâmetros para o cálculo do módulo rural. Disponível em: INSTRUÇÃO ESPECIAL Nº 5, DE 29 DE JULHO DE 2022 - INSTRUÇÃO ESPECIAL Nº 5, DE 29 DE JULHO DE 2022 - DOU - Imprensa Nacional. Acesso em: 01 jun. 2023.
MAGALHÃES, José L. Q. de. Reforma Agrária no Brasil. **Revista de informação legislativa**, Brasília, a. 25, n. 100, out./dez. 1988. Disponível em: 100.LIMPO.max (senado.leg.br).
MARQUES, Benedito F. **Direito agrário brasileiro**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

MATTOS, Enlinson et. al. Capitanias hereditárias e desenvolvimento econômico: herança colonial sobre desigualdades e instituições**. Pesquisa e Planejamento Econômico (PPE)**, Rio de Janeiro, v. 42
MEDEIROS, Leily. **A eficácia jurídica e social do direito fundamental de propriedade**: uma análise a partir do viés do módulo rural. São Paulo: Editora Dialética, 2022.
MENDONÇA, Maria L. R. F. **Modo capitalista de produção e agricultura:** A construção do conceito de agronegócio. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2013. Disponível em: 2013_MariaLuisaRochaFerreiraDeMendonca.pdf (usp.br). Acesso em: 30 maio 2023.
NÓBREGA, Mariana L. C. LIMA, Débora A. Agroecologia: de um campo científico a uma prática anti-hegemônica. *In*: Gustavo H. C. F. (org.). **Geografia agrária em debate**: das lutas históricas às práticas agroecológicas. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.
NOVAIS, Fernando A. Colonização e sistema colonial: discussão de conceitos e perspectiva histórica. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA, IV, 1969, São Paulo. **Anais**. São Paulo: XXXI Coleção de Revista de História sob a direção do Prof. Eurípedes Simões de Paula. p. 23-43. Disponível em: https://anpuh.org.br/index.php/documentos/anais/category-items/1-anais-simposios-anpuh/7-snh06.
OLIVEIRA, Mirna S.; FREITAS, Vitor S. O direito achado na rua e o direito agrário: uma revisão crítica. **Revista da Defensoria Pública do Distrito Federal**, v. 1, n. 2, 2019. Disponível em: https://revista.defensoria.df.gov.br/revista/index.php/revista/article/view/43/23. Acesso em: 03 jun. 2023.
PALMEIRA, Moacir. **Modernização, estado e questão agrária**. Disponível em: Vista do Modernização, Estado e questão agrária (usp.br). Acesso em: 01 maio 2023.
PRADO JR., Caio. **História econômica do Brasil**. Reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 2004.
SALIS, Carmem L. G. de. Estatuto da Terra: debates políticos e as disputas pela forma da reforma agrária no primeiro governo militar. **Revista Antíteses**, v. 7, n. 13, p. 493-516, jan./jun. 2014. Disponível em: https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php.
SILVA, Ligia O. As leis agrárias e o latifúndio improdutivo. **São Paulo em perspectiva**, 11(2), 1997, p. 15-25. Disponível em: *Sem título-16 (mppr.mp.br). Acesso em: 18 maio 2023.
SILVA, Maria da P. N. S. et. al. A Questão Agrária Brasileira Revisitada. **Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**, Mossoró, n. 1, jan./mar. 2012. Disponível em: http://revista.gvaa.com.br/. Acesso em: 05 mar. 2023.
SNCR – Sistema Nacional de Cadastro Rural. **Índices básicos de 2013**. Disponível em: indices_basicos_2013_por_municipio.pdf (www.gov.br). Acesso em: 03 jun. 2023.
SODERO, Fernando P. **O módulo rural e suas implicações jurídicas**. São Paulo: LTr, 1975.
VAN DER SAND, Joicemar P. O critério da área de terras no enquadramento do segurado especial**. Revista de Direitos Sociais, Seguridade e Previdência Social**, Salvador, v. 4, n. 1, p. 76 – 95, jan./jun. 2018. Disponível em: https://indexlaw.org/index.php/revistadssps /article/view/4306/pdf. Acesso em 27 maio 2023.
VIANA, Sander P. **Da posse ilegal de terras devolutas à propriedade privada:** um estudo da história fundiária de Morro do Chapéu/BA. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Instituto de Geociências, Salvador, 2017.
ZENERATTI, Fábio L. O acesso à terra no Brasil: reforma agrária e regularização fundiária. **Revista Katál.**, Florianópolis, v.24, n. 3, p. 564-575, set./dez. 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rk/a/stvqSwRD88wztYbCpGvSB4t/?lang=pt. Acesso em: 16 maio 2023.

FRONTEIRA ECONÔMICA COMO MARCO CONCEITUAL PARA A COMPREENSÃO DAS TRANSFORMAÇÕES RECENTES NA AMAZONIA SUL-OCIDENTAL

Silvio Simione da Silva[1]

RESUMO: O propósito deste trabalho é fazer alguns apontamentos para refletir sobre o uso da categoria fronteira econômica, como instrumentos conceitual/teórico na compreensão da atual da expansão do agronegócio e do acirramento de novas e fortes zonas de conflitos na Amazônia Sul-ocidental brasileira. Para isto, buscou-se uma revisão bibliografia e documental sobre o assunto, tal como a observação direta na região, tendo como vetor de transformações a produção e organização espacial, nos eixos rodoviários de cortam a área em estudo. Neste sentido, espera-se primeiramente contribuir para o entendimento das bases conceituais desta fronteira; mas também, apresentar reflexões sobre a realidade vivida e noticiada sobre essas frações territoriais de conflito recentes; e, finalizar apontando o que se está em jogo, nesta nova articulação territorial do capital na região.

Palavras Chaves: Fronteira econômica, dinâmicas espaciais, agronegócio, conflitos, Amazônia.

ABSTRACT: The purpose of this work is to bring some notes to reflect on the use of the economic frontier category as conceptual and theoretical instruments in understanding the current expansion of agribusiness and the intensification of new and strong conflict zones in the Brazilian South-western Amazon. For this, a bibliographical and documentary review was sought on the subject, as well as direct observation in the region, having as a vector of transformations the production and spatial organization on the road axes that cross the area under study. In this sense, we hope to first contribute to the understanding of the conceptual bases of this frontier, but also present reflections on the reality experienced and reported on these recent territorial fractions of conflict; and, finish by pointing out what is at stake in this new territorial articulation of capital in the region.

Keywords: Economic frontier, spatial dynamics, agribusiness, conflicts, Amazon.

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta apontamentos sobre o uso do conceito de fronteira econômica, como instrumento teórico/prático na compreensão da atual expansão capitalista e suas

[1] Professor Titular do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Acre – CFCH/UFAC. Estagiário em Pós-doutoramento pelo Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, sob a supervisão do Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira. ssimione@gmail.com

implicações socioambientais na Amazônia Sul-Ocidental Brasileira. Objetiva-se inicialmente contribuir com bases conceituais e operacionais para o entendimento das dinâmicas recentes nas transformações socioterritoriais que vem ocorrendo na região. Para isto, busca-se refletir sobre a realidade vivida e noticiada desta porção territorial amazônica; e, por final, apresentar alguns pontos evidenciais do que este novo momento da rearticulação territorial do capital está produzindo na configuração espacial regional.

Dado esta visão geral, é que se nota quão pertinente ainda é a análise da lógica da fronteira econômica para se compreender as dinâmicas em que se processam tais mudanças na produção do espaço regional amazônico. Assim sendo, espera-se compreender: a importância prática e conceitual da fronteira econômica com categoria e caminho investigatório para a apreensão do que está por trás da proposta de conexão desse espaço na rede global; e, ainda, quais os caracteres dos conflitos que atualmente são gerados no âmbito desta fase da fronteira, neste início do século XXI.

METODOLOGIA

Procedeu-se uma análise sobre as questões teóricas e práticas no uso conceitual de fronteira econômica como instrumento interpretativo da realidade vivida, na construção do território da Amazônia Sul-ocidental, na atualidade. Para efetivar o estudo, fez se levantamento em bibliotecas; levantamento em meios eletrônicos de informações; observações in *loco* em viagens de estudos pelas BR-174, 230, 319, 317 e 364 nos estados que compõem a área de estudo; também se fez conversas informais com agentes diversos ao longo dos trechos visitados. Tudo isto fundamentado numa lógica analítica de procedimentos interpretativos, sob a base histórica e dialética na qual vem se dando a reprodução deste espaço amazônico

Dado esta situação, tratou-se da dinâmica fronteira partindo dos pressupostos de que essa se territorializa por zonas/frentes forjadas em frações territoriais que respondem às dinâmicas do capital, reproduzindo-se por sobreposição ao já espaço produzido do lugar, mas redimensionando novas bases de reterritorialização. É do movimento entre a frente pioneira (expansão do capital com seus aparatos funcionais/institucionais) & frente de expansão (primeira incorporação socioespacial de uma zona de fronteira, com camponeses e especuladores fundiários, sobrepondo, às terras de populações nativas) que emerge a formação de áreas de novos potenciais ao aparelhamento do capital, no uso da terra e seus recursos. Assim, a fronteira é reproduzida por frações territoriais demonstrando seu grau de articulação com a expansão e consolidação da lógica imposta por agentes do poder hegemônico do capital ao espaço produzido, perante às zonas de incorporações mais recentes.

Com isto, vemos que a fronteira econômica está expressa por espacialidades de áreas de conflitos e assimilações diante das forças capitalistas que vai lhe impor outras lógicas socioeconômica e produtiva. Assim, caracteriza-se por territórios de tensões sociais e ambientais constantes, no âmbito do avançar do capital (frente pioneira) confrontando à resistência da população fixada em fases anteriores por uma frente de expansão ou mesmo pioneira decadente, mas que ainda habitam o lugar. São, na verdade, territórios que se apresentam como franjas geográficas, mas quais agentes com diversas funções de articulação na produção socioespacial, recolocam-se a garantir espaço de reprodução e de vivência. É nesse contexto que vemos realidade da Amazônia Sul-ocidental, como expressões de frações territoriais que denotam temporalidades e espacialidades diversas dos agentes que a movimenta, sob a lógica atual do agronegócio e da incorporação de novas terras a serem reproduzidas com finalidades de uso agropecuários e, até mesmo, de autossustentação da agricultura camponesa, que expropriada, buscam novas terras de trabalho para viverem.

REFERENCIAL TEÓRICO

A maior intensidade da rearticulação das terras amazônicas no âmbito da fronteira econômica brasileira se deu a partir de 1960. Foram décadas de instalações de diversas iniciativas com projetos de implantação de áreas de colonização, projetos hidroelétricos, de mineração e exploração extrativista e de recursos minerais (Oliveira, 2016; Silva, 1999; Becker, 1990). Nisso, passados mais de cinco décadas, se conformou áreas em que a incorporação territorial se deu por completo, com a formação de verdadeiros territórios do agronegócio e da mineração, como no Mato Grosso, Rondônia e parte do Pará (eixo da rodovia Cuiabá-Santarém) e Tocantins; mas também, áreas em que o processo se deu com avanço de atividades mais ligadas ao uso da terra para a agropecuária. Essas áreas, ainda nestas décadas iniciais do século XXI, oferecem amplas possibilidades de novas rearticulações para que o capitalismo agrarista se reestabeleça por completo com atividades diversas e até mais intensivas. Soma-se a tudo isto à aproximação de uma grande e ampla faixa de terras em floresta nos estados do Amazonas, Acre, Rondônia, oeste paraense e nos estados mais ao norte da região (Amapá e Roraima) que ainda somam grandes áreas que estão a oferecer o outro lado da linha da fronteira ao pleno controle do capital; isto é, para ser desflorestadas e incorporada ao processo produtivo. É nisso que vemos a fronteira econômica amazônica com campos de possibilidades (Becker, 1990) – econômica, social, ambiental, mas também de conflitos. Por tudo isso, pode-se negar totalmente a possibilidade de tratar de uma fronteira fechada (Graziano da Silva, 1990).

Portanto, a Amazônia continua sendo uma fronteira que, mesmo com problemas para uma integração socioeconômica e ambiental, sob a lógica da centralidade desenvolvimentista do país, está aberta às possibilidades diversas como caracterizou Oliveira (2016, p.25/6).

> A Amazônia, neste final de século XX, tornou-se importante tema nos debates travados em escala mundial. Esta região tem sido cantada, contada, visitada, investigada por um número cada vez maior de pessoas que lá já estiveram, ou que lá, nunca pisaram. Brasileiros ou brasilianista têm se empolgado com o contraste entre a grandeza e a abundância com que a natureza dotou essa região em que vivem menos de 10 milhões de pessoas. A esse contraste de natureza global, deve ser incluído outro que é talvez, na atualidade sua faceta fundamental: a modernidade expressa de forma contraditória por uma Zona Franca de Manaus e seu parque industrial eletroeletrônico; pela presença de civilizações indígenas (em geral violentadas); pela grilagem dos maiores latifúndios que a história da humanidade já presenciou e a luta, muitas vezes mortal, dos posseiros, colonos e retirantes pela terra de trabalho; pela beleza natural das matas e a sua destruição criminosa através de incêndios, produtos químicos etc., para a rápida formação de pastagens; e pela guerra deflagrada pelas empresas de mineração e a sobrevivência teimosa dos garimpeiros.

Nota-se, então, notamos a vivacidade da temática da fronteira, sendo que atualmente sua expansão faz num plano nacional e internacional (Pan-amazônico). As dinâmicas de reprodução territorial, nesta terceira década do século XXI, vai muito além do controle propriedade da terra e seus recursos em áreas ainda intocadas, mas redinamiza áreas antes produzidas para outros processos produtivos (p.e: assentamentos familiares, fazendas de criação bovinas) criando territórios abertos a ações mais intensivas da produção do agronegócio de grãos e pecuária semi-intensiva. Assim,

> Por virtualidade histórica entende-se que a fronteira está aberta aos processos e projeto em disputas, conformando-se como “um campo de forças, espaço onde os projetos políticos dos múltiplos agentes territoriais podem ou não se territorializar”, o que implica a reconhecer os “projetos dos diversos agentes territoriais que imprime na luta política e no território suas visões e ações para com essa Região. (COSTA SILVA, DANDOLINI, 2018, p. 468).

Como expressão marcante do processo, vemos isto se materializar no trecho da BR-364/317 na Amazônia Sul-ocidental (fig. 01), nos planos dos estados fronteiriços – Acre-Rondônia, mas com repercussões em territórios do sudeste do estado do Amazonas e, ainda por áreas internacionais como departamentos de Beni e Pando (BO) e Madre de Dios e Ucayalli (PE). Esta dimensão foi potencializada a partir das obras da Iniciativa de Integração Sul-Americana (IIRSA) por eixos de integração e desenvolvimento (EID), onde ao longo dessas rodovias a expansão da pecuária é marcada por uma ampliação de áreas de maior desmatamento

para pastagens, já atingindo territórios bolivianos e peruanos em áreas amazônicas desses países (Calaça e Silva, 2022; Vasquez, 2011; Dourojeani, Dourajeanni, Baradiaran, 2009).

Figura 01: Amazônia Sul-ocidental – eixos rodoviários

Fonte: DNIT – Mapas Multimodais[2]; Google Maps. Desenho e reelaboração: autor, 2022. In: Silva, 2023, p.90

Assim, a lógica desta expansão vem com a ampliação do espaço para o agronegócio, agora mais diversificado, sendo que para além da pecuária, também se tem maior abertura para a produção de grãos, sobrepondo àquelas áreas já consolidadas com as atividades criatórias pretéritas (em geral, vista como áreas semi degradadas). Nota-se que este novo momento, pela lógica da implantação do agronegócio "[...] aquece o mercado de terras com a valorização e empurra a pecuária para a abertura de novas áreas, muitas vezes áreas públicas, áreas de reserva, terra indígena, dentre outras, já possui ocupantes ocasionando os conflitos" (Souza, 2020, p.214). Dessa forma, é nesse rearranjo espacial que o conflito social, manifesta-se como resposta às formas de segregação socioterritorial que se instituem, tanto nas áreas de mudança produtivas, como nas frações territoriais, por onde a frente expansionista se dá avançando sobre novas áreas florestais que vão sendo incorporadas ao processo produtivo e, de onde muitos camponeses da floresta, vão sendo expropriados de suas terras de trabalho.

[2] https://www.gov.br/dnit/pt-br/assuntos/noticias/dnit-publica-mapas-multimodais-referentes-a-2021.

Nesta conjuntura, partimos da compreensão de que fronteira é o lugar do encontro entre o que está integrado à lógica da produção espacial, na centralidade da produção capitalista e, as dimensões espaciais de novas possibilidades de reprodução (capitalista e não capitalista). Nisso, a fronteira é a negação da produção pretérita do lugar, à qual se junta as possibilidades de outras reproduções, num processo que incorpora/nega/acrescenta/renova ao que já é existente. Assim, produz abertura para articulações maiores aos interesses dos agentes do modo de produção dominante, ao nível de escala espacial que vai do local ao global, sobrepondo ao espaço produzido do lugar e aos sujeitos que nele já vivem há tempos. Nessa dinâmica da fronteira, tem-se a negação do tempo e do espaço local, perante os tempos do capital global como forma de aniquilação dos lugares, perante um mercado global que articula os mais distantes rincões do Planeta, sob uma rede de produção e consumo.

Nota-se então o quanto o conceito de fronteira (econômica, identitária, política, cultura e outras) ainda é pertinente para se compreender a realidade das transformações recentes, na Amazônia, nestas décadas iniciais do século XXI. Entende-se que a fronteira econômica não se fechou (Graziano da Silva, 1990), mas pelo contrário, a luz da lógica da produção globalizante do espaço pelo capital e seus agentes, está cada vez mais aberta (ficará ainda por muito tempo) e sujeita a novas rearticulações socioprodutiva e econômica, regidas por conflitos e assimilações[3].

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Portanto, tratar da Amazônia, no contexto de sua atribuição como fronteira ao desenvolvimento vindo do Brasil Central, no que vimos, é preciso considerar que as articulações da ocupação regional pelo capital remontam desde o século XVI. Isso, no início, se deu por frentes de ocupação promovidas pela Metrópole Portuguesa, mas que seguiu pelos séculos posteriores com iniciativas vindas de áreas centrais, após a independência e unificação das colônias lusitanas, sob o Império do Brasil e a posterior Proclamação da República. Assim, sua dinâmica, por séculos, foi dada por articulação espacial, no que poderíamos tratar como fronteira econômica incompleta e territorialmente descontinuas. Trata-se nesse sentido, na

[3] Tratar de "assimilações" neste contexto em que o conflito é constante, pode parecer contraditório. Porém, a realidade da fronteira também se processa com esta condição dual, visto que a chegada de novas frentes capitalistas traz esperança do chamado "progresso" (a ideologia desenvolvimentos é parte que sustenta a lógica da fronteira) com o maior aparelhamento institucional da região, discursos do empreguismo, estradas abertas e pavimentada entre outros ganhos e acontecimentos. Isso mexe com o sentimento e a esperança por dias melhores para quem vive semi isolados nos confins territoriais amazônicos. Foi isto que se viu nas falas de sujeitos que vivem nos lugares mais remotos desta fronteira.

Amazônia, pois até meados do século XIX, somente pontos estratégicos de grande interesse econômico ou geopolítico, em geral, em áreas situadas em vertentes fluviais, foram realmente ocupados com vindas de pessoas externas à região; tal como, na naturalização do povoamento pela mestiçagem étnica/racial e incorporação de nativos pela catequização e imposição de formas europeias de viver em aldeamento (após a "destribalização" feita, como nos falou Carlos Walter Porto Gonçalves, 2001). Na verdade, a grande interiorização de povoamento viria a partir de meados do século XIX, com a frente pioneira da borracha, em que territórios para além da fronteira política brasileira seriam gradativamente ocupados, povoado e integrado à unidade federativa do Brasil.

Foi isso que aconteceu com o atual Estado Acre, produto desta frente pioneira extrativista, na expansão capitalista sobre terras indígenas do Sul da Amazônia, as quais na divisão internacional do subcontinente sul-americano pertenceria às repúblicas da Bolívia e do Peru. Esta fase da fronteira foi muito além das vertentes fluviais e ocupou terras firmes, sob intensos conflitos entre os trabalhadores da borracha que chegavam e os indígenas que aqui já habitavam. Nisso, os povos nativos foram quase exterminados, quando se promoveu verdadeiro genocídio de muitas nações indígenas aqui viviam (o que ficou historicamente conhecido como "correrias"). Mas, nas raízes desses conflitos é que foram se fazendo o povoamento do Acre por agentes externos (migrantes nordestinos) que, cada vez mais, em toda a Amazônia, fez que a floresta fosse tornando um espaço ocupado, produzido por agentes de forças da expansão capitalista, negando as formas de ocupação dos povos autóctones. Embora, isto sem nunca esgotar sua capacidade para novas dinâmicas do capital durante o século XX.

Por esses processos criaram as condições para que, em meados do século XX, o governo brasileiro iniciasse tomadas de medidas fortes para articulação mais intensa do espaço nacional. Assim, as regiões que aparentemente demonstravam-se estar estagnadas, sem grande expressão econômica, vistas como terras desabitadas (ideologia dos "vazios demográficos"), como a Amazônia, passava a ser alvo dos programas de abertura de novas fronteiras de ocupação e expansão modelo econômica já consolidado no Centro Sul. Então, houve maior incentivo para a mobilidade de capital e força de trabalho do Centro-sul para o Norte (Amazônia). Podendo, então, dizer que foi a "partir do golpe de Estado de 1964 e do estabelecimento da ditadura militar que a Amazônia, transformou-se num imenso cenário de ocupação territorial massiva, violenta e rápida [...] (Martins, 1996, p.26)", sob a ideologia desenvolvimentista apregoada pelo regime autoritário. Após a maior efervescência deste processo nas três últimas décadas do século XX, com um padrão de ocupação parcialmente definido, chegava-se aos finais dos anos

1990. Então, ainda primeira década do século XXI, novamente, nota-se as forças da fronteira econômica, revigorar-se e sobrepor em diversas porções territoriais da Amazônia.

Ademais, dado estes enfoques, pode-se notar que a fronteira econômica, na atualidade da Amazônia Sul-ocidental se processa por áreas com características diversas. Todavia, num processo espacial contínuo territorialmente, mas revelando temporalidades diversas da territorialização do capital na região estudada. Desta forma, ficou claro que este espaço reproduzido se caracteriza por áreas diferenciadas na incorporação ao amplo processo produtivo da fronteira econômica brasileira, mas que se complementam dentro da lógica da reterritorialização do capital. É nisto que se vê configurar um espaço produzido em frações territoriais diversas.

Sendo assim, entendem-se as frações territoriais como espaços em processos de reprodução, onde se aponta áreas em condições diferentes das formas de produção estabelecidas por sujeitos que já estão territorializados, no embate com aqueles que chegam para se territorializar, sob novas formas de uso do espaço. É nisso movimentam a fronteira em sua totalidade, mesmo em áreas já socioterritorialmente estabelecidas.

Por esta conceituação, metodologicamente, propomo-nos ver a fronteira configurada por áreas diversas, denotando fases diferentes do tempo da territorialização do capital, na sua reconfiguração espacial. Tal configuração se dá por embates/assimilações com os sujeitos sociais que aí já estavam estabelecidos, mas que vivem ainda sob lógica econômica menos subordinada ao mercado, na atualidade regional. Assim, dão formas a territórios produzidos diferentes no âmbito do domínio capitalista da terra, seja aquisição da propriedade ou no arrendamento. Então, neste novo avanço do capitalismo agrário, visto pela expansão pelo agronegócio de grãos, como parte da fronteira na Amazônia Sul-ocidental, didaticamente, propõem-se assim classificá-las:

- Frações territoriais consolidadas pelos do agronegócio. São territórios produzidos nas primeiras fases de avanços da fronteira (1960/70), em que já foram transformados e artificializados, em geral, formando, campos para agropecuária. Esses, nas últimas décadas, estão sendo refuncionalizados para a modernização agrícola, na produção de grãos. Nestas áreas, moderadamente, imperam mais os conflitos socioambientais.
- Frações territoriais em consolidação. Refere-se às áreas que estão em processo de tomadas por agentes da modernização do uso da terra para produção agrícola e pecuarista. São espaços ocupados desde as décadas de 1970, mas que ainda tem o uso da terra votado para produção de pecuária bovina ou agricultura camponesa;

soma-se a isto ainda áreas que apresenta mais facilidade (por exemplo, áreas de savanas) às ações dos agentes do agronegócio, na transformação do uso do solo para a produção mais intensiva grãos. Em geral, são áreas de assentamentos familiares e/ou fazendas de criação bovinas, já desmatadas, com amplas possibilidades para a reconcentração fundiária, junto às áreas e formação de savanas de Rondônia e Sul do Amazonas que apresentam maiores possibilidades à produção semi-intensiva e maquinizadas. Aqui os conflitos sociais e ambientais se dão sob fortes bases de usurpação dos territórios camponeses (extrativista e da lavoura) consumados em fases pretéritas da fronteira (Silva, 2023).

- Frações territoriais de avanços recentes (zona atritos). Aqui, trata-se de zonas de avanço por áreas ainda florestal diversificada, sobrepondo ao outras formas de ocupação por populações tradicionais (extrativistas e indígenas). Com isso, criam áreas de intensos conflitos sociais, junto a fortes agressões ao meio ambientes. Se caracteriza pelo avanço do campesinato expropriados das frações territoriais antes referidas, em busca de novas terras para viver mais adiante (na linha da fronteira), mas também se torna um espaço para ações de especuladores do mercado fundiário – grileiros de terra que sobrepõem aos posseiros que aí já habitam. É a linha de frente do "avanço" da fronteira, na incorporação de novas terras ao domínio do capital; território esses que vai sendo construído à custa do ferro e do fogo e, sob sangues derramados.

Esta proposta de classificação da territorialização da fronteira na atualidade, leva em consideração a forma de se ver a dinâmica do capital perante a lógica da sua territorialização, em tempos diversos, mas concomitante na Amazônia. De modo geral, também demonstra metodologicamente uma a forma de compreender, analisar e interpretar a dinâmica da fronteira na atualidade. Nisto, se vê e reforça a tese da importância do conceito de fronteia econômica, ainda hoje para a apreensão de transformações de áreas com potenciais possibilidades a novas articulações do capital, no espaço agrário amazônico brasileiro e, até internacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De modo geral, pode-se considerar que é neste cenário que os eixos de BR-364, cortando o Mato Grosso, Rondônia e finalizando no Acre, onde se integra com a BR-317, fazendo incorporar o Sul do Amazonas, descrevem uma linha de expansão e povoamento, que proporciona a abertura de um vetor forte para a reprodução de espaço de fronteira. A esta linha mestra vetorial – a BR-364, juntam-se os eixos das rodovias BR-230 (Transamazônica: trecho

das cidades de Lábrea, Humaitá e Apuí) e da 319 (Porto velho – Manaus), partindo da Capital rondoniense no sentido de áreas centrais do estado de Amazonas e, ainda diversas estradas estaduais. Porém, nesta fase atual da fronteira, as mudanças na produção do espaço, agora vem como negação ao extrativismo antigo territorializado, voltando-se para o agronegócio de grãos, agropecuária e extrativismo madeireiro.

Cabe salientar que não se trata apenas de uma situação momentânea, mas de um processo histórico da dinâmica da fronteira que, agora, passa por uma forte reconfiguração socioespacial e territorial. Então, se no passado recente, os agentes do capitalismo buscavam do controle da terra, com a mobilidade (capital e trabalho) provinda de outras regiões, agora esses sujeitos já territorializados nesta porção oeste do Brasil, disputam por terra internamente na própria região, criando verdadeiras "zonas de atritos, conflitos e assimilações", e articulados com interesse de agentes da economia nacional e global. Portanto, trata-se de um movimento interno, mas articulado com forças extrarregionais. Atua em espaços fronteiriços limítrofes, onde a ambição de fazendeiros, grileiros locais, forasteiros e especuladores fundiários, em nome do chamado desenvolvimento, produzem também conflitos.

Assim, as novas formas de ocupação impostas pelo capitalismo agrário, sempre transformou esses lugares em focos intensos de conflitos e, embora haja também assimilações, isto se dá sob rastros de violência e da morte. É desta forma, a dinâmica da fronteira amazônica se renova e chegas aos dias atuais.

REFERÊNCIAS

GONÇALVES. Carlos Walter P. **Amazônia, Amazônias**. 1ª Ed. São Paulo: Contexto, 2001.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O que é questão agrária**. 16. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990

MELGAÇO, Lucas de Melo. **Geografia do Atrito**: dialética espacial e violência em campinas-SP. 2005. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade de São Paulo – USP

MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 8(1): 25-70, maio de 1996.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência:** a questão política no campo. 3.ed. São Paulo: HUCITEC, 1991.

_____. **Fronteira:** a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: HUCITEC, 1997. 213p.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Barbárie e modernidade**: o agronegócio e as transformações e as transformações no campo. Goiânia: CPT/nacional, 22/10/2003. (mimeo)

SILVA, Silvio Simione da. **A fronteira agropecuária acreana**. Presidente Prudente, 2003.

_____. A fronteira econômica da Amazônia Sul-ocidental: formas de expansão, conflitos e usurpação do território. In: SILVA, Ricardo Gilson da Costa (org.) ... [et al.]. **Territorialidades Amazônicas**: caderno de pesquisas [recurso eletrônico], Porto Velho: Temática Editora e Edições Amazônia, PPGG/UNIR, 2023.

SOUZA, Juander Antônio de Oliveira. **"Do Centro-oeste para o Norte: a expansão da soja em Rondônia e a formação da região produtiva do agronegócio – RPA em Vilhena.** Doutorado (Tese), Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Rondônia – UNIR, 2020

TORRES, Maurício (ORG.). **Amazônia revelada**: os descaminhos ao longo da BR-163. Brasília: CNPq, 2005. 496 p.

CONTRADIÇÕES E CONFLITOS TERRITORIAIS NA REGIÃO DO MATOPIBA MARANHENSE

Vanderson Viana Rodrigues[1]

RESUMO
Este artigo aborda os conflitos territoriais derivados da dinâmica da fronteira agrícola do MATOPIBA, explorando diversas perspectivas através de uma análise crítica da geografia. O principal objetivo do estudo reside na análise dos conflitos agrários na periferia da fronteira do MATOPIBA, com especial ênfase nos impactos sobre o território do estado do Maranhão e do município central do complexo agroindustrial, Balsas/MA. O trabalho visa destacar os reflexos desses conflitos à luz das políticas (des)envolvimentistas e da ascensão do capitalismo no contexto agrícola. A violência perpetrada por agentes públicos em diferentes esferas governamentais no território é evidenciada nos registros de conflitos, delineando a intensidade dos embates. A seletividade do Estado na formulação de políticas agrícolas e sociais emerge como um fator contínuo que fragmenta a cidadania no campo, intensificando as disputas territoriais entre os diversos atores inseridos no atual sistema capitalista de produção. Nesse cenário, as análises e interpretações guiadas pela perspectiva do materialismo histórico dialético proporcionam uma compreensão mais profunda das complexidades subjacentes aos conflitos territoriais na fronteira agrícola do MATOPIBA.

Palavras-chave: Seletividade do Estado; Maranhão; Conflitos Territoriais.

RESUMEN
Este artículo aborda los conflictos territoriales derivados de la dinámica de la frontera agrícola de MATOPIBA, explorando diferentes perspectivas a través de un análisis crítico de la geografía. El principal objetivo del estudio radica en el análisis de los conflictos agrarios en la periferia de la frontera de MATOPIBA, con especial énfasis en los impactos en el territorio del estado de Maranhão y en el municipio central del complejo agroindustrial Balsas/MA. El trabajo tiene como objetivo resaltar las consecuencias de estos conflictos a la luz de las políticas de (des)desarrollo y el ascenso del capitalismo en el contexto agrícola. La violencia perpetrada por agentes públicos en diferentes ámbitos de gobierno en el territorio se evidencia en los registros del conflicto, delineando la intensidad de los enfrentamientos. La selectividad del Estado en la formulación de políticas agrícolas y sociales emerge como un factor continuo que fragmenta la ciudadanía en el campo, intensificando las disputas territoriales entre los diversos actores insertos en el actual sistema de producción capitalista. En este escenario, los análisis e interpretaciones guiados por la perspectiva del materialismo histórico dialéctico proporcionan una comprensión más profunda de las complejidades que subyacen a los conflictos territoriales en la frontera agrícola de MATOPIBA.

Palabras clave: Selectividad Estatal; Maranhão; Conflictos Territoriales.

[1] Doutorando em Geografia - UNICAMP, Mestre em Geografia – UEPA, Pós-graduando em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e o Mundo do Trabalho - UFPI, Pós-graduando em Geografia do Brasil – FAVENI e Pós-graduado em Meio Ambiente, Desenvolvimento e Sustentabilidade - UCAM; Licenciado em Geografia – UEMA; Bacharelando em Geografia – UEMA e em Gestão Pública – Estácio; Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a Questão Agrária e Movimentos Sociais no Campo – GEPQAM/UEMA/CNPQ. vanderson2016rodrigues@gmail.com

INTRODUÇÃO

O Território não deve ser confundido com o Espaço ou o Lugar, estando muito ligado à ideia de domínio ou de gestão de uma determinada área. O território está associado à ideia de poder, de controle, quer se faça referência ao poder público estatal, quer ao poder das grandes empresas que estendem os seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas (ANDRADE, 1995). O território também é tecido com ênfase nas suas dimensões, das quais destaca as relações sociais, asseverando que "o território, de qualquer forma, define-se antes de tudo com referência às relações sociais (ou culturais, em sentido amplo) em que está mergulhado, relações estas que são sempre, também, relações de poder" (HAESBAERT, 2011, p. 26).

A abordagem sobre território de Haesbaert (2005) apresenta uma classificação em que se verificam três tipos básicos, do que seria o território: a) *jurídico-político*, b) *cultural*, e c) *econômico*. E é sob a dimensão econômica do território, que as transformações postas pela globalização e em especifico as diversas modificações que ocorrem no campo enfocadas em projetos de desenvolvimento como o MATOPIBA que apontam para a desterritorialização e a reterritorialização camponesa nos territórios e as flexibilizações das fronteiras.

Contudo temos posta uma realidade presente na sociedade e que se assevera com a globalização, e a ascensão do capitalismo nos mais diversos seguimentos, em que se emoldam das ligações de poder, um caráter de "dominação", onde os atores tendo territorialidades diferente se contrapõem e convergem pelo poder de uso e territorialidade no/do território. Esse poder sobrepõe-se aos "sabores, saberes, poderes" (PORTO-GONÇALVES, 2006) das comunidades tradicionais e camponesas, ou seja, o capital na "figura" do agronegócio atropela culturas, territorialidades e até mesmo os territórios.

As relações sociais intricas ao território, a dinâmica capitalista acelerada no campo e as sobreposições na fronteira, em que posto de um lado, temos camponeses e povos originários e do outro o capital – fazendeiros, grandes empresas e conglomerados técnicos de produção agrícola, formam a dialética deste estudo, pois para subsidiar a escrita desse artigo e as analises dessa dualidade utilizamos como método o materialismo histórico dialético, pois "compreende a história num movimento de luta entre contrários, entre opostos" (ROSSI, 2014, p. 253).

Tendo em vista que a dialética é a "teoria das leis gerais do movimento, do desenvolvimento do mundo e do conhecimento humano. Ou seja, a filosofia dialética pode ser definida como modelo mental dos processos de modificação e desenvolvimento

do mundo" (SOUZA, 2011, p. 5). Ou seja, a complexidade das relações e o conjunto de conflitos nas diferentes escalas acarretados pela dinâmica das relações entre os distintos interesses do uso e manutenção do território na região do MATOPIBA.

Assim, este artigo tem por objetivo analisar os conflitos agrários que ocorrem na franja da fronteira do MATOPIBA, destacando os reflexos sobre o território do estado do Maranhão e do município polo do complexo agroindustrial – Balsas/MA, tendo como ressonância as políticas (des)envolvimentistas e a ascensão do capitalismo no campo. "O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral. Não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas pelo contrário, o seu ser social é que determina sua consciência" (MARX, 1996, p. 47). A abordagem da presente temática foi realizada por meio de pesquisa bibliográfico em busca de dados secundários, realizada em livros, periódicos, anais de eventos e projetos, anuários e outros documentos elaborados pelo poder público e as sociedades civis (MARCONI, & LAKATOS, 2003).

Buscando assim, desmistificar a dualidade dos atores envolvidos na geografia dos conflitos agrários na região do MATOPIBA – em especial no estado do Maranhão. As mazelas decorrentes da seletividade no campo são evidenciadas nos registros de conflitos, assim como a seletividade do Estado e a conturbação entre capital e modo de vida, esboçam, pois, que "para se territorializar no campo, o capital expropria, violenta, escraviza, mata! Novas dinâmicas naturais também são criadas a partir dessas relações sociais, que modificam o espaço por meio de diferentes formas de desterritorialização e reterritorialização" (SODRÉ, 2015 p. 15).

METODOLOGIA

Para atingir os objetivos delineados neste estudo, optamos por adotar o método dialético, conforme proposto por Marx (1978), pois este método proporciona uma análise abrangente da forma como a sociedade se organizam na produção e reprodução do capital, destacando o caráter histórico desse processo ao longo do tempo, além de sua materialidade social, por meio do capital e dos próprios conflitos socioterritoriais. Compreendemos que nenhum fenômeno natural pode ser plenamente compreendido quando isolado, devendo ser examinado em conexão com os fenômenos circundantes, considerando as condições que o envolvem.

No decorrer da abordagem metodológica adotada, inicialmente realizamos uma pesquisa bibliográfica para obter dados secundários em livros, periódicos, anais de

eventos, anuários e documentos elaborados pelo poder público e pela sociedade civil (Marconi & Lakatos, 2003). Em um segundo momento, empreendemos trabalhos de campo, reconhecendo a empiria como uma ferramenta crucial para conferir maior credibilidade à pesquisa. Durante essas incursões, buscando levantar dados quali-quantitativos sobre os conflitos socioterritoriais que surgem entre camponeses e sojicultores devido ao avanço do agronegócio no município de Balsas-MA.

A escolha da área para a investigação in loco foi orientada pela análise dos Cadernos de Conflitos no Campo Brasil, publicados anualmente pela CPT nacional. Esta abordagem metodológica combina a fundamentação teórica do método com a coleta de dados primários em campo, visando oferecer uma compreensão abrangente e aprofundada dos conflitos socioterritoriais na interface entre camponeses e o avanço do agronegócio.

REFERENCIAL TEÓRICO

As análises das conflitualidades, se pautam na compreensão e distinção dos principais atores sociais envolvidos (camponeses e agentes do capital), dando ênfase aos grupos sociais marginalizados (LITTLE, 2006), os mais afetados pelas relações assimétricas de poder, e analisando as especulações de legitimação das práticas sociais de apropriação do território e seus recursos naturais.

A categoria geográfica Território é utilizada como base para as análises e discussões, para tanto, nos apoiaremos nos estudos de autores da Geografia e de outros campos do conhecimento, como Sociologia, História, Filosofia, Ciências Políticas, e outras que nos ajudarão na compreensão desta categoria. O conceito de território desenvolvido por importantes autores como Saquet (2006), Bozzano (2017), entre outros.

Empregamos também a categoria analítica “camponês”, por entender sua abrangência, aprofundamento teórico e utilização ao longo da história em diversos estudos e análises sobre a vivência e relação sociedade-natureza, além de ser uma termologia que permite aprofundamento sócio-crítico, sócio-histórico, que se fundou muito antes do termo “agricultor familiar”. Neste sentido nos alinhavaremos pelas discussões feitas por autores como, Chayanov (1974), Martins (1981) e Oliveira (2001).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Fernandes (2008) afirma que para a sua territorialização, o capital precisa destruir outros territórios, como, por exemplo, os territórios camponeses e indígenas. Esse

processo de territorialização e desterritorialização gera conflitualidades diferenciadas que se modificam de acordo com a conjuntura da questão agrária.

Para Moreira (2005):

> Nos conflitos rurais opõem-se grandes proprietários e camponeses ao redor da questão da reforma agraria. A forte concentração da propriedade rural herdada do período colonial, e que atravessa sem mudança as transformações fundamentais do século XIX - a independência, a abolição da escravatura e a república - agora é questionada por um campesinato que começa a ser expulso do campo por conta das mudanças com que a agropecuária responde as demandas urbanas e da industrialização, reagindo o campesinato com a pressão pela partilha e redistribuição mais equânime da propriedade rural, que equilibre as relações no campo e modernize socialmente as relações agrarias (MOREIRA, 2015, p. 19).

O conflito pela imposição de determinadas culturas agrícolas é uma das categorias de conflitos existentes entre o agronegócio e o campesinato na região do município de Balsas, é um conflito que se dá de forma muitas das vezes encoberta e sem chamar a atenção para a sociedade em geral, pois só é percebido na comparação dos números. A luta dos camponeses contra o crescimento do agronegócio sobre seus territórios é para ele como uma forma de se manter com seus próprios meios e suas próprias características de vida e também de produção para assim poder ser o compositor da sua própria história, e não submeter sua vida aos caprichos do grande capital, que vem a ser esmagador do seu lugar e da sua cultura.

Esse conflito é entendido como "[...] as ações de resistência e enfrentamento que acontece em diferentes contextos sociais no âmbito rural, envolvendo a luta pela terra, água, direitos e pelos meios de trabalho ou produção" (CPT, 2008, p. 10), se caracteriza de muitas maneiras, primeiramente o conflito espacial pela produção, que se dá na forma encoberta/escondida, mas a forma violenta do conflito é a mais cruel, pois mata, desaloja, e deixa marcas.

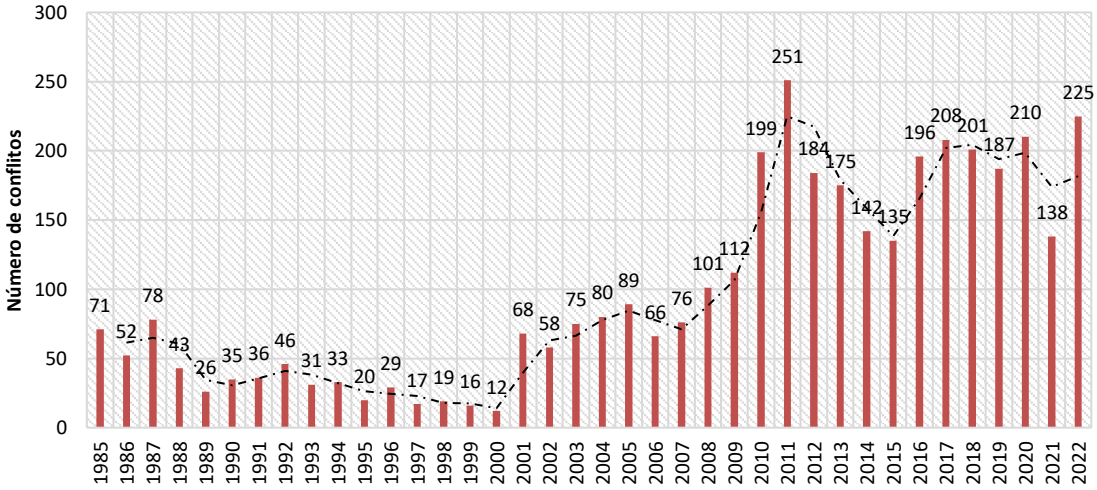
O Maranhão testemunha um crescimento constante no número de conflitos territoriais, conforme evidenciado pelos dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT). No período de 1985 a 2017, aproximadamente 2.683 conflitos por terra foram registrados, envolvendo cerca de 251.703 famílias. É importante ressaltar que a esmagadora maioria desses conflitos teve como epicentro as comunidades tradicionais localizadas em áreas rurais, especialmente aquelas que estão sob a influência da implementação de grandes empreendimentos, conforme ilustrado no Gráfico 03.

Nessas comunidades tradicionais, a expansão de empreendimentos de grande porte tem desencadeado uma série de tensões territoriais, resultando em conflitos

complexos e multifacetados. A dinâmica desses embates frequentemente envolve a busca por recursos naturais, a imposição de projetos de desenvolvimento que impactam diretamente a forma de vida das comunidades locais e a apropriação de terras que, muitas vezes, são historicamente ocupadas por essas populações.

Os números expressivos de conflitos por terra e o envolvimento de uma quantidade significativa de famílias indicam a urgência de uma análise mais aprofundada das causas subjacentes e das implicações desses embates. O contexto maranhense, marcado pela interseção de interesses econômicos, sociais e ambientais, revela um cenário desafiador que demanda uma abordagem holística para compreender e abordar os impactos desses conflitos na vida das comunidades afetadas.

Gráfico 1 - Evolução dos conflitos pela terra no Maranhão entre 1985[2] e 2022



Fonte: CPT, série histórica, cadernos de conflitos no campo Brasil de 1985 a 2023.
Org.: RODRIGUES, 2023.

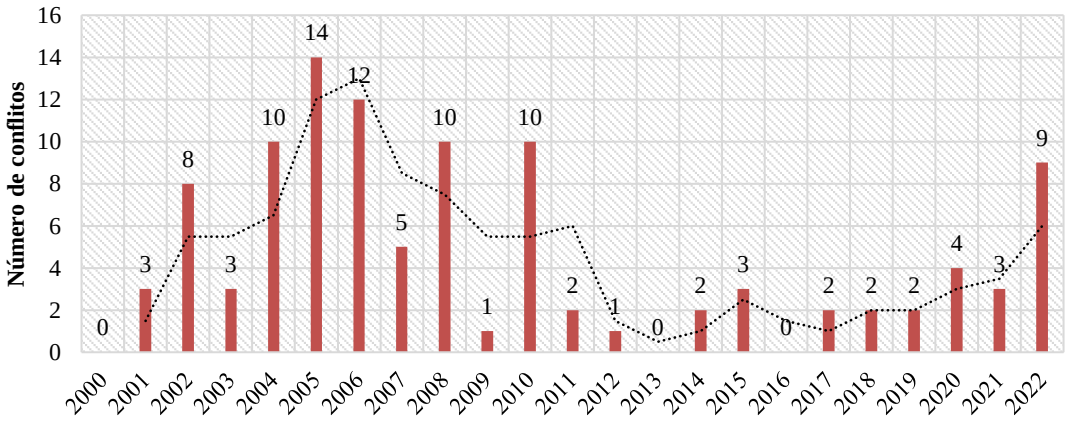
A região maranhense, caracterizada pela sua posição na faixa de transição geográfica entre o bioma do Cerrado do Centro-Oeste e a floresta pré-amazônica, delimitada pelos rios Tocantins e Araguaia, emerge como um epicentro de intensos conflitos territoriais. Nessas áreas, a disputa pela posse de vastas extensões de terra propícias para atividades agrícolas e pecuárias desencadeia confrontos graves, envolvendo fazendeiros, camponeses e posseiros, com uma letalidade especialmente acentuada entre os dois últimos segmentos sociais.

[2] Primeiro ano de lançamento dos Cadernos de Conflitos da Comissão Pastoral da Terra – CPT Brasil, onde são registradas as ocorrências de conflitos agrários, ameaças a trabalhadores rurais, expulsões e mortes no campo. Dados catalogados ano a ano pelas bases locais da Igreja Católica nas regionais de todos os estados brasileiros.

Um pouco mais ao Sul do estado e em áreas de chapada o município de Balsas, se destaca como um ponto crítico, registrando 106 conflitos por terra nos últimos vinte e dois anos (2000-2022). Durante o período de 2002 a 2010, observaram-se picos notáveis, totalizando 73 desses conflitos, como ilustrado no Gráfico 2. Esses embates estiveram intrinsecamente ligados à fase de expansão da fronteira agrícola, caracterizada pela abertura de novas áreas no município. As ocorrências estavam, sobretudo, relacionadas à evasão de divisas, ameaças e invasões a áreas de assentamentos rurais, além da apropriação de terras em áreas baixas das chapadas.

É crucial ressaltar que esse processo não se restringiu aos limites municipais de Balsas. A partir de 2011, estendeu-se para novas áreas em municípios vizinhos, ampliando ainda mais a complexidade das disputas territoriais na região. O impacto desses conflitos vai além das meras estatísticas, refletindo uma narrativa complexa e multifacetada que delineia as tensões presentes na dinâmica da expansão agrícola no estado do Maranhão.

Gráfico 2 - Número de conflitos agrários ocorridos em Balsas entre 2000 e 2022



Fonte: CPT, série histórica, cadernos de conflitos no campo Brasil de 2001 a 2023.
Org.: RODRIGUES, 2023.

As ocorrências decorrentes das áreas de assentamento rural do INCRA frequentemente originam-se da aquisição de terras adjacentes aos assentamentos por fazendeiros, destinadas à implantação de campos de produção de soja. Essa prática desencadeia uma série de problemas para os moradores dos assentamentos, intensificada pelo fato de que os fazendeiros, ao adquirirem as terras, muitas vezes recebem documentos que descrevem áreas desproporcionais à real extensão da fazenda, resultando na sobreposição das terras dos assentamentos vizinhos.

Um desafio significativo que tem provocado inúmeros conflitos reside na restrição imposta à criação de animais em áreas de chapada, fundamental componente do sistema de produção adotado pelos camponeses. No referido sistema, as roças são cercadas, enquanto os animais pastam livremente nas áreas de uso comum, como as chapadas. No entanto, na dinâmica atual, ocorre o oposto, uma vez que os campos de soja, em muitos casos, não são cercados.

Tal processo implica na necessidade de restringir a criação de animais, e quando estes não são contidos e adentram as áreas das fazendas de grãos, são frequentemente alvejados, culminando em suas mortes. Os corpos dos animais são muitas vezes descartados às margens das estradas próximas às comunidades, como uma prática intimidadora, visando amedrontar os camponeses da região. Este cenário ilustra a complexidade dos conflitos socioterritoriais decorrentes da expansão agrícola e as práticas predatórias associadas, delineando um panorama desafiador para os residentes dos assentamentos rurais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A legitimação de um projeto de intensificação territorial representa a verdadeira essência do MATOPIBA nas vastas áreas de cerrado vinculadas aos estados envolvidos no projeto. Este empreendimento caracteriza-se como uma política de confrontos, onde os interesses do capital sobrepujam a qualidade de vida, rompendo territórios que, por décadas, foram ocupados por camponeses e povos originários. Este cenário é uma ressonância das políticas desenvolvimentistas promovidas não apenas pelo Estado brasileiro, mas também pelo estado do Maranhão, como apresentamos no decorrer do texto. Tais ações impactam profundamente a vida dos camponeses locais, que enfrentam uma disputa territorial desigual diante das investidas do capital nacional e internacional.

Ao examinarmos os conflitos agrários registrados pela CPT em suas publicações, deparamo-nos com uma parcela das duras realidades vivenciadas pelos camponeses. Estes enfrentam inúmeras adversidades provocadas pelas circunstâncias que lhes são impostas, uma vez que habitam áreas incorporadas impositivamente ao MATOPIBA, cujas ações são concebidas de maneira centralizada, de cima para baixo. Mesmo com a suspensão aparente de sua política, o MATOPIBA continua a receber recursos e expandir sua influência sobre novos territórios.

No entanto, emerge uma resistência palpável, originada das lutas sociais dos camponeses. Mesmo diante do desrespeito e descaso por parte do Estado em relação a

essa população, que se vê abandonada e negligenciada, persiste uma resistência que, por sua vez, gera ainda mais instabilidades socioterritoriais. Este embate revela as tensões profundas entre o projeto de desenvolvimento territorial e a resiliente resistência das comunidades locais, delineando um panorama complexo e multifacetado na dinâmica do MATOPIBA.

No que tende aos dados expostos no artigo, a conjuntura do município de Balsas - Maranhão, nos últimos vinte e dois anos (2000 a 2022), é de registro de 106 conflitos por terra. Este intervalo de tempo coincide com uma fase de intensa expansão da fronteira agrícola, caracterizada pela abertura de novas áreas no município. Durante essa fase, as ocorrências se relacionavam principalmente com a evasão de divisas, ameaças e invasões a áreas de assentamentos rurais, bem como a apropriação de terras em áreas baixas das chapadas.

É crucial ressaltar que a expansão territorial nesse período é evidente, assim com os conflitos frequentemente associados à disputa por recursos escassos e à ocupação de áreas estratégicas. O processo se desdobra em ameaças constantes e invasões acentuadas, configurando um cenário complexo de tensões entre produtores e camponeses. Este contexto não se restringia apenas ao município de Balsas, pois, a partir de 2011, estende-se para novas áreas em municípios vizinhos, ampliando ainda mais a complexidade das disputas territoriais na região.

Assim, a análise temporal revela não apenas a quantidade significativa de conflitos por terra em Balsas, mas também destaca a evolução da dinâmica desses embates, intrinsecamente ligada aos processos de expansão e transformação da fronteira agrícola, delineando uma narrativa complexa que transcende os limites municipais.

Na floresta, harmonia, a vida a brotar
Sinfonia de cores e cantos no ar
O paraíso fez aqui o seu lugar
Jardim sagrado, o caraíba descobriu
Sangra o coração do meu Brasil
O belo monstro rouba as terras dos seus filhos
Devora as matas e seca os rios
Tanta riqueza que a cobiça destruiu

Sou o filho esquecido do mundo
Minha cor é vermelha de dor
O meu canto é bravo e forte
Mas é hino de paz e amor

Samba-Enredo 2017 - Xingu, o Clamor Que Vem da Floresta
G.R.E.S. Imperatriz Leopoldinense (RJ).

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. C. **A questão do território no Brasil.** São Paulo: Hucitec, 1995.

BOZZANO, H. **Territorios posibles:** procesos, lugares y actores. 3 Ed. Buenos Aires: Lumiere, 2017.

BURSZTYN, M. In: **A Difícil Sustentabilidade:** Política energética e conflitos ambientais. Rio de Janeiro: Ed. Garamond Ltda. 2001. P. 107-122.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina.** Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

CPT. Comissão Pastoral da Terra. **Caderno de Conflitos no Campo Brasil 2007**. Goiânia 2008. Disponível em: www.cptnacional.org.br Acesso em: 05 jun. 2023.

CPT. Comissão Pastoral da Terra. **Ocorrência de Conflito por Terra. Serie: 1985 a 2022**. Disponível em: https://www.cptnacional.org.br Acesso em: 30 de mai. de 2023.

FERNANDES, B. M. Entendo nos Territórios dos Territórios. In. PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Org.) **Campesinato e Território em Disputa.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

HAESBAERT, R. Da Desterritorialização à Multiterritorialidade. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina** – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo.

LITTLE, P. E. Os Conflitos Socioambientais: um Campo de Estudo e de Ação Política. (Org.)
MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. - São Paulo: Atlas 2003.

MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo Social; Rev. Sociol**. USP, S. Paulo, 8(1): 25-70, maio de 1996. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/86141 Acesso em: 27 de mai. 2023.

MARX, K. "O 18 de Brumário de Luís Bonaparte." In: Marx, K. ***Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos:*** *seleção de textos de José Arthur Giannotti.* 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores).

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MOREIRA, R. Sociedade e espaço no Brasil (as fases da formação espacial brasileira: hegemonias e conflitos). **Boletim paulista de geografia**, número 83, São Paulo – SP, dez. 2005. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/index.php/boletim-paulista/article/view/760 Acesso em 01 de jun. de 2023.

OLIVEIRA, A. U. **A agricultura camponesa no Brasil**. 4ª Ed. São Paulo: Contexto, 2001.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **De Saberes e de Territórios -** diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana. Niterói: 2006.

ROSSI, R. Materialismo histórico dialético e educação do campo. **OKARA:** Geografia em debate v.8, n.2, p. 249-270, 2014.

SAQUET, M. A. Campo-Território: considerações teórico-metodológicas. **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 1, n. 1 Fev., p. 60–81, 2006. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11780. Acesso em: 13 dez. 2023.

SODRÉ, R. B. **As (re) formas da questão agrária maranhense:** multiplicidades e singularidades nos assentamentos Cigana e Cristina Alves - Itapecuru Mirim – MA, (monografia) UEMA; São Luís – MA, 2015.

SOUZA, G. L. Dialética e Educação - Dialética e Violência" "Dialética e Felicidade. **Revista Sul-Americana De Filosofia E Educação (RESAFE)**, 2011.

Ocupar! Aquilombar! Retomar!

A Geografia Agrária e a luta de classes no Brasil

GT 8

Reestruturação produtiva, migração e trabalho no campo

NOVAS FORMAS DE SUBORDINAÇÃO DO TRABALHO AO CAPITAL AGROINDUSTRIAL PAULISTA: ESTUDO PRELIMINAR SOBRE A MOBILIDADE E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO CAMPO NA REGIÃO DE ITÁPOLIS-SP (1990-2020)

Anderson Pereira dos Santos[1]

RESUMO

O processo de reprodução mundial do capital neste início de século 21 produz importantes transformações de ordem técnica, política, econômica e social no campo paulista. No município de Itápolis, região de Araraquara, tais transformações aparecem como mudanças gerais nos processos produtivos do campo e da cidade. Isso inclui a crise do trabalho, com redução absoluta dos postos de trabalho e expulsão do trabalho vivo dos processos produtivos do campo, a mecanização dos cultivos, a crise da citricultura e a expansão da monocultura de açúcar sobre antigas áreas de laranja, a generalização dos arrendamentos de pequenas propriedades para a agroindústria canavieira, a expansão do setor de serviços urbanos, o aumento do desemprego etc. Neste trabalho, essas manifestações são analisadas à luz da teoria crítica do valor para emergirem como expressões formais do processo de reprodução crítica do capital no campo, fundamentado em sua natureza financeira e fictícia. Com efeito, o objetivo principal deste artigo é compreender quais impactos a reprodução crítica do capital produz, atualmente, sobre as relações sociais de produção e trabalho, particularmente de pequenos proprietários de terra e trabalhadores volantes do município de Itápolis-SP. Palavras-chave: reprodução crítica do capital, produção do espaço, crise do trabalho, contradição campo-cidade, Itápolis-SP.

ABSTRACT

The process of global reproduction of capital at the beginning of the 21st century produces important technical, political, economic and social transformations in the São Paulo countryside. In the municipality of Itápolis, Araraquara region, such transformations appear as general changes in the productive processes of the countryside and the city. This includes the labor crisis, with an absolute reduction in jobs and the expulsion of living labor from rural production processes, the mechanization of crops, the citrus crisis and the expansion of sugar monoculture over former orange areas, the generalization of leasing of small properties for the sugarcane agroindustry, the expansion of the urban services sector, the increase in unemployment, etc. In this work, these manifestations are analyzed in the light of critical value theory to emerge as formal expressions of the process of critical reproduction of capital in the countryside, based on its financial and fictitious nature. Indeed, the main objective of this article is to understand what impacts the critical reproduction of capital currently produces on the social relations of production and work, particularly on small landowners and mobile workers in the municipality of Itápolis-SP. Keywords: critical reproduction of capital, production of space, labor crisis, country-city contradiction, Itápolis-SP.

[1] Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo (PPGH-USP), anderson.pereira.santos@usp.br

INTRODUÇÃO

As reflexões aqui desenvolvidas emergiram de nossas experiências e pesquisas no município de Itápolis, região de Araraquara, estado de São Paulo, no interior de nossos estudos de doutoramento sobre a modernização do campo paulista. O percurso da pesquisa toma o fio condutor da *teoria crítica do valor*, ou seja, a partir d'*O Capital* e de suas categorias sociais (trabalho, valor, mercadoria, dinheiro etc.), considera os aspectos críticos do processo de acumulação (uma contradição entre acumulação e crise) e procura entender as contradições postas pelo capital na forma particular da realidade brasileira, com especial atenção para as contradições do espaço no campo paulista.

Assim, nossa investigação visa proporcionar uma visão abrangente e fundamentada sobre como a *reprodução crítica do capital* (ALFREDO, 2013; 2023) determina novas contradições no espaço no campo paulista neste início de século XXI. Para tanto, elegemos como região de estudo o município de Itápolis, localizado na porção centro-norte do estado de São Paulo, na microrregião de Araraquara.

Nos últimos vinte anos, o município de Itápolis passou por uma série de transformações sociais, econômicas e territoriais as quais, através do aprofundamento em estudos, pesquisas, leituras e discussões sobre a modernização do campo e sobre a reprodução capitalista neste início de século, buscamos analisar e racionalizar do ponto de vista de uma estrutura crítica de entendimento dos processos postos. As transformações observadas, num primeiro plano, do fenomênico, aparecem como mudanças gerais nos processos produtivos do campo e da cidade. Isso inclui a *crise do trabalho*, com redução absoluta dos postos de trabalho e expulsão do trabalho vivo dos processos produtivos, a mecanização dos cultivos, a crise da citricultura e a expansão da monocultura de açúcar sobre antigas áreas de laranja, a generalização dos arrendamentos de pequenas propriedades para a agroindústria canavieira, a expansão do setor de serviços urbanos, o aumento do desemprego etc.

Neste trabalho, essas manifestações são analisadas à luz da *teoria crítica do valor* para emergirem como expressões formais do processo de *reprodução crítica do capital no campo* (SANTOS, 2023), fundamentado em sua natureza financeira e fictícia. Com efeito, tal interpretação incorpora ainda a simultaneidade dos processos de valorização do valor que entrelaçam centro e periferia em âmbito mundial. Trilhamos, assim, uma perspectiva teórica que nega o particularismo e que busca compreender as contradições econômicas e sociais dos espaços periféricos à luz das contradições imanentes da

reprodução crítica mundial do capital (ALFREDO, 2008; 2013). O pressuposto da análise é o de que as contradições imanentes à reprodução crítica do capital (ALFREDO, 2013; 2023) determinam formas particulares da modernização no campo paulista que se manifestam enquanto abstrações reais (SANTOS, 2023). Com efeito, o objetivo principal de nossa pesquisa é compreender como a reprodução crítica do capital no campo impacta as relações sociais de produção e trabalho, particularmente de pequenos proprietários de terra e trabalhadores volantes.

REFERENCIAL TEÓRICO

Do ponto de vista das perspectivas em geografia agrária (FERREIRA, 2002), identificamos uma unicidade de entendimento sobre o processo de produção do espaço no campo, ancorada no que se entende como *reprodução ampliada do capital*. Assim, vista em sua forma ontológica de pura acumulação, a reprodução capitalista se constitui, nas concepções hegemônicas da geografia agrária, na forma positiva a mobilizar a produção do espaço. Tal entendimento ilude-se com a materialidade dos fenômenos sociais e enxerga na concretude acumulada em objetos, coisas, formas e construções apenas resultados positivos do ponto de vista da acumulação capitalista, o que fetichiza o movimento da reprodução social capitalista no campo e nas cidades[2].

Nossa investigação recusa, pois, a compreensão da produção do espaço no campo sob os enfoques hegemônicos da modernização técnico-científica da agricultura (SANTOS, 2013; ELIAS, 2003) e da produção e reprodução das relações não-especificamente capitalistas de produção no campo (OLIVEIRA, 2001), ancoradas no marco teórico da reprodução ampliada do capital. Esta base teórica, ainda que permeada por conceitos críticos próprios à tradição marxista, é de inegável fundamentação prática: constituiu-se pela naturalização da reprodução do capital, pelo entendimento das crises como momentâneas e exógenas à forma social, pela fetichização da forma mercadoria e pela busca da alocação dos fatores de desenvolvimento, pela superação do capital via luta de classes e do campesinato, pelo entendimento do Estado como espaço de disputa e não como abstração real capitalista, entre outros elementos[3].

De forma distinta, é possível pensar a reprodução capitalista e a produção do espaço como processos críticos, eivados de negatividade. Entendemos que a produção do

[2] A esse respeito, ver Santos (2023).
[3] Para críticas à estas concepções, ver Alfredo (2008; 2010; 2013) e Santos (2023).

espaço, no campo ou nas cidades, possui sua base lógica na simultaneidade dos momentos críticos da valorização do valor (ALFREDO, 2008; 2013). Indo além, pode-se falar em *reprodução crítica do capital* (ALFREDO, 2013) - e não reprodução ampliada do capital - a mobilizar a *produção do espaço* como *abstração real*, o que passa pela contradição entre valorização do valor e crise imanente apontada por Marx no volume terceiro d'*O Capital*.

O entendimento do espaço como abstração real desloca o estudo de sua materialidade física para o interior da contradição abstrato-concreto (DAMIANI, 2009). A categoria de *espaço abstrato* (LEFEBVRE, 2006) permite substituir a concepção positiva de produção do espaço como materialidade, forma ontológica de pura acumulação de valores de uso, pelo conceito de produção do espaço como abstração real, envolvendo e ampliando o processo de produção de mercadorias mediante o processo de reprodução crítica do capital, incluindo, neste movimento, a autonomização das categorias capitalistas (trabalho, capital, propriedade privada, Estado etc.) e o consumo da vivência humana cotidiana, mediante a *reprodução das relações sociais de produção* (LEFEBRE, 2006 ; DAMIANI, 2009).

A noção de produção do espaço abstrato constitui potente categoria que nos permite compreender o real negativamente, como crise, e não como pura acumulação de valores de uso. A produção do espaço é crítica já que movida por uma forma de sociabilidade cujo pressuposto é a supressão do trabalho vivo e a redução da capacidade de acumular, o que Kurz (2004) compreendeu como *crise da sociedade do trabalho*.

"A forma de manter a valorização do capital existente, através do incremento de suas forças produtivas, implica na retração de sua capacidade de valorizar", observa Alfredo (2013, p. 42). E completa o autor: "É só nessa simultaneidade entre momentos contradizentes [sic] que se torna possível o próprio capital se realizar em seu sentido amplo" (p. 42). Portanto, a expansão material do capital, como desenvolvimento das forças produtivas sociais, produção do espaço urbano ou rural, só se realiza com a redução simultânea da produção do valor.

A segunda metade do século XX caracteriza-se pelo aprofundamento da crise da sociedade do trabalho (KURZ, 2004) e pela exacerbação da forma monetária do capital, aprofundando o processo de dessubstancialização do dinheiro (KURZ, 2004), vindo à existência o capital em sua forma fictícia. Ampliou-se, assim, a massa de capitais excedentes investidos na produção do espaço, no campo e nas cidades (LEFEBVRE, 2006). Para tanto, foram essenciais a autonomização e mundialização do capital

financeiro-fictício, expandindo a circulação mundial do capital portador de juros, e a mediação de sua crise pelo Estado Monopolista (através de políticas públicas e da manutenção das condições gerais de produção) (MANDEL, 1982).

Neste processo, a mundialização crítica do capital – isto é, posta pelos desdobramentos críticos da acumulação no interior da economia norte-americana, que se desdobra em uma crise de superprodução no pós-guerra (MANDEL, 1982) – implicaria na incorporação mundial do campo como fronteira interna e na sua (agro)industrialização, ressaltando-se, nesse contexto, a importância da produção do espaço do agrário enquanto abstração real e de sua renda da terra como condições para a valorização de capitais excedentes, tanto em países centrais, quanto nos periféricos (SANTOS, 2023).

Constituiu-se, assim, uma divisão social e territorial do trabalho na qual o campo passou a se inserir, por um lado, como produtor de bens de consumo e de matérias-primas para a indústria e, por outro, como consumidor da capacidade produtiva e financeira urbano-industrial, estruturando as bases do que se compreende hoje por complexos agroindustriais, do que se depreende que, do ponto de vista da rotação do capital social mundial, o campo passou a conformar um departamento da economia capitalista (SANTOS, 2023). O novo momento, que emergiu com a agroindustrialização dos anos 1970, indica que a renda fundiária do campo passou a compor os pressupostos da reprodução mundial do capital pelas determinações do capital financeiro/fictício, o que implicaria na *incorporação da renda da terra* pelo capital financeiro-monopolista (ALFREDO, 2008; PITTA, 2016). Tal processo, segundo Alfredo (2008), se manifestaria em função da insuficiência da mais-valia e do lucro para a reprodução de seu próprio conceito nos processos urbano-industriais.

Para Lefebvre (2006), a sobrevivência do modo de produção no pós-guerra teria passado pela ampliação dos investimentos financeiros excedentes no espaço. Segundo o autor, "[...] no modo de produção capitalista modernizado, o espaço inteiro entra: ele é utilizado para a produção de mais-valia" (LEFEBVRE, 2006, p. 470). Fazendo um desvio a partir dessa formulação, podemos dizer que, no modo de produção capitalista modernizado, o espaço inteiro entra: ele é menos utilizado para a produção de mais-valia mediante a exploração do trabalho vivo e mais utilizado para a reprodução tautológica do dinheiro dessubstanciado, através de formas financeiras abstratas, como crédito, títulos, ações, rolagem de dívidas etc.

Em síntese, a partir da segunda metade do século XX, a produção do espaço no campo e nas cidades passou a envolver uma economia mundializada, financeira e fictícia

(DAMIANI, 2009; KURZ, 2004), marcada por uma tendência crescente de reprodução volátil do capital, onde este move-se a si mesmo sem substância de valor real produzido.

De maneira semelhante, no limiar do século XXI, as determinações da crise imanente impulsionam a espacialização do capital enquanto abstração real, o que se apresenta como produção do espaço agrário e urbano, incluindo o desenvolvimento desigual. Não obstante, a produção do espaço do campo não se efetiva sem novas contradições e conflitos. Ela vai além da objetivação do trabalho em ambientes construídos e da reprodução tautológica do dinheiro e envolve, também: o movimento das categorias e abstrações capitalistas; a reprodução crítica do capital, i.e., a crise imanente à forma social; o avanço do capital excedentário na forma financeiro-fictícia; o desenvolvimento das forças produtivas sociais e a exploração mais intensiva do trabalho vivo; a crise do trabalho e das relações sociais de produção, dilatando o exército de reserva habitando as cidades; o aprofundamento dos processos de concentração e centralização do capital; a ampliação da apropriação privada da terra, das expropriações e dos conflitos, no bojo da expansão do mercado de terras e dos negócios imobiliários; a precificação do solo mediante movimentos de capitais (financeiros, fictícios), avolumando o mercado de terras, expandindo conflitos; o Estado, sua presença como abstração real, e a mediação da forma jurídico-burguesa, garantindo as condições gerais de produção e reprodução; o aumento das áreas ocupadas por monoculturas temporárias (milho, cana-de-açúcar, soja) e pela pecuária e redução das áreas cultivadas com culturas permanentes (laranja, café) e alimentares (arroz, feijão); a proliferação dos loteamentos voltados a bairros e chácaras, através do parcelamento do solo no entorno das pequenas e médias cidades do campo; a expulsão dos pequenos agricultores dos processos produtivos do campo, mediante pressão das grandes cadeias agroindustriais e varejistas; a ampliação do arrendamento rural, impactando principalmente pequenas propriedades; o agravamento da crise do trabalho, expandindo sua mobilidade através de novas formas precarizadas de contratação de trabalhadores, proliferando-se, ainda, denúncias sobre trabalhadores em condições análogas à escravidão; o aumento do endividamento dos grandes monopólios agroindustriais, constituindo dívidas impagáveis; maior recorrência das crises da agricultura, etc.

No período atual, de intensa financeirização e ficcionalização do capital, a produção do espaço no campo paulista, incluindo aí a urbanização em pequenas e médias cidades, não está mais atrelada apenas ao crédito veiculado pelo Estado (mediante o SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural), mas, também, atrelado à especulação com

os preços internacionais dos mercados de futuros de commodities e a mecanismos financeiros variados de fornecimento de crédito, mediados pelo mercado de capitais e bolsas de valores[4]. A transformação no processo de financiamento do agronegócio brasileiro a partir dos anos de 2000, com o deslocamento do financiamento estatal/bancário por um sistema também baseado no mercado de capitais, levou à ampliação interna dos mercados futuro e de derivativos de *commodities* agrícolas e à expansão do número de agentes financeiros envolvidos na produção do espaço do campo, incluindo, a partir de então, bolsas de valores, *trading companies*, fundos de pensão, investidores institucionais, empresas de securitização, entre outros.

Assim, novos mecanismos permitem captar recursos no mercado financeiro mundial, direcionando-os para a produção e reprodução do capital no campo paulista enquanto produção do espaço abstrato, incluindo aí a presença dos gigantes monopólios, representando, contudo, uma forma de reprodução crítica capitalista, porque fundada na redução, e não ampliação, da produção de valor, mediante a dispensa de trabalho, e porque dependente de um endividamento contínuo por meio da emissão de títulos lastreados na promessa de produção futura, ou seja, capitais fictícios (PITTA, 2016).

Tais fenômenos, determinados pela reprodução crítica capitalista em sua forma financeira-fictícia, produzem ainda, transformações profundas nas relações sociais de produção e trabalho do campo e impactos sobre a mobilidade do trabalho (GAUDEMAR, 1977). Disto deriva a importância de serem consideradas as determinações críticas das formas de realização do capital no campo, com especial atenção para as novas formas pelas quais trabalhadores assalariados e pequenos proprietários de terra têm sido impactados por esses processos, temáticas sobre as quais temos nos debruçado em nossas pesquisas nos municípios da região de Araraquara, no estado de São Paulo.

[4] Tais como: abertura do capital de empresas do agro no mercado de ações; emissão de títulos, letras e certificados para capitação de investimentos (Cédula do Produtor Rural (CPR), com Preço Fixo ou Financeira; Letra de Crédito Agropecuário (LCA); Certificado de Depósito Agropecuário (CDA); Warrant Agropecuário (WA); Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA), Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA); Cédula Imobiliária Rural (CIR); constituição de fundos específicos de investimento (Fiagro; Exchange-Traded Funds, ETFs, Fundo Garantidor Solidário – FGS,), entre outros mecanismos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

I.

Ao longo dos anos 1990, no interior do complexo citrícola paulista, constituiu-se uma pletora de fornecedores de matérias-primas submetida aos preços, à tecnificação e às condições de produção, colheita e transporte impostos pelas das agroindústrias processadoras. No município de Itápolis, região de Araraquara, tais produtores, geralmente pequenos proprietários de terras, estiveram subordinados a diversos mecanismos de *incorporação de sua renda fundiária* (ALFREDO, 2008). Entre os processos de subordinação que passaram a impactam os citricultores de Itápolis a partir dos anos 1990, identificamos: I) controle das agroindústrias sobre a tecnologia utilizada na citricultura; II) controle das agroindústrias sobre as formas de colheita e de comercialização das caixas de laranja compradas de seus fornecedores, incluindo o sistema conhecido como "laranja posta na indústria"; III) controle das agroindústrias sobre o preço pago pelas caixas de laranja.

A partir de meados dos anos 2000, na medida em que se acirrou a concorrência entre grandes monopólios do setor, generalizou-se a crise do agronegócio citrícola paulista. São elementos que aprofundaram a crise da citricultura no período:

a) Desenvolvimento das forças produtivas e aumento da composição orgânica do capital no setor: principalmente pela intensificação do uso de fertilizantes, defensivos, agrotóxicos e outros insumos produtivos, assim como pela adoção de maquinários, especialmente nos pomares das indústrias processadoras. Esse cenário resultou na redução relativa (e, em alguns casos, absoluta) da presença do trabalho vivo nos processos produtivos da citricultura, ainda que na colheita o trabalho vivo ainda continuasse predominante. Os custos associados ao desenvolvimento das forças produtivas do setor eram proibitivos para pequenos produtores, que dependiam fortemente de força-de-trabalho, e não conseguiam repassar esses custos aos preços de venda de suas caixas de laranja.
b) Adensamento dos pomares (aumento do número de plantas por hectare, incrementando, consequentemente, a produtividade dos pomares): principalmente nos pomares próprios das indústrias processadoras. Isso impactou principalmente pequenos produtores, uma vez que seus pomares geralmente são mais antigos e replicar esse adensamento seria impraticável devido aos custos envolvidos;

c) Aumento exponencial dos preços de insumos produtivos e da força-de-trabalho;
d) Integração vertical: movida pela competição intercapitalista, com as indústrias processadoras investindo em pomares próprios, reduzindo, com isso, os custos envolvidos na aquisição das frutas, constituindo, ainda, um mecanismo forte de pressão contra os citricultores, principalmente em relação ao preço pago pelas caixas de laranja colhidas;
e) Fim do contrato-padrão e instituição do sistema de "laranja posta na indústria" em 1995: Nesse novo sistema, as indústrias processadoras buscaram repassar os custos com a colheita fora de suas propriedades para os produtores, comprando desses apenas a colheita e exigindo que fosse entregue em seus domínios. Além disso, os produtores passaram a lidar diretamente com a contratação de trabalhadores. Nesse contexto de aumento dos custos com colheita (contratação de força-de-trabalho) e frete, diversos citricultores passaram a assumir dívidas para o financiamento do custeio e comercialização da produção.
f) Mudanças nas condições de financiamento via SNCR: no bojo do processo de crise fiscal do Estado dos anos 1980, de subida da inflação e de desregulamentação do mercado de capitais nos anos 1990, houve retirada quase total dos subsídios estatais para o crédito rural, o que reduziu a disponibilidade de capitais para o setor ao mesmo tempo em que aumentou os custos atrelados aos financiamentos.
g) Queda dos preços da *commodity* laranja no mercado internacional;
h) Controle das indústrias sobre os preços pagos pelas caixas de laranja: o controle dos preços pelas indústrias processadoras passaria a impactar a capacidade dos citricultores de cobrir seus custos de produção.
i) Recusa das agroindústrias processadoras em comprar a safra dos produtores.

São resultados imediatos da crise da citricultura nos anos 2000 no município de Itápolis, região de Araraquara:

(I) Aprofundamento da *crise do trabalho*, resultando na precarização das formas contratação de trabalhadores, como a constituição dos chamados "condomínios de trabalhadores rurais";
(II) Alavancagem dos processos de concentração e centralização do capital em cartéis do setor, destacando-se, na região, a presença dos monopólios Citrosuco e Cutrale;

(III) Avanço da *incorporação da renda da terra ao capital agroindustrial* mediante a intensa expulsão de grande contingente de pequenos produtores do setor e da maior sujeição dos restantes às agroindústrias processadoras da região;

(IV) Substituição das áreas de cultivo de laranja por canaviais e outras culturas temporárias: a maior parte dos proprietários de terras locais expulsos do setor citrícola buscou se inserir na canavicultura através do arrendamento de suas terras a usinas de cana-de-açúcar[5]. Assim, atualmente, na região de Itápolis, predominam pequenas propriedades rurais onde é cultivada predominantemente cana-de-açúcar (69% da área colhida) em sistema de arrendamento da terra para agroindústrias da região; em menor escala, cultiva-se laranja (8,5% da área colhida), soja (7,5%) e milho (3%), com utilização de mão de obra assalariada.

(V) a expansão das áreas canavieiras sobre antigas áreas citrícolas de Itápolis potencializou a redução da população trabalhadora ocupada no campo, visto os processos mecanizados predominantes na cultura da cana.

(VI) Na citricultura, as atividades ligadas à colheita seguem muito dependentes da utilização de força-de-trabalho, ocupando cerca de 60% da força de trabalho empregada no campo.

(VII) Muitos trabalhadores do município continuam a se inserir nas atividades produtivas da citricultura, destacando-se a formação de pequenas turmas de trabalhadores que, aliciadas por empreiteiros, têm se deslocado a quilômetros de distância para colher laranja ou realizar outras atividades no próprio município ou em municípios vizinhos.

(VIII) Para os "de fora", os trabalhadores migrantes que antes imigravam para a safra da laranja, a crise da citricultura e a quase totalização da mecanização da cana-de-açúcar mobiliza a migração de retorno para as chamadas cidades de origem ou produz a mudança de rota dos trajetos migratórios.

[5] Destacando-se, num raio de 50km em torno do município de Itápolis, a presença das seguintes usinas canavieiras: Usina Malosso (Itápolis), Usina Santa Fé (Nova Europa); Usina Estiva (Novo Horizonte); Usina Santa Isabel (Novo Horizonte); Usina Ipiranga (Iacanga).

II.

Paralelamente à crise do setor citrícola, o desenvolvimento das forças produtivas na lavoura canavieira paulista, expresso sobretudo no aprofundamento da mecanização da colheita da cana-de-açúcar neste início de século 21, foi movido por intenso processo de endividamento das agroindústrias. Realizando a penhora de suas safras de açúcar com promessa de produção futura, mas, sobretudo, com promessa de expansão futura de sua capacidade produtiva, em troca da aquisição de créditos em dólar no mercado de capitais, inúmeras usinas expandiriam suas forças produtivas no período. Nesse contexto, era:

> [...] justamente a inflação do preço do açúcar como ativo financeiro que determinava a quantidade de capital a juros tomada emprestada. Nenhuma usina fazia empréstimos ancorados na quantidade de açúcar que podia produzir no momento da aquisição dos mesmos, mas, sim, na promessa de expansão da sua capacidade produtiva, o que incluía o desenvolvimento das forças produtivas, mas também a necessidade de incorporação de novas áreas de produção (PITTA, LEITE, KLUCK, 2020, p. 68).

Assim, a expansão sucroenergética, enquanto produção do espaço abstrato, movida pela reprodução mundial do capital fictício, alastrou-se pelo interior paulista ao longo das primeiras décadas deste século, saindo de regiões antigas de ocupação sucroalcooleira, onde se estabeleceu no período do Proálcool, como as Diras Piracicaba e Ribeirão Preto, onde houve ampliação da produtividade dos solos, alcançando as Diras mais ao oeste do estado de São Paulo, como Araçatuba, Bauru e Presidente Prudente, onde a cana substituiu antigas áreas de pastagens, nos solos piores e degradados, de menor renda diferencial. Nas Diras de Barretos, São Carlos e Jaboticabal, esta última, onde se localiza o município de Itápolis, a tendência foi de a cana substituir antigas áreas ocupadas por culturas permanentes, como a laranja.

Com efeito, três processos conjuntos parecem caracterizar a expansão do setor sucroenergético no estado de São Paulo nas primeiras décadas do século 21:

(I) expansão em área, movida pela crise do capital, em sua forma financeira/fictícia;

(II) ampliação da produtividade dos solos mediante a maior intensidade da mecanização e aplicação de insumos produtivos, com a utilização de adubação química, da aplicação de pesticidas, da utilização de novas variedades de cana, novos tratos culturais etc.;

(III) aprofundamento da crise do trabalho, com redução absoluta dos postos de trabalho e expulsão do trabalho vivo dos processos produtivos. Segundo Pitta, Leite e Kluck (2020), a redução dos postos de trabalho teria movido o

acirramento da competição entre os próprios cortadores pelos postos restante, impactando no aumento da produtividade do trabalho manual restante e no aprofundamento da exploração do trabalho, resultando na expansão dos casos de mortes nos canaviais brasileiros entre 2004 e 2008. Por fim, a crise do trabalho aprofunda a mobilidade do trabalho.

A virada para o século 21 marcou intensa incorporação do progresso técnico ao campo paulista, particularmente mediante a mecanização e automação dos processos produtivos em culturas temporárias voltadas ao mercado internacional, como no caso da cana-de-açúcar. Segundo Farias (2014), em São Paulo, a onda de incorporação de pregresso técnico no campo levou à uma redução significativa dos postos de trabalho na agricultura, impactando inclusive os empregos temporários, que sofreram queda de aproximadamente 29% entre 1990 e 2005. Do ponto de vista das novas formas de subordinação do trabalho ao capital sucroenergético paulista, o avanço da mecanização nesta lavoura temporária tendeu a tornar as etapas do trabalho no campo menos subordinadas ao dispêndio de energia física do trabalhador. Além disso, no que diz respeito às relações de trabalho, profundas transformações podem ser destacadas no cultivo da cana no município de Itápolis:

a) diminuição absoluta dos postos de trabalho no setor, acompanhando o movimento correlato de crise da sociedade do trabalho;
b) substituição quase completa do trabalhador cortador de cana (boia-fria) pelo piloto de colhedeira mecânica de cana-de-açúcar;
c) criação de uma turma reduzida de trabalhadores para corte manual nas regiões onde as colhedeiras não podem acessar;
d) novas formas de trabalho foram criadas, podendo ser destacadas a catação de pedras e tocos para limpeza do talhão de cana para passagem das colhedeiras e a catação de ervas daninhas;
e) conformação de uma equipe técnica ao redor da colhedeira mecânica (mecânicos, bombeiros, pilotos de transbordo e de colhedeira), a fim de garantir seu processo de colheita.

III.

Na crise da sociedade do trabalho, o trabalho se reafirma transfigurado: a redução absoluta do trabalho produtivo no campo, em função do desenvolvimento das forças produtivas sociais, se substancia na expansão do trabalho improdutivo na área urbana do

município de Itápolis, transformando a sociedade do trabalho numa sociedade dos serviços. Assim, muitos trabalhadores passam a se ocupar no setor de serviços (como vendedores, pedreiros, mecânicos, ajudantes em geral etc.). Mas também, há a convivência com o desemprego, o recurso à assistência social, o empobrecimento e miserabilidade. A criação de hordas de trabalhadores expropriados, habitando as periferias pobres das pequenas e médias cidades do interior paulista, constitui o capital enquanto processo no campo, ao passo que a necessidade, a ideologia e o culto ao trabalho os mantêm mobilizados, dispostos à reprodução miserável através do trabalho abstrato.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste princípio de século XXI, o desenvolvimento das forças produtivas no campo inclui, não apenas, a redução absoluta e relativa do trabalho vivo no interior dos processos produtivos da agricultura, mas também sua transfiguração, o que podemos observar a partir do município de Itápolis. O movimento crítico do capital no campo é o desdobrar de suas forças produtivas e a redução da presença do trabalho vivo, o que significa, objetivamente, redução da produção de mais-valia. Citricultura e cana-de-açúcar emergem, assim, como ramos produtivos críticos, cujo movimento de reprodução é regido pela *crise da sociedade do trabalho* (KURZ, 2004).

Paralelamente, o desenvolvimento das forças produtivas no campo paulista neste início de século XXI, particularmente no processo de colheita de lavouras temporárias, potenciado mediante a forte intermediação do capital financeiro-fictício, consubstancia-se, ainda, em novas formas de arregimentação, contratação, controle e gestão dos processos de trabalho. Na prática, isso faz emergir novos tipos de trabalhadores, assim como modifica integralmente o que se entende por “mercado de trabalho” e mesmo a mobilidade do trabalho. Assim, neste início de século, a reprodução crítica do capital organiza um novo universo de contradições e cisões no campo, novas espacialidades enquanto abstrações reais.

REFERÊNCIAS

ALFREDO, A. Modernização e Reprodução Crítica. Agroindústria do Leite e Contradições do Processo de Acumulação. In: **Geousp – Espaço e Tempo, Revista de Pós-Graduação**, DG-FFLCH-USP, n. 24, 2008, p. 63-108.

_____. Negatividade e a crítica à crítica crítica: sobre espaço tempo e modernização. In: **CIDADES: Revista científica**, Grupo de Estudos Urbanos, Presidente Prudente-São Paulo, Vol.6, n.10, 2009.

_____. Crise imanente e abstração espacial. Fetiche do capital e sociabilidade crítica. In: **Revista Terra Livre**, Associação de Geógrafos Brasileiros, Ano 26, vol. 01, nº 34, jan.-jun. 2010, p. 37-62.

_____. **Crítica à economia política do desenvolvimento e do espaço.** São Paulo: Annablume/Fapesp, 2013.

_____. **Geografia, crise e crítica social no capitalismo periférico.** São Paulo: Editorial Igrá Kniga, 2023.

DAMIANI, A. Urbanização crítica e produção do espaço. In: **CIDADES: Revista científica**, Grupo de Estudos Urbanos, Presidente Prudente-São Paulo, Vol.6, n.10, 2009.

ELIAS, D. **Globalização e agricultura: a região de Ribeirão Preto, SP.** São Paulo: Edusp, 2003.

FARIAS, L.F. **Agronegócio e luta de classes: diferentes formas de subordinação do trabalho ao capital no complexo citrícola paulista.** São Paulo: Sundermann, 2014.

FERREIRA, D. A. O. **Mundo Rural e Geografia. Geografia Agrária no Brasil: 1930-1990.** São Paulo: Editora Unesp, 2002.

GAUDEMAR, J.P. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital.** Lisboa: Estampa, 1977.

KURZ, R. **O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial.** Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 2004.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço.** Trad. Doralice B. Pereira e Sérgio Martins (original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão, 2006.

MANDEL, E. **O Capitalismo Tardio.** São Paulo: Abril Cultural, 1982.

OLIVEIRA, A. U. A Geografia Agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In:___. CARLOS, Ana Fani A. (Org.). **Novos caminhos da geografia.** São Paulo: Contexto, 2001.

PITTA, F. T. **As transformações na reprodução fictícia do capital na agroindústria canavieira paulista: do Proálcool à crise de 2008.** Doutorado, FFLCH-USP. São Paulo, 2016.

PITTA, F.T.; LEITE, A.C.G.; KLUCK, E. O boom e o estouro da bolha de commodities no século XXI e o agronegócio sucroenergético brasileiro: da mobilização à crise do

trabalho. In: BOECHAT, C.A. **Geografia da crise do agronegócio sucroenergético: land grabbing e flex crops na financeirização recente do campo brasileiro.** Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

SANTOS, A. Da crítica da economia política à crítica da contradição campo-cidade: geografia, metafísica e relação agrário-urbano no Brasil. In: ALFREDO, A. **Geografia, crise e crítica social no capitalismo periférico.** São Paulo: Editorial Igrá Kniga, 2023.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional.** São Paulo: Edusp, 2013.

PRÁTICAS AGROPECUÁRIAS NO POVOADO SÃO FRANCISCO, ADUSTINA-BA

Andréia Reis Fontes[1]

Wanubya Maria Menezes da Silva[2]

Daniela Nascimento Fontes[3]

RESUMO

A prática agropecuária compreende um dos pilares econômicos do Brasil. De Norte a Sul do país, a participação do setor primário na composição das receitas dos estados e municípios apresenta índices significativos, relevância que também abarca o interior nordestino, mais precisamente o povoado São Francisco, Adustina-BA, área escolhida para este estudo. Com base nisto, a presente pesquisa tem como objetivo geral analisar as práticas agropecuárias locais a partir de uma análise espacial. Além disso, busca mapear os usos do solo da localidade, entender como se estabelece a dinâmica organizacional da produção e compreender os rebatimentos socioeconômicos da prática agropecuária. O arcabouço metodológico do estudo parte do materialismo histórico-dialético, focando a interpretação da realidade a partir das contradições e das inter-relações entre todos os seus aspectos. A natureza do trabalho possui um caráter qualiquantitativo e os procedimentos abarcam a aplicação de entrevistas com sujeitos e atores sociais. Os resultados apontam a relevância do cultivo agrícola e da criação de animais para o território, atividades responsáveis por corroborar diretamente no rendimento e produtividade, mas que apresentam lacunas no acesso a inovações tecnológicas e técnicas de produção, evidenciando a necessidade de avançar ainda mais em prol do desenvolvimento local.

Palavras-chave: Agropecuária, Desenvolvimento, Solo, Tecnologias.

ABSTRACT

Agricultural practice comprises one of Brazil's economic pillars. From North to South of the country, the participation of the primary sector in the composition of state and municipal revenues presents significant rates, a relevance that also covers the northeastern interior, more precisely the town of São Francisco, Adustina-BA, the area chosen for this study. Based on this, the present research has the general objective of analyzing local agricultural practices based on a spatial analysis. Furthermore, it seeks to map the local land uses, understand how the organizational dynamics of production are established and understand the socioeconomic implications of agricultural practice. The methodological framework of the study is based on historical-dialectical materialism, focusing on the interpretation of reality based on the contradictions and interrelations between all its aspects. The nature of the work has a qualitative and quantitative nature and the procedures include interviews with subjects and social actors. The results point to the relevance of agricultural cultivation and animal husbandry for the territory, activities responsible for directly contributing to income and productivity, but which present gaps in access to technological innovations and production techniques, highlighting the need for further advancement more in favor of local development.

[1] Doutoranda do Curso de Geografia da Universidade Federal de Sergipe - UFS, andreia.fontes@hotmail.com
[2] Doutoranda do Curso de Geografia da Universidade Federal de Sergipe - UFS, wanubyasilva@gmail.com
[3] Técnica em Agronegócio pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR/SE, danielafontes2016@outlook.com

Keywords: Agriculture, Development, Soil, Technologies.

INTRODUÇÃO

A atividade agropecuária possui uma importância ímpar na economia brasileira. Sob essa ótica, seu crescimento está atrelado, sobretudo, ao período que sucede as grandes Guerras Mundiais, especialmente na década de 1970, com a aquisição de terras nas fronteiras agrícolas, seguido pelo processo de modernização dos anos 1980, pautado em subsídios governamentais e na entrada de insumos no território, bem como no pós-1990, com alta produtividade e participação expressiva no Produto Interno Bruto (PIB) do país. Os anos 2000, seguindo a lógica de crescimento de países do Norte da África, América Central, Sudeste da Ásia e América Andina, inauguram elevadas taxas de crescimento da atividade agropecuária (FUGLIE, WANG e BALL, 2012). Nessa perspectiva, o século XXI marca a consolidação brasileira no cenário global, estabelecendo-se como um dos mais significativos pilares econômicos, liderando, por exemplo, as exportações mundiais de *commodities* como soja e carne bovina (MUELLER e MARTHA JR, 2008).

A potencialização do país no setor primário está atrelada à utilização de tecnologias modernas que propiciam uma nova dinâmica produtiva, altos rendimentos e produtividade capazes de abastecer o mercado interno e externo (MARQUES et al., 2006). A relevância do setor atinge outras esferas, visto que "[...] o meio rural é um dos grandes fornecedores de matéria-prima para o setor secundário, havendo toda uma interdependência de setores. [...], sustentando uma imensa cadeia produtiva que vai do campo à agroindústria" (FELEMA, RAIHER e FERREIRA, 2013, p. 556).

Transformações técnicas e no molde organizacional têm participação efetiva no aumento da produtividade no meio rural (USDA, 2007). Gray, Jackson e Zhao (2011) atrelam os avanços aos novos conhecimentos e artefatos que alteram as práticas produtivas, a exemplo de maquinário, melhoramento genético, técnicas de cultivo e conservação do solo, investimentos nas áreas de pesquisa e desenvolvimento (P&D), entre outras, alterando a dinâmica produtiva. Juntas, agricultura e pecuária apresentam-se enquanto importantes instrumentos no âmbito social, capazes de gerar emprego e renda e, desse modo, contribuir com a inclusão social.

Com base nisto, o estudo justifica-se pela necessidade de compreender a realidade da atividade agropecuária, considerando sua relevância para o desenvolvimento local, tendo em vista a possibilidade de diminuição das desigualdades no território frente à quadra atual das relações capitalistas. Neste contexto, o objetivo central consiste em analisar as práticas

agropecuárias locais a partir de uma análise espacial. Os objetivos específicos abarcam mapear os usos do solo da localidade; entender como se estabelece a dinâmica organizacional da produção; e compreender os rebatimentos socioeconômicos da prática agropecuária.

METODOLOGIA

Área de estudo

O povoado São Francisco localiza-se no município de Adustina, situado no Nordeste do estado da Bahia (Figura 1). A comunidade rural conta com uma população de 423 habitantes e 144 domicílios.

Figura 1 - Rua principal do povoado São Francisco, Adustina-BA.
Fonte: Google maps, 2023.

Classificação e natureza da pesquisa

O método que molda o estudo compreende o materialismo histórico-dialético, entendido pela análise da realidade a partir do viés das contradições, dos movimentos e da dinâmica que constitui o universo agropecuário, levando em conta a gama de inter-relações envolvidas. Assim, possibilita compreender a totalidade do objeto analítico, indo além dos elementos particulares (GIL, 2010).

O respectivo estudo abarca a natureza qualiquantitativa, haja vista a possibilidade de conciliar os dados numéricos e a explicação destes, isto é, as informações brutas são passíveis de interpretação. Neste sentido, o âmbito qualitativo contribui com uma análise mais ampla dos fenômenos, considerando a coleta de dados e as visitas *in loco* na área em questão, privilegiando o entendimento do contexto social vivenciado pelos atores sociais.

REFERENCIAL TEÓRICO

Um panorama da agricultura familiar

Ao longo da história, o meio rural brasileiro foi dominado pelas grandes propriedades e pela figura do latifundiário, tanto que a segunda metade do século XX constitui um momento marcado pela prática da monocultura como padrão de desenvolvimento e crescimento da economia, bem como de expansão da mecanização, acompanhando o ritmo do mercado internacional. Essa política resultou na expulsão acelerada dos pequenos proprietários e dos trabalhadores do campo para a zona urbana.

Apesar do abandono histórico, as propriedades familiares são elementos marcantes e muito presentes em nosso espaço rural. Esta que é caracterizada por ser uma forma de produção na qual relaciona gestão e trabalho, já que os próprios produtores são responsáveis por comandar o processo produtivo.

A agricultura familiar é a principal responsável pela alimentação da população brasileira, garantindo em torno de 70% do que é consumido, com uma produção extremamente diversificada. Em contrapartida das grandes propriedades, responsáveis por produzir mais alimentos como soja e cana-de-açúcar, as pequenas, que usam muita mão de obra, se destacam no cultivo do feijão, milho, verduras, legumes, batata e mandioca. No país, mais de 80% dos estabelecimentos agrícolas praticam agricultura familiar. Por sua característica, é capaz de contribuir ou mesmo se constituir num componente de projeto nacional de desenvolvimento sustentável, visto que por atingir áreas menores, agride em proporções menores o meio ambiente (MDA, 2009).

O período atual, marcado pela influência do capital, caracteriza-se pelo processo de segregação e exclusão da agricultura de base familiar, sendo engolida em meio à mundialização da economia. Isto resulta em inúmeros desafios frente aos moldes da agricultura intensiva, representada pelo agronegócio, situação que provoca tensões sociais de inúmeras grandezas, sobretudo quando a legislação agrária concede vantagens aos donos do capital, que detém a terra e os meios de produção. Tal fato tem contribuído para o enfraquecimento das propriedades familiares, além de fatores como o crescimento urbano, a atividade industrial, a abertura de mercado, dentre outros, que atraem um contingente de pessoas até então voltadas à pequena produção, e que convivem com a falta de políticas públicas que lhe fortaleçam, falta de financiamento dos bancos, além da ausência de serviços básicos. A inserção de capital no campo vem mudando a função do pequeno produtor, que antes produzia apenas para sua subsistência, mas passa a abastecer o mercado com o “excedente” produzido (NEVES, 1998).

Nesse contexto, a agricultura familiar sempre esteve em segundo plano na formulação das políticas agrícolas. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) foi implantado pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, buscando o fortalecimento dos pequenos produtores rurais, objetivo que não foi tão contemplado como previsto. O crédito rural, mal usado, vem acrescendo a dependência dos agricultores, endividando-os, mantendo uma espécie de clientelismo nas agências do capital.

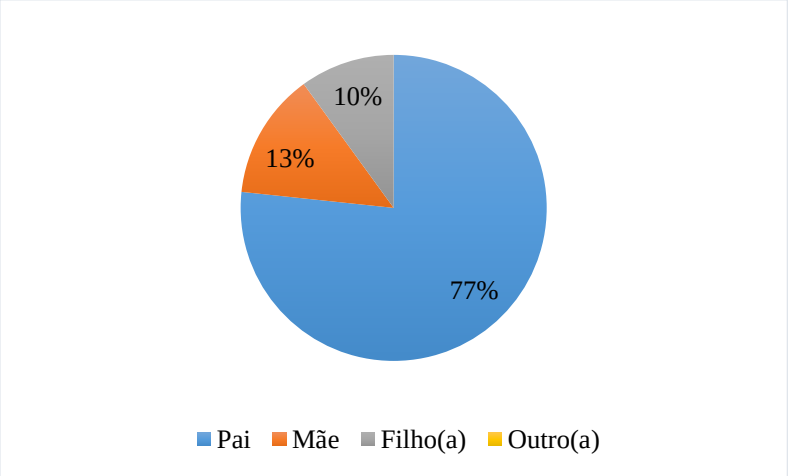
Assim, é relevante a luta pela desconstrução de um imaginário depreciativo dos povos do campo, norteando um projeto sustentável para a agricultura familiar, por meio da valorização da cultura do povo da roça. A questão é que, com incentivo ou não, a pequena produção persiste no campo. Gera empregos e alimentos, fixa o homem no campo e produz uma cultura abastada que determina tecnologias próprias, as quais necessitam de aperfeiçoamento. Apesar dos dilemas, esta se apresenta como uma prática eficaz para a economia solidária, inclusão social e diminuição das desigualdades.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O entendimento da estrutura organizacional do espaço agrário é fundamental para a compreensão do aspecto produtivo, bem como das condições socioeconômicas e ambientais da área de estudo. Por isso, a análise qualiquantitativa dos dados oriundos da aplicação do roteiro de entrevistas com os produtores rurais – uma amostragem de 30 no total – possibilitou o levantamento de informações referentes ao perfil da área estudada. De início foi feita a caracterização dos produtores rurais – gestores da propriedade, grau de escolaridade, fonte de renda, dentre outras questões.

Neste sentido, por meio das informações provenientes da pesquisa de campo, os responsáveis pelo empreendimento rural compreendem, em sua maioria, a figura paternal (77%), geralmente mais atrelada ao âmbito da liderança (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Gestor(a) da propriedade rural

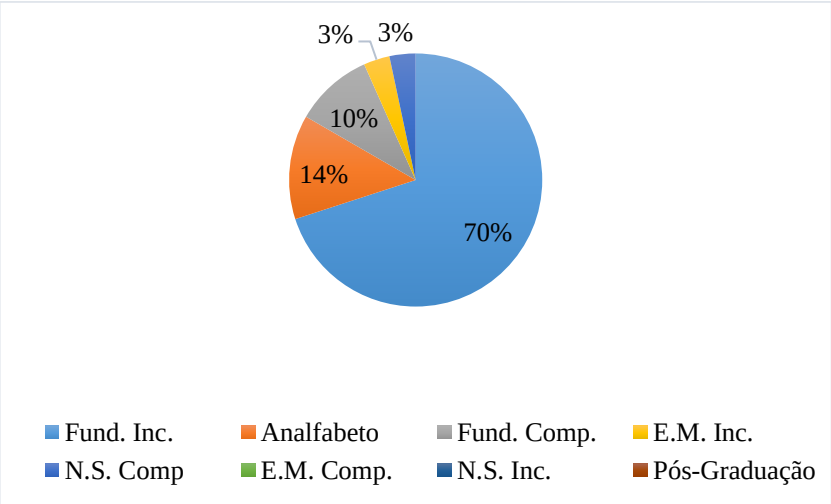


Fonte: Pesquisa de campo, 2023.

Por ser uma localidade que não oferta maiores oportunidades, as tarefas do lar geralmente estão atreladas às mulheres, enquanto que a maior parte dos homens, chefes de família, passam mais tempo ocupados com as atividades da propriedade. Chama atenção o fato de o público familiar mais jovem permanecer mais distante do negócio rural, numa perda de identidade que reflete um processo de interesse pela zona urbana, possibilitando migrações, em especial, para o município de Lagarto-SE, devido à oferta de emprego, universidade e melhores perspectivas.

O nível de escolaridade da maior parte dos entrevistados abarca o nível fundamental incompleto (70%) e isto está relacionado a uma série de condicionantes, seja a localização geográfica do povoado – no semiárido da Bahia, longe dos grandes centros – as oportunidades escassas das décadas de 60, 70 e 80, ano de nascimento de muitos atores sociais, com acesso limitado aos estudos, entre outros fatores (Gráfico 2).

Gráfico 2 - Nível de escolaridade dos entrevistados

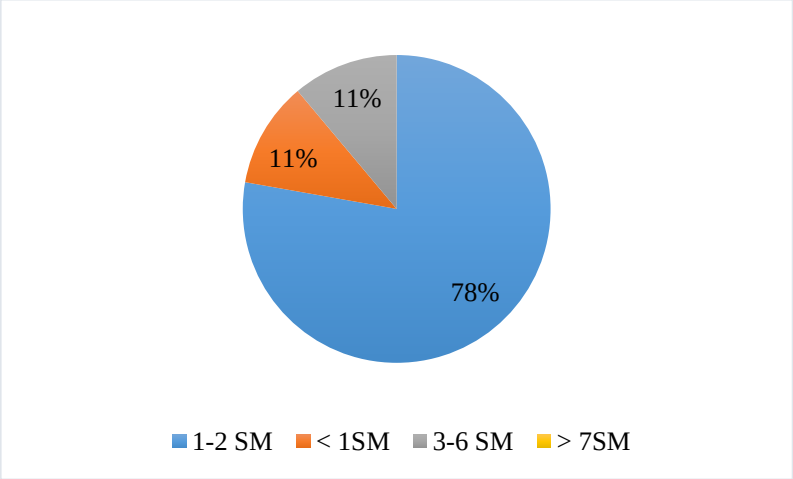


Fonte: Pesquisa de campo, 2023.

Os analfabetos abarcam 14% da amostra, o que propicia chegar a um total de 84% de entrevistados que confirmam o baixo grau de instrução. Em outro extremo, apenas um indivíduo possui nível superior. As informações sobre escolaridade servem tanto para auxiliar na compreensão das condições socioeconômicas quanto no entendimento da eficácia do negócio rural. O reduzido grau de escolaridade reflete no desconhecimento de práticas ambientais, tecnológicas e científicas que possam contribuir na produtividade do campo, isto é, o reduzido acesso à informação torna-se um empecilho.

Logo, a dualidade escolarização/emprego está associada, já que uma é condição favorável ao sucesso da outra. Por isso, no que tange à renda mensal familiar, 78% dos entrevistados afirmaram possuir entre 1 e 2 salários mínimos, 11% tem menos de um salário mensal e outros 11% dispõem de 3-6 salários mínimos, realidade distante da maior parte da população consultada durante a pesquisa (Gráfico 3).

Gráfico 3 - Renda mensal familiar



Fonte: Pesquisa de campo, 2023.

As fontes de renda distribuem-se por distintas atividades, muitas das vezes compreendendo opções concomitantes, pois apenas uma atividade econômica não supre as necessidades do lar (Tabela 1).

Tabela 1 - Fontes de renda

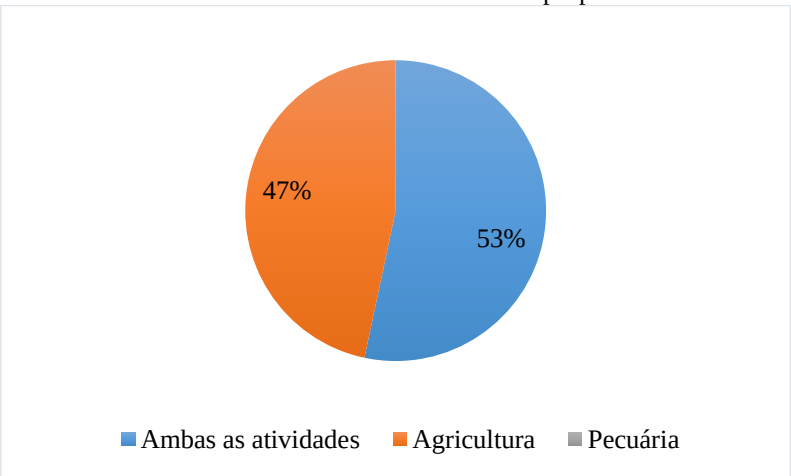
Atividade	Recorrência
Agricultura	27
Pecuária	11
Aposentadoria	8
Assalariado	4
Programas sociais do Governo	3
Comércio	3
Pensão	0
Outra	0

Fonte: Pesquisa de campo.

As rendas dos produtores rurais são oriundas de diferentes maneiras, sendo que a principal delas está atrelada à prática agrícola, seguida da criação de animais, aposentadorias – geralmente relacionadas ao fundo rural – contratos de prefeitura, programas sociais do governo e pequeno comércio local.

A atividade rural adotada pelas propriedades da área de estudo evidencia o consórcio concomitante da agricultura e da pecuária na localidade (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Atividade rural adotada na propriedade



Fonte: Pesquisa de campo, 2023.

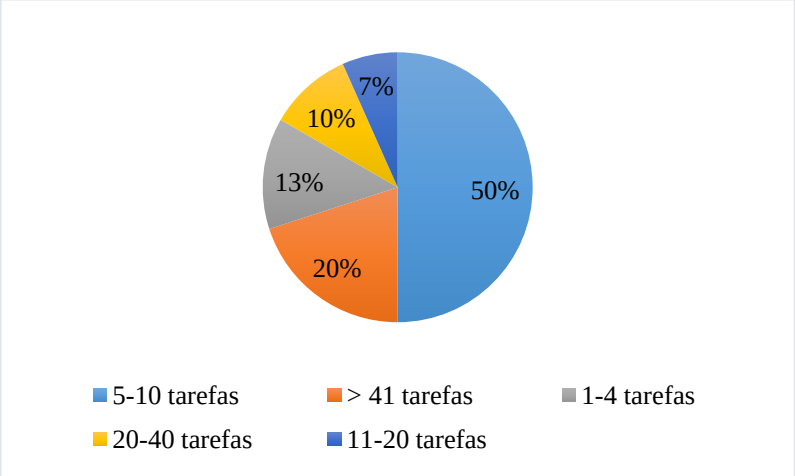
O uso do solo está associado, principalmente, ao desenvolvimento concomitante da agropecuária. A agricultura tem como cultivo hegemônico o milho (Figura 2). A escolha pela atividade se dá pelo fato de não requerer cuidados especiais e ser mais apta a intempéries da natureza, substituindo o feijão, antigo cultivo dominante, mas deixado de lado devido a perdas sucessivas. Em relação à pecuária (Figura 3), atividade de importância na localidade, destacam-se a bovinocultura, a ovinocultura e a caprinocultura.

Figura 2 - Plantação de milho
Fonte: Pesquisa de campo.

Figura 3 - Criação de animais
Fonte: Pesquisa de campo, 2023.

Para compreender o tamanho das propriedades, considerou-se a tarefa, inclusive por ser a dimensão de grandeza que a localidade utiliza (Gráfico 5).

Gráfico 5 - Tamanho da propriedade



Fonte: Pesquisa de campo, 2023.

A análise do tamanho das propriedades possibilitou verificar que metade dos entrevistados possuem de 5 a 10 tarefas de terra; 20% tem número acima de 41 tarefas – 50, 60, 60, 110, 153 e 170; 13% detém entre 1 e 4 tarefas; 10% entre 20 e 40 tarefas; e 7% entre 11 e 20 tarefas. Para entender o enquadramento dos produtores em relação à grandeza do terreno, leva-se em conta a Lei nº 11.326/2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

Segundo o Art. 3º, considera-se agricultor familiar aquele que pratica atividades na zona rural e que atenda aos requisitos:

> I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
> II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
> III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;
> IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006).

No território brasileiro, o módulo fiscal varia de 5 a 110 hectares, de acordo com a região, estado ou município, sendo que em Adustina-BA compreende 30 ha. Assim, a classificação dos imóveis divide-se em pequena propriedade (entre 1 e 4 módulos fiscais); média propriedade (> 4 até 15 módulos fiscais); e grande propriedade (área > que 15 módulos fiscais).

Todavia, para classificar os produtores em pequenos, médios ou grandes, necessita-se transformar a tarefa, unidade de medida agrária mais comum na Bahia, em hectare, que equivale a 4.356m^2. Fazendo a transformação matemática, conforme a tabela 2, tem-se:

Tabela 2 - Classificação das propriedades rurais

Tarefas acima de 41	Hectare	Classificação
50	21,78	Pequena propriedade
60	26,13	Pequena propriedade
60	26,13	Pequena propriedade
110	47,91	Pequena propriedade
153	66,64	Pequena propriedade
170	74,05	Pequena propriedade

Fonte: Pesquisa de campo, 2023.

Dessa forma, todos os entrevistados estão enquadrados na classificação de pequena propriedade, caracterizando a agricultura familiar local e seus minifúndios.

Outro aspecto importante a se considerar no campo diz respeito à tecnologia empregada. Seguindo a lógica desenvolvimentista brasileira, a região Sudeste – em especial São Paulo – recebeu, ao longo da história, maiores investimentos, inclusive, neste âmbito, concentrando localmente o acesso aos aparatos tecnológicos usados na atividade agropecuária.

Somente depois da década de 1970, como atributo da Revolução Verde, houve uma propagação tecnológica mais ampla nas regiões, consolidando um processo de modernização agrícola e pecuária. Com isso, o Nordeste, região por muito tempo aquém de investimento e da produção industrial, passou a ter maior acesso às inovações, embora ainda seja possível notar limitações tecnológicas em muitas áreas do interior do seu território.

O uso de maquinário também foi objeto de pesquisa, no qual 100% dos produtores alegaram fazer uso de algum aparato tecnológico, dentre os quais destacam-se trator, plantadeira, gradão, pulverizador, aplicador de fertilizante, colheitadeira, etc. Ainda que as inovações tenham chegado ao interior nordestino – embora rudimentar ou limitada – de modo geral, "[....] o processo não modificou a estrutura distributiva extremamente concentrada [da agropecuária] brasileira e os frutos da mudança tecnológica acabaram se distribuindo de forma extremamente desigual" (MUELLER e MARTINE, 1997, p. 408).

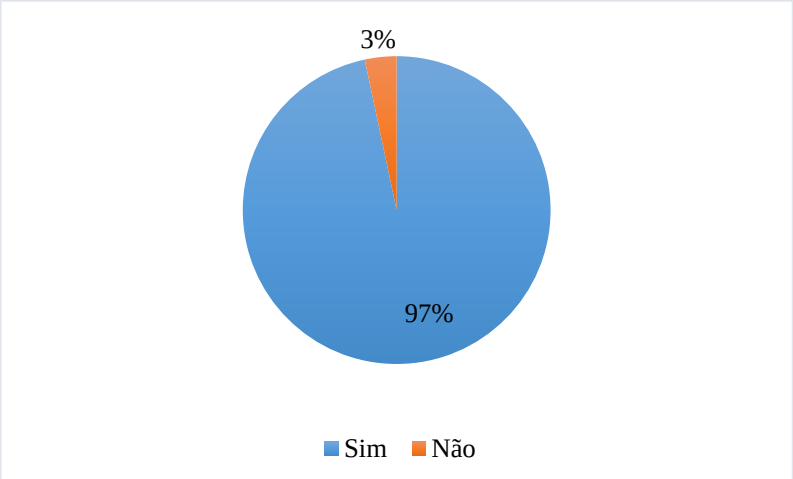
Alves, Souza e Rocha (2012) veem os aparatos tecnológicos no meio rural como grande diferencial produtivo, atribuindo ao acesso e uso de tecnologia às distinções de renda entre classes no campo. Por isso, os favorecidos com programas, políticas e ações de modernização do campo – crédito, pesquisa, assistência técnica, tecnologias – continuam sendo os detentores da terra e do capital, e reproduzem no trabalho, sua condição de "donos do campo".

Os financiamentos obtidos pelos produtores para investir na produção, em sua maioria, está atrelada a linhas de crédito por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Famliar (Pronaf), através do Banco do Brasil. Durante as safras com prejuízos, o Subprograma de Desenvolvimento Sustentável de Recursos Hídricos para o Semi-Árido Brasileiro (PROÁGUA) oferece bônus aos produtores que comprovarem ter perdido a lavoura

devido intempéries naturais. Acrescenta-se, também, o programa “Agroamigo”, do Banco do Nordeste, uma das formas de financiamento mais usadas, que empresta dinheiro para ser investido na agropecuária e oferece bons descontos aos produtores. Além disso, o público-alvo da pesquisa não participa de nenhuma cooperativa ou associação, inexistentes no povoado, o que poderia subsidiar a comercialização e beneficiamento da produção.

Em relação à utilização de agrotóxicos, 97% dos entrevistados fazem uso. O mesmo quantitativo utiliza fertilizantes – químicos, em detrimento dos naturais. Acrescenta-se também a inexistência total de técnicas de melhoramento genético e/ou inseminação artificial, realidade ainda distante da população. Por outro lado, o uso de sementes transgênicas se mostra enquanto prática cada vez mais comum entre os agricultores (Gráfico 6).

Gráfico 6 - Uso de sementes transgênicas



Fonte: Pesquisa de campo, 2023.

A quase totalidade dos entrevistados faz uso das sementes geneticamente modificadas, ressaltando a potencialidade no que tange à resistência de pragas e/ou doenças. Apenas um entrevistado ressaltou o uso regular de sementes híbridas – caracterizadas pelo cruzamento natural de espécies – tendo em vista que as sementes crioulas, anteriormente usadas, possuem uma resistência menor, inviabilizando seu uso.

Nota-se, também, a nula familiaridade dos produtores rurais com softwares e aplicativos voltados à atividade produtiva. Da mesma forma, não se faz uso de estratégias de marketing para comercialização da produção, isto é, esta realidade está aquém desses recursos modernos.

Outra questão relevante compreende a relação da atividade agropecuária com a pedologia. Dos 30 entrevistados, apenas um faz análise do solo, ao passo em que apenas três utilizam técnicas de conservação, através da adubação natural e do plantio direto. As lavouras

da área em estudo, em geral permanentes, por causa do período mais longínquo, costumam interferir na pedologia em menor proporção. Ainda assim:

> O preparo convencional do solo envolve aração e gradagens, com incorporação de restos culturais, com intensa mobilização, expondo-o à ação dos agentes erosivos. Sob essas condições, quando da incidência de chuvas intensas, pode-se formar um selo superficial com redução da porosidade total [...], diminuindo a taxa de infiltração de água no solo e, consequentemente, facilitando o processo erosivo (BARCELOS, CASSOL e DENARDIN, 1999, p. 36).

Uma alternativa do ponto de vista sustentável corresponde à rotação de culturas, prática ainda incomum na localidade, tendo, portanto, a necessidade da utilização de práticas conservacionistas, estratégias que mitiguem os efeitos da atividade sobre o solo, sua exposição e a formação de sulcos, ravinas, voçorocas ou outras formas erosivas (EPAMIG, 2009).

Um grande desafio consiste em conciliar crescimento econômico com o equilíbrio do Meio Ambiente no âmbito do desenvolvimento rural, pois segundo dados do IPCC (1996), a agropecuária corrobora diretamente na emissão de gases poluentes de efeito estufa, como metano (CH_4), dióxido de carbono (CO_2), monóxido de carbono (CO), óxido nitroso (N_2O) e óxidos de nitrogênio (NO_x). Ainda assim, nenhum entrevistado afirmou utilizar alguma estratégia de responsabilidade socioambiental na sua propriedade.

> A produção de metano ocorre em condições anaeróbicas associadas com a fermentação entérica em ruminantes, lavouras de arroz inundado e tratamento anaeróbico de resíduos animais. O metano também é produzido durante a queima de biomassa (florestas, resíduos agrícolas, etc.). [...] O monóxido de carbono e o dióxido de carbono são produzidos na queima de biomassa (resíduos agrícolas, pastagens, cerrados e florestas). O fogo libera carbono da biomassa durante a combustão e acentua diretamente a liberação de carbono do solo, do qual a vegetação foi queimada. Efeitos indiretos do fogo podem levar a emissões de óxido nitroso, óxidos de nitrogênio e metano (LIMA, 2002, p. 454).

Neste sentido, as distintas práticas têm ocasionado inúmeros efeitos no ambiente, constituindo-se no setor que mais corrobora para o aquecimento global. Por isso, há uma necessidade urgente de que o meio rural esteja pautado em bases sustentáveis, tendo a responsabilidade socioambiental como parte *sine qua non* do processo. Moura (2012, p. 24) preconiza que "[...] a sustentabilidade do desenvolvimento só ocorrerá se houver estabilidade do processo [...] e redução das atividades agressoras". Por isso, necessita-se minimizar, em

caráter de urgência, os impactos socioambientais, conciliando desenvolvimento com o viés ambiental.

Por fim, questionados sobre o desejo de permanência no ramo agropecuário, os produtores rurais, em sua totalidade, desejam continuar tendo como opção de vida a atividade agropecuária, tendo em vista o contentamento com os resultados alcançados até o momento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conhecimento do uso do solo para a prática agropecuária na área em estudo permitiu compreender a relevância do setor primário para o desenvolvimento local, que tem no milho o principal cultivo agrícola e na pecuária tem destaque a bovinocultura, atividades responsáveis por gerar renda e sustento das famílias, mesmo que outras fontes complementem a remuneração obtida mensalmente.

Nota-se a baixa escolaridade dos produtores, o acesso limitado a inovações tecnológicas na atividade produtiva e a necessidade de investimentos, sobretudo a partir de ações/programas capazes de subsidiar e apoiar os proprietários, a fim de gerar emprego e renda e garantir a diminuição das desigualdades no campo.

REFERÊNCIAS

ALVES, E., SOUZA, G. S. e ROCHA, D. P. Lucratividade da agricultura. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, n. 2, p. 45-63, abr./jun. 2012.

BARCELOS, A. A. CASSOL, E. A.; DENARDIN, J. E. Infiltração de água em um latossolo vermelho-escuro sob condições de chuva intensa em diferentes sistemas de manejo. **R. Brasileira de Ciência do Solo**, 23:35-43, 1999.

BRASIL. LEI Nº 11.326, DE 24 DE JULHO DE 2006. **Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm. Acesso em: 21 nov. 2022.

EPAMIG. **Práticas conservacionistas vegetativas - edáficas – mecânicas.** Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais – EPAMIG. Belo Horizonte: 2009.

FELEMA, J.; RAIHER, A. P.; FERREIRA, C. R. Agropecuária Brasileira: desempenho regional e determinantes de produtividade. **RESR**, Piracicaba-SP, v. 51, n. 3, p. 555-574, Jul/Set. 2013.

FUGLIE, K. O., WANG, S. L. e BALL, V. E. **Productivity growth and technology capital in the global agricultural economy.** Oxfordshire: CAB International, 2012.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GRAY, E., JACKSON, T. e ZHAO, S. **Agricultural productivity:** concepts, measurement and factors driving it - a perspective from the Abares productivity analyses. Rural Industries Research and Development Corporation, Australian Government, n. 10, p. 56, mar. 2011.

IPCC. Climate change. **Impacts, adaptations and mitigation of climate change:** scientific-technical analysis. Cambridge: University Press, 1996. 878 p.

LIMA, M. A. de. Agropecuária brasileira e as mudanças climáticas globais: caracterização do problema, oportunidades e desafios. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 19, n. 3, p.451-472, set./dez. 2002.

MARQUES, N. A.; VIEIRA, W. da C.; LÍRIO, V. S.; SILVEIRA, S. de F. R. Efeitos da ampliação das exportações agropecuárias e agroindustriais na balança comercial e (re) distribuição da renda: uma análise de equilíbrio geral. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 3, p. 413-435, jul/set. 2006.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Manual de gestão estratégica para organizações associativas familiares.** Rio Grande do norte: SDT, 2009.

MOURA, A. S. A. **Derivações antropogênicas no vale da sub-bacia do riacho Jacaré, Baixo São Francisco/SE.** 91 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão: UFS/PRODEMA, 2012.

MUELLER, C. C.; MARTHA JR, G. B. **A agropecuária e o desenvolvimento socioeconômico recente do Cerrado.** In: Simpósio Internacional Savanas Tropicais, Brasília: Embrapa Cerrados, 12 a 17 de outubro de 2008.

MUELLER, C. C.; MARTINE, G. Modernização da agropecuária, emprego agrícola e êxodo rural no Brasil – A década de 1980. **Revista de Economia Política**, v. 17, n. 3, p. 407-427. 1997.

NEVES, D. P. **O Econômico e o Familiar: interdependências, Potencialidades e Constrangimentos.** In: MOTA et al (Org.). **Agricultura Familiar: desafios para a sustentabilidade.** Aracaju: Embrapa - CPATC, SDR/MDA, 1998. 276p.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico.** 23ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

USDA/FAS. Livestock and poultry: world market and trade. **Circular series** DL&P, v. 2, n. 7, nov. 2007.

O AGRONEGÓCIO ARGENTINO: UMA ANÁLISE SOBRE OS IMPACTOS DA EXPANSÃO DA SOJA, A REORGANIZAÇÃO TERRITORIAL DA CARNE E OS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS

Daniel Cordeiro Vieira[1]

RESUMO

O artigo analisa o segmento de agronegócio na Argentina, fornecendo informações sobre a distribuição espacial da produção de soja e seu impacto na reconfiguração territorial da pecuária bovina, com ênfase na territorialização do agronegócio de carne. Simultaneamente, serão explorados aspectos da conjuntura política e econômica, destacando o papel do Estado e do capital financeiro no processo de reorganização do agronegócio argentino, bem como os impactos socioambientais decorrentes desse rearranjo capitalista. Adicionalmente, são discutidas as mudanças ocorridas no setor, a partir da implementação de um modelo conhecido na Argentina como "*feedlot*", impulsionado principalmente pela entrada de empresas estrangeiras na indústria de carne argentina e pela expansão da cultura da soja em áreas previamente destinadas à pecuária.

Palavras-chave: Argentina; Território da Carne; Sojização; Conflitos Socioambientais; *Feedlot*.

RESUMEN OU ABSTRACT

The article analyzes the agribusiness segment in Argentina, providing information on the spatial distribution of soybean production and its impact on the territorial reconfiguration of cattle farming, with an emphasis on the territorialization of meat agribusiness. Simultaneously, aspects of the political and economic situation will be explored, highlighting the role of the State and financial capital in the process of reorganization of Argentine agribusiness, as well as the socio-environmental impacts resulting from this capitalist rearrangement. Additionally, the changes that have occurred in the sector are discussed, following the implementation of a model known in Argentina as "feedlot", driven mainly by the entry of foreign companies into the Argentine meat industry and the expansion of soybean cultivation in areas previously destined for livestock farming.

Keywords: Argentina; Territory of the Meat; Sojization; Socio-environmental Conflicts; Feedlot

INTRODUÇÃO (justificativa implícita e objetivos)

O objetivo deste artigo é examinar o setor do agronegócio na Argentina e entender as alterações da pecuária de corte na Argentina nos últimos anos. Fornece informações sobre a distribuição espacial da soja e seu impacto na reorganização territorial da pecuária bovina, com destaque para a territorialização do agronegócio da carne. Ao mesmo tempo, serão abordados elementos da conjuntura política e econômica, incluindo o papel do Estado e do capital

[1]Mestre em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL) pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), dc.vieira@unesp.br

financeiro no processo de reorganização do agronegócio argentino; bem como os impactos socioambientais que ocorrem com essa reorganização do capital.

O estudo apresenta um panorama do agronegócio na Argentina, com foco na criação tradicional de gado para a produção e comercialização de uma das carnes mais renomadas mundialmente. Além disso, são discutidas as transformações que ocorreram no setor, a partir de um modelo conhecido na Argentina como feedlot, impulsionadas principalmente pela entrada de empresas estrangeiras na indústria argentina da carne e pelo avanço da cultura da soja em territórios anteriormente destinados à pecuária.

Para compreender as transformações na pecuária de corte na Argentina nos últimos anos, é essencial analisar o avanço do agronegócio voltado para a produção de soja, sua relação com o capital financeiro internacional e o papel dos países latino-americanos na divisão internacional do trabalho. Estudos apontam que a expansão territorial da cultura da soja na Argentina ocorreu principalmente em áreas de florestas nativas e em regiões anteriormente dedicadas à criação de gado.

Essa mudança teve um impacto significativo na estrutura fundiária do país, com um aumento no número de grandes propriedades e uma diminuição da população rural. Além disso, o avanço da soja trouxe uma nova dinâmica para a produção de carne, com uma concentração cada vez maior em áreas confinadas onde a soja desempenha um papel crucial como fonte de alimento concentrado.

METODOLOGIA

Para realizar este estudo, foi organizada uma viagem à Argentina no final de 2018, estabelecendo contato inicial com professores e pesquisadores do Instituto de Investigaciones Gino Germani da Universidade de Buenos Aires (IIGG-UBA). Essa colaboração inicial permitiu a conexão com outras faculdades da UBA e possibilitou o estabelecimento de contato com organizações sindicais, movimentos sociais, institutos governamentais e organizações não governamentais envolvidos com estudos ou trabalhos relacionados ao agronegócio na Argentina. Outro conjunto de articulações foi realizado com o apoio do Movimento Nacional Campesino e Indígena (MNCI), que proporcionou o contato com estudantes e militantes sociais. Durante o período da pesquisa, foram conduzidas conversas, reuniões e entrevistas com mais de 30 pessoas aprofundando diferentes perspectivas sobre o assunto.

Durante essa interação, os pesquisadores compartilharam diversos estudos fundamentais para compreender o agronegócio da carne no país. Esses estudos abordaram tópicos como as

cotas de participação no mercado externo, a regulação do mercado pelo governo argentino, a conjuntura política e econômica adotada nos anos 1990, e o avanço da cultura da soja em áreas tradicionalmente dedicadas à criação de gado, entre outros.

Além das bibliografias recomendadas pelos pesquisadores, as quais trouxeram elementos sobre o agronegócio da soja e o capital financeiro, foram analisados estudos e documentos disponibilizados pelo governo argentino por meio do Instituto de Promoción de La Carne Vacuna Argentina (IPCVA), referentes ao agronegócio da carne no país.

DESENVOLVIMENTO (RESULTADOS E DISCUSSÃO)

Para compreender as transformações recentes na pecuária de corte na Argentina, é essencial analisar o avanço do agronegócio dedicado à produção de soja, sua interação com o capital financeiro internacional e o papel desempenhado pelos países latino-americanos na divisão internacional do trabalho.

Conforme será evidenciado adiante, a expansão territorial da cultura da soja na Argentina ocorreu principalmente nas áreas de florestas nativas e de criação de gado, provocando alterações significativas na estrutura fundiária do país. Isso resultou no aumento do número de grandes propriedades e na redução da população rural. Além disso, essa expansão gerou uma nova dinâmica na produção de carne, que passou a ser predominantemente conduzida em áreas confinadas, utilizando a soja como principal fonte de alimento concentrado.

1- O agronegócio e o contexto político-econômico

Ao longo do século XX, a América Latina desempenhou o papel de extrair recursos naturais e produzir commodities agrícolas, atribuído pela globalização e pela divisão internacional do trabalho. Nesse contexto, a globalização na América Latina marcou uma nova fase de internacionalização do capitalismo, caracterizada pelo predomínio do capital financeiro, enfraquecimento do modelo de Estado-nação, livre comércio entre países e avanço tecnológico.

Na Argentina, esse panorama transformou-se com o crescimento do agronegócio, especialmente com o avanço da produção de soja, que em poucos anos ocupou metade da área agrícola do país. Este novo modelo, baseado em capital financeiro e especulação, teve início durante o período militar, resultando no enfraquecimento da produção de carne, principal produto de exportação naquela época, pois se tornou mais rentável para os empresários valorizarem seu capital no mercado financeiro.

Para Azcuy Ameghino e Dougnac, outro fator que trouxe mudanças no agronegócio do país foi o "lucro extraordinário gerado pela soja e que impôs às produções alternativas (carne, leite, cereais e outras oleaginosas) a obtenção de elevados níveis de produtividade" (2012, p.6), Dessa forma, as atividades produtivas tradicionais se viam obrigadas a sustentar rentabilidades que se adequassem aos significativos aumentos nos preços da terra e nos custos de arrendamento, impulsionados pela lucratividade da produção de soja.

Nas últimas décadas, conflitos no campo na Argentina decorreram do modelo agrícola adotado e de desapropriações de camponeses. Esses camponeses responderam com lutas contra-hegemônicas e resistência, buscando alternativas de territorialização. Ao mesmo tempo, os governos nacionais e estaduais desempenharam papéis nos conflitos, seja por meio de políticas que beneficiam o agronegócio e os proprietários de terra, seja pela omissão diante dos embates entre esses atores e os movimentos camponeses.

Para Hocsman, existe um contexto político e econômico para esta realidade, o qual é caracterizado:

> pela afirmação de neodesenvolvimentismo e primarização da economia, que inclui a terra e o território em um modelo neoextrativista, dito contexto está configurado pelo desenvolvimento da produção de cereais e oleaginosos orientados à exportação (que assume forma fundamental no agronegócio da soja), os processos de modernização das produções regionais, a expansão da fronteira do hidrocarboneto, bem como, desde as duas últimas décadas, a megamineração, a exploração florestal, etc., que se traduz na presença de territorialidades em disputa em grande parte da área rural argentina. Isso transcende o conflito clássico entre capital agrário e trabalho camponês, entre exploração empresarial e formas de produção familiar, e a ampliação da conflituosidade à medida que incorpora a disputa por um catálogo de bens naturais como meio de vida para a sociedade em seu conjunto (HOCSMAN, 2014, p.18).

Ao longo do século XX a economia argentina estava muito ligada ao setor agropecuário, mas o "seu papel e centralidade econômica tem variado ao longo dos anos de acordo com as mudanças no modelo de acumulação" (HOCSMAN, 2014, p.19).

Até a década de 1930, a economia argentina estava fortemente a extração de recursos naturais, importação de tecnologia e novas técnicas produtivas (genética, manejo, sementes, etc…) e influenciada pela demanda externa de alimentos.

Com a ditadura militar a partir dos anos 1970, a política passou a desacelerar a substituição de importações e adotar uma abordagem aberturista com a hegemonia do capital financeiro. Nesse contexto, o setor agropecuário passou por transformações no regime de propriedade da terra, no sistema produtivo e nos protagonistas das atividades produtivas. As consequências dessa política neoliberal, iniciadas nos anos 1980, sob o novo governo

constitucional, incluíram alto desemprego, hiperinflação, uma dívida externa sem precedentes, desindustrialização, aumento dos investimentos especulativos e fuga de capitais.

A Argentina iniciou um novo modelo político e econômico nos anos 1990, marcado pela consolidação do neoliberalismo em 1991. Esse modelo, segundo Azcuy Ameghino e Dougnac (2012), inclui a conversibilidade da moeda (estabelecendo uma taxa fixa de um dólar para um peso argentino), abertura externa, desregulação econômica e privatizações de ativos, começando pelo petróleo e outros recursos naturais. A lei da conversibilidade de 1991 foi um ponto crucial, fixando a taxa de câmbio mencionada usando as reservas do Banco Central da Argentina. Hocsman descreve a influência dessa lei no agronegócio argentino, afirmando que:

> A nova paridade significou a valorização da moeda nacional, estabelecendo um conjunto de preços relativos desfavoráveis ao setor agrícola. Uma taxa de câmbio sobrevalorizada dentro de um quadro de abertura total do mercado, sem qualquer controle da produção agrícola, acabou sendo negativa para o setor, principalmente para pequenos e médios produtores. As características gerais e definidoras do Plano de Conversibilidade, cuja validade durou uma década, determinaram uma profunda reestruturação econômica (HOCSMAN, 2014, p. 23).

A partir de 1991, outra medida que impactou o setor agropecuário na Argentina foi a eliminação de órgãos estatais de controle, incluindo a Junta Nacional de Carnes, a Junta Nacional de Grãos e outros organismos vinculados à viticultura, erva-mate, açúcar, entre outros. Conforme Hocsman (2014), o fim desses órgãos resultou na cessação de cotas de produção, preços mínimos e canais de comercialização pelo estado, com efeitos significativos para pequenos e médios produtores. A falta de intervenção estatal contribuiu para o desaparecimento de 56.330 produtores de gado bovino entre 1988 e o final do século XX.

Dez anos após a implementação da lei da conversibilidade, a Argentina enfrentou sua pior crise econômica e social, sendo esta lei revogada somente em 2001 após protestos sociais que evidenciaram a severa situação dos trabalhadores e camponeses argentinos. Azcuy Ameghino e Dougnac resumem as transformações recentes da agricultura da região pampeana[2] afirmando que:

> A imagem resultante, que fixa as características de um momento, deve ser pensada e analisada no marco daquilo que provavelmente constitua a peculiaridade essencial da evolução recente da agricultura pampeana: o processo de concentração econômica (de capital, produção, terra e renda) (…) tende a se aprofundar após o lançamento do programa de conversibilidade neoliberal em 1991. Deste modo, junto com as colheitas recordes, foi se desenvolvendo uma profunda e prolongada crise social agrária (AZCUY AMEGHINO; DOUGNAC, 2012, p.12).

[2] A região centro-oeste do país, conhecido como região Pampa, onde estão as províncias de Buenos Aires, Córdoba, Entre Ríos, La Pampa e Santa Fé.

Estas políticas tiveram forte influência nas mudanças da realidade agrária argentina. Ao longo dos séculos XIX e XX o país era um importante exportador de carne e de grãos (com destaque para milho, trigo e girassol), com sua produção destinada principalmente para a Inglaterra. Com a globalização e as reformas econômicas do final do século XX começa a aumentar a produção de soja no país – assim como também ocorreu em outros países sul-americanos – e ao mesmo tempo desaparecem pequenas propriedades rurais e cada vez mais acumula produção e capital.

2. A sojização

É na região pampeana do país onde estão as condições agrícolas de alta produtividade do país e que ocorreu um desenvolvimento capitalista clássico da agricultura voltado para a exportação de grãos e carnes. O espaço pampeano era caracterizado pela presença de bosques nativos e pastos naturais, mas o avanço da agricultura nessa região trouxe impactos na diversidade social e ambiental, homogeneizando a paisagem e deslocando populações. Desde o início do século XX a Argentina perdeu cerca de dois terços de seus bosques nativos, perdendo anualmente 250.000 hectares de bosques nativos que, além de expulsar camponeses e indígenas para a pobreza suburbana, agora passam a ser cultivados principalmente pela soja. (TEUBAL, 2010, p.19 e 20).

Na safra 2009/2010 o cultivo da soja (usando um pacote tecnológico baseado em sementes transgênicas[3], agrotóxicos e plantio direto[4]) chegou a 18.343.272 ha semeados com a cultura, o que significa 49,64% da superfície agrícola do país (PALMISANO, 2016, p.17), com 95% dessa produção sendo destinada para a exportação (HOCSMAN, 2014, p.26).

Até os anos 1970, as explorações rurais na região Pampa seguiam ciclos de agricultura e pecuária, caracterizados por rotação e sucessão de culturas para preservar a fertilidade do solo. Os produtores adotavam múltiplos cultivos para garantir a alimentação. Restrições climáticas limitavam o plantio ao longo do ano, e após as colheitas, os campos ficavam vazios ou eram usados para o pastoreio de gado.

A partir dos anos 1980, o cultivo de soja passou a ser cultivada em sucessão a outars culturas na região, especialmente o trigo, permitindo múltiplas colheitas anuais na mesma área

[3] O plantio e a comercialização de sementes transgênicas na Argentina foram liberados em 1996.
[4] Sistema de cultivo em que não há necessidade de revolver o solo – elimina as operações de aração e gradagem – realizando o plantio sobre a palha da cultura anterior.

Os autores Azcuy Ameghino e Dougnac sintetizam a distribuição territorial da soja e a intensidade desse cultivo na Argentina mediante as seguintes vias:

> […] o deslocamento de alguns cultivos, o avanço em áreas anteriormente de gado – especialmente na província de Buenos Aires –, o aumento do duplo cultivo (duas colheitas por ano, geralmente trigo-soja), e a mudança da fronteira agrícola para áreas que até então não haviam sido considerados favoráveis para o plantio de grãos (AZCUY AMEGHINO; DOUGNAC, 2012, p.5).

Na década de 1990 novas tecnologias intensificaram o cultivo de soja no país. Com o avanço da transgenia (principalmente da soja Round-up Read, que torna a planta resistente ao glifosato) e aumento do uso de mecanização (como o plantio direto e as grandes colhedoras) começaram a diminuir a necessidade de mão de obra rural para essa cultura.

A produção da soja teve impulso a partir de grandes multinacionais como a Monsanto, Cargill e Syngenta a partir do momento em que foram liberados o plantio e o cultivo da soja transgênica em meados da década de 1990. Segundo Hocsman (2014), a área plantada com soja na Argentina aumentou 118% entre as safras 1993/1994 e 2003/2004, enquanto a colheita teve variação de 199% no mesmo período. Este impulso se fortaleceu ainda com a alteração da política monetária – fim da lei de conversibilidade em 2001, que fixava a taxa de câmbio entre o dólar e o peso – e os aumentos dos preços internacionais da soja que em 1999 estava em 165 dólares e aumentou cerca de 30% até 2003.

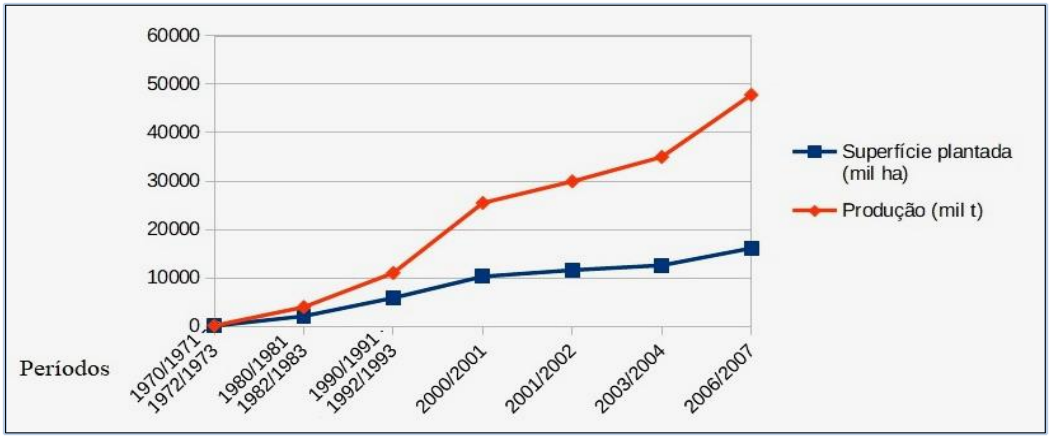
Segundo Azcuy Ameghino e León (2005, p.143), o avanço extraordinário do cultivo de soja na Argentina, especialmente durante a década de 1990, que atinge aproximadamente 50% da área semeada da região pampeana, levou a alguns anos a falar sobre o termo "sojização"[5].

A evolução da sojização na Argentina, com a a expansão da área cultivada com a cultura e o crescimento da produção ao longo das décadas, tem seu início a partir dos anos 1970. Nesse período, a área plantada passou de 96.000 hectares no início dos anos 1970 a 16 milhões de hectares nos na safra 2006/2007. Além do aumento da área cultivada, a alteração do tipo de tecnologia e o uso intensivo de agrotóxicos e mecanização fez com a produtividade aumentasse

[5] O cultivo intensivo da soja tem como consequência a deterioração da fertilidade dos solos e os seus fundamentos podem ser sintetizados da seguinte forma: “1) A monodependência da economia do país em torno do cultivo de soja, gera preocupação com a vulnerabilidade do modelo, sujeito a variações internacionais de preços. 2) É uma cultura muito extensiva, com muito pouca demanda por trabalho, em um contexto nacional de forte desemprego estrutural. 3) Junto com a ‘sojização’ ocorreu um forte processo de concentração do uso da terra. 4) O importante avanço da soja (…) em ecossistemas mais aptos para a pecuária e deslocando culturas regionais de maior demanda por mão de obra. 5) A discussão em torno da engenharia genética, liderada pela expansão abrupta da soja RR, criada pela Monsanto. Nesse caso, a preocupação gira em torno não apenas do impacto sobre a saúde humana, mas iniciou-se uma forte discussão relacionada às modalidades de apropriabilidade dessa inovação, em relação ao direito dos agricultores ao uso de sementes próprias.” (AZCUY AMEGHINO; LEÓN, 2005, p. 144)

de 1500 kg/ha para 2971 kg/ha nesse intervalo de tempo analisado (HOCSMAN, 2014, p.29). Esse aumento de superfície agrícola destinado à cultura da soja, associada à maior produtividade – aumento da intensidade de produção numa mesma área – propiciou que a produção total aumentasse de 136,33 mil toneladas para 47,84 milhões de toneladas no mesmo período, pouco mais de três décadas. O Gráfico 1 demonstra essa expansão da soja entre 1970 e 2007.

Gráfico 1 – Evolução das variáveis produtivas do cultivo da soja



Fonte: Elaboração própria com base em dados da SAGPYA, citado por Hocsman (2014).

Na safra de 2007, ao examinar a escala de produção e o número de produtores envolvidos no cultivo da soja, destaca-se uma significativa concentração da produção em um reduzido grupo de agricultores. Segundo Azcuy Ameghino e Dougnac (2012), aproximadamente 10% dos produtores (com produção superior a 600 toneladas) são responsáveis por cerca de 75% da produção total. Em termos absolutos, aproximadamente 48.025 pequenos e médios produtores (64% do total) contribuem com menos de 150 toneladas cada, totalizando apenas 10% da soja comercializada no mesmo ano. Esses dados evidenciam a concentração econômica no agronegócio da soja na Argentina.

Tabela 1 - Produtores e produção de soja, segundo escala de volume produzido, de acordo com os dados de comercialização declarados, 2007 (quantidade e porcentagem)

Escala (toneladas)	Produtores	%	Produção (toneladas)	%	Estimativa[6] da área necessária (ha)
Até 150	48.025	64	4.451.280	10	Até 50
150 - 300	11.200	15	3.360.000	7	50 a 100
301 - 600	7.674	11	3.860.400	8	100 a 200
601 - 1500	4.999	6	7.498.500	16	200 a 500
Acima de 1500	2.817	4	27.829.820	59	Acima de 500
Totais	74.715	100	47.000.000	100	

Fonte: Elaboração própria com base em dados do Ministério da Economia da Argentina - citado por Azcuy Ameghino e Dougnac, 2012

Com uma produtividade média de 2.971 kg/ha (safra de 2007), conforme Hocsman (2014, p.29), e considerando os dados apresentados por Azcuy Ameghino e Dougnac (2012), observa-se que: 1) os 59.225 produtores que produzem até 300 toneladas (com área cultivada até 100 ha) representam 79% do total de produtores, mas contribuem apenas com 17% da produção total; 2) os 2.817 produtores com escala acima de 1500 toneladas (com área cultivada de 500 ha ou mais) representam 4% do total de produtores e concentram 59% da produção total.

Além de indicar uma grande concentração econômica, a sojização também implica em mudanças na matriz produtiva do país. Nas décadas de 1970 e 1980, a carne era o principal produto exportado pela Argentina (31%). Contudo, no final dos anos 1980, os óleos vegetais já representavam 47% das exportações, enquanto os frigoríficos representavam 16%. Em pouco mais de duas décadas, a Argentina se tornou o principal exportador mundial de óleo e farelo de soja, com mais de 50% das áreas cultiváveis destinadas à produção de soja, sendo apenas 5% para consumo interno e os restantes 95% para exportação (Hocsman, 2014, p. 30 e 31)

Entre 1988 e 2002, ocorreu uma diminuição no número de explorações agropecuárias na Argentina, evidenciando uma concentração e aumento no tamanho das propriedades, além de um estado de conflito agrário (FERNANDES, 2005). Na província de Córdoba, por exemplo, as propriedades com menos de 200 hectares (consideradas explorações do tipo agricultura familiar) diminuíram em mais de 40%, enquanto aquelas com mais de 10.000 hectares

[6] A estimativa de área produzida com soja foi calculada utilizando a produtividade média da soja na Argentina para a safra de 2007, que correspondia a 2.971 kg/ha (HOCSMAN, 2014, p.29). Assim, utilizando uma média aproximada de 3 toneladas por hectare, o produtor que tinha uma produção de até 150 toneladas necessitava de até 50 hectares e assim sucessivamente.

aumentaram em 31%. Esse declínio nas explorações agropecuárias é atribuído às reformas econômicas e à lei de conversibilidade implementadas durante a década de 1990 (HOCSMAN, 2014, p. 34)

Em toda a região pampeana, se acelerou a concentração da produção tendo como resultado um número de propriedades cada vez menor, porém mais extensas. Na tabela abaixo, Azcuy Ameghino e Dougnac (2012) demonstram que, entre os anos de 1988 e 2002, aumentaram o número de propriedades acima de 1.000 ha e ao mesmo tempo desapareceram 54.000 propriedades (sendo que 85% delas eram menor de 200 ha).

Tabela 2 - Evolução do número de EAPs da Região Pampeana entre 1988 e 2002, segundo escala de extensão (quantidade e porcentagem)

	Até 25 ha	25,1 a 100	100,1 a 200	200,1 a 500	500,1 a 1000	1000,1 a 2500	Acima de 2500	Total
EAPs 1988	31.795	53.259	35.845	37.665	15.543	9.731	4.327	188.165
EAPs 2002	17.034	33.496	24.294	29.352	14.978	10.294	4.664	134.112
Diferença	14.761	19.073	11.551	8.313	565	563	337	55.163
Diferença %	-46,4	-37,1	-32,2	-22,1	-3,6	+5,8	+7,8	-28,7

Fonte: INDEC, CNA 1988 e CNA 2002 – citado por Azcuy Ameghino e Dougnac, 2012.

Nas regiões extra-pampeanas, anteriormente dedicadas à produção florestal, criação bovina e agricultura familiar, a expansão da fronteira agrícola sobre esses territórios foi impulsionada principalmente pelo uso de sementes transgênicas de soja adaptadas a solos menos férteis. Essa expansão resultou em deslocamentos de camponeses, causados por dificuldades econômicas e conflitos pela propriedade da terra, com destaque para a "compra fraudulenta de campos pelos empresários (escrituras falsas, títulos 'grilados', etc.) com participação – por ação ou omissão – de diferentes partes do Estado provincial, como peritos judiciais, juízes e policiais" (HOCSMAN, 2014, p. 35).

O agronegócio na Argentina atingiu um estágio avançado, com 11 das 20 maiores empresas exportadoras do país relacionadas à venda de produtos agrícolas em 2008. Esse cenário reflete a primarização da economia e a crescente importância das atividades agroexportadoras na Argentina. O setor do agronegócio, principalmente da soja, é dominado por um oligopólio de empresas que controlam todo o processo produtivo.

Esse oligopólio se estende desde empresas que comercializam o pacote tecnológico usado na produção até aquelas envolvidas na coleta, transporte, extração de óleo e armazenamento, controlando portos e ferrovias. A concentração de multinacionais na comercialização de grãos e maquinário agrícola, aliada à importação significativa desses equipamentos, evidencia a forte presença estrangeira no setor agropecuário argentino. A maior parte das empresas que controlam os portos, por exemplo, são de capital estrangeiro e "esta realidade está intimamente associada à liberalização do comércio e à privatização de portos e ferrovias, antes nas mãos do Estado, e liberalização do comércio de grãos, junto com o de carnes, quando encerrou as juntas nacionais em 1993" (HOCSMAN, 2014, p.37)

Azcuy Ameghino e Dougnac (2012) demonstram a concentração das multinacionais na comercialização de grãos e no comércio de maquinário. A comercialização dos grãos de soja é controlada por um oligopólio formado por apenas 6 empresas. Com relação a venda total de máquinas agrícolas, cerca de 70 a 90% das colhedoras e tratores são importados, principalmente do Brasil e Estados Unidos, enquanto parte significativa daquelas consideradas nacionais são produzidas por subsidiárias de empresas estrangeiras que se instalaram no país.

Com essa formação dos oligopólios e a integração vertical trazendo uma concentração econômica, surgem novas frações da burguesia agrária argentina – que agora já não são apenas aquelas ligadas à propriedade da terra – representadas basicamente por *contratistas*[7], "*pools de siembra*"[8] e grandes empresas (*sociedades*) agropecuárias[9].

3. <u>O agronegócio da carne e o modelo argentino do *feedlot*</u>

Desde o final dos anos 1980 a agricultura passou a ter uma grande expansão territorial e econômica na Argentina, reduzindo os espaços disponíveis para a pecuária. A produção de carne passou a ser deslocada territorialmente principalmente após as políticas neoliberais implantadas no país no início dos anos 1990 e ao mesmo tempo passou a ter mudanças na sua

---

[7] Os contratistas são prestadores de serviços voltados para a semeadura, colheita e outras operações de manutenção da lavoura

[8] De acordo com Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuária – INTA, "Pool de siembra¨ é qualquer uma das combinações possíveis pelas quais o cultivo é realizado. Uma forma frequente é a combinação do proprietário da terra, um contratista e um engenheiro agrônomo, que concordam com uma produção cada um contribuindo com seus recursos (terra, trabalho e insumos, respectivamente) e compartilhando lucros de acordo com sua participação. O organizador propõe um plano de atividades de plantio e, uma vez montado, oferece-o a potenciais investidores. O terreno em que é semeado é de terceiros e o contrato é arrendamento ou parceria. (TEUBAL, 2010, p. 5)

[9] Fusão entre o capital financeiro e a produção agropecuária, e que muitas vezes são responsáveis pela realização dos "pools de siembra" utilizando técnicas para o aumento da escala produtiva como agricultura de precisão – através máquinas com informatização e GPS – e geralmente envolvidas na compra ou no arrendamento das terras.

matriz produtiva. O que antes era uma produção tradicional com criação de gado a pasto, passou a ser produzida em espaços reduzidos e com alimentação a base de soja e concentrados.

Assim, de forma complementar à sojização, surgem os sistemas de criação de gado conhecidos como *feedlots*, que são formas intensivas de produção de carne em pequenos currais e com suplementação de grãos (ARBELETCHE; LITRE; MORALES, 2012, p. 63). Os *feedlots* passaram a ser visto pelo governo e pelos grandes pecuaristas como uma alternativa na competição com a soja e os altos preços da terra. O grande número desse sistema intensivo de criação de gado apareceu principalmente após os anos 1990 - quando a liberalização da economia, a conversibilidade do dólar e os preços internacionais das commodities agrícolas tornaram a exportação de carne pouco competitiva com relação a soja – e em pouco mais de duas décadas, "metade da carne consumida na Argentina foi produzida nos *feedlots*. Os animais são engordados intensivamente em espaços reduzidos, permitindo que a agricultura de exportação tenha uma quantidade maior de hectares disponíveis" (TEUBAL, 2010, p. 22).

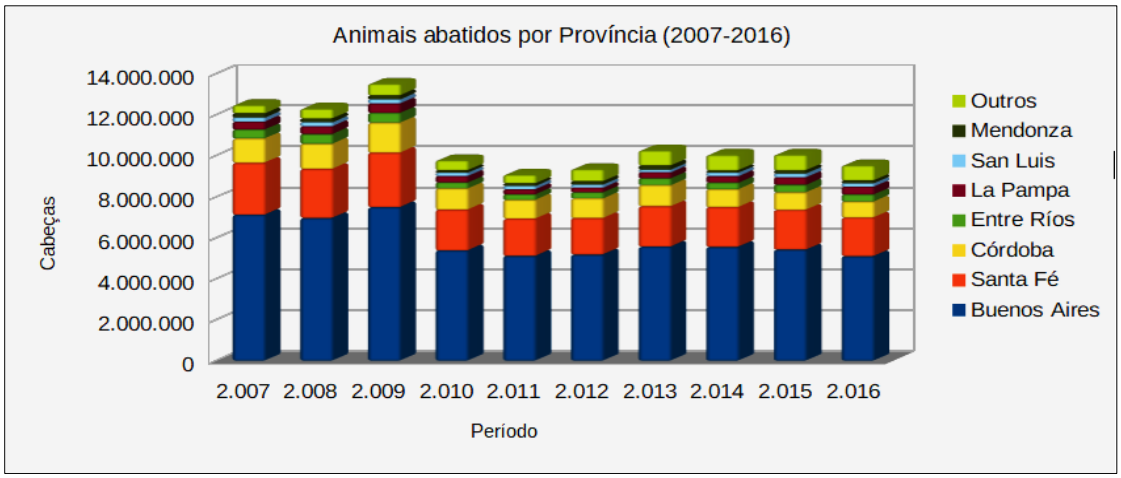
A sojização no país provocou uma redução no número de propriedades agrícolas em 24% aproximadamente – quase um quarto do total de EAPs – em sua maioria são pequenos produtores que deixam a atividade. Essa alteração representa também uma perda na qualidade da produção e afeta a disponibilidade e variedade de alimentos produzidos. Entre as atividades agropecuárias afetadas, desapaceram principalmente os produtores vinculados a pecuária e a produção de carne.

A intensificação produtiva na pecuária de corte, caracterizada pelo aumento da quantidade de animais por hectare, tornou-se uma estratégia complementar ao avanço da produção de soja e à diminuição da área disponível para o gado na Argentina. Esse processo resultou na redução do tamanho das propriedades produtoras de carne, com os animais sendo deslocados para áreas confinadas. O pasto foi substituído por alimentos concentrados, principalmente à base de farelo de soja. Capdevielle (2017) destaca que há uma competição capitalista entre a pecuária bovina e a agricultura, ambas utilizando as terras de forma extensiva, e o avanço de uma implica na redução de espaço para a outra, evidenciado no caso argentino pelo avanço da soja e a consequente redução da área disponível para a produção de carne. Porém, o autor alerta que a redução de hectares disponíveis para a pecuária não significa uma queda na produção de carne do país, ou seja,

> não apresenta uma queda em termos produtivos coincidente com a perda de espaço. Essa situação indicaria a implementação de certas mudanças na produção pecuária que permitiriam sustentar o estoque e a dinâmica ao longo do período analisado [1988 a 2012] (CAPDEVIELLE, 2017, p.3).

Ao analisar os dados de produção comparando as províncias do país, percebe-se ainda que a região pampeana é responsável por cerca de 90% dos animais abatidos na Argentina, com destaque para Buenos Aires, que é responsável por mais da metade da produção do país. O Gráfico 2, aponta o número de animais abatidos anualmente nas principais regiões do país, no período de 2007 a 2016. A província de Buenos Aires abateu 55,42% dos animais, seguida de Santa Fé, que é responsável por 19,66% e Córdoba, que teve 9,75% da produção nacional abatida.

Gráfico 2 – Abate anual de animais bovinos na Argentina por província



Fonte: Elaboração Própria com base em dados do SENASA: Informe Estadístico 2013 e 2016

As oscilações apresentadas dos índices no abate de animais bovinos e na exportação de produtos da pecuária bovina apresentadas nos gráficos anteriores são analisadas por Ameghino (2007); Arzac (2013); Capdevielle (2017), IPCVA (2006) e Arbeletche; Litre; Morales (2012), apresentando elementos da política adotada no país para controle de preços e das exportações, influências de outros setores do agronegócio argentino em especial a sojização, aspectos da economia nacional e internacional, fatores ambientais e ainda questões fitossanitárias da pecuária bovina. Cabe destacar alguns elementos:

a) a) A liberalização econômica e a conversibilidade do peso em dólar tornaram a carne argentina menos competitiva no mercado mundial, reduzindo as exportações do país. As crises econômicas, especialmente a de 2009, também impactaram negativamente.

b) A Argentina, antes livre da febre aftosa, enfrentou um ressurgimento da doença em 2000, levando ao fechamento quase total das exportações. Em 2006, outro foco da doença prejudicou as exportações para o Chile, um importante mercado.

c) O surgimento da doença da vaca louca, nos anos 1990, causou uma queda no consumo mundial de carne bovina, embora a Argentina não tenha registrado casos em seu território.

d) Intervenções do Governo Federal na política de preços da carne, incluindo limitações temporárias às exportações e criação de preços de referência, geraram protestos dos pecuaristas. Em março de 2006, o Governo havia publicado uma resolução que impedia temporariamente (180 dias) as exportações de carne, para que incentivasse o consumo interno das mercadorias (IPCVA, 2006, p.16 e 18). Em 2010, alguns frigoríficos fecharam unidades após desacordos com as políticas governamentais.

e) A sojização trouxe uma disputa territorial entre a pecuária de corte e a produção de commodities, com grande redução do espaço destinado aos pecuaristas tradicionais.

f) Alterações climáticas, como a grande seca de 2009, causaram elevada mortalidade de animais, levando os produtores a destiná-los para matadouros ou *feedlots*. Em 2010, o país tinha aproximadamente 10 milhões de animais a menos (GROBA, 2014).

3.1. O surgimento dos *Feedlots*

Ao longo do século XX a Argentina passou a ser conhecida mundialmente como um dos maiores produtores de carne bovina. Outros países que se destacam atualmente na produção mundial são os Estados Unidos, Brasil, União Europeia e China, os quais possuem produção superior à da Argentina, e ainda Índia e Austrália que aparecem abaixo no ranking.

No entanto, mais do que ser um grande produtor mundial em quantidade é também conhecida pela qualidade da carne exportada, que ao longo do século passado teve um investimento em genética e manejo que permitiu o seu reconhecimento. Outro elemento que garantiu essa qualidade foi a produção de animais criados à base de pasto em grandes fazendas.

Mas, a partir da última década do século passado, essa forma de produção modificou-se significativamente, quando a sojização empurrou a produção para dentro de currais e os animais passaram a ser engordados em grandes confinamentos, com ração à base de grãos, sistema conhecido no país como *feedlot*, usando um conceito estadunidense para descrever a sistema de confinamento. Segundo Teubal e Palmisano, os “animais são engordados de forma intensiva em espaços reduzidos permitindo que a agricultura de exportação tenha uma maior quantidade

de hectares disponíveis" (2010, p. 22). Já em 2009 os *feedlots* eram responsáveis pela metade da produção da carne consumida no país.

Para Palmisano (2016), a sojização afetou principalmente a província de Buenos Aires, onde a criação de gado e a produção de leite foram transformadas. Entre 1988 e 2008, por exemplo, a redução de produtores de leite foi de 62,8% na região. Entre 2008 e 2010, a quantidade de bovinos reduziu-se em cerca de 8,5 milhões de cabeças no país – perda equivalente a 15% do total nacional. O surgimento dos *feedlots* permitiu a criação de grandes quantidades de animais em espaços menores, permitindo que amenizasse a redução do rebanho nacional, mas não pode impedir essa queda na sua totalidade.

Assim, Palmisano sintetizará essa disputa de território entre a soja e a pecuária afirmando que

> ampliou-se um tipo de produção pecuária intensiva: os *feedlots*. Estes estabelecimentos são dedicados à engorda confinada de bovinos com ração balanceada. Essa técnica é complementar à expansão da soja, pois permite a substituição da alimentação de campo em pastagens por um sistema que requer extensões menores. (…) A expansão desse "novo" sistema de produção pecuária pode ser claramente colocada no registro do agronegócio, tanto por sua compatibilidade com o avanço da soja como por suas próprias características. A principal qualidade que se exerce para o sistema é a intensificação, pois em poucos hectares é possível realizar a engorda que, em condições tradicionais, teria necessidade de grandes extensões. Ao mesmo tempo, os custos de mão de obra não aumentam muito, pois apenas é necessária uma pessoa para cada 500 ou 1000 animais em engorda (PALMISANO, 2016, p. 24-25).

Esta nova forma de criação de gado é complementar à sojização descrita anteriormente, por permitir maiores áreas para a produção dos grãos exportados como commodities e ao mesmo tempo por representar agora um consumo de farelos para a alimentação animal, que antes eram praticamente à base de pastos. No entanto, a carne produzida será menos saborosa e mais gorda, devido à mudança na alimentação animal, o que significa um produto de menor qualidade quando comparado aos animais criados em áreas de pastagem. Também é uma forma de produção com maiores danos ao meio ambiente, com maiores taxas de contaminação local de água e do solo.

O Estado tem importante papel no avanço da quantidade de *feedlots* no país, beneficiando-os com subsídios e com menores taxas de impostos, além do incentivo à sojização. Entre os anos de 2007 e 2010, o total de compensações do Estado destinadas a produção em *feedlots* na Argentina foi de 1,5 bilhão de pesos argentinos. (TEUBAL; PALMISANO, 2010, p. 22-23)

Para além das questões ambientais e da qualidade da carne, o avanço dos *feedlots* acompanha também uma alteração do meio agrário argentino, tendo em vista que nem todos criadores de gado bovino afetados pela sojização tinham condições econômicas de iniciar os *feedlots*, e grande parte dos camponeses tiveram que sair da atividade pecuária, conforme já descrito anteriormente. Os *feedlots*, significam então, uma nova forma de concentração da produção pecuária no país.

4. Conflitos socioambientais

No contexto das políticas neoliberais e do modelo agroexportador, surgiram conflitos agrários na Argentina, caracterizados por concentração de terras, exploração de recursos naturais, criminalização e judicialização das lutas camponesas em defesa de seus territórios. O desaparecimento de pequenas propriedades, principalmente entre 1988 e 2002, foi atribuído a condições econômicas desfavoráveis e avanço tecnológico na agricultura. O desenvolvimento tecnológico, associado à expansão da sojização, influenciou a produção camponesa em toda a América Latina. A mecanização, inacessível aos pequenos produtores, levou ao surgimento de "contratistas" de maquinários. O aumento do uso de transgênicos e agrotóxicos trouxe problemas de saúde e ambientais.

A soja impulsionou a concentração de terras, aumentando a pressão sobre os preços e arrendamentos. Produtores familiares foram afetados, tornando-se "rentistas" ou vendendo terras. Para Hocsman, “dada a impossibilidade de competir por causa da escala, o acesso a maquinário, ou a alta rentabilidade da terra, aqueles produtores familiares anteriormente capitalizados [...] foram reconvertidos em rentistas” (2014, p.32). Muitos destes camponeses tiveram que vender suas terras – total ou parcialmente – ou se tornaram rentistas para os latifundiários. Essa situação se intensificou principalmente em períodos de queda internacional dos preços dos grãos, quando a renda desses camponeses diminuiu e eles ficaram pouco competitivos com os grandes proprietários. Em 2008, estimava-se que cerca de 60% da terra agrícola da Argentina era arrendada.

A territorialização do agronegócio se manifestou na exportação de modelos agrícolas, concentração territorial e controle social, incluindo judicialização das lutas camponesas. Na maioria dos casos, os conflitos agrários surgem a partir “da usurpação das terras das comunidades camponesas e indígenas por supostos proprietários, com a cumplicidade das autoridades judiciais, políticas e policiais para ampliar a produção de gado e o cultivo da soja” (HOCSMAN, 2014, p. 52).

O papel do Estado tem sido claro no apoio do agronegócio no país. Além de não propiciar políticas que defendam os camponeses, povos indígenas e da ausência de reforma agrária, o Estado tem políticas e fundamentos econômicos que são voltados para a territorialização do capital. O Estado apresenta políticas que beneficiam o setor agroexportador com uma expansão agrícola e ao mesmo tempo criminaliza as lutas do campesinato em defesa de seus territórios. Hocsman aponta dois eixos principais que sintetizam estes processos de territorialização do agronegócio:

> – Modelo agrícola orientado para a exportação ("sojização"), com ampliação da fronteira, concentração e ocupação dos territórios, com diminuição do número e da superfície das explorações agropecuárias; deslocamento da população rural, predominantemente camponesa-indígena.
>
> – Formas de controle social expressas na judicialização das estratégias de luta e resistência do campesinato-indígena em defesa de seu território, marcando uma nova fase de conflito social (HOCSMAN, 2014, p.46).

O neoliberalismo e a eliminação de organismos reguladores causaram variadas lutas populares, como greves e ocupações. O Estado, ao ser não intervencionista para manter camponeses no campo, adotou postura ofensiva na criminalização de suas lutas. Isso inclui acusações de usurpação, repressão policial, ordens de despejo e processos jurídicos, revelando um posicionamento favorável ao agronegócio e hostil aos camponeses. O Estado adotou o discurso neoliberal na ausência de políticas sociais para as classes desfavorecidas, enquanto protegeu interesses das classes dominantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O modelo econômico neoliberal implementado na Argentina, juntamente com o aumento do capital financeiro, teve repercussões significativas no setor agrícola do país, especialmente na expansão do agronegócio da soja. O crescimento desse setor resultou em lucros extraordinários e exerceu pressão sobre outras áreas de produção, resultando na degradação dos solos, dependência econômica e concentração de terras.

A expansão da cultura da soja, conhecida pelos pesquisadores argentinos como sojização, teve um impacto significativo na reorganização territorial da pecuária bovina. Esse fenômeno resultou no enfraquecimento da produção de carne, que anteriormente era o principal produto de exportação. Ao mesmo tempo, a sojização introduziu sistemas intensivos, como os *feedlots*, que reduziram o número de propriedades agrícolas e afetaram a qualidade da produção de carne.

A expansão da soja na Argentina resultou em conflitos socioambientais, com o deslocamento de comunidades rurais e a ocorrência de disputas territoriais. Além disso, essa expansão afetou áreas que antes eram cobertas por bosques nativos e teve impactos negativos na produção de alimentos e na segurança alimentar do país.

REFERÊNCIAS

ARBELETCHE, Pedro; LITRE, Gabriela; MORALES, Hermes. Ganadería familiar y transformaciones territoriales: Percepciones sobre el avance de los monocultivos en el bioma Pampa. **Re'vista Interdisciplinaria de Estudios Agrarios**, Buenos Aires, v. 36, p.57-87, 2012. Semestral. Disponível em: http://www.ciea.com.ar/revista-interdisciplinaria-de-estudios-agrarios/revista-num-36/. Acesso em: 28 ago. 2018.

ARGENTINA. **IPCVA. Instituto de Promoción de La Carne Vacuna Argentina**. 2018. Disponível em: http://www.ipcva.com.ar. Acesso em: 23 nov. 2018.

ARZAC, Rodolfo González. La lenta agonía del semental criollo. **Revista Crisis**, v. 9, jan. 2013. Disponível em: https://revistacrisis.com.ar/notas/la-lenta-agonia-del-semental-criollo. Acesso em: 17 jan. 2019.

AZCUY AMEGHINO, Eduardo; DOUGNAC, Gabriela Martínez. Evolución de la producción agrícola, estructura socioeconómica y acción colectiva en la pampa húmeda argentina, 1991-2010. **Revista ALASRU**: ANÁLISIS LATINOAMERICANO DEL MEDIO RURAL, Buenos Aires, v. 6, p.157-207, out. 2012.

AZCUY AMEGHINO, Eduardo; LEÓN, Carlos Alberto. La "sojización": contradiciones, intereses y debates. **Revista Interdisciplinaria de Estudios Agrarios**, Buenos Aires, p.133-157, nov. 2005. Disponível em: http://www.ciea.com.ar/web/wp-content/uploads/2016/11/Revista-interdisciplinaria-de-estudios-agrarios-23.pdf. Acesso em: 01 nov. 2018.

CAPDEVIELLE, Bruno. **Modificaciones productivas en la ganadería pampeana a partir del sostenimiento sectorial y la agudización de la competencia por el uso del suelo. 1988-2012**. TCC (Graduação) - Curso de Licenciatura En Economía, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2017

GROBA, Alejandra. Inversiones de Brasil y de EE.UU., en fuga por la política económica. **La Nación**. Buenos Aires, 07 jun. 2014. Disponível em: https://www.lanacion.com.ar/1698938-inversiones-de-brasil-y-de-eeuu-en-fuga-por-la-politica-economica. Acesso em: 13 jan. 2019.

HOCSMAN, Luis Daniel. Tierra, capital y producción agroalimentaria: despojo e resistencias en Argentina. In: ALMEYRA, Guillermo et al (Org.). **Capitalismo: Tierra y poder en América latina (1982-2012)**. Buenos Aires: Clacso, 2014. V. 1. p. 17-61.

IPCVA, Instituto de Promoción de La Carne Vacuna Argentina. **Mercado de carne vacuna en Argentina - estado de situacion y perspectivas**: El conflicto ganadero en un contexto

global. 2. ed. Buenos Aires: IPCVA, 2006. 24 p. (Cuadernillo Técnico N. 2). Disponível em: http://www.ipcva.com.ar/files/ct2.pdf. Acesso em: 23 nov. 2018.

PALMISANO, Tomás. El agronegocio sojero en Argentina: modelo extractivo en los mundos rurales. **Revista Economía.** Buenos Aires, Vol. 68, N.o 107 (mayo 2016), p.13–33

TEUBAL, Miguel. PALMISANO, Tomás. **El conflicto agrario en la Argentina (2008/2010)**: sojización vs. agricultura familiar de alimentos. Porto de Galinhas: VIII Congreso Latinoamericano de Sociología Rural. 2010**.**

DO CACAU AO CHOCOLATE: DINÂMICAS E PROCESSOS TERRITORIAIS DE REESTRUTURAÇÃO DA CACAUICULTURA BAIANA

Daniel dos Santos Macêdo[1]

Alcides dos Santos Caldas[2]

RESUMO

A cacauicultura baiana está passando por um momento singular em sua trajetória como atividade econômica culturalmente estabelecida na mesorregião sul da Bahia. Após a crise produtiva iniciada no fim da década de 1980, que reduziu a produção e provocou reestruturações em todo o sistema urbano-regional, o cultivo de cacau ressurge na região como um indutor econômico, baseando-se na produção de amêndoas de qualidade e na superação da destinação primária desses produtos, através da fabricação de chocolate e outros derivados. Este estudo busca identificar alguns dos elementos que delineiam a territorialização dessa nova dinâmica na região. Para tanto, faremos uso de suportes documentais e bibliográficos que estão inseridos nesse processo, que está atualmente em pleno curso.

Palavras-chave: Reestruturação Produtiva, Cacau, Chocolate, Sul da Bahia, Indicação de Procedência.

ABSTRACT

The cocoa farming industry in Bahia is experiencing a unique phase in its economic and cultural trajectory within the southern mesoregion of Bahia, Brazil. Following a productivity crisis that began in the late 1980s, causing a decline in production and triggering reconfigurations within the entire urban-regional system reliant on this activity, cocoa cultivation has resurged as an economic driver in the region. This resurgence is based on the production of high-quality cocoa beans and a shift away from the primary focus on raw production towards the manufacturing of chocolate and other derivatives. This study aims to outline key elements contributing to the territorialization of this new dynamic in the region. To achieve this, we draw upon documentary and bibliographic sources integral to this ongoing process.

Keywords: Productive Restructuring, Cocoa, Chocolate, Southern Bahia, Geographical Indication.

[1] Mestrando pelo Programa de pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia -UFBA, danielcamamu@gmail.com

[2] Professor do Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade Federal da Bahia UFBA, alcides.caldas@ufba.br

INTRODUÇÃO

Introduzida na região ainda no século XVIII, a atividade cacaueira se estabeleceu no sul da Bahia e, ao longo dos séculos seguintes, consolidou-se como uma atividade econômica de destaque. Alicerçada na dinâmica comum das grandes culturas agrícolas que comandam o setor primário da economia brasileira, baseada no monocultor e na grande propriedade.

A maneira como o cacau se territorializou fez com que comandasse a dinâmica de produção do espaço regional. No dinamismo do latifúndio, essa produção era comandada por uma elite coronelista. Assim, toda a região estava articulada na lógica da produção primária da cultura, atravessando diferentes momentos de crises produtivas e de mercado. Apesar de ao longo de sua trajetória ter vivenciado um ciclo de crises, o agravamento da doença regionalmente conhecida como "vassoura de bruxa", registrado pela primeira vez no final da década de 1980 e que se alastrou em larga escala pela região ao longo dos anos 1990 nas fazendas com lavouras carentes de boas condições fitossanitárias (FREITAS, 2009), representou um abalo sem precedentes na economia cacaueira, que viu a sua produção decair de 300 mil toneladas na safra 90/91 para pouco mais de 100 mil no período 2002/2003 (ROCHA, 2014).

A crise cacaueira representou um importante revés na base econômica regional, desencadeando uma série de processos socioespaciais em função da desestruturação da principal atividade econômica da região. Isso gerou um movimento de êxodo rural em direção aos centros urbanos. Por sua vez, o processo culminou em uma insurgência combinada de fatores, incluindo a falência dos grandes latifundiários que não tiveram opção senão vender suas terras para a política e reforma agrária, e a efervescência de trabalhadores rurais dos latifúndios falidos que aderiram aos movimentos sociais de luta pela terra.

O acesso à terra por novos agentes sociais torna-se, então, um importante ponto para a questão analisada. Uma vez que os assentados, com vínculo nos movimentos de luta pela terra, se estabelecem nos latifúndios, surge a necessidade de restauração das bases em consonância com as bandeiras dos movimentos. Assim, dentre outras atividades de diversificação, surge a produção de cacau, mas com nova destinação, não apenas das amêndoas em seu estado primário, mas na produção de chocolate e outros derivados.

Assim, esta análise justifica-se na medida em que constatamos que a região pós-crise sofreu um rearranjo produtivo, passando mais recentemente a operar com novos horizontes produtivos baseados no avanço da condição de região meramente produtora de matéria-prima para a possibilidade de produção de chocolate com indicação de procedência.

Esta nova perspectiva traz novas possibilidades e territorializa o chocolate enquanto atrativo, fazendo surgir novas possibilidades para o espaço agrário regional e sua lógica de produção, tendo em vista esta necessidade de avanço nas técnicas de produção primárias para uma lógica de beneficiamento e agregação de valor à produção**,** combinado com a criação de atrativos e políticas de formação baseadas na lógica do chocolate.

METODOLOGIA

A metodologia proposta visa examinar o processo em andamento de reestruturação produtiva regional, focalizando especificamente a territorialização do chocolate como elemento central nesse contexto. Para alcançar esse objetivo, empregaremos uma abordagem baseada em revisão bibliográfica, explorando a evolução e complexidade das questões relacionadas a essas transformações e dinâmicas que estão ocorrendo no espaço regional.

Nossa análise se fundamentará em contribuições significativas que oferecem leituras sobre a geograficidade do cacau e do chocolate na região sul da Bahia, como as obras de Rocha (2014), Neves (2018) e Xavier, Nascimento e Chiapetti (2021). Além disso, consideraremos teóricos que se dedicam a propor leituras territoriais relativas à dinâmica geral do processo, como Saquet (2006), e aqueles que abordam questões paradigmáticas na reestruturação produtiva, como os estudos de Locatel e Lima (2016) e de SCALCO et al (2022).

Adicionalmente, faremos uso de recursos documentais, especialmente no contexto educacional, para oferecer uma perspectiva sobre as questões abordadas nos projetos pedagógicos pertinentes a essa dinâmica, enriquecendo assim a compreensão dos aspectos educacionais envolvidos nesse processo de reestruturação.

DA CRISE CACAUEIRA A TERRITORIALIZAÇÃO DO CHOCOLATE COM ORIGEM NO SUL DA BAHIA

Na miríade de atividades que historicamente caracterizam a predominância agrária no direcionamento político e econômico brasileiro, a cacauicultura aparece como uma das atividades destacadas neste contexto de formação econômica e territorial

brasileira baseada no latifúndio e monocultura no espaço agrário. No caso do cacau, temos uma dinâmica especialmente mais complexa na região sul da Bahia, que para Santos (1957), era uma região cacaueira. O modelo sobre o qual se alicerçou a cacauicultura nas lavouras sul baianas fez com que essa atravessasse diferentes momentos de crise produtiva (GARCEZ, 1982; FREITAS, 2009; ROCHA, 2014).

O cultivo de cacau foi introduzido na região sul da Bahia por volta do final do século XVIII até o início do século XIX, juntamente com outras culturas como café e algodão (ROCHA, 2014). Até então, como em grande parte do território brasileiro, a cana-de-açúcar era predominante como atividade monocultora de exploração. Embora o cacau tenha sido inicialmente adaptado às condições regionais, sua relevância na economia da região e do Estado só se consolidou mais tarde, durante o século XX (FREITAS, 2009; DIAS, 2011; ROCHA, 2014). Foi somente nesse século que o cacau ganhou expressividade econômica, passando a operar no contexto do modelo de monocultura agroexportadora. Esse fortalecimento contribuiu para o dinamismo econômico do país, dentro do contexto da divisão internacional do trabalho daquela época (FREITAS, 2009).

No final da década de 1920, o cacau já possuía uma grande importância econômica, ocupando um espaço significativo no cenário agrário regional. Naquela época, era o principal produto de exportação da Bahia e o terceiro mais importante nas exportações do Brasil (FREITAS, 2009; MELIANI, 2014). No entanto, no final dessa mesma década, o cacau enfrentou sua primeira grande crise, devido à diminuição na demanda de exportação ocasionada pela crise mundial de 1929, afetando os principais compradores (MELIANI, 2014; ROCHA, 2014; AGUIAR; PIRES, 2019).

A última crise da lavoura cacaueira é um capítulo da socioeconômica regional ainda não superado, que ganhou corpo no início da década de 1990, mas que já perdura desde o final da década de 1980 (ROCHA, 2014; MELIANI, 2014). Os primeiros momentos desta singular virada nas perspectivas não foram fáceis, por ser um sistema baseado na monocultura e concentração de terra e violência dos coronéis.

A decadência produtiva vivenciada pela região cacaueira da Bahia com a crise que ocasionou uma série de transformações do espaço agrário regional que convergiram para diversos desdobramentos. Um dos reflexos foi a destinação de antigas fazendas em situação de endividamento para políticas de reforma agraria, que no contexto regional foi

fortemente marcado pela presença de ex-funcionários e trabalhadores rurais da cacauicutulra organizados movimentos sociais e sindicatos de luta pela terra. (TREVIZAN,2019).

O percurso para encontrar soluções para o problema enfrentado pela lavoura cacaueira é extenso e envolve uma variedade de esforços, incluindo a atuação de agentes públicos e privados em diversas frentes de pesquisa e iniciativas interinstitucionais. A CEPLAC e a Universidade Estadual de Santa Cruz desempenham papéis significativos na busca por alternativas para esse problema, que persiste por mais de 30 anos (NEVES, 2018). Por outro lado, a sociedade civil, em especial os assentamentos atrelados aos movimentos de luta pela terra, tem sido pioneira na busca por alternativas que abordem soluções ambientalmente corretas, priorizando a agregação de valor ao cacau. Historicamente, o cacau na região era considerado apenas um produto a ser exportado e beneficiado em outros territórios. Contudo, iniciativas lideradas por esses grupos têm buscado mudar essa perspectiva (AGUIAR; PIRES, 2019; XAVIER; NASCIMENTO; CHIAPETTI, 2021).

O Sul da Bahia tem se destacado no cenário nacional devido ao surgimento de dezenas de marcas de chocolate, a exemplo da BAHIA CACAU, situada no município de Ibicaraí. A BAHIA CACAU consiste na marca de chocolate e outros derivados de cacau gerida pela Cooperativa da Agricultura Familiar e Economia Solidária da Bacia do Rio Salgado e Adjacências – COOPFESBA, que desde 2010 administra a marca e conta com uma agroindústria familiar para a produção de chocolate proveniente dos cooperados (BAHIA CACAU, online). Assim como a supracitada, existem diversas outras iniciativas no sentido da produção de chocolate, desde empreendimentos individuais até aqueles articulados pela organicidade de assentados, cooperativas e associações rurais.

Segundo Dantas et al. (2020), entre os anos 1980 até meados dos anos 2000, havia apenas uma marca de chocolate na região. Porém, até julho de 2018, esse número havia aumentado para 55 marcas, e em setembro de 2019, já eram contabilizadas 74 marcas locais. Isso demonstra o quanto essa dinâmica tem se territorializado em uma região que historicamente cultivou, em condições específicas de um sistema agroflorestal particular da região, conhecido como sistema agroflorestal das cabrucas.

OS NOVOS HORIZONTES DA CACAUICULTURA BAIANA

A inserção do nexo chocolateiro revigora as expectativas cristalizadas nas estruturas regionais embasadas na cacauicultura, de maneira que ressurgem, a partir desse movimento, antigos agentes que, no presente, participam do processo de reinvenção da dinâmica regional. Essa baseia-se na produção de cacau e chocolate, abrangendo grande parte da mesorregião sul, bem como a antiga zona do cacau analisada por Milton Santos em 1955 (Figura 1), a qual agora se redesenha a partir da lógica da Indicação Geográfica (IG), distinguindo a procedência dessa produção regional das demais.

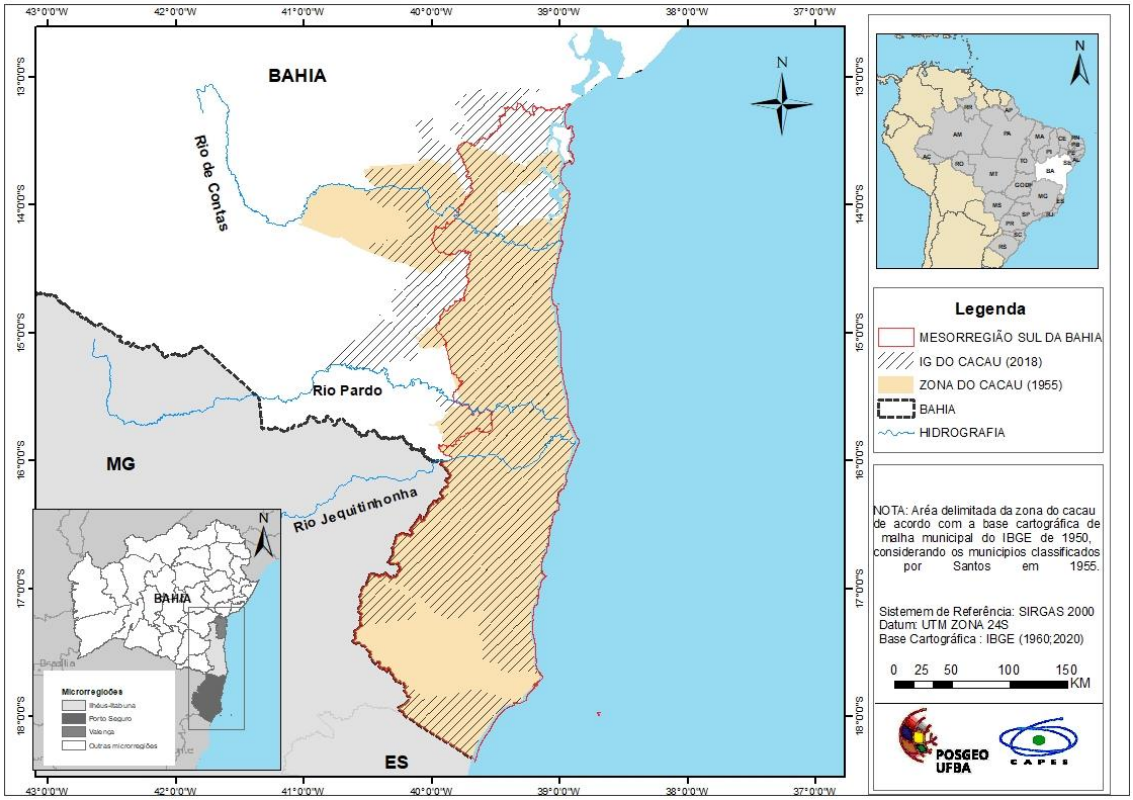


Figura 1: Regionalizações da cacauicultura baiana. Fonte: organizado pelos autores, 2023.

Dessa maneira, através do instrumento da IG, temos a consolidação da cacauicultura baiana sob uma nova ótica produtiva, a da qualidade, associada aos atributos territoriais. Esses, por sua vez, passam a estar protegidos pelo selo distintivo da IG de Procedência Sul da Bahia., registrada no INPI em 24/04/2018. Assim, verificamos que essa ferramenta opera como uma importante promotora do rearranjo regional, uma vez que atua no seguinte sentido:

> A produção de produtos em determinadas regiões, pela reputação condicionada ao "saber fazer", tradição ou costumes locais, é uma estratégia que aproxima a produção e o consumo de alimentos, o que muitas vezes quebra a barreira espacial. Portanto, tais conhecimentos não estão condicionados à proximidade fisica entre a produção e o consumo, mas são agregados ao produto. E para que

> essa dinâmica entre produção e consumo seja estabelecida, mecanismos como selos e certificados têm sido utilizados para intermediar as relações econômicas entre agentes dispersos e anônimos[...].Tendo em vista a valorização das características de produtos relacionadas ao território, as Indicações Geográficas (IGs) cumprem um papel fundamental que rompe as barreiras espaciais, buscando informar ao consumidor características, tais como, os modos de produção, a vocação da região e as características geográficas que impactam na qualidade do produto e o distingue dos demais (SCALCO et al, 2022, P. 231).

Então, no sentido do que Scalco et al (2022) , aponta, temos novos sentidos para produção cacaueira sul da Bahia dessa vez numa perspectiva com fortes diferenciais de mercado que garantem de certo modo uma valorização para essa produção com base territorial nos 83 municípios circunscritos na IG. No entanto, cabe uma especial atenção para ciência que se trata de um processo de reestruturação também de capital, e desse modo a produção sul baiana, bem como as terras e os que ela possui estão diante de uma retomada na capitalização.

Nesse sentido, Locatel e Lima (2016), fazem lembrar o quanto dinâmico é o processo de reestruturação produtiva do capital, na medida que tal processo não se realiza de maneira dissociada do território e da técnica. Assim, a territorialização da dinâmica cacau-chocolate passa se materializar em diferentes âmbitos, do que outrora operava apenas enquanto uma região do cacau, que finalizava seu processo no território sul baiano, ainda em seu estado primário, uma vez que se destinava para fins produtivos que se realizavam para além da região.

Uma das frentes que demonstram o quanto a região tem operado no sentido de uma nova lógica para sua produção pode ser observada no quadro 1. Podemos aferir que o Estado, através do campo educacional, tem procurado dotar a região de uma especialização técnico-científica no âmbito do cacau-chocolate, conforme o que Scalco et al. (2022) classificam como uma virada para a qualidade, e Locatel e Lima (2016) enquanto reestruturação produtiva do capital.

Nesse sentido, observamos que as ações intersetoriais da reestruturação regional chegam ao campo educacional, propondo uma ênfase para o sistema produtivo em ascensão. Temos exemplos desse processo desde o ensino médio-técnico, passando por uma graduação criada pela Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), até uma pós-graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IFBAIANO), *Campus* de Uruçuca.

Quadro 1: Inciativas educacionais na região no âmbito da dinâmica cacau-chocolate

Instituição	**Curso- Nível**	**Criação**
Centro de Educação Profissional Da Floresta Do Cacau e do Chocolate Milton Santos - Assentamento Terra Vista	Agroindústria (Ênfase em Cacau e Chocolate) - Técnico integrado ao médio	-
Centro Territorial de Educação Profissional do Baixo Sul- Fábrica Escola de Cacau e Chocolate	Nutrição e dietética (Ênfase em Cacau e Chocolate) - Técnico	2017
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IFBAIANO)	Ciência e Tecnologia de Alimentos (Ênfase em Cacau e Chocolate) – Pós graduação *Lato Sensu*	2017
Centro Estadual De Educação Profissional do Chocolate Nelson Schaun	Agroindústria (Ênfase em Cacau e Chocolate) - Técnico integrado ao médio	2020
Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB)	Tecnologia em Produção de Cacau e Chocolate - Graduação	2022

Fonte: Dados da Pesquisa, 2023.

Por outro lado, a inclusão da temática do sistema cacaueiro nas instituições de ensino não é completamente nova, especialmente após o estabelecimento da crise, quando o ecossistema de pesquisa regional voltou-se para estudos sobre essa questão. No entanto, esses estudos eram realizados em contextos transversais e dentro de disciplinas já consolidadas nas ciências. A questão central neste atual estágio de retomada regional é que esses cursos, atualmente em destaque, estão surgindo em função do novo horizonte que se delineia na região e que se consolida e ganha uma governança com uma diversidade de agentes a partir da concessão do registro da IG em 2018.

Desse modo, percebe-se que a região, em pleno desenvolvimento do processo em curso, está passando por uma especialização. Essa transformação reflete em vários âmbitos, direta e indiretamente relacionados à dinâmica regional. Podemos observar, por exemplo, a perspectiva dos cursos com ênfase cacaueira, nos quais a transversalidade está intrinsecamente ligada à ideia do turismo sobre o novo produto de origem regional (IFBAIANO, 2017; UFSB, 2022). Além disso, conceitualmente, conforme os termos de Santos (2006), podemos compreender como uma refuncionalização das rugosidades cacaueiras regionais em sua dinâmica pretérita, que era unicamente pautada na produção primária.

Neste sentido, pode-se constatar que a antiga região do cacau, como descrita nos estudos de Santos (1955) durante seu período áureo, ou mesmo em seu período de maior

crise produtiva, conforme analisado por Rangel e Tonella (2013) e Rocha (2014), está vivenciando um novo momento. Notavelmente, os movimentos socioterritoriais estão dando origem à produção de derivados do cacau como uma forma de lidar economicamente com a conjuntura de crise. Essa abordagem está ganhando destaque e se consolidando pela ampliação dessa perspectiva para toda a região.

Inicialmente, surge como uma oportunidade de agregar valor a partir de uma produção primária mais qualificada, como analisa Neves (2018). Isso representa o que pode ser classificado como uma virada em direção à qualidade (SCALCO et al., 2022), uma lógica pela qual se busca uma oficialização distintiva da produção regional. É nessa lógica que diferentes agentes buscam a IG de Procedência Sul da Bahia.

Atrelado a esse processo, surgem também novas dinâmicas diretamente relacionadas, como no âmbito do turismo e premiações à produção regional, como aponta Dantas et al (2020). A partir dos anos 2000, produtores passam a promover eventos como o Festival Internacional do Cacau e Chocolate, realizado anualmente em Ilhéus, bem como premiações advindas de outros eventos no circuito. Além disso, conforme apontado por Machado et al (2018), durante o 10º Festival Internacional do Cacau e Chocolate de Ilhéus, foi inaugurada a rota turística do chocolate. Essa rota consiste numa estrada temática entre os municípios de Ilhéus e Uruçuca, contando com fazendas e fabricantes de chocolate com origem na região (MACHADO et al, 2018).

E, assim, no limiar desse processo, chegamos ao que já foi analisado por Dantas et al. (2020) e Xavier, Nascimento e Chiapetti (2021) como um processo em pleno curso e ascensão. Nesse contexto, verifica-se o estabelecimento de novos significados na produção do espaço, promovendo a territorialização de uma nova perspectiva econômica. Conforme proposto por Saquet (2006), a territorialização é resultado de um processo histórico e dessas relações transescalares, culminando na valorização da produção sul-baiana e na emergência de novos processos territoriais, e desse modo, nosvos estudos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o chocolate, surgem novos conteúdos e possibilidades. O avanço na lógica de produção unicamente pautada na produção de amêndoas de cacau para uma dinamização com o fabrico de chocolate e outros derivados com forte apelo territorial da

cacauicultura no sul da Bahia, surge no contexto de franca decadência da lavoura. Tais processos convergem para uma dinamização da dinâmica territorial que outrora era fortemente marcada apenas pelo cacau e se amplia com o conteúdo do chocolate que já aparece enquanto indutor em atividades como o turismo e demandas educacionais especializadas.

Assim, cabe pontuar o pioneirismo na visão contra hegemônica dos movimentos socioterritoriais a lógica de superação de sistema de produção unicamente voltado para produção de amêndoas. Movimentos sociais e assentados têm dado exemplo ao criarem e gerirem suas próprias marcas de chocolate demarcando uma singular virada na divisão territorial do trabalho.

Tendo em vista a atualidade do processo, a dinâmica de territorialização da perspectiva cacau-chocolate no sul da Bahia, abre-se a lacuna por uma agenda de pesquisa para melhor compreender tal processo, sobremodo no âmbito da recapitalização e na busca de novas espacialidades e modos de maximizar a produção que está em ascensão em seu contexto mercadológico.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Paulo César; PIRES, Mônica. A região cacaueira do sul do estado da Bahia (Brasil): crise e transformação. **Cuad. Geogr. Rev. Colomb. Geogr.**, Bogotá, v. 28, n. 1, p. 192-208, 2019.

BAHIA CACAU. COOPFESBA - Cooperativa dos Produtores Orgânicos do Litoral da Bahia. Disponível em: https://www.bahiacacau.com.br/a-coopfesba/. Acesso em: 30 de nov de 2023.

DANTAS, Paulo César et al. O mercado de chocolate no sul da Bahia. **DRd - Desenvolvimento Regional em debate**, v. 10, p. 54-73, 2020

DIAS, Marcelo. **Farinha, madeiras e cabotagem**: a Capitania de Ilhéus no antigo sistema colonial. 1. ed. v. 1. Ilhéus: Editus, 2011.

FREITAS, Hingryd. **A questão (da reforma) agrária e apolítica de desenvolvimento territorial rural no litoral sul da Bahia**. Dissertação de Mestrado (IGEO/UFBA). Salvador-BA, 2009.

GARCEZ, Angelina. Economia Cacaueira da Bahia: Crises e Mudanças. **Universitas** 30 (1982): 103-115. 1982.

MACHADO, Sayonara et al. Arranjo produtivo na produção do chocolate no município de Ilhéus: análise swot relacionada ao desenvolvimento local. **Caribeña de Ciencias Sociales**, , 2018.

MELIANI, Paulo Fernándo. Políticas Públicas e Produção do Espaço no Sul da Bahia: Análise da Situação por Município dos Projetos de Reforma Agrária na Microrregião de Ilhéus-Itabuna. **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, v. 3, n. 1, p. 231-255, 2014.

LOCATEL, Celso; LIMA, Fernanda Laise Silva. Territórios rurais e reestruturação produtiva do capital no Rio Grande do Norte. **Formação (Online)**, v. 1, n. 23, 2016.

RANGEL, Maria Cristina; TONELLA, Celene. A crise da região cacaueira do sul da Bahia/Brasil e a reconstrução da identidade dos cacauicultores em contexto de adversidades. **Geoingá: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia**, v. 5, n. 1, p. 77-101, 2013.

ROCHA, Lurdes. **A região cacaueira da Bahia - dos coronéis à vassoura-de-bruxa: saga, percepção, representação**. 2 ed. Ilhéus, BA: Editus, 2014.

SANTOS, Milton. **Zona do cacau, introdução ao estudo geográfico**, Companhia Editora Nacional.2. ed. São Paulo, 1957.

SANTOS, Milton**. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4.ed. Edusp, 2006.

SAQUET, Marcos Aurelio. Proposições para estudos territoriais. **GEOgraphia**, v. 8, n. 15, 2006.

SCALCO, Andréa et al. A virada da qualidade em cadeias de distribuição longas: a percepção do consumidor de produtos agroalimentares com selos de reputação socioambiental. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 59, 2022.

TREVIZAN, Salvador. Uma relação sociedade natureza: a crise do cacau e o movimento social pela terra no Sul da Bahia, nos anos 90. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 36, n. 3, p. 81-98, 2019.

UFSB. **Projeto Pedagógico de Curso de Tecnologia em Produção e Cacau e Chocolate**. Universidade Federal do Sul da Bahia. Campus Universitário Jorge Amado. Centro de Formação em Ciências Agroflorestais. Itabuna – Bahia, 2022.

XAVIER, Laís; NASCIMENTO, Francisco; CHIAPETTI, Jorge. Da crise regional às novas dinâmicas de especialização da produção de cacau no Sul da Bahia. **Caminhos de Geografia**, v. 22, n. 79, p. 77-96, 2021

RODOVIA BR-163: DEZ ANOS DEPOIS

Eduardo Margarit[1]

Cleuton Pinto Miranda[2]

RESUMO

A Rodovia BR-163 no trecho entre Cuiabá, no Mato Grosso, e Santarém, no Pará, foi construída na década de 1970 no contexto das grandes obras de infraestrutura da ditadura militar na Amazônia. Sua construção significou a expansão do modelo de desenvolvimento da região Centro-Sul e, consequentemente, da fronteira capitalista sobre as terras da Amazônia. Em 2009, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) incluiu a pavimentação dos mais de mil quilômetros do trecho paraense da rodovia, permitindo a melhor trafegabilidade de passageiros e cargas para as cidades e comunidades do entorno, mas, principalmente, viabilizando uma nova rota de exportação para o agronegócio por meio dos portos da região Norte. A primeira pesquisa sobre o processo de pavimentação da BR-163 e suas consequências socioespaciais foi feita entre os anos de 2010 e 2011. Naquele contexto as obras de pavimentação ainda estavam na fase inicial e, portanto, não havia se estabelecido ainda as condições para a concretização no novo corredor de exportação do agronegócio por meio da rodovia. Dez anos depois, em 2021, a realização de uma nova pesquisa teve o objetivo de estabelecer uma comparação com a situação encontrada dez anos antes. Com a pavimentação da rodovia e a criação de infraestrutura logística houve a expansão do agronegócio nas terras ao longo da rodovia no estado, caracterizando a expansão da fronteira capitalista como fruto da pavimentação.

Palavras-chave: Circuitos espaciais da produção, Fronteira capitalista, Território-rede.

ABSTRACT

The BR-163 Highway in the stretch between Cuiabá, in Mato Grosso, and Santarém, in Pará, was built in the 1970s in the context of the military dictatorship's major infrastructure works in the Amazon. Its construction meant the expansion of the Center-South region development model and, consequently, of the capitalist frontier over the Amazon lands. In 2009, the Growth Acceleration Program (PAC) included the paving of more than a thousand kilometers of the highway Pará section, allowing better traffic for passengers and cargo to the surrounding cities and communities, but, mainly, enabling a new route export for agribusiness through ports in the North region. The first research on the BR-163 paving process and its socio-spatial consequences was carried out between 2010 and 2011. In that context, the paving works were still in the initial phase and, therefore, the conditions for the implementation of the new agribusiness export corridor via the highway. Ten years later, in 2021, new research was carried out with the aim of

[1] Professor do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Amapá - UNIFAP, eduardo.margarit@unifap.br

[2] Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Amapá - UNIFAP, cltnpntmrnd@gmail.com

establishing a comparison with the situation found ten years earlier. With the paving of the highway and the logistical infrastructure creation, agribusiness expanded on land along the highway in the state, characterizing the expansion of the capitalist frontier because of paving.

Keywords: Capitalist border, Spatial circuits of production, Territory-network.

INTRODUÇÃO

A Rodovia BR-163 no trecho entre Cuiabá, no Mato Grosso, e Santarém, no Pará, foi construída na década de 1970 no contexto das grandes obras de infraestrutura da ditadura militar na Amazônia. Sua construção significou a expansão do modelo de desenvolvimento da região Centro-Sul e, consequentemente, da fronteira capitalista sobre as terras da Amazônia. Inicialmente o processo de expansão capitalista foi mais acentuado no trecho matogrossense da rodovia, por ter sido progressivamente pavimentado ao longo das décadas de 1980 e 1990. A apropriação das terras do seu entorno pelo agronegócio representou a materialização desse processo de expansão, causando inúmeros impactos socioespaciais.

Em 2007 tem início uma nova etapa deste processo de expansão capitalista ao longo da BR-163, desta vez, em um contexto político diferente. O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) incluiu a pavimentação dos mais de mil quilômetros do trecho paraense da rodovia, permitindo a melhor trafegabilidade de passageiros e cargas para as cidades e comunidades do entorno, mas, principalmente, viabilizando uma nova rota de exportação para o agronegócio por meio dos portos da região Norte. O processo de pavimentação iniciado em 2009 representou uma nova etapa de intensificação de impactos socioambientais e conflitos pela posse e uso da terra ao longo da rodovia.

O interesse sobre o assunto levou este pesquisador a estabelecê-lo como objeto de pesquisa durante a realização do mestrado em Geografia entre os anos de 2010 e 2011, realizando trabalhos de campo e levantamento de dados primários e secundários sobre o processo de pavimentação da BR-163 e suas consequências socioespaciais (MARGARIT, 2012). Naquele contexto as obras de pavimentação ainda estavam na fase inicial e, portanto, não havia se estabelecido ainda as condições para a concretização no novo corredor de exportação do agronegócio por meio da rodovia, porém, foram diagnosticados diversos conflitos e impactos da obra. Dez anos depois, em 2021, a realização de uma nova pesquisa teve o objetivo de estabelecer um novo diagnóstico da

dinâmica socioespacial ao longo da rodovia e realizar uma comparação com a situação encontrada dez anos antes. Os resultados desta pesquisa são apresentados neste trabalho.

METODOLOGIA

Para alcançar o objetivo proposto foi realizado o trabalho de campo de forma a obter dados primários capazes de estabelecer uma comparação, diagnosticando as transformações ocorridas ao longo da rodovia BR-163 após a conclusão de sua pavimentação dez anos depois. O trabalho de campo foi realizado em julho de 2021 percorrendo de automóvel o trecho entre Santarém e Cuiabá, com paradas estratégicas nas principais cidades. Ao longo da viagem foram constatadas as transformações que ocorreram nestes dez anos e registradas em fotografias e anotações.

Para consubstanciar o registro realizado durante o trabalho de campo e entender quantitativamente estas transformações, foi realizado também um levantamento de dados secundários sobre a posse e uso da terra, assim como da população no perímetro estudado, para fins de comparação. Nesta etapa, mapas, gráficos e tabelas ajudaram a revelar as transformações espaciais, produtivas e demográficas ocorridas entre 2011 e 2021.

Como ponto de partida para o referencial teórico-metodológico da pesquisa e análise e interpretação dos dados foram utilizados o conceito de redes, em especial, aquelas adjetivadas de redes técnicas. Também é abordado e o conceito híbrido território-rede proposto por Marcelo Lopes de Souza (2013) e Rogério Haesbaert (2009), para explicar a relação de contiguidade de territórios descontínuos, visto ser esta hipótese que se apresenta em relação à dinâmica econômica da fronteira capitalista na Amazônia. Para balizar o debate em torno das relações econômicas na fronteira capitalista foi adotada a categoria geográfica circuitos espaciais da produção, oriunda da obra de Milton Santos (1986; 1988; 1996), por melhor enquadrar os fenômenos investigados.

REFERENCIAL TEÓRICO

Para consubstanciar de forma elementar a análise sobre o reordenamento territorial provocado pela implantação de redes técnicas verificou-se a necessidade de utilizar como ponto de partida a obra de Milton Santos: A natureza do espaço, que aborda a existência de um processo de racionalização do espaço sob os moldes do capitalismo mundial e demarca a emergência de um meio técnico-científico-informacional, constituindo as bases de uma ordem social planetária (SANTOS, 1997).

O meio técnico-científico-informacional é o período iniciado imediatamente após a segunda guerra mundial, que se consolida na década de 1970, e se caracteriza pela profunda interação entre técnica e ciência, que permite a transformação do mercado em um mercado global. A materialidade deste período se traduz no espaço geográfico em um conjunto de sistemas de objetos e sistemas de ações, constituindo sistemas técnicos. Há, portanto, uma intencionalidade na concepção de objetos no espaço geográfico, a fim de dotá-lo de maior fluidez e capacidade produtiva (SANTOS, 1997).

Para sedimentar a relação estabelecida entre o meio técnico-científico-informacional e o espaço geográfico torna-se indispensável compreender a relação de fluxos estabelecidos por meio das redes. Rede é um conceito que traduz muito da aplicabilidade espacial do meio técnico-científico-informacional e, de certa forma, por isso, é um conceito que ganhou maior notabilidade na ciência geográfica a partir do final do século XX. Entretanto, Marcelo Lopes de Souza assegura que o conceito não é novo, mas é revigorado a cada avanço de qualidade de inovações técnicas, passando por um rejuvenescimento teórico-conceitual (SOUZA, 2013).

Leila Christina Dias (2009, p.142-143) afirma que "Desde a década de setenta, as inovações técnicas deram lugar a uma vasta literatura sobre o papel das redes na organização territorial", mas também ressalta que há uma questão mais ampla que precisa ser levada em consideração: a técnica e sua capacidade de criar condições que antes não existiam e promover mudanças econômicas e territoriais. As redes expressam a fluidez da circulação, de mercadorias a informações, os fluxos pressupõem a existência das redes e sua capacidade de conexidade (DIAS, 2009). Não há rede sem fluxos, como não há fluxos sem que se estabeleçam conexões em rede. O caráter territorial é o que faz da rede um componente geográfico.

A técnica aparece como instrumento de materialização das redes, ou criação de condições para que se estabeleçam os fluxos. As redes adjetivadas de técnicas resumem a capacidade do ser humano de empreender os fluxos e tal prerrogativa ganha relevância cada vez maior no estágio atual de evolução da humanidade. Sob o contexto do sistema capitalista mundial há a necessidade de fluxos de toda ordem, necessários ao processo de acumulação de capital. Para tanto, os atores hegemônicos engendram as redes técnicas necessárias à melhor fluidez e reprodução do sistema, retroalimentando e expandindo a rede, como destaca Milton Santos:

> Uma das características do mundo atual é a exigência de fluidez para a circulação de idéias, mensagens, produtos ou dinheiro, interessando aos atores hegemônicos. A fluidez contemporânea é baseada nas redes técnicas, que são um dos suportes da competitividade. Daí a busca voraz de ainda mais fluidez, levando à procura de novas técnicas ainda mais eficazes. A fluidez é, ao mesmo tempo, uma causa, uma condição e um resultado (SANTOS, 1997, p. 218).

Portanto, as redes técnicas compreendem o tecido infraestrutural capaz de dotar o espaço geográfico com os elementos necessários à criação das condições ao desenvolvimento do capitalismo, criando territórios competitivos para o capital. A pavimentação de rodovias, a implantação de sistemas de telecomunicações, a construção de usinas hidrelétricas e linhas de transmissão, a reestruturação e ampliação de portos e aeroportos, entre outros, são elementos capazes de agregar maior fluidez ao espaço geográfico, permitindo, assim, o desenvolvimento econômico nos moldes do capitalismo mundial.

No processo de ordenamento territorial do capitalismo Santos (1988) oferece uma proposta a partir da análise dos "circuitos espaciais da produção". Segundo ele, as especializações espaciais, oriundas da distribuição de atividades nos lugares e da divisão territorial do trabalho, revelam uma dimensão relativamente estática. Para entender a dinâmica do território é necessário analisar os fluxos existentes, por isso, sob o aspecto dos circuitos espaciais da produção se torna possível estabelecer análises mais dinâmicas e abrangentes (SANTOS; SILVEIRA, 2001).

> O mundo encontra-se organizado em subespaços articulados dentro de uma lógica global. Não podemos mais falar de circuitos regionais de produção. Com a crescente especialização regional, com os inúmeros fluxos de todos os tipos, intensidades e direções, temos que falar de circuitos espaciais da produção. Estes seriam as diversas etapas pelas quais passaria um produto, desde o começo do processo de produção até chegar ao consumo final (SANTOS, 1988. p.49).

Desta forma, o processo de reorganização agroindustrial teria resultado em uma superação dos "complexos" para dar lugar a "circuitos", intrínsecos à noção de redes. Associados aos circuitos produtivos estão os círculos de cooperação, que são representados pelos fluxos de capital, informações, mensagens, ordens, entre outros. Assim, as cidades representam nós fundamentais da rede, para onde estes fluxos convergem e se superpõem (SANTOS, 1994).

A estratégia do capital é unir através dos círculos de cooperação entre as diversas empresas o que o recente processo de reorganização territorial do sistema produtivo havia separado, com a distribuição das atividades em diversas empresas e lugares. Os circuitos espaciais da produção associados aos círculos de cooperação atuam de forma complementar e revelam usos diferenciados de cada território, permitindo a compreensão de suas escalas variáveis, desde a regional até a global (SANTOS; SILVEIRA, 2001).

Nesse contexto, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado em 2007, representou uma iniciativa de consolidação de redes técnicas capazes de dotar o território da fluidez necessária ao desenvolvimento dos circuitos espaciais da produção. No recorte espacial em questão, trata-se da pavimentação do trecho paraense da rodovia BR-163, integrando os circuitos produtivos do agronegócio matogrossense aos portos da Região Norte, e incorporando novas terras aos circuitos.

Sobre as redes técnicas consolidadas com o Pac e a expansão do desenvolvimento dos circuitos produtivos do agronegócio é fundamental estabelecer um parâmetro conceitual que desponta como necessário nessa etapa do desenrolar deste texto. Cabe levantar a associação feita entre os conceitos de território e rede por Marcelo Lopes de Souza (2013) e Rogério Haesbaert (2009). Estes autores propõem o uso do conceito híbrido território-rede ou território em rede para explicar a relação de contiguidade de territórios descontínuos.

A precariedade da rodovia BR-163 antes da pavimentação não permitiu a contiguidade do ordenamento territorial capitalista, ou seja, por extensão e conectividade das rodovias da região Centro-Sul. Com a pavimentação, a contiguidade territorial do capitalismo se estendeu no estado do Pará por meio da atuação das redes, que conectou o território descontínuo aos circuitos produtivos do capitalismo global. Nesse contexto, o binômio território-rede se apresenta como uma possibilidade conceitual capaz de esclarecer o processo de ordenamento territorial impresso pela expansão dos circuitos produtivos do agronegócio ao longo do trecho paraense da BR-163.

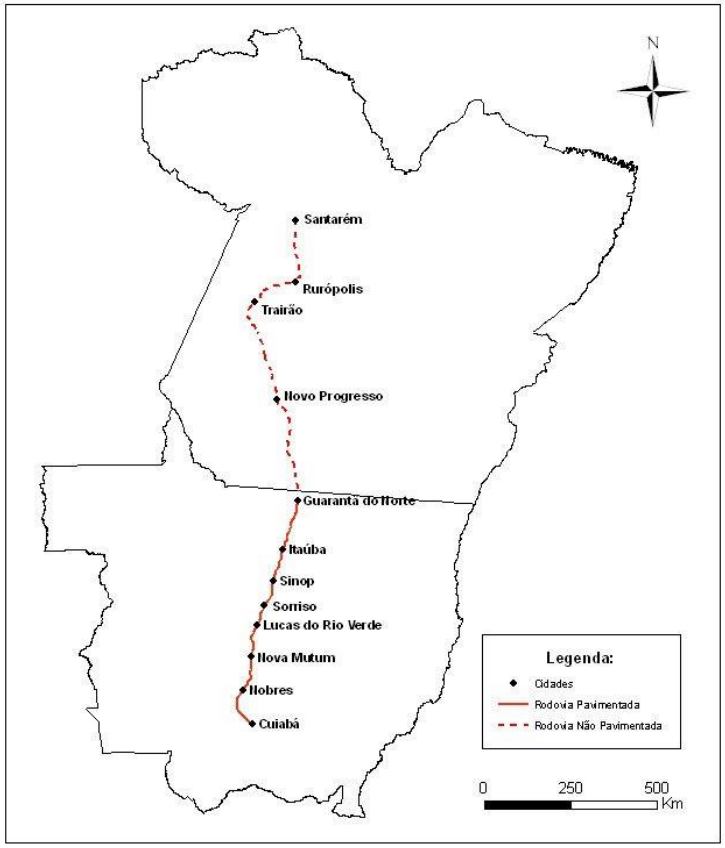
Em síntese, é possível depreender que a expansão dos circuitos produtivos do agronegócio é um processo que reúne porções territoriais desconexas espacialmente por meio de redes capazes de anexar territórios aos circuitos espaciais da produção capitalista mundial. Esta dinâmica só se tornou possível devido ao desenvolvimento das redes técnicas, que permitiram conectar territórios descontínuos sob uma mesma lógica. Forma-se, assim, um território-rede do capitalismo mundial, que tece estratégias de

aproveitamento do potencial logístico-localizacional e bens naturais por meio das redes técnicas disponíveis.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

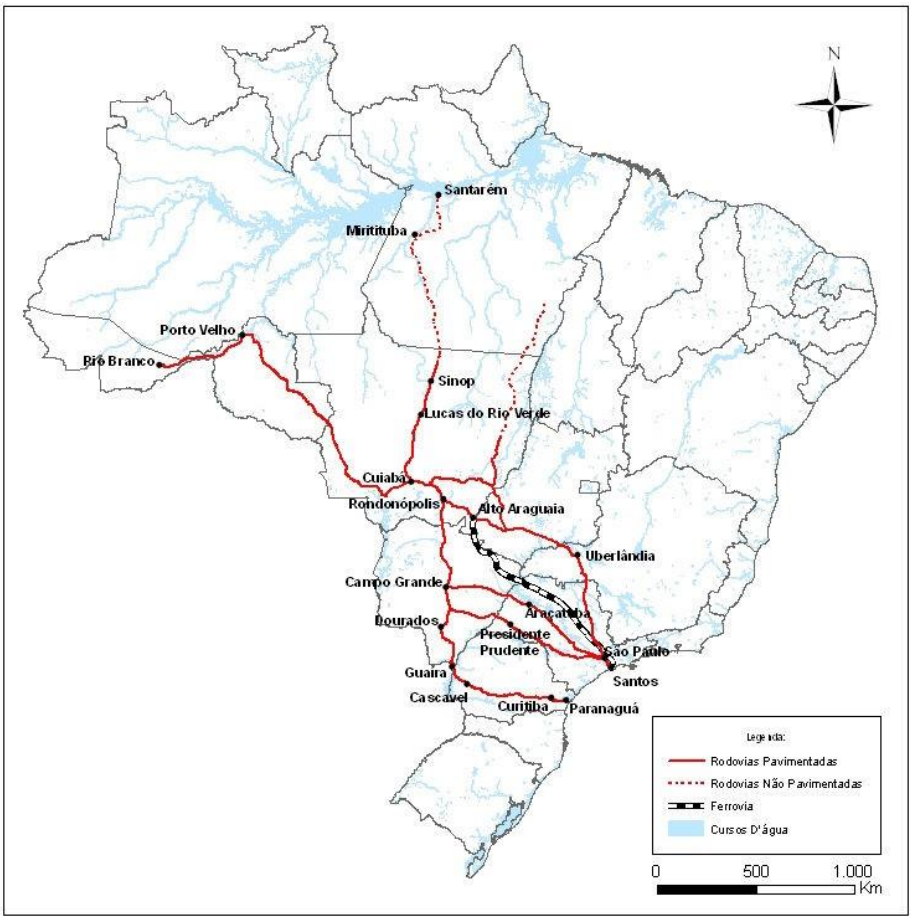
Primeiramente é preciso expor que o Pac incluiu a pavimentação dos mais de mil quilômetros do trecho paraense da BR-163 em 2007, mas as obras só começaram efetivamente em 2009. Em 2011, quando foi realizada a primeira pesquisa, apenas dois lotes, dos onze previstos para pavimentação, estavam concluídos, o que resultava na permanencia de dificuldades para o tráfego de veículos, especialmente nos períodos chuvosos, quando formavam-se atoleiros. Esta condição inviabilizava a concretização do trecho paraense da BR-163 como estratégia logística para o desenvolvimento dos circuitos produtivos do agronegócio.

Para melhor contextualizar o cenário de 2011 e estabelecer uma comparação com o cenário encontrado em 2021 é apresentado a seguir o Mapa 1, que mostra os trechos que estavam com pavimento e sem pavimento asfáltico antes das obras do Pac (2009), assim como as sedes municipais ao longo da rodovia nos estados do Pará e Mato Grosso.



Mapa 1: Rodovia BR-163 entre Cuiabá-MT e Santarém-PA
Base cartográfica: IBGE, 2008.
Organização e elaboração: Margarit, 2012.

A pavimentação do trecho paraense da BR-163 surgiu como estratégia logística para o agronegócio matogrossense por viabilizar uma nova rota de exportação por meio dos portos da Região Norte, principalmente utilizando portos privativos ao longo do Rio Tapajós, em Itaituba e Santarém. Esta estratégia era vista como alternativa mais rentável para redução nos custos de frete, que tinham nos portos da região sul e sudeste a única forma de efetivação das exportações do agronegócio do Mato Grosso. Com a pavimentação da BR-163 o agronegócio matogrossense torna-se mais competitivo no cenário internacional. O Mapa 2 apresenta as principais rotas logísticas do agronegócio matogrossense, percorrendo mais de dois mil quilômetros até os portos de Santos-SP e Paranaguá-PR e cerca de mil quilômetros até Itaituba ou Santarém no estado do Pará.



Mapa 2: Rotas de exportação da soja produzida no Estado de Mato Grosso
Fonte: Huertas (2009) e Becker (2004). / Base cartográfica: IBGE, 2008. / Organização e elaboração: Margarit, 2012.

Durante a pesquisa realizada em 2011 era muito limitado o tráfego de veículos no trecho paraense da rodovia BR-163 o que fazia com que o transito de veículos fosse pouco expressivo na maior parte do trecho. Naquele momento foram constatados alguns poucos

veículos de passeio e caminhões que serviam propósitos de viagens de curta distancia entre as cidades e comunidades locais. O transporte de passageiros também era limitado e irregular, podendo um ônibus atrasar até 5 horas, dependendo das condições da estrada. Nas imagens a seguir são apresentados exemplos do contexto encontrado em 2011, com alguns trechos já pavimentados e outros em pavimentação, além das dificuldades de transporte e até acidentes que foram constatados devido à ausencia da pavimentação em diversos trechos.

Fotografias 1 a 4: Trechos da BR-163 no estado do Pará em 2011
Autor: Eduardo Margarit, 2011.

A conclusão e inauguração oficial da pavimentação do trecho paraense da BR-163 foi feito em fevereiro de 2020. Durante a realização do trabalho de campo em julho de 2021 constatou-se que o pavimento asfáltico foi totalmente concluído entre a divisa do estado de Mato Grosso até Itaituba, porém o trajeto entre Itaituba e Santarém ainda possuia alguns pequenos trechos sem asfalto, porém em boas condições de tráfego, conforme ilustrado nas fotografias a seguir.

Fotografias 5 a 8: Trechos da BR-163 com pavimentação asfáltica ainda não concluída entre Itaituba e Santarém em Julho de 2021
Autor: Eduardo Margarit, 2021.

Com a realização da pesquisa em 2021 foi possível constatar inúmeras transformações ao longo do trecho recentemente pavimentado da BR-163 no estado do Pará. A primeira e mais impactante transformação é o fluxo de veículos. Em 2021 o fluxo de caminhões de carga era intenso, transportanto grãos do Mato Grosso para os portos do Pará. Em 2011 foi feito a pesquisa junto à trasnportadoras e agroindústrias matogrossenses e nenhuma delas enviava cargas para os portos do Pará. Já em 2021 todas as que foram pesquisadas tinham carga para despachar para o estado do Pará, principalmente grãos para os terminais de Itatituba. As fotografias a seguir exemplificam o cenário de transporte encontrado na BR-163 em 2021.

Fotografias 9 a 16: Transito de veículos na BR-163 no Pará
Autor: Eduardo Margarit, 2021.

Outra transformação significativa registrada na pesquisa foi a do desenvolvimento do setor de comércio e serviços ao longo da rodovia ligado ao transito de veículos, como postos de combustíveis, oficinas mecanicas, lojas de auto peças, entre outros, como demonstrado nas fotografias a seguir, em que, além dos diversos postos de combustíveis de grandes redes distribuidoras em operação, também haviam outros ainda sendo construídos, o que denota um aumento da demanda.

Fotografias 17 a 24: Empreendimentos relacionados à circulação de veículos na BR-163 no Pará
Autor: Eduardo Margarit, 2021.

Todo esse aporte de empreendientos relacionados à circulação rodoviária tem como base a consolidação do novo eixo logístico relacionado aos circuitos produtivos do agronegócio, em especial do setor de grãos, notadamente a soja. Houve a instalação de uma expressiva rede de apoio logístico ao longo do trecho paraense da rodovia BR-163, com o estabelecimento de transportadoras, portos e terminais logísticos de carga para atender aos intersses do agronegócio matogrossense. Estas estruturas, inexistentes dez anos antes, são reveladoras do novo significado que a rodovia assumiu após a pavimentação para a estratégia logística do agronegócio.

As fotografias a seguir mostram a estrutura dos terminais logísticos de Itaituba. Diversas empresas estabeleceram este ponto às margens do Rio Tapajós, no distrito de

Miritituba, na margem oposta da cidade de Itaituba, para a instalação de terminais de transbordo de soja dos caminhões para balsas de transporte fluvial.

Fotografias 25 a 28: Terminais de transbordo de grãos em Itaituba
Autor: Eduardo Margarit, 2021.

Portanto, a soja produzida ao longo da BR-163 no estado de Mato Grosso passou a ter como alternativa logística mais competitiva o transporte multimodal composto pelo transporte rodoviário pela BR-163, seguido pelo transporte hidroviário pelo Rio Tapajós, seguindo até terminais nas cidades de Santarém-PA, Barcarena-PA e Santana-AP, onde podem ser transbordados para navios encarregados do processo de exportação. O Mapa 3 mostra as rotas utilizadas como estratégia logística para a exportação de grãos do Mato Grosso, que além da rodovia BR-163 também possuí a BR-364 como estratégia para o transporte multimodal pela hidrovia do Rio Madeira.

Mapa 3: Rotas da logística de grãos do estado de Mato Grosso
Elaboração: Cleuton Pinto Miranda, 2012.

A inserção do trecho paraense da BR-163 nos circuitos produtivos do agronegócio estimulou a instalação de empreendimentos do setor nas terras do seu entorno. Elementos inexistentes em 2011 passaram a ser comuns na pesquisa realizada em 2021. Nas fotografias a seguir estão demonstrados alguns dos elementos símbolos desta nova fase de uso e ocupação do solo ao longo da BR-163 no estado do Pará que foram constatados durante a pesquisa, como áreas de plantios, pastagens, silos de armazenamento e agroindústrias.

Fotografias 29 a 32: Empreendimentos do agronegócio ao longo da BR-163 no Pará
Autor: Eduardo Margarit, 2021.

Houve também o crescimento urbano significativo de cidades e vilas ao longo da BR-163 no Pará. Com a pavimentação e a implantação de novos empreendimentos relacionados aos circuitos produtivos do agronegócio a migração também tem forte impacto sobre o crescimento populacional no entorno da rodovia. Na Tabela 1 é possível constatar o crescimento populacional com taxas acima de 20% entre o censo de 2010 e 2022 nos municípios de Itaituba e Novo Progresso, entre os principais afetados pela consolidação da nova rota logística do agronegócio com a pavimentação da BR-163.

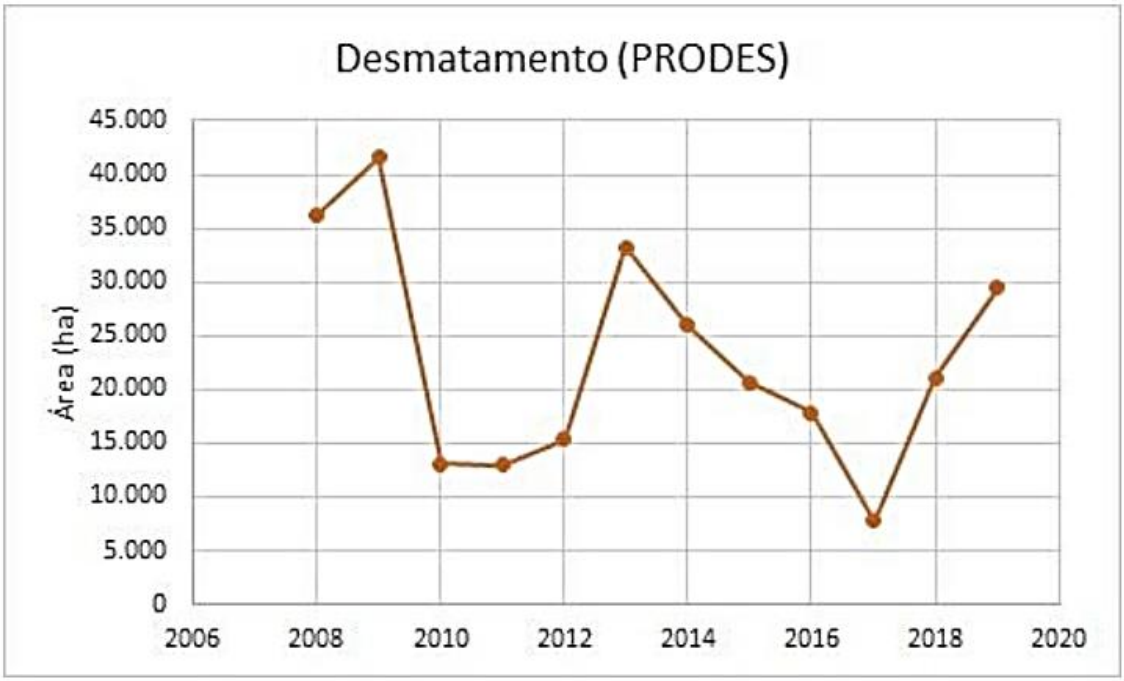
Tabela 1: População dos municípios mais afetados pela logística do agronegócio com a pavimentação da BR-163 (2010-2022)

Município	2010	2022	%
Itaituba (PA)	97.493	123.314	20,94
Novo Progresso (PA)	25.124	33.638	25,31
Trairão (PA)	16.875	15.242	- 10,71

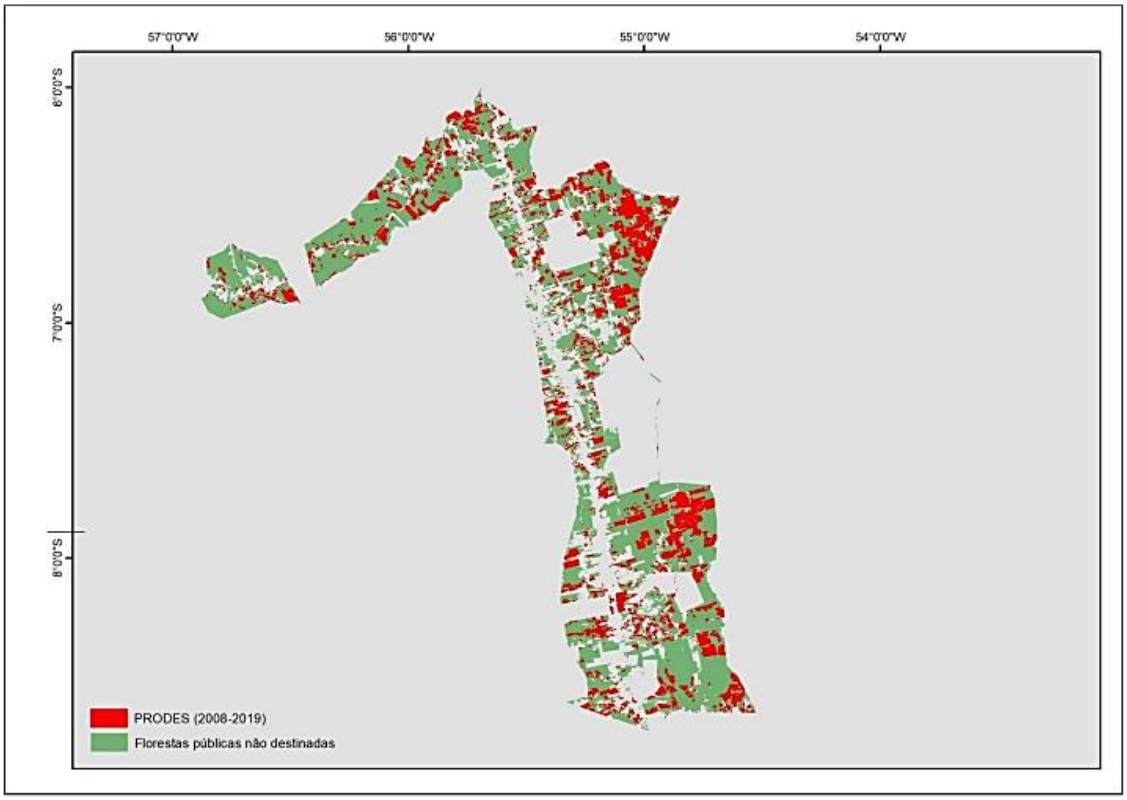
Fonte: IBGE, 2010 e 2022.

No aspecto ambiental a aceleração de processos de desmatamento ao longo da rodovia foi costatato por meio de dados coletados nas plataformas de monitoramento da Amazônia do INPE. O Greenpeace (2020) aponta que áreas de floresta pública sem destinação no entorno da BR-163 nos municípios de Altamira, Novo Progresso e Itaituba tem sido as principais afetadas pelo desmatamento, conforme apontado no Gráfico 1 e Mapa 3 a seguir.

Gráfico 1: Evolução da taxa de desmatamento na região de estudo entre 2008 e 2019



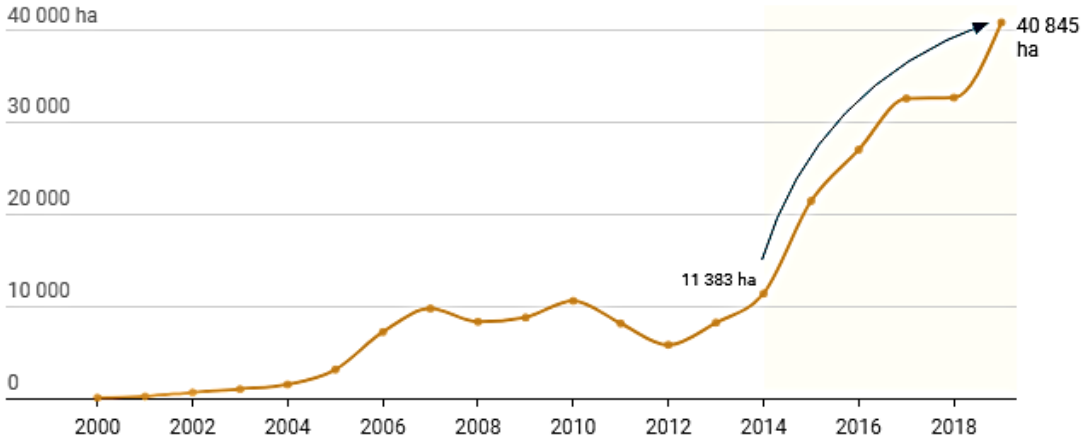
Fonte: Prodes/Inpe. Adaptado de Greenpeace, 2020.



Mapa 3: Desmatamento registrado nas florestas públicas não destinadas entre 2008 e 2019 no entorno da BR-163.
Fonte: Prodes/Inpe. Adaptado de Greenpeace, 2020.

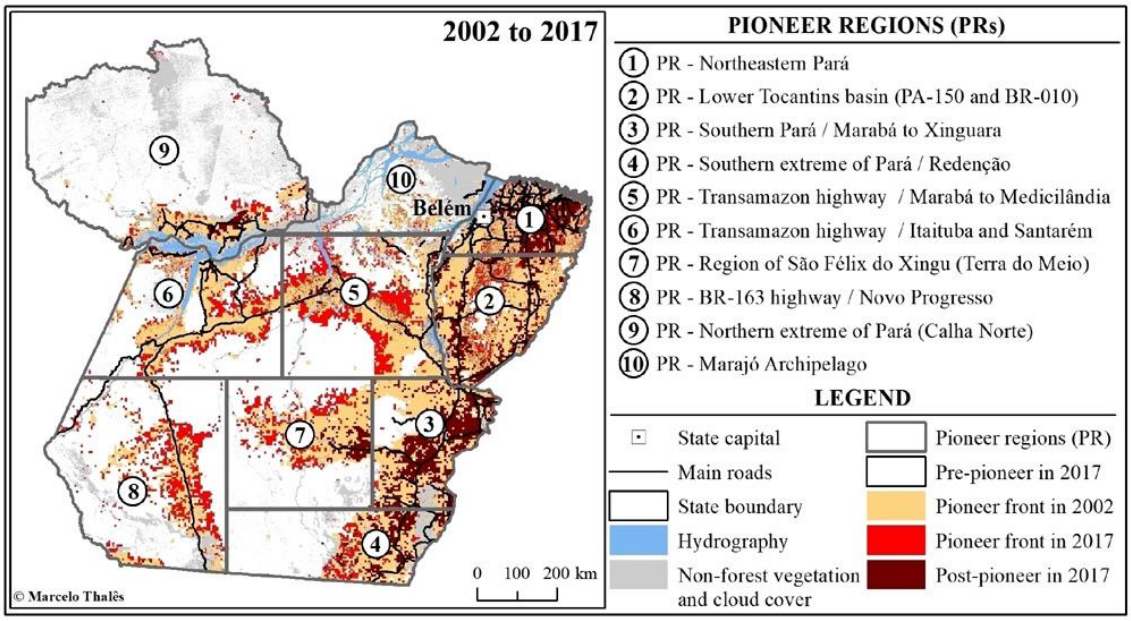
A evolução dos índices de desmatamento vem acompanhada de outros fatores: O primeiro deles é a extração ilegal de madeira das áreas desmatadas; O segundo são as queimadas, utilizadas frequentemente como instrumento de “limpeza” da terra para a agropecuária; O terceiro é o incremento da agropecuária, que acompanha a oferta de terras obtidas, em grande parte, por instrumentos ilegais de posse, como a grilagem de terras públicas. A culminancia desse movimento de expansão da fronteira capitalista e, consequentemente, dos circuitos produtivos do agronegócio é o desenvolvimento do agronegócio sojicultor, como demonstrado no Gráfico 2, em que é possível constatar que a cobertura do solo pela soja quase quadruplicou desde 2014 nos municípios de Altamira, Novo Progresso, Trairão, Itaituba, Rurópolis, Belterra e Santarém, que são cortados pelo traçado da BR-163 no estado do Pará.

Gráfico 2: Plantação de soja nos municípios de Altamira, Novo Progresso, Trairão, Itaituba, Rurópolis, Belterra e Santarém



Fonte: Mapbiomas / Gráfico: InfoAmazonia/Juliana Mori / Adaptado de Guerreiro Neto, 2020.

Os pesquisadores Marcelo Thalês, René Poccard-Chapuis e Maria de Lourdes Ruivo (2021) produziram uma cartografia do estado do Pará baseada na análise conceitual das frentes pioneiras que contribuem significativamente para a compreensão da espacialização da influência da rodovia BR-163 no seu entorno. O Mapa 4 apresenta a classificação proposta pelos autores em que é possível observar como a degradação ambiental segue um padrão de expansão linear a partir da rodovia em faixas lindeiras que são continuamente expandidas com o passar do tempo.



Mapa 4: Dinâmica das frentes pioneiras de 2002 a 2017 e as dez regiões pioneiras no estado do Pará

Fonte: Thalês, Poccard-Chapuis, Ruivo, 2021.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto constata-se a complexidade das transformações ocorridas no período de dez anos ao longo da rodovia BR-163 no estado do Pará. Com a pavimentação da rodovia e a criação de infraestrutura logística houve a expansão dos circuitos produtivos do agronegócio nas terras ao longo da rodovia no estado, caracterizando a expansão da fronteira capitalista como fruto da pavimentação. A criação da fluidez necessário ao desenvolvimento do grande capital por meio da pavimentação permitiu o aproveitamento das terras para atividades do agronegócio com grande vantagem logística.

Resta saber se com a melhoria no acesso provocado pela pavimentação da rodovia os mecanismos de governança estatal também desenvolverão a fluidez e agilidade necessárias para a fiscalização e punição de ilícitos ao longo da rodovia. A pavimentação da rodovia BR-163 tem o potencial de promover melhoria na qualidade de vida da população do seu entorno, entretanto, é necessário também traçar estratégias urgentes para garantir que a pavimentação da rodovia não signifique o agravamento de conflitos socioambientais.

REFERÊNCIAS

BECKER, Bertha K. **Amazônia**: Geopolítica na virada do III milênio. Rio de janeiro, Garamond, 2004.

DIAS, Leila Christina. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. (Org.) **Geografia**: conceitos e temas. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. p. 165-205.

GREENPEACE. **Áreas sem destinação no entorno da BR-163 na mira da grilagem**. Brasil, novembro de 2020. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/static/planet4-brasil-stateless/2020/11/72159aa8-estudo-de-caso_-%C3%81rea-sem-destina%C3%87%C3%83o-br-163-_greenpeacebr3.pdf>. Acesso em: 14 jan 2024.

GUERREIRO NETO, Guilherme. **Degradação e ilegalidade acompanham rastro da soja em rodovia no oeste do Pará**. Belém: Infoamazonia, 2020. Disponível em: <https://infoamazonia.org/2020/11/20/degradacao-e-ilegalidade-acompanham-rastro-da-soja-em-rodovia-no-oeste-do-para/>. Acesso em: 10 jan 2024.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da Desterritorialização**: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

HUERTAS, Daniel M. **Da fachada atlântica à imensidão amazônica**: fronteira agrícola e integração territorial. São Paulo, Annablume, 2009.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010 e 2022**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pnadca/tabelas>. Acesso em: 23 dez 2023.

MARGARIT, Eduardo. Tramas políticas e impactos socioambientais na Amazônia: a dinâmica do processo de pavimentação da BR-163. **Dissertação** (Mestrado em Geografia). Três Lagoas: UFMS, 2012.

SANTOS, Milton. Circuitos espaciais da produção: um comentário. In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida de; SANTOS, Milton. **A construção do espaço.** São Paulo: Nobel, 1986. p. 121-134.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo:** globalização e meio técnico-científico informacional. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. Técnica e tempo. Razão e emoção. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

THALÊS, Marcelo; POCCARD-CHAPUIS, René; RUIVO, Maria de Lourdes. Cartografia das frentes pioneiras e contribuição à análise do desmatamento no Pará. **Mercator**. Fortaleza, V. 20, 2021.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A EXPANSÃO DO CAPITALISMO NO CAMPO: UMA ANÁLISE A PARTIR DO PADRÃO DE HOMOGENEIZAÇÃO NAS MICRORREGIÕES DO TRIÂNGULO MINEIRO/ALTO PARANAÍBA (MG)[1]

Elaine Aparecida Ramos[2]

Ana Claudia Giannini Borges[3]

RESUMO

O objetivo deste trabalho consiste em discutir a expansão do capitalismo no campo a partir da análise do padrão de homogeneização nas microrregiões da mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (MG). Para isso, considerou-se os dados sobre área das lavouras temporárias e permanentes extraídos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na base da Produção Agrícola Municipal (PAM) para os anos de 1990 a 2021. As microrregiões de Ituiutaba, Uberlândia, Frutal e Uberaba demonstraram redução da diversidade produtiva nessas áreas. E as microrregiões de Patrocínio, Patos de Minas e Araxá apresentaram aumento da diversidade produtiva no mesmo período de análise. O Efeito Escala (EE) indicou que a cana-de-açúcar e a soja foram as culturas que apresentaram um crescimento acentuado da área colhida. Ao considerar especificamente o Efeito Substituição verificou-se que essa expansão da área colhida ocorreu, principalmente, sobre o conjunto das culturas analisadas, sendo o milho a cultura que mais cedeu área. Nota-se que o padrão de homogeneização do território mostra que a expansão do capitalismo no campo contribuiu para o crescimento da produção de *commodities* em detrimento da produção de alimentos nas microrregiões analisadas.

Palavras-chave: Expansão do capitalismo no campo; Estado; Padrão de homogeneização do território; Efeito Escala e Efeito Substituição.

RESUMEN

El objetivo de este trabajo es discutir la expansión del capitalismo en el campo a partir del análisis del patrón de homogeneización en las microrregiones de la mesorregión Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba(MG). Para ello, se consideraron datos de superficie de cultivos temporales y permanentes extraídos del Instituto Brasileño de Geografía y Estadística (IBGE), con base en la Producción Agrícola Municipal (PAM) de los años 1990 a 2021. Las microrregiones de Ituiutaba, Uberlândia, Frutal y Uberaba demostraron una reducción de la diversidad productiva en estas áreas. Y las microrregiones de Patrocínio, Patos de Minas y Araxá mostraron un aumento de la

[1] O presente trabalho foi realizado com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

[2] Doutoranda em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia – Unesp – Campus de Rio Claro. E-mail: elaine.ramos@unesp.br.

[3] Professora Doutora no departamento de Economia, Administração e Educação da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias – Unesp, Campus de Jaboticabal e no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista - UNESP, Campus de Rio Claro. E-mail: ana.giannini@unesp.br.

diversidad productiva en el mismo período de análisis. El Efecto Escala (EE) indicaron que la caña de azúcar y la soja fueron los cultivos que mostraron un marcado crecimiento en el área cosechada. Al considerar específicamente el Efecto Sustitución, se encontró que esta expansión del área cosechada se dio, principalmente, en el conjunto de cultivos analizados, siendo el maíz el cultivo que cedió mayor superficie. Se observa que el estándar de homogeneización del territorio muestra que la expansión del capitalismo en el campo contribuyó al crecimiento de la producción de *commodities* en detrimento de la producción de alimentos en las microrregiones analizadas.

Palabras-clave: Expansión del capitalismo en el campo; Estado; Estándar de homogeneización del territorio; Efecto Escala y Efecto Sustitución.

INTRODUÇÃO

São identificadas expressivas transformações na organização social da produção e na constituição de territórios a medida em que há a expansão do capitalismo no campo. Com a crescente modernização na década de 1970, a política de reestruturação econômica adotada na década de 1990 e o "boom" das *commodities* nos anos 2000, observou-se a ampliação de aspectos relacionados ao desenvolvimento econômico do país voltado ao atendimento das demandas do mercado externo, viabilizado por diferentes ações do Estado. Desse modo, tem-se o fortalecimento da integração do capital industrial com as grandes propriedades rurais, inseridos à lógica de reprodução do capital em escala mundial, garantindo-lhes apropriação de novas áreas, lucro e renda.

Na perspectiva da reprodução do capital, tem-se a privatização da natureza e da terra que, apesar de ser um meio essencial à produção de alimentos, foi convertida em mercadoria, possibilitando as classes detentoras da propriedade privada da terra auferir renda. Ademais, há a ampliação de incentivos à produção e exportação de *commodities*, como resultado desse processo histórico e como uma das principais formas de reinserção do país no mercado internacional (DELGADO, 2020). Desse modo, ao priorizar o crescimento econômico em detrimento ao desenvolvimento social, amplia-se a desigualdade, a concentração de terras e de renda. (DELGADO, 2012; OLIVEIRA, 2007)

Diante disso, o trabalho tem como objetivo discutir a expansão do capitalismo no campo a partir da análise do padrão de homogeneização nas microrregiões da mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, problematizando sobre algumas de suas implicações territoriais expressas pelas mudanças no uso da terra.

METODOLOGIA

Para a realização deste trabalho teve como aporte teórico publicações científicas que demonstram e discutem fenômenos que expressam formas de expansão do capital no campo.

Foi realizada coleta de dados disponíveis no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na base da Produção Agrícola Municipal (PAM) para os anos de 1990 a 2021. Os dados obtidos foram utilizados para identificar a evolução dos principais cultivos, como: arroz; cana-de-açúcar; feijão; milho; soja; e o conjunto 'Demais culturas' que somam os demais cultivos temporários, bem como os permanentes. Ressalta-se que também foi considerada a particularidade das lavouras de cada microrregião e aqueles cultivos que apresentaram mais de 0,5% da área colhida, no período selecionado, formando o grupo 'principais culturas'.

Esses dados também foram utilizados para mensurar: a) o índice de diversidade produtiva por meio do Coeficiente de Entropia (E); b) o Efeito Escala (EE) para obter a variação da área total com o conjunto das demais culturas; c) o Efeito Substituição (ES) para obter a mudança da participação de determinada cultura na área total do conjunto de culturas. Para tal, utilizou-se a área das lavouras temporárias e permanentes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

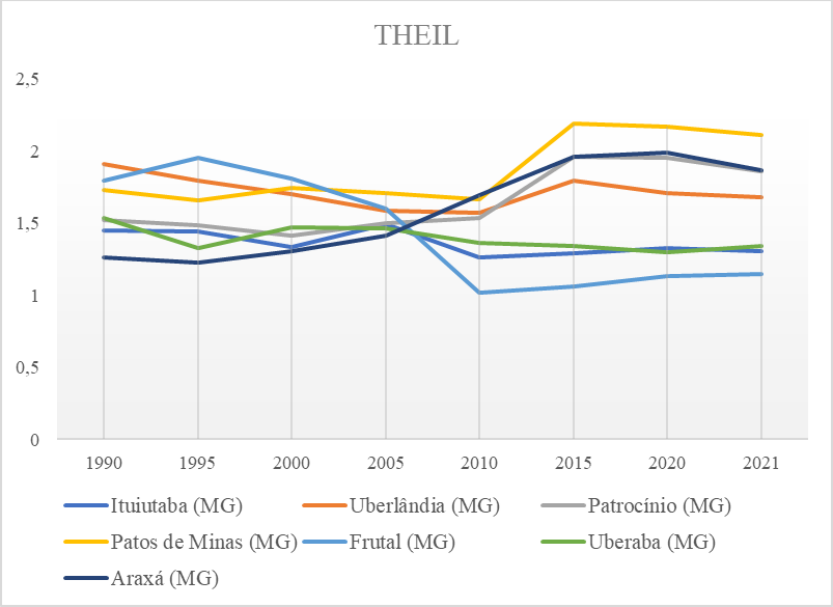
O agronegócio no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba tem ampliado seu domínio e poder nesse espaço. E um dos percursos de expansão é por meio das ações do Estado, das empresas do agronegócio e dos proprietários de terras, como pode ser verificado com a expansão da produção de *commodities* agrícolas.

Essa expansão no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba passou a ter maior participação a partir da década de 1980 e, principalmente, devido às medidas de cunho neoliberal na década de 1990. As reformulações decorrentes desse período continuam a refletir na atualidade. Essas possibilitaram os avanços do capital no campo, ocasionado transformações no uso da terra.

Para apresentar essas transformações, pode-se utilizar do Coeficiente de Entropia (E), pois permite identificar o padrão de homogeneização da paisagem que, conforme Souza e Diegues (2013), permite entender as dinâmicas de crescimento econômico e de territorialização das forças produtivas hegemônicas. A utilização do Coeficiente de

Entropia (E) permitiu verificar o padrão de homogeneização por microrregião da mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (Gráfico 1).

Gráfico 1. Índice de diversidade produtiva das microrregiões de Ituiutaba, Uberlândia, Uberaba, Frutal, Patos de Minas, Patrocínio e Araxá, entre os anos de 1990 e 2021.

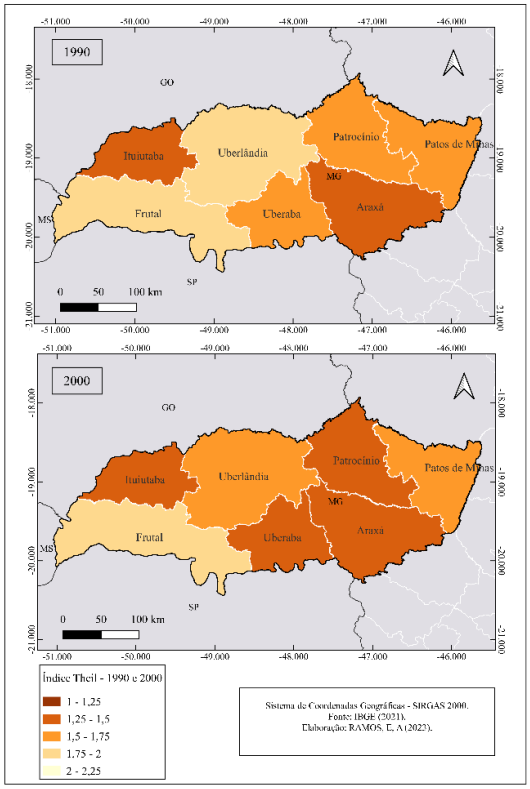


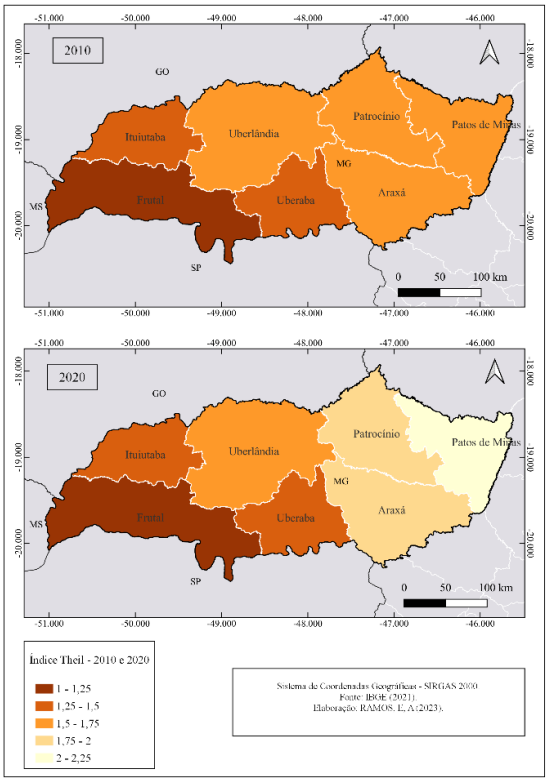
Fonte: Produção Agrícola Municipal (IBGE, 2023).

O Coeficiente de Entropia se altera ao longo do tempo nessas microrregiões, mas cabe evidenciar os anos em que há os menores índices e, portanto, maior homogeneização produtiva. Isto posto, destacam-se no ano de: 1995 a microrregião de Araxá (1,22); 2000 a microrregião de Patrocínio (1,41); 2010 as microrregiões de Ituiutaba (1,26), Uberlândia (1,57), Patos de Minas (1,66) e Frutal (1,02); e em 2020 a microrregião de Uberaba (1,30). Por outro lado, vale apresentar os anos que apresentam o maior índice, ou seja, maior diversidade por microrregião, sendo para o ano de: 1990 as microrregiões de Uberaba (1,53) e de Uberlândia (1,91); 1995 a microrregião de Frutal (1,95); 2005 a microrregião de Ituiutaba (1,49); 2015 as microrregiões de Patrocínio (1,96) e Patos de Minas (2,19); e em 2020 a microrregião de Araxá (1,99).

Essa evolução do Coeficiente de Entropia (E) também pode ser observada nos mapas apresentados na Figura 1, assim como a maior homogeneização para o ano de 2010, dentre os anos selecionados, visto a predominância dos tons mais escuros.

Figura 1. Padrão de homogeneização nas microrregiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (MG), 1990, 2000, 2010 e 2020.





Fonte: Produção Agrícola Municipal (IBGE, 2023).

Com a utilização do Efeito Escala e Efeito Substituição, verificou-se que as microrregiões estudadas apresentaram variações na área das culturas analisadas. Segundo Souza e Santos (2009), as variações podem estar associadas a expansão da produção de culturas para novas áreas ou pela substituição de área entre as culturas.

Tabela 1. Uso da terra na Microrregião de Ituiutaba (MG), Efeito Escala (EE) e Efeito Substituição (ES), de 1995 a 2020, em hectares.

Microrregião de Ituiutaba (MG)	Área total utilizada (ha)	Cana-de-açúcar	Milho	Soja	Principais culturas	Demais culturas
EE 1990-1995	9.092	55	4.384	1.906	2.676	71
ES 1990-1995	0	-449	-3.060	2.847	9.748	-405
EE 1995-2000	-10.358	-89	-3.707	-4.677	-1.761	-124
ES 1995-2000	0	178	-8.616	16.778	-8.624	284
EE 2000-2005	62.198	8.069	12.905	29.560	10.385	1.279
ES 2000-2005	0	13.200	-16.392	2.581	-328	939
EE 2005-2010	52.588	24.442	2.947	14.843	9.976	379
ES 2005-2010	0	49.501	-22.374	-28.515	3.360	-1.971
EE 2010-2015	86.511	37.544	12.530	27.240	8.626	571
ES 2010-2015	0	-6.436	18.551	6.815	-18.802	-128
EE 2015-2020	31.850	12.555	4.310	10.403	4.383	200
ES 2015-2020	0	-9.430	-2.254	2.781	8.980	-78

Fonte: Produção Agrícola Municipal (IBGE, 2023).

Na Microrregião de Ituiutaba (MG), o milho, a cana-de-açúcar e as demais culturas apresentaram efeito substituição negativo, entre 1990 e 1995, sendo substituídas pela soja e pelo grupo denominado principais culturas. Entre 1995 e 2000, as áreas de milho e principais culturas foram substituídas por cana-de-açúcar, soja e demais culturas. O milho e as principais culturas foram substituídas, entre 2000 e 2005, pela cana-de-açúcar, soja e demais culturas. Entre 2005 e 2010, a cana-de-açúcar e principais culturas avançaram sobre as áreas de milho, soja e demais culturas. A cana-de-açúcar, as principais culturas e demais culturas foram substituídas pelo milho e pela soja, entre 2010 e 2015. Entre 2015 e 2020, a cana-de-açúcar, o milho e as demais culturas foram substituídas pela soja e pelas principais culturas.

O efeito escala na Microrregião de Ituiutaba foi positivo para todas as culturas, entre 1990 e 1995, o que indica que houve expansão das áreas. Entre 1995 e 2000, todos os cultivos tiveram redução de suas áreas, visto o efeito escala ser negativo. Já nos demais períodos da análise, o efeito escala foi positivo, indicando a expansão das áreas, com destaque para as áreas de cana-de-açúcar e soja.

Tabela 2. Uso da terra na Microrregião de Uberlândia (MG), Efeito Escala (EE) e Efeito Substituição (ES), de 1995 a 2020, em hectares.

Microrregião de Uberlândia (MG)	Área total utilizada (ha)	Cana-de-açúcar	Milho	Soja	Principais culturas	Demais culturas
EE 1990-1995	42.781	6.321	8.632	16.839	10.287	703
ES 1990-1995	0	5.459	-8.050	19.864	-17.910	-851
EE 1995-2000	3.766	575	709	1.706	706	70
ES 1995-2000	0	1.264	-3.376	14.862	-13.292	542
EE 2000-2005	146.809	17.180	23.838	80.716	20.461	4.615
ES 2000-2005	0	-12.667	-9.176	34.288	-16.993	4.548
EE 2005-2010	1.593	318	264	779	197	36
ES 2005-2010	0	29.267	1.142	-21.672	-5.507	-3.231
EE 2010-2015	84.646	12.407	13.895	41.911	10.425	6.007
ES 2010-2015	0	-22.478	-607	2.670	-310	20.726
EE 2015-2020	34.673	5.218	6.072	17.175	4.838	1.370
ES 2015-2020	0	1.792	5.030	97	7.505	-14.424

Fonte: Produção Agrícola Municipal (IBGE, 2023).

Na Microrregião de Uberlândia, entre os anos de 1990 e 1995, o milho, as principais culturas e demais culturas foram substituídas pelas culturas de cana-de-açúcar e soja, visto que essas culturas apresentaram efeito substituição positivo. Entre 1995 e 2000, o milho e as principais culturas tiveram substituição de suas áreas por cana-de-açúcar, soja e demais culturas. Entre 2000 e 2005, a soja e as demais culturas avançam para as áreas de cultivo de

cana-de-açúcar, milho e das principais culturas. Entre 2005 e 2010, as áreas de soja, principais culturas e demais culturas são substituídas pela cana-de-açúcar e o milho. Entre 2010 e 2015, a cana-de-açúcar, o milho e as principais culturas foram substituídas por soja e pelas demais culturas. Entre 2015 e 2020, as áreas com as demais culturas foram substituídas pelas principais culturas, cana-de-açúcar, milho e soja.

Na Microrregião de Uberlândia, o efeito escala foi positivo em todo o período de análise, o que indica expansão da área de todas as culturas.

No entanto, na Tabela 3, observa-se que o efeito escala é negativo para a microrregião de Uberaba que sofreu redução de suas áreas entre 1990-1995 e 2005-2010. Nos demais períodos, verificou-se expansão de todas as áreas de cultivo e a expansão das áreas da cana-de-açúcar e soja foram as que apresentaram maior crescimento.

Tabela 3. Uso da terra na Microrregião de Uberaba (MG), Efeito Escala (EE) e Efeito Substituição (ES), de 1995 a 2020, em hectares.

Microrregião de Uberaba (MG)	Área total utilizada (ha)	Cana-de-açúcar	Milho	Soja	Principais culturas	Demais culturas
EE 1990-1995	-34.176	-4.107	-11.075	-15.911	-2.750	-333
ES 1990-1995	0	-16.633	12.933	16.729	-59.857	-3.470
EE 1995-2000	97.303	15.436	24.173	44.402	11.708	1.585
ES 1995-2000	0	10.406	-20.456	-2.502	10.780	1.772
EE 2000-2005	168.326	27.523	32.269	85.400	18.078	5.056
ES 2000-2005	0	1.889	-21.996	19.788	-5.012	5.331
EE 2005-2010	-4.449	-1.729	-738	-1.621	-289	-72
ES 2005-2010	0	86.326	-9.931	-54.816	-16.238	-5.341
EE 2010-2015	93.922	39.749	17.020	29.663	6.172	1.318
ES 2010-2015	0	15.909	7.112	-22.381	312	-953
EE 2015-2020	89.848	41.219	12.488	28.333	6.761	1.047
ES 2015-2020	0	19.137	-22.732	-257	5.133	-1.281

Fonte: Produção Agrícola Municipal (IBGE, 2023).

Nessa microrregião, a cana-de-açúcar, as principais culturas e demais culturas apresentaram Efeito Substituição negativo, o que indica que foram substituídas, entre 1990 e 1995, pelo milho e soja. Entre 1995 e 2000, as áreas do milho e da soja são substituídas pela cana-de-açúcar, principais culturas e demais culturas. Já, entre 2000 e 2005, a área de milho continua sendo substituída, assim como as principais culturas pela soja e pela cana-de-açúcar. Entre 2005 e 2010, o milho, a soja, as principais culturas e demais culturas são substituídas pela cana-de-açúcar. Entre 2010 e 2015, a soja e as demais culturas foram substituídas pela cana-de-açúcar, milho e principais culturas. Entre 2015 e 2020, o milho, a soja e as demais culturas são substituídas pela cana-de-açúcar e pelas principais culturas.

Na microrregião de Patrocínio (Tabela 4), o efeito escala demonstrou expansão de todas as áreas cultivadas. Quanto à substituição, tem-se o café, as principais culturas e demais culturas sendo substituídas pela soja e pelo milho entre 1990 e 1995. Entre 1995 e 2000, o milho, a soja e as principais culturas são substituídas pelo café e pelas demais culturas, em situação contrária do período anterior. Já entre 2000 e 2005, a soja e as principais culturas avançam para áreas do café, milho e demais culturas. Entre 2005 e 2010, as áreas com o café, a soja e as demais culturas foram substituídas pelo milho e principais culturas. Entre 2010 e 2015, o café é substituído pelo milho, soja, principais culturas e demais culturas.

Tabela 4. Uso da terra na Microrregião de Patrocínio (MG), Efeito Escala (EE) e Efeito Substituição (ES), de 1995 a 2020, em hectares.

Microrregião de Patrocínio (MG)	Área total utilizada (ha)	Café (em grão) Total	Milho	Soja	Principais culturas	Demais culturas
EE 1990-1995	2.760	1.005	705	743	264	42
ES 1990-1995	0	-7.352	1.013	11.437	-3.404	-1.694
EE 1995-2000	33.498	15.571	8.164	6.847	2.291	624
ES 1995-2000	0	16.850	-1.960	-10.856	-4.585	551
EE 2000-2005	61.129	20.442	11.892	22.174	5.838	782
ES 2000-2005	0	-28.021	-10.566	34.019	5.823	-1.256
EE 2005-2010	12.953	4.171	2.777	4.463	1.379	163
ES 2005-2010	0	-2.813	4.501	-4.125	2.488	-51
EE 2010-2015	51.402	14.298	12.071	18.024	6.139	870
ES 2010-2015	0	-11.855	5.534	1.638	3.503	1.179
EE 2015-2020	161.576	39.713	36.919	57.983	25.578	1.384
ES 2015-2020	0	-12.434	-2.439	3.153	14.930	-3.210

Fonte: Produção Agrícola Municipal (IBGE, 2023).

E de 2015-2020, foi identificado o efeito substituição negativo para o café, milho e demais culturas que foram substituídas pela soja e principais culturas.

Na Tabela 5, a microrregião de Patos de Minas apresentou efeito escala negativo nos períodos entre 1990-1995 e 1995-2000, o que significa redução de todas as áreas no período. Nos anos seguintes, verificou-se expansão das áreas. É interessante observar que o café foi substituído por outras culturas nos períodos analisados exceto para 1995-2000.

No primeiro período, de 1990-1995, as principais culturas e a soja foram substituídas pelo café, milho e demais culturas entre 1990 e 1995. Entre 1995-2000, o café a soja e as demais culturas avançaram para as áreas de milho e principais culturas. O milho, as principais culturas e as demais culturas foram substituídas pelo café e pela soja entre 2000 e 2005. Já entre 2005 e 2010, o milho e as principais culturas avançaram para áreas de café, soja e demais culturas. Entre 2010 e 2015, o café, o milho e as principais culturas foram substituídos pela soja e pelas

demais culturas. Entre 2015 e 2020, o milho e as principais culturas são substituídos por café, soja e demais culturas.

Tabela 5. Uso da terra na Microrregião de Patos de Minas (MG), Efeito Escala (EE) e Efeito Substituição (ES), de 1995 a 2020, em hectares.

Microrregião de Patos de Minas (MG)	Área total utilizada (ha)	Café (em grão) Total	Milho	Soja	Principais culturas	Demais culturas
EE 1990-1995	-19.970	-3.542	-9.228	-2.075	-4.788	-336
ES 1990-1995	0	2.661	7.935	-257	-10.696	357
EE 1995-2000	-33.237	-9.758	-12.511	-4.489	-5.368	-1.111
ES 1995-2000	0	12.019	-8.864	3.222	-8.096	1.718
EE 2000-2005	22.697	6.918	7.894	3.709	3.566	611
ES 2000-2005	0	1.376	-3.511	3.473	-541	-797
EE 2005-2010	763	225	284	114	122	18
ES 2005-2010	0	-1.284	3.051	-1.664	328	-431
EE 2010-2015	11.163	2.813	3.220	2.773	1.723	634
ES 2010-2015	0	-5.667	-11.233	13.166	-723	4.457
EE 2015-2020	51.862	14.066	13.240	14.036	5.560	4.961
ES 2015-2020	0	3.337	-5.759	3.855	-8.181	6.748

Fonte: Produção Agrícola Municipal (IBGE, 2023).

A expansão da área colhida na microrregião de Patos de Minas não foi tão expressiva quanto visualizado nas demais microrregiões. Já, na Microrregião de Frutal, o efeito escala foi positivo e a cana-de-açúcar foi o cultivo de maior expansão de suas áreas (Tabela 6).

Tabela 6. Uso da terra na Microrregião de Frutal (MG), Efeito Escala (EE) e Efeito Substituição (ES), de 1995 a 2020, em hectares.

Microrregião de Frutal (MG)	Área total utilizada (ha)	Cana-de-açúcar	Laranja	Milho	Soja	Principais culturas	Demais culturas
EE 1990-1995	16.179	3.679	3.727	2.516	2.847	2.491	919
ES 1990-1995	0	4.182	-5.834	11.779	-12.877	6.351	-3.601
EE 1995-2000	13.377	3.923	2.341	998	3.812	1.862	441
ES 1995-2000	0	9.589	-8.055	-11.777	15.863	-2.153	-3.467
EE 2000-2005	48.216	13.879	6.289	3.661	18.962	4.397	1.027
ES 2000-2005	0	-997	-8.189	242	19.901	-8.816	-2.142
EE 2005-2010	49.136	35.289	3.362	3.334	5.552	1.299	300
ES 2005-2010	0	96.410	-13.891	-1.810	-62.793	-14.509	-3.407
EE 2010-2015	96.258	70.037	4.762	5.904	9.143	5.287	1.126
ES 2010-2015	0	2.789	-5.623	-1.933	-5.346	8.454	1.660
EE 2015-2020	73.023	49.494	5.920	2.628	10.794	3.169	1.019
ES 2015-2020	0	-17.797	11.290	-9.060	18.879	-4.118	806

Fonte: Produção Agrícola Municipal (IBGE, 2023).

Nessa microrregião, a laranja, a soja e demais culturas apresentaram efeito substituição negativo, entre 1990 e 1995, com a expansão da cana-de-açúcar, milho e principais culturas. Entre 1995 e 2000, a cana-de-açúcar e a soja, avançaram sobre as áreas de laranja, milho, principais culturas e demais culturas. A cana-de-açúcar, a laranja, as principais culturas e as demais culturas são substituídas pelo milho e pela soja entre 2000 e 2005. Entre 2005 e 2010, a cana-de-açúcar avançou para as áreas de laranja, milho, soja, principais culturas e demais culturas. Entre 2010 e 2015, a laranja, o milho e a soja foram substituídos pela cana-de-açúcar e pelas principais culturas. E, no período entre 2015 e 2020, a cana-de-açúcar, o milho e as principais culturas foram substituídas pela laranja, soja e demais culturas.

A microrregião de Araxá apresentou efeito escala negativo entre 1995 e 2000 (Tabela 7) e, nos demais períodos de análise há expansão.

Tabela 7. Uso da terra na Microrregião de Araxá (MG), Efeito Escala (EE) e Efeito Substituição (ES), de 1995 a 2020, em hectares.

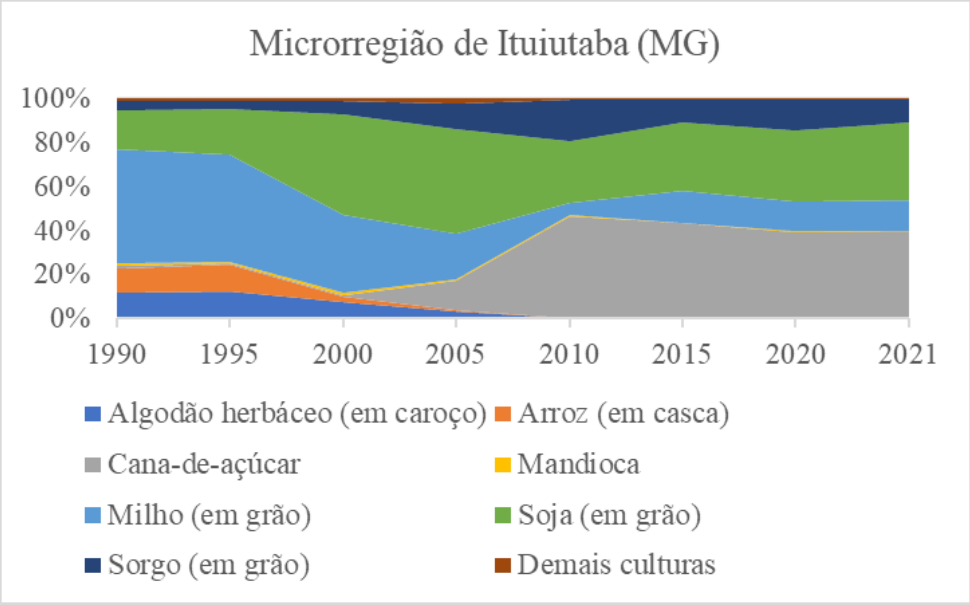
Microrregião de Araxá (MG)	Área total utilizada (ha)	Café (em grão) Total	Cana-de-açúcar	Milho	Soja	Principais culturas	Demais culturas
EE 1990-1995	52.204	4.552	89	18.282	25.628	3.263	391
ES 1990-1995	0	-13.051	65	29.277	-13.595	-2.492	-204
EE 1995-2000	-6.427	-513	-36	-2.758	-2.613	-437	-71
ES 1995-2000	0	-1.606	826	17.059	-18.246	1.199	769
EE 2000-2005	139.513	10.616	1.750	48.587	63.311	12.914	2.335
ES 2000-2005	0	-1.147	2.194	-25.275	14.782	7.665	1.781
EE 2005-2010	16.378	1.485	2.061	4.618	5.907	2.191	117
ES 2005-2010	0	4.785	37.192	-21.773	-30.579	13.531	-3.156
EE 2010-2015	92.436	7.075	13.517	25.253	31.186	14.577	826
ES 2010-2015	0	-5.701	8.233	-3.528	-9.389	9.652	733
EE 2015-2020	161.859	10.522	20.377	37.461	58.747	33.095	1.659
ES 2015-2020	0	-6.084	-10.728	-22.021	13.481	24.661	690

Fonte: Produção Agrícola Municipal (IBGE, 2023).

Na microrregião de Araxá, o café, a soja, as principais culturas e demais culturas foram substituídas pelo milho e pela cana-de-açúcar entre 1990 e 1995. Entre 1995 e 2000, o café e a soja foram substituídos pela cana-de-açúcar, milho, principais culturas e demais culturas. O café e o milho foram substituídos pelas culturas de cana-de-açúcar, soja, principais culturas e demais culturas entre 2000 e 2005. Entre 2005 e 2010, o milho, a soja e as demais culturas foram substituídas pelo café, cana-de-açúcar e principais culturas. O café, o milho e a soja apresentaram efeito substituição negativo e essas áreas foram substituídas pela cana-de-açúcar, principais culturas e demais culturas entre 2010 e 2015. Entre 2015 e 2020, o café, a cana-de-açúcar e o milho foram substituídos pela soja, principais culturas e demais culturas.

Ao detalhar as informações sobre a área colhida das microrregiões, observa-se que a participação da área colhida na microrregião de Ituiutaba é impactada com a queda da área colhida destinada para o arroz de 11,36%, em 1990, para 0,01% em 2020 e 2021 (Gráfico 2). O milho é outra cultura que teve redução significativa de sua participação, visto que em 1990 correspondia a 51,97% da área colhida da microrregião, passando para 5,6% em 2010, mas nos anos seguintes há um aumento de sua participação, atingindo 14,08% em 2021. A área de cana-de-açúcar, por sua vez, detém a maior participação na microrregião a partir de 2010 e mantém sua significativa participação nos anos seguintes, com valores aproximados a 39%.

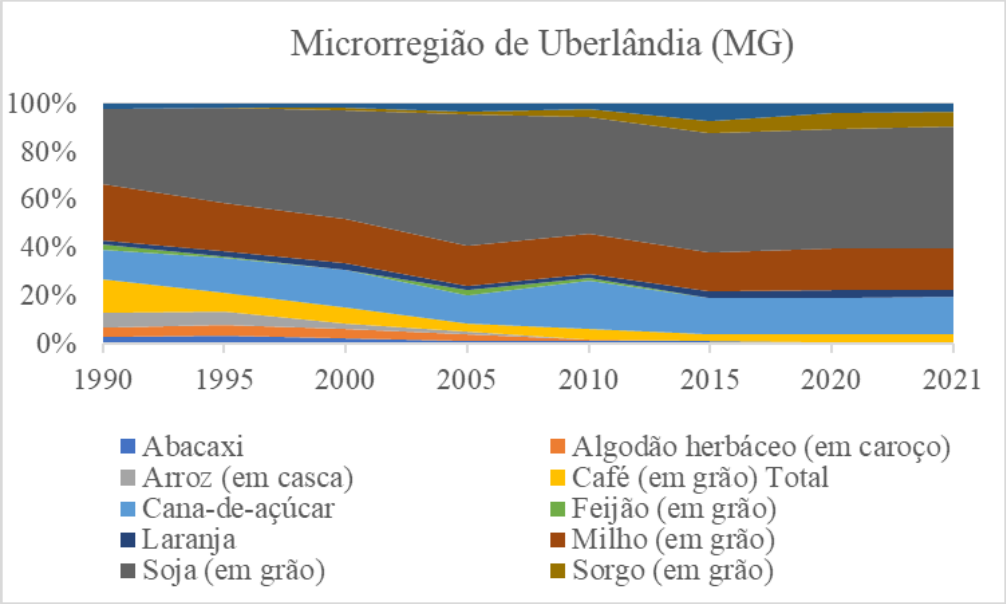
Gráfico 2. Participação da área colhida das principais culturas na Microrregião de Ituiutaba (MG), para os anos 1990 a 2021.



Fonte: Produção Agrícola Municipal (IBGE, 2023).

No Gráfico 3, a soja foi o cultivo de maior participação na área colhida e apresentou aumento de sua participação ao longo do período de análise na microrregião de Uberlândia. A participação do abacaxi, do algodão herbáceo, do arroz, do café e do feijão tiveram redução suas áreas. Assim como, observado com o arroz que, em 1990, participava com 13,92% da área colhida e passou para 0,001% em 2021. A cana-de-açúcar participa com 12,56% da área em 1990, apresentando a maior participação em 2010 com 19,93%, para reduzir nos anos seguintes sua participação, atingindo 15,12% em 2021. A área do milho em 1990 correspondia a 23,44% e apresenta redução no período posterior atingindo 17,60% da microrregião em 2021. A participação da soja em 1990 correspondia a 31,31% e esse cultivo foi ampliado ao longo do período analisado, atingindo maior participação na área em 2005 com 54,98%. Ressalta-se que esse cultivo permanece com maior participação na área colhida, apresentando participação de 50,69% em 2021.

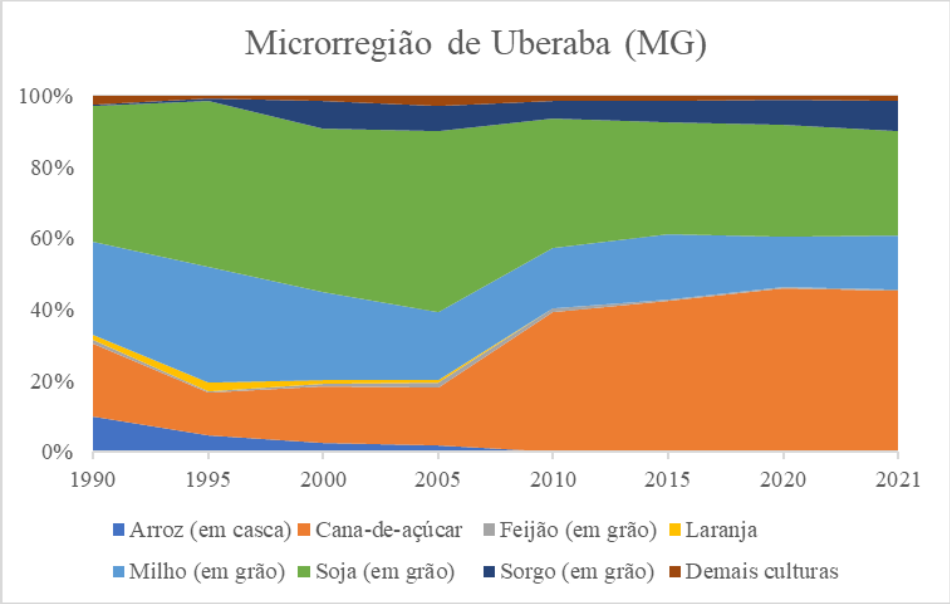
Gráfico 3. Participação da área colhida das principais culturas na Microrregião de Uberlândia (MG), para os anos 1995 a 2021.



Fonte: Produção Agrícola Municipal (IBGE, 2023).

Em 1990, o arroz, a cana-de-açúcar, o milho e a soja foram os cultivos com maior participação na área colhida na microrregião de Uberaba (Gráfico 4). O arroz apresenta participação de 10,09% em 1990 e reduz drasticamente sua área, não apresentando participação do cultivo em 2020 e 2021. A cana-de-açúcar apresentou crescimento da área colhida que em 1990 representava 20,38% e amplia sua participação para 45,12% em 2021, correspondendo ao cultivo com maior participação neste ano. Entre 1990 e 1995, o milho apresenta aumento da área colhida de 25,90% para 32,41%, porém nos anos seguintes apresenta redução da participação atingindo 15,09% da área em 2021. A soja foi a cultura de maior participação em 1990, 38,15% e apresentou aumento da área nos anos seguintes atingindo maior participação em 2005 com 50,73%, para nos anos seguintes ter sua participação na área colhida reduzida para 29,31% em 2021.

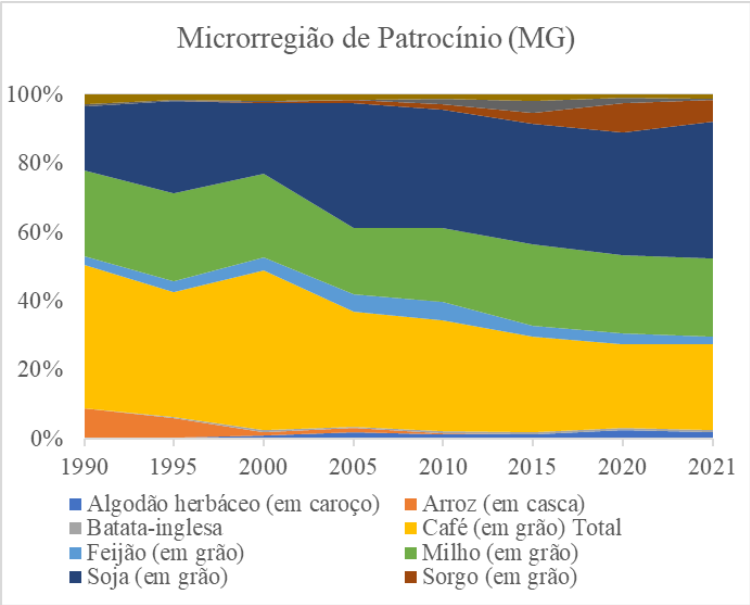
Gráfico 4. Participação da área colhida das principais culturas na Microrregião de Uberaba (MG), para os anos 1995 a 2021.



Fonte: Produção Agrícola Municipal (IBGE, 2023).

Na microrregião de Patrocínio, o arroz apresenta significativa redução de sua participação, visto que em 1990 correspondia a 8,74% e nos anos de 2020 e 2021 não apresenta área colhida (Gráfico 5). O café corresponde a cultura de maior participação em 1990 com 41,69% da área e reduz para 25,07% em 2021.

Gráfico 5. Participação da área colhida das principais culturas na Microrregião de Patrocínio (MG), para os anos 1995 a 2021.

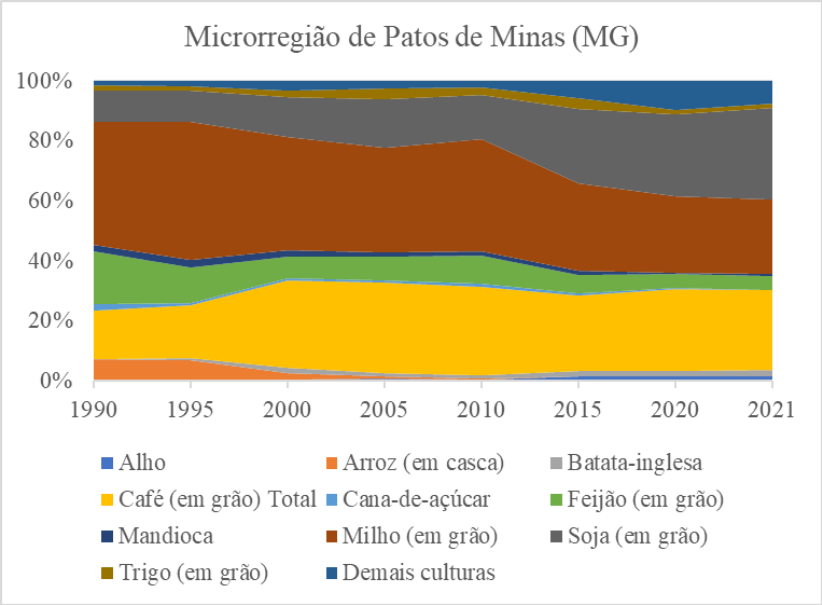


Fonte: Produção Agrícola Municipal (IBGE, 2023).

O feijão apresenta participação de 2,59% em 1990 e aumento essa participação para 5,59% em 2010, para apresentar redução posterior, atingindo 2,22% em 2021. O sorgo é uma cultura que não demonstrava participação na área colhida nos anos de 1990 e 1995, mas a partir de 2000 nota-se ampliação da área, atingindo a participação de 8,43% da área em 2020 e redução para 6,33% em 2021. A soja apresentou aumento da participação na área colhida da microrregião que em 1990 correspondia a 18,72% da área e em 2021 essa foi de 39,87%.

As informações constantes no Gráfico 6 mostram que as culturas alimentares como o arroz, o feijão e a mandioca sofrem diminuição de suas áreas. O arroz correspondia a 7,16% da área em 1990 e em 2015, 2020 e 2021 não apresenta participação na microrregião de Patos de Minas. Em 1990, o feijão correspondia a 17,60% da área colhida e ao longo do período apresenta redução de sua participação representando apenas 4,64% em 2021. Foi identificada baixa participação da mandioca ao longo do período, visto que em 1990 era de 2,08% e em 2021 de 0,58%. A redução da área do milho foi de 41,01% em 1990 para 24,88% em 2021.

Gráfico 6. Participação da área colhida das principais culturas na Microrregião de Patos de Minas (MG), para os anos 1995 a 2021.



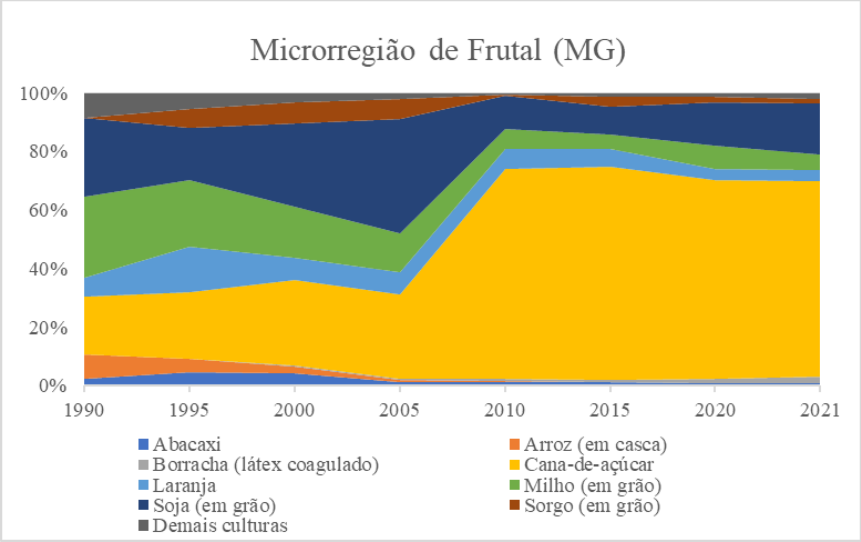
Fonte: Produção Agrícola Municipal (IBGE, 2023).

Já o café e a soja apresentaram ampliação de suas áreas. O café em 1990 correspondia a 15,99% da área, atingindo maior participação em 2005 com 30,48% e posterior queda em 2021 com participação de 26,63%. Em 1990, a participação da soja correspondia a 10,56% da área e amplia a área colhida para 30,39% em 2021.

No Gráfico 7, o arroz apresentou expressiva redução de sua participação na área colhida da microrregião de Frutal, visto que em 1990 correspondia a 8,22% da área e em 2020 e 2021

deixa de participar da área colhida. O milho e a soja também demonstraram redução de suas áreas. Em 1990, o milho participava com 27,41% da área colhida e reduz sua participação para 5,17% em 2021. Já a participação da soja correspondia a 27,26% em 1990, alcançando maior participação em 2005 com 39,33% e a menores participações em 2010 e 2015, para atingir 17,28% em 2021.

Gráfico 7. Participação da área colhida das principais culturas na Microrregião de Frutal (MG), para os anos 1995 a 2021.

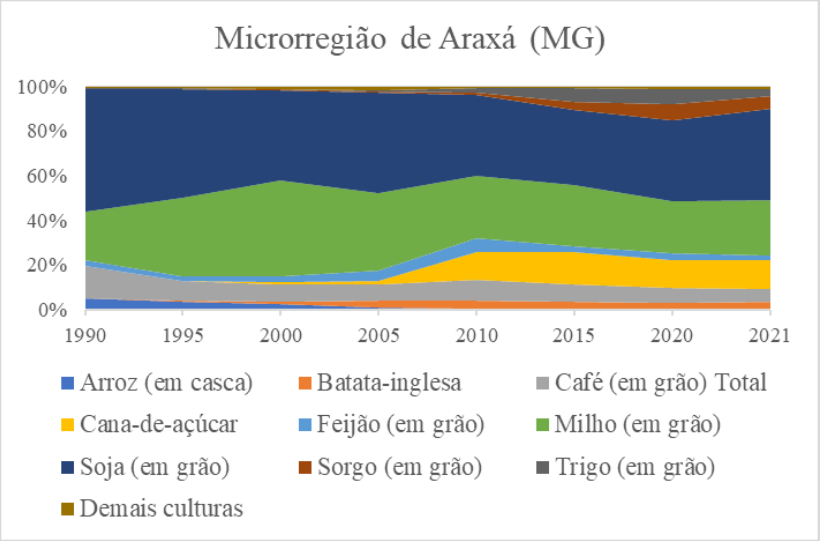


Fonte: Produção Agrícola Municipal (IBGE, 2023).

O cultivo de cana-de-açúcar apresentou expressivo crescimento da área colhida. Em 1990, a participação foi de 19,60%, ampliando nos anos seguintes, apresentando 71,82% em 2010 e 72,76% em 2015, nos anos seguintes apresenta redução da participação na área colhida, porém, permanece apresentando expressiva participação com 66,93% em 2021, da área colhida da microrregião de Frutal.

Na microrregião de Araxá, em 1990, o cultivo de arroz correspondia a 4,72% a área colhida e tem sua área reduzida nos anos seguintes, deixando de apresentar participação (Gráfico 8). O café também apresentou redução de área, sendo 14,58% em 1990 para 2,07% em 2021. Por sua vez, a cana-de-açúcar representava apenas 0,14% da área em 1990 e em 2021 sua participação passou a ser de 12,51%.

Gráfico 8. Participação da área colhida das principais culturas na Microrregião de Araxá (MG), para os anos 1995 a 2021.



Fonte: Produção Agrícola Municipal (IBGE, 2023).

Quanto à participação do milho, em 1990 correspondia a 21,88% da área e nos anos seguintes observa-se aumento da participação atingindo 42,91% em 2005, nos anos seguintes tem-se redução das áreas e atinge a participação de 24,52% em 2021. A soja apresentou maior participação na área colhida da microrregião em 1990 (55,19%) e redução ao longo do período, porém, permanece apresentando significativa participação, já que em 2021 essa corresponde a 41,00% da área colhida.

A análise das informações mostra a realidade concreta deste recorte espacial correspondente às microrregiões da mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. Oliveira (2007) aponta a necessidade de entender o processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção no bojo das realidades históricas concretas. Essas realidades mostram que as transformações foram acompanhadas do crescimento das áreas colhidas com *commodities* agrícolas e pela diminuição da diversidade produtiva. Conforme afirma Souza (2008),

> […] a determinação do padrão de uso e ocupação do solo pode inferir sobre as dinâmicas de crescimento econômico e territorialização das forças produtivas hegemônicas em detrimento de uma visão de desenvolvimento que permita conviver com outras territorialidades, outras formas de projeção humana sobre o espaço. (SOUZA, 2008, p. 42)

Logo, o padrão de homogeneização evidenciado demonstra a expansão do capital nas microrregiões do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. Além disso, demarcam uma parte das mudanças no modo de reprodução capitalista que aprimoram técnicas e suas formas de produção no campo, o que altera continuamente as relações de produção. Isso pode ser

evidenciado, nas microrregiões do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, pelo predomínio do cultivo de lavouras para o mercado de *commodity* em detrimento das lavouras para alimentação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A expansão do capitalismo no campo é acompanhada por significativas transformações na organização social da produção e na constituição de territórios, ao mesmo tempo em que se observa o desenvolvimento econômico do país condicionado ao atendimento das demandas do mercado externo, viabilizado por diferentes ações do Estado, dentre elas a ampliação de incentivos à produção e exportação de *commodities.* Com isso, tem-se o aumento do uso e ocupação da terra por *commodities* em diversas áreas do país e, portanto, em diferentes microrregiões, como no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (MG).

Neste contexto, o avanço do capitalismo no campo implica em uma tendência à homogeneização do território em que ao longo do período, as microrregiões de Ituiutaba, Uberlândia, Frutal e Uberaba apresentaram redução do valor do coeficiente de Theil, demonstrando redução da diversidade produtiva nessas áreas. Já as microrregiões de Patrocínio, Patos de Minas e Araxá apresentaram aumento da diversidade produtiva no mesmo período de análise.

Os resultados obtidos com a utilização do Efeito Escala e Efeito Substituição indicaram que a cana-de-açúcar e a soja foram as culturas que apresentaram um crescimento acentuado da área colhida ao longo do período de análise. Se considerar em específico o Efeito Substituição verificou-se que essa expansão da área colhida ocorreu, principalmente, sobre o conjunto das culturas analisadas, sendo o milho a cultura que mais cedeu área.

Ao considerar a participação da área colhida das principais culturas nas microrregiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, observa-se que as culturas alimentares apresentaram significativa redução de suas áreas enquanto houve a ampliação da produção de *commodities*.

Por fim, cabe apontar para a necessidade de ampliar reflexões sobre as implicações do avanço do capital no campo.

REFERÊNCIAS

DELGADO, G. C. **Do “capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012).** Porto Alegre: UFRGS, 2012.

DELGADO, G. C. Questão agrária e capital financeiro na agricultura brasileira. **Caderno Prudentino de Geografia**, *[S. l.]*, v. 4, n. 42, p. 286–305, 2020. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/7765. Acesso em: 23 nov. 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Banco de Dados Agregados** – SIDRA: Lavouras Temporárias e Permanentes. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/5457. Acesso em: Jun/2023.

OLIVEIRA, A. U. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo. FFLCH/Labur Edições. 2007.

SOUZA, J. G. **Questões de Método: o padrão de homogeneização do território Rural Paulista**. (Tese de Livre Docência) Unesp. Jaboticabal, 2008

SOUZA, J. G.; DIEGUES, V. C. Por uma desglobalização da produção alimentar - commodização da agricultura e diversidade produtiva: uma análise de Espanha. **GEOgraphia**, v. 14, n. 28, p. 63-81, 29 abr. 2013.

SOUZA, A. B; SANTOS, C.V. Mudanças na composição da produção agrícola paraense no período 1990 a 2005: uma análise quantitativa das principais culturas. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.116, p.07-32, jan./jun. 2009.

PERFIL SOCIOECONÔMICO DA AGRICIULTURA FAMILIAR NA REGIÃO DO ALTO JURUÁ-AM

Irenildo Costa da Silva[1]

RESUMO

Este artigo tem o objetivo de analisar o perfil da agricultura familiar praticada na região do Alto Juruá, estado do Amazonas. Essa agricultura pode ser definida como aquela praticada por famílias que são proprietárias dos meios de produção e que também assumem o trabalho na agricultura. Durante a coleta de dados foram utilizados os mecanismos de observação, entrevistas, aplicação de formulários, sondagens e história de vida. Ao todo, foram identificadas e registradas 95 comunidades rurais. O tamanho da amostra da pesquisa foi de 101 famílias. Dentre as atividades produtivas na região, destacam-se a cultura da mandioca, a prática do extrativismo e a pesca, as quais têm garantido a sobrevivência dos agricultores e seus familiares, que retiram da terra, da floresta e do rio o sustento e a obtenção de recursos para atender as necessidades básicas da família. Embora as dificuldades sejam muitas, a persistência e resistência mantêm a (re)produção dos agricultores na região.
Palavras-chave: Amazônia, agricultura, Amazonas.

ABSTRACT

This article aims to analyze the profile of family farming practiced in the Alto Juruá region, state of Amazonas. This agriculture can be defined as that practiced by families who own the means of production and who also carry out agricultural work. During data collection, observation mechanisms, interviews, application of forms, surveys and life history were used. In total, 95 rural communities were identified and registered. The research sample size was 101 families. Among the productive activities in the region, cassava cultivation, the practice of extractivism and fishing stand out, which have guaranteed the survival of farmers and their families, who extract their livelihood and obtain income from the land, forest and river resources. to meet the family's basic needs. Although the difficulties are many, persistence and resistance maintain the (re)production of farmers in the region.
Keywords: Amazon, agriculture, Amazonas.

[1] Professor do Instituto Federal do Amapá, irenildo.silva@ifap.edu.br

INTRODUÇÃO

O debate sobre a importância da agricultura familiar é intenso e objeto de vários estudos científicos, produzindo inúmeras concepções, interpretações e propostas, oriundas das diferentes visões sobre este segmento (Gomes, 2004; Bezerra e Schlindwein, 2017; Meneghetti e Souza, 2015; Bertolini, 2020).

As principais argumentações para a importância do papel da agricultura familiar, tanto a nível de Brasil quanto a nível de mundo, fazem referência a sua concepção de desenvolvimento duradouro e sustentável, aliado à geração de emprego e renda, segurança e soberania alimentar e desenvolvimento local. É o conjunto desses elementos que convergem para tornar a agricultura familiar importante produtora de alimentos básicos que chegam na mesa dos brasileiros diariamente (SERENINI, 2014; LIMA, SILVA e IWATA, 2019).

Segundo Wanderley (2009), a agricultura familiar pode ser definida como aquela praticada por famílias que são proprietárias dos meios de produção e que também assumem o trabalho na agricultura. Nesse sentido, o caráter familiar influencia em todo o processo produtivo, pois o fato de uma estrutura produtiva associar família-propriedade-trabalho tem consequências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente (Silva, 2014). Esse tipo de agricultura está presente de forma significativa na rotina das atividades produtivas do país, representando 77% dos estabelecimentos agropecuários, de um total de 5.073.324 estabelecimentos (IBGE, 2017).

No contexto amazônico[2], a agricultura familiar possui singularidades quanto aos recursos de (re)produção, a qual, para além da terra, também utiliza o rio como fundamental meio de produção e sobre o qual é muito comum o deslocamento dos agricultores. As atividades extrativistas também são características na região. Para Ferreira (2021), o rio na Amazônia é ambiente vital para os agricultores, tanto pela extensão quanto pela expressão, pois circunda a vida de trabalho e destino, e pulsa como/com vida, é o sangue que alimenta o corpo e a terra, seu leito e sua superfície.

Para regiões mais distantes e de difícil acesso aos grandes centros urbanos na Amazônia, a agricultura familiar torna-se ainda mais importante, apresentando-se como uma resposta para a oferta de alimentos para as populações locais, em detrimento de produtos importados de outros locais, o que torna os preços mais elevados em decorrência dos maiores gastos com

[2] De acordo com o censo agropecuário (2017), existem na Amazônia 749.328 estabelecimentos da agricultura familiar. Isso representa cerca de 82% do total de estabelecimentos agropecuários da região. O estado do Pará é o que mais possui estabelecimentos da agricultura familiar (239.737), e o Amapá o que menos possui (6.984).

logística e transporte. É nessa contextualização que se encontra inserida a agricultura familiar praticada na região do Alto Juruá, estado do Amazonas, a qual é objeto de análise neste artigo.

No estado do Amazonas, o número de unidades familiares é de 70.358 de um total de 80.959 estabelecimentos agropecuários, representando 87% dos estabelecimentos. A agricultura familiar no estado ocupa 40% das terras e é responsável pela ocupação de 243.828 pessoas, equivalente a 91% dos postos de trabalhos gerados no meio rural (Meneghetti e Souza, 2015; IBGE, 2017).

Segundo Pereira (2015), a agricultura familiar representa a metade das riquezas produzidas pelo setor primário do Amazonas. Entre os principais produtos da agricultura familiar no estado, destacam-se a mandioca, banana, laranja, açaí, maracujá, abacaxi, goiaba, cana de açúcar e feijão, além da participação na pecuária, pesca e extrativismo (Oliveira e Libania, 2021).

A formulação deste artigo foi motivada pelo interesse de analisar e apresentar informações sobre o perfil da agricultura familiar praticada na região do Alto Juruá, estado do Amazonas, apresentando um recorte temporal da realidade das famílias e da produção.

METODOLOGIA

A pesquisa de campo foi realizada por meio de avaliações quantitativas e qualitativas. Analisou-se as estratégias de sobrevivência e produção dos agricultores na região. Para isso, a pesquisa considerou vários aspectos relacionados ao cotidiano das famílias, os quais foram importantes para mostrar a realidade em que as famílias se encontram, como também para a possibilidade de inferir sobre a permanência de manutenção e reprodução destas longo dos anos nos seus espaços de produção.

Durante a coleta de dados foram utilizados os mecanismos de observação, entrevistas, aplicação de formulários, sondagens e história de vida, para acessar as narrativas dos agricultores em suas experiências (SUZUKI; SOARES, 2015). A elaboração de gráficos foi realizada com o auxílio do software estatístico Statistcal Package for Social Sciences (SPSS) da International Business Machines (IBM).

Ao todo, foram identificadas e registradas, bem como feitas a coleta das coordenadas geográficas, 95 comunidades rurais. Tais coletas correspondem ao percurso entre a sede do município de Envira até a sede do município de Guajará, envolvendo parte do rio Tarauacá (entre Envira até próximo da sede do município de Eirunepé) e o rio Juruá (entre Eirunepé e

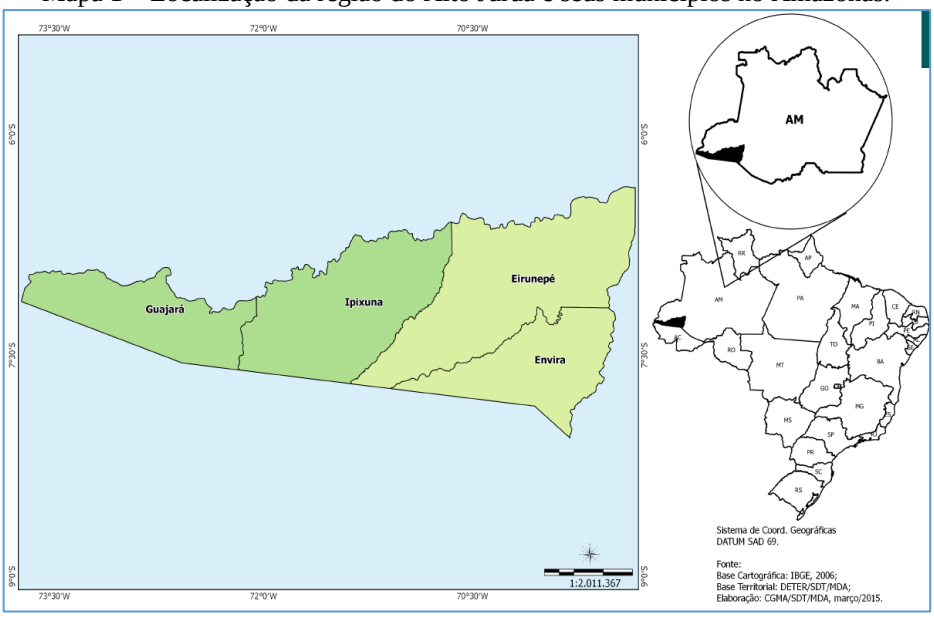
Guajará). O tamanho da amostra da pesquisa foi de 101 famílias. O mapa 1 apresenta a dispersão geográfica das comunidades ao longo da região.

A coleta de dados foi realizada entre os anos de 2021 e 2022, e teve apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazona-FAPEAM, por meio de projeto aprovado no edital nº 003/2020 do Programa de Apoio à Interiorização em Pesquisa e Inovação Tecnológica no Amazonas-PAINTER.

O ALTO JURUÁ

A região do Alto Juruá está localizada na porção sudoeste do estado do Amazonas, no limite com o estado do Acre, tendo mais interação e relação com este do que com o próprio Amazonas (mapa 2). Ela é formada pelos municípios de Envira, Eirunepé, Ipixuna e Guajara, apresentando uma extensão territorial de 42.165,349 km^2 e uma população de 88.482 habitantes, sendo 33.587 os residentes na área rural. A densidade demográfica da região é de 2 hab./km^2 (IBGE 2010 e 2021). O acesso à região é muito complicado, com um baixo grau de integração com o restante do estado do Amazonas, distante em torno de 1.400 quilômetros da capital.

Mapa 1 – Localização da região do Alto Juruá e seus municípios no Amazonas.



Fonte: SDT, 2015.

Atualmente, não há linhas regulares de transporte aéreo e fluvial, meios por onde se pode chegar. Para o segundo caso, nem sequer tem possibilidade. Em relação ao primeiro, há um itinerário de 3 vezes durante a semana, saindo de Manaus, mas o acesso é muito limitado

em virtude dos valores, os quais não são acessíveis para grande parte da população. Dentro da própria região, o transporte também é muito complicado, com possibilidades escassas de linhas de transporte fluvial entre os munícipios. É muito comum no cenário rural, em termos de mobilidade das pessoas, o uso de embarcações "tipo rabeta", as quais pequenas e sem cobertura, configuram-se como meio de transporte, tanto das pessoas quanto da produção. Os municípios têm uma distância média entre si de 96 horas de barco, e de 15 a 20 dias se o percurso for até Manaus (PTDRS ALTO JURUÁ, 2006). Os rios são muitos sinuosos e estreitos.

A renda per capita da população regional situa-se na média de R$ 266, sendo a melhor situação identificada no município de Ipixuna (R$ 382,13) e a pior em Guajará (R$ 200,40) (IBGE, 2010). Em termos educacionais, a região apresenta um baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica-IDEB, o qual mede a qualidade do aprendizado nas escolas públicas e estabelece metas para a melhoria do ensino. A região apresenta a nota 4 como média do IDEB, sendo a melhor nota no município de Eirunepé (4,5) e a pior em Ipixuna e Envira (3,7 cada), Guajará apresenta IDEB 4,1 (INEP, 2017).

A região possui um dos piores Índices de Desenvolvimento Humano Municipal-IDHM do estado, média de 0,52 (PNUD, 2010). O município de Ipixuna tem a situação mais crítica (0,48), sendo um dos municípios brasileiros com o pior IDHM, na posição 5.554 de um total de 5.565. Em algumas situações a porcentagem de pessoas extremamente pobres chega a 51,48% (município de Guajará) e a porcentagem de vulneráveis à pobreza a 89,93% (município de Envira), com uma alta concentração de renda, chegando a 0,74 em Guajará. Na região, 12.808 famílias são beneficiadas por meio do programa Bolsa Família (PBSM, 2015).

Os serviços públicos e infraestruturas (energia elétrica, saneamento básico, pavimentação, entre outros) na região são precários, sendo mais crítico nas áreas rurais da região, as quais, pelo distanciamento e dispersão da população, somados à insuficiência de recursos financeiros, recebem de maneira muito deficiente os serviços públicos, como saúde, educação e infraestruturas.

Na economia, destaca-se a produção de culturas permanentes e temporárias, assim como a criação de alguns animais. Dentre as atividades na região, destacam-se a produção de milho, mandioca, feijão, arroz, cana de açúcar, café, laranja, mamão, manga, abacate, abacaxi, abóbora, banana, melão, pupunha, cupuaçu, fumo, goiaba, melancia, a pesca artesanal e o extrativismo (açaí, andiroba, madeira, borracha); na pecuária tem-se a a criação de bovinos, bubalinos, caprinos, equinos, galinhas, ovinos e suínos (PTDRS, 2007; IBGE, 2017). A região, segundo Lobão e Staduto (2019), não foge à regra do contexto amazônico, com municípios pequenos que sobrevivem, economicamente, de atividades primárias, típicas do meio rural.

Na região, segundo o IBGE (2017), estão situados 4.484 estabelecimentos da agricultura familiar, nos quais estão ocupadas 15.518 pessoas. Os projetos de assentamentos da reforma agrária totalizam 4, nos quais estão assentadas 521 famílias (INCRA, 2014). Segundo dados da SIATER (2015), os serviços de assistência técnica e extensão rural na região são oferecidos por apenas 26 técnicos do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas – IDAM, sendo 11 em Eirunepé, 6 em Envira, 4 em Guajará e 5 em Ipixuna.

Quanto à geografia da região, a mesma apresenta paisagem de terra firme e várzea. As áreas de terra firme não são contínuas, e estão presentes ao longo dos principais rios da região, o Tarauacá e o Juruá. O primeiro permite a trajetória de Envira para Eirunepé, enquanto segundo possibilita o deslocamento entre Eirunepé, Ipixuna e Guajará. Predomina na região a paisagem de várzea, a qual não tem regime de maré. Os rios da região ficam com o nível da água "cheio" durante 6 meses, e "baixo" durantes os outros 6 meses do ano, quando os agricultores plantam cultivos de ciclos curtos (melancia, maxixe, milho entre outros), aproveitando os nutrientes deixados pela "cheia" do rio.

A pesquisa de campo identificou que são consideradas comunidades as concentrações a partir de 4 casas, concentração menor do que essa é considerada como localidade. Embora presente esta última situação, não são muitos os casos. É também possível encontrar a presença de casas isoladas das comunidades e localidades, de ocorrência bem pouca também. De maneira geral, as comunidades têm em torno de 5 a 15 casas (tipo palafita), na construção das quais predominada o uso de madeira, estrutura das paredes e pisos, e uso de telhas, tipo Brasilit, para a cobertura das mesmas (Fotografia 1).

Fotografia 1 – Visão de uma das comunidades na região do Alto Juruá-AM.

Fonte: Pesquisa de campo, 2021.

Nas comunidades de até 15 casas, praticamente, as famílias são formadas por laços de parentesco. As concentrações maiores, não foi constatado um critério específico, mas identificou-se que são aquelas que apresentam mais de 30 casas, são chamadas de vilas, as quais também não são muitas, sendo a maior a vila Pernambuco, em torno de 280 casas, situada no município de Ipixuna, a qual se destaca com a maior infraestrutura na região (posto de saúde, escolas, presença de água encanada e automóveis).

As comunidades, quase de maneira generalizada, possuem pontes interligando as casas. São pontes em condições bem precárias devido a deficiente manutenção. As vilas União (Eirunepé) e Pernambuco (Ipixuna) possuem calçamento, as quais configuram-se como uma espécie de "ruas" entre as casas. É muito comum a existência de casas de farinha de uso coletivo, geralmente uma casa por comunidade. É possível encontrar também pequenos galinheiros ou chiqueiros. Nas vilas União, Pernambuco e comunidade Deixe Falar (Eirunepé) existem pequenos engenhos para o beneficiamento da cana de açúcar. Em termos de comunicação, as comunidades são praticamente isoladas, sem qualquer tipo de rádio comunicador ou sinal de telefonia.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Do total de entrevistados, 46,53% são do sexo masculino e 53,47 do sexo feminino. Ao todo, a pesquisa abrangeu um número de 475 pessoas, das quais 240 são do sexo masculino e 235 do sexo feminino. Das pessoas abrangidas, 26,31% têm idades que variam entre 0 e 10 anos, 18,52% entre 11 e 17 anos, 11,36% entre 18 e 24 anos, 37,68% entre 25 e 60 e 6,10% possuem mais de 60 anos de idade. Considerando somente as pessoas entrevistadas, a idade variou entre 20 e mais de 60 anos, apenas 10,89% dos entrevistados têm mais de 60 anos de idade.

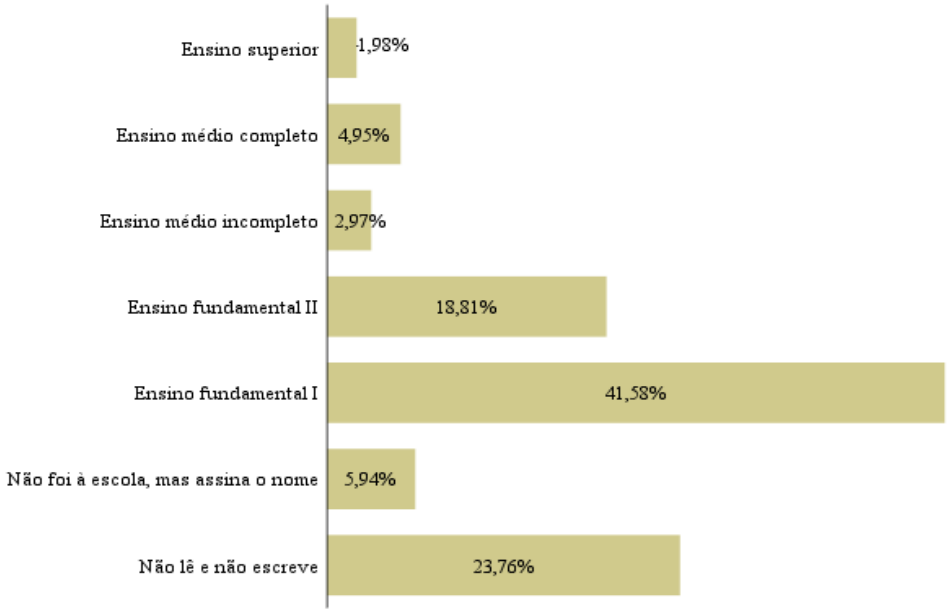
Os resultados evidenciam uma população jovem na região do Alto Juruá, quando 56,21% dos abrangidos pela pesquisa têm menos de 24 anos e 51,48% dos entrevistados apresentam idade igual ou menor do que 40 anos, sendo pessoas em idades de condições e vigor físico para os mais variados trabalhos demandados nas atividades agropecuárias, as quais, em muitos casos, exigem esforços físicos recorrentes. Os dados da faixa etária dos agricultores são próximos aos encontrados para a faixa etária em pesquisas realizadas na Amazônia, cuja média encontra-se entre 40 e 60 anos, evidenciando que a faixa etária dos agricultores entrevistados não se diferencia dos demais agricultores na região (VASCONCELOS, 2008; FREITAS, 2008; SILVA, 2010; SILVA, 2014).

Quando analisada a escolaridade dos agricultores, constatou-se um baixo nível de escolarização e instrução escolar. A análise desta questão é muito relevante, pois tem relação com o processo de compreensão, entendimento e tomadas de decisões em variadas situações da vida cotidiana, e pode apresentar-se como um fator limitante, pela dificuldade de entendimento, na obtenção de financiamentos e busca de inovações tecnológicas. Ainda, pode comprometer o acesso a programas de capacitação e outros cursos que possam ser oferecidos aos agricultores pela assistência técnica ou outras fontes que podem exigir como pré-requisito o conhecimento de leitura, escrita e operações matemáticas.

Para Rebelo (2005), a falta de instrução formal e adequada pode se constituir em um elemento restritivo ao desenvolvimento humano pela reduzida capacidade de assimilação de novos fatores necessários à dinâmica social e produtiva, e também compromete a leitura e o entendimento de manuais e bulas, reduzindo o melhor aproveitamento, provocando o desperdício ou dando destino inadequado para determinados produtos pela não compreensão de uso e descarte. Ribeiro e Andrade (2018), pontuam que o nível de escolaridade tem relação direta com a qualidade de vida, influenciando em vários aspectos desta, sendo um importante indicador para os níveis de desenvolvimento socioeconômico de uma sociedade.

Segundo a pesquisa de campo, somam 71,28% os agricultores que não sabem ler e nem escrever; os que não estudaram, mas sabem ler e escrever e os que possuem apenas o ensino fundamental incompleto. O gráfico 1 apresenta a situação de escolaridade dos entrevistados.

Gráfico 1 – Escolaridade dos entrevistados na região do Alto Juruá-AM.



Fonte: Pesquisa de campo.

O gráfico 1 mostra que o nível de escolaridade dos agricultores é bastante deficiente. Uma das explicações para esse cenário está relacionada ao fato de que os agricultores não tiveram oportunidades de estudos à época que tinham idade escolar. Segundo eles, era muito raro a existências de escolas nas comunidades ou próximas onde viviam, além do mais, quando havia a possibilidade de estudos, eles relatam o fato do desencontro entre as atividades escolares e aquelas desempenhadas na agricultura, o que, em certas épocas do ano, pelos muitos trabalhos, não permitia os mesmos frequentarem as escolas. A prioridade dos pais dos entrevistados era o trabalho e não os estudos.

O cenário para a educação escolar na região é bem delicado. O IDHM educação é muito baixo nos quatros munícipios: Eirunepé (0,431), Envira (0,349), Ipixuna (0,302) e Guajara (0,387) (PNUD, 2010). São muitas as comunidades que possuem um local para o funcionamento de uma escola, e em alguns casos, são utilizadas a sala da residência de moradores para tal finalidade. Como a pesquisa foi realizada durante o período da pandemia, não foi possível encontrar nenhuma escola em funcionamento, mas foi possível constatar as precárias condições de deterioração de muitos prédios.

De maneira geral, as escolas do meio rural são de madeira e disponibilizam estudos até o ensino fundamental I, cenário generalizado nos munícipios de Envira e Eirunepé. Já nos municípios de Ipixuna e Guajará foram identificadas escolas que ofertam até o ensino médio, sendo tal forma de ensino mediada por tecnologia, conhecido entre os agricultores como ensino médio técnico. Uma pessoa técnica é responsável por organizar a sala de aula e os equipamentos para que os alunos assistam as aulas pela televisão. Outro ponto complicado na questão escolar é o transporte, o qual é muito precário e inseguro. Geralmente é realizado em uma embarcação tipo “rabeta”, sem nenhum tipo de cobertura, com raras exceções. Os alunos se protegem como podem dos raios solares e das chuvas.

O pior cenário para a educação foi constatado no munícipio de Eirunepé, com as escolas sem a presença de nenhum funcionário e nenhuma forma de ensino oferecido aos alunos, um verdadeiro “apagão” escolar nas comunidades. Também, segundo relato dos entrevistados, não há um corpo efetivo de docentes, sendo característico a figura de professores temporários. Por sua vez, é interessante ressaltar a promessa de algumas obras de construção de escolas nas comunidades daquele munícipio (uma em andamento durante a realização da pesquisa).

No que se refere ao atendimento de saúde, o quadro é bastante preocupante. Apenas as vilas contam com um pequeno posto de saúde, os quais encontram-se com pendência de manutenção e não há atendimento diário. Segundo os entrevistados, os medicamentos nos

postos se resumem a remédios para pressão e diabete. Caso os agricultores necessitem de algum atendimento urgente têm que se deslocarem para a sede municipal mais próxima. Esse fato tem provocado o interesse de mudança para a sede municipal de alguns agricultores em busca de cuidados médicos, pois na comunidade não têm o devido suporte.

Não muito diferente de outras áreas rurais da Amazônia, a região do Alto Juruá é caracterizada por comunidades remotas e ribeirinhas, as quais, segundo Pucciarelli (2018), não dispõem de atendimento regular e adequado às necessidades de saúde. Garantir o acesso ao atendimento de saúde, assim como outros serviços nessas áreas, continua sendo um dos maiores desafios das políticas públicas na Amazônia. É marcante neste contexto a situação de alta vulnerabilidade sócio sanitária, elevadas taxas de doenças infecciosas, mortalidade infantil elevada e carência de interiorização de profissionais e ações de saúde. Os avanços para reverter esse quadro são lentos, o que contribui para agravar o baixo desenvolvimento social nas zonas rurais (SILVA, 2006).

Como ação para responder as demandas médicas, cada gestão municipal mantém a operacionalização de uma unidade básica de saúde fluvial, a qual realiza vários serviços nas chamadas “ações”, as quais concentram atendimento não só de especialidades médicas como também na emissão de alguns documentos (carteira de identidade, CPF, carteira do SUS, entre outros). Tais “ações” ocorrem, no máximo, duas vezes ao ano e somente no período de “cheia” dos rios, segundo os entrevistados. Há também a atuação do agente comunitário de saúde, o qual, distribui “hipoclorito”, para o tratamento de água, e medicamentos básicos para pressão, diabete, dores e febre. Essas ações, embora consigam atender determinadas demandas básicas de saúde, ainda estão longe de satisfazer os anseios das famílias.

Em relação ao acesso à energia elétrica, constatou-se que são muitas comunidades que não dispõem de atendimento 24 horas. O cenário varia entre os municípios. Em Ipixuna e Guajará o fornecimento de energia por rede elétrica alcança várias comunidades, embora se deva pontuar que não há uma sequência de atendimento até a última comunidade com acesso. Em Eirunepé e Envira, a rede elétrica atende apenas as comunidades bem próximas das sedes. A insuficiência na disponibilidade de rede elétrica na região não é uma especificidade local, fato que é corroborado por Cruz e Mourad (2004), os quais argumentam que o atendimento rural sempre se deu restrito às regiões circunvizinhas às áreas urbanas, como uma extensão desta rede e limitando-se até a uma certa distância.

Para Cardoso e Oliveria (2013), a energia elétrica é um dos fatores importantes que motiva o desenvolvimento local e provoca benefícios em diversos níveis da vida cotidiana, contribuindo para a qualidade de vida e da produção agrícola. Do contrário, a inexistência ou

precária oferta de eletrificação rural, impossibilita o acesso da população a diversos serviços sociais básicos como saneamento, comunicação, educação entre outros. Além disso, tem relação com os baixos níveis de renda, no aumento da pobreza local, na diminuição da capacidade produtiva e da pouca acessibilidade aos meios de informação. Fatores que podem contribuir para o êxodo rural (Trigoso, 2004).

Frente a inexistência de rede elétrica, é muito comum o uso de gerador elétrico nas comunidades (uso coletivo). As famílias se reúnem para a compra do combustível (uma cota de diesel por família) e manutenção do equipamento. Os geradores são ligados por cerca de 3 horas por dia, das 18 às 21 horas, geralmente. É precária a condição dos geradores, bem como a distribuição dos fios elétricos para as casas. Para piorar ainda mais, as dificuldades financeiras das famílias resultam no não compromisso para custear a compra de combustível e a manutenção dos equipamentos em várias comunidades, fato que tem provocado o acesso à energia elétrica para alguns dias do mês, em alternância, ou a redução do horário de funcionamento dos geradores. Embora raros, foram identificados casos de famílias que têm geradores elétricos próprios.

Outra constatação sobre o assunto foi o uso de placas solares, embora em raros casos. A energia elétrica obtida por tais equipamentos é suficiente apenas para atender o funcionamento de uma ou duas lâmpadas, de um pequeno aparelho de rádio, uma televisão e recarregar celulares. É importante pontuar que na última viagem de campo, março de 2022, em uma das comunidades do munícipio de Ipixuna, estava ocorrendo a instalação, no exato momento da pesquisa, de placas solares em algumas casas. Segundo o entrevistado, as placas foram fornecidas pela prefeitura e não precisavam de retorno financeiro por parte da família. A energia gerada possibilitaria o uso de alguns eletrodomésticos (geladeira, ventilador, máquina de lavar roupas). Tal constatação é muito significativa, uma vez que a energia fornecida pelas placas solares tende a possibilitar o uso de eletrodomésticos até então não utilizados por muitas famílias.

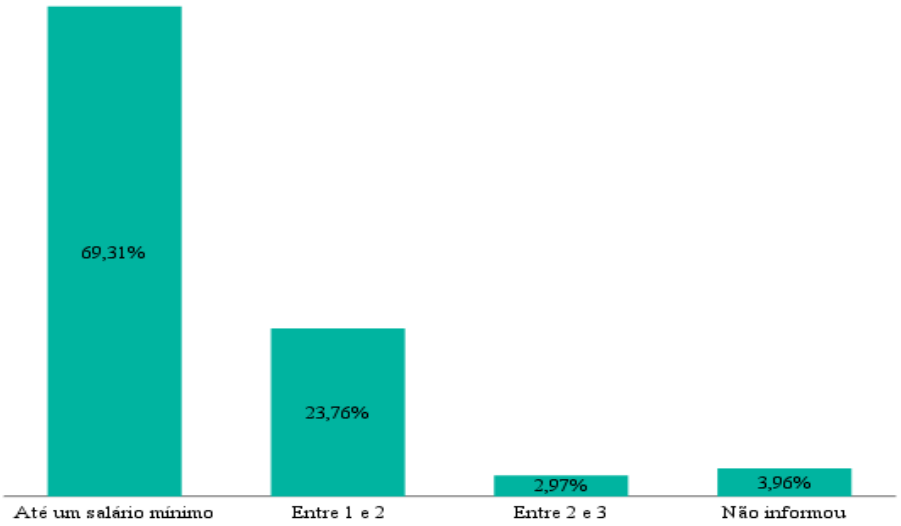
Em relação ao abastecimento de água para o uso doméstico, o quadro é preocupante e chama a atenção. Praticamente, as famílias retiram água diretamente do rio para o consumo, passando por um processo de adição de hipoclorito e decantação. Mesmo com tal processo, a água, em determinadas comunidades, permanece com a coloração amarelada. Ocorre também a coleta de água da chuva para o consumo, embora realizada por poucas famílias. Foi observado em diversas comunidades a existência de estrutura ou materiais para o abastecimento de água pelo projeto Solução Alternativa Coletiva Simplificada de Tratamento de Água para o Consumo Humano - SALTA-z, tecnologia da Fundação Nacional de Saúde – FUNASA. Entretanto, o

projeto não estava em funcionamento nas comunidades, sendo que em algumas o projeto já funcionou, mas por questão de instabilidade na estrutura e entupimento dos filtros deixaram de funcionar.

Embora o acesso a água e aos serviços de saneamento seja um direito universal, o que tende a resultar na promoção da saúde e melhoria da qualidade de vida das pessoas (Santos, 2022), o que se constatou nas comunidades da região foi esse direito negligenciado. Fato que não é específico da região, afetando principalmente comunidades rurais distantes dos centros urbanos. A atuação do governo é insuficiente, e o caráter de ações pontuais não soluciona os desafios existentes da realidade para o provimento de água potável. O que se observa é uma contradição, uma vez que as famílias estão situadas em uma das maiores bacias hidrográficas do mundo, mas não têm água potável para beber.

Quando avaliada a receita mensal dos agricultores, constatou-se que a mesma varia de menos de um salário até três salários-mínimos (Gráfico 2). É muito relevante pontuar que a formação da receita das famílias, praticamente de maneira generalizada, tem em sua composição benefícios sociais (aposentadorias, pensões, Bolsa Família e Seguro Defeso), os quais, apesar de em muitos casos não ser a principal fonte de receita, contribuem significativamente para as despesas mensais, segundo os entrevistados. Também, em algumas situações, para a formação da receita, ocorre a realização de atividades remuneradas fora do estabelecimento (contratos temporários, diárias entre outros).

Gráfico 2 – Renda mensal dos agricultores na região do Alto Juruá-AM.



Fonte: Pesquisa de campo.

Embora o gráfico 2 revele que 69,31% das famílias têm receita de até um salário-mínimo, é relevante pontuar que nem tudo o que se consome é comprado. Parte da alimentação

advém das próprias atividades produtivas. Exemplo disso é a farinha, a caça, a macaxeira, o pescado, a prática do extrativismo, a criação de galinhas e porcos, algumas verduras e hortaliças, entre outros. Para Moura (1978) e Filocreão (2007), apresenta-se como necessária a conversão em dinheiro de parte do que é produzido pelos agricultores, o que gera a exigência de vendas inevitáveis para comprar itens que a natureza não consegue oferecer de imediato como roupas, remédios entre outros. As famílias que recebem entre 2 e 3 salários-mínimos têm o núcleo familiar é composto por pessoas que recebem duas aposentadorias, uma aposentadoria e uma pensão ou que têm trabalho assalariado (professor).

As atividades na agricultura representam a principal fonte de receita para 38, 61% das famílias, seguidas do recebimento dos benefícios sociais (27,72%), aposentadorias (17,82%), pesca (6,93%), o trabalho assalariado (6,93%) e as pensões (1,98%). Os dados revelam que as atividades produtivas na região do Alto Juruá não são a principal fonte de receita para todas as famílias, sendo que para mais de 50% outras fontes têm se configurado como a principal. Mais de 80% das famílias entrevistadas recebem benefícios sociais, os quais representam, para 50% deste total, contribuição significativa nas despesas mensais. Foi relatado o recebimento de até R$ 500,00 de Bolsa Família na região por família.

Quanto à produção, na região é característica a prática do cultivo de mandioca. Praticamente, todas as comunidades, em maior ou menor quantidade, realizam a produção de farinha. Outra característica predominante na região são os cultivos dos “roçados” de milho, melancia, jerimum, maxixe, banana e feijão, realizados na “praia” durante o período de “seca” do rio. Segundo os entrevistados, os cultivos em tais áreas são estratégicos, pois recebem os nutrientes deixados na “praia” durante a “cheia”, não necessitando de adubação. Para eles, a cada ano os nutrientes vão se renovando naturalmente.

Os mesmos cultivos citados também são realizados na parte de terra firme, entretanto, são bem mais expressivos nas áreas de várzea. Uma exceção é o cultivo da mandioca, em decorrência do maior tempo de colheita, sendo que em muitas comunidades os plantios maiores estão nessas áreas, nas quais as dificuldades afetam mais, principalmente pela questão da distância e transporte, segundo os agricultores. A mandioca é uma cultura muito comum na região, sendo importante para a geração de receita e como parte da alimentação da população local. De acordo com Silva e Soares (2023), a cultura da mandioca é uma das mais importantes para a população da Amazônia, principalmente por sua característica de rusticidade e grande capacidade de adaptação em diversas condições, mesmo que desfavoráveis, de solo e clima, e pelas múltiplas formas de aproveitamento no ramo alimentício (Carvalho, 2016).

Além dos cultivos característicos, identificados em praticamente toda a região, é possível também encontrar o cultivo de cana de açúcar, tabaco, cacau, abacaxi, hortaliças, determinadas culturas perenes (cupuaçu, caju, biribá e abacate) entre outros. O extrativismo de alguns produtos também faz parte da vida cotidiana da população local. Os cultivos de hortaliças, com algumas exceções de comunidades bem próximas das sedes, resumem-se para o consumo da própria família, sendo realizados em pequenos canteiros. O quadro 1 apresenta o calendário agrícola da região.

Quadro 1 – Calendário agrícola da produção na região do Alto Juruá-AM.

Produtos	**Jan.**	**Fev.**	**Mar.**	**Abr.**	**Mai.**	**Jun.**	**Jul.**	**Ago.**	**Set.**	**Out.**	**Nov.**	**Dez.**
Cacau		x	x	x				x	x	x		
Coco Murumuru							x	x	x			
Melancia								x	x	x		
Maxixe							x	x	x	x	x	
Jerimum										x		
Macaxeira										x	x	x
Banana	x					x	x	x	x	x	x	x
Mandioca	x	x				x	x	x	x	x	x	x
Milho	x							x	x	x	x	x
Feijão								x	x	x	x	
Cana	x	x			x	x	x	x	x	x	x	x
Abacaxi/Ananás								x	x	x	x	x
Melão									x	x	x	
Arroz								x	x	x	x	x
Açaí		x	x	x	x	x	x					
Batata							x	x	x	x	x	x
Pimentinha							x	x	x	x	x	x
Tabaco									x	x	x	
Biribá		x	x									
Abacate		x	x									
Caju									x	x		
Mamão	x	x									x	x
Pepino	x	x				x	x	x	x	x	x	x
Couve	x					x	x	x	x	x	x	x
Cebolinha	x	x				x	x	x	x	x	x	x
Goma	x	x						x	x	x	x	x
Quiabo	x	x				x	x	x	x	x	x	x
Tomate	x					x	x	x	x	x	x	x
Chicória	x	x				x	x	x	x	x	x	x
Cupuaçu		x	x	x								

Fonte: Pesquisa de campo, 2021.

O quadro 1 revela que a produção na região do Alto Juruá está concentrada no período entre junho e janeiro, o período que os agricultores denominam de “seca” ou verão. Entre os meses de fevereiro a maio, a produção reduz bastante devido a “cheia” do rio. Durante este período os esforços dos agricultores se voltam para a pesca e a prática do extrativismo,

especialmente do açaí. Nas comunidades próximas de cada sede, a atividade da pesca é praticamente uma constante ao longo do ano, sendo mais expressiva durante o período do inverno. O extrativismo do açaí também tem maior expressão nas comunidades que se localizam próximas de cada sede. Nas comunidades mais distantes, a coleta do fruto é praticamente para o próprio consumo das famílias, pois os custos de logística é muito grande, não atraindo compradores. Além disso, não há uma demanda de mercado que justifique a compra do açaí nas comunidades distantes.

Como a maioria das comunidades não têm energia 24 horas para conservar o pescado em freezers ou outra forma de conservação em gelo, é muito comum a prática de "salgar" o peixe, o qual é comercializado tanto na forma "salgada" quanto "fresco". No segundo caso, a venda é feita para embarcações, denominadas pelos agricultores de "geleiras", as quais têm maior recorrência nos municípios de Ipixuna e Guajará. Em Envira e Eirunepé é mais comum os próprios agricultores se organizarem e levarem o pescado para a venda nas sedes. Segundo os entrevistados, o pescado se torna o alimento bastante consumido pelas famílias durante o período que eles denominam de "fartura".

A produção de cana de açúcar na região já foi bastante significativa, especificamente nas vilas União, Pernambuco e comunidade Deixe Falar. É utilizada como matéria prima para a produção do Gramixó, uma espécie de açúcar mascavo. Atualmente, segundo os entrevistados, a produção é pouca, com sequência de preço desvalorizado por vários anos, custando menos de R$ 5,00 o quilograma. Os agricultores revelaram que a produção da cana de açúcar trouxe "prosperidade" para as comunidades, com a venda certa e na quantidade em que eles produzissem para uma empresa, com o nome Ecofarma, a qual comprava para a empresa Coca-Cola.

De acordo com os agricultores, a má administração das associações de então foi o fator maior para a não continuidade das vendas do produto para a empresa, a qual negociava com a pessoa jurídica representada por aquelas. Com o fim das associações, a venda não pôde seguir de forma individualizada e a produção, juntamente com a "prosperidade" das comunidades, começaram a entrar em decadência. Houve tentativas de criar outras associações para manter a venda, mas o desgaste com as associações falidas e a desconfiança dos próprios agricultores fez com que as investidas não dessem certo. Do período do auge da cana de açúcar para os dias atuais muitas coisas mudaram, principalmente em termos de infraestrutura para a produção e transporte. Em cada vila e comunidade produtora funciona apenas um engenho, e em condição bem precária dos equipamentos e manutenção.

Por sua vez, a cultura do cacau apresenta-se em ascensão na região. Ela é desenvolvida especificamente nas comunidades Novo Horizonte e Rebojo, ambas no município de Guajará. Iniciada com o extrativismo do cacau nativo, a produção foi intensificada com o plantio após o aumento da demanda e venda garantida. O processo de plantio começou no ano de 2018, quando os agricultores passaram a receber cursos técnicos sobre a produção do cacau da ONG S.O.S Amazônia. A venda da produção é realizada para a empresa Luisa Abram[3], a qual produz chocolate. Segundo as entrevistas, o plantio de cacau já passa dos 5 mil pés e a colheita ocorre duas vezes ao ano. Apenas duas famílias realizam o processo de secagem, uma em cada comunidade, enquanto as demais vendem o cacau *in natura* para elas no valor de R$ 0,40 cada unidade.

A comunidade Novo Horizonte está à frente da comunidade Rebojo na produção e secagem de cacau, possuindo duas áreas para a secagem e cinco caixas para a fermentação das sementes. Em ambas as comunidades a estrutura para tais processos é suspensa devido a "cheia" do rio. A área de secagem tem mecanismo de cobertura por conta das chuvas intensas e frequentes na região. A perspectiva dos agricultores é aumentar a produção, uma vez que revelaram que o trabalho com tal cultura demanda menos esforços físicos em relação aos trabalhos nos "roçados" e, também, porque a venda é garantida, sendo o retorno financeiro melhor do que outras culturas. Uma das dificuldades apontada pelos agricultores se refere à colheita durante o período da "cheia", quando o terreno fica alagado.

Também, na comunidade Novo Horizonte foi identificada a maior diversidade produtiva na região. Durante o período do inverno, configuram-se dentre as principais atividades a pesca, a colheita do cacau e o extrativismo do açaí. No verão, destacam-se as culturas praticadas nos "roçados", a colheita do cacau e o extrativismo da semente do Murumuru, a qual é utilizada como matéria prima para a produção de sabonetes e óleos. Este último produto tem incidência em toda a região, mas foi identificada a coleta, de forma mais acentuada, nos municípios de Guajará e Ipixuna. Em algumas comunidades do município de Eirunepé, especificamente entre as mais próximas da sede, também foi identificado o extrativismo da semente de Murumuru.

De maneira geral, considerando a incidência nativa em toda a região, bem como a visão dos agricultores em relação a perspectiva de demanda, comercialização, menor esforço físico durante o processo de produção e o retorno econômico, pode-se pontuar que o cacau se

[3] Empresa sediada no estado de São Paulo, dedicada à produção de chocolate. A empresa compra cacau de várias comunidades situadas no estado do Acre. A proximidade do município de Guajará fez com que a empresa também começasse a experiência de compra nas comunidades pesquisadas. Para mais informações sobre a empresa consulte o site: https://www.luisaabram.com/luisa-abram/

configura como cultura promissora para a dinamização da economia na região do Alto Juruá, à qual pode se somar o extrativismo da semente de Murumuru. A estratégia para desenvolver o avanço na produção de tais culturas perpassa pelo estímulo em articular e incentivar o processo de comercialização em toda a região, bem como na oferta de assistência técnica, uma vez que a cultura do cacau requer determinados conhecimentos na condução do plantio e secagem.

Iniciativa em tal sentido, foi constatada em algumas comunidades de Eirunepé, quando a secretaria de produção daquele município anunciava aos agricultores, durante a pesquisa de campo, a disponibilidade de um programa para a valorização do cacau nativo. O momento era de cadastro de produtores que tivessem interesse em participar do programa. Segundo a secretaria, seria realizada a compra de toda a produção de cacau dos agricultores cadastrados por meio de recursos do plano Safra. Ainda, de acordo com o secretário, o número de agricultores alcançados pelo programa seria limitado e não havia datas definidas para a realização da compra. Embora sejam momentos iniciais e sem muitas definições claras, a iniciativa mostra que há um interesse em torno da valorização de uma cultura de potencial econômico na região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora as dificuldades para agricultura familiar na região do Alto Juruá sejam muitas, as quais se apresentam como a não satisfação de várias demandas nas questões socioeconômicas e produtivas, a pesquisa realizada permitiu presumir que os agricultores permanecerão desenvolvendo suas atividades nos sistemas produtivos, pois apresentam uma racionalidade que os caracterizam, no sentido de que mesmo sob extrema condição desfavorável levam adiante suas dinâmicas produtivas, porque o objetivo maior não é o lucro e sim alcançar, pelo menos, o mínimo para sobrevivência, o que os diferencia da lógica capitalista, a qual em situação desfavorável abandonaria seu empreendimento e concentraria os esforços na busca por outras oportunidades de lucro.

A pesquisa possibilitou uma visão panorâmica da realidade da agricultura familiar na região do Alto Juruá. Os agricultores resistem às situações desfavoráveis, mas há casos em que eles consideram melhor deixar seus espaços produtivos e sair na busca por outras oportunidades e condições de viver. De maneira geral, pode-se argumentar e pontuar que os sistemas produtivos na região (agricultura, pecuária, extrativismo, pesca) têm garantido a sobrevivência dos agricultores e seus familiares, os quais retiram da terra, da floresta e do rio o sustento e a obtenção de recursos para atender as necessidades básicas da família. As observações e análises

permitem inferir que em curto e médio prazo a tendência seja de permanência ou pequenas oscilações dos resultados e cenário aqui exposto.

Por fim, acredita-se que a valorização do cacau, tanto nativo quanto plantio, seja uma alternativa para dinamizar a economia na região do Alto Juruá. O que a produção de cana de açúcar trouxe de "prosperidade" para algumas comunidades, a produção de cacau pode configurar-se como a nova dinâmica do momento. Entretanto, diferente daquela, que as articulações e bases do processo de produção e comercialização sejam sustentáveis economicamente na região. Pensar políticas públicas que direcionem esforços para a valorização de tal produto pode ser o caminho para que a região tenha um produto que possibilite mudanças nas condições socioeconômicas das famílias. Esforços que também podem ser estendidos para a cadeia do extrativismo da semente de Murumuru.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, G. J.; SCHLLINDWEIN, M. M. Agricultura familiar como geração de renda e desenvolvimento local: uma análise para Dourados, MS, Brasil. In: ***INTERAÇÕES*** – revista internacional de desenvolvimento local, vol. 18, nº 1, p. 3-15, jan./mar. Campo Grande-MS, 2017.

CARDOSO, B. F.; OLIVERIA, T. J. A.; SILVA, M. A. R. Eletrificação rural e desenvolvimento local: uma análise do programa Luz para Todos. In: ***Desenvolvimento em Questão***, ano 11, nº 22, jan./abr. Ijuí-RS, 2013.

CARVALHO, A. V. Desenvolvimento de produtos e agregação de valor à mandioca. MODESTO JUNIOR, M. S.; ALVES, R. N. B. ***A cultura da mandioca:*** aspectos socioeconômicos, melhoramento genético, sistema de cultivo, manejo de pragas e doenças e agroindústrias. P. 244-257. Embrapa. Brasília-DF, 2016.

CRUZ, Cassiano N. P.; MOURAD, Anna L. Eletrificação rural: benefícios em diferentes esferas. In: ***Encontro de energia no meio rural***, an. 5. Enc. Energ. Meio Rural 2004 [Proceedings online]. Campinas-SP, 2004.

FERREIRA, R. B. ***A luta pelo significado:*** a constituição política do Entremeio(s) no mundo-da-vida. Tese (doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido). Universidade Federal do Pará. NAEA. Belém-PA, 2021.

FILOCREÃO, A. S. M. ***Agroextrativismo e capitalismo na Amazônia:*** as transformações recentes no agroextrativismo do sul do Amapá. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido). UFPA/NAEA. Belém-PA, 2007.

GOMES, I. Sustentabilidade social e ambiental na agricultura familiar. In: ***Revista de biologia e ciências da terra***, vol. 5, nº.1, p. 16-19, 1º semestre 2004.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. ***Cidades e estados***. Rio de Janeiro-RJ, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/> acesso em agosto de 2023.

_____. ***Censo Agropecuário 2017****:* resultados definitivos. Rio de Janeiro-RJ, 2018. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>acesso em agosto de 2023.

_____. ***Censo 2021***. Rio de Janeiro-RJ. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama> acesso em agosto de 2023.

LIMA, A. F.; SILVA, E. G. A.; IWATA, B. F. Agriculturas e agricultura familiar no Brasil: uma revisão de literatura. In: ***Revista retratos de assentamentos***, vol. 22, nº 1, p. 50-68. Araraquara-SP, 2019.

LOBÃO, M. S. P.; STADUTO, J. A. R. o rural e o urbano na Amazônia brasileira: um estudo a partir da abordagem territorial. In: ***Bol. Geogr,*** vol. 37, n. 2, p. 77-93. Maringá-PR, 2019.

MATTEI, L. O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. In: ***Revista econômica do Nordeste***, vol. 45, suplemento especial, p. 83-91, out./dez. Fortaleza-CE, 2014.

MENEGHETTI, G. A.; SOUZA, S. R. A agricultura familiar do Amazonas: conceitos, caracterização e desenvolvimento. In: ***Revista Terceira Margem Amazônia***, vol. 1, nº 5. Manaus-AM, 2015.

MOURA, M. M. ***Os Herdeiros da Terra:*** parentesco e herança numa área rural. Editora Hucitec. São Paulo-SP, 1978.

OLIVEIRA, E. C.; LIBANIA, G. B. F. Agricultura familiar e sustentabilidade no estado do Amazonas: do desenvolvimento local para o setorial. In: ***Revista Grifos*** – Unochapecó, vol. 30, nº 54. Florianópolis-SC, 2021.

PEREIRA, H. S. A multifuncionalidade da agricultura familiar no amazonas: desafios para a inovação sustentável. In: ***Revista Terceira Margem Amazônia***, vol. 1, nº 5. Manaus-AM, 2015.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. ***Atlas do Desenvolvimento no Brasil 2013***. Disponível em < https://www.undp.org/pt/brazil/idhm-munic%C3%ADpios-2010> acesso em agosto de 2023.

PUCCIARELLI, M. L. R. ***Estratégia saúde da família em áreas rurais ribeirinhas amazônicas:*** estudo de caso sobre a organização do trabalho em uma unidade básica de saúde fluvial de Manaus. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública). Programa de Pós-Graduação em Condições de Vida e Situações de Saúde na Amazônia. FIOCRUZ. Manaus-AM, 2018.

RIBEIRO, K. G.; ANDRADE, L. O. M. Educação e saúde em uma região em situação de vulnerabilidade social: avanços e desafios para as políticas públicas. In: ***Interface***, vol. 22, p. 1387-1398. Botucatu-SP, 2018.

SANTOS, W. B. ***Análise da eficiência da solução alternativa coletiva de tratamento de água (SALTA-z) para a potabilidade aplicada ao semiárido brasileiro***. Tese (Doutorado em Engenharia e Gestão do Recursos Naturais). Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão de Recursos Naturais. UFCG. Campina Grande-PB, 2022.

SERENINI, M. J. ***A importância da agricultura familiar na produção de alimentos***. Universidade estadual do Paraná. São Tomé-PR, 2014.

SILVA, H. P. A saúde humana e a Amazônia no século XXI: reflexões sobre os objetivos do milênio. In: ***Novos Cadernos NAEA***, vol. 9, nº 1, p. 77-94, jun. Belém-PA, 2006.

SILVA, I. C. ***Sustentabilidade dos sistemas de uso da terra no assentamento agroextrativista do Anauerapucu-AP***. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). PPGMDR/UNIFAP. Macapá-AP, 2014.

SILVA, M. L. A.; SOARES, M. A. A importância da farinha de mandioca para a agricultura familiar e para o desenvolvimento regional local. In: ***Studies in Social Sciences Review***, vol. 4, nº1, p. 25-55. Curitiba-PR, 2023.

TRIGOSO, F. B. M. ***Demanda de energia elétrica e desenvolvimento socioeconômico:*** o caso de comunidades rurais eletrificadas com sistemas fotovoltaicos. Tese (Doutorado em Energia). Programa de pós-graduação em energia da Universidade de São Paulo. USP. São Paulo-SP, 2004.

WANDERLEY, M. N. B. ***O mundo rural como um espaço de vida:*** reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Editora da UFRGS. Porto Alegre-RS, 2009.

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DA MANDIOCULTURA EM LAGOA SECA/PB E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO DO CAMPO E DA CIDADE

Manuel Pereira do Nascimento Neto[1]

Diego Salomão Candido de Oliveira Salvador[2]

RESUMO:
A mandiocultura consistia em um arranjo produtivo predominantemente tradicional, entretanto, com o advento do meio técnico-científico-informacional, pesquisas sinalizam para o desaparecimento de algumas casas de farinha, outras passaram por um processo de reestruturação produtiva, implicando em rebatimento tanto com a produção do espaço no campo como na cidade. No município de Lagoa Seca/PB a mandiocultura faz parte da sua tradição econômica e cultural, desde o cultivo, processamento e comercialização dos derivados da mandioca. No entanto, atualmente a maioria dessas unidades estão desativadas, em ruínas e/ou subutilizadas, e as poucas unidades tradicionais que funcionam esporadicamente coexistem com os novos espaços das agroindústrias. Diante do exposto, este trabalho tem como objetivo discutir a produção do espaço do campo e da cidade de Lagoa Seca/PB, com atenção voltada à reestruturação produtiva da mandiocultura. Para tanto, os procedimentos metodológicos estão estruturados em três etapas distintas: teórica/conceitual, uso de dados secundários e a pesquisa empírica, mediante estudo de campo. O processo de reestruturação produtiva da mandiocultura em Lagoa Seca/PB resultou em nova configuração geográfica: maior fluxo material e imaterial, intensificação do uso do território e expansão da rede de solidariedade, implicando em novas dinâmicas territoriais que rebatem na produção do espaço no campo e na cidade.
Palavras-chave: Reestruturação produtiva, mandiocultura, produção do espaço, campo e cidade, território usado.

ABSTRACT:
Cassava farming used to be a predominantly traditional form of production. However, with the advent of the technical-scientific-informational milieu, research indicates the disappearance of some cassava flour processing facilities, while others have undergone a productive restructuring process, impacting both rural and urban spatial production. In Lagoa Seca/PB municipality, cassava farming is deeply rooted in its economic and cultural heritage, spanning cultivation, processing, and commercialization of cassava derivatives. Nonetheless, currently, most of these units are deactivated, in ruins, or underutilized, and the few traditional units that sporadically operate coexist with the new spaces occupied by agro-industries. Given these circumstances, this study aims to explore the production of space in both rural and urban areas of Lagoa Seca/PB, focusing on the productive restructuring of cassava farming. To achieve this, methodological procedures are structured into three distinct stages: theoretical/conceptual, utilization of secondary data, and empirical research through field studies. The process of productive restructuring in cassava farming in Lagoa Seca/PB has resulted in a new geographical configuration: increased material and immaterial flow, intensified territory usage, and expansion of solidarity networks, leading to new territorial dynamics impacting spatial production in both rural and urban areas.
Keywords: Productive restructuring, cassava farming, production of space, rural and urban areas, utilized territory.

[1] Universidade Federal do Rio Grande Do Norte/UFRN. E-mail: pereira.neto.043@ufrn.edu.br
[2] Universidade Federal do Rio Grande Do Norte/UFRN. E-mail: diego.salomao.salvador@ufrn.br

INTRODUÇÃO

Na perspectiva da geografia crítica, o espaço geográfico é conceituado como o resultado da atividade humana, sendo socialmente construído pelo trabalho humano. Ele é entendido como um produto social, um espaço que é moldado e transformado ao longo do tempo. O espaço geográfico não é algo fixo ou definitivo, mas sim um componente dinâmico, influenciado por processos históricos e composto por uma interligação indivisível de sistemas de objetos e ações. Esse espaço é tanto solidário quanto contraditório, uma vez que é um reflexo da sociedade capitalista.

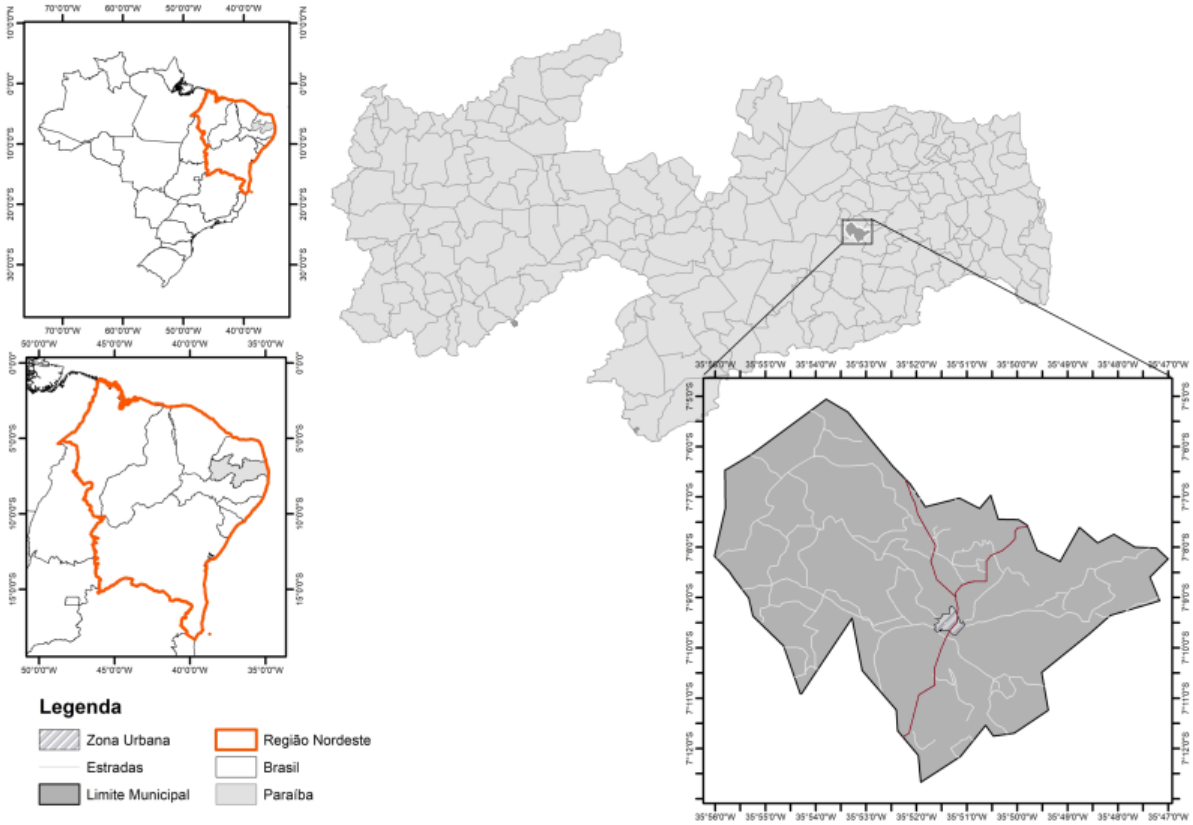
Nessa abordagem é que se considerou a produção do espaço do campo e da cidade a partir da restruturação produtiva da mandiocultura. A mandiocultura é uma cultura popular que desempenha um papel significativo na alimentação brasileira desde o tempo da colonização, conferindo-lhe relevância histórica, econômica e social em diversos aspectos relacionados ao seu cultivo, processamento em alimento e comercialização.

Inicialmente, consistia em uma atividade agrícola predominantemente tradicional, o beneficiamento da mandioca era realizado nas casas de farinha com tecnologia rudimentar e trabalho manual, utilizando mão de obra familiar ou com a participação de membros da comunidade. Entretanto, com o advento do meio técnico-científico-informacional, pesquisas sinalizam para o desaparecimento de algumas casas de farinha, outras passaram por um processo de eletrificação e coexistem com as que adquiriram características industriais, utilizando o termo agroindústria, equipadas com novas tecnologia e mão de obra assalariada, implicando em rebatimento tanto com a produção do espaço ou o uso do território na cidade como no campo por um mesmo arranjo produtivo.

O município de Lagoa Seca/PB[3] (Mapa 01) é caraterizado por uma agricultura familiar consolidada, as atividades agrícolas têm uma forte importância econômica, pois, depois do setor de serviços, é o setor agropecuário que responde pela maior participação na composição do seu produto interno bruto. É o décimo maior produtor de mandioca do estado da Paraíba (IBGE, 2021) e a mandiocultura faz parte da sua tradição econômica e cultural, desde o cultivo, processamento e comercialização dos derivados da mandioca.

[3] O município de Lagoa Seca/PB está situado na Mesorregião do Agreste Paraibano e Microrregião de Campina Grande/PB, com uma população de 27.730 habitantes, sendo que cerca de 59% residem na zona rural (IBGE, 2023), e constituído por 33 comunidades rurais, o que corresponde a mais de 70% de toda a área territorial do município.

Mapa 01: **Localização do município de Lagoa Seca/PB.**



Fonte: Rodrigues, E. M., 2023. Baseado no Plano Diretor da Prefeitura Municipal de Lagoa Seca - PB.

Segundo o presidente do Sindicato Rural de Lagoa Seca (2020), o auge das casas de farinha no munícipio aconteceu entre as décadas de 1970 a 1990, onde, das 33 comunidades rurais, a maioria possuía casas de farinha. Atualmente a maioria dessas unidades estão desativadas, em ruínas e/ou subutilizadas, e coexistem com poucas unidades tradicionais que funcionam esporadicamente e os novos espaços das agroindústrias.

As agroindústrias de Lagoa Seca/PB sinalizam para uma tendência de reestruturação produtiva da mandiocultura, pois possuem objetos técnicos automatizados e utilizam como matéria-prima a fécula de mandioca trazida das Regiões Sul e Sudeste. Elas estão comprometidas com o mercado capitalista e resultam em novas dinâmicas e fluxos que reconfiguram o espaço, implicando rebatimento tanto com a produção do espaço do campo quanto da cidade.

Por tais postulados, este trabalho tem como objetivo discutir a produção do espaço do campo e da cidade de Lagoa Seca/PB, com atenção voltada à reestruturação produtiva da mandiocultura.

Considera-se bastante representativa a espacialidade da mandiocultura em Lagoa Seca/PB, dada as unidades produtivas encontradas em praticamente todos os recantos do município. Contudo, a maioria dessas unidades estão desativadas, em ruínas e/ou subutilizadas, e coexistem com poucas unidades tradicionais que funcionam esporadicamente e os novos espaços das agroindústrias, estas comprometidas com o mercado capitalista, responsável por novas dinâmicas e fluxos que reconfiguram o espaço, implicando rebatimento tanto com a produção do espaço do campo quanto da cidade.

As discussões consideradas nesse artigo não rematam, nem de longe, os subsídios geográfico disponíveis. Todavia, permite pensar a produção do espaço do campo e da cidade com atenção para a reestruturação produtiva da mandiocultura em Lagoa Seca/PB, considerando as novas dinâmicas, fluxos e a gama de novas relações próximas e distantes que reconfiguram o espaço no atual período histórico.

TEORIA E MÉTODO

Os procedimentos metodológicos deste trabalho são estruturados em três etapas distintas: teórica/conceitual, uso de dados secundários e a pesquisa empírica, mediante estudo de campo.

Em relação à pesquisa bibliográfica, os estudos centralizaram-se nas reflexões sobre reestruturação produtiva, mandiocultura, produção do espaço, campo e cidade, território usado etc. Outro ponto importante da revisão bibliográfica diz respeito ao entendimento do processo histórico de formação socioespacial do município de Lagoa Seca/PB.

Sobre os dados secundários, utiliza-se como fontes de dados o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Plano Diretor da Prefeitura Municipal de Lagoa Seca/PB, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lagoa Seca/PB, dentre outros.

Para a pesquisa de campo, foram percorridas todas as comunidades rurais do município em questão, com visita a 39 unidades de beneficiamento da mandioca. Todas essas etapas estão articuladas com vistas à obtenção de uma melhor análise da problemática e à elaboração do relatório com os resultados e discussão.

O artigo encontra-se organizado em três sessões: primeiramente foi abordado o papel da técnica na produção do espaço do campo e da cidade com atenção a reestruturação produtiva da mandiocultura em Lagoa Seca/PB; em seguida foram realizadas reflexões a cerca da categoria de análise, qual seja, o Território Usado por esse arranjo produtivo; e, por último, foi discutido sobre as novas dinâmicas territoriais geradas pelo processo de reestruturação

produtiva da mandiocultura em Lagoa Seca/PB. Após as sessões, foram tecidas as considerações finais.

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO DO CAMPO E DA CIDADE A PARTIR DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DA MANDIOCULTURA EM LAGOA SECA/PB

O sistema capitalista particulariza-se pelas crises intrínsecas ao seu movimento. Como resposta à sua própria crise, provoca-se um processo de reorganização do capital e do seu sistema ideológico e político de dominação. A "reestruturação produtiva", como é chamada, representa a construção política, ideológica e produtiva de um novo terreno lucrativamente mais fértil, tendo, dentre os seus principais fenômenos, o desenvolvimento de um conjunto de características que visa a intensificação da extração da mais valia e do mais-trabalho pela inserção de novas técnicas gerenciais na organização do trabalho e inserção da lógica tecno-científica na produção, resultando na flexibilização do trabalho (Menezes, 2007).

Nesse sentido, é imprescindível começarmos por uma reflexão a partir do papel da técnica na produção do espaço geográfico, pois "cada evolução técnica corresponde uma nova forma de organizar o espaço" (Santos, 2012, p. 137) e "tudo que existe articula o presente e o passado, pelo fato de sua própria existência. Por essa mesma razão, articula igualmente o presente e o futuro" (Santos, 2012, p. 253), resultando em um "desenvolvimento desigual e combinado" (Santos, 2012, p. 188).

Esta dinâmica pode ser evidenciada nas sociedades estruturadas com base no modo de produção capitalista, onde o espaço estará organizado a partir deste modo de produção. Logo, "o espaço (social) é um produto (social)" (Lefebvre, 2006, p. 50), pois contém relações sociais, ou seja, "o espaço social "incorpora" atos sociais, os de sujeitos ao mesmo tempo coletivos e individuais" (Lefebvre, 2006, p. 59), assim, "cada sociedade [...] produz um espaço, o seu" (Lefebvre, 2006, p. 56).

Para compreender o espaço é preciso analisar as relações e as formas de produção existentes no processo de produção espacial. Pra tal, Henry Lefebvre (2006), filósofo marxista e sociólogo francês, utiliza-se de uma linguagem própria para apreender a produção do espaço e seus processos contraditórios, analisando a partir da tríade: o espaço percebido (a prática espacial), o concebido (as representações do espaço), e o espaço vivido (os espaços de representação). No entanto, "é imprescindível que sejam reunidos, de modo que o "sujeito", o membro de determinado grupo social, possa passar de um ao outro sem aí se perder" (Lefebvre, 2006, p. 68), em um movimento que se produz uma nova realidade social, baseando-se na sua relação (dialética) no espaço, a partir de sua história.

> Ora, o espaço (social) não é uma coisa entre as coisas, um produto qualquer entre os produtos; ele engloba as coisas produzidas, ele compreende suas relações em sua coexistência e sua simultaneidade: ordem (relativa) e/ou desordem (relativa). Ele resulta de uma seqüência e de um conjunto de operações, e não pode se reduzir a um simples objeto (Lefebvre, 2006, p. 111 e 112).

As categoriais de análise espacial de Lefebvre inspiraram muitos geógrafos na apreensão do modo de produção capitalista em sua dinâmica contemporânea, um deles foi o britânico David Harvey. Para este autor, o conceito de espaço pode ser relacional, relativo ou absoluto. O espaço aparece como relativo ao tempo e depende daquilo está sendo relativizado e por quem (Harvey, 2015). O espaço relacional capta a ideia de que o espaço-tempo está contido nos objetos e processos.

> Um evento ou uma coisa situada em um ponto no espaço não pode ser compreendido em referência apenas ao que existe somente naquele ponto. Ele depende de tudo o que acontece ao redor dele [...] para definir a natureza daquele ponto (Harvey, 2015, p. 12).

Destarte, tais abordagens estão em consonância com a metodologia analítica de Milton Santos (2014), quando propõe o conceito de formação socioespacial, considerando que "esta categoria diz respeito à evolução diferencial das sociedades, no seu quadro próprio e em relação com as forças externas de onde mais frequentemente lhes provém o impulso" (Santos, 2014, p. 22). O elemento central de análise desta formulação é a produção, isto é, "o trabalho do homem para transformar, segundo leis historicamente determinadas, o espaço com o qual o grupo se confronta", *"*não podendo ser compreendida senão no quadro de um movimento totalizador, no qual todos os seus elementos são variáveis que interagem e evoluem juntas, submetidas à lei do todo" (Santos, 2014*, p. 25-26)*. Logo, podemos considerar que existe uma intima relação entre a universalidade e a singularidade, entre o mundo e a constituição dos lugares.

Para compreender o espaço é preciso analisar o seu movimento conjunto e de suas partes, reconhecendo as respectivas complementaridades. Como a totalidade é um conceito abrangente, importa fragmentá-lo em suas partes constituintes para um exame mais restrito e concreto. Segundo, Milton Santos (2020), os conceitos de forma, função, estrutura e processo podem ser usados como categorias na compreensão da atual organização espacial,

> [...] de maneira a obter dois resultados paralelos:
> 1. Um melhor conhecimento da parcialidade que é o fenômeno estudado, através do reconhecimento de sua inserção no todo.
> 2. Um melhor conhecimento do todo, graças à melhor compreensão do que é uma de suas partes. (Santos, 2020, p. 95)

Milton Santos coroa sua construção metodológica em seu livro *A Natureza do Espaço*, onde afirma que "o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá" (Santos, 2020, p. 63). Sendo formado por objetos e por ações, ele se insere e se estrutura a partir da lógica de produção capitalista, em que por meio das técnicas, transforma-se em objetos tecnológicos que modificam e são modificados organizando o espaço.

> [...] o capitalismo se esforça para criar uma paisagem social e física da sua própria imagem, e requisito para as suas próprias necessidades em um instante específico do tempo, apenas parar solapar, despedaçar e inclusive destruir essa paisagem num instante posterior do tempo. As contradições internas do capitalismo se expressam mediante a formação e reformação incessantes das paisagens geográficas (Harvey, 2005, p. 150).

Desse modo, se o processo de produção capitalista se acha subordinado às necessidades de obtenção de lucro, o modo como se organiza e se transforma o espaço dependerá, em última instância, da lei do lucro, desconsiderando seu caráter cultural e simbólico. A mandiocultura é uma das atividades tradicionais da agricultura brasileira que passam por um processo de diferenciação técnica. A casa de farinha faz parte da tradição da cultura mandioqueira no Brasil e em especial na Região Nordeste, mais do que transformar a matéria-prima nos seus derivados, alberga também os vínculos afetivos, sociais e de poder na sua execução o que evidencia seus variados usos.

No entanto, existe a tendência para o desaparecimento das casas de farinha em algumas regiões do Brasil ou de um processo de reestruturação produtiva em outras, transformando-as em agroindústria e dinamizando a mandiocultura. "Assim, prevê-se que, à medida que a modernização da atividade se intensificar, haverá, cada vez mais, o fortalecimento das indústrias de farinha e o enfraquecimento, e até mesmo o desaparecimento, das casas de farinha" (Salvador, 2013, p. 124).

O Estado da Paraíba também segue essa tendência de diferenciação produtiva. No município de Lagoa Seca, as casas de farinha tradicionais que resistem (Figura 01), utilizam técnicas antigas imbricadas com novas tecnologias, além de coexistirem com os novos espaços das agroindústrias (Figura 02). Esse processo é impulsionado pelo meio técnico-científico-informacional, onde os objetos técnicos são "ao mesmo tempo técnico e informacionais, já que, graças à extrema intencionalidade de sua produção e de sua localização, eles já surgem como

informação; e, na verdade, a energia principal de seu funcionamento é também a informação" (Santos, 2020, p.238).

Figura 01: **Casa de Farinha no Sítio Campinote, Lagoa Seca/PB.**

Fonte: Acervo Pessoal, 2022.

Tais diferenciações, relacionando a reestruturação produtiva da mandiocultura com a produção espacial da cidade e do campo, definindo-o como um arranjo produtivo agrícola que tem rebatimento tanto com a produção do espaço do campo, quanto da cidade. Dinâmica que inseri a mandiocultura em uma lógica industrial que procura agregar valor no seu beneficiamento, utilizando-a como matéria-prima em diferentes áreas, sendo um vetor de articulação entre a agricultura e a indústria. Processo que "resulta em profunda reestruturação espacial que se manifesta, entre outros, na forma desigual com que alguns territórios se inserem nos círculos produtivos da economia capitalista e da produção industrial" (Bomtempo; Sposito, 2012, p. 28), onde muitas técnicas tradicionais tornam-se ultrapassadas e outras podem coexistir imbricadas com a modernidade.

Figura 02: **Agroindústria de goma em Lagoa Seca-PB.**

Fonte: Acervo pessoal, 2022.

Durante a pesquisa empírica, foram visitadas 40 unidades de beneficiamento da mandioca, em Lagoa Seca/PB (Tabela 01): 25 estão desativadas, em ruínas e/ou subutilizadas; 12 resistem ao tempo e continuam produzindo, mesmo que esporadicamente; e 3 agroindústrias da goma. Essas equipadas com novas tecnologias, utilizam a fécula da mandioca industrializada como matéria-prima e empregam mão de obra assalariada. As agroindústrias estão comprometidas com a demanda produtiva do mercado capitalista, responsável por novas dinâmicas e fluxos que reconfiguram o espaço, implicando rebatimento tanto com a produção do espaço do campo quanto da cidade.

Tabela 01 – **Unidades Produtivas da Mandioca – Lagoa Seca-PB**

Tipo:	Quantidade:
Unidades desativadas, em ruínas e/ou subutilizadas	25
Casas de farinhas ativas	12
Agroindústrias da goma	3
Total	40

Com efeito, pode-se considerar que esse processo de reestruturação produtiva da mandiocultura faz parte das recentes transformações relativas à modernização da agricultura brasileira, configurada historicamente de forma desigual e contraditória pela lógica capitalista (Oliveira, 2013). Logo, essa dinâmica inseri a mandiocultura numa lógica industrial que reconfigura o espaço, resultando em uma maior articulação entre a agricultura e a indústria, mas, dialeticamente, exclui os pequenos produtores que não tem capacidade financeira e técnica para se adequar e acessar o mercado capitalista de produção.

O TERRITÓRIO USADO PELA MANDIOCULTURA EM LAGOA SECA/PB

Ao lado dos conceitos de região, paisagem, lugar e espaço, o território é um dos conceitos mais importantes para a Geografia. Todavia, ao investigar a reestruturação produtiva da mandiocultura no período técnico-científico-informacional, considerando o processo técnico e as novas relações de solidariedade no espaço, a análise não partirá do território em si, mas do território usado como sugere Milton Santos (1986, p 18): "o território não é uma categoria de análise, a categoria de análise é o território usado".

> Essa idéia de território usado, a meu ver, pode ser mais adequada à noção de um território em mudança, de um território em processo. Se o tomarmos a partir de seu conteúdo, uma forma-conteúdo, o território tem de ser visto como algo que está em processo. E ele é muito importante, ele é o quadro da vida de todos nós, na sua dimensão global, na sua dimensão nacional, nas suas dimensões intermediárias e na sua dimensão local. Por conseguinte, é o

> território que constitui o traço de união entre o passado e o futuro imediatos (Santos, 1986, p. 19).

A partir da categoria analítica – Território Usado – é que se considera as diferenciações produtivas do beneficiamento da mandioca, pois o território não diz respeito apenas ao limite político-administrativo, mas também ao espaço que é usado pela sociedade, pelo poder público, pelas empresas, pelos comerciantes, pelos agricultores e trabalhadores. Ressaltando, pois, sua relevância na formação social dos povos. (Salvador, 2013) "Em suma, dizemos que o território é síntese histórica de investimentos sociais e condição da práxis criadora. Seu uso faz com que ele não seja apenas condição de ação tática e estratégica, mas também uma dimensão da experiencia humana". (Salvador, 2013, p. 19)

Por conseguinte, "a periodização é necessária, pois os usos são diferentes nos diversos momentos históricos" (Santos; Silveira, 2012, p. 19), pois "o território é usado a partir de seus acréscimos de ciência e técnica, e tais características o definem como um novo meio geográfico" (Santos; Silveira, 2012, p. 93).

> Portanto, a categoria explicativa seria menos o território em si e mais o território usado. [...] É a preocupação com o destino e com a construção dos lugares que perpassa o uso do território e, por conseguinte, a respectiva noção. Não há como explicar o território sem sua utilização, não há como explicar o território usado sem projeto. É isso que faz do território usado uma categoria central para a formulação de uma teoria social (Silveira, 2011. p. 153).

Para Maria Laura Silveira (2011), torna-se fundamental a cada período perguntar-nos o que é novo no espaço e como se combina com o que já existia, pois é no território que as velhas técnicas permanecem e as novas se inserem para rearranjar o trabalho. Ressaltando que o dinamismo é permanente, embora se trate de um movimento desigual e combinado, que pode ser retratado a partir de sucessivas modernizações.

Ao observar o território usado pelos diferentes níveis técnicos existentes na reestruturação produtiva da mandiocultura em Lagoa Seca/PB, ver-se que dependendo do nível tecnológico eles podem tem um menor ou maior uso do território, consequentemente uma menor ou maior capacidade de produção do espaço tanto do campo, como da cidade.

As casas de farinha artesanais/rústicas que produzem esporadicamente para o consumo da família ou da comunidade usam o território com uma certa limitação, tendo pouca interferência fora da comunidade rural. A matéria prima utilizada é cultivada na própria propriedade e, do que é produzido, só se comercializa o excedente com a vizinhança. A mão de obra utilizada é predominantemente familiar. Um dos exemplos é a Casa de Farinha do Sítio Mata Redonda, Lagoa Seca/PB, representada na Figura 03.

Figura 03: **Casa de Farinha do Sítio Mata Redonda, Lagoa Seca/PB.**

Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2023.

Já as casas de farinha que possuem equipamentos técnicos elétricos, além da mão de obra familiar, utilizam força de trabalho temporária sem vínculo empregatício. Como matéria prima utilizam o que é produzido na propriedade, mas também compram o cultivo de outra propriedade próximas ou até de municípios vizinhos. Toda produção de farinha é comercializada no mercado local, como feiras, mercearias e pequenos mercadinhos. Nesse caso, já se identifica um uso maior do território, mesmo que seja localmente. O espaço rural passar a realiza algumas interações como a cidade para o escoamento da produção e na compra de insumos. Um dos exemplos é a Casa de Farinha do Sítio Manguape de Cima, representada na Figura 04.

Figura 04: **Casa de Farinha do Sítio Manguape de Cima, Lagoa Seca/PB.**

Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2023.

Quando se considera as Agroindústrias da goma, já representada anteriormente na Figura 02, se atesta que correspondem a um outro nível, seja pelos objetos técnico, pelas relações de trabalho e pelo uso território, pois estabelecem uma maior abrangência territorial. Apesar de estarem localizadas no espaço rural, seu alcance ultrapassam os limites do município

de Lagoa Seca/PB, pois existem diversas novas relações de reciprocidade que a conecta com territórios mais distantes.

Os objetos técnicos utilizados não são só elétricos, mas contam também com a tecnologia da automação industrial; a matéria prima utilizada é a fécula da mandioca já extraída industrialmente, trazida das regiões sul e sudeste do país; a mão de obra é contratada com carteira assinada e a maioria dos trabalhadores residem da cidade; e, além do mais, seus produtos são distribuídos e comercializados em diversos tipos de estabelecimentos comerciais do Brasil.

Essas novas dinâmicas asseguram um uso ampliado e intensivo do território, resultado das articulações estabelecidas entre os novos agentes e lugares distantes nos processos de aquisição de matéria-prima, gestão, produção, distribuição e consumo. Nesse sentido, pode-se ponderar que o uso do território se dá a partir dos acréscimos de ciência e técnica, e as novas características o definem como um novo meio geográfico (Santos; Silveira, 2012).

RESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DA MANDIOCULTURA EM LAGOA SECA/PB: NOVAS DINÂMICAS TERRITORIAIS

Diante do processo de restruturação produtiva criam-se redes de solidariedades entre os elementos novos e herdados, onde formas antigas de produção convivem com modernas formas de cultura, produção e transporte, assinalando a cada momento histórico, distintas combinações técnicas e sociais do trabalho (Santos e Silveira, 2012). As novas dinâmicas territoriais irão apontar para repartição das atividades entre lugares, alterando a divisão territorial do trabalho e nos dando uma visão mais ou menos estática do espaço em rede.

Com isso, podemos estabelecer uma ponte com Manuel Castells (2003, p. 501), quando afirma que: “nossa sociedade está construída em torno de fluxos”, para ele, os fluxos não representam apenas um elemento da organização social, mas “são a expressão dos processos que dominam nossa vida econômica, política e simbólica. Assim, propõe a ideia de que há uma nova forma espacial característica das práticas sociais que dominam e moldam a sociedade em rede: o espaço de fluxos”. Essa configuração será responsável por novas contradições, pois “as relações entre o espaço de fluxos e o espaço de lugares, entre globalização e localização simultâneas não implicam em resultado determinado” (Castells, 2003, p. 517).

> As pessoas ainda vivem em lugares. Mas, como a função e o poder de nossas sociedades estão organizados no espaço de fluxos, a dominação estrutural de sua lógica altera de forma fundamental o significado e a dinâmica dos lugares. A experiência, por estar relacionada a lugares, fica abstraída do poder, e o

> significado é cada vez mais separado do conhecimento (Castells, 2003, p. 517).

As agroindústrias de beneficiamento da mandioca de Lagoa Seca (Figura 05) utilizam como matéria-prima a fécula industrializada adquirida das Regiões Sul e Sudeste, e distribuem seus produtos industrializados para vários estados do Brasil, além de evidenciar sua expansão espacial, demonstram a existência de relações de reciprocidade que ultrapassam o território local. São ações que refletem os diferenciações em cada etapa do processo orquestradas pelas novas demandas do mercado capitalista que não se dá isoladamente no processo produtivo, mas estende-se em todo arranjo produtivo da mandioca. Portanto, cada etapa não pode ser vista isoladamente, pois são indissociáveis e complementares.

Figura 05: **Utilização da fécula de mandioca nas Agroindústrias de Lagoa Seca/PB.**

Fonte: Acervo pessoal, 2022.

Denise Elias (2005), argumenta que as agroindústrias têm o poder de criar diversas relações, próximas e distantes, dinamizando o território, transformando radicalmente as tradicionais relações cidade e campo, fazendo com que esses dois espaços passem a emitir e a receber uma grande quantidade de fluxos de matéria e de informação. “Nos dias de hoje, a realidade aponta para a lógica da interdependência universal dos territórios. Nesse cenário, há um instrumento que possibilita o contato de diversos territórios ou de diversas partes de um território: a informação” (Salvador, 2013, p. 22).

Outra característica que se deve levar em consideração na mandiocultura em Lagoa Seca, são as relações de trabalho. Na produção tradicional das casas de farinhas, tanto o comando técnico da produção quanto a mão de obra era, em sua maioria, realizado por familiares e agricultores, residentes do campo. Já no atual contexto das Agroindústrias, tanto o comando técnico e administrativo, quanto a maioria dos seus funcionários, que são assalariados, residem na sede municipal.

Nesse caso, a cidade é um polo indispensável ao comando técnico da produção, além de ser o "lugar de residência de funcionários da administração pública e das empresas, mas também de pessoas que trabalham no campo e que, sendo agrícolas, são também urbanas, isto é, urbano-residentes" (Santos, 2020, p. 91). E nesse emaranhado, "os diversos atores têm interesses diferentes, às vezes convergentes, certamente complementares. Trata-se de uma produção local mista, matizada, contraditória de ideias" (Santos, 2020, p. 91).

Referindo-se a etapa da distribuição, os derivados da mandioca produzidos no município de Lagoa Seca/PB eram comercializados tradicionalmente, quiçá exclusivamente, nas feiras livres das cidades vizinhas, principalmente na Feira Central de Campina Grande (Figura 06), onde os produtos eram vendidos "a granel" sem identificação da origem, marca ou validade. Atualmente, além das feiras livres os derivados da mandioca são distribuídos para uma gama de estabelecimentos e ocupam as gondolas das grandes redes de supermercados de várias cidades do país, dispondo de embalagens personalizadas evidenciando a marca, origem e validade do produto (Figura 07).

Figura 06: **Comercialização na Feira Central de Campina Grande-PB**

Fonte: Acervo pessoal, 2022.

Figura 07: **Comercialização nos supermercados de Campina Grande-PB.**

Fonte: Acervo pessoal, 2022.

Logo, os impactos da revolução comercial iniciada no final do século XX, protagonizada pelas novas formas de distribuição e os novos formatos de estabelecimentos, imbuídos de forte

teor simbólico também resultaram em alterações na dinâmica da mandiocultura, resultando em novos nexos e fluxos materiais e imateriais que organizam e articulam os espaços, tanto no campo, quanto na cidade.

É a força do capital que se reinventa gerando novas demandas efetivas expandindo a capacidade produtiva e renovando as condições de acumulação adicional, logo, a expansão é, simultaneamente, intensificação e expansão geográfica (Harvey, 2005). Com isso, se apreende a constituição do território a partir dos seus usos, do seu movimento conjunto e de suas partes, reconhecendo sua interdependência e complementaridade que ultrapassa os limites do campo e da cidade. Desse modo, devemos considerar a divisão territorial do trabalho, o que permite pensar o território como ator e não apenas como um palco, isto é, o território no seu papel ativo (Santos; Silveira, 2012).

Denise Elias (1996) ressalta que as novas relações de reciprocidade resultam no aumento da composição orgânica e técnica dos territórios, com crescente substituição do meio natural e do meio técnico pelo meio técnico-científico-informacional, facilitando a penetração do novo e do externo e a difusão de nexos técnicos e econômicos mais complexos e distantes da história local, aumentando a conexão entre o campo e a cidade.

Em linhas gerais, todos esses impactos resultam em alterações na dinâmica da mandiocultura em Lagoa Seca/PB, reconfigurando o espaço e facilitando a difusão de nexos técnicos e econômicos mais complexos e distantes da história local, aumentando, pois, a conexão entre o campo e a cidade e o seu comprometimento com o mercado capitalista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mandiocultura em Lagoa Seca/PB, superando as técnicas tradicionais das casas de farinha e inserindo-se em uma lógica agroindustrial passa a expandir sua capacidade produtiva, resultando também em uma expansão mercadológica, que consequentemente resultará em uma nova configuração geográfica: maior fluxo material e imaterial; expansão do arranjo produtivo; aparecimento de novos atores, aumentando a rede de solidariedade; implicando em novas dinâmicas territoriais que rebatem na produção do espaço no campo e na cidade.

Dialeticamente, esse processo é responsável por diversas contradições e desigualdades, pois a inserção da mandiocultura em lógica capitalista agroindustrial gerou a decadência das casas de farinha tradicionais que não se inseriram nesse modelo produtivo, além do mais, não contaram com apoio técnico e financeiro para continuar coexistindo. Assim, muitos agricultores tiveram que migrar para outras culturas ou passaram a vender sua força de trabalho na cidade, estimulando a criação de novas alternativas de renda e a mobilidade do trabalho. Esse

movimento é inerente ao capitalismo, permeado pelo lucro e pela exploração do trabalho, e quem não se insere fica à margem do sistema.

Na contramão, as novas dinâmicas geradas pelas agroindústrias asseguram um uso ampliado e intensivo do território, resultado das articulações estabelecidas entre os novos agentes e lugares distantes nos processos de aquisição de matéria-prima, gestão, produção, distribuição e consumo. Com isso, se compreende a constituição do território a partir dos seus usos, do seu movimento conjunto e de suas partes, reconhecendo sua interdependência e complementaridade que ultrapassa os limites do campo e da cidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BOMTEMPO, Denise Cristina; SPOSITO, Eliseu Savério. **Circuitos Espaciais da Produção e Novas Dinâmicas do Território**. Mercator, Fortaleza, v. 11, n. 26, p.27-46, set./dez. 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2736/273625981001.pdf> Acesso em 18/07/2021.

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**. Disponível em: https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/. Acesso em: 28 jun. 2023.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. A era da informação: economia, sociedade e Cultura, v.1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

ELIAS, Denise. Região de Ribeirão Preto: **O Brasil agrícola moderno**. Departamento de Geografia -UEC. 1996. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/123228> Acesso em 15/07/2021.

ELIAS, Denise. **Reestruturação produtiva da agropecuária e novas dinâmicas territoriais: a cidade do campo.** In: Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Geografiasocioeconomica/Geografiaagricola/14.pdf> Acesso em: 15/07/2021.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. **O espaço como palavra-chave**. EM PAUTA, Rio de Janeiro, 2015- n. 35, v. 13, p. 126 – 152. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/18625/13595> Acesso: 24/05/2022.

MENEZES, Sócrates Oliveira. **De "supérfluos" a sujeitos na contramão do capital: a geografia do (des)trabalho.** São Cristóvão/SE: Dissertação de Mestrado/ NPGEO-UFS, 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umberlino de. **O campo brasileiro no final dos anos 1980.** In: STÉDILE, Pedro João. A questão Agrária no Brasil. vol. 6. 2ª ed. Editora Expressão Popular: São Paulo, 2013.

SALVADOR, Diego Salomão Candido de Oliveira. **Das farinhadas à produção par o mercado: a dinâmica da atividade mandioqueira no território do Agreste Potiguar** / Diego Salomão Candido de Oliveira Salvador. – Natal, RN: EDUFRN, 2013.

SANTOS, Milton. **O Território e o Saber Local: algumas categorias de análise.** In: Cadernos IPPUR/UFRJ/Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. – Ano 1, n.1 (jan./abr. 1986) – Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 1986. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwjXq5P865_zAhWEpZUCHRxiCN4QFnoECAIQAQ&url=https%3A%2F%2Frevistas.ufrj.br%2Findex.php%2Fippur%2Fissue%2Fdownlo%2520ad%2F277%2F86&usg=AOvVaw0qAtP2UoHxp8iVj1Sk6axN> Acesso em: 10/08/2021.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica** / Milton Santos. – 6. Ed., 2. Reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SANTOS, Milton. **Da Totalidade ao Lugar** / Milton Santos. – 1. Ed., 3. Reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SANTOS, Milton. **A Natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção** / Milton Santos. – 4. Ed. 10. Reimp. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2020a.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal** / Milton Santos. – 30ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 2020b.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI.** – 16ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 2012.

SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: Território e sociedade no início do século 21 – A história de um livro.** In: ACTA Geográfica, Ed. Esp. Cidades na Amazônia Brasileira, 2011. pp.151-163. Disponível em: <http://www.dpi.inpe.br/Miguel/AnaPaulaDAlasta/Acta_Geografica_CidadesAmazonicas_EdicaoEspecial_2011/MariaLauraSilveira_HistoriaLivro_Acta_Geografica_2011.pdf> Acesso em: 25/06/2021.

CASAS DE FARINHA: O DESAPARECIMENTO GRADATIVO DO CIRCUITO DA MANDIOCA NA MICRORREGIÃO AGRESTE DE ITABAIANA-SE

Márcio Lima Andrade[1]

Maria Daniele Oliveira dos Santos[2]

Prof.º Dr.º Givaldo Santos de Jesus [3]

RESUMO

No estado de Sergipe, o manejo e produção em Casas de Farinha é uma tradição secular. A microrregião Agreste de Itabaiana, a qual localiza-se na zona de transição do clima de Litoral para Semi-Árido, é propícia e tradicional ao cultivo de raízes, destacando-se a mandioca. As populares "farinhadas", apesar de valorizadas culturalmente em Sergipe, tidas como Patrimônio Cultural e Imaterial do Estado, encontram-se em declínio considerável nas últimas décadas. O coletivismo necessário para o manejo desta cultura se vê substituído pelo individualismo de pequenos agricultores familiares que passaram a concentrar seus esforços no plantio de hortaliças e de batata-doce com posterior comércio regional nas feiras livres, resultando num desaparecimento gradativo das farinhadas. O presente trabalho busca identificar o declínio das Casas de Farinha na Microrregião Agreste de Itabaiana, em Sergipe.

Palavras-chave: casas de farinha, circuito da mandioca, diminuição, agricultura familiar.

ABSTRACT

In the state of Sergipe, management and production in Flour Houses ("Casas de Farinha") is a centuries-old tradition. The Agreste de Itabaiana microregion, which is located in the climate transition zone from Coastal to Semi-Arid, is conducive and traditional to root cultivation, with cassava standing out. The popular "farinhadas", despite being culturally valued in Sergipe, considered Cultural and Intangible Heritage of the State, have been in considerable decline in recent decades. The

1 Graduado do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal de Sergipe- UFS, marciolimaandradehe@gmail.com.
2 Graduanda do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal de Sergipe- UFS. mariadanielesantos@academico.ufs.br.
3 Doutor pelo Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal de Sergipe- UFS.

collectivism necessary to manage this crop is replaced by the individualism of small family farmers who began to concentrate their efforts on planting vegetables and sweet potatoes with subsequent regional trade in open-air markets, resulting in a gradual disappearance of flour products. The present work seeks to identify the decline of Flour Houses in the Agreste Microregion of Itabaiana in Sergipe.

Keywords: flour houses, cassava circuit, decline, family farming.

INTRODUÇÃO

Sergipe possui uma relação secular com a cultura da mandioca, sendo as Casas de Farinha um Patrimônio Cultural e Imaterial do Estado. Na última década, as chamadas "farinhadas" passaram a desaparecer gradativamente do cenário rural sergipano. A microrregião do Agreste de Itabaiana (Figura 01), fundamentada no plano de Regionalização do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística[4] – IBGE – destacou-se a partir da década de 1970, sendo considerada um dos principais polos de plantio, manejo e comercialização de mandioca e seus derivados no Estado, destacando-se os municípios de Itabaiana, Campo do Brito e São Domingos.

Com o avanço/crescimento da produção de milho, a valorização dos preços dos grãos, a diminuição do peso da força de trabalho, além do menor tempo de produção da batata-doce e de hortaliças ser mais atrativo, os pequenos produtores passaram a diminuir seu interesse e investimento no plantio da mandioca e na farinhada, resultando numa baixa em rendimento médio da safra anual de mandioca. Como aponta o Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA – do ano de 2022 os números passam de 14 857 kg/ha para 2023 com 14 856 kg/há, uma baixa de -1%, enquanto a batata-inglesa se encontra em alta em suas três safras, respectivamente de 1%, 6,6% e 5,5%.

O presente trabalho tem como objetivo analisar a dinâmica socioprodutiva da cultura da mandioca e seus derivados, destacando a diminuição considerável das Casas de Farinha em função do crescimento da produção de batata-doce e de hortaliças na Microrregião do Agreste de Itabaiana no estado de Sergipe.

4 Em 2017, o IBGE extinguiu as mesorregiões e microrregiões, criando um novo quadro regional brasileiro. Contudo, o presente estudo usa dessa categoria de território para se situar em perspectiva das implantações das casas de farinha em municípios de contato direto com Itabaiana, que possui a segunda maior feira livre do Nordeste.

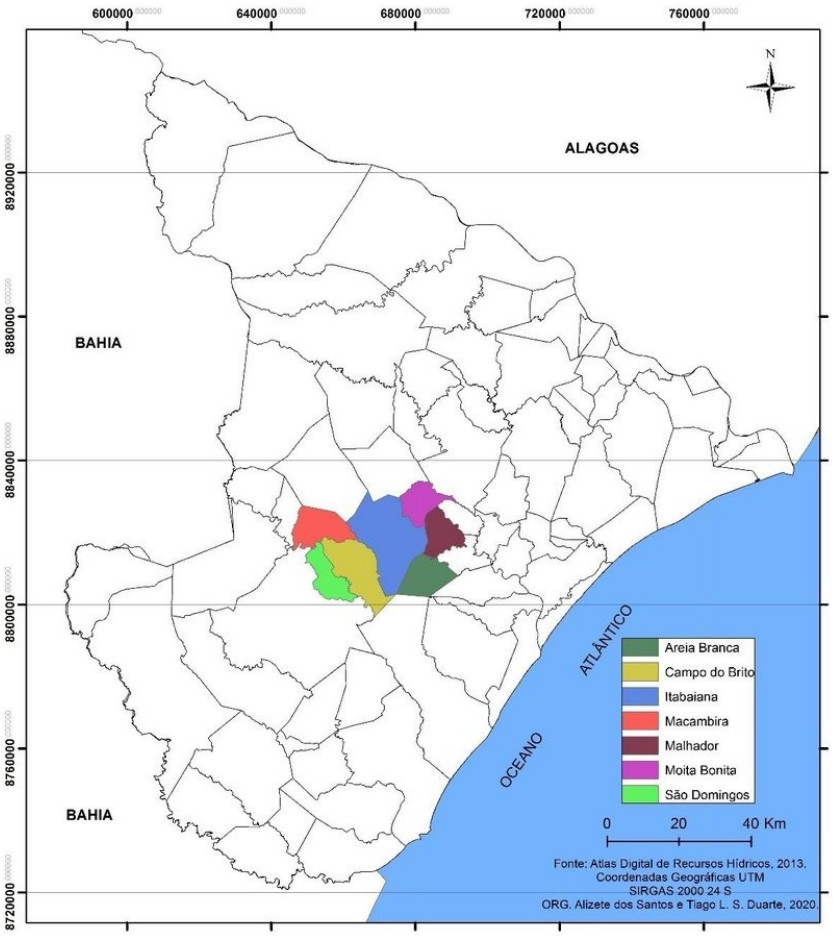


Figura 01: Mapa da Microrregião do Agreste de Itabaiana/SE

Fonte: Org.: SANTOS, A.; DUARTE, T. L. S. (2020)

As reverberações não são apenas sociais ou comerciais, mas culturais, tendo vista que as novas gerações não estão tendo contato com as produções farinheiras e talvez, na posteridade, o manejo desta cultura seja extinto.

A escolha deste tema justifica-se pela necessidade de analisar, compreender e alertar às consequências da diminuição e substituição das culturas de plantio da mandioca pela batata-doce e hortaliças nas áreas rurais dos municípios da Microrregião do Agreste de Itabaiana. A diminuição da produção da mandioca tem como consequência direta o desaparecimento das farinhadas. Caso estas sejam encerradas, a valorização do que é de fora poderá ser implantada neste cenário, deixando de produzir e mercantilizando os produtos da farinha vindos de outras regiões, ocasionando num atravessamento (potencialmente mais caro) do que poderia ser caso seja produzido localmente.

METODOLOGIA

O presente trabalho é desenvolvido com base de análise empírico-analítica, com procedimentos qualitativos e quantitativos em seguinte panorama: revisão bibliográfica sobre o tema estudado, coleta de levantamentos sistemáticos da produção agrícola na plataforma digital do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), assim como de outras plataformas de dados como da Administração Estadual do Meio Ambiente de Sergipe (Adema) e da Secretaria de Estado da Agricultura, Desenvolvimento Agrário e da Pesca (Seagri). Seguindo de aplicação de entrevistas aos pequenos produtores rurais, atravessadores e representantes de farinhadas, entre outros. Foram alcançadas duas Casas de Farinha em Malhador, uma em Ribeirópolis e duas em Itabaiana.

O presente trabalho busca analisar de forma regional o problema, procurando valorizar a voz de agricultores familiares e entender seus motivos para a ocorrência do cenário estudado. Ao se buscar entender o desaparecimento gradativo das Casas de Farinha e levantando hipóteses do que se pode ocorrer caso a prática seja extinguida na região, o estudo se faz necessário na busca por preservação da cultura farinheira em Sergipe.

REFERENCIAL TEÓRICO

O cultivo, manejo e tradição do plantio da mandioca, perpassando presença secular na história brasileira, é de importância enraizada no desenvolvimento econômico e cultural do estado de Sergipe. Destacam-se os municípios de Lagarto, Ribeirópolis, Itabaiana, Campo do Brito, São Domingos, Propriá, Ilha das Flores, Brejo Grande e Neópolis.

Com forte influência indígena-originária no fabrico da farinha, em suas técnicas e instrumentos, as populares Casas de Farinha, muito comuns e abundantes nestes municípios a partir da década de 1970, tornaram-se Patrimônio Cultural e Imaterial de Sergipe, segundo Projeto de Lei Nº 262/2019. É deste manejo popular que se produzem vários derivados da mandioca, como a goma, o pirão, o sequilho, o mingau, o bolo e a farinha, principal acompanhante de muitos pratos da culinária nordestina e sergipana. Após aprovação da PL,

foi criado um grupo de trabalho formado por técnicos da Administração Estadual do Meio Ambiente de Sergipe (Adema) e da Secretaria de Estado da Agricultura (Seagri) para a elaboração de um licenciamento ambiental das Casas de Farinha em Sergipe, regularizando o manejo e condições de trabalho dos produtores familiares, visando um melhor processo produtivo da farinha de mandioca e seus derivados. Esta ação se mostrou benéfica na valorização e permanência da cultura farinheira. O senso de coletividade, tão importante nas comunidades agrárias, foi reforçado em diferentes vertentes: não apenas na valorização do trabalho, como no reconhecimento e estima, mesmo que o quantitativo de Casas de Farinha tenha diminuído. Um dos casos de permanência é a da Farinhada Comunitária do Assentamento Moacir Wanderley no município de Nossa Senhora do Socorro, em que este objetivo de coletivo se mostra em exercício.

O trabalho e produção nas Casas de Farinha, apesar de valorizada culturalmente em Sergipe, encontra-se em declínio considerável nas últimas décadas. Na realidade da Microrregião do Agreste de Itabaiana, se por um lado, os grandes produtores encontram-se investindo nos circuitos produtivos do milho, por outro, os pequenos produtores passam a migrar de uma cultura da mandioca para a da batata-doce e hortaliças. O circuito produtivo do milho quase que triplicou seus índices de renda, investimento e colheita, como aponta o Banco do Nordeste (BNB) em sua análise de aumento no volume de operações dos derivados da produção de milho, entre 2021 e 2022, passa de R$ 190,3 Milhões para R$ 416,4 Milhões.

Já os pequenos produtores em cenário de agricultura familiar (antes principais responsáveis pelas populares Casas de Farinha), ao se individualizarem, buscando um senso de autonomia de produção e venda de seus produtos, se isolam em suas dinâmicas de trabalho e mercado, passando a investir no plantio de hortaliças, quiabo, amendoim e principalmente da batata-doce. Conseguinte, segundo a Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe (Embrapa), o estado sergipano tornou-se o principal produtor de batata-doce do Nordeste na última década, dado fundante principalmente na agricultura familiar, em razão dos preços praticados nesse sentido e do retorno considerável de uma variável de preços entre R$ 35,00 a R$ 80,00 da saca de 40 quilos. Destaca-se em Sergipe a Microrregião do Agreste de Itabaiana, em que o município de Itabaiana lidera seus índices com uma produção média de 21 mil toneladas anuais, seguido por Moita Bonita com 12 mil toneladas.

A mudança do padrão produtivo desse segmento da agricultura familiar no Estado de Sergipe evidencia o desaparecimento gradativo das populares farinhadas, sendo substituídas por áreas de plantio e lavagem de batata-doce, principalmente pelos produtores irrigantes, como aponta a Companhia de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Irrigação de Sergipe (Cohidro). Os produtos derivados da mandioca em alguns municípios, como São Domingos, onde a produção da farinha continua forte, é comercializada dentro do estado de Sergipe, já a batata-doce é vendida principalmente para o estado da Bahia.

Segundo dados do SIDRA/IBGE sobre o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, observa-se que a safra da mandioca de Sergipe em 2022, comparado ao ano 2023, representa-se em variáveis de: área plantada em hectares de 1.291.054 para 1.275.659; área colhida em hectares 1.238.752 para 1.225.012; produção em toneladas 18.403.101 para 18.200.277. Já a safra de batata-doce em 2022, comparado a 2023, encontra-se em variáveis de: área plantada em hectares de 120.251 para 123.903; área colhida em hectares de 120.251 para 123.863; produção em toneladas de 3.948.547 para 2.897.306. Os números mostram que, apesar de uma constância e leve aumento de plantio de mandioca, a mesma não acompanha o quantitativo de produção. Porém, é importante citar que dos dez municípios de maior produção no estado de Sergipe, apenas dois pertencem a Microrregião Agreste de Itabaiana: São Domingos em quinta posição com 5.584 toneladas produzidas e Campo do Brito em sétima posição com 4.620 toneladas anuais produzidas.

Já ao quantitativo de Casas de Farinha em funcionamento em 2023, constando 42 comunidades rurais de 18 municípios do estado, sendo 47 farinhadas fazendo parte das áreas de atuação da Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe (Emdagro), 6 são do Agreste de Itabaiana, em contraposição ao ano de 2010 em que eram 15 na microrregião. Estes dados não demonstram apenas uma queda considerável na cultura farinheira, mas também podem alardear a perda de território e de produção de pequenos agricultores para o circuito produtivo manufaturado de milho e da expansão agropecuária. Segundos dados do Centro Internacional de Negócios (CIN/SE), da Federação das Indústrias do Estado de Sergipe (Fies), o segmento agropecuário representa 81% das exportações anuais estadual, este dado não se faria tão alto se não fosse a massiva criação de animais em território relativamente pequeno em escala com o estado.

Um caso em particular de uma Casa de Farinha tradicional que se mostrou rebelde aos avanços urbanos e a mercantilização industrial fica no município de Itabaiana. Localizada dentro da Praça de Eventos, no centro comercial e rodoviário, a Casa de Farinha "Comidas Típicas Sergipanas" (Figura 02), construção erguida há 25 anos com estrutura tradicional de casa de barro, caibro e mourão, produz e vende comidas típicas à base da farinha de mandioca, como: beiju, pé de moleque, manuê de tapioca, doces, entre outros. Além de manter a tradição e culinária nordestina, a estrutura típica fica rodeada em meio aos prédios e construções de alto nível de "progresso urbano". A Casa de Farinha de Itabaiana traz um retrato diário de uma cultura que está desaparecendo, como dizem seus coordenadores em seus discursos sobre a importância do local.

Figura 02: Casa de Farinha na Rodoviária Pública de Itabaiana/SE

Fonte: Acervo Pessoal. ANDRADE. (2023)

Ao serem questionados, os representantes do estabelecimento defendem que sua permanência está ligada com a pura sorte "turística e posicional estratégico" que se formou a partir de seu trabalho. Por Itabaiana ter forte influência na Rota do Sertão e o estabelecimento estar posicionado ao lado do Terminal Rodoviário – que representa forte fluxo de deslocamento intermunicipal desde Aracaju, Estância, Feira Nova, Laranjeiras, etc. – os

passageiros perpassando por Itabaiana como polo pivô do Agreste Central Sergipano e posteriormente seguindo a rota para o Sertão Sergipano – como os municípios de Nossa Senhora da Glória, Poço Redondo, Frei Paulo, etc. – acabam por conhecer o local. A comercialização das comidas típicas se faz um atrativo aos passageiros que descansam de suas viagens por alguns minutos em Itabaiana para depois seguirem seus destinos. A Casa de Farinha, destoante, chamativa e familiar, oferta um sentimento de pertencimento e de gosto pela gastronomia sergipana**.**

Segundo relatos de sujeitos entrevistados em Casas de Farinha na Microrregião Agreste de Itabaiana, a prática vem desaparecendo por conta da valorização do plantio de batata-doce e hortaliças, na busca por autonomia e individualidade, deixando de lado o trabalho coletivo/comunitário nas Casas de Farinha. Outro fator detalhado é o processo trabalhoso da produção de farinha (Figura 03), tendo em vista a reunião de um número considerável de pessoas da comunidade que com o passar do tempo preferiram investir em seus próprios plantios.

Figura 03: Processo de produção em Casa de Farinha de Malhador/SE

Fonte: Acervo Pessoal. SANTOS. (2023)

As figuras que compõem o trabalho com a mandioca estão divididas entre os coletores da raiz diretamente das plantações, transportadores (muitas vezes com auxílio de carroças do local de plantio até o depósito nas áreas de descascar), e os que ficam no local da farinhada com os chamados de ralador ou cevadeiros. Após as raízes serem descascadas, são trituradas e empilhadas como insumo envoltas em sacos; são prensados e daí é extraído um líquido chamado Manipueira (é da Manipueira que se forma a tapioca, que também é comercializada). A massa após ser prensada retorna ao triturador resultando numa massa mais fina e uniforme que é levada ao forno; uma vez assada, a massa se torna granulada e é peneirada, os quais os mais grãos mais finos são a farinha pronta, os grãos de espessura maior são triturados mais uma vez para tentar se atingir o tamanho ideal.

Observa-se que entre os participantes diretos do processo produtivo da farinha destacam-se o do trabalho feminino, muitas vezes não mencionado e valorizado. É com a maioria ser parente, comadres e juntamente aos colegas masculinos no trabalho – estes comumente responsáveis pelo trabalho de arranque e transporte – evidenciam que essa atividade de longa data desenvolveu fortes laços de companheirismo. Já as novas gerações, os filhos destes trabalhadores, incentivadas a ingressar no ensino superior, acabam por se retirarem da rotina de trabalho nas farinhadas. Muitos jovens realizam migrações pendulares intermunicipais para estudar em universidades privadas ou públicas, assim como realização de cursos preparatórios ou até escolaridade de Ensino Médio, muito comumente em Itabaiana. Com a rotina de estudos, muitos não conseguem participar da rotina de trabalho em suas residências, apesar de uma vez ou outra fazerem os serviços, a prioridade é o estudo e a busca por trabalhos com titulação e carteira assinada, muitas vezes resultando em um êxodo rural para o trabalho urbano.

Um ponto interessante que os entrevistados destacaram é que tudo relacionado ao plantio da mandioca é aproveitado e nada é descartado. As plantas arrancadas são utilizadas para alimentação de gado bovino ou como material de decomposição para solos descansados, as cascas após a raspagem e os grãos de espessura maior que sobraram da segunda peneiração são juntados e misturados com farelo de soja, casas de laranja e grãos de milho para uma ração que pode alimentar o gado bovino, caprino, ovino e equino. Por dar volume à mistura, faz com que os sacos dessa ração durem muito tempo, além de ser nutritiva.

Apesar de ser um trabalho coletivo, um problema destacado por um proprietário de uma farinhada no município de Malhador é a questão das diárias de trabalho. Atualmente

os trabalhadores estão sendo chamados em apenas um dia da semana. Há alguns anos (entre a década de 1990 e início dos anos 2000), quando a produção de farinha era em maior escala, as diárias costumavam ser de quatro a seis dias da semana, dando uma maior renda e segurança aos participantes do trabalho. Hoje com a diminuição, uma boa parte dos agricultores não possuem interesse em participar em apenas uma diária, já que é uma quebra em suas rotinas de trabalho com as plantações e comercializações individuais. Restam a estes trabalhos os indivíduos autônomos que não possuem área de plantio e que necessitam de diárias em diversos locais, muitas vezes não sendo constantes ou com valores que supram suas necessidades. Sendo assim, não há perspectiva de trabalho apenas pela motivação estruturada em laços, é necessário pensar em todo o processo e como ele se sustenta a longo prazo, que se não fosse pelo comprometimento de todos os trabalhadores que permaneceram na Casa de Farinha - firmada em conjunto ao longo de anos - o ramo não se sustentaria.

No entanto, não se deve minimizar o grau de importância deste único dia de trabalho, ao passo que os números surpreendem: normalmente, cerca de 3 toneladas de mandioca são raspadas por dia em uma Casa de Farinha com doze trabalhadores (4 na colheita e 8 no processo da farinha), cujo processo ao final obtém uma média de 10 a 12 sacos de 60 kg de farinha, sem contar seus dos derivados posteriores para consumo do gado. Ao todo, 1 tonelada de mandioca enxuta e em alta corresponde a 240 kg de farinha , quando não rende a época de raízes aguadas, este valor corresponde a 200 kg. Estes dados em média foram as respostas obtidas por donos de Casas de Farinha na região.

Os sujeitos entrevistados também relatam que o trabalho autônomo, a oferta de serviços e a venda de sacas de batata-doce próprias de produção individual, apesar de valores menores, são pagos com maior regularidade, tendo vista que o tempo da produção é de três meses, em contraponto ao da mandioca que é de 1 ano a 1 ano e 6 meses.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como resultado imediato das discussões a respeito das Casas de Farinha aponta-se que a precificação, o custo-benefício do cultivo da mandioca e a produção de farinha (assim como seus derivados) não é o suficiente para que a maior parte das famílias possa se sustentar. Quando perguntados os motivos de continuarem com a as Casas de Farinha,

muitos apontam ser por conta da tradição, apesar de não ser mais um trabalho financeiramente seguro. Os preços da farinha podem variar entre R$ 10,00 reais a unidade de 1 kg a até valores bem mais baixos (como já registrados de R$ 3,00 reais).

O mercado têm se voltado a um recorte menor e mais regional, se antes era um produto comercializado por todo o estado e até atravessado para São Paulo e Minas Gerais, agora se concentra na feira-livre de Itabaiana e pequenas mercearias locais. Pode-se ressaltar a contínua valorização e desvalorização do produto a partir da demanda de oferta e procura no modo de produção capitalista. Este ciclo socioprodutivo é realizado por pequenos agricultores familiares, camponeses e camponesas, meeiros e diaristas rurais, sujeitos de uma comunidade que traz suas raízes do serviço tradicional, ainda assim com a apropriação final do resultado de seu trabalho pelo capital.

Quando questionados sobre as suas opiniões a cerca do motivo do progressivo desaparecimento das Casas de Farinha, os indivíduos entrevistados responderam dentro da teoria que foi proposta a relatar nesta pesquisa, a comum resposta: "O povo da região passou a plantar batata". Uma trabalhadora diarista da farinhada de Santo Izidório (povoado do município de Malhador/SE) relata que tinham umas 8 Casas de Farinha espalhadas no local, no povoado, agora só uma às margens da Rodovia, sendo os espaços da mandioca substituídos por batata-doce e hortaliças. Vale ressaltar que alguns agricultores diaristas não perceberam essa dinâmica ocorrer por conta de seu estilo de trabalho árduo diário e manual que participa de diversas culturas de produção na agricultura.

No geral, mesmo com algumas resistências, as Casas de Farinha entraram em declínio a competição e expansão de outras culturas de plantio e produção com retornos financeiros mais rápidos, em detrimento das baixas nos preços de circulação da mandioca e da farinha, da interiorização de seu mercado, das dificuldades no processo produtivo a partir dessa desvalorização e da evasão de indivíduos interessados em trabalhar nesta modalidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção da mandioca ao longo das últimas décadas vem perdendo espaço na Microrregião Agreste de Itabaiana, principalmente para o plantio individualizado da batata-doce e de hortaliças. Como consequência, as Casas de Farinha tendem a caminhar para o seu

desaparecimento gradativo, apesar de sua importância material e cultural no estado de Sergipe.

A lógica capitalista-individualista de venda e consumo atrai os produtores que passam a produzir e comercializar produtos com um ciclo de plantio e colheita menor, uma venda direta e momentânea que só é segura aos intermediários atravessadores que controlam a cadeia produtiva na região. A falsa sensação de autonomia econômica tende a apagar o coletivismo tão comum na cultura da farinhada.

É levantada a hipótese de que, em passos gradativos, a Casa de Farinha desapareça do cenário socioprodutivo da Microrregião Agreste de Itabaiana, restando-lhes poucos ou nenhum ponto de produção. Famílias que ainda persistem nessa atividade são de suma importância para preservação dessa que é uma cultura secular, mesmo que as atuais demandas de mercado e correria do dia a dia nos moldes de mercado capitalista-individualista façam-se presentes como um potencial obstáculo.

REFERÊNCIAS

ALVES, Francisco José (Org.). **Fontes para a História de Sergipe: séculos XVI-XVIII**. São Cristóvão/SE: EDUFS, 2012.

JESUS, Givaldo Santos de; COSTA, J.C. A casa de Fina de Dão: memória e história da produção da farinha de mandioca em Ribeirópolis-SE. In: IV Seminário sobre Alimentos e Manifestações Culturais e III Simpósio Internacional Alimentação e Cultura. São Cristóvão, 2018. v. 01. p. 482-497.

JESUS, Givaldo Santos de; VASCONCELOS, Ramon Oliveira. Mudanças e permanências no Campo: o caso da agro-cultura irrigada em Ribeirópolis-SE. In. CARVALHO, Diana Mendonça de. ALCÂNTARA, Fernanda Viana de. COSTA, José Eloizio da. (org). Desenvolvimento territorial, agricultura e sustentabilidade. São Cristóvão: Editora UFS, 2010.

MARQUES, Núbia. O Luso, o Lúdico, o Perene e Outros Ensaios. Rio de Janeiro: Imago, 1999.

NUNES, Thetis. Sergipe Provincial I. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000.

SOUZA, M, A. Educação e cidadania nos assentamentos de reforma agrária: projetos, possibilidades e limites. Rev. Publicatio Humanities Sciences Linguistics, letters and arts. V. 10, n°1. Universidade de Tuiuti do Paraná. 2002. Disponível em < http://www.revistas2.uepg.br/index.php/humanas/article/view/14/11> Acesso em 28 de outubro de 2023.

_____. Casas de farinha financiadas pelo PRONESE. Disponível em: < https://www.emdagro.se.gov.br/wp-content/uploads/2021/08/Casas-de-farinha-financiadas-pelo-PRONESE.pdf>. Acesso em 07 jul. 2023.

_____. Estado e Cidades. Produção de Mandioca em Sergipe. Disponível em: <https://www.estadosecidades.com.br/se/se_producao-mandioca.html/>. Acesso em 13 jul. 2023.

_____. GOV.BR. Cordese-Cohidro. Disponível em: <https://coderse.se.gov.br/>. Acesso em 07 jul. 2023.

_____. GOV.BR. Estado elabora diagnóstico sobre casas de farinha. Disponível em: < https://www.se.gov.br/noticias/desenvolvimento/estado_elabora_diagnostico_sobre_casas_de_farinha/>. Acesso em 07 jul. 2023.

_____. IBGE, 2023. Levantamento Sistematico da Produção Agrícola. Disponível em: < https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9201-levantamento-sistematico-da-producao-agricola.html?=&t=resultados/>. Acesso em 12 jul. 2023.

_____. IBGE, 2023. IBGE. Sidra: Banco de Tabelas Estatísticas. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/home/ipca/brasil. Acesso em: julho de 2023.

_____. Rota da farinha em Sergipe nota turística e histórica. Disponível em: < https://www.blogprimeiramao.com.br/rota-da-farinha-em-sergipe-nota-turistica-e-historica//>. Acesso em 07 jul. 2023. />

_____. Sergipe maior produtor de batata-doce do Nordeste. Disponível em: <https://emdagro.se.gov.br/sergipe-e-o-maior-produtor-de-batata-doce-do-nordeste-segundo-emdagro/>. Acesso em 07 jul. 2023.

_____. **Sergipe reconhece Projeto de Lei Nº 262/2019.** Dispõe sobre as Casas de Farinha como Patrimônio Cultural e Imaterial de Sergipe. Disponível em: < https://al.se.leg.br/alese-reconhece-processos-de-casas-de-farinha-como-patrimonio-cultural-material/>. Acesso em 07 jul. 2023.

USO, EXPLORAÇÃO E APROPRIAÇÃO DO SOLO: UM ESTUDO DE CASO NO ESPAÇO RURAL DE LAGARTO-SE

Marilia Barbosa dos Santos[1]

Andréia Reis Fontes[2]

Wanubya Maria Menezes da Silva[3]

RESUMO

A agricultura, atividade humana pioneira e mola propulsora da economia brasileira, que movimenta o mercado interno e externo, passa, na atual fase, por metamorfoses diante do modo de produção capitalista e do processo de internacionalização da economia. Neste sentido, o estudo consiste em compreender as formas de uso, exploração e apropriação do solo a partir de uma análise espacial, identificando a dinâmica agrícola local. O arcabouço metodológico abrange o caráter qualiquantitativo, considerando a aplicação de questionários e entrevistas direcionados a agricultores. A pesquisa evidencia que os principais cultivos da área envolvem a laranja, a mandioca e o maracujá, este último com crescimento significativo. A produção do fumo, antes hegemônico, declinou, situação similar ao município de Lagarto-SE. Em geral, os agricultores, que não dispõem de grandes áreas agricultáveis são, na maior parte, os proprietários da mesma. Além disso, diversos mecanismos e práticas inerentes à lógica capitalista foram incorporados ao meio rural, tais como técnicas, tecnologias e agrotóxicos, comprovando que os diversos usos do solo e a produção agrícola no campo trazem consigo inúmeras características de subordinação ao capital.

Palavras-chave: Agricultura, Desenvolvimento, Economia, Uso do solo.

ABSTRACT

Agriculture, a pioneering human activity and driving force of the Brazilian economy, which moves the internal and external market, is currently undergoing metamorphoses in the face of the capitalist mode of production and the process of internationalization of the economy. In this sense, the study consists of understanding the forms of land use, exploration and appropriation based on a spatial analysis, identifying local agricultural dynamics. The methodological framework covers the qualitative and quantitative nature, considering the application of questionnaires and interviews aimed at farmers. The research shows that the main crops in the area involve orange, cassava and passion fruit, the latter with significant growth. Tobacco production, once hegemonic, declined, a situation similar to the municipality of Lagarto-SE. In general, farmers who do not have large arable areas are, for the most part, their owners. Furthermore, several mechanisms and practices inherent to capitalist logic were incorporated into rural areas, such as techniques, technologies and pesticides, proving that the different uses of soil and agricultural production in the countryside bring with them numerous characteristics of subordination to capital.

Keywords: Agriculture, Development, Economy, Land use.

[1] Doutora do Curso de Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Sergipe - UFS, maryliabsants@hotmail.com
[2] Doutoranda do Curso de Geografia da Universidade Federal de Sergipe - UFS, andreia.fontes@hotmail.com
[3] Doutoranda do Curso de Geografia da Universidade Federal de Sergipe - UFS, wanubyasilva@gmail.com

INTRODUÇÃO

Preparar uma cultura, num ambiente agrário organizado de maneira sistemática, requer uma iniciativa que se define, no espaço, de acordo com o termo de um direito de uso do meio de produção que é o solo. Nessa perspectiva, o uso da terra corresponde à maneira pela qual o espaço geográfico está sendo ocupado pelo homem, independentemente da atividade. Essa apropriação identifica o propósito econômico ou social para o qual a mesma é utilizada, como por exemplo, a agricultura (GEORGE, 1967).

Dessa forma, o uso do solo admite uma variedade tão grande quanto às atividades da própria sociedade. Se categorias de uso do solo são criadas, isto se dá, principalmente, com a finalidade de classificação das atividades e tipos de cultivo. A regulação de tal uso é uma instância da produção do espaço.

Neste sentido, a agricultura, enquanto atividade humana pioneira e mola propulsora da economia brasileira, que movimenta o mercado nacional e externo, passa, na atual fase, por metamorfoses diante do modo de produção capitalista e do processo de internacionalização da economia.

Ao longo do tempo, a industrialização da agricultura teve participação marcante no desenvolvimento capitalista do Brasil, onde os grandes proprietários de terra tiveram a possibilidade de apropriação da renda, intensificando a concentração da estrutura fundiária. O capital da terra, da produção agrícola, está centralizado na "mão" daqueles que possuem maior poder de terras, num processo de territorialização do capital, que enfraqueceu a agricultura familiar (ANDRADE, 2005).

Em meio a tudo isso, práticas de gestão do território e de utilização da terra têm um enorme impacto sobre os recursos naturais. Assim, o levantamento do uso do solo é de grande relevância para a compreensão dos padrões de organização do espaço, na medida em que o uso desordenado do mesmo causa danos ambientais, necessitando, cada vez mais, de medidas de planejamento para o bom uso da terra (CANUTO, 1998).

Nessa perspectiva, o estudo busca compreender as formas de uso, exploração e apropriação do solo a partir de uma análise espacial, identificando a dinâmica agrícola local. Considera-se a relevância da temática em questão, sobretudo pelo avanço das desigualdades no campo, replicadas sob a égide do capital. Soma-se a isto, a importância do povoado Colônia Treze, área rural mais significativa do município de Lagarto-SE, que luta por emancipação desde o final da década de 1980, demonstrando um potencial econômico considerável.

METODOLOGIA

O estudo compreende o caráter qualiquantitativo, de modo a envolver dados brutos e suas explicações, pois os números por si só não explicam os fenômenos em sua totalidade. A pesquisa empírica, por meio do estudo da forma de utilização da terra e das relações sociais a ela vinculadas se dá através do uso do solo a partir da apropriação deste pela agricultura familiar. A análise foi possível por meio da aplicação de questionários e entrevistas direcionados a técnicos agrícolas da Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe (EMDAGRO), unidades Lagarto e Colônia Treze, e agricultores do povoado Colônia Treze (Figura 1), visando obter dados sobre as condições das práticas agrícolas locais e da utilização do solo – cultivos predominantes, uso de tecnologia, agrotóxicos, políticas públicas, entre outros elementos.

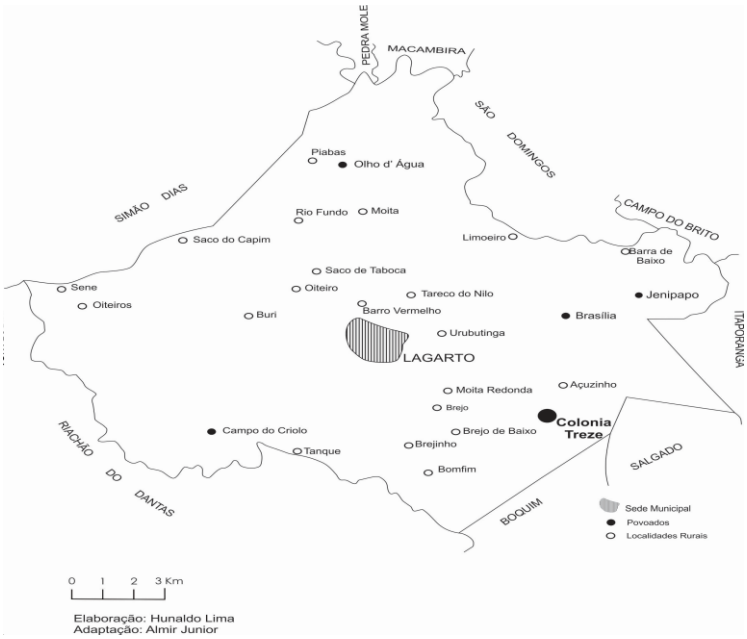


Figura 1 - Localização da Colônia Treze no município de Lagarto-SE
Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

REFERENCIAL TEÓRICO

Um panorama da questão agrária brasileira

A composição da história agrária brasileira está atrelada a diferentes atividades econômicas desenvolvidas em períodos distintos, sob a influência de fatores diversos. Tal fato envolve desde a colonização do país e possui relação direta com a ocupação da faixa litorânea, sobretudo, no Nordeste, caracterizada pela presença das plantations, especialmente da cana-de-açúcar, sistema que sofreu declínio no século XVII, devido seu desenvolvimento na América Central. Velho (1974) também preconiza a importante expansão das plantations de algodão; o

desenvolvimento da mineração em Minas Gerais; a relevante seca nordestina de 1877-1879, que resultou numa intensa migração para a Amazônia, que convivia com o ciclo da borracha; e para o Centro-Sul, apoiado pelo crescimento das plantations do café.

Se, de um lado o governo não criou situações de melhorias para resolver o problema da seca que afligiu, especialmente, os pequenos produtores, por outro, trabalhou na construção de açudes e demais reservatórios e projetos de irrigação que atendessem aos interesses dos donos do capital. Resultado disso foi a migração incessante em direção às áreas onde a industrialização era fator marcante.

As grandes propriedades, que tinha os cultivos de açúcar e algodão como predominantes, caracterizavam-se por abrigar inúmeros trabalhadores na atividade. Porém, com o surgimento das leis trabalhistas no campo, os senhores de terra se viram obrigados a "libertá-los", pois não queriam pagar as obrigações cabíveis, gerando grandes conflitos sociais. Neste sentido, as plantations representaram um empecilho ao desenvolvimento de uma gama de camponeses livres.

Conforme aborda Silva (2006), diversos momentos da história refletiram na produção agrícola brasileira, como na analogia da quebra da bolsa de Nova Iorque, em 1929, com a decadência do café. Na década de 1950, com toda discussão acerca da industrialização, preconizava-se que a agricultura era um obstáculo para o desenvolvimento econômico do país. No período denominado de "milagre brasileiro", marcado pelo crescimento econômico, entre 1967 e 1973, a questão agrária foi deixada de lado em meio ao período de repressão política.

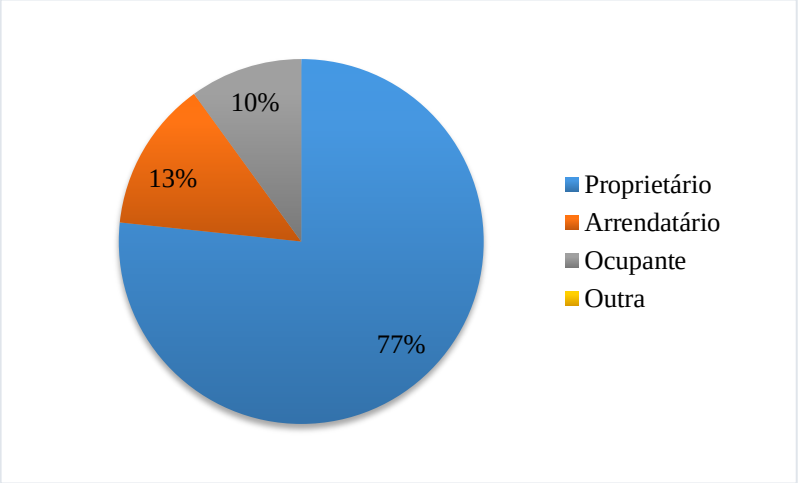
As concentrações de terras e de renda prevaleceram e provocaram o êxodo rural. As populações camponesas deslocaram-se em direção às cidades, resultando no seu crescimento exponencial e inchaço populacional. Isso culminou numa gama de problemas sociais nos âmbitos da saúde, educação, segurança, moradia, entre outros.

Segundo Andrade (2005, p. 279) "o meio rural até certo ponto se urbaniza e o urbano se ruraliza com a transferência para a cidade de grandes levas da produção do campo". Esse deslocamento campo/urbe expressa mudanças, tanto nas áreas vizinhas aos centros urbanos quanto nas áreas periféricas, onde se notou um processo de "rurbanização", expressão utilizada por Gilberto Freyre em suas obras. Com a consequente expropriação dos camponeses, as cidades não conseguem absorver o grande quantitativo, resultando em índices grotescos de violência e miséria. Além disso, o capital se mostra no constante uso de insumos químicos e maquinário, é a produção de forma intensiva, que busca grande produtividade. Para isso, vem industrializando a agricultura, modificando os fatores naturais e adaptando-os às necessidades que o modo de produção impõe.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa empírica permitiu constatar aspectos relevantes na compreensão da realidade agrícola e dos diferentes usos do solo na área de estudo. Uma das questões diz respeito à condição do agricultor em relação à terra (Gráfico 1).

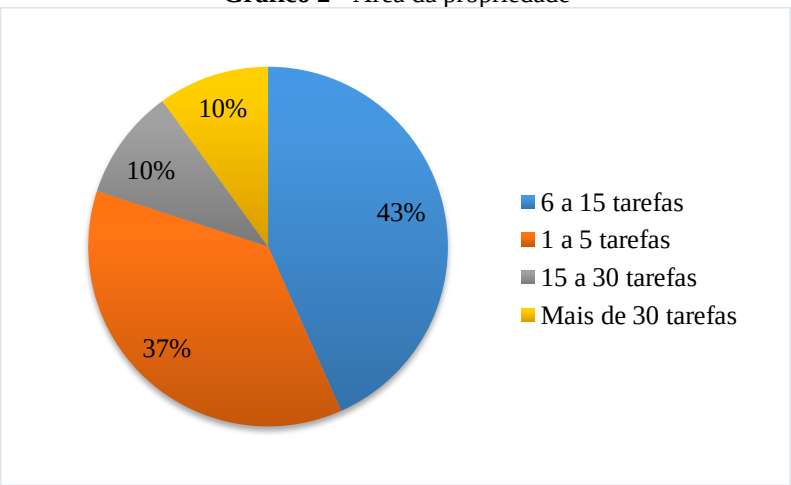
Gráfico 1 - Condição do agricultor em relação à terra



Fonte: Trabalho de campo, 2021.

Verificou-se que a maioria dos campesinos está na condição de proprietários da terra, enquanto que o restante divide-se em arrendatários, que pagam um preço fixo pelo uso do terreno, e ocupantes, em grande parte tem a terra cedida por membros familiares. Da mesma forma, a dimensão das propriedades varia (Gráfico 2).

Gráfico 2 - Área da propriedade

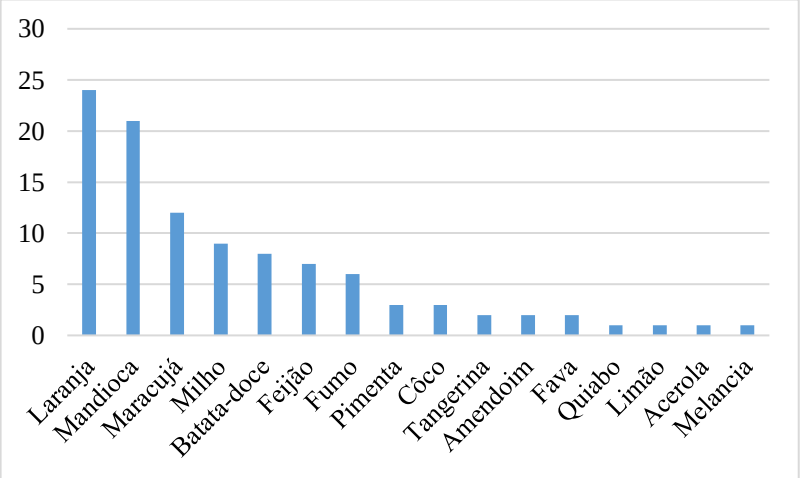


Fonte: Trabalho de campo, 2021.

As áreas alternam de uma à cinquenta tarefas de terreno produtivo, sendo que 43% dos entrevistados possuem entre seis e quinze tarefas. De modo geral, as áreas enquadram-se como

pequena proriedade, evidenciando a presença da agricultura familiar. Também foi possível classificar os principais cultivos locais (Gráfico 3), que em função dos solos e das condições edafoclimáticas (temperatura, precipitação, pedologia, etc.) desenvolvem-se, sobretudo, as culturas da laranja (Figura 2), mandioca (Figura 3) e o maracujá (Figura 5).

Gráfico 3 - Produtos cultivados na propriedade



Fonte: Trabalho de campo, 2021.

Em menor escala tem-se o milho, a batata-doce e o feijão, mais voltados ao consumo da família, bem como o fumo, que se encontra em crise e, embora já tenha sido a principal cultura, a cada dia perde mercado. Segundo os agricultores, além de ser um produto que requer muitos tratos culturais, o governo já não estimula mais a plantação, especialmente a partir dos inúmeros programas de combate ao tabagismo no país.

Figura 2 - Plantação de Laranja
Fonte: A autora, 2021.

Após um período de declínio na década de 1980, que resultou no endividamento dos agricultores, na qualidade comprometida dos produtos e na expansão das atividades não-agrícolas como um meio de complementar a renda familiar, as zonas citrícolas se expandiram, devido à facilidade de vender a laranja *in natura* e para as agroindústrias de transformação, sendo comercializada do próprio povoado, principalmente para as empresas Frutene e a Coimbra-Frutesp, ambas situadas no município de Estância-SE e que, posteriormente, sofreram grave crise e paralisação.

Nesse contexto, a Coopertreze, no município de Lagarto-SE e a Coopame, no município de Estância-SE, foram importantes no crescimento da cultura citrícola, bem como em sua comercialização. Todavia, a falta de capital resultou na grande queda no mercado da laranja de ambas as cooperativas. Hoje, a situação destas é de paralisação e desativação, resultando na criação de associações de produtores.

Ainda assim, a dinâmica agrícola sergipana do início do século XXI, com o crescimento da atividade citrícola, colocou o estado na segunda posição na produção de laranja do país. Da mesma forma, o cultivo da fruta no povoado Colônia Treze alcançou índices significativos, tida como a cultura mais próspera, visto que grande parte dos produtores alegaram a vantagem de alcançar até três safras anuais, sendo vantajoso para rentabilidade. Todavia, para que a laranja continue a dar rentabilidade faz-se necessário uma nova forma de organização dos produtores, incluindo a maneira como se dá a venda desta e o controle de pragas.

Figura 3 - Plantação de Mandioca na Colônia Treze
Fonte: A autora, 2021.

O povoado Colônia Treze tem na mandioca (Figura 4) um de seus principais cultivos, este que é um produto de origem sul-americana, que se constitui em um alimento consumido por cerca de quinhentas milhões de pessoas no mundo, principalmente nos países em desenvolvimento, por não requerer a utilização de muita tecnologia. O Brasil participa com mais de 15% da produção mundial e esta se encontra entre as nove principais culturas do país em área cultivada e o a sexta em valor de produção (Emdagro, 2011). O clima de Sergipe e da área em estudo é ideal para essa cultura, assim como a pluviosidade local. O plantio é recomendado em qualquer época, desde que haja umidade suficiente para garantir a brotação das hastes. Embora a mandioca tenha boa tolerância às condições de acidez do solo, é necessário que a terra seja bem preparada e adubada, pois as adubações orgânicas favorecem bastante para o aumento da produtividade. A colheita é feita manualmente, através do arranquio das raízes. A cultura vem crescendo de forma considerável, substituindo, principalmente, o fumo, pois se caracteriza por ser uma lavoura simples e que ocupa menos mão de obra.

Figura 4 - Agricultores descascando mandioca em uma casa de farinha
Fonte: A autora, 2021.

Com a mandioca podem ser feitos diferentes produtos, tais como farinha, tapioca e outros produtos utilizados pela indústria. No entanto, no decorrer da pesquisa de campo foi possível constatar que a maioria dos produtores da mandioca a utilizam para a subsistência e para transformá-la em farinha, já que boa parte destes possui casas de farinha. Muitos agricultores relataram que produzem a mandioca, tanto por necessitar de pouca tecnologia, quanto por ser resistente às pragas, embora reclamem do baixo preço da mesma, custando em média R$ 180,00 por tonelada, mas sempre tendo um preço irregular.

Por outro lado, o maracujá, apoiado pelas condições climáticas e pedológicas favoráveis, é o cultivo em expansão, tanto na Colônia Treze quanto no próprio município de Lagarto-SE, substituindo o fumo, que está numa intensa crise. Além deste, se destacam os

municípios de Salgado, Estância e Neópolis. Tem sido aproveitado para a comercialização nas feiras livres e nas indústrias de transformação.

A maior parte dos cultivos é realizada em associação com a laranja. O preparo do solo acontece de janeiro à março; a época da plantação abrange de março à maio; o cuidado com a cultura abarca de abril à setembro; e a colheita ocorre de outubro à março, época propícia para a venda do maracujá.

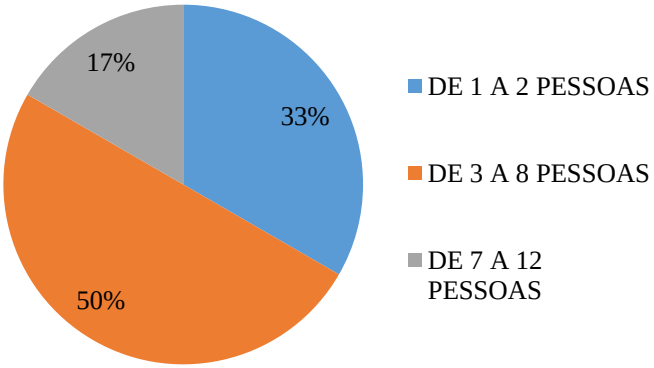
Figura 5 - Plantação de Maracujá na Colônia Treze
Fonte: A autora, 2021.

A agricultura familiar conglomera não somente o trabalho da família, mas também o trabalho assalariado, que geralmente é temporário, isto é, apenas nas épocas de pico da lavoura, como relataram os agricultores, principalmente na plantação, limpeza e colheita (Gráfico 4). Nesse propósito, Lopes (2009, p. 168) ressalta que:

> [...] as receitas oriundas das atividades estritamente agropecuárias desenvolvidas pela família têm sido insuficientes para garantir a reprodução física e social do grupo doméstico, obrigando a que alguns de seus membros busquem outras ocupações fora da propriedade, trabalhando como assalariados.

É notória a situação pela qual essas famílias passam, a falta de apoio, obrigando-os a venderem sua força de trabalho aos próprios campesinos, persistindo em meio as grandes corporações que se processaram no campo.

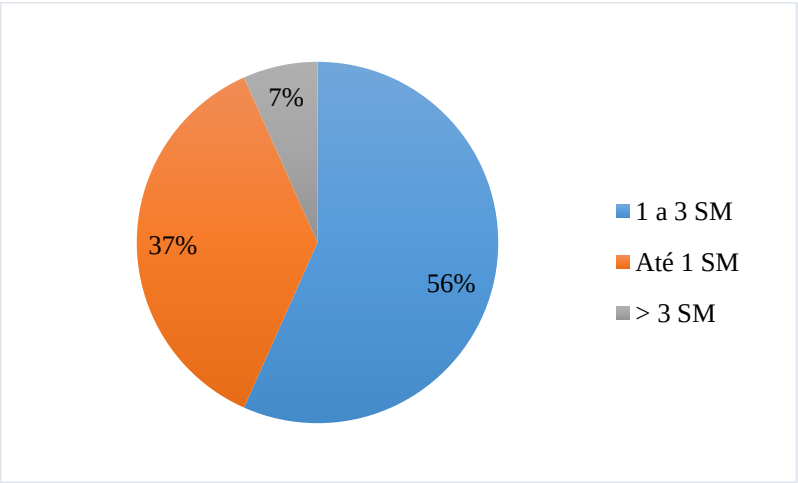
Gráfico 4 - Número de pessoas que trabalham na lavoura



Fonte: Trabalho de campo, 2021.

Somando o total de pessoas que trabalham nas culturas, tanto os membros familiares quanto os trabalhadores assalariados, metade destes se enquadram entre três e oito pessoas, ou seja, boa parte da população está empregada neste setor, apesar do povoado ter ganhado um status de área urbana. Tal atividade propicia obter ganhos e uma renda mensal (Gráfico 5).

Gráfico 5 - Renda bruta familiar

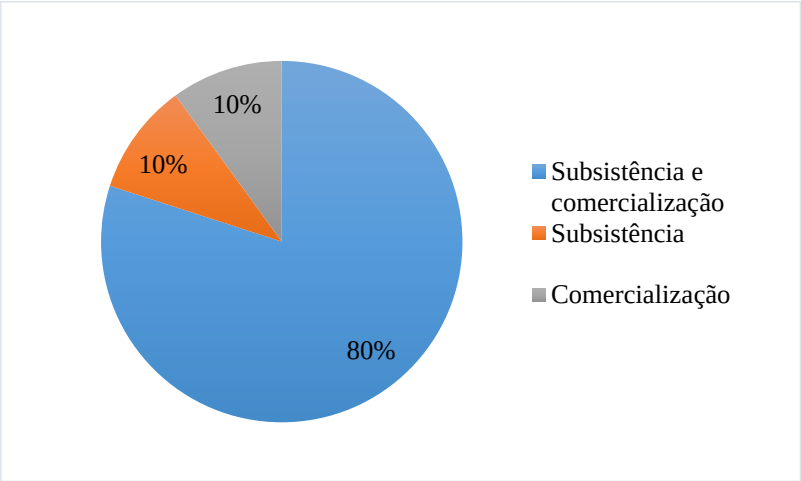


Fonte: Trabalho de campo, 2021.

Para avaliar a renda bruta da família foi levado em conta todas as atividades que possibilitem obter lucro mensal. A maioria dos lavradores ressaltaram a importância de se assalariarem nos sítios de terceiros, como um modo de completar a renda. Quando não dessa forma, estes geralmente possuem uma forma de aumentar a renda, alguns são funcionários públicos, aposentados ou detém o Bolsa Família, programa que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza.

Em relação ao destino dos alimentos produzidos, verifica-se que, independentemente do tipo de cultivo, a produção voltada tanto para o consumo próprio como para a venda é predominante (Gráfico 6).

Gráfico 6 - Destino da produção



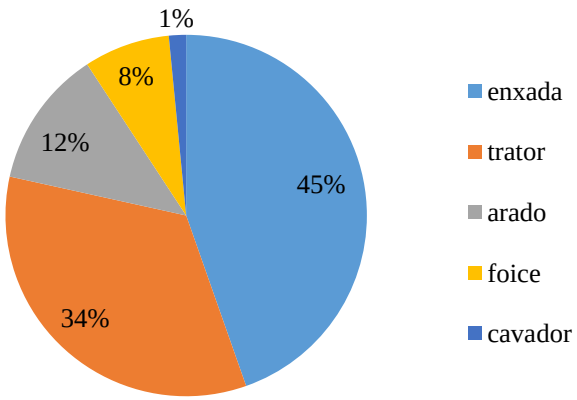
Fonte: Trabalho de campo, 2021.

Durante a comercialização é marcante a presença dos atravessadores, que levam os alimentos até as feiras, agroindústrias e, até mesmo, a locais muito longínquos.

Questionados sobre a pretensão de continuar trabalhando na atividade agrícola, 83% dos agricultores responderam que pretendem permanecer empregados na área, apesar de reconhecerem as dificuldades, como o baixo preço dos produtos e a falta de tecnologias mais modernas. Deixam transparecer uma espécie de conformismo com a vida que levam, em meio a tantos empecilhos pelos quais a agricultura familiar resiste bravamente.

A atividade agrícola, desde os primórdios de sua existência sempre necessitou de tecnologia. Esta constitui-se, principalmente, de conhecimento, procedimentos e processos de organização da produção, comportando-se, outrossim, enquanto instrumento facilitador das atividades produtivas. Embora a utilizem de maneira reduzida, de forma unânime, os agricultores afirmaram fazer uso a mesma (Gráfico 7), o que explica o fato de a agricultura familiar ter um menor custo de produção.

Gráfico 7 - Tecnologias empregadas nas culturas agrícolas

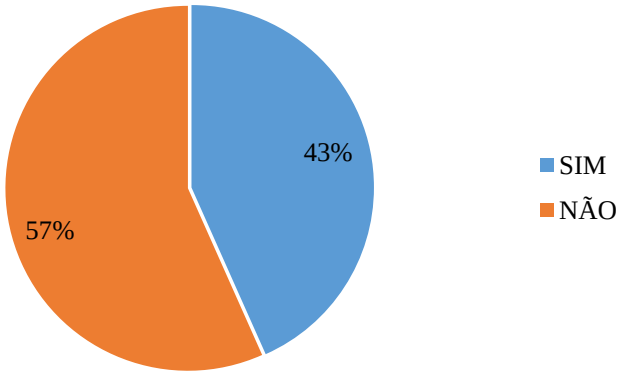


Fonte: Trabalho de campo, 2021.

Seguindo a lógica da agricultura familiar foi possível notar a ausência de tecnologias modernas, com predominância da enxada, antiga ferramenta agrícola, seguida de trator, arado, foice e cavador. Ou seja, verificam-se lacunas no acesso a inovações tecnológicas. Além do mais, o lavrador, que não tem condições de possuir um trator, paga R$ 40,00 por hora de trabalho desse maquinário, é o trabalho da família que passa a ser adaptado à lógica da produção capitalista através da adoção de técnicas mais modernas.

De modo geral, o uso de tração animal e tração mecânica é muito baixo entre as unidades familiares. Segundo o IBGE, no Brasil, 23% dos agricultores familiares utilizam apenas tração animal e outros 27% utilizam tração mecânica ou mecânica/animal. Apesar de a cada dia o homem dominar a técnica, com a finalidade de aumentar a produção e maior obtenção de lucro, nesse jogo, a agricultura familiar sofre bastante, pois se caracteriza enquanto unidade arcaica, com tecnologias atrasadas, ficando à mercê da modernização. Sob este aspecto da nova lógica capitalista, o uso de agrotóxicos atingiu, também, a pequena propriedade (Gráfico 8).

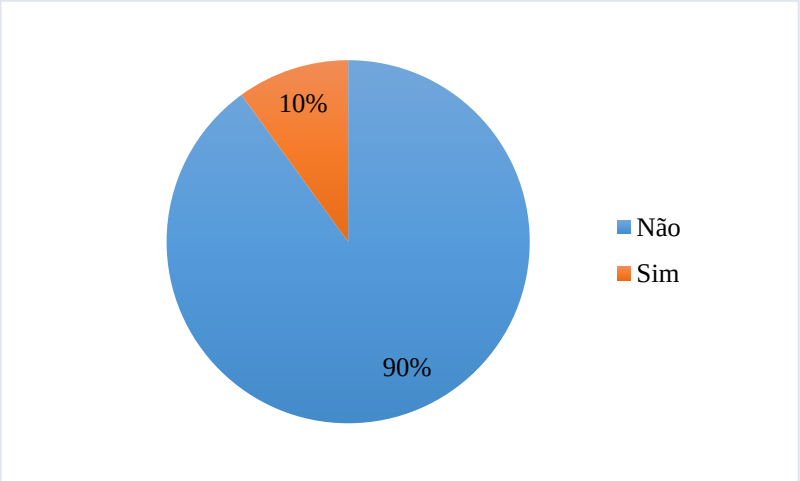
Gráfico 8 - Uso de agrotóxicos



Fonte: Trabalho de campo, 2021.

Na área em estudo, a utilização de defensivos agrícolas se dá, principalmente, com o uso de formicidas, pois se não combatê-las podem destruir a plantação.Todos os entrevistados afirmaram utilizar apenas esse agrotóxico, pois "ouviram falar" que estes fazem muito mal à saúde humana. Em relação a sistemas de irrigação, esta é uma realidade longe de ser possível para todos (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Utilização de sistemas de irrigação

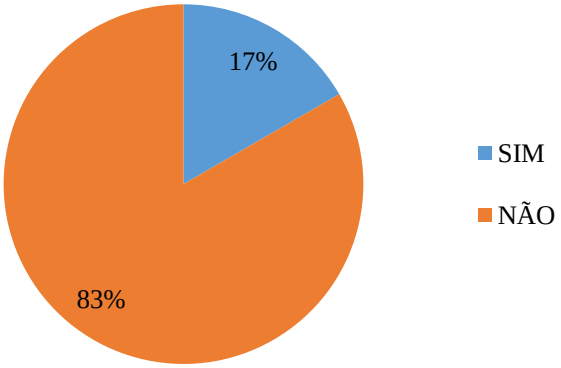


Fonte: Trabalho de campo, 2021.

De acordo com a pesquisa, apenas 10% dos agricultores utilizam sistemas de irrigação, técnica extremamente importante na prática agrícola, visto que esta depende das condições naturais e, muitas vezes, sofre com as intempéries da natureza. Portanto, é relevante o fornecimento controlado de água para os vegetais, na quantidade suficiente e no momento adequado, sendo responsável por uma maior produtividade e se constituindo numa forma de complementar as chuvas naturais.

Sabendo da importância da capacitação enquanto meio de orientar a atividade agrícola, os agricultores foram questionados quanto a participação nestes (Gráfico 10).

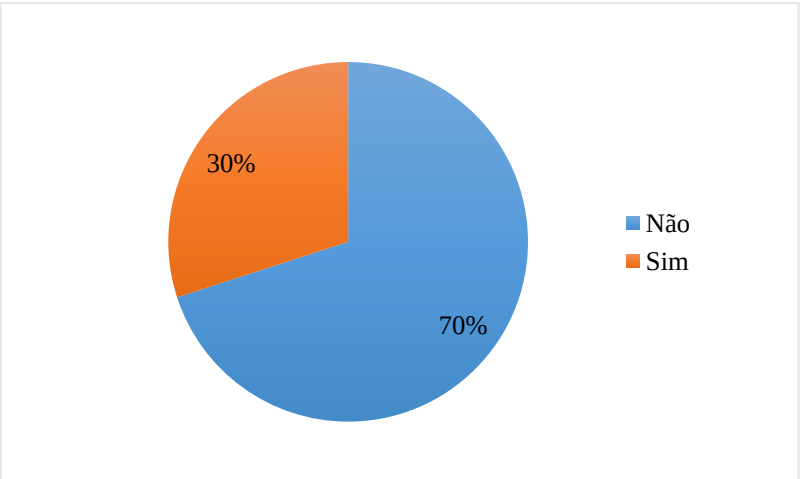
Gráfico 10 - Participação em cursos de capacitação agrícola



Fonte: Trabalho de campo, 2021.

A minoritária quantidade que já participou de curso declarou que faz muito tempo, inclusive dois dos entrevistados revelaram ter participado de um curso na área da fruticultura irrigada do São Francisco, Petrolina-PE/Juazeiro-BA, onde receberam informações sobre plantio, tratos culturais, utilização de agrotóxicos, irrigação, entre outros. Da mesma forma, o acesso à assistência técnica também apresenta índices deficientes (Gráfico 11).

Gráfico 11 - Acesso à assistência técnica



Fonte: Trabalho de campo, 2021.

A assistência técnica, que engloba formas de orientar os agricultores para que possam planejar sua propriedade, visando apoio técnico, o que é fundamental para que os agricultores evoluam, ainda está longe de ser comum no mundo desses campesinos. As pessoas que

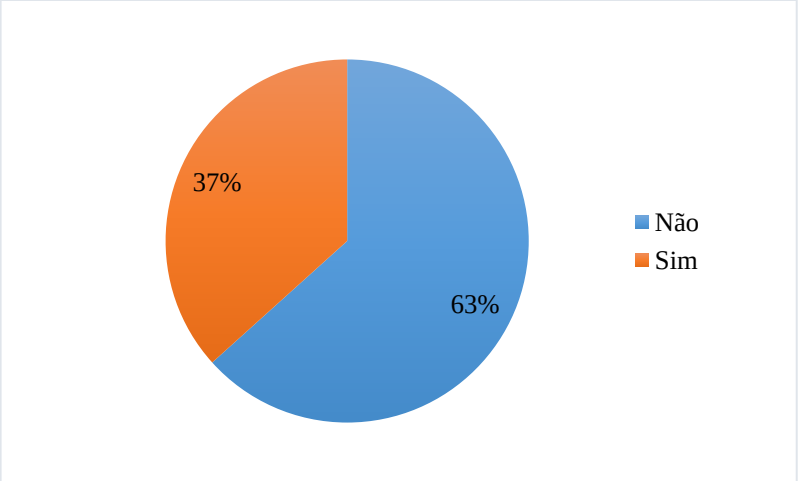
revelaram ter esse acesso, admitiram ser através da EMDAGRO, principalmente no combate de pragas, anomalias que os lavradores por si só não teriam capacidade de combatê-las.

A média nacional mostra que entre os agricultores familiares, apenas 16,7% possuem assistência técnica, contra 43,5% dos chamados agricultores patronais, de acordo com o Censo Agropecuário do IBGE, 2006. Ainda, numa escala menor, os lavradores da região Nordeste têm acesso somente a 2,7% do uso da tecnologia, enquanto que a região sul conta com 47,2%, salientando as diferenças regionais no acesso. Ainda, de acordo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (2009):

> De 2003 a 2009, o investimento em Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) para a agricultura familiar subiu de R$ 46 milhões para R$ 428 milhões ao ano. Somando com o apoio aos assentados da reforma agrária, o valor chega a R$ 626 milhões só na safra de 2009/2010, com um total de 24 mil de técnicos no campo.

Embora esse quantitativo seja animador, a agricultura familiar, principalmente no nordeste do país, necessita desse apoio, importante para o desenvolvimento das unidades produtivas. Este apoio pode ser exemplificado por meio de políticas públicas (Gráfico 12).

Gráfico 12 - Acesso a políticas públicas



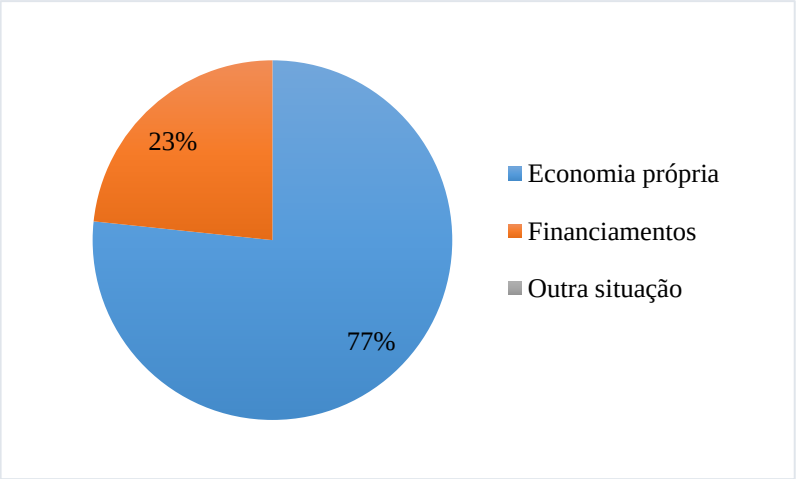
Fonte: Trabalho de campo, 2021.

A agricultura em pequena escala muitas vezes é entendida como uma excrescência do passado, de técnicas atrasadas, que necessita urgentemente da implantação de uma infraestrutura ajustada e de crédito satisfatório e viável para os pequenos proprietários. Porém, fica claro que as políticas públicas não os têm alcançado e são regidas de maneira centralizada.

O acesso a tais políticas, especialmente por meio do PRONAF, não se dá com tanta ênfase, pois, apesar de ter alcançado cada vez mais um número de agricultores, chegando a mais

de dois millhões de novos contratos por ano, segundo o MDA, ainda favorece proprietários que não tem necessidade imediata de recebê-lo. O programa financia projetos individuais ou em grupo, que leva o lavrador a obter renda, com baixas taxas de juros dos financiamentos rurais, buscando custear a safra. O fato de nem todos os agricultores terem acesso a políticas públicas interfere no modo de custeio da produção (Gráfico 13).

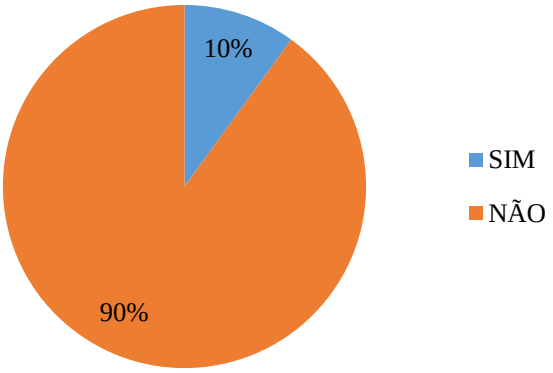
Gráfico 13 - Custeio da produção



Fonte: Trabalho de campo, 2021.

A grande parte dos lavradores afirmaram que investem nas lavouras a partir de economia própria. Após cada colheita e comercialização, o agricultor revelou retirar o valor dos gastos, guardar o suficiente no banco para investir na próxima colheita e utilizar o restante para satisfazer suas necessidades imediatas de consumo. Outra parte destes, geralmente aposentados e/ou funcionários públicos, revelou a importância desta forma de renda para aplicar nos gastos das culturas agrícolas anualmente. Estes percalços podem desanimar os campesinos, fazendo-os repensar sobre a substituição da cultura agrícola (Gráfico 14).

Gráfico 14 - Número de agricultores que pretendem substituir a produção



Fonte: Trabalho de campo, 2021.

A maioria dos lavradores negou a possibilidade. A pequena parte que tem o interesse de investir em outras culturas são agricultores que produzem o fumo, pois alegaram que este requer muito cuidado e passa por um momento de intenso declínio, por isso, o mercado para venda desse produto está ruim e já não vale mais a pena produzi-lo. Por isso, muitos já passaram a produzir mais mandioca, maracujá e outros cultivos de subsistência, como feijão, milho e batata-doce.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo em questão mostra que os principais cultivos da área se assemelham ao do próprio município de Lagarto, com destaque para a laranja, a mandioca e o maracujá, este último crescendo consideravelmente. Além do mais, a produção do fumo, que um dia já foi hegemônico, entrou numa profunda crise, situação idêntica à realidade lagartense. Verificou-se que os lavradores não possuem grandes áreas agricultáveis e estão sujeitos à lógica da reprodução capitalista no campo, evidente no uso de agrotóxicos, na dependência tecnológica e nos diversos percalços que afligem os pequenos agricultores, como o acesso à assistência técnica e a políticas públicas.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste.** São Paulo: Cortez, 2005.

CANUTO, João Carlos. **Agricultura Ecológica Familiar, Mercados e Sustentabilidade Socioecológica Global.** In: MOTA et al (Org.). Agricultura Familiar: desafios para a sustentabilidade. Aracaju: Embrapa - CPATC, SDR/MDA, 1998.

GEORGE, Pierre. **Geografia rural.** São Paulo: DIFEL, 1967.

IBGE. Censo Agropecuário 2006. **Agricultura Familiar. Primeiros resultados.** Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. MDA/MPOG, 2009.

LOPES, Eliano Sérgio Azevedo; COSTA José Eloízio. **A pluriatividade na agricultura familiar do estado de Sergipe.** In:__ Territórios rurais e agricultura familiar. São Cristóvão: UFS, 2009.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Manual de gestão estratégica para organizações associativas familiares.** Rio Grande do norte: SDT, 2009.

SILVA, José Borzacchiello da; LIMA, Luiz Cruz; ELIAS, Denise. **Panorama da geografia brasileira I**. 1ª ed. São Paulo: Annablume, 2006.

VELHO, Otávio Guilherme. **Capitalismo autoritário e campesinato.** 2ª ed. Rio de Janeiro: DIFEL: 1974.

DINÂMICA TERRITORIAL E SETORIAL DO LEITE NO ALTO SERTÃO SERGIPANO

Patrícia Oliveira do Nascimento[1][1]
Diana Mendonça de Carvalho[2]
José Elozio da Costa[3]

RESUMO

O estado de Sergipe ocupa a sexta colocação nacional na produção anual do leite, (IBGE, 2019), produziu estimativamente em torno de um milhão de litros por dia. O território do Alto Sertão Sergipano nas duas últimas décadas tornou-se a maior bacia leiteira do estado, e o produto passou a ser um dos insumos mais importantes na constituição da renda do agricultor familiar individual, porque oferece perenemente essa renda, apresenta em termos microeconômicos um dos setores mais dinâmicos da economia nordestina, ao lado de produtos em grande escala do milho do agronegócio e de "produtos de subsistência" como mandioca e feijão, e tem tido significativo crescimento nos últimos anos. O trabalho tem como objetivo, analisar a cadeia produtiva do leite no Alto Sertão de Sergipe, considerando suas interfaces com a aquisição de insumos, realização produtiva, beneficiamento e comercialização. A pesquisa toma como método o instrumental empírico-analítico, com base em dados qualitativos e quantitativos. Pesquisa bibliográfica e trabalho de campo com entrevistas com os atores sociais envolvidos na atividade leiteira. Analisando esse cenário busca-se compreender as perspectivas da atividade leiteira no estado, suas potencialidades e limitações que envolvem por exemplo a subordinação do agricultor familiar.

[1] Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Geografia – PPGEO/UFS. Membro do Grupo de pesquisa Sobre Transformações no Mundo Rural GEPRU/UFS. patriciaolivgeo@gmail.com
[2] Doutora em Geografia Agrária (UFS). Membro do Grupo de pesquisa Sobre Transformações no Mundo Rural GEPRU/UFS. dianamendoncadecarvalho@gmail.com
[3]Doutor em Geografia Agrária (UNESP/Rio Claro). Professor Titular do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe. Membro do Grupo de pesquisa Sobre Transformações no Mundo Rural GEPRU/UFS
eloizio.npgeo@gmail.com

Palavras-chave: Agricultura familiar, Território, Desenvolvimento Local, Cadeia produtiva do leite.

ABSTRACT

The state of Sergipe ranks sixth nationally in annual milk production, (IBGE, 2019), producing an estimated production of around one million liters per day. The territory of Alto Sertão Sergipano in the last two decades has become the largest dairy basin in the state, and the product has become one of the most important inputs in the constitution of the individual family farmer's income, because it permanently offers this income, presents in microeconomic terms one of the most dynamic sectors of the northeastern economy, alongside large-scale agribusiness corn products and "subsistence products" such as cassava and beans, and has seen significant growth in recent years. The objective of the work is to analyze the milk production chain in the Alto Sertão de Sergipe, considering its interfaces with the acquisition of inputs, production, processing and marketing. The research uses empirical-analytical instruments as its method, based on qualitative and quantitative data. Bibliographical research and fieldwork with interviews with social actors involved in dairy activities. Analyzing this scenario, we seek to understand the perspectives of dairy activity in the state, its potential and limitations that involve, for example, the subordination of the family farmer.

Keywords: Family farming, Territory, Local Development, Milk production chain.

INTRODUÇÃO

A pecuária de leite bovino tem crescido significativamente no território brasileiro, inclusive na agricultura de base familiar. O país ocupa a sexta posição entre os maiores produtores mundiais de leite, em decorrência da modernização do setor rural, o desenvolvimento científico e tecnológico em genética e sanidade animal, e também a desregulamentação do setor lácteo brasileiro na década de 1990 (FILHO; MATTE, 2006).

A região nordeste está em terceiro lugar entre as principais áreas produtoras, ficando atrás da região sul e sudeste. O estado de Sergipe ocupa a sexta colocação nacional na produção de leite anual (IBGE, 2019), com produção em torno de um milhão de litros de leite por dia (EMDAGRO/SE, 2022). O produto passou a ser um dos insumos mais importantes na constituição da renda do agricultor familiar individual, porque oferece perenemente essa renda, apresentando-se, em termos microeconômicos, como um dos setores mais dinâmicos da economia nordestina; ao lado de produtos em grande escala, como o agronegócio do milho; e de "produtos de subsistência", como mandioca e feijão, que tem tido significativo crescimento nos últimos anos.

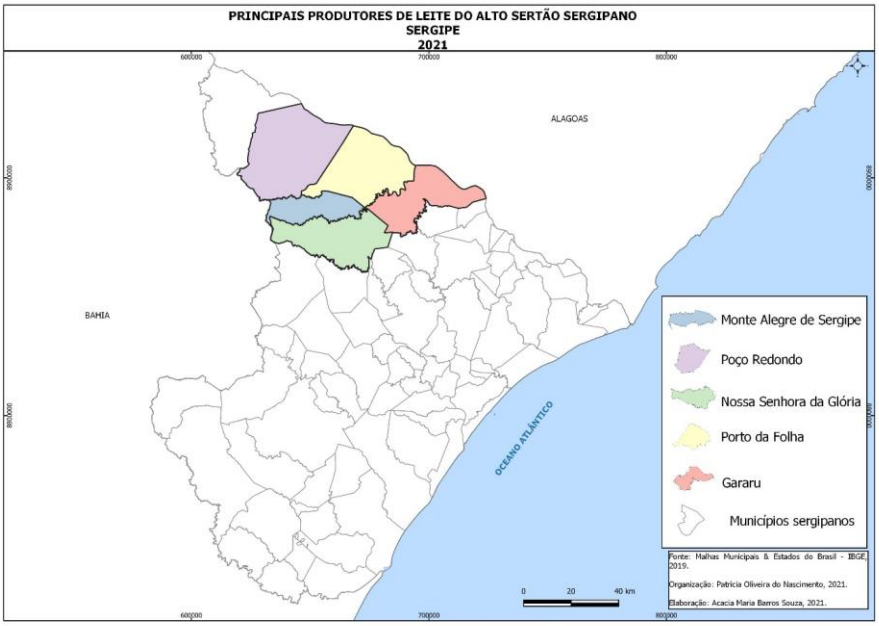
A produção de leite em Sergipe é concentrada, polarizada e tem um efeito socioeconômico relevante, haja vista o potencial para desenvolver a economia local e impactar

na renda dos agricultores familiares. Segundo Menezes (2009), a pecuária leiteira estimula novas atividades, ocasionadas a partir da oferta do leite, na qual sua matéria prima é transformada em derivados nas fabriquetas de queijo e nas indústrias de laticínio.

Diante disso, a pesquisa tem como objetivo analisar a cadeia produtiva do leite no Alto Sertão de Sergipe, considerando suas interfaces com a aquisição de insumos, realização produtiva, beneficiamento e comercialização. A partir disso, surgem questões importantes em torno da produção do leite: Qual o poder da agroindústria local na cadeia produtiva? Quais as formas de contrato estabelecidos entre agricultores e empresas agroalimentares? Existe estabilidade nos preços dos produtos? Qual a capacidade de organização coletiva dos produtores? Que tipo de criatividade, tecnologia social, inovação e sustentabilidade são utilizados para produção e comercialização?

O recorte de estudo na região do Alto sertão foi selecionado cinco munícipios para a realização de trabalhos de campo foram Nossa Senhora da Glória, Gararu, Porto da Folha, Poço Redondo e Monte Alegre (Figura 01).

Figura 1 - Área de estudo (Principais produtores de leite do Alto Sertão Sergipano)



METODOLOGIA

Para o desenvolvimento posto, toma-se como método o instrumental empírico-analítico, com base em dados qualitativos e quantitativos. Pesquisa bibliográfica com foco nos temas,

“território” enquanto categoria de análise geográfica; agricultura familiar; cadeia produtiva do leite e capital social, realização de trabalhos de campo com entrevistas, junto aos agricultores familiares produtores de leite, membros de associações, profissionais de assistências técnicas, secretaria de agricultura municipal, EMDAGRO e indústria de laticínio.

A investigação científica é um pilar essencial para o desenvolvimento do conhecimento que permite realizar novas descobertas. Severino (2007, p. 100) define método como um percurso constituído por uma série de procedimentos lógicos e de técnicas operacionais que permitem ao cientista descobrir as relações causais constantes que existem entre os fenômenos”.

O método empírico analítico é um método de observação utilizado para aprofundar o estudo desses fenômenos, podendo estabelecer leis através da conexão existente entre causa e efeito em um determinado contexto.

O artigo está dividido em 4 seções: introdução; fundamentação teórica abordando os conceitos de (território, capital social, desenvolvimento local e agricultura familiar; cadeia produtiva de leite), nos resultados e discussões traz o cenário do leite em Sergipe, e por último, considerações finais.

REFERENCIAL TEÓRICO

O território será encaixado neste trabalho enquanto dimensão espacial da reprodução da atividade produtiva de leite, apresentando aspectos de natureza espacial, política e social. Dessa forma, a categoria território será analisada juntamente ao conceito de territorialização e múltiplos territórios em torno da cadeia produtiva do leite e de processos de desenvolvimento local. Nesse contexto, Schneider (2009, p.1) apontou o território como “uma variável do desenvolvimento que permite entender o papel do espaço sobre processos de inovação, geração de economia de escopo e a criação de externalidades”.

Haesbaert (2004) chama a atenção para analisarmos o território através da lente da historicidade do território, sua variação conforme o contexto histórico e geográfico. O autor descreve os 4 objetivos da territorialização ao longo do tempo, são eles:

> Abrigo físico, fonte de recursos materiais ou meio de produção; Identificação ou simbolização de grupos através de referentes espaciais (a começar pela própria fronteira); Disciplinarização ou controle através do espaço (fortalecimento da ideia de indivíduo através de espaços também individualizados); construção e controle de conexões e redes (fluxos, principalmente fluxos de pessoas, mercadorias e informações). Haesbeart, 2004, p.5.

Ele discute a complexidade dos processos de (re)territorialização em que estamos envolvidos, construindo territórios muito mais múltiplos, o que torna muito mais complexa multiterritorialidade e define a desterritorialização como uma espécie de "mito" (Haesbaert, 1994).

Haesbaert (2004) apresenta as ideias do sociólogo Barel, um dos primeiros estudiosos no conceito e ideia de multi-pertencimento territorial e multiterritorialização. Ele parte de uma noção ampla de território na qual afirma que o indivíduo ou grupo pode produzir e "habitar" mais de um território. (...) "é raro que apenas um território seja suficiente para assumir corretamente todas as dimensões de uma vida individual ou de um grupo", (Barel, 1986:131).

O território adquire a classificação de multiterritoriedade e de múltiplos territórios. O mundo pós-moderno apresenta conexão em rede por vários cantos do mundo e a sobreposição dos territórios em diferentes escalas e dimensões conforme citado por Haesbert, são fatores formam uma multiterritorialidade, que é:

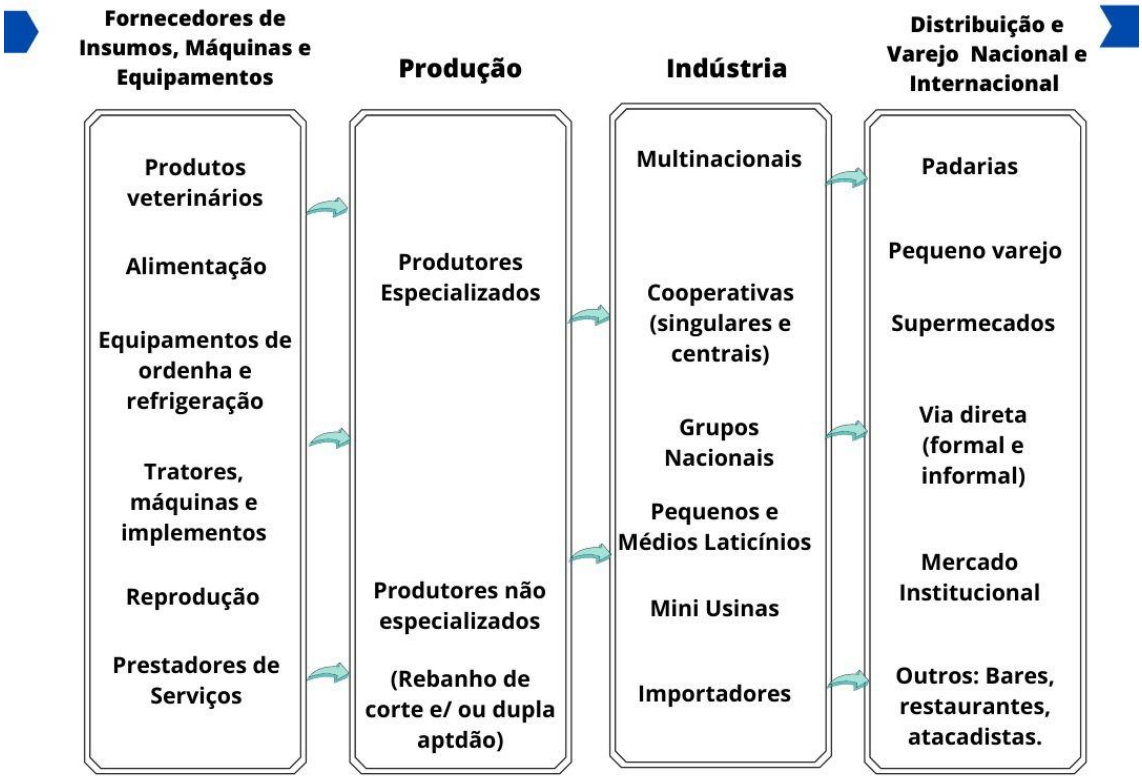
> (...) resultante do domínio de um novo tipo de território, o território-rede em sentido estrito (...). Aqui, a perspectiva euclidiana de um espaço-superfície contínuo praticamente sucumbe à descontinuidade, à fragmentação e à simultaneidade de territórios que não podemos mais distinguir claramente onde começam e onde terminam ou, ainda, onde irão "eclodir", pois formações rizomáticas também são possíveis. (...) (Haesbaert, 2004 :348)

Dessa forma, a modernização com o alcance a diferentes escalas espaciais permite a ativação de múltiplos territórios e identidades sociais. Assim, a multiterritorialidade pode ter diferentes graus, podemos usar como um exemplo o papel da internet, através da comunicação instantânea, as pessoas podem trabalhar sem sair de casa, sem haver mobilidade física, pode produzir uma multiterritorialidade virtual. Havendo articulação de território-rede e conexões. E "a territorialidade é o acontecer de todas atividades cotidianas, seja no espaço social, político, religioso, cultural e ambiental" (SAQUET, 2007, p.129).

A cadeia produtiva circunscrita nesses espaços territorializados permite a visualização de todo o processo produtivo, vez que se trata de um sistema formado por um conjunto de setores econômicos que estabelecem entre si relações de compra e venda. É um conjunto de etapas consecutivas pelos quais passam e vão sendo transformados e transferidos os diversos insumos (PROCHNIK; HAGUENAUER, 2002).

A figura 2 (ver abaixo) representa o Sistema Agroindustrial do Leite (SAG) o qual, contempla a ideia de organização sistêmica que coordena parte das cadeias produtivas agroalimentares e compreende um conjunto de agentes econômicos, posicionados sequencialmente antes, dentro e depois da porteira (Ribeiro, et al., 2022).

Figura 2 – Representação do sistema agroindustrial do leite no Brasil



Fonte: GALAN, in CANZIANI, apud Viana e Ferras, (2007)

As cadeias resultam da crescente divisão do trabalho e da interdependência dos agentes econômicos e pode se configurar em diferentes tipos: Cadeia produtiva, Cadeia empresarial, Cadeias produtivas setoriais, entre outras. A cadeia produtiva pode ser compreendida como "uma sucessão de operações de transformação dissociáveis, capazes de ser separadas e ligadas entre si por um encadeamento técnico" (BATALHA, 2007, p. 6).

Os autores Viana e Ferras (2007) afirmam que o desenvolvimento da cadeia produtiva de leite no Brasil se iniciou na década de 1929, através da substituição das importações. Na década de 1940, várias cooperativas e empresas experimentavam as intervenções do governo em prol dessa produção. Em seguida, houve mais transformações nesse seguimento com a construção de estradas, instalação das indústria de equipamentos, inovação nas embalagens e a presença de multinacionais, que demarcaram e desenvolveram a cadeia produtiva do leite, tornando-a mais complexa. Os grandes avanços na industrialização se deram na década de 1990 com a abertura do mercado e o sistema cada vez mais competitivo e a inserção de tecnologia no processo produtivo.

Canziani (2003) afirma que a inovação das embalagens tetra park influenciou significativamente o aumento do consumo do produto, por proporcionar um período maior de validade do leite. O autor afirma ainda, que a produção de leite no Brasil agrega correlação entre os produtores altamente tecnificados e os produtores não tecnificados, mas que o ritmo do mercado exige modernização ao segmento produtivo. Deste modo, as pequenas propriedades têm adentrado aos circuitos produtivos com uso de tecnologias, via inseminação e mecanização da ordenha.

Na estrutura de mercado, a comercialização do leite, no que tange a relação entre compradores e vendedores, está inserida na estrutura de mercado chamada Oligopsônio, pois indica grande quantidade de produto e uma restrita proporção de compradores (VIANA, G.; FERRAS, R.P.R. 2007). De acordo com Vasconcellos,

> Oligopsônio é o mercado em que há poucos compradores negociando com muitos vendedores. Por exemplo a indústria de laticínios, em cada cidade existem dois ou três laticínios que adquirem a maior parte do leite dos inúmeros produtores rurais locais (VASCONCELLOS, 2006, p. 230).

Nessa condição de estrutura, o preço do leite é influenciado pela indústria. É esta que determina, já que a concorrência de compradores é limitada, o preço do produto. O referido aspecto se torna uma das principais dificuldades e desafios enfrentados na cadeia de comercialização do leite. As cooperativas teriam um papel fundamental para os pequenos agricultores poderem se organizar a vender sua produção por um preço mais justo.

No conjunto apresentado, o agricultor familiar, enquanto categoria social institucionalizada, tem buscado se qualificar na atividade produtiva do leite, mesmo com poucos recursos. Falta a esses produtores acesso a políticas públicas, como formas creditícias especificas, que contribuam para o crescimento e manutenção de suas práticas no campo.

O mercado é competitivo, os grandes produtores tendem a ter mais vantagens sobre os pequenos em termos até de valores do seu produto. Por isso é importante a presença da organização social, que os pequenos se unam a cooperativas e não fiquem reféns de chantagens das agroindústrias e atravessadores que determinam os preços.

É sabido que o espaço rural passa por modificações significativas e, além de espaço produtivo, é também lugar de vida e interação social. As discussões sobre a importância das relações sociais no meio rural são discussões consolidadas na literatura, especialmente no ramo da sociologia.

Nesta condição, o Capital Social está relacionado às possibilidades de sua inclusão em processos de desenvolvimento. É nesse segmento que a abordagem do capital social será

direcionada para a agricultura familiar, por medir seu nível de organização e por identificar fatores que contribuem para o fortalecimento e cooperação das organizações.

O capital social trabalha com dimensões intangíveis: participação, confiança, ajuda mútua, associativismo e solidarismo e também ajuda a construir outros capitais. De acordo com Putnam (1993), o envolvimento individual em atividades coletivas e a construção de redes recíprocas possibilitam o fortalecimento da democracia, e, posteriormente, o desenvolvimento local.

Segundo Bourdieu (1986), o conjunto de relações e redes de ajuda mútua pode ser mobilizado efetivamente para beneficiar o indivíduo ou sua classe social. Assim, o capital social está associado às redes sociais, cooperativismo, e atua na melhoria da condição de vida da comunidade.

Dessa forma, quanto mais próximas forem as relações sociais, econômicas e políticas, maior será seu capital social, por sinal, contribui para aumentar a eficiência da comunidade. Assim podemos afirmar que relação de bom desempenho institucional junto à comunidade pode levar o desenvolvimento a uma determinada região, ou seja, passa a ser um pré-requisito para o desenvolvimento e facilita a implementação de políticas públicas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No alto sertão sergipano, a produção de leite está conectada à inserção da cadeia produtiva do milho e as melhorias técnico-produtivas na promoção da silagem para alimentar o gado bovino. As condições climáticas dessa região são definidas como “semiárido brando e mediano com seis a oito meses secos, as chuvas geralmente se iniciam em abril, com períodos secundários em julho” (ARAÚJO, 2012, p.26).

Essa condição apresenta-se como uma dificuldade a condição produtiva, além de promover o encarecimento no processo produtivo. De acordo com os relatos dos entrevistados, visualizou um aumento significativo nos períodos de secas na região, que por consequência gerou aumento no valor da produção, decorridos do investimento na alimentação animal. Oliveira (2007), afirma que, mesmo com a presença da seca, os agricultores buscam alternativas para desenvolver a pecuária leiteira e as culturas agrícolas, além de utilizarem técnicas para garantir a produtividade da palma e milho, alimento do gado.

Neste quesito, condicionantes esclarecem o domínio do Alto Sertão na produção leiteira em Sergipe: presença de mercado, agroindústria local que gera a logística, os caminhões para pegar o produto, o acesso à tecnologia, que melhorou significativamente em termos de

qualidade e quantidade, higiene, vacinação do animal. Um outro fator é a condição cultural, produzir leite nas regiões do semiárido, com períodos de escassez de água, é contraditório, mas o sertanejo cria vaca, produz leite, como também seus derivados lácteos, para seu consumo e para venda local, garantindo rentabilidade na unidade produtiva.

Para Rodrigues (2015), a pecuária leiteira se apresenta como uma estratégia para a sustentabilidade do agricultor familiar, criando uma nova forma de renda semanal, com a comercialização de leite e queijo. Dessa forma, essa atividade fomenta renda e desenvolve as localidades, trazendo uma nova dinâmica ao comércio onde a atividade produtiva se desenvolve, atrai novos serviços e oferta de produtos nas cidades, dinamizando a relação entre o urbano e rural.

Essas relações ficam mais próximas e complexas. O mercado se modifica de acordo com a atividade produtiva, oferece equipamentos e insumos; ao passo que a presença da agroindústria imprime novas relações entre o produtor de leite e toda a cadeia produtiva.

O agricultor familiar tem buscado se qualificar nessa atividade, mesmo com poucos recursos, busca meios para continuar sua produção e vendê-la, através de acesso a crédito por meio de políticas públicas para agricultura familiar.

Nos trabalhos de campo, observamos a dinâmica produtiva da atividade leiteira, as dificuldades relatadas pelos produtores e as mudanças que vem ocorrendo na bacia leiteira. A reestruturação produtiva tem dificultado a permanência e estabilidade do pequeno produtor no ramo, uma das grandes dificuldades enfrentadas pelos produtores resulta na baixa margem de lucro em função dos altos custos de produção.

Os pequenos agricultores não se organizam em coopertativa, poucos recebem assistência técnica, e de acordo com os dados do trabalho de campo, existe uma cooperativa de médio a grandes produtores da região, é importante investigar os fatores que expliquem a ausência dos pequenos em associações e cooperativas.

A atividade leiteira, dinamiza a região, principalmente, no municipio de Nossa Senhora da Glória, que concentra agroindústrias e fabriquetas de queijo. Segundo Martins (2004), o leite é portanto, insumo para diferentes atividades produtivas. O leite do Alto sertão é considerado o ouro branco do sertão, que fomenta desenvolvimento dos municípios, desenvolvimento econômico e cultural.

Mesmo com todas as dificuldades enfrentadas pelos pequenos produtores, a pecuária leiteira garante renda durante todo o ano, o que viabiliza a reprodução social e permanência do homem no campo, assim, a renda do pequeno produtor é utilizada para cobrir as desepesas da família.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pecuária leiteira no Alto Sertão de Sergipe tem trazido mudanças significativas para a economia local, gerando renda diária e sendo um incentivo para a permanência desse agricultor no campo. Contudo, falta organização social e cooperação entre os produtores de leite, fato que fragiliza o agricultor familiar em termos de força para definir preços. A necessidade de fortalecimento das organizações sociais junto à cadeia produtiva do leite, tem uma relação significativa para o alcance de melhorias socioeconômicas junto aos agricultores familiares e o meio rural sertanejo de Sergipe, também torna-se necessário mais investimentos e políticas públicas para viabilizar condições melhores para o pequeno produtor continuar com a pecuária leiteira.

O presente trabalho é parte-resultado de uma tese de doutorado em construção, que analisa a cadeia produtiva e comercial do leite e busca discutir o futuro do leite em Sergipe, as perspectivas da agricultura familiar, ao tempo que valida as contradições impostas pelo modelo de agronegócio que avança no espaço rural e os desdobramentos para a permanência e sobrevivência dos pequenos produtores nesse cenário.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, H. M. de. Clima e Condições meteorológicas. SMANTOS, V. M. dos. Geografia de Sergipe. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, CESAD, 2012.

BATALHA, Mário Otávio. Gestão agroindustrial. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007

BOURDIEU, P. O capital social – notas provisórias. In: CATANI, A. &

NOGUEIRA, M. A. (Orgs.) **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CANZIANI, J. Programa empreendedor rural: cadeias agroindustriais. Curitiba: SenarPR, 2003.

CARVALHO**.** D. M.; ALCANTARA. F. V.; COSTA. J. E. (organizadores). **Contextos do Espaço Rural no Nordeste** – São Cristóvão: Editora UFS, 2014.

HAESBEART, R. 1994. O mito da desterritorialização e as “regiões-rede”. **Anais** do V Congresso Brasileiro de Geografia. Curitiba: AGB, pp. 206-214.

MENEZES, S. S. M. **A Força dos Laços de Proximidade na Tradição e Inovação no/do Território das Fabriquetas de Queijo Sergipano**. Tese. (Doutorado em Geografia) NPGEO/UFS. Aracaju, 2009.

MARION FILHO, P. J.; MATTE, V. A. Mudanças institucionais e reestruturação na indústria brasileira de laticínios (1990-2000). **Economia e Desenvolvimento**, *[S. l.]*, n. 18, 2006. DOI: 10.5902/141465093472. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/eed/article/view/3472. Acesso em: 5 maio. 2023.

OLIVEIRA, T. M. B. F. de**. Dinâmica da produção e comercialização dos produtos lácteos de Nossa Senhora da Glória, Semiárido sergipano.** (Dissertação de mestrado). São Cristóvão, 2007.

PROCHNIK, V.; HAGUENAUER, L. **Cadeias produtivas e oportunidades de investimento no Nordeste Brasileiro.** Análise Econômica. Ano 18, n. 33, março, 2000 - Porto Alegre Faculdade de Ciências Econômicas, UFRGS, 2000.

PUTNAN, R. 1993.**Comunidade e democracia:** a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: FGV.

RIBEIRO, E. C. B. et al. *Sistema agroindustrial do leite no Maranhão: uma análise prototípica. Revista de Economia e Sociologia Rural*. 2022; 60 (4): e 240763. https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.240762 Disponível em: https://www.scielo.br/j/resr/a/3qKmcwxJM38WZ7qkCcMkwwf/# acesso em: 05 dezembro, 2023.

RODRIGUES, S. A. S. A **inserção da agricultura familiar na constituição da cadeia do leite no município de Nossa Senhora da Glória/SE.** (Dissertação de mestrado). São Cristóvão, 2015.

SAQUET, Marcos. Abordagens e concepções de território. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SCHNEIDER, S. **Pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre, 2 ed., Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

VIANA, G., FERRAS, P. R. A Cadeia Produtiva do Leite: um estudo sobre a organização da cadeia e sua importância para o desenvolvimento regional. **Revista Capital Científico,** Guarapuava, v.5, n.1, jan./dez. 2007.

DINÂMICAS SOCIOESPACIAIS DA EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO DA SOJA NO ALTO GUAPORÉ, SUDOESTE DO ESTADO DE MATO GROSSO[1]

ALMEIDA, P. D. C. [2]

CLEPS JUNIOR, J. [3]

RESUMO

A realização da pesquisa justifica-se por conta das metamorfoses socioespaciais recentes relacionadas a expansão do agronegócio da soja, no Vale do Guaporé, sudoeste do estado de Mato Grosso. O objetivo geral dela é compreender as dinâmicas socioespaciais produzidas pela expansão do agronegócio da soja no recorte espacial citado, de 2005 a 2021. Para a execução serão adotados como procedimentos metodológicos a busca de dados secundários, por meio de levantamento bibliográfico em livros, artigos científicos, mídia eletrônica, relatórios, anuários estatísticos e banco de dados: Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA); Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE); Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED); Instituto Mato-Grossense de Economia Agropecuária (IMEA); SojaMaps: plataforma de Monitoramento de Áreas de Soja por Meio de Imagens de Satélite; DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra; Plataforma TerraBrasilis (PRODES Desmatamento); Relatórios de análise do mercado de terras produzidos pela FNP Consultoria e, por fim, relatórios de mercado de ações da B3. O levantamento das informações primárias será realizado mediante a aplicação de entrevistas semiestruturadas junto a lideranças que se relacionam com a pesquisa, particularmente, àqueles vinculados às instituições públicas e representativas dos seis municípios inseridos no Alto Guaporé. Aponta-se que a área de soja cultivada na área de estudo, saiu de 53.530 hectares em 2005, para 116.126 hectares em 2015 e alcançou 197.382 hectares em 2021, conforme dados do IBGE (2022).

Palavras-chave: desenvolvimento desigual; agronegócio da soja: uso do território; contradição; Alto Guaporé mato-grossense.

RESUMEN

La realización de la investigación se justifica debido a las recientes metamorfosis socioespaciales relacionadas con la expansión del agronegocio de la soja, en el Valle de Guaporé, al suroeste del estado de Mato Grosso. Su objetivo general es comprender la dinámica socioespacial producida por la expansión del agronegocio sojero en el área espacial mencionada, en el período de 2005 a 2021. Para su ejecución se adoptará como procedimientos metodológicos la búsqueda de datos secundarios, a través de investigaciones bibliográficas en libros, artículos científicos, medios electrónicos, informes, anuarios estadísticos y base de datos: Sistema Automático de Recuperación del IBGE (SIDRA); Instituto

---

[1] Pesquisa de doutoramento em fase inicial de execução, sem a possibilidade, por ora, do delineamento de resultados e, consequentemente, discussões acerca deles. No item "Desenvolvimento (Resultados e Discussão)" optou-se por apresentar as hipóteses da pesquisa.

[2] Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO); Universidade Federal de Uberlândia (UFU); Linha de Pesquisa Dinâmicas Territoriais; e-mail: paulo.curti@ifmt.edu.br

[3] Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO); Universidade Federal de Uberlândia (UFU); coordenador do Laboratório de Geografia Agrária-LAGEA; e-mail: jcleps@ufu.br

Nacional de Colonización y Reforma Agraria (INCRA); Fundación Instituto de Investigaciones Económicas Aplicadas (IPEA); Departamento Intersindical de Estadística y Estudios Socioeconómicos (DIEESE); Registro General de Personas Ocupadas y Desocupadas (CAGED); Instituto Mato-Grossense de Economía Agrícola (IMEA); SojaMaps: Plataforma de Monitoreo del Área de Soja mediante Imágenes Satelitales; DATALUTA – Base de datos de Lucha por la Tierra; Plataforma TerraBrasilis (PRODES Dematamento); Informes de análisis del mercado de suelo elaborados por FNP Consultoria y, finalmente, informes del mercado de valores de B3. La recolección de información primaria se realizará mediante la aplicación de entrevistas semiestructuradas a líderes relacionados con la investigación, particularmente vinculados a instituciones públicas y representantes de los seis municipios ubicados en el Alto Guaporé. Cabe señalar que el área de soja cultivada en el área de estudio pasó de 53.530 hectáreas en 2005 a 116.126 hectáreas en 2015 y alcanzó 197.382 hectáreas en 2021, según datos del IBGE (2022).
Palavras-clave: desarrollo desigual; agronegocio de la soja: uso del territorio; contradicción; Alto Guaporé Mato Grosso.

Introdução

A ciência geográfica tem como pressuposto principal observar as interações entre a sociedade e a natureza. A primeira como indutora de ações e intenções sobre a segunda, sendo essa, o palco que enseja a nossa perpetuação como espécie. Essa afirmação ganha notoriedade, pois "o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá" (SANTOS, 2008, p. 63). Assim, a ampliação das escalas geográficas das grandes corporações empresariais do agronegócio global/nacional, somadas às ações estatais, coloca-as como um agente socioeconômico de constante e decisiva intervenção no processo de produção do espaço geográfico e, notoriamente, no espaço mato-grossense, visto que ele tem sido palco de atuação de conglomerados empresariais do agronegócio da soja e da atuação do aparato estatal, de forma mais intensa, a partir da década de 1980.

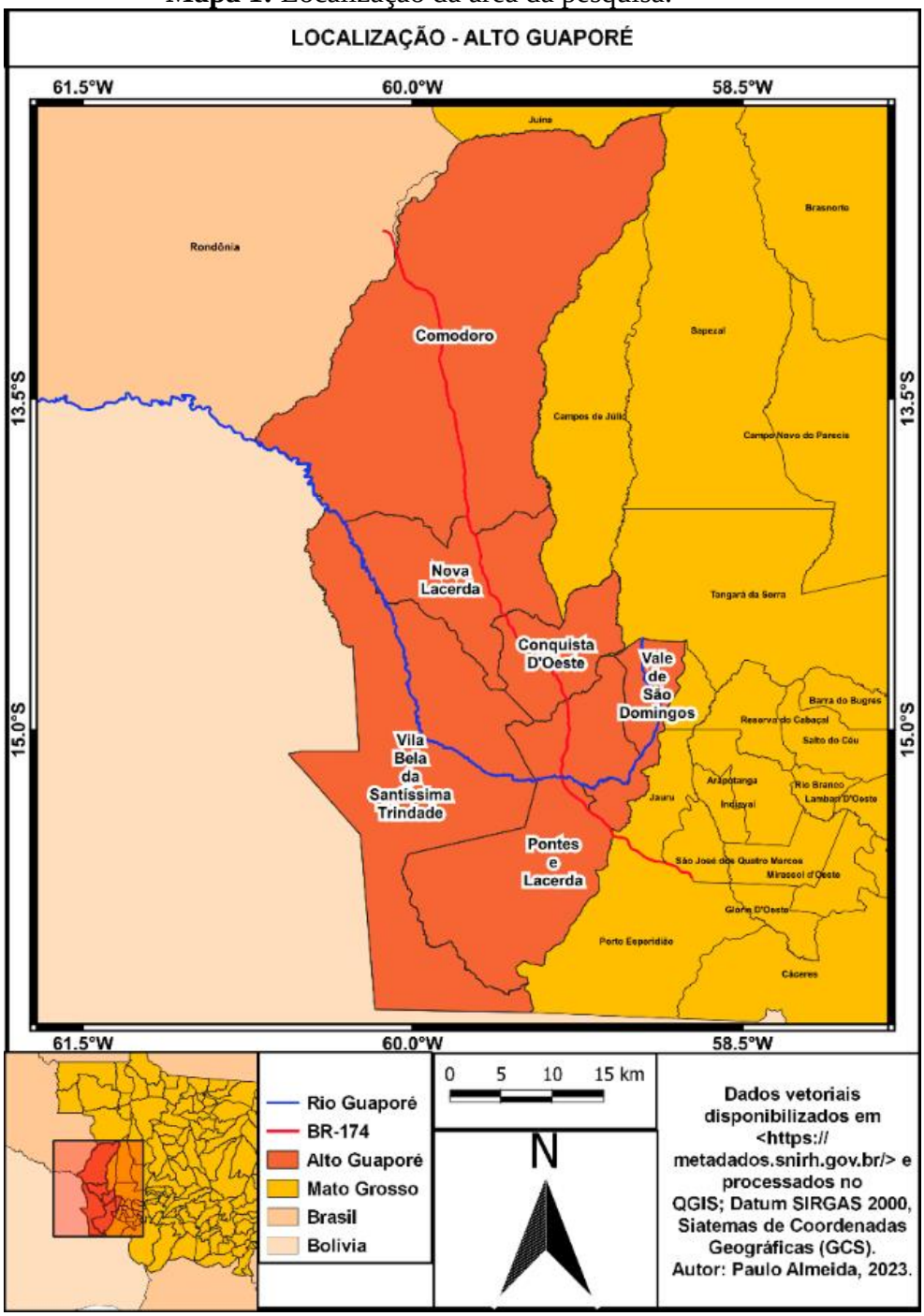
Destaca-se que a sojicultura era realizada, grosso modo, na região Sul e no estado de São Paulo. Segundo Moreno (2005), a soja começou a ser cultivada em Mato Grosso, comercialmente, no final da década de 1970, na região Sudeste do estado e posteriormente foi se expandindo por outras áreas do bioma Cerrado, graças aos incentivos fiscais vinculados aos programas de desenvolvimento regional.

Mais recentemente, denota-se novos arranjos espaciais-econômicos na cadeia da soja, visto que "cidades como Pontes e Lacerda-MT, cuja base econômica está ligada ao extrativismo vegetal, pecuária e comércio, tem no plantio da soja a perspectiva de crescimento econômico com a introdução dessa oleaginosa" (SOUZA, 2014, p. 14).

Justifica-se a realização da pesquisa devido as metamorfoses espaciais recentes relacionadas a expansão da sojicultura, no Alto Guaporé mato-grossense (municípios de

Comodoro, Conquista d'Oeste, Nova Lacerda, Pontes e Lacerda, Vale de São Domingos e Vila Bela da Santíssima Trindade), ou seja, estudar as ações e os atores que gesta(ra)m o agronegócio da soja e como todo o processo tem-se configurado frente a ampliação da demanda da soja de forma multiescalar e consequentemente da "abertura/uso de novas áreas" para a sustentação desse processo (observar mapa 1 e tabela 1).

Mapa 1: Localização da área da pesquisa.



Fonte: dados vetoriais disponíveis em https://metadados.snirh.gov.br/.
Organização: autores, 2023.

Tabela 1: área sojífera cultivada (hectares): 2005, 2010, 2015, 2020, 2021 e 2022.

Unidade Territorial	**2005**	**2010**	**2015**	**2020**	**2021**	**2022**
Comodoro	40.000	40.760	65.000	82.000	83.080	168.895
Conquista D'Oeste	1.640	-	2.807	6.968	8.249	15.651
Nova Lacerda	1.360	4.000	14.000	26.990	31.527	48.661
Pontes e Lacerda	4.950	6.500	14.120	24.980	31.171	59.024
Vila Bela da Ss. Trindade	4.450	7.400	15.699	34.100	38.513	73.270
Vale de São Domingos*	1.130	1.200	4.500	4.116*	4.842*	6.437
Total	53.500	59.860	116.126	179.154	197.382	371.938

Fonte: https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/1612#, acesso em 14. nov. 2023. Organização: autores, 2023.
* Fonte: GAAF-Sojamaps - Monitoramento de Áreas de Soja por Meio de Imagens de Satélite, disponível em https://pesquisa.unemat.br/gaaf, acesso em 02. dez. 2022. Organizada pelos autores, 2023.

O objetivo geral da pesquisa é compreender as dinâmicas socioespaciais produzidas pela expansão do agronegócio da soja no Alto Guaporé, sudoeste do estado de Mato Grosso, de 2005 a 2021, e os específicos são: 1 compreender as estratégias de inserção e atuação das corporações do agronegócio, dos agentes políticos vinculados e o comportamento dos sujeitos sociais frente à expansão da sojicultura; 2 analisar a expansão dos cultivos de soja na área de estudo diagnosticando os impactos na alteração do uso da terra no período 2005 a 2021; 3 avaliar os mecanismos de alteração na estrutura fundiária regional e seus possíveis efeitos, tais como a valorização, grilagem e/ou estrangeirização de terras; 4 avaliar os conflitos junto aos grupos sociais tradicionais (povos indígenas, remanescentes de quilombos e assentados da reforma agrárias) decorrentes da expansão da "agricultura moderna" e 5 analisar correlações entre a expansão da soja e aumento nas taxas de desmatamento.

Metodologia

Para o desenvolvimento da pesquisa, é necessário seguir alguns pressupostos na busca de dar legitimidade ao fenômeno estudado. Desta forma, para a execução desta pesquisa serão adotados como procedimentos na busca de dados secundários, por levantamento bibliográfico em livros, artigos científicos, jornais, relatórios, anuários estatísticos e banco de dados (físicos, digitais e eletrônicos), visando obter informações sobre os aspectos socioeconômicos da área de estudo e de interesse à pesquisa em questão.

Também serão realizados estudos exploratórios, visitas *in loco*, entrevistas e registros fotográficos. Conforme Triviños (1987), os estudos exploratórios proporcionam ao investigador aumentar sua experiência em torno de determinado problema e que eles podem servir para levantar possíveis problemas da pesquisa e encontrar os elementos necessários que lhe permita, em contato com determinada população, obter os resultados que se deseja.

No que diz respeito as entrevistas, elas serão utilizadas para contemplar cenários em relação à prática da sojicultura no Alto Guaporé. Julga-se que elas serão de grande valia no decorrer da pesquisa e, para isso, serão realizadas entrevistas semiestruturadas. Richardson et al. (1999, p. 209) afirmam que o objetivo da entrevista semiestruturada é "conhecer a opinião do entrevistado e explorar suas atividades e motivações".

Para a análise dos dados coletados será adotada a abordagem qualitativa. Para Goldenberg (2005), os dados qualitativos consistem em descrições detalhadas de situações para compreender os indivíduos em seus próprios termos, não sendo padronizáveis como os dados quantitativos.

Estes procedimentos que serão utilizados fornecerão subsídios, para que os objetivos da pesquisa sejam alcançados. Reforça-se que eventuais correções metodológicas e ajustes nos procedimentos de coleta e tratamento de dados serão indispensáveis para atender situações que não foram estipuladas no decorrer da elaboração deste projeto de pesquisa.

Inicialmente, produzir-se-á um referencial bibliográfico acerca da temática proposta e, em seguida, elaborar-se-á os amparos teóricos cuja construção será oxigenada pelas possibilidades de interpretação geográfica acerca das práticas espaciais das corporações do agronegócio da soja e sobre as relações mantidas entre as políticas de ordenamento territorial promovidas pelo Estado, como substrato às práticas de manutenção e o alargamento dos processos de acumulação de capital.

A sistematização dos dados e das informações de forma eletrônica, no decorrer da pesquisa, serão os subsídios para a confecção dos mapeamentos subsequentes, que deverão tornar a evolução do fenômeno a ser pesquisado inteligível, assim como as suas interações espaciais e as práticas de gestão territorial. Para tanto, serão utilizadas as seguintes fontes, observando-se que outras poderão ser acrescidas ao longo da realização da pesquisa:

1) Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA); Produção Agrícola Municipal-PAM (2005 a 2021); Pesquisa da Pecuária Municipal-PPM (2005 a 2021); Produto Interno Bruto dos Municípios-PIBM (2005 a 2021); Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual-PNADC/A (2016 a 2021 e Censos Agropecuários (1996, 2007 e 2017).

2) Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA): base de dados fundiários com vistas a compreensão do comportamento da estrutura fundiária do Alto Guaporé.
3) Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA): através do Ipeadata será utilizada a base de dados econômicos e financeiros e a séries estatísticas da economia relacionadas a área de estudo. Também servirão de suporte os bancos de dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) e o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED).
4) Instituto Mato-Grossense de Economia Agropecuária (IMEA): uso dos dados dos estudos e projetos socioeconômicos e ambientais realizados referentes ao território mato-grossense e de interesse à pesquisa.
5) SojaMaps: plataforma de Monitoramento de Áreas de Soja por Meio de Imagens de Satélite alimentada pelo grupo de pesquisa Geotecnologia Aplicada em Agricultura e Floresta (GAAF) da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat), *campus* Sinop. Ela disponibiliza dados da área de soja plantada nos municípios mato-grossenses da safra 2015/2016 a 2021/2022.
6) DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra: recurso que trata sobre ocupações de terra, assentamentos rurais, movimentos socioterritoriais e estrutura fundiária, de forma multiescalar. Seu emprego terá validade para fundamentar as fragilidades territoriais dos grupos sociais no Alto Guaporé diante da expansão da soja.
7) Plataforma TerraBrasilis (PRODES Desmatamento): desenvolvida pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e disponibiliza dados de monitoramento ambiental de diversas referências territoriais do território brasileiro. Serão utilizados dados de desmatamento que compreendem o recorte temporal 2008 a 2021.
8) Relatórios de análise do mercado de terras produzidos pela FNP Consultoria: dados de variação anual do preço de terras.
9) Relatórios de mercado de ações da B3: verificação da ocorrência de grupos empresariais de capital aberto ligados à terra e atuantes na área de estudo.

O levantamento das informações primárias será realizado mediante a aplicação de entrevistas semiestruturadas e de contatos junto aos atores sociais e políticos que se relacionam com a pesquisa, particularmente, àqueles vinculados às instituições públicas dos seis municípios inseridos no Alto Guaporé e às atividades econômicas do contexto horizontal (como sindicatos rurais e outras associações de representação da atividade agropecuária), além de visitas às propriedades rurais que praticam a sojicultura.

Junto aos sujeitos elencados e do uso do recurso das entrevistas, objetiva-se entender às estratégias e às práticas dos agentes econômicos, à estrutura interna dos negócios, às interações

intrarregionais e extrarregionais mantidas por esses agentes (a dimensão espacial das atividades econômicas) e às práticas dos empreendedores locais. Projeta-se a configuração apontada a seguir:

1) Agentes públicos: em cada um dos seis municípios da área de estudo será utilizada entrevista no intuito de apreender a percepção estatal em relação ao fenômeno estudado. A ação será desenvolvida junto àquela secretaria municipal que se aproximar de forma mais direta com os objetivos da pesquisa (Secretaria Municipal de Agricultura ou, na inexistência, outro que mais adequadamente representar o setor agrícola em cada um dos seis municípios).

2) Sindicatos rurais e outras associações de representação: também será utilizada entrevista, no intuito de apreender a percepção social, espacial, ambiental e política em relação ao fenômeno estudado. Tal ação será desenvolvida junto, pelo menos, em uma instituição reconhecida formalmente e inserida nos municípios da área de estudo.

3) Estabelecimentos rurais: será buscada a realização de trabalhos de campo nas unidades que realizam a sojicultura, onde serão aplicadas entrevistas e a realização de registro fotográfico das atividades desenvolvidas dentro dos seus espaços. Tal ação será desenvolvida em pelo menos uma unidade produtiva inserida em cada um dos municípios da área de estudo.

4) Grupos sociais: no processo dialético de investigação que será adotado, sucederá, por meio de visitas *in loco*, a averiguação das implicações socioterritoriais para os diversos grupos sociais territorializados (quilombolas, povos indígenas, assentados rurais, agricultores familiares e outros) na área de estudo, valendo-se de técnicas como: entrevistas, registro fotográfico e mapeamentos.

A partir do levantamento dos dados primários e secundários apontados anteriormente, seguir-se-á para a tabulação, a sistematização e a análise desses dados e informações e também a elaboração de material representativo, dentre os quais mapeamentos temáticos e a organização de tabelas, quadros e gráficos, além de material fotográfico. Por fim, seguir-se-á a elaboração da redação preliminar, seguida da redação final da tese.

Referencial Teórico

Com a compressão espaço-tempo (HARVEY, 2005a) ou a aceleração contemporânea (SANTOS; SILVEIRA, 2001), o campo tem-se apresentado com um espaço livre de rugosidades (SANTOS, 2006b) e, por isso, possuidor de uma flexibilidade muito superior à apresentada pelas cidades e, assim sendo, como local preferencial da expansão capitalista industrial/financeira.

A partir dos apontamentos desses conceitos-base para a ciência geográfica, observa-se que eles espelham a sociedade humana de forma muita intensa a partir da segunda metade do século XX e vinculando-se nitidamente a uma nova fase da globalização. Conforme Seabra, Carvalho e Leite (2000), ela revaloriza os lugares e esses, segundo o que podem oferecer às empresas, potencializam a globalização na forma em que está aí, favorecendo a competitividade. Lencioni pontua que

> [..] esse mundo globalizado, do ponto de vista da circulação, expressa-se na interpenetração de mercado em escalas jamais vistas e, do ponto de vista da produção, na incorporação de novas tecnologias e no desenvolvimento do processo produtivo das empresas numa escala cada vez mais planetária. Nessa dinâmica, a tensão entre o global, o regional e o local se recompõem e redimensionam o Estado nacional. Como decorrência, há uma tensão entre as empresas que atuam numa escala mundial ou, mesmo numa escala regional supranacional [...]; e aquelas que atuam numa escala menor, seja ela regional, [...], ou local (2003, p. 190).

Para Santos (2008, p. 304) "com a globalização, a especialização agrícola baseada na ciência e na técnica inclui o campo modernizado em uma lógica competitiva que acelera a entrada da racionalidade em todos os aspectos da atividade produtiva". Daí que a teoria miltoniana compreende o atual estágio de produção do espaço geográfico vivenciado pela nossa sociedade, como aquele denominado de meio técnico-científico-informacional e que ele "é a cara geográfica da globalização" (idem, p. 239) onde os objetos mais proeminentes são elaborados a partir dos mandamentos da ciência e se servem de uma técnica informacional da qual lhes vem o alto coeficiente de intencionalidade com que servem às diversas etapas produtivas.

Elias (2006) anuncia que nas áreas onde se expande a agricultura científica, o meio natural e o meio técnico são rapidamente substituídos pelo meio técnico-científico-informacional, aumentando a proporção da natureza social sobre a primeira natureza. No Brasil, conforme a autora supracitada, esse quadro fez com que em pouco tempo, nosso país passasse de essencialmente agrário para uma das principais economias do mundo.

Ainda sobre o processo em curso e em relação à questão das redefinições regionais, é extremamente valioso refletir sobre a dinâmica da globalização da produção e do consumo, notadamente sobre os principais vetores da reorganização produtiva do território, que segundo Elias (2006) produzem: a descentralização industrial, a guerra fiscal/guerra dos lugares, as especializações produtivas do território e a reestruturação produtiva da agropecuária. E é nesse contexto apresentado que foi/é moldado, no campo, novas relações, culminando com a consolidação do agronegócio/*agrobusiness*.

Elias (2020) afirma que

> o agronegócio globalizado é um conjunto de atividades articuladas em rede, de forma totalmente interligada e multiescalar, e, que contempla uma série de elementos: produção agropecuária; atividades industriais de transformação, beneficiamento e modificação desta agropecuária, comumente chamadas de agroindústria; indústrias de máquinas agrícolas, agrotóxicos, produtos veterinários; serviços de pesquisa agropecuária, finanças, extensão, logística, ensino tecnológico, marketing, assistência técnica, comércio exterior; comércios de fertilizantes, sementes melhoradas, peças para irrigação; redes de supermercados; fundos de investimentos; redes de poder (tal como a poderosa bancada ruralista que atua no Congresso Nacional), entre outras (p. 4).

Elias (2021) também aponta que, apesar do uso ambíguo da palavra "agronegócio", ele passou a ser utilizado de forma corrente no Brasil há duas décadas, mas que apesar de sua pouca idade já carrega um caráter rodeado de significados, carregada de ideologias e mitos, estimulando a necessidade da apresentação de elementos de argumentação em direção a uma visão crítica em cima dele e que a própria formação da palavra deixa nítido que entre os maiores objetivos está a obtenção de lucro e renda da terra, através da produção de muitas novas mercadorias voltadas ao mercado urbano (inter)nacional de alimentos (ultra)processados, de *commodities* e de agrocombustíveis (agro + negócio), alicerçado, nos termos de Pompeia (2018), pelo processo de concertação política do agronegócio.

Destarte, no Brasil os setores econômicos vêm passando por intensa reestruturação produtiva nas últimas décadas, e a globalização da economia provocou transformações profundas também ao processo produtivo associado à agropecuária, pois segundo Arroyo (2005), as frações do território vinculadas ao mercado externo estão em permanente transformação por via da ação de empresas e instituições que operam, ou se projetam, na escala mundial com a pretensão de suprimir todo obstáculo à livre circulação de mercadorias, das informações e do dinheiro a partir de uma base material: portos, aeroportos, rodovias, ferrovias, hidrovias, armazenagens, impostos, regulamentos, acordos, leis etc., servindo a regulação dessas novas condições.

É por isso que Becker (1994) anuncia que, o aparato estatal brasileiro, durante as décadas de 1960 e 1970, sob a legitimidade do regime autoritário e do planejamento territorial via intervenção estatal, ocorreu, no Brasil, um esforço extraordinário para a reestruturação dos padrões de acumulação, baseados, a partir daí, no controle do espaço e do tempo pelos ditames da ciência e da tecnologia e Inocêncio; Calaça (2010) confirmam que, como composição política, o Estado renova-se em situações diversas para acompanhar a evolução socioeconômica e política da civilização e conserva o seu caráter universal e sua principal característica, a concentração de poder, independentemente dos seus elementos determinantes.

Na linha das ações desenvolvimentistas propaladas pelo estado autoritário brasileiro sustentadas por planos, programas e projetos, Martins (1997) proclama que os militares discursavam sobre a "ocupação dos espaços vazios" daquilo que territorialmente titula-se Amazônia Legal, embora esse recorte espacial estivesse e está ocupado por dezenas de tribos indígenas e ocupada também, ainda que dispersamente, por uma população camponesa já presente na área desde o século XVIII, pelo menos, denotando claramente a intenção estatal atrelada ao grande capital (inter)nacional de cunho rentista, Cleps Junior (1998, p. 124) pronuncia que "a concepção de 'espaços vazios' no território brasileiro não é original ao cerrado brasileiro, mas também serviu muito de argumento para a exploração 'racional' da Amazônia, desde os anos 60" e que Kopenawa; Albert (2015, p. 253), ao reportarem contextos da territorialização do grupo yanomami no norte do Brasil questionam essa visão, pois, "esta terra nunca foi vazia no passado e não está vazia agora!" e que a sustentação do discurso estadista de que aquela(s) terra(s) estava(m) vazia(s) é/era, na verdade, para se apoderar dela(s). Enfatiza-se que, sobre povos os territórios dos povos indígenas, segundo a organização não governamental Repórter Brasil (2010), Mato Grosso comporta o maior número de etnias indígenas em nosso País e que, no recorte espacial da pesquisa, existe um sem número de Terras Indígenas (TI) delimitadas.

A dualidade apresentada é vislumbrada dentro do modelo hegemônico percebido atualmente, pois Harvey (2000b, p. 55) afirma que "a paisagem criada pelo capitalismo também é vista como lugar da contradição e da tensão, e não como expressão do equilíbrio harmonioso" e que "o capitalismo constitui uma força em revolução permanente, varrendo todas as formas de vida mais antigas, desatrelando recursos imensos para expandir a produtividade do trabalho social". Resume-se esse contexto associando-o aquilo que Kurz (2002) denomina de modernidade autodevoradora, pois, na percepção dele, a economia moderna é totalitária e desperta um interesse total sobre o mundo natural e social. Por isso, tudo o que não está submetido e assimilado à sua lógica própria lhe é uma espinha na goela e não deve haver nada mais sob o céu que seja gratuito e exista por natureza. Nessa lógica, Fernandes (2004) traz à cena a noção de conflitualidade. Para ele, trata-se de um processo constante alimentado pelas contradições do capitalismo e o movimento dela é paradoxal, pois, promove, concomitantemente, a territorialização/desterritorialização/reterritorialização de diferentes relações sociais.

Bernardes (2006) aponta que, sustentados pelos processos de desterritorialização e reterritorialização em Mato Grosso, os agentes hegemônicos locais introduzem inovações que desestruturam forças produtivas anteriores, promovendo um processo de mudança estrutural na

organização do espaço, em um cenário no qual as "novas" empresas desorganizam os territórios consolidados a fim de reorganizá-los para si, atendendo às suas novas necessidades e que

> nesse sentido, a desigualdade espacial se vincula à divisão do trabalho, a qual é um meio para articular as relações sociais, sendo esse mecanismo social utilizado de forma distinta em sua adaptação a cada momento histórico e em sua articulação social do espaço. Assim sendo, uma característica marcante do capitalismo e seu desenvolvimento desigual no tempo e sua concretização desigual no espaço, constituindo esses aspectos elementos inseparáveis da dinâmica do desenvolvimento capitalista (BERNARDES, 2006, p. 23).

Por conta das novas dinâmicas de interesse do grande capital nas áreas da "agricultura moderna", um dos fenômenos assistidos é a metamorfose da estrutura fundiária que caminha para a ampliação da histórica concentração fundiária em nosso País. Um sem-número de estudos busca dar conta dos desdobramentos dessa conjuntura. Peixinho (2006, p. 173) sublinha que "a estrutura fundiária, nas áreas de cultivo de soja, tende a concentração, pois o modelo socioeconômico, baseado no patrimonialismo busca constantemente a concentração", Costa; Rosseto (2019, p. 8) certificam que "é possível observar que o processo de formação da estrutura agrária brasileira e mato-grossense priorizou a grande lavoura, reservando ao campesinato uma posição subordinada e periférica" e Salim (1986) enumera as consequências sociais prováveis, por conta da "variante modernizadora" gestada no campo brasileiro: a ampliação da concentração fundiária, a expropriação de pequenos produtores, a diminuição substancial de ocupações mais estáveis e a elevação da sazonalidade do trabalho.

Também Santos (2003, p. 175) explica que "devido às exigências da tecnologia, durante o atual período histórico, o aparato produtivo está se concentrando cada vez mais nas mãos de poucos e em um número limitado de pontos no espaço" e Martins (2002, p. 201) conclui que "o latifúndio não está interessado em terra, mas em renda da terra". Destaca-se que o Índice de Gini da distribuição da propriedade da terra de 2017 para os municípios englobados no recorte espacial da pesquisa variou de 0,8501 a 0,9884, exclusive o de Vale de São Domingos (de 0,7501 a 0,8500), apontando para uma considerável desigualdade no acesso à terra (IBGE, 2020).

Em meio a ampliação das desigualdades socioespaciais sustentadas na produção do meio técnico-científico-informacional, Santos e Silveira (2001, p. 25) afirmam que "toda forma de intermediação entre o homem e o meio ambiente constitui uma técnica" e Bernardes acrescenta que (2006) dado que o uso de técnicas modernas constitui a base da produção do espaço numa economia mundializada, os diferentes tipos de espaço nessa fronteira passam a diferenciar-se por sua diferente capacidade de oferecer rentabilidade às inversões em função de

condições de ordem técnica e organizacional e que a fluidez e a velocidade das técnicas da informação articulam-se com as demais técnicas, produzindo lugares com novos conteúdos, ocorrendo o processo de (re)estruturação por meio da participação de ações políticas que contribuem para alterar a dinâmica local/regional. Frederico (2008) traz à baila a noção dos *fronts* agrícolas, que se configuram pela expansão da agricultura moderna de maneira irregular e em diferentes direções, sendo os seus resultados eventos singulares que tocam o território de maneira descontínua.

Assim, é possível destacar que no processo de desenvolvimento capitalista o espaço tornou-se uma preocupação crescente no que se refere à sobrevivência da forma capitalista de produzir, levando Bernardes (2015) a afirmar que para a compreensão da atual dinâmica territorial e das novas relações entre uma sociedade universal e os recursos mundiais, a ciência geográfica precisa utilizar um corpo conceitual que permita analisar a nova realidade social, colocando-se como fundamental antes de tudo a distinção entre espaço e território e que "dadas as características da atual fase de mundialização da economia, em que o conhecimento do território tornou-se imprescindível, cabe à Geografia um papel de destaque no sentido de contribuir no avanço do conhecimento" (BERNARDES; SILVA, 2016. p. 83).

Bernardes (2006) assegura que o modelo de desenvolvimento que vem se afirmando em Mato Grosso desde os anos 70, articulado pelo Estado, resultou na grande expansão do capital e prossegue avançando nos anos 2000 nos espaços ainda disponíveis, privilegiando o grande capital enquanto elemento indutor da ocupação daquela vasta fronteira de recursos. Ela cita Delgado (2012) que indica que a partir dos anos 2000, um novo modelo de acumulação surgiu no setor agrícola brasileiro, no âmbito da política econômica e financeira do Estado, que se expressou na associação do capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária, revelando aquilo que Delgado (1985) pontua ser estratégia econômica do capital financeiro, inserido na mundialização do capital, no horizonte de Chesnais (1996).

O processo apontado anteriormente corrobora com a dinâmica sinalizada por Oliveira (2010), pois o capital estrangeiro sempre buscou terras no Brasil, inclusive nos períodos considerados mais nacionalista, como na ditadura militar (1964-1985) e com leis mais restritivas à sua atuação, mas que, na percepção dele, a grande novidade é que presentemente, o interesse na aquisição de terras ocorre por atores tipicamente avessos à imobilização de capital, como os fundos de investimentos e os fundos soberanos estrangeiros, além de outros atores. Segundo o autor, trata-se da financeirização da agricultura brasileira, que no período hodierno enseja um movimento de restruturação do modo de produção capitalista, que trouxe

consequências como, o desencadeamento de uma "nova" corrida por terras em âmbito global e com repercussões diretas em nosso País.

Observa-se que o movimento desenhando teve como sustentáculo a crise global de 2007-2008, orquestrada na especulação (bolha) imobiliária nos Estados Unidos. Borras Jr. et al. (2016) destacam que aquela crise financeira foi, na realidade, uma resposta à crise de sobreacumulação dos anos 1970. Dessa forma, o ápice da crise no século XXI "culminou em uma procura do capital financeiro por novas estratégias e novos negócios mais seguros e rentáveis, ou seja, acentuou a financeirização da agricultura" (PEREIRA, 2017, p. 30). Wilkinson et al. (2011 apud Bicalho, 2020, p. 216) corroboram com as declarações anteriores, ao certificar que "a propriedade da terra se converteu em aspecto estratégico, por ser considerada um investimento seguro, em meio à crise financeira, e de grande em estabilidade".

Outrossim, na euforia recorrente abarcada pela mídia, pelo Estado e pelo consenso generalizado de que o "agro é *tech*, agro é *pop*, agro é tudo", é louvável referendar as contribuições de Oliveira (2016) que acentua a existência de autêntica "paixão" por parte da mídia nacional e algumas correntes teóricas nas universidades brasileiras em relação ao agronegócio, dando-lhe importância maior do ele de fato tem (sinédoque política, à letra de Pompeia [2018]) e que esse estratagema visa, decerto, impedir a revelação do quadro fundiário brasileiro agravado e a necessidade da reforma agrária; de Capoane (2022, p. 93), que em artigo científico pontua que "embora as atividades agrícolas gerem receitas para o estado de Mato Grosso, a conversão de ecossistemas naturais para agroecossistemas de forma predatória impactam a biodiversidade, a qualidade do solo, da água, do ar e a saúde dos seres vivos"; de Girardi (2015) que adverte que o paradigma de desenvolvimento adotado em Mato Grosso tem como sustentáculo princípios conservadores, responsáveis pela formação de um espaço geográfico profundamente desigual, configurando-se em conjunto com outros recortes espaciais, nos termos de Silva (2009), o *Cerrado da Mãe Joana*, visto que em 2005, Mato Grosso apareceu em terceiro lugar (atrás do Pará e de Pernambuco) nas estatísticas de conflito de terra no Brasil.

Mas, diante de toda a complexidade da (re)produção do meio geográfico na sociedade capitalista, é salutar atentar-se à teoria miltoniana. Santos (1997) adverte que "a análise tem que preceder a crítica, para que esta possa ser eficaz e para que se possa elaborar um discurso eficaz" (p. 89) e Bernardes (2007, p. 244) recomenda que para uma análise do espaço, devem ser considerados pressupostos como a construção do espaço, que na aparência é um fato técnico, mas, na essência é um fato social. Segundo ela, o elemento estruturador de base das sociedades históricas são as relações de dominação e subordinação que se estabelecem entre os homens

durante o processo de trabalho e os conflitos constituem o elemento dinamizador da totalidade social, resultando na necessidade objetiva dos grupos dominantes a manutenção e o fortalecimento da sua posição de classes através dos processos de acumulação, sendo o espaço o instrumento material manipulado para alcançá-lo.

Resultados e Discussão

Tendo como base o contexto apresentado e, diante do estágio inicial da pesquisa, aponta-se para algumas hipóteses que, subsidiada pela base teórico-metodológica proposta, buscar-se-á confirmá-las ou refutá-las.

Assim, afirma-se que, que a expansão do agronegócio da sojicultura no Alto Guaporé tem produzido alterações nas dinâmicas socioespaciais e, de forma direta, por meio das seguintes hipóteses: 1 as metamorfoses observadas na área de estudo, cuja atividade econômica centrava-se na pecuária bovina de corte, implicará em novas dinâmicas relacionadas ao uso das técnicas empreendidas e, concomitantemente, na (re)configuração de emprego, renda, paisagem urbana e outros indicadores socioeconômicos; 2 a expansão da atividade sojífera (monocultora) acarretará mudanças na estrutura fundiária e no uso da terra, visto que essa atividade é concebida como patrimonialista e concentradora e esse é um processo percebido em polos sojíferos consolidados em Mato Grosso; 3 no processo de expansão da soja, observa-se a instabilidade territorial por meio da desterritorialização de grupos sociais estabelecidos, como povos indígenas, remanescentes de quilombos e assentados de reforma agrária e a conversão de novas áreas para a sojicultura, direta ou indiretamente, resultará em pressão sobre o meio ambiente, principalmente no aumento das taxas de desflorestamento.

Considerações Finais

As paisagens (re)criadas pelo modo de produção capitalista, no atual contexto de sociedade, reforçam contradições e tensões socioespaciais e expressam sobremaneira a impossibilidade de equilíbrio harmonioso. Notoriamente, a “agricultura moderna” reflete tal contexto e atreladas as suas inerentes características, como estrutura fundiária concentradora e dependência intensa de insumos agroquímicos e mecanização, tem na alteração de arranjos socioespaciais (desterritorialização) de povos indígenas, remanescentes de quilombo, assentados de reforma agrária, agricultores familiares etc. uma de suas mais expressivas implicações.

No bojo das contradições da sociedade capitalista e, particularmente, pelo viés da agricultura capitalista (agronegócio), ressalta-se que o fenômeno da expansão da sojicultura sobre o Alto Guaporé, apresenta tendência de continuidade a partir do cenário nacional/global atual. A participação dos atores estabelecidos e de outros que podem passar a atuar, predispõe a (re)configuração de um quadro complexo, visto que novas dinâmicas no que diz respeito ao emprego, ao valor de aluguéis, a alteração da estrutura fundiária e do uso da terra e do custo de vida da população da área de estudo, dentre outras, estão sendo impactadas.

Por fim, reforça-se a importância da realização de pesquisas científicas como esta, que se encontra em estágio embrionário, mas que com o seu desenrolar, pode dar conta de retratar qualitativa e quantitativamente os aspectos socioespaciais da área de estudo, permeando por meio de abordagens comparativas com aquilo que se percebe(u) em outros recortes espaciais mato-grossenses, onde a sojicultura está consolidada ou em fases mais avançadas de consolidação e assim, subsidiar a proposição de políticas públicas com o intuito de atender, de forma equilibrada, as demandas da população do Alto Guaporé.

Referências Bibliográficas

ARROYO, María Mónica. Dinâmica territorial, circulação e cidades médias. In: DIAS, Leila Christina; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. (Orgs.). **Redes, sociedades e territórios**. Santa Cruz do Sul-RS: EDUNISC, 2005. p. 71-85.

BECKER, Bertha. A emergência do Brasil como potência regional na economia-mundo. In: BECKER, Bertha; EGLER, Claudio. (Orgs.). **Brasil**: uma nova potência regional na economia mundo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994. p. 123-168.

BERNARDES, Júlia Adão. Circuitos espaciais da produção na fronteira agrícola moderna: BR-163 mato-grossense. In: BERNARDES, Júlia Adão; FREIRE FILHO, Osni de Luna. (Orgs.). **Geografias da Soja - BR 16**3: fronteiras em mutação. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2006. p. 13-37.

_____. Mudança técnica e espaço: uma proposta de investigação. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Geografia**: conceitos e temas. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 239-269.

_____. Novas fronteiras do capital no Cerrado: dinâmica e contradições da expansão do agronegócio na região Centro-Oeste, Brasil. **Scripta Nova**, 19(507), 1-28, 2015.

BERNARDES, Júlia Adão; SILVA, Emilia Jomalinis de Medeiros. Estratégias das empresas comerciais exportadoras da cadeia de grãos na fronteira da BR-163 mato-grossense. In: BERNARDES, Júlia Adão; BUHLER, Éve Anne; COSTA, Marcos Vinícius Velozo da. (Orgs.). **As novas fronteiras do agronegócio:** transformações territoriais em Mato Grosso. Rio de Janeiro: Lamparina, 2016. p. 83-100.

BICALHO, Bruna de Castro Dias. **Financeirização, *land grabbing* e acumulação de capital na agricultura brasileira:** processo de dominação das finanças e o papel da burguesia agrária. 337f Tese (Doutorado em População, Território e Estatísticas Públicas). Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Rio de Janeiro, 2020.

BORRAS JR.; Saturnino; FRANCO, Jennifer; ISAKSON, Ryan; LEVIDOW, Les; VERVEST, Pietje. The rise of flex crops and commodities: implications for research. **The Journal of Peasant Studies**, v. 43, n. 1, p. 93-115, 2016.

CAPOANE, Viviane. Expansão da fronteira agrícola no estado de Mato Grosso entre os anos de 1988 e 2018. **Caderno Prudentino De Geografia**, v. 1, n. 44, p. 73–98, 2022. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/8076. Acesso em: 18. mar. 2023.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CLEPS JÚNIOR, João. **Dinâmica e estratégias do setor agroindustrial no cerrado:** o caso do Triângulo Mineiro. 291f. Tese (Doutorado em Organização do Espaço) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1998.

COSTA, Helene Lima da; ROSSETTO, Onélia Carmem. A concentração fundiária no estado de Mato Grosso: leituras a partir da análise dos Censos Agropecuários 1985-2017. **Revista Campo-Território**, Uberlândia-MG, v. 14, n. 32, Abr., 2019. DOI: 10.14393/RCT143204.

DELGADO, Guilherme Costa. **Capital financeiro e agricultura no Brasil (1965-1985).** São Paulo: Ícone/Unicamp, 1985.

DELGADO, Guilherme Costa. **Do "capital financeiro na agricultura" à economia do agronegócio:** mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). Porto Alegre: UFRGS Editora, 2012.

ELIAS, Denise. Novas dinâmicas territoriais no Brasil agrícola. In: SPOSITO, Eliseu Savério; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; SOBARZO, Oscar. (Orgs.). **Cidades médias**: produção do espaço urbano e regional. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 279-303.

_____. A Região Metropolitana como recorte espacial para estudos sobre o agronegócio: questões de método e metodologia. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 01, n. 40, p. 1-28, 2020.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, Antônio Márcio. (Org.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil.** Campinas: Editora da Unicamp, 2005. p. 173-230.

FREDERICO, Samuel. **O novo tempo do cerrado:** expansão dos fronts agrícolas e controle do sistema de armazenamento de grãos. 285f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

GAAF-Sojamaps. **Monitoramento de Áreas de Soja por Meio de Imagens de Satélite.** Disponível em <https://pesquisa.unemat.br/gaaf>. Acesso em 02. dez. 2022.

GIRARDI, Eduardo Paulon. Uma leitura da questão agrária em Mato Grosso. **Confins** (Paris), v. 25, p. 1-25, 2015. DOI: https://doi.org/10.4000/confins.10446.

HARVEY, David. **O novo imperialismo.** 2. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

_____. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume, 2005.

IBGE. **Atlas do espaço rural brasileiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

IBGE. **Pesquisa Agrícola Municipal (PAM).** Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/1612#resultado. Acesso em 27. dez. 2022
INOCÊNCIO, Maria Erlan; CALAÇA, Manoel. Estado e território no Brasil: reflexões a partir da agricultura no Cerrado. **Revista Ideas**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 271-306, 2010.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

KOPENAWA, Davi; BRUCE, Albert. **A queda do céu:** palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KURZ, Robert. **Modernidade autodevoradora:** apropriação descontrolada dos recursos naturais pode levar a um colapso em setores vitais, como abastecimento de água e transporte. Folha de São Paulo, jun. 2002. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs1407200208.htm. Acesso em: 17.03.2023

LENCIONI, Sandra. **Região e Geografia**. São Paulo: EDUSP, 2003.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira:** a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: HUCITEC, 1997.

_____. **A sociedade vista do abismo**: novos estudos sobre exclusão, pobrezas e classes sociais. Petrópolis-RJ: Vozes, 2002.

MORENO, Gislaene. Agricultura: transformações e tendências. In: MORENO, Gislaene; HIGA, Tereza Cristina Souza. (Orgs.). **Geografia de Mato Grosso:** território, sociedade, ambiente. Cuiabá: Entrelinhas, 2005.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A questão da aquisição de terras por estrangeiros no Brasil - um retorno aos dossiês. **Revista Agrária**, São Paulo, n. 12, p. 3-113, 2010. https://doi.org/10.11606/issn.1808-1150.v0i12p3-113.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A mundialização da agricultura brasileira.** São Paulo: Iandé Editorial, 2016.

PEREIRA, Lorena Izá. O que é estrangeirização da terra? Breves apontamentos para compreender o processo de apropriação do território por estrangeiros. **Campo Território**, v. 12, p. 27-47, 2017.

POMPEIA, Caio. **Formação política do agronegócio**. 2018. 352f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

REPÓRTER BRASIL – Organização de Comunicação e Projetos Sociais. **Impactos da soja sobre terras indígenas no Mato Grosso.** São Paulo: Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis/ONG Repórter Brasil, 2010. Disponível em <https://reporterbrasil.org.br/documentos/indigenas_soja_MT.pdf>. Acesso em: 17. mar.2023.

RICHARDSON, Roberto Jarry et al. **Pesquisa Social:** métodos e técnicas**.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SALIM, Celso Amorim. As políticas econômica e tecnológica para o desenvolvimento agrário das áreas de cerrados no Brasil: avaliação e perspectivas. **Cad. Dif. Tecnol. Brasília**: [s.n.], v.3, n.2, p. 297-342, maio/ago. 1986.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico-informacional. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 1997.

_____. **Economia Espacial**: críticas e alternativas. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2003.

_____. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 13. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

_____. **A Natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. 4. reimpr. São Paulo: EDUSP, 2008.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: território e sociedade no século XXI. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SEABRA, Odette; CARVALHO, Mônica de; LEITE, José Correa. **Território e Sociedade:** entrevista com Milton Santos. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

SILVA, Carlos Eduardo Mazzetto. **O cerrado em disputa:** apropriação global e resistências locais. Brasília: CONFEA, 2009.

SOUZA, Vanessa Rodrigues de**. A evolução da soja no município de Pontes e Lacerda-MT**. 2014. 45 f. Trabalho de Conclusão de Curso. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, campus Pontes e Lacerda – Fronteira Oeste, Pontes e Lacerda-MT.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

Ocupar! Aquilombar! Retomar!

A Geografia Agrária e a luta de classes no Brasil

GT 9

Agrohidronegócio e conflitos pelo uso da água

CINTURÃO DAS ÁGUAS DO CEARÁ: UTILIZAÇÃO DO SENSORIAMENTO REMOTO PARA ANÁLISE ESPAÇO-TEMPORAL DAS ALTERAÇÕES PAISAGÍSTICAS NO MUNICÍPIO DO CRATO (CE)

Carlos José dos Santos Freitas[1]

Gerlane Gomes da Rocha[2]

Claudio Ubiratan Gonçalves[3]

RESUMO:
A Região Metropolitana do Cariri Cearense tem sofrido nas últimas décadas uma série de intervenções no seu território devido à implantação do Cinturão das Águas do Ceará (CAC). A primeira fase do projeto iniciou-se em 2013, tendo proporcionado modificações consideráveis para o cenário das obras hídricas no Estado do Ceará. No momento encontra-se em execução no Cinturão das Águas as obras referentes ao seu Trecho 1 que está dividido em 5 lotes. O presente estudo visa identificar por meio de uma análise temporal paisagística, com técnicas de sensoriamento remoto, os impactos socioambientais resultantes das obras do CAC no município do Crato–CE. Para tanto se recorreu a uma abordagem qualiquantitativa, sendo compreendida por uma revisão bibliográfica sobre a temática estudada e a sistematização e mapeamento de dados cartográficos. Ao final da análise das mudanças sofridas na cobertura do solo, notou-se que os empreendimentos hídricos do CAC proporcionaram a formulação do agrohidronegócio, conflitos territoriais e alterações significativas no uso e ocupação das áreas afetadas.

Palavras-chave: Agrohidronegócio; Cinturão das águas; Conflitos; Nordeste.

ABSTRACT:
The Metropolitan Region of Cariri Cearense has suffered in recent decades a series of interventions in its territory due to the implementation of the Belt of Waters of Ceará (CAC). The first phase of the project began in 2013, providing considerable changes to the scenario of water works in the State of Ceará. At the moment is in execution in the Belt of Waters the works related to its Section 1 that is divided into 5 lots. This study aims to identify through a landscape temporal analysis, with remote sensing techniques, the social and environmental impacts resulting from the works of the CAC in the city of Crato-CE. For this purpose, we used a qualitative and quantitative approach, being understood by a literature review on the subject studied and the systematization and mapping of cartographic data. At the end of the analysis of the changes suffered in the land cover, it was noted that the water projects of the CAC provided the formulation of agrohydrobusiness, territorial conflicts and significant changes in the use and occupation of the affected areas.

Keywords: Agrohidronegócio; Water belt; Conflicts; Northeast.

[1] Graduando em.Geografia, Universidade Federal de Pernambuco, carlosjosefreitas28@gmail.com
[2] Graduada em Geografia, Universidade Federal de Pernambuco, gerlanegomesrocha@gmail.com
[3]Professor Associado da Universidade Federal de Pernambuco,biragrario@gmail.com

INTRODUÇÃO

A Região Metropolitana do Cariri Cearense tem sofrido nas últimas décadas uma série de intervenções no seu território devido à implantação do Cinturão das Águas do Ceará (CAC), empreendimento hídrico coordenado pelo governo do estado, por meio da Secretaria de Recursos Hídricos-SRH. Nesse contexto, a análise espaço temporal das alterações paisagísticas aliada a técnicas de sensoriamento remoto pode auxiliar na observação e mapeamento das mudanças socioambientais ocorridas nessa região, com delimitação para o município do Crato–CE.

O Cinturão das Águas do Ceará tem uma dimensão territorial considerável, abrangendo diversos municípios em seus trechos de implementação, tendo por finalidade, transportar vazões provenientes do Eixo Norte do Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF) para bacias hidrográficas do Ceará com intuito de aumentar as áreas beneficiadas. Esse projeto afetou diretamente a Região Metropolitana do Cariri (RMC), a segunda em densidade demográfica e em importância econômica no Ceará, ao propor impactos na disponibilidade hídrica local com criação do seu Trecho I (Governo do Estado do Ceará, 2022).

O caminho traçado preliminarmente do CAC tem origem com estudos voltados à realização de integração regional das águas do São Francisco para áreas com indicadores de estiagem mais prolongadas, como a região socioeconômica do sertão dos inhamuns (CE) (Brito, 2016). A primeira fase do projeto iniciou em 2013, tendo proporcionado modificações consideráveis para o cenário das obras hídricas no Estado do Ceará, alterando o espaço e modificando a sua estrutura (Nobre, 2017).

A região do sertão nordestino historicamente enfrenta desafios na disponibilidade de recursos hídricos, devido a fatores naturais e as relações de poder estabelecidas pela elite política econômica local. Diante dessa perspectiva, o Cinturão das Águas do Ceará (CAC) foi criado a partir do discurso da escassez hídrica, como um incentivo para a oferta de água no estado do Ceará. No entanto, apresenta uma série de contradições no seu processo de implantação, seja pelos impactos socioambientais, o favorecimento de polos de irrigação (Perímetro Públicos Irrigados) ou pelo processo de espoliação dos territórios nos quais está inserido.

Esse projeto abrange, apenas no seu primeiro trecho, mais de 145 quilômetros de canais, túneis e sifões (SRHCE, 2022), estabelecendo impactos diversos na paisagem local do município do Crato, modificando o convívio com o território dos povos

situados nas intermediações dessa obra. Diante desta problemática, uma ação significativa possível para a análise socioambiental da área atingida se configura na implementação de estudos sobre o uso e ocupação da terra (ROSA, 2003).

Com o propósito de aprofundar a discussão sobre este tema, o presente estudo tem como objetivos identificar por meio de uma análise temporal paisagística, com técnicas de sensoriamento remoto, os impactos socioambientais resultantes das obras do CAC no município do Crato–CE, discernir sobre o processo de implementação do Cinturão das Águas do Ceará na área de estudo e os seus impactos na formação de agrohidroterritórios e apresentar mapeamentos que evidenciem as variações na paisagem local antes e durante a execução do projeto

METODOLOGIA

A presente pesquisa se caracteriza por uma abordagem qualiquantitativa, sendo compreendida pela análise, a revisão bibliográfica sobre a temática estudada e a sistematização e mapeamento de dados cartográficos.

Inicialmente, realizou-se uma revisão da literatura sobre o tema em questão, com destaque para os impactos socioterritoriais decorrentes da implantação do CAC, relacionando esse processo com as dinâmicas advindas do agrohidronegócio, segundo os apontamentos de Brito (2016), Pereira (2020) e Martins (2020), bem como os dados presentes no Caderno de Conflitos da Comissão Pastoral da Terra. Somando-se a isso, analisou-se a percepção da construção do discurso sobre a seca no Nordeste, conforme os direcionamentos apresentados por Andrade (1986) e Castro (2001)

Em seguida, para realizar o reconhecimento da área de estudo, analisou-se a sua modificação paisagística e territorial através banco de dados espaciais e pelo uso de técnicas de sensoriamento remoto. Desse modo, destaca-se o uso de técnicas de sensoriamento remoto e geoprocessamento, por proporcionar viabilidade e agilidade na sistematização dos dados adquiridos pelas imagens de satélite (GOMES e MALDONADO, 1998).

Além disso, foi utilizado para a análise da mudança espaço temporal, imagens de satélites Ópticos, que utilizam sensores em suas câmeras que registram a luz visível no comprimento de onda Vermelho, Verde e Azul (RGB), os quais são a camada do espectro do visível habitual do ser humano. Sendo assim, através da disponibilização de dados pela plataforma do Serviço Geológico dos Estados Unidos (USGS), serão obtidas imagens do satélite LANDSAT - Land Remote Sensing Satellite. A missão LANDSAT

possui 8 satélites de criação e a escolhida será o LANDSAT 8 OLI - (Operational Land Imager), que fornece bandas espectrais na faixa do visível, infravermelho próximo de ondas curtas além de uma banda pancromática que tem alta resolução conforme a Tabela 01.

Tabela 01. OLI - (Operational Land Imager) Satélite Landsat 8

Sensor	Bandas Espectrais	Resolução Espectral	Resolução Espacial	Resolução Temporal
OLI (Operational Land Imager)	(B1) Costal	0.433-0.453 µm	30 m	16 dias
	(B2) Azul	0.450-0.515 µm		
	(B3) Verde	0.525-0.600 µm		
	(B4) Vermelho	0.630-0.680 µm		
	(B5) Infravermelho Próximo	0.845-0.885 µm		
	(B6) Infravermelho Médio	1.560-1.660 µm		
	(B7) Infravermelho Médio	2.100-2.300 µm		
	(B8) Pancromático	0.500-0.680 µm	15 m	
	(B9) Cirrus	1.360-1.390 µm		

Fonte: EMBRAPA, 2022

Em seguida, foi escolhido dois anos para obter as imagens de satélites, sendo eles 2013, marcado pelo início das obras do Cinturão das Águas e 2022, a data mais recente disponibilizada no catálogo do Serviço Geológico dos Estados Unidos. Buscando uma semelhança climática anual, foram escolhidas imagens do mesmo mês, a primeira do dia 03/09/2013 e a segunda do dia 28/09/2022. Essas imagens foram obtidas sem tonalidade, então foi preciso realizar a composição das bandas para juntar as cores até chegar no espectro do visível desejado.

As bandas espectrais B2 (azul), B3 (verde) e B4 (vermelho) foram utilizadas para realizar o processo mediante softwares GIS. No final do processamento das Bandas (B2 + B3 + B4 = Bcomposit), forma-se uma imagem colorida (Bcomposit), que torna a análise geográfica mais factível. Entretanto, as bandas (B2, B3 e B4), tem apenas 30 metros de resolução, o que não torna o estudo com uma boa acurácia, sendo assim, é necessário utilizar o método de criar panorama de bandas (Create Pan- Sharpened Raster Dataset), que processa o resultado da união das três bandas o (Bcomposit), com a banda B8 (Pancromático) que tem Resolução de 15 m, tornando a imagem com mais

qualidade. Após o processamento foi possível observar as modificações espaço temporais dos anos de 2013 e 2022 no que tange a área analisada.

Com o intuito de obter informações sobre as alterações espaço-temporais no município do Crato-CE, utilizou-se o banco de dados do MapBiomas Brasil. Para a coleta de dados, optou-se pelo setor de Mapas das Coleções, abrangendo Mapas de Uso e Cobertura da Terra, Transições e Qualidade do Mosaico. A obtenção dos dados foi conduzida por meio do Google Earth Engine, utilizando a abrangente coleção 8º do MapBiomas para análise espaço-temporal. A primeira imagem de satélite disponível é do ano de 1985, representando o ponto mais antigo possível na plataforma. Em seguida, selecionou-se o ano de 2000 para examinar as mudanças ao longo de quinze anos, seguido pelo ano de 2013, marcado pelo início da implementação do cinturão das águas, e finalmente, o ano de 2022, que representa a data mais recente disponível no catálogo.

Após executar os procedimentos de processamento de dados na plataforma Google Earth Engine, obtivemos o raster (GeoTiff) de uso e cobertura da terra, com uma resolução de 30 metros proveniente do satélite Landsat. Para calcular a área ocupada por cada tipo de uso e cobertura da terra, recorremos a softwares GIS, que foram essenciais para converter as imagens de satélite de raster (GeoTiff) para Shapefiles. Este processo permitiu a separação das camadas e classes de uso, além de possibilitar a quantificação da área de ocupação. A unidade de medida escolhida foi em quilômetros quadrados. Através do geoprocessamento, geramos tabelas que, por sua vez, foram utilizadas para criar gráficos, proporcionando uma melhor quantificação e ilustração das mudanças espaço-temporais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Cinturão das Águas do Ceará (CAC): impactos, discursos e a formação de hidroterritórios

No momento encontra-se em execução no Cinturão das Águas as obras referentes ao seu Trecho 1 que está dividido em 5 lotes (Quadro 01). Nota-se que esse trecho perpassa a Região Metropolitana do Cariri, composta por nove municípios, incluindo o Crato. O Trecho I, em fase de conclusão, entregou em 2022 três lotes (lotes 1, 2 e 5), assim está com 75% das obras executadas. A previsão é que a área de

influência do CAC, após o Trecho I construído e em operação, abasteça 24 municípios entre Jati e o rio Cariús (Governo do Estado do Ceará, 2023).

Quadro 01: Divisão do trecho 1 do Cinturão das Águas do Ceará

Lote	Localização	Extensão
1	Tem início na captação na barragem Jati, atravessando os municípios de Jati, Porteiras e Brejo Santo.	Compreende 33,45 km de canais e 5,53 km de sifões.
2	Inicia no município de Brejo Santo, passa pelos municípios de Abaiara e Missão Velha e termina no município de Barbalha.	Possui 28,06 km de canais e 2,88 km de sifões.
3	Começa no Município de Barbalha, atravessa o município de Juazeiro do Norte e finaliza no município do Crato.	Abrange 25,34 km de canais e 8,89 km de sifões.
4	Tem início no município do Crato e encerra-se no município de Nova Olinda (Rio Cariús).	É constituído por 28,63 km de canais e 2,92 km de sifões.
5	É composto por 9 (nove) túneis e canais, que estão segmentados nos Lotes 02, 03 e 04.	Possui 3,76 km de canais e 5,82 km de túneis.

Fonte: Secretaria de Recursos Hídricos do Governo do Estado do Ceará (2021)

Organização: Rocha, 2023

Martins (2020), aponta em relação a esse processo que a elaboração e implementação de políticas públicas no campo dos recursos hídricos ainda é caracterizada por uma abordagem vertical, limitando a efetiva participação da população no planejamento, controle social e avaliação das estratégias adotadas. Com isso, os referenciais históricos e culturais e os saberes representados pela memória local não são representados e visibilizados na construção desses projetos hídricos. No que se refere ao aspecto material de acesso à terra, por sua vez, para Brito (2016) essas obras hídricas complexificam a questão agrária brasileira, proporcionando o aumento da concentração de terras e da violência no campo e a negação dos saberes tradicionais dos povos afetados por esses empreendimentos.

Essa questão tem suas raízes, contudo, na territorialização do Nordeste e na história da intervenção do Estado na região, que moldou um discurso político associando o cenário socioeconômico desfavorável a fenômenos naturais. Dessa forma, foi estabelecida, especialmente a partir do século XIX, uma ligação entre a recorrente

seca no sertão nordestino e os desafios enfrentados no contexto da modernização econômica e social dessa região. Nesse contexto, Andrade (1986) destaca, que o estereótipo negativo construído em torno do Nordeste estava enraizado em uma visão superficial que o considerava uma região "problema", subpovoada e subdesenvolvida.

Esse estigma impulsionou propostas de desenvolvimento direcionadas ao Nordeste, com um discurso centralizado na problemática das secas, e a criação de órgãos regionais, tais como: o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS, 1945); a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF, 1948); o Banco do Nordeste do Brasil (1952) e o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN, 1956). Ainda, numa tentativa de redirecionar os esforços do planejamento regional no Nordeste, buscando outros eixos de atuação para além da problemática da seca com foco no desenvolvimento industrial, foi criada em 1959 a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) (Santos, 2023).

Contudo, Andrade (1986), aponta ainda que durante esse processo de projetos e planejamentos de desenvolvimento regional foram conservadas as estruturas de apropriação da terra e as formas de organização social exploratórias. Esses aspectos são diretamente responsáveis pelas condições de vulnerabilidade dos trabalhadores rurais às secas e a condição de subdesenvolvimento da região marcada pela concentração de riquezas.

Segundo Brito (2016), esses projetos, com o apoio do Estado, têm estruturado, principalmente a partir de 1980, um cenário favorável para a disseminação do agrohidronegócio com base numa ideologia monetária neoliberal. Esse quadro se fomenta por meio da lógica de reprodução do capital que precifica e mercantiliza a água, trazendo impactos e conflitos ocasionados pela sua expansão sobre os recursos hídricos e territórios tradicionais.

Nesse sentido, Thomaz Júnior (2008), destaca que a monopolização da terra e da água são dinâmicas indissociáveis para reprodução do capital. Assim, esse autor considera também a água como um elemento central no processo de viabilização de projetos de irrigação das grandes plantações destinadas à exportação (capital agro-químico e alimentar-financeiro) e atualmente como meio para produção de energia elétrica. Em ambos os casos a exploração da água gera danos socioambientais graves, caracterizando um ramo que Thomaz Júnior (2008) identifica como o agrohidronegócio.

Inserida nesse processo, a região Nordeste passou, nas últimas décadas, por diversas mudanças e permanências nas estruturas de dominação e apropriação

territorial. Esse cenário desemboca em conflitos e mecanismos de resistência empreendidos pelos sujeitos desses territórios em disputa. Referente a essa temática, a Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2023) destaca na metodologia dos seus cadernos de conflitos a seguinte definição para conflitos pela água da seguinte forma:

> São ações de resistência, em geral, coletivas, que visam garantir o uso e a preservação das águas; contra a apropriação privada dos recursos hídricos, contra a cobrança do uso da água no campo, e de luta contra a construção de barragens e açudes. Este último envolve os atingidos por barragem, que lutam pelo seu território, do qual são expropriados. Envolve ainda a luta dos povos e comunidades frente à mineração. (CPT, 2023, p.12).

Para Mourão, Leitão e Santos, (2021) os perímetros irrigados representam marcos da modernização agrícola, sendo utilizados pelo Estado para alcançar seus objetivos nas políticas de irrigação sobre um discurso de melhoramento técnico e produtivo. Contudo, nota-se que esse cenário apresenta um conjunto de contradições no seu processo de implantação, seja pelos impactos socioambientais ou pelo processo de espoliação dos territórios nos quais está inserido para a expansão da fronteira agrícola no semiárido brasileiro.

Nota-se assim que os projetos de infraestrutura hídricas fomentados historicamente no Estado do Ceará também enquadram-se nessa lógica, com destaques para as consequências da implantação do CAC. Segundo Pereira (2020), algumas evidências negativas resultantes desse projeto na região do Cariri Cearense são o aumento dos conflitos territoriais, das desapropriações compulsórias e de processos migratórios da população local. Para tanto se utiliza, com o apoio do poder político estatal, a narrativa de enfrentamento e amenização da problemática das secas da região e a crise hídrica.

Dentro desse panorama um aspecto importante que deve ser pontuado é a dimensão do hidroterritório que conforme Torres (2007) são “aqueles territórios demarcados por questões de poder político e/ou cultural oriundas da gestão da água, assumindo assim, o papel determinante em sua ocupação” (p. 14). Torres (2007) complementa destacando que este território está situado numa lógica de disputa pelos estoques de água, gerando conflitos no que se refere à posse e ao controle da água, citando como exemplos o caso da implantação de obras hídricas como canais e barragens. Nos hidroterritório ocorrem, então, disputas onde o domínio de um determinado grupo econômico segrega comunidades locais tradicionais gerando conflitos hídricos (Nobre, 2017).

É nesse contexto que a situação dos territórios afetados pelo Cinturão das Águas do Ceará (CAC) no município do Crato expõe uma série de violências que desembocam em conflitos socioambientais. Um caso emblemático diz respeito ao território indígena do Povo Cariri de Poço Dantas-Umari, localizado na Chapada do Araripe, no distrito de Monte Alverne, zona rural do Crato. Ao longo da última década, essa comunidade vivencia um processo de reconhecimento e de retomada da sua identidade indígena, que, desde 2011, tem sido impactado pelas consequências do CAC. A construção do projeto hídrico resultou na dispersão de alguns moradores locais, com a desapropriação de suas terras e residências para dar lugar às estruturas deste empreendimento. Além disso, a história atual revela paralelos com o passado, remontando à década de 1980, quando parte de suas terras foram apropriadas pelo Governo Federal para a construção do Açude Thomás Osterne, conhecido popularmente como Açude Umari (Silva, 2021).

É fundamental ressaltar que os contratos propostos aos moradores, para a disponibilização das suas terras, e a indenização correspondente a isso, não refletiram adequadamente o valor material e imaterial desses territórios que há gerações foram cultivadas pelo Povo Kariri de Poço Dantas-Umari, culminando em um processo de desterritorialização em nome do discurso de desenvolvimento regional. Sobre esse aspecto, Bomfim (2023) salienta que os conflitos por água estão intrinsecamente ligados aos conflitos territoriais.

Como resultado direto dessas intervenções, ocorreram impactos socioambientais nesse território, como o processo de desmatamento, a diminuição de área agricultável e diminuição da caça, ou seja, dinâmicas que afetam a ligação com a natureza e os meios de sobrevivência e reprodução da vida foram alteradas. Desse modo, a luta por reconhecimento social do Povo Kariri de Poço Dantas-Umari, está associada também à manutenção da diversidade local, dos costumes e práticas do cotidiano, bem como da melhoria da condição de vida local, representada, por exemplo, pela busca do acesso constante à água para a comunidade.

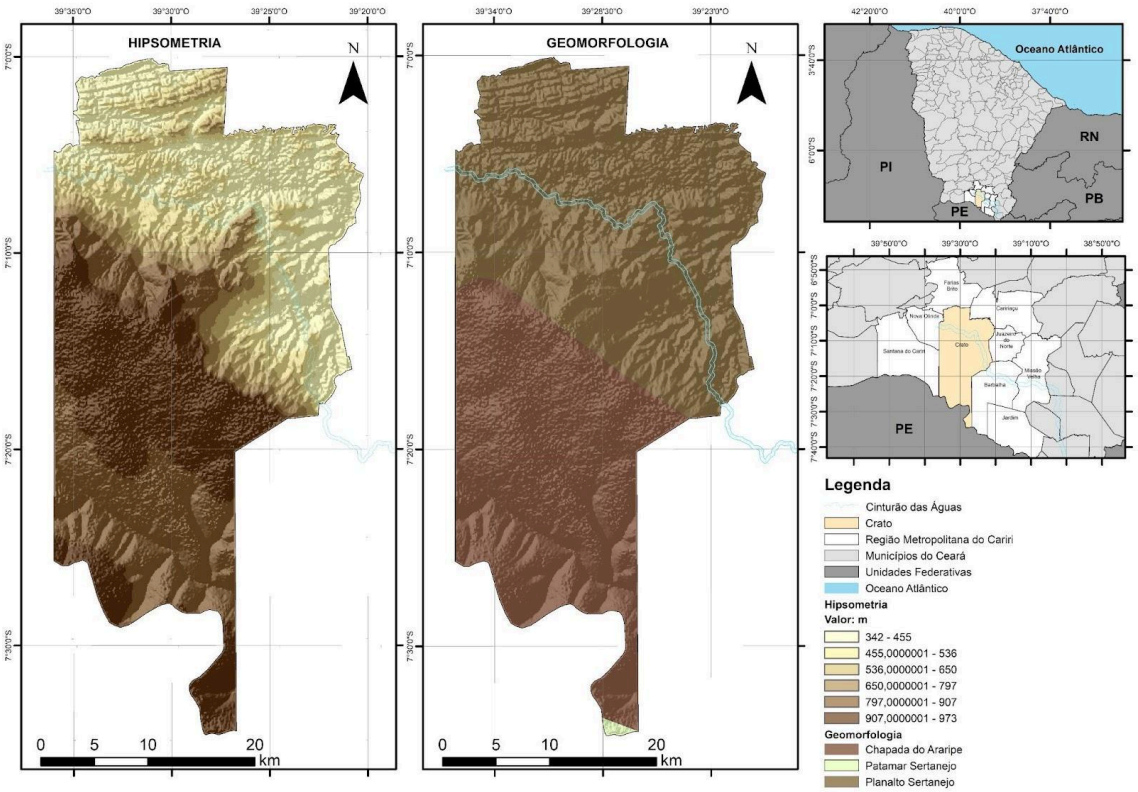
Devido a tais aspectos, a implantação do CAC caminha sem diálogos com a população sobre a real necessidade e interesse de tal construção, que está modificando a estrutura paisagística e territorial da região do Cariri Cearense e produzindo conflitos hídricos. Nesse cenário nota-se também que o processo de construção do CAC se reproduz atingindo as fontes naturais e o modo de vida das comunidades locais que sumariamente vem perdendo seu território para tal empreendimento. Com isso, se construiu um processo de desterritorialização dos povos situados nessa área

(hidroterritórios) em prol de um projeto de progresso e desenvolvimento coletivo, ignorando nessa perspectiva a representatividade material e imaterial dos seus territórios. Contudo, dialeticamente nesse processo de apropriação e dominação do território, ocorrem dinâmicas de resistência pelos sujeitos afetados por essas ações.

Mapeamento e discussão dos impactos socioambientais do CAC no Município do Crato

O Crato é um município do estado do Ceará localizado a cerca de 402 km de distância da capital do estado (Fortaleza), com área de 1.009,20 km², que conta com cerca de 133.031 mil pessoas conforme o último censo demográfico (IBGE, 2022), figura 1. Compõe a Região Metropolitana do Cariri (RMC), que se caracteriza pelo aglomerado urbano em processo de conurbação entre os municípios de Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha, denominado de triângulo CRAJUBAR, juntamente com os municípios de Caririaçu, Farias Brito, Jardim, Missão Velha, Nova Olinda, Santana do Cariri.

Figura 1. Mapa de localização do município do Crato–CE



Fonte: Freitas, 2023

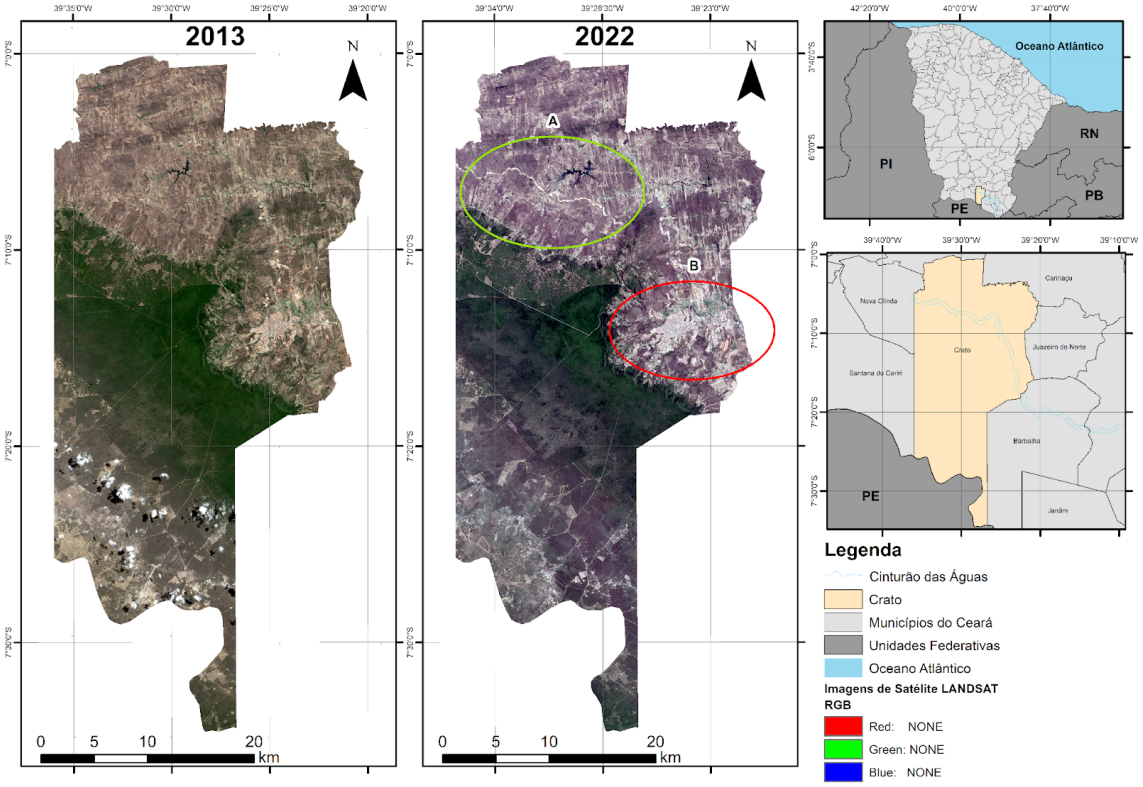
Tem características climáticas predominantes de feição Tropical Quente Semiárido Brando e Tropical Quente Sub-úmido, com pluviosidade média anual de 1090,9 mm, temperatura média por volta de 24° a 26° e período com mais ênfase de chuva entre janeiro e maio, conforme os dados do FUNCEME/IPECE (2011). Conta com a presença da Chapada do Araripe e de Depressões Sertanejas em seu território que está na Bacia Hidrográfica dos rios Alto Jaguaribe e Salgado, FUNCEME/IPECE (2011).

Observa Se, conforme a figura 1, que a chapada do Araripe é uma feição geomorfológica que predomina no território do Crato em cerca de 43.23%, já o Planalto Sertanejo é a feição com maior proeminência no território do Crato–CE, com cerca de 56.49% da área total. O planalto Sertanejo varia de altura entre 342 metros até 650 metros, já a Chapada do Araripe varia entre 650 metros e vai até 975 metros de altitude. Conforme Freitas (2019), as bacias interiores do nordeste brasileiro, os quais são mais comumente conhecidas como bacias tipo-rifte, são bacias que hoje apresentam relevos em forma tabular, tal característica torna a feição em uma cabeceira de drenagem da região, conforme seu aspecto comum alçada em cotas mais elevadas por reativação das falhas limítrofes (Marques et al., 2014) e compensações isostáticas (Peulvast e Bérard, 2015).

Devido a essa característica, o solo da Chapada do Araripe permite a infiltração e percolação da água pelo sopé ou por lençóis freáticos subsuperficiais. Essas características fisiográficas destacam-se na economia local, na representação de produtos agrícolas, provenientes do desenvolvimento da agricultura no sopé. O CAC atinge diretamente o desenvolvimento de perímetros irrigáveis nessa área, gerando interferências no sistema hidrológico da região em favorecimento de determinados setores.

Conforme a figura 2, é possível observar visualmente a mudança do uso e ocupação da terra e consequentemente a modificação da coloração vista por imagens de satélite de 15 metros de resolução do município do Crato–CE (com destaque para as areais de implantação do CAC). Percebem-se localidades que em 2013 tinham coloração mais esverdeada, característica pela vegetação nativa da região, foi perdendo espaço para territórios em tons amarelados, característicos de áreas desmatadas ou alteradas por ações antrópicas.

Figura 2. Mapa referente a modificação do uso e cobertura do solo utilizando Imagem do satélite LANDSAT nos anos de 2013 e 2022 do município do Crato–CE

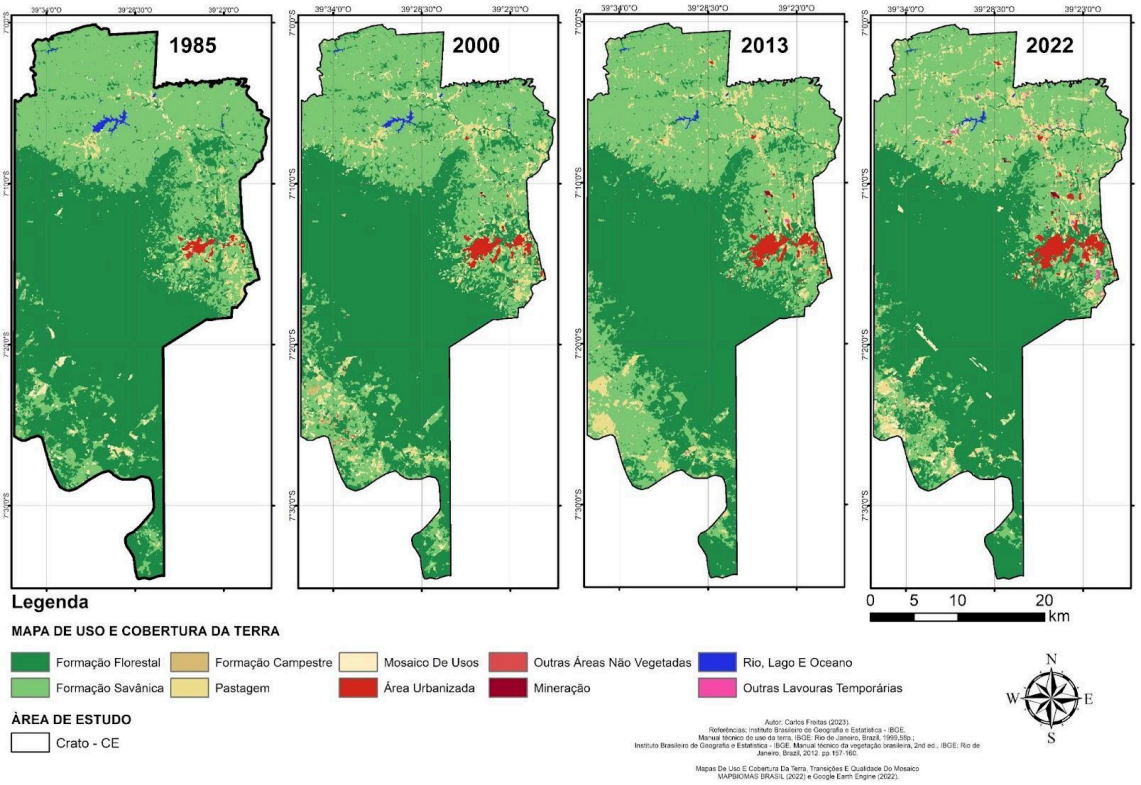


Legenda A: Zona de observação de um recorte territorial dos canais do cinturão das águas.
Legenda B: Crescimento da área urbana.
Fonte: Freitas, 2023

Na Figura 2, a imagem do ano de 2022 possui uma elipse (A), que representa a área onde é possível observar a presença dos canais de transposição, já na elipse (B), é possível observar o crescimento das áreas urbanas em relação ao ano de 2013. É possível observar também o aumento do solo exposto no sopé da chapada do Araripe, as quais são regiões altamente úmidas devido à feição orográfica que a chapada interfere nas dinâmicas pluviométricas.

Para obter resultados quantitativos com parâmetros fidedignos de cada modificação do uso e ocupação da terra, foi construído o mapeamento espaço temporal conforme a Figura 3, na qual podemos observar as modificações desde o ano de 1985, passado pelo ano de 2000, 2013 e por fim 2022.

Figura 3. Modificação Espaço temporal dos anos de 1985, 2000, 2013 e 2022 no município do Crato



Fonte: Freitas, 2023

A partir do mapeamento, foi possível observar e obter dados quantitativos das modificações, onde foi concluído conforme a figura 3 e tabela 2 aspectos do aumento de alguns tipos de uso da terra e também diminuição de outros.

A formação Florestal conforme a tabela 2, de 1985 para o ano de 2022, teve uma redução de 4,72%, porém, analisando na amplitude de (2013–2022), que foi o ano do início das atividades dos canais, a formação florestal teve um aumento de 9,93%. Já a formação Savânica tende a redução desde o ano de 1985, com um percentual do ano de 2013 para o ano de 2022 em 18,54% de redução.

A pastagem teve um crescimento elevado desde 1985 e na análise de 2013 para 2022 a elevação foi por volta de 2,5%, a situação dos mosaicos de usos agrícolas teve um aumento igualmente a pastagem, porém com um percentual na análise de 2013 para 2022 em 114.65%, o que efetivamente é a dobro do uso da terra em mosaicos de agricultura em menos de 10 anos.

Tabela 2. Dados em km² do uso e cobertura da Terra no município do Crato - CE

TIPO DE USO	ANO			
km²	1985	2000	2013	2022
3 - FORMAÇÃO FLORESTAL	6.356.108.425	5.981.513.179	5.508.916.914	6.056.105.245
4 - FORMAÇÃO SAVÂNICA	4.427.390.976	4.364.133.339	4.848.171.654	3.949.782.563
12 - FORMAÇÃO CAMPESTRE	271.480.875	7.170.348.872	466.979.928	4.026.734.284
15 - PASTAGEM	265.147.506	4.867.068.893	6.922.907.823	7.100.062.469
21 - MOSAICO DE USOS	0	3.389.272.169	1.711.134.212	3.673.082.756
24 - ÁREA URBANIZADA	2.986.245.214	1.198.872.158	1.432.526.005	1.908.429.786
25 - OUTRAS ÁREAS NÃO VEGETADAS	939.225.182	1.071.697.392	63.150.466	1.208.978.882
30 - MINERAÇÃO	0	14.392.892	56.762.875	786.248.621
33 - RIO, LAGO E OCEANO	4.523.986.483	290.363.953	1.767.421.922	2.057.012.517
41 - OUTRAS LAVOURAS TEMPORÁRIAS	0	32.380.419	1.164.028.034	4.984.872.436

Fonte: Mabpiomas, coleção 8º dos dados de Uso e cobertura da Terra (2023).

Adaptado por Freitas, 2023

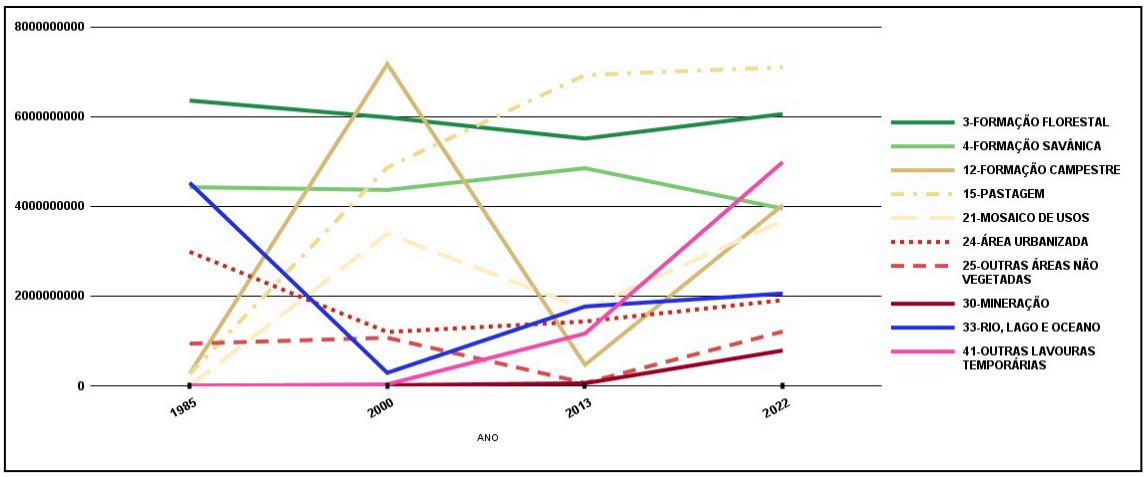
A área urbana entre 2013 e 2022, conforme a Tabela 2, registrou um crescimento de aproximadamente 33,22%, enquanto o percentual de cobertura por água também apresentou um aumento de cerca de 16,38%.

Dois tipos de uso que experimentaram um crescimento significativo nos últimos 10 anos são as atividades de mineração e lavouras temporárias, apresentando incrementos de 1.285,14% e 328,24%, respectivamente. A mineração na região do Crato–CE é predominantemente voltada para a busca da pedra Cariri em áreas de calcário laminado, bem como para os depósitos de gipsita e argila (Lima et al., 2011). Por outro lado, as lavouras temporárias são áreas de cultivo que dependem das sazonalidades atmosféricas para seu desenvolvimento, prosperando em períodos climáticos com precipitações favoráveis.

Para uma apresentação mais compreensível, as informações relativas aos diversos tipos de cobertura do solo foram organizadas e apresentadas no gráfico da

Figura 4. Este gráfico estabelece a relação entre os diferentes tipos de cobertura do solo e as áreas correspondentes ao longo dos anos.

Figura 4. Gráfico da Modificação Espaço temporal dos anos de 1985, 2000, 2013 e 2022 nas áreas de atuação do CAC, Crato-CE



Fonte: Freitas, 2023

Com base no gráfico, observa-se que as áreas urbanas acompanham o aumento e declínio das massas de água. Os mosaicos de uso agrícola, caracterizados por áreas de uso agropecuário onde não foi possível distinguir entre pastagem e agricultura, e as outras áreas não vegetadas, caracterizadas por superfícies não permeáveis como infraestrutura, expansão urbana ou mineração, não mapeadas em suas classes, ambos entre os anos de 2013 e 2022, também seguem a tendência de aumento nas massas d'água. Essa relação também é evidenciada pela presença do Açude Umari em uma quantidade maior de áreas alagadas na Figura 2.

A pastagem foi a única classe de uso e cobertura da terra que sempre elevou sua área, mesmo com a redução ou elevação das massas de águas, a pastagem se comportou como um mecanismo ininterrupto intendente dos fenômenos de insegurança hídrica. O tipo de uso que a pastagem mais tomou o espaço foi o da formação savânica, caracterizado pela (Tipos de vegetação com predomínio de espécies de dossel semi-contínuo-Savana-Estépica Arborizada, Savana Arborizada), cerca de 26.947.294 km² de áreas que em 2013 eram de vegetação savânica e passaram a ser de pastagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, numa narrativa que assimila alternativas políticas ao desenvolvimento da agricultura e ao abastecimento hídrico, o Cinturão das Águas do Ceará (CAC) traz grandes alterações para o território do sul cearense e seus povos, resultando na interrupção das estruturas sociais e econômicas das comunidades locais, causando desapropriações, perda de vínculos comunitários e mudanças significativas no estilo de vida da população afetada.

Desse modo, a análise e caracterização espaço-temporal das alterações da paisagem se mostra como um fator importante para identificar as modificações presentes na região do Cariri desde a implantação do CAC, possibilitando a reflexão acerca das interferências que esse quadro ocasiona às comunidades dessa localidade.

AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Educação Tutorial em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco pelo apoio concedido no desenvolvimento desta pesquisa, por meio da concessão de bolsas aos autores. Agradecemos pelo compromisso demonstrado em promover o avanço do conhecimento acadêmico e pelo suporte fundamental que possibilitou a realização deste estudo.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia. A intervenção do Estado e a seca no Nordeste do Brasil. **Revista de Economia Política**, v. 6, n. 4, p. 125-130, 1986.

BRITO, Anderson Camargo Rodrigues. Transformações territoriais no Cariri cearense: o Cinturão das Águas do Ceará (CAC) e o contexto de conflitos no Baixio das Palmeiras, Crato/CE. 2016. **Dissertação de Mestrado**. Universidade Federal de Pernambuco.

CASTRO, I. E. **Natureza, Imaginário e a Reinvenção do Nordeste**. 2001.

DE OLIVEIRA, T. H. et al. Índice de umidade (NDWI) e análise espaço-temporal do Albedo da superfície da bacia hidrográfica do rio Moxotó-PE. **Revista Brasileira de Geografia Física**, v. 3, n. 2, p. 55-69, 2010.

FREITAS, Luis Carlos Bastos. Descrição de novos taxons de insetos fósseis dos membros Crato e Romualdo da formação Santana e comentários sobre a geodiversidade do Geopark Araripe, bacia sedimentar do Araripe, Nordeste do Brasil. 2019. **Tese** (Doutorado em Geologia)-Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. 2019.

GOMES, Alessandra Rodrigues; MALDONADO, Francisco Dario. Análise de componentes principais em imagens multitemporais TM/Landsat como os estudos de vulnerabilidade à perda de solo em ambiente semiárido. **Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto**. Anais. Santos, INPE, 1998.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. Entenda a real situação do Cinturão das Águas do Ceará. 2023. Disponível em: https://www.ceara.gov.br/2023/11/07/entenda-a-real-situacao-do-cinturao-das-aguas-do-cear. Acesso em: 09/Nov/2023.

IBGE-INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Geociências-Organização do Território-Malhas Territoriais. Disponível em https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais/15774-malhas.html?=&t=acesso-ao-produto. Acesso em: 10/jun/2023.

IBGE-INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2022. Censo demográfico 2022, Densidade demográfica-Municípios 2022. Disponível em https://censo2022.ibge.gov.br/apps/pgi/#/home. Acesso em:10/jun/2023.

INPE-INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. Satélite Cbers-4A, 2022. Disponível em: <http://www.cbers.inpe.br/ >. Acesso em: 05/jun/2023.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ - IPECE, 2011. Perfil básico municipal do Crato, 2011. Disponível Em https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2018/09/Crato_2011.pdf. Acesso Em: 12/Jun/2023.

LIMA, F. F. et al. Geopark Araripe: histórias da terra, do meio ambiente e da cultura. Crato–CE, 2011.

MARQUES, Fernando O. et al. The Araripe Basin in NE Brazil: An intracontinental graben inverted to a high-standing horst. Tectonophysics, v. 630, p. 251–264, 2014.

MARTINS, Cícera Mônica da Silva Sousa. Afetividade em contextos de desapropriação: impactos psicossociais das obras do cinturão das águas do Ceará em comunidades rurais do município do Crato-CE. 2020. 208 f. **Dissertação** (Mestrado em Psicologia)–Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020.

NOBRE, F. W. Os efeitos do Cinturão das Águas do Ceará-CAC no distrito de Baixio das Palmeiras, Crato–CE. 2017. **Dissertaçã**o de Mestrado. Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável. Universidade Federal do Cariri, 2017.

PEULVAST, Jean-Pierre; BÉTARD, François. A history of basin inversion, scarp retreat and shallow denudation: The Araripe basin as a keystone for understanding long-term landscape evolution in NE Brazil. Geomorphology, v. 233, p. 20–40, 2015.

PEREIRA, Liana de Andrade Esmeraldo. Migração ambiental compulsória em hidroterritórios: impactos nas famílias ocasionado pelo Cinturão das Águas, na Região do Cariri Cearense. 2020. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília (UnB).

ROSA, R. **Introdução ao sensoriamento remoto,** 5ª ed. Uberlândia: Ed. da Universidade Federal de Uberlândia, 2003.

SANTOS, Jaqueline Guimarães. Entre a Seca e a Cerca: um olhar histórico em torno da Água no Nordeste brasileiro. **Desenvolvimento em Questão**, v. 21, n. 59, p. e13092-e13092, 2023.

SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. Cinturão das águas. https://www.srh.ce.gov.br/cinturao-das-aguas-do-ceara/. 2021. Acesso em: 09/ago/2023.

SILVA, Miscilane Costa et al. "P'ra ser Kariri a gente tem que dobrar a história": processos de territorialização e afirmação étnico-política dos Cariri de Poço Dantas-Umarí no município de Crato-CE. 2021.

A TRANSFIGURAÇÃO E MONOPOLIZAÇÃO DO CICLO HIDROSSOCIAL NO VALE DO JAGUARIBE (CE)

Diego Gadelha de Almeida[1]

José César Maia Filho[2]

Luiz Cruz Lima[3]

RESUMO

Esse artigo busca interrogar, a partir da tríade quem-como-e-para-que, o processo de transfiguração e monopolização do ciclo hidrossocial no vale do rio Jaguaribe, no estado do Ceará. Defendemos que o aporte, a disponibilidade e o acesso à água dessa bacia foram subsumidos aos desígnios do capital em uma longa marcha de ação estatal, intensificada entre as décadas de 1980-2000. Mediante a análise bibliográfica-documental, trabalho de campo e inventário das portarias de outorgas de uso da água, revelamos que os fluxos hídricos nas sub-bacias do Médio e Baixo curso do Jaguaribe foram dominados pelas frações do agronegócio de frutas e camarão, conformando uma geografia desigual dos rejeitos e proveitos. Em outras palavras, concluímos que propalada política hídrica executada pelo Governo do Estado do Ceará, longe de garantir justiça social, na verdade (re)produziu velhas e novas desigualdades que marcam a história do semiárido nordestino.

Palavras-chave: Transfiguração da natureza, ciclo hidrossocial, injustiça hídrica.

ABSTRACT

This paper aims to interrogate, based on the who-how-and-for-what triad, the process of transfiguration and monopolization of the hydrosocial cycle in the Jaguaribe river valley, in the state of Ceará. We argue that the supply, availability and access to water from this basin were subsumed to the designs of capital in a long march of state action, intensified between the 1980s and 2000s. Through bibliographical-documentary analysis, fieldwork and inventory of water use grant ordinances, we revealed that water flows in the sub-basins of Jaguaribe's Middle and Low course were dominated by the fruit and shrimp agribusiness fractions, constituting an unequal geography of waste and profit. In other words, we conclude that the publicized hydro policy implemented by the Ceará State Government, far from guaranteeing social justice, in fact (re)produced old and new inequalities that mark the history of semi-arid northeast.

Keywords: Nature's transfiguration, hydrosocial cycle, hydro-injustice.

INTRODUÇÃO

O vale do Jaguaribe foi, sem dúvida, a bacia hidrográfica que mais recebeu, no Estado do Ceará, políticas territoriais sustentadas pelas ideologias do combate à

[1] Doutorado em Geografia da Universidade Estadual do Ceará (UECE), diegogadelha@gmail.com
[2] Graduando em Saneamento Ambiental do Instituto Federal do Ceará (IFCE), maiacesarmaia844@gmail.com
[3] Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará (UECE), cruz.lima@uece.br

seca/gestão dos recursos hídricos. Ao longo dos séculos XX e XXI, os governos federal e estadual, em diálogo com os organismos internacionais imperiais, territorializaram sistemas de engenharia e de normas que transfiguraram o ciclo hidrossocial (SUERTEGARAY, 2021; SWYNGEDOUW, 2017) desta fração do território cearense.

Em outras palavras, as obras de açudagem, os canais de transposição, os perímetros irrigados, a perfuração de poços, a legislação hídrica e as práticas de gestão promovidas pela simbiose Estado-Capital produziram uma nova geografia das águas superficiais e subterrâneas sintetizada no sistema hidrotécnico *Açude-Rio-Canal-Subsolo*. Tais transfigurações da natureza ganham densidade no médio e baixo curso do vale onde encontramos o açude Castanhão, o rio Jaguaribe perenizado, dois canais de transposição (Canal do Trabalhador e Eixão das Águas), três perímetros irrigados e os poços perfurados nos aquíferos sedimentares.

Com isso, essa região cearense tornou-se a mais abundante em aporte hídrico e, consequentemente, passou a ser escolhida e disputada pelas firmas hegemônicas do agronegócio (CAVALCANTE, 2020). Firmas que produziam, notadamente, frutas (com destaque para a banana e o melão) e camarão em cativeiro, ou seja, duas atividades hidrointensivas que – em um contexto de clima semiárido – só se sustentam devido à oferta artificial de água via sistemas de engenharia. Oferta essa distribuída segundo os fluxos das relações de poder, emanadas a partir das zonas irrigadas e carcinicultoras, portanto, frações do território que concentram a demanda hídrica requerida pelo agronegócio em desenvolvimento.

Para avaliar esse contexto, partimos da premissa de que a produção do ciclo hidrossocial sob o capitalismo, além de não democratizar o acesso à água, autoriza a intensificação-extensificação da fronteira agrária que segue nas mãos de antigas e novas frações burguesas de classe.

Assim, o presente estudo analisa, a partir da tríade quem-como-e-para-que, os usos das águas nas sub-bacias do Médio e Baixo Jaguaribe em diálogo com a variação hidroclimática que atingiu o semiárido cearense entre 2012-2020. Defendemos que uma cartografia das outorgas de direitos de uso das águas vem se revelando uma ferramenta para evidenciar a geografia desigual dos rejeitos e proveitos (PORTO-GONÇALVES, 2006a) resultantes da propalada política hídrica em curso no Estado do Ceará.

METODOLOGIA

A partir da articulação entre quem-onde-e-para-que, tabulamos e analisamos as portarias de outorgas de direito de água concedidas pela Secretaria de Recursos Hídricos (SRH) do Estado do Ceará vigentes nos anos de 2010 e 2020, com recorte espacial centrado nas sub-bacias do Médio e Baixo Jaguaribe, compostas por 13 e 9 municípios, respectivamente, abrangendo 11,64% do território cearense.

Numa primeira aproximação, elaboramos um quadro com o perfil dos maiores acumuladores de direitos de água, indicando sua razão social, tipo de uso, manancial de captação, localização da produção, volume e vazão demandada. Relevamos, com isso, que os setores de irrigação e aquicultura concentravam o volume outorgado anual. No segundo momento, centramos nosso olhar sobre as 15 (quinze) maiores concessões com o fito de revelar e detalhar a injustiça hídrica (BOELENS, 2011) produzida pela articulação Estado-Capital. Sublinhamos que os dados organizados nos quadros 1 e 2 expressam o somatório das portarias de outorgas concedidas a cada usuário nos anos investigados. Para o presente estudo, focamos nosso olhar sobre os usos produtivos da água. Ou seja, não incluímos a demanda de abastecimento humano.

Apesar do recurso metodológico se centrar na análise das águas outorgadas, a etapa de coleta e análise de dados foi acompanhada por levantamento bibliográfico-documental e trabalho de campo, autorizando decifrar a "caixa-preta" de uso das águas por partes das firmas hegemônicas do agronegócio (CAVALCANTE, 2020).

REFERENCIAL TEÓRICO

Partimos do pressuposto de que a percepção de um ciclo hidrológico como imutável, externo ao homem, determinado apenas por forças geobiofísicas carece de uma leitura crítica e condizente com atual período histórico – o antropoceno-capitaloceno (MOORE, 2022). Compreendemos a água e seu ciclo em uma relação dialética com a sociedade, o que nos leva a considerar o papel que as relações sociais de produção (e de poder) desempenham na transfiguração (SUERTEGARAY, 2021) dos fluxos hídricos. A perspectiva desenvolvida por Porto-Gonçalves (2006a) sobre a relação sociedade-água em diálogo com a abordagem político-ecológica intitulada de hidrossocial (SWYNGEDOUW, 2017) são a base teórico-metodológica da presente investigação.

Nesse sentido, inspirados em Suertegaray (2021) e Smith (1988), entendemos por transfiguração ou produção do ciclo hidrossocial os processos – de origem multiescalar - que alteram o regime de aporte, de circulação e de acesso à água. Sem esquecer o papel da dinâmica naturogênica, indicamos que os fluxos hídricos são cada vez mais

manipulados por obras hidráulicas, legislações, instituições, práticas culturais e significados simbólicos. E que, em um metabolismo conduzido pela lógica do capital, essa transfiguração não poderia ocorrer sem (re)produzir desigualdades e conflitos.

Em outras palavras, seguindo os ensinamentos geográficos de Smith (1988), Santos (2008), Swyngedouw (2017) e Harvey (2020), asseveramos que Água-Capital-Poder não se espacializam homogeneamente. O desenvolvimento do capitalismo induz tendências de igualização-diferenciação da natureza/espaço, autorizando pensarmos em configurações hidrossociais fabricadas e apropriadas pelas frações hegemônicas de classe.

A abordagem proposta autoriza questionar quem são os sujeitos da produção que comandam e disputam a transfiguração do ciclo hidrossocial; quais geometrias de poder são erigidas; quem terá, preferencialmente, o controle e o acesso à água; e quem conformará o grupo dos despossuídos/espoliados – os "sem-água" (PORTO-GONGALVES, 2006b).

Em adição, ao politizar a leitura da dinâmica da natureza, esse caminho teórico, em diálogo com a leitura da questão agrária nordestina, revela que a escassez e a abundância hídrica, resultantes relação sociedade-água, são vivenciadas desigualmente pelos grupos sociais. Essa chave interpretativa se mostra fundamental para entender o metabolismo hidrossocial em um ambiente semiárido constantemente redesenhado por políticas de combate à seca. Sob essa orientação – de combater à seca –, o Estado brasileiro concebeu e executou projetos socioecológicos (HARVEY, 2020) embebidos por intencionalidades que variaram de acordo com o bloco político (POULANTZAS, 1986) ocupante do poder em cada período histórico.

Se, durante décadas, no semiárido nordestino, a oligarquia algodoeira-pecuária hegemonizou a ação estatal na questão hídrica (OLIVEIRA, 1981), com a emergência da década de 1980, o desenho das políticas hidrossociais ocorreram sob forte orientação da agenda neoliberal e da formação de novos arranjos de classe, com destaque para a atuação do agronegócio fruticultor e a produção industrial hidrointensiva. Ou seja, as rodadas de neoliberalização (BRANDÃO, 2017) subsumiram a água (e seus fluxos) ao mundo da mercadoria por intermédio de um sistema de controle e acesso determinado pela ideologia da gestão integrada, participativa e descentralizada dos recursos hídricos.

Foi esse tripé – integração, participação e descentralização –, sob forte influência do Banco Mundial e de outros organismos imperiais, que orientou sucessivos grupos políticos que ocuparam o governo do Ceará, a começar pelo primeiro mandato de Tasso

Jereissati (1987-1991). A experiência cearense em gestão das águas rendeu – no seio dos poderes hegemônicos – deferência política, sendo comemorada como "pioneira" e "moderna" (AQUINO, 2019). Por outro lado, o aparato estatal usou com maestria a nova configuração hidrossocial para disputar a guerra dos lugares (SANTOS; SILVEIRA, 2003) e atrair, cada vez mais, firmas hidrointensivas. A promessa era de segurança hídrica proporcionada por um complexo sistema de engenharia e de normas, apesar da dinâmica hidroclimática marcada pela semiaridez.

Se o Ceará despontou como um laboratório para os organismos financeiros imperiais, o vale do Jaguaribe, a maior bacia do estado, tornou-se o *lócus* privilegiado para testar e operacionalizar o receituário neoliberal no temário água. A região figura entre as que mais recebeu próteses da natureza (SANTOS; SILVEIRA, 2003) – açudes, canais, adutoras, perímetros irrigados, por exemplo – e como espaço onde as práticas de gestão foram inauguradas e aperfeiçoadas.

Resta claro que esse protagonismo dos governos cearenses e a transfiguração do rio Jaguaribe e de seu vale não ocorreram sem o conflituoso apagamento de outros metabolismos hidrossociais manejados pela diversidade de povos campesinos, impondo, a cada lugar tocado pela ideologia da gestão integrada, participativa e descentralizada, a racionalidade do capital.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

- A transfiguração do ciclo hidrossocial do rio Jaguaribe (CE)

Para entendermos a dinâmica de usos das águas no vale do Jaguaribe, com destaque para o seu médio e baixo curso, devemos considerar que o aporte e os fluxos hídricos desta bacia resultam de um longo processo de produção da natureza sob a direção conflituosa das frações hegemônicas de classe.

Embora o projeto socioecológico de controle e aproveitamento econômico das águas retroceda ao período da invasão colonial, defendemos que, apenas no final século XX e início do XXI, a circulação das águas superficiais e subterrâneas, parte integrante do ciclo hidrossocial, foi realmente subsumida à dinâmica das relações de poder/produção orientadas pelo princípio da acumulação expansiva do capital. Em outras palavras, argumentamos que, nas décadas de 1980, 1990 e 2000, o rio Jaguaribe e o seu vale passaram por profundas transformações no que diz respeito à disponibilidade, à distribuição, ao controle e aos usos das águas.

Em caráter de síntese, indicamos alguns eventos que sustentam, ao longo de "trinta anos gloriosos" (1980-2010), a fundação de uma nova geografia das águas na maior bacia hidrográfica cearense, quais sejam:

i) A instalação, no início da década 1980, de uma válvula dispersora no açude Orós[4], que autorizou a perenização do "maior rio seco do mundo" e garantiu aporte hídrico para intensificar a conquista, via irrigação, da planície aluvionar do Jaguaribe;

ii) A construção, em 1993, do Canal do Trabalhador, sob gestão do Governador Ciro Gomes, objetivando salvar o abastecimento urbano-industrial da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), colapsado pelo evento da seca. Este sistema de engenharia, com mais de 100 quilômetros de canal, transpõe parte da vazão do rio Jaguaribe para a rede de açudes que sustenta Fortaleza e seu entorno imediato;

iii) O início das obras do açude Castanhão, em 1995, no segundo mandato do Governador Tasso Jereissati. O Castanhão, com capacidade para acumular 6,7 bilhões de metros cúbicos de água, marca sem precedentes na histórica cearense, foi inaugurado em 2002 e tornou-se a principal prótese hidrossocial da bacia. Localizado a jusante do Orós, o novo açude consolidou o aprisionamento dos fluxos hídricos do Jaguaribe;

iv) A execução dos primeiros trechos do Canal da Integração/Eixão das Águas, concebido para transpor as águas do açude Castanhão para a RMF e, em seu percurso, garantir oferta hídrica necessária à ampliação da fronteira irrigada na sub-bacia do Baixo Jaguaribe. Com a inauguração dos trechos I, em 2004, (Castanhão-Açude Curral Velho) e o V, em 2014 (já na RMF), os fluxos hídricos a partir do Castanhão foram bifurcados. Parte segue via leito 'natural' do Jaguaribe até desaguar na sua foz, e a outra é transposta via estações de bombeamento, canal de concreto, sifões e adutoras conectando-se ao

[4] O açude Orós foi inaugurado em 1961 pelo então presidente Juscelino Kubitschek. Com capacidade de acumular 1,9 bilhão de metros cúbicos, localizado na sub-bacia do Alto Jaguaribe, sua construção significou o primeiro grande esforço de aprisionamento direto das águas do rio Jaguaribe. Até então, a açudagem se concentrava em mananciais tributários do Jaguaribe.

sistema de abastecimento da RMF e, em especial, ao Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP).

Além dessas quatro intervenções que redesenham o volume e o caminho das águas, adicionamos que foram instalados, pós-1980, dois perímetros públicos de irrigação na sub-bacia do Baixo Jaguaribe: o Jaguaribe-Apodi, em 1987, e o Tabuleiros de Russas, em 1992. Os dois projetos, executados pelo Governo Federal, emergiram no mesmo período da difusão do "Consenso da Fruticultura Irrigada"[5], que prometia transformar o nordeste semiárido em uma nova Califórnia (EUA). Essa sobreposição de políticas – perímetro irrigado e incentivo à fruticultura – produziu uma demanda hidrointensiva que passou a disputar os fluxos hídricos regularizados pelo açude Castanhão.

Para coordenar essa nova configuração hidrossocial, conformou-se um complexo sistema de instituições e normas, emanadas, sobretudo, pelo Governo do Estado do Ceará, que ascendeu ao posto de principal gestor do ciclo hidrossocial transfigurado. Para tal, foi instituída, em 1987, a Secretaria dos Recursos Hídricos (SRH), inaugurando uma rodada de normatização e institucionalização com o objetivo de controlar as águas sob a orientação ideológica da "gestão integrada, participativa e descentralizada dos recursos hídricos".

Em adição, em 1991, o governo estadual lançou o Plano Estadual de Recursos Hídricos (PLANERH) e, no ano seguinte, a Lei nº 11.996, que dispõe sobre Política de Recursos Hídricos e institui o Sistema Integrado de Gestão de Recursos Hídricos – SIGERH. Os instrumentos da outorga de direito de uso e da cobrança pela utilização dos recursos hídricos, bem como o suposto caráter participativo dos comitês de bacias hidrográficas disciplinados pela lei estadual, passaram a condicionar o acesso e os usos das águas no vale do Jaguaribe em um cenário de liberalização e privatização da natureza.

Assim, desse encontro entre próteses hidrossociais (Açude-Rio-Canal) e arranjos institucionais, conformou-se um Sistema Integrado Jaguaribe-Região Metropolitana de Fortaleza (figura 1), termo utilizado pelo aparato estatal integrante do SIGERH. Importa sublinhar que essa inovação institucional inseriu as águas do Jaguaribe em complexa geografia do poder, com destaque para dois blocos políticos territorializados em posições distintas ao longo dos (novos) caminhos das águas.

[5] A expressão "Consenso da Fruticultura Irrigada" é inspirada na leitura de Svampa (2013) sobre o Consenso das Commodities.

O primeiro é representado pelo agronegócio de frutas e camarão concentrado no trecho final do rio Jaguaribe. Composto por frações do capital de origem local, nacional e internacional, capturam, sobretudo, as águas superficiais e subterrâneas que circulam ao longo do leito 'natural' do vale. Já o segundo bloco político é o principal beneficiário da transposição das águas do Castanhão para RMF, via Canal da Integração-Eixão das Águas. Formado por frações do capital urbano-industrial, com destaque para grandes corporações localizadas no Complexo Industrial e Portuário do Pecém, vinculados à produção termoelétrica e à siderúrgica.

Na próxima seção, trataremos do primeiro bloco político, evidenciando que o massivo investimento estatal em sistemas de engenharia e de normas vem sendo monopolizado por um seleto grupo de velhos e novos latifundiários. Ou seja, abordaremos as águas que ficam no vale do Jaguaribe, deixando para outros escritos a exposição das águas que seguem para RMF.

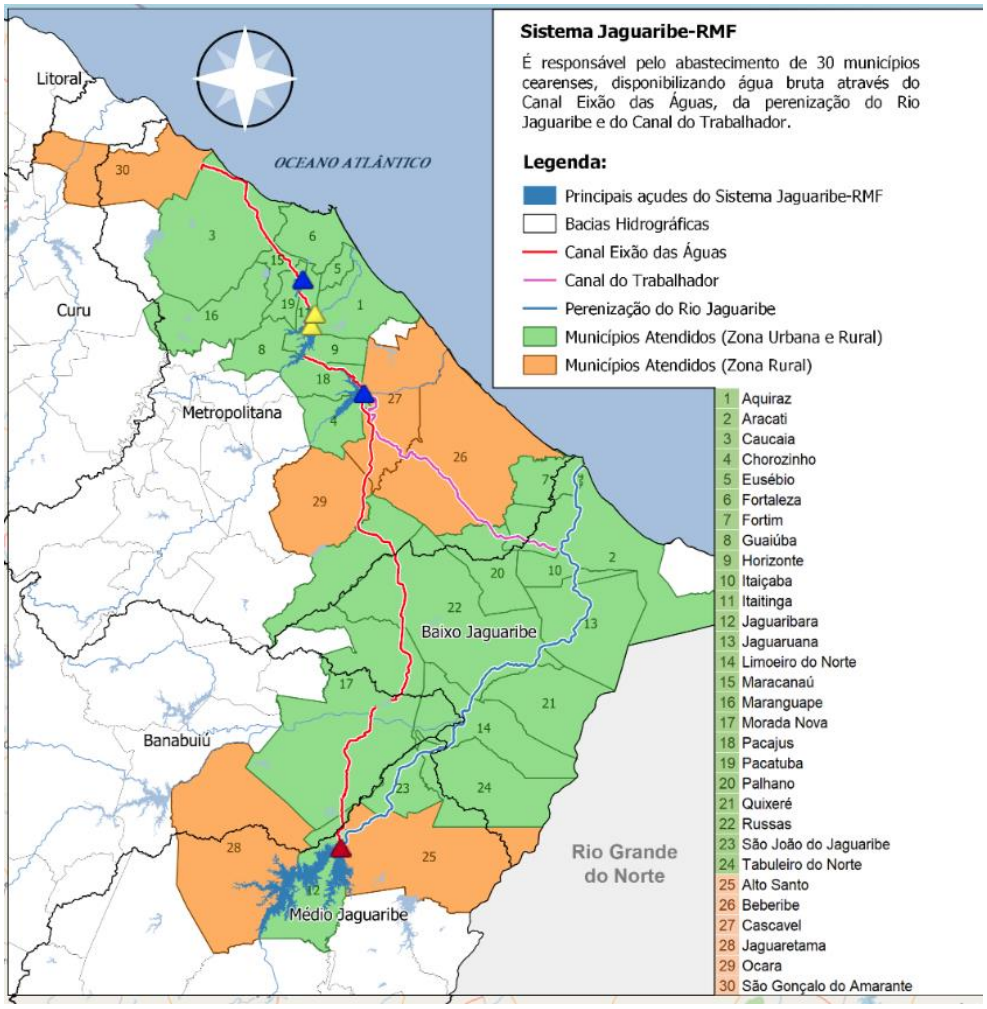


Figura 1 - Sistema Integrado Jaguaribe-Região Metropolitana de Fortaleza
Fonte: COGERH/Funceme, adaptado pelos autores.

- A monopolização do Sistema Açude-Rio-Canal-Subsolo

A consolidação das principais próteses hidrossociais, nos primeiros anos do século XXI, foi acompanhada por intensas precipitações, em 2004 e 2009, proporcionando um período de águas abundantes na região[6]. Essa fartura, em uma formação territorial historicamente desigual e regida pela lógica do capital, não se distribuiu seguindo os princípios da justiça hídrica (BOELENS, 2011).

Em uma primeira aproximação, com base na tabela 1, a análise das outorgas indica que os usos localizados na sub-bacia do Baixo Jaguaribe foram privilegiados pelo novo regime hidrossocial, embora as duas principais próteses que acumulam água estejam a montante, no Alto e Médio curso (açude Orós e Castanhão, respectivamente). Seja em 2010 ou 2020, os outorgados do Baixo Jaguaribe capturaram 84,76% e 83,85% do volume total autorizado.

Tabela 1 - Volume outorgado (m³/ano) por tipo de uso segundo as sub-bacias, 2010-2020.

Tipos de Uso	**Médio Jaguaribe**		**Baixo Jaguaribe**	
	2010	2020	2010	2020
Irrigação	21.491.807,07	23.038.303,52	146.352.648,88	112.454.372,95
Aquicultura	2.417.890,41	1.829.800,57	11.642.146,67	53.266.859,09
Outros Usos	5.309.227,96	12.060.841.83	4.581.890,46	26.047.096,08
Total Outorgado	29.218.925,44	36.928.945,92	162.576.686,01	191.768.328,12

Fonte: SRH-COGERH, organização dos autores.

Esse padrão de distribuição dos direitos de uso de água guarda relação com a territorialização do agronegócio hidrointensivo no trecho final do vale, gerando uma concentração dos fluxos hídricos por parte da fruticultura irrigada e da aquicultura. Estes dois tipos de uso monopolizavam em 2010 e 2020, nesta ordem, 94,84% e 83,34% da demanda outorgada em m³/ano nas sub-bacias em análise, conforme tabela 1.

Não obstante, para decifrarmos a "caixa preta" das outorgas, precisamos revelar mais uma camada de desigualdades. Assim, considerando as sub-bacias do Médio e Baixo Jaguaribe, selecionamos as 15 maiores demandas para fins de produção agropecuária (irrigação e aquicultura), listadas no quadro 1.

Antes de expor os principais beneficiários da propalada política hídrica em curso no Estado do Ceará, cabe lembrar que o ano de 2010 foi de abundância hídrica, autorizando a intensificação-extensificação da fronteira agrária. Em outras palavras, os

[6] Aquino (2019) adota, em seu trabalho, as expressões "nos tempos das águas abundantes e escassas" para descrever os períodos que analisamos no presente escrito.

outorgados listados no quadro 1 gozaram de um cenário hídrico garantidor da reprodução ampliada dos seus investimentos em um contexto de semiárido nordestino. A demanda autorizada para os 15 maiores outorgados totalizava, em 2010, 156.202.529,32 m³/ano. Tal montante equivalia a 81,44% do volume requerido pelos demais usos da água, inclusive abastecimento humano.

Quadro 1 - 15 maiores volumes outorgados (m³/ano) – 2010.

	Outorgados	**Sub-bacia**	**Uso**	**Fonte**	**Volume (m³/ano)**
1	FAPIJA	Baixo	Irrigação	Superficial	106.887.918,10
2	Associação Geral do Mandacaru	Médio	Irrigação	Superficial	12.557.220,00
3	Del Monte Fresh Produce Ltda	Baixo	Irrigação	Subterrânea	6.323.486,65
4	Ypioca Agroindustrial Ltda	Baixo	Irrigação	Superficial	5.460.000,00
5	DISTAR	Baixo	Irrigação	Superficial	5.261.351,07
6	Cultivo Brasileiro de Camarões Ltda	Baixo	Aquicultura	Superficial	3.470.958,69
7	JS Tropical Comércio de Furtas Ltda	Baixo	Irrigação	Superficial/Subterrânea	3.277.353,39
8	Camarões do Jaguaribe Ltda	Médio	Aquicultura	Superficial	2.206.333,15
9	Associação dos Agricultores Urbanos	Médio	Irrigação	Superficial	2.098.787,01
10	CIJAL Ltda	Baixo	Aquicultura	Superficial	2.045.741,50
11	Potylapia Aquicultura Ltda	Baixo	Aquicultura	Superficial	1.458.546,00
12	Marcos Antônio de Oliveira	Baixo	Aquicultura	Superficial	1.443.520,29
13	Raphael Souto Vencato	Baixo	Aquicultura	Superficial	1.363.325,21
14	Alexandre Venâncio de Almeida	Baixo	Aquicultura	Superficial/Subterrânea	1.187.552,87
15	Daniel Mesquita Magalhães	Baixo	Aquicultura	Superficial	1.160.435,29
Total - 15 maiores outorgas					**156.202.529,22**
Total outorgado nas sub-bacias					**191.795.611,45**

Fonte: SRH-COGERH, organização dos autores.

Neste seleto grupo, sete usuários demandavam água para irrigação e oito para aquicultura. O primeiro tipo de uso monopolizava 144.389.876,82 m³/ano – ou 92,44% – do total outorgado para fins de produção agropecuária. Ao passo que a aquicultura participava com 11.812.652,50 m³/ano, correspondendo a 7,56%. Um detalhamento dos

setores permite indicar que a fruticultura irrigada e a produção de camarão em cativeiro, com 4 e 7 outorgados[7], nesta ordem, figuravam como principais atividades econômicas concentradoras do volume autorizado pelo governo do Estado do Ceará.

Com base na análise das portarias de outorga, sinalizamos que fruticultura irrigada, no período das águas abundantes, dominava os mananciais superficiais perenizados pelo açude Castanhão e se desenvolvia em três frações do território: em dois perímetros irrigados, no Jaguaribe-Apodi (PIJA) e Tabuleiros de Russas (PITR), sediados, nesta ordem, em Limoeiro do Norte e Russas; e na Chapada do Apodi, com destaque para o município de Quixeré, e, mais uma vez, Limoeiro do Norte. Neste município, inclusive, localiza-se a estação de bombeamento do perímetro Jaguaribe-Apodi, ocupante da primeira posição entre os 15 maiores consumidores de água no ano em estudo, com autorização de captar 106.887.918,10 m³/ano das águas que correm pelo rio Quixeré (braço perenizado do Jaguaribe). Por sua vez, o perímetro Tabuleiros de Russas, quinta maior demanda hídrica (5.261.351,07 m³/ano), tinha como fonte de captação o Eixão das Águas. Os dois territórios irrigados monopolizavam 61,65% do volume total outorgado para fins agropecuários.

Quanto à monocultura de camarão em cativeiro, destacamos que a atividade despontou na bacia do Jaguaribe na década de 1990, localizando-se – preferencialmente – na planície litorânea e, especificamente, no ecossistema de manguezal. Ao passo que, nos anos 2000, os viveiros avançaram rio acima, ocupando o sistema aluvionar. Em 2010, a empresa CBC Ltda, localizada em Aracati, listada na sexta posição em demanda hídrica, figurava como a maior consumidora entre os carcinicultores com um aporte anual de 3.470.958,69 m³.

Essa configuração de usos das águas, contudo, começou a mudar em 2012. Em 5 anos consecutivos (2012-2016), as precipitações registraram uma média de 516 mm/ano, levando o Castanhão para 2,53% da sua capacidade nas primeiras semanas de janeiro de 2018. A mudança no cenário hídrico, somado à dinâmica socioeconômica, contribuiu para alterar a composição dos maiores consumidores de água e suas práticas de uso, como sistematizado no quadro 2.

[7] Outorgados com atuação na fruticultura irrigada e carcinicultura, respectivamente: FAPIJA; Del Monte; DISTAR; JS Tropical Ltda e Cultivo Brasileiro de Camarões Ltda; Camarões do Jaguaribe Ltda; CIJAL Ltda; Marcos Antônio de Oliveira; Raphael Souto Vencato; Alexandre Venâncio de Almeida; Daniel Mesquita Magalhães.

Em 2020, auge da escassez produzida, o volume outorgado pelos 15 acumuladores de direitos de água somou 116.029.179,56 m³/ano, equivalente a 50,73% do total autorizado para os múltiplos usos, inclusive abastecimento humano. A fruticultura e a carcinicultura, com 6 e 4 usuários[8], respectivamente, seguiam monopolizando o volume outorgado.

Quadro 2 - 15 maiores volumes outorgados (m³/ano) – 2020.

	Outorgados	Sub-bacia	Uso	Fonte	Volume (m³/ano)
1	Meri Pobo Ltda	Baixo	Irrigação	Superficial/Subterrânea	31.072.555,39
2	DISTAR	Baixo	Irrigação	Superficial	21.393.821,24
3	FAPIJA	Baixo	Irrigação	Superficial	19.744.179,40
4	DIMAC	Médio	Irrigação/Dessedentação	Superficial	8.546.792,79
5	Agrícola Famosa S.A	Baixo	Irrigação	Subterrânea	7.036.748,14
6	Companhia Comercial e Industrial de Alimentos	Baixo	Aquicultura	Superficial	4.588.700,57
7	Aquasanta Aquicultura Ltda	Baixo	Aquicultura	Subterrânea	4,327,562,14
8	Grupo Telles	Baixo	Irrigação/Dessedentação/Industrial	Subterrânea	3.398.650,14
9	Tropical Nordeste Fruit Ltda	Baixo	Irrigação	Subterrânea	3.337.610,12
10	Felipe Fernandes – ME	Médio	Irrigação	Superficial	3.184.904,35
11	Terra Santa Ltda	Baixo	Irrigação	Subterrânea	2.390.716,20
12	L C Pereira – ME	Baixo	Aquicultura	Subterrânea	2.055.626,02
13	Esperança Agropecuária Ltda	Baixo	Irrigação	Superficial	1.736.764,16
14	Aquicultura Valente Ltda	Baixo	Aquicultura	Subterrânea	1.629.702,57
15	Nova Agro Ltda	Médio	Irrigação	Subterrânea	1.584.846,33
	Total - 15 maiores outorgas				**116.029.179,56**
	Total outorgado nas sub-bacias				**228.697.274,04**

Fonte: SRH-COGERH, organização dos autores.

[8] Outorgados com atuação na fruticultura irrigada: Meri Pobo Ltda; DISTAR; FAPIJA; Agrícola Famosa S.A; Tropical Nordeste Fruit Ltda e Terra Santa Ltda. Todos os usuários classificados como aquicultura atuavam na produção de camarão em cativeiro.

Com a seca, a participação dos dois principais perímetros (PIJA e PITR) caiu para 21,58% da demanda hídrica do setor agropecuário e o topo da lista de maiores consumidores foi ocupado pela empresa de capital internacional Meri Pobo Agropecuária Ltda. Com um volume de 31.072.555,39 m³/ano, essa firma hegemônica da fruticultura irrigada (CAVALCANTE, 2020) registrou um aumento da sua demanda hídrica ao longo do período de escassez produzida, evidenciando o impacto desigual da estiagem entre as frações de classe.

Outro registro de mudança diz respeito ao papel que as fontes subterrâneas passaram a ocupar na reprodução do capital agrário. Enquanto em 2010 anotava-se apenas um acumulador de água sustentado exclusivamente por fontes subterrâneas, em 2020, oito usuários sugavam os aquíferos sedimentares das sub-bacias, com destaque para os domínios da aluvião – ao longo do rio Jaguaribe – e a formação Jandaíra-Açu, na Chapada do Apodi.

O comparativo entre o período de 2010-2020 indica que a escassez das águas superficiais disparou uma espécie de destruição criativa (SCHUMPETER, 1982) materializada na renovação dos principais consumidores, já que apenas quatro usuários se mantiveram entre os 15 maiores, assim como na corrida por uma alternativa hídrica sustentada por poços de aquíferos sedimentares. Estas fontes passaram a ocupar centralidade na manutenção e até mesmo expansão da fronteira agrícola, com ênfase para a carcinicultura, que cresceu em usuários e área cultivada apesar da seca. Ou seja, os aquíferos foram convertidos em zonas de sacrifício (SOUZA, 2019), redimensionando a escala das disputas por água e território. Esse novo padrão de uso sinalizou, inclusive, a importância de considerar as fontes subterrâneas na análise do ciclo hidrossocial, conformando o Sistema Açude-Rio-Canal-Subsolo.

O cenário de escassez relativa também mobilizou as frações de classe em torno dos destinos da política hídrica aplicada nos últimos “trinta anos gloriosos”. O bloco do agronegócio-indústria, apesar de ter agendas particulares, renovou o discurso por mais próteses, mais gestão e mais mercantilização da água. Em outras palavras, mais produção e controle do ciclo hidrossocial, mais indústria da seca - mais Estado para o capital.

Já o bloco dos “sem-água”, por sua vez, seguiu em denúncia-anúncio expondo que, apesar da captura do fundo público para obras e mais obras, o modelo de desenvolvimento hidrointensivo - pautado na comoditização da produção - é incompatível com o cenário de emergência climática, bem como vem disparando processos de ruptura metabólica no rio Jaguaribe e em seu vale. Afinal, além de monopolizar os fluxos

hídricos, os usos hegemônicos em curso são sustentados por práticas produtivas dilapidadoras da natureza, como o uso intensivo de agrotóxicos, o desmatamento, o lançamento de efluentes da carcinicultura nos mananciais, a exaustão e contaminação dos aquíferos sedimentares, entre outras.

Por ora, neste conflito entre e intraclasses, a fração urbana-industrial figurou entre as que mais recebeu atenção do Estado no cenário de escassez, garantindo que a reprodução do capital não sofresse, na mesma proporção, os impactos de uma das piores secas da história do Ceará. A Região Metropolitana de Fortaleza, sede de indústria hidrointensivas, teve água garantida (via Canal da Integração-Eixão das Águas), recebeu novos sistemas de engenharia (poços dos aquíferos litorâneos), as águas da transposição do São Francisco e o anúncio de uma usina de dessalinização – mais uma promessa redentora da indústria da seca.

Mesmo em posição subordinada ao capital industrial, o agronegócio fruticultor também foi salvo pelo Estado e monopolizou as águas que restaram circulando nas sub-bacias do Médio e Baixo Jaguaribe. Aos camponeses, a seca significou a repetição histórica da calamidade. Os "sem-água" amargaram a perda da produção/renda e conviveram com a insuficiente política de emergência do carro-pipa, enquanto para as firmas hegemônicas, apesar da redução regional dos estoques hídricos, havia água para a produção siderúrgica na RMF, havia água para a produção de frutas e camarão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A transfiguração do ciclo hidrossocial, via sistemas técnicos e de normas, longe de democratizar a distribuição e o acesso à água ao longo do médio e baixo Jaguaribe, produziu e atualizou desigualdades históricas que marcam a questão agrária brasileira. Em simbiose com o latifúndio das terras, constituiu-se, no recorte espacial analisado, o latifúndio das águas.

Estes monopolizadores dos fluxos hídricos superficiais e subterrâneos concentram as benesses da política hídrica vigente e, em virtude do caráter hidrointensivo dos processos de produção territorializados, contribuem para a produção da escassez relativa que assola, sobretudo, as comunidades camponesas e suas práticas de uso da água e do território.

No atual cenário de recuperação dos estoques hídricos, de efetivação da transposição do São Francisco e de anúncio de novas obras/políticas redentoras do semiárido, esperamos que, ao abrirmos e nos debruçarmos sobre a "caixa preta" das

outorgas de direito de água, reste claro que a ação estatal – a serviço das frações burguesas – produziu anos gloriosos para a expansão da fronteira agrária hidrointensiva no vale do Jaguaribe. Sinalizamos, outrossim, que um novo período de abundância hídrica não significará a superação das desigualdades na distribuição e acesso à água, já que questões estruturais – como o latifúndio da terra – seguem sem resolução.

Por isso, a bandeira política da convivência com o semiárido, reivindicada por frações do campesinato, deve ser acompanhada por um alargamento do horizonte utópico. A superação do latifúndio da terra e a territorialização da agroecologia são sim condição para a construção de outros metabolismos sociedade-água, com base na justiça hídrica. Mas não haverá justiça – mesmo que redistributiva – sem a superação da sociabilidade capitalista.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Sandra Helena Silva de. **Entre escassez, prioridades e negociações:** a Cogerh e os trajetos e destinos das águas que vêm do Sertão para a Metropóle. 2019. Tese (Doutorado em Sociologia) – Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.

BOELENS, Rutgerd *et al*. (org.). **Justícia hídrica**: acumulación, conflito y acción social. Lima: Fondo Editorial PUCP, 2011.

BRANDÃO, Carlos Antônio. Crise e rodadas de neoliberalização: impactos nos espaços metropolitanos e no mundo do trabalho no Brasil. **Cadernos Metrópole**, v. 19, n. 38, p. 45-69, abr. 2017.

CAVALCANTE, Leandro Vieira. **As firmas tomaram conta de tudo**: território, agronegócio e questão agrária. Curitiba: CRV, 2020.

HARVEY, David. **Os sentidos do mundo**: textos essenciais. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

MOORE, Jason (org.). **Antropoceno ou Capitaloceno?** Natureza, história e crise capitalista. São Paulo: Elefante, 2022.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião**: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006a.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. El agua no se niega a nadie - la necesidad de escuchar otras voces. **Polis**, v. V, n. 4, p. 39-69, 2006b.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. 6. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil** – território e sociedade no início do século XXI. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **A teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982

SMITH, Neil. **O desenvolvimento desigual:** natureza, capital e a produção do espaço. Rio de Janeiro: Bretrand Brasil, 1988.

SOUZA, Marcelo Lopes. **Ambientes e territórios:** uma introdução à ecologia política. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

SUERTEGARAY, Dirce. **Meio, ambiente e geografia.** Porto Alegre: Compasso Lugar-Cultura, 2021.

SWYNGEDOUW, Eric. Economía política y ecología política del ciclo hidro-social. **Waterlat-Gobacit Netword**, v. 4 n. 3, p, 6-14, 2017

SVAMPA, Maristella Noemi. Consenso de los commodities y lenguajes de valoración en América Latina. **Nueva Sociedad**; n. 244, p. 30-46, 2013.

Ocupar! Aquilombar! Retomar!

A Geografia Agrária e a luta de classes no Brasil

GT 10

Mineração, agroenergia e conflitos territoriais

POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS NO *FRONT* COM A MINERAÇÃO NO JEQUITINHONHA: ANÁLISE DOS CONFLITOS TERRITORIAIS

Aline Weber Sulzbacher[1]
Izabella Aléxia Carneiro Santos[2]
Clebson de Souza Almeida[3]

Resumo

Considerando contexto de avanço de tensões e conflitos nos territórios ao longo do rio Jequitinhonha (MG), apresentamos reflexões e análise da situação dos povos e comunidades tradicionais frente à implementação de empreendimentos vinculados à lógica dos grandes projetos de desenvolvimento, com ênfase para o setor mineral. Os procedimentos metodológicos envolvem um percurso formativo, de leituras e análises sobre a realidade dos sujeitos, comunidades e povos em resistência, estudo de materiais bibliográficos, documentos e de análise de dados secundários do Sistema de Informações Geográficas da Mineração (SIGMINE). Os resultados indicam que houve um aumento expressivo e contínuo do número de processos minerários registrados nos últimos 20 anos no Vale do Jequitinhonha, principalmente para as substâncias minério de ferro e do lítio, sendo que a maior parte está sobreposta a áreas de territórios tradicionais. Portanto, indica-se que há contexto de conflitos territoriais que gera insegurança jurídica e de violências, inclusive simbólicas, que desdobra em demandas por acesso à direitos e de apoio de assessorias, pesquisa e extensão universitária para compreender a situação dos territórios e estratégias para garantia dos direitos territoriais.

Palavras-chave: Direitos territoriais; Lítio; Vale do Jequitinhonha; Água; Minério de Ferro.

Resumen

Considerando el contexto de avance de las tensiones y conflictos en los territorios ribereños del río Jequitinhonha (MG), presentamos reflexiones y análisis de la situación de los pueblos y comunidades tradicionales frente a la implementación de proyectos vinculados a la lógica de los grandes proyectos de desarrollo, con énfasis en el sector minero. Los procedimientos metodológicos involucran un proceso formativo de lectura y análisis de la realidad de los sujetos, comunidades y pueblos en resistencia, estudiando materiales bibliográficos, documentos y analizando datos secundarios del Sistema de Información Geográfica Minera (SIGMINE). Los resultados indican que ha habido un aumento significativo y continuo en el número de procesos mineros registrados en los últimos 20 años en el Valle de Jequitinhonha, principalmente de mineral de hierro y litio, la mayoría de los cuales se superponen con áreas de territorios tradicionales. Por lo tanto, es evidente que existe un contexto de conflictos

[1] Pesquisadora do Observatório dos Vales e do Semiárido Mineiro e professora do curso de Geografia, na Faculdade Interdisciplinar em Humanidades - FIH, da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM, campus Diamantina, aline.weber@ufvjm.edu.br
[2] Licenciada do Curso de Geografia da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM, izabella.alexia@ufvjm.edu.br
[3] Pesquisador do Observatório dos Vales e do Semiárido Mineiro e professor do curso de Licenciatura em Educação do Campo, da Faculdade Interdisciplinar em Humanidades - FIH, na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM, campus Diamantina, clebson.almeida@ufvjm.edu.br

territoriales que genera inseguridad jurídica y violencia, incluso simbólica, lo que lleva a exigir el acceso a los derechos y el apoyo de los servicios de asesoramiento, investigación y extensión universitaria para comprender la situación de los territorios y las estrategias para garantizar los derechos territoriales.

Palabras clave: Derechos sobre la tierra; Litio; Valle de Jequitinhonha; Agua; Mineral de hierro.

INTRODUÇÃO

A região politicamente criada e nomeada como "Vale do Jequitinhonha" recebeu recentemente outra referência do Governo de Minas Gerais como "Vale do Lítio" repaginando seu histórico papel na divisão territorial do trabalho: a extração de bens minerais para atender às demandas dos países centrais. Essa nova nomenclatura retomou os olhares, inclusive internacionais, para os territórios do Jequitinhonha e tem desencadeado conflitos territoriais marcados pela especulação fundiária, expropriação de terras, precarização das condições de vida, insegurança jurídica e violências (simbólicas, medo, coerção etc.)

Atualmente, os territórios do Jequitinhonha - esse rio de extensão federal, que percorre cerca de mil quilômetros da nascente à foz, do município de Serro (MG) à Belmonte (BA) - enfrentam o emblemático desafio de fazer frente aos empreendimentos de mineração ligados à lógica dos grandes projetos de desenvolvimento (GPDs): 1) projeto Minas-Rio da multinacional Anglo American, projeto Serro do Grupo Herculano Mineração (CONEMP) e o projeto Céu Aberto da Onix Céu Aberto S.A, ambos no médio Espinhaço com impactos tanto na bacia do Rio Doce, quanto na bacia do Rio Jequitinhonha, cujas operações estão voltadas para a exploração de minério de ferro; 2) projeto Bloco 8, da Sul Americana de Metais (SAM), situado na transição entre a bacia do Rio Jequitinhonha e o Rio Pardo envolvendo municípios de Grão Mogol, Padre Carvalho, Salinas e Rio Pardo de Minas em fase de licenciamento e também para exploração de minério de ferro; 3) projeto Grota do Cirilo, da Sigma Lithium, vinculado à exploração das substâncias lítio ou minério de lítio, situado na margem do rio Jequitinhonha, nas áreas dos municípios de Araçuaí e Itinga, em fase de operação.

Diante dessa conjuntura, apresentamos este texto com o objetivo de discutir e analisar a situação dos povos e comunidades tradicionais nos territórios do Jequitinhonha frente à implementação de empreendimentos vinculados à lógica dos grandes projetos de desenvolvimento.

METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos incluem as atividades de formação, pesquisa e extensão realizadas por meio do Observatório dos Vales e do Semiárido Mineiro - grupo interdisciplinar vinculado à Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Especificamente neste texto apresentamos questões e resultados dos projetos de pesquisa de iniciação científica (IC), com financiamento (bolsa) pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG): "Processos Minerários, Situação Agrária e Conflitos no Jequitinhonha" (Edital 005/2022- PIBIC/FAPEMIG, Registro PRPPG/UFVJM 7022022 - encerrado em outubro de 2023) e "Conflitos territoriais e processos minerários no semiárido mineiro" (Edital 004/2023- PIBIC/FAPEMIG, Registro PRPPG/UFVJM 7772023 - em andamento). Tais projetos propiciam a realização de atividades de pesquisa e de formação, com encontros quinzenais envolvendo estudantes de graduação e pós-graduação, principalmente do curso de graduação em Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Estudos Rurais.

Outro relevante projeto é o de "Mapeamento de Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais - formação e inclusão sociopolítica", coordenado pela Universidade Federal de Minas Gerais com a parceria e apoio da UFVJM, do Instituto Federal do Norte de Minas - campus Araçuaí, da Comissão Pastoral da Terra - CPT, com a Comissão das Comunidades Quilombolas do Vale do Jequitinhonha - COQUIVALE, com o Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica - CAV, com o poder público municipal e diversos sindicatos de trabalhadores(as) rurais da região. Esta ação conjunta permitiu incursões em campo (de estudantes e professores) para atividades em organizações sociais e populares que atuam junto aos povos e comunidades tradicionais.

As questões aqui apresentadas envolvem um percurso formativo e de produção de leituras e análises sobre a realidade dos sujeitos, comunidades e povos em resistência aos empreendimentos de mineração ao longo do Jequitinhonha. Esse percurso envolve permanente pesquisa e estudo de materiais bibliográficos, documentos (como os EIA-RIMA, notícias publicadas principalmente em meio digital, redes sociais etc.) e de análise de dados secundários do Sistema de Informações Geográficas da Mineração (SIGMINE). Esta plataforma contém informações atualizadas relativas às áreas dos processos minerários cadastrados na Agência Nacional de Mineração (ANM), com dados sobre as poligonais de processos minerários ativos no Estado de Minas Gerais, dos quais realizamos o recorte espacial dos municípios da bacia do rio Jequitinhonha com uso do software QGIS, no período de 1948 até abril de 2023. Incluímos,

também, análise de dados do Observatório Brasileiro de Conflitos da Mineração (OBCM) do Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração.

As discussões foram sistematizadas e serão apresentadas a partir de dois tópicos: i) as problemáticas e conflitos relacionados à terra/territórios no Jequitinhonha, com destaque para as diferentes formas de relação entre sociedade e natureza, neodesenvolvimentismo e Grandes Projetos de Desenvolvimento (GPDs); ii) os desafios atuais e atualizações nas formas de acumulação de capital.

A REINVENÇÃO DA HERANÇA COLONIAL

As problemáticas e conflitos que envolvem a terra e os territórios no Jequitinhonha colocam em evidência diferentes modos de relação entre sociedade e natureza, traz outras valorações para os bens comuns e, em geral, são pautas das organizações populares do campo e da cidade. Tratamos, portanto, dos conflitos territoriais nesta perspectiva mais ampla, que contempla a disputa dos bens comuns entre, pelo menos, duas lógicas: uma baseada na rentabilidade do capital, e a outra baseada na função social, nos valores de uso e das necessidades sociais pautadas pela vida digna à todos(as) em sintonia com os direitos da Natureza.

Tais questões atualizam a questão agrária brasileira, conforme afirma Gonçalves et. al. (2018, p. 353): “os conflitos pela terra, água e subsolo estão na centralidade da questão agrária brasileira contemporânea”. É inegável suas raízes no processo colonial com desdobramentos na estrutura fundiária brasileira marcada pela concentração do controle da propriedade da terra. Há que considerar que a produção social no espaço agrário contempla diversidade de relações entre sociedade e natureza que compõe territórios, muitos forjados em frentes de resistência, e outros tantos suplantados frente às incidências da modernização conservadora da agricultura e dos grandes projetos de desenvolvimento – como as hidrelétricas, monocultivos de eucalipto, mineração etc.

Conforme pesquisas em andamento, analisar e entender a correlação entre a questão agrária e a mineração é um dos temas que tem nos instigado, principalmente considerando a necessidade de compreender e caracterizar os conflitos territoriais que estão sendo vivenciados e denunciados por sujeitos, povos, comunidades, organizações dos territórios do semiárido mineiro, frente aos conflitos e violências vividos em situação de acirramento das fronteiras – conjugando dimensão agrária, hídrica, agrícola e mineral.

No escopo da lógica neodesenvolvimentista, em escala nacional, os Grandes Projetos de Desenvolvimento (GPDs) (ALENTEJANO e TAVARES, 2019) foram determinantes no processo de produção e reconfiguração do espaço territorial, cuja implementação inspira-se na teoria dos polos de crescimento, do desenvolvimento local/regional e, no século XXI, atualizados a partir de conceitos como neodesenvolvimentismo, consenso das commodities e acumulação por espoliação. Em resumo da pesquisa, os autores indicam:

> [...] o neodesenvolvimentismo atualiza a noção de desenvolvimento nacional impulsionada pela implementação de grandes projetos; reforça a posição subordinada do capitalismo brasileiro no cenário global, num processo de reprimarização das exportações e sob a hegemonia do capital financeiro; intensifica e amplia significativamente a desigualdade socioambiental no território nacional e deixa evidente seus limites como modelo de desenvolvimento no momento em que as condições globais são desfavoráveis para sustentar o pacto (ou a política) de conciliação de classes. (ALENTEJANO e TAVARES, 2019, p. 190).

Todos estes processos impactam a dinâmica econômica, social e ambiental, mas não alteram substancialmente a estrutura fundiária. Ao contrário, implicam em processos de regularização fundiária para a titulação de terras em que não se reconhecem as áreas de posse, historicamente ocupadas por sujeitos, povos e comunidades, nem os valores consuetudinários que estruturam seus territórios de vida - entendemos tais questões como centrais no conceito de conflitos territoriais. Portanto, seguem vigentes as formas de expropriação e de espoliação, conforme aponta Harvey (2004, p. 121):

> Todas as características da acumulação primitiva que Marx menciona permanecem fortemente presentes na geografia histórica do capitalismo até os nossos dias. A expulsão de populações camponesas e a formação de um proletariado sem-terra tem se acelerado em países como o México e a Índia nas três últimas décadas; muitos recursos antes partilhados como a água, têm sido privatizados (com frequência por insistência do Banco Mundial) e inseridos na lógica capitalista da acumulação; formas alternativas (autóctones e mesmo, no caso dos Estados Unidos, mercadorias de fabricação caseira) de produção e consumo têm sido suprimidas. Indústrias nacionalizadas têm sido privatizadas. O agronegócio substitui a agricultura familiar. E a escravidão não desapareceu (particularmente no comércio sexual).

Evidencia-se que as formas violentas de acumulação de capital não se limitam à gênese do capitalismo, ao contrário, elas atualizam-se constantemente. A cada momento histórico há uma atualização e de acordo com o contexto espacial, como uma das formas fundamentais de evitar crises de sobreacumulação do capital (ALENTEJANO E TAVARES, 2019, p. 211). Conforme pesquisa em andamento, o rio Jequitinhonha tem se apresentado tem sido alvo de conflitos e disputas por bens comuns como a terra, a água e os minérios.

A herança colonial no Jequitinhonha tem por base uma formação socioeconômica forjada em processos de expropriação: de minerais, nos ciclos do diamante, ouro e de outras

pedras preciosas; das terras, dos bichos e das matas, por meio do desmatamento para a extração das madeiras, a instalação de fazendas e da monocultura; e das gentes, no século XXI com a migração de trabalhadores e trabalhadoras na perspectiva de acesso à empregos formais ou informais, sazonais em estados como São Paulo. Conforme Fávero e Monteiro (2014, p. 08):

> As riquezas naturais (pedras preciosas, biodiversidade, recursos hídricos, rochas raras, etc.) fazem com que a região seja vista, desde o início da colonização europeia, como local de extração e espoliação. Nas últimas décadas, no ensejo do estigma de Vale da Miséria, órgãos estatais e empresas privadas têm implantado projetos visando a promoção do desenvolvimento regional a partir de empreendimentos de grande porte que continuam a extrair tais riquezas. Os principais projetos apoiados e fomentados pelo governo estadual no Vale do Jequitinhonha estão ligados à produção de energia (hidroelétrica e carvão-combustível), para abastecer o polo siderúrgico do estado, e de matéria-prima para as empresas de celulose e papel.

Tais processos - que versam sobre a herança colonial no Jequitinhonha - se assemelham com os que são analisados por Packer (2020) ao discutir o desmatamento e a grilagem como método histórico para o roubo de terras públicas e dos bens comuns e sua relação com a expansão da fronteira agrícola:

> Com a terra "limpa" – de vegetação e de gente –, primeiro há a introdução do gado, para o chamado "amansamento da terra", para, anos mais tarde, se iniciar a instalação de extensos monocultivos, principalmente de soja. Todo esse **ciclo de violência e ilegalidade pode ser apagado com processos renovados de regularização – ambiental e fundiária – e a produção advinda dessas áreas passa a compor, inclusive, cadeias globais sustentáveis**. (PACKER, 2020, p. 139/140. Grifo nosso).

Atualmente, os empreendimentos ligados à mineração apresentam uma narrativa de compromisso com a sustentabilidade justificada inclusive para o enfrentamento à mudança climática e ao aquecimento global. Neste escopo, está em voga um novo conceito, o de minerais críticos ou estratégicos, dos quais o Lítio e Grafita são encontrados na região conforme Castro et al. (2022, p. 07):

> Uma síntese das definições adotadas nos Estados Unidos e União Europeia possibilita conceituar como matérias-primas críticas e, dentre essas os minerais críticos, aqueles com significativa contribuição para suas cadeias produtivas. Constituem-se, assim, substâncias minerais vitais para o desenvolvimento econômico e funcionamento das linhas de produção dos países, mas cujo suprimento pode envolver riscos devido a diversas questões, tais como: escassez minerogeológica, dinâmicas geopolíticas, regulações comerciais, instabilidade política ou de infraestrutura, entre outros fatores.

O conceito de minerais críticos é comumente usado por países que são consumidores de determinada matéria-prima, portanto não possuem reservas destes minerais em seus territórios, sendo necessário sua importação. Deste modo, são considerados incertos em seus mercados por suas especificidades. Por outro lado, o conceito de minerais estratégicos é utilizado pelos países que possuem aquela matéria prima em abundância, mesmo considerando que os minerais são

fontes não renováveis. A título de exemplo, o nióbio é considerado para a China como uma matéria-prima crítica, enquanto para o Brasil é considerada estratégica por ser o maior produtor mundial.

Assim, as questões levantadas como problemas globais - para os quais as soluções são a intensificação da exploração dos bens comuns em determinados locais - implicam na expropriação de povos e o aniquilamento da biodiversidade nos territórios. Estas evidenciam um cenário de confronto, com situações de *front*, entre uma perspectiva dos atores hegemônicos e perspectivas plurais de atores que indicam r-existências (Porto-Gonçalves et. al. 2015) contra hegemônicas expressas nas experiências e modos de vida que se conectam à dinâmica da natureza, das águas, como condição para a reprodução de vida, permanência, existência social e cultural das comunidades.

Indicamos a situação de front, de fronteira, pois as disputas envolvem diferentes dimensões da vida social – ganham evidencia nas narrativas dos meios de comunicação, nas redes sociais, na colonialidade implícita em valores e crenças que reproduzem hierarquias étnicas, e apresentam uma dimensão espacial marcada na disputa por terra e pela apropriação dos bens comuns. É exemplar que os empreendimentos atuem com foco em "recursos" que resguardem retorno dos investimentos e, para tal, demandam de uma planta industrial estrategicamente localizada para a extração dos bens minerais. Neste contexto, a água é tratada apenas como recurso mineral de viabilização da exploração do solo, mesmo diante de uma região em que as estimativas apontam cerca de 120 municípios na categoria "área suscetível à desertificação" ou "áreas de entorno, susceptível à desertificação".

A herança colonial é reinventada no Vale do Jequitinhonha a partir da conjugação da fronteira mineral e agrária com perspectiva de atender as demandas da modernidade, da revolução tecnológica em curso, e da crise ecológica que marca atual momento histórico da humanidade. Na Figura 01 e 02 reproduzimos dois mapas elaborados considerando a bacia hidrográfica do rio Jequitinhonha (em sua porção em Minas Gerais) e a sobreposição dos polígonos de processos minerários no período de 1970 até 1999 (Fig. 1) e de 2000 até 2018 (Fig. 2). No período de 2001 até 2021 houve um aumento de 728% no número de processos minerários registrados para os territórios do Jequitinhonha e do Mucuri. Dos 5368 processos minerários registrados até 2021, 3248 processos estavam em fase de autorização de pesquisa – o que implica em permissão para acesso ao subsolo que é ocupado por diferentes sujeitos, povos e comunidades tradicionais – sem a efetiva e devida consulta livre, prévia e informada destes.

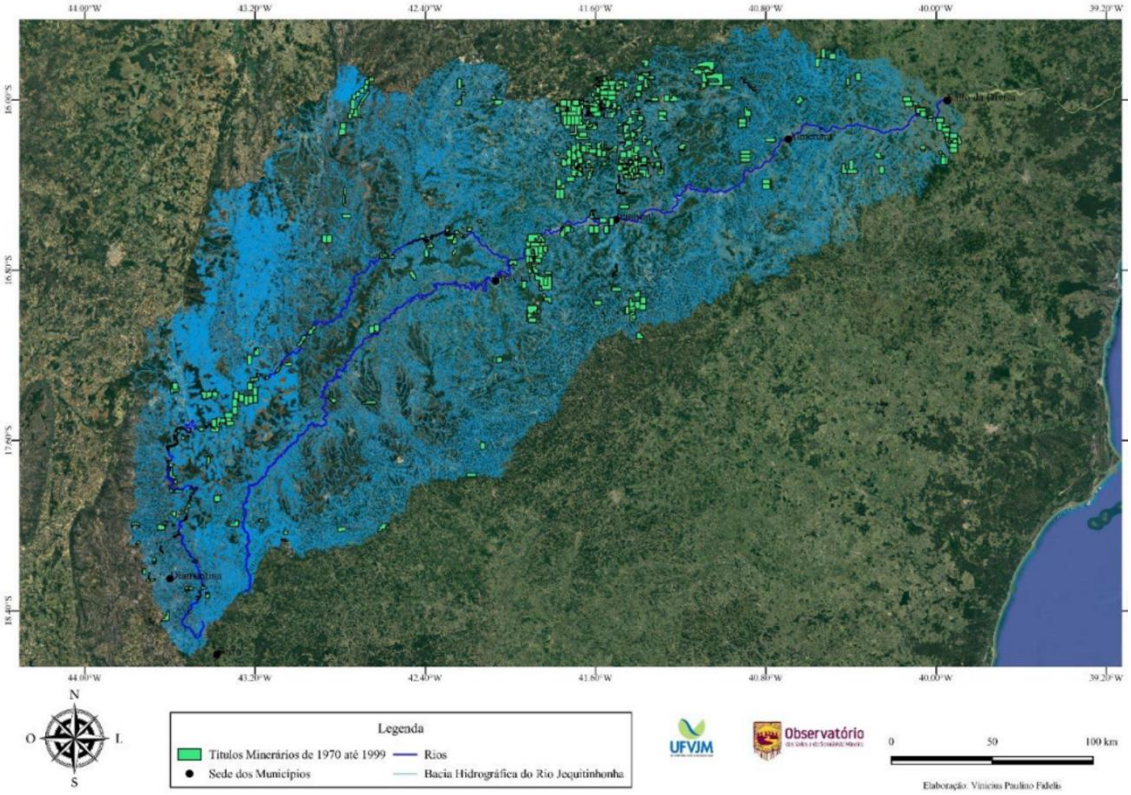


Figura 01 – Polígonos de processos minerários no período de 1970 até 1999

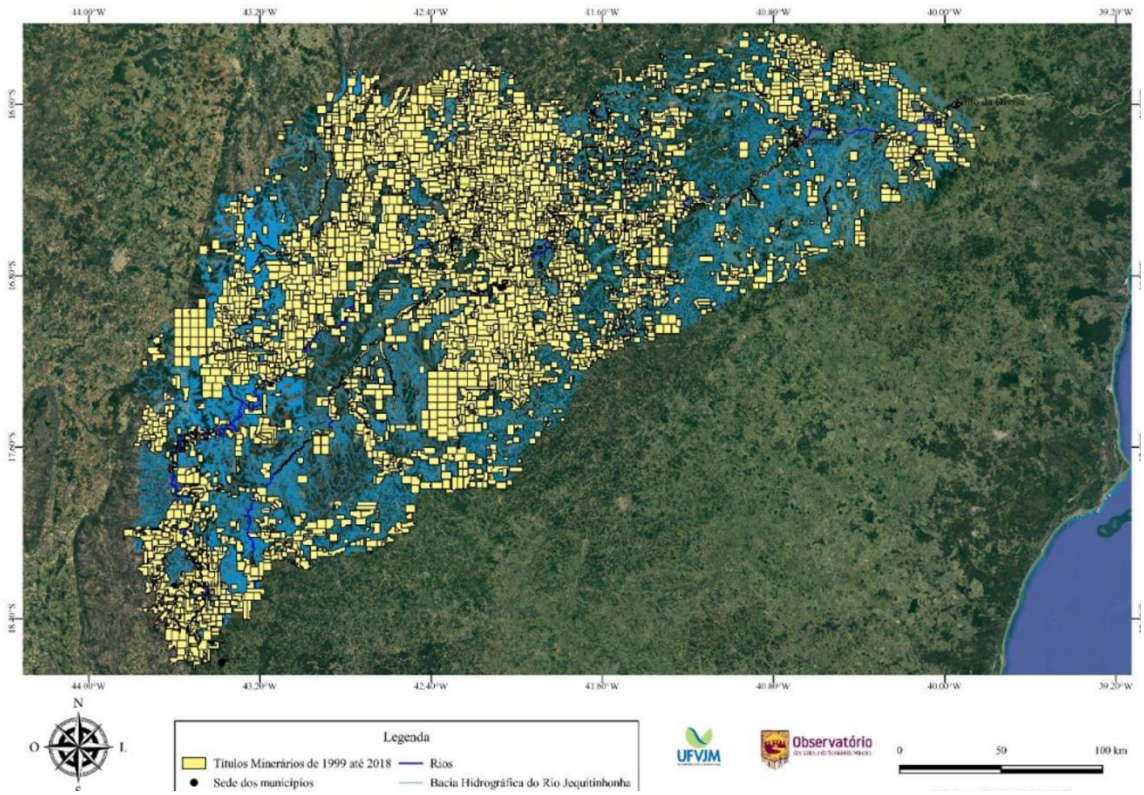


Figura 02 – Polígonos de processos minerários no período de 2000 até 2018

OS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

Frente a tantas investidas do capital privado e estatal, estão os povos e comunidades tradicionais em resistência. Conforme dados publicados pela Fundação Cultural Palmares em 06 de julho de 2023, há no Vale do Jequitinhonha um total de 155 comunidades quilombolas certificadas e 04 em fase de análise técnica ou de complementação de documentos, totalizando 159.

Para além destas, vale considerar ainda um sem número de comunidades quilombolas que já se autodefiniram mas, que ainda estão em processo de organização documental, bem como outras tantas invisibilizadas que ainda não tiveram a oportunidade de conhecer os seus direitos e políticas públicas vinculadas à identidade. Destacam-se ainda pelo menos 05 etnias indígenas (Aranã, Pankararu, Pataxó, Maxakali e Tupinambá) que há séculos defendem o rio e seus territórios com suas próprias vidas.

Nas vazantes, grotas, chapadas, campos, caatingas e outros tantos ambientes do Vale do Jequitinhonha, vivem também demais povos que se autodefinem como Pescadores Artesanais, Ribeirinhos, Extrativistas, Artesãos, Groteiro-Chapadeiros, Geraizeiros, Apanhadoras de Flores Sempre-Vivas, além de diversos lavradores e agricultores familiares. Cada um ao seu modo, cultivando a terra e, concomitantemente, empunhando a lei para proteger a si e aos seus parentes não humanos.

Essa pluralidade de atores, de sujeitos, povos e comunidades, vive atualmente situação de tensão e em uma zona de permanente conflito decorrente do avanço da fronteira mineral que expõe esses territórios a contextos de “terra sem lei”. Além da incidência especulativa, há também a atuação de atores externos e internos para acelerar a “limpeza das terras e das gentes” de modo a diminuir a resistência, conflitos e eventuais denúncias que possam vir a comprometer a imagem e a narrativa de sustentabilidade (de responsabilidade social e ambiental) veiculada na mídia hegemônica por esses empreendimentos. A situação de insegurança jurídica é vivida principalmente pela histórica omissão do Estado no não reconhecimento dos direitos territoriais, da garantia do acesso à terra e da sua efetiva documentação formal (inclusive das áreas coletivas com usos consuetudinários).

Na Figura 03 apresentamos um retrato da situação em novembro de 2023 em recorte espacial do médio Jequitinhonha, com ênfase para porções da área municipal de Araçuaí e de Itinga em que destacamos indicamos os polígonos de processos minerários com autorização de

pesquisa e as cinco comunidades que apresentaram registros de conflitos pela mineração conforme o Observatório dos Conflitos pela Mineração do Brasil – nenhuma destas comunidades tem protocolo de consulta e ou foram consultadas sobre a perspectiva de mineração em seus territórios.

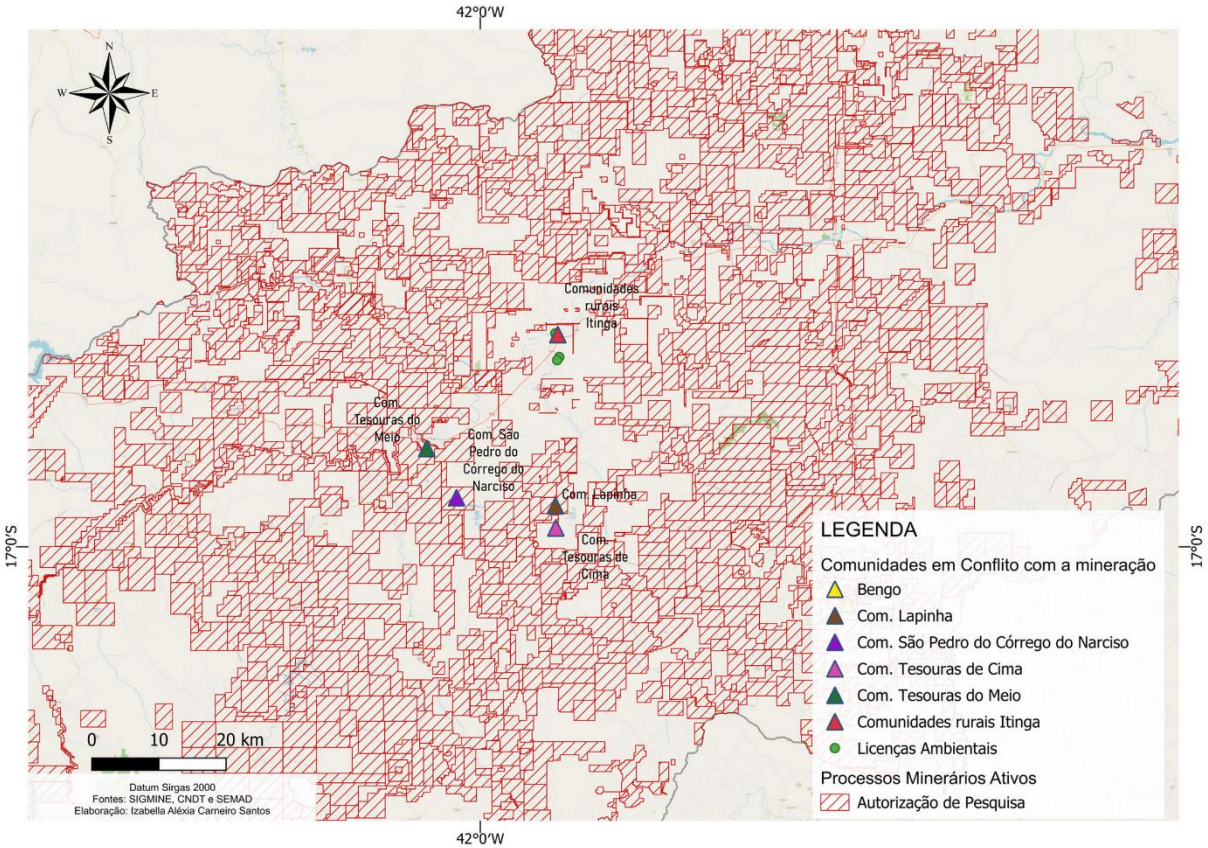


Figura 03 – Representação espacial de cinco comunidades tradicionais com processos minerários em fase de autorização de pesquisa sobrepostos aos seus territórios.

Assim se conforma um nítido contraste entre os projetos do capital e os projetos da população local, que busca a promoção de um envolvimento de baixo para cima. Soma-se a isso, os seus desdobramentos frutificados de processos organizativos desses povos, com diversas experiências que buscam enfrentar os discursos negativos em relação ao ambiente e ao clima, dando destaque à necessidade de investimentos públicos para o fomento de tecnologias sociais voltadas para a convivência com o semiárido, a exemplo da Articulação do Semiárido Mineiro (ASA), assim como para a regularização dos territórios tradicionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise aos processos minerários de minério de ferro e de lítio, para os municípios regionalizados como Vale do Jequitinhonha, indica uma tendência a um aumento significativo dos conflitos territoriais envolvendo povos e comunidades tradicionais com empreendimentos do setor. Esses conflitos se expressam nas várias violências já vividas pela população - inclusive aquelas de omissão do Estado, na disputa pela água, por terra, por território, pelo direito à vida digna, pelos direitos da Natureza.

REFERÊNCIAS

ALENTEJANO, P. R. R.; TAVARES, E. Os Grandes Projetos de Desenvolvimento (GPDs): uma análise crítica a partir da Geografia. **Terra Livre,** [S. l.], v. 1, n. 52, p. 190–233, 2019. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/1620. Acesso em: 13 jul. 2023.

CASTRO, Fernando Ferreira de; PEITER, Carlos Cesar; GÓES, Geraldo Sandoval. **Minerais estratégicos e críticos**: uma visão internacional e da política mineral brasileira. Texto para discussão - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Brasília, Rio de Janeiro: IPEA, 2022.

FÁVERO, Claudenir e MONTEIRO, Fernanda. Disputas territoriais no Vale do Jequitinhonha: uma leitura pelas transformações nas paisagens. **Revista Agriculturas**, v. 11, n. 3, out. 2014, p. 07-15.

GONÇALVES, R. J. A. F.; MILANEZ, B.; WANDERLEY, L. J. NEOEXTRATIVISMO LIBERAL-CONSERVADOR: a Política Mineral e a Questão Agrária no Governo Temer. **Revista OKARA: Geografia em debate**, v.12, n.2, p. 348-395. DGEOC/CCEN/UFPB. João Pessoa, Paraíba, 2018.

HARVEY**,** David. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

PACKER, Larissa A. Regularização fundiária e ambiental de mercado para um cerceamento financeiro das terras e bens comuns no sul global. IN: CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DOM TOMÁS BALDUÍNO. **Conflitos no campo**: Brasil 2020. Goiânia: CPT Nacional, 2021, p. 139-150.

PRODUÇÃO DE OURO ÉTICO NO DEPARTAMENTO DE CHOCÓ (COLÔMBIA): ANÁLISE A PARTIR DAS ESCALAS GEOGRÁFICAS

Carlos Andrés Pachón Pinzón[1]

RESUMO

O presente escrito tem por objetivo analisar o caráter conflitante da produção mineira no departamento de Chocó, localizado no noroeste da Colômbia, exercida por diversos agentes sociais - comunidades étnicas, privados, Grupos Armados Ilegais (GAI) - que representam diferentes modos de produção mineira. Nessa perspectiva, como referência analítica, estudaremos a territorialidade desdobrada por comunidades étnicas, principalmente pelas comunidades negas desse departamento colombiano, agrupadas em Conselhos Comunitários de Comunidades Negras, que reivindica um modo de produção mineira artesanal exercido historicamente por esta população. Nessa linha, destacamos o papel das ONGs que interagem com as comunidades étnicas do departamento de Chocó e que fazem uma importante contribuição ao reconhecimento e à legitimidade da mineração artesanal na Colômbia. Assim mesmo, como resultado desse relacionamento com as ONGs, ressaltamos a produção de "ouro ético[2]", por parte das comunidades étnicas, e a articulação desse produto nos mercados europeus. Nesse contexto, baseando-nos na abordagem da "produção de escala geográfica", desenvolvida por Smith (2002) e Swyngedouw (2004), consideramos que a comercialização de "ouro ético" em níveis internacionais, deve ser analisada a partir da abordagem das escalas geográficas. Nessa orientação, buscamos entender o impacto dessa comercialização tanto no retorno econômico, derivado da venda do mineral, quanto nos processos identitários das comunidades étnicas do departamento de Chocó.

Ouro ético, escalas geográficas, comunidades negras.
Oro ético, escalas geográficas, comunidades negras.

[1] Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo - USP, cappandres@gmail.com

[2]É o outro que atende os critérios da Associação Suíça para o Ouro Responsável (Swiss Better Gold Association SBGA) em matéria de Direitos Humanos, Conflito e Biodiversidade, além dos parâmetros de cumprimento legal da ordem nacional.

RESUMEN OU ABSTRACT

Este escrito tiene como objetivo analizar el carácter conflictivo de la producción minera en el departamento del Chocó, ubicado en el noroeste de Colombia, llevada a cabo por diferentes agentes sociales -comunidades étnicas, particulares, Grupos Armados Ilegales (GAI)- que representan diferentes modalidades de minería. producción. Desde esta perspectiva, como referente analítico, estudiaremos la territorialidad desplegada por las comunidades étnicas, principalmente por las comunidades negras de este departamento colombiano, agrupadas en Consejos Comunitarios de Comunidades Negras, que reivindican un modo de producción minera artesanal históricamente ejercido por esta población. En esta línea, destacamos el papel de las ONG que interactúan con las comunidades étnicas del departamento del Chocó y que hacen un importante aporte al reconocimiento y legitimidad de la minería artesanal en Colombia. Asimismo, producto de esta relación con ONG, destacamos la producción de "oro ético" por parte de comunidades étnicas y la articulación de este producto en los mercados europeos. En este contexto, a partir del enfoque de "producción a escala geográfica", desarrollado por Smith (2002) y Swyngedouw (2004), consideramos que la comercialización del "oro ético" a nivel internacional debe ser analizada desde el enfoque de escalas geográficas. En esta orientación, buscamos comprender el impacto de esta comercialización tanto en el retorno económico, derivado de la venta del mineral, como en los procesos identitarios de las comunidades étnicas en el departamento del Chocó.

Oro ético, escalas geográficas, comunidades negras.

INTRODUÇÃO (justificativa implícita e objetivos)

O presente escrito tem por objetivo compreender o caráter conflitante e contraditório da produção mineira no departamento de Chocó, localizado no noroeste da Colômbia, exercida por diversos agentes sociais - comunidades étnicas, privados, Grupos Armados Ilegais (GAI) - que representam, e enfrentam, diferentes modos de produção mineira. Para isto, tomaremos como referência analítica a territorialidade desdobrada por comunidades étnicas, principalmente pelas comunidades negas desse departamento colombiano, agrupadas em Conselhos Comunitários de Comunidades Negras, que reivindica um modo de produção mineira artesanal exercido historicamente por esta população. Nesse propósito reivindicativo, destacamos o papel das ONGs que interagem com as comunidades étnicas do departamento de Chocó e que fazem uma importante contribuição ao reconhecimento e à legitimidade da mineração artesanal na Colômbia.

Desse modo, enfatizaremos nossa análise sobre a relação entre as comunidades étnicas e as ONGs, destacando a produção de "ouro ético[3]" e a articulação desse produto nos mercados europeus. Assim, baseando-nos na abordagem da "produção de escala geográfica", desenvolvida por Smith (2002) e Swyngedouw (2004), destacamos que a

[3]É o outro que atende os critérios da Associação Suíça para o Ouro Responsável (Swiss Better Gold Association SBGA) em matéria de Direitos Humanos, Conflito e Biodiversidade, além dos parâmetros de cumprimento legal da ordem nacional.

comercialização de "ouro ético" em níveis internacionais, deve ser analisada a partir da abordagem das escalas geográficas e seu impacto tanto no retorno econômico, derivado da venda do mineral, quanto nos processos identitários das comunidades étnicas do departamento de Chocó. De igual modo, pretende-se sentar as bases da relação dialética entre a produção de "ouro ético", sendo este um produto do chamado "capitalismo verde", assim analisado por Smith (2006) e Katz (1998), e a ressignificação cultural, histórica e territorial das comunidades étnicas.

METODOLOGIA

Buscando ser coerente com o objetivo do trabalho, consideramos pertinente e adequado fazer uso de um conjunto de ferramentas e técnicas, aqui avaliadas como *métodos de pesquisa*[4], que nos permita realizar uma aproximação analítica às distintas dinâmicas e práticas sociais que se desenvolvem nas comunidades étnica do departamento de Chocó ao redor da atividade da mineração. Essa proposta metodológica deve nos aproximar, consequentemente, ao estudo de conceitos de espaço, território, territorialidade, escala geográfica e do conceito de identidade, para compreender as relações que os agentes sociais estabelecem com seus territórios a partir das diferentes perspectivas culturais, políticas e econômicas, assim como para aprofundar a análise sobre os respectivos circuitos comerciais de ouro, de escala nacional e internacional, a partir das mediações e agentes que os caracterizam.

REFERENCIAL TEÓRICO

A formulação teórica deste trabalho está pautada, principalmente, na tríade conceitual, proposta por Lefebvre (1991) em sua obra "A produção do espaço", relacionada à análise da tríade conceitual –práticas espaciais, representação do espaço, espaço de representação, e sua aplicabilidade aos conceitos de território e de identidade.

Nessa perspectiva, e à luz da experiência no departamento de Chocó, localizado na região Pacífica da Colômbia, procura-se entender o espaço como uma realidade integral e contraditória que, necessariamente, deve ser analisada a partir da relação dialética das fases de produção espacial propostas por Lefebvre. O objetivo desta análise é tornar visíveis as territorialidades que coexistem no mesmo espaço e que representam

[4] Baseando-nos aqui na definição dos autores Robert Moraes e Messias de Costa (1984, p. 27), segundo a qual "o método de pesquisa refere-se ao conjunto de técnicas utilizadas em determinado estudo. Relaciona-se, assim, mais aos problemas operacionais da pesquisa que a seus fundamentos filosóficos".

construções culturais e modos de produção divergentes em relação à atividade da mineração.

Assim mesmo, interessa-nos conhecer o processo de articulação das iniciativas sociais e econômicas de diferentes comunidades negras com as ONGs que atuam em diferentes regiões do departamento de Chocó e que, por sua vez, criam o canal de comercialização internacional para a venda, em mercados europeus, do mineral extraído pelas comunidades locais. Neste sentido, a aproximação a esse processo deve contemplar a perspectiva de análise da "produção de escala geográfica", proposta por Smith (2002), para quem a produção da escala geográfica é um processo social que é definido pelas estruturas geográficas de interações sociais.

A aproximação crítica da escala, coincidindo com Swyngedouw (2004), deve abranger os processos através dos quais as escalas particulares se constituem. A ideia de escala implica, necessariamente, um conjunto de relações nas quais as escalas estão embutidas em outras escalas. Essa perspectiva de conotação plural de escala, defendida por Brenner (2001), está orientada a analisar relações organizacionais, estratégicas, discursivas e simbólicas mutáveis entre uma gama de escalas geográficas entrelaçadas. Nessa linha, além de prestar atenção em como cada escala é produzida socialmente, deve-se examinar como as relaões entre as escalas também são produzidas socialmente.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O território do departamento de Chocó está dividido em cinco sub-regiões geográficas caracterizadas por bacias hidrográficas: a região de Darien; Região de San Juan; Região Atrato; Região de Baudo; e, finalmente, a região do Pacífico. Entre as cinco sub-regiões, há uma fraca integração econômica e político-administrativa devido às más condições de comunicação entre elas, que ocorrem sobretudo através do sistema hidrográfico, principalmente pelos rios Atrato, San Juan e Baudo.

Quanto ao aspecto demográfico, a composição étnica é conformada por uma população negra ou afro-colombiana e indígena. A população negra ou afro-colombiana, com 337.442 pessoas e 100 conselhos comunitários de comunidades negras, é a que concentra o maior número de habitantes de origem étnica no departamento. A segunda maior população étnica do Chocó é indígena, com 68.415 habitantes e 127 reservas indígenas reconhecidas pelo Ministério do Interior. Esses números indicam que mais de 85 % da população total do departamento de Chocó é de origem étnica (DANE, 2021).

Assim sendo, as condições geográficas, caracterizadas por serem áreas de floresta de difícil controle e acesso às instituições do Estado, somadas ao frágil desenvolvimento institucional, fazem do departamento de Chocó um local de grande valor estratégico para os GAI, para a realização de atividades de extração ilegal de recursos minerais e florestais e plantio de culturas ilícitas. Da mesma forma, o fato de o departamento de Chocó ser habitado em sua maioria por grupos étnicos - negros ou afrodescendentes e comunidades indígenas - em terras coletivas e/ou reservas[5], os coloca em situação de grande vulnerabilidade a atos de intimidação e o consequente deslocamento massivo de comunidades perpetrado pelo GAI (ODDH-DIH, 2007).

A base econômica do departamento de Chocó é sustentada pela atividade de mineração, principalmente de ouro, prata e platina, e, também, pela exploração madeireira. No que se refere à economia rural, destaca-se a agricultura, que, em sua grande maioria, é realizada por pequenos produtores (DANE, 2021).

Configuração de uma identidade mineira

No âmbito do Estado moderno, as políticas de identificação refletem a intervenção do poder nos processos identitários ao reconhecer uma única identidade cultural legítima para seus cidadãos. Estas políticas foram, conforme salienta Gross (2012), a extensão de um processo modernizador que trouxe consigo inúmeras rupturas e destruição de uma ordem social mantida pelas minorias étnicas. No caso das populações camponesas, comunidades indígenas e negras, provocou uma crise nos seus próprios modelos tradicionais de controle econômico, ideológico, social e político. Perante esse cenário, os grupos étnicos viram-se na obrigação de procurar formas para se rearticular no cenário político e, também, na necessidade de definir projetos que representassem os interesses dessas coletividades.

[5] "As reservas indígenas são propriedade coletiva das comunidades indígenas em favor das quais são constituídas e de acordo *com os artigos 63 e 329 da Constituição Política*, são inalienáveis, imprescritíveis e inacessíveis. As reservas são uma instituição jurídica e sócio-política de natureza especial, constituída por uma ou mais comunidades indígenas, que com título de propriedade coletiva que goza das garantias da propriedade privada, são donas do seu território e se regem pela gestão do mesmo e sua vida interna por uma organização autônoma protegida pela jurisdição indígena e seu próprio sistema regulatório." "Tradução nossa". Disponível em: {HYPERLINK https://www.minagricultura.gov.co/Normatividad/Paginas/Decreto-1071-2015/CAPITULO-5-Naturaleza-Juridica-de-los-Resguardos-Indigenas-Manejo-y-Administracion.aspx." } Acesso em: 5 de janeiro de 2024.

Com esse objetivo político no horizonte, e tendo os movimentos negros nos Estados Unidos como referência inspiradora, começou na década de 1970 a organização de comunidades negras na Colômbia. A estratégia inicial dos grupos negros focava-se na busca da igualdade e integração dentro da "sociedade mais ampla". Porém, nas décadas mais recentes, a bandeira da diferença cultural emergiu como o elemento mais importante da organização negra, principalmente como resultado de um novo movimento no Pacífico. A esse respeito, Escobar (1997) aponta dois fatores principais que levaram ao redirecionamento do movimento negro: primeiro, a investida desenvolvimentista e capitalista na região, provocada pelo processo de abertura e integração ao país; e, segundo, o processo de reforma constitucional que culminou com a eleição da Assembleia Nacional Constituinte em 1991 e a mudança da Constituição Política de 1886.

Com a nova Constituição de 1991, cujo propósito era construir uma sociedade multicultural e multiétnica, foram consagrados direitos sem precedentes para as minorias étnicas e religiosas. No que se refere às comunidades negras, o artigo transitório 55[6] da nova Constituição representou as expressões políticas, nas quais, pela primeira vez, surgiram noções de identidade e território das comunidades ribeirinhas do Pacífico.

Esse artigo 55, de caráter transitório, porém, exigia a promulgação de uma lei que outorgaria direitos coletivos à terra para as comunidades negras rurais do Pacífico. Assim, após negociações entre o Governo e representantes das comunidades negras, foi aprovado o texto que viria a ser a Lei 70, de 1993, que representou o ponto de partida para o reconhecimento jurídico do direito à autonomia das comunidades afro-colombianas por meio dos conselhos comunitários estabelecidos em seus territórios, que por sua vez são autoridades políticas reconhecidas pelo Estado. Da mesma forma, esta lei reconhece o direito à propriedade coletiva, a fim de proteger sua identidade cultural e seus territórios (ESCOBAR, 1997).

Nesse contexto, como resultado dos esforços de diversas organizações afro-colombianas para o reconhecimento de seus direitos étnico-territoriais, nasceu o Processo Comunidades Negras (PCN), como um movimento étnico-territorial. O PCN baseia-se em cinco princípios (OSLENDER, 2008):

---

[6] COMISIÓN DE LA VERDAD. La propiedad colectiva del pueblo negro cumple 27 años. 11 de setembro de 2021. Disponível em: {HYPERLINK "https://web.comisiondelaverdad.co/actualidad/noticias/ley-70-propiedad-colectiva-del-pueblo-negro-cumple-27-anos." } Acesso em: 10 dezembro de 2023.

1) A reafirmação da identidade e do direito de ser negro, reivindicando sua cultura, sua visão de vida e expressões sociais, econômicas e políticas.
2) O direito ao território e a um espaço a ser considerado como condição necessária para o desenvolvimento de uma visão cultural das comunidades negras.
3) Autonomia, entendida como o direito ao exercício da identidade e à participação nas tomadas de decisão que os afetam.
4) A construção de uma perspectiva de futuro autônomo, baseada nas formas tradicionais de produção e organização social.
5) Uma declaração de solidariedade com a luta pelos direitos dos negros em todo o mundo.

O PCN articula, em todo o território colombiano, centenas de organizações de base, conselhos comunitários e pessoas, que visam reivindicar, nas respectivas realidades locais, os princípios orientadores, previamente expostos. Nessa linha, os conselhos comunitários, como representação de povos étnicos, assumem a condição de governar como as ferramentas jurídicas outorgadas pela Constituição de 1991[7], e ratificadas por diversas decisões do Tribunal Constitucional de Colômbia[8], especificamente, as que se referem ao direito de controlar seu próprio desenvolvimento econômico, social e cultural. Para isso, são contemplados quatro instrumentos de governo próprio: a) projeto de vida ou plano de bom viver; b) plano de gerenciamento e uso ambiental ou de recursos naturais; c) regulamentos internos; e d) plano de etnodesenvolvimento.

A perspectiva de ouro ético no mercado internacional

No que diz respeito à formalização da mineração artesanal e da mineração de pequena escala (ASM), existem organizações em todo o mundo que estão realizando planos de ação para apoiar os processos de certificação e inserção dessa mineração no mercado. Dentre elas, destaca-se o trabalho da Alliance for Responsible Mining (ARM), que, desde sua fundação em 2004, visa o desenvolvimento sustentável dessas atividades,

---

[7] **Lei 21 de 1991** - Adotou a Convenção 169 da OIT sobre os povos indígenas e tribais, que lhes confere o direito de controlar o seu próprio desenvolvimento económico, social e cultural. **Lei 70 de 1933** - Reconhece as comunidades negras como sujeitos de direitos especiais com titularidade sobre seus territórios ancestrais**. Decreto 1745 de 1995** - Desenvolve o capítulo 3 da Lei 70 de 1993, sobre o direito à propriedade coletiva e ao funcionamento dos órgãos próprios (Tradução nossa).

[8] **Sentença T-955 de 2003** - Ratifica as comunidades negras como povos étnicos – (sujeitos coletivos de direitos especiais), que devem ser regidos pelas leis colombianas e por quatro instrumentos de autogoverno (Tradução nossa).

com o objetivo de transformá-las em uma atividade social e ambientalmente responsável que melhore a qualidade de vida dos garimpeiros e seu meio ambiente. Para cumprir esse propósito, estabelece como prioridade o seguinte roteiro: certificar minas responsáveis; auxiliar os garimpeiros nos processos de formalização em seus contextos locais; oferecer incentivos e acesso a mercados internacionais para mineradores artesanais (ARM, 2023).

Nos processos de formalização da mineração artesanal e ASM, a ARM, em aliança com a Fairtrade International (FLO), criou, em 2009, o padrão Fairmined e Fairtrade, baseado no padrão Zero[9]. No entanto, após 4 anos, a aliança ARM e FLO se dissolve devido às novas demandas do mercado global de ouro. Dessa forma, a partir de 2013, a ARM adota o padrão Fairmined, cujo foco é apoiar as operações de mineração comunitárias, participando da formalização e promovendo a conscientização ambiental e o respeito à rastreabilidade da cadeia produtiva. O cumprimento dos requisitos do padrão Fairmined garante um preço de ouro especial, que é cerca de 95% do estabelecido pelo London Gold Fix, bem como uma taxa de desenvolvimento Fairmined (ARM, 2023).

Por seu turno, no seio das associações público-privadas do negócio do ouro, destaca-se a iniciativa patrocinada pela Suíça, que reúne refinadores, relojoeiros, joalheiros e bancos, organizada na Swiss Better Gold Association (SBGA) com o Secretário de Estado de Assuntos Econômicos Suíços (SECO). Esta iniciativa é baseada no Código de Práticas e Cadeia de Custódia RJC, bem como no padrão Fairmined. Seu objetivo, em primeira instância, é apoiar mineradores formalizados nos processos de certificação e, a partir daí, como propósito global, aumentar a demanda por ouro certificado. Da mesma forma, propõe-se também a eliminação dos intermediários do negócio do ouro, que costumam ficar com grande parte dos lucros, a fim de estimular a compra direta (SBGA, 2021).

A Chopard e a revolução Fairmined na América Latina: experiência no departamento de Chocó

Em 2014, a Chopard lançou o L.U.C. Relógio Tourbillon Qualité Fleurier Fairmined, cuja caixa de ouro rosa do relógio era feita de ouro Fairmined. Com esse

[9] FAIRMINED. El Estándar Fairmined para oro. "É o padrão pioneiro mundial para ouro extraído de forma responsável e metais associados, como prata e platina. Em 2009, com base no Padrão Zero, foi desenvolvida em colaboração com Fairtrade a primeira versão do Padrão Fairmined." "Tradução nossa". Disponível em: {HYPERLINK "https://fairmined.org/es/the-fairmined-standard/." }. Acceso em: 4 de janeiro de 2024.

lançamento, fortemente promovido pela mídia do setor, a Chopard produzia um relógio que se encaixava na categoria de luxo de elite e que, ao mesmo tempo, dependia da proveniência ética de seu ouro para ganhar participação no mercado. A produção do relógio L.U.C. Relógio Tourbillon Qualité Fleurier Fairmined, portanto, fazia parte do compromisso, da Chopard, de fabricar os modelos de relógios Fairmined. O conceito desse produto teve um grande impacto no mercado e, assim, ajudou a consolidar o posicionamento da Chopard como uma marca de luxo responsável. O principal responsável pela área dos relógios Chopard, Karl-Friedrich Scheufele, assim se pronunciou, em 2014, sobre a mudança de conceito na fabricação desse produto (DOAK, 2014):

> Ao voltar de uma viagem à Ásia, [descobri que] os clientes chineses estão menos preocupados com essas questões do que os da Europa. Portanto, temos que considerar nossos mercados maiores [...] por enquanto, o turbilhão [Fairmined] é uma ótima ferramenta de comunicação para aumentar a conscientização. É um objetivo de longo prazo para a Chopard criar uma quantidade significativa de nossa produção de ouro Fairmined. É por isso que estamos investindo diretamente no apoio a minas e comunidades, para garantir uma oferta robusta e crescente [...] faz sentido para os negócios. Houve uma mudança clara no que o cliente internacional quer saber – não só sobre a qualidade e beleza de uma peça, mas também de onde ela veio e como foi criada (Tradução nossa).

Nesse cenário, a Chopard, em conjunto com parceiros públicos e privados, considerou expandir seu plano de investimento nos países latino-americanos e, assim, iniciar a revolução do Fairmined. Desse modo, no caso particular da Colômbia, em 2019, participou de uma iniciativa, criada pela Better Gold Initiative (BGI). Foi feita uma parceria pública entre a SBGA e a Secretaria de Estado para Assuntos Econômicos da Suíça (SECO), que compreendeu apoio no terreno e o estabelecimento de uma cadeia de abastecimento, e que tinha como parceiros a comercializadora internacional de ouro, Anexpo; a ONG colombiana, Atabaque; e a Valcambi, que é uma importante refinadora, de origem suíça, de metais preciosos. O objetivo, portanto, foi promover no município de Istmina, no departamento de Chocó, o abastecimento responsável de ouro extraído por mineiros artesanais. No âmbito dessa iniciativa, a co-presidenta da Chopard, Caroline Scheufele, fez o seguinte pronunciamento (Initiative et al., 2019):

> Em 2013, a Chopard iniciou sua Jornada para o Luxo Sustentável ajudando as comunidades de mineração artesanal no início da nossa cadeia de abastecimento. A nós, essas pessoas que extraíam

> o ouro essencial para fazer as nossas criações pareciam muitas vezes esquecidas. Era, pois, essencial iniciar o nosso trabalho de promover princípios de sustentabilidade na indústria de luxo, com foco na defesa dessas comunidades. A iniciativa El Chocó está alinhada com este projeto e a Chopard se orgulha de estar associada a outros parceiros envolvidos. Isso mostra que mesmo que ainda haja um longo caminho a percorrer em nossa jornada para construir 100% luxo sustentável, estamos no caminho certo (Tradução nossa).

No contexto da iniciativa mencionada, quinhentos Barequeros do município de Istimina receberam apoio técnico para atingir os critérios do SBGA de práticas de mineração social e ambientalmente responsáveis, para assim poder enviar o metal para a Suíça, onde Valcambi o refina e a Chopard o utiliza na produção de suas joias e relógios. A importância do ouro ético, portanto, reside em oferecer às comunidades acesso direto ao mercado comercial suíço a preços vantajosos, assim como em receber um incentivo especial de 0,70 USD por grama para que reinvistam na melhoria das suas condições de vida e de trabalho. Conforme aponta um dos beneficiários da iniciativa, esse canal de comercialização internacional é muito importante para essas comunidades (Initiative et al., 2019):

> Na minha cidade, a maioria dos habitantes são garimpeiros, e a maioria de nós somos mulheres. Minha família toda trabalha na mineração de ouro, incluindo minha mãe e minhas quatro irmãs. A mineração em El Chocó é a maior fonte de trabalho. Serve para a nossa subsistência diária, para a educação dos nossos filhos, compra as nossas roupas e, sobretudo, permite-nos ser livres. É a liberdade que é o mais importante. Estou tão orgulhosa de ser parte deste projeto de ouro responsável que reconhece o trabalho da mineração artesanal, e agradeço a todos que compram nosso ouro. Por ser fruto do trabalho de nossas mãos, cada grão de ouro é resultado de muito de esforço e ajuda a sustentar nossas famílias (Tradução nossa).

Davies (2015), jornalista especializado em temas de relojoaria de luxo, revela a virada conceitual, em termos éticos, dos bens de luxo e, ao mesmo tempo, reivindica o retorno econômico da indústria do luxo para as pessoas que obtêm renda desses produtos.

> Discuti a ética do luxo com amigos e entendo que alguns estão preocupados com o aparente excesso de riqueza possuído por poucos. No entanto, sempre acreditei que é a demanda por bens de luxo que perpetua o artesanato e as habilidades que tenho em grande estima. De fato, com a ausência de clientes ricos, os talentos de relojoeiros e artesãos excepcionais podem desaparecer de vista. Além disso, a indústria do luxo emprega muitos milhares

> de pessoas que obtêm renda com a venda desses produtos. O mundo do luxo tornou-se cada vez mais consciente de suas responsabilidades para com a sociedade como um todo. Diversas empresas têm implementado estratégias ambientais para mitigar seu impacto no planeta. Além disso, a venda muito divulgada de "diamantes de conflito" levou as empresas a adquirirem pedras preciosas de fontes éticas (Tradução nossa).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos analisar a produção de "ouro ético" como parte de um contexto em que o ambientalismo, após a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro, em 1992, ganha força política e, sob o novo conceito de desenvolvimento sustentável, se posiciona como a única perspectiva ideológica capaz de integrar a humanidade em torno de um futuro comum (GONÇALVES, 2001).

Assim, com a popularização do conceito de desenvolvimento sustentável, trata-se, segundo a análise de Katz (1998), de um capitalismo que, a partir dos anos 1990, se tornou gradualmente uma "versão verde" de si mesmo, onde as discussões em torno da ecologia e da conservação ambiental ganharam mais espaço nas agendas políticas. Nesse sentido, coincidindo com Smith (2006), o "capitalismo verde" desdobra uma nova forma de se apropriar da natureza. Nesse cenário, identificamos pontos de convergência entre as formas de apropriação da natureza, desdobradas pelo capitalismo, em sua versão verde, sob o conceito de desenvolvimento sustentável, e as práticas de produção mineral desenvolvidas pelas comunidades étnicas, em aliança com as ONGs, do departamento de Chocó.

Nesse contexto, o ouro ético, com um forte apelo comunitário e étnico, por conta das comunidades locais que fazem a extração do mineral, é mobilizado, estrategicamente, no campo retórico pelos agentes sociais que atuam nos diferentes elos da cadeia produtiva do ouro e interagem em diferentes escalas geográficas. Assim, dentro da lógica de acumulação de capital, o objetivo é desdobrar os meios necessários para se apropriar e extrair excedentes das diferenças e variações culturais locais e, em consequência, conseguir que essas comunidades possam ser apropriáveis para o interesse de acumulação.

REFERÊNCIAS

ALIANZA POR LA MINERÍA RESPONSABLE. Sobre la Alianza por la Minería Responsable. Disponível em: https://www.responsiblemines.org/sobrearm/. Acesso em: 15 mai. 2023.

BRENNER, Neil . **The limits to scale? Methodological reflections on scalar structuration**. *Progress in Human Geography*, *25*(4), 591–614. https://journals.sagepub.com/doi/10.1191/030913201682688959. 2001. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/241037241_The_limits_to_scale_Methodological_reflections_on_scalar_structuration >. Acesso em maio.2023.

COMISIÓN DE LA VERDAD. **La propiedad colectiva del pueblo negro cumple 27 años**. 11 de setembro de 2021. Disponível em https://web.comisiondelaverdad.co/actualidad/noticias/ley-70-propiedad-colectiva-del-pueblo-negro-cumple-27-anos. Acesso em dezembro de 2023.

DAVIES, A. Escapement Watch Review: The Chopard LUC Tourbillon QF Fairmined. **Watchtime**. 15 Janeiro 2015. Disponível em: https://www.watchtime.com/blog/escapement-watch-review-the-chopard-luc-tourbillon-qf-fairmined/. Acesso em abr.2023.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO NACIONAL DE ESTADÍSTICA. **Medida de pobreza multidimensional municipal**. Medida de pobreza multidimensional municipal de fuente censal. 2021. Disponível em https://dane.maps.arcgis.com/apps/MapJournal/index.html?appid=54595086fdd74b6c9effd2fb8a9500dc. Acesso em mai. 2022.

DOAK, A. Ethical gold: Chopard wants to stard a ´Fairmined´revolution. **Financial Times** Special Report Personal & Household Goods. 5 Jun. 2014. Disponível em: https://www.ft.com/content/6b57a1a6-9566-11e3-8371-00144feab7de. Acesso em jun. 2023.

ESCOBAR, A. Política cultural y biodiversidad: Estado, capital y movimientos sociales en el Pacífico colombiano. *In*: URIBE, M. V; RESTREPO, E. (Eds.) **Antropología en la modernidad :** identidades, etnicidades y movimientos sociales en Colombia. Instituto Colombiano de Antropología. p 173–206, 1997. ISBN: 958-612-171-2.

GONÇALVES, Carlos Walter. **Geo-grafias. Movimientos sociales, nuevas territorialidades y sustentabilidad**. México D.F: Siglo XXI, 2001.

GROS, C. **Políticas de la etnicidad:** identidad, estado y modernidad. Bogotá: Instituto Colombiano de Antropología e Historia (ICANH), 2012. 216 p. Disponível em: https://publicaciones.icanh.gov.co/index.php/picanh/catalog/view/99/100/26. Acesso em mai. 2020.

KATZ, Cindi. **Whose Nature, Whose Culture? Private Productions of Space and the 'Preservation of Nature**. In: B. Braun and N. Castree (eds.) *Remaking Reality: Nature at the Millennium.* Routledge, London, p. 46–64, 1998.

LEFEBVRE, Henri. **The Production of Space**. Oxford: Blackwell, 1991.

MINISTERIO DE AGRICULTURA Y DESARROLLO RURAL. Disponível em: https://www.minagricultura.gov.co/Normatividad/Paginas/Decreto- 1071-2015/CAPITULO-5-Naturaleza-Juridica-de-los-Resguardos- Indigenas-Manejo-y-Administracion.aspx." Acesso em: 5 de janeiro de 2024.

MORAES, Antônio Carlos Robert; COSTA, Vanderlei Messias. **A valorização do espaço**. São Paulo: HUCITEC, 1984.

OBSERVATORIO DE DERECHOS HUMANOS Y DERECHO INTERNACIONAL HUMANITARIO. **Diagnóstico Departamental del Chocó**. 2007.

OSLENDER, U. **Comunidades negras y espacio en el Pacífico colombiano:** hacia un giro geográfico en el estudio de los movimientos sociales. Bogotá: Instituto Colombiano de Antropología e Historia (ICANH), 2008. 356 p. ISBN: 978-958-8181-49-3.

SMITH, Neil. Geografia, diferencia y políticas de escala. **Revista Terra Livre**. São Paulo, v. 2, n. 18 - 19, p. 127-145, 2002.

SMITH, Neil. **Nature as an accumulation strategy**, in L. Panitch & C. Leys (eds) *Socialist Register 2007* (Monmouth: The Merlin Press), pp. 16-36, 2006.

SWISS BETTER GOLD ASSOCIATION. **Swiss Better Gold.** Our approach. Disponível em: https://www.swissbettergoldassociation.ch/our-approach. Acesso em set. 2021.

SWISS BETTER GOLD ASSOCIATION *et al*. **Colombian artisanal gold panners part of international incentive scheme to promote responsible mining.** Dezembro 1–5. 2019. Disponível em: https://www.valcambi.com/fileadmin/media/valcambi/News/PressRelease.Barequeros_06.12.2019.pdf. Acesso em jun. 2023.

SWYNGEDOUW, Erik . **Globalisation or 'glocalisation'? Networks, territories and rescaling.** *Cambridge Review of International Affairs*, *17*(1), 25–48. https://doi.org/10.1080/0955757042000203632. 2004.

A REDESCOBERTA DO VALE DO JEQUITINHONHA NO SÉCULO XXI: A MINERAÇÃO DE LÍTIO SOB A ÓTICA DOS CONFLITOS AMBIENTAIS

Letícia Honorato de Oliveira[1]
Pacelli Henrique Martins Teodoro[2]
Izabella Aléxia Carneiro Santos[3]

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo estabelecer correlações entre a questão agrária, a mineração de lítio e os conflitos ambientais em territórios pertencentes ao Vale do Jequitinhonha, especialmente nos municípios de Araçuaí e Itinga, com base na análise de discursos midiáticos que explicitam tensões tanto ecológicas quanto sociais. A partir dos dados secundários coletados e levantados do Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração e dos conteúdos veiculados em peças publicitárias da empresa Sigma Lithium e reaproveitadas pelo Governo do Estado de Minas Gerais, pôde-se identificar os conflitos presentes no Vale e, também, comparar a real atividade econômica do lítio e suas consequências ambientais frente a suas estratégias discursivas. Desde o início, ressalta-se que os dados difundidos pela mídia indicam e apontam o uso de uma linguagem minuciosamente planejada e estratégica, incentivando a população, principalmente em redes sociais, a acreditar em missões e valores voltados à preservação do meio ambiente, em prol daqueles que vivem e mais dependem diretamente dele: povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais da região. E com fundamento nesses grandes e pequenos feitos propagados pelo setor privado, que são, em tese, ambientalmente corretos e facilmente aceitos sem muitas reflexões críticas, o presente trabalho pôde problematizar a questão agrária contemporânea e a prometida mineração verde, sobretudo, o discurso de desenvolvimento regional e ambientalmente sustentável por uma economia limpa que se impõe aos territórios do Jequitinhonha, assim fomentando sua "redescoberta" no século XXI.

Palavras-chave: desenvolvimento sustentável, Sigma Lithium, mídia, análise do discurso, Vale do lítio.

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo establecer correlaciones entre la cuestión agraria, la minería del litio y los conflictos ambientales en territorios pertenecientes al Vale de Jequitinhonha (estado de Minas Gerais, Brasil), especialmente en los municipios de Araçuaí e Itinga, a partir del análisis de discursos mediáticos que explican tensiones tanto ecológicas como sociales. A partir de los datos secundarios recopilados y recopilados por el Comité Nacional de Defensa de los Territorios Contra la Minería y el contenido publicado en piezas publicitarias de la empresa Sigma Lithium y reutilizadas por el Gobierno del Estado de Minas Gerais, fue posible identificar los conflictos presentes en el Vale y, además, comparar la actividad económica real del litio y sus consecuencias ambientales en relación con sus estrategias discursivas. Desde el principio, se destaca que los datos difundidos por los medios de comunicación indican y apuntan al uso de un lenguaje meticulosamente planificado y estratégico, incentivando a la población, principalmente en las redes sociales, a creer en misiones y valores encaminados a preservar el medio ambiente, a favor de quienes viven y dependen más directamente de ella: los pueblos indígenas, los quilombolas y las comunidades tradicionales de la región. Y a partir de estos grandes y pequeños logros propagados por el sector privado, que son, en teoría, ambientalmente correctos y fácilmente aceptados sin muchas reflexiones críticas, este trabajo logró problematizar la cuestión agraria contemporánea y la prometida minería verde, sobre todo, la discurso de desarrollo

[1] Graduanda do curso de Geografia da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM, leticia.honorato@ufvjm.edu.br
[2] Doutor pelo curso de Geografia da Universidade Estadual Paulista - UNESP, pacelli.teodoro@ufvjm.edu.br
[3] Licenciada pelo curso de Geografia da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM, izabella.alexia@ufvjm.edu.br

regional y ambientalmente sostenible a través de una economía limpia que se impone en los territorios de Jequitinhonha, promoviendo así su "redescubrimiento" en el siglo XXI.
Palabras clave: desarrollo sustentable, Sigma Lithium, medios de comunicación, análisis del discurso, Vale del Litio.

INTRODUÇÃO

O Vale do Jequitinhonha, uma região no Nordeste do estado de Minas Gerais, possui grande parte de sua história de formação voltada ao período colonial brasileiro (1530-1822), com intensa participação nos ciclos econômicos do ouro e, principalmente, diamante, o que lhe conferiu, por muitas décadas, certo reconhecimento nacional. Juntamente à mineração colonial, a atual reprodução dos modos de vida camponês alimenta, ainda mais, fatores fundantes do capitalismo, tais como a acumulação primitiva, espoliação da terra e exploração do trabalho. E isso decorre desde o final do século XX, quando se observou um crescente processo de desapropriação dos recursos naturais pela implantação de grandes projetos desenvolvimentistas (ALENTEJANO; TAVARES, 2019): mineração, hidrelétrica, e monocultura de eucalipto. Esses projetos foram justificados sob o discurso oficial de superar e erradicar a pobreza por meio da geração de emprego e renda (ALMEIDA, 2018), mas que resultaram num processo contínuo de perda de controle e acesso aos bens comuns pelas comunidades tradicionais.

Ao longo do tempo, tais projetos buscaram se adaptar às mudanças nos modos de produção e, atualmente, se utilizam de manobras publicitárias vestidas e mascaradas por uma roupagem sustentável, que encobre e corrobora conflitos significativos, isto é, "[...] manifestações sociais que denunciam o embate desigual entre lógicas de uso territorial: a consolidada/tradicional *versus* a emergente/modernizadora." (TEODORO, 2019, p. 143). Deste modo, para Zhouri e Zucarelli (2010), os conflitos ambientais se caracterizam e evidenciam diferentes processos de construções territoriais, uma vez que salientam as formas desproporcionais de uso do espaço praticadas por distintos grupos sociais.

No Vale do Jequitinhonha, estes conflitos estão presentes em diferentes áreas, por exemplo, na geração de energia por usinas hidroelétricas, nas unidades de conservação, no monocultivo de eucalipto e na mineração. Dentre essas, a última tem se mostrado fortemente presente, como no restante do estado, causando consideráveis impactos ambientais. Grandes empresas mineradoras transnacionais têm se voltado, durante os anos, para o acúmulo de riquezas e aprofundamento de desigualdades, sem considerar a diversidade ecológica e, muito menos, a potencialidade cultural das comunidades locais e/ou tradicionais.

Os empreendimentos de mineração, sobretudo os vinculados ao lítio, fazem parte de uma das cadeias de corporações, no qual a mídia tem adotado um posicionamento a favor do crescimento econômico, da geração de empregos e do desenvolvimento local tanto econômico quanto educacional. Termos como "Vale do lítio" ou "*Lithium Valley Brazil*" estão cada vez mais presentes em peças publicitárias do Governo de Minas Gerais, impondo uma pauta externa e internacional para os territórios. Por outro lado, nem todos estão satisfeitos com mais uma intervenção realizada pelo Estado, novamente imposta de cima para baixo, estrategicamente maquiada por um discurso favorável e "lucrativo" - pontualmente associado à sustentabilidade, o "ambientalmente sustentável" e o desenvolvimento regional - aos grandes empreendimentos. Moradores próximos a estas grandes empresas e ambientalistas expressam sua indignação e preocupação com o trabalho da mineração ao redor, além dos impactos causados e já previstos.

O discurso vinculado à temática da sustentabilidade tem permeado cada vez mais a sociedade, embasando a criação de políticas que mantêm a tensão na relação entre empresas e organizações da sociedade civil na prática e, como diferencial, prosseguem com a acumulação capitalista renovada pela regulação ambiental, assim com suas atividades legitimadas pela modernização ecológica (TEODORO, 2019). Este discurso está relacionado a ideias que ocorrem em torno do que é social e ambientalmente correto (RODRIGUEZ; SILVA, 2016). E as medidas referentes ao meio ambiente e a responsabilidade social pela Sigma Lithium (principal empresa em expansão na atual mineração de lítio no Vale do Jequitinhonha), essenciais para autorizar e certificar a atividade mineradora a se inserir e manter no mercado global, são tímidas no cotidiano diante dos conflitos passados e presentes, mas intensificadas no discurso midiático, principalmente em redes sociais.

Portanto, ao propor abordar o Vale do Jequitinhonha a partir de grandes empreendimentos minerários, o presente trabalho recorre a dados quantitativos e abordagem qualitativa com vistas a uma análise de conteúdos vinculados aos impactos, sejam na segurança, qualidade de vida, autonomia social, principalmente pelos grupos sociais mais vulneráveis: comunidades tradicionais e indígenas, pescadores, lavadeiras, quilombolas, camponeses, movimentos sociais, entre outros. Para tanto, busca-se discutir as características contemporâneas da produção territorial do Vale do Jequitinhonha, fundamentada na expansão da atividade minerária do lítio por grandes agentes econômicos e suas consequências ambientais.

METODOLOGIA

A preocupação com as questões ambientais no Brasil se deu com a ascensão global do tema no final do século XX e ganhou destaque nacional principalmente após o crime ambiental em Bento Rodrigues/Mariana no estado de Minas Gerais, ocorrido em novembro de 2015, com o rompimento da barragem de rejeitos da Samarco/Vale/BHP Billiton (SILVA, 2018). Os setores econômicos e empresariais brasileiros foram atingidos desde então e cobrados a se posicionarem. Destes, o setor mineral, considerado um dos mais lucrativos, se destacou devido aos grandes movimentos econômicos e financeiros dentro do território nacional, mas ocasiona, em contrapartida, uma intensa exploração com sérios e preocupantes impactos contra o ambiente e a população na qual vivem e dependem destes territórios.

A escolha da empresa em questão, Sigma Lithium, se deu em decorrência a seu promissor e já considerável protagonismo regional, precisamente nos municípios de Araçuaí e Itinga nos últimos cinco anos, resultado da intensa exploração mineral do lítio. Este passou a ser essencialmente disputado para a produção de baterias e carros elétricos, ocasionando um *boom* na demanda pelo mineral e transformando-o, em 2021, a *commodity* de melhor desempenho, conforme Notícias de Mineração Brasil (2022), ultrapassando outras *commodities* minerais, produtos agropecuários e hidrocarbonetos.

Sendo assim, para atender a proposta apresentada, a pesquisa foi inicialmente fundamentada na discussão teórica sobre "conflito ambiental", "Vale do Jequitinhonha", "mineração" e "análise do discurso" como palavras-chave, por meio de trabalhos em eventos, artigos científicos, teses, capítulos e livros acadêmicos. Posteriormente, recorreu-se a coleta e comparação dados secundários acerca da atividade econômica do lítio no Vale e suas tensões sociais, por meio de sítios eletrônicos do Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração e da empresa Sigma Lithium, priorizando os de grande alcance, com peças e chamadas publicitárias utilizadas não somente por esta, mas também, pelo Governo do Estado de Minas Gerais. Por fim, buscou-se realizar uma análise de forma conjunta e simultânea, a fim de identificar os conflitos resultantes da atividade mineral e, ao mesmo tempo, correlacionando-os ao discurso e conteúdo abordados pela empresa em grandes canais de divulgação.

REFERENCIAL TEÓRICO

A desigualdade ambiental condiz com a distribuição ou o acesso desigual aos recursos naturais. De acordo com Acselrad et al. (2009), uma das manifestações desta desigualdade se

dá sob a perspectiva de uma proteção desigual, quando a execução ou ausência de determinadas políticas, diante ao mercado, propaga ou acarreta riscos desproporcionais, intencionais ou não, para uma população mais carente, seja de recursos financeiros ou políticos - geralmente, os mais pobres, residentes de áreas desvalorizadas e precárias, de etnias marginalizadas. E ao passo que a minoria se favorece na produção capitalista do espaço, a maioria denuncia as desigualdades distributivas que daí se resultam, na qual espaços de alguns são predominantes sobre os demais. Para Acselrad (2010, p. 109), estas denúncias sociais constituem nos conflitos ambientais, sendo que os denunciantes da desigualdade ambiental, isto é, da "[...] exposição desproporcional dos socialmente mais desprovidos aos riscos das redes técnico-produtivas da riqueza ou sua despossessão ambiental pela concentração dos benefícios do desenvolvimento em poucas mãos.", possuem o alvo comum de problemas que afetam a vida cotidiana de comunidades locais.

Já Zhouri e Zucarelli (2010) contribuem ao pontuar que as situações de conflitos remetem à participação de sujeitos sociais que vinculam e qualificam um mesmo espaço em específico, ou seja, apresentam uma apropriação territorial distinta e que manifestam um sentimento de lesão, dolo ou perda em relação a outra forma de apropriação que lhes é, simultaneamente, atribuída de maneira contrária. Entende-se, assim, os conflitos ambientais como expressão de tensões no processo de reprodução dos modelos de desenvolvimento (ACSELRAD, 2004), que são relativas a interesses e estratégias diferenciadas de apropriação e aproveitamento da natureza na era da globalização econômico-ecológica. Afinal, os recursos naturais são, por um lado, culturais-históricos para as comunidades tradicionais e, por outro, econômicos para o modo de produção capitalista. Logo, o uso dos recursos naturais é sujeito a conflitos entre distintos projetos, sentidos e fins.

O termo "Vale da pobreza" foi historicamente empregado ao Vale do Jequitinhonha por expressar a ideia de que havia algo a ser superado via projetos desenvolvimentistas pelo Estado brasileiro. O objetivo principal foi incorporar terras consideradas vazias, mas não necessariamente desocupadas, ao mercado. Entretanto, contradições surgiram e marcaram fortemente a região perante o discurso do desenvolvimento capitalista. Aproveita-se para acrescentar a profunda problematização acerca da recente "redescoberta" da região, na qual se vincula estrategicamente ao descobrir algo novamente e, neste caso, acentuando-se a antiga e errônea ideia de uma região que necessita destes grandes projetos externos para se manter/desenvolver. De acordo com Souza e Moreira (2017), uma das regiões consideradas mais ricas até o início do século XIX se transformou em uma área estatisticamente pobre,

miserável, irrisória para os parâmetros da sociedade moderna brasileira, ao mesmo tempo que é explorada tanto por sua força de trabalho quanto por seus recursos naturais. E a história continua com a expansão da mineração no agora promissor "Vale do lítio", ainda seguida das mesmas promessas governamentais, mas renovadas por uma roupagem verde e que já começam a desembocar em conflitos.

Ao longo dos últimos anos, o minério de lítio, assim como o de ferro, grafita, manganês, nióbio, entre outros, integraram a classificação brasileira dos minerais considerados "estratégicos". Segundo o Plano Nacional de Mineração de 2030 (BRASIL, 2011), este conceito sempre esteve associado a objetivos e estratégias políticas de países hegemônicos, por serem recursos escassos, essenciais ou críticos para um país. Destes, o lítio, ferro, manganês e grafita são os minérios encontrados na região do Vale.

A partir de uma herança histórica, passou-se a entender que o espaço contemporâneo tem sido moldado e produzido a partir do avanço do capital e de seu modo de reprodução em ampla escala, o qual enxerga e rege o mundo por meio de normas pré-estabelecidas e lucrativas de mercado e estratégias políticas. Pela circulação de produtos, recursos e pessoas, o modo de produção capitalista passa a permitir a abertura de mercado, a exploração material e energética de forma exacerbada. "Globalizar, flexibilizar, movimentar e controlar, o sistema conduz sua regulação pela articulação entre desenvolvimento e meio ambiente." (TEODORO, 2019, p. 129).

> Em substituição do recente ecodesenvolvimento pela Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (1972), o desenvolvimento sustentável foi a nova expressão-chave da agenda como aquele que atende às necessidades do presente, sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem às próprias necessidades. (TEODORO, 2019, p. 134).

O surgimento do termo "desenvolvimento sustentável" manifestou-se pela primeira vez em 1987, em um relatório da Organização das Nações Unidas na comissão de Brundtland (UNITED NATIONS, 1987). Pautou-se na ideia central de que a pobreza era a principal causadora e responsável pela degradação dos ecossistemas e o modo mais assertivo de combatê-la seria por meio do desenvolvimento da economia, a instalação de empresas transnacionais e a implementação e inserção de redes financeiras globais, flexibilizadas pelo Estado.

> A partir da globalização, o sistema capitalista generalizou a produção internacionalizada, mediante a criação de centenas de milhares de filiais pelo mundo afora e transformou o planeta numa esfera única de investimento, realização e acumulação de capital. Ao produzir internacionalmente, o grande capital passou a ter

> a possibilidade de se utilizar das melhores disponibilidades dos países, quer em termos de mão-de-obra, quer em termos de matérias-primas, facilidades fiscais e creditícias, além da precarização do trabalho, o que lhe permitiu recuperar as taxas de lucro e reconfigurar o sistema produtivo mundial. (COSTA, 2008, p. 24).

Sabe-se que os desdobramentos espaciais das atividades econômicas intensivas, sobretudo as industriais e o consumo dos recursos naturais, produzem a ampliação de riscos que estão submetidos e implicados a grupos sociais mais vulneráveis, tal como afirmam Chesnais e Serfati (2003). Esta situação se evidencia claramente quando se nota os fluxos e movimentos de mercadorias e quais são os países exportadores - majoritariamente periféricos, considerados "subdesenvolvidos", que vendem na maior parte do tempo sua força de trabalho e detém as maiores quantidades de recursos naturais - e importadores - exploradores da natureza, com amplo nível tecnológico, que ocupam uma posição hegemônica frente ao mercado global capitalista - dessas mercadorias (*commodities*) (ZHOURI; ZUCARELLI, 2010).

A empresa Sigma Lithium, de origem canadense, passou a atuar fortemente na região de Araçuaí e Itinga de diferentes formas e, consequentemente, passou a adotar estratégias de investimentos financeiros e tecnológicos em massa, para produzir aspectos e ideias tidas como "ambientalmente sustentáveis" e de produção mais eficaz, assim capazes de mitigar possíveis conflitos e danos ambientais e fomentar o desenvolvimento regional. Recursos visuais e audiovisuais, voltados para sustentar este discurso e vender não somente o mineral que é extraído, mas também, sua própria imagem, são propagados pela empresa e, também, pelo Governo do Estado, impulsionando-a tanto no mercado nacional quanto internacional e conferindo-lhe grande reconhecimento e prestígio. Portanto, cabe salientar que o discurso que é utilizado e planejado pelo empreendimento é cuidadosamente convincente.

Há muitas maneiras de trabalhar e estudar a linguagem. No entanto, na maioria das vezes, atentam-se apenas e exclusivamente às regras formais, normativas, e a gramática, que resultam em um ciclo rotativo à linguística. A partir desta interpretação, passaram a existir diferentes formas e maneiras de se significar e, em decorrência, diferentes estudiosos se dedicaram e interessaram pela linguagem de maneira particular, dando origem à Análise do Discurso. Orlandi (1999) propõe em sua obra a seguinte colocação:

> A Análise do Discurso, como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra movimento, prática de linguagem: com estudo do discurso observa-se o homem falando. (ORLANDI, 1999, p. 15).

Pensar o discurso apenas como um recurso metodológico é um equívoco (SIMÕES, 2019). Conforme explica Maldidier (2014, p. 22), "a análise [do discurso] só pode ser pensada em relação a uma teoria [do discurso] [...].". Assim, por meio de uma correlação entre acontecimento e estrutura, pode-se analisar o discurso por meio de "[...] um batimento entre descrição e interpretação, procurando explicitar o funcionamento do discurso [...]." (ORLANDI, 2016, p. 31). A análise do discurso é, ademais, uma interpretação do processo de definição ou caracterização à situação existente e concreta de quem formula a enunciação (AMARAL, 2007).

O emissor, receptor, código, referente e mensagem são elementos constituintes e parte de um sistema elementar de comunicação, que tem como produto final a mensagem. Entretanto, o discurso distancia-se desta formulação, justamente por acreditar e defender que não se trata apenas de uma transmissão de informações, e aponta a não existência dessa linearidade: "o emissor transmite uma mensagem (informação) ao receptor, mensagem essa formulada em um código referindo a algum elemento da realidade - o referente." (ORLANDI, 1999, p. 21).

> [...] a língua não é só um código entre outros, não há essa separação entre emissor e receptor, nem tampouco eles atuam numa sequência em que primeiro um fala e depois o outro decodifica e etc. Eles estão realizando ao mesmo tempo o processo de significação e não estão separados de forma estanque. [...] diremos que não se trata de transmissão de informação apenas, pois, no funcionamento da linguagem, que põe em relações sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história [...]. São processos de identificação do sujeito, de argumentação, de subjetivação, de construção da realidade etc. (ORLANDI, 1999, p. 21).

Portanto, a linguagem serve, sobretudo, para comunicar e, também, não comunicar. As relações da linguagem detém sentidos múltiplos e variados entre sujeitos, ou seja, o discurso refere-se a ideia de sentidos entre locutores e não há discurso que não se conecta com outros (ORLANDI, 1999). Pensar o discurso, como um processo discursivo e contínuo, por sua vez, para além dos sentidos, resulta na não existência de um ponto inicial, nem tampouco um ponto final. É um mecanismo capaz de dirigir a argumentação e seus efeitos, tanto no locutor quanto no interlocutor (ORLANDI, 1999). E em nossa sociedade, nomeadamente e organizada aos moldes do sistema capitalista, existe uma organização constituída de forma hierarquizada. Visto isso, cabe afirmar que as relações de poder se materializam e fazem valer na "comunicação" de tal forma que significam mais aquele que detém maiores exercícios do poder. Como afirmam Carrieri et al. (2009, p. 12), vistos como produtos da engenhosidade humana, o discurso e estas organizações apresentam suas marcas ideológicas, pondo em

destaque uma não neutralidade: “a neutralidade que os teóricos e metodólogos funcionalistas insistem em atribuir às coisas da ciência em geral, e da organização em particular, não cabem em um esforço de tratamento do que se passa efetivamente no cotidiano dos homens, e, tampouco, no de suas organizações.”.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Grandes empresas do setor minerário dependem da escala local, de territórios localizados para sua existência, com “[...] uma série de instrumentos e meios de legitimação para sua aceitação ou imposição.” (ALENTEJANO, 2018, p. 194). Utilizam, assim, de instrumentos que vão desde estratégias de convencimento até o uso da força. E os meios de comunicação em massa, atrelados às diligentes táticas de *marketing*, são um dos recursos manipulados para propagar ideais deturpados, com intuito de serem propagados na escala global e aceitos no local. A Sigma Lithium, como referência principal deste estudo, oferece ao público geral sugestivas propagandas em seus canais de mídias, desenvolvendo diferentes discursos voltados aos olhares da sustentabilidade.

Em análise discursiva, observa-se que essa empresa possui uma identidade visual detalhadamente concebida e desenvolvida ao adotar como estratégia inicial a exposição, de forma sistematizada, a metas que estão sendo ou que serão alcançadas pelo projeto. Utilizam o emprego de termos diretos e inovadores, que consistem, de maneira traduzida para o português, em: sustentável, líquido zero, rejeitos recicláveis, recirculação de água, energia hidrelétrica, agrofloresta, empregos e educação (Figura 1). Ao analisar a maior parte de suas frases sinalizadoras, aquelas presentes em seu sítio eletrônico oficial, nota-se que há intensa promoção de missões e valores: “nossa missão é apoiar um futuro energético sustentável, capacitando o crescimento da indústria de veículos elétricos como um dos maiores produtores mundiais de lítio ambientalmente sustentável.” (Figura 2), voltados não somente à economia, indústria e tecnologia, mas também, uma produção “ambientalmente sustentável”.

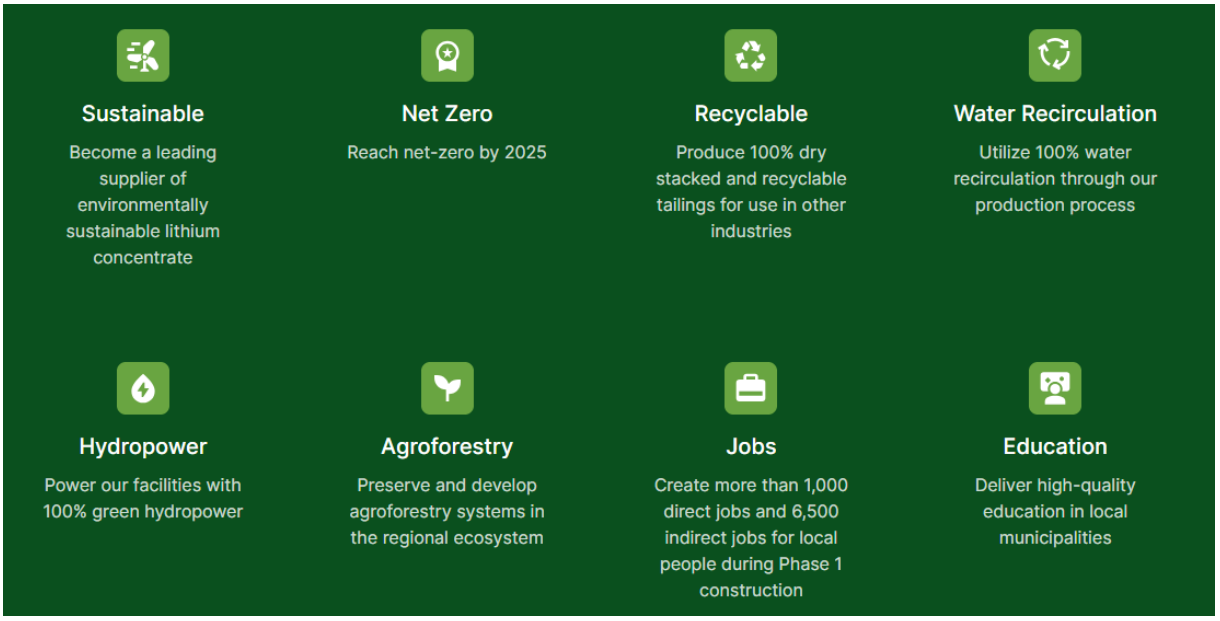


Figura 1 - Metas da empresa Sigma Lithium
Fonte: SIGMA LITHIUM, 2023a.

Figura 2 - Missão da empresa Sigma Lithium
Fonte: SIGMA LITHIUM, 2023a.

Vale ressaltar que o sítio eletrônico oficial da empresa (SIGMA LITHIUM, 2023a) é, em sua totalidade, originalmente construído na língua inglesa e qualquer que seja o leitor que não domine tal idioma, ou seja, grande parte da população brasileira, encontrará dificuldades em traduzir a página para a língua portuguesa. O que já não ocorre com outros canais de divulgação em massa, como o aplicativo do Instagram (SIGMA LITHIUM, 2023b) e demais sítios eletrônicos de notícias, em que o nome da empresa já se tornou mercadoria. Nestas plataformas mais populares, nota-se com certa frequência, assim como seus próprios seguidores que fazem questão de comentar com indignação, diferentes e constantes postagens com erros simples de escrita e pontuação, mesmo em decorrência ao porte e a influência que detém a Sigma Lithium.

A ênfase do discurso é, de modo geral, nos últimos anos, voltada ao convencimento de parte da sociedade (usuários e seguidores no Instagram e telespectadores de noticiários), por meio de benefícios e vantagens do empreendimento (Figura 3), divulgando ações voltadas à geração e o fomento de empregos ou de pequenos empreendedores, como o programa "Donas de Mim", assim ressaltado pela própria empresa: "geração de renda pela concessão de microcrédito, formação empreendedora, orientação financeira e empoderamento das

beneficiárias do programa.” (SIGMA LITHIUM, 2023b, não paginado). Desta forma, divulgam-se a oferta e o investimento em infraestrutura tanto no setor educacional (Figura 4), quanto na qualidade da saúde, especialmente para a população local, consideradas como “impactos sociais”.

Figura 3 - Benefícios e vantagens apresentados pela empresa Sigma Lithium
Fonte: SIGMA LITHIUM, 2023b.

Figura 4 - Reforma da Escola Nuno Murta, em Poço Dantas, como iniciativa conjunta entre a Prefeitura Municipal de Itinga e a empresa Sigma Lithium
Fonte: SIGMA LITHIUM, 2023b.

Em decorrência, pode-se afirmar que os conflitos minerários/ambientais no Vale pela Sigma Lithium se manifestam e se fazem presentes. E em sua totalidade, estão pontualmente distribuídos nas mediações da empresa, nos municípios de Araçuaí e Itinga, atingindo desde comunidades locais, como pequenos proprietários rurais, às terras indígenas e quilombolas, embora a empresa se utilize dos meios de comunicação para afirmar que algumas

comunidades não são consideradas atingidas (Figura 5 e 6). Todos os atingidos são direta e indiretamente associados à extração do minério de lítio.

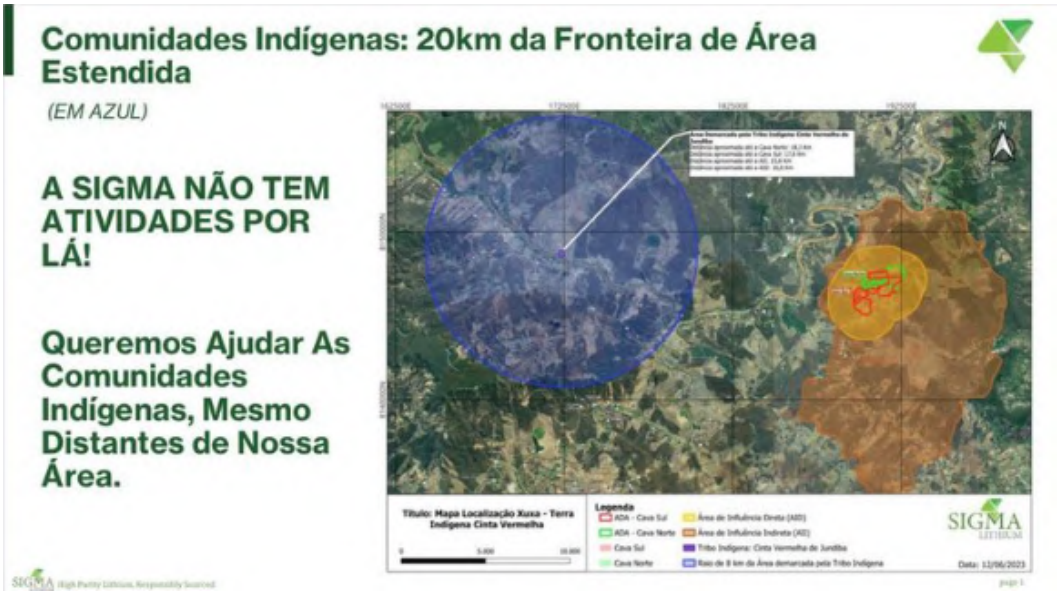


Figura 5 - Mapa elaborado pela empresa Sigma Lithium, para evidenciar seu território de atuação e as comunidades indígenas do entorno
Fonte: SIGMA LITHIUM, 2023b.

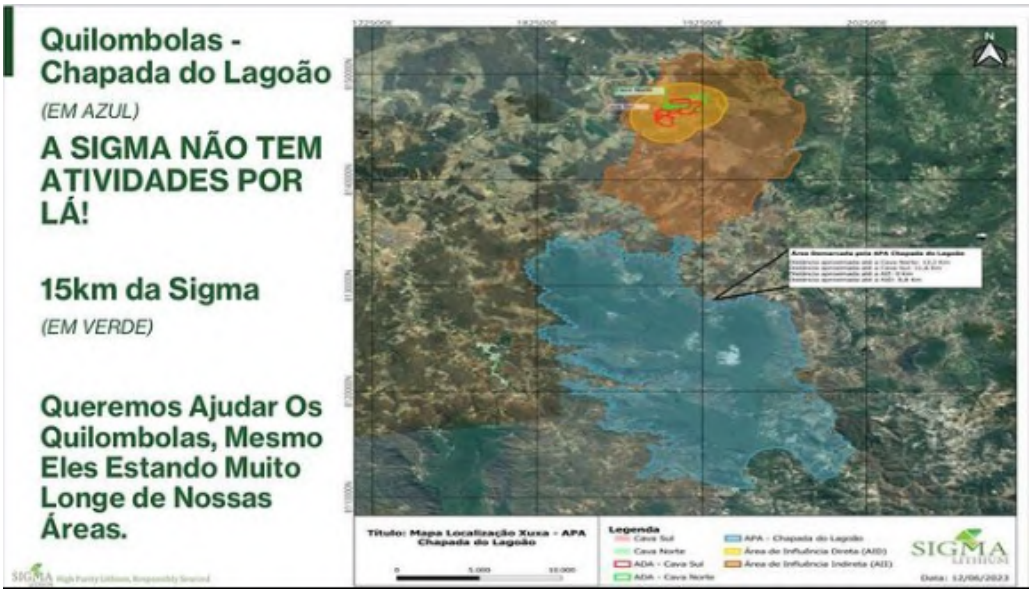


Figura 6 - Mapa elaborado pela empresa Sigma Lithium, para evidenciar seu território de atuação e a comunidade quilombola Chapada do Lagoão no entorno
Fonte: SIGMA LITHIUM, 2023b.

Salienta-se que a iniciativa privada costuma utilizar uma linguagem cuidadosamente elaborada e recursos visuais atraentes, para transmitir a ideia de que está comprometida com práticas responsáveis e respeito ao meio ambiente. Por meio de discursos que enfatizam o

desenvolvimento socioeconômico, os programas de responsabilidade social e as supostas medidas de mitigação ambiental, as empresas mineradoras buscam legitimar suas atividades perante a sociedade civil. Muitas das informações, do discurso e da linguagem produzida pela própria empresa são reutilizados e replicados pelo Governo do Estado de Minas Gerais.

Em maio de 2023, o governador Romeu Zema foi até Nova Iorque, em um evento realizado na bolsa Nasdaq, e realizou o lançamento da iniciativa "*Valley Lithium Brazil*", pautando-se nos mesmos ideais que a empresa apontou nas regiões Norte e Nordeste do estado, como as mais suscetíveis ao desenvolvimento frente à cadeia produtiva do lítio. De acordo com a Secretaria de Estado de Comunicação Social (MINAS GERAIS, 2023, não paginado), os principais municípios inseridos no promissor Vale do Lítio são: Araçuaí, Capelinha, Coronel Murta, Itaobim, Itinga, Malacacheta, Medina, Minas Novas, Pedra Azul, Virgem da Lapa, Teófilo Otoni, Turmalina, Rubelita e Salinas; e, por isso, Minas Gerais tem mostrado ao mundo seu potencial e, para o atual governador, "queremos que o Vale do Jequitinhonha se transforme no vale da tecnologia para a produção de baterias e demais produtos de valor agregado.".

No entanto, essa narrativa encobre, muitas vezes, a realidade das consequências negativas da mineração, como a destruição de ecossistemas sensíveis e os impactos sobre as comunidades locais. Dentro do sistema de produção capitalista, a dita "mineração sustentável" não consegue passar de um conceito vago e inalcançável, criado e utilizado apenas como uma estratégia de *marketing* para amenizar as preocupações públicas e obter a aceitação social necessária para suas operações. Pelo fato do fomento público-privado à mineração do lítio no Vale ser recente e, assim, com novos e constantes desdobramentos ambientais, esta pesquisa adotou o ano de 2023 como a escala limite de tempo para desenvolver seus resultados. De acordo com a revista Exame (2023), a empresa Sigma Lithium tem sido alvo de rumores sobre sua eventual venda e, até o final do mês de dezembro de 2023, estava em fase final de negociação:

> A Sigma Lithium, dona de uma operação de mineração de lítio no Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, anunciou hoje que está em fase final da negociação para a venda do negócio. A expectativa era concluir a transação até o fim do ano, mas agora o conselho espera que a conclusão ocorra apenas em 2024. Segundo o Exame IN apurou, dois consórcios estão na reta final para levar o negócio. A chinesa CATL, de baterias, e a montadora Volkswagen são apontadas como as favoritas. Hoje, a Sigma é avaliada em pouco mais de US$ 3 bilhões na bolsa canadense, uma queda de 15% no acumulado do ano por conta de um declínio no preço do lítio. Mas Ana Cabral vem querendo um prêmio pelo negócio, especialmente pelo potencial de crescimento da empresa, que, em pouco menos de seis anos conseguiu tirar o projeto do zero para construir uma das principais mineradoras de lítio do mundo. (EXAME, 2023, não paginado).

E, até o presente momento, a revista InfoMoney (2024, não paginado), assim como demais meios de comunicação em massa, vêm anunciando que a empresa chinesa, fabricante de automóveis elétricos Build Your Dreams, está em negociações para a compra da Sigma Lithium; “a aquisição seria uma maneira de a fabricante de automóveis chinesa garantir matérias-primas para seus veículos.”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do passado ao presente, os projetos desenvolvimentistas no Vale do Jequitinhonha continuam a proporcionar extensa incorporação da natureza e intensa produção de seus recursos por agentes de fora para atender o mercado, também de fora, numa típica condição de colonialidade e dependência, sem uma geração de emprego compatível à vastidão de terras cercadas e com inovações tecnológicas voltadas mais para aumentar a produtividade e menos para amortecer as dívidas ecológicas e sociais. Inerentes a tais práticas e discursos, os territórios das comunidades locais produzem, no cotidiano, significados dialéticos entre mineração e biodiversidade, latifúndio e minifúndio, sustentabilidade global e desenvolvimentos regionais - símbolos básicos que motivam as tensões no Vale e estão no cerne de seus conflitos ambientais.

No contexto midiático contemporâneo, observa-se um notável emprego do discurso de desenvolvimento e prosperidade para se referir ao Vale do Jequitinhonha. A empresa Sigma Lithium, em particular, por meio de canais midiáticos em massa, como televisão, revistas e redes sociais, busca, cada vez mais, promover uma narrativa positiva, destacando iniciativas sustentáveis, projetos de inclusão social e potenciais econômicos da/na região. Essa abordagem orienta-se, por sua vez, de forma tendenciosa, por construir pontualmente uma imagem superficial de progresso e crescimento, seguida pela não preocupação efetiva com as questões fundamentais que afetam diretamente as comunidades locais. Por detrás da retórica brilhante do desenvolvimento, surge uma face obscura caracterizada pelo fomento deliberado de conflitos ambientais, frequentemente encobertos pelos mesmos discursos positivos. A contaminação dos solos e das águas e a desestruturação das comunidades locais e tradicionais desafiam a legitimação das alegações de crescimento econômico e prosperidade associadas à atividade realizada pela empresa.

Enfim, a análise do discurso de conteúdos veiculados nas redes e nos canais de divulgação em massa sobre a mineração de lítio no Vale do Jequitinhonha revela não somente

uma lacuna existente entre as promessas de desenvolvimento-crescimento e os reais impactos ambientais no Vale do Jequitinhonha, mas também, evidencia a urgente necessidade de uma visão mais crítica e posicionada acerca das práticas mineradoras na região. A crítica direcionada e apontada neste trabalho abre caminhos para futuras pesquisas na temática ou que pelo menos a tangenciam, fornecendo, assim, subsídios para debates e discussões de maiores aprofundamentos e soluções mais éticas e morais na mineração de lítio no Vale do Jequitinhonha, bem como em contextos similares.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. (Org.). *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

ACSELRAD, H. Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 24, n. 68, pp. 103-119, 2010.

ACSELRAD, H.; MELLO, C. C. A.; BEZERRA, G. N. *O que é justiça ambiental*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ALENTEJANO, P. R. R. O campo brasileiro em disputa: a expansão do agronegócio e a resistência dos povos do campo no século XXI. In: MOLINA, M. C.; MARTINS, M. F. A. (Org.). *Formação de formadores*: reflexões sobre as experiências da Licenciatura em Educação do Campo no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2018. pp. 99-120.

ALENTEJANO, P. R. R.; TAVARES, E. Os Grandes Projetos de Desenvolvimento (GPDs): uma análise crítica a partir da Geografia. *Terra Livre*, [S. l.], v. 1. n. 52, pp. 190-233, 2019.

ALMEIDA, C. S. de. *Território da água, território da vida*: comunidades tradicionais e a monocultura do eucalipto no Alto Jequitinhonha. 2018. Dissertação (Mestrado em Estudos Rurais) - Faculdade Interdisciplinar em Humanidades, Universidade Federal dos Vales Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, 2018.

AMARAL, M. V. B. *O avesso do discurso*: análise de práticas discursivas no campo do trabalho. Maceió: EDUFAL, 2007.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. Plano Nacional da Mineração 2030: geologia, mineração e transformação mineral. Brasília, DF, 2011.

CALIXTO, J. S.; RIBEIRO, Á. E. M. Três olhares sobre o reflorestamento: a percepção de atores sociais sobre a monocultura de eucalipto no Alto do Jequitinhonha, MG. *Organizações Rurais & Agroindustriais*, Lavras, v. 9, n. 3, pp. 437-450, 2007.

CARRIERI, A. P. et al. (Org.). *Análise do discurso em estudos organizacionais*. Curitiba: Juruá, 2009.

CHESNAIS, F.; SERFATI, C. Ecologia e condições fiscais da reprodução social: alguns fios condutores. *Crítica Marxista*, São Paulo, n. 16, Boitempo, pp. 39-75, 2003.

COMITÊ NACIONAL EM DEFESA DOS TERRITÓRIOS FRENTE À MINERAÇÃO. *Observatório dos conflitos da mineração no Brasil*. Disponível em: <http://conflitosdamineracao.org>. Acesso em: 13 dez. 2023.

COSTA, E. *A globalização e o capitalismo contemporâneo*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

EXAME. *Venda da Sigma Lithium entra em fase final; saiba os favoritos*. Disponível em: <https://exame.com/insight/exclusivo-venda-da-sigma-lithium-entra-em-fase-final-saiba-os-favoritos/p>. Acesso em: 12 jan. 2024.

INFOMONEY. *BYD negocia compra da Sigma Lithium no Brasil, diz Financial Times.* Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/business/byd-negocia-compra-da-sigma-lithium-no-brasil-diz-financial-times>. Acesso em: 15 jan. 2024.

MALDIDIER, D. Elementos para uma história da análise do discurso na França. In: ORLANDI, E. P. (Org.). *Gestos de leitura*: da história no discurso. 4. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 2014. p. 17-30.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Comunicação Social. Governo de Minas realiza lançamento mundial do projeto Vale do Lítio. Agência Minas, 9 maio 2023. Disponível em: <https://www.agenciaminas.mg.gov.br/noticia/governo-de-minas-realiza-lancamento-mundial-do-projeto-vale-do-litio>. Acesso em: 12 jan. 2024.

NOTÍCIAS DE MINERAÇÃO BRASIL. *Lítio foi a commodity de melhor desempenho em 2021*. Aspermont, 20 jan. 2022. Disponível em: <https://www.noticiasdemineracao.com/exterior/news/1424932/l%C3%ADtio-foi-commodity-de-melhor-desempenho-em-2021#:~:text=O%20l%C3%ADtio%20foi%20a%20commodity,minerais%2C%20produtos%20agr%C3%ADcolas%20e%20hidrocarbonetos>. Acesso em: 10 jan. 2024.

ORLANDI, E. P. *Análise do discurso*: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 1999.

ORLANDI, E. P. *Discurso em análise*: sujeito, sentido e ideologia. 3. ed. Campinas: Pontes, 2016.

RODRIGUEZ, J. M. M.; SILVA, E. V. *Educação ambiental e desenvolvimento sustentável*: problemática, tendências e desafios. 4. ed. Fortaleza: Ed. UFC, 2016.

SIGMA LITHIUM. *Sítio eletrônico oficial*. 2023a. Disponível em: <https://www.brasilmineral.com.br/sigma-lithium>. Acesso em: 11 jan. 2024.

SIGMA LITHIUM. *Instagram*. 2023b. Disponível em: <https://www.instagram.com/sigmalithium>. Acesso em: 11 jan. 2024.

SILVA, B. G. da et al. Análise do discurso de sustentabilidade da empresa Samarco a partir de materiais visuais. *Revista Eletrônica Multidisciplinar*, Capela Nova, v. 1, ano 7, pp. 1-10, abr. 2018.

SIMÕES, P. E. M. Fazer dinheiro: o avesso do discurso da sustentabilidade na Vale. 2019. Tese (Doutorado em Administração) - Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

SOUZA, C. L. S.; MOREIRA, R. C. Vale do Jequitinhonha: migrações temporárias e superexploração da força de trabalho. *Trabalho & Educação*, Belo Horizonte, v. 26, n. 3, pp. 109-127, 2017.

TEODORO, P. H. M. A produção global da natureza e o Vale visto do lado de cá. In: BONADIMAN, H. L. et al. (Org.). *Diálogos interdisciplinares no Vale do Jequitinhonha*. Paraná: CRV, 2019. p. 129-150.

UNITED NATIONS. Department of Economic and Social Affairs. Division for Sustainable Development. *Our common future* – report of the World Commission on Environment and Development, Oslo, 1987. Disponível em: <http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/42/427&Lang=E>. Acesso em: 2 dez. 2023.

ZHOURI, A.; ZUCARELLI, M. C. Visões da resistência: conflitos ambientais no Vale do Jequitinhonha. In: SOUZA, J. V. A. de; HENRIQUES, M. S. (Org.). *Vale do Jequitinhonha*: formação histórica, populações e movimentos. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010. p. 209-236.

OS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS DE USOS DO TERRITÓRIO NO QUILOMBO DO JAMBUAÇU. MOJU-PA

Mayany Soares Salgado[1]

Maria Antonia Soares Salgado[2]

Cássio Rogério Graças dos Santos[3]

RESUMO

As reflexões a respeito das diversas formas de reprimarização da economia na Amazônia e a sobreposição de usos do território são a fundamentação deste artigo. Nesse contexto, que o Território do Jambuaçu no Moju está inserido, em função da pressão do capital, coadunado ao Estado, na produção de commodities como a mineração e o dendê. Diante disso, a pesquisa visa analisar os conflitos socioambientais relacionadas aos usos de territórios que espaço quilombola do Jambuaçu têm recebido, sobretudo a partir da construção do mineroduto dentro do quilombo. Metodologicamente a pesquisa é do tipo participante, com a utilização de dados primários e secundários, análise documental, revisão bibliográfica, registros escritos e gravados. Como resultado, foi possível identificar o espaço do Jambuaçu possui influência do Estado, empresas e quilombolas, este último, a partir de suas territorialidades relacionadas ao campesinato, no entanto, a infraestrutura para garantia de reprodução da territorialidade, só é garantida para os empreendimentos que visam a produção das commodities para exportação em grande escala. Todavia, a produção camponesa quilombola, por exemplo, não tem o mesmo apoio, por isso segue produzindo seu espaço, por meio das lutas e mobilizações que o Quilombo promove.

Palavras-chave: Território; quilombo; commodities; conflito.

ABSTRACT

Reflections regarding the different forms of reprimarization of the economy in the Amazon and the overlapping uses of the territory are the basis of this article. In this context, the Jambuaçu Territory in Moju is inserted, due to pressure from capital, in conjunction with the State, in the production of commodities such as mining and palm oil. In view of this, the research aims to analyze the socio-environmental conflicts related to the uses of territories that the Jambuaçu quilombola space has received, especially following the construction of the mining pipeline within the quilombo. Methodologically, the research is participatory in nature, using primary and secondary data, document analysis, bibliographic review, written and recorded records. As a result, it was possible to identify the Jambuaçu space is influenced by the State, companies and quilombolas, the latter, based on its territorialities related to the peasantry, however, the

[1] Professora da Universidade Federal do Pará/Cametá, mayany_salgado@yahoo.com.br
[2] Mestra em Estado e Políticas Públicas/Flacso-Brasil, antoniasalgado2000@yahoo.com.br
[3] Especialista em Ensino de Geografia, cassiogero93@gmail.com

infrastructure to guarantee the reproduction of territoriality is only guaranteed for enterprises that aim to produce commodities for export on a large scale. However, quilombola peasant production, for example, does not have the same support, which is why it continues to produce its space, through the struggles and mobilizations that Quilombo promotes.

Keywords: Territory; quilombo; commodities; conflict.

INTRODUÇÃO

Os usos de território amazônicos têm sido foco de análises em diversos aspectos, sobretudo a respeito das lutas pela permanência no território dos povos que ocupam esses espaços ancestralmente.

Essa realidade está relacionada à apreensão de Castro (2017) afirmando que nos últimos anos as políticas nacionais direcionadas à Amazônia incentivaram a proposição de um modelo desenvolvimentista, ou mesmo neodesenvolvimentista, para a região que busca o incentivo de produção de commodities agrícolas e minerais com baixa perspectiva de agregação de valor por meio da verticalização.

Esse contexto de reformulação de conceitos e ações desenvolvimentistas da região, já utilizados outrora, demonstra a realidade do caso do Quilombo do Jambuaçu, localizado no município de Moju, estado do Pará, que pertence ao nordeste paraense, há aproximadamente 125 km da capital de Belém. Faz fronteira ao Norte com os municípios de Abaetetuba e Barcarena, a Leste com os municípios de Acará e Tailândia, ao Sul com Breu Branco e a Oeste com os municípios de Baião, Mocajuba e IagarapéMiri. Possuindo uma população estimada de aproximadamente 83.182 mil habitantes (IBGE).

Em relação a economia, sobretudo relacionado à agricultura familiar há prática ancestral de produção de farinha de mandioca em diversas comunidades da zona rural, considerando que a maior parte da população está no campo, tendo aproximadamente 44.803 pessoas.

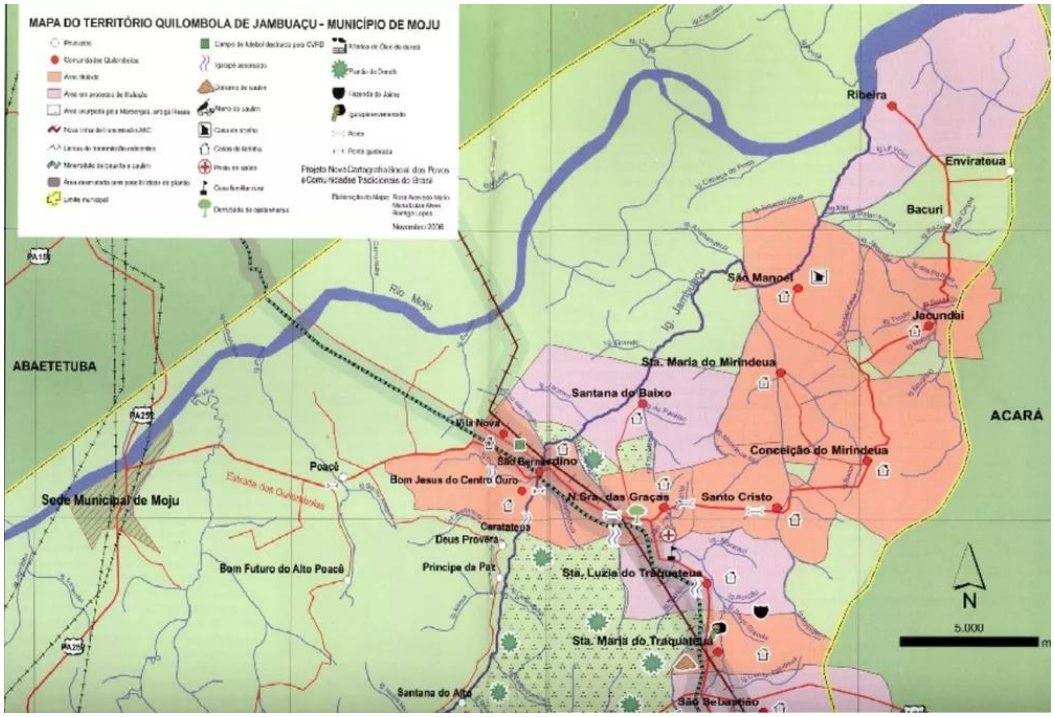
É importante salientar que há uma regionalização de Baixo, Médio e Alto Moju, fazendo referência aos cursos, do ponto de vista físico do Rio, que dá nome ao município. E mais recentemente, a partir do aumento da demanda do açaí no mercado mundial, houve o aumento da produção e comercialização do produto ao longo das áreas de várzea e terra firme do município. Assim como há ocorrência de outras cadeias alimentares, mas de menor escala, tais como pupunha, cupuaçu, castanha- do- pará, dentre outras.

Além disso, o município também recebeu investimentos de empreendimentos relacionado à produção de côco, tendo a empresa *Sócoco* implantada no município para garantir a produção e exportação dos produtos. Também ocorre a monocultura do dendê, com a atuação da empresa *Marborges* e *Agropalma,* tendo expressão na região do Baixo e Médio Moju. assim como o comércio e a agricultura familiar.

É nessa realidade rural do município que se situa o Território Quilombola de Jambuaçu, composto por 15 comunidades com terras tituladas e certificadas pela Fundação Palmares: São Manoel, Oxalá de Jacunday, Conceição do Mirindeua, Oxóssi da Ribeira, Santa Ana do baixo, Santa Maria do Mirindeua, Santo Cristo, São Bernardino, Vila nova, Centro ouro, Nossa Senhora das Graças do Traquateua, Santa Maria do Traquateua, São Sebastião e Santa Luzia do Bom Prazer do Poacê.

Este Quilombo possui o rio principal denominado de Rio Jambuaçu, considerando que seus afluentes foi uma das principais rotas de fuga de escravos.

Figura 1: Mapa do Território do Jambuaçu, Moju-PA.



Fonte**:** Nova Cartografia Social da Amazônia (2016).

Atualmente o Quilombo tem sido alvo de conflitos de uso do espaço, em função do funcionamento de um mineroduto que transporta bauxita (Empresa Hydro) e outro caulim (Empresa Imerys), extraídos de Paragominas/Pa. Esses minerodutos compõe o

Projeto Bauxita-Paragominas, que percorrem 244 km em linha reta até o município de Barcarena, onde serão beneficiados e posteriormente exportados para os diversos países. Diante disso estes minerodutos passam pelo Quilombo do Jambuaçu, mais precisamente na comunidade Poacê, além de passar por debaixo do Rio Jambuaçu e Rio Moju.

O Rio Jambuaçu possui uma relevância para todas as comunidades do Quilombo, considerando que compõem a dinâmica territorial desses sujeitos, sobretudo pelos diversos usos atribuídos a ele, tais como: pesca, lazer, navegação, abastecimento de água, relação mística, dentre outros. É válido destacar que já existem diversos impactos em função dos 18 anos de atuação desses minerodutos. Atualmente está ocorrendo a implantação de mais um mineroduto, um linhão de transmissão de energia e uma ferrovia, que farão o mesmo percurso dos que já estão implantados.

A atuação dessas empresas na construção de toda a infraestrutura para o transporte desses minérios, tem causado uma série de impactos ao longo desses anos, vazamento de resíduos minerais no Rio Jambuaçu, desmatamento, perda da mata ciliar, conflitos fundiários, assoreamento do rio e atualmente tem sido intensificado em função do intenso tráfego de caminhões e carretas de alto porte, que tem causado danos na estrutura das casas dos quilombolas, barulho e poeira intensos.

Para tanto, sustentamos a hipótese que a Hydro e a Imerys, ligadas a Empresa Vale, a partir da atuação no território com a implantação do mineroduto, são consideradas um evento na dinâmica territorial do lugar pois têm contribuído diretamente com a reorganização da configuração espacial, a dinâmica social e produz novos usos do território. (SANTOS, 1999). Diante disso, a porção do território impactado direta e indiretamente, nesse caso o Quilombo do Jambuaçu, passa a receber influência direta desses processos exógenos na configuração territorial. No entanto, destaca-se a irrelevância dado por parte do capital, coadunado pelo Estado, aos diversos usos do território quilombola, permanecendo a visão desenvolvimentista relacionado a um *vazio demográfico.*

Diante desse realidade, o artigo objetiva analisar as consequências relacionadas aos usos de territórios que o espaço quilombola do Jambuaçu têm recebido, sobretudo a partir da construção do mineroduto dentro do quilombo. O artigo está divido em cinco sessões, contando com esta introdução e as referências.

METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada em cinco comunidades pertencentes ao Território Quilombola do Jambuaçu, São Manoel, Oxalá de Jadunday, São Sebastião de Oxóssi da Ribeira, Conceição do Mirindeua e Poacê. A escolha inicial destas comunidades se deu, primeiramente, em função da proximidade das comunidades São Manoel e Oxalá de Jacunday serem próxima da comunidade São Sebastião da Oxóssi da Ribeira, esta última é onde está localizada a escola São Sebastião da Ribeira, local de onde parte a pesquisa. Posteriormente, as comunidades de Conceição do Mirindeua e Poacê foram inseridas a partir dos vínculos sociais já existente anterior à pesquisa.

O primeiro momento do trabalho de campo foi realizado nos dias 17, 18 e 19 de agosto de 2022. Nesse momento, foi possível estabelecer os vínculos necessários à inserção no campo de pesquisa citado, bem como se procedeu à escolha dos sujeitos considerados essenciais ao desencadeamento da pesquisa. O segundo momento se deu nos meses de setembro e outubro, quando houve a possibilidade de ocorrer as visitas duas últimas comunidades, em que foi possível realizar as entrevistas com os_s quilombolas que atuam nessas comunidades, objetivando obter os dados necessários para ampliar as análises do Território do Jambuaçu.

A pesquisa é descritiva e interpretativa, realizada a partir da revisão bibliográfica, envolvendo dados primários e dados secundários, métodos mistos (CRESWELL, 2010), relacionados ao tema (RICHARDSON et al., 1999). Os dados primários foram obtidos com os quilombolas que moram nas cinco comunidades, já os secundários, por meio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), das informações cedidas das Associações de cada comunidade, bem como da Instituição maior, que rege todas as demais denominada de BAMBAÊ.

Além disso, a pesquisa apresenta abordagens qualitativa, pela utilização da técnica de entrevista semiestruturada em profundidade, e quantitativa, a partir da contagem simples dos quilombolas que concordam ou não com a prática dos Roteiros Geo-turísticos nas respectivas comunidades. Realizou-se 50 entrevistas semiestruturadas, sendo que, 10 entrevistas foram realizadas na comunidade de São Manoel, 10 entrevistas na comunidade de São Sebastião de Oxalá de Jacunday, 10 entrevistas na comunidade de São Sebastião de Oxóssi da Ribeira, 10 entrevistas na comunidade Conceição do Mirindeua, 10

entrevistas em Santa Luzia do Poacê. Essa técnica de pesquisa de campo mista foi escolhida, com o intuito de analisar os dados quantitativos e qualitativos, simultaneamente, para confirmar os dados por diferentes aspectos e de forma mais complexa e aprofundada.

As técnicas de coleta de dados foram a observação e a entrevista, e a análise destes foi dividida em caráter quantitativo, com uso da estatística descritiva, segundo Magalhães (2002), que busca descrever os dados de forma resumida, de modo que se possa tirar conclusões sobre o objeto estudado, e qualitativo, a partir da análise de conteúdo (ROESCH, 1999).

O tipo da pesquisa é participante, incluindo os membros das comunidades do Território Quilombola do Jambuaçu no desenvolvimento da pesquisa. Este aspecto da pesquisa foi realizado com fluidez, sem dificuldades, em função do conhecimento da comunidade em relação a situação das consequências que já enfrentam por conta da presença do empreendimento, bem como a projeção dos futuros riscos socioambientais que há, considerando a fase atual de ampliação do empreendimento.

É válido destacar que serão incluídas as dez comunidades do Território restantes, não tendo sido possível inserir neste primeiro momento, em função das dificuldades de deslocamento para as demais comunidades, porém essa inclusão ocorrerá gradativamente.

Os outros instrumentos metodológicos, que foram utilizados na realização da pesquisa, foram os seguintes: registros escritos, gravados, fotográficos, análise documental e observação de campo, sendo que, através deste, foi possível identificar algumas informações, que poderiam ficar ocultas, tanto nos dados quantitativos quanto nos qualitativos, considerando que a observação do comportamento dos atores envolvidos na dinâmica territorial do Jambuaçu, que possibilita a análise de pontos importantes de ações, sobre as quais os indivíduos não possuem consciência, mas que orientam o seu comportamento (LAKATOS, 1996, p. 76).

A dinâmica territorial do Quilombo do Jambuaçu é complexa, pois comporta uma diversidade de interesses dos que fazem parte do território ancestralmente e dos que estão querendo se apropriar do mesmo para obter lucros. Esses aspectos resultam em conflitos de uso do espaço, em função das diversas finalidades de usos divergentes, que implica

diretamente na realidade socioambiental que o Território do Jambuaçu se encontra, delineado por relações desiguais de territorialidades, com impactos socioambientais por conta das ações desses empreendimentos no Quilombo.

Diante disso é necessário considerar a realidade do espaço geográfico do Quilombo do Jambuaçu, sobretudo em função da face do modo de vida quilombola que cada comunidade apresenta, a partir da valorização das espacialidades construídas ao longo da história de formação do território quilombola partindo do "tempo social" dos que vivem nas comunidades do Jambuaçu, em função das disparidades socioespaciais causadas pela atuação do modo de produção capitalista nesse espaço.

TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE QUILOMBOLA DO JAMBUAÇU

O espaço geográfico é um conjunto indissociável, solidário também contraditório de Sistemas de Objetos e Ações, não considerados isoladamente, mas sim se conecta e relaciona com os outros lugares (SANTOS, 2009, p.63).

No caso da realidade do espaço quilombola do Jambuaçu, esses Sistemas compõe o modo de vida quilombola, a partir da dinâmica territorial consolidada por cada comunidade que tem como Sistema de Objetos a natureza e as Ações as formas de usos e relações com o meio, mas também dispõe dos elementos físicos implantados pela empresa e as relações que modificam o espaço mais rapidamente, visando o uso para fins de possibilidades de alcance de lucros, a todo custo, consolidando o conflito de usos. Nos dois casos, é através da técnica que se torna possível a consolidação da territorialidade de cada grupo.

Nesse contexto associado ao entendimento relacional entre os Sistemas de Objetos e os Sistemas de Ações do território do Quilombo do Jambuaçu, está à compreensão do papel que as técnicas desempenham. Na gênese do espaço geográfico localiza-se uma estreita conexão entre os diferentes elementos, a técnica e o tempo, permitindo alterações nos espaços. Assim, a técnica surge como um elemento basilar para a análise do espaço, uma vez que ela permite elucidar o próprio espaço e sua periodização. Santos (2009) diz que:

> Tempo, espaço e mundo são realidades históricas [...] O ponto de partida é a sociedade humana realizando-se. Essa realização se dá

> sobre uma base material: a materialidade e suas diversas formas; as ações e suas diversas feições. Assim empiricizamos o tempo, [...] e desse modo assimilamos ao espaço, que não existe sem a materialidade. A técnica entra aqui como um traço de união. [...] É por intermédio das técnicas que o homem, no trabalho, realiza essa união entre espaço e tempo.

Entende-se, portanto, que a técnica se reveste de características que a expõem como um importante elemento histórico de transformação e compreensão dos espaços, e a sua evolução responde às necessidades básicas que visam à sobrevivência e o pleno desenvolvimento dos sujeitos, gerando dinâmicas que modificam os espaços constantemente. A descoberta de uma nova técnica agita a transformação/produção do meio geográfico, do mesmo modo que modifica as condições de organização social e geográfica dos sujeitos, originando novas especializações, usos e intencionalidades (SANTOS, 2009).

Diante da modificação do meio geográfico, em função da atuação de técnicas diversas, surge o conceito denominado por Santos (2009) de Meio Técnico Científico e Informacional, que compõe a teoria do espaço geográfico, em função de encontrar-se articulado as mudanças que a técnica promove no espaço e que contribui com a mudança de meio natural com meio técnico científico informacional.

Nesse sentido a realidade das comunidades do Jambuaçu é técnica, porque recebe as diversas técnicas de apropriação do espaço dos modos de produção do espaço, seja o modo de vida quilombola ou o modo de produção capitalista. É científica, porque o empreendimento recorre a tecnologia criada por meio da ciência, tal como o modelo de transporte de minérios por meio de mineroduto. É informacional, porque está conectada com o empresas nacionais e internacionais, bem como busca diversos mercados no mundo.

Diante disso, o Território Quilombola do Jambuaçu é atingido direta ou indiretamente pelas consequências de implantação e funcionamento dos minerodutos de bauxita e caulim, tendo como principal fundamento para construção das territorialidades nesse espaço, as técnicas pertencentes ao modo de vida quilombola de cada comunidade, com características ancestrais territoriais do quilombo, assim como as técnicas exógenas ao espaço, fundamentada pelo desenvolvimento e consolidação do capital nesse território. Ambas as técnicas contribuem com o processo de transformação que ocorre no meio

natural, todavia a temporalidade e objetivos de cada uma são antagônicos e não complementares.

No Quilombo do Jambuaçu ocorre o conflito dessas técnicas e por conseguinte de territorialidades, em função da lógica de produção e desenvolvimento e interpretação do território, ser diferente das elaboradas pelo capital. As especificidades da territorialidade quilombola, permitem que os_as quilombolas, em suas atividades e sociabilidades, obtenha uma produção diversificada de cada comunidade, que varia de acordo com a cultura e/ou ecossistema que está inserida,

> Aqui a gente trabalha com a açaí e roça, tem gente que trabalha com uma coisa, outras que trabalham com outra e também tem gente que trabalha com os dois. Mas todo mundo faz alguma coisa, não dá para viver só com dinheiro do auxílio, as coisas estão muito caras. Então a gente vende vê quanto deu de produção, separa uma parte para nossa comida, e organiza a outra para vender (...) Tem outras comunidades aqui do jambuaçu, que trabalham com louça de barro, como lá no Poacê, outras que também trabalham com pesca, igual na Ribeira, e assim as pessoas vão se virando. (Entrevista realizada com D. morador da comunidade Conceição do Mirindeua, em: 10/09/2022).

Nesse sentido a família, como núcleo de produção e o regime de trabalho flexível ao ecossistema onde está localizada, é tanto unidade de produção, quanto de consumo (CHAYANOV, 1974), considerando que detém os meios de produção, que possibilita manter o domínio da decisão do quanto, como e quando irá para o mercado.

Diante dessa realidade de autonomia, entendida como uma característica da territorialidade campesina quilombola do Jambuaçu, a tensão causada pela ampliação do mineroduto, do projeto Bauxita-Paragominas, da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), atualmente conhecida como Empresa Vale, juntamente com o início da construção da ferrovia e do linhão de transmissão de energia elétrica, coloca diferentes agentes em conflito, sobre o uso e soberania do território, estando pautada na posse da terra, bem como nas consequências socioambientais que este tem causado, considerado uma ameaça sobre a reprodução de vida dessas comunidades tradicionais do quilombo, através da incursão do desenvolvimento econômico e da perspectiva exclusiva de um território do capital hegemônico.

> A gente que está aqui há um tempo já, sabe que as coisas já não são as mesmas. A gente já vê que não existe mais aquele igarapé limpinho, com muito peixe, igual a gente via antes. Agora já tá raso, raso, com pouco peixe e não dá mais para beber essa água, igual antes. Isso tudo veio depois que fizeram esse mineroduto aí. A nossa vida desandou, e agora tá pior, porque é tanta carreta

> que passa, é tanta carreta, que a gente não tem mais sossego aqui, e também haja derrubarem mais mata. Já me disseram que vai passar uma ferrovia aí e eu não duvido não (Entrevista realizada com a senhora D. na comunidade Jacunday, em: 15/09/2022).

É válido destacar que esse contexto territorial está relacionado com a permanência da Amazônia como fronteira de commodities (Castro, 2010). A partir da ocorrência da reformulação de denominações, mas que têm o mesmo sentido, e continuam ameaçando os_as diversos_as sujeitos_as da Amazônia, sobretudo das comunidades pertencentes ao Quilombo do Jambuaçu.

Em função do contexto colonial amazônico ter sido marcado a partir da visão de El dorado atribuído à região, consolidado por relações de dependência da colônia portuguesa em relação à metrópole de Portugal, em que tem teve a exploração da floresta amazônica, como garantia à acumulação do capital por parte das metrópoles, deixando a colônia de lado. Nesse sentido as políticas de Estado têm visado a manutenção da posição da região enquanto fornecedora de matéria-prima, por isso tem sido foco de ações garantidas pelo Estado que objetivam a manutenção das atividades extrativas apropriadas atualmente para este fim.

Nesse contexto a região apresentou a partir do período colonial, uma variedade de atividades inseridas pelos portugueses, objetivando o aproveitamento da grande extensão de terra, visando a maximização do lucro, como ocorreu nos períodos da borracha (1850 – 1920). De acordo com Costa (2012) a crise da economia da borracha esteve atrelada a autonomia que o camponês amazônico dispunha paralela ao período de auge dos seringais, não se rendendo totalmente ao trabalho do extrativismo da borracha, mas sim se dedicando na diversificação produtiva, diante disso essa autonomia dificultou a intensificação do uso da natureza pela atividade.

No contexto contemporâneo de exploração dos recursos naturais para fins de exportação, Maristella Svampa interpreta o modelo de acumulação do sistema capitalista como consenso das commodities, no qual é baseado na expansão de projetos que buscam a extração e exportação dos bens naturais primários em grande escala, como é o caso da bauxita extraída da mina de Paragominas, onde há a infraestrutura de 244 km de mineroduto para transportar a bauxita e o caulim, que passa por Ipixuna do Pará, Tomé-açu, Acará, Moju e Abaetetuba, uma fábrica para beneficiar e um complexo portuário construído com intuito de exportação em larga escala em Barcarena. Assim, o que

denominamos como consenso das commodities aponta o ingresso de uma nova ordem econômica e política, sustentado pelo boom dos preços internacionais das matéria-prima e os bens de consumo, demandados cada vez mais pelos países centrais e as potencias emergentes (SVAMPA, 2012, p. 16.).

Este modelo de crescimento apresenta numerosas fissuras estruturais, a demanda de matérias-primas e de bem de consumo tem como consequência um vertiginoso processo de reprimarização das economias latino-americanas, algo que vem se agravando pelo ingresso de potenciais emergentes, como é o caso da China, que está se impondo crescentemente como uma sócio-desigual no que se refere a intercâmbio comercial. (SVAMPA, 2012, p. 16.) É valido destacar que este processo desigual tem contribuído com o incremento dos preços das commodities, gerando consequentemente um crescente efeito de reprimarização das economias latino-americanas.

Entende-se que esse processo de reprimarização que o Pará está inserido se dá graças ao padrão de acumulação sustentado pela exploração exacerbada dos recursos naturais, na maior parte dos casos não renováveis, bem como a expansão das fronteiras sobre os territórios considerados improdutivos para o incentivo de produção de alimentos, por exemplo, em grande escala para exportar, tendo em vista a demanda desses bens no mercado mundial.

Ou seja, o processo relacionado ao neoextrativismo não está relacionado somente com a mineração, mas também a produção de alimentos e de biocombustíveis. Assim definido, o extrativismo não contempla somente atividades tipicamente consideradas como tal (mineral, hidrocarboneto), mas também os agronegócios relacionados a produção de biocombustíveis, o qual abona uma lógica extrativista mediante a consolidação de um modelo monoprodutor, que desestrutura e reorienta os territórios, destruindo a biodiversidade e aprofundando o processo de acumulação de terras.

Essa realidade pode ser identificada no município de Moju, que além de pertencer a área de influência de transporte de bauxita, também tem o monocultivo de dendê como agente do desenvolvimento da lógica capitalista nesse contexto de reprimarização da economia que o Pará está inserido, mantendo a posição colonial de fornecedor de matéria-prima desde o período colonial. Ou seja, o dendê e a atividade mineradora na Amazônia, no século XXI, é considerada uma nova ideologia de fronteira, em que o novo vem sempre

para reforçar o velho (MARTINS, 1999), esse “novo” vem como possibilidade de reprodução do capitalismo.

Nesse sentido houve no espaço amazônico tensões entre a estrutura camponesa, marcada pela autonomia, como as do seringal que requeria a coerção da força de trabalho, caracterizando a contradição interna entre o capital e a produção cabocla determinada por ritmos naturais. Diante disso, observa-se a existência desta contradição de estruturas capitalistas e não capitalistas responsáveis pela atual configuração socioespacial existente na região, pois ao mesmo tempo em que houve a inserção dessas formas produtivas obedecendo a lógica capitalista, o campesinato resistiu não se rendendo integralmente a coerção da força de trabalho.

A realidade da região atualmente permanece com a mesma tentativa de intensificar o modo de produção capitalista, partindo da lógica de acumulação através da exportação das commodities em larga escala. Nesse caso, temos o exemplo da produção da palma do dendê que dispõe do mesmo objetivo que os seringais dispuseram, considerando a adoção de alguns discursos ambientais e de desenvolvimento.

Nessa perspectiva a atividade da dendeicultura se tornou comum nas áreas rurais dos municípios de Moju, Tailândia, Acará, Concórdia, Bujaru, tem como finalidade principal a produção de biocombustível. Nesses municípios, o plantio da monocultura do dendê se tornou realidade, a partir das empresas Agropalma e Vale, havendo a fixação desta cultura em larga escala nas terras em grande parte quilombolas através da prática do arrendamento da terra realizado pelas empresas diretamente com o camponês pelo tempo de 25 (vinte e cinco) anos.

Esse contrato oferece uma série de seguranças trabalhistas que o trabalho cotidiano no campo não oferece, nesse sentido entende-se que esta estratégia de arrendamento foi criado para se tornar atrativa ao sujeito do campo paraense. A implantação do dendezal foi efetivada e uma pequena parte de terra foi destinada para o camponês desenvolver suas atividades de produção de alimentos.

> A dendeicultura gera emprego, renda e inclusão social. A integração dos agricultores familiares aos empreendimentos parece resolver alguns problemas estruturais da unidade produtiva familiar rural, por exemplo o escoamento da produção e a segurança na compra da produção. Mas a dendeicultura não teria a configuração de política estatal sem antes silenciar as formas de oposição, sobretudo aquelas que lutam pela terra e reforma agrária (SANTOS, et al., 2020, p.14).

Observa-se que as propostas apresentadas de monocultivo para o Estado do Pará tem permanecido atuais, as duas apresentam a finalidade do cultivo, extração e exportação em larga escala das matérias-primas dendê e açaí, com baixo valor agregado, fragilizando as estruturas econômicas e sociais do campesinato.

Para tanto, o Território Quilombola do Jambuaçu, pertence ao projeto de reprodução do capital, em que essa inflexão extrativista dispõe dos projetos de infraestrutura previstos pela IIRSA (Iniciativa para a integração da Infraestrutura Regional Sulamericana), (hidrovias, portos, corredores bioceânicos, entre outros), energia (grandes represas hidrelétricas), com intuito de dar o suporte necessário para a extração e exportação dos produtos que já tem seu destino garantido. (SVAMPA, 2012, p. 18).

Então o novo modelo de desenvolvimento se instalou no Território do Jambuaçu, porém traz a tradição extrativista de outros modelos de desenvolvimento já posto em prática em momentos anteriores e que tiveram uma série de limitações quando foram atuantes. A partir dos governos progressistas houve a ruptura das estratégias adotadas anteriormente enquanto alguns aspectos da política neoliberal foram mantidos, outros foram revistos, conformando o que viria a ser o neoextrativismo (GUDYNAS,2009).

Diante disso, houve a ruptura de alguns aspectos neoliberais, no entanto optaram por manter a mesma característica de exportação de matéria-prima. Gudynas (2009) aponta que o neoextrativismo é uma versão atual do desenvolvimentismo, mantendo o extrativismo como principal em relação ao crescimento econômico.

No entanto, os quilombolas do Jambuaçu se mobilizam e resistem pelo e para o seu território, lutando contra essa tendência de exportação em larga escala dos produtos extrativos.

Nesse contexto de lutas camponesas quilombolas destaca-se as mobilizações realizada pelas BAMBAÊ, organização social de cunho político de resistência ao território quilombola, que rege as Associações de todas as 15 comunidades que compõe o Território Quilombola do Jambuaçu,

> A gente luta muito aqui, temos muitas ações no Território como um todo. Nossa atuação vai desde a busca por melhoria na produção quilombola, buscando inserção no mercado ou na merenda escolar, até a disseminação das informações sobre as consequências e impactos ambientais que sofremos hoje, estar relacionada ao funcionamento dos minerodutos, que atualmente está sendo implantado mais um, além do início da obra da ferrovia e linhão de transmissão. É muito importante que toda a população quilombola tenha

> conhecimento de tudo isso, para que a gente consiga adesão para a luta necessária para o enfrentamento disso. (Entrevista realizada com senhor G. Presidente da BAMBAÊ, realizada em: 17/08/2022).

Essa mobilização chama-se de Giro Ecoterritorial (SVAMPA, 2012). São as lutas socioambientais travadas pelos movimentos campesinos e indígenas contra a visão de mercado atribuída aos recursos naturais, propondo o que se chama de bem viver, que se manifesta em contraposição a visão dominante de uso dos recursos naturais defendendo que determinados bens naturais sejam mantidos fora do mercado a partir de seu caráter de patrimônio cultural, social e cultural, baseada na ruptura da dimensão ambiental baseada com a ideologia do progresso temporal que caracterizam funções econômicas e sociais.

Diante do contexto complexo que o Território do Jambuaçu está inserido, entende-se que o território pode ser apropriado e ordenado por relações econômicas, políticas e culturais, que podem ser externas ou internas a cada lugar (SAQUET, 2008). Além disso, o autor considera que o território é resultado e condição da relação social-natural (SAQUET, 2010).

O território também é considerado, neste artigo, como a multidimensionalidade do ser humano, observando que pode ser natureza e sociedade, ao mesmo tempo. Nesse sentido, "o social contém a natureza dos seres humanos e sua natureza exterior. Nós, homens, somos, estamos e reproduzimos a natureza e a sociedade, simultaneamente. Produzimos os territórios e as territorialidades." (SAQUET, 2010, p. 173).

Em função disso, a categoria território foi escolhida, para fundamentar a análise sobre a influência da territorialidade quilombola no Território do Jambuaçu, sobretudo na resistência que se impõe para garantir sua existência, a atuação do capital na busca pela obtenção do lucro e o Estado para subsidiar esta finalidade, mantendo a condição extrativista da região. Diante disso é possível identificar a multidimensionalidade do território do Jambuaçu,

> O território (...) é espaço de vida, objetiva e subjetivamente; significa chão, formas espaciais, relações sociais, natureza exterior ao homem. (...). É produto e condição de ações históricas e multiescalares, com desigualdades, diferenças, ritmos e identidade. O território é processual e relacional, material e imaterial. (SAQUET, 2010, p. 73)

O Quilombo do Jambuaçu é um espaço que possui uma diversidade de agentes, que atuam nela, sendo responsáveis pela formação de territórios que possuem estratégias de relações de poder com características gerais, mas, também, específicas de cada território, que podem ser naturais e, também, sociais.

> O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o *território usado*, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. (SANTOS, 1999, p. 8)

Nesse ensejo, o território pode apresentar diferentes usos, pelos agentes que estão no espaço, em função das diversas formas de apropriação, como ocorre no Jambuaçu, em que este espaço é apropriado por uma diversidade de atores que possuem finalidades diversas e divergentes, mesmo estando no mesmo espaço de atuação. De um lado há os empreendimentos que visam práticas de manutenção e fortalecimento da reprimarização da economia e de outro os_as quilombolas, que geram um tipo de uso do território específico a sua identidade e que fortalece o impedimento do avanço da fronteira com mais rapidez.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O espaço amazônico do Território Quilombola do Jambuaçu é mais um exemplo da complexidade que esse espaço dispõe. Coexistem Sistemas de Objetos e Ações, Técnicas, modos de vida, portanto, territorialidades antagônicas e complexas. Que servem agentes divergentes, com fins diversos.

De um lado há o Estado, que subsidia a manutenção e expansão da fronteira das commodities no Jambuaçu, através de elevados investimentos para a construção e ampliação de infraestrutura necessária para garantir o escoamento desses produtos e de outro os camponeses quilombolas que lutam e resistem pela garantia das condições ambientais e sociais para sua existência no quilombo, com uma série de debilidades sociais e ambientais, em que há omissão deste mesmo Estado, pois deixa de garantir as condições necessárias para a reprodução socioespacial quilombola.

Portanto, mesmo com essa realidade posta dessa forma, os_as quilombolas do Jambuaçu, tem buscado várias estratégias de permanência no território, objetivando a

garantia do direito de existir, frente ao intenso processo de espoliação no qual estão inseridos. Mas essa luta não é de hoje, e essa resistência caminhará da mesma forma que tem caminhado desde o período colonial.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. W. B de & MARIN, R. A. (Coords.). Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil: **Quilombolas do Jambuaçu- Moju**. Pará. Fascículo 3. PNCSA: Brasília, 2007.

CASTRO, E. Políticas de estado e atores sociais na Amazônia contemporânea. In: BOLLE, Willi; CASTRO, E.; VEJMELKA, M.; **Amazônia. Região universal e teatro do mundo.** São Paulo: Editora Globo. 2010. Pp. 105-122.

COSTA, F. A. Mercado de terras e trajetórias tecnológicas na Amazônia. **Economia e Sociedade**, v. 21, p. 245-273, 2012.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

GUDYNAS, E. **Conflictos ambientales, justicia y ciudadanía.** Montevideo: Editorial Coscoroba, en prensa, 2009.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Técnicas de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

NAHUM, J.S, SANTOS, L.S. dos, SANTOS, C. B. dos. Formação da dendeicultura na Amazônia paraense. **Mercator**. Fortaleza, v. 19, 2020.

RICHARDSON, R. J. et al. **Pesquisa social:** métodos e técnicas.3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROESCH, S. M. A.; BECKER, G. V.; MELLO, M. I. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração:** guia para estágios trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço.** Técnica e Tempo Razão e Emoção. 3ª edição. São Paulo: HUCITEC, 1999.

SANTOS, M. O território e o saber local: algumas categorias de análise. **Cadernos IPPUR**. Rio de Janeiro, ano XIII, n.2, p.15-26, 1999.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SAQUET, M. A.; SILVA, S. S. Milton Santos: concepções de geografia, espaço e território. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro: UERJ, v. 2, n. 18, p. 24-42, 2008.

SVAMPA, M. "**Extractivismo neodesarrollista y movimientos sociales: ¿Un giro ecoterritorial hacia nuevas alternativas?"** (2012), en AAVV, Grupo permanente de trabajo: Alternativas al Desarrollo, Fundación Rosa Luxemburg, Más allá del desarrollo, Ecuador, Fundación Rosa, Luxemburgo, 2012.

AS MULHERES NA QUESTÃO AGRÁRIA: ANÁLISE DE ACESSO À TERRA E PERSPECTIVAS A PARTIR DA CONSTITUIÇÃO PLURINACIONAL

Mirely Sheila de Carvalho[1]

Aline Weber Sulzbacher[2]

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar o papel das mulheres em contextos agrários, focalizando a relevância do acesso à terra e considerando as perspectivas delineadas na Constituição Plurinacional. A pesquisa explora a interseção entre gênero, direito e os desafios enfrentados pelas comunidades, particularmente aquelas atingidas pela mineração. A análise se baseia em imersões a campo, proporcionando uma compreensão prática das realidades vivenciadas por essas comunidades. A Constituição Plurinacional emerge como um referencial central, delineando princípios que podem potencialmente reconfigurar as dinâmicas de acesso à terra para as mulheres. O estudo busca não apenas debater sobre as disparidades existentes, mas também apontar perspectivas inovadoras ancoradas nos princípios plurinacionais.

Palavras-chave: Terra, Plurinacional, gênero.

RESUMEN OU ABSTRACT

This article aims to analyze the role of women in agrarian contexts, focusing on the relevance of access to land and considering the perspectives outlined in the Plurinational Constitution. The research explores the intersection between gender, law and the challenges faced by communities, particularly those affected by mining. The analysis is based on field immersions, providing a practical understanding of the realities experienced by these communities. The Plurinational Constitution emerges as a central reference, outlining principles that can potentially reconfigure the dynamics of access to land for women. The study seeks not only to debate existing disparities, but also to point out innovative perspectives anchored in plurinational principles.

Keywords: Land, Plurinational, gender.

INTRODUÇÃO

No contexto global, a desigualdade de gênero continua sendo uma realidade persistente, refletindo-se em diversas esferas da sociedade, inclusive no acesso e na posse da terra. A relação entre a questão agrária e o direito das mulheres à terra, está

[1] Mestranda do Curso de Estudos Rurais da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM, Mirely.carvalho@ufvjm.edu.br

[2] Docente do Curso de licenciatura em geografia e no Programa de Pós Graduação em Estudos Rurais da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM, aline.weber@ufvjm.edu.br

intrinsecamente ligada à história e à dinâmica social de cada país. No Brasil, a desigualdade de gênero é histórica e permanente, assim, as propriedades pertencentes às mulheres continuam representando um percentual muito baixo em relação aos homens. Segundo o censo agropecuário de 2017, as mulheres possuem propriedade de apenas 18,7% de terras no Brasil, o que corresponde a 8% do território e menos acesso a água, enquanto os homens, possuem propriedade de 81% das terras no território nacional.

O acesso ou a falta de acesso à terra, exerce um papel fundamental na atuação das mulheres no enfrentamento de grandes projetos desenvolvimentistas, como a mineração. A posse da terra é um fator determinante para a autonomia econômica, social e política das mulheres, pois permite a elas uma gestão, uso e manejo dos bens naturais.

Por isso, é impossível pautar a questão agrária brasileira sem o devido reconhecimento do trabalho e papel das mulheres. Historicamente, a questão agrária traz um conjunto de problemas e desafios relacionados à posse, uso e distribuição da terra e dos recursos naturais associados à atividade agrícola, envolvendo questões socioeconômicas, políticas e ambientais que afetam o setor agrário e as pessoas envolvidas na produção agrícola, como agricultores, trabalhadores rurais e comunidades rurais em geral.

A questão agrária e o direito das mulheres à terra têm relevância histórica e isso tem sido reconhecido na experiência de construção da Constituição Plurinacional da Bolívia. Este país sul-americano se destaca por sua Constituição progressista, que reconhece e protege os direitos das mulheres e busca promover a igualdade de gênero em todas as esferas da sociedade, incluindo o acesso à terra e a participação no meio rural. A Constituição Plurinacional da Bolívia, promulgada em 2009, estabelece os fundamentos de um Estado democrático e plural, baseado na igualdade, justiça social e respeito aos direitos humanos. Além disso, a Constituição reconhece o direito fundamental das mulheres à terra e busca corrigir as desigualdades históricas que as afetam no meio rural.

[3]Art. 395, I: As terras fiscais serão doadas a indígena originário campesinos, comunidades interculturais originárias, afrobolivianos e comunidades

[3] **Artículo 395, I.** Las tierras fiscales serán dotadas a indígena originario campesinos, comunidades interculturales originarias, afrobolivianos y comunidades campesinas que no las posean o las posean insuficientemente, de acuerdo con una política estatal que atienda a las realidades ecológicas y geográficas, así como a las necesidades poblacionales, sociales, culturales y económicas. La dotación se realizará de acuerdo con las políticas de desarrollo rural sustentable y la titularidad de las mujeres al acceso, distribución y redistribución de la tierra, sin discriminación por estado civil o unión conyugal.

> camponesas que não as possuem ou as possuem insuficientemente, de acordo com uma política de Estado que atenda às realidades ecológicas e geográficas, bem como às necessidades populacionais, sociais, culturais e econômicas. A doação será feita de acordo com as políticas de desenvolvimento rural sustentável e a propriedade das mulheres de acesso, distribuição e redistribuição de terras, sem discriminação com base no estado civil ou união conjugal. (BOLÍVIA, 2009, tradução nossa).

Desse modo, o Estado Plurinacional da Bolívia, na busca por uma sociedade mais justa e inclusiva, reflete seu compromisso com a defesa dos direitos da mulher, por meio de disposições constitucionais significativas. Dentro desse contexto, objetiva-se analisar as disposições constitucionais do Estado Plurinacional da Bolívia que protegem os direitos das mulheres no âmbito agrário, indicando relações com a questão agrária brasileira no que tange ao acesso à terra para as mulheres do campo frente aos empreendimentos de mineração.

METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos têm por base a execução do projeto de pesquisa vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Rurais, da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), nível de mestrado, com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior (CAPES). Para esta propositura, realizamos pesquisa bibliográfica em temas como questão agrária brasileira, acesso à terra pelas mulheres do campo, relações sociais de gênero, direitos territoriais, constituição plurinacional. E está em andamento atividades de pesquisa exploratória envolvendo acompanhamento à projetos de pesquisa e extensão vinculados à questão agrária, a mineração e ao uso de cadernetas agroecológicas por mulheres atingidas, realizadas pelo Observatório dos Vales e do Semiárido Mineiro - grupo interdisciplinar de pesquisa, ensino e extensão vinculado à UFVJM.

AS MULHERES NA RESISTÊNCIA AOS EMPREENDIMENTOS MINERÁRIOS

Nas imersões em campo que tive a oportunidade de participar e ouvir alguns atingidos, pude notar de maneira bastante clara o modo como no cenário da resistência aos empreendimentos minerários, as mulheres emergem como agentes fundamentais, desempenhando papéis cruciais na defesa de suas comunidades e na luta contra os impactos prejudiciais da mineração. O envolvimento ativo e corajoso das mulheres nesses movimentos destaca-se não apenas pela sua resiliência diante de

desafios, mas também pelo modo que compreendem as implicações mais amplas desses empreendimentos.

Por meio de movimentos sociais, coletivos e sindicatos elas frequentemente lideram iniciativas para proteger recursos naturais, preservar tradições culturais e garantir a sustentabilidade ambiental. Além disso, enfrentam desafios específicos de gênero, incluindo violência e discriminação, enquanto persistem na defesa de seus direitos e na busca por alternativas mais sustentáveis. A resistência das mulheres contra empreendimentos minerários ilustra não apenas a importância da inclusão de vozes femininas nas tomadas de decisão, mas também destaca a interconexão entre equidade de gênero, justiça ambiental e preservação dos direitos humanos.

De acordo com Alentejano e Tavares (2019, p. 194), os grandes projetos dedesenvolvimento (GPDs):

> [...] podem ser entendidos como atividades e empreendimentos de proporção(econômica e física) significativa e que são extensivamente e intensivamente impactantes a uma dinâmica regional. Entre esse conjunto de atividades e empreendimentos podemos destacar: mineração, exploração de petróleo e gás, monoculturas, obras de infraestrutura e geração de energia (hidrelétricas, termelétricas, portos, barragens, etc), indústrias pesadas (siderúrgicas, refinarias, complexos industriais, etc).

Em geral, os empreendimentos que atuam com mineração expressam um GPD, cuja lógica de implementação perpassa pelo não reconhecimento os direitos territoriais, com a expropriação de terras e a remoção de comunidades, impactando principalmente as mulheres que dependem da terra para seu sustento, afinal "pelo fato de as mulheres serem as principais responsáveis pela agricultura familiar e pela pecuária, elas acabam sendo especialmente atingidas. (BRITO, 2016, p. 23). A pesquisadora continua:

> A relação das mulheres com a esfera da produção do viver faz com que elas sejam as primeiras a sofrerem as consequências da expansão da mineração sobre os territórios, consequências que se manifestam em diversas áreas de suas vidas (BRITO, 2016, p. 24)

A falta de acesso à terra também contribui para a marginalização das mulheres no contexto da mineração, uma vez que elas são afetadas de forma desproporcional pelos impactos negativos desse setor. É o que demonstram análises da Comissão Mundial de Barragens ao afirmar que na maioria das vezes, os projetos de barragem ampliam as disparidades de gênero, seja pela imposição desproporcional dos custos sociais sobre as mulheres, seja pela alocação desigual dos benefícios por eles gerados (CMB, 2014).

Embora não se possa atribuir a esses projetos a responsabilidade pela desigualdade nas relações de gênero, projetos nos quais essa questão não é levada em consideração podem, na melhor das hipóteses, não alterar as condições preexistentes e, na pior, agravá-las ainda mais (World Commission on Dams, 2000, p. 114-115 *apud* Parente; Miranda, 2014).

A incidência nas comunidades, desde o processo inicial de registro do processo minerário, do estudo de impacto ambiental, do licenciamento, já implica em conflitos territoriais pois impõe uma situação de insegurança jurídica e de inúmeras violências simbólicas (como a desarticulação social), pois expressa a todo tempo a atualização da relação moderno-colonial - expressa na negação da alteridade incluindo abusos e exploração. Neste sentido, Bertollo (2023, p. 05):

> O cotidiano das populações e comunidades que vivem no entorno dos complexos produtivos da mineração, próximo às barragens de rejeitos e aos complexos produtivos/minas é de destruição ambiental, violência e opressões. Esse cenário de 'morte em vida' recai mais fortemente sobre as mulheres, uma vez que a sociabilidade burguesa tem a opressão de sexo e gênero como alguns dos seus pilares de sustentação. E neste território conformado secularmente pela escravização do povo negro, é imprescindível reconhecer que o racismo também se perpetue como um elemento estruturante das opressões e violências sobre as mulheres em luta contra a mineração extrativista

Assim, a luta dessas mulheres não é apenas um ato de resistência contra a degradação ambiental e a sobrevivência de suas comunidades, mas também uma batalha contra as interseções complexas de discriminação de gênero e raça que perpetuam a injustiça e a marginalização. Pude perceber com as vivencias que venho experenciando, que a relação das mulheres com a natureza perpassa por uma dinâmica que envolve cuidado, submissão e, ao mesmo tempo, potência. Trata-se de uma dinâmica permeada pela busca do direito a formas alternativas de existir no mundo, mesmo diante das estruturas do sistema capitalista. Desse modo, elas possuem um papel fundamental não só na preservação da natureza mas também na preservação de suas tradições. Em vista disso, Capanema, Dias e Palhares:

> [...] ao longo da evolução das sociedades agricultoras, as mulheres construíram uma bagagem de conhecimento tradicional que passa através das gerações. Esse conhecimento está relacionado ao conhecimento da biodiversidade local utilizada por meio de chás, infusões, culinária de forma geral, artesanato, artefatos, ferramentas domésticas. (CAPANEMA, DIAS, PALHARES, 2014, p. 5).

A resistência dessas mulheres, portanto, não é apenas contra os impactos ambientais da mineração, mas também uma defesa incansável desse conhecimento

intrinsecamente ligado à biodiversidade e à cultura local, que é um legado valioso que atravessa as fronteiras do tempo e se manifesta em práticas cotidianas fundamentais para a vida comunitária.

MULHERES, TERRA E DIREITOS

A questão do acesso das mulheres à terra pode representar uma barreira significativa nas condições para o enfrentamento a grandes projetos desenvolvimentistas, como a mineração. O não acesso à terra pode expressar um não reconhecimento de um direito fundamental e, portanto, a negação enquanto sujeito de direito, impondo às mulheres uma posição de vulnerabilidade diante das transformações territoriais provocadas por tais empreendimentos. Essa ausência de reconhecimento deixa as mulheres expostas a impactos socioambientais adversos, como a perda de suas fontes de subsistência, a degradação do meio ambiente e a falta de controle sobre seus próprios destinos. Além disso, a marginalização das mulheres no acesso à terra compromete sua capacidade de participação ativa nas decisões que afetam suas comunidades, minando, assim, sua voz e seu poder de influenciar processos de tomada de decisão que impactam diretamente sua vida e bem estar.

De acordo com Mesquita (2021, p.2) “A terra é um elo entre trabalho, sobrevivência e autonomia para as mulheres trabalhadoras rurais e, portanto, viabilizar o seu acesso é uma forma de viabilizar o empoderamento social, político e econômico dessas mulheres, construindo sua emancipação enquanto sujeitas de direitos.” Nesse sentido, no contexto de grandes projetos desenvolvimentistas, como a mineração, o acesso das mulheres à terra não só as protege dos impactos adversos desses empreendimentos, mas também lhes concede a capacidade de resistir e negociar de maneira mais eficaz em defesa de suas comunidades e do meio ambiente. A posse da terra oferece uma base sólida para a mobilização social, permitindo que as mulheres exerçam maior influência nas decisões que afetam suas vidas e seus territórios. Além disso, ao fortalecer o papel das mulheres como guardiãs da terra, essa abordagem contribui para a promoção da justiça social e ambiental, alinhando-se com princípios de sustentabilidade e equidade em face dos desafios impostos pelos grandes projetos desenvolvimentistas:

> É conhecido o cenário de enfraquecimento dos direitos territoriais dos povos e comunidades que fazem uso coletivo da terra amparado pela política operante de privatização de terras públicas em detrimento da democratização do acesso à terra. Nesse contexto, há que se reconhecer o papel de resistência desempenhado pelas mulheres trabalhadoras rurais manifesto no compromisso com o cumprimento da função social da terra e na construção de importante

> sociabilidade no campo, com reflexos em experiências agroecológicas, em defesa do meio ambiente e no uso contra hegemônico dos territórios. (MESQUITA, 2021, p.2).

A terra, historicamente, tem sido um recurso central na acumulação de riqueza e poder, e a marginalização das mulheres desse acesso resultou em uma desvantagem significativa nas esferas sociais, políticas e econômicas. Portanto, compreender essa interconexão entre exclusão de terra, desigualdade de gênero e falta de reconhecimento como sujeitas de direito é essencial para abordar questões críticas de justiça e enfrentamento das mulheres a grandes projetos desenvolvimentistas. A concentração capitalista de terras é uma realidade na América desde que ela foi integrada ao sistema capitalista mercantil. Isso se reflete na posição do Brasil, que apresenta um dos piores registros de desigualdade na distribuição de terras na América do Sul (GUERRA, 2018).

Apesar de protagonizarem esse papel tão importante no contexto rural como plantio, cultivo, colheita, manejo de suas produções, cuidado com o ambiente doméstico, com a família e a propriedade, as trabalhadoras rurais lutam ainda hoje pelo reconhecimento de seu trabalho, que mesmo invisibilizado, representa um alto percentual. Neste sentido, segundo dados da ONU (Organização das Nações Unidas), 40% da mão de obra agrícola nos países em desenvolvimento, como o Brasil, é feminina (ONU, 2021). Em oposição ao baixo índice de propriedade de terras exercido por mulheres.

A autora Silvia Federici, em seu livro “O patriarcado do salário” (2021), argumenta que o trabalho doméstico não remunerado das mulheres desempenha um papel fundamental na reprodução da força de trabalho e, portanto, é essencial para o funcionamento do sistema capitalista. Ao negar às mulheres o acesso à terra e aos meios de produção, o sistema garante que elas permaneçam dependentes dos homens e do sistema em geral. Estudos apontam (HERREIRA, 2019) que o trabalho produtivo realizado pelas mulheres no meio rural, é na maioria das vezes, considerado apenas como uma “ajuda” ou complementação ao trabalho de seus pais e/ou parceiros. Assim, existe uma dificuldade por parte das mulheres em se reconhecerem como trabalhadoras rurais, muitas se reconhecem e se identificam como domésticas ou “do lar”. Essa percepção é construída através da desigualdade de gênero fortemente enraizada na sociedade, sendo constituída a partir da divisão sexual do trabalho, em que as mulheres ficam a cargo do trabalho reprodutivo (âmbito privado) e os homens por conta do trabalho produtivo (âmbito público). Contudo, as mulheres estão sim, presentes nas colheitas, nas plantações e nas lavouras, além de realizarem trabalhos produtivos.

Ainda que de forma invisibilizada, essas mulheres são responsáveis por cultivar, produzir alimentos e outros produtos agrícolas em áreas denominadas como “quintais” ou “terreiros”, manejando os recursos disponíveis a partir de conhecimentos tradicionais. Além de fornecer alimentos frescos e saudáveis, muitas mulheres comercializam esses produtos, gerando renda e melhorando a qualidade de vida da sua família. Através do fortalecimento e valorização do papel das mulheres rurais na produção de alimentos, é possível garantir a segurança alimentar e nutricional das comunidades, além de promover a sustentabilidade ambiental e econômica.

Desse modo, é possível perceber que as mulheres são grandes responsáveis por garantir qualidade de vida para suas famílias e comunidade através de práticas agroecológicas, venda de alimentos produzidos por elas, seja de porta em porta ou através da comercialização em feiras. Assim, o feminismo popular e camponês, desta forma, se estabelece como um elemento fundamental na promoção da luta pela terra no Brasil, destacando as ações das mulheres que desempenham um papel crucial na construção de uma agricultura baseada nos princípios da agroecologia. No entanto, é importante ressaltar que a falta de acesso das mulheres à terra ainda persiste como um desafio significativo. A negação desse direito essencial não apenas limita suas oportunidades econômicas, mas também restringe sua capacidade de promover práticas agroecológicas e sustentáveis. Portanto, a luta pelo acesso à terra e a luta contra os impactos da mineração estão intrinsecamente ligadas, e o feminismo popular e camponês desempenha um papel crucial ao destacar as ações das mulheres como agentes de mudança na defesa de seus territórios e na promoção de práticas mais justas e sustentáveis em face dos desafios da mineração.

A análise comparativa do direito das mulheres ao acesso à terra à luz da Constituição Plurinacional da Bolívia surge como um mecanismo de enfrentamento crucial no contexto da mineração. A Constituição boliviana, reconhecida por sua abordagem progressista à justiça social e aos direitos das populações indígenas, oferece um quadro legal que pode servir como referência na busca por equidade de gênero e justiça territorial em comunidades atingidas pela mineração como o Vale do Jequitinhonha. O processo de construção da carta constitucional e seus dispositivos no que tange ao enfrentamento à desigualdade de gênero e violações dos direitos das mulheres, pode contribuir para empoderar as mulheres em territórios que lutam contra os impactos negativos e projetos de mineração:

> A Bolívia passou a ocupar posição de destaque na paridade política entre homens e mulheres, sendo a equidade de gênero um princípio fundador do Estado Plurinacional Boliviano e valor fundamental da Carta Política de Estado CPE [...] Os direitos das mulheres na CPE foi fruto de uma construção de movimentos plurais de mulheres [...] (LIRA, Thariny, 2021,p. 30).

Portanto, a Constituição boliviana não apenas representa um marco exemplar na promoção da equidade de gênero e na proteção dos direitos das mulheres, mas também oferece inspiração e orientação valiosas para comunidades afetadas pela mineração, como o Vale do Jequitinhonha, que enfrenta desafios semelhantes. Ao reconhecer a importância da igualdade de gênero e da justiça territorial, essa constituição demonstra como a inclusão de disposições específicas e a participação ativa das mulheres na construção de políticas podem ser instrumentais na capacitação das mulheres em suas lutas contra a mineração.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante da análise do resguardo do direito das mulheres ao acesso à terra na Constituição da Bolívia, é possível constatar que, embora existam avanços significativos, desafios ainda persistem. A experiência boliviana revela que o acesso ao território desempenha um papel crucial na resistência às pressões impostas pelos empreendimentos minerários, evidenciando a importância de garantir esse direito como meio de fortalecimento do empoderamento feminino e promoção de sua participação ativa. Além disso, ao reconhecer o papel vital das mulheres na proteção do meio ambiente e na preservação dos conhecimentos tradicionais, a salvaguarda desse direito não se limita apenas a uma questão de equidade, mas também se configura como uma estratégia essencial para a sustentabilidade ambiental e cultural. Em síntese, a experiência boliviana oferece valiosas lições que transcendem fronteiras, ressaltando a interconexão entre os direitos das mulheres, o acesso à terra e a preservação ambiental. A constatação de que o acesso ao território é um elemento-chave na resistência contra empreendimentos minerários reforça a necessidade de políticas que assegurem efetivamente esse direito, consolidando não apenas conquistas legais, mas também a promoção da sustentabilidade e manutenção das tradições nas comunidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo se propôs a examinar de que forma a Constituição da Bolívia resguarda efetivamente o direito das mulheres ao acesso à terra, discutindo os avanços alcançados, os desafios remanescentes e as lições que podem ser aprendidas com a experiência boliviana. Com base na pesquisa bibliográfica e nas pesquisas exploratórias em campo, em contato com mulheres do campo que pertencem a comunidades tradicionais, observa-se que o acesso ao território é um fato que contribui para a permanência e principalmente para o enfrentamento aos empreendimentos minerários. Nesse contexto, garantir o direito das mulheres à terra não apenas fortalece seu empoderamento e participação ativa, mas também reconhece seu papel vital na proteção do meio ambiente e na preservação dos conhecimentos tradicionais.

REFERÊNCIAS

ALENTEJANO, P. R. R.; TAVARES, E. Os Grandes Projetos de Desenvolvimento (GPDs):uma análise crítica a partir da Geografia. Terra Livre, [S. l.], v. 1, n. 52, p. 190–233, 2019. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/1620. Acesso em: 13 jul. 2023.

BOLÍVIA.(2009). *Constituición Política del Estado Plurinacional de Bolívia de 2009*. Disponível em: https://www.minedu.gob.bo/index.php?option=com_content&view=article&id=1525:constitucion-politica-del-estado&catid=233&Itemid=933

BRITO, Marianne. Mulheres e Mineração no Brasil. 2021. Disponível em:https://internationalwim.org/iwim-reports/mulheres-e-mineracao-no-brasil/Silva, D. B. e ., & Vieira, J. R.. (2019). Gênero e constitucionalismo: sobre a Lei de proteçãoàs mulheres do Estado Plurinacional da Bolívia. Revista Estudos Feministas. Disponível em:https://www.scielo.br/j/ref/a/dPczYq6V7KtkNWzLCpyfcFH/?lang=pt#. Acesso em 13 jul. 2023.

CAPANEMA, Natali; DIAS, Janise; PALHARES, Virgínia. Mulheres rurais e sua contribuição para a conservação da biodiversidade. In: Anais do VII Congresso Brasileiro de Geografia, Vitória: UFES/AGB, 2014.

FEDERICI, Silvia. O patriarcado do salário Trad. de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2021.

MESQUITA, Ana. Mulheres do campo e o acesso à terra como caminho de garantia de direitos. Cadernos de Agroecologia-ISSN 2236-7934 - Diálogos Convergências e divergências: mulheres,feminismos e agroecologia - v. 16, no 1, 2021. Disponível em: https://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/article/view/6631/4877

WORLD COMMISSION ON DAMS. Dams and development. A new framework for decision-making. London: Earthscan, 2000 *apud* PARENTE, Temis; MIRANDA Cynthia. Impactos socioculturais e gênero nos reassentamentos da Usina Luis Eduardo Magalhães – TO. *Jornal do Tocantins*, Palmas, 2001.

A VIOLÊNCIA DA MINERAÇÃO E DO GARIMPO CONTRA OS POVOS DO CAMPO NO BRASIL - 2004-2021

Pedro Catanzaro da Rocha Leão[1]

Luiz Jardim Wanderley[2]

RESUMO

Na última década o Brasil intensificou seu modelo neoextrativista e reforçou sua inscrição subordinada na divisão internacional do trabalho através da manutenção e fortalecimento de uma dinâmica de exportação de bens primários em grande escala. Em detrimento deste processo, conflitos por terra, água ou trabalhistas são deflagrados na dinâmica de expansão e/ou consolidação da atividade minerária. Os conflitos são um lugar privilegiado na perspectiva analítica, pois mostram sempre ao menos duas visões de mundo em disputa. Neste artigo, são apresentados os dados dos conflitos no campo brasileiro associados à mineração e ao garimpo entre 2004 e 2021. Discutem-se dados referentes à evolução temporal e espacial das ocorrências de conflitos, bem como sua distribuição no território brasileiro evidenciando contradições e tendências do extrativismo mineral atual. Ainda, são analisados dados referentes às categorias sociais envolvidas, tanto as que sofrem quanto as que causam ações de violência.

Palavras-chave: Conflito; Mineração; Garimpo; Violência.

ABSTRACT

In the last decade, Brazil has intensified its neo-extractivist model and reinforced its subordinate inscription in the international division of labor by maintaining and strengthening a dynamic of exporting primary goods on a large scale. In this process, conflicts over land, water or labor are triggered in the dynamics of expansion and/or consolidation of mining activity. Conflicts are a privileged place from an analytical perspective, as they always show at least two worldviews in dispute. This article presents data on conflicts in the Brazilian countryside associated with mining and small scale mining between 2004 and 2021. Data on the temporal and spatial evolution of conflict occurrences is discussed, as well as their distribution across Brazilian territory, highlighting the contradictions and trends of current mineral extractivism. Data on the social categories involved are also analyzed, both those who suffer and those who cause violence.

Key-Words: Conflict; Mining; Small Scale Mining; Violence.

[1] Geógrafo (UFF). Mestrando no Programa de Pós Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/ UFRRJ). Pesquisador do Laboratório de Estudos de Movimentos Sociais e Territorialidades (LEMTO-UFF) e integrante do Grupo de Trabalho em Assuntos Agrários da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Local Rio-Niterói, pedroleao0498@gmail.com

[2] Professor na Universidade Federal Fluminense do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia. Coordenador do Grupo de Pesquisa e Extensão Política, Mineração, Ambiente e Sociedade – PoEMAS, lulawanderley@gmail.com

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos a mineração tem aumentado consideravelmente sua participação na economia nacional, tanto que, em 2021, o minério de ferro foi o principal produto exportado pelo Brasil, ultrapassando, inclusive, a soja (SECINT, 2022). Essa intensificação da mineração no país faz parte de uma dinâmica mais ampla que vem ocorrendo nas últimas décadas. Trata-se da reprimarização da pauta exportadora brasileira, apontada por diversos pesquisadores como Delgado (2012), Svampa (2013), Milanez; Santos (2013). Isso, com efeito, levou à intensificação do modelo neoextrativista no país, sobretudo na segunda década do século XXI (WANDERLEY, et al, 2021; MILANEZ; SANTOS, 2013; VITTE, 2020).

O neoextrativismo, segundo Gudynas (2015), se caracteriza pela exploração de bens naturais *in natura* ou com processamento primário, tendo como destino final a exportação. Ainda, considera-se que o neoextrativismo se aplica a exploração do solo, das águas, da floresta, do ar, da biodiversidade e da paisagem, em uma captura ampliada de bens comuns (WANDERLEY et al, 2021).

De fato, as corporações extrativo-minerais, do agronegócio, da geração de energia e dos hidrocarbonetos consolidaram sua centralidade no projeto nacional de crescimento econômico nas últimas duas décadas e alçaram, através de agroestratégias discursivas (ALMEIDA, 2010), ao lugar de essenciais para o país, para a balança comercial e, discursivamente, para a economia nacional (WANDERLEY, 2021). Em detrimento desse processo, o Brasil tem reforçado sua inserção subordinada na divisão internacional do trabalho (CARVALHO, 2018). Isso tem se dado através da intensificação de um modo de desenvolvimento baseado no "Consenso das Commodities", caracterizado por uma dinâmica de exportação de bens primários em grande escala (SVAMPA, 2013)[3].

Segundo dados da Secint (2021) e de acordo com Wanderley et al. (2021), pode-se dizer que essa reprimarização se traduz na passagem de 22,8% do valor exportado de produtos básicos em 2000 para 52,8% em 2019. Ainda segundo a Secint, Minério de Ferro, Soja e Óleos brutos de petróleo são os principais produtos da pauta primário-exportadora nesses anos (2020 e 2021).

[3] No âmbito nacional - e latino-americano - a demanda por *commodities* está concentrada em produtos agrícolas (como a soja e outros grãos), hidrocarbonetos (gás e petróleo) e metais *e* minerais (cobre, ouro, prata, bauxita, minério de ferro, entre outros).

Historicamente, a mineração não somente tem se mostrado como uma forma frequente de danos e desastres ambientais, mas também como indutora de diversos conflitos no campo brasileiro. Recentemente, a expansão da mineração e do neoextrativismo no Brasil e em vários países da América Latina tem apontando para um novo cenário de graves problemas fundiários, sociais e ambientais. Esse processo tem se dado dentro de uma concepção que privilegia exportações e a criação de grandes projetos extrativos e de logística, e impôs um novo ciclo de apropriação e financeirização da terra e um conjunto complexo de contradições no espaço agrário e nas formas de controle do território (BARCELOS, 2021).

Segundo Barcelos (2021), essa expansão trouxe formas renovadas de acumulação primitiva: expulsões, cercamentos, concentração da terra, formação de zonas exclusivas, novos latifúndios, espaços bloqueados, reassentamentos compulsórios, expropriação e degradação ambiental. Acrescentamos, ainda, conflitos trabalhistas e disputas em torno da água, uma vez que o neoextrativismo do agro-hidro-minero-petro-negócio é um processo de acumulação que demanda terra, água, subsolo e trabalho precarizado (WANDERLEY et al, 2021).

A apropriação dos recursos naturais para abastecer os mercados internacionais se faz em um contexto enraizado no controle territorial, na expropriação de grupos sociais em situação de subalternização (como as populações tradicionais, pequenos proprietários e trabalhadores rurais sem-terra), na captura de mananciais, na monopolização do subsolo e na precarização do trabalho com altos índices de exploração do trabalhador (WANDERLEY et al, 2021). Há, ainda, problemas ambientais sérios como poluição e contaminação de rios, degradação ambiental, poluição atmosférica, intensificação de processos erosivos, desmatamentos, queimadas, barramentos de rios, dentre outros. Na esteira dessa dinâmica, recentemente temos assistido a eclosão de diversos desastres sociotécnicos (ZHOURI; OLIVEIRA; ZUCARELLI; VASCONCELOS, 2018) como em Brumadinho (2019) e Mariana (2015) no estado de Minas Gerais; Barcarena, no estado do Pará (2018); Godofredo Viana, no estado do Maranhão (2021); dos derramamentos de petróleo no litoral brasileiro (2019); ou na escassez de água por contaminação ou uso excessivo (WANDERLEY, 2021).

No centro desse tabuleiro de lucros e problemas, realiza-se, na terra (enquanto conjunto de condições para produção e reprodução da vida), um processo intenso de violência do setor mineral (garimpeiros, empresas mineradoras nacionais e internacionais) contra os povos e comunidades atingidos, pequenos proprietários e quem luta pelo uso da terra. É neste contexto que o objetivo deste texto é apresentar e discutir os dados sistematizados pelo Centro de Documentação Dom Tomás Balduíno da Comissão Pastoral da Terra (CPT), referentes aos

conflitos no campo brasileiro envolvendo mineração entre 2004 e 2021. A metodologia empregada foi de análise qualitativa-quantitativa através da organização, tabulação, produção e interpretação de gráficos e mapas.

GEOGRAFIA DOS CONFLITOS DA MINERAÇÃO E DO GARIMPO

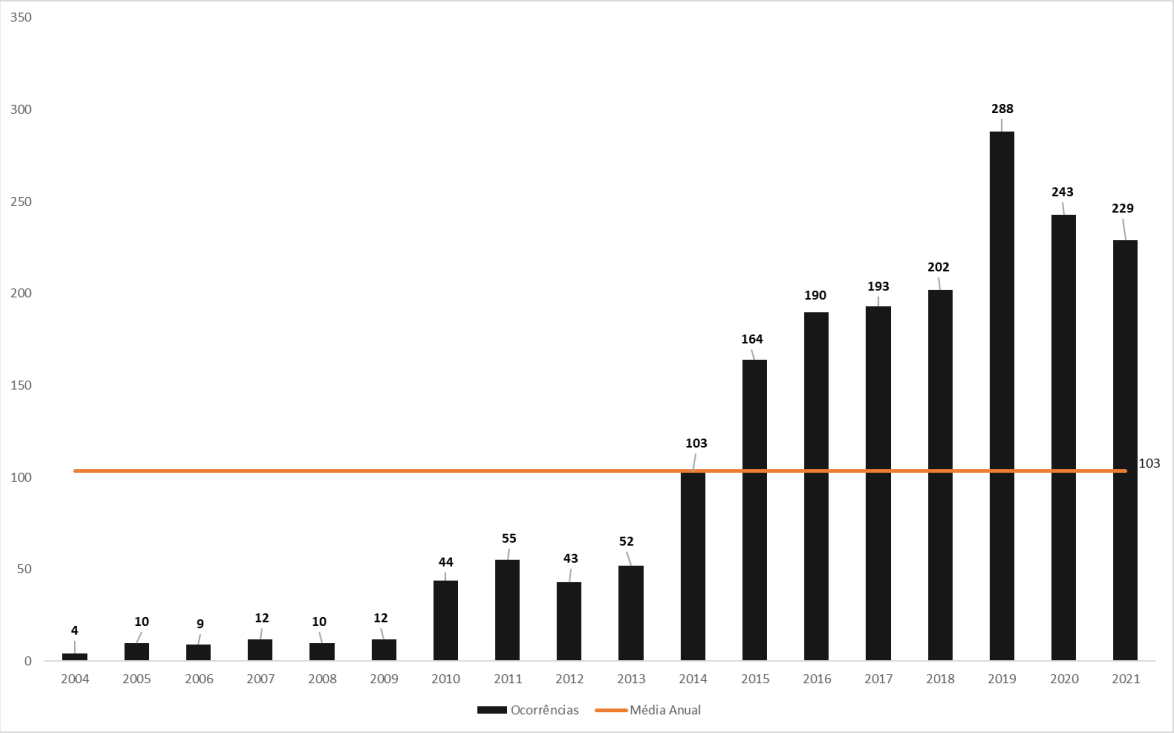
Os dados copilados pela CPT desde 2004 apontam para uma característica intrínseca à dinâmica de movimentação do setor minerário, qual seja, a da geração de conflitos (por terra, água ou trabalho) em detrimento da instalação ou das consequências de projetos de mineração; e/ ou da dinâmica de expansão da atividade minerária. Foram contabilizadas ao todo 1873 ocorrências em 681 localidades em todo registro temporal.

A análise dos dados dos últimos 17 anos, no período que vai de 2004 a 2021, aponta que estamos vivenciando, desde 2015, um momento de aguda violência do setor mineral nas disputas pelo controle e/ou acesso à terra e a água, tendo em vista que todos os anos, desde então, registram-se ocorrências acima da média anual do período. Podemos dizer ainda que, após o ápice da série histórica, registrado em 2019, entramos no subperíodo (2019-2021) de maior conflitualidade no campo em todo o período considerado (2004-2021). Desde que se tem registros pela CPT, nunca tantos conflitos oriundos do processo de expansão da mineração no país foram deflagrados como nos últimos anos. Para se ter uma ideia, no período entre 2004-2018, a média anual de conflitos é de 73,5 ocorrências, enquanto que no período compreendido entre 2019-2021 a média subiu para 253,3 ocorrências.

O ano de 2021 registrou 229 ocorrências de conflitos envolvendo mineração, 124 a mais do que a média anual das ocorrências na série histórica (103), caracterizando-se como a terceira maior marca de ocorrências de conflitos envolvendo mineração no país (ver gráfico 1). O ano de 2019, entretanto, foi aquele com o maior número de ocorrência (288), marcado pelos conflitos associados ao rompimento da barragem B1 da Vale S.A. e outras violações decorrentes de barragens em Minas Gerais.

Gráfico 1: Ocorrências de Conflitos Envolvendo Mineração no Brasil – Série Histórica (2004-2021)[4]

[4] Os dados utilizados correspondem a junção dos conflitos por mineração nos eixos de violência, água e terra. Os dados de conflitos trabalhistas associados a mineração só foram inseridos na análise do ano de 2021. Isso porque, para o desenvolvimento desta pesquisa, não tivemos acesso aos dados atualizados da CPT em relação aos anos anteriores para esta categoria de conflitos.



Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduíno – CPT. **Elaborado pelos autores.**

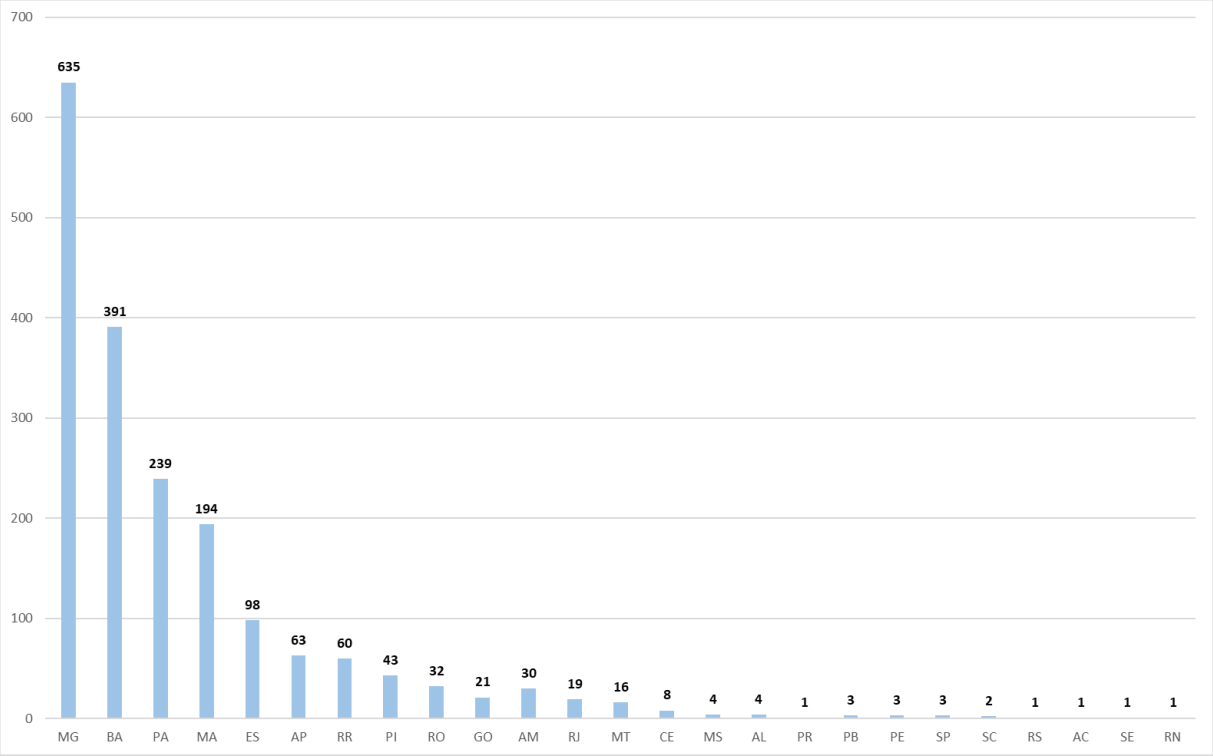
A série histórica dos dados de ocorrências de conflitos envolvendo mineração indica o aumento considerável de conflitos a partir de 2014. A curva tem, desde o início, um caráter ascendente, tendo em vista que vão aumentando as ocorrências com o passar dos anos de forma quase que gradativa, de quatro em 2004 para 52 em 2013. Entretanto, de 2013 para 2014 há um salto considerável para 103 ocorrências, quase 100% de incremento de violações.

Ao olharmos os dados por Unidades da Federação, percebemos que esse salto se dá pelo aumento do número de estados que registraram ocorrências e também pelo aumento das ocorrências em estados específicos. Por exemplo, ao analisarmos o ano de 2014 e o comparar com o ano de 2013, percebemos ocorrências nos estados de Goiás, Sergipe, São Paulo e Piauí pela primeira vez, bem como o retorno dos registros no Espírito Santo, estado que não registrava ocorrências desde 2011. Já Maranhão, Bahia, Minas Gerais tiveram um aumento das ocorrências, sendo que, neste último, percebemos um salto de 4 ocorrências em 2013 para 31 em 2014, nessas unidades da federação. A partir daí, Minas Gerais manteve altos números até 2020 (alcançando seu ápice em 2019 com 125 ocorrências) e consolidou-se como estado com mais ocorrências de conflitos por mineração no país[5]. Registra-se que, de 2020 para 2021, houve um declínio das ocorrências em Minas Gerais, que pode expressar o desgaste e

[5] Os números de Minas Gerais aumentaram consideravelmente em decorrência das consequências dos desastres sociotécnicos da Samarco/Vale/HP/Hilton em Mariana-MG (2015) e da Vale S.A. em Brumadinho-MG (2019).

desmobilizações sociais decorrentes da longa duração das negociações das reparações dos desastres da Samarco/Vale/BHP Billiton (6 anos) e da Vale S.A. (2 anos) (ver gráfico 2).

Gráfico 2: Ocorrências de Conflitos Envolvendo Mineração no Brasil por UF (2004-2021)



Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduíno – CPT. **Elaborado pelos autores.**

Assim, com 635 ocorrências, Minas Gerais é o estado com mais registros de conflitos por mineração no país, seguido por Bahia (391), Pará (239) e Maranhão (194). Elevando os números do Sudeste, o Espírito Santo tem 98 ocorrências no período considerado, seguido por Amapá (63), Roraima (60), no Norte, e Piauí (43) no Nordeste.

Dois fenômenos nos ajudam a explicar esses altos números em Minas Gerais, quais sejam: o desastre ambiental da Vale S. A, em Brumadinho-MG e as consequências do desastre no rio Doce da Samarco/Vale/BHP Billiton. Em anos subsequentes, o desastre da Samarco seguiu sendo propulsor de conflitos na região. Em 2019 registraram-se os maiores números associam-se a conflitos envolvendo pequenos proprietários em Mariana-MG e ribeirinhos em Barra Longa-MG.

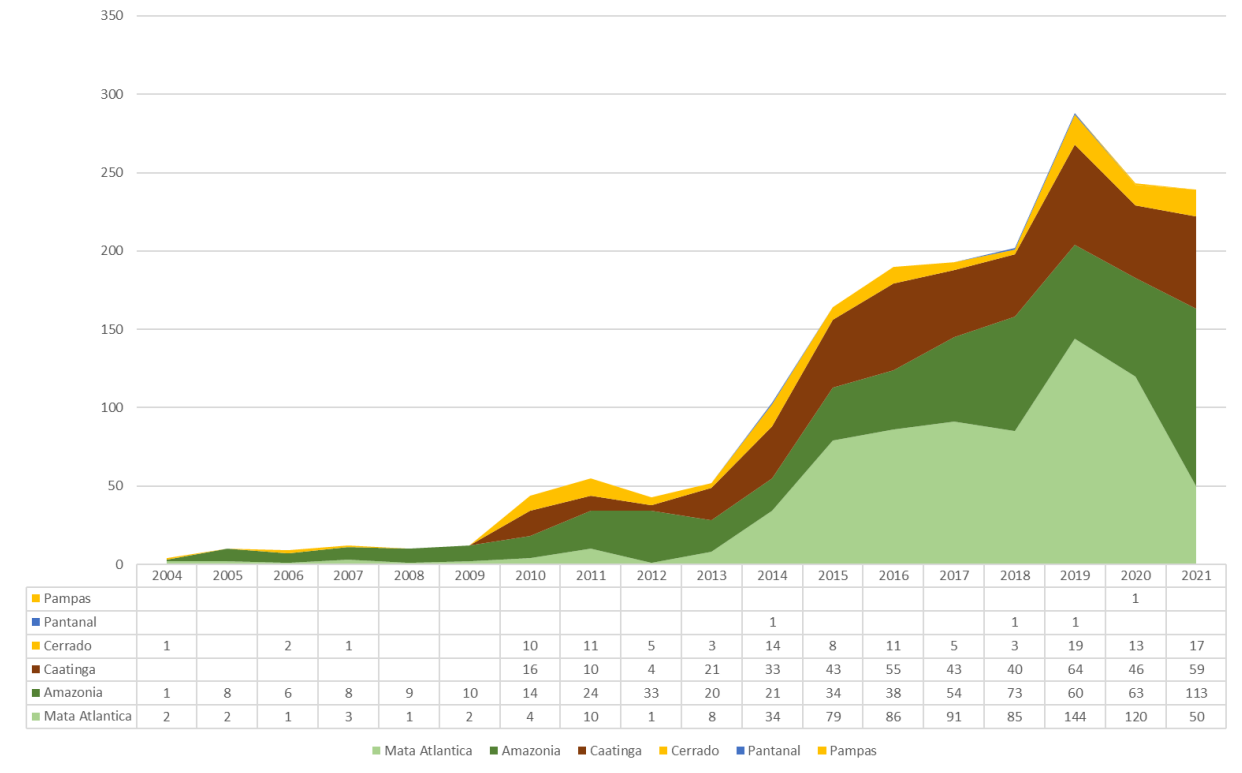
Mas a geografia dos conflitos envolvendo a mineração pode ser também analisada através da distribuição espacial das ocorrências por macrorregiões e por biomas, o que qualifica a

análise. Os biomas são diferenciados em função da vegetação predominante, do relevo e do clima e representam chave analítica importante para a compreensão do que está em jogo por trás do avanço da atividade minerária no país. Registra-se que a mineração age na contramão da proteção da biodiversidade e dos recursos naturais, pois configura-se como empreendimento de alta exploração e grandes impactos ambientais associados, inclusive pelo desmatamento e a poluição atmosférica.

Em todo o período analisado, foi na Mata Atlântica que mais ocorrências de conflitos em decorrência da mineração foram registradas (723), correspondendo a 39% do total. Esses números foram puxados sobretudo por Minas Gerais e Espírito Santo. A Mata Atlântica mineira é historicamente associada a uma economia minerária, tendo em vista a concentração de recursos minerais e os diferentes ciclos de exploração no estado ao longo do tempo, em especial no Quadrilátero Ferrífero. Em seguida, a Amazônia registrou 589 ocorrências (31%). A Caatinga, que registrou 434 (23%), e o Cerrado, com 123 ocorrências (7%), são os biomas mais afetados.

Se analisarmos a evolução das ocorrências de conflitos envolvendo mineração por biomas, percebemos que nos Pampas e no Pantanal quase não há registros, apenas 4 ocorrências - ou pouco mais que 0,2%. Entretanto, é na Mata Atlântica, na Amazônia, na Caatinga, e no Cerrado, que o setor mineral lança mão da violência para sua expansão e apropriação territorial (ver gráfico 5).

Gráfico 5: Ocorrências de Conflitos Envolvendo Mineração no Brasil por Biomas – Série Histórica (2004-2021)



	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Pampas																	1	
Pantanal											1				1	1		
Cerrado	1		2	1			10	11	5	3	14	8	11	5	3	19	13	17
Caatinga							16	10	4	21	33	43	55	43	40	64	46	59
Amazonia	1	8	6	8	9	10	14	24	33	20	21	34	38	54	73	60	63	113
Mata Atlantica	2	2	1	3	1	2	4	10	1	8	34	79	86	91	85	144	120	50

Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduíno – CPT. **Elaborado pelos autores.**

O Cerrado, assim como a Caatinga, começa a registrar números mais relevantes a partir de 2010, e tinha uma participação grande nos conflitos totais nos primeiros dois anos. As ocorrências no Cerrado não ultrapassaram em nenhum ano as 19 registradas em 2019. A Caatinga também acompanhou esse crescimento até 2019, alcançando 64 ocorrências naquele ano. Entretanto, na Caatinga os conflitos ocorrem com mais intensidade, tanto que representam 23% do total do período no país e em 2019 e 2021 figurou como o segundo bioma com mais conflitos, atrás da Mata Atlântica no primeiro ano e da Amazônia no segundo. E é na Caatinga baiana, mais especificamente, onde os conflitos ocorrem com mais frequência, particularmente ligada as mineradoras BAMIN e FERBASA. Nestes biomas, nos conflitos por terra, são as ações de danos, intimidação e ameaça de expropriação que mais aparecem nos registros. Em relação aos conflitos por água, destruição, poluição e diminuição ou impedimento do acesso à água são os principais tipos de violência.

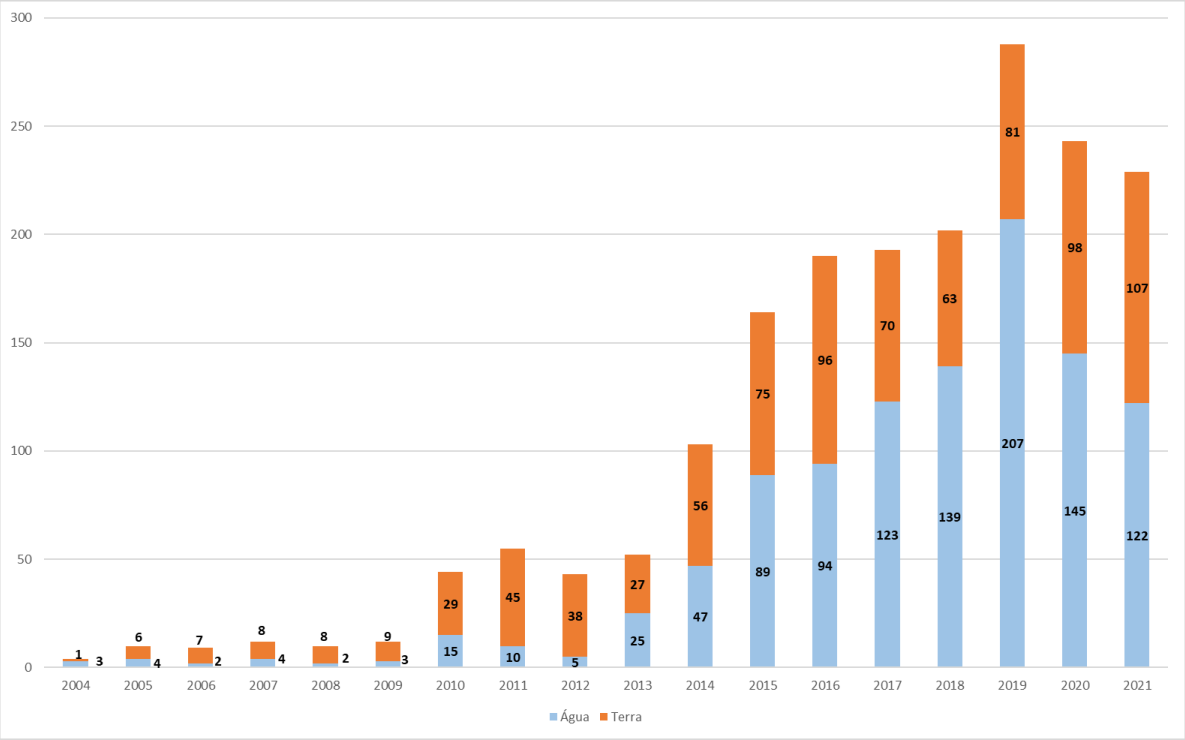
A Amazônia - segundo bioma com mais conflitos envolvendo mineração - vinha registrando mais ocorrências que a Mata Atlântica até 2013. Há uma mudança nesse padrão entre 2014 e 2020, período em que a Mata Atlântica registrou mais ocorrências que a Amazônia. Até 2018, contudo, a Amazônia vinha mantendo uma tendência de aumento gradual, com o ápice neste ano. Em 2021, todavia, há uma inflexão na qual a Amazônia registrou 113 ocorrências,

superando a Mata Atlântica pela primeira vez desde 2013 e praticamente dobrando as ocorrências do ano anterior (2020). É a primeira vez desde o rompimento da barragem do Fundão que a Amazônia surge como bioma de maior conflito, sobretudo em função do garimpo ilegal e do rompimento da barragem da Equinox Gold em Godofredo Viana - MA. Registra-se que a maioria desses conflitos ocorreu nos estados do Pará e do Maranhão e envolveu povos e comunidades tradicionais.

Já a Mata Atlântica, especificamente, vinha mantendo altos registros desde 2015, tendo atingido seu ápice em 2019. No entanto, nos anos seguintes há diminuição: de 120 ocorrências em 2020 caiu para 50 em 2021; voltando ao patamar de sete anos atrás. O que esta série histórica nos mostra é que apesar da Mata Atlântica ser o bioma mais afetado pela violência do setor mineral, o ano de 2021 foi marcado por uma inflexão na curva que faz com que tenhamos que exercer um olhar mais atento a Amazônia e a questão mineral na região, cuja complexidade vigora tanto nas atividades legais quanto ilegais.

Os dados do gráfico 8, por sua vez, fazem referência ao eixo de violência associado ao conflito, ou seja, se os conflitos envolvendo mineração foram ocasionados por disputas por terra ou atrelados a água, sendo a maioria em decorrência da escassez relativa (WANDERLEY et al, 2021). Na mesma dinâmica de evolução das análises anteriores, o gráfico mostra uma curva ascendente, com aumento considerável das ocorrências a partir de 2013. É também em 2013 que as ocorrências envolvendo água começam a ganhar mais relevância, superando as ocorrências envolvendo disputas pela terra pela primeira vez na série histórica em 2015, e assim permanecendo até 2021, com exceção de 2016.

Gráfico 8: Ocorrências de Conflitos Envolvendo Mineração no Brasil por Eixo de Violência (2004-2021)



Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduíno – CPT. **Elaborado pelos autores.**

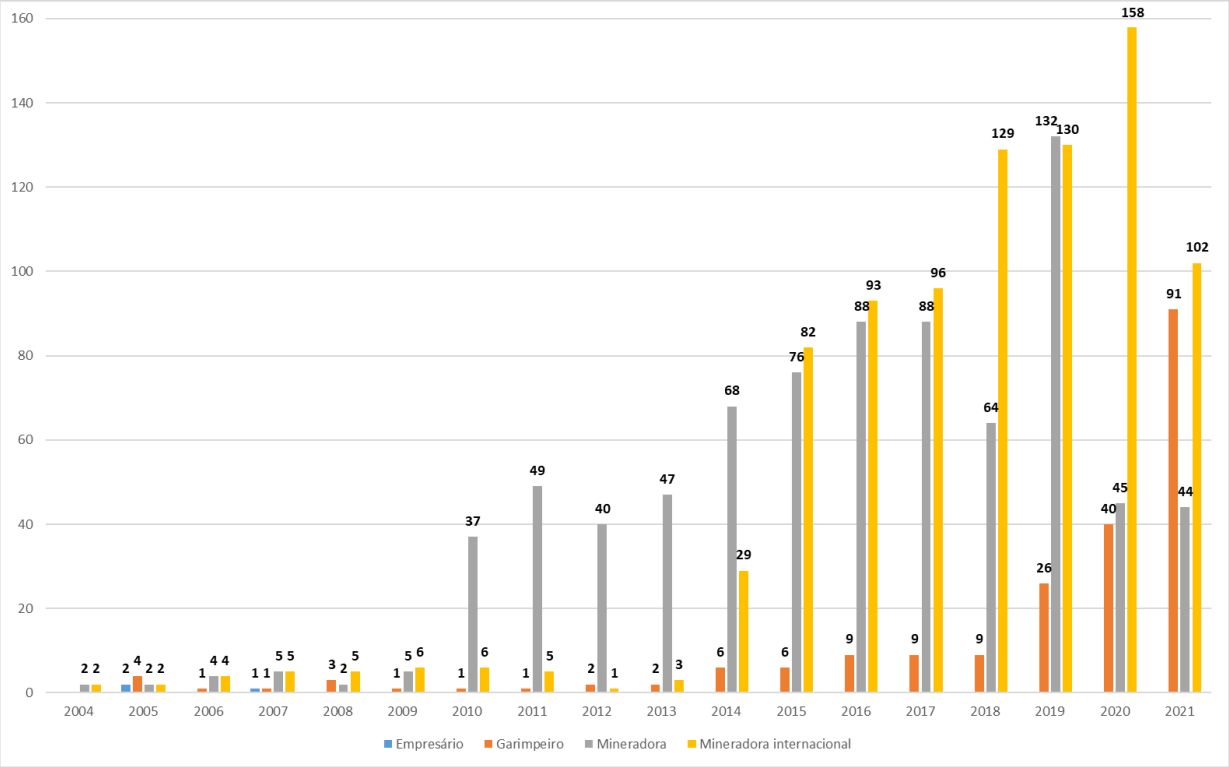
Todavia, desde 2017 os conflitos por mineração envolvendo água ganharam destaque, tanto que representaram, respectivamente, 63%, 69% e 72% do total em 2017, 2018 e 2019. Em 2020 e 2021, contudo, os conflitos por mineração envolvendo terra alcançaram os mais altos números em toda a série histórica – foram 98 ocorrências em 2020 e 107 em 2021 -, o que não diminuiu a magnitude das ocorrências envolvendo água, que registrou 60% do total em 2020 e 53% em 2021. De modo geral, esses dados corroboram com a análise da existência de um período (2019-2021) conflituoso que é marcado, ainda, por uma alteração nos eixos de violência dos conflitos associados à mineração no país. Isso porque, de 2019 para 2021, na medida em que diminuíram as ocorrências de conflitos atrelados às disputas por água, aumentaram as ocorrências daqueles vinculados às disputas pela terra.

Esse movimento indica a relevância da questão fundiária para o avanço do setor mineral no país. Este aumento dos conflitos por terra em mineração está diretamente associado a prática dos garimpo ilegais. Nesse sentido, podemos dizer que a geografia dos conflitos envolvendo mineração no Brasil aponta, nos últimos anos, a expansão da mineração para novas áreas, bem como a manutenção das ocorrências de violências e violações em áreas já consolidadas. Isso se da pelo surgimento de ocorrências, nos últimos anos, em estados como Goiás e Ceará e pelo aumento de registros em estados que já vinham registrando conflitos, como no Pará, Maranhão, Bahia e Roraima.

E a água? Nas últimas décadas, cada vez mais a água tem ocupado lugar de destaque nos debates nacionais e internacionais, uma vez que estamos diante de um agravamento da perspectiva da escassez absoluta e relativa. Esse agravamento é fruto de alguns processos, dentre os quais listamos: uma crescente mercantilização e financeirização da água através da apropriação indiscriminada por empresas e agentes capitalistas; o fato de ser matéria prima essencial à produção agropecuária e industrial, na geração de energia; é a principal rota de circulação e mercadorias no mercado global; depósito de rejeitos, poluentes e esgoto; essencial à vida humana e necessária no dia a dia de toda a população; abriga recursos pesqueiros, fluviais e marinhos; é via de transporte para cidades e comunidades ribeirinhas; e funciona como espaço de lazer/ cênico. Nesse sentido, "os conflitos e a busca pela segurança hídrica, pelo acesso à água para consumo ou para mercantilização vêm resultando em uma nova geografia e geopolítica da água, que coloca em xeque antigas relações de poder" (WANDERLEY et al, 2021, pág. 160). Na esteira dessa dinâmica, há uma crescente demanda por água e pelos cursos dos rios por parte das empresas minerárias.

Mas quem está por trás desses conflitos? A análise das categorias sociais envolvidas responde esta pergunta e torna-se instrumento que qualifica a interpretação dos dados. Isso porque cada categoria social mantém diferentes formas de se relacionar com o espaço, de territorializar-se. Muitas das vezes o choque entre duas formas distintas de reprodução do espaço desencadeia um cenário de disputa territorial e se tornam o motivo do conflito. Os conflitos são aqui registrados segundo a iniciativa das diferentes categorias sociais, segundo sua posição nas relações sociais e de poder (ver gráfico 9).

Gráfico 9: Conflitos Envolvendo Mineração no Brasil segundo as Categorias Sociais Causadoras de Ações de Violência (2004-2021)



Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduíno – CPT. **Elaborado pelos autores.**

Os dados referentes as categorias sociais causadoras de ações de violência e conflito mostram que, a partir de 2010, quando os conflitos ganham mais intensidade de modo geral, as mineradoras ganham mais relevância, tendo seu auge em 2019 com 132 ocorrências. Em contrapartida, há uma queda brusca da participação dessa categoria social em 2020 e 2021, anos que registraram um aumento considerável dos conflitos ocasionados pelas ações dos garimpeiros, que alcançaram 40 ocorrências em 2020 e 91 em 2021. O aumento dos conflitos em decorrência do garimpo nos últimos anos segue uma tendência que vinha ocorrendo desde 2014 e mais intensamente a partir do início do governo Bolsonaro, em 2019, com um crescimento gradual dessas ocorrências.

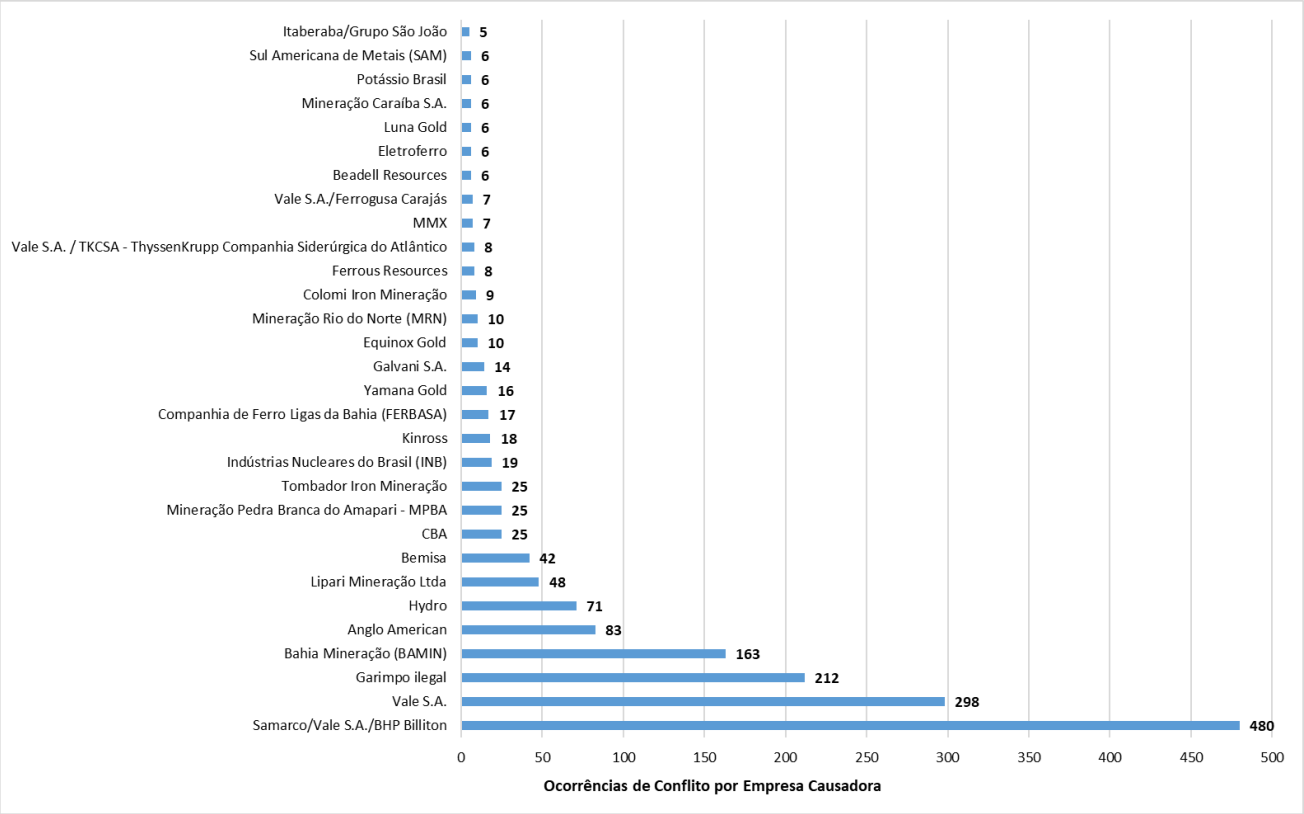
Já as mineradoras internacionais aumentaram sua participação gradativamente desde 2014, superando as mineradoras nacionais em 2015 e mantendo caráter ascendente até 2020, quando registraram os maiores números – 158 ocorrências. Em nenhum outro ano da série histórica outra categoria registrou tantas ocorrências, mostrando o avanço do capital estrangeiro no território nacional e na geração de conflitos no campo brasileiro.

A distribuição espacial dessas ocorrências de acordo com os grupo/classes sociais em situação de dominação que geram conflitos e violência (mapa 2) evidencia algumas informações interessantes. Em primeiro lugar, mostra a força do garimpo na Amazônia e sua quase que

inexistência em outros biomas. Em segundo, mostra o predomínio das mineradoras internacionais no Sudeste, sobretudo em áreas de Mata Atlântica. Ainda, aponta que as mineradoras estrangeiras também têm gerado conflitos na Caatinga, no Cerrado, na Amazônia e até nos Pampas, reforçando a tese da intensa presença do capital estrangeiro violador no território brasileiro. Em terceiro lugar, o mapa mostra a relevância das mineradoras nacionais na geração de conflitos em todo o país, com mais intensidade na Mata Atlântica do Sudeste, Sul e do Nordeste, na Caatinga, no Cerrado e na Amazônia.

Ainda na análise das categorias sociais, o ranking das empresas causadoras de conflitos mostra como algumas empresas e o garimpo ilegal são as maiores responsáveis por tamanha conflitualidade. Atrás somente da Vale e da Samarco/Vale S.A./ BHP Billiton, o garimpo ilegal foi, sozinho, responsável por 212 ocorrências no período (ver gráficos 10 e 11).

Gráfico 10: Conflitos Envolvendo Mineração no Brasil segundo as Empresas Causadoras (2004-2021)



Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduíno – CPT. **Elaborado pelos autores.**

A Vale S.A é disparada a empresa que mais esteve convolvida nessas ocorrências, ainda mais se contarmos sua participação nos conflitos responsabilizados pela Samarco/Vale S.A./ BHP

Billiton e os da Vale S.A./ Ferrogusa Carajás, Mineração Rio do Norte e Vale S.A/ TKCSA. Representa, assim, 42,5% de todas as ocorrências.

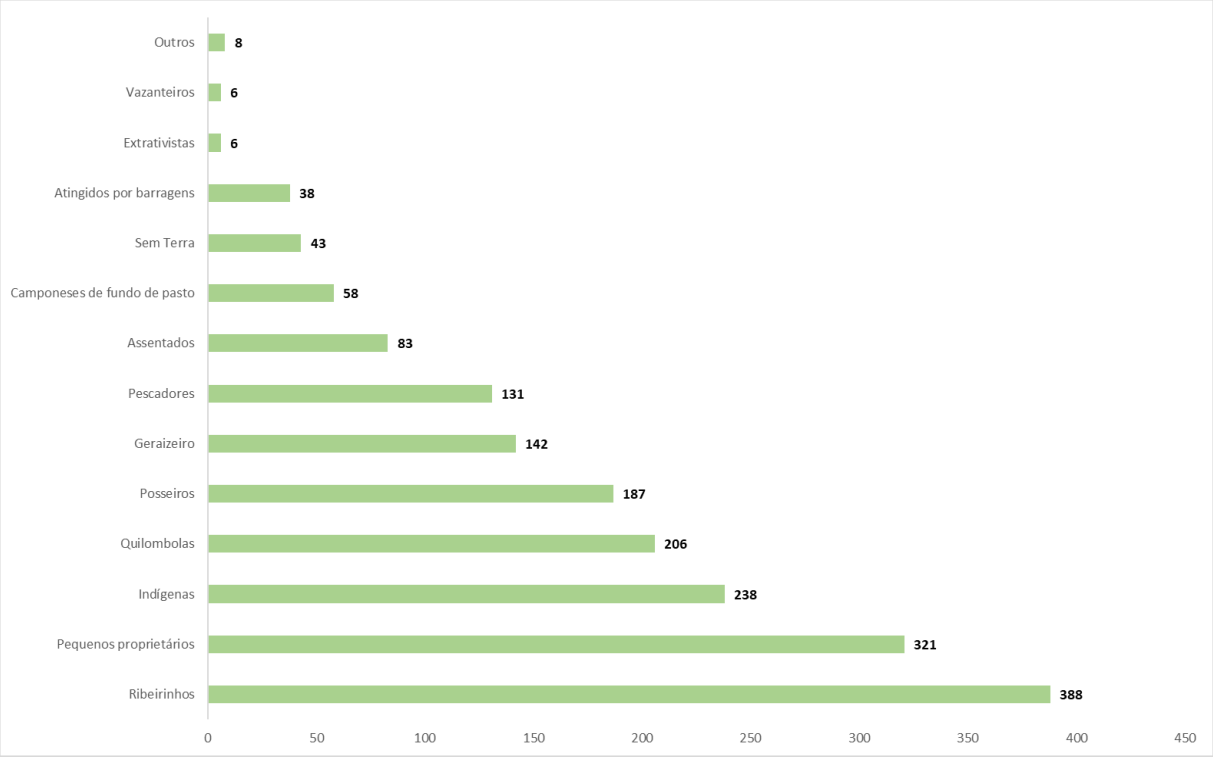
Do outro lado dos conflitos, estão aqueles que sofrem ações de violência e são definidos como Categorias Sociais em Situação de Subalternização", que correspondem as ações em que estão implicados os Assentados, Trabalhadores/as Rurais Sem Terra, Posseiros, Povos e Comunidades Tradicionais[6]. Em relação a esta categoria é importante ressaltar, em primeiro lugar, que é possível pensarmos em duas outras categorias que abarcam os grupos sociais em situação de subalternização: de um lado, temos aqueles que lutam pelo acesso à terra (como Assentados, Sem Terra ou Pequenos Proprietários) e, do outro lado, os que se encontram em posse real de uso da terra como os grupos agrupados na categoria de Povos e Comunidades Tradicionais. O que permite considerar as duas categorias na condição geral de "em situação de subalternização" é o fato de usarem a terra como meio de vida e não como meio de acumulação de capital.

Essa distinção fundamenta-se no documento aprovado na 18° Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) em 1980 e na elaboração de José de Souza Martins acerca dos conceitos de *terra de trabalho* e *terra de negócio*. Isto é, há grupos sociais que veem a terra como recurso para acumular capital e renda (terra de negócio), enquanto há outros, muito diferenciados entre si, que querem a terra para produzir/reproduzir a vida com seus modos próprios de ser (terra de trabalho). (LADEIRA, 2020).

Desse modo, a análise de conflitos envolvendo mineração segundo as categorias sociais em situação de subalternização que sofreram ações de violência nos autoriza realizar algumas indicações importantes. Em primeiro lugar, salta a vista o alto número de conflitos envolvendo Ribeirinhos, que foram os mais afetados com 388 ocorrências (20%). Em seguida, os Pequenos Proprietários (17%), os Indígenas (13%), Quilombolas (11%), Posseiros (10%), Geraizeiros (7,5%), Pescadores (7%), Assentados (4,4%), Camponeses de fundo e fecho de pasto (3%), Sem Terra (2,5%), Atingidos por barragens (2%) e os demais com menos de 1% (ver gráficos 12 e 13).

[6] A expressão "em situação de ..." refere-se ao caráter *em aberto* que está implicado nas próprias relações sociais e de poder. Enfim, trata-se de uma situação que o próprio conflito está indicando ser contraditória. São grupos sociais colocados nessa situação que, por ser conflitiva, está em aberto para resolução. Nas palavras de Carlos Walter Porto-Gonçalves, é do antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira a tese de que toda identidade é contrastiva. As identidades não são anteriores às relações. É na relação, incluindo suas contradições e conflitos, que as identidades se forjam. Assim, cai por terra toda uma visão essencialista que, via de regra, marca o debate identitário. E.P. Thompson afirmara que na expressão luta de classes o termo forte é luta e não classe. Para ele, é na luta, nos conflitos, que as classes se formam. Aqui, também, a identidade não é anterior às relações/conflitos.

Gráfico 12: Conflitos Envolvendo Mineração no Brasil segundo as Categorias Sociais que Sofreram Ações de Violência (2004-2021)



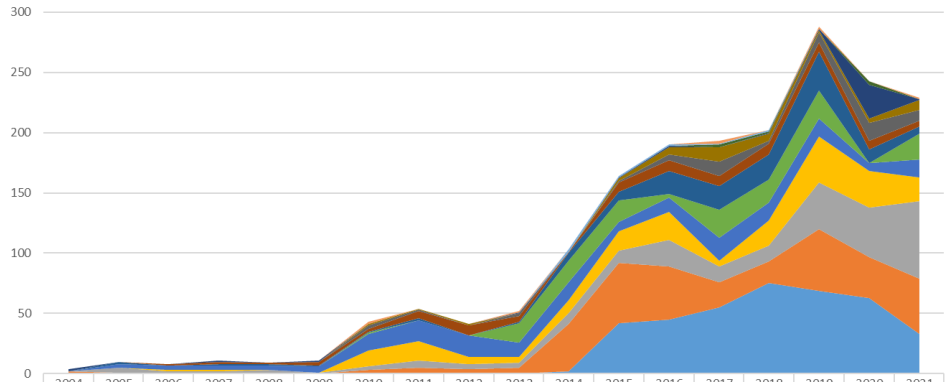
Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduíno – CPT. **Elaborado pelos autores.**

Apesar dos Ribeirinhos serem o grupo mais atingido, os conflitos envolvendo esta categoria começaram a surgir a partir de 2014 e vinha tendo altos números de 2015 até 2020, quando registrou 63 ocorrências – o ápice foi em 2018, quando chegaram a participar de 75 casos. Nenhuma outra categoria social em nenhum outro ano sofreu tantas ações de conflito e violência do que os ribeirinhos em 2018.

Os Atingidos por barragens tiveram seu auge em 2020 quando registraram 28 ocorrências – sua maioria na mata atlântica mineira envolvendo mineradoras internacionais. Em todos os outros anos esta categoria não passou de duas ocorrências.

Nos últimos três anos há um aumento considerável dos conflitos com Indígenas que tiveram seu ápice em 2021. Os dados mostram que há um aumento da violência contra os indígenas ao longo do tempo, passando de 4 casos, em 2013, para 64, em 2021.

Gráfico 13: Conflitos Envolvendo Mineração no Brasil segundo as Categorias Sociais que Sofreram Ações de Violência – Série Histórica (2004-2021)



	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Outros							2			1				2		2		1
Vazanteiros											2	1	1	1	1			
Extrativistas														2	1		3	
Atingidos por barragens	2			1		1				1		1	1		1	1	28	1
Sem Terra							1	1	1			2	6	12	6	2	4	8
Camponeses de fundo de pasto							3	1		2		1	5	12	2	8	15	9
Assentados			1	2	1	3	2	6	8	5	1	8	9	8	9	8	7	5
Pescadores		2		1	1	1	1	2		1	6	7	19	20	21	32	11	6
Geraizeiro							1			16	18	18	3	23	19	23		21
Posseiros		3	4	4	4	5	14	17	18	12	15	8	12	19	15	15	7	15
Quilombolas			1	1			13	16	6	5	11	16	23	5	21	38	30	20
Indígenas		4	1	1	3	1	3	6	4	4	9	10	22	13	13	39	41	64
Pequenos proprietários	1		1	1			3	4	3	5	39	50	44	21	18	51	34	46
Ribeirinhos	1	1						1	1		2	42	45	55	75	69	63	33

Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduíno – CPT. **Elaborado pelos autores.**

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que a análise dos dados sobre conflitos no campo brasileiro envolvendo mineração nos indica é o caráter violento do processo de consolidação e/ou expansão do setor minerário no Brasil. De 2004 a 2021, assistimos a um processo de ampliação da demanda por minérios e, consequentemente, o aumento da exploração mineral. Na esteira dessa dinâmica, garimpeiros e mineradoras nacionais e internacionais foram responsáveis por 1873 ocorrências de conflitos envolvendo mineração, seja relacionados a disputas por terra ou por água.

Esses números, entretanto, estavam em patamares mais baixos até o início da década passada. De 2015 para cá, registrou-se um aumento considerável a violência do setor mineral nas disputas pelo controle e/ou acesso à terra e a água. Sendo 2019, o ano com maior número de ocorrências, o subperíodo 2019-2021 teve uma média anual de 253,3 ocorrências. No ano de 2021, foram 124 registros a mais do que a média anual de todo o período considerado (2004-2021). Vale considerar que, na última década, elevaram-se as denúncias e críticas à atuação das mineradoras pela sociedade civil e diversos movimentos sociais.

Ao longo da analise também demonstrou-se que há, no subperíodo de 2019-2021, uma alteração nos eixos de violência dos conflitos associados à mineração no país. Na mediada em que diminuíram as ocorrências de conflitos atrelados às disputas por água, aumentaram as ocorrências daqueles vinculados às disputas pela terra. Esse movimento indica a relevância da

questão fundiária para o avanço do setor mineral no país e o aumento dos conflitos por terra em mineração está diretamente associado a prática do garimpo, em sua maioria ilegais, que se desenvolvem na Amazônia e em muitos dos casos em áreas de ocupação de povos e comunidades tradicionais.

É um marco dos últimos anos o avanço do garimpo ilegal contra a Amazônia e seus povos, como esta nota demonstrou. Em 2021, especificamente, é marcante o número de ocorrências nas terras indígenas Munduruku e Sawré Muybu (16) no Pará e Yanomami (25) em Roraima. Todas elas em decorrência da expansão do garimpo ilegal.

Os dados indicam que há um processo de expansão do setor mineral para novas áreas – com unidades federativas registrando ocorrências pela primeira vez, como Bahia, Goiás e Ceará- bem como o aumento de ocorrências em estados específicos que já vinham registrando casos, como Roraima, Maranhão e Pará. De modo geral, é na Mata Atlântica mineira, na caatinga baiana, na Amazônia paraense e nas zonas de transição entre cerrado, caatinga e Amazônia no Maranhão onde mais há ocorrências de conflitos.

Os últimos anos evidenciam uma queda das ações de mineradoras nacionais e aumento das ocorrências de conflitos causados por mineradoras internacionais. Mas salta a vista os números de conflitos causados por garimpeiros. Nossa análise mostrou a força do garimpo na Amazônia e sua quase que inexistência em outros biomas. Também evidenciou o predomínio das mineradoras internacionais no Sudeste, sobretudo em áreas de Mata Atlântica e que as mineradoras estrangeiras têm gerado conflitos na Caatinga, no Cerrado, na Amazônia e até nos Pampas, reforçando a tese da presença expressiva do capital estrangeiro espoliador no território brasileiro.

A Vale S.A. é disparada a empresa que mais esteve envolvida nessas ocorrências. Ainda, ressalta-se a relevância das mineradoras nacionais na geração de conflitos em todo o país, com mais intensidade na Mata Atlântica do Sudeste, Sul e do Nordeste, na Caatinga, no Cerrado e na Amazônia. Esse movimento atesta o movimento de corporações, empresas, setores do Estado e seu poder repressivo frente as disputas pelo usufruto da água e das terras em conflitos no campo.

Os mais afetados desse processo de destruição do meio ambiente e de transferência de riqueza para os centros de acumulação de capital (WANDERLEY, et al, 2021) foram os Ribeirinhos, os Pequenos Proprietários e os Indígenas. Em sua maioria, os Povos e Comunidades

Tradicionais, que foram alvo de 72% das ocorrências de conflitos envolvendo mineração no período.

Dessa maneira, fica evidente que decorrem da atividade minerária não somente os impactos ambientais. O que os dados sobre conflitos no campo envolvendo mineração nos mostram é que para além da poluição dos rios e mananciais, do desmatamento, do desgaste do solo e do subsolo, da exploração dos bens naturais em larga escala sem o menor comprometimento com o meio ambiente e seus povos, têm-se um cenário altamente conflitivo e violento contra os territórios e suas gentes.

Nesse sentido, os conflitos gerados pela expansão do neoextrativismo no Brasil associados à mineração são característicos de uma forma de apropriação capitalista dos bens naturais e do trabalho própria da periferia e semiperiferia global em um processo que se vale de modos intensos de exploração do trabalho e da natureza, causando evidentes contradições e gerando tragédias em larga escala (WANDERLEY, et al, 2021).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. W. B. de. Agroestratégias e desterritorialização: direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios. In: ALMEIDA, A, W. et al. Capitalismo globalizado e recursos territoriais. Rio de Janeiro, Lamparina, 2010.

BARCELOS, Eduardo. Mineração e questão agrária: grandes projetos, regime de terras e a formação do latifúndio minero-exportador no contexto do Projeto Minas Rio (2007-2014).Revista NERA, v. 24, n. 59, p. 62-87, Dossiê, 2021

CARVALHO, L.. Valsa Brasileira: do boom ao caos econômico. São Paulo: Todavia, 2018.

CRUZ, V. C. Povos e Comunidades tradicionais. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, IsabelPereira; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. (Org.) Dicionário da Educação do Campo. 1ed.Rio de Janeiro/ São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Expressão Popular, 2012, v. 1, p. 594-600. 2012.

CRUZ, V. C. Das Lutas por Redistribuição de Terra às Lutas pelo Reconhecimento de Territórios: uma nova gramática das lutas sociais? In: Henri Acselrad. (Org.). Cartografia social, terra e território. 1ed.Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2013, v. 1, p. 119-176. 2013.

DELGADO, G. Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965- 2012). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

FRACALANZA, A. Água: De elemento natural a mercadoria. Sociedade & Natureza, Uberlândia, 17: dez. 2005, PP. 21-36.

GONÇALVES TORRES, A. T; VIANNA, P. Hidroterritórios a Infuência dos Recursos Hídricos nos Territórios do Semi–árido Nordestino. Revista Terra Livre. v. 2, n. 31, 2008. p. 145-162.

GUDYNAS, E. Extractivismos: Ecología, economía y política de un modo de entender el desarrollo y la Naturaleza. Cochabamba: CEDIB/ CLAES, 2015.

MILANEZ, B.; SANTOS, R. Neoextrativismo no Brasil? Uma análise da proposta do novo marco legal da mineração. Revista Pós Ciências Sociais , v. 10, n. 19, p. 119-148, 2013.

SVAMPA, M. Consenso de los commodities y lenguajes de valoración en America Latina, Nueva Sociedad, n°244, março/abril, p. 30-46, 2013. VELHO, Otavio Guilherme. 1979. Capitalismo Autoritário e Campesinato. Ed. Difel, Rio de Janeiro.

Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais: http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral . Acesso em 15 jan. 2024.

VITTE, C. Neoextrativismo e o Uso de Recursos Naturais na América Latina: Notas Introdutórias sobre Confitos e Impactos Socioambientais. Conexão Política. V. 9, N. 1, 2020. p.167-194

WANDERLEY, L.; GONÇALVES, R. J.; MILANEZ, B. O interesse é no minério: o neoextrativismo ultraliberal marginal e a ameaça de expansão da fronteira mineral pelo governo Bolsonaro. Revista da Anpege, v. 16, n. 29, p. 549-593, 2020. WANDERLEY, L.; GONÇALVES, R. J. Mineração e as escalas dos confitos no espaço agrário brasileiro. Confitos no Campo Brasil, v. 1, p. 132- 141, 2019.

WANDERLEY, L; LEÃO, P; COELHO, T. A apropriação da água e a violência do setor mineral no contexto do neoextrativismo brasileiro. In: Caderno Conflitos no Campo no Brasil – 2020. Comissão Pastoral da Terra, Goiânia, 2021.

ZHOURI, A.; OLIVEIRA, R.; ZUCARELLI, M.; VASCONCELOS, M. O desastre no rio Doce: entre as políticas de reparação e a gestão das afetações. In: ZHOURI, A. (Ed.). Mineração, violências e resistências: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil. Marabá: Editorial iGuana; ABA, 2018. p. 28-64.

MINERAÇÃO E QUESTÃO AGRÁRIA: UM ESTUDO SOBRE A VIOLAÇÃO DOS DIREITOS TERRITORIAIS NAS COMUNIDADES RURAIS PALMARES II EM PARAUAPEBAS E BURAJUBA BARCARENA NO PARÁ.

Rita de Kássia Pinheiro Ferreira[1]

Luana Gomes Ramos[2]

Fabiano de Oliveira Bringel[3]

RESUMO

A pesquisa analisou as violações dos direitos territoriais de comunidades rurais ocasionadas pela indústria Minero-Metalúrgica no Pará, focando nas cidades de Parauapebas e Barcarena, no sudeste e nordeste Paraense, esse recorte é definido desde a introdução do modelo minerário brasileiro na Amazônia até a influência do Projeto Grande Carajás na década de 1970. Destacam-se impactos ambientais, sociais e territoriais significativos das empresas, após o processo de territorialização nesses municípios. Desse modo, comunidades tradicionais como o assentamento Palmares II e o Quilombo São Sebastião de Burajuba resistem aos efeitos adversos da mineração. Dessa forma, a abordagem metodológica dessa pesquisa, inclui uma análise qualitativa, com entrevistas em campo e revisão bibliográfica, enriquecendo a compreensão da relação mineração e questão agrária a partir da lógica capitalista, de territorialização, exploração e expropriação por parte das empresas minerarias. Uma vez que esta vem priorizado seus interesses no poder econômicos, os quais negligenciam o bem-estar das comunidades locais e do meio ambiente, resultando em degradação ambiental, conflitos pela luta da terra e exposição a poluentes. As comunidades tornam-se reféns em seus próprios territórios, acometidos negativamente dos impactos da mineração. Isso destaca a necessidade urgente de reavaliação das práticas de desenvolvimento, e ressalta o papel dos movimentos sociais na defesa dos territórios, vislumbra-se, portanto, a relevância de evidenciar como essas comunidades tradicionais se relacionam com as empresas minerarias e quais suas estratégias de resistências para as sucedidas violações ocorridas em seus territórios.

[1] Mestranda do Curso de Geografia da Universidade do Estado do Pará - UEPA, ritadekassiaofc1998@gmail.com
[2] Mestranda do Curso de Geografia da Universidade do Estado do Pará - UEPA, luanaramos711@gmail.com
[3] Doutor em Geografia, Departamento de Geografia da Universidade do Estado do Pará - UEPA, fabianobringel@uepa.br

Palavras chave: Mineração, Questão Agrária, território, re-existência, violações.

ABSTRACT

The research analyzed the violations of the territorial rights of rural communities caused by the mining-metallurgical industry in Pará, focusing on the cities of Parauapebas and Barcarena, in the southeast and northeast of Pará, this cut is defined from the introduction of the Brazilian mining model in the Amazon until the influence of the Grande Carajás Project in the 1970s. Significant environmental, social and territorial impacts of companies stand out, following the territorialization process in these municipalities. In this way, traditional communities such as the Palmares II settlement and Quilombo São Sebastião de Burajuba resist the adverse effects of mining. Thus, the methodological approach of this research includes a qualitative analysis, with field interviews and bibliographical review, enriching the understanding of the relationship between mining and agrarian issues from the capitalist logic, of territorialization, exploitation and expropriation by mining companies.Since it prioritizes its interests in economic power, which neglect the well-being of local communities and the environment, resulting in environmental degradation, conflicts over land and exposure to pollutants. Communities become hostages in their own territories, negatively affected by the impacts of mining. This highlights the urgent need to reevaluate development practices, and highlights the role of social movements in defending territories. Therefore, it is important to highlight how these traditional communities relate to mining companies and what their resistance strategies are. for the successful violations that occurred in their territories.

Keywords: Mining, Agrarian Issue, territory, re-existence, violations.

INTRODUÇÃO

Desde a década de 1970, com o processo de integração do modelo minerário brasileiro e, consequentemente, no contexto do Projeto Grande Carajás (PGC), aliado à presença de multinacionais, moldou os municípios de Barcarena e Parauapebas, no Estado do Pará, sob a perspectiva capitalista. As modificações do espaço amazônico nas décadas de 1970 a 1980 pode ser compreendida pelo Movimento Regional pela Terra, uma rede que intensificou o debate regional sobre o direito à terra e ao território.

> A implantação de "Grandes Projetos" e das Superintendências de Desenvolvimento Regionais (SUDAM, na Amazônia) durante o regime militar incentivou a produção mineiro-siderúrgica, a implantação de hidrelétricas e a pecuária extensiva, projetos esses que tem como base a promoção de forte concentração fundiária, mudando drasticamente e violentamente a organização espacial antes existente na região amazônica. (MOVIMENTO REGIONAL PELA TERRA, 2019)

Nesse sentido, a implementação de atividades industriais, impulsionou o debate sobre a mineração e questão agrária na Amazônia, sobretudo, no processo de

regionalização e formação de algumas regiões amazônicas. Embora a narrativa de "desenvolvimento" industrial tenha impulsionado a economia local e nacional, também trouxe consigo impactos sociais, ambientais e territoriais significativos sobre as comunidades quilombolas e camponesas. A lógica capitalista que guiou a apropriação dos territórios para abrigar esses polos industriais muitas vezes priorizou os interesses econômicos em detrimento do bem-estar das comunidades locais e do ambiente.

Dessa forma, a tensão entre o avanço industrial e a preservação dos modos de vida tradicionais destas comunidades ressalta a necessidade de uma abordagem mais equitativa no planejamento e execução de projetos industriais. Uma vez que o processo de territorialização das empresas minerarias acontece por meio da expropriação de terras, exploração dos recursos naturais e, sobretudo, na degradação ambiental desses territórios.

Assim sendo, a pesquisa buscou analisar quais as violações territoriais sofridas pelas comunidades rurais, assentamento Palmares II e Quilombo São Sebastião de Burajuba pelas indústrias Minero-Metalúrgicas, O foco está na compreensão detalhada dos componentes que compõem esses direitos territoriais, considerando o contexto específico das comunidades tradicionais e os impactos sofridos desde o processo de territorialização dessas mineradoras.

Ao analisar os elementos constitutivos dos direitos territoriais, a pesquisa busca identificar como a presença da indústria minero-metalúrgica, por meio do PGC, influenciou e possivelmente violou esses direitos. Esses elementos incluem aspectos como posse da terra, acesso a recursos naturais, autonomia e cultura das comunidades camponesas. Essa compreensão é fundamental para o desenvolvimento de estratégias eficazes de defesa dos direitos territoriais e para a promoção de práticas mais sustentáveis e socialmente justas.

Nesse contexto, torna-se importante observar as violações dos direitos territoriais das comunidades rurais decorrentes da atuação da indústria Minero-Metalúrgica nos municípios de Parauapebas, no sudeste paraense e Barcarena, no nordeste paraense. O foco da análise recai sobre as ações que impactam diretamente as comunidades camponesas e tradicionais, com ênfase em Palmares II, afetada pela operação da Vale e São Sebastião de Burajuba, este último sendo uma comunidade quilombola afetado pelo vazamento de rejeitos de minérios em Barcarena.

Diante desse cenário, destaca-se a importância crucial dos movimentos sociais como agentes de resistência e defesa dos direitos das comunidades frente às atividades mineradoras. A análise das violações territoriais não apenas evidencia as consequências

negativas para as populações afetadas, mas também ressalta a necessidade permanente de uma atuação efetiva por parte dos movimentos sociais, visando resguardar os direitos das comunidades camponesas e quilombolas.

Os procedimentos metodológicos desta pesquisa se fundamentam em uma análise qualitativa, respaldada por uma extensa revisão bibliográfica e teórico-conceitual. Para essa revisão utilizamos autores como (MALHEIROS, et. al, 2021); (WANDERLEY, COELHO, 2021); (FERNANDES, 2001); (BARBOSA, 2018); (MAGALHÃES, 2002) ;(CONCEIÇÃO, 2017); (SOUZA, 2021) entre outros.

Essa revisão busca aprofundar a compreensão dos conceitos que constituem a base desta investigação. Além disso, a pesquisa incorpora uma abordagem de campo, envolvendo a aplicação de entrevistas junto aos camponeses nas comunidades. Esse método visa obter *insights* e compreender de maneira mais detalhada as violações que essas comunidades enfrentam em seus territórios.

Adicionalmente, a pesquisa contempla uma vertente documental e teórica, buscando informações em fontes variadas para enriquecer a análise. Assim, a combinação dessas abordagens metodológicas proporciona uma investigação abrangente e multidimensional, permitindo uma análise mais completa e fundamentada das violações territoriais enfrentadas pelas comunidades camponesas diante da ação da indústria Minero-Metalúrgica.

Portanto, vislumbra-se, a relevância da pesquisa para a percepção dos elementos que fortalecem o debate sobre a mineração e a questão agrária, de forma que o processo de introdução da mineração na Amazônia intensificou os conflitos agrários na região, sobretudo, na violação dos direitos territoriais por parte dessas empresas minerarias. Vale ressaltar, igualmente, as estratégias dos movimentos socias no processo de resistência frente a mineração.

METODOLOGIA

A pesquisa está pautada principalmente numa análise qualitativa, considerando, os objetivos, a problemática e as questões norteadoras, estabelecendo as especificidades de cada comunidade estudada, enfatizando suas origens, as realidades, os significados e sua contextualização (CHIZZOTTI, 2006), procurando compreender as semelhanças e diferenças entre as áreas impactadas pelo projeto minerário.

Quanto às características da pesquisa, esta possui o viés da metodologia explicativa, qualitativa e baseada em observação de campo, uma vez que sua abordagem

expõe aspectos particulares aos elementos apresentados e analisados, no qual há interação dos procedimentos concomitante ao desenvolvimento da pesquisa, tendo por base procedimentos racionais e sistemáticos.

As áreas de pesquisa são o município de Barcarena e Parauapebas, no estado do Pará, situadas na região nordeste e sudeste paraense, respectivamente, para compreender como a mineração tem afetado de norte a sul desse estado tão amplo, para assim, repercutir os impactos ocasionados pela ação mineradora. Assim, denota-se a relevância de estudar tais aspectos e verificar com os sujeitos das comunidades tradicionais são afetados e tratados com essa inserção dos grandes projetos amazônicos, uma vez que, estas comunidades também são parte essencial do contexto regional, cultural e social.

A pesquisa foi constituída a partir de um debate dialético, buscando analisar as relações de poder entre o estado, os grandes empreendimentos e as comunidades camponesas e quilombolas, dialogando com o conceito de território e resistência. A dialética busca a verdade através do diálogo, da lógica desenvolvida a partir dos estudos da tese, antítese e síntese do conhecimento prático (LEFEBVRE, 1991).

Assim, realizou-se um levantamento bibliográfico e histórico abrangente sobre os grandes objetos presentes na região, integrando uma fundamentação teórica na área de geografia agrária. Com autores como (MALHEIROS, et. al, 2021); (WANDERLEY, COELHO, 2021); (FERNANDES, 2001); (BARBOSA, 2018); (MAGALHÃES, 2002) ;(CONCEIÇÃO, 2017); (SOUZA, 2021) entre outros. Essa contextualização fornece uma compreensão aprofundada sobre a inserção desses elementos na região. A análise histórica, focada na mineração e extração minerária na Amazônia, permitiu um entendimento crítico dos impactos ao longo do tempo.

A pesquisa de campo, por sua vez, foi feita por meio de duas visitas, uma no assentamento palmares II, e a segunda no Quilombo São Sebastião de Burajuba. Durante a visita foram observados e entrevistado alguns atores como as lideranças do quilombo e os próprios camponeses, no caso de Palmares II, a partir dessas entrevistas foram coletadas as falas que fomentaram, ainda mais, os resultados e discussão dessa pesquisa.

Além disso, um segundo enfoque contempla um levantamento documental, analisando notícias e dados específicos relacionados à mineração nos municípios aqui mencionados. Complementando essas abordagens, a pesquisa incorporou observações in loco para compreender a dinâmica, comportamento e modo de vida da comunidade local, enquanto também se dedicou à observação de campo dos impactos estruturais dos empreendimentos analisados. Dessa forma, o estudo integrou uma abordagem

multidisciplinar e abrangente, promovendo coerência entre a revisão bibliográfica, análise documental e observação dos territórios.

REFERENCIAL TEÓRICO

Nas últimas décadas, o debate sobre a mineração e questão agrária se fortaleceu, especialmente, nos espaços amazônicos. Desde o curso da territorialização de um modelo mineral brasileiro, o qual se desenvolveu de forma vertiginosa, com caracteres excludentes, desorganizados, acrescentados por uma pobreza extrema, os quais os serviços públicos são ineficazes, sobretudo, na intensificação do aumento da violência. (COELHO, WANDERLEY, 2021).

Nesse seguimento, os autores (COELHO, WANDERLEY, 2021, p.11) apontam que essa expansão "reflete no desmatamento, na concentração de terras, nos conflitos do campo e na violação dos povos indígenas", essas características acrescentadas pelos autores desvelam como essa relação se construiu ao longo das últimas décadas, a começar com a territorialização da mineração na Amazônia.

Para melhor compreensão dos leitores partiremos de um ponto, o qual consideramos chave para desvelarmos os processos que originaram a intensificação do debate atualmente. A partir da história e geografia conseguiremos ter a percepção que o modelo minerário brasileiro é imprescindível para o entendimento da formação de algumas regiões/cidades amazônicas, uma vez que o crescimento ou a sua construção se iniciaram por meio da introdução de grandes corporações minerarias, como o caso de Parauapebas e Barcarena.

Para tanto, no sentido de se entender a mineração no espaço amazônico, é indispensável olhar para a construção do complexo de Grande Carajás, ele descortina e nos ajudam a compreender todo o processo de introdução da mineração na Amazônia. Os autores (COELHO, WANDERLEY, 2021, p. 14, apud MALHEIRO, 2019) desvelam a junção dos atos políticos, os quais colaboraram o marco político desse processo:

> "Podemos demarca a constituição do Conselho Interministerial do Programa Grande Carajás – por meio do Decreto do Poder Executivo nº85.387 de 24 de novembro de 1980 – e do regime especial de incentivos para os empreendimentos integrantes do Programa Grande Carajás, a partir do Decreto-lei nº 1.813, de 24 de novembro de 1980"

Nesse sentido, olhar para o projeto mineral de carajás a partir de uma análise política, nos auxiliam na compreensão dos eventos expressivo e perversos que ocorreram

no espaço amazônico, dessa forma, retornamos para o cerne de Carajás e sua construção desde o período cívico-militar, os quais participaram para que, atualmente, carajás se torna o maior empreendimento minerário do País. (COELHO, WANDERLEY, 2021).

Na cidade de Parauapebas, em contrapartida, se veicula tanto em escalas regionais como em globais, isso por que existe uma grande concentração de capitais minerários investidos assim como carajás. Segundo a (FAPESPA, 2023) a cidade de Parauapebas nos anos de (2021- 2022) compareceu como o 1º município na lista dos *Ranking* dos 10 municípios com a maior exportação de minério de ferro do Brasil.

A Cidade de Barcarena, por sua vez, esteve na rota dos principais planos de desenvolvimento, por exemplo, Vila dos Cabanos foi criada em 1979 pela administração da companhia de desenvolvimento – CODEBAR[4] no *status* de *Company towns*[5] ou cidade empresa. Nessa acepção, Vila dos Cabanos em Barcarena demonstra, de forma lustrosa, a ação de capitais exacerbados advindos de corporações minerarias e projetos de incentivos nesse período. (RAMOS; FERREIRA, 2023).

Essa dinamicidade do Capital minerário entre as cidades de Barcarena e Parauapebas, nos recoloca de volta ao debate da mineração e questão agrária na Amazônia. Nesse sentido, Fernandes (2001, p.24) nos aponta que "a questão agrária é um elemento estrutural do capitalismo" entrelaçados, igualmente, pelos problemas agrários de concentração fundiária, conflitos agrários, processos de expulsão e expropriação, reforma agrária e resistências pela terra.

Além disso, essa dinâmica e exploração atroz do capital, pela corrida dos minérios e também pela terra, acabam por criar novas estruturas, os quais atravessam a diversidade de diversos povos residentes àquele território. Enquanto, as grandes corporações tendem a ter percepções diferentes sobre o território, para eles é imprescindível um território esvaziado, os autores (MALHEIROS, et. al, 2021, p. 23) chamam o esvaziamento de espaço de esvaziamento de direitos, de forma que:

> Os territórios antes preenchidos de símbolos, vida e cultura são simplesmente transformados em espaços nulos, desprovidos de qualquer regra, vazios de

[4] Em consulta aos registros da Receita Federal do Brasil no sítio do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (RFB- CNPJ) sob a inscrição 04.319.877/0001-09, a Companhia de Desenvolvimento de Barcarena – CODEBAR foi registrada em 28/01/1982, enquanto empresa pública. Atualmente a empresa encontra-se em suspensão cadastral, após pedido de baixa indeferida – consulta realizada em outubro de 2022 (GOMES, FERREIRA, 2023, p.14)

[5] "*A Company towns* é um núcleo implantado por uma grande empresa industrial com o papel de alocar a força de trabalho e centro de apoio às atividades da empresa praticadas nas proximidades do núcleo" (CORREA, 1987, p.56)

> direito, ou seja, espaços para os quais a possibilidade econômica da exploração apaga sua história e geografia.

Em muitos casos, como o assentamento Palmares II e a comunidade de Burajuba em Barcarena, os quais exercem suas territorialidades ao entorno das empresas mineradoras. A mineração, ingere-se, igualmente, percorre, impede e abala muitas vidas pertencente a territórios, uma vez que dominam estes espaços e os transformam. As empresas visam explorar, e afetam toda uma história e luta tradicional por conta da dinâmica da mineração, como ressalta Souza:

> "Os trabalhadores pobres territorializam os seus espaços de vida, de forma mais ou menos fluida (a casa, o bairro). Mas as empresas capitalistas, especialmente aquelas que veem esses espaços como potenciais zonas de sacrifício, também exercem territorialidade; além disso, as suas pressões (poluição, ameaças, etc.) podem contribuir para desterritorializar as pessoas". (Souza, 2021. pag 224)

Em seguida, para melhor compreensão dor leitor, os autores (MALHEIROS, et. al, 2021, p. 89) demostram como os camponeses percebem o território, "nesse processo, múltiplas trajetórias camponesas se encontram em territórios densos de relações, abrigo e morada de quem luta para transformar os entornos dos megaempreendimentos minerais em territórios de vida e trabalho." Em outras palavras, a narrativa destaca que os camponeses veem o território não apenas como uma geografia física, mas como um espaço complexo e interconectado onde diversas experiências e histórias se entrelaçam.

Esse território é percebido como mais do que simplesmente um local físico; é um ambiente enriquecido por relações sociais, um refúgio e um lar para aqueles que estão engajados na luta para transformar as áreas impactadas por grandes empreendimentos minerais em lugares que sustentam suas vidas e meios de subsistência, com um modo de vida significativo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

- **Palmares II e a relação dos conflitos territoriais com a mineradora VALE.**

Entendemos, portanto, nas seções anteriores que o modelo minerário brasileiro contribuiu para a construção de regiões/cidades amazônicas, essa dinamização alterou estruturas políticas, espaciais, econômicas e socias. Com o processo de expansão para a exploração atroz da mineração contemplamos também suas características perversa pelo esvaziamento do território.

O assentamento Palmares II é cortado pela EFC (Estrada de Ferro Carajás) localizado ao entorno da empresa mineradora VALE, no Sudeste Paraense, os quais são diretamente atravessados pela mineração desde seu processo de ocupação, uma vez que as áreas ocupadas, inicialmente, eram de domínio da Vale, o chamado cinturão verde, e grande parte dos assentados pertencente a palmares II são migrantes vindos dos garimpos como serra pelada.

Face, portanto, uma regressão histórica para que o leitor consiga compreender os fenômenos que levaram a construção de ocupações e, posteriormente, assentamentos como o caso de Palmares II, o processo de migração temporária para garimpos, muitas vezes associado a condições de vida precárias e incertezas, contribuiu para a construção da história e da memória coletiva dessas comunidades e para a compreensão mais ampla dos impactos socioeconômicos da atividade mineradora na região do Pará.

O trabalho garimpeiro é sempre muito efêmero e precoce como podemos ler no relato de "Joaquim" a partir de suas experiências. Sua trajetória sintetiza a trajetória de uma juventude camponesa que viveu essa década de 1980 e que começou a trabalhar.

> Primeiro com os pais né? Na agricultura, aprendi um monte de coisa, na economia familiar e agrícola, então todo mundo tinha que tirar uma pontinha na roça e, também, filho homem conta mais um pouco e aí eunão cheguei a forçar tanto porque adoeci quando era criança ainda, tive problema de pneumonia e aí fui operado, quando fui poupado de alguma coisa, mas já fiz muito trabalho braçal na roça, lá em Curionópolis, então logo depois disso comecei a sair de casa para buscar outras alternativas. Estava com doze anos mais ou menos. Fui para o garimpo, na época era grande influência do garimpo em Curionópolis e região... não, não, fui progarimpo do Manelão, na Transamazônica, lá eu passei....tinha 14 anos aí eu fiquei quase 70 dias lá, aí o garimpo quebrou na época que entrou o Collor, naquela crise que quebrou o pau na situação mineral, principalmente do ouro, antes eu rodava por aqui por perto, no Tucumã,de Curionópolis para lá dá uns duzentos quilômetros, aqui perto no garimpo da Grota Rica que o pessoal chamava, garimpo da Anta ("Paxiba", assentado na Palmares II, maio de 2005).

A história de "Paxiba" confirma a lógica efêmera do garimpo para o camponês e para a comunidades tradicionais de uma forma geral. O garimpo no horizonte desse sujeito é relacionado ao ato de se aventurasse. A aventura está diretamente relacionada "a uma atividade específica que vai ser tentada, fora do universo camponês, e que implique um deslocamento espacial definitivo" (MAGALHÃES, 2002:267).

Como muitos desses garimpos foram desativamos, principalmente, o de serra pelada na década de 1990, uma pequena parte desses garimpeiros puderam voltar para as suas cidades natais, entretanto, a grande maioria permaneceu e participou do processo de ocupação de terras, ou seja, os assentados que lutam hoje contra as políticas da Vale, de

certa forma foram constituídos no contexto mineral da região.

Essa discussão se aprofunda a partir da relação do assentamento com a mineradora Vale, uma ligação sempre tensionada e, partindo de uma série de violações, especialmente, as quais tratamos nesse artigo, territoriais. Barbosa (2018) aponta que a mineradora exerce um movimento de aproximação com os assentamentos de acordo com seus interesses, a última atividade de aproximação com o assentamento partiu do interesse da duplicação da EFC, o qual afetou direta e significativamente Palmares II.

No entanto, Barbosa (2018) igualmente, aponta que existe um processo de resistência dos assentados, os quais por meio da luta se organizam para o enfrentamento com a mineradora, essas ações partem de associações ou do próprio MST, marcadas fortemente por conflitos. Destaca-se, também, que essa territorialidade exercida pela Vale no assentamento floresce do ideário de des-senvolvimento e das políticas que a empresa proporciona no assentamento, "a disputa pela hegemonia no campo ideológico sempre foi uma preocupação da Vale no sudeste do Pará, devendo-se destacar o papel da Fundação VALE nesse processo". (BARBOSA, 2018, p. 202).

Outra estratégia importante que a VALE utiliza nesses processos de cooptação ideológica dos assentados, principalmente, dos jovens, está nas propagandas por meio dos mecanismos de comunicação, onde o discurso que prevalece e a oferta de empregos, os quais proporcionariam uma qualidade de vida melhor para esses jovens. Essa ferramenta de *Marketing* possibilita uma imagem de cortês da empresa, fortalecendo o que Barbosa (2018) descreveu como necessidade do controle ideológico, isto é, no controle social do território.

Diante disso, (MALHEIROS, et. al, 2021, p. 95) nos apresenta as estratégias de espoliação e expulsão de comunidades de seus territórios, ou seja, as estratégias mais comuns manuseadas pelos mineradores no processo de violação territorial, elas são:

> A desapropriação por meio de acordos diretos com a empresa ou pela compra direta de terra; a expulsão através do cumprimento de processos judiciais de reintegração de posse, envolvendo forças policiais; e a fragilização das condições objetivas de vida de povos e comunidades dos entornos dos territórios de interesse mineral, por meio da proliferação dos processos de poluição industrial ou mesmo por meio de passivos ambientais que afetam diretamente as condições de reprodução das comunidades.

Essa definição de Malheiros (et. al, 2021) nos auxiliou na compreensão dos

processos de violação dos direitos territoriais. No caso analisado, essa violação se desdobra a partir da "pressão" exercida pela VALE nos territórios, uma vez que a estratégia manuseada pela empresa de apropriação das terras não se dá pelas negociações coletivas e, sim, pelas individuais, de forma que o MST passou a ser um agente político de negociação muito importante nessa luta e, portanto, não seria vantajoso para a empresa a negociação com os mesmos.

Barbosa (2018, p. 204) demostra que uma das principais forma de resistência a essa "pressão" e tensão exercida pela Vale, ocorreu quando "as famílias fizeram na EFC em Abril de 2007, quando permaneceram acampadas na beira dos trilhos por 40 dias, inclusive parando a circulação de trens por 48 horas." Esse movimento representa a luta de antagonistas por meio dos movimentos sociais, os quais buscam se fortalecer seus territórios pelas ameaças inerentes VALE.

Entende-se, portanto, que a relação entre a mineradora VALE e o assentamento Palmares II é marcada por conflitos e tensionados pelas violações que a mineradora ocasiona no assentamento. Essas tensões são impulsionadas, de forma que "A luta pela terra é uma importante dimensão da questão agrária" (FERNANDES, 2001, p. 37) por essa razão, ao se territorializar a mineradora intensifica e possibilita a limpidez desses conflitos.

- **São Sebastião do Burajuba e a relação com a Norsk Hydro.**

Em Barcarena, mais especificamente na comunidade Quilombola de São Sebastião de Burajuba, os habitantes foram severamente impactados pelos crimes ambientais perpetrados por empresas mineradoras, como o notório caso da Norsk Hydro em Barcarena. Essas atividades criminosas deixaram centenas de pessoas em situação de vulnerabilidade, com a comunidade de Burajuba sendo especialmente afetada.

O vazamento de resíduos sólidos em 2018, provocou a contaminação de rios, tornando a água imprópria para uso, e, como resultado, a comunidade de Burajuba ficou impedida de utilizar as fontes hídricas locais, é importante destacar que, a empresa de nacionalidade norueguesa responsável pelas barragens, sofreu diversos embargos por descumprimentos de normas ambientais (Agência Pará, 2021). Esse evento não apenas comprometeu a qualidade de vida desses habitantes, mas também gerou sérias consequências para a saúde e o sustento das famílias que dependiam desses recursos naturais para suas atividades cotidianas.

À exemplo disso temos uma líder quilombola desta comunidade que resiste e combate o apagamento de sua história desde 2009, como repercute a reportagem abaixo:

> "Socorro do Burajuba, uma das principais lideranças quilombolas da região moveu um processo recentemente aceito pelo Tribunal Distrital da Holanda. No dia 19 de outubro deste ano recebeu a notícia de que a Hydro e suas subsidiárias serão julgadas, na Holanda, pela acusação de vazamentos de alumínio e pela contaminação do meio ambiente na região de Barcarena." (Fase, 2023)

A situação em Burajuba destaca a urgência de abordagens mais responsáveis por parte das empresas, bem como a necessidade de medidas efetivas para reparar os danos causados às comunidades afetadas. Além disso, reforça a importância de políticas ambientais rigorosas e de fiscalização para prevenir futuros incidentes desse tipo e proteger os direitos das comunidades locais.

A hidrografia de Barcarena, essencialmente, os rios Pará e São Francisco que recebem diariamente esses rejeitos de bauxitas deixados pela empresa, de forma que são identificadas alterações na cor da água dos rios o que seria a lama rejeitada. Essa questão demostra o descumprimento das grandes empresas com o território amazônico, uma vez que ocorreram uma série de mudanças na biodiversidade e nas estruturas socioespaciais e ambientais após a instalação.

Como podemos identificar na fala de uma moradora pertencente a comunidade:

> "Hoje nos pertencemos a esse território, mas nós não podemos mais beber da água dos nossos rios, por que estamos reféns de beber e ter doenças na barriga e quem sabe Deus ainda não morrer. A empresa deixa água para gente mais não é o suficiente para a gente sobreviver" (Quilombo São Sebastião de Burajuba, entrevistas em ferreiro de 2023)

Esse debate ocorre no contexto do novo código mineral, onde a tendência é flexibilizar ainda mais o controle territorial para as empresas de mineração. Isso se evidencia na transformação do Departamento Nacional de Pesquisa Mineral em uma agência reguladora, a qual, infelizmente, tem se mostrado ineficaz na verdadeira regulação dessas atividades. Essa mudança levanta preocupações sobre o enfraquecimento das salvaguardas ambientais e sociais, aumentando a propensão para práticas minerárias prejudiciais.

Os elementos discutidos por meio das entrevistas em campo proporcionaram uma compreensão aprofundada e uma visão abrangente sobre o garimpo artesanal, bem como sobre a face industrial da mineração. Diante desse panorama, surgiu a necessidade de aprofundar a compreensão do fenômeno da territorialização do capital mineral no Pará, em especial na região de Barcarena.

Desse modo, essas redes executam um papel essencial ao unir esforços na resistência contra as práticas extrativistas, promovendo a conscientização e mobilização para a preservação dos territórios afetados. Além disso, a análise crítica desses modelos de exploração contribui para desafiar as narrativas capitalistas subjacentes e fomentar diálogos sobre alternativas de re-existência dessas comunidades sob seus territórios. Essa abordagem integrada busca não apenas confrontar os desafios imediatos, mas também inspirar uma transformação e uma reafirmação mais profunda na forma de como sociedade segue nas lutas de reafirmação de seus territórios na Amazônia atual.

- **Re-existência à mineração**

O debate sobre a construção de re-existências, tanto materiais quanto simbólicas, nas Comunidades Rurais de Parauapebas e Barcarena, emerge como uma resposta à ação da Indústria Minero-Metalúrgica. Essa abordagem destaca a capacidade das comunidades rurais de resistir e se reafirmar diante dos impactos adversos desencadeados por essa indústria. Assim, segundo Conceição, esse conceito refere-se:

> "à luta pela terra e a permanência pelo uso do território elucidam as (RE)existências, no qual o reconhecimento identitário com o espaço vivenciado são mais fortes que as ações impostas pelo mercado globalizado." (Conceição, 2017, p. 196).

Assim, as re-existências materiais referem-se às estratégias práticas adotadas pelas comunidades para lidar com as transformações territoriais e socioeconômicas impostas pela indústria. Em resumo, elas remetem à resistência ativa, baseada em ações tangíveis, contra ameaças externas, onde a luta pela terra e a permanência no território se tornam estratégias fundamentais para garantir não apenas a preservação cultural, mas também a sobrevivência física e material das comunidades em questão.

Já as re-existências simbólicas englobam a preservação da identidade cultural, valores e tradições das comunidades rurais, mesmo diante das pressões da Indústria Minero-Metalúrgica. A resistência simbólica muitas vezes se manifesta por meio de práticas culturais, memória coletiva, resistência linguística e outras expressões que reafirmam a identidade das comunidades.

O debate sobre re-existências destaca a importância de reconhecer não apenas os impactos negativos da indústria, mas também a resiliência e a capacidade das comunidades rurais de se adaptar e persistir. Essa perspectiva amplia o entendimento das

complexas dinâmicas entre as comunidades rurais e a indústria, contribuindo para estratégias mais inclusivas e sustentáveis no contexto da mineração na Amazônia.

O enfoque nas re-existências destaca a necessidade de não apenas reconhecer os impactos adversos da indústria, mas também valorizar a resiliência e a adaptabilidade das comunidades rurais. Essa perspectiva mais ampla contribui para uma compreensão aprofundada das dinâmicas complexas entre essas comunidades e a indústria, proporcionando a base para estratégias mais inclusivas e sustentáveis em meio às atividades mineradoras na Amazônia.

A mineração, sob essa ótica, apresenta duas faces distintas. Na face industrial, as comunidades frequentemente são tratadas como simples fornecedoras de mão de obra, refletindo uma exploração desigual pelos interesses capitalistas. Por outro lado, na face artesanal, representada pelo garimpo, os lavradores buscam uma identidade, mesmo que fixa e muitas vezes desqualificada. Esse processo envolve complexidades como divisão desigual do trabalho, concentração fundiária e migração.

A história de lutas das comunidades de Palmares II em Parauapebas e Burajuba em Barcarena, no Pará, exemplifica essa dualidade. Enquanto enfrentam os desafios impostos pela face industrial da mineração, como perda de terras e impactos ambientais, essas comunidades também buscam resistir e preservar suas identidades na face artesanal, representada no seu modo de viver e produzir.

As lutas históricas dessas comunidades evidenciam a complexidade das relações entre os moradores locais e a indústria mineradora. Estratégias de resistência, preservação cultural e busca por justiça social são partes intrínsecas dessas narrativas. Reconhecer essas histórias é crucial para informar estratégias futuras que visem à justiça social, equidade e sustentabilidade nas regiões impactadas pela mineração na Amazônia.

Por outro lado, nas últimas décadas cresceu uma rede de articulação dos movimentos sociais que atuam em conjunto pela contestação em relação a esse modelo de mineração no Brasil

> A contestação do modelo extrativista no Brasil vem ganhando fôlego a partir da constituição de redes nacionais – Como o comitê Nacional em Defesa Dos Territórios Frente à Mineração (CDTM), à articulação internacional de Atingidos e Atingidas pela Vale (AIAVs), a Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA), e o Movimento Nacional pela Soberania Popular na Mineração (MAM). (MALERBA, WANDERLEY, COELHO, p. 10)

Essas redes potentes estão exercendo uma função importante no combate a territórios livres de mineração, uma vez que eles atuam na resistência e na elaboração crítica desse modelo neoextrativista que fortalecem, sobretudo, o discurso capitalista de produção. Essa elaboração, trata-se, portanto, de alertar ou informa a sociedade civil dos diversos danos que um território sobre após a instalação de grandes empresas minerarias. E fazer com que a sociedade compreenda para a além do discurso desenvolvimentista a qual essas empresas explanam, sobretudo, na preservação dos territórios e dos povos tradicionais que neles residem.

Os movimentos sociais, portanto, são atores importantes no entendimento da relação mineração e questão agraria, principalmente, no processo de re-existência e defesa dos territórios. Os quais nos fazem lembra a diversidade territorial carregados de ancestralidade, afetividade, coletividade que precisam continuar existindo para a imersão das lutas enfrentadas no campo paraense.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entende-se, portanto, a relevância de compreender o debate sobre mineração e a Questão Agraria na Amazônia. Identificarmos, sobretudo, os processos históricos de introdução da mineração na Amazônia com o modelo minerário brasileiro e, posteriormente, com o complexo do Projeto Grande Carajás contribuíram para a construção de novos rearranjos nessas regiões.

E como esse processo estimulou a questão agrária na região por meio dos conflitos agrários, a concentração fundiária, a exploração de recursos naturais e a expropriação de comunidades tradicionais. Contemplou-se, igualmente, que a reprodução do capital nesses espaços reforça as ideias do ciclo capitalista de produção, negligenciando as comunidades pertencentes a esses territórios, sobretudo, nos direitos territoriais das comunidades de existirem e reproduzirem seu modo de vida. Reforçando essa fronteira sustentada pela migração e pela mão de obra dos camponeses.

Constatou-se, igualmente, a importância dos movimentos socias frente a defesa de seus territórios, os quais se organizam e expressam suas lutas de formas coletivas, afetuosas, com coragem e esperança re-existindo dentro de seus territórios. Reafirmando suas existências e territorialidades frente as empresas minerarias e a reprodução atroz do capital nesses territórios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGENCIA PARÁ**. Estado dá licença de operação para depósito de resíduos da Hydro após adequação às normas.** Bruna Brabo (SEMAS). Pará, 2021. Disponivel em: https://www.agenciapara.com.br/noticia/29239/estado-da-licenca-de-operacao-para-deposito-de-residuos-da-hydro-apos-adequacao-as-normas. Acesso em: 24/11/2023.

CHIZZOTTI, **Pesquisa em ciências sociais.** 8. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

COELHO, Maria Célia Nunes & MONTEIRO, Maurílio de Abreu (ORGS). **Mineração e Reestruturação Espacial na Amazônia.** Belém: NAEA, 2007.

CONCEIÇÃO, Francilene Sales da. A territorialização do capital e a expansão do agronegócio sojeiro: lutas e (re) existências dos camponeses/camponesas das comunidades nova esperança e nova aliança no município de Belterra/Pará. 2017. 225 f. Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós-Graduação Mestrado em Geografia PPGG. Universidade Federal de Rondônia- UNIR, Porto Velho, 2017.

FASE. Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional. "**Existimos" –** a resistência das comunidades em Barcarena (PA) frente à invisibilidade imposta pela mineração e o poder público. Brasil, 2023. Disponível em: https://fase.org.br/pt/noticias/existimos-a-resistencia-das-comunidades-em-barcarena-pa-frente-a-invisibilidade-imposta-pela-mineracao-e-o-poder-publico/ Acesso em: 25/06/2023.

FAPESPA, Fundação Amazônia de amparo a estudos e pesquisa. **Boletim de Mineração,** 2023.

FERNANDES, Bernado. **Questão agrária, pesquisa e MST.** Editora: Cortez; São Paulo: 2001.

G1. **Contaminação de rios em Barcarena, no PA, que afeta 40 mil pessoas vira processo internacional na Holanda.** Por Taymã Carneiro, G1 PA — Belém, 2021. Disponível em: https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2021/02/09/acao-coletiva-leva-caso-hydro-no-para-a-justica-holandesa.ghtml. Acesso em 26/06/2023.

LEFEBVRE, Henry. **Lógica formal lógica dialética.** Editora Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1991.

MAGALHÃES, Sonia Maria Barbosa. **Tempo e Trajetórias:** reflexões sobre as representações camponesas.IN: HÉBETTE, Jean; MAGALHÃES, Sonia Barbosa; 2002.

MALERBA, Juliane. WNADERLEY, Luiz. COELHO, Tádzio. Território Livres de Mineração: pelo direito de dizer não e disputar alternativas. In: **Formação de resistência articulada.** Brasília, Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração, 2022.

MOVIMENTO REGIONAL PELA TIERRA. **Assentamento Palmares II: Uma experiência inspiradora de Resistencia.** Brasil; Março, 2019.

SOUZA, Marcelo Lopes de. 'Sacrifice Zone' The environment-territory-place of disposable lives. Community Development Journal , Oxford, v. 56, n. 2, p. 220-243, 2021.

WANDERLEY, Luiz. COELHO, Tádzio (org.). Quatro décadas do projeto grande carajás: fraturas do modelo mineral desigual na Amazônia. IN: WANDERLEY, Luiz. COELHO, Tádzio. **Projeto grande carajás: expressões do modelo mineral excludente na Amazônia.** Brasília: Comitê Nacional em Defesa dos territórios frente à mineração, 2021.

WANDERLEY, Luiz. COELHO, Tádzio (org.). Quatro décadas do projeto grande carajás: fraturas do modelo mineral desigual na Amazônia. IN: CAP I: MALHEIROS, Bruno. MICHELOTTI, Fernando. MASCARENHA, Rayssa. SABINO, Thiago. **Dinâmicas regionais da mineração em carajás: da pilhagem de matéria e energia aos múltiplos territórios em resistência.** Brasília: Comitê Nacional em Defesa dos territórios frente à mineração, 2021.

WANDERLEY, Luiz. MANSUR, Maíra. CARDOSO, Phillipe. Atlas do problema mineral Brasileiro: IN: D' ANDREA, Pedro. WANDERLEY, Luiz. **Entender a Mineração no Brasil: evolução, distribuição espacial e o poder das corporações.** Atlas do Problema Mineral Brasileiro é uma publicação do Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração, no âmbito do Observatório dos Conflitos da Mineração no Brasil; Maio, 2023.

A ABORDAGEM DA QUESTÃO AGRÁRIA NAS PESQUISAS DA GEOGRAFIA SOBRE O PROBLEMA MINERAL NO BRASIL

Valdirene Santos Rocha Sousa [1]
Guiomar Inez Germani [2]
Lucas Zenha Antonino [3]

RESUMO

Nas últimas décadas, a ciência geográfica tem se debruçado sobre a tarefa de desenvolver um pensamento crítico a respeito da "questão mineral". Assim, tem se colocado no desafio de compreender e desvelar a realidade concreta, no que tange os processos de territorialização do capital mineral, que se efetiva, sobremaneira, no campo. Diante desse cenário, questiona-se sobre as abordagens teóricas e metodológicas que a Geografia tem utilizado na busca por compreender e elucidar o problema mineral sob um viés crítico. Este trabalho faz parte de uma agenda de pesquisa sobre o estado da arte da "geografia da mineração" no Brasil. O objetivo, nessa etapa da investigação é entender como a questão agrária tem sido abordada nas pesquisas da Geografia sobre a questão mineral. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa documental, de abordagem qualitativa e análise de conteúdo sob a perspectiva crítico-dialética. O objeto de estudo consistiu no conjunto de teses e dissertações dos Programas de Pós-graduação em Geografia do Brasil, publicado entre os anos de 1987 e 2021. Dentre outros elementos, os resultados apontaram que: apesar do aumento na última década, ainda é incipiente a produção científica da Geografia Agrária no âmbito do problema mineral; o Território constitui a principal categoria teórico-metodológica geográfica que estrutura os estudos; em sua maioria, são estudos de base teórico-empírica articulados com a compreensão da totalidade e complexidade que se dá na conexão dos temas "problema mineral" e "questão agrária"; a questão mineral ainda constitui um campo aberto à construção do conhecimento no âmbito da geografia agrária.

Palavras-chave: Problema mineral; Geografia agrária; Conflitos; Estado da arte.

ABSTRACT

In recent decades, geographic science has focused on the task of developing critical thinking regarding the "mineral issue". Thus, it has faced the challenge of understanding and unveiling the concrete reality, regarding the processes of territorialization of mineral capital, which is largely effective in the countryside. Given this scenario, the question arises about the theoretical and methodological approaches that Geography has used in the search to understand and elucidate the mineral problem from a critical perspective. This work is part of a research agenda on the state of the art of "mining geography" in Brazil. The objective at this stage of the investigation is to understand how the agrarian issue has been approached in geography research on the mineral issue. Methodologically, this is documentary research, with a qualitative approach and content analysis from a critical-dialectic perspective. The object of study consisted of the set of theses and dissertations from the Postgraduate Programs in Geography in Brazil, published between 1987 and 2021. Among other elements, the results showed that: despite the increase in the last decade, it is still incipient the scientific production of agricultural geography within the scope of the mineral problem; the Territory constitutes the main

[1]Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia (UFBA); vinculada ao GeografAR/UFBA; professora no Instituto Federal da Bahia (IFBA). valdirene.ifba@gmail.com;
[2]Professora no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia (UFBA); coordenadora do GeografAR/UFBA. guio_ufba@yahoo.com.br;
[3]Servidor no MDA; Professor na UNIFESSPA; vinculado ao GeografAR/UFBA. lucaszenhas@gmail.com.

geographic theoretical-methodological category that structures the studies; Most of them are theoretical-empirical based studies articulated with the understanding of the totality and complexity that occurs in the connection of the themes “mineral problem” and “agrarian issue”; the mineral issue still constitutes an open field for the construction of knowledge within the scope of agrarian geography.

Keywords: Mineral problem; Agrarian Geography; Conflicts; State of art.

INTRODUÇÃO

A atividade mineral no Brasil, historicamente, (re) produz o espaço sob as bases de um capitalismo periférico e dependente, calcado na financeirização dos bens da natureza, na expropriação e espoliação dos territórios e suas populações (MARINI, 2000; HARVEY, 2014; MILANEZ; MANSUR e WANDERLEI, 2019). Trata-se de um contexto em que se reproduzem conflitos territoriais que se refletem desde impactos sobre as diferentes dimensões da natureza, à transformação das paisagens, até a modificação dos modos de vida.

Nas últimas décadas, a ciência geográfica tem se debruçado sobre a tarefa de desenvolver um pensamento crítico a respeito da “questão mineral” (SOUSA; GERMANI; ANTONINO, 2021). A Geografia atentou-se, ainda que tardiamente, para a complexidade inerente à atividade da mineração e seus desdobramentos. Assim, tem se colocado no desafio de compreender e desvelar a realidade concreta, no que tange os processos de territorialização do capital mineral no campo. Nas palavras de Gonçalves (2021), a Geografia Agrária demorou a se atentar à mineração enquanto problemática implicada nas contradições e conflitos que afetam o espaço agrário.

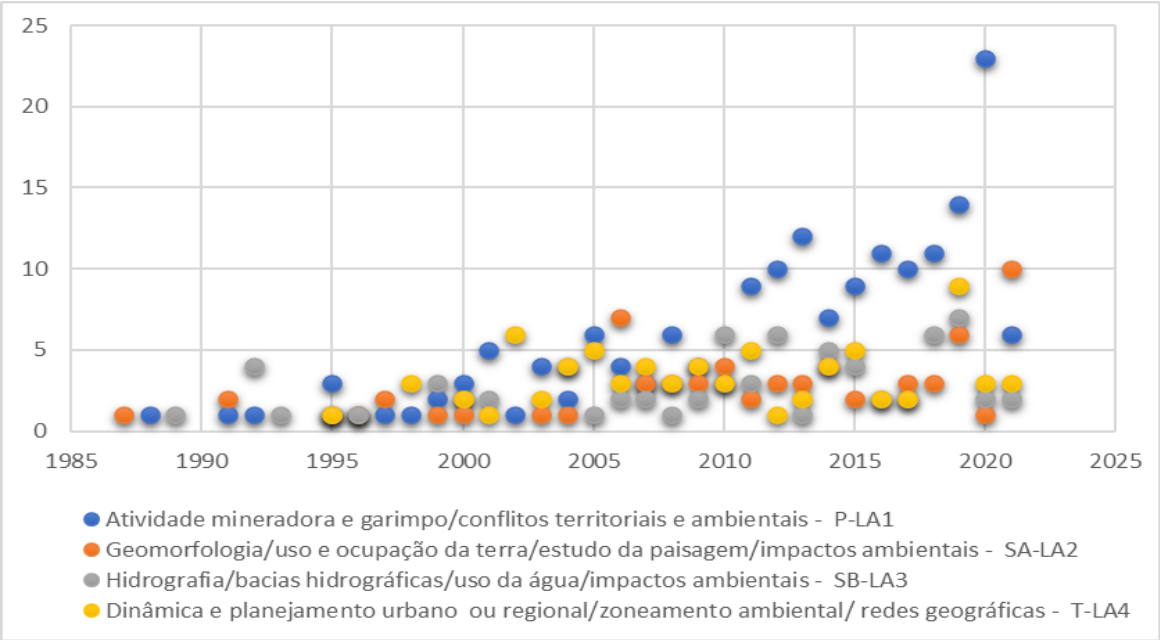
Diante desse cenário, surgem questionamentos sobre as abordagens teóricas e metodológicas que a Geografia tem utilizado na busca por compreender e elucidar a questão mineral sob um viés crítico. Este trabalho faz parte de uma agenda de pesquisa sobre o estado da arte da Geografia da mineração no Brasil. Nessa etapa da investigação, a lente se volta para a discussão da questão agrária. De tal modo, questiona-se sobre como as pesquisas da Geografia a respeito do problema mineral têm abordado a questão agrária. Indagação que pode ser mais diretamente, ou inversamente, formulada e ao, mesmo tempo, (co)responde ao objetivo desta pesquisa que se volta para entender como a questão agrária tem sido abordada nas pesquisas da Geografia sobre a questão mineral. Nesse intuito, de modo mais específico, espera-se identificar as pesquisas sobre a questão mineral que abordam a questão agrária; verificar as abordagens teórico-metodológicas predominantes nesses estudos e; observar os principais enfoques da Geografia Agrária nos estudos sobre a questão mineral.

METODOLOGIA

A pesquisa possui caráter bibliográfico/documental, orientada sob uma perspectiva crítico-dialética e abordagem qualitativa, embora os aspectos quantitativos também tenham subsidiado a análise (MINAYO e GOMES, 2007). Foram adotados procedimentos metodológicos da Revisão Sistemática da Literatura (RSL) – (KITCHENHAM e CHARTERS, 2007). Um estudo inicial possibilitou a identificação de 370 pesquisas que versam sobre a atividade da mineração nos Programas de Pós-graduação em Geografia (PPGEOs) no Brasil. Assim, construiu-se um banco de dados contendo teses e dissertações que foram desenvolvidas, entre os anos de 1987 a 2020, e estão disponibilizadas no Portal de Dados Abertos da Capes.

Após análise, categorização e periodização observou-se uma diversidade de abordagens que colocam a mineração, seja enquanto centralidade ou de forma tangencial, como elemento histórico, econômico ou dentro de quadros mais amplos de impactos ambientais. Do universo de 370 pesquisas identificadas foi selecionado um subconjunto de 168 trabahos que se enquadram na uma linha de abordagem que tem como objeto central a questão mineral analisada sob um viés crítico (Gráfico 1).

Gráfico 1: Distribuição das pesquisas por tipo e linha de abordagem (1987-2021)



Fonte: Sousa; Germani; Antonino (2021), atualizado.

Nesse grupo, atenta-se, principalmente, para os conflitos territoriais, os impactos ambientais, econômicos e culturais decorrentes da atividade mineradora. Esse conjunto de 168 trabalhos constitui o objeto de análise nessa fase do estudo. A seleção das pesquisas se deu por meio de duas etapas. Na primeira etapa, realizou-se a busca e identificação dos estudos, dentre os que abordam a questão agrária no âmbito da discussão do problema mineral. Para tanto, aplicou-se filtros com os termos: agrária/o; rural; campo; campesinato; terra; camponês; camponesas/es/. Assim, identificou-se um grupo de 81 trabalhos aos quais foram aplicados fatores de exclusão (termos polissêmicos e usados apenas de forma pontual para contextualizar alguma discussão). Desse modo, 38 trabalhos foram eliminados e 42 trabalhos selecionados. Na segunda etapa, procedeu-se à análise dos dados, através da literatura identificada, e conforme proposta Bardin (1977) realizou-se a categorização dos trabalhos.

REFERENCIAL TEÓRICO

O entendimento crítico da perspectiva geográfica sobre os conflitos que envolvem o problema mineral, demanda o reconhecimento de que esses conflitos são atravessados por outras tantas questões que perpassam pela centralidade da questão agrária em sua dimensão territorial (GERMANI, 2006). Assim, o Território, como uma totalidade, se apresenta como um campo privilegiado de análise, pois revela a estrutura global da sociedade e a complexidade de seu uso (SANTOS; SILVEIRA, 2008).

As condições históricas e sociais que regulam o acesso à terra (GERMANI, 2006), por exemplo, são na sua atualidade refletidas em processos de expropriação e espoliação das condições materiais e simbólicas da existência de povos e comunidades tradicionais, relacionados com situações de intensa disputa de poder nos Territórios (HARVEY, 2005).

Nesse contexto, compreende-se, com base em Raffestin (1993), que o Território se estrutura e é resultado de relações de poder estabelecidas entre diferentes atores e grupos sociais sendo, portanto, uma construção social e política. Nessa perspectiva, o Território não é apenas um espaço físico, mas uma realidade dinâmica, permeada pela disputa e por conflitos entre diferentes agentes, ainda que as situações conflituosas não estejam dadas ou explícitas, Assim, o Território é um instrumento de controle e de dominação, onde as relações de poder se materializam e se manifestam, sendo resultado das interações e das dinâmicas sociais na sua construção.

Antonino (2019, p. 37), ressalta que os conflitos territoriais decorrentes da atividade extrativo-mineral carecem de “maior visibilidade social e maior compreensão crítica,

sobretudo da academia e a Geografia tem muito a contribuir na discussão sobre as terras e Territórios e sobre a questão agrária, as disputas territoriais e as atividades verticalizadas da indústria extrativista mineral". Gonçalves (2021, p.1), contribui com esse pensamento a respeito do papel da Geografia sobre a leitura da questão mineral. Segundo o autor se trata de uma temática que "despertou a atenção dos geógrafos e desafia a pesquisa geográfica como tema de gravidade política, econômica, ambiental e social".

Nessa perspectiva, a ciência geográfica "é chamada a desvelar as contradições e conflitos do modelo mineral brasileiro" podendo contribuir "com as lutas dos movimentos sociais por controle social e Territórios livres da mineração predatória" (GONÇALVES, 2021, p. 68-69). Portanto, cabe à Geografia, enquanto ciência estratégica e instrumento de poder (LACOSTE, 1988) que pode oferecer importantes aportes analíticos, e, portanto, de ação, sobre as diferentes realidades socioespaciais – especialmente para as comunidades e movimentos sociais, o papel de reivindicar a sua condição de ser uma instância fundamental da análise espacial a respeito da problemática da mineração.

Considerando que grande parte dos conflitos com a mineração se dão no campo – como apontam dados da CPT (2022) e do Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração (2022) –, e se relacionam com as disputas por terra, água e Território, ponderando, sobretudo, que no espaço rural se materializa a supremacia das ações do capital mineral, desenhando-se claramente os conflitos de classe através das condições históricas e sociais que regulam o acesso à terra no Brasil (GERMANI, 2006), a Geografia Agrária funda as bases epistemológicas para compreensão dos conflitos que se dão no espaço agrário.

Pesquisas desenvolvidas pelo Grupo de Pesquisa GeografAR evidenciam como a diversidade de conflitos, que se espraia por todo o território baiano, se assenta em um ponto estrutural central, qual seja a luta pela terra e na terra. Nesse sentido, os conflitos que envolvem o problema mineral, são atravessados por outras tantas questões que perpassam pela centralidade da questão agrária em sua dimensão territorial (GERMANI, 2006).

Malheiro (2019, p. 413), ressalta que a mineração definitivamente entra em cena no debate da questão agrária complexificando-a, ao propor, por exemplo, o debate de processos de territorialização ligados à indústria extrativa mineral. A partir desse entendimento – de que a terra "é elemento fundante para a realização dos vários momentos metabólicos da mineração, o que torna o acesso às condições objetivas para a implantação de projetos mineradores, seja em termos de acesso a recursos, seja ainda para viabilização logística", e "da mineração como um metabolismo social e vetor fundamental para a aceleração dos conflitos agrários" -, é que a questão agrária "amplia a sua complexidade". Especialmente, "quando consideradas as

tensões territoriais criadas pela mineração, pois é por meio delas que vários processos de r-existência se afirmam e que múltiplas territorialidades emergem e diversificam a gramática das lutas sociais no campo e na cidade".

A partir dessa realidade, buscou-se compreender como a Geografia Agrária tem mobilizado esforços no sentido de pautar o problema mineral no Brasil. Nesse intuito, voltou-se a lente sobre a produção científica da Geografia, buscando identificar como a questão agrária é tratada nas pesquisas sobre a questão mineral, bem como, verificar as abordagens teórico-metodológicas predominantes nesses estudos e os principais enfoques da geografia agrária sobre o tema da mineração.

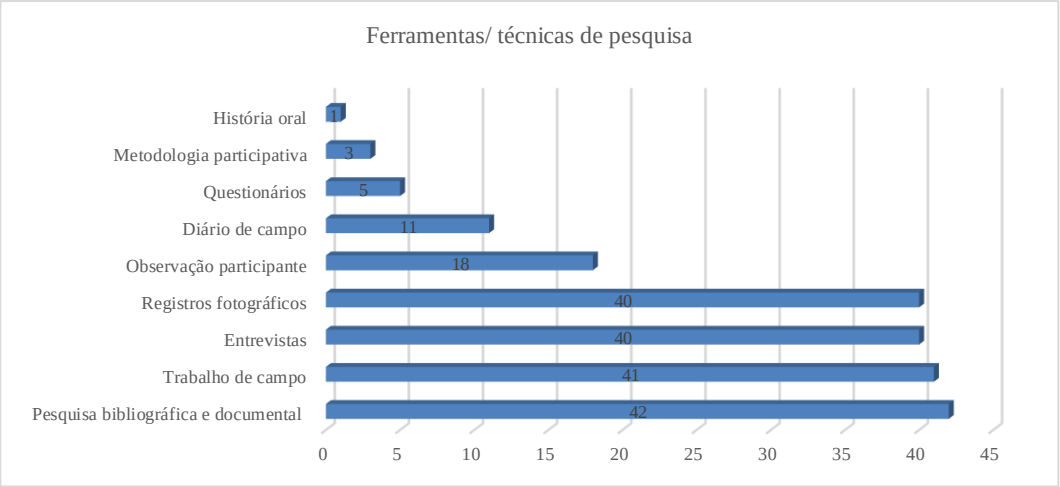
RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os documentos analisados permitiram observar o movimento da Geografia Agrária a respeito do tema da mineração. A partir da tabulação e análise dos dados observou-se que apenas dez, dentre os quarenta e dois (42) trabalhos selecionados, demarcam o estudo no âmbito da Geografia Agrária. Os demais (32) apenas tematizam, de forma secundária ou tangencial, alguns elementos da questão agrária.

Quanto à origem institucional, a maioria dessas pesquisas foram desenvolvidas em Instituições de Ensino Superior (IES) da região Sudeste, com quinze (15) trabalhos, seguida da região Centro-oeste com nove (9), Norte e Nordeste apresentaram sete (7) estudos cada e a região Sul, quatro (4). No que diz respeito ao método, apenas doze (12) estudos indicaram e abordaram, textualmente, o método adotado na pesquisa. Dez (10) desses circunscreveram a abordagem no âmbito do método dialético, um (1) no campo do estruturalismo e um (1) no domínio do pós-estruturalismo.

Todas as 42 pesquisas tiveram abordagem qualitativa, uma (1) foi definida como estudo de caso e uma (1) como pesquisa-ação. Sobre os procedimentos metodológicos e as principais ferramentas e técnicas de pesquisa utilizadas nos estudos, como pode ser observado no Gráfico 2, todos os estudos empregaram a pesquisa bibliográfica e documental, quarenta e um (41) realizaram trabalho de campo, quarenta (40) aplicaram entrevistas e registros fotográficos. Dezoito (18) estudos citaram a observação participante; onze (11) utilizaram o diário de campo; cinco (5) aplicaram questionários; três (3) metodologias participativas e um (1) história oral.

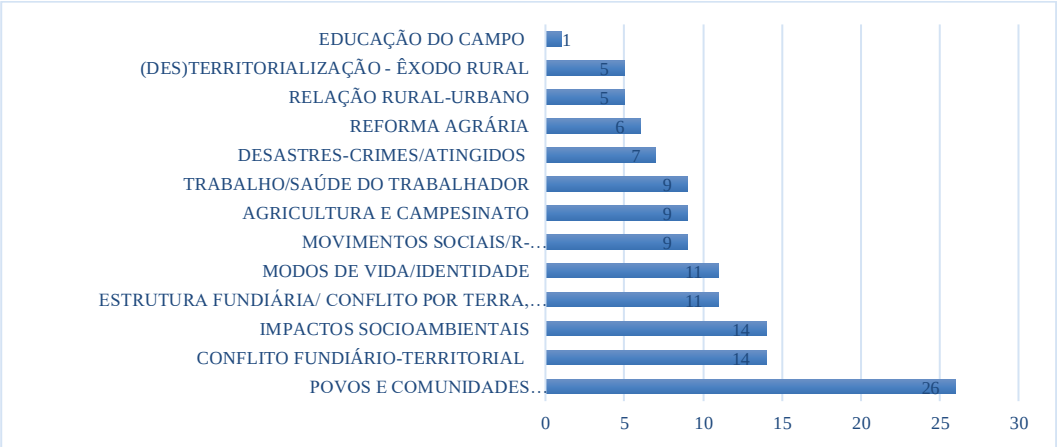
Gráfico 2: Principais ferramentas e técnicas de pesquisa utilizadas nos estudos



Fonte: Banco de dados da Capes. Elaboração dos autores.

Após categorização dos estudos, os resultados demonstram a complexidade da problemática, dada a diversidade de dimensões, conceitos e categorias que são acessados na tentativa de entender e explicar criticamente o objeto de estudo das pesquisas, qual seja: a questão agrária na fricção com o problema mineral. Assim, quanto à abordagem, os trabalhos versaram, principalmente, sobre: povos e comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas e pescadores (26); conflitos fundiário-territorial (14); impactos socioambientais (14); estrutura fundiária/ conflito por terra, água, subsolo, território (11); modos de vida/identidade (7); trabalho/saúde do trabalhador (9); movimentos sociais/r-existências/participação social (9); agricultura e campesinato (9); desastres-crimes/atingidos (7); reforma agrária (6); relação rural-urbano (5); (des)territorialização-êxodo rural (5); educação do campo (1). Algumas pesquisas sobrepuseram duas ou mais dessas discussões (Gráfico 3).

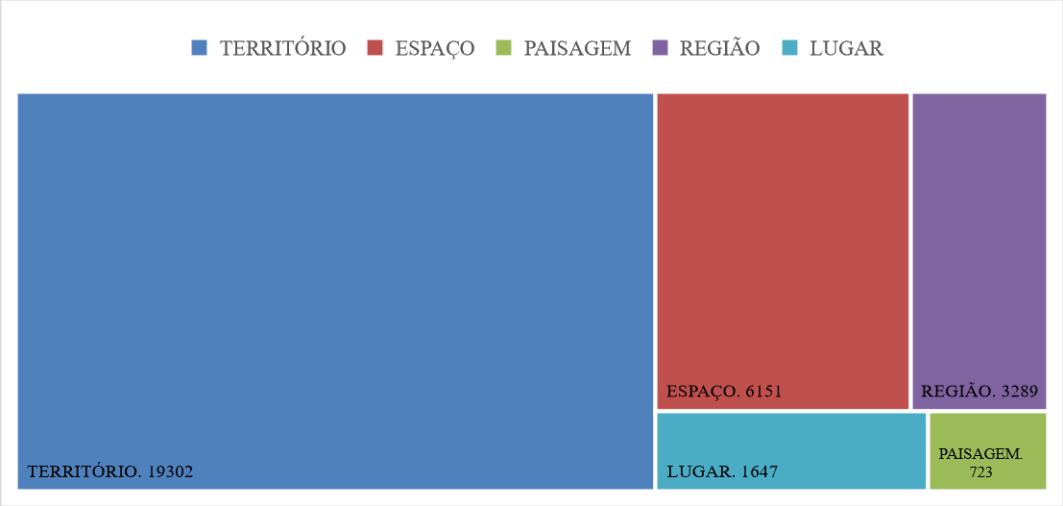
Gráfico 3: Principais enfoques da questão agrária nos estudos sobre o problema mineral



Fonte: Banco de dados da Capes. Elaboração dos autores.

Por meio da análise bibliométrica, buscou-se identificar as principais categorias analíticas da Geografia utilizadas nos trabalhos identificados, conforme apresentado no Gráfico 4. Verificou-se que a categoria Território predominou, seguida das categorias Espaço e Região. As categorias Lugar e Paisagem, foram pouco demandadas/discutidas. Assim, como apontado por Sousa, Germani e Antonino (2021,) o Território se consolida como categoria fundamental do debate crítico a respeito da questão mineral. No entanto, há que atentar para a discussão proposta por Conceição (2021) que alerta sobre a banalização do uso do conceito de Território, em detrimento, ou substituição, a outros conceitos geográficos, também imprescindíveis para uma leitura da totalidade.

Gráfico 4: Análise bibliométrica das categorias da geografia utilizadas nos trabalhos analisados



Fonte: Banco de dados da Capes. Elaboração dos autores.

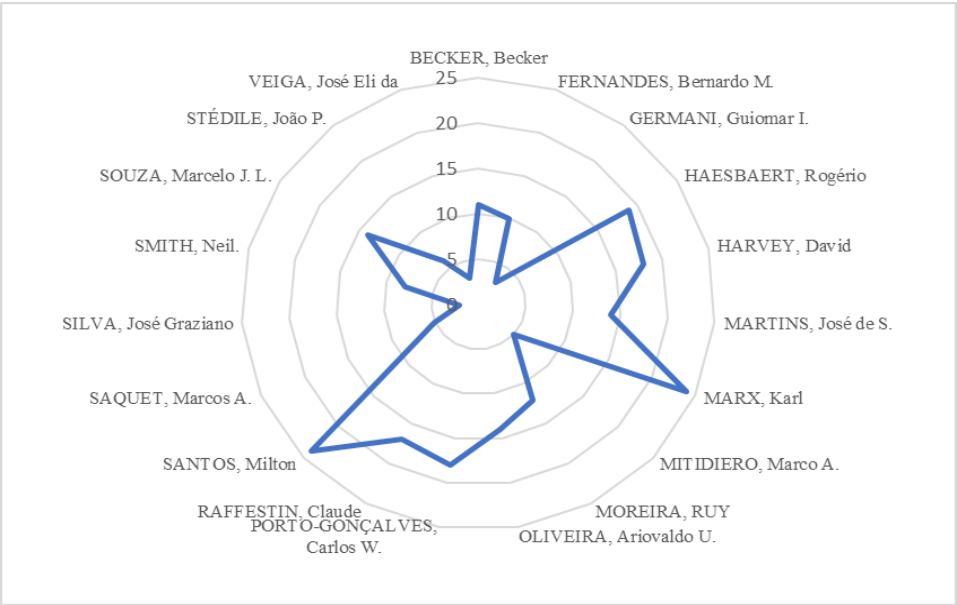
De acordo com Conceição (2021, p. 3), se destaca no conjunto dos estudos dos últimos dez anos, a emergência do conceito de Território, "como "urgência" em substituição a categoria espaço". No entanto, alerta que ao se prender a alguns conceitos na/da geografia, previamente ao estudo empírico, comete-se "usos e abusos" na sua utilização. Desse modo, essa presunção impõe o risco de imposturas teóricas epistemológicas. Para a autora, a definição da categoria geográfica, seja território, espaço, lugar, paisagem, região, como objetos de pesquisa, anterior à definição da problemática a ser analisada, corrobora para transformações na base da Ciência. Essa antecipação pode produzir enviesamentos teóricos ao se optar por determinado conceito em detrimento de outro, sobrestimando ou subestimando uma ou outra categoria no contexto da ciência geográfica. No que tange o predomínio da categoria Território, Conceição (2021, p. 3), ressalta que "nesse movimento, o conceito de território implica na leitura epistemológica geográfica escalar da mundialidade e totalidade"

e, no contexto da crise estrutural do capital “na busca incansável pela expropriação do trabalho e, a consequentemente apropriação do território”.

Todas essas dimensões destacadas são atravessadas pela questão agrária, pois que é estruturante e deve ser entendida como o denominador comum das lutas. Para dar conta de refletir criticamente sobre as diversas dimensões do problema mineral, pela via da Geografia Agrária, inúmeros autores são acessados e estão na base da construção de importantes debates e possibilidades teórico-metodológicas, sobretudo na discussão das categorias capital, território e questão agrária. O Gráfico 5 apresenta os teóricos mais citados nos estudos.

São autores que debatem os conceitos/categorias capital, território e questão agrária: Karl Marx, Milton Santos, Rogério Haesbaert, David Harvey, Carlos W. Porto-Gonçalves, Claude Raffestin; Marcelo Lopes de Sousa; José de Souza Martins, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Berta Becker, Ruy Moreira, Bernardo M. Fernandes, Neil Smith, João Pedro Stédile, Marcos A. Saquet, Guiomar Inez Germani, Marco A. Mitidiero, José Eli da Veiga, José Graziano Silva. Além desses autores, verifica-se a presença de outros que debatem a questão mineral de modo mais específico, sobretudo aportados na Ecologia Política: Andréa Zhouri, Eduardo Gudynas, Henri Acscelrad, Luiz Jardim Wanderley, Bruno Milanez, Tádzio Coelho, Hector Alimonda, Horácio Araóz, Eduardo Galeano, Charles Trocate.

Gráfico 5: Teóricos mais citados nos estudos analisados



Fonte: Banco de dados da Capes. Elaboração dos autores.

Dentre as pesquisas que balizam a abordagem pela via da questão agrária, cita-se a realizada por Gonçalves (2016) que debate o problema mineral em relação com a questão

agrária, a partir da realidade concreta, discutindo as disputas pelo subsolo e os efeitos socioespaciais dos grandes projetos de extrativismo mineral em Goiás. Assim, ressalta que os territórios estão sendo exauridos pela efetivação de um modelo mineral, sugador dos bens da natureza, que produz conflitos e aglutina resistências:

> Os conflitos por terra, água e subsolo são indissociáveis da questão agrária contemporânea e constituem o que se denominou de negócio da agro-hidro-mineração. Esse processo também aglutina (Re)Existências e organização coletiva da classe trabalhadora, sem perder de vista os significados e as práticas culturais e políticas dos sujeitos que (Re)Existem (GONÇALVES, 2016, p. 29).

O estudo desenvolvido por Antonino (2019), por sua vez, apresenta um debate sobre as violações de direitos nos Territórios extrativo-mineral na Bahia, a partir da perspectiva teórico-empírica. De tal modo, a pesquisa constitui um importante documento-denúncia, cientificamente embasado, sobre os conflitos territoriais decorrentes da atividade mineradora nos Territórios estabelecidos pelas comunidades tradicionais e populações do campo em suas terras-abrigo:

> Este debate tem como pressuposto a permanência da questão agrária na Bahia e no Brasil, sendo a mineração mais um elemento influenciador nesse processo de titulação e de demarcação de terras-abrigo. Antes mesmo da atividade mineral chegar, pesquisar e se estabelecer, já existe um processo violento de desigualdade de acesso a terras e aos recursos necessários à sobrevivência, sendo esse fator agrário mais um componente do cenário de espoliação territorial. [...] o agrário antecede à questão mineral, pois se trata da formação territorial brasileira, que por mais que esteja relacionada aos desbravamentos em busca de metais e outras riquezas, os conflitos abordados nesta pesquisa apontam para o predomínio da chegada anterior das comunidades tradicionais e populações do campo em suas terras-abrigo estabelecendo seus territórios (ANTONINO, 2019, p.23).

São estudos que colaboram para demarcar o caminho teórico-metodológico pelo qual a Geografia vem conduzindo o debate da mineração no contexto da questão agrária, em suas interações. Como limitações desta pesquisa, ressalta-se que apesar de a maioria dos trabalhos – trinta e quatro (34) trabalhos – terem sido analisados na íntegra, sete (7) não estavam disponíveis os arquivos nas plataformas oficiais de pesquisa. Em um (1) dos estudos, o arquivo se encontra bloqueado para busca por termos. Nesses casos, foram analisados os resumos, títulos e palavras-chave, conforme dados disponibilizados pela Capes.

A Figura 1 demonstra, por meio de uma nuvem de palavras, os conceitos, categorias e termos mais citados nos títulos e palavras-chave das pesquisas.

Figura 1: Conceitos, categorias e termos mais citados nos títulos e palavras-chave das pesquisas. Fonte: Banco de dados da Capes. Elaborada pelos autores em https://wordart.com/create

Observa-se, através da imagem, a preponderância dos termos mineração e comunidades, além dos conceitos e categorias Território, Conflito, Terra. Evidencia-se também alguns casos emblemáticos da mineração brasileira, como os munícipios de “Barcarena” e “Juruti”, situados na região Norte, “Catalão” município goiano, “Lagamar” em Minas Gerais e “Brumado” na Bahia, com presença de conflitos territoriais com a atividade mineira. Também destacam-se empresas do setor mineral como a Galvani e a Vale.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda é incipiente a produção científica da Geografia sobre a questão agrária no âmbito do problema mineral, considerando a escala temporal de mais de 30 anos de pesquisa nos PPGEOs do Brasil. De modo geral, observou-se um perfil metodológico alinhado com uma base científica que parte da realidade concreta para análise teórica da realidade. O território constitui a principal categoria teórico-metodológica geográfica que estrutura os estudos. Poucos estudos situam a Geografia Agrária como base ou “sul” epistémico. Porém, são estudos de base teórico-empírica articulados com a compreensão da totalidade e complexidade que se dá na conexão dos temas “problema mineral” e “questão agrária” enquanto par dialético indissociável. O estudo realizado aponta para a necessidade de

aprofundamento das análises e evidenciam que a questão mineral ainda constitui um campo aberto à construção do conhecimento no âmbito da geografia agrária.

REFERÊNCIAS

ANTONINO, Lucas Zenha. *Territórios Extrativo-Mineral na Bahia:* Violações de Direitos e Conflitos nos Territórios Terra-Abrigo. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2019.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 1977.

CPT - COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. CPT Nacional. *Conflitos no Campo 2022*. Centro de documentação Dom Tomás Balduíno – Goiânia, 2022. Disponível em: https://www.cptnacional.org.br. Acesso em 02 out. 2023.

COMITÊ NACIONAL EM DEFESA DOS TERRITÓRIOS FRENTE À MINERAÇÃO. *Mapa dos Conflitos da Mineração no Brasil.* 2022. Disponível em: http://emdefesadosterritorios.org>. Acesso em 15 dez. 2023.

CONCEIÇÃO, Alexandrina L. Usos e abusos da categoria território. *Revista da ANPEGE*, v. 17, nº 32, 2021, pp. 7-21.

GERMANI, Guiomar. Condições históricas e sociais que regulam o acesso à terra no espaço agrário brasileiro. *GeoTextos*, vol. 2, n. 2, 2006. p. 115-148.

GONÇALVES, R. J. de. A. F. *No horizonte, a exaustão:* disputas pelo subsolo e efeitos socioespaciais dos grandes projetos de extrativismo mineral em Goiás. 514f. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

GONÇALVES, Ricardo Junior de Assis Fernandes. A geografia e a pesquisa crítica do modelo de Mineração no Brasil. *Revista Mutirõ* (Recife) V. II, No. II, 2021. P 66-87. SSN 2675-3472.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. *O Novo Imperialismo*. 8. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

KITCHENHAM, Barbara; CHARTERS, Stuart. *Guidelines for performing systematic literature reviews in software engineering.* Keele University and Durham University Joint Report. 2007.

LACOSTE, Yves. *A geografia* – isso serve, em primeiro lugar para fazer guerra. Tradução Maria Cecília França – Campinas, SP: Papirus, 1988.

MALHEIRO, Bruno Cezar Pereira. *O que Vale em Carajás?* Geografias de exceção e rexistência pelos caminhos do ferro na Amazônia. 2019. 439 f. Tese (Doutorado em

Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

MARINI, R. M. *"Dialética da Dependência".* Petrópolis: Vozes, 2000.

MARX, Karl. *A origem do capital*. 3ª ed. São Paulo, 1964.

MILANEZ, B., MANSUR, M., & WANDERLEY, L. Financeirização e o mercado de *commodities*: uma avaliação a partir do setor de mineral. *Revista Tamoios*, 2019. p. 104-125.

MINAYO, Maria Cecília de Souza, GOMES, Suely Ferreira Deslandes Romeu**.** *Pesquisa Social:* Teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro, 26ª ed. Editora Vozes, 2007.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993 [1980].

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria L. *O Brasil:* Território e sociedade no início do século XXI. São Paulo/Rio de Janeiro: Record, 2008.

SOUSA, Valdirene S. R; GERMANI , Guiomar I.; ANTONINO, Lucas Z. Uma Geografia da pesquisa sobre a mineração no Brasil no campo da análise geográfica (1987-2020): *AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política*, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 77–106, 2021. DOI: 10.48075/amb.v3i2.28606. Disponível em: https://e-revista.unioeste.br/index.php/ambientes/article/view/28606. Acesso em: 21 abr. 2022.

TERRITÓRIOS EXTRATIVOS-MINERAL NO PARÁ: o entendimento da dinâmica espacial e a produção de materiais didáticos[1]

Wemerson Silva Mauricio[2]
Lucas Zenha Antonino[3]
Valdirene Santos Rocha Sousa[4]

RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo analisar a produção científica da Geografia acerca da mineração no estado do Pará, no âmbito dos Programas de Pós-graduação em Geografia (PPGEOs) entre 1987 a 2020 e, mediante essa análise crítica, propor a elaboração de materiais didáticos no avançar da investigação. A metodologia teve a pesquisa documental como ferramenta principal por meio dos dados coletados a partir do banco de dados da CAPES, bem como a realização de trabalho de campo. Considerou-se tratar de uma pesquisa com um papel ativo e social ao atrelar a produção da comunidade científica, na busca por desvendar os processos, estruturas e sujeitos que fazem parte dos territórios minerados em disputa no Pará, à perspectiva de produção de materiais didáticos críticos para o entendimento da dinâmica espacial paraense, principalmente no contexto da atividade mineral. Os resultados contribuíram para compreender a realidade socioespacial do Pará e a relação sociedade e natureza em contraponto com o problema mineral. Desta forma, foi possível entender parte das grandes modificações nas paisagens e como a atividade mineradora tem alterado a dinâmica espacial, social, ambiental, econômica e política no território paraense e, a partir desse entendimento, propor a elaboração de materiais didáticos sobre o tema.

Palavras-chave: Geografia, Mineração, Pará, Produção Científica, Materiais didáticos.

ABSTRACT

La presente investigación tuvo como objetivo analizar la producción científica de Geografía sobre la minería en el estado de Pará, en el ámbito de los Programas de Posgrado en Geografía (PPGEO) entre 1987 y 2020 y, a través de este análisis crítico, proponer el desarrollo de materiales didácticos en el avance de la investigación. La metodología tuvo como herramienta principal la investigación documental a través de datos recolectados de la base de datos CAPES, además de la realización de trabajo de campo. Se consideró una investigación con rol activo y social en vincular la producción de la comunidad científica, en la búsqueda de develar los procesos, estructuras y sujetos que forman parte de los territorios mineros en disputa en Pará, con la perspectiva de producir enseñanza crítica. materiales para comprender la dinámica espacial de Pará, principalmente en el contexto de la actividad minera. Los resultados contribuyeron a comprender la realidad socioespacial de Pará y la relación entre sociedad y naturaleza en contraste con el problema de los minerales. De esta manera, fue posible comprender parte de los grandes cambios en los paisajes y cómo la actividad minera alteró las dinámicas espaciales, sociales, ambientales, económicas y políticas en el territorio de Pará y, a partir de esa comprensión, proponer el desarrollo de Materiales didácticos sobre el tema.

Keywords: Geography, Mining, Pará, Scientific Production, Teaching materials.

---

[1] Este trabalho resulta de um Projeto de Iniciação Científica (PIBIC), desenvolvido na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), do primeiro autor do presente texto.

[2] Graduando do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA/ IETU e Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), wemersongeo20@unifesspa.edu.br;

[3] Servidor MDA, Professor da UNIFESSPA; Pesquisador GeografAR/ UFBA; lucaszenhas@unifesspa.edu.br;

[4] Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia (UFBA); vinculada ao GeografAR/UFBA; professora no Instituto Federal da Bahia (IFBA); valdirene.ifba@gmail.com.

INTRODUÇÃO

A atividade mineral, nos moldes que tem sido desenvolvida no Brasil, acarreta diversas mazelas para a sociedade e a natureza. Ameaça territórios quilombolas, indígenas e demais povos tradicionais, desde a sua pré-instalação, durante o funcionamento de suas atividades e até findar seus objetivos extrativos. A atividade mineral afeta o convívio sócio-territorial de populações vulneráveis e se encontra presente em todo o território brasileiro, causando danos irreversíveis na natureza e atritos nas relações sociais, tendo destaque e se apresentando em maior complexidade no estado do Pará, onde a luta pelo território é mais acirrada, apresentando um nível de violência muito elevado.

Haja vista que o Pará é um espaço de intensos conflitos, marcados por massacres, violações dos direitos humanos e o desrespeito às comunidades tradicionais e aos povos do campo, tal realidade faz com que o Pará ganhe uma centralidade quando a pauta em discussão é a mineração. Conforme Antonino, Sousa e Germani (2022), a atividade extrativista de minérios em larga escala subjuga os povos tradicionais e os povos do campo. Sendo assim, essas populações são as principais atingidas pelos grandes projetos extrativistas, não só isso, como também traz uma grande degradação ambiental, destruindo de forma avassaladora o Bioma Amazônico, mostrando sua verdadeira face predatória, tudo justificado em nome do grande capital, cujo o lema é o "desenvolvimento" da região.

A atividade mineral é uma realidade em todas as regiões do Brasil é uma atividade econômica que se territorializa de uma forma hegemônica, trazendo grandes transtornos para as populações do campo e os povos tradicionais (Antonino, Sousa e Germani, 2022). No Pará, tal atividade se apresenta com certas especificidades, apresentando-se de forma intensa e com atuação mais violenta e criando grandes conflitos territoriais. Conforme Coelho (2015) demonstrou, são mais de trinta anos de desenvolvimento frustrado do estado com o Grande Projeto Carajás. Como uma ciência que estuda as relações socioespaciais, a Geografia torna-se uma essencial para análise espacial do território paraense.

Nesse contexto, é importante analisar a produção científica a respeito das problemáticas produzidas pela mineração, tanto para se ter uma maior compreensão do fenômeno extrativo, sob a perspectiva socioespacial, quanto para reivindicar os direitos de diversas populações, que são continuamente violadas, e, também, para desnudar o que está oculto nas interações socioespaciais do Pará. Dessa forma, esse trabalho é um esforço para compreender e trazer à tona os diversos processos, sujeitos e estruturas do território do Pará, criticamente apresentado em pesquisas que debatem o contexto da mineração no estado.

Nesse sentido, o trabalho tem por objetivo central analisar a produção científica da Geografia acerca da mineração no estado do Pará, no âmbito dos Programas de Pós-graduação em Geografia (PPGEOs) entre 1987 a 2020, e mediante essa análise crítica propor a elaboração de materiais didáticos, em fases posteriores da investigação, que apresentem tal realidade de forma mais crítica e didática para estudantes do ensino básico. Com esse direcionamento, espera-se produzir contribuições para destrinchar o entendimento da dinâmica espacial do Pará, nas escolas de nível básico.

Outros objetivos específicos permeiam as análises das categorias geográficas, as abordagens e as linhas de pesquisa de cada estudo, como também contribuíram para compreender a realidade socioespacial do Pará e a relação sociedade e natureza em contraponto com o problema mineral. Desta forma, foi possível compreender parte das grandes modificações nas paisagens e como a atividade mineradora tem alterado a dinâmica espacial, social, ambiental, econômica e política no território paraense.

A primeira parte do artigo versa sobre a metodologia de pesquisa. Na segunda parte, apresentou-se o referencial teórico, para melhor compreensão do fenômeno mineral. Buscou-se mostrar o processo de inserção do Brasil à lógica do mercado global, sendo uma inserção subordinada, transformando-se em mero provedor de matérias primas. Tal inserção dependente agravou mais as questões do território nacional, da mesma forma que a inserção da Amazônia acarretou um processo de pauperização (MARINI, 2000). Além disso, pretendeu-se compreender a categoria Território à luz das contradições do fenômeno da mineração.

Em seguida, discute os resultados, que demonstraram um grande crescimento das pesquisas sobre mineração no território paraense e, consequentemente, na região Norte do país. O Pará tem sido recorte espacial investigado em diversos programas de pós-graduação em Geografia pelo país. Fato positivo, do ponto de vista científico investigativo, dado o aprofundamento das contradições observadas no território paraense, mas também preocupante devido a manutenção de um estado exportador de *commodities* e fortemente dependente desse setor extrativista mineral. O Pará ainda convive com graves problemas socioeconômicos, alta vulnerabilidade social de povos e comunidades tradicionais da floresta, além de diversos e severos conflitos e massacres nas disputas territoriais.

METODOLOGIA

A metodologia é um passo primordial para uma pesquisa científica. Os passos devem ser seguidos, rigorosamente, ao se debruçar sobre um determinado assunto. Deve-se escolher

quais técnicas, métodos, formas de abordagem e quais tipos de dados que mais se adequa com a temática pesquisa selecionada e os sujeitos abordados.

A pesquisa apresentada é de caráter documental e se volta para a análise da produção científica dos Programas de Pós-Graduação em Geografia (PPGEOs) a respeito do problema mineral, entre 1987 a 2020, sendo o conjunto de teses e dissertações defendidas e publicadas nesse período o objeto central do estudo. O banco de dados da CAPES foi a base onde os documentos foram coletados, catalogados, classificados, categorizados e analisados através de uma abordagem quantitativa-qualitativa. Os dados foram analisados a partir de uma via interpretativa crítica e dialética que buscou trazer à luz os diversos processos históricos e contradições relacionados ao fenômeno mineral. Considera-se tal metodologia como a mais adequada para a investigação proposta e fora usada em outras análises similares realizadas em âmbito nacional e na região nordeste brasileira (Sousa, Germani, Antonino, 2022).

Um segundo momento da investigação, foi a pesquisa bibliográfica, parte importante para a construção da fundamentação teórica. Os textos selecionados serviram para dar suporte às categorias analíticas que subsidiam as reflexões em torno do fenômeno estudado e elucidar de forma mais abrangente o assunto. Uma próxima etapa, de caráter prático, está prevista e consistirá na proposição e elaboração de materiais didáticos que terão como base os conhecimentos construídos por meio das pesquisas selecionadas e analisadas nessa primeira etapa da pesquisa.

Uma parte essencial da pesquisa foi o trabalho de campo, realizado na cidade de Parauapebas (Pará). No campo, foi possível conhecer empiricamente o estabelecimento de um território mineral da Vale, além da Floresta Nacional de Carajás (Flona Carajás). O trabalho de campo é fundamental na prática do/a geográfo/a ou professor/a de Geografia, pois permite um contato maior com o objeto e sujeitos estudados (Suertegaray, 2022). Portanto, essa atividade de campo contribuiu nos objetivos complementares do PIBIC e possibilitou aprofundar e conhecer parte de algumas pesquisas realizadas sobre essa localidade onde existe uma das maiores minas de extração de minério de ferro do Brasil.

2. REFERENCIAL TEÓRICO: os Territórios em conflito com a mineração

O território é uma importante categoria de análise da Geografia. Vários teóricos conceituam território à luz das relações sociais e dos fenômenos associados a tal categoria. Sendo assim, essa categoria analítica é de fundamental importância para se analisar a mineração no território, pois se trata de um processo que envolve diversas correlações de poder.

Como aponta Haesbaert (2007), o sentido etimológico de território é o de dominação, ao mesmo tempo que demonstra que o território está diretamente ligado ao poder, mas não apenas ao poder político, também está relacionado ao poder simbólico de apropriação. Sendo assim, o território deve ser observado, em sua multiplicidade de poder incorporados por múltiplos sujeitos. O poder pode ser exercido de diversas maneiras, sendo ele simbólico, cultural, econômico, social e estatal. O Estado exerce um poder político sobre o território, mas há novos agentes que tentam, por meio da democracia burguesa, participar ativamente das tomadas de decisões sobre o território. Assim, avançam sobre os territórios afetando e produzindo processos de territorialização, simultaneamente.

Haesbaert (2007), reflete sobre o território a partir de duas categorias, o território como "espaço-tempo vivido", sendo diverso e complexo, e o território unifuncional, sujeito à lógica capitalista hegemônica, a partir do Estado. Partindo dessa perspectiva, pode-se analisar a Amazônia Paraense, em suas diversas territorialidades, onde se observa o território como espaço para projetar seus geossímbolos, suas culturas, suas crenças, suas cosmologias. Assim, tais territorialidades entram em divergência com o território da lógica capitalista, sobretudo a mineral como base de produção de todos os objetos técnicos existentes.

Para Lopes de Souza (2013), o território é um espaço que se define e se delimita por e a partir de relações de poder. Tais relações de poder, segue uma lógica de dominador e dominado, sendo assim, tem no centro dos conflitos gerados no território, o poder. Enquanto o grande mercado global exerce o poder sobre o território como um meio de obtenção de capital, os povos tradicionais reivindicam o poder para se apropriarem de seus territórios, como condição de manifestarem suas territorialidades e existência de vida.

Para a Geografia Política, como ressaltado por Marcelo Lopes (2000), o território é um espaço apropriado por um grupo social, há uma fusão entre o território e o grupo social, que a partir disso são criadas as identidades, os símbolos, tornando o grupo social e o território indissociáveis. Haesbaert (2007), complementa que a territorialidade, incorpora uma dimensão política, econômica e cultural. A visão do território como uma área cuja extensão é limitada, pela qual o Estado-nação exerce o poder, é uma visão reducionista do que viria a ser o território, não levando em conta as múltiplas dimensões do poder.

A partir da perspectiva de Haesbaert (2007) e Lopes de Souza (2000, 2013), pode-se dizer que a Amazônia Paraense tem em seus extensos domínios, múltiplos territórios e diversas territorialidades: a quilombola, indígena, pesqueira, ribeirinha, entre outras. Como dito, tais territorialidades entram em conflito com a territorialidade do capital, que segue uma lógica única, que se contrapõe às lógicas de diversos territórios e lugares de vivência tradicional. A

territorialidade da Amazônia Paraense deve ser vista como a apropriação de determinado grupo social sobre o espaço, com a finalidade de poder exercer suas cosmologias. Territorialidades estas que têm sido confrontadas por megaempreendimentos, que tem por finalidade servir ao mercado global, enquanto o Estado, que é uma dimensão política do poder, é conivente e age a favor do saque e da violação dos direitos humanos.

Nessa perspectiva, as comunidades acadêmicas e os movimentos sociais têm se voltado para a questão da mineração, tanto o garimpo quanto a exercida em escala industrial, revolvendo uma exorbitante quantidade de rejeitos. O movimento acadêmico dessa vertente contestadora tem se preocupado com os diversos territórios-abrigo (ANTONINO, 2019) de comunidades e populações tradicionais, como também os impactos negativos gerados pela atividade extrativa mineral. Os estudos realizados também têm servido de apoio e suporte na luta por territórios livres da mineração e da lógica rentista do mercado global.

2.1. As *Commodities* e a Mineração: a inserção do Brasil no mercado global

Essa sessão do artigo discute é a nova ordem global, que se caracteriza pela sua perversidade e pela hegemonia de macro atores sobre diversos territórios, ao mesmo tempo em que o Estado se omite e reforça a nova geopolítica caracterizada pelo acirramento do capitalismo selvagem, competitividade brutal, interdependência das nações, dentre outros elementos constitutivos dessa fase do sistema capitalista. Nesse contexto, os países exercem diferentes funções no que se configura como a Divisão Internacional do Trabalho (DIT).

Virgínia Bomtempo (2019), ressalta que o extrativismo foi o modelo econômico adotado pelos países da América Latina. Adejard Cruz e José Trindade (2021), destacam que a forma que o capitalismo se estruturou fez com que houvesse uma Divisão Internacional do Trabalho desigual, contribuindo para a formação de regiões periféricas. Há de se lembrar do período tenebroso que se configurou como colonialismo e imperialismo, fragilizando diversos territórios. Há de convir que após a independência de tais nações houve uma inserção desigual tanto da América Latina quanto da África no mercado global, pela qual servem apenas de provedores de matérias primas, portanto produtos não beneficiados ou pouco “acabados”.

O processo de formação econômica e social do Brasil não foi diferente do que ocorreu em toda a América Latina. Virgínia Bomtempo (2019), enfatiza que a economia pautada nas *commodities* é algo inerente à formação do território brasileiro. A economia brasileira, desde o período colonial, era centrada nas *commodities*, nos bens naturais, tais como o pau-brasil, cana-de-açúcar, café, drogas do sertão, dentre outros recursos naturais. Não é preciso aprofundar que

a colonização representou não só o saque do território que um dia viria a ser o Brasil, como também a violência e a sangria de diversos povos tradicionais. Segundo Frischtak e Belluzo (2014 *apud* Palheta e Oliveira Neto, 2018, p.357), as *commodities* tanto agrícola quanto minerais, resultaria na pobreza de alguns países devido ao baixo valor agregado frente aos bens industrializado, da mesma forma que aprofundaria ainda mais as questões econômicas, ambientais e político-institucionais. Assim, se pode concluir que a forma que está estruturado o sistema econômico global põe alguns países em vantagem e outras em desvantagens. Os países exportadores de recursos naturais receberam um papel secundário dentro da DIT, tornaram-se periféricos, fizeram com que tais países criassem um vínculo de dependência eterno na subordinação econômica mundial.

A inserção dessas nações de forma subalterna significou a fragmentação e o aprofundamento dos conflitos internos. Uma questão que deve ser levantada é que se constituiu países de economia pautada na "acumulação primitiva" e na espoliação dos territórios dos povos tradicionais. Significou a violência, a sangria, os conflitos e os atritos gerados por empresas transnacionais e multinacionais. De fato, a economia brasileira sempre foi de bens primários, mas do século XX pro século XXI a violência se intensificou numa escala alarmante na reprimarização da economia, assim como também a degradação ambiental.

Como aponta Virgínia Bomtempo (2019), o Brasil teve seu primeiro *boom* mineral no século XVIII, conhecido como "Primeiro Ciclo do Ouro", mas no século XIX entrou em declínio. No século XX, na década de 50, o Brasil inicia seu segundo ciclo mineral, mas o que diferencia esse segundo momento é a técnica e a escala, tendo alcançado uma expressiva logística. Virgínia Bomtempo (2019), salienta que o Brasil viveu um intenso processo industrial em 1930, no governo de Getúlio Vargas, cujo principal setor econômico que recebeu bastante suporte do governo foi a siderurgia. Muito dos projetos foram desenvolvidos em Minas Gerais. O estado exerceu um papel importante na industrialização do Brasil.

Por meio da mineração eram movimentados outros diversos setores da economia nacional. A partir dessa atividade surgiram diversas empresas do setor mineral. Coelho (2015), aponta que a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) nasceu em 1943, através de um acordo do Brasil realizado com a Inglaterra e Estados Unidos, com finalidade de fornecer minério de ferro. O mesmo autor ressalta que a Vale já nasce vinculada aos interesses do mercado externo. A CVRD, que hoje é a Vale S.A, é uma empresa de grande porte, que conta com uma enorme logística, que exporta um valor exorbitante de minérios, sendo uma das maiores empresas do território nacional, ao mesmo tempo que traz danos ambientais irreversíveis no Brasil e fora dele. Coelho (2015), informa que a Vale está situada entre as cinco empresas em questão de

conflitos socioambientais, já o Brasil ocupa a 3º posição em nível global dos países com questões socioambientais complexas e danosas.

São vários territórios desrespeitados, vários direitos humanos violados, isso ocasiona insatisfações em diversos países que a Vale S.A atua, demonstrando seu lado perverso. Há de convir que uma empresa do porte da Vale gera grandes transtornos à sociedade, transtornos que não dão para quantificar, apesar de gerar um valor financeiro expressivo, porém com a porcentagem aplicada ao bem-estar social do território nacional irrisório. Outro fator que causa preocupação é a mecanização do trabalho, fazendo com que exija cada vez menos mão de obra local, cada vez se exige mais pessoas especializadas em determinadas áreas específicas. Além disso, contribui para a pauperização de regiões minerárias, pois atrai uma quantidade absurda de migrantes, muitos deles não serão empregados nas firmas de mineração e grande parte vão morar nas regiões periféricas das cidades mineradoras.

Como menciona Virgínia Bomtempo (2019) e Coelho (2015), que a partir da década de 70, a Vale realizou megaempreendimentos agropecuários, agrícolas e minerários, com um exorbitante capital associado, contando com tecnologia de ponta. Exemplos no estado do Pará são a Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHT), Alunorte, Albras, mas um empreendimento em destaque é o Projeto Grande Carajás (PGC) consorciado com a Estrada de Ferro Carajás (EFC) para escoamento dos minérios. A empresa CVRD, em 1997, é privatizada, traduzindo em uma perda de controle cada vez menor dos recursos naturais que são extraídos do território nacional, perda de hegemonia do território brasileiro, violação de direitos humanos continuados e aprofundados, um verdadeiro saque das riquezas nacionais. Coelho (2015) aponta que a Vale S.A foi inserida no processo chamado financeirização de *commodities*, que nada mais é do que um bem comum sendo privatizado. Tal processo está diretamente ligado à mercantilização da natureza em larga escala, além da privatização da Vale, o *boom das commodities*, iniciado no começo da década dos anos 2000, acentuou mais ainda o processo de extração de minério.

É nessa conjuntura de destruição ambiental massiva, desrespeito a diversas comunidades e povos tradicionais e subordinação do Brasil ao mercado global, que diversos pesquisadores acadêmicos têm despertado para a questão e se colocado no desafio de analisar criticamente o problema mineral no país.

2.2. Amazônia Paraense e a Mineração

É a partir das *commodities* que a Amazônia Paraense se insere na lógica do mercado global, exercendo uma certa subserviência ao capital. A Amazônia, como um todo, é vista como

um ponto estratégico para o mercado internacional, mas a Amazônia Paraense é almejada desde o período colonial. Adejard Cruz e José Trindade (2021) apontam que a extração, produção e exportação de *commodities* é algo inerente à formação da Amazônia, em particular a Amazônia Paraense. A mecanização, as novas técnicas, as formas de escoamento e o alto investimento nesses setores econômicos, fez com que as populações tradicionais, populações ribeirinhas, pesqueiras, quilombolas, dentre outros, sofressem com o impacto negativo de tais empreendimentos.

Goretti Tavares (2008) afirma que sua ocupação se iniciou no período da União das Coroas Ibéricas (1580-1640), com a fundação de Belém em 1616, época de invasões de nações europeias como os holandeses, os franceses e os ingleses, todos almejando ocupar a Amazônia. A mesma autora diz que a constituição de fortes, onde havia uma grande densidade populacional indígenas, e as unidades político-administrativas, como Estados, vilas, capitanias e povos, teve o objetivo de impedir uniões com outras nações europeias e defender o território de possíveis invasões.

A primeira grande violência sofrida pelos povos tradicionais pertencentes à Amazônia Indígena, como plano de controle para tornar os indígenas em mão-de-obra escrava, foi a catequização realizada pelos jesuítas, violência que perdurou ao longo dos séculos. Atualmente, se repercute e é praticada pela omissão do Estado e por setores do mercado ligados ao capital mineral, mantendo a perseguição aos territórios de comunidades e povos tradicionais que permanecem sendo saqueados. Como constata Goretti Tavares (2008), em 1751 é criado o Estado do Grão-Pará e Maranhão, com sede em Belém. Em 1774, o Estado passa a condição de Capitania. Isso evidencia que antes da constituição do Brasil, Belém já tinha um papel de centralidade no Pará, mais tarde viria a se tornar um importante polo econômico na era da borracha.

Conforme aponta Goretti Tavares (2008), na era pombalina, os jesuítas são expulsos, as aldeias passam à condição de vilas, mudando seus nomes para nomes de cidades portuguesas. Foi no século XVIII que os escravos africanos foram inseridos como mão de obra, há de ser enfatizado que em 1755 criou-se a Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão, a partir dele que eram comercializados de forma legal (dentre os termos jurídicos da época) os negros escravizados. O que ocorreu foi violação de diversos direitos, seja a efetuada pelos europeus ou por meio do capital global, ocasionando massacres, acidentes, mortes e toda forma de violações de direitos.

Em 1822, o Brasil torna-se independente, mesmo assim, as populações tradicionais, foram deixadas à margem da sociedade, a escravidão negra ainda era uma realidade. Goretti

Tavares (2008) relata o movimento popular e histórico comumente conhecido como Cabanagem, composto por negros e indígenas, que reivindicavam direitos. Os resultados foram pequenos, como aponta Weinstein (1993 *apud* Goretti Tavares 2008, p. 64) que os negros saíram das propriedades rurais na condição de cativos e formaram os quilombos ao longo do tempo.

Os indígenas se dirigiram para as atividades econômicas de agricultura de subsistência e extração da borracha. É a partir do século XIX que o Pará desenvolve a atividade econômica de exploração de borracha. Adejard Cruz e José Trindade (2021) e Goretti Tavares (2008), relatam que a Revolução Industrial expandiu o comércio de extração de borracha, fez com que surgissem novas cidades, atraiu um grande fluxo migratório, movimentou outros setores econômicos, cujo produtos eram escoados pela rede fluvial por meio de navios a vapor. Adejard Cruz e José Trindade (2021) salientam que, embora a economia gomífera tenha produzido a expansão ao Pará, os ganhos ficavam nas mãos das elites locais. Como apontado, a sociedade amazônica sempre se mostrou heterogênea, sendo uma classe social privilegiada em detrimento das outras. Nas primeiras décadas do século XX, a economia gomífera entra em declínio por diversos fatores.

Como aponta Goretti Tavares (2008), a partir da década de 50, o Estado inicializa projetos de integração da Amazônia com o território nacional, inaugurando rodovias, criando megaempreendimentos, induzindo fluxos migratórios e dando benefícios fiscais. Na verdade, esse é mais um capítulo de inserção da Amazônia ao mercado global, a verdade é que:

> A mineração industrial na Amazônia tem início na década de 1950 com o projeto de exploração do manganês no então Território do Amapá, sendo o primeiro embarque de minério para o exterior realizado em 1957. No entanto, foi a partir da segunda metade da década de 1970[10], no bojo da política desenvolvimentista do governo militar e no contexto da crise energética e econômico-financeira internacional que, face a necessidade de gerar divisas para garantir a continuidade do crescimento econômico do país, a atividade mineradora recebeu grande impulso para a sua produção na região (Cruz e Trindade, 2021, p. 20).

É nesse contexto que o setor econômico da mineração na Amazônia brasileira se insere, ela nasce com o discurso político de desenvolver a nação e, ao mesmo tempo, desenvolver a região Amazônica. Contudo, não houve desenvolvimento, a história é de mais precariedade, crimes ambientais em larga escala, desastres naturais, pauperização da população local, diversos massacres, mortes e violação de direitos humanos de diversas populações vulneráveis, como ressalta Bruno Malheiro (2019):

> A mineração na Amazônia é um projeto que articula múltiplas escalas e sujeitos, mas que só se tornou realidade prática, enquanto emergência histórica e lógica de organização do espaço e definição dos territórios, quando se associou a uma perspectiva de desenvolvimento da região, pensada e materializada pelo Estado (Malheiro, 2019, p. 44).

O que havia por trás do discurso de desenvolvimento regional era o anseio do Brasil de se inserir no mercado global. O território nacional permaneceu subordinado ao sistema econômico global, sendo evidenciado que o Estado exerceu e exerce um grande papel tanto na ocupação da Amazônia Paraense, quanto na inserção desse território ao mercado global.

Todo o processo de formação econômica e social do Pará esteve associado aos anseios de nações externas. Desde o período colonial o Estado paraense ficou em constante dependência de suas riquezas naturais. Diante desse contexto, com a histórica e constante violência que o território paraense vivencia, as comunidades acadêmicas têm se mobilizado para compreender os processos que ocorrem nessa região, em grande medida a partir das demandas e do apoio dos movimentos sociais presentes nessa realidade socioespacial.

Nesse sentido, a construção do conhecimento científico a respeito dessas problemáticas, pode trazer à luz a perversidade da lógica capitalista territorial vigente. Assim, a produção das análises geográficas se torna um importante aporte teórico-empírico, através do qual pode ser possível a elaboração de materiais didáticos para utilização pedagógica e difusão de conhecimentos críticos sobre a dinâmica espacial paraense, na educação básica.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A presente investigação trouxe contribuições significativas no âmbito do entendimento a respeito da mineração no Pará. Foram catalogados trinta e cinco (35) estudos científicos. De 1987 a 2010, foram apenas seis (6) produções científicas, sendo duas (2) teses e quatro (4) dissertações. A partir de 2011, houve um acréscimo expressivo das produções acadêmicas, sejam aquelas que tratavam de forma direta a questão mineral ou aquelas que tinham outros objetos de pesquisa, mas que correlacionam às problemáticas da mineração. De 2011 para 2020, foram produzidos vinte e nove (29) trabalhos acadêmicos, sendo oito (8) teses e vinte e uma (21) dissertações. A quantidade de teses de 1987 a 2020, no que tange ao tema da mineração no Pará, foi menos expressiva se comparado à quantidade de dissertações, sendo dez (10) teses e vinte e cinco (25) dissertações. Esse movimento pode ser explicado pela abertura recente de novos cursos de pós-graduação na região norte do país, conforme apontado por Antonino, Sousa e Germani (2023).

De 1987 a 2010, identificou-se duas (2) dissertações sobre o tema da Mineração, uma (1) tese sobre *Hidrografia/gestão de recursos hídricos*, uma (1) tese e duas (2) dissertações sobre *Dinâmica e planejamento urbano e regional/contextualização e outras*. De 1987 a 2020, não foram encontrados trabalhos acadêmicos que tivessem *Geologia e Geomorfologia* como objetos de pesquisas, que estivessem dentro dos requisitos deste estudo. Entretanto, de 2011 a 2020, o quadro teve alterações significativas, tendo doze (12) dissertações e seis (6) teses sobre Mineração, quatro (4) dissertações acerca de *Hidrografia/gestão de recursos hídricos*, duas (2) teses e cinco (5) dissertações sobre *Dinâmica e planejamento urbano e regional/contextualização e outras.*

De 1987 a 2020, as pesquisas que tinham como objeto de pesquisa a questão da Mineração, significaram mais da metade das pesquisas, com expressivas vinte (20) produções acadêmicas. Pesquisas que tinham a *Hidrografia* como objeto de pesquisas, foram apenas cinco (5) estudos. As pesquisas sobre *Dinâmica e planejamento urbano e regional/contextualização e outras* somaram dez (10) pesquisas.

Os resultados refletem o cenário atual do Brasil e paraense, com crescente atividades de pesquisa da comunidade acadêmica que tem se preocupado com a questão da mineração no país. Tal questão tem sido discutida, também, em outros trabalhos que não tem a mineração como foco central. Esse fato demonstra que a mineração está diretamente e indiretamente ligada à diversos conflitos no território nacional. As pesquisas mostram que o Pará tem sido o foco central das pesquisas no contexto da região norte. O quadro 1, apresenta uma síntese dos estudos analisados. Esses trabalhos constituem a base científica para a produção dos materiais didáticos que se pretende desenvolver nas próximas etapas da pesquisa.

Quadro 1: Síntese das pesquisas sobre a questão mineral no Pará (1987-2020)

Ano	Instituição	Título	Palavras-chave	Recorte espacial
2004	Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho	Poder, Governo e Território em Carajás	Poder, Governo, Território, Carajás, MunicÍpios, CVRD	Região de Integração Carajás
2005	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Valorizações das Minas de Bauxita e as (Re) estruturações Espaciais no Médio Amazonas Paraense	Não informadas	Oriximiná
2008	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Conflitos e Movimentos Sociais Populares em Área de Mineração na Amazônia Brasileira	Mineração, Conflitos Sociais, Amazônia Brasileira, Atingidos por Mineração	Oriximiná e Juruti
2008	Universidade Estadual Paulista	Análise Integrada da Paisagem na Bacia Hidrográfica do Rio Caeté: Amazônia Oriental – Brasil	Bacia hidrográfica, qualidade ambiental, Amazônia Ambiental,	Santa Luzia do Pará e Bragança

			estudo integrado da paisagem	
2008	Universidade de São Paulo	A Beiradeira e o Gritador: Ocupação e Conflito no Oeste do Pará	Não informadas	Itaituba
2009	Universidade Federal do Pará	Mineração, Finanças Públicas e Desenvolvimento Local no Município de Barcarena-PA	Mineração, Finanças Públicas, Desenvolvimento Local, Gestão Territorial, Gestão Municipal, Barcarena e Movimentos Sociais	Barcarena
2011	Universidade de São Paulo	Novas Dinâmicas Territoriais na Amazônia: Implicações/ Desdobramentos da Mineração d\a Bauxita em Juruti	Amazônia, território, modernização e desenvolvimento regional	Juruti
2012	Universidade Federal do Pará	Por uma gestão das águas na bacia hidrográfica do Rio Murucupi-Barcarena-PA	Gestão, Recursos Hídricos e Bacia Hidrográfica	Barcarena
2013	Universidade Federal do Pará	As Territorialidades das Pequenas Empresas de Mineração no Nordeste Paraense: o caso do Município de Capitão Poço (PA)	Territorialidade, MPE, Mineração, Nordeste Paraense, Capitão Poço	Capitão Poço
2013	Universidade Federal do Pará	Economia global e vivência local na Amazônia: mineração e campesinato em São Pedro, município de Juruti – PA	Mineração, campesinato, agricultura e desenvolvimento	Juruti
2014	Universidade Federal do Pará	Dinâmica socioeconômica e trabalho na Amazônia: análise do município de Parauapebas a partir da migração de trabalhadores maranhenses da mineração	Economia, Migração, Mineração, Sociedade, Desenvolvimento Sustentável	Parauapebas
2015	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Geografia do ouro na Amazônia brasileira: uma análise a partir da porção meridional	Mineração de ouro, Amazônia brasileira, Fronteira, Garimpo	Regiões de Integração, Carajás e Tapajós
2015	Universidade Federal do Pará	Conflito pelo uso da água na Amazônia brasileira: uma análise envolvendo a atividade mínero-metalúrgica e as comunidades Ilha São João e Curuperé no município de Barcarena – PA	Conflitos, recursos hídricos, bacia hidrográfica, Barcarena-Pará	Barcarena
2015	Universidade Federal de Rondônia	Planejamento e gestão urbana: um estudo sobre a efetividade do plano diretor em Oriximiná-PA	Oriximiná, Plano Diretor, Planejamento e Gestão Urbana	Oriximiná
2016	Universidade Federal do Pará	Uso do território e implicações socioespaciais da mineração no município de Canaã dos Carajás.	Canãa dos Carajás, Mineração, Arrecadação de Impostos, Segurança Pública	Canãa dos Carajás
2016	Universidade Federal do Pará	A geografia da violência no município minerário de Parauapebas no período de 2007 a 2015	Território, Poder, Crime, Finança, Parauapebas.	Parauapebas
2016	Universidade Federal de Rondônia	O lado feminino do quilombo: o território quilombola sobre o enfoque de gênero nas comunidades da Boa Vista e Moura, em Oriximiná-PA	Mulheres quilombolas, Território quilombola, Divisão do Trabalho, Mineração Rio do Norte e Cultura	Oriximiná
2016	Universidade Federal de Rondônia	"E continuamos a ser escravos na nossa própria terra" - a reprodução subordinada dos quilombolas do Rio		Oriximiná.

		Trombetas ao capital-trabalho e as transformações no território	Quilombolas, Território, Mineração, Trabalho	
2016	Universidade Federal de Uberlândia	Usos hegemônicos e não hegemônicos do território no sudeste do Pará: a moderna mineração e o circuito inferior da economia urbana em Parauapebas.	Modernização. Sudeste do Pará. Mineradora Vale S.A. Parauapebas. Circuito Inferior	Parauapebas
2016	Universidade Federal do Pará	Território, mineração e modos de vida em comunidades rurais em Juruti – PA	Mineração, Modos de vida, Comunidades Rurais, Impacto Ambiental	Juruti
2016	Universidade Federal do Pará	Território ribeirinho: um "mapeamento" das ações e representações no Rio Tucumanduba em Abaetetuba-PA	Ações; representações; rio Tucumanduba, território, ribeirinhos	Abaetetuba
2016	Universidade Federal do Pará	Gestão do território e responsabilidade social das empresas de mineração no estado do Pará	Território, Vale, S11D, Responsabilidade Social Territorialidade e Mineração	Canãa dos Carajás e Parauapebas
2017	Universidade Federal do Amazonas	Exploração da bauxita e dinâmicas espaciais em Juruti (PA)	Impactos, mineração, restruturação espacial, Juruti-PA	Juruti
2018	Universidade Federal do Pará	Geografia política e o setor mineral: as proposições legislativas que impactam a gestão dos territórios com mineração no estado do Pará – 2011 a 2016	Território, Poder, Política, Mineração, Taxa Mineral, Pará	Aborda o Pará numa perspectiva jurídica
2018	Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho	Agora o rio vive seco: populações tradicionais, exceção e espoliação em face da instalação de grandes projetos na Volta Grande do Xingu	UHE Belo Monte, Mineração Belo Sun, Volta Grande do Xingu, Populações Tradicionais, Exceção, Espoliação	Senador José Porfírio
2018	Universidade Estadual de Campinas	Canaã dos Carajás: terra prometida para que(m)? a geografia de um saque anunciado na Serra Sul da Província Mineral de Carajás	Vale S/A, Canãa dos Carajás, território, capital financeiro	Canãa dos Carajás
2018	Universidade Federal do Rio de Janeiro	A mirada invertida de carajás: a vale a mão-de-ferro na política de terras	Estado, Mineração, Conflitos Territoriais	Região de Integração Carajás
2018	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará	Mineração e conflitos fundiários no Sudeste Paraense	Amazônia Oriental. Empresa Vale S.A. Conflitos Fundiários	Canãa dos Carajás
2019	Universidade Federal Fluminense	O Que Vale em Carajás? Geografias de Exceção e R-Existência pelos Caminhos do ferro na Amazônia	Território, Mineração, Estado de Exceção, R-existência, Carajás	Região de Integração Carajás
2019	Universidade Federal de Rondônia	Territorialidades transfronteiriças de poder do Bico do Papagaio: Pará, Tocantins e Maranhão, na Temporalidade de 1970 a 2016	Territorialidade, Territorio, Rede. Bico do Papagaio	Sudeste Paraense
2019	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	Dinâmica territorial resultante do acesso e uso do microcrédito rural nos territórios quilombolas de Oriximiná - PA	Território Quilombola, Dinâmica Territorial, Microcrédito Rural, Desenvolvimento	Oriximiná
2019	Universidade Federal do Pará	Recomposição sócioterritorial em contexto de mineração: Utopia e Distopia do PAE Juruti Velho - Pará, Baixo Amazonas	Recomposição socioterritorial. Projeto Agroextativista Juruti Velho. Mineração Puxirum	Juruti

2020	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Usos do território na Amazônia brasileira: Mineração Industrial, Estado e Resistência Quilombola no Vale do Rio Trombetas - Oriximiná/PA	Amazônia, uso do território, Estado, quilombolas, mineração industrial	Oriximiná
2020	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	Estado, território e mineração no brasil: O Caso do Projeto S11D/Vale em Canaã dos Carajás-PA	Estado, Mineração, Conflitos Territoriais	Canãa dos Carajás
2020	Universidade de São Paulo	Rompeu, e Agora? Barragens de Rejeito e Mineração: Economia Ecologica e seus Elementos Espaciais	Economia ecológica; Desengenharia; Sociedade de Risco; Elementos espaciais e Mineração	Marabá

Fonte: Banco de Dados da Capes. Elaboração: os autores, 2024.

No que se trata das mesorregiões que tiveram municípios como recorte espacial, o Baixo Amazonas e Sudeste Paraense estão no mesmo patamar, cada um contendo três municípios como realidade espacial analisada nos estudos. O Nordeste Paraense está na liderança com quatro municípios como recorte espacial, já as mesorregiões Metropolitana de Belém e Sudoeste Paraense, apresentaram apenas um município estudado. A região do Marajó não teve nenhum município apontado como recorte espacial.

Entretanto, no quantitativo de pesquisas, o Baixo Amazonas está na liderança com 14 pesquisas, seguido do Sudeste Paraense com 12 pesquisas, sendo nove sobre os municípios e três sobre duas regiões de integração, Tapajós e Carajás. O Nordeste Paraense com quatro pesquisas, a região Metropolitana de Belém ocupa a antepenúltima posição com apenas três pesquisas e o Sudoeste Paraense com a penúltima posição com apenas uma pesquisa. Marajó segue sem nenhuma pesquisa indicada. Há uma pesquisa feita de forma abrangente sobre a Mesorregião Sudeste Paraense.

O município com maior índice de pesquisa e recorte espacial foi Oriximiná, pertencente ao Baixo Amazonas, com sete pesquisas e envolvendo a extração da bauxita para a produção de alumínio que é beneficiado em Barcarena. Os dados revelam resultados surpreendentes, ao que tudo mostra, as Mesorregiões Baixo Amazonas e Sudeste Paraense, representam mais da metade das pesquisas, haja vista que, são as mesorregiões em que mais se concentram mega empreendimentos minerais, com uma enorme logística. Assim, os resultados apontam para a preocupação da comunidade acadêmica para com os conflitos presentes nessas regiões. No entanto, observa-se que é preciso dar uma ênfase no Sudeste Paraense, que é a mesorregião mais violenta, pautada de forma mais acirrada na “acumulação primitiva” e nos processos de espoliação territorial.

Foi evidenciado, também, que mais da metade desses estudos foram realizados em Instituições de Ensino Superior (IES) da região Norte do Brasil, com 19 produções científicas,

seguido do Sudeste que realizou 15 trabalhos acadêmicos e IEs da região Sul que realizou apenas 1. Não há pesquisas realizadas por IES do Nordeste e nem do Centro-Oeste com o recorte espacial na Amazônia e no Pará.

De acordo com os resultados, fica evidente que há uma crescente preocupação acerca da mineração no Pará por parte da comunidade científica da região Norte do Brasil, em particular por pesquisadores situados em IES do Pará, que representou mais da metade das pesquisas do Norte, com 14 trabalhos científicos. Da mesma forma, nota-se que também há uma crescente produção da sociedade acadêmica proveniente do Sudeste do país em torno da problemática mineral da região norte e Pará. Os resultados mostram que as comunidades acadêmicas têm desempenhado um importante papel, juntamente com os movimentos sociais – que defendem seus territórios da lógica perversa do mercado global –, na compreensão crítica e enfrentamento ao modelo mineral brasileiro.

Muitas dessas pesquisas trazem abordagens centradas em análises dialéticas e que colaboram profundamente para o entendimento e crítica ao problema mineral na Amazônia Paraense. Os trabalhos apresentam riqueza de detalhes a respeito dos processos históricos e das dinâmicas espaciais do Pará no contexto da mineração. Apresentam também uma diversidade de imagens, ilustrações, fotografias, produtos cartográficos, mapas, gráficos, relatos, entrevistas, poemas, quadros e tabelas. São materiais que trazem diferentes perspectivas de leituras sobre diversas realidades espaciais e que podem ser utilizados para a produção de materiais didáticos que possam ser utilizados de forma educativa.

Há que se ressaltar as lacunas que existem nesse âmbito. Por exemplo, o fato de serem insuficientes e incipientes os materiais didáticos disponíveis sobre a questão da mineração no Pará. A construção de materiais pedagógicos que possam oportunizar a formação crítica, seja no âmbito da educação formal ou informal, pode ser uma via para contribuir no entendimento da sociedade a respeito do problema mineral e nos processos de construção do enfrentamento das lutas e da resistência travadas pelos movimentos sociais. A constituição de um modelo mineral pautado na soberania popular, conforme clamam os movimentos sociais, requer leitura e formação crítica sobre a atividade mineradora, sobretudo em se tratando da Amazônia paraense e brasileira. Nesse intuito, se propõe, como próxima etapa desta pesquisa, a elaboração de materiais didáticos que possam subsidiar processos formativos, especialmente no contexto da educação básica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse último século, os territórios-abrigo têm vivido com diversas violações dos direitos humanos, enquanto o Estado apenas respalda e chancela o setor econômico mineral. Os ataques que ocorrem nesses territórios são justificados por uma lógica capitalista e perversa. O que se discute aqui não é o fim do setor mineral, mas uma mudança radical na sua forma de funcionamento e nas suas estruturas, que permita a construção de um modelo mais justo e de diálogos com todos os setores da sociedade.

Vários trabalhos têm discutido a temática. A comunidade acadêmica não pode se ausentar do seu papel social de promoção da cidadania e justiça territorial e, juntamente com as organizações políticas e sociais, devem propor soluções, reivindicar direitos. A universidade deve ter um papel ativo na sociedade de fomentar esse movimento de contestação da lógica vigente, questionando as contradições e calamidades produzidas pelo setor mineral.

A pesquisa mostrou um crescimento expressivo acerca da mineração no Pará e por todo o Brasil. Sendo assim, a produção da comunidade científica reverbera a dinâmica da realidade. Está se reconhecendo que o território paraense tem suas especificidades e que as populações do campo e das águas e florestas convivem com uma violência atroz que não cessa.

Dessa maneira, tem-se registrado um crescimento das pesquisas da geografia sobre o tema da mineração. Contudo, é preciso que tais conhecimentos transcendam os muros das universidades e cheguem à população. Para isso, propõe-se a elaboração e produção de materiais didáticos que possam ser utilizados de forma educativa nas escolas de ensino básico. Acredita-se que, por meio do conhecimento e participação ativa da sociedade na mineração, se possa alterar o modelo mineral violento praticado no país, com vistas à construção da "soberania popular na mineração", em particular na Amazônia Paraense.

REFERÊNCIAS

ANTONINO, Lucas Zenha. **Territórios Extrativo-Mineral na Bahia**: Violações de Direitos e Conflitos nos Territórios Terra-Abrigo. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2019.

ANTONINO, L. Z.; SOUSA, V. S. R.; GERMANI, G. I. **Mineração na Amazônia**: as abordagens da ciência geográfica sobre a questão mineral. Revista Verde Grande: Geografia e Interdisciplinaridade, [S. l.], v. 5, n. 02, p. 193–214, 2023.

BOMTEMPO, Virgínia Maria Canônico Lopes. **A proposta do novo marco regulatório da mineração no Brasil sob a luz da justiça ambiental**. Dissertação. Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, 2019.

COELHO, Tádzio Peters. **Projeto Grande Carajás**: trinta anos de desenvolvimento frustrado. In organizadores: Marcio Zonta e Charles Trocate (A questão mineral no Brasil: v. 1) Marabá, PA: Editorial iGuana, 2015.

CRUZ, A. G..; TRINDADE, J. R. B. **Amazônia Paraense**: dois Séculos de Extrativismo e Especialização Primário-Exportadora. **Revista de Economia Regional, Urbana e do Trabalho**, *[S. l.]*, v. 10, n. 2, p. 6–33, 2021. DOI: 10.21680/2316-5235.2021v10n2ID27428. Disponível em https://doi.org/10.21680/2316-5235.2021v10n2ID27428.

HAESBAERT, Rogério. **Território e multiterritorialidade**: um debate. *GEOgraphia*. v. 9, nº 17. 2007.

MALHEIRO, Bruno Cezar Pereira **O que Vale em Carajás?** : Geografias de exceção e rexistências pelos caminhos do ferro na Amazônia / Bruno Cezar Pereira Malheiro ; Valter do Carmo Cruz, orientador. Niterói, 2019.

MARINI, R. M. **"Dialética da Dependência"**. Petrópolis: Vozes, 2000.

PALHETA, J. M., & OLIVEIRA NETO, A. da C. (2018). **Por uma outra Territorialização na Amazônia Paraense**. *REVISTA NERA*, (42), 354–372. Disponível em https://doi.org/10.47946/rnera.v0i42.5699.

SOUSA, Valdirene Santos Rocha; GERMANI, Guiomar Inez; ANTONINO, Lucas Zenha. **A Pesquisa sobre a Questão da Mineração**: Análise da Produção Científica da Geografia na Região Nordeste e na Bahia. XX Encontro Nacional de Geógrafos (ENG) – "Brasil-Periferia: a Geografia para resistir e a AGB para construir". Anais. AGB: On line, 2022.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. **O território**: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In.: CASTRO, I. E., GOME, P. C. C., CORRÊA, R. L (Org.). Geografia: Conceitos e temas. 18ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018, p. 77-116.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Pesquisa de campo em geografia. In: **GEOgraphia,** vol. 4, n. 7, p. 92-99, 2002.

TAVARES, Maria Goretti da Costa. **A formação territorial do espaço paraense**: dos fortes à criação dos municípios. Revista ACTA Geográfica, ANO II, n°3, jan./jun. de 2008. p.59-83.

Ocupar! Aquilombar! Retomar!

A Geografia Agrária e a luta de classes no Brasil

GT 12

Educação do/no campo

UMA PARTILHA DE SABERES EM SANEAMENTO ECOLÓGICO COM COMUNIDADES TRADICIONAIS DA BAÍA DA ILHA GRANDE/RJ: POR UMA PEDAGOGIA DOS CONFLITOS AMBIENTAIS[1]

Carolina Franco Paixão[2]

RESUMO

Busca-se por meio da pesquisa-ação e de um relato de experiência como educadora ambiental em uma condicionante ambiental, contribuir para o campo de conhecimento da geografia e da educação do campo, ao compreender a educação ambiental como objeto a ser apropriado por Povos e Comunidades Tradicionais como instrumento de gestão territorial. Inicia-se o artigo compreendendo as metodologias da pesquisa-ação, pesquisa-participante ou ainda ação investigativa. Soma-se ainda a compreensão do que é a Pedagogia da Alternância, importante ferramenta metodológica utilizada pela educação do campo. Em seguida, fazemos um esforço de buscar um arcabouço teórico para a compreensão da educação ambiental crítica, ou pedagogia dos conflitos, ou ainda educação popular de Paulo Freire, a partir de considerações dos autores Carlos Walter Porto Gonçalves, Milton Santos, Catherine Walsh, Carlos Loureiro e Mauro Guimarães. Por fim, relatamos a experiência em uma Partilha/Intercâmbio em Saneamento Ecológico demanda de comunidades tradicionais e de pescadores em Angra dos Reis, em meio a um conflito ambiental vivenciado junto à Prefeitura de Angra dos Reis, quanto à gestão do saneamento básico no município.

Palavras-chave: Projeto de Educação Ambiental, Conflitos ambientais, Educação Ambiental Crítica, Tecnologias Sociais.

---

[1] Trabalho elaborado a partir da pesquisa de mestrado financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior - CAPES

[2] Mestranda do Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Rio de Janeiro e Pós Graduanda em Gestão de Territórios e Saberes na Universidade Federal Fluminense, carolina.geo.otss@gmail.com ou carolinafp@id.uff.br

ABSTRACT

Through action research and an experience report as an environmental educator in an environmental context, the aim here is to contribute to the field of knowledge of geography and rural education, by understanding environmental education as an object to be appropriated by Peoples and Traditional Communities as an instrument of territorial management. The article begins by understanding the methodologies of action research, participative research or even investigative action. It also adds to the understanding of what Alternation Pedagogy is, an important methodological tool used by rural education. Afterwards, we made an effort to search for a theoretical framework to understand critical environmental education, or conflict pedagogy, or even Paulo Freire's popular education, based on considerations by the authors Carlos Walter Porto Gonçalves, Milton Santos, Catherine Walsh, Carlos Loureiro and Mauro Guimarães. Finally, we report the experience in a Sharing/Exchange in Ecological Sanitation demanded by traditional and fishing communities in Angra dos Reis in the midst of an environmental conflict experienced within the City of Angra dos Reis, regarding the management of basic sanitation in the municipality.

Keywords: Environmental Education Project, Environmental conflicts, Critical Environmental Education, Social Technologies.

INTRODUÇÃO

De acordo com a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais: "Os direitos dos povos interessados aos recursos naturais existentes nas suas terras deverão ser especialmente protegidos. Esses direitos abrangem o direito desses povos a participarem da utilização, administração e conservação dos recursos mencionados" (OIT, Artigo 15, 1989). E ainda, de acordo com a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais de 2007, Povos e Comunidades Tradicionais são:

> grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição; (PNPCT, Artigo 03, 2007)

A partir disso, busca-se contribuir para o campo de conhecimento da geografia e da educação do campo, ao compreender a educação ambiental como objeto a ser apropriado por Povos e Comunidades Tradicionais, como instrumento de gestão territorial. Entende-se que esse processo é possível a partir do fortalecimento da organização comunitária e da união de saberes científicos e tradicionais que procuram auxiliar na luta frente às ameaças sociais e ambientais vivenciadas por populações tradicionais e vulnerabilizadas.

Compreende-se que existe um conflito ambiental acerca da questão da água e do saneamento na Baía da Ilha Grande, relacionado à precariedade do saneamento básico e à privatização desse serviço essencial. Como a vivência da metodologia de partilha/intercâmbio de saneamento ecológico entre comunidades dos três municípios banhados pela Baía da Ilha Grande pode contribuir para a organização comunitária e, portanto, para a autonomia na gestão desse conflito pelas comunidades participantes?

A partilha/intercâmbio de Saneamento Ecológico se deu como uma demanda dos comunitários de Angra dos Reis devido ao antigo conflito em relação ao saneamento básico na cidade, principalmente em comunidades afastadas do centro. A questão da água é uma luta antiga para os comunitários, seja no abastecimento, ou no tratamento. Em contrapartida, em comunidades tradicionais de Paraty, desde 2010, têm sido construídas experiências de sucesso em saneamento ecológico, a partir de diferentes tecnologias sociais proporcionadas pela união do conhecimento tradicional com o científico.

O objetivo da pesquisa é compreender a educação ambiental como instrumento de gestão territorial de povos e comunidades tradicionais, através do relato de uma experiência de partilha/intercâmbio em saneamento ecológico na Baía da Ilha Grande. Para isso, é necessário buscar uma base teórico-metodológica para compreender essa pedagogia dos conflitos ambientais por meio dos conceitos de educação popular de Paulo Freire, de colonialidade do saber de Catherine Walsh, de território de Milton Santos e de globalização de Porto-Gonçalves; contribuem também autores que estudam a educação ambiental de uma perspectiva crítica, como Loureiro e Guimarães. Por fim, será relatada a experiência da partilha que reúne comunidades de Angra dos Reis para a visitação de diferentes tecnologias em saneamento ecológico, nas comunidades de Praia do Sono, Quilombo do Campinho e Aldeia de Itaxi, a partir da pesquisa-ação.

Como justificativa científica, esse trabalho busca contribuir para a área do conhecimento da educação do campo e da geografia, na busca por uma prática de ensino e aprendizagem críticos. Em relação à justificativa para a sociedade, essa educação deseja contribuir para o fortalecimento das organizações comunitárias e para a valorização do conhecimento tradicional que, por tanto tempo, o sistema-mundo moderno-colonial (PORTO-GONÇALVES, 2012) expropriou, excluiu e apagou.

METODOLOGIA

Essa pesquisa acontece a partir da metodologia da Pesquisa-Ação, ou da Ação Investigativa, ou ainda Pesquisa-participante em uma experiência proporcionada pelo *Projeto Redes: tecendo saberes, construindo autonomia*, onde atuo como educadora ambiental de Povos e Comunidades Tradicionais na Baía da Ilha Grande. Trata-se da segunda fase do Projeto de Educação Ambiental (PEA - Costa Verde), uma condicionante ambiental determinada a partir de Estudo de Impacto Ambiental, pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobrás. O PEA compõe a Linha de Ação A (fortalecimento de organizações comunitárias), seguindo as bases técnicas e demais diretrizes estabelecidas pela Nota Técnica CGPEG/DILIC/IBAMA n° 01/2010 e pela Instrução Normativa do IBAMA n.º 02, de 27 de março de 2012, cujo período de execução é de 2020 a 2025.

O Projeto Redes (2ª fase do PEA - Costa Verde) está sendo executado pelo Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (OTSS), formado pelo Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT) e a Fundação Oswaldo Cruz (FioCruz) em parceria com a Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho - UNESP e a Universidade Federal Fluminense - UFF. Tem como objetivo o fortalecimento da organização comunitária, a partir da constituição de uma Rede de Formação Socioambiental nos sete municípios que a compõem: Mangaratiba, Angra dos Reis, Paraty (Baía da Ilha Grande), Ubatuba, Caraguatatuba, São Sebastião e Ilhabela (Litoral Norte Paulista).

A Pesquisa-Ação, a Pesquisa-Participante ou Ação Investigativa, segundo Brandão e Borges (2007) possuem em comum alguns pontos importantes de serem mencionados como: surgirem entre as décadas de 1960 e 1980 na América Latina e atuarem preferencialmente junto a camadas populares e movimentos sociais. Não possuem um modelo único, ou uma metodologia científica própria, pois se dão conforme as particularidades de cada abordagem. São usadas como um instrumento para a educação popular (Freire, 1987). O investigador/ pesquisador deve possuir compromisso social, ideológico e político com ações sociais e com a comunidade investigada. Apostam sobretudo na importância de se unir o conhecimento científico ao conhecimento tradicional.

Compreende-se, dessa forma, que a Pesquisa-Ação se desenvolve a partir de 03 grandes momentos, corroborando as ideias de Baldissera (2001): o investigativo, o da tematização e o de programação-ação. Assim, no primeiro momento, é importante a elaboração de um referencial teórico comum, a seleção de uma área a ser pesquisada (comunidade, bairro, etc), a aproximação dessa área da comunidade, realização de reuniões com as comunidades, e sistematização das informações e dados recolhidos. O segundo momento consiste em confrontar a realidade das comunidades e o referencial teórico já elaborado, ao identificar os elementos que compõem os processos (estrutura das relações de poder), compreendendo a dinâmica social e as possibilidades de ação. Nesse sentido, trata-se do momento em que questionamos: Como os grupos representam sua realidade? Quais são as estruturas de poder existentes na comunidade? A partir disso é possível a construção de um programa pedagógico (identificação de um tema gerador para ser trabalhado a partir da escolha de materiais didáticos específicos).

O terceiro momento consiste na motivação dos grupos e da população comunitária para a ação, através de um programa pedagógico coerente e adequado a realidade e capacitação das pessoas. São, então, organizados grupos em que a discussão parte daquilo que a comunidade compreende como sua realidade. Nesse momento, são priorizados problemas que exigem uma ação para solucioná-los e assim são selecionados de forma coletiva os projetos de ação. Em seguida, é feita a elaboração das ações com a definição de recursos materiais e humanos necessários e a sua disponibilidade, formulação de tarefas e designação de responsáveis, preparação com detalhes de conteúdos e métodos de ensino, materiais didáticos etc. Após a execução, é feita uma avaliação permanente das atividades desenvolvidas pela comunidade assim como uma análise de seus resultados.

O primeiro momento se dá através das Visitas de Convivência (ida dos educadores à comunidade, sem um motivo prévio, apenas para conhecer a rotina da comunidade, suas festas, etc). Após um contato mais próximo com a comunidade, monta-se a Comissão de Base (aqueles que representam a comunidade dentro do Projeto Redes), para que seja possível definir os temas geradores que mobilizam as lideranças comunitárias. As discussões e os encaminhamentos feitos pela Comissão de Base se dão a partir do segundo momento. O terceiro momento se reflete nas Ações Formativas e nos Intercâmbios/ Partilhas que buscam informar e motivar as lideranças comunitárias para o enfrentamento de conflitos/ problemas/ impactos ambientais.

Para além de todo esse trabalho de base feito em cada comunidade integrante[3] do Projeto Redes, em agosto de 2022, foi lançado o primeiro curso da Rede de Formação Socioambiental, o Maré de Saberes, com duas turmas, uma no Rio de Janeiro e outra em São Paulo. Os cursistas form selecionados a partir do prévio contato com as comunidades. O curso teve duração de um ano e se deu a partir da metodologia da Pedagogia da Alternância, dividindo o tempo de formação em Tempo-Escola e Tempo-Comunidade, em quatro módulos. O Tempo-Escola consiste de palestras, debates e aulas e se dá durante uma semana inteira, enquanto que o tempo-comunidade se dá com a inserção do comunitário em sua comunidade, e dura de dois a três meses. O tema do curso é bem amplo, abrangendo a Educação Diferenciada (caiçara, indígena e quilombola), a Economia Solidária (pesca, turismo de base comunitária, etc) e a Justiça Socioambiental (gestão e governança, conflitos fundiários, etc), buscando sobretudo a formação de lideranças comunitárias.

Segundo o Conselho Nacional de Educação (2020), a Pedagogia da Alternância é:

> um modo de organização do processo de formação, cujos princípios abarcam instrumentos pedagógicos e metodológicos que integram conhecimento prático, conhecimento científico, diversidade de epistemologias, identidades, saberes, territórios educativos e territorialidades dos sujeitos no âmbito da escola, da universidade e de outras instituições educacionais. (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, p. 02, 2020)

Esse trabalho busca acompanhar o núcleo de Angra dos Reis[4], chamado, pelos integrantes, de Núcleo Dona Marilda, em homenagem a uma mulher quilombola, símbolo de luta e resistência para o município. Importante é mencionar que essa escolha foi feita em uma das reuniões do núcleo, que ocorreu na casa da Dona Marilda. O principal tema-gerador escolhido para ser trabalhado pelos integrantes foi a questão do saneamento e é, nesse sentido, que se dá este trabalho, ao acompanhar uma partilha/ intercâmbio em saneamento ecológico na Baía da Ilha Grande, demandada pelos cursistas deste núcleo. As comunidades que compõem o núcleo são: Praia do Retiro, Quilombo do Bracuí, Vila Velha, Vila Histórica e Tararaca.

---

[3] São 111 comunidades no total, localizadas em 07 municípios no Litoral Norte Paulista e na Baía da Ilha Grande no Rio de Janeiro

[4] Trata-se de um dos núcleos que compõem a turma do Rio de Janeiro, sendo os outros: núcleo de Ilha Grande, núcleo de Paraty e núcleo de Mangaratiba. São separados assim para facilitar o processo pedagógico, integrando pessoas que partem de uma realidade similar.

A chamada “Partilha” ou Intercâmbio de Experiências é uma metodologia de troca de saberes que articula as abordagens teórico-metodológicas da pedagogia freireana (FREIRE, 1987) e da união de saberes científicos e tradicionais com a metodologia “campesino-a-campesino” (HOLT-GIMÉNEZ, 2006), realizada em vários países da América Latina. Funcionam basicamente como um momento de troca entre as comunidades, onde podemos levar algumas lideranças para vivenciar experiências desenvolvidas em outras comunidades, assim como aprimorar conhecimentos, técnicas e tecnologias sociais dos territórios e a articulação entre as comunidades.

A pesquisa bibliográfica em torno de uma pedagogia dos conflitos compreende as perspectivas de Freire (1987), Santos (2005), Porto-Gonçalves (2018), Walsh (2013), Loureiro (2006) e Guimarães et al (2010).

REFERENCIAL TEÓRICO

Nos últimos 200 anos, Porto-Gonçalves (2018) afirma que se tornou necessário repensar a relação da humanidade com o planeta. O capitalismo se expandiu a partir de uma ideia civilizatória e desenvolvimentista, absolvendo o etnocídio e o genocídio cometidos durante todos esses séculos contra os povos da África, Ásia e América Latina (considerados povos atrasados). O período atual da globalização, para o autor, surge em meio às lutas sociais (ou movimentos contra-culturais) da década de 1960, que criticavam as hierarquias, o consumismo, militarismo, machismo, colonialismo, eurocentrismo e seu racismo, entre várias outras opressões vividas até hoje.

A partir dessas informações, o autor constrói a linha do tempo do processo de globalização, o separando em 4 fases: o colonialismo (século XV adiante); o capitalismo fossilista e o imperialismo (século XVIII adiante); o capitalismo de Estado fossilista e fordista (1960 adiante); e a globalização neoliberal (fase atual). O atual modelo compreende o *American way of life* como não universal, e sim capitalista, fordista e fossilista, ressaltando dois aspectos: a dinâmica demográfica dos E.U.A. e as fantásticas riquezas naturais existentes nesse território. Atenta-se ao caráter demográfico e ao mito do desenvolvimento, cujo início se deu com a lei de terras de 1823, somando-se a isto a questão da descoberta do petróleo, uma vez que os Estados Unidos da América foi o primeiro país a extraí-lo em 1859. Ambos os aspectos contribuem para que esse processo

de desenvolvimento capitalista ocorrido nos E.U.A. seja único e não reproduzível em mais nenhum lugar do mundo, ou seja, a globalização por si própria é uma contradição.

Para Santos (2005), é no lugar que está a única possibilidade de resistência aos processos perversos da globalização, devido, principalmente, à organização política das populações em uma nova ordem mundial, que relaciona o global e o local. O território de Santos (2005) é um território que retorna e emerge desses lugares, dando início a um novo período, caracterizado, principalmente, pela resistência dos lugares às perversidades impostas pelo mundo global. É nesse sentido, que Santos (2005) formula a ideia de território usado, ou seja, espaço habitado, construído e reconstruído pela humanidade, por meio das relações de poder e das ações desenvolvidas. Por sua vez, a Territorialidade, para Haesbaert (2007), está relacionada ao modo como as pessoas se apropriam da terra, a qual significado dão a esse espaço e a como se organizam nesse espaço, abrangendo as relações políticas, econômicas e culturais.

A educação popular de Paulo Freire defende a emancipação das classes sociais oprimidas por esse sistema-mundo moderno-colonial (Porto-Gonçalves, 2012), ao buscar o pensamento crítico sobre sua real condição social, possibilitando a luta por melhores condições de vida. Outro conceito teórico importante nessa pesquisa é o de colonialidade do saber, desenvolvido por Walsh (2013), que se fundamenta no questionamento do eurocentrismo presente nas formas dominantes de produção do conhecimento, e que defende a valorização de outras epistemologias não-hegemônicas. Nesse sentido, Freire (1987) afirma que:

> o educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado com o educando que, ao ser educado, também educa (FREIRE, 1987, p.96).

No Brasil, a perspectiva pedagógica que mais contribuiu para o processo de constituição de uma educação ambiental crítica foi a pedagogia libertadora, crítico-transformadora de Paulo Freire (1987). Para Loureiro (2006), há duas tendências antagônicas na prática educativa escolar e na formação de educadores: a Transmissão (o professor como reprodutor de conhecimento) que parte de uma perspectiva Humanista Tradicional/Tecnicista, e a Construção Dialógica (potencializadora de um professor reflexivo), da qual parte Paulo Freire ao defender a inclusão de valores e saberes originários dos movimentos socioculturais.

Para uma educação ambiental crítica definida por Guimarães et al (2010) e compreendida por nós como uma pedagogia dos conflitos ambientais, deve se considerar um espaço de produção de conhecimentos e de reflexão crítica, ultrapassando os limites da sala de aula, ou seja, da educação formal, a fim de possibilitar a busca de soluções para problemas imediatos, e responsabilizar agentes por esses impactos. Ainda, segundo o autor, o ponto fundamental é buscar o fortalecimento das organizações coletivas. Dessa forma, o fazer pedagógico, ao superar o uso do conhecimento para reproduzir os interesses de grupos dominantes, deve contribuir para a organização coletiva que busque a criação de mecanismos de reivindicação e realização dos direitos de grupos expropriados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os conflitos ambientais são um tipo de conflito territorial caracterizados por Henri Acselrad (2004) como:

> (...) aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis (...) decorrentes do exercício das práticas de outros grupos. (ACSELRAD, p. 26, 2004)

Iremos contextualizar o conflito relativo à questão do saneamento básico em Angra dos Reis, o qual consideramos estar atrelado à categoria de conflito: o Uso da Água. Este se dá a partir das localidades (comunidades envolvidas) de Vila Velha, Tararaca, Quilombo do Bracuí, Praia do Recife, Vila Histórica – MT1 e MT2 – Meso RJ.[5]

Os atores envolvidos no conflito (educadores, militantes ambientais, lideranças comunitárias, funcionários públicos) pertencem ao Coletivo Popular Contra à Privatização d'água, que busca um serviço de esgoto de qualidade, público, democrático e para toda a população, de um lado, e, de outro, a Prefeitura de Angra dos Reis (PMAR),

[5] Para melhor organização espacial do Projeto Redes, este divide-se em Macroterritório, Mesoterritórios (Meso) e Microterritórios (MT). O Macroterritório engloba os 07 municípios do Projeto. São 03 Mesoterritórios: Rio (Mangaratiba e Angra dos Reis); Interestadual (Paraty e Ubatuba) e São Paulo (Caraguatatuba, Ilhabela e São Sebastião). Por sua vez, os Mesoterritórios se dividem em cerca de 05 microterritórios que englobam cada um cerca de 05 a 08 comunidades, dependendo da realidade de cada território.

que possui interesses neoliberais ao conceder o Sistema de Saneamento Autônomo de Angra dos Reis (SAAE) a uma empresa privada.

Em 2002, por Lei Ordinária n.º 1204, foi criado o Sistema Autônomo de Água e Esgoto de Angra dos Reis (SAAE), para assumir os serviços de sistema de água e de esgoto em todo o município, cujo principal objetivo é a prestação de serviços através da captação, tratamento e distribuição de água potável, assim como a melhoria das condições sanitárias de todo o município, "solucionando de forma integrada as deficiências do abastecimento de água, drenagem e esgotamento sanitário" (Lei n.º 1204/02, p. 01).

No entanto, segundo o Instituto de Água e Saneamento, apenas 55,14% da população de Angra dos Reis é atendida com esgotamento sanitário, frente à média de 71,29% do estado e 66,95% do país (2020), ou seja, encontra-se abaixo da média, o que explica o descontentamento das comunidades com a questão sanitária no município. Lideranças relatam a falta de saneamento nas comunidades, a principal causa da poluição das praias no município.

De acordo com a Lei Federal n.º 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, deve-se garantir o atendimento da população ao saneamento, considerado pela mesma lei um serviço essencial à saúde pública e ao meio ambiente. Contraditoriamente, por volta do ano de 2016, o marisco (Molusco bivavaldi) começou a desaparecer do município. A mariscagem (pesca de marisco) era a principal atividade pesqueira de muitas comunidades da região. Praia do Recife, Praia do Retiro e Tararaca relataram ser impactadas em suas dimensões culturais e econômicas com o sumiço do marisco. Lideranças afirmam que a principal causa é a poluição do mar, consequência, sobretudo, da falta de saneamento nas comunidades.

Em 2022, o Plano Municipal de Saneamento entra em processo de atualização pela Prefeitura de Angra dos Reis (PMAR) e o Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE). Em novembro de 2022, em parceria com Grupo Myr Projetos Sustentáveis e o Comitê de Bacia Hidrográficas da Baía da Ilha Grande (CBH-BIG), ocorreu uma audiência pública que buscou apresentar as propostas de soluções colhidas em consulta pública, a fim de participar da gestão pública e autônoma dos serviços de abastecimento de água e tratamento de água. Além disso, trata-se de uma das etapas finais para revisão e atualização do Plano Municipal de Saneamento Básico de Angra dos Reis.

Em parceria com a Universidade Federal Fluminense (UFF), um comunitário/cursista do Maré de Saberes da Praia do Retiro apresentou uma proposta de gestão comunitária dos serviços de água e esgoto. No entanto, a liderança não teve tempo para falar na Audiência Pública, pois foi ignorado na construção da programação, mesmo tendo mandado com antecedência o pedido de inclusão, por e-mail, como solicitado.

Em abril de 2023, o SAAE corre o risco de ser gerenciado por uma empresa privada, através da abertura de um edital de concessão. O município recuou do ímpeto inicial, e agora investe no cenário de reaver recursos. Neste mesmo momento, criou-se o Coletivo Popular em Defesa da Água, em um encontro que reuniu lideranças comunitárias, funcionários públicos e representantes de movimentos sociais. O primeiro passo, em articulação com outros movimentos, como a Sociedade Angrense de Proteção Ecológica (SAPÊ), foi acionar o Ministério Público Federal (MPF) e Ministério Público Estadual, no entanto, não tiveram nenhuma resposta até o momento.

O Projeto Redes media o conflito, proporcionando trabalhá-lo no tempo-comunidade do Maré de Saberes, ao propor o aprofundamento do tema junto a lideranças comunitárias de Angra dos Reis, a partir de momentos específicos, como o de reuniões do núcleo de acompanhamento com cursistas do Maré de Saberes, onde foi definido o saneamento básico como principal bandeira de luta e o de ações formativas sobre hidrologia e saneamento e partilha de saberes em saneamento ecológico na Baía da Ilha Grande. O “Cineclube Cadê o Marisco?” constituiu-se de uma importante ação formativa agrupada que integrou as comunidades impactadas pelo sumiço do marisco, e possibilitou a troca de informações entre elas, por meio de um debate rico acerca do tema, que envolveu a representação do Instituto Chico Mendes (ICMBIO).

Em agosto de 2023, houve reunião do Comitê de Bacias Hidrográficas da Baía da Ilha Grande (CBH-BIG), bastante positiva para o Coletivo, em função das deliberações da moção de aplausos ao SAAE e a recomendação de paralisação do processo de privatização. As comunidades denunciam que a Prefeitura de Angra dos Reis abandonou os recursos hídricos por meio do sucateamento do serviço público de esgoto; e, mais recentemente, com a privatização do uso da água em Angra dos Reis com o lançamento de um edital de concessão do SAAE. O movimento social, dessa forma, a partir de uma estratégia de resistência, cria o Coletivo Popular contra a Privatização d’Água, aciona o MPF e MPE, logo no início; faz uma intervenção em reunião do Comitê de Bacias

Hidrográficas da Baía da Ilha Grande (CBH-BIG); realiza panfletagem sobre a concessão do SAAE; se debruça sobre um estudo coletivo para conhecimento do edital de concessão, sobre o marco regulatório e sobre o decreto municipal de saneamento.

Atualmente, o processo de concessão encontra-se adormecido, muito provavelmente, devido à movimentação da população contra a privatização. Apesar disso, o Coletivo considera necessário fortalecer a campanha para conseguir evitar a privatização. Na última reunião do Coletivo Popular em Defesa d'Água, foi discutido o encaminhamento da Campanha, definindo que será cobrada através de parceiros conselheiros as moções aprovadas no Comitê de Bacias Hidrográficas da Baía da Ilha Grande; será refeito um documento-base atualizado com o panorama atual do processo; será elaborado, a partir deste, um panfleto impresso, uma campanha virtual em *cards*, e uma nova petição judicial, para a qual serão procuradas adesões de populares e de organizações parceiras.

Como parte do processo formativo do Tempo-Comunidade, e visto todo o contexto do município em relação ao saneamento básico, foi demandada uma Partilha/Intercâmbio de Experiências com as comunidades de Paraty, como inicialmente intencionada. Em meio a tantas outras ações formativas também já referidas, evidenciamos a Partilha/Intercâmbio de Experiências no relato desta pesquisa-ação. A abordagem do Saneamento Ecológico, apropriada por comunidades tradicionais e acompanhada pela Incubadora de Tecnologias Sociais/OTSS[6], entende que esta tecnologia social seja capaz de garantir saúde e permanência das comunidades nos seus territórios, valorizando suas práticas e saberes.

Esse encontro se realiza a partir de uma visita dos comunitários de Angra dos Reis[7] (Retiro, Vila Velha, Quilombo do Bracuí, Tararaca e Vila Histórica) às comunidades

[6]A Incubadora de Tecnologias Sociais é umas das frentes do Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina e apoia o desenvolvimento de processos com as comunidades que representam soluções efetivas de transformação para problemas que impactam os territórios tradicionais. São três equipes que englobam a ITS: Agroecologia, Turismo de Base Comunitária e Saneamento Ecológico. A equipe de Saneamento Ecológico é composta por 02 arquitetos (equipe técnica) e 01 quilombola, 01 indigena e 01 caiçara.

[7]Importante é mencionar que, além das comunidades de Angra dos Reis, foi possível a participação de lideranças comunitárias de outros núcleos de acompanhamento da turma do Rio de Janeiro: Mangaratiba (Ilha de Jaguanum, Ilha da Gamboa e Junqueira) e Ilha Grande (Japariz), que possuem em comum problemas relacionados ao saneamento.

tradicionais de Praia do Sono, Aldeia de Itaxi e Quilombo do Campinho da Independência em Paraty. Abaixo, podemos visualizar um mapa de localização da área de estudo.

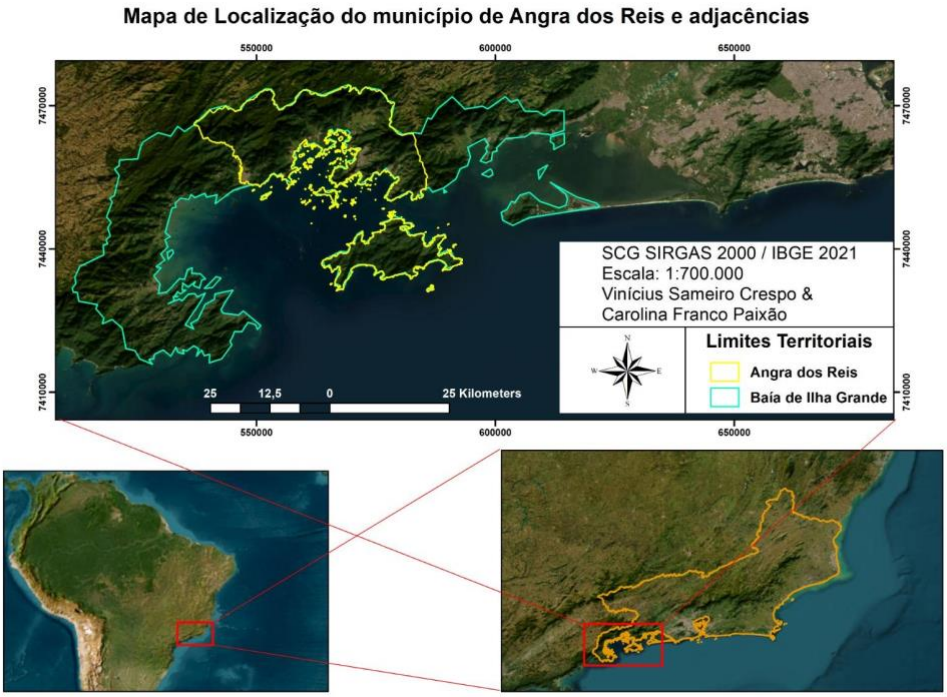


Imagem 01: Localização da Baía da Ilha Grande.

Fonte: CRESPO, PAIXÃO, 2023.

Essa atividade teve como principal objetivo apoiar a estruturação de um saneamento ecológico nas comunidades de Angra dos Reis, a fim de promover a saúde em territórios tradicionais; e ainda, como objetivos específicos: 1- proporcionar um espaço de interação e reflexão, onde diferentes formas de conhecimento possam ser incorporadas ao processo de modo horizontal; 2- valorizar o protagonismo das comunidades no processo educativo sobre a tecnologia social; 3- proporcionar a interação e a possibilidade de articulação entre as comunidades participantes da partilha, bem como entre o Mesoterritório Rio e o Interestadual; 4- incluir a partilha como processo formativo do Tempo Comunidade do curso Maré de Saberes.

A atividade, dessa forma, se dividiu em três momentos: no primeiro dia, visitamos a comunidade caiçara da Praia do Sono; no segundo dia, visitamos duas comunidades: pela manhã a experiência do restaurante do Quilombo do Campinho e, à tarde, visitamos os banheiros ecológicos da Aldeia Itaxi. Falaremos, a seguir, um pouco de como se deu a atividade em cada um desses três momentos.

Primeiramente, fomos recebidos pela comunidade caiçara da Praia do Sono e pela equipe de Saneamento Ecológico da ITS/OTSS, nesse momento, apenas com duas pessoas, um arquiteto (técnico) e o caiçara da Praia do Pouso da Cajaíba. Como de costume, foi feita uma rodada de apresentação dos participantes. Reunimos neste dia mais de 40 pessoas. A seguir, a equipe pergunta aos convidados o que entendem como saneamento. As respostas foram as mais variadas possíveis, e foram sistematizadas para serem analisadas no esquema a seguir:

Imagem 02: Sistematização das respostas dos comunitários para a pergunta: o que é saneamento?

Fonte: Projeto Redes, 2023.

Ainda são citados que a falta de saneamento enfraquece as comunidades, polui as praias e rios e destrói a paisagem. Além de impactar na economia da comunidade, pois atrapalha o turismo e a pesca artesanal, a exemplo da mariscagem. Nesse momento, refletimos sobre a etimologia da palavra saneamento (vem de sanear, ou tornar são, tornar saudável). Percebe-se o amadurecimento das respostas, possibilitado pelo processo pedagógico até a Partilha/Intercâmbio, ou seja, nas reuniões de comissão e ações formativas realizadas anteriormente. Nesses momentos, compreendemos que o saneamento básico segue o conceito de hidrossolidariedade e engloba desde a captação da água até a reciclagem de dejetos sólidos.

A seguir, seguimos para a visitação da experiência em saneamento ecológico na Praia do Sono: a evapotranspiração. Há mais de uma década, a FioCruz, o FCT e a Fundação Nacional da Saúde – Funasa – começaram uma iniciativa, na comunidade

caiçara Praia do Sono, que frutificou em uma mobilização comunitária, que construiu 13 módulos de tanques de evapotranspiração na comunidade, uma tecnologia social que se aproveita do ciclo de nutrientes da natureza, sendo a principal matéria prima a bananeira, podendo usar hiper-adobes (permacultura mais cara) ou alvenaria (tradicional e mais barata). Trata-se da técnica mais difundida em saneamento ecológico. Nessa tarde, visitamos três módulos: o da Escola e o de duas casas pertencentes a dois comunitários diferentes. Todas essas experiências foram feitas a partir de mutirões que reuniram a comunidade e outros agentes externos.

No dia seguinte, fomos ao Restaurante do Quilombo do Campinho, onde em 2020, foram instalados biodigestores para o tratamento do esgoto, de uma forma autossustentável, e ainda produzindo biogás e biofertilizante para uso doméstico. No entanto, trata-se de uma demanda da comunidade que se arrastou desde 1999 e que só conseguiu se realizar a partir de uma emenda parlamentar de 2019, ou seja, 20 anos depois. Pudemos ainda observar a maquete feita por quilombola do Campinho (mestre de obras e pertencente à equipe do ITS), para a implementação do sistema de saneamento ecológico, como mostra a foto a seguir:

Imagem 03: Quilombola mostra a sua maquete que deu vida ao saneamento ecológico no Restaurante do Quilombo do Campinho.

Fonte: Projeto Redes, 2023.

À tarde, após o almoço no Restaurante do Quilombo do Campinho, fomos para a Aldeia Itaxi. Desde 2022, tem sido implementado um banheiro ecológico na Aldeia de

Paraty Mirim, que se utiliza da filtragem de águas cinzas e da fossa séptica. Trata-se do único banheiro da Aldeia, culturalmente de uso coletivo. Foi pensando entre a ITS e a comunidade em aumentar a capacidade de uso, o que antes apenas 02 pessoas usavam, agora 06 podem usar, contando com 02 chuveiros e 04 sanitários. Além disso, foi implementado um sistema ecológico para tratar das águas cinzas e negras do banheiro e da lavanderia ao lado. Foram implementados além dos filtros de águas cinzas, os tanques sépticos que removem a carga orgânica em 80%. Bananeiras foram plantadas logo abaixo, a fim de possibilitar a devolução para a natureza e aproveitar a sua fertilidade. É importante mencionar que não devem ser plantadas nessa área hortaliças que se comem cruas, nem raízes. Somente é interessante para plantas que gostam de água, como a bananeira.

O resultado obtido com essa experiência foi principalmente o conhecimento sobre os diferentes sistemas de saneamento ecológico implementados em territórios tradicionais, de forma coletiva, com a comunidade e o saber científico, a partir do OTSS e da pluralidade (diferentes matrizes étnicas de conhecimento: indígena, caiçara e quilombola); ainda como resultado, o proporcionar de um espaço de troca de conhecimentos entre as diferentes comunidades de diferentes localidades da região.

Avaliamos ser necessário continuar o processo, a partir da implementação de sistemas de saneamento ecológico nas comunidades participantes da Partilha; no entanto, entendemos que isso só será possível, por meio da organização política dessas comunidades, visto que se trata de um processo de luta e resistência. Entende-se que os sistemas implementados são uma conquista das comunidades. A atividade foi bem avaliada pelas lideranças comunitárias presentes, que agradeceram a oportunidade da troca de conhecimento com outras comunidades sobre o tema, e mostraram-se animadas para mobilizar a implementação de sistemas ecológicos em saneamento em suas comunidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tal experiência em saneamento ecológico possibilita o conhecimento, pelos comunitários de Angra dos Reis, de três tecnologias sociais diferentes e os incentiva ao planejamento em seus próprios territórios de ações futuras que demandam a organização comunitária. Além disso, possibilita compreender a sua implementação a partir da

pluralidade, ou seja, com três grupos culturais diferentes, compreendendo indígenas, quilombolas e caiçaras.

Entende-se, dessa forma, que esses territórios tradicionais são espaços de aprendizagem e de produção de conhecimento que perpassam os limites da sala de aula. Ao fazer um relato de uma experiência de partilha sobre saneamento ecológico, vivenciada no âmbito da Rede de Formação Socioambiental na Baía da Ilha Grande, pode-se entender a sua contribuição para a reestruturação daquele território como contrário à colonialidade, um território coletivo, de troca de saberes e de compartilhamento, apresentando um cenário de resistência desses sujeitos ao projeto de mundo colonial.

Compreendemos também a importância de responsabilizar os que promovem os impactos ambientais; no caso do saneamento, mostramos a responsabilidade da Prefeitura de Angra dos Reis (PMAR). Trata-se, assim, de uma educação política, que acreditamos ser a educação ambiental crítica, educação popular ou pedagogia dos conflitos. Não se trata apenas de fortalecer a organização comunitária para ação política, mas sim de dar nomes àqueles que impactam negativamente a vida dessas pessoas. Nesse sentido, compreendemos os conflitos ambientais como aqueles que envolvem dois grupos, uma vez que a apropriação da natureza e dos recursos naturais por um deles impede a territorialidade de outros grupos de continuar existindo, ou seja, provoca a sua desterritorialização.

Para além disso, acreditamos que a educação do campo deva se apropriar da Pedagogia da Alternância, pois o Tempo-Comunidade vem se mostrando um importante instrumento para a gestão territorial, para a organização política das comunidades e, consequentemente, para a sua ação política. As atividades com os estudantes devem continuar mesmo no Tempo-Comunidade, mas em um formato que permita estarmos presentes nos territórios. Há tempo para que estejam em seu próprio território, mas também há tempo para que conheçam outros, e que se permita uma troca de saberes entre as comunidades, ao enxergarmos os territórios tradicionais como espaços de aprendizagem.

No entanto, entende-se o Tempo-Escola como fundamental para que as comunidades se apropriem das técnicas (no caso, as técnicas de saneamento ecológico), em espaços de sala de aula, palestras, rodas de conversa, debates, a fim de que ocorra

realmente uma troca entre o conhecimento científico e o tradicional, somando as duas parcelas para um conhecimento maior ainda. É necessário, para além do conhecimento das técnicas, uma verdadeira apropriação do passo a passo desta técnica, para que a possam de fato reproduzir autonomamente em seus territórios. Apesar disso, entendemos que é preciso a organização comunitária para conquistar o financiamento da instalação dessas estruturas, que devem ser proporcionadas pelo Estado, pois o saneamento é direito essencial das comunidades, de acordo com a Lei Federal 11.445 de 5 de janeiro de 2007, compreendendo também a Convenção 196 da OIT na autogestão dos seus recursos naturais.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. As práticas sociais e o campo dos conflitos ambientais. In: _____. (Org.). **Conflitos ambientais no Brasil.** Rio de Janeiro: Relumé-Dumará; Fund. Heinrich Boll, 2004, p. 13-35.

ANGRA DOS REIS. Câmara Municipal. Lei Ordinária n.º 1204/02. Cria o serviço autônomo de captação de água e tratamento de esgoto, e dá outras providências. **Sistemas Municipais:** Capítulo 01, Angra dos Reis, RJ, art. 01, 2002.

BALDISSERA, Adelina. Pesquisa-Ação: Uma Metodologia do "Conhecer" e do "Agir" Coletivo. **Sociedade em Debate**, Pelotas, 7(2):5-25, Agosto, 2001.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; BORGES, Maristela. A Pesquisa-Participante: Um Momento da Educação Popular. **Rev. Ed. Popular**, Uberlândia, v. 6, p.51-62. jan./dez. 2007.

BRASIL. Decreto n. 6.040, de 07 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. **Diário Oficial da União, Brasília**, 08 fev. 2007.

BRASIL. Lei n. 11.445, de 05 de janeiro de 2005. Estabelece as Diretrizes Nacionais do Saneamento Básico. **Diário Oficial da União**, Brasília, 05 de janeiro de 2005.

BRASIL. Lei n. 5.051, de 19 de abril de 2004. Promulga a Convenção n.169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, sobre Povos Indígenas e Tribais. **Diário Oficial da União,** Brasília, 20 abr. 2004.

BRASIL. MEC. CNE/CEB. Proposta de Regulamentação da Pedagogia da Alternância, 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 17ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GUIMARAES, Mauro et al. A Pesquisa na formação do Educador Ambiental. **Revista Eletrônica do Mestrado Profissional em Ensino, Saúde e Ambiente**, v. 3, n. 3, p. 15-26, 2010.

HAESBAERT, Rogério. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**- Ano IX - No 17 –2007.

HOLT-GIMÉNEZ, E. **Campesino a campesino: voces de Latino América, movimiento campesino a campesino para la agricultura sustentable.** Managua, 2008.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **Complexidade e dialética: Contribuições à práxis política e emancipatória em Educação Ambiental.** Educ. Soc., Campinas, vol. 27, n. 94, p. 131-152, 2006.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

PORTO-GONÇALVES, Carlos. A reinvenção dos Territórios na América Latina/Abya Ayla. **Conceptos y fenómenos fundamentales de nuestro tempo.** Universidad Nacional Autónoma do México, Maio de 2012.

PROJETO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DA COSTA VERDE. "Plano de retomada de atividades presenciais - fase II", s.l., 2021.

SANTOS, Milton. O retorno do Território. In: **OSAL: Observatório Social da América Latina**. Ao 6, n. 16. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

WALSH, Catherine**. Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir.** Tomo I. Quito, Ecuador**:** Ediciones Abya-Yala, 2013.

EDUCAÇÃO DO CAMPO: UMA REALIDADE EM CONSTRUÇÃO

Daniel Carneiro Mendes [1]

Aldiva Sales Diniz [2]

RESUMO

O presente artigo pretende trazer em foco a materialização da educação do campo, isto é, as Escolas do Campo. Como estas unidades educacionais vem transformando territórios no estado do Ceará, alicerçado pelo campesinato local. Relatos de ex-educandos e sujeitos da comunidade local, se faram presentes no decorrer do trabalho. O objeto central da pesquisa é a Escola Profissional do Campo José Fidélis de Moura, que fica localizado no município de Santana do Acaraú, no assentamento Conceição Bonfim. A Educação do Campo é uma proposta constitucional garantida na Lei de Diretrizes e Bases (LDB), todavia, encontra inúmeros obstáculos para ser implementada em todo território brasileiro.

Palavras chaves: Educação; Campo; Campesinato.

ABSTRACT

This article aims to highlight thematerialization of rural educacion, that is, rural schools. How these educational units have been trasforming territories in the state of Ceará, supported by the local pearsantry. Reports from former students and individuals from the local Community were present during the work. The central object of the research is the Rural Professional School José Fidelis de Moura, which is located in the municipality of Satana do Acaraú, in the Conceição Bonfm Settement. Rural education is a constitutional proposal guaranteed in the Law of Guidelinis and Bases (LDB), however, it faces numerous obstacles to being implemented throughout Brazilian territory.

Keywords: Education; Field; Peasantry.

INTRODUÇÃO

A Educação do Campo, compreendida como proposta educacional diferenciada e contextualiza, idealiza o camponês e a camponesa como ser múltiplo, que possui identidade, cultura, subjetividade e costumes diferenciados do urbano, e que tais características precisam ser defendidas e preservadas. Nos últimos anos, o campesinato

[1] Mestrando do Curso de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA, danielmendes2090@gmail.com

[2] Professora do curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA, aldivadiniz@gmail.com

vem conquistando cada vez mais notoriedade na disputa ideológica que envolvem outros projetos educacionais para o campo, como por exemplo, o agronegócio. Assim sendo, vem modificando a história da educação no país que sempre foi marcada pela ideologia do Brasil urbano, no qual o camponês é visto como exemplo do atraso.

Neste aspecto, não podemos deixar de considerar que, historicamente, o campo brasileiro expressou a forma como se deu a implantação da colônia de exploração, aonde todos os interesses estavam voltados para a metrópole, inclusive a educação. A exclusão educacional da população do campo, portanto é um fator histórico e estrutural.

Nesse entendimento, o presente artigo tende a evidenciar a importância e as contribuições que a Educação do Campo possui, frente ao território camponês no estado do Ceará.

As Escolas do Campo, que funcionam como a materialização da Educação do Campo, são entendidas com espaços físicos capazes de potencializar e defender a territorialização do campesinato. Ao longo das últimas duas décadas, o Movimento dos Sem Terra (MST), vem proporcionando uma série de lutas e articulações políticas que culminaram na conquista de doze Escolas do Campo de Ensino Médio. Destas, dez estão em funcionamento e duas em processo de construção.

No trabalho, o autor evidenciará o histórico de luta pela Educação do Campo no estado, da mesma forma que discorrerá sobre a importância que o modelo contra hegemônico vem propiciando frente ao modelo de Educação Rural.

É de notório saber que a Educação camponesa, sendo contextualizada a realidade do homem e da mulher do campo, tende a disseminar a ideia de que não há necessidade de sair do campo para poder ter acesso à educação, e que o campo é local de trabalho e vida.

Na pesquisa, entendeu-se que o campo cearense passa por uma série de mudanças estruturais com a presença das instalações das Escolas do Campo, potencializando a territorialização do campesinato.

METODOLOGIA

O presente trabalho pretende compreeder a realidade concreta de como as escolas do Campo no estado do Ceará, vem modificando o campesianto cearesene, através de

uma pedagogia que verdadeiramente respeite a identidade e cultura camponesa, em outras palavras, a Educação do Campo.

Para isso, faz-se necessário um método que vise compreender a realidade subjetiva das escolas do campo no Ceará, tendo como objetivo central a Escola de Ensino Médio e Profissional do Campo José Fidelis de Moura, que fica localizada no município de Santana do Acaraú, no assentamento Bonfim Conceição.

Na construção do trabalho foi utilizado o método qualitativo, que segundo Minayo (2002), essa abordagem aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas.

> A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências socais, como um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos a operacionalização de variáveis. (Minayo, P21,22)

Assim sendo, através de várias visitas e participações em atividades de formação realizadas nas Escolas do Campo, assim como, as entrevistas, diálogos, leituras de artigos, dissertações e teses, fizemos uma leitura do universo dos significados da realidade das referidas escolas que juntamente com a leitura de alguns teóricos tais como: Shanin (2005), Breitenbach (2021) e Diniz (2010), foram essenciais para a escrita do trabalhando, valendo-se também dos cadernos de formação do Movimento Sem Terra (MST).

EDUAÇÃO DO CAMPO E SEU MARCO REFERENCIAL

No Brasil, a história da educação para o campo é marcada por uma série sequencial de exclusões, que iniciam com a invasão dos portugueses em terras de Vera Cruz. O campo, desde a formação do território brasileiro, foi pensando no imaginário das grandes elites como local de exploração e trabalho, sendo tido apenas como extensão da cidade.

Breitenbach (2021, p. 11) descreve o Brasil como ultrapassado e ultrajante quando o debate está em torno da questão agrária. A educação como pilar necessário para o desenvolvimento de uma nação – aqui no caso como colônia portuguesa - era entendido único e exclusivamente para a elite da época, excluindo negros, indígenas e migrantes.

> Para o Brasil, que foi colônia de exploração durante mais de 300 anos, o desenvolvimento de um sistema educacional não era considerado prioridade. Assim, as pessoas que exerciam as atividades agrícolas, ou seja, escravos –

> índios e negros africanos – e os colonos imigrantes, encontravam-se em situação de desvantagem, não podiam esperar políticas educacionais, pois não se considerava necessário saber ler e escrever para trabalhar com a terra. (Breitenbach, 2021, p. 11)

A construção de uma narrativa excludente e racista, provou e provoca constantemente, sérias consequências para as populações que vivem no campo. O número de analfabetos é três vezes maior se comparado com a cidade (IBGE, 2008).

Posterior a década de 1930, aconteceram algumas movimentações políticas que beneficiaram minimamente uma educação para o campo. Nesse período, houve a institucionalização das escolas nas chamadas áreas rurais, todavia, em nenhum momento foi debatido a necessidade de contextualizar a realidade do campo nas atividades diárias das escolas.

Shanin (2005, p. 13) salienta que o campo possui costumes e culturas totalmente diferenciadas do urbano, tornando-os seres de uma classe social específica. Sujeitos que lutam constantemente para a manutenção do campesinato em meio as ameaças do capital.

Ademais, a década de 1980 foi marcada por um conjunto de acontecimentos políticos, que marcaram o país até o presente século. O período ficou conhecido pelo fim da ditadura militar (1964-1985) e o início da redemocratização do país.

Em 1988 é promulgado uma nova carta magna, defendido por muitos como exemplo de progresso e unidade. Em meio aos grandes avanços, a ausência e apagamento de questões que sempre foram tidos como *tabus* para a sociedade brasileira, continuaram no esquecimento, como é o caso da reforma agrária.

No tocante ao eixo educacional, a Constituição Federal defendia a criação de uma educação inteiramente gratuita e obrigatória para o ensino fundamental e médio, assim como defendia uma gestão democrática; autonomia nas Universidades e o Plano Nacional de Educação (PNE).

> A Educação deve abranger os processos formativos que desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais civil e nas manifestações culturais. A Educação é um pilar de progresso de um país (LDBEN 9394/96)

Por fim, a segunda metade da década de 1990 é tido como o início de um longo período de lutas em defesa de uma proposta Educacional para a Educação do Campo. O I Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (ENERA), é considerado o marco inicial de um movimento autônomo e múltiplo, em defesa de uma

educação contextualizada ao campo (X Semana Pedagógica das Escolas do Ensino Médio do Campo dos Assentamentos de Reforma Agrária do Estado do Ceará, 2020, p. 05).

Logo após esse período, acontecerão diversos outros avanços na construção de leis, decretos e políticas públicas que almejavam sanar as contradições históricas que o Estado possui para com os povos do campo devido aos longos séculos de exclusão educacional.

É de notório conhecimento estrutural, que o contexto em que nasce a Educação do Campo no Brasil, dar-se por meio de uma dupla exclusão da população campesina, isto é, ao mesmo tempo em que é negado ao camponês e camponesa o direto ao acesso e permanência à terra, a educação, nesses moldes, também é.

Nesse sentindo, o Programa Segunda Licenciatura nas áreas de ciências humanas e sociais, com ênfase em Educação do Campo e questão agrária, descreve algumas características que marcaram essa discrepância educacional dos povos do campo:

> (...) O movimento de Educação do Campo tem colocado em evidência problemas vinculados à escolarização dos povos camponeses, dentre eles: a ausência de escolas no campo; a precariedade quanto à infraestrutura das escolas existentes no campo; a falta de professores com qualificação para a docência; a necessidade de profissionais qualificados residentes no campo; a necessidade de projetos político-pedagógicos que reconheçam o modo de vida no campo; e a realidade cultural camponesa (Programa segunda Licenciatura nas áreas de ciências humanas e sociais, com ênfase em educação do campo e questão agrária 2013, p. 19).

No histórico de lutas dos camponeses no Brasil, há-se a presença de alguns Movimentos Sociais que foram marcadores de classe de grande importância na defesa do camponês e da camponesa. Aqui destacamos as Ligas Camponesas, os Sindicados dos Trabalhadores Rurais, as Associações de Assentamentos, a Pastoral da Terra e o MST.

O ato de preservar a identidade da mulher e do homem campo, a princípio, deveria ser de total responsabilidade do poder estatal, todavia isso em hipótese alguma é existente, pelo contrário, o Estado se torna uma entidade burocrática no tocante as reivindicações dos Movimentos Sociais.

Desde o início da construção da primeira Escola do Campo de Ensino Médio no estado do Ceará, que aconteceu no Município de Madalena, no Assentamento 25 de Maio, no dia 06 de abril de 2010, é perceptível vivenciar as mudanças que tal proposta proporcionam não somente aos estudantes, mas também a comunidade assistida, pois não existe escola sem comunidade, mas existe comunidade sem escola.

Os estudantes da escola José Fidelis de Moura[3], por exemplo, em entrevista, declaram de forma categórica que as escolas do campo vêm auxiliando diariamente nas resoluções dos problemas das comunidades, além de preservarem e colocarem em prática a cultura camponesa.

A Educação do Campo é um método de ensino que vem mostrando de forma real e revolucionária, como realmente o camponês e camponesa devem ser vistos enquanto ser cidadão e de direito.

Historicamente, o Estado foi omisso ao não entender a diversidade que há no campo brasileiro, assim como, ao disseminar uma ideia criminosa e arbitrária ao ato de compreender o camponês como sujeito iletrado, inferior aos moradores da cidade "e que ao mesmo basta apenas o uso da enxada."

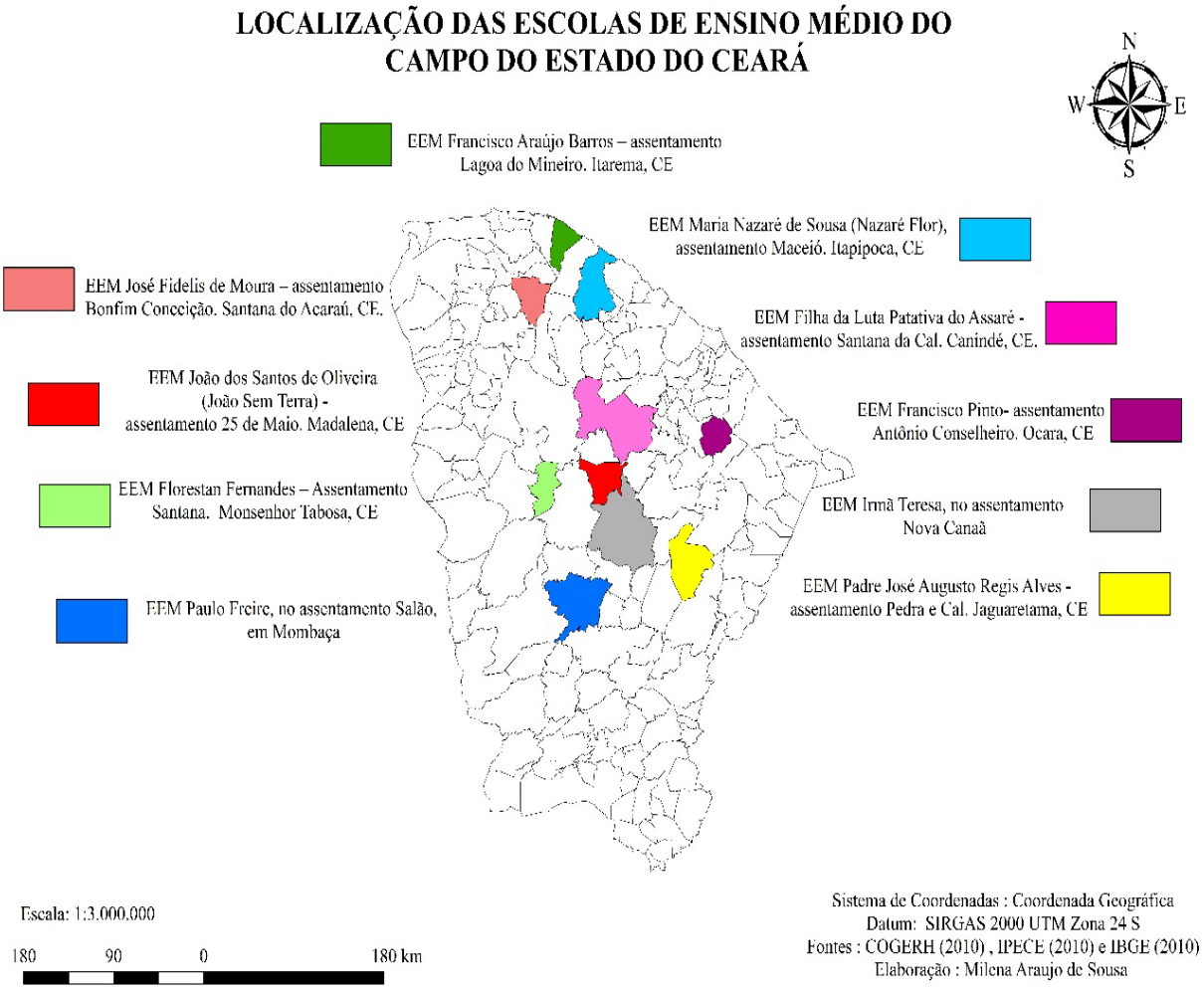
Reverter essa narrativa preconceituosa não é uma tarefa fácil, mas evidentemente, não é impossível, pois o MST, dentre outros Movimento, vem utilizando métodos que andam na contra hegemonia do Estado, e que criam uma verdadeira narrativa dos povos do campo, que compreendem esses sujeitos como construtores da sua própria realidade.

AS ECOLAS DO CAMPO NO CEARÁ: UMA REALIDADE EM CONTRUÇÃO

Atualmente, 2024, o estado do Ceará conta com as seguintes escolas do Campo em funcionamento: são elas: escola João dos Santos Oliveira, no assentamento 25 de maio, em Madalena; Florestan Fernandes, no assentamento Santana, em Monsenhor Tabosa; Nazaré Flor, no assentamento Maceió, em Itapipoca; Francisco Barros, no assentamento Lagoa do Mineiro, em Itarema; José Fidelis, no assentamento Bomfim Conceição, em Santana do Acaraú; Francisca Pinto, No assentamento Antônio Conselheiro, em Ocara; Filha da luta Patativa do Assaré, no assentamento Santana da Cal, em Canindé; Padre José augusto, no assentamento Pedra e Cal, Jaguaretama; Paulo Freire, no assentamento Salão, em Mombaça e Irmã Tereza, no assentamento Nova Canaã, em Quixeramobim. O mapa 1 representa a espacialização das Escolas de Ensino Médio do Campo no estado do Ceará.

[3] Escola do campo, na qual fica localizada no Assentamento Bomfim Conceição, município de Santana do Acaraú, no Ceará.

Mapa 01: espacialização das Escolas do Campo no estado do Ceará.



Elaboração: SOUSA, M. A. Fonte: COGERH (2010); IPECE (2010) e IBGE (2010).

Além do mais, existem outras duas escolas do campo em construção – assentamento Logradouro e assentamento Conceição, ambas localizadas em Canindé -, e outras três para serem construídas – assentamento Palmares, em Crateús; Assentamento Juá, em Sobral; e Assentamento 10 de Abril, no Crato.

Diversos são os fatores responsáveis pela implementação das Escolas de Ensino Médio do Campo no estado do Ceará, tais como: as longas distâncias entre a casa do aluno e a escola, a falta de transporte e má qualidade da estrada, a ausência, por diversas

vezes, de merenda escolar e a não contextualização do ensino à realidade local (Oliveira, 2018, p. 55).

As Escolas do Campo, na qualidade de ensino pedagógico diferenciado, propõem ser uma instituição de ensino divergente da hegemônica. Caldart (2004, p. 272) defende que o conceito de escola carece de ampliação, a luz da realidade do campo, compreendendo que o ambiente escolar não deve ser visualizado apenas como local de apreender a ler, escrever e contar, mas também de formação ao sujeito camponês, como trabalhador, militante, cidadão, entre outros.

Historicamente, o espaço escolar constitui-se como instituição do Estado, organizado por ordenamentos e hierarquias, regras e padrões, mas que ao passar dos anos, tais modelos "engessados", foram sendo moldados por propostas pedagógicas diferenciadas, como a da Educação do Campo, considerado por muitos como uma educação revolucionária (Caldart, 2004).

As Escolas do Campo no Ceará vêm transformando rotineiramente a realidade de dezenas de educandos e educandas do campo. Lucas Oliveira[4], educando da Escola José Fidelis, relatou o antes e o depois ao ingressar em uma escola do Campo.

> Foi bom demais. Eu entrei com medo de não apreender nada, mas isso era coisa da minha cabeça, porque a escola me ensinou muita coisa. Eu antes não gostava de viver no roçado, hoje eu já não quero mais sair do campo (risos), porque aqui tem tudo o que eu preciso. Vou lá no quintal e pego a comida do pé. É bom demais, né?

A realidade transformadora de Lucas, também se faz presente na vida de vários outros educandos espacializados pelas demais escolas no estado. Respeitar a identidade e a cultura do camponês, vem sendo o principal objetivo dessa modalidade de ensino diferenciado.

A assentada Maria de Lurdes Ferreira[5], relata como a Escola do Campo Nazaré Flor[6], vem transformando sua realidade:

> Quando eu cheguei aqui não tinha escola, meu filho, ela só veio depois. Meus filhos tinham que pegar pau de arara pra estudar longe. Eu ficava muito preocupada. Depois que a escola chegou na comunidade, mudou tudo. Mudou até a forma da gente enxergar o interior. Os professores são gente fina, trata a gente como se fosse de casa, sabe? De vez em quando vem um aqui tomar café comigo, eu gosto de mais meu filho, porque eles gostam de escultar as minhas histórias. Quando tem festa na escola, meu Deus! É uma maravilha!

---

[4] Ex-educando da Escola do Campo José Fidelis de Moura. Entrevista realizado no ano de 2020.
[5] Militante do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST.
[6] Escola do Campo que fica localizada no município de Itapipoca, Ceará.

Maria de Lurdes sente-se outra pessoa com a chegada da Escola de Ensino Médio do Campo Nazaré Flor, que fica localizado na macrorregião litorânea cearense do Pecém. É perceptível notar em sua fala a relação harmoniosa entre a escola e a comunidade, mostrando que é possível criar laços reais com as comunidades que estão sendo assistidas pela escola.

Antes, o número de educandos que saiam do campo para ir ao encontro da cidade era mais que alarmante, hoje em dia a realidade já é outra, fruto das Escolas do Campo no estado do Ceará, que ainda são poucas, em detrimento do número de jovens homens e mulheres que moram no campo e carecem de uma educação contextualizada.

Os desafios são inúmeros para a manutenção das Escolas do Campo em nível médio no Ceará, em contrapartida, a luta do Movimento Sem Terra com os assentados, vem gerando grandes expectativas para a aquisição de novas Escolas, da mesma forma, da tão almejada institucionalização da Educação do Campo em solo cearense.

As escolas de ensino médio do campo, como bem afirma Magalhães (2017), portanto, contribui para o fortalecimento do território camponês, ou seja, do trabalho associativo, cooperativo, na perspectiva do desenvolvimento territorial das unidades camponesas ou da agricultura familiar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante as explanações realizadas neste trabalho científico, conclui-se que a Educação do Campo, mesmo em meio a tantas contradições inerentes ao modo capitalista de produção e um Estado, cuja correlação de forças se mantém inalteradas nas mãos de quem controla os meios de produção, ainda sim, ver-se surgir uma proposta de educação voltada para a realidade dos povos do campo, que favorecem e empoderam esses sujeitos sociais. Essa proposta é a Educação do Campo, que por meio das Escolas de Ensino Médio, materializada e em funcionamento em dez Assentamentos de Reforma Agrária, vem contribuindo com a territorialização do campesinato no estado do Ceará.

A Educação do Campo, enquanto conquista da classe camponesa, esboça seu caráter de resistência em não corresponder a uma educação forjada nos princípios do sistema capitalista. Assim, essas escolas vêm reafirmar a resistência em defesa do saber popular, da cultura, enfim do modo de vida da população camponesa como conteúdo necessário a formação dos sujeitos sociais do campo.

A importância das escolas do campo vai além de muros de concreto do espaço físico bem equipado é o espaço onde os jovens se concentram para aprender conteúdos que diz respeito a sua realidade vivenciada valorizando o seu modo de vida, contribuindo para a construção do sujeito crítico intelectual fortalecendo não somente a luta ideológica, mas a permanência desses sujeitos no campo.

Esse processo somente foi possível através da luta e resistência por parte dos Movimentos Sociais campesinos, em especial o Movimento dos Sem Terra.

O campesinato cria e se recria em meio ao modo de produção capitalista. Desse modo, a luta diária pela implementação da Educação do Campo é tarefa central não somente dos campenses, mas também daqueles e daquelas que acreditam em um projeto popular de soberania para o campo brasileiro.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei n.º 9394 de 20 de Dezembro de 1996**. – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2003.

BREITENBACH, Vanesa Fabiane. **A Educação do Campo no Brasil: uma história que se escreve entre avanços e retrocessos**. Revista Espaço Acadêmico – Nº 121 – junho de 2021.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

DINIZ, Aldiva Sales. Educação do Campo Como um Processo de Resistência: A Experiência do PRONERA Na Universidade Estadual Vale Do Acaraú, Estado do Ceará. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária,** v. 14, n. 32, p. 325-345, abr., 2019

DINIZ, Aldiva Sales. **Contribuições teóricas para compressão do campesinato**. Revista da casa de Geografia de Sobral, Sobral, CE, V. 12, n 1, p 35-46, 2010.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Síntese de Educadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2008**. Rio de Janeiro 2008. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatisitca/populacao/condicaodevida.pdf. Acesso em 12 de junho de 2023.

MAGALHÃES, Sandra Maria**. A Educação do Campo no fortalecimento do Campesinato: da ação dos sujeitos coletivos à construção de escola em formação**/Sandra Maria Fontenele. – 2017.

OLIVEIRA, Adeliane Vieira de. **A Educação do Campo e a Agroecologia na constituição do Campesinato no Ceará, Brasil**/Adeliane Vieira de Oliveira – 2018.

Programa segunda licenciatura nas áreas de ciências humanas e sociais, com ênfase em educação do campo e questão agrária. Sobral/CE, 2013.

SHANIN, Teodor**. A definição de Camponês: conceituações e desconceituações– o velho e o novo em um discursão marxista**. Julho/dezembro de 2005.

X Semana Pedagógica das Escolas do Ensino Médio do Campo dos Assentamentos de Reforma Agrária do Estado do Ceará. Canindé, Ceará. Janeiro de 2020.

A Escrita do lugar: Da Resistência a resiliência - Distrito Nova Alvorada – Comodoro – MT

Euzemar Fátima Lopes Siqueira [1]

Cleber Augusto Cardoso [2]

RESUMO

A Escola Estadual Deputado "Djalma Carneiro da Rocha" é uma instituição de ensino que se dedica à modalidade da Educação do Campo, proporcionando uma educação de qualidade voltada para as necessidades e realidades das comunidades rurais. O objetivo desse artigo é demonstrar a importância do registro das ações que valorizam o lugar onde o estudante vive, a partir da percepção da sua vivência na produção agroecológica e na preservação do meio ambiente. A pesquisa realizada possui um caráter qualitativo e social, e para alcançar seus objetivos, foram adotados os seguintes procedimentos metodológicos: pesquisa de campo, pesquisa documental, levantamento e estudo bibliográfico. Como resultado, observou-se que o estímulo ao protagonismo juvenil, a partir da escrita do lugar baseada nas vivências dos estudantes, motivou-os a participar de eventos promovidos pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) e a se tornarem Bolsistas Júnior do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Esses acontecimentos marcaram os primeiros passos desses estudantes na iniciação científica.

Palavras-chave: Educação do Campo; Escrita do Lugar; Identidade; Resistência; Resiliência.

Resumen:
La Escuela Estatal Deputado "Djalma Carneiro da Rocha" es una institución educativa dedicada a la Educación Rural, brindando educación de calidad enfocada en las necesidades y realidades de las comunidades rurales. El objetivo de este artículo es demostrar la importancia de registrar acciones que valoren el lugar donde vive el estudiante, a partir de la percepción de su experiencia en producción agroecológica y preservación ambiental. La investigación realizada tiene un carácter cualitativo y social, y para lograr sus objetivos se adoptaron los siguientes procedimientos metodológicos: investigación de campo, investigación documental, encuesta y estudio bibliográfico. Como resultado, se observó que el fomento del protagonismo juvenil, a partir de la escritura del lugar a partir de las vivencias de los estudiantes, los motivó a participar de eventos promovidos por la Universidad Estadual de Mato Grosso (UNEMAT) y a convertirse en Junior Scholars. del Consejo Nacional de Desarrollo Científico y Tecnológico (CNPq). Estos hechos marcaron los primeros pasos de estos estudiantes en la iniciación científica.

Palabras clave: Educación Rural; Escritura de Lugar; Identidad; Resistencia; Resiliencia.

[1] Professora Mestre, Licenciada e Bacharel em Geografia Professora da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso, integrante do Grupo de Estudo Geografia Agraria e Unidade de Conservação do Pantanal da UFMT, Colaboradora do Projeto de Mostra/Olimpíadas dos Povos Tradicionais, Quilombola e Indígena da UNEMAT E-mail: eflsiqueira@gmail.com

[2] Graduado em Pedagogia e Educação física professor efetivo da rede estadual de ensino lotado na EE Djalma Carneiro da Rocha – Comodoro-MT E-mail clebercardoso100@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A Escola Estadual Deputado "Djalma Carneiro da Rocha", está situada na Avenida Júlio Campos S/N, no distrito de Nova Alvorada no Município de Comodoro/Mato Grosso. Oferta o Ensino Fundamental organizado em Ciclos de Formação Humana com duração de três anos cada, Educação de Jovens e Adultos - EJA II Segmento, Ensino Médio Regular e ofertou o EMIEP (Ensino Médio Integrado à Educação Profissional/Agroecologia) até o ano de 2018.

O quadro de profissionais que atuam na escola é composto por 70 % de professores de contrato temporário com graduação nas diversas áreas do conhecimento. O atendimento como salas anexas localizadas em prédio de escolas municipais existentes nas comunidades. Nesta unidade escolar são ofertados turma de Ensino Médio, sendo que a mais próxima fica em um raio de 16 quilômetros e a mais distante num raio de 100 quilômetros, nestas 07 (sete) comunidades atendemos 23 turmas de Ensino Médio com turmas multisseriadasdas turmas é realizado na Escola Sede, assim, em 07 (sete) comunidades distintas, consideradas.

Este artigo discorre sobre o processo de construção de um currículo específico da EE Djalma Carneiro da Rocha e suas práticas pedagógicas, desta forma o objetivo central é demonstrar sobre a importância do registro das ações que valorizam o lugar onde o estudante vive, a partir da percepção da sua vivência na produção agroecológica e na preservação do meio ambiente, que se inicia como a realização de seminários cuja finalidade é o de promover o protagonismos juvenil dos estudantes por meio de pesquisa qualificada e orientadas pelos professores, apresentados em Seminário do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, e posteriormente nos Seminário do Ensino Médio após o encerramento da oferta do EMIEP.

Apresentasse-a a importância da continuidade deste processo após o isolamento causado pela pandemia com a participação dos estudantes da escola na I Mostra Científica dos Povos Tradicionais Quilombola e Indígena, na II Mostra Científica, I Olimpíadas dos Povos Tradicionais Quilombola e Indígena apontando a importância da iniciação científica e a escrita do lugar.

METODOLOGIA

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa, que permite a interação do pesquisador com os sujeitos envolvidos. A escolha metodológica é essencial quando se trata de

questões relacionadas ao comportamento social. A pesquisa social é apropriada para investigações científicas, pois ela permite analisar os fenômenos que emergem das vivências dos sujeitos, o que se alinha com a análise proposta neste estudo. Essa metodologia se mostra fundamental para compreender e analisar a complexidade das experiências e interações sociais dos indivíduos envolvidos na pesquisa.

> A realidade social é o próprio dinamismo da vida individual e coletiva com toda a riqueza de significados dela transbordante. Essa mesma realidade é mais rica que qualquer teoria, qualquer pensamento e qualquer discurso que possamos elaborar sobre ela. Portanto, os códigos das ciências que por sua natureza são sempre referidos e recortados são incapazes de a conter (Minayo, 2002, p. 15).

Para a realização desta pesquisa foram utilizados os seguintes procedimentos metodológicos: pesquisa de campo, pesquisa documental, e levantamento e estudo bibliográfico. Sendo realizado a análise dos documentos referente ao planejamento do professor, assim como análise do Projeto Político Pedagógico, com intuito de observar o desenvolvimento do trabalho com a horta pedagógica, viveiro de mudas, aviários e criação de animais e sua interlocução como os objetos do conhecimento pertinente ao desenvolvimento sustentável e sócio biodiversidade e sustentabilidade.

REFERENCIAL TEÓRICO

Escola Estadual Djalma Carneiro Da Rocha E Suas Práticas Pedagógica: Na Construção De Um Currículo Específico inicia-se a partir da Constituição Federal de 1988, conhecida como constituição cidadã, houve o reconhecimento de especificidades para as diversidades dos povos originários, dos povos quilombolas e do povo de campo. E no caso específico do campo no artigo 28 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (1996) e traz a questão do atendimento diferenciado e valorização da vida no meio rural.

Dessa forma, foram realizadas duas conferências para discutir a caminhada da Educação do Campo: a I Conferência por uma Educação do Campo em 1998 e a II Conferência por uma Educação do Campo em 2004. Esses eventos foram promovidos pelos movimentos sociais, Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e a Instituição de Ensino Superior - UNB. Após debates e a elaboração dos documentos-base, esses subsídios influenciaram a criação de pareceres e leis específicos para a Educação do Campo, destacando-se o decreto presidencial Decreto Nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, que trata da política de educação do campo e do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA.

Nesse contexto, o estado de Mato Grosso também passou a instituir Políticas Educacionais para a modalidade do Campo, seguindo o exemplo do que estava acontecendo no país. Dentro desse processo, a Escola Estadual Djalma Carneiro da Rocha foi inserida no circuito das Políticas Públicas para as Escolas do Campo.

Ela começou a desenvolver práticas pedagógicas voltadas para as especificidades do campo, implementando projetos contínuos ao longo do ano letivo, como: a Horta Pedagógica; o Viveiro de Mudas e Aviários. Além disso, a escola passou a realizar aulas de campo por meio de visitas técnicas em sítios das comunidades locais, assim como em municípios circunvizinhos, como as hortas em Mata da Onça no município de Campos de Júlio, a Hidroponia em Comodoro, e a Criação de Suínos em Sapezal. Essas iniciativas demonstram o comprometimento da escola em promover uma educação alinhada com a realidade e as necessidades do campo.

Ressalta-se que uma das ações que contribui para o fortalecimento da compreensão da educação do campo na escola foi a oferta do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional – EMIEP com o curso de Agroecologia em 2010, o que proporcionou o processo de formação junto ao coletivo da escola, e o desenvolvimento do Protagonismo Juvenil com a realização de pesquisas científicas e apresentação dos trabalhos em Seminários Organizados pela Escola.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em 2010, a Escola Estadual Djalma Carneiro da Rocha foi uma das escolas contempladas para oferecer o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional - EMIEP, com o curso de Agroecologia. Essa conquista foi uma ação de destaque que fortaleceu a especificidade do campo em uma abordagem contra hegemônica. Anteriormente, o curso dessa categoria só poderia ser oferecido em municípios com uma população acima de 20.000 (vinte mil) habitantes. Se esses critérios tivessem permanecido, as escolas do campo nunca teriam a oportunidade de oferecer esse curso.

O curso de Agroecologia foi concebido com uma matriz curricular voltada para a preservação e conservação do meio ambiente. Ele buscou alternativas e propostas para o desenvolvimento sustentável, com um dos princípios fundamentais sendo a preservação e conservação da biodiversidade. Isso incluiu o cuidado com o solo e a promoção da interação entre a fauna e a flora, contribuindo para a auto regulação do agroecossistema nas propriedades rurais.

O registro das ações provocou a realização de pesquisas voltadas para as atividades desenvolvidas no curso. Os estudantes se envolveram em pesquisas científicas relacionadas a essa temática, apresentando propostas e, ao final do curso, defendendo seus Trabalhos de Conclusão de Curso - TCC.

Nesse contexto, a equipe gestora e a equipe pedagógica, em colaboração com o Coletivo dos Estudantes, decidiram realizar um Seminário para a apresentação e validação das pesquisas. Isso permitiu que o conhecimento gerado fosse compartilhado com toda a comunidade local, fortalecendo ainda mais o compromisso da escola com a educação do campo e a preservação ambiental.

O Seminário do Ensino Médio foi um evento planejado pela escola no ano de 2009, com o objetivo de proporcionar aos estudantes a oportunidade de expor seus trabalhos e pesquisas realizadas. Para a realização desse evento, foi necessário um planejamento que envolveu a coleta de trabalhos da escola sede e das salas anexas, além de contar com a participação de diversos convidados que contribuíram para o sucesso tanto dos estudantes quanto da escola como um todo.

Esse seminário não apenas ofereceu uma plataforma para que os estudantes apresentassem suas pesquisas, mas também promoveu a troca de conhecimento e experiências entre os alunos da escola e os convidados. Foi uma oportunidade valiosa para enriquecer o ambiente educacional e fortalecer a aprendizagem colaborativa. A iniciativa demonstra o compromisso da escola em valorizar o trabalho dos estudantes e incentivar seu envolvimento ativo na construção do conhecimento.

O primeiro seminário ocorreu no ano de 2010, desde então todos os anos o mesmo é realizado sistematicamente, abaixo a descrição deste trabalho ao longo dos anos:

- ✓ Seminário Do Ensino Médio Perspectivas e Desafios;
- ✓ Seminário Perspectivas e Desafios para o Ensino Médio;
- ✓ III Seminário - desafios da educação do campo: práticas de pesquisa em construção;
- ✓ IV Seminário Do Ensino Médio diálogo ambiental no contexto escolar: saberes e práticas em construção;
- ✓ V Seminário da E.E. Dep. Djalma Carneiro da Rocha Diálogo Sustentável no Contexto da Educação do Campo;

- ✓ VI Seminário Do Ensino Médio: Conquistas e Desafios nas Práticas Pedagógicas da Educação do Campo;
- ✓ VII Seminário Do Ensino Médio Da E.E. dep. Djalma Carneiro da Rocha Diálogo Sustentável no Contexto da Educação do Campo Atual;
- ✓ VIII Seminário do Ensino Médio tema: Agroecologia, Agricultura Familiar e Tecnologia como mecanismos de fortalecimento da Educação do Campo;
- ✓ IX Seminário do Ensino Médio tema: Educação Do Campo: Agroecologia, Agricultura Familiar e Tecnologia Perante Novos Desafios da Educação Atual;
- ✓ X Seminário tema: Construção de conhecimento com base na Sustentabilidade, Agricultura Familiar e Tecnologia Agroecológica.

A realização desses Seminários está alinhada com a proposta da educação do campo defendida pelos movimentos sociais do campo. Conforme Caldart (2017) destaca, as escolas têm aprofundado, em seu contexto histórico, o compromisso político com a luta social pelo avanço e entendimento de uma agricultura camponesa possível, com uma abordagem voltada para a agroecologia. Isso é essencial, pois a própria existência da escola pública do campo depende da afirmação de um processo de territorialização da agricultura camponesa, em contraposição às concepções e práticas relacionadas às forças capitalistas presentes no campo.

Os Seminários do Ensino Médio se tornam um espaço relevante para a promoção dessa visão educacional, pois permitem que os estudantes compartilhem seus trabalhos e pesquisas relacionados à agroecologia e às questões do campo. Além disso, ao convidar diversos participantes e especialistas, esses eventos enriquecem ainda mais o debate sobre a agricultura camponesa e a importância da educação do campo na luta social por um ambiente rural mais sustentável e justo.

Portanto, esses Seminários não apenas fortalecem a educação do campo, mas também contribuem para o confronto e a reflexão sobre as concepções e práticas em face das influências capitalistas presentes no campo, promovendo uma abordagem mais alinhada com os interesses das comunidades rurais e dos movimentos sociais do campo.

> E a agroecologia, como base científica-tecnológica e, ao mesmo tempo, expressão da agricultura camponesa capaz de confrontar o agronegócio, não pode ficar do projeto educativo das escolas que pretendem ajudar na formação da nova geração de camponeses e de trabalhadores associados em geral (Caldart, 2017, p.147).

O isolamento social imposto pela pandemia do Covid-19, em 2020, teve como consequência a suspensão dos seminários, já que esse período exigiu uma adaptação à nova realidade imposta e representou um desafio para a escola em relação ao atendimento aos estudantes. A precariedade na rede de internet e a falta de dispositivos eletrônicos, como celulares e tablets, em muitos lares dos estudantes tornaram difícil a continuidade das atividades.

No entanto, surgiu uma oportunidade quando a UNEMAT promoveu a I Mostra Científica Povos Tradicionais Quilombolas e Indígenas. Alguns estudantes, em colaboração com seus professores, perceberam nesse evento a chance de participar e concorrer a bolsas júnior, apresentando artigos que abordassem a realidade de seu local de origem. Essa alternativa permitiu que os estudantes continuassem a se envolver em atividades acadêmicas mesmo durante o período de isolamento, demonstrando sua resiliência e comprometimento com a educação.

O respeito pela diversidades existente, se torna uma necessidade de tornar público de maneira sistematizada, desta forma o CNPq, detinha recursos a projetos destinado a Iniciação Científica possibilitando , concretizar os formas de aprendizagem participativa, que se consideram as diversidade humana, consolidando a edificação de ações motivacionais a aprendizagem, evidenciando recursos educacionais em uma perspectiva inclusiva, advertindo todos os estudantes, proporcionando melhoria na qualidade do ensino e promovendo o sucesso individual das pessoas.

Em 2021, a UNEMAT organizou a I Mostra Científica dos Povos Tradicionais, Quilombolas e Indígenas, financiada pelo CNPq, uma entidade ligada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, que tem como objetivo incentivar a pesquisa no Brasil.

Diante dessa oportunidade, a Escola Estadual Djalma Carneiro da Rocha identificou a chance de seus estudantes participarem desse evento, que promove a iniciação científica. A escola inscreveu vários estudantes, e seus artigos foram selecionados para publicação no *e-book* do evento, além de possibilitar o recebimento de bolsas científicas júnior e orientação pedagógica da UNEMAT.

A participação em eventos como esse traz à tona a perspectiva de dar visibilidade à localidade como um ponto de referência cultural, destacando tanto seus bens materiais

quanto imateriais. Isso sublinha a importância da escrita como ferramenta para o reconhecimento das experiências e vivências dos estudantes.

Em 2022, houve uma ampliação significativa da participação dos estudantes na II Mostra Científica e I Olimpíada dos Povos Tradicionais, Quilombolas e Indígenas. Todos os estudantes do 1º e 2º ano do ensino médio foram contemplados novamente. Eles se empenharam na motivação para escrever artigos relacionados às questões pertinentes ao território ao qual pertencem e às práticas agroecológicas desenvolvidas na escola, com aplicabilidade nos quintais das propriedades dos estudantes. Essa abordagem permitiu o registro e o desenvolvimento de habilidades relacionadas à pesquisa científica.

A intenção da escola é retomar a realização do Seminário do Ensino Médio, incentivando a participação dos estudantes em eventos científicos cujo objetivo seja a divulgação das pesquisas e sua contribuição para a valorização da comunidade local. Dessa forma, a escola reforça seu compromisso com a promoção da educação do campo e o desenvolvimento de seus estudantes como agentes ativos de transformação e desenvolvimento da região em que vivem.

Observa-se a importância do registro pela escrita:

> Longe de uma hierarquização entre o letramento e a oralidade, defendo o direito à escrita, prática socialmente produzida, aperfeiçoada e estudada. Foi na investigação da antiguidade greco-romana, que o filósofo que nos deixou um brevíssimo tratado sobre a “escrita de si” encontrou um modo de compreender a escrita para além da grafia de signos em um suporte (Marques, 2021, p. 150).

Um exemplo que serve de base para a pesquisa científica é o Viveiro Escolar, um projeto que busca estabelecer uma conexão entre a escola e a comunidade. Esse projeto foi concebido com o propósito de apoiar os agricultores do Distrito de Nova Alvorada e áreas circundantes por meio da distribuição de mudas de espécies nativas. Essas mudas são destinadas à recuperação de Áreas de Preservação Permanente (APPs) e Áreas de Reserva Legal (ARL).

É importante ressaltar que os agricultores da região estão atualmente envolvidos no processo de CAR - Cadastro Ambiental Rural, o qual já implica a necessidade de recuperação dessas áreas. Diante dessa situação, a equipe gestora e os professores da Escola Estadual Deputado Djalma Carneiro da Rocha, em colaboração com os estudantes do Curso Técnico em Agroecologia, conceberam e implementaram um trabalho voltado para a produção de mudas de árvores nativas da região.

Esse projeto não apenas contribui para a pesquisa científica, mas também demonstra um compromisso com a preservação ambiental e a sustentabilidade local. Ele é um exemplo concreto de como a escola pode desempenhar um papel ativo na promoção de práticas agroecológicas e na restauração de ecossistemas naturais, ao mesmo tempo em que envolve os estudantes em experiências práticas valiosas relacionadas à agricultura e à conservação ambiental. Esse tipo de iniciativa ilustra como a pesquisa científica pode ser aplicada de maneira prática e benéfica para a comunidade local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escrita desempenha um papel fundamental na perpetuação da resistência dos camponeses em seus territórios. A Educação do Campo, como política pública estabelecida no país, fortalece a formação humana dos sujeitos que habitam essas regiões, e esse é um processo que se desenvolve ao longo do tempo, abrangendo curto, médio e longo prazo.

Motivar os estudantes a partir de suas próprias vivências é uma maneira poderosa de fortalecer a identidade e o senso de pertencimento desses sujeitos, que são os povos do campo, das águas e das florestas. Eles desempenham um papel vital na preservação da sociobiodiversidade, e essa preservação é possível graças ao conhecimento local e à sua sistematização. Quando esse conhecimento é documentado e publicado, ele se transforma em ciência.

O protagonismo juvenil é uma maneira de sensibilizar e conscientizar os jovens sobre a importância desse conhecimento local e da pesquisa. Tornar-se um bolsista júnior não apenas reconhece o valor da iniciação científica, mas também ressignifica a resistência, demonstrando a resiliência por meio da escrita.

O projeto da UNEMAT foi fundamental para incentivar a participação dos estudantes nos eventos da Mostra e Olimpíada dos Povos Tradicionais, Quilombolas e Indígenas. Esses eventos proporcionaram oportunidades para o desenvolvimento de pesquisas e a publicação dos resultados em um *e-book*. Isso não apenas valoriza o conhecimento local, mas também permite que esses estudantes contribuam para a divulgação desse conhecimento e sua aplicação na preservação da sociobiodiversidade, reforçando assim a importância da educação do campo como um instrumento de transformação e resistência.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

CALDART, R. S. Trabalho, agroecologia e educação politécnica nas escolas do campo**.** In: CALDART, R. S. (Org.) **Caminhos para Transformação da Escola $ - Trabalho, agroecologia e estudo nas escolas do campo**. Editora Expressão Popular. p. 115-160. S. Paulo S.P, 2017.

MARQUES. A. C. O. Caderninho Vermelho**.** In: VASCONCELLOS, L.C F. **Coluna Opinião** – Texto Selecionados 2019/2020 – S. Paulo. Assertivas Editorial. 2021.

MINAYO, M. C.de S.; GOMES, S. F. D. R.(org.). **Pesquisa Social, Teoria, método e criatividade.** 27ª edição. Petrópolis – RJ: Ed. Vozes, 2002.

TRIVIÑOS, A.N. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais**: A Pesquisa Qualitativa em Educação. São Paulo: Editor.

A FORMAÇÃO CONTINUADA DE DOCENTES COMO ESTRATÉGIA DE AFIRMAÇÃO POLÍTICO-IDENTITÁRIA NAS ESCOLAS DO CAMPO[1]

Evaristo José de Lima Neto[2]

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar uma experiência de formação continuada de docentes que atuam na pedagogia da alternância no estado do Maranhão, e suas repercussões nas estratégias de afirmação político identitária das escolas do campo. Esta experiência tem sido desenvolvida a partir de uma parceria da União das Associações das Escolas Famílias Agrícolas do Maranhão-UAEFAMA e a Universidade Federal do Maranhão-UFMA. Para tanto foi desenhada uma proposta metodológica de caráter qualitativo e quantitativo. Durante o período de execução dos módulos de formação foram realizadas entrevistas com os docentes-cursistas, membros da direção da UAEFAMA e da equipe UFMA. Se recorreu à técnica de observação-participante no sentido de apreender os elementos centrais que orientaram, por exemplo, a definição dos temas e questões a serem abordados nas formações e a participação e interações entre docentes cursistas, docentes formadores, material didático e os conteúdos trabalhados. A identificação, sistematização e análise dessa gama de fontes, permitiu identificar os principais temas políticos-identitários presentes no contexto formativo, como a questão agrária, ambiental, relações de gênero, relação campo-cidade, questionamento ao modo capitalista de produção, territorialidades, agroecologia, dentre outros. Assim como a influência da Pandemia COVID-19, com a proposição de temas que abordassem as relações interpessoais e saúde mental. Por fim o estudo revela o caráter dialógico desta experiência, e denota a autonomia conquistada pelo movimento da pedagogia da alternância no sentido de propor políticas educacionais que façam a correção histórica da desigualdade, bem como a proposição de um outro projeto de vida para o campo.

Palavras-chave: Formação continuada, educação do campo, Maranhão.

RESUMEN

El presente trabajo tiene como objetivo analizar una experiencia de formación continua de docentes que actúan en la pedagogía de la alternancia en el estado de Maranhão, y sus repercusiones en las estrategias de afirmación de la identidad política de las escuelas rurales. Esta experiencia se ha desarrollado a partir de una asociación entre la União das Associações das Escolas Famílias Agrícolas do Maranhão-UAEFAMA e a Universidade Federal do Maranhão-UFMA. Para ello, se diseñó una propuesta metodológica de caráter cualitativos y cuantitativos. Durante el período de ejecución de los módulos de capacitación, se realizaron entrevistas con los profesores, miembros de la junta directiva de la UAEFAMA y el equipo de la UFMA. Se utilizó la técnica de observación participante con el fin de aprehender los elementos centrales que

[1] O presente trabalho é resultado de reflexões a cerca do desenvolvimento do projeto de extensão universitária "Fortalecimento da formação continuada de docentes que atuam na pedagogia da alternância no Maranhão" fomentado pela Pró reitoria de extensão e cultura da Universidade Federal do Maranhão-PROEXCE/UFMA.

[2] Doutor em Ciências Sociais; docente do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas do Centro de Ciências de Bacabal-CCBA; da Universidade Federal do Maranhão-UFMA; evaristo.jose@ufma.br

orientaron, por ejemplo, la definición de los temas y cuestiones a tratar en las formações y la participación e interacciones entre los profesores del curso, los formadores de profesores, el material didáctico y los contenidos trabajados. La identificación, sistematización y análisis de esta gama de fuentes permitió identificar los principales temas político-identitarios presentes en el contexto formativo, como las cuestiones agrarias y ambientales, las relaciones de género, la relación campo-ciudad, el cuestionamiento del modo de producción capitalista, las territorialidades, la agroecología, entre otros. Así como la influencia de la Pandemia COVID-19, con la propuesta de temas que abordaron las relaciones interpersonales y la salud mental.Finalmente, el estudio revela el carácter dialógico de esta experiencia, y denota la autonomía conquistada por el movimiento de la pedagogía de la alternancia en el sentido de proponer políticas educativas que hagan la corrección histórica de la desigualdad, así como la propuesta de otro proyecto de vida para el campo.
Palabra-clave: Educación continua, educación rural, Maranhão.

INTRODUÇÃO

A Pedagogia da Alternância enquanto método de ensino, surgiu em 1935, a partir da insatisfação de um grupo de agricultores franceses, diante da incapacidade do sistema educacional oficial, em atender as especificidades da educação para o meio rural. Para tanto construíram uma metodologia de organização do ensino escolar, que conjuga diferentes experiências formativas distribuídas ao longo de tempos e espaços distintos, os chamados “tempo escola” e o “tempo família”. A experiência brasileira com a Pedagogia da Alternância começou em 1969 no estado do Espírito Santo, onde foram construídas as três primeiras Escolas Famílias Agrícolas. A Pedagogia da Alternância pode ser identificada a partir de seu princípio fundamental de articulação entre “escola” e “vida” e de sua vinculação com os movimentos sociais dos trabalhadores e trabalhadoras do campo (NOZELLA, 2012). Pedagogicamente caracteriza-a como uma pedagogia vocacional a serviço dos jovens do meio rural, orientada pelo objetivo fundamental de mudança social, fazendo uso de um plano de estudo, em um ambiente educativo com pequenos grupos, tendo assegurada a participação dos pais agricultores (NOZELLA 2012).

Neste contexto, o presente trabalho tem como objetivo analisar uma experiência de formação continuada de docentes que atuam na pedagogia da alternância no estado do Maranhão, e suas repercussões nas estratégias de afirmação político identitária das escolas do campo. Esta experiência tem sido desenvolvida a partir de uma parceria da União das Associações das Escolas Famílias Agrícolas do Maranhão-UAEFAMA e a Universidade Federal do Maranhão-UFMA, no âmbito das ações de extensão da referida universidade. Fundada em 1997, e sediada na cidade de Bacabal, a UAEFAMA tem sido uma entidade de representação e apoio técnico e político de Escolas Família Agrícolas-EFA a ela associadas. Atualmente conta com 38 EFAs distribuídas em 37 municípios do estado do Maranhão, as quais atendem cerca de 2,9 mil estudantes de ensino fundamental

e médio. Entre outras ações, a UAEFAMA tem se dedicado ao longo de sua existência, em garantir a formação continuada dos quadros docentes das EFAs associadas. Até meados da primeira década deste século, o apoio financeiro e institucional para as atividades de formação docente, eram oriundos de projetos de cooperação com entidades confessionais, ONG's e da celebração de convênios eventuais com as distintas esferas estatais. Contudo, nos últimos anos, estes recursos vêm diminuindo, inviabilizando o processo de formação no momento presente. Fato que a médio e longo prazo pode comprometer a qualidade do ensino, tanto no aspecto técnico-científico quanto no aspecto político-identitário.

Por outro lado, nesta mesma quadra ocorre reativação do campus avançado da UFMA na cidade de Bacabal, fato possibilitado pela entrada em vigor do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), com o funcionamento de cursos de licenciatura em ciências humanas, naturais, agrárias e letras. Sendo nesta instituição que a UAEFAMA encontrou acolhida para suas demandas de formação continuada dos docentes de suas associadas. Neste sentido a partir do ano de 2018, foi iniciado o projeto de extensão intitulado "Fortalecimento da formação continuada de docentes que atuam na pedagogia da alternância no Maranhão" que consiste na oferta de cursos presenciais de atualização, distribuídos em módulos com duração de 20h/aula cada, contemplando equitativamente as áreas de conhecimento de Ciências Humanas, Ciências Naturais, Letras e Ciências Agronômicas, ministrados por docentes do quadro da Universidade Federal do Maranhão CAMPUS III/Bacabal[3].

Caliari, 2002 ressalta que a Pedagogia da Alternância tem se apresentado como uma alternativa bastante adequada para a Educação do Campo, oferecendo também uma importante contribuição no processo de construção do desenvolvimento local rural. Toledo (2000) advoga em favor dos modelos propostos pela Pedagogia da Alternância por se contraporem aos modelos ofertados pelas escolas convencionais. Enquanto o ensino convencional se dá, tendo a escola como uma instituição desatrelada dos anseios da comunidade por estar primordialmente ligada às demandas do sistema político e econômico do Estado, o modelo proposto pela Pedagogia da Alternância, por sua vez, orienta princípios que buscam favorecer uma boa dinâmica de interação com a comunidade, atendendo às necessidades da comunidade a que serve. Entre os muitos desafios enfrentados por estas escolas, está a realização da formação continuada do seu

[3] O projeto continua vigente até o momento desta publicação.

quadro docente. De acordo com SCHNETZLER; ROSA (2003) a formação continuada dos quadros docentes tem sido um fator preponderante para manutenção e melhoria da qualidade dos processos de ensino e aprendizagem, na medida em que estes processos propiciam reflexões críticas sobre a própria prática pedagógica, a superação de uma visão simplista da atividade docente, (que concebe que para ensinar basta conhecer o conteúdo e utilizar algumas técnicas pedagógicas) por uma visão que torne o um pesquisador de sua própria prática profissional.

METODOLOGIA

A investigação acadêmica e a análise do processo de formação continuada levada à cabo pela parceria UAEFAMA-UFMA, se orientou a partir de uma questão central: quais elementos presente nas ações de formação continuada de docentes das EFAs associadas à UAEFAMA concorrem para a consecução da afirmação político-identitária das escolas do campo? Para tanto foi desenhada uma proposta metodológica na qual foram acionados distintos instrumentos de construção de dados, de caráter qualitativo e quantitativo.

Durante o período de execução dos módulos de formação foram realizadas entrevistas com os docentes-cursistas, membros da direção da UAEFAMA e da equipe UFMA. Se recorreu à técnica de observação-participante no sentido de apreender os elementos centrais que orientaram, por exemplo, a definição dos temas e questões a serem abordados nas formações e a participação e interações entre docentes cursistas, docentes formadores, material didático e os conteúdos trabalhados.

A pesquisa documental também compôs o frame metodológico do trabalho, dada a diversidade de documentação produzida no planejamento, execução e avaliação das atividades (listas de frequências, materiais didáticos, fichas de avaliação qualitativa dos módulos ofertados, etc). A identificação, sistematização e análise dessa gama de fontes, permitiu identificar os principais temas políticos-identitários presentes no contexto formativo, como a questão agrária, ambiental, relações de gênero, relação campo-cidade, questionamento ao modo capitalista de produção, territorialidades, agroecologia, dentre outros. Assim como a influência da Pandemia COVID-19, com a proposição de temas que abordassem as relações interpessoais e saúde mental.

REFERENCIAL TEÓRICO

A Pedagogia a Alternância enquanto método de ensino, surgiu em 1935, a partir da insatisfação de um pequeno grupo de agricultores franceses com a incapacidade do sistema educacional oficial em atender as especificidades da educação para o meio rural. Para tanto construíram uma metodologia de organização do ensino escolar, que conjuga diferentes experiências formativas distribuídas ao longo de tempos e espaços distintos, os chamados “tempo escola” e o “tempo família”.

A experiência brasileira com a Pedagogia da Alternância começou em 1969 no estado do Espírito Santo, onde foram construídas as três primeiras Escolas Famílias Agrícolas. A Pedagogia da Alternância pode ser identificada a partir de seu princípio fundamental de articulação entre escola e vida e de sua vinculação com os movimentos sociais dos trabalhadores. (NOZELLA, 2012). Pedagogicamente caracteriza-a como uma pedagogia vocacional a serviço dos jovens do meio rural, orientada pelo objetivo fundamental de mudança social, fazendo uso de um plano de estudo, em um ambiente educativo com pequenos grupos, tendo assegurada a participação dos pais agricultores (NOZELLA 2012).

Neste sentido, Caliari, 2002 ressalta que a Pedagogia da Alternância têm se apresentado como uma alternativa bastante adequada para a Educação do Campo, oferecendo também uma importante contribuição no processo de construção do desenvolvimento local rural. Outros estudos apontam ainda para o papel da Pedagogia da Alternância no fortalecimento da agricultura familiar, especialmente por oferecer outra perspectiva educativa, mais adequada à realidade dos jovens camponeses, uma vez que surgiu como resposta às dificuldades enfrentadas pelos filhos e filhas de agricultores familiares no em relação ao ensino urbano (NASCIMENTO, 2000; BERGANAMI, 2003; MAGALHÃES, 2004).

Neste contexto, a dinâmica da interação entre famílias e a escola constitui-se como elemento fundamental do processo educativo em alternância, cuja inovação está em proporcionar ao educando a utilização do seu cotidiano, das suas experiências, das suas leituras de mundo, como subsídios significativos para a aquisição do código escrito da língua e do letramento. Ressalta, também, as relações que o alfabetizando estabelece 'entre o saber escolar e o trabalho produtivo de seus familiares fortalecendo a cultura do campo. A relação com o meio ambiente, também se dá por outra perspectiva, na medida em que a Pedagogia da Alternância estabelece programas e processos de Educação Ambiental capazes de superar a visão linear de desenvolvimento, a qual segmenta a

questão ambiental e a trata de forma não integrada. O diferencial estabelecido pelo método da Pedagogia da Alternância está no respeito aos padrões arquitetônicos, os estilos de vida, as condições econômicas e sócio-culturais dos habitantes da região onde se situam. (Pereira, 2002).

Do ponto de vista dos princípios orientadores da gestão e administração das unidades de produção familiares, Toledo (2000) advoga em favor dos modelos propostos pela Pedagogia da Alternância por se contraporem aos modelos ofertados pelas escolas convencionais. Enquanto o ensino convencional se dá, tendo a escola como uma instituição desatrelada dos anseios da comunidade por estar primordialmente ligada às demandas do sistema político e econômico do Estado, o modelo proposto pela Pedagogia da Alternância, por sua vez, orienta princípios de gestão no sentido de favorecer uma boa dinâmica de interação com a comunidade, atendendo às suas necessidades da comunidade a que serve (Toledo 2000).

Em síntese têm-se que a Pedagogia da Alternância, concebe o processo de ensino e aprendizagem não como algo a ser concebido através da lógica formal de aquisição ou acumulação de conhecimentos, mas como sendo um processo dialógico e, portanto, não hierárquico, que acontece pautado na relação recíproca educador, educando e realidade. Abandonando as marcas de uma educação com visão urbanocêntrica que desvaloriza o campo e seus sujeitos, promovendo apenas uma adaptação da escola urbana para a escola rural (Vergutz; Cavalcante, 2014).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Destaca-se que, no que se refere ao planejamento e execução dos cursos de formação, o conteúdo programático, a metodologia e recursos didáticos referentes aos cursos de atualização, são definidos pelos membros da diretoria e assessoria técnica da UAEFAMA, com o apoio técnico-científico da equipe executora do projeto de extensão, tendo como princípio orientador o paradigma da pedagogia da alternância, de modo a coadunar as demandas programáticas consensuadas entre as Escolas Famílias Agrícola com, os temas de pesquisas recentes desenvolvidas pelos docentes da UFMA, em suas respectivas áreas de conhecimento. Nestes sentido, alguns desafios foram identificados neste processo, como trataremos a seguir.

A análise das listas de temas demandados ao longo da execução do projeto, denotam não apenas a necessidade de aprofundamento e/ou atualização em relação à alguns temas, como também as principais necessidade, fragilidades e preocupações das comunidades

do conjunto de escolas-famílias. Em ambos os casos, os temas escolhidos, são um forte reflexo, do descompasso histórico, existente entre as políticas educacionais hegemônicas e a política educacional reivindicada pelos movimentos de educação do campo brasileiro.

Se mostrou explicitamente perceptível, às dificuldades pertinentes às incongruências relativas à BNCC e as realidades das escolas do campo, em especial àquelas que utilizam os princípios da pedagogia da alternância como prática pedagógica, o que deu destaque á demanda de formações que visassem não apenas dirimir, como também realizar o debate e a crítica a estas incongruências, a partir de um debate científico e politicamente qualificado e atualizado.

No que tange às produções e publicações que pudessem ser utilizadas para compor ou subsidiar a construções do material didático, a ser utilizados durante as formações, observou-se da mesma forma, a escassez de títulos que dessem conta das especificidades inerentes à educação do campo, à pedagogia da alternância e à identidade regional do público em tela. Para a maioria dos temas, os materiais didáticos forma construídos de forma customizada ao contexto em que seria utilizado. Se por um lado, tal fato, possa significar um empecilho para o tratamento dos temas escolhidos e científico, especialmente pela baixa publicização destas produções, por outro, permitiu uma construção de conhecimento mais contextualizada e aberta a críticas e reflexões.

Cabe destacar ainda, os impactos da Pandemia COVID-19, sobre o processo de ensino-aprendizagem do campo, e da pedagogia da alternância. Ficou visível o quanto estes efeitos foram mais intensos nestes seguimentos. As fragilidades infraestruturas do campo brasileiro, em especial no que diz respeito ao acesso digital e acesso a serviços de atendimento psicossociais se colocaram como mais um desafio a ser enfrentado pelas escolas-família-agrícolas maranhenses. Isto fica evidente, a partir da comparação dos temas selecionados pelas escolas, no início do projeto de formação continuada antes e depois da emergência da Pandemia covid-19.

QUADRO 01- Temas de formação selecionados Pré-PANDEMIA COVID-19.

Temas Pré-PANDEMIA COVID-19 (2018-2020)
Práticas agroecológicas e manejo da propriedade
Políticas públicas e agricultura familiar
Direitos fundamentais e Cidadania
Gênero e etnia
História dos movimentos sociais no campo: processos de resistência e organização campesina
Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável
Manejo ecológico de agroecossistemas tropicais
Práticas Pedagógicas e Ensino de Ciências em Escolas do Campo

Conflitos territoriais, campesinato e reforma agrária
A importância da leitura e o tratamento dado ao texto literário no campo

Fonte: Planejamento bienal Projeto Fortalecimento da formação continuada de docentes que atuam na pedagogia da alternância no Maranhão, (2023).

No período pré-pandemico (Quadro 01), os temas formativos se concentravam em duas grandes áreas, os relacionadas à produção agropecuária, e os relacionados a história politica e social dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, em especial aquelas relacionadas aos movimentos sociais.

QUADRO 02- Temas de formação selecionados Em/pós PANDEMIA COVID-19.

Temas Em/pós PANDEMIA COVID-19 (2020-2023)
Acompanhamento psicológico aos educandos e famílias
Papel do monitor na pedagogia da alternância
A valorização e a sustentabilidade das Comunidades tradicionais para garantir a educação do Campo
Os princípios filosóficos históricos e os movimentos sociais para a sustentabilidade da Educação do Campo
O perfil e a vivência do monitor na garantia da aplicação dos instrumentos da pedagogia da alternância
Práticas de metodologias de ensino com o uso da tecnologia em sala de aula
Direitos e deveres dos alunos, monitores, vigias, cozinheiros e pais dos alunos
Elaboração de projetos para captar recursos
Produção sustentável de base agroecológica inserida nos setores produtivos das EFAs
BNCC e novo ensino médio
Metodologias organização, planejamento dos tempos e espaços formativos
Agroecologia, economia solidária, soberania alimentar
Em forma/ação digital: cyberformação e educadores do campo,

Fonte: Planejamento bienal Projeto Fortalecimento da formação continuada de docentes que atuam na pedagogia da alternância no Maranhão, (2023).

Já no período em que eclode a Pandemia COVID-19, (Quadro 02), chama a atenção a escola de temas pertinentes às relações interpessoais, saúde mental, ensino remoto e relações político-pedagógicas com as instâncias oficiais de escolarização. Este último ponto, por exemplo, ensejou a demanda de uma formação especifica para tratar da Base Nacional Comum Curricular-BNCC.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim o estudo revela o caráter dialógico desta experiência, e denota a autonomia conquistada pelo movimento da pedagogia da alternância no sentido de propor políticas educacionais que façam a correção histórica da desigualdade sofrida pelas populações do campo nesta seara, bem como a proposição de um outro projeto para o campo. Isto por meio do questionamento das concepções de educação pública e formação humana e da proposição de outras práticas e políticas de educação, que sigam no sentido de construir uma consciência de mudança nas relações com a natureza, as relações de trabalho, as

relações de gênero e etárias, a produção de conhecimento e o modo de produção hegemônico, que proporcione emancipação e cidadania a partir dos termos dos movimentos sociais do campo. Apesar de ser um sistema que existe no Brasil desde a década de 1960, o pleno reconhecimento desta metodologia por parte do Estado, tem imposto uma série de dificuldades para a manutenção de um ensino de qualidade. Em sua grande parte, os recursos financeiros e administrativos utilizados pelas escolas adeptas da Pedagogia da Alternância, são oriundos das contribuições (capital financeiro, humano e político) das famílias dos educandos e de entidades de apoio como ONG's e Entidades confessionais. Entre os muitos desafios enfrentados por estas escolas, está a realização da formação continuada do seu quadro docente. De acordo com SCHNETZLER; ROSA (2003) a formação continuada dos quadros docentes tem sido um fator preponderante para manutenção e melhoria da qualidade dos processos de ensino e aprendizagem, na medida em que estes processos propiciam reflexões críticas sobre a própria prática pedagógica, a superação de uma visão simplista da atividade docente, (que concebe que para ensinar basta conhecer o conteúdo e utilizar algumas técnicas pedagógicas) por uma visão que torne o um pesquisador de sua própria prática profissional.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, R. M. L.; RODRIGUES, D. S. Referências sobre práticas formativas em educação profissional: o velho travestido de novo frente ao efetivamente novo. **Boletim Técnico do Senac**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 2, p. 51-63, 2010. Disponível em: https://www.bts.senac.br/bts/article/view/218 Acesso em: 09 jun. 2022. » https://www.bts.senac.br/bts/article/view/218.

ARROYO.Miguel G. Formação de Educadores do Campo. Dicionário da Educação do Campo. /Organizado por Roseli Salete Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

BEGNAMI, João Batista. Formação Pedagógica de monitores das escolas família agrícolas e alternância: um estudo dos processos formativos de cinco monitores. Dissertação de mesmtrado em Ciências da Educação, na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa. 2003.

CALIARI, R.O. Pedagogia da Alternância e desenvolvimento local. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Lavras. 2003.

LIMA NETO, Evaristo José de . Fortalecimento da formação continuada de docentes que atuam na pedagogia da alternância no Maranhão; UFMA, 2022.

MAGALHÃES, M. S. Escola Família Agrícola: uma escola em movimento. 2004. 126 p. Dissertação (Mestrado)- Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2004. e das escolas famílias agrícolas: uma análise sistêmica. 2003. 200 p. Dissertação (Mestrado)- Universidade Católica de Brasília, Brasília. 2000.

NASCIMENTO, E. P. O espaço escolar na elaboração do conhecimento pelo aluno camponês: o caso da Escola Família Agrícola de Porto Nacional, Tocantins. 2000. 130 p. Dissertação (Mestrado)- Universidade de Brasília, Brasília. 2000.

NOZELLA, Paolo. Origens da Pedagogia da Alternância no Brasil. Edufes, Vitória:2012, 288 p.

SCHNETZLER, R. P. 2003. A investigação-ação na formação continuada de professores de Ciências. Ciência & Educação. Bauru, 9 (1):27-39.

TEXEIRA, Edival Sebastião Edival Sebastião; BERNARTT, Maria de Lourdes; TRINDADE,Glademir Alves. Estudos sobre Pedagogia da Alternância no Brasil: revisão de literatura e perspectivas para a pesquisa. Educ. Pesqui. vol.34 no.2 São Paulo May/Aug. 2008.

VERGUTZ, Cristina Luisa Bencke; CAVALCANTE, Ludmila Oliveira Holanda. As aprendizagens na pedagogia da alternância e na educação do campo. Revista Reflexão e Ação, Santa Cruz do Sul, v.22, n.2, p.371-390, jul./dez.2014.

Etnografia digital da educação rural na zona canavieira do Nordeste do Brasil

Guilherme José Ferreira de Araújo[1]

Alex Sandro Gomes[2]

RESUMO

O presente estudo objetiva discutir os sentidos que constituem os espaços híbridos de aprendizagem no cotidiano de estudantes rurais no Município de Joaquim Nabuco (PE). Este trabalho inspirou-se na Geografia Agrária e nos princípios da Antropologia Digital. Aplicou-se técnicas de etnografia digital para entender as relações entre a aprendizagem, as atividades cotidianas, as relações interpessoais e afetivas vivenciadas no modelo de aprendizagem híbrida. Os resultados mostram que os estudantes possuem uma dinâmica de vida fortemente relacionada ao trabalho e ao seio familiar. As evidências guiam o design de futuros artefatos e ambientes de aprendizagem que fazem sentido as reais necessidades deste público.
Palavras-chave: Ensino híbrido, Educação rural, Pandemia da Covid, Geografia humana, Estudo do cotidiano.

ABSTRACT

The present study aims to discuss the meanings that constitute the hybrid learning spaces in the daily life of rural students in the Municipality of Joaquim Nabuco (PE). This work was inspired by Agrarian Geography and the principles of Digital Anthropology. Digital ethnography techniques were applied to understand the relationships between learning, daily activities, interpersonal and affective relationships experienced in the hybrid learning model. The results present that students have life dynamics strongly related to work and family. The evidence guides the design of future artifacts and learning environments that make sense of the real needs of this public.
Keywords: Blended Learning, Rural education, Covid pandemic, human geography, Everyday learning.

INTRODUÇÃO

De acordo com o censo do IBGE (2010), o Brasil registra cerca de 8 milhões de jovens que residem no campo. Grande parte se encontra conectada com o mundo globalizado e reafirmam sua identidade como trabalhadores, pequenos produtores familiares. Esse público, apesar do interesse pela educação e qualificação profissional, não encontra um ambiente favorável que possibilite sua continuidade na educação tradicional (CASTRO, 2012). Diversos aspectos envolvendo a distância, a pouca infraestrutura escolar, o trabalho desgastante, dentre

[1] Professor adjunto da Universidade de Pernambuco – UPE. guilherme.jose@upe.br
[2] Professor titular da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. asg@cin.ufpe.br

outros processos somam-se, tornando o aprendizado escolar uma realidade distante para um contingente significativo de estudantes do campo (ANDRADE; RODRIGUES, 2020). Cerca de 77% deles encontram-se a cerca de 6 km da escola, muitos precisam realizar um percurso a pé em estradas de barro, quando não possuem transporte particular ou acesso ao público (CASTRO, 2012).

Segundo Abramovay et al. (1998), Puntel, Paiva e Ramos (2011), nas últimas décadas registou-se no Brasil uma significativa migração populacional do campo para as áreas urbanas. Esse dado justifica-se, dentre diversos fatores, principalmente pela ausência de oportunidades no mercado formal de trabalho nas áreas rurais. A região Nordeste do Brasil apresenta um saldo migratório negativo para as áreas rurais devido à falta de políticas públicas voltadas para a educação de qualidade, para a convivência sustentável com o semiárido e a falta de investimento na qualidade de vida das populações rurais (ANDRADE, 2011).

No Brasil, a educação no campo sempre esteve relegada ao recebimento de escassos investimentos, seja de ordem infraestrutural ou curricular (LUTHER; GERHARDT, 2018). A falta de um olhar específico sobre a realidade de zonas rurais vem acompanhada, há séculos, de uma série de políticas públicas e decisões governamentais para o setor de educação. Esses processos estabeleceram vivências educacionais desassociadas da complexidade que emergem do cotidiano dos estudantes camponeses.

Este artigo tem como objetivo estudar como a constituição dos espaços híbridos de aprendizagem de estudantes rurais da Zona da Mata Sul de Pernambuco. Nas seções a seguir, descrevemos o estado da arte sobre espaços híbridos de aprendizagem, o método empregado, a análise e a interpretação dos dados qualitativos. Buscamos compreender como as mídias digitais foram integradas, especialmente durante o período pandêmico de 2020-2021 na constituição dos mesmos. Ao final, discutiremos como esses resultados podem nos revelar caminhos para pensar políticas públicas e tecnologias educacionais voltadas para a realidade local.

METODOLOGIA

Esta pesquisa tem como objetivo revelar a constituição dos espaços híbridos de aprendizagem para compreender o seu papel no contexto da aprendizagem no dia a dia de estudantes da zona rural no Nordeste do Brasil. Buscou-se entender a materialidade desses espaços e a temporalidade das práticas educacionais. Seguimos a abordagem do design etnográfico de Pink (2010) para, de uma forma situada, entendermos a atividade cotidiana de

atores de uma escola rural, incluindo suas dimensões subjetivas, físicas e mediadas por meio de mídias digitais (PINK; SALAZAR, 2020).

O contexto do estudo

A pesquisa foi realizada em uma escola de Ensino Fundamental do município de Joaquim Nabuco, região canavieira da Zona da Mata Sul de Pernambuco. Na região predomina o trabalho no cultivo e corte de cana-de-açúcar, baseado numa estrutura de produção secular. A produção do açúcar e do etanol é a principal fonte de renda para milhares de famílias (Figura 1). Todos são envolvidos na produção, em alguns casos as próprias crianças participam do processo junto aos pais. Trata-se de um processo tradicional local, onde desde o período colonial um expressivo contingente é usado como força primária de trabalho na indústria açucareira (ANDRADE, 2011). Há diversos relatos de estudantes que começaram a cortar a cana-de-açúcar antes dos 10 anos, ajudando seus pais na renda familiar.

O incentivo ao trabalho é algo comum na fase escolar, seja na agricultura ou com pequenos serviços em empreendimentos familiares variados, predominando o da feira livre. Uma importante parcela dos jovens na região não consegue terminar o Ensino Fundamental, devido o trabalho na terra, ou mesmo por desmotivação, gerada pelo excesso de trabalho.

Grande parte das escolas da região canavieira possui uma arquitetura precária. É comum não haver mobiliário adequado ou condições ambientais de conforto e bem-estar; biblioteca e sala de informática, laboratórios são ambientes improvisados nas escolas com equipamentos dos estudantes e professores. (Figura 2).

A maior parte dos estudantes têm acesso a um smartphone e quase a totalidade possui acesso à Internet, seja com a rede de dados ou wi-fi e sinais de TV via satélite em suas casas, em sua maioria precárias.

Figura 1. Família canavieira observando o seu trabalho realizado em suas terras. Foto de Guilherme Araújo.

Figura 2. Estudantes gravando vídeo com equipamentos particulares para a TV escolar. Foto de Guilherme Araújo.

As residências dos estudantes localizam-se em sítios particulares, onde as famílias praticam a agricultura familiar para consumo próprio ou a cana-de-açúcar para a indústria. As

casas possuem em média cinco cômodos, todos eles dedicados ao convívio, alimentação e repouso. Nenhum espaço preparado para o estudo formal (Figura 3).

Figura 3. Locais destinados ao estudo pelos estudantes rurais. Foto de Guilherme Araújo.

Coleta e análise de dados

Buscamos coletar dados sobre as experiências dos participantes em práticas de ensino e aprendizagem. O esforço foi para entender como as práticas constituem os espaços híbridos de aprendizagem, reconhecendo que esses são estruturados por múltiplas atividades de participantes.

A coleta iniciou-se por meio da análise de interações com oito famílias dos municípios de Joaquim Nabuco e Gameleira, Pernambuco, na forma de mensagens de texto e áudio via aplicativo WhatsApp®. Posteriormente, as mães foram convidadas a participar das conversas ainda via o aplicativo.

Em uma segunda etapa, foram realizados encontros presenciais, nos quais participaram os estudantes e familiares. Durante as entrevistas informais foram discutidas as rotinas dos estudantes, bem como sua convivência em família, em comunidade e com o contexto escolar, envolvendo desde o deslocamento casa - escola até as atividades em sala de aula.

Assumimos uma abordagem situada da atividade humana, considerando a complexidade material, social, temporal das práticas de aprendizagem. Foram adotadas metodologias etnográficas digitais. Contudo, também adotamos uma abordagem não centrada no digital (non-digital-centric-ness), por meio da qual o digital não é o ponto central na etnografia digital, com vistas a não ofuscar outras atividades, tecnologias, materialidades e sentimentos vividos e operados no dia a dia dos estudantes.

O princípio da multiplicidade (multiplicity) (PINK, 2016) foi considerado para compreender a interconexão entre mídias, tecnologias, instrumentos e demais elementos no cotidiano dos estudantes que possibilitam o aprendizado distribuído. Para isso, foi necessário priorizar uma postura qualitativa de coleta e tratamento dos dados permitindo compreender a experiência educativa como crenças, valores e significados. Dessa forma coletamos fotografias

de diversas situações vividas pelo grupo pesquisado, sempre relacionando ao contexto da aprendizagem, realizamos pequenos vídeos, registramos conversas nos grupos de WhatsApp, realizamos uma série de diálogos com os estudantes, seus pais, coordenação e direção da escola com o objetivo de coletar o máximo possível da riqueza dos fenômenos humanos e os fluxos caóticos e múltiplos das interações sociais com base nos trabalhos de Ingold (2018).

Conforme Gunn, Otto e Smith (2013) foram realizadas entrevistas narrativas com objetivo de trabalhar a complexidade que envolve o contexto da aprendizagem dos estudantes. Segundo Massay (2005), adotamos o modelo de pesquisa livre, que ela nomeia de "espaço" como aberto. O desenvolvimento foi processual, caracterizado por tipos de coisas que os cientistas chamam aberto (openness), sem fronteiras, sem interconexões.

Para ampliar nosso acesso às cenas do cotidiano nas residências, solicitamos aos familiares produzirem fotografias e vídeos nas residências para registar diversos momentos e situações relacionadas ao tema do estudo. Esses dados gerados pelos participantes foram importantes para aprofundarmos nosso entendimento sobre o cotidiano dos estudantes, principalmente aqueles aspectos que possuíam uma relação direta com a aprendizagem. Foram registrados os locais de estudo, no momento das aulas e da realização das atividades. Também realizamos tomadas de notas com o objetivo de contribuir com as imagens coletadas pelas fotos e vídeos, e dessa forma ter uma perspectiva mais aprofundada do contexto cultural que os estudantes estão imersos, com vistas a perceber como a aprendizagem emerge diante do seu ambiente e de suas experiências.

Após a coleta, procedemos com a transcrição, análise e interpretação dos dados. Buscamos criar narrativas textuais inspiradas com as evidências coletadas. Ao longo de nossas narrativas, evidenciar como os espaços são constituídos pela participação, nem sempre consciente, desses distintos atores, geralmente invisíveis na literatura sobre educação.

A CONSTITUIÇÃO DE ESPAÇOS HÍBRIDOS DE APRENDIZAGEM EM ZONAS RURAIS

No mundo atual a mídia digital e tecnologias são partes do cotidiano em que as pessoas vivem. Esta pesquisa uma aproximação com os estudos de mídia, mas também toma uma postura não centrada no digital. O intangível é reconhecido como parte da pesquisa etnográfica, precisamente porque isto convida-nos a entender e considerar a questão do "digital intangível" e o relacionamento entre digital, sensorial, atmosfera local e elementos materiais do nosso mundo (PINK, 2016).

Os conceitos de experiência, prática, coisas, relacionamentos, mundos sociais, localidades, lugar, espaço, território e eventos são entendidas como unidades de análises e podem conceitualizar o processo etnográfico por meio de suas categorias. Estes são alguns caminhos trabalhados por diversos etnógrafos digitais, que reconhecem e contabilizam o digital como parte do nosso mundo, tanto no sentido prático, como no teórico. Dessa forma, pode-se oferecer quadros coerentes através do qual pode-se fazer etnografia através de questões bastante específicas (PINK, 2016), em nosso caso buscamos entender a constituição do espaço de aprendizagem de jovens estudantes das zonas rurais brasileiras.

Os princípios da Etnografia Digital a saber: multiplicidade, foco não digital, abertura, reflexividade e não ortodoxa estão baseadas na experiência do indivíduo, nem sempre eles podem ser representados em todos os projetos e em alguns casos oferecer um modelo ideal de prática etnográfica, que nem sempre é realizável (PINK, 2016).

A pesquisa com a Etnografia Digital valoriza a questão da experiência, dos valores, dos sentimentos e comportamentos. Tem forte influência das ciências humanas (PINK, 2016). Na área da Geografia, corresponde a corrente humanística, onde são valorizadas as atitudes, os símbolos, as crenças. Neste campo, destaca-se a categoria de Lugar, a qual analisa o sentimento do indivíduo com o espaço (TUAN, 1980).

A Etnografia vem se destacando entre as possibilidades de abordagens qualitativas, como um método promissor para os estudos ciberculturais. Sendo uma técnica fundada na Antropologia, voltada para estudar sociedades primitivas e culturais, a Etnografia tem estendido seu alcance para diversos outros campos, sendo utilizada em outras áreas que buscam compreender os significados atribuídos às coisas e pessoas a partir do ponto de vista dos nativos (SANTOS; GOMES, 2013).

Trata-se de uma tentativa de romper com o engessamento dos métodos quantitativos para o estudo de seus fenômenos. Neste sentido, são priorizados a busca pelo rigor na captação dos dados qualitativos, por exemplo a transcrição das narrativas ou mesmo análise de filmagens ou fotografias (SANTOS; GOMES, 2013).

As condições espaciais influenciam as relações sociais e o desenvolvimento de questões culturais dentro de um ambiente construído, os quais podem promover mudanças na configuração do leiaute e condições de usabilidade (SARMENTO; GOMES; MOREIRA, 2018).

A adoção de métodos que incorporam recursos tecnológicos e online no cotidiano das atividades escolares é nomeado de educação híbrida, mesmo que ocorra no contexto de ambientes de aprendizagem tradicional (SARMENTO; GOMES; MOREIRA, 2018). Diversos

especialistas advogam que este cenário adaptado à realidade dos estudantes proporciona resultados positivos (SOUZA et al., 2019).

No ensino híbrido centrado em estudantes, os participantes lidam com um ambiente de aprendizagem complexo, onde são conhecidos os desafios relacionados à gestão do tempo, à gestão do ambiente de aprendizagem, incluindo as diversidades sociais, culturais e cognitivas. O ensino híbrido (blended learning) tem a expectativa de permitir com que os estudantes tenham controle sobre sua autonomia, bem como suas escolhas. Pode ser bastante desafiador, para os indivíduos que ainda não desenvolveram familiaridade com as ferramentas híbridas. O ensino híbrido exige um alto nível de autonomia, auto-regulação, tornando-se essas habilidades importantes fatores para o sucesso dos estudantes (RITTELA; LOPERFIDO, 2021, p.2).

Estudos recentes evidenciam que as condições físicas dos espaços de aprendizagem influenciam na constituição das relações sociais e no desenvolvimento da aprendizagem (SINHA, 2005). Existe uma correlação direta entre as estruturas dos ambientes, usos de ICT e a transformação da vida de uma comunidade, no sentido de favorecer uma aprendizagem efetiva (SARMENTO; GOMES; MOREIRA, 2018).

O espaço de aprendizagem híbrido é aquele construído por um complexo processo e superposição de espaços que envolvem o virtual, o material, o social, o semiótico, dentre outras dimensões, que podem ainda não serem percebidas pelos usuários. Trata-se de um ambiente multifacetado, onde os estudantes colaboram entre si e tem a possibilidade de desenvolver sua autonomia e auto-regulação (RITTELA; LOPERFIDO, 2021).

Diversas mídias são usadas para aproximar as pessoas na modalidade de ensino híbrido. Nesse ínterim, as zonas rurais mais carentes tornaram-se mais empoderadas. Diversas pesquisas sugerem que o uso de mídias digitais como o aparelho celular tem favorecido comunidades pobres da zona rural em diversos países (MUTAMBARA; BAYAGA, 2021). A adoção de tecnologias de informação e comunicação (Information Communication Tecnologies, ICT) parecem contribuir com o crescimento intelectual pessoal, seja por via cultural ou estritamente econômica (SINHA, 2005). Pimmer (2014) mostra como o uso do celular permitiu criar um ambiente híbrido de aprendizagem em uma comunidade rural na África do Sul, ainda antes da pandemia de covid-19. Por meio dele, os estudantes acessaram com eficácia os conteúdos da matéria estudada; possibilitando também conhecer melhor a realidade local. Resultados similares foram obtidos em zonas rurais na Índia (KUMAR et al. 2010).

Entendemos que se faz necessário a consideração das condições de vida, dos significados e das práticas pedagógicas cotidianas para a proposição de modalidades de ensino e aprendizagem que façam sentido para os participantes de comunidades remotas (HORST;

SINANAN; HJORTH, 2020). Esse segundo tipo de resultado teria o benefício de orientar a concepção de conceitos de ambientes de aprendizagem para áreas remotas rurais.

Perguntamos de que maneira ocorre a constituição de espaços de aprendizagem e como eles se encontram distribuídos entre/para as pessoas, os ambientes, as mídias e os objetos físicos? Realizamos aqui um estudo etnográfico em uma comunidade escolar de contexto rural, para buscar entender as maneiras como os participantes das atividades e práticas constroem sentidos para suas práticas cotidianas. E como suas formas de observar o mundo e práticas pedagógicas podem guiar a concepção de mídias digitais mais adequadas para estruturar futuros digitais possíveis na prática educativa no Brasil.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os trabalhos de campo possibilitaram uma aproximação real com a complexidade da experiência da aprendizagem na zona canavieira da Mata Sul de Pernambuco. Organizamos a seguir o que entendemos ser os aspectos essenciais da constituição de espaços híbridos de aprendizagem na forma de temas, para reconstituir narrativamente alguns aspectos observados no estudo.

O sentido das atividades escolares para o cotidiano das famílias

A atividade laboral ocorre no contexto de quase todos os estudantes da zona rural. Todos possuem uma responsabilidade além das demandas escolares, e a maioria é remunerada por essas atividades. Muitos apresentam maior interesse nos conteúdos escolares quando este se envolve com questões cotidianas e formalmente sem vínculo com a instituição de ensino.

Durante o período da pandemia de 2020 e 2021, os estudantes pareciam não participar das aulas on-line com o mesmo interesse, sugerindo um desinteresse em decorrência do distanciamento social. Os materiais eram enviados para os estudantes pelos professores por meio de aplicativo de mensagem instantânea. Durante alguns meses, os materiais impressos foram entregues nas residências dos estudantes. Para eles, o cotidiano doméstico era mais interessante, pois envolvia brincadeiras, colaboração nas tarefas de casa e o uso de tecnologias. Da mesma forma, os conteúdos escolares são percebidos como mais importantes quando são úteis em contextos de trabalho. Visto que colabora com o aumento da renda pessoal e possibilita a aquisição de produtos, contribuindo com os pais.

O acesso à Internet via celular tornou-se fundamental no cotidiano das pessoas, e em particular para o aperfeiçoamento da aprendizagem, especialmente na fase da pandemia (Figura

4). A ausência deste recurso, significa limitação no acesso às atividades escolares e comunicação com os colegas de turma e a escola.

Figura 4**.** Dois momentos com a mesma estudante acompanhando aulas online em ambiente residencial

Kellen possui um intenso cotidiano nos quais se mesclam atividades domésticas, brincadeiras, entretenimento com o celular e colaboração com o trabalho dos familiares. Algumas vezes ela ajuda os parentes nos seus respectivos trabalhos. Sua tia é professora da Educação Infantil. Aos domingos ela ia até à casa da tia ajudá-la nas atividades docentes. Ela gravava e fazia as edições de aulas que a tia deveria veicular ao longo de toda a semana seguinte. O trabalho com o tio ocorre durante a semana. A estudante era responsável por contabilizar a quantidade de sacos de ração no empreendimento. Ela faz os cálculos para identificar o lucro nas vendas ou o prejuízo. Ela ainda gerencia as redes sociais de outra empresa do tio. Em outros dias, nos períodos de semear a cana-de-açúcar, a estudante vai com seus pais para a roça ajudá-los.

Kellen percebeu que aprende mais os conteúdos escolares quando estes têm alguma relação com o seu cotidiano. Por exemplo, quando os conteúdos ajudam a realizar a contabilidade da empresa de distribuição de Internet do tio, ou quando ajuda na edição de vídeos para as aulas online da tia. Ela não pensa que perdeu tempo durante a fase do isolamento. Observemos o que ela relatou:

"Nesse período eu não fiquei parada. Estava desmotivada com a escola, mas sempre estudava matemática e também português, ajudando meus tios nos trabalhos deles. E nesse caso é mais

sério, porque eu não podia errar. Tio Antônio tem uma loja. Ele sempre pede minha ajuda nos cálculos. Eu não posso errar, senão ele perde dinheiro. Eu adoro fazer isso, apesar de ser muito tenso. No final ela me dá um valor. Com a minha outra tia é a mesma coisa. Ela é professora e nessa fase de pandemia precisa editar suas aulas. Quem faz as edições sou eu. Então precisa ser tudo em linguagem formal. Ela me paga R$20,00 por mês. Na escola eu não tenho a mesma preocupação que tenho com esses trabalhos."

Em função do apoio aos parentes sua rotina tornou-se intensa, desenvolvendo uma multiplicidade de atividades, em diferentes áreas como: pedagogia, marketing, edição de vídeos, contabilidade, comunicação social, secretariado, técnicas de agronomia e educação doméstica.

Tarcísio foi o segundo estudante entrevistado. Ele trabalha no contraturno das aulas, cuidando dos animais de um amigo. Ele permanece no local cuidando do manejo dos animais. Quando retorna para casa, ajuda sua mãe no negócio improvisado no terraço de sua casa, vendendo guloseimas.

Ele se declara pouco interessado nas atividades escolares, inclusive nos projetos informais que a escola realizava. Tarcísio tem interesse maior no trabalho para seu próprio sustento. Seu objetivo é não depender financeiramente de sua mãe. Vejamos como ele pensa:

"*Eu prefiro trabalhar. Ganhar meu próprio dinheiro e comprar minhas coisas. Se eu precisar de alguma coisa, minha mãe me dá. Mas eu gosto de trabalhar. E para estudar está muito difícil no momento por conta do acidente. Eu mal consigo mexer no celular. Meus dedos doem".*

Lucas tem uma estrutura familiar monoparental, semelhante ao de Tarcísio. Ambos possuem apenas a mãe como mantenedora da casa. A presença paterna não foi mencionada. Eles se diferenciam no quesito da remuneração de suas atividades. Lucas afirma que dedica parte do seu tempo realizando programações de computação para interagir melhor na internet. Destacamos o que ele diz:

"Quando termino minhas atividades da escola, entro em sites de fóruns. Faço programações, construo robôs para usar nesses sites. É bom porque deixa o momento mais animado. Eu preciso entrar em outros sites para aprender a construir esses robôs, na maioria das vezes está em inglês, mas eu gosto muito disso. Faço pesquisas em bibliotecas de outros países. E quando não estou programando, nem usando os robôs nos fóruns, fico jogando na Internet".

Vemos neste excerto que ele dedica boa parte do tempo em atividades online e de construção de robôs. Ele programa robôs de software (*softbots*) para interagir com mais intensidade nos fóruns virtuais que participa. A complexidade da atividade exigia um nível de conhecimento técnico de nível profissional. Esse aprendizado exige a construção de

conhecimentos matemáticos e de outras áreas para além do previsto no currículo escolar. Ele faz o trabalho mesmo sem remuneração, contudo com a visão que poderá ser remunerado futuramente. O aprendizado parece ter um sentido associado a ganho futuro, autonomia financeira, o investimento hoje para o amanhã.

Luciano, assim como Lucas, também tem uma rotina online bastante intensa. Ele dedica parte do seu dia a jogar online. O estudante participa de uma série de competições do jogo *Free Fire* ®. Nesse caso ele já é remunerado. A sua rede de amigos favoreceu sua entrada nesse circuito. Para tal, ele precisa de um tempo para seu treino individual e coletivo. A atividade com o *Free Fire* envolve algo além das habilidades com o jogo em si, mas o relacionamento interpessoal com a equipe participante e o contratante.

A importância da função matriarcal na atividade de aprendizagem

Durante todas as visitas e diálogos realizados observamos o papel exercido pelas mães dos estudantes. Buscamos compreender as relações e os papéis exercidos pela família nas práticas que envolvem o estudo e a aprendizagem.

As mães parecem desempenhar um papel peculiar na orientação e motivação dos filhos em relação à aprendizagem. Seu apoio parece decisivo para assegurar o sucesso dos estudantes na escola. As mães assumem essa responsabilidade sobre as atividades relativas à educação, enquanto o pai, quando presente, assume outras responsabilidades. Os pais geralmente não participam do cotidiano dos estudos dos filhos. Alguns relatos também apontam para um distanciamento dos pais em decorrência de divórcio, abandono e trabalho.

Os participantes não mencionaram influência paterna no que concerne ao estudo. Em uma das visitas, ocorreu de um pai chegar durante o diálogo. Ele não se aproximou para participar, mesmo após o convite para colaborar com o trabalho. Questionada, a mãe comentou as razões do distanciamento do esposo. Observemos a sua opinião:

"Ele está com vergonha e não quer se envolver nos assuntos da escola. Ele acha que a entrevista é para os pais informarem sobre as coisas da escola. Por isso ele não quer vir. Ele não gosta muito dessas coisas. De ficar falando assim, sabe?"

No cotidiano familiar, as mães assumem papéis em todo o espectro da vida escolar dos filhos, desde a matrícula até o recebimento da nota final, passando pela responsabilidade de fiscalizar tudo relacionado à escola, como uma extensão natural das funções maternas. Dona Severina, uma mãe viúva, cortadora de cana-de-açúcar, relatou sua insatisfação com o trabalho do filho no corte da cana. Ela lamenta que o serviço no campo atrapalha o rendimento da escola.

Na sua narrativa é possível perceber seu esforço diário e solitário pelo crescimento intelectual do seu filho:

"Eu fico muito preocupada com Romário. Todo dia esse menino acorda 3h ou 4h da madrugada e vai para a roça cortar cana. Esse menino passa pelo meio do mato, num escuro danado. É perigoso! E fica lá até às 10h. Vem correndo pra casa. Almoça ligeirinho e pega o ônibus da escola. Quando chega em casa já é 20h. Com essa rotina ele não se concentra. Dorme na sala, não estuda em casa, as notas são baixas. Já reprovou… a família cortadora de cana não tem vida fácil... meu sonho é meus filhos estudarem e saírem dessa vida para eles terem uma sombra para descansar. Eles também são filhos de Deus."

Conforme o relato acima, Dona Severina descreve a rotina de Romário, que precisa acordar de madrugada, realiza o trabalho no campo, e após o almoço segue para a escola. Esse contexto deixa-a angustiada, e atenta com a necessidade de redobrar a atenção quanto ao futuro do seu filho.

Dona Zeza vive outra situação, mas bem relacionada com o contexto das mães da região. Ela evidenciou sua satisfação em ver os bons resultados escolares do filho e em poder contribuir com os subsídios que ele precisa. Ela informou que atualmente não precisa se esforçar mais para incentivar Lucas, o seu filho, porque o interesse nos estudos partia dele mesmo. Observemos o relato da mãe:

"Tudo que for para a educação de Lucas eu faço. É o computador que ele precisa? Eu vou lá e compro. É celular? Eu compro. É jogo? Seja lá o que for. Se for pra ajudar meu filho estudar. Eu faço por ele. Eu só não quero que ele deixe de estudar pra não acabar cortando cana. Eu não tenho problemas com Lucas. As notas dele são muito boas. (...) Ele faz tudo sozinho. Passa o dia todo no computador estudando".

No relato, Dona Zeza revela seu esforço para suprir as necessidades escolares do filho, inclusive provendo-o com os recursos que vão potencializar sua aprendizagem. Observamos, dois aspectos que são evidências da atuação da mãe, na prática cotidiana do estudo. Em primeiro lugar ela atua provendo os materiais adequados ao estudo. Em segundo lugar, ela atua para estruturar o espaço e a rotina doméstica destinados às práticas do estudar.

Em outra família, a mãe de Gilberto, Dona Antônia, revelou um comportamento oposto ao das mães anteriores. Isto fortaleceu a compreensão do papel decisivo da função materna frente à aprendizagem dos filhos. Constatamos o relato dela.

"Gilberto nunca foi muito de estudar. E eu nunca cobrei isso dele. Ele chega, joga a bolsa no canto e fica no celular, assistindo televisão ou vai para casa dos amigos. Eu me arrependo disso. Hoje quando eu falo com ele, ele nem liga. Tá mais velho. Quer fazer o que quer. Já o mais novo eu pego no pé. Ele é mais interessado na escola".

A função materna no processo de educação dos filhos parece ser decisiva, para que a aprendizagem na educação rural seja efetiva, possibilitando uma eventual formação superior no futuro. É por conta do papel da mãe com seus incentivos, desde motivações verbais ou por ações de apoio na compra de equipamentos, que os estudantes interagem de modo mais dedicado à própria aprendizagem.

Por outro lado, a ausência de incentivos das mães parece fragilizar a motivação dos estudantes para com os estudos. Nesses casos, é comum ver os jovens mais interessados em atividades que lhes despertam prazer imediato, como: jogos on-line e encontros com amigos. Essas evidências nos fazem refletir sobre o design de materiais que permitissem às mães perceberem o processo de ensino e aprendizagem e eventualmente participar de forma mais sistemática desse.

O espaço doméstico como lugar de aprendizagem

A moradia rural brasileira não foi construída para acomodar atividades de estudo. Este tipo de habitação é uma herança da arquitetura quilombola (construída por ex-escravos fugitivos das fazendas, que construíram quilombos, como locais de resistência) ou casas remanescente de engenhos de cana-de-açúcar, que dominavam a cena da região de Pernambuco e Alagoas entre os séculos XVI e XIX. A habitação rural nessa região é tradicionalmente feita por auto-construção em taipa (barro) ou tijolos cerâmicos. Sua fachada frontal possui apenas uma porta e uma janela. A distribuição dos cômodos é linear, conforme relata Reis Filho (2002) ao tratar da casa colonial brasileira, de herança portuguesa: a planta é composta por uma sala logo no acesso frontal, com 2 a 3 quartos alinhados por um corredor que termina na cozinha. O piso interno é em terra batida, o banheiro geralmente fica na parte posterior da casa ou no terreiro - onde se criam animais ou alguns pequenos cultivos agrícolas.

Os móveis e eletrodomésticos são comprados com bastante esforço. Portanto, não é comum terem recursos para comprar novos produtos, mesmo havendo necessidade de substituição.

A matriarca, Dona Zeza, demonstrou sua preocupação com o futuro profissional do filho, dessa forma se esforçava para oferecê-lo recursos necessários para seu avanço intelectual. O objetivo dela foi de que o próprio filho reconhecesse por si só sua responsabilidade para com os estudos.

Ainda há relatos de famílias rurais no Brasil que não podem comprar computadores, tablets e celulares, para o uso de seus filhos. Desta maneira, a improvisação de locais de estudo

durante a pandemia de covid-19 no interior dessas habitações é um fato novo, que precisa ser melhor estudado.

A experiência de aprendizagem híbrida

Com este tema pretende-se re(visitar) a ideia de lugar conforme trabalhado na Geografia. A britânica Doreen Massey discute na perspectiva do espaço mediado por meio das memórias, do senso de localidade, definido por processos representacionais, uma prática que sempre mediada, dão vida e favorecem o senso de identidade.

Durante a fase de pandemia de covid-19 no Brasil, a escola dos estudantes pesquisados estabeleceu um sistema de rodízio, limitando a quantidade de alunos por sala à metade. As turmas foram subdivididas em dois grupos. A cada semana um grupo deveria ir à escola, enquanto outro ficaria em casa estudando e respondendo às atividades passadas na semana anterior.

Os relatos dos estudantes parecem apontar para a compreensão de que o sentido da escola enquanto local de aprender é constituído em parte pelas relações interpessoais. As observações realizadas em campo remetem ao senso de pertencimento com a comunidade escolar, pois incluem afetividades e processos representacionais próprios, que emergiram de modo espontâneo. As memórias evocadas pelos estudantes remetem a momentos presenciais de aula e parecem revelar o desejo de voltar à convivência na escola, não pelo conteúdo das aulas, mas sim pela interação com os colegas, confirmando a teoria de que o ser humano é social. Retomando John Dewey (1897), teórico da escola ativa e progressista do movimento *Learning by doing*, o qual relata a forte acentuação das relações e da interação entre a vida social e a vida escolar, ou educativa.

A educação é socializada em seus fins, forças e interesses. A escola é a expressão da vida social simplificada (SARMENTO; VILLAROUCO; GOMES, 2020). Os autores também afirmam que a definição da instituição escolar ultrapassa a compreensão de um edifício com diversos ambientes, mas entende-se que a escola é associada às intensidades vivenciadas no lugar em que ocorrem, através da conexão entre localidades, materialidades, socialidades e outros elementos constituintes do fazer educacional.

A escola é percebida pelos estudantes como local de vivências felizes, espaço diário de integração com amigos. A realização de atividades folclóricas, as quais enaltecem sua cultura regional, marcam fortemente a memória dos estudantes. Esses eventos (Figura 5 e 6) desenvolvidos pela escola, em consonância com o calendário folclórico regional e nacional,

proporcionam um aprofundamento do senso de representatividade, pertencimento e identificação com o ambiente escolar e comunitário.

Figura 5. Gincana junina, em comemoração aos festejos de São João, sob supervisão dos professores.

Figura 6. Alunos interpretando músicos profissionais referente à cultura junina.

Nesses momentos são reforçadas as formas de expressão popular nas danças, comidas, vestuários, músicas, contos tradicionais, transportando os estudantes a um senso de pertencimento familiar e comunitário. As festas juninas, por exemplo, traduzem o senso de lugar. A escola muda sua rotina para realizar as festas, exigindo intensa participação dos estudantes. Em um dos relatos, uma estudante afirma o papel fundamental que o lugar tem na constituição da aprendizagem. Segue o relato:

"Com esse isolamento social eu sinto um vazio imenso. Eu queria ir pra escola. Sinto falta das brincadeiras, do contato real. Esses momentos me trazem alegria. Eu queria encontrar minhas amigas e conversar muito. Queria ter contato presencial com os professores. Assim pelo celular é muito ruim. Nem dá vontade de participar".

Após três meses da implantação do ensino remoto emergencial em suas escolas, portanto sem a realização das atividades culturais, devido ao distanciamento social, o número de estudantes dos grupos de WhatsApp reduziu para menos da metade. Uma turma que iniciou com dez ou doze alunos, encerrou o semestre com seis ou quatro alunos regulares. Observemos o relato de um estudante:

"Vir para a escola com a turma incompleta é muito ruim. Faltam alguns parceiros. Não tem aquele pessoal engraçado. E também não tem nem mais o recreio. A sala fica vazia. O bom mesmo é a sala cheia."

O sentido do lugar na constituição de espaços de aprendizagem se faz evidente, pois é importante compreender que as representações, memórias, afetividades e identidades culturais são estratégias para construção do conhecimento e da aprendizagem. A fruição dos estudantes entre si, também fortalece a afetividade com o local. A liberdade para as interações de diversas formas, inclusive com brincadeiras motiva a presença deles na escola. Da mesma forma podemos perceber que as atividades cotidianas são alteradas pelo digital, a postagem de fotos, vídeos relatando o cotidiano com trocas de imagens possibilitam novas vivências.

As memórias construídas durante a vida escolar não se circunscrevem apenas aos espaços da escola. Na verdade, a ambiência escolar é ampliada à vizinhança, à praça e ao ônibus, onde diversos grupos se encontram para seguir para seus lares. Os estudantes interagem todo o tempo no percurso de ida e volta. Dessa forma, o deslocamento para a escola não se restringe à chegada à escola e a aprendizagem formal. Ocorrem muitas oportunidades de aprendizado ao longo de todo o percurso, compreendendo múltiplos espaços vivenciados, nos quais se manifestam diversas relações sociais, interpessoais e também institucionais.

O caminho entre casa e escola

Muitos estudantes realizam o percurso até a escola a pé. Em determinados casos atinge 1h de caminhada. Geralmente cruzam áreas de plantação de cana-de-açúcar e partes de mata atlântica. Alguns atravessam riachos, e por vezes precisam passar por dentro deles. Para isso, criam estratégias para não permanecerem molhados durante o período na escola. Eles constituem redes de solidariedade e apoiam-se mutuamente. Utilizam as mochilas da escola para armazenar o material didático e a farda. Um diálogo com um grupo de alunas relataram seu cotidiano no inverno para chegar à escola:

"Quando chove a gente precisa passar por dentro do rio. A gente coloca as roupas na bolsa e passa. Quando chega aqui na rua a gente se troca. Mas é muito ruim. Tem vez que a correnteza está forte, a gente fica se segurando. Uma vez precisei segurar na cerca com arame farpado… Ainda dizem que lá tem jacaré".

Ainda sobre os deslocamentos é importante destacar que ele também pode ocorrer em ônibus escolar ou em transportes particulares, como as motocicletas.

Na chegada à escola, os estudantes, agrupados por afinidade, dialogam sobre temas afins, divertindo-se e resolvendo problemas em comum. O grupo é matriculado na mesma escola e o espaço da praça em frente à escola torna-se o local da efervescência de emoções, um espaço do encontro de grupos distintos, diversas faixas etárias, séries diferentes, mas temas em comum.

Os dados evidenciam relacionamentos comunitários por afinidade social, que reforça a afetividade com o espaço escolar, o que pode ser utilizado como uma estratégia para a educação formal. A aprendizagem ocorre em sintonia com as relações interpessoais. A presença de ambientes específicos potencializa as interações, favorecendo a aprendizagem. Por outro lado, em todas essas atividades presenciais, os estudantes estendem suas experiências em plataformas digitais quando interagem com outros colegas ou quando postam imagens em suas redes sociais (Hjorth; Pink, 2014).

A praça com os demais espaços percorridos, desde suas residências constituem um palco de complexas atividades de comunicação, colaboração na qual o uso de plataformas digitais é intenso. Emergem no percurso uma parte importante de espaços híbridos de aprendizagem que integram os recintos domésticos, onde os familiares participam da aprendizagem, e a escola, na qual todos convergem na busca de reforçar suas identidades culturais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A constituição dos espaços de aprendizagem inclui múltiplos ambientes e atores. A complexidade no contexto da aprendizagem aprofunda-se na medida que os recursos tecnológicos, em particular as mídias e plataformas digitais tornam-se frequentes e populares no cotidiano dos estudantes. Captar os significados do digital para este grupo é fundamental para aperfeiçoar processos que possibilitem a eficácia da educação nos espaços rurais.

Existe uma necessidade de refletir acerca de novas formas de conceber a educação e projetar ambientes adequados para a população rural. Em função das suas vivências particulares, relacionadas com o seu local de origem e com o seu contexto cultural.

A função matriarcal é um componente fundamental para a aprendizagem. As atitudes das mães frente aos entraves para a aprendizagem no cotidiano dos estudantes proporcionam motivação nos estudos, persistência e continuidade. A ausência da figura paterna é completamente substituída pela materna pelas suas ações proativas para o crescimento

intelectual dos filhos. Quando essa função é ausente, geralmente, o lado paterno não atua e o estudante precisa motivar-se por si só ou perde-se o interesse.

O papel do lugar na aprendizagem, seja ele físico ou digital, em casa ou na escola, é também basilar. Entendemos o conceito de lugar como espaço da vivência, da experiência, da representatividade, segundo Massay (2005) e Tuan (1980). A anulação de uma experiência sólida e lúdica leva à desmotivação e até mesmo à evasão, ou uma busca particular por esses momentos, mas sem conexão com os objetivos escolares.

As relações que se estabelecem entre as pessoas e o lugar, como a afetividade e o pertencimento devem ser considerados quando se elaboram atividades educacionais. A vivência no lugar também pressupõe emoções, que se encontram espalhadas no âmbito "casa-percurso-escola". Recomenda-se que se amplie essa discussão desde a formação de professores até as instruções normativas educacionais municipais.

A temporalidade e a materialidade dos espaços híbridos de aprendizagem permeiam diversos ambientes. O espaço de aprendizagem é híbrido porque ele não só ocorre na escola, mas sim desde a casa, o caminho até a escola, nos aplicativos dos celulares, na internet com aparelho móvel ou não. Os jogos online, as redes sociais e a diversidade de aplicativos, vídeos e fotos compõem elementos que formam esse espaço híbrido de aprendizagem, os quais devem ser considerados nas práticas pedagógicas.

Observando os cinco temas de forma sistêmica, notamos a elaboração de uma forma complexa de entender o contexto por onde a educação se dá ser a comunidade/território de aprendizagem, que se constitui pelos diversos elementos identificados nos temas, os quais envolvem atividades paralelas (em sentido profissional), conteúdos/professor associados com o papel da mãe, que se soma à função/necessidade da casa e escola, e espaços adequados para o desenvolvimento da leitura, escrita etc. nesses espaços. Juntos estes se identificam como espaços híbridos (distribuídos) de aprendizagem.

AGRADECIMENTOS: Secretaria de Educação do Município de Joaquim Nabuco. Universidade Federal de Pernambuco.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo et al. **Juventude e agricultura familiar:** desafios dos novos padrões sucessórios. Brasília: Unesco, 1998.

ANDRADE, Manuel Correia. **A terra e o homem do Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. São Paulo: Cortez, 2011.

ANDRADE, Francisca Marli Rodrigues, RODRIGUES, Marcela Pereira Mendes. Escolas do campo e infraestrutura: aspectos legais, precarização e fechamento. In: **Educação em Revista.** Belo Horizonte. vol. 36. Nov, 2020.

CASTRO, Elisa Guaraná. Juventude do campo. In: CALDART, Roseli Salete et al. **Dicionário de Educação do Campo.** Rio de Janeiro, São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 439-446.

DEWEY, John. My Pedagogic Creed. **School Journal**. 1897. 54(3), 77–80.

IBGE. **Censo demográfico 2000:** migração e deslocamento. Rio de Janeiro, 2003.

GUNN, Wendy, OTTO, Ton, SMITH, Rachel Charlotte. **Design Anthropology:** theory and practice. Bloomsburry. London, New Delhi, New York, Sidney, 2013.

HALSEY, J. **Independet review into regional, rural and remote education: final report**. Flinders University. 2018. https://apo.org.au/sites/default/files/resource-files/2018-04/apo-nid141326.pdf.

HJORTH, Larissa, PINK, Sarah. New visualities and the digital wayfarer/ Reconceptualizing camera phone photography and locative media. **Mobile Media & Communication**, 2(1), 2014. 40-57.

HORST, Heather, SINANAN, Jolynna, HJORTH, Larissa. Storing and Sharing: everyday relationships with digital material. In: **New media & society.** Vol. 23(4). p. 657-671. SAGE, 2020.

HUDSON, Sue. et al. An exploration of preservice teachers' readiness for teaching rural and remote schools. In: **Australian and international jornal of rural education.** Vol. 30(3). 2000. https://journal.spera.asn.au/index.php/AIJRE/article/view/280

KUMAR, Anuj et al. An exploratory study of unsupervised mobile learning in rural India. In: **Proceedings of the SIGCHI Conference on Human Factors in Computing Systems** (pp. 743-752). 2010.

LUTHER, Alessandra, GERHARDT, Tatiana Engel. Educação obrigatória, êxodo rural, e fechamento das escolas do campo no Brasil. In: **Saberes da Amazônia.** Porto Velho. vol. 3. n. 7. Jul-dez 2018. p. 281-310.

MASSEY, Doreen. **For Space**. London: Sage, 2005.

MUTAMBARA, David, BAYAGA, Anass. Determinants of mobile learning acceptance for STEM education in rural areas. **Computers & Education.** 160, 104010. 2021.

NESTEL Debra et al. Evaluation of mobile learning: students' experience in a new rural-based medical school. **BMC Medical Education**. 2010. http://www.biomedcentral.com/1472-6920/10/57

PEREIRA, Caroline Nascimento, CASTRO, César Nunes. Educação: contraste entre o meio urbano e o meio rural no Brasil. **Boletim regional urbano e ambiental**. Ipea. 21, p. 63-74. jul-dez, 2019.

PINK, Sarah. et al. **Digital ethnography:** principles and practice. SAGE Publications Ltd. London, 2016.

PINK, Sarah e MACKLEY, Kerstin. Leder. Saturated and situated: expanding the meaning of media in the routines of everyday life. In: **Media, culture & society**. 35(6) 677-691. 2013. https://journals.sagepub.com/doi/ 10.1177/0163443713491298

PINK, Sarah, SALAZAR, Juan. Francisco. **Anthropologies and futures: Setting the agenda. In Anthropologies and futures** (pp. 3-22). Routledge, 2020.

PIMMER, Christoph. et al. Informal mobile learning in nurse education and practice in remote areas – A case study from rural South Africa. **Nurse Education Today**. V. 34. Ed. 11. P. 1398 – 1404. November, 2014. https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/24745478/ >.

PUNTEL, Jovani Augusto, PAIVA, Carlos Águedo Nagel, RAMOS, Marília Patta. Situação e perspectivas dos jovens rurais no campo. **Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos.** Ipea. 2011. https://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area3/area3-artigo20.pdf

RIBEIRO, M. Educação rural. In: CALDART, Roseli Salete et al. **Dicionário de Educação do Campo.** Rio de Janeiro, São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 293-298.

RITTELA, Giuseppe, LOPERFIDO Feldia Fedela. Students' self-organization of the learning environment during a blended knowledge creation course. In: **Education sciences.** 11. 580. 2021. https://www.mdpi.com/2227-7102/11/10/580

SARMENTO, Thaisa Sampaio, GOMES, Alex Sandro, MOREIRA, Fernando. **Classroom adaptations for blended learning practices.** Teem'18, Outubro 24-26, 2018. Salamanca, Espanha.

SARMENTO, Thaisa Sampaio, VILLAROUCO, Vilma, GOMES, Alex Sandro. Arranjos espaciais e especificações técnicas para ambientes de aprendizagem adequados a práticas educacionais com blended learning. In: **Ambiente Construído**. Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 365-390, 2020. jan./mar.

SINHA, C. Effect of mobile telephony on empowering rural communities in Developing Countries. **International Research Foundation for Development** (IRFD). Conference on digital divide, Global Development and the Information Society. November 14-16, 2005.

INGOLD, Tim. **Anthropology and/as education**. Abingdon: Routledge, 2018.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente". São Paulo: DIFEL, 1980.

A CARTOGRAFIA ESCOLAR NOS/DOS DESENHOS DE ESTUDANTES CAMPONESES NO ENSINO REMOTO EMERGENCIAL (ERE) DE GEOGRAFIA

Guilherme Matos de Oliveira[1]

RESUMO

Este artigo objetiva elucidar a dimensão da Cartografia Escolar presente nos desenhos de estudantes camponeses de uma escola estadual de Ensino Médio do estado da Bahia no cenário do Ensino Remoto Emergencial (ERE) de Geografia. Para a escrita deste texto, nos sustentamos metodologicamente em discussões teóricas e práticas sobre desenhos do universo rural elaborados em uma aula remota de Geografia, expressando, sobretudo, as vivências de estudantes do campo na pandemia da Covid-19. Diante das discussões sistematizadas ao longo deste estudo, podemos constatar que a linguagem cartográfica do desenho, tecida nos percursos do ensino-aprendizagem em Geografia de estudantes camponeses, vem cooperando, de modo reflexivo e prático, com a construção social dos conhecimentos geográficos destes sujeitos estudantis, que os motiva a continuar resistindo e lutando em/pelas suas trincheiras territoriais.

Palavras-chave: Cartografia Escolar; Desenhos; Ensino de Geografia; Estudantes camponeses; Pandemia da Covid-19.

ABSTRACT

This article aims to elucidate the dimension of School Cartography present in the drawings of peasant students from a state high school in the state of Bahia in the scenery of Emergency Remote Teaching (ERE) of Geography. To write this text, we relied methodologically on theoretical and practical discussions about drawings of the rural universe created in a remote Geography class, expressing, above all, the experiences of peasants students during the Covid-19 pandemic. Given the discussions systematized throughout this study, we can ascertain that the cartographic language of drawing, woven into the teaching-learning paths in Geography of peasant students, has been cooperating, in a reflective and practical way, with the social construction of the geographic knowledge of these student subjects, that motivates them to continue resisting and fighting in/for their territorial trenches.

Keywords: School Cartography; Drawings; Geography Teaching; Peasants Students; Covid-19 Pandemic.

INTRODUÇÃO

O ensino de Geografia, que se materializa nos rincões da Educação Básica, é permeado por uma miríade de metodologias e práticas que propiciam uma vital

[1] Doutorando em Geografia pelo Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, ggui995@gmail.com

aproximação entre a ciência geográfica e as ações didático-pedagógicas da sua disciplina em âmbito escolar. A cartografia se insere nesses percursos ao apontar, com suas representações e linguagens, como se processualizam as dinâmicas relações naturais e sociais no/do espaço geográfico.

Ao ser uma linguagem cartográfica importante para a Geografia Escolar, o desenho abre uma gama de possibilidades para a efetivação de mapeamentos cognitivos e criativos dos sujeitos estudantis sobre o mundo que edificam, e no caso dos estudantes camponeses, no que concerne às modificações que acontecem no espaço agrário a partir das suas casas, das suas escolas, das suas comunidades etc. que estão vinculadas aos desafiadores processos de produção do espaço geográfico na sua totalidade mundial, a exemplo da recente pandemia da Covid-19[2].

Partindo desse pensamento, o presente artigo tem como objetivo evidenciar a dimensão cartográfica contida nos desenhos de estudantes camponeses de uma escola estadual de Ensino Médio do estado da Bahia na conjuntura do Ensino Remoto Emergencial (ERE) de Geografia, sendo que por meio de uma atividade prática efetuada em sala de aula puderam exprimir, com lápis e papel, suas vivências acerca dos desdobramentos do jugo pandêmico nos contextos de vida e trabalho que socializam no campo.

METODOLOGIA

Destacamos, no presente texto, nossa compreensão quanto à pertinência de um ensino dialógico, relacional, reflexivo e crítico do ensino de Geografia da escola camponesa e/ou com camponeses, a partir das múltiplas linguagens – dentre elas os desenhos cartográficos advindos de uma realidade concreta – que se assenta nos pressupostos de método do materialismo histórico-dialético, uma vez que "[...] o concreto aparece no pensamento como processo da síntese, não obstante seja o ponto de partida efetivo e, em consequência, também o ponto de partida da intuição e da representação" (Marx, 2011, p. 54).

[2] Com sua indicação a partir de fevereiro de 2020 pela Organização Mundial de Saúde (OMS), e tendo sua derivação do surto da doença COVID-19: COVID significa Corona Vírus Disease/19 refere-se ao ano de 2019, posto que a Sars-Cov-2: Síndrome Respiratória Aguda Grave 2 ou, mais popularmente, o "coronavírus" tornou-se, pela divulgação de especialistas e da imprensa, a nova variação do vírus. Disponível em: https://portal.fiocruz.br/pergunta/por-que-doenca-causada-pelo-novocoronavirus-recebeu-o-nome-de-covid-19. Acesso em: 24 out. 2023.

Partindo desse pressuposto, para a escrita deste artigo, nos respaldamos metodologicamente em discussões teóricas e práticas sobre desenhos do cotidiano rural elaborados em uma aula remota de Geografia; ao passo que num primeiro momento realizamos uma reflexão teórica de autoras(es) que dialogam sobre a importância do desenho na Cartografia Escolar de estudantes do campo, a exemplo de Almeida (2001), Miranda (2005), Oliveira (2020) dentre outras(os) autoras(es); e num segundo momento vislumbramos a reprodução social da vida de estudantes camponeses, em meio à vigência da pandemia da Covid-19, por meio de ilustrações que produziram no ERE de Geografia.

REFERENCIAL TEÓRICO

Ao sistematizarmos este texto, nos reportamos a autoras(es) que dialogam sobre a temática central do trabalho em tela – que se debruça na importância da produção de desenhos cartográficos na Geografia Escolar feitos por estudantes camponeses no período do ERE; uma vez que com essa linguagem seminal da Cartografia Escolar, os estudantes podem vislumbrar, delinear e interpretar o espaço camponês onde estão vinculados, constituído socialmente e naturalmente no interior da questão agrária realizada tanto em nível local quanto em nível internacional.

De início vale considerar, de acordo com Cavalcanti (2019), que:

> A Geografia, incluindo a Escolar, é, a propósito, um campo que utiliza sistematicamente diferentes linguagens, seja para operar os princípios do pensamento geográfico, seja para comunicar seus conhecimentos, o que tem sido intensificado pelos avanços tecnológicos: o texto escrito e falado, os mapas, as imagens de satélite, os desenhos, as fotografias, os gráficos, infográficos etc. [...] no seu ensino, quando utilizados de modo articulado ao processo de aprendizagem, que ultrapasse a mera ilustração e busca de atratividade para os conteúdos, podem configurar-se como instrumentos mediadores dos processos de conhecimento pelos alunos. [...] maneiras, também, de construir representações sobre o real, ou seja, levam as pessoas a compreenderem de certo modo o real, construindo, assim, sua subjetividade [coletiva e social no espaço geográfico] (Cavalcanti, 2019, p. 188, inserção nossa).

Enquanto integrante da multiplicidade de linguagens que emergem dos direcionamentos do ensino-aprendizagem em Geografia no espaço da sala de aula da Educação Básica, a Cartografia Escolar tem sido promotora de variadas experiências didático-pedagógicas e pesquisas científicas em nível nacional/global, que colocam os processos de mapeamento num movimento prático/teórico de produção, interpelação e reflexão geográfica da realidade concreta vivida/estudada pelos sujeitos estudantis, e que se traduz em seus diferentes produtos cartográficos, sejam eles visuais, textuais, digitais,

dentre outros. Nisso, “[...] os mapas podem ter várias cores e formas, e o que existe em comum entre eles, é que sempre são marcados por uma certa forma de ver o mundo” (Canto, 2022, p. 23).

Consonante a isso, Almeida (2001) sinaliza que é imprescindível, no desenvolvimento da aprendizagem resultante da cartografia no ensino da Geografia Escolar, mobilizar os estudantes para que obtenham um sólido entendimento sobre o dinamismo natural e social em que estão inseridos, constituído espacialmente pela via do uso, criação e divulgação de técnicas e instrumentos de representação gráfica. Com isso, ao percebemos que os atos de:

> [...] aprender e ensinar Geografia tem uma relação direta com uma rede de experiências a partir do que é vivido e representado graficamente, podemos reafirmar que a cartografia é linguagem, bem como alternativa metodológica e conteúdo ministrado na educação básica, no ensino de Geografia e que o desenho também é uma linguagem e alternativa metodológica que pode ser utilizada no ensino da Geo(carto)grafia (Oliveira, 2016, p. 82).

O desenho, pertencente ao conjunto das linguagens cartográficas notabiliza – conforme apontado por Iavelberg (2006) – um esquema representativo a ser codificado por meio da operacionalização de ações mais integradoras com as demais ciências e culturas concebidas historicamente e socialmente pela humanidade, a exemplo do universo das artes, ou de modo mais específico pela Geografia Acadêmica e/ou Escolar com a geração de diversos artefatos cartográficos, como os mapas mentais; tendo em conta que seja como “[...] ilustração na produção de textos, na edição de imagens e textos no computador, com pesquisa na internet ou uso de scanner, o desenho [...] ganha novos espaços” (Iavelberg, 2006, p. 72).

No que tange à criação dos desenhos enquanto um exercício cartográfico significativo na Geografia Escolar, Almeida (2001) assevera que o desenho é um sistema de representação, não sendo uma cópia exímia do que existe no mundo, mas uma interpretação do que se abstrai do real concreto através do seu potencial linguístico gráfico, vindo a ser aos estudantes uma “[...] expressão de uma linguagem da qual [...] se apropria ao tornar visíveis suas impressões, socializando suas experiências” (Almeida, 2001, p. 27).

Em conformidade a isso, Miranda (2005) denota que:

> O desenho nessa tradição geográfica envolve uma relação cognitiva e corporal com os elementos/objetos do espaço através do olhar-ver, do gesto, do traço, da atenção ao conjunto e aos detalhes, em um movimento do corpo e do

> pensamento, entre a observação e a apreensão de um todo em suas linhas gerais formando uma estrutura, a abstração e a análise, pelo isolamento de elementos selecionados, e a elaboração de uma síntese na composição do conjunto pelo traçado no papel (Miranda, 2005, p. 56).

Todavia, o autor citado acima adverte que se limitarmos o desenho a uma concepção geométrica do espaço gráfico, ao privilegiarmos o mapa como a linguagem exclusiva da ciência geográfica, seu ensino escolar virá a reproduzir uma orientação conservadora da educação, pautada unicamente por um olhar cartesiano sobre o espaço a ser representado, reduzindo e naturalizando o desenho como produto do avanço desta linguagem na adaptação dos seres humanos no meio social que fazem parte (Miranda, 2005, p. 141).

No assentimento a essa perspectiva, por meio das particularidades do ensino de Geografia do campo e/ou com estudantes camponeses, Oliveira (2020) indica que as variadas linguagens – como o desenho, tais quais:

> [...] os diversos recursos didáticos, sejam eles de papel, digital, ou contidos na própria terra camponesa possibilitam a reflexão de como o espaço local se modifica todos os dias, e de como estamos inseridos nesse processo de relações entre a natureza física e humana no mundo, que as vezes nem as enxergamos como importantes ao pensarmos que elas acontecem deslocadas de nossas ações rotineiras (Oliveira, 2020, p. 600).

Ao pontuarmos nossa visão teórica e de método acerca da apropriação cartográfica da Geografia de uma escola do interior baiano, com o auxílio da formulação dos desenhos de escolares do campo sobre o universo conflituoso e resistente que vivenciaram diante de um quadro pandêmico, explicitamos no tópico a seguir o detalhamento desse percurso prático de ensino pela ação criadora dos nossos estudantes camponeses.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em se tratanto dos caminhos que versam sobre o aporte da Cartografia Escolar presente no ensino de Geografia, nos atemos a considerar como se sucedem seus procedimentos didático-pedagógicos na aprendizagem de estudantes camponeses, que por meio de suas representações gráficas em variados formatos – dentre eles os desenhos – revelam e absorvem muito do que são, do que sentem e do que fazem no ambiente onde estão conectados enquando sujeitos societais.

À vista disso, tomamos como horizonte empírico deste nosso estudo o trabalho docente que desenvolvemos no ano de 2021 na disciplina de Geografia em duas turmas

de 3º ano do Ensino Médio do Colégio Estadual Renato Viana (CERV), situado na área urbana do município de Anagé, no estado da Bahia; ao passo que estas turmas contavam, cada uma, com 22 e 26 estudantes frequentes, e a grande parte dos estudantes destas turmas eram camponeses residentes em diversas comunidades rurais anageenses – sendo elas Beira do Rio, Lagoa Torta, Lagoa da Torta, Lagoa do Morro, Pombos, Lagoinha, Gameleira, Paiol, Ribeirão, Santo Antônio das Flores, dentre inúmeras outras – que, entre segunda e sexta-feira, frequentavam a escola acima citada no turno noturno.

Este período letivo foi marcado pelas reconfigurações nas formas de ensinar e aprender no meio escolar decorrentes da circulação da Covid-19, ao tempo em que o denominado Ensino Remoto Emergencial (ERE)[3] viabilizou com que fossem mantidas as atividades próprias das Unidades de Ensino por todo o território brasileiro, haja vista que:

> A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDBN 9.394/96 (BRASIL, 1996) considera a EAD como uma modalidade da educação mediada por tecnologias e realizada em ambientes virtuais. O ensino remoto é uma expressão registrada no ordenamento educacional e seu endereçamento é propício às atividades e tarefas didáticas não presenciais, o que, no contexto da emergência sanitária tornou-se uma possibilidade (Souza; Ferreira, 2020, p. 4).

Nesse ínterim, mesmo diante das adversidades do distanciamento físico que passamos enquando sujeitos escolares e pela sociedade na qual fazemos parte, foram-nos oportunizados atos educacionais com nossos estudantes pela via tecnológica através de aulas *on-line*, trocas de mensagens, recebimento de atividades por e-mail e/ou pelo *Google Classroom*, pautando sempre "[...] no entendimento de que, dentre tantos desafios, o ensino remoto não é transposição do ensino presencial" (Souza; Ferreira, 2020, p. 16).

Na feitura de uma das aulas mencionadas acima, cuja temática tratava do mundo do trabalho na pandemia da Covid-19, solicitamos aos estudantes supracitados que esboçassem desenhos sobre os modos de vida e do trabalho que vinham produzido socialmente em meio ao cenário pandêmico; à medida que os estudantes que moram nos diversos recantos do espaço agrário registraram, criativamente no papel, o que estavam vivenciando e realizando territorialmente. A respeito da dimensão social da vivência, Vigotski (2010) salienta que:

---

[3] oriundo das recomendações do Parecer CNE/CP nº 5, de 20 de abril de 2020 (Brasil, 2020a), do Parecer CNE/CP nº 9, de 08 de junho de 2020 (Brasil, 2020b), do Parecer CNE/CP nº 11, de 07 de julho de 2020 (Brasil, 2020c), e do Parecer nº 16, de 09 de outubro de 2020 (Brasil, 2020d).

> A vivência é uma unidade na qual, por um lado, de modo indivisível, o meio, aquilo que se vivencia está representado – a vivência sempre se liga àquilo que está localizado fora da pessoa – e, por outro lado, está representado como eu vivencio isso [...]. Dessa forma, na vivência, nós sempre lidamos com a união indivisível das particularidades da personalidade e das particularidades da situação representada na vivência (Vigotski, 2010, p. 686).

As ilustrações dos sujeitos estudantis em tela sustentam, de maneira objetiva, esta perspectiva teórica vigotskiana, uma vez que foram sendo esquematizadas através dos seus pontos de vista e dos inúmeros contextos onde estão situados e que vivenciam: pela manutenção dos seus vínculos com a terra no plantio e cultivo da roça camponesa (Figura 1), no contato com a natureza na biodiversidade caatingueira do semiárido baiano – e das associações que fizeram entre os períodos de seca e chuva em suas áreas caatingueiras com o "tempo cinzento, triste e sem vida" da pandemia, contrário ao tempo de "esperança, alegria e cheio de vida na terra" com a superação da fase pandêmica (Figura 2), pela convivência rotineira entre seus familiares, amigos e com a comunidade em geral, pelas tradições culturais locais (cavalgadas, festas juninas, terno de reis etc.) que foram restringidas nesse tempo, entre outras.

Figura 1: Os modos de vida e do trabalho do campesinato anageense com a Covid-19.
Fonte: Acervo do autor (2021).

Figura 2: Olhai os campos caatingueiros de Anagé-BA na Pandemia da Covid-19.
Fonte: Acervo do autor (2021).

Esta forma de mapeamento permitiu com que os estudantes das turmas expressassem também, com seus traçados, as dificuldades que enfrentam diariamente na relação campo cidade pelos trajetos que fazem entre casa/trabalho/escola – interrompidos e/ou reconfigurados com o labor e a escolarização remota (Figura 3), bem como as demandas sociais que reivindicam junto ao poder público (a exemplo do acesso à água potável), e a resistência política que tensionam diante dos conflitos e das contradições impostas pelo sistema capitalista aos seus territórios (como no fechamento de escolas

municipais do campo), pela garantia da soberania e segurança alimentar através do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), que está presente em algumas comunidades locais pela militância dos seus sujeitos sociais, entre outras notáveis questões que lhes afetam e que repercutem no itinerário de suas vidas.

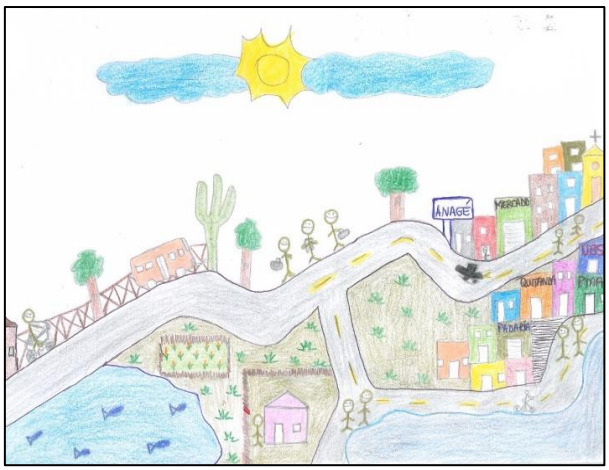


Figura 3: Entre a vida, o trabalho e os estudos – as trajetórias do ser estudante camponês do CERV na pandemia da Covid-19.
Fonte: Acervo do autor (2021).

Com a feitura dos seus desenhos, os estudantes camponeses conseguiram estabelecer diálogos entre eles e com as(os) demais colegas oriundas(os) da cidade de Anagé-BA no espaço virtual das suas aulas, destacando o que percebiam de permanências e mudanças nas reconfigurações das formas de organização e de reprodução dos seus modos de vida e de trabalho, tal qual suas vivências culturais, políticas e sociais no dia-a-dia da pandemia, e que podem ser observados nas seguintes falas:

> *"Tem sido tenso fazer o distanciamento, isolamento, sei lá como é que chama kkkkk porque nunca passamos por isso. É meio que uma novidade, né? Mas precisamos fazer ele pois Deus é mais de pegar a Covid... E até que é mais fácil ficar isolado em nossas casas, por conta delas não serem tão próximas umas das outras".*
> *"Na pandemia o que mais faz falta é da gente poder ir na celebração da igreja, na reunião da associação de moradores da nossa comunidade, de ir na casa dos vizinhos e dos parentes da gente pra prozear, fazer biscoito, pamonha e tomar com café... Mas fazer o que, né? Que Ave Maria a gente pega esse vírus, né?".*
> *"Até que essa pandemia não interferiu demais no trabalho que nós e nossas famílias faz na roça e nos povoados que a gente mora, mas isso não quer dizer que o trato com a lavoura seja algo tranquilo de se fazer, porque ele é cansativo e, às vezes, deixa a gente sem ar também".*

A partir desta última fala identificamos, nos relatos dos estudantes camponeses das turmas deste estudo, as dificuldades e as resistências que enfrentavam/enfrentam na

condução das suas vidas, e de como a circulação do coronavírus invadiu, afetou e reforçou, de algum modo, as contradições impostas no cotidiano de cada um deles, e que foram evidenciadas tanto nas suas ilustrações quanto em seus depoimentos transcritos abaixo:

> *"Tamo aqui na aula remota pelo celular ou pelo computador, mas se falta internet, luz, como é que fica pra gente? Vamo ser prejudicado por isso?".*
> *"Eu preciso dividir com vocês que é difícil sair cedo de casa pra trabalhar o dia todo na cidade, voltar pra roça e sentar pra ter aula online. Não é culpa da escola, do professor, mas é que é muita correria pra garantir o pão de cada dia, e a gente fica exposto ao coronavírus de qualquer jeito".*
> *"Os políticos já esquece de nós que é pobre quando tá tudo normal, agora então que eles nem liga pra nós. E pra lutar pelas coisas da nossa comunidade, pra ter acesso aos nossos direitos, temos que ser insistente ligando, movimentando, denunciando, fazendo o que nós pode. O que não dá pra ficar é desorganizado e passando por necessidade".*
> *"Tem gente aqui na roça que pegou o coronavírus, e eu fiquei aflita porque a saúde do nosso município não é lá essas coisas, não tem muitos recursos nos postos de saúde e no hospital da cidade. E tem gente ainda que pensa que o coronavírus é só uma "gripezinha", não é verdade?".*
> *"Eu tô com fé, mesmo com tanta morte provocada com o coronavírus, pois é como diz o ditado, a esperança é a última que morre... E minha esperança tá na vacina, ela vai nos ajudar a sair dessa".*

Fica explícito – diante dos fatos vividos e dos conhecimentos narrados pelos estudantes camponeses em questão – o desvelar do "fardo" desigual e contraditório que estes sujeitos são condicionados nos entremeios das nuances do modo de produção hodierno e das disputas de classes sociais antagônicas, sob o ímpeto da classe capitalista que expropria, de tempos em tempos e de muitas maneiras, a renitente classe camponesa que se encontra nos seus mais variados rincões de reprodução societal, à proporção que:

> Essa disputa travada, também na esfera das escolas públicas, nas redes estaduais e municipais de ensino, por meio da adoção de currículos de ensino em Geografia, reproduz discursos em conformidade com os conhecimentos hegemônicos, sobretudo, o domínio do grande capital, das grandes empresas transnacionais, sobretudo da agricultura capitalista, ignorando ou muitas vezes deslegitimando os conhecimentos ditos tradicionais ou coletivos [dos sujeitos camponeses] (Floriano; Nardoque, 2018, p. 209, inserção nossa).

Posto isso, torna-se necessário valorizar, nas aulas de Geografia, um delineamento das formas de sociabilidade dos sujeitos estudantis para a construção de uma aprendizagem significativa sobre o espaço geográfico que produzem, estudam e exprimem cartograficamente, assim como foi oportunizado aos estudantes do campesinato anageense na geração dos seus desenhos, em que foram estimulados a

mapearem as situações socioespaciais e adversidades atravessadas no decorrer de suas histórias e, em específico, no contexto pandêmico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao descrevermos e analisarmos as experiências cotidianas de estudantes camponeses de uma escola de Ensino Médio do estado da Bahia no ERE de Geografia, quanto ao conteúdo agrário que concebem e estudam com a fazedura de relevantes e lúdicas ilustrações – sobretudo pelo que vivenciaram no espaço-tempo da pandemia da Covid-19 – podemos considerar que a linguagem do desenho, na Cartografia Escolar, vem contribuindo de modo reflexivo e prático, no processo de ensino-aprendizagem em Geografia, com a construção social dos conhecimentos geográficos de sujeitos estudantis do campo.

Mediante esta ação didática, foi possível despertar neles o interesse nas temáticas alusivas ao espaço camponês ao iluminarem, com suas reflexões e seus produtos cartográficos, os contrastes sociais/naturais locais e as renitências que manifestam pela permanência coletiva da sua condição ontológica na defesa de suas trincheiras territoriais, que se articulam com o movimento mais geral de busca por uma emancipada reprodução da vida na terra; horizonte este que também nos inspira e nos impulsiona a seguir avante, à luta!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Rosângela Doin de. **Do desenho ao mapa:** iniciação cartográfica na escola. São Paulo: Editora Contexto, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP nº 5,** de 28 de abril de 2020. Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19. Brasília: DF, 2020a. D.O.U. de 01/06/2020, Seção 1, Pág. 32. Disponível em: http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/despacho-de-29-de-maio-de-2020-259412931. Acesso em: 24 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP nº 9,** de 08 de junho de 2020. Reexame do Parecer CNE/CP nº 5/2020, que tratou da reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19. Brasília: DF, 2020b. D.O.U. de 09/07/2020, Seção 1, Pág. 129. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=1

47041-pcp009-20&category_slug09/07/2020=junho-2020-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 24 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP nº 11,** de 07 de julho de 2020. Orientações Educacionais para a Realização de Aulas e Atividades Pedagógicas Presenciais e Não Presenciais no contexto da Pandemia. Brasília: DF, 2020c. D.O.U. de 03/08/2020, Seção 1, Pág. 57. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=148391-pcp011-20&category_slug=julho-2020-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 05 nov. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP nº 16,** de 09 de outubro de 2020. Reexame do item 8 (orientações para o atendimento ao público da educação especial) do Parecer CNE/CP nº 11, de 7 de julho de 2020, que trata de Orientações Educacionais para a Realização de Aulas e Atividades Pedagógicas Presenciais e Não Presenciais no contexto da pandemia. Brasília: DF, 2020d. D.O.U. de 05/08/2021, Seção 1, Pág. 34. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=165251-pcp016-20&category_slug=novembro-2020-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 05 nov. 2023.

CANTO, Tânia Seneme do. **Cartografia e tecnologias digitais:** novas abordagens e linguagens para a sala de aula. Curitiba: CRV, 2022.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Pensar pela Geografia:** ensino e relevância social. Goiânia: C&A Alfa Comunicação, 2019.

FLORIANO, Eliana Menossi Silva; NARDOQUE, Sedeval. A relação campo-cidade no ensino de Geografia: estudo do currículo de Geografia do estado de São Paulo. **Revista NERA,** Presidente Prudente, n. 44, p. 205-229, 2018. DOI: 10.47946/rnera.v0i44.5342. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/5342. Acesso em: 24 out. 2023.

IAVELBERG, Rosa. **O desenho cultivado da criança:** práticas e formação de professores. 1ª ed. Porto Alegre: Editora Zouk, 2006.

MARX, Karl. O método da economia política (Introdução). In: MARX, Karl. **Grundrisse.** São Paulo: Boitempo, 2011, p. 54-64.

MIRANDA, Sérgio Luiz. **O lugar do desenho e o desenho do lugar no ensino de Geografia:** contribuição para uma Geografia escolar crítica. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista. Rio Claro, 2005.

OLIVEIRA, Guilherme Matos de. Traçados do cotidiano de pequenos sertanejos na aula de Geografia em uma escola camponesa na Bahia. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, Campinas, v. 10, n. 20, p. 591-602, 2020. DOI: 10.46789/edugeo.v10i20.771. Disponível em: https://www.revistaedugeo.com.br/revistaedugeo/article/view/771. Acesso em: 29 jun. 2023.

OLIVEIRA, Simone Santos de. Desenho e Cartografia Escolar: aproximações e proposições metodológicas para o ensino de geografia. **Geografia Ensino & Pesquisa,** Santa Maria, v. 20, n. 3, p. 78-86, 2016. DOI: 10.5902/2236499419821. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/19821. acesso em: 24 out. 2023.

SOUZA, Ester Maria de Figueiredo; FERREIRA, Lúcia Gracia. Ensino remoto emergencial e o estágio supervisionado nos cursos de licenciatura no cenário da Pandemia COVID 19. **Revista Tempos e Espaços em Educação,** São Cristóvão, v. 13, n. 32, p. 1-19, 2020. DOI: 10.20952/revtee.v13i32.14290. Disponível em: https://periodicos.ufs.br/revtee/article/view/14290. Acesso em: 24 out. 2023.

VIGOTSKI, Lev Semionovich. Quarta aula: a questão do meio na pedologia. **Psicologia USP,** São Paulo, v. 21, n. 4, p. 681-701, 2010. DOI: 10.1590/S0103-65642010000400003. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/42022. Acesso em: 24 out. 2023.

MEMÓRIA ENQUANTO MATRIZ FORMADORA: TERRITÓRIO IMATERIAL DA CASA FAMILIAR RURAL PE. SÉRGIO TONETTO NO QUILOMBO DE JAMBUAÇU, MOJU/PARÁ

Heralda Ferreira Santos[1]

John Cleber Sarmento Santiago[2]

RESUMO

Este artigo nasce durante o período de reconstrução de nossas vidas após a Pandemia da Covid-19 partindo de uma experiência formativa que muito se admirou e serviu de incentivo para se esperançar neste período tão difícil da história mundial. Tem como principal objetivo colaborar com os debates acerca do Paradigma da Questão Agrária Brasileira no que tange o papel da *memória* na disputa dos territórios imateriais da Educação do Campo. A pesquisa foi desenvolvida a partir da experiência de autogestão da Casa Familiar Rural "Pe. Sergio Tonetto" no Território Quilombola de Jambuaçu, situado no município de Moju/PA, ocorrida no ano de 2019. Metodologicamente optou-se pelo 1) levantamento bibliográfico nas temáticas da Memória, Educação do Campo, Tipologias de Territórios e processos de luta e resistência no Território Quilombola de Jambuaçu; 2) levantamento de dados através de entrevistas estruturadas qualitativas virtuais com educadores graduados, moradores do Território, que também protagonizaram este processo de retomada da gestão na CFR, em 2019. Ao estudarmos a experiência desenvolvida na CFR de Jambuaçu destacamos o processo de ocupação da instituição em um movimento simbólico também de apropriação do conhecimento cientifico sistematizado aliado ao conhecimento ancestral deste território para elaborar novas práticas formativas a partir de sua história-memória não mais distorcida ou silenciada.

Palavras Chave: Memória; Educação do Campo; Território.

RESUMEN

Este artículo nació durante el período de reconstrucción de nuestras vidas después de la pandemia de Covid-19, a partir de una experiencia formativa que fue muy admirada y sirvió como incentivo a la esperanza en este período tan difícil de la historia mundial. Su objetivo principal es colaborar con los debates sobre el Paradigma de la Cuestión Agraria Brasileña sobre el papel de la memoria en la disputa de los territorios intangibles de la Educación Rural. La investigación se desarrolló a partir de la experiencia de autogestión de la Casa Familiar Rural "P. Sergio Tonetto" en el Territorio Quilombola de Jambuaçu, ubicado en el municipio de Moju/PA, que tuvo lugar en 2019. Metodológicamente, se decidió 1) realizar un relevamiento bibliográfico sobre los temas de Memoria, Educación Rural, Tipologías de Territorios y procesos de lucha y resistencia en el Territorio Quilombola de Jambuaçu; ; 2) recolección de datos a través de entrevistas virtuales cualitativas estructuradas con educadores graduados, residentes en el Territorio, que también desempeñaron un papel protagónico en este proceso de reanudación de la gestión en el CFR, en 2019. Al estudiar la experiencia desarrollada en el CFR de Jambuaçu, destacamos el proceso de ocupación de la institución en un movimiento

[1] Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe da Universidade Estadual Paulista - SP, heralda.ferreira@unesp.br

[2] Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará- PA, johnclebersarmento@gmail.com

simbólico, también de apropiación del conocimiento científico sistematizado, aliado al conocimiento ancestral de este territorio, para elaborar nuevas prácticas formativas a partir de su historia-memoria, ya no distorsionadas ni silenciadas.

Palabras Clave: Memoria; Educación Rural; Territorio.

INTRODUÇÃO

> *Não são mais os outros, não são as elites que contarão a nossa história; somos nós próprios que contaremos a nossa história, que traremos à tona a nossa memória - essa foi a grande estratégia da ciência, o apagamento do campesinato da ciência. Foi uma forma de apagamento do campesinato da história. (MOLINA, 2018).*

Somo ensinados a conceber a memória pertence ao passado, ao estático, ao que não influencia no presente e nem se quer futuro. Essa perspectiva se torna limitante quando incluímos a noção de espaço geográfico para entende-la. Os estudos de Santos (2002) definem o espaço enquanto um "conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente; mas como o quadro único no qual a história se dá". Em outras palavras, concebemos o espaço em movimento, enquanto palco e também condicionante das relações sociais, enquanto herança. Nessa perspectiva, Toledo e Barrera-Bassols (2015) nos ajudam a compreender a memória enquanto social, coletiva, compartilhada entre indivíduos e grupos sociais neste processo de produção da realidade, pois

> se em teoria todas as espécies tenham uma memória que lhes permite se manter e sobreviver no contexto em constante transformação da história natural, a espécie humana é a única que pode, de forma consciente, remontar as recordações que compõem sua própria história com a natureza (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015).

Para nós, a vida se torna sinônimo de memória já que essa produção espacial só é possível graças a nossa capacidade de aprender a sobreviver ao nos apropriarmos da natureza e compartilharmos essa experiência adquirida ao longo das gerações. Entretanto, o atual modus operandi de espoliação capitalista tem difundido um modelo de sociedade instantânea, baseada no progresso, desenvolvimento e tecnologia que produz uma ilusão alienada de que a sociedade moderna é um universo autocontido, autojustificado e autodependente que nega nossa consciência espacial enquanto espécie, em que a diversificação dos povos é sinônimo de atraso. Esse projeto de apagamento, de amnésia e extermínio se configura como uma das maiores violências do capitalismo,

pois sem memória somos facilmente levados a aderir à ideologia dominante das classes hegemônicas (MALHEIROS, 2023)[3].

Cientes disso, a diversidade dos povos presentes no campo brasileiro tem disputado a narrativa hegemônica e reescrevendo sua trajetória e identidade em um lugar de protagonismo, reinvindicação de reconhecimento e acesso a direitos. Essa característica imprime na identidade desses povos um elemento comum e central de sua autonomia que é a coletividade. Os estudos de Carvalho e Costa (2012) afirmam que nesse cotidiano de tensão, de enfrentamento "os camponeses mobilizam relações de parentesco, de vizinhança, amizade e compadrio, mais do que organizações formais de representação de interesses ou de mobilização política" contribuindo assim para o fortalecimento dos mais variados tipos de movimentos sociais, como os sindicais, quilombolas, associativos camponeses, indígenas, ribeirinhos resultando em uma "passagem de uma identidade de resistência para uma identidade social de projeto" de país. Entretanto, para os autores, este processo só é possível a partir de uma conscientização de nossa especificidade na formação social brasileira e é neste momento que gostaríamos de relacionar e destacar uma das múltiplas estratégias na luta camponesa e destaque em nossas pesquisas: a educação. Para Pereira (2018), associar a Educação do Campo com a luta e com a memória enquanto matrizes formativas é garantir que esse projeto contra-hegemônico não sucumba.

Dessa forma, buscamos compreender esse debate na prática através da análise da experiência de autogestão da Casa Familiar Rural Pe. Sérgio Tonetto desenvolvida no ano de 2019 no Território Quilombola de Jambuaçu.

METODOLOGIA

Metodologicamente optou-se pelo busca-se por desenvolver um estudo de caso enquanto tipologia de pesquisa por esta permitir conceber os participantes da pesquisa enquanto sujeitos coletivos que elaboram conhecimento e produzem práticas a intervir na realidade em que estão inseridos. Partindo também do princípio freiriano de que esses sujeitos aprendem com suas vivências e dessa forma elaboram concepções coletivas de sociedade que orientam as suas ações individuais (TESSMANN; DAL

[3] Reflexões construídas durante a disciplina "Território, Poder e Resistência" ministrada pelo Professor Bruno Malheiros no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) da Universidade do Estado do Pará – Centro de Ciências Sociais e Educação (CCSE). Junho de 2023.

MOLIN, 2014) estimamos através do método de interpretação/análise materialismo histórico dialético e pelo método de investigação quanti-qualitativo garantir a autonomia destes atores sociais.

Realizou-se levantamento bibliográfico nas temáticas da 1) Memória (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015) (SANTOS, 2002) (MALHEIROS, 2023); 2) Tipologias de Território (FERNANDES, 2005) (FERNANDES, 2009) (FERNANDES, 2012) (VINHA, 2016) (DEON; CALLAI, 2018) (SILVA et. al, 2021) (HAESBAERT, 2002); 3) Educação do Campo (CALDART, 2012) (ARROYO, 2018) (CAMACHO, 2017) (FERNANDES *et. al*; 1996); 4) e processos de luta e resistência no Território Quilombola de Jambuaçu (SANTIAGO, 2018) (MACHADO, 2014) (LIMA, 2019). Para coleta de dados realizou-se entrevistas com 02 educadores de Jambuaçu por meio da aplicação de um formulário via *Google Forms* com 10 perguntas formuladas a partir da concepção da memória enquanto um caminho metodológico e pedagógico para o ensino. Os critérios para escolha dos sujeitos entrevistados baseou-se no destaque e reconhecimento recebido pelas Comunidades do Território durante os processos mais intensos de auto-organização ocorridos nos últimos anos, principalmente a partir de 2017. Ambos são educadores licenciados nascidos e criados no Território e dedicam a vida política, profissional e acadêmica para a garantia da defesa e autonomia de Jambuaçu. Estes participaram do processo de mobilização e retomada da gestão da CFR, assim como compuseram o corpo administrativo da instituição durante toda esta experiência. Outro aspecto a se considerar nesta escolha foi à tentativa de garantia uma maior diversidade de gêneros ao escolher um homem e uma mulher para o processo de entrevistas.

TERRITÓRIOS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Discorrer sobre qual o papel da memória na formação humana, no contexto da construção da Educação do Campo, é validar o protagonismo dos camponeses, é humanizar essa diversidade de pessoas. Arroyo (2018) nos situa neste debate ao afirmar que os movimentos sociais são os educadores mais marcantes de nossa sociedade e, se tratando de uma sociedade capitalista marcada por opressões e divisão das classes sociais, é impossível fazer este movimento de ensino-aprendizagem, de concepção de pedagogias outras sem partir de experiências anteriores. Para o autor, este processo de educar pela *história-memória* é compreender que os movimentos sociais, ao partilharem de uma história que se enraíza no passado, possuem condições reais de radicaliza-la no

presente, carregando em suas memórias de resistência "uma matriz formadora a ser preservada e testemunhada. Uma história-memória carregada de lições. De pedagogias de resistências por libertação".

A Educação do Campo pode ser entendida enquanto um fenômeno da realidade brasileira atual (CALDART, 2012) por ser protagonizada pela diversidade do nosso campesinato, tendo em sua matriz formativa uma nova forma de fazer o enfrentamento a conjuntura histórica de exclusão em que nasce, por meio da recuperação do vínculo entre a formação humana e a produção material da existência baseada na "consolidação de uma cultura política pública, a cultura da igualdade, do direito à terra, ao conhecimento, ao trabalho, do direito de todos a sermos humanos, a vivermos como humanos" (ARROYO, 2012). Camacho (2017) enfatiza que a diferenciação desta matriz pedagógica se dá por conter três debates essenciais: da concepção de camponês enquanto classe social e modo de vida, da concepção de Educação na perspectiva da emancipação humana e da concepção de campo enquanto território e em disputa.

Este último é essencial para nossa discussão, pois justamente materializa o tom político para a construção da Educação do Campo enquanto um elemento de transformação social, pois, nesta perspectiva, trata-se dos processos de educação formal e não formal interferindo na reprodução da identidade territorial, impactando nos processos de resistência política e cultural, acumulando sobre a aprendizagem territorial destas populações. A formação proporcionada pela Educação do Campo implica em uma nova forma de conhecer e interpretar, a partir de uma base conceitual, a dinâmica do território camponês, criando possibilidades de transformá-las (DEON; CALLAI, 2018). Esta noção de desenvolvimento territorial está diretamente vinculada à compreensão e necessidade de formar sujeitos políticos, novos dirigentes sociais, para participar de forma ativa destas inciativas de mudança.

Acreditamos que mais importante do que definir qual o campo de atuação da Educação do Campo seja compreender o que é esse Campo demarcado neste novo paradigma educacional brasileiro. Compreendemos, assim, o Campo como território. Desta maneira, é na multidimensionalidade do conceito que a Educação do Campo e a Memória, assim com os próprios movimentos sociais e sindicais, encontram a expressão e representação máxima de suas lutas, pois a "redescoberta do território a partir de sua multidimensionalidade (econômica, política, cultural, ambiental, educativa) virou terreno fértil para estruturar o pensamento, as concepções e os princípios da educação

do campo" (SILVA et. al, 2021, p. 11). Os estudos de Haesbaert, já em 2002, destacava o território enquanto uma das categorias de análise da Geografia que tornou-se um conceito muito utilizado por diversas ciências que se ocupam dos processos de produção do espaço como a Ciência Política, Antropologia e Ciências Sociais, construindo uma diversidade de usos, abordagens, compreensões e significações distintas deste conceito para além das quais já existem dentro da própria ciência geográfica.

Neste estudo, compreendemos por território os "espaços geográficos e políticos onde os sujeitos sociais executam seus projetos de vida para o desenvolvimento" (FERNANDES, 2005). Complementando este conceito, "o território é o espaço apropriado por uma determinada relação social que o produz e o mantém a partir de uma forma de poder" (FERNANDES, 2005), contendo como princípios: soberania, totalidade, multidimensionalidade, multiescalaridade, intencionalidade e conflitualidade – ambos são interativos e completivos, logo, não existem em separado. Fernandes (2008) a partir da característica da totalidade explica que nem tudo se considera território, mas que o território é um todo. Em outras palavras, que devemos reconhecer o território em mais de uma dimensão.

Podemos compreender estas dimensões enquanto fruto das condições construídas socialmente na relação dos sujeitos consigo e com a natureza: relações sociais, culturais, econômicas, ambientais, ideológicas, entre outras. Entretanto, é válido mencionar que estas ações são repletas de intencionalidades: os sujeitos às expressam à medida que são influenciadas pelas mesmas. As intenções são entendidas enquanto opção histórica que direcionam pensamentos, correntes teóricas, paradigmas, políticas públicas, projetos de desenvolvimento. Ou seja, a lente com que conceberemos e compreenderemos a realidade. Essas múltiplas leituras propostas pelas intencionalidades se pontuam também enquanto opções políticas que geram conflitualidades pela disputa das narrativas dos fatos.

Neste sentido, ao refletirmos sobre o que é esse território para o campesinato compreendemos este enquanto seu espaço de vida, de construção da sua existência e *r-existência* quando a unidade espacial se transforma em território camponês no momento em que compreendemos que "a relação social que constrói esse espaço é o trabalho familiar, associativo, comunitário, cooperativo, para o qual a reprodução da família e da

comunidade é fundamental" (FERNANDES, 2012). A conjuntura em que estas relações sociais e consequentemente seus territórios de vida são construídos é permeada pela resistência de uma diversidade de reproduções do modo de vida camponês mediante o enfrentamento permanente das formas de reprodução das relações capitalistas, com o desafio de garantir a manutenção de sua soberania no desenvolvimento de seus territórios e também sua autonomia nestes processos de resistência.

Por esta lógica, o território do campesinato pode ser apreendido também como território da Educação do Campo, pois aos compreendermos o campo enquanto um território educativo/formativo "baseado na concepção de que a participação social e as ações coletivas corroboram para forjar experiências de aprendizagem territorial" (SILVA et. al, 2021) estamos reconhecendo este território material social como a base para o território teórico imaterial da Educação do Campo, em um movimento dialético em que a Educação do Campo disputa territórios materiais ao mesmo tempo que é um território em disputa.

A produção material dos territórios não se dá em si mesma, mas sim na relação direta e dependente de uma produção imaterial. Em sua obra *Sobre a Tipologia de Territórios*, Fernandes (2009) afirma que o território imaterial "pertence ao mundo das ideias, das intencionalidades, que coordena e organiza o mundo das coisas e dos objetos: o mundo material" (p. 15). Eis aí a importância dessa imaterialidade na compreensão dos diferentes tipos de territórios materiais: as transformações, construções e produções que nós realizamos na produção do espaço e dos territórios. Seria o que Santos (2002) chamou de *território usado*, ou seja, "o chão mais a identidade" e não apenas um "conjunto de sistemas naturais de sistemas de coisas sobrepostas [no espaço geográfico]". Por *identidade* Santos (2002) nos leva a compreender como a multidimensionalidade que dá substancialidade e singularidade aos territórios como o trabalho, a espiritualidade, as relações de vizinhança, a cultura, entre outros.

Este território imaterial formado por "conceitos, teorias, métodos, ideologias, paradigmas, etc., que definem a leitura, o foco, a interpretação, a compreensão e, portanto, a explicação do objeto, tema ou questão" (FERNANDES, 2009) expressa diretamente à urgência na efetivação, defesa e validação dos interesses de grupos distintos, pois assim como o material, entendemos os territórios imateriais a partir da determinação de relações de poder, já que estes territórios são construídos e disputados

coletivamente (FERNANDES, 2009). A Memória inclui-se neste arcabouço de ideologias e intenções que coordenam e organizam coletivamente coisas e objetos do mundo material. Ou seja, sabemos que não há construção imaterial sem material, mas a primeira precede à segunda, eis sua importância. Devemos ter no horizonte que esta construção é mais que paradigmática, é política, a partir do momento que 1) pode ocorrer de maneira alienada ou autônoma e 2) podendo inviabilizar ou viabilizar a luta por políticas públicas – a exemplo da maneira que aprendemos sobre nossa história e nossa identidade: quando cientes de nossa condição de detentores de direitos sociais, nos organizamos por reconhecimento em um processo de protagonismo e valorização de nossa cultura, como demonstra os 26 anos de luta por uma Educação do Campo da educação básica, de nível superior, na pós-graduação, na fileira de nossos Movimentos Socioterritoriais[4].

> [...] os povos do campo sujeitos dessas histórias-memórias têm direito a conhecê-las, a preservá-las, a incorporá-las nos currículos de formação de docentes-educadores e dos educandos em todas as escolas e de maneira obrigatória nas escolas, na EJA do campo. Trazer essas histórias-memórias de resistências coletivas tem um significado político radical em tempos de golpe, de repressão de tentativas hegemônicas de recolocar os movimentos sociais no seu lugar: às margens da política, do poder, da educação. (ARROYO, 2018).

Esse movimento de perceber-se enquanto parte de um processo que se encontra enraizado no passado, projetando-se para o presente e futuro, por meio do resgate – conservação – recriação de múltiplas identidades territoriais camponesas, coloca enquanto fundamental a educação por meio destes princípios. Neste enfretamento ao modo de produção hegemônico criam-se condições para a recriação de relações não capitalistas de produção que tem nesta resistência do campesinato a sua concretização (VINHA, 2016). Essa *pedagogia do movimento* (CALDART, 2012) garante a *pedagogia da autonomia* "no sentido do povo ser estimulado a produzir sua própria cultura, suas representações, sua arte, sua palavra" (FERNANDES *et. al*; 1996). É imprencindível se ter no horizonte que não devemos abrir mão do conhecimento científico produzido pela educação formal enquanto ferramenta para auxiliar na leitura da realidade que buscamos transformar coletivamente através da luta, mas este conhecimento só é útil quando se concebe a realidade em sua "totalidade, nas suas contradições, em seu movimento histórico" (KOLLING *et. al,* 2012). Essa

[4] Para melhor compreender melhor o conceito recomendamos a leitura da obra "Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais", de Bernardo Mançano Fernandes, publicada em 2005.

movimentação possibilita a prática educacional para além dos muros da escola, contextualizada e imersa na comunidade.

Estes acúmulos teóricos fincam raízes no leito histórico de lutas dos trabalhadores na América Latina, a exemplo da educação popular, enquanto estratégica de enfrentamento do capital. Dentre estas experiências em movimento, compartilhamos no debate a construída e compartilhada com adolescentes e jovens no Território Quilombola de Jambuaçu, Pará.

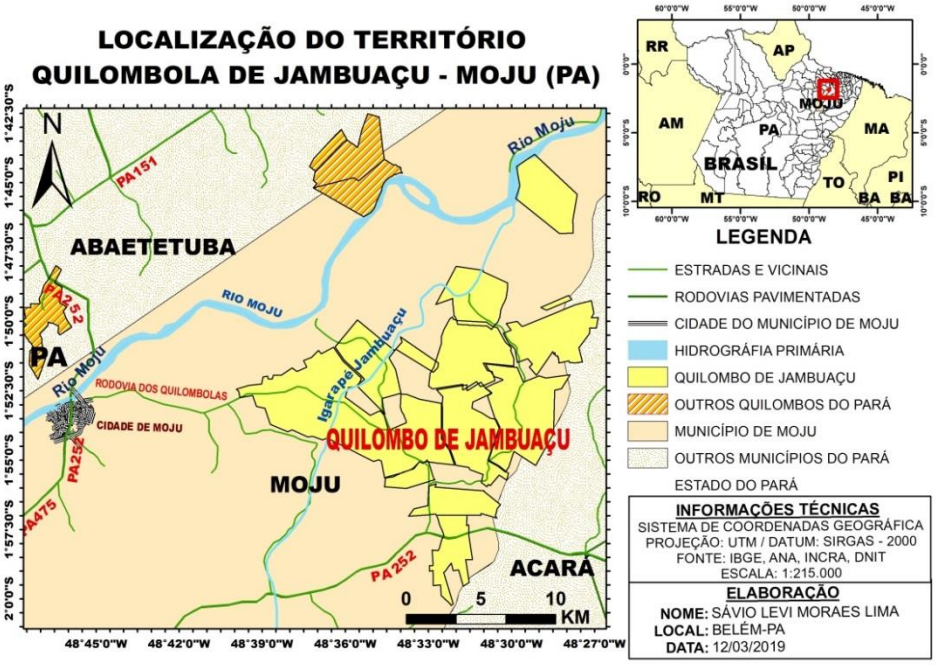
O FRUTIFICAR DA MEMÓRIA EM MOVIMENTO

Território Quilombola de Jambuaçu

O Território Quilombola de Jambuaçu situa-se no interior do município de Moju, região imediata de Abaetetuba e região intermediária de Belém (IBGE, 2017). Oficialmente é composto por 14 comunidades com terras tituladas e certificadas pela Fundação Palmares. São elas: São Manoel, Jacunday, Conceição do Mirindeua, Ribeira, Santa Ana do Baixo, Santa Maria do Mirindeua, Santo Cristo, São Bernardino, Vila Nova, Centro Ouro, Nossa Senhora da Graças do Traquateua, Santa Luzia do Traquateua, Santa Maria do Traquateua e São Sebastião.

No ano de 2001 iniciaram-se os processos de luta por reconhecimento, mas somente em 2003 é que as comunidades passam a ter os títulos definitivos. As primeiras a serem reconhecidas foram: Santa Maria de Mirindeua, Santo Cristo, Santa Maria do Tracuateua, São Manuel e Conceição de Mirideua. De 2006 a 2008, as comunidades de São Bernadino, Centro Ouro e Nossa Senhora das Graças, Jacundaí, Santa Luzia do Tracuateua, Santana do Baixo e Vila Nova recebem os títulos definitivos de suas terras. Em julho de 2014 o território recebeu a visita técnica da Fundação Cultural Palmares para emissão da certidão de auto reconhecimento de suas terras como terras quilombolas. É válido destacar ainda o processo de luta por reconhecimento e titulação definitiva da comunidade Santa Luzia do Bom Prazer do Poacê que, junto com as demais, soma 15 comunidades no território.

Figura 01



Fonte: LIMA, 2019.

A partir do ano de 2002, os Quilombolas do Jambuaçu, iniciaram sua organização por meio de associações com o intuito de buscar a garantia de titulação de suas terras, assim como a busca por direitos básicos como saúde e educação. Estas comunidades estão organizadas em torno de 12 associações, as quais funcionam com estrutura administrativa: há presidente, vice-presidente e secretária, todas com personalidade jurídica (MACHADO, 2014).

Figura 02

Nº	ASSOCIAÇÃO	DATA DE FUNDAÇÃO
01	Associação da Comunidade Quilombola de Santa Maria do Mirindeua	06/02/02
02	Associação Remanescente de Quilombo Oxalá de Jacundai	12/06/02
03	Associação Remanescente de Quilombo Santo Cristo	23/09/02
04	Associação Remanescente de Quilombo Filhos de Zumbi	13/06/02
05	Associação Quilombola dos Agricultores de São Manoel	15/06/02
06	Associação Remanescente de Quilombo Santa Ana de Baixo	30/04/05
07	Associação Remanescente de Quilombo Conceição de Mirindeua	20/03/04
08	Associação Remanescente de Quilombo Ribeira	20/11/06
09	Associação Quilombola de Santa Maria do Traquateua	16/07/02
10	Associação Remanescente de Quilombo Santa Luzia do Traquateua	20/02/06
11	Associação Remanescente de Quilombo Km 40	14/06/02
12	Conselho das Associações de Remanescentes de Quilombo de Moju	05/08/06

Fonte: MACHADO, 2014.

O processo de ocupação da área, que atualmente está localizado o território, não apresenta um marco temporal definido, pois se tem algumas versões em relação ao período. Dentre estas versões apresentam-se três principais: 1) por volta de 1812 com a abertura do porto do Amapá, localizado à margem esquerda do Rio Jambuaçu, 2) por

volta de 1901 e 3) estimativa de que os primeiros moradores chegaram há mais de 300 anos. Entretanto, é consenso que tudo se inicia pelo desenvolvimento do povoado de São Manoel, que é a primeira comunidade organizada em Jambuaçu. Em específico pela fundação da *Irmandade de São Manoel* que, diferente das irmandades do período, acolhiam todos os moradores de outas comunidade que se somavam nas atividades e mobilizava estes sujeitos para a melhoria de seu dia a dia, na busca por direitos (SANTIAGO, 2018).

> Independente de termos ou não uma data precisa sobre o início da comunidade, é fato que o povoado de São Manoel iniciou com a chegada da família de seu Manoel Gonçalves. Por ali se instalaram durante muito tempo, povoando o lugar com filhos e filhas, netas e netos, genros e noras. Um dos genros de seu Manoel Gonçalves, o senhor Simeão, casado com Maria Gonçalves, teve dois filhos, Vitorina e Luciano, que também casaram, se instalaram e tiveram filhos no povoado. E assim, a comunidade cresceu. Com o passar do tempo começaram a realizar a festa do santo, que uns dizem que era São Brás enquanto outros dizem que era São Sebastião. O festejo do santo encantava outras pessoas, por conta da união dos quilombolas da Irmandade, que em seguida se juntaram aos que ali já estavam (SANTIAGO, 2018).

Santiago (2018) apresenta elementos importantes em relação à ancestralidade negra na gênese da construção da identidade das comunidades. Em entrevistas realizadas com moradores e pesquisadores mais antigos do território identificou que o reconhecimento enquanto quilombola não se origina diretamente por ser um lugar de refúgio de indivíduos que estiveram em situação de escravidão e sim pela prática de hábitos comuns a dinâmica de uma comunidade quilombola, como a coletividade.

> Pelo meu conhecimento eu vi, [...] por mais que eles não tenham esse conhecimento do povo africano, mas eles faziam tudo, tipo quilombo mesmo. Vamos se ajuntar aqui, vamos ter nossa irmandade [...], vamos escolher seja lá quem for pra ser nosso presidente e a coisa andava. Por exemplo, aqui começou com umas rezazinhas ali no Amapá. Isso meus velhos pais falavam (Trecho de entrevistas com Vicente Cuimar, Roda de conversa “Histórias e memórias da luta pelo território de Jambuaçu”, agosto de 2017. In: SANTIAGO, 2018).

A religiosidade permeia a organização do território não apenas em sua fundação, mas em seus processos de luta por defesa e reconhecimento. A partir do final da década de 1970, Jambuaçu compõe as estatísticas de conflitos por terra no Pará ao travar sucessivas disputas com empresas multinacionais da dendeicultura. Neste cenário, foi através da inserção nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) que os sujeitos passaram a se organizar também enquanto comunidade eclesial por saber que essa forma de organização possibilitava a luta contra todo tipo de opressão. A Comissão Pastoral da Terra (CPT), através do Pe. Sergio Tonetto, oportunizou inúmeras

formações iniciais sobre as CEBs e sobre a importância de se concretizar enquanto Comunidade, se configurando enquanto uma das principais parceiras na auto-organização do território.

Em décadas de resistência, em específico a partir de 1980, o território esteve em situação de contenda com a REASA (década de 1980), VALE (a partir da década de 2000) e FEPASA (atualidade). Dentre inúmeras estratégias de mobilização para a garantia da soberania das comunidades destaca-se os processos educativos desenvolvidos a partir das escolas de educação básica, principalmente os trabalhos realizados na Casa Familiar Rural "Pe. Sérgio Tonetto", após a retomada da mesma pelos sujeitos militantes orgânicos em Jambuaçu.

Casa Familiar Rural Pe. Sergio Tonetto: a flor nascida da esperança

O ano de 2004 é marcado pelo início do conflito com a multinacional Vale após sucessíveis episódios de violações da autonomia das comunidades provocados por danos irreparáveis após a instalação de um mineroduto para o transporte de bauxita – com espessura que varia entre 80 e 100 metros – assim como a instalação de uma linha de transmissão também para a passagem da bauxita, via o mineroduto, sem a consulta e autorização dos quilombolas. Após anos de invisibilidade, as comunidades organizaram uma intervenção política e como consequência derrubaram a torre de transmissão da empresa. O episódio finalmente trouxe reconhecimento e deu voz para a denúncia dos abusos ocorridos no território.

> Diante de tal fato e de sua repercussão, lideranças locais, os sindicatos rurais, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), e vários grupos do movimento negro, constituíram uma frente em defesa do território, assim como para promover a mobilização das instituições públicas Estaduais e Federais, como Ministério Público Estadual (MPE), Ministério Público Federal (MPF), Secretaria de Meio Ambiente, INCRA, ITERPA e o próprio Governo Estadual para intervir nessa questão. É nesse período de turbulência que então o Estado, pressionado pelos movimentos sociais, passou a intervir, via Ministério Público Federal, responsabilizando a CVRD pelos danos causados ao Território Quilombola do rio Jambuaçu, e a estabelecer um Termo de Ajuste de Conduta (TAC), entre CVRD e Quilombolas (MACHADO, 2014).

Uma das consequências do TAC foi à solicitação de uma escola, bem estruturada, que pudesse suprir as demandas de fortalecimento e valorização da identidade negra de Jambuaçu, visando ter uma referência para formação e organização política. Em 2008 foi inaugurada a Casa Familiar Rural do Território Quilombola "Pe. Sergio Tonetto", em homenagem ao Padre Sergio – falecido em 2006 – que se coloca enquanto sujeito fundamental para a tomada de consciência política ao longo da história

de Jambuaçu e também no enfrentamento a Vale. Machado (2014) destaca que, conforme os moradores da comunidade, este também "foi responsável por discutir o modelo de escolarização na perspectiva da Pedagogia da Alternância com os quilombolas do Jambuaçu".

Figura 05

Fonte: SANTIAGO, 2018.

No ano de 2019, último repasse que conseguimos, não havia nenhum curso técnico em andamento, apenas turmas de 6º ao 9º ano do ensino fundamental. Neste mesmo ano, a CRF recebeu uma turma de educação infantil, também do território de Jambuaçu, da Comunidade Santa Ana, pois a escola da Comunidade estava em processo para iniciar reforma. Em nível de infraestrutura, a CRF contém duas salas de aula – sendo que uma estava cedida para a turma de educação infantil e a outra para os educandos da casa (6º e 7º ano no turno da manhã e 8º e 9º no turno da tarde), um auditório, uma secretária, uma sala de informática, uma biblioteca, um refeitório, uma cozinha, dois dormitórios (feminino e masculino), dois quartos para professores (feminino e masculino), oito banheiros (incluindo dos dormitórios).

EDUCAÇÃO DO CAMPO E (RE)CONQUISTA DA CASA FAMILIAR RURAL "PE. SERGIO TONETTO"

O ano de 2017 foi marcado por um dos ápices dos conflitos em Jambuaçu. A liderança quilombola Dona Maria Trindade da Silva Costa, de 68 anos, foi assassinada e teve seu corpo despejado em uma das estradas de terra do território. O crime foi interpretado pelas comunidades enquanto político, pois Dona Trindade lutou durante

toda a sua vida contra a REASA (atual Marborges), se negando a vender suas terras que fazem fronteira com a empresa, sendo uma das principais mobilizadoras contra a presença do capital no território. A perda de Dona Trindade levou a uma grande mobilização das comunidades e de parceiros em busca de justiça.

> A comunidade organizou celebrações, atos públicos, reuniões com o Defensor Público do Estado e realizou algumas reuniões para definir de que forma se faria justiça à companheira Trindade. Uma dessas reuniões aconteceu no dia 14 de julho de 2017, na comunidade Santana do Baixo. A reunião iniciou com a partilha do diálogo que as lideranças tiveram com o defensor público Johnny Giffoni que, ao final da reunião, propôs às lideranças que organizassem o histórico de lutas travadas pela organização quilombola, que mapeassem as áreas de conflitos, realizassem um levantamento de todas as empresas que atuam e ameaçam o território e que retomassem a discussão sobre o protocolo de consulta que o território já havia iniciado (SANTIAGO, 2018).

Como frutos destes encontros e reuniões, definiu-se: 1) a organização de uma assessoria de advogados para auxiliar o Defensor Público no caso da Maria Trindade, bem como na reinvindicação de direitos socioambientais e territoriais, 2) levantamento de mais parceiros que poderiam fortalecer na luta, 3) solicitar proteção individual de algumas lideranças ameaçadas, 4) criação de um grupo de trabalho no Conselho de Segurança Pública do Estado, 5) reivindicar a criação de um Comitê Quilombola no referido Conselho, 6) organizar um calendário de Ações e Planejamento para o território, 7) fortalecer a auto-organização dos quilombolas, 8) mapear as áreas de conflitos do território, 9) sistematizar o histórico das lutas no território, 10) construir coletivamente o Protocolo de Consulta Prévia, Livre e Informada do Território de Jambuaçu (SANTIAGO, 2018).

Durante este processo de reorganização iniciou-se os questionamentos em relação ao protagonismo da juventude na perspectiva de dar perpetuação à luta e saberes construídos por gerações. Neste momento, o debate da importância da memória volta a tomar força na base das comunidades por se entender que a conscientização política e principalmente a história de resistência daqueles sujeitos não se encontraria nos espaços “formais” da educação e sim na práxis, na educação popular alimentada diariamente nos espaços coletivos, como na igreja. Enquanto consequência destas reflexões iniciou-se um movimento de mapear todos os sujeitos do território que já tinham ou estavam vivenciando a experiência do ensino superior para iniciar os primeiros debates específicos sobre a juventude e refletir sobre como mudar o cenário de ausência destes sujeitos em espaços coletivos de decisão.

A disputa da CFR se colocou enquanto central para a transformação desta realidade, como compartilha nosso entrevistado:

> A ocupação da escola foi fruto de reflexão coletiva da organização, pois tínhamos jovens formados e capacitados para ocupar a escola, porém quem estava ocupando-a eram pessoas de fora do território, indicado pela empresa Hydro e Imirys, que disputam o território desde os anos de 2005. Formulamos um documento a luz das diretrizes da educação escolar Quilombola e do nosso Protocolo de Consulta, respaldado pela convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, que afirma que mediante a qualquer ato legislativo ou administrativo suscetíveis de afetar as comunidades tradicionais, seus sujeitos tem o direito de ser consultados. Organizamos um relatório identificando cada pessoa formada nos cursos de licenciatura dentro do território. Reunimos com a prefeita e com a secretária de educação para apresentar as demandas e os documentos e exigir que os cargos das escolas do território fossem ocupadas por pessoas do território. Com muita luta conseguimos ocupar as vagas de algumas escolas, entre elas a CFR (Entrevista virtual Educador, 2023).

Esta mobilização resultou na indicação de 05 jovens, representando o Movimento da Juventude Quilombola de Jambuaçu, para coordenação e direção pedagógica da CRF. Por meio desta articulação desenvolveu-se um movimento de rememoração da luta pela garantia do território: as ameaças, as invasões, as estratégias de resistência, as lideranças que se doaram e tombaram ao longo da história.

> Ao ocupar a escola, construímos o planejamento com as/os educandas (os), com os responsáveis e com as lideranças das comunidades. Durante esse período, estimulamos que as educandas construíssem seus planos de estudo para pesquisar sobre as histórias de suas famílias. E nessa conversa, as avós partilharam sobre suas atuações no movimento. Compartilharam que foram perseguidas pelos gatos da empresa REASA, que foram expulsas de suas terras, que perderam companheiros e companheiras, entre outras histórias (Entrevista virtual Educador, 2023).

Por meio do retorno as experiências das *místicas*, as educandas e educandos foram assumindo o protagonismo, compartilhando reflexões sobre violência doméstica, racismo, abuso sexual, gordofobia, LGBTQIA+fobia, identidade quilombola, entre outros. A socialização destas atividades eram realizadas durante o Tempo Escola e serviam como base para organização dos planos de aula, de maneira a dialogar ao máximo com a realidade dos educandos. O principal objetivo destas atividades era de estimular o empoderamento das educandas e educandos para somar nesse processo de organização coletiva, através da memória enquanto princípio formativo central.

Em relação a esse tipo de prática formativa, Arroyo *et.al* (2004) reforça que

> [...] a escola precisa ajudar a enraizar as pessoas em sua cultura: que pode ser transformada, recriada a partir da interação com outras culturas, mas que precisa ser conservada; porque nem é possível fazer formação humana sem trabalhar com raízes e vínculos; porque sem identificar raízes não há como ter projetos. Isto quer dizer que a escola precisa trabalhar com a memória do

> grupo e com suas raízes culturais; isto quer dizer também que se deve ter uma intencionalidade específica na resistência à imposição de padrões culturais alienígenas, no combate à dominação cultural e na reconstrução crítica de suas próprias tradições culturais. (ARROYO; CALDART; MOLINA, 2004).

Esta análise dos autores vem de encontro às reflexões dos educadores entrevistados quando questionados justamente sobre o que a memória representa para eles e de que forma observam seus elementos na escola. Para o educador,

> A memória e a identidade representam pra mim um fator de extrema importância na sensibilização das lideranças para somar na luta coletiva. Elas são elementos que estimulam os sujeitos a agregar na luta. Creio que a escola deve explorar esse contexto histórico e de luta das comunidades. Se os territórios resistem até hoje é porque seus sujeitos tiveram que travar muitas lutas e essas histórias precisam se contadas e repassadas para as gerações. Nossas educandas precisam estudar nossas histórias. Precisamos trabalhar a geografia e a história a partir do local para compreender o global. Precisamos educar na perspectiva de potencializar as práticas já vivenciadas pelos sujeitos. (Entrevista virtual Educador, 2023).

Com o exercício da escuta dos educandos e educandas inúmeros projetos foram desenvolvidos na CFR. Dentre eles destacam-se dois:

1) **AFROBETIZANDO:** Um dos primeiros diagnósticos identificados foram os números expressivos de educandos e educandas que estavam em séries avançadas sem dominar a leitura, escrita e notas ruins. Perante isso, o projeto objetivou estimula-los ao aprendizado através da leitura o território e suas relações, mas também alfabetizar a partir desses contextos identitários e culturais, realizando pesquisas nas comunidades e com lideranças do território para demonstrar o quanto o território educa.

> Aí, o que a gente pensou? A gente não tinha verba, não tinha apoio de prefeitura, nada. O que a gente conseguiu? A gente começou a se movimentar junto com os alunos, porque foi os alunos que fizeram acontecer. Porque era uma proposta difícil que sempre eles [gestão municipal] colocavam dificuldade porque não tinha dinheiro pra comprar lanche... “ah, ninguém vai bancar esse projeto, a gente não vai bancar alimentação” porque eles [educandos] tinham que ficar o dia inteiro [na CRF]. (Entrevista virtual Educadora, 2023).

Através da venda de rifas, da realização de bingos, da movimentação de todas as comunidades do território foi possível realizar o projeto em dois dias da semana.

> Foi muito bom porque a gente conseguiu resgatar aquele entusiasmo dos alunos no estudo, na luta. Tudo que a gente fazia era relacionado aos temas propostos dentro da comunidade que era os mártires, os conflitos de REASA, linhão, mineroduto... era tudo voltado a esses assuntos. [...] A gente conseguiu desenvolver, foi incrível. A gente conseguiu com que os alunos lutassem pelo território deles, porque eles ficavam muito acomodados. (Entrevista virtual Educadora, 2023).

Uma das principais temáticas discutidas em sala de aula, por meio das análises do território, era a questão do êxodo rural, a exemplo dos dados identificados na

Comunidade Santana do Baixo. Algumas educandas identificaram que haviam menos de 10 jovens na Comunidade. Identificaram também que a escola da comunidade havia sido fechada. Neste momento, o diálogo se ampliou e atingiu as famílias da Comunidade, contextualizando aquela problemática a ausência do Estado, da falta da política pública, possibilitando a reflexão para a mudança da realidade educacional na Comunidade.

2) Seminário de Educação do Campo e Cultura Quilombola: Realizado nos anos de 2017, 2018 e 2019 foi organizado pelo GERSAPT – grupo fundado pelos educandos de Jambuaçu que compõem o Curso de Geografia das Águas e da Terra PRONERA/UFPA (Turma Ulisses Manaças) e posteriormente integrado por outros sujeitos do território que também passaram pela experiência do ensino superior, além de outros demais moradores. A semana em que realizava-se o Seminário se configurava enquanto uma experiência de extrema partilha. O território abria as portas para receber outros sujeitos que compunham a luta dos povos do campo amazônico, na construção de debates sobre soberania alimentar, identidade, auto-organização, avanço do capital, processos de resistência.

> É necessário força, ânimo e determinação para seguirmos em frente dos nossos sonhos. A educação é algo transformador e empoderador e onde podemos conquistar todos os nossos sonhos. E fazer para além disso, a educação como nosso instrumento de luta e resistência e é nesse espirito de luta que o GERSAPT partiu em solidariedade a educação do campo para os jovens do campo, na crença de que a educação é algo essencial para a vida do ser humano que mesmo com todas as mazelas que existem na educação os povos do campo estão resistindo e lutando para vencer mais um acesso que os foi negado, durante sua existência. E mesmo com todas as dificuldades a luta é para aqueles que acreditam em ter uma educação de qualidade e uma educação do campo para pessoas do campo onde esses sujeitos se vejam como protagonista dentro de uma sociedade socialmente igual, humanamente diferente e totalmente livre já diria Rosa Luxemburgo. (Entrevista virtual Educadora, 2023).

Para além do debate acerca da Educação do Campo, o outro destaque era a educação cultural sobre as experiências de vida da cultura dos povos tradicionais, as experiências das ervas medicinais, da realidade quilombola como forma de identidade e resistência, das variadas formas de vida como a dos ribeirinhos, indígenas, entre outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluímos que a memória se estabelece enquanto um elemento imprescindível na disputa e resistência dos territórios materiais e imateriais da diversidade dos povos camponeses principalmente quando aliada aos processos formais

e não-formais de educação. Ao estudarmos a experiência desenvolvida na CFR de Jambuaçu destacamos o processo de ocupação da instituição em um movimento simbólico também de apropriação do conhecimento cientifico sistematizado aliado ao conhecimento ancestral deste território para elaborar novas práticas formativas a partir de sua história não mais distorcida ou silenciada. Através aplicabilidade dos princípios da Educação do Campo estes sujeitos encontraram as ferramentas necessárias para realizar o diagnóstico de sua realidade e assim incidir de forma a elevar os seus próprios níveis de consciência enquanto sujeitos que produzem espacialidades, que constroem territorialidades e que detém uma memória em movimento. Aí está a sua singularidade na construção de suas lutas, seu futuro e de um projeto popular para a educação brasileira.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzalez, CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Monica Castagna: **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis: Vozes, 2004.

ARROYO, Miguel. "Prefácio Pedagogia do Movimento Sem Terra". **Prefácio: Pedagogia do Movimento Sem Terra**. 4. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

ARROYO, Miguel. Prefácio: Memórias de educação do campo. **In: SANTOS, Clarice Aparecida dos [et. al. Organização]**. – Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2018.

CALDART, Roseli Salete. Educação do Campo. In: CALDART, Roseli Salete *et al.* (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CAMACHO, Rodrigo Simão. A relação dos Movimentos Socioterritoriais Camponeses com a Universidade por meio do PRONERA: Diálogos e Tensionamentos. **Revista Nera**, ano 20, n. 39, p.186-210, 2017.

CARVALHO; COSTA. Agricultura Camponesa. In: CALDART, Roseli Salete *et al.* (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012.

DEON, Alana Rigo; CALLAI, Helena Copetti. A educação escolar e a geografia como possibilidades de formação para a cidadania. **Revista Contexto & Educação**, Unijuí, v. 33, n. 104, p. 264-290, 2018.

FERNANDES, B. M. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, Aurélio Marcos; SPOSITO, Eliseu Savério. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo. p. 197-215.Expressão Popular, 2009.

FERNANDES, Bernardo Mançano Fernandes. Território Camponês. In: CALDART, Roseli Salete et al. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 744-748.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Educação do Campo e Território Camponês no Brasil. In: SANTOS, Clarice Aparecida (Org.). **Por uma educação do campo: Campo, Políticas Públicas - Educação**. Brasília: INCRA; MDA, 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais.** Revista Nera. Presidente Prudente, ano 8, n. 6, janeiro/junho. 2005.

HAESBAERT, Rogério. Concepções de Território para Entender a Desterritorialização. In: SANTOS *et. al* (Orgs). **Território, Territórios: Ensaios Sobre Ordenamento Territorial**. Programa de Pós- Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense – Associação dos Geógrafos Brasileiros. Niterói, 2002.

KOLLING; VARGAS; CALDART. MST e Educação. **In: Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

MACHADO, Joana Carmem do Nascimento. (2014). **"Nem parece que tem quilombola aqui": (in) visibilidade da identidade quilombola no processo formativo da CFR do território quilombola de Jambuaçu Pe. Sérgio Tonetto**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Educação, Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém-PA, 2014.

PEREIRA, Kelci Anne. Síntese do GT07 Residência Agrária, Educação Profissional e Agroecologia. In: GUEDES, Camila Guimarães *et al.* (Orgs.). **Memória dos 20 Anos da Educação Do Campo e do PRONERA**. 1ed. Brasília: Cidade Gráfica e Editora, 2018.

SANTIGO, John Cleber Sarmento. (2018). **Comunidades Quilombolas de Jambuaçu, Moju-PA, Contra as Agroestratégias do Capital: Juventude e Territorios de R-**

existências. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável, Área de Concentração em Sustentabilidade Junto a Povos e Territórios Tradicionais do Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2018.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo – razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2002.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território**. In Território Territórios: Ensaios Sobre Ordenamento Territorial**. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense – Associação dos Geógrafos Brasileiros. Niterói, 2002.

SILVA; ROCHA; PENHA. Territórios da Educação do Campo: do campo em movimento à aprendizagem territorial. **Revista Cerrados**, Universidade Estadual de Montes Claros, v. 19, n. 02, p. 238-263, 2021.

TESSMANN; DAL MOLIN. O ENSINO DE GEOGRAFIA NA EDUCAÇÃO DO CAMPO: A PERSPECTIVA1 DO TERRITÓRIO. *In:* VII CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 2014, Vitória. **Anais do VII CBG** [...]. Vitória: Associação dos Geógrafos Brasileiros , 2014. v. 1, p. 1-11, ISB 979-85-98539-04-1. Disponível em: http://cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1405389791_ARQUIVO_OENSINODEGEOGRAFIANAEDUCACAODOCAMPO-APERSPECTIVADOTERRITORIO.pdf. Acesso em: 21 ago. 2023.

TOLEDO, V. BARRERA-BASSOLS, N. **A Memória biocultural: a importância ecológica das sabedorias tradicionais**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos. Debate paradigmático e modelo d e desenvolvimento: territórios (i)materiais no campo e no câmpus. **In: Desenvolvimento territorial e questão agrária**. 1.ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016.

DESCOLONIZANDO O CURRÍCULO: OLHARES SOBRE UMA ESCOLA E UM QUILOMBO EM CAUCAIA-CE[1]

João Paulo Cruz Bezerra[2]

Camila Dutra dos Santos[3]

RESUMO

As lutas protagonizadas pelos trabalhadores/as do campo, sobretudo os povos quilombolas, contrapõe-se à lógica do Estado hegemônico e sua relação com o grande capital, que nega a diversidade cultural camponesa. Neste artigo, objetiva-se analisar a relação entre a Escola de Ensino Médio em Tempo integral (EEMTI) José Alexandre e o Quilombo de Caetanos em Capuan (Caucaia-CE), examinando de que forma as leis 10.639/2003 e 11.645/2008 estão sendo implementadas na escola em destaque, bem como, apresentamos propostas que fortaleçam os laços entre a escola e o quilombo voltados a políticas públicas educacionais. A metodologia do trabalho está alinhada com a pesquisa participante e abordagem quali-quantitativa e para alcançarmos nosso objetivo realizamos levantamento bibliográfico e documental, aplicação de questionário étnico-racial aos estudantes da escola enfatizada, trabalhos de campo onde empreendemos rodas de conversa e entrevistas junto aos sujeitos quilombolas.

Palavras-chave: Relações étnico-raciais, diversidade cultural camponesa, escola José Alexandre e quilombo de Caetanos em Capuan.

ABSTRACT

The hegemonic state and its relationship with big capital denies the cultural diversity of rural communities. This article aims to analyze the relationship between José Alexandre Full-Time High School (EEMTI) and Caetano's quilombo in Capuan, Caucaia, Ceará, Brazil, examining how the laws 10.639/2003 and 11.645/2008 are being implemented in the highlighted school. Additionally, we present proposals that strengthen the ties between the school and the quilombo, focusing on educational public policies. The methodology of the study aligns with participatory research and a qualitative-quantitative approach. To achieve our goal, we conducted a bibliographic and documentary survey and applied an ethnic-racial questionnaire, the struggles led by rural workers, particularly the quilombola communities, oppose the logic of the students of the emphasized school, and engaged in fieldwork, including group discussions and interviews with quilombolas.

Keywords: Ethnic-racial relations, cultural diversity in rural communities, José Alexandre School, and Caetano's quilombo in Capuan.

---

[1]Este trabalho resulta de pesquisas realizadas durante o percurso do mestrado acadêmico em Geografia- Programa de Pós-Graduação em Geografia (Propgeo), Universidade Estadual do Ceará-UECE.

[2]Mestrando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará, joaopaulo.cruz@aluno.uece.br.

[3]Professora do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará, camila.dutra@uece.br.

Palabras-clave: Relaciones étnico-raciales, Diversidad cultural campesina, Escuela José Alexandre y Quilombo Caetanos.

INTRODUÇÃO

A luta por direitos que valorizem as comunidades tradicionais do campo, sobretudo o povo quilombola vem de séculos de resistência contra o Estado hegemônico, testemunhamos a oposição a uma sociedade que herdou muito do colonialismo escravocrata e dessa forma nos deparamos na contemporaneidade com diversas situações de racismo ainda tão enraizado no Brasil. Assim sendo, o desenvolvimento de um trabalho que efetivamente contribua na desconstrução de situações racistas voltadas aos povos do campo quilombolas a partir do âmbito escolar é urgente. Segundo Nilma Lino Gomes, "a escola é uma das instituições sociais responsáveis pela construção de representações positivas dos afro-brasileiros e por uma educação que tenha o respeito à diversidade como parte de uma formação cidadã" (GOMES, 2008, p.96). Freire (2022) endossa a ideia de educação como instrumento emancipatório para os sujeitos oprimidos pelo Estado patriarcal burguês.

Contudo, vale considerar que a escola forjada pelo grande capital pode muito bem manipular o pensamento de seus discentes e gerar uma sociedade imersa em preconceitos onde muitas vezes tais comportamentos são canalizados aos afro-quilombolas. De acordo com o decreto 7.352/10 que enfatiza a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), no seu artigo 1º, considera-se que a população do campo é formada por:

> [...]agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçara, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural (BRASIL, 2010).

Pelo exposto, é necessário reconhecer as diversas culturas que existem no campo, estendendo os serviços do Estado aos povos e comunidades tradicionais que ali vivem e clamam por políticas públicas, entre elas, o direito à educação e a escola que compreenda a realidade social, cultural e educativa desses(as) camponeses(as) e trabalhadores(as) do campo e, com isso, diminua a desigualdade entre o campo e cidade.

Dessa maneira, nos debruçamos sobre a lei 10.639/03 que obriga a se pensar uma educação básica que também realce as relações étnico-raciais nas instituições de ensino

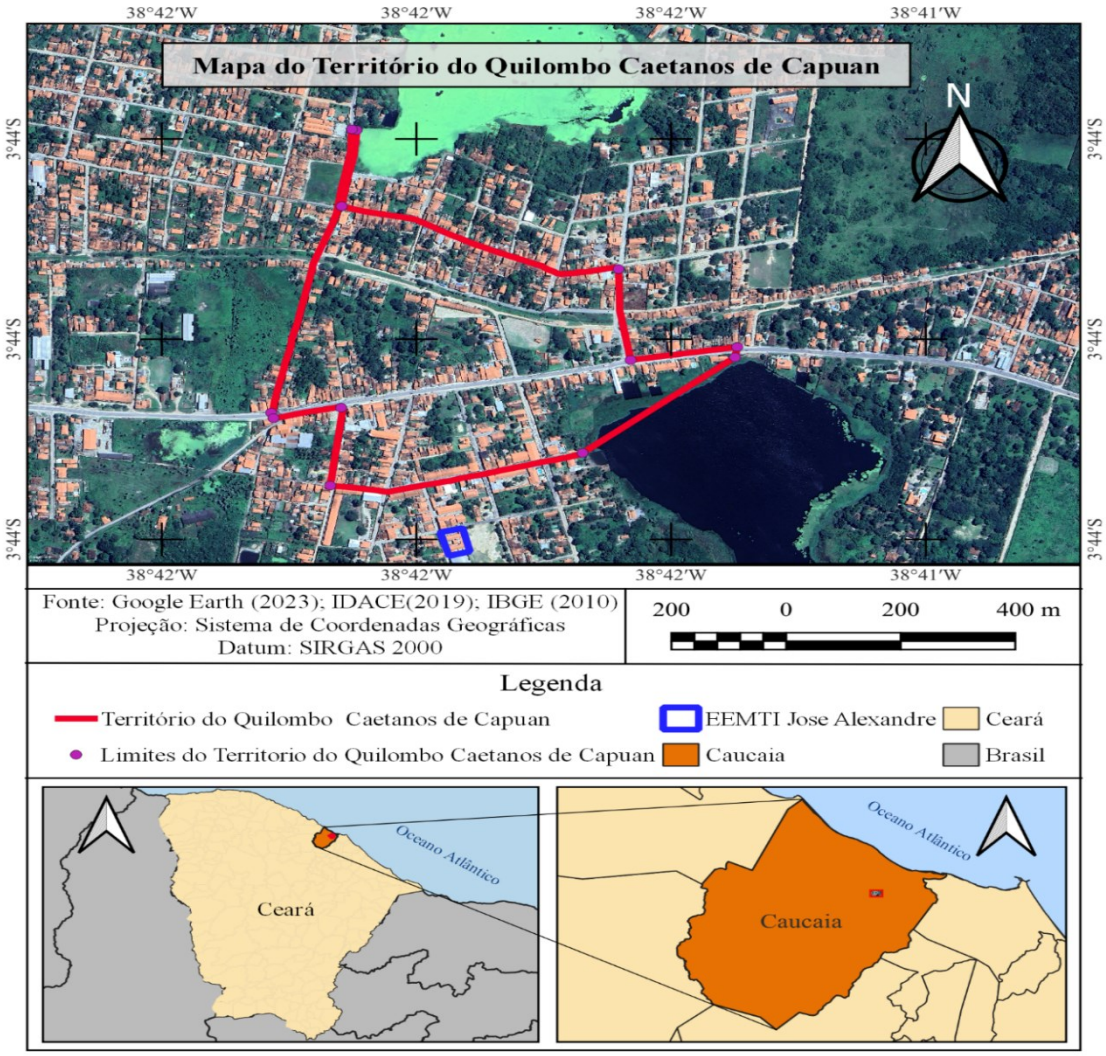
do país. Essa inclusão obriga que haja o ensino de "História da África e Cultura Afro-brasileira" nas unidades escolares públicas e particulares do país; e a lei 11.645/08 que acrescenta em seu conteúdo os povos originários, estabelecendo as diretrizes e bases da educação nacional e inclui no currículo oficial da rede de ensino, a obrigatoriedade da temática "História de Cultura Afro-Brasileira e Indígena" em território nacional. Conforme a passagem,

> Libertar-se mentalmente dos grilhões e clausuras dos traumas da colonização é, portanto, pauta de múltiplos movimentos e projetos políticos, econômicos e culturais de descolonização. São parte da descolonização – em experiências nas Américas, Caribe, Áfricas – projetos educacionais que façam críticas, bem como elaborem/proponham caminhos de emancipações e superações. Noutras palavras, estamos falando também de estratégias de expressar e/ou de elaborar as soberanias intelectuais dos sujeitos que foram subalternizados (DE JESUS; DE BARROS MARQUES, 2017, p. 253).

Nossa escolha por construir um trabalho voltado aos povos do campo quilombolas partiu de um levantamento étnico-racial aplicado aos alunos da Escola de Ensino Médio em tempo Integral (EEMTI) José Alexandre onde constatamos o autorreconhecimento quilombola de 42 (8%) alunos/as de um total de 521(100%) estudantes dessa instituição escolar onde apresentamos os dados posteriormente.

Além disso, percebemos a carências de produções acadêmicas referentes a esses povos negros que vivem no município de Caucaia/CE, mesmo sabendo que o referido município possui o maior número de territórios quilombolas no estado cearense reconhecidos pela Fundação Cultural Palmares (FCP), são nove comunidades remanescentes de quilombo: Boqueirão da Arara, Boqueirãozinho, Caetanos/Capuan, Cercadão dos Dicetas, Deserto, Porteiras, Serra da Conceição, Serra do Juá e Serra da Rajada. Ademais, optamos em desenvolver a pesquisa voltada a comunidade de Caetanos em Capuan onde verificaremos uma relação de décadas entre o território de Caetanos/Capuan e a EEMTI José Alexandre, ambos localizados no mesmo bairro apresentado na Figura 1.

Figura 1- Mapa de localização do território quilombola e da escola estadual em foco



Fonte: Organizado a partir de: Google Earth (2023), IDACE (2019) e IBGE (2010). Elaboração cartográfica: CASTRO, A. R. N. D.

Assim, de forma geral, nosso trabalho analisou a relação entre a Escola de Ensino Médio em Tempo Integral (EEMTI) José Alexandre e a Comunidade Quilombola de Caetanos em Capuan, ambas localizadas no município de Caucaia, Região metropolitana de Fortaleza-CE e de forma específica identificamos as territorialidades do quilombo em destaque; investigamos o papel da referida escola na educação que apresente na prática as já citadas leis sobre a cultura afro-quilombola; e também, apresentamos a essa instituição escolar propostas que fortaleçam os laços entre ela e o Quilombo.

Desse modo, torna-se crucial responder os seguintes questionamentos de partida, a partir da realidade da escola estadual e o Quilombo: O que foi estabelecido pelas leis

10.639/2003 e 11.645/2008 está sendo realizado em âmbito escolar? Quais avanços o ensino nesta escola teve em relação à uma educação contextualizada? Como a comunidade quilombola em foco apresenta sua história, identidade, cultura e seu dia a dia no território?

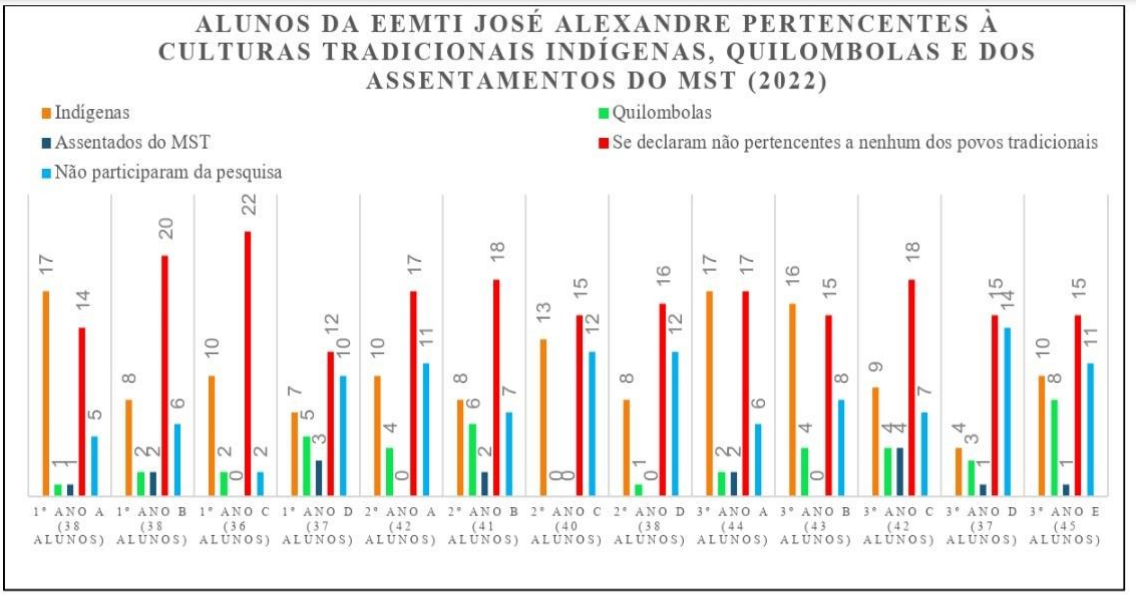
A metodologia da pesquisa se classifica como participante, pois temos a participação de sujeitos (co-pesquisadores) no nosso trabalho, se configurando o compromisso social, político e ideológico na presente análise. Além disso, apoia-se na abordagem quali-quantitativa, visto que se utiliza a coleta e interpretação de dados obtidos a partir do citado levantamento étnico-racial no ano de 2022 em um dos procedimentos metodológicos do trabalho. Realizamos trabalhos de campo, participando de momentos com representantes do Quilombo de Caetanos e da unidade escolar em questão, onde tivemos acesso aos espaços desses lugares, também realizamos rodas de conversa e entrevistas, com os sujeitos quilombolas.

METODOLOGIA

A presente pesquisa se classifica como participante, tendo em vista o envolvimento da comunidade negra, o contato direto com os sujeitos que contribuem de forma efetiva no desenvolvimento do trabalho se configurando o compromisso social, político e ideológico na presente análise. Além disso, apoia-se na abordagem quali-quantitativa, visto que se utiliza a coleta e interpretação de dados obtidos a partir do levantamento étnico-racial, através de questionário aplicado aos estudantes de todas treze turmas da referida escola pública no ano de 2022, considerando a presença de educandos(as) pertencentes as culturas indígena, quilombola e camponesa (assentados do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST). Sobre a pesquisa qualitativa Minayo (2016, p. 20), argumenta: “Ela se ocupa, dentro das Ciências Sociais, com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”. A autora destaca a relevância desse tipo de pesquisa ir além dos números apresentados no quantitativo.

Nesse contexto, obtemos com a aplicação do questionário os seguintes resultados: Total de alunos/as da escola 521(100%), onde tivemos 137 educandos(as) indígenas (26,3%), 42 estudantes quilombolas (8%), 17 discentes assentados(as) (3,3%), 214 alunos(as) se declararam não pertencentes a nenhum dos povos tradicionais (41%) e 111 estudantes não participaram da pesquisa (21,3%). Como podemos verificar na Figura 2.

Figura 2 – Gráfico criado após o levantamento étnico-racial.



Fonte: Próprios autores (2022).

Direcionando a atenção aos povos quilombolas, voltamos nossa atenção aos 42 estudantes pertencentes a essa cultura, correspondente a 8% dos educandos/as, descobrimos seus territórios de origem junto à secretaria da escola e perguntando aos próprios estudantes autodeclarados, onde detalharemos adiante na pesquisa.

Dessa forma, vimos a necessidade de realizar nosso recorte sobre a comunidade quilombola de Caetanos em Capuan (Caucaia-CE), devido à proximidade com a EEMTI José Alexandre e as conexões geracionais existentes entre o território quilombola e a escola. Após esse momento, deu-se início o levantamento bibliográfico e documental, que contribuiu para a pesquisa sobre os sujeitos em foco. Leituras foram divididas entre artigos científicos, dissertações, teses e livros. Essa fase também contou com pesquisas em sites especializados como o Google Acadêmico, Fundação Cultural Palmares (FCP), Coordenação Nacional de Articulação de Quilombo (CONAQ) e Comissão Estadual dos Quilombolas Rurais do Ceará (CEQUIRCE).

Além disso, realizamos trabalhos de campo, participando de momentos com representantes do Quilombo de Caetanos e na unidade escolar em questão, onde tivemos acesso aos espaços desses lugares, também realizamos rodas de conversa e entrevistas, especialmente com os sujeitos quilombolas envolvidos na construção do trabalho.

REFERENCIAL TEÓRICO

A presente pesquisa que se insere nos estudos sobre as relações étnico-raciais apresenta, a partir da relação entre a Escola de Ensino Médio em Tempo Integral José Alexandre e a comunidade quilombola de Caetanos em Capuan. Dessa maneira, apoiamos nosso trabalho em leituras que foram essenciais para sua construção.

No intuito de alcançar os objetivos propostos, dividimos a pesquisa em dois eixos, um na educação onde apoiamos ao trabalho de Freire (2022) sobre a educação para as relações étnico-raciais, além das próprias leis federais 10.639/2003 e 11.645/2008 temos Gomes (2008 e 2012), Souza e Silva (2021), Bispo dos Santos (2022) e De Jesus e De Barros Marques (2017).

Relacionado a pesquisa participante e a pesquisa qualitativa temos como base Minayo (2016) e sobre a conexão entre os sujeitos e o território temos Little (2003), Saquet (2014) e Souza (2020).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir do resultado alcançado pela aplicação do citado questionário, tivemos 42 estudantes quilombolas distribuídos, territorialmente, da seguinte forma: 12 (28,5%) residentes em Boqueirãozinho, 7 (16,6%) vivendo no Quilombo de Boqueirão da Arara, 6 (14,2%) moram na Comunidade de Caetanos em Capuan, 3 (7,1%) residem no Quilombo do Deserto, 6 (14,2%) vivem no território de Porteiras, 7(16,6%) na Serra da Conceição e 1 (2,3%) mora no Quilombo da Serra do Juá. Como podemos observar no gráfico representado pela Figura 2, a seguir:

Figura 3- Distribuição dos estudantes quilombolas da EEMTI José Alexandre conforme a comunidade onde vivem no município de Caucaia-CE

Fonte: Próprios autores (2022).

Referente a conexão entre sujeito e o território, Saquet (2014, p. 135), assinala: O território resulta das relações sociais, do desenvolvimento das forças produtivas, da atuação do Estado, das empresas, enfim, de uma gama diversificada de sujeitos historicamente condicionados no "interior" do modo capitalista de produção [...]. A narrativa estimula a reflexão sobre as singularidades apresentadas por cada território, resultado da relação ser humano-natureza. Little (2003, p. 254) reforça que "[...] um território surge diretamente das condutas de territorialidade de um grupo social implica que qualquer território é um produto histórico de processos sociais e políticos".

Com isso, ressaltamos que questões culturais envolvidas no território são de extrema relevância para sua sustentação, sua resistência diante das investidas do grande capital, que só tende a consolidar a identidade dos seus sujeitos naquele espaço geográfico, fortalecendo esse território através do que Souza (2020) denomina de "campo de força", delimitando-o com suas singularidades, seus modos de vida, suas particularidades.

No trabalho de campo à escola pública estadual, percebemos que além da proximidade geográfica com o território de Caetanos em Capuan e assistir também alunos/as quilombolas há 57 anos, a escola possui duas funcionárias quilombolas e que pertencem a esta comunidade negra em destaque. Ou seja, há um forte laço de confiança entre a comunidade para com a EEMTI José Alexandre, constatados nas rodas de conversa e entrevistas realizadas.

Vemos que de forma geral a escola estadual em tempo integral enfatizada implementa em sala de aula através de disciplinas eletivas ofertadas aos/às estudantes como as disciplinas História da África; História do Brasil decolonial; Memórias e oralidade dos povos indígenas no Ceará; Racismo, desigualdade e diversidade; e Negritude, cinema e educação. Vale ressaltar a narrativa de Bispo dos Santos (2022) sobre a colonialidade que influencia a educação.

> A gente se perde nos referenciais teóricos do colonialista ao invés de analisar os nossos referenciais históricos. Quando se fala de uma Comuna de Paris, por exemplo, aqui nós temos Palmares, canudos, Caldeirão do Deserto, Pau de Colher, Contestado, Balaiada, nós temos muita coisa, e a gente acaba não se dando conta (BISPO DOS SANTOS, 2022, p. 28).

Pela passagem, o autor chama a atenção aos planos colonialista de aprender o que vem de fora e esquecer o que está próximo, o que faz verdadeiramente parte da identidade,

tentar apagar fatos ligados aos povos afro-quilombolas e indígenas, especialmente sobre seus triunfos. A pesquisadora Nilma Lino Gomes endossa mais uma vez a urgência e os desafios das práticas étnico-raciais nas instituições escolares.

> Descolonizar os currículos é mais um desafio para a educação escolar. Muito já denunciamos sobre a rigidez das grades curriculares, o empobrecimento do caráter conteudista dos currículos, a necessidade de diálogo entre escola, currículo e realidade social, a necessidade de formar professores e professoras reflexivos e sobre as culturas negadas e silenciadas nos currículos (GOMES, 2012, p. 102).

Julgamos pertinente destacar que, após iniciar o diálogo com a comunidade, criaram-se laços de confiança mútuos, constatados com as visitas e atividades organizadas junto à liderança, onde quilombolas de Caetanos destacaram principalmente a história centenária de formação do território, as manifestações culturais que acontecem no território, como o bumba meu-boi, capoeira e reisado, os cultivos e criações de pequenos animais e as produções artesanais. Também foi relatado o apagamento sofrido pela falta de políticas públicas, especialmente educacionais dirigidas aos seus sujeitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Explanamos sobre as relações entre o território de Caetanos em Capuan (Caucaia-CE) e a EEMTI José Alexandre onde nos debruçamos sobre as relações étnico-raciais no contexto quilombola. A teoria e prática permitiu imergirmos sobre a temática que tem como base a normativa as leis 10.639/03 e 11.645/08.

Deste modo, com os trabalhos de campo ao quilombo, percebemos a luta de seus sujeitos por visibilização da comunidade quilombola em foco, e que isso contribui na conquista de políticas públicas. Além disso, essa aproximação com a comunidade negra em destaque**,** nos fez pensar em ações que venham a contribuir na luta contra seu apagamento, como a realização de oficinas de cartografia social[4] junto aos sujeitos do território quilombola, a fim de mapeá-lo e com isso evidenciá-lo, opondo-se a cartografia convencional que invisibiliza esses territórios e dessa maneira Souza e Silva (2021, p. 37), reforçam: "O que não está visível socialmente passa a não ser palpável. Isso gera menos mobilização para a implementação das ações que levam à garantia dos direitos, como educação".

[4] Metodologia participativa que tem o compromisso político e social voltado às comunidades tradicionais e grupos sociais vulnerabilizados socioeconomicamente.

Ademais, para o fortalecimento dos elos entre escola e comunidade sugerimos a realização de trabalhos de campo ao território juntamente com estudantes da escola em questão e vice-versa, levando a cultura dos quilombolas até a unidade escolar na realização de rodas de conversas, oficinas, palestras dadas pelos sujeitos de Caetanos em Capuan, como também por outros representantes da cultura quilombola, com o propósito de desmistificar situações de racismo, estimulando o autorreconhecimento de jovens, da cultura em questão, que estudam na EEMTI José Alexandre, e fomentando uma sociedade racialmente mais igualitária a partir da escola. Entendemos que seja válido considerar também o fortalecimento através da presença e o trabalho com livros de escritores/as negros/as na biblioteca da escola.

Dito isso, é extremamente urgente romper com o ensino imerso no eurocentrismo herdado de séculos de colonização buscando todo o apoio em ambiente escolar em favor da consolidação das relações étnico raciais, valorizando outras epistemologias. No entanto, estamos cientes de que os desafios para a implementação de políticas públicas, especialmente as supramencionadas leis em sala de aula, são enormes, porém, esperamos que o presente trabalho contribua de alguma maneira na luta contra o preconceito/racismo alastrado pela sociedade colonialista, atingindo os sujeitos do campo em geral e, acima de tudo, os quilombolas.

REFERÊNCIAS

BISPO DOS SANTOS, A. et al. **Quatro cantos.** São Paulo: N-1 edições, 2022.

BRASIL. **Decreto Nº 7.352**, de 4 de novembro de 2010. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2010/decreto-7352-4-novembro-2010-609343-norma-pe.html#:~:text=EMENTA%3A%20Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20pol%C3%ADtica,Educa%C3%A7%C3%A3o%20na%20Reforma%20Agr%C3%A1ria%20%2D%20PRONERA.&text=Vide%20Norma(s)%3A,)%20%2D%20(Revoga%C3%A7%C3%A3o%20Parcial >Acesso em: 17 jun. 2022.

DE JESUS, L. S. B.; DE BARROS MARQUES, P. Conhecimentos tradicionais, ensino de história e desenvolvimento: educação escolar quilombola em debate. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 9, p. 250-271, 2017.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 52. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

GOMES, N. L. **Diversidade étnico-racial:** por um projeto educativo emancipatório. Retratos da escola, v. 2, n. 2/3, 2008.

GOMES, N. L. **Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos**. Currículo sem fronteiras, v. 12, n. 1, p. 98-109, 2012.

LITTLE, P. E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil:** por uma antropologia da territorialidade. Anuário antropológico, v. 28, n. 1, p. 251-290, 2003.

MINAYO, M. C. S.(org.); **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

SAQUET, M. A. **Agricultura camponesa e práticas (agro) ecológicas**. Abordagem territorial histórico-crítica, relacional e pluridimensional. Mercator (Fortaleza), v. 13, p. 125-143, 2014.

SOUZA, B. O.; SILVA, G. M.; Introdução. *In*: SILVA, G. M. *et al*. **Educação quilombola:** territorialidades, saberes e as lutas por direitos. São Paulo, SP: Jandaíra, 2021.

SOUZA, M. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. *In*: CASTRO, I. E. D. C. (Org.). **Geografia:** Conceito e Temas. 19 ed. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2020. p. 77-116.

METODOLOGIAS DE LEITURA GEOGRÁFICA NA EDUCAÇÃO DO CAMPO: EXPERIÊNCIA DO PROLICE

Lara Beatriz Bispo Santos[1]

Anny Karollainy da Silva Lisboa[2]

Laiany Rose Souza Santos[3]

RESUMO

O presente artigo visa discutir as metodologias de leitura geográfica na educação do campo, a partir da experiência do PROLICE (Programa de Apoio Pedagógico aos Licenciandos(as) na Escola da Universidade Federal de Sergipe), destacando o sensoriamento remoto como uma possibilidade de leitura geográfica a ser inserida nas escolas do campo, e apresentando as metodologias aplicadas durante o plano de trabalho "Geografizar a formação docente para atuação campo-cidade" (2021-2022), realizado na Escola Técnica Agrícola Municipal Prefeito João Alves, no povoado Roncador, em Itabaiana/SE. Sendo assim, a escola está localizada no campo, mas também possui alunos que residi na cidade, portanto, foi preciso transitar no debate do rural e do urbano, visto as diferenças existente entre os dois. Além disso, esse artigo também pretende relatar as dificuldades enfrentadas em sala de aula, como a falta de equipamentos e materiais que proporcione uma aula mais dinâmica e explicativa, exemplificando o quanto essas dificuldades impactam no trabalho do professor e no apreender do aluno.

RESUMEN OU ABSTRACT

This article aims to discuss methodologies of geographic reading in rural education from the experience of PROLICE (Program of Pedagogical Support to Graduates at the School of the Federal University of Sergipe), highlighting remote sensing as a possibility of geographic reading to be inserted in rural schools, and presenting the methodologies applied during the work plan "Geography of teacher training for field-city performance" (2021-2022), carried out at the Municipal Agricultural Technical School Prefeito João Alves, in the village of Roncador, in Itabaiana /SE. Therefore, the school is located in the countryside, but it also has students who lived in the city, therefore, it was necessary to transit in the rural and urban debate, given the differences between the two. In addition, this article also intends to report the difficulties faced in the classroom, such as the lack of equipment and materials that provide a more dynamic and explanatory class, exemplifying how much these difficulties impact the teacher's work and the student's learning.

Palavras-chave: Educação, Campo, Trans-formação, Reforma Agrária.

Keywords: Education, Field, Transformation, Agrarian Reform.

[1]Campus Professor Alberto Carvalho- Universidade Federal de Sergipe bispo.lara12@gmail.com

[2]Campus Professor Alberto Carvalho- Universidade Federal de Sergipe annykarolainy2001@gmail.com

[3]Professora Doutora do Departamento de Geografia de Itabaiana – DGEI/UFS, Coordenadora do Programa de Apoio Licenciandos(as) na Escola – PROLICE/UFS. laiany@academico.ufs.br

INTRODUÇÃO

Entende-se que a educação é a base para a (trans)formação dos sujeitos e, portanto, "impõe-se pensar e viver a educação como prática da liberdade" (FREIRE, 2021, p.25). Nesse sentido, as metodologias de ensino são instrumentos a serem apropriados para problematizar a realidade, atiçar a curiosidade e fomentar construções e possibilidades de mudanças desde as necessidades e caminhos específicos enfrentados nas escolas do campo a questões mais amplas, como a necessidade da Reforma Agrária.

Esse artigo visa discutir as metodologias de leitura geográfica na educação do campo a partir da experiência do PROLICE (Programa de Apoio Pedagógico aos Licenciandos(as) na Escola da Universidade Federal de Sergipe), destacando o sensoriamento remoto como uma possibilidade de leitura geográfica a ser inserida nas escolas do campo, e apresentando as metodologias aplicadas durante o plano de trabalho "Geografizar a formação docente para atuação campo-cidade" (2021-2022), realizado na Escola Técnica Agrícola Municipal Prefeito João Alves, no povoado Roncador, em Itabaiana/SE.

Condições que foram observadas nessa escola são comuns em escolas do campo, embora tenhamos ciência que não podemos acha-los normais. Problemas como o transporte escolar, as dificuldades que as crianças enfrentam para chegar à escola, fome e impacto desta na educação, conteúdo uniformizado distante da realidade, entre outros, são provenientes da marginalização da educação do campo que fortalecem a segregação social e hierarquias de poder (o campo entendido como espaço do atraso).

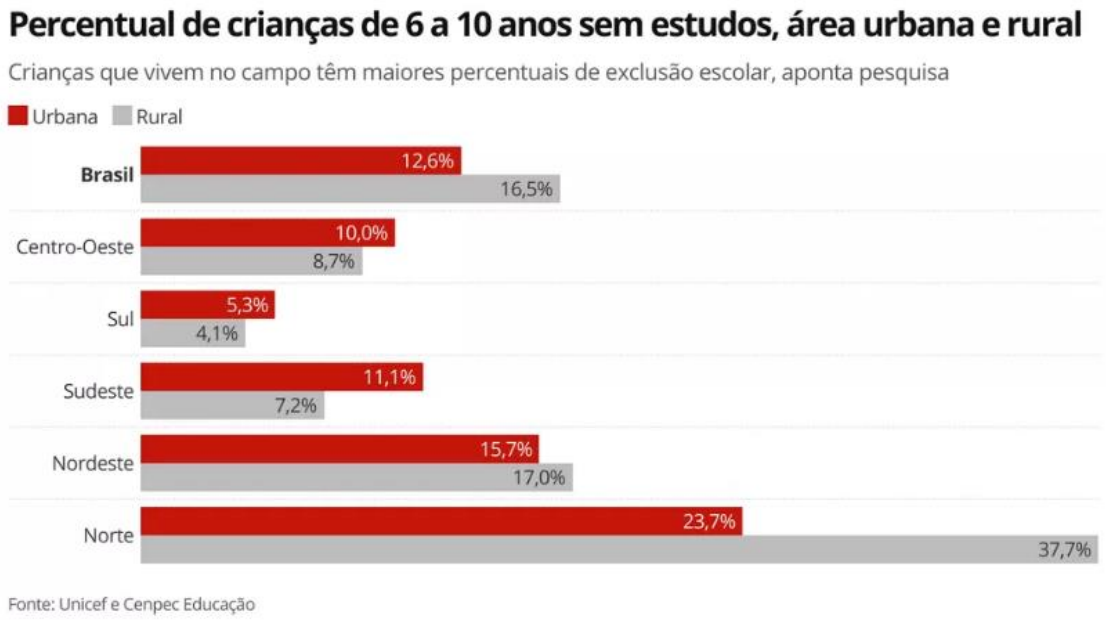
A partir da escola estudada, que é do campo, mas grande parte do alunado é proveniente da cidade de Itabaiana, foi preciso transitar no debate do rural e urbano, uma vez que estes dois espaços produzem paisagens, processos, culturas e modos de vida distintos, para ler a totalidade das relações encontradas na complexidade combinada e articulada do que é rural e urbano no Brasil, que se constitui na íntegra competência da fortificação do sistema capitalista. E, portanto, se beneficia com os problemas na educação do campo.

Sendo assim, o papel da leitura geográfica da realidade é o desvelar da própria condição de pertencimento, classe, raça, gênero, ou seja, das hierarquias sociais. Esse processo de sensibilização e conhecimento acontece na formação das/os estudantes da escola e das/os licenciandos do PROLICE, desafiadas/os a construção de metodologias

diante das possibilidades oferecidas na escola e que também trazem a reflexão da necessidade de instrumentos de trabalho que ofereçam um leque maior de possibilidades de trabalho, como o sensoriamento remoto.

Enquanto a Constituição Federal de 1988 garante o direito à educação como uma obrigatoriedade a ser garantida pelo Estado, na prática as hierarquias de poder socioespaciais se expressam com a falta de acessibilidade e diferentes condições na educação do campo e da cidade, como demonstra o gráfico 1:

Gráfico 01- Percentual de crianças de 6 a 10 anos sem estudos, área urbana e rural



Fonte: Oliveira, 2022.

As crianças da área rural possuem menor acessibilidade a escola, e quando possuem algumas ainda são obrigadas a trabalhar, ou são expostas a ambientes educacionais com uma infraestrutura precária, com profissionais sem qualificação ou sem relação com a educação do campo, sem o funcionamento das políticas públicas que incentivem a permanência das mesmas na escola. Além disso, o gráfico revela as discrepâncias nas porcentagens de exclusão escolar por região, e como isso acaba agravando o processo educacional.

Em relação aos profissionais da educação, cabe ressaltar que não estamos tratando do problema de forma individualizada culpabilizando os sujeitos, mas rompendo com a romantização do “educar por amor” e apresentando como essas dificuldades impactam no trabalho das professoras/es que visam uma educação para libertação, e não tem o

mínimo de estrutura, apoio com a formação continuada direcionada à educação do campo, que estimule a formação crítica dos discentes.

Tais condições não são ao acaso, mas sendo a educação pilar da sociedade, e esta por sua vez ser estruturada nas hierarquias de poder (classe, raça, gênero, condição espacial) a serviço da reprodução ampliada do capital, estruturada em seu caráter formal pela elite brasileira reflete o atraso, a fim de promover a manutenção do sistema de expropriação e sufocamento dos explorados.

A educação pública é saqueada e desmantelada todos os dias, no papel e na prática, o risco dessa realidade atual resulta na renovação destes ciclos para a formação de massas e não a transformação de sujeitos pensantes. Dessa forma, será salientado indagações, discussões e questões que possam fomentar a construção de leituras geográficas na educação do campo.

Porém, todos os dias também professoras e professores entendem que "combater a corrupção de verdade seria combater a rapina". (SOUZA, 2019) para isso, realizam o ensinar/aprender com metodologias que visam desde a realidade dos sujeitos torna-los pensantes, agentes e transformadores. São essas experiências a serem compartilhadas desde a prática de atuação no PROLICE.

METODOLOGIA

> Em seu sentido mais geral, o método é a ordem que se deve impor aos diferentes processos necessários para atingir um fim dado ou resultado desejado. Nas ciências, entende-se por método o conjunto de processos que o espírito humano deve empregar na investigação e demonstração da verdade (Cervo; Bervian, 1996, p.20).

Nesse sentido, o presente trabalho foi desenvolvido a partir da pesquisa descritiva, pois foi preciso observar, registrar, analisar e correlacionar os fatos levantados, através da observação em sala de aula. A pesquisa descritiva "busca conhecer as diversas situações e relações que ocorrem na vida social, política, econômica e demais aspectos do comportamento humano, tanto do indivíduo tomado isoladamente como de grupos e comunidades mais complexas" (Cervo; Bervian, 1996, p.49).

Desse modo, o Programa Licenciados/as na Escola (PROLICE) foi estabelecido pela Pró-Reitoria de Graduação da Universidade Federal de Sergipe, o mesmo atende aos

cursos de licenciatura com o intuito de articular e promover experiências teóricas e práticas, afim de preparar os bolsistas ou voluntários para o ingresso na vida profissional.

Em novembro de 2021 foi quando tivemos o início das atividades, devido a pandemia, foi preciso prosseguir de maneira remota, trazendo uma abordagem teórica e discussões acerca do livro "Uma escola para o povo" de Maria Tereza Nidelcolf e dos artigos "Campo e cidade, Rural e Urbano no Brasil Contemporâneo" de Rosangela Ap. de Medeiros Hespanhol e "O espaço urbano: novos escritores sobre a cidade de Ana Fanani Alessandri Carlos, tais leituras propuseram reflexões acerca de como está sendo moldado e construído o chão da escola. Consequentemente, nos fazendo pensar quais decisões políticas estaríamos assumindo, enquanto futuros professores/as.

Em março de 2022 tivemos a oportunidade de conhecer a Escola Técnica Agrícola Prefeito João Alves Santos, situada no povoado Roncador, em Itabaiana-SE. Assim, o artigo foi direcionado a turma do 6º ano A, uma turma que contém 20 discentes, a qual, conta com 08 professores que lecionam as matérias: de Inglês, Agricultura, Educação Física, Português, Zootecnia, Geografia, Artes, História, Ciências, Matemática, Religião e Sociedade e Cultura. Os estudantes desta instituição desfrutam de um ensino integral com direito as refeições diárias que advém da própria horta (na plantação contém alface, quiabo, milho...) e criação de animais (contém galinha, porcos...) realizados pelos discentes, em conjunto com a comunidade escolar.

Então, nos meses seguintes abril, maio, junho, julho, agosto, setembro, outubro e novembro de 2022 nas quartas-feiras a cada quinze dias os licenciandos em Geografia Lara Beatriz Bispo Santos, Jean do Nascimento Carvalho e Lucas Santos Costa, estávamos construindo junto com os discentes uma aula sobre o objeto do conhecimento direcionado pelo Professor José Antônio Cunha Teles, docente titular da classe. Além disso, recebíamos instruções da nossa orientadora Laiany Rose Souza Santos ao decorrer do processo, tanto para produzir plano de aula, pesquisar novas metodologias e fundamento teórico. A finalização do programa consistiu na publicação no livro de resumos do Prolice.

REFERENCIAL TEÓRICO

A produção do espaço urbano e rural é entendido pelo capital como "o urbano, símbolo de incorporação do capitalismo e do progresso da técnica, e o rural,

refúgio da aristocracia decadente e de antigas relações e formas de vida.” (REIS, 2006 apud HESPANHOL, 2013, p. 107). A totalidade encontrada na complexidade combinada e articulada do que é rural e urbano no Brasil se constitui na íntegra competência da fortificação do sistema capitalista. Estes dois espaços produzem paisagens, processos, culturas e modos de vida distintos, infelizmente, a concentração de serviços e fluxos no espaço urbano acarreta na hierarquização deste sob o espaço rural. Neste sentido, a preocupação aqui é desmitificar esta supremacia e proliferar como o processo educacional geográfico no campo encontra-se sequelado, este artigo é uma denúncia e um apelo a prosperidade.

A pluralidade de ambos provoca diferentes realidades, as quais acirram cada vez mais as desigualdades, não há um movimento de interesse para incorporar essas duas faces em um sentido retilíneo para uma vivência em harmonia. Por conseguinte, a globalização fragmenta ainda mais o espaço urbano do rural, isso é refletido nos preconceitos, porque se o lugar onde você vive não tem internet ou Coca-Cola, é motivo de ofensa, reflete na qualidade de vida e sobretudo, no acesso as instituições de promoção a educação e lazer, como museus, teatros, circos, exposições, bibliotecas, etc., qualquer forma de corromper com a criação de outros saberes o sistema degola pela raiz. Sendo a área rural, por meio das “mãos florescentes” do pequeno agricultor o principal espaço pela produção da maioria da comida que está nas mesas brasileiras, este sim, é resistência viva contra o capital cruel.

Verifica-se que “a consolidação de relações de proximidade entre os espaços rurais e urbanos está associada às condições de acesso a infraestrutura, equipamentos coletivos e serviços à população rural que garantam a cidadania e a autonomia.” (HESPANHOL, 2013, p. 107). Ou seja, permitir que os mesmos possuam condições de acessibilidade e de manutenção de todo tipo de serviço, cuja a grande oportunidade de saída desta erronia fatalidade é a reforma agrária, que “passou a ser compreendida como condição para potenciar a luta contra o capitalismo, assim como para a construção de uma nova sociedade, se constituindo numa dimensão territorial-nacional. (MENDONÇA E JÚNIOR, 2011, p.44)”

Então, assim, é preciso partir de uma educação básica que proporcione um horizonte que enxergue mudanças, enxergue prioridades, enxergue a reforma agrária como uma possibilidade de justiça e equidade. Fazer e construir um ensino geográfico

com esse cuidado, não é fácil! O desmonte projetado na educação causa cegueira e marcas no real sentido do que era para ser, a equipe de professores/as, os materiais, os pais e todo o social é formatado de modo contrário, a cautela na persistência das lutas é com certeza um caminho focalizado ao sucesso de um ensinamento pensante e emancipatório.

Nessa perspectiva,

> a análise geográfica do território surge enquanto construção da vida e das possibilidades de superação da ordem instituída, centrada na propriedade privada dos meios de produção, expressão material e imaterial das formas determinantes de controle do capital sobre o trabalho. A conquista da terra significa a "reconquista do território", (re)arrumado conforme as necessidades e anseios dos camponeses e dos *trabalhadores da terra*, todavia, ainda engendrado pelos mecanismos de produção e reprodução do capital. (MENDONÇA E JÚNIOR,2011, p.44)"

Desse modo, o conhecimento obtido pela Geografia permitirá ao estudante da zona rural se entender no seu processo de trans-formação, a leitura do espaço garante um olhar consciente, mesmo que as interpretações sejam diversas, ainda sim, nada muda a capacidade de novos ensejos.

Nesse ínterim, a leitura geográfica nas aulas tem que partir da realidade de onde se vive, para se entender as outras vivências, além de possibilitar o reconhecimento como agente transformador do mundo, ao educado, sendo assim, a educação do campo voga a composição deste espaço para a construção dos sujeitos, a luta pela liberdade tem um grande instrumento: a Geografia. Com isso, é fundamental romper essa relação de dependência dos interesses do capital que vem promovendo o educar, em um sentido de formação funcional só para atender as demandas do sistema.

Nesse sentido, "a LDB de 1996, em relação à de 1961, trouxe importantes mudanças, passando a reconhecer a pluralidade sociocultural, como também o respeito às diferenças e à igualdade" (ALVES; MAGALHÃES, 2008, p.81), isso é uma conquista muito significativa na educação rural, entretanto na prática a qualidade de ensino, a autonomia, o investimento exibem contradições na garantia deste direito. Esta falsa democracia nos afasta de uma formação que transforme, mas a consciência utópica de uma educação transparente nos faz caminhar enfrentando os desafios.

Nessa perspectiva,

> "o ensino de Geografia deve compreender a educação do campo e encara-la de maneira conciliadora, em busca da liberdade e da

> comunhão entre o educador e o educando. (..). Também é papel da Geografia formar politicamente e criticamente o camponês, bem como promover o entendimento das relações sociais e espaciais que acontecem no cotidiano de cada assentado." (ALVES; MAGALHÃES, 2008, p. 90)

Então, assim, as aulas de Geografia devem promover condições de quem está sendo educado no campo ter um pensamento crítico para alcançar condições apropriadas de vida, além de enaltecer a identidade cultural, o trabalhador rural e todo o modo de vida que o campo emerge consigo. Por isso, é preciso

> "garantir uma educação voltada aos interesses das famílias ali residentes. O papel da educação do campo é justamente a valorização do trabalhador rural, dando mais oportunidade e dignidade ao camponês. Ao ensino de Geografia cabe resgatar e cultivar a identidade de homem do campo, contribuindo assim para uma melhor compreensão do lugar e do mundo onde se vive." (ALVES; MAGALHÃES, 2008, p. 80)

Em virtude disso, o processo de trans-formação da leitura geográfica na vida do sujeito do campo pode ser apoiado metodologicamente com o uso do sensoriamento remoto, pois é por meio das imagens de satélite, por exemplo, que o discente poderá fazer uma "viagem" partindo do local onde mora para o mundo todo. Desse modo, possibilitar a um estudante camponês conhecer outras vivências, já que uma grande maioria nunca saiu do lugar onde vive e não tem oportunidade de lazer, é uma possibilidade de engrandecer a sala de aula, enquanto um ambiente multiplicador de novos horizontes.

As novas tecnologias é um recurso bastante relevante e educativo para as aulas de Geografia, por conta de ser uma forma de estimular a interação do estudante e de visualizar o real de maneira mais sólida, dessa maneira

> "O crescente desenvolvimento tecnológico proporciona ao educador a atualização das habilidades e dos recursos didáticos em sala de aula para despertar o interesse de aprendizado do aluno. No ensino da Geografia, existe a possibilidade do uso de leituras de imagens, de dados e de documentos de diferentes fontes para a interpretação e análise das informações contidas no espaço geográfico, bem como nas diferentes paisagens." (KRAMER; MAASS; FILHO, 2009, p.2429).

Ademais, há uma variedade de uso das novas tecnologias, como conteúdos audiovisuais, o uso do google maps, do google arte e cultura e dos demais sites que comtemplem os

aspectos físicos, ambientais, políticos, administrativos do espaço geográfico só tendem agregar conhecimento e enriquecer o que estará sendo discutido em sala de aula.

Contudo, devido à ausência do Estado, enquanto maior responsável, por garantir uma educação promissora, o sensoriamento remoto não é um recurso utilizado nas escolas do campo. Porque a todo momento as mesmas se encontram em movimento de resistência para que suas portas permaneçam abertas, devido as grandes dificuldades. O poder público age de acordo com os interesses das classes dominantes (latifundiários, donos do meio de produção, promotores imobiliários), nisso o importante é o fornecimento de migalhas para que em uma magia inexplicável a escola se mantenha.

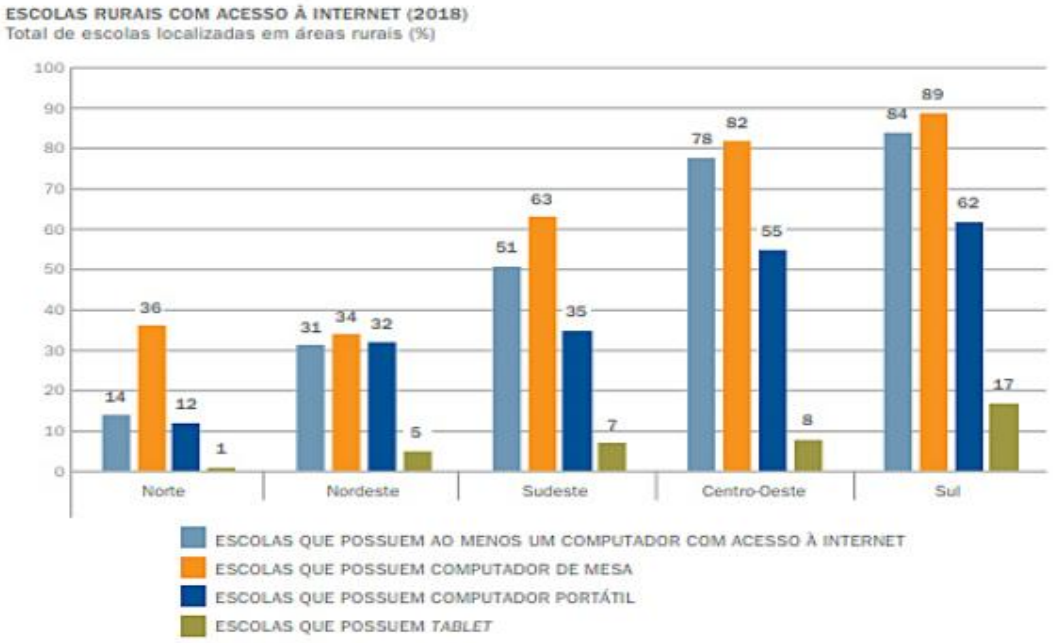
Desse modo, é perceptível nas escolas do campo problemas com alimentação, acesso, material, orçamento e com o uso do sensoriamento remoto não é diferente, falta equipamentos, falta computador, falta internet, falta projetor, falta caixa de som, falta salas com estrutura, enquanto que na cidade as conexões de internet são mais fáceis, as escolas tendem apresentar uma sala de multimídia com mais recorrência e demanda.

Segundo "a edição de 2020 da pesquisa TIC Educação apontou que quase metade **48%** das escolas brasileiras em áreas rurais seguem sem acesso à Internet. Nas áreas urbanas, o percentual cai para **2%"**, tais dados comprovam a ineficiência de uma estrutura adequada no ambiente escolar, atualmente a internet é o que uni esse "mundo globalizado", porém é possível perceber que esse processo está mais fragmentando, do que progredindo a acessibilidade da sistematização do conhecimento nas aulas.

A própria Geografia permite visar tal questão como um próprio ponto que precisa ser trabalhado, tanto dentro como fora do campo para a ocorrência de mudanças. O distanciamento ao acesso à internet é uma forma de desprezar e afastar os indivíduos do campo de um aprendizado que liberte e desprenda das dificuldades enfrentadas.

É irrefutável que esta problematização se precariza ainda mais com os seguintes dados, por região:

Gráfico 02- Escolas rurais com acesso à internet (2018)



Fonte: CETIC, 2018.

As escolas rurais que possuem acesso à internet e computadores estão nas regiões que são ditadas, como as mais desenvolvidas, as que historicamente foram povoadas por pessoas brancas e as que de modo geral, o campo tem uma aparência mais urbanizada, sem tantos prejuízos de serviços para a população.

Logo, é evidente as falhas pertinentes na educação geográfica no campo com o uso do sensoriamento remoto a inadequação dos espaços para contemplar esta pratica por um viés metodológico implica na aplicabilidade. Além disso, também é viável a continuação da formação de professores e todo um auxílio contra os impasses que os profissionais enfrentam.

Por conseguinte,

> A educação do campo é a base formadora de novas ideias, e estas dão subsídios às novas reivindicações que refletem a luta de classe trabalhadora rural camponesa. A esperança de uma vida digna no campo, onde atualmente a agricultura capitalista expropria e explora o campo, só será possível com a reforma agrária. E o alicerce dessa conquista se inicia com a educação do campo. (ALVES; MAGALHÃES, 2008, p. 79)

Diante disso, é a educação do campo, primordialmente a partir da leitura geográfica que acarretará na execução da reforma agrária, dando condições a novos caminhos na formação das futuras gerações, trazendo novas percepções de mundo e modificações no dia a dia, será um cenário de justiça, independência, oportunidades de escolhas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa foi realizada na escola Técnica Agrícola Municipal João Alves, no povoado Roncador, situada em Itabaiana-SE. Assim, o artigo foi direcionado a turma do 6º ano A, uma turma que contém 20 discentes, a qual, conta com 08 professores que lecionam as matérias: de Inglês, Agricultura, Educação Física, Português, Zootecnia, Geografia, Artes, História, Ciências, Matemática, Religião e Sociedade e Cultura.

Nessa conjectura, é notório o não gozo dos estudantes nas aulas de Geografia e nas outras matérias, a falta de suporte para utilização do sensoriamento remoto na escola, por exemplo, os motivos são os que já foram discutidos, segregação, falta de investimento, péssima infraestrutura e as demais problemáticas que todo o ensino público brasileiro persiste.

Nisso, o processo de leitura geográfica fica à mercê da criatividade do docente, entre poemas, apostilas, jogos, dinâmicas, pôsteres, etc. isto não configura a um empobrecimento da aula, mas sem os equipamentos, como o data show e sem a própria internet acaba limitando as novas estratégias e possibilidades do professor conduzir as aulas.

Na primeira aula, 20 de abril de 2022, foi trabalhado o movimento de rotação e translação, em que foi feito uma experiência com a lanterna; zonas térmicas, onde em um cartaz os alunos iam classificando as zonas (figura 01); e aquecimento global, dando enfoque de que quais seriam as possibilidades de reduzir o aumento. O recurso utilizado foi um slide que transmitido na televisão não teve um retorno positivo, devido à falta de uma extensão e cabos em um bom estado de uso.

Figura 01- Colagem da classificação das Zonas Térmicas

Fonte: Bispo, 2022.

Na segunda aula, 11 de maio de 2022, o objeto do conhecimento abordado se remeteu aos fusos horários, a qual foi executada através de um poema (figura 02) ao passo que poderiam está sendo analisado os versos pelos pôsteres criados (figura 03).

Figura 02- Poema sobre fusos horários

ESCOLA TÉCNICA AGRÍCOLA MUNICIPAL JOÃO ALVES

ALUNO:_____
SÉRIE: 6° ANO
DISCIPLINA: GEOGORAFIA
PROFESSOR: ANTÔNIO
ESTAGIÁRIOS: JEAN CARVALHO, LARA BEATRIZ E LUCAS COSTA

POEMA: Fusos Horários

E agora galera
Preste muita atenção!
Neste lindo poema
Que ensina uma lição!

Mas, antes do assunto
Vamos revisar
Conhecer a Terra
E se aventurar

O dia tem 24 horas
Graças ao movimento de rotação
De leste pra oeste
Essa é a nossa direção

Os povos antigos marcavam o tempo
Pelas fases da lua
No neolítico e paleolítico
Esta era a estrutura

Depois criaram o relógio
Do sol, da água e da areia
Por último o relógio atual
Que usamos de maneira factual

Em 1884 nos Estados Unidos
Foi realizada uma conferência para padronizar
O fuso horário chamado pelo astrônomo
Serviu pra sincronizar

A partir do meridiano
Há várias linhas imaginárias
Sendo 24 fusos
A cada hora passada

Países do leste
As horas aumentam
Países do oeste
As horas diminuem

O território brasileiro
Está no hemisfério ocidental
Sendo o horário de Brasília
A hora oficial

Agora, que você sabe
Sobre os fusos

Pense na hora de viajar
Para outro país
E de ligar
Para um amigo

E este poema se encerra assim
Espero que tenha gostado
O assunto não é difícil
Só precisa ser exercitado.

Autora: Lara Beatriz Bispo Santos

Questões

1- O fuso horário é um sistema político adotado amplamente que define os horários civis dos países. O sistema de fusos horários está corretamente dividido em:
A) 12 fusos de 24 graus.
B) 24 fusos de 15 graus.
C) 24 fusos de 24 graus.
D) 30 fusos de 24 graus.
E) 30 fusos de 30 graus.

2- O fuso horário parte de um referencial global de 0°. Considere que, na cidade de Londres (GMT+0), um relógio marque meio-dia, logo, na cidade de Tóquio (GMT+9) será?

3- Com base na divisão de fuso horário do território brasileiro, indique corretamente a hora em Rio Branco (Acre), considerando que, em Goiânia (Goiás), são 16:00:

Fonte: Bispo, 2022.

Figura 03- Pôsteres sobre os fusos horários

Fonte: Bispo, 2022.

A fim, de praticar o assunto os alunos formaram uma grande roda, os quais eram os “países” e um participante ficou sendo o “meridiano” para estabelecer a noção de leste e oeste, ao passo que era dado as horas os/as discentes respondiam a diferença de horário no outro país (figura 04).

Figura 04- Dinâmica dos fusos horários

Fonte: Carvalho, 2022

No dia 25 de maio de 2022 o conteúdo dialogado foi rochas e minerais, em que os/as discentes tiveram acesso a uma postila e a exposição de rochas e minerais concedidas do acervo do Prof.º Dr. Cristiano Aprígio do departamento de Geografia de Itabaiana (figura 05 e 06).

Figura 05- Apostilas

Fonte: Costa, 2022.

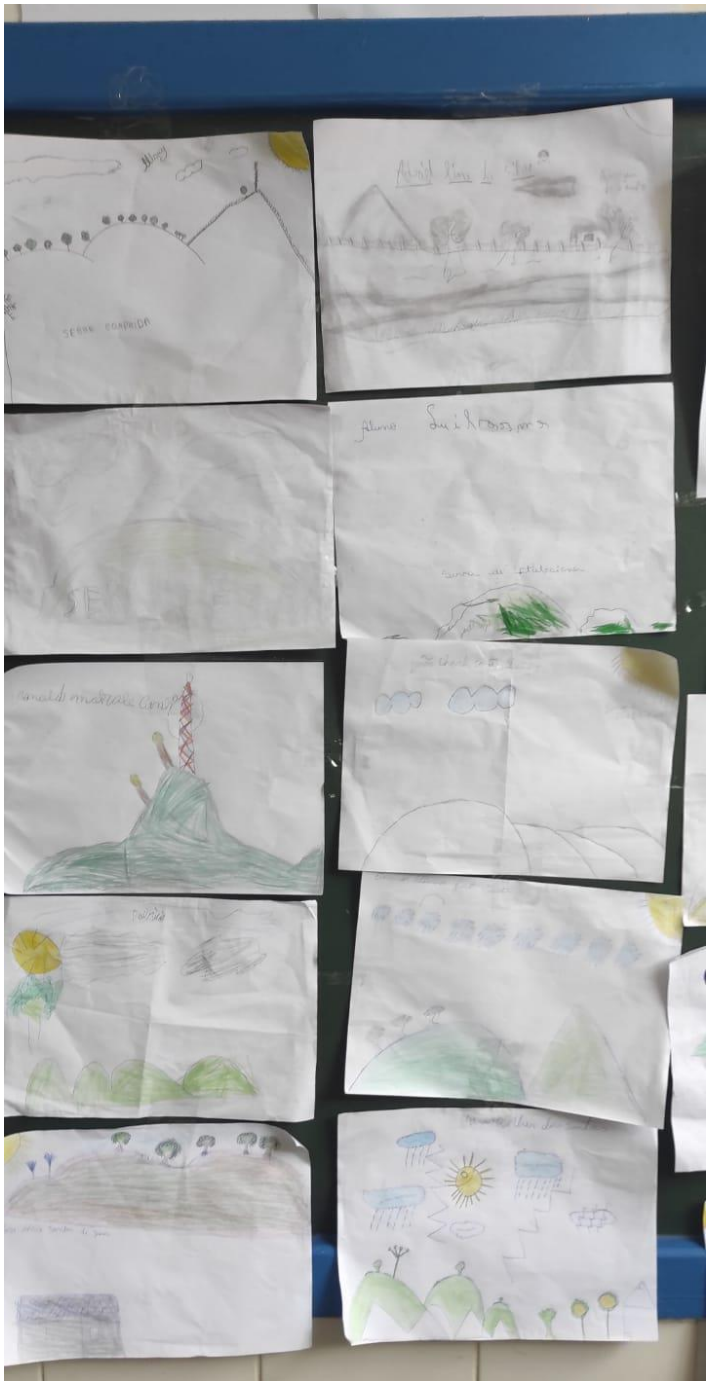
Figura 06- Exposição das rochas e minerais

Fonte: COSTA, 2022

No último dia desta vivência, 08 de junho de 2022, o conteúdo discutido foi relevo, por meio de uma apostila. Após o processo explicativo os estudantes foram levados para

fora da sala de aula, onde puderam observar o Parque Nacional da Serra de Itabaiana com o propósito de consecutivamente desenhar o relevo de sua localidade, a partir da sua própria observação (figura 07).

Figura 07- Relevo de Itabaiana



Fonte: Carvalho, 2022.

Portanto, o Prolice permite que os licenciandos criem suas próprias experiências, tendo em vista as dificuldades e anseios. Então, de forma didática optamos em lecionar, tanto numa perspectiva que saísse dos padrões tradicionais, como também partindo do

princípio de contribuir para a trans-formação de um pensamento crítico, em que houvesse uma variedade dos tipos de aulas, sem perder a essência do educar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação no campo sobrevive todos os dias contra a luta contra o capital, a falta de recursos impossibilita o uso do sensoriamento remoto como opção metodológica, além de impedir uma maior acessibilidade dos discente com o meio e de entender visualmente de fato onde é que estão os grandes impasses, por essa razão o processo de leitura geográfica para além das imparcialidades deve prezar por uma educação no campo política, crítica e que contribua para a compreensão dos espaços.

É oportuno estimar por uma Geografia que transforme, forme e emancipe os educados, fazer uma proposta de aula que faça com que os mesmos questionem, indaguem, queiram saber mais, tenham o prazer de estudar, de obter conhecimento. "Geografizar" no campo é ansiar pela reforma agrária, é dar a vidas o esperançar, é poder trans-formar sujeitos.

REFERÊNCIAS

ALVES, W. G.; MAGALHÃES, S. M. F. **O ensino de Geografia nas escolas do campo: reflexões e propostas.** Revista da Casa de Geografia de Sobral, Sobral, v.10, n. 01, p. 79-91, 2008.

CARVALHO, J. N. **Metodologias utilizadas em aula.** 2022. 02 fotografias

CASTRO, M. **Professores driblam dificuldades para manter o acesso dos alunos à** educação no campo. Brasil de Fato, Maranhão, 20 de ago. de 2020. Disponível em: **https://www.brasildefato.com.br/2020/08/20/professores-driblam-dificuldades-para-manter-o-acesso-dos-alunos-a-educacao-no-campo.**

Cervo, A. L.; Bervian, P. A. **Metodologia Científica.** 4°ed. São Paulo: ABDR, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** 77 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2021.

HESPANHOL, R. **Campo e cidade, rural e urbano no Brasil contemporâneo.** Mercator, Fortalezav.12, 02, p.103-112, set, 2013.

KRAMER, G.; MAASS, P. A.; FILHO, W. P. **O uso do sensoriamento remoto como recurso didático para o ensino de Geografia no sexto ano do ensino fundamental.** Anais XVI Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, Natal, p.2429-2435, 2009.

MENDONÇA, M. R; JÚNIOR, A. T. **Trabalho e dinâmicas territoriais no campo: os povos cerradeiros na luta por um território livre.** Revista pegada, São Paulo, v.12, n.02, p.23-47, dez, 2011.

OLIVEIRA. E. 41% das crianças brasileiras sem estudos em 2020 tinham de 6 a 10 anos, aponta Unicef. **G1**, Rio de Janeiro, 29 de abr. de 2021. Disponível em: https://g1.globo.com/educacao/noticia/2021/04/29/quatro-em-cada-dez-criancas-de-6-a-10-anos-estavam-sem-estudos-em-2020-aponta-pesquisa-do-unicef.ghtml. Acesso em: 05 set. 2022

SOUZA, J. **A elite do atraso.** Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.

SOUZA, J. G; JULIASZ, P. C. S. **Geografia: ensino e formação de professores**. São Paulo: Marília: Lutas Anticapital, 2020.

A IMPORTÂNCIA DO MÉTODO NA ANÁLISE DE IMAGENS-MAPAS EM MATERIAIS DIDÁTICOS E A LEI 10.693/03

Melissa Ferreira Carpes[1]

Fernanda Padovesi Fonseca[2]

RESUMO

O presente trabalho apresenta a elaboração de uma metodologia específica para análise do repertório imagético (imagens e mapas) presente em livros didáticos considerando a Lei 10.639/2003 que prevê o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira. Após discorrer sobre a elaboração da metodologia, analisamos todo o corpo imagético de um dos livros didáticos utilizados na rede de ensino municipal de Barra do Turvo - SP. Onde é realizado desde 2018 o projeto "Saberes em diálogo: comunidade, escola e universidade na construção da educação quilombola em Barra do Turvo-SP", que por sua vez originou o projeto sobre a análise deste repertório imagético.
Palavras-chave: educação quilombola; imagens; mapas; livro didático.

ABSTRACT

The present work presents the development of a specific methodology for analyzing the imagery repertoire (images and maps) present in textbooks considering Law 10.639/2003 which provides the teaching of Afro-Brazilian History and Culture. After discussing the development of the methodology, we analyzed the entire imagery of one of the textbooks used in the municipal education network of Barra do Turvo - SP. Where the project "Knowledge in dialogue: community, school and university in the construction of quilombola education in Barra do Turvo-SP" has been carried out since 2018, and originated the project on the analysis of this imagery repertoire.
Key-words: quilombola education; images; maps; textbook.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa foi realizada nos anos de 2022/2023 dentro do projeto denominado "O repertório imagético presente nos materiais didáticos do ensino fundamental e a construção de uma educação quilombola em Barra do Turvo - SP", sob

[1] Mestranda do Curso de Geografia Humana – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo (FFLCH-USP) – melissafcarpes@gmail.com
[2] Professora do Departamento de Geografia – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo (FFLCH-USP) – ferpado@usp.br

orientação da professora Fernanda Padovesi e contou com a participação de estudantes da graduação em Geografia e de Pós-Graduação[3] da Universidade de São Paulo. Essa iniciativa faz parte de um projeto mais amplo, intitulado "Saberes em diálogo: comunidade, escola e universidade na construção da educação quilombola em Barra do Turvo-SP", coordenado pela professora Valéria de Marcos do Departamento de Geografia da mesma universidade, criado em 2018. De maneira resumida, este último projeto é uma parceria entre a Universidade de São Paulo e as comunidades quilombolas localizadas no município de Barra do Turvo - SP e tem por objetivo central aproximar as escolas municipais da realidade dessas comunidades, visando o cumprimento da legislação brasileira (Lei 10.639/2003) que versa sobre a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira.

Dito isso, pontuamos que a necessidade de pensar acerca do repertório imagético presente nos materiais didáticos utilizados pela rede de educação municipal de Barra do Turvo veio do contato com a escola e com os materiais didáticos utilizados. Ao decorrer do exercício de análise destes materiais, vimos a necessidade de elaborar um método de análise próprio que considerasse a legislação referente a educação quilombola e afrodescendente e as particularidades da formação socioespacial das comunidades quilombolas do município em questão. Ressaltamos ainda que foi a partir deste contato com as comunidades que aprendemos sobre elas, pois no projeto Saberes em Diálogo, as/os integrantes das comunidades elegeram os principais temas a serem abordados com os estudantes e professoras/es e os próprios quilombolas conduziram oficinas acerca destes temas. De modo que a partir dos conhecimentos, histórias, práticas e tradições passados através destas oficinas é que conhecemos a realidade que deveria, por lei, estar expressa nos livros didáticos e por sua vez, no repertório imagético destes materiais.

Sabemos que a comunicação visual é um importante instrumento de sociabilidade humana desde as pinturas rupestres. Segundo Tim Maggs (1998), referindo-se especificamente a África Austral, tais pinturas também estão associadas à cosmologia e também podem ser interpretadas cartograficamente. De maneira geral, a utilização de imagens, seja ilustração em pedra, papel ou meio digital, compõem o complexo cenário da articulação de ideias e resolução de problemas dos seres humanos há milhares de anos. A imagem, enquanto um dos signos da linguagem está em

[3] Os estudantes de graduação que atuaram no projeto de pesquisa "Repertório imagético" foram: Igor Gabriel Rodrigues Gonçalves; Luana Kelly da Silva; Thiago Vinicius Caetano Serafim; Winicius de Souza Martins. E da pós-graduação a estudante Melissa Ferreira Carpes.

constante movimento, isso vale tanto para uma imagem determinada, que terá sua interpretação variada no tempo e no espaço, quanto para a imagem enquanto exercício do fazer.

Segundo Ana Maria H. Preve (2020), a linguagem pode criar outros mundos, outros sentidos e pensamentos sobre o espaço. Assim como também pode condicioná-lo e/ou limitá-lo, intencionalmente ou não, pois, as imagens induzem o raciocínio e carregam consigo um ar de veracidade. E isso não é novidade, se está numa foto ou em um mapa, é verdade, correto? Não! E nem precisamos entrar na questão das imagens criadas por Inteligência Artificial para provar tal ponto. Uma imagem, seja uma fotografia ou um mapa, é sempre uma representação parcial da realidade, possui um ponto de vista, uma visão de mundo e uma narrativa associada a ela, mesmo que haja (e haverá) diferentes leituras de determinada imagem.

No universo escolar, as imagens entram em cena a cada página virada pelo aluno em seu livro didático. É mais um dia letivo. Mais uma porção de imagens buscando auxiliar o entendimento do estudante sobre dado tema. Acompanhadas de textos ou não, uma perspectiva de mundo é apresentada por cada mapa, fotografia e ilustração (assim como pelo conjunto destes elementos visuais) presente nos livros. Tal repertório imagético impacta o estudante ano após ano. De maneira que contribui consideravelmente para a concepção das lógicas espaciais e, de forma mais ampla, para a concepção de mundo do estudante. Nesse sentido, como e qual formação socioespacial do Brasil está sendo representada nos materiais didáticos? Da perspectiva de quais atores e grupos sociais os estudantes estão aprendendo sobre a formação das comunidades quilombolas? Por qual perspectiva África e a população afro-brasileira são apresentadas aos estudantes de Barra do Turvo? Os quilombos do município constam nesses livros? Todas essas são perguntas que surgem do contato relato brevemente na introdução deste trabalho e tais inquietações nos conduziram a elaborar um método de análise que nos possibilite ter uma visão mais concreta do repertório imagético fornecido aos estudantes.

De modo que em um primeiro momento refletimos sobre a metodologia para análise dos discursos presentes nas imagens e mapas de livros didáticos de Ciências Humanas e sua relação com a Lei 10.639/03. Onde refletimos sobre uma metodologia consistente para avaliar o corpo imagético dos livros didáticos, entendendo que existem diversos modos de fazer este procedimento e de pensar acerca de imagens, mapas e de educação antirracista. E num segundo momento nos propomos a avaliar o material

didático do 5º ano, utilizado pela Escola Profa. Maria Izabel Mota Ferreira do Município de Barra do Turvo-SP, como um ponto de partida para averiguação do método que propomos.

O objetivo principal é o desenvolvimento de uma análise crítica do repertório imagético presentes no livro didático em questão, tendo como centralidade a conformidade ou não com a legislação citada acima. Já com os objetivos específicos buscamos entender como as imagens são mobilizadas nos materiais didáticos: se elas são um polo consistente de discurso; se são somente reforço do que foi dito no texto, somente uma ilustração. Verificar se as imagens possuem relação com os exercícios e atividades que são propostas no livro. Quais questões são feitas? Quais relações são feitas? São utilizadas imagens de um repertório imagético já conhecido ou há propostas inovadoras das imagens? Ou seja, há uma naturalização de um tipo de repertório imagético na escolha dessas imagens?

PERSPECTIVAS TEÓRICO METODOLÓGICAS

Evidenciamos na introdução deste resumo a importância da consistência do método, pois, obviamente, este condiciona os resultados de qualquer análise científica. A seguir, apresentamos os caminhos teóricos metodológicos que pensamos ser uma alternativa interessante para a análise de materiais didáticos com a finalidade de uma educaçao antirracista e territorializada.

Os procedimentos metodológicos estão divididos em três etapas. Inicialmente criamos um Banco de Dados (BD) que contém o corpo imagético do livro "Orientações didáticas do Movimento do Aprender: Ciências Humanas: 5º ano" do ensino fundamental. Em seguida, relacionamos esse BD com nove categorias de análise elaboradas em acordo com os objetivos geral e específicos da pesquisa.

As categorias de análise que elaboramos são: 1 - Há correspondência com a legislação de ensino de história e cultura afro-brasileira (ou seja, enriquece o debate sobre a realidade da população afro-brasileira); 2 - Não há correspondência com a legislação (neste caso, a imagem/mapa apresenta uma narrativa limitante a respeito da população afro-brasileira); 3 - Existe diálogo do mapa/imagem com as Comunidades de Remanescentes Quilombolas (CRQs) do Vale do Ribeira-SP; 4 - Não existe diálogo do mapa/imagem com as CRQs do Vale do Ribeira-SP; 5 - É possível estabelecer diálogo, a partir do mapa/imagem, sobre o uso e ocupação territorial da população CRQs do Vale

do Ribeira-SP. 6 - O mapa/imagem possui narrativa generalista sobre África. 7 - O mapa/imagem apresenta multiplicidade étnica, religiosa e/ou territorial do continente Africano. 8 - O texto que acompanha o mapa/imagem apresenta as CRQs de uma perspectiva atual. 9 - O texto que acompanha o mapa/imagem apresenta quilombos apenas da perspectiva dos séculos de colonização ou de visão colonialista.

A segunda etapa trata da análise crítica do material, para além da categorização. Onde para análise dos mapas nos apoiamos nas formulações de Brian J. Harley, presentes no trabalho de Fernanda P. Fonseca e Jaime T. Oliva. Resumidamente, as premissas para análise de mapas proposta por Harley (2005 *apud* FONSECA e OLIVA, 2012), da qual acordamos e fazemos uso, consideram: 1 - o contexto do cartógrafo; 2 - o contexto dos outros mapas; 3 - contexto da sociedade.

Ou seja, é preciso fazer uma leitura histórica, geográfica e sociológica destes documentos para compreendê-los tanto nos meios (técnicas empregadas) de sua criação quanto em sua finalidade. Um mapa não pode simplesmente ser analisado por ele mesmo, pois, corre-se o risco de cair nas armadilhas do anacronismo, como explicam Fonseca e Oliva.

Para a análise das imagens, consideramos relevantes as proposições de Fonseca e Oliva, que consistem em perceber atentamente a construção do olhar como condicionado a estruturas de aprendizagem sociais e temporais do ato da observação. Como dito originalmente,

> Nosso olhar é muito mais que um reflexo de nossos sentidos, pois como diz Cosgrove, a vista humana não é passiva: é individualmente deliberada e culturalmente condicionada. O termo "formas de ver" criado pelo crítico de arte John Berger em 1969, reproduz a ideia corrente entre os historiadores da arte de que a ação de ver é uma habilidade aprendida. Por exemplo, a metodologia de Brian Harley sobre a análise de mapas antigos é uma forma de ver. (FONSECA e OLIVA, 2012/2013, p. 38)

Neste sentido, três premissas são estabelecidas para averiguação de imagens: 1 - A experiência individual; 2 - O olhar condicionado culturalmente pelas técnicas/tecnologias; 3 - O olhar condicionado culturalmente pelo contexto. A etapa dois será realizada na análise e classificação das imagens, na prática ela será realizada em conjunto com a primeira etapa.

A terceira e última etapa da pesquisa é a avaliação geral do repertório imagético material didático em questão. Considerando as etapas 1 e 2 deste estudo, tendo portanto um caráter conclusivo quanto à utilização do método elaborado para a análise de materiais didáticos com a finalidade da adequação à legislação já citada e do resultado da análise em si. Uma última consideração sobre a metodologia elabora é que apesar da primeira etapa contar com uma parte quantitativa nosso objetivo é a avaliação qualitativa do material didático, o enquadramento quantitativo serve como auxiliar para termos uma noção da proporção da correspondência ou não do material didático em relação a legislação que completou duas décadas no em 2023.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após o enquadramento do corpo imagético do livro didático "Orientações didáticas do movimento do aprender: Ciências Humanas: 5º ano" ficou evidente que há uma repetição imagética no que tange a cartografia. Os mapas apresentados seguem exaustivamente um mesmo padrão, um mesmo discurso, evidenciando a problemática que Chimananda Ngozi Adichie (2009) questiona em seu livro e Ted Talk homônimo, *O perigo de uma história única*. Uma das questões centrais apresentadas por Adichie está justamente na violência contida no apagamento da pluralidade epistemológica que ocorre com a narrativa única. No caso dos mapas apresentados, é evidente o euro e o etnocentrismo impregnado nessas imagens. Existe um contexto histórico e sociológico que coloca geograficamente a europa no centro dos mapas apresentados no repertório imagético escolar (e não somente escolar).

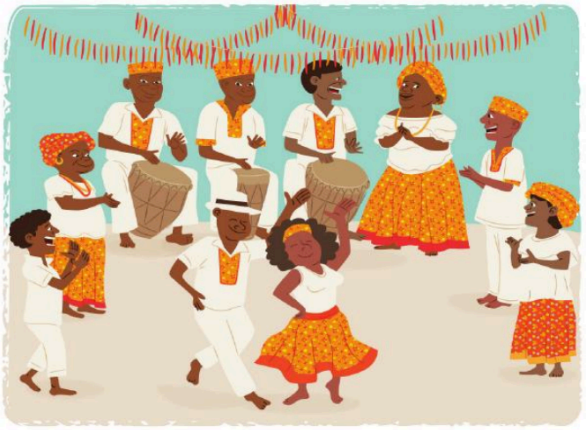
O perigo de afirmar consecutivamente, em imagens, que este é o modelo de mundo predominante, é justamente cair na armadilha da verdade cartográfica do mundo. Quando sabemos que esta é uma, dentre muitas, possibilidades de representação. O que está em jogo quando o tema é representação cartográfica e imagética é o que nos interessa captar ao analisar o corpo de imagens em materiais didáticos. Não nos parece que com a mesma perspectiva eurocêntrica chegaremos a conclusões diferentes. Obviamente, o docente pode desconstruir esse imaginário unilateral em sala de aula, porém a repetição do modelo cartográfico é fixado na mente do estudante. O livro didático e a escola, não são os únicos ambientes em que estas crianças e jovens irão ver mapas de representação global que utilizam a projeção de Mercator e as centralidades e distorções que tal projeção possui e isso é extremamente violento do ponto de vista da

narrativa contida na imagem/mapa. É preciso estar sempre consciente que ali há uma visão de mundo. Em um exercício muito simples, pare um instante e pense num mapa, qual veio a sua mente? Muito provavelmente você tenha pensado no mapa do Brasil ou no mapa mundi, essa é a força da reprodução exaustiva de uma imagem.

Infelizmente, na análise deste livro em específico não encontramos nenhum mapa que traga uma leitura do mundo não eurocêntrica. De um corpo imagético de 104 imagens, sendo 34 mapas, nenhum possui uma perspectiva que fuja a visão clássica do colonizador. De modo a tabela formada a partir do banco de dados tem os resultados abaixo, lembrando que os números da primeira linha representam a categoria estabelecida e descrita acima e os números da segunda linha os resultados encontrados:

1	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**
1	103	0	104	1	1	0	0	0

O primeiro item da tabela corresponde se há conformidade da imagem/mapa com a Lei 10.639/2003 e o segundo a negativa desta colocação. Portanto podemos ver que apenas uma imagem de um corpo de 104 imagens possui correspondência parcial com a legislação vigente a 20 anos no Brasil. Essa mesma imagem aparece na tabela no item 5, que procurar saber se é possível estabelecer diálogo, a partir do mapa/imagem, sobre o uso e ocupação territorial da população CRQs do Vale do Ribeira-SP e aqui é necessário salientar que é possível estabelecer um diálogo porém ele não é estimulado pelo texto que acompanha a imagem e poderia ser! A imagem em questão é uma ilustração do Jongo e o texto que acompanha pede que as crianças escutem um samba da escola da Mangueira e depois referencia que o Jongo como "uma manifestação cultural de comunidades de escravizados que vieram ao Brasil para trabalhar nas fazendas de café do Vale do Paraíba" (p. 74). Ou seja, se a imagem possui um potencial de correspondência com a legislação em questão, o texto o elimina por completo. É absolutamente inaceitável que um livro didático reproduza tal afirmação. Essa frase é problemática por completo, primeiro que não é uma comunidade de escravizados e sim de uma comunidade de remanescentes quilombolas. E para piorar ainda mais o texto segue dizendo que eles "vieram ao Brasil trabalhar". Como uma criança do 5º ano do ensino fundamental assimila essa informação? A mesma encontra-se na página 74 do livro analisado e segue abaixo:

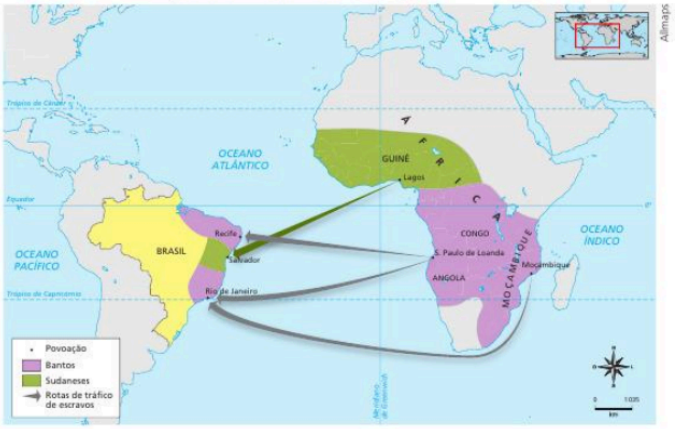


Seguindo a explicação da análise realizada, o item 3 busca saber se existe diálogo do mapa/imagem com as Comunidades de Remanescentes Quilombolas (CRQs) do Vale do Ribeira-SP e a resposta é cem por cento negativa, nenhuma imagem/mapa faz relação direta com as CRQs do Vale do Ribeira. O que faz com que o item 4, que versa sobre a negativa da afirmação acima tenha 104 imagens associadas a este ponto.

O item 6 questiona se o mapa/imagem possui narrativa generalista sobre África e o mapa abaixo intitulado apresenta o continente Africano de modo que invisibiliza a pluralidade territorial e étnica. Se ainda houvesse outros mapas, anteriores a este, que mostrasse aos estudantes tal pluralidade e dimensão de África, este mapa poderia ser interpretado de outra maneira, porém, como vimos, não há! Abaixo segue o mapa em questão, o mesmo encontra-se na página 53 do livro analisado.

5 Observe o mapa sobre a vinda de negros escravizados para o Brasil.

Rotas da vinda de negros escravizados da África para o Brasil até o século XIX



Fonte: <http://1.bp.blogspot.com/_KMwqm4cU9hA/SCyrtj0AHhI/AAAAAAAAACs/8rHGszscPP0/s1600-h/Mapa+do+tr%C3%A1fico.jpg>. Acesso em: 7 out. 2020.

O ponto 7 diz respeito justamente à questão abordada acima, se o mapa/imagem apresenta multiplicidade étnica, religiosa e/ou territorial do continente Africano, o

resultado é zero, visto que nenhuma imagem traz explicitamente tal pluralidade. O ponto 8 aborda os textos que acompanham as imagens e questiona se eles abordam as CRQs de uma perspectiva atual, o que também não ocorre com coerência textual do início ao fim. O item nove da análise também dispõe sobre texto que acompanha o mapa/imagem e questiona se o mesmo apresenta quilombos apenas da perspectiva dos séculos de colonização ou de visão colonialista, o que julgamos que também não há correspondente. Em outras palavras, quanto aos textos que acompanham as imagens a um misto de atualidade com retrocesso, do ponto de vista da legislação que nos serviu de base para essa análise.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensamos que o debate metodológico da análise do repertório imagético em livros didáticos, que neste caso, busca conformidade com a Lei 10. 639/03 (BRASIL, 2003), precisa incluir pluralidade epistêmica e cosmológica. Uma vez que imagens-mapas possuem narrativas e intencionalidades políticas, se faz necessário fornecer aos estudantes mais que um ponto de vista histórico, cultural, sociológico e geográfico.

Lembrando que a obrigatoriedade de inclusão das perspectivas afro-brasileiras nos currículos escolares, no que versa as legislações e diretrizes vigentes (não apenas essa em que nos apoiamos) é um direito do estudante e reparação histórica para com a população afro-brasileira. Portanto, executá-la é dever de todas as esferas da educação, incluindo a acadêmica, embora essa última não esteja especificada na legislação sem colaboração universidade-escola não chegaremos a tal objetivo.

Quanto a metodologia desenvolvida e aplicada nesta pesquisa podemos aprimorá-la, talvez diminuindo a dualidade das questões e aprofundando outros pontos, porém julgamos satisfatória para análise de repertório imagético em livros didáticos com foco na consonância ou não com a legislação brasileira vigente. Lembrando que para ela foi pensada para uma questão concreta e, ao nosso ver, pode ser replicada com facilidade em outras regiões, com pequenas alterações, obviamente.

E ressaltando que este trabalho sistematizado, mesclando métodos quantitativos com uma análise qualitativa nos possibilita uma visão ampla, concreta e pontual do material analisado. Portanto, apesar dos resultados negativos, embora já esperados dada a experiência prévia com as comunidades quilombolas e com a rede de ensino (e seus materiais didáticos) do município de Barra do Turvo, visualizar onde estão as falhas e

ausências é necessário para identificar onde estão os problemas e lutar para tentar modificá-los, pois não é possível esperar mais uma década para fazer valer a legislação de educação afrobrasileira que é fruto da luta do movimento negro.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, C. N., O perigo de uma história única. Exibição em Ted Talk, 2009. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=D9Ihs241zeg>. Acesso em: 18 jun. 2023.

BRASIL, 2003. Lei 10.639/2003. Brasília, MEC, 2003.

FONSECA, F. P.; OLIVA, J. T. Espaço e Cartografia: Teoria do Espaço e avaliações da Cartografia e das Paisagens Pictóricas. **Revista Territorium Terram**. *[S. l.]*, v. 1, n. 1, p. 24–45, 2012/2013. Disponível em: <http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/territorium_terram/article/view/253/337> Acesso em: 16 jun. 2023.

MAGGS, Tim. Cartographic Content of Rock Art in Southern Africa. *In*: WOODWARD, David; LEWIS, G. Malcolm. (Org.). **The History of Cartography**. 2. Chicago: University of Chicago Press, 1998. p. 13-23. Disponível em: <https://press.uchicago.edu/books/HOC/HOC_V2_B3/HOC_VOLUME2_Book3_chapter2.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2023.

PREVE, A. M. H. **'HABITO, MAS NÃO VIVO AQUI'**: multiplicidade, linguagem e saber geográfico. Revista Brasileira de Educação em Geografia, Campinas, v. 10, n. 19, p. 05-22, jan./jun., 2020.

A EDUCAÇÃO DO CAMPO NAS PROPOSTAS PEDAGÓGICAS CURRICULARES DAS LICENCIATURAS EM GEOGRAFIA DO ESTADO DO PARANÁ

Nicolas Vinicius Cesario de Aguiar[1]

Breno da Conceição Neto[2]

Sergio Aparecido Nabarro[3]

RESUMO

A análise do contexto histórico da institucionalização da Educação do Campo no Brasil nos permite refletir a respeito do direito à educação, a partir da qual, a diversidade seja valorizada e incorporada no currículo escolar. Este artigo tem como objetivo apresentar uma análise detalhada de como a temática está abordada nas Propostas Pedagógicas Curriculares (PPCs) dos cursos de Licenciatura em Geografia das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas do estado do Paraná. Para a realização da pesquisa, de abordagem qualitativa, foram consideradas as nove IESs do estado, seus respectivos campus, que ofertam um total de 14 cursos de Licenciatura em Geografia distribuídos por todas as regiões do Paraná.

Palavras-chaves: Educação do Campo; Formação Docente; Currículo; Cursos de Licenciatura em Geografia.

ABSTRACT

Education in Rural Areas, through the historical context of its institutionalization, allows us to reflect on the right to education, where diversity is valued and incorporated into the school curriculum. This study seeks to provide a more detailed analysis of how the theme of Education in Rural Areas is intricately woven into the Curricular Pedagogical Proposals (PPCs) of Geography Bachelor's programs at public Higher Education Institutions (HEIs) in the state of Paraná. A qualitative approach is employed in this study to understand the ideas and concepts. In total, nine HEIs with their respective campuses and fourteen Geography Bachelor's programs with their respective PPCs were identified. It was noted, through searches on the institutions' websites, that some of the data were outdated, which may have implications regarding the accuracy of the data, considering that they undergo revisions.

[1] Mestrando de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual de Londrina (PPGEO-UEL), nicolas.aguiar@uel.br

[2] Mestre em Ensino (PPGEN – UENP);Doutorando de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual de Londrina (PPGEO-UEL), breno.neto2023@uel.br

[3] Docente do Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEO-UEL), da Universidade Estadual de Londrina, sergionabarro@uel.br

Keywords: Rural Education; Teacher Training; Curriculum; Geography Teaching Degree Programs.

INTRODUÇÃO

O estudo sobre Educação do Campo, com foco no contexto histórico de sua institucionalização, permite-nos analisar o direito à educação, a qual a diversidade seja valorizada e inserida como fundamento do currículo escolar. Uma prática educativa não excludente, que desperte para a autonomia dos indivíduos e atenta à realidade dos sujeitos é fundamental. A educação no campo também é fundamental, pois ajuda preservar a identidade cultural das comunidades, com intuito de manter tradições, costumes e conhecimentos locais.

E, tratando-se de uma ação educativa, isso diretamente está vinculado ao processo de formação de professores, qual considera-se relevante os estudos, diálogos e reflexões sobre todas as modalidades da educação para que o futuro docente tenha noções elementares que ampare a sua atuação profissional. Assim, as propostas pedagógicas dos cursos de licenciatura desempenham um papel crucial na formação de professores para prepará-los para enfrentar os desafios e explorar as oportunidades que a Educação no Campo apresenta.

Diferentemente da realidade educacional urbana, no campo há desafios específicos, a sazonalidade da agricultura e a preservação das tradições culturais dessa população. Portanto, mediante a isso, este estudo tem como questão norteadora: Como a Educação no Campo está inserida nas Propostas Pedagógicas dos Cursos (PPC's) de Licenciaturas em Geografia do Estado do Paraná?

A inclusão da Educação do Campo nas PPCs coopera com a formação de professores de Geografia, para que estejam preparados para atender às demandas da população do campo. Ao capacitar os futuros professores com os conhecimentos necessários para lidar com as complexidades e especificidades da modalidade de educação em pauta, as IES públicas do estado do Paraná desempenham um papel crucial na construção de um currículo educacional mais inclusivo.

Assim, este artigo busca apresentar uma análise mais detalhada de como as temáticas que envolvem a Educação do Campo estão contempladas nas Propostas Pedagógicas Curriculares (PPCs) dos cursos de Licenciatura em Geografia das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas do Estado do Paraná. Por conseguinte, é crucial compreender a importância da Educação do Campo, uma vez que ela desempenha

um papel fundamental na promoção da inclusão educacional e social para os povos do campo, além de contribuir para o desenvolvimento e valorização desses sujeitos.

METODOLOGIA

Para a realização da pesquisa, optou-se pela abordagem qualitativa. Buscou-se conhecer as ideias e as concepções que estruturam todo arcabouço teórico-metodológico sobre a Educação do Campo. A pesquisa qualitativa é uma abordagem com um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visam descrever e decodificar os componentes de um sistema complexo de significados (Gil, 2002). Tem por objetivo traduzir e expressar o sentido dos fenômenos do mundo social. Trata-se, portanto, de reduzir a distância entre indicador e indicado, entre teoria e dados, entre contexto e ação (Maanen, 1979). Dando prioridade às "[...] percepções de atitude e aspectos subjetivos dos objetos de pesquisa interagindo em seu grupo [...]" (Cajueiro, 2013, p. 33), e por meio dessa prática, compreender os fenômenos.

Além disso, a pesquisa é qualitativa, pois "[...] fornece análise mais detalhada sobre investigações, hábitos, atitudes e tendências de comportamentos" (Marconi; Lakatos, 2005, p. 269). Para compreender como a Educação no Campo está presente nas PPCs, contamos com a pesquisa documental, que é "[...] aquela em que os dados obtidos são estritamente provenientes de análises de documentos, com objetivo de extrair informações para compreender um fenômeno" (Kripka; Scheller; Bonotto, 2015, p. 244). Após este levantamento, realizou-se uma análise sobre a temática de acordo com é evidenciado nas PPC's.

REFERENCIAL TEÓRICO

A Educação do Campo surgiu vinculada às demandas e ações dos movimentos sociais dos camponeses de luta pela reforma agrária. No interior dos acampamentos, era preciso garantir o direito à educação, à formação de sujeitos que valorizem o modo de vida camponês e as especificidades da população do campo (Santos;Knaben, 2022).

Os camponeses enfrentam desafios específicos em seu cotidiano. Seu modo de vida é conformado a partir do suprimento de suas necessidades imediatas: trabalho na terra, alimentação, moradia, espiritualidade entre outros. Além disso, a dinâmica do território camponês e da vida camponesa, está ancorada em uma tensão constante entre a penetração das relações capitalistas de produção no espaço agrário e os valores

morais/culturais da classe camponesa (Nabarro, 2014), inserida no capitalismo de forma subordinada (Oliveira, 2007).

Ao longo da história, os camponeses não lutam apenas pela terra, mas pela manutenção do seu modo de vida, pela preservação das suas tradições, da sua cultura, da sua identidade. Nesse contexto, a luta pelo território – por uma política de reforma agrária que democratize o acesso à terra e promova dignidade e melhores condições de vida à população do campo – é crucial. Compreende-se, portanto, que os camponeses lutam também para manterem-se em suas localidades e por melhores condições de vida e trabalho (Caldart, 2004).

Deste modo, a Educação do campo tem compromisso com a vida, com a luta e com os movimentos sociais camponeses que buscam criar um espaço que possam viver com dignidade. As instituições de ensino, ao contemplar as demandas da população do campo auxiliam a compreender os processos de aprendizagem que ocorrem fora dela e contribui para a integração de professoras/professores e alunas/alunos na transformação da sociedade (Arroyo; Caldart; Molina, 1998).

A pesquisa que deu origem a este artigo, partiu-se do pressuposto de que a Educação é um direito subjetivo e fundamental para o desenvolvimento da vida humana. Além disso, a Educação do Campo requer o reconhecimento da equidade para que os sujeitos que a ela estejam vinculados possam ter qualidade de vida e valorização da sua cultura e do seu território. Ou seja, ela desconstrói o conhecimento pautado na lógica urbana e industrial capitalista, a partir do qual a cidade é colocada como "superior". Além disso, contribui para superar a dicotomia entre o rural e urbano (Arroyo; Caldart; Molina, 2008).

Sugere-se que a Educação do Campo proporciona conteúdos e debates sobre a vida camponesa, a importância do trabalho camponês e o seu protagonismo na alimentação da população. Além disso, é preciso que haja diálogos em relação à utilização racional dos recursos dos naturais, à questão agrária e as demandas históricas por uma política de reforma agrária que proporcione a democratização do acesso à terra, à melhoria das condições de vida da população rural, à pesca ecologicamente sustentável, ao preparo da terra, entre outros assuntos relacionados ao desenvolvimento do campo para que auxilie o camponês em sua formação enquanto cidadão e o valorize como sujeito (Souza;Reis, 2009).

Tais orientações são importantes para a formação do professor de Geografia, que poderá em algum momento da vida profissional atuar em Escolas do Campo. E ao saber

delas, e das e concepções ideológicas e políticas a respeito dessa modalidade da educação, poderá exercer o magistério em conformidade com as necessidades da comunidade.

Entretanto, existe uma distinção fundamental entre a Educação Rural e a Educação do Campo. A primeira tem como objetivo formar alunos para um modo de vida voltado à agricultura, enquanto a segunda objetiva ofertar formação, ensino, recursos e técnicas para o meio rural, sem necessariamente restringir-se a aspectos puramente rurais, por meio do destaque dos aspectos sociais, culturais e ambientais presentes no espaço agrário, com intuito de ajudar a valorizar a identidade camponesa e a configuração do campo de forma mais diversificada e sustentável (Melo, 2011).

A Educação do Campo é uma condição básica para que os camponeses defendam exerçam seus direitos e sua cidadania. Não há dúvidas de que o exercício da cidadania é uma expressão que contém princípios que vão além do seu significado conceitual. Ela traz consigo perspectivas de desenvolvimento para uma parcela significativa da população brasileira (Fernandes, 2004).

Portanto, a mudança do paradigma da Educação Rural para a Educação do Campo é necessária não só devido à análise crítica da escola rural, mas em resposta às propostas desenvolvimentistas voltadas para o campo, muitas vezes centradas no agronegócio e na exploração indiscriminada dos recursos naturais. Essa necessidade emerge da compreensão de que é preciso adotar abordagens educacionais que considerem o contexto específico do campo, promovendo a valorização da agricultura camponesa, a preservação do meio ambiente e o respeito aos saberes das comunidades rurais (Brasil, 2007).

As pesquisas em Educação do Campo objetivam desenvolver métodos e práticas pedagógicas sensíveis ao contexto dos sujeitos que vivem o/no campo. Assim, a conexão entre Educação e os movimentos sociais camponeses é extremamente importante (Santos e Nabarro, 2023). Os trabalhadores do campo passam a fazer parte da militância dos movimentos sociais e participam de suas ações para reivindicar seus direitos (a terra, educação, moradia, melhores condições de vida e de trabalho), mas também por uma educação que contemple as especificidades do seu modo de vida, como a educação do/no e para o campo. A Educação, portanto, desempenha um papel essencial no fortalecimento dos movimentos camponeses.

Diante disso, é importante postular, tratando-se do contexto histórico e político da modalidade de educação em pauta, que em 1998 ocorreu a I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, realizada em Luziânia-GO. Foi por meio desse evento que ela emergiu como uma nova e relevante temática, porém ainda carente de debates

mais aprofundados sobre os seus fundamentos. Assim, o conceito de Educação do Campo passou a se fortalecer, reivindicando o direito dos camponeses à Educação e a políticas públicas que asseguram o direito, à permanência e à qualidade da escola pública no campo. Além disso, enfatizou-se a importância de valorizar o conhecimento, a cultura, os saberes e o modo de vida da população camponesa (Alencar, 2010).

No âmbito legal, a Lei De Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), nº 9394/1996, em seu artigo 28, indica as seguintes normas para essa modalidade da educação:

> Na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino proverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I - conteúdos curriculares e metodologia apropriada às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II - organização escolar própria, incluindo a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III - adequação à natureza do trabalho na zona rural (Brasil, 1996, p. 16).

A LDBEN orienta que o currículo da Educação do Campo seja adaptado conforme a dinâmica do espaço agrário. A finalidade é a valorização dos sujeitos que vivem no campo, conforme suas condições de vida e trabalho. O artigo 5º das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo preconiza que:

> As propostas pedagógicas das escolas do campo, respeitadas as diferenças e o direito à igualdade e cumprindo imediata e plenamente o estabelecido nos artigos 23, 26 e 28 da Lei 9.394, de 1996, contemplarão a diversidade do campo em todos os seus aspectos: sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia (Brasil, 2002, p. 1).

Portanto, o trecho enfatiza a importância de que as escolas do campo considerem a diversidade local e respeitem os direitos à igualdade de acesso e oportunidades educacionais para todos os alunos, independentemente de sua origem ou características individuais. Isso envolve o desenvolvimento de propostas pedagógicas que reflitam a realidade e as necessidades da comunidade rural, abordando aspectos sociais, culturais, econômicos, políticos, de gênero, geração e etnia. Com isso Foi analisado as PPCs do curso de licenciatura em Geografia do Paraná, e pode-se elencar as disciplinas e ementas em que a Educação do campo aparece.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Evidentemente, é fundamental que os cursos de licenciatura se atentem à Educação do Campo, que cooperam para uma melhor formação dos professores e que prepare os futuros profissionais para a diversidade e desafios da educação e da escola.

Com base nesses pressupostos, realizou-se uma análise das PPCs dos cursos de Licenciatura em Geografia oferecidos pelas Instituições de Ensino Superior (IES) do Paraná (quadro 1) com objetivo de verificar como a Educação do Campo está presente nas propostas pedagógicas dos cursos.

Foram contabilizadas nove IES públicas que ofertam quatorze cursos de Licenciatura em Geografia no Paraná. Entretanto, foi identificado um problema em relação à falta de atualização dos dados e algumas IES no respectivo curso de Licenciatura em Geografia, encontram-se em processo de reformulação. Além disso, a análise das PPCs revelou que alguns cursos não possuem nenhuma disciplina cuja ementa trate explicitamente da Educação do Campo.

Quadro 1: Disciplinas e Ementas sobre Educação do Campo nas IES públicas do Paraná[4]

IES	Campus	Disciplina	Ementa	Ano
IES1	A	Políticas Educacionais	A estrutura da Educação Básica e a Política Educacional brasileira. A Base Curricular Nacional Comum e as mudanças no ensino. Estatuto da Criança e Adolescente, Políticas de Educação Ambiental, de Educação inclusiva, de **Educação no campo**, de Educação indígena e de Cultura Afro. Projeto Político Pedagógico.	2017
IES1	B	Não consta	Não consta	2019
IES1	C	Educação do Campo	Concepções e práticas da Educação do Campo. Territorialidade e Identidade na espacialidade agrária. Educação "do" e "no" campo. Lugares e não-lugares da Educação nas diversas ruralidades. Educação e Movimento social. Educação Popular. Política e Legislação da Educação do Campo. Currículo para escola básica do e para o campo. Pedagogia da Alternância.	2021
IES2	A	Não consta	Não consta	2019
IES3	A	Não consta	Não consta	2018
IES3	B	Não consta	Não consta	2015
IES4	A	1 - Metodologia de Ensino e Aprendizagem em Geografia I.	1 - Práticas de interação com estágio (ensino, pesquisa e extensão) Equipe pedagógica e processo de gestão escolar Formação educativa na escola e a Identidade do professor no cotidiano escolar a educação e suas relações socioeconômicas políticas e culturais As relações entre educação, trabalho e cidadania Tendências e	2018

[4] Optamos por não divulgar os nomes das IES e campus, para preservar a identidade.

		2 - Estágio de vivência docente em geografia II	concepções pedagógicas Projeto Político-Pedagógico da escola pública Elaboração e aplicação de projeto de ensino de Geografia integrando os conteúdos previamente selecionados, das disciplinas estudadas no curso, e aplicadas na educação de jovens e adultos (EJA), de adolescentes e jovens com privação de liberdade, profissionalizante e **educação do campo**, TICs. 2 - Vivência e observação **na Educação do Campo** e em instituições que atendem jovens e adolescentes com privação de liberdade para a sua caracterização e para ações de intervenção na sala de aula. Trabalho de campo. Sistematização e reflexão crítica dos resultados obtidos por meio do Relatório II.	
IES5	A	Não consta	Não consta	2018
IES6	A	Geografia Agrária II	Questão agrária brasileira, movimentos sociais e lutas no campo. Políticas públicas e dinâmicas de desenvolvimento na agricultura. **Educação do campo**. Produção de material didático para o ensino de Geografia.	2016
IES6	B	Geografia Agrária II	Subordinação e resistência no campo no contexto contraditório do modo capitalista de produção. **Educação do Campo**.	2016
IES7	A	Não consta	Não consta	2019
IES8	A	Não consta	Não consta	2023
IES8	B	Geografia Agrária	Abordagens teóricas da Geografia Agrária, questão agrária e campesinato. A agricultura sob os diferentes modos de produção. Contradições do capitalismo na agricultura. Renda da terra. Industrialização da agricultura e agronegócio. Conflitos no campo. Estrutura fundiária e reforma agrária. O campo e a cidade na teoria geográfica. Trabalho e gênero na agricultura. O campo no Brasil hoje: povos e comunidades tradicionais, políticas públicas, movimentos sociais do campo, agroecologia e **educação do campo**. Abordagens teóricas da Geografia Agrária, questão agrária e campesinato. A agricultura sob os diferentes modos de produção. Contradições do capitalismo na agricultura. Renda da terra. Industrialização da	2020

			agricultura e agronegócio. Conflitos no campo. Estrutura fundiária e reforma agrária. O campo e a cidade na teoria geográfica. Trabalho e gênero na agricultura. O campo no Brasil hoje: povos e comunidades tradicionais, políticas públicas, movimentos sociais do campo, agroecologia e **educação do campo**.	
IES9	A	Não consta	Não consta	2014

Fonte: PPCs das 9 IES do Paraná. **Org.:** Autores (2023)

A Educação do Campo é abordada em disciplinas como Geografia Agrária, Estágio e Vivência Docente, Metodologia do Ensino e Aprendizagem em Geografia e em Políticas Educacionais. Entretanto, diante das ementas analisadas, a temática em estudo aparece de maneira discreta entre os temas das ementas, então muitas das vezes dependem das propostas do curso e de como pode ser trabalhado pelos professores.

Concepções e práticas da Educação do Campo são áreas fundamentais de estudo que investigam como a educação pode ser adaptada e aprimorada para atender às necessidades específicas das comunidades do campo. Isso envolve a consideração de fatores como as características geográficas, culturais e econômicas dessas áreas.

Conforme os dados coletados, observou-se que nas IES 1(campus B), 2, 3, 5. 7. 8 (campus A) e 9 não constata o termo " Educação do Campo" nas ementas ou tendo como disciplina. Chamamos a atenção, pois a Ciência Geográfica em seus mais variados campos de estudo trata de assuntos que envolvem respectivamente as questões de diversidade social e cultural como também o campo. Assim, infere-se que o tema em estudo, pode estar sendo debatido em alguma outra disciplina do componente curricular de cada IES. Mas, ao mesmo tempo, é notório que nada consta nos documentos, e tem-se uma hipótese que isso pode causar uma fragilidade na formação acadêmica do professor de Geografia.

De acordo com os dados, chama-se a atenção para a IES1 Campus A, que a temática Educação no Campo é constatada na disciplina "Políticas Educacionais". Entende-se que ela traz um arcabouço, no entanto, legal no que tange às normativas e regulamentação dessa modalidade da educação. Não se pode considerar que é uma limitação, pois conforme a disciplina, o foco para o assunto é diferente.

Porém, na mesma IES1, mas no Campus C, nota-se que há uma disciplina no Curso de Licenciatura em Geografia, intitulada "Educação do Campo". Por meio disso, pode-se inferir que não há uma centralidade no que tange as IES com seus respectivos campus, conota-se a ideia, de que, as PPC's também são elaboradas mediante as

especificidades locais e regionais em virtude do contexto social e cultural onde a instituição está inserida. E de acordo com o PPC desse *campus* pode-se observar que a disciplina é colocada como optativa, que permite, que os alunos tenham certo controle sobre sua própria escolha, que será feita de acordo com a preferência do acadêmico.

Já a instituição IES4, apresenta em duas disciplinas 1 - Metodologia de Ensino e Aprendizagem em Geografia I, que conforme o texto da ementa, entende-se que a temática é estudada numa perspectiva de como ensinar a Geografia em escolas do campo. A segunda disciplina, "Estágio de vivência docente em Geografia II", como já trata o nome, refere-se à prática do estágio curricular obrigatório, ação que coopera com a formação do futuro professor. E nela, chama a atenção de ter na ementa vivência nessa modalidade de educação.

Por fim a IES8, consta a disciplina Geografia Agrária que apresenta teorias sobre a agricultura até questões contemporâneas no Brasil. Aborda modos de produção, contradições do capitalismo na agricultura, renda da terra, industrialização agrícola, conflitos no campo, estrutura fundiária, reforma agrária, relação entre campo e cidade na Geografia, questões de gênero no trabalho agrícola e o panorama atual do campo brasileiro, incluindo comunidades tradicionais, políticas públicas, movimentos sociais, agroecologia e educação no campo. Com isso pode notar que a temática vai sendo trabalhada de acordo com suas relações sociais do campo.

O quadro que apresenta as disciplinas e suas ementas reflete a realidade específica de cada instituição de ensino. Esse documento frequentemente gera debates sobre a definição das temáticas abordadas, bem como sobre a influência política, social, cultural e histórica que cada instituição exerce em sua região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retoma-se o objetivo deste estudo – analisar as PPCs dos cursos de Licenciatura de Geografia das IES públicas do estado Paraná – com intuito compreender relativa presença e ausência do tema Educação no Campo nas disciplinas e ementas dos cursos analisados. Enquanto que em alguns cursos a temática é, conforme consta nos PPCs, trabalhado, em outros ele sequer aparece entre as ementas das disciplinas do curso de Geografia.

Não é possível afirmar que assuntos correlacionados à Educação no Campo não sejam estudados em nenhum momento do curso – tendo em vista, que a ciência geográfica permite estabelecer diálogos e identificar relações sobre relação sociedade-natureza – mas

sabe-se que tal modalidade envolve povos como os indígenas, quilombolas, ribeirinhos, caiçaras, camponês, cujo conhecimento é fundamental para a formação docente saber quem são esses grupos.

Por isso, é preciso ampliar e aprofundar a análise desta modalidade de educação para formar docentes que possam educar os estudantes para valorizar o campo e que formar docentes que se sensibilizem com as causas e lutas da população camponesa, haja vista que, também são sujeitos dignos de conhecimento e acesso e permanência na educação.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Maria Fernanda dos Santos. Educação do Campo e a formação de professores concepção de uma política educacional para o campo brasileiro. **Revista Ciência & Trópico**, Recife, v. 34, n. 2, p. 207-226, 2010. Disponível em: https://periodicos.fundaj.gov.br/CIC/article/download/868/589. Acesso em: 29 jun. 2023.

ARROYO, Miguel Gonzalez ; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Monica Castagna. I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo. **Documento Final**. Luziânia, 27 a 31 jul. 1998.

ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Monica Castagna. **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN)** - Lei 9394/96. Brasília: Senado Federal, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo** - Resolução nº 1 - CNE/CEB, de 03 de abril de 2002. Brasília; MEC, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação do Campo:** diferenças mudando paradigmas. Brasília: MEC, 2007.

CAJUEIRO, Roberta Liana Pimentel. **Manual para elaboração de trabalhos acadêmicos:** guia prático do estudante. Rio de Janeiro: Saraiva, 2013.

CALDART, Roseli Salete. Por uma Educação do Campo: tracos de uma identidade em construcao. In: Miguel Arroyo, Roseli Salete Caldart, Mônica Molina. (Org.). **Por Uma Educação do Campo**. Petrópolis: Editora Vozes, 2004, p.01-92.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Diretrizes de uma caminhada: construindo a Educação do Campo. In: Miguel Arroyo, Roseli Salete Caldart, Mônica Molina. (Org.). **Por Uma Educação do Campo**. Petrópolis: Editora Vozes, 2004, p. 01-92.

GIL, Antônio Carlos**. Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2002.

KRIPKA, Rosana Maria Luvezute; SCHELLER, Morgana; BONOTTO, Danusa de Lara. Pesquisa Documental na Pesquisa Qualitativa: conceitos e caracterização. **Revista de Investigaciones Unad**, v. 14, 2015, p. 55-73. Disponível em: https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2015/article/view/252/248. Acesso em: 20 ago. 2023.

MAANEN, John van. Reclaiming qualitative methods for organizational research: a preface. In: **Administrative Science Quarterly**, v. 24, n. 4, 1979, p. 520-526.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2005.

MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. Editora Vozes: Petrópolis, 1981.

MELO, Silas Nogueira de. **Educação no campo e educação rural: distinção necessária para compreensão da realidade geográfica**. Biblioteca UNESP. Rio Claro: UNESP, 2011. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/119949/melo_sn_tcc_rcla.pdf?sequence. Acesso em: 07 jul. 2023.

NABARRO, Sergio Aparecido. **Modo de Vida e Campesinato no Capitalismo: contribuições, limites e a construção de um entendimento do campesinato como modo de vida**. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

SANTOS, Joanita Almeida dos; KNABEN, Andréa. A importância da Educação no cenário da Educação do Campo: um estudo de revisão. **Revista Terra Livre**, v. 2, n. 21, 2022, p. 113-156. Disponível em: https://docplayer.com.br/72976529-A-importancia-da-educacao-no-cenario-da-educacao-do-campo-um-estudo-de-revisao.html. Acesso em: 07 jul. 2023.

SOUZA, Neli Pereira; REIS, Rosini Mendes**. Educação do Campo Prática Pedagógica.** Faculdades Integradas do Vale do Ivaí (Univale). Instituto de Estudos Avançados e Pós-Graduação. Monografia de Especialização em Ensino de Geografia e História. Umuarama, 2009. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/2010/Historia/monografia/monografiareis.pdf. Acesso em: 7 jul. 2023.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

SANTOS, Vinícius Augusto Marques dos.; NABARRO, Sergio Aparecido. Geografia Anticolonial e a Pedagogia do Movimento: notas introdutórias sobre um diálogo possível. **Revista de Educação PUC-Campinas**, n. 28, 2023, p. 1-15.

A AGROECOLOGIA NA EDUCAÇÃO DO CAMPO: REFLEXÕES SOBRE AS EXPERIÊNCIAS E SUA IMPORTÂNCIA NO SABER DISCENTE

Orlando Bernardo da Silva Junior [1]

Profª Drª Mônica Cox de Britto Pereira [2]

RESUMO

O presente trabalho busca trazer um levantamento bibliográfico de trabalhos e experiências que mostram a inserção da Agroecologia nas escolas do campo através de diversas formas e práticas realizadas no Brasil, mostrando a relevância que tem nestes espaços escolares e como sua compreensão pode ser proveitosa para os estudantes e para o território em que vivem. Também, como a Agroecologia, transversalizando nas disciplinas escolares, em especial na Geografia, é de suma importância para os estudantes e como a curto, médio e longo prazo irá modificar a realidade alí vivenciada. Traz como metodologia o levantamento bibliográfico de artigos publicados por diversos autores tanto do campo do ensino quanto do campo da Geografia.

Palavras-chave: Educação do campo; Agroecologia; Educação Básica; Ensino de Geografia

ABSTRACT

This work brings a bibliographical survey of works and experiences that show the insertion of Agroecology in rural schools through different forms and practices carried out in Brazil, showing the relevance it has in these school spaces and how its understanding can be beneficial for students and to the territory in which they live. Also, like Agroecology, transversalizing school subjects, especially Geography, it is of utmost importance for students and how the short, medium and long term will modify the reality experienced there. Its methodology is the bibliographical survey of articles published by various authors both in the field of teaching and in the field of Geography..

Keywords: Rural Education; Agroecology; Basic Education; Teaching Geography

[1] Mestrando do Curso de Geografia da Universidade Federal - PE, orlando.bernardoj@ufpe.br
[2]Profª Drª do Curso de Geografia da Universidade Federal - PE, monicacoxbp@gmail.com

INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca trazer reflexões e experiências sobre a importância e como a agroecologia foi e é inserida na educação do campo. E como, através disso, trouxe diferentes formas dos estudantes entenderem e refletirem sobre o espaço vivido por eles.

Debates como a Agroecologia emergem na educação do campo há um bom tempo. A educação do campo historicamente passa por embates, desde a posse das terras pelos moradores há dezenas de anos, até os conflitos atuais. Zuchini (2013) trouxe que:

> A ideia de educação no/do campo surge no decorrer das ações dos movimentos que lutam pela terra e na terra no país. Pois, na medida em que a luta pela terra avançava, os próprios acampados e assentados perceberam que para qualificar a luta, acelerando as suas conquistas e reivindicações, era de fundamental importância saber ler e escrever. [...]. (ZUCHINI ET AL., 2013, p. 148).

Segundo Mussoi (2011), a educação agrícola e a extensão rural foram usadas como uma espécie de "correia de transmissão" para a divulgação das tecnologias contidas nos pacotes da revolução verde, aqui entendida como um conjunto de tecnologias geradas em centros de pesquisas ou instituições de educação agrícola, a fim de aumentar a produtividade, com base na utilização de sementes geneticamente melhoradas, uso de fertilizantes químicos e agrotóxicos, motomecanização e uso de irrigação.[3] Com isso, os saberes tradicionais que as comunidades nativas do meio rural detinham, acabaram sendo marginalizados e consequentemente deixados de lado para ser tido como "saber correto" apenas o científico.

Porém, ao longo dos anos, os agricultores familiares camponeses, por meio de suas organizações e movimentos sociais, reagiram e têm construído formas de lutas e resistências em todo o mundo contra essa perspectiva hegemônica de difusão do conhecimento, experimentando e colocando em prática inúmeras iniciativas de educação, pesquisa e extensão com base nos princípios da agroecologia e preceitos da educação do campo (SOUSA, 2015). Também, com o crescimento dos núcleos de agroecologia no país, em especial nas universidades e em estados do Nordeste como o Ceará, o

[3] Ver Mônica Cox de Britto Pereira. Revolução Verde. In: Caldart, Roseli Salete; Pereira, Isabel Brasil; Alentejano, Paulo; Frigotto, Gaudêncio (ORGS.). Dicionário da Educação do Campo. RJ, SP: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, 685-689 pp.

entendimento sobre a agroecologia desde a formação docente foi crescendo e semeando frutos. Como trouxe De Britto Pereira et al. (2020):

> A Renda foi articulada tendo como base os núcleos de agroecologia existentes nas universidades, institutos federais e empresas de pesquisa e extensão, tendo como base o Projeto Rede Nordeste de Núcleos de Agroecologia MDA/Cnpq (2014) tem como principal objetivo e desafio reunir NEAs e CVTs dos nove estados do Nordeste em uma rede de trocas, reconhecimentos e fortalecimento da Agroecologiaenquanto ciência, movimento e prática. A estratégia utilizada foi de aproximar os núcleos de agroecologia, e, assim, compreender melhor a realidade de cada grupo e do conjunto dessa realidade para a região nordeste, para então ir articulando, dialogando e assim atuar. (DE BRITTO PEREIRA et al. 2020, p.3)

Com isso, a Agroecologia chegou também na educação do campo, ou seja, nas salas de aula das escolas que se localizavam nos territórios rurais onde predominavam e ainda predominam ambientes escolares que funcionam com a modalidade de educação do campo.

Como trouxe Molina (2010), a agroecologia compreende o "funcionamento dos ciclos minerais, as transformações de energia, os processos biológicos e do confronto necessário à lógica de produção da agricultura capitalista, criadora do agronegócio". Isso mostra que é de sumo importância a sua inserção no ensino básico das escolas do campo.

Sendo assim, tanto os docentes como toda a comunidade escolar, começaram a entender que a Agroecologia poderia ser trabalhada em sala de aula transversalmente em todas as disciplinas, em especial nas ciências da natureza e nas ciências humanas e, cada vez mais, se tornando um meio de resistência no meio camponês. Também, como trouxe Santos Silva (2019), o ensino de Geografia e Agroecologia como propostas de discussão que se dialogam de diversas maneiras e podem contribuir significativamente para o processo formativo dos sujeitos que tem seu território de produção da vida e existência nos espaço rurais no nosso país.

Com isso, no artigo em tela, será visto como algumas dessas experiências foram e estão sendo feitas em escolas do campo.

Além disso, o trabalho tem como objetivos gerais mostrar a relevância de se trazer um ensino pautado na agroecologia nas escolas do/no campo, em especial usando a

Geografia. Já como objetivos específicos, apresentar as principais experiências encontradas na bibliografia sobre essas práticas e refletir como essas experiências podem ser proveitosas para o saber discente.

METODOLOGIA

O presente trabalho teve como metodologia, a pesquisa bibliográfica relacionada ao tema e as experiências que o trabalho traz, que, como disse PIZZANI, L. et al (2012, p. 54):

> Entende-se por pesquisa bibliográfica a revisão da literatura sobre as principais teorias que norteiam o trabalho científico. Essa revisão é o que chamamos de levantamento bibliográfico ou revisão bibliográfica, a qual pode ser realizada em livros, periódicos, artigos de jornais, sites da Internet entre outras fontes.

A partir dessa pesquisa bibliográfica, foi feito um levantamento teórico sobre a abordagem da agroecologia nas escolas do campo, em especial no ensino de Geografia, e o que essas experiências trouxeram para os discentes.

Com isso, o presente artigo busca fazer um levantamento bibliográfico de artigos e publicações das experiências e da importância da inserção da agroecologia na educação do campo.

REFERENCIAL TEÓRICO

Alguns autores e autoras trouxeram ideias de como pode ser trabalhado a agroecologia em sala de aula, tanto transversalizado nos conteúdos das disciplinas quanto em forma de curso para as comunidades rurais que vivem em contato direto com a natureza.

Santos Silva (2019, p. 4), por exemplo, assim aborda: “a Agroecologia emerge como uma temática de extrema valia para as discussões no âmbito da questão agrária, como também figura tal como um viés que poderá alicerçar as práticas dos agricultores ou das atividades produtivas que são desenvolvidas nos espaços rurais como também contribui para a promoção da vida e da existência dos trabalhadores campesinos.”

Martins & Andrade (2017) trazem que:

> Com a força dos movimentos sociais, a Agroecologia surge da necessidade de um novo sistema de produção sustentável que

> reestabeleça as questões econômicas, sociais, culturais, ambientais e educacionais em consonância com as demandas das famílias que vivem e trabalham no campo. [...] (MARTINS & ANDRADE, 2017, p. 7).

Já Molina et al. (2014) trouxeram algumas ideias ressaltando a produção de conhecimento:

a) problematização da realidade dos educandos, no sentido de resgatar, sistematizar e valorizar os espaços de vida como possibilidades de produção de conhecimento significativo [...].

b) aprofundamento das problemáticas identificadas, mobilizando os conhecimentos técnico-científicos para contribuir com a resolução dos problemas encontrados nas comunidades rurais e/ou outros espaços de problematização [...].

c) proposição e resolução dos problemas identificados, articulando docentes, educandos, movimentos sociais e camponeses para encontrar novas formas de produzir conhecimentos e superar as dificuldades enfrentadas, seja no campo produtivo ou no campo organizativo (MOLINA et al., 2014, p. 283).

Além desse, outro exemplo importante pode ser apresentado. Sousa (2015) trouxe a ideia da "coreografia do saber-fazer da formação de jovens camponeses para a sustentabilidade agrária", ou seja, uma tríade "ecossistema-trabalho-cultura" onde a construção do conhecimento viria através da prática, da convivência com o espaço agrário e da cultura aprendida.

Também, segundo Ferrante (et al, 2017) o conhecimento tem retorno social, a possibilidade de criação de espaços multiplicadores de princípios agroecológicos e as experiências repassadas aos agricultores a partir da prática da agroecologia tem impacto significativo na esfera produtiva, ecológica, social, econômica e política. Ou seja, com essas experiências, a Agroecologia pode ser usada como fonte de conhecimento para o favorecimento de uma lida com a agricultura ambientalmente mais harmoniosa e de respeito ao lugar.

Isso traz algumas reflexões visto que, como disse Caldart (2012), a Educação do Campo encontra na Agroecologia uma parceria pelas suas relações constitutivas que se vinculam estruturalmente ao movimento das contradições no âmbito da questão agrária, dos projetos de agricultura, da matriz tecnológica e de organização no campo.

Também, como disse Ribeiro (et al. 2017), construir um processo de aprendizagem em Agroecologia no contexto das escolas do campo requer pensar as matrizes pedagógicas em diálogo com os sujeitos do campo, a partir da análise sobre os seus territórios, as alterações no percurso histórico das agriculturas, a relação do trabalho na transformação da natureza, as mudanças nas dinâmicas dos diferentes sistemas agrários, no tempo e no espaço.

Silva e Santos (2015) abordam experiências como as feitas pelo MST no estado do Espírito Santo, por exemplo, e trouxeram ressignificados para a educação popular, quando dizem que:

> Educação e agroecologia vão se fundindo e apontando para a possibilidade de desenvolvimento de projetos territoriais fundamentados em princípios que objetivam a segurança alimentar, a preservação ambiental, a independência dos agroquímicos, e a terra como direito e não como mercadoria (SILVA; SANTOS, 2015, p. 112).

Trazendo para o âmbito da agroecologia através do ensino de Geografia nas escolas do campo, por exemplo, pode-se trazer alguns autores que em suas bibliografias já trouxeram a importância desse vínculo. Faria e Campos (2022), destacam que o trabalho da Geografia nas escolas está pautado nas escolas do campo abarcando a agroecologia, traz a importância do entendimento principalmente de território, quando sinalizam que:

> Partindo do entendimento que território é um espaço geográfico, que pressupõe relações de poder e processos políticos, o mesmo é composto por formas dinâmicas de vivências e interação de suas relações sociais a partir dos interesses específicos de cada agente inserido nesses territórios. É preciso enfatizar a necessidade de se compreender o território do campo como espaço geográfico/político a ser trabalhado como espaço social. Diferentemente do agronegócio que foge a toda lógica de ocupação humana desse espaço, a Educação do Campo defende um território para além das funcionalidades produtivas e mercadológicas com meio de produção de mercadorias, defendendo e priorizando as condições humanas para coexistirem nesses espaços. (FARIA; CAMPOS, 2022, p.113)

Também, Auler e Auler (2016) trazem falas nesse sentido da agroecologia inserida na educação do campo e sua importância, quando dizem que:

> (...) Trata-se, acima de tudo, de uma mudança radical no campo do currículo, entendendo-o não como um campo neutro. Ele sempre é marcado por interesses e carrega intencionalidades, que podem estar voltados para a formação de um sujeito que seja um bom competidor na guerra em que foi transformada a dinâmica social contemporânea ou podem estar assentados em outros princípios. Por exemplo, a constituição de um sujeito solidário, também tecnicamente competente, que se engaje em ações coletivas que problematizem a insustentabilidade do atual modelo socioeconômico e busquem a formação de sociedades sustentáveis. (AULER & AULER, 2016).

Outro trabalho importante, trazido na Carta de Seropédica (II SNEA 2016), traz que agroecologia percorre diversos caminhos na educação e sua importância no conhecimento discente, quando diz que:

> "Reconhecemos que a agroecologia tem sido construída em diferentes processos educativos, seja na escola, nas universidades, nos institutos federais, seja no chão do trabalho e nas lutas sociais e populares do campo e da cidade. Isso vem possibilitando a experimentação de diferentes perspectivas pedagógicas utilizando-se de práticas da educação popular que articulam extensão, ensino e pesquisa, como as caravanas, intercâmbios, estágios de vivência, instalações artístico-pedagógicas, entre outras, que nos apontam a necessidade de romper com uma educação bancária e anti-dialógica." (II SNEA 2016, p. 3).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Faria e Campos (2022) trouxeram diversas falas sobre a importância do inserção da agroecologia nas escolas do campo, em especial com a Geografia. Em um desses trechos, sublinharam que:

> Sobre essas perspectivas é importante trabalhar aulas que possam atribuir à proximidade de conhecimentos que os alunos trazem consigo, relacionando o contexto teórico a sua realidade, aproximando conceitos como, por exemplo: território, campo, agroecologia, agricultura familiar, agronegócio, latifúndio, posseiro/arrendatário, questão agrária entre outros. Contextualizar o ensino às suas realidades vividas, para que educandos que vivem no campo possam também se identificar com uma Geografia dos acontecimentos cotidianos. (FARIA; CAMPOS, 2022, p.117)

Autores como Zagotto (2013), trazem que “a Agricultura de produção Agroecológica como prática da vida cotidiana incita a discussão de geografias do espaço, e a ciência Agroecológica também está perpetra de discussões geográficas. [...]” (ZAGOTTO ET AL., 2013, p. 1), ou seja, é completamente possível, e as experiências sinalizadas abaixo, mostrarão que é completamente possível essa inserção.

Ao longo do tempo, algumas experiências foram acontecendo em locais onde existem escolas do campo. Boa parte dessas experiências foram feitas pelo MST (Movimento dos Sem Terra) em escolas de assentamento ou do seu entorno[4].

Com isso, segundo Silva e Vasconcelos (2021), foram destacados alguns pontos:

a) A Agroecologia era uma realidade concreta nos territórios, desde as práticas camponesas e povos tradicionais, como projeto para o campo contestador da agricultura realizada pelo agronegócio, e, portanto, inserido no projeto da Educação do Campo;

b) A presença de empresas do agronegócio nas escolas, promovendo projetos educacionais com

vertente da educação ambiental acrítica, estruturando e realizando projetos pedagógicos formais e não formais, com elaboração de materiais didáticos em diálogo com secretarias da educação e com ONGs.

c) A ausência ou insuficiência de material pedagógico para trabalhar Agroecologia nas diversas etapas de aprendizagem, e a necessidade de construir planos de estudos que abarcasse o tema ambiental e da Agroecologia nas escolas do campo;

d) A perspectiva de pensar o papel das escolas no projeto da Reforma Agrária Popular. Outro ponto importante foi a formação de educadores e educadoras em Agroecologia, onde foram realizados encontros, seminários e cursos para ouvir a realidade e as demandas dos educadores(as), seus acúmulos teóricos e práticos, e realizar estudos sobre a Agroecologia (Silva;Vasconcelos, 2021).

Um dos destaques foi Curso Básico de Educação em Agroecologia da Região Nordeste,

[4] Ver Silva e Vasconcelos. Agroecologia nas escolas do campo: um processo em construção. Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade, Salvador , v. 30, n. 61, p. 219-232, jan. 2021.

realizado em quatro turmas, nos seguintes estados: Bahia, em 2016; Paraíba, em 2017; Ceará, em 2018; e Pernambuco, em 2019, com carga horária de 80 (oitenta) a 140 (cento e quarenta)

horas-aulas, em parceria com universidades públicas (Wanderley; Chaves; Silva, 2020)

Outro ponto importante é que, como disse Faria e Campos (2022), a sala de aula pode ser transformada em um dos veículos capazes de diminuir as desigualdades criadas socialmente, ou seja, através da educação do campo pautada em focar no ambiente em que os estudantes estão inseridos, dimensionando que a longo prazo essas mudanças podem acontecer. Usar a agroecologia e tudo o que ela traz enquanto conhecimento em sala de aula, sempre se mostra de suma importância.

Assim, "é nesse contexto que se pensa a escola do campo, a formação de professores e o Ensino da Geografia, de modo que sejam capazes de despertar nos educandos o autoconhecimento e compromisso político com o espaço que estuda e com a comunidade em que vivem" (SANDES & COSTA, 2013, p. 2).

Trazendo Faria e Campos (2022), em uma de suas falas, trazem que:

> [...] podemos vislumbrar um horizonte profícuo de potentes interações entre o ensino de Geografa e a educação em agroecologia no contexto do ensino da Educação do Campo tanto em espaços educativos inseridos em territórios rurais como nos localizados nas cidades e suas áreas periféricas, no que tange a busca por uma formação crítica capaz de instrumentalizar nossos educandos cidadãos a partir da ampliação de sua consciência sobre si e sobre o contexto onde sua territorialidade se forja, superando a esterilidade da monocultura das mentes rumo a potencialização da sociobiodiversidade das mesmas. (FARIA; CAMPOS, 2022, p.121)

Dessa forma, "entendemos que o ensino de Geografia, comprometido com a formação social do sujeito que vive no/do campo, pode contribuir enormemente para resgatar a análise e a reflexão do rural como lugar onde se desenrolam as atividades socioeconômicas e as manifestações culturais de seus habitantes, um espaço de vida, trabalho e luta dos camponeses." (ZUCHINI ET AL., 2013, p. 152). Ou seja, "o ensino de Geografia e Agroecologia nas escolas do campo pretendem resgatar e cultivar a identidade desse povo, possibilitando-

lhe uma melhor compreensão do lugar e do mundo onde vivem" (MARTINS & ANDRADE, 2017, p.1).

Com esses exemplos, pôde ser visto que sim, há como ser trabalhado a Agroecologia na educação básica das escolas do campo, tanto com movimentos sociais como o MST quanto diretamente pela gestão da escola, contudo sempre ressaltando a importância também de fazer formações com os professores e professoras. E, como disse Santos Silva (2019), Geografia e a Agroecologia possuem possibilidades de diálogo, visto que ambas constroem potencialidades para ressignificar o seu modo de vida, os aspectos produtivos que se materializam e, por conseguinte colocando os sujeitos do campo como importantes produtores de transformações nos seus espaços de produção de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS[5]

Assim, a partir de tudo que foi exposto, aprofundamos o entendimento da importância que tem a Agroecologia nas Escolas do Campo, em especial no ensino de Geografia. Em meio a um ambiente que historicamente, desde a colonização brasileira, é assolado por conflitos, onde até hoje esses conflitos se mantém por conta de uma ausência de reforma agrária no país, por exemplo, bem como o agronegócio expandindo e cada vez mais tomando conta dos espaços, trazer a Agroecologia transversalizando nas disciplinas nas escolas do campo, em especial na Geografia, é de suma importância.

A Agroecologia deve andar sempre lado a lado com a educação nas escolas do campo. A longo prazo os efeitos serão benéficos tanto no sentido macro quanto no sentido micro, ou seja, tanto para os estudantes no lugar em que vivem quanto para a sociedade e natureza como um todo. Além disso, é imprescindível entender e trazer a Agroecologia desde a formação docente, ou seja, desde as universidades, para que desde o início entendam da sua importância na educação, pois, como disse Santos Silva (2019, p. 5), "os saberes agroecológicos trazem contributos de extrema relevância para as aulas de Geografia, uma vez que sua articulação nos espaços escolares rurais possibilita com que os valores campesinos possam ser considerados e valorizados, de modo que contribua para captar um entendimento do vivido e do contexto em que os povos do campo estão inseridos."

[5] Trabalho financiado pelo órgão de fomento CAPES, através do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco no nível de Mestrado.

Portanto, trazer a Agroecologia para a educação básica em escolas inseridas no campo, abarcando sua importância desde a formação dos professores e professoras, especialmente no âmbito da Geografia, cada vez se mostra mais necessário para uma mudança significativa de curto, médio e longo prazo na realidade dos estudantes. Tudo o que a Agroecologia traz pode sim ser utilizada como ferramenta metodológica em sala de aula.

REFERÊNCIAS

AULER, N. M. F.; AULER, D. **Construção de sociedades sustentáveis: buscando outros currículos na educação**. Vol. 11, N° 1, jun. 2016.

Campo. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012.

DE BRITTO PEREIRA, Mônica Cox et al. **Rede Nordeste de Núcleos de Agroecologia: Tecer a Renda, Resistir e Construir Conhecimento Agroecológico**. Cadernos de Agroecologia, v. 15, n. 2, 2020.

FARIA, Efrain Francisco; CAMPOS, Leonardo Gama. **ENSINO DE GEOGRAFIA E EDUCAÇÃO EM AGROECOLOGIA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO**. Coletânea Comemorativa 5 anos da Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo da Universidade Federal Fluminense (UFF), p. 107.

MARTINS, Flávia Pinheiro de Paula & ANDRADE, Fernando Rabello Paes de. **As contribuições da Geografia Agrária e da Agroecologia na Educação do Campo: por uma educação humanizada**. VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária e IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2017.

FERRANTE, V.L.S. RELATÓRIO TÉCNICO (2015-2016) **Pesquisa-ação e construção de proposta agroecológica para a agricultura familiar da região central do estado de São Paulo**. Chamada CNPq n.39/2014. Araraquara, 2017.

MOLINA, M. C. (Org.). **Educação do campo e pesquisa II**. 1. ed. Brasília: Nead, 2010

MOLINA, M.C.; SANTOS, C.A; MICHELOTTI, F.; SOUSA, R.P. (Orgs.). **Práticas contra-hegemônicas na formação dos profissionais das Ciências Agrárias: reflexões sobre Agroecologia e Educação do Campo nos cursos do Pronera**. Brasília: MDA, 2014. 292 p

MUSSOI, E.M. **Política de extensión rural agroecológica en Brasil: avances y desafíos en la transición en las instituciones oficiales**. Investigación (Postdoctorado) - Universidad de Córdoba/Universidad Internacional de Andalucía, Espanha, 2011.

PIZZANI, L.; SILVA, R. C. da; BELLO, S. F.; HAYASHI, M. C. P. I. **A arte da pesquisa**

bibliográfica na busca do conhecimento. RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Campinas, SP, v. 10, n. 2, p. 53–66, 2012. DOI: 10.20396/rdbci.v10i1.1896. Disponível em https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1896. Acesso em: 07 dez. 2023

RIBEIRO, D. S. Et al. (org.). **Agroecologia na Educação Básica - questões propositivas de conteúdo e metodologia**. São Paulo: Outras Expressões, 2017.

SANDES, André Barreto & COSTA, João Marcio Resende. **Ensino da Geografia em escolas do campo**. I Simpósio de Geografia Agrária e XI Semana de Geografia da UESB. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Vitória da Conquista – Bahia. 2013.

SANTOS SILVA, Nilmar dos. **Construindo diálogos entre educação no/do campo, ensino de geografia e agroecologia.** Cadernos Macambira, *[S. l.]*, v. 3, n. 2, 2019. Disponível em: https://revista.lapprudes.net/index.php/CM/article/view/238. Acesso em: 7 dez. 2023.

SILVA, Nivia Regina da; VASCONCELOS, Gilvania de Oliveira Silva de**.** **AGROECOLOGIA NAS ESCOLAS DO CAMPO: UM PROCESSO EM CONSTRUÇÃO**. Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade, Salvador , v. 30, n. 61, p. 219-232, jan. 2021. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010470432021000100219&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 25 jun. 2023. Epub 18-Out-2021. https://doi.org/10.21879/faeeba2358-0194.2020.v30.n61.p219-232.

SILVA, M. A; SANTOS, R. B. **Caracterização da educação do campo no espírito santo**. Recôncavo: Revista de História da UNIABEU, Volume 5, Número 8, Janeiro - junho de 2015.

SNEA. II Seminário Nacional de Educação em Agroecologia (SNEA). **"Educação em Agroecologia: resistências e lutas pela democracia".** 25 a 27 de outubro de 2016, Seropédica, RJ.

SOUSA, R. da P. **Educación profesional y sabidurías de los jóvenes campesinos en la Amazonía: una reflexión desde la agroecología política**. Tese (Doutorado) - Universidad Pablo de Olavide, Sevilha, 2015

WANDERLEY, K. K. S.; CHAVES, A. M. O. C.; SILVA, L. R. **Educação do campo e agroecologia: formação das/dos educadoras/es da reforma agrária da Região Nordeste**. Revista OKARA: Geografia em debate, João Pessoa, v. 14, n. 2, p. 504-514, 2020

ZAGOTTO, Clarissa da Cunha (et al.). **Agroecologia: conteúdo de Geografia no Fundamental**. VIII Congresso Brasileiro de Agroecologia. Porto Alegre – RS. 2013.

ZUCHINI, Allini Francisca Novaes (et al.). **O Ensino de Geografia na Educação do Campo: reflexão a partir da Escola Estadual Madre Cristina em Mirassol D'Oeste/MT**. Revista GeoPantanal • UFMS/AGB • Corumbá/MS • N. 15 • 145-161 • jul./dez. 2013.

EDUCAÇAO DO CAMPO E MEMÓRIA DOCENTE: LUGARES, VIVÊNCIAS E TRAJETÓRIAS NAS ESCOLAS RURAIS DE SÃO SEPÉ/RS

Rodson Oldani Casanova[1]

RESUMO

O presente artigo busca analisar as consequências da inserção do capitalismo no espaço agrário da região central do Rio Grande do Sul, bem como as metamorfoses na dinâmica do espaço de sociabilidade dos modos de vida rural, como o êxodo para os aglomerados urbanos e o fechamento de escolas rurais, frutos do movimento do capital monopolista na sua faze expansiva na produção de *commodities*. O fechamento de escolas rurais se defronta com a resistência da Educação do Campo, que propõe uma educação voltada a ser construída em conjunto com as comunidades, afim de fortalecer a reprodução social e geracional dos sujeitos que vivem da terra. A temática da memória docente serve como embasamento para fortalecer a continuidade dessas escolas, visto que possibilita, a partir das narrativas do passado, vislumbrar um futuro para os jovens que escolhem permanecer no rural. Portanto, traremos os processos sociais, políticos e econômicos que influíram para a crise educacional no campo, com o recorte de escolas rurais do município de São Sepé/RS.

Palavras-chave: Educação do Campo; Memória docente; Questão agrária.

RESUMEN OU ABSTRACT

The present article intends to analyse the consequences of the capitalism insertion in the agrarian space of the central region of Rio Grande do Sul, as well as the metamorphoses in the dynamics of the sociability space of rural ways of life, such as the exodus to urban settlements and the closure of rural schools, results of the movement of the monopoly capital in its expansive phase in the production of commodities.
The closure of rural schools faces resistance from Rural Education, wich proposes an education aimed to be built together with the communities, in order to strengthen the generational and social reproduction of the individuals that live off the land. The theme of teaching memory serves as basis to strengthen the continuity of theses schools, since it makes possible, from past narratives, to glimpse a future for young people who choose to remain in rural areas. Therefore, we will bring the social, political and economic processes that influenced the educational crisis in the countryside, with a focus on rural schools in the municipality of São Sepé/RS.

Key-words: Rural education; Teacher memory; Agrarian question.

INTRODUÇÃO

Pensarmos a educação como um processo multidimensional que abarca fatores de ordem objetiva e subjetiva na constituição dos educadores em seu fazer profissional, permite abrirmos um mosaico de possibilidades investigativas que contribuem para a

[1] Mestrando do Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Maria/RS – rodcasanova90@gmail.com

continuidade do processo formativo e, além disso, possibilitam que as trajetórias dos educadores e educadoras, inscritas em suas identidades, e, consequentemente, contidas em suas práticas educativas, possam trazer elementos importantes para a percepção docente; para a compreensão do espaço no território escolar; e a formulação de novas propostas que busquem a compreensão do lugar de atuação profissional, contribuindo para o fortalecimento dos processos educativos entre os sujeitos que constroem e vivenciam as escolas do campo.

Tomamos a Educação do Campo como uma possibilidade fértil para o florescimento de novas possibilidades no processo educativo, dada a riqueza contida no mundo rural, em seus espaços de sociabilidade, de percepção de mundo e na instrumentalização dos conhecimentos adquiridos e construídos na dinâmica do território, visto que a concepção da educação do campo nas escolas rurais deve estar em sintonia com o espaço e com os sujeitos que pertencem a seu lugar e, desta forma, diminuir as desigualdades contidas no sistema escolar.

A partir dessas premissas, os objetivos dessa pesquisa são: - traçar os perfis e trajetórias dos educadores e educadoras das escolas do campo do município de São Sepé/RS; - compreender os processos de constituição da educação do campo no território e sua relação com as metamorfoses da configuração socioespacial, considerando que a escola no meio rural é muito mais que um espaço de escolarização; - promover a identificação e pertencimento dos educadores e educadoras com o lugar, bem como a reflexão permanente sobre a práxis pedagógica.

METODOLOGIA

Partimos do método qualitativo para aprofundar os estudos documentais que lastreiam a base teórica deste estudo, baseado na concepção crítica e humanista da tradição geográfica.

Evidenciamos a memória docente como área de conhecimento que permeia a formação inicial e contínua, ligada a um processo de valorização das memórias apreendidas e construídas, bem como as suas relações com o território e suas dinâmicas com o mundo globalizado. A memória biográfica é também um dispositivo para a formação de educadores, ressalta o valor da narrativa docente para favorecer a aprendizagem e localizar o educador ou a educadora em uma prática subjetiva e intersubjetiva do processo de formação. A prática docente é vista como mobilizadora de

saberes que constrói e reconstrói seus conhecimentos conforme a necessidade de utilização dos mesmos, suas experiências, seus percursos formativos e profissionais (NUNES, 2001). Ou seja, como um profissional que adquire e desenvolve conhecimentos a partir da prática e no confronto com as condições da profissão.

Segundo Ecléia Bosi, "lembrar não é só reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho" (1994, p. 55). Tomando os processos da memória como trabalho, parte-se de um posicionamento epistemológico onde a rememoração não é simples jorrar de palavras advindas do inconsciente, e sim movimentos dotados de intencionalidade, com teor teleológico e prático, como sugere a tradição dialética de Lukács e também a fenomenologia concreta de Merleau-Ponty, com forte influência na Geografia Humana. Portanto, a memória biográfica é um dispositivo para a formação ou auto formação de educadores e educadoras, ressalta o valor da narrativa docente para favorecer a aprendizagem e localizar o educador ou a educadora em uma prática subjetiva e intersubjetiva do processo de formação.

REFERENCIAL TEÓRICO

A família camponesa brasileira, desprovida de propriedade jurídica da terra, é diferente da família camponesa da Europa do século XIX, principalmente do leste europeu, mais precisamente a Rússia. Em carta datada de 1881, a camponesa russa Vera Sassulitch questiona Marx sobre os caminhos que sua comuna deve seguir frente ao avanço do capitalismo no campo, visto que, n'*O Capital*, Marx disserta como algo irreparável a dissolução de configurações sociais que entravam sem a reprodução do capital e seu desenvolvimento. A questão se dava porque o camponês europeu tem forte ligação com a posse da terra, o que Lênin denominava de campesinato estamental no caso russo, pois as raízes históricas o prendiam à terra, à comuna, e, por isso, queriam permanecer defensivamente frente ao avanço do capitalismo (MARTINS, 1981).

Já o campesinato brasileiro se movimentou historicamente de acordo com as violentas pressões do que Queiroz (2009) chama de "economia de sociedade global" (p. 58), desgarrando-se da propriedade e deixando tudo o que foi construído para trás, porém sempre indo em busca de um pedaço de terra para usufruir e ter a terra como provedora dos frutos necessários para a reprodução de sua família. Por isso a forte presença do posseiro na história da agricultura de base familiar no Brasil, que avançava para o oeste

do país abrindo estradas e fugindo da violenta ameaça do latifúndio, e, quando este o expulsava, continuava a peregrinação na "direção do pôr-do-sol" (MARTINS, 1981, p. 133).

Obviamente, fazer comparações buscando semelhanças com o campesinato do leste europeu é uma tarefa impossível, considerando suas especificidades e a enorme discrepância na formação e configuração sócio histórica entre ambos. A própria agricultura de base familiar brasileira traz diferenças na sua formação, como os caboclos do norte e nordeste e os colonos europeus que desembarcaram do sudeste ao sul há mais de 150 anos, com a intenção de substituir a mão-de-obra escravista pós-abolição. Coube trazer essa pequena comparação a fim de mostrar que a agricultura de base familiar, ou o "rural", "não se constitui como uma essência imutável, que poderia ser encontrada em cada sociedade. Ao contrário, esta é uma categoria histórica, que se transforma" (WANDERLEY, 2009, p. 204).

Este ponto de vista, que considera a agricultura de base familiar como um processo de transformação ao longo da história, muitas vezes não dialoga com os recortes conceituais feitos para enquadramento de acesso a políticas públicas como o PRONAF. Tal recorte facilita com que a unidade de produção familiar integrada ao mercado acesse as modalidades de crédito, crédito este que é controlado pelo setor financeiro. Empresas privadas do setor agrícola também dão suporte técnico, incentivando a inserção de tecnologia nos meios de produção e gerenciamento com métodos racionais, a fim de manter a eficiência produtiva (quantidade) acima da eficácia produtiva (qualidade), enquanto que, a família não consolidada, que produz para sua subsistência, vendendo ou trocando o excedente em pequenos nichos de comércio, com utilização de instrumentos manuais e de tração animal, é considerada atrasada, não desenvolvida, tendo o acesso ao crédito muitas vezes dificultado pela burocracia.

Maria de Nazareth Wanderley (2009) defende a hipótese de que não há essa ruptura isolada entre o tradicional e o moderno, e sim "pontos de rupturas e elementos de continuidade" (p. 189) frente à passagem do camponês tradicional ao moderno:

> Há, portanto, a considerar a capacidade de resistência e de adaptação dos agricultores aos novos contextos econômicos e sociais. (...) Mesmo integrada ao mercado e respondendo às suas exigências, o fato de permanecer familiar não é anódino e tem como consequência o reconhecimento de que a lógica familiar, cuja origem está na tradição camponesa, não é abolida; ao contrário, ela permanece inspirando e orientando – em proporções e sob formas distintas naturalmente – as novas decisões que o agricultor deve tomar nos novos contextos a que está submetido (p. 190).

A autora, que busca não dicotomizar as categorias sociais da agricultura de base familiar ao dizer que o "moderno" é fruto de um longo processo de rupturas e continuidades do "tradicional", sugere, a partir disso, uma necessária modernização das famílias tradicionais e se aproxima muito das teses chayanovianas de incorporar novas tecnologias nas unidades familiares do campesinato russo sem que se perca a organização produtiva de base familiar. Ao apresentar algumas das principais teses de Chayanov, Wanderley diz que "a agricultura deverá absorver cada vez mais o progresso técnico e modernizar sua forma de produzir" (2009, p. 140), parecendo sugerir que o Estado não focalize a modernização apenas nas unidades familiares "consolidadas", mas que se universalize a todo tipo de propriedade de base familiar e/ou camponesa.

De acordo com Queiroz (2009), a separação entre tradicional e moderno é chamada de "economia fechada" e "economia de mercado", sustentando que ambas sempre coexistiram desde o período colonial, pois "em qualquer economia fechada se desenvolve uma troca" (p. 57). Quanto ao modo de organização familiar na produção, a autora descreve que:

> É marcado pela coletivização das atividades, sendo a principal delas a ajuda mútua no trabalho, sob a forma de mutirão (...) se requer quantidade de mão-de-obra, os habitantes da comunidade atendem à convocação, sabedores de que poderão contar com o auxílio dos outros, em condições idênticas (p. 58).

Segundo Queiroz, esse modelo de organização coletiva em que raramente as atividades produtivas, recreativas, culturais e religiosas acontecem de forma isolada, se dá através de uma "existência coletiva" (p. 58). Cabe aqui um exemplo muito corriqueiro que acontece nas comunidades com essa característica: quando um porco é carneado, sabemos, pois muitas vezes presenciamos em propriedade de familiares, que há uma grande mobilização entre vizinhos para a "matança", pois necessita mobilizar instrumentos domésticos, fazer fogo para a banha, "manear" o animal etc. No fim do processo, após um dia inteiro de atividade, o melhor pedaço de carne é presenteado à família vizinha como forma de agradecimento. Quando o "evento" é na propriedade da família que auxiliou na última "matança", o processo acontece da mesma forma, como um ato de reciprocidade.

Como observamos até aqui, o entendimento da agricultura de base familiar transcende a produção, mas perpassa por elementos culturais, antropológicos etc. Porém,

a partir da tecnologia produzida na II Grande Guerra ser transplantada para o campo, a agricultura de base familiar e camponesa sofre ainda mais com o avanço do capital sob qualquer espaço agricultável do país, pois foi implementada de cima para baixo e com o foco voltado para grandes proprietários, com subsídio direto do Estado a juros baixos e negativos.

A "Revolução Verde", de acordo com Brum (1988), foi:

> Um programa que tinha como objetivo explícito contribuir para o aumento da produção e da produtividade agrícola no mundo, através do desenvolvimento de experiências no campo da genética vegetal para a criação e multiplicação de sementes adequadas ás condições dos diferentes solos e climas resistentes às doenças e pragas, bem como a descoberta e aplicação de técnicas agrícolas ou tratos culturais mais modernos e eficientes (p. 44).

Ou seja, neste novo período, a agricultura passa a estar cada vez mais amarrada ao ramo industrial, servindo como um importante elo para a consolidação do capital monopolista mundial.

Palmeira (1999), ao falar sobre os "efeitos perversos" deste processo, diz que:

> A propriedade tornou-se mais concentrada, as disparidades de renda aumentaram, o êxodo rural acentuou-se, aumentou a taxa de exploração da força de trabalho das atividades agrícolas, cresceu a taxa de auto exploração nas propriedades menores, piorou a qualidade de vida da população trabalhadora do campo (p. 87).

Veiga (1996), nesta mesma linha de crítica à agricultura patronal, traça uma comparação com a agricultura de base familiar:

> A agricultura patronal, com suas levas de boias-frias e alguns poucos trabalhadores residentes vigiados por fiscais e dirigidos por gerentes, engendra forte concentração de renda e exclusão social, enquanto a agricultura familiar, ao contrário, apresenta um perfil essencialmente distributivo, além de ser incomparavelmente melhor em termos socioculturais (p. 395).

Desta forma, com o violento avanço da modernização conservadora sobre o campo, milhões de famílias, que em muitas partes do país já eram desprovidas da posse da terra, com o processo passou a ser expropriada também de seus meios de produção que restavam e sendo expulsas para as periferias das grandes cidades, pois a fronteira agrícola já estava a ser "fechada" e de nada valia se deslocar ao oeste e ao norte sem o mínimo de condições necessárias para desbravar novos territórios.

Um conjunto expressivo de pesquisas apontam que muitos educadores e educadoras manifestam uma tendência a desvalorizar sua formação profissional,

associando-a à "pedagogia e às teorias abstratas dos formadores universitários" (TARDIF, 2014, p.41). Segundo Tardif (2014),

> Além de não controlarem nem a definição nem a seleção dos saberes curriculares e disciplinares, os professores não controlam nem a definição nem a seleção dos saberes pedagógicos transmitidos pelas instituições de formação (universidades e escolas normais). (2014, p.41).

Nesse sentido apontamos que educadores e educadoras manifestam uma relação de exterioridade com os saberes da profissão, pois muitas vezes as universidades e seus formadores adotam as tarefas de produção e legitimação dos saberes científicos e pedagógicos, enquanto que aos professores resta a apropriação desses saberes no decorrer de sua formação, como normas e elementos de sua competência profissional, competência essa sancionada pelas universidades e pelo Estado (TARDIF, 2014). No caso da Educação do Campo, por muitas vezes é observado que os valores urbanocêntricos continuam guiando o fazer pedagógico, estando em descompasso com as Diretrizes Operacionais da Educação Básica do Campo, contribuindo para que as escolas do campo sejam extensões da dinâmica das escolas urbanas, sendo apenas escolas no campo (CALDART, 2002). Tal contradição dificulta o acesso e torna a escola distante das necessidades da classe trabalhadora pela apreensão dos conhecimentos construídos ao longo da história (SAVIANI, 2008).

As metamorfoses no espaço agrário, aprofundadas pela técnica e pela expansão da monocultura, causaram diversos processos metabólicos no espaço geográfico e na sociabilidade rural. Como salienta Ruy Moreira (2010) a partir das reflexões sobre Teoria e Crítica de Horiestes Gomes (1991), o espaço geográfico é a base concreta da vivência terrena do homem: "Geneticamente, o espaço é produto da relação técnica do homem com a natureza" (MOREIRA, 2010, p. 103). Ou seja, os homens só entram em relação com a natureza como intencionalidade transformadora a partir das relações que estabelecem entre si. Orientada pelo modo de produção capitalista, a técnica é instrumentalizada para gerir os interesses hegemônicos no campo, onde o sistema produtivo agrário está orientado para a produção de *commodities.* Um dos reflexos do difusionismo técnico como instrumento do complexo agroindustrial financeiro é o fechamento de milhares de escolas rurais na virada deste século, tendo uma outra onda de milhares de escolas fechadas durante o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022). Faz-se necessária a investigação com maior detalhamento a partir dos sujeitos que vivenciam

esses processos, que influem diretamente na continuidade da Educação do Campo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O processo de monopolização do campo ocasiona, para Domínguez (2017), um avanço da fronteira agrícola sobre o pampa, provocando desmatamento, degradação da vegetação campestre, expulsão de trabalhadores rurais, além da expulsão dos pequenos e médios produtores, resultando em impactos sociais, ambientais e econômicos. Conforme Domínguez (2017):

> Conviene destacar que se registran en las últimas décadas procesos de reconfiguración territorial a nivel rural que son producto de un conjunto de acciones localizadas del capital financiero y de empresas trasnacionales, que provocan distorsiones y fragmentaciones socioambientales y quizás una de las más importantes sean las referenciadas al conflicto por la tierra y los impactos de la megaminería, que ha aumentado de 120 conflictos en 2010, a 185 en el año 2013 y continúan incrementándose, llegando al año 2015 a 210 conflictos, con la implicancia de 220 proyectos y 315 comunidades afectadas. (2017, p. 91).

Desta forma, com o violento avanço do agronegócio na contemporaneidade, sendo operado como continuidade da modernização conservadora sobre o campo, ou, como sugere Harvey (2005), trata-se de um ajuste espacial promovido pela ampliação do mercado nas relações produtivas do campo, culminando em uma nova onda de primarização da economia a partir das *commodities,* onde milhões de famílias foram desterritorializadas de seus espaços reprodutivos de vida, marcando uma nova onda cíclica da reestruturação produtiva, visto que a desterritoralização é gênese do modo de produção capitalista, como salienta Haesbaert (2016):

> Podemos dizer que a primeira grande desterritorialização capitalista relaciona-se à sua própria origem, sem "ponto de partida", que é a chamada acumulação primitiva de capital, separando produtor e meios de produção. Trata-se da "expropriação do povo do campo de sua base fundiária e sua transformação em trabalho livre rumo ao assalariamento nas cidades. A dissociação entre trabalhador e "controle" (domínio e apropriação) dos meios de produção (da terra para cultivar à fábrica ou aos instrumentos para produzir) é a grande desterritorialização, imprescindível, de qualquer modo, à construção e à reprodução do capitalismo (HAESBAERT, 2016, p. 175).

Esses trabalhadores deixam para trás suas querências, onde compartilhavam uma sociabilidade em que o urbano não sede espaço. E o lugar antes habitado, agora é engolido

pelas plantações de soja e eucalipto, eliminando até as rugosidades[2] físicas que expressavam temporalmente as modificações do espaço. Quando alguma estrutura ainda resiste ao tempo, manifesta-se em forma de taperas envolvidas por vegetação, como traz David (2014):

> Com o passar das décadas, a casa, as benfeitorias agrícolas e, mais rapidamente, pomares e quintais são consumidos, não restando senão resquícios percebidos apenas pelo traçado do relevo que denuncia que, no local, já houve alguma construção. São identificadas apenas pelos moradores mais antigos do lugar, que conhecem a história. Por vezes, alguns tijolos ou pedra testemunham o passado já apagado da memória dos habitantes mesmo dos mais antigos (DAVID, 2014, p. 84).

Portanto, o lugar afetivo, a paisagem e seus significados, cedem espaço à opacidade do monocultivo, que afeta tanto as formas culturais e simbólicas, quanto às múltiplas formas de vida do bioma Pampa através do uso indiscriminado de agrotóxicos e da transgenia. Problemas esses que se potencializam através da flexibilização de normativas ambientais, falta de fiscalização ampla e liberação desenfreada de produtos químicos que são proibidos na maioria dos países, ações essas operadas pelos governos e bancadas legislativas alinhadas e financiadas pelos interesses do agronegócio.

Diante deste cenário, analisar o histórico de construção, formulação e lutas por uma Educação do Campo se torna fundamental em um momento de retrocessos das políticas educacionais, que não retrata as diversidades dos povos do campo, pois, de acordo com Caldart (2009) a Educação do Campo já surge como uma crítica a realidade da educação brasileira que ignora os sujeitos que trabalham e vivem no campo. Com isso:

> A Educação do Campo nasceu como mobilização/pressão de movimentos sociais por uma política educacional para comunidades camponesas: nasceu da combinação das lutas dos sem-terra pela implantação de escolas públicas nas áreas de reforma agrária com as lutas de resistência de inúmeras organizações e comunidades camponesas para não perder suas escolas, suas experiências de educação, suas comunidades, seu território, sua identidade (CALDART, 2002, p. 70).

Vale ressaltar que a Educação do Campo está ligada ao território, suas comunidades e suas identidades. Fernandes (2002, p.41) enfatiza que “a educação é uma das dimensões fundamentais para o desenvolvimento territorial”. Nesse sentido, desde o início, o Movimento por uma Educação do Campo reivindica a necessidade de um debate

[2] De acordo com Miltom Santos (SANTOS, 2012): “Chamemos rugosidade ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de acumulação, supressão ou superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares” (2012, p. 140).

pedagógico que inserisse a diversidade das realidades do campo, suas relações sociais e suas complexidades (CALDART, 2002).

A Educação do Campo para Fernandes e Molina (2004, p.40) "procura romper com a alienação do território, construindo conhecimentos a partir da relação local - global – local". Assim, "não é possível pensar um projeto de país, de nação, sem pensar um projeto de campo, um lugar social para seus sujeitos concretos, para seus processos produtivos, de trabalho, de cultura, de educação". (CALDART, 2002, p. 74).

Nesse sentido, Santos e Garcia enfatizam que:

> Historicamente governos, empresas e negócios pautados na ordem neoliberal tentam, a todo o momento, impor um conjunto de propostas, projetos, programas e medidas educacionais - e em diversos outros setores – que expropriam os trabalhadores das formas de reprodução de sua existência. Dessa forma, a luta pelo acesso à educação e a terra como forma de resistência camponesa à inserção e expansão do capitalismo e das políticas neoliberais no campo é necessária e justa (SANTOS e GARCIA, 2020, p. 265).

As diretrizes da Educação do Campo, portanto, contribuem de acordo com Caldart como produtora de um conhecimento que resiste e constrói suas referências como formas de soluções de uma outra lógica de produção, ou seja, atua como contraponto ao modelo hegemônico neoliberal e sua expansão sobre o campo (CALDART, 2009, 38). Diante desta perspectiva, para (SOUSA, 2017), a partir das contradições expostas no campo, os movimentos sociais e educadores populares vêm modificando as suas reivindicações, proporcionando reivindicações que disputem as concepções de educação, principalmente voltadas para uma proposição de mudanças estruturais no campo.

O município de São Sepé localiza-se na região central do Rio Grande do Sul, com população de 23.798 habitantes (IBGE,2022). Sua dinâmica urbana de baixa complexidade é reflexo da economia urbana baseada em serviços. A área urbanizada compreende 8,73 Km², com densidade demográfica de 9,62 habitantes por quilômetro quadrado. No vasto espaço rural coexistem formas de agricultura familiar e fazendas de pequeno e médio porte, mais predominante nas coxilhas que beiram o escudo sul-rio-grandense, e extensas áreas de monocultura nas regiões de várzea, correspondentes à Depressão Periférica ao norte do território, que compreende em sua totalidade de área territorial 2.204.779 Km², estando entre os trinta municípios gaúchos com maior área (IBGE, 2022).

Município com características rurais, de sua gênese até os dias de hoje, sem ter indústrias que geram valor agregado, sendo a maior empresa a COOTRISEL, cooperativa

agrícola com inserção no mercado financeiro, São Sepé acompanha as metamorfoses do capitalismo no campo, sofrendo as contradições que a inserção monopolista do complexo agroindustrial financeiro geram, tanto nas formas de produção e organização espacial, quanto na sociabilidade dos sujeitos que tiveram seus modos de vida modificados forçosamente pelas expressões da questão agrária.

O município de São Sepé possui três escolas núcleo no espaço rural, distribuídas nos flancos leste (EMEF João Pessoa); no flanco oeste (EMEF Eno Brum Pires) e no sul (EMEF Coronel Chananeco), com sistema de ensino reformulado e constituído em 2007, e o Plano Municipal de Educação aprovado em 2008. Essas escolas passaram pelo processo de nucleação iniciado em 1993 e consolidado em 1997 com o Decreto n° 2.791, de 22 de Setembro de 1997, que extinguia quase trinta escolas rurais que ainda restavam no município desde a reorganização feita em 1985 pelo Decreto n° 2.224, de 09 de Janeiro de 1985.

Segundo o Parecer n° 411/95 do Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul, a justificativa pelo fechamento das escolas é a seguinte:

> No interior do Município existe apenas uma escola municipal que oferece o 1º grau completo, o que é um dos fatores responsáveis pelo baixo índice de conclusão do Ensino Fundamental em nosso Município (...). Para dar atendimento a todos esses alunos nos 02 (dois) turnos, os custos com o transporte escolar ficariam muito elevados e o tempo não seria suficiente no intervalo do meio-dia, pois as distâncias são grandes. Por essa razão, como Calendário Alternativo as turmas de 1ª a 4ª séries e as turmas de 5ª a 8ª séries funcionariam em das alternados solucionando o problema. (...) Além disso, com os alunos permanecendo todo o dia na escola, há a possibilidade de desenvolver projetos que em um único turno não seria possível. Os alunos maiores, das séries finais, permanecendo um dia em casa e um dia na escola, teriam a possibilidade de ajudar os pais nos serviços da lavoura, pois são pequenos proprietários e contam apenas com a força de trabalho da família para a sua produção (BRASIL, 1995).

Percebe-se que as justificativas são de ordem utilitária e pragmática, visando apenas a racionalização de recursos, e não o imperativo direito[3] de proporcionar os meios necessários para que a educação se realize de forma plena.

[3] Segundo a Constituição Brasileira de 1998, no seu art. 205, a educação é direito de todos, é dever do Estado e da família e deve ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. É direito dos povos do campo a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

Considerando que são três escolas diferentes, espraiadas nos perímetros limítrofes do município, também possuem dinâmicas internas que possam sofrer aproximações ou distanciamentos no ordenamento do espaço, dado que cada lugar tem um papel próprio no processo produtivo, pois é formado de uma produção propriamente dita, circulação, distribuição e consumo. Ou seja, mesmo inseridas no mesmo município, em zona rural e usufruídas por atores sociais advindos das dinâmicas que compreendem o mundo rural, podem ter similaridades em algumas esferas, porém, se diferenciarem em outras, pois o espaço em que estão inseridas não compartilham dos mesmos resultados na dinâmica produtiva e, respectivamente, na sociabilidade. Por isso, a análise exige uma periodização, pois as forças estão sempre em movimento, e de acordo com a escala investigativa, quanto menor a escala, mais aparecem as determinações externas e as diferenças relacionais uma das outras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O movimento dialético da história nos mostra que o campo ainda resiste à hegemonia total das formas homogeneizantes que o capitalismo busca introduzir nas relações do/com o campo, onde as contradições do movimento histórico fazem surgir meios de resistência a partir do povo que realmente vive, produz e reproduz a sociabilidade camponesa e da agricultura familiar. Organizados em sindicatos, movimentos sociais e outras formas associativistas, os sujeitos que vivem da terra, assim como os povos originários e quilombolas, ressurgem como a alternativa viável para um desenvolvimento rural sustentável diante da degradação ambiental e social que o agronegócio impõe.

O campo de pesquisa sobre memória docente permite que possamos apreender as significações externalizadas pelos profissionais da educação, possibilitando o desvelar de processos ocultos que possam estar relacionados aos dilemas do processo educativo e, principalmente, sobre as dificuldades encontradas para a materialização da integralidade da Educação do Campo. Desta forma, trabalhamos com a memória autobiográfica como ferramenta multidimensional no processo investigativo, buscando que se expressem elementos e conceitos para além do fazer individual, mas que possibilite relações com a configuração socioespacial e suas determinações em constante reciprocidade com o todo. Desta forma, se dará a continuidade deste trabalho que está em processo de coleta de dados, buscando o rigor científico que lastreia a ciência geográfica, afim de validar e

promover a continuidade e as transformações necessárias para o avanço do debate sobre Educação do Campo e saberes docentes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Parecer Nº 411 de 1995 do **Conselho Estadual de Educação do Estadodo Rio Grande do Sul**.

BRUM, A. **Modernização da agricultura: trigo e soja.** Petrópolis: Vozes, 1988.

BOSI, E. **Memória e sociedade:** Lembranças de Velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CALDART, R. S. *Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

_____. O MST e a formação dos sem-terra: O movimento social como princípio educativo. **Estudos Avançados.** v. 15, n. 43. p. 207-224. 2001. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9832>. Acesso em> 10 Jul. 2023.

DAVID, C de. "O campo se fez tapera...": as paisagens do abandono no espaço rural sul-rio-grandense. In: PIMENTA, Margareth de Castro Afeche; FIGUEIREDO, Lauro César. **Lugares**: patrimônio, memória e paisagens. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014.

DOMÍNGUEZ, A. La territorialización del capital y la monopolización del território pampa. In: WIZNIEWSKY, C. R. F.; FOLETO, E. M. (orgs). **Olhares sobre o Pampa:** um território em disputa. 1 ed. Porto Alegre: Evangraf, 2017.

FERNANDES, B. M.; MOLINA, M. C. **O Campo da Educação do Campo**. In: ARROYO, M.G.; CALDART, R.S.; MOLINA, M.C. (Org.). Por uma educação do campo Petrópolis: Vozes, 2004.

HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização**. Do "Fim dos Territórios" à Multiterritorialidades. 10. ed, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume, 2005.

GOMES, H. **Reflexões sobre teoria e crítica em Geografia.** Goiânia, CEGRA/UFG, 1991.

MARTINS, J. **Os camponeses e a política no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1981.

MOREIRA, R. **O pensamento geográfico brasileiro**: As matrizes brasileiras. São Paulo: Contexto, 2010.

NUNES, C. Saberes docentes e formação de professores: um breve panorama da pesquisa brasileira. **Educação & Sociedade**. Campinas, v.22, n.74, p.27-42, 2001. Disponível em: < https://doi.org/10.1590/S0101-73302001000100003>. Acesso em> 11 Jul. 2023.

PALMEIRA, M. **Modernização, Estado e Questão Agrária**. Estudos Avançados. São Paulo, 1999,

QUEIROZ, M I. P. **Uma categoria rural esquecida.** [1963] In: WELCH, Cliffort et al. (org.). **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço:** Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SANTOS, V. dos C., GARCIA, F. M. **O fechamento de escolas do campo no Brasil**: da totalidade social a materialização das diretrizes neoliberais. Kiri-kerê: Pesquisa em Ensino, Dossiê n.4, Vol. 1, out. 2020.

_____. **Escola e democracia.** Campinas: Autores Associados, 2008.

SOUSA, R. P. **Agroecologia e Educação do Campo:** Desafios da institucionalização no Brasil. Educ. Soc. Campinas**,** v. 38, n° 140, p.631-648, 2017.

TARDIF. M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2014.

WANDERLEY, M. de N. **O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade.** Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009.

VEIGA, J. E. da. **Agricultura familiar e sustentabilidade.** Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília: v.13, n.3, 1996.

O AGRONEGÓCIO DO CAFÉ NO SUL/SUDOESTE DE MINAS E O FECHAMENTO DE ESCOLAS RURAIS

Wender da Silva Vitor[1]

Guilherme Albuquerque de Oliveira Souza[2]

Ana Rute do Vale[3]

RESUMO

Este trabalho tem o intuito de discutir o fechamento de escolas rurais inseridas no contexto da mesorregião sul/sudoeste de Minas Gerais, sobretudo nas comunidades onde atua o agronegócio cafeeiro. Para tanto, apoiamo-nos em resultados obtidos por meio do projeto de extensão "Educação do Campo, transformando vidas", onde foi realizada uma pesquisa diagnóstica e trabalhos de campo nos municípios de Areado, Cabo Verde e Carmo do Rio Claro. A pesquisa buscou analisar as dinâmicas desses espaços e o papel desempenhado pelas escolas rurais para as famílias que vivem nessas comunidades, destacando a importância de uma aproximação das escolas com a Educação do Campo. Dentre os resultados encontrados nos três municípios, destacamos neste trabalho que entre os censos agropecuários realizados nos anos de 2006 e 2017, houve um aumento significativo de estabelecimentos com agricultura não familiar (ANF) sobre os estabelecimentos com agricultura familiar (AF). Os dados referentes a quantidade de alunos matriculados em escolas rurais desses municípios indicam uma queda preocupante em algumas delas nos últimos anos. Esses dados evidenciam a saída das famílias do campo, o que na maioria das vezes é utilizado como argumentação para a nucleação e fechamento de escolas rurais, visto que a lógica neoliberal é de que os gastos com o transporte para a cidade ou para uma única escola nucleada são inferiores aos de manter as escolas no campo. Nesse sentido, alertamos sobre essa problemática ampliada pela expansão do agronegócio, sobretudo o cafeeiro, nos munícipios pesquisados e ressaltamos que a educação não é uma mercadoria.

Palavras-Chave: Educação do Campo; Agronegócio; Escolas Rurais; Nucleação.

[1] Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGeo da Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL-MG, Bolsista Capes wender.vitor@sou.unifal-mg.edu.br
[2] Graduando do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL-MG, Bolsista PIBIC-CNPq, guilherme.albuquerque@sou.unifal-mg.edu.br
[3] Docente do Instituto de Ciências da Natureza - Geografia, Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL-MG, ana.vale@unifal-mg.edu.br

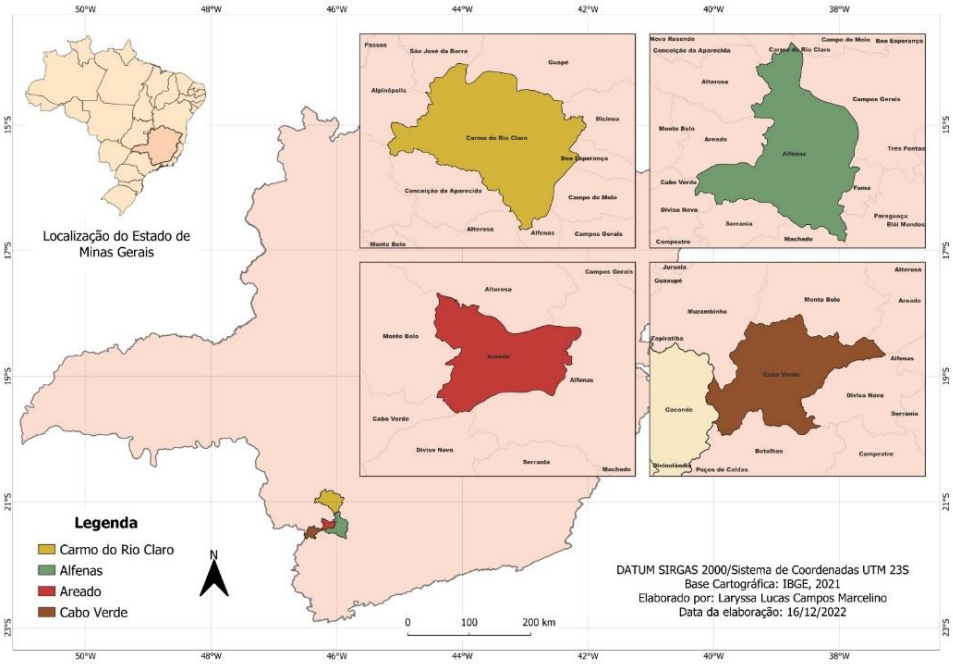
RESUMEN OU ABSTRACT

This work intends to discuss the closure of rural schools located in the context of the south/southwest mesoregion of Minas Gerais, mainly in communities where coffee agribusiness operates. To this end, we support the results obtained through the extension project "Educação do Campo, transforming lives", where diagnostic research and fieldwork were carried out in the municipalities of Areado, Cabo Verde and Carmo do Rio Claro. The research sought to analyze the dynamics of these spaces and the role played by rural schools for families living in these communities, highlighting the importance of bringing schools closer to Rural Education. Among the results found in the three municipalities, we highlight in this work that among the agricultural censuses carried out in 2006 and 2017, there was a significant increase in establishments with non-family farming (ANF) over establishments with family farming (AF). Data regarding the number of students enrolled in rural schools in these municipalities indicate a worrying drop in some of them in recent years. These data show the departure of families from the countryside, which is most often used as an argument for the nucleation and closure of rural schools, given that the neoliberal logic is that the costs of transport to the city or to a single school nucleate are inferior to maintaining schools in the countryside. In this sense, we warn about this problem magnified by the expansion of agribusiness, especially coffee, in the municipalities researched and we emphasize that education is not a commodity.
Keywords: Rural Education; Agribusiness; Rural Schools; Nucleation.

INTRODUÇÃO

Este trabalho é resultado de discussões realizadas ao longo do projeto de extensão intitulado "Educação do Campo, transformando vidas", o qual se constitui de dois objetivos principais: (i) trabalhar com a formação continuada em Educação do Campo na Escola Municipal Orlando Paulino, localizada no município de Alfenas/MG e; (ii) desenvolver uma pesquisa diagnóstica para compreender o papel das escolas rurais nos municípios sul-mineiros de Areado, Carmo do Rio Claro e Cabo Verde e a possibilidade de adoção dos princípios da Educação do Campo nas escolas pesquisadas que neles se inserem. O principal foco deste trabalho, no entanto, está em discutir os dados encontrados durante a pesquisa diagnóstica realizada nos três municípios, que embora sejam diversos, localizam-se em um território fortemente influenciado pelo agronegócio cafeeiro.

Figura 1: Localização geográfica dos municípios de Areado, Cabo Verde e Carmo do Rio Claro.



FONTE: Base cartográfica IBGE, 2021. Elaborado por Larryssa Lucas Campos Marcelino (2022)

Para estabelecer uma relação entre o objetivo do estudo, a teoria e os dados coletados, foi realizada uma contextualização da Educação do Campo no Brasil, bem como a discussão sobre sua importância para permanência e (re)existência das comunidades rurais. Serão apresentados dados dos municípios de Areado, Carmo do Rio Claro e Cabo Verde, problematizando a expansão do agronegócio, sobretudo o cafeeiro, acompanhada da diminuição da agricultura familiar e, consequentemente, o fechamento de escolas rurais nesses municípios. Também serão trabalhados dados sobre a quantidade de alunos matriculados nas escolas rurais desses municípios, buscando estabelecer uma relação entre o esvaziamento de algumas escolas e o avanço do agronegócio.

Este trabalho evidenciou de forma nítida como a escassez de políticas públicas para o desenvolvimento da agricultura familiar e o avanço do agronegócio, em especial o cafeeiro em nossa região, que ao mecanizar sua produção corrobora com o êxodo rural, tem resultado no esvaziamento e fechamento de escolas no campo. Traz-se a problemática de que essas contradições no campo são vividas cotidianamente pelos sujeitos que

pertencem as comunidades rurais sul-mineiras e atuam como um mecanismo de desterritorialização, apagamento da identidade e do direito de existir na terra.

METODOLOGIA

Foi feito um levantamento e revisão bibliográfica sobre o percurso da Educação do Campo no Brasil, bem como o que vem sendo produzido acerca da nucleação e fechamento de escolas rurais a fim de construir um aporte teórico para melhor embasar a discussão. Para esta etapa, contou-se com artigos e textos encontrados em anais de eventos, revistas, livros ou por pesquisa na plataforma de periódicos Capes ou Google acadêmico, onde selecionou-se os que melhor se enquadravam na temática da pesquisa para guiar a discussão.

Foi realizada, ainda, a coleta e análise de dados secundários nos sites das Prefeitura Municipais de Alfenas, Areado, Cabo Verde e Carmo do Rio Claro, na plataforma do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA e no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. Juntamente com o referencial teórico e com os dados, construiu-se um arcabouço teórico-metodológico que nos auxiliaram a compreender de forma mais clara as potencialidades e dificuldades presentes no espaço rural mediante a expansão latifundiária alimentada pelo agronegócio e o seu impacto nas escolas rurais.

Este artigo parte de um recorte realizado em um projeto mais amplo de diagnóstico e visitas de campo nos quatro municípios já citados e que, posteriormente, resultou na percepção e reflexão acerca do impacto da expansão do agronegócio e sobre o fechamento das escolas rurais. Para este estudo, foram realizados trabalhos de campo nos municípios pesquisados, buscando conhecer mais a realidade desses espaços e o contexto em que cada escola pesquisada estava inserida. Durante a pesquisa *in loco,* além de observar a infraestrutura e ter contato com profissionais e alunos de cada escola, também foram realizados diálogos com os responsáveis por elas, buscando identificar o percurso dessas instituições e a importância delas para a vida dos seus alunos.

REFERENCIAL TEÓRICO

A Educação do Campo surge no cenário brasileiro no fim dos anos 90, sendo materialidade da luta e resistência dos movimentos sociais camponeses, com destaque do MST – Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra. De acordo com Santos (2017, p.

215) “em 1998 foi realizada a I Conferência Nacional Por Uma Educação Básica do Campo [...] considerada um marco para o reconhecimento do campo, enquanto espaço de vida e de sujeitos que reivindicam sua autonomia e emancipação”.

O termo Educação do Campo carrega em sua origem o foco na valorização dos sujeitos do campo e na construção coletiva de uma outra pedagogia, que seja do campo,

> [..] o ‘do’ da Educação do campo tem a ver com esse protagonismo: não é ‘para’ e nem mesmo ‘com’: é dos trabalhadores, educação do campo, dos camponeses, pedagogia do oprimido... Um ‘do’ que não é dado, mas que precisa ser construído pelo processo de formação dos sujeitos coletivos, sujeitos que lutam para tomar parte da dinâmica social, para se constituir como sujeitos políticos, capazes de influir na agenda política da sociedade (CALDART, 2009, p.41).

Esse movimento nasce em contraponto da Educação Rural, explicada por Nascimento e Bicalho (2019, p.65) como advinda “de uma elite ruralista baseada em objetivos nacionalistas, de exaltação da natureza e vocação agrária, visando, sobretudo, ao princípio da “adequação e ajustamento” da classe trabalhadora rural aos interesses dominantes”. Neste contexto, Wanderley (2009, p.43) destaca que “o momento atual é profundamente marcado por alguns embates, novamente polarizados entre a grande propriedade, hoje revestida do manto do agronegócio, e outras formas sociais de produção, dentre as quais a agricultura familiar de origem camponesa”.

A autora supracitada traz um resgate histórico para compreender os fenômenos e processos que circunstanciaram o atual contexto da agricultura familiar brasileira. De acordo com as análises dela, as escolhas políticas tomadas pelo estado brasileiro no final dos anos 1950 e início dos anos 1960, a saber, principalmente a criação do Estatuto da Terra em 1964 no alvorecer do golpe militar, favoreceram a concentração fundiária e beneficiaram os grandes proprietários, tendo como consequência uma estrutural escassez de políticas agrícolas e agrarias para o desenvolvimento da agricultura familiar (WANDERLEY, 2009).

Alerta-se então para a crescente expansão da agricultura patronal que tende a inferiorizar as demais formas de (re)existência no rural brasileiro e ampliar a expulsão desses sujeitos do campo, sobretudo pela falta de condições dignas e ausência de políticas públicas, inclusive educacionais (WANDERLEY, 2009). Historicamente, a educação ofertada no campo é marcada pela desvalorização da cultura camponesa, no que se refere aos seus aspectos socioculturais e socioespaciais.

As escolas rurais tendem a adotar o mesmo currículo e sistema de educação das escolas urbanas, reforçando a ideia de que a vida na cidade é melhor do que a vida no campo. Costa e Santos (2011, p. 74-75) acreditam que a educação ofertada no campo "tem papel estratégico ao longo da história brasileira, ora de fixar o homem no campo, ora de instrumentalizá-lo para atender à chegada das novas tecnologias de produção" mediante ao contexto neoliberal ao qual o agronegócio se insere.

Seguindo essa lógica de domínio no campo, Alentejano et al (2021, p. 435) afirmam que "nas últimas duas décadas o agronegócio se transformou em força hegemônica na sociedade brasileira, resultado de um processo de expansão econômica que se desdobra em crescente força político-ideológica", monopolizando não somente o campo, mas detendo também outras formas de controle, dentre elas a educação.

Pensando na emancipação dos sujeitos do campo, Caldart (2009, p. 40) explica que a Educação do Campo não surge como uma proposta de educação, mas "enquanto crítica da educação em uma realidade historicamente determinada ela afirma e luta por uma concepção de educação (e de campo) ". Existe, pois, um processo histórico de desenraizamento cultural e identitário que a pedagogia hegemônica produz no território brasileiro (ARROYO, 2012). Em relação a como esse processo vem ocorrendo no campo e a luta do movimento dos trabalhadores do campo, Arroyo (2012, p. 211) aponta que o fechamento das escolas no campo constitui um mecanismo de desterritorialização para tornar as comunidades inexistentes.

> O recente movimento dos trabalhadores do campo contra o fechamento de escolas, contra a nucleação e o transporte de alunos a centros fora dos seus territórios é movido por essa territorialização do direito à educação ou por vincular as escolas a suas comunidades, às suas formas de vida, de produção de suas existências, a sua visibilidade e do direito a seus territórios e das formar materiais de estar e produzir. A presença material da escola, física da escola reforça seu lugar, sua existência e visibilidade coletiva. Sua condição de humanos. Não ter escola ou fechá-la e levar os filhos para outro lugar é sacrificar sua existência como comunidade humana (ARROYO, 2012, p. 211).

O processo de nucleação e fechamento das escolas rurais tem se tornado cada vez mais frequente na medida em que há uma diminuição das famílias no campo, fazendo com que a lógica mercadológica da educação enquanto mercadoria conceba essas escolas rurais como uma despesa para os estados e prefeituras. De acordo com Rodrigues et al (2013), o processo de nucleação,

> [...] corresponde à desativação da escola, por um período de 5 anos, e ao posterior fechamento. A nucleação, na primeira fase do ensino fundamental, se configura como o deslocamento de crianças e jovens das redes municipais e estaduais de ensino das escolas rurais, localizadas em comunidades que apresentam baixo número de matrículas ou caracterizadas como isoladas, devido à precária infraestrutura em relação às escolas de comunidades vizinhas melhores aparelhadas. Na segunda fase do ensino fundamental, o processo se assemelha. Porém os alunos são deslocados para as escolas localizadas na cidade. Destaca-se que muitos estados vêm reorganizando suas respectivas redes escolares em um provável processo de nucleação escolar que centralizaria as escolas em áreas urbanas, criando uma concentração educacional urbana (RODRIGUES et al, 2017, p. 709).

Com a ampliação do agronegócio e com a lógica capitalista de produção cada vez mais forte no cotidiano das famílias residentes no campo, sejam elas de agricultores familiares, camponeses, meeiros arrendatários ou outras formas de vivencia no espaço rural, a existência de escolas no campo e a adoção de práticas voltadas a Educação do Campo possibilita que os sujeitos criem coletivamente mecanismos e espaços de resistência e de luta para poderem (re)existir no campo.

Para que isso torne-se possível, é preciso romper com a visão mercadológica e neoliberal que concebe os estudantes como demanda e não compreende a importância das escolas para as comunidades rurais, resultando no processo de nucleação e/ou fechamento dessas escolas. O debate crítico sobre o processo de nucleação proporciona o repensar da organização das escolas rurais, visto que o afastamento das crianças do local onde residem gera um distanciamento das relações familiares, dos hábitos das famílias campesinas e da cultura local (RODRIGUES et al, 2017).

Ressaltamos, no entanto, que a existência de escolas no rural, ou pelo menos a inclusão de práticas voltadas à Educação do Campo nelas está longe de resolver todos os problemas que permeiam o campo brasileiro, desde o êxodo rural, a exploração do trabalho e até mesmo o trabalho escravo contemporâneo, tão crescente na colheita de café na mesorregião Sul/Sudoeste de Minas, conforme retrata Raimundo e Vale (2023). Porém, a Educação do Campo surge, sendo aqui defendida, como um caminho e possibilidade de resistência e fortalecimento da identidade dos sujeitos do campo para o enfrentamento dessas contradições.

Na mesorregião Sul/Sudoeste de Minas, os dados apontam que esse processo de fechamento das escolas rurais tem resultado do crescimento do agronegócio, principalmente o cafeeiro. Seguindo essa linha de raciocínio, deve-se pensar na diminuição da agricultura familiar no contexto regional de mundialização da agricultura, e como existe uma tendência muito forte de maior investimento dos recursos financeiros

do estado em negócios do agro, enquanto a população brasileira "vive com a escassez de auxílios e políticas que incentivem a agricultura familiar" (ALVES, 2020, p. 437). Nesse sentido, essa região é marcada por múltiplas contradições quanto ao agronegócio do café, um dos seus principais movimentadores econômicos. As características geomorfológicas da região, principalmente pelo predomínio de relevo acidentado, dificultam a mecanização e favorecem a necessidade de mão de obra oriunda sobretudo do Norte de Minas Gerais e do Nordeste do país na colheita do café.

> Os agricultores encontram dificuldades na escolha das cultivares, definição do espaçamento de plantio, controle de doenças, pragas e plantas invasoras. A contratação de mão-de-obra constitui embaraço especialmente na época da colheita. Contudo, a reduzida margem entre o custo de produção e o preço de venda de café, que caracteriza a desfavorável relação de trocas, no atual momento, constitui o principal motivo de desestímulo para os produtores (SIMÕES, 2010, p.31).

É importante destacar que essas relações de trabalho na cafeicultura da região têm gerado diversos problemas, "é a partir dessas contratações de mão de obra oriunda de regiões mais pobres, que se manifestam duas questões - problemáticas - da cafeicultura no Sul/Sudoeste de Minas: a precarização do trabalho na cafeicultura e o trabalho escravo contemporâneo" (RAIMUNDO e VALE, 2023, p. 88). Evidencia-se, portanto, que o agronegócio do café produz e se beneficia de um espaço marcado por contradições e violências – que por sua vez afetam as relações sociais das comunidades rurais e das escolas – retornando à gênese da Educação do Campo enquanto um movimento de resistência contra a elite rural brasileira que, por décadas, utiliza as escolas como ferramenta de manutenção e reprodução de seus interesses. Dessa forma, o fechamento dessas escolas nos municípios estudados traz à tona o interesse do agronegócio em manter a estrutura educacional precarizada porque ele se beneficia desse sistema.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Realizando um comparativo entre os censos agropecuários do IBGE de 2006 e 2017, foi constatado um avanço de estabelecimentos com agricultura não familiar (ANF) em relação aos estabelecimentos com agricultura familiar (AF) nos três municípios: em Areado, o aumento foi de 110%, em Carmo do Rio Claro de 70,3% e em Cabo Verde de 38% (IBGE, 2006 e 2017). Isso mostra que o avanço do agronegócio favorece a concentração fundiária e o êxodo rural nesses municípios, cuja taxa de urbanização, em

2010, era de 83,9% em Areado, 67,5% em Carmo do Rio Claro e 55,2% em Cabo Verde, o que, consequentemente, reflete na presença de escolas rurais neles (IBGE, 2010).

Sobre as escolas nos municípios, Areado possui 10 escolas, das quais 7 são instituições públicas e 3 são privadas, todas localizadas no espaço urbano. Carmo do Rio Claro possui 17 escolas, atualmente 15 encontram-se em funcionamento, das quais 10 são instituições públicas e 5 são privadas. Dentre as instituições públicas de Carmo do Rio Claro, 50% estão localizadas no rural e, dentre as privadas, 100% são escolas urbanas. Já Cabo Verde possui 14 escolas, sendo todas escolas públicas, variando entre estaduais e municipais, com exceção da APAE da cidade que tem origem filantrópica. Dentre as 14 escolas de Cabo Verde, duas são escolas rurais (INEP-DATA, 2023).

Considerando o fato de que Areado foi o município com maior crescimento da ANF e, consequentemente do agronegócio, isso reflete na inexistência de escolas rurais no município, que possui apenas escolas urbanas. Nesse sentido, com a diminuição das famílias no campo e o avanço do agronegócio, é comum que exista um movimento das prefeituras para gerar uma nucleação e/ou enviar os estudantes para a cidade, fechando escolas rurais e impossibilitando que esses estudantes tenham acesso a uma educação do campo e no campo. Embora nem sempre a escola no campo seja sinônimo de Educação do Campo, com o fechamento delas, diminuem-se ainda mais as possibilidades de resistência.

A Educação do Campo traz uma perspectiva de educação que resista para poder existir no campo, não devendo ser vista com a visão mercadológica de estudantes enquanto demanda, mas como uma educação que possa contribuir para a permanência da população do campo e o respeito pela sua diversidade. Dessa forma, o debate crítico sobre o processo de nucleação e fechamento de escolas rurais proporciona o repensar da organização das escolas rurais, visto que “o deslocamento das crianças e jovens das suas comunidades desvincula-os da sua vivência e cultura local, atribuindo novos valores, negando sua identidade, passando-se a não considerar a comunidade como possibilidade de vida” (RODRIGUES et al, 2017, p. 710).

Os processos de fechamento e nucleação das escolas rurais estão estreitamente associados a redução de estabelecimentos com agricultura familiar, uma vez que eles refletem, mas também são reflexo da precarização das escolas no campo. Com a diminuição do número de familias no rural, tem-se também a diminuição da quantidade de matrículas nas escolas dessas comunidades, que tendem a se esvaziar (tabela 1). Essa

situação acaba colocando a capacidade de resistência dessas escolas à prova pelo sistema neoliberal que, nesses casos, tende a pressiona-lás por conta dos custos.

Tabela 1 – Quantidade de estudantes matriculados nas escolas rurais dos municípios de Areado, Cabo Verde e Carmo do Rio Claro entre 2010-2022, com destaque nas escolas pesquisadas durante o projeto.

		Ano base						
Escola	**Município**	**2010**	**2012**	**2014**	**2016**	**2018**	**2020**	**2022**
E.M. Dr. Joaquim Ribeiro Pereira[4]	Areado	454	388	390	371	325	247	241
Creche Municipal Ma. da Gloria C. Tereza	Cabo Verde	76	99	109	99	106	106	99
E.M. Pedro de Souza Melo	Cabo Verde	116	91	77	107	110	82	80
E.M. São Francisco[5]	Cabo Verde	76	105	77	97	95	81	75
E.M. Lidio José Marques	Carmo do Rio Claro	-	-	298	286	276	225	207
E.M. São José	Carmo do Rio Claro	116	102	97	106	114	121	133
E.M. do Taquaral	Carmo do Rio Claro	91	68	60	63	59	73	74
E.M. Santa Luzia	Carmo do Rio Claro	279	241	255	199	175	161	124
Creche Municipal Maria da Paixão F. Iunes	Carmo do Rio Claro	13	10	5	4	14	12	18

[4] A Escola Municipal Dr. Joaquim Ribeiro Pereira localiza-se em uma área urbana, na cidade de Areado. Todavia, optou-se por trazê-la neste estudo por dois motivos. O primeiro deles é que ela é uma das escolas pesquisadas por meio do projeto de extensão e, o segundo, é que o município de Areado não possuí mais escolas rurais, sendo a E.M. Dr. Joaquim Ribeiro Pereira uma das que recebem a maior quantidade de estudantes das comunidades rurais do município, movimento resultante do fechamento e nucleação das escolas que existiam nessas comunidades.

[5] A Escola Municipal São Francisco também é classificada pelo INEP enquanto uma escola urbana (INEP-DATA, 2023). Todavia, localiza-se na Serra dos Lemes, um distrito do município de Cabo Verde que estabelece uma estreita relação com o rural. Além disso, a escola também funciona como sede de uma nucleação e atende estudantes de algumas comunidades rurais que tiveram suas escolas fechadas.

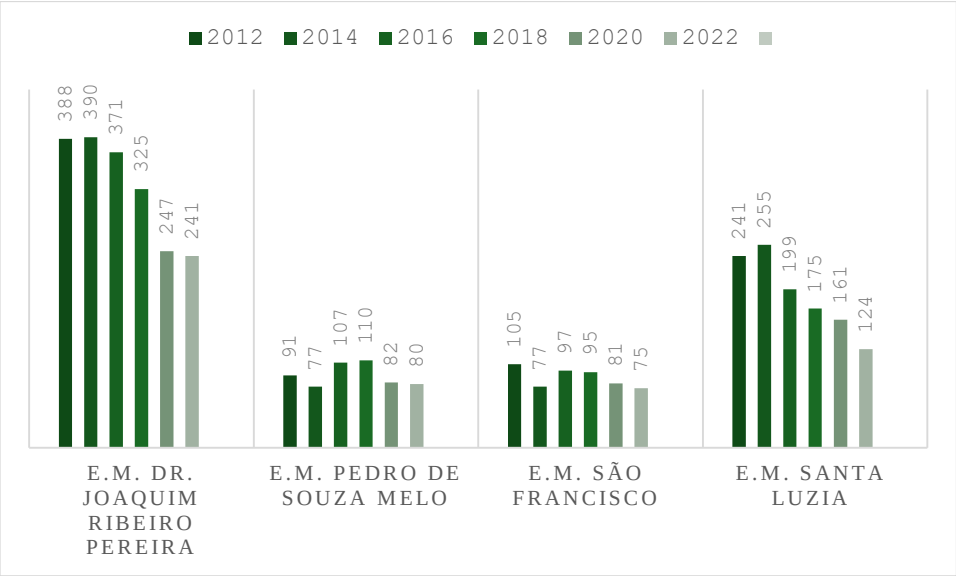
Fonte: INEP (2010, 2012, 2014, 2016, 2018, 2020 e 2022). Elaborada por Guilherme Albuquerque.

É possível observar que, em um número considerável de escolas nos quatro municipios, houve a diminuição na quantidade de estudantes matriculados. Em outras, embora se perceba ainda uma linearidade no número de matrículas, dificilmente aumentou-se a quantidade de estudantes. Importa considerar que cada escola está inserida em uma dinâmica própria e em multiplas escalas, o que justifica a heterogeneidade entre elas. Por exemplo, em algumas escolas visitadas, constatou-se que o número de matrículas sofre nfluência de fatores como a migração sazonal de trabalhadores durante a panha do café, o que por sua vez implica em uma variação que pode ser gerada por fatores econômicos, de clima etc.

Alertamos, no entanto, principalmente sobre a drástica diminuição na quantidade de matrículas em muitas escolas dos municipios apontados na tabela, sobretudo nos últimos anos, onde os números passaram a alcançar menos da metade em relação ao ano de 2010. Nesse sentido, não podemos deixar de mencionar o contexto político pelo qual o Brasil passou após o golpe de 2016 e o avanço da extrema direita, marcado pelo desmonte das políticas públicas para o desenvolvimento da agricultura familiar e dos avanços que tinham sido conquistados como o PNLD-Campo, programa que financiava a produção de livros didáticos especificos para as escolas no campo encerrado em 2018 (CRUZ, 2022).

Sobre as escolas pesquisadas durante o projeto de extensão (figura 2), pode-se dizer que a maioria também teve uma grande redução na quantidade de matrículas.

Figura 2 – Quantidade de estudantes matriculados nas escolas pesquisadas entre 2010-2022.



Fonte: INEP (2010, 2012, 2014, 2016, 2018, 2020 e 2022). Elaborado por Guilherme Albuquerque.

O que merece uma maior atenção é o fato de que todas essas escolas funcionam como sede de nucleação, ou seja, recebem estudantes de comunidades que tiveram suas escolas fechadas. Isso demonstra como funciona o fechamento de escolas rurais. Há inicialmente um esvaziamento das familias no campo e, posteriormente, a escola começa a buscar alternativas e formas de resistência para manter o funcionamento por meio da multisseriação e da redução de turnos,

> As escolas multisseriadas têm se revelado como a condição material para a garantia do direito a Educação no Campo. As escolas multisseriadas foram, historicamente, secundarizadas no âmbito da educação pública destinada ao meio rural brasileiro, condicionadas ao uso das sobras dos recursos pedagógicos e infra-estrutura das escolas públicas da cidade. O que é bom e novo fica na escola urbana, o que não tem mais utilidade é enviado para a zona rural. Situação semelhante acontece com os docentes e gestores que, em geral, só aceitam trabalhar no campo quando lhes falta oportunidade na cidade. Em geral, são trabalhadores contratados temporariamente implicando na alta rotatividade e descontinuidade dos projetos (TEIXEIRA; LIMA, 2012, p. 150).

No entanto, mesmo resistindo por meio da multisseriação, a escola passa a funcionar em uma situação cada vez mais precarizada, com pouca possibilidade de integrar projetos que façam sentido para realidade dos alunos, uma vez que ela ainda precisa dar conta do currículo urbano e de outra série de burocracias e normatizações que muitas vezes não são pensadas para a realidade daquela escola.

Por fim, a nucleação e o fechamento das escolas surgem dessa necessidade fomentada pelo sistema, visto que a precariedade no cotidiano escolar vivido por essas comunidades rurais reproduz nelas a ideia de que o ensino na cidade é melhor do que uma educação que contribua para que se possa resistir e viver no próprio território.

Neste contexto, é importante considerar o que diz a Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996, na qual estabelece a Lei de Diretrizes e Bases Nacionais, a oferta da educação básica para a população rural, e ainda dispõe em um parágrafo único o seguinte texto alterado em Brasília, no dia 27 de março de 2014; 193º da Independência e 126º da República, estabelecendo que:

> [...] as diretrizes e bases da educação nacional, para fazer constar, o fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar (BRASIL, 2014).

O que a LDB apresenta por meio deste parágrafo único, é a possibilidade de resistir ao fechamento das escolas. As relações atuais advindas da conexão do local com o global como produto da globalização e os interesses políticos ou econômicos que possam estar envolvidos no fechamento dessas escolas, devem também, como se encontra previsto em lei, considerar que os sujeitos que vivem nas comunidades e fazem uso do espaço escolar têm condições e entendem melhor sobre as relações existentes no espaço em que vivem e, portanto, devem ser consultados sobre o fechamento das escolas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história da Educação do Campo no Brasil é reflexo da história da luta dos movimentos sociais por condições de existir, produzir e viver do/no campo. Ao longo do texto, discutiu-se sobre como o conflito de classes se faz presente no campo pela reivindicação de concepções de educação que, por sua vez, se materializam enquanto projetos distintos de desenvolvimento para o campo e para sociedade. De um lado, tem-se os movimentos sociais em defesa de uma educação que valorize a diversidade dos sujeitos do campo, seus direitos, o acesso à terra, que cumpra sua função social, os mantendo no campo e em condições de vida favoráveis. Por outro lado, representados pela Educação Rural, existe uma elite agrária preocupada com a manutenção de seus

privilégios, latifúndios, precarização do trabalho, uso descontrolado de herbicidas, pesticidas e recursos naturais.

Os dados apesentados colocam em evidência que o agronegócio do café no Sul/Sudoeste de Minas vem produzindo e se beneficiando de um espaço rural marcado por contradições e desigualdades, enquanto prevalece o fechamento de escolas rurais e a precarização da vida das famílias que vivem da agricultura familiar que, cada vez mais têm seus territórios tomados, ao passo que se aumenta o da não familiar. Consequentemente, esse movimento provoca o êxodo rural, sobretudo dos jovens. Torna-se urgente, nesse sentido, pensar a educação do campo nessas comunidades da região enquanto possibilidade de resistência e permanência desses sujeitos repletos de cultura, histórias, saberes, conhecimentos e diversidade**.**

Esperamos que este estudo não apenas auxilie na compreensão e no repensar de como são produzidas as políticas educacionais para o campo no que diz respeito a identidade e percepção do espaço rural, mas também dê margem para o diálogo sobre a perspectiva da escola e da educação do campo. É de extrema importância entender as questões e vivências do campo no sul de Minas Gerais, ainda tão à mercê do agronegócio, o que torna esse tema tão atual e necessário no cenário acadêmico, para a comunidade escolar e aos demais envolvidos neste processo.

REFERÊNCIAS

ALENTEJANO, P.; CORDEIRO, T.; LINES, R.; SILVA, L.; LINHARES, I. A dupla ofensiva do agronegócio sobre a educação: fechamento de escolas e disputa político-ideológica. **Terra Livre**, v. 2, n. 57, p. 433-470, [2021]. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/index.php/terralivre/article/view/2320.

ALVES, F. D.; LINDNER, M. Agronegócio do café no Sul De Minas Gerais: territorialização, mundialização e contradições. Paraíba. **Revista OKARA:** Geografia em debate, v. 14, n. 2, 2020, p. 433-451. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/index.php/okara/article/view/54246. Acesso em: 30 jun. 2023.

ARROYO, M. G. **Outros Sujeitos, Outras Pedagogias**. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

BRASIL. 2014a. **LEI nº 12.960**, de 27 de março de 2014. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para fazer constar a exigência de manifestação de órgão normativo do sistema de ensino para o fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas. Disponível em: https://legis.senado.leg.br/norma/584771/publicacao/15627566. Acesso em dezembro de 2023.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: L9394compilado (planalto.gov.br).

CALDART, R. S. Educação do campo: notas para uma análise de percurso. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 7, n. 1, mar./jun. 2009, p. 35-64. Disponível em: https://www.scielo.br/j/tes/a/z6LjzpG6H8ghXxbGtMsYG3f/abstract/?lang=pt. Acesso em: 30 jun. 2023.

CRUZ, A. B. da. **A educação do campo no município de Alfenas: as concepções docente sobre o uso dos livros didáticos do Programa Nacional do Livro Didático do Campo (PNLD Campo**). 2022.177 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, MG, 2022.

COSTA, C. L.; SANTOS, J. R. Abordagem qualitativa na pesquisa sobre ensino de geografia no campo: desafios e perspectivas. **Revista Percurso** - NEMO Maringá, v. 3, n. 2, p. 61- 77, 2011 ISSN: 2177- 3300. Disponível em: http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Percurso/article/view/13982. Acesso em 03 dez. 2023.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário 2017**. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017. Acesso em: 30 jun. 2023.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário 2006**. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2006. Acesso em: 30 jun. 2023.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2010. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico Acesso em: out. de 2023.

INEP-DATA. **Catálogo de Escolas**. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/inep-data/catalogo-de-escolas. Acesso em: 30 jun. 2023.

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar da Educação Básica**. Brasília, DF: INEP, 2010, 2012, 2014, 2016, 2018, 2020 e 2022. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/censo-escolar.

NASCIMENTO, F; BICALHO, R. Breve contextualização da educação rural no Brasil e os contrastes com a educação do campo. **Educação em Debate**, Fortaleza, n. 78. jan./abr. 2019, p. 62-75. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/44221/1/2019_art_fcbnascimentorbicalho.pdf. Acesso em: 30 jun. 2023.

RAIMUNDO, G.; VALE, A. R. Precarização das condições de trabalho e escravidão contemporânea nos cafezais do Sul de Minas durante a pandemia da COVID-19. **REVISTA NERA**, [S. l.], v. 26, n. 65, 2023, p. 81-108. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/9194. Acesso em: 30 jun. 2023.

RODRIGUES, A. C.; MARQUES, D. F.; RODRIGUES, A. M.; DIAS, G. L. Nucleação de escolas no campo: conflitos entre formação e desenraizamento. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 42, n. 2, 2017, p. 707-728. Disponível em:

https://www.scielo.br/j/edreal/a/gQ3Yj75WDy9cKTRm4dwqpjp/?lang=pt. Acesso em: 30 jun. 2023.

SIMÕES, J. C; PELEGRINI, D. F. **Diagnóstico da Cafeicultura Mineira - regiões tradicionais**: Sul / Sudoeste de Minas, Zona da Mata, Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. Belo Horizonte: EPAMIG, 2010 (EPAMIG. Série Documentos, n. 46). Disponível em: http://www.sapc.embrapa.br/arquivos/consorcio/seriedocumentos/sd_diagnostico_cafeicultura_mineira.pdf. Acesso em: 30 jun. 2023.

TEIXEIRA. R. C. do. LIMA. S. L. da. A multissérie frente aos desafios da educação do campo. **Entrelaçando**, n. 6, v.2, p. 149-158, set.-dez., 2012, ISSN 2179.8443.

WANDERLEY, M. N. B. O agricultor familiar no Brasil: um ator social da construção do futuro. In: PETERSEN, P. (org). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

Ocupar! Aquilombar! Retomar!

A Geografia Agrária e a luta de classes no Brasil

GT 13

Extensão universitária: diálogos de saberes entre o campo e a universidade

A QUESTÃO AGRÁRIA EM SERGIPE: A VIVÊNCIA GEOGRÁFICA NO QUISSAMÃ.

Anny Karollainy da Silva Lisboa[1]
Lara Beatriz Bispo Santos[2]
Diana Mendonça de Carvalho [3]

RESUMO

A questão agrária remete a lógica territorial e organizativa das propriedades rurais, diante das contradições impostas pelo processo de acumulação/subordinação capitalista e pelo desenvolvimento sócio produtivo do campo. Nesse contexto, o presente artigo tem como objetivo refletir a lógica agrária, a partir da vivência de três dias dos estudantes de Licenciatura em Geografia do Campus Professor Alberto Carvalho/Universidade Federal de Sergipe no assentamento Moacir Wanderley, vulgo Quissamã, em Nossa Senhora do Socorro-SE. A experiência desta aula de campo foi oriunda das discussões realizadas na disciplina de Geografia Agrária, como base qualitativa no materialismo histórico-dialético, em sintonia com o Turismo de Base Comunitária-TBC, que está começando a ser desenvolvido pelo assentamento. Sendo assim, foi possível que os professores/as em formação pudessem atribuir uma prática pedagógica no seu processo de aprendizagem, como também compreender os desafios e atuações do Movimento dos Sem Terra (MST) perante a luta por uma Reforma Agrária em seu sentido absoluto, o qual venha garantir equidade social e qualidade de vida para os assentados. E, deste modo, compreender a questão agrária, como um aspecto concernente da geografia agrária, em que a luta pela terra e reforma agrária se incluem como tema imponente.
Palavras-chave: Assentamento, Vivência, Geografia e Reforma Agrária.

RESUMEN OU ABSTRACT

The agrarian issue refers to the territorial and organizational logic of rural properties, given the contradictions imposed by the process of capitalist accumulation/subordination and the socio-productive development of the countryside. In this context, this article aims to reflect the agrarian logic, based on the three-day experience of Geography Degree students at the Campus Professor Alberto Carvalho/Federal University of Sergipe in the Moacir Wanderley settlement, known as Quissamã, in Nossa Senhora do Socorro. -SE. The experience of this field class came from discussions held in the Agricultural Geography discipline, as a qualitative basis in historical-dialectical materialism, in line with Community-Based Tourism-TBC, which is beginning to be developed by the settlement. Therefore, it was possible for teachers in training to be able to assign a pedagogical practice to their learning process, as well as understand the challenges and actions of the Landless People's Movement (MST) in the face of the struggle for Agrarian Reform in its absolute sense, which will guarantee social equity and quality of life for the settlers. And, in this way, understand the agrarian issue, as an aspect concerning agrarian geography, in which the struggle for land and agrarian reform are included as an imposing theme.
Key-words: Settlement, Living, Geography and Agrarian Reform.

INTRODUÇÃO

[1] Graduanda do Curso de Geografia DGEI/Campus Professor Alberto Carvalho/UFS e integrante do Grupo de Pesquisa Sobre transformações no Mundo rural (GEPRU), annykarolainy2001@gmail.com
[2] Graduanda do Curso de Geografia DGEI/Campus Professor Alberto Carvalho/UFS, bispo.lara12@gmail.com
[3] Profª Drª do Curso de Geografia da Universidade Federal de Sergipe- DGEI-UFS e integrante do Grupo de Pesquisa Sobre transformações no Mundo rural (GEPRU), dianamendoncadecarvalho@gmail.com

O sistema capitalista dentre todas as suas imposições e estratégias vem se mostrando implacável, situando-se com êxito em todos os cantos do mundo, mesmo que em crise estrutural desde 1970. Esse sistema se utiliza de táticas para romper com as barreiras e ampliar sua auto reprodução, até nas relações contrárias aos seus interesses.

Deste modo, a questão agrária remete a lógica territorial e organizativa das propriedades rurais, diante das contradições impostas pela acumulação/subordinação capitalista e pelo desenvolvimento sócio produtivo do campo. A questão agrária é visualizada "[...] como o conjunto de interpretações e análises da realidade agrária, que procura explicar como se organiza a posse, a propriedade, o uso e a utilização das terras na sociedade brasileira" (STEDILE, 2011, p.15-16). Ou seja, trata da discussão da função do bem natural mais disputado pelo capital, a terra, no cerne da geografia agrária, que envolve não só as relações de interesses, mas também todo o seu funcionamento, as significações, os cuidados, suas transformações perante o trabalho e todas as relações de ensinamentos ou não.

Nessa perspectiva, o acesso à terra por parte de inúmeros camponeses, que lutam por ela no Brasil é também uma questão trabalhada dentro da questão agrária, isto é, "[...] uma nova caminhada rumo à sobrevivência e reprodução familiar, uma vez que esta luta se estende na busca de condições favoráveis para que, juntamente com a terra conquistada, possa garantir a reprodução simples (manutenção) ou ampliada das famílias [...]" (SOUSA et al, 2010, p.02).

Em Sergipe, a perspectiva de luta pela terra e a efetivação da sua posse perpassa ações institucionais informais e formais. Informais no sentido de ocupação de propriedades improdutivas; e formais, mediante ação de órgãos, como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Diante disso, a luta por acesso à terra leva muitos camponeses a se adiantarem no processo de ocupação, visando a criação de aspectos que acelere o processo de desapropriação pelas instâncias formais, ressignificando a prática dos trabalhadores rurais como sujeitos da reforma agrária.

Por isso, a importância dos licenciandos em geografia conhecerem e vivenciarem os assentamentos do próprio Estado, haja vista despertar a curiosidade e reflexão sobre as etapas de reforma agrária promovida pela luta por acesso à terra; assim como, alicerça um caminho de visibilidade aos movimentos e reafirma a necessidade de luta por reforma agrária nesse país latifundiário. Nesta condição, os estudantes da turma de Geografia (2020.2) da Universidade Federal de Sergipe-Campus Professor Alberto Carvalho dispuseram na prática da oportunidade de estar no Assentamento Moacyr Wanderley,

vulgo Quissamã, por 03 (três) dias, numa aula de campo que abarcou todo o conteúdo teórico, desde os conceitos agrários até a problematização e resistência do camponês, visto na disciplina de Geografia Agrária.

Nesse viés, o presente artigo tem como objetivos:

- Analisar a questão agrária em Sergipe;
- Desmitificar as ideias pré-concebidas do que é um assentamento;
- Demarcar as experiências e especificidades vivenciadas no assentamento.

Sendo assim, o presente artigo tem como intuito atribuir e levar ao leitor as dimensões reflexivas acerca da atuação e da vivência dos assentamentos na formação dos estudantes de Geografia, perante a utopia de uma reforma agrária válida e concreta, de acordo com os ideais do camponês. A formulação desse artigo se deu a partir da compreensão e percepção do que seria um assentamento, relacionando a teoria com a prática.

METODOLOGIA

Para essa execução do artigo foi realizado antes da prática, levantamento bibliográfico que trabalhasse com o tema assentamento e sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). A aula de campo partiu de objetivos exploratórios, com o intuito de observar a estrutura do assentamento, como também as relações que ali ocorre. Posto isso, a aula de campo ocorreu nos dias 29, 30 e 31 de agosto do ano de 2022, com a participação de 16 alunos, que foram divididos em grupos, pois quando chegou no assentamento Quissamã, os membros foram distribuídos para as casas de 5 família que nos receberam durante os dias definidos.

No decorrer do campo, foi realizada diversas atividades, como rodas de conversas com os moradores, vivências no assentamento a partir de visualização e lidas nos quintais produtivos e pontos de referência (Posto de saúde, Tanque coletivo, Centro de Capacitação Canudos, Escola). Por essa experiência foi possível compreender o funcionamento e as condições dos assentados e construir nossa própria vivência.

Logo, o presente artigo foi desenvolvido a partir do relatório elaborado da aula de campo no Assentamento Moacir Wanderley, conhecido popularmente por Quissamã, com base qualitativa no materialismo histórico-dialético.

REFERENCIAL TEÓRICO

A questão agrária referência tudo aquilo que tem a ver com a terra rural, isto é, tudo aquilo que trata da propriedade da terra, do trabalho e renda rural. A relação desses fatores teve condições históricas desiguais estabelecidas no território brasileiro. Diante da dialética proveniente dos entrepostos e imposições do capitalismo é possível atrelar a disseminação dos assentamos com a materialização das lutas, das resistências e das diversas relações do homem para com a natureza, na condição do desenvolvimento histórico-territorial do país.

Sendo assim, segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA (2020), pode-se entender o assentamento como um conjunto de unidades agrícolas, em que cada família camponesa recebe uma parcela ou lote para sua subsistência. Os assentamentos podem ser compreendidos como não reformadores e reformadores, ou seja,

> De modo geral os assentamentos *não reformadores* são os reconhecimentos de posse, assentamentos criados em terras públicas, unidades de conservação sustentáveis e outros projetos de caráter ambiental. Esses assentamentos se confundem com a política ambiental e de ocupação do território. A criação de unidades de conservação de uso sustentável, reconhecida como assentamentos rurais, não desconcentra a terra. Essas áreas não fazem parte da estrutura fundiária e geralmente são criadas em terras públicas, o que não implica a desapropriação de terras. Também a regularização de posses não implica em desapropriação. Dessa forma, consideramos que o reconhecimento de posse e a criação de assentamentos em terras públicas são formas de alterar a estrutura fundiária com a adição de novas áreas e de novos detentores sem que seja necessário *reformar* as áreas que previamente compunham a estrutura fundiária, ou seja, dividir as terras. No caso dos assentamentos *não reformadores* o campesinato se territorializa sem que haja a desterritorialização do latifúndio. Para os assentamentos *reformadores* as terras são arrecadas geralmente, a partir da desapropriação, o que representa o mais alto grau de reforma da estrutura fundiária na legislação brasileira atual (GIRARDI, 2008, p. 255 apud COCA, 2013, p.186-187)

No Brasil, os assentamentos estão em maior número na região "Nordeste, com 45% do total, sendo seguido pelo Norte, que possui 22%. O Norte é a macrorregião com maior quantidade de tipos, possuindo 18 dos 20 que existem em escala nacional" (COCA, 2013, p.175). Esse fato pode ser explicado por diversas ações históricas, que decorrem da invasão dos europeus ao território brasileiro, assim como do processo de colonização que origina a denominação de América, o qual

> [...]é inserido como sobreposição a outras designações e representações de mundo que os habitantes originários atribuíam aos seus espaços de vida. Com o advento da conquista e a incorporação de um quarto continente ao quadro de mundo cristão, as designações "Índias Ocidentais" e "Novo Mundo", duas outras formas como também foram batizadas as novas possessões coloniais de Espanha e Portugal, são inseridas no imaginário de mundo europeu e coexistem com a designação de América.
> O conceito de "Novo Mundo", ao implicar um sentido de anterioridade dos continentes europeu, africano e asiático em relação à América, silenciou a contemporaneidade histórica desta, ignorando sua coexistência com as demais regiões (MIGNOLO, 2007 *apud* GONÇALVES E QUENTAL, 2012. p.03).

Desse modo, podemos olhar o Brasil como produto do resultado de um genocídio massivo, da decolonialidade e do furto contínuo de seus recursos naturais pelos estrangeiros, sobretudo europeus. Ações que geraram impactos no território, na medida em que a terra passou a ganhar valor, constituindo-se imensos latifúndios nas mãos de uma população branca e detentora de capital e mão-de-obra escrava.

Em 1850, com a aprovação da Lei de Terras, séculos de usurpação dos solos brasileiros passam a ser legitimados nas mãos dessa minoria detentora de riquezas, deixando à mercê do direito fundiário, os povos originários, reais donos das terras. Desse episódio legalista, milhares de povos escravizados e naturalizados no Brasil, sobretudo os africanos, foram desvalidos do direito e acesso à terra de/para o trabalho, gerando consequências incalculáveis para a sociedade e economia rural brasileira.

Por isso, os movimentos sociais, começam a se articular no intuito da luta. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST, por exemplo, se autocaracterizou como um movimento de massas, com base social camponesa em 1989 (STÉLIDE, 2011). O Movimento, do qual o Quissamã faz parte, batalha para atingir os seus objetivos que são: lutar pela terra, lutar por Reforma Agrária, lutar por uma sociedade mais justa e fraterna, a fim de modificar a situação desigual da distribuição de terras. Assim, pode-se entender que:

> a reforma agrária deve ser entendida na perspectiva da conquista da propriedade da terra pelos camponeses, ocasionando uma melhora na sua qualidade de vida e consequentemente fortalecendo-o enquanto classe social. A conquista da propriedade é entendida tanto para os agricultores sem-terra que são assentados como para os que estão na terra como posseiros. (COCA, 2013, p.191)

Para Stedile (2011, p.165), "a reforma agrária autêntica continua sendo a bandeira de libertação nacional", na medida que

> Esta conquista de um lote de terra via reforma agrária (ou política de assentamento rural), tem sido um processo marcado por lutas, violência e poucas conquistas, uma vez que o número de famílias que ainda não tiveram acesso a terra (acampados em torno do latifúndio, às margens das rodovias ou marginalizados nas cidades) é superior ao número dos que alcançaram esta conquista. (SOUSA et al, 2010, p.02).

Em Sergipe, este cenário de disputas, violência e conflitos não é diferente. O estado apresenta uma

> [...] grande concentração de assentamentos na região do Alto Sertão e no Baixo São Francisco, apesar das condições geoambientais não favorecem a agricultura. Para Silva e Lopes (1996), a explicação pode ter as seguintes vertentes: de um lado, são regiões com alta densidade de latifúndios e fazendas de criação extensiva de gado, habitadas por milhares de trabalhadores rurais e camponeses pobres; de outro, concentram sindicatos atuantes de trabalhadores rurais e entidades como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Movimento Eclesial de Base (MEB) e a Diocese de Propriá, que apoia as lutas do campo. (CUNHA, et al, 2010, P.15)

O assentamento Moacir Wanderley, conhecido por Quissamã, está localizado entre os municípios de São Cristóvão e Nossa Senhora do Socorro, na região Metropolitana de Aracaju, distando 15km dessa capital (Figura 01). A área onde se encontra o assentamento perfazia uma "[...] Estação Experimental de Algodão, posteriormente transformada em Estação Experimental de Pecuária Leiteira da Empresa Brasileira de Pesquisas Agrícolas (EMBRAPA) e desativada no início dos anos oitenta" (SANTANA, 1997, P,48). A área com 365,92 hectares, após ocupação de 150 famílias em agosto de 1991, teve a concessão de lotes de assentamento definidos pelo INCRA e MST para 37 famílias em agosto de 1993.

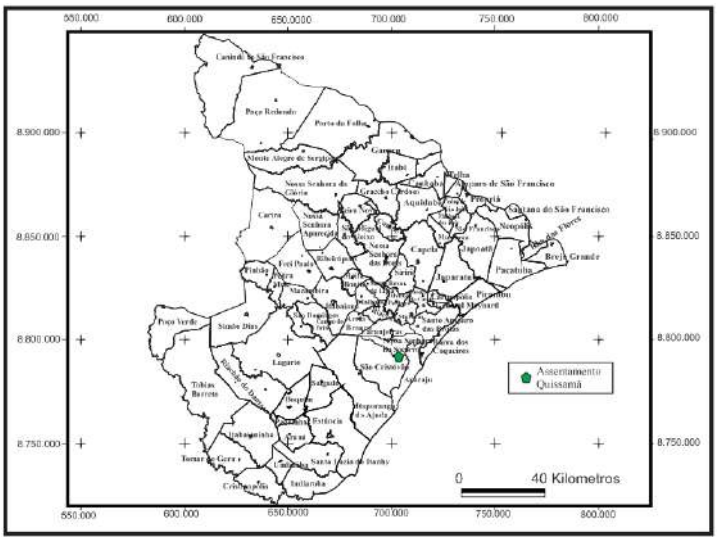


Figura 01 – Assentamento Quissamã. Fonte: Base Cartográfica SEPALNTEC (2004).

Nessa perspectiva, “na Geografia, é comum a utilização da expressão “questão agrária” para explicar a forma como as sociedades e as pessoas vão se apropriando da utilização do principal bem da natureza, que é a terra, e como vai ocorrendo a ocupação humana no território” (STEDILE, 2011, p. 15). Então, para um licenciando/a em Geografia apreender isso em uma aula de campo, na prática faz com que ele/a, compreenda a condição/origem de um assentamento e construa conhecimento de uma prática pedagógica para quando estiver lecionando, uma vez que o ensino de Geografia deve partir da realidade do educando.

Posto isto, o Turismo de Base Comunitária-TBC, liderado por Rosa Oliveira, militante da causa e estudante de mestrado em Turismo no Quissamã pode ser

> [...]compreendido como um modelo de desenvolvimento turístico, orientado pelos princípios da economia solidária, associativismo, valorização da cultura local, e, principalmente, protagonizado pelas comunidades locais, visando à apropriação por parte dessas dos benefícios advindos da atividade turística (MTur, 2008 apud BARTHOLO et al, 2009 p.145).

Portanto, articular as aulas de Geografia com o turismo de base comunitária, que está sendo desenvolvido no assentamento em questão, é uma oportunidade de experiências, até porque a turma foi a primeira a participar desta proposta feita pelo Quissamã. Essa vivência promoveu a reflexão dos acadêmicos quanto aos impasses e as vitórias de um assentamento, no que tange a luta, o dinamismo do próprio reconhecimento e o esperançar por uma sociedade mais equitativa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A luta dos assentados é diária, sendo preciso “[...] compreendermos o camponês como uma classe social que tem resistido historicamente, sob diferentes formas (assentados, posseiros, rendeiros, etc) à sua destruição” (FILHO, 2005, p.55). A luta estabelecida por esse sujeito social é uma “[...] luta política contra o capital, cuja principal forma de (re)camponesação passou a ser as ocupações de terra” (FILHO, 2005, p..55) .

Diante dessa problemática, discutir sobre a reforma agrária é reviver todo o passado e forma de colonização do Brasil, que se impõe na desigual ocupação socioeconômica, mediante práticas exploratórias que foi imposta e se faz presente na sociedade atual. Por isso, a necessidade de refletir a reforma agrária mediante a dialética

do antagonismo e contradições que se assevera na propriedade privada da terra, no sentido de tantos com pouco e poucos com muito. Pela condição de monopólio da terra, os gestores do agronegócio controlam "[...]as oportunidades de ocupação e trabalho na agropecuária brasileira, e doutro lado, a massa trabalhadora do campo, que depende dessas oportunidades para conseguir seus meios de subsistência" (STEDILE, 2011, p.80).

Deste modo, discutir a reforma agrária ocorrida em Sergipe perpassará a luta e a conquista de um lote de terra, assim como a esperanças suscitadas nas famílias. Porém, como em todo o país, essa reforma é feita por meio de distribuição de terras e disposição de algumas políticas de assentamento, mostrando-se incoerente por não agregar a liberdade substantiva e social tão prezada por Sen (2010) para a promoção do pleno desenvolvimento.

A política de instalação de assentamentos fora estimulada com a criação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), na década de 1970, sendo suspenso em 1987, e sendo retomada pela Política Agrícola e Fundiária e de Reforma Agrária, trazidas pela Constituição de 1988, que reestabelece as funções do INCRA, em 1989, com novas funções, dentre as quais, questões referentes à política fundiária (CARVALHO, 2018). Hoje, o Brasil agrega 9.374 projetos de assentamentos, numa área de aproximadamente 88 milhões de hectares, com 972.289 famílias (INCRA, 2017). Nesses espaços se edifica a esperança de nova forma de vida, com segurança de moradia, geração de renda com produção e condição de vida e trabalho dignas para milhares de camponeses pobres.

Em Sergipe, a luta pela terra tem seu foco principal, entre 1978 e 1990, com o registro de 21 conflitos por reforma agrária, envolvendo cerca de 2.000 famílias, que definiram ações por parte do Estado, como a instalação da Divisão Estadual Técnica, vinculada a Superintendência Regional do Leste Setentrional, que atuou na desapropriação da Fazenda Santana dos Frades, no município de Pacatuba (CARVALHO, 2018). Hoje, o INCRA (2017) contabiliza a existência de 243 assentamentos no estado de Sergipe, com 200 mil hectares de terras distribuídas entre 10.972 famílias.

Dentre os assentamentos efetivados pelo INCRA está o Moacir Wanderley, conhecido popularmente como Quissamã. A vivência dos acadêmicos nesse assentamento, valorou a experiência vivida pelos camponeses na sua labuta diária. Esse campo teve início com a apresentação do roteiro das atividades que seriam realizadas, em seguida era servido o almoço, conhecemos as casas que cada grupo se alojou, descansamos um pouco e às 14h tivemos uma roda de conversa, com a participação da

turma, guia local, historiadora, Secretário de Agricultura do Município, professora e um dos primeiros moradores do assentamento (Figura 02). Esse último ficou responsável por contar sobre a história de como começou o assentamento.

Figura 02- Roda de conversa. Fonte: Bispo, 2022.

A realização dessa roda de conversa foi de suma importância, porque conseguimos sintetizar o que foi trabalhado em sala de aula e o que é vivido na prática pelos assentados, contribuindo de forma positiva, em relação a proposta da aula de campo, como também na nossa formação. Na parte da noite foi realizado um jantar coletivo, posteriormente, uma social com alguns moradores e a turma, depois cada grupo foi para suas respectivas casas.

O assentado por luta nos informou como ocorreu o processo de ocupação no dia 03 de agosto de 1991. Esse sujeito de luta contou que 150 famílias saíram de vários estados para Nossa Senhora do Socorro; e no dia 04 entraram na terra, começando as ações de perseguição. Essas famílias construíram barracas, salão de reunião e banheiros, que foram destruídos por policiais. Os assentados fugiram e ocuparam a praça Fausto Cardoso em Aracaju, mas foram presos. Soltos, voltam com suas famílias para o terreno, onde hoje é o assentamento, e no dia 13 de agosto de 1993, após meses de luta, perseguições e sofrimento, conseguem a emissão de posse da terra (SANTANA, 1997).

Vale ressaltar, que cada morador pagou centavos por centavos das terras que foram ocupadas, com a emissão do título da terra realizaram diversos projetos, entre os quais, o Prometo, o qual tinha como objetivo a compra de ferramentas e sementes para os assentados produzirem. A princípio começam com a produção coletiva, mas, depois passam para a produção individual. O assentado também retrata as vitórias e conquistas, pois, hoje os assentados têm seus filhos formados em diversas áreas, como também os próprios participaram de cursos técnicos, tudo isso, graças as suas lutas.

No segundo dia, às 07h da manhã, aconteceu o café coletivo, preparado por dona D. e M. (moradoras do assentamento). Após o café, começou a visita a alguns quintais produtivos e pontos de referência do assentamento, sendo a primeira parada no quintal

produtivo de seu Z. G., que realiza a plantação de macaxeira e amendoim de forma associada e sem a utilização de produtos químicos. Esse cultivo é voltado à sua sobrevivência, seja vendendo ou dividindo com seus amigos. Em seu quintal ainda, tem diversas fruteiras, como pé de cana-de-açúcar, laranjeiras, entre outras (Figura 03).

Figura 03- Quintal produtivo de Z. G. Fonte: Lisboa, 2022.

Logo depois, fomos visitar o Centro de Capacitação Canudos, que se encontra em estado de reforma, porém abandonado pelo governo. O espaço é bastante importante para execuções de atividades desenvolvidas pelos assentados, pois apresenta uma sala de recepção, um auditório com capacidade para 400 pessoas, dormitórios, sala de estação digital, além de um refeitório coletivo e uma ciranda infantil, onde as mães deixavam seus filhos para poderem estudar e trabalhar (Figura 04). Infelizmente pela ausência de reforma esses movimentos comunitários estão estagnados.

Figura 04- Centro de capacitação “Canudos”. Fonte: Lisboa, 2022.

A continuação da visita deu-se aos quintais produtivos de seu Z. A., M. e na chácara de seu A. (Figura 05). Os cultivos eram orgânicos com a produção de tomate, coentro, ervas medicinais, abóbora; bem como, se tinha a criação de animais, como porcos, galinhas, cabras, ovelhas e gado, que através do leite gerava renda (Figura 06).

Figura 05- Quintal produtivo de Zé Augusto. Fonte: Bispo, 2022.

Figura 06- Criação de porcos de uma assentada. Fonte: Bispo, 2022.

Por fim, visitamos o tanque coletivo e voltamos para o espaço do Quissamã local, onde toda a turma se reuniam para socializar e realizar as refeições. O almoço foi novamente coletivo e, às 14h, continuamos nossa visita. Dessa vez, fomos para o posto de saúde: Unidade Básica de Saúde Maria Leonice Nascimento, onde foi explicado o funcionamento do posto e o quanto ele é representa em termos de conquista para os assentados. Depois, realizamos uma pesca no tanque de P. D., contamos com a ajuda do assentado (Figura 07).

Figura 07- Tanque P. D. Fonte: Lisboa, 2022.

No momento, o assentamento conta com algumas estruturas coletivas, como o curral, a pocilga, caixa/poço de água, tanques e o local que foi cedido para praça. Na parte da noite, teve o jantar coletivo e a noite cultural, que contou com a participação de alguns assentados, o secretário de turismo e da agricultura e as famílias que receberam os alunos. Tivemos show ao vivo com uma cantora da região e apresentação de um casamento caipira, organizados pelos alunos e a guia. Essa noite foi indescritível, pois a harmonia sentida entre os alunos, os moradores e os outros convidados foi sinergética, com muita alegria e conexão.

No terceiro dia, 31 de agosto de 2022, pela manhã, mais uma vez realizamos o café coletivo, depois visitamos a Escola Estadual Rural Educador Paulo Freire, onde eles apresentaram uma horta que fica sob os cuidados dos alunos e de outro

assentado. Essa horta serve às refeições dos discentes, como eles também podem levar para casa.

Visitamos também, o quintal produtivo do Deputado Federal João Daniel, em que é realizado a criação de ovelhas, galinhas e porcos. Conhecemos um pouco do Rio Poxim e sua mata ciliar, subimos para o quintal fitoterápico da senhora M., que realiza o plantio de ervas medicinas, para a criação de chás, remédios e xaropes, que ela vende (Figura 08). Desse modo, finalizamos nossa visita aos quintais dos assentados.

Figura 08- Rio Poxim. Fonte: Bispo, 2022.

Essa experiência foi de suma importância para compreendemos o funcionamento do assentamento e também para conhecer alguns dos seus moradores, e assim, mudar totalmente a concepção rebuscada que se tinha desses espaços. Na verdade, o que fica como ensinamento é que mesmo que trabalhem de forma individualizada, os moradores desse espaço definido como assentamento tem muito em comum: a solidariedade entre seus membros e a luta. Luta a qual perpassa a terra, a sobrevivência e os mínimos direitos sociais. No Quissamã observou-se que a população é bastante unida, pois, sempre era relatado que os produtos produzidos eram divididos e, também, a forma de conversa e a consideração de todos entre si, realmente, perfaziam uma grande família, que deve ser valorizada.

Às 14h tivemos o encerramento, que foi realizado através de uma roda de conversa, com relatos sobre as trocas de experiências e com a expressão de cada família, que recebeu os alunos em suas casas (Figura 09). Essas famílias relataram como foi conviver esses dias com os acadêmicos de geografia, circunscritos a alguns pontos: a receptividade, o acolhimento, o aumento da conexão entre a turma, a representação feminina, a paz com o “eu”, a desmitificação do que é um assentamento, entre outros. Ao final dessa roda, foi entregue uma muda para cada aluno de forma simbólica.

Figura 09- Roda de Conversa entre famílias assentadas e alunos acolhidos. Fonte: Lisboa, 2022.

Para encerrar, também plantamos todos juntos uma árvore no assentamento para que a nossa visita no Quissamã nunca seja esquecida. Temos certeza que todas as vezes que eles olharem aquela árvore, vão se lembrar dessa experiência maravilhosa, como a gente também. Por fim, com todo o respeito a luta do movimento declamamos o hino do MST, que foi um momento de muita emoção, pois não conseguimos conter nossas lágrimas, as palavras para resumir esses dias no Quissamã, são conhecimento e gratidão.

Nesse viés, os licenciandos em Geografia da turma descrita vivenciaram da rotina e das atividades desenvolvidas pelos assentados. A experiência foi planejada pelos próprios assentados, que pretendem continuar a desenvolver o turismo de base comunitária no Quissamã. Portanto, segundo Cavalvanti (2016, p.22):

> A Geografia defronta-se com a tarefa de entender o espaço geográfico num contexto bastante complexo. (…) A ideia que subjaz nessas interpretações é a de que estamos vivenciando, hoje, um espaço fluido, não "localizável" mecanicamente, e um tempo irreversível, imprevisível e simultâneo (...) a compreensão do mundo atual requer a percepção de uma nova "conexão" espaço-tempo, tornando-se uma só categoria de explicação da realidade.

E a vivência geográfica no Quissamã não só cria uma interpretação de mundo para cada licenciando, como também especializa uma concepção mais crítica do que venha a ser a Reforma Agrária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A vivência no Quissamã foi uma experiência que reflete o reconhecimento do espaço vivido sobre inúmeras famílias que lutaram por um lugar para sobreviver. Foi a definição de um novo olhar diferenciado e plausível sobre questões pertinentes aos

assentamentos e aos movimentos decorrentes. Esse proporcionou melhor conhecimento sobre o movimento da Reforma Agrária em Sergipe, que não fora realizado em sua forma plena, mas que contribuiu de uma forma plausível para que os movimentos sociais como o MST ganhassem força.

Além disso, alimentou o processo de ensino-aprendizagem dos acadêmicos, ao dar a esses a experiência e oportunidade de tecer suas próprias reflexões sobre o sentido do ser assentado, no seu sentido pleno e singular, desmistificando aquilo que era expresso pela sociedade sobre o que seria um assentamento. Assim, a luta, os momentos, as risadas, as lágrimas, as falas, os gestos, a história do assentamento e a nossa própria história integraram esta experiência de forma intensa. Por essa, acreditamos na singularidade e na significação desses dias em nossas vidas. As conexões foram para além da aprendizagem, o que cada um sentiu só pode ser expressado por si, até porque tocou cada discente em um ponto específico.

Desta forma, o presente trabalho tem como intuito proporcionar ao leitor, o conhecimento sobre a Reforma Agrária em Sergipe, além de promover o compartilhamento da experiência e vivência geográfica no assentamento Quissamã. Esse também amplia o entendimento em relação ao funcionamento e estrutura de um assentamento em suas diversas particularidades, possibilitando uma visão reflexiva e crítica sobre as diferentes formas de organização do espaço.

REFERÊNCIAS

ALVES, W. G.; MAGALHÃES, S. M F. O ensino de Geografia nas escolas do campo: reflexões e propostas. **Revista da Casa da Geografia de Sobral**, Sobral, v.10, n1, p.79-91,2008.

BRUYNE, P. de, et. al. **Dinâmica da pesquisa em Ciências Sociais -** Os polos da prática metodológica. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.

COCA, E. L. de F. Debatendo o conceito de reforma agrária: considerações sobre os tipos de assentamentos rurais no Brasil. **CAMPO-TERRITÓRIO revista de geografia agrária,** v. 8, n. 16, p. 170-197, ago. 2013

CUNHA, B. G., et. al. As interfaces e os resultados da construção multidisciplinar do mapa da reforma agrária em Sergipe. **UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE/ NPGEO,** Sergipe, p.-01-18, 2010.

CARVALHO, D. M. de. **Trajetórias do Pronaf em Sergipe.** São Cristóvão: EDUFS, 2018.

CAVALCANTI, L. de S. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. SP: Ed. Papirus, 2016.

FILHO, E. da S. R. A ofensiva do capital no campo brasileiro e a resistência do campesinato. **REVISTA NERA,** Presidente Prudente, ano 8, n.6, p. 46-58, jan./jun. de 2005.

GONÇALVES, C. W. P.; QUENTAL, P. de A. Colonialidade do poder e os desafios da integração regional na América Latina. **Polis. Revista Latinoamericana,** n.31, dezembro, 2012.

INCRA. **Assentamentos,** 2020. Disponível em: https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos. Acesso em: 23 ago. 2023

INCRA. **Incra nos Estados - Informações gerais sobre os assentamentos da Reforma Agrária.** 2017. Disponível em: https://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php. Acesso em: 14 jun. 2023.

INCRA - Superintendência Regional Sergipe. **Assentamentos - Informações Gerais.** 2017. Disponível em < https://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>. Acesso em 14 jun. 2023.
Nossa Senhora do Socorro. Cidade-brasil, 2021. Disponível em: www.cidade-brasil.com.br/municipio-nossa-senhora-do-socorro.html. Acesso em :06/06/2023

SANTANA, M. C. S. **Participação e política produtiva: Estudo das relações de gênero no assentamento Moacir Wanderley Quissamã (SE).** Dissertação apresentada no curso de
Mestrado na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Campina Grande: 1997. Disponível em <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/xmlui/handle/riufcg/2290?show=full>. Acesso em 25 out. 2023.

SANSOLO, D. G. e BURSZTYN, I. Turismo de base comunitária *apud* BARTHOLO, ROBERTO, et. al. **Turismo de base comunitária:** diversidade de olhares e experiências brasileiras. 1. ed. Rio de Janeiro: Nova Letra Gráfica e Editora, 2009, p.142-161.

SOUSA, J. M.M. et. al. A reforma agrária e a qualidade de vida das famílias assentadas em Sergipe. **Universidade Federal de Sergipe,** Sergipe, p.01-54, 2010.

STEDILE, J. P. **A questão agrária no Brasil:** o debate tradicional 1500-1960. 2. ed. São Paulo. EXPRESSÃO POPULAR, 2011.

DIÁLOGO DE SABERES ENTRE O CAMPO E A UNIVERSIDADE: ESTUDO DE CASO DA COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA NOVA SANTA RITA-RS (COOPAN)

Daniele Araújo Ferreira[1]

Vanessa Oliveira da Silva[2]

Profª. Drª. Carmen Rejane Flores[3]

RESUMO

O presente trabalho é fruto das reflexões realizadas durante a disciplina de Desenvolvimento Rural Sustentável, realizada no Programa de Pós Graduação em Geografia (PPGGeo) da Universidade Federal de Santa Maria/RS, quanto às práticas de produção e desenvolvimento sustentável, destacando a agroecologia que ocorre na prática pela simbiose e interação entre os conhecimentos tradicionais e técnico-acadêmicos. Dessa forma, o presente trabalho tem como objetivo realizar um relato de experiência e troca entre o meio acadêmico, estudantes e pesquisadores, visando impulsionar os saberes e a socialização dos conhecimentos adquiridos na Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Santa Rita-RS Ltda. (COOPAN), localizada na cidade de Nova Santa Rita-RS. Ao passo que, tal discussão se justifica, pelo fato de se escolher como objeto de estudo e campo de extensão, esta cooperativa que possui destaque no cenário nacional e internacional para práticas agroecológicas, desenvolvimento sustentável e também por possuir relação direta com os movimentos sociais e de reforma agrária. Para tanto, buscou-se realizar uma análise qualitativa, através da metodologia da "sistematização de experiência" com base em Holliday (2006). Por meio dos resultados, pode-se observar a importância dos agentes locais, principais envolvidos no processo, desde o planejamento, execução e entrega do produto final, além da importância das ações de extensão para divulgação desse conhecimento.

Palavras-chave: agroecologia; desenvolvimento sustentável; cooperativismo; assentamentos.

RESUMEN

El presente trabajo es el resultado de reflexiones realizadas durante la disciplina de Desarrollo Rural Sustentable, realizada en el Programa de Posgrado en Geografía (PPGGeo) de la Universidad Federal de Santa María, en torno a prácticas de producción y desarrollo sustentable, entre ellas, destacando la agroecología que se da en la práctica a través de la simbiosis e interacción entre los conocimientos tradicionales y los técnicos-académicos. Esto significa que

[1] Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia (UFSM), bolsista Capes, danielearaujo0379@gmail.com

[2] Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia (UFSM), bolsista Capes, vanessa-silva.1@acad.ufsm.br

[3] Docente no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGeo/UFSM), carmenrejanefw@gmail.com

el conocimiento agroecológico es construido por diferentes agentes, en un proceso común. De esta forma, el objetivo es realizar un relato de experiencia e intercambio entre el ambiente académico, estudiantes e investigadores, con el objetivo de potenciar el conocimiento y la socialización de los conocimientos adquiridos en la Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Santa Rita-RS Ltda. (COOPAN), con sede en la ciudad de Nova Santa Rita-RS. La elección como objeto de estudio y campo de extensión se justifica, por su importancia en el escenario nacional e internacional para las prácticas agroecológicas, el desarrollo sostenible, así como su relación directa con los movimientos sociales y la reforma agraria. Por lo tanto, buscamos realizar un análisis cualitativo, utilizando la metodología de "sistematización de la experiencia" basada en Holliday (2006). A través de los resultados, se puede observar la importancia de los agentes locales, los principales involucrados en el proceso, desde la planificación, ejecución y entrega del producto final, además de la importancia de las acciones de extensión para difundir este conocimiento.

Palabras clave: agroecología; desenvolvimiento sustentable; cooperativismo; asentamientos.

INTRODUÇÃO

Destaca-se que o conceito de desenvolvimento teve início no período pós guerra, com o intuito de reconstrução econômica e social. De acordo com Sachs (1996) essa ideia permeou as nações por anos, onde o resultado desse processo tem sido uma constante perda da diversidade em todos os sentidos. Além disso, a revolução industrial e tecnológica, que tangencia a busca incessante pelo crescimento financeiro através de meios de exploração, alcançou o campo ampliando as áreas de monocultura, colocando em risco a diversidade, o meio ambiente e a soberania alimentar.

Neste contexto encontra-se o espaço agrário brasileiro, onde a modernização da agricultura foi propagada pelo poder hegemônico desde a metade do século XX com o discurso de aumentar a produção e a produtividade de culturas de interesse internacional, mediante a inserção de inovações tecnológicas e a transformação das relações de capital e trabalho, bem como as alterações nas configurações socioespaciais. Tal processo ficou conhecido como "Revolução Verde" que alterou a formas produtivas, gerando o aumento de monoculturas nas grandes propriedades, ampliou o uso de todos os insumos ligados a agricultura e pecuária e posteriormente desenvolveu a integração de capitais financeiros fortalecendo toda a cadeia produtiva do (agro)negócio.

Com essa "concorrência desleal", a agricultura familiar se viu cada vez mais desvalorizada perante o mercado de venda direta e as políticas públicas. Frente a esse processo, surgem movimentos sociais como forma de resistência do campo, ligados ao campesinato. Tais movimentos se organizam de forma a conquistar os seus direitos básicos para sobrevivência e manutenção de suas atividades, fortemente ligadas às questões identitárias. Dentre as pautas que dialogam com os movimentos sociais

busca-se junto à esfera pública, o reordenamento de terras, que é viabilizada pelo do órgão oficial governamental vinculado à reforma agrária, INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária).

Associada à agricultura familiar, a agroecologia ocorre pela simbiose entre os conhecimentos tradicionais, científicos, e técnico-acadêmicos. Isso significa que esses conhecimentos são elaborados por diferentes agentes, em um processo comum, por isso são ações muito importantes de extensão e troca. Kunzler e Wizniewsky (2012) afirmam que a agroecologia está vinculada a agricultura familiar e a organização dos assentamentos, o que demandou um longo processo de amadurecimento social e político dos integrantes, almejando a visão não só de um novo paradigma, alicerçado no respeito, nas relações éticas e harmônicas entre a natureza e os bens naturais, a agroecologia, mas também para com as práticas empíricas de produção e abastecimentos de seus produtos.

Com base nessas premissas, o presente artigo tem por objetivo realizar uma discussão pautada na experiência ocorrida entre estudantes acadêmicos, pesquisadores e comunidade assentada, visando impulsionar os saberes e a socialização dos conhecimentos adquiridos na Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Santa Rita-RS Ltda. (COOPAN), localizada na cidade de Nova Santa Rita-RS.

METODOLOGIA

Buscou-se realizar uma análise qualitativa por meio da observação e relatos de experiências, de uma comunidade assentada que tem como prática a produção agroecológica, através da metodologia da "sistematização de experiência". Para Holliday (2006), a sistematização de experiência consiste em, além de compilar e ordenar dados e informações relacionadas a alguma experiência, também obter aprendizagens críticas a partir de tais experiências. O autor afirma que as experiências são processos vitais e únicos, inéditos e irrepetíveis, por isso, elas expressam uma enorme riqueza acumulada de elementos.

Kaufmann & Wizniewsky (2021, p.62) apontam algumas condições para a realização das sistematizações de experiências, tanto pessoais como institucionais, são elas: a) Interesse em aprender da experiência; b) Sensibilidade para deixar falar a experiência por si mesma c) Habilidade para fazer análise e síntese; d) Busca de coerência para o trabalho de equipe; e) Definição de um sistema que articule o funcionamento institucional; e f) Impulsionar um processo acumulativo na instituição.

A escolha da COOPAN como campo de extensão, se deve à sua importância no cenário nacional e internacional para práticas agroecológicas de desenvolvimento sustentável, e também sua relação direta com os movimentos sociais e a reforma agrária, onde os agentes locais são os principais envolvidos no processo e em toda cadeia produtiva desde o planejamento, execução e o produto final.

REFERENCIAL TEÓRICO

O processo de formação do território brasileiro, sofreu influência e impacto das grandes transformações sociais e econômicas a nível global, que foram se desencadeando em diferentes fases. Dentre essas fases, destaca-se o processo da revolução industrial que impactou profundamente o modo de vida e de produção, alterando os processos e gerando mudanças visíveis na organização espacial e da paisagem. Dentre essas mudanças, observou-se um grande crescimento da urbanização e do êxodo rural provocando um impacto pelo "esvaziamento do campo" e consequentemente, pelo avanço das manchas industriais e urbanas, gerando um movimento de classes, especificamente a trabalhadora (FERNANDES, 1999, 2008).

Em um segundo momento, a Revolução Verde alterou o processo produtivo no campo daqueles que permaneceram, porém sem receber apoio e incentivo devido. Muitos desses sujeitos venderam suas terras, ou arrendaram para grandes empresas e corporações, gerando o aumento das monoculturas em grandes propriedades, o incremento de maquinários e de agrotóxicos. Com essa "concorrência desleal", a agricultura familiar e o campesinato se viram cada vez mais desvalorizados perante o mercado e as políticas públicas e de incremento.

Para entender esse processo, é necessário observar os dados, pois segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2006), no Brasil, apenas 20% das terras agricultáveis pertencem a pequenos produtores familiares. Apesar desse panorama, a agricultura familiar é responsável por mais de 80% dos empregos gerados no campo ou das ocupações produtivas no desenvolvimento da sociedade, ocupando lugar tão importante no espaço rural na geração de renda local, fixando o homem no campo.

Segundo dados dos Censos Agropecuários de 2006 e 2017, esse tipo de agricultura reúne o maior número de unidades produtivas no país e contribui com parcela significativa de empregos associados às atividades agropecuárias, artesanais e agroindustriais a ele vinculadas, seja no campo ou na cidade. Observando apenas esses

aspectos básicos, pode-se depreender que a agricultura familiar possui um papel importante para a segurança alimentar nacional, ao colaborar com o consumo interno e alimentar das cadeias locais e regionais de produção e distribuição de alimentos diversificados.

O IBGE (2020) afirma que:

> Do total de estabelecimentos agropecuários e aquicultores nacionais (5 073 324), 76,8% correspondiam à agricultura familiar (3 897 408), ocupando 23,0% do total da área dedicada a atividades agropecuárias. Uma pequena parcela desses estabelecimentos é classificada como de produtores sem área (1,4%). Esse grupo inclui produtores em terras arrendadas, ocupadas ou em parceria, além de extrativistas, produtores de mel, criadores de animais em beira de estrada, produtores na vazante de rios, roças itinerantes e em beira de estrada; que se concentram em sua maioria nas Regiões Nordeste (76,8%) e Norte (14,5%) do País. A agricultura familiar dava ocupação, em 2017, a 66,3% dos trabalhadores em atividades agropecuárias. Em relação aos produtores de agricultura familiar, 81,0% estavam na condição de proprietário das terras. Quanto à idade, foi observada maior concentração em faixas etárias superiores aos 55 anos, padrão diferente da agricultura não familiar que registrou maior presença de produtores nas faixas de até 55 anos. O levantamento inédito sobre a cor ou raça dos produtores, apresentado detalhadamente adiante, mostrou maiores percentuais de estabelecimentos com produtores declarados de cor ou raça parda (45,8%), branca (43,4%) e preta (8,9%). Esse breve panorama permite visualizar, em números, a relevância e as especificidades desse setor agropecuário e sua vinculação à unidade familiar (IBGE, 2020, p. 294).

Dado o paradoxo entre a sua extrema importância e sua consequente desvalorização, iniciou um forte movimento de tensão no campo, onde esses sujeitos se organizaram e se conectaram a movimentos com objetivo de dar voz aos seus direitos e também que fossem ouvidos. Dentre eles, destaca-se o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na luta pela terra e por garantias de sobrevivência. Conforme Fernandes (1999)

> Sofrendo a violência dos latifundiários, que aproveitavam a conjuntura política para expulsar os trabalhadores de suas terras, os camponeses organizaram seus espaços de socialização política, de construção do conhecimento, para transformação da realidade. E nesse andar matreiro, próprio de quem sabe como lutar, construíram novos caminhos de resistência camponesa. De meados da década de 60 até o final da década de 70, as lutas camponesas eclodiram por todo o território nacional (FERNANDES, 1999, p.33).

Marques (2008) afirma que conceito de camponês adquire lugar de destaque nas ciências sociais brasileiras ao mesmo tempo em que se afirma como identidade política em nível nacional. É o momento em que se observa a grande concentração de terras e a extrema desigualdade social, e as mudanças verificadas nas relações de trabalho aparecem como fundamentos da questão agrária brasileira. Assim, eles aparecem como

conceitos-síntese, ou categorias-analíticas, que remetem a situações de classe e que estão enraizados numa longa história de lutas.

Esse movimento não ocorre ao acaso, como costuma definir o pensamento hegemônico, pois claramente está posta a realidade, onde observa-se o impacto e a importância do modo de vida camponês, da agricultura familiar e das pequenas propriedades familiares para a garantia e a segurança alimentar e nutricional das comunidades rurais e urbanas, devido não só a variedade dos produtos, mas a sua qualidade.

Na história do Brasil, segundo Fernandes (1999) o surgimento dos assentamentos sempre esteve associado com a existência dos conflitos sociais no campo e, são em sua maioria, ações de resistência contra a exploração de terras que marcam uma luta histórica na busca contínua pela conquista da terra e do trabalho. Tal luta recebeu a denominação de Reforma Agrária, que de acordo com o INCRA (2023) "é o conjunto de medidas para promover a melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social, desenvolvimento rural sustentável e aumento de produção. Esta concepção é estabelecida pelo Estatuto da Terra (Lei nº 4504/64)".

Atualmente a reforma agrária busca a implantação de um modelo de assentamento baseado na viabilidade de permanência na terra, mesmo que ligadas a cadeias de produção e produtos, na sustentabilidade ambiental e no desenvolvimento territorial, com a adoção de instrumentos fundiários adequados a cada público e a cada região, além de um certo envolvimento dos governos federal, estadual e prefeituras. De tal maneira que busca proporcionar a produção de alimentos básicos, a geração de renda, a ocupação de terras que eram tidas como improdutivas, o combate à fome e miséria, a busca pela interiorização dos serviços públicos básicos, a redução da migração campo-cidade, a promoção da cidadania e da justiça social, e a diversificação do comércio e dos serviços no meio rural e a democratização das estruturas de poder (INCRA, 2023).

Da mesma forma, o INCRA (2023) caracteriza os assentamentos rurais como um conjunto de unidades agrícolas independentes entre si, instaladas onde originalmente existia um imóvel rural que pertencia a um único proprietário. Cada uma dessas unidades, chamadas de parcelas, lotes ou glebas, é entregue a uma família sem condições econômicas para adquirir e manter um imóvel rural por outras vias. A quantidade de glebas num assentamento depende da capacidade da terra de comportar e

sustentar as famílias assentadas. O tamanho e a localização de cada lote são determinados pela geografia do terreno e pelas condições produtivas que o local oferece.

Dados do INCRA (2023) mostram que no Rio Grande do Sul foram assentadas no período 1975-2020, um total de 12.272 famílias em 98 municípios, ocupando 295.270,59 hectares, distribuídos em 345 projetos de assentamentos, distribuídas conforme observa-se na Figura 1.

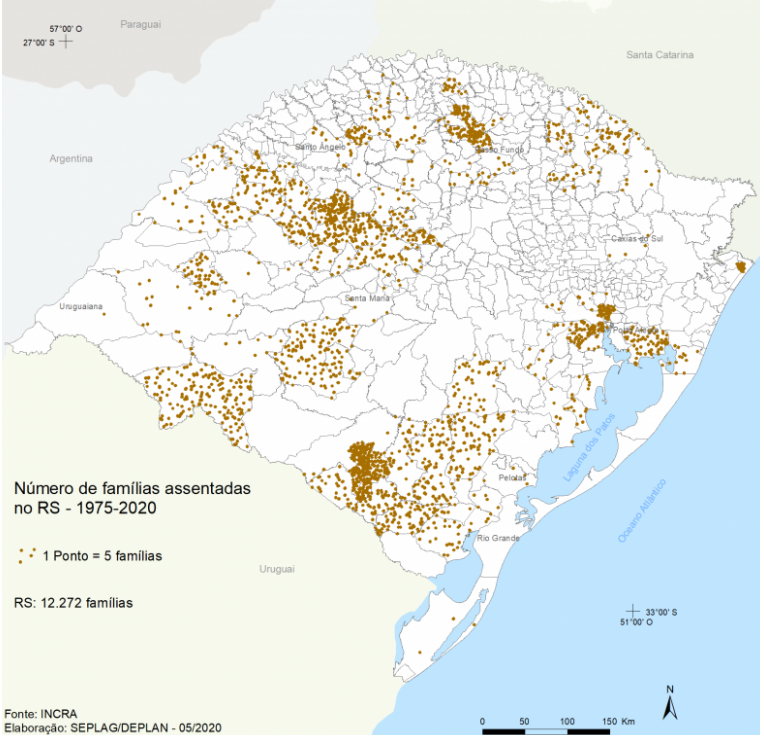


Figura 1. Mapa da espacialização do número de famílias assentadas no RS (1975-2020).
Fonte: Atlas socioeconômico do RS.

Dentre os principais assentamentos organizados na Região Metropolitana de Porto Alegre-RS (RMPA), destaca-se o assentamento Santa Rita de Cássia II (Figura 2), localizado no município de Nova Santa Rita.

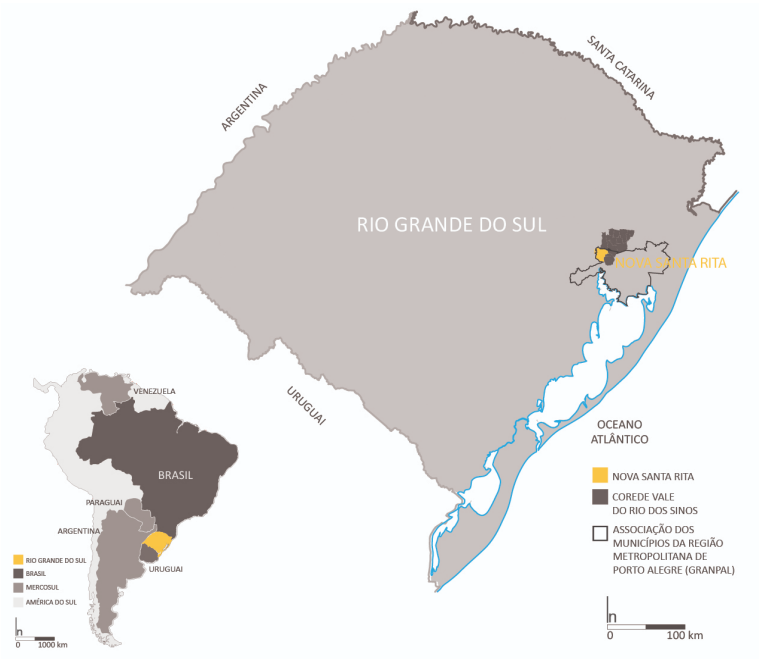


Figura 2. Mapa de Localização do Município de Nova Santa Rita-RS.
Fonte: Prefeitura Municipal de Nova Santa Rita (parceria com 3C Arquitetura e Urbanismo).

Fernandes (1999) resgata que o movimento iniciou na região metropolitana no ano de 1987, onde as primeiras 15 famílias ocuparam parte da área na manhã do dia 1º de maio, quando ergueram suas barracas de lona. A posse das terras aconteceria em agosto do ano seguinte, que de acordo com o decreto n° 96.016, de 6 de Maio de 1988, declara de "interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado Fazenda Itapuí - Glebas A e B, classificado como latifúndio por exploração, situado no Município de Canoas, no Estado do Rio Grande do Sul, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto n° 92.692, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências".

No entanto, os títulos foram adquiridos somente três décadas depois, com a denominação de Nova Sociedade, hoje contemplando 69 famílias em uma área de 1,2 mil hectares da antiga Fazenda Itapuí. Após essa data, foram implementados mais dois assentamentos, todos eles através da organização e da luta dos camponeses sem terra. Por fim, no ano de 2006 conquistou-se o mais recente assentamento no município, o Assentamento Santa Rita de Cássia II. A data do decreto de criação do assentamento foi 20/10/2005, tendo como data de emissão de posse 14/12/2005, com o código do SIPRA-RS5036000.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O assentamento Santa Rita de Cássia II (Figura 3) está localizado às margens da BR-386/Km 431, com entrada à esquerda em direção a Lajeado/RS, junto ao perímetro urbano do município, sendo a BR-386 a principal via de acesso do município, que localiza-se a leste da Região Metropolitana de Porto Alegre.

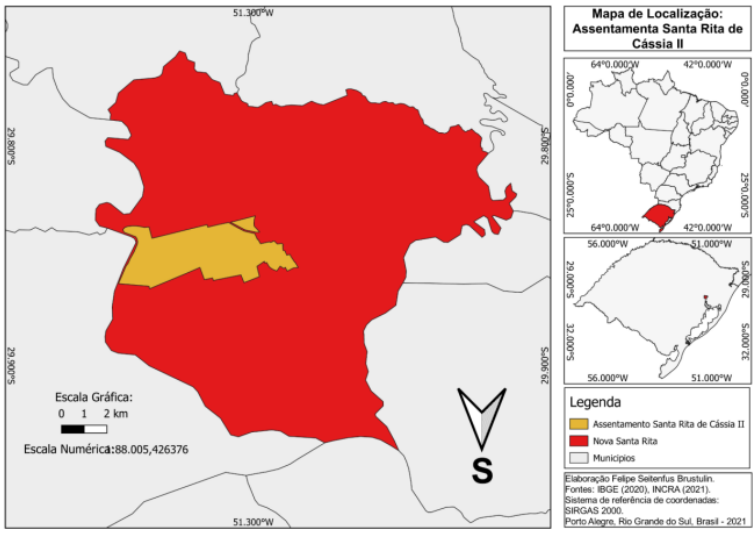


Figura 3. Mapa de Localização do Assentamento Santa Rita de Cássia II
Fonte: Salomon (2022).

Almeida (2011) descreve o assentamento localizado a uma distância aproximada de 500 metros da sede municipal de Nova Santa Rita, com uma área total de 1.667,33 hectares, de forma que a reserva legal averbada é de 332 hectares e a área de Preservação Permanente corresponde a 4,43% da área total do assentamento com 73,68 hectares.

Para Corrêa (2002, p.113)

> "Atualmente, o agricultor familiar está integrado ao mercado de diversas formas e, portanto, sofre os efeitos diretos e indiretos da reprodução do capital, Muito embora a produção permaneça familiar, as transformações tecnológicas associadas às mudanças de comportamento nas sociedades modernas, refletem-se na composição interna das famílias que, atualmente, são mais reduzidas e, no que diz respeito ao trabalho no estabelecimento, não há necessidade de envolver todos os membros na produção. Além disso, o consumo também sofre redefinição, ou seja, o agricultor participa da sociedade moderna e, por isso, aspira à conquista de todos os bens materiais e culturais disponíveis."

Assim, Salomon e Medeiros (2023) afirmam que qualquer esforço para identificar as ações de resistência dos agricultores familiares às pressões urbanas no município de Nova Santa Rita/RS devem ser observadas não apenas as condições objetivas, mas principalmente aquelas de existência subjetiva, como o desenvolvimento

de diferentes atividades agrícolas, valores e expectativas inerentes às suas identidades individuais, culturais e coletivas face à crescente urbanização da região.

Lamarche (1994, p.19) por sua vez aponta que os agricultores organizam suas estratégias, continuam em suas lutas e fazem suas alianças em função de dois domínios: a memória que guardam de sua história e as ambições que têm para o futuro. Como característica da agricultura familiar, geralmente desenvolvem diferentes sistemas de produção, combinando diversas lavouras, pecuária e transformações primárias tanto para o consumo quanto para o mercado que de certa maneira possuem uma alta complexidade. Porém, na realidade, nas famílias camponesas, a lógica da atividade agrícola não se dá em termos de prioridade na busca do aumento da produtividade e da rentabilidade, mas no esforço de manter a família em determinadas condições, culturais e sociais, isto é, a manutenção da propriedade e da agricultura familiar prezando por qualidade em todos os aspectos.

Mesmo com a alta organização das cooperativas de produção, sendo a atividade agroindustrial muito presente, não se descaracteriza a forma de produção, a visão de mundo e a luta de décadas. O caso do Assentamento Santa Rita de Cássia II, tem sido modelo aos demais, em virtude de sua organização, planejamento e visão comunitária. Marques (2008) entende o campesinato como uma classe social e não apenas como um setor da economia, onde há uma forma de organização da produção e um modo de vida de maneira que o campesinato permanece como conceito-chave para decifrar os processos sociais e políticos que ocorrem neste espaço e suas contradições.

Salomon e Medeiros (2023, p.38) definem o processo da luta pela terra

> "O processo de luta pela terra transformou o confronto com o capital em uma luta por modos de produção, ou seja, o território contestado não estava apenas na luta por um pedaço de terra, mas também na luta por um projeto de desenvolvimento. Este processo conduz as famílias camponesas a aprender novas culturas, recriando-se de uma forma diferente daquela em que viveram. Os camponeses explicam os desafios de enfrentar uma nova realidade. O encontro com uma nova realidade certamente provocará uma desterritorialização dos processos simbólicos, uma ruptura muitas vezes organizada pelo sistema cultural com novas ressignificações e redimensionamentos de objetos, coisas e comportamentos e tudo isso, certamente entrelaçado com conflitos."

A produção agroecológica no local é pioneira, precedendo outras iniciativas oficiais do próprio MST e se tornou objeto de observação e discussão inúmeras pesquisas científicas. A atitude da mudança no modelo de produção, se deu a partir de experiências anteriores de alguns camponeses que foram auxiliados pelo fomento da Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região de Porto Alegre LTDA

(COOTAP), que tem como iniciativa a economia solidária com objetivo da prática do comércio justo e do consumo sustentável.

O principal marco dessa transição é a criação da COOPAN (Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Santa Rita LTDA), fundada em 30 de junho de 1995. A Cooperativa foi formada por um grupo de famílias que se organizaram de forma coletiva, tanto na organização econômica e social da produção, da agroindustrialização e da comercialização. É na agrovila que se localiza a sede da COOPAN. No seu entorno estão as moradias onde vivem as famílias assentadas, de forma que estão próximas aos locais de produção e processamento dos segmentos de padaria, silo de arroz, criação e abate de suínos, dentre outras atividades desenvolvidas no local.

Figura 4. Área de sociabilização
Org.: As autoras. Foto: Daniele Araújo Ferreira, 2023.

A área da COOPAN está localizada em um lote do assentamento Santa Rita de Cássia II e abriga a sede da Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos (COPTEC). O lote pode ser subdividido em partes, a primeira foi doada para a Prefeitura Municipal, para receber uma unidade de saúde, a seguinte é onde se encontram as duas edificações existentes: o casarão e um galpão de apoio, além de uma extensa área verde.

No casarão principal atualmente funciona a sede da COPTEC, uma organização que auxilia produtores locais na experiência com os cultivos agrícolas e é responsável pela assistência técnica de 5.500 famílias assentadas no estado, desenvolvendo ações da área social, ambiental e tecnológica. Ela está associada à Cooperativa Central dos Assentamentos do Rio Grande do Sul (COCEARGS). Além disso, no entorno imediato

ao lote destinado para o memorial do MST, existem algumas residências dos próprios assentados (Figura 5).

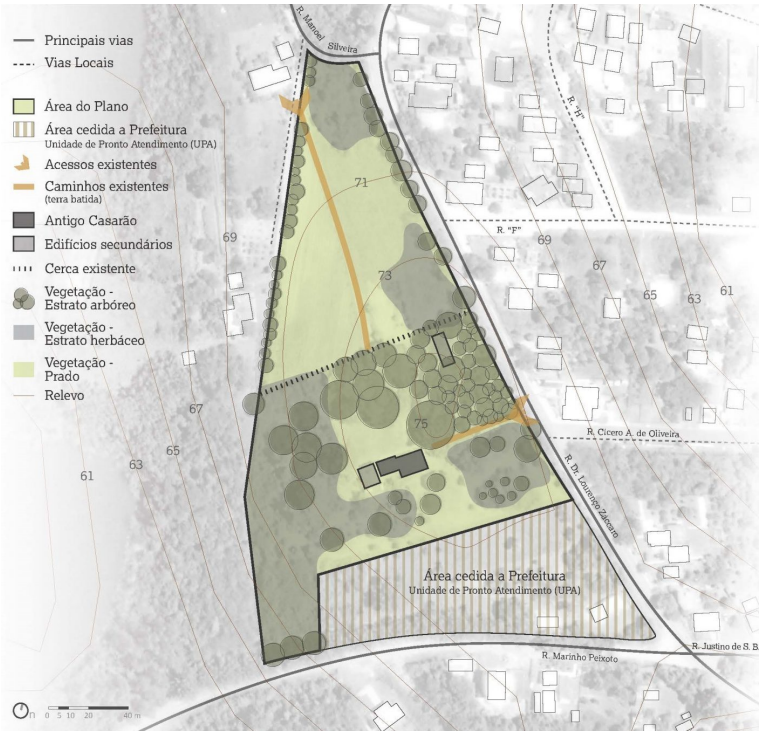


Figura 5. Projeto de Memorial da Luta pela Terra no RS
Fonte: Prefeitura Municipal de Nova Santa Rita (parceria com 3C Arquitetura e Urbanismo).

De acordo com Lanner (2011) a COOPAN é uma cooperativa de produção agropecuária (CPA), de base familiar, onde os cooperados têm uma cultura de solidariedade e trabalho em equipe. Todas as decisões importantes referentes ao planejamento, ao patrimônio e às normas da cooperativa são aprovadas em assembleia, instância máxima das decisões, que necessita da aprovação da maioria dos associados. O planejamento da produção é feito de forma coletiva, com ampla participação dos associados nas diversas fases do processo, e organizado em assembleia geral, bem como nos diversos setores da cooperativa.

Cada família assentada possui 12 hectares de terra, divididos em área de moradia com 4 hectares, uma outra área de 8 hectares considerada de terras baixas (várzeas), destinadas à produção. O assentamento possui cinco barragens, onde três são consideradas de grande porte e duas consideradas de pequeno porte, também possui uma área sistematizada para plantio de arroz com 600 hectares. O assentamento é marcado por famílias que dele conseguem sua renda econômica, principalmente pela produção e comercialização de hortigranjeiros e arroz agroecológicos.

Salomon (2022) afirma que os hectares restantes foram destinados à produção de arroz, com glebas trabalhadas em sistemas de grupo de produção, reunindo seis a dez famílias por grupo. Entre os 8 hectares reservados para o plantio de arroz, desde a implementação do projeto de regulamento, já havia cerca de 250 hectares sistematizados. Atualmente, o principal produto da COOPAN e COOTAP é o arroz orgânico (Figura 6).

Figura 6. Arroz orgânico COOPAN
Org.: As autoras. Foto: Daniele Araújo Ferreira, 2023).

Para Salomon (2022) a realização da produção é direcionada diretamente para o mercado público, mas busca-se via mercado privado com duas outras possibilidades, que é o curto-circuito e o longo-circuito, como pode ser observado no esquema abaixo.

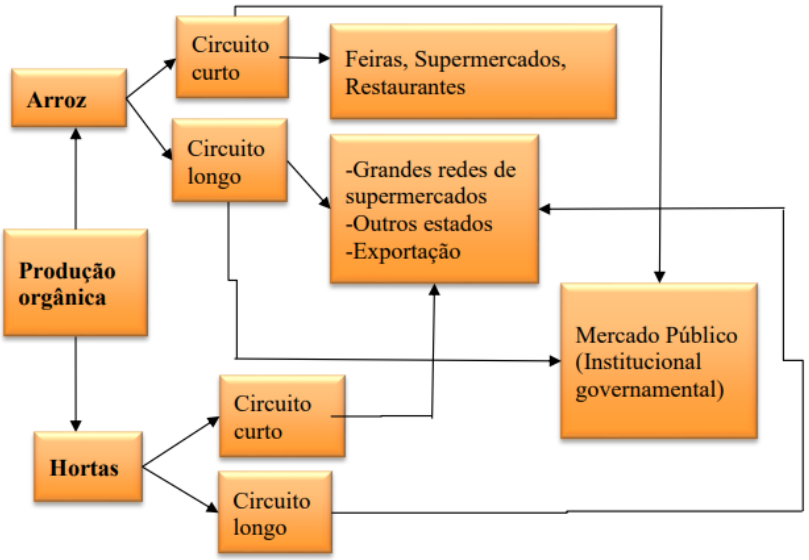


Figura 7. Esquema da organização produtiva (arroz orgânico)
Fonte: Salomon (2022)

Lanner (2011) ressalta que a atividade de produção de leite inicialmente era realizada para consumo próprio e posteriormente, houve um investimento para aquisição de maquinários, gerando um excedente para venda. O leite tem sido comercializado em uma queijaria localizada no mesmo município. Aos poucos foram feitos investimentos em ordenha mecânica, resfriador a granel, e cursos de capacitação na área de manejo de gado de leite, criação de terneiras e ordenha. A comercialização passou a ser feita para os laticínios da região, comercializados na Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e merenda escolar.

Lanner (2011) destaca que a criação e o abate de suínos se constituiu numa das principais atividades econômicas da Cooperativa, pois a maioria dos associados são oriundos da região do "Alto Uruguai" (Sarandi, Rondinha e Ronda Alta), que é uma região de pequenas propriedades e com tradição na produção de suínos. Por este fato, desde a primeira liberação de recursos para as famílias investirem, iniciou-se a criação de suínos. Um marco importante para a Cooperativa foi a inauguração do abatedouro de suínos em 1997, fechando assim o ciclo da cadeia produtiva de suínos, desde a criação, engorda e abate.

Destaca-se também o mais novo empreendimento, sendo o novo projeto de frigorífico e agroindústria de embutidos de suínos e bovinos em fase final de conclusão. Essa planta tem como característica a busca pela preservação ambiental e otimização dos recursos, tal fato é que houve a implementação de placas solares para captação e transformação de energia objetivando o consumo de energia limpa e renovável.

Destaca-se ainda a produção de produtos para serem comercializados no Armazém do Campo e também em feiras locais, além de eventos ligados à produção de produtos agroecológicos. Destacam-se os embutidos provenientes da produção de suínos, vinhos coloniais/artesanais, e também uma diversidade de produtos de panificação que por sua vez são organizados pelas mulheres assentadas, como pães, bolachas, queijos, compotas, geléias e etc (Figura 8).

Figura 8. Produtos produzidos no assentamento
Org.: As autoras. Foto: Daniele Araújo Ferreira, 2023.

Por fim, destaca-se a palestra e a produção de material didático e audiovisual, intitulado "Roda de Conversa - Reforma Agrária, Direitos Humanos e Soberania Alimentar: a experiência da COOPAN"[4], que pontuou todas as características, funcionamentos, processos, desafios e perspectivas (Figura 9).

Figura 9. Palestrante Indiane Witcel Rubenich (Setor Administrativo da COOPAN).
Fonte: CTE/PROGRAD

[4]A Coordenadoria de Tecnologia Educacional da Pró-Reitoria de Graduação, promove semanalmente Rodas de Conversa em colaboração com a Disciplina de Tópicos Transversais para a Formação Docente I, de forma on-line pelo Canal do YouTube "Capacitação Digital UFSM". Palestra Disponível em:<https://www.youtube.com/watch?v=XhTkpz3ukpk>.

Essa produção contou com a presença de alunos do Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Maria/RS, sob a orientação da Professora Doutora Carmen Rejane Flores e foi realizado em conjunto com a Disciplina de Tópicos Transversais para a Formação Docente II, que tem como objetivo contextualizar e refletir acerca da educação ambiental e de questões relativas à diversidade étnico-racial, de gênero, sexual e religiosa, como princípios de equidade na formação docente.

Neste sentido, buscando oportunizar que mais pessoas possam participar da discussão sobre estes temas transversais, que perpassam o contexto educativo e a formação docente, a Coordenadoria de Tecnologia Educacional da Pró-Reitoria de Graduação (CTE/PROGRAD) promove as Rodas de Conversa.

O PNEU (2012, p.16) concebe o conceito de extensão como "A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade". Para além de uma atividade de pesquisa e educação, o material produzido torna-se uma atividade de extensão, e uma ação da Universidade junto à comunidade que possibilita o compartilhamento, com o público externo, do conhecimento adquirido por meio do ensino e da pesquisa desenvolvidos na instituição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível observar que passados trinta e nove anos da fundação do movimento, foi desenvolvido um grande número de atividades diversas e modos de produção, mesmo que fortemente ligados à causa. Não existe assentamento sem comunidade e participação coletiva, mas para isso são necessários meios para sua subsistência, muitos deles fortemente especializados e cientificamente ancorados, com a qualificação científica e formação de seus integrantes, sem abandonar os saberes tradicionais carregados de cuidado e afeto com os bens da natureza, obtendo deles a sua subsistência, expressão cultural e identidade.

Entendendo que a COOPAN desenvolve atividades de produção e comercialização, com atuação na produção primária e agroindustrial, é necessário fortalecer as práticas orgânicas e ecológicas, frutos de um trabalho de agricultores familiares e campesinos. A história da fundação e o desenvolvimento, bem como o pensamento sobre a produção, está embasado no papel fundamental que a agricultura

familiar desempenha na emergência dos processos de desenvolvimento. São desenvolvimentos que acontecem "de dentro para fora", melhorando primeiramente o modo de vida interno da comunidade.

Além disso, ações de extensão das universidades tanto para apoio técnico e científico, como para a divulgação dessas experiências, são essenciais para a mudança que tanto almejamos, além da possibilidade e continuidade para as próximas gerações das famílias presentes no local.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior), pelo fomento da pesquisa de doutorado, da primeira e segunda autora deste artigo. Nossos agradecimentos ao NUGAAL (Núcleo de Estudos em Geografia Agricultura e Alimentos) e ao GEPET (Grupo de Estudos em Educação e Território), ao qual pertencem as discentes pesquisadoras deste trabalho.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, José Carlos de. Disputa Territorial entre Agronegócio x Campesinato no Assentamento Santa Rita De Cássia II em Nova Santa Rita - RS. Monografia. Graduação em Geografia (Licenciatura e Bacharelado). Universidade Estadual Paulista. São Paulo, 2011.

CORRÊA, Walquíria Krüger; GERARDI, Lúcia Helena de Oliveira. A Produção Familiar e os desafios do mercado. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis: EDUFSC, n.31, 2002, p.9-29

FERNANDES, Bernardo Mançano. Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro: formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST (1979-1999). 1999. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

_____. *Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. Entrando nos territórios do Território. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson. *Campesinato e territórios em disputa*. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 273-302.

_____. *MST formatação e territorialização em São Paulo*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (Ed.). *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 197-215.

POLÍTICA NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX). Coleção Extensão Universitária, v. 1. Manaus, 2012.

HOLLIDAY, Oscar Jara. *Para sistematizar experiências.* Tradução de: Maria Viviana V. Resende. 2. ed. Ministério do Meio Ambiente. Brasília/DF. 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Censo Agropecuário 2006. *Agricultura familiar primeiros resultados*. Rio de Janeiro, 2006, p.1-267.

_____. *Atlas do Espaço Rural Brasileiro*. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/atlas/tematicos/16362-atlas-do-espaco-rural-brasileiro.html>.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Disponível em:<https://www.gov.br/pt-br/orgaos/instituto-nacional-de-colonizacao-e-reforma-agraria>. Acesso em: 20 de Abril de 2023.

KAUFMANN, Marielen Priscila; WIZNIEWSKY, José Geraldo. *Bases epistêmicas da agroecologia* [recurso eletrônico]. 1. ed. – Santa Maria RS: UFSM, NTE, UAB, 2021.

KUNZLER, Edinho Carlos; WIZNIEWSKY, Carmen Rejane Flores. A Produção coletiva do espaço no Assentamento Conquista da Liberdade como base para o desenvolvimento sustentável. *Campo-Território: Revista de geografia agrária*. Uberlândia. v. 7, n. 13, 2012, p. 267-290.

LAMARCHE, Hugues (Coord.). *A agricultura familiar: comparação internacional*. v. 1, Campinas: Ed. da UNICAMP, 1993.

____. *A agricultura familiar: uma realidade multiforme*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

_____. A análise da empresa familiar agrícola ou industrial. In: Association des Ruralistes Français. Lê monde Rural et lês Sciences Sociales: omission ou fascination. XIX Colóquio da Association des Ruralistes Françaises. Paris, 1994.

LANNER, Álvaro Juscelino. A Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Santa Rita Ltda. (Coopan) do Assentamento Capela, Nova Santa Rita (RS): questões da atividade suinícola. Trabalho de Conclusão (Graduação). Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural (PLAGEDER). Faculdade de Ciências Econômicas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2011.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. A atualidade do uso do conceito de camponês. *Revista Nera*. Unesp, v. 11, 2008, p. 57-67.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Território, espaço de identidade. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (Ed.). *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 217-228.

SACHS, Wolfgang (org.) *Global Ecology: a new arena of political conflict.* Londres: Zed Books, 1995.

SALOMON, Adler. Resistência dos Agricultores Familiares do Assentamento Santa Rita de Cássia II frente à expansão da urbanização de Nova Santa Rita/RS/Brasil (2006 a 2020). Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2022.

SALOMON, Adler; Medeiros, Rosa Maria Vieira. Estratégias de resistência dos agricultores familiares: o caso do Assentamento Santa Rita de Cassia II–Nova Santa Rita/RS. *ParaOnde!?*, Porto Alegre, v.17, n.2, 2023, p.35-58.

WIZNIEWSKY, José Geraldo. Los asentamientos de reforma agrária y la perspectiva de la agriculutura sostenible: los casos de Hulha Negra y Piratini; Rio Grande do Sul; Brasil. 394f. Tese (Doctorado en Agroecología, Sociología y Estudios Campesinos) – Universidad de Córdoba, Espanha, 2001.

OBSERVATÓRIO DA QUESTÃO AGRÁRIA NO PARANÁ – REDUTO CONTESTADO[1]

THE AGRARIAN ISSUE OBSERVATORY IN PARANÁ – CONTESTADO STRONGHOLD

Diane Daniela Gemelli[2]

Silas Rafael da Fonseca[3]

RESUMO

Neste trabalho objetivamos tecer algumas reflexões mediadas pelas ações em construção no Projeto de Extensão "Observatório da Questão Agrária no Paraná – reduto Contestado" desenvolvido na Unespar – Campus de União da Vitória, em diálogo com a pesquisa e o ensino. Nossa intenção é socializar para o conjunto da sociedade interessada no debate sobre a Questão Agrária, especialmente movimentos sociais, povos e comunidades tradicionais, trabalhadores do campo e da cidade, professores e estudantes, a elaboração de um material didático-pedagógico-formativo que se organiza tendo como centralidade a problematização acerca da apropriação privada capitalista da terra-território no Contestado paranaense, por meio da análise de dados sobre a estrutura fundiária, dinâmica produtiva e econômica, produção cartográfica que espacializa o uso e a ocupação da terra-território e da fotografia enquanto documento político. Para tanto, as reflexões serão realizadas a partir da realidade geográfica atravessada pela Questão Agrária do município de General Carneiro – Paraná, onde temos verticalizado ações de pesquisa-extensão nos últimos anos e onde a apropriação privada capitalista da terra e o monopólio produtivo via territorialização da silvicultura estruturam as relações políticas, econômicas e sociais.

Palavras-chave: Questão Agrária; Contestado; terra-território; material didático-pedagógico-formativo.

ABSTRACT

In this work it is aimed to weave some reflections mediated by the actions in construction in the Extension Project "The Agrarian Issue Observatory in Paraná – Contestado stronghold" developed at Unespar – União da Vitória campus, in dialogue with the research and teaching biases. Our intention is to socialize to the entire society interested in the debate on the Agrarian Issue, especially the social movements, traditional peoples and communities, rural and urban workers, teachers and students, the didactic-pedagogical-training material elaboration that is organized, having as its centrality the land-territory capitalist private appropriation problematization in the Contestado of Paraná, through data analysis on the land structure, productive and economic dynamics, cartographic production that spatializes the land-territory use and occupation and the photography as a political document. Therefore, the reflections will be carried out based on the geographical reality faced by the Agrarian Issue of General Carneiro municipality – Paraná, where we have verticalized research-extension actions in recent

[1] Trabalho decorrente das ações de ensino-pesquisa e extensão dos proponentes. A apresentação deste trabalho contou com o apoio da FA – Fundação Araucária, atual Agência de Ciência, Tecnologia e Inovação do Paraná, e do Governo do Estado do Paraná/SETI.

[2] Professora Adjunta do Colegiado de Geografia da Unespar – *Campus* de União da Vitória. E-mail: daiagemelli@unespar.edu.br

[3] Professor contratado do Colegiado de Geografia da Unespar – *Campus* de União da Vitória. E-mail: silas.fonseca@unespar.edu.br

years and where the land capitalist private appropriation, as well as the productive monopoly via Forestry territorialization structures political, economic and social relations.

Keywords: Agrarian Issues; Contestado; land-territory; didactic-pedagogical training material.

INTRODUÇÃO

O Observatório da Questão Agrária no Paraná – Reduto Contestado (OQA-Contestado) é parte de uma ação de ensino-pesquisa-extensão em rede, do Observatório da Questão Agrária no Paraná (OQA-PR), que congrega professores e estudantes da graduação e da pós-graduação em Geografia de diferentes instituições públicas do estado do Paraná. O objetivo central do OQA-Contestado é problematizar sobre a Questão Agrária e construir ações junto com os movimentos sociais, comunidades do campo e da cidade, professores e estudantes de diferentes níveis e modalidades.

Na UNESPAR – *Campus* de União da Vitória, o OQA-Contestado está vinculado ao Programa de Extensão Coletivo Paulo Freire de Filosofia, Educação e Cultura, que desenvolve ações educativas voltadas para construção colaborativa de iniciativas extensionistas numa perspectiva libertadora, intercultural e descolonial.

Por entendermos que a extensão não se dissocia do ensino e da pesquisa, as ações construídas a partir do OQA-Contestado têm relação com as investigações no âmbito das pesquisas realizadas pelos proponentes, sobretudo a partir dos projetos “Dinâmicas territoriais no Contestado: terra, trabalho e ambiente”, “A formação territorial do Contestado: processos, conflitos e resistências” e “A Questão Agrária na Microrregião de União da Vitória/PR: a persistência do latifúndio e seus desdobramentos geográficos”. Além disso, é salutar a importância das reflexões e problematizações tecidas a partir das aulas com os estudantes dos cursos de Licenciatura em Geografia e da Pós-graduação em Dinâmicas Regionais: natureza, sociedade e ensino.

O OQA-Contestado parte da realidade territorial do Contestado paranaense para tecer ações que possam contribuir com a problematização da Questão Agrária enquanto um problema estrutural na sociedade brasileira e regional. O Contestado, enquanto região e/ou território, compreende uma área que abrange o sul/sudeste paranaense e adentrando ao estado de Santa Catarina se estende pelo planalto norte, oeste e região serrana. A Guerra do Contestado (1912-1916) é elemento fundante dos conflitos que emergiram por terra-território e, por consequência, pelos contraditórios sentidos e significados do trabalho e da apropriação ou dominação da

natureza, que repercutem no espaço-tempo no processo de conformação da estrutura territorial e na manifestação das dinâmicas territoriais (GEMELLI, 2018).

São recentes os estudos sobre o Contestado na geografia brasileira, ainda é preciso avançar em muitas frentes investigativas de modo a dar conta da complexidade deste território. Nesse contexto, os estudos (ações de pesquisa e extensão) sobre o Contestado paranaense são ainda mais ínfimos. Diante disse, o OQA-Contestado se propõe a descortinar a formação territorial do Contestado a partir do debate sobre a Questão Agrária e numa perspectiva escalar, considerando as diferentes escalas territoriais, econômicas e políticas.

METODOLOGIA

Tendo como copreocupação o debate sobre a Questão Agrária no Contestado, elencamos algumas das dimensões do OQA-Contestado:

1. Problematização, no espaço da Universidade, sobre a Questão Agrária, enfatizando o conflito que se estabelece a partir da apropriação capitalista privada da terra e a interdição no acesso à terra-território a um conjunto de sujeitos sociais.

2. Visibilidade às lutas e ações de r-existência tecidas por diferentes sociais que contestam a lógica da sociedade hegemônica e lutam para romper com as cercas do latifúndio que se estabelecem na terra-território, na ciência, no pensamento e na Universidade.

3. Construção, no espaço da Universidade e nas comunidades visitadas, de espaços dialógicos, horizontais, de afeto, de confluência de experiências e saberes, pautados na problematização da Questão Agrária enquanto atualidade da lógica socioeconômica e territorial do Contestado.

4. Acolhimento e acompanhamento das demandas das comunidades, dos movimentos sociais e das escolas que chegam ao OQA-Contestado. Nessa perspectiva, destaca-se o suporte ao processo de luta pela terra no Acampamento Reduto do Caraguatá – Paula Freitas; o diálogo com agricultores vinculados à Feira Livre de União da Vitória e com professores e estudantes das escolas públicas que nos contatam solicitando dados e informações relativos à Questão Agrária.

5. Reflexão sobre a relação que enquanto sociedade estabelecemos com os alimentos. Destaca-se, sobretudo, as ações construídas a partir da Feira da Diversidade, realizadas no espaço da Universidade e com o envolvimento da comunidade acadêmica com as camponesas e os camponeses do Acampamento Reduto do Caraguatá. Assim, ainda que de forma inicial,

tem sido possível problematizar que a alimentação é um ato político e que se materializa na construção territorial, nas relações de trabalho e com a natureza.

Neste trabalho, objetivamos problematizar uma das ações desenvolvidas no OQA-Contestado e que atravessa as dimensões elencadas, trata-se da produção de material didático-pedagógico-formativo com a intenção de contribuir com a análise e compreensão da Questão Agrária no Contestado na perspectiva formativa, tanto para os movimentos sociais, povos e comunidades tradicionais, quanto para professores/as e estudantes e para a sociedade em geral que possa se interessar pelo debate.

A produção destes materiais (gráficos, tabelas e mapas) e a organização de um acervo fotográfico busca contribuir com a produção social e territorialmente referenciada no sentido de desvelar os processos macroeconômicos e, que no caso do Contestado, levam ao monopólio da terra-território, à concentração produtiva e de renda e ao nivelamento por baixo das condições de existência social (trabalho, alimentação, saúde, educação, cultura etc.).

Também temos como preocupação, que a análise e reflexão dos dados sobre a Questão Agrária no Contestado possa contribuir com a formação de estudantes em diferentes níveis e modalidades, de modo a compreender a expressão territorial de indicadores como estrutura fundiária e dinâmica produtiva, e problematizar que diferentes e contraditórias formas de acesso à terra produzem distintas formas de viver socialmente. Portanto, diferentes sujeitos sociais, a partir dos seus modos de ser e existir e das condições de acesso e/ou interdição à terra-território, aliadas à estrutura política e econômica, vão tecer diferentes geografias.

A FORMAÇÃO TERRITORIAL DO CONTESTADO: APROPRIAÇÃO DA TERRA E DO TERRITÓRIO

O debate sobre a Questão Agrária pressupõe a compreensão do desenvolvimento do capitalismo no campo. Assim sendo, como atesta Oliveira (2004, p. 35-36) “o estudo da agricultura brasileira deve ser feito levando em conta que o processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção no território brasileiro é contraditório e combinado”. Ademais, a relação entre o campo e o modo de produção capitalista no Brasil remete a centralidade da estrutura fundiária enquanto monopólio de classe.

Como nos alerta Marx (1986, p. 24), “a propriedade fundiária pressupõe que certas pessoas têm o monopólio de dispor de determinadas porções do globo terrestre como esferas exclusivas de sua vontade privada, com exclusão de todas as outras”. O monopólio fundiário se

expressa geograficamente por meio da apropriação privada capitalista da terra e dos usos produtivos ou improdutivos dados à terra.

Neste contexto, Fonseca (2019, p. 29) diz "que a produção agrícola tem uma expressão territorial e que a geografia tem a incumbência de desvelar os sentidos e significados de tais números no que se refere à dinâmica espacial e aos rebatimentos sociais". Para Gemelli (2018) a (com)formação territorial do Contestado precisa se compreendida enquanto elemento/fenômeno que resulta da expansão geográfica do capital, que para Gemelli e Chmura (2021) tem centralidade nos processos de controle da terra-território.

Isto posto, é preciso compreender o Contestado enquanto território para além do conflito ocorrido entre 1912-1916, ou seja, é necessário avançar no sentido do entendimento do Contestado enquanto território em movimento, permeado por tensões, disputas, e pela manifesação de contraditórias relações de poder. Deste modo, o Contestado ainda está em Guerra, sobretudo, porque o conflito entre as diferentes formas de apropriação da terra-território permanecem marcando a realidade geográfica.

O Constestado ainda está em Guerra porque o monopólio da terra expresso no latifúndio e na interdição do acesso à terra a um conjunto de sujeitos sociais permanece configurando a ocupação do território. O Contestado ainda está em Guerra porque as pessoas continuam sendo expulsas do campo, do seu território de vida e de trabalho, pelo fazer hegemônico das relações de produção capitalistas que para se reproduzirem precisam de terra vazia de natureza e de gentes, para que seja possível implantar outra lógica produtiva, no caso, principalmente, as monoculturas de árvores, ou ainda para obter renda da terra via especulação, também precisam que a terra esteja sem gente para que estes estejam disponíveis ao capital na condição de força de trabalho.

O Contestado ainda está em Guerra porque as condições de reprodução da vida seguem sendo degradadas, pois, ao se negar o acesso a terra-território, impede-se a reprodução dos modos de vida, de ser e estar no mundo, precariza-se as condições de trabalho, retira-se a dignidade dos sujeitos ao tolher o direito à alimentação, saúde, educação, lazer. O Contestado ainda está em Guerra e a Questão Agrária é um elemento central deste território em conflito, uma vez que,

> [...] entende-se que a questão agrária pressupõe a existência de um problema estrutural no campo, do qual se destaca a apropriação desigual das terras e o controle do processo de acumulação de capital pelos proprietários fundiários e capitalistas. No Brasil, a concentração da propriedade da terra em um processo de acumulação primitiva, com destruição de biomas e diversos modos de vida, constitui-se no nexo fundante da questão agrária, o que se

> desdobra em conflitos e lutas sociais diversas no campo (Atlas da Questão (Roos; Paulino; Montenegro, 2021, p. 31).

Portanto, é a partir da atualidade da Questão Agrária que defendemos que o Contestado permanece em Guerra, marcado pelos processos contraditórios que estruturam o modo de produção capitalista, pela transformação da terra em mercadoria em ativo para o mercado, ao passo que nivela-se por baixo as condições de existência humana, via separação das/os trabalhadoras/es dos meios de produção. Isso posto, na sequência discutimos algumas das feições territoriais que configuram o monopólio da terra no Contestado paranaense.

A ESTRUTURA FUNDIÁRIA NO CONTESTADO PARANAENSE: ANÁLISE DE DADOS

Uma das ações que temos construíndo via pesquisa-extensão e com a mediação do OQA-Contestado é problematizar sobre a estrutura fundiária nos municípios do Contestado paranaense. Essa intencionalidade decorre do fato de que parte da sociedade regional desconhece tais dados e/ou não vê com preocupação sua existência. Talvez, isso decorra do não entendimento do que a estrutura fundiária significa na materialidade do mundo vivido e na existência cotidiana.

Com a sistematização destes dados esperamos contribuir com o processo de formação, especialmente das/os estudantes das escolas públicas e do próprio Curso de Licenciatura em Geografia da Unespar – Campus de União da Vitória, bem como fornecer informação confiável para ser utilizada enquanto material didático-pedagógico-formativo por professoras/es, pesquisadoras/es, por movimentos sociais, trabalhadoras/es do campo de da cidade. Assim, esperamos contribuir com o entendimento de que a forma com que a terra-território é apropriada, os sujeitos que se apropriam e aqueles que têm seu acesso negado, os usos produtivos-econômicos dados e/ou os desusos, integram a permanência da Questão Agrária enquanto elemento para entender a estrutura da sociedade brasileira e regional como totalidade, portanto, não restrita ao campo, como nos ensina Martins (1994).

> A propriedade latifundista da terra se propõe como sólida base de uma orientação social e política que freia firmemente, as possibilidades de transformação social profunda e de democratização do País. É um sério erro supor, como fazem muitos, que a questão fundiária deva ser isolada do conjunto dos processos sociais e históricos de que é mediação, para no fragmento de um isolamento postiço ser analisada como mero problema social, circunscrito a algumas regiões e a alguns grupos sociais. Na verdade a questão agrária engole a todos e a tudo, quem sabe e quem não sabe, que vê e quem não vê, quem quer e quem não quer (p. 12- 13).

Para fazer a articulação dos dados sobre a estrutura fundiária com a totalidade concreta vamos abordar a dimensão territorial do monopólio da terra no município de General Carneiro/Paraná. General Carneiro localiza-se naquilo que estamos denominando como Contestado Paranaense, no Sudeste do estado, na Microrregião de União da Vitória. De acordo com Censo Demográfico IBGE (2022) tem uma população de 11.062 habitantes, no Censo anterior a população recenseada chegou a 13.669 (IBGE, 2010). Entendemos que a diminuição da população total, na ordem de 19,07%, encontra correspodênia na materialidade da Questão Agrária, com rebatimentos na dimensão da reprodução da vida, conforme abordaremos na sequência.

Começamos pela análise dos dados da estrutura fundiária municipal.

Tabela 1 – Estrutura fundiária em General Carneiro (2017)

	Nº de imóveis	**%**	**Área ocupada**	**%**	**Área média (ha)**
Até 20	289	43,3	2.490	2,4	8,61
20 a 50	190	28,5	5.921	5,8	31,16
50 a 100	57	8,5	3.928	3,8	68,91
100 a 200	54	8,1	7.696	7,5	142,51
200 a 500	34	5,1	10.577	10,5	311,08
500 a 1.000	19	2,9	12.976	12,8	682,94
Mais de 1.000	24	3,6	58.341	57,2	2.430,87
Total	667	100	101.929	100	-

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 2017. Org.: Diane Daniela Gemelli, 2023.

Os dados da estrutura fundiária de General Carneiro revelam o controle sobre a terra-território pelos imóveis com área superior a 1.000 hectares. Sendo que dos 24 imóveis indicados nesta classe de área existem dois que sozinhos abocanham 17% do território agropecuário municipal, um deles possui 7.789ha e o outro 9.519ha. Em contrapartida 43,3% dos imóveis

municpais não possuem sequer um módulo fiscal[4], medida de terra considerada necessária para que uma família consiga satisfazer as necessidades de reprodução social e econômica e que em General Carneiro é de 24 hectares.

Na sequência inserimos dois gráficos de pizza com a intenção de didatizar a realidade territorial da estrutura fundiária de General Carneiro.

[4] Essa medida, definida em hectares, comporta a delimitação de uma área mínima para o progresso econômico e social dos proprietários rurais, a qual varia segundo condições edafoclimáticas, necessidade de compatibilidade com preceitos da legislação ambiental em vigor, acesso a infraestrutura de transporte e beneficiamento da produção, bem como de acesso a mercados relevantes (Paulino, 2011, p. 115).

Gráfico 1 - Percentual (%) de imóveis por classe de áreas em General Carneiro (2017)

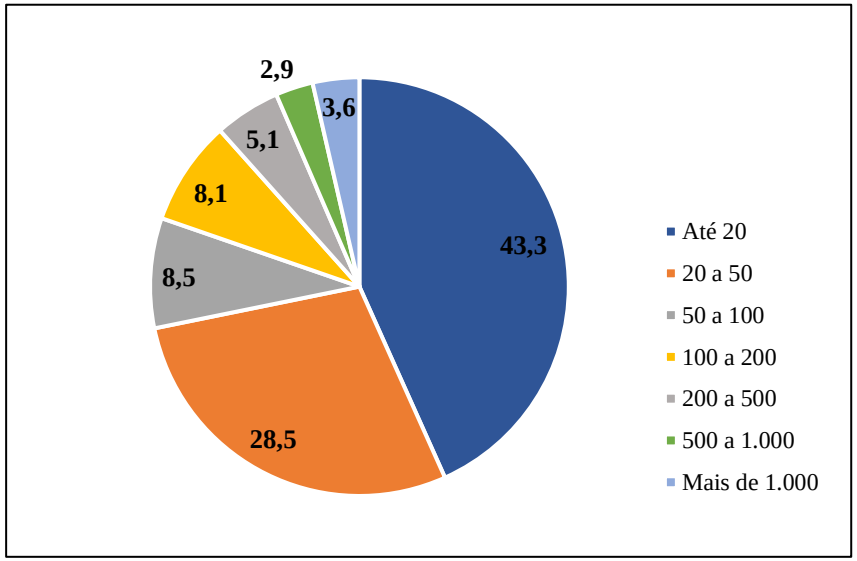
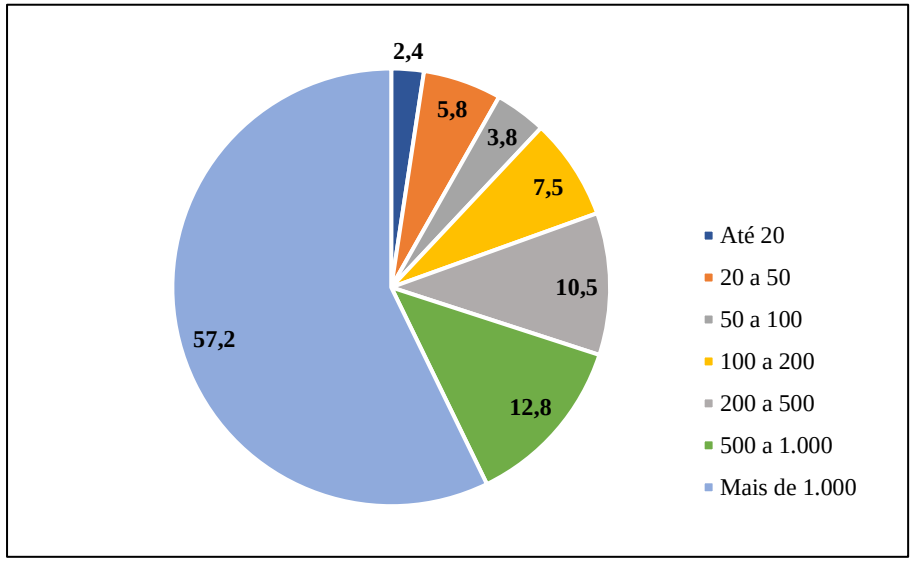


Gráfico 2 - Percentual (%) de área territorial ocupada pelos imóveis, por classe de áreas, em General Carneiro (2017)



Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 2017. Org.: Diane Daniela Gemelli, 2023.

O monopólio da terra encontra correspondência na dinâmica produtiva municipal, conforme explicitamos na tabela a seguir.

Tabela 2 - Dinâmica da ocupação territorial – General Carneiro (2022)

Classe	Área
Formação florestal e não florestal (campos e áreas alagadas)	68.681
Agropecuária	37.356
Área não vegetada	448
Corpo d'água	630
Total	**107.115**

Fonte: MapBiomas - 2022. Org.: Diane Daniela Gemelli, 2023.

Do total da área agropecuária municipal 66% corresponde a silvicultura, que em 2022 ocupava área de 24.780 ha. Há 30 anos, em 1992, esse número era de 9.008ha e representava 30% da área ocupada pela produção agropecuária municipal. Portanto, nas últimas três decadas, em General Carneiro, o monopólio da terra-território vem acompanhado da territorialização silvicultura, sobretudo, do pinus. A perversidade do domínio do pinus na terra-território encontra lastro na lógica da concentração da terra, da produção, da renda, da riqueza e da pobreza, revelada no VBP – Valor Bruto da Produção indicando que,

> Essa é a natureza da silvicultura no município, ou seja, tem um aspecto de produtiva viabilizado pela ocupação intensiva da terra, mas gera um baixo VBP quando leva-se em consideração o tempo de produção e, ainda, quando compara-se com o VBP gerado pelas demais lavouras [...] Diante do processo de ocupação intensiva da terra sob o qual a silvicultura [...] os dados indicam que a produção da agricultura camponesa, a policultura, gera mais renda do que o latifúndio silvicultor. Se em General Carneiro a silvicultura gera em torno de R$ 352,72 por hectare/ano, na mesma porção de área a produção de arroz gera 4 vezes mais renda, de feijão 7 vezes e de mandioca 58 vezes (Fonseca, 2019, p. 163-164).

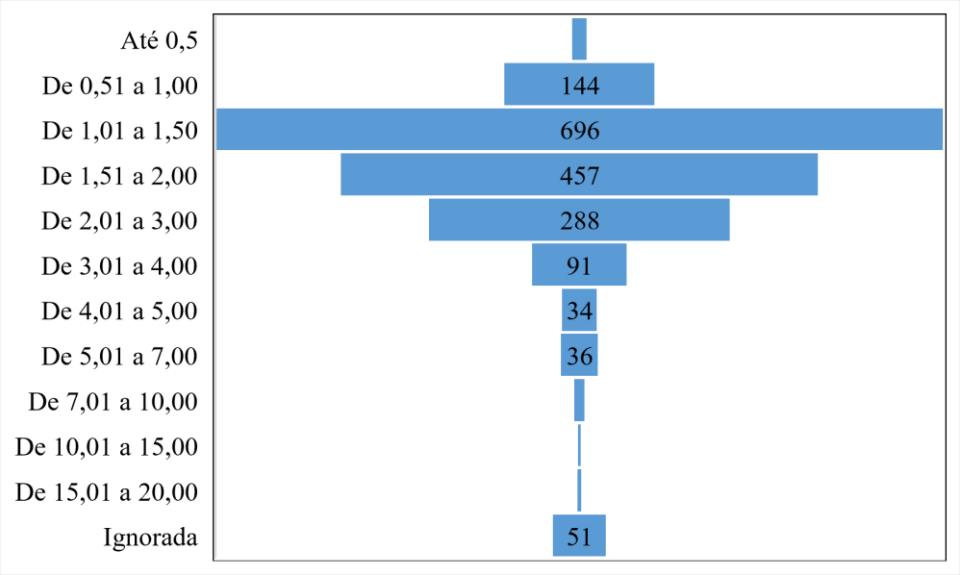
Ao passo que a silvicultura se mostra incapaz de gerar renda via VBP para o município, também observamos na tabela 3 que são poucos os empregos gerados e que possuem remuneração salarial que se concentra nas faixas salariais mais baixas (gráfico 3).

Tabela 3 – Trabalhadores formais por setor de atividade econômica, General Carneiro, 2021

Setor de atividade econômica	Número de trabalhadores
Comércio	522
Administração Pública	379
Indústria	356
Serviços	271
Agropecuária	270
Cosntrução Civil	30
Total	1.828

Fonte: Ipardes, 2022. Org.: Diane Daniela Gemelli, 2023.

Gráfico 3 – Remuneração salarial dos trabalhadores empregados formalmente em General Carneiro, 2021



Fonte: Ipardes, 2022. Org.: Diane Daniela Gemelli, 2023.

Os dados de remuneração salarial dos trabalhadores empregados no mercado formal de trabalho em General Carneiro indicam que, em 2021, 71% dos trabalhadores recebiam até 2 salários minímos. Portanto, em municípios marcados pela concentração fundiária e pela pouca diversidade produtiva, no caso de General Carneiro com domínio da silvicultura, essa estrutura se desdobra nas condições de existência do conjunto da classe trabalhadora, no mercado de trabalho pouco dinâmico e com baixa remuneração salarial.

MANIFESTAÇÃO TERRITORIAL DO MONOPÓLIO DA TERRA-TERRITÓRIO E DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA NO CONTESTADO PARANAENSE: PRODUÇÃO CARTOGRÁFICA

A cartografia através da produção cartográfica, incluindo a elaboração de mapas, esteve na base da formulação da Geografia enquanto ciência. De acordo com Moraes (2003) para a Ciência Geográfica o mapa é um objeto-símbolo, capaz de imagear as diferentes feições da superfície terrestre, sejam as naturais ou aquelas transformadas pela sociedade.

Com o processo de renovação da Geografia brasileira, a partir de 1970, a cartografia e os mapas foram negligenciados, sobretudo pela Geografia Crítica que os associou às correntes Tradicional e Pragmática e, portanto, positivistas. De modo que a cartografia, para a Geografia Crítica, não daria conta de mapear/cartografar o movimento constante da sociedade e as (re)definições espaciais. Para Girardi (2014, p. 303) "deixou-se de lado grandes avanços nas técnicas de análise de dados e principalmente na cartografia" ao ponto que "o mapa, instrumento metodológico e linguagem por excelência da geografia desde os seus primórdios, perdeu importância por uma interpretação equivocada no movimento de renovação da Geografia" (p. 303).

Assim, a Geografia ficou forte na teoria e considerando o enfoque da cartografia ao estático, negou a contribuição desta nos estudos geográficos. Nesse sentido, consideramos que a Geografia Crítica precisa renovar a cartografia, mudando a linguagem cartográfica. Como assinala, Moreira (2007, p. 68) "é preciso reinventar a linguagem cartográfica como representação da realidade cartográfica". Portanto, para os estudos alicerçados na Geografia Crítica, como aqueles realizados no OQA-Contestado, é fundamental que a produção cartográfica possa representar o real muito além do estático, dando conta da dinamicidade, da fluidez do espaço, do movimento do capital, da sociedade, da manifestação das relações de poder etc. Nesse contexto, Girardi (2014) propõe a Cartografia Geográfica Crítica – CGC alicerçada em dois objetivos.

> a) levantar, no interior da Geografia brasileira, a discussão sobre a natureza (crítica) do mapa e sobre a Cartografia Geográfica, e b) incentivar a ampliação do uso do mapa como instrumento de investigação e discurso geográfico e a busca por melhoria na qualidade da produção cartográfica brasileira (Girardi, 2014, p. 303).

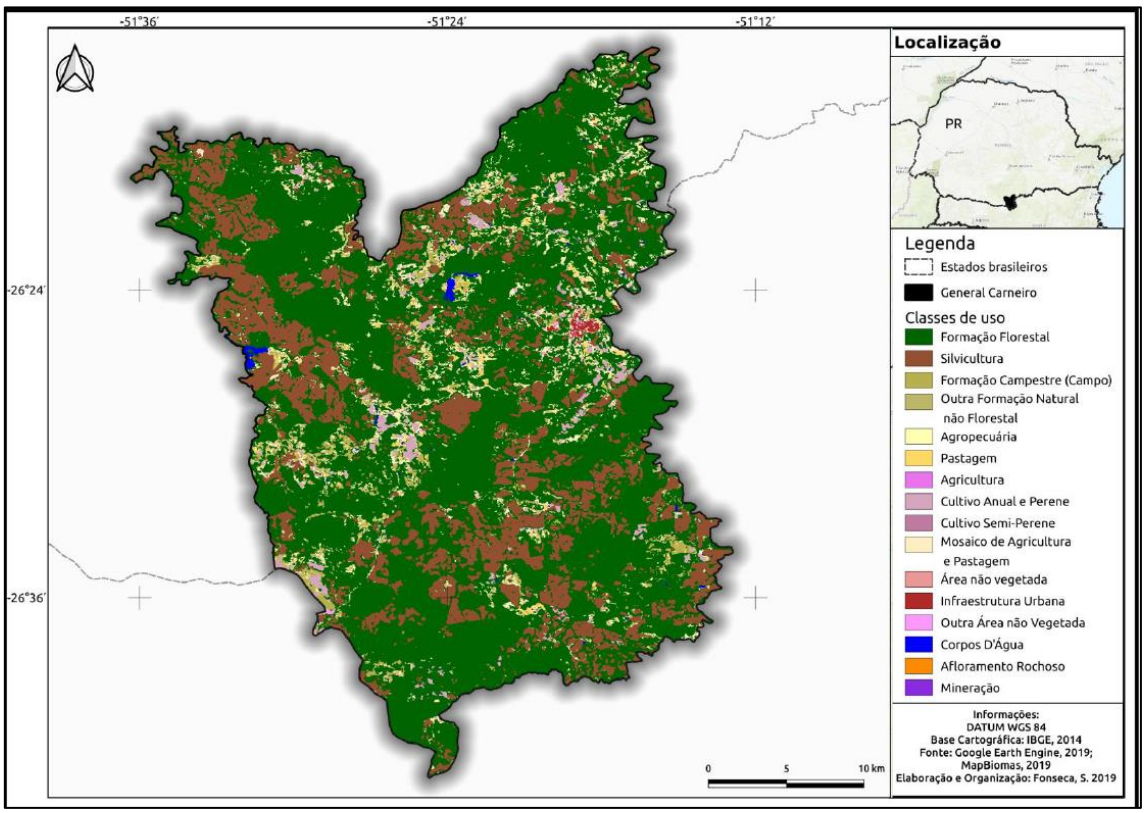
O autor pondera a CGC é assim denominada por se sustentar na teoria crítica do mapa, entendendo que o mapa não é produto da objetividade, mas de que é uma

linguagem portadora de intencionalidades a partir das preocupações do mapeador. Como decorrência da teoria crítica do mapa, os mapas produzidos pela CGC têm como centralidade a problematização dos problemas sociais (Girardi, 2014, p. 14).

Isso posto, "mapear o mundo é antes de tudo adequar o mapa à essência ontológica do espaço. Representar sua tensão interna. Revelar os sentidos da coabitação do diverso. Falar espacialmente da sociedade a partir da sua tensão dialética" (Moreira, 2007, p. 69).

Buscando contribuir com a produção cartográfica crítica buscamos espacializar como se manifesta territorialmente o monopólio da terra e da produção agropecuária no município de General Carneiro, com isso também esperamos que os mapas possam ter conteúdo que os potencializem como material didático-pedagógico-formativo.

Mapa 1 – Uso e ocupação da terra-território em General Carneiro (2018)

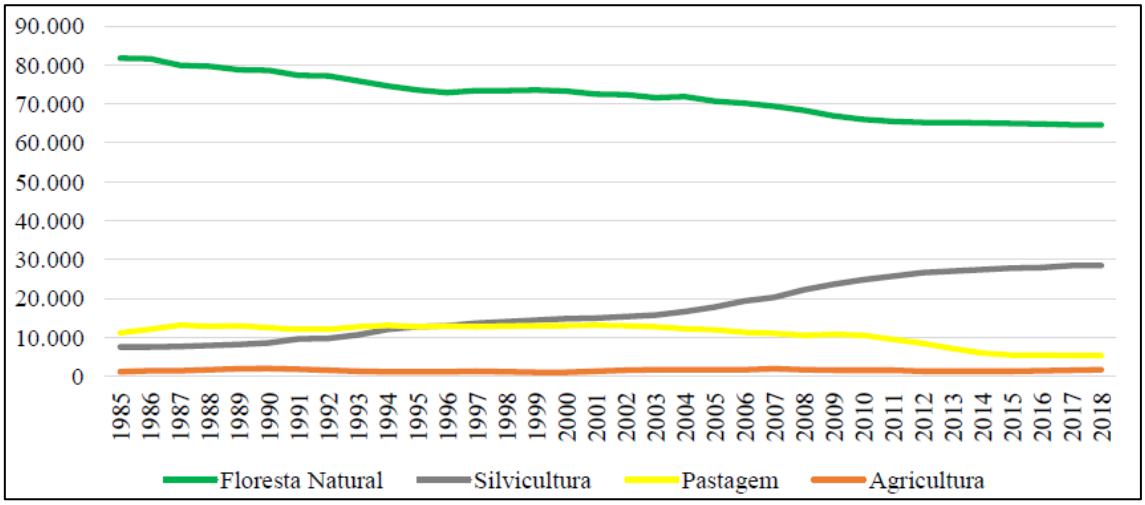


No subcapítulo anterior indicamos por meio de dados estatísticos a expressão da concentração fundiária e produtiva em General Carneiro. Sinalizamos que ao passo que se apropria da terra-território produz-se determinada feição territorial e, portanto, isso afeta a forma com que a sociedade se organiza. Como nos lembra Girardi (2014, p. 315) "a terra é *sine qua non* para a produção agropecuária e a forma como ela é distribuída e

apropriada determina as relações que compõem a questão agrária. A condição de ser ou não proprietário da terra influencia nos resultados obtidos por quem produz através dela".

O mapa 1 espacializa os usos da terra no município de General Carneiro, sendo possível constatar o monopólio territorial da silvicultura em detrimento das demais produções agropecuárias. O gráfico da sequência contribui com o entendimento de que a territorialização da monocultura de árvores no município é um processo que tem avançado desde a década de 1980 incorporando áreas antes destinadas à floresta natural e a pastagem.

Gráfico 4 - Área de floresta natural, floresta plantada, pastagem e agricultura em General Carneiro em hectares (1985-2018)



Fonte: Projeto MapBiomas, 2018. Org.: Silas Rafael da Fonseca, 2019.

De acordo com Fonseca (2019) em General Carneiro, na série histórica indicada, as áreas de florestas naturais tiveram uma redução de 17.113,5 hectares, já as de pastagem deixaram de ocupar 5.842,6 hectares. Entretanto, a silvicultura teve considerável expansão na área ocupada, somando no período mais 20.941 hectares, o que nos leva ao entendimento de que as áreas de silvicultura se expandiram sobremaneira naquelas ocupadas pela floresta natural e pela pastagem.

Os dados até aqui apresentados contribuem com a problematização da Questão Agrária e suas manifestações territoriais no município de General Carneiro. O que queremos chamar atenção destes indicadores sistematizados em gráficos, tabelas e mapas, é que possuem uma concretude que é visível no ordenamento do território, na forma com

que as pessoas vivem e que, portanto, existe uma geografia produzida a partir do monopólio da terra-território, algumas feições desta geografia são problematizadas a seguir.

DENÚNCIA E ANÚNCIO: A FOTOGRAFIA ENQUANTO DOCUMENTO POLÍTICO NO CONTESTADO PARANAENSE

"Desde a guerra, a concentração de terras é a marca do Contestado, atualmente expressa, sobretudo, no latifúndio silvicultor" (Fonseca, 2019, p. 201), portanto, "a silvicultura, sobretudo o pinus, é resultante do processo de territorialização do capital monopolista e é também indicativo da presença do latifúndio na região" (p. 202) do Contestado paranaense.

Isto posto, asseveremos que há uma relação de causalidade entre a produção da silviculura e a concentração fundiária no Contestado paranaense, especialmente no município de General Carneiro. A dinâmica que caracteriza o longo ciclo produtivo do pinus, que dura pelo menos vinte anos do plantio ao corte raso, indica que essa produção encontra correspondência na existência de grandes propriedades rurais ou de proprietários de terra que possuem diversos imóveis, de modo que possam fazer o corte e aferir renda em diferentes momentos, separando o plantio/corte em talhões (áreas nas quais o plantio foi relizado em direferetes momentos). Portanto, a dinâmia produtiva da silvicultura/pinus inutiliza a terra por longos perídos, inviabiliza outras práticas produtivas, impacta a geração de emprego e renda e, pela soma destes elementos, expulsa os trabalhadores do campo, forçando a migração campo-cidade e impactando a reprodução social daqueles que não são os donos dos meios de produção, portanto, da classe trabalhadora.

Para concluir a última parte deste trabalho trazemos uma discussão da fotografia enquanto forma de linguagem/expressão, assim como são os gráficos, tabelas e os mapas, sendo portadora de um conteúdo político enquanto material didático-pedagógico-formativo. Isso quer dizer que para nós a fotografia não tem papel ilustrativo, mas de contribuir com o entendimento da manifestação territorial da concentração da terra-território por meio da territorialização da produção de pinus na lógica do latifúndio. Portanto, trata-se da fotografia enquanto "manifestação política" (Reis, 2016, p. 77), capaz, por exemplo, de revelar problemas sociais, questioná-los e problematizá-los.

Diante disso, o ato de fotografar e a fotografia não são neutros, de modo que são portadores da intencionalidade de quem manipula o equipamento, de quem olha a

paisagem, capta o movimento do real e registra um documento com potencial analítico e explicativo para a comprensão do fenômeno que se quer visibilizar. Ao mesmo tempo, a leitura da fotografia também não é neutra, sendo mediada pelas lentes de quem a vê/lê.

> A criação documental é um fragmento de uma realidade inatingível do acontecimento, que se torna subjetiva e revivida imageticamente por quem a vê. Isto explica por que a fotografia é em si uma realidade moldável desde o processo inicial de sua construção. A partir disso deduz-se a posição do fotógrafo (Reis, 2016, p. 75).

Logo, tanto a produção quanto a análise fotográfica são ações políticas. Para Reis (2016, p. 78) "a fotografia política [...] ressalta a importância da imagem para visibilizar fatos sociais marginalizados, ocultados ou mesmo ignorados por parcelas da sociedade. Portanto, a fotografia pode ser também um instrumento político de resistência social".

Assim, apresentamos a Fotografia 1 que denuncia a manifestação territorial do monopólio da terra-território e da monocultura do pinus em General Carneiro.

Fotografia 1 – Escola rural em General Carneiro

Fonte: Trabalho de campo, 2018. Org. Silas Rafael da Fonseca, 2018.

A fotografia documenta no primeiro plano e no centro da imagem a Escola Municipal São Bento, localizada na fazenda de igual nome e que até a década de 1990 explorava madeira nativa. Atualmente é um dos latinfúndios produtores de pinus na região, condição que em partes pode ser visualizada no segundo plano da imagem que mostra o cercamento do prédio da escola pelas árvores. Segundo dados da Secretaria Municipal de Educação de General Carneiro esta escola iniciou suas atividades em 1964 com 22 estudantes matriculados e teve seu funcionamento encerrado em 2006 com 17 estudantes que frequentavam as aulas.

Essa fotografia contribui com o entendimento de que a concetração da terra e da produção de pinus se desdobram nas condições de existência social ao negarem o acesso à terra a um conjunto de trabalhadores; ao trabalho – tendo em vista que a dinâmica de trabalho no pinus é esporádica e sazonal; e à educação socialmente referenciada. Sobre esta última denúncia, Fonseca (2019) indicou que no período de 1984 – 2014 vinte e nove escolas rurais tiverem suas atividades cessadas ou encerradas em General Carneiro.

Na condição da fotografia enquanto anúncio (ou denúncia, a depender do enfoque/leitura), “como instrumento anti-hegemônico na sociedade das exclusões” (Reis, 2016, p. 79), inserimos uma imagem (fotografia 2) do barraco no qual reside uma família camponesa que ousou lutar para retomar aquilo que lhes foi negado, a terra-território para a vida e para o trabalho cheios de sentidos e não para a reprodução do capital.

Fotografia 2 – Barraco de uma família acampada no Acampamento Vitória do Contestado - General Carneiro (2019)

Fonte: Trabalho de campo, 2019. Org.: Silas Rafael da Fonseca, 2019.

O Acampamento de luta pela terra Vitória do Contestado se formou no ano de 2018 ocupando uma área de latifúndio improdutivo no município de General Carneiro. As famílias que atualmente (2024) vivem no Acampamento têm suas trajetórias de vida marcadas pela inserção em outros processos de luta pela terra e/ou são trabalhadores que residiam nas periferias de municípios como Bituruna e General Carneiro, homens e mulheres com inserções laborais caracterizadas por precárias condições de realização do trabalho, pela superexploração, sazonalidade e baixa remuneração. Pessoas que vislumbram na possibidade de acesso à terra melhores condições de existência para si e suas famílias. Pessoas que por mais que estejam passando por privações e dificuldades cotidianas, como pode-se se aludir ao fazer a leitura da fotografia, entendem que na condição de acampados estão em situação melhor do que aquela que se encontravam antes de ingressarem nas trincheiras da luta pela terra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao findar a leitura deste texto esperamos ter contribuído para o entendimento da Questão Agrária e sua manifestação territorial no Contestado paranaense, especialmente no município de General Carneiro.

Pela limitação de espaço e pela grande quantidade de dados dos demais municípios que compõe o Contestado paranaense não foi possível avançar e trazer dados comparativos de outros municípios, ou mesmo de General Carneiro por meio do aprofundamento da análise de séries históricas que permitiriam a problematização dos fenômenos no espaço-tempo. Entretanto, ressaltamos que este é um dos objetivos do OQA-Contestado, ou seja, organizar e estruturar um banco de dados e um acervo fotográfico, de livre acesso, sobre a Questão Agrária no Contestado paranaense.

Enquanto estivermos organizando os dados para posterior divulgação a comunidade interessada pode nos contatar a fim de solicitar algum dado específico que possa contribuir com suas demandas, seja para subsidiar ações de ensino e pesquisa ou ainda para fomentar ações de luta e resistência de movimentos sociais e da classe trabalhadora, por isso, estamos considerando os dados (gráficos e tabelas), a produção cartográfica e as fotografias como material didático-pedagógico-formativo. Isso quer dizer que estamos nos valendo da produção estatística, cartográfica e imagética enquanto potencialidade à análise e à crítica social de modo a desvelar que o monoópolio da terra-território produz e aprofunda relações sociais desiguais.

REFERÊNCIAS

FONSECA, Silas Rafael da. **Latifúndio (im) produtivo e impasses a recriação camponesa no Sudeste paranaense.** (Tese de Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2019.

GEMELLI, Diane Daniela. ***"Onde planta o pinus não dá mais nada":*** degradação da natureza e do trabalho no Contestado e a necessidade da reunificação homem/mulher-natureza (terra-trabalho). (Tese de Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2018.

GEMELLI, Diane Daniela; CHMURA, Márcia. Território e tensões de territorialidades: um debate sobre o processo de formação territorial do Contestado. In: Eduardo do Nascimento (Org.). **Rede Contestado de Educação, Ciência e Tecnologia 2**. 2ed. Ponta Grossa: Atena Editora, 2021. (p. 300-313).

GIRARDI, Eduardo Paulon. Cartografia Geográfica e o desenolvimento do "Atlas da

Questão Agrária Brasileira". **Revista do Departamento de Geografia – USP**, Volume especial Cartogeo, 2014. (302-331)

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário**, disponível em: https://censoagro2017.ibge.gov.br/. Vários acessos.

IPARDES. INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Banco de dados do estado**. Disponível em: http://www.ipardes.pr.gov.br. Vários acessos.

MAPBIOMAS, Projeto MapBiomas. **Coleção 4 da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso de Solo do Brasil**. Disponível em: http://plataforma.mapbiomas.org/map#coverage. Vários acessos.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso**. São Paulo: Hucitec, 1994.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia: pequena história crítica**. 19.ed. São Paulo: Annablume, 2003.

MOREIRA, Ruy. Da região à rede e ao lugar: a nova realidade e o novo olhar geográfico sobre o mundo. **Etc, espaço, tempo e crítica**, n. 1(3), vol. 1, 2007. (p. 55-70)

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Geografia Agrária: perspectivas no início do século XXI. In. OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inez Medeiros (orgs). **O Campo no século XXI:** território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Editora casa Amarela, 2004.

PAULINO, Eliane Tomiasi. Estrutura fundiária e dinâmica socioterritorial no campo brasileiro: estudo comparativo. **Mercator** (Fortaleza. Online), v. 10, 2011. (p. 111-128)

REIS, Camila. A fotografia nos movimentos sociais: um difusor de realidades. **Entropia**, n. 1, vol. 1, 2016. (p.68-79).

ROOS, Djoni; PAULINO, Eliane; MONTENEGRO, Jorge. Introdução – Atualidade, atualização e espacialidade da Questão Agrária no Paraná. In. Observatório da Questão Agrária no Paraná (Org.). **Atlas da Questão Agrária no Paraná:** Diálogos em Construção (e-book). Naviraí/MS: Ipuvaíva, 2021, v. 1, p. 273.

FORTALECIMENTO DAS PRÁTICAS DE CULTIVO E USO DE PLANTAS MEDICINAIS POR MULHERES AGRICULTORAS NO CENTRO-SUL DO PARANÁ

Eloisa Harmuch[1]
Silvana dos Santos Moreira[2]
Marcelo Barreto[3]

RESUMO: O presente trabalho refere-se à apresentação e discussão dos resultados do projeto de extensão "Fortalecimento do conhecimento, cultivo, uso e processamento de plantas medicinais por grupos de mulheres agricultoras". Este projeto aconteceu no Centro-Sul do Paraná e teve como objetivo fortalecer grupos de mulheres do campo e da cidade por meio da disseminação de práticas e saberes sobre o cultivo, processamento e comercialização de plantas medicinais. As ações ocorreram em formato de oficinas e tiveram como referencial metodológico a abordagem da pedagogia de Paulo Freire. Como resultado, percebe-se que os espaços que foram criados propiciaram um importante local para trocas de experiências, fortalecimento de saberes e práticas já existentes, e manejo de novos conhecimentos e instrumentais sobre o cultivo, uso e processamento destas plantas para, em primeiro lugar trazer a melhoria do bem estar e saúde pessoal e familiar e, a partir disso, promover uma produção capaz de alcançar a comercialização e o aumento da renda. Este processo coletivo tem o potencial, ainda, de propiciar a construção da autonomia e do empoderamento das mulheres participantes.

PALAVRAS-CHAVE: Plantas Medicinais, Mulheres Agricultoras, Práticas Tradicionais.

ABSTRACT: This work refers to the presentation and discussion of the results of the extension project "Strengthening knowledge, cultivation, use and processing of medicinal plants by groups of women farmers". This project took place in the Center-South of Paraná and aimed to strengthen groups of rural and urban women through the dissemination of practices and knowledge about the cultivation, processing and commercialization of medicinal plants. The actions took place in a workshop format and had Paulo Freire's pedagogy approach as a methodological reference. As a result, it can be seen that the spaces that were created provided an important place for exchanging experiences, strengthening existing knowledge and practices, and managing new knowledge and instruments on the cultivation, use and processing of these plants to, firstly, bring about an improvement in personal and family well-being and health and, from this, promote production capable of achieving commercialization and increased income. This collective process also has the potential to promote the construction of autonomy and empowerment of participating women.

KEY WORDS: Medicinal Plants, Women Farmers, Tradicional Practice.

[1] Acadêmica do curso de Psicologia da Universidade Estadual do Centro-Oeste/*campus* Irati, eloisaharmuch0806@gmail.com.
[2] Docente dos cursos de Agronomia e Técnico em Agroecologia do Instituto Federal do Paraná/*campus* Irati, silvana.moreira@ifpr.edu.br.
[3] Docente do Departamento de Geografia da Universidade Estadual do Centro-Oeste/*campus* Irati, mbarreto@unicentro.br.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho refere-se à apresentação e discussão dos resultados do projeto de extensão "Fortalecimento do conhecimento, cultivo, uso e processamento de plantas medicinais por grupos de mulheres agricultoras"[4]. O projeto, que nasceu das demandas de lideranças dos grupos ecológicos organizados no Núcleo Monge João Maria da Rede Ecovida de Agroecologia, teve por finalidade fortalecer os grupos de mulheres agricultoras por meio da disseminação de práticas e saberes sobre o cultivo, uso e processamento de plantas medicinais no município de Irati/PR e seu entorno. Considera-se, ainda, que essas práticas são uma realidade presente entre grupos camponeses de diversas regiões do Brasil.

Historicamente, a região Centro-Sul do Paraná tem recebido apoio para prestar auxílio às comunidades e favorecer o resgate dos saberes ancestrais ligados às práticas de cura, principalmente entre as mulheres. Tal atuação deu apoio para a consolidação de diversos grupos que protagonizam ações no sentido de manter viva a memória e o conhecimento sobre uso e processamento das plantas medicinais. Importante destacar que as comunidades tradicionais estão muito presentes nesta região e que encontram nos movimentos sociais Aprendizes da Sabedoria (MASA) e Articulação dos Povos Faxinalenses (APF) formas de resistirem ao avanço dos agentes supressores de seus territórios e assegurar a reprodução do seu modo de vida, bem como a garantia de perpetuação do conhecimento tradicional sobre as plantas.

O projeto foi realizado junto a grupos organizados de mulheres do campo e da cidade, principalmente agricultoras familiares de base agroecológica, benzedeiras e a população em geral que obteve interesse em dialogar e construir conhecimentos correlacionados com o tema abordado. As ações comunitárias ocorreram em formato de oficinas, totalizando cinco propostas: 1. Levantamento das plantas medicinais cultivadas, nativas ou espontâneas nos quintais; 2. Uso das plantas medicinais no cotidiano: chás, xaropes, emplastros, tinturas e pomadas; 3. Preparação de cosméticos naturais, como sabonetes e desodorantes; 4. Produção e cultivo das principais plantas medicinais de interesse das comunidades; 5. Processamento das plantas medicinais para a produção de hidrolatos e óleos essenciais. Assim, as ações

[4] Este projeto foi desenvolvido nos municípios de Rebouças, Irati, Inácio Martins e Teixeira Soares, localizados na região Centro-Sul do estado do Paraná durante o ano de 2022 por meio da parceria entre a Universidade Estadual do Centro-Oeste/*campus* Irati e do Instituto Federal do Paraná/*campus* Irati. O projeto contou com recursos do *Programa Estadual Universidade Sem Fronteiras* (SETI/USF) e integra o *Programa Central de Apoio e Integração de Projetos e Ações Coletivas* da Universidade Estadual do Centro-Oeste/*campus* Irati.

ocorreram nos territórios das/os participantes, nas quais se desenvolveram constantes interações, respeitando o princípio da horizontalidade na construção do conhecimento.

METODOLOGIA

O projeto utilizou como referencial metodológico a abordagem da pedagogia de Paulo Freire (2013). Na pedagogia freireana, o fazer extensão se pauta pelo respeito ao conhecimento da comunidade e tem como um dos pilares a construção de uma consciência coletiva, em que o sujeito compreende a sua própria realidade e procura transformá-la. A ferramenta metodológica utilizada no desenvolvimento das atividades foi a realização de oficinas e estas se pautaram pela horizontalidade na relação universidade-comunidade, buscando a não hierarquização do conhecimento acadêmico sobre as participantes. Dessa forma, entendem-se as ações de extensão como dialógicas, em que se reconhecem os diferentes saberes, e neste diálogo se ampliam os conhecimentos, tanto da equipe do projeto quanto dos grupos de mulheres. Neste sentido, as oficinas se constituem como espaços mais acolhedores para tal diálogo, pois tem o propósito de produzir algo concreto. Ao todo, as oficinas foram realizadas com 7 (sete) grupos em 5 (cinco) localidades.

Na primeira oficina buscou-se compreender a relação das participantes com as plantas medicinais, utilizando das seguintes questões disparadoras: “Qual o significado das plantas medicinais na sua vida?” e “Como você usa as plantas medicinais?”. Durante os diálogos produzidos, buscamos levantar as múltiplas formas como as plantas estão presentes na vida destas mulheres, destaca-se, assim, que a maioria destas relações inicia-se no período da infância, principalmente no entrelaçamento das relações de cuidado e do papel de gênero atribuído nestas funções. Além disso, houve a abertura para contextualização do que são as plantas medicinais, porque elas possuem “poder de cura” e como isso ocorre, sendo traçado o que são os compostos do metabolismo secundário. Por fim, foi feito o levantamento das plantas medicinais presentes nos quintais e entornos das residências (nativas, nascidas espontaneamente ou cultivadas), buscando o reconhecimento, troca de métodos de uso e funções de cada uma delas.

Após este primeiro contato, na segunda oficina, de caráter operacional, trabalharam-se os usos das plantas medicinais no cotidiano, expondo a ampla possibilidade de métodos para a elaboração e utilização destas. Foram abordados, por exemplo, o uso em chás, xaropes, emplastro, tinturas e pomadas. Durante a oficina foram elaboradas tinturas e pomadas, bem como foram distribuídas cartilhas elaboradas pela equipe acadêmica do projeto sobre as técnicas de elaboração destes produtos. Desta forma, buscamos apresentar o que é a

fitoterapia, possuindo como base a legislação brasileira de fitoterápicos, a qual é disponibilizado pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e possui as informações necessárias para o consumo e fabricação dos produtos de maneira eficaz e segura. Após o término da oficina, as participantes puderam levar para casa estes produtos.

Na terceira oficina, seguindo a proposta do encontro anterior, foi trabalhado a preparação de cosméticos naturais (sabonetes e desodorantes). Deste modo, discutiu-se o que são, quais os benefícios e a importância da preparação e utilização destes produtos para uso pessoal, troca ou comercialização. Oportunizou-se assim, uma importante discussão sobre a composição dos cosméticos que usamos cotidianamente, a qual desenvolveu-se através de rótulos de produtos convencionais, sendo traçado os possíveis efeitos negativos de alguns compostos em aspectos referentes à processos de saúde-doente e ao impacto deles no meio ambiente. Assim, durante a produção de sabonetes, foram abordados dois métodos de preparação (*cold process* e *hot process,* saponificação a frio e a quente); Desta maneira, as participantes puderam entrar em contato com as reações químicas que levam à fabricação destes itens, processos que, a maioria das mulheres camponesas, demonstrou-se acostumada, relacionando-o às frequentes produção de sabões caseiros.

Na quarta oficina, o foco foi direcionado a reprodução das plantas medicinais, visando a produção de mudas com qualidade e um bom manejo ecológico de solos. Deste modo, durante o desenrolar do projeto, foram produzidas diversas mudas, utilizando, na grande maioria, o método de estaquia, o qual agilizou esta propagação. Sendo assim, esta produção teve por finalidade compartilhar as técnicas de cultivo e distribuir para as participantes as mudas, buscando enriquecer os seus quintais com espécies que desejavam, porém ainda não possuíam. Outro assunto tratado neste momento foi o cuidado com o solo, compreendendo que a base para produzir uma planta medicinal de boa qualidade é um solo saudável. Neste sentido, é importante conhecer as demandas nutricionais de cada planta, pois, por exemplo, as espécies exóticas gostam de um solo com pH mais elevado, rico em cátions básicos, já diversas espécies nativas se reproduzem bem em solos mais ácidos, como a carqueja e a macela.

A quinta rodada de oficinas realizou o processamento das plantas medicinais para produção de hidrolatos e óleos essenciais. Esta oficina permitiu que as participantes pudessem conhecer e acessar o processo de destilação das plantas medicinais. Deste modo, retomados os aspectos técnicos-científicos do “poder de cura” das plantas e também foi trabalhado o que são e quais as diferenças entre os tipos de óleos, essências e os hidrolatos. E, consequentemente, abordamos a preparação e os possíveis modos de uso dos itens. Assim,

com o auxílio financeiro oferecido ao projeto de extensão, a equipe conseguiu realizar a compra de um pequeno destilador, o qual foi uma das principais ferramentas desta oficina e propiciou o primeiro contato das participantes com a técnica e, por vezes, com os produtos desenvolvidos neste momento. Entende-se que o processo de destilação a vapor exige uma estrutura adequada para o seu bom funcionamento, portanto, foi realizado as orientações necessárias e também foi semeado a possibilidade da produção de um trabalho coletivo, que possibilite a inserção de mecanismos como este dentro das comunidades e, consequentemente, dos grupos de mulheres participantes.

Sendo assim, assumir essa perspectiva teórico-metodológica é apostar naquilo que se produz no encontro e na coletividade. Deste modo, aos poucos, compreendemos que reunir-se para plantar, aprender sobre promoção de saúde e cura pelas plantas, desenvolvimento de remédios fitoterápicos e produção de cosméticos naturais, além dos objetivos imediatos e das produções concretas, se transforma em estratégia de ação e dispositivo de resistência. "Elas constroem esta luta por saúde em oposição ao projeto da modernidade, pelo qual a construção de relações se dá em função do lucro e não pela promoção da vida em todas suas dimensões" (MMC, 2008 *apud* Marques *et al,* 2015).

REFERENCIAL TEÓRICO

Os saberes, tradições e rituais que nos acompanham enquanto humanidade são retransmitidos, reconfigurados, reempregados e memorizados no tempo por gerações subsequentes que os transmitem, de modo geral, por meio oral e prático, tecendo novas possibilidades aos saberes considerados ancestrais (Santos, 2004). A articulação crescente das experiências relacionadas às plantas medicinais direciona outras práticas sociais e promove um processo de ampliação do escopo da discussão da saúde para o terreno ético-político da construção da cidadania. Estas relações parecem demonstrar que a saúde é compreendida de uma forma bastante ampla, estando articulada à preocupação com a alimentação, com as formas de cultivo agroecológico, à segurança alimentar e nutricional e à esfera da autonomia em relação aos processos de saúde-doença (Marques *et al*, 2015).

O ser humano, no processo de sua história e seu contato com a natureza, descobriu formas de utilizar as plantas medicinais para o tratamento de suas doenças, das plantas e dos animais (Lameira; Pinto, 2008). Como nossos ancestrais, continuamos utilizando muito das ervas medicinais em nosso cotidiano. Destaca-se, assim, que a principal forma de extração dos princípios ativos das plantas ainda é através de chás, mas também utilizamos esses princípios de outras formas, pois, por exemplo, cerca de 25% dos medicamentos produzidos

de forma sintética, contêm pelo menos um componente derivado das plantas (Ribeiro; Diniz, 2008). Desta maneira, percebe-se que as plantas medicinais também podem ser utilizadas de diversas outras formas, como na produção de xaropes, tinturas, óleos essenciais, pomadas e/ou matéria prima para a produção de cosméticos artesanais como perfumes, sabonetes e desodorantes.

Sendo assim, buscamos produzir um resgate a estes outros modos de utilização e o desenvolvimento do projeto se traduziu em diversas ações que priorizavam a troca de saberes entre os grupos de mulheres e a equipe acadêmica. Segundo o Fórum de Pró-Reitores de Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras - FORPROEX (2012), a extensão universitária se refere a um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que se constrói a partir da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão em uma proposta que busca a ação transformadora entre a universidade e a sociedade. Dessa forma, a participação de docentes, discentes (bolsistas) e os grupos de mulheres promoveu uma interação e a construção coletiva do conhecimento em torno da prática de uso das plantas medicinais. Tal articulação não só possibilitou que se criassem possibilidades para projetos futuros, como articulou com a pesquisa e o ensino por meio da experiência adquirida pela equipe acadêmica.

Neste sentido, buscou-se uma construção coletiva, visando discutir a importância das plantas medicinais, da produção de mudas e da definição de áreas destinadas ao plantio e cuidado com estas plantas nas propriedades, assim como também houve a produção e disseminação de materiais didáticos referentes ao cultivo, uso e beneficiamento destas. Observou-se que muitos dos locais onde as oficinas foram realizadas, tiveram como presença marcante os quintais. Para Collet & Gaspareto (2021), os quintais produtivos figuram como a conexão entre a teoria e a prática. Este espaço, além de ser pedagógico, possibilita a efetivação da recuperação, produção e melhoria de sementes crioulas, plantas medicinais, árvores frutíferas, flores e criação de pequenos animais. Dessa forma, os quintais produtivos, se constituem em “laboratórios vivos”, onde o aprendizado herdado de mães, avós e bisavós não só se apresenta como resistência e enfrentamento à força do capital, mas também abre possibilidades para que os saberes sejam transmitidos para as gerações futuras.

Desta forma, percebe-se que as plantas medicinais fazem parte do cotidiano dessas mulheres, e, no ato de cultivar e produzi-las se desenvolvem múltiplos processos de afirmação das mesmas como sujeito no/do mundo. Atos estes que fortalecem a democracia e promovem a cidadania, além de se trabalhar práticas agroecológicas e sustentáveis que

promovem saúde e qualidade de vida a partir da potencialização da autonomia conquistada e de sua participação como sujeito social no resgate de saberes e práticas populares que interferem na vida dos sujeitos (Bergamin, 2019).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Desse modo, como citado acima, as atividades do projeto desenvolveram-se com cinco grupos de mulheres através da realização de cinco oficinas em cada grupo. Ao todo, foram realizadas 36 (trinta e seis) oficinas, sendo: 5 (cinco) oficinas piloto para a equipe do projeto, 27 (vinte e sete) nas comunidades e 4 (quatro) em eventos externos. As oficinas piloto tinham o objetivo de testar as metodologias e aprimorar a execução da oficina, bem como formar e informar a equipe acadêmica a respeito do tema que seria abordado. Nas oficinas piloto também buscou-se preparar toda a equipe para a coordenação das oficinas junto às comunidades, tendo em vista que muitas delas foram proferidas pelas bolsistas do projeto.

Por meio das ações extensionistas, buscou-se a criação de espaços para que as mulheres participassem de forma protagonista nas atividades, convidando-as a atuarem nos encontros e relatarem suas vivências, saberes e experiências atravessadas pelo uso, cultivo e processamento das plantas medicinais. Desta maneira, pode-se perceber enquanto resultado a manutenção e fortalecimento destas práticas, trabalhando com os grupos a importância da preservação dos saberes populares e de movimentos individuais e coletivos que propõem associações afetivas e simbólicas entre desenvolvimento, geração de renda e conservação do meio ambiente.

Ainda, o projeto se constituiu como uma oportunidade para as mulheres se reunirem novamente depois de dois anos de isolamento social, provocado pela pandemia de Covid-19, e reorganizarem seus grupos para pensarem na possibilidade de uma organização autônoma e coletiva - podendo englobar a produção de plantas medicinais, fitoterápicos e cosméticos, os quais foram trabalhados durante as oficinas. Ressalta-se, porém, a busca pela retomada presencial das ações como um grande desafio, junto a tentativa de um trabalho coletivo, tecendo um movimento contra hegemônico frente às lógicas neoliberais predominantes neste momento histórico, político e social.

Além disso, destaca-se um importante levantamento e mapeamento, através da primeira oficina “Levantamento das plantas medicinais cultivadas, nativas ou espontâneas nos quintais”, de 174 espécies de ervas medicinais nas residências cedidas pelas participantes do projeto para a realização da atividade. Soma-se também a produção e distribuição de mais de 1.500 (mil e quinhentas) mudas para a comunidade interna e externa ao projeto. Sendo

distribuídas mais de 50 mudas nas 5 comunidades, nas rodadas da oficina "Produção e cultivo das principais plantas medicinais de interesse das famílias", auxiliando no compartilhamento destas e também na divulgação das ações ofertadas. Neste momento, houve a multiplicação de algumas espécies, como: Lavanda (Lavandula dentata); Pulmonária (Stachys byzantina k. koch); Alecrim (Rosmarinus officinalis); Hortelã (Aloe vera); Calêndula (Calendula officinalis); Cavalinha (Equisetum hyemale); Capim Limão (Cymbopogon citratus); Melissa (Melissa officinalis L.); Poejo (Mentha pulegium); Babosa (Aloe arborescens); Boldo miúdo (Plectranthus ornatus); Bálsamo (Sedum dendroideum); Penicilina (Alternanthera brasiliana) e Losna (Artemisia absinthium), entre outras.

O tema plantas medicinais evoca uma série de assuntos correlatos, como: natureza, agroecologia, alternativa terapêutica, fitoterapia, medicamentos, práticas caseiras em saúde, saúde coletiva, tecnologia, mercado, biodiversidade, cultivo, religiosidade, gênero, entre diversos outros temas que também atravessam a experiência dessas mulheres com as plantas medicinais. Mais especificamente, a partir das observações nos grupos de mulheres, se nota uma continuidade entre produzir e promover saúde. Observa-se que as mulheres estão estabelecendo práticas relacionadas também à geração de renda e à mudança da base tecnológica na produção agrícola, ambas justificadas e associadas ao que podemos compreender enquanto construção do papel feminino do cuidado ao outro (Marques *et al*, 2015).

O cuidado como papel feminino, construído como um "universal cultural", embora assuma distintas linhas, segue sendo entendido e naturalizado como sendo uma "tarefa das mulheres". No entanto, o que buscamos mostrar é que este cuidar vai assumindo um caráter ampliado na medida em que as mulheres incorporam preocupações com temas como a soberania alimentar, perda de biodiversidade, a sustentabilidade, empoderamento e autonomia. Assim, o cuidado supera a esfera familiar e, depois, a comunitária para alcançar responsabilidades com o global, são elas que deverão guardar as sementes, cuidar do planeta e imprimir outro ritmo ao desenvolvimento (Marques *et al*, 2015). O cuidado assume não o lugar do dom e do modo indivíduo, mas é entendido como um dispositivo ético-político, força que move as ações situadas em um tempo e função histórica.

Outra linha de análise colocada foi que os municípios de Rebouças, Inácio Martins, Teixeira Soares e Irati possuem Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM de 0,672 , 0,600, 0,671 e 0,726 respectivamente (IBGE, Censo Demográfico, 2010). A realidade do público-alvo (mulheres agricultoras do campo e da cidade) deste projeto nos impõe um

olhar apurado para esses dados e nos coloca diante de um contexto de precariedade para grande parte das famílias do campo nesta região. O cultivo de plantas medicinais oferece a possibilidade de melhorar a qualidade de vida, saúde e renda dos agricultores familiares, assim como potencializar o acesso da população a uma vida mais saudável. Considera-se, assim, que a geração de autonomia produz uma segurança nas famílias, pois pode ser uma solução na diminuição nos gastos com a farmácia e deslocamentos até os estabelecimentos de saúde, por exemplo. Além disso, representa o poder sobre si e sua saúde, presente na preservação da saúde individual e coletiva (Bergamin, 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto surgiu de uma demanda por parte dos grupos de mulheres agricultoras para fortalecer seus saberes e práticas sobre cultivo, uso e processamento de plantas medicinais. A proposta inicial previa a realização de 20 oficinas nas comunidades, sendo que seriam cinco oficinas (uma de cada tema proposto) por município abrangido (Irati, Rebouças, Inácio Martins e Teixeira Soares). No entanto, conforme as apresentações iniciais do projeto ocorriam, novos grupos se interessavam em participar, o que levou a acrescentar um grupo de mulheres a mais do que o previsto anteriormente. O tema das plantas medicinais é muito apreciado pelas mulheres das comunidades camponesas, e, embora o projeto tenha terminado, as demandas continuam.

Embora o projeto tenha sido desenvolvido no período de um ano, foi possível observar que alguns grupos de mulheres que participaram das oficinas passaram a produzir as pomadas e cosméticos naturais, inclusive com finalidade comercial, como nos casos de Inácio Marins e Teixeira Soares. Observou-se também, que a continuidade do projeto seria de grande importância para o fortalecimento dos grupos e a comercialização dos produtos; o que traria uma alternativa de renda para as mulheres.

A elaboração de uma proposta que dê continuidade às ações do projeto, como a manutenção das oficinas e o fortalecimento dos grupos de mulheres tem sido pensada entre a equipe acadêmica. Percebeu-se a existência de uma “unidade orgânica” em alguns grupos; o que contribuiria para uma organização e construção da autonomia entre as mulheres no que se refere à produção e uso das plantas medicinais.

REFERÊNCIAS

BERGAMIN *et al*. **Mulheres agricultoras**: preservação, cultivo e utilização de plantas medicinais. Blumenau, 2019. Disponível em:

<http://inscricao.eventos.ifc.edu.br/index.php/geosaude/geosaude/paper/view/1354 Acesso em 03 set. 2022>.

COLLET, Z; GASPARETO, S. A. K. Os Quintais Produtivos no Movimento da Mulheres Camponesas (MMC/SC): traços de uma economia feminista camponesa. **Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero 12**. Florianópolis, p: 01-12. 2021.

FORPROEX. **Política Nacional de Extensão Universitária.** Porto Alegre, UFRGS, 2012.

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

LAMEIRA, O.A.; PINTO, J.E.B.P. Plantas **medicinais: do cultivo, manipulação e uso à recomendação popular.** Belém, PA. Embrapa Amazônia Oriental, 2008.

MARQUES, F. C.; et al. As mulheres e as plantas medicinais: reflexões sobre o papel do cuidado e suas implicações. **Retratos de Assentamentos**, *18*(1), 155-182. <https://doi.org/10.25059/2527- 2594/retratosdeassentamentos/2015.v18i1.186>

RIBEIRO, P. G. F.; DINIZ, R.C. **Plantas Aromáticas e Medicinais:** cultivo e utilização. Londrina: IAPAR, 2008.

SANTOS, T. de J. S dos. A importância do uso de plantas medicinais e a saúde das mulheres rurais. **Jornal da Rede Feminista de Saúde,** n.26, p.25-28, 2004

O REPERTÓRIO IMAGÉTICO PRESENTE NOS MATERIAIS DIDÁTICOS DO ENSINO FUNDAMENTAL E A CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO QUILOMBOLA EM BARRA DO TURVO-SP[1]

Fernanda Padovesi Fonseca[2]

RESUMO

O texto apresenta considerações e reflexões sobre a utilização de imagens presentes em duas coleções didáticas de ciências humanas do ensino fundamental (séries iniciais) utilizadas nas escolas municipais de Barra do Turvo-SP. A análise foi desenvolvida no âmbito do projeto de ensino "O repertório imagético presente nos materiais didáticos do ensino fundamental e a construção de uma educação quilombola em Barra do Turvo-SP" que, por sua vez, faz parte de um projeto de extensão mais amplo: "Saberes em diálogo: comunidade, escola e universidade na construção da educação quilombola em Barra do Turvo-SP", ambos sediados no Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo. As observações realizadas nos livros didáticos pretendem avaliar os efeitos pedagógicos das imagens, não somente nos estudos da história e cultura afro-brasileira, mas também nas questões contemporâneas que caracterizam a situação da população negra no conjunto da sociedade, o que se realiza de forma interdisciplinar no programa escolar do ensino fundamental e, nesse sentido, uma perspectiva do texto é refletir sobre o repertório imagético que possa subsidiar uma educação escolar quilombola localmente referenciada. Para tanto foram mobilizados pressupostos teóricos e formas metodológicas de interpretação que estão no contexto da denominada "virada imagética" no conjunto das ciências sociais.

Palavras-chave: educação escolar quilombola, imagem, mapa, livro didático.

ABSTRACT

This text presents some considerations and reflections on the use of images in two human sciences schoolbook collections for elementary levels (initial years), utilized by the town schools of Barra do Turvo, state of São Paulo. The analysis was developed within the scope of the educational project "The imagery repertoire present in elementary school coursewares and the construction of a quilombola education in Barra do Turvo, state of São Paulo", that in turn is part of a wider extension project: "Dialoguing knowledges: community, school and university in the construction of a quilombola education in Barra do Turvo, state of São Paulo", both headquartered at the

---

[1] Projeto na vertente ensino desenvolvido com subsídio do Programa Unificado de Bolsas de Estudos da Reitoria da Universidade de São Paulo, que se insere no projeto de extensão mais amplo "Saberes em diálogo: comunidade, escola e universidade na construção da educação quilombola em Barra do Turvo-SP" que foi desenvolvido pelos Editais "Aprender com a Comunidade" e "Inclusão Social e Diversidade na USP e em Municípios de seus Campi" da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária da USP, sob coordenação da professora Valéria de Marcos do Departamento de Geografia – FFLCH – USP. De setembro de 2020 a agosto de 2023 o projeto de ensino foi desenvolvido com a participação dos alunos de graduação Igor Gabriel Rodrigues Gonçalves; Luana Kelly da Silva; Thiago Vinicius Caetano Serafim; Winicius de Souza Martins e da aluna Melissa Ferreira Carpes da Pós-Graduação em Geografia Humana.

[2] Professora do Departamento de Geografia – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo (FFLCH-USP) – ferpado@usp.br

University of São Paulo's Department of Geography. The observations made on the schoolbooks seek to evaluate images' educational effects, not only on historical and afro-brazilian cultural studies, but also on present-day questions that shape black people's situation in society, which the elementary scholar program does in an interdisciplinary fashion. In this sense, one of the text's perspectives is to reflect on the imagery repertoire that can substantiate a local-referenced quilombola education. For that end, theoretical premises and methodological forms were mobilized in the context of the so-called "visual turn" in social sciences.
Key-words: quilombola education, image, map, schoolbook.

INTRODUÇÃO

Este texto traz algumas considerações e reflexões sobre a utilização das imagens em sala de aula no ensino fundamental (séries iniciais), no contexto do projeto "O repertório imagético presente nos materiais didáticos do ensino fundamental e a construção de uma educação quilombola em Barra do Turvo - SP". Seus pressupostos teóricos estão presentes na denominada "virada visual" ou "virada imagética" que se irradia de forma importante no conjunto das ciências sociais. Entre esses pressupostos destaca-se o questionamento à naturalização das imagens, que geralmente apenas cumprem uma função ilustrativa, de reforço da linguagem verbal-sequencial. Também se realça a força heurística do olhar, da visão, na própria produção do conhecimento e enfatiza-se o imperativo de discutir-se a função e a influência do repertório imagético nas nossas experiências espaciais e na compreensão de mundo de forma mais ampla (HOLLMAN; FONSECA, 2018).

Para tanto, de forma mais específica, realizou-se uma avaliação do repertório imagético presente nos materiais didáticos de ciências humanas, do ensino fundamental, do município de Barra do Turvo – SP. O projeto realizou a análise de 2 coleções didáticas utilizadas em quatro escolas municipais de Barra do Turvo, que possuem cerca de 900 alunos entre ensino infantil e fundamental (séries iniciais) e cerca de 60 professores. Esses livros didáticos são utilizados pelos alunos do município, o que inclui os alunos das comunidades quilombolas de Ribeirão Grande, Terra Seca, Cedro, Pedra Preta e Reginaldo.

A avaliação desse repertório imagético levou em consideração o necessário estabelecimento de inovações previstas nas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, de 2010, que informa sobre o que as políticas públicas educacionais e o ensino devem cumprir para que o racismo, o preconceito e a desigualdade étnico-racial sejam combatidos e para que sejam garantidos os direitos educacionais dos povos tradicionais quilombolas na forma de uma modalidade de ensino própria, esta última

definida pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, de 2013.

Cumpre notar que, a implementação dessas diretrizes já está presente em diversos livros didáticos. A temática quilombola se insere na maior parte das vezes nos conteúdos didáticos de história e de história da África, posto que o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira se tornou obrigatório na Educação Básica em atendimento à Lei 10.639/2003. Deve-se enfatizar que essa obrigatoriedade é realizada, principalmente, como conteúdo da matéria de história.

De início isso já enseja uma observação importante e geral sobre o panorama do repertório imagético que resultou da implementação existente dessas diretrizes: há uma dominância nos livros didáticos de um repertório muito mais referido ao passado que ao presente. Ora, como as Diretrizes Curriculares mencionadas preveem efeitos no presente em termos educacionais de combate ao racismo e seus desdobramentos, outras disciplinas escolares (como a geografia, especialmente), devem ser mobilizadas para além da história e a isso corresponderá um acréscimo do repertório de imagens nos livros didáticos que vão diferir das imagens dos livros da história: em termos quantitativos o uso de imagens é bem menor; há muito mais aleatoriedade nas escolhas, em comparação com a iconografia nos livros de história que é bem estabelecida, legitimada cientificamente, mais consagrada de um modo geral; há uma forte impregnação da tendência em escolher imagens referidas ao "mundo afro" ilustrativas de manifestações culturais (em geral estereotipadas), o que revela uma ressonância no presente de posturas tradicionais muito duvidosas da abordagem dessa questão, que são alvos de críticas nos conteúdos de história.

Essas ponderações iniciais vão permear as aproximações mais concretas que serão feitas tendo em vista a avaliação geral feita nos livros didáticos escolhidos.

CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Quando o objeto é a análise de imagens empregadas como parte do conteúdo de livros didáticos um procedimento necessário (e nesse caso mais importante do que nunca) é depreender do repertório imagético os discursos e conceitos subentendidos e problematizá-los. Exemplo: a construção de uma visão de África como algo único e sem diversidade, que é mitificada e foi estruturada numa perspectiva historicizada externa/colonial, como indica Valentin Yves Mudimbe (2019). Sem dúvida, isso deve ser

verificado se cabe ou não na avaliação das narrativas produzidas pelo repertório imagético nos livros didáticos analisados.

Um alvo muito importante, portanto, digno de uma atenção especifica nesse procedimento, são os mapas. Pode-se depreender dos mapas seus discursos implícitos? Para agregar os mapas nessa análise é preciso considerar que eles atuam de forma significativa na ação e compreensão espacial dos diferentes sujeitos sociais que se relacionam e dialogam com imagens de diferentes tempos que expressam visões e modos de ver distintos. Deve-se assinalar que a geografia, enquanto área do conhecimento muito presente no ambiente escolar, tem no seu repertório científico, em franco desenvolvimento, metodologias para a abordagem e análise das imagens, com destaque para a questão dos mapas, da cartografia. Ao longo do texto vamos mobilizar parte desse repertório, inclusive sobre a linguagem dos mapas. Por exemplo: as propostas de John Brian Harley para os mapas do passado são muito produtivas também para os mapas contemporâneos, em especial a observação de seus contextos e sua desconstrução (HARLEY, 2005a; 2005b). Pensando em termos de desconstrução dos mapas uma ideia bastante estabelecida, e imprescindível para aplicação metodológica, é que os mapas possuem muitas especificidades enquanto imagem. Segundo Christian Grataloup (2006, p. 37), "o ardil do percurso geográfico [do mapa] se oculta na sua naturalização" que lhe dá uma aparência de neutralidade. Grataloup fala da "periodização do espaço", que nos apresenta o mundo compartimentado em continentes, partes individualizadas em um mapa-múndi que possuem uma lógica geográfica comum e ele vai notar o quanto de tal repartição continental é uma construção cultural, muito longe de ser uma expressão natural/física.

Essa observação anterior se encaixa como uma luva em relação aos mapas sobre África presentes nos livros didáticos em geral. Será demonstrado mais adiante que os livros examinados não fogem à regra: há uma forte dominância do mapa na escala continental de África. Aliás, não há continente algum que seja tão representado nessa escala, com uma ausência quase que total da expressão cartográfica regional e de seus países. A naturalização dessa escala é em grande medida responsável pela presumida África única. É uma África tratada como uma extensão única, contínua e contígua, que em seu bojo já traz uma visão de território que também poderia ser transferida de forma automática para as populações que habitam aquele território.

Outro elemento a ser considerado em termos metodológicos diz respeito à presença de produções imagéticas e cartográficas sobre e das comunidades quilombolas

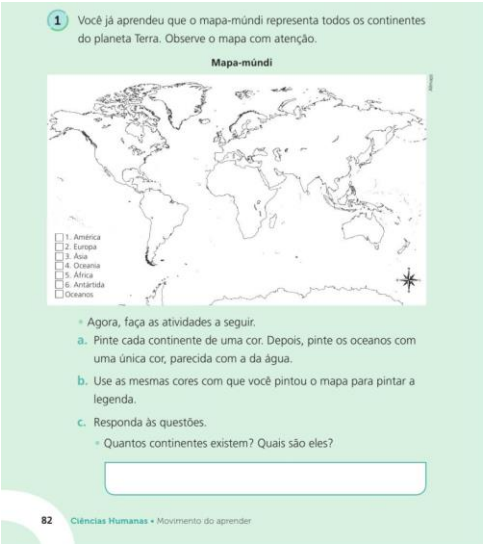
no repertório imagético dos livros didáticos em exame. Já é de vasta compreensão a necessidade de se repensar a história da cartografia, de modo a recuperar representações feitas por comunidades tradicionais, tanto antes quanto depois do desenvolvimento da cartografia euclidiana de estilo ocidental (BURINI, 2013, p. 68). Por isso, foi verificado no repertório cartográfico dos livros a ocorrência de representações produzidas pelas próprias comunidades e se havia recortes escalares que propiciam um olhar mais individualizado, permitindo a observação de territorialidades específicas e diversas. O princípio aqui adotado é que todo mapa expressa uma concepção de espaço, mesmo que de forma inconsciente, do seu elaborador. O valor científico e pedagógico/educacional dessas representações (que correspondem a definições de território e territorialidades a partir do olhar das comunidades quilombolas) foi sabiamente reconhecido na Resolução CNE/CEB nº 8, de 2012, que estabelece como conteúdos da educação quilombola: "a) da memória coletiva; b) das línguas reminiscentes; c) dos marcos civilizatórios; d) das práticas culturais; e) das tecnologias e formas de produção do trabalho; f) dos acervos e repertórios orais; g) dos festejos, usos, tradições e demais elementos que conformam o patrimônio cultural das comunidades quilombolas de todo o país; h) da territorialidade" (grifo nosso). Mais que tudo, foi reconhecido como direito dos estudantes o acesso a elementos geográficos, históricos e culturais, que podem e devem perfeitamente ser expressos em imagens/mapas, considerando as particularidades territoriais da diversidade da formação socioespacial quilombola brasileira. Essa territorialidade quilombola tem importância social, política, cultural e econômica, tendo em vista que “a territorialidade quilombola faz limites com outras territorialidades, muitas vezes com interesses distintos e ainda hoje conflitantes” (SANTOS e COSTA, 2020, p. 314). Essa é uma dimensão que as comunidades quilombolas devem ter nítida para a gestão de suas vidas.

RESULTADOS, COMENTÁRIOS E REFLEXÕES

Foi realizada a seleção e análise das imagens dos livros didáticos de 1º ao 5º anos pertencentes à coleção Vem Voar da editora Scipione (ROQUE; NICARETTA, 2017) e pertencentes à coleção do SESI-SP (2021), ambas utilizadas nas escolas municipais de Barra do Turvo (SP). Na coleção Vem Voar foram selecionadas 119 imagens (51 mapas e 68 gravuras), de 97 páginas dos livros didáticos. Na coleção do SESI-SP foram selecionadas 104 imagens (22 mapas temáticos, 10 mapas históricos, 47 fotografias, 16 ilustrações e 09 pinturas). O que será relatado e problematizado aqui terá como base

observações gerais exemplificadas com uma pequena fração, mas relevante, deste material.

A observação inicial do repertório cartográfico veio corroborar de forma prevista o fenômeno da naturalização dos mapas de África presentes nas coleções. O mapa político da África, com seus limites dos estados-nação pós-coloniais, é onipresente, quase exclusivo. Praticamente não há mapas representando outras características desse imenso território, o que certamente expressaria uma grande diversidade de situações. Não há mapas com outros recortes escalares (regionais, por exemplo) do continente que expressem e contrastem situações diferentes, embora, mesmo que de forma tímida isso apareça nos textos. Tudo isso cria o efeito de uma África única e constituída com base na colonização. Quase que sem história própria, sem relações regionais específicas, sem relações com o mundo diferenciadas conforme a região. Assim, está confirmada a onipresença de um espaço comum produzido num único período, o colonial. Essa é a periodização do espaço a que se refere Grataloup. Isso já ficava nítido no ensino de história da África, onde há uma proposta de periodização do tempo estabelecida em marcos eurocêntricos e que, consequentemente, estrutura uma narrativa com base em imagens dos colonizadores. E permanece nos livros observados de forma naturalizada. Aqui, no caso, se revela o "ardil" descrito por Grataloup sobre a máscara de neutralidade que os mapas portam. Um caso impactante dessa naturalização aparece logo na abertura do capítulo do livro do 4º ano do SESI-SP (Figura 1), com a proposição de uma atividade para os estudantes a partir de um mapa-múndi, sem que haja a indicação da projeção cartográfica utilizada.


1 Você já aprendeu que o mapa-múndi representa todos os continentes do planeta Terra. Observe o mapa com atenção.

Mapa-múndi

1. América
2. Europa
3. Ásia
4. Oceania
5. África
6. Antártida
Oceanos

- Agora, faça as atividades a seguir.

a. Pinte cada continente de uma cor. Depois, pinte os oceanos com uma única cor, parecida com a da água.

b. Use as mesmas cores com que você pintou o mapa para pintar a legenda.

c. Responda às questões.

- Quantos continentes existem? Quais são eles?

82 Ciências Humanas • Movimento do aprender

Figura 1: Mapa-múndi (base para exercício de localização com pintura dos continentes)
Fonte: SESI-SP, 4º ano, Ciências Humanas, Unidade 4: África de tantos povos e de tantas histórias, 2021, p. 82.

A indicação da projeção cartográfica é fundamental para dar autonomia ao professor na busca das características de um mapa-múndi específico e, se for o caso, apresentar outras projeções cartográficas como alternativas visuais aos alunos (FONSECA, 2012). Na orientação aos professores (no manual dos professores) há uma pequena observação que diz: "A distorção em relação às áreas refere-se ao grande esforço da cartografia para representar o que não é plano em uma superfície plana, e essa informação pode ser explorada em algum momento que considerar viável" (SESI-SP, 4º ano, 2021, p. 103). Isso é orientado, mas, a seguir, é contraditado. O que pode ser observado é que, frente à comparação já clássica da extensão territorial da África e da Groenlândia (a África tem uma extensão territorial cerca de 14 vezes maior que a Groenlândia), a projeção utilizada não é adequada (ela produz uma grande "distorção") para a visualização da extensão territorial das terras emersas. Mesmo assim, na atividade que acompanha o mapa-múndi são feitas as questões: "Qual é o maior continente? Qual é o menor continente?" (SESI-SP, 4º ano, 2021, p. 83), sem que exista qualquer discussão da "construção cartográfica" (que é um produto cultural) dos próprios continentes, em especial da África. A atividade que segue ao mapa solidifica a naturalização das compartimentações continentais e pede aos alunos, frente a uma legenda já apresentada com uma divisão em seis continentes, para pintar tais continentes no mapa-múndi. Quer dizer: a partir de um mapa naturalizado, visto como algo infalível, se constrói e se reforça a ideia de mapas como imagens neutras.

Nas discussões históricas é premissa consolidada que a adoção somente de uma periodização subordinada à colonização tem um poder explicativo insuficiente e causa muitas deformações interpretativas sobre as realidades contemporâneas. No entanto, como já vimos no caso da África, o mapa que reflete tal colonização monopoliza o repertório imagético dos livros didáticos. Um exemplo que será analisado é o da proposição de atividades para os estudantes sobre aquele clássico "mapa mudo" do "Continente Africano", que apresenta um território "socialmente vazio" (HARLEY, 2009), somente com os limites das fronteiras dos países na atualidade. Contraditoriamente, várias das questões propostas vão remeter a um passado anterior à partilha territorial contemporânea, quer dizer, quando o mapa seria outro, como mostra a Figura 2.

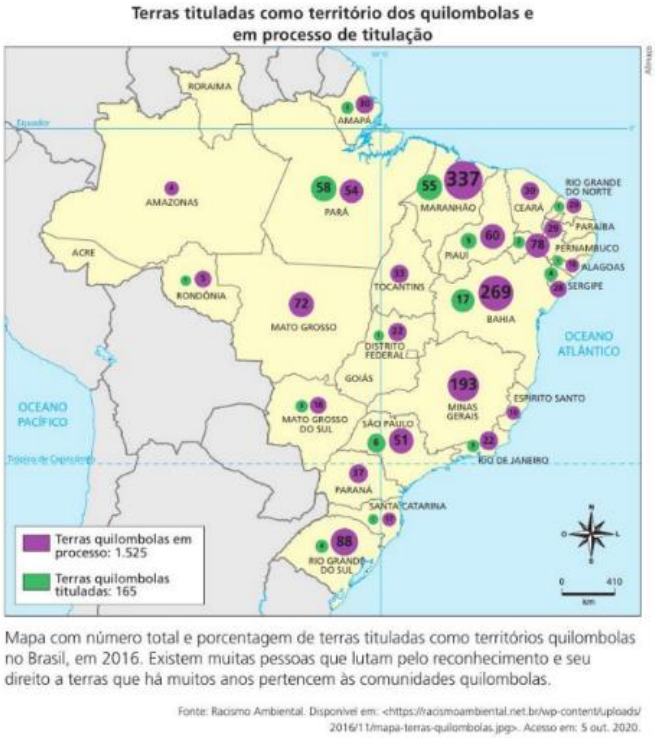
Figura 2: Mapa com os limites dos países contemporâneos no continente africano.
Fonte: SESI-SP, 4º ano, Ciências Humanas, Unidade 4: África de tantos povos e de tantas histórias, 2021, p. 89

Há o pedido aos alunos que se "localize no mapa do continente africano os países que atualmente correspondem às regiões de aprisionamento de pessoas escravizadas. Pinte-os com a cor que preferir" (SESI-SP, 4º ano, 2021, p. 89). Temos neste exemplo uma clara dissintonia entre a concepção de África que percorre o capítulo e a imagem mobilizada para um exercício de localização, sem que sejam apresentadas as lógicas espaciais em seu contexto histórico[3]. Estamos diante de um "anacronismo espacial", onde a história do passado não possui relação com as lógicas espaciais apresentadas pelo mapa. Com base nessa atividade e nesse mapa vale retornar a Mudimbe (2019). É possível sugerir que esse mapa é um "ícone discursivo" que simboliza apenas a obra colonial (a divisão política), uma exterioridade, e que ele replica os "mapas construtores de territórios coloniais" anteriores, nos quais existiam divisões, mas principalmente vazios disponíveis para o empreendimento colonial.

Um outro exemplo que será reportado agora se refere a dois mapas que procuram representar a presença das Comunidades Quilombolas no território brasileiro. Cada uma

[3] Apesar de na página anterior (p. 87) ser apresentado o mapa "Principais rotas de tráfico de escravizados para a América" com manchas as principais regiões de partida, a transposição para o mapa atual não apresenta pertinência histórica ou geográfica.

das coleções examinadas possui um desses mapas. Nota-se que em ambos não há a adoção de uma semiologia gráfica na elaboração. Se os mapas não adotam tal semiologia, não é possível realizar a apreensão visual da quantidade, da densidade e da distribuição das comunidades quilombolas no território brasileiro. Sem isso, a potência heurística do mapa se enfraquece muito. Assim, somente é possível realizar os procedimentos de leitura e localização das informações existentes no mapa, o que configura a subutilização desta linguagem. A generalização dos dados na escala estadual, abrindo-se mão dos dados municipais, é também algo em comum nos mapas das duas coleções e com isso se perde uma informação preciosa, que é sobre as características das áreas onde se nota maior concentração de terras quilombolas.



Mapa com número total e porcentagem de terras tituladas como territórios quilombolas no Brasil, em 2016. Existem muitas pessoas que lutam pelo reconhecimento e seu direito a terras que há muitos anos pertencem às comunidades quilombolas.

Fonte: Racismo Ambiental. Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/wp-content/uploads/2016/11/mapa-terras-quilombolas.jpg>. Acesso em: 5 out. 2020.

Figura 3: Mapa com número total e porcentagem (sic) de terras tituladas como territórios quilombolas no Brasil, em 2016.
Fonte: SESI-SP, 4º ano, Ciências Humanas, Unidade 4: África de tantos povos e de tantas histórias, 2021, p. 100.

No mapa da coleção do SESI-SP (Figura 3) observa-se a diferenciação entre terras quilombolas tituladas e terras quilombolas em processo de titulação, o que é uma informação importante. Para tanto foi utilizada a variável visual cor. Já com relação aos dados numéricos, trata-se de um simulacro de uma representação quantitativa, que usa um recurso precário que é o de assinalar a quantidade numérica de terras quilombolas no interior dos círculos, quando o recurso correto seria a construção de figuras geométricas proporcionais a tais quantidades. A crítica que se pode fazer a esse mapa é sobre sua

pertinência, afinal se fosse feita uma tabela ou um gráfico com os mesmos dados o efeito seria o mesmo. As questões da atividade propostas aos estudantes sobre esse mapa são questões sobre localização das quantidades apresentadas: “a. Qual estado possui o maior número de terras tituladas (reconhecidas)? b. Quais estados possuem o menor número de terras tituladas? c. O Brasil é formado por 26 estados mais o Distrito Federal. Todos os estados brasileiros contêm terras tituladas? Se não, escreva o nome dos estados que não as apresentam. d. Qual é o número de terras reconhecidas no estado de São Paulo?” (SESI-SP, 4º ano, 2021, p. 100-101). Todas elas poderiam ser respondidas a partir de uma tabela, sem necessidade do mapa. Uma última observação: a questão d sobre as terras reconhecidas no estado de São Paulo e o modo como isso está representado no mapa do estado não permitem que os alunos de Barra do Turvo fiquem sabendo que no estado de São Paulo a região do seu município possui o maior número de Comunidades Quilombolas.

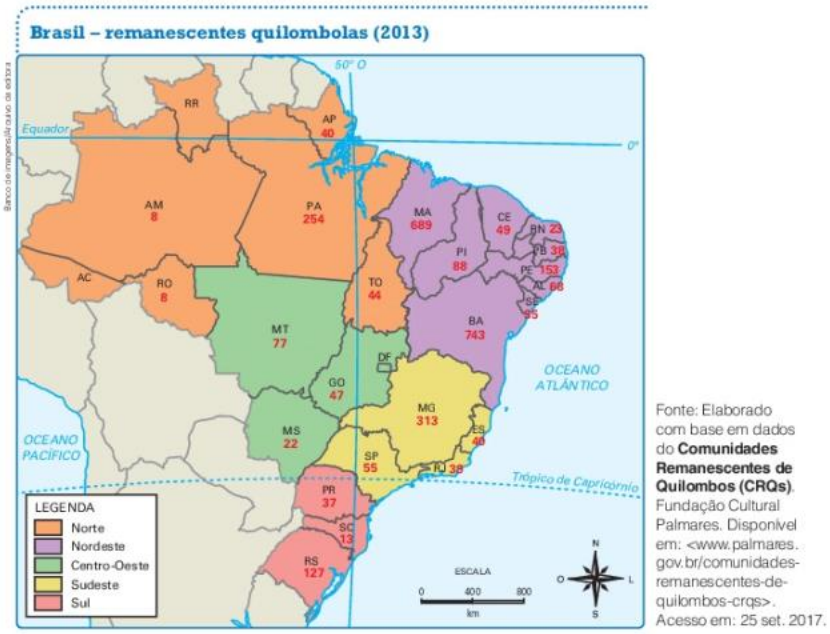


Figura 4: Mapa do Brasil com o número de Comunidades Remanescentes de Quilombolas por estado.
Fonte: ROQUE; NICARETTA. Vem Voar, 4º ano, Editora Scipione, 2017, p. 125.

No mapa da coleção Vem Voar (Figura 4) nem o simulacro de uma representação quantitativa se realizou. As quantidades são simplesmente inseridas nos estados sem uma tradução gráfica desses dados. Em cartografia diz-se que não há a transcrição das quantidades por relações visuais de mesma natureza. No caso desse mapa, ele é integralmente dispensável e seria melhor substituído por uma tabela. Quanto às questões da atividade proposta aos alunos elas são da mesma natureza que as do mapa da coleção do SESI-SP: de localização puramente. Não se demanda aos alunos que relacionem esses

dados com uma realidade mais ampla, aliás, não poderia mesmo, visto que os mapas tais como elaborados, não oferecem essa possibilidade.

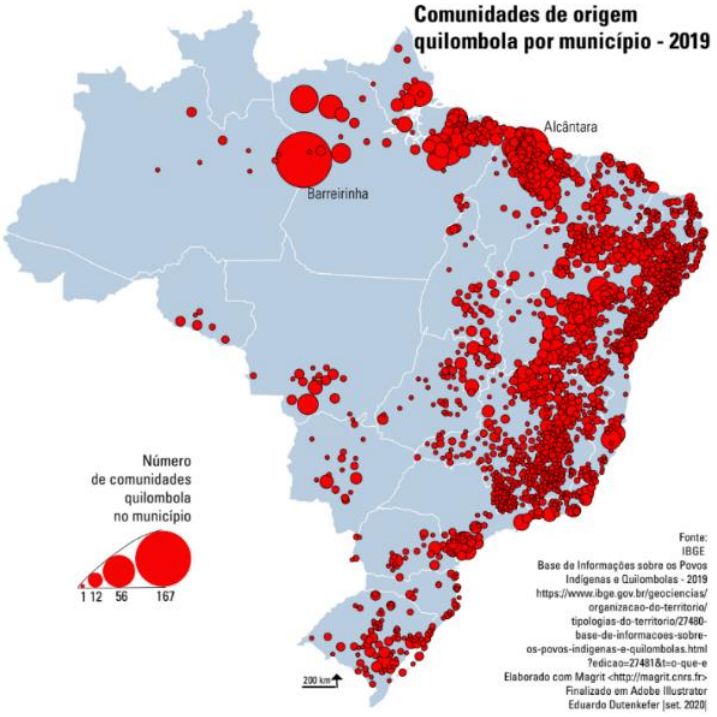


Figura 5: Mapa do Brasil com as Comunidades Quilombolas por município.
Fonte: Eduardo Dutenkefer. Mapa realizado com os dados da Base de Informação sobre os Povos Indígenas e Quilombolas, IBGE, 2019.

A figura 5 traz um mapa que representa da forma pertinente as Comunidades Quilombolas no território brasileiro. *Trata-se do Mapa do Brasil com as Comunidades Quilombolas por município* realizado pelo geógrafo Eduardo Dutenkefer, cujos mapas publicados em diversos trabalhos se notabilizam pelo rigor e pela criatividade. Ali podemos visualizar a distribuição das Comunidades Quilombolas pelo território brasileiro e observar a importância do Vale do Ribeira e do Município de Barra do Turvo neste contexto nacional. Esse é um mapa verdadeiramente quantitativo, com o uso preciso da variável visual tamanho vinculada ao ábaco e com a distribuição municipal dos dados que permite estabelecer múltiplas relações entre a distribuição das terras quilombolas e outras realidades presentes no território brasileiro.

Os mapas apresentados com o tema da distribuição das Comunidades Quilombolas no território brasileiro não possuem necessariamente as mesmas fontes, mas é importante ressaltar que os dois mapas das coleções didáticas não apresentam esta distribuição territorial, posto que foi feita a generalização por estado da federação, como já mencionado. Há uma distância grande entre os dados já existentes sobre as Comunidades Quilombolas e os tipos de representação da cartografia temática que

poderiam ser apresentados nos materiais didáticos. Um outro bom exemplo a ser observado é o mapa realizado por Hervé Théry[4] a partir dos dados do Censo Demográfico de 2022, onde a população quilombola contabilizou 1.327.802 pessoas, ou 0,65% do total de habitantes do país[5]. Outro exemplo são os mapas produzidos por Igor Gonçalves em seu trabalho de conclusão de curso de geografia (GONÇALVES, 2023, no prelo).

Agora, passando para o tópico de outras imagens, para além dos mapas, algumas são ótimas para exemplificar a presença de África e do "mundo afro" nos livros didáticos, são as imagens que trazem as construções da paisagem e expressam pontos de vista da sociedade do passado, onde havia a presença de população de origem africana escravizada. É bem interessante perceber como tais imagens produzidas no passado são apropriadas nos livros didáticos atuais. Algo que pode ser dito logo de início é que deveria haver uma melhor contextualização da produção dessas imagens nos textos que as acompanham nesses livros. Mas, isso é raro. Seria muito importante um tratamento metodológico de como devem ser vistas tais imagens, inclusive desconstruindo-as para os alunos. Como foram feitas, por que foram feitas e em que condições contextuais (que técnicas se dominava e que limitaram ou facilitaram a criação da imagem, por exemplo)? Sem isso, pode se cometer várias impropriedades com a introdução de imagens do passado que foram produzidas com objetivos específicos gerando narrativas estranhas para a discussão sobre as Comunidades Quilombolas contemporâneas. Um caso recorrente é a inserção de pinturas do artista Franz Post (1612-1680). No livro do 4º ano da coleção Vem Voar Interdisciplinar é apresentada a pintura "Engenho" (Figura 6). Trata-se de um exemplo positivo sobre como esse tipo de imagem deve ser tratado

2 Observe a pintura abaixo e leia a legenda.

Detalhe da pintura **Engenho**, de Frans Post, c. 1637-1644 (óleo sobre tela, 117 cm × 167 cm). Nela se veem o local de produção do açúcar (no sopé da elevação), mais acima a casa-grande e, no alto, a capela.

[4] https://journals.openedition.org/confins/54974#tocfrom1n6
[5] https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37464-brasil-tem-1-3-milhao-de-quilombolas-em-1-696-municipios

Figura 6: Detalhe da pintura Engenho, de Frans Post. c. 1637-1644 (óleo sobre tela, 117 cm x 167 cm). Fonte: ROQUE; NICARETTA, 4º ano, 2017, p. 81.

Nas orientações aos professores (no Manual dos Professores) que acompanha a imagem, temos o seguinte texto:

> Comente com os alunos que as pinturas de época são documentos valiosos para a compreensão de determinado período histórico. Contudo, ressalte que elas sempre expressam um ponto de vista; por isso, é importante considerar quem as pintou, em que circunstâncias e outras informações que auxiliem na compreensão desse ponto de vista. (ROQUE; NICARETTA, 4º ano, 2017, p. 81)

Aqui já temos uma problematização valiosa para a leitura de imagens que não está presente na leitura de mapas nas coleções analisadas. O que mostra como os mapas estão mais naturalizados. Há a atenção para os diversos contextos de produção da imagem. E há uma proposta de identificação e análise dos elementos que compõe a pintura:

> Leia a pintura com eles (alunos), localizando as edificações mencionadas na legenda. Chame a atenção para os elementos naturais da paisagem (o rio, o relevo da região – planície – os trechos de mata) e para os culturais (as edificações, as embarcações que navegam pelo rio, as pessoas). Observe mais detidamente as pessoas que se encontram na unidade de produção do açúcar..." (ROQUE; NICARETTA, 4º ano, 2017, p. 81)

O que pode ser observado é que pode haver um cuidado em não apresentar a imagem, neste caso a pintura, como um "espelho da realidade". Daniel Vieira ao se referir especificamente sobre Frans Post e sua obra diz que é necessário "relacionar o imaginário de paisagem à construção cultural de uma identificação coletiva de pertença a um território comum" (2016, p. 10). E ainda acrescenta que "porque essa construção cultural da paisagem está perpassada pelas relações de poder, a definimos então como uma paisagem política" (VIEIRA, 2016, p. 10). Um questionamento comumente destacado se refere ao fato de que tal complexidade de tratamento com as imagens seria inadequado nesta etapa educativa. Porém, a construção de um imaginário no mundo do ensino considerando sua real complexidade, é um ato contínuo, que perpassa todas as etapas de escolarização. Bernard Debarbieux (2004) argumenta que:

> O imaginário geográfico opera especialmente sobre aquelas realidades que pouco conhecemos. Todo indivíduo administra constantemente um estoque de imagens herdadas de sua própria história, trabalhado pela memória ou seu inconsciente, ou mesmo de sua condição humana, que são constantemente colocados em tensão com as imagens experimentadas em sua vida diária. (tradução nossa)

Logo, a experiência infantil afeta o presente do adulto nesse caso também.

E temos aqui uma questão de grande importância que é aquela do aluno "lidar" com esta construção imagética em diálogo com sua vida cotidiana. No caso dos alunos de Barra do Turvo, seu cotidiano é uma escola que tem alunos quilombolas em muitos casos, eles vivem em um município que possui Comunidades Quilombolas e convivem com uma

paisagem produzida, por vezes, pelo fazer social e cultural quilombola. E essa dimensão já pode ser trabalhada com os estudantes dessa etapa escolar. Ou o próprio aluno é quilombola.

Numa demonstração de que as imagens de Frans Post são recorrentes, o livro do 4º ano da coleção do SESI-SP também insere a representação de um engenho do artista holandês. Trata-se do "Engenho de Itamaracá" (Figura 7).

Figura 7: Engenho de Itamaracá, de Frans Post. Um engenho em Pernambuco, no século XVII.
Fonte: SESI-SP, 4º ano, Ciências Humanas, Unidade 4: África de tantos povos e de tantas histórias, 2021, p. 96.

O texto que antecede a imagem, na mesma página, apresenta o que era a escravidão no Brasil e que as pessoas negras escravizadas "ocupavam diferentes funções" e que "a rotina de trabalho era árdua" (SESI-SP, 4º ano, Ciências Humanas, p. 96.). Aqui podemos ver um exemplo de imagem utilizada somente como ilustração e com a pretensão de ser reforço do texto. Não há indicação nas atividades e nas questões que se seguem, ou mesmo na orientação aos professores, que sejam feitas observações dessa imagem. Na verdade, até mesmo como reforço do texto a presença dessa imagem não funciona muito. Uma contextualização que revela a complexidade dessa imagem permite a interpretação que essa pintura de Frans Post expressa "o modo como o holandês via o espaço colonial durante o período seiscentista" (OLIVEIRA, p. 185). Isso, por si só demonstra a oportunidade que se perdeu de explorar essa imagem nas atividades desse livro didático.

Essa imagem do Engenho de Itamaracá vai ser exposta de novo aos alunos porque ela é uma das vinhetas do mapa mural de Georg Marcgraf *Brasilia Qua Parte Paret Belgis* (Brasil cuja parte pertence aos Países Baixos) e que é apresentado em parte na carta *Praefecturae Paranambucae pars Borealis, uma cum Praefectura de Itâmaracâ* na

abertura do capítulo da Unidade 5 do livro do 4º ano do SESI-SP (2021): “Como se trabalha nessa terra...” (Figura 8).

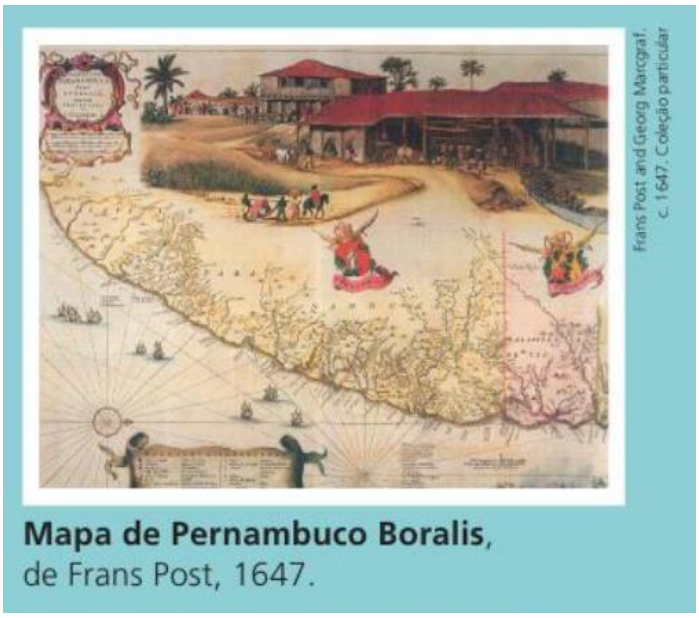


Figura 8: Carta *Praefecturae Paranambucae pars Borealis, uma cum Praefectura de Itâmaracâ*, 1647, Georg Marcgraf (cartografia); Frans Post (iconografia)[6] Joan Blaeu (edição)
Fonte: SESI-SP, 4º ano, Ciências Humanas, Unidade 5: Como se trabalha nessa terra..., 2021, p. 116.

Daniel de Souza Leão Vieira comenta a relação dessas vinhetas com o mapa de Marcgraf:

> A especificidade do tratamento que Post deu a essa etnografia nas vinhetas que executou para o mapa mural de Marcgraf foi, no entanto, a de aliar o aspecto étnico desse ranking classificatório à organização do espaço geográfico. Ele estabeleceu uma relação entre os tipos étnicos em seu (não) vestir-se e suas atividades de labor e a sua distribuição na geografia do território colonial. Assim, orientou a construção imagético-discursiva da geografia do Brasil holandês a partir de Pernambuco. Nessa capitania, a plantação da cana sacarina e a produção de açúcar assinalava o zênite da civilização. (VIEIRA, 2022, p. 108, grifo nosso)

A construção classificatória e hierárquica da paisagem e da sociedade na avaliação de Vieira é um bom exemplo das possibilidades trazidas pelas imagens da organização dos espaços do passado. Frans Post faz esta proposta imagética para anunciar o território civilizado após a ocupação holandesa.

> O contraste entre selvageria e civilidade, um dos conceitos básicos utilizados pelos colonizadores europeus para formular seu empreendimento além-mar, ainda estava nitidamente presente na mentalidade de Post mesmo depois de ele ter deixado a Colônia. (INSTITUTO MOREIRA SALLES, 2014)

A questão que pode ser feita após a verificação do uso de pinturas, no caso de Frans Post e o “Brasil Holandês” é a seguinte: ao não se fazer, de forma suficiente, a

[6] Alguns autores atribuem estas vinhetas ao ateliê de Frans Post e não a ele diretamente (Ver em: http://www.cartografiahistorica.usp.br/index.php?option=com_jumi&fileid=14&Itemid=99&idMapa=662&lang=br)

apresentação dos contextos de produção dessas imagens (pelo menos no caso do livro do SESI-SP) não haverá o risco dos alunos formarem visões impróprias? Afinal, não resta dúvida que essas imagens fartamente usadas terão peso significativo na formação da visão dos alunos a respeito das paisagens e dos espaços coloniais *lato sensu*, paisagens essas que ressaltam a presença das pessoas escravizadas,

> É fundamental ter em mente a participação da obra pictórica de Frans Post como parte de um projeto político neerlandês, no qual descrever os espaços por meio de imagens fazia parte de práticas integradas à própria estabilização da presença colonial no continente americano. (OLIVEIRA, 2014, p. 185)

Tal posicionamento também pode ser expandido para avaliar-se o repertório imagético contemporâneo presente nas coleções didáticas.

Como exercício desse pressuposto será feita uma avaliação da imagem de capa do livro do 4º ano da coleção do SESI-SP. O que a imagem mostra são crianças que representam a diversidade do país brincam alegremente de montar as caravelas portuguesas que são os "ícones" da colonização. Pelo comportamento das crianças, não há qualquer inconveniente ou questionamento na atividade, somente uma alegre brincadeira colaborativa.

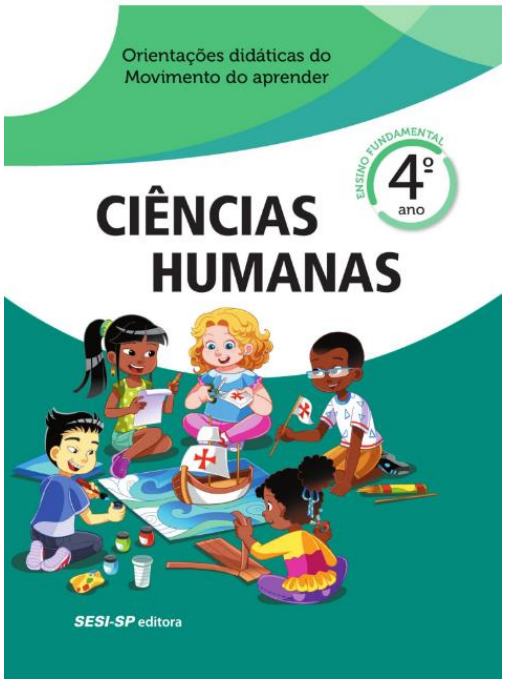


Figura 9: Capa do livro de Ciências Humanas do 4º ano, SESI-SP
Fonte: SESI-SP, 4º ano, 2021.

A figura 9 da capa traz emanações das relações de poder coloniais, como se fossem absolutamente benignas. O símbolo nas velas das caravelas é a Cruz da Ordem de Cristo, símbolo nacional português, que indicava que aqueles barcos levavam a cristandade aos povos pagãos. Isso representa uma descomplexização de nossa formação

e mesmo do Brasil atual, e uma naturalização simplória da presença da população negra no Brasil, cruelmente escravizada num processo que deixou marcas indeléveis na vida dessa população e do país.

A crueldade que foi o sistema colonial português e a escravidão durante 388 anos é tema recorrente na obra do artista Arjan Martins (Figura 10). Por vezes, a arte é um caminho para apresentar questionamentos e desestabilizar repertórios imagéticos muito naturalizados.

Figura 10: Arjan Martins. Etcetera. 2016. Acrílica sobre tela. 173x300x4cm
Fonte: https://www.agentilcarioca.com.br/artists/33-arjan-martins/works/2093-arjan-martins-etcetera-2016

> Os elementos recorrentes na obra de Arjan – como as caravelas, a rosa dos ventos, a coroa e elementos de traçados de mapas – às vezes são pintados em sua totalidade formando um globo terrestre, às vezes apenas delimitando os países ou continentes. Martins pinta formas que se assemelham a corpos negros, na posição horizontal, e o oceano Atlântico, que durante o período colonial tornou-se um cemitério de corpos negros. Estima-se que durante os 300 anos de prática escravista, morriam 14 negros por dia trazidos da costa africana para o Brasil, afirma Laurentino Gomes em seu livro "Escravidão". (A GENTIL CARIOCA, 2016)

Há a estimativa de que a população da África subsaariana em 1850 deveria ser de 100 milhões, se não tivesse havido o tráfico de escravos. Mas, em 1850, a população desta região é estimada em torno de 50 milhões de pessoas (SARR, 2019). Portanto, o início do empreendimento colonial português não deveria ser acolhido com tamanha naturalidade no ensino básico, o que reflete a Figura 9.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a realização da seleção e análise das imagens referentes aos temas relacionados à Educação Escolar Quilombola podemos afirmar que nem sempre os contextos que devem ser integrados à apresentação dos mapas, por exemplo, são contemplados nas atividades ou mesmo nos textos relacionados àquela imagem. Harley

(2005a) nos apresenta como o contexto do cartógrafo, da sociedade e de outros mapas necessariamente devem ser mobilizados na apresentação de determinado mapa, proposta que pode ser ampliada para o conjunto das imagens, com especial atenção para as intencionalidades e condições de sua produção, aliás, retornando de certo modo às fontes desse método que teve em Erwin Panofsky sua inspiração. Pode ser observado que nas coleções é difícil que o professor consiga abordar os contextos das imagens somente com base no repertório apresentado nestes manuais. No caso da coleção SESI-SP esta tarefa contém uma dificuldade ainda maior devido à característica muito fragmentada de apresentação dos conteúdos e consequentemente das imagens. Nas coleções também não há representações cartográficas feitas pelas comunidades quilombolas. A ausência da alteridade nesse campo, do olhar do outro, no caso dos mapas, é um caso extremo. Foi constatado também a onipresença do mapa de África na escala continental, que faz do mapa o exemplo visual de uma África pouco diversa. Por vezes o texto pode ser mais detalhado, quando trata de "especificidades" da África, mas não há exemplos de olhares específicos por meio dos mapas. Mas normalmente a generalização dá a tônica a exemplo do termo "os povos da África" na apresentação "de um povo de tradição oral" (SESI-SP, 4º ano, Ciências Humanas, p. 104).

Imprimir tal olhar metodológico permite dar centralidade às questões colocadas pela "virada imagética" e trazer luz na função destas imagens na produção do conhecimento, sem naturalizar a construção de lógicas espaciais que impregnam tais repertórios imagéticos.

BIBLIOGRAFIA

A GENTIL CARIOCA. Arjan Martins. **Etcetera.** 2016. Disponível em: https://www.agentilcarioca.com.br/artists/33-arjan-martins/works/2093-arjan-martins-etcetera-2016. Acesso em 09 de janeiro de 2024.

BRASIL. **Lei nº 10639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura AfroBrasileira", e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 9 jan. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em 09 de janeiro de 2024.

BURINI, Federica. L'évolution de la cartographie auprès des sociétés traditionnelles en Afrique subsaharienne. **L'information géographique**, v. 77, n. 4, p. 68-87, 2013. Disponível em: https://www.cairn.info/revue-l-information-geographique-2013-4-page-68.htm. Acesso em 14 de janeiro de 2024.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO / CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. Parecer CNE/CEB Nº 7/2010. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica**. 2010. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_PAR_CNECEBN72010.pdf?query=INOVA%C3%87%C3%83O. Acesso em 12 de janeiro de 2024.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO / CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012. **Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica**. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECEBN82012.pdf?query=ensino%20m%C3%A9dio. Acesso em 12 de janeiro de 2024.

DEBARBIEUX, Bernard. Imaginaire spatial. Hipergéo–encyclopédie électronique, en accès libre, consacrée à l'épistémologie de la géographie, 2004. Disponível em: https://hypergeo.eu/imaginaire-spatial/. Acesso em 12 de janeiro de 2024.

FONSECA, Fernanda Padovesi. A naturalização como obstáculo à inovação da cartografia escolar. Geografares, v. 12, p. 175-210, 2012. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/geografares/article/view/3192. Acesso em 14 de janeiro de 2024.

GONÇALVES, Igor Gabriel Rodrigues. **Territorialidades quilombolas: uma análise do repertório imagético presente nos materiais didáticos do ensino fundamental em Barra do Turvo (SP)**. Trabalho de Graduação Individual (TGI), Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2023. (no prelo)

GRATALOUP, Christian. Os períodos do espaço. Rio de Janeiro: **GEOgraphia**, Vol. 8, Nº 16, p. 31-40, 2006. Disponível em: http://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13520. Acesso em 10 de janeiro de 2024.

HARLEY, John Brian. "Textos y contextos en la interpretación de los primeros mapas". In: **La Nueva Naturaleza de los mapas: Ensayos sobre la historia de la cartografía**. México: Fondo de Cultura Económica, 2005a. p. 59-78.

HARLEY, John Brian. "Hacia una deconstrucción del mapa". In: **La Nueva Naturaleza de los mapas: Ensayos sobre la história de la cartografia**. México: Fondo de Cultura Económica, 2005b. p. 185-207.

HARLEY, John Brian. "Mapas, saber e poder", **Confins** [En ligne], 5 | 2009. Disponível em: http://journals.openedition.org/confins/5724. Acesso em 09 de janeiro de 2024.

HOLLMAN, Verónica; FONSECA, Fernanda Padovesi. A potência da arte para pensar o espaço: um ensaio sobre a abordagem de mapas artísticos. In: LENCIONI, Sandra; ZUSMAN, Perla (Orgs). **Processos Territoriais Contemporâneos Argentina e Brasil: Ideias em circulação**. Rio de Janeiro: Consequência, 2018, p. 163-182.

INSTITUTO MOREIRA SALLES (IMS). Por dentro dos acervos: Frans Post por Ernst Van Den Boogaart, 2014. Disponível em: https://ims.com.br/por-dentro-acervos/frans-post/. Acesso em 12 de janeiro de 2024.

MUDIMBE, Valentin Yves. **A invenção da África: gnose, filosofia e a ordem do conhecimento**. Editora Vozes, 2019.

OLIVEIRA, Francisco I. D. O fio da memória: as paisagens do Brasil holandês. **Diálogos Revista Electrónica de História**, v. 15, n. 2, p. 179-199, 2014. Disponível em: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=43932152007. Acesso em 10 de janeiro de 2024.

ROQUE, Isabel Rebelo; NICARETTA, Wagner (Eds). **Vem Voar Interdisciplinar**: ciências, geografia e história. 1º, 2º, 3º, 4º, 5º anos EF. São Paulo: Scipione, 2017.

SANTOS, João Almeida dos; COSTA, Candida Soares da. Territórios quilombolas e o ensino de Geografia. **Ciência Geográfica**, Vol. XXIV (1): 305-321, Janeiro/Dezembro - 2020. Disponível em: https://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXXIV_1/agb_xxiv_1_web/agb_xxiv_1-23.pdf. Acesso em 12 de janeiro de 2024.

SARR, Felwine. **Afrotopia**. São Paulo: n-1 edições, 2019.

SESI-SP**. Orientações didáticas do movimento do aprender. Ciências Humanas**. 1º, 2º, 3º, 4º, 5º anos EF. São Paulo: SESI-SP, 2021.

VIEIRA, Daniel de Souza Leão. Cultura visual e paisagem: a topografia da Nova Holanda e a evocação da colônia açucareira no Brasil. **Revista PerCursos**, Florianópolis, v. 17, n.33, p. 08 – 31, jan./abr. 2016. Disponível em: https://www.revistas.udesc.br/index.php/percursos/article/view/1984724617332016008. Acesso em 14 de janeiro de 2024.

VIEIRA, Daniel de Souza Leão. O Brasil holandês. BRASILIA qua parte paret BELGIS, Georg Marcgraf, 1647. In: DORÉ, Andrea; FURTADO, Junia Ferreira (Orgs). **História do Brasil em 25 mapas**. São Paulo: Cia das Letras, 2022. p. 99-116.

WINICHAKUL, Thongchai. **Siam Mapped: A History of the Geo-body of a Nation**. University of Hawaii Press, 1997.

O CONCEITO DE RURAL COMO IDENTIDADE: um estudo a partir do distrito Barranco Alto, de Alfenas (MG)

João Vitor de Freitas[1]

Wender da Silva Victor[2]

RESUMO

Discutir o rural e o urbano não é um tema atual em Geografia, visto que essa ciência é capaz de discutir este tema através das análises espaciais. É importante destacar que, com a estruturação da Geografia Crítica na década de 1970, que foi possível discutir a relação entre esses conceitos de maneira mais ampla, sem se restringir a uma discussão neopositivista. O objetivo dessa pesquisa é, então, analisar a relação entre rural e urbano, através de uma perspectiva de identidade, pertencimento e vivências, e não apenas como recorte espacial, tendo como estudo de caso o distrito Barranco Alto, de Alfenas (MG). Para isso, a pesquisa baseou-se em referências como Biazzo (2008), Souza (2010), Rua (2005), Hespanhol (2013) e Wanderley (2009), que permitem que essa discussão tenha um profundo embasamento teórico. Através das entrevistas com residentes do distrito, notou-se que o rural está presente, mesmo com o Barranco Alto sendo considerado, legalmente, como urbano, pois o rural não se limita a apenas um recorte espacial, e liga-se a um modo de vida.

Palavras-chave: Rural; urbano; Alfenas; Barranco Alto; identidade.

ABSTRACT

Discussing the concepts of rural and urban is not a new topic in Geography, since this science is able to discuss this topic through spatial analysis. It is important to highlight that, with the structuring of Critical Geography in the 1970s, it was possible to discuss the relationship between these concepts more broadly, without being restricted to a neopositivist perspective.. The main object of this research is, then, to analyze the relationship between rural and urban, through a perspective of identity, belonging and experiences, and not just as a spatial cut, analyzing the Barranco Alto district, in Alfenas (MG). For this, the research relies on authors such as Biazzo (2008), Souza (2010), Rua (2005), Hespanhol (2013) and Wanderley (2009), that allows this discussion to have a deep theoretical basis. Through interviews with residents of the district, it was noted that the rural is present, even with Barranco Alto being considered, legally, as urban, because the rural is not limited to just a spatial indention, and is linked to a lifestyle.

Keywords: Rural; Urban; Alfenas; Barranco Alto; Identity.

[1]Mestrando do Curso de Geografia da Universidade Federal de Alfenas - MG, Bolsista CAPES, joao.freitas@sou.unifal-mg.edu.br

[2] Mestrando do Curso de Geografia da Universidade Federal de Alfenas - MG, Bolsista CAPES, wender.vitor@sou.unifal-mg.edu.br

INTRODUÇÃO

O distrito Barranco Alto pertence ao município de Alfenas (MG), localizado na mesorregião de Sul/Sudoeste de Minas Gerais (IBGE, 2022). O distrito faz parte do município de Alfenas (MG) desde 1891, quando foi criado, tendo o nome de São João do Barranco Alto, que tempo depois se tornou apenas Barranco Alto, e foi em 2014, com indica o Portal da Prefeitura de Alfenas, que se estabeleceu como distrito junto a Alfenas (MG) unicamente.

Como destacam Cruz & Figueiredo (2017), mesmo sendo afastado de sua malha urbana que por muitos é tida como "cidade", o distrito ainda é considerado urbano, visto que fica na sede do município, e assim, com base no Decreto-Lei 311/1938, que afirma em sua escrita que a população que reside na sede do município ou distrito, é urbana, afirmação esta adotada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e defendida por Hespanhol (2013). A chegada do lago de Furnas, como apontam as autoras, cria um isolamento do distrito, e que devido a isso, acaba conservando traços da cultural rural bem expressivos em seu cotidiano.

Torna-se, portanto, extremamente necessário discutir como são as ruralidades encontradas no Barranco Alto. Para isso, o presente trabalho buscou utilizar da perspectiva de identidade rural, para analisar como a preservação de traços culturais de origem rural mantém, de certo modo, presente o rural mesmo após o Barranco Alto se tornar distrito e, legalmente, urbano.

METODOLOGIA

Os conceitos de rural e urbano acabam por passar pelas leituras de estudantes de graduação e pós-graduação diversas vezes durante o curso, porém, é sempre uma parte difícil de se compreender. A existência de múltiplos significados para esses conceitos é o que torna o entendimento potencialmente confuso, sendo necessário estudar o rural e o urbano com maior profundidade a fim de entender melhor suas nuances.

Desse modo, entende-se que a perspectiva que enxerga ambos como categoria social de análise, ou seja, são parte do indivíduo, mais ligadas ao modo de vida do que ao espaço que habitam, tornou essa discussão vívida pela necessidade de entender como o rural e o urbano se constituem nos dias de hoje, levando em conta o funcionamento do modo de produção capitalista e seu forte avanço no campo. Desse modo, o flerte com a fenomenologia não tira a estrutura materialista histórico-dialético desta pesquisa.

É nessa perspectiva que esse trabalho busca discutir a questão da relação entre rural e urbano e seu impacto no espaço, levando em conta esses conceitos como categoria social, trabalhando autores como Biazzo (2008), Souza (2010), Rua (2005), Hespanhol (2013) e Wanderley (2009). Desse modo, o resgate bibliográfico permite discutir o tema e entender o impacto capitalista na dialética entre esses conceitos.

Além disso, o trabalho também discutiu a relação entre rural e urbano no distrito Barranco Alto, de Alfenas (MG), através de entrevistas semiestruturadas feitas com moradores do bairro, sendo um representante da comunidade, uma moradora nascida e criada no bairro e um morador que reside a mais de 50 anos no distrito, buscando entender como os conceitos abordados pelos autores e suas análises auxiliam na compreensão da realidade dos indivíduos do distrito e na maneira com que o espaço é organizado e produzido por meio dessas dinâmicas.

O trabalho foi dividido então em três partes, na ideia de melhorar a discussão que será feita a partir das entrevistas trabalhadas. A primeira parte é uma breve apresentação do distrito Barranco Alto, seguida pela segunda parte, onde a discussão se volta para os conceitos de rural e urbano como categoria social e, por último, a análise das entrevistas visando operacionalizar os conceitos de acordo com as perspectivas que os autores elucidam.

REFERENCIAL TEÓRICO

O entendimento de rural e urbano é um debate que passou por diversas transformações, visto a dificuldade de se estabelecer um significado único para cada conceito. Isso remete justamente à pluralidade dos conceitos de rural e urbano, que são vistos na academia por leituras e interpretações diferentes e que, não necessariamente, devem ter a eles atribuído um significado único.

Essa discussão está presente nas pesquisas de Biazzo (2008), Souza (2010), Rua (2005), Hespanhol (2013) e Wanderley (2009). Todos os autores aqui mencionados serão utilizados para debater a relação entre rural e urbano e a importância de entender seu significado como categoria social, com a intenção de contextualizar o que será analisado a partir do Barranco Alto, distrito de Alfenas (MG).

Para dar início, destaca o que Biazzo (2008) afirma sobre o campo e a cidade, onde ambos foram (e por alguns, ainda são) vistos como conceitos dicotômicos, ou seja, opostos uns aos outros. Dessa forma, o urbano e rural, que a mesma chama de categorias operatórias, também acabam por se envolver nessa ideia dicotômica de análise, sendo que

na verdade, são conceitos complementares, e não opostos.

É através dessa ideia de complementação que Biazzo (2008) discute que a "urbanização no campo" e "urbanização no rural" acabam por ganhar força, sendo fomentada por dados como os fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que destacam o avanço do perímetro urbano para o campo, e trazendo com ele, o urbano.

É citando Wanderley (2003 *apud* BIAZZO, 2008), que o rural é abordado como um modo de vida, e como menciona, é através desse aspecto que o mesmo conhece o mundo ao seu redor e a si mesmo. Com Carneiro (2003 *apud* BIAZZO, 2008), é ressaltado como a perspectiva cultural é a mais capaz de explicar a relação entre o indivíduo e o rural. Isso se dá por que a relação entre o indivíduo e suas vivências são relacionadas pela dinâmica cultural presente ao longo de sua vida, como por exemplo, a rural.

Biazzo (2008) reforça então que, ao se analisar o rural, pode-se concluir que o mesmo não é empiricamente capaz de ser observado com obtenção de uma totalidade. Assim, a simples observação não é capaz de detectar como a relação entre rural e urbano condiciona o espaço e vice-versa, sendo assim, o autor afirma que ambos são representações sociais, e que estão fortemente presentes na perspectiva cultural de análise.

Essa discussão servirá para nos guiar nos debates e percepções do Barranco Alto e consequentemente as relações urbanas que o permeiam, mas o foco aqui está em destacar que mesmo com a presença das urbanidades, é possível identificar indivíduos que não possuam uma identidade urbana, justamente por pertencerem ao rural, ou seja, se sentirem parte de uma realidade rural de acordo com as vivências que obtiveram.

Souza (2010) não se distancia da ideia de Biazzo (2008), trabalhando também uma visão crítica acerca da dicotomia presente entre rural e urbano, é justamente a isso, trabalhando a necessidade de abordá-las por uma perspectiva de categoria social. Desse modo, a autora aponta a visão oposta que existe dos espaços rurais e urbanos, sendo a cidade, junto do urbano, vista como industrializada, moderna e espaço de técnicas, enquanto o campo e o rural acabam por ser vistos como atrasados, lento e rústico.

A perspectiva marxista do avanço da cidade no campo é presente no diálogo criado por Souza (2010), já que a ideia de avanço urbano está diretamente ligada, como mencionado anteriormente, à cultura de massas presente no mesmo, assim como técnicas e costumes ditos "modernos", que não fazem parte da cultura rural e acabam por degradar as relações presentes no campo.

A autora aponta a controvérsia vista da industrialização brasileira que se inicia pela larga exportação agrícola, que faz com que a ideia de “atrasado” no campo se espaireça, dando a necessidade de modernizar o campo para atender ainda mais abertura para dinâmicas capitalistas fomentadas através do agronegócio. Aponta também Souza (2010), como a dificuldade de se delimitar de fato campo e cidade ocorre devido a acentuada expansão urbana.

É através de análise de Rua (2005) que o debate toma continuidade, sendo agora evidenciado a relação rural-urbano dentro do contexto hegemônico do capitalismo no Meio Técnico Científico Informacional. O autor irá reforçar que a dualidade criada entre rural e urbano é um processo que não foi quebrado nem mesmo por Marx, já que em sua obra, acaba definindo o rural como residual, já que o grande enfoque é na expansão urbana acelerada da época.

Afirma também que o próprio uso da palavra cidade está relacionado a uma população educada, polida, levando um modo de vida urbano, moderno. Após a 2ª Guerra Mundial, o rural ganha uma perspectiva mais agrícola, fortalecendo ainda mais as relações dualistas já existentes. Os complexos agroindustriais surgem e estruturam a ideia do camponês com uma “agricultura de subsistência”, criando relações conturbadas no campo (RUA, 2005).

Uma importante questão, que buscou-se trabalhar no Barranco Alto, foi a questão das atividades não-agrícolas. Como o autor aponta, o avanço de atividades consideradas urbanas cresce cada vez mais no campo, podendo ser expressadas por diversos fatores, como por exemplo, as atividades não-agrícolas como comércio e prestações de serviços. Um termo adotado pelo autor para definir esse fenômeno, é o surgimento do “rururbano”, terno esse que une esses dois espaços conduzindo forte influência entre ambos na qual se tornam interdependentes.

O principal aspecto da discussão de Rua (2005) para abordar a questão do Barranco Alto, é sua afirmação da existência do rural como resistência. Entende-se então, que o rural existir torna impossível a “urbanização do rural”, porém, ainda é possível a “urbanização no rural”. Essa ideia remete que, mesmo com a invasão do urbano, o rural não deixa de existir porque ele não se limita à esfera da materialidade, fazendo parte então da compreensão da identidade de um indivíduo, que não muda pelo avanço da cidade.

Assim, ressalta três esferas pelo qual se pode analisar o rural, sendo a primeira simbólica/cultural, remetendo ao pertencimento à cultura rural, se sentir rural, enquanto a segunda remete à questão político-jurídica inerente ao território, que ao combinar-se com a primeira esfera, gera um conflito, principalmente devido ao forte processo de

urbanização a áreas anteriormente rurais para arrecadação do IPTU (Imposto Predial Territorial Urbano), (RUA, 2005).

A terceira consiste na relação homem e natureza, que é uma importante questão ao entender que o indivíduo que se identifica com o rural possui um maior apreço pela vida no campo, ou seja, se relaciona de maneira mais cuidados com a natureza, pois entender que é dela que retira seu sustento e o de sua família.

Na citação acima, Rua (2005) evidencia então a ideia de que o espaço acaba por ser limitado ao indivíduo que não se insere na totalidade da dinâmica capitalista, muito visto em indivíduos rurais. Nos distritos de municípios pequenos e médios, como o Barranco Alto, por exemplo, permite entender que, levando em conta esses indivíduos desse distrito, existe uma gigante discrepância entre eles em especial aos turistas e grandes proprietários de terras, uma vez que a questão identitária do morador nativo para os demais é outra, causando diferentes leituras e relações com o espaço.

Levando em conta que os indivíduos detentores das grandes propriedades cujo capital é maior, fazem parte ativamente de uma dinâmica capitalista que os favorece e os tornam indivíduos rápidos (SANTOS & SILVEIRA, 2001) permitindo sua circulação mais fluída pelo espaço, em detrimento daqueles que são considerados lentos, como os residentes do Barranco Alto, moradores nascidos no local que ali estabelecem sua vida simples ainda nos moldes agrícolas.

Dessa maneira, entender que o espaço rural é capaz de incorporar o espaço urbano sem deixar de ser rural é o que dá possibilidade de discutir como o distrito Barranco Alto acaba por, mesmo estando em uma área que vêm sendo alvo do avanço urbano, não deixar de ter sua ruralidade presente através dos indivíduos que lá habitam.

Agora com Hespanhol (2013), a noção de campo atrasado vai sendo deixada de lado, pois como aponta a autora, a perspectiva de uma cidade com condições precárias de vida acaba por tornar o campo atrativo, fazendo com que as atividades não-agrícolas se direcionam para essa parte do espaço, aumentando o apreço capitalista pelo campo, que agora precisa ser “modernizado”.

A autora traz uma interessante perspectiva que pode ser levada para realidade do Barranco Alto, onde a divisão entre espaço rural e espaço urbano, proposta pelo IBGE em 1938, que compreende como cidade tudo que faz parte da sede do município, é utilizada até os dias de hoje seguindo as definições do Decreto-Lei 311/1938, que diz que a população que vive na sede do município ou distrito, é urbana.

Assim, a aproximação entre campo e cidade não remete a homogeneização, já que não é possível de ocorrer, porém é notável as mudanças sociais e espaciais no rural devido

a aderência dos indivíduos para com os hábitos urbanos. É preciso então compreender, como afirma Hespanhol (2013), o rural e urbano a partir do território, analisando através de uma escala das relações de poder.

Por fim, com Wanderley (2005), se faz o debate acerca da civilização agrária, que acaba por concentrar em uma elite o poder, através do detrimento das terras. Porém, é com o processo de mecanização no campo que se nota a perda da população rural, principalmente a partir da década de 1970, porém, o processo tardio de urbanização no Brasil acaba por criar diversas "cidades", que apresentam na verdade um urbano escasso, e acentuam a influência da elite agrária.

Desse modo, o detrimento do poder de limitação do perímetro urbano nas mãos da prefeitura faz com que a mesma tenha liberdade para controlar a cobrança de impostos, visto que os impostos cobrados para área urbana são maiores e mais fáceis de serem atingidos do que os da área rural, que como destaca autora, qualquer coisa pode ser considerada expansão urbana, até um simples loteamento ou asfalto.

Essa questão, como aponta a autora, acentua a perspectiva de uma cidade, que carregada do urbano, leva uma ideia de moderna e progressiva, enquanto o campo acaba por parecer atrasado. São nas perspectivas culturais, utilizando aqui novamente de Biazzo (2008), que se entende como a ideia de um rural visto como categoria social permite entender o motivo de, mesmo com a evasão do campo, não se deixar de ser rural.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Antes de dar início à identificação do Barranco Alto, é preciso entender o que é, de fato, um distrito. Como afirma o IBGE (2022), um distrito corresponde a unidades administrativas do município. Desse modo, o Barranco Alto se classifica como um distrito pertencente ao município de Alfenas (MG).

Como aponta o IBGE (2010), o Barranco Alto conta com, aproximadamente, cerca de 1.157 habitantes, permitindo relacionar com o que Cruz & Figueiredo (2017) afirmam, onde boa parte desses moradores acaba, justamente pelo isolamento territorial imposto a eles devido a inundação do Lago de Furnas, na década de 1960, exercendo atividades rurais em sua grande maioria, com parcelas de atividades não-agrícolas que ocorrem no distrito.

Gonçalves (2021, p.28), afirma que o distrito se trata de um pequeno aglomerado com características mistas (urbanas e rurais) e, como quase toda pequena localidade do sul de Minas Gerais, sua história está ligada predominantemente ao rural, tanto pela

economia agrícola como pela cultura ligada à vida do campo, a qual chama a atenção a redução registrada de sua população nas últimas décadas (IBGE, 2014 apud GONÇALVES 2021).

Um exemplo ilustrativo do isolamento e consequentemente da presença de urbanidades neste espaço acima mencionado pode ser expressado pela necessidade de uma agência dos Correios no distrito, como mostra a Figura 01. O Barranco Alto acaba por apresentar estruturas como Correios, um pequeno posto de saúde, entre outros, para que consiga ter acesso a tais serviços de maneira mais fácil e rápida uma vez que locomoção até a sua sede é de difícil acesso justamente pela sua distância, promovendo a autonomia e dependência dessas pessoas no deslocamento até Alfenas (MG) ou Alterosa (MG), uma vez que agora o distrito também as possuí.

Figura 01: Agência dos Correios do distrito Barranco Alto, em Alfenas (MG)

Fonte: Arquivo pessoal, 2023.

Com esse apontamento, é possível entender que existem no Barranco Alto sinais do avanço de uma dinâmica capitalista típica da cultura urbana, onde se pode observar aspectos como o asfaltamento e calçamento das ruas, rede elétrica nas residências e iluminação pública, sinal de internet, entre outros, que mostram a necessidade de compreender como o distrito possui, através de uma identidade rural, a preservação de sua cultura e características pertencentes ao contexto urbano.

Aqui, destaca-se que para esta análise, não serão utilizadas as transcrições das entrevistas na íntegra, e sim fragmentos das falas dos moradores em conjunto com o nosso aporte teórico, a fim de realizar um comparativo com o que já se discutiu por meio dos

textos utilizados neste artigo. É interessante ressaltar também que todas as entrevistas utilizadas foram consentidas pelos entrevistados, sendo dada a opção de desistir da entrevista a qualquer momento caso desejassem.

Partindo para a fala dos moradores, é importante destacar, que mesmo este sendo considerado urbano, em seu cotidiano esse se expressa e se consolida com elementos do rural, sendo esses muito evidentes em seu contexto. Para evidenciar esses elementos traremos aqui uma breve discussão partindo do que se obteve de informação com os entrevistados que comprovam as ruralidades presentes no distrito.

O primeiro (entrevistado 01), possuía 51 anos, muito conhecido no distrito é coordenador municipal, figura representante dos moradores do distrito e funcionário público da prefeitura. Nascido e criado no barranco alto antes mesmo desse vir a se tornar um distrito, o entrevistado destaca que houveram muitas mudanças ao longo tempo, como o asfaltamento do distrito, a construção de uma escola, o posto de saúde, a acessibilidade e assistência aos moradores. Mesmo assim, segundo ele, as principais relações econômicas, de saúde e demais afazeres ainda são estabelecidas em Alfenas, sede do distrito.

Apesar deste ser considerado um distrito e ter elementos que o tornaram urbano, as ruralidades ainda são expressivas, pois, boa parte dos moradores do distrito desempenham tarefas no rural, atreladas ao café, cultivo de banana, pecuária, piscicultura e a pesca. Sendo a população residente no distrito grande parte adulta de meia idade e idosos, os jovens geralmente tendem a migrar para outros municípios ou até mesmo para a sede para estudar, ou trabalhar em atividades não agrícolas.

Outro ponto interessante é a vinda de migrantes em especial do norte de Minas para o período da “panha” (época da colheita do fruto do café) que dura de maio a agosto em média, e a relação destes com o distrito, onde foi possível observar a relação de coletividade, o contato e a reunião em determinados pontos como a própria venda do Sr. (entrevistado 01), pontos esses característicos do rural.

Trazendo para a discussão a autora Bombardi (2004), podemos entender que apesar de o Barranco Alto ser considerado um distrito urbano, há neste local certo apreço e identidade com o rural como fruto das relações cotidianas existentes neste espaço, por meio da identidade territorial, que dá forma e o caracteriza de acordo com seus moradores. Sendo nesse espaço onde as relações sociais se transmutam em territórios, dando a este o sentimento de pertencimento.

Para Silva (2014), embora a definição de distrito não esteja bem consolidada, pode-se compreender esse espaço a partir da definição e da relação dialética do rural e do

urbano, já que os mesmos se situam geralmente na área rural, porém são considerados como pertencentes à zona urbana pelo Poder Público.

Deste modo a autora supracitada destaca que esses espaços,

> [...] "embora estejam localizados na zona rural do município, a sede dos distritos é considerada parte integrante da zona urbana, e sua população é contada em Censos e dados populacionais oficiais como sendo população urbana, levando várias sedes de Distritos que possuem algumas dezenas ou centenas de casas serem definidas como urbanas, ignorando outros critérios de diferenciação, como a questão de ocupação, traços culturais, raízes históricas, etc. Assim, a relevância maior não está na questão do rural ou urbano, e sim na dinâmica que se processa nessa localidade, a maneira como os indivíduos sobrevivem e as relações (sociais, políticas e econômicas) que tecem entre si e como se relacionam com o mundo". (LEMES *et al*. 2009 apud SILVA 2014, p. 4).

A proximidade e conhecimento entre os moradores também é outro ponto destacado na fala do entrevistado que reforça essa identidade, seja por apadrinhamento, grau de parentesco ou mesmo amizades de longa data, há no distrito uma proximidade muito grande entre os moradores, até mesmo os que adquiriram imóveis recentemente para fins turísticos, como casa de veraneio, para passar temporadas, que também são acolhidos no distrito.

Há ainda no distrito festas tradicionais como a Barqueata, que ocorre no último fim de semana do mês de junho, reúne todos os moradores tendo também a participação da igreja católica, outra tradição é festa de Santos Reis e as Festas Juninas trazendo à tona mais uma vez as ruralidades ainda muito fortes no distrito.

Para o (entrevistado 01), apesar de Barranco Alto ser um distrito considerado urbano pela questão administrativa da cobrança do IPTU, o mesmo enxerga esse espaço como rural, no qual os modos de vida e as tradições e as relações têm ainda forte apreço do rural, e da herança cultural do bairro que então se tornaria distrito.

Questões essas que na concepção trazidas por Rua (2005), apresentam de forma bem descritiva as construções da concepção de urbano-rural e campo-cidade, objetivando principalmente destacar a questão social na qual há a presença de novas identidades que nesse espaço se territorializam, evidenciando a complexidade da sociedade brasileira, e construído as ressignificações desses espaços.

A segunda (entrevistada 02), com idade de 60 anos é nascida e criada no então distrito, a moradora conta que a chegada das águas provenientes do alagamento da represa de Furnas para a construção da usina hidrelétrica, no distrito tem aproximadamente sua idade, na qual relata que foi um susto para a população, ocasionando muitas disputas principalmente por conta das terras perdidas pelo alagamento. A moradora relata que

antes da inundação havia fábrica de queijos, a antiga igreja católica, áreas essas que com o aumento das águas foram algumas inundadas, outras desmanchadas e refeitas.

Como destaca Gonçalves (2021), dentre os municípios que tiveram parte de suas terras inundadas pelo lago de Furnas, está Alfenas, o qual boa parte de seu espaço rural ficou submerso, além do distrito de Barranco Alto. Fazendo com que boa parte desses moradores como relata a (entrevistada 02), temessem a chegada das águas, pois perderiam o pouco que tinham, deixando submersa sua história, sua identidade seus sonhos.

Relata que a vida aqui antes era muito difícil pela distância com a sede do município, para vacinação e outros serviços médicos, a questão do deslocamento, acesso à escola, que antigamente era somente oferecido o ensino fundamental I, antiga quarta série, outro ponto eram os serviços atrelados ao rural em grande parte braçal e longe, pois tinham que andar grandes trechos até as fazendas para poder trabalhar. (Entrevistada 02).

Para a moradora, a mesma ainda considera o espaço do Barranco Alto como rural, descreve-o como um ambiente tranquilo, a questão da relação com as famílias a segurança, a coletividade, a distribuição de produtos que eles produzem a famosa "barganha" que aproximam esses moradores, apesar de destacar o crescimento do turismo rural com a construção de casas de veraneio, a mesma faz uma leitura do mesmo como um ambiente rural, do qual boa parte das famílias retiram seu sustento de atividades ligadas ao trabalho rural. (Entrevistada 02).

Citando os autores Sorokin; Zimmerman & Galpin (1981), destacam que os principais pontos que diferem a população urbana da rural estão na abrangência de um comparado ao outro, atingindo a uma extensão muito maior o que a possibilita recrutar os mais diversificados grupos de pessoas nos quais carregam consigo suas singularidades. Outro ponto está ligado a divisão do trabalho, a relação de escalas, as proximidades do agricultor ou trabalhador rural, este está muito mais próximo com o seu trabalho e conectado com a natureza que o sujeito do urbano.

O terceiro e último (entrevistado 03), com idade de 79 anos. Imigrante do interior do estado de São Paulo, veio morar no distrito pelo fato de sua esposa ser da região nascida e criada e devido a tranquilidade que viver no rural lhe oferece, relata que a primeira vez que veio ao Barranco Alto em 1962 ainda não havia o represamento de Furnas, eram rios que cortam essa região.

Para o mesmo houve transformações no espaço, que para ele contribui com a permanência da população neste espaço, que ainda nos dias de hoje sobrevivem de atividades provenientes da agropecuária, como café, milho, fruticultura em especial o cultivo de banana e também a piscicultura como mostra as figuras 02 e 03, seja como

trabalhador assalariado, ou como agricultor de sua propriedade. Outro ponto que ajuda no deslocamento é a balsa que atravessa o lago ligando os moradores do distrito à sede do município, favorecendo assim o comércio desses produtos e também ao abastecimento de insumos necessários para sua produção, auxiliando indiretamente neste processo.

Figura 02: Plantação de Bananas no distrito

Fonte: Arquivo pessoal, 2023.

Figura 03: Prática de Piscicultura no distrito.

Fonte: Arquivo pessoal, 2023.

Outro ponto que o mesmo destaca é a migração em especial dos jovens para outros municípios e grandes centros urbanos, seja para estudo ou mesmo trabalhos que não sejam agrícolas. A questão da identidade ainda é muito forte no município, para o entrevistado em sua percepção o Barranco Alto é rural. Destaca a questão da liberdade, da segurança

e tranquilidade de se viver no local, também relata a questão da coletividade da vizinhança. No qual destaca que apesar de não ser nascido no rural sente um forte apreço e carinho pelo mesmo, onde decidiu viver com sua esposa. (Entrevistado 03).

Sendo assim, com base nas falas dos entrevistados Biazzo (2008), ressalta a importância do conceito de território para o entendimento das relações existentes entre rural e urbano, na qual por meio da concepção e análise destes espaços, pode-se observar que a urbanização não levou ao fim das áreas campestres nem tampouco a sua identidade, na verdade essas categorias rural, ruralidades e urbano e urbanidades estão em constante reconstrução, mediante a um modelo capitalista de produção, considerando que um não extinguirá o outro mas sim o ressignificará, cabendo assim novas formas de interpretações, a qual nem todos os sujeitos serão incluídos sentindo-se pertencentes mediante a este processo, o que leva a sua migração e ou permanência, fazendo que esse seja um evento dinâmico e de disputa entre ruralidades e urbanidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a discussão proposta no aporte teórico e as análises feitas em campo, por meio das entrevistas embasadas por Rua (2005), ainda na perspectiva de incorporação de urbanidades no campo, é possível compreender que essa não tende ao extermínio do campo, mas o modifica atribuindo a esse espaço, valor de uso e valor de troca, no qual traria uma ressignificação a este apresentando um território múltiplo com múltiplas espacialidades, funções e consequentemente territorialidades. Sendo que essa ressignificação não surge somente com a incorporação de elementos urbanos, mas também pelas leituras, ou seja, as peculiaridades existentes entre os habitantes das áreas rurais.

Com base no exposto considera-se que para além do que se tem como definição impressa por meio de leis e decretos, há também a questão cultural e social que faz com que esses indivíduos ressignifiquem determinados espaços, os tendo como rural, caso este que ocorre em Barranco Alto, que expressa sua ruralidade muito forte, destacando a complexidade existente em se debater rural e urbano ainda hoje nas pesquisas de Geografia.

Ademais concluiu-se a necessidade em se debater e procurar compreender as relações entre o espaço rural e urbano, não de maneiras dicotômicas ou em oposição, mas sim sua relação de complementaridade, relações sociais e de pertencimento, para assim transpor a visão segregada desses conceitos, cabendo aqui salientar que a apropriação e

compreensão dos mesmos, não são tão simples necessitando de um aporte teórico e de estudos que deem conta de abordá-los como exemplo deste estudo que visou abordar esta perspectiva em sua análise.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - código de financiamento 001, oferecido ao Mestrado de Geografia da Universidade Federal de Alfenas (MG).

REFERÊNCIAS

BIAZZO, P. P. **Campo E Rural, Cidade E Urbano: Distinções Necessárias Para Uma Perspectiva Crítica Em Geografia Agrária**. 4º ENCONTRO NACIONAL DE GRUPOS DE PESQUISA – ENGRUP, São Paulo, pp. 132-150, 2008.

BOMBARDI, Larissa Mies. **O Bairro Reforma Agrária e o processo de territorialização camponesa**. São Paulo: Annablume, 2004.

BRITO, M. C. **Entrevistas aplicadas com os moradores antigos do distrito de Barranco Alto no Município de Alfenas-MG**. [Entrevista concedida a] FREITAS, J. V; VITOR, W. S. O CONCEITO DE RURAL COMO IDENTIDADE: um estudo a partir do distrito Barranco Alto, de Alfenas (MG), Alfenas, 8 Jul, 2023.

CRUZ, A. B. **O Papel Das Escolas Rurais Na Emancipação Dos Sujeitos Do Campo: Por Uma Educação Para Além Do Capital**. Trabalho de Conclusão de Curso em Geografia, Universidade Federal de Alfenas, 2016.

CRUZ, A. B; FIGUEIREDO, R. S. C. **Cultura Rural No Distrito De Barranco Alto E Suas Implicações Nas Relações De Gênero**. Anais do 3º Workshop de Geografia Cultural, Alfenas, 2017.

GONÇALVES, Camilo de Lélis. As fases do distrito de Barranco Alto em relação ao lago de Furnas: prosperidade, isolamento e "renascimento". In: BRANQUINHO, Evânio dos Santos. (Org.). **A produção do espaço segregado em Alfenas-MG**. 1 ed. Alfenas-MG: Universidade Federal de Alfenas, 2021. p. 26-64. disponivel em: 37-LivroAlfenas.pdf (unifal-mg.edu.br). Acesso em 02 de Nov. de 2023.

HESPANHOL, Rosangela **A. Campo E Cidade, Rural E Urbano No Brasil Contemporâneo**. Mercator - Revista de Geografia da UFC, Rio de Janeiro, vol. 12, núm. 2, setembro, 2013, p. 103-111.

IBGE. **Informações sobre o município de Alfenas (MG)**. Disponível em: < https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/alfenas/historico>. Acesso em 05 de Julho de 2023.

NETO, M. de A. **Entrevistas aplicadas com os moradores antigos do distrito de Barranco Alto no Município de Alfenas-MG**. [Entrevista concedida a] FREITAS, J. V; VITOR, W. S. O CONCEITO DE RURAL COMO IDENTIDADE: um estudo a partir do distrito Barranco Alto, de Alfenas (MG), Alfenas, 8 Jul, 2023.

PORTAL DE ALFENAS. **Informações sobre o distrito Barranco Alto**. Disponível em: < http://www.alfenas.mg.gov.br/alfenas/historia-de-alfenas>. Acesso em 05 de julho de 2023.

RUA, J. **A Ressignificação do Rural e as Relações Cidade-Campo: uma contribuição Geográfica**. Revista Da ANPEGE, 2a Ed; no 02, 45–65, .2005.

SILVA, Marcia. A.S. **DISTRITOS MUNICIPAIS: ENTRE A MODERNIDADE DA CIDADE E A TRADIÇÃO DO CAMPO.** Ponta Grossa - PR. In: VII Seminário Estadual de Estudos Territoriais. II Jornada de Pesquisadores Sobre a Questão Agrária No Paraná, "Perspectivas da Geografia Agrária No Paraná: Abordagens e Enfoques Metodológicos". UEPG – CAMPUS CENTRAL**.** Ponta Grossa - PR. 2014. Disponível em: Anais Publicados | VII SEET (uepg.br)**.** Acesso em dez 2023.

SOROKIN, P.; ZIMMERMAN, C. C.; GALPIN, C. J. Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano. In: MARTINS, José de Souza (Org.). **Introdução Crítica à Sociologia Rural.** São Paulo: Hucitec, 1981, p. 198-224.

SOUZA, S. T. **Relação Campo–Cidade: Em Busca De Uma Leitura Dialética Para A Compreensão Desses Espaços Na Atualidade**. Publicações SEI, V. 4, no 87, 2010.

SÓRIA, J. C. **Entrevistas aplicadas com os moradores antigos do distrito de Barranco Alto no Município de Alfenas-MG**. [Entrevista concedida a] FREITAS, J. V; VITOR, W. S. O CONCEITO DE RURAL COMO IDENTIDADE: um estudo a partir do distrito Barranco Alto, de Alfenas (MG), Alfenas, 8 Jul, 2023.

WANDERLEY, Maria N**. O mundo rural brasileiro: acesso a bens e serviços e Integração campo-cidade**. Estudos Sociedade e Agricultura, Fortaleza, vol. 17, núm. 1, Abril-septiembre, 2009, p. 60-85.

PROPOSTA DE LEVANTAMENTO DE ESPÉCIES NATIVAS PARA INTEGRAR À TRILHA INTERPRETATIVA DO POVOADO DE PENEDO(SÃO DESIDÉRIO, BAHIA): UMA ESTRATÉGIA PEDAGÓGICA PARA CONSCIENTIZAÇÃO AMBIENTAL E CULTURAL

Giselle Souza de Oliveira[1]

Dalci Souza de Moura[2]

Plicila Hellen Souza wanderley[3]

RESUMO

É importante que propostas de Educação Ambiental incentivem aos indivíduos participantes a perceberem e expressarem qual a análise diária que fazem do lugar onde pertencem, de modo que, essa reflexão seja contextualizada e assim passam a reconhecer o processo da construção do conhecimento através das próprias vivências e a da coletividade (Meyer, 1991). Sendo assim, a compreensão dos problemas ambientais estende-se a uma concepção que seria solitária para um campo de conhecimento conjunto, construído e pautado na diversidade em que se relaciona a cultura, natureza e meio ambiente (Pato, Sa; Catalão, 2009, p. 218). Por isso este trabalho propõe a realização do inventário da vegetação nativa presente na trilha Paredão do Lapão, catalogando espécies que tenham importância cultural para o Povoado de Penedo, localizado na cidade de São Desidério, para que essas informações façam parte da construção de uma trilha interpretativa socioeducativa que permita ao visitante a experiência de conscientização ambiental, bem como a vivência sociocultural no ambiente. A proposta prevê a participação da comunidade por meio da expressão seus saberes, concepções e relevância das espécies, buscando entender essa relação etnobotânica.

Palavras-chave: Levantamento de Flora, Trilhas interpretativas, Povoado Penedo.

ABSTRACT

It is important that Environmental Education proposals encourage participants to perceive and express their daily analysis of the place to which they belong. This reflection should be contextualized, enabling individuals to recognize the process of knowledge construction through their own experiences and those of the community (Meyer, 1991). Therefore, the understanding of environmental issues extends to a conception that goes beyond an individual perspective to a collective field of knowledge, constructed and guided by the diversity that connects culture, nature, and the environment (Pato, Sa; Catalão, 2009, p.

[1] Graduanda do Curso de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Oeste da Bahia - UFOB, giselle.o6200@ufob.edu.br.

[2] Graduanda do Curso de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Oeste da Bahia - UFOB, dalci.m6185@ufob.edu.br.

[3] Mestra pelo Curso de Ciências Ambientais da Universidade Federal de Bahia – UFBA, plicila.wanderley@ufob.edu.br.

218).Hence, this work proposes the inventory of native vegetation present in the Paredão do Lapão trail, cataloging species of cultural importance to the Penedo Village located in the city of São Desidério. The goal is for this information to be part of the construction of an interpretative socio-educational trail that allows visitors to experience environmental awareness and socio-cultural life in the environment. The proposal involves community participation through the expression of their knowledge, concepts, and the importance of species, seeking to understand this ethnobotanical relationship.

Keywords: Flora Survey, Interpretive trails, Penedo Village.

INTRODUÇÃO

A biodiversidade é um dos assuntos de extrema relevância social mais debatidos na atualidade em diversos espaços, sejam eles, educacionais ou não, essas discussões estão sempre em pauta pela emergência em que se encontra a situação ambiental do mundo, e para também promover ações que possam diminuir impactos futuros. A perda de diversas espécies de fauna e flora através da poluição, exploração exagerada de recursos naturais impactam diretamente, resultando em eventos recorrentes de desastres ambientais em consequência de ações antrópicas (Costa; Kuhnen, 2018, p. 352). Por isso, as problemáticas ambientais não devem se deter apenas às perspectivas geográficas e biológicas, ou somente aos aspectos sociais e econômicos, pois, analisados de forma individual não propiciam o estudo de maneira profunda sobre a problemática (Reigota, 1991, p. 37). Diante disso, discute-se a importância do desenvolvimento de estratégias de conscientização da população por meio da Educação Ambiental, que busca pela formação de uma sociedade com visão crítica e analítica a respeito das circunstâncias ecossistêmicas, que pode ser alcançado por meio da informação e conhecimento, buscando adotar atitudes práticas de melhoria para a comunidade como um todo (Costa; Kuhnen, 2018, p. 352), pensando em metodologias que permitam o contato e vivência de maneira direta com a natureza para encontrar estratégias que possam auxiliar no enfrentamento dos problemas de ordem ambiental.

Nesse contexto, as trilhas ecológicas são um meio pelo qual as pessoas estão em maior contato com a natureza, que se caracteriza por momentos de descontração, podendo ser um ambiente extremamente propício para o ensino e aprendizagem. Prevista na Política Nacional de Educação Ambiental, instituída pela Lei Federal nº 9.795 de 27 de abril de 1999 (Brasil, 1999), as trilhas interpretativas são possibilidades para o desenvolvimento de atividades educativas em campo a partir da observação da diversidade de recursos e da beleza natural (Queiroz, 2012 p. 13), além do grande

potencial didático, almeja promover a sensibilização e a conscientização do meio ambiente.

Pensando assim, esse trabalho propõe o levantamento de espécies da vegetação nativa ao longo da trilha Paredão do Lapão, localizada na comunidade de Penedo, na cidade de São Desidério, Bahia. Rodeada pelo bioma cerrado, possui fitofisionomias peculiares que influem na forma de vida dos moradores, visto a íntima relação com os ritmos da natureza (Brandão, 2020 p. 94). Os aspectos naturais de um lugar afetam diretamente a vivência da comunidade, essa relação simbiótica moldam os hábitos e ensinam a população para além dos ciclos e eventos naturais, dita também os valores, a relação de símbolos, crenças e mitos, sendo aspectos que moldam a cultura local (Monteles; Pinheiro, 2007 p. 39).

Penedo possui um grande potencial turístico devido aos seus atrativos naturais, como paredões rochosos, balneários, trilhas, e as peculiaridades histórico-culturais da comunidade, encantando turistas e moradores de toda a região em seu entorno, sendo assim, um excelente campo educacional a ser explorado. Para isso, a proposta prevê a união de conhecimentos científicos aos saberes tradicionais, através da participação dos moradores locais no processo de construção de informações para compor a trilha interpretativa socioeducativa, buscando compreender quais as concepções e a relevância das espécies da vegetação presente na trilha dentro do contexto histórico da comunidade, numa perspectiva etnobotânica, essa que busca compreender a relação entre plantas e humano. Estratégias participativas como essa servem para construir conhecimento e resolução para as problemáticas da comunidade a partir dos saberes da população local, assim esses se tornam promotores de transformação do seu próprio ambiente (Bisio e Noboa, 2019). Por isso, o presente trabalho está alinhado com a proposta de Turismo Comunitário proposto para a localidade desenvolvido pelo Projeto Cooperação Universidade-Comunidade para o Desenvolvimento do Turismo Comunitário de Penedo São Desidério-Ba. Essa modalidade de turismo faz parte de uma economia solidária que visa a melhoria da qualidade de vida da população local.

Para isso, é importante pensar em como os avanços na conservação da natureza vem para permitir a compreensão e a manutenção dos detalhes que caracterizam ecologicamente essa biodiversidade, é nessa perspectiva que esta proposta se debruça.

METODOLOGIA

Esta pesquisa é cunho qualitativa, que diz respeito a busca pela interpretação do fenômeno relacionado ao estudo (Pereira, 2018, p. 67), quando busca pelas informações que fundamentam os saberes e fazeres da população local, ocorrendo num meio natural com coleta de dados (Ludke e Andre, 2013), sendo do tipo descritiva, que para Gil (2008) tem como "objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis".

A comunidade de Penedo, fica localizada a oeste da cidade de São Desidério, cerca de 25 quilômetros distante da sede, onde a ligação se faz pela rodovia estadual BA-463 e estrada rural. Integrada por aproximadamente 75 imóveis residenciais e um prédio público (a Escola Municipal Florêncio José de Lima, que hoje se encontra desativada). Cerca de 220 habitam a localidade, segundo os dados da Secretaria de Saúde local. O bioma Cerrado, como já mencionado, é o que predomina na região. No que diz respeito às atividades produtivas da população local, ela ocorre, em sua maioria, em torno da agricultura de subsistência, caracterizada como sendo um meio primordial para a manutenção dessa população, haja vista que, muitos dos alimentos consumidos diariamente provêm do próprio povoado.

O presente trabalho ocorreu em etapas. Sendo assim, inicialmente foi realizado o levantamento bibliográfico e estudos paralelos para aprofundamento acerca da localidade (Fotos 1, 2 e 3).

Após este período, houve o momento de acolhimento, que diz respeito ao contato inicial com a população local a fim de conhecer a comunidade mais intimamente (Fotos 4 e 5). Essa etapa é essencial para o desenvolvimento da confiança na relação dos moradores com os pesquisadores. Após conhecer a comunidade, e com base na estrutura da mesma, um questionário foi elaborado alinhado ao objetivo principal deste trabalho, a fim de realizar auscultas informais com moradores que se dispuserem a colaborar com a pesquisa, visando compreender a importância da relação entre a comunidade e as plantas presentes na trilha à luz da etnobotânica, entendendo como essa relação ocorre. Esta etapa contribuiu para a formação docente enquanto receptor de informações tão significativas e valiosas para a localidade, que pode e precisa fazer parte da construção do estudante dentro da sala de aula.

Em seguida, foi iniciada a coleta de espécies nativas presentes na trilha Paredão do Lapão (Fotos 6, 7 e 8). Trata-se de um percurso comum aos moradores para extração de matéria prima para uso diverso dentro da comunidade. O trajeto é de certo modo longo,

por isso, a trilha caracteriza-se com grau de dificuldade moderada com distância de 4,20 km com duração de 1 hora e 40 minutos. Possui uma grande diversidade de plantas, ao final da trilha é possível observar uma das várias nascentes da comunidade, como mostra o mapa (Figura 1).

Fotos 1, 2 e 3 - Visita técnica a trilha Paredão do Lapão. Fotos: Giselle

Fotos 4 e 5 - Encontro com os moradores de Penedo, São Desidério-Bahia.

Fotos 6, 7 e 8 - Coleta de material biológico na trilha Paredão do Lapão, prensagem e armazenamento do material biológico. Fotos: Giselle Souza.

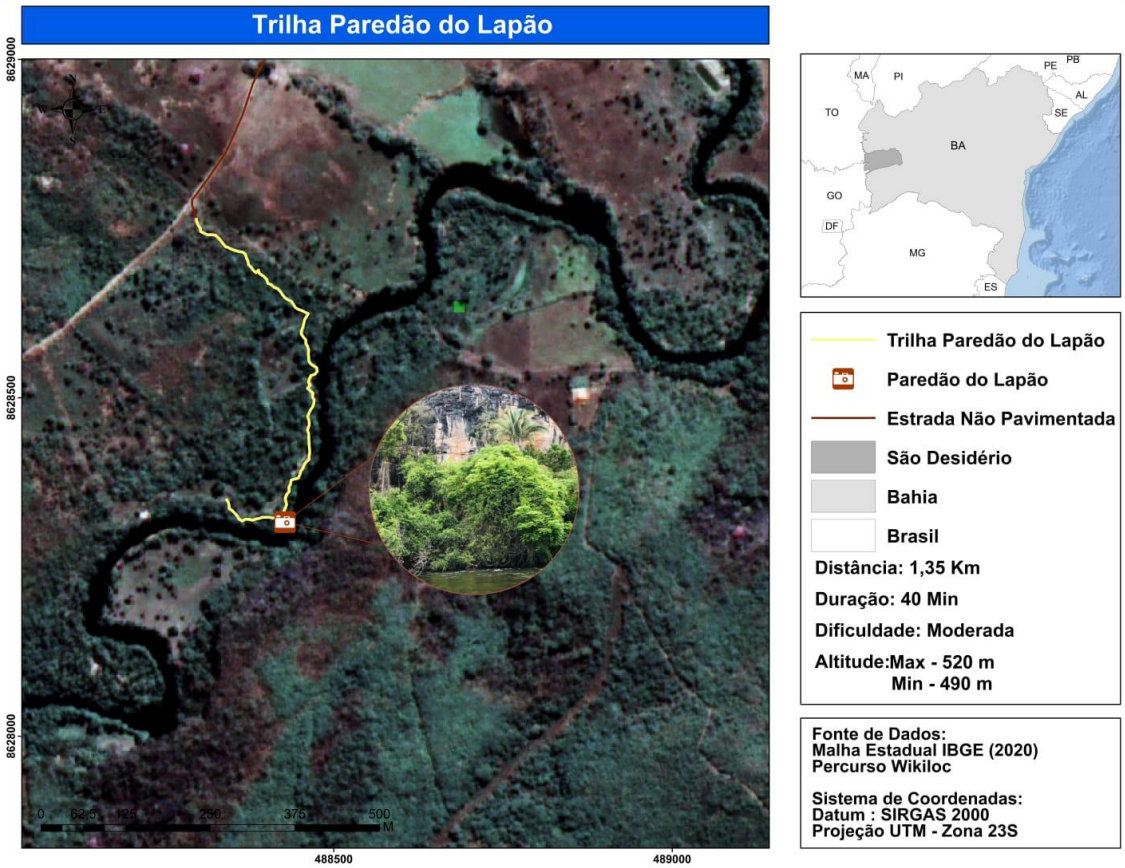


Figura 1 - Localização da área de estudo, trilha Paredão do Lapão em Penedo, povoado de São Desidério (Bahia). Organizado pelas autoras.

Para a coleta, foi necessário fazer anotações de modo a informar dados das coletas como, o nome do coletor, números das coletas e as datas dos procedimentos, além de registrar informações sobre a localização da planta da qual se deseja coletar as amostras. O contato do pesquisador com o meio de atuação prático, nesse caso, enriquece e desenvolve a parte executora da formação acadêmica no campo das ciências biológicas. Seguindo este viés, foi elaborada uma ficha de campo para obtenção das informações das características da planta que não poderão ser observadas após a desidratação do material, como por exemplo: altura e circunferência da planta, hábito, forma da árvore, disposição dos ramos, forma do tronco, tipo de base do tronco, aspectos das sapopemas, características da casca, exsudação, coloração das flores e tamanho, textura e cor dos frutos, tipo de odor, denominação local e uso. Após a coleta o material foi armazenado no Herbário da Universidade Federal do Oeste da Bahia, onde foi realizada toda a técnica de prensagem para a secagem do material botânico, e

por fim para a montagem das exsicatas com todos os dados da identificação botânica que fará parte do acervo do herbário da universidade.

Além disso, foram realizadas pesquisas bibliográficas para obtenção de dados relacionados ao potencial de uso das espécies. Após toda a análise e sistematização das informações coletadas, as informações foram dispostas para compor a trilha interpretativa.

No mais, é importante salientar que, embora, nesta pesquisa, haja participação de sujeitos na cessão de dados por meio de entrevistas, não houve submissão ao Conselho de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Oeste da Bahia para obtenção de parecer, uma vez que há amparo na Resolução n. 510, de 7 de abril de 2016, emitida pelo Ministério da Saúde, especialmente no seu Artigo 1º, que trata dos casos de dispensa de registro junto ao Sistema CEP/CONEP (Comitê de Ética em Pesquisa/Comissão Nacional de Ética em Pesquisa) para trabalhos acadêmicos realizados no âmbito das Ciências Humanas e Sociais (Brasil, 2016). Não obstante, visando resguardar direitos dos sujeitos envolvidos, foi solicitado aos participantes que, após leitura e devido aclaramento, assinassem, um termo de consentimento livre e esclarecido.

REFERENCIAL TEÓRICO

Trein (2012) afirma que os intensos processos históricos de exploração da natureza transitaram por diversos cenários sociais, partindo de momentos em que a ciência e a tecnologia eram usadas nas lutas pelo poder econômico e político durante as guerras. Nesse contexto, ainda se acreditava no uso inesgotável de recursos naturais para o desenvolvimento de pesquisa, como para o avanço da economia assentado numa produção industrial e no consumo exagerado, de modo que, a natureza servirá para apenas satisfazer as necessidades humanas, numa visão em que o homem relaciona-se mais a cultura e menos a natureza, contrapondo a ideia de Marx, que critica essa visão quando diz que: “A natureza é o corpo inorgânico do homem. O homem vive da natureza, ou também, a natureza é o seu corpo, com o qual tem de manter-se em permanente intercâmbio para não morrer” (Marx, 2010, p.84) e, sendo assim, impossível de dissociá-los.

Nesse sentido, a Educação Ambiental surge, segundo Tonissi (2005), num campo que não há neutralidade e pode caminhar por dois vieses, um em que é objeto de transformação da sociedade, buscando pela valorização de toda forma de vida, e o outro,

em que pode auxiliar no estabelecimento de uma estrutura arbitrária de desgaste natural e abuso contra as minorias. O que de fato pode distingui-las são os posicionamentos político-pedagógicos em que se debruçam, sendo eles distintos. Loureiro (2003), também discute que ocorre dois tipos de Educação Ambiental, o modelo clássico, e o modelo transformador. O modelo clássico, no geral, se limita às questões relacionadas, por exemplo, a problemática que envolvem os resíduos sólidos de modo superficial, sem o real aprofundamento no que diz respeito à produção-consumo-cultura, dessa forma, como sendo o único problema ambiental a ser trabalhado dentro da comunidade escolar, muitas vezes descontextualizado da realidade do educando. Em consonância com isso, Guimarães (2004), diz que essa abordagem enxerga o mundo de maneira fragmentada, repartida, onde induz a reprodução da prática pedagógica direcionada para o único foco que é apenas a mudança de um comportamento, esse discurso não valida o processo que se dá a educação, mas se projeta apenas sob a mudança de uma única pessoa (Guimarães, 2004 p. 27). Já o modelo transformador, segundo Loureiro (2003), direciona-se numa perspectiva de abordagem frente às ações de degradação do ambiente e como elas impactam as diferentes áreas e traz a concepção de que "revolucionar se concretiza como sendo a transformação integral do ser e das condições materiais e objetivas de existência"(Loureiro, 2003), sendo assim, permeia a superficialidade das problemáticas ambientais e coloca a sustentabilidade e a ética ecológica como o principal motivo pelo qual se trabalha para a atuação humana consciente.

Nesse contexto, Guimarães (2004), aborda a Educação Ambiental Crítica, que surge trazendo toda a complexidade de promover a reflexão e a prática criativa, para que possa levantar um novo entendimento de mundo, que se dá numa construção de vivência coletiva exercitando a cidadania conjunta para a mudança da realidade socioambiental. Por isso, a EA crítica vem com a proposta de propiciar espaços educativos que possibilitem o movimento de intervenção diante das problemáticas ambientais proporcionando a evolução educativa entre toda a comunidade escolar, superando os desafios vividos pela crise socioambiental (Guimarães, 2004 p. 30).

Sorrentino, Mendonça e Júnior (2005) afirmam que:

> A Educação Ambiental nasce como um processo educativo que conduz a um saber ambiental materializado nos valores éticos e nas regras políticas de convívio social e de mercado, que implica a questão distributiva entre benefícios e prejuízos da apropriação e do uso da natureza. Ela deve, portanto, ser direcionada para a cidadania ativa considerando seu sentido de pertencimento e corresponsabilidade que, por meio da ação coletiva e organizada, busca a compreensão e a superação das causas estruturais e

> conjunturais dos problemas ambientais (Sorrentino, Mendonça e Júnior, 2005, p. 288).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A trilha Paredão do Lapão trata-se de um percurso realizado por alguns membros da comunidade para extrativismo vegetal. O trajeto é de dificuldade moderada, com aproximadamente 40 minutos de duração. Possui uma grande diversidade de plantas.

O turismo em áreas naturais pode ser um aliado e utilizado como uma ferramenta de conservação dos recursos naturais existentes, desde que haja estratégias contribuintes com o desenvolvimento turístico sustentável. Para isso, se faz necessário todo um planejamento que deve direcionar os turistas e moradores locais para a educação ambiental, uma vez que possibilita gerar benefícios não só econômicos, como também ambientais (Mendes, *et al*., 2015).

Segundo Alcantara e Dias (2007), para a construção de uma trilha interpretativa é fundamental um planejamento adequado, ou seja, um plano de interpretação elaborado que disponha de toda teoria necessária para contribuir com o melhor relacionamento entre a população local, os visitantes e os recursos naturais da região. Assim, é possível que a trilha interpretativa seja um meio em que as pessoas envolvidas aproveitem a natureza de forma planejada, segura e consciente, sendo assim uma ferramenta pedagógica e recreativa.

Em virtude disso, a implantação da trilha interpretativa da natureza no povoado de Penedo, com enfoque na identificação da vegetação local, tem como intuito aumentar o potencial informativo não apenas com o objetivo de classificar as espécies, mas também levando em consideração a importância que essas plantas têm para a comunidade, ressaltando os saberes e fazeres que as envolvem.

> A identificação botânica torna-se de suma importância para essa pesquisa, de modo que já é considerada como um meio de suporte para os estudos taxonômicos, auxílio na elaboração de trabalhos científicos sobre a flora de uma determinada região, definição das espécies de um inventário, bem como facilitadora do conhecimento de plantas medicinais e tóxicas com o objetivo de melhorar a utilização e o controle, além de armazenar exemplares de todas as espécies possíveis para a identificação de outras espécies por comparação. (Ferreira, 2006)

Trabalhos de levantamentos etnobotânicos como este podem apresentar alguns desafios. Botrel *et al.* (2006, p. 151) no seu trabalho sobre "Uso da vegetação nativa pela população local no município de Ingaí, MG, Brasil" descreve alguns desses entraves. Segundo os autores a forma de identificação das plantas pode variar de acordo com o informante (morador local), onde o mesmo nome pode ser dado para espécies diferentes devido a semelhança morfológica das plantas, podendo interferir nos dados do levantamento; outro problema que pode ocorrer é a escassez de informações do uso das plantas ocasionado pela não replicação dos saberes aos mais novos, então esses conhecimentos podem se perder ao longo do tempo. Por isso a importância desse inventário da flora característica da localidade, garantindo um diálogo de saberes entre a comunidade local e o público externo (trilheiros).

Uma lista com as espécies coletadas já foi elaborada, sendo essas espécies típicas do bioma Cerrado. Vale ressaltar que ainda falta a etapa final do trabalho que é esmiuçar como e quais são as principais utilidades dessas espécies vegetais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É compreendido que a Educação Ambiental seja um dos pilares para adquirir uma nova postura agregada à natureza e sociedade, uma vez que pode ser estudada nas mais diversas formas. Assim, a construção de uma trilha interpretativa com enfoque na vegetação do povoado de Penedo, envolvendo a comunidade local, educadores e estudantes da UFOB e os servidores da Prefeitura Municipal de São Desidério, além de contribuir com a valorização dos recursos naturais desse local, permite também aumentar o potencial informativo com o objetivo de classificar as espécies, levando em consideração a importância que essas plantas têm para a comunidade, ressaltando os saberes e fazeres que as envolvem.

A importância de se conhecer a flora local reside no fato de que as plantas desempenham um papel fundamental em nosso ambiente, fornecendo diversos benefícios para a humanidade e para os ecossistemas em que estão inseridas. Esse tipo de estudo permite compreender e apreciar a diversidade de plantas presentes em uma determinada região, além de promover a conservação e o manejo adequado desses recursos naturais. O conhecimento sobre as espécies vegetais presentes em uma região auxilia no planejamento e implementação de projetos de reflorestamento, restauração de

ecossistemas degradados e criação de áreas de conservação, ou projetos como este que envolve um turismo num viés consciente e comunitário.

REFERÊNCIAS

ALCANTARA, L. C.; DIAS, R F.S. de. **Trilhas interpretativas da natureza**. Universidade de Brasília, Centro de Excelência em Turismo. Brasília, p. 11-38, 2007.

BISIO, N.; NOBOA, A. (2019). **Algunas reflexiones sobre la construccion de la política en los procesos de participación.** In: YÁÑEZ, P. P.; ROMIMNA R.; SUÁREZ E. M. Procesos y metodologías participativas: reflexiones y experiencias para la transformación social, Montevideo: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, pp. 209-233.

BOTREL, R. T. *et al*. Uso da vegetação nativa pela população local no município de Ingaí, MG, Brasil. **Acta Botanica Brasilica**, v. 20, p. 143-156, 2006.

BRANDÃO, P. R. B. Ativação do patrimônio biocultural do cerrado e turismo comunitário: notas metodológicas a partir do caso de Penedo (São Desidério, Bahia, Brasil). **Revista Geográfica,** n. 161, p. 83-100, 2020.

BRASIL. Lei n. 9.795, de abril de 1999. Política Nacional de Educação Ambiental. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm. Acesso em: 26 de nov. de 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Resolução n. 510, de 7 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 maio 2016. Seção 1, p. 44.

COSTA, R. M.; KUHNEN, C. F. C. **Trilhas interpretativas: uma prática para educação ambiental.** 2018.

DA COSTA G.; CANTO-SILVA, P.; ROBERTO, C. Elaboração de roteiro para uma trilha interpretativa no Parque Natural Morro do Osso, Porto Alegre (RS). **Revista Brasileira de Educação Ambiental** (RevBEA), v. 13, n. 3, p. 122-142, 2018.

FERREIRA, G. C. Diretrizes para coleta e identificação de material botânico. Belém-PA: Embrapa, 2006.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Editora Atlas S. A., 2008.

GUIMARÃES, S. T. de L. Dimensões da Percepção e Interpretação do Meio Ambiente: vislumbres e sensibilidades das vivências na natureza. Rio Claro. **Revista OLAM – Ciência & Tecnologia,** v. 5, n. 1, p. 202- 219, maio 2004;

LOUREIRO, C. F. B. Premissas teóricas para uma educação ambiental transformadora. **Ambiente & Educação**, v. 8, n. 1, p. 37-54, 2003.

LÜDKE, M.; ANDRE, M. E.D.A.A **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** 2 ed. Rio de Janeiro: E.P.U., 2013.

MARX, K. **Manuscritos Econômico-filosóficos.** São Paulo: Boitempo, 176P. 2010.

MENDES, E.R.; ROCHA, A.E.; REGO, C.A.R.M.; COSTA, B.P. levantamento de florística e fitossociológico das trilhas ecológicas da área de proteção ambiental do maracanã, ilha de São Luís–Ma. **Pesquisa em Foco**. São Luís, v. 20, n. 1, p. 70-93. 2015.

MEYER, M. Educação ambiental: uma proposta pedagógica**.** **Revista Em aberto**, v. 10, n. 49, 1991.

MONTELES, R.; PINHEIRO, C, U. B. Plantas medicinais em um quilombo maranhense: uma perspectiva etnobotânica. **Revista de biologia e ciências da terra**, v. 7, n. 2, 2007.

PATO, C.; SA, L.M.; CATALÃO, V.L. Mapeamento de tendências na produção acadêmica sobre Educação Ambiental. Educação. **Revista, Belo Horizonte**, v. 25, n .02, p.213-233, dez. 2009.

PEREIRA, A. S. *et al*. Metodologia da pesquisa científica. 2018.

QUEIROZ, M. S. de. Diagnóstico do potencial para implantação de uma trilha interpretativa na Reserva Biológica Guaribas, Rio Tinto, PB. 2012.

REIGOTA, M. Fundamentos teóricos para a realização da Educação Ambiental popular. Brasília. **Revista Em Aberto**, v. 10, n. 49,p. 35-40.1991.

SORRENTINO, Marcos et al. Educação ambiental como política pública. **Educação e pesquisa**, v. 31, n. 02, p. 287-299, 2005.

TONISSI, R. M. T. Percepção e caracterização ambientais da área verde da microbacia do córrego da Água Quente (São Carlos, SP) como etapas de um processo de Educação Ambiental. 2005. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

TREIN, Eunice Schilling. A educação ambiental crítica: crítica de quê?. **Revista Trabalho Necessário,** v. 20, n. 43, 2022.

CARTOGRAFIA SOCIAL ENQUANTO PROCESSO DE RE-EXISTÊNCIA NA COMUNIDADE DE PENEDO EM SÃO DESIDÉRIO – BA[1]

Izabela Ariadn Lustosa Guedes[2]

Hellen Soares Bitencourt[3]

Robson Soares Brasileiro[4]

RESUMO

O referido trabalho ressalta a importância da Cartografia Social enquanto uma viabilidade, ferramenta e/ou estratégia de instrumentalização na comunidade rural de Penedo localizada no município de São Desidério-BA. Portanto, traz para o a discussão o uso e/ou emprego de técnicas da Cartografia Social enquanto um processo de construção, fortalecimento, reemergência, "empoderamento e, até mesmo, construção do saber ser e fazer da comunidade em tela. Assim, foi trabalhada junto à comunidade, técnicas de mapeamento com base na Cartografia Social no sentido de possibilitar aos sujeitos sociais da localidade fazerem uso desse recurso técnico, como forma de delimitar, diagnosticar, analisar e mapear potencialidades bioculturais do bioma cerrado (mapeamento dos espaços de coleta do coco de Babaçu e Buriti) presente em seu território. É importante ressaltar que a comunidade foco deste estudo, encontra-se localizada na Mesorregião do Extremo Oeste da Bahia, sendo o município de São Desidério, um dos maiores produtores de grãos do estado. Portanto, a ação extensionista junto a esses sujeitos sociais configura-se também enquanto um processo de re-exisitência, haja vista que não deixa de ser também um processo de contracultura do capital dominante na região.

Palavras-chave: Penedo, Cartografia Social, Babaçu, Buriti.

RESUMEN

Este trabajo destaca la importancia de la Cartografía Social em términos de factibilidad, herramientas y/o estrategias de instrumentación en la comunidad rural de Penedo ubicada el municio de São Desidério-BA. Por lo tanto, delinear o discutir el uso y/o empleo de técnicas de Cartografía Social en un proceso de construcción de fortalecimiento, resurgimiento, "empoderamiento y, al mismo tiempo, construcción del conocimiento de ser y hacer comunidad em el tejido". Así, se trabajaron el conjunto con la comunidad técnicas cartográficas basadas em la Cartografía Social con el fin de que los sujetos Sociales locales utilicen estos recursos técnicos como forma de delimitar, diagnosticar, analizar y

---

[1] O referido artigo é resultado de um projeto de extensão universitária denominado: Cartografia Social Enquanto Processo de Re-existência na Comunidade de Penedo em São Desidério – BA, desenvolvido no período de 01/11/2022 a 31/10/2023 e com apoio de Bolsa PIBIEX disponibilizada pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Cultura – PROEC da Universidade Federal do Oeste da Bahia – UFOB.

[2] Graduanda em Geografia Bacharelado e Bolsista PIBIEX no período de 01/11/2022 a 31/10/2023 na Universidade Federal do Oeste da Bahia – UFOB. E-mail: izabela.s4540@ufob.edu.br

[3] Graduanda em Geologia e Bolsista Voluntária PIBIEX no período de 01/11/2022 a 31/10/2023 na Universidade Federal do Oeste da Bahia – UFOB. E-mail: hellen.b3405@ufob.edu.br

[4] Professor Doutor na Universidade Federal do Oeste da Bahia no curso de Graduação em Geografia (Bacharelado e Licenciatura) e no Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais – PPGCHS. E-mail: robson.brasileiro@ufob.edu.br.

mapear el potencial biocultural del bioma cerrado (mapeo dos coletas do Babasú y Burití) presentes en sus territorios. Es importante resaltar que la comunidad objeto de este estudio está ubicada en la Mesorregión del Extremo Oeste de Bahia, en el municipio de São Desidério, uno de los dos mayores productores de granos del estado. Por lo tanto, este extensionista, junto a estos sujetos sociales, se configura también como un proceso de re-existência, dado que también es un proceso de contracultura del capital dominante en la región.

Palabras clave: Penedo, Cartografía Social, Babasú, Buriti.

INTRODUÇÃO

O referido trabalho é fruto de resultados parciais de um projeto de extensão no qual busca-se, por meio da Cartografia Social (enquanto uma viabilidade, ferramenta e/ou estratégia de instrumentalização, na comunidade rural de Penedo, localizada no município de São Desidério-BA), um processo de re-existência socioambiental, através dos saberes e fazeres existentes na localidade em estudo. Portanto, nesse contexto vem sendo desenvolvida ações extensionistas, junto à comunidade, por meio do uso de técnicas de mapeamento do território com base na Cartografia Social, no sentido de possibilitar aos sujeitos sociais a fazerem uso desse recurso técnico como forma de delimitar, diagnosticar, analisar e mapear potencialidades bioculturais do bioma cerrado, presente em seu território. É importante ressaltar que a comunidade foco deste estudo, encontra-se localizada na Mesorregião do Extremo Oeste da Bahia, sendo o município de São Desidério, um dos maiores produtores de grãos do estado. Em relação ao povoado de Penedo é pertinente destacar que:

> O povoado de Penedo, por sua vez, é formado por um pequeno casario que ocupa as duas margens de um trecho do médio curso do Rio das Fêmeas – um subafluente do Rio São Francisco – e que abriga cerca de 220 habitantes. Distante 28 quilômetros da sede municipal, cujo acesso se dá pela rodovia estadual BA-463 (pavimentada) e estrada rural (não pavimentada), a localidade preserva características típicas de uma ruralidade assentada nas práticas da agricultura familiar, além de ter, no seu entorno, espaços relativamente bem preservados de vegetação do tipo mata-galeria que protege nascentes e pequenos cursos d'água alimentadores do Rio das Fêmeas (BRANDÃO, 2022, p. 119).

Embora, o autor acima faça certa descrição daquilo que venha a ser o povoado de Penedo, é pertinente retratar que atualmente, a localidade possui várias residências espacializadas pela área da comunidade e estas contam também com certa infraestrutura, porém com certa limitação. Diante do exposto, é considerável frisar a oportunidade do intercâmbio de conhecimentos entre a referida comunidade, ou seja, a relação do saber fazer e saber ser local, a partir do patrimônio biocultural do cerrado, em um contexto de relação dialógica e horizontalizada com o conhecimento acadêmico que, por sua vez, pode resultar em um processo de "empoderamento" dos sujeitos sociais do referido povoado.

Além disso, é também uma forma de re-existência, a partir da identidade territorial e cultural, haja vista que os laços identitários com o território estão para além da ocupação deste, mas se consolidam e são fortalecidos, a partir do espaço vivido e vivenciado das relações efetivadas cotidianamente. Soma-se a isso, a quebra de dicotomias entre os espaços rurais e urbanos, através de atividades/ações extensionistas no meio rural.

Nesse sentido, o trabalho em tela vem possibilitando à comunidade compreender o seu território, a partir de suas potencialidades como forma de agregação de "valor cultural", ambiental e patrimonial. Sendo assim, a Cartografia Social oferece aos sujeitos sociais do referido povoado, uma forma de ler e ver o território, a partir de suas peculiaridades e dos processos de identificação que não se resumem ao simples ato de descrever, mas para além disso, permite, "empoderá-los" isto é, conhecer as potencialidades locais bioculturais, a partir de uma relação horizontalizada, dialógica e com identidade territorial e cultural. Diante desse contexto, vale ressaltar que:

> Numa perspectiva cultural do desenvolvimento sustentável dos recursos, a produtividade tecnológica está associada com a capacidade de recuperar e melhorar as práticas tradicionais de uso dos recursos. Estes processos de inovação dependem das motivações das comunidades para autogestão e de seus processos econômicos, da capacidade de absorver conhecimentos científicos e técnicos modernos que incrementem a produtividade de suas práticas produtivas, sem destruir a sua identidade étnica e seus valores culturais, dos quais depende a sua vitalidade, a significação de seus estilos de vida, sua criatividade e sua energia social como fontes de produtividade (LEFF, 2009, p. 133).

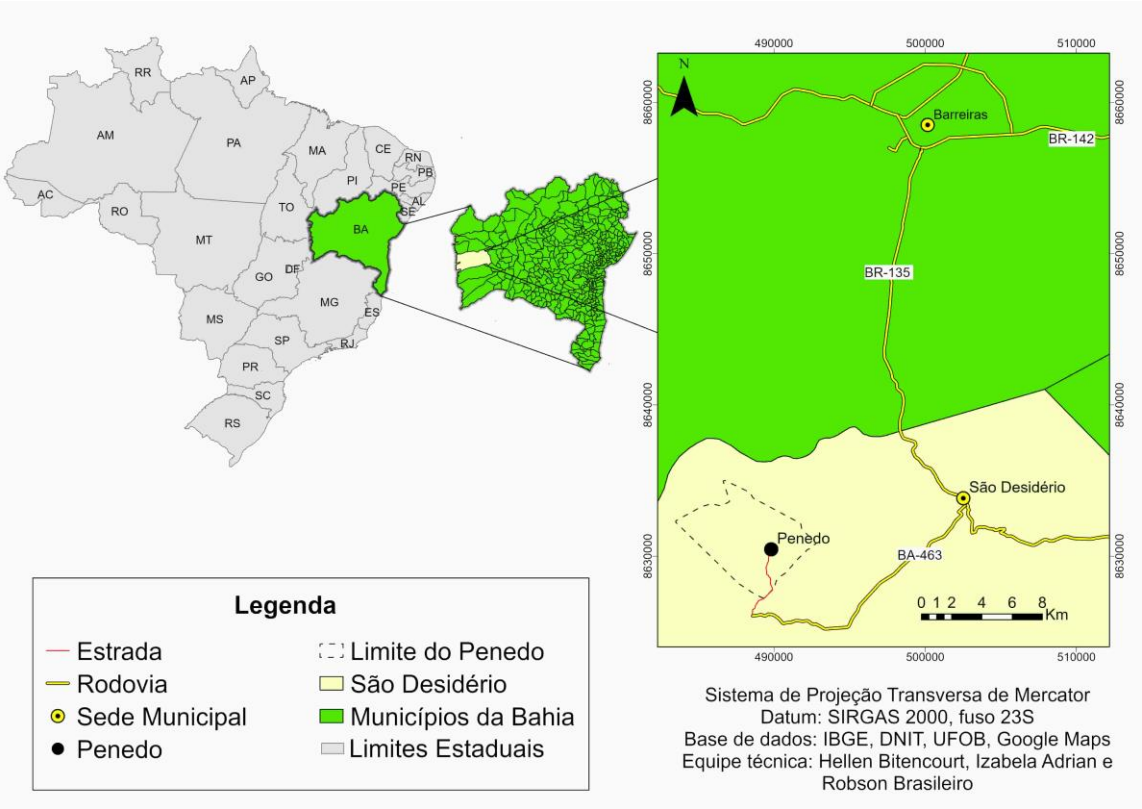
Assim sendo, a Cartografia Social é também uma forma de a comunidade reconhecer suas práticas tradicionais, a partir da emergência de seus "valores culturais". Porém, para isso, é preciso uma relação mais próxima com os potenciais ambientais e bioculturais presente em seu território. Não se intenciona afirmar aqui que os sujeitos sociais do povoado em tela mantêm uma relação distante com os elementos do seu território, mas busca-se ressaltar que existe ferramentas que podem ajudar a comunidade a ressignificar os processos de re-existência no território.

Portanto, o desenvolvimento do referido trabalho, junto à comunidade de Penedo, se configura enquanto uma ação extensionista prolongada no espaço rural, a partir da qual a própria comunidade, através do uso das práticas da Cartografia Social, insere-se num contexto de "re-emergência" de seus saberes e fazeres. Essa ação fortalece a autonomia da população com base na ressignificação das formas de descreverem, analisarem, delimitarem e reconhecerem os potenciais bioculturais, presentes em seu território, além da própria relação da comunidade com a terra/território no qual se encontram inseridos.

O referido projeto de extensão tem proporcionado (por meio da realização de coletas de informações, junto à comunidade local e aquisição de pontos georreferenciados de algumas localidades do território) a possibilidade de elaboração de mapa social georreferenciado do território de Penedo, destacando no mesmo os potenciais bioculturais (áreas de coletas de coco Babaçu e Buriti). Além disso, os resultados parciais vêm sendo socializados por meio de reuniões coletivas, entre membros da comunidade rural de Penedo e acadêmicos responsáveis pela execução dos trabalhos.

Ressalta-se a viabilidade técnica do trabalho do ponto de vista da sua execução e dos processos de apropriação dos saberes e formação para a comunidade e estudantes participantes. Soma-se ao contexto, a importância de socializar informações sobre a Cartografia Social e capacitar a comunidade para o trabalho com esta, enquanto um instrumento de re-existência e "empoderamento", diante da territorialização dos modos de produção tecnificada, capitalizada, homogeneizada e altamente intensiva em tecnologia, capital e mão-de-obra. Diante desses argumentos, sobressai aqui a importância do desenvolvimento deste trabalho de extensão, junto à comunidade rural de Penedo. Observe-se no **mapa 01** abaixo, a localização do recorte geográfico onde foi desenvolvido o projeto extensionista:

Mapa 01 – Localização Geográfica da Comunidade de Penedo – São Desidério – BA



Diante do exposto, ressalta-se que este trabalho teve enquanto objetivo proporcionar a comunidade de Penedo a realizar a análise dos potenciais bioculturais do território, através do uso da Cartografia Social, enquanto um processo de instrumentalização, a partir do desenvolvimento de oficinas, reuniões e trabalhos empíricos coletivos.

METODOLOGIA

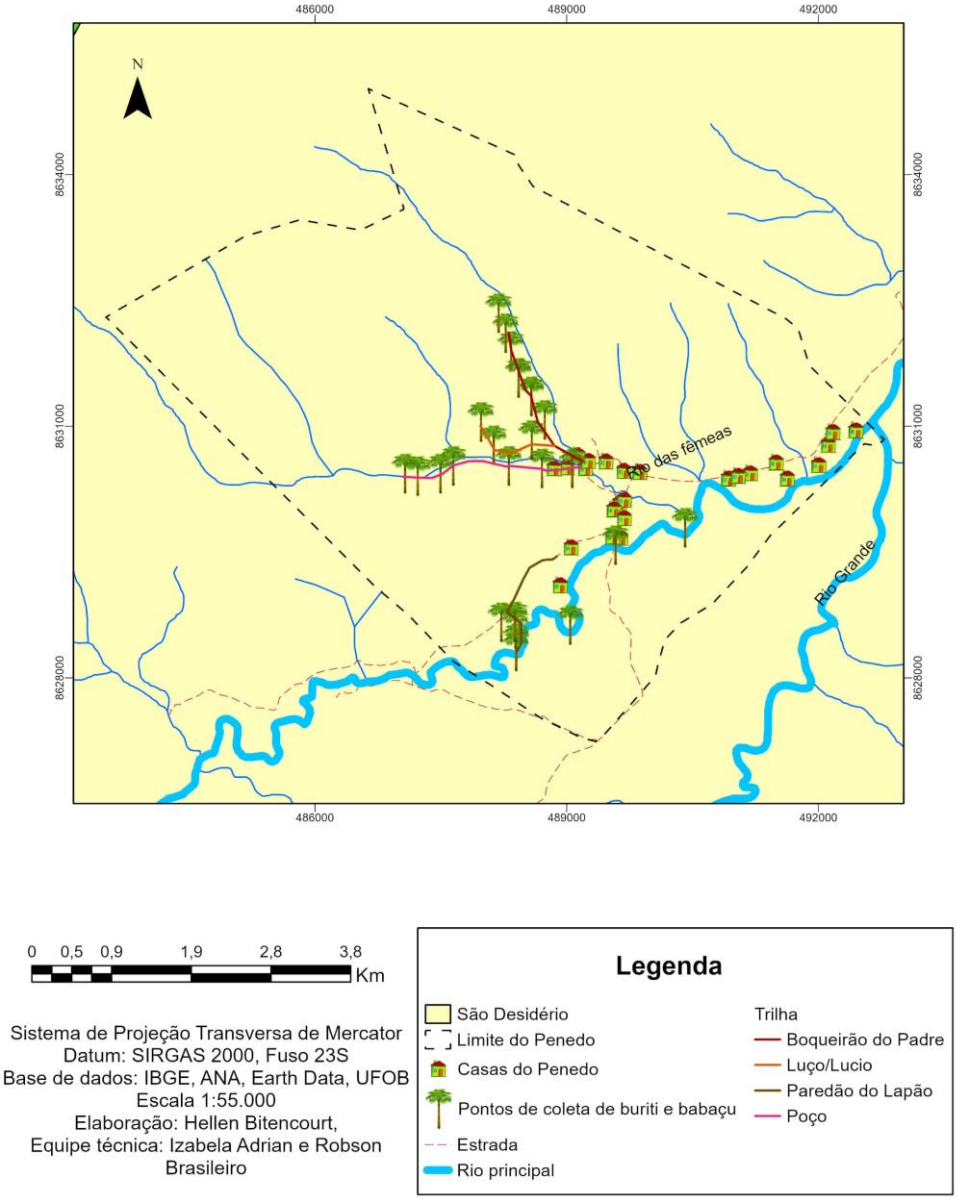
Tendo como base o mapa abaixo, é pertinente aqui descrever brevemente, os aportes metodológicos para elaboração dos materiais cartográficos produzidos, por meio das atividades extensionistas na comunidade em tela. Após esse procedimento, será detalhado as áreas de trilhas e extrativismo. Assim sendo, ressalta-se que a primeira etapa do projeto envolveu várias reuniões com os moradores da comunidade de Penedo, durante a qual foram coletadas informações tais como: percepções locais e conhecimento contextual. Os principais pontos de interesse, como trilhas de extrativismo, corpos d'água, características geográficas, foram identificados através da parceria universidade e comunidade.

Após os procedimentos acima mencionados, foram realizadas saídas de campo para mapear as trilhas identificadas e as áreas de extrativismo de babaçuais e buritizais. Os principais locais de extrativismo e de trilhas espacializadas pela comunidade são: **Trilha do Poço**, **Trilha do Boqueirão do Padre** ou **Trilha Nascente do Poço, Trilha da Serra Luço/Lucio ou Trilha do Mirante e Trilha do Paredão do Lapão**.

Para confecção do material cartográfico, foram utilizados os aplicativos de georreferenciamento como *Avenza Maps e Wikiloc* para obter pontos de referência ao longo das referidas trilhas. Além disso, coordenadas geográficas de demais áreas extrativistas fornecidas pela Agência 10Esenvolvimento foram disponibilizadas, agregando informações ao trabalho.

Os mapas foram elaborados utilizados, a partir do *software ArcGIS Pro 3.0* com os dados coletados em etapas anteriores, sendo esses importados e integrados ao ambiente de trabalho do *GIS*. A vetorização das trilhas, drenagens, moradias e vias de acesso foram realizadas com base nos dados coletados no campo. Informações geográficas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, tais como: limites estaduais e municipais, relevo, vegetação e pedologia foram incorporados no mapa. Abaixo, segue o mapa 02 com destaque para a espacialização de trilhas na comunidade e áreas de coleta do Babaçu e do Buriti:

Mapa 02 – Trilhas e Áreas de Coleta do Coco de Babaçu e Buriti na Comunidade de Penedo – São Desidério - BA



Os limites da comunidade de Penedo foram estimados de acordo com informações do Cadastro Ambiental Rural (CAR). Assim sendo, é importante aqui informar que os limites da comunidade de Penedo representados, no mapa acima, é uma aproximação limítrofe da área total da comunidade, sendo passível de correções e alterações. Todas as camadas vetoriais e informações geográficas foram associadas ao projeto e, a partir desse contexto, foi gerado o mapa georreferenciado final.

O referido mapa apresenta as áreas de extrativismo segmentadas das trilhas informadas anteriormente. Essas foram identificadas por palmeiras, bem como cursos d'água, áreas residenciais e vias de acesso. Este recurso cartográfico destina-se à divulgação, promovendo o incentivo à produção artesanal, o crescimento e a visibilidade das atividades econômicas e culturais de Penedo.

REFERENCIAL TEÓRICO

Os elementos da Cartografia Social podem contribuir na representação da realidade local das comunidades rurais e tradicionais, além de ser um precioso instrumento de "empoderamento" e re-existência, pois a socialização dos conhecimentos e das ideias da comunidade, a partir de um contexto dialógico horizontalizado, pode fazer da representação gráfica trazida nos mapas sociais, um registro importante do cotidiano da comunidade. Além disso, é pertinente ressaltar conforme MARTINELLI (2003), o saber social construído pelos mapas, enquanto um poderoso conteúdo simbólico.

Neste sentido, a elaboração de um mapa não pode ser limitada a um contexto cartesiano da extensão, como destaca Milagres (2011), ao contrário, este deve trazer em conteúdo gráfico, as percepções, as vivências e as observações da comunidade, além de ressaltar as diferentes abordagens e visões do território. Nessa perspectiva, as concepções e os conceitos de territórios são essenciais para melhor compreender a importância do espaço de identidade e a cultura da comunidade. Assim, a possibilidade de registro das informações do território, com base em sua realidade local, é também uma forma de empoderamento e visibilidade do patrimônio biocultural presente na comunidade, como destaca o autor abaixo:

> As condições de existência das comunidades passam pela legitimação dos direitos de propriedade das populações sobre o seu patrimônio de recursos naturais e de sua própria cultura, através da redefinição de seus processos de produção, seus estilos de vida e seus sentidos existenciais (LEFF, 2009, 198).

A partir desse contexto teórico, sobressai a necessidade de trazer ao debate, por meio do referido projeto, um diálogo, junto à comunidade, que mostre aos seus membros uma perspectiva decolonial do território, enquanto um espaço de vida, de vivências e de saberes. O tipo de abordagem contemplada neste trabalho se consolida, enquanto Pesquisa Ação, visto que este tipo de investigação possui bases empíricas associadas à resolução de uma determinada problemática de modo coletivo.

Além disso, os participantes devem estar inteirados do contexto a ser investigado e solucionado, ou seja, estes devem estar em consonância com os objetivos da pesquisa, tanto do ponto de vista da cooperação como de sua participação. No desenvolvimento do projeto, faz-se o uso da técnica do Diagnóstico Rural Participativo – DRP, principalmente, nas fases empíricas coletivas, haja vista que a participação de membros da comunidade possibilitará a socialização de conhecimentos e informações sobre o território da comunidade.

Nesse sentido, pode-se aferir que "o uso de técnicas participativas no processo de intervenção social e o papel assumido ou atribuído aos agentes externos que as utilizam, passou

a ganhar espaço nas discussões sobre as ferramentas utilizadas para a tomada de decisão em grupos sociais" (MILAGRES, 2011, p. 14). No contexto da referida pesquisa, a Cartografia Social configurou-se enquanto um instrumento e/ou ferramenta de transformação social e, ao mesmo tempo, um processo de planejamento por meio da investigação-ação-participativa (LANDIM NETO et *al*, 2013). Enquanto instrumento de participação social, a referida cartografia pode desconstruir visões estereotipadas das relações de poder existentes no meio comunitário e proporcionar maior integração dos membros da comunidade no processo de "empoderamento" territorial, através da participação ativa de seus habitantes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As reuniões coletivas com a comunidade possibilitaram estabelecer uma fundamentação da Cartografia Social e das técnicas utilizadas para o mapeamento básico e temático do território, a partir da realidade local. Esse contexto tem permitido a realização de trabalhos empíricos, pelo território extrativista da comunidade, para diagnóstico de suas potencialidades bioculturais e registro de pontos georreferenciados. Abaixo, segue **fotos 01 e 02** dos momentos de reuniões coletivas e atividades, para diálogos horizontalizados, sobre as potencialidades e vulnerabilidades existentes, dentro da comunidade de Penedo, assim como, foi também momentos para planejamento e estratégias sobre a melhor forma, a partir da Cartografia Social, de realizar o mapeamento georreferenciado das áreas de coco de Babaçu e Buriti.

Foto 01: Momentos de reuniões coletivas na Comunidade de Penedo – São Desidério – BA. **Autor:** Robson Brasileiro, 2023.

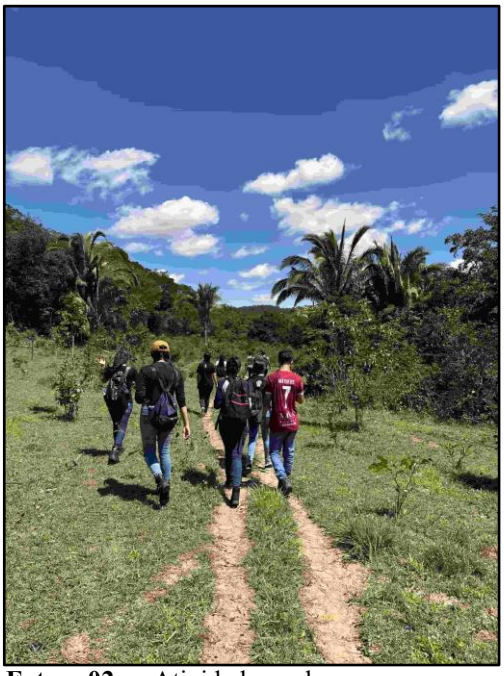


Foto 02: Atividades de campo para mapeamento das áreas de Babaçú e Burití. Comunidade de Penedo – São Desidério – BA. **Autor:** Robson Brasileiro, 2023.

Durante as reuniões, tem-se observado também, o interesse dos sujeitos sociais, em trazer para a comunidade, contribuições que promovam o desenvolvimento de suas potencialidades socioambientais e agreguem valor ao seu saber ser e fazer, como forma de garantir as futuras gerações, os ensinamentos e as heranças culturais vivenciadas.

Além disso, a coleta de informações, sobre os potenciais bioculturais espacializados, em territórios específicos, tem permitido o registro de práticas, de hábitos e de tradições. O georreferenciamento das áreas de extrativismo de coco do Babaçu e Buriti sobressai no território, enquanto um referencial geográfico identitário da comunidade. É importante destacar que a decisão (sobre as informações que foram coletadas, para compor os mapas sociais) foi acompanhada da participação de membros da comunidade.

Diante desse contexto, foi realizado diagnósticos do território para identificação dos pontos relevantes. Através dessa ação, foi possível a elaboração de mapas georreferenciados, por meio do uso das técnicas da Cartografia Social. Entre os materiais cartográficos elaborados estão: mapas de localização da comunidade de Penedo; mapa de geomorfologia; mapa de vegetação; mapa pedológico; mapa hipsométrico e mapa das áreas de coletas de coco do Babaçu e Buriti. Observe-se abaixo, nas **fotos 03 e 04,** momentos de campo coletivo para diagnósticos dos potenciais bioculturais no território extrativista, assim como, coleta de pontos georreferenciados com participação de membros da comunidade.

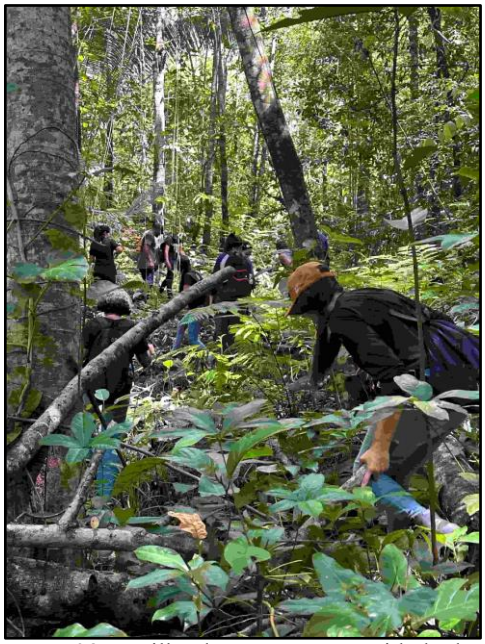


Foto: 03 – Trilha do Poço - Comunidade de Penedo – São Desidério – BA. **Autor:** Robson Brasileiro, 2023.

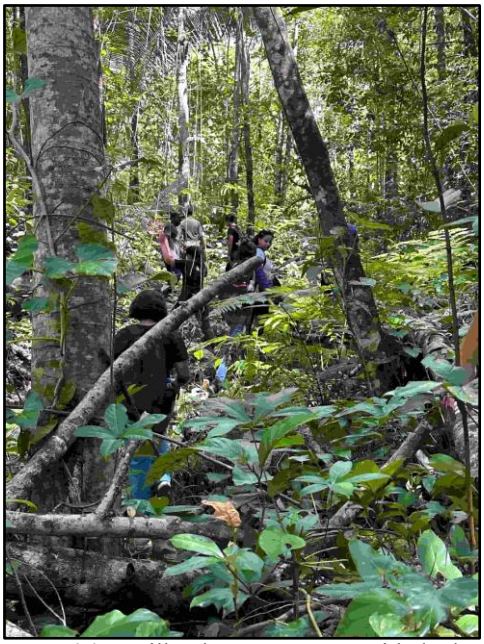
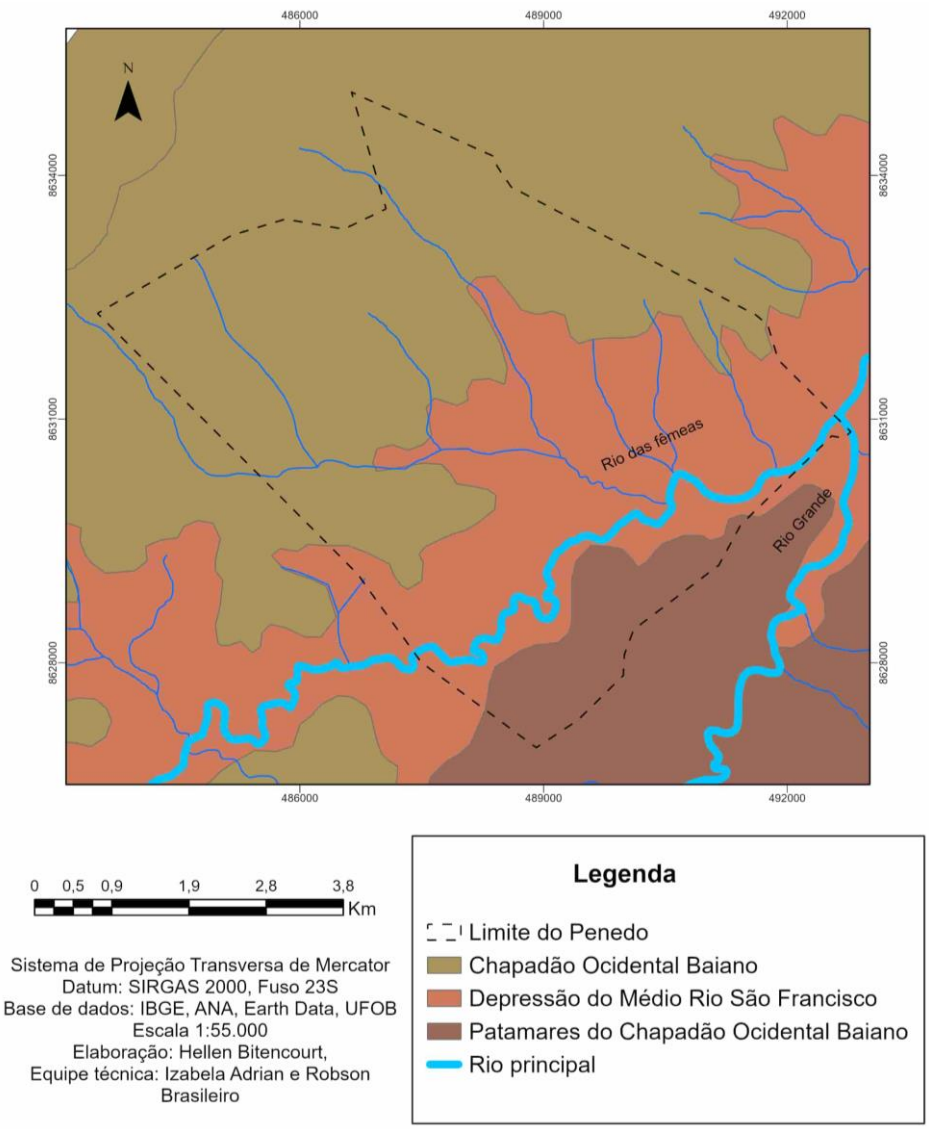


Foto: 04 – Trilha do Poço - Comunidade de Penedo – São Desidério – BA. **Autor:** Robson Brasileiro, 2023.

Nas fotografias acima, podem ser observados momentos de interação entre a Universidade Federal do Oeste da Bahia, representada pela equipe executora do projeto, e de membros da comunidade local. O momento registrado fotograficamente foi a realização de uma ação coletiva para diagnosticar as áreas com potencial extrativista, voltado para o coco do Babaçu e Buriti na Trilha do Poço (nome conhecido pela comunidade), no contexto do projeto de extensão intitulado: **Cartografia Social Enquanto Processo de Re-existência na Comunidade de Penedo em São Desidério – BA**. A comunidade encontra-se inserida em três unidades geomorfológicas, quais sejam: Chapadão Ocidental Baiano; Depressão do Médio São Francisco; Patamares do Chapadão Ocidental Baiano, conforme representado no mapa 03:

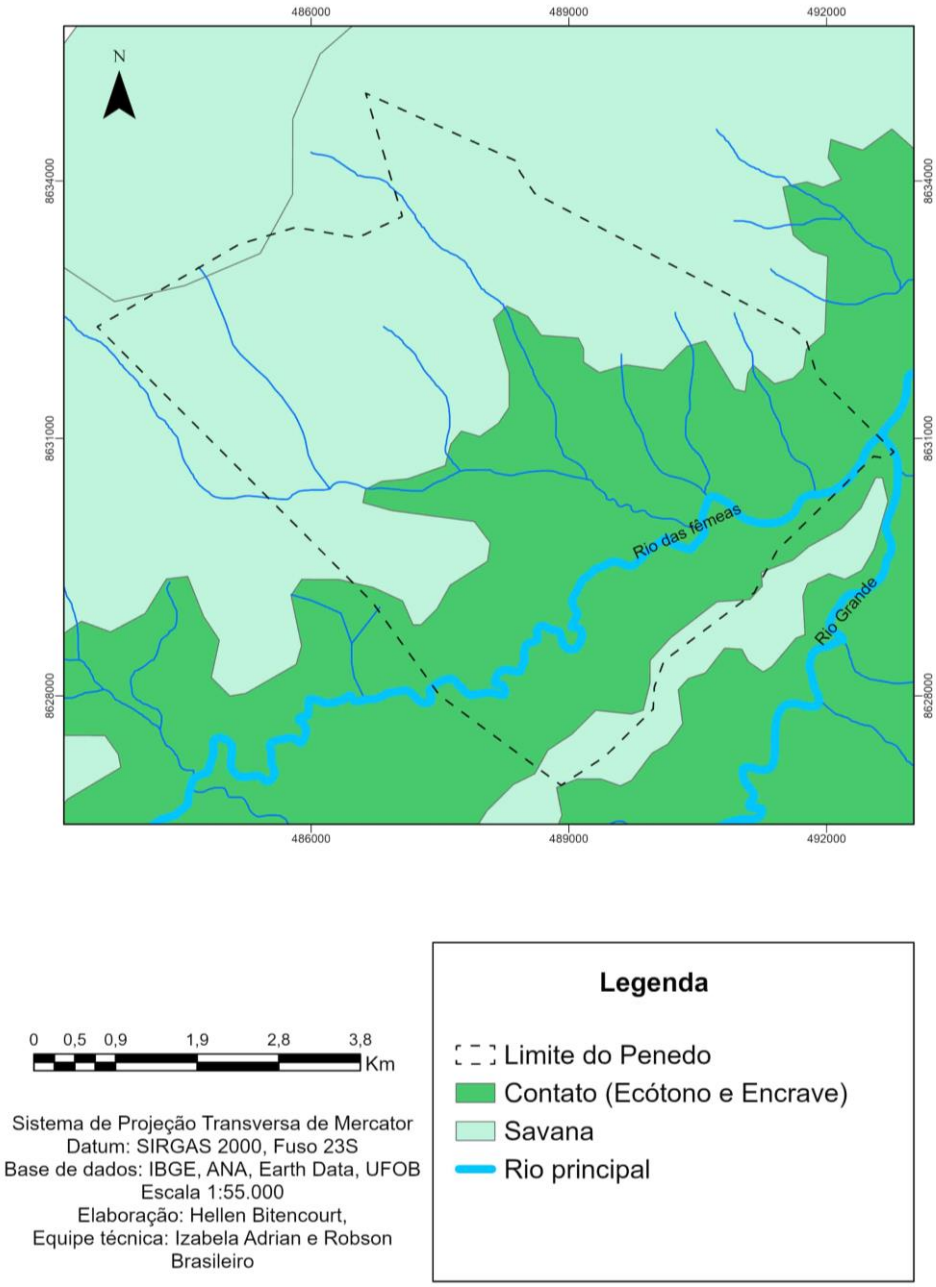
Mapa 03 – Geomorfológico da Comunidade de Penedo – São Desidério – BA



Embora, a atividade tenha sido realizada com objetivo específico, todavia, otimizou-se o momento também para levantamentos de dados e informações sobre o potencial de

ecoturismo que pode ser viabilizado junto à comunidade, enquanto uma fonte de renda local e, ao mesmo tempo, estratégia de conservação e preservação da diversidade da fauna e flora existentes, dentro do território em tela. Observe-se no **mapa 04,** a formação vegetal presente na delimitação "aproximada" da área da comunidade de Penedo. Destaca-se a presença de área de ecótonos e enclaves mais savana.

Mapa 04 – Vegetação Presente na Delimitação Aproximada da Comunidade de Penedo – São Desidério – BA.



A referida análise foi relevante, haja vista que, no campo havia estudantes e professores que também estavam desenvolvendo outro projeto extensionista denominado: **Cooperação**

Comunidade-Universidade para a implementação de um sistema de trilhas interpretativas do patrimônio-territorial no Povoado de Penedo (São Desidério, Bahia).

Durante a realização desta atividade, foram intercambiadas informações socializadas, tanto por membros da comunidade, como pelos professores e estudantes que estavam presentes. No trajeto da **Trilha do Poço,** pode ser observada a diversidade de espécies vegetais do Cerrado, assim como, o grande número de palmeiras (babaçuais e buritizais) espacializados na referida área.

Vale ressaltar também que embora a trilha realizada não seja do tipo aberta, pois ainda não existe na mesma, um planejamento para o desenvolvimento da prática do ecoturismo, ou seja, abertura e acessibilidade da trilha, sinalizações e nomes das espécies existentes na localidade, entretanto, o diagnóstico realizado no momento de campo coletivo foi essencial para se pensar e refletir a possibilidade de sustentabilidade, por meio do ecoturismo na comunidade. É importante destacar aqui, o grande número de nascentes existentes entre os buritizais e babaçuais observadas, durante todo o trajeto da referida trilha.

Retomando o debate principal deste texto, vale destacar que coube a comunidade decidir quais eram as áreas que apresentavam potenciais para a efetivação das ações do projeto de extensão. Nesse sentido, as informações, que fizeram parte da composição dos mapas sociais, trouxeram em sua composição dados sobre os potenciais culturais das áreas de extrativismo, haja vista que não foi possível inserir nos mesmos demais informações tais como: culturais (gastronomia, festejos, aspectos simbólicos, tradições, saberes e fazeres). Todavia, foi possível elaborar alguns mapas com dados sobre a vegetação local, perfil do solo e tipologia das áreas de extrativismo no território, assim como, as territorialidades realizadas e vivenciadas pela comunidade.

Além do contexto citado anteriormente, foi realizada também um diagnóstico na **Trilha do Boqueirão do Padre**, conhecida também pela comunidade como (**Trilha das Nascentes**) para levantamento de informações e espacialização cartográfica das áreas de coletas de Babaçu e Buriti. Assim como o próprio codinome destaca, a referida trilha possui um número de nascentes bastante significativas, que por sua vez, alimentam o curso fluvial do rio das Fêmeas, sendo este um dos principais rios integrantes da Bacia Hidrográfica do rio Grande (ANDRADE, et *al*., 2022).

Ao contrário da trilha citada anteriormente, esta possui certa acessibilidade para o desenvolvimento de práticas direcionadas ao ecoturismo. Vale ressaltar também que existe

nessa área o desenvolvimento de outro projeto de extensão denominado: **Trilha Interpretativa da Natureza e Acessibilidade: Planejamento e Seleção de Atrativos para Interpretação Ambiental da Trilha do Boqueirão do Padre em Penedo – São Desidério Bahia**. Durante os trabalhos empíricos extensionistas nesta localidade, os participantes levantaram e registraram informações pertinentes para a comunidade, porém, a partir de suas percepções, vivências e conhecimento local. Observe-se nas **fotos 05 e 06,** a presença de nascente na referida trilha.

Foto: 05 – Trilha do Boqueirão do Padre (Trilhas das Nascentes) – Comunidade de Penedo – São Desidério – BA. **Autor:** Robson Brasileiro, 2023.

Foto 06 – Trilha do Boqueirão do Padre (Trilha das Nascentes) – Comunidade de Penedo – São Desidério – BA. **Autor:** Robson Brasileiro, 2023.

É pertinente ressaltar que, coincidentemente, as áreas com potencial biocultural voltadas para o extrativismo do coco do Babaçú e Buriti apresentaram também potencial para a prática do ecoturismo, desde que, seja viabilizado estudos e todação de elementos e logística para a prática do turismo sustentável. Além das áreas citadas anteriormente, foi realizado um diagnóstico para levantamento de informações e pontos georreferenciados na chamada **Trilha da Serra do Luço**, conhecida também pela comunidade como (**Trilha do Mirante**).

Diferentemente das demais áreas visitadas, pelas atividades de campo conjuntamente com membros da comunidade, observou-se que nesta localidade o quantitativo de buritizais e babaçuais não possuem maior espacialização, isto é, não se verifica uma concentração espacial dessas espécies de palmeiras. Esta análise e/ou observação pode estar correlacionada ao afastamento das palmeiras do entornos dos cursos fluviais existentes na comunidade, haja vista

que tanto o Buriti quanto o Babaçu são plantas que se adaptam melhor a lugares onde o solo apresenta certo teor de umidade.

A trilha do Mirante apresenta um menor quantitativo de palmeiras concentradas por áreas, como já dito anteriormente, todavia, o quantitativo de babaçuais e buritizais são mais espacializados, o que, por sua vez, dificulta um pouco a prática da coleta dos frutos, haja vista que do ponto de vista da escala geográfica, as áreas de estravismo se tornam mais distante do núcleo comunitário. Na perspectiva de potencial para a prática do ecoturismo, a referida área dispõe de atributos naturais bastante atrativos, e entre estes pode-se destacar a própria trilha que dá acesso ao mirante, onde se consegue ter uma vista panorâmica de toda a comunidade de Penedo. Abaixo, segue **fotos 07 e 08** da área de extrativismo:

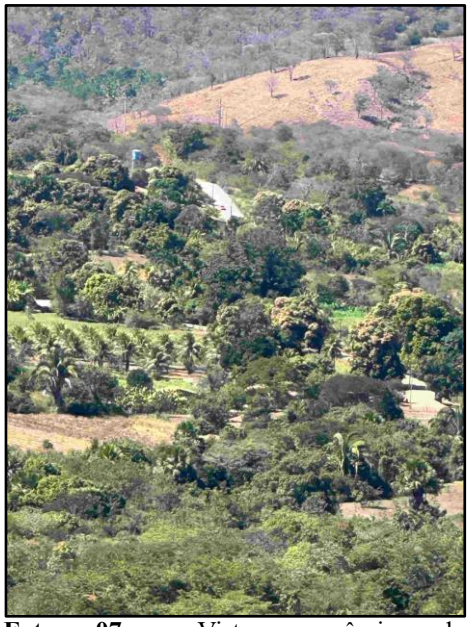


Foto: 07 – Vista panorâmica da comunidade de Penedo – São Desidério – BA. **Autor:** Robson Brasileiro, 2023.

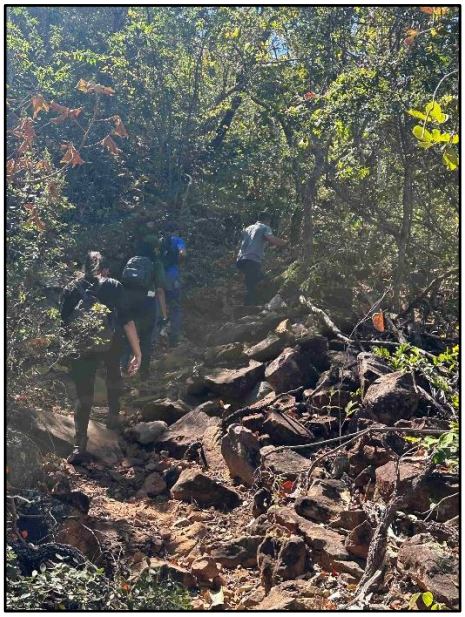


Foto: 08 – Trilha do Luço (Trilha do Mirante) - Comunidade de Penedo – São Desidério – BA. **Autor:** Robson Brasileiro, 2023.

É pertinente ressaltar que diferentemente das áreas citadas anteriormente, nesta observa-se que a vegetação cerrado possui um menor porte, sendo também bastante raleada. Soma-se ao contexto os níveis de dificuldade em relação a topografia do relevo, pois apresenta áreas com maior nível de altitude, que por sua vez, pode exigir maior esforço e/ou trabalho para a coleta e transporte do coco de Buriti e Babaçú. Em relação ao uso da referida área, para a prática do ecoturismo, essa possui potencial, como já informado anteriormente, todavia, teria que se elaborar estudos mais detalhados e aprofundados, devido as adversidades topográficas do terreno e dos níveis de dificuldade de acesso a atrativos naturais, como a vista panorâmica do mirante.

A **Trilha do Paredão do Lapão** fica em uma área "privilegiada", pois além de estar as margens do rio das Fêmeas, o qual atravessa o território da comunidade, possui relevante beleza cênica, devido a diversidade de sua paisagem representada por diversas espécies do bioma cerrado e espaço com potencial para a prática do espeleoturismo. Vale ressaltar aqui que o município de São Desidério, além de se destacar pela produção de grãos e algodão, também sobressai pela enorme quantidade de grutas e cavernas existentes em seu território.

É pertinente destacar que a área em tela apresenta quantidade relevante de palmeiras do tipo Babaçú e Burití espacializadas ao longo do curso do rio das Fêmeas. Durante a atividade coletiva com membros da comunidade a esta trilha, constatou-se que, quanto mais próximo das margens do rio, maior a presença das referidas palmeiras, isso devido a umidade do solo. Observe-se as **fotos 09 e 10,** a ação extensionista com pessoas da comunidade, até a **Trilha do Paredão do Lapão,** a qual também se configura enquanto um espaço para coleta do coco do Babaçú e Buriti:

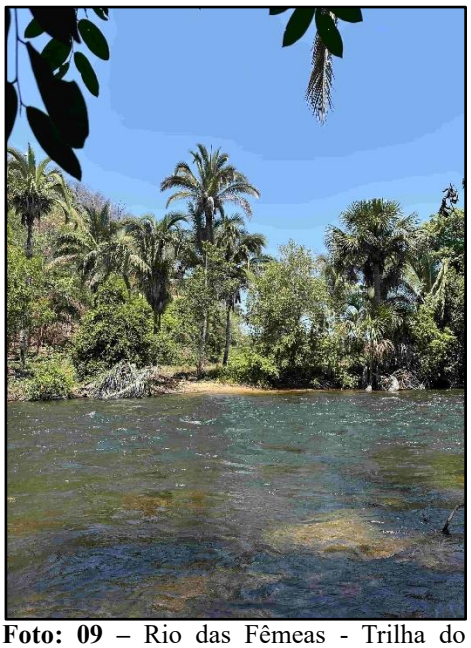


Foto: 09 – Rio das Fêmeas - Trilha do Paredão do Lapão, Penedo – São Desidério – BA. **Autor:** Robson Brasileiro, 2023.

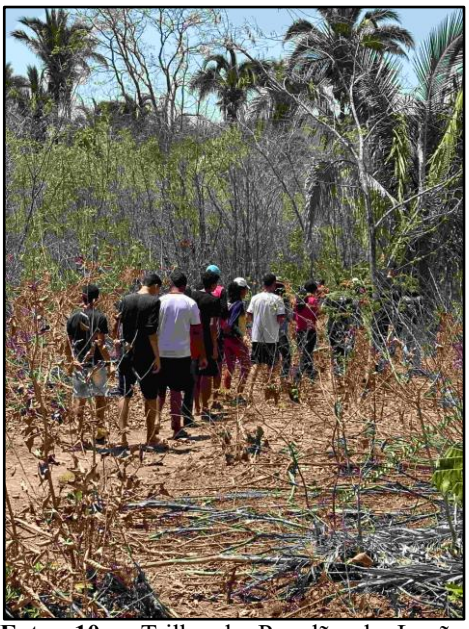


Foto: 10 – Trilha do Paredão do Lapão, Penedo – São Desidério – BA. **Autor:** Robson Brasileiro, 2023.

Destaca-se aqui que a referida área apresenta potencial para diversas atividades sustentáveis no contexto das práticas do saber ser e fazer da comunidade. É importante também frisar que esta área também foi objeto de estudo e pesquisa de trabalho de conclusão de curso de Geografia Bacharelado intitulado: **Proposta de implementação de Trilha Interpretativa da Natureza como Subsídio a Prática de Turismo Pedagógico e Educação Ambiental no Povoado de Penedo – São Desidério – BA**.

As fotos abaixo apresentam o processo de “empoderamento” da comunidade, haja vista que o momento da coleta dos frutos do Babaçú e Buriti não se configuram apenas enquanto uma atividade a mais na comunidade, mas é também, um espaço de integração e socialização do saber ser e fazer. Além disso, possibilita relações dialógicas horizontalizadas, assim como “empoderamento” político da comunidade, haja vista que esses momentos são também espaços de socialização de informações, intercâmbio de conhecimentos e estratégias de re-existências na comunidade. Diante do contexto, é pertinente ressaltar a presença de pessoas da comunidade na atividade em tela, pois colabora para o processo de sensibilização e “empoderamento” desses sujeitos sociais. Observe-se as **fotos 11 e 12,** a extração da polpa do Burití e coco do Babaçú pós coleta:

Foto: 11 – Raspagem e extração da polpa do buriti pós coleta, comunidade de Penedo – São Desidério – BA. **Autora:** Bruna Lorena da Silva, 2023.

Foto: 12 – Coco do babaçú pós coleta, comunidade de Penedo – São Desidério – BA. **Autora:** Almiraise Ferreira dos Santos, 2020.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, vêm se observando que o desenvolvimento das ações extensionistas, no âmbito da proposta em tela, tem proporcionado intercâmbio de informações e de conhecimentos mútuos entre a comunidade e a academia. Além disso, as reuniões coletivas para discussão e debates, sobre o planejamento das atividades subsequentes, permitem a efetivação de relações dialógicas e horizontalizadas, fortalecendo, dessa maneira, os laços de interações entre os membros da comunidade. Soma-se ao contexto, a oportunidade da vivência rural por meio das atividades extensionista no campo que, por sua vez, se transforma em um instrumento de desconstrução de dicotomias e conceitos pré-concebidos neste espaço. O trabalho tem

oportunizado, por meio da vivência extensionista, a contribuição no processo de formação do estudante com o olhar voltado para a realidade local/regional.

O diagnóstico das potencialidades bioculturais, na comunidade de Penedo e, sucessivamente, a espacialização dessas informações, por meio das técnicas da Cartografia Social, efetiva reais oportunidades dos sujeitos sociais ali presentes ao fortalecer suas ações, através do "empoderamento" de seu saber ser e fazer. Portanto, o referido trabalho vem possibilitando parcerias entre a comunidade rural e a academia, além da interação de atores sociais, no sentido da socialização de informações e dados coletados.

Vale ressaltar aqui que os primeiros resultados dos Projetos de Extensão que vêm sendo desenvolvidos na comunidade de Penedo, já apresentam resultados consistentes, haja vista que observa-se certa sensibilização da comunidade, principalmente no seu processo de organização comunitária, prova disso foi a realização do **I Festival do Coco do Babaçu na Comunidade do Penedo**, realizado entre os dias 29 a 30 de setembro de 2023. Os membros da comunidade foram protagonistas na organização e realização do evento, coube a universidade, por meio da extensão universitária, o processo de sensibilização e motivação da atividade.

O mosaico de fotografias abaixo representa produtos feitos pela comunidade, a partir do processo de extrativismo do coco do Babaçu e Buriti. Esse contexto retrata também o "empoderamento" político da comunidade, a partir da articulação entre os sujeitos sociais e das relações dialógicas e horizontalizadas. Além disso, representa também um processo de re-existência, a partir da cultura local e da identidade territorial. Diante do exposto, pode-se afirmar que o projeto de extensão em tela, desenvolvido na comunidade de Penedo, possibilitou aos estudantes envolvidos e atores sociais um intercâmbio de conhecimentos, a partir do qual seria complexo mensurar o "valor cultural" dessa parceria.

Portanto, as atividades extensionistas desenvolvidas, na referida comunidade, perpassam a relação dialógica e horizontalizada, pois elas criam laços afetivos pós desenvolvimento das atividades. Talvez, esse seja o maior ganho da Extensão Universitária, isto é, não apenas despertar, promover e sensibilizar a comunidade, mas, acima de tudo, estreitar laços de parceria e, ao mesmo tempo, romper os "muros" da universidade e aproximando-a, cada vez mais, da sociedade seja no campo ou na cidade. Observe-se abaixo, nas **fotos 13, 14, 15 e 16,** produtos artesanais da gastronomia local produzidos pela comunidade para exposição e venda durante o referido festival:

Foto: 13 – Exposição de doces de Buriti e Maracujá do Mato – Comunidade de Penedo – São Desidério – BA. **Autor:** Evanildo Cardoso, 2023.

Foto: 14 – Exposição de licores e óleo de Babaçu – Comunidade de Penedo – São Desidério – BA. **Autor:** Evanildo Cardoso, 2023.

Foto: 15 – Exposição de sabonetes feito a partir do extrativismo da flora local/regional. Comunidade de Penedo – São Desidério – BA. **Autor:** Evanildo Cardoso, 2023.

Foto: 16 – Exposição de biojoias feitas a partir do extrativismo da flora local/regional. Comunidade de Penedo – São Desidério – BA. **Autor:** Evanildo Cardoso, 2023.

A experiência vivenciada, na comunidade de Penedo, proporcionou aos estudantes conhecer a realidade local/regional de sujeitos sociais que lutam para preservarem seus costumes, hábitos e tradições. Nesse contexto, a Cartografia Social possibilitou a integração entre a comunidade e a universidade, seja através das atividades que foram desenvolvidas de forma coletiva ou por meio de reuniões. Os mapas elaborados, com o auxílio de membros da comunidade na fase da coleta de dados e informações, são mais do que o tecnicismo acadêmico, ou seja, representam uma relação dialógica entre o conhecimento cientifico e o saber popular intermediado, por meio da Extensão Universitária.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, A.C. et *al*. **Estudos de processos erosivos na Bacia do Rio Grande (BA) como subsídio ao planejamento agropecuário**. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2002.

BRANDÃO, Paulo Roberto Baqueiro. Ruralidade, natureza e turismo: uma abordagem metodológica de base territorial e comunitária. **Revista Mutirõ – Folhetim de Geografias**

Agrária do Sul, vol. 3, nº 1 – INSS: 2675-3472. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/mutiro/article/view/253692>. Acesso em: 02/06/2023.

LANDIM NETO, F.O; COSTA, N. O; PEREIRA FILHO, N. S; GORAYEB, A. A cartografia social na comunidade Waldemar de Alcântara: instrumento de luta por melhores condições de vida. Anaisdo Primer Congreso de Extensión de la Associación de la Universidades del Grupo Montevideo–AUGM. Extenso 2013, 8p. Disponível em <http://formularios.extension.edu.uy/ExtensoExpositor2013/archivos/519resumen892.pdf>. Acesso em: 20 de outubro de 2023.

LEFF, Enrique. **Ecologia, capital e cultura:** territorialização da racionalidade ambiental. – Petrópolis – RJ: Vozes, 2009.

MARTINELLI, Marcelo. **Mapas da geografia e cartografia temática**. São Paulo, Contexto, 2003.

MILAGRES, Cleiton Silva Ferreira. O uso da cartografia social e das técnicas participativas no ordenamento territorial em projetos de reforma agrária. 114f. Dissertação, (**Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural**), Universidade Federal de Viçosa, MG, 2011. Disponível em: <https://www.locus.ufv.br/handle/123456789/4147>. Acesso em: 02/06/2023.

"REVOADA" UMA RELEITURA DE BEL BORBA: GEOGRAFANDO NA ESCOLA DO CAMPO ATRAVÉS DA ARTE DO MOSAICO

Maria Daniele Oliveira dos Santos[1]

Laiany Rose Souza Santos[2]

Diana Mendonça de Carvalho[3]

RESUMO

O artigo apresenta o resultado do projeto de extensão "Revoada – uma releitura de Bel Borba"[4], tendo a arte como forma de geografizar, enquanto política possível para a democratização do espaço. O objetivo foi desenvolver o conhecimento geográfico por meio de construção de painel em mosaico na Escola Agrícola Prefeito João Alves dos Santos, fundamentando na formação geográfica de produção e apropriação do espaço a partir da releitura da obra de rua em mosaico de Bel Borba conhecida como Pássaros. Para tal, utilizamos de estudos bibliográficos, análise documental sobre o impacto das obras de rua, participação dos sujeitos sociais que compõem a comunidade escolar em oficinas pedagógicas geográficas, com temas a partir da arte na cidade e no campo, oficinas de mosaico e instalação de mosaicos produzidos na Escola Técnico Agrícola Prefeito João Alves dos Santos, Itabaiana/SE, que resultou no lançamento da obra "REVOADA: Uma Releitura de Bel Borba". Apontamos como resultado a necessidade de pensar o espaço local, uma vez que as nossas ações impulsionaram nos alunos em formação do curso de geografia um novo pensar do espaço geográfico e a possibilidade de recriá-lo, modificá-lo, assim como contribuiu com os discentes da unidade escolar na consolidação de conhecimentos e reconstrução de seu espaço de vivência.

Palavras-chave: Escola do Campo, Ensino de Geografia, Mosaico, Arte Pública, Projeto de Extensão.

RESUMEN

El artículo presenta el resultado del proyecto de extensión "Revoada – una reinterpretación de Bel Borba", utilizando el arte como forma de geografía, como posible política para la democratización del espacio. El objetivo fue desarrollar el conocimiento geográfico a través de la construcción de un panel mosaico en la Escola Agrícola Prefeito João Alves dos Santos, a partir de la formación geográfica de la producción y apropiación del espacio a partir de la reinterpretación del mosaico de la Rua Bel Borba conocido como Pássaros. Para lograrlo, utilizamos estudios del bibliográficos, análisis documental sobre el impacto de las obras de calle, participación de sujetos sociales que integran la comunidad escolar en talleres pedagógicos geográficos, con temáticas de arte en la ciudad y en el campo, talleres de mosaicos y instalaciones de mosaicos producidos en la Escuela Técnica Agrícola Prefeito João Alves dos Santos, Itabaiana/SE, que resultó en el lanzamiento de la obra "REVOADA: Uma Releitura de Bel Borba". Señalamos como resultado la necesidad de pensar el espacio local, ya que nuestras acciones incentivaron a los estudiantes de geografía a pensar nuevas formas sobre el espacio

1 Graduanda do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal de Sergipe - UFS, danioli01890@gmail.com
2 Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe - UFS, laiany@academico.ufs.br.
3 Doutora em Geografia pelo Programa de Pós-graduação da Universidade Federal de Sergipe - UFS, dianamendoncadecarvalho@yahoo.com.br.
4 O Projeto de Extensão intitulado "REVOADA – Uma releitura de Bel Borba" contou com apoio financeiro para discente bolsista pela FAPESE e pela PROEX/PIAEX.

geográfico y la posibilidad de recrearlo, modificarlo, además de contribuir com los estudiantes de la escuela unidad para consolidar el conocimiento y reconstruir su espacio vital.

Palabras clave: Escuela de Campo, Enseñanza de la Geografía, Mosaiso, Arte Publico, Proyecto de Extensión.

INTRODUÇÃO

O projeto de extensão "Revoada – uma releitura de Bel Borba" utilizou da palavra 'Revoada' no sentido figurado da leitura, visto que a reflexão do mosaico inspiração produzido por Bel Borba são pássaros. A definição literal "bando, grupo de aves em voo" representa a obra de releitura proposta como intervenção na realidade, na produção e na apropriação do espaço, tendo a arte como forma de geografizar, enquanto política possível para a democratização do espaço.

Ela foi executada na Escola Técnico Agrícola Prefeito João Alves dos Santos, no povoado Roncador em Itabaiana-SE. E a instalação foi feita no ambiente comum de recreio, onde há as reuniões e festejos escolares. Tal decisão se deu de forma coletiva tendo em vista que "o lugar é um importante elemento instigador da percepção, que faz as pessoas se questionarem" (Freitas, 2006, p.127), e o "grupo de aves em voo" representava esse processo de revoada da mente dos estudantes envolvidos ou não no processo.

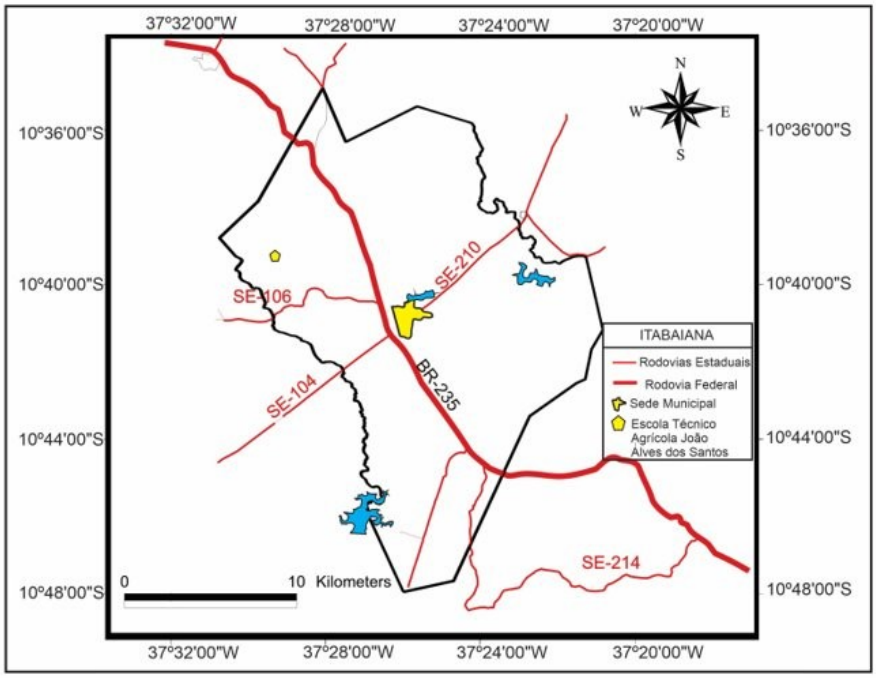
A justificativa se apresenta exatamente no objeto de estudo da geografia, que é a produção do espaço. Nesta vertente, observa-se a tão debatida dualidade do urbano e rural pelas produções e inter-relações destes espaços, constatando a manifestação da arte em cada uma delas. Por tanto, a linguagem da arte musiva, na produção dos mosaicos de pássaros, remetentes a natureza e ao campo, possibilitou desenvolver o conhecimento geográfico ao modificar a paisagem, pois

> A avaliação estética conduz à especulação filosófica, e por que não? As composições da natureza, as linhas e cores do terreno e do manto vegetal não são coisas a considerar? [...] As estruturas humanas exprimem funções a partir da adaptação ao sítio, como um selo que identifica as preferências de cada cultura particular. Há uma estética no conjunto de formas, uma morfologia estética da paisagem, frequentemente violada pela civilização industrial. Esta questão da paisagem harmoniosa não é algo merecedor de reflexão? (SAUER, 2000, p.150).

Diante disso, a proposta desse texto tem objetivos similares ao executado no projeto de extensão, enquanto abordagem ativa: analisar a produção e a apropriação do espaço a partir da arte, criando espaços de debate junto aos professores, futuros professores e estudantes da comunidade escolar de atuação do projeto; divulgar a produção da releitura de obra baseada

na realidade da Escola do Campo que teve por estímulo a criatividade e fomentação nos/as estudantes, demonstrando a fim de pesquisa o impacto social causado pelas produções artísticas; e por fim, mas não menos importante, valorizar a Escola Técnico Agrícola Prefeito João Alves dos Santos (destacada no Mapa 1), bem como a educação no campo, a partir do pertencimento e apropriação do espaço, construindo meios através das parcerias de difundir a arte e visitação na escola.

Mapa 1 – Localização da Escola Técnico Agrícola João Alves dos Santos, Itabaiana, Sergipe.



Fonte: Base Cartográfica SEPLANTEC (2010)

Elaboração: Diana Mendonça de Carvalho (2020).

Essa localização próxima a Universidade Federal de Sergipe, campus Alberto Carvalho em Itabaiana propiciou a interlocução e ações do projeto que serão especificadas neste artigo. Que está organizado além dessa introdução em metodologia, referencial teórico, resultados e discussões, conclusões e nossas referências.

METODOLOGIA

Nos subsidiamos da teoria a partir de estudos bibliográficos, como é de pertinência para formar uma base, sendo a leitura e debate sobre as referências escolhidas o primeiro passo para o desenvolvimento. Como parte de abordagem ativa tem-se o objetivo da participação dos sujeitos que compõem a comunidade da escola do campo, pois "são as práticas sociais que qualificam o espaço a cada momento [...] é a prática social ali desenvolvida que vai dando um sentido, que valora aquele lugar de uma determinada forma num determinado momento histórico" (MORAES, 2008, p.4).

Para melhor detalhamento da execução do projeto de extensão foram utilizadas enquanto metodologias: Oficinas pedagógicas geográficas com temas de produção e apropriação do espaço a partir da arte na cidade e no campo; análise fotográfica e documental sobre o impacto das obras de rua em mosaico de Bel Borba; oficinas de mosaico e instalação de mosaicos produzidos na Escola Agrícola Prefeito João Alves dos Santos; e, para finalizar, o lançamento da obra "REVOADA: Uma Releitura de Bel Borba", convidando a comunidade escolar e parceiras/os. Sendo definido como público alvo que iria participar diretamente da atividade de produção do início ao fim as/os estudantes do 9° ano, da turma de 2022.

A promoção da releitura da obra Pássaros de Bel Borba ocorreu mediante análise da obra do artista, numa perspectiva qualitativa, ao executar, junto com alunos da Educação Básica os pássaros, na nossa releitura foram feitos inicialmente pela extensionista Maria Daniele, coloridos pelas/os estudantes do 9° ano e construído um varal das imagens em sala de aula, nesse caminho convidamos a turma a produzirem os mosaicos para a parede central do pátio da Escola Técnico Agrícola Prefeito João Alves dos Santos.

Esses procedimentos contribuíram para análise geográfica da obra do artista, ao passo que condicionou entendimento sobre o sentido de pertencimento e fomentou o interesse pela apreciação e produção das artes plásticas de rua como forma de democratização do espaço. O espaço da escola escolhido decorreu fortemente da dinâmica interacional da relação campo-cidade aí visualizado, que condicionou novas perspectivas de apreciação por esse chão da escola.

REFERENCIAL TEÓRICO

Os principais materiais revisados tem enfoque na produção das artes de rua, com destaque para mosaicos, bem como repercutem em sua exposição no dia a dia dos sujeitos que

por elas passam. Dentre os principais: SANTOS (2021), MONTES ROJAS (2016) e FREITAS (2006). Textos dos autores como "*A arte no combate à violência contra à mulher*", o material do curso "*Arte y Espacio Público*", e a dissertação de mestrado "*Os mosaicos de Bel Borba na cidade do Salvador*". O primeiro sendo também um registro de vivência, onde a Arte Musiva "*Ciranda de mulheres: nos queremos vivas!"* situada na praça do Sol Nascente e J.K em Aracaju-SE, demonstra que mosaicos trazem temáticas pertinentes às lutas contra repressão das classes minoritárias, seja a classe feminina, a camponesa, ou outra que se queira representar.

Voltando o olhar para o ensino de geografia CAVALCANTI (2013) nos proporciona em "*Temas de Geografia na Escola Básica*" refletir sobre o cotidiano escolar e dentro dos desafios contemporâneos pautar o ensino na realidade dos alunos para uma formação de saber significativo e crítico. Destaca-se mais especialmente o capítulo de "*A cidade ensinada e a cidade vivida: Encontros e reflexões no ensino de Geografia*", uma vez que se observa a forte relação campo-cidade do corpo educacional e alunos da Escola Técnico Agrícola, sendo muitos moradores da cidade enquanto frequentadores do ensino do campo, podendo assim repensar, parafraseando, o campo ensinado e o campo vivido. Enquanto que para compreensão das categorias de análise pontua-se com MORAES (2008) em "*O sentido formativo da Geografia*" o Espaço, como categoria que abriga as outras, a principal deste trabalho, sendo também utilizadas as de Lugar e Paisagem.

No mais, o referencial chave para o desenvolvimento do painel em mosaico que vai do plano do teórico para o prático, está na experiência da Mosaicista e Coordenadora do projeto Laiany Santos, que compartilhou de seus conhecimentos e técnicas verbalmente e aplicadas, associando assim as teorias de montagem e conteúdos estudados à prática.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Bel Borba é um artista plástico, mosaicista, baiano, que tem obras reconhecidas pelo mundo, mas estudamos especificamente seus trabalhos em Salvador. A arte configura culturalmente e artisticamente a cidade e as obras do artista são encontradas em áreas distintas da cidade, rompendo com regras e formas prontas. Reflete a diversificação de modalidades artísticas, buscando o direito da liberdade e ruptura, mas com responsabilidade perante a sociedade. Como artista é que ele permite que suas obras sejam recriadas mentalmente por

narrativas atemporais. São obras de artes públicas e urbanas de uma força de expressão gigantesca, assim

> podemos concluir que a Arte Pública, termo que utilizamos como referencial para a compreensão da obra de Bel Borba no contexto urbano de Salvador, representa uma manifestação que interage obra de arte, cidade, artista e sociedade, sendo um fruto da inter-relação entre esses quatro sistemas (físicos, simbólicos e culturais) característicos do ser humano e sua inserção no mundo contemporâneo. (FREITAS, 2006, p.32).

Assim, Bel Borba usa da espacialização, estuda as considerações e características que se expressam em determinados locais das áreas urbanas de Salvador, as organiza e as arquiteta em obras que expressem a realidade onde estiver ou ressignifica como em um conto de fadas, que traga um acalento a quem passar por essas obras.

Após estas aproximações iniciais refletindo a temática 'arte e geografia' debatendo os textos, amplia-se a noção do que é a Arte e o Mosaico e como estão intrinsecamente dotados de questões geográficas. À primeira vista o processo para feitura de um mosaico parece longo e trabalhoso, mas ao mesmo tempo envolvente e gratificante, carrega significados e traz a sensação de fascínio[5].

Através destas discussões, leituras e sugestões atribuídas de como observar a arte e seu significado embutido nas localidades do cotidiano foi realizado o desenvolvimento de uma Oficina sobre Artes Públicas no município de Itabaiana, que abordasse manifestações artísticas nos espaços urbano e rural de vivência dos envolvidos, dividida entre parte teórica expositiva e parte dinâmica.

O levantamento de material (imagens fotográficas das pinturas, monumentos, esculturas) para a construção da dinâmica foi feito através de busca em campo, nas ruas da cidade, caminhadas por praças, uso de meios de transporte, percorrendo o Centro e bairros da cidade, alguns povoados, além de diálogos casuais e ocasionais com colegas, professores e amigos sobre obras que costumam ver, se as vêem, e uso imagens feitas a partir dos sites Google Earth e Google Maps.

Dentro do tempo disponível e acessibilidade as localidades, as obras encontradas foram de predomínio do espaço urbano, o que também se justifica no fato da arte ser mais centralizada, produzida e apreciada em áreas de grande movimento de pessoas como as

5 Sentimentos esses percebidos e vividos desde a extensionista Maria Daniele aos demais participantes que expressavam durante o processo, e por isso, enfatizamos aqui no texto.

cidades, mas não deve se restringir a elas, o que reflete ainda mais a necessidade de produção e valorização de produções artísticas no campo.

Nesse sentido justificamos o porquê de utilizar na oficina obras encontradas no ambiente citadino de Itabaiana para trabalhar o que é produção e apropriação do espaço, pois essas artes serviram como recurso com o qual demonstrou-se os diferentes tipos de fazeres artísticos mais próximos a realidade dos alunos da escola do campo, tendo como base que no ensino de Geografia, muitas vezes,

> Para que os objetivos se cumpram, o trabalho docente buscará formas de não se reduzir à apresentação de informações e definições prontas, propiciando, em vez disso, o encontro/confronto da experiência imediata cotidiana dos alunos na sua realidade com os conceitos científicos pertinentes. (CAVALCANTI, 2013, p.65).

Vale destacar que a ida ao campo no meio urbano e no meio rural, além de foco de pesquisa, serve também como Estudo do Meio na Educação Básica, orientando o conhecimento sobre o que deveria abordar. É importante reconhecer o ensino que estas localidades propõem e com esse propósito, explorar ou aproveitar as práticas juvenis do viver a cidade e viver o campo, reconhecendo sua inter-relação, também no sentido "de circular, de caminhar por ela, incluindo as atividades escolares de imaginar, de descrever a paisagem, de seus lugares para compreender seu movimento, sua apropriação, os processos de identificação" (CAVALCANTI, 2013, p.75). A oficina começou com a parte teórica envolvendo o explanar e ensinar para os alunos da Escola Agrícola as diferentes formas de se fazer arte, de se expressar artisticamente, como voltar um olhar educativo e geográfico para estas obras. Na sequência abordou-se especificamente o que seria um Mosaico e o processo de feitura e, principalmente, o que o projeto propõe: a instalação de mosaico de releitura da obra 'Pássaros' naquele espaço.

Para tanto, este objetivo de apropriação e democratização daquele espaço geográfico só é possível com a participação da comunidade escolar, pois "são as práticas sociais que qualificam o espaço a cada momento (...) é a prática social ali desenvolvida que vai dando um sentido, que valora aquele lugar de uma determinada forma num determinado momento histórico" (MORAES, 2008, p.4).

Assim sendo, foi desenvolvida a dinâmica voltada para os estudantes da turma de 9° ano da Escola Agrícola, contando com sua participação, utilizando-se das obras anteriormente fotografadas, dispostas em um jogo de Batalha naval, que trabalha a noção de localização. As figuras atingiram a meta de abarcar a temática da Arte Pública no espaço urbano de Itabaiana,

além de fazer pensar a criação de arte no meio rural. Ademais, trouxe reflexões artísticas como parte de seus cotidianos, demonstrando que "o domínio do espaço no dia a dia se faz, assim, pela sua apropriação individual e de grupo, daí o processo de valorização de determinadas regiões da cidade" (CAVALCANTI, 2013, p.68).

Figura 1: Batalha Naval: Descobrindo Artes Públicas de Itabaiana.
Fonte: SANTOS, L.R.S. Acervo pessoal, 2022.

A experiência, além de atrativa e interativa, resgatou a representatividade das obras naqueles espaços através de seus (re)conhecimentos por parte da turma, já que através da contextualização da realidade dos participantes faz-se uma formação coletiva, interação e troca de saberes sobre presença das artes de rua. Visto que estão em seu espaço cotidiano, explorando a percepção pois "além de tudo aquilo que pode ser transmitido pela instrução e pode ser dominado mediante técnicas, se encontra o domínio da percepção e da interpretação individual, a arte da geografia" (SAUER, 2000, p.149).

Porém, nem tudo pode ser identificado da mesma maneira, pois "ao mesmo tempo que lembram, os monumentos também esquecem [...] a inevitável passagem do tempo torna o que se queria lembrar nebuloso, confuso, e nossa maneira de abordar essas histórias é difícil" (MONTES ROJAS, 2016, p.2). Deste modo, os objetos podem assim serem lembrados, esquecidos ou ressignificados a partir do poder de absorção cultural, em termos de pertencimento.

Finalizando esta etapa, os alunos da escola do campo registram através de uma prática de colorir, ou desenhar, como imaginam ou desejam que sejam os 'pássaros', seguida de

montagem do mini mural de pássaros, varal com suas obras, objetivada a ampliar suas visões e pensamento dos sobre os tipos de fazeres artísticos, além de primeiro passo para visualização da obra 'REVOADA'.

Figura 2: Mini mural de pássaros.
Fonte: SANTOS, M. D. O. Acervo pessoal, 2022.

Na etapa seguinte realizamos oficina prática de elaboração dos mosaicos, as professoras coordenadoras do projeto de extensão convidaram o artista plástico e também mosaicista goiano Kleiber Araújo Padilha, que em conjunto com a mosaicista Laiany Rose Souza Santos, minuciosamente orientou e acompanhou de perto ao longo da feitura, ensinando os professores e alunos da Escola, e os discentes da Universidade Federal de Sergipe integrantes da atividade, em como utilizar os materiais, desde lixas a alicates com segurança, a cortar os azulejos com cuidado, entre outros detalhes.

O tipo escolhido, portanto, é o mosaico indireto, em que o desenho é preparado sobre um papel ou cartolina e as peças utilizadas, pastilhas e azulejos, são coladas pela face que ficará exposta. Assim como nas obras de Bel Borba, a cerâmica utilizada para fazer os mosaicos se destaca em meio às superfícies de concreto onde é instalada e ao mesmo tempo consegue resistir às intempéries e danificações consequentes da exposição em espaço aberto e público (FREITAS, 2006, p.74).

Assim, passo a passo os itens foram dispostos em variadas formas e tamanhos sobre o papel *contact* para que fosse possível o grude das peças, em cima de moldes de pássaros previamente desenhados (Figuras 3 e 4), dispostos conforme os desejos dos que produziam individualmente, duplas ou grupos.

Após concluir o preenchimento de azulejos, e outras peças escolhidas, formando o pássaro de mosaico desejado é feita colocação por cima de cada um pano TNT banhado em água e cola branca e deixado para secagem por 3 dias aproximadamente, sendo em outro dia sendo feito o rejuntamento dos mosaicos para fixação das peças e assim que as elas não caiam ou saiam, sendo o intuito da arte do mosaico ser uma obra perene, atemporal.

Figura 3: Fase Inicial da Oficina de Produção do Mosaico na Escola Técnico Agrícola.
Fonte: SANTOS, M. D. O. Acervo pessoal, 2022.

Figura 4:Pássaro criado na Oficina de produção de Mosaico.
Fonte: SANTOS, M. D. O. Acervo pessoal, 2022.

Para finalizar o mosaico do tipo indireto é realizada a instalação, pássaro por pássaro, na parede com fixação através de argamassa. Sendo montada no local que foi elegido para a instalação da obra o pátio comum da Escola Agrícola, espaço acessível onde todos poderiam ao passar desfrutar da beleza artística e ressignificar o ambiente a partir de seus imaginários, um novo item agora muda aquela paisagem, o local, o espaço, e este que pertencente a todos. No mais, podemos também reafirmar que nem toda obra artística precisa estar associada a um quadro em uma galeria fechada, trazendo mais prestígio para os ambientes públicos, bem como

> Bel Borba, assim como outros artistas que se dedicaram à arte pública, buscou fugir das limitações e das regras desses espaços, possibilitando, inclusive, uma maior aproximação dos seus trabalhos com o público. Acredita que esse espaço propicia uma ampliação do público, favorecendo aos não frequentadores de galerias e museus o contato direto com suas obras. (FREITAS, 2006, p.58)

Assim, a instalação foi feita também de forma coletiva, contudo tivemos o auxílio do artista Kleiber Padilha para evitar que as/os estudantes manuseassem diretamente a argamassa, como mostra a Figura n°5 com os pássaros ainda cobertos com o TNT para esperar a secagem na parede.

Figura 5: Kleiber Padilha na Instalação do Mosaico.
Fonte: SANTOS, L. R. S. Acervo pessoal, 2022.

No passo a passo executado nas oficinas de artes e de construção dos mosaicos, os alunos foram questionados sobre o significado desta obra, eis algumas de suas falas: “significa para mim a liberdade das pessoas”; “Gostei da experiência nova que obtive”; “Essa experiência nova foi muito boa”; “Eu achei gostoso e muito animado”; “Achei bem

interessante". As considerações postas, deram dimensão do quão pertencentes àquele espaço eles são.

A execução dos pássaros de Bel Borba deram aos estudantes da educação básica o sentido de pertencer àquele espaço até o momento que a arte aí for mantida, isto é, territorializou-se as suas passagens pela unidade de forma a serem lembrados como desbravadores de novas perspectivas espaciais. Vale relacionar ao fato de

> Se considerarmos que o espaço é algo que se dá, mas ao mesmo tempo constantemente reconstrói para nós à medida que nos movemos nele, entendemos então que, como coloca o historiador Gabriel Salazar, o espaço opera entre a situação histórica herdada (o espaço já construído) e o espaço que está sendo construído a cada dia pela forma como nos movemos nele. (CORNEJOS CAVAS, 2016, p.3).

A figura a seguir apresenta o painel pronto, com a placa (Figura n°7) que destacou todos/as envolvidos/as.

Figura 6: Mosaico "REVOADA: Uma Releitura de Bel Borba".
Fonte: SANTOS, L. R. S. Acervo pessoal, 2022.

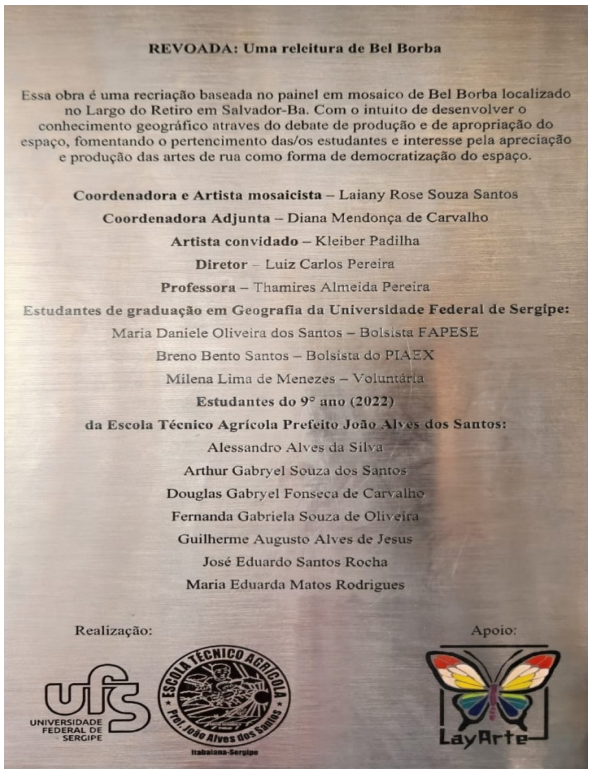


Figura 7: Placa de Inauguração de Obra "REVOADA: Uma releitura da Bel Borba".
Fonte: SANTOS, L. R. S. Acervo pessoal, 2022.

Com o lançamento desta obra estreita-se a relação da UFS com a Escola Técnico Agrícola Prefeito João Alves dos Santos, assim como compreensão da relação campo-cidade e do ensino-aprendizado de categorias geográficas como espaço e lugar através da apropriação pela arte. Considerando que não tem finalização, esse projeto não termina quando acaba seu prazo de execução. O lançamento da obra "REVOADA" constrói um caminho para todas/os participantes, sejam professoras, funcionários, diretor, estudantes de graduação e de ensino fundamental, ao vivenciarem uma experiência transformadora de olhares, reconhecerem-se pertencentes e transformadores do espaço e democratizar os usos dos espaços a partir da arte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A contextualização do fenômeno de um universo em constante transformação, caracterizado em uma simples estrutura física, como uma parede de escola, fora significativo com a aplicabilidade de representações e a expressão da sua própria identidade manifesta em um mosaico. Assim, o aprendizado sobre produção e apropriação do espaço a partir da arte é

alcançado e o reconhecimento da arte de rua em Itabaiana, Sergipe, agora está para além, sendo o reconhecimento da arte do campo, feita na escola do campo por alunos do campo.

A experiência de pertencimento e relação traçada com a Escola Técnico Agrícola Prefeito João Alves dos Santos, firmou um registro para futuras gerações, pois "os lugares vão se tornando diferentes, não só por suas características naturais, mas também pelas heranças espaciais acumuladas, pelos espaços construídos que cada um contém. São heranças espaciais variadas" (MORAES, 2008, p.4). Neste quesito, o mosaico é uma arte perene, ocupando assim um espaço e cumprindo amplamente seu papel de memorial.

O presente trabalho se fez importante diante da necessidade de se pensar o espaço local, vez que impulsionou nos alunos em formação no curso de geografia um novo pensar do espaço geográfico e a possibilidade de recriá-lo, modificá-lo, assim como contribuiu com os discentes da unidade escolar na consolidação de conhecimentos e reconstrução de seu espaço de vivência.

Essa construção interativa contribuiu para despertar curiosidades e propiciar esperanças de ocupar espaços de formação, compreendendo sua importância e potencialidade como agente transformador da realidade, isto é, gerador de bem-estar socioambiental e cultural em todos os envolvidos. Isso pois, só a arte imita a vida e ao imitá-la traz consigo a sobrecarga de conhecimentos adquiridos sobre nosso espaço.

O lançamento da obra significou permitir que outras pessoas possam conhecer, interagir, consumir e dar diferentes significados a ela. Portanto, a divulgação à sociedade é também um começo do seu caminho, visto que "as apropriações se alimentam tanto de impressões como de percepções e "ainda que seja vivida de maneira individual, é sempre um fenômeno coletivo" (CONEJOS CAVAS, 2016, p.3 apud SANTOS, 2021, p.38).

REFERÊNCIAS

CAVALCANTI, L. S. **A cidade ensinada e a cidade vivida**: Encontros e reflexões no ensino de Geografia. In: CAVALCANTI, Lana de Souza (org.). Temas de Geografia na Escola Básica. 1ª ed. Campinas, SP: Papirus, p. 65-93, 2013.

CORNEJOS CAVAS, María de los Ángeles. **El contra monumento como construcción social**. Material del curso "Arte y Espacio Público", impartido em UAbierta, Universidadde Chile, 2016.

FREITAS, Sicília Calado. **Os mosaicos de Bel Borba na cidade do Salvador**. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da Universidade Federal da Bahia, 2006.

MONTES ROJAS, Luis Andrés. **El arte contemporáneo como desestabilización**. Material del curso "Arte y Espacio Público", impartido en UAbierta, Universidad de Chile, 2016.

____. **Monumento/La inscripción de la historia en la ciudad**. Material del curso "Arte y Espacio Público", impartido en UAbierta, Universidad de Chile, 2016.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **O sentido formativo da Geografia**. 2008. Disponível em: < www.iea.usp.br/publicacoes/textos/sentidoformativoGeografia.pdf>. Acesso em: 28 mai. 2023.

SAUER, Carl O. **A Educação de um Geógrafo**. GEOgraphia – Ano. II– No 4 – 2000.

SANTOS, L. R. S. A arte no combate à violência contra à mulher. In: LÓPEZ, P. R. et al. **Miradas y horizontes feministas**: expresiones de violencia contra las mujeres latinoamericanas. 1° ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, p. 38-56, 2021.

CONHECENDO A GEOCOLOGIA DO CERRADO BAIANO

Maria dos Reis Santos[1]

Clara Vitoria Carvalho de Araújo[2]

Evanildo Santos Cardoso[3]

RESUMO

O Projeto Conhecendo a Geoecologia do Cerrado Baiano, teve como principal objetivo levar às crianças entre o 6º e 9º ano do ensino fundamental II das escolas municipais de São Desidério e Barreiras conhecimento sobre dois grandes aspectos geoecológicos do Cerrado, o físico, contando com suas características ecológicas e fitofisionômicas, e o cultural, levando em consideração as diversas expressões culturais do bioma e seus povos e comunidades tradicionais. A metodologia adotada buscou adaptar-se às novas condições, dessa forma, considerando a necessidade do isolamento social, da não aglomeração, as propostas de ensino remoto e EAD nas escolas dos municípios e o bem-estar da equipe propositora deste projeto, todas as atividades assumiram novo formato, foram então produzidas videoaulas e tutoriais abordando os aspectos naturais e culturais. Esses vídeos foram encaminhados para as escolas acompanhados de indicações de materiais didáticos de apoio a serem aproveitados pelo professor ao trabalhá-los com os estudantes, além dos vídeos foram também elaboradas e encaminhadas atividades didáticas contando com jogos e atividades de pesquisa.

Palavras-chave: Cerrado Baiano, Geoecologia, jogos.

ABSTRACT

The Project Understanding the Geoecology of the Bahian Cerrado aimed primarily to provide knowledge to students in the 6th to 9th grades of elementary school II in the municipal schools of São Desidério and Barreiras. The project focused on two major geoecological aspects of the Cerrado: the physical aspect, encompassing its ecological and phytosociological characteristics, and the cultural aspect, taking into account the diverse cultural expressions of the biome and its traditional peoples and communities. The adopted methodology aimed to adapt to new conditions, considering the need for social isolation, avoiding gatherings, and incorporating proposals for remote and online education in the municipalities' schools. Prioritizing the well-being of the project team, all activities underwent a transformation, resulting in the production of video lessons and tutorials covering both natural and cultural aspects. These videos were sent to schools along with recommendations for supporting educational materials to be utilized by

[1] Bacharel em Geografia pela Universidade Federal do Oeste da Bahia - BA, mdosreissantos35@gmail.com
[2] Graduanda do Curso de Bacharelado em Geografia da Universidade Federal do Oeste da Bahia - BA, clara.araujo@ufob.edu.br
[3] Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Goiás - GO, evanildo@ufob.edu.br

teachers while working with students. In addition to the videos, didactic activities were also developed and distributed, including games and research-based tasks.

Keywords: Bahian Cerrado, Geoecology, games

INTRODUÇÃO

O Projeto Conhecendo a Geoecologia do Cerrado Baiano, desenvolvido por meio de extensão universitária promovida pela Universidade Federal do Oeste da Bahia e do Programa Institucional de Apoio ao Discente-Ações Afirmativas (PRODISCENTE), teve como principal objetivo levar às crianças entre o 6º e 9º ano do ensino fundamental II das escolas municipais de São Desidério e Barreiras - BA, conhecimento sobre dois grandes aspectos geoecológicos do Cerrado, o físico, contando com suas características ecológicas e fitofisionômicas, e o cultural, levando em consideração as diversas expressões culturais do bioma de seus povos e comunidades tradicionais.

A metodologia original considerava outro cenário nacional, não pandêmico, onde seriam realizadas palestras e atividades presenciais com o público-alvo, mas considerando o período de quarentena adotado na pandemia do novo coronavírus, a metodologia foi alterada buscando adaptar-se às novas condições. Dessa forma, considerando a necessidade do isolamento social, da não aglomeração, de atender às propostas de ensino remoto nas escolas dos municípios e o bem-estar da equipe propositora deste projeto, todas as atividades assumiram um novo formato. A solução mais viável para a continuidade das atividades propostas, foi optar pela produção de vídeoaulas, atividades e jogos educativos.

Como resultado foram produzidas videoaulas e tutoriais, dos quais foram encaminhados para as escolas participantes via professores parceiros, cada conteúdo acompanhado da indicação de materiais didáticos de apoio para servir como aporte ao trabalho do professor ao aplicá-los nas salas de aula, durante o ano de 2021.

METODOLOGIA

Na busca de fugir do caráter mecanicista, onde as partes não são entendidas no todo e o saber é fragmentado, optamos na execução deste projeto pela transdisciplinaridade. Especificamente, o Cerrado é bastante complexo e é necessário estabelecer critérios que possam ser norteadores para a plena execução e alcance de

determinados objetivos. De forma geral, os conceitos de ecologia, sustentabilidade, bioma, domínio, água, meio ambiente, cultura foram destaques no projeto pois são fundamentais para trilharmos pelo caminho dialógico e construtivista.

Um dos blocos dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), Sociedade e Meio Ambiente, leva em consideração diversos pontos importantes a serem trabalhados na escola como a diversidade cultural e ambiental, os limites da ação humana, as principais características do ambiente regional, as relações pessoais e culturais dos alunos e da comunidade com essa paisagem, as diferenças entre ambientes preservados e degradados, as responsabilidades individual e coletiva e a questão do tipo de uso e ocupação da localidade (Castro; Pazziani;Santos, 2002).

A educação, portanto, é um instrumento imprescindível para promover a transformação do indivíduo com a construção de valores e conhecimentos sobre a sociedade. Nesse sentido, se faz necessária a busca por uma educação transdisciplinar e sistêmica, um novo estilo de percepção da realidade do Cerrado, da vida e da natureza como um todo não somente no campo formal, mas também fora da escola na busca por indivíduos críticos.

Na região Oeste da Bahia, o tema ganha uma importância ainda maior tendo em vista o cenário de produção agrícola intensiva que estabeleceu na região entre o final da década de 1970 e início de 1980 (Santos;Chaves, 2014). Com a expansão da fronteira agrícola na região, uma série de mudanças ocorreram no âmbito social e ambiental, de modo que terras antes consideradas inférteis, tornaram-se produtivas e altamente rentáveis, por meio de ações públicas e privadas em prol de pesquisas, incentivos fiscais e técnicas de produção no meio agrário.

Com efeito, o sucesso da implantação do capital agrícola também veio acompanhado de problemas como o desmatamento de grandes extensões de área, degradação dos solos e uso intensivo dos recursos hídricos, ameaçando a recarga de aquíferos e nascentes. Além disso, a ocupação das vastas porções de terras planas mecanizáveis ocorreu de modo acelerado, em muitos casos promovendo atos como a grilagem e violência contra os povos e comunidades tradicionais que resistiam e resistem à destruição de suas raízes com o meio onde vivem.

REFERENCIAL TEÓRICO

Os Cerrados brasileiros constituem uma fisionomia de savana única no planeta. As savanas africanas e australianas são significativamente diversas em relação ao nosso Cerrado, que representam cerca de 5% da biodiversidade planetária (Mazzeto, 2009).

Diante de um bioma com tanta riqueza socioambiental, faz-se necessário criar uma consciência em nossos alunos sobre os riscos que este tem de continuar a perder sua biodiversidade, história e espaço em território nacional e as consequências futuras que isso poderá acarretar para as próximas gerações. Para além da visão capitalista dos lucros gerados pelo agronegócio, é importante que o educando compreenda que vive em uma região de Cerrado e que seus recursos não devem ser entregues em razão de interesses neoliberais, pois há sim espaço para a propagação das atividades agropecuárias, assim como há espaço para se adotar medidas sustentáveis para com o meio e para se respeitar os direitos humanos.

Diante do contexto de grandes perdas que vem ocorrendo no Cerrado Baiano, que está entre os líderes de desmatamento do país (Bandeira, 2023), visualizou-se a necessidade de debater sobre o assunto com maior afinco nas escolas para que essa consciência ambiental possa ser gerada desde o ensino fundamental sendo esse um período de importante formação de conhecimentos de cada individuo.

Silva (2022) em sua pesquisa sobre ensino de cartografia traz uma perspectiva interessante a respeito dos conteúdos trabalhados na escola e a preferencia dos estudantes por alguns temas. Assinala que professor e estudantes devem compreender o espaço geográfico de maneira critica e ativa. Para o mesmo, um ensino crítico é capaz de tornar mais significativos os conteúdos vistos em aula, fazendo com que os alunos reconheçam as temáticas como algo de valor, conforme explica Cavalcanti (2012): a aprendizagem significativa é o resultado da construção própria de conhecimento. É a apropriação de um conteúdo de ensino pelo sujeito, o que implica uma elaboração pessoal do objeto de conhecimento.

Mesmo diante das mudanças adotadas em decorrência da crise pandêmica e da aprovação do Ministério da Educação pela substituição das aulas presenciais por aulas na modalidade remota em meios digitais (Brasil, 2020), os objetivos previstos no plano de

trabalho puderam ser abordados de forma satisfatória na tentativa de: promover o interesse pela cultura Cerradeira em seus aspectos materiais e imateriais; contribuir na percepção da indissociabilidade cultura e conservação do Cerrado; apresentar diversas práticas culturais que preservam o Cerrado e discutir a situação atual dos territórios das comunidades cerradeiras.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante do cenário de incertezas no quadro emergencial de saúde do país e considerando o caráter excepcional de oferta de disciplinas por meios de recursos educacionais digitais, foi necessário observar e compreender os desafios que acompanhavam o ensino remoto emergencial.

Apesar das facilidades permitidas pela gravação de vídeoaulas e produção de jogos educativos e atividades para um público-alvo mais amplo do que o previsto inicialmente, há de se considerar que os conteúdos trabalhados não puderam ser devidamente aprofundados e que não foi possível assistir a todo o público alcançado, verificando sua recepção ao conteúdo e tirar suas dúvidas, ficando a cargo dos professores realizar essa avaliação.

O período de preparação da equipe para a elaboração do material didático foi de quatro meses, para que fossem determinadas as etapas de roteiro, gravação e edição dos vídeos, além da produção e revisão das atividades e jogos. Os vídeos, produto desse projeto, tiveram como temas geradores: “Conhecendo a cultura cerradeira” e “A geocologia da paisagem cerradeira”, e abordaram temas relacionados às características físicas do Cerrado, assim como seus povos e comunidades tradicionais. Os dois planos de trabalho ficaram divididos entre duas bolsistas, ficando sob sua responsabilidade desenvolver os conteúdos propostos em suas produções.

Para o primeiro plano de trabalho, foram produzidos três vídeoaulas abordando entre a ocupação pré-histórica e a ocupação moderna do Cerrado, Povos, comunidades tradicionais e manifestações culturais do Cerrado, e a indissociabilidade entre a cultura cerradeira e a preservação do Cerrado.

A primeira videoaula teve como tema “A ocupação pré-histórica do Cerrado, part. I” traz as principais teorias da ocupação humana pré- histórica do bioma; A segunda, “A ocupação pré-histórica do Cerrado, part. II” traz a ocupação mais recente, apresentando o agronegócio e os conflitos socioambientais envolvendo comunidades tradicionais, abordando temas geradores como “grilagem”, “queima de biblioteca”, “hibridismo cultural” e outros; A terceira "Culinária e folguedos do Cerrado” apresenta algumas das características culturais da culinária regional e das manifestações artísticas e religiosas do Cerrado como o catolicismo popular (Santos, 2017), no intuito de demonstrar práticas que fazem parte do viver no Cerrado e despertar o interesse em conhecer as próprias tradições e se reconhecer como indivíduos responsáveis pela herança cultural do Cerrado.

Essas vídeoaulas e suas temáticas podem despertar no professor inúmeras atividades que transversalmente ao conteúdo trabalho ao longo do ano irão contribuir para uma abordagem mais sistêmica da crise ambiental que se instala sobre os biomas brasileiros. O professor tem a oportunidade de trabalhar a formação ética do estudante visto que os mesmos estão numa fase de descobertas e do ponto científico muito curiosos. Abrir caminhos para a compreensão histórica de ocupação do Cerrado Brasileiro ressaltando a importância de grupos culturais na sua formação permite quebrar a ideia de um Cerrado voltado para a produção de grãos e celeiro agrícola do mundo. Nesse sentido, ultrapassa-se a mera reprodução de narrativas que visem reduzir os aspectos históricos, culturais e econômicos apenas a uma plataforma de exportação de commodities.

É importante ainda o professor organizar atividades de campo para unidades de conservação que contenham registros dos grupos pré-históricos ou que ainda não foram protegidos pelo poder público. Assim, o estudante estará informado da realidade do seu ambiente e na necessidade de proteger e conservar a história natural do Cerrado. De qualquer forma, é necessário que seja exposto o Cerrado voltado ao agronegócio pois a realidade é bastante complicada em termos de impactos ecológicos e a dimensão ambiental que afeta as comunidades rurais e urbanas e tem papel fundamental nas práticas de ensino e de conscientização para uma crítica contextualizada na escola e em outros espaços não formais.

Entretanto, os saberes ambientais ainda podem ser encontrados no Cerrado a partir das inúmeras práticas culturais que envolvem as festas, os folguedos, o artesanato, as romarias e a culinária. Nesse último, não é difícil encontrar nas principais cidades e

povoados sob domínio do Cerrado a galinhada com pequi, o doce de buriti, o beiju, o ginete, os licores diversos. São práticas culturais que apresentam e representam o sentido da vida no Cerrado mesmo que possa ser encontrado ressignificações próprias da resistência da cultura e da tradição.

Por isso Silva (2009), destaca:

> Esse patrimônio cultural sertanejo, apontado por Ribeiro, foi absorvido, de uma forma ou de outra, pelos dois principais protagonistas do período moderno-colonial de ocupação do sertão: o latifúndio do gado e as comunidades camponesas. Estas últimas, em função da necessidade e de uma relação menos mercantil com os Cerrados (sistemas baseados na subsistência), conseguiram manter e talvez ampliar o conhecimento indígena de uso de plantas e animais do Cerrado, conservando e ao mesmo tempo recriando as práticas extrativistas oriundas dos povos originários (Silva, 2009, p.56).

No plano de trabalho sobre os aspectos físicos do Cerrado foram desenvolvidos três vídeos expositivos, apresentando os seguintes conteúdos: as fitofisionomias do Cerrado, espécies da fauna e da flora, a importância do fogo para a biodiversidade do bioma, as queimadas causadas pelo homem e suas consequências, a resiliência do bioma, seus aquíferos e bacias hidrográficas, o Cerrado no Oeste da Bahia, a fronteira agrícola do MATOPIBA, desmatamento e a necessidade da criação de unidades de conservação em uma visão mais ampla sob o aspecto da Geoecologia da Paisagem conforme orienta Rodriguez (2004).

Cada uma das vídeoaulas acompanha indicação de materiais de livre acesso, externos, que podem servir como material de apoio para os professores que adotarem esses materiais como recurso didático/metodológico. Para além dos vídeos realizados em separado para cada plano de trabalho, um último foi produzido unindo os aspectos físicos e culturais do Cerrado e trazendo a reflexão entre as ameaças potenciais ao Cerrado e qual seria o papel da sociedade diante deles.

Essa última vídeoaula teve como objetivo exemplificar de que forma o aluno como parte dessa sociedade e do povo cerradeiro, pode contribuir para a preservação tanto do Cerrado tanto em seus aspectos físicos quanto culturais, reforçando a indissociabilidade entre cultura e conservação do Cerrado exposta nos vídeos anteriores.

As vídeo-aulas como recurso principal são indispensáveis para a execução deste tipo de projeto, além de abordar de forma expositiva o conteúdo a ser trabalhado trazem junto ao conteúdo propostas de atividades a serem realizadas pelos alunos, sua maioria

pautada na transmissão oral de conhecimento adquirido na vivência de cada aluno, entre as famílias, comunidades, colegas e professores, incitando diálogos sobre os saberes.

Como proposta de atividades lúdicas usadas para trabalhar o Cerrado em sala de aula foram também elaborados jogos simples e artesanais que pudessem ser fabricados ou desenvolvidos com o mínimo de gastos por parte dos estudantes e professores. O propósito dos jogos desenvolvidos foi o de despertar o olhar dos professores e alunos para as diferentes formas de se trabalhar a temática ambiental e cultural do Cerrado de forma simples e lúdica mesmo estando no contexto de ensino remoto.

Pensando ainda na disponibilidade de materiais para que professores e alunos confeccionassem os jogos, estes foram pensados para utilizar materiais de fácil acesso e simples execução como folhas de caderno ou sulfite e lápis, permitindo ainda ser jogado tanto em ambiente escolar quanto familiar. Os jogos disponibilizados foram acompanhados de um tutorial para ser impresso pelo docente e também em forma de vídeo para serem encaminhados junto à coletânea de vídeoaulas.

No plano de trabalho sobre a cultura cerradeira foi elaborado o jogo denominado "A trilha do Cerrado", cuja abordagem objetiva tratar de forma dinâmica situações e ambientes encontrados no Cerrado brasileiro. Trata-se de um jogo de modelo progressivo, onde o jogador avança casas sobre o tabuleiro. A trilha conta com alguns obstáculos que buscam familiarizar o aluno com temas, ambientes e situações presentes nesse bioma, ao mesmo tempo em que descobrem as belezas e riquezas de onde vivem. O jogo também apresenta as ameaças enfrentadas e o jogador se depara com os principais conflitos socioambientais no bioma: a grilagem de terras, os incêndios, o desmatamento e os conflitos por água, problemas que afetam tanto a biodiversidade quanto as pessoas que vivem o Cerrado.

Por fim, no plano de trabalho sobre os aspectos físicos do Cerrado, foram elaborados jogos como o jogo da memória e o jogo de verdadeiro ou falso. O primeiro traz três opções de temas, sendo sobre a fauna, flora e fitofisionomias do Cerrado onde são disponibilizados nove pares de cartas para jogar. O objetivo do jogo é o de desenvolver a capacidade de raciocínio lógico, concentração e a memória visual dos alunos facilitando o aprendizado e a associação das figuras encontradas no jogo com o conteúdo previamente apresentado.

No segundo jogo, o objetivo principal é o de estimular o diálogo e trabalho em grupo, para que os alunos pudessem analisar, debater, selecionar e usar as informações disponíveis para definir uma resposta comum entre seus integrantes, além de demonstrar conhecimento acerca dos conteúdos vistos nos vídeos explicativos. Ademais, foram desenvolvidas as atividades de caça-palavras e de histórias em quadrinhos para que os alunos analisassem, respondessem e despertassem a sua criatividade por meio da escrita e desenho.

Para a distribuição dos materiais didáticos, utilizamos de dois meios principais. O primeiro consistiu na comunicação direta com as escolas participantes do projeto por meio de ligação, e-mail ou pelo aplicativo de troca de mensagens gratuito *Whatsapp*. O segundo método, pautava-se no compartilhamento dos materiais por meio da rede social Facebook em um grupo denominado Geografia Ativa onde participam professores de diversas disciplinas, em especial da ciência geográfica.

Cada atividade desenvolvida enviada foi acompanhada de suas respectivas orientações dirigida aos professores que conduziram e avaliaram as atividades propostas. Todo o material produzido durante a vigência deste projeto foi disponibilizado via GoogleDrive, pasta essa onde diversos usuários poderiam ter acesso aos materiais, e permaneceram disponíveis para consulta por tempo indeterminado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal na execução deste projeto foi o de permitir a construção de conhecimentos junto com os educandos acerca da responsabilidade ambiental, da valorização cultural dos saberes tradicionais e da riqueza geoecológica presente no bioma Cerrado que está inserido em nossa região. A fase de aprendizado em que se encontram os alunos do 6º ao 9º é muito importante na formação de seu senso crítico e ao falarmos sobre o Cerrado no Brasil é perceptível que uma parte da população ainda carrega uma visão depreciativa acerca dele por desconhecerem o seu potencial florístico, faunístico, biológico, hídrico, geológico e cultural. Por isso, o objetivo deste projeto foi também de permitir a construção de uma nova visão sobre este bioma e contribuir com o despertar de uma consciência ecológica sobre o Cerrado no ensino que é transmitido para os educandos.

A extensão seja de pesquisa, serviços ou assistencial parte da troca de conhecimento entre o extensionista e o público (sociedade, indivíduo ou grupo), do diálogo entre aqueles inseridos neste espaço, (Freire, 1982) e talvez esse objetivo não possa ser considerado cumprido durante o período de execução deste projeto uma vez que as condições locais e globais citadas inicialmente não permitiram o contato direto, o acompanhamento da aplicação dos materiais produzidos, das discussões ou mesmo aplicar durante o período de abrangência do projeto qualquer método diagnóstico que pudesse analisar ou interpretar o impacto deste trabalho nos grupos envolvidos. Apesar dos percalços encontrados no decorrer da execução das atividades propostas no projeto, encontramos formas alternativas para efetivar as ações de apoio à educação de alunos e conseguimos ampliar as fronteiras do projeto para um público ainda mais abrangente diante das ferramentas de ensino online.

De qualquer forma, a Geografia do Cerrado em qualquer modalidade permite integrar diversos temas da Educação Básica. Isso posto, consideramos que:

- ✓ As visitas ao Cerrado são essenciais na observação da vegetação, fauna e uso e ocupação;
- ✓ Nas atividades de campo é possível realizar entrevistas, coletar dados e interagir com a comunidade;
- ✓ Os estudantes podem apresentar por meio de seminários, relatórios, painéis, os resultados das atividades de campo e dos debates em sala;
- ✓ Deve haver debates e discussões em sala de aula para tomar consciência dos impactos promovidos sobre o Cerrado;
- ✓ Promoção da interdisciplinaridade com Biologia, História e outras Ciências Sociais e Naturais;
- ✓ Realizar avaliações formativas com banco de questões abertas e objetivas, produção de textos, discussões em grupos e elaboração de projetos;

No tocante ao projeto em tela, espera-se diante de todo o material produzido, reproduzido e encaminhado ao público-alvo tenha disseminado conhecimentos sobre o Cerrado Baiano e ainda ter despertado reflexões sobre o papel dos sujeitos e da universidade pública e interiorizada na preservação e conservação da cultura e biodiversidade do Cerrado Brasileiro.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, K. Cerrado perde espaço para expansão agrícola; Bahia, Maranhão e Piauí lideram desmatamento. **O GLOBO**, 04 set. 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2023/09/04/cerrado-perde-espaco-para-expansao-agricola-bahia-maranhao-e-piaui-lideram-desmatamento.ghtml>. Acesso em 29 out. 2023.

BRASIL. **Portaria nº 343, de 17 de março de 2020** Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. Ministério da Educação, 2020. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376>. Acesso em: 20 jun. 2023.

CASTRO, R. S.; SPAZZIANI, M. L.; SANTOS, E. P. Universidade, meio ambiente e parâmetros curriculares nacionais. In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. (org.) **Sociedade e meio ambiente:** a educação ambiental em debate. São Paulo: Cortez, 2000.

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 6ª, edição, 1982.

RODRIGUEZ, J. M. M. *et al*. **Geoecologia das Paisagens:** uma visão geossistêmica da análise ambiental. Fortaleza: Editora UFC, 2004. 222 p. il.

SANTOS, C. D. dos; CHAVES, M. L. J. **Difusão do agronegócio e urbanização no Nordeste**: as regiões produtivas do agronegócio da soja no oeste da Bahia e da fruticultura no baixo curso do rio Açu/Jaguaribe (CE/RN). Geografia Ensino & Pesquisa,Santa Maria (RS), v. 18, n.2, p. 39-56, mai./ago. 2014. DOI 10.5902/2236499413277 Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/13277>. Acesso em: 29 out. 2023.

SANTOS, M. P. dos. Festas do Cerrado: Devoção e diversão sob a seca. In: SANTOS, R. M dos; BORGES, V. R;COSTA, I. da S. (org.). **Saberes e Práticas Culturais do e no Cerrado Brasileiro**. Uberlândia: Assis Editora, 2017. 280 p. il.

SILVA, C. E. M. **O Cerrado em disputa**: apropriação global e resistências locais. Brasília: Confea, 2009, 264 p.

SILVA, M. S. da. **Alternativas metodológicas para o Ensino de Cartografia Escolar no Ensino Médio em Angical – BA**. Orientador: Evanildo Santos Cardoso. 2022. 90 f. TCC (Graduação) - Curso de Licenciatura em Geografia, Universidade Federal do Oeste da Bahia, Barreiras, 2022.

CAMINHOS PARA O PLANEJAMENTO TERRITORIAL POPULAR: EXPLORANDO O POTENCIAL DE PROJETOS DE EXTENSÃO NA PROMOÇÃO DO PROTAGONISMO FEMININO, AGROECOLOGIA E REFORMA AGRÁRIA A PARTIR DO ASSENTAMENTO MARIA ROSA DO CONTESTADO, CASTRO – PR

Maria Eduarda de Almeida[1]

Geórgia Fernnanda Baggio de Oliveira[2]

RESUMO

A agroindústria do Coletivo de mulheres do Assentamento Maria Rosa do Contestado (Castro–PR) é exemplo no desenvolvimento de tecnologias sociais e agroecologia por meio da sua produção de doces, massas e panificados, junto às ações desempenhadas como as feiras, sacolas agroecológicas, fornecimento de alimentos pelo PNAE, etc. Metodologicamente, através do projeto de Planejamento Territorial junto ao PLANTEAR, observou-se na comunidade a necessidade e limitações das ações dos projetos de extensão sobre aspectos importantes da Comunidade, em especial o Coletivo de Mulheres. Paralelamente ao projeto, foi realizado um levantamento bibliográfico sobre os conceitos-chave e experiências de extensão que também apontam a essencialidade das mulheres para os grupos do campo. Ao fim, pode-se analisar como as atividades femininas no campo tem impacto em toda a Comunidade e podem servir de exemplo para a sociedade como formas de produção sustentáveis inovadoras, contudo, ainda não são muito valorizadas em projetos de extensão, mas que poderiam servir de auxílio e propulsão dos trabalhos das mulheres camponesas e seu protagonismo. Conclui-se com este trabalho que ainda há empecilhos variados sobre a atuação dos projetos de extensão, que poderiam abrir horizontes novos sobre grupos de conhecimentos expoentes como as mulheres do campo, entretanto, permanecem sob o olhar hostil da sociedade .

Palavras-chave: extensão popular, protagonismo feminino, planejamento territorial, agroecologia, Assentamento Maria Rosa do Contestado.

ABSTRACT

The agroindustry of the Women's Collective from Maria Rosa do Contestado Settlement (Castro-PR) is an example of social technology development and agroecology through the production of fruit jams, pasta dough and breads, along with actions performed as open-air markets, agroecological bags, food supplies to the government program PNAE and etc. Methodologically, through the Territorial Planning project along with PLANTEAR in the community, it was, also, observed the necessity and limitations for actions of extension projects with regard to other important aspects of the Community, principally the Women's Collective. Alongside this project, a bibliographical research about extension experiments and key-concepts, that also point out the essentiality of women to field trips groups, was carried out. At Last , it can be analyzed how female activities in the countryside have an impact on the entire Community and can be an example for society as innovative forms of sustainable production, but which, however, are not yet valued and explored in extension projects, that could help and propel

[1] Graduanda do Curso de Bacharelado em Geografia da Universidade Federal do Paraná - UFPR, meamadu23415@gmail.com

[2] Graduanda do Curso de Bacharelado em Geografia da Universidade Federal do Paraná - UFPR, gebaggio04@gmail.com

the work of countrywoman and their protagonism. Therefore, it is concluded that there's still various obstacles about the performance of extension projects, that could open up new horizons about growing knowledge groups such as rural women, capable of helping the entire society, but who remain under it's hostile scrutiny.

Key-words: popular extension projects, female protagonism, territorial planning, agroecology, Assentamento Maria Rosa do Contestado.

INTRODUÇÃO

O Assentamento Maria Rosa do Contestado é uma comunidade de Castro–PR, integrante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que segue os princípios da agroecologia, produzindo apenas alimentos agroecológicos.

Entender o progresso da agroecologia no meio rural e seus benefícios é importante para difundir e promover meios inovadores de se produzir alimentos saudáveis com menor impacto ambiental. Na Comunidade Maria Rosa, o papel das mulheres é nítido, dado a construção de uma sólida agroindústria totalmente feminina e agroecológica, que atualmente fornece alimentos para a merenda das crianças das escolas da região, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)[3], além de diversas outras ações provenientes da padaria comunitária construída pelo Coletivo de Mulheres dessa agroindústria.

A partir das experiências obtidas pelas autoras nas oficinas de Planejamento Territorial da comunidade, trabalho do coletivo PLANTEAR[4] da Universidade Federal do Paraná (UFPR), espera-se trazer a importância da extensão para a construção de um planejamento territorial popular para as comunidades. Não obstante, salientar as limitações encontradas pelo projeto dentro da extensão, visto a pluralidade de questões que podem ser abordadas dentro do assentamento, como no caso da agroindústria do Coletivo de Mulheres do Maria Rosa e da agroecologia ali construída. Assim, salientar com este exemplo prático, para além da visão estigmatizada, limitada, estereotipada das grandes mídias e do agronegócio, o

[3] O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), popularmente conhecido como merenda escolar, é gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e visa à transferência, em caráter suplementar, de recursos financeiros aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios destinados a suprir, parcialmente, as necessidades nutricionais dos alunos. (BRASIL, 2021).

[4] O coletivo PLANTEAR - Planejamento Territorial e Assessoria Popular da Universidade Federal do Paraná (UFPR) é formado por coletivos de pesquisa e extensão de diversas áreas de formação que vem realizando estudos de planejamento, em diálogo com comunidades, movimentos sociais e entidades jurídicas. Composto pelo Centro de Estudos em Planejamento e Políticas Urbanas - CEPPUR, o Coletivo de Estudos sobre Conflito pelo Território e pela Terra - ENCONTTRA, o Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo - Coletivo Caracol e o Movimento de Assessoria Jurídica Universitária Popular - MAJUP Isabel da Silva.

desenvolvimento da comunidade e, por conseguinte, como o trabalho de toda a comunidade é provedor de métodos sustentáveis de produção no campo.

O planejamento territorial e suporte jurídico aparecem como ações de diversos projetos de extensão realizados pelas Universidades, incluindo o projeto realizado pelo PLANTEAR dentro de uma diversidade de projetos de extensão. No decorrer de oficinas realizadas no Maria Rosa, observou-se que aspectos essenciais para o assentamento como a agroecologia e a participação ativa das mulheres nesse tipo de produção não foram temas abordados nas oficinas diretamente dentro do projeto desenvolvido com a comunidade em geral, mas que podem agregar não só para o Coletivo como também para todo o assentamento, além de ampliar as perspectivas e o debate do tripé universitário: ensino, pesquisa e extensão.

Dessarte, é evidente o papel dos projetos de extensão dentro das comunidades do campo para sua afirmação dentro dos seus territórios. Ao longo dos debates do grupo de trabalho: ‘‘Extensão universitária: diálogos de saberes entre o campo e a universidade’’ do SINGA 2023, novas percepções sobre as ações desempenhadas pela extensão da universidade nas comunidades do campo foram expostas, nesse espaço de diálogo através das diversas experiências apontadas ficou nítida as barreiras dos projetos de extensão e pontos diversos a serem desenvolvidos em conjunto com as comunidades.

METODOLOGIA

A primeira parte deste trabalho consiste na observação e sistematização das oficinas de planejamento territorial promovidas na Comunidade pelo projeto de extensão vinculado ao coletivo de Estudos sobre Conflitos pelo Território e pela Terra - ENCONTTRA, do curso de Geografia, em parceria com o coletivo PLANTEAR, da Universidade Federal do Paraná (UFPR). As oficinas foram finalizadas no dia 15 de abril de 2023, com a entrega da cartilha com o resultado do trabalho de cerca de dois anos realizados na comunidade Maria Rosa do Contestado. Essas oficinas foram essenciais para o desenrolar do trabalho de planejamento, aproximando-o dos propósitos e lutas da Comunidade, além de inserir estudantes e docentes nessa realidade, permitindo ampliar suas experiências .

Em um segundo momento, foi realizado uma pesquisa bibliográfica, em artigos e livros de diversos autores para a interpretação de dados documentados, de maneira que fosse factível relacionar a importância do programa de extensão, contornando temáticas como o planejamento territorial popular, alimentação, economia feminista e a participação das mulheres dentro das comunidades de reforma agrária, tendo como enfoque a Comunidade

Agroecológica Maria Rosa do Contestado, em Castro - PR. Para além disso, o trabalho proposto também se relaciona com a pesquisa, através dos temas de Iniciação Científica do PRPPG-UFPR, das autoras deste trabalho, que tiveram participação ativa nas atividades do projeto de extensão.

Apesar da metodologia deste trabalho ter seguido a ordem por uma pesquisa de campo anteriormente à pesquisa bibliográfica, em função da estrutura do artigo, iremos primeiramente apresentar o referencial teórico para depois os resultados obtidos com o projeto de extensão.

REFERENCIAL TEÓRICO

Na história do Brasil a propriedade de terra teve como início com a doação de terras pela Coroa Portuguesa, através de um sistema de sesmarias até 1822 com a Independência do Brasil, entretanto a capitalização da propriedade da terra no Brasil se deu por meio da promulgação da Lei nº 601 em 18 de setembro de 1850 - chamada de Lei das Terras - assim, tornaram-se proprietários jurídicos aqueles que pudessem pagar pela terra, acumulando na mãos de poucos o acesso a propriedade, condenando o trabalhador rural a se prender ao ciclo da constituição da mão de obra da lavoura (Oliveira, 2001). Este ciclo, ocorre tanto no rural quanto no urbano e representa, até os dias atuais, a manifestação do poder econômico e social no país (Oliveira, 2023).

Em uma história permeada por conflitos, revoltas incendeiam o país mas são rapidamente reprimidas, com assassinatos e desaparecimentos da população residente do campo, principalmente indígenas e escravizados negros. Projetos de Reforma Agrária são criados para tentar controlar a situação - como o SUPRA, formulado durante o governo de João Goulart - mas com forte repressão dos governos militares, não caminham para frente, contribuindo ainda mais para casos de violência no campo (Oliveira, 2001). Dessa maneira, tem-se a concentração fundiária extrema, produção de grãos em monocultura, diversos conflitos, destruição da cobertura vegetal, uso descontrolado de agrotóxicos e silenciamento dos povos e comunidades tradicionais que ali residem, construindo um pilar de desigualdade social, desemprego e desvalorização do seu modo de vida, graças a capitalização da propriedade de terra e também, por conseguinte, da valorização do capital (Fernandes, 2021).

Movimentos que lutam pelo direito à terra surgem em todo o território nacional, fortalecendo a luta e alianças políticas, e no Paraná, nasce um dos maiores representantes da luta pela Reforma Agrária: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 2023). O Movimento dos Trabalhadores

Rurais Sem Terra passa a reinvindicar a luta pelo território e a pluralidade de sujeitos em contrapartida do modo de produção do agronegócio, como a luta feminista no campo, a agroecologia, a produção coletiva, a soberania alimentar (Lopes *et al.*, 2021). Assim sendo, as pesquisas referentes ao planejamento territorial em áreas de Reforma Agrária emergem na premência de ouvir e compreender as questões de resistências no campo e diversidade de sujeitos (Oliveira, 2023) e desde as raízes das formulações destas áreas a população que ali reside. e a topografia do solo são levados em consideração, exemplo perceptível no chamado "Quadrado Burro", utilizado amplamente pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), como explicita Hora *et al.* (2019) no trecho:

> Existia, até então, um "modelo de assentamento" cujo parcelamento não levava em conta as condições físico-ambientais, organizativas e sociais do local. O modelo de parcelamento que até então era comumentemente praticado, era denominado pelas organizações do campo de "quadrado burro", pois se baseava de corte a partir de uma malha ortogonal, ignorando elementos naturais e os elementos potenciais de solidariedade, ajuda mútua e cooperação. (Hora *et al.*, 2019)

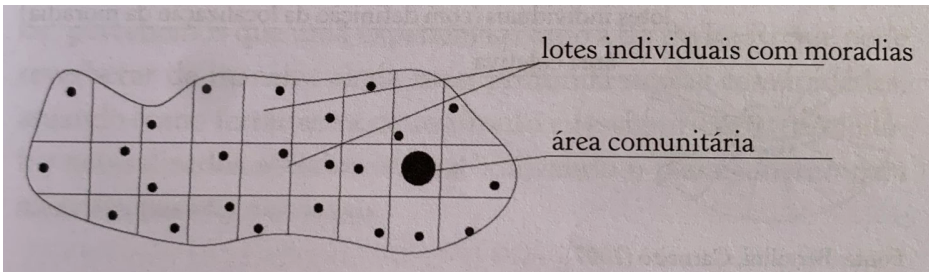


Figura 1 - Representação da organização de um assentamento pelo modelo de "quadrado burro".
Fonte: Bertolini; Carneiro apud Pereira et al. (2021)

Na necessidade de proporcionar uma melhor qualidade de vida e melhor organização para as famílias inseridas em um processo de ocupação de um território, seja em acampamentos, assentamentos ou pré-assentamentos, é necessário a participação dos acampados, aliados com uma assessoria popular promovida a partir de projetos de extensão, desde a universidade, gerando bons e prósperos resultados que levem em conta os recursos naturais disponíveis (Hora *et al.*, 2019), e através destas ações o Coletivo PLANTEAR da UFPR vêm impulsionando uma extensão popular como alternativa em áreas de reforma agrária. Entretanto, é necessário salientar as barreiras vivenciadas em um planejamento territorial popular sobrecarregado por demandas da comunidade e de órgãos governamentais, que acaba não tendo enfoque, por exemplo, no protagonismo da mulher dentro de áreas de reforma agrária.

O caso estudado espacializado em Castro-PR na Comunidade Agroecológica Maria Rosa do Contestado, volta-se para sua agroindústria comandada por mulheres acampadas, que desempenha um papel fundamental na promoção da agricultura familiar e da produção agroecológica, uma vez que tem sido uma ferramenta crucial no estímulo da alimentação saudável em escolas públicas da região, incluindo no cardápio dos estudantes alimentos orgânicos e agroecológicos (Doria *et al*., 2020).

Logo, é perceptível que a participação das mulheres na disseminação de práticas saudáveis, sustentáveis e agroecológicas age em conjunto de suas preocupações com a saúde, com a educação e o bem estar de sua comunidade (Siliprandi, 2015). Por conseguinte, o estudo da participação de mulheres na reforma agrária é necessário para compreender as relações de poder e as disparidades de gênero no meio rural brasileiro. Nesse sentido, a persistência da divisão sexual do trabalho e das relações patriarcais apresenta desafios para a emancipação das mulheres no campo (Silvério, 2021).

Analogamente, Menezes e Almeida (2013) - em uma análise do papel das mulheres na produção de queijo coalho no Sergipe - definem o meio rural como um universo heterogêneo, onde participação de mulheres é imprescindível para o desenvolvimento de atividades de produção. Tal como apontado por Amorim e Staduto (2007), a organização e divisão de tarefas dentro das agroindústrias familiares têm testemunhado uma crescente inclusão da mulher, no qual 52% das unidades agroindustriais familiares do Oeste paranaense foram fundadas por mulheres. As mulheres tem relação direta com a propagação da agroecologia nas comunidades do campo, devido a sua consciência sobre as questões importantes para a manutenção do lar e saúde da família, logo, se fazem cientes sobre a limitação dos recursos disponíveis e as consequências boas de uma alimentação saudável para o todo, o que as destacam no meio da agroecologia e da sustentabilidade na produção (Almeida, 2023).

Logo, a agroecologia se difere da produção orgânica por sua essência através da trindade "ciência, prática e movimento social", no qual a produção sem a utilização de agrotóxicos defende a soberania alimentar frente às garras do capitalismo que avança sobre o campo (Caporal, Costabeber; 2000). Ademais, a agroecologia busca conectar o trabalhador rural ao seu território e a luta pelo direito à terra, à vista disso, o Coletivo de Mulheres do Maria Rosa é exemplo de organização das camponesas e de seu empoderamento para executar e ampliar a agroecologia, e equidade de gênero no campo, por meio de seus saberes, práticas de produção agroecológicas e sua importância nos espaços de decisão da comunidade, o Coletivo contribui para a valorização de um modelo de agricultura divergente da agricultura capitalista, em simbiose com a natureza e com os povos do campo.

Assim como o Coletivo de Mulheres, existem exemplos diversos de comunidades que lutam em prol da natureza, seus saberes e culturas locais são fundamentais para sua continuidade e resistência, é dessas preocupações e necessidades que surgem as tecnologias sociais. Difundir e preservar essa biblioteca de conhecimentos, lhes dar voz contribui para que as ações de tecnologia social também sigam o mesmo caminho, contribuindo para a valorização desses povos (Lopes et al., 2021). A agroecologia é uma via de ferramenta para a tecnologia social, com as ações das mulheres para expandi-la, além de favorecer as produções sustentáveis e bem-estar social pela alimentação saudável, é um recurso que propulsiona seu protagonismo e afirmação da comunidade sob seus territórios.

Torna-se perceptível a presença feminina na produção agroindustrial dentro do campo, e para além disso, as mulheres são as responsáveis por coordenar as atividades sociais das comunidades visitadas e desempenhar o trabalho doméstico, como cuidar de seu lar e filhos, instaurando uma tripla jornada na vida das mulheres do campo, que sofrem da falta de políticas públicas sociais, direito à moradia e terra ameaçados e uma sobrecarga de funções (Siliprandi, 2015).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Projetos de extensão são essenciais para deslocar o aluno da realidade acadêmica para fora dela, no qual alunos, professores e servidores se aproximam do mundo utilizando-se dos conhecimentos obtidos em sala. Entretanto, o que diferencia uma “extensão comum” para a “extensão popular” é trazer em primeiro lugar o diálogo entre extensionista e comunidade, reduzindo o palavreado técnico e abraçando diferentes formas de conhecimento, conectando o ensino e a pesquisa com o exterior acadêmico (Melo, 2014). Dessa maneira, quando abordamos o Planejamento Territorial é papel da assessoria popular - construída em conjunto à um projeto de extensão - se atentar às pautas levantadas pelas mulheres nas oficinas e rodas de conversa, que muitas vezes são negligenciadas, abalando a harmonia comunitária.

Ampliar as discussões em torno das questões de disparidades de gênero também abrange a participação feminina nos meios de produção e seu destaque. As mulheres consolidaram parte considerável das agroindústrias, além da renda agregada para suas famílias com os produtos fabricados, tem-se a difusão de alimentos advindos de produções familiares para as famílias de fora do campo, mais uma alternativa fora os alimentos ultraprocessados vendidos por grandes indústrias do agronegócio convencional. Nesse quesito, a agroecologia é uma ferramenta presente em uma parte notável das agroindústrias, principalmente dentro das comunidades do MST, como no caso do negócio do Coletivo de

Mulheres do Maria Rosa, onde pode-se ver a geração de novas formas de tecnologias sociais por meio das ações do Coletivo e sua agroindústria totalmente agroecológica, que hoje além de feiras e sacolas agroecológicas abrangem sua produção para o PNAE com o fornecimento de alimentos saudáveis para as escolas, promovendo agroecologia, tecnologia social, a emancipação e o protagonismo das camponesas, difundindo os saberes dos povos do campo e movimentando a economia de toda a comunidade.

Figura 2 - Mulheres do Assentamento Maria Rosa do Contestado que coordenam as atividades da agroindústria
Foto: Lucas Souza (2021)

Ao longo das oficinas de Planejamento Territorial no Maria Rosa as mulheres tomaram frente de questões mais profundas sobre a casa, a comunidade e a família, como cuidadoras do lar (em um trabalho doméstico ainda subestimado pela sociedade patriarcal) possuem visões essenciais para o andamento do planejamento, algo pouco observado pelos homens em proporção. Entender o funcionamento de seus subsistemas de auto sustentação e de reprodução (cuidado de casa, plantações e de pequenos animais), e das necessidades comunitárias (como religião, lazer, educação, etc.) também influencia nos meios produtivos da Comunidade, são relações interdependentes para o desenvolvimento do território. Com isso, existe um grande potencial sobre as ações femininas desempenhadas no campo, projetos de extensão em parceria com essas mulheres poderiam servir de alicerce para o crescimento das agroindústrias já existentes, bem como incentivar novos empreendimentos femininos e o avanço da agroecologia, corroborando para contração de preceitos sobre as mulheres e seu poderio em meios produtivos. Em suma, urge a promoção de novos programas de extensão que abordem essas demandas.

O projeto de Planejamento Territorial Popular - promovido pelo Coletivo PLANTEAR em conjunto com a comunidade - intitulado “Comunidade Agroecológica Maria Rosa do Contestado” foi entregue ao acampamento no dia 15 de abril de 2023 através de uma cartilha, com o objetivo de fortalecer a luta pela criação do Assentamento Maria Rosa do Contestado. No dia 7 de dezembro de 2023 o Acampamento Maria Rosa do Contestado conquistou o título de Assentamento, com certificação 100% agroecológica.

Figura 3 - Entrega da cartilha na comunidade, juntamente com o superintendente do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra-PR): Nilton Bezerra Guedes
Foto: PLANTEAR (2023)

A participação do X Simpósio Internacional de Geografia Agrária na Universidade de São Paulo trouxe outras perspectivas de diferentes projetos de extensão ao redor do país, no qual pudemos ouvir e colaborar para diversas discussões a respeito da invisibilidade da mulher, da curricularização da extensão, da falta de investimentos governamentais - e também das universidades - em projetos de extensão, que muitas vezes caminham solitários na missão de guiar o aluno para fora do meio acadêmico. Em destaque quando trazemos para a discussão da geografia agrária e a perspectiva do campo, que possui uma pluralidade de sujeitos muito além do exposto pelo complexo midiático, como produções agroecológicas e orgânicas, pela soberania alimentar e contra o uso descontrolado de pesticidas, presença de comunidades e povos tradicionais, luta contra a desigualdade social e pelo direito à terra, protagonismo feminino, medicinas alternativas e *etc.* que são silenciados pelo discurso do “Agro é Pop, Agro é tudo”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentro de toda a história, frente ao contexto do sistema capitalista repleto de silenciamento, exclusão e falta de apoio governamental, este trabalho enfoca como protagonismo feminino é expressivo dentro do Coletivo de Mulheres na Comunidade Agroecológica Maria Rosa do Contestado. Visto que o reconhecimento gera empoderamento e intensificação de pautas no que se refere a participação da mulher no direito à conquista da terra.

Evidencia-se perante o delineamento teórico apresentado e juntamente com experiências de pesquisa e extensão que ocorreram entre a nascente Comunidade Agroecológica Maria Rosa do Contestado e a UFPR, a conquista da independência econômica e política das mulheres e sua primordialidade para a autossuficiência da agricultura familiar. Dessa forma, é destacado de maneira prática - distanciando-se de visões estereotipadas disseminadas por grandes veículos midiáticos e pelo agronegócio - o desenvolvimento da agroecologia como ciência, tecnologia social, prática e movimento social e, por consequência, como trabalho coletivo em áreas de reforma agrária.

Destarte, as comunidades do campo junto aos projetos de extensão das universidades podem evidenciar grupos até então envoltos de preceitos, que em veridicidade produzem tecnologias sociais capazes de mudar as formas como os meios de produção são vistos pelo sistema tradicional hodierno e colocar em destaque a participação feminina sobre as formas de aplicação de práticas sustentáveis no campo, colaborando para a preservação da natureza e sociedade. Existe uma carência referente ao que se é trabalhado nos projetos e o que poderia também ser trazido para elaboração em novos trabalhos junto aos povos do campo, muitas questões importantes são relativizadas, pouco olhadas pela academia e seus projetos de extensão, portanto, dentro de um contexto violento e não inclusivo para esses sujeitos, o diálogo entre a universidade e grupos rurais é essencial para a melhoria do que se conhece e aplica como extensão atualmente, em prol das comunidades do campo e seus movimentos de resistência pelo direito terra.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Eduarda de. O Papel Decisivo das Mulheres no Modo de Vida Agroecológico: Tecnologias Sociais na Produção de Alimentos da Comunidade Maria Rosa do Contestado (Castro-PR). In: SEMANA INTEGRADA DE PESQUISA E EXTENSÃO, 14., 2023. **Anais [...]**. Curitiba: UFPR, 2023. v. 1, p. 1661, 202314884. Disponível em: <https://siepe2023.ufpr.br/wp-content/uploads/2023/12/anais-siepe-2023-volume-1.pdf.>. Acesso em: 10 dez. 2023.

AMORIM, L. S. B.; STADUTO, J. A. R. (2007). Desenvolvimento territorial rural: estudo empírico sobre agroindústria familiar rural no Oeste do Paraná. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, XVL, Londrina/PR. **Anais [...]**. Brasília: SOBER.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Nacional de Alimentação Escolar: Histórico**. Brasília: Ministério da Educação, 2021. Acesso em: 26 de maio de 2023.

DORIA, Natália Gebrim; MARQUES, Paulo Eduardo Morruzi. **Agroecologia e promoção da saúde no contexto do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**. Cadernos de Agroecologia, v. 15, n. 2, 2020. Disponível em: <http://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/article/view/4583/3075>. Acesso em: 02 de abril de 2023.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão Agrária.** [S. l] Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina, 9 set. 2021. Disponível em: <https://sites.usp.br/prolam/questao-agraria/>. Acesso em: 16 jul. 2023.

HORA, K. E. R.; MAURO, R. A.; CALAÇA, M. Desafios para o parcelamento dos assentamentos de reforma agrária sob a perspectiva ambiental a partir da experiência do MST em Goiás. **Revista NERA,** Presidente Prudente, v.22, n.49, p.140-67, maio/ago. 2019.

OLIVEIRA, A. U. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. In: **Estudos Avançados 15.** São Paulo: 2001, p.185-206.

OLIVEIRA, Geórgia Fernnanda Baggio de. A extensão popular como lente da reforma agrária: a importância do protagonismo feminino e a agroecologia na construção de um planejamento territorial. In: SEMANA INTEGRADA DE PESQUISA E EXTENSÃO, 14., 2023. **Anais [...]**. Curitiba: UFPR, 2023. v. 1, p. 1065, 202314899. Disponível em: <https://siepe2023.ufpr.br/wp-content/uploads/2023/12/anais-siepe-2023-volume-1.pdf.>. Acesso em: 10 dez. 2023.

LOPES, Paulo R.; MOURÃO, Ananda G.; MORGAN, Lunamar C., DE GASPARI, Luciane C.; SANTOS, Keila C.; LOPES, Araújo; GONÇALVES, Gustavo J.; D'ÁVILA, Fernando L. D.; RAVAGNANI, Marialina C.; DE FREITAS, Fatima A. O.; MOURÃO, R. C.; JUSTOS, Vinicius B.; OSTERKAMP, Max E. Tecnologias Sociais no Litoral do Paraná: Construção de Territórios Agroecológicos a partir de Experiências do MST e do Curso de Tecnologia em Agroecologia da UFPR. In: SANSOLO, D. G.; EID, F.; ADDOR, F.(orgs.). **Tecnologia Social e Reforma Agrária Popular**. São Paulo: Editora Unesp, v.1, p 243-270, 2021.

MENEZES, S. de S. M. Sabores do Sertão ao Litoral: saberes e fazeres como estratégia de reprodução social e econômica de grupos familiares. **Revista Geografias,** *[S. l.]*, v. 11, n. 2, p. 44–62, 2016. DOI: 10.35699/2237-549X.13403. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/geografias/article/view/13403.> Acesso em: 14 de junho de 2023.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Nossa história.** Disponível em: <https://mst.org.br/nossa-historia/88-93/>. Acesso em: 13 set. 2023.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e Agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas.** Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2015

SILVÉRIO, Leandra Domingues. Mulheres em Luta pela Reforma Agrária Popular: Relações de Gênero, Desfazendo Opressões, Machismo e Sexismo. **Revista Escritas**, v. 13, n. 01, p. 33-55, 2021.

ATIVAÇÃO DO PATRIMÔNIO-TERRITORIAL DO CERRADO E TURISMO COMUNITÁRIO: NOTAS METODOLÓGICAS A PARTIR DO CASO DE PENEDO (SÃO DESIDÉRIO, BAHIA)

Paulo Roberto Baqueiro Brandão[1]

RESUMO

Este texto parte de um questionamento: quais são os caminhos metodológicos para o desenvolvimento de uma proposta de turismo comunitário em pequenas localidades a partir da ativação do patrimônio biocultural e sob a inspiração do *Buen Vivir* como filosofia de vida e práxis territorial? Diante dessa indagação, pretende-se apresentar uma proposta metodológica para implantação de iniciativa de turismo comunitário a partir da ativação do patrimônio biocultural do cerrado, considerando a possibilidade da sua realização em Penedo, localidade do município baiano de São Desidério (Brasil). Para tanto, o artigo segue um roteiro que exprime a necessidade de (a) desenvolver um arcabouço teórico-conceitual orientador do trabalho de investigação-intervenção a ser desenvolvido, (b) caracterizar a localidade objeto dessa ação cooperativa e (c) apontar ferramentas de pesquisa para a identificação das territorialidades e temporalidades locais, bem como dos principais problemas e riscos que afetam o povoado de Penedo, suas causas e efeitos.

Palavras-chaves: Práxis territorial; Patrimônio-Territorial; Turismo Comunitário; Penedo (São Desidério, Brasil).

RESUMEN

Con este texto se busca contestar una pregunta: ¿cuáles son las trayectorias metodológicas para el desarrollo de una propuesta de turismo comunitário en pequeñas localidades apartir de la activación del patrimonio biocultural e bajo la inspiración del Buen Vivir como filosofía de vida y praxis territorial? En este contexto, la pretensión es presentar una propuesta metodológica para apoyar el desarrollo del turismo comunitário apartir de la activación del patrimonio biocultural del cerrado en el pueblo de Penedo, ubicado en el municipio bahiano de São Desidério (Brasil). Para ello, el artículo está estructurado con las siguientes secciones: (a) un examen teórico-conceptual de ese trabajo de investigación-intervención, (b) la caracterización de la localidad objeto de esa acción cooperativa y (c) hacer reflexiones acerca de las herramientas de investigación para la identificación de las territorialidades y temporalidades locales, los principales problemas y riesgos que afectan a la comunidad de Penedo, sus causas y efectos.

Palabras clave: Praxis territorial; Patrimonio-Territorial; Turismo Comunitário; Penedo (São Desidério, Brasil).

[1] Doutor em Geografia; Docente da Universidade Federal do Oeste da Bahia, paulo.baqueiro@ufob.edu.br.

INTRODUÇÃO (justificativa implícita e objetivos)

A natureza predatória do neoliberalismo tem produzido efeitos devastadores em regiões onde tal paradigma político-econômico vem sendo experimentado. Do ponto de vista das sociedades, o que se vê é o aprofundamento da desigualdade, com ampliação do quadro de pobreza e disjunção crescente dos grupos sociais mais atingidos por tal desequilíbrio do direito à dignidade, a manipulação midiática, entorpecedora e alienante, e o controle social policialesco massivo, para evitar que a perversidade dessa pauta programática seja denunciada por grupos dissidentes.

Na maioria dos países da América Latina, por exemplo, o breve período sob a gestão de governos de ascendência popular tem sido sucedido por uma verdadeira avalanche conservadora, que (re)introduz uma agenda político-econômica baseada na privatização da economia – o que inclui bens e serviços públicos essenciais – e plena abertura dos mercados ao capital estrangeiro. Assim, a despeito do estrondoso fracasso já vivenciado em décadas passadas, a reconstrução do Estado neoliberal (Harvey, 2005) é uma realidade em diversos países latinoamericanos.

Contudo, a nova ofensiva conservadora não se dá sem reação. De um lado, os movimentos contestatórios ganham substância com seus vigorosos protestos e pautas reivindicatórias progressistas, ao tempo em que iniciativas emancipatórias e coletivas – protagonizadas pelas gentes comuns do campo e da cidade – que emergiram ou passaram a ser reconhecidas no período precedente ao atual demonstram, de forma inequívoca, que é possível vislumbrar uma alternativa aos infrutíferos modelos de desenvolvimento até então vigentes.

Dentre muitas dessas iniciativas que vicejam em toda a América Latina, o turismo comunitário aparece como uma prática com capacidade suficiente para potencializar relações localmente situadas, harmônicas e duradouras entre comunidade e natureza, assentadas no reconhecimento do território por seu valor de uso e com ênfase na ativação do patrimônio-territorial, o que incide na valorização da cosmovisão e dos saberes-fazeres das gentes comuns.

No entanto, por ser o turismo uma prática ainda muito identificada com perspectivas ostensivamente economicistas, segundo as quais o espaço deva ser produzido e consumido sob lógicas de mercado (Brandão, 2014), há que se indagar: quais são os caminhos metodológicos para o desenvolvimento de uma proposta de turismo

comunitário em pequenas localidades a partir da ativação do patrimônio-territorial e sob a inspiração de uma práxis territorial?

Diante de tal indagação, pretende-se, por meio deste escrito, apresentar uma proposta metodológica para implantação de iniciativa de turismo comunitário a partir da ativação do patrimônio-territorial do/no domínio de natureza do cerrado, considerando a possibilidade da sua realização no povoado de Penedo, município de São Desidério (Bahia, Brasil).

Para tanto, este texto segue um roteiro que exprime a necessidade de (a) desenvolver um arcabouço teórico-conceitual orientador do trabalho de investigação-intervenção desenvolvido, (b) caracterizar a localidade objeto dessa ação cooperativa e (c) apontar ferramentas de pesquisa para a identificação das territorialidades e temporalidades locais, bem como dos principais problemas e riscos que afetam o povoado de Penedo, suas causas e efeitos.

OS ELEMENTOS TEÓRICO-CONCEITUAIS DE APOIO À METODOLOGIA

Em uma perspectiva teórico-metodológica, este projeto está vinculado a abordagens da Teoria Crítica, em especial àquelas produzidas no seio da Geografia (Pignante, Dansero e Loda, 2015; Santos, 2002, 2008; Saquet, 2015, 2019), e dos Métodos Participativos (Diez, 2014, 2018a, 2018b; Freire, 1982; 2013), com ênfase na Pesquisa-Ação Participativa (Fals, 1999). Além disso, ao estabelecer uma aproximação com iniciativas baseadas na cosmovisão e experiências de comunidades, busca-se uma filiação epistemológica com o chamado *Buen Vivir* (Schavelzon, 2015; Acosta, 2016).

Destarte, como horizonte utópico para o modelo de transformação pelo qual se pretende propugnar, esta proposta de investigação-intervenção está afiliada à concepção de *Buen Vivir*, buscando, assim, adotar uma perspectiva decolonial de reflexão crítica, mas, principalmente, assumir uma forma de atuação propositiva que emparelha, "ombro a ombro", comunidade e universidade em "uma interface-interação mais intensa entre intelectualidade-ciência e cotidianidade-saber-arte, numa práxis de transformação territorial em favor das necessidades e anseios do povo" (Saquet, 2015, p. 126).

Importante salientar que não se trata de uma tentativa de transplante puro e simples de uma filosofia de vida surgida em um contexto geográfico-histórico singular (regiões andinas) e de tradição multissecular para uma realidade absolutamente distinta, como a do povoado de Penedo. Ao contrário, o que se pretende é buscar inspiração para mobilizar e articular conhecimentos locais, direcionando-os e confrontando-os para/com

uma epistême que propõe um modelo substantivado nas horizontalidades, na prevalência dos desígnios de uma ordem local (Santos, 2002) e que está posicionada em absoluta oposição à opção neoliberal de desenvolvimento, para, a partir daí, extrair como síntese um irreversível movimento rumo à construção de sujeitos eco-sócio-políticos localmente situados.

Embora o chamado *Buen Vivir*[2] (ou *sumak kawsay*, em língua quéchua) tenha sido construído como práxis a partir das tradições multisseculares dos povos originários andinos, a centralidade atual que ocupa nos debates sobre alternativas aos atuais modelos de desenvolvimento é fruto das recentes iniciativas de enfretamento ao neoliberalismo em regiões periféricas da atual economia-mundo capitalista e da sua incorporação como paradigma para a definição de políticas públicas, tendo sido incorporado, nos casos do Equador e Bolívia, como elemento medular das constituições dos respectivos países.

O *Buen Vivir* é uma filosofia de vida em construção e, ainda que, como tal, não tenha sedimentado uma "trilha predeterminada" (Acosta, 2016, p. 49), é possível assim concebê-lo:

> Com sua proposta de harmonia com a Natureza, reciprocidade, relacionalidade, complementaridade e solidariedade entre os indivíduos e comunidades, com sua oposição ao conceito de acumulação perpétua, com seu regresso a valores de uso, o Bem Viver, uma ideia em construção, livre de preconceitos, abre as portas para a formulação de visões alternativas de vida (p. 41).
>
> (...)
>
> O Bem Viver [...] se nutre da imperiosa necessidade de impulsionar uma vida harmônica entre os seres humanos e deles com a Natureza: uma vida centrada na autossuficiência e na autogestão dos seres humanos vivendo em comunidade (p. 47).

Trata-se, portanto, de um paradigma baseado nos Direitos Humanos e da Natureza e na evocação de saberes ancestrais como elementos fundantes na construção de uma outra realidade, com ênfase na emancipação e autogestão, pós-desenvolvimentista e, portanto, livre das amarras epistemológicas e ontológicas da dicotomia Capitalismo-Socialismo.

No Brasil, o debate sobre *Buen Vivir* ainda repercute pouco. Entre os intelectuais de maior expressão no país, apenas Boff (2012, p. 61) faz algumas referências àquilo que

[2] Ao longo deste escrito, opta-se pelo uso do termo em espanhol, evitando-se, assim, todos os possíveis prejuízos que uma tradução livre do termo para o português possa causar quanto à compreensão do seu sentido original.

chamou de "ética da suficiência para toda a comunidade e não apenas para o indivíduo", pressupondo "uma visão holística e integradora do ser humano inserido na grande comunidade terrenal que inclui, além do ser humano, o ar, água, os solos, as montanhas, as árvores e os animais, o Sol, a Lua e as estrelas".

De igual modo, nas políticas públicas brasileiras, a concepção de *Buen Vivir* foi e ainda é quase que sumariamente ignorada, não tendo qualquer expressividade. As exceções ficam por conta de alguns documentos produzidos por órgãos governamentais ou em parceria com universidades que versam sobre as temáticas da soberania e segurança alimentares e agroecologia (Sabourin e Niederle, 2017), além, por exemplo, de tímidas e implícitas citações contidas na Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (Brasil, 2007) e nas duas versões do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Brasil, 2013; 2016).

Para o desenvolvimento da metodologia ora explicitada, pretende-se atuar a partir de um roteiro que contemple, por um lado, um enfoque sobre os problemas e soluções locais e regionais e, por outro lado, que requeiram, na construção das respostas, o reconhecimento de processos políticos, educativos e culturais emancipatórios, prestando atenção ao conhecimento das gentes comuns, conforme propõe Fals (1999). Neste sentido, A Pesquisa-Ação Participante emerge como o paradigma investigativo a ser empregado, seja por ser base para a produção de uma ciência cidadã ou mesmo por "*combinar la praxis con la ética, el conocimiento académico con la sabiduría popular, lo racional con lo existencial, lo sistemático con lo fractal*" (Idem, p. 83).

As metodologias participativas servem, antes de tudo, para produzir conhecimento desde dentro das comunidades, a partir dos saberes que estas possuem de si mesmas e dos problemas que as envolvem (Bisio e Noboa, 2019). Mas esse conhecimento deve ser mobilizado para induzir transformações qualitativas duradouras e irredutíveis.

Segundo Fals (1999, p. 80) a Pesquisa-Ação Participativa é "*una vivencia necesaria para progresar en democracia, como un complejo de actitudes y valores, y como un método de trabajo que dan sentido a la praxis en el terreno*", sendo, pois, um modelo que pode alinhar comunidade e universidade na busca por transformação social.

Para a adequada realização da Pesquisa-Ação Participativa a partir do caso da comunidade que vive no povoado de Penedo, é imprescindível a adoção de procedimentos e ferramentas de pesquisa que convirjam com o caráter participativo e emancipatório da proposta, em especial na etapa de identificação e reconhecimento das idiossincrasias que caracterizam coletivamente os sujeitos e seus problemas. Neste caso, propõe-se o

emprego do Mapeamento Participativo Comunitário, com ênfase no Mapeamento de Atores (Tapella, 2007; Algranati, Bruno e Iotti, 2012) e na Cartografia Social (Arias, 2015; Diez, 2018a; 2018b).

Conforme assinalam Algranati, Bruno e Iotti (2012, p. 4), o mapeamento de atores é "[...] *una herramienta de indagación que permite identificar y caracterizar una diversidad de actores sociales existentes en el escenario de investigación*". Também conhecido como sociograma (Tapella, 2007), o mapeamento de atores é uma ferramenta que permite ao investigador compreender uma dada realidade social, tratando não apenas de conhecer os sujeitos envolvidos na construção continuada de um território, mas também suas práticas, objetivos e estratégias de territorialização.

Nesse processo, é fundamental contar com a participação desses ditos atores na produção e sistematização dos dados, bem como considerar tal participação a partir da multiplicidade de sujeitos envolvidos na construção do território, o que implica em auscultar a comunidade, os representantes de entidades públicas e empresas privadas, além dos beneficiários e usuários diretos do território.

Por outro lado, há que se ter em conta que o mapeamento de atores se faz a partir de diferentes abordagens, variando segundo aquilo que se deseja colocar em relevo (Algranati, Bruno e Iotti, 2012). Assim, considera-se que, para o caso em evidência (o povoado de Penedo), a forma mais adequada de mapeamento é por meio da Cartografia Social, permitindo o alcance horizontal (uma quantidade maior de sujeitos) e vertical (coleta de uma maior amplitude de dados) de modo mais proeminente.

Uma premissa essencial para a compreensão da cartografia social é ter em conta que "*Mapear es una práctica, una acción, un modo de abordar territorios sociales, subjetivos, geográficos y el mapa es una herramienta que se cristaliza en diversos formatos y se abre a la participación*" (Ares e Risler, 2013, p. 72). Neste sentido, a produção de uma cartografia social evoca uma ação coletiva e participativa, na qual os atores-construtores do território representam-no e interpretam-no segundo suas lógicas e visões de mundo.

Segundo Arias (2015), diferentemente do mapeamento técnico, a cartografia social é produzida a partir de uma perspectiva coletiva, participativa e consensual e sua elaboração depende de uma relação articulada entre a experiência comunitária e o saber científico.

Quanto à base conceitual mais elementar da pesquisa-cooperação, nesta proposta, o território assume centralidade como conceito geográfico, posto que se pretenda

enfatizar os enlaces entre a comunidade e a terra, que, aqui, não deve ser considerada apenas como substrato para a produção agrícola, mas também como suporte à vida. Desta forma, é fundamental compreender tal relação, tanto no que se refere às formas de apropriação material, abordando os processos históricos de reprodução social e econômica, quanto no que tange à apropriação simbólica e à construção da identidade em âmbito comunitário.

Ademais, vale frisar, conforme apontado por Pignante, Dansero e Lorda (2015), que a Geografia tem aportado um considerável arcabouço de contribuições ao debate sobre cooperação para o desenvolvimento, principalmente, por meio da abordagem territorial.

O território é um elemento geográfico cujo significado epistemológico e ontológico está no fato de ser, ao mesmo tempo, uma instância espacial de poder, um produto social historicamente definido, relacional, multiescalar e multidimensional. Essas relações se configuram por meio de dominação e influência exercidas por um determinado indivíduo, grupo ou entidade sobre os demais. A esses se lhe denominam atores ou agentes.

Como instância espacial de poder, o território é o *locus* de relações sociais que tem na tentativa ou na efetivação da dominação e/ou apropriação do espaço a sua principal razão de ser. Conforme explica Montañez (2001, p. 20):

> [...] *cuando designamos un territorio siempre estamos asumiendo, aun de manera implícita, la existencia de un espacio geográfico y de un sujeto que ejerce sobre él cierto dominio, una relación de poder, una calidad de poseedor o una facultad de apropriación. La relación de pertenencia o apropriación no se refiere sólo a vinculos de propiedad sino también a aquellos lazos subjetivos de identidad y afecto existentes entre el sujeto y su territorio. Ese sujeto individual o colectivo continen generalmente una porción de poder suficiente para incidir en la transformación de ese territorio. El territorio es, pues, el espacio geográfico revestido de las dimensiones política, identitaria o afectiva, o de todas ellas*.

Assim, importa frisar que, ao assumir uma abordagem a partir da apreensão do conceito de território como elemento norteador do porvir rumo ao *Buen Vivir*, este projeto alinha-se à perspectiva da práxis territorial, conforme preconiza Saquet (2015; 2019). Para o autor, o território configura-se como um espaço "de (in)formação, partilha, reciprocidade, mobilização, luta, resistência político-cultural-ambiental, descolonização, conquista da autonomia decisória e de melhores condições de vida *para* e *com* o povo" (2015, p. 8, itálico no original). É, portanto, no/a partir do/pelo território que se consolida

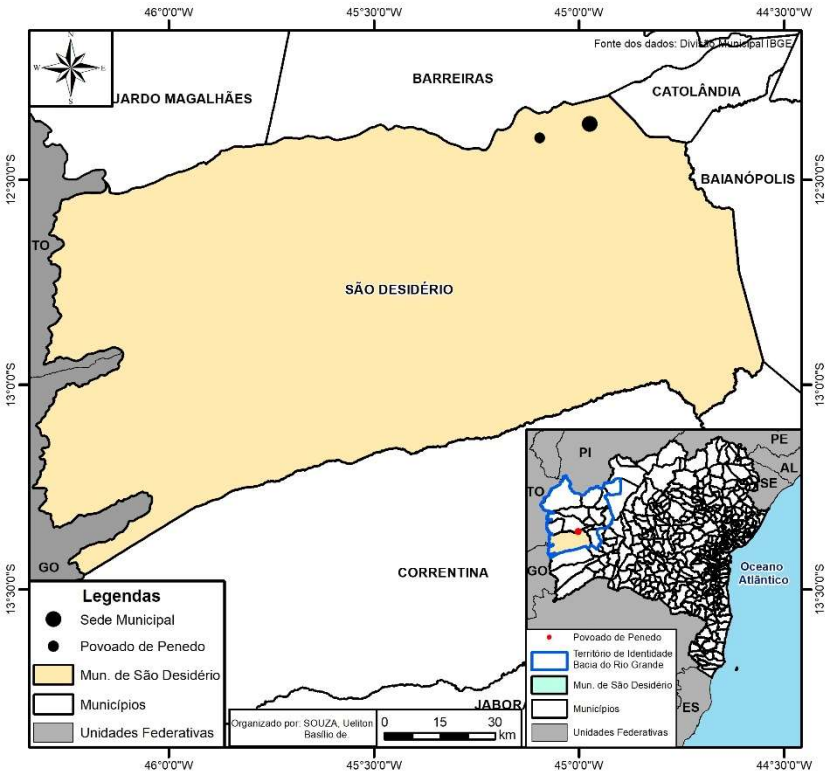
uma práxis da cooperação e solidariedade entre os sujeitos próximos geográfica e socialmente.

Nesta investigação-intervenção, a empiricização do território é feita a partir de uma abordagem que busca equacionar saberes populares e conhecimentos técnico-científicos com vistas à construção de uma proposta de turismo comunitário a partir do caso do povoado de Penedo, no município de São Desidério, cuja caracterização será apresentada a seguir.

BREVE CARACTERIZAÇÃO DE PENEDO

O povoado de Penedo está localizado no município de São Desidério, este que, por sua vez, compõe o Território de Identidade da Bacia do Rio Grande, no estado da Bahia (Figura 1). Com 15.157 km^2 (área um pouco maior que a de Timor-Leste), São Desidério é o segundo maior município baiano em extensão territorial, onde vivem cerca de 33 mil habitantes, conforme estimativa do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o que resulta em uma densidade demográfica de 2,22 hab./km^2.

Figura 1. Localização do povoado de Penedo, município de São Desidério (Bahia).



Fonte: elaboração de Ueliton Basílio de Souza (equipe GRUDET/UFOB).

Vale mencionar que, além dos cerca de 19 mil habitantes que residem na cidade, uma parcela considerável da população são-desideriana vive nas demais 159 nucleações urbanas e aglomerações rurais existentes, entre vilas e povoados, algumas das quais distantes mais de 150 quilômetros da sede municipal.

Inserido no domínio dos cerrados e graças à relativamente abundante disponibilidade hídrica e à predominância de relevo planáltico bastante aplainado na zona regionalmente conhecida como Gerais, São Desidédio possui forte aptidão para o desenvolvimento da agricultura mecanizada de alto rendimento. Com efeito, devido aos fatores físico-ambientais anteriormente mencionados e aos investimentos estatais e privados, nos últimos quarenta anos, o município de São Desidério vivenciou vertiginosas transformações resultantes da formação de um espaço agrário altamente tecnicizado, processo similar ao que ocorreu nos demais municípios cuja parte do território é composta pelos Gerais.

Neste sentido, atualmente, São Desidério é um dos municípios do país mais bem ranqueados quanto à contribuição do setor primário da economia na formação do Produto Interno Bruto, o que, no caso em tela, se dá pela predominância da produção de *commodities* agrícolas, tais como soja, algodão e milho e madeira, entre outros.

Contudo, esse modelo de desenvolvimento capitalista é a base para algumas contradições socioterritoriais que perduram há décadas em São Desidério, seja quanto ao relativo isolamento sociocultural, político e econômico das comunidades rurais, tradicionais e quilombolas, ou mesmo quanto aos conflitos socioambientais, principalmente aqueles ligados à apropriação da terra e aos usos da água, o que, no caso do Povoado de Penedo, diz respeito às implicações que afetam o Rio das Fêmeas, decorrentes da irrigação de grandes propriedades rurais e do barramento para funcionamento de uma pequena central hidrelétrica, com efeito na sensível redução da vazão do curso d'água nos períodos de estiagem.

No que tange a Penedo, esse povoado está localizado em ambas as margens do Rio das Fêmeas, em seu baixo curso, a oeste da cidade de São Desidério, cuja ligação é feita pela rodovia estadual BA-463 (pavimentada) e estrada rural (não pavimentada), estando distantes entre si por pouco mais de 25 quilômetros. Composto por algo em torno de 75 imóveis residenciais e uma edificação pública (a antiga Escola Municipal Florêncio José de Lima, atualmente desativada), o povoado possui uma população de cerca de 220 habitantes, segundo dados obtidos junto à Secretaria de Saúde local.

Quanto ao processo de formação territorial, não existem fontes escritas sobre Penedo. Desta forma, a estruturação de uma história territorial da localidade só é possível recorendo-se aos relatos dos moradores locais, em especial, dos mais antigos, considerados guardiões da memória coletiva de Penedo. Destarte, segundo relatos coletados em auscutas nos momentos de formação de grupos focais com os residentes mais longevos, a localidade surgiu em meados de década de 1940, a partir da atração populacional exercida por um suposto eremita – que seria um clérigo alemão – fixado, não se sabe por qual motivo, em uma gruta de uma escarpa próxima cujo topônimo é justamente Boqueirão do Padre.

Esses primeiros moradores viviam em condições precárias, considerando o relativo isolamento ao qual estavam submetidos pela falta de via com leito carrocável e meios de transportes regulares que os ligassem à Barreiras, então sede municipal, ou São Desidério, que, à época, era uma própera vila barreirense. As formas de reprodução social estavam submetidas, portanto, a uma forte relação intracomunitária, ao tempo em que as formas de reprodução econômica eram realizadas a partir da venda do pequeno excedente da produção agrícola e de alguns subprodutos da cana-de-açúcar plantada nas pequenas propriedades, como a rapadura e aguardente, cuja comercialização, por sua vez, era feita na sede municipal e na vila, a partir da distribuição realizada em lombos de muares e equinos.

Exceto pelos sistemas de engenharia que foram introduzidos na/para a localidade ao longo das décadas precedentes, para oferta de energia eletrica e abertura de via de transporte, e pelo acesso – ainda que precário – às tecnologias de comunicação (sinal de televisão, telefonia móvel e internet), a comunidade segue vivendo sob os desígnios desse longo processo de inércia territorial, ao tempo em que a carência de serviços públicos vige desde à fundação até os dias hodiernos, como se verá a seguir.

À exceção das visitas das equipes do Programa Saúde da Família, os demais atendimentos são realizados, a depender da gravidade, no posto de saúde localizado no povoado vizinho do Sítio Grande, nas instalações hospitalares da sede municipal ou em Barreiras, município contíguo, cuja cidade é a principal da rede urbana regional e que conta, portanto, com serviços médico-hospitalares para necessidades de maior complexidade. No que tange aos serviços educacionais, de igual modo, os estudantes precisam realizar deslocamentos, sendo a maciça maioria encaminhada para o Sítio Grande, onde há escola municipal de Ensino Fundamental, ou para São Desidério, que atende àqueles matriculados no Ensino Médio.

A localidade é servida por energia elétrica, mas não possui fornecimento de água. Para atendimento dessa necessidade, a água é retirada diretamente do rio, seja para o consumo humano, uso doméstico, dessedentação animal e irrigação de pequenas propriedades rurais.

Mais recentemente, como desdobramento da realização da Comitiva dos Matutos (uma cavalgada festiva) e da formação de um Grupo de Jovens, vem sendo gestado um processo embrionário de organização comunitária, com enfoque na preservação das nascentes de pequenos cursos d'água próximos, das áreas remancescentes de cerrado e no enfrentamento ao controle do acesso à água do Rio das Fêmeas exercido pela gestão da pequena central hidrelétrica localizada à montante.

Como já mencionado, o povoado de Penedo está inserido no grande domínio de savana do interior brasileiro, denominado cerrado, e que, segundo Ab'Saber (2003), em sua visão integrada da natureza, pode ser genericamente assim caracterizado:

> Quando se atingem as áreas interiores (....), depara-se com o arranjo clássico, homogêneo e monótono da paisagem peculiar às áreas de savana. As formações vegetais talvez não sejam tipicamente de savanas, mas o arranjo e a estrutura de paisagens constituem uma amostra perfeita dos quadros paisagísticos zonais, que caracterizam essa unidade tão frequente do cinturão intertropical do globo.
> Nos interflúvios elevados dos "chapadões", onde predominam formas topográficas planas e maciças e solos pobres (latossolo e lateritas), aparecem cerrados, cerradões e campestres, os quais, via de regra, descem até a base das vertentes, cedendo lugar ao fundo aluvial dos vales às florestas-galeria, em geral largas e contínuas (p. 30).
>
> (...)
>
> A drenagem superficial da área do cerrado é composta por duas nervuras hidrográficas apenas totalmente integradas durante a estação chuvosa. Há uma drenagem perene, ao fundo dos vales, que responde pela alimentação das florestas-galeria nos intervalos secos. E existe uma trama fina e mal definida de caminhos d'água intermitentes nos interflúvios largos, a qual, associada com a pobreza relativa dos solos, responde pela ecologia do cerrado (p. 30-31).
>
> (...)
>
> A vegetação dos cerrados, tendo se desenvolvido e se adaptado, em algum momento do Quaternário (ou mesmo dos fins do Terciário), a essa estrutura de paisagens, de planaltos tropicais interiorizados dotados de solos lateríticos, é certamente um dos quadros de vegetação mais arcaicos do país (p. 31).

Contudo, em se tratando do município de São Desidério e, em uma escala ainda mais localizada, de Penedo e seu entorno, o cerrado possui feições particulares, o que,

sob alguns aspectos, influencia no modo de vida daquela população, dada a sua estreita relação com os ritmos da natureza, em especial quanto às práticas produtivas.

Por princípio, o turismo comunitário se faz a partir do reconhecimento e valorização da relação harmônica que uma dada comunidade receptora possui com a natureza ao seu redor e de como tal relação, por um lado, é manifestada por meio de uma cosmovisão própria e, por outra parte, é materializada em saberes e fazeres que integram as formas de reprodução social e econômica a uma longa tradição de uso não predatório dos bens naturais. Aos visitantes interessa, portanto, vivenciar e compreender essa práxis territorial.

Uma análise perfunctória feita na localidade em estudo permitiu levantar alguns elementos que compõem o patrimônio biocultural local como potenciais para dinamizar a prática do turismo comunitário em Penedo, entre os quais, vale destacar: manifestações culturais associadas ao Rio das Fêmeas e ao cerrado, além de práticas agroprodutivas tradicionais ligadas ao cultivo da mandioca e coco e manufatura de respectivos subprodutos, coleta de frutos endêmicos do cerrado para produção de doces e sucos e produção artesanal de queijo. Um mapeamento mais profundado certamente fará assomar outros elementos.

No entanto, não se pode romantizar o turismo comunitário como se fora um contato intercultural ingênuo e livre de contradições. Decorre, pois, de toda uma atenção que deva ser dada aos riscos de transformar as comunidades em objeto e não em sujeitos da realização do turismo a necessidade de planejar e gerir tal prática na perspectiva do protagonismo, autonomia e autogestão, conforme é a pretensão dos moradores de Penedo.

.

O DESENHO DA METODOLOGIA

Por princípio, a metodologia com a qual se pretende desenvolver o trabalho de investigação-intervenção de base cooperativa deve ser construída no transcorrer da sua execução, em etapas subsequentes, em convergência com o aprofundamento das relações de confiança e solidariedade entre comunidade e universidade, primando pela autonomia e saberes populares da primeira e expertise técnico-científica da segunda. Assim, nem todas as etapas estão, desde já, definidas, afinal, como apontado por Acosta (2016, p. 41), o *Buen Vivir* é uma “ideia em construção”.

Contudo, o início do trabalho, que é uma etapa caracterizada por um maior envolvimento com a pesquisa, requer a observância de planejamento e rigor técnico, permitindo, por um lado, que se tenha disponível um considerável escopo de

conhecimentos sobre o povoado de Penedo e sua gente quando da realização das ações da etapa de cooperação, e evitando, por outro lado, que a investigação-intervenção seja confundida com mera apropriação de conhecimento popular pela academia. Neste sentido, as etapas iniciais de trabalho – que envolvem basicamente o (re)conhecimento e acolhimento mútuos das partes envolvidas e o levantamento de dados sobre a localidade – foram previamente planejadas, como se verá a seguir.

De passagem, vale mencionar, ainda, que este projeto foi concebido a partir da perspectiva de indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão (Forproex, 2013), de tal modo que, além das ações que são próprias da investigação científica e da interação dialógica de saberes, pretende-se promover, de forma transversal, processos formativos por meio das Oficinas de Formação Comunitária, nas quais serão debatidos temas como Economia solidária e popular, Conservação do cerrado, Associativismo e cooperativismo, Organização comunitária, soberania popular e autonomia, Desenvolvimento Territorial e Turismo comunitário[3].

Isto posto, retoma-se a explicitação da metodologia, expondo, a seguir, as etapas de trabalho e os procedimentos e ferramentas metodológicos. Contudo, conforme já mencionado em outro trecho deste escrito, todo o trabalho aqui proposto está em construção – sob os desígnios da comunidade envolvida – e as etapas – doravante chamadas de "tempos" – aqui evidenciadas serão elaboradas de forma cooperativa e colocadas sob avaliação e validação dos moradores de Penedo antes de serem executadas.

O primeiro tempo, denominado de "(Re)conhecimento e Acolhimento", consiste na criação de um processo de aproximação mútua entre comunidade e universidade, a partir da mediação da Secretaria de Meio Ambiente e Turismo de São Desidério, com o intuito de promover uma convergência de interesses e estabelecer uma relação de confiança e um ambiente de criatividade entre os envolvidos ou, nos termos de Alberich *et alli* (2009), uma negociação do tema e dos objetivos. Para tanto, faz-se necessária a realização de uma dinâmica de grupo – a Roda de Conversa –, a partir da qual os membros da comunidade e da universidade possam fazer relatos, reflexões e apresentação de seus interesses e demandas.

Uma possibilidade a ser considerada quando da realização da Roda de Conversa é estabelecer distintos momentos nos quais se pode desenvolver tal dinâmica, primeiro,

[3] Importa salientar que esses temas são apenas proposições, cuja decisão final por acrescentar, suprimir, alterar, redefinir e até da não realização dessa atividade será sempre dos moradores locais.

com um grupo maior, formado por todos os membros da comunidade que demonstrem interesse em participar, e, em seguida, com grupos focais, formados por jovens, mulheres, idosos e outros segmentos que venham a ser identificados. Isso pode permitir a identificação de diferentes interesses e/ou conflitos de gênero ou de foro geracional, por exemplo.

Ainda nesse tempo, em um segundo momento, deve-se fazer a apresentação da ideia geral de investigação-intervenção aos membros da comunidade, mas com a devida abertura para o acolhimento de sugestões ou mesmo o rechaço (e o consequente reordenamento de procedimentos) de etapas do trabalho investigativo-cooperativo proposto.

O tempo seguinte, denominado "Sistematização de Conhecimentos", diz respeito à realização do conjunto de atividades investigativas sobre a relação comunidade e natureza a partir do desvelamento de suas territorialidades e temporalidades e tem como objetivo sistematizar e retroalimentar o conhecimento que a comunidade tem de si e do seu território.

Nesse tempo, cabe realizar, por um lado, o chamado "trabalho de gabinete", a partir do qual é possível fazer a identificação, coleta e análise de fontes primárias (documentos pessoais, iconografia, relatórios técnicos, etc.) e secundárias (livros, coletâneas, artigos, etc.) sobre a comunidade, o território e o tema da investigação-intervenção, além do "trabalho de campo", de onde é possível obter dados localmente situados por meio do emprego combinado e complementar de técnicas como a observação, mapeamento participativo (mapa de atores e cartografia social), ausculta (*storytelling*, entrevistas, questionários). Ademais, é o momento ideal para obtenção de relatos circunstanciados (árvore de problemas), registros de imagens (fotografias e filmagens) e levantamento de dados geoespaciais (GPS).

Uma vez obtido todo esse conjunto de dados, procede-se a sua transformação em informações relevantes para o êxito do tempo seguinte da investigação-intervenção, que consiste na cooperação entre comunidade e universidade para a implantação do turismo comunitário em Penedo. Para tanto, as ditas informações passam a compor três eixos de conhecimento, quais sejam, (a) a delimitação do povoado de Penedo, segundo o reconhecimento da comunidade quanto à sua dimensão territorial, (b) a caracterização geográfico-histórica da localidade, pondo em relevo os aspectos relativos às territorialidades e temporalidades protagonizadas por seus moradores e (c) a caracterização dos saberes-fazeres locais, tratando de compreender os vínculos entre

comunidade e o cerrado, ou seja, a práxis territorial, de modo a induzir processos que levem à ativação do patrimônio-territorial local.

O tempo denominado "Cooperação Comunidade-Universidade" corresponde à fase na qual serão desenvolvidas as atividades cooperativas entre comunidade e universidade, com o intuito de executar a proposta de turismo comunitário em Penedo. Porém, esse tempo não é objeto de análise deste escrito, uma vez que a metodologia a ser empregada será construída e validada pelos moradores de Penedo – com a mediação dos membros da universidade envolvidos na proposta –, tão logo os tempos de (Re)conhecimento e Acolhimento e de Sistematização de Conhecimentos tenham sido concluídos.

Indispensável salientar que, em cada tempo da investigação-intervenção, deve-se promover um encontro entre os envolvidos para a realização de uma devolutiva, bem como da avaliação coletiva dos resultados alcançados, por meio da análise crítico-reflexiva dos êxitos e óbices identificados no transcorrer da execução das atividades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta metodológica aqui apresentada busca estabelecer vínculos duradouros entre comunidade e universidade com o intuito de realizar uma construção coletiva com base na cooperação para a ativação do patrimônio biocultural e este, por sua vez, será o elemento basilar para o desenvolvimento de uma proposta de turismo comunitário no povoado de Penedo, localizado em pleno cerrado baiano.

Como é sobejamente sabido, pensar e agir a partir de uma metodologia é essencial para reduzir substancialmente as possibilidades de erros em todo esforço técnico, científico ou mesmo de planejamento e gestão. Isso é ainda mais importante quando envolve comunidades motivadas a transformarem suas vidas por meio de uma ação solidária, autônoma e cidadã.

Neste sentido, acredita-se que esta proposta, inspirada na multissecular filosofia de vida do *Buen Vivir*, contenha potência suficiente para induzir um movimento transformador a partir dos desejos e aspirações de uma comunidade que historicamente constrói sua cultura simbólica e material em íntima relação com os elementos bióticos e abiótico do cerrado, mobilizando todo esse conhecimento acumulado para gerar experiências enriquecedoras para quem venha a visita-los.

REFERÊNCIAS

Ab'Saber, Aziz. *Os domínios de natureza no Brasil*: Potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê, 2003, 159 p.

Acosta, Alberto. *O bem viver*. Uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária, 2016.

Alberich, Tomás *et alli*. *Metodologías participativas*: manual. Madrid: Observatorio Internacional de Ciudadanía y Medio Ambiente Sostenible, 2009.

Algranati, Santiago; Bruno, Daniela; Iotti, Andrea. *Mapear actores, relaciones y territorios*: una herramienta para el análisis del escenario social. Cuadernos de Cátedra n. 3. La Plata: Universidad Nacional de La Plata, 2012.

Ares, Pablo; Risler, Julia. *Manual de mapeo colectivo*: recursos cartográficos críticos para procesos territoriales de creación colaborativa. Buenos Aires: Tinta Limón, 2013.

Arias Llumiquinga, María Cristina. *La cartografía técnica y la cartografía social*: dos propuestas metodológicas para el diagnóstico territorial. Una experiencia de mapeo participativo en la Parroquia Amaguaña. Tesís de Maestría en Estudios Socioambientales (Departamento de Desarrollo, Ambiente y Territorio). Quito: Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, 2015.

Bisio, Natalia; Noboa, Alejandro. "Algunas reflexiones sobre la construccion de la política en los procesos de participación". Paño Yáñez, Pablo; Rébola, Romina; Suárez Elías, Mariano (Comp.). *Procesos y metodologías participativas*: reflexiones y experiencias para la transformación social. Montevideo: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2019, p. 209-233.

Boff, Leonardo. *Sustentabilidade*: o que é, o que não é. Petrópolis: Vozes, 2012.

Brandão, Paulo Roberto Baqueiro. *Territórios do turismo, territórios de todos?* Um estudo comparado sobre urbanização e formação de territórios em balneários turísticos do Nordeste do Brasil. Curitiba: CRV, 2014.

Brasil, República Federativa do. *Decreto n. 6.040/2007*, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília: Presidência da República, 2007.

Brasil, República Federativa do. *Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica 2013-2015*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2013.

Brasil, República Federativa do. *Brasil Agroecológico*: Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica 2016-2019. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2016.

Diez Tetamanti, Juan Manuel (Org.). *Hacia una Geografía Comunitaria*. Abordajes desde cartografía social y sistemas de información geográfica. Comodoro Rivadavia: Editorial Universitaria de la Patagonia, 2014.

Diez Tetamanti, Juan Manuel. "Cartografía Social, cartografías y multiplicidad. Producir método desde las trayectorias en la Patagonia Central", en *+E - Revista de Extensión Universitaria*, Vol. 9 (8), p. 145-156, Universidad Nacional del Litoral, Santa Fé, 2018a.

Diez Tetamanti, Juan Manuel. *Cartografía Social*: teoria y método. Estrategias para una eficaz transformación comunitária. Buenos Aires: Byblos, 2018b.

Fals Borda, Orlando. “Origenes universales y rectos actuales de la IAP (Investigación Acción Participativa)”, en *Análisis Político* (38), p. 71-88, Universidad Nacional de Colombia, Bogotá, 1999.

Forproex (Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras). *Política Nacional de Extensão Universitária*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013.

Freire, Paulo. *Extensão ou comunicação?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

Freire, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2013.

Harvey, David. *O neoliberalismo*. História e implicações. São Paulo: Loyola, 2005.

Montañez Gómez, Gustavo. “Introducción: razón y pasión del espacio y el territorio”. Montañez Gómez, Gustavo y otros (Ed.). *Espacio e territórios*. Razón, pasión e imaginarios. Bogotá: Editorial de la Universidad Nacional de Colombia, 2001, p. 15-32.

Pignante, Elisa; Dansero, Egidio; Loda, Mirella. “Geografia e cooperazione allo sviluppo: prospettive e agende di ricerca”, en *Geotema*, anno XIX (48), p. 5-24, Associacione dei Geografi Italiani, Roma, 2015.

Sabourin, Eric; Niederle, Paulo. “Agricultura familiar Na América Latina: das políticas agrícolas diferenciadas aos instrumentos de promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional e da agroecología”. Maluf, Renato; Flexor, Georges (Org.) *Questões agrárias, agrícolas e rurais*: conjunturas e políticas públicas. Rio de Janeiro: E-Papers, 2017, p. 270-286.

Schavelzon, Salvador. *Plurinacionalidad y Vivir Bien/Buen Vivir*. Dos conceptos leídos desde Bolivia y Ecuador post-constituyentes. Quito: Abya-Yala, 2015.

Santos, Milton. *A natureza do espaço*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

Santos, Milton. *Por uma outra globalização*. Do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2008.

Saquet, Marcos Aurélio. *Por uma Geografia das territorialidades e das temporalidades*: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

Saquet, Marcos Aurélio. *Saber popular, práxis territorial e contra-hegemonia*. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

Tapella, Esteban. *El mapeo de actores claves*. Documento de trabajo del proyecto Efectos de la biodiversidad funcional sobre procesos ecosistémicos, servicios ecosistémicos y sustentabilidad en las Américas: un abordaje interdisciplinario. Córdoba: Universidad Nacional de Córdoba, 2007.

Ocupar! Aquilombar! Retomar!

A Geografia Agrária e a luta de classes no Brasil

GT 14

Cartografias no campo: leitura das dinâmicas e dos conflitos

CARTOGRAFIA SOCIAL DOS USOS DO TERRITÓRIO POR COMUNIDADES CAMPONESAS NO PARQUE NACIONAL DOS LENÇÓIS MARANHENSES

Antonio José Araujo Cruz[1]

Henrique Coelho da Silva[2]

Ademir Terra[3]

RESUMO

A criação dos Parques Nacionais visando a conservação da biodiversidade e beleza cênica no Brasil remonta ao século XX. Esses espaços territoriais configuram-se como campos de conflitos pelo uso do território, pois tradicionalmente são ocupados por populações que dependem dos recursos naturais para sua produção física, social, econômica e simbólica, a exemplo das comunidades camponesas existentes nas frações do território capitalista brasileiro. Nessa perspectiva, o presente trabalho objetiva ressaltar as potencialidades da cartografia social no mapeamento dos usos do território feitos pelas comunidades camponesas nos espaços que hoje são juridicamente entendidos como Unidades de Conservação. Para tanto, buscando compreender os dinamismos que constituem as situações geográficas em suas relações contraditórias e conflitivas, nos filiamos ao método dialético, fundamentado na concepção materialista-histórica. Metodologicamente, realizamos sobretudo revisão bibliográfica, pesquisa-ação, trabalhos de campo, registros fotográficos e entrevistas. Trata-se de um esforço de contribuir com o debate em torno dos usos da cartografia pelos sujeitos historicamente excluídos e a favor das suas necessidades, que assim buscam dimensionar as suas lutas na escala do cotidiano dos lugares.

Palavras-chave: Cartografia social, Comunidades Camponesas, Unidades de Conservação.

ABSTRACT

The creation of National Parks aimed at conserving biodiversity and scenic beauty in Brazil dates back to the 20th century. These territorial spaces are configured as fields of conflict over the use of the territory, as they are traditionally occupied by populations that depend on natural resources for their physical, social, economic and symbolic production, such as the peasant communities existing in fractions of the Brazilian capitalist territory. From this perspective, the present work aims to highlight the potential of social cartography in mapping the uses of territory made by peasant communities in spaces that are today legally understood as Conservation Units. To this end, seeking to understand the dynamisms that constitute geographic situations in their contradictory and conflicting relationships, we adhere to the dialectical method, based on the materialist-historical conception. Methodologically, we mainly carried out bibliographical review, action research, fieldwork, photographic records and interviews. This is an effort to contribute to the debate surrounding the uses of cartography by

[1] Doutorando em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, antonioaraujo1096@hotmail.com

[2] Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, henriquecsmono@gmail.com

[3] Professor Adjunto IV do Departamento de Geografia da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, ademir.terra@outlook.com

historically excluded subjects and in favor of their needs, who thus seek to scale their struggles on the scale of everyday life in places.

Keywords: Social cartography, Peasant Communities, Conservation Units.

INTRODUÇÃO

As Unidades de Conservação (UCs) brasileiras são conhecidas por suas belezas cênicas e ecossistemas de relevância ecológica, mas também por serem lugares de intensos conflitos socioambientais (Terra, 2017). Tal fato relaciona-se aos modelos de áreas protegidas adotadas no país, lastreadas nas bases e pressuposições dos preservacionistas, os quais asseveravam que a conservação só seria possível com a cisão homem-natureza. As UCs foram criadas a partir de pensamentos de cientistas e administradores, como reflexo das transformações no cenário mundial de conservação do ambiente, do aumento de interesse da sociedade para a questão, das coações internacionais e da própria concorrência entre as instâncias gestoras e suas várias políticas (Pádua, 1997).

Castro (2012, p. 145) definiu unidades de conservação como "uma área geograficamente definida (espaço territorial) que tenha sido designada ou regulamentada e gerida (legitimada pelo Poder Público) para alcançar objetivos específicos de conservação (garantias adequadas de proteção)". Nesse sentido, os conflitos socioambientais em torno das UCs se dão porque a institucionalização jurídica desses espaços territoriais não ocorreu sobre vazios demográficos, mas, principalmente, sobre terras e territórios tradicionalmente ocupados (Almeida, 2004).

A categoria dos Parques Nacionais integra o grupo das Unidades de Conservação de Proteção Integral, ou seja, não admite a presença de populações humanas no seu interior. O Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (PNLM), criado em 1981, segue na mesma direção das outras UCs presentes no território nacional, inclusive, com a permanência de problemas tornados estruturais nesses espaços, como: falta de regularização fundiária, tensão permanente entre as populações tradicionais e a gestão do parque, falta de regulação das atividades turísticas, especulação imobiliária, etc.

As contradições e conflitos fazem parte de uma relação dialética que tem se desenvolvido no PNLM de maneira nada tímida, posto que, enquanto as comunidades camponesas têm a terra como meio de vida, pois encontram nela abrigo para reprodução de suas práticas sociais, culturais e econômicas, o Estado, na figura do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), busca regular essa porção do território para a "preservação e a ordem", no entanto, permitindo usos seletivos a agentes hegemônicos que o

têm como plataforma estratégica para extrair recursos, a exemplo dos agentes ligados ao capital turístico e imobiliário. Com base em nossas incursões de campo, no levantamento bibliográfico e documental, percebe-se que há por parte do Estado um "desconhecimento" da situação e da diversidade local de parte das comunidades camponesas do PNLM.

Na verdade, nossa hipótese é de que esse processo trata-se de um projeto político, porque, assim, o Estado se omite de garantir os direitos dessa população, ou seja, sem qualquer reparação histórica, sem resolver os problemas que assolam o cotidiano dos lugares, como falta de habitação, escola, saúde, energia etc., além de todas as limitações impostas e, assim, acaba por levar as pessoas a saírem das comunidades já que não conseguem reproduzir seus modos de vida, o que não deixa de ser um processo violento de expulsão do Estado capitalista.

Assim, objetivamos, nesta comunicação científica, destacar as potencialidades da cartografia social como uma cartografia à serviço da sociedade, a exemplo das comunidades camponesas existentes no PNLM, no sentido de como ela pode auxiliar nas suas lutas e resistências. Ao mesmo tempo, ressaltar como ela pode ser um instrumento importante para o planejamento e gestão das UCs de maneira mais democrática, uma vez que ela permite que os próprios camponeses realizem suas cartografias.

METODOLOGIA

Os procedimentos adotados para realização da pesquisa se entrelaçam nas diversas partes que compõem o trabalho que se apresenta. Para fins didáticos, estão expostos principalmente na seção do referencial teórico-metodológico, em que buscamos tensionar métodos e categorias geográficas que permitem nos aproximar da cartografia social, bem como encontra-se nos próprios resultados e discussões da situação apresentada. No entanto, destacamos, resumidamente, que as entradas indispensáveis para realização do trabalho foram: revisão bibliográfica, incursões de campo, observação participante, entrevistas, conversas formais e informais e a produção de um mapa situacional, compreendendo que a pesquisa se faz fazendo, como pondera (Hissa, 2017), o que leva a outros arranjos não pensados pelos pesquisadores ao longo do desenvolvimento do trabalho.

REFERENCIAL TEÓRICO

Conforme Moraes & Costa (1984), o método é o ponto de partida do pesquisador, pois diz respeito à sua concepção de mundo e, nesse sentido, deve buscar a melhor forma para

analisar determinada situação geográfica (Silveira, 1999) pesquisada. Assim, nos filiamos ao método dialético nesta comunicação científica, pois ele nos permite compreender o movimento da sociedade em suas contradições, conflitos e relações estabelecidas entre os distintos agentes, segundo suas forças e posições de sujeitos historicamente constituídos e dos fatos materiais.

Entendemos que a cartografia da ação social permite uma combinação de métodos, tal como de procedimentos, isso pois ela representa a ação, percepção e experiência dos sujeitos cartografados em suas relações com os usos dos territórios, mas, ao mesmo tempo, entendemos que a realidade é dinâmica e conflitiva, o que nos exige não perder de vista a historicidade da análise e a sua estruturação dialética a partir das relações.

Por tentativas de aproximação, acreditando que é dessa forma que o conhecimento nas ciências humanas avança, tomamos como referência a categoria território a partir de duas matrizes teóricas, as quais nos permitem pensar o camponês como sujeito histórico, bem como revelar seus usos pretéritos e atuais do espaço através da cartografia social. Assim, a primeira, compreende como i) território capitalista (Oliveira, 1999), onde os camponeses lutam pela sua produção e reprodução nas suas frações ou subespaços conformando distintas situações, no nosso caso, os camponeses buscam reproduzir-se no interior de uma área protegida, o Parque Nacional os Lençóis Maranhenses. Dessa forma, o território nacional capitalista, no caso brasileiro, sem esquecer de sua condição periférica dentro do modo de produção capitalista global, constitui-se como:

> síntese contraditória, como totalidade concreta do processo/modo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supraestruturais (políticas, ideológicas, simbólicas etc.) onde o Estado desempenha a função de regulação. O território é assim produto concreto de uma luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência (Oliveira, 1999, p.74).

Tal concepção nos parece importante, haja vista que nos permite captar os processos, as dinâmicas, as disputas empiricamente observáveis e travadas pelos agentes produtores da formação socioespacial brasileira, bem como não nos permite perder de vista o caráter seletivo do desenvolvimento capitalista. Nessa via, também tomamos como referência a categoria ii) território usado (Santos, 1994, 1997), uma vez que nos permite compreender o território a partir dos seus usos, organização e regulação. Ou seja, tal concepção nos ajuda a pensar constantemente o território sendo dinamizado por múltiplos agentes no passado e no presente, revelando as formas que o território foi usado e, ao mesmo tempo, ganha novos usos e conteúdos hoje. Essa categoria de método exige investigarmos quem usa o território, como o usa, por quê e para quê (Santos; Silveira, 2001). Desse modo, ela admite mostrar o espaço

herdado e os usos atuais feito pelos camponeses no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses para se constituírem como classe, bem como seus modos de vida.

Nesse viés, a cartografia social é reveladora do território usado pelas comunidades camponesas, destacando seu uso como abrigo a partir do cotidiano dos lugares, mostrando as dinâmicas, as lutas, ou seja, o movimento do espaço geográfico. Tal ferramenta nos ajuda refletir sobre o lugar como campo das existências (Santos, 1997), para desvelar as práticas espaciais lugarizadas, o cotidiano e modo de vida dos sujeitos sociais, bem como averiguar as ordens dos lugares frente às demandas externas, concebendo que "cada lugar se define tanto por sua existência corpórea, quanto por sua existência relacional" (Santos, 1999, p.34).

A cartografia social constitui-se numa importante ferramenta para dar visibilidade às comunidades camponesas que vivem dentro das áreas protegidas, pois compreende-se que ele consegue mostrar a realidade social destas nas diferentes localidades. Esta tem sido outra forma de se espacializar os fenômenos e explicar a dinâmica espacial, sobretudo na américa latina nos últimos anos, pois entende-se que a cartografia "oficial" existente, sozinha, não consegue explicar a realidade tal como ela é. De acordo com Acselrad (2011, p.1):

> Na modernidade, os mapas foram elaborados originalmente para facilitar e legitimar as conquistas territoriais, definir o Estado como uma entidade espacial e construir nacionalismos pós-coloniais. Os primeiros mapas de constituição dos Estados-nação tiveram a ver com penetração e orientação, identificação de rotas para o interior, definição de pontos de referência considerados críticos ao longo dos trajetos e colocação de símbolos para sugerir a existência de riquezas.

A cartografia social, ou o mapeamento social de situações envolvendo povos e comunidades tracionais na luta pelo território, na perspectiva de Santos (2016), tem ganhado relevo na Geografia, bem como entre outras áreas do conhecimento, despertando o interesse por cartografias outras e politizando o seu próprio conceito e uso. Essa outra forma de cartografar permite que as populações possam desenhar/representar o território que ocupam, mostrando aquilo que consideram relevante para dar-lhes visibilidades, seja através de elementos fixos (casas, escolas, roças, igrejas, terreiros, os próprios limites territoriais etc.) ou através dos fluxos (informação, manifestações religiosas, comunicação, saberes tradicionais, memórias etc.) e que juntos conferem significância ao território (Santos, 1997).

Acselrad (2013, p. 17), discute que o campo da cartografia social:

> Evidencia a existência de disputas epistemológicas por meio das quais os grupos sociais reivindicam formas próprias de conceber o território e suas representações, utilizando-se das técnicas convencionais da cartografia em sua ação política. Este é um processo fundamental para a constituição desses grupos não só como sujeito "cartografantes", mas também como sujeitos políticos, desde que lhes seja garantida a autonomia da produção da informação espacial e da decisão sobre seus mundos. As características dessa dinâmica política se configuram na esteira das mudanças

> econômicas e institucionais que vêm ocorrendo no contexto latino-americano, bem como na trajetória dos conflitos territoriais específicos de cada local.

No contexto brasileiro, as primeiras iniciativas da cartografia social voltadas para o mapeamento das situações de povos e comunidades tradicionais em conflito se deram na região da Amazônia Legal, sob a coordenação do professor Alfredo Wagner, no final da década de 1980, depois se expandiu para outras regiões no território nacional, principalmente para as áreas de cerrado onde há um intenso contingente de populações tradicionais que ocupam estes territórios. Com isso, a cartografia social vem se consolidando como um instrumento de defesa de direitos. Nesse sentido, Araujo (2014, s/pg.) considera que:

> O mapeamento social geralmente envolve populações tradicionais extrativistas, ribeirinhos, agricultores familiares e indígenas, e é um instrumentos utilizado para fazer valer os direitos desses grupos frente a grandes empreendimentos econômicos – como construção de usinas hidrelétricas e implantação de projetos de mineração -; problemas relacionados à grilagem de terras, ao não cumprimento de normatizações referentes às delimitações de terras indígenas e a áreas de preservação/ proteção ambiental. Em vez de informações técnicas, os mapas sociais são construídos de forma participativa e apresentam o cotidiano de uma comunidade. Neles, são colocados localidades, rios, lagos, casas, equipamentos sociais como hospitais, escolas, e outros elementos que as populações envolvidas julgam importantes.

Almeida (2013) nos orienta que essa forma de cartografia social não se constitui, necessariamente, como uma metodologia, mas, sim, como procedimentos metodológicos, pois cada situação representa uma dinâmica e realidade social diferente, por isso, não cabe classificar como uma metodologia pronta, sendo importante considerar em sua construção o tempo, a ação, as contradições e a visão dos agentes autocartografados.

A cartografia social como procedimento metodológico, aliada à proposta teórico-metodológica da cartografia da ação (Ribeiro, 2001), ancorada no território usado, oferece elementos fundamentais para a compreensão da dinâmica do território capitalista brasileiro e de seus subespaços apropriados por distintos agentes sociais, tal qual o camponês na luta pela terra contra latifundiários, e, em se tratando do PNLM, com agentes ligados ao capital turístico e o próprio Estado. Segundo Ribeiro (2004 *apud* Ribeiro *et al*., 2016, p. 23):

> A cartografia da ação social é aquela possível de compreensão e de representação do movimento da sociedade, das lutas (protestos, reivindicações e manifestações) e de novos desejos, das ações e desejos das bases populares, é a cartografia da ação social – ação portadora de sentidos, de visão de mundo e de estratégias de artes de fazer – que representa também o cotidiano da vida coletiva.

Essa cartografia da ação social proposta pela autora é também a não oficial, representativa das lutas enfrentadas pelos comunitários, suas manifestações culturais,

religiosidade, cotidianidades, práticas espaciais, de todas as relações coexistentes no plano da horizontalidade, viração[4] e valorização dos sujeitos sociais envolvidos, as vezes invisibilizado.

> A cartografia aqui sugerida é a da denúncia e também a que oriente a ação social, desvendando contextos e reconhecendo atos, ou melhor, cada ato (Almeida, 1994). Uma cartografia que vise à valorização imaginativa dos lugares vividos, onde a vida escorre ou ganha força reflexiva e transformadora. Como carta, mapa, não aparece como instrumento isolado ou como bela ilustração de textos, exacerbando critérios estéticos; mas, sim, como ferramenta analítica e como sustento da memória dos outros apenas dos usos e das funções do espaço, mas, também, usável, tentativa e plástica, através da qual se manifeste a sincronia espaço-temporal produzida e produtora da ação. (Ribeiro, 2001, p. 43)

É nessa perspectiva que reafirmamos a potência da cartografia social, a qual baseia-se na ação e não apenas nas características físicas do território, mas em seus usos, considerando o concreto e o social, em que o espaço geográfico é "cartografável sob o prisma da resistência" (Cramton; Krygier, p. 1, 2006), capaz de representar geograficamente as práticas do cotidiano, os gestos e os projetos dos lugares que, muitas vezes, passam despercebidos, porque não é preocupação do saber e das ciências dos *expert*, mas é fundamental para a existência dos *sábios locais* (Santos, 1999).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O PNLM possui uma área de 156.584 hectares, abrangendo os municípios de Primeira Cruz (6,89%), Santo Amaro (42,15%) e Barreirinhas (44,86%). De acordo com a posição das comunidades dentro do PNLM, algumas atividades vão se sobrepor às outras, uma vez que os camponeses dependem dos recursos disponíveis no território para sua reprodução. Dentro desta lógica, aquelas que estão situadas mais ao sul, ou seja, no interior do parque, são denominadas localmente de comunidades das regiões de areais, as quais vão apresentar características diferentes das que se localizam no litoral, que são denominadas de comunidades das regiões de praias e estão a oeste do PNLM.

Em uma perspectiva da pesquisa-ação (Pinto, 1989), a partir de alguns trabalhos de Iniciação Científica desenvolvidos no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses no período de 2016 a 2020, no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisas Sobre a Questão Agrária e Movimentos Sociais do Campo (GEPQAM), bem como mediante a participação de um dos autores no projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, na Universidade Estadual do

[4] Noção desenvolvida por Ana Clara Torres Ribeiro para elucidar a arte de se resolver a vida cotidiana nos lugares pelo trabalhador.

Maranhão (UEMA), escolhemos realizar uma cartografia social da comunidade Bracinho, tal escolha se deu, principalmente, por conta das experiências de pesquisa na comunidade, o que nos permitiu uma aproximação com tal situação geográfica.

A comunidade camponesa Bracinho situa-se na região de areia, no município de Barreirinhas, sendo composta por mais de 25 famílias. Segundo relatos dos camponeses, trata-se de uma comunidade centenária formada no início do século XX, quando os primeiros moradores se assentaram naquela região fugindo da seca cearense.

A cartografia social desta situação geográfica é importante para pensar o lugar a partir daqueles que foram impactados com o processo de criação desta Unidade de Conservação. Ou seja, o que compreendemos hoje como território do PNLM, já eram terras tradicionalmente ocupadas (Almeida, 2004), já era um território vivido, regulado, usado e organizado por famílias camponesas que habitavam e se reproduziam por meio de relações simbióticas com a natureza (Ploeg, 2016), e passaram, a partir de então, a terem seus modos de vida alterados por conta de novas territorializações e normas.

Trata-se de uma cartografia social ainda em construção, isso pois o seu "produto final", o mapa situacional o qual apresentamos nesta comunicação científica, ainda não foi finalizado e ainda buscar-se-á acrescentar diversos aspectos do cotidiano e elementos do espaço herdado a partir da correção feita pelos camponeses na própria comunidade em um momento oportuno de pesquisa. Mas, ao mesmo tempo, pensamos ser importante compartilharmos o trabalho iniciado com o intuito de trocar saberes no Grupo de Trabalho (GT) Cartografias no campo: leitura das dinâmicas e dos conflitos, do X Simpósio Internacional de Geografia Agrária: Ocupar! Aquilombar! Retomar! A Geografia Agrária e a luta de classes no Brasil.

A construção dessa cartografia social, a partir de um conjunto de procedimentos, junto com os camponeses, permitiu-nos empiricamente conhecermos alguns dos dilemas do cotidiano da comunidade Bracinho, das imposições normativas, das carências do território e seu lastro na vida dos camponeses, a exemplo da dificuldade em relação aos transportes e à construção de casas. Estamos chamando o mapa social (figura 1) feito de mapa situacional, no qual apresenta-se a dinâmica de uma situação localizada, em permanente mudança, em determinado contexto, tempo histórico e conjuntura social.

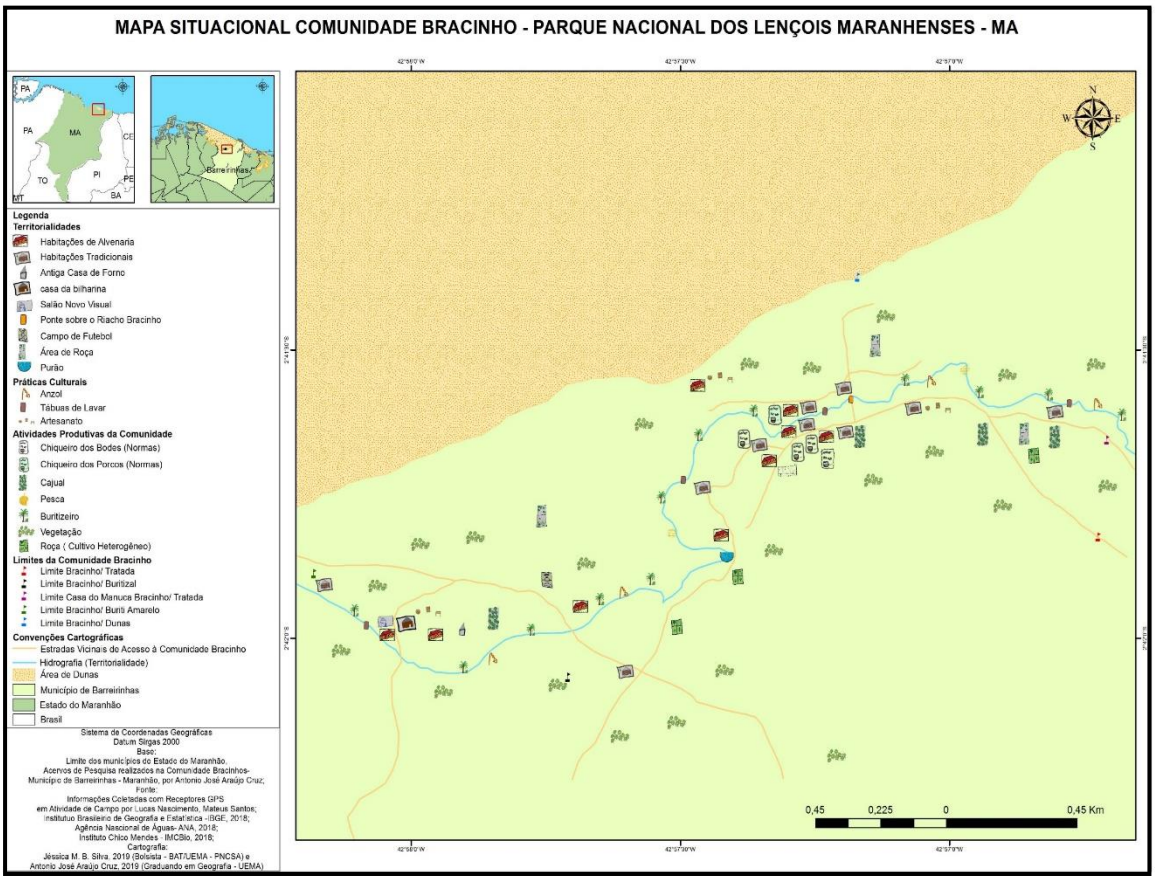


Figura 1 – Mapa situacional da comunidade camponesa Bracinho

Fonte: Bases de dados IBGE, ANA. Croqui e georreferenciamento feito pelos camponeses.

A partir da cartografia social de Bracinho, é possível refletir sobre os usos do território empreendidos por essa comunidade camponesa na fração do território capitalista para sua reprodução social, econômica e cultural, bem como destacar os seus vínculos ou práticas simbólicas e ancestrais arraigadas em um território em disputa. Os sentidos das práticas territorializadas só podem ser compreendidos na perspectiva dos sujeitos autocartografados, os quais, imersos em uma realidade histórica e social, podem falar também dos sentidos das suas ações, assim como da concretude, da dimensão material do território.

A exemplo, foi possível compreender como a comunidade se organiza historicamente a partir das diferentes formas de pescar, de morar, de realizar a agricultura e diversas atividades extrativistas. Destaca também o papel social que possui as mulheres na organização do lugar em suas relações com os quintais, com as plantas domésticas, com o rio, com as atividades religiosas e políticas.

Segundo fala uma das camponesas sobre a prática cultural das casas de forno e tábuas de lavar presentes na comunidade (destacadas no mapa situacional), elas primeiro apareceram

como uma necessidade devido às circunstancias materiais logo quando se instalaram na região *[...], mas hoje fazem parte da nossa identidade e está relacionada às nossas raízes aqui. Nos organizamos e nos reunimos coletivamente nas casas de forno, assim como nos reunimos nessas tábuas nos rios para lavar roupa, são coisas que falam sobre nossa história, dos nossos antepassados [...]* (entrevista, 2019). Além disso, podemos destacar sumariamente nesta comunicação científica outro aspecto trazido na cartografia social, o das normas, às quais os camponeses foram submetidos após a institucionalização do PNLM e que podem ser vistas inscritas no lugar, como os diversos chiqueiros (espaços de criação de animais) distribuídos ao longo da comunidade, isso pois, conforme a fala dos moradores, os animais não puderam mais ser criados soltos, ou ainda nas formas de habitação, que, segundo eles, existem as tradicionais e as de alvenaria, porque eles não podem construir novas habitações por estarem em uma área protegida do tipo integral.

Em suma, tal cartografia social permite um conjunto de possibilidades e reflexões sobre a situação geográfica analisada envolvendo os camponeses, o Estado (na figura do ICMBio) e outros agentes que disputam o uso do território do PNLM. Isso porque "os usos do território mapeados nesta cartografia decorrem de regras — não ditas — do cotidiano e da sociabilidade. Quando articulados à revolta e à insurgência, estes usos são frequentemente fugazes" (Ribeiro, 2013, p. 200).

O processo de construção dessa versão preliminar da cartografia social que se apresenta neste trabalho foi resultado de alguns procedimentos, os quais pensamos ser importante ressaltar neste Grupo de Trabalho, ainda que sumariamente apenas, - já que o grupo propõe discutir diferentes estratégias e metodologias para representar a dinâmica do campo e do espaço e dos seus sujeitos em suas relações históricas e lutas.

O último procedimento, que resultou no mapa situacional apresentado acima, foi realizado no Sistema de Informação Geográfica ArcGIZ, utilizando-se de bases cartográficas de vários órgãos e entidades tais como: IBGE, Fundo Amazônico, ANA etc. Nesse processo, valorizou-se o desenho feito no croqui, usando os mesmos elementos e mesmas representações feitas pelos agentes sociais, principalmente aqueles elaborados pelas crianças na composição da legenda do mapa.

A primeira parte do trabalho foi realizada em dois dias durante uma incursão de pesquisa na comunidade. No primeiro momento, estabelecemos um diálogo através de rodas de conversas sobre diversos temas geradores, tais como: processo de ocupação da comunidade, conflitos ambientais, saúde, educação, renda e cultura etc., discutiu-se também sobre a importância da cartografia social, bem como sobre os elementos que poderiam compor o mapa,

de forma que representasse a situação social dos camponeses. Além disso, nas suas falas, os moradores puderam destacar sobre suas trajetórias espaciais, suas práticas sociais, religiosidades, insatisfações e desejos.

Na segunda etapa, dedicada à construção do croqui, ou como convencionaram chamar, “desenho da comunidade” (Figura 2), iniciou-se de forma prática a confecção do mapa situacional, estabelecendo-se as áreas da comunidade a serem cartografadas, limites e territorialidades abrigadas no lugar, bem como a dimensão das normas. O desenho foi feito por crianças e, sobretudo, os jovens, sendo que os moradores mais velhos os orientavam sobre os pontos a serem representados e cartografados, assim como os limites do território e antigos espaços que contam a história e a memória do lugar.

Figura 2 – Confecção do croqui da comunidade

Fonte: acervo dos autores

Em seguida, foi realizada uma apresentação do mapa construído (figura 3) para a comunidade, momento em que se destacaram os elementos importantes (técnica, ação, normas, territorialidades, trabalhos, retomada da história territorial, riquezas ambientais e problemas sociais) os quais deveriam ser considerados na cartografia. Conforme considerou uma liderança local nesse momento:

> [...] Acho que o mapa pode nos ajudar quando nós formos para esses órgãos aí do governo atrás dos nossos direitos, porque ele vai dizer onde estamos e o que temos aqui e o que não temos também. Então ele pode nos ajudar lutar por algumas infraestruturas pra cá, um posto de saúde, já que vai ter a casa da gente localizada no mapa e eles vão ver que tem bastante gente aqui, e se nós que estamos fazendo, vamos conseguir também falar das nossas necessidades em qualquer lugar que nós formos com ele debaixo do braço (entrevista, 2019).

Figura 3 - Apresentação do croqui construído

Fonte: acervo dos autores

O quarto momento, que precedeu a etapa final do trabalho, já apresentado anteriormente (a construção do mapa situacional no Soft ArcGIS), se deu com a realização de uma oficina sobre noções básicas de cartografia e GPS (latitude, longitude, coordenadas geográficas e UTM, sistema de satélites etc.). Assim, discutiu-se sobre os usos políticos da cartografia e como ela pode servir como aliada das lutas dos camponeses. Nesse sentido, ressaltou-se como o GPS poderia ser usado como um instrumento para georreferenciar os pontos destacados no croqui. A partir disso, os próprios camponeses procederam para coletar os pontos: limites da comunidade, áreas de uso comum, espaços de sagrados, etc. que fossem capazes de revelar os usos do território empreendidos por eles, ou seja, a base material historicamente produzida em que eles estruturam suas vidas e relações.

Desse modo, o presente trabalho apresenta a comunidade Bracinho, em certa medida, a partir da perspectiva de quem habita o lugar, de quem vive o cotidiano e tem ciência de sua realidade social. Portanto, a cartografia social não deve ser reduzida às técnicas cartográficas (Acselrad, 2013), mas como instrumento que capta o dinamismo dos lugares a favor dos grupos sociais historicamente excluídos que, muitas vezes, são carentes de cartografias. Trata-se de um esforço de refletir sobre “o não-dito, o invisível, o anônimo, e também sobre aquilo que se duvida valer a pena tentar dizer” (Ribeiro, 2005, p. 416).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta de trabalho ora apresentada possibilitou entender sobre as condições estabelecidas para que os camponeses permaneçam no PNLM, bem como conhecer os seus aspectos históricos. Nessa via, foi possível olhar para o território funcionando e sendo regulado, como também a maneira com que os conflitos socioambientais relacionados ao uso do território têm, de certa maneira, contribuído para a invisibilização dos camponeses que ali se reproduzem.

Ressalta-se a importância da cartografia social feita em revelar as situações geográficas no PNLM, explicitadas no mapa e nas falas dos camponeses durante a realização do trabalho. Colocar os sujeitos no mapa, suas ações, problemas e modos de viver é também uma forma de denunciar as desigualdades e violências que atingem as comunidades camponesas que ocupam historicamente as frações do território capitalista brasileiro onde são criadas as áreas protegidas.

Assim, propõe-se que a cartografia seja usada como ferramenta para reivindicar direitos sociais, do mesmo modo que permita aproximar um diálogo das comunidades com a gestão territorial que faz a governança das UCs. O mapeamento social feito com o auxílio de pesquisadores e pelas comunidades, ou seja, a partir de quem usa e tem conhecimento do território, dos seus problemas e necessidades, tende a contribuir com o planejamento territorial e ambiental das UCs e, talvez, auxiliar a pensar na resolução de problemas estruturais nesses espaços como: situação fundiária, conflitos socioambientais e expulsões.

Nessa cartografia social, os camponeses mapeiam a dimensão simbólica e material nos permitindo uma leitura e aproximação da escala do cotidiano compartilhado, simbolizam seus modos viver, sua reprodução física, cultural e social e implicações resultantes da criação da UC. Dessa forma, reafirmarmos, o mapa é um instrumento de luta a favor das comunidades.

Para os gestores, essa é uma oportunidade de conhecer as diferentes comunidades, suas territorialidades e como se organiza as populações tradicionais em seus usos ancestrais do território, como forma de tomar ciência e preservar o direito à vida, à terra e a seus direitos socioterritoriais, pensando medidas que podem, de certo modo, equilibrar a preservação e as comunidades camponesas inseridas nas Unidades de Conservação brasileiras e maranhenses.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. **Cartografia social, terra e território**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ. 2013.

ALMEIDA, A. W. B. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. **Revista Brasileira Estudos Urbanos e Regionais**, v. 6, n. 1, p. 9-32, maio 2004.

ALMEIDA, A. W. B. **Nova Cartografia Social da Amazônia** - Povos e comunidades tradicionais (Nova Cartografia Social). Manaus: PNCSA-UFAM, 2013.

ARAUJO, Eliane. **A cartografia social vem se consolidando como instrumento de defesa de direitos**. Rede Mobilizadores. Disponível em: Acesso em: 05 dez. 2023.

CASTRO, C. E**. A Política Nacional de Proteção da Natureza e seus Desdobramentos no Território do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses**. 2012. 257. Tese (Doutorado em Geografia) –Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciência e Tecnologia, Presidente Prudente, 2012.

CRAMPTON, Jeremy. W.; KRYGIER, John. An introduction to critical cartography. ACME: **An international e-journal for critical geographies,** v. 4, n.1, p.11-33, 2006.

DIAS, R.G. **Tempo de muito chapéu e pouca cabeça, de muito pasto e pouco rastro:** ação estadual e suas implicações para comunidades tradicionais no parque nacional dos lençóis maranhense. 2017. 195. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2017.

HISSA, Cássio E. Viana. Levantamento bibliográfico e outras escolhas. In:___. **Entrenotas**: compreensões de pesquisa. Belo Horizonte: UFMG, 2017. p. 47-58.

MORAES, A. C. R; COSTA, W. M. O ponto de partida: o método. In: **A valorização do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1984. p. 26-34.

OLIVEIRA, A. U. Geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). **Novos rumos da geografia**. São Paulo: Contexto, 1999.

PÁDUA, M. T. J. Sistema brasileiro de unidades de conservação: de onde viemos e para onde vamos? In: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 1997, Curitiba. **Anais**... Curitiba: IAP; Unilivre; Rede Nacional Pró Unidades de Conservação, v. 1. 1997.

PLOEG. J. D.V. D. **Camponeses e a arte da agricultura**: um manifesto Chayanoviano. 1. Ed. São Paulo: Editora Unesp; Porto Alegre: Editora UFRGS, 2016.

RIBEIRO, A. C T. *et al.* **Pensamento vivo de Ana Clara Torres Ribeiro:** compreendendo contextos, abordagens, conceitos e proposta metodológica da Cartografia da Ação Social. Rio de Janeiro, 2016.

RIBEIRO, A. C. T. Por uma cartografia da ação: pequeno ensaio de método. **Cadernos IPPUR/UFRJ**, vol. 15-16, 2001. p. 33-47.

RIBEIRO, A. C. T. Território usado e humanismo concreto: o mercado socialmente necessário. In: **Encontro de geógrafos da América Latina**, X.p. 12.458 - 12.470. São Paulo, 2005.

RIBEIRO, A. C. T. Sociabilidade hoje: leitura da experiência urbana. **Cadernos do CRH**, Salvador, v. 18, p. 411-422, 2005.

RIBEIRO, A. C. T. **Por uma sociologia do presente: ação, técnica e espaço**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

SANTOS, M; SILVEIRA, M. L.**O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. São Paulo: Record, 2001.

SANTOS, M**. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, **1997.**

SANTOS, M. **O Lugar**: Encontrando o Futuro. 1999.

SANTOS, M. O Território e o Saber Local: algumas categorias de análise. In **Cadernos do IPPUR**, Rio de Janeiro, Ano XIII, nº 2, p. 15-26.

SANTOS, M. O retorno do território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. (org.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: ANPUR/Hucitec, 1994.

SILVEIRA, M. L. Uma situação geográfica: do método à metodologia. **Revista Território**, ano IV, nº. 6, 1999. Pp. 21-27.

TERRA, A. Conflitos Socioambientais na Gestão do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses: O Caso das Comunidades Tratada de Cima, Tratada de Baixo e Buritizal. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 37, p. 244-262, 2017.

ANÁLISE DOS CONFLITOS, DAS VIOLÊNCIAS E DO DESFLORESTAMENTO NO CAMPO NOS MOMENTOS DE MUDANÇA/RUPTURA POLÍTICA NO GOVERNO FEDERAL BRASILEIRO – 2012-2022

Eduardo Paulon Girardi[1]

RESUMO

Este artigo apresenta uma análise da relação entre períodos de Governo Federal, eventos políticos nacionais, conflitos, violências e desflorestamento no campo, sendo o recorte temporal o intervalo 2012-2022. O objetivo é fornecer elementos para avaliar a hipótese de que "os eventos críticos e as mudanças e/ou rupturas relativas ao Governo Federal, especialmente ao chefe do Executivo, implicam em mudanças nos níveis de conflitos, violências e desflorestamento no campo brasileiro". Para isso, foram elaboradas duas construções gráficas referenciadas na matriz ordenável de Jacques Bertin. A conclusão é de que a hipótese é verdadeira. As análises realizadas neste artigo não esgotam as explicações sobre tais relações, sendo que esperamos que outros pesquisadores também avaliem as duas construções gráficas aqui apresentadas e que estão disponíveis no Atlas da Questão Agrária Brasileira (www.atlasbrasilagrario.com.br). Analisar mais detalhadamente essas duas construções também é nosso objetivo em trabalhos futuros.
Palavras-chave: Brasil, questão agrária, conflitos, violências, desflorestamento.

ABSTRACT

This article presents an analysis of the relationship between periods of Federal Government, national political events, conflicts, violence and deforestation in the countryside, with the time frame being 2012-2022. The aim is to provide elements to evaluate the hypothesis that "critical events and changes and/or ruptures in the Federal Government, especially in the President, imply changes in the levels of conflict, violence and deforestation in the Brazilian countryside". To this purpose, two graphical constructions were drawn up based on Jacques Bertin's orderable matrix. The conclusion is that the hypothesis is true. The analyses carried out in this article do not exhaust the explanations of these relationships, and we hope that other researchers will also evaluate the two graphical constructions presented here, which are available in the Brazilian Agrarian Question Atlas (www.atlasbrasilagrario.com.br). Further analysis of these two constructions is also our goal in future work.
Keywords: Brazil, agrarian question, conflicts, violences, deforestation.

[1] Professor do Departamento de Geografia da Unesp – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – Câmpus de Presidente Prudente. eduardo.girardi@unesp.br – www.atlasbrasilagrario.com.br
*Este artigo é resultado de projeto financiado pelo CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

INTRODUÇÃO

Pode-se dizer que os anos de 2011 e 2012, os dois anos iniciais do primeiro governo da Presidente Dilma Rousseff, foram os últimos de relativa tranquilidade política e econômica que o Brasil experimentou após o início do Plano Real e, principalmente, após os anos de prosperidade econômica e social dos dois mandatos do Presidente Lula. A partir de 2013, uma intensa crise político-econômica instalou-se no país, tendo início com as manifestações de julho de 2013.

A partir de 2013, vários eventos marcaram a cena política do Brasil, a saber: 1) manifestações de julho de 2013; 2) início da Operação Lava-Jato, em março de 2014; 3) eleições presidenciais de 2014; 4) reeleição da Presidente Dilma Rousseff, com o segundo mandato iniciado em 2015; 5) Processo de Impeachment da Presidente Dilma Rousseff (12/2015 – 08/2016); 6) governo do Presidente Michel Temer (05/2016 - 12/2018); 7) prisão do ex-Presidente Lula (05/2018); 8) eleições presidenciais de 2018; 9) eleição do Presidente Jair Bolsonaro (mandato de 2019-2022); 10) eleições presidenciais de 2022, com vitória do Presidente Lula, que assumiu o governo em 2023.

Frente ao cenário acima, neste artigo temos como objetivo fornecer elementos para avaliar a hipótese de que "os eventos críticos e as mudanças e/ou rupturas relativas ao Governo Federal, especialmente ao chefe do Executivo, implicam em mudanças nos níveis de conflitos, violências e desflorestamento no campo brasileiro". Tal hipótese está diluída em um grande número de trabalhos que analisam tais problemas do campo brasileiro, mas a questão ainda não havia sido tratada de forma sistemática, sendo essa a novidade que vislumbramos apresentar como contribuição no presente trabalho. No caso dos conflitos do campo e violências, a hipótese pode ser subentendida em trabalhos como os de Alentejano (2020), CPT (2023), Fernandes et al. (2020), Girardi (2008), Mitidiero Jr. e Feliciano (2018), Oliveira (2007) e Porto-Gonçalves e Leão (2020), os quais tomamos como principais referências neste artigo.

Para a realização do trabalho foram analisados dados de conflitos e violências no campo, da Comissão Pastoral da Terra, e os dados de desflorestamento da Amazônia, do Cerrado e do Pantanal, provenientes do programa PRODES, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Os anos analisados foram de 2011 até 2022, sendo o ano de 2011 considerado o ano basal de referência, como explicado nos procedimentos metodológicos. O procedimento metodológico principal consiste no tratamento gráfico dos dados e na construção de duas imagens baseadas nos princípios da matriz ordenável de Jacques Bertin (2028 [1967]), cujo objetivo é investigar as correlações entre os

fenômenos selecionados e os eventos políticos nacionais mais importantes ocorridos entre 2012 e 2022. As duas construções gráficas apresentadas no artigo estão disponíveis no Atlas da Questão Agrária Brasileira (www.atlasbrasilagrario.com.br).

Os elementos que objetivamos oferecer para o esclarecimento da hipótese citada anteriormente são duas construções gráficas e algumas análises iniciais, hipóteses e questões. Esses elementos, esperamos que sejam analisados, questionados e acrescentados por outros pesquisadores. Também buscaremos encontrar explicações mais minuciosas para tais fatos em trabalhos futuros.

METODOLOGIA

Foram analisados os seguintes dados, todos considerando o total nacional: assassinatos, tentativas de assassinato, ameaças de morte, trabalho escravo rural, famílias em ocupações de terra, manifestações do campo, famílias expulsas, famílias despejadas, desflorestamento do Cerrado, desflorestamento da Amazônia e desflorestamento do Pantanal. Todos os dados foram considerados nos anos de 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022.

Tomamos como referência os princípios da matriz ordenável de Bertin (2018 [1967]) e foram elaboradas duas construções gráficas, as figuras 1 e 2, sendo que a última é uma matriz ordenável construída com o auxílio do programa Philcarto. A primeira figura, embora tenha seguido os princípios da matriz ordenável, tem algumas diferenças no estabelecimento da base de cálculo para a comparação dos dados, como descreveremos a seguir.

Para a construção da figura 1, o ano de 2011 foi tomado como ano basal e, por isso, não aparece nos gráficos. Todos os dados dos demais anos são representados em forma de colunas segundo a sua diferença em relação ao ano de 2011. Os valores de cada variável não são representados na figura final, pois esse não é um fator importante: o que interessa é como as barras são maiores ou menores na sequência de anos. Após feitos gráficos para cada variável, os comparamos visualmente e os agrupamos segundo semelhança no comportamento. Isso fez com que pudéssemos identificar quais fenômenos em questão apresentam semelhanças, permitindo assim identificar, em escala nacional, os fenômenos que foram afetados pelos eventos políticos destacados na imagem.

Já a figura 2 é exatamente uma matriz ordenável, que foi construída com o auxílio do programa Philcarto. É necessário destacar que aplicamos os princípios de reordenação

por semelhança apenas nas colunas, mas não nas linhas, que representam os anos, já que precisamos da sequência temporal para analisar a linha do tempo dos eventos políticos e os mandatos presidenciais.

REFERENCIAL TEÓRICO

Nossa perspectiva analítica dos conflitos, das violências e do desflorestamento no campo é a partir a questão agrária, que é a mesma perspectiva dos autores referenciados neste artigo. Os conflitos, as violências e o desflorestamento no campo brasileiro só podem ser entendidos e explicados pela permanência da questão agrária no Brasil, que decorre de uma formação agrária extremamente concentrada e do fato de nunca ter havido uma reforma agrária estrutural no país. Dessa forma, a construção agrária brasileira experimentou apenas políticas públicas incipientes e pontuais em favor dos camponeses, sendo a regra o suporte ao desenvolvimento do capitalismo no campo que, desde os estudos clássicos sobre a questão agrária, é caracterizado por profundas contradições e desigualdades.

Quanto a hipótese apresentada neste artigo, embora esteja presente de forma difusa nas obras já citadas na introdução, as formulações mais explícitas que tomamos como referência são encontradas em Mitidiero Jr. e Feliciano (2018):

> Na análise de toda série histórica, observa-se três períodos com aumento no número de assassinatos: 1º) entre 1985-1988; 2º) em 2001-2003; 3º) entre 2015-2017. Na instigante e, ao mesmo tempo, estarrecedora análise do geógrafo Carlos Walter Porto Gonçalves (CPT, 2003), com base nos dados da CPT, constrói-se, como hipótese, a tendência de que, contraditoriamente, nos períodos mais democráticos da política brasileira (1985 a 1988: fim da ditadura militar, presença de um presidente civil, preparação para as primeiras eleições presidenciais com voto direto e universal e elaboração da Constituição de 1988, a chamada Constituição Cidadã; e a partir de 2003: chegada ao poder, pela primeira vez na história, de um governo dos trabalhadores, comandado por um ex-migrante, pobre, operário, líder sindical e fundador do Partido dos Trabalhadores), as elites rurais locais tornam-se mais violentas, amedrontadas com uma possível perda de poder diante de ares democráticos. (p. 232).
> [...]
> Conforme Canuto (2017, p.144), o geógrafo Ariovaldo Umbelino de Oliveira, durante o lançamento do relatório Conflitos no Campo Brasil 2015, afirmou que os anos que apresentam números mais elevados de conflitos, especialmente de assassinatos de camponeses e camponesas, são os anos em que acontecem mudanças no cenário político. (p. 233).

Alentejano (2000), ao analisar o primeiro ano de governo de Jair Bolsonaro e fazer uma retrospectiva com os governos passados desde a década de 2000, considera que Bolsonaro "rompeu toda e qualquer negociação com movimentos sociais e povos do campo estimulando a violência conta esses" (p. 354). Para o autor, Bolsonaro aumentou ainda mais a prioridade ao agronegócio, estabeleceu uma política fundiária que beneficia a grilagem e paralisa a reforma agrária e aumentou o enfrentamento aos movimentos sociais: "o governo Bolsonaro estabeleceu uma política deliberada de enfrentamento com estes movimentos, qualificando-os, mais do que como adversários políticos, como inimigos." (p. 385). Segundo o autor, a bancada ruralista cresceu no governo Bolsonaro, passando de 214 para 225 deputados e de 24 para 32 senadores.

> O governo Bolsonaro, em seu primeiro ano de mandato, cumpriu regiamente o que foi anunciado durante a campanha no que se refere ás políticas para o campo, priorizando o agronegócio, estimulando a grilagem de terras e a violência contra os movimentos sociais do campo, em especial o MST, os povos indígenas e quilombolas.
> Entretanto, nem tudo nestas políticas representa ruptura com os governos anteriores. A prioridade para o agronegócio, por exemplo, remonta ao segundo governo FHC, atravessou incólume os governos petistas e desaguou no governo golpista de Temer, que aliás, não existiria sem o apoio decisivo da bancada ruralista para o golpe jurídico-parlamentar-midiático que derrubou Dilma Rousseff. [...] A violência contra os movimentos sociais e povos do campo já vinha crescendo em governos anteriores, embora seja verdade que Bolsonaro foi pioneiro em estimular abertamente tais práticas e buscar mecanismos de sua legitimação. (ALENTEJANO, 2000, p. 289).

Também analisando o primeiro ano do governo Bolsonaro, Fernandes et al. (2020) afirmam que "o governo Bolsonaro tem se caracterizado de ultradireita, defendendo o uso de armas contra o campesinato, indígenas e quilombolas que lutam pela terra e territórios." (p. 4). Os autores destacam que

> Desde o início, o governo [Bolsonaro] está demarcando uma postura de destruição de políticas de educação, pesquisa, saúde e, no campo, extinguindo, descontinuando ou reduzindo políticas criadas nos governos Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, como o PRONERTA, PAA, PNAE, Planapo, Ater, dos Programas Terra Sol e Terra Forte etc." (p. 5).

Fernandes et al. (2020) afirmam que, já em seu primeiro ano de governo, Bolsonaro paralisou a realização da reforma agrária, incentivou o uso de violência contra as ocupações de terra e propaga um discurso de criminalização dos movimentos sociais.

Sobre a Amazônia, os autores defendem que o primeiro ano do governo Bolsonaro foi caracterizado pelo aumento da expropriação, da estrangeirização da terra e das disputas e tensões na região.

Porto-Gonçalves e Leão (2020) delimitam o período 2015-2019 como uma ruptura política e também destaca a paralização da reforma agrária no período. Eles destacam o aumento dos conflitos e violências no campo e afirmam que esse é um indicador de que

> [...] a terra está sendo objeto de questionamento e disputa no seio da própria sociedade. Assim, dizer que há uma questão (de reforma) agrária não é uma questão ideológica, mas empírica, na exata medida em que a terra está sendo posta em questão, como se vê com tanto conflito. (p. 774).
> [...]
> Avaliamos que o fantasma da violência no Brasil voltou ao centro da cena política antes mesmo do resultado das eleições de 2018. [...] O ano de 2019 confirmou as expectativas, portanto: a violência aumentou. Entretanto, o que nossas pesquisas assinalam é que há muito de continuidade na aparente descontinuidade da violência que o ano de 2019 estaria assinalando. Seria um erro associar a violência exclusivamente ao novo governo. A violência agora está exposta e, assim, expõe uma tradição que, de certa forma, temos nos negado a aceitar. (p. 745).

Sobre os dados utilizados em nossas análises neste artigo, é necessário dizer que a leitura não é simples e é necessário levar em consideração a relação entre o ambiente político e as estratégias dos grileiros e fazendeiros para poder interpretá-los. A seguir estão algumas considerações sobre os dados explorados neste artigo.

Assassinatos, tentativas de assassinato e ameaças de morte: são as formas de violência mais diretas (contra a vida) e brutais que ocorrem no campo. O aumento do seu número pode demonstrar a permissividade do discurso e da prática política, mas, por outro lado, pode ser resultado de grileiros acuados por movimentos políticos que demonstrem uma possível posição contrária às suas práticas, sendo o assassinato a forma de resolver o quanto antes os problemas que travam seus interesses. A hipótese é que essas formas de violência ocorrem tanto em transições da direita para a esquerda quanto da esquerda para a direita.

Trabalho escravo rural: no passado, a CPT era a principal responsável pelos dados de denúncias de trabalho escravo no campo, contudo, hoje, o cenário mudou, e trata-se de um indicador complexo, pois é o Estado brasileiro o responsável pelas ações de fiscalização que resultam na libertação de trabalhadores escravizados, gerando a grande

maioria dos dados sobre trabalho escravo. Assim, se algum governo deixa de investir nas ações de fiscalização, haverá uma queda no número de trabalhadores libertados, parecendo que houve diminuição desse crime no campo. Ao contrário, se um governo amplia as fiscalizações, há mais chances de encontrar trabalhadores escravizados e libertá-los, aumentando os dados. O aumento ou diminuição das investigações do crime de escravização pode incentivar ou coibir a prática criminosa. Por fim, outro fator importante inerente aos dados é que o número de trabalhadores escravizados pode depender da baixa oferta de trabalhadores para os trabalhos mais árduos nas fazendas, assim, períodos de prosperidade econômica podem, contraditoriamente, aumentar o número de trabalhadores escravizados, já que nesses momentos é mais provável que os trabalhadores encontrem emprego em outras atividades.

Famílias em ocupações: as famílias realizam ocupações de terra para serem assentadas, contudo, neste processo, enfrentam a resistência dos detentores da terra e do próprio Estado, gerando outras formas de violência, como as expulsões (realizadas por particulares, os detentores da terra no momento da ocupação) e despejos (realizados pelo Estado mediante solicitação dos detentores das terras). Contudo, se o cenário político for muito hostil, dominado por uma postura permissiva com relação à violência principalmente dos grileiros, as famílias deixarão de realizar ocupações de terra com medo principalmente da violência contra a vida. No mesmo cenário, as famílias que estiverem em acampamentos serão mais facilmente expulsas pelos grileiros, que encontram subsidio político no discurso do governo. Por conseguinte, sem ocupações de terra, também não ocorrem expulsões ou despejos, senão em pouco número.

Desflorestamento: o desflorestamento do Cerrado é tão grande quanto o desflorestamento da Amazônia. Contudo, enquanto no Cerrado a tendência geral é o desflorestamento para a expansão da produção de grãos e algodão, na Amazônia há uma fronteira fundiária baseada sobretudo na produção bovina e especulação fundiária. O desflorestamento do Cerrado está mais proximamente associado ao agronegócio de grãos e algodão, sendo incentivado pelo crescimento econômico e demanda internacional de commodities. Já o desflorestamento da Amazônia está relacionado com a mais violenta e conservadora face da especulação fundiária, que é a criação de fazendas para especulação com o uso imediato para a criação de gado de corte. No caso do Pantanal, avançam sobre o bioma tanto a produção de grãos quanto a produção de pastagens plantadas para a criação de gado, ambas as atividades suprimindo a vegetação nativa.

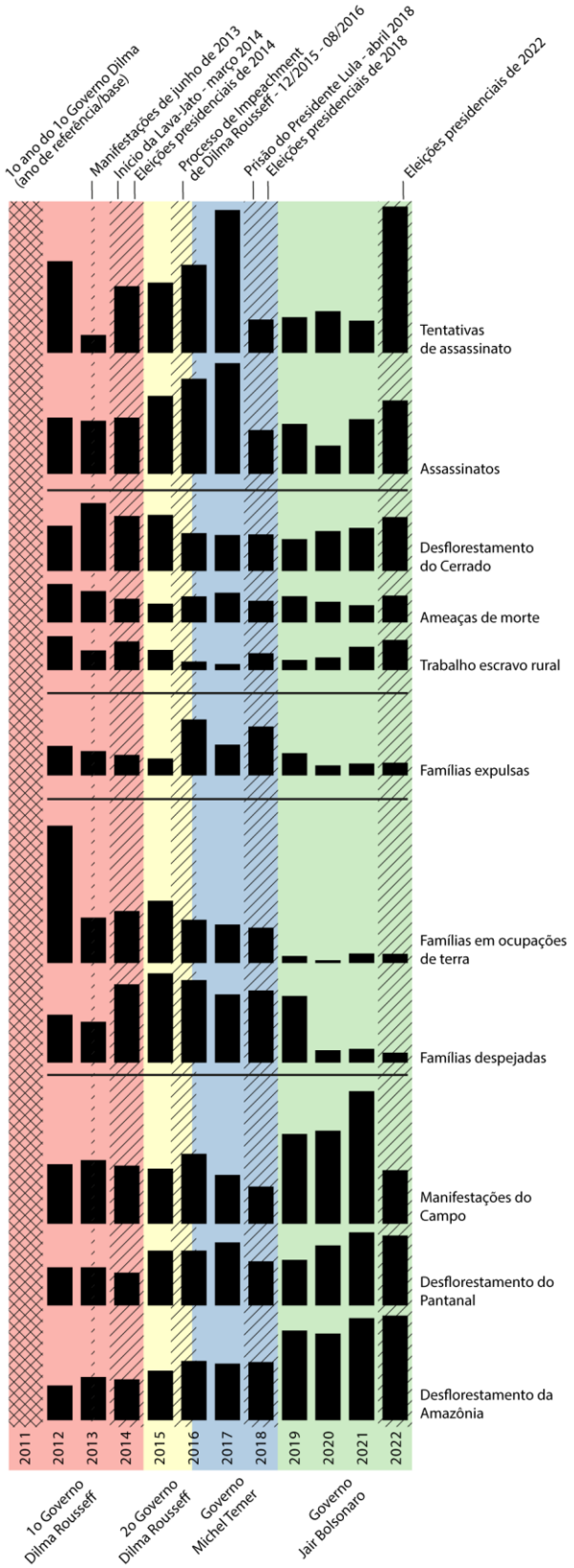
RESULTADOS E DISCUSSÃO

Antes de iniciar a análise direta dos gráficos é preciso destacar que, no período analisado, houve uma progressiva marcha no cenário político, inclusive no poder executivo, que foi da esquerda, passando pelo centrão, e chegando à extrema direita. O primeiro mandato da Presidente Dilma Rouseff foi de certa tranquiliade até as manifestações de junho de 2013 e a polarização gerada nas eleições de 2014. Após esses dois eventos, o clima de oposição política à Presidene Dilma aumenta e culmina com o processo de impeachment que a destitui do cargo do seu segundo mandato em agosto de 2016. Em seguida, assume o então Vice-Presidente Michel Temer, que promoverá reformas e ajustes econômicos que vão resultar em perdas de direitos sociais. Nesse período, tem forte divusão e aderência o discurso ultradireitista, difundido por alas políticas até então insignificantes. Esse discurso não encontra oposição nos políticos do centro, deixando as alas progressistas isoladas, e ganham forte aderência dos capistalistas, especuladores e de uma classe média que parece ter encontrado quem falava em público o que ela pensava no seu íntimo. O desfecho foi a eleição do Presidene Jair Bolsado nas eleições de 2018. Foi esse o sentido principal da conjuntura e eventos políticos que aplicamos na nossa leitura das figuras 1 e 2 neste artigo.

A figura 1 relaciona os anos/períodos de governo, os eventos políticos nacionais críticos/mais importantes e as variáveis selecionadas. Um primeiro elemento a ser destacado é que, nos dados, há variação dos fenômenos no período de tempo selecionado (2012-2022) em três sentidos: diminuição contínua, aumeno contínuo e diminuição no período intermediário com aumento no final. Esses comportamentos, relacionados com o fato de ter havido uma progressiva marcha da esquerda para a extrema direita, são um forte indício de que os fenômenos analisados (e os dados) são influenciados pelos eventos políticos e governos.

O fato de haver relação entre os fenômenos analisados e os eventos políticos e governos não é uma novidade; a questão aqui é apresentar mais elementos que demonstrem tal relação e reforçar constação de que a questão agrária é um componente central da política nacional, embora não seja debatida abertamente e tenha sido apagada das discussões e debates políticos abertos. Trata-se de uma questão silenciosa, mas profunda e central, por isso, tratada nos bastidores, controlada por um setor que pretende manter a concentração de terra e de poder.

Figura 1 – Comparação entre períodos de Governo Federal, eventos políticos nacionais, conflitos, violências e desflorestsamento no campo – 2012-2022



Elaboração: Eduardo Paulon Girardi (2023)
Dados: CPT e INPE
Disponível em www.atlasbrasilagrario.com.br

A figura 1 demonstra que, entre as variáveis selecionadas, há cinco grupos de gráficos com comportamento semelhante, sendo que apenas um, de famílias expulsas, não apresntou semelhança com nenhum outro gráfico.

O primeiro conjunto é formado pelo tipo de violência mais grave: a violência contra a vida, que compreende os assassinatos e as tentativas de assassinatos. Nota-se o crescimento constante até 2017 e, em 2018, uma queda que permanece até 2021, conhecendo um forte pico novamente em 2022, ano da eleição presidencial.

O segundo conjunto é formado pelo desflorestamnto do Cerrado, ameaças de morte e trabalho escravo rural. Diferente do primeiro conjunto, não há variações bruscas e existe uma tendência geral de menor ocorrência no meio do período analisado, com maior incidência nos anos das extremidades – os anos de encaminhamento para transições mais profundas.

O gráfico de famílias expulsas não apresentou semelhança com nenhuma outra variável explorada e, por isso, está isolado na terceira divisão da figura 1. O comportamnto mais marcante das famílias expulsas é a destacada ocorrência nos anos de 2016, 2017 e 2018, durante o impeachment de Dilma Rousseff e o governo de Michel Temer.

O quarto conjunto é formado por duas variáveis totalmente dependentes, que são as famílias em ocupações e as famílias expulsas. O que traz de informação a figura 1 é que, imediatamente no ano de 2019, primeiro ano do governo do Presidente Jair Bolsonaro, as famílias em ocupações apresentam uma diminuição abrupta, mas o mesmo não é verificado nas famílas despejadas, porém, já no ano de 2020, a relação entre os dois é estabelecida em níveis muito baixos, indicando o cessar também dos despejos, já que as famílias deixaram de ocupar a terra um ano antes.

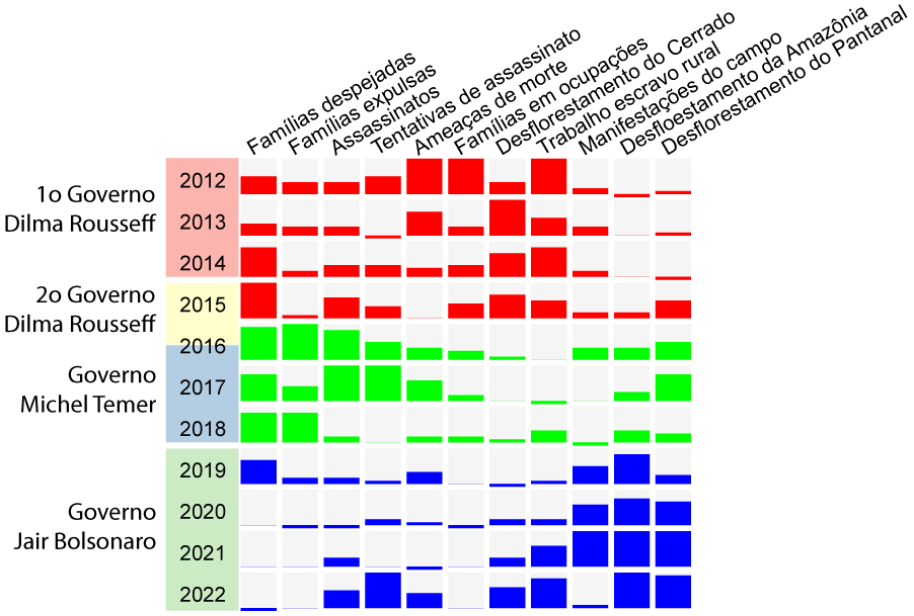
Por fim, o quinto grupo é formado pelas manifestações do campo, desflorestamento do Pantanal e desflorestamento da Amazônia. A tendência geral é de aumento do fenômeno continuamente durante o período analisado.

Quanto aos períodos, há dois momentos importantes a serem analisados: a) o período de impeachment da Presidente Dilma Rousseff e mudança para o governo do Presidente Michel Temer e b) o ano eleitoral de 2022, quando o Presidente Lula é candidato à presidência. As eleições de 2018 não configuraram um período de disputa acirrada, já que o Presidente Lula estava preso e não pôde concorrer.

No primeiro momento de tensão e ruptura política há aumento os dados de assassinatos, tentativas de assassinatos, ameaças de morte, famílias expulsas,

manifestações, desflorestamento do Pantanal e Desflorestamento da Amazônia. No segundo momento, apenas quatro fenômenos dentre os analisados não apresentam aumento: famílias expulsas, famílias em ocupações, famílias despejadas e manifestações do campo. Isso indica, portanto, que o movimento de crescimento das forças de diretia e extrema direita para chegar ao poder foi mais violento.

Figura 2 – Matriz ordenável - comparação entre períodos de Governo Federal, conflitos, violências e desflorestsamento no campo – 2012-2022



Elaboração: Eduardo Paulon Girardi (2023)
Dados: CPT e INPE
Disponível em www.atlasbrasilagrario.com.br

A figura 2 é uma matriz que foi ordenada segundo a semelhança das variáveis (colunas), tendo os anos mantidos em sequência temporal. As linhas foram coloridas segundo os três períodos de governo. O ano de 2016 foi atribuído a Michel Temer, já que, mesmo durante o período de impeachment, o poder político da presente Dilma Rousseff estava muito enfraquecido. Analisaremos os período segundo os indicadores predominantes em cada um.

O primeiro período (Dilma Rousseff - vermelho) é caracterizado pelas famílias em coupações, famílias despejadas, ameaças de morte, desflorestamento do Cerrado e trabalho escravo rural. O segundo período (Michel Temer - verde) é caracterizado por famílias despejadas, famílas expulsas, asassinatos, tentativas de assassinato e desflorestamento do Pantanal. O terceiro período (Jair Bolsonaro – azul) é caracterizado

pelo desflorestament do Cerrado, trabalho escravo rural, manifestaçõs do campo, desflorestamnto da Amazônia e desflorestamento do Pantanal. O terceiro período tem a particularidade de, no ano de 2022, ano eleitoral, ter havido forte crescimento dos assassinatos, tentativas de assassinato e ameaças de morte.

A figura 2 deixa ainda mais evidentes as tendências gerais e marcantes dos diferentes períodos de governo, confirmando que há uma forte relação entre o Governo Federal e os conflitos, violências e desflorestamento no campo brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As duas elaborações gráficas (figuras 1 e 2) deixam evidente, de forma direta, que "os eventos críticos e as mudanças e/ou rupturas relativas ao Governo Federal, especialmente ao chefe do Executivo, implicam em mudanças nos níveis de conflitos, violências e desflorestamento no campo brasileiro". Essas duas construções gráficas contribuem para comprovar e subsidiar a hipótese acima, presente em vários trabalhos de análise política e de conjuntura da questão agrária no Brasil.

Na análise das construções gráficas, dois momentos do período analisado foram identificados como os mais impactantes na conjuntura dos fenômenos considerados: a) o processo de impeachment da Presidente Dilma Rousseff e mudança para o governo do Presidente Michel Temer e b) ano eleitoral de 2022. Isso evidencia a afirmação de que os períodos de transição da direita para a esquera (ou o contrário) são aqueles em que os problemas do campo são mais intensos, seja pela certeza da permissividade com esses problemas que virá, seja pela insegurança que tais processos geram nos criminosos agrários, fazendo-os agir acuados.

Esses movimentos indicam que a questão agrária está longe de ser uma questão menor no país, mas, pelo contrário, está ligada a problemas muito graves, como a violência contra a vida e a depredação ambiental. A questão agrária é um componente central da política nacional, embora não seja debatida abertamente e tenha sido apagada das discussões e debates políticos abertos. Trata-se de uma questão silenciosa, mas profunda e central, por isso, tratada nos bastidores, controlada por um setor que pretende manter a concentração de terra e de poder no campo.

Esperamos que outros pesquisadores analisem as construções gráficas apresentadas neste artigo e que possamos ter contribuído com o oferecimento de mais elementos para subsidiar a análise da questão agrária no Brasil.

REFERÊNCIAS

ALENTEJANO, P. R. R. As políticas do governo Bolsonaro para o campo: a contrarreforma agrária em marcha acelerada. **Revista da ANPEGE**, v. 16, n. 29, p. 353-392.

BERTIN, J. **Sémiologie graphique:** les diagrames, les réseaux, les cartes. Paris: Éditions EHESS, 2018 [1967].

CPT – COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo Brasil 2022**. Goiânia: Centro de Documentação Dom Tomás Balduíno / CPT Nacional, 2023.

FERNANDES, B. M.; CLEPS JR., J.; SOBREIRO FILHO, J.; LEITE, A. Z.; SODRÉ, R. B. A questão agrária no primeiro ano do governo Bolsonaro. **Boletim DATALUTA**, jan. 2020, n. 145, p. 2-13, 2020.

GIRARDI, E. P. **Proposição teórico-metodológica de uma Cartografia Geográfica Crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira**. 2008. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008. Disponível em: <www.atlasbrasilagrario.com.br>.

MITIDIERO JR., M. A.; FELICIANO, C. A. A violência no campo brasileiro em tempos de golpe e a acumulação primitiva de capital. **OKARA: Geografia em debate**, v. 12, n. 2, p. 220-246, 2018.

OLIVEIRA, A. U. de. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

PORTO-GONÇALVES, C. W.; LEÃO, P. C. da R. Terra, violência e conflito na formação territorial brasileira: tensões territoriais na ruptura política (2015-2019). **Revista da ANPEGE**, v. 16, n. 29, p. 712-767, 2020.

A CARTOGRAFIA DA SOCIOBIODIVERSIDADE NO USO DA TERRA EM BURITICUPU - MA[1]

Elisângela Guimarães Moura Fé[2]

Pablo Melquisedeque Souza e Silva[3]

Jucileide Melônio Pereira de Silva[4]

RESUMO

Esta pesquisa versa sobre a relação entre o uso da terra e a distribuição espacial do buriti e do cupuaçu em Buriticupu - Maranhão. As mudanças no uso da terra impulsionadas pelo avanço da agricultura mecanizada e da urbanização no município que está inserido na Amazônia Oriental e conta com a presença de povos originários suscitou questionamentos sobre a sociobiodiversidade do lugar. Optou-se por uma abordagem qualitativa, aplicação do geoprocessamento, pesquisa de campo e registros fotográfico. O objetivo geral da pesquisa foi compreender a organização espacial do município de Buriticupu-MA, seguindo as trilhas do buriti e do cupuaçu. Quanto ao uso da terra o município revela a tendência para expansão do agronegócio e a supressão gradativa da vegetação tem acelerado os processos erosivos, em especial, das voçorocas e o buriti encontra-se em poucas manchas no leito do rio Buritizinho e o cupuaçu restrito aos quintais das residências. Entretanto há de se considerar a possibilidade de aliar o desenvolvimento rural com atividades produtivas ligadas a sociobiodiversidade de forma a conservação da vegetação e a contenção do avanço das voçorocas.

Palavras-chave: Buriti; Cupuaçu; Mapeamento Participativo; Uso da Terra.

ABSTRACT

This research focuses on the relationship between land use and the spatial distribution of buriti and cupuaçu in Buriticupu - Maranhão, Brazil. Changes in land use driven by the advancement of mechanized agriculture and urbanization in the municipality, which is located in the Eastern Amazon, and is home to indigenous peoples, have raised questions about the socio-biodiversity of the area. A qualitative approach, geoprocessing application, field research, and photographic documentation were chosen for this study. The general objective of the research was to understand the spatial organization of the municipality of Buriticupu, following the trails of

---

[1] O trabalho é resultado de projeto de pesquisa de iniciação científica e contou com o apoio da FAPEMA e do IFMA.
[2] Professora Doutora do IFMA Campus Buriticupu; E-mail: elisangela.fe@ifma.edu.br
[3] Professor Doutor do IFMA Campus Buriticupu; E-mail: pablo.souza@ifma.edu.br
[4] Professora Mestra do IFMA Campus Buriticupu; E-mail: jucileide.pereira@ifma.edu.br.

buriti and cupuaçu. Regarding land use, the municipality shows a trend towards the expansion of agribusiness, and the gradual suppression of vegetation has accelerated erosive processes, especially in the formation of gullies ("voçorocas"). The buriti is found in few patches along the Buritizinho River, while the cupuaçu is restricted to the yards of residences. However, it is essential to consider the possibility of combining rural development with productive activities linked to socio-biodiversity for the conservation of vegetation and the containment of the advance of gullies.

Keywords: Buriti; Cupuaçu; Participatory Mapping; Land Use.

INTRODUÇÃO

O Buriti (*Mauritia flexuosa*) e o Cupuaçu (*Theobroma grandiflorum)* são produtos da sociobiodiversidade brasileira (BRASIL, 2009). A sociobiodiversidade está relacionada aos modos de vida, territorialidade e ao meio ambiente (RODRIGUES, 2016).

O nome do município Buriticupu foi dado pelos povos indígenas Guajajara da Terra Indígena Araribóia que em suas andanças pelas margens do rio Buriticupu, principal afluente do rio Pindaré que integra a região hidrográfica do Atlântico Nordeste Ocidental (AGUIAR, 2015). Estes povos originários se encontram distribuídos pelos municípios maranhenses: Amarante, Arame, Bom Jesus das Selvas, Buriticupu. Grajaú e Santa Luzia.

As mudanças no uso da terra impulsionadas pelo avanço da agricultura mecanizada e da urbanização no município que está inserido na Amazônia Oriental e conta com a presença de povos originários suscitou questionamentos sobre a sociobiodiversidade do lugar norteada pelo buriti e o cupuaçu que compõe a tipologia do município.

Partiu-se da hipótese de que buriti e cupuaçu, duas frutas abundantes no Oeste Maranhense, presentes no município de Buriticupu, foram sendo gradativamente suprimidas a partir da década de 1990, em função da intensa atividade das carvoarias até então atuando fortemente no município e posteriormente o avanço do agronegócio e a urbanização desordenada contribuíram pela redução no município.

O objetivo geral da pesquisa foi compreender a organização espacial do município Buriticupu-MA, seguindo as trilhas do buriti e do cupuaçu presente na tipologia do município. Especificamente buscou-se: Relacionar a ocorrência do buriti e do cupuaçu com as características geoambientais do município; Mapear os locais a

distribuição geográfica do buriti e do cupuaçu em Buriticupu-MA com base nos lugares de vivências dos sujeitos da pesquisa; Identificar as mudanças espaciais no município de Buriticupu que impactaram na supressão do buriti e da cupuaçu; Relacionar os principais usos do buriti e do cupuaçu pela população local associado a importância da conservação da vegetação para a sustentabilidade do lugar.

.METODOLOGIA

A pesquisa iniciou com a construção da base teórica a partir da revisão bibliográfica de material produzido no município e de artigos em revistas e periódicos para atualização do tema. O levantamento de informações geocartográficas e socioeconômica do município de Buriticupu foi realizado em plataformas digitais (IBGE, EMBRAPA, MAPBIOMA). Os dados obtidos foram sintetizados em um mapeamento multitemporal do uso e ocupação da terra de Buriticupu MA (2000-2010-2020).

Os sujeitos da pesquisa foram vinte discentes voluntários do Curso Técnico Integrado de Serviços Públicos (concludentes de 2022) – modalidade EJA do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – Campus Buriticupu. Para levantamento de dados qualitativos foram realizadas duas oficinas de mapeamentos participativos adaptadas ao roteiro metodológico de Mapeamento Cultural Colaborativo proposto pelo ACT Brasil. As oficinas ocorreram no mês de agosto do ano de 2022.

O município de Buriticupu está inserido na Mesorregião Oeste maranhense, dentro da Microrregião de Pindaré (CORREIA FILHO,2011). Na regionalização por regiões de Desenvolvimento do Estado do Maranhão faz parte da Amazônia Maranhense (IMESC, 2020).

Para identificar as principais atividades que impactaram na distribuição espacial do buriti e cupuaçu perceptíveis pela população local no município de Buriticupu foram realizadas oficinas de mapeamento participativo. As oficinas mapeamentos participativos nas turmas de PROEJA – IFMA Buriticupu, com alunos voluntários, baseado no roteiro metodológico de Mapeamento Cultural Colaborativo proposto pelo ACT Brasil, adaptado para as especificidades dos alunos e pela medidas preventivas para reduzir a propagação da Covid-19 no Brasil, onde serão cartografadas a visão dos

sujeitos sociais sobre o município, conforme Chapin, M.;Lamb, Z.; Threlkeld, B (2005).

As técnicas empregadas na pesquisa de campo foram a observação não participante, roda de conversa com o processo de escuta, a e análise de mapas com os alunos do Proeja. O trabalho de campo foi realizado apenas pela equipe responsável e o registro fotográfico realizado pelos discentes e enviados por meio digital.

O mapeamento participativo foi realizado com base na elaboração de carta imagem nas escalas 1: 5 000 a partir de imagens de satélite Sentinel 2. O tratamento e análise dos dados resultantes das oficinas e da pesquisa em bases de dados foram produzidos mapas temáticos preliminares de uso e cobertura da terra que foram analisados e discutidos com os participantes das oficinas.

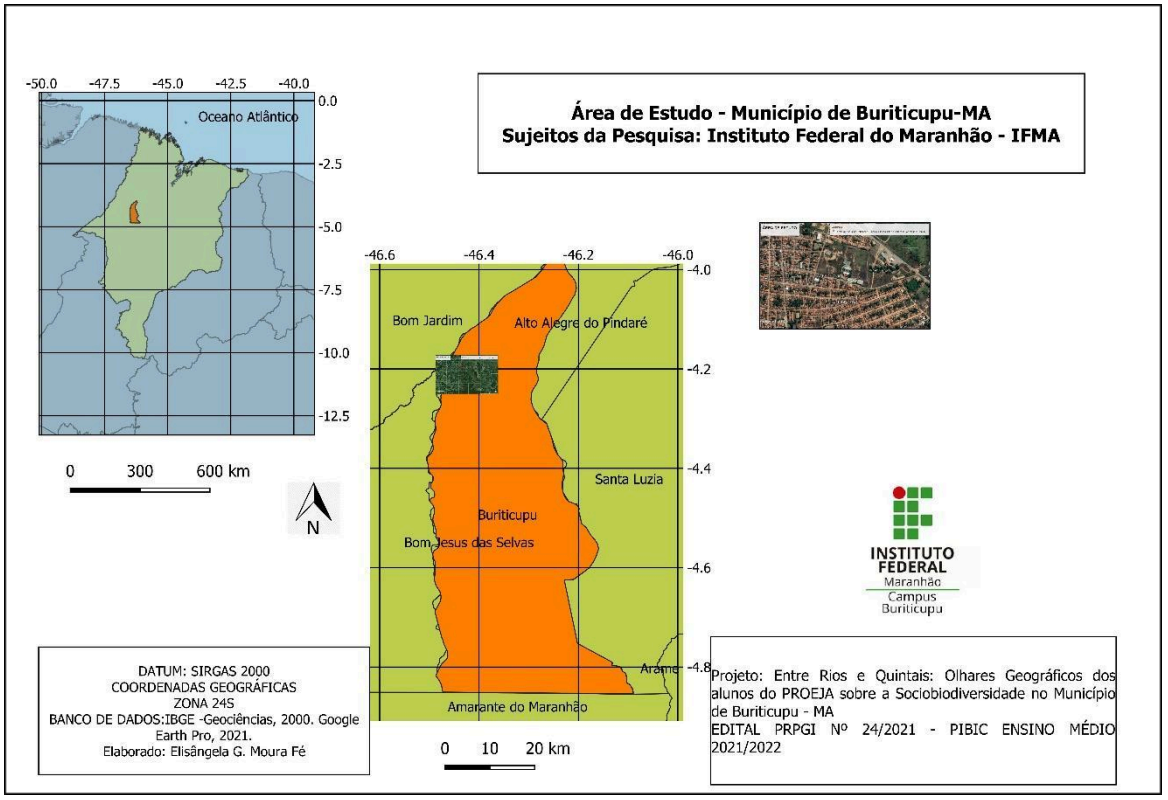


Figura 1: Área de Estudo
Fonte: MOURA (2022).

REFERENCIAL TEÓRICO

Os sistemas de manejo dos recursos naturais praticados pelas comunidades locais contribuem para a conservação da biodiversidade e por meio do conhecimento

local, conseguem respeitar os ritmos dos ciclos naturais. Diegues (2008) nos coloca que os sistemas tradicionais de manejo não são somente formas de exploração econômica dos recursos naturais, mas revelam a existência de um complexo de conhecimentos adquiridos pela tradição herdada dos mais velhos, por intermédio de mitos e símbolos que levam à manutenção e ao uso sustentado dos ecossistemas naturais.

Para compreensão do termo sociobiodiversidade recorreu-se a Diniz e Cerdan (2017) concebido como a "relação entre bens e serviços gerados a partir de recursos naturais, voltados à formação de cadeia produtivas de interesse de povos tradicionais e de agricultores familiares". Os produtos da sociobiodiversidade estão também relacionados à manutenção e à valorização de práticas e saberes das comunidades, além da qualidade de vida e do ambiente.

Dentre os produtos da sociobiodiversidade encontram-se o buriti (*Mauritia flexuosa*) e o cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*) que se alinham a esta pesquisa pela tipologia de Buriticupu-MA.

Entre rios e cursos d'água: o buriti (*Mauritia flexuosa*)

O buritizeiro é uma das maiores palmeiras do cerrado e da Amazônia, com diversos usos, desde aplicações na culinária, as folhas para cobertura de telhados, as fibras, usadas em artesanato, as raízes fixam barranco de córregos, o paisagismo, produção de cosméticos.

O buriti é a palmeira mais característica das veredas no cerrado brasileiro. Veredas são constituídas de um brejo graminoso herbáceo, em fundo de vale ao longo, de mata de galeria com buritis. Durante o ano todo há floração e frutificação, fornecendo recursos para a fauna do cerrado adjacente (POTT, 2004).

O Maranhão chama atenção para o artesanato produzido nos Lençóis Maranhenses a partir da fibra do buriti e configura um importante traço cultural da população da região. Nos Lençóis Maranhenses, o buriti pode ser considerado a espécie-símbolo da região, encontrados nas margens dos rios e brejos, muito utilizado população local como fonte de alimento, abrigo e renda, com destaque para o artesanato, e múltiplos usos aproveitando quase todas as partes da palmeira. (SARAIVA e SAWYER, 2007).

Keller (2011) analisou o trabalho da produção artesanal em fibra de buriti nas cidades de Barreirinhas e Tutóia – Maranhão e destacou as relações sociais e econômicas das artesãs ao longo da cadeia do produto e sua imersão na sociedade e na economia do artesanato local. Souza *et al* (2020) estudou o potencial energético da *Mauritia flexuosa*, e constatou que ainda não foi explorado para ampliar as possibilidades de uso dessa espécie pelas comunidades locais. Reforçam ainda que as pesquisas envolvendo a *Mauritia flexuosa* se relacionam, principalmente, ao estudo de suas sementes, ecologia e tecnologia do fruto.

O cupuaçu? Temos nos quintais!

A sociobiodiversidade do cupuaçu se relaciona primordialmente ao cultivo que se iniciou com os indígenas da Amazônia para uso alimentar. O nome cupuaçu vem da língua Tupi (kupu = que parece com o cacau + uasu = grande).

Gondim *et al* (2001) reforçam que o cupuaçuzeiro é uma espécie frutífera originária da região sul do rio Amazonas, oeste do rio Tapajós, incluindo o sul e sudeste do Estado do Pará e a região Pré-amazônica do estado do Maranhão. O cupuaçuzeiro passou de atividade extrativista a espécie cultivada, tendo em vista a maior demanda no mercado interno e até externo relacionado, principalmente ao comércio de polpa. Uma das frutas mais conhecidas da Amazônia, muito presente nos quintais das casas da Amazônia e da região pré amazônica.

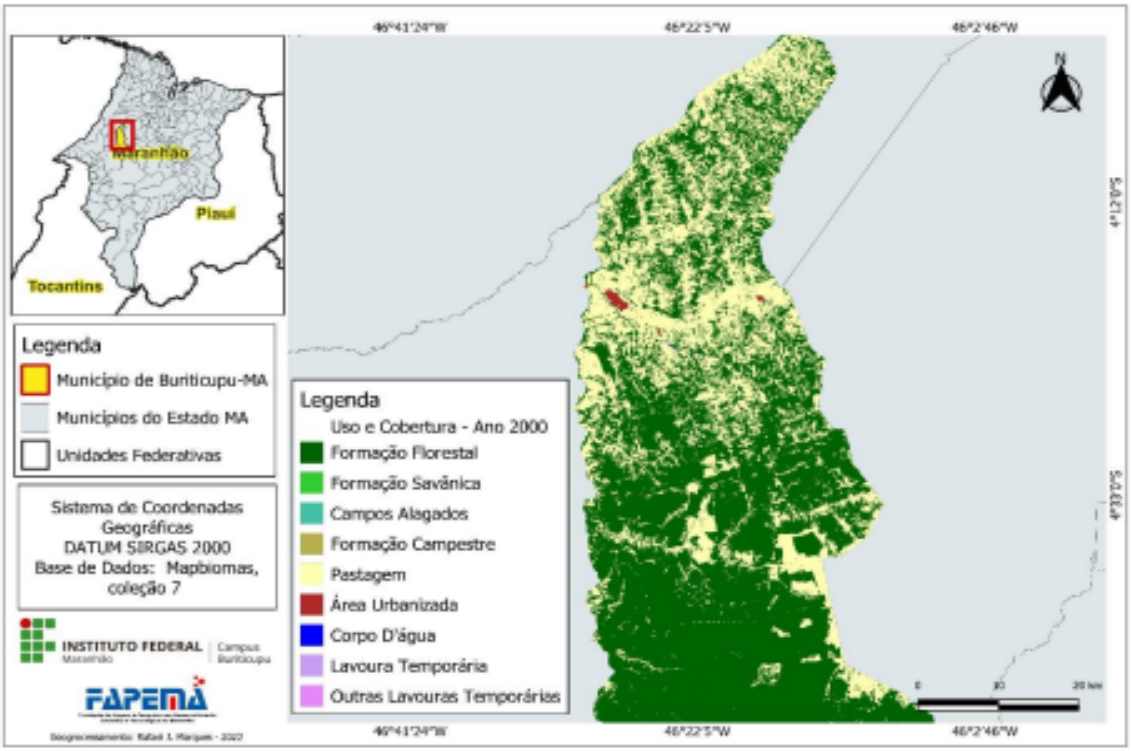
Espécie de boa adaptação à sombra, o cupuaçuzeiro propicia a formação de consórcios com outras plantas de porte florestal, permitindo resultados econômicos e ecológicos satisfatórios (GONDIM *et al*, 2001).

No tocante ao valor social, para o pequeno produtor extrativista, o cupuaçuzeiro é cultivado com mão-de-obra familiar no beneficiamento primário da polpa dos frutos, agregando valor comercial ao produto (GONDIM *et al*, 2001). Para produção e aproveitamento em escala comercial, ainda faltam tecnologias de cultivo e processamento que poderão viabilizar uma produção consistente, capaz de assegurar os investimentos agroindustriais de empresas consumidoras do produto (ROCHA NETO et al., 1999).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As transformações na paisagem do município de Buriticupu - MA são perceptíveis à população local tanto na zona urbana quanto na zona rural. A expansão do agronegócio nos últimos vinte anos no município de Buriticupu - MA, associado às questões geoambientais têm provocado impactos ambientais como o crescimento de áreas de voçorocas, supressão da vegetação e redução da produção na agricultura familiar, o município tem ampliado a oferta de serviços, porém a lógica do desenvolvimento rural não contempla comunidades rurais localizadas no entorno.

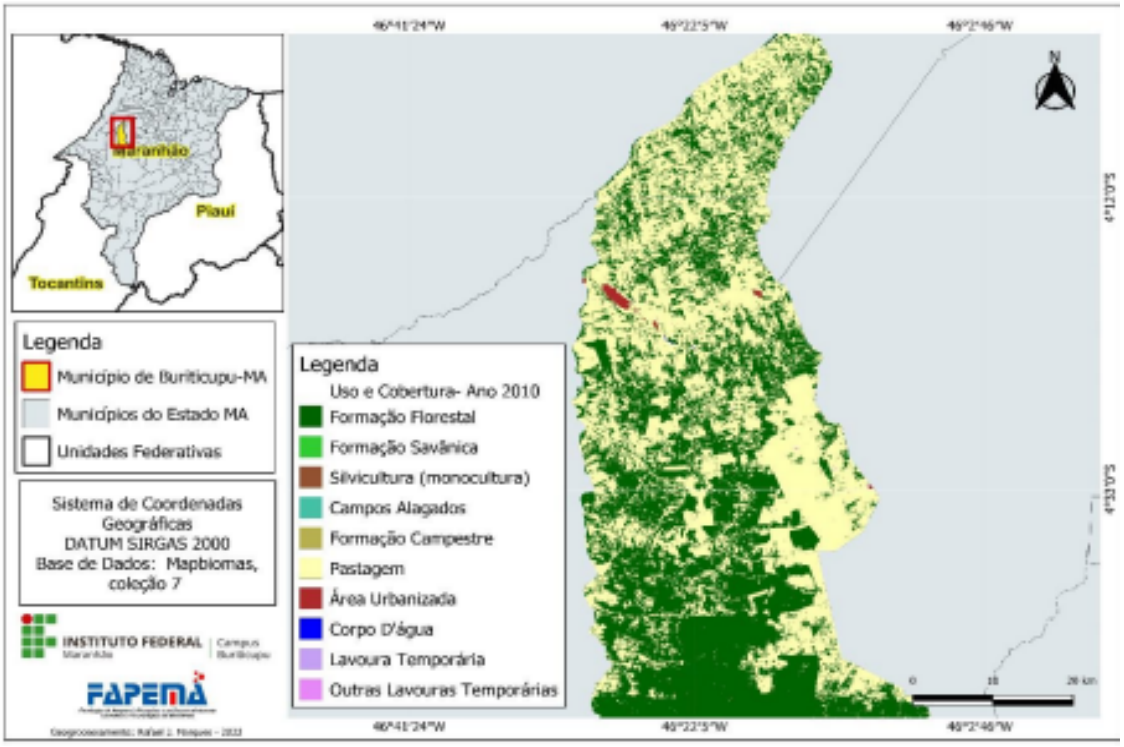
No município de Buriticupu (MA) a organização das paisagens rurais tem sido transformada pela dinâmica da expansão do agronegócio que tem configurado o uso da terra na última década. Em consonância com Bernardes (2022) que realça que reprodução das atividades do agronegócio no Brasil está intimamente ligada à disponibilidade de terras. Isto tem provocado um constante aumento no valor das terras, tanto nos locai onde o agronegócio já se instalou quanto naqueles que estejam propensos ao seu desenvolvimento. Desta forma, a terra passa a ser o elemento fundamental para a expansão da produção agropecuária no município de Buriticupu-MA. Quanto as transformações na paisagem do município de Buriticupu evidenciada nos mapas 1, 2 e 3 os fatores que provocaram a redução da vegetação.



Mapa 1: uso e cobertura da terra 2000. Fonte: MOURA (2022).

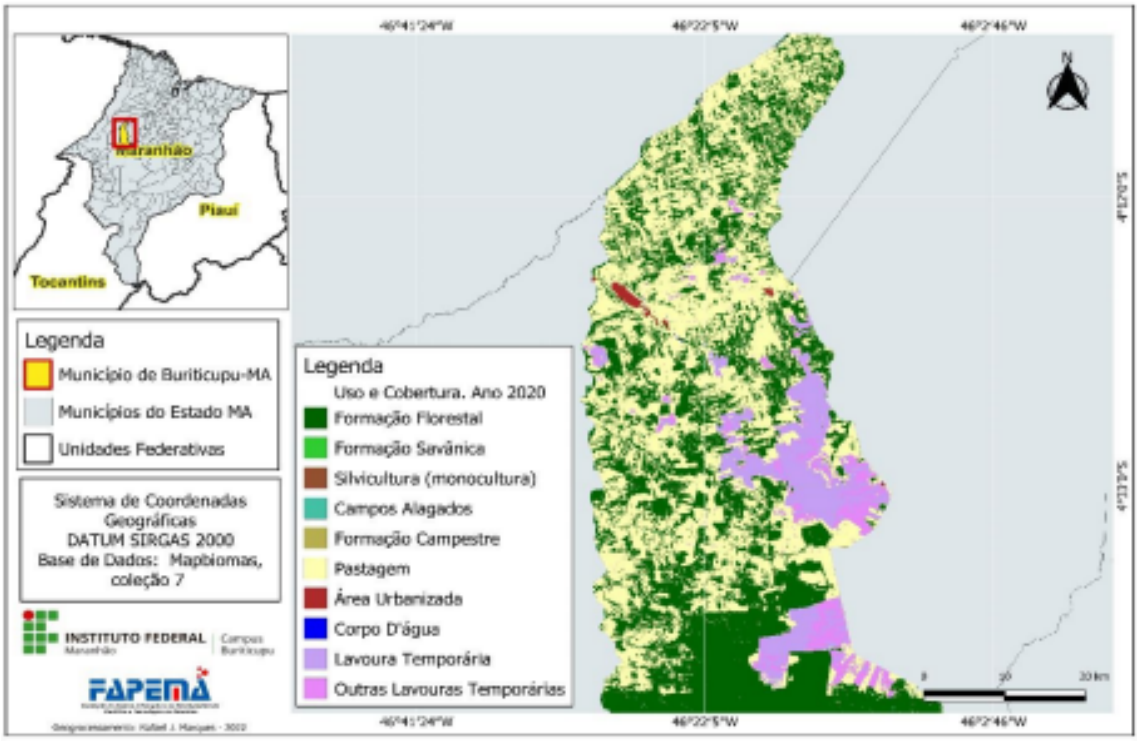
Até o ano 2000 , conforme o mapa 1 apesar da intensa atividade de carvoaria a formação florestal sofria menos impacto no sul do município, área em que está localizada a Terra Indígena Araribóia em Buriticupu. Na prática de carvoaria, após a extração da espécie arbórea plantava-se grama para pastagem. Entretanto o aumento das fiscalizações dos órgãos de controle ambiental e consequentemente aplicações de multas, as carvoarias foram sendo paulatinamente reduzidas no município.

O município de Buriticupu está situado na Bacia sedimentar do Parnaíba, acima desta estão a Formação Itapecuru, os depósitos detrito-lateríticas e os depósitos flúvio-lagunares (CORREIA FILHO, 2011). O relevo do município se configura como um tabuleiro , separados por vales na direção norte-sul, altitudes médias de 350 metros, com superfície plana e levemente ondulada (MACEDO, et all, 2019).



Mapa 2: Uso e cobertura da terra ano 2010. Fonte: MOURA (2022).

No mapa 02, conforme a narrativa dos docentes verifica-se a expansão das fazendas voltadas para o agronegócio. Ressaltaram que grande parte dos produtores de grãos no município são de outros municípios do Maranhão e até de outros estados da federação. Observa-se as lavouras em processo de expansão no leste do município sobrepondo-se a comunidades rurais voltadas a agricultura de subsistência.



Mapa 3: Uso e cobertura da terra ano 2020. Fonte: MOURA (2022).

.

O mapa 03 observa-se uma crescente área de campos que retratam solo exposto, seja de uso para pastagens, áreas preparadas para plantio e ou áreas em processo de erosão. Neste mapa a imagem, Sentinel 02 (melhor resolução), evidencia o uso da terra para áreas agrícolas. Nos anos 2020 percebe-se que o sul do município nas imediações da Terra Indígena Araribóia já está sendo utilizada pela agricultura mecanizada.

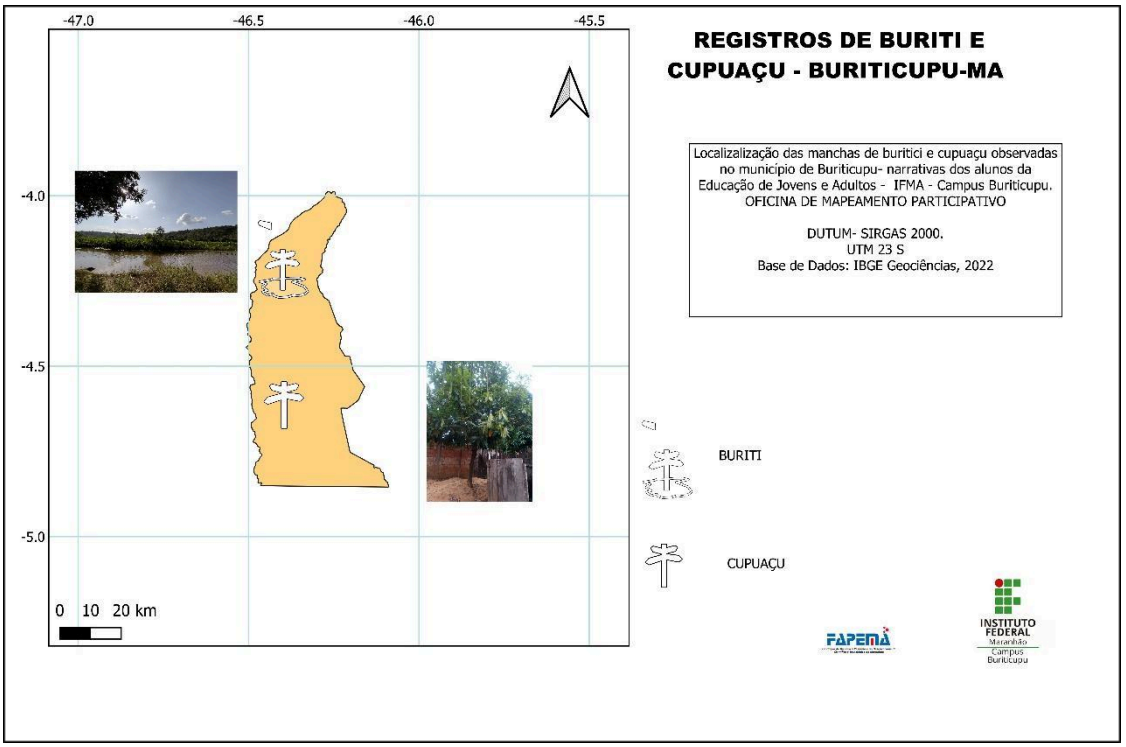
Ainda conforme Macedo et all (2019), os processos erosivos em Buriticupu concentram-se em locais de rupturas de declives da borda do tabuleiro, no qual a cidade se encontra. Nas áreas urbanas do município, a ação do escoamento superficial concentrado tanto nas águas servidas quanto nas águas pluviais, se direcionam às bordas do tabuleiro, iniciando ou acentuando o processo de formação das voçorocas. Ademais, os focos erosivos podem estar em processos de evolução de altas bacias, em processo de dissecação erosiva em bordas de planaltos e, ao mesmo tempo, de reativação de cabeceiras de drenagem.

A vulnerabilidade geoambiental do município é um condicionante para o surgimento de processos erosivos acentuados, entretanto, o processo de uso e ocupação do solo marcado pela supressão da vegetação, drenagem irregular das águas, acúmulo de resíduos sólidos nas voçorocas e a não preservação das encostas, bordas de tabuleiros

ou chapada, topo de morros, como rege o Código Florestal Brasileiro, são fatores que aceleram os processos erosivos e diminuem a capacidade de resistência do solo

Os sujeitos da pesquisa identificaram em seus lugares de vivência a ocorrência do cupuaçu nos quintais de residências, relatando que o cupuaçu encontrado no município é dispersado por meio de mudas e há poucos registros de cupuaçu nativo na vegetação. A polpa de cupuaçu comercializada na feira do município e ou adquirida pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) vem predominantemente de outros municípios. Os alunos não conseguiram identificar espacialização de cupuaçu sobre a vegetação nativa.

Por outro lado, registraram a expansão dos açaizais como atividade importante para muitos moradores do município. Em Buriticupu o cupuaçu é encontrado principalmente nos quintais produtivos, voltado para o consumo das famílias. Ressaltaram que seria uma atividade de geração de renda para população local e o município poderia se tornar uma referência geográfica na produção, comercialização e consumo do cupuaçu.



Mapa 4: Espacialização do buriti e do cupuaçu Fonte: MOURA (2022).

Figura 1 e 2: O buriti na margem do rio Buritizinho e o cupuaçu registrado em quintal de residências de moradores de Buriticupu-MA
Fonte: Registro fotográfico dos alunos do PROEJA, 2022.

Conforme as narrativas dos discentes nos anos 1990, a população dos povoados próximos ao rio Buriticupu, chamado localmente de rio Buritizinho, aproveitavam a safra do buriti para coletar, utilizavam até a palha na confecção de cestos. Entretanto, as áreas de concentração de buriti foram sendo substituídas pelos campos de plantações e pelo crescimento desordenado da cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa permitiu alinhar o conhecimento empírico dos discentes da Educação de Jovens e Adultos sobre o município e a pesquisa científica de forma analisar qualitativamente a sociobiodiversidade do município de Buriticupu-MA. A sociobiodiversidade do município tem se destacado mais com o açaí. O buriti ainda resiste em poucas manchas nas margens do rio Buritizinho, porém quase sem uso pela população local. O cupuaçu é encontrado nos quintais das residências e é de uso familiar.

Quanto ao uso da terra, o município revela a tendência para expansão do agronegócio, entretanto há de se considerar a possibilidade de aliar o desenvolvimento rural com atividades produtivas ligadas a sociobiodiversidade e a agropecuária de forma a buscar o um desenvolvimento mais sustentável do município.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, I, N. **Buriticupu - MA, sua história, geografia e características gerais - 42 anos de fundação e 21 anos de emancipação política**. Buriticupu: Gráfica Kairós, 2015.

AMAZON CONSERVATION TEAM, - ACT. **Metodologia de Mapeamento Cultural Colaborativo.** ACT Edições 2008. Brasília: Amazon Conservation. Disponível em: < http://www.kaninde.org.br/wpcontent/uploads/2015/11/methodology_of_collaborative_cultur al_mapping_1_1334604193.pdf> Acesso 08 de jul. de 2023.

BERNARDES, Julia Adão. Expansão do Agronegócio na Amazônia: dinâmicas e contradições. **Revista Tamoios**, *[S. l.]*, v. 18, n. 1, 2022. DOI:10.12957/tamoios.2022.63233. Disponível em: https://www.epublicacoes.uerj.br/tamoios/article/view/63233 Acesso em: 13 out. 2023.

CORREIA FILHO, Francisco Lages (org.). **Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea, estado do Maranhão**: relatório diagnóstico do município de Buriticupu. Teresina: CPRM - Serviço Geológico do Brasil, 2011.

CYMERYS, M; FERNANDES, N. M .de P; RIGAMONTE, O, C. Buriti Mauritia flexuosa L.f. In: SHANLEY, P. MEDINA, G. Frutíferas e Plantas Úteis na Vida Amazônica.Belém: CIFOR**, Imazon**, 2005. 300 p. il.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana **O mito moderno da natureza intocada / Antonio Carlos Sant'Ana Diegues. - 6. ª ed. ampliada - São Paulo: Hucitec Nupaub-USP/CEC, 2008**.

DINIZ, J.D.A.S.; CERDAN, C. Produtos da sociobiodiversidade e cadeias curtas: aproximação socioespacial para uma valorização cultural e econômica. In: GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar.** Porto Alegre: Editora UFRGS, 2017, p. 259-280.

FARIAS FILHO, M. . Mapeamento de Voçorocas e do Risco de Erosão em área urbana no Oeste do Estado do Maranhão.. **Revista GeoUECE**, *[S. l.]*, v. 8, n. 14, p. 298–313, 2021. Disponível em: https://revistas.uece.br/index.php/GeoUECE/article/view/6831. Acesso em: 6 abr. 2023

GONDIM, T. D. S., Thomazini, M. J., Cavalcante, M., & de Souza, J. M. L. (2001). Aspectos da produção de cupuaçu. ***Embrapa Acre-Documentos*** *(INFOTECA-E)*.

IMESC - INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS. **Regiões de desenvolvimento do estado do Maranhão: proposta avançada**. Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos –IMESC. São Luís: IMESC, 2020.

KELLER, Paulo Fernandes **TRABALHO ARTESANAL EM FIBRA DE BURITI NO MARANHÃO**Cad. Pesq., São Luís, v. 18, n. 3, set./dez. 2011.

MACEDO, L. T. .; MORAES JÚNIOR , J. L. D. S. .; LIMA SANTOS, A. D. .; SILVA FARIAS FILHO, M. . Mapeamento de Voçorocas e do Risco de Erosão em área urbana no Oeste do Estado do Maranhão.. **Revista GeoUECE**, *[S. l.]*, v. 8, n. 14, p. 298–313, 2021. Disponível em: https://revistas.uece.br/index.php/GeoUECE/article/view/6831. Acesso em: 6 abr. 2023

MOURA, Izamarque de Sousa et al.. ENTRE RIOS E QUINTAIS: OLHARES GEOGRÁFICOS DOS ALUNOS DO PROEJA SOBRE A SOCIOBIODIVERSIDADE NO MUNICÍPIO DE BURITICUPU – MA.. In: **Anais do Universo IFMA 2022.** Anais...Grajaú (MA) IFMA, 2022. Disponível em: https//www.even3.com.br/anais/universo2022/591935-ENTRE-RIOS-E-QUINTAIS--OLHARES-GEOGRAFICOS-DOS-ALUNOS-DO-PROEJA-SOBRE-A-SOCIOBIODIVERSIDADE-NO-MUNICIPIO-DE-BURIT. Acesso em: 15/01/2024.

POTT, V.J.; POTT, A. Buriti – **Mauritia flexuosa**. Fauna e Flora do Cerrado, Campo Grande, outubro 2004. Disponível em: < http://cloud.cnpgc.embrapa.br/faunaeflora/plantasuteis/buriti-mauritia-flexuosa>. Acesso em: < **23 , Maio 2024 >** .

RODRIGUES, M. Sociobiodiversidade e Diversidade Epistêmica: Reflexões sobre a educação do campo no cenário atual do Baixo Tocantins. Revista Interdisciplinar 10 anos de Margens - **Dossiê: Olhares campo o campo**. Versão Digital – ISSN: 1982-5374 VOL.10 N. 15. Dez 2016. (p. 42-52). Disponível em: https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/download/4507/4250.Acesso 08 de jul. de 2023.

SCHNEIDER, S. **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2017, p. 259-280. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/232245/001020657.pdf?sequence=1&isAllowed =y. Acesso 08 de jul. de 2023.

SARAIVA, N. & SAWYER, D. (2007). Análise do potencial econômico e socioambiental do artesanato do buriti em comunidades tradicionais nos Lençóis Maranhenses. **VII Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica**, 281-23

A CARTOGRAFIA SOCIAL DA TERRA INDÍGENA MBY'Á GUARANI ARAÇA'Í/PIRAQUARA/PR

Fernando dos Santos Vargas[1]
Marialina Clapis Ravagnani[2]
Michele Christina Reboli Atab[3]

RESUMO

O presente trabalho relata o processo de construção de uma cartografia social, especificamente do Território indígena M'Bya Guarani Araçai, localizado no Município de Piraquara - Paraná, situado na porção oeste da Serra do Mar, a sotavento. Além disso, faz revisão documental a partir das referências bibliográficas estudadas ao longo dos anos de 2022 e 2023. Os indígenas realizaram um mapeamento detalhado do território da Terra indígena (TI), identificando locais importantes para a reprodução do seu modo de vida ancestralmente tecido: áreas de uso tradicional - roçados, agrofloresta, represa, locais de caça, pesca, de coleta de sementes campo de futebol, Op'y (casa de reza) e demais topônimos importantes na construção identitária e para a geograficidade da comunidade indígena. Promoveu-se a participação ativa da comunidade indígena no processo de produção da cartografia social por meio de várias oficinas: de mapas, de desenhos, de fotografias, entre outras. Somado a tais oficinas, foram organizados encontros onde foram narradas as histórias e as práticas territoriais da comunidade, bem como para a revisão de todo o material. A abordagem colaborativa garantiu que as perspectivas, memórias e experiências da comunidade sejam representadas na perspectiva dos mesmos no fascículo.

RESUMEN OU ABSTRACT

The present work reports the process of building a social cartography, specifically of the M'Bya Guarani Araçai indigenous territory, located in the Municipality of Piraquara - Paraná, located in the western portion of Serra do Mar, to the leeward side. In addition, it carries out a

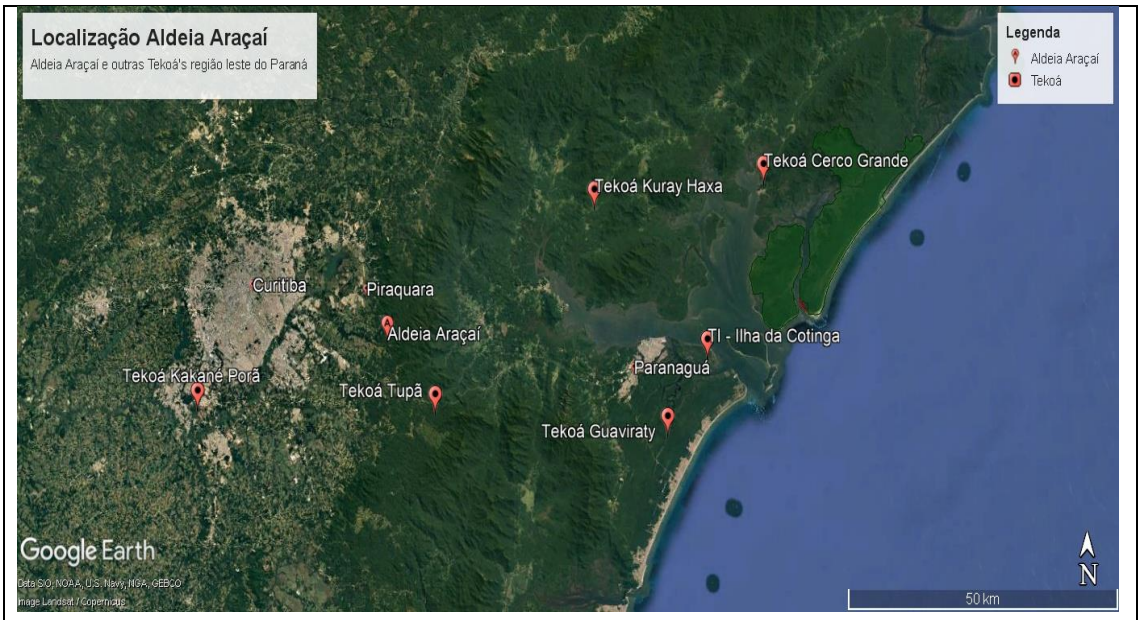
[1] Mestrando do Curso de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal do Paraná - UFPR, fernandovargas1987@email.com
[2] Graduanda do Curso de Agroecologia da Universidade Federal do Paraná Setor Litoral – UFPR Matinhos, marialina.clapis@gmail.com
[3] Graduanda do Curso de Geografia da Universidade Federal do Paraná Setor Litoral – UFPR Matinhos, mchrisatab@gmail.com

documentary review based on bibliographical references studied throughout the years 2022 and 2023. The indigenous people carried out a detailed mapping of the territory of the Indigenous Land (TI), identifying important places for the reproduction of their ancestrally woven way of life: areas of traditional use - fields, agroforestry, dam, places for hunting, fishing, seed collection, football field, Op'y (prayer house) and other toponyms that are important in the construction of identity and the geography of the indigenous community. The active participation of the indigenous community in the process of producing social cartography was promoted through various workshops: maps, drawings, photographs, among others. In addition to these workshops, meetings were organized where the community's histories and territorial practices were narrated, as well as for the review of all material. The collaborative approach ensured that the community's perspectives, memories and experiences are represented from their perspective in the issue.

INTRODUÇÃO

A produção de uma cartografia social vem ao encontro da demanda do Povo Guarani pela sistematização do autorreconhecimento da terra e do território em que vivem. O trabalho aqui descrito, apresenta o processo de construção de uma cartografia social, especificamente, no território Guarani *M`bya*[4] *Tekoá* [5]*Araça'í*, localizado no Município de Piraquara-PR, no lado oeste da Serra do Mar. O Povo Guarani *Mbya*, desta localidade, compartilha a terra indígena com a APA (Área de Proteção Ambiental) Piraquara, a Área de Proteção Permanente (APP) de Manancial da Represa Piraquara I ou Cayguava que armazena a água que abastece o município de Curitiba como nos mostram dados da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC), Decreto 6706, de 09 de dezembro de 2002, está também dentro dos limites da Área Especial de Interesse Turístico Marumbi, conforme mapa intitulado Usos da Terra, produzido pelo Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Paraná (ITCG, 2004). A figura a seguir apresenta o da localização do território Aldeia Araçaí, mostrando a relação de proximidade com a capital do estado do Paraná Curitiba e as outras aldeias em sua região.

[4] *M'byá* é a especificação da etnia do povo Guarani que se divide basicamente em quatro grupos: *Guarani M'byá, Nhendewa, Kaiowá* e *Avá Guarani*.
[5] *Tekoá* é o conceito que se aproxima do conceito de lugar. Muito usado para explicar que é o lugar onde vivem.



Mapa criado por Fernando dos Santos Vargas, 20 de novembro de 2024.

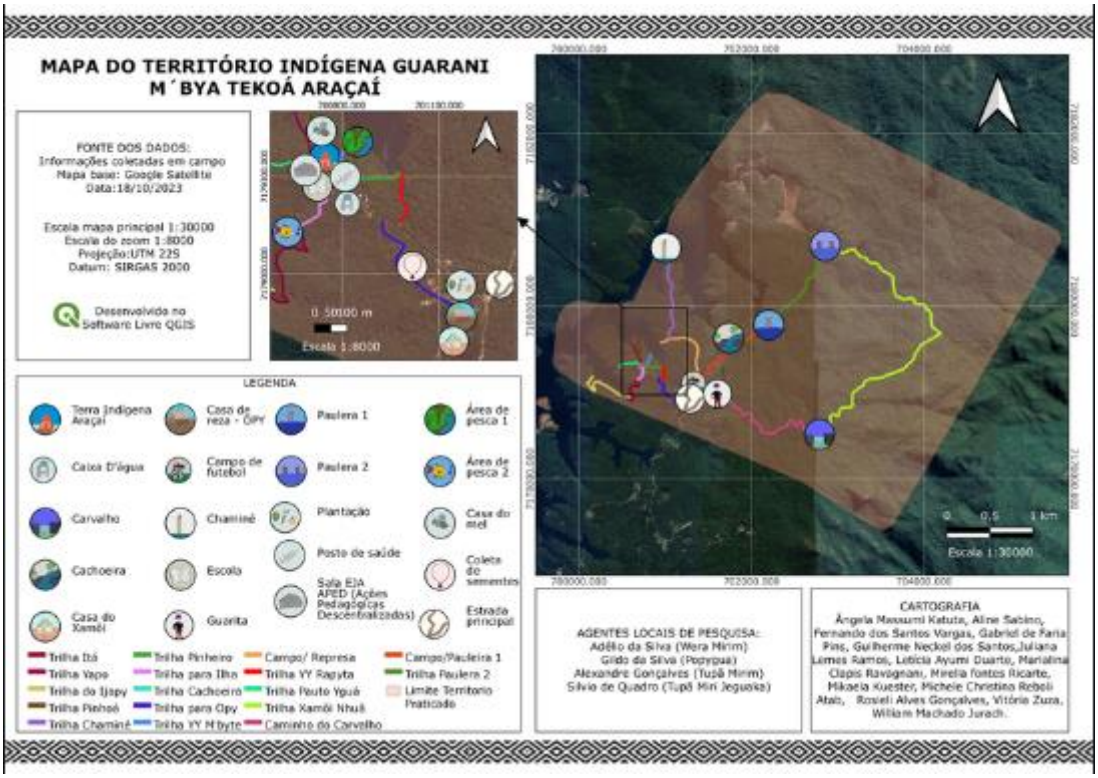
O estudo parte do pressuposto de que as terras e os territórios dos povos indígenas em todo o Brasil foram sempre ameaçados desde a invasão pelos povos europeus das terras da costa leste do oceano Atlântico. No decorrer de mais de 500 anos, o vetor de colonização e extermínio sempre avançou para o oeste acuando os povos originários. Assim, as lutas indígenas em defesa de seus territórios sempre foram marcadas por genocídios, homicídios, enfrentamentos políticos, conquistas, expropriações, espoliações, esbulhos e derrotas.

Os novos repertórios de lutas dos povos originários também estão presentes no trabalho, no tocante às retomadas de território, às auto-demarcações, às políticas públicas, às retomadas de espaços de discussões sobre o meio ambiente, que são debatidas também nos grandes fóruns e congressos. Retomamos também os conceitos ancestrais de terra e território, bem como o direito à participação na política e no debate sobre as territorialidades, desde a escala regional até a escala continental.

METODOLOGIA

A Cartografia social da Tekoa Araça´í (retomada) iniciou em 2017 e foi concluída em dezembro de 2024. Sua produção foi demandada pela comunidade Guarani Mbya que ali vivem, e está sendo de extrema importância para o reconhecimento do território e, provavelmente, poderá auxiliar em sua homologação. Para a conclusão da cartografia, temos trabalhado com a editoração do documento, unindo as informações, fotos e desenhos, relatos colhidos e registrados nos trabalhos de campo, utilizando a plataforma Canva.

O mapa foi elaborado em trabalhos de campo com a comunidade, e o georreferenciamento também foi elaborado pelos indígenas. Apenas a finalização foi elaborada em gabinete, mas apresentada para avaliação final em no território. Segue o mapa abaixo que produzido em 2023:



As reuniões da equipe do Projeto são feitas com a comunidade na TI e também na Universidade Federal do Paraná/Litoral onde organizamos os pré–campos, reuniões de estudo e debate de material bibliográfico e os pós-campo a partir do qual vamos organizando os materiais produzidos nas oficinas e rodas de conversa, levantamos aspectos que ainda são necessários serem sistematizados e planejamos o processo.

A fim de alcançar os objetivos propostos, adotamos como metodologia de trabalho a pesquisa-ação, também conhecida como pesquisa participativa, auto-diagnóstico, investigação-ação-participativa. Para Moretti e Adams (2011), a pesquisa participativa:

> [...] se caracteriza por integrar investigação, educação popular e participação social, oportunizando aos sujeitos envolvidos compreender e interpretar as lógicas do funcionamento dos sistemas de dominação social, adquirir conhecimentos apropriados e animar a mobilização social em torno da luta para mudar a própria realidade, incidindo em processos mais amplos da sociedade. [...] Combinam-se, portanto, investigação social, trabalho educacional e ação emancipadora. Em outros termos, a pesquisa participativa não se restringe à participação dos(as) pesquisadores(as) no meio investigado. Também não significa espontaneísmo e consequente abandono das preocupações teóricas relacionadas com a educação, comunicação ou mesmo da organização social no contexto da (des)colonialidade e das epistemologias do *sul*. Esta "[...]

> produz conhecimento politicamente engajado" (Demo, 2008, p. 8) com rigorosidade metódica e com compromisso com as mudanças concretas. (p. 456-457)

Através de estratégias organizadas por meio da pesquisa-ação, pesquisa social com base empírica, em que busca-se a ação ou a resolução de um desafio ou problemáticas coletivas, os participantes se envolveram com as atividades de modo cooperativo ou participativo (THIOLLENT, 1986, p. 14). Desse modo, foi possível coletar importantes relatos da comunidade da Tekoa Araça'í, sobre o seu território, o seu modo de vida e sua caminhada (Guata Porã).

REFERENCIAL TEÓRICO

Um dos maiores desafios dos povos indígenas é o reconhecimento de suas terras invadidas pelos europeus desde o período colonial do Brasil, como descrito anteriormente. Os processos de resistências nesses territórios persistem até os dias atuais.

Entre os conceitos pesquisados, defino territorialidade como o esforço coletivo de um grupo para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu território (LITTLE, 2002).

Os conceitos de resistências e reconhecimentos dos povos vêm junto com a geografia desse território e Estado-nação, sendo assim uma história territorial, como diz LITTLE (2002, p. 3):

> A história das fronteiras em expansão no Brasil é, necessariamente, uma história territorial, já que a expansão de um grupo social, com sua própria conduta territorial, entra em choque com as territorialidades dos grupos que residem aí.

Sendo marcada historicamente por diversas investidas de expansão de fronteiras no Brasil colonial e imperial, com a invasão do litoral no século XVI, e posteriormente com séculos de entradas a oeste pelo bandeirantes, também a ocupação da Amazônia e a escravização de indígenas nos séculos XVII e XVIII baseadas em um uso intenso de escravizados de origem Africana, a expansão de Fazendas de gado no Sertão Nordestino e Centro-Oeste, a exploração de minérios no estado de Minas Gerais, a cafeicultura, entre outros. Podemos entender como cada frente de expansão produziu um conjunto próprio de choques territoriais e, com isto, provocou ondas de desterritorialização e reterritorialização por parte dos povos indígenas e dos povos africanos.

As relações pertencentes à noção de lugar pelos indígenas se expressam de forma diferenciada daquelas dos povos não indígenas. As memórias desses povos estão diretamente ligadas ao lugar e como interagem com ele. Como observa Ladeira, abordando as definições de território para os povos Guarani:

“Por seu lado, as relações das sociedades indígenas com seu território natural são parte intrínseca de uma representação de mundo que integra o uso da “natureza”, o modo de vida e a teoria que embasa a vida social.” (LADEIRA, 2008, p. 24):

O destaque maior em relação aos conceitos de território e natureza, se deve ao fato de que esses povos indígenas não possuem esses termos, em virtude de seus modos de vida, das línguas e das relações com os lugares serem diferentes. Eles possuem noções distintas de pertencimento a esses espaços, como diz LITTLE (2012, p. 10):

> A noção de pertencimento a um lugar agrupa tanto os povos indígenas de uma área imemorial quanto os grupos que surgiram historicamente numa área através de processos de etnogênese e, portanto, contam que esse lugar representa seu verdadeiro e único homeland.

Os indígenas do que viria a ser conhecido posteriormente como continente Americano, têm como perspectiva de vida o *Bem Viver* ou *Bien Vivir*, uma vida pautada pelo amor fraterno, pela reciprocidade, pelo respeito ao outro, pela solidariedade com o próximo e por um zelo e cuidado especiais para com o ambiente (Dom Erwin, 2011).

Tendo o Bem Viver como alternativa para resistir aos ataques de modos neoliberais de existência em todo o território Latino Americano, os indígenas em território brasileiro se re-inventam hoje para sobreviver aos constantes ataques aos seus modos tradicionais de existência. Sendo atacados principalmente pelos grupos sociais hegemônicos por meio do Estado Nacional e pelas Bancadas do Congresso Nacional, que visam a utilização de terras indígenas para produção agrícola e agropecuária, exploração mineral e hídrica, ou seja, há históricos tensionamentos voltados à mercantilização desses territórios para exploração comercial a nível mundial.

Esses povos tradicionais hoje se utilizam de novas técnicas e métodos para r-existir e defender seu território. Várias experiências com a metodologia de elaboração de cartografias sociais e participativas em territórios têm sido avaliadas como positivas. Utilizando como exemplo trabalhos em território do grupo indígena Timbira, no Estado do Tocantins, em que o grupo CTI (Centro de Trabalho Indigenista), iniciou oficinas de mapeamento participativo com jovens e adolescentes, em primeira instância com cursos de formação em cartografia, em 10 comunidades de diferentes etnias. No ano de 2008, foram elaborados 60 etno-mapas com metodologias participativas. Os mapeamentos hoje são usados pelas comunidades para várias formas de reconhecimento e defesa de seus direitos territoriais (BAVARESCO, 2009).

Assim, também conseguimos compreender que os processos de colonização na América Latina nos levam a contrapor o eurocentrismo com o pensamento da (de)colonialidade, que visibiliza e auxilia a pensar em formas r-existência em seu meio. Esta vertente se constituiu como possibilidade de trazer outras formas de entendimento de mundo que possam provocar mudanças

nos modos de existência dos povos indígenas, sendo essas resultantes das revoltas e indignações desses povos contra as opressões que viveram e vivem. Sendo assim, este processo é chamado de insurgência, como tratam MORETTI e ADAMS (2011, p. 453):

> A insurgência pode nos oferecer uma base no caminho da luta e nas suas diversas dimensões, sobretudo da formação educativa dos sujeitos envolvi- dos em experiências que, conforme Santos (2006), integram as resistências e lutas por uma globalização contra-hegemônica, articuladas com redes de solidariedade transnacional.

Dessa forma, tratamos de trabalhar com o fortalecimento dos direitos à autonomia desses povos, para que os mesmos continuem fortalecendo seus próprios mecanismos de se apropriar e provocar inovações e reinvenções em suas lutas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Desde o início do projeto da Cartografia Social em agosto de 2017 foram realizados mais de 20 encontros no território indígena, no qual iniciamos com trabalhos de elaboração da cartografia, e já foram concluídos dois mapas manuais ou croquis, um elaborado pelas crianças e adolescentes e outro pelos adultos, em que a perspectiva territorial é de todos e todas indígenas do território.

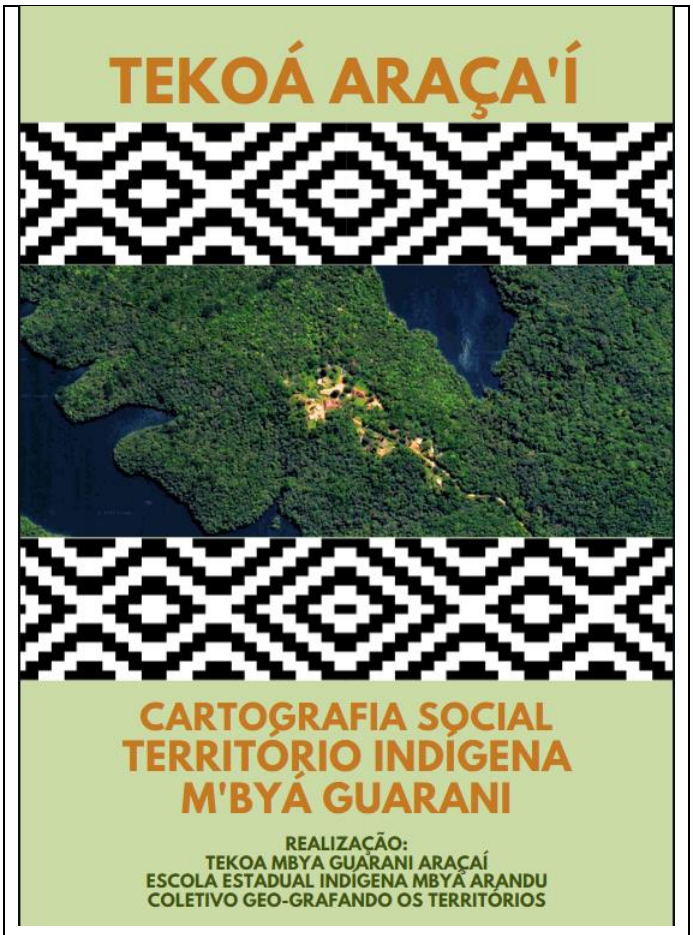
Os trabalhos em coletivo com o povo Guarani M'byá foram retomados após longo período sem podermos nos encontrar devido a pandemia causada pelo vírus Covid-19, em respeito à vida e a saúde dos povos indígenas e também do grupo de pesquisa e Iniciação Cientifica aguardamos todo esse período para podermos dar continuidade aos trabalhos com toda segurança necessária. Até o momento esses encontros têm sido de grande produtividade e avanços para os últimos processos da cartografia social.

Nos trabalhos com os diálogos de saberes foram discutidos conceitos territoriais originários do povo Guarani M'byá, como o conceito de Tekoá, por exemplo, que demonstra o lugar em que vivem, e também a história da chegada ao território Tekoá Araça'í, narrada por lideranças e anciões Guarani. Esses diálogos foram gravados, transcritos e debatidos novamente, e já estão revisados pela própria comunidade Indígena, sendo agora encaminhados para edição final.

Os resultados foram adequados através de bons relacionamentos com o povo indígena, em que os trabalhos foram realizados dentro da cosmogonia Guarani, e que levantaram novos questionamentos que partiram do povo Guarani M'byá. Espero assim continuar trabalhando no território e realizar a analise da produção cartográfica com o ensino de geografia na Escola Estadual Indígena M'bya Arandú, e continuar auxiliando nas lutas por direitos desse povo.

A partir dos processos de produção do mapa, verificamos que é possível garantir que os resultados do trabalho sejam compartilhados e acessíveis à comunidade indígena, pois muitos dos seus aspectos foram debatidos, registrados e sistematizados pelos mesmos.

Entendemos, portanto, que o material contribuirá para a visibilidade e valorização das perspectivas indígenas e poderá auxiliar em iniciativas de planejamento, talvez à Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNgati) ao estabelecer esses objetivos, o projeto está focado em promover a participação ativa da comunidade indígena, valorizando sua cultura, seu modo de r-existir, respeitando seus direitos e contribuindo para a preservação de sua identidade e território. A ideia é também que o material sirva como recurso didático para o Colégio Estadual Mby'á Arandu, sobretudo nas aulas de Geografia, pois verificamos a quase ausência de materiais didáticos vinculados aos seus modos de vida.



Capa final do fascículo cartográfico do território Guarani M'byá Araçaí. Autoria da Comunidade com o projeto de Iniciação Cientifica Da minha janela vejo o mundo, da UfPR Setor Litoral. Dezembro de 2023.

Através da cartografia social, é possível sistematizar conhecimento geográfico socialmente relevante com as comunidades. No caso dos indígenas com os quais trabalhamos, ao mesmo tempo em que se reconhece a importância da autodeterminação e do protagonismo indígena foi possível pensar no uso da cartografia social como instrumento no ensino da geografia que, ao partir dos territórios praticados, possibilita o trabalho com inúmeros conceitos do componente curricular.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os movimentos de luta dos povos originários pelo reconhecimento dos seus territórios ancestrais não possuem um ponto final historicamente tem um ponto inicial com a chagada da invasão colonizadora europeia. O debate a respeito desses territórios são processos contínuos assim como as novas ferramentas e estratégias de defesa, portanto podemos considerar os trabalhos cartográficos como dinâmicos e podem ser modificados conforme a necessidade de cada povo indígena e suas demandas locais. Os trabalhos aqui escritos envolveram uma relação afetiva com a comunidade descrita e seguem o tempo local desse povo o que faz o trabalho ser permanente, ou seja, não possui um ponto final sendo que os ataques aos direitos desses povos também são permanentes assim como suas formas de r-existencias.

Por meio do trabalho, compreendemos como a cartografia social pode ser uma ferramenta de fortalecimento da identidade cultural, empoderamento e resistência da comunidade indígena. Neste sentido, destacamos a importância do mapa como uma ferramenta de luta pelos direitos territoriais, de reconhecimento e valorização dos territórios praticados, expressão do modo de vida ancestral Mby'á Guarani.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, ALBERTO. **O BEM VIVER, Uma Oportunidade para Imaginar Outros Mundos.** São Paulo**,** Editora Elefante, 2012.

ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍEGNAS DO BRASIL. Site da APIB. Disponível em: <https://apiboficial.org/ >. Acesso em: 07 de Ago. de 2022.

BAVARESCO, A. de A. **O PJÊ e a CARTOGRAFIA: Os mapeamentos participativos como ferramenta pedagógica no diálogo entre saberes ambientais**. Brasília: UNB, 2009.

BAVARESCO, A.; MENEZES, M. **Entendendo a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Indígenas – Decreto nº 7.747, de 5 de julho de 2012**. Brasília: GIZ/Projeto GATI/Funai, 2014.

BERGAMASCHI, M. A.; STUMPF, B. O. **Elementos espirituais, simbólicos e afetivos na construção da escola mbyá guarani**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 42, n. 4, p. 921-935, out./dez. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-9702201612158353>.

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas**. Ministério da Educação e do Desporto Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, 1998.

_____Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT. Organização Internacional do Trabalho. Brasília: OIT, 2011.

GONÇALVEZ, CARLOS WALTER PORTO. **O Latifúndio Genético e a r-existência indígeno-campesina**. Geographia, Niterói, ano IV, n. 8, 2002. p. 39-60.

_____. Entre América e Abya Yala – tensões de territorialidades. Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente, Curitiba, n. 20, p. 25-30, jul./dez., 2009.

KATUTA, Â. M. **A(s) natureza(s) da cartografia**. Geograficidade, v. 3, Número Especial, Primavera 2013.

_____. A cartografia escolar no movimento da geografia crítica: elementos para debates. Revista GeoSertões (Unageo-CFP-UFCG). Vol. 5, nº 10, jun./dez. 2020. Disponível em: <https://cfp.revistas.ufcg.edu.br/cfp/index.php/geosertoes/index>.

KRAUTLER, D. E. **Cruzes e ressurreição, morte e bem viver.** Violência contra os Povos Indígenas no Brasil. – dados de 2011. CIMI: Comissão Indigenista , 2011. p. 6-7

LADEIRA, M. I. **Espaço Geográfico Guarani M'bya, Significado Construção e uso**. São Paulo: Edusp; Maringá: Eduem, 2008.

LITTLE, P. E. **Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade**. Brasília: UNB, 2002.

MORETTI, C. Z.; ADANS, T. **Pesquisa Participativa e Educação Popular: epistemologias do sul**. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 36, n. 2, p. 447-463, maio/ago. 2011. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/edu_realidade>. Acesso em: 20/09/2021.

PERUZZO, C. M. K. **Pressupostos epistemológicos e metodológicos da pesquisa participativa: da observação participante à pesquisa-ação.** Estudios sobre las Culturas Contemporáneas Época III. Vol. XXIII. Número Especial III, Colima 2017, p. 161-190.

Site do Instituto Nova Cartografia Social. Disponível em: <http://novacartografiasocial.com.br/>. Acesso em: 30/09/2021.

SOUZA, J. F. **Pesquisa-ação participante: realidades e desafios**. Tóp. Educ., Recife, v. 15, n.0 112, p. 65-104, 1997.

IDENTIDADE RURAL NA CIDADE: discussão conceitual a partir da análise do crescimento da mancha urbana de Ibitinga (SP) por um viés cartográfico

Gabriella Brandino de Campos[1]

João Vitor de Freitas[2]

Mariana Cupini[3]

RESUMO

Com o avanço do perímetro urbano, diversos indivíduos que, durante toda sua vida moraram no campo, se veem agora próximos ou, até mesmo, inseridos na cidade. Porém, entende-se que mesmo na cidade, ainda pode-se ter uma identidade rural. Para isso, utilizou-se do software QGis 3.28.9, onde foram realizados mapas que analisam o crescimento da mancha urbana, principalmente em direção ao bairro rural Correguinho, que serviu para criar um diálogo acerca de dados quantitativos, trazendo um caráter qualitativo para pesquisa, principalmente através de autores como Biazzo (2008), Rua (2005) e Queiroz (1979), que permitiram discutir o tema a partir dos dados especializados. Também foram realizadas entrevistas semiestruturadas com moradores da cidade que já foram do bairro Correguinho, assim como uma moradora que ainda se encontra nesse bairro rural, mostrando o apreço e a relação que esses indivíduos rurais possuem com o território correspondente ao campo. A pesquisa conclui que existem indivíduos rurais na cidade, e que, desse modo, a identidade rural não é deixada de lado ao se mudar para cidade, pois vai além de um simples recorte espacial, e está diretamente relacionado com a maneira que esses indivíduos se relacionam com o território que habitam.
Palavras-chave: Identidade Rural; Ibitinga; Cartografia; Correguinho.

RESUMEN OU ABSTRACT

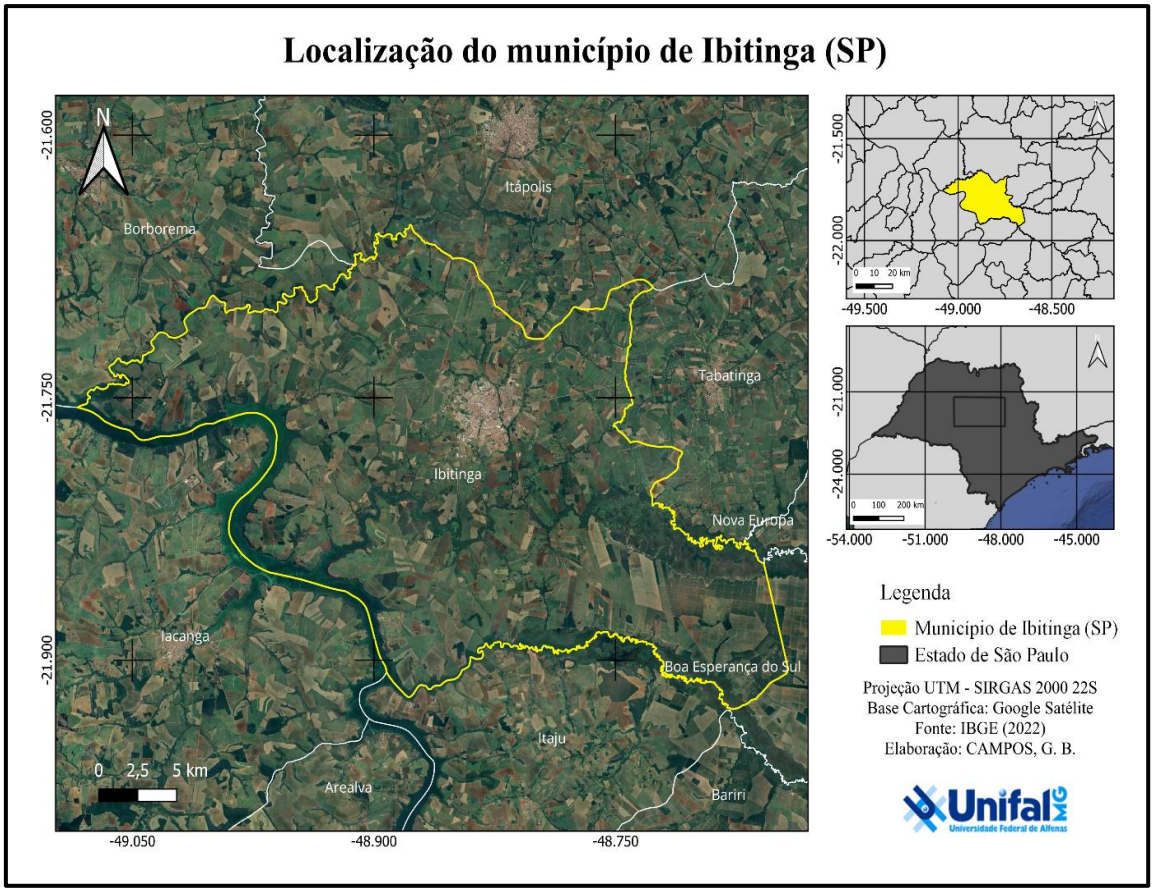
With the expansion of the urban perimeter, several individuals who, throughout their lives, lived in the countryside, now find themselves close to or even inserted in the city. However, it is understood that even in the city, one can still have a rural identity. For this, the software QGis 3.28.9 was used, where maps were created that analyze the growth of the urban area, mainly towards the rural neighborhood Correguinho, which served to create a dialogue about quantitative data, bringing a qualitative character to the research , mainly through authors such as Biazzo (2008), Rua (2005) and Queiroz (1979), who allowed the topic to be discussed based on specialized data. Semi-structured interviews were also carried out with residents of the city who were once in the Correguinho neighborhood, as well as a resident who still lives in this rural neighborhood, showing the appreciation and relationship that these rural individuals have with the territory corresponding to the countryside. The research concludes that there are rural individuals in the city, and that, in this way, rural identity is not left aside when moving to the city, as it goes beyond a simple spatial outline, and is directly related to the way these individuals interact. relate to the territory they inhabit.
Keywords: Rural Identity; Ibitinga; Cartography; Correguinho.

[1] Graduanda do Curso de Geografia Bacharelado da Universidade Federal de Alfenas - MG, gabriella.campos@sou.unifal-mg.edu.br
[2] Mestrando do Curso de Geografia da Universidade Federal de Alfenas - MG, joao.freitas@sou.unifal-mg.edu.br
[3] Graduanda do Curso de Geografia Bacharelado da Universidade Federal de Alfenas - MG, mariana.cupini@sou.unifal-mg.edu.br

INTRODUÇÃO

O município de Ibitinga (do tupi-guarani, ibi: terra; tinga: branca) equivale a área de 689 km², localiza-se a 360 km de distância da capital São Paulo, no centro-oeste geográfico do estado e no vale do médio curso do rio Tietê, à sua margem direita, estabelecendo-se nas coordenadas geográficas: 21°45’23” S e 48°49’08” W. Exerce fronteira com os municípios de Itápolis, Tabatinga, Nova Europa, Boa Esperança do Sul e Itaju, como mostra o Mapa 01. Possui também, em sua divisão administrativa, o distrito de Cambaratiba, pelo Decreto nº 6510 de 22/06/1934 (IBGE, 2023).

Mapa 01: Mapa de localização do município de Ibitinga (SP)



Fonte: IBGE (2022); org. Gabriella Brandino.

Característico de um município desse porte, Ibitinga (SP) possui uma forte herança rural advinda desde a sua formação. É importante ressaltar, porém, que o crescimento econômico do município, advindo das fábricas de bordado a partir da segunda metade do século XX, impulsionou o crescimento urbano, criando uma

necessidade de analisar com mais cautela como ocorrem as relações entre o urbano e o rural no município.

A necessidade de abordar essa temática vem de uma construção de anos, onde parte dos autores fazem parte do município e notam a transformação espacial, e tendo herança rural, se preocupam com a maneira que o avanço do espaço urbano pode acabar impactando o rural. Fica claro então que o objetivo do trabalho, de modo geral, é compreender o impacto do avanço urbano de Ibitinga (SP) na identidade rural dos moradores. Também, a pesquisa busca mostrar como a cartografia é capaz de auxiliar nessa descoberta, visto que é capaz de mostrar a evolução da mancha urbana ao longo dos anos, e busca debater como a identidade rural serve como resistência a esse avanço.

A cartografia e seus desdobramentos são importantes ferramentas que auxiliam a visualização e a análise da realidade ambiental, social, econômica, cultural e histórica de uma determinada área. Por meio dos produtos gerados é possível identificar fatores, analisá-los e relacioná-los com objetivo de apoiar e contribuir com a abordagem espacial, com as atividades humanas e as decisões econômicas.

Desse modo, a cartografia implica em estabelecer dinâmicas necessárias para auxiliar tomadas de decisões e contribuir socialmente para compreensão da relação entre rural e urbano. A cartografia é, então, uma ferramenta essencial para a elaboração dessa pesquisa, levando em consideração as técnicas utilizadas para a análise espacial que permitem a visualização da expansão urbana do município de Ibitinga e sua direta relação com o campo e a identidade rural.

METODOLOGIA

Primeiro, é importante destacar que o método escolhido nessa pesquisa é o materialismo histórico-dialético. Essa escolha foi realizada pensando no que é abordado por Alves (2010), a consciência não condiciona o meio, mas sim o meio condiciona a consciência. Entende-se, portanto, que ao analisar a questão da identidade rural, que se fortalece grandemente em uma fenomenologia, entende-se que, por trás das motivações pessoas, existem estruturas pré-existentes moldadas pela dinâmica capitalista no espaço.

A utilização das ferramentas cartográficas, assim como o uso de dados secundários e, logo em seguida, uma discussão utilizando de um levantamento bibliográfico a partir de autores como Biazzo (2008), Rua (2005), Queiroz (1979), reforça o caráter de análise qualitativa a partir de dados quantitativos presentes nesse trabalho. A

ideia é que justamente a partir da cartografia e dos dados obtidos e especializados, possa ser realizada uma discussão afinco a partir do que foi obtido.

Desse modo, a pesquisa contou com um total de cinco entrevistas semiestruturadas, que serviram para abordar a perspectiva de indivíduos rurais sobre sua identidade, assim como possibilitar uma discussão fortemente embasada na sua relação com o espaço e, levando em conta o que foi mencionado acima, como os funcionamentos capitalistas presentes no mesmo condicionam essa relação. Os indivíduos entrevistados foram quatro antigas moradoras do bairro rural Correguinho, que agora moram na cidade, sendo a quinta e última uma moradora que ainda se encontra no mesmo bairro.

A escolha do bairro Correguinho como referência de indivíduos rurais, está justamente por ser amplamente conhecido no município, e desse modo, entende que na cidade, atualmente, abrigam-se uma grande parcela de indivíduos que já foram moradores ou que tiveram, em suas famílias, indivíduos que pertenciam ao Correguinho. Os bairros no perímetro urbano analisados, sendo eles o Flamboyant, Ângelo de Rosa e Jardim Felicidade, possuem uma grande admissão de indivíduos que vem do Correguinho buscando se instalar na cidade.

Para realização dos mapas, utilizou-se os seguintes materiais para processar a evolução da mancha urbana no município: Software QGIS 3.28.9 e Google Earth Engine; Shapefile das bases vetoriais de país, unidades da federação e municípios disponibilizados pelo IBGE (2022); Plugin *Mapbiomas Collection* 7.0. Raster das classes de Cobertura e Uso da Terra disponibilizadas pelo MapBiomas, Coleção 8.

Através do SIG QGIS 3.28.9, foi possível utilizar o plugin do Mapbiomas *Collection 7.0* a fim de obter os dados da infraestrutura urbana dos anos 2000 e 2010. Posteriormente, realizou-se apenas o download dos rasters de interesse (Infraestrutura Urbana) transformando-os em vetores para posterior fins quantitativos (*raster > converter > raster para vetor (poligonizar*).

Em seguida, de modo a obter os dados mais recentes para a pesquisa, buscou-se a aquisição dos produtos gerados no ano de 2022 através da plataforma em nuvem Google Earth Engine. A primeira etapa consistiu em acessar o link disponibilizado no site do MapBiomas (https://brasil.mapbiomas.org/colecoes-m > *Mapas de uso e cobertura da terra, transições e qualidade do mosaico*). Com o shapefile do município de Ibitinga (SP) já adicionado à plataforma do GEE, na linha do código *tables* em *values* adicionou-se o código gerado anteriormente do município.

Na aba *tasks* o produto gerado pode ser exportado para uma pasta no Google Drive e realizado o download. Desse modo, foi possível obter o raster do uso e cobertura da terra apenas do limite municipal de Ibitinga. Na segunda etapa deste procedimento, o arquivo baixado foi exportado para o QGIS, o qual foi possível selecionar apenas a camada correspondente à infraestrutura urbana através da ferramenta *raster calculator*. Em seguida, foi exportado apenas os polígonos de interesse (*tabela de atributos > selecionar feições usando uma expressão*).

REFERENCIAL TEÓRICO

A cartografia foi responsável desde os tempos mais remotos até os dias atuais, por ligar as atividades humanas com a apropriação do espaço para a sobrevivência (elaboração de mapas para localização de caça, pesca e aldeias inimigas), desenvolvimento do conhecimento no que se tange aos primeiros estudos astronômicos e geodésicos, conquistas e conhecimento territorial e a produção do conhecimento técnico, científico e mercadológico (BATISTA, 2006).

A utilização da cartografia como ferramenta de estudo, permite através da coleta de dados geoespaciais, participar do processo de análise científica, responsável por atribuir a um determinado problema ou análise de interesse, um plano de execução, capaz de orientar e integrar dados relevantes, além de definir estratégias para fins de suporte (CRUZ et al, 2014).

Desse modo, com o avanço da tecnologia, a integração da cartografia nos softwares desenvolvidos, facilita a manipulação dos dados de interesse, capazes de fornecer ao pesquisador um maior conjunto de ferramentas especializadas para diversos tipos de funções, capazes de armazenar, recuperar, transformar e emitir informações espaciais (CÂMARA; ORTIZ, 1998).

Essas ferramentas possibilitam diversos tipos de análise. Com o viés crítico existente na Geografia, é possível compreender justamente como esses dados podem ser utilizados para uma leitura que compreende, dentro do espaço, não apenas os sistemas de objetos, mas é capaz de compreender, de maneira concisa, os sistemas de ações e a dialética entre ambos (SANTOS, 1996).

Compreender a relação entre rural e urbano, no Brasil, é presente na dinâmica de estudos da Geografia. Cabe primeiramente discutir um importante aspecto: existe diferença entre rural e urbano, campo e cidade? Para que essa discussão seja movida, o

presente trabalho compreende que sim, e desse modo, busca entender como observar essas diferenças e tornar esses conceitos operacionalizáveis.

De acordo com Queiroz (1979), há uma discussão sobre a diferença entre os estudos relacionados ao rural e urbano no Brasil em comparação com os estudos europeus. Os processos de construção espacial e industrialização na Europa foram diferentes dos do Brasil, resultando em uma visão difundida na Europa de uma relação distinta entre o urbano e o rural.

A autora argumenta que na Europa há uma ideia predominante de que o industrial prevalece sobre as práticas agrícolas, o que faz com que o urbano e o rural sejam considerados dois espaços quase completamente distintos. Essa ideia é fundamentada pela intensa industrialização ocorrida na Europa, o que não ocorreu de maneira similar no Brasil.

Entende-se que esses espaços não são completamente opostos um ao outro, uma vez que isso reforça a ideia dicotômica entre rural e urbano, campo e cidade. É preciso pensar, justamente, que existe uma relação dialética entre esses pares, uma vez que não é possível, por exemplo, delimitar exatamente o que é campo e cidade, assim como é impossível afirmar que um indivíduo é rural ou urbano.

Dessa maneira, é compreensível que cada um desses conceitos carrega junto de sua essência, partes do outro, que mostra como a dialética é importante para compreensão das contradições presentes no espaço. É importante destacar que a autora menciona a presença de um estilo de vida específico no Brasil, que deu origem a essa distinção. No entanto, ela também afirma que a cidade e o "urbano" brasileiro se diferenciam do rural, principalmente em termos de uma ampla escala cultural.

Esse argumento encaminha o trabalho para um de seus objetivos: compreender que o rural é, na verdade, uma identidade, e não necessariamente um recorte espacial, da mesma maneira que o urbano possui essa mesma característica. Assim, a cidade e o campo se tornaram espaços que reproduzem esses estilos de vida.

Sorokin, Zimmerman e Galpin (1981) abordam a discussão sobre a crescente separação entre o rural e o urbano no Brasil, especialmente na fase "adulta" desses espaços. Eles afirmam que não é possível analisá-los com precisão durante sua formação, mas é possível identificar as questões que levam a essa separação quando eles amadurecem.

Inicialmente, os autores definem a sociedade rural como aquela que se caracteriza pela atividade agrícola presente nas vidas das pessoas. O fato de trabalharem ao ar livre

faz com que a população rural tenha um contato mais próximo com a natureza em comparação com a população urbana. Isso resulta em uma relação diferente com a natureza e um maior apreço por ela.

Esse elemento reforça como a relação entre o indivíduo e o espaço é fortíssima e se torna amplamente presente nas discussões sobre rural e urbano, pois cabe entender que o processo de formação de um indivíduo está relacionado com o espaço ao qual pertence, principalmente levando em conta seus valores culturais, por exemplo. Assim, fica claro como indivíduos que possuem forte contato com a natureza, como mencionado acima, podem possuir um grande apreço pelo campo e se identificarem como rurais.

Biazzo (2008) enfatiza que sua pesquisa tem como objetivo esclarecer a discussão sobre campo e rural, cidade e urbano. Nesse sentido, destaca que as categorias rural e urbana são utilizadas como conjuntos de formas concretas, ou seja, empíricas.

Conforme apontado pelo autor, a dualidade entre campo e cidade existe há várias décadas, e também discute a questão do difusionismo. Ele explica que o difusionismo se enquadra em uma pesquisa quantitativa de Geografia, que considera o rural como palco para a expansão de inovações e tecnologias provenientes do urbano, ou seja, da "modernidade".

Dessa forma, a discussão sobre a "urbanização no campo" ou a "urbanização do rural", como afirma Biazzo (2008), decorre da diversificação conceitual de rural, campo e agricultura. Ele destaca que a população rural no Brasil tem crescido nos censos do IBGE devido ao trabalho não-agrícola, com ênfase no setor terciário em detrimento do setor primário, principalmente devido à mecanização do campo.

Biazzo (idem) menciona que, entre diversos autores, há uma linha de pensamento comum a partir da década de 80, que acredita que a urbanização não resultou no fim do campestre. Isso ressalta as novas relações que existem entre o campo e a cidade, envolvendo tanto o morador do campo que busca oportunidades na cidade, quanto o morador da cidade que busca lazer no campo.

É importante destacar o que o autor menciona com base em Wanderley (2003 apud BIAZZO, 2008), onde é debatido que o rural é, na verdade, um modo de vida no qual o indivíduo conhece o mundo ao seu redor e a si mesmo. Além disso, com base em Carneiro (2003 apud BIAZZO, 2008), o enfoque cultural é fundamental para estudar a questão do rural e urbano e sua relação com o indivíduo.

Aqui a ideia trabalhada fica mais clara: se identificar como rural vai além de apenas pertencer ao recorte espacial atribuído como campo, mas entende que existe no

rural uma maneira de se relacionar com o território (que é o que a autora aponta como maneiras de conhecer o mundo), assim, torna-se fortemente presente na Geografia quando se entende que esses territórios estão diretamente ligados com essas identidades.

Com base em Souza (2010), a discussão retoma a ideia da relação entre campo e cidade, abordando o que também foi apontado por Biazzo (2008), ou seja, a forte dualidade existente entre campo e cidade dentro do meio acadêmico. No entanto, a autora ressalta que existe uma visão oposta em relação a esses espaços. Segundo essa perspectiva, a cidade é vista como o polo industrializado, representando a modernidade e as técnicas avançadas, enquanto o campo é percebido como atrasado, lento e rústico

Souza (idem) destaca a ironia presente na industrialização brasileira, que teve início com a extensa exportação agrícola. Essa ironia surge a partir do fato de que essa exportação agrícola, que é vista como uma atividade "atrasada" no campo, acaba gerando a necessidade de modernizar o campo para atender às demandas crescentes do agronegócio.

Outra importante contradição que pode-se identificar nessa dinâmica está, justamente, em pensar que existem apenas indivíduos rurais no campo e apenas indivíduos urbanos na cidade. Os movimentos espaciais são ocasionados por múltiplos fatores, e tornam possíveis pessoas que, mesmo estando na cidade, se identificam como rurais, e vice-versa.

No trabalho de Rua (2005), é destacada a existência de duas esferas de análise do rural. A primeira refere-se ao aspecto simbólico/cultural, a segunda esfera está ligada à questão política e jurídica inerente ao território rural, e é mencionada uma terceira esfera, a econômica, que abrange a relação entre o homem e a natureza, levando em consideração o maior apreço e cuidado pelo meio ambiente no contexto rural. Rua (2005) também afirma em sua pesquisa que as “urbanidades no rural” podem ser elementos identificados de uma dinâmica urbana presente no campo.

> As “urbanidades no rural” seriam todas as manifestações do urbano em áreas rurais sem que se trate esses espaços formalmente como urbanos. Não se pretende criar conceitos novos que obstaculizam, mais ainda, a discussão, mas indicar: que a ideia de urbanização dificulta a compreensão dos processos em curso pelo caráter homogeneizador e simplificador que carrega (RUA, 2005, p. 57).

Nessa pesquisa, propõe-se analisar uma perspectiva contrária: existem ruralidades no urbano. A identidade rural, que como acima mencionado por Rua (2005), faz parte de um aspecto simbólico/cultural, está relacionada com as dinâmicas capitalistas no

território que criam maneiras de se relacionar com o mesmo. Fica evidente então que, a identidade rural existe dentro do recorte correspondente à cidade, e se mostra necessário para reafirmar que campo, de fato, sofre avanço do perímetro urbano, mas de maneira alguma extingue o rural.

Fica mais evidente onde a ideia do artigo se aponta, já que mesmo a cidade de Ibitinga (SP) possuindo uma forte expansão urbana e, consequentemente, tornando-se atrativo para habitantes de bairros rurais próximos, como o Correguinho, por exemplo, faz com que seja preciso entender que esses indivíduos que se movem em direção a cidade não se tornam, necessariamente, urbanos, pois carregam com si uma maneira de conhecer o mundo e de se relacionar com ele que é, na verdade, rural.

Fica mais evidente onde a ideia do artigo se aponta, já que mesmo a cidade de Ibitinga (SP) possuindo uma forte expansão urbana e, consequentemente, tornando-se atrativo para habitantes de bairros rurais próximos, como o Correguinho, por exemplo, faz com que seja preciso entender que esses indivíduos que se movem em direção a cidade não se tornam, necessariamente, urbanos, pois carregam com si uma maneira de conhecer o mundo e de se relacionar com ele que é, na verdade, rural.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

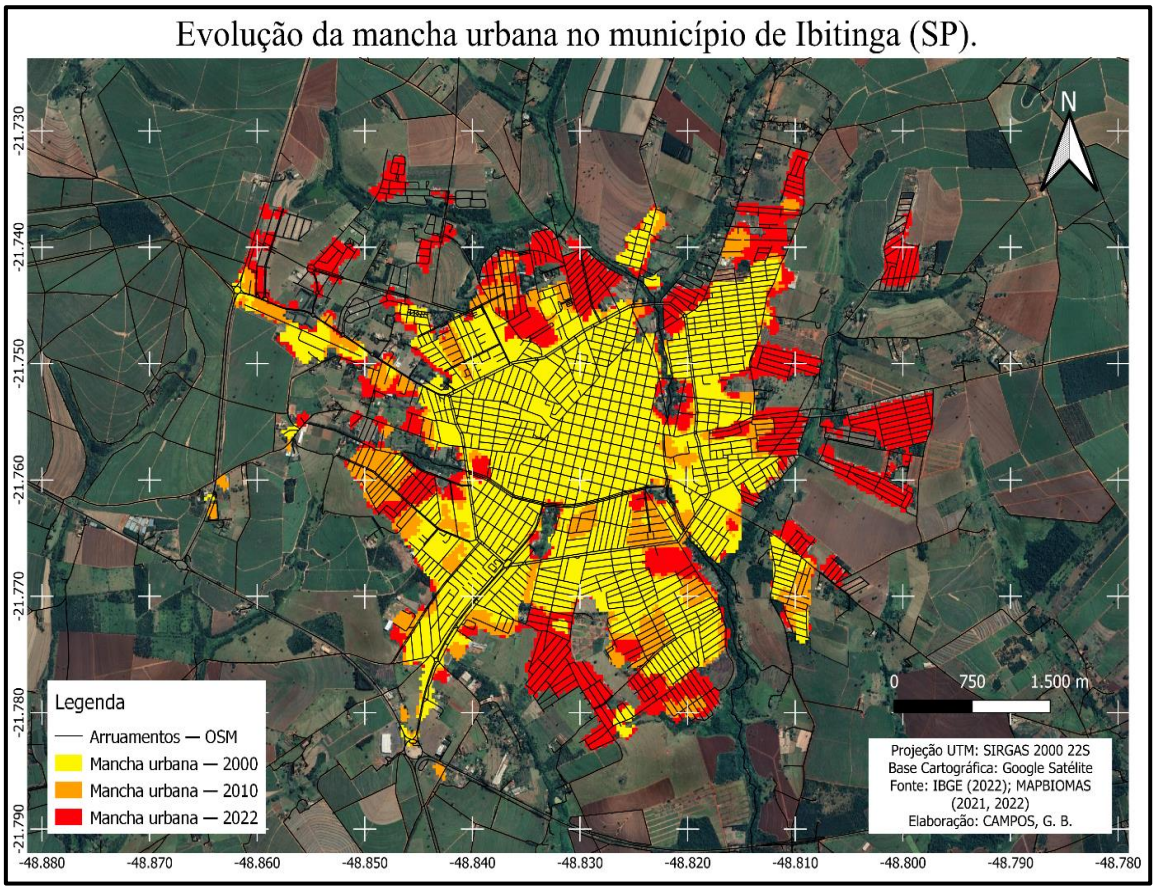
O rural presenciado no município de Ibitinga (SP) pode ser caracterizado como um “rural escasso”. Essa ideia surge, justamente, pois o campo em si apresenta atualmente uma quantidade mínima de residentes, uma vez que uma considerável parcela da população do município se mudou para a cidade. Como mostra o IBGE (2022), a área correspondente a cidade conta com cerca de 58.735 habitantes, ou seja, 96,05% da população, enquanto apenas 2.415 habitantes (os 3,95% restantes) estão no campo.

Esses dados ressaltam que, justamente, Ibitinga (SP) possuiu (e, de certo modo, ainda possui) um intenso fluxo migratório de indivíduos do campo para a cidade. Um dos principais motivos para esses movimentos migratórios está na potente indústria de bordado, que caracteriza o município como “Capital Nacional do Bordado”, e remete justamente a uma indústria que, como aponta Leite (2009), onde a produção de bordados no município existe desde a primeira metade do século XX, porém, é fortemente acelerada após a década de 1950, com a introdução de máquinas de bordar.

Pode-se notar, portanto, a partir do Mapa 02 que a evolução da mancha urbana é um bom exemplo do crescimento constante da cidade. O crescimento de loteamentos

voltado a moradias fica ainda mais evidente em 2022, comparado com o início do século XXI, onde a cidade crescia de maneira a priorizar construções em áreas não tão periféricas do município de Ibitinga (SP).

Mapa 02: Evolução da mancha urbana no município de Ibitinga (SP)



Fonte: IBGE (2022); MAPBIOMAS (2022, 2023), org. Gabriella Brandino.

Mais ao sudeste e sul do perímetro urbano, nota-se um forte crescimento de loteamentos. Um importante condicionante para esse crescimento é a proximidade que essa área tem com um dos mais conhecidos bairros rurais de Ibitinga (SP), o Correguinho. Esse bairro, característico pelas festas realizadas, foi e ainda é, de certo modo, parcela do território que se estabelecem uma interessante quantidade dos habitantes do campo no município. O motivo de sua escolha para retratar o tema apresentado é por, justamente, apresentar dados e leituras feitas pelos próprios ibitinguenses que enriquece as informações sobre o mesmo. A tabela 01 permite uma análise desses dados de maneira concreta.

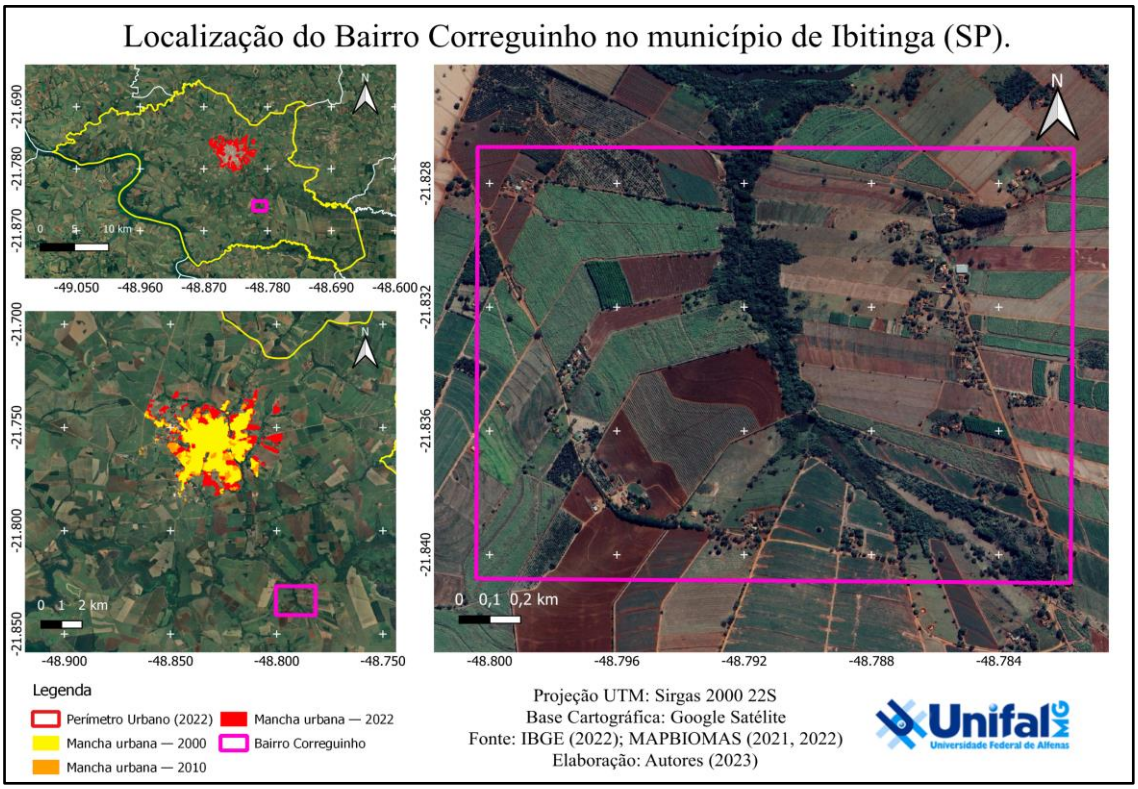
Tabela 01: Quantificação em km² e em hectares da mancha urbana do município de Ibitinga (SP).

Anos	Área Km²	Área Ha
2000	8,368	836,847
2010	10,640	1064,048
2022	14,621	1462,142

Fonte: Banco de Dados do QGis (2023), org.: Gabriella Brandino.

Esse forte aumento da mancha urbana presenciada no município de Ibitinga (SP) remete, justamente, a um certo "sufocamento" do campo. Os bairros destacados acima, no Sul e Sudeste do perímetro urbano (Flamboyant, Ângelo de Rosa, Girassol), mostram alguns bairros que a comportam essa população migrante, vinda do campo e se inserindo na cidade. Permitem notar um grande crescimento de indivíduos que, mesmo morando na cidade, possuem suas trajetórias de vida construídas no espaço correspondente ao campo. O Mapa 03 permite visualizar a distância presente entre esses loteamentos, dentro do perímetro urbano, com o Correguinho, bairro rural.

Mapa 03: Localização do Bairro Correguinho no município de Ibitinga (SP)



Fonte: IBGE (2022); MAPBIOMAS (2021, 2022), org. Gabriella Brandino.

Existente desde a primeira metade do século XX, o bairro rural Correguinho acompanhou o crescimento e a estruturação do município de Ibitinga (SP), porém, ao mesmo tempo que faz parte ativa da história do município, vêm perdendo população, principalmente a partir do início do século XXI. Percebe-se que, de certa maneira, o território correspondente a cidade atrai cada vez mais indivíduos vindos do Correguinho.

Desse modo, entende-se que o município acaba por possuir um grande atrativo na cidade, que atrai não somente pessoas de sua hinterlândia, mas também indivíduos que estão dentro do próprio município, porém, vivendo no campo. Desse modo, outros serviços que também são oferecidos na cidade acabam por atrair ainda mais essa parcela da população rural.

Ao pensar em hospitais (públicos e privados), escolas (também públicas e privadas), lazer, dentre outros serviços, a população que se encontra no campo acaba por se sentir atraída pela cidade. Mas qual o motivo principal disso? Ao mencionar anteriormente que a cidade se tornou um imenso atrativo por oportunidades de trabalho com bordado ainda no século XX, pode-se notar também no campo em Ibitinga (SP) uma predominância da população idosa.

Esses idosos, que viveram uma imensa parcela de suas vidas na área rural, encontram-se em uma delicada situação ao atingir uma idade avançada: certos bairros rurais, como o Correguinho, se encontram consideravelmente distantes da cidade, onde serviços de saúde são amplamente ofertados, por exemplo. Outro importante exemplo a ser citado quanto ao notável envelhecimento dessa população, é a ausência de uma escola rural no bairro Correguinho. As crianças do bairro, desde muito cedo, já precisam ir à cidade para poderem estudar, e criam desse modo, uma forte sensação de dependência com a cidade.

O mesmo ocorre, portanto, com os idosos: se veem dependentes da cidade, pois é nela que se concentra uma parcela significativa dos serviços essenciais, como saúde, educação, entre outros. Assim, como pode-se notar em diversos casos ocorridos no município, aqueles que não possuem condições de se manterem no campo ou, até mesmo, possui diversos familiares na cidade, abandonam a área rural e buscam casas em loteamentos novos que, de certo modo, não de distanciam tanto do campo.

Porém é aqui que fica evidente um importante fator presente nessa análise dos movimentos espaciais entre campo e cidade, pois como mencionado anteriormente, entende-se que o rural é, na verdade, um modo de vida, e não configura em si um recorte

espacial. Fica claro como é chave compreender que esses movimentos migratórios levam consigo um importante fator adiante: a identidade rural não é abandonada com a saída do campo, mas é fortalecida pela maneira com que os indivíduos rurais se relacionam com o território da cidade.

A presente pesquisa utilizou-se, assim, de cinco entrevistas semiestruturadas, que permitiram entender um pouco mais da perspectiva desses indivíduos que saem do campo em Ibitinga (SP) e se mudam para cidade. É importante destacar que, um dos entrevistados ainda mora no campo, porém, já morou por um certo tempo na cidade, como será mencionado mais claramente adiante.

Para dar início, a entrevistada 1, de 66 anos, é uma moradora do bairro rural Correguinho, no município de Ibitinga (SP), e como afirma a mesma, reside no bairro desde seu nascimento. Como afirma ao longo da entrevista, nota-se que, décadas atrás, principalmente durante os anos de 1980, o Correguinho era um "bairro de jovens", e agora, encontra-se uma população mais idosa. A mesma ainda afirma possuir dois filhos, porém ambos moram na cidade.

Ao ser indagada dos motivos dessa ausência de jovens no bairro, afirmou que boa parte sai do campo pois não querem trabalhar com lavoura, e buscam novas oportunidades de emprego na cidade. As visitas de familiares jovens, como afirma, são constantes no Correguinho, porém, não consegui imaginar que seja possível uma mudança de uma população de menor idade para o bairro rural.

Como esclarece a entrevistada, sua família também possui esses movimentos migratórios voltados para a cidade. Afirma que possui um irmão e duas irmãs que foram morar na cidade, pois como dialoga, necessitavam já em uma idade menor, procurar oportunidades de trabalho e, também, deixar o campo, já que a família não conseguia sustentar todos os filhos com o trabalho que possuíam no campo.

Ao indagar se a entrevistada acreditava que existia grande diferença no estilo de vida rural e urbano, a mesma imediatamente assegurou que muitos serviços, como água encanada e rede elétrica, chegam ao bairro rural Correguinho. Porém, afirma que a maneira com que se relacionam com a "terra" é diferente, uma vez que possuem um forte apreço pela mesma. Reforça, assim, o que traz Biazzo (2008), ao relacionar a identidade rural com a maneira que um indivíduo conhece e se relaciona com o mundo ao seu redor.

A entrevistada disse que, após seu casamento, ela e o marido se mudaram para a cidade de Ibitinga (SP). Moraram cerca de seis meses na cidade, porém como a própria afirma, juntamente de seu marido que apareceu para reforçar o argumento, não

aguentaram ficar longe do campo, quase mesmo se adoentado devido a saudade da área rural. Fica perfeitamente claro como a identidade rural está diretamente presente na ideia de, justamente, pertencimento.

Fica mais claro essa ideia também ao trazer o prazer que sente ao citar a famosa Festa de Santo Antônio, que ocorre anualmente no bairro Correguinho, e justamente leva consigo o nome popular "Festa do Correguinho", como mostra a Figura 01. Essa celebração católica se torna um imenso atrativo para as pessoas residentes deste bairro rural, assim como das famílias que, mesmo tendo nascido no Correguinho, hoje moram na cidade, e voltam para participar (ativamente) da celebração.

Figura 01: Festa de Santo Antônio, conhecida como "Festa do Correguinho", em Ibitinga (SP).

Fonte: Adilson Lourenço (2014).

Nessa perspectiva, a dicotomia entre campo e cidade, rural e urbano, como mostra Souza (2010), se quebra, de certo modo. A suposta segregação entre os indivíduos que moram no campo e na cidade não se torna uma realidade, uma vez que uma festa tipicamente rural, é fortemente celebrada junto de uma grande parcela de indivíduos que são, na verdade, da cidade.

Entende-se que não existe, então, um "abandono" do rural ao se mudar para a cidade. Como mencionado anteriormente com Rua (2005), faz parte de uma dimensão cultural, ou seja, é intrínseca à vida do indivíduo, não podendo se separar do mesmo.

Promovem ruralidades na cidade pois conseguem propagar seu modo de vida, mesmo que de maneira reduzida, no recorte espacial que condiz com a cidade.

Para fortalecer ainda mais a ideia, por último foi indagado para a entrevistada se, caso eventualmente o bairro rural Correguinho viesse a se tornar um distrito e fosse considerado, legalmente, urbano, ela se sentiria citadina. A mesma, com forte certeza, afirmou que não. Como disse, a sua relação construída com o território do campo ao longo de toda sua vida não a permite enxergar o mundo por uma perspectiva urbana, ou seja, independente do espaço ao qual ela se encontrar, ainda será rural.

Partindo para a entrevistada 02, de 47 anos, residente de um bairro periférico da cidade de Ibitinga (Jardim Felicidade), foi moradora do bairro Correguinho. Desde sua adolescência, se viu obrigada a mudar-se para a cidade, mesmo tendo muito apreço e vontade de se manter no campo, pois precisava de oportunidades de trabalho para que conseguisse se manter. Vindo de uma família rural de 5 irmãos, possui uma relação com o território correspondente ao campo que claramente denota uma identidade rural.

Essa entrevistada, assim como a anterior, ao ser questionada sobre qual a maior diferença que percebe em relação ao Correguinho quando era moradora do bairro e rural e o mesmo nos dias de hoje, afirma que a principal mudança notada é na imensa evasão da população mais jovem, que deixa o bairro assim que chegam a uma determinada idade, buscando na cidade novas oportunidades de emprego.

Aqui fica claro do por que usar o materialismo histórico-dialético, pois todo movimento migratório, em um país onde a dinâmica capitalista prevalece, e em um mundo globalizado como o atual (SANTOS, 2000), é fortemente influenciado pelo capital. Não necessariamente os indivíduos deixam o campo pois não se sentem bem por lá, muito pelo contrário, como pode-se notar pela entrevistada 2, o carinho e o valor sentimental que a mesma possui pelo campo é abafado pela necessidade de trabalhar, típica da dinâmica do capital.

A entrevistada também adiciona na ideia que, ao analisar uma perspectiva miltoniana das “formas” (SANTOS, 1985), nota-se que esse espaço do campo se manteve, de certo modo, intacto no bairro Correguinho. As casas são as mesmas, e sua função ainda é uma: moradia. Porém, quem ainda habita nessas casas é uma parcela da população que, como a própria entrevistada afirma, “acabou sobrando lá”.

Ao realizar a pergunta sobre como se identificava, se era rural ou urbana, a entrevistada afirmou que, mesmo morando quase trinta anos na cidade de Ibitinga (SP), ainda se sente pertencente a uma identidade rural. Como ela mesmo afirma, “não importa

se estou na cidade, eu me sinto do ‘sítio". Fica evidente que a identidade rural é manifestada através da relação entre o indivíduo e o território que habita, não necessariamente sua relação com o campo, mas a maneira com que enxerga e se insere em qualquer território, inclusive o da cidade.

Com as entrevistadas 03, 62 anos; e a entrevistada 04, 40 anos, a entrevista foi realizada conjuntamente, já que são mãe e filha, respectivamente, moradoras do bairro Flamboyant, também periférico da cidade de Ibitinga (SP), fazendo parte de um dos novos loteamentos que se tornam atrativos para aqueles vindos do Correguinho. Como afirma a entrevistada 03, as mudanças por ela percebida no bairro rural desde sua saída, ainda antes dos vinte anos de idade, é a mesma da entrevistada anterior: nota-se um grande envelhecimento da população do bairro.

Complementando seu argumento, a entrevistada 04 afirma que, durante sua adolescência, o bairro rural era repleto de jovens, tornando-se atrativo para ela no período de férias, pois visitava alguns parentes e, pela grande quantidade de crianças e adolescentes, encontrava no Correguinho uma grande opção de lazer. Agora, não consegue proporcionar esse mesmo tipo de lazer ao seu filho, de oito anos, pois “não se acha mais jovens lá como antigamente”.

Ambas as entrevistadas, quando questionadas sobre o que sentem ao lembrar do bairro, afirmam que sentem saudades do Correguinho. Novamente nota-se uma clara manifestação da identidade rural, pois mesmo após décadas longe do bairro ou sequer de viver no campo, ainda sim sentem fortemente um apreço por esse recorte espacial, e manifestam isso através de sua maneira de se relacionar com o território.

A entrevistada 03 afirma que, se fosse mais nova e tivesse sua saúde um pouco melhor, voltaria para o campo. Porém, a mesma destaca que o maior empecilho para ela é, justamente, não possuir um atendimento de saúde no bairro rural que consiga contemplar suas necessidades de maneira correta, tornando-a, de certo modo, dependente da cidade e dos serviços oferecidos nesse recorte espacial.

Sua filha, a entrevistada 04, afirma o mesmo: sente vontade de morar no campo, principalmente no Correguinho, onde viveu sua infância, porém, entende que se encontra impossibilitada devido ao fato de precisar criar seu filho juntamente de seu marido. Como mencionado anteriormente, nota-se a influência do bordado nos habitantes, uma vez que ela e seu marido trabalham ambos em fábricas de bordado.

Também realizada a elas, a pergunta acerca de se sentirem rurais ou urbanas, teve uma resposta uníssona: se sentem rurais. Mesmo inseridas na cidade, ainda sentem que

boa parte de suas práticas no território assim como seu entendimento do mundo parte de uma identidade rural, possível de entender até na maneira com que se organizam no território, como por exemplo, na criação de pequenas hortas de uso familiar.

Por fim, a quinta e última entrevistada, de 89 anos, mudou-se para a cidade aos 82 anos, morando no bairro Ângelo de Rosa, também periférico do município, após o falecimento de seu marido. A mesma, portanto, viveu 82 anos de sua vida no campo, o que já denota uma forte influência desse espaço na construção de sua visão de mundo.

Durante o período que viveu no Correguinho, relata que presenciou a grande evasão de jovens, tendo em vista que o campo, ali, já não oferecia certas oportunidades de trabalho que a cidade possuía, tornando-se extremamente atrativo para essa parcela da população, reforçando assim o envelhecimento dessa população.

Afirma também, ao longo da entrevista, que essa forte migração criou nela um grande sentimento de insegurança de morar na área rural, uma vez que é de conhecimento geral dos ibitinguenses que esses bairros rurais concentram idosos. Assim, após o falecimento de seu marido, fez a escolha, juntamente dos filhos, de morar na cidade, para se aproximar da família e, de certo modo, se sentir mais "segura".

Porém, com a entrevistada 05 a resposta para a pergunta quanto a identidade rural não foi diferente: "ah, eu não sou da cidade não! ". Essa resposta, um tanto quanto assertiva, mostra que justamente não existe um desprendimento da identidade rural nesses indivíduos que migram para cidade, em busca de se instalarem mais próximos de certos serviços e, claramente como notado acima, de suas famílias.

Fica claro como, através de todos os entrevistados, a identidade rural é presente. Não se pode, porém, deixar de destacar um fator: o capitalismo e sua dinâmica de mercado, que força os indivíduos a se inserirem em trabalhos que, normalmente, se concentram na cidade, criam esses fluxos migratórios.

Dessa forma, é claro o por que a migração para a cidade acaba por ocorrer com tamanha intensidade: não significa um desprezo do campo, mas uma necessidade de se inserir no capitalismo ativamente como trabalhador e consumidor (SANTOS, 1987), denotando assim a clara influência dessa questão nas migrações do campo para cidade.

Não apenas isso, mas até em casos como a migração da entrevistada 05, entende-se uma importante questão atrelada ao capitalismo: mudar-se para cidade pois é apenas lá que certos serviços são ofertados, está sim ligado a um planejamento municipal excludente, que visa uma organização do território voltada ao lucro, ou seja, favorece os

grandes produtores de bordado, enquanto menospreza a população da área rural do município, cada vez mais os encurralando para dentro da cidade.

A identidade rural, que Biazzo (2008) traz como modo de vida, agora se torna uma resistência. É possível entender que existe uma espacialização dessa identidade, portanto, em bairros como o Flamboyant, Ângelo de Rosa, Girassol, dentre outros, como anteriormente mostrados na pesquisa, que reforçam que essa questão está presente de diversos indivíduos advindos do bairro rural Correguinho e que se inserem no espaço da cidade através de técnicas adquiridas pela sua relação com o campo. Suas identidades rurais, mostrando que não é e nunca será possível, de fato, um apagamento do rural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em consideração a dicotomia ainda persistente em algumas perspectivas de análise do urbano e rural, é importante destacar a identidade da população do campo, que se mantém preservada, independentemente do espaço geográfico que foi destinada a residir, tendo em vista o crescimento da mancha urbana e das infraestruturas que vem adentrando cada vez mais o espaço rural.

A quebra desse paradigma permite auxiliar ainda mais políticas que visam o desenvolvimento econômico do município, mas, que ao mesmo tempo, tenham em mente a identidade dos indivíduos como um fator chave a ser levado em consideração ao criar modificações no espaço. Com o auxílio cartográfico é possível compreender essa relação dicotômica, juntamente a fatores indenitários, econômicos, culturais e desenvolvimentistas, que permitem entender como essas relações espaciais ocorrem ao longo dos anos no município de Ibitinga, e como, consequentemente, impacta a produção e utilização e crescimento dos espaços urbanos e rurais.

Por fim, as dinâmicas migratórias entre campo e cidade nunca podem deixar de levar em conta como o capitalismo e sua perversidade age diretamente como influidora desses movimentos, trazendo a necessidade de entender a raiz do problema como a dinâmica do capital e a identidade rural como uma maneira de resistir a forte influência exercida pelo capital dentro do território citadino.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - código de financiamento 001, oferecido ao Mestrado de Geografia da Universidade Federal de Alfenas (MG).

REFERÊNCIAS

ALVES, Álvaro Marcel. O método materialista histórico dialético: alguns apontamentos sobre a subjetividade. **Revista de Psicologia da UNESP** 9(1), 2010.

BATISTA, S. C. **Visualização cartográfica: do desenvolvimento do raciocínio espacial à compreensão dos fenômenos geográficos**. Dissertação de Mestrado (Mestre em Geografia Física) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2006.

BIAZZO, P. P. Campo E Rural, Cidade E Urbano: Distinções Necessárias Para Uma Perspectiva Crítica Em Geografia Agrária. 4o Encontro Nacional De Grupos De Pesquisa – ENGRUP, São Paulo, pp. 132-150, 2008.

CÂMARA, G.; ORTIZ, M. J. Sistemas de informação geográfica para aplicações ambientais e cadastrais: uma visão geral. In: **Congresso Brasileiro De Engenharia Agrícola: Cartografia, Sensoriamento E Geoprocessamento**. p. 59-88. 1998.

CRUZ, S. A. B. da; SILVA, J.; MACÁRIO, C. G. do N. Uma arquitetura de webgis para visualização de dados geoespaciais do pantanal. In: Embrapa Informática Agropecuária-Artigo em anais de congresso (ALICE). In: **Simpósio De Geotecnologias No Pantanal**. 2014. p. 990-997, 2014.

FREITAS, João Vitor de. Entrevistas aplicadas com os moradores antigos do distrito de Barranco Alto no Município de Alfenas-MG. [Entrevista concedida a] FREITAS, J. V; CAMPOS, Gabriella Brandino de. **IDENTIDADE RURAL NA CIDADE: discussão conceitual a partir da análise do crescimento da mancha urbana de Ibitinga (SP) por um viés cartográfico,** Ibitinga (SP), 8 Jul, 2023.

QUEIROZ, M. I. P. Do rural e do urbano no Brasil. In: SZMRECSÁNYI, T.; QUEDA, O. (Org.). Vida rural e mudança social: leituras básicas de sociologia rural. **São Paulo: Nacional**, 1979, p. 160-175.

RUA, J. A Resignificação do Rural e as Relações Cidade-Campo: uma contribuição geográfica. **Revista Da ANPEGE**, 2a Ed; no 02, 45–65, .2005.

IBGE. **Informações acerca do município de Ibitinga (SP)**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/ibitinga.html>. Acesso em 12 de Junho de 2023.

SANTOS, Milton. Espaço do Cidadão**. EdUSP**, 1987.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 4.ed. São Paulo: **Edusp**, 1996.

SANTOS, Milton. Por uma outra Globalização**. Editora Record**, 2000.

SOUZA, S. T. Relação Campo–Cidade: Em Busca De Uma Leitura Dialética Para A Compreensão Desses Espaços Na Atualidade. **Publicações SEI**, V. 4, no 87, 2010

SOROKIN, P.; ZIMMERMAN, C. C.; GALPIN, C. J. Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano. In: MARTINS, José de Souza (Org.). Introdução Crítica à Sociologia Rural. **São Paulo: Hucitec**, 1981, p. 198-224.

CORRELAÇÃO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA COM USO E COBERTURA DA TERRA: UMA ANÁLISE DA APA DA SERRA DE TRÊS PONTAS-MG

Gustavo Sousa Marinho[1]

Leandro Henrique Cunha Fermino[2]

Raissa Eduarda da Silva Archanjo[3]

RESUMO

O município de Três Pontas, em Minas Gerais, destaca-se por sua zona rural complexa, notadamente pela presença da imponente Serra de Três Pontas, designada como Área de Proteção Ambiental (APA). Nesse cenário, emergem conflitos entre motoqueiros e proprietários de terra, ameaçando a integridade ambiental da serra, resultando em erosão e poluição que impactam a agricultura, qualidade de vida e ecossistemas locais. A APA possui relevância histórica, abrigando vestígios do quilombo do cascalho, além de ser imortalizada por Bituca, Milton Nascimento, no disco "Geraes". O estudo objetivou mapear esses conflitos, estabelecendo correlações entre a estrutura fundiária e o uso da terra na APA. A correlação evidencia padrões distintos, com a concentração de infraestrutura rural em pequenas propriedades e a especialização em culturas temporárias e café nas médias propriedades. Acentua-se a preocupação ambiental devido ao elevado índice de solo exposto em áreas de pequenas propriedades, sobretudo ligadas à cafeicultura e trilhas recreativas. As recomendações visam aprimoramentos, focalizando a promoção de práticas agrícolas sustentáveis, diversificação de culturas, manejo sustentável na silvicultura, otimização do uso da terra em grandes propriedades e regularização fundiária para assegurar transparência e monitoramento efetivo.

Palavras-chave: Geografia; Cartografia; Lutas no campo.

ABSTRACT

The municipality of Três Pontas, in Minas Gerais, stands out for its complex rural area, notably marked by the presence of the imposing Serra de Três Pontas, designated as an Environmental Protection Area (APA). In this scenario, conflicts arise between motorcyclists and landowners, threatening the environmental integrity of the mountain, resulting in erosion and pollution that impact agriculture, quality of life, and local ecosystems. The APA holds historical significance, housing traces of the quilombo do cascalho, and is immortalized by Bituca, Milton Nascimento, in the album "Geraes." The study aimed to map these conflicts, establishing correlations between land structure and land use in the APA. The correlation highlights distinct patterns, with a concentration of rural infrastructure in small properties and specialization in temporary

[1] Graduando do Curso de Geografia Licenciatura da Universidade Federal de Alfenas - MG, gustavo.marinho@sou.unifal-mg.edu.br

[2] Mestrando do Curso de Geografia da Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL - MG, leandro.fermino@sou.unifal-mg.edu.br

[3]Graduanda do Curso de Geografia bacharelado da Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL - MG raissa.archanjo@sou.unifal-mg.edu.br

crops and coffee in medium-sized properties. Environmental concerns are accentuated due to a high rate of exposed soil in small properties, especially related to coffee farming and recreational trails. Recommendations focus on improvements, emphasizing the promotion of sustainable agricultural practices, crop diversification, sustainable forestry management, optimization of land use on large properties, and land regularization to ensure transparency and effective monitoring.
Keywords: Geography; Cartography; Rural Conflicts.

INTRODUÇÃO

A zona rural do município de Três Pontas, situada em Minas Gerais, revela-se como um palco complexo e multifacetado, onde as diversas forma de se cartografar desempenham um papel crucial na compreensão das dinâmicas socioambientais, produtivas e dos conflitos que permeiam o espaço agrário trespontano ao longo do tempo.

Dentro desse contexto, um embate particular se destaca, protagonizado pelos motoqueiros e proprietários de terra na imponente Serra de Três Pontas, o maior símbolo cultural, histórico e ambiental do município Marinho et al. (2023), e por isso é atualmente uma unidade de conservação de uso sustentável, uma Área de Proteção Ambiental (APA). A presença de motoqueiros, muitos dos quais invadem propriedades sem permissão, representa uma ameaça significativa para a integridade ambiental da serra, já que causam processos erosivos e lançam poluentes nas vertentes e nascentes da serra (EQUIPE POSITIVA, 2021a) e que podem ser autores de eventuais queimadas que ocorrem na serra (EQUIPE POSITIVA, 2021b) devido aos conflitos com os proprietários. Isso acaba comprometendo as produções agrícolas, a qualidade de vida dos moradores, da fauna e flora endêmica da APA.

Essa interação conflituosa não apenas delineia as tensões locais, mas também desenha um espaço intrincado de relações sociais, econômicas, ambientais e territoriais que demandam uma abordagem cuidadosa e analítica. Já que a área abriga a presença histórica do quilombo do cascalho no século XVIII (que ainda não foi localizado), que contribuiu para a formação territorial e populacional do município, bem como a presença de fauna e flora endêmica de campos rupestres e de altitude. Essas características despertam o interesse dos cafeicultores em criar cafés especiais de indicação geográfica. Além disso, o cantor de música popular brasileira, Milton Nascimento, conhecido como Bituca, ao imortalizar o esboço da serra na capa do disco

"Geraes", adicionou ainda mais valor simbólico à região como um símbolo cultural de Minas Gerais.

Todas essas características conferem à área um status especial, sendo não apenas um importante espaço de conservação ambiental, mas também um símbolo cultural enraizado no próprio município e no estado. Este cenário de disputas e antagonismos na zona rural ressalta a importância da leitura aprofundada das cartografias no campo, proporcionando insights valiosos para compreender as nuances desse conflito e buscar caminhos para a resolução harmoniosa dessas divergências.

Nesse contexto, o trabalho se justifica por tentar cartografar esse conflito, através do estudo da estrutura fundiária associada ao uso e cobertura da terra. Estes desempenham um papel fundamental na compreensão da desigualdade social, concentração de terras, conflitos de propriedade e a exploração exacerbada dos recursos naturais no espaço agrário. Pois ao identificar o tamanho da propriedade e a sua distribuição num determinado território correlacionados ao uso e cobertura da terra, pode-se identificar a forma como a terra é utilizada pelos latifundiários ou pelos camponeses de forma individualizada por propriedade, além de expor onde estão as áreas erodidas próximas de nascentes, casas e estradas. Logo, esse tipo de análise é essencial para a formulação de políticas públicas e a implementação de medidas que visam à redução das desigualdades sociais, à preservação e conservação ambiental e à justiça social no campo.

Além disso, ao consultar brevemente a literatura sul mineira (PISANI et al. 2019; COCA, 2020; ALVES, 2021; LAGO; SOUZA; PISANI, 2021; CORREIA; FREIRE; ALVES, 2022; RIOS; PEREIRA, 2022) notou-se que grande parte dos trabalhos estudam a estrutura fundiária separadamente da análise cartográfica do uso e cobertura da terra (COCA, 2020; ALVES, 2021; CORREIA; FREIRE; ALVES, 2022), outros realizaram o estudo do uso e cobertura da terra mas não trouxeram a uma discussão sobre estrutura fundiária (PISANI et al. 2019; LATUF; RIOS; PEREIRA, 2022). Frente dessa lacuna, este estudo também se justifica para avançar na metodologia de produção de documentos cartográficos no âmbito do espaço agrário através da correlação do mapa de estrutura fundiária com o de uso e cobertura da terra em uma unidade de conservação de uso sustentável, também podendo ser aplicada a nível municipal.

Diante disso, este estudo tem como objetivo principal correlacionar o mapa de estrutura fundiária com o mapa de uso e cobertura da terra da APA da Serra de Três

Pontas. Para isso foi necessária uma pesquisa bibliográfica sobre a temática e pela elaboração de mapas temáticos, que serão apresentados em seguida. Logo, o presente trabalho está estruturado em introdução, metodologia, referencial teórico, resultados e discussão, e considerações finais.

METODOLOGIA

Metodologicamente, este estudo de caso foi conduzido a partir de dados estatísticos de órgãos institucionais e embasado pela epistemologia da geografia brasileira, bem como foram elaborados mapas temáticos. Os procedimentos metodológicos detalhados adotados para a produção deste trabalho se dividem em cinco etapas:

I) Inicialmente, realizou-se uma pesquisa bibliográfica sobre a temática abordada, em que foram consultados materiais digitais provenientes de livros e revistas da área;
II) Em seguida, obteve-se a delimitação da área de estudo na plataforma do IDE-SISEMA (2023), e a Carta Topográfica Ribeirão da Espera de escala 1: 50.000 já georreferenciada, na plataforma do SisGEO, elaborado por Alvarenga et al. (2022).
III) Posteriormente, foram obtidos os dados de 2022 da Coleção *BETA* do MapBiomas, que usa as imagens do satélite Sentinel-2 com resolução espacial de 10 metros, através da plataforma do MapBiomas (2023).
IV) Depois disso, foram obtidos os dados vetoriais do perímetro e área das propriedades rurais que possuíam Cadastro Ambiental Rural (CAR) em 2023 no município de Três Pontas, através da plataforma do SICAR (2023).
V) Em seguida, foi analisado o uso e cobertura da terra de 2022 da área de estudo, onde esses dados foram recortados para a área de estudo, e as classes de uso foram coloridas conforme as cores da metodologia de IBGE (2013) e do MapBiomas (2023), no entanto a classe solo exposto foi colorida de vermelho, por ser mais evidente e expressar os locais que há os maiores problemas socioambientais da área de estudo.
VI) Depois disso, o mapa da estrutura fundiária da APA Serra de Três Pontas foi elaborado por meio da verificação topológica vetorial (de sobreposição de propriedades) dos dados do SICAR, e da classificação das propriedades em pequenas (com menos que 4 módulos fiscais), médias (com 4 a 15 módulos) e grandes (tendo mais que 15 módulos), levando em consideração que a área de 0,26Km² foi adotada

como o valor de 1 módulo fiscal no município de Três Pontas conforme a classificação de INCRA (2023). Por fim, foi contabilizada a quantidade e classificação de propriedades inseridas na área, e utilizamos a metodologia de cores da semiologia gráfica proposta por Bertin (1973).

VII) Por fim, foi realizada a correlação da estrutura fundiária com o uso e cobertura da terra da área de estudo. Onde os dados do tamanhos das propriedades foram exportados individualmente, e os dados de uso e cobertura da terra foram convertido de matriciais para vetoriais, e depois cada classe de uso foi exportada individualmente. depois cada classe foi recortada com cada tamanha de uso, e cada área resultante foi calculada, por fim elaborou-se um quadro.

Em síntese, os procedimentos metodológicos seguiram o seguinte fluxograma, figura 1:

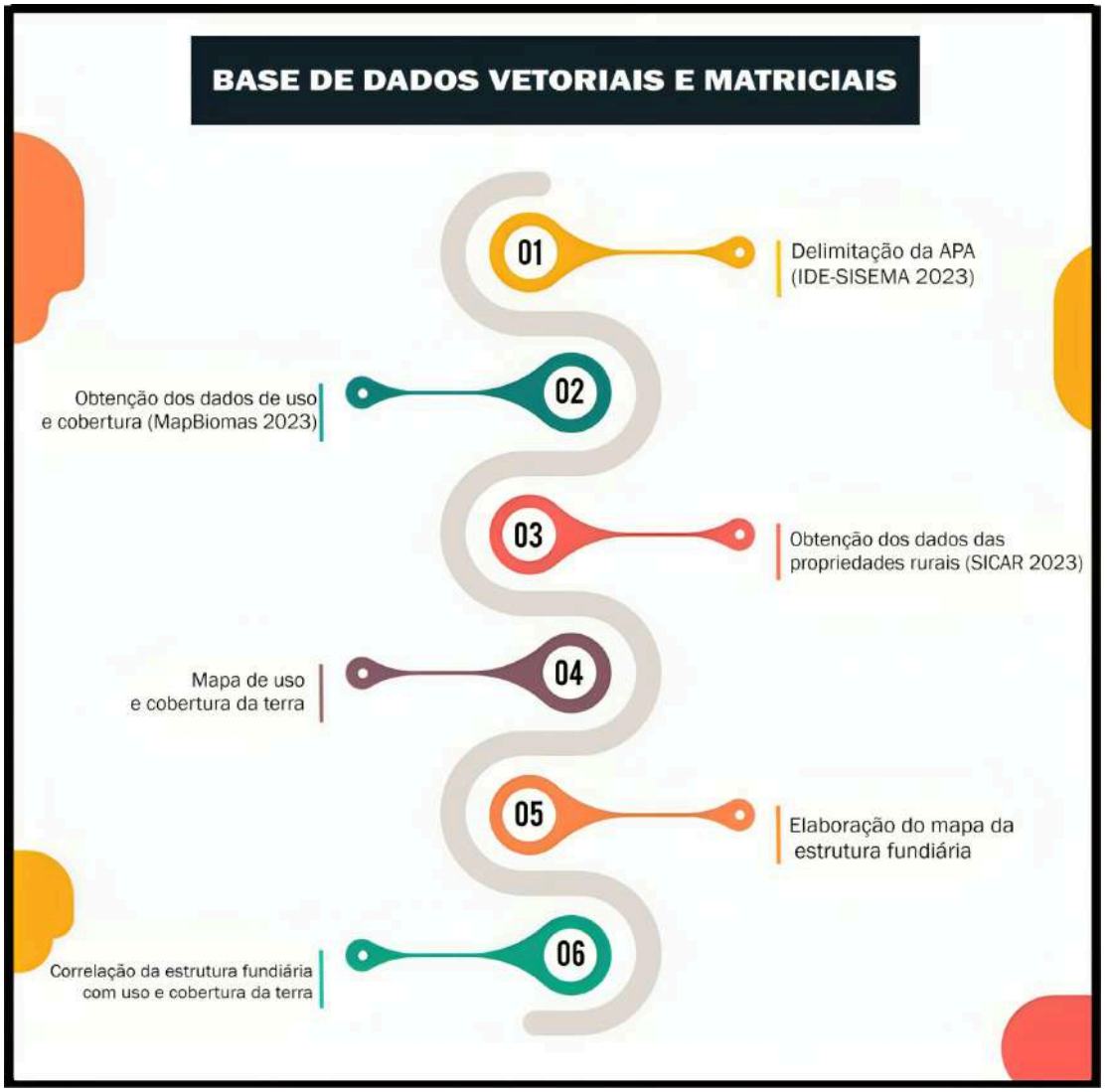


Figura 1 - Fluxograma dos procedimentos metodológicos.
Fonte: elaborado pelos autores (2023).

ÁREA DE ESTUDO

A Área de Preservação Ambiental (APA) Serra de Três Pontas, figura 2, situa-se no município de Três Pontas, de 55.259 habitantes (IBGE, 2023), mesorregião Sul/Sudoeste de Minas, estado de Minas Gerais. A APA apresenta uma área de 31,1 km², ou 3110,18 hectares e foi criada pela lei municipal nº 3.506/2014.

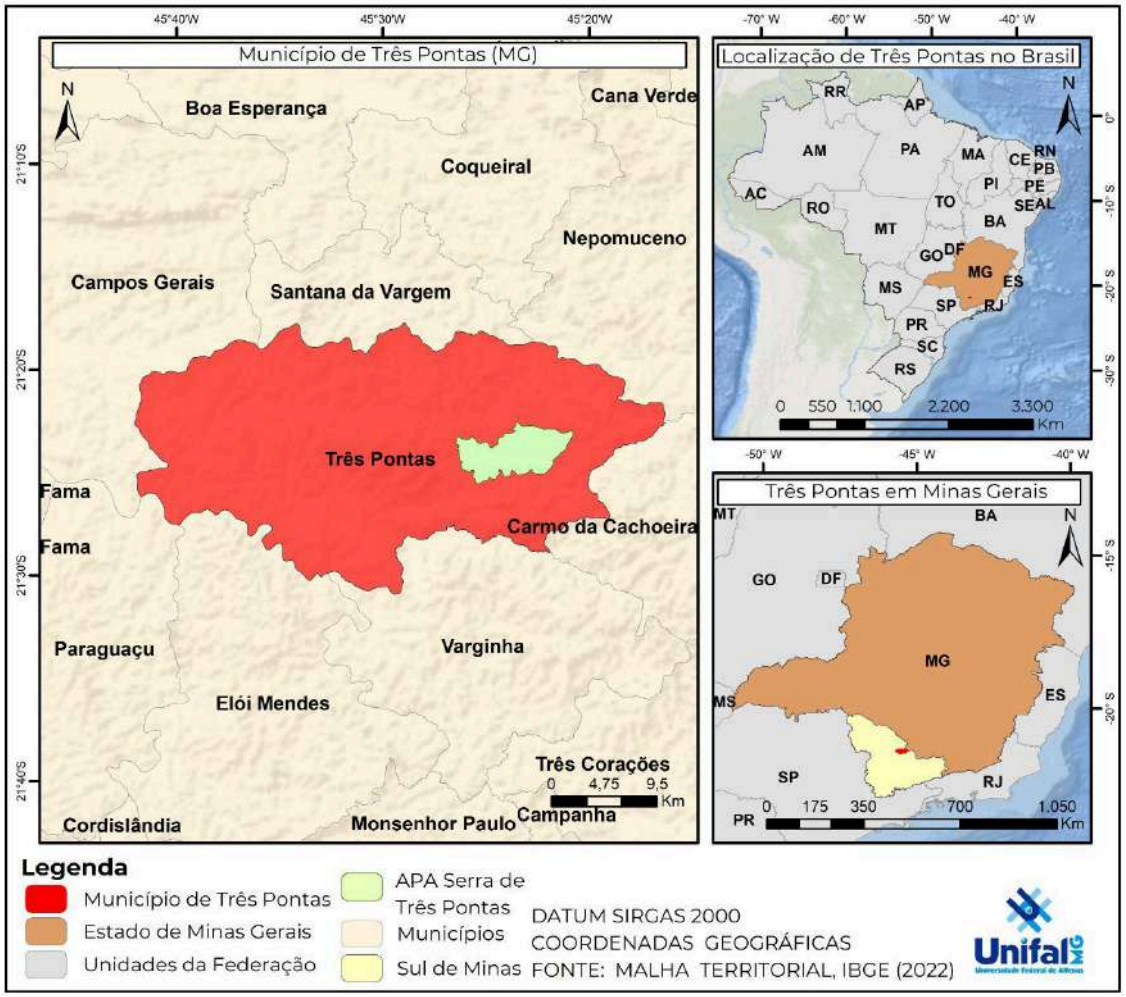


Figura 2 - Mapa de Localização da Área de Preservação Ambiental (APA) Serra de Três Pontas.
Fonte: elaborado pelos autores (2023).

Segundo Serio et al. (2015) e Marinho et al. (2023) a forma peculiar da Serra de Três Pontas é resultado de uma geologia metamórfica pré-cambriana, há presença de quartzitos intercalados por micaxistos, granada-granulitos e falhas de empurrão. Situa-se entre o planalto de Andrelândia e o de Varginha-Guaxupé, na região do Cinturão de Cisalhamento Campo do Meio, nas bacias hidrográficas do ribeirão da espera, do rio do cervo e do ribeirão das Três Pontas. A hipsometria máxima é de 1234m e mínima de 846m, com declividade média de 18,18%, tendo um relevo

ondulado. O clima é Cwb (Clima subtropical de altitude), com inverno seco e verão ameno. Tendo argilossolos e latossolos na base e cambissolos e neossolos no alto das vertentes, a APA, também conta com cerca de 33 nascentes, onde muitas abastecem o sistema "Sete Cachoeiras", o principal da cidade. Além disso, a serra sustenta diversas espécies de fauna e flora de campo rupestre e de altitude, as quais ainda vem sendo impactadas de maneira predatória por alguns cafeicultores, motoqueiros e turistas, por não haver regulamentação das atividades.

A atual estrutura fundiária da Área de Proteção Ambiental (APA) da Serra de Três Pontas tem suas origens na ocupação por quilombos entre os rios verde e sapucaí, depois vieram os sesmeiros e solicitaram providências ao governo da época, que aniquilaram os quilombos. Conforme relatos de Miranda (1980), Campos (2004), e Silva et al. (2023), essa região, em 1765, abrigava dois quilombos identificados no Mapa do Quilombo Campo Grande, figura 3: Quebra-pé (atual distrito do Quilombo Nossa Senhora do Rosário) e o do Cascalho, este último marcado como despovoado, localizado na porção leste da serra de Três Pontas, entre o divisor da bacia dos rios Verde e Grande.

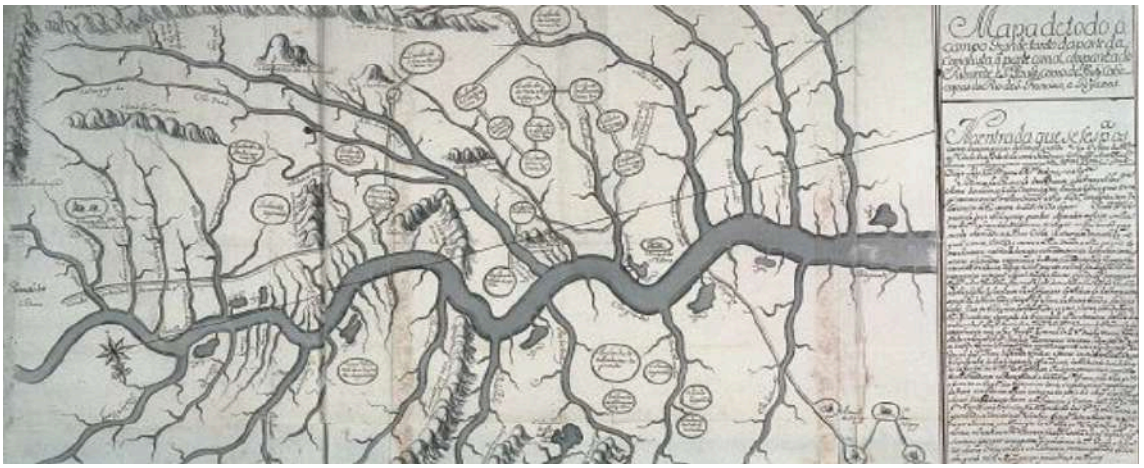


Figura 3 - Mapa do Quilombo Campo Grande de 1765.
Fonte: SILVA FILHO; AMORIM FILHO; CASTRO (2011, p. 5).

A carta de sesmaria de Luiz Correa da Estrella, datada de 1763, indica que o quilombo estava situado em suas terras, nas vertentes da serra de três pontas que correm em direção ao rio verde. Entretanto, registros históricos, como o do memorialista Amélio Garcia de Miranda (1980), indicam que o quilombo da serra foi aniquilado, resultando na prisão de vinte e três pessoas negras, sem fornecer detalhes precisos sobre a localidade. O memorialista Paulo Costa Campos (2004) aponta que esse quilombo, foi a primeira ocupação humana registrada no município e já estava marcado como

desabitado em 1765 no mapa do quilombo campo grande, e que o quilombo do cascalho estaria na fazenda "Calhambola", associada ao termo quilombola, mas, até o momento atual, a localidade não foi redescoberta.

Por fim, atualmente, os principais sujeitos da APA Serra de Três Pontas: o Conselho Gestor Municipal da Área de Proteção Ambiental da Serra de Três Pontas**,** os proprietários e/ou arrendatários das terras, os produtores e/ou trabalhadores rurais, os moradores, e as comunidades *Off-Road* (veículos motorizados fora de estrada como motos, caminhonetes, jipes, gaiolas – isto são fuscas modificados) e a *Outdoor* (atividades praticadas ao ar livre, como caminhar com equipamentos de sobrevivência, acampar, andar de bicicleta e andar a cavalo). Ressalta-se que o presente trabalho não contempla uma pesquisa qualitativa que os caracterize de fato, o que pode ser feito em futuras pesquisas.

REFERENCIAL TEÓRICO

Ao explorar as complexas dinâmicas da estrutura fundiária, do uso da terra e das áreas protegidas, podemos perceber a interconexão entre passado e presente, evidenciando as raízes históricas que moldaram a realidade atual.

A estrutura fundiária refere-se à distribuição e posse da terra em uma determinada localidade. Historicamente, no Brasil é entendida através do processo de formação do monopólio da terra, desde a época colonial até os dias atuais com a estrangeirização das terras através de grandes grupos capitalistas. A fase colonial é marcada pelo início do processo de estrutura fundiária que conhecemos atualmente, através da lei de sesmarias se firmou juridicamente a repartição da propriedade privada, tornando o acesso à terra restringido à maioria da população (MOREIRA,1990).

Com a criação da lei de terras em 1850, o principal efeito foi a validação da estrutura latifundiária no Brasil, que garantiu o direito à legalidade de todas as terras, principalmente do grande latifúndio. Pós abolição da escravidão em 1888, essa questão de legitimação para conservar e concentrar a estrutura fundiária foi considerada como um problema jurista no governo Vargas. O que se conclui nesse processo, é que o desenvolvimento da estrutura fundiária no Brasil em relação ao legislativo serve para resguardar o passado, ou seja, a lei de terras foi concretizada para garantir os direitos de uma elite agrária que obteve o acesso à terra na fase colonial, desse modo todos os

processos de acesso à terra desde 1500 moldou uma constante luta agrária e econômica que vigora até os dias de hoje (OLIVEIRA, 1988).

Para Alves (2021, p. 136) "a concentração de terras no Brasil é um problema estrutural, que advém de seu processo histórico-geográfico de ocupação territorial, marcado por sistemas que valorizaram a monocultura, latifúndio e mão-de-obra escrava". Nesse sentido, o mesmo trabalho evidencia que a mesorregião sul de Minas Gerais se desenvolveu economicamente através da produção em massa de café, o que reflete na questão agrária regional atual e evidencia as implicações de um modelo baseado no agronegócio, que transformou a diversidade produtiva e alimentar em uma monocultura voltada para a exportação. Para realização desse tipo de cultivo, foram necessárias alterações no uso e cobertura da terra ao longo dos anos, onde a vegetação nativa foi removida e a monocultura foi implementada.

No entanto, dependendo da forma como essas atividades são conduzidas, podem surgir consequências significativas e prejudiciais para o meio ambiente (SÁNCHEZ, 2020). Para mapear o uso e a cobertura da terra, é necessário empregar técnicas de cartografia digital, sensoriamento remoto e geoprocessamento. Entretanto, compreende-se, conforme Silva (2009, p. 42), que o geoprocessamento vai além de uma mera generalização dos dados, tendo como propósito gerar informações para embasar as tomadas de decisão. Desse modo, o planejamento territorial urbano, rural e ambiental são alguns campos que se beneficiam do uso do geoprocessamento, demandando grandes volumes de dados e técnicas computacionais para sua correta interpretação.

Áreas protegidas são respaldadas por dispositivos legais e constitucionais que garantem o uso sustentável, a preservação da cultura de povos tradicionais, a conservação dos recursos naturais, da biodiversidade e da geodiversidade. Estas desempenham múltiplos serviços socioambientais em diversas esferas governamentais, com o objetivo de assegurar o bem-estar das gerações futuras. Isso é alcançado por meio de um manejo técnico participativo, adaptado às características locais. O resultado desse enfoque é a inibição do desmatamento, a redução da degradação ambiental, a mitigação das mudanças climáticas e a contenção dos avanços da exploração econômica predatória da terra (GUERRA; COELHO, 2009; MMA, 2023).

No contexto atual, as unidades de conservação são orientadas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), instituído em 2000. Este sistema unificou as normas e categorizou as unidades em dois grupos distintos, conferindo especificidades a cada um deles. O primeiro grupo, composto pelas Unidades de

Proteção Integral (Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque, Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre), restrita a atividades antrópicas, proíbe a extração, coleta, consumo ou danos aos recursos naturais dentro dessas unidades de conservação (UCs). Permite-se apenas o uso indireto dos recursos naturais, indicando maior vulnerabilidade ambiental e fragilidade dos bens a serem protegidos. Por outro lado, o segundo grupo, formado pelas Unidades de Uso Sustentável (Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável, Reserva Extrativista, Área de Proteção Ambiental (APA) e Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN)), visa a compatibilização da conservação da natureza com o uso sustentável e racional dos recursos naturais, assim como demais atributos ecológicos, de maneira socialmente justa e economicamente viável.

Contudo, o processo de criação de UCs tem enfrentado desafios significativos e impactos decorrentes da perda de território de diversos grupos sociais em diferentes regiões do globo, incluindo o Brasil. Esses desafios incluem a falta de integração entre as esferas governamentais e a sociedade civil, além do escasso engajamento das comunidades locais (DIEGUES, 2000; VALLEJO, 2009; RAIMUNDO; SIMÕES, 2016).

Portanto, é essencial superar esses obstáculos para garantir que as áreas protegidas cumpram efetivamente seu papel na promoção da sustentabilidade socioambiental e no respeito aos direitos das comunidades locais. A busca por soluções inclusivas e participativas se torna, portanto, um imperativo para a consolidação de práticas eficientes de conservação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A estrutura fundiária da Área de Proteção Ambiental (APA) da Serra de Três Pontas é composta por 108 propriedades rurais em 2022, figura 4, conforme verificado através do Cadastro Ambiental Rural (CAR). No entanto, algumas propriedades ainda não estão registradas na plataforma do CAR. Do total de propriedades registradas, 91 foram classificadas como pequenas (tendo menos que 4 módulos fiscais), 15 como médias (tendo entre 4 a 15 módulos fiscais) e 2 como grandes propriedades (tendo mais que 15 módulos fiscais), segundo a classificação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA, 2023).

Também verificamos que as pequenas propriedades representam 33,53% da área total dentro da APA, as médias correspondem a 35,76%, e as grandes abrangem 18,82%. Propriedades não registradas totalizam 11,89% da área.

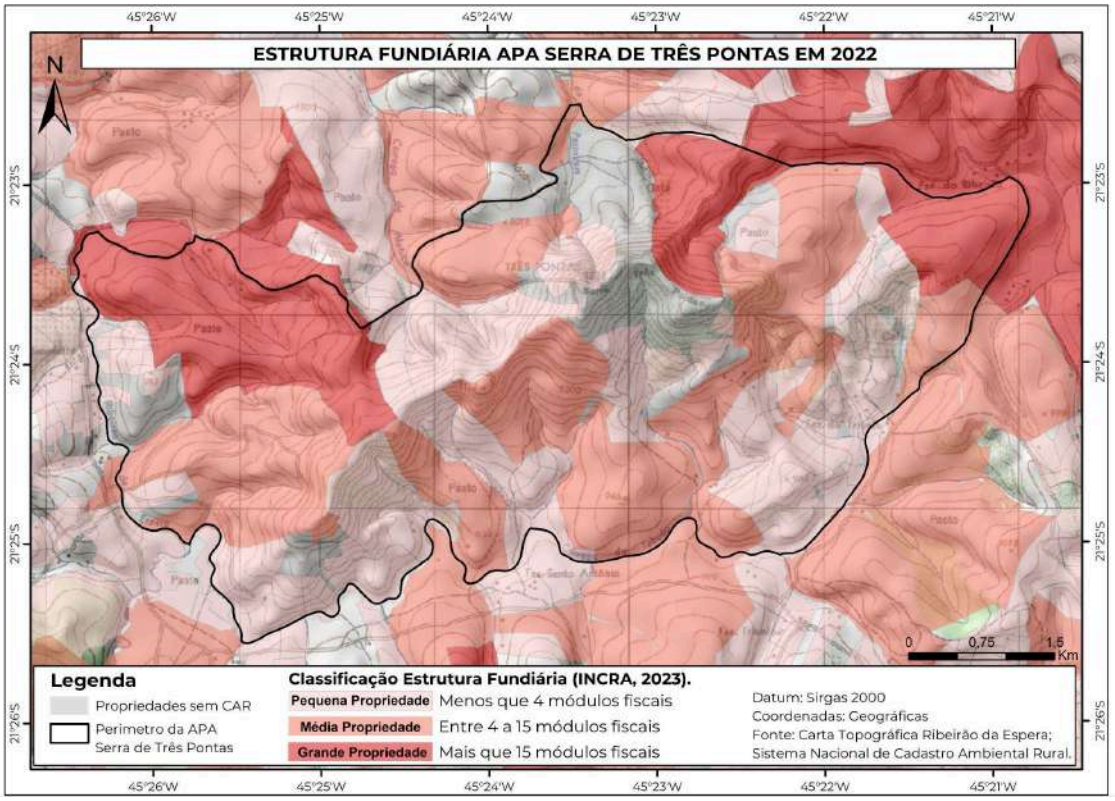


Figura 4 - Mapa da Estrutura Fundiária da APA Serra de Três Pontas 2022.
Fonte: elaborado pelos autores (2023).

Nota-se na figura 4, que a distribuição espacial revela concentração de pequenas propriedades no Sudeste e Sudoeste, algumas no Leste e Sul, médias propriedades na porção Central, Oriental e Ocidental, e grandes propriedades a Noroeste e Nordeste da APA. Essa distribuição pode ser influenciada por diversos fatores socioeconômicos, ambientais e históricos, o que pode ser alvo de futuros estudos.

Com relação ao uso e cobertura da terra da APA Serra de Três Pontas em 2022, figura 5, identificamos nove classes, incluindo Infraestrutura Rural, Cultura Temporária, Café, Pastagem, Silvicultura, Pousio, Florestal, Campestre, e Solo Exposto.

A maior parte da área, representando 42,5%, é dedicada à cultura de café, destacando a importância econômica dessa atividade na unidade de conservação. A seguir, com 19,22%, encontra-se a classe florestal, abrangendo matas primárias, secundárias e fragmentos florestais, indicando áreas de preservação e ecossistemas florestais que deveriam ser preservados. Outras atividades agrícolas também são notáveis, como as pastagens (10,3%) destinadas à criação de gado bovino, enquanto

áreas de cultura temporária, representando 3,27%, são utilizadas sazonalmente para plantações, principalmente de milho e de soja. A presença de infraestrutura rural abrange 1,16% da área, englobando construções relacionadas às atividades rurais, como casas e galpões. As áreas em pousio, representando 3,70%, indicam locais em repouso, muitas vezes associados a vegetação natural e capim braquiária. A silvicultura, com 0,64%, refere-se a áreas dedicadas ao cultivo de árvores para uso comercial, como plantações de eucalipto. A categoria campestre, representando 16,11%, inclui campos rupestres e campos de altitude, contribuindo para a diversidade da paisagem. Por fim, áreas com solo exposto (2,99%) evidenciam locais onde o solo está desprotegido, potencialmente vulneráveis à erosão e degradação.

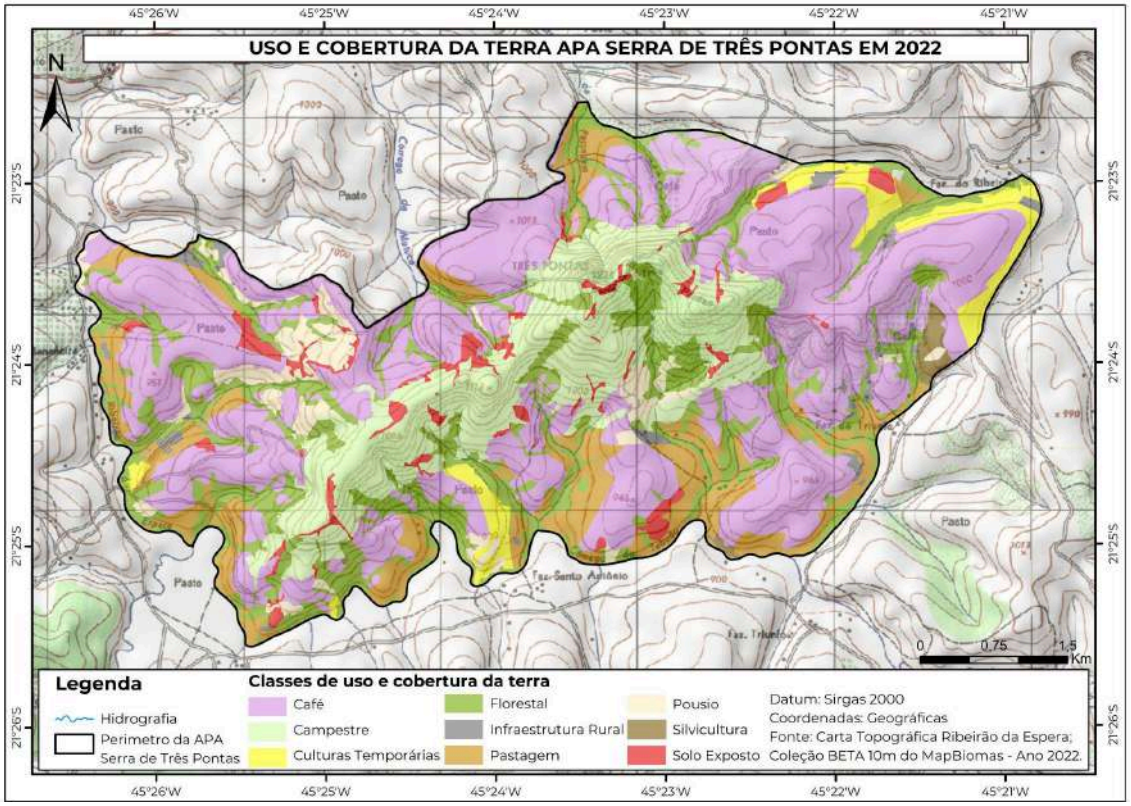


Figura 5 - Mapa uso e cobertura da terra da APA Serra de Três Pontas 2022
Fonte: elaborado pelos autores (2023).

Nota-se na figura 5 que a classe "Infraestrutura Rural" abrange construções como casas, garagens, e armazéns, com ocorrência esparsa próxima aos limites da APA e cursos d'água. "Cultura Temporária" refere-se ao plantio de milho, predominante no Nordeste e Sul. A cultura do café domina a paisagem, ocorrendo principalmente no Nordeste, Norte, Leste, Sudeste e Sul. O uso "pastagem" está concentrado nos limites Sudeste, Leste e Sul, próxima aos afluentes dos Ribeirões da Espera e do Padeiro. "Silvicultura" representa o plantio de eucalipto na porção Leste. "Pousio" corresponde a

áreas com solo em repouso, e mosaico de culturas, predominantes na porção Oeste. "Florestal" inclui matas primárias, secundárias, ciliares e fragmentos florestais, associadas aos cursos d'água. "Campestre" abrange Campos Rupestres e de Altitude na porção central. "Solo Exposto" representa áreas descobertas pela agropecuária e trilhas, indicando possíveis degradações, estando presente de maneira dispersa.

No que se refere a correlação entre a estrutura fundiária e o uso e cobertura da terra da APA Serra de Três Pontas, quadro 1 a análise destaca várias questões relevantes que merecem atenção e reflexão.

Quadro 1 - Correlação entre a estrutura fundiária de 2022 e o uso e cobertura da terra de 2022 da APA Serra de Três Pontas.

Uso e Cobertura da Terra	**Estrutura Fundiária**			
	Porcentagem da relação entre a estrutura da propriedade e o uso e cobertura da terra (%)			
	Pequena Propriedade	**Média Propriedade**	**Grande Propriedade**	**Propriedades Não Registradas na plataforma do CAR**
Infraestrutura Rural	**34,27%**	21,83%	25,36%	18,54%
Cultura Temporária	10,63%	**58,07%**	29,76%	1,54%
Café	30,60%	**35,65%**	25,49%);	4,26%).
Pastagem	37,44%	**49,04%**	4,56%	8,96%
Silvicultura	2,26%	**92,98%**	0%	4,76%
Pousio	26,27%	20,55%	**45,92%**	7,26%
Florestal	**39,45%**	29,04%	15,31%	16,2%
Campestre	**37,42%**	35,08%	5,32%	22,18%
Solo Exposto	**38,83%**	26,25%	21,57%	13,35%

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Nas pequenas propriedades, destaca-se uma ênfase significativa na infraestrutura rural, representando 34,27% da utilização da terra. Isso sugere que a maioria das residências, galpões e terreiros de café está concentrada nessas áreas, evidenciando que os médios produtores teriam condições de possuir maquinários para a secagem do café, enquanto, nas grandes propriedades, essa infraestrutura estaria centralizada em apenas um local. Essas últimas, por possuírem mais recursos, não necessitam de tantos galpões e terreiros de café dispersos.

Além disso, a diversificação de culturas temporárias (10,63%), café (30,60%), pastagem (37,44%) e silvicultura (2,26%) indica uma abordagem adaptativa dos pequenos proprietários em relação aos usos e coberturas da terra. A presença notável de usos florestais (39,45%) e campestre (37,42%) sugere um possível comprometimento com a preservação de recursos naturais, ou indicações de limitações como topografia,

legislação ambiental (presença de nascentes, córregos) e preocupações relacionadas à expansão para áreas com fauna e flora endêmicas.

O elevado índice de solo exposto nas pequenas propriedades (38,83%) reflete a prática comum de utilizar o solo para a cafeicultura e culturas temporárias, frequentemente envolvendo desmatamento e replantio dessas culturas nas propriedades. Além disso, evidencia a passagem de trilhas utilizadas por motociclistas, jipeiros e trilheiros, e a presença de áreas degradadas passíveis de recuperação ambiental. Pois essas atividades recreativas podem resultar na remoção da vegetação, expondo o solo e aumentando o risco de erosão, apresentando desafios ambientais que requerem medidas de conservação e controle adequadas. Este resultado também sugere que a área com elevado índice de solo exposto pode coincidir com a região onde ocorrem invasões não autorizadas em propriedades dentro da Área de Proteção Ambiental (APA) (EQUIPE POSITIVA, 2021a), e onde frequentemente se iniciam os incêndios (EQUIPE POSITIVA, 2021b), devido à facilidade de acesso. Somados esses fatores, há um indicativo de que esses grupos podem ser os possíveis autores de eventuais queimadas, especialmente em confrontos com pequenos proprietários, quando ocorre o lançamento poluentes nas vertentes e nascentes da serra, das quais os proprietários dependem.

No que diz respeito às médias propriedades, destaca-se uma especialização marcante em culturas temporárias, representando 58,07% da cobertura da terra e o cultivo expressivo de café (35,65%) sugere uma contribuição significativa para a economia local e a prática da monocultura para exportação. A participação considerável em atividades de pastagem (49,04%) indica uma presença marcante na pecuária. Além disso, a maior porcentagem de silvicultura (92,98%) destaca um comprometimento com práticas de manejo florestal, usado possivelmente para a secagem do café.

As grandes propriedades exibem uma distribuição mais equitativa entre culturas temporárias, café, pastagem e silvicultura, sugerindo uma diversificação nas atividades agrícolas comparado às pequenas e médias propriedades. Isso indica um maior poder econômico para reduzir riscos e promover a resiliência frente a variações no mercado e condições climáticas. Também sugere a possibilidade de especulação imobiliária, uma prática na qual os proprietários reservam terras com o intuito de valorizá-las para futuras transações imobiliárias, muitas vezes à espera de um aumento nos preços devido ao desenvolvimento urbano através de parcelamento do solo rural (chacreamento) ou outras mudanças no uso da terra.

A presença de propriedades não registradas na plataforma do CAR, havendo todos os usos e cobertura da terra da APA da Serra de Três Pontas, levanta preocupações quanto à transparência e à legalidade das práticas agrícolas. Pois a falta de registro pode dificultar o monitoramento ambiental, a obtenção de crédito rural e o cumprimento de regulamentações do Conselho Municipal da APA da Serra de Três Pontas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A correlação entre a estrutura fundiária e o uso da terra destaca padrões significativos, como a concentração de infraestrutura rural em pequenas propriedades e a especialização em culturas temporárias e café nas médias propriedades. O elevado índice de solo exposto em áreas de pequenas propriedades levanta preocupações ambientais relacionadas à cafeicultura e às trilhas utilizadas para atividades recreativas. A distribuição espacial das propriedades, evidenciada nos mapas, revela padrões regionais que podem ser influenciados por fatores socioeconômicos, ambientais e históricos, destacando a complexidade das interações humanas com o ambiente. A predominância da cultura do café, representando 42,5% da área total, destaca sua importância econômica, enquanto a presença de áreas florestais (19,22%) indica áreas de preservação.É crucial considerar essa realidade para o planejamento de ações e políticas de uso e ocupação da terra no plano de manejo da APA da Serra de Três Pontas. A importância de implementação de estratégias de projetos que visam a recuperação de áreas degradadas, entre outros. Por fim, as sugestões para melhorias concentram-se na promoção de práticas agrícolas sustentáveis, incluindo a diversificação de culturas, o manejo sustentável na silvicultura, a otimização do uso da terra em grandes propriedades e a regularização fundiária para garantir transparência e monitoramento efetivo. Logo, destacamos a importância de abordagens equilibradas e sustentáveis para garantir não apenas a viabilidade econômica, mas também a equidade social e a preservação ambiental a longo prazo.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, Sylvester Henrique; VIEIRA, Guilherme Souza; LATUF, Marcelo de Oliveira; PAGLIARES, Rodrigo Martins. Sistema de compartilhamento de dados geoespaciais: SisGEO. **Cadernos de Geografia**, [*S. l.*], v. 32, n. 69, 2022.

ALVES, Flamarion Dutra. Da diversidade agrícola à commoditização do território: os efeitos do agronegócio na Região Imediata de Alfenas - Minas Gerais. **Boletim Alfenense de Geografia**, [*S. l.*], v. 1, p. 129-150, 2021.

BERTIN, Jacques. **Sémiologie graphique**: les diagrammes, les réseaux, les cartes. 2ª ed. Paris: Mouton e Gauthier-Villars, 1973.

CAMPOS, Paulo Costa. **Dicionário histórico e geográfico de Três Pontas**. 1ª ed. Três Pontas: Paulo Costa Campos (edição própria do autor), 2004.

CORREIA, G. G. S.; FREIRE, M.R.; ALVES, F. D. A territorialização cafeeira na Região Imediata de Alfenas-MG: a dinâmica das cidades pequenas. **GEOFRONTER**, [*S. l.*], v. 8, p. 1-19, 2022.

DIEGUES, A.C. (Org.) **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil.** Brasília: MMA/COBIO/NUPAUB/USP, 2000.

EQUIPE POSITIVA. **Serra de Três Pontas terá fiscalização da Polícia do Meio Ambiente**. 2021a. Disponível em: https://encurtador.com.br/lwSWZ. Acesso em: jun. 2023.

EQUIPE POSITIVA. **Corpo de Bombeiros extingue incêndio na Serra de Três Pontas**. 2021b. Disponível em: https://encurtador.com.br/atzFO. Acesso em: jun. 2023.

GUERRA, A. J. T.; COELHO, M. C. n. **Unidades de conservação:** abordagens e características geográficas. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2022**. 2023b. Disponível em: https://shre.ink/lwwE. Acesso em: 06 de junho de 2023.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Manual técnico de uso da terra**. 3ª ed. Brasília: IBGE, 2013.

INCRA - Instituto Nacional de Reforma Agrária.. **Módulo Fiscal**. 2023. Disponível em: https://shre.ink/9ghr. Acesso em: fev. de 2023.

IDE-SISEMA. **Infraestrutura de dados espaciais**. 2023. Disponível em: https://shre.ink/9ghd. Acesso em: fev. de 2023.

LATUF, M. O.; RIOS, G. S.; PEREIRA, R. C. Análise multitemporal de incêndios florestais ocorridos no Estado de Minas Gerais entre 2001 e 2020. **Revista Cerrados**, [*S. l.*], v. 20, p. 120-148, 2022.

MAPBIOMAS. **Mapbiomas cobertura 10m**. 2023. Disponível em: https://encurtador.com.br/DFRZ1. Acesso em: fev. de 2023.

MARINHO, G. S; FONTES, M. A. L; SILVA, T. H. da; FRANCO JUNIOR, J. F; ZUE, E. D. A; BARROS, D. A. de. Projeto Área Proteção Ambiental (APA) Serra de Três Pontas: Uma Breve Caracterização e Mapeamento do Meio Físico. XVIII Congresso de Extensão da UFLA. **Anais.** Lavras, 2023.

MMA - Ministério do Meio Ambiente. **Unidades de Conservação: O que são?**. Disponível em: https://encurtador.com.br/dNRV7. Acesso em: jul. 2023.

MIRANDA, Amélio Garcia de. **A História de Três Pontas**. 1ª ed. Belo horizonte: Editora JC, 1980.

MOREIRA, Ruy. **Formação do espaço agrário brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Geografia das lutas no campo**. São Paulo: Contexto/Usp, 1988.

PISANI, R. J. BUENO, V. C.; FIUZA, J. R.; ESTELA, P. V. M. Avaliação de técnicas de fusão de imagens orbitais utilizando produtos do satélite CBERS 4 para a APA do Rio Machado-MG. **Caderno de Geografia**, [*S. l.*], v. 29, p. 58-71, 2019.

RAIMUNDO, S.; SIMÕES, E. Dilemas e desafios para instalação de sistemas agroflorestais no interior e entorno do Parque Estadual da Serra do Mar - Núcleo Picinguaba - (SP). **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 11, n. 22, 2016.

SÁNCHEZ, Luis Enrique. **Avaliação de Impacto Ambiental**: Conceitos e Métodos. 3ª ed. São Paulo: Oficina de texto, 2020.

SICAR. **Base de Downloads**: Minas Gerais: Três Pontas. Disponível em: https://shre.ink/9gwT . Acesso em: fev. 2023.

SILVA, Jorge Xavier da. O que é Geoprocessamento? **Revista do CREA‑RJ**, Rio de Janeiro, nº 79, p. 42–44, 2009.

SILVA FILHO, E.; AMORIM FILHO, O.B..; CASTRO, J.F.M. A contextualização histórica e geográfica dos quilombos do campo grande. 1º Simpósio de Cartografia Histórica, maio, 2011, Paraty. **Anais.** Paraty, 2011. Disponível em: https://bit.ly/35TV4W9. Acesso em: mai. de 2020.

SILVA, T. H. da; FONTES, M. A. L; MARINHO, G. S; SYMANSKI, L. C. P; DIAS, L. S; MOURA, A. S. de. Projeto Área Proteção Ambiental (APA) Serra de Três Pontas: Uma Breve Inferência da Localização do Quilombo do Cascalho (Séc. XVIII) por meio de Geoprocessamento. XVIII Congresso de Extensão da UFLA. **Anais.** Lavras, 2023.

VALLEJO, L. R. Os parques e reservas como instrumentos do ordenamento territorial. IN: ALMEIDA, F.G.; SOARES, L.A.A. (Org.). **Ordenamento territorial:** coletânea de textos com diferentes abordagens no contexto brasileiro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

A CARTOGRAFIA DO ESPAÇO AGROPECUÁRIO DA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE ITUIUTABA-MG

Maria Beatriz Junqueira Bernardes[1]

Victor Matheus da Cruz de Carvalho2[2]

Roberto Barboza Castanho[3]

RESUMO

O objetivo do trabalho é apresentar a utilização das geotecnologias no espaço agropecuário da Microrregião Geográfica de Ituiutaba, bem como destacar sua importância e inserção nesse setor tão importante para o pontal do Triângulo Mineiro. Nesse sentido, realizaram-se uma revisão de literatura acerca do tema, coleta de dados no IBGE, trabalho de campo, sistematização dos dados, análise e considerações finais. Assim, realizadas as etapas mencionadas anteriormente, observou-se que no recorte espacial em estudo, a utilização das ferramentas oriundas das geotecnologias tem sido aplicadas de forma heterógena, desde em criatórios de animais até mesmo nas áreas de cultivo. Algumas empresas têm se destacado no ramo, mas se observa um movimento crescente em relação a essa temática. Diante do exposto, ao mesmo tempo que se tem o avanço tecnológico, verifica-se, paralelamente, a existência de bolsões de subsistência, onde pequenos agricultores têm se mantido no cultivo da terra, com a venda do excedente e voltados para a produção de alimentos, das mais diferentes espécies, seja em feiras, mercados, etc. Entretanto, com apoio da EMATER-MG, secretarias municipais de agricultura e demais órgãos, espera-se que, em breve, as geotecnologias, com a sua popularização, possam contribuir com todos os produtores, independentemente das categorias em que estejam inseridos, mas primando pelo cultivo da terra de forma sustentável e equilibrada.

Palavras-chave: Cartografia Agropecuária; Alimentos; Espaço Agrário; Microrregião; Triângulo Mineiro.

ABSTRACT

The objective of the work is to present the use of geotechnology in the agricultural space of the Ituiutaba Geographic Microregion, and its importance and insertion in this sector that is so important for Triângulo Mineiro. In this sense, a literature review was carried out on the topic, data collection at IBGE, field work, data systematization, analysis and final considerations. Thus, after carrying out the steps mentioned above, it was observed that in the spatial area under study,

[1] Professora Doutora do Curso de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia - UFU, mariabeatrizjunqueira@gmail.com

[2] Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia - UFU, vmccarvalho15@gmail.com

[3] Professor Doutor do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA, rbcastanho@gmail.com

the use of tools originating from geotechnology has been applied heterogeneously, from animal farms to even in cultivation areas. Some companies have stood out in the field, but there is a growing movement in relation to this topic. In view of the above, at the same time there is technological advancement, and the existence of pockets of subsistence, where small farmers have continued to cultivate the land, selling the surplus and focusing on food production, of the most different species, whether at fairs, markets, etc. However, with the support of EMATER-MG, municipal agriculture departments and other

Key Word: Agricultural Cartography; Foods; Agrarian Space; Microregion; Mining Triangle.

INTRODUÇÃO

Seguindo a tendência de crescimento produtivo nacional, o setor agropecuário em Minas Gerais tem despontado como um dos principais do país. Neste quesito, a Microrregião Geográfica (MRG) de Ituiutaba-MG, insere-se como uma grande potência produtiva no que concerne a agropecuária do estado mineiro, cujas atividades têm se destacado com formidáveis índices de produção, além da grande presença de maquinários e avançadas tecnologias no setor.

Ressalta-se o grande vínculo das atividades agropecuárias com o setor do agronegócio, que é baseado em consideráveis investimentos financeiros nas cadeias produtivas, estas intimamente ligadas ao setor agroindustrial da região. A configuração deste sistema produtivo se deve a expansão da fronteira agrícola pelo Cerrado desde o fim do século XX, com a intensa mecanização do campo, mudando até mesmo a estrutura fundiária existente e contribuindo para a criação de latifúndios (GENARO E CHELOTTI, 2013).

Após todos esses processos de modernização, dados apontam que a MRG de Ituiutaba se configura como uma das regiões com significativo crescimento da produção agropecuária nos últimos anos, impactando a economia, a cadeia produtiva nacional e a paisagem regional.

Por outro lado, as geotecnologias têm se destacado como importante ferramenta para o tratamento de dados com referencial geográfico, trazendo soluções inovadoras para se trabalhar com qualquer temática que considere a análise do espaço geográfico.

A cartografia digital, parte integrante das geotecnologias, apresenta novas e variadas formas de abordar e debater um problema em diferentes recortes espaciais, podendo ser utilizada para trabalhar e projetar dados de interesse do público sobre uma,

ou diversas bases cartográficas da área em questão, auxiliando nos estudos e análises do problema.

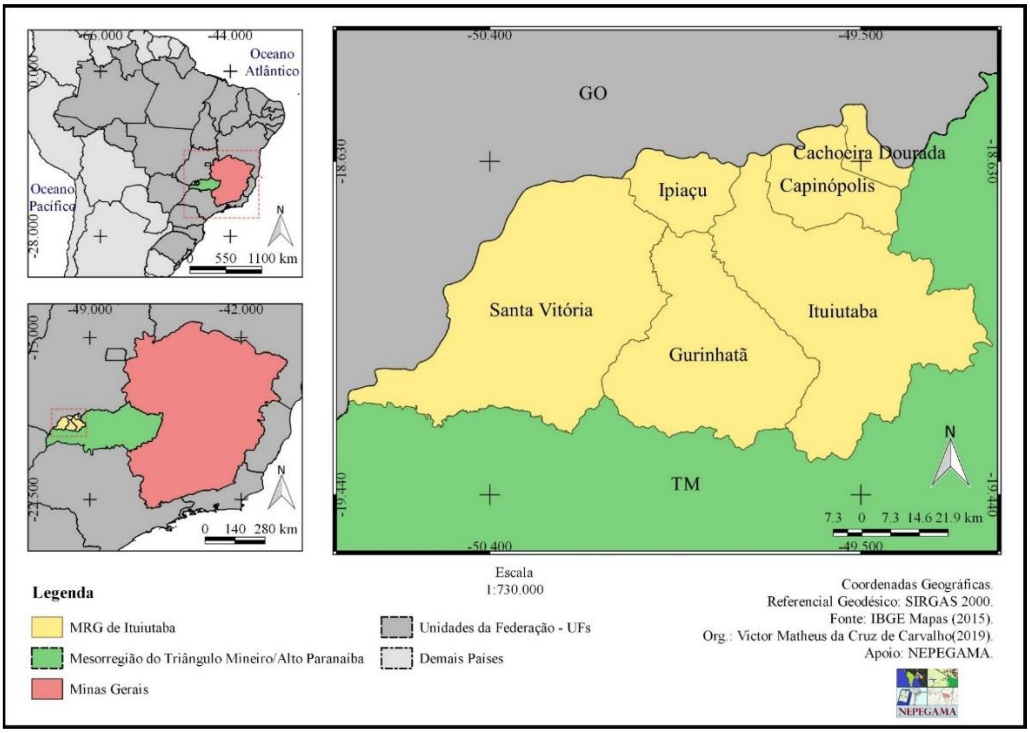
Deste modo, este trabalho tem como objetivo apresentar a dinâmica agropecuária da MRG de Ituiutaba, composta pelos municípios de: Ituiutaba, Santa Vitória, Capinópolis, Gurinhatã, Ipiaçu e Cachoeira Dourada, todos localizados no Pontal do Triângulo Mineiro.

Diante da capacidade produtiva do recorte espacial e ocupado pelos municípios supracitados, a cartografia temática, com suporte das geotecnologias, foi instrumento fundamental para a visualização da produção agropecuária encontrada nos seis municípios.

Centrada na produção de cana de açúcar e da pecuária de corte, a cartografia da agropecuária da área em estudo, apresenta peculiaridades, como por exemplo, na presença de bolsões de subsistência que resistem em meio a esse "mar de cana-de-açúcar", permitindo que pequenos e médios produtores possam cultivar a terra com variedades voltadas a subsistência e respectiva comercialização do excedente.

A MRG de Ituiutaba, está localizada na Mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, Minas Gerais, bem como representado pela Figura 01.

Figura 01 – Localização da Microrregião Geográfica de Ituiutaba



Fonte: IBGE Mapas (2015).
Org.: Carvalho (2019).

Metodologicamente, a pesquisa foi realizada em etapas, tais como: 1ª etapa – Levantamento bibliográfico sobre a temática, principalmente sobre geotecnologias e como essas podem contribuir no mapeamento de produção agropecuária, uso da cartografia na espacialização da dinâmica rural, identificação de produtos produzidos, entre outras informações; 2ª etapa – Coleta de dados estatísticos secundários disponibilizados por órgãos oficiais, tais como a Produção Agrícola Municipal (PAM/IBGE), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) entre outros; 3ª etapa – Reambulação nos municípios que fazem parte da Microrregião Geográfica de Ituiutaba (trabalho de campo), procurando averiguar as informações censitárias, e paralelamente identificando *in locu* as culturas e criatórios pertencentes ao espaço geográfico em análise; 4ª etapa – Nesse momento, realizou-se a sistematização dos dados coletados, tanto na etapa de coleta de informações censitárias, quanto os elementos obtidos a campo; Análise de dados obtidos nas etapas anteriores, sendo levado em consideração todas as variáveis investigadas; 5ª etapa – Produção cartográfica, sendo esta, utilizando o *software* QGIS, permitindo que fossem realizadas as espacializações de todos os dados coletados, os quais favoreceram as análises de dinâmica ou estagnação da produção agropecuária do recorte espacial.´ 6ª etapa – Avaliação dos elementos da pesquisa, procurando apontar os atores que pertencem ao cotidiano rural, bem como identificando o grau de contribuição da cartografia para avaliar a situação real dos municípios da área em estudo, e sua respectiva dinâmica de produção.

A CARTOGRAFIA: INSTRUMENTO PARA ANÁLISE DO ESPAÇO AGROPECUÁRIO

A cartografia do espaço agropecuário da Microrregião Geográfica de Ituiutaba, foi possível de ser realizada, com o suporte fundamental das geotecnologias, balizadas aqui, desde o geoprocessamento, a cartografia digital e analógica, o sensoriamento remoto, a topografia, o sistema de posicionamento global.

Assim, conforme ROSA (2005, p. 81), que conceitua tais elementos como,

> Também conhecidas como "geoprocessamento", as geotecnologias são o conjunto de tecnologias para coleta, processamento, análise e oferta de informações com referência geográfica. As geotecnologias são compostas por soluções em *hardware*, *software* e *peopleware* que juntos constituem poderosas ferramentas para tomada de decisões. Dentre as geotecnologias

> podemos destacar: sistemas de informação geográfica, cartografia digital, sensoriamento remoto, sistema de posicionamento global e a topografia.

Nesse sentido, a EMBRAPA (2014, p. 136), elenca uma serie de aplicações das geotecnologias do espaço agropecuário, que podem contribuir para o uso e cultivo da terra de acordo com as necessidades de cada produtor, bem como, possibilitam a elaboração de uma cartografia condizente com a realidade encontrada na área em análise,

> • O mapeamento de propriedades rurais.
> • O mapeamento de culturas, solo e relevo das áreas agrícolas.
> • A certificação de imóveis rurais por meio do georreferenciamento usando-se sistemas de posicionamento global por satélite.
> • A localização e a quantificação das áreas de preservação permanente e reserva legal dentro da propriedade.
> • A adequação ambiental da propriedade frente ao código florestal brasileiro.
> • O apoio aos processos de financiamentos rurais por meio de zoneamentos de riscos climáticos.
> • A gestão da propriedade com a agricultura de precisão.
> • Análises da dinâmica de uso da terra.
> • A ocupação do território vinculado à atividade rural.
> • Apoio ao desenvolvimento de política públicas por meio da compreensão de processos como expansão, retração, transição e intensificação da agricultura.

A maior parte das áreas destinadas à produção agrícola, em reambulação pelas unidades politico-administrativas pertencentes a Microrregião Geográfica de Ituiutaba-MG, destinam-se ao cultivo de cana de açúcar, vindo ao encontro da aptidão edafoclimática encontrada no pontal do Triângulo Mineiro, onde o município de Santa Vitória destaca-se com o maior índice de produção desse cultivo. Associado a esses fatores, no mesmo município, encontram-se duas usinas sucroenergéticas, que além de incentivar esse cultivo, ainda detém aposse de grande parte das terras destinadas a essa atividade, não apenas no município, mas como em outros circunvizinhos.

Tal relação de uso da terra, destinado ao cultivo de cana-de-açúcar, gera, por sua vez, uma dependência de produtores rurais mediante a essa cultura, que além de ser caracterizada por uma monocultura extensiva, ainda promove, do ponto de vista ambiental, um considerável esgotamento ambiental do solo.

Fazem parte ainda, de culturas do espaço agrícola da área em estudo, as culturas de sorgo, milho e soja, que variam em área de ano a ano, mas que vem ocupando um espaço considerável de produção, principalmente a soja.

A cartografia de criatórios, a pecuária de corte tem um considerável percentual de animais, e em alguns municípios, tais como em Ituiutaba-MG, encontram-se ainda granjas dedicadas a criações de aves e suínos. Entretanto, não se pode desprezar a presença de

propriedades direcionadas aos criatórios de gado de leite, e respectiva produção desse produto destinado aos mais diversos fins.

De forma em geral, a cartografia agropecuária dos municípios, é diversificada e balizada por diversas variedades de cultivares e criatórios, mas que, no entanto, despontam as áreas rurais destinadas a produção sucroalcoleira.

PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DA MRG DE ITUIUTABA-MG

A MRG de Ituiutaba-MG apresenta dados interessantes sobre as atividades agropecuárias presentes. A coleta de dados disponibilizados por fontes secundárias só foi possível através da Produção Agrícola Municipal – PAM e da Produção Pecuária Municipal – PPM, ambos disponibilizados pela IBGE através de um grande acervo de dados estatísticos.

Com as primeiras análises dos dados, pode-se inferir que a área de pesquisa possui um notável setor agrícola e pecuário, muito voltado para a área do agronegócio devido aos principais produtos em destaque na região, como a cana-de-açúcar, a soja, criação de gado bovino, entre outros.

Durante o processo de sistematização dos dados coletados, priorizou-se destacar as culturas e criações com maior produção na região. Deste modo, no setor agrícola – considera-se tanto lavouras temporárias quanto permanentes – destacaram-se os cultivos de cana-de-açúcar, milho, soja e sorgo, enquanto que as culturas restantes foram reunidas através do termo “outros”. Já no setor pecuário, destacaram-se os rebanhos de bovinos, suínos e galináceos, enquanto que as criações restantes foram também reunidas através do termo “outros”.

O critério utilizado para reunir as demais culturas e criações restantes no termo “outros”, e não separá-los individualmente como os demais, é devido à baixa capacidade produtiva destes em comparação aos outros, tendo o intuito diminuir a discrepância na apresentação dos dados.

Foram criadas três tabelas e dois gráficos com base nos dados coletados. Na primeira tabela, a Tabela 1, estão dispostas as informações referentes as áreas destinadas ao cultivo na MRG de Ituiutaba em 2022.

Tabela 1 – Áreas destinada ao cultivo (ha.) na MRG de Ituiutaba-MG em 2022.

Município	Cana	Milho	Soja	Sorgo	Outros
Cachoeira D.	-	5000	8200	3200	6
Capinópolis	6000	20127	32427	9000	92
Gurinhatã	9000	250	3600	300	375
Ipiaçu	7000	5178	10198	4000	1
Ituiutaba	41000	8900	28000	9400	1189
Santa Vitória	35000	580	7260	1650	845
Total	**98.000**	**40.035**	**89.685**	**27.550**	**2.532**

Fonte: PAM-IBGE (2022).
Org.: Castanho e Carvalho (2023).

A Tabela 1 apresenta informações muito interessantes sobre a distribuição da produção agrícola na MRG. Analisando os dados, é nítido que a região não apresenta diversidade na produção agrícola, concentrando as atividades justamente nos cultivos destacados (cana, milho, soja e sorgo) enquanto que quaisquer outros cultivos se resumem em apenas 2.532 ha.

A cana-de-açúcar é a atividade que mais possui áreas, com forte presença nos municípios de Ituiutaba e Santa Vitória, também sendo produzido em todos os demais, com exceção de Cachoeira Dourada onde não houve registros. A soja é o segundo cultivo mais disseminado pela região, sendo destaque no município de Capinópolis e Ituiutaba. Em sequência, a produção de milho é mais proeminente em Capinópolis. E por último, mas não menos importante, o cultivo de sorgo, que é mais evidente em Ituiutaba e Capinópolis.

Em sequência à pesquisa, apresenta-se a Tabela 2 com os dados de produção dos mesmos cultivos na região em 2022, porém, analisados em toneladas.

Tabela 2 – Produção agrícola (ton.) na MRG de Ituiutaba-MG em 2022.

Municípios	Cana	Milho	Soja	Sorgo	Outros
Cachoeira Dourada	-	25000	32800	11520	109
Capinópolis	540000	99951	128616	34200	1993
Gurinhatã	720000	1375	10368	540	14977
Ipiaçu	595000	18072	39542	11200	1

Ituiutaba	2788000	31818	106400	20800	23198
Santa Vitória	2380000	2718	23478	3762	1899
Total	**7.023.000**	**178.934**	**341.204**	**82.022**	**42.177**

Fonte: PAM-IBGE (2022).
Org.: Castanho e Carvalho (2023).

A Tabela 2 apresenta uma grande disparidade na capacidade produtiva desses cultivos. A cana-de-açúcar é de longe a cultura com a maior tonelagem dentre todas as outras. Mas isso é simples de se entender, pois, de ambos milho, soja e sorgo são aproveitados apenas os grãos, enquanto que da cana-de-açúcar se aproveita boa parte do caule da planta que possui massa significativamente maior.

O grupo "outros" dessa tabela apresentou certa capacidade produtiva quando comparado a cultivos como o sorgo, se destacando principalmente em Ituiutaba e Gurinhatã, principalmente devido a produtos como laranja e mandioca. Na Tabela 3, estão elencados os efetivos de rebanhos da região em 2022.

Tabela 3 – Efetivo de rebanhos (cab.) da MRG de Ituiutaba-MG em 2022.

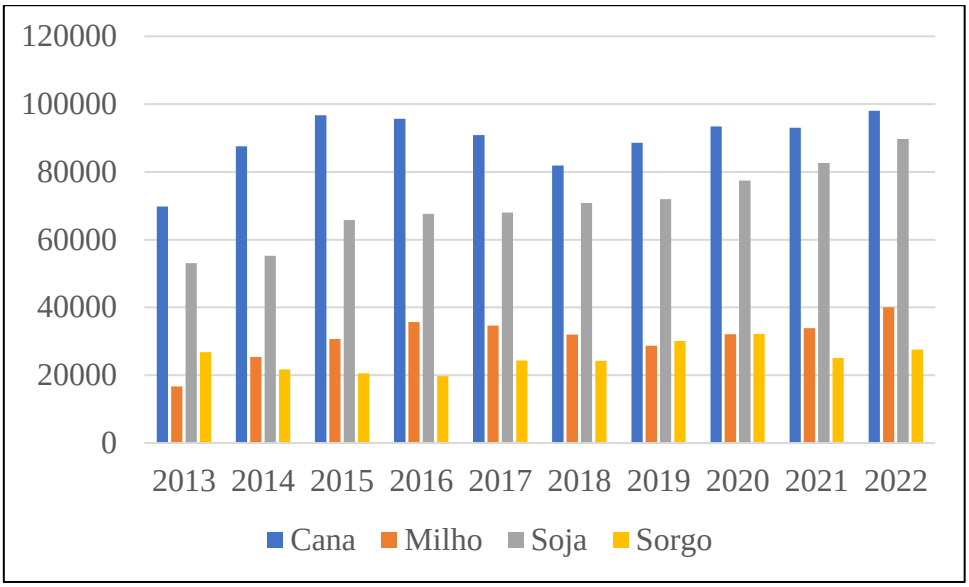
MRG	Bovinos	Suínos	Galináceos	Outros
Cachoeira Dourada	14900	220	1330	455
Capinópolis	37580	7100	9900	1580
Gurinhatã	184000	3480	27800	5672
Ipiaçu	31300	730	4950	960
Ituiutaba	203100	100880	44850	6159
Santa Vitória	300000	30000	21800	9446
Total	**770.880**	**142.410**	**110.630**	**24.272**

Fonte: PPM-IBGE (2022).
Org.: Castanho e Carvalho (2023).

De acordo com o exposto, nota-se que o rebanho bovino é de longe o mais numeroso da MRG de Ituiutaba, sendo destaque em Santa Vitória, e seguido de perto por Ituiutaba e Gurinhatã. Já os suínos são o segundo grupo mais numeroso, sendo predominantes em Ituiutaba. Os galináceos tem o maior rebanho também em Ituiutaba, além de certo destaque em Gurinhatã e Santa Vitória. O grupo "outros" desta tabela tem maior ressalto em Santa Vitória, principalmente devido à quantidade de equinos do município.

No Gráfico 1 é apresentada a série temporal de 10 anos para as áreas destinadas ao cultivo na MRG de Ituiutaba.

Gráfico 1 – Áreas destinadas ao cultivo (ha.) na MRG de Ituiutaba-MG entre 2013 e 2022.



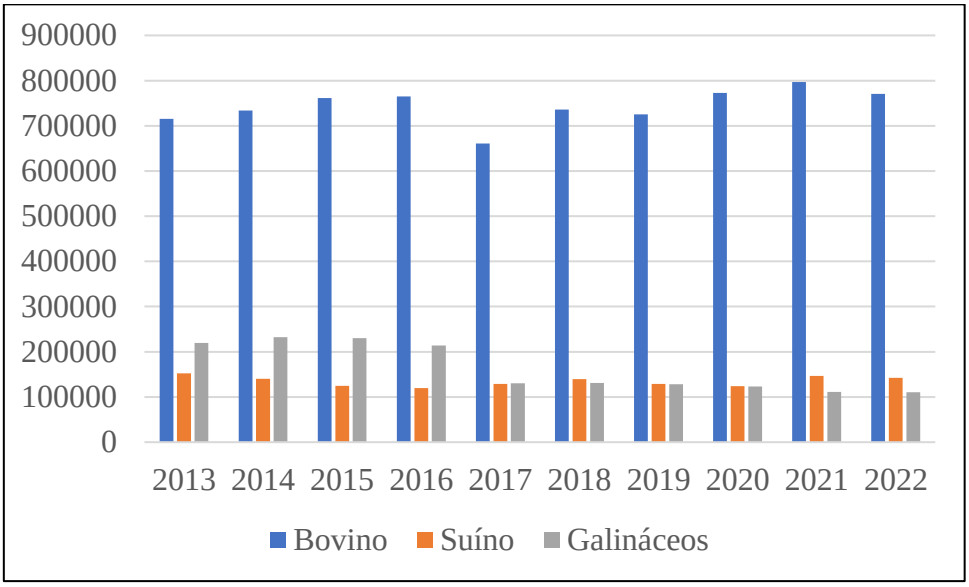
Fonte: PAM-IBGE (2022).
Org.: Castanho e Carvalho (2023).

Por meio do gráfico, nota-se que existe uma tendência para o aumento das áreas comprometidas com os cultivos da região. Todas as culturas destacadas apresentaram evolução na capacidade produtiva nesses últimos 10 anos, ressaltando-se principalmente a produção de soja que foi a que mais cresceu e possui a maior tendência para continuar crescendo. O único cultivo que nos últimos dois anos apresentou uma queda significativa foi o sorgo, porém, ainda possui propensão ao crescimento se considerar a série histórica.

De modo geral, a síntese de dados dos últimos 10 anos corrobora com a tese de que a MRG de Ituiutaba possui uma inclinação para acompanhar o crescimento do setor agrícola do país, principalmente ao considerar o crescimento das principais produções durante o período.

Em relação à pecuária, o Gráfico 2 destaca o número de cabeças de bovinos, suínos e galináceos criados na região desde 2013.

Gráfico 2 – Efetivo de rebanhos (cab.) da MRG de Ituiutaba-MG entre 2013 e 2022.



Fonte: PPM-IBGE (2022).
Org.: Castanho e Carvalho (2023).

A partir do exposto no Gráfico 2, compreende-se que o gado bovino é o mais preponderante, seguido de longe pelos criatórios de suínos e galináceos. De acordo com a série histórica, o número de cabeças de bovinos está com tendência de aumento. Já para a criação de suínos, a tendência é de estabilidade. No entanto, o rebanho de galináceos está apresentando tendência de queda. Sendo assim, a criação destas aves é, portanto, a única das atividades agropecuárias em destaque nesta pesquisa que possui propensão ao crescimento negativo.

Analisando os dois gráficos, conclui-se que ambas atividades agrícolas e pecuárias, com exceção do rebanho de galináceos (tendência de queda) e do rebanho de suínos (tendência de estabilidade), possuem tendência de crescimento produtivo ao considerar os dados dos últimos 10 anos.

AGROPECUÁRIA DA MRG DE ITUIUTABA ATRAVÉS DA CARTOGRAFIA

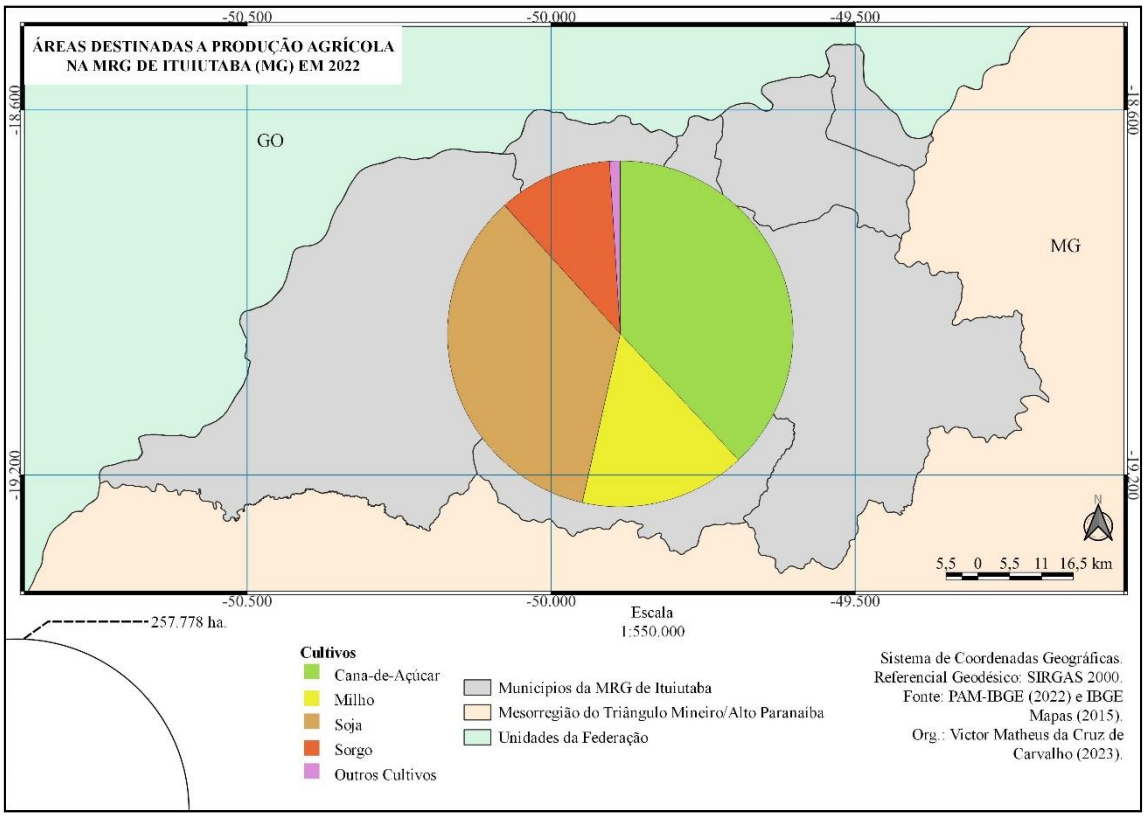
Em posse dos dados agropecuários sobre a MRG de Ituiutaba, já coletados, sistematizados e tabulados, a pesquisa vai de encontro com uma das ferramentas das geotecnologias, a Cartografia Digital.

Para trabalhar com a Cartografia Digital, criou-se um banco de dados geográficos por meio do cruzamento dos dados agropecuários fornecidos pelo PAM e PPM-IBGE com os dados vetoriais georreferenciados, fornecidas também pelo IBGE. O cruzamento

dessas informações, concomitantemente com o correto manuseio dos dados, proporcionou a elaboração de três mapas temáticos sobre a agropecuária regional.

A Figura 02, apresenta as áreas destinadas a produção agrícola na MRG de Ituiutaba.

A Figura 02– Áreas destinadas a produção agrícola (ha.) na MRG de Ituiutaba-MG em 2022.



Fonte: PAM-IBGE (2022) e IBGE Mapas (2015).
Org.: Carvalho (2023)

Para a elaboração da Figura 02 foram utilizados os dados agrícolas apresentados na Tabela 1. Desta forma, o que se apresenta neste mapa se trata da soma de todas as áreas destinadas ao cultivo de todos os municípios da MRG de Ituiutaba.

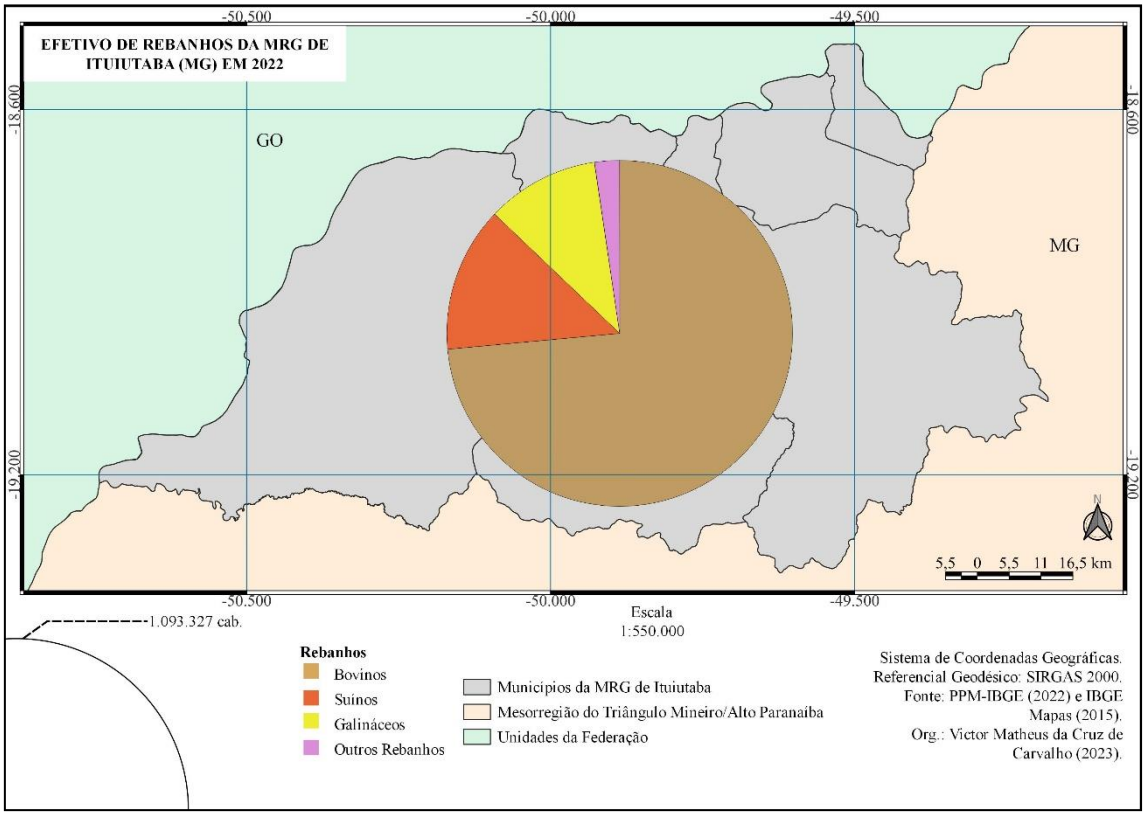
A forma escolhida para expor os dados foi por meio do gráfico de setores (gráfico de pizza), onde se denota a divisão do espaço agrícola entre duas principais atividades, a sucrocultura (verde) e a sojicultura (marrom). Em segundo plano estão os cultivos de milho (amarelo) e sorgo (vermelho), ambos com uma boa parcela de áreas ocupadas.

Em relação aos “outros cultivos” (lilás), pode-se notar uma ínfima parcela de terras agricultáveis utilizadas para outras produções. Ressalta-se que “outros cultivos” corresponde a menos que 1% do total das áreas agrícolas. Isso demonstra que a região

estudada não apresenta muita diversidade de culturas, estando a maior parte das atividades agrícolas ligadas integralmente à estrutura do agronegócio.

Continuando a pesquisa, a Figura 03 destaca os dados de criação de animais na área de pesquisa.

Figura 03 – Efetivo de rebanhos (cab.) da MRG de Ituiutaba-MG em 2022.



Fonte: PPM-IBGE (2022) e IBGE Mapas (2015).
Org.: Carvalho (2023)

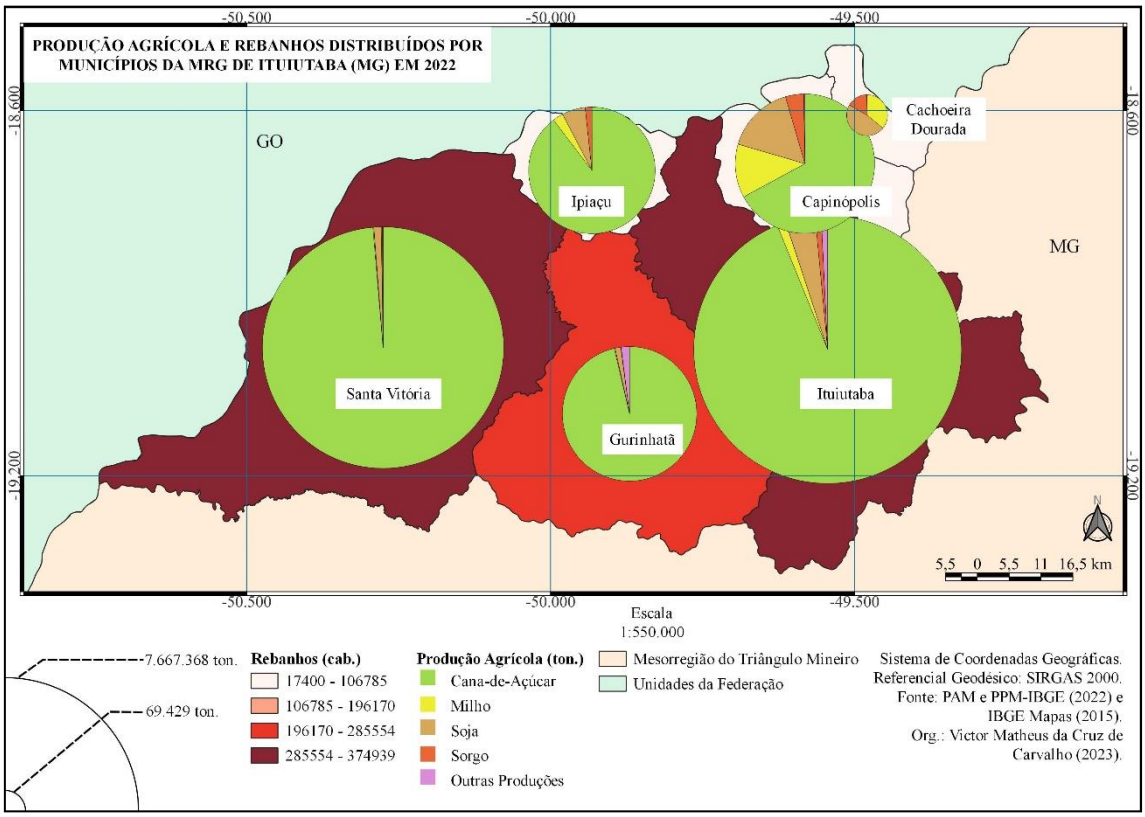
Para a elaboração da Figura 03, foram utilizados os dados pecuários apresentados na Tabela 3, ou seja, a soma do total de cabeças de rebanhos de todos os municípios da MRG de Ituiutaba. Os dados utilizados foram apresentados em gráfico de setores por sobre o recorte espacial da área de pesquisa.

Com as informações apresentadas, compreende-se a preferência dos pecuaristas da região para a criação de gado bovino (marrom), que representa quase ¾ da criação de animais da MRG de Ituiutaba. Em segundo patamar, se encontram os rebanhos suínos (vermelho) e galináceos (amarelo) com efetivos mais proporcionais entre si.

Já “outros rebanhos” (lilás), que possui a soma de outros efetivos não destacados, apresenta uma parcela bem menor com comparação aos demais analisados. Destaca-se que “outros rebanhos” corresponde a pouco mais de 2% do total de efetivo de rebanhos

da região. Com tais informações, subentende-se que pecuaristas objetivam investir nas áreas de maior demanda produtiva, ou seja, carnes bovina, suína e de frango que são destaques na exportação brasileira (IPEA, 2017). A Figura 04 apresenta a produção agrícola em conjunto com a produção pecuária.

A Figura 04 – Produção agrícola (ton.) e rebanhos (cab.) distribuídos por municípios da MRG de Ituiutaba-MG em 2022.



Fonte: PAM e PPM-IBGE (2022) e IBGE Mapas (2015).
Org.: Carvalho (2023)

Na elaboração do Mapa 4 foram utilizados os dados de produção agrícola em toneladas apresentadas na Tabela 2, e os dados de efetivos de rebanhos referentes à Tabela 3. Ambos os dados agrícolas e pecuários foram sistematizados no mapa de forma a demonstrar a capacidade produtiva de cada município pertencente a MRG de Ituiutaba.

Para a representação dos dados agrícolas foi utilizado o gráfico de setores, sendo distribuído um gráfico para cada município, diferenciando-se os tamanhos dos gráficos através da capacidade produtiva de cada um.

A representação dos dados de efetivos de rebanho se deu através da distribuição dos municípios em quatro classes de intervalos iguais. Utilizado a paleta de cor vermelha, os

municípios variam de tonalidades por meio de seu efetivo de rebanho, desde o vermelho mais claro (menor rebanho) até o vermelho mais escuro (maior rebanho).

Com o Mapa 4, compreende-se que o município de Ituiutaba é o que apresenta a maior capacidade de produção agrícola, com o maior destaque para o cultivo de cana-de-açúcar, seguido de perto pelo município de Santa Vitória que também apresenta grande capacidade produtiva. Capinópolis, Gurinhatã e Ipiaçu possuem capacidade de produção agrícola semelhantes quando comparados com os demais municípios. Cachoeira Dourada é o que apresenta a menor produção, além de também ser o único focado apenas na produção de grãos, sem a incursão da sucrocultura.

Analisando as dimensões dos territórios municipais, infere-se que os municípios de Ituiutaba e Santa Vitória apresentam maior produção por serem mais extensos, ao contrário de Cachoeira Dourada que possui o menor território. Seguindo essa lógica, Gurinhatã seria o município menos produtivo devido a proporção do seu território com a sua produção agrícola.

A Figura 04 também apresenta informações muito interessantes ao se analisar a capacidade pecuária da região. Os municípios de Ituiutaba e Santa Vitória também estão classificados como o que possuem o maior número de rebanhos, apresentando coloração vermelho escuro. Em sequência, e em um patamar abaixo, está Gurinhatã com uma tonalidade de vermelho também forte. Já os municípios de Cachoeira Dourada, Capinópolis e Ipiaçu apresentaram uma coloração mais fraca, apontando um menor número de rebanhos.

Observa-se que a desproporcionalidade do número de rebanhos entre os municípios atrapalha de certa maneira uma classificação mais adequada dos dados através de mapas coropléticos.

Por outro lado, nota-se a capacidade de se utilizar ferramentas das geotecnologias para o tratamento e representação de dados. A Cartografia Digital auxilia na representação de informações importantes que consideram uma área ou recorte espacial específico, trazendo ganhos na compreensão geográfica do tema abordado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O espaço agropecuário da Microrregião Geográfica de Ituiutaba-MG é composto por diversas atividades, que variam desde a monocultura da cana de açúcar, até a produção de aves. Porém, em observância em sua cartografia, a mesma apresenta-se majoritariamente direcionada para o setor sucroenergético, criando assim, bolsões de

subsistência, onde pequenos produtores resistem em suas áreas, e esses contribuem com uma diversidade de produção, primeiramente voltada ao consumo, e em segundo plano, a comercialização do excedente.

A cartografia agropecuária da área, apresenta ainda uma significativa relação das condições de solo, clima, relevo, e sua respectiva facilidade a mecanização agrícola, tornando o espaço, um considerável espaço atrativo para grandes empreendimentos dedicados ao setor, como por exemplo, as usinas sucroalcooleiras presentes na área em estudo.

Observa-se problemas ambientais ao longo dos anos, como por exemplo, a existência de queimadas, que ocorrem nos períodos de estiagem natural que ocorrem na região do Triângulo Mineiro, e que consequentemente acarretam situações de degradação ambiental na área bem como sérios problemas de saúde a população inserida na área.

Os estudo sobre essa temática, por meio Estudos dessa natureza, da utilização da cartografia, associada neste estudo, com as geotecnologias, possibilitam a visão de um todo da região, facilitando assim, o planejamento de ações que possam contribuir e minimamente amenizar os impactos, principalmente sentidos pelos pequenos produtores, e que possam colaborar no fortalecimento de práticas de produção de alimentos tanto para seus núcleos familiares, quanto para a comercialização, atendendo assim, uma demanda de produtos locais, sem a necessidade de adquiri-los de regiões distantes, propiciando ainda, a geração de renda e manutenção de famílias no campo.

A investigação sobre essa temática, por meio da utilização da cartografia e a geotecnologias possibilitaram a visão de um todo da região facilitando assim, o planejamento de ações que possam contribuir e minimamente amenizar os impactos, principalmente sentidos pelos pequenos produtores, e que possam colaborar no fortalecimento de práticas de produção de alimentos tanto para seus núcleos familiares, quanto para a comercialização, atendendo assim, uma demanda de produtos locais, sem a necessidade de adquiri-los de regiões distantes, propiciando ainda, a geração de renda e manutenção de famílias no campo.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG, pelo incentivo ao desenvolvimento da pesquisa e sua divulgação, financiada com recursos do edital Demanda Universal FAPEMIG (Nº 001/2017), registrado no processo APQ-01562-17.

REFERÊNCIAS

EMBRAPA. **Geotecnologias e Geoinformação:** o produtor pergunta, a Embrapa responde. Brasília: Embrapa, 2014. 248p.Disponível em: https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/215434/1/500-perguntas-geotecnologias-geoinformacao.epub. Acesso em: 22 jun. 2023.

GENARO, F.; CHELOTTI, M. C. Transformações no Agro do Cerrado Mineiro: análise a partir dos censos agropecuários de 1995/96 e 2006 da Mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. **Observatorium**: Revista Eletrônica de Geografia, v. 5, n. 14, p. 63 77. out. 2013.

IBGE. **PAM**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>. Acesso em: 10 outubro 2023.

IBGE. **PPM**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/ppm/tabelas/brasil/2017>. Acesso em: 10 outubro 2023.

IPEA. **Carta de Conjuntura – 1º trimestre 2017**. Disponível em: <https://www.ipea.gov. br/portal/>. Acesso em: 03 novembro 2023.

ROSA, R. Geotecnologias na Geografia aplicada. **Revista do Departamento de Geografia**, [S. l.], v. 16, p. 81-90, 2011. DOI: 10.7154/RDG.2005.0016.0009. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/47288. Acesso em: 22 jun. 2023.

O TERRITÓRIO CAMPESINO VISTO DO ALTO: O CASO DE CAMPO DO MEIO-MG QUANDO ANALISADO VIA SENSORIAMENTO REMOTO[1]

Pedro Freitas Ramos Grande[2]

Rodrigo de Paulo Souza e Silva[3]

Gabriel Gouvêa da Silva[4]

RESUMO

Este estudo investiga o território campesino, delineado pela organização e uso da terra pelos camponeses, resultado de disputas socioterritoriais em Campo do Meio-MG. O objetivo central é empregar tecnologia digital para avaliar o desenvolvimento histórico da ocupação e transformação no espaço rural, particularmente quando este se torna um agente da Reforma Agrária Popular. A pesquisa visa ilustrar a consolidação do território camponês desde a decadência da antiga usina até os dias atuais, transformando-se em um território de resistência contra a predominância do agronegócio na região circundante. Fruto das discussões do Núcleo de Estudos em Trabalho, Agroecologia e Soberania Alimentar (NETASA) da Universidade Federal de Alfenas-MG (UNIFAL-MG), o estudo utiliza duas aplicações via Sensoriamento Remoto para destacar a força política das tecnologias digitais em movimentos contra-hegemônicos. Essas aplicações incluem a segmentação de imagens orbitais com o Software Livre QGIS e a utilização da plataforma de computação em nuvem *Google Earth Engine* (GEE). A utilização das tecnologias de sensoriamento remoto e geoprocessamento revelaram-se valiosas na identificação e mapeamento da espacialização da reforma agrária. Os produtos cartográficos resultantes não só confirmarão hipóteses, mas também se tornarão ferramentas práticas para os próprios acampados do Quilombo Campo Grande. A constatação de que as tecnologias digitais, muitas vezes associadas ao capital, podem ser apropriadas em benefício dos camponeses, fato que destaca a relevância dessa abordagem para promover a justiça social, soberania alimentar, agroecologia e autonomia nesse contexto.

PALAVRAS-CHAVE: MST, Reterritorialização, Tecnologia Digital, Agricultura Digital.

ABSTRACT

This study investigates the peasant territory, defined by the organization and use of land by peasants, a result of socioterritorial disputes in Campo do Meio-MG, Brazil. The central objective is to employ

---

[1] Trabalho é resultado de discussões acerca do Núcleo de Estudos em Trabalho, Agroecologia e Soberania Alimentar (NETASA), da Universidade Federal de Alfenas-MG (UNIFAL-MG). Este texto faz parte do projeto de pesquisa "Agronegócio, campesinato e tecnologias digitais no campo: um estudo sobre a região geográfica intermediária de Varginha, Minas Gerais", conduzido pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG)

[2] Graduando em Geografia na Universidade Federal de Alfenas-MG (UNIFAL-MG). E-mail: pedro.freitas@sou.unifal-mg.edu.br

[3] Mestrando do Programa de Pós Graduação da Universidade Federal de Alfenas-MG (PPGEO/UNIFAL-MG) E-mail: rodrigo.silva@sou.unifal-mg.edu.br

[4] Graduando em Geografia na Universidade Federal de Alfenas-MG (UNIFAL-MG). E-mail: gabriel.gouvea@sou.unifal-mg.edu.br

digital technology to assess the historical development of occupation and transformation in rural space, particularly when it becomes an agent of the Popular Agrarian Reform. The research aims to illustrate the consolidation of the peasant territory from the decline of the old sugar mill to the present day, evolving into a territory of resistance against the predominance of agribusiness in the surrounding region. Emerging from discussions at the Nucleus of Studies on Labor, Agroecology, and Food Sovereignty (NETASA) at the Federal University of Alfenas-MG (UNIFAL-MG), the study utilizes two applications via Remote Sensing to highlight the political strength of digital technologies in counter-hegemonic movements. These applications involve the segmentation of orbital images with the QGIS Free Software and the use of the Google Earth Engine (GEE) cloud computing platform. The use of remote sensing and geoprocessing technologies has proven valuable in identifying and mapping the spatialization of agrarian reform. The resulting cartographic products will not only confirm hypotheses but also become practical tools for the residents of Quilombo Campo Grande. The realization that digital technologies, often associated with capital, can be appropriated for the benefit of peasants underscores the significance of this approach in promoting social justice, food sovereignty, agroecology, and autonomy in this context.

KEYWORDS: MST, Reterritorialization, Digital Technology, Digital Agriculture.

INTRODUÇÃO

O território campesino é um tipo de território caracterizado pela organização e uso da terra realizado pelos camponeses, é fruto da luta pela terra (Fernandes, 2008). É um espaço onde os camponeses estabelecem suas vidas e desenvolvem todas as dimensões necessárias para sua existência, que incluem não apenas a produção de alimentos, mas também na efetivação de moradias, produção de mercadorias, culturas e infraestrutura social (Coca; Pereira; Origuela, 2019).

A paisagem do território camponês é heterogênea, as mudanças no espaço são resultado das interações sociais durante o processo de produção desse espaço, embora os elementos naturais também causem transformações no espaço, é através das relações sociais que essas transformações ocorrem com maior intensidade (Fernandes, 2008; Santos, 2023).

A formação de territórios campesinos é sempre um processo que envolve a fragmentação do espaço quando o mesmo era dominado pela égide neoliberal (o que o torna homogêneo e fruto de reprodução do agronegócio). Esses territórios são caracterizados pela pequena escala e pela diversificação da produção alimentar, o que pode ser comprovado se contabilizado o número de feições geométricas calculadas via geoprocessamento. Os camponeses geralmente praticam a policultura, ou seja, cultivam diferentes tipos de culturas em suas terras, eles produzem uma variedade de alimentos não apenas para seu próprio sustento, mas também para o desenvolvimento local, regional e nacional (Salvaterra, 2021). Essa diversificação contribui para a segurança alimentar e a sustentabilidade, visto que grande parte da produção alimentar é agroecológica (Coca *et al*., 2019) além de promover a autonomia e a autossuficiência das comunidades camponesas.

É importante destacar que o conceito de território campesino está relacionado à luta pela terra e pelo reconhecimento dos direitos dos camponeses. Muitas vezes, esses territórios são ameaçados pela expansão do agronegócio e pelas políticas neoliberais, que buscam concentrar o poder e controlar a produção de alimentos em larga escala (Coca; Pereira; Origuela, 2019). Nesse contexto, o conceito de território campesino pode ser entendido como uma resistência e uma alternativa ao modelo dominante, que promove segurança e soberania alimentar.

O município de Campo do Meio-MG se destaca como um cenário de resistência por parte do campesinato, especialmente ligado ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Essa resistência tem como objetivo principal a reivindicação das terras da Usina Ariadnópolis Açúcar e Álcool S.A. para fins de reforma agrária. O processo de luta teve início em 1996, quando essa empresa agroindustrial faliu, deixando várias dívidas trabalhistas associadas diretamente a ela ou a empresas relacionadas, como a Companhia Agropecuária Irmãos Azevedo (CAPIA) e a Transmarreco (Coca *et al*., 2019).

Como resultado das ocupações de terra e manifestações realizadas desde então, foram estabelecidos dois assentamentos rurais em Campo do Meio-MG. O primeiro é o Assentamento Primeiro do Sul, criado em 1997, com capacidade para abrigar 42 famílias. O segundo é o Assentamento Nova Conquista, criado em 2012, com capacidade para 12 famílias. Além desses, na região do Sul/Sudoeste de Minas Gerais, há outro assentamento rural no município de Guapé-MG, chamado Santo Dias, criado em 2006, com capacidade para 40 famílias, conforme dados da REDE DATALUTA em 2018 (Coca *et al*., 2019).

No município de Campo do Meio-MG, ainda existem 11 acampamentos formados nas terras da falida Usina Ariadnópolis. Esses acampamentos são denominados Sidney Dias, Rosa Luxemburgo, Tiradentes, Girassol, Fome Zero, Chico Mendes, Betinho, Irmã Dorothy, Vitória da Conquista, Potreiro e Resistência. Juntos, eles compõem o Quilombo Campo Grande, fazendo referência a um quilombo que ocupava parte das terras da região no século XIX, e se configuram como um dos maiores acampamentos da história do Brasil. Esses acampamentos são considerados um dos principais pontos de tensão decorrentes da Questão Agrária em Minas Gerais (Coca *et al*., 2019).

O propósito fundamental deste estudo consiste em empregar uma tecnologia digital que facilite a avaliação do desenvolvimento histórico da ocupação e mudança no espaço rural, quando este se converte em um agente da Reforma Agrária Popular. O objetivo é ilustrar a consolidação do território camponês desde a decadência da antiga usina até os dias atuais, transformando-se em um território de resistência, contrária à predominância do agronegócio na região circundante. O sensoriamento remoto se faz útil na identificação de objetos da superfície

terrestre, sendo assim, espera-se identificar a variação do número de segmentos correspondentes às áreas de cultivo agrícola entre 1993, quando a usina falida ainda estava em atividade, até o ano 2022, já com a reorganização do território pela luta camponesa.

METODOLOGIA

O trabalho é resultado de discussões acerca do Núcleo de Estudos em Trabalho, Agroecologia e Soberania Alimentar (NETASA), da Universidade Federal de Alfenas-MG (UNIFAL-MG). Este texto faz parte do projeto de pesquisa "Agronegócio, campesinato e tecnologias digitais no campo: um estudo sobre a região geográfica intermediária de Varginha, Minas Gerais", conduzido junto a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG).

Para embasar este estudo, foi realizada uma revisão bibliográfica por meio do portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) do Ministério da Educação do Brasil (MEC). Essa revisão servirá como alicerce teórico para a pesquisa. Após a seleção de artigos pertinentes, guiada por palavras-chave como "tecnologia digital", "digital divide", "agricultura digital", "campesinato" e "territorialização-desterritorialização-reterritorialização", as ideias centrais foram organizadas sistematicamente para auxiliar no desenvolvimento e referenciamento do estudo, utilizando o software de código aberto *Zotero* para a organização do referencial bibliográfico.

Entende-se por sensoriamento remoto “como um conjunto de técnicas que permite o registro de informações dos corpos da superfície terrestre sem que seja necessário contato direto com os mesmos” (de Moraes, 2002, p. 7). Tomando por base que qualquer corpo que possua temperatura acima de zero grau absoluto (0 Kelvin) emite energia eletromagnética, e que o Sol é a principal fonte desta para a superfície terrestre, é possível mensurá-la através de sensores acoplados a satélites que captam a energia eletromagnética refletida e emitida pelos objetos terrestres. A depender das propriedades físico-químicas e biológicas de cada objeto, as interações destes com a energia eletromagnética se darão de formas específicas, sendo possível discriminar suas principais características. Nesse sentido, foram organizadas duas aplicações via Sensoriamento Remoto para exemplificar a força política do uso de tecnologias digitais quando voltadas a movimentos contra-hegemônicos, no caso, via segmentação de imagens orbitais com o *software* livre *QGis* e também utilizando a plataforma de computação em nuvem *Google Earth Engine* (GEE).

Foram coletadas imagens de 19 de novembro de 1993 do satélite *Landsat 5*, para a órbita-ponto 219/75, nas bandas do azul (B1), verde (B2), vermelho (B3), infravermelho

próximo (B4) e infravermelho médio (B5 e B7). Visando uma melhor visualização das áreas de cultivo agrícola, foram geradas, utilizando o *software QGIS*, as composições em RGB: 321 e 543. Com as imagens compostas, utilizou-se o complemento *Orfeo ToolBox* (OTB) para segmentar as imagens *rasters* nas áreas com valores de pixels semelhantes, ou seja, comportamentos parecidos diante da interação com a energia eletromagnética, obtendo como resultado uma camada vetorial de polígonos. Fez-se necessário, também, correções manuais nos polígonos gerados pelo complemento para que condissessem com a realidade exposta pelas imagens.

Também foram coletadas: a) uma imagem de 1999 b) outra de 2013; para avaliar a evolução do território camponês mediante marcos importantes do seu processo histórico de formação, munidos pela criação do Assentamento Primeiro do Sul, em 1998, e a criação no Assentamento Nova Conquista, em 2012, no entorno do recorte realizado. A primeira delas pertence à Coleção 2 do satélite *Landsat 5*, datada de 22 de maio de 1999. Já a segunda, foi extraída da Coleção 2 do satélite *Landsat 8* de 31 de julho de 2013. Ambas as imagens passaram pelo recorte para a área de estudo, seguido pela segmentação através do complemento *Orfeo ToolBox* (OTB) do *software QGIS*. Para isso, foi necessário encontrar o limiar de "Tamanho Mínimo da Região" que melhor se adaptasse a cada imagem. Para a imagem de 1999, foi usado o valor 150 e, para a imagem de 2013, 50. Foram, também, necessárias correções manuais nas geometrias geradas pelo complemento.

Para analisar as mudanças ocorridas na reorganização do território pelos trabalhadores camponeses desde a falência da Usina Ariadnópolis Açúcar e Álcool S.A., foram coletadas imagens atuais da área de estudo. Com o avanço da tecnologia aeroespacial e o lançamento do satélite *CBERS 4A*, foi possível obter imagens de qualidade em resolução espacial superior à anterior, ou seja, com cada pixel representando 8 metros da superfície real, enquanto as imagens de 1993 apresentavam *pixel* de 30 metros. Tendo em vista as mudanças ocorridas no período, principalmente a passagem de uma paisagem homogênea do antigo latifúndio para uma paisagem heterogênea com diversidade de culturas, uma imagem de maior qualidade permite uma representação mais detalhada da realidade e da variedade de objetos ali existentes.

Desse modo, foram coletadas imagens de 16 de junho de 2022 do satélite *CBERS 4A*, nas bandas do azul (B1), verde (B2), vermelho (B3) e infravermelho próximo (B4). A partir das composições feitas em RGB 321 e 412, foi possível discriminar as diferentes interações dos objetos com a energia eletromagnética e segmentá-los manualmente através das ferramentas de edição do próprio *QGIS*. Em seguida, filtrou-se as áreas destinadas ao cultivo agrícola de 1993, 1999, 2013 e 2022 para que fossem contabilizadas e organizadas em uma planilha e, por fim,

serem feitas as análises e correlações dos dados obtidos pelo sensoriamento remoto com a dinâmica de ocupação e organização do território pelos trabalhadores camponeses de Campo do Meio, Minas Gerais.

Além de realizar uma análise sobre a fragmentação do território naquela escala de análise, a área de estudo escolhida para o recorte das imagens e posterior segmentação e quantificação dos polígonos foi o Quilombo Campo Grande, composto por acampamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). A escolha da área dos acampamentos se fundamenta tendo em vista que, historicamente, os conflitos pela terra estão concentrados ali, um território em disputa. Todavia, as datas das imagens coletadas para análise foram escolhidas de acordo com a criação dos assentamentos que se localizam nos arredores do Quilombo a fim de averiguar a influência que a consolidação de um assentamento exerce sobre uma região marcada por disputas socioterritoriais.

Para ajudar na detecção de reterritorialização e verificar as atividades produtivas por meio de sensoriamento remoto, a plataforma de computação em nuvem *Google Earth Engine* (GEE), lançada pelo *Google* em 2010, foi empregada. Pesquisadores e usuários podem acessar o GEE por meio de uma Interface de Programação de Aplicação, também conhecida como API, eliminando a necessidade de habilidades programação para diversas aplicações. O uso do GEE é facilitado pelo fato de ser uma plataforma de acesso gratuito. Com essa ferramenta, é possível manipular diversos conjuntos de dados espaciais na nuvem, eliminando a necessidade de baixar imagens orbitais da área de interesse e exportá-las para um Sistema de Informação Geográfica (SIG) (Amani *et al*., 2020).

No presente trabalho, a fim de identificar os tipos de culturas nos acampamentos do Quilombo Campo Grande em Campo do Meio-MG, foi estabelecido na plataforma do GEE um código capaz de classificar a imagem através do método de aprendizagem *Random Forest*, que é um algoritmo capaz de construir várias árvores de decisão, apresentando grande desempenho quando comparado a outros classificadores (Oshiro, 2013). O *Random Forest* é uma abordagem de aprendizagem de máquina que gera decisões dentro de um sistema de árvores indicadas pelo pesquisador. Cada árvore de decisão para classificação é construída segundo um conjunto de amostras coletadas pelo usuário, tendo em vista que esta etapa é fundamental, pois reflete diretamente nos resultados da classificação (Kuchler *et al*., 2023).

Desta forma, foi usado no código 100 árvores de decisão aleatória, com um conjunto de 4 classes, sendo elas: café (58 amostras); vegetação (40 amostras); culturas anuais (30 amostras) e corpo hídrico (12 amostras). Na etapa da fotointerpretação para a coleta de amostras, foi usado a coleção de imagens do satélite *Sentinel-2 MSI: MultiSpectral Instrument, Level-2A* justamente

por ser um conjunto de dados com imagens de 10 metros de resolução espacial. Portanto, foram usadas as bandas B8 (Infravermelho Próximo), B4 (Vermelho), B3 (Verde), formando a composição com os filtros RGB (*Red, Green, Blue*). Outro conjunto de dados operado no código foi o do satélite *CBERS 4A WPM* fusionada com a banda pancromática, resultando em uma imagem RGB de 2 metros de resolução espacial, sendo posteriormente manuseada de apoio a fotointerpretação para coleta de amostras na imagem.

Concluído esta etapa, o próximo passo foi indicar 70% das amostras coletadas ao processo de treinamento do classificador, e 30% das amostras para validação. A partir disso, as árvores de decisão são estabelecidas e inicia-se o processo de aprendizagem do classificador, classificando a imagem de acordo com as classes de uso da terra estabelecidas, resultando em um mapa de uso e cobertura da terra para área de estudo.

REFERENCIAL TEÓRICO

A agricultura camponesa se destaca pela ênfase na exploração do trabalho familiar, não fazendo distinção entre os sujeitos referidos por esse conceito e os denominados agricultores familiares. No contexto do capitalismo, observa-se consistentemente a expansão da agricultura industrial sobre os territórios camponeses, uma tendência identificada por autores que contribuíram para a chamada questão agrária clássica, sugerindo que esse processo conduziria ao declínio do campesinato. Um exemplo é Kautsky (1988), que argumentava que o avanço da industrialização no campo eliminaria o campesinato, enquanto Lênin (1964) acreditava que a chegada do capitalismo resultaria na destruição do campesinato por meio de sua diferenciação. Apesar das abordagens distintas, ambos compartilhavam a crença de que o campesinato não resistiria à "modernização" introduzida pelo capitalismo.

Contudo, a questão agrária no século XXI desconstrói as previsões desses autores fundamentais. Mesmo em condições predominantemente subalternas, o campesinato resiste de maneira contraditória e desigual à sua expropriação (Oliveira, 1999, 2001). Na contemporaneidade, à medida que a questão agrária se entrelaça cada vez mais no processo de mundialização, o campesinato também articula a resistência em novas escalas, exemplificado pela Via Campesina, que ao propor a soberania alimentar se torna uma referência global nas discussões sobre os rumos da agricultura e da alimentação (McMichael, 2009, 2016). Em nível local, observam-se ações de resistência e construção de novas perspectivas pelo campesinato, como evidenciado nos mercados aninhados (Van der Ploeg; Schneider, 2022) e na adoção da agroecologia (Altieri, 2018; Rosset; Altieri, 2017).

Por se concentrar na produção de alimentos, em vez de commodities, o campesinato desempenha um papel crucial no abastecimento local. Diversas pesquisas indicam que ele é responsável por uma parte significativa do que as famílias consomem diariamente em todo o mundo (Graeub *et al*., 2016; IBGE, 2019; Van der Ploeg; Schneider, 2022). Além disso, a produção em pequena escala, voltada principalmente para o mercado local, pode ser uma abordagem para que a agricultura e a alimentação forneçam respostas mais eficazes na busca pela superação de problemas estruturais globais, como a crise climática (Borras Jr *et al*., 2022).

Nesse sentido, o debate sobre a escala se torna fundamental, afinal, o movimento contra-hegemônico que representa a força política de luta e resistência pelo campesinato, se materializa no espaço geográfico pela e através sua reterritorialização.

> Existe uma conexão sistemática entre a divisão do trabalho e o capital, e as divisões dentro da escala geográfica. A escala global pode ser concebida como a escala do capital financeiro e do mercado mundial, diferenciando-se interna e principalmente de acordo com as condições comparativas, custos e capacidades organizativas, bem como tendências da força de trabalho. A escala nacional é construída por meio da cooperação política-militar e da competição, mas é dividida em regiões de acordo com questões econômicas que também se relacionam com o trabalho. Por outro lado, a escala local pode ser vista como a escala da reprodução social e inclui o território geográfico sobre o qual as atividades diárias normalmente se desenrolam. A renda da terra constitui o primeiro meio de diferenciação (Smith, 2002, p. 143).

Para geógrafos e cartógrafos, o conceito de escala desempenha um papel crucial, seja como medida ou fração do território. A leitura de um mapa é inseparável da determinação da escala, assim como a análise de fenômenos exige a esclarecimento da escala geográfica adotada. A palavra "escala" é utilizada em diversos contextos, frequentemente denotando diferentes aspectos no espaço e no tempo. A escolha de como dividir o espaço, definindo uma realidade percebida ou concebida, representa uma maneira de conferir-lhe uma configuração, uma representação, um ponto de vista que modifica a percepção da natureza desse espaço. É necessário considerar a área de ocorrência de um determinado fenômeno (Marques; Galo, 2009).

Questões políticas vinculam diretamente a questão escalar à prática e à ação social, destacando a importância que as escalas geográficas assumem na teoria do desenvolvimento desigual (Smith, 2002). Enquanto alguns geógrafos são treinados em uma abordagem provocadora que busca conectar-se com a teoria social, outros, como um amplo grupo de teóricos sociais, redescobrem o espaço como algo genuinamente problemático em um discurso cultural e social dominado pela história e, em última instância, pelo historicismo. A reafirmação

do espaço está claramente enraizada nas reestruturações sociais, econômicas e geográficas contemporâneas (Marques; Galo, 2009; Melazzo; Castro, 2007).

Assim, enquanto a desterritorialização ocorre em uma escala, observa-se a reterritorialização em outra (Chelotti, 2010). é fundamental uma abordagem de dimensão política em relação à escolha do território camponês, apoiada no uso de geotecnologias digitais. A escala escolhida não se limita apenas a uma delimitação espacial, mas busca evidenciar, por meio dos resultados obtidos, uma percepção que transcenda a mera representação cartográfica do mapa, conferindo-lhe um significado político que assegure aos camponeses em questão o uso daquele território como meio de vida, promoção agroecológica e produção de alimentos saudáveis.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Até aqui, delimita-se a importância da abordagem da escala para analisar um recorte espacial, principalmente quando a paisagem é carregada de valor político. Esse processo de fragmentação do território para a efetivação da Reforma Agrária Popular traz a tona um significado que pode ser compreendido pelo T-D-R (territorialização-desterritorialização-reterritorialização), amplamente debatido pela Questão Agrária brasileira, além também de outras dimensões da Geografia (Chelotti, 2010; Fernandes, 2006, 2008; Santos, 2023).

Um exemplo significativo reside no fato de que, enquanto o agronegócio estrutura seu território visando a produção de mercadorias e enfatizando essa dimensão territorial, o campesinato organiza seu território com o objetivo de concretizar sua existência, sendo necessário desenvolver todas as dimensões territoriais. Essa discrepância se manifesta na paisagem e pode ser percebida nas distintas formas de organização de seus territórios. A paisagem do território do agronegócio é uniforme, ao passo que a paisagem do território camponês é diversificada. A monocultura se destaca pela sua composição uniforme e geométrica, com pouca presença de pessoas no território, pois este está ocupado pela mercadoria, que predomina na paisagem e se torna a marca distintiva do território do agronegócio. Já a paisagem do território camponês é caracterizada pela diversidade de elementos, evidenciando uma maior presença de pessoas no espaço, pois é neste local que elas constroem suas existências e produzem alimentos (Fernandes, 2006).

Nesse sentido, o movimento de transformação do espaço pelo campesinato edifica a questão ligada ao movimento de reterritorialização, que traz novos significados ao uso do território pelos sujeitos que o compõem. Essa diversidade de elementos pode ser observada do

alto, usando tecnologias digitais que comprovam esse movimento de transformação e que dão força política aos camponeses. É importante ressaltar que, as tecnologias digitais quando apropriadas pelo neoliberalismo, são vetores do capital em movimento (Harvey, 2018), ou seja, auxiliam na tomada de decisão dos capitalistas para alavancarem seus lucros, e isso não é diferente quando olhamos para o sensoriamento remoto quando apropriado como uma ferramenta fundamental para análise da saúde das monoculturas que produzem *commodities*.

A reflexão no caso é apropriar-se dessas ferramentas tecnológicas e de técnicas inovadoras que demonstrem como o espaço geográfico se modifica com o tempo, e atrelando valor humano às feições geométricas que antes representavam os ideais produtivistas, mas que agora represente, de fato, o movimento constante para que a Reforma Agrária Popular aconteça e se materialize.

Ao analisarmos a distribuição espacial dos polígonos, podemos fazer algumas correlações com o processo histórico de divisão da propriedade da terra no território de resistência do MST em Campo do Meio – MG. Conforme exposto no Mapa 1, o ano de 1993 apresenta geometrias características de uma paisagem homogênea, marcada pela pastagem e pelo cultivo de cana-de-açúcar. Este é o ano inicial da análise aqui proposta, em que ainda há a presença do latifúndio e nenhuma política de reforma agrária consolidada para o território em questão.

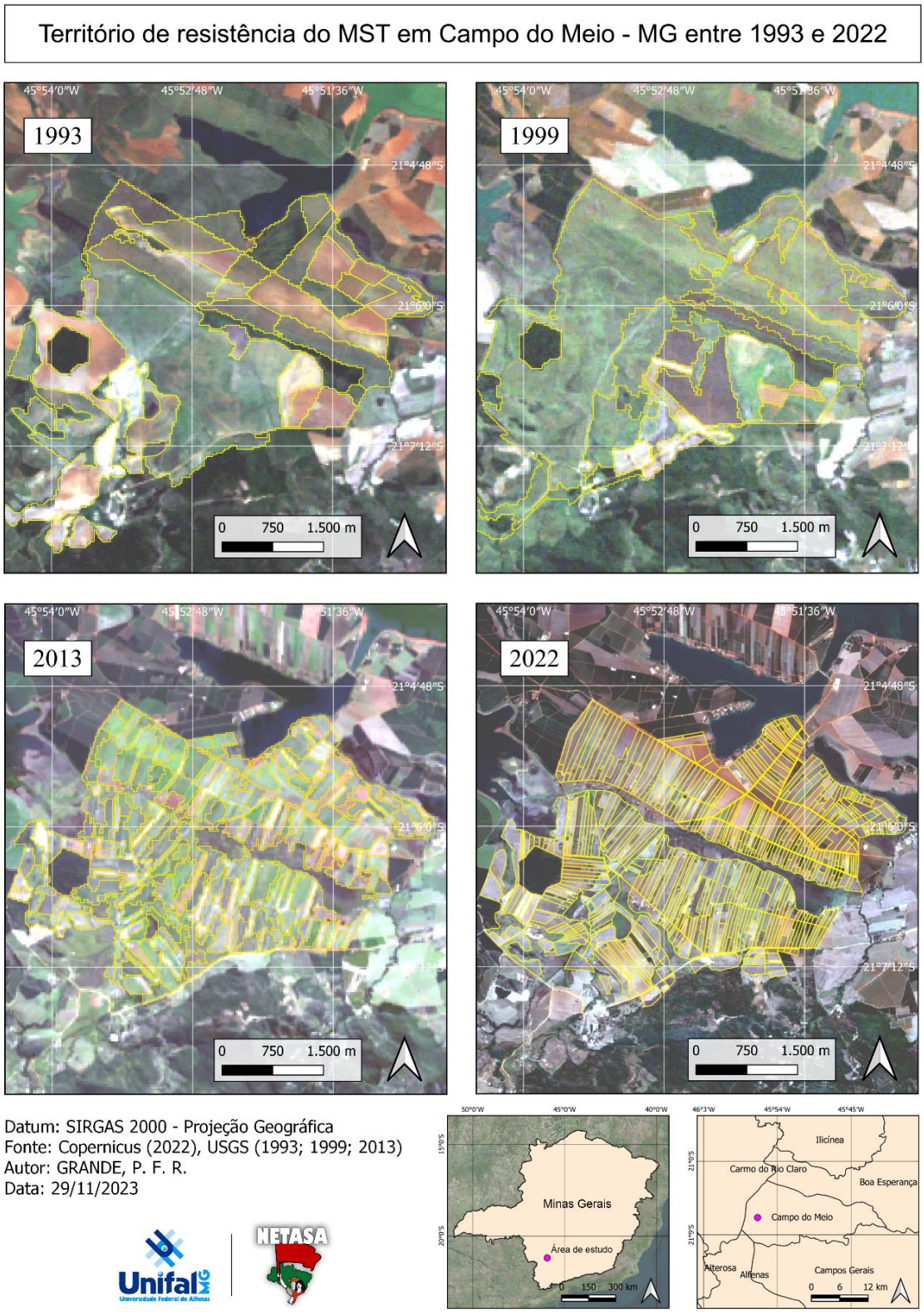
No ano de 1998, cria-se o Assentamento Primeiro do Sul (Coca *et al*., 2019). A imagem escolhida data de 1999 e visa ponderar a influência deste assentamento na paisagem (Mapa 1). Apesar disso, vê-se que ocorre pouca ou quase nenhuma alteração na dinâmica da paisagem: mantém-se o predomínio do latifúndio homogêneo. A alteração das cores pode ser explicada pela diferença nos meses de captura das imagens selecionadas, variando entre solo exposto e cultivo ou pastagem conforme o ciclo de crescimento de cada cultura. Todavia, o parcelamento do uso da terra se assemelha à imagem de 1993.

A partir de 2013, notam-se mudanças significativas no uso da terra do Quilombo Campo Grande. A criação do Assentamento Nova Conquista, em 2012 (Coca et al., 2019), pode ser relacionada com as mudanças na estrutura da paisagem. Há um parcelamento da terra, que até então era marcada por latifúndios homogêneos, em propriedades menores caracterizadas pela diversidade do cultivo e pela ocupação humana. A imagem de 2013 apresenta a primeira grande mudança na paisagem do Quilombo Grande, porém, ainda pouco definida, se comparada à imagem seguinte.

A última imagem segmentada, de 2022, nos mostra as condições atuais da organização espacial dos acampamentos que compõem o Quilombo Campo Grande. Esta imagem possui

maior resolução espacial, o que possibilitou uma segmentação da paisagem mais detalhada. Dessa forma, nota-se com certa clareza o parcelamento da propriedade de terra em lotes menores com diferentes usos. Apesar dos conflitos ainda existentes, a consolidação de dois assentamentos nas proximidades do Quilombo propiciou que houvesse ali a inserção do trabalho humano, da produção de alimentos, da diversidade de culturas tanto temporárias quanto permanentes e, claro, do direito a terra. É a espacialização da Reforma Agrária Popular em escala local.

Mapa 1 – Segmentação da área de estudo em 1993, 1999, 2013 e 2022.



Fonte: Organizado pelos autores, 2023.

Partindo da noção de que “reforma agrária é toda ação que caminha para a desconcentração da propriedade da terra” (Martins, 1999, p. 107), o uso das tecnologias de sensoriamento remoto e geoprocessamento se mostraram úteis na tarefa de identificar e mapear a espacialização da reforma agrária. A partir da segmentação das imagens de satélite e dos demais procedimentos metodológicos, observou-se um aumento na quantidade de geometrias destinadas ao cultivo agrícola na área de estudo (Tabela 1). Além disso, a redução na área média das geometrias mapeadas indica o parcelamento da terra em propriedades menores.

Tabela 1 – Análise temporal do total de geometrias e suas áreas médias

Ano	Geometrias mapeadas	Área média das geometrias (ha)
1993	**35**	**60,85**
1999	**34**	**66,28**
2013	**209**	**9,10**
2022	**677**	**2,69**
Variação	+642	-58,16

Fonte: Organizado pelos autores, 2023.

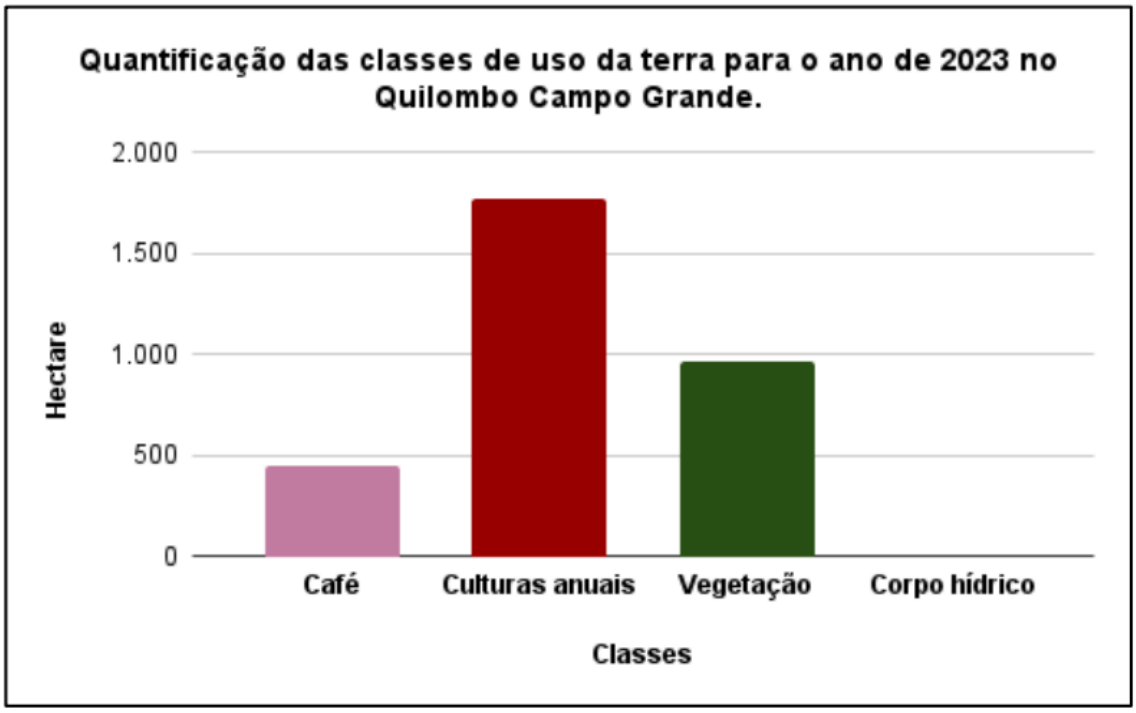
Vale pontuar que as variações ocorridas entre 1993 e 1999 podem estar associadas aos meses de coleta das imagens, visto que a paisagem se altera de acordo com as dinâmicas não só naturais, mas também humanas. Neste caso, a colheita ou plantio da monocultura – que também estão condicionadas às estações do ano – exercem influência nos padrões das geometrias presentes, alterando seus aspectos visuais, como forma, cor e textura. Isso causa variações na segmentação executada pelo complemento *Orfeo ToolBox* do *QGIS* e, consequentemente, nos valores calculados (Tabela 1). Entretanto, se observadas dentro de um contexto maior, que abranja os anos de 2013 e 2022, estas oscilações não representam empecilhos para a análise proposta pelo presente trabalho.

Conforme mencionado na metodologia, o *Google Earth Engine* (GEE) abriga um extenso banco de dados com mais de 40 anos de informações temporais. Essa característica possibilita a identificação de tendências e variações ambientais ao longo do tempo. Entre as principais vantagens do GEE, ressalta-se sua infraestrutura em nuvem, que se baseia em operações realizadas nas unidades de processamento central (CPUs) e nas unidades de processamento gráfico (GPUs) do *Google*. Além disso, destaca-se a habilidade de processar

grandes volumes de dados, na ordem de *petabytes*, em diversas escalas geográficas. Outro benefício notável é a dispensa de instalações de software e bibliotecas de terceiros, como é o caso do ENVI (Amani *et al*., 2020; Oshiro, 2013).

Os resultados do mapeamento realizado no Quilombo Campo Grande no ano de 2023 foram satisfatórios, tendo em vista que foram identificadas 4 classes de uso da terra pelo GEE, e posteriormente quantificados na mesma plataforma. Desse modo, concluímos que para o ano de 2023 foram identificados aproximadamente 455,221 hectares de café; 1.774,998 hectares de culturas anuais; 961,964 hectares de vegetação; e foram contabilizados 0,063 hectares da classe corpo hídrico para área de estudo, podendo também ser observado no Gráfico 1.

Gráfico 1: Quantificação das classes de uso da terra para o ano de 2023.

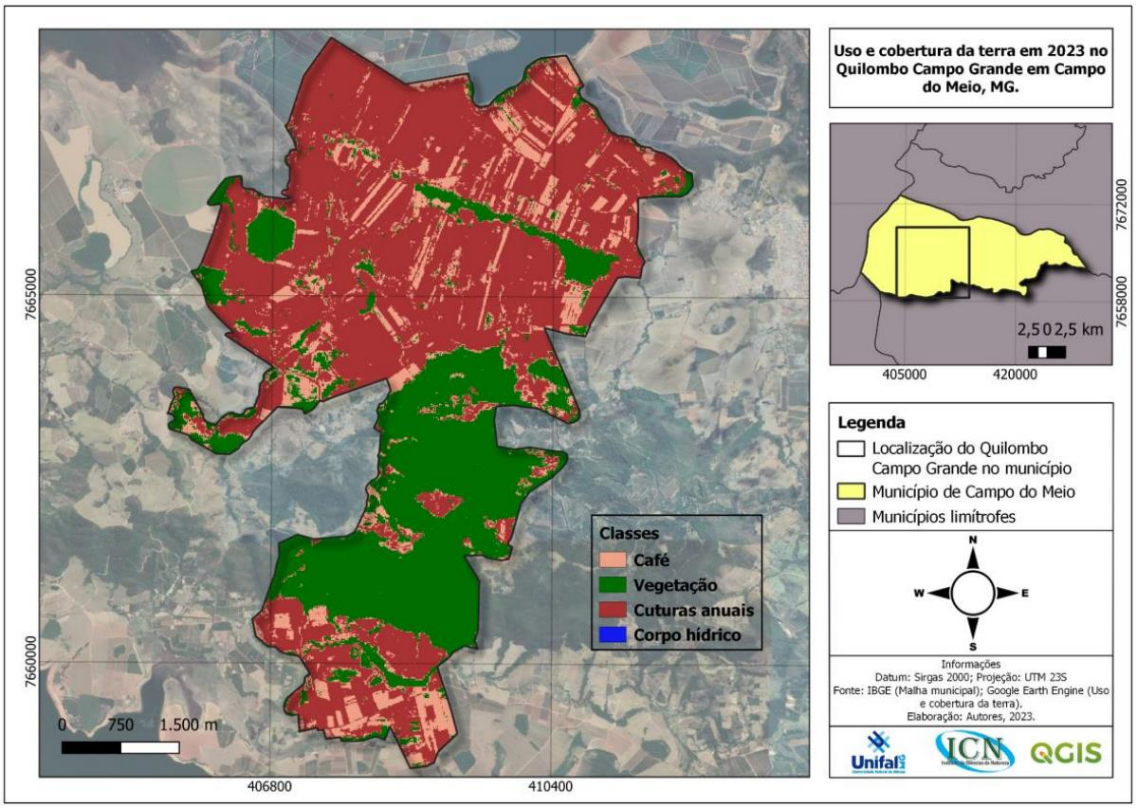


Fonte: Organizado pelos autores, 2023.

Como resultado do mapeamento realizado, foi gerado um mapa de uso da terra pelo GEE, apresentando uma acurácia de 98% na classificação. Essa precisão foi avaliada com base no Índice Kappa, que adota os limiares de qualidade propostos por Landis & Koch (1977). Conforme os critérios desses autores, a classificação demonstra um desempenho excelente. Vale ressaltar que o algoritmo *Random Forest* é sensível às amostras fornecidas pelo fotointérprete. Portanto, para garantir uma acurácia consistente, é crucial que o conjunto de amostras seja equilibrado, evitando assim a superestimação das informações, como destacado

por Kuchler *et al*. (2023). Assim, o mapa de uso da terra na área de estudo pode ser visualizado a seguir.

Mapa 2: Uso e cobertura da terra no ano de 2023 para o Quilombo Campo Grande.



Fonte: autores, 2023.

A sobreposição dos segmentos temporais de 1993, 1999, 2013 e 2022 somados ao Mapa 2 acrescentam valor aos resultados obtidos, principalmente no sentido político. Isso ocorre porque os segmentos indicam a presença de cultivos agrícolas na região, enquanto o mapa de uso da terra especifica o tipo de cultivo realizado pelos camponeses. Essa combinação de informações é especialmente valiosa para a avaliação da consolidação do território camponês. O acesso gratuito à plataforma, que requer apenas uma conexão com a internet e não demanda familiaridade com códigos ou linguagens de programação, torna viável o uso dessas tecnologias digitais para esse propósito. Além disso, no contexto jurídico, a metodologia apresentada pode ser utilizada de maneira irrefutável para comprovar as atividades produtivas do território no Quilombo Campo Grande em questões legais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aplicação das técnicas de Sensoriamento Remoto e Cartografia Digital revelou a notável heterogeneidade do território reorganizado pelas relações camponesa no Quilombo Campo Grande, contrastando com a homogeneidade que prevalecia antes da falência da Usina Ariadnópolis. A análise comparativa das imagens de 1993 e 2022, dentro do contexto da Geografia Agrária, representa uma apropriação das tecnologias digitais para fins sociais, contrapondo seu uso tradicional em prol do capital.

Os produtos cartográficos derivados desse estudo não apenas confirmarão hipóteses, mas também se tornarão ferramentas práticas para os próprios acampados do Quilombo Campo Grande. A constatação de que as tecnologias digitais, frequentemente associadas ao capital, podem ser apropriadas em benefício dos produtores camponeses ressalta a importância dessa abordagem.

Entretanto, surgem desafios, como a escala inadequada para analisar pequenas produções e a escassez de produtos gratuitos com resolução adequada para mapear a diversidade de culturas em assentamentos. A resolução temporal limitada e a dificuldade na análise de uma série histórica também são desafios notáveis.

Como próximo passo, propõe-se um levantamento de campo para validar o mapa gerado, considerando as vantagens e limitações do classificador *Random Forest*. Este mapeamento, realizado por meio de uma plataforma digital eficaz, visa compreender os usos da terra no Quilombo Campo Grande, sendo uma ferramenta valiosa para o movimento, com potencial para comprovar a produção e a implementação da Reforma Agrária Popular no território.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos o apoio e financiamento da pesquisa proporcionado pelas seguintes agências de fomento: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), Fundação de Apoio à Cultura, Ensino, Pesquisa e Extensão de Alfenas (FACEPE), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

REFERÊNCIAS

ALTIERI, Miguel A. **Agroecology: the science of sustainable agriculture**. [S. l.]: CRC Press, 2018.

AMANI, Meisam et al. Google earth engine cloud computing platform for remote sensing big data applications: A comprehensive review. **IEEE Journal of Selected Topics in Applied Earth Observations and Remote Sensing**, [s. l.], v. 13, p. 5326–5350, 2020.

BORRAS JR, Saturnino M et al. Climate change and agrarian struggles: an invitation to contribute to a JPS Forum. **The Journal of Peasant Studies**, [s. l.], v. 49, n. 1, p. 1–28, 2022.

CHELOTTI, Marcelo Cervo. Reterritorialização e identidade territorial. **Sociedade & Natureza**, [s. l.], v. 22, p. 165–180, 2010.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas et al. Agroecologia e terriorialidades camponesas em Campo do Meio – MG. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, [s. l.], v. 14, n. 34, p. 168–186, 2019.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas; PEREIRA, Lorena Izá; ORIGUELA, Camila Ferracini. Refletindo sobre a diversidade das lutas contra-hegemônicas no campo e na cidade. **Rev. NERA**, [s. l.], v. 22, n. 48, p. 8–14, 2019.

DE MORAES, Elisabete Caria. Capítulo 01: Fundamentos de sensoriamento remoto. **Instituto de Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais**, [s. l.], p. 7–18, 2002.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrando nos territórios do território. **Presidente Prudente**, [s. l.], 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Os campos da pesquisa em educação do campo: espaço e território como categorias essenciais. **Educação do campo e pesquisa: questões para reflexão. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário**, [s. l.], p. 27–40, 2006.

GRAEUB, Benjamin E et al. The state of family farms in the world. **World development**, [s. l.], v. 87, p. 1–15, 2016.

HARVEY, David. **A loucura da razão econômica: Marx e o capital no século XX**. 1aed.ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017: resultados definitivos**. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de Geografia, 2019.

KAUTSKY, Karl. **The Agrarian Question**. London, England: Zwan Publications, 1988. v. 1

KUCHLER, Patrick Calvano et al. Avaliação do impacto das amostras de treinamento na acurácia da classificação random forest dos sistemas integrados de produção agropecuária. [s. l.], 2023.

LANDIS, J Richard; KOCH, Gary G. The measurement of observer agreement for categorical data. **biometrics**, [s. l.], p. 159–174, 1977.

LENIN, Vladimir Il′ich. **The development of capitalism in Russia**. Moscow: Progress Pub, 1964.

MARQUES, Américo José; GALO, Maria de Lourdes Bueno Trindade. Escala geográfica e escala cartográfica: distinção necessária. **Boletim de Geografia**, [s. l.], p. 47–55, 2009.

MARTINS, José de Souza. Reforma agrária: o impossível diálogo sobre a História possível. **Tempo social**, [s. l.], v. 11, p. 97–128, 1999.

MCMICHAEL, Philip. A food regime analysis of the „world food crisis‟. **Agriculture and human values**, [s. l.], v. 26, p. 281–295, 2009.

MCMICHAEL, Philip. **Regimes alimentares e questões agrárias**. 1. ed. São Paulo; Porto Alegre: Unesp; UFRGS, 2016.

MELAZZO, Everaldo Santos; CASTRO, Cloves Alexandre. A escala geográfica: noção, conceito ou teoria?. **Terra Livre**, [s. l.], v. 2, n. 29, 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: **NOVOS CAMINHOS DA GEOGRAFIA**. [S. l.]: Contexto, 1999. Disponível em: https://biblio.fflch.usp.br/Oliveira_AU_48_1019335_AGeografiaAgrariaEAsTransformacoesTerritoriaisRecentesNoCampoBrasileiro.pdf.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos avançados**, [s. l.], v. 15, p. 185–206, 2001.

OSHIRO, Thais Mayumi. Uma abordagem para a construção de uma única árvore a partir de uma Random Forest para classificação de bases de expressão gênica. [s. l.], 2013.

ROSSET, Peter M; ALTIERI, Miguel A. **Agroecology: science and politics**. [S. l.]: Practical Action Publishing, 2017.

SALVATERRA, José Roberto. LUTA PELA TERRA E SOBERANIA ALIMENTAR: O CASO DO QUILOMBO CAMPO GRANDE, NO SUL DE MINAS GERAIS. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Três Lagoas**, [s. l.], p. 390–414, 2021.

SANTOS, Leonardo Lencioni Mattos. Territorialidades camponesas e Reforma Agrária Popular em Campo do Meio-MG. [s. l.], 2023.

SMITH, Neil. Geografia, diferencia y políticas de escala. **Terra livre**, [s. l.], n. 19, 2002.

VAN DER PLOEG, Jan Douwe; SCHNEIDER, Sergio. Autonomy as a politico-economic concept: Peasant practices and nested markets. **Journal of Agrarian Change**, [s. l.], v. 22, n. 3, p. 529–546, 2022.

DINÁMICA DE LOS BOSQUES RELICTOS EN ZONAS DE AMORTIGUAMIENTO Y EL ROL DE LAS COMUNIDADES, RESERVA NACIONAL DEL TITICACA - PERÚ

Rogger Máximo Julca Gonza[1]

RESUMO

O presente trabalho propõe relacionar as dinâmicas das florestas de relictos e o papel das comunidades em sua defesa, em um cenário da natureza intocada para populações próximas a áreas protegidas pelo estado peruano, cujas áreas são fortemente principalmente impactadas pelas atividades de exploração da mineração. As florestas de relictos se desenvolvem como ilhas em grandes altitudes nos Andes, conectando os diversos ecossistemas da região, e mundiais, mediante aves migratórias e mamíferos que foram pouco estudados, além estão próximos do status de ameaçados ou em perigo de extinção. A resistência em defesa da natureza tem gerado conflitos socioambientais. Portanto, com o objetivo de contribuir para o debate sobre políticas de conservação, destacamos a importância da constituição das Rondas Campesinas, avaliamos a situação e as implicações de sua participação no discurso hegemônico sobre a natureza e seu papel como mercadoria nos territórios comunais dos territórios. Para isso, realizamos um estudo exploratório de dados, um levantamento de dados bibliográficos e recursos visuais, como imagens de satélite, para o reconhecimento de corpos florestais em diversas temporalidades.

Palavras-chave: florestas de relictos, Rondas camponesas, conflitos sociais.

RESUMEN

El presente trabajo propone relacionar las dinámicas de los bosques relictos y el rol defensor de las comunidades, en el escenario de naturaleza intocada para poblaciones próximas a Áreas Protegidas por el estado peruano, cuyas áreas de protección son fuertemente impactadas por las actividades mineras, principalmente. Los bosques relictos, se desenvuelven como islas a grandes altitudes de los Andes que comunican los diversos ecosistemas de la región y los del mundo, albergando aves migratorias y mamíferos poco estudiados, más aún, que se encuentran próximos a la condición de amenazados o en peligro de extinción. Las resistencias ejercidas en defensa de la naturaliza ha generado conflictos socioambientales. Por tanto, con el objetivo de contribuir en el debate en torno a las políticas de conservación, traemos la importancia de la constitución de Rondas Campesinas, evaluamos la situación y las implicaciones dentro del discurso hegemónico sobre la naturaleza y su papel como mercadoría en territorios comunales campesinos. Para tal, realizamos estudios exploratorios de datos, el levantamiento de datos bibliográficos y recursos visuales como las imágenes satelitales para reconocimiento de cuerpos forestales en diversas temporalidades.

Palabras clave: bosques relictos, Rondas campesinas, conflitos sociales.

[1] Mestrando do Curso de Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe da Universidade Estadual Paulista - UNESP, rogger.julca@unesp.br

INTRODUCCIÓN

El objetivo es analizar la dinámica de los Bosques Relictos andinos y comprender el rol de las comunidades en sus estratégicas que permiten reducir las fuentes de presión en zonas de amortiguamiento de la Reserva Nacional del Titicaca, la región de puno y en la región andina. La reserva fue establecida mediante D.S. Nº185-78- AA en 1978, tiene una extensión de 36,180 hectáreas en las provincias de Puno y Huancané del departamento de Puno. Su objetivo es conservar la flora y fauna silvestre y apoyar el desarrollo socioeconómico de las poblaciones humanas que la habitan (Mollinedo, 2016)

Los bosques relictos son importantes corredores biológicos, parches ecológicos y proveedor servicios ecosistémicos, pero que han sido afectados por el modelo de desarrollo, es decir, por los patrones de uso del suelo y ocupación de la tierra, por la ampliación de la frontera agropecuaria y la expansión territorial de la minería desde las épocas precoloniales hasta la actualidad. (FAO, 2016). Agregando a lo anterior, es necesario rescatar lo manifestado:

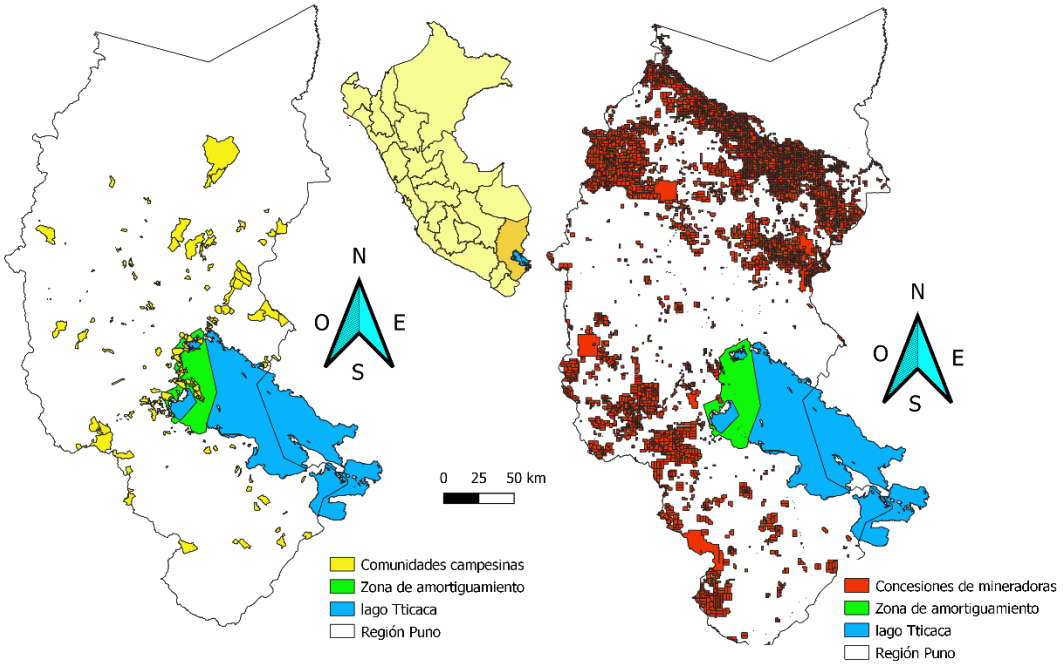
> [...] distintos conflitos que possuem em comum a luta contra o imperativo do desenvolvimento, contra um desenvolvimento que na prática é expropriatório. E, nesse contexto, definir o lugar da natureza no desenvolvimento é definir precisamente que sociedade se pretende construir, isto é, qual o de desenvolvimento desejado ou, sobretudo, qual o significado de desenvolvimento para a nossa sociedade (Fleury e Almeida, 2013).

Para encaminarnos hacia el desarrollo se evidencia que tenemos que agotar los recursos de la naturaleza, desplazar a los pueblos, crear fronteras para limitar el aprovechamiento por pueblos históricamente asentados, constituir áreas protegidas que no van de la mano con las políticas del estado de la conservación, pues, las concesiones mineras se han consolidado en las nacientes de las cuencas hidrográficas, contaminando los ecosistemas terrestres y acuáticos que se encuentren en las áreas más bajas. ¿Entonces para quién protegemos estás áreas o de quién las protegemos? ¿pretendemos construir una sociedad expectante?

> No obstante, hay que reconocer de entrada que las fronteras se han "naturalizado" (concepto de "frontera natural") para legitimarse y que los parques han sido instrumentalizados con fines geopolíticos, sirviendo aquí muchas veces la protección de la naturaleza sólo como un pretexto (Guyot, 2006, p. 217, traducción propia).

La provincia de Huancané tiene 6,8% de su territorio en manos de empresas privadas para la minería, por su parte, la provincia de Puno el 19,4% también se encuentra concesionado y en el panorama regional, el 24,2%, como se muestra en el Mapa 1 (CooperAcción, 2022). En este

panorama, las fronteras para la protección ya no tienen sentido alguno, evidenciándose que la protección de la naturaleza es instrumentalizada y utilizada como pretexto para limitar el accionar de las comunidades pero que aseguran la provisión de materia prima de recursos minerales al exterior.



Mapa 1: Mapa de comunidades campesinas y áreas concessionadas por mineradora, 2024.

Datos: Instituto Geológico, Minero y Metalúrgico del Perú- INGEMMET (2024)

Lo anteriormente manifestado, dilucida que está en riesgo la integridad ecosistémica y la conectividad. Por lo tanto, se precisa del manejo particular e implementación de acciones en materia de gestión territorial ambiental ante los cambios actuales y futuros (Sahagún e Reyes, 2018). En ese sentido, la presencia del conflicto entre las políticas de conservación y de preservación cultural y los derechos, tienen como fundamento la exclusión del hombre para promover sustentabilidad (Diegues e Moreira, 2001). Además, se encontraría inmerso en un modelo de "islas de conservación" que ignora las complejidades inherentes a las interrelaciones de los sistemas socioculturales y sistemas ecológicos (Vivacquia, Santos e Virira, 2009).

Tomar medidas compatibles para proteger la diversidad biológica asegurando la conectividad biológica, ecológica, estructural y funcional, así también, establecer barreras para la expansión antrópica, con viabilidad a largo plazo para las poblaciones. En la búsqueda de resultados trascendentales de impacto nacional y/o a nivel gubernamental en políticas públicas. Mejorar algunas experiencias de gestión compartida (comunidades y gobiernos) que se muestran como

solución, más no es la única, pues los acuerdos reflejan la realidad del área, como manifestó (Dieguez, 2016).

Es preciso no caer en "romanticismo" en cuanto a los pueblos originarios, si ellos utilizan relojes, carros, cámaras, entre otros, no quiere decir que ya no tienen nada que decirnos, o que dejan de apórtanos conocimiento. (POSEY, 2001). Mas por el contrario, su organización y colectivismo son la clave de la convivencia y transcendencia de su cultura en el escenario actual. En este sentido, se muestran a las rondas campesinas son entidades de defensa del son 2 mil 327 organizaciones reconocidas por el Instituto Nacional de Estadística e Informática (INEI) y según Central Unica Nacional de Ronderos Campesinos del Perú (CUNARC) con 2 millones de participantes entre mujeres y varones, en 22 regiones de 24 en todo el país.

Las rondas campesinas ejercen medidas de fuerza que se encuentran entre el ejercicio jurisdiccional y una legitima defensa colectiva. Este ejercicio se constituye sobre territorios campesinos, que ante todo emergen acciones para salvaguardar las colectividades sean derechos o bienes jurídicos como la salud, la vida, el ambiente y los recursos naturales (bosques, agua y tierra) que son disputados con las industrias extractivas, esa tendencia hace que existan colisiones con el gran capital, el gobierno y la justicia ordinaria.

> Desde la perspectiva de varios ronderos, en estos conflictos la ley se encuentra configurada y el Estado posicionado para favorecer al capital extractivo, en el marco de lo cual consideran que la justicia ordinaria suele ser cómplice de los abusos y agravios que estas políticas implican para la población campesina (Salazar, 2021, p. 233).

Esta perspectiva tiene un fundamento, pues, la policía reprime cuando el gobierno así lo dispone y muchas veces actúa como seguridad privada de las empresas mineras mediante la suscripción de convenios de servicios policiales extraordinarios. *Los* convenios de servicios policiales extraordinarios, como los denomina el Decreto Legislativo N.º 1267, obligan a la institución policial a prestar servicios de seguridad a cambio de un pago a las empresas que lo soliciten (Instituto de Defensa Legal, 2020).

Las diligencias "ronderiles" se debilitan ante acciones y/o procesos penales por evaluación individualista pasando por alto que los ronderos actúan respondiendo a actos democráticos en asambleas generales. Este actuar no los amilana pues refuerza su convicción en la búsqueda de su autonomía jurídica y política. marcadas sin embargo por la conflictividad derivada del extractivismo.

> Así, al percibir al Estado como promotor y protector de los intereses de las empresas mineras y de otros grupos de poder económico, un importante sector

> de las rondas campesinas observa con mucha desconfianza cualquier tipo de intervención estatal en su espacio de influencia directa, por más bien intencionado que sea. En particular, se ve con desconfianza a un sector de la Policía, por el rol de represor y defensor del gran capital que suele tener en este tipo de conflictividad (Salazar, 2021, p. 234).

Las comunidades inician la construcción de autonomía cuando perciben sus territorios y recursos naturales en inminente vulneración o la vulneración propiamente dicha. En el caso particular de Puno donde alberga el Área Natural protegida y RAAMSAR del Titicaca incluye también las presiones por la tierra y los bosques son identificadas como un punto de inflexión que quebrantan el delicado equilibrio de vivir en común. Traemos remembranzas, el movimiento del 2011 con el denominado "aymarazo", es un conflicto que tiene las características de un resurgimiento, identidad cultural y la justicia indígena.

METODOLOGÍA

Para la realización de la investigación serán necesarias dos etapas marcadas destinadas hacia los objetivos.

Primera etapa, orientada a evidenciar la dinámica de los bosques relictos en la que se demandará los siguientes materiales: Imágenes Satelitales Multiespectrales del Sensor LANDSAT 8-OLI/TIRS (Operational Land Imager / Thermal Infrared Sensor), de resolución 30m que fusionadas se obtendrá una resolución espacial de 15m. Marque, Melo e Guimaraes, 2020), con % de nubes menor o igual a 20%. Adicionalmente, elementos cartográficos base bosques relictos en las escalas 1:100 000 del mapa de Ecosistemas del Perú y límites territoriales de la Reserva Nacional del Servicio Nacional de Áreas Naturales Protegidas por el Estado (SERNANP), red hidrográfica escala 1:100 000 del Instituto Geográfico Nacional del Perú, catastro de Comunidades Campesinas del Ministerio de Agricultura del Perú, En posterioridad, para identificación multitemporal se empleará Clasificación Supervisada y elaboración de cartografía temática acontecerá en el Software libre QGIS 3.16.

Con los lineamientos de desarrollo pertinentes: i) obtención de imágenes de satélite, mapas pre-existentes, cartografía vectorial (shapefile). ii) Procesamiento georreferencial, definición del área de estudio, corrección radiométrica y atmosférica de imágenes satelitales, renderización de imágenes. iii) Procesamiento multitemporal de imágenes con apoyo de la Clasificación supervisada. iv) Dimensionamiento e interpretación de cambios. v) Resultado

Segunda etapa, para comprender el rol de las comunidades, necesitaremos información las fuentes de presión y su ubicación (proyectos en minería, agropecuario, incendios y

actividades económicas propias, entre otros); identificación y ubicación de conflictos sociales, todos los antes mencionados serán recolectados de fuentes secundarias, Instituto Geológico Minero y Metalúrgico, Plan director de la reserva, Ministerio de Transportes y Comunicaciones del Perú y otros.

REFERENCIAL TEÓRICO

Con soporte teórico en (Pacheco, León, et al, 2018) (Marque, Melo e Guimaraes, 2020) con análisis especializado de los bosques relictos y guía metodológica mediante geo tecnologías integradas áreas de vegetación natural, (Mas e Flamenco, 2011). Asimismo, para el análisis de ocupación y cambios del uso del suelo (Oliveira, Guimaraes e Aguiar,2019). Siendo la mejor época de análisis, la época seca caracterizada por ausencia de nubes, la realización de Clasificación Supervisada como mecanismo de obtención de muestras o "clave de interpretación" basado en la caracterización de pixeles en el área de interés (LILLESAND, KIEFER e JONATHAN W, 2015) y también la construcción de matrices de cambio y tasas de cambio (Mas, Velazquez e Couturier, 2009) (Nascimiento, 1991).

Con subsidios teóricos en la comprensión del rol de las comunidades en las estrategias de conservación de Reservas naturales tenemos a (Dieguez, 2016), para la preservación de territorios frente a los agentes de presión (Acselrad, 2010) del modelo de desarrollo vigente, así (Simoes, Da Costa e Joly, 2011) trabajaron el dilema de las poblaciones en Parques. (Diegues e Moreira, 2001), en cuanto a la necesidad de incorporar a las políticas agrarias y ambientales, los hechos étnicos en sus instrumentos técnicos de intervención sobre las modalidades de uso común en tierras tradicionalmente ocupadas (Berno de Almeida, 2004).. Y sobre las intrusiones de empresa en territorios originalmente concebidos como libre y de uso común. Finalmente, (Choque, 2019) trabajó sobre usos e impactos de las comunidades a los bosques.

RESULTADOS Y DISCUSIÓN

En el resultado muestra que los bosques relictos fueron identificados en la zona de amortiguamiento cuencas de influencia (cuenca del rio Pucará, rio Azángaro y las inter-cuencas de estos) entre los años 2012, 2018 y 2023, además, se cuantificaron las áreas en 3900.1ha, 1395.5ha y 1965.7ha, respectivamente. Estos números evidencian una reducción del 64.2% en 6 años y una ligera recuperación al 2023 con 49.9%. Se evidencia que la ligera recuperación de bosques tiene influencia de las acciones de conservación por las rondas campesinas. Es preciso resaltar y abordar que debido a que se tienen diversos agentes de presión también queda a análisis en futuras investigaciones el análisis de sus respectivas influencias.

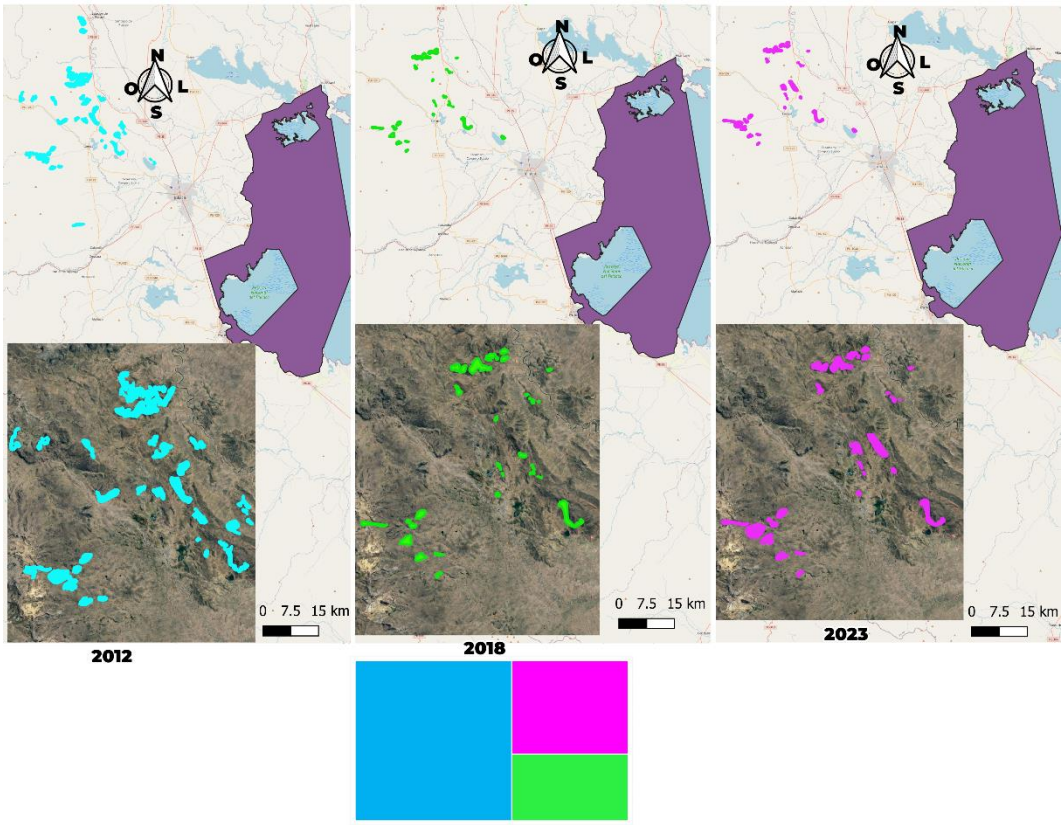


Figura 2: Cambios en los bosque relictos años 2012, 2018 y 2023.

Datos: Servicio Nacional de Áreas Naturales Protegidas por el Estado – SERNANP, Mapa Nacional de Ecosistemas del Perú (2019), Fotointerpretación de imágenes satelitales.

La literatura consultada, nos permitió elencar las principales fuentes de presión como la minería en explotación y concesiones mineras, sobrepastoreo, recolección de leña para combustible, incendios estacionales, construcción de vías de transporte asfalto y trochas, agricultura extensiva. En consecuencia, estarían generando impactos en ciclo natural hídrico, disponibilidad y calidad de agua, suelos, rebrotes de Polylepis, hábitats y refugios, y afectación a la conectividad ecológica. Pero, sobre todo, la infraestructura que favorece la extracción de recursos.

Las rondas son actores importantes en la conservación, así como manifiesta (SHANEE, 2019) las Rondas son capaces administrar eficazmente la conservación en zonas más biodiversas y amenazadas del mundo.

> The environment is of paramount importance to the Rondas Campesinas and plays a central role in their culture. Rondas Campesinas members take on dynamic roles as leaders and initiators of conservation efforts in their local area, including creation of reserves, implementation of control of natural

> resource use and transnational extractive operations, and environmental education (Shanee, 2019, p. 270).

Los ronderos lideres abarcan además de las funciones de establecer interlocución con el Estado, apoyar el ejercicio de funciones jurisdiccionales, colaboran en la solución de conflictos, funciones relativas a la seguridad y a la paz comunal dentro de su ámbito territorial, también se encuentran comprendidos los esfuerzos de conservación, creación de reservas, y otros.

CONSIDERACIONES FINALES

Este escenario debatimos el modelo de sociedad que queremos forjar ante un alcance cada vez mayor del extractivismo en áreas protegidas y en comunidades que las componen. A pesar de que diversos gobiernos han invertido en estudios para la Zonificación Ecológica y Económicas (ZEE) con el fin de organizar el país de acuerdo con sus potencialidades, por otro lado, fueron permisibles y facilitadores de procesos de inversión no compatibles con estas políticas. Incluso en contraposición de los objetivos de las áreas protegidas, expresamente, con la existencia y mejora de vías de acceso que son básicamente direccionados al aprovechamiento de los recursos de la naturaleza.

En esta línea se propone, sobre todo, fortalecer lazos de cooperación entre las comunidades y sus organizaciones como las Rondas Campesinas dentro del enfoque de desarrollo territorial que incluya como zonas de manejo a las cuencas hidrográficas que garantice la salud de los componentes ambientales en convivencia con lo social y cultural.

REFERENCIAS

ACSELRAD, H. Ambientalização das lutas sociais - o caso do movimento por justiça ambiental. **Dossiê teorias socioambientais**, v. 24, n. 68, p. 103-119, 2010.

BERNO DE ALMEIDA, A. W. Terras Tradicionalmenteocupadas Processos Deterritorialização Emovimentossociais. **Estudos Urbanos E Regionai**, v. 6, n. 1, p. 9-32, 2004.

CHOQUE LLACSA, R. **Biogeografía, Percepción Local Acerca de Servicios Ecosistémicos De Los Bosques Polylepis Y de su Área en el distrito de Nuñoa**. Puno: [s.n.], 2019.

COOPERACCION. **COOPERACCIÓN**. [S.l.]. 2022.

DIEGUES, A. C.; C. MOREIRA, A. unidades de conservação, terras indígenas e conflitos. **Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum**, São Paulo, p. 240, 2001.

DIEGUEZ LEUZINGER, M. A gestão compartilhada de áreas protegidas como instrumento de compatibilização de direitos. **RIL Brasília**, v. 53, n. 211, p. 253-271, 2016.

FAO. **Los bosques y el cambio climático en el Perú**. Roma: [s.n.], 2016.

FLEURY, L.; ALMEIDA, J. A Construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte: Conflito Ambiental e o Dilema do Desenvolvimento. **Ambiente & Sociedade**, v. 16, n. 4, p. 141-158, 2013.

GUYOT, S. Géopolitique des parcs (trans) frontaliers en Afrique Australe. **Les Cahiers d'Outre-Mer Revue de géographie de Bordeaux**, 2006.

INSTITUTO DE DEFENSA LEGAL. Ministerio del Interior defiende convenio suscrito entre la Policía Nacional y Las Bambas, 3 Marzo 2020. Disponivel em: <https://www.idl.org.pe/ministerio-del-interior-defiende-convenio-suscrito-entre-la-policia-nacional-y-las-bambas/>.

LILLESAND, T. M.; KIEFER, R. W.; JONATHAN W, C. **Remote Sensing and Image Interpretation**. 7. ed. [S.l.]: WILEY, 2015.

MARQUE DE LIRA, H.; MELO, A. M.; GUIMARÃES, S. C. Alterações na Espacialidade da Cobertura Vegetal no Projeto de Assentamento Florestal Jequitibá Detectados Por Imagens de Satélites de Média e Alta Resolução. **Ciência Geográfi ca - Bauru - XXIV**, v. 14, n. 2, p. 774-798, 2020.

MAS, J.-F.; FLAMENCO SANDOVAL, A. Modelación de los cambios de coberturas/uso del suelo en una región tropical de México. **GeoTrópico**, v. 5, n. 1, p. 1-24, 2011.

MAS, J.-F.; VELAZQUEZ, A.; COUTURIER, S. La evaluación de los cambios de cobertura/ uso del suelo en la República Mexicana. **Investigación Ambiental**, v. 1, n. 1, p. 23-39, 2009.

MOLLINEDO, C. J. C. **Centro De Preservación E Investigación De Especies Nativas del lago Titicaca**. Puno: [s.n.], 2016.

NASCIMENTO, R. Discutendo números do desmatamento. **Interciencia**, p. 232-239, 1991.

OLIVEIRA DA SILVA, H. R.; GUIMARÃES SILVA, S. C.; AGUIAR CAVALCANTE, M. M. Unidade De Conservação E Desmatamento Na Amazônia: Análise Do Parque Estadual De Guajará Mirim Em Rondônia/Brasil. **ACTA Geográfica, Boa Vista**, v. 12, n. 32, p. 156-170, 2019.

PACHECO CENTENO, M. et al. Aplicción de técnicas sig para la cobertura superficial y distribución del bosque de Polylepis en la Zona Andina de Moquegua. **Ciencia & Desarrollo**, v. 17, n. 23, p. 26-32, 2018.

POSEY, D. A. Interpretando e Utilizando a "Realidade" dos Conceitos Indigenas: O que és Preciso Aprender de los Nativos? **Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum**, p. 293, 2001.

SAHAGÚN S, F. J.; REYES H, H. **Impactos por cambio de uso de suelo en las áreas naturales protegidas de la región central de la Sierra Madre Oriental, México**. Jalisco: [s.n.], 2018.

SALAZAR, J. Las funciones políticas de las rondas campesinas de Cajamarca: nueva ruralidad, extractivismo y relaciones interforales. In: PODER, O. N. D. J. D. P. Y. J. I. Y. F. E. D. **Conflicto y justicia en comunidades campesinas, comunidades nativas y rondas campesinas en el Perú**. [S.l.]: [s.n.], 2021. p. 209-255.

SHANEE, N. Reclaim Conservation: Conservation Discourse and Initiatives of the Rondas Campesinas, North-Eastern Peru. **Conservation and Society**, v. 17, n. 3, p. 270-282, 2019.

SIMÕES, E.; DA COSTA FERREIRA, L.; JOLY, C. A. O Dilema de Populações Humanas emParques: Gestão Integrada entre Técnicos eResidentes no Núcleo Picinguaba. **Sustenntabilidade em debate**, v. 2, n. 1, p. 17-32, 2011.

VIVACQUA, M.; SANTOS, C. R. D.; VIRIRA, P. F. Governança territorial em zonas costeiras protegidas: uma avaliação exploratória da experiência catarinense. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 19, p. 159-171, 2009.

Ocupar! Aquilombar! Retomar!

A Geografia Agrária e a luta de classes no Brasil

GT 15

Geopolítica dos alimentos e soberania alimentar

GEOPOLÍTICA DOS ALIMENTOS: PODER E CONTEXTOS NACIONAL E INTERNACIONAL

Davi dos Santos Villela Junior[1]

Robert de Almeida Marques[2]

Deborah Pires de Souza[3]

RESUMO

Este artigo aborda a questão da fome no contexto global, destacando a situação no Brasil, onde milhões de pessoas estão em situação de insegurança alimentar, apesar do crescimento na capacidade produtiva da agricultura. Conceitos como a soberania alimentar e a segurança alimentar auxiliam na abordagem ao problema. A soberania alimentar propõe que o Estado deve garantir o direito à alimentação, promovendo a produção interna de alimentos, especialmente pela agricultura familiar. Essa abordagem defende a distribuição local de alimentos e busca proporcionar condições para que as pessoas tenham acesso a alimentos saudáveis. Por outro lado, a segurança alimentar aponta para o mercado e a cooperação internacional como garantidores do direito à alimentação, com base na capacidade de compra dos países. Essa abordagem apoia o livre mercado e condena medidas ditas protecionistas. O artigo também discute a divisão internacional do trabalho, países periféricos como o Brasil tendem a exportar produtos de baixo valor agregado, enquanto os países centrais exportam produtos de alto valor agregado, reforçando uma economia nacional pautada no setor primário, sobretudo no agronegócio. Outros fatores como a concentração e a estrangeirização de terras contribuem para a manutenção do sistema alimentar global atual, alicerçado no neoliberalismo. Por fim, ressalta-se a importância da geopolítica dos alimentos na compreensão dessa complexa questão e aponta para a relação entre alimentos e poder, tanto no contexto global quanto brasileiro.

Palavras-chave: geopolítica, alimentos, poder.

RESUMEN

Este artículo aborda el problema del hambre a nivel global, poniendo énfasis en la situación en Brasil, donde millones de personas se encuentran en situación de inseguridad alimentaria, a pesar del crecimiento en la capacidad productiva de la agricultura. Conceptos como la soberanía alimentaria y la seguridad alimentaria ayudan a abordar esta cuestión. La soberanía alimentaria propone que el Estado debe garantizar el derecho a la alimentación, promoviendo la producción interna de alimentos, especialmente a través de la agricultura familiar. Esta aproximación defiende la distribución local de alimentos y busca proporcionar condiciones para que las personas tengan acceso a alimentos saludables. Por otro lado, la seguridad alimentaria sugiere que el mercado y la cooperación internacional son garantes del derecho a la alimentación, basado en la capacidad de compra de los países. Esta aproximación apoya el libre mercado y condena las medidas consideradas proteccionistas. El artículo también analiza la división internacional del trabajo, donde los países periféricos como Brasil tienden a exportar productos

1 Graduando do Curso de Geografia da Universidade Federal do Paraná- UFPR, dsvj@proton.me
2 Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano da Universidade Federal do Paraná – UFPR, robertmarques@ufpr.br
3 Graduanda no Curso de Geografia da Universidade Federal do Paraná - UFPR, deborah.pires@ufpr.br

de bajo valor agregado, mientras que los países centrales exportan productos de alto valor agregado, lo que refuerza una economía nacional centrada en el sector primario, especialmente en el agronegocio. Otros factores como la concentración y extranjerización de tierras contribuyen a mantener el actual sistema alimentario global, basado en el neoliberalismo. Finalmente, se destaca la importancia de la geopolítica de los alimentos para comprender esta compleja cuestión y se señala la relación entre alimentos y poder, tanto a nivel global como en el contexto brasileño.

Palabras-clave: geopolítica, alimentos, poder.

INTRODUÇÃO

Segundo artigo da UNICEF (2021), a fome assola atualmente cerca de 811 milhões de pessoas e, segundo artigo de Valery (2021), no Brasil, cerca de 19,1 milhões de pessoas estão em situação similar.

Neste artigo pretendemos relacionar os discursos da segurança e soberania alimentar com a geopolítica, ou seja, buscar compreender, ao menos em parte, a lógica por trás da distribuição de alimentos, os discursos por trás dessa questão, a relação dos alimentos hoje com a divisão internacional do trabalho e como a geopolítica pode fornecer caminhos para essa abordagem.

As teorias da geopolítica clássica costumam mobilizar algum recurso geográfico para construir estratégias de dominação. Neste artigo, compreendemos o alimento como um recurso dessa espécie, usado como estratégia de dominação, seja na lógica de produção, de distribuição, etc.

Diferente do que Malthus propunha, o crescimento populacional não se deu de forma geométrica, no entanto, a produção e a produtividade dos alimentos cresceram extraordinariamente nas últimas décadas, algumas fontes voltadas à lógica do agronegócio e ao discurso da segurança alimentar (aprofundaremos essa discussão no capítulo seguinte) apontam que a capacidade produtiva na agricultura cresceu de 2,5 a 3 vezes (quase 200%) desde a década de 1970 (BACCI, 2016), já o crescimento populacional desde a mesma década não supera os 50%. Apesar de tais avanços, milhões seguem em situação de fome ao redor do mundo, ao longo deste artigo seguimos a perspectiva que concorda com Josué de Castro quanto à fome ser um projeto político.

O BRASIL E A MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA

Apesar de séculos como um país exportador de alimentos e matéria prima, esse caráter se torna institucionalizado, desta vez pelo Estado, especialmente a partir das décadas de 1960 e 1970, não coincidentemente no mesmo período da chamada modernização conservadora ou também de revolução verde. Resumidamente, o primeiro termo é carregado de forma mais crítica e aponta para o caráter conservador na inserção da tecnologia no campo (que na realidade foi inserção de tecnologia na produção agropecuária, ou no meio rural), já o segundo termo surge no intuito de despolitizar toda a problemática social e ambiental potencializada pela inserção da tecnologia no meio rural e do consequente êxodo rural logo nos anos seguintes a isso. Retomando o caráter brasileiro de exportador de alimentos e matéria prima, isso se deu sob relevante apoio estatal, com financiamento na compra de maquinário industrial voltado à agropecuária e criminalização dos movimentos sociais e sindicatos de trabalhadores rurais. Para que a análise de fato apreenda a realidade, vale ressaltar que na década de 1960 foi criado o Estatuto da Terra, que instituiu a função social da terra, e em 1980 foram instituídos os parâmetros que compunham o índice de produtividade da terra pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Resumidamente, ambos, o Estatuto da Terra e o índice de produtividade da terra não foram feitos valer. Apenas para valor de exemplo, existem hoje no Brasil cerca de 120 milhões de hectares ocupados por imóveis improdutivos. Seguindo o Estatuto da Terra (BRASIL, 1964), esses mais de 54 mil imóveis deveriam ser desapropriados pelo Estado e destinados ao cumprimento de sua função social, o que não se dá na realidade.

No Brasil houve uma questão denominada por Martins (1994) de aliança terra-capital, essa singularidade resulta no deslocamento da potência dinamizadora da economia, da produção para a propriedade privada da terra (PAULINO; ALMEIDA, 2010). Esse conceito explica a situação em que o Brasil se encontra na atualidade, com uma classe de rentistas vinculados ao agronegócio e ao mercado de terras, com mais de 200 deputados federais (quase metade da câmara dos deputados), formando uma economia de caráter rentista, de extração da renda da terra, e não produtivo/industrial. Paulino (2011) aponta por meio da sistematização de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que a pequena propriedade produz mais valor por área que a grande propriedade, assim como emprega proporcionalmente mais.

Levantamos, assim, apenas alguns fatores na explicação sobre as consequências de uma economia com tal caráter. A indústria brasileira avançou a passos muito mais tímidos que o agronegócio, o resultado não poderia ser outro, a economia brasileira da atualidade é baseada no setor primário, exportando principalmente soja e derivados, milho, trigo, algodão, fumo e outros, enquanto boa parte da tecnologia eletrônica é, no máximo, montada no Brasil, já que a maioria dos componentes mais avançados são produzidos no exterior. Com esta situação, tem-se altas taxas de desemprego, uma vez que a indústria que emprega relevantemente mais que a produção pautada no agronegócio, encontra-se enfraquecida.

SOBERANIA ALIMENTAR

O discurso da soberania alimentar propõe que o Estado garanta o direito à alimentação, assim como direitos dos trabalhadores e famílias do campo, o discurso defende a produção interna de alimentos, centrada na agricultura familiar campesina, com o Estado estabelecendo políticas de restituição e investimentos para fortalecer a produção de pequena escala (D'AGOSTINI; HOYOS, 2017). Sob este discurso, defende-se os chamados curtos-circuitos de produção e distribuição, que literalmente significa circuitos curtos de produção, ou seja, que os alimentos sejam produzidos e distribuídos em escalas locais, com isso, há uma capilaridade na produção e distribuição que teria como consequência diversos pontos positivos, como menos uso de energia com a distribuição dos alimentos, mais igualdade socioeconômica com a maior distribuição de terras, já que seriam necessários agricultores ao redor de todo o mundo. Além da questão da produção e distribuição, o discurso da soberania alimentar propõe outras duas questões importantes, primeiro, que todas as pessoas tenham as condições físicas (e financeiras) para consumir alimentos e, segundo, que todas as pessoas tenham as condições para escolher, entre os alimentos que queiram, alimentos saudáveis, muito diferente dos alimentos ultraprocessados disponíveis ao redor de todo o mundo. O discurso da soberania alimentar surge a partir dos movimentos sociais campesinos e povos e comunidades tradicionais, ressaltamos destaque para a Vía Campesina e para o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) no que se refere a esse tema.

SEGURANÇA ALIMENTAR

O discurso da segurança alimentar propõe que o mercado e a cooperação internacional seriam os responsáveis pela garantia do direito à alimentação, direito esse que seria garantido conforme a capacidade de compra dos países (D'AGOSTINI; HOYOS, 2017). Esse discurso apoia o livre mercado e condena veementemente qualquer medida protecionista. Uma das questões que abordamos neste artigo é como esse discurso – que é o vigente há, no mínimo, três décadas – se dá com a manutenção da divisão internacional do trabalho, propondo que os países produzam alimentos para exportar e, basicamente, que comprem os que puderem. O Brasil foi um dos países que adotou essa agenda neoliberal, principalmente a partir da década de 1990, no intuito de buscar uma forma rápida de manter o superávit econômico. O discurso da segurança alimentar é um dos principais elementos estratégicos das instituições multilaterais no intuito de consolidar a crença de que o fator que falta para resolver o problema da fome no mundo é mais liberalismo de mercado, mais avanço nas tecnologias como maquinário agrícola, agrotóxicos, fertilizantes artificiais, modelo monocultor, etc., quando, na verdade, o problema é político, ligado a uma desigual distribuição (assim como acontece com outros recursos) dos alimentos, assim como um modelo produtivo que tem em seu cerne a concentração de terras, contaminação por agrotóxicos, transporte de alimentos por distâncias intercontinentais, etc.

A REALIDADE ATUAL COMO RESULTADO DE UM PROCESSO HISTÓRICO

A problemática trabalhada neste artigo tem a própria realidade como justificativa de seu estudo e discussão. Como apontamos ao longo deste artigo, milhões de pessoas no Brasil e no mundo estão em situação de fome, mesmo após o crescimento na capacidade produtiva da agropecuária, além de décadas de discussão entre países, instituições multilaterais e intelectuais sobre caminhos para a solução deste problema, o qual está bem territorializado ao redor do mundo, sendo muito mais perceptível nos países periféricos, sejam latinos, africanos, asiáticos ou outros. Como apontam determinadas epistemologias das ciências humanas, tais regiões arrasadas pela fome (e não somente pela fome) estão principalmente no chamado Sul do mundo.

A realidade brasileira e a global referente a problemática trabalhada é resultado de um processo histórico. A adoção do discurso da segurança alimentar e a adesão à agenda neoliberal não poderia ter outro resultado senão este: uma realidade contraditória no que se refere à distribuição de alimentos. No caso do Brasil, a adoção do agronegócio como base de toda a economia nacional teve severas consequências nas últimas quatro décadas, destacando-se a elevadíssima concentração fundiária.

Para exemplificar, no Brasil, cerca de 0,1% dos estabelecimentos agropecuários ocupam cerca de 47,6% de toda a área ocupada por estabelecimentos agropecuários no país (IBGE, 2017). Além da concentração fundiária, se dão outras consequências, como aumento nos crimes ambientais na busca frenética dos latifundiários em expandir a fronteira agrícola, o aumento da desigualdade social por conta da concentração fundiária e a diminuição da produção de alimentos presentes no cotidiano brasileiro, como é o caso do arroz e feijão. Estudos do Ministério da Agricultura projetam que a área de cultivo de arroz será reduzida em quase 60% até 2030 e a do feijão em cerca de 30% (PERES, 2021).

Quanto mais aprofundamos a discussão, maior a contradição parece. O Brasil está entre os países que mais exportam alimentos no mundo, possui condições edafoclimáticas ideais para diversos tipos de cultivo ao longo de sua extensão territorial e, no entanto, conta com milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar. Além disso, a área de cultivo de dois alimentos-chave na dieta brasileira está em decréscimo, enquanto a área de cultivo de soja e milho, alimentos que estão entre os mais exportados pelo país, têm a projeção de aumento de 27% até 2030 (PERES, 2021). Vale ressaltar que a área de cultivo da soja e milho no Brasil atualmente é de cerca de 50 milhões de hectares, enquanto a do arroz e feijão são, respectivamente, cerca de 1,5 milhão de hectares e 2,7 milhões de hectares (PERES, 2021).

No contexto global há outros países em situações similares, países com reservas naturais de interesse mundial, alguns na mesma lógica da produção de alimentos, outros não, como no caso da Bolívia com o silício, da Venezuela com o petróleo, e outros. Vale ressaltar que tais países sofreram interferência ainda mais explícita e cruel. No caso específico da exportação de alimentos, há também outros países periféricos entre os dez que mais exportam, porém seguem sendo países pobres, não aprofundaremos na questão específica de outros países por questões de escopo deste artigo e limitações deste modelo de trabalho.

A indústria brasileira avança a passos muito mais tímidos que o agronegócio, o resultado não poderia ser outro, a economia brasileira da atualidade é baseada no setor primário, exportando principalmente soja e derivados, milho, trigo, algodão, fumo e outros, enquanto boa parte da tecnologia eletrônica é no máximo montada no Brasil, já que a maioria dos componentes mais avançados são produzidos no exterior.

Além de tudo isso, há outra questão que se relaciona, também, direta e indiretamente com o poder e com o território, a qual é a questão da estrangeirização de terras, crescente no Brasil especialmente de 2002 a 2008 (LEITE; SAUER, 2012), esse processo se refere, basicamente, a aquisição de terras por agentes estrangeiros, o que traz diversas problemáticas como controle de recursos, do território, da economia local e até questões relacionadas à soberania no território nacional.

PODER, ALIMENTOS E A DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

Quanto ao conceito de poder, trabalharemos sob a luz do pensamento de Raffestin. Compreendemos neste artigo que o poder, tanto com *p* maiúsculo e minúsculo, como elaborado por Raffestin (1993), se dá presente na problemática que trabalhamos neste texto, afinal, o poder estatal, visível, institucional está presente no contexto global na aplicação de sanções econômicas, no incentivo à abertura econômica ao mercado internacional, até mesmo no contexto nacional. Esse poder institucional aparece no incentivo dos mais diversos tipos ao agronegócio, que é por si só um modo de produção (e não somente) voltado para o mercado internacional. Esse poder estatal aparece, por exemplo, na flexibilização de leis ambientais, etc.

Na década de 1990, Raffestin (1993) já apontava coerência entre os sistemas sêmicos e os modos de produção, isso também parece valer para a questão trabalhada neste artigo. Faz parte do arsenal estratégico neoliberal um sistema sêmico, ou seja, um sistema ideológico, de propaganda, que aponta que o modelo de produção agroexportador voltado para o mercado internacional é a melhor saída para sanar a fome no mundo.

Souza (1995) é assertivo ao afirmar que a geografia e a ciência política foram duas disciplinas relacionadas ao estudo do território que estiveram vinculadas aos interesses dominantes, ousamos acrescentar que no que se refere à questão da produção de alimentos hoje, diversas outras ciências, ditas mais técnicas ou até mesmo mais científicas escamoteiam os danos sociais e ambientais que o modelo agroexportador (ou

agrobusiness) traz incrustado em seu cerne. Vale ressaltar uma adequação referente a menção anterior, Souza (1995) aponta para disciplinas que estudam o território, ousamos afirmar que estudam também o poder.

Quanto à relação entre a geopolítica dos alimentos e a divisão internacional do trabalho, nesse artigo a tentativa é de explicar como a lógica dos alimentos hoje, imbricada no discurso da segurança alimentar, é uma das formas de manutenção da divisão internacional do trabalho.

Raffestin (1993) aponta para uma divisão tripartida do poder na geopolítica, sendo cada uma dessas partes: a população, o território e os recursos, neste artigo enquadramos os alimentos como recursos e explicaremos essa escolha a seguir.

Entendendo os alimentos como recursos no contexto da geopolítica, propomos neste artigo que o atual sistema alimentar, que segundo Friedmann e McMichael (tradução nossa, 1989) é o terceiro regime alimentar global, controlado por grandes corporações e grupos financeiros (COCA, 2016), é um dos fatores de manutenção da divisão internacional do trabalho. O conceito da divisão internacional do trabalho explica, como o próprio termo propõe, a divisão do trabalho no mundo, ou seja, aponta para a forma que se dão os diferentes processos de produção ao redor do mundo. Como mencionado anteriormente, o Brasil, sob a luz desse conceito, ocupa o papel de um país exportador de produtos básicos, como soja, milho, carne, algodão e outros, assim como outros países classificados como periféricos segundo a literatura das ciências humanas. Já os países capitalistas centrais, tem sua economia baseada na exportação de produtos com muito mais valor agregado, especialmente itens tecnológicos.

Discutimos nas seções anteriores as consequências, especialmente no Brasil do modelo atual de economia pautada no agronegócio, vinculando essa questão ao contexto global, de forma simplificada e superficial, mas didática, temos que na lógica da divisão internacional do trabalho os países são divididos basicamente em duas principais categorias: países que exportam produtos de baixo valor agregado, e países que exportam produtos de alto valor agregado, pode-se entender isso também de forma mais específica, como por exemplo, países que exportam tecnologia e países que exportam commodities. Alguns países de fato têm destaque na exportação dos dois tipos de produto, como os Estados Unidos, por exemplo. No entanto, os países que exportam ambos, em geral, são países capitalistas centrais, pois os países periféricos exportam em geral apenas produtos de baixo valor agregado, desconsideramos aqui exceções como por exemplo produtos que estejam relacionados à raridade ou características regionais

especiais. Não nos arriscaremos neste artigo a explicar a situação (de forma aprofundada) de outros países, mas no caso do Brasil, como já discutido anteriormente, tal papel na divisão internacional do trabalho fortaleceu uma elite, que no caso brasileiro tem caráter rentista e atuação política extremamente reacionária, logo, restou ao Brasil, uma indústria deficiente, um mercado de tecnologia pautado em produtos importados ou no máximo montados em território nacional, além de questões como os problemas ambientais inerentes ao modelo de monocultura característico do agronegócio.

A fome ao redor do mundo hoje, de fato, é uma questão política, pois as condições técnicas e científicas já foram atendidas de forma que a humanidade já possui os meios necessários para sanar este problema. Vale mencionar o discurso que aponta que o problema da fome no mundo se dá por conta do desperdício, e que alguns estudos apontam que a maior parte deste se dá no consumo das famílias ao redor do mundo (PAÚL, 2021). Certamente o desperdício é uma questão importante, mas esse discurso pode acabar individualizando esse problema nos consumidores, isentando o Estado e as grandes corporações de toda a sua atuação e responsabilidade na manutenção do atual sistema alimentar.

A manutenção do sistema alimentar vigente é feita também por meio ideológico, especialmente na forma de propaganda, no intuito de construir no imaginário comum que a lógica do agronegócio é a ideal, é a mais avançada tecnicamente, a com maior produtividade, etc., ressaltamos novamente os estudos sistematizados por Paulino (2011) contradizendo tais afirmações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo trabalhamos alguns dados referentes à realidade do Brasil no que se refere a questão dos alimentos, o papel do país na divisão internacional do trabalho e a relação deste conceito com o próprio sistema alimentar, ou também chamada neste artigo de lógica por trás dos alimentos, tudo isso sob a luz do pensamento de Raffestin sobre o próprio conceito de poder, que utilizamos para vincular os alimentos à categoria de recurso. Podemos enquadrá-lo como recurso geográfico se centrarmos a análise em sua produção e distribuição, no entanto, simplificamos o termo e seu enquadramento como recurso para evitar limitações deste sentido na reflexão.

Além do cenário brasileiro, discutimos também o contexto global. Aliás, se torna tarefa difícil analisar o Brasil na questão dos alimentos sem levar em conta o cenário global, haja vista que o país tem uma economia voltada ao superávit primário e aposta nas exportações do agronegócio para cumprir esta agenda regulada pelas instituições multilaterais. Há ainda questões relevantes relacionados ao Brasil e ao contexto internacional no que se refere ao mercado de alimentos, afinal a Europa está aumentando suas exigências para continuar importando alimentos do Brasil, exigindo mais responsabilidade ambiental, por exemplo, enquanto isso alguns países do Oriente Médio tem interesse em assumir o papel europeu como importador de alimentos brasileiros, desta vez, com muito menos exigências que os países europeus. Essas negociações têm sido mediadas pelo Estado sob o governo de Jair Messias Bolsonaro, que atende diametralmente os interesses da elite latifundiária brasileira, vale ressaltar que, no mínimo, nas últimas três décadas, nenhum governo de fato confrontou a elite vinculada à renda da terra.

A ideologia referente ao discurso da segurança alimentar e a constante manutenção da lógica neoliberal mantém esse modelo em funcionamento. No Brasil, desde 2014 com a Operação Lava Jato, sob incentivo de capital estrangeiro, inicia-se a quebra de cadeias produtivas nacionais, especialmente vinculadas ao setor de construção civil, posteriormente em 2016 com o golpe de Estado parlamentar, inicia-se de forma mais sistematizada a tentativa de privatização de outras empresas estatais em setores estratégicos, como a Petrobras e os Correios. Também faz parte do discurso neoliberal, sob o argumento de que falta liberalizar ainda mais, incentivo de todo o tipo para a máxima diminuição da soberania nacional no que se refere à economia, o exemplo hoje são os altíssimos preços do combustível para o consumidor brasileiro, é a alienação de uma potente empresa estatal aos interesses dos acionistas que, em grande parte, são inclusive estrangeiros. Esse discurso traz similaridades com a teoria das vantagens comparativas de David Ricardo, propondo que os países deveriam focar em se especializar no que produzem de melhor, seja por condições edafoclimáticas, por elevada técnica, etc. Na realidade, tal teoria parece uma justificativa para que alguns países (em geral periféricos), continuem a produzir produtos com baixo valor agregado, como as commodities em geral.

A geopolítica dos alimentos permite ainda mais aprofundamento na compreensão dessa questão tão complexa por meio de várias frentes, como por exemplo a lógica por trás da produção de alimentos, da distribuição, da situação alimentar interna

dos países entre os principais exportadores, análise de discursos, etc., há grande amplitude de frentes para trabalhar, este artigo aponta principalmente para a relação entre os alimentos e o poder, no contexto global e brasileiro.

REFERÊNCIAS

BACCI, C. Para alimentar o mundo é preciso trazer inovação para a agricultura. Campinas: AGROSMART, 2016. Disponível em:<https://agrosmart.com.br/blog/alimentar-o-mundo-trazer-inovacao-para-agricultura/>. Acesso em: 06 dez. 2021.

BRASIL. PLANALTO. **Estatuto da Terra**. Presidência da República – Casa Civil – Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasil, 1964. n. 4504. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4504.htm>. Acesso em: 23 nov. 2019.

COCA, E. L. F. 20 anos da proposta de soberania alimentar: construindo um regime alimentar alternativo. **REVISTA NERA (UNESP)**, v. 1, p. 14-33, 2016.

D'AGOSTINI, A. HOYOS, C. J. C. Segurança Alimentar: convergências e divergências. **NERA**, Presidente Prudente, ano 20, n. 35, pp. 174-198, 2017. Disponível em:<https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/4855>. Acesso em: 23 jul. 2020.

FRIEDMANN, H.; McMICHAEL, P. AGRICULTURE AND THE STATE SYSTEM: The rise and decline ofnational agricultures, 1870 to the present. **Sociologia Ruralis**, 1989. v. 29, p. 93-117. DOI:<https://doi.org/10.1111/j.1467-9523.1989.tb00360.x.>.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2017**: resultados definitivos. Rio de Janeiro, v. 8, p. 1-105, 2019. Disponível em:<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=73096>. Acesso em: 25 fev. 2021.

LEITE, S. P. SAUER, S. Expansão agrícola, preços e apropriação de terra por estrangeiros no Brasil. Brasília: **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 50, n. 3, p. 503-524, jul./set. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/resr/v50n3/a07v50n3.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2020.

MARTINS, J. S. **O poder do atraso**. São Paulo: HUCITEC, 1994.

MOREIRA, G. L. Concentrar terra para crescer o capital e a violência. Brasil: **MST**, 2017. Disponível em:<https://mst.org.br/2017/11/23/concentrar-terra-para-crescer-o-capital-e-a-violencia/>. Acesso em: 19 jun. 2020.

PAÚL, F. Os efeitos do desperdício chocante de alimentos no mundo. Brasil: **BBC**, 2021. Disponível em:<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-56377418>. Acesso em: 10 dez. 2021.

PAULINO, E. T. ALMEIDA, R. A. **Terra e território**: a questão camponesa no capitalismo. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PAULINO, E. T. ESTRUTURA FUNDIÁRIA E DINÂMICA SOCIOTERRITORIAL NO CAMPO BRASILEIRO. Fortaleza: **Mercator**, v. 10.n. 23, p. 111-128, dez. 2011. Disponível em:<http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/589>. Acesso em: 29 jun. 2020.

PERES, J. Governo projeta redução de até duas vezes na área plantada de arroz. Brasil: **O joio e o trigo**, 2021. Ambiente e Agronegócio. Disponível:<https://ojoioeotrigo.com.br/2021/08/governo-projeta-reducao-de-ate-duas-vezes-na-area-plantada-de-arroz/>. Acesso em: 09 dez. 2021.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993, p. 164–170. ISBN 85-08-04290-6.

SOUZA, M. J. L. **O território**: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E.; CORRÊA, R. L.; GOMES, P. C. C. (orgs.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 77–116.

UNICEF. Relatório da ONU: Ano pandêmico marcado por aumento da fome no mundo. Nova Iorque: **UNICEF**, 2021. Disponível em:<https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/relatorio-da-onu-ano-pandemico-marcado-por-aumento-da-fome-no-mundo>. Acesso em: 06 dez. 2021.

VALERY, G. Insegurança alimentar voltou a crescer, e fome atinge 19,1 milhões. São Paulo: **RBA**, 2021. Cidadania. Disponível em:<https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2021/10/fome-brasil-19-milhoes-inseguranca-alimentar/>. Acesso em: 06 dez. 2021.

A COMMODITIZAÇÃO DO TERRITÓRIO AGRÍCOLA DE CAMPOS GERAIS-MG: UM OBSTÁCULO A SOBERANIA ALIMENTAR

Guilherme Guiari[1]

Flamarion Dutra Alves[2]

Leandro Henrique Cunha Fermino[3]

RESUMO

A modernização da agricultura brasileira que atingiu de forma desigual e concentrada o território brasileiro nas últimas décadas, têm suas perfídias como resultado até o tempo hodierno. Essa mudança nos padrões e a reestruturação produtiva baseada em uma agricultura para o mercado, tem sufocado e subordinado os atores sociais responsáveis pelo cultivo de alimentos, esses últimos que deixam de ser direitos para tornarem-se mercadorias. Como resultado, além da fragilização das relações de trabalho no campo, o empobrecimento e a marginalização dos agricultores familiares, há um grande obstáculo à soberania alimentar, controlando o que é produzido no campo, diminuindo a disponibilidade de alimentos saudáveis e de qualidade. Campos Gerais é um município sul mineiro bastante inserido na cadeia agroprodutiva do agronegócio, com foco na produção de café. Essa especificidade construída historicamente tem cooptado agricultores familiares a produzirem café em substituição à produção de alimento. Nesse bojo de contradições o objetivo desse trabalho é de analisar a produção agrícola do município em um período de 34 anos, entre 1988 e 2022, visando perceber padrões produtivos, assim possibilitando pensar estratégias para esses agricultores fragilizados no processo. Percebeu-se uma tendência à "commoditização" do território, onde o espaço agrário é ocupado majoritariamente por cultivos de alto interesse mercadológico, substituindo o espaço de produção de alimentos que garantem a soberania alimentar de quem produz e de quem consome.

Palavras chave: Commodities; Café; Agricultura Familiar; Soberania Alimentar.

RESUMEN OU ABSTRACT

The modernization of Brazilian agriculture, which has unevenly and concentratedly impacted the Brazilian territory in recent decades, has its perfidies as a result up to the present time. This shift in patterns and the productive restructuring based on market-oriented agriculture has stifled and subordinated the social actors responsible for food cultivation, transforming them from rights into commodities. Consequently, in addition to the weakening of labor relations in the field, the impoverishment and marginalization of family farmers, there is a significant obstacle to food sovereignty, controlling what is produced in the field and reducing the availability of healthy and

[1] Mestrando do Curso de Geografia da Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL. Bolsista fomentado pela FAPEMIG, guilherme.correia@sou.unifal-mg.edu.br
[2] Prof. Dr. do PPGEO/UNIFAL – PPGEOG/UFSJ. Líder do Grupo de Estudos Regionais e Socioespaciais (GERES/UNIFAL-MG), flamarion.dutra@unifal-mg.edu.br
[3] Mestrando do Curso de Geografia da Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL, leandro.fermino@sou.unifal-mg.edu.br

quality food. Campos Gerais is a municipality in southern Minas Gerais deeply integrated into the agroproductive chain of agribusiness, with a focus on coffee production. This historically constructed specificity has coerced family farmers into producing coffee instead of food. In the midst of these contradictions, the aim of this work is to analyze the agricultural production of the municipality over a period of 34 years, between 1988 and 2022, with the goal of understanding productive patterns, thus enabling the formulation of strategies for these weakened farmers in the process. A trend towards the "commoditization" of the territory was observed, where agricultural space is predominantly occupied by crops of high market interest, replacing the space for the production of food that ensures food sovereignty for both producers and consumers.

Keywords: Commodities; Coffee; Family Farming; Food Sovereignty.

INTRODUÇÃO

Historicamente, a política de concentração de poder e de terras no Brasil com o processo de colonização, demonstra uma constante luta pela terra que vigora até os dias de hoje (FERREIRA & FERNANDES, 2020). As últimas décadas da realidade campestre brasileira foram marcadas por conflitos e contradições, respostas, por muito, do processo de tecnificação e mecanização agrícola, que “aplicaram” de forma desigual tecnologias no campo, favorecendo alguns grandes produtores em detrimento da produção familiar, que fora fragilizada no processo. A lógica pautada na mecanização, na utilização de insumos químicos ou biológicos e as novas relações de trabalho alteraram de forma significativa o campo brasileiro (FAJARDO, 2012, p. 4). Essas novas dinâmicas produtivas baseadas no aumento da produtividade e ampliadas pelas intenções do Estado brasileiro levaram a níveis únicos de mercantilização do campo invertendo a lógica produtiva, traçando novas redes de comercialização e distribuição e redesenhando as condições de produção e de quem deve produzir. O campo tornou-se, como afirma Ploeg (2006) “o núcleo de um novo modo empresarial de produção agropecuária, constituído pela e através da modernização.” (p. 16). Conseguinte, a agricultura sob o capitalismo monopolista mundializado, passou a estruturar-se sobre três pilares: na produção de commodities, nas bolsas de mercadorias e de futuro e nos monopólios mundiais.” Intentou- se à transformação de toda produção em mercadorias para o mercado mundial. Assim sendo, a lógica da produção agrícola deixa de ser para o abastecimento interno e estratégia nacional e passa a ser mercadoria de um mercado mundial (OLIVEIRA, 2012).

Por um lado, a lógica neoliberal afeta a lógica produtiva, convertendo todo alimento em mercadoria para o mercado mundial, que ao invés de ser consumida por quem produz ou para o abastecimento local ou regional, transforma-se em produto adquirido por quem quer que seja “trocado” por dinheiro. As bolsas de mercadorias e valores passam a ditar os preços desses produtos – commodities – à nível mundial,

controlando a economia das unidades produtivas locais, que ficam subjugadas aos seus interesses. E por fim, as empresas monopolistas mundiais, formadas por multinacionais, controlam, por sua vez, a produção no campo, muitas vezes sem ao menos possuir a posse da terra ou estar, necessariamente, presente no território (OLIVEIRA, 2012;2015).

O Sul de Minas Gerais desempenha importante papel nacional como região produtora de café, com uma tradicional rede de plantio da cultura, grandes áreas de plantio da *commodity* e presença de cooperativas importantes para o circuito agroindustrial sendo, para região, o maior gerador de renda. Ademais, é responsável pela produção de 25% do café em todo território nacional e uma das maiores produções do estado, tornando a região altamente incorporada ao mercado mundializado gerando significativos impactos na organização e estrutura da rede urbana da região (FILETTO, 2001; VALE, 2014; ALVES, 2019).

Essa dinâmica produtiva, como aponta Correia (2022), tem influenciado na substituição da produção de alimentos pela produção de commodities agrícolas, inclusive parte dos agricultores familiares. Além das diversas contradições, econômicas, sociais e políticas que essa relação tende a causar no espaço regional, torna-se um agravante, não só para a segurança alimentar da população, mas também à soberania alimentar, pois a autonomia produtiva é subjugada em detrimento ao capital do agronegócio. Dessa forma, o presente trabalho visa analisar a produção agrícola do município de Campos Gerais entre os anos de 1988 e 2021 buscando observar a dinâmica de produção agrícola nas últimas décadas e entender se a produção de alimentos tem se mantido ou tem sido substituída por produtos voltados ao mercado externo.

TEORIA E MÉTODO

Corroborando com Ioris (2022), se a questão agroalimentar se apresenta hoje como uma grande crise, ela tem, por muito, sido apresentada como algo não político, que supostamente deve ser superada através da maior incorporação tecnológica, o uso mais intensivo de insumos e o aumento da produtividade (p. 12). Coca, Santos et al. (2020), refletem que a discussão passou a ser debatida com grande destaque a partir de 1996, com a proposição da La Via Campesina.

O conceito de soberania alimentar, para além da ideia de segurança alimentar, tem de valorar não apenas a produção de alimentos para atender a uma demanda cada vez mais crescente, mas também aspectos sociopolíticos, econômicos e culturais, como o acesso dos agricultores à terra, as sementes e a plena utilização da água, “enfocando a

autonomia local, os mercados locais, os ciclos locais de consumo e de produção local, a soberania energética e tecnológica e as redes de agricultor a agricultor.” (ALTIERI, 2010, p. 24). A soberania perpassa a discussão frente a segurança, pois a constituição da mesma se debruça sobre um posicionamento de que o alimento precisa ser tratado como um “bem social" e não como uma mera “mercadoria” (COCA; SILVA; et al, 2020)

A mercantilização dos alimentos, principalmente após a Segunda Guerra, transformou uma “agricultura-como-alimentos para a agricultura-como-agronegócio” (IORIS, 2022, p. 11), possibilitada e potencializada pela Revolução Verde. Cria-se a ideia de que a resolução do problema da fome parte do aumento da produtividade, preocupando-se pouco com questões de distribuição. Essa intencionalidade afetou as esferas Estatais, dualizando a criação e implementação de políticas públicas, voltadas por um lado à agricultura de subsistência e de outro ao agronegócio, muito mais valorizado pelo aparelho do Estado (idem, p. 9-10).

Essa ênfase das políticas voltadas à produção externa e ao agronegócio produtivista, não mais fazem do que piorar as tensões socioeconômicas entre os atores sociais presentes no campo, influir em uma maior concentração fundiária pela expulsão dos agricultores incapazes de permanecer na luta pela terra e pelo mercado e, consequentemente, agravar a luta pela soberania alimentar tanto no campo como na cidade. Pensar na segurança e soberania alimentar é pensar em uma agenda dupla que, por um lado, recupera a agricultura familiar do agronegócio e por outro centraliza a questão na produção local de alimentos de qualidade (IORIS, 2022, p. 12).

A participação social deve ser ativa e deve-se tomar consciência de que os modelos agrícolas vigentes influem diretamente na qualidade de vida da população (MARQUES, 2010, p. 83). Por fim, a inserção dos agricultores familiares à cadeia produtivista do agronegócio torna-se uma agenda emergente para a discussão. Além de diminuir a disponibilidade local e regional de alimentos de qualidade para a população, traz consigo a maior dependência desses agricultores à caros insumos e métodos de plantio que tendem, a médio e longo prazo, a levar a um endividamento da população rural com potencial de expulsá-los do campo, tornando o território propenso a maior monopolização do capital do agronegócio e a expansão das monoculturas, social, econômica e ambientalmente degradantes.

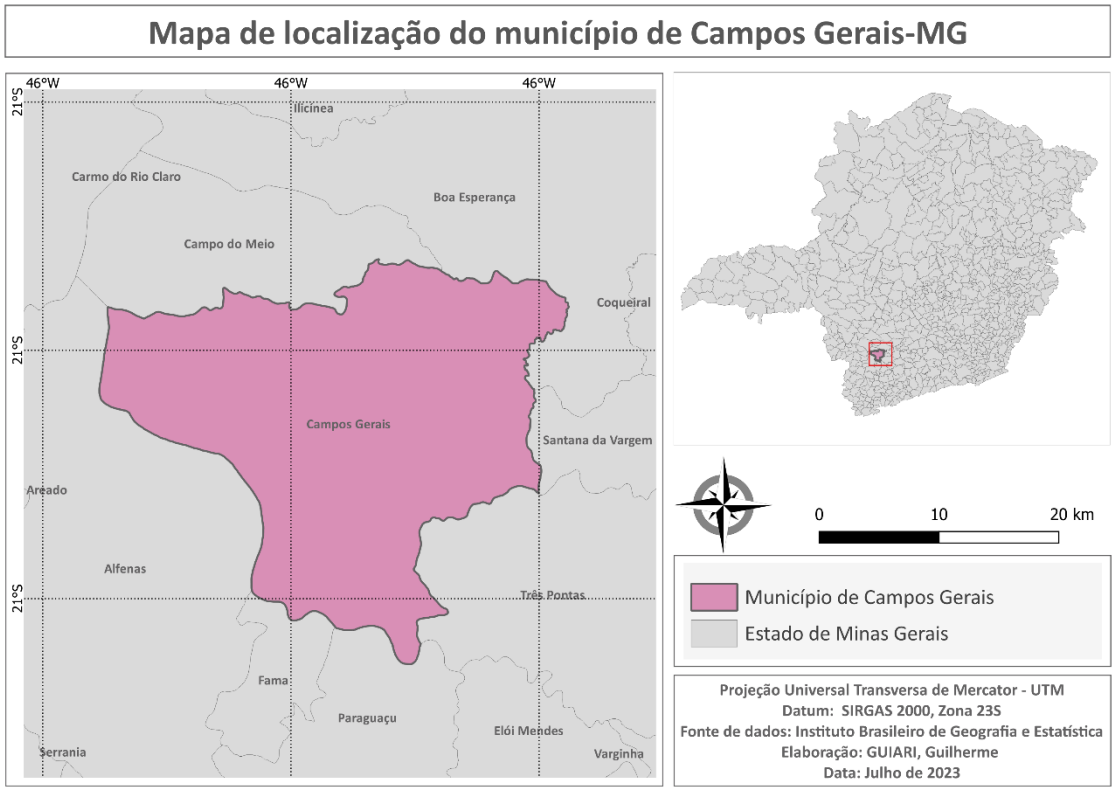
Assim sendo, essa pesquisa visa analisar, a partir do recorte espacial do município de Campos Gerais-MG, a produção agrícola de alguns cultivos e as potenciais problemáticas envolvendo a insegurança alimentar da população. Utilizando dados da

Produção Agrícola Municipal (IBGE), disponibilizados na plataforma *online* SIDRA, foram analisados, então, as seguintes culturas: arroz, batata, café, feijão, mandioca e soja. A análise foi realizada entre os anos de 1988 e 2022, recorte este que permite uma visualização da situação produtiva do município e suas prováveis implicações. Essas produções podem ajudar a entender o panorama produtivo de Campos Gerais e pensar, a partir dos dados construídos, problemáticas relacionadas à soberania alimentar da população local e regional. Destarte, foram produzidos gráficos para facilitar a visualização dessa produção.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Campos Gerais é um município sul-mineiro localizado na Região Geográfica Imediata de Alfenas e com população de 26.105 pessoas, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022) (mapa 1). A região possui uma economia fortemente ligada à agropecuária, com principal foco na produção cafeeira, sendo essa dinâmica responsável por boa parte dos empregos formais e informais e que causa uma organização espacial e territorial particular, voltada à produção e ao atendimento das necessidades produtivas e de distribuição do agronegócio regional. Em relação ao município em questão, assim como na região, há um alto número de propriedades familiares e uma estrutura fundiária bastante concentrada tornando-se necessária uma análise de como o agronegócio do café se faz presente.

Mapa 1: Mapa de localização do município de Campos Gerais – MG.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatítsica (IBGE)

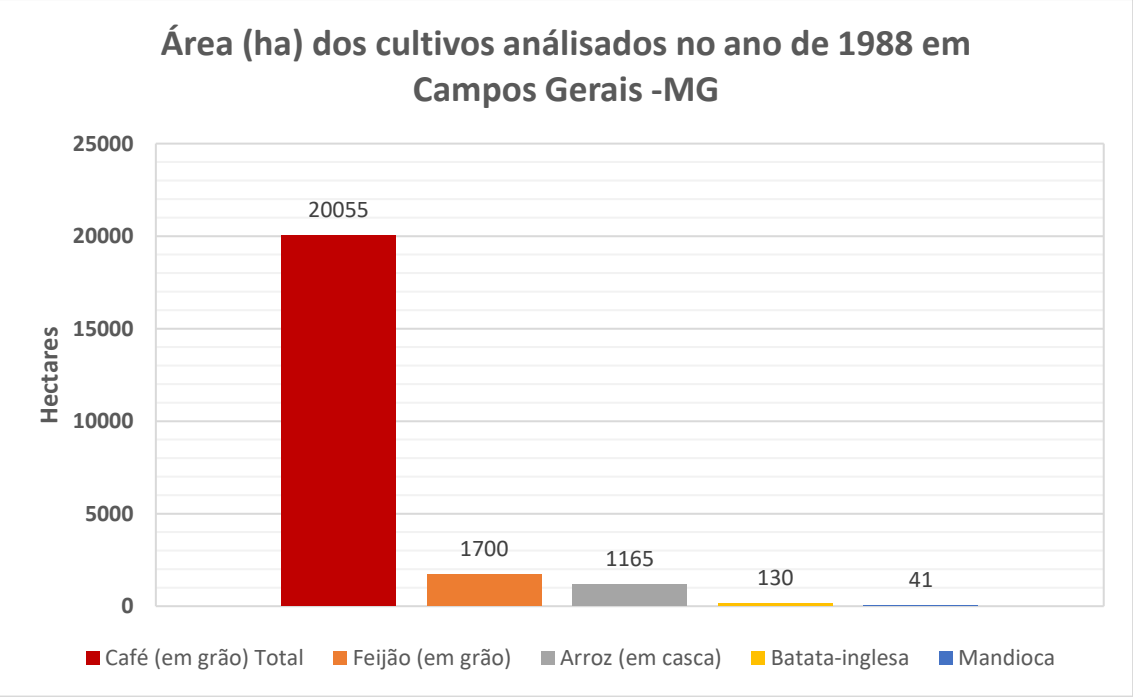
Elaboração: Os autores

No município eram, no total, 3.009 estabelecimentos agropecuários com uma área total de 61.122 hectares de extensão (IBGE, 2017). Destes 3.009 estabelecimentos agropecuários, 2.116 (70,3%) advinham da agricultura familiar e apenas 22 desses produtores familiares não possuíam vínculos com o PRONAF (IBGE, 2017). Mesmo com o alto número de agricultores familiares, Campos Gerais é, dentre os municípios da Região Geográfica Imediata de Alfenas o maior produtor em questão de valores reais de café, produzindo, em 2020, 22.030 hectares da commodity. Muitas empresas, instituições e bancos voltados aos interesses agroexportadores são comumente encontradas no espaço geográfico dos municípios dessa região, desde cooperativas – como a COOXUPÉ e a COOPERCAM –, tradings agrícolas, armazéns de beneficiamento e estocagem, e instituições de crédito agrícola, por exemplo, demonstrando uma possível monopolização do território pelo capital mundializado do agronegócio. Ademais, o município não é atendido pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). A relação contraditória entre a alta taxa de produção de café, o grande número de propriedades familiares e a insuficiência de políticas públicas para esses atores sociais corrobora com a hipótese de que muitos produtores familiares buscando sobreviver no campo e conseguir competir

pelo mercado, têm se inserido nessas cadeias agroindustriais de produção para o agronegócio.

A área total utilizada para o cultivo em Campos Gerais, no ano de 1988, foi de 30.282 hectares. O cultivo de arroz, batata e mandioca no município, somaram uma área de 1.336 hectares (4,4%) plantados neste ano. O feijão, por sua vez, ocupou 1.700 h (5,6%) do território agrícola. Em contrapartida o café foi plantado em 20.055 h, ocupando 66% do espaço agrícola, enquanto a soja não era cultivada até então (gráfico 1).

Gráfico 1: Área (ha) destinada aos cultivos de café, feijão, arroz, batata e mandioca no município de Campos Gerais (MG) no ano de 1988.



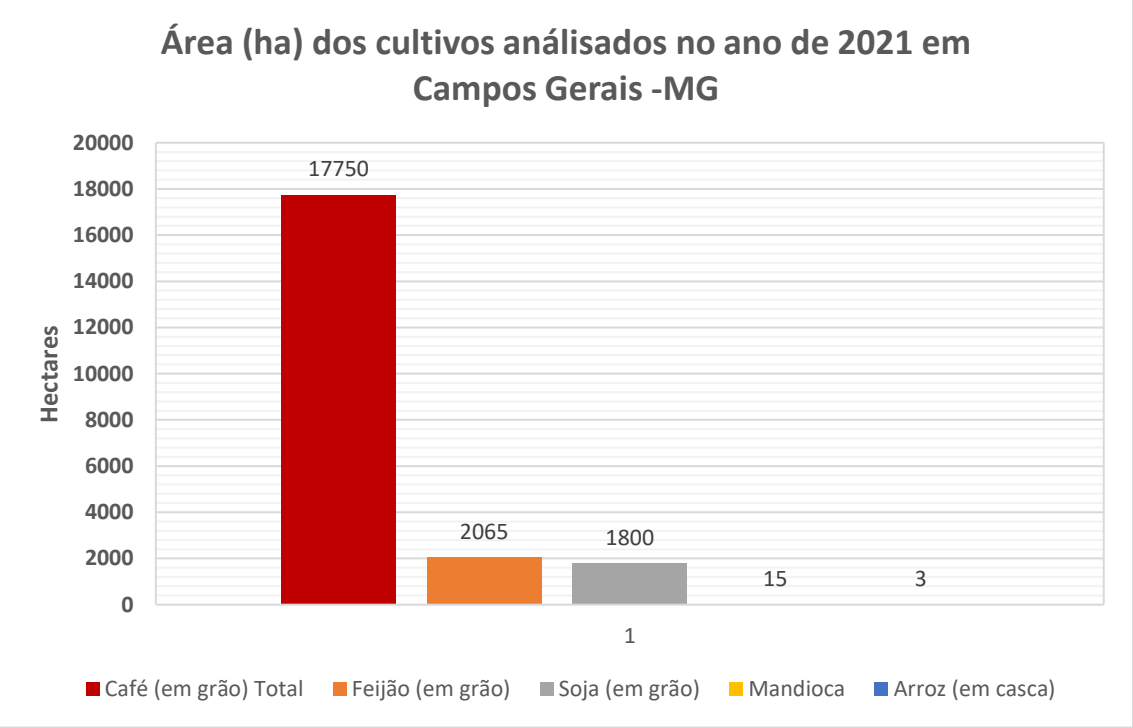
Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (IBGE, 2023)

Elaboração: Os autores.

Em 2021, observa-se uma grande diminuição na produção alimentícia do município. A área somada das plantações de arroz, batata e mandioca passou para apenas 18 hectares dos 27.020 que foram utilizados para o cultivo no ano, representando 0,06% da área total e uma queda percentual de 98,6%. O feijão teve sua área aumentada, passando para 2.065 hectares, com um aumento de 21,4%. Entretanto, esse valor oscilou bastante durante os anos analisados. No início da década de 1990, o feijão era plantado em mais de 3.000 hectares. Ademais, o caráter de rotação da cultura não influi na produtividade das commodities, permitindo que ambos sejam produzidos na mesma propriedade. O café, teve uma diminuição na área cultivada, entretanto a área total de cultivo também diminuiu. Foram utilizados 17.750 h para o cultivo no ano de 2021,

representando 65% do espaço agrícola, valor muito próximo àquele do primeiro ano de análise. A soja, que não era cultivada no município, passou a ocupar 1.720 h no ano de 2017 e 1.800 hectares nos anos subsequentes (gráfico 2).

Gráfico 2: Área (ha) destinada aos cultivos de café, feijão, arroz, soja e mandioca no município de Campos Gerais (MG) no ano de 2021.



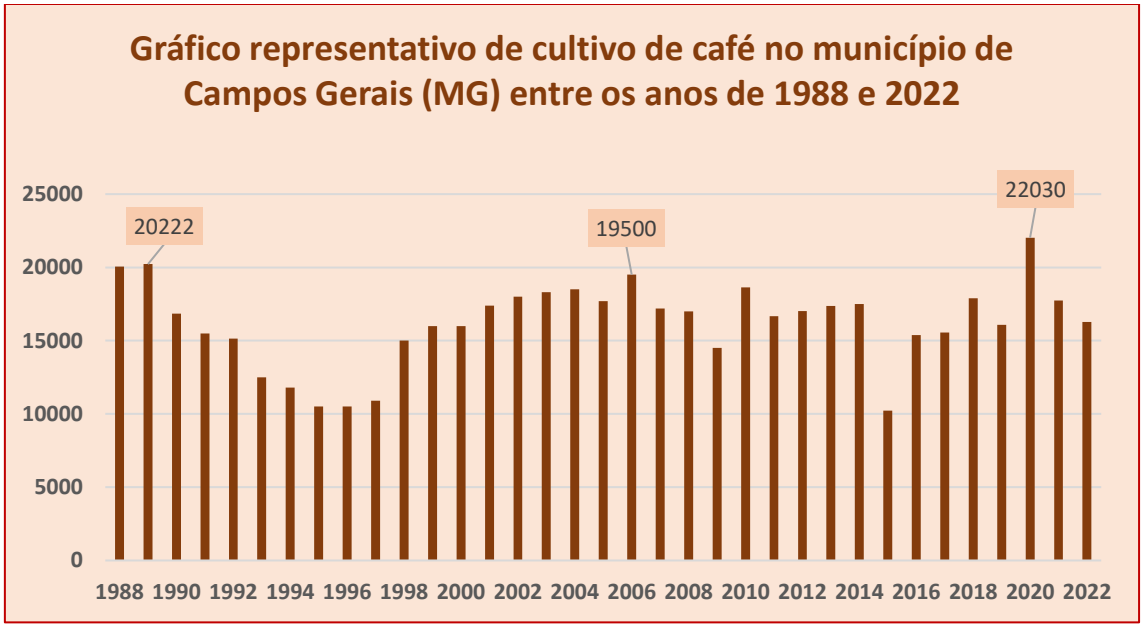
Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (IBGE, 2023)

Elaboração: Os autores.

No que concerne à análise temporal dessas produções, enquanto o café manteve uma média de 16.214 (ha) plantados ao longo de todos os anos analisados (gráfico 3), a produção de arroz, batata e mandioca apresentou uma queda crescente e contínua ao longo dos anos (gráfico 4). Essa dinâmica reflete algumas problemáticas. Por um lado, os agricultores familiares ou tem perdido espaço produtivo e de participação de mercado visto a diminuição na produção de alimentos, ou tem cada vez mais produzido café para o agronegócio, o que é tão pérfido quanto, visto a fragilidade socioeconômica desses atores que acabam por competir de forma desigual sobre e no espaço, além de incluírem-se em uma produção de monoculturas, o que também fragiliza o meio ambiente. Por outro lado, a não produção de alimentos é um obstáculo à soberania alimentar, aumentando as situações de fome no campo e na cidade. Ainda, reflete a monopolização do território por

empresas e cooperativas, que ditam o que e como produzir no campo, retirando a autonomia dos agricultores familiares nos processos de produção.

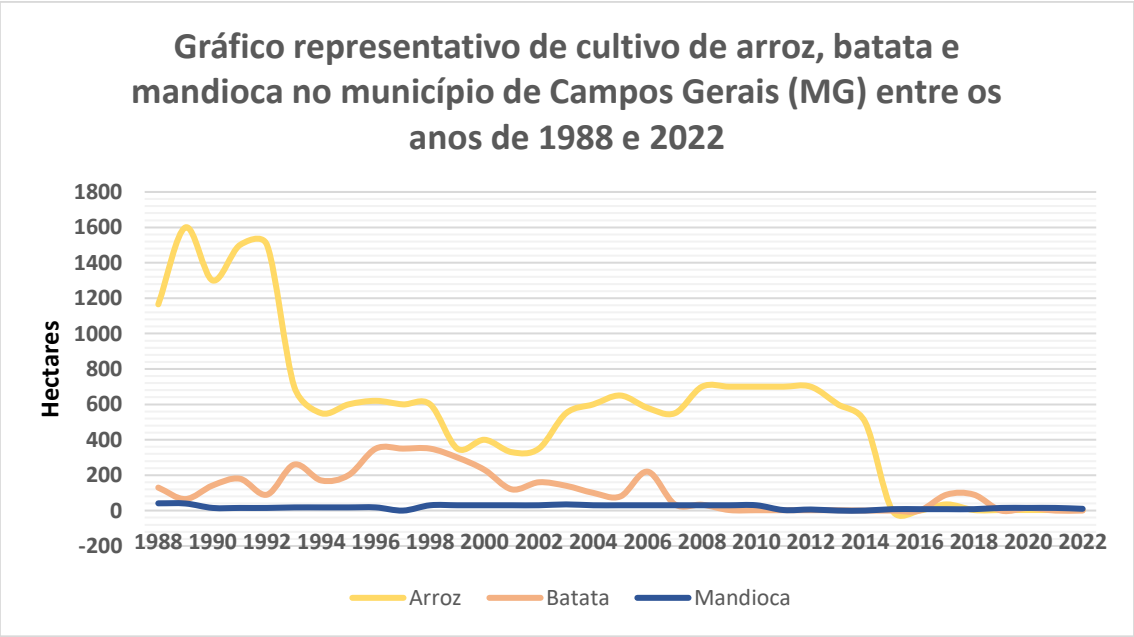
Gráfico 3: Área (ha) destinada ao cultivo de café no município de Campos Gerais (MG) entre os anos de 1988 e 2022.



Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (IBGE, 2023)

Elaboração: Os autores.

Gráfico 4: Área (ha) destinada ao cultivo de arroz, batata e mandioca no município de Campos Gerais (MG) entre os anos de 1988 e 2022.

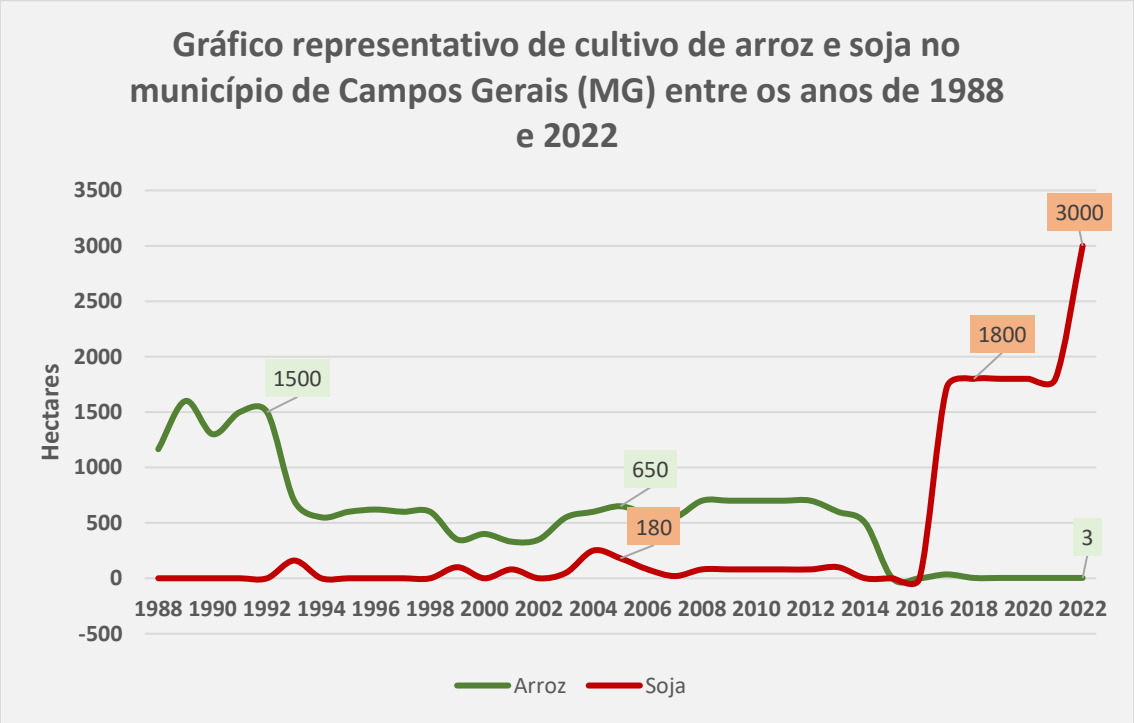


Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (IBGE, 2023)

Elaboração: Os autores.

Ao cruzar os dados de produção entre o arroz e a soja é possível observar um padrão interessante, porém preocupante, que parece substituir um cultivo em detrimento do outro. O arroz já apresentava uma queda contínua desde, principalmente, a década de 2000, entretanto, com o aparecimento dos plantios de soja no município, essa relação parece ter se agravado, quase extinguindo os arrozais do espaço agrário de Campos Gerais. Em 2022, a soja passa a ocupar 3.000 hectares enquanto o arroz é plantado em apenas 3 hectares no município (gráfico 5).

Gráfico 5: Área (ha) destinada ao cultivo de arroz e soja no município de Campos Gerais (MG) entre os anos de 1988 e 2022.



Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (IBGE, 2023)

Elaboração: Os autores.

Esse aumento do cultivo de soja no espaço agrário do município merece atenção emergente. Mesmo com o relevo acidentado, característica geomorfológica sul mineira, essa herbácea tem sido plantada em espaço considerável do município, com um aumento expressivo em apenas 6 anos. É preciso entender como esse grão tem se disseminado, quem são os atores responsáveis pelo seu plantio, assim como toda a cadeia de produção e distribuição da soja no sul de minas. Questões essas, que infelizmente não serão respondidas nesse trabalho visto seus objetivos. Conquanto, questões importantes para ditar próximas pesquisas.

Essa relação demonstra uma commoditização do território de Campos Gerais, que ao longo do tempo tem deixado de produzir alimentos para uma dieta saudável e voltado sua agricultura para um mercado mundializado. Essa dinâmica produtiva, além de diminuir a oferta de alimentos de qualidade à população, aumenta a dependência dos agricultores frente às demandas externas tornando-os mais suscetíveis ao endividamento, principalmente dos agricultores familiares. Ademais, demanda uma maior utilização de venenos no campo, degradando o meio ambiente e causando danos à saúde dos agricultores e consumidores. Essa especialização produtiva de Campos Gerais pelo agronegócio de *commodities*, principalmente o cafeeiro, pode representar um obstáculo à soberania alimentar da população, sendo preciso pensar em estratégias e políticas que valorizem a produção de alimentos de qualidade, essenciais à vida humana e a (re)produção dos agricultores e trabalhadores rurais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mundialização da agricultura, possibilitada pela ascensão do capitalismo mundial, pelo avanço nas tecnologias de transporte e de comunicação e pela modernização da agricultura, transformaram e (re)estruturaram as formas de produzir no campo. Tornou-se uma agricultura seletiva, tanto no que concerne ao que é produzido no campo, ao que tem maior valor de troca, quanto à quem produz, visto a capacidade desigual e seletiva do agronegócio em favorecer determinados atores sociais.

Os agricultores familiares tornam-se fragilizados no processo. É uma tríplice pérfida. De um lado, podem permanecer no campo produzindo alimentos em detrimento de tornarem-se marginalizados nos mercados e dependentes de políticas públicas insuficientes para sua pela (re)produção. De outro lado, cooptados por multinacionais e cooperativas, veem a possibilidade de se inserirem na cadeia produtiva de commodities, produzindo para o agronegócio, também fragilizados no que diz respeito a políticas públicas e a competição no mercado. Resta ainda, para aqueles que não conseguem se manter no campo, a migração, tornando-se moradores citadinos, muitas vezes, sem as oportunidades necessárias para sua total sobrevivência. Em todos os casos, a produção de alimentos é deixada em segundo plano e os agricultores familiares às periferias do mercado e do papel na divisão territorial do trabalho.

É preciso pensar estratégias para a produção de alimentos e para os agricultores familiares. As políticas paliativas voltadas à produção de alimentos já não são – se é que já foram – suficientes para garantir a soberania alimentar da população que consome e

que produz. Pensar estratégias que devolvam o controle da produção aos agricultores torna-se emergente em um cenário onde cada vez mais o espaço agrário é controlado pelas multinacionais, cooperativas e pelo capital do agronegócio

.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG).

REFERÊNCIAS

ALTIERI, Miguel A. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. **Revista NERA** Presidente Prudente Ano 13, nº. 16 pp. 22-32 Jan-jun./2010

ALVES, F. D., et al. Relação Campo-Cidade e dinâmica econômica nos municípios da APA do Rio Machado-MG. **Caderno de Geografia**, v.29, Número Especial 1, 2019

COCA, E. L. de F.; SANTOS, L. L. M.; SILVA, R. D. P. S. e; SALVATERRA, J. R. A soberania alimentar na Geografia Agrária brasileira. **Terra Livre**, *[S. l.]*, v. 1, n. 54, p. 586–615, 2020. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/1761. Acesso em: 12 jul. 2023.

CORREIA, G. G. S. Cafeicultura e especialização produtiva na Região Geográfica Imediata de Alfenas-MG: as dinâmicas rurais e urbanas na commoditização do território. **Monografia** (Graduação em Geografia) - Instituto de Ciências da Natureza, Universidade Federal de Alfenas. Alfenas, p. 106

FAJARDO, S. A territorialidade das cooperativas agropecuárias no estado do Paraná. "**Territórios em disputa**: os desafios da geografia agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro". Uberlândia, p. 1- 19, 15 a 19 de outubro de 2012. Disponível em: http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1270_1.pdf. Acesso em: 01/12/2023.

FERREIRA, Darlene Aparecida Oliveira; FERNANDES, Sibeli. A formação conceitual do campesinato e da produção familiar no Brasil. In: MARAFON, G. J.; CHELOTTI, M. C.; PESSOA, V. L. S. (org.). **Temas em geografia rural.** 2. ed., Rio de Janeiro : EdUERJ, 2020. https://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2020/03/PDF-TEMAS-EM-GEOGRAFIA-RURAL.pdf

FILETTO, F., ALENCAR, E. Introdução e expansão do café na região sul de Minas Gerais. Organizações rurais e agroindustriais. **Revista de Administração da UFLA**, V.3 – Nº 1 – Jan/Jun – 2001.

IBGE – **Censo Agropecuário**, 2006. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario2006/segunda-apura cao Acesso em: 20/06/2023.

IBGE. **Censo Demográfico**, 2022. Disponível em: https://censo2022.ibge.gov.br/. Acesso em: 20/12/2023

IBGE. **Pesquisa Agrícola Municipal**, 2022. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas. Acesso em: 11/04/2023.

IORIS, Antônio Augusto Rossotto. Desenvolvimento, Ambiente e Agricultura Capitalista: Uma Reflexão Crítica e Necessária. **Revista NERA**, v. 25, n. 64, p. 8-17, 2022.

MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi.Embates em torno da segurança e soberania alimentar: estudo de perspectivas concorrentes. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, 17(2): 78-87, 2010.

OLIVEIRA, A. U. A mundialização da agricultura brasileira. XII Colóquio Internacional de Geocrítica. **Las independencias y construcción de estados nacionales**: poder, territorialización y socialización, siglos XIX-XX. Bogotá, p. 1-15, 7 al 11 de Mayo de 2012. Disponível em: https://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/14-A-Oliveira.pdf. Acesso em: 19/10/2023.

OLIVEIRA, A. U. A mundialização do capital e a crise do neoliberalismo: o lugar mundial da agricultura brasileira. Geousp **– Espaço e Tempo** (Online), v. 19, n. 2, p. 229-245, ago. 2015. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/102776>. Acesso em: 19/10/2023.

PLOEG, Jan D. V, der. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S. (Org.) **A Diversidade da Agricultura Familiar**. Porto Alegre: EDUFRGS, p.13-54, 2006. Disponível em: https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/232207/000717534.pdf?sequence=1. Acesso em: 09/10/2023.

VALE, A. R. et al. A cafeicultura em Minas Gerais: estudo comparativo entre as regiões Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e Sul/Sudoeste. **CAMPO-TERRITÓRIO**: revista de geografia agrária. Edição especial do XXI ENGA-2012, p. 1-23, jun., 2014

O ESTADO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE À FOME NO BRASIL

Jean da Silva Cruz[1]

RESUMO

A questão do fenômeno da fome e seu estado permanente no Brasil pode ser considerado como uma das mais terríveis calamidades sociais atualmente. Sendo assim, o presente artigo busca discutir sobre o papel do Estado brasileiro na elaboração de políticas públicas, especialmente aquelas ligadas ao campo de combate à fome, em particular a problemática da segurança alimentar. Para a consecução do referido objetivo, serão adotados os seguintes procedimentos: **a)** Levantamento da literatura especializada permitindo construir um arcabouço teórico conceitual e exploratório; **b)** Análise documental de "primeira e segunda mão", conforme Gil (2002); Marconi e Lakatos (2007). A relação processual e histórica das políticas e programas de alimentação e nutrição enquanto uma problemática de intervenção pública e/ou política é marcada por uma fragmentação e/ou descontinuidade. Igualmente, foram agravadas com os avanços dos ciclos de rodadas neoliberais presentes nas agendas governamentais, entre 2016-2022 e que vai assinalar uma agenda política-ideológica de desmonte de política públicas.

Palavras-chave: Fome; Segurança Alimentar; Estado; Políticas Públicas

ABSTRACT

The hunger phenomena and its permanent state in Brazil may be considered as one of the most dreadful of all social disasters today. That being the case, the present article seeks to discuss the role of the Brazilian State in public policymaking, particularly those linked to the fight against hunger, and specially the issue of food safety. In order to achieve the said objective, the following procedures shall be applied: **a)** Specialist literature survey to enable a conceptual and exploratory theoretical framework to be built; **b)** First and second-hand documentary analysis, according to Gil (2002); Marconi and Lakatos (2007). The procedural and historical linkages of food and nutrition policies and programme types as a public and/or political intervention matter is characterised by a fragmented and/or discontinued nature. Equally, they have been aggravated by the advances in cycles of neoliberal rounds on government agendas between 2016-2022, and which will signal a political-ideological agenda of tearing down public policy.

Key words: Hunger; Food Safety; State; Public policy

[1] Doutor pelo Curso de Geografia da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP, jea-silcruz@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A questão do fenômeno da fome e seu estado permanente no Brasil pode ser considerado como uma das mais terríveis calamidades sociais atualmente. Em 2022, eram 33,1 milhões de pessoas sem ter o que comer. Mas, o que explica esses fatores estruturais e conjunturais da fome e insegurança alimentar no Brasil?

Esse questionamento torna-se extremamente relevante, uma vez que, nos direciona a discutir sobre o papel do Estado na elaboração de políticas públicas, principalmente aquelas atinentes à fome, em particular a problemática da segurança alimentar ou refletir sobre a questão da fome e segurança alimentar enquanto uma problemática política, ou seja, como alvo de intervenções públicas que no quadro brasileiro são marcadas por fragmentações e/ou descontinuidades, conforme ressaltam Castro (1984); Belik *et al.* (2001); Vasconcelos (2005); Almeida Filho *et al.* (2007); Santos (2009); Mascaro (2013); Crispino (2016); Hespanhol (2016); Boito Júnior (2018) e Vasconcelos *et al.* (2019). Igualmente, a discussão em torno do papel do Estado na elaboração de políticas públicas, sobretudo aquelas referentes à fome e segurança alimentar abarca um tema possível de amplo debate nos diversos domínios das ciências humanas, incluindo a Geografia, sobretudo atualmente, face à manutenção dos grandes desníveis sociais, econômicos e regionais, como destacam Andrade (1987); Hespanhol (1999); Tavares (2002); Diniz (2013); e Santos *et al.* (2021).

Este artigo busca discutir o papel do Estado na criação de políticas públicas que abordem essa questão, com ênfase na segurança alimentar.

METODOLOGIA

Para a consecução do referido objetivo, foram adotados os seguintes procedimentos: **a)** Revisão da literatura especializada, permitindo construir um arcabouço teórico conceitual e exploratório; **b)** Análise documental de "primeira e segunda mão", conforme Gil (2002) e Marconi e Lakatos (2007).

REFERENCIAL TEÓRICO

PERSPECTIVA DO ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE À FOME NO BRASIL

Conforme os dados da Rede PENSSAN (2021; 2022), no contexto da pandemia da COVID 19, destacaram que 116,8 milhões de brasileiros(as) conviviam com algum grau de insegurança alimentar e, destes, 43,4 milhões não tinham comida em quantidade

suficiente, e 19 milhões enfrentavam a fome. Em 2022 somaram-se 33,1 milhões sem ter o que comer, porém, o fato mais marcante é que a insegurança alimentar se mostrou presente em mais de 60% dos domicílios rurais. Mas, o que explica esses fatores estruturais e conjunturais da fome e insegurança alimentar no Brasil?

Esse questionamento torna-se extremamente relevante, uma vez que, nos direciona a discutir sobre o papel do Estado na elaboração de políticas públicas, principalmente aquelas atinentes à fome, em particular a problemática da segurança alimentar ou refletir sobre a questão da fome e segurança alimentar enquanto uma problemática política, ou seja, como alvo de intervenções públicas que no quadro brasileiro são marcadas por fragmentações e/ou descontinuidades.

Contudo, é importante destacarmos duas questões: política pública e Estado. Em relação as políticas públicas, enfatizamos que são meios pelos quais orientam as ações diretivas do Estado na modulação do espaço e suas especializações[2]. Nesse sentido, conforme esclarece Crispino (2016), toda política pública (independente do modelo de Estado) é a intencionalidade de ação de governo, assim, tal assertiva leva-nos a compreender sua elaboração de cunho político sustentado pelas regras políticas e a ação governamental, ou seja, sua realização por meio dos instrumentos de planejamento e gestão próprios e disponíveis que realça a efetiva ação de governo por meio de instrumentos legais. Portanto, a política pública como ato político se constitui como um grande jogo de cena, daí suas regras nem sempre serem explícitas e/ou serem aquelas que foram enumeradas no momento da decisão política.

Quanto ao Estado, é importante destacá-lo, pois muitos estudos relacionados as políticas públicas adotam uma perspectiva considerando-o como sujeito autônomo, dotado de interesses próprios e neutros, conforme a linha Institucionalista do Estado que parte de uma tradição liberal. Para Mascaro (2013), a manifestação do Estado hoje é especificamente moderna, capitalista, daí apresentando uma relação complexa. Assim, abre-se uma separação entre os domínios econômico e político. Por conseguinte, estabelecendo-se como um *continnum* estrutural e relacional, não como um elemento incomum, neutro ou puramente técnico, porém o Estado é um momento de condensação de relações sociais específicas, a partir das próprias formas dessa sociabilidade, portanto seu aparato institucionalizado é um determinado instante e espaço dessa condensação.

---

[2] Para Moraes (2005), políticas públicas podem ser divididas como: i) políticas econômicas (cambial, financeira, tributária); ii) políticas sociais (educação, saúde, previdência, alimentação); iii) políticas territoriais (urbanização; regionalização, transporte).

Jessop (2006) argumenta que o Estado é uma relação social, face que o exercício do poder estatal é fruto de um balanceamento cambiante de forças políticas localizadas dentro e para além do Estado, acondicionado pelas estruturas institucionais e procedimentos específicos de seu aparato. De tal modo, para fazerem valer seus interesses, os atores buscam perseguir estratégias (incluindo as discursivas) por diversos horizontes espaciais e temporais de ação e mobilizam variados conjuntos de forças sociais em diferentes contextos, para eliminar ou modificar constrangimentos e oportunidades específicas ligadas às estruturas de Estado, conforme pontua Urberti (2020).

O Estado brasileiro diante dos problemas relativo à fome sempre manifestou uma situação paradoxal. Isso porque parte de seu aparato constituiu os principais canais institucionais de combate, enquanto outra parte constituiu os principais agentes do seu agravamento, como veremos.

As raízes da fome no Brasil, como salientam Castro (1957) e Campello *et. al* (2022), encontram-se nos processos históricos-políticos da formação, tanto econômica quanto socioespacial. O Estado colonial promoveu transformações pelo "alto", igualmente expressava os interesses da burguesia exportadora e, sobretudo, dos proprietários de terras. Sob esses interesses que se prioriza uma exploração exógena, para melhor detalhe, um mercado exportador de matéria-prima em detrimento de um mercado interno, gerando a concentração de riqueza da colônia nas mãos de poucos proprietários de terras. Daí, segundo Castro (1957), a fome (principalmente na América Latina[3]) passa a ser um produto, em grande parte, desse colonialismo desumanizado.

Com o rompimento da ordem rural e/ou agroexportadora (que vinha ocorrendo desde 1850 e se consolidando a partir de 1930), segundo Moreira (2021) se projeta no Brasil mudanças do padrão de acumulação, sob um processo de industrialização integral com participação ativa do Estado brasileiro. De acordo com Moraes (2005), nasce então, um projeto de construir o país sob o viés da modernização tendo o Estado como o principal indutor e agente de difusão de inovações no chamado capitalismo tardio. O

[3] O Relatório *Panorama Regional de Seguridad Alimentaria y nutricional*, publicado em 2023, afirma que 25,5% da população da América Latina e do Caribe, isto é, cerca de 131,3 milhões de pessoas, não dispõe de meios suficientes para ter acesso a uma alimentação saudável. Ainda conforme o relatório, a prevalência da fome na região aumentou de 5,8%, em 2015 para 8,6%, em 2021. Essa prevalência foi abaixo da média mundial (9,8%), em 2021.Entretanto, o aumento na proporção de pessoas que sofriam com a fome na região durante a pandemia foi maior do que o aumento global. Entre 2019 e 2021, a prevalência da fome na região aumentou 28%, em comparação com 23% de aumento em todo mundo.

instrumento básico para realizar essas ações será o planejamento, a partir daí serão conhecidas as estratégias espaciais desenvolvimentistas implícitas e explícitas adotadas pelo Estado em diferentes governos: no governo Getúlio Vargas, a chamada "Marcha para Oeste"; no Governo JK, os "Plano de Metas"; no Governo dos militares, os "Planos Nacionais de Desenvolvimento" (PND).

No entanto, embora tais políticas desenvolvimentistas tenham promovido grandes modificações na estrutura do território por meio de uma relativa "desconcentração" industrial, modernização da agricultura, interiorização da população e economia, operou para acentuar as disparidades regionais e a concentração de renda. Se constrói uma articulação do espaço regional brasileiro com feições contraditórias devido ao processo de industrialização ser caracterizado pela extrema concentração no estado de São Paulo. Além disso, para Serpa (2011) observa-se a elaboração de políticas públicas com critérios estritamente econômico sob um modelo político instrumental, criando uma cidadania mutilada, com a supressão de direitos políticos e sociais garantidos como: o direito a um teto, à comida, à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer e à justiça.

Nesse cenário, a temática da fome, em particular a questão da segurança alimentar ganha relevo com a obra "*Geografia da Fome*" de Josué de Castro, publicado em 1946. As ideias contidas nesta obra fruto de trabalhos anteriores, veio a tratar o fenômeno social da fome e que era encarado como algo complexo e de causas múltiplas, assim, ganhava grande expressividade[4] no mundo e no Brasil.

A grande contribuição de sua abordagem foi superar a ideia de que o fenômeno da fome era meramente resultado de causas naturais. Mas, apontou veementemente que se constituía como um flagelo social, ou melhor, um fenômeno simultaneamente biológico/social. Por essa razão, a obra do referido autor na época se colocava como uma forma de inquérito, daí a necessidade de denunciá-la. Tal denúncia trouxe à tona os graves problemas alimentar e nutricional do Brasil, propondo inclusive, uma divisão de

[4] Castro (1984) considerava que o tratamento analítico sobre o fenômeno da fome na época se apresentava como algo delicado e perigoso, ao ponto de colocá-la como uns dos principais tabus da nossa civilização, e, indo um pouco mais além, argumentou ainda, sobre a ausência de estudos científicos, bem como a ausência do poder público em relação ao fenômeno da fome em suas diferentes manifestações. Nas palavras de Castro (1984. p. 30) "Trata-se de um silêncio premeditado pela própria alma da cultura: foram os interesses e os preconceitos de ordem moral e de ordem política e econômica de nossa chamada civilização ocidental que tornaram a fome um tema proibido, ou pelo menos pouco aconselhável de ser abordado publicamente".

cinco grandes áreas alimentares do Brasil, a saber: **Área da fome**: Amazônia; Nordeste Açucareiro e Sertão Nordestino; **Área de Subnutrição**: Centro-Oeste e Extremo Sul.

Neste sentido, Castro (1984) ponderou criticamente que esses problemas procediam também do próprio modelo de desenvolvimento econômico em curso. Para Castro (1984) havia interesses antagônicos quanto ao tratamento da fome, pontuando que o imperialismo econômico e o comércio internacional a serviço do mesmo apenas interessavam que a produção, a distribuição e o consumo dos produtos alimentares continuassem a se processar como fenômenos puramente econômicos, isto é, estimulados dentro dos limites e interesses econômicos e não como fatos ligados aos interesses da saúde pública.

Dessa forma, para Josué de Castro, a situação da má alimentação do povo brasileiro derivava-se da desigual distribuição de renda, implicando na manifestação de doenças e carências, tais como anemia e deficiência de vitamina A. Por fim, a análise de Castro revelava que o fenômeno da fome não estava restrito unicamente ao aspecto quantitativo, mas também no aspecto qualitativo (a chamada fome oculta e ao mesmo tempo explícita), por conseguinte, propondo um olhar mais totalizante[5] sob o fenômeno e incorporando o elemento nutricional como um indicador de qualidade da alimentação e nutrição do brasileiro (CASTRO, 1984; PINHEIRO, 2008; SANTOS, 2009).

Nascimento (2022) destaca que Josué de Castro, por meio de sua extensa e profunda obra, trouxe abaixo a imagem de um Brasil generoso, de natureza exuberante, na qual supostamente não haveria escassez de alimentos. Todavia, descortinou um Brasil que, de norte a sul, estava marcado pelo problema da fome, agora não devido às condições naturais, mas, especialmente, por causa do próprio homem e das estruturas socioeconômicas implementadas no país. Por conseguinte, os resultados dos seus estudos influenciaram fortemente as ações ulteriores de intervenções públicas do Estado brasileiro em relação a questão da fome e desnutrição enquanto uma problemática política.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

ESTADO E A QUESTÃO DA FOME E SEGURANÇA ALIMENTAR ENQUANTO ALVO DE INTERVENÇÃO PÚBLICA

[5] Castro (1984) considerava na época que um dos grandes obstáculos ao planejamento de soluções adequadas ao problema de alimentação dos povos, residia justamente no pouco conhecimento, assim resultando numa visão parcial e unilateral do problema.

Não obstante, no Brasil, a questão da fome e segurança alimentar enquanto uma problemática política, ou melhor, como alvo de intervenções públicas passaram por diversos momentos (Figura 2).

O período de 1930 a 1963, é considerado como aquele momento histórico quando os primeiros instrumentos específicos de política social de alimentação e nutrição são promovidos por meio do Estado brasileiro, tendo como principal referência o governo de Getúlio Vargas (1937 – 1945). Assim, inaugura-se um conjunto de políticas sociais, como: a instituição do salário mínimo, a criação do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS) e da Comissão Nacional de Alimentação (CNA). Com a destituição de Getúlio Vargas em 1945, a SAPS foi extinta em 1962.

Contudo, esses instrumentos específicos de política de alimentação e nutrição foram sendo promovidos conforme a necessidade, tanto da política interna quanto externa. No plano interno como comentado anteriormente, considera-se o novo padrão de acumulação já em curso no Brasil, sob o modelo urbano-industrial com forte ideologia desenvolvimentista (1930 - 1970). No plano externo, sobretudo no período após a Primeira Guerra Mundial, o problema da fome passou a ter um maior destaque, e a partir daí, o conceito de Segurança Alimentar (SA) passa a ser conhecido, cujo princípio era de garantir estoques mínimos de sobrevivência para as populações (especialmente dos países centrais). Não obstante, a ideia de Segurança Alimentar origina-se ligada sob o princípio de segurança nacional e à capacidade de cada país produzir sua própria alimentação, conforme salienta Pinheiro (2008; 2009).

Figura 2. A trajetória da intervenção pública de combate à fome no Brasil (1930-2003).

1930-1963	1964-1984	1985-2003
• Os primeiros instrumentos específicos de políticas social de alimentação e nutrição; • A modalidade de política social, delineados sob a influência de Josué de Castro; • Instituição do salário mínimo (Decreto-Lei nº2.162, de 1º de maio de 1940; • A criação do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS, pelo Decreto-Lei nº2.478, de 5 de Agosto; • Criação da Comissão Nacional de Alimentação (CNA), pelo Decreto-Lei nº7.328, de fevereiro de 1945; • A promulgação do Primeiro Plano Nacional de Alimentaçãon e Nutrição, em 1953.	• Tentativas de incorporações de técnicas de planejamento nutricional ao planejamento ecômico sob a direção do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN), no bojo da tecnoburocracia da Ditadura Militar; • A criação do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição, por meio da Lei nº5.829, de 30/11/72; • A instituição do I Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (I PRONAN), em março de 1973; • A instituição do II PRONAN em fevereiro de 1976.	• A intervenção estatal na área de alimentação e nutrição apresentou-se como uma prioridades; • O Plano Subsídios para Ação Imediata contra a Fome e o Desemprego; • Programa de Abastecimento Popular (PAP); • Esvaziamento e/ou extição dos Programas de Alimentação e Nutrição; • Movimento Social Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida, lançado em Março de 1993; • Plano de Comabte à Fome e à Miséria; constituição do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA) • Elaboração do Projeto Fome Zero: Uma proposta de Política de Segurança Alimentar no Brasil, em 2001.

Fonte: Vasconcelos – Elaborado por Jean da Silva Cruz (2023).

Entretanto, segundo Silva (2014), essa situação ganha maior repercussão com a eminência da Segunda Guerra mundial. Como resultado, os países centrais (sob a liderança dos EUA) em circunstância de calamidades, desastres, guerras e visando conter quadros de instabilidade social e política em países pobres (via processo revolucionário). A fome e a pobreza passaram a ser enfrentadas por meio de cooperações internacionais, colocando o combate à fome como um elemento estratégico no jogo de disputa pelo controle geopolítico mundial. A partir desse momento histórico (período pós-guerra), ocorreu o surgimento de diversas organizações multilaterais e acordos internacionais que debatiam temas como comércio internacional, desenvolvimento da agricultura e ajuda humanitária. Dentre essas, podemos destacar: a realização da Conferência de Alimentação de *Hot Springs*, nos Estados Unidos, em 1943; a criação do Banco Mundial, em 1944 e a criação da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura – *Food and Agriculture Organization* (FAO) –, que veio a ocorrer em 16 de outubro de 1945.

Veja-se, que a partir desse quadro histórico, os organismos internacionais, como o Banco Mundial, a Organização Mundial da Saúde (OMS), a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e o Fundo das Nações Unidas para Infância (UNICEF), passam a exercer forte influência em reposta as causas de crises de fome no mundo, atrelando-se a ideia de que esse fenômeno (fome) estaria ligada à ausência de estoque de alimentos e a solução seria encontrada na disponibilidade ou oferta de alimentos, percebe-se, então, que o foco dos problemas relacionados a fome se sustenta sob o viés da produção e produtividade. Nesse contexto, passaram a defender para os países subdesenvolvidos, em particular, os países latino-americanos, a necessidade de incorporação do planejamento nutricional ao planejamento econômico (PINHEIRO, 2008).

No interior dessa conjuntura interna e externa, a questão da fome e nutrição se torna uma das principais temáticas da agenda governamental. Aliás, a modalidade de política social vai sendo construída sob forte influência de Josué de Castro, pois, na época, já se tornara conhecida a elevada ocorrência das doenças nutricionais. No caso brasileiro, tais ocorrências estavam relacionadas à miséria, à pobreza, à exclusão social e ao atraso econômico. Entretanto, essas ações que visavam buscar alternativas de estratégias políticas de assistência alimentar, tomaram rumos marginais e tímidos, por

conseguinte, apontaram objetivos subjugados ao processo de crescimento econômico. No âmbito da tecnoburocracia da Ditadura Militar (1964-1984), como um segundo momento de intervenções públicas, observa-se a incorporação técnica do planejamento alimentar e nutricional ao planejamento econômico. Assim, ocorreu a extinção da Comissão Nacional de Alimentação (CNA), em 1972, sendo substituída pelo Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN), criado por meio da Lei n°5.829 (dentro dos objetivos estabelecidos pelos: I e II Planos Nacionais de Desenvolvimento – PND), estimado como um dos projetos de impacto do governo militar, tinha como máxima a área de assistência alimentar, e instituiu um conjunto de programas direcionados às populações em situação de vulnerabilidade social. Além do mais, se pode destacar dois novos programas que marcaram a ação governamental nesse período, com o DL n°72.034, em 1973, foi criado o Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN). Em seguida, em 1976 (DL nº 77.116) foi lançado o II PRONAN como tentativa de propor uma ação integrada entre os vários organismos do Estado.

As ações deste período, embora direcionadas às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional e a grupos específicos considerados de risco (gestante, crianças e nutrizes), a intervenção alimentar e nutricional da Ditadura Militar, tendeu a enfatizar a sua dimensão ideológica, o funcionamento dos programas caracterizou-se pelo assistencialismo, paternalismo e clientelismo político-eleitoral, além disso, destaca-se a forte influência dos organismos internacionais na elaboração dos planos e programas, com interesses bem articulados para constituírem mercados para seus produtos industrializados.

As questões ulteriores (1985-2003) de intervenções públicas se desdobraram no contexto de redemocratização do país, com isso os espaços de participação e debates face à emergência do movimento popular realçaram novas perspectivas para organização social sobre o tema da fome e desnutrição. Assim, o Ministério da Agricultura no ano de 1985, por meio da Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL), implementou o Programa de Abastecimento Popular (PAP), no qual foi organizado o Debate Nacional de Abastecimento Popular, onde encaminharam uma pauta extensa de reivindicações que abordavam a política econômica e a questão salarial, a política agrária e agrícola dos programas de abastecimento e a participação popular na criação e fiscalização das políticas públicas.

Dessa forma, foi realizado a I Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição. Com base em Arruda; Arruda (2007.p. 324), foi consolidado três aspectos básicos: **a**) o

processo de desenvolvimento econômico e social do país necessita garantir, obrigatoriamente, a segurança alimentar para todos; **b**) a proposta de segurança alimentar exige uma articulação entre a sociedade civil e o governo; e **c**) a participação conjunta não implica diluição dos papéis específicos que cabem a cada um dos participantes.

No governo de José Sarney (1985-1990), foi lançado o Programa Nacional de Leite para Crianças Carentes – PNLCC. No entanto, a proposta foi criticada devido a postura centralizadora do governo, por meio da distribuição de tíquetes para a aquisição de 30 litros de leite junto ao comércio local, assim, foi taxada de clientelista, dissociada de qualquer outra intervenção na área de saúde, ou produção agrícola, ademais não apresentava esforço de integração ao demais programas.

Com a chegada de Fernando Collor de Mello (1990-1992) ao poder, os órgãos e instrumentos de políticas ligados à saúde e nutrição foram reestruturados devido à graves cortes em seus orçamentos, no contexto do enxugamento da máquina pública. Fato que levaria para a desativação total do PNLCC e o enfraquecimento de outros programas, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar, o Programa de Alimentação do Trabalhador e o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN). Observa-se um processo de redução da intervenção do Estado no que diz respeito à questão social, com o fortalecimento do receituário neoliberal no país.

Vale ressaltar que o período entre 1992 a 1994, segundo Belik. *et al*. (2001), é marcado pela ampla mobilização da sociedade civil no que concerne à temática da fome e da miséria, impulsionada pela ética na política. Tais ações buscavam a implementação de uma política de combate à fome no Brasil, tendo a participação do Partido dos Trabalhadores, ao elaborar uma Política Nacional de Segurança Alimentar e a mobilização da sociedade através da campanha da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, liderado pelo sociólogo Hebert de Souza.

Com isso, o presidente Itamar Franco (1992-1994) ao definir o combate à fome e à miséria como algo prioritário de seu governo, instituiu o I Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), sendo este responsável na elaboração do Plano Nacional de Combate à Fome e à Miséria. Redesenhando, conforme Pereira Silva (2014), a estratégia governamental, propondo uma forma de gestão compartilhada entre governo e sociedade civil, no intuito de dialogar e construir ações, projetos e políticas que visem a garantir a Segurança Alimentar no Brasil.

No governo de Fenando Henrique Cardoso (1995-2002), os objetivos de estabilização macroeconômica se sobrepuseram à frente de qualquer orientação das

políticas sociais. Diante desse contexto, ocorreu certo esvaziamento da Ação da Cidadania com a extinção do CONSEA e a criação do Conselho da Comunidade Solidária, criado pelo Decreto n°1.366, de 12/01/1995, que se destacou mais como um órgão consultivo do que de execução. Igualmente, configurou-se para o discurso neoliberal da focalização, flexibilidade e parcerias entre o Estado mínimo, o mercado e o chamado terceiro setor. Em 1997, as ações do governo levaram para a extinção do INAN, dessa forma, ocorreu um esvaziamento das políticas universais e sua substituição por políticas compensatórias localizadas e a substituição de programas baseados na distribuição de bens por um valor mensal em dinheiro.

Podemos dizer que o contexto de redemocratização do país é marcado por mudanças significativas no que diz respeito a prática e a forma institucional do Estado brasileiro. Primeiro, são sentidas no país os reflexos da crise mundial (desencadeada a partir da crise do petróleo, em 1973), que impulsionou um processo de reestruturação econômica sob novas formas de acumulação (flexível) imbricadas com a ascensão da globalização neoliberal, estabelecendo um novo patamar nas relações entre o Estado e o mercado. Segundo, ocorre o rompimento com o período de crescimento compreendido entre 1933 e 1973 (nacional desenvolvimentismo), que marcou um processo de industrialização acelerada do país com papel ativo do Estado. O enfrentamento da crise (sobretudo a partir dos meados dos anos de 1980, com a crise fiscal e financeira) foi tomado pela via neoliberal, tem-se aos reajustes diante das exigências e imposições da ordem econômica internacional. O mercado é elevado ao fator-chave e orientador das decisões nacionais, inclusive de sua dinâmica regional, como destaca Amparo (2014).

Essas mudanças contribuíram para um processo de integração competitiva das regiões/localidades, promovendo uma expansão seletiva e a constante especialização dos territórios, acentuando os problemas derivados do ciclo vicioso e acumulativo de ordem estrutural, qual seja, a desigualdade regional, a concentração excessiva de renda, desemprego, queda do poder aquisitivo e redução da oferta de alimentos.

Além disso, o enfrentamento aos problemas relativo à fome vão sendo realizados sob a ótica imposta pelo Banco Mundial, cuja ideias de crises de fome passam a estar ligadas à falta de acesso aos alimentos e a saída estaria no acesso físico e/ou econômico aos alimentos, dessa forma, trazendo a problemática da Segurança Alimentar para a escala doméstica e individual, reforçando, a partir daí, a necessidade constante de reformas políticas (notadamente políticas de austeridade fiscal) por parte dos governos. Resumindo, o fenômeno da fome é sempre explicado enquanto falha técnica,

administrativa, política ou econômica, nesse caso negando e/ou ocultado que tal problemática se constitui na verdade enquanto um produto das relações sociais capitalistas, como esclarece Ribeiro Junior (2015).

No início do século XXI, se abriu um novo direcionamento político sobre as ações públicas em relação à segurança alimentar e combate à extrema pobreza, com a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em janeiro de 2003. Esse novo direcionamento político sobre as ações públicas veio sob um olhar de rejeição aos "cânones" neoliberais e de acordo com Mota; Moraes (2017) e Boito Jr (2018), o ideal do desenvolvimentismo retornou à pauta das políticas públicas, mas com a nova roupagem, designada de "novo desenvolvimentismo" e/ou neodesenvolvimentismo. Nessa nova perspectiva, a questão social, conforme os autores assinalam, seria equacionada por intermédio de um "pacto social" que contemplasse uma maior intervenção do Estado na economia, com bons índices de competitividade, controle da inflação, crédito acessível e políticas sociais de enfrentamento da pobreza, miséria e a fome.

Dentro dessa nova agenda política, propuseram colocar os problemas relativo à fome no centro de uma política de desenvolvimento, cujo objetivo era garantir quantidade, qualidade e regularidade no acesso à alimentação para toda a população brasileira, a partir da criação do Programa Fome Zero (VASCONCELOS, 2005; ARRUDA; ARRUDA, 2007; BRASIL, 2010). As ações do programa, nesse sentido, objetivavam erradicar a fome e implementar uma Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), por meio de políticas estruturais, tanto específicas como locais, assim, abrangia três dimensões: i) a **teórico-conceitual**, reconhecendo que a formulação de uma política de segurança alimentar irá constituir o marco de referência idealmente desejável para o Programa, a fim de configurar uma abordagem holística; ii) a **político-operativa**, consubstanciada na decisão de implementá-la e gradativamente promover ajustes, e na criação do Ministério Extraordinário da Segurança Alimentar e Combate à Fome; e iii) a **consultiva**, recriando o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), que resultou posteriormente na aprovação da LOSAN – Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional, tornando a alimentação um dever do Estado. (ARRUDA; ARRUDA, 2007 e VASCONCELOS *et. al*. 2019).

Segundo Hespanhol (2016), o Programa Fome Zero foi considerado como o "carrochefe" das políticas de segurança alimentar no país, que a partir daí, um conjunto de políticas foram implementadas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). A partir da criação do PAA houve uma articulação entre as políticas de segurança

alimentar e nutricional e as políticas de promoção da agricultura familiar, agenciando a criação de um mercado institucional de alimentos e delineando diretrizes e/ou mecanismos para a compra direta da agricultura familiar. É importante considerar também, o Programa Bolsa Família, que previa o repasse de recursos monetários às famílias que viviam em situação de pobreza e extrema pobreza, etc. em que seus resultados implicaram na redução, tanto da desigualdade de renda quanto nos índices de pobreza, contribuindo para minimizar a pobreza e a fome no Brasil, como destaca Vasconcelos et. al. (2019).

Não obstante, destaca-se a centralidade da ideia de combate à fome durante todo o governo Lula (2003-2010), não de forma assistencialista e ações meramente emergenciais. Nas palavras de Frei Beto (2003.p. 54), "o fome Zero [...]. Trata-se de uma política de inserção social, para a qual, mais importante do que distribuir alimentos, é gerar renda, trabalho, resgatar a autoestima e a cidadania". Por fim, considera-se, conforme destacam Vasconcelos et.al (2019) que durante o governo Lula foram identificadas mudanças de ideias, valores e interesses, sendo assim, foram criados marcos legais com implementação e valorização da segurança alimentar e nutricional para reduzir a fome, apesar das contradições, como o incentivo à agricultura empresarial na grande propriedade.

ESTADO E RUPTURAS INSTITUCIONAIS NO AGRAVAMENTO DA FOME

Em um quadro analítico geral, o foco político-ideológico durante todo o governo Lula (2003-2010) foi direcionado a uma nova postura das ações do Estado em relação ao enfrentamento aos problemas relativo a fome. O governo de Dilma Rousseff (2011-2016) caracterizou-se também por uma ofensiva da política neodesenvolvimentista. Não obstante, a principal narrativa ao enfrentamento dos problemas relativo à fome, teve como principal eixo o combate à pobreza ou à extrema pobreza, simbolizado pelo lançamento do Programa Brasil Sem Miséria (PBSM, Programa Brasileiro de Erradicação da Miséria), como destaca Vasconcelos *et. al.* (2019)

Cabe destacar, o Programa Brasileiro de Erradicação da Miséria, foi estruturado em três eixos: **i)** inclusão produtiva (e urbano); **ii)** garantia de renda para proteção social; e **iii)** acesso a serviços públicos para proteção e promoção. No campo específico das políticas públicas de alimentação e nutrição, o eixo de inclusão produtiva rural buscou articular ações estratégicas voltadas ao acesso à água para produção e consumo, apoiando a estruturação produtiva e a comercialização de alimentos (VASCONCELOS *et. al.*

2019). Sendo assim, a luta contra a fome e a miséria constituíram as principais questões das políticas sociais, em particular, as políticas de alimentação e nutrição, tendo como um dos seus resultados a saída do Brasil do Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas, condição alcançada quando menos de 5% da população se encontra em situação de insegurança alimentar grave.

Entretanto, em seu segundo mandato (2015-2016), como destaca Boito Junior (2018), teremos o aprofundamento da crise política iniciada a partir de 2014. Instaura-se no interior do Estado um acirrado conflito de classe que estabelece uma disputa pela redistribuição da riqueza produzida, de um lado. Do outro lado, a disputa em torno do modo de organização social do país. Duas questões marcam esses acirramentos de conflitos de classe durante o governo. Primeiro, a grande burguesia interna brasileira que mantém uma relação ambivalente, de dependência e conflito com o capital internacional, aliás, foi a fração burguesa hegemônica no bloco do poder durante os governos de Lula e Dilma; segundo, uma força política do campo neoliberal ortodoxo que contempla demandas do capital internacional e fração da burguesia a ele integrada, assim pretendia iniciar uma nova rodada de reformas neoliberais no Brasil. Em última instância, esse cenário vai marcar uma crise do governo neodesenvolvimentista de Dilma Rouseff.

Somadas a essas questões, conforme Vasconcelos *et. al.* (2019), face à forte recessão e o aumento das taxas de desempregos, seguido das ações de ajuste fiscal em várias áreas da Administração Pública (principalmente nos gastos do governo aplicados em programas e políticas sociais, que somados chegaram à ordem de 70 bilhões), essa crise foi intensificada por uma crise política que resultou no *impeachment* da presidenta em agosto de 2016, por meio de um golpe parlamentar de Estado. As implicações, destacam os autores, no campo das políticas públicas de combate à fome foram sentidas. Como por exemplo: Em 2015, houve redução de 6% em relação a 2014 nos gastos do governo com o PAA, que em 2016 acumulou perdas de mais de 20% em relação a 2014. Em 2015, o número de famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família foi menor do que em 2014 e o que vai se repetir em 2016. Em relação ao PNAE, houve redução de 9% no orçamento direcionado da administração federal aos estados e municípios. Em resumo, o governo Dilma é marcado, em um primeiro momento, com foco político-ideológico de erradicação da miséria e da pobreza, no segundo momento, devido à crise política, seguida de recessão é iniciada uma política de austeridade, atrelada à promoção da alimentação saudável.

O agravamento dessas medidas de ajuste fiscal com perdas em programas e políticas sociais, especialmente aquelas voltadas ao enfrentamento dos problemas relativo à fome, serão maiores no Governo Michel Temer (2016-2018). Tendo em vista que já se observava um processo de rupturas institucionais e programáticas, cortes orçamentários e retrocessos em direitos conquistados que, em última análise, simbolizou na prática a interrupção da redução da fome, da miséria, da pobreza e da promoção da segurança alimentar e nutricional do país (VASCONCELOS *et. al*. 2019 e NEVES *et. al*. 2022).

Dentre os ajustes, pode-se citar a aprovação da PEC 241 pelo Senado Federal, que impôs um teto de gastos públicos pelos próximos vinte anos. Essa agenda-política engendrada por Temer sob o campo neoliberal ortodoxo que contempla demandas do capital internacional e fração da burguesia a ele integrada, afetou, sobretudo, a população mais pobre do país. Segundo o IBGE, em relação a população vivendo abaixo da linha de extrema pobreza, em 2018 já eram 6,5%, chegando a 13,5 milhões de pessoas.

O desmonte de políticas de assistência social contribuíram para o retorno do cenário de fome e miséria no país. Os dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2017-2018, mostram essa inflexão referente aos problemas relativos à fome, que 36,7% dos brasileiros se encontravam em insegurança alimentar grave, e outros 63,3% conviviam com algum grau de insegurança alimentar. Para mais detalhes, as regiões Norte (10,2%), Nordeste (7,1%) e CentroOeste (4,7%), foram as áreas com percentuais mais elevados de domicílios particulares onde a fome esteve presente, isto é, com prevalência de insegurança alimentar grave. Em contraposição, a insegurança alimentar grave esteve presente em menos de 5% dos domicílios da Regiões Sudeste (2,9%) e Sul (2,2%). Os dados da pesquisa revelam as fortes desigualdades regionais marcada pela presença da fome e de acesso aos alimentos nessas regiões.

A rigor, esses resultados demostram os efeitos perversos da política de ajuste fiscal, segundo Rosário (2020) e Vasconcelos *et. al* (2019), que afetaram diretamente as políticas de alimentação e nutrição. Dentre os efeitos destacam-se: a aprovação, em 2017, do projeto de Reforma Trabalhista, que alterou de modo significativo a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), no sentido de precarização e embaratecimento da mão de obra; a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); a aprovação do Projeto de Lei 6.299/2002, que flexibiliza a legislação sobre pesticidas; a aprovação do novo regime fiscal instituído pela Emenda Constitucional nº 95, que estabelece que os valores reais dos pisos de gastos do governo com saúde e educação

fiquem congelados por duas décadas; diminuição dos recursos destinados ao Programa Bolsa Família e da Estratégia Saúde da Família e ainda, devidos aos efeitos do ajuste fiscal que não permitiu a ampliação na cobertura ou na criação de novas ações do Ministério do Desenvolvimento Social. Neste sentido, o corte orçamentário da Segurança Alimentar e Nutricional do Plano Plurianual (PPA) em 2017 foi na ordem de 76%, assim, diante dessas ações pode-se observar o retorno da insegurança alimentar.

O retorno da fome e, em particular, os problemas da insegurança alimentar, são agravadas com os avanços dos ciclos de rodadas neoliberais presentes nas agendas governamentais, desde 2016. E que reforça, conforme destaca Sauborin (2021), em uma agenda de desmonte de políticas públicas, especialmente aquelas de desenvolvimento da agricultura familiar; desenvolvimento rural e acrescentamos de combate à fome. Isso fica evidente com a chegada de Jair Messias Bolsonaro na presidência, em 2019-2022. Conforme Rosário (2020), com uma agenda política-ideológica ultra-neoliberal (sob as estruturas do colonialismo, racismo e cis-hetero-patriarcado) direcionou as ações públicas subsumida aos interesses do capital financeiro que impôs reformas agressivas e excludentes.

Durante seu governo observa-se o desmonte de políticas anteriores, especialmente aquelas associadas aos governos do PT, conforme destaca Sauborin (2021), sob forte influência a partir de conjunção política e historicamente construída de fatores estruturais externos (grupos econômicos e financeiros internacionais) e internos (grupos econômicos e financeiros nacionais). Bem como, projetos políticos dos setores ligado ao agronegócio, empresas florestais, madeireiras; mineração e outros projetos políticos (parte da classe média) que se uniram para sua candidatura e que no seio desses projetos formularam ataques a democracia, aos pobres que tenham tido acesso a certos serviços (educação superior, saúde, transporte) e à níveis de consumo (lazer, passagem aéreas, etc.); as políticas sociais compensatórias de ampliação de direitos cidadãos; políticas de transferências de renda e ataque aos espaços de participação popular nas políticas públicas.

Deste modo, observa-se um governo marcado pelo agravamento do estado de calamidade pública e desmonte sistemático de direitos e políticas públicas. As ações do seu governo promoveram mudanças administrativas pela Medida Provisória 870 que levou a Extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e o enfraquecimento da coordenação da agenda nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Assim, contribuindo para uma desorganização em nível nacional da coordenação das políticas voltadas para o combate à fome, em um contexto marcado pelo avanço da pobreza e extrema pobreza. Segundo os dados do IBGE, em 2021, o país atingiu o recorde de 62,5 milhões de pessoas na pobreza. O número corresponde a 29,4% da população total. Outras 17,9 milhões em situação de extrema pobreza. Em relação a cor, gênero e região, os dados são alarmantes. Pretos, pardos, mulheres e nordestinos são os mais atingido pela pobreza e extrema pobreza. A proporção de prestos e pardos abaixo da linha da pobreza (37,7%) é quase a dobro da proporção de brancos (18,6%). Quando se analisa as pessoas que vivem em domicílios chefiados por mulheres sem cônjuge e com filhos menores de 14 anos, cerca de 62% estava abaixo da linha da pobreza. Quanto a analise regional, os dados informam que as regiões Nordeste (48,7%) e Norte (44,9%) tinham as maiores proporções de pessoas pobres na sua população. No Sudeste e também no Centro-Oeste, 20,6% estavam abaixo da linha da pobreza. O menor percentual foi registrado no Sul: 14,2%.

Essa situação tomou rumo ainda mais grave devido a postura do governo Bolsonaro de não propor nenhuma diretriz, conforme o Plano Plurianual (2020-2023), para conduzir as políticas de segurança alimentar e nutricional, com isso afetando alguns projetos importantes pela falta de recursos, como: Programa de Cisternas e do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA).

Ademais, o contexto imposto pela pandemia da COVID 19 que, somadas as crises sanitária, econômica, política, ambiental e geopolítica (guerra da Ucrânia), trouxeram à tona, novamente, o fantasma da fome e da insegurança alimentar na vida de muitos brasileiros(as). Os dados apresentados pela Rede PENSSAN (2021; 2022), ao realizar um inquérito populacional visando analisar a Insegurança Alimentar no Brasil no contexto da pandemia da COVID 19, destacou que **116,8 milhões** de brasileiros(as) conviviam com algum grau de Insegurança Alimentar e, destes, **43,4 milhões** não tinham alimentos em quantidade suficiente e **19 milhões** enfrentavam a fome. Em 2022, eram **33,1 milhões** de pessoas sem ter o que comer. Isso quer dizer que, de um período para o outro, **14 milhões** de pessoas passaram a conviver com a fome no dia a dia. Entre 2021 e 2022, mais da metade da população do país (125,2 milhões de pessoas) vivia com algum grau de insegurança alimentar. Portanto, destacamos que a insegurança alimentar, nos seus mais variados níveis de gravidade, se agrava em um contexto também marcado pelo avanço da pobreza e extrema pobreza no Brasil. Por conseguinte, no âmbito de uma agenda ultra-neoliberal que vem promovendo a continuidade dos desmontes de política

de proteção social. Isso reforça certo retrocesso histórico, uma vez que o Brasil foi considerado uma referência internacional no combate à fome.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao considerar, a partir do nosso referencial teórico conceitual, metodológico e exploratório, constatamos que a história das políticas e programas de alimentação e nutrição no Brasil é marcada por fragmentação e descontinuidade, dificultando a implementação efetivas dessas políticas. Além disso, a situação foi agravada pelo aumento das políticas neoliberais nos governos entre 2016 e 2022, que promoveram uma agenda política-ideológica de desmonte das políticas públicas. Perante o cenário atual com a volta do governo PT, em discurso de posse, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, destacou que o combate a fome seria uma prioridade de seu governo. Destaca-se algumas ações política no campo da segurança alimentar, tais como: a recriação, em 28 de fevereiro, do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea); a Medida Provisória 1.164, que reformulou o programa Bolsa Família, de transferência de renda para famílias mais pobres; o reajuste repassado a estados e municípios para compra de merenda nas escolas, já apresentando aumentos em 39% dos valores do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); o relançamento em 22 de março, do Programa de Aquisição de alimentos (PAA). Essas ações políticas vem redesenhando uma nova agenda política-ideológica com destaque ao papel do Estado no enfrentamento da fome, possibilitando construir uma nova arena de debate com a participação da sociedade civil para desenvolver de forma mais efetiva uma política de segurança alimentar/ nutricional no país.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO.; BELIK, W.; ORTEGA, A. C.; COUTO, E. P.; VIAN, C. E. Segurança Alimentar: Evolução Conceitual e Ação das Políticas Públicas na América Latina. In**: XLV CONGRESSO DA SOBER "Conhecimentos para Agricultura do Futuro**, 22 a 25 de julho 2007.

ARRUDA, B. K. G.; ARRUDA, I. K. G. Marcos referenciais da trajetória das políticas de alimentação e nutrição no Brasil. **Rev. Bras. Saúde Matern. Infant**., Recife, 7 (3): 319-326, jul. / set., 2007.

BRASIL. **Fome Zero**: uma história brasileira. Brasília: MDS, 2010. v. 1.

BELIK, W.; SILVA, J. G.; TAKAGI, M. Políticas de Combate à Fome no Brasil. **São Paulo em Perspectiva**, 15(4) 2001.

BETO FREI. A fome como questão política. **Estudos Avançados**, 17 (48), 2003.

BOITO JÚNIOR, A. **Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT**. Campinas, SP: Editora da Unicamp/São Paulo, SP: Editora da Unesp, 2018.

CAMPELLO, T., *et al*. Novas Geografias: atuais e antigos dilemas da fome. **Revista Segur. Aliment. Nutr**., Campinas, v. 29, p. 1-7. e022006. 2022.

CASTRO, J. **Geopolítica da Fome: ensaio sobre os problemas de alimentação e de população do mundo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1957.

CASTRO, J. **Geografia da fome: o dilema brasileiro:** pão ou aço. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

CRISPINO, **A. Introdução ao estudo das políticas públicas:** uma visão interdisciplinar e contextualizada. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

FAO, FIDA, OMS, PMA y UNICEF. 2022. **El estado de la seguridad alimentaria y la nutrición en el mundo 2022**. Adaptación de las políticas alimentarias y agrícolas para hacer las dietas saludables más asequibles.

FAO, FIDA, OPS, PMA y UNICEF. 2023. **Panorama regional de la seguridad alimentaria y nutricional - América Latina y el Caribe** 2022: hacia una mejor asequibilidad de las dietas saludables. Santiago de Chile. https://doi.org/10.4060/cc3859e .

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

HESPANHOL, R. A. M. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) como constituintes dos mercados institucionais de alimentos. In. NEVES NETO, C. C.; HESPANHOL, A. N.; HESPANHOL, R. A. M. (orgs.). **Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural no Brasil: Os mercados institucionais de alimentos e os programas de microbacias**. Curitiba: Editora CRV, 2016.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia cientifica**: ciência e conhecimento científico, métodos científicos, teoria, hipóteses e variáveis. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MASCARO, A. L. **Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MOREIRA, R. **Sociedade e espaço geográfico no Brasil: constituição e problemas de relação**. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2021.

MORAES, A. C. R. **Meio ambiente e Ciências humanas**. 4ª ed. São Paulo: Annablume, 2005.

MOTA, L.A.; MORAES, A.M. O ajuste fiscal e a crise do novo desenvolvimentismo no segundo mandato de Dilma Rousseff. **Revista Café Com Sociologia**. 2017, vol. 6, no. 2, pp. 354-374, ISSN: 2317-0352.

NASCIMENTO, R. C. Sete Chaves para pensar o atual cenário da fome no Brasil: a contribuição de Josué de Castro. In. CAMPELLO, T.; BORTOLETTO, A. P (Orgs.). **DA fome à Fome: diálogos com Josué de Castro**. São Paulo, 2022.

NEVES, J.A., MACHADO, M.L. and MEDEIROS, M.A.T. Políticas de alimentação e nutrição de Lula a Temer: do fortalecimento à fragilização em tempos de rupturas institucionais [online]. *SciELO em Perspectiva | Press Releases*, 2019 [viewed 19 January 2022]. Available from: https://pressreleases.scielo.org/blog/2019/05/22/politicas-de-alimentacao-e-nutricao-de-lulaa-temer-dofortalecimento-a-fragilizacao-em-tempos-de-rupturas-institucionais/.

PAULA, D. M.; ZIMMERMANN, S. A. A insegurança alimentar no contexto da pandemia da covid-19 no Brasil. **Revista NECAT** – Ano 10, nº 19, Jan-Jun/2021.

PELIANO, A. Lições da história: avanços e retrocessos na trajetória das políticas públicas de combate à fome e à pobreza no Brasil. In: BRASIL. **Fome Zero**: uma história brasileira. Brasília: MDS, 2010. v. 1.

PINHEIRO, A, R. O. Reflexões sobre o Processo Histórico / Político de Construção da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, 15(2): 1-15, 2008.

PINHEIRO, A. R. O. **Análise histórica do processo de formulação da política nacional de segurança alimentar e nutricional (2003-2006): atores, ideias, interesses e instituições na construção de consenso político**. 2009. 236 f. Tese (Doutorado em Política Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR (REDE PENSSAN). **VIGISAN: Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil.** Rio de Janeiro: Rede Penssan, 2021.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR (REDE PENSSAN). **VIGISAN: Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil.** Rio de Janeiro: Rede Penssan, 2022.

RIBEIRO JUNIOR, J. R. **A fome e a miséria na alimentação:** apontamentos para uma crítica da vida cotidiana a partir da Geografia Urbana. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo: USP, 2008.

RIBEIRO JUNIOR, J. R. **Alienação das práticas alimentares e urbanização**: uma análise da alimentação da classe trabalhadora em São Paulo. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo: USP, 2015.

ROSÁRIO, L. A Necropolítica Genocida de Bolsonaro em tempos de Pandemia e o Projeto Ultra-Neoliberal. In. **Rev. Interd. em Cult. e Soc. (RICS)**, São Luís, v. 6, n. 2, p. 28-49, jul./dez. 2020 ISSN eletrônico: 2447-649

RIBEIRO JUNIOR, J. R. A fome como processo e a reprodução social capitalista. **Boletim Paulista de Geografia**, nº 105, jan.-jul. 2021.

SABOURIN, E. P. Desmonte de políticas públicas de agricultura familiar e desenvolvimento rural no Brasil e no Mercosul. In: **II Seminário Internacional & IV Jornada Territórios rurais, sistemas alimentares, agenda 2030**, 2 de junho de 2021.

SANTOS, L. C. **Da Geografia da Fome ao Fome Zero:** Contribuição ao Estudo da Fome no Brasil. 2009. [232] f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Campus de Rio Claro, SP, 2009.

SILVA, S. A. P. Trajetória histórica da segurança alimentar e nutricional na agenda política nacional: projetos, descontinuidades e consolidação. **Texto para discussão**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada- IPEA: Rio de Janeiro, n°1953. Abril de 2014.

URBERTI, G. B. A Abordagem Relacional-Estratégica do Estado como ferramenta para a análise de
Políticas Públicas. In. Observatório do Estado Latino Americano (ODELA), 2020. Disponível em: A Abordagem Relacional-Estratégica do Estado como ferramenta para a análise de Políticas Públicas – Observatório do Estado Latino-Americano | ODELA (ufrgs.br).Acesso em: 06 de dezembro de 2021.

VASCONCELOS, F. A. G. Combate à fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula**. Revista de Nutrição**, Campinas, 18(4): 439-457, jul./ago., 2005.

VASCONCELOS, F.A.G., *et al*. Políticas públicas de alimentação e nutrição do Brasil: de Lula a Temer. **Rev. Nutr**. [online]. 2019, vol. 32, e180161, ISSN: 1415-5273 [viewed 22 May 2019]. DOI: 10.1590/1678-9865201932e180161. Available from: http://ref.scielo.org/cmtjb4.

QUESTÃO AGRÁRIA E A INSEGURANÇA ALIMENTAR EM MATO GROSSO DO SUL

Jhiovanna Eduarda Braghin Ferreira[1]

Sedeval Nardoque[2]

RESUMO

O estado do Mato Grosso do Sul é marcado pela forte concentração fundiária, resultado da apropriação privada da terra e da aliança capitalistas-latifundiários-Estado. Tal concentração fundiária, caracterizada pelo latifúndio produtivo e improdutivo, refletiu no bloqueio da reforma agrária, da (re)criação camponesa e, consequentemente, na produção de alimentos e na soberania e segurança alimentar. Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Centrais de Abastecimento de Mato Grosso do Sul (CEASA/MS) revelam a insegurança alimentar no estado, justamente pelo predomínio do uso da terra por pastagens ou cultivos de exportação e pela dependência de alimentos oriundos de outros estados. Posto isso, pelas particularidades existentes, o presente trabalho tem como objetivo entender a fome a partir da questão agrária e do negócio da comida no estado de Mato Grosso do Sul. Para atingi-lo, fez-se uso de revisão bibliográfica e de análise de dados do IBGE, da Ceasa (MS) e do II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil.

Palavras-chave: soberania alimentar, reforma agrária, produção de alimentos, latifúndio.

RESUMEN

El estado de Mato Grosso do Sul está marcado por una fuerte concentración de la tierra, resultado de la apropiación privada de la tierra y de la alianza capitalista-terrateniente-Estado. Tal concentración de la tierra, caracterizada por grandes latifundios productivos e improductivos, resultó en el bloqueo de la reforma agraria, la (re)creación campesina y, en consecuencia, la producción de alimentos y la soberanía y seguridad alimentarias. Datos del Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) y del Centro de Abastecimento de Mato Grosso do Sul (CEASA/MS) revelan inseguridad alimentaria en el estado, precisamente por el predominio del uso de la tierra para pastos o cultivos de exportación y la dependencia de alimentos. de otros estados. Dicho esto, debido a las particularidades existentes, el presente trabajo tiene como objetivo comprender el hambre desde la cuestión agraria y el negocio alimentario en el estado de Mato Grosso do Sul. Para lograrlo, se realizó revisión bibliográfica y análisis de datos del IBGE, Ceasa (MS) y la II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil.

[1] Doutoranda do Curso de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS, jhi.braghin96@gmail.com

[2] Doutor em Geografia e docente do Curso de Graduação e Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, sedeval.nardoque@ufms.br

Palabras clave: soberanía alimentaria, reforma agraria, producción de alimentos, latifúndio.

INTRODUÇÃO (justificativa implícita e objetivos)

> Toda a terra dos homens tem sido também até hoje terra da fome. (Castro, 1984, p. 84).

A questão da fome no Brasil é um problema estrutural persistente, como analisado por Castro (1984) desde a década de 1940. Em tempos recentes, houve continuidade, sobretudo agravada pela crise sanitária pelo novo Corona Vírus (SARS-COVID 19, de março de 2020 a maio de 2023), pois a maior crise sanitária dos últimos 100 anos acentuou a discrepância entre as classes sociais, rebatendo sobre os mais pobres, que sofreram com a fome. Neste cenário, a queda e a falta de renda e o desmonte de políticas públicas afetaram diretamente a classe trabalhadora.

O sucateamento de políticas públicas foi uma característica presente nos dois últimos governos, de Michel Temer (2016-2018) e de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), contribuindo para o Brasil entrar novamente para o mapa da fome (Correio Brasiliense, 07 jul 2022). No período pandêmico, a fome agravou-se em associação com a intensiva adesão às políticas de cunho neoliberal pelo Estado brasileiro, sobretudo pela Reforma Trabalhista (Lei Nº 13.467), culminando com desemprego e subemprego. A fome, também, é decorrência das desigualdades estruturais presentes no país, afetando, sobremaneira, as famílias chefiadas por mulheres e a população negra ou parda. (Xavier, et al, 2021).

Esses elementos expostos para compreender a questão da fome no Brasil, embora indispensáveis, não são suficientes, pois há particularidades em recortes espaciais específicos. Posto isso, o presente trabalho tem como objetivo entender a fome a partir da questão agrária e do negócio da comida no estado de Mato Grosso do Sul.

METODOLOGIA

Para compreender o movimento da realidade no estado do Mato Grosso do Sul, os caminhos metodológicos articularam-se entre revisão bibliográfica e análise dos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), das Centrais de Abastecimento de Mato Grosso do Sul (CEASA/MS) e do II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (II VIGISAN).

Os dados da CEASA/MS, analisados adiante, foram disponibilizados, mediante ofício, pelo então Diretor do Setor de Mercado e Abastecimento, e possibilitam evidenciar os "alimentos viajantes" (Esteve, 2017) e suas procedências. Os cruzamentos destes dados com os de um segundo banco de dados, neste caso do IBGE, apontaram a insegurança alimentar pelo negócio da comida em Mato Grosso do Sul.

Os dados do IBGE (2017) possibilitaram compreender a estrutura fundiária, a área colhida das lavouras temporárias e permanentes e da silvicultura no estado e analisar alguns cultivos destinados para alimentação e os destinados à exportação (*commodities*), revelando a queda da produção de alimentos básicos e o avanço da agricultura capitalista exportadora no campo. Em consonância, os dados do II VIGISAN, analisados neste trabalho, revelam a insegurança alimentar no estado, neste sentido, no acesso ao consumo aos alimentos.

REFERENCIAL TEÓRICO

A base teórica deste trabalho permeia pelas referências da Geografia, sobretudo, da Agrária, tendo como categoria central o território, pois, na teoria do desenvolvimento contraditório e combinado, é compreendido como totalidade. Portanto:

> [...] o território deve ser apreendido com síntese contraditória, como totalidade concreta do processo/modo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supraestruturais (políticas, ideológicas, simbólicas etc) em que o Estado desempenha a função de regulação. O território é assim produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção da sua existência. (Oliveira, 1999, p. 74).

Deste modo, as transformações do campo brasileiro devem ser entendidas a partir do modo capitalista de produção mundial, tendo em vista que o seu desenvolvimento é contraditório e combinado, pois, ao mesmo tempo que produz relações estritamente capitalistas de produção, contraditoriamente, produz, relações não capitalistas de produção, como as com os camponeses (Oliveira, 1999).

Assim, na formação territorial capitalista do Brasil os processos contraditórios produziram/produzem no campo a possibilidade de se auferir renda terra à classe dos proprietários de terras, acentuada pela industrialização agrícola, em outras palavras, pela territorialização do capital (Oliveira, 1999). Contraditoriamente, ocorre a expansão da agricultura camponesa que tem, por vezes, sua renda subordinada ao capital monopolista pela monopolização do território. Neste sentido:

> No campo esse processo está igualmente marcado pela industrialização agrícola, ou seja, pelo desenvolvimento da agricultura capitalista que abriu a possibilidade histórica aos proprietários de terra ou aos capitalistas/proprietários de terra para a apropriação da renda capitalista da terra na sua forma diferencial e/ou absoluta. Está marcado, pois, pelo processo de territorialização do capital, sobretudo dos monopólios.
> Porém, esse processo no campo também está marcado contraditoriamente pela expansão da agricultura camponesa, cujo capital monopolista desenvolveu liames para subordinar/apropriar-se da renda da terra camponesa, transformando-a em capital. Aqui o capital não se territorializa, mas monopoliza o território marcado pela produção camponesa (Oliveira, 1999, p. 76).

Esse debate realizado por Oliveira há mais de 20 anos ainda é necessário e oportuno, uma vez que permite compreender as características da questão agrária clássica ainda latentes na atualidade, sobretudo pelo debate da concentração fundiária. Tal debate promove a aproximação com Martins (1981) para compreender a concentração fundiária no Brasil no século XXI e os desdobramentos do avanço do capital no campo.

Para Martins (1981), houve a aliança entre a terra e o capital, ou seja, entre os proprietários de terras e os capitalistas pois, mesmo sendo duas classes sociais distintas, podem ser unir em prol de interesse comum, assim, essas duas classes se tornam uma única figura, se apropriando da renda da terra e da mais-valia produzida pelo trabalho humano.

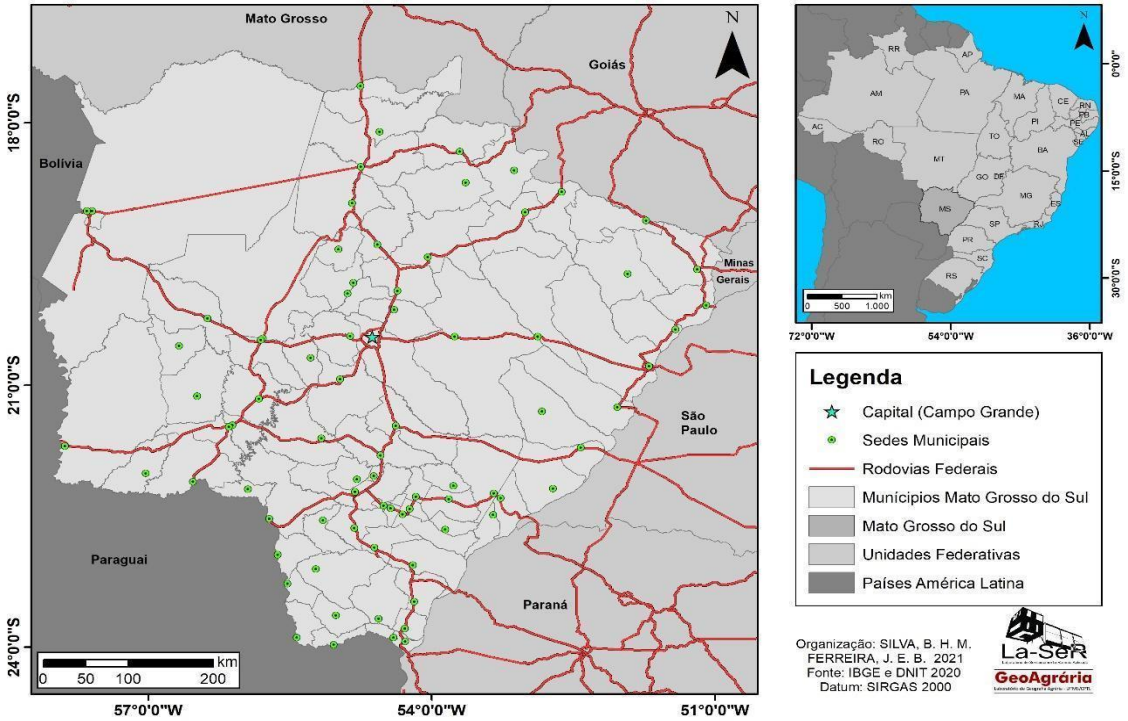
Em países do continente Europeu e do Estados Unidos a concentração fundiária se tornou um entrave para o desenvolvimento do capitalismo no campo, mas, no Brasil, essa irracionalidade que poderia colocar em conflito as distintas classes sociais, leia-se proprietários de terras e capitalistas, transformou-se em uma oportunidade de garantir a renda da terra. Neste sentido, Almeida (2011) explica:

> Mas o que a princípio aparece como irracionalidade, e que poderia colocar em conflito proprietários de terra e capitalista, transforma-se na possibilidade futura de o capitalista, ao comprar a terra, extrair renda fundiária da sociedade, ou então transferir renda ao proprietário da terra (quando se trata de arrendamento) mediante exploração direta dos trabalhadores, quando se trata de um empreendimento agrícola capitalista. (Almeida, 2011, p. 104).

Essa irracionalidade também está presente no campo sul-mato-grossense, fundada no pacto entre as classes sociais (proprietários e capitalistas), trazendo estruturas do passado, caracterizado pela concentração da terra e pelo bloqueio da democratização do acesso à terra, assim, “[...] o latifúndio e a violência estão presentes como a denunciar a essência rentista desse capital moderno, como a gritar que ambos são processos inerentes ao capitalismo brasileiro”. (Almeida, 2011, p. 109).

Segundo dados da Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar/SEMAGRO (2017) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o estado do Mato Grosso do Sul (mapa 1) é o 6° em extensão territorial do Brasil, com 357.145,534 km^2.

Mapa 1: Mato Grosso do Sul – localização



Segundo Nardoque (2017), a concentração de terras no estado é resultado da apropriação privada da terra e da aliança capitalistas-latifundiários-Estado. Os dados do IBGE (2017) revelam a forte concentração fundiária (tabela 1), assim, os estabelecimentos com menos de 200 hectares, os pequenos, somam 75% do total, ocupando apenas 5% da área. Em contrapartida, os grandes estabelecimentos, acima de 1.000 hectares, ocupam 77% da área total, mesmo sendo apenas 10%.

Tabela 1: Mato Grosso do Sul: Estrutura Fundiária – 2017

Classe de Área (ha)	**Censo Agropecuário 2017**				
	Estabelecimentos - nº	%	Área (ha)	%	Área média (ha)
0 a menos 200	53.169	75	1.514.687	5	28,48
200 a menos de 1.000	10.950	16	5.412.368	18	494,28
Acima de 1.000	6.843	10	23.622.125	77	3.452,01
Total	**70.962**	**100**	**30.549.180**	**100**	**430,50**

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 2017. **Organização:** autora.

Essas particularidades da estrutura fundiária apresentadas permitem inferir sua influência na insegurança alimentar do estado pelos elementos da questão agrária, que vai além do debate nutricional. Posto isso, será apresentado como o latifúndio produtivo, mediante a territorialização do capital (Oliveira 2007), atribuiu uma nova roupagem para o latifúndio improdutivo, embora ainda tenha presença marcante, causando impacto na produção de alimentos, sendo visível pela analise temporal dos dados dos censos agropecuários do IBGE.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

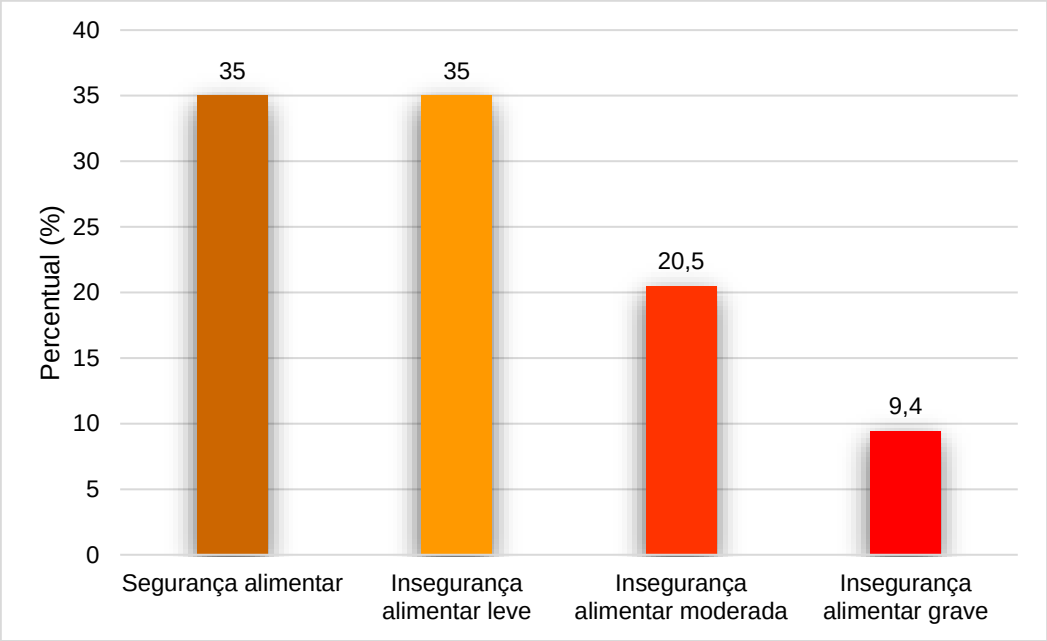
A questão da pobreza e da fome no Brasil é retratada como problema estrutural desde os escritos de Josué de Castro (1946), mas perdura em tempos recentes, agravando-se pela crise sanitária da COVID-19. Para o autor, não se deve compreender a fome pela fome, mas entender os processos ocasionadores da fome e no limite, da morte.

Está analise corrobora com o exercício de tentar compreender a fome para além da falta de renda (embora esse elemento também seja determinante), podendo ser analisada a partir da questão agrária e do negócio da comida. Dito isso, faz-se necessário compreender o processo de desenvolvimento do capitalismo, pois, ao inserir a terra em sua lógica, instrumento indispensável para produção, transformou esse bem natural finito em mercadoria especial (Martins, 1981), apropriada por latifundiários e capitalistas.

A apropriação capitalista da terra foi possível pela aliança travada entre os capitalistas-latifundiários-Estado (Nardoque, 2017), culminando na concentração de terras, bloqueando a Reforma Agrária, a (re)criação camponesa, e, portanto, impactando a produção de alimentos, a soberania e segurança alimentar no campo e na cidade. Esta realidade pode ser assistida no estado de Mato Grosso do Sul, isso porque, segundo os dados Rede PENSSAN (2022)[3], 35% da população sul-mato-grossense vive em situação de insegurança alimentar leve, 19,1 % com insegurança alimentar moderada e, 9,4% com insegurança alimentar grave (gráfico 1). Os dados revelam que 64,90% da população se encontravam em situação de fome, visto que, neste trabalho, todos os níveis de insegurança alimentar, referente ao acesso aos alimentos, é considerado fome.

[3]chromeextension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2022/10/14/olheestados-diagramacao-v4-r01-1-14-09-2022.pdf veja as normas para citação de sites.

Gráfico 1: Mato Grosso do Sul: Segurança e insegurança alimentar no período de novembro de 2021 a abril de 2022



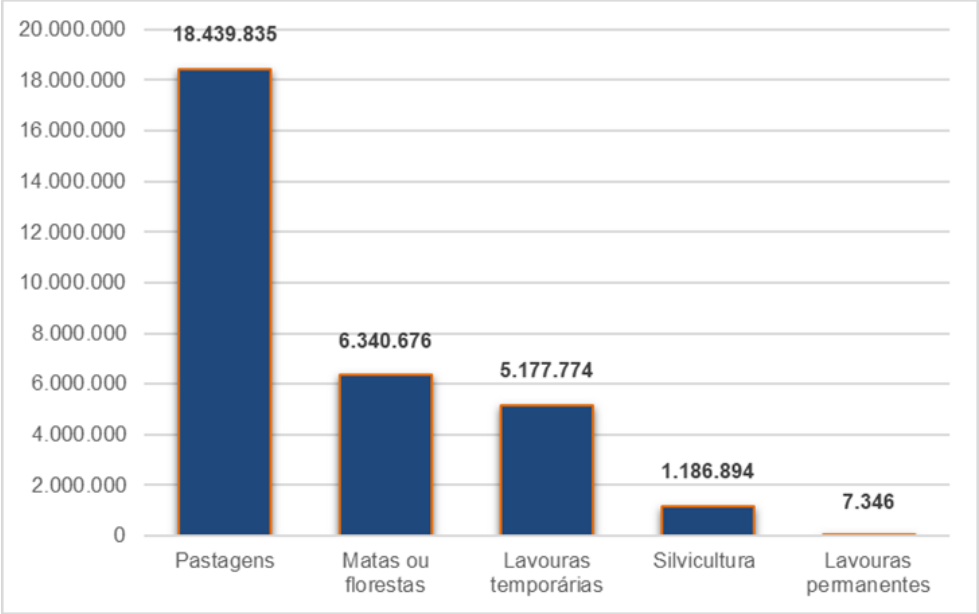
Fonte: Rede PENSSAN, 2022. **Organização:** autora.

Os dados sobre a questão da fome/insegurança alimentar no estado são alarmantes, mas para compreender a totalidade e as contradições presentes no Mato Grosso do Sul, serão analisados dois pontos fundamentais, sendo: no primeiro, relacionado ao uso da terra e, no segundo, com a dependência deste estado no acesso aos alimentos oriundos de outros estados, seguindo a lógica do capitalismo de produção-distribuição-circulação-consumo, garantia de produção/reprodução ampliada do capital.

Assim, segundo Martins (1981), o capital atua em setores do campo em que a renda da terra é alta, justamente como apontam os dados do IBGE (2017), revelando o uso da terra em Mato Grosso do Sul voltado para o cultivo de *commodities* destinadas para exportação, como soja, cana-de-açúcar e eucalipto (gráfico 2).

Destarte, a área colhida das lavouras permanentes (predominância da presença de alimentos) não ultrapassa 7.346 hectares. As lavouras temporárias apresentam área total colhida de 5.177.774 hectares, no entanto, vale ressaltar que, dos 55 tipos de produtos, três são considerados *commodities*, sendo: milho, soja, cana-de-açúcar (açúcar e etanol). Do total da área colhida, 1.804.029 ha são de milho em grão; 690.955 ha de cana-de-açúcar e 2.445.309 ha são de soja. Sendo assim, restam para os outros 52 cultivos a área colhida de apenas 237.441 ha. Já a silvicultura, segundo dados do IBGE (2021), possui área colhida de 1.048.485 há, a principal matéria-prima para produção de celulose, também exportada a partir de Mato Grosso do Sul.

Gráfico 2: Uso da terra em Mato Grosso do Sul



Fonte: IBGE – Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (2022)/ Censo Agropecuário, 2017. **Organização:** autora.

Mesmo que a área colhida de monocultivos de exportação (5.988.818 ha) se destaque em relação à área colhida destinada à alimentação básica (237.441 ha), em comparação a área total do estado (30.549.180 ha), ainda é relativamente pequena, pois ocupa menos de 20%.

Analisando os dados do IBGE (tabela 2), é evidente impactos causados pela concentração fundiária e o uso da terra destinado aos cultivos de exportação (e de pastagens) na produção dos alimentos básicos para alimentação da classe trabalhadora, pois os dados dos censos agropecuários de 1995/96, 2006 e 2017 demonstram a queda na produção de arroz e de feijão. Em 1995/96, no estado apresentava-se área colhida de 59.947 ha de arroz, reduzindo-se para 12.847 ha, em 2017. De feijão havia área colhida de 17.346 há, em 1995/96, caindo para 10.020 ha, em 2017.

Tabela 2: Mato Grosso do Sul: área colhida em hectares de arroz e feijão

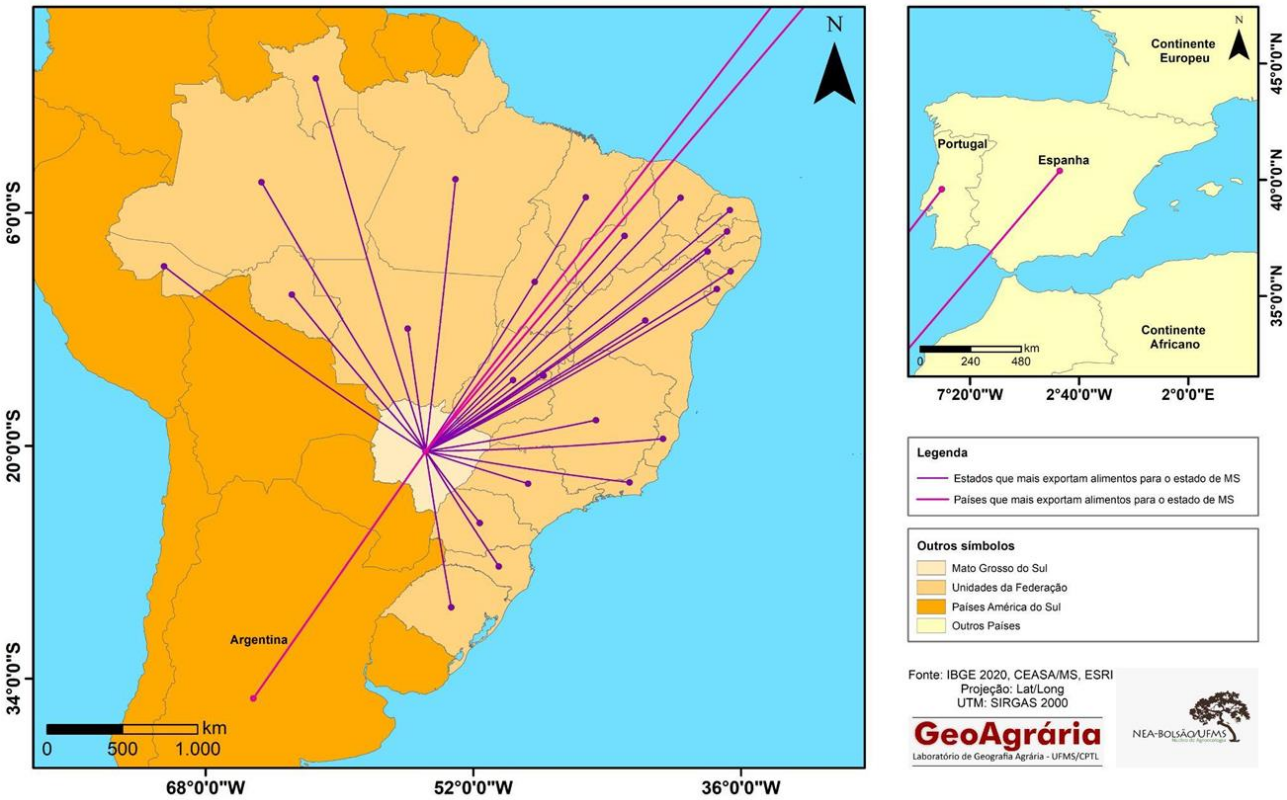
Censo Agropecuário	Produtos - Área colhida em hectares (ha)	
	Arroz	Feijão
1995/96	59.947	17.346
2006	20.781	13.209
2017	12.847	10.020

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário**. Organização:** autora.

Os dados evidenciam que no estado não havia significativa área colhida de alimentos básicos, mas, é evidente a perda da produção desses alimentos, pois, nessa terra das pastagens, da cana, da soja, do milho e do eucalipto, alimentar a classe trabalhadora nunca foi preferência.

Posto isso, é evidente que os latifúndios produtivos afetam diretamente na produção de alimentos. Os dados da CEASA/MS revelam que 86,90% dos produtos lá comercializados apresentavam procedência de outros estados e países. As origens são as mais diversas, pois nos anos de 2006, 2018, 2019, 2020 e 2021, pois originaram-se de 26 estados e três países os alimentos comercializados no entreposto, conforme demostrado no mapa 2.

Mapa 2: Mato Grosso do Sul: procedência dos alimentos – importação de alimentos nos anos de 2006, 2018, 2019, 2020 e 2021



O desenvolvimento das relações capitalistas adicionou a sua lógica à agricultura, não se restringindo apenas à produção, mas também à circulação de mercadorias, conforme apontou Oliveira (2010). A mercadoria aqui colocada é o alimento e a sua inserção à lógica capitalista de produção-circulação possibilita a produção/reprodução ampliada do capital. O mapa 2 revela procedência destes alimentos que percorrem milhares de quilômetros, que poderiam ser produzidos no próprio estado, tal feito é inviabilizado pelas manobras do capitalismo, pelos circuitos de produção-circulação e pela territorialização do capital e pela monopolização do território.

Na maioria dos produtos de alimentação básica, segundo Oliveira (2010), há sujeição da renda da terra ao capital, neste caso, a camponesa, sendo possível pela ação

dos atravessadores mediante a monopolização do território. A participação do Estado é central neste processo ao produzir espaço para a reprodução ampliada no capital por meio da apropriação de renda e de lucro por comerciantes atravessadores, como no caso dos entrepostos de comercialização de alimentos, tendo como exemplo as Centrais de Abastecimento (CEASA), além de aumentar a distância entre os agricultores camponeses e os consumidores finais de alimentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A apropriação capitalista da terra, resultante da aliança travada entre latifundiários e capitalistas (ALMEIDA, 2011), impõe desafios para analisar a questão agraria em Mato Grosso do Sul, que é marcado pela presença do latifúndio produtivo. Essa característica causa impacto na produção de alimentos básicos, pois grandes áreas são destinadas à produção de cultivos para exportação, como soja, milho, cana e eucalipto (matéria-prima para celulose). Além disso, o negócio da comida ameaça a vida, os cultivos alimentares, os recursos naturais, os camponeses, a classe trabalhadora, a biodiversidade, a segurança e soberania alimentar, afetando o campo e a cidade. Sendo assim, o único caminho possível para a superação desse modelo excludente está na valorização da agricultura familiar camponesa produtora de alimentos, seja ela originada de forma tradicional ou oriunda da Reforma Agrária e pautadas e apoiada em políticas públicas que a contemple.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS/MEC – Brasil e também, com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Brasil (Capes) – Código de Financiamento 001.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. Aliança terra-capital em Mato Grosso do Sul: redefinições no campo e na cidade. In: Edima Aranha Silva; Rosemeire Aparecida de Almeida. (Org.). **Território e territorialidades em Mato Grosso do Sul.** 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011, v. 1, p. 103-134.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome.** Rio de Janeiro: Edições Antares, [1946] 1984.

ESTEVE, Esther Vivas. **O negócio da comida: quem controla nossa alimentação?** 1. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2017. 269p.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário.** Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2006/dados-sobre-medio-produtor-mapa-em-2006. Acesso em: 08 jan. 2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura.** Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/acervo#/S/VS/A/Q. Acesso em: 08 jan. 2024.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil.** Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

MATO GROSSO DO SUL. **Centrais de Abastecimento S. A. de Mato Grosso do Sul.** Disponível em: <www.CEASA.ms.gov.br> Acesso em: 08 jan. 2024.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar (SEMAGRO) **Perfil Estatístico de Mato Grosso do Sul 2017**: Ano base: 2016 Campo Grande: SEMAGRO, 2017 100 páginas. Disponível em: http://www.semagro.ms.gov.br/wpcontent/uploads/2018/12/PerfilEstat%C3%ADstico-de-MS-2018.pdf. Acesso em: 08 jan. 2024.

NARDOQUE, Sedeval. A expansão geográfica do capital e reforma agrária em Mato Grosso do Sul nos governos FHC e Lula. In: CAMACHO, Rodrigo Simão; COELHO, Fabiano. (Org**.). O campo no Brasil contemporâneo: do governo FHC aos governos petistas.** Curitiba (PR): CRV, 2017.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana F. A. (Org.). **Novos caminhos da geografia.** São Paulo: Contexto, 1999. p.63-137.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Agricultura e indústria no Brasil.** TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v.5, n.10, p. 5-64, ago. 2010.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo Capitalista de Produção, Agricultura e Reforma Agrária.** 1ª. ed. São Paulo: FFLCH/LABUR EDIÇÕES, 2007. v. 1. p.184.

Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN). **Insegurança alimentar e Covid-19 no Brasil Suplemento I - Insegurança Alimentar nos estados.** Disponível em: https://olheparaafome.com.br/. Acesso em: 08 jan. 2024.

XAVIER, Gabriela Taíse Poiati et al. **Dissecando a fome no Brasil durante a pandemia da COVID-19.** Caderno de Geografia, v. 31, n. 2, p. 103-103, 2021.

A GEOGRAFIA VAI À MESA: CÓDIGO CULINÁRIO EM COMUNIDADE CAMPONESA

João Victor Rocha Leão[1]

Cátia Oliveira Macedo[2]

RESUMO

O jornal norte americano The New York Times, em artigo publicado no ano de 2017 buscou traçar os impactos negativos do refúgio das grandes empresas ocidentais de alimentos em países em desenvolvimento. A materialização desse fenômeno se dá pela imposição desses alimentos a países como o Brasil, tudo em nome de uma estratégia empresarial, que tem como fator principal a diminuição do consumo desses produtos em países mais ricos. O debate assim nos faz refletir aos moldes dos impérios alimentares, seus fatores altamente globalizantes e suas contribuições para o regime de homogeneização das culturas em virtude da quebra da biodiversidade alimentar. O Brasil parte de um código culinário formado com base em sua efetuação colonizadora e migratória, com raízes na cozinha indígena, portuguesa, africana e oriental, somando visões de natureza e de uso dos ingredientes. Observações nesses traçados a força que o agronegócio propaga ao difundir duas diferentes formas de violência, mentalizando os camponeses a produzirem, se apropriando da terra, difundindo a monocultura, carregando com si o uso dos agrotóxicos, roubando o espaço da roça e fincando a insegurança alimentar das famílias, violentando lentamente. No entanto, como braço da luta entre a produção da farinha de mandioca, forte condutor do potencial de resistência das famílias, aprimorando o debate e mostrando que nas raízes dessas comunidades expropriadas e sendo obrigadas a conviver com as faces mais perversas do sistema capitalista há sobretudo um ponto de vivência, sendo esse um dos fatores de constante ressignificação do campesinato local.

Palavras-chave: Código culinário, campesinato, dendê.

RESUMEN OU ABSTRACT

The North American newspaper The New York Times, in an article published in 2017, sought to outline the negative impacts of the refuge of large Western food companies in developing countries. The materialization of this phenomenon is due to the imposition of these foods on countries like Brazil, all in the name of a business strategy, whose main factor is the reduction in consumption of these products in richer countries. The debate thus makes us reflect on the patterns of food empires, their highly globalizing factors and their contributions to the regime of homogenization of cultures due to the breakdown of food biodiversity. Brazil starts from a culinary code formed based on its colonizing and migratory activities, with roots in indigenous, Portuguese, African and Oriental cuisine, combining views on nature and the use of ingredients. Observations in these outlines the force that agribusiness propagates by spreading two different forms of violence, encouraging peasants to produce, appropriating the land, spreading monoculture, carrying with it the use of pesticides, stealing space from the farm and establishing

[1] Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Pará (PPGG/UEPA), leaojoaovitor@gmail.com

[2] Doutora em Geografia pela Universidade de São Paulo e professora do Curso de Geografia da Universidade do Estado do Pará, ccatiammacedo@gmail.com

food insecurity of families, slowly violating. However, as an arm of the struggle between the production of cassava flour, a strong driver of the resistance potential of families, improving the debate and showing that at the roots of these expropriated communities and being forced to live with the most perverse aspects of the capitalist system there are above all a point of experience, which is one of the factors in the constant redefinition of the local peasantry.

Key words: Culinary code, peasantry, oil palm.

INTRODUÇÃO

O jornal norte americano The New York Times, em artigo publicado no ano de 2017 buscou traçar os impactos negativos do refúgio das grandes empresas ocidentais de alimentos em países em desenvolvimento. As denominadas "junk foods" são alimentos categóricos com alto teor calórico e com níveis ínfimos de nutrientes (JACOBS; RICHTEL, 2017).

A materialização desse fenômeno se dá pela imposição desses alimentos a países como o Brasil, tudo em nome de uma estratégia empresarial, que tem como fator principal a diminuição do consumo desses produtos em países mais ricos, sendo eles facilitados à comunidades mais remotas, impactando na saúde e nos hábitos tradicionais de alimentação (JACOBS; RICHTEL, 2017).

Na região amazônica, o estudo apontou a distribuição dos produtos da empresa por meio de embarcações particulares a comunidades isoladas, concretizando o seu exército de vendas. Em um ritmo acelerado, a empresa ruma aos lugares mais remotos em busca de novos consumidores.

Os efeitos são devastadores e os dados relatados apontam o aumento no número de casos de pessoas obesas, com os demais problemas de saúde que a condição implica. A perda de uma alimentação diversa expõe um quadro de mudança cultural e social dessas populações.

A mudança de pensamento e adoção das "junk foods" em nosso país é de extremo nível e contraditório, uma vez que o artigo aponta que famílias com maior poder aquisitivo também adotam a alimentação menos saudável devido a facilidade de acesso e ao grau de elitismo envolto aos alimentos. Criando um confronto, quando pensamos que as estratégias tomadas pela empresa fazem sentido quando analisamos que o aumento da qualidade de vida nos países mais ricos refletem em melhorias em diferentes setores, sendo um deles a relação com a alimentação, onde se veem a busca por alimentos mais saudáveis e naturais, mudanças no estilo vida e adoção do vegetarianismo e do veganismo (CRUZ; HESPANHOL, 2019).

O debate assim nos faz refletir aos moldes dos impérios alimentares, seus fatores altamente globalizantes e suas contribuições para o regime de homogeneização das culturas em virtude da quebra da biodiversidade alimentar (SOUSA; DA SILVA, 2020).

No campo brasileiro, há uma cadeia reconhecida de camponeses que atuam e têm suas práticas sob o viés da autoprodução, resistindo junto à terra, promovendo a luta pela sua soberania alimentar e da vida. No entanto, no mesmo campo, os opostos se encontram e as comunidades camponesas se veem envoltas pelas monoculturas, pelos ideais políticos e pela violência que implica a luta frente a esse agente transformador. Nesse sentido, não se encontram os camponeses isentos das pressões exercidas pelos impérios alimentares, mesmo que essa relação se expresse em caráter contraditório.

No entanto, mesmo com o avanço desse território alimentar, os camponeses expressam infinitas formas de se afeiçoar e inserir em suas vidas novas possibilidades de diversificação, firmando sua "real habilidade para se ajustar as novas condições e também uma grande flexibilidade para encontrar novas formas de se adaptar e ganhar a vida" (SHANIN, 2008, p. 25).

Souza (2012) analisa o papel da categoria campesinato nos diferentes modos de produção, expondo o seu renascimento com novas características e adaptações históricas e sociais, indo frente a debates que firmemente apontaram a morte do campesinato e o fim do sujeito do campo aos olhos do avanço do modo capitalista de produção (SOUZA, 2012).

Macedo e Sousa (2015) focalizam e expressam o panorama dos impactos e a aprimoração das resistências dos camponeses frente ao avanço da produção de dendê no nordeste paraense. O avanço da propriedade capitalista nesta região exerce pressões aos territórios camponeses, dominando o mercado de terras e subordinando a propriedade camponesa. Entretanto, frente a realidade são forjadas estratégias que visam a manutenção da autonomia da unidade camponesa, como a dupla jornada de trabalho, diversificação da produção e conscientização política (MACEDO; SOUSA, 2015).

Pensamos assim em como essas mudanças de modo vida e hábitos alimentares envoltas sobretudo a um viés político se expressam na comunidade do Castanhalzinho no município de Concórdia do Pará, imersa na realidade da microrregião de Tomé-Açu no estado do Pará.

Quais são os reflexos dos moldes de consumo alimentar industrial que são expressos na comunidade em detrimento das suas vertentes de alimentação agroecológica e de prima natural?

Nesse sentido, trilharemos a pesquisa com o objetivo geral de identificar a mudança no código culinário da comunidade com base na influência afirmativa de uma alimentação industrial. Especificamente, iremos 1. observar se há a troca dos seus produtos pelos produtos da indústria com frequência, 2. analisar o contexto da comunidade e a influência da monocultura de dendê para a rotina alimentar, 3. pontuar as estratégias territoriais voltadas para a manutenção de uma alimentação autônoma.

METODOLOGIA

Como percurso metodológico traçamos o caminho a partir do levantamento bibliográfico formado pelo arcabouço de publicações anteriores em livros e artigos científicos voltados para o aprofundamento teórico das principais discussões a respeito do tema proposto na pesquisa (GIL, 1991).

Elucidando a esse fator, realizamos o estudo do lócus de nossa investigação, delimitado pela comunidade do Castanhalzinho, no entorno do Polo Concórdia do Pará da empresa BBF localizada na PA-140. Partimos assim do entendimento da importância do campesinato para as transformações no campo e que aos olhos de Shanin (2008) é fundamentalmente uma organização social e um modo de vida. Sua formação social, os trabalhadores do campo, ganham papel de destaque em nossa investigação acadêmica e são os sujeitos evidenciados que pautam o nosso norte analítico.

A pesquisa parte de uma abordagem qualitativa, atento a relação território-modo de vida e em particular as implicações da produção de dendê para o exame da alimentação. Partimos da abordagem qualitativa enquanto fator fundamental para a pesquisa que empreendemos construir.

A abordagem de vertente qualitativa encontra em Prodanov e Freitas (2013) alguns pressupostos estabelecidos. Para os autores, sua escolha:

> Considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Esta não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. Tal pesquisa é descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 70).

Busca-se com a escolha da visão qualitativa e a partir da adoção de seus procedimentos uma abordagem crítica para a construção de novos pressupostos, acrescentando à visão da realidade um olhar da ciência geográfica.

Entendendo que uma das bases de nossa pesquisa se encontrava no contato e no relato narrativo da rotina alimentar e na variação diária de seu consumo doméstico na comunidade, foram realizados trabalhos de campo exploratórios na comunidade, com o objetivo de traçar a realidade objetivada tendo por base conversas informais e formais, com questões estruturadas e semiestruturadas, entendendo a exploração em campo como fator fundamental para construção de uma ciência em bases geográficas de análise.

Lacoste (2017) entende a importância da exploração em lócus por parte dos geógrafos, apontando caminhos possíveis que partem de um conhecimento local a uma necessidade de respostas maiores que encontram na pesquisa de campo suas bases:

> O trabalho de campo para não ser somente um empirismo, deve articular-se à formação teórica que é ela também, indispensável. Saber pensar o espaço não é colocar somente os problemas no quadro local; é também articulá-los eficazmente aos fenômenos que se desenvolvem sobre extensões muito mais as amplas. (LACOSTE, 2017, p. 91).

Partimos de uma ideia que entende a presença do pesquisador no campo o traçado mais íntimo e o contato mais pessoal com os sujeitos e o campo de pesquisa, a partir do qual pretendemos entender a realidade, elaborar novas e possíveis questões à pesquisa e fundamentar nossas ideias pretendidas no estudo. Nessa etapa, contamos com o registro fotográfico e auditivo, auxiliado por câmeras fotográficas e gravadores.

Assim, espera-se realizar, a partir dos problemas norteadores, um desenvolvimento cronológico da pesquisa em que o estudo/análise é feito em etapas que se complementam e interagem entre si, na perspectiva de organizar as fontes para coleta de dados e para o exercício de análises.

REFERENCIAL TEÓRICO

Código em um viés da antropologia estruturalista corresponde a “todo conjunto de signos a cujas propriedades são atribuídas funções comunicativas, servindo de meio para a transmissão da mensagem de cada mito” (SERAPHIM, 2022, p. 56). Os mitos integram a formação da vida social e versam o cotidiano de determinado povo, acrescentando ao corpo dos signos responsáveis pela significação de mundo.

Claude Lévi-Strauss (2004) entendeu os mitos e suas relações próprias para a formação dos códigos, constatando a importância da cozinha, do papel à mesa e a sua afirmação enquanto linguagem, “os mitos transmitem a mesma mensagem por intermédio de vários códigos, dentre os quais os principais são o culinário (...)” (LÉVI-STRAUSS, 2004, p. 443).

Sua obra nesse sentido, não ignorou a importância dos alimentos para o pensar e o fazer humano. Com o olhar voltado ao jogo simbólico, após acompanhar por anos as ações de vida de grupos indígenas, lançou a pauta o processo da passagem da natureza para a formação da cultura, estando a cozinha como articuladora do movimento entre as categorias.

O seu conceito de "triângulo culinário" criado após as observações dos hábitos dos indígenas brasileiros Bororos, expressa as relações de transformação dos alimentos, passando do cru, ao cozido e ao podre. Assim, o alimento passa do cru, seu estado natural, tal qual o encontrado, ao cozido, o estado em que se encontra uma cultura, um preparo, um trabalho empenhado. O podre em seu tripé culinário simbolizaria o estado de apodrecimento dos alimentos após influências externas, retornando então à natureza. O cozido seria então a modificação cultural do cru, sendo o podre um processo natural, expondo assim a objeção do natural e do cultural (LÉVI-STRAUSS, 2004).

Suas elaborações expõem a criação de uma cadeia de hábitos culturais inerentes à alimentação, desde a coleta extrativa, o cultivo de alimentos para o cozimento, a caça para o preparo da carne e a importância da conservação. Aponta a abertura do leque para uma vida mais cotidiana, onde versa sobre a elaboração de receitas, as práticas alimentares em diferentes regiões do mundo, as tradições culinárias familiares e a preocupação com o descarte das sobras.

Assim, o autor martiriza a importância da cozinha, entendendo que em seu processo se encontra um elo de rituais, simbologias e técnicas propriamente culturais e de importância humana formulados e em constante presença em nossa sociedade, pois, “mais ou menos explicitamente, todos se baseiam, aparentemente, na oposição entre o cozido (o forno) e o cru (a salada), ou entre a natureza e a cultura, que a língua assimila facilmente à outra (...)” (LÉVI-STRAUSS, 2004, p. 379).

Nos hábitos alimentares contemporâneos, Raul Lody (2008) relaciona o fator de importância da comida ao idioma como identificador de uma sociedade, fixando o seu papel de canal de comunicação e suas características identitárias. Sua luz, o faz enxergar nos horizontes da alimentação um ato cotidiano que a primeira vista se realiza de forma

automática, mas que no entanto formam uma teia de significados, "comer é existir enquanto indivíduo, enquanto história, enquanto cultura, dando o sentido de pertencimento a uma comunidade, a um povo" (LODY, 2008, p. 33).

A trajetória do sabor culinário e da busca pela conquista dos alimentos movimentou descobertas, como o lançamento de Portugal aos mares, mirando em seus horizontes o abastecimento de seu continente de origem.

Com o avanço dos séculos, o processo de globalização alçou as trocas dos hábitos alimentares, na escolha dos temperos e a padronização dos preparos, No entanto, as especificidades baseadas no sabor local, formaram um corpo cultural determinante para a valorização da alimentação moderna. "Comer é um ato que identifica o indivíduo, um sistema ecológico, um grupo étnico, uma população específica" (LODY, 2008, p. 38).

O Brasil parte de um código culinário formado com base em sua efetuação colonizadora e migratória, com raízes na cozinha indígena, portuguesa, africana e oriental, somando visões de natureza e de uso dos ingredientes. A cozinha brasileira é assim o resultado de um processo histórico de miscigenação dinâmica, desigual e conflitivo, pois sua construção aflora ao processo hierárquico social e colonizador (MACIEL, 2004).

A cozinha se estabelece como parte do sistema do ato de alimentar-se, compreende o conjunto de técnicas, hábitos e formas de transmutar alimento em comida e acarrear o ato culinário. Seus fatores característicos com base em um povo apontam o processo histórico de conjuntos coletivos tradicionais e singulares elegíveis a transformações de contínua recriação. Dessa forma, "pode-se pensar a cozinha (e a culinária) como um vetor de comunicação, um código complexo que permite compreender os mecanismos da sociedade à qual pertence, da qual emerge e a qual lhe dá sentido" (MACIEL, 2004, p. 26).

Partimos assim do entendimento da cultura alimentar, formada por identidades e construída com bases nas raízes brasileiras, compostas por práticas exercidas cotidianamente em nossos processos alimentares, constituinte de nossos códigos e hábitos, entendidos por "tipos de escolha e consumo de alimentos por um indivíduo, ou grupo, em resposta a influências fisiológicas, psicológicas, culturais e sociais" (DUTRA, 2001 *apud* LEONARDO, 2009, p. 02).

Pensamos a prática do alimentar-se para além do ato nutricional cotidiano, mas pensando também no seu fator social, na sua construção enquanto prática de

determinado grupo. A história e a relevância que cada alimento posto à mesa contam nossas raízes em nossa cadeia de relações, pois, a alimentação é essencialmente política e condutora de nosso meio social.

Entendemos a história do campesinato como composta por uma luta iminente pela manutenção do seu modo de vida. Shanin (2005) apresenta o estabelecimento rural como unidade familiar básica à essa categoria e a agricultura como sua principal fonte. Concebemos o estudo dos camponeses, tendo em vista sua forma de se relacionar internamente, externamente, suas práticas culturais, econômicas, suas expressões políticas e sua localização.

Sua característica fundamental estaria na raiz da unidade de produção familiar, somado à combinação dos diferentes elementos, como o poder da autossuficiência e a organização política enquanto classe. As características do campesinato estariam ainda elegíveis as diferentes partes do mundo, existindo de formas diferentes em cada sociedade, tendo em vista sua capacidade em se adaptar e sobreviver nas mais diferentes realidades sociais e econômicas. Pensar em campesinato é pensar em recriação (SHANIN, 2005; 2008; MARQUES, 2008).

Em Tchayanov (1924) o funcionamento da unidade de produção camponesa mesmo sofrendo influências externas do sistema capitalista estaria atrelado à liderança de um conjunto de equilíbrios, que ditam suas formas de se organizar e se desenvolver. Sendo assim:

> Em dois equilíbrios (um trabalho consumo e o outro, penosidade e utilidade) que devem ser balanceados dentro de cada unidade camponesa de uma forma que seja singular àquela propriedade e às necessidades e perspectivas da família camponesa que ali vive e trabalha (PLOEG, 2016, p. 9).

A questão alimentar em seios camponeses se escreve como fator fundamental em sua trajetória. Candido (2010) vislumbra a sociedade do campo e suas manifestações ao longo dos tempos, compondo uma tese exploratória a respeito da população descrita como caipira. Em suas análises considera entre os fatores do meio de vida rústico tradicional a alimentação e os recursos alimentares em vias de interesse para o campesinato, como parte das suas relações culturais, a comida preenche o espaço do autoconsumo:

> A alimentação ilustra o caráter de sequência ininterrupta, de continuidade, que há nas relações do grupo com o meio. Ela é de certo modo um vínculo entre ambos, um dos fatores da sua solidariedade profunda, e, na medida em que consiste numa incorporação ao homem de elementos

> extraídos da natureza, é o seu primeiro e mais constante mediador, lógica e por certo historicamente anterior à técnica (CANDIDO, 2010, p. 33).

A alimentação para o campesinato é fator crucial para a satisfação de suas necessidades e um recurso vital a sua continuidade, quesito indissociável da relação de poder do homem e seu fator transformador da natureza em comida, o meio torna-se produto da ação da sociedade, formando um caráter cultural de apropriação, embebido de símbolos e normas representativas (CANDIDO, 2010).

A integração, a organização e o desenvolvimento de uma vida agrária dependem do estabelecimento do contato com a terra e da escolha de uma dieta pautada em suas produções de calendário agrícola, "vida, meio e grupo se integram e unificam muitas vezes em função do alimento" (CANDIDO, 2010, p. 35).

Woortmann (2013) estabelece a cozinha camponesa como o bojo da linguagem social dessa categoria. A dimensão da comida expressa os hábitos e os padrões alimentares da família, entendendo que sua reprodução se dá biológica e simbolicamente. Há uma moralidade de códigos, regras sobre o que comer e quando e alimentos específicos conforme o gênero e idade:

> A comida, é uma categoria nucleante e hábitos alimentares são textos. Quando se classificam alimentos, classificam-se pessoas, notadamente os gêneros homem e mulher, pois, se o alimento é percebido em sua relação com o corpo individual, este é uma metáfora do corpo social (WOORTMANN, 2006. p. 32).

A dimensão simbólica do ritual dos hábitos alimentares formam padrões socialmente estabelecidos, a comida fala de identidades e memórias, sua formação é composta por ideais geracionalmente formulados e culturalmente aceitos. Entende-se a comida atrelada a um território próprio, com suas singularidades, seus ingredientes, sua formação social materializadas à mesa. Assim, Woortmann (2013) enfatiza:

> O fato de que as práticas culinárias são linguagens dinâmicas, aponta-se que a diferença entre o que é considerado culturalmente comível ou não, diz respeito também a diferentes épocas, diferentes gerações, numa mesma região e grupo étnico (WOORTMANN, 2013, p. 10)

Em uma perspectiva camponesa, a alimentação representa o trabalho no campo e a luta pela manutenção da soberania da vida. O exercício de produção na Amazônia perpassa pelo seu coeficiente itinerante envolvendo a cultura e o ambiente. A construção desse ideal perpassa por um trabalho constituído nas unidades camponesas,

que no entanto encontra sua principal ameaça junto ao avanço do agronegócio, formulando a perda dos territórios e a necessidade de se buscar alternativas alimentares externas ao estabelecimento familiar.

Nesse sentido, a alimentação para o camponês se inscreve como um fator político, pois assume responsabilidades ambientais e sociais, compõem seu modo de vida e dita a organização do seu território.

Em um contexto social, o entendimento da alimentação enquanto um ato consciente e político, perpassa pelo avanço do conhecimento científico, pela preocupação ambiental, pelos movimentos sociais, os movimentos em defesa dos animais e o processo de globalização. A comida permanece como elo significativo na construção das relações sociais estabelecendo um novo objeto político (PORTILHO; CASTAÑEDA; CASTRO, 2010).

Assim, o campo político da mesa perpassa pelas escolhas alimentares cotidianas tidas com referências ao mundo globalizado e informativo:

> A alimentação passa a configurar um campo de disputas específicas que conectam o corpo individual a comunidades abstratas, ao meio ambiente, a inovações tecnocientíficas e a conceitos morais, evidenciando dilemas acerca dos riscos e do controle que caracterizam a produção de alimentos nas sociedades contemporâneas (PORTILHO; CASTAÑEDA; CASTRO, 2010, p. 103).

A política da alimentação abraça a consciência do consumo e se destaca por ser o campo do poder, onde se arrojam disputas e visões de mundo que almejam relevância. A visão que buscamos defender, enxerga os alimentos e sua cadeia produtiva como parte de uma vida social histórica, o campesinato.

Assim, traçando o olhar geográfico à análise, nos pautamos na importância do território, conceito presente entre a constelação de categorias da Geografia. Buscamos com o seu uso, compreender as nuances que nos pautam a respeito do poder e da importância dos territórios para a vida campesina.

Haesbaert (2004; 2007; 2014) explana em sua obra o território como visão central nas relações entre espaço e poder. O território em seus postulados assume um caráter polissêmico e com faces multidimensionais.

Expresso nas variadas áreas do conhecimento, na Geografia de Haesbaert o conceito assume noções políticas, determinadas pela relação de poder, correlacionando faces culturais e simbólicas, visto como produto da apropriação e das relações de um grupo com o seu espaço vivido, noções econômicas, como fonte de recursos e das

relações entre capital-trabalho e o parâmetro natural, apontando o dualismo homem-natureza (HAESBAERT, 2004).

O cerne do sentido elaborador do território debruça-se sobre o poder, não necessariamente político com fins de dominação, mas em seu sentido simbólico, exercido pelo vivido. O território exerce assim dupla conotação, material e simbólica, movendo noções espacialmente relacionadas ao poder. O território em sua perspectiva integradora assumiria então em suas bases a gestão das múltiplas relações exercidas no espaço e como duas características principais:

> Em primeiro lugar, seu caráter político – no jogo entre macropoderes políticos e institucionalizados e os "micropoderes", muitas vezes mais simbólicos, produzidos e vividos no cotidiano das populações; em segundo lugar, seu caráter integrador – o Estado em seu papel gestor-redistributivo e os indivíduos e grupos sociais em que sua vivência concreta com os "ambientes" capazes de reconhecer e de tratar o espaço social em todas suas múltiplas dimensões (HAESBAERT, 2004, p. 76).

A multiterritorialidade apresenta destaque em sua abordagem na construção dos territórios, sendo a ação da dinâmica presente na sua formulação constantemente vivenciada. Entendendo a desterritorialização como o processo fundador de novas territorializações, construindo socialmente uma abordagem que entende o conceito de território enquanto um aspecto humano (HAESBAERT, 2007).

Das relações sociais emergem os processos formadores de territórios, pois nessas relações encontram-se o poder que "deve ser qualificado, pois, dependendo da perspectiva teórica, pode compreender desde o 'anti-poder' da violência até as formas mais sutis do poder simbólico" (HAESBAERT, 2007, p. 22).

Dentro da diversidade de manifestações sob o território, as mais estridentes e expressivas se debruçam sobre a face funcional e simbólica, a primeira privilegiando os aspectos naturais nos horizontes de suas disputas e a segunda rumando seus enfoques à importância do bem viver territorial, seus envolvidos são constantes e nenhuma abordagem exclui a existência e manifestação da outra dentro de um mesmo território (HAESBAERT, 2014).

Quesito formulador de disputas e de formações históricas, o território de caráter funcional e simbólico gesticula e se relaciona à medida em que se constroem e reconstroem, há em cada caráter territorial um ou outro fator responsável por gesticular tal formação territorial:

> Enquanto continuum dentro de um processo de dominação e/ou apropriação, o território e a territorialização devem ser trabalhados na multiplicidade de suas manifestações - que é também e, sobretudo,

> multiplicidade de poderes, neles incorporados através dos múltiplos sujeitos envolvidos (tanto no sentido de quem sujeita quanto de quem é sujeitado, tanto no sentido das lutas hegemônicas quanto das lutas de resistência - pois poder sem resistência, por mínima que seja, não existe) (HAESBAERT, 2007, p. 22).

A territorialidade, função exploradora do território, emerge em noções materiais e imateriais ao ponto em que se configura como imagem, como signo de sua formulação, compreendendo aspectos político-culturais, fugindo dos reducionismos abstratos, mas assim como o território, incorporando faces de sua manifestação instrumental e alusiva. A territorialidade amplia as percepções de território, sendo uma noção mais ampla, sendo tanto uma propriedade de territórios constituídos quanto fator ideal de sua existência (HAESBAERT, 2007).

Sua proposta de uma abordagem territorial contra-hegemônico, longe de uma visão do território como recurso funcional, o vê "como um espaço vivido, densificado pelas múltiplas relações sociais e culturais que fazem do vínculo sociedade-'terra' um laço muito mais denso (...)" (HAESBAERT, 2014, p. 55).

O território envolvido em relações de dominação ou de apropriação do espaço vivido demonstra flexibilidade em abordar as diferentes escalas e as diferentes visões sobre o mesmo conceito. Tal conceito, junto com a territorialidade devem então ser trabalhados sob a luz da multiplicidade de suas manifestações (HAESBAERT, 2014).

Como fonte de luta, o território assume em muitas práticas o elo entre o povo e a terra. Em uma realidade camponesa, o viver bem territorial significa a plena possibilidade de se desenvolver na terra, funcionalmente, aprimorando os recursos, quanto simbolicamente, representando a imaterialidade e importância da roça. Os aspectos ideias giram em torno da terra, do trabalho e da família, cabendo ao território a soma máxima dos fatores de segurança do campesinato.

Aqui, compreendemos o território no seu sentido multidimensional, compreendendo a política energética e as pressões exercidas sobre o espaço, o fio condutor das mudanças produtivas locais, materializadas pela produção da agroindústria do dendê. Nesse território, no entanto, exerce veia simbólica, impondo suas necessidades e exercendo suas lutas por meio da adaptação do campesinato.

A reflexão trata a respeito das ações dos camponês em relação às suas necessidades alimentares quando se veem cercados pela produção agroindustrial do dendê. Entendendo o avanço da cultura exógena um fator de risco a saúde e segurança das unidades rurais, uma vez que sua produção naquela região se destaca pelas longas

extensões da monocultura, pelos intensos embates frente a população local, pela pressão em adquirir terras e por estabelecer o dendê produzido pela agricultura familiar camponesa (MACEDO; SOUSA, 2015).

O dendê da agricultura familiar abstrai grande parte do terreno para si, fixando na terra suas raízes, necessitando do uso de agrotóxicos e pesticidas para seu desenvolvimento, roubando o espaço da produção da casa, da roça e dos animais.

O envolvimento do dendê com o campesinato formula uma lógica instaurada de insegurança alimentar, pondo em risco tradições e saberes construídos socialmente. Do campo à mesa, os alimentos antes especializados no território, cultivados dentro do calendário agrícola, hoje são comprados e em muitos casos as alternativas apresentam alto teor calórico e de baixo teor nutricional

Entendemos o paradigma imposto à região enquanto uma luta não apenas por alimentos à mesa, mas uma luta de grande valor social, territorial e político. O que está em jogo é a plena marcha do campesinato local.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No Brasil, a mudança da cultura alimentar se aplica juntamente ao processo de intensificação da urbanização, período em que novas realidades se constroem, novos sentimentos são aplicados aos hábitos domésticos e uma vida aos moldes dos grandes centros se traduz em massificação na industrialização dos produtos e intensificação nas ofertas por meio do marketing midiático (LEONARDO, 2009).

Passa-se a observar uma homogeneização nas práticas, os produtos postos ao mercado são elevados ao grau de obrigatoriedade em seu consumo, formando uma cadeia manipuladora de hábitos, influenciados por uma mudança na comunicação convergindo com impacto nas decisões pessoais. Nesse processo:

> Certos interesses comerciais de um produto se transformam em poder absoluto quando ocorre indução e coerção à aquisição do mesmo produto. O abalo dos modelos tradicionais de autoridade e poder decorrem na medida em que uma proposta de mudança é feita (LEONARDO, 2009, p. 01).

Nesse cenário, a Antropologia Ecológica classifica três estágios para a compreensão das mudanças no coeficiente alimentar, passando da produção do sustento para a produção industrial. Nosso primeiro parâmetro explana o ritmo de vida das sociedades originárias que pautavam sua dieta com base na caça e na coleta, sem

desenvolvimento de cultura agrícola. “Este representa um nível de subsistência dependente do que a natureza oferece, e é capaz de sustentar somente uma sociedade bem pequena” (LEONARDO, 2009, p. 02).

Em nosso segundo passo evolutivo surge o desenvolvimento da produção de alimentos, traduzido pela domesticação das plantas e dos animais, pelo desenvolvimento das vilas e das trocas comerciais, “a agricultura e agropecuária tomaram formas bem expressivas na alimentação de uma sociedade, e esta procurava viver em regiões férteis” (LEONARDO, 2009, p. 03).

A revolução urbana e industrial fixam nosso terceiro ponto, marcado pelo desenvolvimento dos aglomerados urbanos. Tal avanço acarreta a necessidade da produção de alimentos em nível industrial, vemos assim como a “explosão demográfica implica numa nova era na produção de alimentos” (LEONARDO, 2009, p. 03).

Na década de 1990, o médico Llaila Afrika (1995) cunhou o termo nutricídio como o exemplo da má alimentação e de seus reflexos na saúde de populações pobres, pretas e periféricas, sendo essas as consequências de um processo colonizador que objetivou findar as particularidades da dieta dessas populações. A dura realidade socioeconômica imposta a populações mais vulneráveis expõe um cenário de prejuízos à saúde humana, feitos por base da aprovação da indústria alimentícia. O termo auto-explicativo, apesar de severo, nos exprime a consciência que o setor tem ao expor o consumidor a altas quantidades de gordura, sal e açúcar, findando na morte por meio da alimentação (AFRIKA, 1995).

Assim, a luta pela alimentação no século XXI perpassa pela implementação de direitos reservados ao fator alimentar. A Lei nº. 11.346 de 2006, assegura a composição do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), unindo em suas formulações as ações do poder público e da sociedade civil nas implementações de políticas, ações e programas com o objetivo de assegurar a alimentação adequada aos seres humanos, levando em consideração fatores particulares, como os aspectos culturais, ambientais, econômicos e regionais (BRASIL, 2006).

Em suas principais deliberações, no Art. 2º, a Lei nº. 11.346 conclui que:

> A alimentação adequada é direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população (BRASIL, 2006, p. 01).

As declarações e o estabelecimento da alimentação como direito, impõe um panorama pouco percebido em nível social, o da preocupação com o direito alimentar da população nacional e o enriquecido plano que estabelece as diretrizes da busca por um quadro alimentar favorável, propondo planos que ganham camadas elaboradas ao se apropriar dos conhecimentos locais como estratégias, evidenciando que a alimentação deve se basear em saberes locais e alimentos regionais.

Por outro ponto, o emaranhado reconhecimento local para as estratégias alimentares estabelece paradoxo da abundância, o entrelace entre a benção e a maldição, onde encontramos uma região aprofundada no favorecimento dos recursos naturais, potencializada para a devida promoção dos seus direitos, incluindo os alimentares, esbarra na permanência dos avanços colônias, tão bem estabelecidos no território brasileiro desde antes da formulação de seu nome.

Para Galeano (2010):

> Nossa derrota esteve sempre implícita na vitória dos outros. Nossa riqueza gerou nossa pobreza por nutrir a prosperidade alheia: os impérios e seus beleguins nativos. Na alquimia colonial e neocolonial o ouro se transforma em sucata, os alimentos em veneno (GALEANO, 2010, p. 19).

Nesse entrelace, em nome de um fator econômico, estratégias são montadas, forjando postulados que nomeiam a preocupação ambiental como destaque, se apropriando do discurso e dos recursos de determinado território.

A partir da década de 1980, a emergência global a respeito dos efeitos do aquecimento da terra passaram a ocupar espaço nas preocupações de governos e de estudos científicos, esses fatores tinham em aspecto comum a ação do homem e a queima dos combustíveis fósseis. Os biocombustíveis surgem em meio a um cenário de busca pela diminuição da dependência externa da produção de petróleo, pela tentativa de minimizar a poluição veicular e pelo controle da emissão dos gases do efeito estufa, sendo os frutos dessa empreitada o Etanol (cana-de-açúcar) e o Biodiesel (óleos vegetais ou de gorduras animais) (LEITE; LEAL, 2007).

No entanto:

> A queima dos biocombustíveis pode aumentar as emissões de outros produtos químicos tóxicos, sem considerar o impacto ambiental dos cultivos das culturas fornecedoras de biomassas, como uso de água, defensivos e fertilizantes, muitos dos quais são derivados do petróleo (VIDAL, 2019, p. 01).

No Estado do Pará, mas precisamente no município de Concórdia do Pará, na região nordeste do estado, a modificação da paisagem, do modo de vida e o avanço da

produção dos biocombustíveis se inserem por meio da agroindústria do dendê. Assim, do latifúndio ao agronegócio como garantia de sua expansão capitalista, na região o mercado mundial promissor da sustentabilidade se instala sob as comunidades camponesas, fundando uma combinação que "aprofundou as desigualdades no campo, acirrou a disputa territorial e ampliou as conflitualidades" (MACEDO; SOUSA, 2015, p. 309).

A comunidade do Castanhalzinho pertencente ao município de Concórdia do Pará é reflexo das dinâmicas territoriais impostas à região, localizada no KM 37 da PA 140 no sentido Belém - Tomé-Açu, sendo acessada por meio de ramais abertos a partir do KM 35, KM 37 e KM 39 da rodovia (RIBEIRO, 2017).

O município de Concórdia do Pará está localizado na mesorregião do Nordeste do estado do Pará, pertence à microrregião de Tomé-Açu e a Região de Integração do Rio Capim. A 150 km de Belém, o município possui 26.881 habitantes e uma área de 700,590 km² (IBGE, 2023).

Contando com 27 grupos domésticos, a comunidade do Castanhalzinho está localizada nos limites entre o município de Concórdia do Pará e Bujaru, situada também entre os igarapés Cravo e Timboteua com formação aproximada entre "a segunda e terceira década do século XX, por meio de casais jovens que após o matrimônio, foram subindo o igarapé Cravo, fixando residência e dando continuação ao trabalho na agricultura da família" (RIBEIRO, 2017, p. 49).

Desde o início das atividades da Biopalma ano de 2009, o que se viu foi o avanço dos plantios de dendê, dos investimentos circundando a comunidade e da constante compra dos terrenos dos moradores e obrigando os que ficaram a conviver com o ritmo da produção, com o trânsito constante de funcionários e mercadorias nos ramais abertos pela empresa, impactando a paisagem, os recursos naturais, o ritmo de vida e impondo uma disputa territorial local. Com o início do consórcio da Vale, o domínio dos postos de produção de dendê se deu a partir de seu ordenamento, hoje já atribuídos a BBF (RIBEIRO, 2017).

A comunidade permanece com resquícios de saneamento básico, com esgoto não encanado e recente acesso a água a partir da instalação de caixa d'água pela prefeitura de onde os moradores puxam o bem com encanamento proveniente de recursos próprios ou permanecem utilizando o poço doméstico. Até o ano de 2016 não havia energia elétrica na comunidade e os moradores utilizavam gerador movido a gasolina. Sem a energia elétrica os hábitos eram diferentes "fazendo com que na dieta

alimentar se obtivessem poucos produtos frescos, como carnes, frangos ou peixes. Os moradores compravam alimentos que não necessitavam conservar em geladeira, como peixes salgados, camarões, a caça" (RIBEIRO, 2017, p. 53).

Na comunidade fomos recebidos por Tatiana e sua família. Jovem de 21 anos, Tatiana é recém formada e está prestes a ingressar no ensino superior para cursar pedagogia, fomos recebidos por ela apenas nos dias iniciais do mês de janeiro de 2024, pois no mês posterior iria iniciar como jovem aprendiz no escritório da empresa BBF, trabalho o qual conseguiu após longo processo seletivo e de entrega de documentos.

A casa de Tatiana era de madeira, como boa parte das casas na região e naquele ramal ela é a última, são quatro cômodos, uma sala, uma cozinha e dois quartos. A casa tem acesso a energia elétrica e utiliza de poço artesiano para o abastecimento de água. No quintal, onde Tatiana nos recebeu para a primeira conversa, pode-se observar o terreno, havia um equipamento de ventilar pimenta-do-reino, um equipamento de bater açaí, um forno de farinha, duas motos estacionadas, um galinheiro e um recipiente de gasolina, os dois últimos vendidos pelo pai de Tatiana na comunidade.

Segundo ela, a chegada do dendê à região foi acompanhada de melhorias propostas, como o mais acesso a emprego para os jovens e novas oportunidades para o crescimento do município, no entanto, na sua visão, mesmo a contar pela sua pouca idade, Tatiana reconhece os prejuízos carregados pela monocultura do dendê, sendo eles os mais visíveis o constante uso do veneno e a secagem do igarapé (Figura 1):

> O dendê mesmo eu senti que não afetou quando eles puseram um veneno, jogaram, aí prejudicou o igarapé, não podia tomar banho que dava coceira, não podia andar perto que não fazia bem, dava muita coceira nas pessoas, era isso o pior, o veneno… (Tatiana, Trabalho de Campo, 2024).

Figura 1: Cabeceira seca do igarapé

Fonte: LEÃO, 2024

Tatiana me explica que sua família planta mandioca, pimenta e frutas, esses sendo esses produtos os quais não compram. Na sua base alimentar encontram-se então a farinha e os diversos derivados da mandioca como a maniva e o tucupi, as frutas espalhadas pelo terreno sendo elas mamão, goiaba, maracujá e açaí. E a pimenta-do-reino aparece aqui como fator econômico, pois seu processo está associado a diversas etapas específicas com fins na comercialização. Assim explica:

> Fruta não é comprado porque a gente tem muita árvore aqui, nem toda família tem mas falando aqui da minha família, tem goiaba, cupuaçu, tem coco, açaí, laranja, mamão, aí nós tem, não precisa comprar, só legumes… Arroz, feijão também, tudo comprado. A mandioca é pro consumo, porque a gente faz a farinha, o açaí também, a gente até vende porque a gente consegue consumir e fica entregando, meu pai vende, aí é cheio de açaí (Tatiana, Trabalho de Campo, 2024).

Apesar de sua família ser proveniente da comunidade Pedro II, também no município de Concórdia do Pará, e vindo de lá em busca de novas oportunidades e pela necessidade das crianças da família terem acesso à escola em níveis acima da 5ª série, Tatiana recorda da chegada do dendê às proximidades da comunidade, lembra do dendê no pé durante o período de plantação e da colheita dos primeiros frutos da palma

Pedimos a Tatiana para que eu conversasse com seu pai, Seu João Batista. Seu pai junto de seu irmão são os responsáveis pelo trabalho na roça e Tatiana e sua mãe pelo trabalho na casa.

A visão de seu pai sobre o dendê remonta a uma ideia já bem maturada, seus pontos levantados são destaques que relembram as dificuldades vividas:

> No começo senti por meio da água, ali quando eu comprei esse pedaço aqui, tinha água, aí depois que foi comprado aqui aí não vi mais água, secou aqui a cabeceira do igarapé, a cabeceira do Cravo, aí não aguenta mais água aí, no verão, não sei, não aguenta mais água, fica assim seco… (João Batista, Trabalho de Campo, 2024).

João Batista lembra que o uso do igarapé era constante, para lavar os alimentos, deixar a mandioca de molho, lavar roupas e tomar banho, "vão fazer uns bons anos já que secou, mas quando eu comprei isso aqui, era água até bem limpinha, vinha até aqui (aponta para margem próxima a sua casa) aí passou uns anos depois do dendê e secou" (João Batista, Trabalho de Campo, 2024).

Questionamos as dificuldades associadas ao dendê a produção de alimentos na roça:

> Aí já dificulta na roça né, na plantação, na pimenta, porque esse dendê parece que puxa muita água, sei lá, acho que puxa muita água, até pra pimenta ele é ruim, antes a gente plantava pimenta não morria, não careciria aguar, agora morre que só, esse ano eu perdi demais, a seca parece que dificultou mais (João Batista, Trabalho de Campo, 2024).

O dendê que os cerca traz proeminências dificultosas para a produção da pimenta-do-reino (valor econômico) e para a produção da mandioca (alimento alimentar e cultural):

> Assim, só porque de primeira não morria muito também, agora vez até na pedra (etapa de molho) as vezes parece que estraga mandioca, não sei porque assim parece que estreita a nossa roça, não sei se é por causa do veneno, porque de primeira eles botaram muito, jogavam muito, eles tinham parado, agora tá fazendo quase um mês que vieram jogar aí, não sei se é por causa disso que afeta a terra né, na pedra (João Batista, Trabalho de Campo, 2024).

A pedra que representa a etapa em que a mandioca permanece de molho antes de virar a farinha durante a torra, segundo João Batista é a etapa em que o produto é mais perdido.

Renata, cunhada de Tatiana, também nos recebeu em seu lar para discutir a respeito da sua visão frente ao avanço da monocultura local. Sua visão expõe um cenário de violência, pois, após o nascimento do seu primeiro filho, Renata foi obrigada a sair de casa para que a criança não tivesse contato com o veneno exposto na plantação.

Ela relata cheiros fortes e a constante presença de insetos como moscas, baratas, embuás e maruins.

Tatiana também vê as diferenças na produção dos alimentos após a chegada do dendê, relata as constantes perdas na produção de açaí, o crescimento lento das raízes da mandioca e o amarelado nas folhas de pimenta-do-reino:

> Eles jogam muito veneno, mês passado eles jogaram de novo aí começou a vir pra cá aquele cheiro forte, aí dizem que já foi proibido jogar veneno por aqui, aqui perto mas eles continuam jogando, nós também tinha um poço ali atrás, agora que nós temos água encanada que foi puxada da vila mas nunca prestou lá quase pra gente beber depois que começaram a jogar veneno aquela água escorre toda pra lá, a água fica amarela aí a gente isolemo pra lá, não usa mais pra nada, agora só água encanada mesmo… (Renata, Trabalho de Campo, 2024).

Sobre a alimentação em sua casa descreve:

> De uns tempos pra cá a gente começou a comprar muito na cidade, aí o que a gente tem a gente consome, que é a mandioca, o açaí que tem um sitiozinho que nós fizemos esses tempos e agora já tá começando a frutivar, mas sempre mesmo assim é na cidade que a gente faz as coisas, é pela facilidade, mas também porque sempre a mandioca é sempre consumo, não é assim pra venda, aí já com o dinheiro que ele trabalha (esposo) é que a gente compra as outras coisas, porque essas coisas assim, arroz, feijão, era tudo plantado, agora só é comprado (Renata, Trabalho de Campo, 2024).

E continua:

> Acho que porque ir na cidade ficou mais fácil e também era mais com esses pessoal mais idosos sabe, aquele pessoal mais velho, eles gostam de plantar, tinham o costume que vem de família, e nós jovens não né, nós já vê mais facilidade comprar de ter que plantar, mas aí já o que nós nunca deixou assim foi a maniva né porque a gente planta pra poder consumir a mandioca pra fazer a farinha, sempre ela ainda tá popular, não ficou pra trás igual o arroz, o feijão, o milho (Renata, Trabalho de Campo, 2024).

Renata relata ainda a facilidade no consumo de biscoitos, achocolatados, leites, macarrão instantâneo, todos ou comprados na cidade de Concórdia do Pará ou em duas tabernas próximas à comunidade mas mantendo a produção de farinha, pimenta-do-reino e açaí como produção fixa, remetendo aos fatores culturais e econômicos do sistema camponês local

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os impérios alimentares agem na sociedade por vários vieses e fatores, atuam em nossas propagandas, constroem espaços, se demonstram acessíveis e trabalham em

nosso pensamento nos fazendo crer que o ideal de alimentação está pautado em suas regras.

No entanto, quando pensamos no campesinato como a luz do horizonte do campo, elevamos suas forças quando o tratamos como um potente produtor de alimentos, tendo sua relação com a terra um ponto central de suas estruturas.

Frente a esse processo, a produção nas bases do agronegócio tenciona a luta para um lado, pois, enquanto se apropria do campo, se apropria de terras produtivas da família camponesa, cria um vazio de produções e abre espaço para a instrumentalização da alimentação em bases não saudáveis.

Observações nesses traçados a força que o agronegócio propaga ao difundir duas diferentes formas de violência, mentalizando os camponeses a produzirem, se apropriando da terra, difundindo a monocultura, carregando com si o uso dos agrotóxicos, roubando o espaço da roça e fincando a insegurança alimentar das famílias, violentando lentamente.

No entanto, como braço da luta entre a produção da farinha de mandioca, forte condutor do potencial de resistência das famílias, aprimorando o debate e mostrando que nas raízes dessas comunidades expropriadas e sendo obrigadas a conviver com as faces mais perversas do sistema capitalista há sobretudo um ponto de vivência, sendo esse um dos fatores de constante ressignificação do campesinato local.

A chegada do dendê a comunidade trouxe consigo os prejuízos e as desvantagens dessa monocultura, sentidos não por quem produz, mas sim por quem com ela convive.

Os relatos mencionam a constante aplicação de agrotóxico e o contato direto que esse veneno tem sob as casas vizinhas a área da empresa, ocasionando na seca e contaminação dos igarapés, no envenenamento da água consumida e na perda das produções, sentidas em diferentes formas, seja no apodrecimento dos produtos, na morte da plantação e no crescimento lento.

Mesmo que nesta comunidade a empresa não tenha se apossado dos terrenos, a invasão dos territórios se dá por forças físicas e simbólicas. A empresa circunda a comunidade acessível apenas pelos ramais, não criando uma barreira de contato com a rodovia mas impondo forças e demonstrando seu potencial em se territorializar.

Hoje na comunidade a alimentação por meio de produtos industrializados já se encontra em níveis de comum acesso, são mencionadas as facilidades em acesso, a facilidade em consumir e as vantagens de manter apenas a produção de mandioca.

Mesmo que a proximidade com a empresa não os impossibilite de plantar, a somatória entre as perdas da produção, o constante contato com a pulverização de agrotóxicos e a facilidade de acesso e consumo dos industrializados cria na geração atual o distanciamento da produção variada de alimentos, não significando a diminuição de sua campesinidade, mas uma estratégia para a manutenção de sua condição de camponês.

Em seu código culinário, no coeficiente alimentar definido em nosso postulado, a comunidade permanece com a produção de mandioca e dos seus derivados como fator predominante em seu estabelecimento cultural e alimentar, a mandioca e a produção da farinha aparecem aqui como ponto de resistência dentro da unidade camponesa de produção, mesmo com as dificuldades, com a perda da produção, a farinha de mandioca permanece na matriz alimentar da comunidade camponesa.

REFERÊNCIAS

AFRIKA, L. O Nutricide: the nutritional destruction of the Black race. A & B Publishers Group, 2000.

BRASIL, Casa Civil. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm. Acesso em: 24 junho 2023.

CABRAL, M. V. Análise Social. vol. 12, no. 46, Instituto Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1976, p. 477–502.

CANDIDO, A. Os parceiros do rio bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. Livraria Duas Cidades/Editora 34, São Paulo, 2010.

CRUZ, B. E. V. da; HESPANHOL, R. A. M.. A emergência das indicações geográficas no rural contemporâneo: rendas de monopólio e desenvolvimentoterritorial.In: LEAL, A. C.; BORDALO, C. A. L.; NUNES, J. O. R. (Orgs.). A geografia do Pará em múltiplas perspectivas: natureza, urbano, rural e cultura. Tupã: ANAP, 2017. Disponível em: https://www.amigosdanatureza.org.br/biblioteca/livros/categoria/cod/33. Acesso em: novembro de 2023.

GALEANO, E. As veias abertas da América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

HAESBAERT, R. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, R. Território e Multiterritorialidade: um debate. GEOgraphia, Rio de Janeiro, ano IX, ed. 17, p. 19-45, 2007.

HAESBAERT, R. Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção. RJ: Bertrand, 2014.

IBGE. Área da unidade territorial: Área territorial brasileira 2022. Rio de Janeiro, 2023.

JACOBS, A.; RICHTEL, M. Como a Grande Indústria Viciou o Brasil em Junk Food. The New York Times, 16 set. 2017.

LACOSTE, Y. Pesquisa e trabalho de campo: um problema político para os pesquisadores, estudantes e cidadãos. Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, n. 84, 2006.

LEITE, R. C. de C.; LEAL, M. R. L. V. O biocombustível no Brasil. Novos Estudos, nº 78, 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/nec/a/8FyQn8jGsFVfzGZyst4CWbc/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: novembro de 2023.

LEONARDO, M. Antropologia da Alimentação. Revista Antropos, v. 3, n. 2, 2009.

LÉVI-STRAUSS, C. Mitológicas I - O cru e o cozido, tr. Beatriz Perrone Moisés, R.J.: Cosac e Naify, 2004.

LODY, R. Brasil bom de boca. SENAC, São Paulo, 2008.

MACEDO, C. O.; SOUSA, R. B. Novos projetos, velhas práticas: os impasses entre agricultura camponesa e agronegócio do dendê em terras amazônicas. Tempos Históricos, v. 19, 2015.

MACIEL, M. E. Uma cozinha à brasileira. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, nº 33, janeiro-junho de 2004.

PORTILHO, F.; CASTAÑEDA, M.; CASTRO, I. R. R. de. A alimentação no contexto contemporâneo: consumo, ação política e sustentabilidade. Ciência & Saúde Coletiva, v. 16, n. 1, p. 99–106, jan. 2010.

PRODANOV, C. C; Freitas, E. C. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RIBEIRO, L. C. “Mesmo com essas coisas ruins que o dendê trouxe, eu não saio daqui”: resistência à agroindústria do dendê na comunidade do Castanhalzinho em

Concórdia do Pará. Orientador: Heribert Schmitz. 2017. 126 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Amazônicas) - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Amazônia Oriental, Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017. Disponível em: http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/10764. Acesso em: novembro de 2023.

SERAPHIM, Y. Lévi-Strauss e a técnica: infraestrutura e diversidade no método estrutural. Universidade Federal de Brasília, 2022. [s.l: s.n.]. Disponível em: <http://icts.unb.br/jspui/bitstream/10482/44871/1/2022_YvesMarcelSeraphim.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2024.

SHANIN, T. Lições camponesas. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (org.). Campesinato e Territórios em disputa. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 23-48.

SHANIN, T. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. Revista NERA, Presidente Prudente, ano 8, ed. 7, p. 1-21, 2005.

SOUSA, A. D. de; SILVA, V. R. da. Impérios Alimentares e Segurança Alimentar: As Contradições da Relação Produção-Consumo na Comunidade Morrinhos, Santa Luz/PI. Brazilian Journal of Agroecology and Sustainability, [S. l.], v. 2, n. 1, 2020. Disponível em: https://www.journals.ufrpe.br/index.php/BJAS/article/view/2945. Acesso em: 20 jun. 2023.

SOUZA, M. M. O. de. O campesinato no modo capitalista de produção: raízes conceituais. Élisée, Rev. Geo. UEG - Goiânia, v.1, n.1, p.141-155, jan./jun. 2012.

TCHAYANOV, A. V. Teoria Dos Sistemas Econômicos Não-Capitalistas (1924). In:

VIDAL, M. Produção e uso de Biocombustíveis no Brasil. Caderno Setorial ETENE, Ano 4, nº 79, 2019. Disponível em: <https://g20mais20.bnb.gov.br/s482-dspace/bitstream/123456789/630/1/2019_CDS_79.pdf>. Acesso em novembro de 2023.

WOORTMANN, E. F. A Comida como Linguagem. Revista Habitus - Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, v. 11, n. 1, p. 5–17, 2013.

WOORTMANN, K. O sentido simbólico das práticas alimentares. In: ARAÚJO, W.; TENSER, C. (Org.). Gastronomia, cortes e recortes. Brasília: Editora SENAC, 2006.

A GEOGRAFIA DA FOME EM CORNÉLIO PROCÓPIO – PR

Leandra Eduarda Fabri Rezende[1]

Camila de Souza Pereira[2]

Vanessa Maria Ludka[3]

RESUMO

Discutir a espacialização da Fome no Brasil é necessário, visto que se trata de um país vasto e com muitos fatores que perpetuam à problemática. Mediante a isso, no que concernem as pesquisas sobre o tema, sobretudo no campo da Geografia Agrária, é de suma importância buscar metodologias que permitam uma compreensão sobre a Fome para além dos dados estatísticos. Para tanto, o objetivo deste trabalho é analisar a espacialização da Fome no município de Cornélio Procópio-PR por meio dos dados do Programa Bolsa Família e também do Cadastro Único, contextualizando-os com discussões teóricas promovidas por autores como Josué de Castro, Martín Caparrós e Jean Ziegler.

Palavras-chave: Insegurança Alimentar. Vulnerabilidade Social. Políticas Sociais. Programa Bolsa Família.

RESUMEN

Discutir la espacialización del Hambre en Brasil es necesario, dado que es un país vasto con muchos factores que perpetúan el problema. Por lo tanto, en cuanto a las investigaciones sobre el tema, especialmente en el campo de la Geografía Agraria, es de suma importancia buscar metodologías que permitan una comprensión del Hambre más allá de los datos estadísticos. Para ello, el objetivo de este trabajo es analizar la espacialización del Hambre en el municipio de Cornélio Procópio-PR a través de datos del Programa Bolsa Familia y también del Cadastro Único, contextualizándolos con discusiones teóricas promovidas por autores como Josué de Castro, Martín Caparrós y Jean Ziegler.

Palabras clave: Inseguridad Alimentaria. Vulnerabilidad Social. Política Social. Programa Bolsa Família.

[1] Mestranda do Curso de Ensino da Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP lefabrirezende@gmail.com

[2] Mestranda do Curso de Geografia da Universidade Estadual Paulista - UNESP, camila.s.pereira@unesp.br

[3]Doutora pelo Curso de Geografia da Universidade Federal do Paraná - UFPR, vanessaludka@uenp.edu.br

INTRODUÇÃO

Atualmente o Brasil enfrenta desafios persistentes no que se refere à Geografia da Fome, isso porque no ano de 2021 a Insegurança Alimentar - IA atingiu 77 milhões de pessoas no país, destes 33 milhões encontrava-se em IA grave, conforme dados da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania Alimentar e Nutricional - Rede PENSSAN (2022). Realidade que não difere quando a situação é observada em uma escala local, como no caso do município de Cornélio Procópio localizado no norte do estado do Paraná.

Conhece-se a Fome, convive-se com ela diariamente experimentando-a duas, três vezes por dia, não há nada mais recorrente, mais persistente, mais presente na vida das pessoas do que a necessidade alimentar. No entanto, paradoxalmente, para muitos a verdadeira Fome é algo distante, quase desconhecida (Caparrós, 2016).

A partir de tais considerações, o objetivo deste trabalho é analisar a Geografia da Fome no município de Cornélio Procópio-PR do ano de 2004 até 2023, por meio dos dados do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único, contextualizando com uma discussão teórica sobre o tema. Embora seja uma discussão complexa, falar sobre a Geografia da Fome é necessário, pois a Fome tem sido instrumento político e de poder há muitos séculos. Nenhuma doença, nenhuma guerra matou e mata mais pessoas no mundo do que a Fome, embora a mesma seja evitável (Caparrós, 2016).

No que concerne o município de Cornélio Procópio-PR, este possui uma população total de 45.206 habitantes (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2022). Conforme dados do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (2023), no mês de junho de 2023, 6.365 famílias do município estavam inseridas no Cadastro Único, o que equivale a 19.095 pessoas. Realizando a conversão, estima-se que 42% da população procopense estava em situação de vulnerabilidade social no referido período.

Do total de Cadastros apenas 1.364 famílias foram atendidas pelo Programa Bolsa Família no mês de junho de 2023, o equivalente a cerca de 21% das famílias em situação de vulnerabilidade no município, conforme dados do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (2023). De acordo com os dados apresentados, pode-se observar que Cornélio Procópio-PR, assim como outros municípios do Brasil, enfrenta desafios relacionados à falta de acesso adequado aos alimentos e a garantia de uma Segurança Alimentar para a população. Isso porque, parte significativa de seus habitantes se encontra em situação de vulnerabilidade social.

A partir das informações apresentadas, este trabalho volta-se para o período de 2004 a 2023, analisando dados do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família.

METODOLOGIA

Este trabalho trata-se de uma pesquisa quali-quantitativa, pois realiza a coleta de informações, por meio de indicadores estatísticos e sociais consultados em órgãos governamentais, e em seguida discute os resultados conjuntamente com a fundamentação teórica, promovendo uma visão mais holística do tema em investigação (Gil, 2004).

Metodologicamente esta pesquisa foi dividida em dois momentos principais. Sendo eles:

I - Embasamento teórico sobre a Geografia da Fome com autores como: Caparrós (2016), Castro (1961) e Ziegler (2013). Ademais, foi pesquisado sobre as características de Cornélio Procópio-PR, município escolhido como foco da pesquisa em razão de ser onde se localiza o campus da Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP em que há o curso de Geografia e o projeto de pesquisa GEOFOME[4].

II - Coleta, análise e tabulação de dados referentes ao número de beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) e das famílias cadastradas no Cadastro Único do município de Cornélio Procópio-PR, utilizando sites oficiais de dados secundários.

Após essas duas etapas, foi possível construir uma discussão sobre a Geografia da Fome em Cornélio Procópio-PR, apresentando as características da problemática presente no município por meio dos dados referentes às pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza. Ou seja, pessoas que não possuem renda suficiente para suprir as suas necessidades alimentares e que por isso são contempladas por tais políticas públicas. Ao longo da pesquisa, foram desenvolvidos gráficos e tabelas, além da aplicação de uma fórmula (para identificar o número médio de pessoas que receberam o PBF) desenvolvida para esta pesquisa.

$$SF / NM * TMF = NP$$

Onde: **SF** – Soma do número de famílias no referido ano. **NM** – Número de meses

[4] Grupo de Pesquisa Geografia da Fome, Território, Campo-Cidade e Desenvolvimento que promove pesquisas e discussões sobre a fome em Cornélio Procópio - SP e na região do Norte Pioneiro do Paraná desde 2020.

disponibilizado pelo Ministério da Cidadania (2023) referente ao PBF. **TMF** – Tamanho médio da família no Brasil de acordo com o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (2021). **NP** – Número de pessoas atendidas pelo PBF.

REFERENCIAL TEÓRICO

A Geografia da Fome é uma discussão atemporal em todo o território brasileiro e revela marcas das extremas desigualdades perpetuadas ao longo dos séculos. Mediante o tal cenário, e na tentativa de mitigar a fome no Brasil, o Programa Bolsa Família - PBF foi incorporado ao projeto Fome Zero no ano de 2003 (Brasil, 2010).

Desde então o PBF conseguiu reduzir a pobreza e a pobreza extrema, diminuir a mortalidade infantil, aumentar a participação escolar feminina e reduzir a desigualdade regional do Brasil, além de melhorar indicadores de Insegurança Alimentar entre os mais pobres. Inclusive, no ano de 2014, o país saiu oficialmente do Mapa da Fome elaborado pela *Food and Agricultural Organization* – FAO (2014).

Todavia, o mundo enfrentou nos últimos anos a pandemia da Covid-19 e o desmonte de políticas públicas, agravando a situação da Fome no Brasil e levando o país novamente ao Mapa da Fome, conforme indica o relatório divulgado pela FAO (2022). O que demostra a importância de fomentar e, sobretudo, manter ações de combate permanente à Fome no país.

A volta do Brasil ao Mapa da Fome reforça como este não é um fenômeno recente no Brasil e como há muitos fatores que influenciam sua constituição. Considerá-la como um fato não isolado e sua permanência como um fenômeno social construído, é relevante para a discussão do tema. Nesse sentido, para a Geografia o estudo da Fome é necessário justamente por permitir uma visão holística da temática, tratando-se de uma ciência que envolve a compreensão do todo, como é pontuado por Castro (1937).

Resgatando a discussão sobre a constituição da problemática, Ziegler (2013) pontua como a Fome estrutural é constituída e sua principal diferença quando comparada a outros tipos de Fome como, por exemplo, a conjuntural. Para o autor, a Fome estrutural refere-se à falta permanente de uma alimentação adequada, sendo provocada pela insuficiência do Estado em garantir força produtiva e econômica que promova o acesso pleno ao alimento, algo que ao longo dos séculos foi perpetuado no Brasil.

Em síntese, discutir a espacialização da Fome e as estruturas que abarcam o fenômeno não é tarefa fácil. Entretanto, para a ciência geográfica há fatores que

permitem a promoção do debate e reforçam a importância de promovê-lo. Características que viabilizam a elaboração do presente trabalho, visto que o mesmo busca contextualizar dados estatísticos, relativos ao PBF e ao Cadastro Único (CADÚnico) a fatores que podem justificar as oscilações dos dados, estabelecendo dessa maneira um panorama geral da Fome no município de Cornélio Procópio-PR.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O panorama geral da Geografia da Fome em Cornélio Procópio-PR por meio dos dados do Programa Bolsa Família

Para chegar aos apontamentos e dados discutidos nesta pesquisa foram consultados e tabelados o número de beneficiários do PBF, fornecidos pelo painel de monitoramento do programa, além da população do município divulgada pelo IBGE (2000, 2010 e 2022) e o tamanho médio das famílias brasileira levantado pelo Observatório da Família (2022).

Para a primeira parte da fórmula, que calcula o número de pessoas contempladas pelo benefício, foi levantado o número médio de recebimento de cada ano (2004 a 2023). Na Tabela 1 é possível observar a organização dos dados e os resultados relativos ao número de beneficiários do PBF em Cornélio Procópio-PR.

Tabela 1 – Informações sobre o recebimento do PBF em Cornélio Procópio-PR

MÉDIA PBF				
Ano	**Famílias Atendidas**	**Pessoas Atendidas**	**Média de pessoas por família**	**Habitantes**
2004	706	2541	3,6	46861
2005	1531	5511	3,6	46861
2006	1980	7628	3,6	46861
2007	1887	6783	3,6	46861
2008	1602	5286	3,3	46861
2009	1795	5923	3,3	46861
2010	1730	4709	3,3	46928
2011	1604	5293	3,3	46928
2012	1520	5016	3,3	46928
2013	1463	4827	3,3	46928
2014	1259	4154	3,3	46928
2015	1144	3775	3,3	46928
2016	1029	3395	3,3	46928
2017	984	2952	3	46928
2018	948	2847	3	46928

2019	863	2589	3	46928
2020	900	2700	3	46928
2021	943	2829	3	46928
2022	-	-	3	45.206
2023	1330	3990	3	45.206

Fonte: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.
Adaptado por Autoras, 2023.

A terceira coluna da Tabela 1, que expressa o número de pessoas atendidas pela PBF, revela a média alcançada pela aplicação da fórmula expressa nos procedimentos metodológicos. Embora o número de famílias possua atualizações mensais pelo painel de monitoramento do PBF, com exceção de alguns meses do ano de 2021 e de 2022, o número de pessoas beneficiárias (considerando todo o núcleo familiar) não costuma ser divulgado, o que justifica a pertinência e necessidade de aplicar a fórmula. Mediante o desenvolvimento e tabulação dos dados foi possível observar aumentos e diminuições bem datadas e que podem ser contextualizadas com momentos conjunturais do país.

Contextualizar em que momento as baixas e crescimento nos números de beneficiários aconteceram é importante para compreender os porquês de tais índices. Para este artigo foram destacados alguns anos que sobressaíram nas análises e aplicação da fórmula que indica o número aproximado de pessoas que receberam o PBF (Tab. 1).

Considerando todo o período analisado nesta pesquisa, em 2006 o município apresentou seu maior índice de cobertura e somou um total de 7.628 pessoas atendidas pelo PBF, número que na época representava 16% da população procopense. Uma tendência de aumento que também ocorreu em outras regiões e municípios do país, justamente pelos investimentos federais que aconteceram naquele período e fortaleceram a cobertura do PBF.

Nos anos seguintes, até 2012, a média de beneficiários do PBF manteve-se estável, atendendo por volta de cinco mil pessoas. Contudo, a partir de 2015 algumas quedas no número de famílias atendidas chamaram atenção. Embora a diminuição de atendimentos pudesse ser lida como algo positivo, mais famílias ascendendo socialmente, o contexto em que elas se desdobraram não reafirma tal hipótese.

Entre os anos de 2015 e 2016 o número de pessoas atendidas pelo PBF diminuiu expressivamente e passou a contemplar uma média de três mil habitantes, já em 2017 apenas 6% da população procopense (2.953 pessoas) recebeu o benefício. Vale ressaltar que naquele momento, o Brasil passava por uma intensa crise política e uma transição

de governo marcada por rupturas ideológicas, fato que refletiu nos índices e repasses voltados ao programa, justificando assim a diminuição do recebimento mesmo com a população ainda em situação de vulnerabilidade.

Após 2018, com uma nova mudança no governo federal, o número de pessoas atendidas pelo PBF em Cornélio Procópio-PR continuou diminuindo e, dentre todos os anos analisados, 2019 foi o que teve a menor média de cobertura com apenas 2.589 pessoas atendidas. Uma diminuição que, como enfatizado anteriormente, não refletiu na diminuição dos índices de Insegurança Alimentar em nível nacional e no aumento de poder de compra da população.

Nos anos pandêmicos (2020, 2021 e 2022) houve um ligeiro aumento no número de pessoas atendidas pelo PBF em Cornélio Procópio-PR, mas ainda baixo quando comparado a outros períodos. Em 2020, por exemplo, 2.700 procopenses receberam o PBF, um aumento de cento e onze pessoas quando comparado ao ano de menor recebimento (2019).

Já em 2021 também houve um aumento de beneficiários com 2.829 atendimentos médios do PBF em Cornélio Procópio-PR, embora os dados dos meses de novembro e dezembro não tenham sido divulgados. Junto ao Auxílio Emergencial o PBF cumpriu um papel de extrema importância e foi necessário para mitigar o avanço de situações de Insegurança Alimentar grave no Brasil, embora, infelizmente, não tenha contemplado toda a população em vulnerabilidade.

Já em 2022 nenhum dado sobre o número de beneficiários do Programa Auxílio Brasil - que naquele período substituía o PBF - foi atualizado e devido a isso não foi possível investigar como se expressaram esses índices naquele ano. As atualizações voltaram a acontecer em março de 2023, já com a volta do PBF, e foi possível realizar um panorama de recebimento até o mês de junho, o mais recente até a elaboração deste trabalho.

De acordo com os dados, durante os quatro meses de recebimento divulgados, 1.330 famílias que residem no município de Cornélio Procópio-PR foram atendidas pelo PBF em 2023. Ao aplicar esse dado à fórmula, estima-se que 3.990 pessoas receberam o benefício, o que representa um aumento quando comparado aos anos anteriores, mesmo os considerados pandêmicos.

Ademais, segundo a Secretaria de Assistência Social do referido município, foram entregues no mês de junho de 2023 cerca de 1.384 cestas básicas para famílias que não são beneficiárias do PBF e se encontram em situação de vulnerabilidade, ou

seja, 4.152 procopenses têm como garantia de alimentação mensal apenas uma cesta básica, o que escancara ainda mais a situação de Insegurança Alimentar e nutricional da população do município.

As oscilações nos índices de cobertura do PBF em períodos de crises e ruptura política reforça o que Ziegler (2013) coloca quando compara a Fome com o crime organizado, pois esta é um mecanismo de controle. Além disso, fatores conjunturais, como a ocasionada pela pandemia da Covid-19 também influenciou o aumento da Fome e da pobreza no país.

Além disso, o fato de muitas famílias que estão em situação de vulnerabilidade social e que não recebem o PBF no município, como os atendidos pelas cestas e do Cadastro Único, escancaram que os índices de Fome em Cornélio Procópio-PR podem ser ainda mais alarmantes. A Tabela 2 expressa justamente o número de Cadastros Únicos (famílias de baixa renda) no município, dados que também acendem alertas.

Tabela 2 – Informações sobre a média de famílias que estão no Cadastro Único (CadÚnico)

Número médio de Cadastros em Cornélio Procópio-PR	
Ano	**Família no Cad.Único**
2012	4102
2013	4567
2014	5180
2015	4401
2016	4491
2017	4136
2018	4265
2019	4547
2020	4610
2021	4932
2022	5753
2023	5809

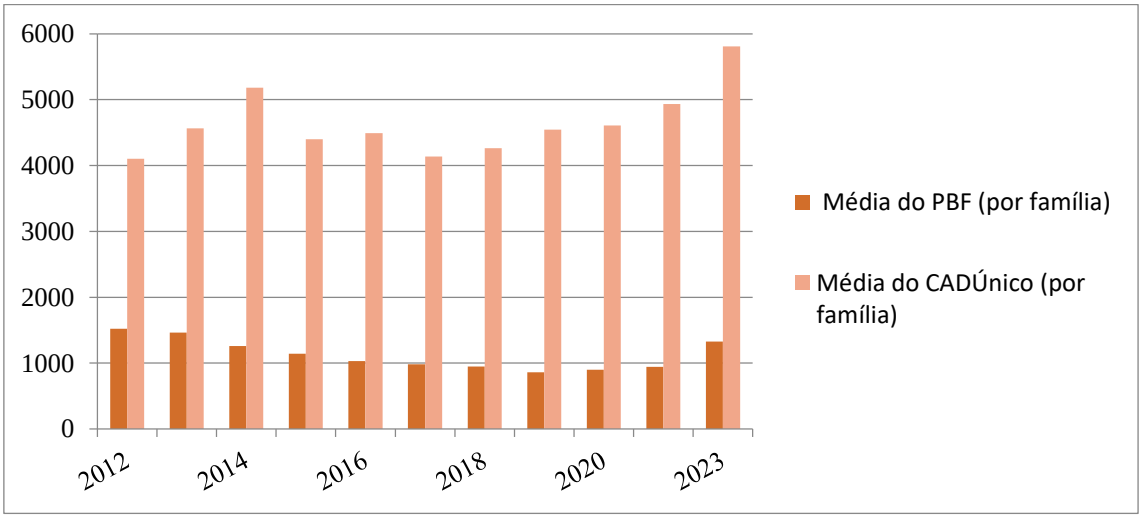
Fonte: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.
Adaptado pelas Autoras, 2023.

Os dados sobre o Cadastro Único disponíveis no painel de monitoramento do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, sobre o município de Cornélio Procópio-PR, partem do ano de 2012. Nota-se, no entanto, que no período monitorado houve poucas oscilações de cadastros, sendo o menor ano 2012

(com 4.102 famílias cadastradas) e o maior 2023 (com 5.809 famílias). Outro dado relevante refere-se ao período de 2019, quando ocorreu o menor índice de cobertura do PBF no município, apesar disso 4.547 famílias se encontravam em algum grau de vulnerabilidade.

No Gráfico 1 é possível observar uma comparação entre o número de famílias presentes do Cadastro Único e das beneficiadas pela PBF no período de 2012 a 2023 – com exceção do ano 2022 devido a carência de dados.

Gráfico 1 – Média de famílias que estão no Cadastro Único em comparação com as beneficiárias do PBF entre os anos de 2012 e 2023 no município de Cornélio Procópio-PR.



Fonte: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.
Adaptado pelas Autoras, 2023.

Os dados expressos no Gráfico 1 reforçam a expressividade do número de famílias que estão em situação de vulnerabilidade social em Cornélio Procópio-PR e como mais da metade dessas pessoas não estão recendendo o complemento imediato de renda por meio do PBF. Realidade que se estende a todos os anos pesquisados, sobretudo os de 2014, 2019, 2021 e 2023 de que apresentam as maiores disparidades.

Mediante a espacialização da Fome que se constitui em território brasileira influenciada por inúmeros fatores estruturais, cabe resgatar as reflexões de Castro (1961, p. 49), segundo ele "Quanto ao tabu da fome, havia razões ainda mais fortes do que os preconceitos de ordem moral. Razões cujas raízes mergulhavam no escuso mundo dos interesses econômicos, dos interesses de minorias dominantes e

privilegiadas, que sempre trabalharam para escamotear o exame do fenômeno da fome do panorama intelectual moderno".

Tratar a Fome como um tabu e nega-la reforça a permanência de uma problemática que assola todas as regiões do país. Também por isso, analisar dados locais, em escala municipal, torna-se relevante e reverbera a importância de promover estudos sobre a Geografia da Fome. Trata-se, portanto, de uma maneira de dar visibilidade para a situação e fomentar debates sobre a temática, algo que se buscou fazer neste trabalho que abarca o município de Cornélio Procópio-PR.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se, por meio do que foi presentado neste trabalho, que a Fome se faz presente em território brasileiro. Um fenômeno que se estende ao município de Cornélio Procópio-PR e atinge famílias que não tem as refeições básicas garantidas diariamente. Um fato que se desdobra ao longo dos anos e que infelizmente, apesar de apresentar ligeira melhora nos índices em dados momentos, sobretudo em 2014 com a saída do Mapa da Fome, assombra muitos lares.

Analisando o panorama geral dos beneficiários do PBF de 2004 a 2023 em Cornélio Procópio-PR, ficou evidente a espacialização da Fome no município. Sobretudo nos períodos de 2018, 2019 e 2020, que apresentam os menores índices de cobertura do PBF, embora apresentasse um alto número de Cadastros Único.

Ademais, neste trabalho também foi possível discutir as potencialidades e a importância de promover politicas sociais permanentes no combate à Fome. No que concerne a relevância do Programa Bolsa Família, observou-se sua pertinência para as famílias atendidas e como ele ainda é um instrumento necessário para promover o acesso a itens básicos, sobretudo à alimentação. Por fim, nota-se, diante da análise da Geografia da Fome e por meio dos dados do Cadastro Único, que o município pesquisado é assolado pela Fome e parte significativa de sua população não é atendida por políticas públicas de complemento imediato de renda como, por exemplo, o Programa Bolsa Família.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Fome Zero: uma história brasileira. Brasília. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2010. 190 p. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/Fome%20Zero%20Vol1.pdf. Acesso em: 20 mai. de 2023.

CAPARRÓS, Martín. **A Fome.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

CASTRO, Josué de. **Geopolítica da Fome:** Ensaios sobre os problemas de alimentação e de população do mundo. 6a ed. v.1. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961.

CASTRO, Josué de. **A alimentação brasileira à Luz da Geografia Humana.** Porto Alegre: Edição da Livraria do Globo, 1937

FAO, IFAD and WFP. 2014. **The State of Food Insecurity in the World 2014**. Strengthening the enabling environment for food security and nutrition. Rome, FAO. Disponível em: http://www.fao.org/3/a-i4037e.pdf. Acesso em: 13 jun. 2022.

GIL, Antônio Carlos. **Metodologia da pesquisa científica.** São Paulo: Atlas, 2004.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2022). CORNÉLIO PROCÓPIO. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/cornelio-procopio/panorama. Acesso em: 10 jun. 2023.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. Auxílio Brasil. Disponível em. https://www.gov.br/cidadania/pt-br/auxilio-brasil#calendario-id. Acesso em: 16 de jun. 2023.

MINISTÉRIO DA MULHER, FAMILIA E DIREITOS HUMANOS - OBSERVATÓRIO NACIONAL DA FAMÍLIA (BR). Família e Filhos no Brasil. 2021. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/observatorio-nacional-da familia/fatos-e-numeros/familias-e-filhos-no-brasil.pdf. Acesso em: 19 mai. 2023.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. Disponível em: https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/outros/bolsa-familia/o-que-e. Acesso em: 10 jun. 2023.

MINISTÉRIO DA MULHER, FAMILIA E DIREITOS HUMANOS - OBSERVATÓRIO NACIONAL DA FAMÍLIA. Família e Filhos no Brasil. 2021. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/observatorio-nacional-da familia/fatos-e-numeros/familias-e-filhos-no-brasil.pdf. Acesso em: 09 jun. 2023.

REDE-PENSSAN. II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia Covid-19 no Brasil: Suplemento I -Insegurança Alimentar nos estados. **Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Rede PENSSAN)**. Disponível em: https://olheparaafome.com.br/. Acesso em: 21 out. 2022.

ZIEGLER, Jean. **Destruição em massa**: geopolítica da fome. São Paulo: Cortez, 2013.

AGROINDÚSTRIA CORPORATIVA: PERSPECTIVAS FRONTE A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS NA NEOLIBERALIZAÇÃO DA CADEIA PRODUTIVA

Luan Ribeiro[1]

Maria Laura Carvalho[2]

Estevan Coca[3]

RESUMO

O poder corporativo nos processos produtivos alimentícios tem desencadeado uma série de problemáticas ambientais e sociais na sociedade de classes. A partir da concentração de terras em acumulação por espoliação, os territórios têm sido comoditizados para atender a indústria da mercantilização alimentar. Na crise ambiental global atual, são variadas as denominações para esse momento histórico que tem desenvolvido inúmeras fontes de desigualdades no acesso às terras e ao alimento seguro e saudável. Com a dieta de classes, o regime alimentar corporativo tem apresentado paradoxos como a obesidade e a fome. Diante desse cenário de desmantelação, a agroecologia surge como estratégia importante de fomento para o envolvimento da agricultura em seu valor de uso, tendo em vista os sistemas agroalimentares e os modos como essa técnica agrícola se envolvem com os sujeitos e natureza em uma relação dialética de transformação e resistência do campesinato. É nesse sentido que o trabalho foi pensado como resultado da disciplina eletiva intitulada "Sistema Alimentar Global" ministrada pelo Prof. Dr. Estevan Coca na Universidade Federal de Alfenas no curso de Geografia Bacharelado. Através dos estudos agrários críticos, foi possível elucidar e elaborar as questões apresentadas no presente trabalho.

Palavras-chave: Sistema alimentar corporativo; Agroecologia; Soberania Alimentar.

RESUMEN OU ABSTRACT

Corporate power in food production processes has unleashed a series of environmental and social problems in class society. Through the concentration of land in accumulation by spoliation, territories have been commodified to serve the food commodification industry. In the current global environmental crisis, there are various names for this historical moment that has developed numerous sources of inequality in access to land and safe, healthy food. With the class diet, the

[1] Graduando do Curso de Geografia da Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL-MG, luan.ribeiro@sou.unifal-mg.edu.br

[2] Graduanda do Curso de Geografia da Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL-MG, maria.ribeiro@sou.unifal-mg.edu.br

[3] Doutor pelo Curso de Geografia da Universidade Estadual Paulista – UNESP, estevan. coca@sou.unifal-mg.edu.br

corporate food regime has presented paradoxes such as obesity and hunger. Faced with this scenario of dismantling, agroecology has emerged as an important strategy for promoting the involvement of agriculture in its use value, taking into account agri-food systems and the ways in which this agricultural technique engages with subjects and nature in a dialectical relationship of transformation and resistance of the peasantry. It is in this sense that the work was conceived as a result of the elective course entitled "Global Food System" taught by Prof. Dr. Estevan Coca at the Federal University of Alfenas in the BA Geography course. Through critical agrarian studies, it was possible to elucidate and elaborate the issues presented in this work.

Keywords: Corporate food system; Agroecology; Food Sovereignty

INTRODUÇÃO

O presente trabalho foi desenvolvido a partir de uma disciplina eletiva ofertada no curso de Geografia Bacharelado da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), nomeada como “Sistema Alimentar Global”, em que os objetivos foram apresentar os modos como que o poder corporativo tem se articulado com o poder neoliberal a fim de propiciar o avanço do agronegócio no campo brasileiro. Em contraponto a essa realidade de desigualdades e injustiças sociais e ambientais, foram apontadas estratégias políticas organizadas internacionalmente como a *La Via Campesina* para o avanço sobre o debate da soberania alimentar e do campesinato (Coca, 2016). A partir disso, o trabalho objetiva reunir os conhecimentos adquiridos ao longo da disciplina, do curso de Geografia e das atividades extracurriculares que tem como finalidade agregar sobre o debate dos estudos agrários críticos no cenário da agroecologia enquanto prática, movimento, ciências e política.

Com a industrialização e a modernização do campo, os processos produtivos, bem como a paisagem sofreram transformações de modo a também modificar as relações entre o sujeito-natureza. Nessa dialética, a acumulação por espoliação (Harvey, 2013) propiciou o desenvolvimento da agricultura em sua forma de valor de troca (Marx, 2017) no sistema capitalista de produção. Ao comoditizar os territórios (Alves, 2023) a partir da indústria 4.0, as tecnologias desempenharam importante papel para a concentração de terras a fim de criar aspectos de dependência da indústria urbana (Kautsky, 1980) fazendo com que a indústria doméstica e as suas relações de autonomia fossem desmanteladas como forma de avanço para o capitalismo. Nesse cenário, a indústria petro-dependente (Guterres, 2016) também se estabeleceu nesse sistema insustentável e violento. Em contradição, ao mesmo tempo em que o capitalismo se transforma como modelo de

desenvolvimento violento e expropriador, ele também reproduz movimentos de resistência como o campesinato em suas multitudes (Ploeg, 2016).

Nesse sentido, a agroecologia é apresentada como modelo agrícola de subversão ao agronegócio ao ser desenvolvida pelos mesmos povos que sofrem com o poder hegemônico que assola seus territórios e modos de vida. Enquanto prática, a agroecologia é um padrão técnico-agronômico (Altieri, 2004) reproduzida por populações que vivem e se reproduzem no campo a partir dos conhecimentos herdados de forma ancestral e tradicional a fim de produzir modos de vida mais sustentáveis e socialmente mais justas em ambientes que possuem seus valores de uso (Marx, 2017).

METODOLOGIA

O presente trabalho foi desenvolvido como parte dos estudos difundidos em uma disciplina eletiva proposta pelo curso de Geografia Bacharelado na Universidade Federal de Alfenas – MG. Intitulada como "Sistema Alimentar Global", a matéria foi desenvolvida no ano de 2023 em seu primeiro semestre, apresentando temáticas que envolvem a corrida mundial por terras (Pereira, 2017) e sua concentração, o regime alimentar corporativo (McMichael, 2017) como grande desafio no cenário atual do acesso aos alimentos que se envolve com a destruição e desmantelação do meio ambiente a partir do Capitoloceno, podendo apontar o Chthuluceno (Haraway, 2016) como atual desafio a ser enfrentado. Todas essas mazelas estão vinculadas aos salários de fome que exercem poder sobre as chamadas dietas de classes (McMichael, 2017) proposta pelo atual sistema neoliberal.

Como resistência e proposta de mudança para tudo isso, a agroecologia (Altieri, 2006) surge como importante estratégia para o resgate da soberania alimentar em sua abrangência – desde a autonomia do camponês até o acesso ao alimento seguro e saudável. Como exemplo de resistência e de poder contra-hegemônico, tem-se o envolvimento de 164 organizações camponesas distribuídas por 73 países de todos os continentes no movimento aglutinador da *La Via Campesina* (Coca, 2016). A *La Via Campesina* propõe reunir e organizar pequenos e médios agricultores que buscam debater sobre a soberania alimentar, a proteção da biodiversidade e a autonomia sobre as políticas agrícolas no campo (La Via Campesina, 2007). Desse modo, foi a partir desse levantamento bibliográfico sobre os estudos agrários críticos que o trabalho se estruturou

e foi elaborado, juntamente com as trocas de conhecimentos e debates propostos em sala de aula e leituras extracurriculares.

REFERENCIAL TEÓRICO

A industrialização dos alimentos como projeto político corporativo caracteriza o atual regime alimentar em seus paradoxos – entre a fome e a obesidade (McMichael, 2017). A concentração dos processos produtivos desde a produção das commodities em terras apropriadas pelo poder hegemônico evoca o valor de troca (Marx, 2017) até a disponibilidade dessas mercadorias nas prateleiras dos supermercados que utilizam de estratégias para o consumo na sociedade de classes. Ao considerar salários de fome, a dieta de classes (McMichael, 2017) é estabelecida como via de mão única que se direciona para a acumulação de capital cada vez mais intensificada ao eliminar as culturas alimentares locais e regionais como potencialidade e resistência do campesinato.

Nesse cenário de estrangeirização de terras (Pereira, 2017) e de comoditização dos territórios (Alves, 2023), são aprofundadas as desigualdades no acesso à terra e autonomia do camponês, transformando não somente a paisagem agrária, mas também as relações em diminuição em números dos pequenos proprietários de terras e o aumento de assalariados no campo (Corrêa, 2011). Assim, a soberania alimentar em sua abrangência é subordinada ao capital, bem como o camponês em suas multitudes (Ploeg, 2016) perde as suas formas de resistência na terra que passa a cumprir somente o seu valor de troca. Em transformação, o valor de uso (Marx, 2017) agregado à produção do alimento seguro e saudável é perdido sob perspectiva do capital em acumulação por espoliação (Harvey, 2015), havendo modificações sobre os modos de existir de todas as vidas que necessitam das florestas, águas e campos para se reproduzir.

Atualmente, as mudanças climáticas e o colapso ambiental têm apresentado intensificações e destruições irreversíveis, não cabendo mais denominar esse momento como Capitoloceno (Haraway, 2016). Diante desse cenário, torna-se urgente o resgate de modelos de agricultura que sejam autônomos e verdadeiramente sustentáveis, rompendo com a indústria petro-dependente (Guterres, 2016) e propondo caminhos para a transição da agricultura química para a agricultura camponesa e ecológica em sistemas alimentares sustentáveis (Narcisa; Fernandes; Silva; Ribeiro; Tiburtino, 2018) a partir dos princípios agroecológicos (Caporal; Azevedo, 2011). Essa reconstrução não deve ser encarada como uma nova alternativa, tendo em vista que a prática agroecológica é exercida como força

contra-hegemônica por povos ancestrais a partir dos seus conhecimentos tradicionais. Assim, a agroecologia deve ser considerada importante movimento que se alia à prática, à ciência e à política (Leff, 2002) envolvida nos territórios e espaços como conhecimentos que se difundem em uma comunicação (Freire, 1983), não havendo hierarquia entre os saberes, mas uma troca; uma partilha a partir dos diálogos para que seja possível o fortalecimento e o fomento de uma política agrária mais justa e sustentável.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O alimento que deveria ser uma garantia coletiva de acesso tornou-se um produto, e principalmente um instrumento político que move as relações do capitalismo, o estruturando e reestruturando, como discute McMichael (2005, p. 63) onde: "a ascenção e a consolidação do capital dependem centralmente dos alimentos – como um insumo biopolítico ou de processamento para suprir mão de obra e aumentar lucros". Adota-se uma caracterização que cria um pano de fundo que concretiza como os processos de mercantilização devem agir. Esse processo de mercantilização atua de forma massiva (McMichael, 2005), baseado numa contextualização onde a agroindústria e os seus poderes corporativos são provedores das ações resultantes.

Quando discute-se a inserção do capital na agricultura, as mudanças a partir dela permeam apenas alternativas promovidas pela ação do sistema capitalista, onde o Estado não possui controle e deixa de intervir, e assim o comércio de alimentos é controlado pelas corporações transnacionais, posturadas pelo setor privado (Leal, 2019). Com essa força do controle da produção e comercialização de alimentos, os pequenos produtores acabam perdendo espaço, porque a sua destituição torna-se imenente pela incapacidade desigual de competição com as grandes agroindústrias (McMichael, 2005), como afirmam Guazzeli e Ribeiro (2010) que:

> O domínio sempre crescente do sistema corporativo agroindustrial de alimentos e marginalizaram mihões de agricultores em pequena escala, que não puderam competir com uma enxurrada de alimentos subsidiados importados. (Guazzeli; Ribeiro, 2010, p. 155)

Partindo disso, a discussão se direciona a concentração de terras, onde esse processo está diretamente interligada ao poder político, como conotado pela história. Essas caracterizações econômicas e políticas da concentração de terras, são inseridas na

relação com as agroindústrias, acentuando as diferenciações sociais, já que há um sistema regula e especializa as áreas produtivas (McMichael, 2005).

O discurso normalmente vendido à população é de que a produção massiva de alimentos acabaria com a fome mundial, como a ideia implementada durante a Revolução Verde que segundo Altieri (2004) é

> um ideário produtivo proposto e implementado nos países mais desenvolvidos após o término da Segunda Guerra Mundial, cuja meta era o aumento da produção e da produtividade das atividades agrícolas, assentando-se para isso no uso intensivo de insumos químicos, das variedades geneticamente melhoradas de alto rendimento, da irrigação e da motomecanização. (Altieri, 2004, não paginado).

A ideia disseminada era produzir alimentos em grande escala para erradicar a fome mundial, mas a ideologia que foi implementada se difere dessa perspectiva, afinal a produção concentra-se em monoculturas de soja e milho transgênicos, aplicados diretamente a industrialização de alimentos ultraprocessados (Guazzelli; Ribeiro, 2010), onde as corporações conseguem manejar a cadeia produtiva em suas diversas etapas, desde a produção até a comercialização do alimento que vira produto, como relata McMichael (2005):

> Políticas neoliberais dão prioridade ao comércio internacional, e não a alimentos para a população. Não contribuíram em nada com a erradicação da fome no mundo. Pelo contrário, aumentaram a dependência dos povos por importações agrícolas e fortaleceram a industrialização da agricultura. (McMichael, 2005, p. 85).

O controle da cadeia alimentar é uma realidade, visto que a concentração corporativa se dá em diversos processos, e principalmente no processamento e comercialização (Guazzelli; Ribeiro, 2010), etapas essas que envolvem diversas intituições privadas do mercado global. Essas empresas são grandes redes que partem de um mesmo lugar, concentram o controle sobre a produção mundial (Guazzelli; Ribeiro, 2010), desde a produção de sementes, agroquímicos, pesquisa genética e comercialização, o que gera segundo Coca (2016, apud Vandana Shiva, 2013) uma “ditadura do alimento”, que:

> Se você olha para as quatro faces que determinam nossa comida, são todas controladas por grandes corporações. As sementes são controladas pela Monsanto por meio dos transgênicos; o comércio internacional é controlado por cinco empresas gigantes; o processamento é controlado por outras cinco, como a Nestlé e a PepsiCo; e o varejo está nas mãos de gigantes como o Walmart, que gosta de tirar o varejo dos pequenos comércios comunitários e com conexões muito diretas entre os produtores de comida e os consumidores. São correntes longas e invisíveis, onde 50% dos alimentos são perdidos. Temos

> sim uma ditadura do alimento. (Coca, 2016, p. 21, apud Vandana Shiva, 2013, não paginado).

Devido o aumento da produção agrícola, esses alimentos, segundo Guazzelli e Ribeiro (2010, p. 156): "acarretaram a diminuição de nutrientes, vitaminas e proteínas dos alimentos produzidos (...) chamado efeito diluição". O que chega ao consumidor final é um alimento pobre e de pessima qualidade, o que contribui para a malnutrição da população, como interpreta Guazzeli e Ribeiro (2010, p. 154) trazendo que: "metade da população do planeta está mal alimentada: aproximadamente uma sexta parte passa fome, outra sexta parte sofre de malnutrição, e um sexta parte está obesa". No cenário global, a diferenciação de acesso a alimentação é elevado, como influi Coca (2016)

> Países localizados em regiões como o "Chifre da África" e o sudoeste asiático possuem elevados indíces de pessoas em situação de fome. Ao mesmo tempo, principalmente em países considerados ricos, como é o caso dos Estados Unidos e do Canadá, milhares de pessoas encontram-se acima do peso, devido ao consumo de alimentos com baixo valor nutricional como frituras e processados. (Coca, 2016, p.17).

O alimento é lido como um recurso de poder (Coca, 2016), a produção em massa não cria uma igual distribuição, ou seja, o acesso ao alimento é um mecanismo estruturado pela desigualdade onde a condição economica é um fator essencial para obtenção.

Todas essas novas tecnologias de produção interpretam novas faces do alimentos que partem do produtor até o consumidor. Essas tecnologias estão se inserindo no setor industrial e nas produções agrícolas em grande peso, principalmente em inserção diretamente interligada com as BigTechs (Grain, 2021), nesse movimento é preciso discutir que com esssas tecnologias irá afetar diretamente o ecossistema, dentre elas se inserem o cultivo de transgênicos, nanotecnologia e a biologia sintética (Guazzelli; Ribeiro, 2010) os insumos produzidos são verdadeiros venenos esculpidos para o reforço das práticas, Gueterres (2006, p. 20) salienta que a terra está contaminada por adubos químicos e pelo uso de venenos, além que a transgressão do uso seria de forma demorada, porque as sementes geneticamente produzidas viciaram o solo pelos usos dos pacotes químicos ofertados. É preciso discutir que esses pacotes de biotecnologia são referenciados em sua lógica, porque associam-se à outras patentes, para que a comercialização seja efetiva.

Partindo dessas conceitualizações, o caminho da alimentação segura que se sucede é imprevisivel, o que se entende é o domínio das corporações sob o alimento. A população deveria ter acesso à uma alimentação saudável e segura, como conceitua o movimento de

segurança alimentar, onde segundo Coca (2016, p. 15) defende: "(...) uma justa distribuição de terras, a luta por melhores condições de comercialização dos produtos da agricultura camponesa e o aumento da oferta de produtos frescos e saudáveis para a população urbana". O conceito de segurança alimentar é um direito exposto na legislação brasileira, sob a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006: "garantia da realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde, que respeitem a diversidade cultural e que seja ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (Art. 3 da Lei nº 11.346/2006)", porém é inegável que a aplicação da lei é revertida, o que se vive é um processo de insegurança alimentar - a população desconhece a origem e os processos dos alimentos que chegam até a sua mesa.

No que concerne as formas de resistência inseridas nos espaços de disputa da produção de alimentos, a agroecologia e a soberania alimentar surgem como contraproposta do que é formalizado nas corporações de alimentos. Como discutido anteriormente, a leitura da soberania alimentar vai além do acesso ao alimento seguro e saudável, mas sim de uma demonstração de uma resistência aos movimentos de concentração de terras e o protagonismo corporativo e concêntrico na produção agrícola.

Há organizações que incorporaram a soberania alimentar como um movimento de mudança da realidade definida, como La Via Campesina, que segundo Coca (2016, p.22): "é composta por 164 organizações camponesas, distribuídas por 73 países". A La Via Campesina pensa na modificação da realidade concretizada, incorporando discursos de reforma agrária e soberania alimentar, o que é indispensável visto a produção dominada pelo neoliberalismo, onde insere os pequenos produtores em condições de produção subalternas (Coca, 2016).

A agroecologia é também um importante instrumento de resistência, em afirmação dos territórios que reflete sobre a sua prática sendo realizada após a luta pela reforma agrária (Coca; Santos. Silva; Freitas, 2019). Ou seja, a sequência das ações de lutas ressignifica as estruturas de uso e ocupação dos territórios em detrimento da sua função social, ao passo que haverá o valor de uso (Marx, 2017) na produção do território, isso frente a promoção do acesso aos alimentos seguros e saudáveis. A agroecologia torna-se um movimento que modifica os paradgimas produtivos (Leff, 2002), paradgimas esses que propõe uma relação mais próxima com a terra, não só no sentido produtivo, mas

também nos cuidados e como essa terra afeta a sociedade em seu entorno, como afirma Altieri (2004)

> Trata-se de uma nova abordagem que integra os princípios agronômicos, ecológicos e socioeconômicos à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo. Ela utiliza os agroecossistemas como unidade de estudo, ultrapassando a visão unidimensional – genética, agronomia, edafologia – incluindo dimensões ecológicas, sociais e culturais. (Altieri, 2004, p. 23)

A agroecologia busca o equilíbrio natural e sustentável do ecossistema, pois efetiva a proteção do solo, assegura a constante produção de alimentos e contribui para a conservação do solo e dos recursos hídricos (Altieri, 2004). Torna-se essencial a busca de uma transição agroecológica nas produções, a terra está em desequilíbrio pelo uso intensivo de agrotóxicos, que são responsáveis pela poluição da água, do solo e principalmente da saúde humana (Guazzelli; Ribeiro, 2010).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a discussão sobre o alimento, entende-se como as grandes potencias do capital agem sobre esse recurso que se tornou um produto, movendo-se através dos fluxos de mercado, ocasionado uma maior distância entre os produtores e consumidores. Com o conhecimento influindo pelos regimes alimentares, teorizados por McMichael, o regime alimentar corporativista é evidenciado pelas grandes estruturas de concentrações de terras e ação do capital nas produções agrícolas, o pequeno produtor perde espaço de competição e deflagra uma luta para sua sobrevivência.

É nítido a visibilidade que os organismos multilaterais construíram, formando ideologias que o alimento industrializado é seguro. A população desconhece o processo produtivo e sua relação com o alimento ficou preconizada ao consumo de ultraprocessados, com um valor nutricional quase inexistente, amparado pela produção transgênica.

As lutas por mudanças nas superestruturas do capital na produção agrícola existem e fomentam mudanças que questionam o modo que a alimentação vem sendo especializada pelo mundo. A soberania alimentar torna-se um elo que luta pela justiça no campo, e por uma produção segura e saudável, é uma luta que deve ser coletiva, principalmente na conectividade entre os espaços rurais e urbanos.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Editora da UFRGS. Porto Alegre, 2004.

ALTIERI, Miguel Ángel. Agroecologia: princípios e estratégias para a agricultura sustentável na América Latina do século XXI. MOURA, E. G.; AGUIAR, A. C. F. **O desenvolvimento rural como forma de aplicação dos direitos do campo**: Princípios e tecnologias. Brasília: UEMA, pp. 83-99, 2006.

ALVES, Flamarion Dutra. Mundialização da cafeicultura na região imediata de Alfenas-MG. **Caderno de Geografia**. v.33, n. 1, 2023.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. 20 anos da proposta de soberania alimentar: construindo um regime alimentar alternativo. **Revista NERA**, n º. 32, p. 14-33, 2016.

CAPORAL, Francisco Roberto; AZEVEDO, Edisio Oliveira**. Princípios e perspectivas da agroecologia**. Instituto Federal de educação, Ciência e Tecnologia do Paraná – Educação a distância, 2011.

CORRÊA, Roberto Lobato. As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural. **GEOUSP** – Espaço e Tempo, nº 30, pp. 05-12, 2011.

FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação? Rio de Janeiro: **Paz e Terra**, 1983.

GUTERRES, E. **Agroecologia militante**. Editora Expressão Popular. São Paulo, 2006

HARAWAY, Donna. Antropoceno, Capitaloceno, Plantationoceno, Chthuluceno: fazendo parentes. **Clima com Cultura Científica** – pesquisa, jornalismo e arte, I Ano 3 – N. 5, p. 139-146, 2016.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. Edições Loyola – 2ª edição. São Paulo, 2004.

LA VIA CAMPESINA. **II Conferencia Internacional de La Via Campesina Tlaxcala, Mexique, 18 Al 21 Abril, 1996**. 2007. Disponível em: <https://viacampesina.org/es/ii-conferencia-internacional-de-la-via-campesina-tlaxcala-mexique-18-al-21-abril-1996/#> Acessado em: out. de 2023.

LEAL, S. **Regimes alimentares e questões agrárias**. Caderno Prudentino de Geografia. Presidente Prudente, SP. 2019.

LEFF, H. Agroecologia e saber ambiental. **Agroecol. e Desenv. Rur. Sustent**., Porto Alegre, v.3, n. 1, jan./mar. 2002.

MARX, K. **O Capital [Livro I]**: crítica da economia política. O processo de produção do capital. Rio de Janeiro: Editora Boitempo, 2017.

MCMICHAEL, P. **Regimes alimentares e questões agrárias**. São Paulo; Porto Alegre: Editora UNESP; Editora UFRGS, 2016.

NARCISA, Jeniffer Oliveira; FERNANDES, Kamila da Silva; SILVA Rudieli Machado; RIBEIRO, Nathalia Pereira; TIBURTINO, Lorene Silva. Agroecologia e Sistemas Alimentares Sustentáveis: uma análise preliminar e contextualizadora. **Cadernos de Agroecologia**, v. 13, n. 2, p. 1-9, 2018.

PEREIRA, Lorena Izá. Lang grabbing, land rush, controle e estrangeirização de terra: uma análise dos temas e tendências da produção acadêmica entre 2009 e 2017. **Estudos Internacionais**, v. 5 n. 2, p. 34-56, 2017.

PLOEG, Jan Douwe. **Camponeses e a Arte da Agricultura**: Estudos Camponeses e Mudança Agrária. Porto Alegre, UFRGS, 2016.

A EXISTÊNCIA DE PLANOS MUNICIPAIS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM MUNICÍPIOS PREDOMINANTEMENTE RURAIS NO ESTADO DO PARANÁ

Nathalie Vieira Lucion[1]

RESUMO

Pesquisas recentes mostram que a insegurança alimentar é maior nas áreas rurais. Essa informação possibilita questionar as ações do poder público para mitigar e resolver estas questões. O objetivo deste trabalho consiste em verificar quais municípios predominantemente rurais no Paraná possuem um plano de segurança alimentar e nutricional, cumprindo com os compromissos firmados no Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). A metodologia, de caráter predominantemente qualitativo, foi baseada em pesquisa documental, analisando quais municípios possuíam marcos legais e/ou documentos caracterizados como planos municipais de segurança alimentar e nutricional. Foram selecionados, através de software em ambiente SIG, 16 municípios predominantemente rurais no Paraná (com número populacional vivendo em área de ocupação densa de 10 a 25 mil habitantes e com menos 50% dos habitantes vivendo nestas áreas) que aderiram ao SISAN. Destes 16 municípios, apenas 2 deles haviam produzido seus planos municipais de segurança alimentar e nutricional, demonstrando uma fragilidade no comprometimento com o SISAN. A partir de um olhar desde instrumentos de planejamento, entendidos como mecanismos de operacionalização de políticas públicas, destaca-se a importância destes enquanto produtores de mudanças no território, ressaltando-se o papel do poder público e os meios de ação coletiva. Como considerações finais, se aponta que a inexistência de planos está relacionada com a desarticulação de políticas sociais em nível federal, impactando as políticas de segurança alimentar e nutricional em escala municipal. Acredita-se que com a mudança de governo, este tema seja priorizado e os municípios voltem sua atenção a construção de planos.

Palavras-chave: insegurança alimentar e nutricional, poder público municipal, instrumentos de planejamento, políticas públicas.

ABSTRACT

Recent research indicates that food insecurity is higher in rural areas. This information raises questions about the actions of the public authorities to mitigate and address these issues. The objective of this study is to assess which predominantly rural municipalities in Paraná, Brazil, have a food and nutritional security plan, in compliance with the commitments established in the National Food and Nutritional Security System (SISAN). The methodology, predominantly qualitative in nature, relied on documentary research, analyzing which municipalities had legal frameworks and/or documents characterized as municipal food and nutritional security plans. Using GIS software, 16 predominantly rural municipalities in Paraná were selected (with a

[1] Bacharela e licenciada em Geografia pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. Mestranda em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Contato: nathiluci@gmail.com

population living in densely populated areas ranging from 10 to 25 thousand inhabitants and with less than 50% of the population living in these areas) that adhered to SISAN. Of these 16 municipalities, only 2 had produced their municipal food and nutritional security plans, indicating a weakness in their commitment to SISAN. From the perspective of planning instruments, understood as mechanisms for the operationalization of public policies, the importance of these instruments as agents of change in the territory is highlighted, emphasizing the role of the public authorities and the means of collective action.In conclusion, it is pointed out that the absence of plans is related to the lack of coordination of social policies at the federal level, impacting food and nutritional security policies at the municipal level. It is believed that with a change in government, this issue will be prioritized, and municipalities will turn their attention to the development of plans.

Keywords: food and nutritional insecurity, municipal public authorities, planning instruments, public policies.

INTRODUÇÃO

A pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizada em 2017 e 2018, e as pesquisas da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (PENSSAN) realizadas em 2021 e 2022, apontaram um aumento expressivo de pessoas em insegurança alimentar. Os dados mostram que a insegurança alimentar no Brasil é marcada por desigualdades regionais e pelas desigualdades entre rural e urbano.

No meio rural, a prevalência de insegurança alimentar (IA) é maior: 46,5% da população passa por algum grau de privação de alimentos. A insegurança alimentar grave chega a 7,1% no rural, expressando a situação em que a fome é algo vivido cotidianamente, afetando inclusive crianças em um domicílio (IBGE, 2020).

É dever do poder público, segundo a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), adotar políticas e ações para garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) no país (BRASIL, 2006). Também é atribuído aos municípios pertencentes ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) a elaboração, implementação, monitoramento e avaliação de planos de segurança alimentar e nutricional em âmbito municipal, conforme a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) (BRASIL, 2006).

Desta maneira, tendo em vista o aprofundamento da insegurança alimentar, o objetivo deste trabalho consiste em verificar a existência de planos municipais de segurança alimentar e nutricional (SAN) de municípios paranaenses com população rural predominante, um princípio firmado no SISAN. Da mesma forma, se verificou se os municípios estudados possuíam Conselho Municipal de Segurança Alimentar

(COMSEA), outro requisito exigido para formalização de adesão ao SISAN. Acredita-se que são através de instrumentos de planejamentos, construídos de forma democrática, que o poder público operacionaliza uma política pública voltada para a resolução de problemas percebidos em escala local.

A relevância deste tema está relacionada com a prevalência de domicílios em situação de insegurança alimentar que é mais expressiva no âmbito rural. O olhar para os planos municipais de segurança alimentar e nutricional, bem como para os mecanismos de participação e controle social, auxilia a compreender como se dá a preocupação do poder público municipal em relação ao problema da insegurança alimentar em seu território.

Nesse sentido, as teorias que auxiliam a compreender o tema neste trabalho fazem parte do campo de políticas públicas. Para explicar a característica e importância de planos municipais de SAN, foram utilizadas teorias sobre instrumentos de política pública. A reunião destes dados é importante no meio acadêmico, principalmente no âmbito da Geografia agrária, direcionando a reflexão para a vulnerabilidade alimentar da população rural. Analisar estes problemas desde o olhar das políticas públicas, constitui um exemplo da potencialidade dentro da Geografia em utilizar ferramentas de outras áreas do conhecimento, ampliando e aprofundando suas pesquisas.

METODOLOGIA

Esta pesquisa possui caráter qualitativo e tem natureza exploratória. Os procedimentos metodológicos utilizados para a construção deste trabalho são: 1) seleção de municípios predominantemente rurais com apoio de Sistemas de Informações Geográficas (SIG); 2) pesquisa documental sobre a existência de planos municipais de segurança alimentar e nutricional para municípios pertencentes ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN); 3) análise e discussão dos dados encontrados.

A seleção dos municípios ocorreu a partir da definição de municípios predominantemente rurais, proposta pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2017. Os municípios predominantemente rurais são compreendidos como municípios em Unidades Populacionais que possuam entre 25.000 e 50.000 habitantes em área de ocupação densa, sendo o grau de urbanização inferior a 25%; municípios em

Unidades Populacionais que possuem entre 10.000 e 25.000 habitantes em área e ocupação densa, sendo o grau de urbanização inferior a 50%; e municípios em Unidades Populacionais que possuem entre 3.000 e 10.000 habitantes em área e ocupação densa, sendo o grau de urbanização inferior a 75% (IBGE, 2017).

Das três classificações sobre os municípios predominantemente rurais, optou-se por selecionar municípios que atendiam ao critério de 10.000 a 25.000 habitantes em áreas de ocupação densa e com menos de 50% da população vivendo em áreas de ocupação densa. Ou seja, parte considerável da população em determinado município não está concentrada em áreas de ocupação densa, onde encontram-se serviços e infraestrutura urbana. Acredita-se que municípios com tais características possuem uma demanda maior pela construção dos planos municipais de SAN, devido ao seu tamanho populacional e, em certo grau, porque apresentam representatividade de população vivendo em áreas rurais.

Estas variáveis foram selecionadas e verificadas em ambiente SIG (Sistemas de Informação Geográfica), utilizando o *software* livre Qgis 3.16. Com o uso de ferramentas de seleção de dados, foi possível selecionar municípios com os critérios destacados acima. O *software* foi utilizado para produzir recursos cartográficos que facilitassem a visualização dos resultados.

No portal do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, é possível encontrar informações sobre os municípios que integram o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e seu ano de adesão. Através de uma lista divulgada neste portal, foi possível verificar quais destes 28 municípios aderiram ao SISAN.

Depois, foi verificado se os municípios que aderiram ao SISAN cumpriam com o compromisso de produzir um plano municipal de segurança alimentar e nutricional. As buscam se deram diretamente em páginas *web* das prefeituras dos municípios, verificando a presença de marcos legais – como leis e decretos municipais que tratassem do tema. Devido à dificuldade em encontrar os planos municipais de segurança alimentar e nutricional disponíveis para consulta, foi necessário recorrer a legislação específica que confirma e existência e aprovação do plano. A busca também se deu para a existência de conselhos municipais de segurança alimentar e nutricional (COMSEA), verificado também por meio de marcos legais de criação do mesmo.

REFERENCIAL TEÓRICO

Em relação a temática da Segurança Alimentar e Nutricional e instrumentos de planejamento em âmbito municipal, há uma gama de estudos publicados. Um exemplo é o texto de Marano et al. (2023) no qual os autores se propõem a avaliar o plano municipal de SAN de Duque de Caxias, município localizado no Rio de Janeiro. Os autores, vinculados as ciências da saúde, avaliam o cumprimento de metas firmadas no plano e realizam uma discussão com base no "ciclo de políticas públicas" (MARANO et al., 2023). A dissertação de Fontolan (2022) analisa o plano municipal de SAN do município de Cascavel, localizado no Paraná, de forma a verificar os avanços e desafios na política de SAN nesta escala. A autora aponta que o plano é frágil no diagnóstico municipal de SAN (FONTOLAN, 2022).

O artigo de Silva e Panelli-Martins (2020) está altamente relacionado com este trabalho. Nele, as autoras analisam a adesão das unidades federativas e municípios ao SISAN. O enfoque se deu sobre os planos estaduais de segurança alimentar e nutricional. Apesar de todos os 26 estados brasileiros e Distrito Federal terem aderido ao SISAN, apenas 13 Unidades Federativas possuíam planos de segurança alimentar e nutricional publicados (SILVA; PANELLI-MARTINS, 2020). O estudo também mostrou que somente 5 estados haviam cumprido o prazo de publicação de seus planos em até um ano, são eles: Ceará, Minas Gerais, Pará, Paraná e Pernambuco (Ibidem). Em relação aos municípios, elas mencionam que menos de 5% deles aderiram ao SISAN, correspondendo a 276 municípios no Brasil todo, e que destes, apenas 60 publicaram seus planos municipais de segurança alimentar e nutricional (Ibidem).

Dessa maneira, almeja-se que este estudo possa trazer uma contribuição para a discussão iniciada pelas autoras, incorporando à discussão as fragilidades de SAN em municípios predominantemente rurais, principalmente no que se refere a ação do poder público.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na POF 2017-2018 foi evidenciado que a população que vive no meio rural é mais afetada pela insegurança alimentar. Os dados sobre a insegurança alimentar para o meio rural são expressivos: 27,2% dos domicílios encontram-se em situação de insegurança alimentar leve; 12,2% deles estão em situação de insegurança alimentar moderada e 7,1%

encontram-se em insegurança alimentar grave (IBGE, 2020). Em 2022, o 2º Inquérito Nacional Sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil mostrou que apenas 36,2% da população que vivia no rural encontrava-se na situação de segurança alimentar, contra 42,2% da população urbana (REDE PENSSAN, 2022a). Dos 63,8% de pessoas que encontram-se em insegurança alimentar no meio rural, 28,3% deles estavam em situação insegurança alimentar leve, 16,9% em situação de insegurança alimentar moderada e 18,6% em insegurança alimentar grave (REDE PENSSAN, 2022a).

O Paraná é o estado da região Sul com mais pessoas em situação de insegurança alimentar, segundo o relatório complementar da Rede PENSSAN, que mostra detalhamento para as unidades federativas. Em relação a segurança alimentar, Santa Catarina apresenta 59,4% de sua população nesta situação, Rio Grande do Sul apresenta 52,4% de sua população e o Paraná, em último lugar na macroregião, contabiliza 46,5% da população com segurança alimentar (REDE PENSSAN, 2022b). Cerca de 29,9% vivia a situação insegurança alimentar leve, 15% insegurança alimentar moderada e 8,6% da população com insegurança alimentar grave. Apesar do relatório não realizar a desagregação entre rural e urbano neste detalhamento entre estados, os dados são importantes para demonstrar as fragilidades do acesso da população a uma alimentação adequada no estado.

Considerando tais fragilidades, é essencial que o poder público, em conjunto com a sociedade civil, construa instrumentos de planejamento que corroborem para alcançar o DHAA nos domicílios rurais. Tendo como base o pressuposto assumido na LOSAN, é também dever dos municípios incluídos no SISAN elaborar planos de segurança alimentar e nutricional (BRASIL, 2006), adaptados a suas realidades e possibilidades de atuação.

Conforme descrito na seção voltada à metodologia, foram selecionados municípios paranaenses com base numa classificação proposta pelo IBGE em 2017. A partir da seleção de variáveis realizada pelo *software* Qgis, versão 3.16, notou-se que existem 28 municípios parananeses que são considerados predominantemenre rurais, tendo como características a população de 10.000 a 25.000 habitantes vivendo em áreas de ocupação densa e possuindo grau de urbanização inferior a 50%. Destes municípios, verificou-se que 16 deles aderiram ao SISAN, sendo eles: Altônia, Barracão, Capitão Leônidas Marques, Chopinzinho, Corbélia, Iporã, Laranjeiras do Sul, Pinhão, Pitanga, Pranchita, Quedas do Iguaçu, Realeza, Santo Antônio do Sudoeste, São Mateus do Sul, Terra Rica e Terra Roxa.

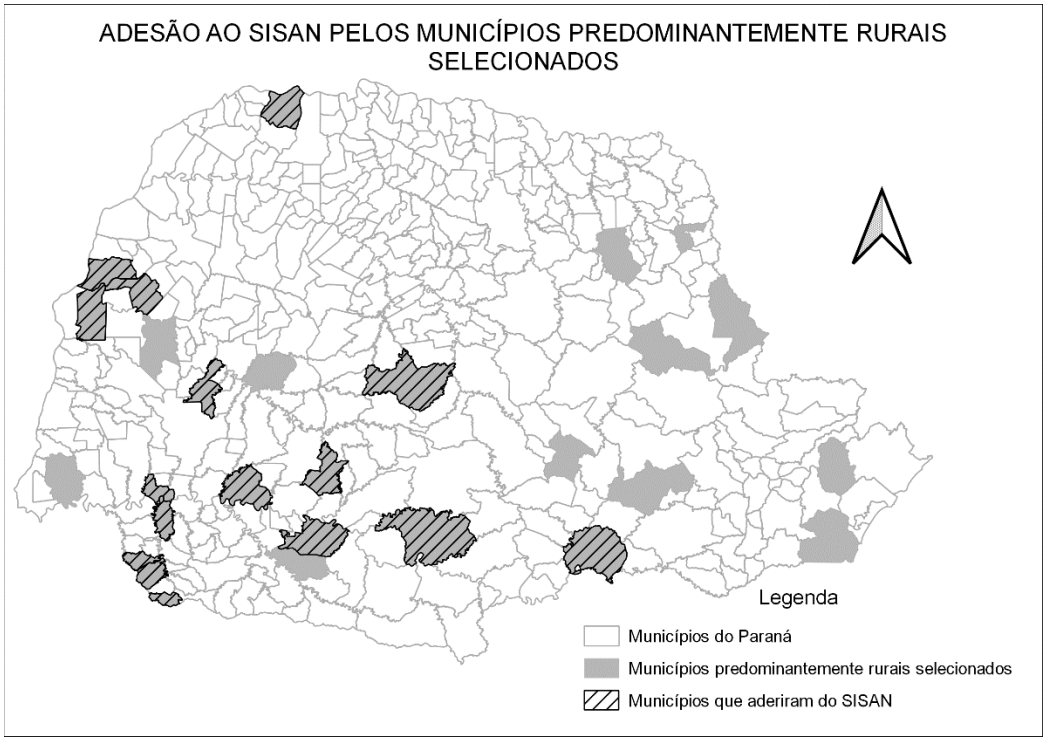


FIGURA 1: MUNICÍPIOS PREDOMINANTEMENTE RURAIS COM CARACTERÍSTICAS SELECIONADAS QUE ADERIRAM AO SISAN

Elaboração: A autora (2023).

A partir do momento que um município adere ao SISAN, ele deve cumprir alguns requisitos para formalizar seu termo de adesão. Estes requisitos se aplicam também a unidades federativas. Segundo o Decreto nº 7.272, de 5 de agosto de 2010, a os requisitos são: a) instituir um conselho municipal de segurança alimentar e nutricional (tendo 2/3 de seus representantes pertencentes à sociedade civil); b) instituir uma câmara de gestão intersetorial de segurança alimentar e nutricional; e c) elaborar o plano municipal de segurança alimentar e nutricional no prazo de um ano a partir da assinatura no termo de adesão (BRASIL, 2010). Além da elaboração do plano, o município deve implementá-lo, monitorá-lo e avaliá-lo (BRASIL, 2006).

O SISAN divulga também o ano de inserção do município, através do Ministério de Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (2022). Dos 16 municípios destacados, 8 deles integraram ao SISAN em 2016 (Barracão, Capitão Leônidas Marques, Corbélia, Pitanga, Pranchita, Realeza, Santo Antônio do Sudoeste e São Mateus do Sul), 3 municípios em 2017 (Altônia, Laranjeiras do Sul e Terra Roxa), 3

municípios em 2018 (Chopinzinho, Iporã e Terra Rica), e 2 municípios em 2022 (Pinhão e Quedas do Iguaçu) integraram o SISAN, como pode ser observado na Figura 2.

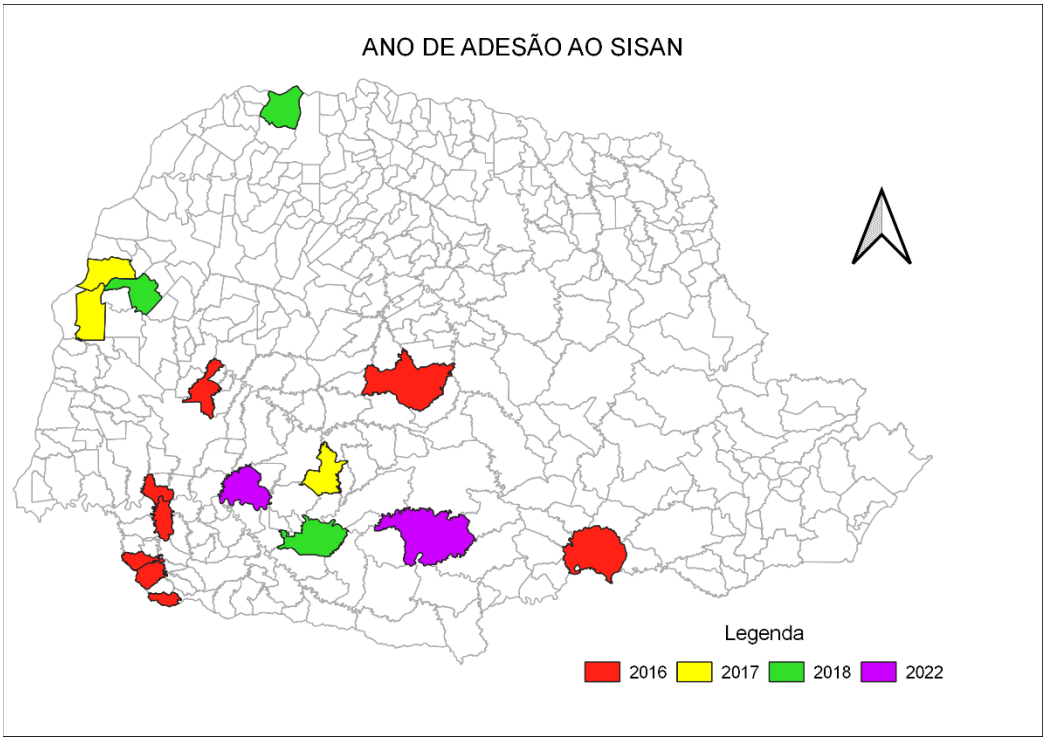


FIGURA 2: MUNICÍPIOS PREDOMINANTEMENTE RURAIS SELECIONADOS E ANO DE ADESÃO AO SISAN

Elaboração: A autora (2023).

Tendo estas informações, buscou-se pela existência dos planos municipais de segurança alimentar e nutricional. Também foi averiguado sobre a existência de Conselhos Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEAs). Os resultados mostraram que apenas dois dos 16 municípios possuem um plano municipal de segurança alimentar e nutricional aprovado. A existência de COMSEAs possui saldo positivo: 14 de 16 municípios possuem tal Conselho.

Um dos municípios é Pranchita. localizada no sudoeste do Paraná, teve seu plano aprovado em 2016, através do Decreto nº114/2016 (PREFETURA MUNICIPAL DE PRANCHITA, 2016). Apesar de sua aprovação por Decreto, não foi possível encontrar em meio digital tal plano. Foi realizada uma tentativa de acesso ao material através de um contato oficial por *e-mail* com a Prefeitura, mas sem sucesso.

Outro município que apresentou um plano municipal de segurança alimentar e nutricional foi Capitão Leônidas Marques, com dois planos aprovados. O primeiro plano aprovado é de 2017 e tem vigência até 2020. O município aderiu ao SISAN em 2016 e, portanto, cumpriu com os requisitos para formalização de sua inclusão no Sistema. Neste primeiro plano, o município traz um diagnóstico e contextualização do município em relação a produção e disponibilidade de alimentos, renda e condições de vida, educação, situação ambiental e ações de segurança alimentar e nutricional que foram consolidadas no município. Incorpora também ações vinculadas a diretrizes apresentadas pelo Decreto nº 7.272, que institui o SISAN e ao Plano Estadual de SAN (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES, 2017). Demonstra as propostas apresentadas na 1ª e 2ª Conferência Municipal de SAN no município (realizadas, respectivamente, em 2011 e 2015) e as propostas relacionadas com o Plano Plurianual do Município de 2017-2021. A cada diretriz, são apontadas ações que demonstram o comprometimento do município com a questão alimentar, estabelecendo secretarias responsáveis para o andamento das ações, parceiros, fontes de recursos e apontamentos.

Capitão Leônidas Marques lançou seu segundo Plano Municipal de SAN que tem vigência dos anos de 2021 a 2024. A estrutura deste segundo Plano se assemelha ao do primeiro, no entanto, as ações desenvolvidas diferenciam-se para certas diretrizes, que tem como base as contribuições colhidas nas três Conferências Municipais de SAN do município que selecionadas e se materializam como propostas para o Plano Plurianual de 2021 a 2024 (CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES, 2021). O segundo plano foi lançado em 2021, em meio a pandemia de Covid-19 e apresenta que o município adaptou estratégias de alimentação escolar através da doação de cestas de alimentos para beneficiários de programas sociais (CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES, 2021). No entanto, esta foi a única ação mencionada no plano para o período citado. Acredita-se que a pouca presença de ações que consideram os impactos da pandemia no plano estão relacionadas com a data da realização da 3ª Conferência Municipal de SAN do município, realizada em 2019, antecedente ao evento.

Considerou-se que municípios que não apresentassem qualquer documento ou marco legal demostrando a aprovação e formalização do plano municipal de SAN, não possuíam tal instrumento de planejamento. Não foi encontrado para os demais municípios leis ou decretos que evidenciassem a elaboração e implementação de um plano municipal de segurança alimentar e nutricional. No entanto, todos os 16 municípios possuem uma

lei que estabelece parâmetros para a construção de um plano municipal de segurança alimentar, levando em consideração os princípios firmados na LOSAN. Para constatar a presença de COMSEAS, se verificou a existência de marcos legais que formalizassem sua criação e atividade e da mesma maneira, concluiu-se que municípios que não os apresentassem, não possuíam tais espaços de debate. A presença de CAISAN municipal não foi foco deste trabalho, não sendo possível afirmar quais destes municípios possuem tal câmara.

QUADRO 1: EXISTÊNCIA DE PLANOS MUNICIPAIS DE SAN E CONSELHOS MUNICIPAIS DE SAN PARA MUNICÍPIOS SELECIONADOS

Município	Ano de adesão ao SISAN	Possui plano municipal de SAN?	Possui COMSEA?
Altônia	2017	Não	Sim
Barracão	2016	Não	Sim
Capitão Leônidas Marques	2016	Sim	Sim
Chopinzinho	2018	Não	Sim
Corbélia	2016	Não	Não
Iporã	2018	Não	Sim
Laranjeiras do Sul	2017	Não	Sim
Pinhão	2022	Não	Sim
Pitanga	2016	Não	Sim
Pranchita	2016	Sim	Sim
Quedas do Iguaçu	2022	Não	Sim
Realeza	2016	Não	Sim
Santo Antônio do Sudoeste	2016	Não	Sim
São Mateus do Sul	2016	Não	Sim
Terra Rica	2018	Não	Não
Terra Roxa	2017	Não	Sim

Elaboração: A autora (2023), baseado em dados divulgados pelo Ministério de Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (2022).

Conforme os dados expressos no Quadro 1, fica perceptível que a maioria dos municípios não atendeu a pelo menos dois dos três requisitos avaliados para a

formalização de inclusão no SISAN. Isso demonstra que existe uma fragilidade na discussão sobre SAN por municípios com tais características demográficas e com população expressiva localizada no rural. Esse problema se aprofunda ainda mais quando se observa outros indicadores que demonstram que carências alimentares estão associadas a baixa renda e baixo acesso a saneamento básico.

Silva e Panelli-Martins, incorporam em seu trabalho dados sobre vulnerabilidade em insegurança alimentar por meio do Mapeamento da Insegurança Alimentar e Nutricional (Mapa InSan). Assim como as autoras, optou-se por observar estes mesmos dados, constatando-se que que para os 16 municípios analisados, o nível de vulnerabilidade em Insegurança Alimentar e Nutricional é médio, exceto para Quedas do Iguaçu, Terra Rica e Terra Roxa, que não foram contemplados na publicação. Esse nível de vulnerabilidade se dá a partir da análise do déficit de altura e de peso para crianças com menos de 5 anos que são acompanhadas pelo Programa Bolsa Família (CAISAN, 2018).

Os dados divulgados pelo MapaInSan incorporados neste trabalho foram coletados em 2016 e demostram o número de famílias situadas nas áreas consideradas urbanas e rurais, a porcentagem de domicílios no município com acesso a esgotamento adequado e água, porcentagem de população sem instrução ou fundamental completo e outras informações. As informações fornecem subsídios principalmente para os municípios com pouca capacidade de mobilização de diagnóstico. Através destas informações, é possível entender a vulnerabilidade em insegurança alimentar e nutricional desde uma perspectiva ampla, estabelecendo relações com outros fatores para além da renda.

Nestes municípios, há também outras vulnerabilidades observadas, como a falta de acesso a esgotamento adequado (Laranjeiras do Sul se destaca negativamente, com 76,85% das famílias sem esgotamento adequado), e um número percentual expressivo de famílias nestes municípios vivendo com renda menor que R$ 170,00 reais per capita (desconsiderando o benefício do Programa Bolsa Família) (CAISAN, 2018).

Por isso, é necessário discutir o papel dos instrumentos de planejamento, tais como os planos. Conforme Halpern, Lascoumes e Le Galès (2021), falar sobre os instrumentos das políticas públicas contribui para os debates sobre a ação pública em relação as mudanças nas políticas públicas, o papel do Estado e os meios de ação coletiva.

“Entendemos por instrumentação da ação pública o conjunto dos problemas colocados pela escolha e o uso dos instrumentos (técnicas, meios de operar, dispositivos) que permitem materializar e operacionalizar a ação governamental.”, afirmam Lascoumes e Le Galès (2012).

Ou seja, em um plano de SAN em nível municipal, são sinalizadas as intenções do poder público perante uma série de problemas relacionados ao tema, gerando propostas que buscam produzir mudanças significativas no território. E estes planos ou instrumentos de planejamento, na visão de Halpern, Lascoumes e Le Galès (2021) são entendidas como instituições. Ou seja: são instituições porque articulam regras, normas e estratégias que são conhecidas por todos aqueles que cotidianamente são a elas submetidas (OSTROM, 2007).

Estas instituições irão determinar como os atores devem se comportar (LASCOUMES; LE GALÈS, 2012). Os planos podem definir, por exemplo, as funções específicas das secretarias dentro de um plano de SAN construído de forma intersetorial, devendo seguir as imposições (regras) descritas nos planos. Estas secretarias devem atuar nos projetos e programas de SAN em âmbito municipal contribuindo para alcançar metas e objetivos firmados no plano.

Ao mesmo tempo, um instrumento de planejamento ou instrumentos de ação pública não são ferramentas neutras (LASCOUMES; LE GALÈS, 2012). Os instrumentos carregam concepções de mundo, opções políticas para resolução de questões no território. As ações selecionadas para comporem o plano, suas metas e a escolha dos atores responsáveis pela execução, irão definir como os problemas são interpretados pelo poder público e que soluções em seu ponto de vista são adequadas.

A não existência de um plano municipal de SAN também pode ser analisada desde este ponto de vista, visto que deixar de construir um plano deste caráter indica um posicionamento político. A escassa articulação em nível municipal para construção de um plano, demonstra que o tema da SAN não constitui uma preocupação do poder público local. Silva Panelli-Martins (2020) mencionam que no âmbito local surgem obstáculos e dificuldades em articular ações intersetoriais que dificultam a efetiva implementação dos planos. As autoras também explicam que os gestores públicos acabam não aderindo às políticas públicas relacionadas com a SAN que possam gerar possíveis ônus financeiros e políticos localmente (SILVA; PANELLI-MARTINS, 2020).

Além das dificuldades de elaboração e implementação dos problemas devido a fatores orçamentários, a falta de instrumentos de planejamento sobre SAN em nível municipal pode ser explicada pela desarticulação de políticas sociais no Brasil que vêm ocorrendo desde 2016. A partir de 2016, o referencial global[2] passa a ser o neoliberal e o papel do Estado consiste em realizar a manutenção da estabilidade econômica, realizando redução de investimentos públicos, incentivando a competitividade empresarial, realizando flexibilização de legislações trabalhistas e outros setores (GRISA; PORTO, 2023).

O enfraquecimento e até mesmo o abandono do debate sobre SAN pelo poder público federal, pode ter corroborado para que certos municípios se distanciassem do tema, deixando de lado a preocupação em construir instrumentos de planejamento que estruturassem sua ação política. Ainda que os municípios citados tenham sido incluídos no SISAN no período de desmantelamento e enfraquecimento de políticas públicas em nível federal, a grande parte deles não levou à risca os compromissos firmados.

É possível que os municípios se sintam "desobrigados" a cumprir com tais comprometimentos firmados no SISAN, já que o referencial global vigente neste momento não colocava como prioridade pautas sociais, envolvendo questões alimentares e a concretização do DHAA. Ou, é possível que os municípios se sintam desamparados, principalmente em termos orçamentários e técnicos, não sabendo como proceder para dar continuidade aos processos que envolvem a garantia do DHAA em nível municipal.

[2] Mueller (2011) compreende a construção de políticas públicas a partir da ideia de referencial. As políticas públicas resultam de representações dos valores de uma sociedade, expressa pela imagem cognitiva que os atores organizam sua percepção do problema, confrontam soluções e definem suas proposições de ação, segundo Mueller (2011). Em outras palavras, são as visões de mundo dos atores que determinam o referencial de uma política (MUELLER, 2011). Esse referencial pode ser decompor em global e setorial. O referencial global é uma representação geral de representações sociais, constituídas de valores fundamentais preenchidas pelas crenças de base de uma sociedade que definem o papel do Estado e das políticas públicas (MUELLER, 2011). O referencial setorial é uma representação social sobre um setor, muitas vezes construído a partir de uma mediação com as representações do referencial global (ibidem). O referencial global, portanto, se torna uma imagem de referência a ser adotado pelo referencial setorial (ibidem). O autor menciona que ambos os referenciais não são, necessariamente, completamente coerentes, podendo ter contradições e embates de visões sobre o mundo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a vulnerabilidade da população que vive no meio rural em relação a insegurança alimentar, o objetivo do trabalho foi verificar se municípios predominantemente rurais possuíam planos municipais de SAN. Também foram levantadas informações sobre a existência de COMSEAs para estes municípios, sendo um outro requisito para a formalização no SISAN, incluído dentro da LOSAN. Isso porque, constitui um dever do poder público adotar políticas e ações para garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) no país (BRASIL, 2006) e é através do cumprimento de requisitos do SISAN que se reafirmam estes compromissos.

Considerando as variáveis utilizadas pela classificação proposta pelo IBGE (2017), foram selecionados 28 municípios. Destes, 16 haviam aderido ao SISAN. Ao aderir ao SISAN, os municípios têm, entre muitos compromissos firmados, o dever de produzir planos municipais de SAN e de terem COMSEAs. Verificando marcos legais e demais documentos que atestam a elaboração e planos e criação de ambientes participativos democráticos referentes à SAN, atestou-se que apenas 2 dos 16 municípios apresentaram planos municipais de SAN.

Conforme o MapaInSan, a grande parte dos municípios verificados possuem nível de vulnerabilidade médio em relação a desnutrição, sendo uma evidência dos problemas existentes em municípios predominantemente rurais. Por isso, é tão necessária a construção de um plano municipal de SAN, entendido como um instrumento de planejamento que orienta a ação do poder público em nível local.

No entanto, sabe-se que o poder público municipal enfrenta obstáculos na construção e elaboração de planos municipais de SAN. Silva e Panelli-Martins (2020) citam as dificuldades em promover um diálogo intersetorial ou em manejar recursos orçamentários para operacionalizar políticas públicas. O distanciamento de pautas e políticas sociais nos governos federais a partir de 2016, caracterizados pelo referencial global neoliberal, também pode ser considerado uma razão para que os municípios não avancem na construção de planos municipais de SAN.

Apesar dos resultados pouco satisfatórios sobre a existência de planos municipais de SAN para os municípios predominantemente rurais selecionados, é preciso ponderar que estes buscaram se aderir ao SISAN, mostrando sua intencionalidade em se comprometer com a concretização do DHAA. A adesão ao SISAN por municípios

Paranaenses é grande, como já demonstrado no estudo de Silva e Panelli-Martins (2020). Os levantamentos das autoras mostram que 105 municípios paranaenses haviam aderido ao SISAN e 40 deles possuíam algum plano de SAN publicado até 2020 (SILVA; PANELLI-MARTINS, 2020). As autoras relacionam este fato a construção e fortalecimento de políticas públicas de SAN pelo estado do Paraná. No terceiro Plano Estadual de SAN (2020-2023), se explica que o estado deu continuidade às políticas públicas de SAN mesmo com o distanciamento dessa pauta de agenda pública pelo governo federal desde 2016, quando pautas neoliberais reestruturam prioridades do poder público: "Convém enaltecer ainda que, diferentemente de outros Estados em que a política foi descontinuada ou fragmentada, o Paraná manteve intacta a estrutura de funcionamento do sistema de segurança alimentar e nutricional." (GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, 2021, p. 17).

Em 2023, com mudanças na Presidência da República, nota-se o ressurgimento do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) - extinto em 2019 por Jair Bolsonaro, sinalizando o distanciamento claro desta pauta - somado a realização de uma série de conferências de SAN em diversos municípios que voltaram a acontecer. A agenda política de SAN é retomada como uma das prioridades no governo federal, produzindo efeitos sobre os estados e municípios. Em muitos municípios ocorreram conferências municipais de SAN em 2023. Chopinzinho, Laranjeiras do Sul, Pinhão, Realeza, São Mateus e Terra Roxa são alguns dos municípios predominantemente rurais que realizaram conferências municipais de SAN durante o mês de julho de 2023.

Nesse sentido, acredita-se que as mudanças governamentais em nível federal, podem trazer à tona a necessidade de cumprimento dos requisitos do SISAN pelos municípios, principalmente no que se refere a construção de um plano municipal de SAN. Tudo isso, concordando com Silva e Panelli-Martins (2020), que defendem que a escala municipal é uma delimitação privilegiada para as políticas públicas, já que possibilita controle social mais facilitado, maior participação política e distribuição de serviços.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010. Regulamenta a Lei no 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada,

institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 26 ago. 2010. Seção 1, p. 6.

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF,18 set. 2006. Seção 1.

CAISAN – Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. Ministério do Desenvolvimento Social. Mapeamento da Insegurança Alimentar e Nutricional com foco na Desnutrição a partir da análise do Cadastro Único, do Sistema Nacional de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) e do Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena (SIASI). 2018. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmps/portal-san/artigo.php?link=15>. Acesso em: 12 jul. 2023.

FONTOLAN, Maria Vitoria. **O Plano de Segurança Alimentar e Nutricional do Município de Cascavel - Paraná e o Direito Humano à Alimentação Adequada**. 2022. 132p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Ciências Agrárias, Marechal Cândido Rondon, 2022. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/6059#preview-link0>. Acesso em: 17 dez. 2023.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. Câmara Governamental Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional. **III Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional: 2020-2023**. Curitiba: CAISAN/PR, 2021. Disponível em: <https://www.agricultura.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2021-10/iii_plano_estadual_de_seguranca_alimentar_e_nutricional.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2023.

GRISA, Catia; PORTO, Silvio Isoppo. Políticas alimentares e referenciais setoriais na trajetória brasileira. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, [S.L], v. 61, n. 3, p. e259390, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2022.259390pt>. Acesso em: 01 mar. 2023.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil: uma primeira aproximação**. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de Geografia, 2017. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2100643>. Acesso em: 17 dez. 2023.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa de orçamentos familiares 2017-2018**: análise da segurança alimentar no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: < https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101749> . Acesso em: 17 dez. 2023.

HALPERN, Charlotte.; LASCUMES, Pierre.; LE GALÉS, Patrick. As abordagens a partir dos instrumentos da ação pública. In: PORTO DE OLIVEIRA, Osmany.; HASSENTEUFEL, Patrick. Sociologia políticas da ação pública: teorias, abordagens e conceitos. Brasília: ENAP, 2021, p. 31-59. Disponível em:< https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/6338/1/1_Osmany%20Porto%20de%20Oliveira_Sociologia%20pol%C3%ADtica_9969.pdf> . Acesso em: 17 dez. 2023.

LASCOUMES, Pierre.; LE GALÈS, Patrick. A AÇÃO PÚBLICA ABORDADA PELOS SEUS INSTRUMENTOS. **Revista Pós Ciências Sociais**, *[S. l.]*, v. 9, n. 18, 2013. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/1331> . Acesso em: 17 dez. 2023.

MARANO, Daniele et al. I Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Duque de Caxias (2017-2020): uma avaliação com base no ciclo das políticas públicas. **DEMETRA: Alimentação, Nutrição & Saúde**, *[S. l.]*, v. 18, p. e68409, 2023. DOI: 10.12957/demetra.2023.68409. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/demetra/article/view/68409>. Acesso em: 17 dez. 2023.

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME. **Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/caisan/sisan/Municpiosaderidos072023.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2023.

MUELLER, Pierre. **Les politiques publiques**. 8ª ed. Paris: Presses Universitaires de France, 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES. Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional. **Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional: 2017-2020**. 1ª ed. 2017. Disponível em: <https://capitaoleonidasmarques.pr.gov.br/admin/arq/pdf/PLANO_SAN-CAPITAO_L._MARQUES.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2023.

REFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES. Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional. **Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional: 2021-2024**. 2ª ed. 2021. Disponível em:

<https://capitaoleonidasmarques.pr.gov.br/admin/arq/pdf/PLANO_SAN_-_2021-2024.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRANCHITA. Decreto nº 114, de 28 de dezembro de 2016. Aprova o Plano de Segurança Alimentar e Nutricional – SAN, elaborado pela Câmara Intersetorial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN do Município de Pranchita. **Diário Oficial do Município de Pranchita**, Poder Executivo, Pranchita, PR, 28 de dezembro de 2016.

REDE PENSSAN – Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar. **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil**. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert: REDE PENSSAN, 2022a. Disponível em: < https://olheparaafome.com.br/>. Acesso em: 17 dez. 2023.

REDE PENSSAN – Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar. **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil: Suplemento I**: Insegurança Alimentar nos estados. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert: REDE PENSSAN, 2022b. Disponível em: < https://olheparaafome.com.br/>. Acesso em: 17 dez. 2023.

SILVA, Dulcimara Alves dos Santos; PANELLI-MARTINS, Barbara Eduarda. O processo de adesão municipal ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, SP, v. 27, p. e020006, 2019. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8655377>. Acesso em: 12 jul. 2023.

OSTROM, Elinor. Institutional Rational Choice: An Assessment of the Institutional Analysis and Development Framework. In: SABATIER, Paul A. (Ed.). **Theories of the Policy Process**. Boulder: Westiview Press, 2007. P. 21-63.

PSICOSFERA DA COMIDA ULTRAPROCESSADA:

A MÍDIA COMO NEGÓCIO E O DIREITO DO CIDADÃO AO ALIMENTO E À INFORMAÇÃO

Ruth Alexandre de Paulo Mantoan[1]

RESUMO

Para falar da geografia da alimentação é preciso falar de globalização, divisão internacional do trabalho, homogeneização de hábitos alimentares, processos de acumulação e saúde, mas essas questões são silenciadas ou não abordadas com a devida profundidade nas informações transmitidas pela mídia brasileira. A maioria das notícias não problematiza objetivamente os índices de nutrição e os altos riscos do consumo de produtos ultraprocessados para a saúde, nem adverte sobre a possibilidade de imposição de padrão alimentar internacional, com empenho suficiente para fazer contraponto aos vultosos investimentos em marketing dos conglomerados da alimentação. O objetivo deste artigo é trazer os primeiros resultados do projeto, que se propõe verificar como as pesquisas e análises, do setor da saúde, dedicados a alertar sobre os riscos de consumo de ultraprocessados, a legislação que garante informação ao consumidor sobre a composição química dos alimentos, a relação entre consumo de ultraprocessados e a fome e má nutrição no Brasil são apresentados nas notícias veiculadas pela mídia nacional, em particular no Jornal Nacional, Jornal da Record, Folha de S.Paulo e o Globo. Dessa maneira, buscamos contribuir com o debate sobre o papel dos meios de comunicação diante das possibilidades de disputa de interesses pelo uso do território, num contexto de imposição, expansão e substituição de padrões alimentares pelo mercado internacional de produção de alimentos.

Palavras-chave: comida ultraprocessada, informação, psicosfera, usos do território, saúde pública

ABSTRACT

To talk about the geography of food, it is necessary to talk about globalization, the international division of labor, the homogenization of eating habits, processes of accumulation and health, but these issues are silenced or not addressed in due depth in the information broadcast on TV., Radios, printed news papers and Brazilian media websites. Most news does not objectively problematize nutritional indices and the high health risks of consuming ultra-processed products, nor does it warn about the possibility of imposing international food standards, with sufficient commitment to counter the enormous marketing investments made by food conglomerates. The objective of this article is to bring the first results of the project that aim to verify how research and analyzes, in the health sector, dedicated to warning about the risks of consuming ultra-processed foods, the legislation that guarantees information to consumers about the chemical

[1] Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo, email: ruthalexandre@usp.br

composition of foods, the relationship between The consumption of ultra-processed foods and hunger and malnutrition in Brazil are presented in the news broadcast by the national media, especially in Jornal Nacional, Jornal da Record, Folha de S.Paulo and Globo. In this way, we seek to contribute to the debate on the role of the media in the face of the possibilities of competing interests in the use of territory, in a context of imposition, expansion and replacement of dietary standards by the international food production market.

Keywords: ultra-processed food, information, psychosphere, land uses, public health

INTRODUÇÃO

As raras notícias sobre comida ultraprocessada encontradas nos impressos e telejornais, não informam objetivamente sobre os estudos que apontam os altos riscos do consumo desse tipo de produto para a saúde, muito menos advertem sobre a possibilidade de imposição de padrão alimentar internacional. As informações jornalísticas sobre o tema na mídia são, portanto, insuficientes para fazer contraponto ao marketing dos conglomerados da alimentação que mantém publicidade massiva e constante. Para falar da geografia dos alimentos é preciso abordar a globalização, divisão internacional do trabalho, usos do território e homogeneização de hábitos alimentares nos processos de acumulação. Aqui neste ponto se faz necessário um esclarecimento, os ultraprocessados não serão tratados por nós, neste artigo, como alimentos mas como "comida", uma vez que "... não são propriamente alimentos, mas, sim, formulações de substâncias... frequentemente adicionados de corantes, aromatizantes, emulsificantes, espessantes e outros aditivos", de acordo com Estudo do Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e Saúde da Universidade de São Paulo (Nupens/USP), publicado em 2009, o qual reafirmou a necessidade da redução da produção e consumo de ultraprocessados, pelo impacto gerado à saúde humana. São inúmeras as pesquisas apontando riscos de doenças e mortes pelo consumo de comida ultraprocessada, "grandes estudos... realizados em diferentes países mostraram que o aumento da participação de ... ultraprocessados está associado a um maior risco de doenças cardiovasculares, coronarianas... (MARTINEZ STEELE E ET AL, 2018, p.2)

O objetivo deste artigo é verificar como as pesquisas e análises do setor da saúde, dedicados a alertar sobre os riscos de consumo de ultraprocessados, a legislação que garante informação ao consumidor sobre a composição química dos alimentos, a relação entre consumo de ultraprocessados e a fome e má nutrição no Brasil, são apresentados nas notícias veiculadas pela mídia nacional, em particular no Jornal Nacional, Jornal da Record, Folha de S.Paulo e o Globo. Dessa maneira, buscamos contribuir com o debate

sobre o papel dos meios de comunicação diante das possibilidades de disputa de interesses pelo uso do território, num contexto de imposição, expansão e substituição de padrões alimentares pelo mercado internacional de produção de alimentos.

METODOLOGIA

Na pesquisa, precisamos abordar dois conjuntos de temas: I) O papel do Brasil na geoeconomia da produção de alimentos e a atuação da publicidade e do marketing a favor do consumo de ultraprocessados, estudar e dimensionar o potencial de investimentos, médio anual, em publicidade dos conglomerados produtores de alimento ultraprocessado. Para isto, nos apoiaremos em revisões bibliográficas sobre os assuntos. II) O papel da mídia perante à psicosfera que estimula o consumo de ultraprocessados. Para verificar como a informação atua em contraponto ao bombardeio mercadológico dos ultraprocessados partir da análise: a) das informações publicadas pelos veículos em estudo sobre a Resolução (RDC Nº 429/2020), da Anvisa, sobre a rotulagem e o debate dentro do período de 2020 e 2022, de consulta popular; b) das notícias sobre o Guia Alimentar da População Brasileira e também solicitação de sua revisão em setembro de 2020; c) da implantação da Resolução (RDC Nº 429/2020), em Outubro/2022; d) dos documentos, pesquisas e análises do setor da saúde, sobre os riscos de consumo de ultraprocessados; e) das reflexões sobre a relação entre consumo de ultraprocessados e a volta da fome e má nutrição no Brasil. Para isto, escolhemos verificar, as duas emissoras de TV de maior audiência no país, Globo e Record e os impressos Folha de S.Paulo e O Globo. Para o levantamento qualitativo indicamos: leitura direta, verificação de frequência do assunto; palavras e expressões, para identificação dos sentidos; representatividade e pluralidade do pensamento das fontes entrevistadas. Para o levantamento quantitativo propomos: a produção de um *Script em Pyton*, com técnicas de *webscraping*, com busca direcionada nos bancos de dados dos sites dos veículos em estudo, Globo e Record e os impressos Folha de S.Paulo e O Globo, pelos seguintes conjuntos de palavras: Rotulagem Frontal; Rotulagem/Ultraprocessados; Rotulagem/Embalados; epidemia/ultraprocessados; ultraprocessados/saúde; Guia Alimentar da População Brasileira; NOVA; O material coletado nos bancos de dados dos telejornais e impressos passará por análise de palavras e expressões utilizadas para identificação dos sentidos; apoios gráficos para ajudar no entendimento; representatividade, pluralidade e diversidade do pensamento das fontes.

REFERENCIAL TEÓRICO

O quase silenciamento da mídia sobre os problemas relacionados à industrialização das comidas é inadmissível, diante de todos os impactos comprovados, desde o ambiente, como apontado por Queiroz di Souza, na Cartilha Pet Ecologia, (2023, p.17) sobre a relação que esse tipo de comida tem com a monocultura, de poucas espécies, "como trigo, soja e milho ... envolve uma longa escala de produção com altos consumos de água, recursos naturais." A monocultura também tem sido responsável pela derrubada de florestas e aumento da fome no território, conforme a reflexão da professora Tereza Campelo sobre o paradoxo exposto nos três recordes brasileiros "fome, desmatamento e produção de grãos."(CAMPELLO, 2022, p.12,). Oliveira (2002) destaca a imposição dos industrializados:

> o processo de desenvolvimento do capitalismo na agricultura, são a imposição de produtos industrializados no lugar de produtos naturais, a fusão indústria/agricultura e a territorialização do capital, "que deve ser entendida internacionalmente, pois não há mais, ou nunca houve, uma rígida separação entre indústrias nacionais e estrangeiras... tem sido uma história de alianças e fusões... o capitalista se tornou também proprietário das terras, latifundiário, portanto... o capital desenvolveu liames de sujeição que funcionam como peias, como amarras ao campesinato, fazendo com que ele produza, às vezes, exclusivamente para a indústria..." (STEDILE, et All, 2002, p.51-52).

E Aun et al (2011) lembram que os aditivos sempre foram utilizados para conservar, realçar sabor ou alguma característica de alimentos, mas chamam a atenção para o incremento exacerbado dessa prática. "As indústrias dispõem de um grande número de técnicas para conservação e aprimoramento de alimentos... inovação de produtos e adequação ao paladar das pessoas. O FDA (Food and Drug Administration) já autorizou nos Estados Unidos o uso de mais de 3.000 aditivos alimentares." O alerta principal do estudo diz respeito à possibilidade das substâncias químicas adicionadas aos alimentos "serem capazes de desencadear reações adversas como qualquer outra droga" e apresenta uma tabela com os possíveis sintomas relacionados aos aditivos alimentares:

> Dermatite, eczema, prurido, urticária; dor abdominal, diarreia, náusea, edema de língua ou laringe, vômito; exacerbação da asma, tosse, rinite; mialgia, fadiga, artralgia; desordem de comportamento, cefaleia, neuropatia, parestesia; arritmia, taquicardia, palpitações; anafilaxia, lacrimejamento, tremores..." (AUN et al, 2011, p.182)

Em 2015 a Agência Internacional de Pesquisa sobre o Câncer (IARC), que faz parte da Organização Mundial da Saúde (OMS), classificou as carnes processadas como

cancerígenas. "Os especialistas alertaram que a salsicha, o presunto, a linguiça, a carne seca, o bacon, entre outros fazem parte agora do grupo 1, que inclui produtos com "evidência suficiente" de ligação com a doença."[2] São muitos os estudos alertando sobre o uso de aditivos em comidas. Trasande, Shaffer e Sathyanarayana (2018) destacam a relação com transtornos em crianças: "Nas últimas décadas, estudos levantaram preocupações sobre o efeito dos AFCs no comportamento infantil e seu papel na exacerbação dos sintomas do transtorno de déficit de atenção/hiperatividade." (tradução nossa). O artigo *"Premature Deaths Attributable to the Consumption of Ultraprocessed Foods in Brazil*" assinado por Eduardo A.F. Nilson, Gerson Ferrari, Maria Laura C. Louzada, Renata B. Levy, Carlos A. Monteiro e Leandro F.M. Rezende, em 2022, afirma que "O consumo de alimentos ultraprocessados foi responsável por aproximadamente 57 mil mortes prematuras no Brasil"[3] em 2019.

Os questionamentos sobre os efeitos do uso de aditivos na comida industrializada, pela área da Saúde nacional e internacional, são amplos e vêm ocorrendo há algumas décadas. Diante do silenciamento da mídia, ou pouco esclarecimento, sobre o assunto, propomos refletir sobre o fato de que os conglomerados produtores de ultraprocessados são patrocinadores dos grandes grupos de comunicação. E o cidadão preso a essa estrutura fica refém da formatação de um consumidor dependente dessa quase religião, o consumo, o "ópio moderno", segundo Santos (2011). Nesse processo de disputa de interesses no território, Santos (1996, p.239) alerta para a centralidade da informação. "A informação é o vetor fundamental do processo social", o que nos remete ao conceito de psicosfera de Santos (1994, p.32), como "resultado das crenças, desejos, vontades e hábitos que inspiram comportamentos filosóficos e práticos, as relações interpessoais e a comunhão com o Universo". Para Chaui (2003) informação e conhecimento se tornaram "forças produtivas...passaram a compor o próprio capital ... o poder econômico baseia-se na posse de informações". Tal entendimento joga luz sobre o papel da comunicação na construção de imagens, no processo das relações territoriais, que são mediadas pela informação.

---

[2] OMS classifica como cancerígenas carnes processadas. Disponível em: https://news.un.org/pt/story/2015/10/1529591.

[3] FERRARI, LOUZADA, LEVY, MONTEIRO, NILSON e REZENDE. Premature Deaths Attributable to the Consumption of Ultraprocessed Foods in Brazil. GLOBAL HEALTH PROMOTION AND PREVENTION| VOLUME 64, ISSUE 1, P129-136, JANUARY.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em 2006 o Ministério da Saúde publicou o Guia Alimentar para a População Brasileira, com diretrizes alimentares. O mesmo foi reimpresso em 2014, em função da NOVA classificação dos alimentos, e de acordo com o Nupens/USP, organismos técnicos como a Organização das Nações Unidas para a Alimentação (FAO), a Organização Mundial da Saúde (OMS) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), consideram o Guia, um exemplo a ser seguido, e os Ministérios da Saúde do Canadá, da França, do Uruguai, do Peru e do Equador têm seus guias alimentares e suas políticas de alimentação e nutrição inspirados no Guia Brasileiro. Diante da importância desse marco de defesa da saúde pública, iniciamos nossa pesquisa no banco de dados da Folha de S. Paulo, solicitamos a informação no recorte temporal entre 01/01/2006 e 28/12/2006, buscamos saber o que foi informado sobre o Guia, pela frase: Guia alimentar da população brasileira; obtivemos como resposta: "Nenhum registro encontrado para sua pesquisa: "Guia alimentar da população brasileira" conforme a imagen.

FIGURA 1 - GUIA ALIMENTAR

NENHUM REGISTRO ENCONTRADO – 2006

Fonte: Acervo do jornal Folha de S.Paulo

Por outro lado, no tocante à publicidade, responsável pela criação de uma psicosfera positiva em torno da comida ultraprocessada, o cenário é bem diferente daquele das informações reais. Pesquisamos 366 (trezentas e sessenta e seis) edições da versão impressa do jornal Folha de São Paulo, no mesmo período, de janeiro a dezembro de 2006 e encontramos vasta exposição e ofertas de comida ultraprocessada, principalmente nos espaços comprados pelos supermercados e também publicidade direta das empresas. No total, ao longo do ano de 2006 a comida ultraprocessada esteve publicada no espaço

equivalente à 82 (oitenta e duas) páginas coloridas atraentes, ilustradas com ídolos e ícones como família, copa do mundo, e até fantasia do frescor da água e das plantas, para vender marca de refrigerante, conforme as mostras à seguir:

FIGURA 2 - PUBLICIDADE DE COMIDA

Fonte: Acervo do Jornal Folha de S.Paulo

FIGURA 3 - PUBLICIDADE DE COMIDA

Fonte: Acervo do jornal Folha de S.Paulo

A publicidade das farinhas (trigo, arroz, sal, aromatizantes, estabilizantes...) e das papinhas prontas são oferecidas com muitas cores e frases impactantes, com grande poder de convencimento: “Tudo o que seu bebê precisa para crescer”. A indústria da comida também conta com a chancela de uma ciência peculiar, Marion Nestle (2019) estudou parcerias de pesquisadores da área de nutrição e saúde, com conglomerados da alimentação que financiam pesquisas de seus interesses. “Emails indicam que, embora não controlassem diretamente o estudo que financiaram, os executivos da companhia revisaram os artigos antes da publicação...pagaram despesas de viagens e jantares, além de cobrirem custos gerais da pesquisa... estes eram tidos como membros da “equipe” da Coca Cola” (NESTLE, 2019, p. 141-142). Artigo publicado em 15 de maio de 2017 pela

Américan Academy of Pediatrics traz informações sobre um estudo que aponta chumbo encontrado em 20% das amostras de comida para bebê, *"Study: Lead found in 20% of baby food samples"*[4]. "Os especialistas em nutrição do Dr. Lowry e da Academia recomendam que as crianças comam uma variedade de frutas e vegetais para minimizar os riscos de um único alimento." Também pesquisamos notícias sobre o assunto no acervo da Folha de S.Paulo, sem delimitar período buscando: "chumbo alimento infantil; "chumbo papinha" e "chumbo em comida para bebês" e não encontramos.

FIGURA 4 - PUBLICIDADE DE COMIDA

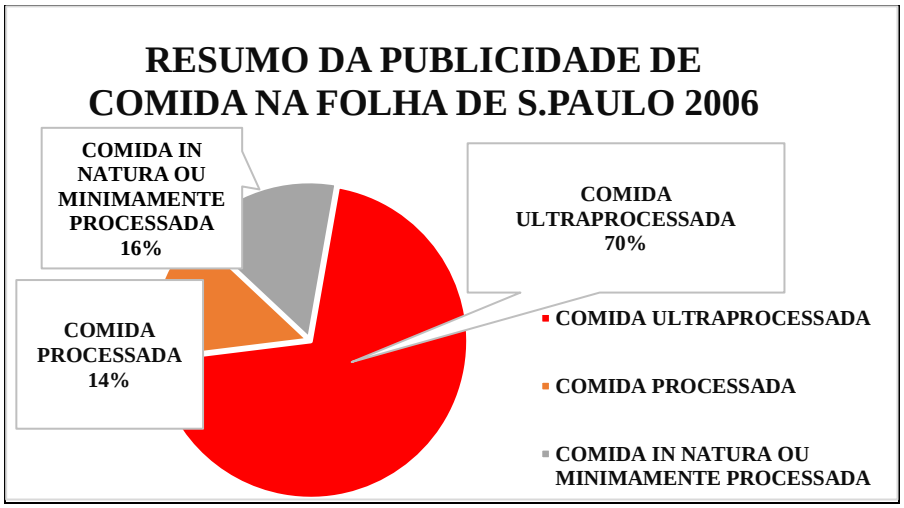
Fonte: Acervo jornal Folha de S.Paulo

FIGURA 5 - PUBLICIDADE DIRETA

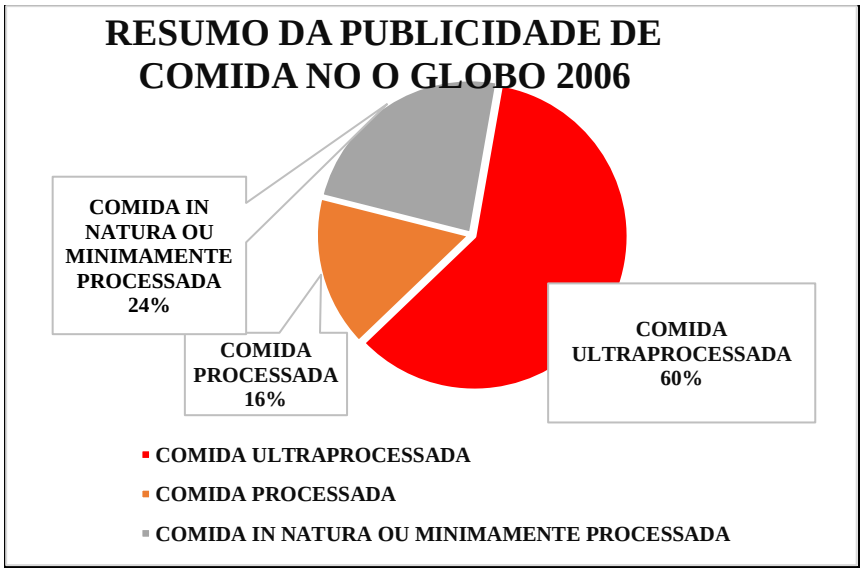
Fonte: Acervo do jornal Folha de S.Paulo

No acervo do jornal O Globo, as 366 (trezentas e sessenta e seis) edições no período de janeiro a dezembro de 2006, também trouxeram publicidade de comida em cerca de 104 páginas com o maior espaço também reservado à comida ultraprocessada conforme o gráfico.

[4] Disponível em: https://publications.aap.org/aapnews/news/13901?autologincheck=redirected. Acessado em: 31/10/2023.



Fonte: Base de dados próprios da pesquisa



Fonte: Base de dados próprios da pesquisa

A maioria também em formato dos folhetos de publicidade dos supermercados, poucas de forma direta, como ocorreu no jornal Folha de S.Paulo:

FIGURA 6: PUBLICIDADE DE COMIDA

Fonte: Jornal O Globo

FIGURA 7 : PUBLICIDADE DE COMIDA

Fonte: Jornal o Globo, 2006

FIGURA 8: PUBLICIDADE DIRETA

Fonte jornal O Globo, 2006

No mesmo acervo de notícias buscamos por informações sobre o Guia Alimentar e não as encontramos, conforme o *print* da resposta do site:

FIGURA 9 - GUIA ALIMENTAR

NENHUM REGISTRO ENCONTRADO - 2006

A superexposição de comida industrializada é notória nas gôndolas, em todo o trajeto do consumidor até os caixas dos mercados, na distribuição de folhetos de ofertas, nos impressos como vimos e fortemente na sedução das publicidades veiculadas no rádio, televisão e internet. Aqui nos esforçamos para problematizar o espaço que as mesmas compram na mídia que lucra com publicidade. Relatório[5] do Fórum Econômico Mundial

[5] Transforming the Global Food System for Human Health and Resilience. Disponível em: https://www.weforum.org/publications/transforming-the-global-food-system-for-human-health-and-resilience

(p.28) demonstra que "nos Estados Unidos, US$ 14 bilhões são gastos todos os anos em marketing de alimentos ... entre 50% e 90% do marketing de alimentos promove práticas alimentares pouco saudáveis" (tradução nossa). A análise de 432 h de programação de três canais da TV aberta, brasileira, feita por Soares et al, (2020), em busca da extensão e a natureza da propaganda de alimentos e bebidas, apontaram "aproximadamente 61% dos anúncios de alimentos incluíam alimentos ultraprocessados". Resultados parciais de nossa pesquisa nos impressos, demonstraram cerca de 70% de anúncios promovendo comida ultraprocessada, nos dois principais em jornais brasileiros.

A partir de 2009 cientistas deixaram de considerar apenas o conteúdo de nutrientes para entender a relação entre alimentação e saúde, a modificação dos alimentos com o processamento, "Nascia, ali, o conceito de alimento ultraprocessado e o embrião da classificação NOVA" (Nupens/USP, 2009), que separou os grupos alimentares em Grupo 1: alimentos in natura ou minimamente processados (torrados, secos, pasteurizados, moídos); Grupo 2: alimentos do grupo 1, prensados, centrifugados, triturados, concentrados (azeite, manteiga, açúcar, sal); Grupo 3 – processados: Compotas, conservas com adição de óleo, sal e/ou açúcar, queijos e pães e Grupo 4 – Ultra processados – comidas e bebidas:

> são frequentemente adicionados de corantes, aromatizantes, emulsificantes, espessantes e outros aditivos que dão às formulações propriedades sensoriais semelhantes às encontradas em alimentos do primeiro grupo. Também servem para disfarçar características indesejadas do produto final. Apesar das alegações comumente vistas nas embalagens dos ultraprocessados, alimentos in natura são uma pequena porcentagem de sua composição ou estão simplesmente ausentes, como no caso de produtos "sabor morango" ou "sabor uva". ... Alimentos ultraprocessados incluem refrigerantes, bebidas lácteas, néctar de frutas, misturas em pó para preparação de bebidas com sabor de frutas, 'salgadinhos de pacote, doces e chocolates, barras de "cereal", sorvetes, pães e outros panificados embalados, margarinas e outros substitutos de manteiga, bolachas ou biscoitos, bolos e misturas para bolos, "cereais" matinais, tortas, pratos de massa e pizzas pré-preparadas, nuggets de frango e peixe, salsichas, hambúrgueres e outros produtos de carne reconstituída, macarrão instantâneo, misturas em pó para preparação de sopas ou sobremesas e muitos outros produtos." (Nupens/USP, 2009)

Em função da NOVA classificação, em 2014 o Guia Alimentar para a População Brasileira foi atualizado, pesquisamos no banco de dados do jornal Folha de S. Paulo e recebemos as respostas: "Nenhum registro encontrado para sua pesquisa: alimentos

ultraprocessados” e “Nenhum registro encontrado para sua pesquisa: Guia alimentar da população brasileira”.

FIGURA 10 - ALIMENTO ULTRAPROCESSADO

NENHUM REGISTRO ENCONTRADO-2014

Fonte: Acervo do jornal Folha de S.Paulo

FIGURA 11 - GUIA ALIMENTAR

NENHUM REGISTRO ENCONTRADO-2014

Fonte: Acervo do jornal Folha de S.Paulo

No acervo do jornal O Globo também não foram encontradas notícias com informações sobre ultraprocessados e o Guia alimentar da população brasileira no período de 2014.

FIGURA 12 - ALIMENTO ULTRAPROCESSADO

NENHUM REGISTRO ENCONTRADO -2014

Fonte: Acervo do jornal O Globo

FIGURA 13 - GUIA ALIMENTAR

NENHUM REGISTRO ENCONTRADO-2014

Fonte: Acervo do jornal O Globo

Outra janela de sedução para o consumo é o testemunhal, carregado de emoção e empatia, emprestado de personagens de novelas. No capítulo da novela "Terra e Paixão", veiculada em horário nobre na TV Globo dia 10 de maio de 2023, o irmão mais velho pega uma garrafa grande de Coca Cola na geladeira, dois copos, caminha até o lado de fora, senta-se ao lado do irmão caçula e vai abrindo a garrafa de Coca-Cola, com direito ao barulhinho característico do gás (txiii), enquanto inicia a prosa. A novela Vai na Fé, também emprestou o momento de cuidado da filha com a mãe, que estava tratando um câncer terminal, para vender ultraprocessado. Detalhe importante, a personagem doente sempre levou e defendeu uma vida natural, mora com o marido em uma pousada onde a alimentação oferecida é natural. Agora acamada, após a quimioterapia, a filha está dando comida na boca da mãe que dispensa e pede: "Sabe o que eu queria comer? Batata frita.... Aquela que vem no saco assim! Que tem gosto de isopor, que vem no saco laranja, amarelo..." Em outra cena ela está comendo a batata ultraprocessada e lambendo os dedos, e ainda tem uma frase de outro personagem afirmando que: "Meio pacote de batata artificial cheio de conservante não vai fazer tão mal assim, né?". A criação de uma psicosfera a favor dos ultraprocessados é evidente e inescrupulosa.

Em 13 de novembro de 2019, o site Uol discutiu a estratégia da abertura das novelas para a publicidade. A reportagem entrevistou Marcos Quintela, e o identificou como "CEO do VMLY&R, grupo que controla a principal agência de publicidade do país". Na entrevista, Quintela avalia a ação de *merchandising* da Casas Bahia na novela "A Dona do Pedaço", afirmando que "o resultado é muito, muito, muito acima do esperado. A identificação do consumidor com o produto na novela que ele vê e é cativo é de uma eficiência realmente muito grande... boa parte do público se dispersa durante os comerciais. A solução? Vender produtos dentro da novela ... a trama de Walcyr Carrasco

fez a Globo usar seu produto mais valioso para faturar com propagandas. O entrevistado resume a eficiência na estratégia de publicidade na novela “A Dona do Pedaço com um trocadilho: A novela foi a "dona do *merchan*" do horário nobre”.

Os resultados iniciais indicam que o principal questionamento feito ao elevado número de aditivos nas comidas industrializadas, ultraprocessadas, ainda depende de canais alternativos como o Jornal da USP, que em dezembro de 2022 trouxe a informação sobre “pessoas que consomem diariamente mais de 20% do total energético dos alimentos em ultraprocessados podem ter mais risco de sofrer declínio cognitivo acentuado...”. Martinez Steele e et al, (2018, p.2) alertaram sobre estudos “... realizados em diferentes países mostraram que o aumento da participação alimentar de alimentos ultraprocessados está associado a um maior risco de doenças cardiovasculares, coronarianas e cerebrovasculares, aumento na mortalidade geral por doenças cardiovasculares”. A reportagem, além de aprofundar o assunto, traz explicações detalhadas e objetivas e ainda, com apoio de gráficos e figuras para facilitar o entendimento, com chamada no Instagram para a matéria completa, disponível no site. Outro canal que traz informações aprofundadas sobre o assunto é “O Joio e o Trigo”, porém a possibilidade de levar informação a todo o território está nas mãos dos principais grupos de comunicação.

LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

Em 09 de outubro de 2022, um primeiro passo no Brasil, entraram em vigor, em todo o país, novas normas de padronização da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), para rótulos de bebidas e alimentos industrializados. A indústria de comida e bebida recebeu um prazo para que os produtos tenham alertas nas embalagens para a presença excessiva de sódio, gordura saturada e açúcar, uma oportunidade para aprofundar nas notícias os riscos de consumo dos ultraprocessados. Acompanhamos a partir do dia 03 de outubro de 2022, até o dia 25, os telejornais em estudo, em busca de reportagens sobre o assunto. O Jornal Nacional que ao longo do mês exibiu, nos intervalos, publicidades da Seara, Sadia, Mac Donald e Qualy, produtores de comida ultraprocessada, apresentou apenas uma matéria sobre a mudança na rotulação. O patrocínio de abertura do telejornal foi da Seara em 04 de outubro de 2022, uma matéria de 2’ (minutos) informou na chamada: “Os alimentos fabricados a partir do próximo domingo vão seguir novos rótulos determinados pela ANVISA, pra facilitar a informação pro consumidor”, reclamações de entrevistados sobre tamanho da letra nas embalagens e

a conclusão, “A principal mudança é a identificação na frente da embalagem na parte superior dos produtos com alto teor de açúcar, gorduras saturadas e sódio, que em excesso, podem fazer mal à saúde.” No Jornal da Record, acompanhado no mesmo período, nem uma menção sobre a entrada em vigor da nova lei.

Na outra ponta, são múltiplas as estratégias e canais para a publicidade de comida ultraprocessada, na transcrição da reportagem do Jornal Nacional reproduzida no site do Jornal Nacional, pudemos constatar o *Upfront* prometido pelo Grupo Globo em evento com anunciantes, a possibilidade de integrar a TV aberta, 26 canais de assinatura, *streaming* e produtos digitais. A cada clique surgia o patrocínio que era da Sadia. Conforme as imagens a seguir:

FIGURA 14 - PUBLICIDADE DE COMIDA NO SITE

Fonte: Site do Jornal Nacional

No domingo 16 de outubro de 2022, um dos textos do editorial do jornal Folha de S.Paulo discorreu sobre a implementação da rotulagem, no site do Grupo Folha, o mesmo texto foi publicado com imagem e está sujeito à publicidade remunerada, na íntegra abaixo:

> **Saúde no rótulo**
>
> Novas regras para embalagens de alimentos facilitam escolha dos consumidores. Passaram a vigorar em todo o país as novas normas de padronização para rótulos de bebidas e alimentos industrializados, aprovadas há dois anos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Doravante, tais produtos terão de trazer nas embalagens alertas para a presença excessiva de nutrientes considerados críticos para a saúde, como sódio, gordura saturada e açúcar... Afinal, o consumo excessivo de açúcar, sódio e gordura saturada está diretamente associado ao aumento da obesidade e de problemas cardiovasculares (a principal causa de morte no Brasil), além de outras doenças crônicas não transmissíveis, como o diabetes. ... É possível que as mudanças, se plenamente implementadas, venham a contribuir para tornar os

> alimentos industrializados mais saudáveis. A principal consequência, contudo, será dar aos consumidores a possibilidade de exercer seu direito de escolha de forma mais consciente e informada.

No site, a publicidade da Elma Chips no corpo da matéria, conforme a figura:

FIGURA 15 - PUBLICIDADE DE COMIDA NO SITE

Fonte: Folha de S.Paulo, 15/16 de outubro de 2022

Em 9 de outubro de 2022, dia em que novas regras de rotulagem de alimentos entraram em vigor, a capa do Caderno Economia do Jornal O Globo trouxe matéria mostrando o desperdício de alimentos no país: "Mudanças para evitar desperdício", chama a atenção a linha do título que aponta novos modelos de consumo e pão que dura 1 ano. Na mesma edição, página 26, também no caderno Economia, o título da matéria informa a nova regra para rotulagem de alimentos: "Rótulos de alimentos e bebidas terão sinais de alerta" a linha do título completa "alto teor de sódio, açúcar e gordura saturada trará aviso".

FIGURA 16

Fonte: O Globo, 09 de novembro de 2022.

> Todas as bebidas e os alimentos lançados a partir deste domingo no Brasil terão na sua embalagem uma tabela nutricional mais fácil de ler e de comparar com outros produtos, mesmo que sejam de linhas diferentes... Além disso, produtos com alto teor de açúcar, sódio ou gordura saturada terão um alerta frontal na embalagem, facilitando a identificação pelos consumidores. (O Globo, 9 outubro/2022, p.26)

A notícia segue informado os prazos dados para adaptação às novas exigências de exposição dos ingredientes e tabelas nutricionais. As fontes entrevistadas para a matéria foram: Tiago Rauber, coordenador de Padrões e Regulação de Alimentos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa); a nutricionista Thaísa Leal; Laís Amaral, especialista em alimentos do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec); João Dornellas, presidente executivo da Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (Abia); Alice Amigo, do IAG — Escola de Negócios da PUC-Rio; Juliana Tardiotti, gerente de Marketing da Predilecta.

Vale ressaltar que o objeto de nossa pesquisa que é a busca por informações detalhadas e objetivas sobre os riscos do consumo de comida ultraprocessada, o abuso de aditivos na indústria da comida, não foram encontradas, o texto resumido se limita a duas linhas: "Para uma dieta saudável deve-se evitar alimentos ultraprocessados. Para identificá-los, verifique na lista de ingredientes a presença de corantes, aromatizantes e edulcorantes." Não informa sobre a NOVA classificação, nem aprofunda o conceito de ultraprocessado, muito menos indica porque devem ser evitados com uso de dados das inúmeras pesquisas de saúde.

Interessante registrar que a chamada de capa foi para a necessidade de prolongar o tempo de vida dos alimentos, e que embora essa informação tenha sido alinhavada com desperdício de alimentos e a fome, o mote principal é a prevenção de perdas, em função dos prazos de validade. A matéria que tratou do direito do consumidor a informações mais claras nos rótulos não teve o destaque na capa e o assunto ultraprocessados mereceu apenas três linhas, em uma reportagem que ocupou 4/5 (quatro quintos) de página.

Nova rotulagem dos alimentos faz bem à saúde dos brasileiros

A

FIGURA 17 - Editorial O Globo, 13 de outubro 2022

Fonte: O Globo, 13 de outubro de 2022

Em 13 de outubro de 2022, a nova exigência de rotulação de produtos industrializados foi abordada pelo editorial do jornal O Globo. A argumentação do texto editorial seguiu a linha da reportagem anterior. "A partir de agora, produtos processados

com alto teor de açúcar, sódio e gorduras saturadas, os vilões da alimentação saudável, serão obrigados a apresentar na parte frontal da embalagem um alerta identificado por uma lupa. Será obrigatório também informar os nutrientes por porção de 100g ou 100ml..." O texto lembra que a intenção é não esconder informações do consumidor: "Tabelas nutricionais passarão a ser impressas apenas em letras pretas sobre fundo branco, para ser mais legíveis. As informações não poderão ser apresentadas em áreas da embalagem que ficam encobertas, deformadas ou são difíceis de enxergar." Depois informa sobre o tempo que as empresas terão para se adaptarem às novas normas, e registra a eficácia da medida em outros países. "As mudanças nos rótulos dos alimentos, iniciativa já adotada em países como Chile, Uruguai e México com bons resultados, são essenciais para reduzir os preocupantes índices de obesidade, que aumentam o risco de doenças e oneram o Sistema Único de Saúde (SUS)." A abordagem relaciona a nova norma com aumento de peso, saúde: "Segundo o Ministério da Saúde, desde 2006, todo ano 360 mil adultos passaram a sofrer de excesso de peso... Cabe ao consumidor escolher entre um alimento mais saudável e um processado, normas de transparência aprovadas pela Anvisa ajudarão o cidadão a fazer uma escolha melhor, mais consciente." E encerra lembrando que a rotulagem adotada ainda é pouco rigorosa, em comparação a outros países, sem trazer dados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A comunicação social, vital para a democracia, nesse caso é literalmente vital, por estarmos falando dos riscos à saúde pública, pela desnutrição, doenças e a fome. Os grandes grupos de comunicação, capacitados para levar a informação a todo o território, não informam intensa e objetivamente sobre os riscos trazidos pelo consumo de ultraprocessados e a diferença entre comida e alimento se dilui no bombardeio da publicidade. Diante dessa condição, é imprescindível que os meios de comunicação garantam debate com espaço suficiente para as diferentes vozes representantes de uma sociedade plural, de acordo com os preceitos da Constituição Federal de 1988, de direitos e garantias fundamentais no Artigo 5º, § XIV, "É assegurado a todos o acesso à informação". No Artigo 6º, "São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação... forma desta Constituição". É fundamental continuar lutando por uma cidadania plena para todas as pessoas. A reforma tributária na Colômbia incluiu a taxação dos ultraprocessados, um exemplo para os desafios de enfrentar a epidemia de doenças

relacionadas às comidas ultraprocessadas. Estudo da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) para o Brasil demonstra, por exemplo, que a taxação de bebidas açucaradas contribui para diminuir o consumo e vai além, "o aumento do preço nas bebidas adoçadas desestimula o seu consumo e promove a substituição para outras bebidas mais saudáveis como – como a água, o café e o leite"[6]. A reforma tributária brasileira, em curso, pode e deve trilhar esse caminho.

REFERÊNCIAS

A CLASSIFICAÇÃO NOVA. Disponível em: https://www.fsp.usp.br/nupens/a-classificacao-nova/. Acessado: 14 set. 2022.

AAP News. *Study: Lead found in 20% of baby food samples*. Disponível em: https://publications.aap.org/aapnews/news/13901?autologincheck=redirected. Acessado: 31 out. 2023.

ACT – Impacto da Tributação das bebidas adoçadas na economia e no consumo. Disponível em: https://evidencias.tributosaudavel.org.br/simulador/. Acessado: 23 nov. 2023.

A DONA DO MERCHAN. Como a Globo abriu as novelas para propaganda. Disponível em: https://tvefamosos.uol.com.br/noticias/redacao/2019/11/13/a-dona-do-merchan-como-a-globo-abriu-as-novelas-para-a-propaganda.htm. Acessado: 15 jun. 2023.

AUN MV, Mafra C, Philippi JC, Kalil J, Agondi RC, Motta AA. Aditivos em alimentos. Rev. bras. alerg. imunolpatol. 2011;34(5):177-186

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia alimentar para a população brasileira / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – 2. ed., 1. reimpr. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

CAMPELLO, Tereza; BORTOLETTO, Ana Paula (org). "Da fome à fome; diálogos com Josué de Castro". São Paulo: Elefante, 2022.

CHAUI, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. In: Revista Brasileira de Educação. Set /Out /Nov /Dez 2003 Nº 24, p. 05-15.

CARTILHA PET ECOLOGIA: agrobiodiversidade alimentar; comer bem para viver melhor. Organização de Taitiâny Karita Bonzonini e Carlos Armênio Khatounian. Piracicaba: FEALQ, 2023.

FERRARI, LOUZADA, LEVY, MONTEIRO, NILSON e REZENDE. Premature Deaths Attributable to the Consumption of Ultraprocessed Foods in Brazil. GLOBAL HEALTH PROMOTION AND PREVENTION| VOLUME 64, ISSUE 1, P129-136, JANUARY. November, 2022. DOI: https://doi.org/10.1016/j.amepre.2022.08.013

[6] Dados ACT Promoção da Saúde. Impacto da Tributação das bebidas adoçadas na economia e no consumo.

JORNAL DA USP. Consumo excessivo de alimentos ultraprocessados pode aumentar risco de declínio cognitivo. https://jornal.usp.br/ciencias/consumo-excessivo-de-alimentos-ultraprocessados-aumenta-o-risco-de-declinio-cognitivo/

MARTINEZ STEELE E et al., Potential reductions in ultra-processed food consumption substantially improve population cardiometabolic-related dietary nnutrient profiles in eight countries, Nutrition, Metabolism & Cardiovascular Diseases, https://doi.org/10.1016/j.numecd.2022.08.018

NESTLÉ, Marion. Uma verdade indigesta: como a indústria alimentícia manipula a ciência do que comemos; [tradução Heloisa Menzem]/Marion Nestle – São Paulo: Elefante,2019.

OMS classifica como cancerígenas carnes processadas. Disponível em: https://news.un.org/pt/story/2015/10/1529591. Acessado: 08 nov. 2023.

SANTOS, Milton. O espaço da cidadania e outras reflexões. organizado por Elisiane 15da Silva; Gervásio Rodrigo Neves; Liana Bach Martins. – Porto Alegre: Fundação

Ulysses Guimarães, 2011. (Coleção O Pensamento Político Brasileiro; v.3).

SANTOS, Milton. Território, Globalização e fragmentação. São Paulo: Editora Hucitec,1996.
SANTOS, Milton. Técnica, espaço, tempo, Globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

SOARES GUIMARÃES, Mais LA, Marrocos Leite FH, Horta PM, Oliveira Santana M, Martins APB, Claro RM. Ultra-processed food and beverage advertising on Brazilian television by International Network for Food and Obesity/Non-Communicable Diseases Research, Monitoring and Action Support benchmark. Public Health Nutr. 2020 Oct;23(15):2657-2662. doi: 10.1017/S1368980020000518. Epub 2020 May 29. PMID: 32468987; PMCID: PMC7477364.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino.O Campo btasileiro no final dos anos 80. In STEDILE, João Pedro, et All. A QUESTÃO AGRÁRIA HOJE – 3.ed – Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS,2002.

TRASANDE L, Shaffer RM, Sathyanarayana S; COUNCIL ON ENVIRONMENTAL HEALTH. Food Additives and Child Health. Pediatrics. 2018 Aug;142(2):e20181410. doi: 10.1542/peds.2018-1410. PMID: 30037972; PMCID: PMC6298598.

Transforming the Global Food System for Human Health and Resilience. Disponível em: https://www.weforum.org/publications/transforming-the-global-food-system-for-human-health-and-resilience/. Acessado em 18/01/2024.

A FOME NA SOCIEDADE DA SUPEREXPLORAÇÃO

Tatiane Cristina Fernandes Basconi[1]

Roberta Sperandio Traspadini[2]

RESUMO

À luz da Teoria do Valor de Karl Marx (2017), da Teoria Marxista da Dependência de Ruy Mauro Marini (2000), das contribuições de Josué de Castro (1984) e de Carolina Maria de Jesus (2020), entendemos a fome como categoria viva em disputa, com múltiplas determinações que se agravam quando analisadas na particularidade do capitalismo dependente latino-americano e caribenho, demarcado pela superexploração da força de trabalho. Este texto tem como objetivo geral contribuir com o debate da politização da fome tomando-a como fenômeno da sociedade capitalista que inaugurou historicamente a forma-mercadoria como objetivo fim das relações sociais de produção e transformou o alimento (valor de uso) - necessidade básica para manter-se vivo - em mercadoria (valor de troca), razão pela qual a fome continua sendo a realidade concreta de bilhões de pessoas no mundo, no contexto histórico de desenvolvimento técnico-científico e de acumulação de capital. Ademais, ressaltamos o papel da dimensão cultural na construção de consensos e hegemonia do capital. Por último, nosso exercício de reflexão tem como proposta a exposição do dialético movimento dos mecanismos estruturantes da territorialização do capital e das formas de resistências e disputas contra-hegemônicas.
Palavras-chave: Valor de uso; Valor de troca; Propriedade privada; Agronegócio; Agroecologia.

RESUMEN

A la luz de la Teoría del Valor de Karl Marx (2017), de la Teoría Marxista de la Dependencia de Ruy Mauro Marini (2000), de las contribuciones de Josué de Castro (1984) y de Carolina Maria de Jesus (2020), entendemos el hambre como categoría viva en disputa, con múltiples determinaciones que se agravan cuando se analizan en la particularidad del capitalismo dependiente latinoamericano y caribeño, demarcado por la sobreexplotación de la fuerza de trabajo. Este texto tiene como objetivo general contribuir con el debate de la politización del hambre tomándola como fenómeno de la sociedad capitalista que inauguró históricamente la forma-mercancía como objetivo fin de las relaciones sociales de producción y transformó el alimento (valor de uso) - necesidad básica para mantenerse vivo - en mercancía (valor de cambio), razón por la cual el hambre continúa siendo la realidad concreta de miles de millones de personas en el mundo, en el contexto histórico de desarrollo técnico-científico y de acumulación de capital. Además, hemos asumido el papel de la dimensión cultural en la construcción de consensos y hegemonía del capital. Por último, nuestro ejercicio de reflexión tiene como propuesta la exposición del dialéctico movimiento de los mecanismos estructurantes de la territorialización del capital y de las formas de resistencias y disputas contrahegemónicas.
Palabras clave: Valor de uso; Valor de cambio; Propiedad privada; Agronegocio; Agroecología.

[1] Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), campus Rio Claro/SP, tatiane.basconi@unesp.br

[2] Profa. Dra. da Universidade Federal da Integração Latino-americana (UNILA), robertatraspadini@gmail.com

INTRODUÇÃO

Cândido Portinari. **Os retirantes**, 1944[3].

A pintura *Os retirantes*, de Cândido Portinari, dois anos antes da publicação de *Geografia da Fome* (1946), de Josué de Castro, retrata uma família de quatro adultos e cinco crianças, que vivenciam a miséria e a fome. A pintura, em meio à conformação do desenvolvimento do capitalismo dependente, nos permite questionar o processo de soterramento da cultura popular camponesa, plural e diversa. Pois, ao serem retirados da terra, via processo de territorialização do capital, estes homens e mulheres serão tidos como retirantes. Mas tem o mesmo significado, e explicação significante, definir os retirados como retirantes? Vejamos ao longo deste estudo se sim, ou se não.

Segundo a Rede Penssan, em 2021, no Brasil, cerca de 61,3 milhões de pessoas (28,9%) estavam em situação de insegurança alimentar, moderada ou grave (REDE PENSSAN, 2022). Termo que, significa que as pessoas não têm acesso regular e contínuo ao alimento[4]. E, de acordo com o mesmo documento, se incluirmos os dados de insegurança alimentar leve, o número salta de 61,3 milhões para 125,2 milhões em situação de fome, ou seja, 58,7% da população do país. Entendemos que viver com algum grau de insegurança alimentar, ainda que classificado como leve, é o mesmo que conviver com a fome em sua forma-conteúdo estruturais. Ou seja, em meio à condição estrutural da fome homens e mulheres que não possuem meios de produção, terão que

[3]Disponível em: https://artsandculture.google.com/search/asset?project=portinari-retrospective&hl=pt-br. Acesso em 23 de set. de 2023.
[4] Segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO).

encontrar qualquer modo de sobrevivência para existir, em meio à ausência de direitos, a começar pela falta de terra e de trabalho. A fome, como sustenta Josué de Castro, é fruto do subdesenvolvimento e da subeducação (CASTRO, 1984).

No Brasil, a industrialização da agricultura, em curso desde os anos 1960, foi construída com o objetivo declarado de acabar com a fome, em meio à farsa do discurso de equidade e a realidade da exclusão. Para que se visualize o nível de contradição, cabe mencionar que a modernização das forças produtivas no campo não tem sido associada a dito objetivo, uma vez que a fome é expressiva. No entanto, a dita modernização tem garantido o princípio máximo da propriedade privada da vida: a lucratividade das empresas do setor do agronegócio, que fechou 2022 com exportações recordes de US$ 159,1 bilhões de dólares e crescimento de 32% em relação a 2021, com destaque para os monocultivos de soja, milho, cana, além da produção de carne bovina *in natura* (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, 2023).

A farsa do objetivo proposto revela, na essência, a real desigualdade existente entre o avanço da acumulação de capital diretamente proporcional ao avanço exponencial da fome. Assim, o alto índice de famintos no Brasil não é produto do fracasso do sistema econômico capitalista dependente, mas do seu sucesso vinculado à lógica da mercadoria no âmbito internacional do imperialismo, fundada na propriedade privada concentrada e centralizada em poucas mãos. Segundo estudo da Oxfam (2019)[5], 1% das propriedades rurais, com mais de 1.000 hectares, concentra 45% da área rural brasileira, enquanto que, na outra ponta, 47,8% das propriedades rurais, até 10 hectares, ocupam 2,3% da área rural.

Em 1946, Josué de Castro já havia revelado as determinações da fome quando publicou *Geografia da Fome:* o dilema brasileiro: pão ou aço[6]. A fome é uma decisão política e, "enquanto metade da humanidade não come, a outra metade não dorme, com medo da que não come" (1984, p. 22). Poucos anos depois, na década de 1950, Carolina Maria de Jesus escrevia em seu diário a dor física e psíquica de conviver com a fome. Em 1960, *Quarto de despejo* era publicado e dava voz àqueles e àquelas que, como ela, viviam a concretude social da fome: "Não tomei café, ia andando meio tonta. A tontura da fome é pior do que a do alcool. A tontura do alcool nos impele a cantar. Mas a da fome nos faz tremer. Percebi que é horrível ter só ar dentro do estômago" (2020, p. 47).

---

[5] Ver: https://www.oxfam.org.br/publicacao/menos-de-1-das-propriedades-agricolas-e-dona-de-quase-metade-da-area-rural-brasileira/. Acesso em 26 de dez. de 2023.

[6] Trata-se de um clássico dos estudos sobre a fome traduzido para mais de 25 idiomas.

Mais de setenta anos depois da publicação de *Geografia da Fome*, de sessenta anos da publicação de *Quarto de despejo*, e da FAO revelar que apesar do mundo produzir alimento suficiente para alimentar toda população humana (2016)[7], a fome continua sendo a realidade social concreta de quase 60% da população brasileira. Isto evidencia a atualidade da obra de Josué de Castro, que, assim como Karl Marx, em *O Capital*, publicada em 1867, ao desnudar a lei geral da acumulação capitalista, explicita nos marcos teóricos sobre o funcionamento do modo de produção capitalista, que a acumulação de riqueza, num polo, é correspondente à acumulação de pobreza no outro polo (Marx, 2017).

A partir da contribuição de Karl Marx, autores marxistas latino-americanos empreenderam específicas análises acerca do modo como os países da América Latina participam no desenvolvimento do capitalismo em escala mundial na era imperialista, a exemplo da obra *Dialética da Dependência* (1973), de Ruy Mauro Marini, completando cinquenta anos de publicação em 2023.

Assim, neste artigo, à luz da Teoria do Valor de Karl Marx (2017), da Teoria Marxista da Dependência de Ruy Mauro Marini (2000), das contribuições de Josué de Castro (1984) e de Carolina Maria de Jesus (2020), entendemos a fome como categoria viva, em disputa, com determinações políticas, econômicas, territoriais, socioambientais que se agravam quando analisadas na particularidade do capitalismo dependente latino-americano e caribenho, demarcado pela superexploração da força de trabalho e por sua vinculação subordinada à dinâmica imperialista internacional.

O objetivo geral deste texto, é contribuir para a reflexão acerca dos sentidos econômicos, políticos, sociais e culturais da fome como violência estrutural inerente ao modo de produção capitalista. Vale insistir, a fome, como categoria, entendida no fenômeno social e histórico indissociável da acumulação de capital. O capitalismo é um modo de produção particular que inaugura a forma-mercadoria como objetivo fim das relações sociais de produção, transformando a terra e os alimentos (valores de uso) em mercadoria (valor de troca), explicitando a razão pela qual a fome continua sendo a realidade concreta de bilhões de pessoas no mundo. Nosso exercício de reflexão tem como recorte a particularidade capitalista brasileira a partir da exposição do dialético movimento dos mecanismos estruturantes da territorialização do capital e das formas de resistências e disputas contra-hegemônicas no momento contemporâneo.

---

[7] Ver: https://www.nexojornal.com.br/explicado/2016/09/02/Mundo-produz-comida-suficiente-mas-fome-ainda-%C3%A9-uma-realidade. Acesso em 15 de dez. de 2023.

METODOLOGIA

O presente artigo tem como chave de interpretação o movimento social e histórico de separação do trabalhador da terra e dos meios de produção que geram as condições objetivas de produção e de reprodução da vida material e sensível, bem como de sua contínua subjugação. Esses dois fatores, quando analisados na particularidade do capitalismo dependente latino-americano e caribenho, revelam os mecanismos da contínua acumulação originária de capital (Harvey, 2005) e da superexploração da força de trabalho (Marini, 2000; Amaral, 2014; Amaral e Traspadini, 2020), qualificando o debate da politização da fome na particularidade brasileira contemporânea.

Por partir das contradições, conflitividades e da busca pelo entendimento sobre a processualidade histórica das lutas sociais entre diferentes sujeitos históricos, o método de investigação utilizado é o materialismo histórico e dialético de Karl Marx, que afirma a importância de partir do real concreto com vistas a complexificá-lo, entender todas as camadas que o compreende, com o fim de retornar ao real com mais elementos para modificá-lo superando as desigualdades estruturais (Marx, 2008).

Esperamos que as reflexões suscitadas contribuam para subsidiar os debates e as ações coletivas junto aos movimentos sociais populares que, historicamente, produzem resistências na disputa por uma sociedade que não seja pautada pela lógica da mercadoria, o que inclui compreender e fortalecer a territorialização da práxis agroecológica em contraposição à agricultura latifundista-monopolista-superexploradora do grande capital. E insistimos na pergunta geradora inicial: Serão retirantes ou serão retirados da terra os protagonistas da imagem de Portinari utilizada no início deste artigo?

REFERENCIAL TEÓRICO

Os textos referências serão a obra *O capital* (2017) de Marx, a Teoria Marxista da Dependência[8], em especial o texto basilar de Marini, *Dialética da Dependência* (2000). No tema específico da fome, os autores referências serão: Josué de Castro, a nosso juízo, principal expoente teórico do tema; José Raimundo Sousa Ribeiro Jr (2020) que realizou importante estudo das obras de Josué de Castro; e, Carolina Maria de Jesus com seus relatos concretos de convivência com a fome em *Quarto de Despejo: diário*

[8] Além de Marini, destacamos outros autores e autoras marxistas latino-americanos, como Vânia Bambirra, Agustín Cueva, Theotônio dos Santos, Andreas Gunder Frank, entre outros.

de uma favelada (2020). Como apoio estatístico ao debate teórico, utilizaremos as fontes de dados da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan) e do Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da pandemia da covid-19 no Brasil (II Vigisan). Ademais, nos apoiamos em autores e autoras que estudam o tema da questão agrária, como também nos que contribuem para compreendermos o papel da dimensão cultural na construção de consensos e hegemonia do capital, tais como José Graziano da Silva (1981), José de Souza Martins (2018), Roberta Sperandio Traspadini (2022), Marta Inez Medeiros Marques (2023), Jesús Martín-Barbero (1997) e Ana Manuela Chã (2018).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O desenvolvimento histórico do capital tem como condição prévia, processos sistemáticos de expulsão de trabalhadores da terra, num violento e conflitivo movimento de desterritorialização das massas e de territorialização do capital. As formas jurídicas, políticas, éticas e morais da legalização desses processos têm como base constitutiva o Moderno Estado de Direito (burguês), cujo papel foi/é o de garantir o cumprimento dos mecanismos necessários do tripé gerador da acumulação de capital: a expropriação, a espoliação e a superexploração. Marx, no capítulo XXIV, *A assim chamada acumulação primitiva*, esmiúça o processo das violências contidas na pilhagem, no saqueio, na escravização e na apropriação privada dos modos de produção originários pelos países invasores (Marx, 2017). Processo este que demarcou mais de 300 anos de colonialismo-escravismo diretos sobre o continente latino-americano e caribenho.

No entanto, no século XIX, com as independências formais, o tripé passou a ser mantido sob a égide do imperialismo. É sobre essa dinâmica de continuidade das históricas amarras coloniais e ruptura formal com o colonialismo como processo político superado pela constituição dos Estados Nacionais, que estudaremos a questão agrária entendida como categoria marxiana fundamental no debate da produção da morte, ou da vida, dos povos ao longo do tempo. Nos termos de Traspadini, a questão agrária

> conforma a base estrutural da questão social aberta no continente a partir do momento em que o processo de desenvolvimento originário dos povos pré-colombianos foi subsumido de forma violenta à própria gênese constitutiva do capital. Essa questão nos remete ao passado-

> presente do desenvolvimento dependente, próprio do capitalismo latino-americano (TRASPADINI, 2022, p. 150-151).

Os fundamentos constitutivos da lógica da lei do valor no Brasil, enquanto aparente território soberano, encontram-se no século XIX, momento de transição de uma economia escravista colonial (GORENDER, 2016), para uma economia capitalista dependente (MARINI, 2000). Dois processos são estruturantes na transição: a) a promulgação da Lei de Terras, em 1850[9]; b) a abolição da escravidão, em 1888. Ambas alicerces da Proclamação da República em 1889, como a estruturação do direito para os velhos-novos donos do Brasil, em contrapartida ao Estado penal e criminal para os sem terras de ontem e de hoje (TRASPADINI, 2022). Sem qualquer processo de reforma agrária ou de indenização aos escravizados, a Lei de Terras oficializou a mercantilização das terras, consolidou os latifúndios e condenou o ex-escravizado, assim como o imigrante, a serem cativos do salário e do trabalho informal como única forma de acessar os mesmos meios de subsistência que lhes foram historicamente expropriados. Como afirmou José de Souza Martins no clássico *O Cativeiro da Terra* (2018), no momento em que a pessoa escravizada tornou-se livre e os imigrantes foram sendo atraídos para o Brasil, a terra tornou-se cativa como forma de subjugar o trabalhador e manter a correlação de forças favorável à manutenção da ordem hegemônica vigente (a do capital sobre e contra o trabalho).

A teoria da colonização de Wakefield, apontada por Marx (2017) no capítulo XXV *A teoria moderna da colonização*, sugere a base do pensamento que fundamenta a Lei de Terras brasileira.

> O governo deve conferir à terra virgem, por decreto, um preço artificial, independente da lei da oferta e da demanda, que obrigue o imigrante a trabalhar como assalariado por um período maior, antes que possa ganhar dinheiro suficiente para comprar sua terra[10] e

[9] "Com a aproximação do fim da escravidão, os setores dominantes elaboraram a Lei de Terras (1850), que proibia a abertura de novas posses e determinava que as terras devolutas (terras sem proprietários) ficassem sob responsabilidade e controle dos Estado (Império brasileiro). Só poderiam adquirir terras aqueles que tivessem condições de comprá-las" (MARQUES & MARQUES, 2015, p. 12).

[10] Na nota 272 do mesmo capítulo, Marx destacou o seguinte trecho do livro *L'économie Politique: Source Des Révolutions Et Des Utopiés Prétendues Socialistes*, de Colins: "Quando colocais uma pessoa no vácuo, a privais do ar. Assim agis também quando vos apossais do solo [...]. É o equivalente a colocá-la no vácuo de riquezas, para que ela não possa viver a não ser conforme sua vontade".

> transformar-se num camponês independente. O fundo resultante da venda das terras a um preço relativamente proibitivo para o assalariado, isto é, esse fundo de dinheiro extorquido do salário mediante violação da sagrada lei da oferta e da demanda, deve ser usado pelo governo, por outro lado, para importar - numa quantidade proporcional ao crescimento do próprio fundo - pobres-diabos da Europa para as colônias e, assim, manter o mercado de trabalho assalariado sempre abastecido para o senhor capitalista. Esse é o grande segredo da "colonização sistemática" (MARX, 2017, p. 842).

Adiciona-se a esse projeto bárbaro, autodenominado de civilizatório, um processo contínuo de desindianização, desafricanização e de descampesinização, parafraseando o termo criado pelo mexicano Bonfil Batalla, em *México Profundo* (2019).

Nessa transição de economia colonial para economia capitalista dependente, tomando-se em conta as singularidades de cada processo de independência no continente, destaca-se a mudança no âmbito internacional da fase concorrencial à fase monopolista do capital, assentada na reprodução ampliada a partir do lastre das revoluções técnico científicas (mais-valia relativa).

A consolidação da fase imperialista por volta de 1900 reorganizou o papel da América Latina e do Caribe na divisão internacional do trabalho, conformando a formação de um capitalismo dependente cuja função é responder às necessidades produtivas dos países exportadores de capitais, sob a égide de seus capitais financeiros (TRASPADINI, 2022). O Brasil cumpria a lógica determinada pelo capital financeiro de manter e expandir sua pauta primário exportadora. Isto é, produzir mercadorias – alimentos e matérias primas básicas - para circular nos países de economia central, a partir de um contexto de preço médio estabelecido pelo capital monopolista para todas as esferas de produção em escala mundial. E preço, se relaciona, mas não é a mesma coisa que valor. Enquanto aquele é a expressão fenomênica apresentada pelo dinheiro, como moeda de troca, este é a dinâmica fundante da produção mercantil alicerçada na extração de mais-valia (exploração da força de trabalho). O valor é a matéria-prima primordial da valorização de capital condicionada pela desvalorização contínua da força de trabalho.

Segundo Marini (2000),

> A participação da América Latina no mercado mundial contribuirá para que o eixo da acumulação na economia industrial se desloque da produção da mais-valia absoluta à da mais-valia relativa, isto é, que a acumulação passe a depender mais do aumento da capacidade

> produtiva do trabalho do que simplesmente da exploração do trabalhador. No entanto, o desenvolvimento da produção latino-americana, que permite coadjuvar esta mudança qualitativa nos países centrais, dar-se-á fundamentalmente com base numa maior exploração do trabalhador. É este caráter contraditório da dependência latino-americana que determina as relações de produção no conjunto do sistema capitalista, que deve reter nossa atenção (MARINI, 2000, p. 112-113).

De acordo com os estudos do livro I de O *capital* (2017), a mais-valia é a chave teórica que explica a exploração, corresponde à apropriação do tempo de trabalho não-pago, ou seja, à parte do valor produzido pelo trabalhador, mas apropriado pelo capitalista proprietário do meio de produção. Com o desenvolvimento das forças produtivas, a mais-valia é extraída de três formas: a) Absoluta, quando relacionada ao prolongamento da jornada de trabalho; b) Relativa, quando atrelada à intensificação do grau de exploração da força de trabalho; e, c) Extraordinária, quando vinculada aos processos de concorrência intercapitalista pela disputa da liderança comercial (via inovações e invenções). Portanto, o desenvolvimento das forças produtivas, subsumido ao capital, tornou-se expressão do saqueio em nome do progresso mercantil. Em outras palavras, uma modernização baseada na subsunção formal e real do processo de trabalho ao capital (MARX, 1978).

Assim, é o caráter conflitivo e antagônico do intercâmbio desigual entre os países de economia central e os países de economia periférica que determina a contínua reprodução das violentas relações de produção capitalistas. Para explicar a particularidade do capitalismo dependente, Marini introduz a categoria superexploração da força de trabalho, um mecanismo de compensação utilizado pelos capitalistas periféricos para repor as perdas de realização da produção que sofrem no mercado internacional sob a hegemonia do capital financeiro dos países centrais. A superexploração está relacionada a uma maior desvalorização real da força de trabalho, a mais trabalho não-pago apropriado e a uma maior taxa de exploração, desde o nascimento do capitalismo *sui generis*. Mais exploração substantiva como ponto de partida do capitalismo dependente ancorado ao imperialismo (AMARAL, 2014; TRASPADINI & AMARAL, 2020).

Cabe mencionar que o trabalho se remunera abaixo de seu valor porque há uma superpopulação relativa que, sem acesso aos meios materiais necessários para garantir sua reprodução, compõe um exército de reserva para ocupar as vagas daqueles e

daquelas que são superexplorados dentro do trabalho formal. Portanto, mesmo os trabalhadores e trabalhadoras que estão fora do trabalho formal da produção da mais-valia compõem o todo, pressionando os que estão dentro, o que possibilita manter a remuneração abaixo de seu valor.

Afinal, a criação de um mercado interno robusto nos países latino-americanos e caribenhos esbarra no caráter atribuído às suas economias pelas economias imperialistas, isto é, produzir mercadorias para circular nos países de economia central.

Nos termos de Marini,

> Nascida para atender as exigências da circulação capitalista, cujo eixo de articulação está constituído pelos países industriais e centrado então sobre o mercado mundial, **a produção latino-americana não depende, para sua realização, da capacidade interna de consumo**. Opera-se assim, do ponto de vista de país dependente, a separação dos dois momentos fundamentais do ciclo do capital - a produção e a circulação de mercadorias - cujo efeito é fazer que apareça de maneira específica na economia latino-americana a contradição inerente à produção capitalista em geral, isto é, a que opõe o capital e o trabalhador enquanto vendedor e comprador de mercadorias (MARINI, 2000, p. 132, grifos nosso).

Aqui está uma possível chave de interpretação do emblemático caso brasileiro em que, em pleno século XXI, quase 60% da população convive com a fome enquanto o agronegócio segue acumulando recordes de exportação de suas *commodities* agrícolas. A segunda metade do século XX, na América Latina, foi marcada por ditaduras com forte influência dos Estados Unidos da América (EUA). O golpe civil-militar de 1964 no Brasil foi uma manifestação concreta do imperialismo em conchavo com as Forças Armadas e a burguesia nacional indicando que qualquer tentativa de realizar reformas de base, ainda que no âmbito do capitalismo, seria violentamente reprimida pelo Estado capitalista, forma política do capital, nos termos de Alysson Mascaro (2013).

A tentativa de realização das reformas de base se insere no contexto internacional de Guerra Fria, repercussão da Revolução Cubana (1959) e difusão de discursos anticomunista, e, no contexto nacional de uma sociedade que transitava para um modelo urbano-industrial, mas mantinha intacta a estrutura oligárquica marcada pela alta concentração fundiária e de renda, motivo de intensos conflitos agrários, formação e atuação das Ligas Camponesas no nordeste do país, e do campesinato em geral. Uma sociedade profundamente desigual e que clamava por mudanças.

Foi um período de intensa transformação socioespacial e de processos migratórios para os centros urbanos que se industrializavam, sobretudo para a região Sudeste. Em 1970, a população brasileira passou a ser maioria urbana e fortemente concentrada em cidades não planejadas e despreparadas para absorver o crescimento demográfico acelerado, "atendendo cada vez mais precariamente às necessidades em habitação, educação, saúde, saneamento, abastecimento, transporte e segurança, principalmente" (IBGE, 1986). É dessa estrutura desigual que o processo desenvolvimento pode ser narrado tanto pelo complexo urbano industrial, como pelo seu par: as periferias brasileiras que abrigaram/abrigam os reais realizadores do desenvolvimento, a classe trabalhadora. O relato de Carolina Maria de Jesus evidencia isto quando nos diz,

> Passei uma noite horrível. Sonhei que eu residia numa casa residível, tinha banheiro, cozinha, copa e até quarto de criada. Eu ia festejar o aniversário de minha filha Vera Eunice. Eu ia comprar-lhe umas panelinhas que há muito ela vive pedindo. Porque eu estava em condições de comprar. Sentei na mesa para comer. A toalha era alva ao lirio. Eu comia bife, pão com manteiga, bata frita e salada. Quando fui pegar outro bife despertei. Que realidade amarga! Eu não residia na cidade. Estava na favela. Na lama, as margens do Tietê. E com 9 cruzeiros apenas. Não tenho açúcar porque ontem eu sai e os meninos comeram o pouco que eu tinha (JESUS, 2020, p. 42-43).

É dessa relação indissociável entre uma ideia de progresso que amplia, ao invés de resolver, a fome e os demais problemas estruturais de nossa sociedade, que deve ser estudada a questão agrária, como a raiz desigual do modelo de desenvolvimento mercantil. Neste contexto de profundas desigualdades sociais, passou-se a atribuir o fenômeno da fome à falta de técnicas modernas capazes de aumentar a produtividade de alimentos no campo. Assim, a partir dos anos 1960, sob o discurso do combate à fome e do aumento do Produto Interno Bruto para colocar o país na trilha do "progresso", a agricultura brasileira passou por um processo de modernização conservadora e dolorosa[11] que ampliou a concentração de terras e se realizou às custas de um elevado custo ambiental e social.

A modernização da agricultura significou subordiná-la a uma industrialização que incluía a adoção do pacote tecnológico da chamada "Revolução Verde", acompanhando as transformações pelas quais passava a agricultura nos países centrais, sobretudo a partir da Segunda Guerra Mundial, período em que a transferência de

[11] Nos termos de José Graziano da Silva (1981).

tecnologia bélica para o setor alimentício[12] foi a saída encontrada pelas indústrias químicas e grandes corporações não alimentícias, como a *Rockfeller* e a *Ford*, para a reprodução do capital, sobretudo nos países periféricos como forma de ampliação de seus mercados (ANDRADES, 2007).

"A própria denominação revolução verde para o conjunto de transformações nas relações de poder por meio da tecnologia indica o caráter político e ideológico que estava implicado", uma vez que "a revolução verde se desenvolveu procurando deslocar o sentido social e político das lutas contra a fome e a miséria, sobretudo após a Revolução Chinesa, Camponesa e Comunista, de 1949" (PORTO-GONÇALVES, 2006 *apud* CHÃ, 2018, p. 24). Cabe destacar que à mais-valia na produção, corresponde sempre à mais-valia ideológica, assim,

> o pacote de transformações tecnológico-científicas viria, desde logo, acompanhado de uma clara estratégia de comunicação e convencimento sobre sua eficácia e inevitabilidade na resolução do problema da fome. [...] Os agricultores começaram a depender dos financiamentos bancários que impunham a adoção desse pacote como condição para liberação de recursos financeiros. Isso significou a transformação do modelo da agricultura camponesa que passou a ser fortemente dependente de insumos químicos (fertilizantes, herbicidas, sementes híbridas) e de assistência técnica (CHÃ, 2018, p. 24-25).

A modernização conservadora e dolorosa da agricultura envolveu determinações políticas, técnico-científicas, financeiras, territoriais, comunicacionais, culturais e educacionais. Sob a influência do Banco Mundial, acordos entre a Agência Norte-Americana de Desenvolvimento Internacional (Usaid) e o Ministério da Educação do Brasil (MEC) foram firmados para implantação, a partir dos anos 1960, de Programas Integrados de Desenvolvimento Rural "com fins de formação de mão de obra, doutrinação ideológica e geração de dependência técnica" (CHÃ, 2018, p. 26).

Paralelo a isto, também buscavam conter os movimentos de educação e cultura popular. Como alerta Ana Chã, a dimensão cultural tem pouco espaço nas análises sobre a questão agrária, porém, ela é, junto à dimensão da educação, central na compreensão das estratégias que as empresas utilizam para a construção de consensos. Indagamo-nos: quando se fala em desenvolvimento, em progresso, de que se está falando exatamente? Como é que a ideologia do desenvolvimento se tornou verdade universal em meio ao avanço das desigualdades sociais?

[12] Sobretudo para o melhoramento de sementes e para a produção de insumos químicos agrícolas.

Para Martín-Barbero (1997), a verdade universal é produto de um longo processo histórico de enculturação popular como parte constitutiva do processo de conformação e consolidação dos Estados-nações que envolveu a dissolução, o aniquilamento e a substituição da pluralidade e da diversidade pela ideia padrão de cultura nacional, necessária para os "novos tempos". Uma homogeneização da cultura nacional como representante *una* sem diversidade da totalidade dos sujeitos.

Em outras palavras, a enculturação popular, inaugurada pela nova forma de dominação, sob a égide do Estado nacional, atingirá sua maturidade com a instituição de um modo de produção particular – capitalista – como universal, realizador do valor de troca. A base é a hegemonização do tempo-cronológico, do tempo mercantil, do tempo pautado pela produção de mercadorias como um fim em si mesmo. Portanto, a dimensão da cultura é uma chave central de interpretação da construção da base ideológica da hegemonia do agronegócio como modelo de agricultura. Nesse sentido, desvendar as mediações que mantêm o mito do desenvolvimento capitalista como verdade universal – assim como um capitalismo sustentável - é importante para fortalecer a nossa luta na batalha das ideias. Assim como é fundamental apreendermos os processos de resistências de comunidades que têm outra concepção de desenvolvimento, de tempo, de natureza, de trabalho e de riqueza, e, ter como horizonte a cultura como revanche, nos termos de Martín-Barbero (1997).

O agronegócio e a batalha das ideais: realidade social distópica e construção da utopia

O processo histórico do que hoje conhecemos como agronegócio tem suas raízes no período da colonização com o sistema *plantation*, mas as formas atuais - de modelo agropecuário hegemônico no Brasil - ganharam seus contornos a partir da "revolução verde", com a integração das cadeias produtivas que organizam a produção e a circulação das mercadorias em larga escala, e comandadas por transnacionais que controlam os territórios (CHÃ, 2018).

A industrialização da agricultura, nesse período, já estava inserida no contexto de monopólio do capital financeiro em que o crédito rural determina o financiamento das grandes culturas (MONERATO, 2022) de interesse da dinâmica imperialismo-dependência. Entretanto, mais recentemente, num contexto de políticas neoliberais e de intensificação dos processos de concentração e centralização de capital, o agronegócio está cada vez mais subordinado ao capital financeiro (CHÃ, 2018) e, diante da urgência

climática e das pressões sociais para mudanças, a defesa de uma "economia verde" tem renovado o discurso do agronegócio como o setor comprometido com o combate à crise ambiental, agravando a contradição entre capital-trabalho-natureza. Marta Inez Medeiros Marques (2023) analisa que há uma

> Conjuntura marcada pela sobreposição da crise ambiental à crise do capital, com fortes consequências para os sujeitos do campo e à realidade agrária brasileira. A hipótese que defendemos é a de que se observa uma convergência crescente entre soluções apresentadas pelos agentes hegemônicos para a atual crise do capital e para a crise ambiental, com base no recurso a novos mecanismos financeiros, a uma mais ampla privatização dos bens naturais e à inovação na área da biotecnologia, o que representa na prática um processo de atualização de relações imperialistas sob o rótulo de economia verde (MARQUES, 2023, p. 90-91).

O modo de produção capitalista é hegemônico, mas não absoluto, logo, é marcado por processos de resistências e de lutas contra-hegemônicas e por isso possui estratégias para a construção de consensos, buscando forjar uma aceitação geral do seu modelo de negócio que, apesar de monopolizar o território, desmatar florestas, matar a biodiversidade, a pluralidade cultural, intoxicar o solo, as águas, o ar, os alimentos, "colonizar quimicamente"[13] os sujeitos e demais seres vivos, provocar desequilíbrios climáticos, crimes socioambientais. Isto é, apesar de matar a vida no sentido amplo, esse modelo de negócio apresenta-se como solução ao progresso, como único caminho para situar o Brasil nos melhores patamares mundiais de economia em desenvolvimento.

A título de exemplo dessa batalha das ideias pelo setor do agronegócio, citamos a campanha institucional da Monsanto, em 2003, intitulada *Imagine* e, ao som de *What a wonderful world* de Louis Armstrong, de imagens de natureza e pessoas felizes, uma voz convidava a imaginar um mundo melhor (CHÃ, 2018).[14]

Para piorar a indução de sua mentira travestida de verdade, a Monsanto conclui a propaganda mostrando a articulação direta com a Associação Brasileira de Nutrologia. O que indica a violenta produção de compras de setores estratégicos da saúde humana como corresponsáveis pela associação entre veneno-progresso-verdade.

Era o primeiro ano do governo Lula e havia uma atmosfera de otimismo e de expectativa de atendimento das pautas históricas tanto no campo social como no

[13]Termo cunhado pela geógrafa Larissa M. Lombardi em seu livro *Agrotóxicos e colonialismo químico*. São Paulo: Editora Elefante. 2023.
[14]Propaganda disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=tWKewEVuvaE. Acesso em: 22 de dez. 2023.

ambiental. Ademais, o movimento agroecológico estava em processo de fortalecimento e de consolidação, tornando-se bandeira de luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a partir dos anos 2000, mobilizando eventos científicos nacionais, como o Congresso Brasileiro de Agroecologia e concretizando a criação da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), em 2002 e da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), em 2004.

Portanto, a batalha das ideias é inerente à luta de classes, logo, é necessária a construção de mediações populares para comunicar as ideias que dizem respeito a cada grupo na disputa, com vistas a promover uma revanche cultural associada à nossa autonomia reflexiva para além e contra o capital. É preciso preparar o terreno para plantar a semente da utopia, nos termos de Eduardo Galeano.

É preciso desnudar o quão distópica é a realidade social em que vivemos, socialmente construída e apregoada como sendo natural, verdade universal. É preciso tornar compreensíveis - saber comunicar - os mecanismos estruturantes dessa relação social de produção que produz miséria e fome para aqueles e aquelas que são os reais produtores das riquezas apropriadas e acumuladas pelos donos dos meios de produção e de comunicação.

Em meio às disputas de narrativas, cabe denunciar que a fome não está atrelada à escassez de alimentos, a questões climáticas, ao desperdício ou à falta de acesso aos alimentos, reforçando uma ideia naturalizada no senso comum. A fome é um problema estrutural e tem suas raízes no passado escravista colonial. Portanto, "terra e trabalho são categorias raízes a partir das quais se fundamentam diversas práxis em disputa" (TRASPADINI, 2022, p. 29).

O agronegócio é caracterizado por: a) forte apoio estatal financeiro por meio de créditos rurais como o Plano Safra, incentivos fiscais através da isenção de tributos para exportação, baixa arrecadação do imposto territorial rural, constante renegociação e perdão das dívidas do setor[15], e, apoio técnico-científico por meio da Embrapa, b) expansão da área plantada com monocultura de *commodities* para exportação, c) diminuição da área plantada com culturas da cesta básica, como arroz e feijão[16], d)

[15]Conforme Marco A. Mitidiero Junior e Yamila Goldfarb (2021). Ver: https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/18319-20211027.pdf.
[16] Ver: https://revistapesquisa.fapesp.br/crise-climatica-impacta-producao-de-alimentos/.

crescimento da bancada ruralista no Congresso Nacional[17], e) aumento do uso de agrotóxicos acompanhado de maior flexibilização legislativa[18], f) aumento da área plantada com sementes transgênicas[19], g) processo de financeirização da agricultura e das terras, acompanhado pela estrangeirização das terras, h) forte concentração fundiária, i) aumento do conflito e da violência no campo[20], j) aumento da pobreza e da fome nos território rurais e urbanos, e, k) reforma agrária de mercado[21].

Portanto, o retrato de uma realidade social distópica em que um setor se hegemoniza prometendo, via veiculação de propagandas que movimentam o imaginário de paz e progresso para a sociedade, acabar com a fome e preservar a natureza, mas na essência atua de forma predatória contra a vida.

No outro polo da luta de classes estão os movimentos - sindicais, partidários, populares e acadêmicos - de resistências e disputas contra-hegemônicas, lutando pela libertação da terra e de seus viventes, pela demarcação de terras e por uma reforma agrária popular e agroecológica, caracterizada por: a) luta pela terra[22], b) disputa por políticas públicas para a agricultura familiar camponesa[23], c) disputa por políticas públicas de combate à fome e por soberania alimentar[24], d) aumento da participação política das mulheres do campo, das florestas e das águas na disputa por políticas públicas[25], e) composição mais plural na "bancada da resistência" no Congresso

---

[17]A bancada ruralista cresceu assustadoramente entre 2011-2023. Ver: https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2023/06/bancada-ruralista-cresce-no-senado-e-tenta-aprovar-pl-dos-agrotoxicos-e-marco-temporal.shtml.

[18]Ver:https://conexaoagua.mpf.mp.br/arquivos/agrotoxicos/05-larissa-bombardi-atlas-agrotoxico-2017.pdf. Acesso em: 17 de dez. de 2023.

[19]Ver: https://croplifebrasil.org/noticias/plantas-transgenicas-no-brasil/.

[20]Ver: https://www.poder360.com.br/meio-ambiente/brasil-teve-973-conflitos-no-campo-em-2023-diz-levantamento/ ; https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/destaque/6354-conflitos-no-campo-brasil-2022. Acesso em 17 de dez. de 2023.

[21]Ver o livro *Terra fictícia*: capital financeiro e renda fundiária, de Leandro R. Monerato (2022).

[22]Ver: https://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/ruralidade/brasil-500-anos-de-luta-pela-terra.pdf; e as páginas de internet do MST: https://mst.org.br/nossa-historia/inicio/; do MPA: https://mpabrasil.org.br/historico/; da APIB: https://apiboficial.org/; e da Conaq: https://conaq.org.br/nossa-historia/. Acesso em: 19 de dez. de 2023.

[23]A exemplo do Pronaf, do Pronater, do Pnae, do PAA e do Pronera.

[24]A exemplo do Programa Fome Zero, do Programa Bolsa Família, do Consea, criado em 1993, desativado em 1995, reativado em 2003, desativado em 2019 e, novamente reativado em 2023, da Política Nacional de Alimentação e Nutrição, do Sisan e da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional. Sugestão de conteúdo de jornalismo investigativo crítico ver https://ojoioeotrigo.com.br/;https://pp.nexojornal.com.br/linha-do-tempo/2021/O-direito-humano-%C3%A0-alimenta%C3%A7%C3%A3o-no-mundo-e-no-Brasil.

[25]A exemplo da Marcha das Margaridas: https://www.marchadasmargaridas.org.br/?pagina=oquee e dos coletivos de gênero dos movimentos do campo.

Nacional[26], f) construção e fortalecimento do movimento agroecológico em contraposição ao modelo do agronegócio[27], g) aprovação de políticas públicas e de normativas que fortalecem a agroecologia[28].

Nessa direção, ressaltamos a intrínseca relação entre a questão agrária e a questão ambiental que se estreita com a "transformação crescente de bens naturais em ativos financeiros e das florestas em banco de germoplasma, o que tem sido acompanhado por uma politização também crescente da natureza", assim como consolida-se a vinculação da luta social e ambiental (MARQUES, 2023, p. 94).

Diante do exposto, a fome como categoria viva tem sido objeto de disputa com múltiplas determinações. Portanto, as respostas para a superação da fome variam conforme a posição de classe, o referencial teórico-metodológico de análise do fenômeno, assim como os processos individuais e coletivos de acúmulo sobre o tema.

Josué de Castro, por exemplo, fez correções de rumo nas propostas para a superação da fome ao longo de suas obras e posicionamentos políticos assumidos durante sua vida pública, conforme José Raimundo Sousa Ribeiro Jr (2020). Tanto em *Geografia da Fome* (1946), como em *Geopolítica da Fome* (1951) e em O livro Negro da Fome (1957), Josué de Castro fez críticas à monocultura e ao latifúndio e defendeu a reforma agrária, mas "confiava às elites dirigentes a tarefa de resolver os problemas do país", assim como nos "mentores da economia mundial", portanto, acreditando que "a superação da fome passaria por um Estado mais justo, dirigido por uma elite política, intelectual e produtiva, que promovesse uma política alimentar através de preceitos técnico-administrativos" (SOUSA RIBEIRO JR, 2020, p. 109).

Entretanto, a partir dos anos 1960, as experiências de Josué de Castro no Congresso Nacional, no Conselho Executivo da FAO, sua aproximação com os movimentos sociais do campo e com Francisco Julião, liderança das Ligas Camponesas, fizeram com que ele mudasse o tom do seu posicionamento político defendendo a

---

[26]A exemplo de indígenas, camponeses, ambientalistas e congressistas progressistas alinhados com a luta pela terra e com a agroecologia. Ver: https://deolhonosruralistas.com.br/2022/10/21/nova-bancada-socioambiental-no-congresso-tem-representatividade-internacional/; https://agroecologia.org.br/agroecologia-nas-eleicoes/.

[27]A exemplo da territorialização da práxis agroecológica no ensino, na pesquisa e na extensão, inúmeros eventos acadêmicos e culturais, bem como dos processos de transição agroecológica em territórios rurais e urbanos.

[28]A exemplo da instituição da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, em 2012, do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, diversos editais e chamadas públicas de incentivo e fortalecimento da produção de base ecológica. Ver: https://agroecologia.org.br/agroecologia-nas-eleicoes/.

realização de reformas estruturais e maior participação popular nas decisões políticas do país (SOUSA RIBEIRO JR, 2020). A profundidade da análise da formação socioeconômica do Brasil e da realidade social concreta do Nordeste foram determinantes na radicalidade do posicionamento político de Josué de Castro (SOUSA RIBEIRO JR, 2020).

Portanto, não estamos "inventando a roda" ao afirmar em 2023 que a superação da fome perpassa, necessariamente, pela superação da sociedade capitalista já que é causa e consequência de relações sociais de produção baseadas na propriedade privada dos meios de produção e na subjugação da classe trabalhadora. O combate à fome através da produtividade do agronegócio e de políticas públicas de caráter reformista e tecnicista não passa de discurso velho que se renova com estratégias da indústria cultural, nos termos de CHÃ (2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Voltando à pergunta: serão retirantes ou serão retirados da terra os protagonistas da imagem de Portinari utilizada no início deste artigo? Consideramos que esta problematização implica em si numa provocação no campo da batalha das ideias, pois, continuar definindo e reproduzindo, inclusive no espaço escolar, que os retirados da terra são retirantes, reforça a construção do consenso de que milhares de homens, mulheres e crianças deixaram/deixam suas casas e suas terras por causas naturais e migraram em busca de melhores oportunidades ofertadas pelo capital. Esse consenso construído, além de ocultar o processo histórico de territorialização do capital e suas violências, corrobora com o discurso da meritocracia como explicação da concentração de terra e renda, assim como com o modelo do agronegócio como sendo "pop, tech, tudo"[29].

A partir do método científico de Karl Marx, apreendemos que o fenômeno da fome é causa e consequência do processo de mercantilização da terra e do trabalho, resultando na ruptura do metabolismo ser-natureza-demais seres (Marx, 2017), e numa relação de contradição e dependência entre capital-trabalho-natureza, e de coisificação das relações sociais. Na particularidade capitalista dos países latino-americanos como o Brasil, a fome possui determinações que a torna ainda mais perversa: as raízes escravistas coloniais demarcam o soterramento de modos de produção originários com

[29] Em alusão ao slogan das propagandas veiculadas pela rede Globo, em favor do agronegócio.

produção de excedentes valores de uso que, uma vez apagados, aparentam ser menores, ou inexistentes. Portanto, politizar o debate da fome é politizar o sentido da propriedade privada, da mercadoria e da exploração. Nosso horizonte é o da libertação da terra e do trabalho alienado, da soberania alimentar com base nos princípios da agroecologia. Nossa utopia é que a forma comunidade supere a forma valor, nos termos de Álvaro Garcia Linera (2009).

Encerramos este artigo com um fragmento de *Morte e Vida Severina*, de João Cabral de Melo Neto, publicado em 1955 e musicado por Chico Buarque de Holanda, em 1966: "Esta cova em que estás Com palmos medida É a conta menor Que tiraste em vida É de bom tamanho Nem largo nem fundo É a parte que te cabe Deste latifúndio Não é cova grande É cova medida É a terra que querias Ver dividida É uma cova grande Para teu pouco defunto Mas estarás mais ancho Que estavas no mundo E uma cova grande Para teu defunto parco Porém mais que no mundo Te sentirás largo É uma cova grande Para tua carne pouca Mas à terra dada Não se abre a boca".

REFERÊNCIAS

AMARAL, Marisa. *Superexploração do trabalho*. In Ruy Mauro Marini e a dialética da dependência. 1ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2014. p. 63-73.

ANDRADES, T. O. de.; GANIMI, R. N. Revolução verde e a apropriação capitalista. *CES Revista*, Juiz de Fora, v. 21, p. 43-56, 2007.

BATALLA, Guillermo Bonfil. *México profundo*: uma civilização negada. Tradução de Rebecca Lemos Igreja. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2019. 334p.

CASTRO, Josué de. *Geografia da fome*: o dilema brasileiro: pão ou aço. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

CHÃ, Ana Manuela. *Agronegócio e indústria cultural*: estratégias das empresas para a construção da hegemonia. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018. 207 p.

CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL (CNA). 2023. *Exportações do Agro batem recorde em 2022*. Disponível em: <https://cnabrasil.org.br/noticias/exportacoes-do-agro-batem-recorde-em-2022>. Acesso em 6 de jun. de 2023.

GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. Fundação Perseu Abramo. 2016.

HARVEY, David. *O novo imperialismo*. 2ª edição. São Paulo: Loyola, 2005.

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo*: diário de uma favelada. São Paulo: Ática, 2020.

LINERA, Álvaro G. *Forma valor y forma comunidad*: aproximación teórica-abstracta a los fundamentos civilizatorios que preceden al Ayllu Universal. La Paz: Clacso, 2009.

MASCARO, Alysson L. *Estado e forma política*. São Paulo, SP: Boitempo, 2013.

MARQUES, Marta Inez M. Para onde vão as Geografias Agrárias? *In As Geografias Agrárias a partir da Panamazônia*: lutas socioambientais e fronteiras do capital no Brasil. BRINGEL, Fabiano de O.; MACEDO, Cátia de O.; AQUINO JR, Paulo O. C. de (ORGS.) Editora Cabana. 2023.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações*: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

MARTINS, José de Souza. *O cativeiro da terra*. São Paulo: Hucitec, 1990, 4ª. edição.

MARX, Karl. Livro I, *Capítulo VI (Inédito)*: Resultados do processo imediato de produção. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda. 1978.

_____. *Contribuições à crítica da economia política*. 2ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2008. 288 p.

_____. *O capital*: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital; tradução de Rubens Enderle. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MONERATO, Leandro R. *Terra fictícia*: capital financeiro e renda fundiária. 1ª ed. Marília: Lutas Anticapital, 2022. 161 p.

MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência*: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. Petrópolis, RJ: Vozes; Buenos Aires: Clacso, 2000.

REDE PENSSAN. *Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (II VIGISAN)*. 2022. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/>. Acesso em 6 de jun. de 2023.

SOUSA RIBEIRO JR., J. R. (2020). Uma resposta política para a fome: Josué de Castro e as ligas camponesas. *GEOgraphia*, *22* (48). Disponível em: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2020.v22i48.a34734>. Acesso em 08 de dez. de 2023.

TRASPADINI, Roberta S.; AMARAL, Marisa. A superexploração e seus dois sentidos. *Outras palavras*. Dez. de 2020. Disponível em: https://outraspalavras.net/descolonizacoes/a-superexploracao-e-seus-dois-sentidos/. Acesso em: 26 de dez. de 2023.

TRASPADINI, Roberta S. *Questão agrária, imperialismo e dependência na América Latina*: a trajetória do MST entre novas-velhas encruzilhadas. Marília: Lutas Anticapital, 2022. 441 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 47, n. 187, p. 277-420, jul./set. 1986. Disponível em: <https://bibliotecadigital.seade.gov.br/view/linkPdf.php?pdf=10022116-1.pdf>. Acesso em 19 de dez. 2023.

A TEMÁTICA DOS ALIMENTOS NAS REVISTAS "CAMPO-TERRITÓRIO" E "NERA"

THE THEME OF FOOD IN THE MAGAZINES "CAMPO-TERRITÓRIO" AND "NERA"

William Ferreira Alves[1]

Marcelo Cervo Chelotti[2]

RESUMO

O artigo investiga a temática dos alimentos na Geografia Agrária brasileira, com o objetivo de contribuir para o avanço desse campo por meio de uma análise bibliométrica de dois periódicos científicos: "Campo-Território" e "Revista Nera". O estudo analisou um universo total de 1021 artigos e identificou um conjunto de 59 artigos que corresponderam aos pressupostos elencados na análise bibliométrica. Os resultados das análises desse grupo, demonstram um crescente interesse e envolvimento de pesquisadores na Geografia dos Alimentos a partir de 2012 e a representatividade significativa das pesquisadoras nesse campo, superando a contribuição exclusiva dos pesquisadores do sexo masculino. Institucionalmente, a pesquisa revela a participação destacada da unesp, unemat e unochapecó, que lideraram em termos de colaborações. No âmbito das Unidades Federativas, o estado de São Paulo se sobressai com 37,29% das contribuições, seguido por Santa Catarina, Mato Grosso, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Quanto a metodologia, 42% dos artigos usam a Análise Documental e 47,46% têm como temática os Programas de Alimentação e Políticas Públicas. Esse estudo destaca a crescente importância da Geografia dos Alimentos na agenda acadêmica, enfatizando a relevância da produção científica e o papel ativo dos(as) pesquisadores nesse campo de estudo.

Palavras-chave: Alimento; Alimentação; Análise Bibliométrica; Revista Campo-Território; Revista Nera.

ABSTRACT

The article investigates the theme of food in Brazilian Agrarian Geography, with the aim of contributing to the advancement of this field through a bibliometric analysis of two scientific journals: "Campo-Território" and "Revista Nera". The study analyzed a total universe of 1021 articles and identified a set of 59 articles that corresponded to the assumptions listed in the bibliometric analysis. The results of this group's analyzes demonstrate a growing interest and involvement of researchers in Food Geography from 2012 onwards and the significant representation of female researchers in this field, surpassing the exclusive contribution of male researchers. Institutionally, the research reveals the prominent participation of unesp, unemat and unochapecó, which led in terms of collaborations. Within the scope of the Federative Units, the state of São Paulo stands out with 37.29% of the contributions, followed by Santa Catarina, Mato Grosso, Minas Gerais and Rio Grande do Sul. Regarding methodology, 42% of the articles use Document Analysis and 47.46% have Food Programs and Public Policies as their theme. This study highlights the growing importance of Food Geography in the academic agenda, emphasizing the relevance of scientific production and the active role of researchers in this field of study.

Keywords: Food; Fooding; Bibliometric Analysis; Campo-Território Magazine; Nera Magazine.

[1]Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Maria. Membro do Núcleo de Estudos em Geografia, Agricultura e Alimentação – NUGAAL/CNPq. Professor de Geografia da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso. Email: alves.william@acad.ufsm.br.

[2]Professor Associado do Departamento de Geociências da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM-RS). Líder do Núcleo de Estudos em Geografia, Agricultura e Alimentação – NUGAAL/CNPq. Email: marcelo.chelotti@ufsm.br.

INTRODUÇÃO

A temática dos alimentos e da alimentação possui uma relevância latente nas Ciências Humanas, especialmente na Geografia. Em se tratando do Brasil, embora o país seja reconhecido como um grande produtor de alimentos, enfrenta desafios persistentes, como a recente inclusão no Mapa da Fome da FAO (*Food and Agriculture Organization of the United Nations*). Segundo dados do 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, realizado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, estima-se que cerca de 33,1 milhões de pessoas estejam passando fome (HELD; BOTEHO, 2022).

No âmbito da Geografia da Agrária, a temática de Geografia dos Alimentos desempenha um papel crucial na compreensão dos desafios enfrentados na produção de alimentos, na segurança e soberania alimentar, bem como nas políticas e programas correlatos (BAHL *et. al*, 2011). Com o objetivo de contribuir nesse campo de estudo, a pesquisa realizou-se por meio de análise bibliométrica, utilizando dois periódicos acadêmicos de alta qualidade científica: a "Revista Nera", com ISSN 1806-6755 e com banco de dados desde 2012, mas com a presença de artigos que antecedem essa data, possuindo Qualis CAPES A1 (2017-2020) (REVISTA NERA, 2023), e a "Revista Campo-Território", com ISSN 1809-6271 e publicações a partir de fevereiro de 2006 em seu endereço eletrônico, avaliada como Qualis CAPES A2 (2017-2020) (CAMPO-TERRITÓRIO, 2023).

A escolha desses periódicos científicos ocorre por serem consolidadas no campo da Geografia Agrária brasileira, apresentarem fluxos contínuos de publicação e bem avaliadas no sistema Qualis CAPES. Embora existam outras revistas de importância na área, como a Revista Agrária e a Revista Mutirõ, optamos, neste momento, por trabalhar somente com as descritas anteriormente.

Usar de metodologia a análise bibliométrica é pertinente por examinar a produção científica, pois através de técnicas estatísticas e matemáticas, e posterior análise qualitativa dos dados, a bibliometria permite analisar a comunicação escrita sobre um tema específico (GUEDES, V. L. S.; BORSCHIVER, 2005). É importante sempre atermos que as análises bibliométricas vão além da análise quantitativa, buscando aprimorar a compreensão qualitativa da realidade e contribuindo para a compreensão da produção científica (ARAÚJO, 2006).

METODOLOGIA

Elencados os periódicos, entre os dias 30 de maio de 2023 a 07 de junho de 2023 foram coletados todos os arquivos do banco de dados de cada revista. As publicações em formatos de Dossiês e Edições Especiais foram ignoradas, uma vez que por tratarem de temas mais específicos, poderiam levar a uma análise tendenciosa dos dados. Ao final, formou-se um banco de dados de 1021 artigos, dos quais 580 pertenciam a "Campo-Território" e 441 a revista "Nera".

Posterior a coleta e organização desses artigos, eles foram tabulados em uma planilha no *software* Excel, pertencente ao pacote *Microsoft 365*, informando o título de cada artigo e suas palavras-chaves. Com isso, foi possível a identificação dos trabalhos que versassem sobre a temática da Geografia dos Alimentos, utilizando como busca os descritores: Alimentos; Alimentação; Segurança Alimentar; Soberania Alimentar; Geopolítica dos Alimentos; Fome; Comida; Insegurança Alimentar; Programa Aquisição Alimentos (PAA); Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). As buscas possibilitaram a identificação de 59 artigos, o que correspondem a 5,77% dos 1021 que compõem os bancos de dados dos periódicos e é sobre esses artigos que as análises mais detalhadas foram realizadas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base nos dados dos 59 artigos, observa-se que 53 (89,83%) possuem autores vinculados a instituições brasileiras, dos quais 30 (50,85%) estão na "Revista Campo-Território" e 23 (38.98%) "Revista Nera". Dos 06 (10,17%) artigos vinculados a instituições estrangeiras, 05 foram publicados na "Revista Nera", sendo: McMichael (2007), Altieri (2010), Clements (2012), Cardona (2015) e Ioris (2016) e 01 artigo na "Revista Campo-Território" de autoria de Miranda (2016). No Quadro 01 é possível visualizar mais informações sobre as obras:

Quadro 01: Publicações com participação de instituições estrangeiras

REVISTA	AUTORES	TÍTULO	PALAVRA-CHAVES	PÁIS	INSTITUIÇÃO	TEMA
NERA	McMICHAEL (2007)	Reframing development: global peasant movements and the new agrarian questionsendo	peasant movement, development, food sovereignty, agrarian question, neoliberalism	Estados Unidos da América	Cornell University	A concepção clássica de questão agrária é criticada e é defendido que o modo como a "questão agrária" é concebida tradicionalmente deve ser revisto.
	ALTIERI (2010)	Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar	Agroecologia, agricultura camponesa, soberania alimentar.	Estados Unidos da América	Universidade Da Califórnia	Debate sobre as forças globais que questionam a capacidade dos países em desenvolvimento para alimentarem-se. Ressalta como a agricultura industrial traz uma variedade de problemas econômicos, ambientais e sociais, impactos negativos à saúde pública, à integridade ecossistêmica, à qualidade dos alimentos e, em muitos casos, transtornos dos sustentos rurais tradicionais, acelerando o endividamento de milhares de agricultores.
	CLEMENTS (2012)	Agrarian reform, food sovereignty and the MST: socioenvironmental impacts of agrofuels production in the Pontal do Paranapanema region of São Paulo state, Brazil	MST, Pontal do Paranapanema, agrarian reform, sugarcane, ethanol, agribusiness.	Canadá	Vancouver Island University e Universidade Estadual Paulista	Elucida os impactos sócio-ambientais da emergente indústria da cana-etanol no Pontal do Paranapanema, uma região no extremo oeste do estado de São Paulo com uma longa história de conflitos relacionados à terra.
	CARDONA (2015)	La crisis cafetera: elementos para una discusión sobre los análisis de los sistemas alimentarios	Crisis cafetera; Colombia; globalización; Estado-Nación; sistemas alimentarios.	Espanha	Universidad Nacional de Córdoba	Trata da história do café na Colômbia para explorar a forma em que o Estado-Nação e as organizações comerciales, como a Federação Nacional de Cafeteros da Colômbia, foram fundamentais para a produção de café na Colômbia, que posicionou o país como um dos principais produtores em um mercado regido por dinâmicas internacionais de sistemas alimentares.
	IORIS (2016)	Agribusiness in Brazil: The narrative drives on	Agribusiness; food security; agri-food regime; neoliberalism;	Inglaterra	Universidade De Edinburg	Uma investigação sobre a renovação da agricultura em escala industrial no Brasil e sobre a persistência de práticas estabelecidas

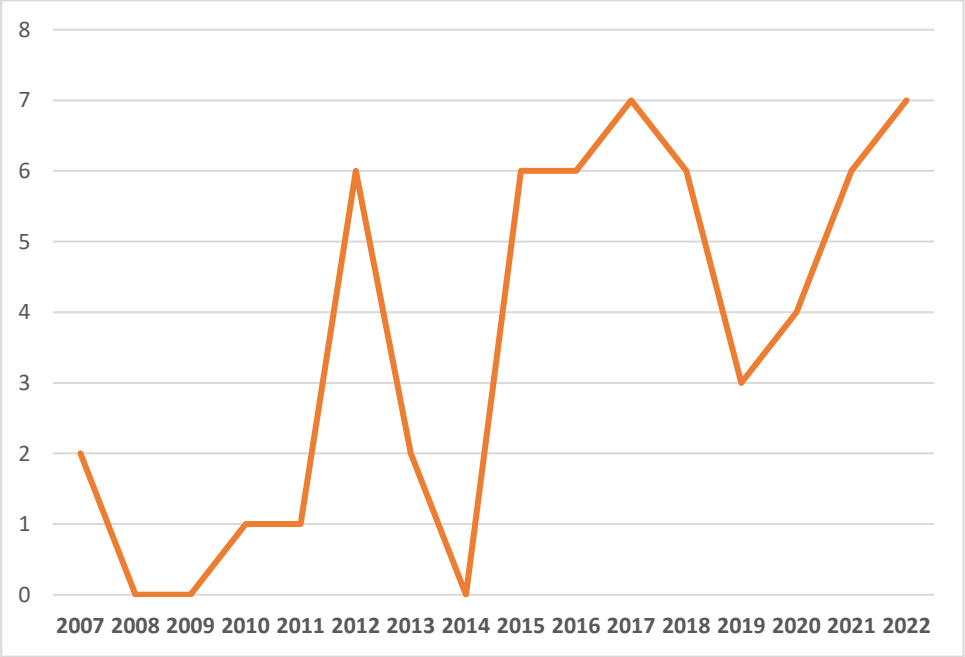
			Mato Grosso; Brazil			em períodos político-econômicos anteriores.
CAMPO-TERRITÓRIO	MIRANDA (2018)	Agroecología, interdisciplina y desarrollo rural sustentable	Soberanía Alimentaria. Campesinos. Desagrarización.	México	Universidad Autónoma Chapingo	Aborda os principais desafios científicos e políticos que se enfrenta na consolidação de uma via agroecológica no desenvolvimento rural sustentável, partindo do fato de que, tanto a agroecologia como o desenvolvimento rural constituem noções de natureza interdisciplinar e transdisciplinar. Pretendemos contribuir no debate sore os conceitos e estratégias relacionadas às pesquisas para o desenvolvimento rural.

Fonte: REVISTA NERA (2023); CAMPO-TERRITÓRIO (2023); elaborado pelos autores.

Os artigos de McMichael (2007) e Altieri (2010) se correlacionam ao questionar a agricultura industrial e suas implicações negativas, como problemas econômicos, ambientais e sociais. Clements (2012) e Ioris (2016) abordam questões relacionadas à agricultura em grande escala, discutindo os impactos da produção de agrocombustíveis e os impactos do agronegócio no Brasil. Cardona (2015) e Miranda (2018) compartilham uma ênfase na importância das políticas e das dinâmicas internacionais, explorando desde a crise do café na Colômbia e como o Estado-Nação e as organizações comerciais desempenharam um papel crucia para a agroecologia, até as dificuldade de implementação da agroecologia como possibilidade de desenvolvimento rural sustentável no México.

Cronologicamente é a partir de 2012 que se nota um aumento significativo no número de publicações, onde incluem trabalhos de Omena *et. al.* (2012) que discutem as contradições do programa sergipano de biodiesel e Sauer e Pietrafesa (2012) que estudam o financiamento público da produção canavieira e seu impacto na produção de alimentos no Cerrado. A evolução das publicações podem ser visualizadas no Gráfico 01:

Gráfico 01: Número de publicações por ano



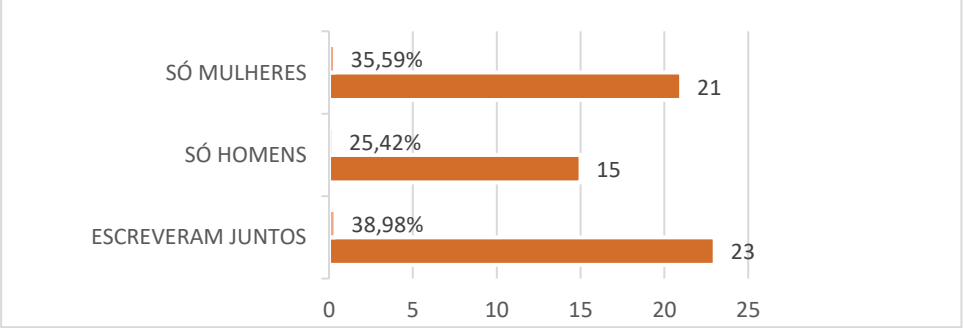
Fonte: REVISTA NERA (2023); CAMPO-TERRITÓRIO (2023); elaborado pelos autores.

Como observado no Gráfico 01, o quantitativo atinge seu ponto máximo em 2017 e 2022, com 7 artigos publicados em cada ano, que somados representam quase 24% do total. Dois artigos foram encontrados no ano de 2023, mas optou-se por não os incluir na análise cronológica, uma vez que até a finalização desse artigo o ano de 2023 não terminou. Vale ressaltar que esses trabalhos são de Teixeira (2023) que debate sobre o enfraquecimento das políticas públicas para a agricultura familiar na Bahia e Paraíba e de Valério (2023) que faz uma revisão bibliográfica para analisar a relação rural-urbano e o abastecimento alimentar. Esse período de crescimento no quantitativo das publicações pode indicar um maior interesse e envolvimento dos pesquisadores sobre a temática dos alimentos. É possível que tenham ocorrido avanços conceituais, novas abordagens metodológicas ou um aumento da relevância desse tema na agenda acadêmica.

Quanto ao quantitativo de pesquisadores, foram identificados 123 que colaboraram na elaboração dessas pesquisas, mas como os pesquisadores podem ter contribuído mais de uma vez, tem-se um total de 139 contribuições, sendo os pesquisadores que mais contribuíram: Teo (2015;2016;2020;2022) vinculado a Unochapecó, Hespanhol (2011;2017;2018;2020) e Valério (2016;2022;2023), ambos da UNESP.

Em distinção de gênero, observa-se que 88 contribuições são de pesquisadoras e 51 de pesquisadores. O Gráfico 02 é um agrupamento por gênero e mostra que a maioria dos artigos é resultado de colaborações entre pesquisadores de diferentes gêneros.

Gráfico 02: Publicações por agrupamento de gênero



Fonte: REVISTA NERA (2023); CAMPO-TERRITÓRIO (2023); elaborado pelos autores.

Como observado no gráfico, escreveram juntos em 23 casos, o que corresponde a cerca de 38,98% do total, a escrita exclusivamente masculina, corresponderam a 15 casos, cerca de 25,42% do total. Foram escritos só por mulheres 21 artigos, correspondendo a aproximadamente 35,59% do total de contribuições de pesquisadoras. Esses dados revelam que a participação das mulheres na produção científica da temática em análise é significativa nesses periódicos, superando a participação exclusiva dos homens, o que indica uma representatividade importante e evidencia o papel ativo das pesquisadoras nesse campo.

Identificado as instituições dos 139 pesquisadores, buscou-se agrupar quanto ao número de trabalhos publicados por instituições, conforme informado por estes em seus artigos. Para sanar a inflação de publicações por instituição, uma vez que vários pesquisadores de uma mesma instituição podem publicar juntos o mesmo artigo, a análise a seguir levou em consideração a participação da instituição na escrita da pesquisa, desconsiderando a presença de mais de um pesquisador da mesma instituição.

Tabela 01: Número de artigos com pesquisadores da instituição

INSTITUIÇÃO	Nº
UNESP	10
UNEMAT	6
UNOCHAPECÓ	5
UFG	4
UFS	3
UFSM	3
UNOESTE	3
EMBRAPA	2
FATEC/SP	2

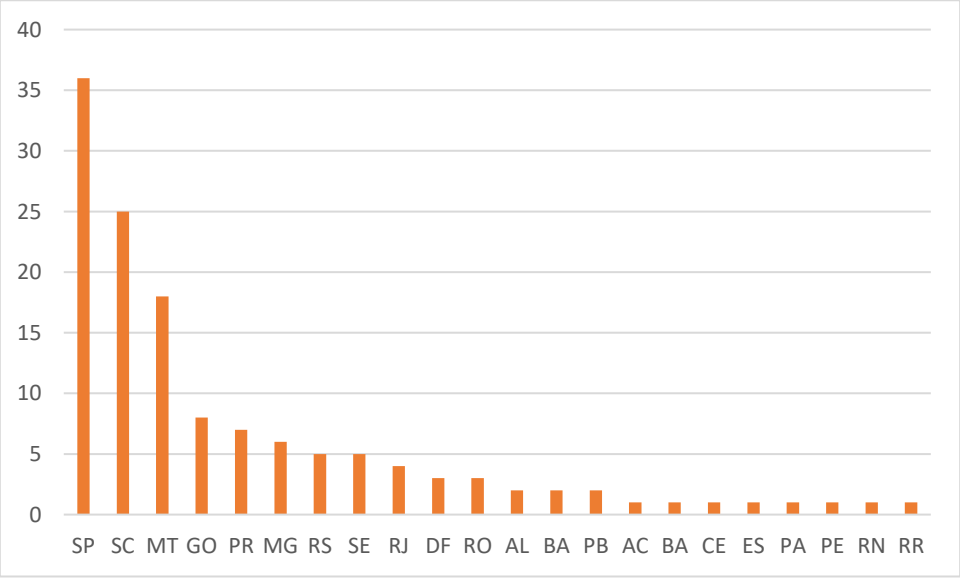
UFAL	2
UFFS	2
UFMG	2
UFSC	2
UFSCAR	2
USP	2

Fonte: REVISTA NERA (2023); CAMPO-TERRITÓRIO (2023); elaborado pelos autores.

A instituição com o maior número colaboração é a UNESP, com 10 artigos. Em seguida, temos a UNEMAT com 6 artigos e a UNOCHAPECÓ com 5 artigos. Além dessas, outras instituições também aparecem com 2 a 4 artigos cada uma. Entre elas, destacam-se a UFG, UFS, UFSM, UNOESTE, EMBRAPA, FATEC/SP, UFAL, UFFS, UFMG, UFSC, UFSCAR e USP. Essas instituições, por meio de seus pesquisadores, têm contribuído de maneira relevante para a produção científicas sobre a temática em análise.

Posterior a esse processo, foram agrupados os trabalhos quanto a sua Unidade Federativa de origem, levando em consideração a Instituição. O Gráfico 03 revelam a participação de diferentes estados na produção científica.

Gráfico 03: Pesquisadores por Unidade Federativa



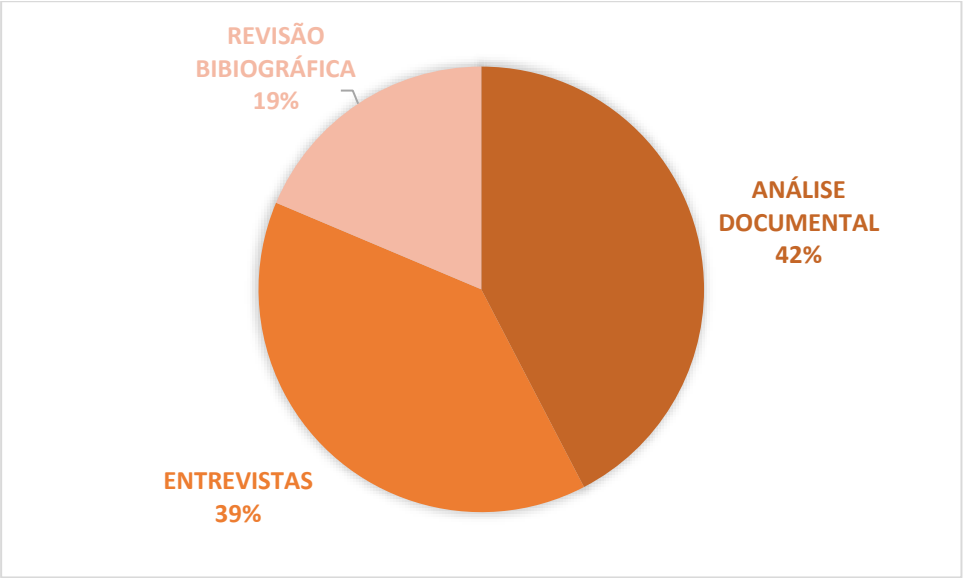
Fonte: REVISTA NERA (2023); CAMPO-TERRITÓRIO (2023); elaborado pelos autores.

Importante ressaltar que os dois periódicos possuem localização na região do Sudeste, o que pode contribuir para a concentração de publicações dessa região, como observado em São Paulo (SP) que concentra 37,29% das contribuições, totalizando 22 artigos. Em seguida, temos Santa Catarina (SC) com 22,03% das contribuições,

representando 13 artigos. Outros estados que se destacam são Mato Grosso (MT), Minas Gerais (MG) e Rio Grande do Sul (RS), com 7, 5 e 5 artigos, respectivamente.

Os artigos também foram agrupados quanto as técnicas metodológicas aplicadas na elaboração das pesquisas, conforme observado no Gráfico 04:

Gráfico 04: Metodologias aplicadas nos artigos



Fonte: REVISTA NERA (2023); CAMPO-TERRITÓRIO (2023); elaborado pelos autores.

Essa classificação possibilitou notar que a metodologia mais frequente é a "Análise Documental", que foi utilizada em 42% dos artigos, totalizando 24 casos. Esses trabalhos consistem em análise de documentos e suas implicações, conforme observamos em Valnier e Ricci (2013) que buscaram identificar os recursos financeiros aplicados pelo Programa de Aquisição de Alimentos em Rondônia e Acre, no período de 2003 a 2008. Mizzuno *et al* (2021) usaram da análise documental para discutir o papel das políticas de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil, focando nas estratégias do Programa “Fome Zero” e utilizando de documentos da FAO e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em segundo lugar, temos as "Entrevistas", que foram utilizadas em 39% dos artigos, totalizando 23 casos. Silva *et al* (2019) usaram dessa metodologia para identificar as percepções dos agricultores familiares quanto aos benefícios e entraves do PAA em Diamantino/MT. Triches *et. al.* (2022) utilizou da aplicação de questionário e entrevistas em nove Instituto Federal de Ensino Superior (IFES) com gestores, técnicos e agricultores para verificar a implementação das aquisições de alimentos da Agricultura Familiar nas Universidades Federais no Sul do país. Essa metodologia indica a valorização do uso de

abordagens qualitativas que busca por informações diretamente obtidas com pessoas envolvidas com a temática.

A "Revisão Bibliográfica" foi empregada em 18,64% dos artigos, totalizando 11 casos, com destaque para as contribuições internacionais de Mc Michael (2007), Altieri (2010), Ioris (2016) e Miranda (2018) que buscaram contribuir com o debate teórico sobre a temáticas e suas perspectivas futuras. A nível nacional, as obras de Filho (2015), que buscou compreender a relação da agroecologia e recursos alimentares não convencionais no fortalecimento da soberania e segurança alimentar e nutricional e Sousa e Calaça (2019) que faz reflexões sobre a produção de alimentos em espaços urbanos em vários países e no Brasil, contribuem para o fortalecimento teórico das discussões que perpassam a temática dos alimentos na Geografia brasileira.

Outra análise possível, foi o agrupamento por temáticas abordadas categorizando-os em cinco grandes grupos, conforme descritos no Quadro 02:

Quadro 02: Agrupamento por temática

AGRUPAMENTO		Nº DE ARTIGOS	%
PROGRAMAS DE ALIMENTAÇÃO E PÓLÍTICAS PÚBLICAS	Tratam dos programas de alimentação, como o Programa de Aquisição de Alimentos e o Programa Nacional de Alimentação Escolar, e discutem políticas públicas relacionadas à alimentação.	28	47,46%
SEGURANÇA E SOBERANIA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	Concentram na segurança alimentar e nutricional, discutindo a produção, distribuição e acesso a alimentos de forma adequada e sustentável. São abordados temas como soberania alimentar, povos tradicionais, transição alimentar e análises espaciais relacionadas à segurança alimentar.	14	23,73%
AGROECOLOGIA E MEIO AMBINTE	Versam da relação entre agricultura e meio ambiente. São discutidos impactos ambientais, expansão de culturas como a cana-de-açúcar, questões ambientais relacionadas à segurança alimentar e temas como agroecologia e uso sustentável da biodiversidade.	12	20,34%
EDUCAÇÃO	Abordam a educação no contexto rural, principalmente relacionada à agricultura familiar, segurança alimentar e desenvolvimento rural.	3	5,08%
MOVIMENTO CAMPONÊS	Discutem o movimento camponês, incluindo questões como a reforma agrária, a luta pela terra, a organização e mobilização dos agricultores familiares.	2	3,39%

Fonte: REVISTA NERA (2023); CAMPO-TERRITÓRIO (2023); elaborado pelos autores.

A partir dessa análise do Quadro 02, é possível perceber uma ênfase das publicações em Programas de Alimentação e Políticas Públicas, possuindo o maior quantitativo de publicações dentro da proposta metodológica apresentada, totalizando 28 (47,46%). Os primeiros artigos sobre a temática nos periódicos em análise datam do ano de 2012, sendo de Omena *et. al.* (2012) e Sauer e Pitafresa (2012). A maior concentração

de trabalhos ocorre no ano de 2017, com 05 artigos e nos anos de 2021 e 2022 com 04 artigos cada. E é nessa temática que se agrupam trabalhos como de Santana *et. al.* (2015) que buscou entender as implicações do PAA a partir de três assentamentos de reforma agrária localizados na região Norte Fluminense (Francisco Julião, Che Guevara e Ilha Grande).

Se tratando da temática de Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional, tem-se 14 (23,73%) artigos, sendo o primeiro no ano de 2007 com Ferrantes (2007) e retornando somente em 2012 com os artigos de Clements (2012) e Silva *et. al.* (2012). A maior concentração de artigos sobre a temática se dá em 2016, com um total de 06 artigos. Atualmente destaca-se o trabalho de Almeida (2020) que por meio de revisão bibliográfica e pesquisa de campo com aplicação de questionários, buscou compreender o legado da concentração de terra no Brasil e seus efeitos sobre a soberania alimentar, focando na produção de sementes crioulas do Movimento de Pequenos Agricultores (MPA). Barbosa *et. a.l* (2021) também traz contribuições ao analisar dados secundários para debater "comida de verdade" por meio da contribuição socioeconômica da produção de mandioca (*manihot esculenta crantz*) no Território Rural de Identidade Rio Machado em Rondônia.

Versam sobre Agroecologia e Meio Ambiente 14 artigos (20,34%), aparecendo a primeira vez com Altieri (2010) e com maior concentração no ano de 2015 com 03 trabalhos. Atualmente Rapozo (2022) debate a temática ao propor estratégias para o reuso da água e produção de alimentos por um grupo de mulheres em Itapetim/PE e Padilha *et. al.* (2022) que realizou revisão bibliográfica narrativa para contribuir no debate sobre o papel das Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC) na garantia da segurança alimentar e nutricional.

Oliveira e Sampaio (2017), Araújo *et. al.* (2018) e Goes e Campos (2019), foram os artigos encontrados que versam sobre Educação (5,08%) e aparecem exclusivamente na "Revista Nera". Destaque para Oliveira e Sampaio (2017) que usaram da pesquisa de campo e aplicação de entrevistas para compreender a importância da horta didática na transição agroecológica promovida na escola do campo Raimundo Facó, no Assentamento Antônio Conselheiro, em Aracoiaba em Ceará, com parceria entre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Concluíram que a horta didática se apresentou como um espaço capaz de promover, além do aprendizado sobre a produção e o consumo de alimentos livres de agrotóxicos, uma alternativa sustentável e possível dentro das unidades camponesas.

A temática de Movimento Camponês (3,39%) perpassou diversos trabalhos aqui já comentados, mas tiveram como foco direto de reflexão as publicações de McMichael (2007), já comentando anteriormente, e Vieira (2012) que buscou compreender as lutas camponesas em escala internacional por meio de análise da Via Campesina. Ambos os artigos são de revisão bibliográfica e publicados pela “Revista Nera”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise bibliométrica dos periódicos "Campo-Território" e "Revista Nera" revelou importantes aspectos sobre a produção científica na área da Geografia dos Alimentos no Brasil. O estudo identificou um crescimento significativo de publicações a partir de 2012, indicando um crescente interesse e envolvimento dos pesquisadores nessa temática. Além disso, foi evidenciado o papel ativo das pesquisadoras, superando a representatividade exclusivamente masculina, o que destaca sua contribuição relevante para o campo. Os temas mais abordados nos artigos foram os programas de alimentação e políticas públicas, seguidos pela segurança e soberania alimentar e questões relacionadas à agroecologia e meio ambiente.

A metodologia do presente trabalho fornece uma visão da produção científica com o recorte nos dois periódicos estudados, oferecendo *insights* valiosos para pesquisas futuras, além de contribuírem para o avanço do conhecimento na Geografia dos Alimentos por meio dos resultados obtidos.

AGRADECIMENTOS

Apoio da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso (SEDUC-MT) por meio da Licença Qualificação Profissional estabelecida pelas Leis Complementares Estaduais nº 04/1990, nº 50/1998, Decreto n° 6.481/2005 e Instrução Normativa Nº 001/2023/GS/SEDUC/MT.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. C. R. O LEGADO DA CONCENTRAÇÃO DE TERRA NO BRASIL E SEUS EFEITOS SOBRE A SOBERANIA ALIMENTAR: O CASO DA PRODUÇÃO DE SEMENTES CRIOULAS DO MPA/ The legacy of land concentration in Brazil and its effects on food sovereignty: the case of MPA´s creole seed production/ El legado de la concentración de tierra en Brasil y sus efectos sobre la soberanía alimentaria: el caso de la producción de semillas criollas del MPA. **REVISTA NERA**, *[S. l.]*, n. 55, p. 63–

90, 2020. DOI: 10.47946/rnera.v0i55.6523. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/6523. Acesso em: 3 nov. 2023.

ALTIERI, M. A. AGROECOLOGIA, AGRICULTURA CAMPONESA E SOBERANIA ALIMENTAR. **REVISTA NERA**, *[S. l.]*, n. 16, p. 22–32, 2012. DOI: 10.47946/rnera.v0i16.1362. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1362. Acesso em: 3 nov. 2023.

ARAUJO, A. E. de; MELO, L. F. de; SILVA, L. P. C. JUVENTUDES CAMPONESAS: PROTAGONIZANDO ESPERANÇAS, EMANCIPANDO SUJEITOS/Peasant youth: leading hopes, emancipating subjects/Juventudes campesinas: protagonizando esperanzas, emancipando sujetos. **REVISTA NERA**, *[S. l.]*, n. 44, p. 116–133, 2018. DOI: 10.47946/rnera.v0i44.5210. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/5210. Acesso em: 3 nov. 2023.

ARAÚJO, C. A. A. Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 11–32, 2006. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/16>. Acesso em: 15 dez. 2022.
BAHL, M.; GIMENES, M. H. S. G.; NITSCHE, L B. Territorialidade gastronômica: as cozinhas regionais como forma de mediação do homem com o meio e como atrativo turístico. **Revista Geográfica de América Central**, v. 2, p. 1-16, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/2181>. Acesso em: 15 mar. 2023

BERNARDI MIZUNO, P.; MARQUES COSTA, S.; REGINA AZEVEDO ARANA, A.; RODRIGUES ULIANA, M. Políticas de segurança alimentar e nutricional no Brasil e sua relação com a agricultura familiar. **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 16, n. 40 Abr., p. 91–114, 2021. DOI: 10.14393/RCT164004. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/57643. Acesso em: 4 nov. 2023.

BUSATO, M. A.; MODEL, D.; ESSWEIN, D.; GALLINA, L. S.; TEO, C. R. P. A.; NOTHAFT, S. C. dos S. Ambiente e alimentação saudável: percepções e práticas de agricultores familiares . **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 10, n. 21 Ago., p. 142–158, 2016. DOI: 10.14393/RCT102128751. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/28751. Acesso em: 4 nov. 2023.

CAMPO-TERRITÓRIO: **banco de dados**. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/index>

CARDONA, D. V. LA CRISIS CAFETERA: ELEMENTOS PARA UNA DISCUSIÓN SOBRE LOS ANÁLISIS DE LOS SISTEMAS ALIMENTARIOS (Coffee crisis: elements for a discussion on the analysis of food systems). **REVISTA NERA**, *[S. l.]*, n. 27, p. 38–52, 2015. DOI: 10.47946/rnera.v0i27.2861. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/2861. Acesso em: 3 nov. 2023.

CLEMENTS, E. A. AGRARIAN REFORM, FOOD SOVEREIGNTY AND THE MST: SOCIO-ENVIRONMENTAL IMPACTS OF AGROFUELS PRODUCTION IN THE PONTAL DO PARANAPANEMA REGION OF SÃO PAULO STATE, BRAZIL (

Reforma agrária, soberania alimentar e o MST: impactos socioambientais da produção de...). **REVISTA NERA**, *[S. l.]*, n. 21, p. 8–32, 2013. DOI: 10.47946/rnera.v0i21.2139. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/2139. Acesso em: 3 nov. 2023.

DE CASTRO BARBOSA, X. .; FERREIRA DA SILVA, L. F.; RIBEIRO MEIRELES, S. L. Comida de verdade: uma análise da contribuição socioeconômica da produção de mandioca (manihot esculenta crantz) no Território Rural de Identidade Rio Machado/RO. **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 16, n. 43 Dez., p. 400–420, 2021. DOI: 10.14393/RCT164317. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/61974. Acesso em: 4 nov. 2023.

FERRANTE, V. L. S. B. ASSENTAMENTOS RURAIS NO TERRITÓRIO DA CANA: CONTROVÉRSIAS EM CENA. **REVISTA NERA**, *[S. l.]*, n. 11, p. 61–80, 2012. DOI: 10.47946/rnera.v0i11.1409. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1409. Acesso em: 3 nov. 2023.

FRANCISCO DA SILVA, E. R.; DE MEDEIROS HESPANHOL, R. A. . Os conselhos municipais e as políticas públicas nos municípios de Mirante do Paranapanema e Rosana (SP). **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 15, n. 35 Abr., p. 399–427, 2020. DOI: 10.14393/RCT153519. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/51711. Acesso em: 4 nov. 2023.

GOES, D. M.; CAMPOS, M. de C. USO DE AGROTÓXICOS E PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA: PERCEPÇÃO DE ESTUDANTES SECUNDARISTAS DE UMA ESCOLA DO CAMPO/Agrotoxic usage and ecological agricultural production: students perception from a rural high school. **REVISTA NERA**, *[S. l.]*, n. 46, p. 58–78, 2019. DOI: 10.47946/rnera.v0i46.5774. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/5774. Acesso em: 3 nov. 2023.

GUEDES, V. L. S.; BORSCHIVER, S. Bibliometria: Uma Ferramenta Estatística para a Gestão da Informação e do Conhecimento, em Sistema de Informação, de Comunicação e de Avaliação Científica e Tecnológica. In: **VI CINFORM Encontro Nacional da Ciência da Informação**, 2005, Salvador. Anais do CINFORM VI, 2005. Disponível em: < https://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/81547#:~:text=O%20objetivo%20principal%20%C3%A9%20apresentar%20uma%20breve%20revis%C3%A3o,de%20sistemas%20mais%20precisos%2C%20econ%C3%B4micos%20e%20cientificamente%20constitu%C3%ADdos.> Acesso em: 15 jun. 2021.

HENTZ, C.; HESPANHOL, R. A. de M. Políticas públicas de desenvolvimento rural: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) nos municípios de Cunha Porã e Saltinho/SC. **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 12, n. 27 Ago., 2017. DOI: 10.14393/RCT122702. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/38407. Acesso em: 4 nov. 2023.

HESPANHOL, R. A. de M.; BARBOSA, S. A. Formas alternativas de produção: a agricultura orgânica no Município de Presidente Prudente - SP . **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 6, n. 12 Ago., p. 200–223, 2011. DOI: 10.14393/RCT61213472. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/13472. Acesso em: 4 nov. 2023.

HESPANHOL, R. A. de M.; HESPANHOL, A. N. A agricultura urbana em Camagüey e Cienfuegos - Cuba . **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 13, n. 29 Abr., 2018. DOI: 10.14393/RCT132902. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/41460. Acesso em: 4 nov. 2023.

IORIS, A. A. R. AGRIBUSINESS IN BRAZIL: THE NARRATIVE DRIVES ON/Agronegócio no Brasil: A narrativa que conduz/Agronegocio en Brasil: La narrativa que conduce. **REVISTA NERA**, *[S. l.]*, n. 33, p. 139–154, 2016. DOI: 10.47946/rnera.v0i33.4447. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/4447. Acesso em: 3 nov. 2023.

MCMICHAEL, P. REFRAMING DEVELOPMENT: GLOBAL PEASANT MOVEMENTS AND THE NEW AGRARIAN QUESTION. **REVISTA NERA**, *[S. l.]*, n. 10, p. 57–71, 2012. DOI: 10.47946/rnera.v0i10.1423. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1423. Acesso em: 3 nov. 2023.

MIRANDA, C. A. R. Agroecologia, interdisciplina e desenvolvimento rural sustentável. **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 13, n. 29 Abr., 2018. DOI: 10.14393/RCT132912. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/47565. Acesso em: 4 nov. 2023.

OLIVEIRA, A. M. de; SAMPAIO, A. J. M. ESCOLA CAMPONESA: A HORTA DIDÁTICA EM ÁREA DE REFORMA AGRÁRIA/Peasant school: the literacy garden in an area of agrarian reform/Escuela campesina: la huerta didáctica en área de reforma agraria. **REVISTA NERA**, *[S. l.]*, n. 37, p. 154–168, 2017. DOI: 10.47946/rnera.v0i37.4989. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/4989. Acesso em: 3 nov. 2023.

OMENA, M. L. R. de A.; SOUZA, R. R. de; SOARES, M. J. N. CONTRADIÇÕES DO PROGRAMA SERGIPANO DE BIODIESEL (Contradictions of Sergipe biodiesel program). **REVISTA NERA**, *[S. l.]*, n. 21, p. 162–172, 2013. DOI: 10.47946/rnera.v0i21.2116. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/2116. Acesso em: 3 nov. 2023.

PADILHA, A. F.; PIETROBELLI, S. R.; PEREIRA, G. F.; FINATTO, T.; MADEIRA, N. R.; VARGAS, T. de O. O papel das plantas alimentícias não convencionais na garantia da segurança alimentar e nutricional . **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 17, n. 48, p. 163–192, 2022. DOI: 10.14393/RCT174867073. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/67073. Acesso em: 4 nov. 2023.

PAULA FILHO, G. X. de. Agroecologia e recursos alimentares não convencionais: contribuições ao fortalecimento da soberania e segurança alimentar e nutricional . **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 10, n. 20 Jul., p. 227–245, 2015. DOI: 10.14393/RCT102027515. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/27515. Acesso em: 4 nov. 2023.

RAPOZO, B. M. da S. Água cinza e agroecologia: estratégias para o reuso da água, produção de alimentos e convivência com o semiárido. **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 17, n. 46 Ago., p. 180–200, 2022. DOI: 10.14393/RCT174608. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/65488. Acesso em: 4 nov. 2023.

REVISTA NERA: **banco de dados**. Disponível em: < https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/issue/view/507>

RODRIGUES HELD, T. M. .; RESENDE BOTELHO, T. Apresentando a edição 2022.2 da Videre: o Brasil novamente no Mapa da Fome. **Revista Videre**, *[S. l.]*, v. 14, n. 29, p. 8–11, 2022. DOI: 10.30612/videre.v14i19.16187. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/videre/article/view/16187>. Acesso em: 18 jun. 2023.

SANTANA, C. M.; BELO, D. C.; PEDLOWSKI, M. A. Os principais obstáculos para a institucionalização do PAA nos assentamentos de reforma agrária no Norte fluminense . **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 10, n. 20 Jul., p. 62–87, 2015. DOI: 10.14393/RCT102027097. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/27097. Acesso em: 4 nov. 2023.

SAUER, S.; PIETRAFESA, J. P. Cana de açúcar, financiamento público e produção de alimentos no Cerrado . **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 7, n. 14 Ago., 2012. DOI: 10.14393/RCT71414893. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/14893. Acesso em: 4 nov. 2023.

SILVA, H. B. da; NEVES, S. M. A. da S.; SEABRA JÚNIOR, S.; CARNIELLO, M. A.; NEVES, R. J.; COCHEV, J. S. Espaços produtivos da mandioca e seus usos em Cáceres/MT . **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 7, n. 14 Ago., 2012. DOI: 10.14393/RCT71414169. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/14169. Acesso em: 4 nov. 2023.

SILVA, P. V. da; GRZEBIELUCKAS, C.; SANTOS, J. S. C. dos. BENEFÍCIOS E ENTRAVES DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) NO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO-MT/Entries and benefits of the Food Acquisition Program (PAA) in the municipality of Diamantino-MT. **REVISTA NERA**, *[S. l.]*, n. 49, p. 168–188, 2019. DOI: 10.47946/rnera.v0i49.5911. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/5911. Acesso em: 3 nov. 2023.

SOUSA, R. P. de O.; CALAÇA, M. Agricultura urbana: uma nova alternativa para a produção de alimentos e melhor qualidade ambiental para a cidade. **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 14, n. 32 Abr., 2019. DOI: 10.14393/RCT143210. Disponível

em: https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/48311. Acesso em: 4 nov. 2023.

TEIXEIRA, C. A. O enfraquecimento das políticas públicas para agricultura familiar: uma análise do PAA / The weakening of public policies for family agriculture: an analysis of PAA / El debilitamiento de las políticas públicas para la agricultura familiar: un análisis de la PAA. **REVISTA NERA**, *[S. l.]*, v. 26, n. 65, 2023. DOI: 10.47946/rnera.v26i65.9251. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/9251. Acesso em: 3 nov. 2023.

TEO, C. R. P. A.; MOTTER, A. F.; BARBOSA, L. P.; DACROCE, M.; PAGLIARINI, G. Articulação entre agricultura familiar e alimentação escolar em municípios de pequeno porte . **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 11, n. 24 Ago., 2016. DOI: 10.14393/RCT112408. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/35360. Acesso em: 4 nov. 2023.

TRICHES, R. M.; RUIZ, E. N. F.; KIRSTEN, V. R.; TEO, C. R. P. A. COMPRA DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PELOS RESTAURANTES UNIVERSITÁRIOS DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS NO SUL DO BRASIL / Public food procurement from family farming by the university restaurants of the Federal Universities in southern Brazil / Compra de productos de la agricultura familiar por parte de restaurantes universitarios en Universidades Federales del sur de Brasil. **REVISTA NERA**, *[S. l.]*, n. 62, 2022. DOI: 10.47946/rnera.v0i62.8410. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/8410. Acesso em: 3 nov. 2023.

VALÉRIO, V. J. de O. A relação rural-urbano e o abastecimento alimentar: da dicotomia à indissociabilidade . **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 18, n. 49, p. 241–259, 2023. DOI: 10.14393/RCT184967003. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/67003. Acesso em: 4 nov. 2023.

VALÉRIO, V. J. de O. DA EXPANSÃO DA CANA AO MOVIMENTO DA COMIDA: AGRONEGÓCIO SUCROENERGÉTICO E ABASTECIMENTO ALIMENTAR (HORTIFRÚTI) NO ESTADO DE SÃO PAULO (2006-2017) / From the expansion of sugarcane to the movement of food: sugar-energy agribusiness and food supply (fruits and vegetables) in the São Paulo state/Brazil (2006-2017) / De la expansión de la caña de azúcar hasta el movimiento de alimentos: la agroindustria de caña de azúcar y el suministro de alimentos (horticultura) en el estado de São Paulo/Brasil (2006-2017). **REVISTA NERA**, *[S. l.]*, n. 62, 2022. DOI: 10.47946/rnera.v0i62.7931. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/7931. Acesso em: 3 nov. 2023.

VALÉRIO, V. J. de O. Qual a segurança da dependência? : agronegócio canavieiro e abastecimento alimentar no município de Tupi Paulista/SP. **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 11, n. 24 Ago., 2016. DOI: 10.14393/RCT112414. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/32928. Acesso em: 4 nov. 2023.

VALNIER, A.; RICCI, F. Programa de aquisição de alimentos (PAA): uma análise comparativa nos estados de Rondônia e Acre . **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 8, n. 16 Ago., p. 198–228, 2013. DOI: 10.14393/RCT81621732. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/21732. Acesso em: 4 nov. 2023.

VIEIRA, F. B. LUTAS CAMPONESAS NA ESCALA INTERNACIONAL: UM ESTUDO SOBRE A VIA CAMPESINA (Peasant struggles at international scale: a study of Via Campesina). **REVISTA NERA**, *[S. l.]*, n. 20, p. 58–82, 2012. DOI: 10.47946/rnera.v0i20.1865. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1865. Acesso em: 3 nov. 2023.

VIEIRA, G. A. .; TEO, C. R. P. A. .; TAGLIETTI , R. L. Potencial contribuição da agricultura familiar para uma alimentação escolar saudável no estado de Santa Catarina no período de 2015 a 2017. **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 15, n. 35 Abr., p. 428–453, 2020. DOI: 10.14393/RCT153520. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/52992. Acesso em: 4 nov. 2023.

Ocupar! Aquilombar! Retomar!

A Geografia Agrária e a luta de classes no Brasil

GT 16

Agroecologia, economia solidária, agricultura urbana e mercados camponeses

2006

A FORMAÇÃO DE MERCADOS CAMPONESES PELO MST NO BRASIL (2003-2022)[1]

Angela dos Santos Machado[2]

RESUMO

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é amplamente conhecido no Brasil por sua luta pela reforma agrária. Porém, mais do que conquistar a terra é preciso garantir que as famílias que já estão assentadas tenham condições de produzir e gerar renda para seu sustento. É nesse sentido que a luta para a formação dos mercados camponeses nasce junto com a luta pela terra, como algo inseparável. Os mercados camponeses são diversos, mas neste artigo focaremos em apenas dois: mercado institucional e Armazém do Campo. Nosso objetivo é evidenciar a organização do MST para a participação no mercado institucional e a formação do Armazém do Campo, por meio de uma abordagem geográfica, considerando os processos de espacialização e territorialização. Para produzir este estudo realizamos pesquisa bibliográfica e documental, trabalhos de campo e entrevistas semiestruturadas. Concluímos que as políticas públicas emancipatórias foram fundamentais para alavancar os mercados camponeses, pois além de abrir outra possibilidade de comercialização (mercado institucional), também proporcionou condições para a produção de novas mercadorias e mercados.

Palavras-Chave: Mercados camponeses, Mercado institucional, Armazém do Campo, MST, Políticas públicas emancipatórias.

ABSTRACT

The Landless Workers' Movement (MST) is widely known in Brazil for its fight for agrarian reform. However, more than just conquering the land, it is necessary to guarantee that the families who are already settled have the conditions to produce and generate income for their livelihoods. In this sense, the struggle to create peasant markets was born alongside the struggle for land, as something inseparable. Peasant markets are diverse, but in this article, we will focus on just two: the institutional market and the Armazém do Campo. We aim to highlight how the MST organises itself to participate in the institutional market and the formation of the Armazém do Campo through a geographical approach, considering the processes of spatialisation and territorialisation. To produce this study, we carried out bibliographical and documentary research, fieldwork, and semi-structured interviews. We conclude that emancipatory public policies have been fundamental in leveraging peasant markets because in addition to opening another possibility for commercialisation (institutional markets), they have also provided conditions to produce new goods and markets.

Key words: Peasant markets, Institutional markets, Armazém do Campo, MST, Emancipatory public policies.

[1] Agradecemos ao apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa (FAPESP), Processo 2020/14998-7.
[2] Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – Unesp, campus de Presidente Prudente, angela.s.machado@unesp.br.

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta uma discussão sobre a formação de mercados camponeses pelo MST, no Brasil, com foco na rede de lojas Armazém do Campo e no Escritório Nacional de Comercialização Institucional. A designação "mercados camponeses" é utilizada para enfatizar o protagonismo das famílias camponesas na construção desses mercados, buscando alternativas de comercialização para além mercado convencional que contribuam para um processo autônomo de comercialização, isto é, livre de intermediários que se apropriariam de parte da renda camponesa.

Nosso objetivo é evidenciar que as políticas públicas emancipatórias (FERNANDES et al., 2017) foram fundamentais para o fortalecimento da produção das famílias assentadas e possibilitaram o surgimento do Armazém do Campo. Por isso, a escala temporal da pesquisa começa no ano de 2003 quando surgiu Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), uma política pública que foi uma conquista dos movimentos sociais (REIS, 2015). Não obstante, para além do PAA, houve um conjunto de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, entre 2003 e 2016, que contribuíram para a formação de mercados camponeses.

A produção de espaços de comercialização influi na espacialização dos produtos do MST nas cidades, que carregam consigo os símbolos da luta pela terra. O Armazém do Campo pode ser compreendido como território do MST no espaço urbano, lugar de divulgação dos resultados da reforma agrária e de debate de questões políticas pautadas pelo Movimento, tais como alimentação saudável, agroecologia e reforma agrária.

O Armazém do Campo se apresenta, portanto, como espaço de comercialização dos produtos da reforma agrária e de troca de saberes e práticas entre campo e cidade. O Armazém do campo é produto e produtor de relações sociais, tendo em vista as diversas atividades que acontecem nesse espaço, como atividades culturais, debates políticos, lançamentos de livros, doação de marmitas, dentre outros.

Este artigo está dividido em seções que abordam a metodologia de trabalho, o referencial teórico utilizado na pesquisa, a discussão sobre o Escritório de Comercialização Institucional (ECI) e o Armazém do Campo. O ECI foi formado pelo MST especificamente para assessorar os assentados no mercado institucional frente a necessidade de profissionalização para acessá-lo. A experiência bem sucedida do ECI mostrou que havia condições de acessar novos mercados, fomentando o surgimento do

Armazém do Campo. Analisamos a espacialização dessas experiências e as múltiplas dimensões do Armazém do Campo, apresentando-o como território do MST no espaço urbano.

METODOLOGIA

Realizamos pesquisa bibliográfica sobre os conceitos de campesinato, mercados, políticas públicas e temas afins. Conduzimos uma pesquisa documental em cadernos de formação, cadernos de cooperação agrícola, cartilhas, declarações e propostas produzidas pelo MST, entre 1989 e 2022.

Em 2022, fizemos 16 trabalhos de campo em 9 estados do Brasil, visitando unidades do Armazém do Campo nas regiões Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul. Os trabalhos de campo foram compostos por observação das lojas, registros fotográficos, conversas informais e entrevistas semiestruturadas com trabalhadoras e trabalhadores do Armazém do Campo. Os roteiros de entrevistas foram elaborados previamente com questões abertas, organizadas por eixos temáticos. Os participantes tinham liberdade para abordar outros temas, assim como a entrevistadora também pôde realizar perguntas que não estavam previstas, mas que surgiram no decorrer do diálogo com os entrevistados.

No total, 21 pessoas foram entrevistadas, sendo 14 mulheres e 7 homens. Além dos representantes do Armazém do Campo, entrevistamos também membros da Cooperativa Terra Livre, da Escola Milton Santos de Agroecologia, da Cooperativa Central dos Assentados de Curitiba, da Cooperativa Central dos Assentados do Ceará, do Escritório de Comercialização Institucional de São Paulo e da Cooperativa Central dos Assentados/as de Minas Gerais (CONCENTRA). A diversidade de entrevistados proporcionou a compreensão dos processos de produção, circulação e comercialização promovidos pelo MST.

As entrevistas foram gravadas com o consentimento das pessoas entrevistadas, depois foram transcritas e utilizadas juntamente com as referências bibliográficas em nossas análises. Os nomes dos entrevistados foram substituídos por nomes de mártires da luta pela terra para proteger a identidade dos participantes da pesquisa e, ao mesmo tempo, fazer menção à violência no campo cujos números continuam alarmantes com relação aos conflitos pela terra, aos registros de trabalho análigo à escravidão, às expulsões e despejos, assassinatos, dentre outros (FURTADO, 2023).

Os dados produzidos nos trabalhos de campo nos permitiram a organização de mapas, gráficos, quadros e tabelas que serão analisados nas seções a seguir.

REFERENCIAL TEÓRICO

O conceito de campesinato é utilizado para designar as famílias que vivem no campo, lidam com o trabalho na terra e produzem para o autoconsumo e para a comercialização. Elas constroem alternativas criativas para reproduzir seu modo de vida e como fazem parte da sociedade, precisam se adaptar as condições existentes, mas também buscam construir novas relações sociais e econômicas (SHANIN, 2005; BARTRA, 2011). Quando utilizamos outros conceitos como de agricultores familiares ou produtores agrícolas devem ser entendidos como sinônimos de camponeses.

Os mercados camponeses do MST abrangem grupos de consumo, feiras, vendas online, mercado institucional, Armazém do Campo e diversas outras experiências difíceis de quantificar e sistematizar. Neste trabalho, focamos apenas em dois mercados camponeses: o Armazém do Campo e o mercado institucional. Consideramos a rede Armazém do Campo como uma construção autônoma do MST e o mercado institucional – programas de governo e políticas públicas de aquisição da produção camponesa – como uma conquista de movimentos sociais e de organizações da agricultura familiar (REIS, 2015).

A análise dos mercados camponeses é realizada pela perspectiva geográfica em que o espaço é compreendido como produto e produtor de relações sociais (LEFEBVRE, 2013 [1964]; HARVEY, 2005; SANTOS, 2006). Isto é, o espaço não é apenas um simples receptáculo das ações humanas, mas há uma relação mútua entre o espaço e a sociedade. Ao mesmo tempo em que os militantes do MST constroem espaços de resistência, como o Armazém do Campo, eles são também modificados, ressignificados por esses espaços, assim como a população urbana que ali frequenta pode construir novas compreensões sobre o MST e a reforma agrária, a partir das relações estabelecidas nesse espaço de socialização e comercialização.

A espacialização dos produtos da reforma agrária nas cidades carrega simbologias (espacialidades) da luta pela terra, da agroecologia, do modo de vida camponês e da possibilidade de construção de uma outra sociedade. “A espacialização é o movimento concreto das ações e sua reprodução no espaço geográfico e no território” (FERNANDES,

2005, p.29). A espacialização é um fato que não pode ser desfeito uma vez as mercadorias se movem pelo espaço (FERNANDES, 2005).

Desde o início, o MST esteve presente no espaço urbano em marchas, protestos, feiras, ocupações de prédios públicos etc., isto é, construindo a espacialização do Movimento nas cidades. Mas, com o Armazém do Campo, o Movimento passou a produzir territórios no espaço urbano, construindo um diálogo permanente entre campo e cidade. Por território entendemos o espaço apropriado e mediado pelas relações de poder (RAFFESTIN, 1993). A rede Armazém do Campo manifesta-se como uma ação de territorialização, ou seja, a expansão territorial do MST na cidade. Assim como os acampamentos e assentamentos são territórios do Movimento - espaços ocupados ou conquistados - no campo, o Armazém do Campo se constitui como território do MST na cidade.

Assim como a espacialização traz consigo a espacialidade (símbolos, subjetividades), a territorialização é portadora de territorialidades. As territorialidades são as relações sociais que nutrem e sustentam os territórios (FERNANDES, 2005). Ao adentrar em uma loja do Armazém do Campo, imediatamente nos deparamos com símbolos de lutas estampados em camisetas e bonés, nos quadros e pinturas nas paredes, nas palavras de ordem e frases que comunicam ideologias, concepções e símbolos do MST (seu território imaterial).

A seguir discutiremos a importância das políticas públicas para a construção dos mercados camponeses do MST, evidenciando como que a partir de um conjunto de políticas públicas, entre 2003 e 2016, foi possível a constituição do Escritório de Comercialização Institucional e da rede Armazém do Campo.

O ESCRITÓRIO DE COMERCIALIZAÇÃO INSTITUCIONAL

O Escritório de Comercialização Institucional (ECI), com sede em São Paulo, é formado por membros do MST que atuam auxiliando as famílias assentadas no processo de organização da produção e da comercialização, principalmente no que se refere aos assuntos jurídicos e de gestão administrativa, necessários para acessar o mercado institucional, isto é, o mercado representado pelas compras governamentais para o abastecimento de instutições públicas, como escolas, hospitais, centros de assistência social, presídios, forças armadas etc.

Como a comercialização é a última etapa de um longo processo organizativo, o ECI assessora os produtores quanto à construção de elos da cadeia produtiva. Primeiramente, deve-se avaliar uma série de questões: o que será produzido? Como? Com quais insumos? Como industrializar? Onde armazenar? Como distribuir? Como acessar os mercados? Quais são os instrumentos jurídicos necessários? Todas essas questões perpassam pelo ECI que também fornece esse tipo de assistência aos produtores afim de organizar as frentes de comercialização em cada estado.

O surgimento do ECI está relacionado com duas políticas públicas que foram essenciais para a organização da produção camponesa: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), iniciado em 2003, e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), uma política mais antiga, mas que teve significativos aumentos de recursos para a merenda escolar e no número de estudantes beneficiados desde 2003 (NERO; GARCIA; ALMASSY JUNIOR, 2022).

Além do PAA e do PNAE, houve um conjunto de políticas públicas, no período dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), entre os anos de 2003 e 2016, de fortalecimento da produção camponesa, tais como: Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), Programa de Agroindustrialização em Assentamentos da Reforma Agrária - TERRA FORTE, o Programa de Qualificação dos Assentamentos da Reforma Agrária Funterra – BNDES, e Programa Terra Sol (PTS) (SULZBACHER, 2014; NEUHAUS, 2015; FERNANDES et al., 2017).

Esse conjunto de políticas públicas contribuiu para o fortalecimento de cooperativas e a melhoria da produção nos assentamentos de reforma agrária, como evidencia um dos entrevistados:

> Então, as agroindústrias que nós temos hoje que fazem o beneficiamento dos produtos que estão aqui no Armazém do Campo, existem graças a uma política pública que foi implementada lá no governo [do PT], não é? Se não tivesse tido essa política nós não tínhamos todos esses produtos que nós temos hoje. Hoje nós estaríamos entregando o nosso produto para o atravessador. Do ponto de vista dos lácteos, tem leite em pó, tem leite UHT, tem doce de leite, tem nata, tem manteiga, tem queijo, não é? A gente não ia ter nada disso. A gente ia estar entregando leite *in natura* para uma lactares, uma JBS, para elas industrializarem, colocarem no mercado. Então seria uma outra situação, não é? (informação verbal)[3].

[3] Entrevista concedida por Vilmar Bordim, Roseli Celeste Nunes da Silva e Vitalvino Mori. Representantes do Armazém do Campo de Porto Alegre**. Entrevista VIII** [2022]. Entrevistadora: Angela dos Santos Machado. Armazém do Campo, Porto Alegre, 2022.

Para Fernandes et al (2017), as políticas públicas emancipatórias promovem crédito, educação, produção, moradia, mercado e indústria para os territórios camponeses e são condições básicas para o desenvolvimento de um modelo alternativo que produza alimentos saudáveis, orgânicos, agroecológicos e que fortaleça a autonomia das famílias camponesas.

As políticas públicas emancipatórias fortaleceram a produção nos assentamentos e abriram espaço para a participação das famílias assentadas no mercado institucional. A Lei nº 11.947/2009 instituiu a obrigatoriedade de que 30% dos alimentos destinados ao PNAE fossem de origem da agricultura familiar e deu um novo impulso ao mercado institucional.

O acesso ao mercado institucional é altamente burocrático e demanda organização e profissionalização das famílias assentadas. As cooperativas, sobretudo do Sul do Brasil, que já estavam organizadas para atender o estado de São Paulo, em virtude de sua alta demanda de produtos para alimentação escolar, começaram a organizar o Escritório de Comercialização Institucional, que passou a funcionar a partir de 2015.

A comercialização de alimentos para a merenda escolar obedece a Lei nº 11.947/2009, a Lei do PNAE. Os valores são repassados para os estados, municípios e Distrito Federal e às escolas federais pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). A fiscalização e assessoramento é realizada por Conselhos de Alimentação Escolar (CAE) com representante indicado pelo respectivo poder executivo, trabalhadores da educação, pais de alunos e representantes de entidades civis organizadas. As compras acontecem por meio de chamadas públicas em que as entidades interessadas (escolas, secretarias de educação, prefeituras etc.) publicam editais com a intenção de compra dos alimentos (BRASIL, 2009).

A Lei do PNAE é uma importante política pública que garante alimentação saudável e adequada para as crianças, jovens e adultos que frequentam as escolas públicas e, ao mesmo tempo, oferece apoio à produção de alimentos saudáveis. O cardápio escolar é formulado por nutricionistas que visam fornecer alimentação diversificada, fresca e saudável aos estudantes, priorizando-se produtos locais de origem da agricultura familiar (BRASIL, 2022).

A participação da agricultura familiar na chamada pública é complexa. Os agricultores devem elaborar um projeto de venda com a especificação dos produtos, quantidade, cronograma de entrega etc., de acordo com o estabelecido no edital. Pode-se participar da chamada pública como fornecedor individual ou em grupo. Os grupos

podem ser formais, com DAP Jurídica, ou informais, sem DAP Jurídica. O limite de venda é R$ 40 mil por DAP/ano/entidade executora (BRASIL, 2022).

O primeiro critério para a seleção dos projetos de venda é o da localização, buscando sempre produtos mais próximos do local de consumo para garantir alimentos frescos.

Em seguida outros critérios são aplicados: a primeira prioridade é para os assentamentos de reforma agrária, comunidades indígenas e quilombolas, considerados no mesmo nível de prioridade. A segunda prioridade é para alimentos certificados como orgânicos e agroecológicos. A terceira é de grupos formais sobre os grupos informais, e estes, sobre os fornecedores individuais, de modo a incentivar a organização dos agricultores. Após a seleção dos projetos de acordo com esses critérios, a unidade executora pode solicitar amostras dos produtos para controle de qualidade e conformidade sanitária. Só então os projetos de vendas são selecionados e os contratos podem ser celebrados. A entrega dos produtos deve ser realizada de acordo com o cronograma estabelecido no edital de chamada pública e no contrato (BRASIL, 2022).

Tendo em vista a complexidade para acessar o PNAE, percebe-se a importância da formação do ECI com uma equipe especializada para atuar nesse mercado. O escritório de comercialização atende 17 cooperativas do MST que produzem arroz, feijão, leite, café, açúcar e outros derivados de cana-de-açúcar, molho de tomate, geleia, doces, farinha de mandioca, milho e sucos (QUADRO 1).

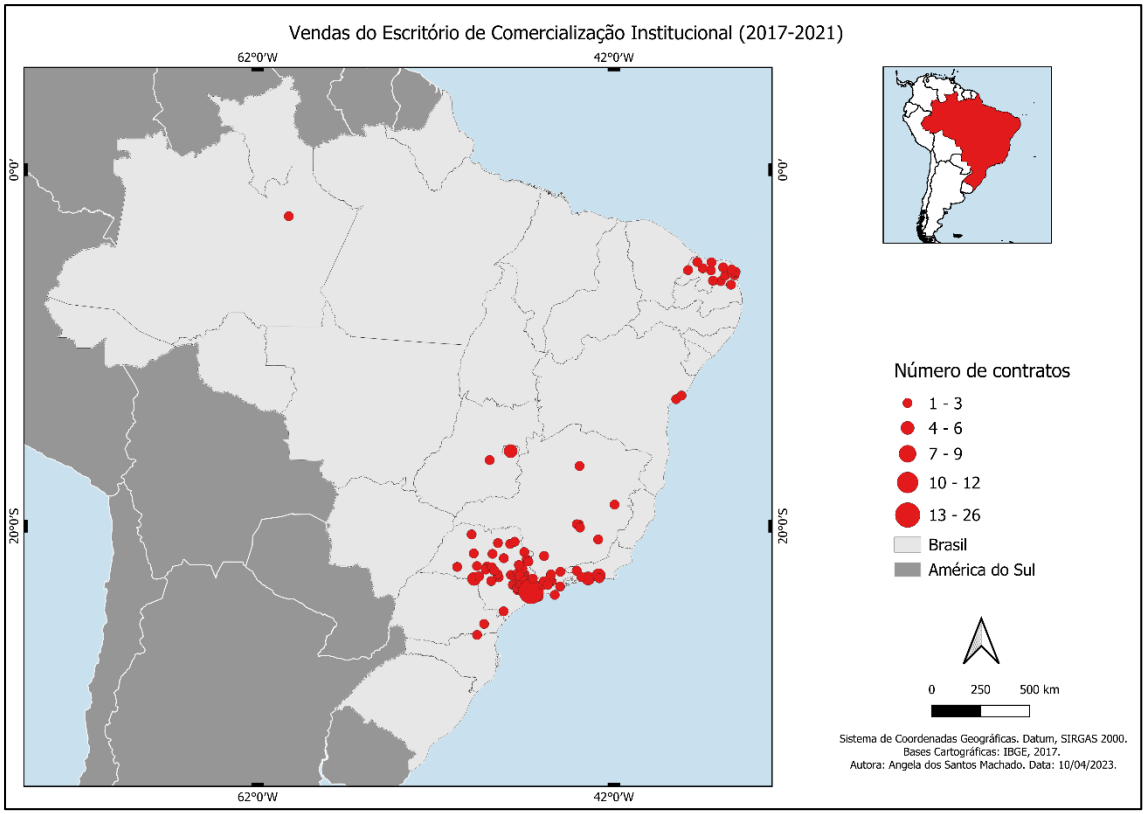
Quadro 1 - Cooperativas atendidas pelo Escritório de Comercialização Institucional e produtos comercializados (2022)

	Cooperativa	Razão Social	Localidade	Produtos
1	CAMPONESA	Cooperativa dos Camponeses Sul Mineiro	Campo do Meio – Minas Gerais	CAFÉ
2	CCA - SC	Cooperativa Central de Reforma Agraria de Santa Catarina	Chapecó – Santa Catarina	FEIJÃO
3	COANA	Cooperativa de Comercialização e Reforma Agrária Avante Ltda	Querência do Norte - Paraná	ARROZ E FARINHA DE MANDIOCA
4	COCAVI	Cooperativa de Comercialização Camponesa vale do Ivaí	Jardim Alegre - Paraná	AÇÚCAR MASCAVO
5	COOPAN	Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Santa Rita	Nova Santa Rita – Rio Grande do Sul	ARROZ ORGÂNICO
6	COOPERANA	Cooperativa da Agricultura Camponesa da Região Metropolitana de Belo Horizonte	Nova União – Minas Gerais	DOCE DE BANANA
7	COOPERCONTESTADO	Cooperativa dos assentados da Região do Contestado	Fraiburgo – Santa Catarina	FEIJÃO
8	COOPEROESTE	Cooperativa Regional de Comercialização do Extremo Oeste	São Miguel do Oeste – Santa Catarina	DERIVADOS LÁCTEOS
9	COOPERTERRA	Cooperativa dos Trabalhadores Rurais Assentados da Reforma Agrária	Ponta Porã – Mato Grosso do Sul	MILHO PIPOCA
10	COOPTERRA	Cooperativa de Beneficiamento, Comercialização e Prestação de Serviços dos Agricultores Assentados	São Mateus – Espírito Santo	CAFÉ
11	COOTAP	Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região de Porto Alegre	Eldorado do Sul – Rio Grande do Sul	ARROZ ORGÂNICO
12	COPACON	Cooperativa Agroindustrial de Produção e Comercialização Conquista	Londrina - Paraná	DERIVADOS DO MILHO E FEIJÃO
13	COOPAL	Cooperativa de Produção Agropecuária Sete de Julho Ltda	Nova Santa Rita – Rio Grande do Sul	ARROZ ORGÂNICO
14	COPAVI	Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória	Paranacity - Paraná	AÇÚCAR MASCAVO ORGÂNICO
15	DA TERRA	Cooperativa Mista de Produção Comercialização e Serviços da Terra Ltda	Itaberá – São Paulo	FEIJÃO
16	TERRA LIVRE	Cooperativa dos Trabalhadores da Reforma Agrária Terra Livre Ltda	Nova Santa Rita – Rio Grande do Sul	ARROZ CONVECIONAL, FEIJÃO, SUCOS, LEITE EM PÓ, ACHOCOLATADO, MANTEIGA, MEL
17	TERRA LIVRE LAPA	Cooperativa de Agroindústria e Comércio Terra Livre	Lapa - Paraná	MOLHO DE TOMATE

Fonte: Trabalho de campo, 2022.

O Escritório de Comercialização Institucional conseguiu fechar contratos, entre 2017 e 2021, em São Paulo, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Distrito Federal, Paraná, Bahia, Amazonas e Goiás, atendendo prefeituras, institutos federais, secretárias de educação, diretorias de ensino e forças armadas (MAPA 1).

Mapa 1 - Vendas do Escritório de Comercialização Institucional (2017-2021)



Fonte: Trabalho de campo, 2022.

Vale ressaltar que as vendas do Escritório de Comercialização Institucional não refletem o total do que é comercializado pelos acampamentos, assentamentos, associações e cooperativas do MST para o PNAE, pois há muitas experiências de comercialização diretamente entre os produtores e as escolas, municípios e estados, sem passar pelo ECI. Quantificar o total da contribuição do MST para a merenda escolar é uma dificuldade para o Movimento, tendo em vista os diferentes processos de comercialização fora da estratégia mais coletiva que é o ECI.

O acesso ao PNAE, como vimos, é bastante complexo, então não é uma política pública que consegue contemplar de forma ampla os assentados da reforma agrária, sobretudo, pelas dificuldades burocráticas. Além disso, como a comercialização é a última etapa do processo produtivo, outras políticas públicas precisam anteceder o

mercado institucional, como a regularização da terra e a assistência técnica, sem contar políticas de saúde, habitação etc.

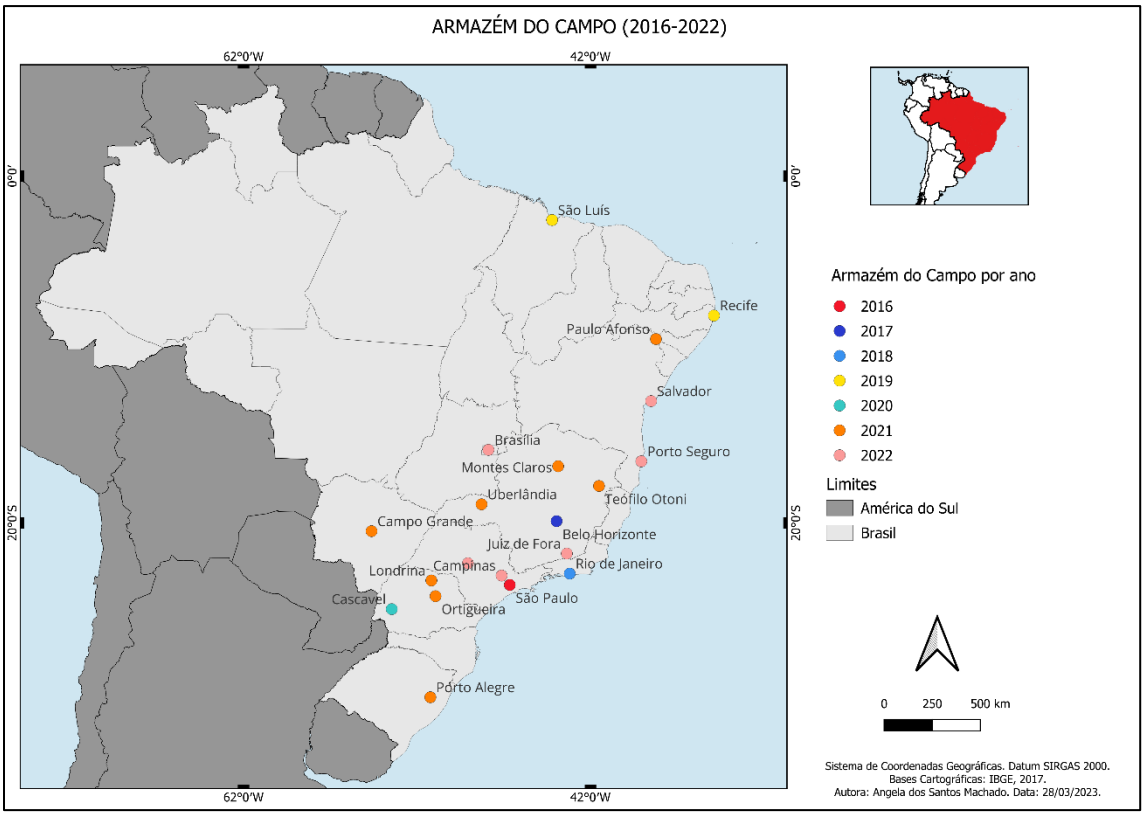
O escritório de comercialização institucional tem se mostrado uma importante iniciativa do MST para acessar o mercado institucional, sobretudo o PNAE que é uma política pública mais estável frente as mudanças de governos. O ECI é um espaço de aprendizado coletivo e de aprimoramento das habilidades necessárias para acessar o mercado institucional. Ainda há inúmeros desafios nesse mercado no que se refere a questões burocráticas e de organização da produção, mas o MST vem construindo soluções para o acesso da produção das famílias assentadas aos mercados. A seguir, refletiremos como a experiência do ECI levou à construção do Armazém do Campo.

O ARMAZÉM DO CAMPO

O acesso ao mercado institucional evidenciou que os assentandos tinham condições de trazer mais produtos do Sul do Brasil para São Paulo e acessar outros mercados além do institucional. A 1ª Feira Nacional da Reforma Agrária, realizada em 2015, no Parque Água Branca, em São Paulo, confirmou que o MST teria condições de atender um público maior do que apenas as compras institucionais e que havia consumidores interessados em adquirir os produtos da reforma agrária de forma contínua (SILVA, 2015).

Partindo dessa ideia e com o acúmulo das experiências anteriores, surgiu a rede de lojas Armazém do Campo como fruto das lutas do MST. A primeira unidade foi inaugurada em 2016, em São Paulo. Nos anos seguintes novas lojas foram abertas: Belo Horizonte (2017); Rio de Janeiro (2018); Recife e São Luís (2019); Cascavel (2020); Ortigueira, Londrina, Teófilo Otoni, Montes Claros, Uberlândia, Porto Alegre, Paulo Afonso e Campo Grande (2021); Brasília, Salvador, Porto Seguro, Campinas, Bauru e Juiz de Fora (2022) (MAPA 2).

Mapa 2 - Rede de lojas do Armazém do campo por ano de abertura (2016-2022)



Fonte: Trabalho de campo, 2022.

O Armazém do Campo cumpre dois papeis importantes: financeiro e político. É um espaço de venda importante para os produtos da reforma agrária que consegue eliminar a figura do atravessador e garantir um processo mais autônomo de comercialização. Ao mesmo tempo, cumpre a função de fazer a propaganda da reforma agrária, que é o primeiro objetivo do Armazém do Campo.

> *A gente tem como objetivo primeiro fazer a propaganda*, está bem no nosso modelo, é *fazer a propaganda do MST, da Reforma Agrária Popular*. Então, o arroz agroecológico tem que estar na prateleira que é o fruto da luta pela terra (informação verbal, grifo nosso)[4].

O segundo objetivo do Armazém do Campo é estabelecer parcerias com outros movimentos sociais do campo e com a agricultura familiar não assentada, trazendo seus produtos para a comercialização na loja. Isso demonstra o companheirismo entre os movimentos sociais e camponeses e garante produtos locais frescos, além de afetar positivamente os preços dos alimentos.

[4] Entrevista concedida por Leonir Orback, Grupo Gestor do Armazém do Campo. **Entrevista XI** [2022]. Entrevistadoras: Angela dos Santos Machado e Lara Dalperio Buscioli. Armazém do Campo, São Paulo, 2022.

> *Segundo objetivo, é, como a gente tem toda essa discussão com os movimentos do campo*, não tem sentido nós termos uma loja só para nós, não é? *A prateleira tem que estar para eles também*. Então, aqui, por exemplo, uma boa parte dos hortifrutis vem do Vale do Ribeira que é dos *quilombolas*. Tem pessoal da Terra Livre, aqui da Castelo ali que vem do assentamento também. É que na concepção dos armazéns, toda parte de hortifruti não pode vir de longe, não é? (informação verbal, grifo nosso)[5].

O terceiro objetivo do Armazém do Campo é dar prioridade aos produtos orgânicos. Então, os consumidores podem encontrar na loja produtos que não são de origem da reforma agrária, nem da agricultura familiar, mas que são orgânicos. Esses produtos são disponibilizados na loja com o intuito de aumentar o leque de opções para os consumidores e fidelizar os clientes.

> *O terceiro [objetivo] é o orgânico*, não é? Aí a gente ainda tem algumas marcas do agronegócio porque aqui é uma loja. A lógica, eu falei lá no início, as técnicas do comércio. *O sentido do comércio é sempre você aumentar o ticket médio da pessoa que vem, e ela vem e quer sair satisfeita, ainda mais em centros urbanos que nem São Paulo. Ela não quer passar em outro mercado para pegar o que faltou*, porque para ela passar no outro e pegar o que faltou, ela vai gastar uma hora a mais. Então, aqui a gente ainda tem outras coisas para você sair daqui satisfeito, não é? E aí sim a gente vai substituindo... (informação verbal, grifo nosso)[6].

O quarto objetivo do Armazém do Campo é a promoção de eventos culturais que dialoguem com as temáticas debatidas pelo MST: luta pela terra, reforma agrária, alimentação saudável, agroecologia etc. Os eventos culturais são variados: apresentação musical, gastronomia, batalha de rimas, bloco de carnaval etc. O elemento central nos eventos culturais é a valorização da cultura brasileira, além da intencionalidade política de fomentar debates na sociedade.

> [...] os eventos culturais em si, pensando a cultura sob aspecto artístico, a gente precisa pensar em eventos culturais que também tragam esses elementos, então, eu não vou pegar qualquer artista para tocar qualquer música aqui dentro. Tem que ser "intencionalizado" - o que eu vou mostrar e por quê? O que eu quero transmitir para a sociedade? Dentro da propaganda de reforma agrária, o que aquilo quer dizer? Por que aquela pessoa está ali? [...] O evento cultural em si pode ser muita coisa porque pensar a cultura, em termos artísticos, eu vou englobar: show, música, vou pensar a literatura, mas eu vou também pensar, por exemplo, a gastronomia. O Armazém do Campo não é um espaço para eu estar servindo caviar, não faz sentido eu ter um caviar aqui dentro,

[5] Ibid.
[6] Ibid.

> sendo entregue. Agora, faz sentido eu trazer um prato que tem a ver com a localidade, então, você vê aqui, no Armazém de Belo Horizonte, feijão tropeiro, não tem como eu não servir feijão tropeiro, tem que servir em um evento cultural [...] Aqui em BH a gente tem, domingo, ensaio de bloco de carnaval, ensaia durante o ano todo e próximo do carnaval acaba tendo mais ensaios. Ao longo da semana eu vou ter roda de viola, a gente tem samba, tem pagode, a gente tem *slam* - quando tem o Sarau Preto que é essa batalha de rimas, não é? - aqui a gente tem o nosso palco, não é?[7]

O quinto objetivo do Armazém do Campo é a autossustentação. No começo, a loja recebe capital inicial do Movimento, mas ela precisa se viabilizar de forma independente e isso pode acontecer entre 2 e 5 anos de existência.

> Como todo negócio desse ramo, são 3 a 5 anos de viabilidade. Essa aqui [Armazém do Campo de São Paulo] vai fazer 7 anos, não é? Ela, digamos assim, já consegue trocar o equipamento por conta própria, enfim, mas as demais ainda as direções têm que contribuir. A do Rio já está quase saindo disso, BH também, mas as outras são 2, 5, talvez com dois anos já consegue, mas antes disso é bem...é negócio, não é? Mais ou menos é você abrir um bar na cidade, você investe durante 5 anos para depois começar a dar retorno (informação verbal, grifo nosso)[8].

Os objetivos do Armazém do Campo revelam que ele é um tipo de mercado socialmente construído (SCHNEIDER, 2016) cujas dimensões vão além da questão econômica, com destaque para o papel político. Ele pode ser considerado como um mercado camponês por ser construído pelas famílias camponesas e para o escoamento da produção camponesa, é, também, fundamentado na luta pela Reforma Agrária Popular que envolve a população urbana na busca de alternativas ao mercado alimentar hegemônico.

O Armazém do Campo é um espaço produzido socialmente e evidencia que o espaço também é produtor de relações sociais. A rede de lojas do MST aglutina uma série de atividades como lançamento de livros, noites culturais, almoço da resistência, samba da democracia, doação de marmitas etc., promovendo, assim, ações que desembocam em relações sociais e políticas de solidariedade e resistência (FIGURA 1).

---

[7] Entrevista concedida por Valmir Mota de Oliveira (Keno), Grupo Gestor do Armazém do Campo. **Entrevista II** [2022]. Entrevistadora: Angela dos Santos Machado. Armazém do Campo, Belo Horizonte, 2022.

[8] Entrevista concedida por Leonir Orback, Grupo Gestor do Armazém do Campo. **Entrevista XI** [2022]. Entrevistadoras: Angela dos Santos Machado e Lara Dalperio Buscioli. Armazém do Campo, São Paulo, 2022.

Figura 1 - Samba da Democracia no Armazém do Campo de Salvador

Foto: Angela dos Santos Machado. Trabalho de campo, 09 dez. 2022.

O Armazém do Campo demarca seu território com os símbolos do MST: a bandeira, fotos e pinturas das lutas camponesas, imagens de ícones revolucionários, palavras de ordem etc. Os símbolos e ideologias compõem as territorialidades que sustem o território, isto é, as identidades que fazem com que o Armazém do Campo não seja apenas mais uma loja de produtos orgânicos, mas que tenha a marca da luta pela terra.

Na figura 2, podemos observar o Armazém do Campo de Londrina, no Paraná, com uma pintuta na parede que representa a família camponesa com seus instrumentos de trabalho, mãos que trabalham no campo e colhem a produção, a cor vermelha que representa a luta, e as frases “Da família camponesa para a sua mesa” e “Comida de verdade”. Também se pode ver quadros nas paredes que retratam as pessoas que fazem parte da luta pela terra (FIGURA 2).

Figura 2 – Armazém do Campo de Londrina

Foto: Trabalho de campo, 12 set. 2022.

Portanto, o Armazém do Campo tem se mostrado uma iniciativa muito importante para o MST, sobretudo, por permitir um diálogo permanente com a população urbana. Em 2020, por exemplo, quando houve um violento despejo das famílias do Acampamento Quilombo Campo Grande, de Minas Gerais, muitas pessoas foram ao Armazém do Campo para buscar informação sobre o que estava acontecendo e para comprar o café Guaií (FIGURA 3), produzido pela Cooperativa dos Camponeses Sul Mineiros (Camponesa) como forma de apoio às famílias que estavam sofrendo despejo.

Figura 3 - Café Guaií produzido pela Cooperativa Camponesa de Minas Gerais

Fonte: Armazém do Campo de São Paulo, S.d.

Apesar dos inúmeros pontos positivos do Armazém do Campo, há que se apontar também os desafios e contradições que envolvem essa iniciativa. Dentre eles, a questão dos preços dos produtos e, consequentemente, a acessibilidade da classe trabalhadora aos produtos da reforma agrária.

> [...] hoje a avaliação é que os armazéns do campo não cumprem o papel que a gente gostaria lá no início que cumprisse, que era de a comida chegar e ter o fácil acesso para a classe trabalhadora. Hoje a gente avalia que o Armazém do Campo não consegue acessar, de fato, a classe trabalhadora. Quem consome hoje no Armazém do campo é uma classe média ou uma militância que tem de verdade um compromisso com a reforma agrária e que não estão diretamente ligados às atividades do Movimento, mas através do consumo de alimentos consegue contribuir com a luta adquirindo esses alimentos. [...] E, inclusive, hoje é uma crise, assim, como é que a gente faz para que a comida chegue, de fato, aonde tem que chegar e que chegue de maneira acessível, economicamente acessível? [...] E a ideia de pulverizar esses armazéns, construir uma estrutura logística e a compra coletiva é um pouco nesse sentido. Você consegue garantir a compra das cooperativas que estão produzindo e, em uma compra em escala, tu consegues garantir na logística um preço menor e abastece todos os lugares e,

> consequentemente, chega um produto mais acessível (informação verbal)[9].

Portanto, um dos grandes desafios para o Armazém do Campo é que os produtos cheguem nas prateleiras com preço acessível. E isso está diretamente relacionado com a escala das vendas e com a logística de distribuição. Entende-se que o caminho para superar esse desafio é a expansão da rede Armazém do Campo, pois quanto mais lojas para abastecer, maior é a escala da comercialização e menor os custos de transporte. Além disso, a questão dos preços são relativos, pois nem sempre os preços dos produtos da reforma agrária são mais elevados do que os das grandes marcas.

> *É claro que a logística vai resolver a questão do preço porque a gente faz milagre para ter produto aqui, não é*? Pega na rodoviária, pega no trânsito, pega no caminhão que está vindo. Por isso que a nossa lógica é abrir mais lojas, porque se tem dez lojas em um eixo de cem quilômetros, aí vem o caminhão de leite e distribui nas dez lojas, não é? Aí acho que a gente consegue...por exemplo, *o nosso leite sempre é mais barato que o da Nestlé, aí a galera quer comparar com o leite da marca [inaudível] que a metade não é leite, sabe*? *Mas, vai ver o da Nestlé lá, está sete reais, o nosso está cinco*. (informação verbal)[10].

A questão logística, portanto, tem sido um dos grandes desafios para que os produtos dos assentamentos cheguem com preços acessíveis nas prateleiras do Armazém do Campo. Uma iniciativa importante para melhorar a logística tem sido desenvolvida pela Cooperativa Central dos Assentados/as de Minas Gerais (CONCENTRA), localizada em Belo Horizonte. Sua localização estratégica permite a realização de trocas entre os produtos dos assentamentos de diferentes regiões do Brasil. Por meio de compras coletivas a CONCENTRA elabora rotas para a compra e venda de produtos das diferentes regiões e colabora para o abastecimento das unidades do Armazém do Campo com a diversidade de produtos que são frutos da reforma agrária.

Todos esses processos de construção de alternativas para a produção, circulação e comercialização são fruto de uma longa trajetória de lutas do MST em seus quarenta anos de história. Os desafios são inúmeros, mas o Movimento persiste e resiste na luta pela a viabilidade das famílias que já são assentadas e daquelas que ainda lutam por um pedaço de chão para produzir alimentos.

---

[9] Entrevista concedida por Dorcelina Folador, coordenadora do escritório de comercialização institucional. **Entrevista I** [2022]. Entrevistadora: Angela dos Santos Machado. Escritório de comercialização institucional, São Paulo, 2022.

[10] Entrevista concedida por Leonir Orback, Grupo Gestor do Armazém do Campo. **Entrevista XI** [2022]. Entrevistadoras: Angela dos Santos Machado e Lara Dalperio Buscioli. Armazém do Campo, São Paulo, 2022.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises realizadas nos permitem afirmar que as políticas públicas emancipatórias foram fundamentais para a organização dos mercados camponeses. Tais mercados, sobretudo o institucional e o Armazém do Campo, apresentados no texto, são conquistas dos trabalhadores rurais. O MST, em sua longa trajetória de luta pela terra no Brasil, sempre pautou a importância de se garantir a viabilidade econômica dos assentamentos.

A rede Armazém do Campo se apresenta como espaços de comercialização dos produtos da reforma agrária e de intercambio de saberes e práticas entre a população do campo e da cidade. Ela forma territórios do MST no espaço urbano, carregados dos símbolos da luta pela terra e do modo de vida camponês, evidenciam os resultados da reforma agrária e torna a questão agrária uma pauta permanente de discussão na cidade.

A partir da espacialização dos produtos do MST e da territorialização do Armazém do Campo, o Movimento vem formando mercados alternativos por dentro do sistema capitalista de produção, mercados camponeses que escoam a produção das famílias assentadas e fortalecem as redes produtivas da reforma agrária.

REFERÊNCIAS

BARTRA, A. V. **Os novos camponeses**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Cátedra UNESCO de Educação do Campo e Desenvolvimento Rural, 2011.

BRASIL. **Lei nº 11.947**, de 16 de Junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm. Acesso em 05 abr. 2023.

_____. **Caderno de compras da agricultura familiar para o Pnae**. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, Brasília, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/manuais-e-cartilhas/CadernoDeComprasAF_PNAE.pdf. Acesso em: 05 abr. 2023.

FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **NERA**, Presidente Prudente, nº 6, p. 24-34, 2005.

FERNANDES, B. M. et al. A questão agrária na segunda fase neoliberal no Brasil. **Boletim DATALUTA**, nº 109, Presidente Prudente, 2017.

FURTADO, L. Mais de 100 mil famílias sofreram violência no campo no primeiro semestre de 2023. **MST**. 25 out. 2023. Disponível em: https://mst.org.br/2023/10/25/mais-de-100-mil-familias-sofreram-violencia-no-campo-no-primeiro-semestre-de-2023/#:~:text=Viol%C3%AAncia%20no%20Campo%20Mais%20de%20100%20mil%20fam%C3%ADlias,pela%20terra%2C%20%C3%A1gua%20e%20ao%20trabalho%20escravo%20rural. Acesso em: 05 jan. 2024.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

LEFEBVRE, H. **La producción del espacio**. Madrid: Capitán Swing, 2013 [1974].

NERO, D. S. M.; GARCIA, R. P.M; ALMASSY JUNIOR, A. A. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) a partir da sua gestão de descentralização. **Ensaio**: Aval. Pol. Públ. Educ. Rio de Janeiro, 2022.

NEUHAUS, M. Acompanhamento de projetos do Programa de Qualificação dos Assentamentos de Reforma Agrária FUNTERRA – BNDES. **Especialização** (Gestão Pública). Universidade Federal de Santa Maria, 2015.

OLIVEIRA, A. U. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: Labour Edições, 2007.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

REIS, A.T. Trabalho, políticas públicas e resistência em assentamentos do estado de São Paulo: um estudo do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). **Tese** (doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Presidente Prudente, 2015.

SCHNEIDER, S. Mercados e Agricultura Familiar. In: MARQUES, F.C; CONTERATO, M., A.; SCHNEIDER, S. (Org.). **Construção de Mercados e Agricultura Familiar**: desafios para o desenvolvimento rural. 1ed. Porto Alegre: UFRGS, 2016.

SILVA, M. 1º Feira Nacional da Reforma Agrária chega em SP com alimentos saudáveis a preços acessíveis. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. 2015. Disponível em: https://mst.org.br/2015/10/22/1o-feira-nacional-da-reforma-agraria-chega-em-sp-com-alimentos-saudaveis-a-precos-acessiveis/. Acesso em: 31 mar. 2023.

SHANIN, T. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **NERA**, ano 8, nº 7, p. 1-21, 2005.

SULZBACHER, A. W. Agroindustrialização em assentamentos rurais: concepções e experiências a partir do MST e da execução do Programa Terra Sol no Rio Grande do Sul. **Boletim Gaúcho de Geografia**, nº 41, vol. 1, 67-93, 2014.

LIGUE OS PONTOS: UM PROJETO QUE BUSCOU O FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Angélica Campos Nakamura[1]

RESUMO

O Projeto Ligue os Pontos (LoP) foi implementado em 2017, no município de São Paulo, com o objetivo de incentivar a agricultura do extremo sul do município, considerado uma zona rural, pela presença expressiva de agricultores que plantam alimentos para a comercialização. A ideia do projeto era "ligar" toda a cadeia produtiva do alimento, da produção ao consumidor final, por meio do incentivo à produção e apoio à comercialização e distribuição. O LoP teve dificuldades no início, mas depois conseguiu efetuar ações importantes, que se tornaram referência para o desenvolvimento de ações municipais para a agricultura urbana e periurbana paulistana, mesmo após o seu fim. Neste trabalho, apresenta-se um pouco sobre o que foi o LoP e como o programa ajudou, para além de estimular a atividade agrícola, a estruturar uma base de dados importantes sobre a agricultura municipal e acessível à população.

Palavras-chave: agricultura urbana, São Paulo, Projeto Ligue os Pontos, Sampa+Rural.

RESUMEN

El Proyecto Ligue os Pontos (Conectar los Puntos – LoP) fue implementado en 2017, en el municipio de Sao Paulo, con el objetivo de incentivar la agricultura en el extremo sur del municipio, considerado una zona rural, por la importante presencia de agricultores que cultivan alimentos para venta. La idea del proyecto era "conectar" toda la cadena de producción de alimentos, desde la producción hasta el consumidor final, incentivando la producción y apoyando la comercialización y distribución. El LoP tuvo dificultades al principio, pero luego logró realizar acciones importantes, que se convirtieron en una referencia para el desarrollo de acciones municipales para la agricultura urbana y periurbana en Sao Paulo, incluso después de su finalización. En este trabajo presentamos un poco sobre qué fue el LoP y como el programa ayudó, además de estimular la actividad agrícola, a estructurar una importante base de datos sobre la agricultura municipal y accesible a la población.

Palabras clave: agricultura urbana, Sao Paulo, Proyecto Conectar los Puntos, Sampa+Rural.

INTRODUÇÃO

O interesse por parte do poder público e da sociedade civil sobre a agricultura urbana e periurbana no município de São Paulo tem sido crescente. Isso se refletiu, especialmente, nos últimos anos, com a implementação do Projeto Ligue os Pontos (LoP),

[1] Doutoranda pelo curso de Geografia Humana da Universidade de São Paulo – SP, angelicanakamura.geo@gmail.com. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

projeto este que teve origem devido a um prêmio ganho pela prefeitura no final do ano de 2016, da Bloomberg Philantropies e que começou a ser implementado em 2017 na região do extremo sul do município, considerada zona rural.

Neste trabalho, pretende-se apresentar o que foi esse projeto, suas diferentes frentes que foram desenvolvidas e importância dele para a agricultura no município de São Paulo, ainda que seja passível de críticas. Conhecer mais sobre o LoP é necessário para entender como São Paulo vem buscando incentivar a agricultura no meio intra e periurbano, além disso ser parte do contexto e realidade da cidade, de sua história e relação com a atividade agrícola.

METODOLOGIA

O trabalho faz referência à uma parte da zona rural do município de São Paulo, no caso, seu extremo sul (figura 1), região com mananciais, mata nativa e em que a agricultura ainda se desenvolve de forma expressiva, com produtores que comercializam sua produção para o mercado consumidor paulistano.

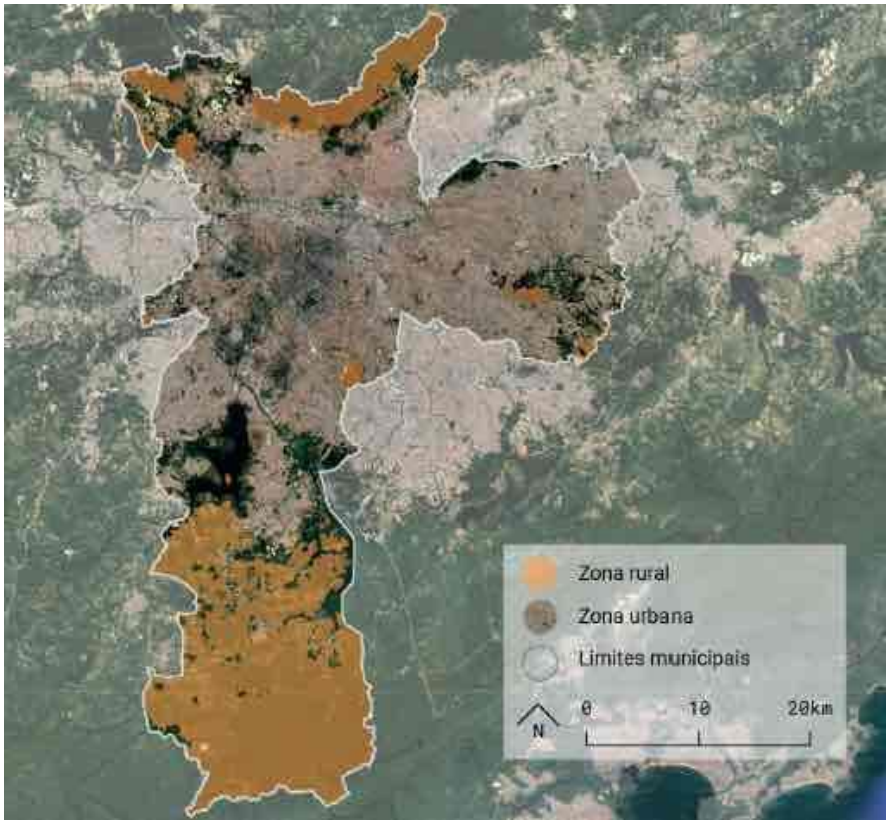


Figura 1. Imagem de satélite com a delimitação do município de São Paulo, sua zona rural e urbana. Na parte sul, encontra-se a maior área da zona rural do município. Fonte: CIDADE DE SÃO PAULO, 2021, p. 8.

Para o desenvolvimento deste trabalho, foi realizado um amplo levantamento de bibliografia sobre a agricultura urbana e periurbana, como artigos e livros voltados a essa temática de maneira geral e trabalhos escritos nos últimos anos a respeito da agricultura no município de São Paulo.

Além disso, documentos sobre o Projeto Ligue os Pontos também foram lidos, e realizou-se entrevistas com funcionários da prefeitura, agricultores beneficiados e trabalhos de campo nos sítios com produção agrícola voltada à comercialização.

REFERENCIAL TEÓRICO

A agricultura urbana é aqui baseada na definição de Mougeot, que entende este conceito como possibilidade de variações, a depender do enfoque dado no estudo. Para este autor, para se compreender a agricultura urbana, deve-se levar em consideração determinantes variados, como tipos de atividade econômica, localização intra ou periurbana, tipos de área onde existem a prática agrícola, escala e sistema de produção, categorias e subcategorias dos produtos, destinação e comercialização. A definição, ainda, pode ser refinada, ao se relacionar conceitos como a agricultura rural, o desenvolvimento sustentável, a segurança alimentar urbana, o manejo de solos urbanos, as estratégias de sobrevivência urbana e os sistemas urbanos de abastecimento de alimentos (MOUGEOT, 2000).

É necessário ir além da definição de agricultura urbana e compreender quais são suas possibilidades e benefícios, apontadas por diversos autores e que geralmente são usadas para a criação de ações públicas e projetos como o Ligue os Pontos. Para além da questão da produção de alimentos na cidade ou em áreas próximas, a atividade é uma opção para gerar renda, especialmente a populações mais vulneráveis, sendo esta renda proveniente da agricultura complementar ou mesmo a única. Em muitos casos, quanto maior a vulnerabilidade de uma pessoa ou família, maior a dificuldade de acesso ao mercado de trabalho, principalmente quando não há qualificação. Dessa forma, a agricultura urbana surge como opção (MOUSTIER; DANSO, 2006, p. 176-177).

A partir da produção e venda de alimentos, o agricultor urbano consegue se integrar ao mercado. Além disso, a atividade agrícola traz uma integração social, com outras famílias e grupos, criando-se vínculos sociais. Essa inclusão econômica e social é de extrema importância, em especial quando se considera a parcela mais pobre da população e se realiza um recorte de gênero (ORSINI et al., 2013, p. 695).

Outro ponto comumente apontado sobre a agricultura urbana é a aproximação do consumidor com a produção, ou seja, a origem de seu alimento. Cada vez mais, as pessoas se mostram mais preocupadas e interessadas em conhecer de onde vem o que consomem e todo o deslocamento realizado para que o alimento chegue à sua mesa. Esse interesse fortalece as comunidades locais que plantam. Além disso, um fortalecimento da atividade agrícola possibilita que as cidades se tornem espaços mais verdes, biodiversos e sustentáveis, pois hortas e plantações atraem animais, além de serem espaços com diferentes espécies de plantas. Todos esses aspectos trazem uma nova ressignificação para as cidades. Além disso, a agricultura na cidade impacta positivamente na saúde, bem-estar e questões ambientais (WINKLERPRINS, 2017, p. 3 e 5). Entre as questões de saúde e bem-estar, destaca-se aqui a produção e o acesso a alimentos frescos, *in natura* e mais nutritivos, melhorando a qualidade da alimentação das pessoas (ORSINI et al., 2013, p. 701; WINKLERPRINS, 2017, p. 5).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No final de 2016, a prefeitura de São Paulo concorreu ao Mayors Challenge, da Bloomberg Philantropies, sendo uma das cidades ganhadoras. O prêmio foi um aporte de 5 milhões de dólares. De acordo com informações da prefeitura,

> A capital paulista concorreu com o projeto "Ligue os Pontos", uma plataforma digital que pretende potencializar as políticas públicas relacionadas à cadeia de valor da agricultura local, envolvendo produtores, distribuidores e consumidores. A ação tem o objetivo de contribuir para facilitar e ampliar a distribuição do alimento produzido pela agricultura familiar até a mesa das crianças nas escolas, por exemplo (CIDADE DE SÃO PAULO, 2016).

Porém, o Projeto Ligue os Pontos (LoP) não foi logo implementado. Entre os anos de 2016 e 2017, houve a troca de gestão na prefeitura e, consequentemente, de funcionários e secretários. Além da dificuldade devido a essas mudanças, a gestão seguinte não mostrou ter grande interesse em investir na agricultura do município. O projeto voltou-se mais para a estruturação e planejamento de ações, mas a passos lentos e sem grandes avanços. O problema se tornou tão evidente que a própria Bloomberg Philantropies exigiu uma reunião com a equipe do LoP, para que a fase 1 do projeto fosse finalmente traçada e colocada em prática (CIDADE DE SÃO PAULO, 2018, 2021).

Finalmente, a primeira etapa teve início e foi feita com um grupo de 40 agricultores, para que as estratégias e hipóteses do projeto fossem testadas e os gestores entendessem o perfil dos agricultores com quem iriam trabalhar. Esse grupo era formado por agricultores convencionais, em transição agroecológica e os agroecológicos, pertencentes à Cooperativa Agroecológica dos Produtores Rurais e de água Limpa da Região Sul de São Paulo, mais conhecida como Cooperapas (CIDADE DE SÃO PAULO, 2018, p. 3).

Nessa primeira etapa, entre as informações levantadas, traçou-se um perfil do agricultor da região na qual o trabalho seria desenvolvido: tratavam-se de agricultores que tinham um sistema de produção orgânico, em transição ou convencional; podiam produzir alimentos ou outro tipo de culturas; tinham um perfil de pequenos, médios ou grande produtores; em relação à sua trajetória, se estavam estáveis, em expansão ou com a continuidade da agricultura ameaçada; se viviam em locais ameaçados pela pressão da mancha urbana, em áreas rurais consolidadas ou próximos a unidades de conservação e/ou corredor ecológico[2] (CIDADE DE SÃO PAULO, 2018, p. 7).

Também nessa etapa, esses agricultores receberam atendimento da equipe do projeto, e apresentaram melhoras em suas práticas agrícolas e ambientais, aumentaram sua área de produção e progrediram na sua produtividade e renda. Uma parte dos agricultores convencionais optaram em aderir à transição agroecológica (CIDADE DE SÃO PAULO, 2018, p. 15-16).

Entre junho de 2019 e junho de 2020, o LoP foi ampliado para mais agricultores e o projeto aprimorado. Nessa etapa, foram 159 agricultores beneficiados e aplicados 318 questionários, chamados de *checklists*. Esses documentos possuíam 49 perguntas, que avaliavam a adoção de boas práticas agroambientais e produção e capacidade produtiva do agricultor. Esse questionário foi adaptado para que tanto agricultores convencionais, como os agroecológicos, respondessem. A partir dos dados levantados, foi possível desenvolver o Sistema de Assistência Rural e Ambiental (SisRural), ferramenta que se tornou importante para os gestores e funcionários (CIDADE DE SÃO PAULO, 2021, p. 20). A partir dela, eles podem acessar informações sobre os agricultores com os quais

[2] Vale ressaltar que essa região do município de São Paulo tem duas Áreas de Proteção Ambiental (APAs): a Capivari-Monos e a Bororé-Colônia, portanto, são áreas em que o manejo ambiental tem um acompanhamento maior, e ações e programas realizados nessa região sempre se voltam para a questão do desenvolvimento sustentável e a conservação ambiental.

trabalham e traçar estratégias, ações e política públicas para atender as demandas da atividade agrícola do município.

Entre os agricultores beneficiados, destaca-se as seguintes atividades do LoP nesta etapa: realização da transição agroecológica; realização de amostragem e análise do solo, para sua posterior correção e, assim, melhorar a produtividade dos agricultores; doação de insumos e aplicação de técnicas demonstrativas, como uso da plasticultura (*mulching*) e técnicas de irrigação; capacitações e visitas técnicas; implementação do Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) (CIDADE DE SÃO PAULO, 2021, p. 24-30, 38).

Para além de ações voltadas para a produção agrícola, o LoP teve uma frente focada no desenvolvimento de cadeias de valor. Entre as ações, estão: a realização de cursos de capacitação empreendedora; assessorias individuais a empreendedores a fim de gerirem seus negócios; implantação de um *coworking* público, o Espaço Teia, em Parelheiros; o desenvolvimento da Plataforma Sampa+Rural; um programa piloto de Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA), o CSA Martinelli e outro de agroturismo pedagógico; implementação da Escola de Agroecologia, em Parelheiros (CIDADE DE SÃO PAULO, 2021, p. 42-50).

Entre essas ações listadas anteriormente, a Plataforma Sampa+Rural (figura 2) foi um avanço e inovação para o cenário da agricultura urbana do município. A plataforma permite que sejam visualizados onde estão os agricultores, os mercados, o turismo rural e ambiental no município e quais iniciativas voltadas para a agricultura existem (figura 3, na próxima página). Essa plataforma trouxe mais visibilidade a muitos agricultores e locais de comercialização.

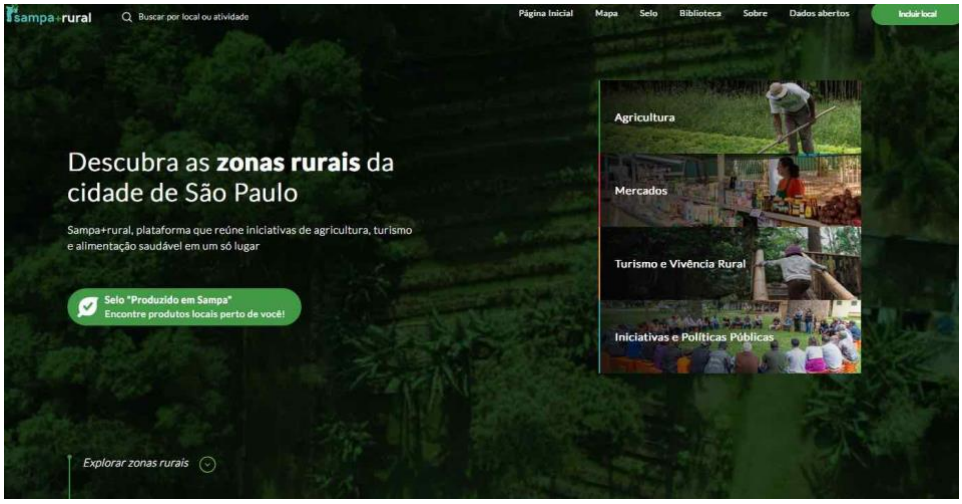


Figura 2. Página do Sampa+Rural na internet. Disponível em: https://sampamaisrural.prefeitura.sp.gov.br (acesso em: 14 jan. 2024).

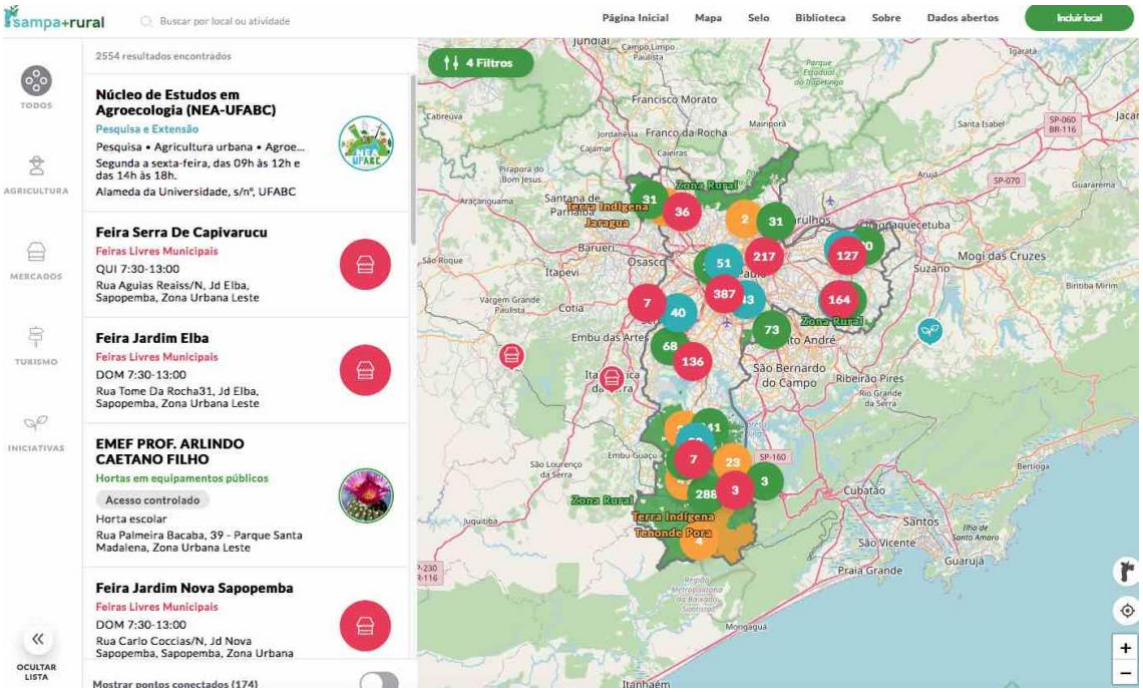


Figura 3. Página do Sampa+Rural na internet, com o mapa que localiza as variadas iniciativas existentes no município. Alguns agricultores, iniciativas e pontos de comercialização tem dados para contato, caso um interessado queira visitar o local.

A plataforma unificou e disponibilizou alguns dados abertos ao público sobre a agricultura no município, algo até então inexistente. É possível visualizar dados sobre os agricultores, as aldeias indígenas Guarani, as feiras orgânicas e municipais, serviços para a agricultura, iniciativas e políticas públicas, entre outros. Porém, é necessário destacar que o Sampa+Rural não é o SisRural, tratando-se de plataformas com usos e funções diferentes. Muitos dos dados do SisRural são fechados e acessados apenas pelo poder público.

Um dos destaques dessa produção de dados, realizada pelo LoP, é sobre a agricultura dos indígenas Guarani. Os dados sobre esse grupo foram feitos separadamente, entendendo que sua produção e relação com a terra passa por uma outra visão e forma de entender e estar no mundo.

Além desses dados, o programa produziu três cadernos técnicos sobre: assistência técnica e extensão rural (figura 4, na próxima página); cartografia temática da zona sul do município (figura 5, na próxima página); e um inteiro sobre o LoP (figura 6, na próxima página). Também foram feitas cartilhas sobre o CSA, o SisRural e o Sampa+Rural. Todos esses materiais são de acesso livre ao público.

Figuras 4, 5 e 6 (respectivamente). Cadernos técnicos produzidos como parte dos resultados do programa LoP.

O LoP ainda teve uma fase 3 devido à pandemia de Covid-19, por isso, houve a extensão de prazos. Nesta, finalizou-se as ações que ainda estavam em andamento, prestou-se as contas do projeto à instituição financiadora e foi feito o balanço, conclusões e aprendizagens (CIDADE DE SÃO PAULO, 2021).

Com as ações do LoP, apesar de não terem abordado todos os agricultores da zona sul, e o programa ter enfrentado desafios, o projeto ao final obteve êxito em diversas frentes, tanto na criação das plataformas de dados, como no atendimento, assistência e assessoria realizados aos agricultores. Dessa forma, a prefeitura deu continuidade às políticas e ações voltadas para a agricultura, e expandiu-as para todo o município, abordando não apenas a agricultura periurbana, mas a intraurbana também.

Entre as ações, está a criação de uma Coordenadoria de Agricultura, instituída pelo Decreto n. 61.042 em 2022, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho da Prefeitura de São Paulo. De acordo com a prefeitura, as zonas rurais fazem parte de programas que visam alcançar metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU) (CIDADE DE SÃO PAULO, 2022). Outras ações de destaque são o Programa Operação Trabalho (POT), elogiado pelos agricultores atendidos, pois o programa paga por uma mão de obra que trabalhe em hortas ou sítios, ajudando os agricultores na sua produção, além de gerar emprego a quem precisa (CIDADE DE SÃO PAULO, 2023); e o Acelerando Hortas, que aconteceu em 2023, consistindo em um aporte financeiro de 30 mil reais para 20 organizações investirem em suas áreas e realizarem alguma melhoria nelas (CIDADE DE SÃO PAULO, 2023).

O município, que já contava com duas Casas de Agricultura Ecológica (CAE), a CAE da Zona Sul (criada em 2006) e a CAE da Zona Leste (criada em 2010), ganhou uma nova em 2022, a CAE da Zona Norte e Centro-Oeste, para melhor atender os agricultores espalhados por São Paulo (CIDADE DE SÃO PAULO, 2022).

Outro ponto, considerado um grande avanço não apenas para a agricultura, mas para o município, foi a elaboração do Plano Municipal de Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável (figura 7), cujas discussões tiveram início como um Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Solidário Sustentável (CMDRSS) em 2018, e se desenvolveram ao longo dos anos para se tornar um plano, finalizado em 2022 e implementado apenas em 2023 (CIDADE DE SÃO PAULO, 2022). No caso do plano, houve atrasos devido à pandemia.

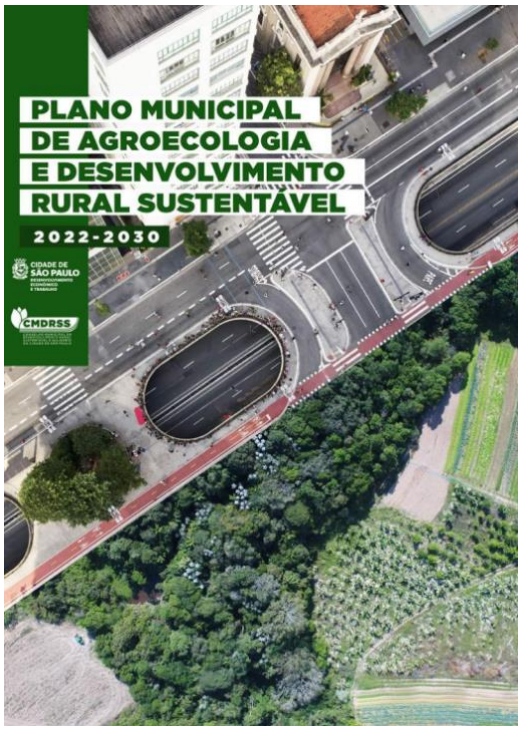


Figura 7. Plano Municipal de Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, com ações previstas para o período de 2022 a 2030.

Atualmente, a prefeitura de São Paulo está realizando um novo projeto, chamado Semeando Negócios, que será feito em diferentes etapas e pretende continuar o fortalecimento e o incentivo da agricultura no extremo sul do município. A etapa atual ainda é a primeira, que consiste em um levantamento de dados mais detalhados do que o LoP, para daí as diretrizes das etapas posteriores serem traçadas e desenvolvidas (ADE SAMPA, 2023).

A partir das ações aqui apontadas sobre o LoP e mesmo da prefeitura, posteriores ao fim do programa, fica evidente o papel que é dado à agricultura urbana e, neste caso, a periurbana, no que se refere à uma atividade com diversos potenciais. Pode-se apontar aqui a geração de emprego e renda, produção de alimentos frescos e *in natura*, diminuição da distância percorrida por esses produtos até o consumidor final, além de ser uma atividade que traz benefícios variados ao município e seus cidadãos, como a criação e permanência de áreas verdes, biodiversidade e, no caso do extremo sul, conservação de mananciais e mata nativa. Os agricultores, envolvidos com a produção e inseridos nessa cadeia, também se integram com diferentes grupos sociais, pois sua relação, em certos casos, vai além da comercialização com seus clientes. É muito comum esses agricultores apontarem, em entrevistas realizadas com eles, que seus clientes se interessam em conhecer suas hortas ou sítios, como a produção é feita, o que plantam etc., criando-se um vínculo mais forte entre produtor e consumidor e, por parte do consumidor, uma maior valorização pelo trabalho e produto gerado pelo agricultor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O LoP teve um papel fundamental para que a agricultura no extremo sul do município tivesse mais incentivos e mesmo mais atenção da sociedade. Os agricultores da região, que foram atendidos pelo projeto, afirmam que este foi bom, pois tiveram mais assistência técnica e, por meio dele, conseguiram melhorias em seus sítios, seja na infraestrutura, seja na produção agrícola. Além disso, dizem que pessoas de outras regiões de São Paulo passaram a procurá-los, interessadas em conhecer suas propriedades, pois os encontraram na plataforma Sampa+Rural.

O projeto disponibilizou dados, tanto abertos ao público, como fechados, de interesse estratégico para a prefeitura. Esses dados são de importância para a realização de ações públicas, seu planejamento e execução. Os técnicos das Casas de Agricultura do município podem acessá-los e consultá-los, o que os ajuda no desenvolvimento de seu trabalho.

A criação da plataforma Sampa+Rural e a disponibilização de dados sobre o extremo sul permitiu se ter mais conhecimento sobre as características da produção agrícola e sua comercialização. A plataforma tem dados de todo o município, e não apenas dos agricultores do extremo sul.

Entretanto, o projeto teve limitações, como abordar um certo grupo de agricultores, ter demorado para realmente começar e realizar ações práticas e, ainda, ficar vinculado e sujeito à Bloomberg Philantropies. Porém, visto a grande lacuna existente de dados sobre a agricultura no município e a necessidade de mais ações focadas nessa atividade, o projeto teve uma importância que não pode ser descartada.

Isso levou a prefeitura a incentivar mais a agricultura e dar continuidade a diversas ações que vieram do LoP, inclusive a iniciar um novo projeto que visa maior fortalecimento da produção agrícola. Dessa forma, a agricultura, existente na maior metrópole brasileira, passou a ser mais valorizada, e ser vista como algo com potencial econômico, social e ambiental, aspectos necessários para se pensar hoje os espaços urbanos e rurais e torná-los melhores para se viver.

REFERÊNCIAS

ADE SAMPA. **Semeando negócios**. Pelo desenvolvimento sustentável do campo. São Paulo: Cidade de São Paulo, 2023.

CIDADE DE SÃO PAULO. **Caderno técnico 3:** Projeto Ligue os Pontos – Relatório da Fase 3: julho de 2020 a junho de 2021. São Paulo: SMUL, 2021.

_____. Coordenadoria de Agricultura. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/desenvolvimento/coordenadoria_de_agricultura/index.php?p=153588#:~:text=Endere%C3%A7o%3A%20Provisoriamente%20na%20Coordenadoria%20de,da%20sede%20est%C3%A1%20em%20defini%C3%A7%C3%A3o. Acesso em: 15 jan. 2024.

_____. Notícias, 30 nov. 2016. São Paulo vence Prêmio Mayors Challenge 2016, da Bloomberg Philanthropies. Disponível em: https://www.capital.sp.gov.br/noticia/sao-paulo-recebe-premio-mayors-challenge-2016-da-bloomberg-philanthropies. Acesso em: 14 jan. 2024.

_____. Notícias, 8 nov. 2022. Prefeitura de São Paulo lança o programa Sampa+Rural e apresenta o Plano Rural para fortalecer e expandir a agricultura urbana e periurbana. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/desenvolvimento/noticias/?p=337566. Acesso em: 14 jan. 2024.

_____. Notícias, 7 fev. 2023. Ade Sampa realiza segunda rodada de “tira dúvidas” para aceleração de hortas. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/desenvolvimento/noticias/?p=342276. Acesso em: 14 jan. 2024.

_____. Programa Operação Trabalho. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/desenvolvimento/cursos/operacao_trabalho/index.php?p=610. Acesso em: 14 jan. 2024.

_____. Projeto Ligue os Pontos. **Relatório fase 1**. out. 2018.

_____. Projeto Ligue os Pontos. **Relatório fase 2**, jun. 2019 a jun. 2020. 2021.

MOUGEOT, Luc. J. A. Agricultura Urbana – conceito e definição. **Revista de Agricultura Urbana**, n. 1, jul. 2000. Disponível em: https://ruaf.org/assets/2000/10/rau01_total.pdf. Acesso em: 14 jan. 2024.

MOUSTIER, Paule; DANSO, George. Local economic, development and marketing of urban produced food. In: VEENHUIZEN, René van. **Cities farming for the future.** Urban agriculture for green and productive cities. Philippines: Ruaf Foundation, IDRC, IIRR, 2006. p. 174-195.

ORSINI, Francesco et al. Urban agriculture in the developing world: a review. **Agronomy for Sustainable Development**, Springer Verlag/EDP Sciences/INRA, 2013, 33, p. 695-720.

WINKLER-PRINS, Antoinette M. G. A. Defining and theorizing global urban agriculture. In: _____ (Ed.). **Global urban agriculture:** convergence of theory and practice between North and South. Boston: CABI, 2017. p. 1-11.

COOPERATIVISMO, TÉCNICA E MERCADO DO ABACAXI: COMUNIDADE SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS, ITACOATIARA – AMAZONAS.

Breno Campos Amorim[1]

RESUMO

Este trabalho visa contribuir com o conhecimento sobre a produção de abacaxi na comunidade Sagrado Coração de Jesus no município de Itacoatiara no Amazonas. A partir da necessidade de produzir para o sustento e reproduzir seu próprio modo de vida, os camponeses locais juntaram-se em torno de movimentos sindicais que vinham se proliferando principalmente na década de 80 e construíram um movimento único no local para tentar organizar a produção da cadeia produtiva, territorializar seu trabalho e estabelecer-se nessa comunidade. Mesmo sem a técnica adequada no começo da produção, os camponeses construíram laços para por meio do cooperativismo dar prosseguimento em seus planos de estabelecer o mercado do abacaxi no município de Itacoatiara e fornecer a matéria-prima para Manaus.

Itacoatiara – AM, Mercado, Técnica, Abacaxi, Comunidade Sagrado Coração de Jesus.

RESUMEN OU ABSTRACT

This work aims to contribute to knowledge about pineapple production in the Sagrado Coração de Jesus community in the municipality of Itacoatiara in Amazonas. Based on the need to produce for sustenance and reproduce their own way of life, local peasants joined together around union movements that had been proliferating mainly in the 1980s and built a unique movement locally to try to organize the production of production chain, territorialize their work and establish themselves in this community. Even without the appropriate technique at the beginning of production, the peasants built bonds through cooperativism to continue their plans to establish the pineapple market in the municipality of Itacoatiara and supply the raw material to Manaus.

Itacoatiara – AM, Market, Technique, Pineapple, Sagrado Coração de Jesus Community.

INTRODUÇÃO

A produção de abacaxi na Comunidade Sagrado Coração de Jesus - município de Itacoatiara está localizado as margens do Paraná da Eva (definição amazônica de extensão de um rio, separado do curso principal por uma ou várias ilhas.), Amazonas. Até o fim dos anos 70 a produção no município contava com aproximadamente 3.000 produtores de abacaxi no município de Itacoatiara (segundo os entrevistados), mas poucos deles produziam a quantidade

[1] Mestrando no Programa de Pós-graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo, bc_amorim@hotmail.com.

suficiente para suprir a demanda do mercado daquela época. Alguns camponeses que produziam para o mercado local, não contavam com assistência técnica e extensão rural, isso porque o sindicato dos produtores rurais não lhes dava representatividade como categoria por falta de organização interna, e a comunicação com a prefeitura e órgãos competentes que representam o poder público na assistência técnica e extensão rural daquela gestão.

A partir dos movimentos sindicalistas que aconteceram em todo o país no fim da década de 70 e início dos anos 80, os sindicalistas rurais começaram a se reunir e buscar alianças políticas para que pudessem restituir o poder e a representatividade do sindicato dos trabalhadores rurais. Entre as entidades políticas, estavam o Partido dos Trabalhadores (PT), que passou a ter reuniões para passar informações aos produtores rurais que tinham interesse em produzir para que pudessem criar uma associação de produtores de mercadorias agrícolas, foi então que 1987 iniciou-se o movimento político-social intitulado "Lavradores em Ação" no município de Itacoatiara, organizando as comunidades Sagrado Coração de Jesus e Novo Remando, tendo sido organizado pelos próprios produtores e recebeu apoio das associações de base comunitária, como, por exemplo, da Igreja Católica na Comissão Pastoral da Terra (CPT), no que diz respeito à organização social e conscientização de classe (classe de produtores rurais, direitos e obrigações).

Orientados pela territorialidade camponesa, o objetivo do movimento político foi organizar os produtores rurais, como categoria de classe trabalhadora, e seus direitos políticos como obtenção de crédito e assistência técnica na produção. Organizados como classe, detentora de direitos e poder político, ao assumir lugar no cenário político, tomando o papel de Estado, os camponeses manifestam vontade política própria, posto que requeiram o reconhecimento das potencialidades e força objetiva destes movimentos enquanto forma de reinvindicação concreta.

METODOLOGIA

Esta pesquisa parte do estudo empírico com um Estudo de Caso (Yin, 2001). Para atender os objetivos da pesquisa qualitativa (Amorozo & Viertler, 2010 apud Albuquerque et al. 2010) foram realizados trabalhos de campo com questionários abertos semiestruturados.

REFERENCIAL TEÓRICO

O pressuposto parte da análise das relações sócio espaciais da cadeia produtiva, que possui diversos sujeitos sociais envolvidos, como o Camponês enquanto especificidade de seu

trabalho (Santos, 1978), agricultor familiar ou colono da terra, fruto da reprodução de cada *Modo de Vida* que para Marx é *o que* e *como* fazem. Em Oliveira (1990) é analisada a Renda da Terra, que tem características próprias da reprodução do capital no campo por meio da extração de trabalho/valor. Contudo, é necessário entender a Organização política e funcionalidade/estrutura da paisagem para analisar as relações sociedade-natureza, isto é, como e para que é utilizada a biodiversidade, por meio da Técnica (Abbagnano, 1998), isto é, o conjunto de regras aptas regidas por normas e providas de certa eficácia capaz de dar materialidade ao trabalho.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A ASCOPE (Cooperativa dos Produtores Rurais da Comunidade Sagrado Coração de Jesus do Paraná da Eva) foi fundada em 1993 sob as pressões do espaço agrário amazonense neste momento histórico, com a finalidade de unir os produtores como classe de trabalhadores rurais, unir as forças de trabalho de forma entusiasmada para começar a produção em quantidade destinada às demandas de mercado local e de Manaus. Tendo unificado as forças de trabalho, a cooperativa passou a representar a prática agrícola na comunidade Sagrado Coração de Jesus, (especificamente quanto à produção de Abacaxi e Cupuaçu), assim como assumiu o papel da circulação e distribuição da mercadoria para os produtores cooperados, principalmente no que diz respeito à distribuição, já que "não se toma nenhuma decisão produtiva, a menos que existam de antemão normas e ou práticas a respeito da distribuição" (Alier, 2007). A cooperativa passou a ter significativa importância econômica no município, o que também causou uma dependência na economicidade camponesa local.

Marx explica como se dão as relações determinadas de produção:

> É na produção social da própria vida que os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção essas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das forças produtivas materiais. [...] O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral da vida social, política e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina a sua consciência... [...] é preciso explicar esta consciência a partir das contradições da vida material, a partir do conflito existente entre as forças produtivas sociais e as relações de produção. (MARX *apud.* Oliveira, 2007, pg.70).

Sob esta perspectiva, pode-se analisar que os sujeitos sociais (econômicos, políticos etc.) envolvidos na cadeia produtiva do Abacaxi na comunidade Sagrado Coração de Jesus, a

partir das relações de produção, que fazem parte da reprodução do modo de vida, é determinada pelo *"desenvolvimento das forças produtivas materiais"*.

Com fiscalização da ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) e financiamento do Banco da Amazônia, a Cooperativa conta com infraestrutura de tratores, caminhões, e um prédio com máquinas próprias para o beneficiamento da mercadoria, a sede da cooperativa está localizada na Vila do Engenho, as margens do Paraná da Eva.

A produção é acompanhada pelo IDAM (Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas), que juntamente com os produtores e a cooperativa, utiliza a técnica e a aplicação da tecnologia para análise do tipo de solo por meio da análise granulométrica**,** onde se pretende classificar os separados do solo em classes de acordo com seus tamanhos. Por conseguinte, após cada análise dos resultados obtidos nesses procedimentos, pretende-se apresentar o percentual de areia, argila e verificar a predominância dos solos de cada lote. A meta estabelecida com a técnica é gerar a caracterização morfológica, edáfica, produtividade e fertilidade do solo, desenvolvimento dos frutos, e área que é destinada ao cultivo do Abacaxi a fim de disponibilizar este conhecimento por meio de relatório técnico ao Banco da Amazônia para que o financiamento por meio do crédito rural seja efetivado.

Ainda assim, a demanda por assistência técnica é superior ao número de profissionais disponíveis para atender, porque o IDAM tem sede na comunidade Novo Remanso, que é a maior produtora de Abacaxi entre as comunidades produtoras, que é vizinha da comunidade Sagrado Coração de Jesus, e sendo assim, tem maior número de atendimentos de assistência técnica e extensão rural. Foi identificado durante as entrevistas que, os produtores cooperados recebem maior atendimento por parte do IDAM, e isso se deve porque produzem em maior quantidade, ou seja, a quantidade de produção influencia o processo de atenção/atendimento do poder público.

A Cadeia Produtiva

Foi identificado duas categorias de produtores rurais, o trabalhador que planta a fim de suprir suas necessidades materiais (da reprodução social) utilizando a mão de obra familiar e não é cooperado, e o produtor que trabalha de forma cooperada também com mão de obra familiar para gerar renda e também lucro, não somente para si, mas para a cooperativa. Para contextualizar o primeiro, utilizaremos características do contexto histórico e social e a economia do camponês, isso porque, segundo Shanin, "Para começar, "um camponês" não existe em nenhum sentindo imediato e estritamente específico. " (p.1, 2005). No caso do

Abacaxi produzido pelos produtores rurais, como resultado do seu trabalho, qualifica sua economia "por formas extensivas de ocupação autônoma (ou seja, trabalho familiar), pelo controle dos próprios meios de produção [...]" (Shanin, 1980, p. 46). O trabalho familiar é feito por todos os membros da família, sem exceção de gênero e idade, desde que este seja considerado apto para a tarefa. As mulheres em geral, cuidam dos serviços domésticos, mas não deixam de ajudar no cultivo se for preciso, enquanto os homens e crianças cuidam do cultivo do Abacaxi, mas as crianças, em especial, durante o período letivo de aulas, trabalham apenas por meia jornada de trabalho, quando necessário, para ajudar os homens adultos.

Com a ajuda da força de trabalho familiar, a produção começa com a técnica da Coivara, onde ocorre a derrubada e queima do chamado Capoeirão, que por sua vez é a vegetação em seu estágio de sucessão ecológica que mais se assemelha a mata primária, chegando a até 5 metros. Após isso, alguns dias se passam, enquanto as cinzas da etapa anterior ficam no solo, o que segundo os produtores rurais, este processo "enriquece" o solo. Esta técnica é desenvolvida por diversas gerações de agricultores com eficácia, já que os nutrientes da biomassa, quando viram cinzas, por algum tempo aumenta as potencialidades do solo para a agricultura, até que o processo de lixiviação leve estas cinzas para os cursos de água, voltando o solo a ter suas propriedades naturais de produtividade e fertilidade.

Mas esta técnica está ligada ao uso do Etnoconhecimento, ou seja, conhecimento tradicional socialmente construído a partir da observação da natureza, "mas esse conhecimento é permeado e plasmado pela cultura" (Costa, 2008). Outro exemplo da observação da natureza foi comentado por um rapaz, que presta serviço de mototáxi na comunidade Sagrado Coração de Jesus, filho de agricultor, comenta: "quando o filho [parte do fruto que é replantado para o início da produção] tá amarelhinho, quer dizer que ele já enraizou, já encontrou com a terra, mais ou menos leva uns 13 dias" (sic).

Todavia, se neste espaço produtivo e neste momento histórico, proporcionou-se a reprodução do campesinato, isso se deve ao seu *Modo de Vida*, já que cada grupo social exerce influência sobre a natureza, a transformação da paisagem a fim de suprir as suas necessidades materiais. Isso porque, para que qualquer grupo social se desenvolva é indispensável certo grau de desenvolvimento das técnicas, e assim, seu bem-estar é cada vez mais condicionado ao desenvolvimento dos meios técnicos (Abbagnano, 1998).

Marx & Engels explicam, portanto, que o *modo de vida* de cada grupo social está ligado com *o que* produzem e *como* produzem, entendo *modo de vida* como:

> "O modo pelo qual os homens produzem os meios de subsistência depende primeiramente da natureza dos meios de subsistência que eles efetivamente constatam como existentes e precisam produzir. Este modo de produção não deve ser considerado simplesmente a reprodução da existência física dos indivíduos, mas antes uma forma definida de atividade destes indivíduos, uma forma definida de expressar a vida deles, um *modo de vida* definido por parte deles. Assim como os indivíduos expressam a sua vida, assim eles são. O que eles são, portanto, coincide com a sua produção deles, tanto o que eles produzem quanto como produzem. "Daí, o que os indivíduos são depende das condições materiais da produção deles. "

Sob esta perspectiva, pode-se identificar a produção de Abacaxi como *produto* do modo de vida. Sendo o fruto apresentado ao mercado como resultado final do trabalho do produtor, a mercadoria. E neste sentido, não há dissociação das condições objetivas de produção, já que o camponês utiliza de sua força de trabalho familiar, o lote como unidade territorial de trabalho familiar, a fim de suprir suas necessidades materiais, econômicas e culturais. Mas o processo de produção camponesa passa por realidades contraditórias, visto que para produzir mercadoria ele passa por processos de relações econômicas sob a égide do capitalismo.

Mas toda esta produção é feita com ajuda técnica de máquinas, como tratores e caminhões, isso faz do camponês *proprietário dos meios de produção*, que além de ter a propriedade da terra, possui os meios que em boa parte têm a forma de mercadoria. Neste caso, os *meios de trabalho* são representados por máquinas que ajudam aplicar as técnicas de cultivo, como o arado, e os *meios intermediários* são fertilizantes, defensivos e corretivos agrícolas.

Muitos dos camponeses, já cultivam o Abacaxi por 10 a 30 anos, e as principais dificuldades técnicas encontradas são a fertilidade do solo e a Cochonilha, praga que é passada por um pequeno inseto, a Cochonilha do Abacaxi (*Dysmicoccus brevipes*), é uma doença associada à conhecida nacionalmente como a "murcha do abacaxi". "Os sintomas de ataque dessa cochonilha ocorrem, inicialmente, nas raízes (secamento e morte), observando-se depois um murchamento e descoloração graduais das folhas (avermelhamento, seguido de amarelecimento). A seguir, os bordos das folhas dobram-se para baixo e, posteriormente, as folhas curvam-se em direção ao solo e, por fim, secam. As plantas, quando infestadas ainda novas, dificilmente virão a frutificar; já em casos de uma incidência tardia, a frutificação pode ocorrer, porém os frutos ficam atrofiados e murchos, impróprios ao consumo ou à industrialização." (Embrapa, 2005).

Por conta desta praga, atualmente, os produtores utilizam pesticidas em todo o cultivo, quando há incidência, e desta forma, o preço e a qualidade do produto varia. Entretanto, o IDAM está desenvolvendo a técnica do Manejo Integrado, que visa acompanhar a produção desde a plantação, até a colheita, ministrando técnicas específicas para diminuir a incidência de pragas e mau uso da técnica. Uma dessas técnicas utilizadas no Manejo Integrado é avaliar o tipo de solo, tipologia do fruto, e quando houver incidência de Cochonilha, aplicar pesticidas apenas na região que estiver ao redor do fruto atacado – estudo necessário; já que não há estudos que esclareçam exatamente qual a espécie e variedade de Abacaxi plantado nos 60 hectáres (aproximadamente) na Comunidade Sagrado Coração de Jesus. O conjunto dessas técnicas é o primeiro passo para que aja futuramente, a certificação por conta do S.I.F, já que a beneficiação do fruto na ASCOPE é acompanhada pela ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária).

Quando a colheita costuma ser em grande quantidade, cerca de 2 a 5 hectares, ou é necessário aplicar insumos químicos no solo ou pesticidas para a manutenção da produção e controle de pragas, o camponês proprietário do lote, conta com uma mão-de-obra extra, conhecida como *diarista* que é classificado por Santos (1978, pg. 37) como *trabalho acessório*, recebendo a remuneração de R$25,00 a R$30,00 por dia de trabalho, que auxilia acima de tudo, na abertura de novas áreas para cultivo, no roçado e na hora de colher o fruto, tirando o filho, parte da planta a ser plantada para o início da produção.

Apesar de entender os riscos envolvendo a saúde no constante uso de pesticidas, o camponês contratado para o trabalho acessório se submete a prática, já que a remuneração é necessária ao fundo de consumo destinado à satisfação das necessidades da família (Rementería, 1981). Este fundo é o principal para a reprodução social, já que supri as necessidades de primeira ordem, esclarece Marx apud Foster (2005):

"Mas a vida envolve, antes de mais nada, comer e beber, morar, vestir-se e várias outras coisas ["condições geológicas, hidrológicas etc."]. O primeiro ato histórico é assim a produção dos meios para a satisfação destas necessidades, a produção da vida material em si."

Desta forma, pode-se entender a transformação da matéria-prima em mercadoria quando se agrega valor que se refere principalmente à força de trabalho, modo de produção, propriedade dos meios de produção e demandas de cada mercado no Amazonas. A transformação do Abacaxi em mercadoria, para o camponês é destinado principalmente ao valor de uso, que é caracterizado como a "circulação simples da mercadoria" (Santos, 1978), isso se dá quando a

mercadoria é trocada a fim de obter outra mercadoria que servirá para o consumo da família camponesa, para suprir as necessidades de primeira ordem (alimentação, moradia, reprodução social), ou seja, o que não pode ser produzido pode ser comprado. Consecutivamente, o produto do trabalho, a mercadoria sai da esfera de circulação para a esfera do consumo.

Para tanto, o camponês apresenta sua força de trabalho para garantir seus meios de trabalho, demonstrando a relação econômica Mercadoria-Dinheiro-Mercadoria (M-D-M), contrária à lógica capitalista que é Dinheiro-Mercadoria-Dinheiro (D-M-D). O valor de uso é também, intrínseco ao que foi programado para ir ao mercado, mas, para o produtor cooperado o Abacaxi não tem apenas valor de uso, tem principalmente valor de troca, porque o Abacaxi em si não lhe serve de nada, visto que o objetivo é trocar por dinheiro a fim de consumir uma nova mercadoria. Ao entrar em contato com o mercado o produto ganha valor de troca a partir da distribuição, onde é apropriado pela cooperativa e quando acontece a extração de mais-trabalho, o agricultor então, recebe em troca parte do seu trabalho em dinheiro para que possa ter o que necessita - o que não pode produzir internamente em sua unidade territorial de trabalho familiar, o lote, como, por exemplo, uma geladeira.

E para o produtor de Abacaxi, não cooperado, é necessário que ele mesmo faça o transporte da mercadoria até as feiras de Manaus, como por exemplo, a feira da Manaus Moderna, tendo assim, o valor por unidade varia entre R$2,00 a R$3,00 dependendo do preço e da qualidade do produto, e isso reflete também no uso de agrotóxicos, mão-de-obra utilizada na produção, demanda do mercado, explica um técnico do IDAM: “A gente vai lá e fala com ele (o produtor) pra ver o que dá pra plantar, às vezes a gente diz: ‘aqui dá pra plantar banana, mas não dá pra plantar abacaxi... ’ mas eles geralmente só procuram a gente quando o caso já é sério” (sic), demonstrando que na mesma região de plantio, é possível ter diversos tipos de solos, diferente produtividade e fertilidade, e diversas técnicas a serem aplicadas no cultivo. A demanda, contudo, não é um fator limitante, aja visto que a colheita ocorre durante o ano inteiro.

Outro personagem importante no processo da cadeia produtiva da mercadoria é o atravessador, ou intermediário que esporadicamente compra esse excesso pelo preço sugerido por ele ou combinado com o produtor da mercadoria, fazendo dele também proprietário dos meios de produção da mercadoria. Isso porque, em meses onde ocorre a vazante no Paraná da Eva, principal acesso por ria fluvial até a Vila do Engenho - Comunidade Sagrado Coração de Jesus, baixa o nível do rio, ficando sem condições de diversos barcos alcançarem a margem, e apesar de todo o trajeto das plantações até Manaus, pelo Ramal do Gato, e depois pela AM – 010 estar asfaltado e em condições de tráfego de veículos, o custo com a técnica do transporte

é oneroso para o produtor não associado, que precisa utilizar o fundo de reposição dos meios de produção (Rementería, 1981) para escoar a mercadoria até o mercado (feiras) e ruas de Manaus. O atravessador geralmente compra a unidade do Abacaxi por R$ 1,00, independente do peso ou do processo de cultivo. Segundo os produtores, é oneroso, mas é a única forma de não perder a produção na época da colheita.

A produção se faz na coleta e na separação do Abacaxi para as diversas formas de comercialização. A distribuição, segundo Oliveira (1990), é "momento do processo econômico em que se dá a repartição dos frutos da produção; no capitalismo é a fração da riqueza expressa no salário, no lucro e na renda da terra.".

Na ASCOPE, a dinâmica de produção é diferenciada, desde o começo da cadeia produtiva, já que os produtores cooperados possuem assistência técnica e extensão rural garantida, visto que a cooperativa é quem busca o requerimento do serviço com o IDAM. A EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) disponibiliza cursos de manejo técnico aos produtores, principalmente no manejo de pesticidas. São aproximadamente 43 produtores cooperados, e com uma estimativa de 3,5 milhões de kg de Abacaxi produzido por ano. A ASCOPE assume o papel da distribuição e consumo da mercadoria, já que o Abacaxi além de ser comprado, beneficiado com ajuda de técnica e tecnologia, é levado até as feiras de Manaus. Acima disso, o Abacaxi beneficiado pela ASCOPE, possui contrato com ADS (Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas), isto é, quase toda a produção é comercializada diretamente com o Governo do Estado para servir de merenda escolar nas escolas de Manaus. O fruto é recebido diretamente do produtor na sede da ASCOPE que fica na Vila do Engenho, as margens do Paraná da Eva, durante os dias úteis da semana, e sábado e domingo o produtor recebe seu pagamento. O quilo é comprado do produtor por R$1,40, a ASCOPE agrega mais R$0.50 que é equivalente aos gastos com transporte, e R$0.25 fica como lucro da cooperativa, sendo assim, o quilo é vendido como preço final de R$2,15 para a ADS. Essa diferença se dá como a Renda da Terra, descrita por Oliveira (1990), "como é uma fração da mais-valia, ou seja, é, mais precisamente, componente particular e especifico da mais-valia.". Isso significa, trabalho excedente, realizado além da necessidade, pago em forma de salário de que apropriam os proprietários dos meios de produção, "sem pagar o equivalente aos trabalhadores (trabalho não pago) sob as formas metamorfoseadas, transfiguradas de lucro e de renda fundiária."

A Renda da Terra é um processo específico de extração de trabalho/valor dentro do processo produtivo nas diversas cadeias produtivas. É também, uma forma encontrada por um

Capital para que exista um elemento de reprodução do campesinato, já que a produção camponesa, provida de técnicas específicas imprime na terra, plasma seu trabalho, sendo que uma parte é explorada e a outra volta para sua reprodução. O trabalho é a dimensão territorial do modo de vida.

Analisada a partir desta perspectiva, a mercadoria possui um preço no primeiro ponto, ou seja, na comercialização do camponês para a cooperativa a partir de padrões econômicos aplicados ao preço pago, mas este preço é pago como se fosse um produto natural de menor importância, o que na verdade, é o ponto de partida para produtos industrializados de grande valor, como o Abacaxi beneficiado que irá atender as demandas dos contratos firmados com a cooperativa. Isso porque, o valor é resultado da produção objetivada no lucro pela produção.

Se a cooperativa compra o produto por quilo direto do produtor, e lhe paga imediatamente, esta opção se apresenta como vantagem para o camponês cooperado, já que não precisa se preocupar se parte de alguma unidade do Abacaxi estiver estragado, já que este é vendido para outros propósitos em Manaus (já mencionados), mas em contradição, o produtor passa a produzir maior quantidade com ajuda de máquinas, fertilizantes e pesticidas, produzindo maior quantidade em menor tempo (mais valia relativa), alterando sua meta e intenção de produção anterior, já que se põe sob as relações de produção capitalistas.

Para a ASCOPE, a principal meta é a valorização do capital, diferente da lógica de produção camponesa, tendo a meta como "um conjunto de ações correspondentes" (Rementería, 1981). Alterando assim, a dinâmica do modo de vida camponês, características já mencionadas (como, por exemplo, o uso da mão-de-obra familiar), quando passa a assalariar a mão-de-obra de outros camponeses, que antes prestavam apenas trabalho acessório, que faz parte do modo de vida camponês. E ainda, muitos dos que eram produtores camponeses, agora são funcionários assalariados da ASCOPE, trabalhando na sede da cooperativa para manter a beneficiação da mercadoria. Outra característica pode ser analisada a partir do uso da técnica e da tecnologia na produção. Rementería (1980) explica:

> Puede ser una tecnologia de redimiento inferior, pero solamente en el limite de que comparativamente esta diferencia sea equivalente a la tasa media de ganancia del capital en el conjunto de la economia, que es lo que espera tenere el empresario agricola.

Posto isso, pode-se analisar a tecnologia utilizada no processo de beneficiação da mercadoria como investimento do capital para alterar o solo, com fertilizantes químicos, investindo em sementes geneticamente melhores, que para o capitalista este investimento de capital se dá como Renda da Terra Diferencial II, já que ele tem acima do lucro médio (Oliveira,

1990), e máquinas, como o trator, para diminuir o tempo do cultivo que normalmente leva com a mão-de-obra manual e familiar. Um exemplo claro disso, é o Abacaxi melhorado, que fica entre o pequeno e o médio, que para alguns produtores é visto como um problema, já que é utilizado muito agrotóxico para aumentar o tamanho dele e o preço nem sempre compensa o uso de insumos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desta forma, na comunidade Sagrado Coração de Jesus, tem modificado a dinâmica do modo de vida camponês, pela inserção do modo de produção capitalista que veio com o modo de produção imposto pela ASCOPE a seus cooperados. Há desta forma, a dissociação do trabalhador das condições objetivas de produção, isso porque sob a égide do capitalismo, a terra não é meio de trabalho, é a forma de se obter lucro, visto que até o solo passa por modificações tecnológicas a fim de valorizar o capital. Entretanto, se nesse espaço agrário, se reproduz um tipo de campesinato – que aqui é analisado a partir da personificação do trabalho, se dá as características do modo de vida e da reprodução social, até porque, segundo alguns camponeses, para entrar na ASCOPE, é necessário investimento de capital inicial, mesmo antes de se produzir. Os territórios são meios de produção e afirmação política, que se reproduz o capitalismo em forma inversa ao do modo de vida camponês, é porque a mercadoria passa por diferentes processos econômicos, políticos e culturais, assim como os sujeitos sociais diferenciam seus interesses no campo. A cadeia produtiva circula no espaço, em diferentes territorialidades moldadas pelas estruturas que a regularizam.

A combinação da organização social por meio do cooperativismo, o uso adequado das técnicas e o contínuo fluxo da cadeia produtiva estabeleceu a configuração do território produtivo na comunidade Sagrado Coração de Jesus, onde há famílias inteiras empenhadas na prática, oferecendo-lhes a satisfação de suas necessidades materiais e reprodução de seus modos de vida.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de Filosofia. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ALIER, Joan Martinez. Correntes do Ecologismo in O Ecologismo dos Pobres. São Paulo: Contexto, 2007.

BOTTOMORE, T. (Ed.) Dicionário do pensamento marxista. Tradução por: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.

COSTA, R. C. Etnoconhecimento, Propriedade Intelectual e Mercado. Disponível em: <www.partes.com.br/…/etnoconhecimento.asp>. Acesso em: 02 dez. 2010.

FOSTER, J, B. A ecologia de Marx: materialismo e natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MARX, K, F; ENGELS, F. A ideologia Alemã. [introdução de Jacob Gorender]; tradução de Cláudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998. (Clássicos)

OLIVEIRA, A. U. de. “A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro.” In: Novos Caminhos da Geografia. Ana Fani

_____. Modo Capitalista de Produção e Agricultura. São Paulo: Ática, 1990.

REMENTERÍA, Ibam de. La economia campesina y el mercado agropecuário. In: Estudios Rurales Latinoamericanos. Bagotá, v. 4, n. 3, p. 221-230.

SANCHES, Nilton Fritzons. Manejo integrado da cochonilha do abacaxi. Embrapa, 2005.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. Colonos do Vinho. São Paulo: Hucitec, 1978.

SHANIN, Theodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações. O velho e o novo em uma discussão marxista. Revista Estudos CEBRAP, Petropolis: Ed. Vozes, n. 26, p. 43-79, 1980.

PRODUÇÃO DE ALIMENTOS PARA O AUTOSSUSTENTO NA AGRICULTURA FAMILIAR: O (IN)VISÍVEL QUE SALTA AOS OLHOS

Daiane Carla Bordulis Eduardo[1]

Sandra Tessaro Zeist[2]

Márcio Freitas Eduardo[3]

RESUMO

A produção para o autossustento representa bem mais que uma simples atividade produtiva destinada à obtenção dos produtos necessários à alimentação e ao bem-estar das famílias agricultoras. O artigo tem por objetivo analisar a produção de alimentos para o autossustento na agricultura familiar e como esta prática expressa uma territorialidade que permite a reprodução social e econômica das famílias agricultoras. O estudo de caso abrangeu duas "comunidades" rurais (Linha caçador e Linha Paloma) do município de Barra do Rio Azul, situado na porção Norte do Rio Grande do Sul. A pesquisa, foi realizada com base em um questionário semi-dirigido, para melhor compreender a produção e o consumo de alimentos para autossustento nas unidades de produção familiares. Existe um potencial produtivo para comercializar o excedente do autossustento no município, porém há inúmeros empecilhos em termos de legislação e infraestruturas específicas. Compreendemos, contudo, que o poder público municipal ou estadual poderia dar mais atenção para essas atividades em face da constatação de sua importância econômica para as famílias agricultoras.

Palavras-chave: soberania alimentar; economia camponesa; consumo interno.

RESUMEN

La producción para el autosustento representa mucho más que una simple actividad productiva encaminada a la obtención de los productos necesarios para la alimentación y el bienestar de las familias campesinas. El artículo tiene como objetivo analizar la producción de alimentos para el autosustento en la agricultura familiar y cómo esta práctica expresa una territorialidad que permite la reproducción social y económica de las familias campesinas. El estudio de caso abarcó dos "comunidades" rurales (Linha Caçador y Linha Paloma) en el municipio de Barra do Rio Azul, ubicado en la parte norte de Rio Grande do Sul. La investigación se realizó a partir de un cuestionario semidirigido, para comprender mejor la producción y el consumo de alimentos para el autosustento en las unidades de producción familiar. Existe potencial productivo para vender el excedente del autoabastecimiento en el municipio, sin embargo existen numerosos obstáculos en cuanto a legislación e infraestructuras específicas. Entendemos, sin embargo, que las autoridades públicas municipales o estatales podrían prestar más atención a estas actividades dada su importancia económica para las familias campesinas.

[1] Doutoranda do Curso de Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, daianebeduardo@gmail.com
[2] Graduada do Curso de Geografia da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS Campus Erechim, sandra.zeist@gmail.com
[3] Docente do Curso de Geografia da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS Campus Erechim, marcio.eduardo@uffs.edu.br

Palabras clave: soberanía alimentaria; economía campesina; consumo interno.

INTRODUÇÃO

A produção para o autossustento representa bem mais que uma simples atividade produtiva destinada à obtenção dos produtos necessários à alimentação e ao bem-estar das famílias agricultoras. Sua existência, pouco visibilizada em pesquisas acadêmicas nos dias atuais, especialmente em áreas de agricultura familiar veementemente integradas ao escopo do agronegócio, por vezes é negligenciada, confundida como um testemunho das práticas do passado, uma rugosidade histórica do campesinato contrastando com os padrões da chamada agricultura moderna (visibilizada).

Trabalhamos a ideia de que esta faceta da produção alimentar (e de outras necessidades básicas), chamada de produção para o autossustento, produção para o autoconsumo ou produção "pro gasto" (conforme designação popular no Sul do Brasil), prática destinada a viabilização de uma gama de produtos à família e ao círculo de cooperação familiar (dentre eles alimentos diversos, bebidas, energia, insumos para a agricultura e materiais de higiene e limpeza etc.) se constitui como uma importante estratégia de reprodução socioespacial dos agricultores familiares. Estamos diante, como destaca Ploeg (2016), da própria "arte da agricultura". Arte cujo princípio da autonomia e da autossuficiência, na condição de legado e de valor econômico, em maior ou menor proporção, sempre desempenhou papel relevante, mesmo em áreas hegemonizadas pela agricultura convencional.

O artigo tem por objetivo analisar a produção de alimentos para o autossustento na agricultura familiar e como esta prática expressa uma territorialidade que permite a reprodução social e econômica das famílias agricultoras. O estudo de caso abrangeu duas "comunidades" rurais (Linha caçador e Linha Paloma) do município de Barra do Rio Azul, situado na porção Norte do Rio Grande do Sul.

METODOLOGIA

A pesquisa, de caráter participativa (pois um dos autores é agricultor e sujeito dessa pesquisa), foi realizada com base em um questionário semi-dirigido, para melhor compreender a produção e o consumo de alimentos para autossustento nas unidades de produção familiares. O questionário contemplou um total de 10 famílias, das quais 08 se enquadravam como Agricultores Familiares (conforme a Lei n.º 11.326, de 24 de julho de 2006) e outras 02 famílias,

com áreas de, aproximadamente, 100 hectares, as quais não se adequavam aos critérios da Agricultura Familiar. Com diferentes estruturas demográficas e tamanhos de área, o intuito consistiu em apreender a realidade e importância da produção de alimentos para autossustento nos casos analisados. De posse do questionário, levantamos a diversidade e a quantidade de alimentos produzidos pelos agricultores e realizamos um cálculo financeiro, para estimar a importância econômica dessa produção para o autossustento, com base no preço operado no mercado regional.

REFERENCIAL TEÓRICO

O autossustento, não é somente considerado um processo produtivo, onde são obtidos produtos necessários para a alimentação da família. Mas sim, um processo que faz parte da produção e reprodução social da identidade familiar. Gera relativa independência econômica e social, em função, principalmente da diversidade de alimentos produzidos e pela presença de reciprocidade social com os vizinhos, por meio da troca de produtos, insumos e conhecimentos (GAZOLLA, 2004)

Os alimentos produzidos na agricultura familiar, que são para consumo são as chamadas “miudezas” ou “pro gasto” no jargão popular dos agricultores. Alguns desses produtos são a moranga, as batatas doce e inglesa, a cebola, a alface, os temperos verdes, tomate, alho, mandioca, entre outros. São alimentos perecíveis, de origem vegetal, que geralmente são produzidos em hortas, sem a utilização de agrotóxicos, favorecendo assim, o hábito de alimentação saudável. Por meio dos alimentos de origem vegetal são obtidos os alimentos transformados como geleias, conservas, açúcar mascavo e outros. Além dos alimentos de origem vegetal, existem os de origem animal, que são ovos, leite, carnes e seus derivados. Além disso, poderíamos destacar, ainda, uma série de outros produtos não alimentícios, mas igualmente necessários ao dia a dia das famílias, como plantas bioativas, recursos energéticos (lenha) e produtos de limpeza (sabão em barra).

Produzir os próprios alimentos para o consumo familiar, de acordo com Grisa (2007), destaca que os mesmos beneficiam para aumentar a autonomia em virtude a constituir-se uma maneira de economização, devido às opções dos alimentos produzidos, por relacionar-se com a identidade social dos agricultores, ou também, devido à vinculação dos mesmos com o desenvolvimento de redes de reciprocidade e a sociabilidade representada pelas trocas de alimentos com vizinhos e a comunidade. Grisa (2007), destaca que os agricultores rurais ao produzirem seus próprios alimentos sentem-se valorizados pela importância de manterem-se

no campo e aumentam sua autoestima.

Gazolla (2004), define o autossustento como a produção animal, vegetal e os transformados caseiros que são utilizados para a alimentação, conforme necessidades das famílias agricultoras e seus hábitos de consumo.

> Sem se desfazer da sua "cultura" alimentar, do seu corpo do saber relacionado ao consumo, preparo e aos hábitos alimentares que foram herdados dos seus ascendentes. Este aspecto é importante de ser compreendido, já que as unidades familiares que possuem o seu autoconsumo não vulnerabilizado, não necessitam suprir as suas necessidades por meio de alimentos "estranhos", como no caso da compra de produtos industrializados. Neste sentido, a não vulnerabilização do autoconsumo gera a conservação dos hábitos alimentares os quais, por sua vez, estão ligados à manutenção da bagagem cultural histórica das gerações ascendentes de agricultores do território (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2007, p. 116).

A produção para autoconsumo é muito diversificada de acordo com as práticas culturais de cada local em que as famílias rurais estão inseridas, buscam-se manter as tradições e hábitos alimentares, expressando assim, a reciprocidade e a preservação de uma identidade peculiar (MINETTO, 2011). Neste contexto, cada território, ao longo de sua história construiu um conjunto de práticas de alimentação que constitui o atual patrimônio cultural, social e econômico. Por meio destas tradições peliculares de cada grupo social, permitem que as pessoas se integrem e se reconheçam como integrantes de um mesmo espaço social (MALUF, MENEZES e MARQUES, 2001). Neste contexto mais especificamente para os descendentes de italianos (no caso das "comunidades que estudamos), ocorre a integração pelas trocas de alimentos, sementes, insumos e conhecimentos e se reconheçam pelas práticas produtivas semelhantes e pelos tipos de preparos de alimentos com pessoas de um mesmo local.

Produzir os próprios alimentos para autossustento familiar, conforme Grisa (2007), destaca que os mesmos colaboram para adicionar a autonomia em virtude a constituir-se uma maneira de economização, devido às opções dos alimentos produzidos, por relacionar-se com a identidade social dos agricultores, ou também, devido à vinculação dos mesmos com o desenvolvimento de redes de reciprocidade e a sociabilidade representada pelas trocas de alimentos com vizinhos e a comunidade. Ainda de acordo com Grisa (2007), os agricultores ao produzirem seus próprios alimentos sentem-se valorizados pela importância de manterem-se no campo e aumentam sua autoestima.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Por meio da análise da produção e consumo de alimentos das unidades de produção do

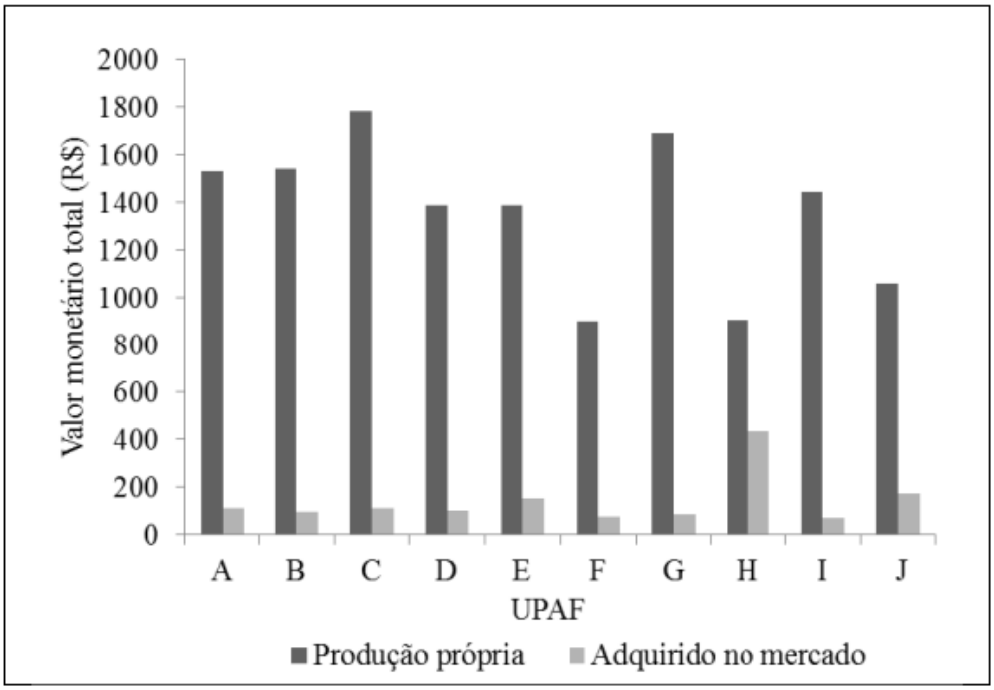
município de Barra do Rio Azul-RS, foi possível constar que a produção para o autossustento foi desenvolvida por todas as famílias pesquisadas, representando um valor médio mensal, em 2016, de aproximadamente, R$1.360,18. Essa produção representou entre 50% e 80% dos alimentos consumidos pelas famílias. Pode-se dizer que é uma atividade econômica invisibilizada, porém muito estratégica (ZEIST, 2016).

No Gráfico 01, é possível verificar os valores monetários acumulados dos produtos produzidos na Unidade Produtiva da Agricultura Familiar (UPAF) e adquiridos em mercados, das dez famílias avaliadas, três gastam menos de R$100,00 mensais, cinco entre R$ 100,00 e 150,00, uma entre R$ 150,00 e 200,00, e uma entre R$ 400,00 a 450,00.

Quanto ao valor monetário economizado com a produção dos alimentos de autossustento, três famílias economizam uma média mensal estimada de R$ 900,00 a 1050,00, três famílias economizam de R$1300,00 a 1450,00, duas famílias economizam de R$ 1500,00 a 1600,00 e duas famílias economizam de R$ 1650,00 a 1800,00. É característica das propriedades avaliadas do município de Barra do Rio Azul a presença significativa da produção de alimentos para o autossustento do grupo familiar. Representada a produção vegetal por hortas pomares e pequenos espaços de terra e a produção animal, por principalmente produção bovina, suína e de aves. Obtendo-se a partir de alimentos de origem vegetal ou animal, derivados transformados, compotas e conservas.

Em relação a produção de valores de uso na racionalidade camponesa a há produção excessiva do excedente. Ou seja, a produção excedente é a que está destinada atender a parentes, filhos que residem fora do estabelecimento e que visitam a propriedade com frequência e de manter a relação de reciprocidade com vizinhos.

Gráfico 01- Total do valor econômico monetário (R$) mensal estimado dos produtos produzidos em relação aos adquiridos em mercado nas UPAF.



Fonte: Pesquisa a campo, Zeist (2016).

Em relação aos alimentos produzidos e os comprados, observa-se que todas as famílias apresentam um valor monetário (R$) econômico elevado por produzirem seus próprios alimentos. Considerando os agricultores envolvidos no estudo, é evidente que mesmo desenvolvendo muitas atividades diversificadas e para fins comerciais, as famílias não deixaram de produzir os alimentos destinados ao consumo interno.

Realizando-se uma contextualização dos produtos produzidos em relação aos comprados, observa-se que todas as famílias apresentam um valor monetário (R$) econômico elevado por produzirem seus próprios alimentos. Considerando os agricultores envolvidos no estudo, é evidente que mesmo desenvolvendo muitas atividades diversificadas e para fins comerciais, as famílias não deixaram de produzir os alimentos destinados ao consumo interno.

No entendimento dos agricultores de todas as unidades avaliadas, sobre as vantagens de se produzir seus próprios alimentos para o autossustento, entendem que há melhora da saúde, favorece uma melhor alimentação, as relação de amizade com vizinhos, parentes e amigos e auxilia economicamente a família.

Ao serem questionados sobre quem são as pessoas que se envolvem na produção de cada grupo dos produtos para o consumo das famílias, responderam que em relação às verduras e legumes, os homens somente ajudam no preparo da terra, mais especificamente na tarefa de arrar a terra para plantar culturas como mandioca, batata, pipoca e amendoim. Mas no caso

dos produtos produzidos na horta e os farináceos, todas as famílias relataram que somente as mulheres são responsáveis pela produção destes alimentos. Quanto às frutas, leite e derivados, gorduras e açúcares, carnes e ovos, e processados e outros, responderam que todos os membros das famílias se envolvem nas tarefas da produção, mas que quanto aos derivados do leite, como a produção de queijo, manteiga, requeijão e os transformados de origem vegetal, como compotas, conservas e geleias, somente as mulheres realizam estas tarefas (Figura 01).

Verduras e legumes	• Homens somente ajudam no preparo da terra. • As mulheres cuidam do plantio, limpa e colheita.
Produtos produzidos em hortas	• Tarefa da mulher.
Farináceos, derivados de leite e transformados de origem vegetal	• Tarefa da mulher.
Frutas, leite, gorduras e açucares, carne e ovos, processados e outros	• Todas as pessoas do grupo familar se envolvem nas tarefas.

Figura 01: Divisão sexual do trabalho nas tarefas para a produção do autossustento.

Fonte: Pesquisa a campo, Zeist (2016).

Da mesma maneira como ocorria antigamente, as atividades dentro da unidade de produção familiar, ainda envolvem a diferença do gênero homem e mulher, com o protagonismo da mulher nas atividades, desenvolvidas em pequenos espaços. Apesar das unidades apresentarem graus variados de inserções na economia de mercado convencional, as mesmas também realizam uma diversidade de atividades voltadas ao autossustento. Essa produção também está atrelada a sociabilidade com quem mora fora do estabelecimento e expressa uma territorialidade de elevada importância na presença de laços e relações sociais com os vizinhos, amigos e parentes, por meio de práticas reciprocas.

Em grande medida a produção é realizada sem o uso de agrotóxicos e adubos químicos, uma preocupação muito forte das famílias com a saúde, o prazer de produzir e transformar seus próprios alimentos com melhor qualidade nutricional.

As famílias quando questionadas sobre as dificuldades de se produzir alimentos para o autossustento, todas relataram as condições meteorológicas, doenças e insetos e 40% também

relataram que o uso intensivo de agrotóxicos utilizados no controle das plantas espontâneas nas pastagens e lavouras para comercialização é outro fator. De acordo com Minetto (2011) a produção de alimentos para o autoconsumo confirma sua importância nas unidades de produção, "para garantir a segurança alimentar não bastam grandes produções, mas os pequenos plantios visando a alimentação do grupo familiar são fundamentais para garantir a segurança alimentar das famílias rurais" (MINETTO, 2011, p. 48).

No entendimento dos agricultores de todas as unidades avaliadas, sobre as vantagens de se produzir seus próprios alimentos para o autossustento, entendem que seja a melhor saúde, favorece melhor alimentação, relação de amizade com vizinhos, parentes e amigos e econômica. Somente uma família relatou o item geração de renda, por desenvolver o trabalho agrícola na UPAF relacionado à venda de produtos olerícolas na feira. Para tanto a policultura de subsistência tem um grande potencial a ser explorado no município aqui estudado para a produção da venda do excedente, isto se houvessem estímulos para a produção do excedente para a comercialização, especialmente de alimentos orgânicos, como já é usual nos estabelecimentos pesquisados para o autossustento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar dos alimentos de autossustento contribuírem para a estabilidade econômica e minimização da vulnerabilidade, ficou evidente que as unidades de produção não contabilizam a renda monetária do autossustento. Desta maneira, predominando uma invisibilidade econômica desses produtos frente a produção convencional da família (financeiramente visível).

Neste contexto, Grisa (2007), afirma que por se tratar de uma produção estabelecida entre homem, trabalho e natureza e ser realizada, com os recursos disponíveis localmente, a produção geralmente não é visível economicamente. Ou seja, "isso demonstra que o alimento que é produzido não é monetariamente valorizado, pois a ação de produção está tão internalizada que a ela não é conferido um valor econômico" (MINETTO, 2011, p. 50).

Existe um potencial de se produzir para vender o excedente da produção do autossustento no município, porém não há incentivo do poder público, pois somente 10% das unidades tem produção comercial dos alimentos de autoconsumo.

Pode-se considerar que nas unidades existe diversidade de produtos agrícolas e pecuários e avanço na produção para as agroindústrias, porém é possível confirmar que as

famílias pesquisadas não deixam de produzir para o autossustento do grupo familiar. Ou seja, não está ocorrendo uma alteração significativa dos sistemas de produção de autossustento nos estabelecimentos. E, por fim, é possível concluir que a produção dos alimentos de autossustento apesar de as UPAFs produzirem para a industrialização e estarem sendo afetados pelo desenvolvimento capitalista, foi possível perceber a elevada importância econômica, cultural e social, promovendo nas unidades familiares, a diminuição de despesas e a melhoria da qualidade de vida dos integrantes.

Existe um potencial produtivo para comercializar o excedente do autossustento no município, porém há inúmeros empecilhos em termos de legislação e infraestruturas específicas. Somente 10% das unidades tem produção comercial dos alimentos de autoconsumo. Compreendemos, contudo, que o poder público municipal ou estadual poderia dar mais atenção para essas atividades em face da constatação de sua importância econômica para as famílias agricultoras.

REFERÊNCIAS

GAZOLLA, M. Agricultura Familiar, Segurança Alimentar e Políticas Públicas: uma análise a partir da produção para autoconsumo no território do Alto Uruguai, RS. **Dissertação de Mestrado**. UFRGS. Porto Alegre, RS. 2004. Disponível em: https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/5583/000472644.pdf?. Acesso em: 15 set.2015.

GAZOLLA, M., SCHNEIDER, S. A produção da autonomia: os "papéis" do autoconsumo na reprodução social dos agricultores familiares**. Estudos sociedade e agricultura**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p.89-122, abril 2007. Disponível em: <1.ufrrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/viewFile/283/279>. Acesso em 15 jan. 2016.

GRISA, C. **A produção 'pro gasto'**: um estudo de caso comparativo do autoconsumo no Rio Grande do Sul. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Rural- Faculdade de Ciências Econômicas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em: < http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/11001 >.Acesso em: 17 set.2015.

MALUF, R.S.; MENEZES, F.; MARQUES, S.B. Caderno 'segurança alimentar', 2001. Disponível em: http//www.dhnet.org.Br/direitos/sos/alimentação/tconferencias.html> acesso em : 31 jan.2016.

MINETTO, M. C. **Produção para autoconsumo na agricultura familiar em Santo Ângelo**, RS. Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação. UFRGS. Porto Alegre, RS, 2011.disponivel em: https:/ 1. Acesso em: 15 set.2015.

MINETTO, M. C. **Produção para autosustento na agricultura familiar em Santo Ângelo**, RS. Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação. UFRGS. Porto Alegre, RS, 2011.disponivel em:

https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/.../000819941.pdf?1. Acesso em: 15 set.2015.

PLOEG, J. D. van der. **Camponeses e a arte da agricultura**: um manifesto chayanoviano. Porto Alegre/São Paulo, Ed. UFRGS/UNESP, 2016.

ZEIST, S. T. **Produção de alimentos de autossustento na agricultura familiar:** um estudo de caso no município de Barra do Rio Azul-RS. Trabalho de conclusão de curso (graduação) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Erechim, RS, 2016.

QUESTÃO AGRÁRIA: TRAJETÓRIA E EXPERIÊNCIAS AGROECOLÓGICAS, MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA, BAHIA.

Eduarda de Jesus Souza Lima[1]

Henrique Oliveira de Andrade[2]

Kássia Aguiar Norberto Rios[3]

RESUMO

O estudo analisou a dinâmica e apropriação territorial do município de Feira de Santana, Bahia, com foco no contexto agrário. Para alcançar tal objetivo, a pesquisa explorou a evolução do processo de ocupação e configuração territorial, considerando os aspectos socioeconômicos. Abordou também a interação e dinâmica entre as populações urbanas e rurais, investigando o desenvolvimento das práticas de apropriação da terra ao longo do tempo. O embasamento teórico foi fundamentado em pesquisas anteriores e análises de dados socioeconômicos, principalmente, o Índice de Gini dos anos de 1920, 1970, 2006 e 2017, além dos dados do censo agropecuário de 2006 e 2017. Esses dados foram analisados e sistematizados por meio de mapas, quadros, tabelas e gráficos, proporcionando uma visão mais abrangente do cenário agrário na Bahia, com ênfase para Feira de Santana. Os resultados destacam uma alarmante concentração de terras, predominando os minifúndios com 95,53% dos estabelecimentos rurais, detendo apenas 22,03% da área total de terras no município de Feira de Santana. Este se destaca com o maior número de imóveis rurais da Bahia com 9.191 estabelecimentos em 2017. Isso evidencia desafios significativos, demandando atenção para promover equidade e sustentabilidade no cenário agrário do referido município.

Palavras-chave: Agroecologia; Índice de Gini; Concentração Fundiária.

ABSTRACT

The study analyzed the dynamics and territorial appropriation of the municipality of Feira de Santana, Bahia, focusing on the agrarian context. To achieve this objective, the research explored the evolution of the occupation process and territorial configuration, considering socioeconomic aspects. It also addressed the interaction and dynamics between urban and rural populations, investigating the development of land appropriation practices over time. The theoretical basis was based on previous research and analysis of socioeconomic data, mainly the Gini Index from the years 1920, 1970, 2006 and 2017, in addition to data from the agricultural census of 2006 and 2017. This data was analyzed and systematized through of maps, tables, and graphs, providing a more comprehensive view of the agrarian scenario in Bahia, with an emphasis on Feira de Santana. The results highlight an alarming concentration of land, with smallholdings predominating with 95.53% of rural establishments, holding only 22.03% of the total area of Feira de Santana land. This stands out as the municipality with the largest number of rural properties in Bahia with 9,191 establishments in 2017. These findings highlight significant challenges, demanding attention to promote equity and sustainability in the agrarian scenario of that municipality.

---

[1]Especialista em Agroecologia e Tecnologias Sociais na Educação do Campo pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, Campus de Feira de Santana, Bahia. E-mail: dudalimafsa13@gmail.com.

[2]Professor, Mestre em Geografia, Instituto Federal da Bahia – IFBA, Campus de Feira de Santana, Bahia. E-mail: hgeouefs@gmail.com

[3]Professora, Doutora em Geografia, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB Campus de Feira de Santana, Bahia. E-mail: kassiarios@ufrb.edu.br.

Keywords: Agroecology; Gini index; Land Concentration.

INTRODUÇÃO

A formação do território brasileiro ao longo de sua história foi caracterizada pela intensa exploração de recursos naturais desde a chegada dos europeus, há mais de quinhentos anos. A colonização do território, atualmente brasileiro, se deu por meio do sistema de sesmarias, o que resultou na concentração de terras, consequentemente influenciou na desigualdade social. Esse sistema consistia na concessão de grandes extensões de terras não exploradas a representantes "capitalistas-colonizadores" da Coroa portuguesa, cujo objetivo principal foi explorar os recursos naturais, desenvolver atividades agropecuárias, bem como povoar o território.

A divisão das terras ocorreu pelo regime de Capitanias Hereditárias, o que contribuiu significativamente para a concentração fundiária no Brasil. A posse de vastos territórios por poucos latifundiários resultou na distribuição desigual da propriedade fundiária no país, perpetuando a desigualdade social e dificultando o acesso à terra para pequenos agricultores, indígenas e negros africanos (IBGE, 2007, Stedile, 2012). A exploração agropecuária em grandes latifúndios, era baseada na monocultura e na escravidão indígena e negros. Esse processo histórico deixou impactos significativos, moldando geograficamente a estrutura social do país.

Estudos apontam que a ocupação das terras no sertão nordestino, de clima semiárido, não foi muito diferente. Teve início e foi intensificada com a criação de gado, principalmente ao longo dos rios, especialmente o vale do rio São Francisco, além disso, a produção agrícola de subsistência destinada ao consumo interno, cresceu junto a exploração mineral, que ocorreu na Chapada Diamantina e Minas Gerais (Prado Junior,1983; Lobão e Silva, 2012).

Observa-se que, o sertão nordestino incluindo Feira de Santana, também sofreu impactos similares com a criação de gado e atividades agrícolas. A maioria dos municípios baianos apresentam marcas históricas de transformações na natureza devido atividades agropecuárias. Feira de Santana, localizada no Estado da Bahia (Figura 01) abrange uma área de 1.304.425 km², a cerca de 105 km a noroeste de Salvador, capital do Estado. Possui uma população de 616.272 habitantes, com densidade demográfica de 472,45 hab./Km^2, sendo que dessa 91,8% se encontram no espaço urbano, impulsionados pela crescente oferta de serviços, enquanto apenas 8,2% vivem no espaço rural (IBGE, 2020, 2022).

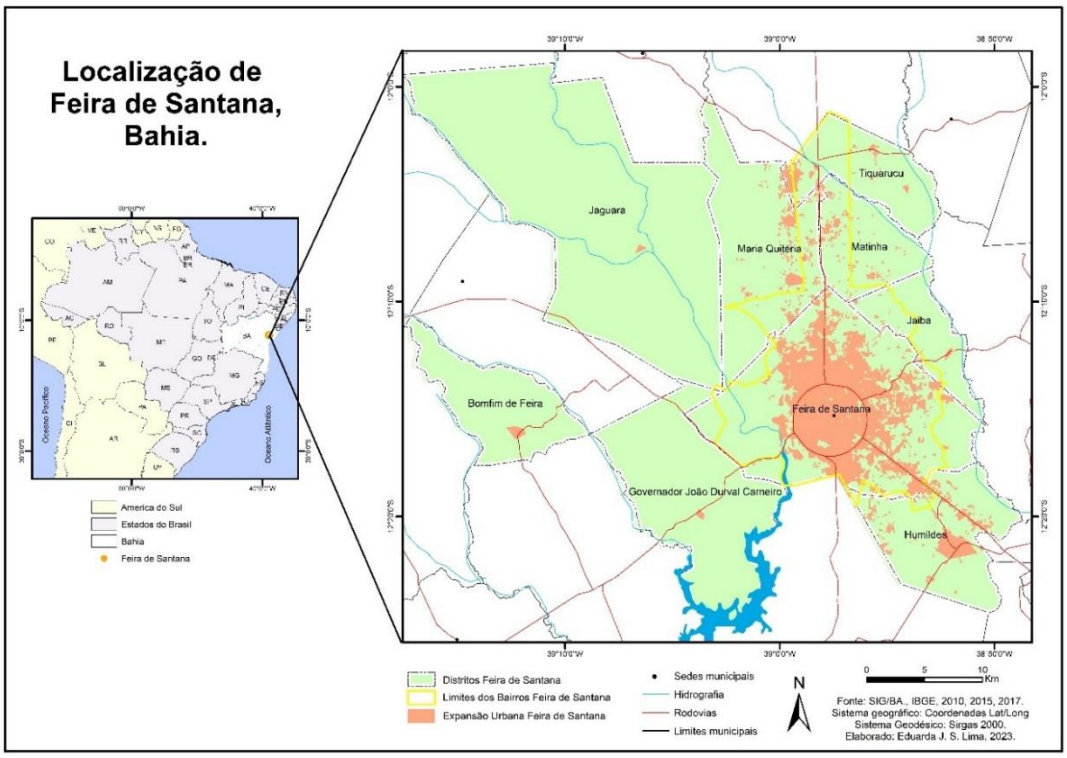


Figura 1- Mapa de localização do munícipio de Feira de Santana, Bahia.

O município de Feira de Santana, apresenta uma expressiva concentração de terras, indicando uma distribuição desigual. O objetivo deste estudo foi analisar a dinâmica e apropriação do espaço agrário do município de Feira de Santana, por meio da aplicação de técnicas de geoprocessamento e cartografia digital. O foco principal foi especializar os dados relativos à concentração fundiária e investigar as práticas agroecológicas de comunidades rurais.

METODOLOGIA

Na execução dos objetivos foram utilizadas como aporte metodológico teórico, fontes primárias e secundárias, por meio de livros, artigos de revistas científicas, teses e dissertações sobre os principais temas: questão agrária, concentração de terras, populações tradicionais, especialmente quilombolas, sociedade natureza, conflitos agrários, formação territorial do Brasil, Bahia e questões relacionadas a configuração espacial do município de Feira de Santana. Isso possibilitou compreender como se deu as origens e relações do uso e ocupação da terra, bem como a história de luta e resistência de um povo resiliente na conquista de seu espaço de vivência com leituras, seguida da produção textual.

Buscou-se dados e informações em sites e órgãos oficiais como: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, obteve-se dados socioeconômicos e populacionais, censo agropecuário 2006 e 2017 e dados da estrutura fundiária (1920 a 2017, aplicação do Índice de

Gini), disponibilizado pelo Grupo de Pesquisa Geografar da Universidade Federal da Bahia – UFBA. O Índice de Gini pode ser usado para mensurar a concentração de terra, conforme tabela 1 (quanto mais próximo 1, maior a concentração de terras), conforme Câmara (1949, p. 517).

Tabela 1 - Classificação do índice de Gini - concentração da posse da terra.

Índice de Gini	**Classificação**
0,000 a 0,100	Concentração Nula
0,101 a 0,250	Concentração Nula a Fraca
0,251 a 0,500	Concentração Fraca a Média
0,501 a 0,700	Concentração Média a Forte
0,701 a 0,900	Concentração Forte a Muito Forte
0,901 a 1,000	Concentração Muito Forte a Absoluta

Fonte: Câmara (1949).
Elaborada pela autora, 202.

Para além disso, foram realizadas pesquisas em sites e em ambientes físicos (sindicato rural, cooperativas, associações e centros e/ou grupos de pesquisa. Seguida construção de banco de dados com devidas análises, tabulação e confecção de quadros, tabelas e gráficos com produção textual.

Na elaboração dos mapas temáticos, foram usados os dados de fontes primárias e secundárias, aliados a outros dados dos censos demográficos do IBGE, dos anos 2010, 2021 e censos agropecuários, 2006 e 2017, estes foram integrados na malha municipal de Feira de Santana. Nessa foi construída um banco de dado digital, utilizando-se técnicas e ferramentas das geotecnologias. Para o georreferenciamento, análise, espacialização e produção de mapas temáticos, utilizou-se os *softwares ArcGIS for Student* e o *QGIS 3.28.6 Firenze* e na coleta das coordenadas geográficas usou o *Googles Maps, UTM Geo Map, Timestamp in locus*.

Fez-se o georreferenciamento das comunidades quilombolas e mapeamento das experiências agroecológicas do município, em seguida elaborou-se os mapas de localização das referidas comunidades e as áreas de ocorrência das Feiras agroecológicas. Além, da produção de mapas com resultados do censo agropecuário 2017, realizou-se o levantamento dos dados com sistematização e tabulação destes, fez-se o recorte da área de estudos e construção de banco de dados, seguida da produção dos mapas temáticos das características agropecuária da Bahia, com destaque para Feira de Santana.

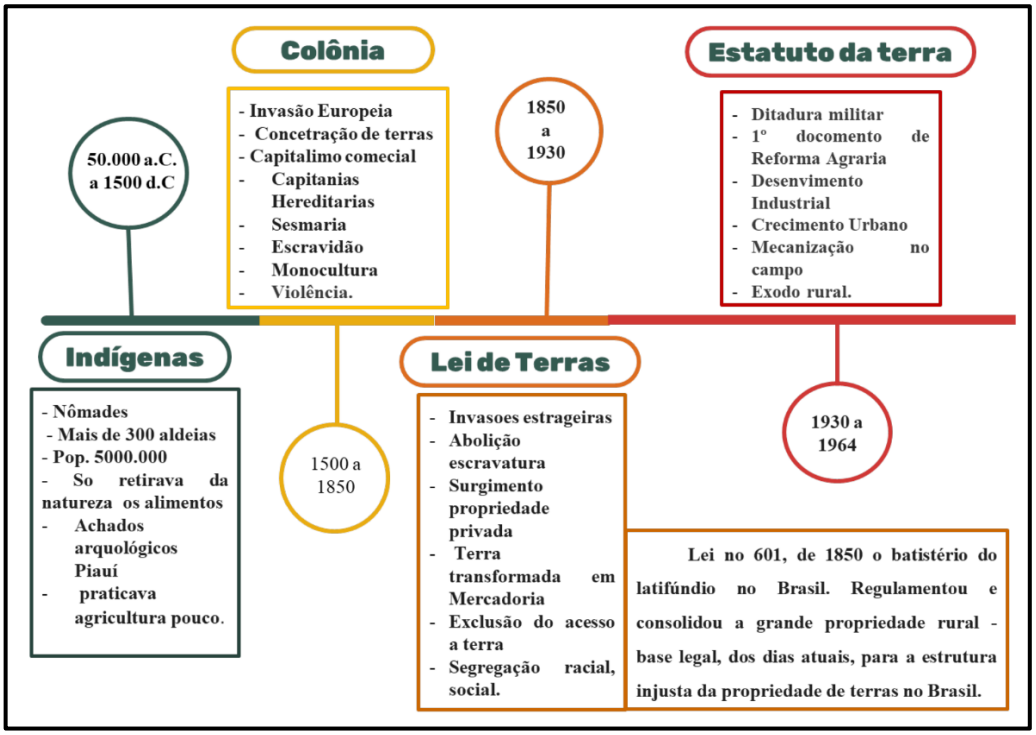
Vale destacar que, foram realizadas várias pesquisas *in loco*, a fim de conhecer a realidade do espaço agrário de Feira de Santana, embora tenha tido um contato efetivo e direto com os sujeitos envolvidos no estudo, com observação e participação em rodas de conversas das questões que envolvem práticas do cotidiano, no tocante aos contextos: sociocultural, político, econômico e socioambiental é importante dizer, que não houver intervenção no meio

de ocorrência do processo dinâmico das ações dos sujeitos das comunidades populares durante as pesquisas de campo.

REFERENCIAL TEÓRICO

- **Origens terra, território e desdobramentos da concentração de terras no Brasil**

A questão agrária, no Brasil é definida pela inter-relação de processos sociais, econômicos e principalmente políticos, pelos quais, a principal força motriz que impulsiona pode ser resumida entre a relação capital e trabalho. Neste sentido, as formas de apropriação e concentração de terras refletem nas condições de vida de suas populações no campo e na cidade. A questão agrária brasileira percorre diferentes contextos históricos, aqui sistematizado em períodos em consonância com *Stedile*, 2012.



Fonte: *Stedile*, 2012.
Elaborado pela autora, 2023.

No período colonial, com a criação da Lei de terras permitiu-se que os sesmeiros, detentores de concessões de terras, se tornariam proprietários por meio de transações de compra e venda, mediante o pagamento à monarquia portuguesa. Fica evidente que essa prática resultou na exclusão de grande parcela da sociedade, principalmente indígenas e negros, assim contribuindo para a manutenção do monopólio e limitando o acesso e o direito à terra. Visto que, quem tinha direito e quem não tinha direito a essas terras? Eram:

> Somente os brancos, "puros de sangue" e católicos tinham o direito à posse da terra, enquanto escravos, índios, judeus, mouros e tantos outros não tinham esse mesmo direito. Assim, os senhores de engenho, que eram "puros" obtinham uma grande área

> para plantar cana-de-açúcar, enquanto a maioria da população não tinha o direito da posse pela terra, pois eram escravos e índios. (MIRALHA, 2006, P. 152).

Percebe-se as origens e marcas de inúmeros problemas enfrentados pela sociedade brasileira, tais como: a desigualdade, a segregação racial, a exclusão social e concentração fundiária, remontam desde o período colonial com o regime de Sesmaria. Essa estrutura persistiu ao longo do tempo, sendo uma maneira eficaz da elite brasileira manter a estrutura agrária inalterada.

Além disso, a elite buscava impedir que ex-escravizados ascendessem socialmente, tornando-se pequenos proprietários de terras e camponeses. O objetivo era manter essas pessoas em condições precárias, dependendo dos fazendeiros e aceitando míseros salários. Importante estratégia para preservar a ordem social existente naquele período.

Durante as décadas de 1950 e 1960, a produção agrícola foi base econômica, impulsionou a produção industrial no Brasil com investimentos de setores agrários. Isso envolveu o confisco de recursos dos setores agropecuários em detrimento dos setores urbanos. A burguesia industrial, com capital estrangeiro, sustentou seus investimentos, por meio das receitas das exportações de café, cacau e açúcar.

Segundo Octávio Ianni (1984) a dupla subordinação na sociedade agrária brasileira, transformando-a em fornecedora de excedente para cidades e exportação, especialmente após o Golpe Militar de 1964. Na ditadura militar, houve incentivos industriais, mas a agricultura passou por transformações, sem homogeneização nas relações de produção e forças produtivas no campo, ampliando os desequilíbrios e desigualdades entre as instituições.

Desse modo se estrutura questão agrária no Brasil, definida por *Stedile (*2012, p. 17/18*)* como "um conjunto de interpretações e análises da realidade agrária que procura explicar como se organiza a posse, a propriedade, o uso e a utilização das terras na sociedade brasileira". Neste sentido, a questão agrária está diretamente ligada a forma de organização, uso e apropriação das terras, ou seja, o modo de produção adotada pela sociedade, que envolve questões sociais, políticas, econômicas, culturais e ambientais.

- **Origem, caminhos e territorialidade dos quilombos no Brasil**

O território pode ser considerado como uma porção do espaço delimitado por e a partir de relações de poder representado tanto no sentido de fronteiras territoriais (demarcação física) e simbólicas pelas forças sociais que atuam em determinada área (ideológicas). O conceito de território vai além da ideia de limitação de espaço físico como estado, nação, município, bairro ou qualquer outro modo de identificação de fronteira (material), permeia no campo ideológico

(imaterial), ou seja, na maneira de como se pensar o poder da dominação de determinada porção do espaço geográfico.

Neste sentido, uma breve discussão sobre território numa perspectiva agrária como espaço de luta e contradições. O conceito de território como categoria de análise espacial da geografia expressa a territorialidade de determinado espaço e pode ser estabelecida pela relação de poder expressada por meio de ações políticas, econômicas, culturais e sociais. Assim, Rogerio Haesbaert analisa o território sob diferentes abordagens conceituais delimitando-o em três vertentes básica:

> a) jurídico-política, majoritária, inclusive no âmbito da Geografia, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado sobre o qual se exerce um determinado poder, especialmente o de caráter estatal; b) a cultural(ista), que prioriza sua dimensão simbólica e mais subjetiva, o território visto fundamentalmente como produto da apropriação feita através do imaginário e/ou da identidade social sobre o espaço; c) a econômica (muitas vezes economicista), minoritária, que destaca a des-territorialização em sua perspectiva material, concreta, como produto espacial do embate entre classes sociais e da relação capital-trabalho (HAESBAERT, 1987, p 39).

Essa concepção de território abrange três perspectivas: jurídico-política, cultural e econômica. A primeira, é um espaço controlado e representado pelo Estado. A segunda abordagem é a cultural resulta da apropriação simbólica e valorização da identidade do espaço. A terceira é a econômica, representada pela fonte de recursos e palco de conflitos entre classes sociais. O conceito de território é usado para fortalecer relações de poder e, considerando sua diversidade, a abordagem da territorialidade é guiada pela multidimensionalidade.

Neste contexto, é importante trazer para a discussão o conceito de conflitualidade, pois mesmo não sendo objeto de interesse do território como espaço de governança, esse está no cerni da territorialidade como enfatiza Fernandes (2013). O mesmo autor explora os conceitos de território e a conflitualidade numa perspectiva atrelada ao desenvolvimento territorial e a questão agrária. Neste sentido:

> A conflitualidade é um processo constante alimentado pelas contradições e desigualdades do capitalismo. O movimento da conflitualidade é paradoxal ao promover, concomitantemente, a territorialização – desterritorialização – reterritorialização de diferentes relações sociais. A realização desses processos geográficos gerados pelo conflito é mais bem compreendida quando analisada nas suas temporalidades e espacialidades. São processos de desenvolvimento territorial rural formadores de diferentes organizações sociais (FERNANDES, 2004, p. 2).

Observa-se a natureza contínua da conflitualidade, resultante das contradições inerentes ao sistema capitalista. Esse processo paradoxal envolve a territorialização, desterritorialização e reterritorialização de relações sociais. A compreensão completa desses processos geográficos, originados de conflitos, requer uma análise das dimensões temporais e espaciais. Nesse

contexto, destacam-se os processos de desenvolvimento territorial rural, que geram diversas formas de organização social.

Movimentos de resistência surgem dentro desse cenário, representada pelas comunidades tradicionais que se posicionam como espaços de confronto contra as imposições do sistema dominante. Esses movimentos contribuem para a criação de novas territorialidades, estabelecendo laços e significados culturalmente enraizados. Exemplo e símbolo de resistência são as comunidades quilombolas, que têm raízes profundas na luta contra a exploração da mão de obra escrava.

As comunidades quilombolas enfrentaram tratamento desumano, sendo consideradas meros objetos e mercadorias por uma sociedade aristocrática. Diante disso, grupos de negros se organizaram e se rebelaram de várias maneiras, desafiando os senhores nas fazendas e engenhos. Nesse contexto, os quilombos surgiram como formas de resistência negra contra o regime escravocrata.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Falar de estrutura fundiária no estado da Bahia remota ao passado histórico em comum a formação territorial do Brasil, assim como a forma de apropriação e expropriação das terras brasileira. O espaço baiano foi uma das primeiras áreas ocupadas pelos colonizadores europeus. E este se deu pela exploração dos recursos naturais com o uso e ocupação do solo com a prática da monocultura voltada para exportação e pecuária associada a outros fatores contribuíram para concentração fundiária com algumas especificidades.

O município de Feira de Santana tem uma origem relativamente recente, sendo considerado uma unidade política em 1873, quando a vila foi elevada à categoria de município. Antes disso, pertencia à Comarca de Cachoeira. No início do século XVI, os bandeirantes Antônio Guedes de Brito e Francisco Dias d'Ávila receberam extensas sesmarias que abrangiam o território de Feira de Santana. A sesmaria de Tocós, concedida a Antônio Guedes de Brito, foi essencial para o povoamento da região (Freitas, 2014).

A Casa da Ponte, propriedade de Brito desde 1609, abrangia terras do território de Feira de Santana, adquiridas posteriormente por outros colonizadores, Freitas, (2014). Segundo Frei Galvão (1982), baseado em documentos históricos, assegura que a apropriação do espaço pelos colonizadores ocorreu em 1615, com uma Carta de Concessão em favor de Miguel Ferreira Feio, e em 1619 de João Peixoto Viegas. O território tornou-se objeto de desejos, rivalidades e embates desde o século XVI, marcando a gênese do processo de povoamento da região.

A história de Feira de Santana é marcada por muitos caminhos e controvérsias, com terras estrategicamente localizadas, banhadas pelos rios: Pojuca, Subaé, Jacuípe, Peixe e Tocós, faz parte da bacia hidrográfica do rio Paraguaçu. A região era vital para o comércio, sendo

ponto de encontro e repouso, especialmente para o gado, desempenhando um papel importante na história do Brasil.

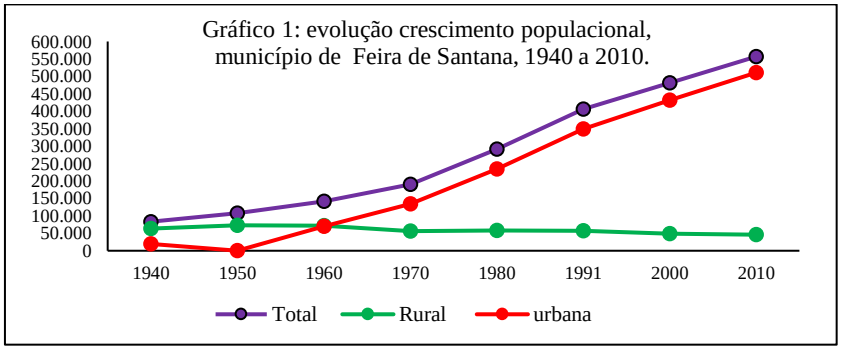
O município de Feira de Santana tornou-se centro comercial, conectando-se ao porto de Nossa Senhora do Rosário do Porto Cachoeira e Salvador, facilitando a exportação de açúcar e fumo para a Europa, além da importação de mercadorias distribuídas por toda a colônia. O gado também contribuiu significativamente para o povoamento, densificação populacional e exploração de vastas extensões de terras no sertão baiano. Os conhecidos "caminhos do gado" e a apropriação de terras ao longo dos cursos d'água se entrelaçam nessa narrativa.

> O gado e a conquista territorial andavam juntos, faziam parte de um mesmo projeto, movimentando um comércio crescente nas áreas sertanejas". A imensidão das terras interioranas concedia possibilidade para ampliação de riqueza mediante a produção de alimentos e da pecuária. Nesse contexto, um proprietário de terra que estendia o latifúndio em direção norte e oeste, tornava-se respeitado socialmente ao submeter os donos das terras. Para (Freitas, 2014, p. 115).

Em suma, a criação de gado e a expansão territorial estavam intimamente ligadas e faziam parte de um mesmo projeto. Isso resultou em um aumento do comércio nas áreas rurais, especialmente na região semiárida do país. As vastas extensões de terra disponíveis no interior proporcionavam a oportunidade de aumentar a riqueza por meio da produção de alimentos e da criação de gado, além ocupação do territorial e apropriação de grandes extensões de terras.

Feira de Santana serviu de ponto de encontro, descanso e comercialização do gado, um importante elemento da história do Brasil, que contribuiu para povoamento adensamento e exploração do solo do sertão baiano, foram os "caminhos do gado" e expropriação de terras longo dos rios, (Antonil, 1982 apud Freitas, 2014).

Atualmente, o município de Feira de Santana, possui uma população de 616.272 (IBGE, 2022), sendo que 91,8% vivem no espaço urbano. A partir da década 1960 teve um rápido crescimento urbano e esvaziamento do campo, em 1940 tinha 76,3% e em 1970 caiu para 29,3%, em 2010 apenas 8,2%. Observar o gráfico 1 à medida que cresce o total populacional na zona urbana, há constante quebra da população rural no decorre das décadas 1940 a 2010.



Fonte: IBGE. Censos Demográficos, 1940 a 2010.
Elaborado pela autora, 2023.

Tais mudanças no perfil populacional do município do período citado, se deu devido a interesses políticos e econômicos, que influenciaram a exemplos de investimentos estatais em melhorias da infraestrutura viária como a construção das rodovias BR-101, BR-116 e BR-407, que ligam o oeste ao nordeste do Brasil. Além de outros investimentos tais como: a expansão da rede energética, a criação de instituições financeiras como o Banco do Nordeste (BNB), a fundação do Centro Industrial do Subaé (CIS), a criação da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), desempenharam um papel importante como agente de atração, incentivando um aumento no fluxo de pessoas e nas atividades comerciais (LOBO, 2009, ARAÚJO, 2014).

- **Questão agrária percursos na Bahia e Feira de Santana.**

Fala de estrutura fundiária no estado da Bahia remota ao passado histórico em comum da formação territorial do Brasil, da forma de apropriação e expropriação das terras brasileira. O espaço baiano foi uma das primeiras áreas ocupadas pelos colonizadores europeus. E este se deu pela exploração dos recursos naturais com o uso e ocupação do solo com a prática inicialmente da monocultura voltada para exportação, além disso a pecuária desempenhou um papel importante na ocupação e uso das terras na Bahia.

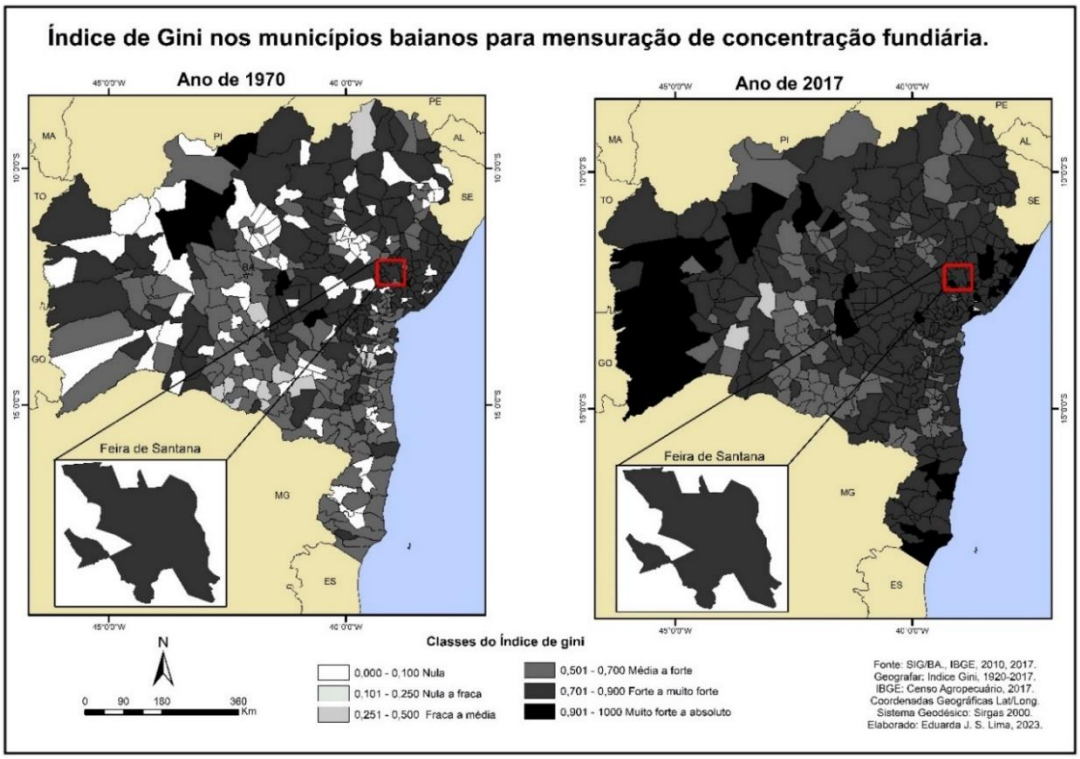
Conforme Pires (2010, p. 132) “a estrutura fundiária da Bahia é também caracterizada primeiramente pela concentração de terras para a agricultura de exportação. Além disso, a distribuição de terras no estado está intrinsecamente ligada as áreas com elementos geoambientais favoráveis à produção agrícola”.

Este estudo analisa o Índice de Gini (IG) dos anos 1920, 1970, 2006 e 2017, bem como os censos agropecuários de Feira de Santana de 2006 e 2017, foco na concentração fundiária. A sistematização e espacialização dos dados, apresentados em mapas, tabelas e gráficos, revelam um aumento substancial na concentração fundiária ao longo das décadas, seguindo um padrão semelhante a outros municípios baianos, mapa 2.

Em 1970, as classes de concentração fundiária se distribuíam da seguinte maneira: 47,6% na classe de média a forte (IG de 0,500 a 0,700), 46,7% na classe de forte a muito forte (IG de 0,701 a 0,900), 1,5% na faixa de muito forte até absoluta (IG de 0,901 a 1,000) e 4,2% na classe de fraca a média concentração fundiária (IG de 0,251 a 0,500).

Já em 2017, observou-se uma alteração significativa nas classes de concentração fundiária, com 26,7% na faixa de média até forte, 64,9% na classe de forte a muito forte e 8,4% na classe de muito forte até absoluta concentração fundiária. Estes resultados indicam uma transformação preocupante na distribuição de terras, evidenciando uma predominância acentuada da classe de forte a muito forte concentração fundiária em 2017.

A representação cartográfica, utilizando cores mais escuras para indicar maiores concentrações fundiárias, corrobora visualmente essas tendências. Torna-se evidente a necessidade de políticas e estratégias voltadas para o equilíbrio na distribuição de terras, visando um desenvolvimento sustentável e a redução das desigualdades agrárias no município, ver mapa 2. Importante dizer que na representação cartográfica destaca que cores mais escuras indicam maiores concentrações fundiárias no Estado, conforme demonstrado na Figura 2. Em 1970, 21,5% dos municípios que em branco, indica ausência de dados. Em 2017, apenas Madre de Deus não teve dados divulgado.



Mapa 2: Concentração fundiária na Bahia, conforme IG, 1970 e 2017.

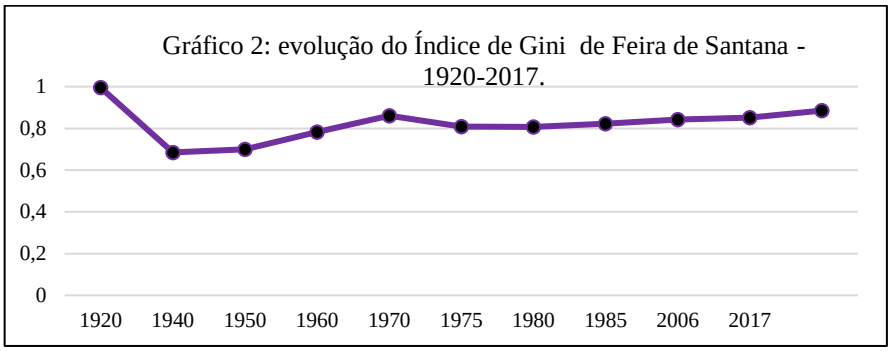
- **Caracterização do espaço rural do município de Feira de Santana, os caminhos e concentração fundiária.**

A história da formação territorial do município de Feira de Santana é marcada pelas contradições de um lado prevalece características rurais, de outro as transformações deste espaço em urbano. Traços marcantes da ocupação da ruralidade dentro da urbanização, essa complexa interação entre as características e transformações urbanas se traduz em contrastes notáveis: de um lado, persistem elementos rurais; de outro, emerge uma crescente urbanização.

O município se destaca por abrigar um forte comércio e um setor industrial relevante, reflexo das mudanças econômicas e sociais associadas à urbanização. Contudo, essa evolução contribui para a persistência e ampliação das desigualdades agrárias, gerando um cenário multifacetado e desafiador na busca por equilíbrio e desenvolvimento sustentável.

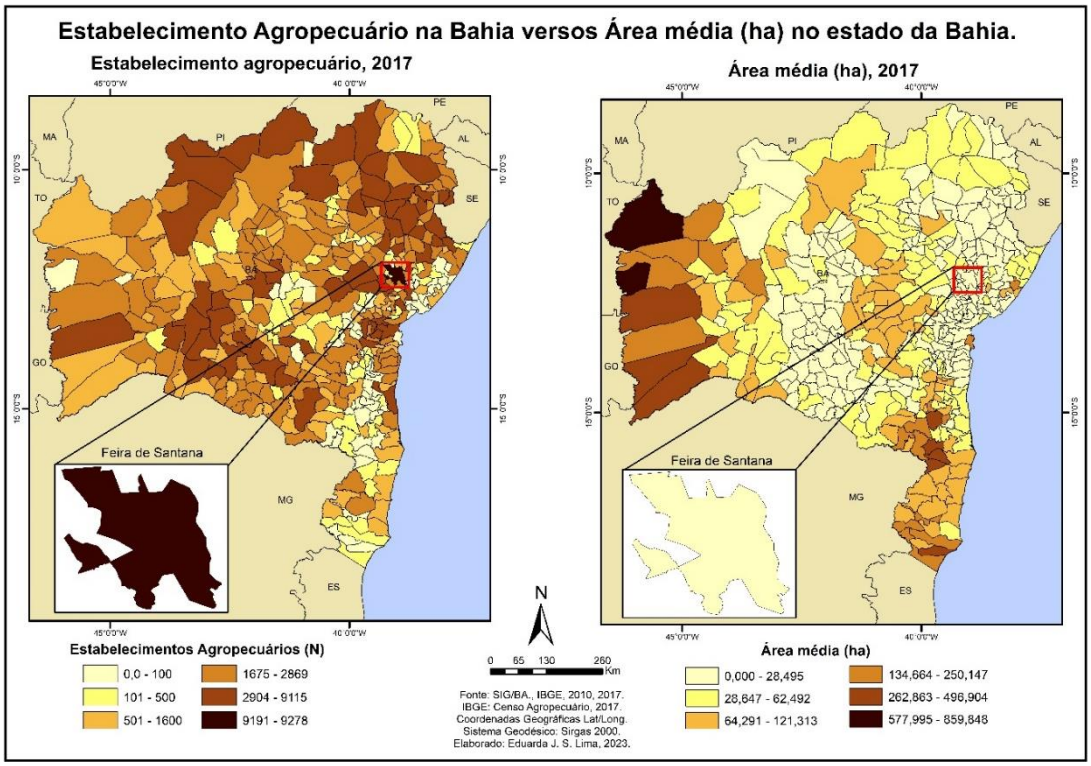
De acordo com Araújo (2015), a população rural de Feira de Santana está distribuída em uma estrutura fundiária organizada, adotando o sistema de produção tradicional e de transição, com prevalência da mão de obra familiar sobre a assalariada. A maioria dos estabelecimentos rurais consiste em pequenas propriedades, destacando-se os cultivos de mandioca, milho e feijão, além da criação de gado de corte em médias e grandes propriedades.

A análise do Índice de Gini de 1920 a 2017 revela a evolução da concentração fundiária em Feira de Santana. O ápice foi alcançado em 1920, classificado como muito forte e absoluto (0,995). Posteriormente, houve uma notável queda na década de 1940 a 1950, situando-se na faixa de média a forte (0,501 a 0,700). O índice apresentou crescimento novamente entre 1960 e 1975, permanecendo estável até 2006, mas experimentando uma elevação em 2017, atingindo 0,886. Essa variação reflete as mudanças na distribuição de terras ao longo do tempo, impactando diretamente as dinâmicas territoriais do município (gráfico 2).



Fonte: https://geografar.ufba.br/estrutura-fundiaria.
Elaborada: autora, 2023.

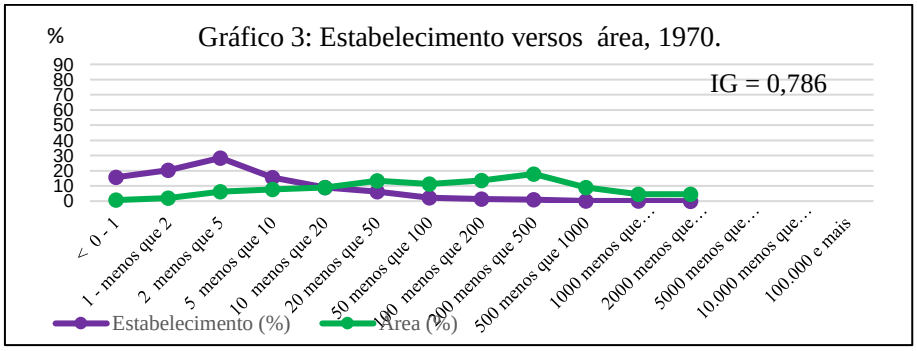
O censo agropecuário de 2017 revela uma relação inversamente proporcional entre o número de estabelecimentos e a área dos imóveis rurais na Bahia. A fragmentação das terras em pequenas áreas sugere uma concentração de propriedade nas mãos de poucos proprietários, destacada em tonalidades mais escuras no mapa 3, principalmente no oeste baiano. A tendência de alta densidade de estabelecimentos é observada em todo o estado, mas é mais evidente no sul e oeste baiano, indicado nos mapas apresentados.



Mapa 3: Estabelecimento versos área, 2017.

O município de Feira de Santana se destaca com 9.191 estabelecimentos, o maior número em comparação com outros municípios. Os gráficos 3 e 4, incorporados no mapa 3, destacam essa distribuição de áreas e estabelecimentos de forma nítida. Importante notar a redução da população rural e, consequentemente, dos imóveis rurais, com aumento nas áreas, especialmente a partir de 1970.

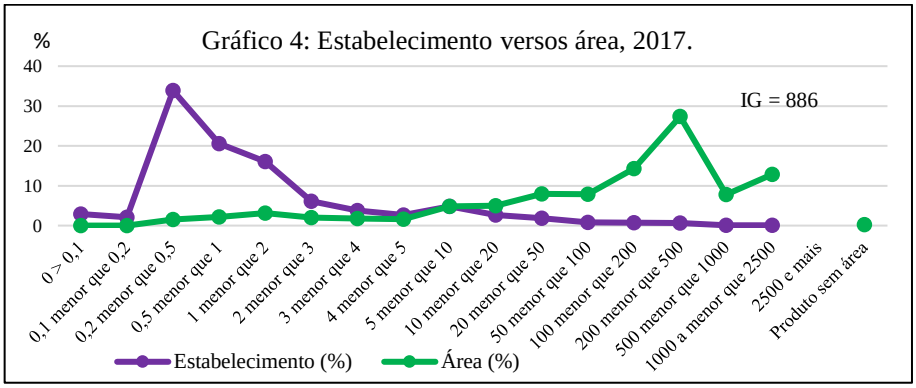
Nesse ano, ocorreu uma significativa concentração fundiária, com uma notável diminuição de estabelecimentos na faixa de 0 a 20 hectares 25,54 de área. A maioria dos estabelecimentos com 39,5% e abrangia 74,46% da área, com 1% deles na faixa de 500 a 5.000 hectares. Áreas acima de 5.000 a 10.000 hectares não foram declaradas, conforme indicado nos gráficos 3 e 4.



Fonte: https://geografar.ufba.br/estrutura-fundiaria.
Elaborada: autora, 2023.

Os dados do ano de 2017 revelam uma maior fragmentação na distribuição de terras em Feira de Santana em comparação aos anos anteriores. O município apresenta um aumento considerável no número de estabelecimentos, atingindo 9.191, o maior entre os municípios da Bahia, conforme destacado no Mapa 3, com o índice de Gini em 0,886, indicando uma alta concentração de terras classificada entre forte a muito forte.

Notavelmente, houve um aumento significativo nos estabelecimentos com menos de 20 hectares, totalizando 95,53% do total e ocupando 22,03% da área total. A maioria desses estabelecimentos, cerca de 59,39%, possui áreas inferiores a 1 hectare, abrangendo apenas 3,76% da área total. Em contraste, os estabelecimentos de 20 a 500 hectares representam apenas 4,02% do total, mas ocupam 57,52% da área total. Estabelecimentos com áreas entre 500 e menos de 2.500 hectares compõem apenas 0,16% do total, mas ocupam uma área significativa de 20,64%. Aqueles com áreas superiores a 2.500 hectares não tiveram suas áreas declaradas, e há também 0,28% de produtores "sem área" (gráfico 4).



Fonte: https://geografar.ufba.br/estrutura-fundiaria.
Elaborada: autora, 2023.

- **Experiências agroecológicas e comunidades quilombolas do município de Feira de Santana, Bahia.**

A história de resistência e surgimento dos quilombos está intrinsecamente ligada a questões de terra, controle, luta, disputas territoriais, exploração, agricultura e à formação da estrutura agrária brasileira, uma narrativa que se mantém relevante na contemporaneidade. Nos últimos anos, tem havido um aumento nos conflitos fundiários, especialmente aqueles que envolvem comunidades tradicionais, predominantemente indígenas e quilombolas.

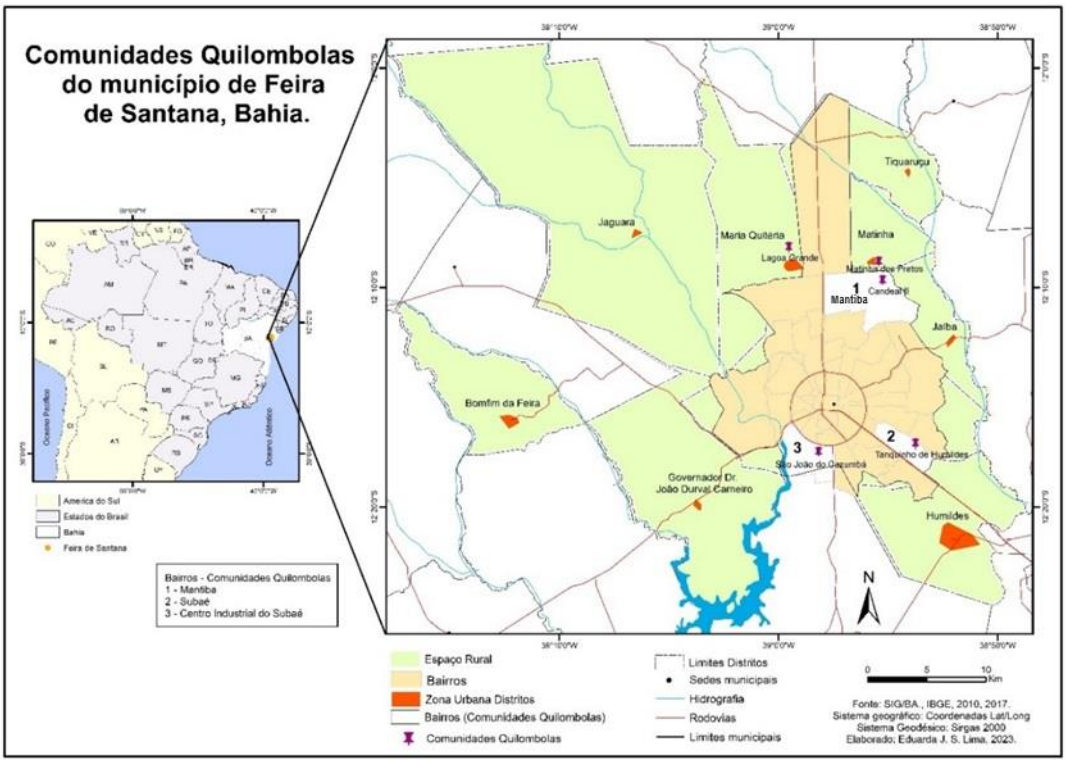
No município de Feira de Santana, existem cinco remanescentes de comunidades quilombolas, das quais três receberam certificação da Fundação Cultural Palmares (2022). Essas três comunidades são: Quilombo Lagoa Grande (certificada em 17 de abril de 2007), localizado no distrito de Maria Quitéria; Quilombo Matinha dos Pretos (certificada em 5 de fevereiro de 2014) e Quilombo Candeal II (certificada em 29 de novembro de 2016), ambos

localizados no distrito de Matinha. Contudo, apesar do reconhecimento oficial, essas comunidades ainda não possuem a titulação das terras que ocupam. Além dessas, há mais duas com características históricas de formação quilombola a Comunidade São João do Cazumbá, localizada no bairro Centro Industrial do Subaé; e Comunidade Tanquinho de Humildes, situado no bairro Subaé, ao sul do município (Mapa 5). Vale mencionar que, as últimas comunidades ainda não se têm registro oficial e nem certificação até o momento.

Vale destacar que as comunidades sobre constantes ameaças da invasão e tomada de seus territórios pelo poder público e privado. O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) de 2018 foi elaborado sem escuta real e concreta das comunidades. Por exemplo, a criação de novos bairros como Mantiba, ver o mapa 5, sem diálogo e escuta das comunidades gera diversos problemas. A falta de consulta pública às comunidades quilombolas em Feira de Santana viola a Convenção nº 169 da OIT, que assegura o direito à participação nas decisões que afetam diretamente essas comunidades.

As comunidades quilombolas, reconhecida como remanescente quilombola pelo Decreto nº 4.887/2003, está sujeita a políticas habitacionais específicas. Apesar do Plano Diretor de 2018 mencionar a incorporação ao desenvolvimento urbano, não detalha como isso ocorrerá sem comprometer identidades socioambientais e culturais, além da segurança coletiva. Essa abordagem, no entanto, precisa ser sensível à história de resistência e à lógica de ocupação territorial distintas dessas comunidades.

A conversão de áreas rurais em urbanas pode aumentar os preços das terras e pressionar os modos de vida tradicionais, indicando uma possível motivação para atender interesses do capitalismo corporativo, envolvendo o mercado de terras do município a especulação imobiliária.



Mapa 5: localização das comunidades quilombolas.

As comunidades quilombolas, representando resistência ao sistema escravocrata, têm suas tradições centradas na prática agrícola, agora denominada agricultura camponesa ou familiar. Esta atividade não apenas sustenta suas vidas, mas também estabelece uma complexa relação política, econômica e social, que abrange a responsabilidade pelo bem-estar do ecossistema.

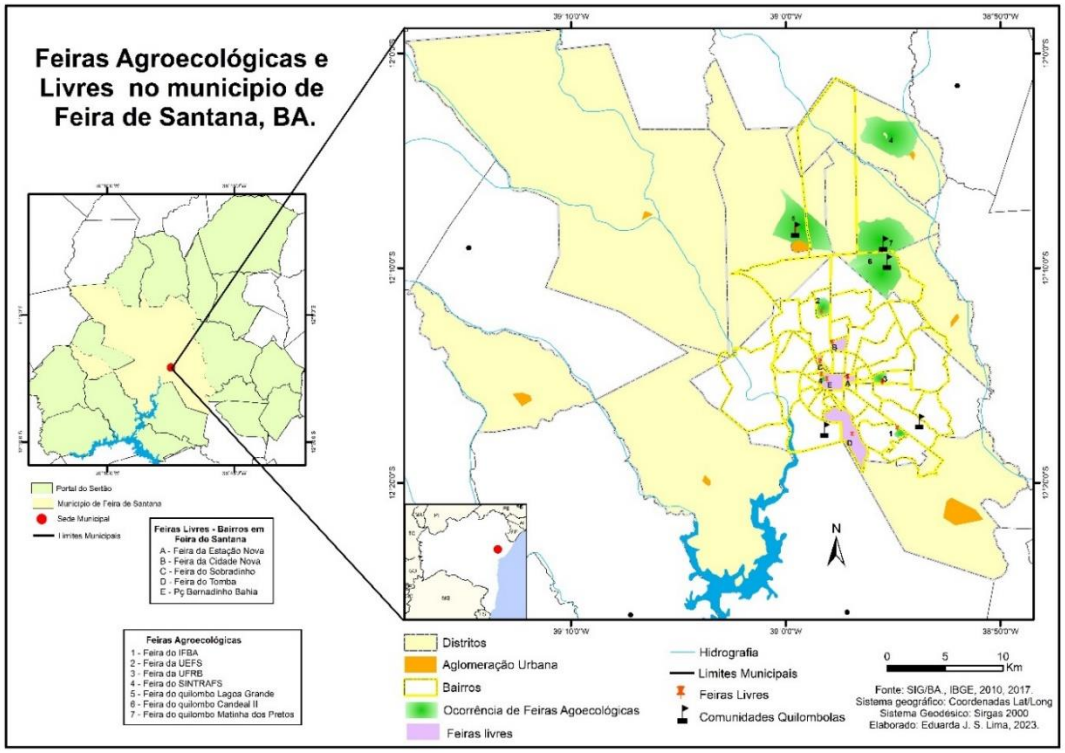
A Agroecologia desempenha um papel essencial para as comunidades do campo, das águas, das florestas e urbanas, unindo-as por meio de práticas que nutrem não apenas seus corpos, mas também fortalecem suas conexões com a terra, cultura e autodeterminação. Segundo, Caporal (2011, p. 2).

> Como ciência integradora a Agroecologia reconhece e se nutre dos saberes, conhecimentos e experiências dos agricultores(as), dos povos indígenas, dos povos da floresta, dos pescadores(as), das comunidades quilombolas bem como dos demais atores sociais envolvidos em processos de desenvolvimento rural.

Essa ciência integradora, de caráter popular e holístico, é impulsionada por organizações populares e movimentos sociais, reconhecendo e incorporando os saberes locais. As histórias de luta dos povos tradicionais se entrelaçam com os princípios da Agroecologia, pois reconhece e valoriza as práticas agrícolas tradicionais mantidas por comunidades. Em meio à luta contra injustiças sociais, emergem as Feiras Agroecológicas, que não apenas serve como espaços venda e troca de produtos, mas também como locais de preservação cultural e resistência, desafiando forças que tentaram silenciar essas comunidades.

No município de Feira de Santana, práticas e experiências agroecológicas recebem apoio de entidades públicas e privadas, incluindo associações que representam comunidades rurais, incluindo os quilombolas. Parcerias com instituições de ensino, como Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), a Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA), desempenham um papel fundamental no fortalecimento e desenvolvimento das populações do campo, das águas, florestais e urbanas.

As Feiras Agroecológicas resultam de esforços coletivos entre órgãos, instituições e comunidades, respondendo à preocupação com a segurança alimentar e a produção de alimentos livres de agrotóxicos. Estas feiras, são realizadas nas instalações das instituições mencionadas, as quais foram georreferenciadas mapa 6, promovem um modelo de desenvolvimento sustentável alinhado à conservação ambiental.



Mapa 6: Localização das Feiras Agroecológicas, município de Feira de Santana, BA.

Diversas feiras agroecológicas foram estabelecidas em Feira de Santana, promovendo a comercialização de uma ampla variedade de produtos tais como: artesanatos, produtos cosméticos, temperos, pimenta, frutas, hortaliças, verduras, plantas ornamentais, plantas medicinais, doces, bolos, salgados, derivados da mandioca (beiju, tapioca, farinha), feijão, milho, produtos defumados, mel, derivados do leite (doces, queijo, manteiga), produtos in natura e processados. A Feira do IFBA, lançada em agosto de 2022, ocorre quinzenalmente às quartas-feiras no bairro Aviário (Foto 1).

Fotos 1: Amostra feira agroecológica - IFBA – Feira de Santana.
Fonte: Arquivo pessoal, autora, 2022, 2023.

Outra feira notável é a de saberes e sabores da UEFS, realizada semanalmente nas quintas-feiras no bairro Novo Horizonte, fotos 2. Além disso, a UFRB também promove a feira agroecológica no bairro do Sim, nas quartas-feiras ou sextas-feiras semanalmente (fotos 3).

Fotos 2: Feira de Saberes e Sabores da UEFS.
Fonte: Arquivo pessoal, autora 2023.

Fotos *3*: Feira Agricultura Familiar Economia Solidária - UFRB
Fonte: Arquivo pessoal autora, 2023.

As comunidades quilombolas, localizadas nos distritos de Maria Quitéria, Matinha Bairro Mantiba - Candeal II) organizam feiras mensais e participam ativamente de eventos promovidos pelas instituições de ensino. Estas feiras não se limitam à comercialização, sendo espaços enriquecedores de discussão, troca de experiências, e politização. Elas promovem a valorização da cultura ancestral, com rodas de conversa, contação de histórias, músicas e danças tradicionais.

Fotos *4*: Feira agroecológica – Quilombo Candeal II
Fonte: Arquivo pessoal autora, 2021.

Fotos *5*: Feira agroecológica – Quilombo Lagoa Grande
Fonte: Arquivo pessoal autora, 2021.

Fotos 6: novembro negro/2021- resgate e valorização da cultura negra
Fonte: Arquivo pessoal autora, 2021.

O Sindicato Rural de Feira de Santana (SINTRAFS) desempenha um papel importante para o desenvolvimento rural, colaborando com organizações como: a Associação dos Pequenos Agricultores de Feira de Santana (APAEB), Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural (Bahiater), Centro de Apoio aos Trabalhadores Rurais de Feira de Santana (CATRUFS) e o Colegiado Portal do Sertão.

Feira Agroecológica do SINTRAFS
Fonte: Arquivo pessoal autora, 2022.

Essas parcerias visam fortalecer os pequenos agricultores, capacitando-os e facilitando o acesso a políticas públicas. Vale ressaltar, o protagonismo das mulheres agriculturas, pois as Feiras e eventos culturais são organizados e liderados por elas. Além disso, o SINTRAFS promove feiras em outros locais como em Taquaruçu na Comunidade de Vila Feliz. Ocorrem nos bairros da Cidade Nova, Ponto Central, Tomba, Sobradinho e Centro Feiras livres, algumas funcionam diariamente ou nos finais de semana, proporcionam sustento de famílias rurais e estabelecem uma ponte importante entre o campo e a cidade, assim permitindo o acesso dos consumidores a alimentos de qualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O território brasileiro teve sua formação marcada por um processo de invasão e exploração colonial, resultando em genocídio dos povos originários e escravidão indígena e africana. A pesquisa evidenciou a persistência de estratégias e desigualdades na distribuição de terras na Bahia, com o agronegócio dominando no Oeste baiano e a agricultura familiar prevalecendo em outros municípios, inclusive em Feira de Santana.

Conforme fontes teóricas, dados socioeconômicos es censo agropecuários associado ao Índice de Gini do município de Feira de Santana. A produção agrícola ocorre em minifúndios, contrastando com latifúndios, nos quais ocorre a criação de gado de leite e corte. Apesar da diversidade na produção agrícola, as comunidades rurais enfrentam desafios complexos, incluindo a falta de apoio técnico, competição desleal com o agronegócio, impactos causados pela expansão imobiliária, além de projetos de infraestrutura urbana que avançam no campo.

Observa-se que ao longo do tempo, persiste a desproporcionalidade na distribuição de terras, evidenciada nas análises dos diferentes períodos pesquisado. A falta de apoio técnico à agricultura familiar na Bahia, bem como no município de Feira de Santana gera competição desleal com o agronegócio, impactando diretamente as comunidades rurais dificultando o acesso à terra, ocasionando outros problemas.

A constante fragmentação de terras no município de Feira de Santana, confirmada pelo índice de Gini, não se deve apenas pela expansão urbana, mas também por ações governamentais, bem como a ausência de políticas efetivas de redistribuição de terras. Essa dinâmica reforça a marginalização econômica e social das comunidades rurais, restringindo seu acesso à terra e perpetuando desigualdades no campo e na cidade.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Wodis Kleber Oliveira et al**. A relação campo-cidade no município de Feira de Santana–BA: renda da terra, campesinato e ruralidades**. 2015.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em:< 1988.<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=CON&numero=&ano=1988&ato=b79QTWE1EeFpWTb1a>. Acessado em: 02 de agosto de 2022.

BRASIL. Decreto Nº 4.887 (2003). Disponível em:< https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2003/decreto-4887-20-novembro-2003-497664-publicacaooriginal-1-pe.html >. Acessado em: 02 de agosto de 2022.

BRASIL. Ementa Nº 10.639 (2003). Disponível em:< https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=10639&ano=2003&ato=431MTTq10dRpWTbf4>. Acessado em: 02 de agosto de 2022.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio; PAULUS, Gervásio. Agroecologia: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável. In: **3rd Congresso Brasileiro de Agroecologia, Florianópolis, Brasil, Anais: CBA**. 2006.Disponível em: <http://biblioteca.emater.tche.br:8080/pergamumweb/vinculos/000005/000005f5.pdf>

COUTO, Solange Maria Santana. **Expressões da questão agrária no Portal do Sertão–Bahia**. 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/19775/1/Express%C3%B5es%20da%20Quest%C3%A3o%20Agr%C3%A1ria%20no%20Portal%20do%20Sert%C3%A3o.pdf>. Acessado em fevereiro de 2023.

FEIRA DE SANTANA (BA). Lei Complementar nº 117, de 20 de dezembro de 2018. Dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Territorial do Município de Feira de Santana – PDDU 2018 e dá outras providências. **Diário Oficial do Município de Feira de Santana**, Feira de Santana, ano IV, n. 893, 20 dez. 2018.

FERNANDES, Bernardo Mançano**. Entrando nos territórios do território**. Presidente Prudente, 2008.
Disponível em: <https://tinyurl.com/mdy9z42t> Acessado em: 22 de janeiro de 2023.

_____. **Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial**. 2004. Disponível:<https://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/123456789/564> Acessado em janeiro de 2023.

FURTADO, C. Formação econômica do Brasil. 32. ed. São Paulo: Nacional, 2005.

FREITAS, Nacelice Barbosa. **O descoroamento da Princesa do Sertão: de "chão" a território, o "vazio" no processo de valorização do espaço**. 2014. 416 f. Tese (Pós-Graduação em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2014. Disponível em: < https://ri.ufs.br/handle/riufs/5470>. Acessado em: fevereiro de 2022.

GEOGRAFAR, Geografia dos Assentamentos na Área Rural. índice de Gíni Bahia – 1920 a 2017. Disponível em:
<http://www.geografar.ufba.br/site/main.php?page=pagina&id=12> acessado em: agosto de 2022.

FERREIRA, Girlene da Cruz. **Os meninos á volta da fogueira: memórias e narrativas de pretos do quilombo Lagoa Grande** (Dissertação em estudos literários). Universidade Estadual de Feira de Santana, Bahia, Bahia. Disponível em: <2014https://docs.google.com/document/d/1JdqEo19_eeRvC39FcSmTvbHxQwlc9BLZSaGKVPQ4jfU/edit>

HAESBAERT, Rogério et al. Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste. 1997. Disponível em: https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/15086/Des-territorializacao-e-identidade.pdf?sequence=1&isAllowed=y

IANNI, Octávio. **Origens agrárias do Estado brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1984. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001663317>. Acessado em: fevereiro de 2022.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo Agropecuário: 2006. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/ba/feira-de-santana/pesquisa/24/27745?>. Acessado em novembro de 2022.

_____Censo agropecuário 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/feira-de-santana/pesquisa/24/27745>. Acessado em novembro de 2022.

LOBÃO, Jocimara Souza Brito; SILVA, Barbara-Christiane Marie Nestwig. **Análise socioambiental na região semiárida da Bahia**: geoprocessamento com subsídio ao ordenamento territorial. Feira de Santana: UEFS Editora, 2012.

MACHADO-PR, Cruz. **Questões teóricas e conceituais do Território e da Questão Agrária,** uma abordagem geral do município de Cruz Machado–PR–Brasil. Disponível em: <https://www.revistaespacios.com/a18v39n39/a18v39n39p25.pdf>. Acessado em: fevereiro de 2023.

MARQUES, Benedito Ferreira. **Direito agrário brasileiro**. 11. Ed. Rev. E ampl. São Paulo: Atlas, 2015. Disponível em: https://www.mpma.mp.br/arquivos/CAOPDH/caop_dh/Direito_Agrario_Brasileiro_-_Benedito_Ferreira_Marques.pdf. abril de 2023.

MIRALHA, Wagner. **Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje**. Revista Nera, n. 8, p. 151-172, 2006. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1445/1422.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da senzala**: quilombos, insurreições, guerrilhas, 6ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2020a. 444 p.

_____ **Quilombo resistência ao escravismo.** 1ed. São Paulo: Expressão Popular, 2020b. 136 p.

OLIVEIRA JUNIOR, Israel de. **O processo de desertificação:** a vulnerabilidade e degradação ambiental no Polo Regional de Jeremoabo. 2014, 273 f. Tese (Dissertação em Geografia). Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, 2014.

PIRES, Ana Paula Novais. **As complexidades marcam o quadro agrário do Brasil: um olhar reflexivo do assentamento Maria Zilda em Cordeiros (BA**). **Espaço em Revista**, v. 12, n. 2, 2010.Disponível em: <https://periodicos.ufcat.edu.br/espaco/article/view/16973>

PRADO JR, Caio. **História econômica do Brasil**.29. ed São Paulo: Brasiliense, 1983. 364p.

PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. Editora Companhia das Letras. 2011. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=3071024&forceview=1. Acessado em: junho de 2022.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, José Antônio Lobo dos et al. **Implicações do Pronaf na produção do espaço rural do município de Feira de Santana–BA** (1999/2006). 2009

SANTOS, Maria Normélia Bispo; CURADO, Fernando Fleury. A **reforma agrária no contexto da agroecologia: trabalhando as práticas orgânicas no assentamento Independência Nossa Senhora do Carmo, Pacatuba**, Sergipe. Disponível em: <https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/bitstream/doc/1043477/1/FCurado2.pdf> Acessado em: junho de 2022.

Santos, Alexandre Felipe de Vasconcelos. **Espaço, Território e Poder: da Perspectiva Político/Geográfica á "Globalização A-Espacial**". Disponível em: <https://engpect.files.wordpress.com/2017/10/gt2-16-espac3a7o-territc3b3rio-e-poder.pdf.>. Acessado em janeiro de 2022.

SILVA, Edna Maria. **Estado, Assistência Técnica e Extensão Rural: o caso da Peater na Bahia** (2015-2018). 2020. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020. <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/32519>. Acessado em: novembro de 2022.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Pecuária e formação do mercado interno no Brasil-colônia. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 1997. Disponível em: https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/108. Revista Estudos Sociedade e Agricultura, v. 4, n. 2. dez. 1996 a mar. 1997. Acessado em: outubro de 2022.

SILVA, José Graziano da. **O que é questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981. Disponível em: https://www.bibliotecaagptea.org.br/administracao/legislacao/artigos/O%20QUE%20E%20QUESTAO%20AGRARIA.pdf. Acessado em: outubro de 2022.

SOUZA, Elane Bastos de. **Terra, território, quilombo: à luz do povoado de Matinha dos Pretos**. Dissertação (Mestrado) – Curso de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Bahia, Instituto de Geociências, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/19769>. Acessado em: fevereiro de 2022.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento.** Geografia: conceitos e temas. Rio de janeiro: Bertrand Brasil, v. 353, p. 77-116, 1995.

STEDILE, João Pedro. **A questão agraria no Brasil: o debate na esquerda (1960-1980)**. 2012. Disponível em: https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2014/10/A-Quest%C3%A3o-Agr%C3%A1ria-no-Brasil-2.pdf. Acessado em: outubro de 2022.

GEOGRAFIA, ECOLOGIA POLÍTICA E AGROECOLOGIA: VIVÊNCIAS EM MUNICÍPIOS DO PARANÁ E RIO GRANDE DO SUL

Fabiane Zanini dos Santos[1]

Vinicius Barreto Machado[2]

RESUMO

Neste trabalho buscamos aprofundar os conhecimentos acerca da ecologia política, seus objetos de conhecimento, o que é, quais são os debates pertinentes. Também conheceremos formas alternativas de cultivo, como a agroecologia, e dentro dela, as variadas formas agroecológicas bem como as conceituações referentes a elas, trazendo um relato de experiência sobre dois trabalhos de campo realizados no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), um no município de Erechim – RS e Sananduva – RS, onde conhecemos feiras de produtos orgânicos e agroecológicos, dois sistemas agroflorestais diferentes e organizações dos próprios agricultores para escoamento/comercialização dos alimentos produzidos por eles, e o outro, realizado em Francisco Beltrão – PR, onde conhecemos uma feira de produtos orgânicos e um sistema agroflorestal.

Palavras-chave: Ecologia Política, Agroecologia, Geografia Agrária.

RESUMEN

En este trabajo buscamos profundizar en el conocimiento de la ecología política, sus objetos de estudio, qué es, y los debates pertinentes. También exploraremos formas alternativas de cultivo, como la agroecología, y dentro de ella, las diversas formas agroecológicas y sus conceptos, presentando un informe de experiencia sobre dos trabajos de campo realizados en el Programa de Posgrado en Geografía de la Universidad Estatal del Oeste de Paraná (UNIOESTE): uno en los municipios de Erechim – RS y Sananduva – RS, donde conocimos ferias de productos orgánicos y agroecológicos, dos sistemas agroforestales diferentes y las organizaciones de los propios agricultores para la distribución y comercialización de los alimentos que producen; y otro en Francisco Beltrão – PR, donde visitamos una feria de productos orgánicos y un sistema agroforestal.

Palavras-chave: Ecología Política, Agroecología, Geografía Agraria.

INTRODUÇÃO

Vivemos hoje em um mundo capitalista, marcado pelo consumo e pela destruição ambiental, onde somos incentivados a olhar para a natureza como mera fonte de recursos

[1] Mestranda do Curso de Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste. Bolsista Capes – fabizanini36@hotmail.com

[2] Graduando do Curso de Geografia Licenciatura da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste, machadoviniciusrj@gmail.com

naturais para a produção e obtenção de lucros, como se fossemos superiores, quando na verdade
somos parte dela pois também somos seres-vivos e dependemos dos recursos naturais para existir.

A ecologia política é um campo do conhecimento interdisciplinar que contribui para os estudos geográficos ao passo que a geográfica é a ciência que estuda o espaço geográfico, onde acontecem as relações de poder, as territorialidades e demais dinâmicas espaciais, é neste espaço onde existe o meio ambiente, o sistema capitalista, as produções e as relações sociais.

Na geografia existe o debate sobre o que é natural e o que é a natureza, sendo o natural aquilo que não sofreu com as transformações humanas, nesse contexto discute-se o fato de não existir algo ainda natural, pois tudo que existe no planeta terra, de alguma forma já sofreu com as alterações provocadas pela humanidade. Neste contexto, o meio ambiente é o conceito que considera também o social dentro do natural, o ser humano enquanto parte transformadora dessa natureza.

Neste contexto, nosso objetivo com este trabalho é aprofundar a compreensão da ecologia política, explorando seus temas, definições e debates em destaque. Além disso, examinaremos técnicas alternativas de cultivo, como a agroecologia, e suas diferentes manifestações, fornecendo uma narrativa detalhada de duas pesquisas de campo realizadas no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Em uma delas, nas cidades de Erechim – RS e Sananduva – RS, visitamos feiras de produtos orgânicos e agroecológicos, diferentes sistemas agroflorestais e observamos como os agricultores se organizam para comercializar os alimentos que produzem. Na segunda pesquisa, realizada em Francisco Beltrão – PR, conhecemos uma feira de produtos orgânicos e um sistema agroflorestal.

METODOLOGIA

O presente trabalho foi realizado a partir de um trabalho de campo na disciplina de Geografia, Ecologia Política e Agroecologia, no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Unioeste. Este trabalho de campo aconteceu nos seguintes municípios: Erechim – RS, Sananduva – RS e Francisco Beltrão – PR.

O trabalho de campo objetivou demonstrar métodos alternativos de cultivo, como a agroecologia e a produção orgânica, neste artigo relatamos quais foram os locais

visitados e os aspectos observados, trazendo também uma breve contribuição teórica sobre a agroecologia e a ecologia política na Geografia.

REFERENCIAL TEÓRICO

No campo da ciência geográfica, há um debate constante sobre o que se define como natural e o conceito de natureza, destacando-se o natural como aquilo que não foi alterado pela intervenção humana. Nesse contexto, discute-se a inexistência de algo inteiramente natural, visto que praticamente tudo no planeta Terra sofreu algum tipo de modificação decorrente da atividade humana. Sob essa perspectiva, o meio ambiente é um conceito que integra o aspecto social ao natural, reconhecendo o ser humano como parte integrante e transformadora dessa natureza. E é nesse sentido que a ecologia política levanta as implicações políticas sobre o que é a natureza e quais seriam as fronteiras entre o social e o natural, para SOUZA (2019) a ecologia política lida também com a produção dos discursos sobre a natureza e seus usos, dando um maior enfoque para as relações de poder presentes neste processo.

Este campo do conhecimento interdisciplinar (ou transdisciplinar como sugere Marcelo Lopes de Souza) valoriza muito os "saberes populares" e o diálogo da academia com esses saberes, valorizando assim as experiências de lutas e resistências, respeitando trajetórias e discursos de grandes ativistas que nem sempre eram acadêmicos, como o caso de Chico Mendes.

Ao estudarmos o espaço geográfico, nos deparamos com situações de desigualdades, injustiças e relações de poder. A temática ambiental hoje, especialmente em nosso país, é extremamente importante por se tratar de um país marcado pelo agronegócio, destruição de florestas e biomas. Porém ao analisarmos esse tema se faz necessário ter um olhar ecológico e político, para politizar os nossos discursos em relação a natureza e sociedade e não simplesmente fazer ligações como se fossemos independentes da natureza.

A agroecologia: discursos, contradições e ações

A agricultura brasileira possui muitas contradições, estando ela subordinada ao capital toma a forma do agronegócio, onde a propriedade e a produção são um mero "negócio" para fins extremamente lucrativos, e para isso não se respeita as questões ambientas, as matas, as faunas, os povos tradicionais e originários, utilizando-se de agrotóxicos em excesso e técnicas pouco (ou nada) ecológicas. Porém existem formas de

cultivar e produzir sem a utilização de agrotóxicos e respeitando ao meio ambiente, e a agroecologia é a ciência/prática que contribui para que isso seja efetivo, sendo ela uma ciência multidimensional, interdisciplinar, multiescalar e que possui um potencial transformador (CANDIOTTO 2020). "O tema da agroecologia tem despertado o interesse de pesquisadores, organizações ligadas a agricultores, instituições públicas e outros setores" (CANDIOTTO 2020 p 27).

Deve-se ressaltar a diferença entre agroecologia e agricultura orgânica, pois a agroecologia é muito mais abrangente do que a produção orgânica, a agroecologia é uma ciência/prática/movimento que destina a atenção também para questões sociais, a qualidade de vida, a segurança alimenta das populações, o respeito a natureza e busca aprender com a natureza formas de manejo ecológicos.

Ou seja, a agroecologia é muito mais que somente plantar sem utilizar agrotóxicos, enquanto a agricultura orgânica é uma forma de produzir sem agrotóxico apenas e não levando em consideração as demais questões sociais implícitas na produção de alimentos. Para simplificar: um alimento agroecológico com certeza será orgânico, porém um alimento orgânico nem sempre é agroecológico. Na prática agroecológica o agricultor irá aprender com a natureza, testar formas de manejo, fazer experimentações tudo isso para encontrar formas de melhor aproveitamento dos processos naturais para sua produção. É necessário realizar a diversificação de plantas, o que faz com que a produção seja muito mais ampla. Utiliza-se de formas naturais para combater "pragas" e fortalecer as plantas. Cria-se um agroecosistema, onde as plantas e elementos da natureza interagem entre si para o máximo aproveitamento do todo de forma natural.

Muitos movimentos sociais camponeses, assim com a própria Via Campesina consideram a agroecologia como uma bandeira de luta, pois "nos documentos da Via Campesina, a agroecologia é sinônimo de uma ferramenta que, aliada à reforma agrária integral e à soberania alimentar, deve levar à transformação revolucionária da sociedade." (REINACH & FABRIN 2020 p 93). É inegável que a agroecologia tem um potencial emancipatório para os movimentos camponeses e para a sociedade como um todo, mas podemos perceber que o capitalismo tem tentado se apropriar desse tema a seu favor, um exemplo disso é a forma como a FAO descreve a agroecologia em seus documentos, como uma ciência neutra, uma prática agrícola, sem destacar as questões sociais que a envolvem como as lutas de classes e a reforma agraria.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante a disciplina de Geografia, Ecologia Política e Agroecologia, tivemos a oportunidade de conhecer algumas vivencias agroecológicas, como feiras, agroflorestas e cooperativas. Pode-se perceber que a agroecologia envolve muito mais do que o simples ato de plantar, ela demanda uma organização por parte dos agricultores para a venda de seus alimentos, o estudo constante do cultivo e manejo assim como o trabalho diário. Iremos abordar aqui algumas dessas vivencias nos municípios de Francisco Beltrão/PR, Erechim/RS e Sananduva/RS.

As feiras e o restaurante Utopia

Conhecemos nas experiencias dos campos, três feiras de produtos agroecológicos e orgânicos, uma em Francisco Beltrão e outras duas em Erechim, na feira de Francisco Beltrão que fica localizada na COPAF, conversamos com os produtores sobre as dificuldades de comercializar seus alimentos, eles colocaram o mercado institucional (PRONAF, PAA, PENAE...), assim como as feiras como extremantes importantes para o escoamento de seus produtos.

As feiras são consideradas circuitos curtos de comercialização, esses, são locais e formas de comercialização que aproximam consumidores de produtores, eles "constituem rede onde há possibilidade de redistribuição do valor agregado, de criação de laços de confiança entre os atores envolvidos e de novas forma de associação política." (RETIÈRE 2014 p 26). E é por isso que elas são tão importantes na prática agroecológica, pois além de aproximar o consumidor do produtor, ela faz com que o produtor receba o valor inteiro do seu produto, valorizando assim a produção.

Em Erechim conhecemos duas feiras ligadas a rede Ecovida, a feira de São Cristovão, onde havia vários produtores agroecológicos com o certificado a mostra, essa era em um local fechado, como mostra a foto 1.

Foto 1: Feira de São Cristovão

Fonte: Arquivo pessoal dos autores

A outra feira era a Feira do Longines (foto 2 e 3), a qual era num parque municipal aberto e os agricultores ficavam em pequenas estruturas cobertas, em ambas as feiras pudemos conversar com os agricultores e entender um pouco mais de suas realidades, dificuldades, esperanças e motivações. Abaixo estão as fotos da placa de identificação da feira do Longines e a entrada do parque onde ela é realizada.

Foto 2: Feira do Longines	Foto 3: Local da feira do Longines
Fonte: Arquivo pessoal dos autores	Fonte: Arquivo pessoal dos autores

Muitos dos agricultores relataram que começaram a produzir sem veneno por motivos de doença, alguns relataram que quando ainda produziam com agrotóxicos estavam constantemente doentes, com doenças físicas e psicológicas, alguns foram até

orientados por médicos a cuidarem com o uso excessivo dos agrotóxicos, e após fazer a transição para o orgânico/agroecológico essa realidade mudou drasticamente.

Outra inciativa muito bacana que conhecemos foi o restaurante Utopia, ele fica no pequeno município de Sananduva RS, é um lugar muito aconchegante. Ao lado dele funcionava uma feira de agricultores, e tudo o que restava da feira em dias de comercialização, o restaurante comprava dos agricultores para servir em suas refeições, prezando sempre por preço justo e alimento fresco e saudável. Infelizmente com a pandemia e o aumento excessivo dos preços de alimentos e demais produtos essenciais em nosso país, o restaurante sofreu muito e não estava mais servindo buffet, pois não conseguia mais servir a um preço justo e ter o lucro necessário para manter o funcionamento, mas comentaram que pretende retomar a iniciativa. Nas fotos abaixo podemos perceber como o lugar era autêntico e cheio de arte.

Foto 4: Fachada do Restaurante Utopia	Foto 5: Painel artístico no restaurante utopia
Fonte: Arquivo pessoal dos autores	Fonte: Arquivo pessoal dos autores

Os sistemas agroflorestais

Conhecemos durante a disciplina três sistemas agroflorestais, um em Francisco Beltrão, e os outros dois no Rio Grande do Sul. Cada um dos três possuíam especificidades, um produzia de acordo com o método da agricultura sintrópica de Ernst Götsch, outra estava começando o processo e outro produzia alimentos orgânicos em uma agroflorestal, porém, não utilizada o método de Götsch. Nas três podemos observar a abundância de alimentos produzidos em pequenos metros quadrados e como é sim

possível produzir sem a utilização de agrotóxicos e demais químicos que prejudicam tanto a saúde do agricultor quando o solo, o ar e o meio ambiente como um todo.

O agricultor que tem o sistema agroflorestal baseado no método sintrópico era um agricultor jovem, ele nos contou sobre as dificuldades encontradas para implementar o sistema nas terras de seus pais, relatou que sofreu preconceito por parte de sua família, no início diziam que ele estava ficando louco e que estava "jogando dinheiro fora", pois na visão deles aquele era um terreno plano, onde poderia ser plantado muito soja e a colheita seria lucrativa.

O que eles não esperavam era que sua produção daria sim retorno financeiro, pois além da produção de diversos alimentos, ele não possui os gastos com insumos, como na produção convencional. O agricultor em parceria com a universidade, fez uma pesquisa para quantificar e comparar as produções dele e de seu irmão (o qual produz de forma convencional) e o lucro do agricultor agroecológico era quase igual ao do irmão, mesmo tendo um espaço bem menor de terra. A diversidade de alimentos era visível em todos os sistemas, ao passo que caminhávamos pelas propriedades íamos vendo variados alimentos, como mostra as fotos abaixo, registradas na propriedade onde utilizava-se o método sintrópico:

Fotos 6, 7 e 8: Alimentos do sistema agroflorestal sintrópico

Fonte: Arquivo pessoal dos autores

Conhecendo três propriedade diferentes podemos perceber as diversas formas possíveis do fazer agroecológico, na agricultura sintrópica não utilizada nenhum tipo de defensivo nem mesmo defensivos naturais, tudo se resolve com a própria natureza,

portanto cria-se um sistema vivo que praticamente se auto regula a partir de um determinado momento, nesse tipo de agricultura é muito importante o manejo pois é daí onde vai sair o material orgânico para cobertura do solo e potencialização dos nutrientes necessários.

Ainda em Erechim/RS conhecemos também um cultivo de abelhas nativas, numa propriedade que estava começando o processo de transição para o orgânico. Foi muito interessante aprender sobre o cultivo de abelhas, as diferentes espécies, e diversas questões que tornam o processo mais ecológico, uma vez que as abelhas são seres tão importantes para o nosso planeta.

A agrofloresta que conhecemos em Francisco Beltrão, não segue o método sintrópico, porém possui barreiras, plantações diversificadas de forma intercalada e não faz a utilização de agrotóxicos. O agricultor se mostrou uma pessoa ativa e participativa politicamente nas organizações referentes a agroecologia, bem como defendeu claramente em sua fala que o alimento deve ser saudável e a preço justo para o consumidor, pois não que a classe trabalhadora não tenha acesso a alimentos orgânicos/agroecológicos.

Foto 9: Sistema agroflorestal de Francisco Beltrão

Fonte: Arquivo pessoal dos autores

A foto 9 é referente a propriedade visitada no município de Francisco Beltrão/PR, podemos ver a produção de diversas espécies plantadas intercaladas e ao fundo a barreira

natural de arvores, a qual se faz necessário por conta do modelo de produção do vizinho, que utiliza de agrotóxicos, essa foi um critica também relatada pelo agricultor, de que o produtor agroecológico é quem precisa fazer a barreira para se proteger do veneno do vizinho e não o vizinho quem deve fazer a barreira para impedir o espalhamento do seu agrotóxico para os demais.

A agroecologia é possível, é rentável e é libertaria. Ela deveria ser o futuro da agricultura, porém as relações de poder existentes hoje, o sistema capitalista e o agronegócio dificultam a expansão dessa forma de produção. É extremamente importante a valorização da agroecologia enquanto política pública e o incentivo por parte do governo para pequenos agricultores fazerem a transição e permanecerem nessa forma de produção, que só tem a agregar para o meio ambiente e para a saúde pública.

A Ecoterra

Para qualquer produtor o escoamento de suas produções é fundamental, afinal, se não vender não existe renda e sem dinheiro é impossível viver no sistema capitalista. Neste sentido, a Ecoterra é uma Associação Regional de Cooperação e Agroecologia, formada inteiramente por agricultores agroecológicos que organiza a venda de alimentos orgânicos e agroecológicos para diversas localidades no chamado "circuito-sul" que está ligada diretamente a Rede Ecovida.

A Rede Ecovida de Agroecologia é uma organização entre entidades de assessoria, agricultores e associações para certificação de produtores orgânicos e agroecológicos de forma participativa. "Sob a égide do SPG, valores marcados pela confiança, reciprocidade/partilha, cooperação e o aprendizado mútuo circulam vis-à-vis o aferimento da certificação referente a qualidade orgânica dos alimentos." (EDUARDO et al. 2020, p 158). A Ecoterra foi criada no ano de 2001, de forma coletiva com o intuito de suprir as demandas de venda que já não eram supridas pelo mercado local, pois as feiras apresentavam certos limites.

No trabalho de campo visitamos a Ecoterra e podemos entender um pouco do processo que ocorre na associação, mas o interessante é que ao passo que íamos conhecendo os agricultores, também conhecíamos um pouco da ecoterra, pois a maioria deles vendiam seus produtos para a cooperativa. O trabalho da Ecoterra é comercializar os produtos agroecológicos numa escala maior, viabilizando uma maior renda para o agricultor e consequentemente incentivando a produção agroecológica.

A cooperativa compra o produto do agricultor a um preço justo e revende para centros urbanos, como Florianópolis, é uma organização sem fins lucrativos e todas as decisões são tomadas em assembleia. As pessoas que trabalham na cooperativa, como motoristas, carregadores e no trabalho administrativo são também os próprios agricultores associados.

Algo muito importante feito pela cooperativa também, é estipular uma meta de produção de cada alimento para cada agricultor e a partir dessa meta a cooperativa tem o dever de conseguir suprir a demanda desse agricultor, dessa forma o agricultor tem uma renda "garantida" e consegue planejar a sua produção sabendo que ela será comprada, e o excedente consegue comercializar de outras formas.

Com isso resolve-se a problemática de que em municípios pequenos existe um mercado menor, pois somado ao fato da cultura de compra de alimentos industrializados por parte da população, ainda existe o fator de que a população é menor e mais próxima do campo, o que torna as feiras limitantes no quesito de comercialização em uma escala maior, com esse tipo de organização os agricultores são incentivados a produzir alimentos agroecológicos e recebem também a segurança que seus alimentos serão comercializados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A agroecologia surge como uma alternativa transformadora na agricultura, indo além da simples produção orgânica. Ela abraça uma abordagem multidimensional, incorporando aspectos sociais, qualidade de vida, segurança alimentar e respeito à natureza. Enquanto a agricultura orgânica foca na ausência de agrotóxicos, a agroecologia busca aprender com a natureza, promovendo práticas sustentáveis e sistemas agroflorestais. As vivências agroecológicas em Francisco Beltrão, Erechim e Sananduva revelam a diversidade de práticas e iniciativas. Feiras de produtos agroecológicos e sistemas agroflorestais demonstram a viabilidade econômica e os benefícios à saúde proporcionados por essa abordagem. Os agricultores, ao adotarem a agroecologia, não apenas melhoram sua qualidade de vida, mas também contribuem para a preservação do meio ambiente.

Destaca-se a importância das feiras como circuitos curtos de comercialização, aproximando consumidores e produtores. No entanto, desafios persistem, como a necessidade de conscientização sobre os benefícios da agroecologia e a resistência de modelos convencionais de produção. A cooperativa Ecoterra exemplifica uma abordagem coletiva para superar desafios na comercialização de produtos agroecológicos. Ao

garantir uma renda estável para os agricultores e promover a produção em larga escala, a cooperativa demonstra a viabilidade econômica da agroecologia.

Concluímos, portanto, que a agroecologia não é apenas uma prática agrícola, mas uma filosofia que abraça a sustentabilidade, a justiça social e a saúde. Enquanto enfrentamos desafios políticos e econômicos, é essencial reconhecer e apoiar iniciativas que promovam uma relação equilibrada entre a humanidade e o meio ambiente. A agroecologia emerge como uma alternativa promissora, apontando para um futuro onde a produção de alimentos está em harmonia com a natureza e contribui para uma sociedade mais justa e sustentável.

REFERÊNCIAS

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa. **Agroecologia: Conceitos, princípios e sua multidimensionalidade.** AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política, v. 2, n. 2, p. 25-25, 2020.

EDUARDO, Márcio Freitas; KLEIN, Edson José; GONÇALVES, Giovani José. **A Ecoterra e seu constructo territorial de mercado: As experiências de venda direta como antecedentes do Circuito Sul de circulação e comercialização de produtos agroecológicos, criado no contexto da Rede Ecovida de Agroecologia**. AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política, v. 2, n. 2, p. 144-144, 2020.

REINACH, Mariana Homem de Mello; FABRIN, Guilherme Augusto. **O potencial emancipatório da agroecologia em questão: Dos riscos de cooptação à construção da autonomia**. AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política, v. 2, n. 2, p. 76-105, 2020.

RETIÉRE, Morgane Isabelle Hélène. **Agricultores inseridos em circuitos curtos de comercialização: modalidades de venda e adaptações dos sistemas agrícolas**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2014.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Ambientes e territórios: Uma introdução à Ecologia Política**. Editora Bertrand Brasil, 2019.

AGROECOLOGIA E TERRITÓRIO NOS MUNICÍPIOS PARANAENSES DE PONTA GROSSA E CASTRO

Hueinen Z. Machado[1]

Celbo Antônio Rosas[2]

RESUMO

O artigo tem por objetivo geral, compreender os processos geográficos da produção agroecológica nos municípios de Ponta Grossa e Castro no estado do Paraná, para isso, foi necessária a leitura de artigos, livros, periódicos e notícias sobre agroecologia e território em sites e plataformas como o Google Acadêmico, bem como, a leitura da legislação. A agroecologia, é uma prática que visa produzir sem degradar, para isso, ela não utiliza insumos nocivos ao meio ambiente e a saúde do ser humano, além disso, como se trata de uma ciência multi e interdisciplinar, ela faz o uso da ciência e dos saberes tradicionais de comunidades indígenas, quilombolas e outros produtores, trazendo o território cultural e simbólico, não obstante, observa-se outras perspectivas territoriais como o poder, relacionado a grilagem e desterritorialização, a política, vindo como uma mediadora da luta de classe ou privilegiando um determinado grupo com alto poder aquisitivo para conceder e avalizar apropriação do território para grilagens ou extração de recursos naturais, já os fatores econômicos, está relacionado ao capital e trabalho, onde pode ser encontra a mão de obra gratuita dos agricultores para vender seus produtos. Embora a pesquisa esteja em andamento, é possível observar que em Ponta Grossa e Castro, no estado do Paraná, o agronegócio é muito forte, sendo assim, as verbas destinadas a agroecologia, são muito baixas, fazendo com que a agricultura convencional e transgênica sejam protagonistas nestes dois municípios.

Palavras-chave: Agroecologia, Castro, Ponta Grossa, Território.

RESUMEN

El objetivo general del artículo es comprender los procesos geográficos de producción agroecológica en los municipios de Ponta Grossa y Castro en el estado de Paraná, para lograrlo fue necesario leer artículos, libros, publicaciones periódicas y noticias sobre agroecología y territorio en sitios web y plataformas como Google Scholar, así como la lectura de la legislación. La agroecología es una práctica que tiene como objetivo producir sin degradar, para ello no utiliza insumos nocivos para el medio ambiente y la salud humana, además, al ser una ciencia multi e interdisciplinaria, hace uso de la ciencia y los conocimientos tradicionales. de comunidades indígenas, quilombolas y otros productores, acercando el territorio cultural y simbólico, sin embargo, se observan otras perspectivas territoriales como el poder, relacionado con el acaparamiento de tierras y la desterritorialización, la política, venir como mediador de la lucha de clases o privilegiar a un determinado grupo con alto poder adquisitivo para otorgar y avalar la apropiación de territorio para el acaparamiento de tierras o la extracción de recursos naturales, mientras que los factores económicos están relacionados con el capital y el trabajo, donde se puede encontrar mano de obra gratuita de los agricultores para vender sus productos. Si bien la investigación está en curso, es posible observar que en Ponta Grossa e Castro, en el estado de Paraná, el agronegocio es muy fuerte, por lo tanto, los fondos destinados a la agroecología son

muy bajos, convirtiendo la agricultura convencional y transgénica en una prioridad. estos dos municipios.

Palabras clave: Agroecología; Castro; Ponta Grossa; Territorio.

INTRODUÇÃO (justificativa implícita e objetivos)

O presente artigo tem por objetivo geral, compreender os processos geográficos da agroecologia nos municípios de Ponta Grossa e Castro no estado do Paraná, bem como, mapear política públicas nas três esferas da federação, caracterizar os produtores e compreender a diversidade dos manejos agroecológicos nestes municípios, para isso, se faz necessário a leitura das legislações e seleções de livros e artigos que tratem da temática territorial e agroecológica.

Hoje em dia, a agroecologia vem sendo uma forma de manejo que procura produzir sem destruir a natureza, de modo a utilizar sistemas que estabeleçam uma relação de harmonia com a biodiversidade, produzindo alimentos de melhor qualidade, de modo a restabelecer a saúde do planeta o dos indivíduos, desta forma, são utilizados princípios que levam em conta os saberes tradicionais, vindos de comunidades indígenas e quilombolas, conferindo um caráter territorial e geográfico a agroecologia, bem como, a cultura e o simbolismo, através das festas e tradições, as relações de poder vindas principalmente da desterritorialização provocada por grilagem de terras, economia, relacionado ao capital e trabalho e a política, voltado as relações de luta de classe, adoção de mediadas que regulamentarem o uso de terras e o próprio plantio agroecológico.

Em Ponta Grossa e Castro no estado do Paraná, o agronegócio está bastante presente e contribui significativamente com PIB paranaense e brasileiro, por isso, recebe tanto apoio do governo, pois, acredita-se que o mesmo é responsável por mitigar a fome, no entanto, percebe-se que com tanta produção de commodities o povo ainda sofre com a fome tanto no Paraná quanto no Brasil.

METODOLOGIA

Primeiro foram selecionados livros, artigos e leis que tratam da temática agroecológica e territorial, através de sites como Google Scholar e arquivos da internet hospedados em instituições e órgãos governamentais e não governamentais, bem como, noticiários do estado do Paraná que falam sobre o agronegócio nos municípios de Ponta Grossa e Castro e materiais disponibilizados pelo Programa de Pós Graduação em

Geografia-PPGEO da Universidade Estadual de Ponta Grossa-PR em seguida, realizou-se leituras destes materiais para a confecção do artigo.

REFERENCIAL TEÓRICO

O que é agroecologia, tipos e diferenças para outros manejos

A agroecologia, tem vários conceitos a depender de cada autor, mas trata-se de uma ciência multidisciplinar que integra diversas áreas do conhecimento, abordando questões humanas, naturais e econômicas, na visão de (Altieri, 1987) a agroecologia é apresentada da seguinte forma:

> Trata-se de uma nova abordagem que integra os princípios agronômicos, ecológicos e socioeconômicos à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e
> a sociedade como um todo. Ela utiliza os agroecossistemas como unidade de estudo, ultrapassando a visão unidimensional – genética,
> agronomia, edafologia – incluindo dimensões ecológicas, sociais e culturais. Uma abordagem agroecológica incentiva os pesquisadores a penetrar no conhecimento e nas técnicas dos agricultores e a desenvolver agroecossistemas com uma dependência
> mínima de insumos agroquímicos e energéticos externos.
> O objetivo é trabalhar com e alimentar sistemas agrícolas complexos
> onde as interações ecológicas e sinergismos entre os componentes biológicos criem, eles próprios, a fertilidade do solo, a
> produtividade e a proteção das culturas. (Altieri, 2004 *apud* Altieri, 1987, p 23).

Nesse trecho, o autor explica a interação agroecológica, enfatizando agroecossistemas, que seria um ecossistema que conta com pelo menos uma população de utilidade agrícola (Silveira Reiniger, p.20 *apud* Hart, 1985), ou também pode ser considerado um sistema agrícola ou unidade de produção onde há exploração de atividades realizadas por agricultores (Silveira Reiniger, p.20 *apud* Feiden, 2005), em termos mais simples, seria uma forma de imitar um bioma, onde existem interações entre os seres ali presentes, a fim de regular a cadeia trófica garantindo um sucessão ecológica.

Em relação aos agroecossistemas, existe dois tipos, o primeiro é o tradicional, que consiste em algo mais rudimentar , antigo, onde os insumos externos são menos frequentes, dando lugar ao insumo natural, tem baixa tecnologia e recursos limitados, porém, garante diversidade de culturas, aplicando-se a agroecologia, por outro lado, o

agroecossistema moderno, se vale da tecnologia para aumentar a produção, utilizando insumos industriais, artificialização destes sistemas e mecanização, não há preocupação com ciclagem de nutrientes, segue o sistema utilizado para as commodities, ou seja, o convencional (Silveira Reiniger et al., 2009).

Já as interações, são responsáveis por atingir um ótimo nível de produção das culturas, de modo a não deixar parasitas atacarem as plantas, como a joaninha por exemplo, que se alimenta de pulgão, tanto em sua fase larval quanto na fase adulta, fazendo com que não sejam empregados controles químicos na contensão deste parasita (Harterreinten-Sousa et al., 2009)outro aliado importantíssimo nas culturas, são as abelhas apis e a s melíponas (abelhas-nativas) que fazem a polinização das flores, para que aumentem a qualidade e a produção dos frutos e sementes, as melíponas, costumam apresentar um tipo específico de polinização, que consiste na vibração, este ação faz com que a produção em morangos, pimentões e tomates, sejam melhores (Villas-Bôas, 2012).

No conceito de Caporal, a agroecologia tem o seguinte escopo:

> Agroecologia, mais do que simplesmente tratar sobre o manejo ecologicamente responsável pelos recursos naturais, constitui-se em um campo de conhecimento cientifico que , partindo de um enfoque holístico de uma abordagem sistêmica, pretende contribuir para que as sociedades possam redirecionar o curso alterado da coevolução social e ecológica, nas suas diferentes inter-relações e mútua influência. (Caporal, 2009, pp. 16-17).

Aqui, observa-se que o autor procura colocar a agroecologia como uma relação entre indivíduo e natureza, fazendo com que ambos consigam interagir e evoluir, mostrando uma sinergia, afinal, o ser humano necessita muito da natureza para poder sobreviver.

No Decreto Federal N° 7.794/2012, a agroecologia é definida como:

> II - Produção de base agroecológica - aquela que busca otimizar a integração entre capacidade produtiva, uso e conservação da biodiversidade e dos demais recursos naturais, equilíbrio ecológico, eficiência econômica e justiça social, abrangida ou não pelos mecanismos de controle de que trata a Lei nº 10.831, de 2003 , e sua regulamentação (BRASIL, 2012).

A lei, procura trazer as dimensões sociais e ambientais, conferindo um caráter mais simplista para a agroecologia, sendo pautada somente nestas duas relações, mas isso,

vai além, se trata da cultura, símbolo, significado identidade e outro fatores que estão diretamente ligados a agroecologia.

Dentro da perspectiva de um manejo mais sustentável e igualitário, a agroecologia traz em sus bojo, algumas formas de cultivo, que se utiliza das técnicas sustentáveis vindas da própria natureza para produzir com qualidade, diferentemente do manejo convencional, que utiliza insumos químicos e tóxicos para o meio ambiente, além de Organismos Geneticamente Modificados (OGM), que carregam material genético de parasitas, a fim de propiciar resistência a cultivar contra infestação de doenças, mas que no final do processo, será consumida por todos nós.

Outro aspecto comum a agricultura convencional, é a tecnologia e a mecanização, mas isso pode estar presente na agroecologia, pois não se trata de algo que vai interferir no meio ambiente, claro que existe a questão da poluição pelos combustíveis, mas que podem ser alterados por energia limpa futuramente, os maquinários, garantem uma colheita e um plantio mais rápido, já a tecnologia, permite identificar áreas com infestações de doenças e parasitas, por exemplo, através do mapeamento realizado por drones, que permite ao produtor(a) identificar com precisão a área contaminada e utilizar compostos orgânicos ou culturas que controle tais doenças e parasitas e que possam adubar o solo através da fixação de nutrientes.

Vale mencionar o Sistema de Produção Integrada (SPI), que é um meio termo entre convencional e orgânico, este tipo de produção, se vale de insumos químicos, porém, com alto controle e racionalidade, com monitoramento permitindo a fiscalização da produção em todas as suas fases, este modelo é feito por países europeus e é aceito mundialmente (Santos, 2016). Embora, se trate de uma possível manobra para se tornar agroecológico ou orgânico, o (SPI), ainda conta com uso de agroquímicos, mesmo que sejam restritos, tem potencial para destruir a vida do meio ambiente, se tornando difícil realizar esta transição, pois, tornar-se agroecológico, consiste em adotar medidas radicais que excluam completamente o uso de qualquer tipo de agrotóxicos, sendo empregados adubos químicos provenientes da natureza como o calcário ou adubos verdes.

A adubação verde, é fundamental para que o solo fique coberto e protegido da lixiviação, erosão e dos raios do sol, que castigam os microrganismos responsáveis pela síntese de nutrientes no solo, além disso, os adubos verdes fornecem aporte nutricional como nitrogênio, fósforo e potássio, além de micronutrientes, que a planta precisa em

menor escala, também ajuda na descompactação solo, uma vez que existem culturas que possuem raízes pivotantes e fortes para "quebrar" o solo propiciando o desenvolvimento das outras culturas (Espíndola et al., 2005). Já os adubos químicos provenientes da natureza, costumam ajudar no controle da terra, mas acaba criando custos ao produtor(a) e de certa forma, degradando a natureza, pois eles precisam ser minerados para serem extraídos.

No tocante ao tipos de manejo, existe a permacultura, cujo sistema é baseado em *Designs,* ou seja, cada elemento tem seu lugar em um determinado espaço (Mollison e Slay, 1998), o galinheiro deve ficar próximo as plantações para garantir menos esforço do produtor para recolher o esterco da ave, em resumo, seria outra prática agroecológica, que se vale do posicionamento certo de cada elemento para produzir alimentos de qualidade, uma vez que cada cultura irá executar uma função nesse sistema, para isso, é preciso planejamento para que os *Designs* não se tornem uma bagunça e venha a atrapalhar o desenvolvimento de outras culturas.[1]

A biodinâmica, que leva em consideração os astros, posição dos planetas e as fases da lua, tanto na hora de plantar quanto na colheita e também o uso de preparados biodinâmicos para aplicação no solo e plantas através de material vegetal ou animal, (Penteado 2001), esse manejo, foi criando por Rudolf Steiner, que era um filósofo austríaco, dessa forma, nota-se que a biodinâmica entra no escopo da filosofia, astrologia, geografia, logística (*devido aos layouts*) e a própria agronomia, isso significa que a agroecologia é uma ciência multidisciplinar.[2]

A orgânica, idealizada por Howard, leva-se em consideração a independência de insumos químicos minerais e artificiais, dando ênfase a compostagem (que será utilizada em outros manejos), este composto, foi observado no povo hindu, que na época o composto era denominado Indor, ele é o melhor adubo natural, pois, na visão de Howard, ele melhora o solo, protege contra doenças e aumenta a produtividade (Penteado, 2001).

A sintrópica, trabalha com estratificação, assemelhando-se a agrofloresta, com o intuito de imitar o que a floresta faz em seus processos para que a produção seja melhor e saudável, neste sistema, privilegia os insumos de dentro da propriedade, o

---

[1] *Designs*: Forma como será feito o plantio ou criação de animais.
[2] *Layouts*: Arranjo físico do plantio e da criação

estabelecimento de culturas nativas e algumas exóticas como o eucalipto por exemplo, que ocupa o estrato emergente e pode ser utilizado como madeira no futuro (Rebello e Sakamoto, 2021)., importante salientar que a estratificação não está diretamente ligada a altura da planta, mas sim, a quantidade de material orgânico que a mesma gera.

Território e Agroecologia

Primeiramente, devemos ter uma noção do que significa o território, para poder incorporá-lo na agroecologia, um dos significados é o território como abrigo, com a finalidade de proteger os indivíduos de uma ameaça ou servir como um meio para alcançar oportunidades, desta forma, ele teria múltiplos significados a depender de quem o utiliza (Saquet, 2015, p. 26 *apud* Gottmann 1973), Gottmann, ainda destaca o descobrimento de novos territórios para explorar e colonizar, como forma de definição do território, sendo entendido para além do abrigo.

Em 1970, o território é abordado nas dominações sociais, expansão do poder de Estado-Nação, geopolítica, símbolos, epistemologia, etc. De forma a conferir uma perspectiva interdisciplinar ao mesmo (Saquet, 2015). Já para Maquiavel, em seu livro *O Príncipe,* o território era uma relação de poder, que consistia em dominar, escravizar e colocar um idioma para garantir o controle do território, ou seja, os grandes conflitos que tivemos desde os tempos mais remotos da humanidade, em busca de recursos materiais ou imateriais, riquezas e expansão territorial, são exemplos de domínio do território e também seu significado, que se propaga até hoje em diversas partes do planeta.

Até mesmo no Brasil, onde portugueses colonizaram, existia a relação de poder, a dominação imposição de um idioma, tentativas de apagar a cultura dos indígenas, isto se trata de uma desterritorialização, onde, simploriamente, é o movimento pelo qual se abandona o território (Haesbaert e Bruce *apud* Deleuze e Guattari, 1997, p.224). O resgate dos saberes tradicionais por parte da agroecologia, de certa forma pode ser entendida como uma reterritorialização, onde o indivíduo recupera sua identidade, o manejo, a obediência a natureza na hora de produzir, se trata do território na agroecologia, dentre outros fatores a serem dissecados a seguir.

Há várias dimensões do território, na agroecologia, tem-se as relações de poder, território simbólico, cultural, político, econômico entre outros (Haesbaert , p.40 *apud* Haesbaert e Limonad, 1999) que inclusive irão dialogar com a agroecologia. Em seu sentido político, o estado controla as terras, elabora leis que definem a ocupação do

território, decide sobre demarcações, que impactará na vida do povo, pois, dependendo da linha política, comunidades quilombolas, indígenas e assentados do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), ficarão sem território, como podemos observar no marco temporal das terras indígenas, que permite que indígenas ocupem terras pela qual lutavam ou disputavam em 1988 (Câmara Legislativa, 2023). Desta forma, ocorre uma apropriação do território e uma tentativa de apagar costumes e conceitos dos povos tradicionais, o mesmo acontece, quando religiões tentam apagar as tradições destes povos, alegando que sua cultura não é correta.

Na dimensão cultural, religiões, festas tradicionais, troca de sementes e folclore, trazem este caráter para o território, seria uma identidade de cada povo que ali habita, a própria agroecologia é uma forma de cultura, quando se fala em preservação ambiental e manejo, existe uma filosofia de vida por traz disso, a escolha que se faz em não cultivar sob o controle de agroquímicos é uma forma cultural e filosófica, pois prega-se uma sintonia com a natureza de modo a utilizar os insumos que a mesma proporciona e garantir uma alimento rico e saudável para todos.

No aspecto econômico, é ressaltado a relação de capital/trabalho, fonte de recursos, em aspecto agroecológico, a terra que possui agua e terra fértil, tem um preço mais elevado em relação as outras, pelo simples fato de não precisar gastar com muitos insumos e agua para irrigação ou dar de beber a criação de animais e aves, neste contexto, ressalta-se que os recursos se relacionarão com a ideia de poder (Raffestin,1980), onde a cobiça por parte de fazendeiros e grileiros, gerará violência para poder ocupar este território, como observamos em terras indígenas e quilombolas, que vem cada vez mais aumentando no Brasil.

Os simbolismos presentes, se dão nas próprias comunidades quilombolas e indígenas, onde a plantação, em alguns casos é realizada de acordo com a lua, respeitando divindades que segundo a tradição deles, é responsável por fazer a produção ser boa, caso não seja, é por que alguém desrespeitou algo, o manejo de coivara por exemplo, é utilizado com a ideia de cultivo e de comunicação com espíritos e romper com a sazonalidade (Leonel, p.236 *apud* Hecht 1989, p. 33). No entanto, apesar da coivara utilizar o fogo, a mesma é controlada para que não avancem mata a dentro prejudicando outros moradores e a biodiversidade, diferentemente do que ocorre com a grilagem de

terras, onde o fogo é colocado de forma criminosa, com intuito de destruir tudo que encontrar.

Os saberes tradicionais, se fazem presentes tanto no território, quanto na agroecologia, a sabedoria, ao contrário do conhecimento, não segue os preceitos epistêmicos da ciência, postulados, leis ou formulações, são conhecimentos empíricos acerca das ações que se dão no planeta (Toledo, Barrera-Bassols, 2009), as sabedorias levam em conta o contexto social e cultural de cada comunidade, uma vez que cada comunidade habita determinado território, quando pensamos no manejo, devemos pensar também nos biomas ao longo do mundo, cada conjunto de indivíduos, terá uma forma de proceder, pois leva em conta os fatores climáticos e sua adaptação neste tipo de território, o mesmo se dá no Brasil, quilombolas, indígenas e outros produtores(as) que habitam a região sul, possuem outro tipo de conhecimento do que os que vivem na região norte, nordeste, sudeste e centro-oeste.

Os municípios paranaenses de Ponta Grossa e Castro

Estes dois municípios situados nos Campos Gerais, tem muita força no agronegócio, com milho, soja e leite, tanto que em Castro existe a cooperativa Frísia, responsável pelo processamento do leite e derivados. Esta crescente do agronegócio, se dá pelo possível aumento populacional que o mundo terá em 2050, ficando próximo dos 10 bilhões de pessoas segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), com isso, os grandes proprietários de terra ficam interessados em produzir mais commodities para exportação a fim de lucrar ainda mais.

Segundo o jornal Correio dos Campos, Castro ficou em 2° lugar na produção agropecuária em 2021, com R$ 3,4bi de faturamento, 54,5% a mais que em 2020, em Ponta Grossa, segundo a CBNpg, o lucro foi de 1,44bi , isso mostra a força destes municípios no setor do agronegócio, por outro lado, com tanto apoio ao agronegócio, a agricultura familiar sustentável fica de lado, embora o estado do Paraná lidere o ranking nacional de maior produtor orgânico, as verbas destinadas a promoção da agroecologia é muito inferior a do agronegócio.

Isso coloca o produtor em situação crítica, pois, com pouca verba fica complicado produzir de forma agroecológica, sem contar que se o produtor(a), comercializar com estabelecimentos, o dinheiro recebido é muito inferior àquele que é vendido pelo comerciante, fazendo com que o produtor(a) trabalhe gratuitamente para tais pessoas

(Chayanov, 1974). Esta mão de obra gratuita, pode ser evitada com o comércio em feiras ou de porta em porta, mas dependendo do valor do produto, as pessoas com menos poder de compra, não conseguem adquirir o produto, optando pelo convencional.

No município de Ponta Grossa-PR, existe o Assentamento Emiliano Zapata, localizado em Itaiacoca, distrito de Ponta Grossa-PR, das 70 famílias residentes, 50 produzem com o manejo orgânico, as outras 20 no convencional, eles recebem apoio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), onde suas produções são levadas para os colégios a fim de garantir a alimentação dos estudantes, mediante um contrato com o governo, além disso, ainda comercializam para a feira verde, que é um programa do município de Ponta Grossa, que troca reciclados por alimento, também há o comércio porta a porta, onde o cliente pede por meio do telefone, os alimentos que deseja e que estão disponíveis (MST.org).

O Assentamento Emiliano Zapata, teve sua origem em 2003, o território pertencia a EMBRAPA, onde faziam pesquisas com pinus e sementes transgênicas, a propriedade também foi alvo de grilagem (MST.org.) , hoje, as famílias que procuram produzir de maneira orgânica, estão melhorando o solo, através da adubação orgânica, a parte convencional, usa insumos químicos como adubo granulado, que pode ser considerado orgânico, mas satura o solo com o passar do tempo.

No município de Castro-PR, o Acampamento Maria Rosa do Contestado, tem sua produção inteiramente agroecológica, o comércio é realizado pelo próprio PNAE, feiras e mediante o pedido de clientes, onde segue o mesmo processo do Emiliano Zapata. O Maria Rosa do Contestado, teve seu início em 2015, anteriormente, a terra pertencia a Fundação ABC, a propriedade de 440 hectares, também foi alvo da grilagem e com o uso dos agrotóxicos, o solo foi perdendo sua fertilidade, hoje, através do sistema de produção agroecológico, certificado pela Rede Ecovida, o Assentamento vem restaurando a fertilidade do solo (MST.org.), claro que isto é um processo lento, mas, quando se atinge a fertilidade máxima do solo, o manejo fica mais simples.

É importante ressaltar que no período da pandemia de Covid-19, o Assentamento Maria Rosa do Contestado e Emiliano Zapata, ajudaram pessoas em situação de vulnerabilidade, distribuindo cestas de alimento produzidos no próprio Assentamento, isso foi feito também por outros Acampamentos e Assentamentos do MST, onde foram disponibilizados alimentos para estas pessoas, ao contrário do agronegócio, que se

preocupa somente com a exportação, deixando a sociedade sem comida, uma vez que é possível notar isso quando olhamos para os índices da fome no Brasil.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa ainda se encontra em desenvolvimento, mas espera-se que a mesma venha a contribuir com o fomento da agroecologia nestes dois municípios citados, desmistificando informações sobre o manejo, apresentando novas práticas de cultivo, a fim de que os produtores e produtoras não fiquem reféns da compra de adubos, principalmente os químicos sintetizados ou extraídos da natureza**.**

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo mostra como a geografia se apresenta na agroecologia, através do território através da cultura, simbolismo, luta de classe, relações de poder, economia, saberes tradicionais e política, além disso, são apresentados manejos que promovem a sinergia entre ser humano e natureza, por meio da implantação de agroecossistemas que procuram imitar a natureza para produção de alimentos de qualidade. Em Ponta Grossa e Castro, municípios do estado do Paraná, verifica-se a forte presença do agronegócio, devido aos incentivos governamentais, que são muito acima dos destinados a agroecologia, com isso, o produtor sofre com a falta de incentivo, tornando a agroecologia mais difícil de ser propagada.

REFERÊNCIAS

ALTIERI; M. (2004) AGROECOLOGIA: Dinâmica produtiva da agricultura sustentável, Editora URFGS, Porto-Alegre-RS, 4° edição.

Decreto Federal n. 7.794 de 20 de agosto de 2012. Dispõe sobre a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Presidência da República, Casa Civil, Brasília, 20 de agosto de 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7794.htm. Acesso em dezembro de 2023.

CAPORAL, F. R.; PAULUS, G.; COSTABEBER, J.A.(2009). Agroecologia: Uma ciência do ramo da complexidade, Brasília-DF.

CBN Ponta Grossa (2023). Mais da metade das riquezas geradas no agro de PG em 2022, foi das safras de soja, aponta VPBDisponível em: https://www.cbnpg.com.br/post/mais-da-metade-das-riquezas-geradas-no-agro-de-pg-em-2022-foi-das-safras-de-soja-aponta-vbp. Acesso em dezembro de 2023.

Correio dos Campos. (2022) Castro tem o segundo maior valor bruto de produção agropecuária no Paraná. Disponível em: https://correiodoscampos.com.br/castro/2022/08/12/castro-tem-o-segundo-maior-valor-bruto-de-producao-agropecuaria-do-parana. Acesso em dezembro de 2023.

CHAYANOV, A.V. (1974). La organización de la unidad económica campesina, Tradución de Rosa Maria Rússovich, Editora Nueva Visión SAIC,Tucumán,Buenos Aires, Argentina.

Defender o Maria Rosa do Contestado é reafirmar nossa humanidade, Disponível em: https://mst.org.br/2020/08/20/artigo-defender-o-maria-rosa-do-contestado-e-reafirmar-nossa-humanidade/. Acesso em dezembro de 2023.

DOS SANTOS REBELLO, J. F.; SAKAMOTO, D.G.(2021). Agricultura sintrópica segundo Ernst Götsch, São Paulo-SP, Editora Reviver.

ESPÍNDOLA, J. A. A.; GUERRA, J. G. M. DE-POLLI, H.; ALMEIDA, D. L.; de ABBOUD, A. C. de S. (2005). Adubação verde com leguminosas, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária-EMBRAPA, Brasília, Distrito Federal-DF.

HAESBART, R. (2004). O mito da desterritorialização: Do" fim dos territórios" à multiterritorialidade, 6° edição, Bertrand Brasil.

HAESBART, R.; BRUCE, G. (2002). A Desterritorialização na obra de Deleuze e Guattari, GEOgraphia, 4(7), 7-22. DOI: https://doi.org/10.22409/ GEOgraphia2002. V 4i7. A 13419, Rio de Janeiro-RJ

LEONEL, M. (2000). O uso do fogo: O manejo indígena e a piromania da monocultura, Revista de Estudos Avançados, 14 (40), 231-250, 2000, Universidade de São Paulo, USP-SP.

MOLLISON, B. SLAY, R. M. (1998). Introdução à Permacultura, PNFC-Projeto Novas Fronteiras da Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável, Brasília.

Portal da Câmara dos Deputados (2023). O que é Marco Temporal e quais são os argumentos favoráveis e contrários . Disponível em: https://www.camara.leg.br/noticias/966618-o-que-e-marco-temporal-e-quais-os-argumentos-favoraveis-e-contrarios/. Acesso em dezembro de 2023. Acesso em dezembro de 2023.

PENTEADO, S. R. (2001). Agricultura orgânica, Universidade de São Paulo- USP, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz-ESALQ, Série Produtor Rural, São Paulo- SP.

PR (2023): Comunidade Emiliano Zapata inaugura bosque em homenagem a Lindolfo Kosmaski, em Ponta Grossa. Disponível em: https://mst.org.br/2021/06/16/pr-comunidade-emiliano-zapata-inaugura-bosque-em-homenagem-a-lindolfo-kosmaski-em-ponta-grossa/. Acesso em dezembro de 2023.

RAFFESTIN, C. (1980). POR UMA GEOGRAFIA DO PODER, Tradução: Maria Cecília França, Editora Ática S.A. São Paulo-SP. Edição, Outras Expressões.

SAQUET, M. A. (2015). Abordagens e concepções de território, São Paulo-SP, 4° edição, Outras Expressões.

SANTOS, L. P. (2016). Agricultura Convencional x Orgânica: Há um sistema intermediário entre elas? Disponível em:

:https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/handle/doc/1053598?mode=full. Acesso em dezembro de 2023.

TOLEDO, V. M.; BARRERRA-BASSOLS, N. (2009) LA MEMORIA BIOCULTURAL: LA IMPORTANCIA ECOLÓGICA DE LAS SABIDURÍAS TRADICIONALES, Icaria editorial, Perspectivas Agroecológicas, Barcelona.

VILLAS-BÔAS, J. (2012). Manual tecnológico: Mel de abelhas sem ferrão, Brasília-DF, 1° edição.

O CINTURÃO VERDE NA CIDADE DE TRÊS LAGOAS/MS: INSEGURANÇA FUNDIÁRIA, INVISIBILIZAÇÃO DA PRODUÇÃO FAMILIAR E AS ESTRATÉGIAS PARA PERMANECER NA TERRA.

Marine Dubos-Raoul[1]

Melissa Pereira Oliveri[2]

Jhiovanna Eduarda Braghin Ferreira[3]

RESUMO

O Cinturão Verde é uma área ocupada por pequenos agricultores desde a década de 1980, em Três Lagoas, que está inserido no estado do MS, caracterizado pela forte concentração fundiária. Trata-se de uma área de 140 hectares, sendo concebido o direito de posse da terra para atividades agrícolas. Os camponeses do Cinturão desenvolvem uma agricultura de autoconsumo e comercialização do excedente, no entanto, o poder municipal vem questionando a produtividade do Cinturão e dificultando a renovação dos contratos de concessão de uso. Este trabalho discute a realidade do Cinturão sob a perspectiva da (re)produção familiar e da resistência de um modo de vida em um contexto de produção baseada na geração de renda do agronegócio (de celulose) e das dificuldades para se manter em uma sociedade pautada nesse modelo agrário-agrícola, que contraditoriamente, vive e se constrói num modelo extremamente inseguro no âmbito da produção de alimentos. O objetivo é evidenciar os entraves que impedem a reprodução do modo de vida camponês e a realidade das famílias de agricultores que constroem, sem políticas públicas e na quase informalidade, seu próprio modelo de soberania e segurança alimentar, com alto potencial para o território local. No ano de 2023, com base em trabalhos realizados desde 2017 pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul em apoio aos camponeses do Cinturão, um questionário foi (re)elaborado e (re)aplicado nos lotes, revelando uma área produzida superior a 75% da área total de cada lote, evidenciando a incoerência nos questionamentos feitos pelo poder municipal referente a produtividade.

Palavras-chave: agroecologia, soberania alimentar, canais curtos de comercialização, agricultura familiar camponesa.

[1] Pesquisadora Visitante da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS, marine.raoul@ufms.br

[2] Mestranda do Curso de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS, melissa.p.oliveri@gmail.com

[3] Doutoranda do Curso de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS, jhi.braghin96@gmail.com

RESUMEN

El Cinturão Verde es un área ocupada por pequeños agricultores desde la década de 1980, en Três Lagoas, ubicada en el estado de MS, caracterizada por una fuerte concentración de tierras. Se trata de un terreno de 140 hectáreas, estando destinado el derecho de propiedad del terreno a actividades agrícolas. Los campesinos del Cinturão desarrollan una agricultura de autoconsumo y venden el excedente, sin embargo, las autoridades municipales vienen cuestionando la productividad del Cinturão y dificultando la renovación de los contratos de concesión de uso. Este trabajo analiza la realidad del Cinturão desde la perspectiva de la (re)producción familiar y la resistencia de un modo de vida en un contexto de producción basado en la generación de ingresos a partir de la agroindustria (a partir de la celulosa) y las dificultades para mantenerse en un sociedad basada en este modelo agrario-agrícola, que contradictoriamente vive y se construye en un modelo extremadamente inseguro en el contexto de la producción de alimentos. El objetivo es visibilizar los obstáculos que impiden la reproducción del modo de vida campesino y la realidad de las familias campesinas que construyen, sin políticas públicas y en casi informalidad, su propio modelo de soberanía y seguridad alimentaria, con alto potencial para el territorio local. En el año 2023, a partir del trabajo realizado desde 2017 por la Universidade Federal de Mato Grosso do Sul en apoyo a los campesinos del Cinturão, se (re)elaboró y (re)aplicó un cuestionario en los lotes, revelando una superficie producida mayor más del 75% del área total de cada lote, resaltando la inconsistencia en los cuestionamientos realizados por las autoridades municipales en materia de productividad.

Palabras clave: agroecología, soberanía alimentaria, canales cortos de comercialización, agricultura familiar campesina.

INTRODUÇÃO

O Cinturão Verde é uma área ocupada por pequenos agricultores desde a década de 1980, instituído em 2002 pela Lei Municipal nº 1.807/2002, na cidade de Três Lagoas, Mato Grosso do Sul. Trata-se de uma área de 140 hectares, onde foi concebido o direito de posse da terra para atividades agrícolas. Hoje, essa área se encontra numa posição estratégica para o crescimento da cidade, despertando especulação imobiliária/fundiária (BARATELLI, 2022). O Cinturão Verde conta com 182 lotes, nos quais as famílias desenvolvem uma agricultura de autoconsumo e comercialização do excedente. No entanto, a sociedade, e mais especificamente o poder municipal, vem questionando a produtividade do Cinturão e então dificultando a renovação dos contratos de concessão de uso. Em 2017, o Ministério Público Estadual questionou o cumprimento da função social da terra do Cinturão Verde, legitimando os questionamentos que já existiam na sociedade três-lagoense. Em resposta, a prefeitura afirma que o Cinturão não é produtivo, justificando o projeto de reintegração de posse, baseado em um estudo que não foi publicado para o conhecimento da sociedade civil, prevendo, assim, o despejo de parte da área.

O presente trabalho discute a realidade do Cinturão Verde sob a perspectiva da (re)produção familiar, inserida num contexto de produção baseada na geração de renda do agronegócio (de produção de eucalipto e celulose) e das dificuldades para se manter em uma sociedade pautada nesse modelo agrário-agrícola, que contraditoriamente vive e se constrói num modelo extremamente inseguro no âmbito da produção de alimentos, pois, depende de importação de outros estados (FERREIRA, 2022). O objetivo é evidenciar os entraves que impedem a (re)produção do modelo camponês de produção agrícola e a realidade da área e das famílias de agricultores que constroem, na quase informalidade, seu próprio modelo de soberania e segurança alimentar, com alto potencial para o território local e que traria benefícios para a população. No entanto, essa realidade tão almejada só será alcançada mediante acesso a políticas públicas inerentes à agricultura familiar camponesa.

Para compreender a situação vivida pelos moradores do Cinturão Verde, nosso trabalho busca, primeiramente, fazer análise do processo de monopolização capitalista da terra, e da implementação da narrativa produtivista. Nesse contexto, é possível fazer uma leitura da grande insegurança alimentar que se caracteriza em Três Lagoas. Em um segundo momento, resgatamos a forma que se organizou a luta para as famílias se manterem no Cinturão, as parcerias entre as Universidades e organizações sociais locais para organizar a defesa dos moradores que enfrentam as intimações da gestão municipal e do Ministério Público. Posteriormente, traremos um levantamento de dados referentes à produção agrícola no Cinturão, assim como o perfil dos moradores, traçando a relação entre produção agrícola e (re)produção familiar, interligada ao projeto de modo de vida. Para tal, foram aplicados questionários em mais de 30 lotes, e mapas de fotografias aéreas que permitem evidenciar o uso da terra. Ademais, buscaremos evidenciar as alternativas pensadas frente a impossibilidade de os agricultores acessarem os mercados públicos. Os canais curtos de comercialização, redes entre consumidores e produtores estabelecidas pelos próprios agricultores, denotam um potencial para o abastecimento da população em alimentos saudáveis e produzidos no território (HEIMBACH; ALMEIDA, 2022), representam um potencial para o desenvolvimento do território três-lagoense e incentiva a instituição de políticas públicas em favor da agricultura familiar na sua busca da soberania alimentar, contribuindo assim no desenvolvimento territorial atendendo as demandas da sua população.

MONOPOLIZAÇÃO CAPITALISTA DA TERRA E A NARRATIVA PRODUTIVISTA

A base teórica deste trabalho está pautada na noção de totalidade do território e das contradições inerentes às disputas territoriais presentes na realidade dos sujeitos sociais envolvidos, sendo de um lado os agricultores familiares camponeses que estão em busca de permanecer na terra, e de outro, o poder municipal buscando retirar esses sujeitos, a partir de uma lógica mercadológica, visando a apropriação desse território para atender as necessidades do capitalismo, sobretudo, o industrial, voltado para a reprodução do complexo eucalipto-papel-celulose (DUBOS-RAUL; ALMEIDA, 2022). O Estado representado pelo poder municipal faz a gestão da área. A disputa territorial acontece uma vez que representam dois projetos distintos em uma mesma totalidade, evidenciando uma realidade em contradição. De um lado encontra-se um projeto representado pelas famílias que vivem na terra como lugar de morada, de alimento, e de (re)produção da vida, fazendo o uso da terra mediante a duas dimensões articuladas, sendo o lar e a unidade de produção (BORGES, 2018) e um outro projeto representado pelo próprio Estado que, muito envolvido com a classe dominante, volta-se para a reprodução do capital industrial, com o discurso de desenvolvimento e progresso que é amplamente difundido pelas forças hegemônicas capitalistas.

O estado de Mato Grosso do Sul (MS), no qual o município de Três Lagoas está inserido, é marcado pela forte concentração fundiária, predominando a existência do latifúndio produtivo e improdutivo, essa concentração associada a incentivos de créditos do governo, tornou esse estado atrativo para o agronegócio, a ponto de Paulino e Almeida (2010) considerarem o MS como um ícone do agronegócio. Tal fato, acarreta em impactos socioambientais negativos devido à combinação entre monocultura e latifúndio, a exemplo desses impactos se tem a ausência da soberania e segurança alimentar no estado (FERREIRA, 2022). Segundo os dados obtidos das Centrais de Abastecimento do Mato Grosso do Sul (CEASA/MS), o estado importa 86,90% dos hortifrútis, e a procedência desses produtos é de diversos estados do Brasil e de países da América do Sul e Europa (FERREIRA, 2022). Nessa perspectiva, vale ressaltar que não existe segurança alimentar sem soberania alimentar, isso porque o conceito de segurança alimentar criado pelos governos no âmbito da FAO tem por objetivo garantir o direito à alimentação via políticas públicas, contudo, insuficientes, uma vez que não apresentam mudanças estruturais (STÉDILE; CARVALHO, 2011). A soberania alimentar simboliza a ruptura com os governos neoliberais e a lógica de mercado, que buscam na Agroecologia o caminho

frente a agricultura capitalista. Além disso, a soberania alimentar busca a democratização social, étnica, de gênero e econômica.

A democratização da terra é uma via para as mudanças estruturais proporcionadas pela soberania alimentar. Ainda que o Cinturão Verde não represente a democratização da terra pela Reforma Agrária propriamente dita, indica uma iniciativa de melhor distribuição de terras, mesmo que em escala local. No entanto, esse direito dado a esses agricultores familiares camponeses vem sofrendo ameaças pelo poder municipal, o mesmo que outrora cedeu essa terra, agora representa a ameaça de sua retirada. Esses agricultores camponeses ainda que não se reconheçam ou se organizam enquanto classe, se apropriam e usam a terra como fonte de vida, e não apenas de lucro, e demonstram um grande potencial produtivo que poderia servir de abastecimento alimentar para a população três-lagoense. De fato, "apesar de cultivar uma área menor com lavouras (17,7 milhões de ha), a agricultura familiar é a principal fornecedora de alimentos básicos para a população brasileira" (MDA, 2006).

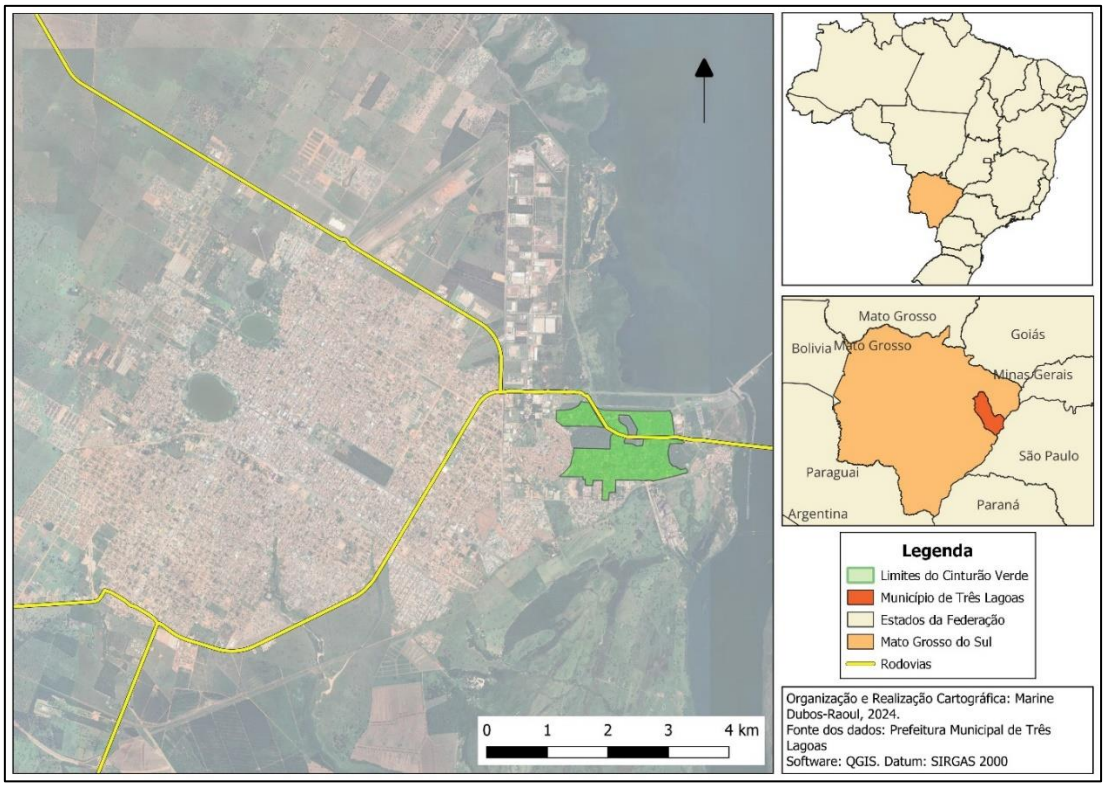
Na região de Três Lagoas, a pecuária extensiva monopolizava o espaço até 2007 (ALMEIDA, 2018). A intensificação do agronegócio do eucalipto-celulose alterou, a partir de então, a paisagem da região, passando pela mudança de uso da terra e da transformação socioespacial das áreas rurais (DUBOS-RAOUL, ALMEIDA, 2022). Esse processo deve ser associado a um movimento de interesse renovado pelas matérias primas agrícolas, principalmente depois da crise financeira-imobiliária de 2008. Logo o processo de estrangeirização de terras foi se disseminando na escala mundial. Ficou nítido a nova retórica que foi se aprimorando, com apoio do Banco Mundial, a partir de 2008, que preconizava "agro investimentos responsáveis" (BANCO MUNDIAL, 2008), incentivando às empresas privadas a investir em projetos agrícolas, dando forma à corrida às terras, e assim a irrupção de novos investidores, às vezes externos ao rumo do agronegócio, adquirindo grandes extensões de terras para desenvolver projetos agrícolas. Essa conjuntura se deu depois da crise dos subprimes, fazendo com que os investidores preferissem as matérias primas, ao invés dos bens imobiliários, já que não era mais um mercado seguro. O capital se aproveitou do contexto desfavorável ao mercado imobiliário para redirecionar seus investimentos.

De maneira conjunta, a crise energética, em decorrência do aumento do preço do petróleo, vai ao encontro da crise ecológica, que incentiva a busca de solução ecologicamente sustentável para o desenvolvimento econômico e da crise alimentar. Essa cômoda convergência das crises alimentar, energética e ecológica (BORRAS; FRANCO,

2012) fez o capital tornar os problemas em oportunidades para não interromper a acumulação do capital (HOUTART, 2009). Dessa forma, estamos frente a um processo de reprimarização da economia brasileira (PERPETUA, et al., 2022) devido o amplo consenso das commodities (SVAMPA, 2015) que fez os bens primários se alinharem a novos interesses desde a crise financeira-imobiliária de 2008, e recentemente o surgimento da "expansão de megaprojetos que tendem ao controle, extração e exportação de bens primários sem a menor agregação de valor, conduzindo à especialização regressiva e à reprimarização" (PERPETUA, et al., 2022).

A região de Três Lagoas viu nesses últimos anos a implementação desses megaprojetos voltados à produção de celulose, principalmente a partir de 2007, e vêm ganhando legitimidade na sociedade três-lagoense. O discurso dominante da valorização das pastagens degradadas, da geração de emprego e do impulso dado na economia, são argumentos impondo-se como narrativa produtivista. Essa narrativa tomou consistência, justificando a plantação de eucalipto, mas também legitimando projetos de intensificação industrial na cidade, justificando aumentar a área e faixa industrial onde se localiza justamente o Cinturão Verde. O mapa 01 evidencia a localização da área do Cinturão Verde e a presença dos eucaliptais que pressionam outros modos de produção.

Mapa 01: localização do Cinturão Verde de Três Lagoas



Fonte: os autores

A LUTA PELA PERMANÊNCIA NA TERRA: RESISTÊNCIA DAS FAMÍLIAS DE MORADORES-AGRICULTORES DO CINTURÃO VERDE

Um trabalho coordenado por uma docente da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) foi realizado em resposta a esse questionamento em 2017, cujo objetivo foi demonstrar o papel da agricultura familiar camponesa e a realidade da produção existente no Cinturão. Foi realizado um levantamento socioeconômico em 112 lotes dos 182 que conta a área e em seguida ocorreu, em 2018, uma audiência pública para fazer a defesa do Cinturão, tendo como base os dados que foram levantados. Em 2019, depois de identificar irregularidades na ocupação da área, o Ministério Público Estadual intimou a prefeitura a regularizar as famílias do Cinturão num prazo de 180 dias. Durante a audiência de conciliação com Prefeito e moradores, o MPE concordou em suspender o processo por 180 dias e o Prefeito se comprometeu em produzir um Projeto de Lei e o Cadastramento dos moradores, que teria 120 dias para análise. Mas novamente, em 2022, a prefeitura, justificando organizar a regularização da área, intimando a desocupação voluntária da área para alguns lotes, volta assim a ameaçar despejo de agricultores.

Com base no levantamento socioeconômico realizado em 2017 que deu forma a Cartilha (Borges, 2018), docentes e discentes da UFMS do curso de Geografia retomaram os trabalhos junto aos acadêmicos do curso de Direito, para organização da defesa dos moradores-agricultores com a célula jurídica. Um questionário foi elaborado e aplicado aos moradores que receberam notificações da prefeitura para deixarem seus lotes. O questionário objetiva estabelecer o perfil dos moradores para caracterizar os agricultores e mostrar assim a necessidade de permanecer na terra para sua (re)produção e as estratégias para contornar a ausência do poder público tanto para encontrar alternativas na parte produtiva quanto na comercialização dos seus produtos.

A segunda parte do questionário visa estabelecer um inventário de toda produção presente nos lotes, para realçar a grande variedade existente, em função dos diferentes grupos de espécies: hortaliças; frutíferas; culturas anuais; animais; medicinais; árvores medicinais/de Lei. Por fim, foram feitos registros das hortas e plantações além do levantamento cartográficos por meio de veículo aéreo não tripulado (VANT) para mapear os lotes.

No total, foram 36 lotes vistoriados, sendo 28 notificados e 6 não notificados, com questionários aplicados focados no perfil socioeconômico dos moradores-agricultores

que revelaram uma área produzida superior a 75% da área total de cada lote. Apenas 6 lotes produzem em uma área igual ou menor a 50% da área total, devido impedimentos produtivos como alagamentos e escoamento de esgoto, em razão da carência em saneamento básico. Nessas áreas de produção foram contabilizados 33 tipos de hortaliças, 54 espécies de árvores frutíferas, 11 culturas anuais, 6 tipos de animais, 28 plantas medicinais e 22 tipos de árvores medicinais/de Lei. As frutíferas marcam a composição produtiva nos lotes e com relevância para espécies do cerrado, isso se deve a ocupação antiga da área onde as árvores frutíferas marcam a paisagem, o que vem se expressar através do gráfico 01. As hortaliças estão em número significativo, por ser na maioria dos casos o "carro chefe" da renda familiar, exigindo um baixo investimento inicial, uma produção mais curta permitindo uma saída mais rápida dos produtos devido ao clima de ameaças de despejo.

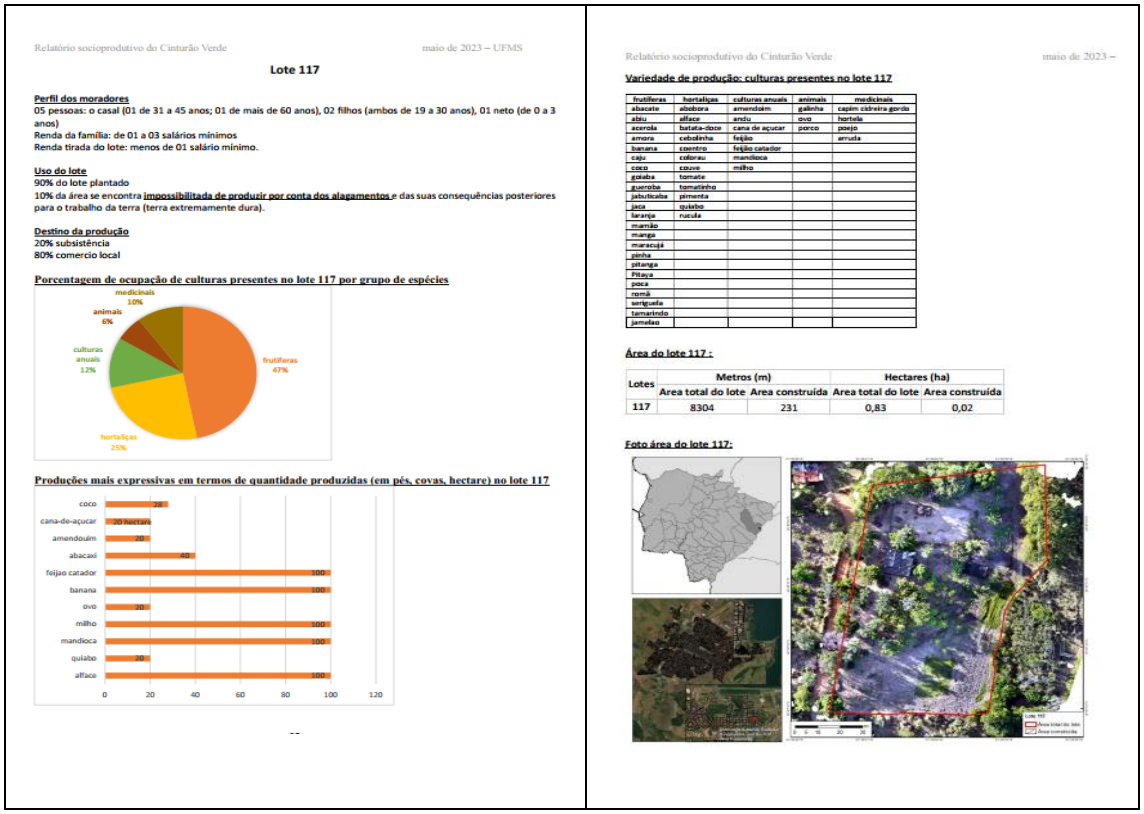
Tabela 01: variedade produtiva por grupos de espécies presentes nos lotes vistoriados no Cinturão Verde

frutíferas		hortaliças	culturas anuais	animais	medicinais	arvores medicinais
abacate	graviola	abobora	amendoim	égua	açafrão	araça roxo
abiu	gueroba	alface	andu	galinha	alecrim	cabreuva
abacaxi	jabuticaba	alho poro	cana de açúcar	ovo	aroeira	anjico
açaí	jaca	almeirão	feijão	pato	arruda	marfim
acerola	jambo	azedinha	feijão catador	porco	babosa	embauba
ameixa	jamelão	batata	feijão de corda	peixe	boldo	pau brasil
amora	laranja	batata-doce	feijão fava		camomila	jacaranda
ata	lichia	berinjela	feijão-de-porco		capim cidreira	pata de vaca
atemoia	lima	brócolis	mandioca		caninho	cedro
banana	limão	cabaça	milho		citronela	cacau do mato
bucha	maçã	caxi	algodão		clitoria	neem
cacau	macadâmia	cebolinha			emburana	ingá
café	mamão	cenoura			erva doce	cravo
cajá	manga	chicória			favaquinha	mulungu
cajá-manga	maracujá	chuchu			genipapo	sabonete
caju	mexerica	coentro			guaco	pitomba
canela	pinha	colorau			hortelã	espinheira santa
cara	pitanga	couve			jurubeba	acácia
carambola	pitaya	couve-flor			mamona	castanheira
caqui	poca	cabaça			manjericão	espeteiro
cereja	romã	espinafre			melissa	chico magro
coco	seriguela	jiló			menta	moringa
coité	tamarindo	maxixe			mertiolate	
coquinho dendê	uva	morango			noni	
cujete		ora-pro-nóbis			poejo	
embu		pepino			saião	
figo		pimenta			santa maria	
framboesa		quiabo			romã	
fruta do conde		rabanete				
goiaba		rúcula				
		salsa				
		tomate				
		tomatinho				

Fonte: os autores

Apesar da grande maioria não integrar programas de entrega de alimentos, os moradores-agricultores do Cinturão Verde constroem redes alternativas de comercialização, seus próprios canais (linha de transmissão por aplicativo), porta a porta, feiras em condomínios residenciais, feiras, entrega domiciliar, etc. Na ausência de políticas públicas integrando os agricultores locais, os canais curtos de comercialização, graças às parcerias com os agentes privados e públicos, permitem aos moradores-agricultores se manterem na terra. Isso se traduz pelo apoio que a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus de Três Lagoas, vem dando ao Cinturão Verde há anos, produzindo dados para constituir a defesa deles como a Cartilha "O Cinturão Verde no município de Três Lagoas-MS: direito e justiça para a permanência na terra" que foi produzida em 2018, reunindo os resultados do trabalho de levantamento realizado em 2017-2018 e representando um conhecimento sobre a área que serviu inclusive para a audiência pública. A figura 01 mostra como foram organizados os relatórios para cada lotes no trabalho realizado em 2023, evidenciando a variedade produtiva, o potencial que representa para a cidade de Três Lagoas em termos de abastecimento em alimentos saudáveis e evidenciando os problemas encontrados no campo da produção, dando assim perspectiva para melhorar a produção familiar local.

Figura 01: relatório socioprodutivo em lotes do Cinturão Verde



Relatório socioprodutivo do Cinturão Verde maio de 2023 – UFMS

Lote 117

Perfil dos moradores
05 pessoas: o casal (01 de 31 a 45 anos; 01 de mais de 60 anos), 02 filhos (ambos de 19 a 30 anos), 01 neto (de 0 a 3 anos)
Renda da família: de 01 a 03 salários mínimos
Renda tirada do lote: menos de 01 salário mínimo.

Uso do lote
90% do lote plantado
10% da área se encontra impossibilitada de produzir por conta dos alagamentos e das suas consequências posteriores para o trabalho da terra (terra extremamente dura).

Destino da produção
20% subsistência
80% comercio local

Porcentagem de ocupação de culturas presentes no lote 117 por grupo de espécies

Produções mais expressivas em termos de quantidade produzidas (em pés, covas, hectare) no lote 117

Relatório socioprodutivo do Cinturão Verde maio de 2023 –

Variedade de produção: culturas presentes no lote 117

frutíferas	hortaliças	culturas anuais	animais	medicinais
abacate	abobora	amendoim	galinha	capim cidreira gordo
abiu	alface	andu	ovo	hortelã
acerola	batata-doce	cana de açucar	porco	poejo
amora	cebolinha	feijão		arruda
banana	coentro	feijão catador		
caju	colorau	mandioca		
coco	couve	milho		
goiaba	tomate			
guerobe	tomatinho			
jabuticaba	pimenta			
jaca	quiabo			
laranja	rucula			
mamão				
manga				
maracujá				
pinha				
pitanga				
Pitaya				
poca				
romã				
seriguela				
tamarindo				
jamelao				

Área do lote 117 :

Lotes	Metros (m)		Hectares (ha)	
	Area total do lote	Area construída	Area total do lote	Area construída
117	8304	231	0,83	0,02

Foto área do lote 117:

Fonte: os autores

Os projetos de extensão e pesquisa permitem fortalecer as dinâmicas existentes. Docentes e discentes do curso de agronomia das Faculdades Integradas de Três Lagoas (AEMS) organizaram o projeto “transição agroecológica em rede” em 2023, que oferece um apoio técnico aos agricultores do Cinturão Verde para iniciar a transição agroecológica e também implementaram uma feira quinzenal para os agricultores venderem suas produções na universidade.

Observamos um interesse crescente pela agroecologia, que permite alcançar e valorizar as redes locais de produtores e consumidores, contribuindo assim para o desenvolvimento territorial (Norder et al., 2016). De fato, constata-se uma grande adesão da população onde essas alternativas parecem corresponder a uma demanda da sociedade em produtos locais saudáveis, sem uso de agrotóxicos e oferecer novas estratégias para os camponeses se manterem na terra (Mercadante; Almeida, 2019) (Heimbach; Almeida, 2022).

A demanda aumenta e os agricultores vêm se adaptando também a demandas em canais curtos de comercialização que dão mais opções para atingirem uma parcela maior da população, como a organização de entregas domiciliares usando de linha de

transmissão para vender. Alguns alimentos são oferecidos prontos para uso, descascados em porções pequenas ou ainda produtos veganos, permitindo assim atender novas demandas em produtos saudáveis. A organização de coffee break, café colonial, ou café camponês é cada vez mais visível tanto no Cinturão Verde, quanto na área rural da região, e vem traduzindo essas mudanças alimentares em busca de modo de vida camponês ligado à terra.

Apesar dessas iniciativas ainda se encontrarem em situação isolada e dependentes de ações individuais, elas permitem aos agricultores familiares camponeses se manterem na terra e reforça ainda mais o dinamismo da perspectiva agroecológica para o território. Essa dinâmica agroecológica permite criar novas perspectivas para os camponeses mediante a estruturação da comercialização da produção por meio dos canais curtos de comercialização. O potencial produtivo territorial é nítido, principalmente quando se lembra da grande dependência em produtos externos ao município, tanto para rede pública quanto privada, o que coloca a mal a segurança alimentar da cidade e região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O levantamento feito neste trabalho dá visibilidade à realidade do Cinturão Verde, da produção existente, da variedade de espécies e das iniciativas pensadas pelos agricultores para comercialização das suas produções frente a impossibilidade de acesso aos mercados públicos. Isso contribuiu para revelar o potencial que representa para o mercado local, e a soberania alimentar, tão fragilizada com a expansão do eucalipto na região, evidenciou durante a pandemia, a grande insegurança alimentar territorial que vale para o Estado todo e para Três Lagoas.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS/MEC – Brasil e também, com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Brasil (Capes) – Código de Financiamento 001.

REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL, World Development Report 2008: **agriculture for development Washing-ton: The International Bank for Reconstruction and Development;** The World Bank , 2007.

BARATELLI, A. E. S. **TERRA, ESTADO E CAPITAL: A centralidade da renda da terra nas relações econômicas e de poder no município de Três Lagoas/MS.** 2022. 217 f. Dissertação (Mestrado) -Curso de Geografia, Ufms, Três Lagoas, 2022.

BORGES., M. C. **O Cinturão Verde no município de Três Lagoas-MS: direito e justiça para a permanência na terra**, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2018.

DUBOS-RAOUL, M.; ALMEIDA, R. A. **A chegada do eucalipto no município de Três Lagoas (MS) na percepção dos moradores das comunidades rurais de Arapuá e Garcias: entre a sujeição e a resistência territorial.** Revista NERA (UNESP), v. 25, n. 64, p. 44-71, 2022.

FERREIRA, J. E. B. **Questão Agrária, soberania e segurança alimentar e resistência camponesa por meio da agroecologia no leste de Mato Grosso do Sul.** Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Três Lagoas, p. 219, 2022.

HEIMBACH, S. S.; ALMEIDA, R. A. **Geografia e agroecologia.** Revista Campo-Território. v.17, p.130 - 154, 2022.

MERCADANTE, P. T. M.; ALMEIDA, R. A. **Reforma agrária e transição agroecológica: experiências de sustentabilidade no assentamento 20 de março em Três Lagoas/MS/Agrarian reform and agroecological transition: sustainability experiences at the settlement March 20 in Três Lagoas/MS.** Revista NERA (UNESP), p. 111-139, 2019.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA): **Agricultura familiar no Brasil e o censo agropecuário 2006.** Brasil: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006. Disponível em: https://wp.ufpel.edu.br/consagro/files/2010/09/AF-Censo-2006-MDA.pdf. Acesso em: 15/01/2024.

NORDER L. A., LAMINE C., BELLON S., BRANDENBURG A. **« Agroecology: polysemy, pluralism and controversies** ». Ambient. soc. (online). Vol. 19, n°3, p. 1-20, 2016.

PAULINO, Eliane T., ALMEIDA, Rosemeire A. **Terra e Território: a questão camponesa no capitalismo.** São Paulo: Expressão Popular, 2010.
Perpetua, G. M., Thomaz Junior, A., & Garvey, B. (2022). **Reprimarização e expansão territorial das commodities agrícolas no Brasil: dinâmicas, fatores, escalas e implicações.** Revista Da ANPEGE. https://doi.org/10.5418/ra2022.v18i36.16381.

STÉDILE, J. P.; CARVALHO, H. M. DE. **Soberania alimentar: uma necessidade dos povos.** 2011. Disponível em: <http://www.ecodebate.com.br/2011/03/25/soberania-alimentar-uma-necessidade-dos-povos-artigo-de-joao-pedro-stedile-e-horacio-martins-de-carvalho/>. Acesso em: 13 jul. 2023.

PRÁTICAS DE AGRICULTURA URBANA: A HORTA COMUNITÁRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA/UNIPAMPA, CAMPUS SÃO BORJA – RS

Roberto Barboza Castanho[1]

Tauane Eduarda Antunes Mendonça[2]

Marcelo Cervo Chelotti[3]

Resumo: O presente trabalho apresentará a proposição e implantação de uma horta comunitária nas dependências da UNIPAMPA, campus São Borja no Rio Grande do Sul, possuindo como finalidade a produção de alimentos saudáveis e ao mesmo tempo viabilizando a aproximação da universidade com a comunidade local. Além disso abordará também os conceitos de Agricultura Urbana e Horta Comunitária para a melhor compreensão teórica do que são as mesmas. Será também apresentado as etapas metodológicas de como ocorreu a implementação da horta, desde o seu planejamento até sua fase atual de manutenção e cuidados. Proposto como um Programa de extensão universitária, tal ação tem envolvido a comunidade acadêmica e a sociedade em geral, propiciando que as pessoas que não frequentam a instituição, venham para o espaço destinado para a horta e possam conviver neste, contribuindo com seus saberes e experiências, de forma que haja uma troca de conhecimentos entre todos.

Palavras-chave: Horta comunitária; São Borja; Sustentabilidade; Alimentos saudáveis; Extensão universitária.

Abstract: The present work will present the proposition and implantation of a community vegetable garden in the premises of UNIPAMPA, campus São Borja in Rio Grande do Sul, having as purpose the production of healthy food and at the same time enabling the approximation of the university with the local community. In addition, it will also address the concepts of Urban Agriculture and Community Garden for a better theoretical understanding of what they are. It will also present the methodological stages of how the implementation of the garden took place, from its planning to its current phase of maintenance and care. Proposed as a university extension program, this action has involved the academic community and society in general, enabling people who do not attend the institution to come to the space intended for the garden and to be able to live there, contributing with their knowledge and experiences. , so that there is an exchange of knowledge among all.

[1] Professor Doutor do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA, campus São Borja, rbcastanho@gmail.com

[2] Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA, Campus São Borja, tauaneantunes82@gmail.com

[3] Professor Doutor do Curso de Geografia da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, mcervochelotti@gmail.com

Key word: Community garden; São Borja; Sustainability; Healthy food; University Extension.

INTRODUÇÃO

A produção, comercialização e consumo de alimentos saudáveis tem se intensificado nos últimos anos. Esse fato, pode ser associado com a preocupação com a origem dos alimentos, respeito ao meio ambiente, busca pela melhoria da qualidade de vida, envolvimento familiar e comunitário, e no caso em questão, aproximação da Universidade com a comunidade.

Diante disso, esse trabalho apresentará a proposição e implantação de uma horta comunitária nas dependências da UNIPAMPA, campus de São Borja, no Rio Grande do Sul com a finalidade de produzir alimentos saudáveis e ao mesmo tempo incentivar a aproximação da universidade com a comunidade local. Como objetivos específicos, estabeleceu-se os seguintes: a) Estimular o hábito dos alunos na criação de espaços verdes no ambiente universitário; b) Contribuir com a comunidade interna e externa na produção de alimentos saudáveis, e por fim c) Aproximar a universidade com a comunidade local (externa) através da participação e respectiva distribuição dos alimentos produzidos na horta comunitária.

O projeto da horta comunitária também possibilitou que tanto os acadêmicos quanto a comunidade externa percebessem que há muitos os benefícios em tal prática coletiva, mas que individualmente também é possível o fazer em suas residências. Tão logo, a participação no projeto contribui para reflexões individuais, mas também para o restante da comunidade de São Borja, visto que essa ação possa ser aplicada também por outras escolas e instituições da cidade, dado a ampla divulgação do projeto nas mídias e redes sociais.

Primeiramente, assim como realizado nas ações do projeto, será feito uma introdução sobre a importância da educação ambiental, abordando também conceitos voltados para a Agricultura Urbana e Horta Comunitária, para melhor apreensão do que as mesmas se tratam. Após é feito a explicação das etapas seguidas para que o projeto se concretizasse e a horta comunitária viesse a de fato existir. No último item é apresentado todo o contexto do projeto, a forma como teve seu início, as primeiras reuniões com a comunidade acadêmica e comunidade externa, a organização de materiais e orçamentos, o começo das plantações e manutenção com cuidados e organização da equipe, além das

parcerias e divulgações que o projeto segue tendo para maior visibilidade e alcance de mais participantes interessados em fazer parte desta equipe.

A IMPORTÂNCIA DA ABORDAGEM SOBRE A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO MEIO EDUCACIONAL

O termo educação ambiental, surgiu em meados da década de 60 especificamente em março de 1965 na Inglaterra, durante a Conferência de Educação da Universidade de Keele, objetivando a importância da preocupação referente aos desastres ambientais e problemáticas
relacionadas ao meio. Contudo, após o lançamento do termo, ocorreram diversos encontros cuja abordagem era direcionada ao resgate do meio ambiente, entre elas a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, ou popularmente dita Conferência de Estocolmo, ocorrida entre 5 e 16 de junho de 1972 na Suécia, sendo um marco histórico-político internacional.

Nesse encontro, foi estabelecido o Plano de Ação Mundial que seria uma convocação entre os países participantes, para cooperarem em alternativas plausíveis para solucionar as defasagens e problemas ambientais que atingiam uma série negativa de questões ambientais. Assim, era responsabilidade dos governantes e envolvidos na causa, resgatar princípios de preservação ambiental e aplicar políticas severas com viés de proteção ao meio.

Sabe-se que a educação ambiental tinha e tem o objetivo de solucionar e/ou encontrar meios para diminuir os impactos ambientais referente ao uso exagerado dos recursos naturais. Tão logo, inserir essa ferramenta no meio pedagógico e educacional, é uma forma de salientar a socialização com a temática e suas alternativas com alunos e acadêmicos. Pensando nas múltiplas facetas que a educação ambiental possa oferecer, a horta comunitária é um grande exemplo no que condiz a formação de um cidadão com princípios de participação comunitária, além de capacitar a socialização, compreender sobre o assunto, inclusive sobre o processo do alimento, que possivelmente irá compor a sua mesa ou do próximo, e assim articulando atividades de conscientização e integrando diversos aspectos que auxiliam na formação pessoal do discente envolvido com a temática e prática.

Nesse ínterim, faz-se necessária a relação de concepção ambiental, hortas comunitárias, escolares, sejam elas em espaço urbano ou rural. A horta escolar contribui para uma educação ampla, ativa e integrada, proporcionando vivências aos alunos e

envolvidos, possibilitando práticas orgânicas na produção de hortaliças, e colabora no poder nutricional das refeições. A presença de hortas tanto em escolas quanto na comunidade, favorece a alimentação adequada, ocasionando mudança de hábitos e por fim provoca o interesse de envolver-se com o meio ambiente.

Contudo, outra vantagem de uma horta comunitária no meio educacional e que possibilite a participação de uma comunidade externa, é estreitar as relações sociais do indivíduo, fazendo com que os envolvidos socializem mais em consequência de sair do molde tradicional de ensino, que infelizmente ainda é muito relevado a sala de aula como participação concreta.

Para él Bravo Espinosa (2016, p. 34) "El huerto escolar se abre como un espacio de diálogo y de construcción entre la escuela y la comunidade mediante los intercambios que suceden en y a través de él."

A presença de uma horta na universidade tem estimulado valores e ética, posicionando a universidade como um grande eixo na formação de um cidadão, propiciando o conhecimento prévio de um assunto fora da realidade universitária. Segundo Morgado (2006, p. 9), a horta inserida no ambiente educacional pode ser um laboratório vivo que possibilita o desenvolvimento de diversas atividades pedagógicas em educação, auxiliando no processo de ensino e de aprendizagem. De acordo com (Albieiro e Alves 2007, p. 17), torna-se interessante a realização de dinâmicas em espaço alternativo, como a horta escolar, para assim, estimular a curiosidade e aprendizagem.

AGRICULTURA URBANA E HORTAS

A Agricultura Urbana pode ser compreendida como o desenvolvimento de atividades agrícolas em espaços dentro do perímetro urbano, podendo ser realizada, além do plantio direto no solo, em canteiros suspensos e em vasos, sendo geralmente em pequena escala, diferenciando-se do modo de produção agrícola convencional. A AU pode ser compreendida como um elemento que interfere em diferentes âmbitos, sendo eles: sociais, econômicos e também ecológicos, podendo oportunizar a ocupação de espaços que não estejam sendo utilizados dentro do perímetro urbano, promovendo, assim, a expansão de áreas verdes.

Quando nos referimos a uma agricultura menos nociva ao meio ambiente, podemos citar a agroecologia, esta que é considerada adequada para os entornos urbanos, visto que os sistemas de produção orgânicos com foco agroecológico se caracterizam como um instrumento interessante para viabilização da agricultura em pequena escala,

em regime de administração familiar, tanto em sistemas de parcelas individuais como em explorações associativas. Além disso, a baixa dependência de insumos externos facilita a adoção dessa forma de produção por esse tipo de agricultor (AQUINO; ASSIS, 2007).

"A agroecologia nos faz lembrar de uma agricultura menos agressiva ao meio ambiente, que promove a inclusão social, proporciona melhores condições econômicas para os agricultores, aliada à segurança alimentar dos próprios produtores e consumidores em geral" (SAQUET, 2008, p. 143).

E a horta comunitária faz parte disso, está inclusa nessa agricultura de pequena escala e que tem por objetivo uma plantação e cultivo sem a utilização de agrotóxicos e demais produtos, ou seja, que não prejudique de forma alguma o meio ambiente, também como forma de conscientização. No Quadro 1, serão apresentados os diferentes tipos de hortas existentes:

Quadro 1: Tipos de Horta e seus respectivos conceitos

TIPOS DE HORTA	CONCEITO
Horta comercial	A horta comercial, trata-se de uma produção em grande e média escala com fins lucrativos, no qual beneficia o setor industrial para a comercialização.
Hortas educativa	É um tipo de horta consciente, cujo objetivo é salientar a educação hortícola dos envolvidos tendo sua participação direta e indireta. Esse tipo, refere-se ao conhecimento de técnicas básicas para a produção, quais cuidados são necessários, formas e modelos de preparo e consumo. A horta escolar condiz nesse modelo.
Horta familiar ou doméstica	A horta familiar é um mecanismo muito utilizado pelos moradores, a fim de um sustento próprio ou de destruição entre a família. Ela pode ser cultivada em pequenos espaços, tais como, quintas, vasos, até mesmo vertical. Pode contribuir para o empreendimento, agregando até uma renda extra, além de aumentar o conhecimento e o respeito pela agricultura. É muito comum esse modelo utilizar-se de uma produção orgânica.
Horta comunitária	Esse modelo, é bastante similar a horta familiar ou doméstica, o que diferencia é produção em grupos de pessoas na mesma comunidade, fortalecendo o exercício da cidadania e amenizando as crises alimentícias. Em grande parte, as hortas

	comunitárias são inseridas em lotes vagos, alguns cedidos pela prefeitura da cidade, em outros casos o próprio proprietário do terreno, disponibiliza o seu espaço para o plantio, cooperando para áreas verdes em prol da sustentabilidade. Uma ótima atitude no combate à fome e meio ambiente.
Horta vertical	A horta vertical pode ser instalada em vários espaços, principalmente em residências domésticas, em escolas ou até mesmo no ambiente de trabalho, bem como na varanda sempre expondo a iluminação natural para um melhor resultado. Geralmente, o plantio é realizado na altura do ombro, suspenso do solo e locados em vasos suspensos, ou algo que comporte o adubo.

Fonte: HORTO MANIA (2018, s/p); ECOTELHADO (2019, s/p); CEPLAC - MACÊDO, P. B (2020, s/p); FOLHA UOL - FLOSI S. (2004, s/p); SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO (2018, s/p); EMBRAPA (2010, s/p).

No projeto apresentado, o local onde a Horta Comunitária foi construída faz parte da Universidade Federal do Pampa, cedido pelo campus, para a construção/organização da mesma. Como citado anteriormente possui a finalidade de estreitar as relações sociais da comunidade acadêmica com a comunidade externa, produzir alimentos saudáveis e estimular o hábito de plantio e cultivo em suas casas, ou seja, o intuito é que todo o conhecimento e prática se mantenha na vida dos participantes, dentro e fora da universidade. Além disso, todo o trabalho feito é divulgado em redes sociais, com o intuito de alcançar o maior público possível para que o projeto sirva de inspiração para que outras escolas e instituições também trabalhem a educação ambiental no meio educacional.

METODOLOGIA

Entende-se como metodologia o caminho percorrido, entende-se ainda como método científico, a caracterização deste caminho, ou seja, agregada a organização, análise, controle e toda a utilização e compilação de conhecimentos. Metodologicamente, a ação deste projeto vem sendo desenvolvida nas etapas apresentadas no Quadro 2:

Quadro 2: Sistematização das etapas seguidas para implementação da horta.

ETAPAS	
Levantamento bibliográfico	Acerca da temática de hortas comunitárias, viabilidade de instalação, possíveis variedades de plantações que poderiam ser feitas.

Reunião com a comunidade	Organização de um instrumento para averiguar junto à comunidade acadêmica e paralelamente aberto a comunidade externa, visando verificar o ponto de vista de todos acerca da possibilidade de implantação da horta comunitária no campus.
Sistematização de materiais a serem utilizados	Sistematização de materiais a serem utilizados, desde equipamentos, próprio espaço, utensílios de plantação, cerca, caixa d'água, dentre outros.
Levantamento de custos	Levantamento de custos para a implantação da horta e da compra dos materiais necessários e realização de lista para arrecadação de possíveis doações.
Articulação de equipe	Articulação da equipe do projeto para averiguação de quem ficaria responsável pelo plantio, irrigação, e a disponibilidade de horários, dias e turnos.
Implantação e Manutenção da horta	Implantação da horta e manutenção da mesma.

Fonte: MENDONÇA, 2023.

No primeiro momento para implantação da horta, foi então realizada a limpeza do terreno que faz parte da Universidade Federal do Pampa, sendo realizado todo o preparo da terra e a distribuição de cascas de arroz. Por não existir muro no local, foi também realizada a construção de cerca com telas de proteção, a colocação de uma caixa d'água e dois portões para acesso à horta. A última etapa consistiu em fazer o acabamento dos canteiros para as plantações de verduras e legumes e uma mandala para a plantação de chás.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Iniciado em março de 2022, a horta comunitária da UNIPAMPA, campus São Borja, tem sido um espaço destinado a diversas ações que envolvem desde práticas de agricultura urbana, integração sociedade, educação ambiental, saúde mental, produção de alimentos, entre outros.

Também pode-se considerar como uma prática de agricultura urbana a proposição e implantação da horta comunitária na UNIPAMPA, corroborando assim com Oliveira e Santos (2018, p. 53), onde caracterizam as atividades acerca da Agricultura Urbana como,

> [...] AU não se restringe apenas ao abastecimento das cidades, mas abarca diferentes questões nas esferas sociais, políticas e econômicas. Sendo compreendida como o desenvolvimento das atividades agrícolas em áreas dentro do perímetro urbano, que podem ser realizadas, além do plantio direto no solo, em canteiros suspensos ou em vasos, geralmente em pequena escala.

Nessa mesma linha de raciocínio, fazendo uma relação de agricultura urbana com horta comunitária, Biazoti e Sorrentino (2022, p. 2),

> A agricultura urbana é um conceito multidimensional que traz consigo um amplo espectro de perspectivas no que diz respeito ao desenvolvimento local sustentável. Uma horta comunitária no interior de um bairro pode possibilitar um espaço de convivência e interação social que transcende a garantia de segurança alimentar e nutricional da região. Além de benefícios ambientais e de saúde, a horta urbana pode se configurar como um espaço de articulação política e desenvolvimento comunitário que envolve dimensões profundas na criação de laços de confiança e na enunciação de utopias.

Diante do exposto, a horta comunitária da UNIPAMPA, também considerada como prática de agricultura urbana, tem sido um espaço multifacetado, e que a cada dia, recebe mais pessoas, doações e perspectivas, primando pela aproximação da comunidade com a Universidade.

Dentro do cronograma de proposto para a horta, até a agosto de 2022, realizou-se a campanha de doações de materiais para o cercamento do espaço destinado para a implantação, bem como equipamentos e demais itens necessários para iniciar as atividades. Paralelamente as campanhas de arrecadação de equipamentos, realizaram-se reuniões e campanhas (impressas e nas Mídias), com a finalidade de divulgar a proposta para todos, bem como apresentar os objetivos e metodologia. Além disso, também foi organizado as primeiras reuniões com a comunidade, com acadêmicos da unipampa e com docentes participantes, com o objetivo de apresentar o projeto, realizar combinações acerca de como a mesma seria implementada, o que poderia ser cultivado, dentre outras questões afins. (Figuras 1 e 2).

Figura 1: Primeira reunião com a comunidade, discentes e docentes participantes do projeto

Fonte: MENDONÇA, 2022.

Figura 2: Primeira visita com os participantes do projeto ao local da horta comunitária.

Fonte: MENDONÇA, 2022.

Assim, em meados de outubro de 2022, iniciaram-se a preparação do solo e os primeiros plantios, sendo que a primeira plantação foi de abóboras e morangas, devido ao fato de serem cultivares de maior resistência a estiagem, uma vez que a no final do ano de 2022 e inicio de 2023, além do calor intenso, os níveis de precipitação também foram abaixo da média na fronteira oeste do estado do Rio Grande do Sul. (Figuras 3 e 4).

Figuras 3 e 4: Preparação do solo da horta para plantação.

Fonte: CASTANHO, 2022.

Com o passar dos meses, o espaço destinado para a horta comunitária da UNIPAMPA, foi tomando forma, sendo que primeiramente foi realizado o cercamento da mesma, utilizando telas de arame, com um metro de altura, palanques de madeira e arame de aço para fixação. Deve-se destacar que todo o material para a realização do

cercado, foi doado, e a mão de obra, para a elaboração, feita pelos colegas do setor de manutenção da instituição.

A assessoria técnica para a horta comunitária, ficou a cargo da EMATER São Borja, através de uma parceira de apoio e colaboração com o Programa de extensão da UNIPAMPA, São Borja. As recomendações técnicas, de fertilização, plantio, cultivo e manejo, foram realizadas em reuniões, treinamentos, e encontros na horta, com convite para todos os interessados. (Figura 5).

Figura 5: Encontro para diálogo acerca do plantio e demais cuidados com a horta comunitária.

Fonte: CASTANHO, 2023.

Se manteve também a campanha doação de sementes, adubo orgânico, e utensílios, tais como pás, Enxadas, e demais equipamentos necessários para o manejo cotidiano da horta. A comunidade novamente atendeu as demandas e conseguiu-se todos os equipamentos, insumos e sementes solicitadas. Enquanto realizava-se a campanha de doações, processos de aragens (revolvimento do solo) foram realizados no espaço, visando o preparo do terreno para as etapas de cultivo na sequência do planejamento. Deve-se enfatizar, que anterior ao processo de aragem, fez-se o espalhamento a lanço de casca de arroz em toda a área da horta, visando uma maior permeabilidade de manutenção

de umidade para ao cultivo das verduras e legumes a serem cultivados. Tais resíduos, foram doados por uma empresa local, com intermediação da EMATER São Borja.

Neste sentido, com a mudança de estação, em meados de março de 2023, iniciaram-se as elaborações dos canteiros, e logo, as mudas de chás, que estão sendo plantadas em um espaço em formato de mandala estão sendo plantadas, e canteiros com diversas variedades de hortaliças e legumes começam a fazer parte do cenário da horta comunitária da UNIPAMPA. (Figuras, 6, 7, 8 e 9).

Figura 6: Canteiros da Horta Comunitária

Fonte: CASTANHO, 2023.

Figura 7, 8 e 9: Verduras e Legumes produzidos na Horta Comunitária
Fonte: CASTANHO, 2023.

Alunos, Técnicos Administrativos, Docentes e a comunidade em geral (especialmente do bairro onde esta localizado o campus da UNIPAMPA - o bairro do Passo), tem frequentado a horta. Em conversas com as pessoas, os motivos que os levam até a horta, são os mais diversos, desde ações lúdicas, saúde mental (desestressar), prazer por cultivar a terra, produção de alimentos sem inseticidas, colaboração com o projeto, entre outros, são aspectos apontados pelos frequentadores. No caso dos discentes, alguns ainda apontam, a necessidade de horas para de extensão, necessárias para sua formação acadêmica.

Diante de todas as ações já consolidadas, grupos de pessoas interdisciplinares contribuem de todas as formas, e recentemente, discentes do curso de Publicidade e Propaganda da UNIPAMPA, São Borja, através de uma componente curricular de extensão, debruçaram-se na promoção e criação de uma logomarca para o projeto, bem como uma maciça campanha publicitária junto a comunidade acadêmica e externa a instituição, com chamamento através de cartazes e Mídias sociais, informando a existência do projeto e conclamando a todos que tiverem interesse que participem. (Figuras 10 e 11).

Figuras 10 e 11: Página na rede social Instagram criado pelos alunos do projeto de extensão mencionado acima:

Fonte: MENDONÇA, 2023.

Outra campanha, essa idealizada por membros do projeto, denominada de “adote um canteiro”, começou a ser divulgada no início de junho de 2023, onde qualquer membro da comunidade ou turmas da Universidade, possam adotar um canteiro desde o preparo, cultivo, manejo e colheita do mesmo.

Com essa prática, além de aproximar a comunidade externa com a UNIPAMPA São Borja, espera-se que novos hábitos alimentares sejam estimulados entre os participantes e seus familiares, ações de educação ambiental, espaço lúdico, alternativa para desestressar das atividades corriqueiras do dia a dia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposição da horta comunitária no campus da Universidade Federal do Pampa, na cidade de São Borja – RS, tem sido uma experiência de grande importância para a comunidade acadêmica e com significativa participação da comunidade externa, sendo essa desde a doação de materiais, equipamentos e insumos, como na participação efetiva na horta.

A condução das atividades tem sido bastante participativa, onde formaram-se equipes que tem contribuído para a concretização da horta, com ações desde doações de mudas, sementes, equipamentos, entre outros, para que possam ser elaborados os canteiros e cultivados.

A instituição, especialmente a diretoria do campus, tem sido bastante sensível e contribuído, dentro das possibilidades, para atender todas as demandas, bem como intermediar as solicitações e campanhas de arrecadação de materiais para a horta.

Em relação a produção, até o momento, fez-se a colheita de abóboras e morangas, e a mesma foi dividida entre todos os envolvidos, de dada a considerável produção, o excedente foi doado a pessoas e entidades sociais da cidade.

Considera-se também que tal prática foi muito positiva e que seus resultados superaram as expectativas que tínhamos o início do projeto, os participantes tantos acadêmicos quanto externos (da comunidade) são assíduos em relação a participação e cuidados de plantio e manutenção com a horta.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Adriana Maria de; ASSIS, Renato Linhares de. Agricultura Orgânica em áreas Urbanas e Periurbanas com base na Agroecologia. **Ambiente e Sociedade**. Campinas, 2007.

BIAZOTI, A. R.; SORRENTINO, M. Engajamento político na agricultura urbana: potência de agir nas hortas comunitárias de São Paulo. **Ambiente & Sociedade**, v. 25, p. e0056, 2022. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/1809-4422asoc20210056vu2022L1AO. Disponível em: https://www.scielo.br/j/asoc/a/GGKBgdfgtRkgGFM3FC5cZ8d/?lang=pt# Acesso em: 13 jun. 2023.

ESPINOSA, Y. M. B. **Vínculos entre la escuela y la comunidade mediante el huerto escolar**, 2016. 48 f. (Tesis de Maestria) El colegio de la Frontera Sur, 2016.

FLOSI, S. **Hortas comunitárias melhoram qualidade da alimentação nos centros urbanos**, 2004, (s.p). Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/folha/dimenstein/comunidade/gd191004.htm . Acesso em: 30 mar. de 2020.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO. **Projeto Horta Educativa conscientiza alunos sobre a importância do Meio Ambiente**, 2018, (s.p). Disponível em: https://www.educacao.sp.gov.br/noticia/projeto-horta-educativa-conscientiza-alunos-sobre-importancia-meio-ambiente/ Acesso em: 27 mar. 2022.

MORGADO, F. S. **A Horta Escolar na Educação Ambientar e Alimentar: experiências do projeto horta viva nas escolas municipais de Florianópolis**. Centro de Ciências Agrárias. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

MOUGEOT, Luc J. A. Cultivando Cidades, Cultivando Comida. **International Development Research Centre (IDRC)**, Cities Feeding People Programme, Ottawa, Canadá, 2000. Disponível em: http://agriculturaurbana.org.br/RAU/AU01/AU1conceito.html> . Acesso em 27 jul. 2023.

NEVES, J. G. **Educação Ambiental e a questão conceitual**. Educação Ambiental em Ação, São Paulo, 2005.

OLIVEIRA, A. C. N. de; SANTOS, E. V. M. A importância da Agricultura Urbana: um estudo sobre o programa Eco Hortas Comunitárias no município de Campos dos Goytacazes – RJ. **Revista Cerrados**, [S. l.], v. 16, n. 02, p. 51–68, 2018. DOI: 10.22238/rc24482692201816025168. Disponível em: https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/cerrados/article/view/1080 Acesso em: 13 jun. 2023.

SAQUET, Adriano Arriel. Reflexões sobre a Agroecologia no Brasil. Desenvolvimento territorial e agroecologia. **Expressão Popular**, São Paulo, 2008.

NOVAS PRÁTICAS DA RELAÇÃO COM A TERRA, ÁGUA E TERRITÓRIO: MODO DE PRODUÇÃO E RESISTÊNCIA COM A IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA AGROECOLÓGICO

Tiago Cartaxo de Lucena[1]

RESUMO

A presente pesquisa analisou as experiências desenvolvidas por agricultores familiares reassentados a partir da transposição do rio São Francisco na Mesorregião Sul Cearense, nos municípios de Penaforte (VPR - Retiro), Jati (VPR - Ipê), Brejo Santo (VPR - Vassouras) e Mauriti (VPR – Descanso), que trabalham com as práticas agroecológicas, no modelo de produção sustentável e inclusão produtiva. Na pesquisa de campo foi possível realizar registro fotográfico da área das vilas produtivas, além de visitas em órgãos públicos como secretarias de agricultura municipais e Empresa de Assistência Técnica de Extensão Rural - EMATERCE. Observou-se, portanto, que as práticas agroecológicas das vilas produtivas rurais desenvolvidas pelos reassentados está possibilitando melhor qualidade de vida, produtividade econômica, equilíbrio e sustentabilidade ambiental com redução de erosão do solo, uso de compostagens e controle biológico de insetos e doenças, aumento da biodiversidade, além de disponibilizar para comunidade local uma alimentação saudável, valorização das culturas alimentares e inclusão social.
Palavras-chave: Terra; água; agroecologia; resistência.

RESUMEN

Esta investigación analizó las experiencias desarrolladas por agricultores familiares reasentados tras la transposición del río São Francisco en la Mesorregión Sur de Ceará, en los municipios de Penaforte (VPR - Retiro), Jati (VPR - Ipê), Brejo Santo (VPR - Vassouras) y Mauriti (VPR - Descanso), que trabajan con prácticas agroecológicas, en el modelo de producción sostenible e inclusión productiva. Durante la investigación de campo, fue posible fotografiar el área de las aldeas productivas, así como visitar órganos públicos como las secretarías municipales de agricultura y la Empresa de Asistencia Técnica y Extensión Rural (EMATERCE). Se observó, por lo tanto, que las prácticas agroecológicas de las aldeas productivas rurales desarrolladas por los reasentados están permitiendo una mejor calidad de vida, productividad económica, equilibrio ambiental y sostenibilidad con reducción de la erosión del suelo, uso de compost y control biológico de insectos y enfermedades, aumento de la biodiversidad, además de proporcionar a la comunidad local alimentos saludables, valorización de las culturas alimentarias e inclusión social.
Palabras clave: Tierra; agua; agroecología; resistencia.

INTRODUÇÃO

Como ponto de partida observamos as resistências cotidianas efetivadas pelas famílias expropriadas e reassentadas em Vilas Rurais Produtivas (VPR's) a partir da

[1] Doutorando do Curso de Doutorado em Geografia da Universidade Estadual do Ceará - CE, tiagoclnsa@gmail.com

transposição do rio São Francisco na Mesorregião Sul Cearense, nos municípios de Penaforte (VPR - Retiro), Jati (VPR - Ipê), Brejo Santo (VPR - Vassouras) e Mauriti (VPR – Descanso), em suas vivências cotidianas através da produção de alimento agroecológico, promovendo a valorização das dimensões sociais, culturais, econômicas e políticas, em uma perspectiva de efetivar o desenvolvimento sustentável na agricultura familiar.

Nestas vilas produtivas verificam-se práticas da agroecologia que são alternativas para produção de alimentos, contrapondo-se ao modelo desigual de trabalho do agronegócio na região, baseado no latifúndio, monocultura, na padronização dos alimentos, na utilização de agrotóxicos, sementes transgênicas e acumulação capitalista. (PORTO-GONÇALVES, 2006).

É fato que esta região está sendo marcada pela expansão do agronegócio, porém nas vilas produtivas há resistências cotidianas da agroecologia às formas de dominação, exploração e produção voltada para o lucro e reprodução do capital com efetivação da desigualdade social e excludente desse modelo que se apropria e realiza a espoliação dos bens comuns da natureza e da força de trabalho.

Entretanto, esse processo está motivando a organização produtiva de agricultores familiares da região a partir de políticas públicas no intuito de fortalecer o acesso à renda, autonomia de gênero e incentivo aos produtores a fazer melhor uso dos bens e serviços da natureza, obtendo vida digna no campo (LUCENA, 2016).

Evidenciamos na vila produtiva rural Vassouras, localizada em Brejo Santo-Ce, uma parte da produção está sendo destinada à alimentação escolar. Os agricultores familiares desta vila, têm fornecido alimentos que são servidos para os discentes nas escolas públicas do município de Brejo Santo-Ce.

A agroecologia está relacionada com a terra, água e território sustentável, buscando possibilitar a reciclagem de nutrientes, compostagens, biofertilizantes, a melhoria da matéria orgânica e da atividade biológica do solo, a diversificação das espécies de plantas adaptadas, uso de inseticidas naturais e de melhor acesso na região estudada. (ALTIERI, 2004).

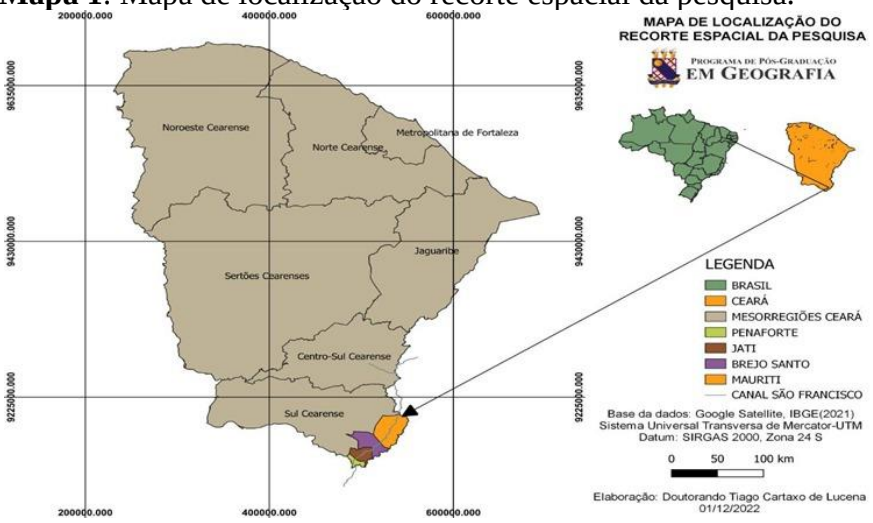
METODOLOGIA

A metodologia apresenta-se baseada em estudos de referências teóricas relacionados com a água, terra e produção agroecológica, incluindo ainda, as concepções subjetivas sobre produção sustentável, políticas públicas para a agroecologia a partir do

Programa de Aquisição de Alimentos - P.A.A, Programa Nacional da Alimentação Escolar - PNAE e as vivências realizadas pelos atores sociais pesquisados nas vilas produtivas, possibilitando o entendimento da realidade local a partir do método da pesquisa participante (BRANDÃO, 2006).

Para melhor compreensão da investigação, foram confecionados mapas temáticos, registros fotográficos e realizadas entrevistas dos agricultores familiares que trabalham com produção agroecológica. Ainda, foram realizadas visitas em órgãos públicos como a Empresa de Assistência Técnica do Estado do Ceará (EMATERCE), Movimentos Atingindos por Barragens-MAB, Secretárias de Agricultura e Sindicato dos Trabalhadores Rurais dos municípios pesquisados, no intuito de facilitar a compreensão da investigação, já que essas instituições disponibilizam dados necessários para o entendimento da realidade local.

Mapa 1: Mapa de localização do recorte espacial da pesquisa.



Fonte: Autor, 2022.

A pesquisa tem como delimitação espacial os municípios que formam a mesorregião sul cearense, que se encontram no percurso do Eixo Norte da transposição do rio São Francisco. Assim, muito embora a Mesorregião seja formada por 25 municípios, o universo desta pesquisa restringe-se aos municípios de Penaforte, Jati, Brejo Santo e Mauriti, onde existe o projeto da transposição do rio São Francisco, como se verifica no Mapa 1.

REFERENCIAL TEÓRICO

Mesmo diante desse processo, nota-se as inquietações existentes em relação a mercantilização da água e da terra pelo agronegócio, evidenciamos a resistência de

agricultores familiares camponeses na região, como observado nas 4 VPRs, que lutam pela terra, pela água e por boas práticas agroecológicas, na perspectiva de uma sociedade sustentável, visando uma melhoria da qualidade de vida das populações rurais.

O modelo da agricultura financeira globalizada não está relacionado com os objetivos qualitativos que são encontrados no sistema agroecológico, (CAVALCANTE, 2019) pois este,potencializa a valorização da pedagogia que relaciona essas questões a partir de uma visão holística sobre a educação para a sustentabilidade, preservação das culturas populares, as experiências históricas e as tradições dos agricultores familiares em suas comunidades, além dos valores de solidariedade, cooperativismo e comercialização comunitária (ALTIERI, 2004).

Nos últimos anos tem-se ampliado os estudos e discussões sobre a agricultura familiar, no Brasil, principalmente a partir da década de 1990, muito em virtude de se buscar alternativas agrícolas de base sustentáveis, além de valorizar os agricultores familiares, frente a um cenário de dominação implementada pela Revolução Verde (ALTIERI, 2004).

Agricultura familiar, certamente é a melhor estratégia no contexto da pós-revolução verde, em que se busca igualdade de gênero, produção de alimentos agroecológicos, segurança alimentar, permitindo maior qualidade de vida aos que consomem e geram rentabilidade ao que produz, permanecendo a harmonia social dos seres envolvidos, além da geração de emprego, renda aos agricultores e permanência da família no campo, sem a necessidade do afastamento das suas origens (LUCENA, 2016).

A agricultura familiar constitui o grupo social majoritário nas unidades produtivas do meio rural na Mesorregião Sul cearense, que tem contribuído para assegurar a sociobiodiversidade local e do seu entorno, garantindo por sua vez a segurança alimentar e o equilíbrio do ambiente e geração de renda e emprego no campo.

Historicamente, a agricultura familiar na Mesorregião Sul cearense que tem ampliado o reconhecimento sobre as suas potencialidades como categoria social para o desenvolvimento econômico, político e ecológico da região, assim esse modelo está baseado na luta pela terra, produção de alimentos agroecológicos e na perspectiva de uma sociedade sustentável, visando uma melhoria da qualidade de vida das populações rurais a partir da construção de valores mais justos e ambientalmente corretos.

Diante do exposto, a presença da agricultura familiar mostra que essa forma social de trabalho e produção é parte integrante da paisagem rural da Mesorregião Sul cearense e formam as bases étnicas e culturais da diversidade social da sua população. A

agricultura familiar tem desempenhado um papel crucial ao longo da história na região, uma vez que os arranjos familiares foram decisivos na formação da estrutura agrária.

No entanto, nessa, assim como outras regiões brasileiras, está sendo marcada e impactada pelo crescimento da economia do agronegócio. Essa atividade econômica promove uso demasiado de agrotóxico, sementes híbridas, produções transgênicas que geram impactos ambientais e sociais nas comunidades rurais, principalmente através da exportação dos produtos para o mercado externo em detrimento do mercado interno, gerando insegurança alimentar (PORTO-GONÇALVES, 2012).

Diante dos processos de uso e ocupação do capitalismo no campo, evidente nesta região, em que existe uma crescente expansão do agronegócio, com concentração de terra e implementação de monocultivos que geram contradições e conflitos. Este modelo agrícola tem contribuído para o aumento do valor da terra, expondo os agricultores familiares a vulnerabilidades sociais, dificultando o processo de sucessão familiar nesse espaço, dentre outros problemas.

Segundo Alves (2019), estas são características do agronegócio que buscam utilizar a terra como meio de lucro e não de trabalho e moradia, como acontece com agricultura familiar e suas práticas de manejo agroecológicas em suas unidades de produção.

Deste modo, evidenciadas as características da agricultura familiar e agronegócio, facilmente percebe-se atualmente modificações no campo com a transposição do Rio São Francisco nas bacias hidrográficas do Nordeste, pois a partir dessa obra, empresas foram atraídas para Mesorregião Sul cearense desenvolvendo atividades agropecuárias com técnicas de produção intensiva (mecanização e química) e de escala, visando aumento da produção e produtividade.

Desde o início, esse modelo de produção está contraposto à lógica da produção da agricultura familiar, pois esta, insere-se na perspectiva de uma sociedade sustentável visando uma melhoria da qualidade de vida do ser humano a partir da inclusão social, além da superação da pobreza (SCHNEIDER, 2016).

Em ambientes rurais de base produtiva familiar, as relações sociais são estabelecidas e possibilitam novos modos de vida e produção. Neste contexto, destacamos que as formas de divisão do trabalho, com todos os membros da família são realizadas através de tarefas definidas, sendo esta, então, uma marca da agricultura familiar (GAZOLLA, 2004). Esse modelo é definido a partir do modo de produção e as necessidades de consumo. O trabalho é familiar e não pode ser avaliado em termo de

lucro, pois o objetivo do trabalho familiar não é quantificável, é de produzir valores de uso e não valores de troca.

Essas questões levam a agricultura familiar camponesa a propor novos princípios, modelos e definições para a produção agroecológica, feiras sustentáveis, economia criativa e solidária, produção de diversidades de alimentos saudáveis, aumento da renda familiar e a inclusão social, possibilitando uma melhor qualidade de vida às famílias do campo (LUCENA,2016).

Partimos do princípio de que o território dos agricultores familiares é construído a partir de território de vida, desta forma, este modelo agroecológico tem trabalhado com fortalecimento de solidariedade e bem viver no campo.

As relações sociais exercidas possibilitam a existência de um novo espaço para se viver, um diferente modo de vida e a produção de alimentos saudáveis. Nessa perspectiva, essa dinâmica socioeconômica potencializa a inclusão social e a geração de emprego e renda no campo (SAUER; BALESTRO, 2013).

Todas estas questões promoveram as territorialidades de lutas e resistências, construídas pelos agricultores familiares através do manejo eficiente nos sistemas agroecológicos. É possível se efetivar uma agricultura para sustentabilidade com o aumento da disponibilidade de alimentos, sendo uma alternativa para a redução da pobreza e a subnutrição das famílias reassentadas. (PRIMAVESI,1997).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foi possível evidenciar a existência de produção agroecológica nas vilas produtivas de Ipê, Descanso, Vassouras e Retiro, cuja alternativa de vida no campo tem uma nova relação entre agricultores familiares e bens comuns da natureza, com o fortalecimento e empoderamento nos âmbitos cultural, econômico, familiar e político, além da articulação do direito à terra, à água e território de vida.

Fica evidente na agroecologia a realização de práticas sustentáveis no campo e tem um projeto de sociedade que na essência luta por dignidade, justiça social, igualdade de gênero e valorização da cultura e produção de diversidade dos alimentos saudáveis em todo o período do ano, como pode ser verificado na imagem 1, na imagem 2 e na imagem 3, que demonstram o cultivo de hortaliças na VPR Vassouras para comercialização no PAA, PNAE, comunidades próximas e feiras livres. Pode-se afirmar que esse modo de vida tem ocasionado resistências e respostas políticas na perspectiva de negação do modelo perverso do agronegócio. (SAUER, 2008).

Imagem 1: Cultivo de hortaliças na VPR Vassouras em Brejo Santo-CE.

Fonte: Autor, 2023

Imagem 2: Cultivo hortaliças na VPR Vassouras em Brejo Santo-CE.

Fonte: Autor, 2023

Imagem 3: Hortaliças para comercialização.

Fonte: Autor, 2023.

Agricultores familiares realizam o cultivo de diversas hortaliças tanto para comercialização, como para subsistência, o que melhora a renda, bem como produz alimentos livres de agrotóxicos, protegendo a saúde e o meio ambiente.

A concepção agroecológica tem potencializado a produção sustentável, possibilitando as relações de afetividade, solidariedade e coletividade no intuito de efetivar o uso equilibrado da natureza, produção de alimentos saudáveis e inclusão social dos agricultores familiares. Esse processo permite o uso racional das terras, águas e autonomia de seu modo de vida no território.

Entende-se esse processo como a construção de uma práxis agroecológica através da convivência com o semiárido, com a valorização da cultura alimentar local e regional, promovendo o acesso à alimentação de qualidade, em quantidade e regularidade, às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, fortalecendo a agricultura familiar e a geração de renda e emprego no campo.

Observa-se que nas vilas produtivas da Mesorregião Sul Cearense estão sendo efetivadas emancipações dos agricultores familiares a partir da agroecologia. Territórios esses, que criam oportunidades e resistências evidenciando-se novas práticas de segurança alimentar a partir do consumo de alimentos saudáveis, nutritivos e diversificados na dieta das famílias, além da efetivação da rentabilidade através da comercialização do excedente nos mercados alternativos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta concepção protagonizada pelas experiências dos agricultores familiares atingidos pela transposição na mesorregião Sul Cearense, percebe-se a efetivação de oportunidades de geração de renda, bem como a sustentabilidade ambiental e econômica para que as famílias continuem a viver no campo, contribuindo com a visibilidade e construção de novas identidades e potencialidades das comunidades rurais em seu território vivido.

Seguindo esta mesma lógica, a agroecologia consiste em sistemas agrários produtivos com alternativas para a vida no campo, pois existe a inclusão dos agricultores familiares respeitando a diversidade de gênero. Além disso, a prática da agricultura sustentável está na valorização do trabalho e da cultura, permitindo a autonomia e contribuindo para a geração de renda e a preservação de modos de vida saudáveis (GAZOLLA, 2004).

Ao pensarmos em políticas públicas a partir do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimento (PAA), observamos na vila produtiva Vassouras as transformações da qualidade de vida das famílias, inclusão social, alimentos saudáveis, respeito às culturas locais, fortalecimento da autonomia das pessoas e preservação do meio ambiente.

A participação dos agricultores familiares nas vilas produtivas através das políticas públicas do P.A.A e PNAE, além de obter uma fonte de renda permite a compra direta por um preço justo valorizando sua produção, traz de volta a dignidade dos agricultores familiares que irão ter o direito de se alimentar com produtos de qualidade, gerando emprego e renda evitando o êxodo rural.

Essa política pública é uma grande conquista para os agricultores familiares do Brasil e de modo especial para os sertanejos que convivem com o semiárido, fazendo ênfase a mesorregião Sul Cearense, com suas potencialidades, garante a comercialização dos produtos e agregação de valores, com isso realiza a distribuição de renda no campo.

Nesse sentido, as políticas públicas do PAA e PNAE são conquistas dos movimentos sociais do campo, através das lutas e reivindicações no sentido de fortalecer e potencializar o território vivido, efetivando a autoestima dos agricultores familiares e realizando as práticas de manejo sustentável no campo, além de promover a diversificação de alimentação de qualidade visando a segurança alimentar.

Essas políticas públicas, portanto, são fundamentais para a valorização da agricultura familiar e para a promoção de uma alimentação saudável e sustentável na mesorregião Sul Cearense, pois garantem um mercado para a venda da produção local de alimentos saudáveis e nutritivos, contribuindo para a geração de renda e o fortalecimento da economia local.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia**: A dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 4a ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Pesquisa participante**: o saber da partilha. Aparecida: Ideias e Letras, 2006.

GAZOLLA, Marcio. **Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas**: uma análise a partir da produção para autoconsumo no território do Alto Uruguai/RS. 2004. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

LUCENA, Tiago Cartaxo. **Agroecologia no município de Mauriti - Ceará:** experiências dos agricultores familiares na implantação do sistema mandala. 2016. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza - CE, 2016.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. P. **A Globalização da natureza e a natureza da globalização**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. v. 1. 461p.

SAUER, Sergio. **Agricultura familiar versus agronegócio**: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro. Brasília/DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2008.

Ocupar! Aquilombar! Retomar!

A Geografia Agrária e a luta de classes no Brasil

GT 17

Conflitos socioambientais e neoextrativismo na disputa pela natureza no campo

Territórios em disputa e a luta camponesa: a agroecologia como resistência em comunidades rurais da Chapada do Apodi/CE

Ana Letícia Silva Souza[1]
M.a. Rafaela Lopes de Sousa [2]
Dra. Camila Dutra dos Santos [3]

RESUMO

A agricultura é uma atividade milenar que foi concedida como um dos pilares para o desenvolvimento humano. A partir da evolução da ciência, e consequentemente de procedimentos, métodos e técnicas o ser humano foi capaz de ampliar seus conhecimentos e produzir em menos tempo e em maior quantidade, entretanto observa-se as consequências na saúde humana, nos seres vivos e no ambiente a partir da inserção de produtos químicos e atividades nocivas à toda e qualquer espécie. Com isso, constata-se um cenário onde é possível produzir alimentos saudáveis, sem o uso de agrotóxicos e com respeito. Além disso, verifica-se a resistência das famílias camponesas durante o dia a dia.

Palavras-chave: resistência camponesa, agroecologia, agronegócio.

RESUMEN OU ABSTRACT

Agriculture is a millennia-old activity that has been recognized as one of the pillars of human development. With the evolution of science and, consequently, procedures, methods, and techniques, humans have been able to expand their knowledge and produce more in less time. However, the consequences on human health, living organisms, and the environment are evident due to the introduction of chemical products and harmful activities affecting every species. As a result, there is a scenario where it is possible to produce healthy food without the use of pesticides and with respect. Additionally, the resilience of peasant families is observed in their daily lives.

Keywords: peasant resistance, agroecology, agribusiness.

---

[1] Graduanda em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará. Bolsista do núcleo de pesquisa NATERRA (Grupo de Pesquisa e Articulação Campo, Terra e Território).
[2] Doutoranda, mestra e bacharela em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará. Membra do núcleo de pesquisa NATERRA (Grupo de Pesquisa e Articulação Campo, Terra e Território), do Núcleo TRAMAS (Trabalho, Ambiente e Saúde/UFC e da Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA). Também faz parte do Movimento 21 de Abril, movimento social que articula universidade, organizações sociais e povos e comunidades tradicionais da região do Baixo Jaguaribe, no estado do Ceará.
[3] Professora doutora dos cursos de Geografia da Universidade Estadual do Ceará. Coordenadora do NATERRA (Grupo de Pesquisa e Articulação Campo, Terra e Território/UECE). Coordenadora do LECANTE (Laboratório de Estudos do Campo, Natureza e Território. Também faz parte do Movimento 21 de Abril.

1. INTRODUÇÃO (Justificativa Implícita e Objetivos)

A partir do surgimento do movimento agrícola conhecido como ‘’Revolução Verde’’ na década de 1960, tem-se o desenvolvimento do modelo agrícola voltado para o aumento da produtividade. A utilização intensiva de agrotóxicos e fertilizantes, aliado ao desenvolvimento genético de sementes, contribuiu para o avanço deste modelo, a partir de um amplo programa para elevar a produção agrícola no mundo (BARROS, 2010).

Neste sentido, a utilização de fertilizantes e de agrotóxicos começou a ser duramente criticada por ambientalistas, movimentos populares, entre outros, em função dos problemas causados pelo uso intensivo desses químicos, pelos quais podemos citar: intoxicação humana e animal; surgimento de problemas mais resistentes; contaminação da água e do solo; erosão; e salinização do solo (PIMENTEL 1996; ILBERY & BOWER 1998; TRIGO 1994).

Sob esse viés, a partir do avanço das fronteiras agrícolas em decorrência da demanda global por commodities agrícolas, como soja, milho, entre outros, além da concentração fundiária e o uso de agrotóxicos, observa-se o desenvolvimento de conflitos no campo, bem como consequências nocivas aos territórios, como a contaminação do solo, das águas e das pessoas. Por outro lado, tem-se a germinação da semente das resistências camponesas.

Destaca-se contra o processo desenvolvimentista do agronegócio as resistências camponesas que lutam contra o avanço do capitalismo no campo, bem como a concentração fundiária e o atual modelo de produção agrícola. Dentre os movimentos sociais que se destacam, podemos citar o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra).

Do mesmo modo, contrapondo o modelo produtivo do agronegócio, há um aumento da discussão sobre a agroecologia como resistência em comunidades camponesas. A agroecologia é compreendida como um projeto de sociedade, evidenciada pelo modo de se relacionar em sociedade, de produzir alimentos saudáveis e de respeito com a biodiversidade.

Segundo Balem e Silveira (2002), é importante compreender que praticar agroecologia não é apenas mudar as formas de produzir alimentos, mas a forma de viver, ou seja, a buscados(as) camponeses(as) em viver e sobreviver da agricultura, reconhecendo-a como um modo de vida. No período das décadas de 1960 até 1980, com as reivindicações por práticas de um modelo agrícola que respeitasse a natureza e fosse

benéfico para as pessoas, o termo agroecologia passou a ser utilizado para representar a agricultura que incorpora aspectos sociais, culturais, éticos e ambientais de comunidades e povos tradicionais.

A partir dos pressupostos acima destacados, a pesquisa objetiva, de maneira geral, analisar a territorialização da agroecologia e das resistências camponesas, dentro do contexto das problemáticas e dos conflitos socioterritoriais na Chapada do Apodi, advindos com o projeto neodesenvolvimentista do agronegócio, tendo como foco a compreensão da produção camponesa que se vincula aos princípios da sustentabilidade ambiental. Como objetivos específicos, temos: a) Identificar os caminhos e as práticas sustentáveis agroecológicas nos territórios da Chapada do Apodi; b) Analisar as lutas camponesas, a partir das experiências em agroecologia; c) Discorrer sobre a agroecologia enquanto práxis social atrelada à resistência e à convivência com o semiárido; d) Mapear, através da cartografia, as comunidades e as experiências com agroecologia identificadas na pesquisa.

A Chapada do Apodi está localizada entre os estados do Ceará e do Rio Grande do Norte, faz parte da região do Baixo Jaguaribe, no Ceará. Esta região, segundo o (IBGE apud SOUSA, 2020), engloba 14 municípios no estado do Ceará, que são os seguintes: Aracati, Fortim, Itaiçaba, Icapuí, Limoeiro do Norte, Quixeré, Palhano, Alto Santo, Ibicuitinga, Morada Nova, Russas, Tabuleiro do Norte, São João do Jaguaribe e Jaguaruana.

2. METODOLOGIA

O percurso metodológico da pesquisa adotou uma abordagem qualitativa. A pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo de relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos a operações variáveis (MINAYO, 1994, p.21-22).

A partir da escolha de uma abordagem qualitativa, foi possível realizar os procedimentos metodológicos, bem como a pesquisa, por meio da Pedagogia do Território. Essa se configura pelo viés do pensamento epistêmico, que é desenvolvido em trabalhos acadêmicos pela sua inserção em territórios, a priori, em situação de conflitos socioambientais. Foi pensada e está em processo de construção pelo Núcleo Trabalho, Meio Ambiente e Saúde (Núcleo Tramas), que se constitui enquanto uma “comunidade

acadêmica de formação, pesquisa e ação" (Rigotto, Leão e Melo, 2018 *apud* Sousa e Cavalcante, 2021).

A utilização da Pedagogia do Território permite a aproximação, diálogo, e consequentemente o convívio com diferentes povos e territórios. Com isso, tem-se a construção de uma ciência emancipatória, epistemológica e inclusiva. A principal contribuição desse pensamento é nítida quando um(a) pesquisador(a) passa a refletir com que objetivo, para quem e como suas práticas acadêmicas afetarão a realidade, seja ela uma realidade do campo, da cidade, ribeirinha, da floresta, entre outros.

Os procedimentos metodológicos são parte fundamental da pesquisa, nele sistematizamos o que será necessário para a realização da investigação, além de definir os materiais e os sistemas que irão ser utilizados. Para a realização desse trabalho foi imprescindível o levantamento de materiais bibliográficos, como livros e/ou capítulos de livros, artigos e trabalhos acadêmicos e entrevistas gravadas, além de anotações realizadas em trabalhos de campo. Dessas leituras, foram feitas resenhas e levantamentos documentais, com o objetivo de organizar e melhor compreender as ideias transmitidas. Além disso, foi necessário realizar revisões teóricas dos principais temas da pesquisa, a partir de palavras-chave, a saber: agroecologia, resistência camponesa, território, agronegócio, neoextrativismo e luta camponesa. Utilizamos da escuta sensível com agricultoras de diferentes municípios, através de entrevistas gravadas e autorizadas por essas. Durante as visitas às casas das mulheres, utilizamos como procedimentos, entrevistas organizadas de maneira individual e em grupo, gravadas em áudio com a autorização das entrevistadas, além de visitas aos seus quintais com o objetivo de conhecer o que era plantado e como as agricultoras cuidavam de suas pequenas plantações

Em suma, o estudo ressalta a participação da luta camponesa, mas principalmente feminina frente as resistências contra o avanço do capitalismo, e consequentemente da expansão das fronteiras agrícolas no campo, além disso demarca que é possível construir um novo projeto de sociedade, por meio da agroecologia.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

Para responder e dar suporte às bases teórico-metodológicas dessa pesquisa, buscamos articular conceitos que se adequassem com os objetivos deste trabalho. Inicialmente, para melhor compreender a historicidade da ''agricultura'', bem como o processo de instalação e o surgimento da ''Revolução Verde'', utilizamos Cunha (2011); Albergoni e Pelaez (2007); Barros (2010); Pimentel (1996); IIbery & Bower (1998);

Trigo (1994); Silva (1996); Moreira (1999b); Teixeira (2005); Cavalcante (2018); Moreira (2000); Cassundé (2018).

Para dar continuidade à discussão da pesquisa, trazemos um conceito fundamental para a Geografia e para outras áreas do conhecimento – "território", basilar neste estudo e analisado em Santos (2002); Souza (2001); Fernandes (2009); Saquet (2019). Dentro deste conceito de território, relaciona-se o conceito de ''poder'' em que foi utilizado Arendt (1985), além das ideias de ''conflitualidade'' em que utilizamos Fernandes (2008).

Com relação ao conceito de ''neoextrativismo'' e ''Transição de Consensos'', buscamos em: Svampa (2013); Fiori (1995); Gudynas (2016).

Outros conceitos relevantes para nossa pesquisa e que merecem destaque são os conceitos de "campesinato" e "camponês", em que nos enveredamos em Fabrini (2006); Fernandes (2008); Sousa (2020).

Por fim, para compreender sobre a agroecologia como prática ecológica e científica, temos: Hecht (2002); Balem e Silveira (2002).

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em um primeiro instante, buscaremos contextualizar o agronegócio em escala mundial, a partir da perspectiva abordada no projeto, ou seja, compreender as origens desse modelo de produção industrial e seus efeitos. Posteriormente, discutiremos o conceito de neoextrativismo para podermos perceber de que maneira o modelo atual de produção agrícola voltado para o comércio se mantém no Brasil. Com isso, estendemos para os conflitos que ocorrem em decorrência do agronegócio em territórios tradicionais, com o objetivo de compreender os(as) sujeitos(as), as conflitualidades e as resistências dentro do recorte geográfico que é proposto: a Chapada do Apodi.

A partir do que foi dito, faz-se necessário esclarecer como o agronegócio tornou-se um dos principais interesses de discussões no atual cenário agrário brasileiro, além das consequências da utilização desse sistema de produção para a natureza e para a sociedade em sua totalidade. Para iniciar a discussão, é imprescindível a compreensão da historicidade do agronegócio, bem como do surgimento dos agrotóxicos utilizados; posteriormente sobre o desenvolvimento da Revolução Verde e de como este modelo influenciou para o aprimoramento da agricultura latifundiária que conhecemos atualmente.

Embora a agricultura seja praticada pela humanidade há mais de dez mil anos o uso intensivo de agrotóxicos para o controle de problemas nas lavouras existe há pouco mais de meio século (Cunha, 2011, p.17). Ele teve origem após as grandes guerras mundiais, quando a indústria química fabricante de venenos, que até então eram usados como armas químicas, encontraram na agricultura um novo mercado para os seus produtos (Cunha, 2011, p.17).

Diante deste cenário, tem-se a implementação de políticas em todo mundo, com o objetivo de expandir esse mercado. Com isso, a partir da década de 1960 a pesquisa agrícola passa a adquirir um caráter internacional (Cunha, 2011, p.17). Diversos centros de pesquisa foram instalados em vários países, contando com o financiamento do Banco Mundial de fundações sem fins lucrativos como a Fundação Rockefeller e a Fundação Ford, bem como outras instituições de financiamento (Albergoni e Pelaez, 2007).

Em consequência do financiamento da difusão deste novo mercado, origina-se, na década de 1960, o movimento agrícola conhecido como ‘’Revolução Verde’’, que possuiu como objetivo o aumento da produtividade, o uso de maquinários agrícolas no processo produtivo, avanço das tecnológicas e dos estudos biotecnológicos, uso de produtos químicos nas lavouras, dentre outros. A utilização intensiva de agrotóxicos e fertilizantes, aliado ao desenvolvimento genético de sementes também contribuiu para a “Revolução Verde”, criando um amplo programa para elevar a produção agrícola no mundo (Barros, 2010).

Sob esse viés, a utilização de fertilizantes e de agrotóxicos começou a ser duramente criticada, em função dos problemas causados pelo uso intensivo desses produtos, tais como: intoxicação humana e animal; surgimento formas de vida mais resistentes aos venenos; contaminação da água e do solo; erosão; e salinização do solo (Pimentel 1996; Ilbery & Bower 1998; Trigo 1994).

Mesmo com o avanço das problemáticas ocasionadas pela Revolução Verde, o avanço desse modelo de produção foi se expandindo para territórios mais periféricos. O primeiro país subdesenvolvido a adotar o pacote da Revolução Verde foi o México, onde o governo já desenvolvia um programa de pesquisa para melhoramento de trigo e milho desde a década de 1930 (Goodman & Redclift, 1991 *apud* Albergoni e Pelaez, 2007). No caso do Brasil, durante o governo de Getúlio Vargas, tem-se o início do processo de industrialização e da modernização da agricultura brasileira (SILVA, 1996). Vale salientar que, nas décadas de 60 e 70, destaca-se o papel do Estado como colaborador da disseminação da Revolução Verde no país, por meio da criação de programas de crédito,

como o Sistema Nacional de Crédito Rural, criado em 1965 e o Programa Nacional de Defensivos Agrícolas, criado em 1975 (Cunha, 2011, p.18). Sobre a implementação de subsídios oriundas do Estado, Moreira (1999) comenta:

> No espaço rural, esta produção industrial adquiriu a forma dos pacotes tecnológicos da Revolução Verde e, no Brasil, assumiu – marcadamente nos anos 60 e 70 – a prioridade do subsídio de créditos agrícolas para estimular a grande produção agrícola, as esferas agroindustriais, as empresas de maquinários e de insumos industriais para uso agrícola – como tratores, herbicidas e fertilizantes químicos –, a agricultura de exportação, a produção de processados para a exportação e a diferenciação do consumo – como de queijos e iogurtes (Moreira, 1999b: 9-81).

Sobre isso, a Revolução Verde transforma-se de maneira que moderniza a agriculta, e posteriormente torna-se o agronegócio.

Dessa forma, compreende-se que ‘’o processo de modernização da agricultura no Brasil tem origem na década de 1950 com as importações de meios de produção mais avançados. No entanto, é só na década de 1960 que esse processo vai se dar concretamente, com a implantação no país de um setor industrial voltado para a produção de equipamentos e insumos para a agricultura’’ (Teixeira, 2005). Assim, pretendia-se passar de uma agricultura tradicional, totalmente dependente da natureza e praticada por meio de técnicas rudimentares, para uma agricultura mecanizada (Teixeira, 2005).

‘’A partir da década de 1990, observa-se um intenso ritmo de expansão das fronteiras agrícolas no Brasil, baseadas no modelo produtivo do agronegócio, bem como em toda América Latina, responsável por ocasionar impactos territoriais e socioambientais dos mais diversos e em distintas escalas. Este modelo produtivo está em ampla disseminação nos territórios do país, agravando as questões agrárias e trazendo novos usos dos territórios’’ (Cavalcante, 2018).

Com a conjuntura apresentada, é importante destacar a posição do Brasil quanto a perspectiva internacional e nacional referente a questão agrícola. Sobre esse contexto, em 2022 os dados oficiais da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) indicavam que, nos últimos anos, o país se manteve como o quarto

maior produtor mundial de grãos e o segundo maior exportador. Porém, em 2023, a previsão é de que o Brasil superaria a Índia e se tornaria o terceiro produtor mundial.

Sob esse viés, em 2023 a expectativa do Ministério da Agricultura é de que no mesmo ano o Brasil se torne o maior exportador de farelo de soja do mundo. As exportações do agronegócio brasileiro em maio somaram US$ 16,78 bilhões, 11,2% mais do que no mesmo mês de 2022, ou seja, um novo recorde. Por outro lado, a razão do farelo de soja ser destaque nas exportações do Brasil é em decorrência da Argentina está apresentando dificuldades em relação a produção desse insumo, devido à quebra de safra da soja provocada pela seca na região.

Além de todo discurso que se faz com relação aos benefícios da produção agrícola em larga escala, o avanço da exploração rural a partir desse modelo ganha concretude com práticas predatórias de utilização dos bens comuns, pactos políticos e estratégias territoriais perversas que são materializadas por todo o território nacional, como: expropriação e expulsão de camponeses, assassinatos e genocídios de nações indígenas, mantendo praticamente intacta a desigualdade na distribuição e acesso à terra (Moreira; Targino, 1997; Medeiros, 2003; Oliveira, 2001a, 2003, 2007; Chaves, 2016; Freitas, 2018 *apud* Cassundé, 2018).

Nesse sentido, ao discutir-se sobre os antecedentes que foram responsáveis pela inserção do agronegócio no meio de produção capitalista globalizado, e consequentemente no Brasil, faz-se necessário elucidar o conceito geográfico de território e poder com o intuito de compreender as relações sociais e seus impactos. Sobre isso, o geógrafo e professor Milton Santos (2002), comenta:

> O Território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência (Santos, 2002, p. 9).

Além disso, o geógrafo Marcelo Lopes de Souza (2001) compreende que o território é um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder, e que o poder não se restringe ao Estado e não se deve confundir apenas com violência e dominação. Sob esse viés, compreende-se que o "poder" corresponde à habilidade humana de não apenas agir, mas de agir em uníssono, em comum acordo.

O poder jamais é propriedade de um indivíduo; pertence ele a um grupo e existe apenas enquanto o grupo se mantiver unido (Arendt, 1985). Dessa forma, entende-se que

o território não pode ser reduzido ao território do Estado-Nação e que não há como discutir sobre as relações sociais ou sobre a sociedade em sua totalidade sem evidenciar o conceito de território, uma vez que é nele onde é reproduzido os elos dos indivíduos e vice-versa, os conflitos e as conflitualidades, as resistências, dentre outros.

Sobre isso, Fernandes (2009) comenta que os sujeitos, grupos sociais, classes sociais não existem sem seus territórios, de modo que sua existência pressupõe a existência de seu território, por isso existem as lutas dos indígenas, camponeses, populações tradicionais etc.

Ao conceitualizar poder vinculado ao território, Saquet (2019) compreende que o território também está vinculado às lutas e resistências empreendidas no espaço geográfico. Um exemplo típico de luta pelo território são os movimentos camponeses, que oferecem maior resistência à opressão da produção capitalista, tendo como protagonista o MST (Movimento dos(as) Trabalhadores(as) Rurais Sem Terra) que possuem como objetivo lutar pela terra, pela reforma agrária e por mudanças sociais no país.

A mobilização do Movimento se dá por meio de marchas e ocupações — que estabelecem os acampamentos do MST. A origem da luta dos sem-terra teve início no final da década de 1970 por trabalhadores(as) expulsos e expropriados no processo de modernização ocorrido no campo. Segundo (Fernandes, 1999), de 1979 a 1985, os(as) trabalhadores(as) sem-terra reuniram as principais lutas do campo e fundaram o MST. Essas lutas iniciaram no Centro – Sul do Brasil e foi-se expandindo para as outras regiões do país; e representaram o processo de formação do Movimento. Os movimentos sociais são reconhecidos como as principais formas dos camponeses se rebelarem contra a ordem desigual, a partir das reivindicações por melhores condições de vida, de transformações sociais, etc. Pelos movimentos sociais os camponeses se fazem ouvir e garantem a sua existência (Fabrini, 2006).

A partir do avanço das fronteiras agrícolas e do modo de produção vinculado à obtenção de capital com a produção de *commodities*, há, com o projeto desenvolvimentista protagonizado pelo Estado e pelas empresas privadas, o avanço do que se denomina de neoextrativismo.

Para compreendermos melhor o conceito de neoextrativismo, é necessário evidenciar como desenvolveu-se o processo de Transição do Consenso de Washington[4] (associado à valorização financeira e ao ajuste estrutural) ao Consenso de *Commodities* (baseado na exportação em larga escala de bens primários), o que mais tarde marcaria a expansão do neoextrativismo e, consequentemente, a inserção do atual projeto de produção agrícola que se conhece na América Latina.

Na obra da socióloga argentina Maristella Svampa (2013), a partir dos anos 2000-2003 as economias latino-americanas foram favorecidas pelos altos preços internacionais dos produtos primários (*commodities*), que tiveram reflexo nas balanças comerciais e no *superávit* primário. A partir dessa conjuntura econômica, os governos latino-americanos passam a compreender as vantagens das *commodities*, negando ou minimizando as novas desigualdades e impactos socioambientais que seriam causados por esse modelo de produção em larga escala. Além disso, a perspectiva do neoextrativismo traz consigo o discurso desenvolvimentista e progressista, pautado na exportação de matérias-primas.

Segundo Maristella, ‘’a partir da transição de Consensos e, consequentemente, da inserção dos *commodities*, passa-se a observar a supressão das discussões acerca dos impactos sociais, ambientais, territoriais e políticos do neoextrativismo, assim como a desvalorização dos movimentos e mobilizações’’ (Svampa, 2013, p.36). Com a transição de Consensos, o neoextrativismo se expande, e demonstra que ‘’o neoextrativismo é parte de uma versão contemporânea do desenvolvimento próprio da América do Sul, onde se mantém o mito de progresso e do desenvolvimento sob uma nova hibridação cultural e política’’ (Gudynas, 2016, p.67). Com isso, observa-se no Brasil tentativas frequentes por meio de empresas nacionais e transnacionais de inserir projetos de grandes empreendimentos, com o discurso do desenvolvimentista e de geração de empregos,

[4] Para Fiori (1995), o Consenso de Washington configura-se como um plano único de ajustamento das economias periféricas, chancelado pelo FMI e pelo BIRD. Uma estratégia de homogeneização das políticas econômicas nacionais operadas em alguns casos, como a África. Continua que é um programa ou estratégia sequencial em três fases: a primeira consagrada à estabilização macroeconômica, tendo como prioridade absoluta um superávit fiscal primário envolvendo invariavelmente a revisão das relações fiscais intergovernamentais e a reestruturação dos sistemas de previdência pública; a segunda, dedicada ao que o Banco Mundial vem chamando de “reformas estruturais”; liberação financeira e comercial, desregulação dos mercados, e privatização das empresas estatais; e a terceira etapa, definida como a da retomada dos investimentos e do crescimento econômico (Fiori, 1995).
‘’Na América Latina, o neoextrativismo se expandiu em um contexto de mudança de época, marcando pela do Consenso de Washington, associado à valorização financeira e ao ajuste estrutural, ao Consenso das Commodities, baseado na exportação em larga escala de bens primários, no crescimento econômico e na expansão do consumo’’ (Svampa, p.36, 2013).

como é o caso dos projetos de implantação de usinas de energia eólica *offshore* no litoral cearense, de construção de mina de extração de urânio no interior do estado, bem como outros projetos que se relacionam com o agronegócio.

Sobre esse panorama, ‘’a dimensão de disputa e conflito introduzida pela nova dinâmica de acumulação de capital baseada na pressão sobre os bens naturais, as terras e os territórios foi gerando confrontos, de um lado, entre organizações de agricultores e indígenas, movimentos socioterritoriais e coletivos ambientais e, do outro, entre governos e grandes corporações econômicas, o que abarca não só regimes conservadores e neoliberais, mas também os progressistas, que tantas expectativas políticas haviam despertado’’ (Svampa, 2013, p.18). Nesse sentido, Fernandes (2009, p.203) comenta que as contradições produzidas pelas relações sociais criam espaços e territórios heterogêneos gerando conflitualidades. Ademais, Fernandes (2008) evidencia:

> As relações entre campesinato e capital são de conflitualidades permanentes e explicitadas, de um lado, pela subalternidade do campesinato ao capital e pelo poder que o capital tem, de acordo com os seus interesses, de destruir e recriar o campesinato e, de outro lado, pela resistência do campesinato em determinar sua própria recriação por meio das ocupações de terra (Fernandes, 2008, p.7).

A conflitualidade é o processo de relações de enfrentamento permanente nas interpretações que objetivam as permanências e ou as superações de classes sociais, grupos sociais, instituições, espaços e territórios (Fernandes, 2008). Dessa forma, as conflitualidades possuem sua importância, uma vez que é através deles que é firmado a identidade e a intencionalidade dos sujeitos sobre o território.

Ainda convém destacar que, apesar da influência do Estado, e consequentemente, da expansão da fronteira agrícola no campo por meio da inserção de empresas transnacionais e nacionais no campo brasileiro, evidencia-se o desenvolvimento da semente das resistências camponesas, bem como quilombolas, indígenas, ribeirinhas, dentre outras. No semiárido cearense, é possível citar como exemplo de resistência ao neoextrativismo materializado pelo agronegócio, o Acampamento Zé Maria do Tomé que se localiza na Chapada do Apodi, no município de Limoeiro do Norte.

A partir de 1990, a Chapada do Apodi, localizada na divisa dos estados do Ceará e Rio Grande do Norte vem se tornando um território de diversos conflitos e conflitualidades envolvendo camponeses e latifundiários (Almeida, 2021).

A Chapada do Apodi, é um conjunto territorial geográfico situado à margem esquerda do rio Apodi-Mossoró e à margem direita do rio Jaguaribe, contemplando assim os estados do Rio Grande do Norte e do Ceará; o processo de intervenção do Estado para o agronegócio ocorre inicialmente na década de 1980, através da implantação do Projeto de Irrigação Jaguaribe-Apodi (RIGOTTO, 2011). No caso do perímetro irrigado Jaguaribe-Apodi (denominado de PIJA), a área entrou em destaque pelo relevo, pelo solo e pela disponibilidade hídrica (ADECE, 2011 *apud* SOUSA, 2020), além da disponibilidade de mão de obra.

Sob a perspectiva de antagonismo devido a inserção do agronegócio e de outros empreendimentos ou atividades nocivas à saúde humana e do ambiente, tem-se a territorialização da luta no Acampamento Zé Maria do Tomé, com o protagonismo dos(as) de camponeses(as); contribuindo para a luta do Acampamento, temos: colaboradores de causas sociais (Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte, Universidades, sindicato de trabalhadores(as) rurais, etc.). O Acampamento surgiu com o objetivo de resistir às injustiças sociais impostas pelas empresas do agronegócio em que podemos observar os efeitos negativos sobre os(as) camponeses(as) da Chapada do Apodi. De acordo com o agricultor Lourival de Lima:

> ‘’Tinha um cara que falava muito aqui pelos pobi, aí ele falava muito e ia pra rádio. Na justiça e em todo canto proibiam esse negócio de avião. Aí foram e mandaram matar o pobi. Tal de Zé Maria. Seu nome era José Maria filho, mais conhecido como Zé Maria do Tomé. Assassinado com mais de 20 tiros, o crime ocorreu próximo de sua casa, na comunidade de Tomé, em Limoeiro do Norte, no Ceará. (Curta Agroecologia: Chapada do Apodi, morte e vida).’’

Zé Maria do Tomé já advertia:

> ‘’...olha aqui na Chapada nós temos detectado três poços aqui na comunidade comprometida com agrotóxicos e altíssimo grau de agrotóxicos que nós tamo consumindo aqui uma água super

> perigosa e chegou notícias aqui que de onde nós bebe nossa água tiraram cinco ou seis saco de peixe morto.''

Zé Maria destacou-se na luta contra a pulverização aérea de agrotóxicos na Chapada do Apodi, no Ceará. Além disso, foi responsável por relatar denúncias sobre as consequências do uso de insumos agrícolas. Dessa forma, promoveu debates com foco na saúde das comunidades que vivem na chapada e enfrentando diretamente grandes empresas do agronegócio.

Mesmo com sua morte, Zé Maria não deixou de inspirar pessoas e lutas, tornou-se símbolo de resistência contra qualquer empreendimento que queira ferir a existência de outros. Assentamentos, acampamentos e movimentos foram criados como forma de combater o agronegócio, as consequências do uso de agrotóxicos para as comunidades locais e a defesa histórica, cultural e ambiental de uma sociedade possuindo como um de seus mártires o líder comunitário Zé Maria do Tomé.

Em contraponto ao avanço das fronteiras agrícolas no Brasil e no Ceará, mais especificamente na Chapada do Apodi e com as frequentes tentativas do capitalismo de tomar conta de tudo, faz-se fundamental destacar a luta camponesa e a resistência desses(as) que estão determinados em defender suas vidas, o território em que se encontram, a natureza e a sociedade em sua totalidade.

Em síntese, em antagonismo ao agronegócio tem-se a agroecologia como resistência ao modelo de produção da agricultura capitalista. A agroecologia é compreendida como um modo de vida, um projeto de sociedade, evidenciada pelo desenvolvimento de metodologias que se preocupam com o bem estar da sociedade e do ambiente. Ademais, sobre a compreensão de agroecologia, a geógrafa americana Sussanna Hecht comenta:

> ''é uma abordagem agrícola que incorpora cuidados especiais relativos ao ambiente, assim como os problemas sociais, enfocando não somente a produção, mas também a sustentabilidade ecológica do sistema de produção'' (Hecht, 2002, p.26).

Em suma, a agroecologia torna-se uma forma de resistir contra a fome e uma escolha de ter uma vida saudável. No período das décadas de 1960 até 1980, com as reivindicações por práticas de um modelo agrícola que respeitasse o meio ambiente e

fosse mais saudável para as pessoas, o termo agroecologia passou a ser utilizado para representar a agricultura que incorpora aspectos sociais, culturais, éticas e ambientais. Em outras palavras, essa ciência designa uma prática social, uma relação harmoniosa entre o ser humano e a natureza.

Segundo a OMC (Organização Mundial do Comércio), o Brasil é o segundo maior exportador de alimentos do mundo, mas três em cada quatro domicílios localizados em áreas rurais (75,2%) estavam em situação de insegurança alimentar entre agosto e dezembro de 2020, conforme estudo da Universidade Livre de Berlim publicado em abril. Com a pandemia da COVID-19, os inúmeros casos de insegurança alimentar tornaram-se alarmantes, mas isso é reflexo da desigualdade social e de um modelo de produção agrícola que possui apenas como objetivo exportar, mas nunca alimentar a nação.

De acordo com documento aprovado na II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e incorporado na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Losan) (Lei nº 11.346, de 15 de julho de 2006), a segurança alimentar é definida da seguinte maneira:

> "A realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis."

No Acampamento Zé Maria do Tomé, observou-se práticas de resistência contra o agronegócio ou qualquer outro sistema maléfico que possa comprometer o bem estar coletivo. Em uma das entrevistas realizadas com algumas mulheres, quando questionado como os processos de resistência se desenvolvem no território, uma camponesa entrevistada, do Acampamento comenta: *''Quando precisa se reunir, a gente se reúne, quando precisa ir à luta, a gente vai e assim vamos vivendo já há quase 8 anos, né?''*.

Seguindo esse mesmo viés, outra camponesa entrevistada, deste mesmo território, afirma: *''Aqui o processo de resistência é união, mas que a gente fique brigando, brigando na comunidade, dizendo que nós não está unido, mas nós estamos porque quando precisa está todo mundo junto.''*.

O movimento camponês se destaca pela dinâmica que se dá na produção camponesa (FABRINI, 2008 *apud* SOUSA, 2020); vai desde as suas formas produtivas e

suas relações autocentradas; a autonomia nos processos e o controle das produções; além da coletividade, da solidariedade, dos vínculos que são estabelecidos, dentre outros). Esses processos se configuram como resistência dos(as) camponeses(as) partindo da força dos territórios (SOUSA, 2020). Com isso, conclui-se que a coletividade e a organização são os pilares principais para resistir contra o sistema de produção capitalista, em específico, o neoextrativismo do agronegócio.

A necessidade de entrevistar mulheres de diferentes territórios se deu por meio da resistência, visto que muitas vezes elas estão à frente da organização de resistência diante dos conflitos. Um exemplo disso é a comunidade Santo Estevão, em Tabuleiro do Norte, onde mulheres se organizaram e juntas realizam atividades que promovam a resistência em sua comunidade, denunciando a falta de água e os conflitos que recentemente estavam acontecendo em decorrência da empresa Nova Agro, responsável por gerar conflitos de terra, pois sua principal atividade é a monocultura de algodão e soja. Importante mencionar que as mulheres não estão sozinhas, uma vez que possuem auxílio da Cáritas (organização humanitária da Igreja Católica) que foi responsável por criar uma estratégia junto as mulheres para lidar com a falta de água na região que é o sistema de irrigação automático.

Outra comunidade visitada foi a de Curral Velho, em Tabuleiro do Norte, cercada também pela empresa Nova Agro que é responsável pela monocultura de algodão e soja geneticamente modificada. Entre algumas das consequências relatadas pelas mulheres desde a instalação da empresa foi o roubo e morte de abelhas pelo uso intensivo de agrotóxicos, a desterritorialização camponeses(as) de seus territórios e o desmatamento. Além disso, foi possível identificar algumas das estratégias que o agronegócio usa para desterritorializar os(as) residentes daquela região, como o cercamento de todo o território com plantações, utilizando agrotóxicos de maneira intensa, drones de vigilância, além do desmatamento.

Em diferentes comunidades que as agricultoras e/ou artesãs foram entrevistadas, foi possível identificar o sentimento de pertencimento e vínculo com o seu território e com seu quintal produtivo, uma vez que além de consumir alimentos por meio de seus quintais e estes serem essenciais para a sua sobrevivência, representam uma memória afetiva com a natureza e com sua identidade, pois a maioria das mulheres entrevistadas aprenderam a cultivar por conta do encorajamento e educação transmitida por seus pais, e consequentemente transmitem esse mesmo modo de vida agroecológico para seus

filhos. Segundo uma agricultora da comunidade Curral de Cima, afirma que *''Nossa terra aqui é rica. Plantar no quintal dá pouco lucro, mas é a alegria de plantar.''*

Nos quintais produtivos das camponesas que tivemos a oportunidade de visitar, é possível destacar algumas formas de técnicas agroecológicas, como: a rotação das culturas nos quintais, a utilização da adubação verde, a mistura de alguns produtos usados em situações corriqueiras do dia a dia, como o detergente e o óleo, além do uso do minhocário que consiste na produção de adubo e fertilizantes orgânicos para as plantas, mas principalmente o não uso de veneno.

Conclui-se, existem maneiras de produzir visando o bem estar do ambiente e das formas de vida existentes sem agredi-las ou gerar extinções. Dessa forma, esperasse que no futuro tenhamos alimentos mais saudáveis para o consumo humano e um ambiente ecológico, pois não existe recursos naturais, mas bens naturais.

As agricultoras visitadas cultivavam em seus quintais sem o uso de agrotóxicos, em sua maioria cultivavam para o consumo e venda ou troca, mostrando que é possível consumir bons produtos sem o uso de venenos. Por exemplo, uma agricultora entrevistada desenvolveu formas de evitar que outros seres vivos consumissem seus cultivos, através do uso de detergente com óleo ou detergente com álcool, com o objetivo que suas frutas e legumes não fossem ''perdidos''.

Entender também o significado de território para essas agricultoras foi fundamental para percebermos as resistências diante de tais conflitos. Ao entrevistar uma agricultora que reside no Acampamento Zé Maria do Tomé, em Limoeiro do Norte, sobre o que significa para ela o território em que ela mora, ela diz: *''Representa tanta coisa. Representa luta, resistência, a luta do Zé Maria, a continuação.''*

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

À medida em que o modelo produtivo do agronegócio se expande na Chapada do Apodi, as resistências nas comunidades também ganham força e formam uma frente de luta, com o apoio de várias entidades e organizações sociais. Conclui-se, portanto, que o território e a resistência estão interligados quando o assunto é a luta de comunidades camponesas tradicionais.

Nesse sentido, a partir das pesquisas realizadas, pudemos entender o quão é necessário pontuar o papel das comunidades camponesas nas lutas territoriais e, principalmente, das mulheres que muitas vezes estão à frente de tais resistências, tanto na perspectiva de participar dos espaços de denúncia, manifestações, palestras, entrevistas

quanto de forma interna, em seus quintais e em suas comunidades, ao produzir e reproduzir um modo de vida agroecológico e resistindo ao modelo predatório do modo de produção capitalista, caracterizado pelo agronegócio.

6. REFERÊNCIAS

ARTICULAÇÃO SEMIÁRIDO: CHAPADA DO APODI: MORTE E VIDA. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=VSfe7md9gjE > Acesso em: 08 de agosto de 2022.

ALBERGONI, Leide; PELAEZ, Victor. Da revolução verde à agrobiotecnologia: ruptura ou continuidade de paradigmas? **Revista de Economia**, v. 33, n. 1, 2007.

ARENDT, Hannah. **Da violência.** Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1985.

BALEM, Tatiana Aparecida.; SILVEIRA, Paulo Roberto. Agroecologia: além de uma ciência, um modo de vida e uma política pública. **Santa Maria: UFSM**, v. 200, 2002.

CASSUNDÉ, José Ricardo de Oliveira. **Territorialização e resistência de "camponeses irrigantes" na Chapada do Apodi-Ceará.** 2018.177f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp), Fortaleza, São Paulo,2018.

CAVALCANTE, Leandro Vieira. **Território, agronegócio e questão agrária:** aportes teóricos. Fortaleza-Limoeiro do Norte: NATERRA/UECE, 2018.

DE SEGURANÇA, LEI ALIMENTAR E NUTRICIONAL. **Subsidios da CAISAN para a discussao sabre" Cooperac**, 2012

DILGER, Gerhard; LANG, Miriam Antonia; PEREIRA FILHO, Jorge (Ed.). Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. 1ª Edição. São Paulo: Autonomia Literária, 2016.

FABRINI, João Edmilson. A escala da luta e resistência camponesa. **Geosul**, Florianópolis, v. 21, n. 42, p. 63-91, 2006.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Orgs.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos.** São Paulo: Expressão popular, 2009. p. 197-215.

_____. "Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial" em Buainain, Antonio (coord.) **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil** (Campinas: UNICAMP), 2008.

_____. Brasil: 500 anos de luta pela terra. **Revista de Cultura Vozes**, v. 2, 1999.

LONDRES, Flávia Cunha; SILVA, Fábio Deboni; SORRENTINO, Marcos. Um Estudo sobre Centros de Educação Ambiental no Brasil. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 09, p. 67-82, 2002.

MATOS, Alan Kardec Veloso. Revolução verde, biotecnologia e tecnologias alternativas. **Cadernos da FUCAMP**, v. 10, n. 12, p. 1-17, 2011.

MOREIRA, Roberto José. Críticas ambientalistas à revolução verde. **Estudos sociedade e agricultura**, v. 08, n. 2, 2000.

_____. **Agricultura familiar: processos sociais e competitividade.** Rio de Janeiro: Mauad, UFRRJ/CPDA, 1999b.

RIGOTTO, Raquel. Agrotóxicos, trabalho e saúde: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no baixo Jaguaribe/CE. **In: Agrotóxicos, trabalho e saúde: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no baixo Jaguaribe/CE.** Fortaleza: Edições UFC, 2011.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado: fundamentos Teórico e metodológico da geografia.** 6ª edição. Edusp: São Paulo, 2007.

SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério. **Territórios e territorialidades:** teorias, processos e conflitos. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2019.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas.** 1. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2015.

SILVA, José Francisco Graziano da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira.** Campinas – SP: Unicamp, 1996.

SOUSA, Rafaela Lopes; CAVALCANTE, Leandro Vieira. Práxis Epistêmica da Pedagogia do Território: Contribuições Decoloniais à Geografia. **GEOGRAFIA**, v. 46, n. 1, p. 1-20, 2021.

SOUSA, Rafaela Lopes de. **"Acampamento Zé Maria do Tomé, um território de resistência"**: territorialidades, conflitualidades e (re)produção camponesa na Chapada do Apodi/CE. 2020. 217f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2020.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. **O território: sobre espaço e poder. Autonomia e desenvolvimento.** In CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

SOUZA MINAYO, Maria Cecília; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 34ª edição. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2014.

SVAMPA, Maristella. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina:** conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências. 1ª edição. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

TEIXEIRA, Jodenir Calixto. Modernização da agricultura no Brasil: impactos econômicos, sociais e ambientais. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Três Lagoas**, v.2, n. 2, p. 21-42, 2005.

Agricultura: exportações do agronegócio em maio atingem novo recorde; expectativa é o Brasil se tornar maior vendedor de farelo de soja do mundo. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 17 de jun. de 2023. Disponível em: < https://www.jb.com.br/economia/2023/06/1044387-agricultura-exportacoes-do-agronegocio-em-maio-atingem-novo-recorde-expectativa-e-o-brasil-se-tornar-maior-vendedor-de-farelo-de-soja-do-mundo.html>. Acesso em: 18 de jun. de 2023.

Brasil pode superar a Índia em 2023 na produção de grãos. Embrapa, Brasília, 22 de sept. de 2022. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/73611968/brasil-pode-superar-a-india-em-2023-na-producao-de-graos#:~:text=toneladas%20em%202021.,Estados%20Unidos%20e%20China%20são%20os%20grandes%20líderes%2C%20seguidos%20da,tornar%20o%20terceiro%20produtor%20mundial>. Acesso em: 22 de jun. de 2023.

Com quebra na Argentina, farelo de soja é destaque nas exportações brasileiras. Folha de S. Paulo, São Paulo, 1 de jun. de 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/vaivem/2023/06/com-quebra-na-argentina-farelo-de-soja-e-destaque-nas-exportacoes-brasileiras.shtml>. Acesso em: 23 de jun. de 2023.

PRODUÇÃO E DESTINO DE RESÍDUOS SÓLIDOS EM TERRITÓRIOS RURAIS: UMA ANÁLISE NA COMUNIDADE DO BOM SOCORRO DO ZÉ AÇÚ – PARINTINS/AM.

Carolina Trindade dos Santos[1]
Charlene Maria Muniz da Silva[2]
Fernanda da Costa Cruz[3]

RESUMO

O trabalho desenvolvido teve como objetivo identificar a produção e o destino final dos resíduos sólidos na comunidade do Bom Socorro do Zé Açú, município de Parintins, e de que maneira os moradores lidam com a questão ambiental. Como técnica de pesquisa para coleta dados foram utilizados questionários e entrevistas. Foram aplicados questionários, com o intuito de fazer um levantamento para saber os tipos de resíduos sólidos que mais produziam em suas residências, o que mais afetava o ambiente da comunidade e qual era o destino final que os comunitários davam a esses resíduos. Os resultados obtidos nos revelam que além do problema ambiental advindo do aumento da produção dos resíduos sólidos e sua destinação inadequada, a comunidade também enfrenta alguns outros tipos de problemas, tais, como: o assoreamento do lago; retirada de areia e desmatamento das margens do lago.

PALAVRAS-CHAVE: resíduos sólidos, comunidade Bom Socorro do Zé Açu, problemas ambientais.

ABSTRACT

The work developed had the objective of identifying the production and final destination of solid waste in the Community of Bom Socorro do Zé Açu, municipality of Parintins, and how the residentes deal with the environmental issue. As a researcn technique for data colletion, questionnaires were Applied in order to survey the types of solid waste most produced in their homes, what most affected the environment of the Community, and what was the final destination that the Community members gave to this waste. The results obtained show us that in addition to the environmental problem arising from the increased production of solid waste and its inadequate disposal, the Community also faces some Other types of problems, such as: the silting upo of the lake; removal of sand, and deforestation of the lake shores

KEYWORDS: solid waste; community Bom Socorro do Zé Açu; environmental problems.

[1] Acadêmica de Licenciatura em Geografia pela Universidade do Estado do Amazonas. E-mail: ctds.geo18@uea.edu.br
[2] Professora Dr. do curso de Licenciatura em Geografia pela Universidade do Estado do Amazonas. E-mail: cmmdsilva@uea.edu.br
[3] Acadêmica de Licenciatura em Geografia pela Universidade do Estado do Amazonas. E-mail: fdcc.geo22@uea.edu.br

INTRODUÇÃO

Com a chegada do processo da globalização da produção capitalista nas comunidades rurais amazônicas, mesmo as mais distantes das áreas urbanas, o consumo e consequente produção de resíduos sólidos, começam a fazer parte do cotidiano dessas populações. O termo comunidade rural utilizado, vai ao encontro do que Silva (2015, p. 41) esclarece, "[...] é o mais utilizado na região para se referir aos povoados da área rural, tanto os localizados em regiões de várzea quanto os de terra firme. Esse termo é usado nos povoados onde os moradores são organizados politicamente, com cargo de representação."

Muitos destes resíduos são resultantes principalmente da embalagem de produtos alimentícios. Muitas são reutilizadas e outras são queimadas, enterradas ou acuminadas em locais definidos para tal finalidade. Esta, portanto, é uma problemática crescente, podendo com o passar dos anos tornar-se um lixão a céu aberto, comprometendo a qualidade ambiental da vegetação, rios, lençóis subterrâneos e o bem estar social.

Uma vez gerados os resíduos, a forma como são manejados, tratados e destinados pode alterar suas características de maneira que, em certos casos, os riscos à saúde e ao ambiente são potencializados (ZANTA et al., 2006). A sociedade é considerada extremamente consumista e também individualista, visto que, se queimar, enterrar, até mesmo colocar na frente de suas casas (como é feito em áreas urbanas) para o lixeiro recolher o problema do "lixo" estará resolvido, mas isso é um grande engano, pois ainda sim, os problemas quanto aos resíduos continuarão persistindo.

Neste sentido, a pesquisa debruça-se sobre a temática seguindo o objetivo geral de: analisar os impactos ambientais do descarte de resíduos sólidos na comunidade do Zé Açú. Seguindo dos específicos: identificar os principais tipos de resíduos sólidos encontrados na comunidade; verificar quais os tipos de finalidade que dão para os resíduos sólidos na comunidade e; apresentar possíveis formas de descarte e aproveitamento sustentável de embalagens na comunidade.

METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos que norteiam a elaboração dessa pesquisa desenvolveram-se em três etapas, tendo como objeto de estudo a integração dos métodos

qualitativos e quantitativos na mesma pesquisa. Inicialmente a primeira etapa, foi dirigida à leitura de livros, teses e dissertações, que abordam a sobre a problemática de produção em massa dos resíduos sólidos, visto que se tem estendido por vários lugares e um deles é em comunidades rurais, devido às mudanças no padrão de consumo, e que em decorrência disso tem causado ainda mais impactos ao meio ambiente.

A segunda etapa visou buscar levantamentos de dados *in loco*, sendo utilizado para a coleta de dados o levantamento tipo *Survey*, com aplicação de formulários, com questões de múltipla escolha e abertas, sobre questões ambientais dirigidas a produção e destinação de resíduos sólidos. Realizou-se, portanto, um total de 10 entrevistas, com o intuito de identificar os tipos de resíduos que mais produziam em suas residências, o que mais afetava o ambiente da comunidade e qual era o destino final. Foram realizadas entrevista individuais e coletivas. E também registros fotográficos, anotações e técnicas de observação. E por fim, na terceira etapa, constitui-se na análise, tabulação dos dados, e escrita do trabalho.

Espera-se com este trabalho demostrar como esse problema relacionado aos resíduos sólidos, afeta todo o planeta. E que estar presente, também em territórios rurais, visto que todas às atividades, advinda do consumo exacerbado, tem influencias com materiais industriais e está bastante presente no dia a dia da população mundial. E por razões da alta demanda de produção advinda do alto consumo, a produção em massa dos resíduos sólidos cresce desordenamento, tanto em meio urbano quanto em área rural.

REFERENCIAL TEÓRICO

A QUESTÃO LEGAL DOS RESIDUOS SÓLIDOS NO BRASIL

A Constituição Federal de 1988, ao tratar no capitulo VI, do meio ambiente, deixa claro que “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.” E uma dessas práticas incluídas no inciso VI, seria “promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente”. (BRASIL, 2016 p. 131)

Baseada nisto, torna-se necessário discorrer sobre as problemáticas geradas pelos resíduos sólidos nas escolas e na comunidade em geral, pois compromete a qualidade de

vida da atual e das futuras gerações com a alta produtividade de industrializados associados ao consumismo capitalista. A maioria destes produtos não são reutilizados ou reciclados. Os recursos naturais com a alta demanda de produção não tem tempo o suficiente para se reconstituírem. E a questão permanece, o que fazer com tantos resíduos sólidos, produzidos initerruptamente dia após dia.

Silva e Capanema (2019) apresentam o panorama da situação atual do país, demonstrando a quantificação de resíduos sólidos, entretanto, vale ressaltar, que nem todo lixo produzido é coletado,

> A gestão de resíduos sólidos é, hoje, um grande desafio para o país. Segundo dados mais recentes de Abrelpe (2018), foram gerados no país 78,4 milhões de toneladas de resíduo sólido urbano em 2017. Desse total, 71,6 milhões de toneladas foram coletadas, registrando-se um índice de cobertura de coleta de 91,2% para o Brasil. Isso significa que 6,9 milhões de toneladas de resíduos não foram sequer coletados e, consequentemente, tiveram destinação imprópria. (p. 182)

E acrescenta, sobre o processo de tratamento ou o não tratamento, destas quantificações,

> Em relação à disposição final dos resíduos coletados e seu tratamento, os avanços ainda são lentos e refletem as disparidades entre as regiões do país. Foram dispostos 59,1% do que foi coletado em aterros sanitários. O restante (40,9%) teve destinação inadequada. Isso corresponde a mais de 29 milhões de toneladas de resíduos depositadas em lixões ou aterros controlados em 3.352 dos 5.570 municípios do país, o que representa risco à saúde da população e ao meio ambiente (p. 182)

A Política Nacional de Resíduos Sólidos, Art. 3º XVI - define os resíduos sólidos, como “material, substancia objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade, cuja destinação final se procede, se propõem proceder ou se está obrigado a proceder, nos estados sólidos ou semissólidos, bem como gases contidos em recipientes e líquidos” e complementa “cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos e corpo d´água, ou exijam para isso soluções técnicas ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível” já prevendo os problemas resultantes do descarte incorreto em locais vulneráveis da natureza. (BRASIL, 2010 p. 11)

A Política Nacional de Resíduos Sólidos tem como os principais objetivos a proteção da saúde pública e da qualidade ambiental, assim como a não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, visando à sustentabilidade por meio de tecnologias limpas para minimizar os impactos sobre o meio ambiente, assim como,

incentivar à indústria da reciclagem, tendo em vista fomentar o uso de matérias-primas e insumos derivados de materiais recicláveis e reciclado.

Esta Política Nacional determina sobre a destinação final adequada no ambiente tendo como cinco opções diferentes, como:

> "Destinação final ambientalmente adequada: destinação de resíduos que inclui a reutilização, a reciclagem, a compostagem, a recuperação e o aproveitamento energético ou outras destinações admitidas pelos órgãos competentes do Sisnama, do SNVS e do Suasa, entre elas a disposição final, observando normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos;"

Em termos de classificação, estes enquadram-se na Política Nacional de Resíduos Sólidos, 11 tipos de resíduos originários de diferentes atividades, sendo eles:

> a) resíduos domiciliares: os originários de atividades domésticas em residências urbanas;
> b) resíduos de limpeza urbana: os originários da varrição, limpeza de logradouros e vias públicas e outros serviços de limpeza urbana;
> c) resíduos sólidos urbanos: os englobados nas alíneas a e b;
> d) resíduos de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços: os gerados nessas atividades, excetuados os referidos nas alíneas b, e, g, h e j;
> e) resíduos dos serviços públicos de saneamento básico: os gerados nessas atividades, excetuados os referidos na alínea c;
> f) resíduos industriais: os gerados nos processos produtivos e instalações industriais;
> g) resíduos de serviços de saúde: os gerados nos serviços de saúde, conforme definido em regulamento ou em normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama e do SNVS;
> h) resíduos da construção civil: os gerados nas construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civis incluídas os resultantes da preparação e escavação de terrenos para obras civis;
> i) resíduos agrossilvopastoris: os gerados nas atividades agropecuárias e silviculturais, incluídos os relacionados a insumos utilizados nessas atividades;
> j) resíduos de serviços de transportes: os originários de portos, aeroportos, terminais alfandegários, rodoviários e ferroviários e passagens de fronteira;
> k) resíduos de mineração: os gerados na atividade de pesquisa, extração ou beneficiamento de minérios;

Para o entendimento enquanto a periculosidade enquadra-se em dois tipos, os resíduos perigosos e os não perigosos. Enquadram-se como perigosos "aqueles que, em razão de suas características de inflamabilidade, corrosividade, reatividade, toxicidade, patogenicidade, carcinogenicidade, teratogenicidade e mutagenicidade, apresentam significativo risco à saúde pública ou à qualidade ambiental" e os não perigosos "podem, em razão de sua natureza, composição ou volume, ser equiparados aos resíduos domiciliares pelo poder público municipal.". Nesta perspectiva, Política Nacional de Resíduos Sólidos proíbe a destinação ou deposição final de resíduos sólidos em,

> I – lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos;

> II – lançamento in natura a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração;
> III – queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade;
> IV – outras formas vedadas pelo poder público.
> § 1º Quando decretada emergência sanitária, a queima de resíduos a céu aberto pode ser realizada, desde que autorizada e acompanhada pelos órgãos competentes do Sisnama, do SNVS e, quando couber, do Suasa.
> § 2º Assegurada a devida impermeabilização, as bacias de decantação de resíduos ou rejeitos industriais ou de mineração, devidamente licenciadas pelo órgão competente do Sisnama, não são consideradas corpos hídricos para efeitos do disposto no inciso I do capit. (BRASIL, 2017 p.36)

A Política Nacional de Resíduos Sólidos incumbe ao Distrito Federal e aos municípios a gestão integrada dos resíduos sólidos gerados nos respectivos territórios, com a elaboração de plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, para que o Distrito Federal e os municípios terem acessos a recursos da União, ou por ela controlados, destinados a empreendimentos e serviços relacionados à limpeza urbana e ao manejo de resíduos sólidos, ou para serem beneficiados por incentivos ou financiamentos de entidades federais de crédito ou fomento para tal finalidade. (BRASIL, 2017 p. 21)

Para os efeitos desta lei,

> Os planos municipais de gestão integrada de resíduos sólidos deverão ser atualizados ou revistos, prioritariamente, de forma concomitante com a elaboração dos planos plurianuais municipais. [...] Os planos municipais de gestão integrada de resíduos sólidos deverão identificar e indicar medidas saneadoras para os passivos ambientais originados, entre outros, de: I – áreas contaminadas, inclusive lixões e aterros controlados; e II – empreendimentos sujeitos à elaboração de planos de gerenciamento de resíduos sólidos (BRASIL, 2017 p. 60)

Como determina a lei, o município de Parintins no ano de 2017, apresenta Plano Municipal de Saneamento Básico do município de Parintins, elaborado de acordo com a Lei Nacional de Saneamento Básico – LNSB, a Lei № 11.445, de 5 de janeiro de 2007, regulamentada pelo Decreto № 7.217, de 21 de junho de 2010 e a Política Nacional de Resíduos Sólidos, através da Lei № 12.305, de 2 de agosto de 2010, regulamentada pelo Decreto № 7.404, de 23 de dezembro de 2010. E institui o Programa municipal de coleta seletiva e aproveitamento de resíduos sólidos no âmbito do município e da outras providencias, lei nº 681/2017- PGMP.

QUESTÕES LEGAIS RELACIONADOS AO TRATAMENTO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS NO MUNICÍPIO DE PARINTINS-AM

A cidade de Parintins está localizada no Estado do Amazonas, na Mesorregião do Centro Amazonense e Microrregião de Parintins. Em linha reta a distância entre Parintins e a Capital do Estado, Manaus, é de 369 km. O Município de Parintins tem os seus limites assim definidos: Ao Norte com o Município de Nhamundá; Ao Sul com o Município de Barreirinha; A Leste com o Estado do Pará (Município de Juruti); A Oeste com o Município de Urucurituba. A área territorial de Parintins é de 5.952,378km² (IBGE/2010). Nos anos entre 2000 a 2010 a população passou de 90.150 habitantes para 102.033 habitantes. (PARINTINS, 2017)

Segundo o Plano Municipal de Saneamento Básico do município de Parintins, com relação à gestão do Sistema de Limpeza Urbana e Manejo dos Resíduos Sólidos, a empresa responsável contempla os serviços de coleta, transporte e destinação dos resíduos em aproximadamente 95% dos domicílios no município de Parintins. Essa divisão de serviços de limpeza urbana subdivide-se em quatro grupos, sendo: limpeza pública- responsável à prefeitura municipal; Resíduos sólidos domiciliares- responsável empresa terceirizada; Resíduos sólidos inertes - responsável prefeitura municipal e empresa particular e; Resíduos de serviços de saúde- responsável empresa terceirizada.

Segundo o Plano Municipal de Saneamento Básico do município de Parintins (2019), informações obtidas junto à prefeitura municipal, no município são coletadas em média cerca de 2.400 t/mês, o que equivale a 80 t/dia de resíduos sólidos domiciliares. Estes são transportados por caminhões coletores e direcionados para o Aterro controlado do município, onde não existe reaproveitamento de resíduos, não se tem um controle na captação do chorume para realizar o tratamento e evitar a contaminação do solo e lençol freático e não há usina de compostagem e não há central de triagem de recicláveis.

O aterro controlado é uma técnica de disposição de resíduos sólidos urbanos no solo, que não causa danos ou riscos à saúde pública e à segurança, minimizando os impactos ambientais, tendo como processo inicial uma camada impermeabilizante em sua base, após a deposição dos resíduos sólidos, cobrir sólidos com uma camada de terra, repetindo esse processo, dia após dia, onde serão constituídas as células de lixo. Esta técnica evita que exista a contaminação do solo e do lençol freático, conta também com um sistema de drenagem de chorume na base do aterro que serve para enviar o material

para a estação de tratamento, além de um sistema de drenagem de gás responsável pela coleta e queima desses gases. (Lima, 2011)

O que caracteriza o local de deposição no município de Parintins como sendo, Lixão ou Vazadouro, que segundo leite (et al, 2019 p. 2), como sendo,

> Os lixões são áreas sem nenhum controle sobre a qualidade e quantidade dos resíduos recebidos e provocam graves casos de contaminação dos solos, do ar e das águas (superficiais e subterrâneas) em função do lançamento descontrolado de lixiviados e gases, além da depreciação da paisagem e lastimável presença de catadores (que buscam alimentos e recicláveis) entre animais (cães, porcos, urubus).

O que reforça Alves (2020), os municípios do estado do Amazonas, em sua totalidade, não atendem o que preconiza a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) através da lei nº 12.305/2010 e a Política Estadual de Resíduos Sólidos do Amazonas (PERS-AM) através da lei nº4.457/2017, quanto à disposição final de resíduos sólidos urbanos (RSU) e conclui,

> O estado do Amazonas possui apenas um aterro controlado, localizado na capital, sendo que os demais municípios do interior utilizam os lixões como disposição final de resíduos sólidos (ALEAM, 2018). Ressalta-se que os aterros controlados não atendem as especificações exigidas pela PNRS e pela PERS-AM, ou seja, nenhum município do Amazonas dispõe seus resíduos sólidos de forma ambientalmente adequada conforme determina a legislação. (p. 36)

Em 2017, o prefeito municipal autoriza o poder executivo a instituir o Programa municipal de coleta seletiva e aproveitamento de resíduos sólidos no âmbito do município e da outras providencias, lei nº 681/2017- PGMP, tendo como parâmetro a separação dos resíduos sólidos em duas classes: os resíduos secos, passíveis ao processo de reciclagem e; os resíduos molhados, classificados como orgânicos denominados como não recicláveis. Visando a coleta seletiva, a reutilização e a reciclagem, preservar, conservar e proteger o meio ambiente.

No Plano Diretor do município, no Artigo 44 e 45, discorre que o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos visa proteger a saúde humana e o meio ambiente, com a coleta coletiva classificação, acondicionamento, armazenamento, transporte, transbordo, reutilização, reciclagem, tratamento e disposição final, conforme sua classificação (domiciliar, hospitalar, industrial e resíduo da construção civil), e nestes locais essas atividade implementadas, terão 13 diretrizes, na qual, a execução de apenas a VII, resolveria muitos problemas a população Parintinense, que cita,

> VII - elaborar Estudo Prévio de Impacto Ambiental - EPIA e Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança - EIV na lixeira pública existente para avaliar os efeitos negativos e/ou positivos à população e ao meio ambiente, prevendo soluções técnicas e área propícia para a instalação de um aterro sanitário e estrutura de compostagem, reciclagem e incineração do lixo, com elaboração e implantação do PRADE (plano de recuperação de área degradada) na área da antiga lixeira;

Mesmo, com as informações de que na zona rural do município há cerca de 186 aglomerados, sendo os mais importantes a comunidade de Santa Maria da Vila Amazônia (PA), Tracajá e Bom Socorro do Zé Açu, na qual o Censo Demográfico do ano 2010 totalizou 32.143 habitantes (PARINTINS, 2019), ficam desassistidas pelo poder público municipal para o destino e controle dos resíduos sólidos. O que se torna uma problemática crescente, principalmente das que possuem maiores aglomerados e que estão próximos ao sitio urbano, como no caso da Comunidade Bom Socorro do Zé Açú.

Sabe-se que a má destinação dos resíduos sólidos são bastantes prejudiciais tanto à saúde humana como também ambiental. Pois como cita Bernard (2018) o meio rural, não é diferente dos centros urbanos e também podem gerar uma quantidade de lixo significativa, o que difere da população urbana, os habitantes do meio rural não possuem sistemas de coleta ou de esgoto para o impedimento de problemas ambientais e sociais relacionados ao lixo. Ou seja, por haver essa carência do sistema de coleta e outros tipos de serviços na comunidade, que influenciou a realização desta pesquisa.

Seguindo as etapas dos procedimentos metodológicos desta pesquisa, a segunda etapa visou buscar levantamentos de dados *in loco*, sendo utilizado para a coleta de dados o levantamento tipo *Survey*, com aplicação de formulários, com questões de múltipla escolha e abertas, sobre questões ambientais dirigidas a produção e destinação de resíduos sólidos. Realizou-se, portanto, um total de 10 entrevistas fechadas, com o intuito de identificar os tipos de resíduos que mais produziam em suas residências, o que mais afetava o ambiente da comunidade e qual era o destino final. Foram realizadas entrevista individuais e coletivas. E também registros fotográficos, anotações e técnicas de observação.

E por fim, na terceira etapa, constitui-se na análise, tabulação dos dados, e escrita do trabalho. Por tanto, as contribuições obtidas por meio dos entrevistados, foram bastante significativas, pois nos possibilitou obter melhor compreensão do lugar, os processos de transformações da comunidade e as problemáticas enfrentadas por tal processo. Estes que serão abordados mais adiante.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo Silva (2015), a comunidade do Bom Socorro do Zé Açu, está a 14 km da sede municipal de Parintins, por via fluvial, é a maior e mais bem estruturada das comunidades da microbacia hidrográfica do Zé Açu. A população da comunidade está em aproximadamente a um montante de 1.200 habitantes, distribuída em 230 famílias e possui infraestrutura semelhante à de uma pequena cidade, A área da comunidade é de aproximadamente seiscentos metros de frente e mil metros de fundo. Porém, a mesma está crescendo, recentemente surgiu uma nova área de ocupação residencial, a qual os moradores denominam "Bairro Novo". A comunidade Possui sete ruas e três travessas, possui sistema público de abastecimento de água encanada, energia elétrica, comércio, posto de saúde e escola.

Esse tipo de povoamento, no interior do município, conhecido como comunidades rurais ou ribeirinhas, é descrito por Segundo Silva (2015),

> [...] as comunidades podem estar localizadas tanto no ecossistema de terra firme ou de várzea. Desta forma, não somente ficam denominadas "comunidades ribeirinhas" aquelas onde os terrenos se localizam em áreas que ficam cobertas pelas águas durante a época da cheia dos rios, como também as que se localizam às margens ou próximas de rios, lagos e igarapés, mas que seus terrenos não são alcançados pelas águas. Independente do ecossistema, o fator determinante para se definir se a mesma pode ser denominada de ribeirinha é que a comunidade mantenha uma relação muito forte com o rio ou lago próximo a ela. Daí a designação "ribeirinha", não significando, imobilidade ou atraso, mas sim uma auto identificação com o lugar de moradia e os ecossistemas do ambiente ao qual pertencem. (p. 43)

Diante disso, a definição de uma comunidade ribeirinha, está relacionada a essa conexão com o rio ou lago próximo a ela, pelo fato de o rio proporcionar um papel fundamental na vida dessas pessoas. Ou seja, tem a capacidade de ligação entre as localidades por meio dos transportes fluviais, permite a busca por alimento, no caso a pesca artesanal que é uma das principais fontes renda e também de sobrevivência das famílias, e entre outras atividades. Assim sendo, essa auto identificação surge através dos benefícios que são encontrados nessas localidades.

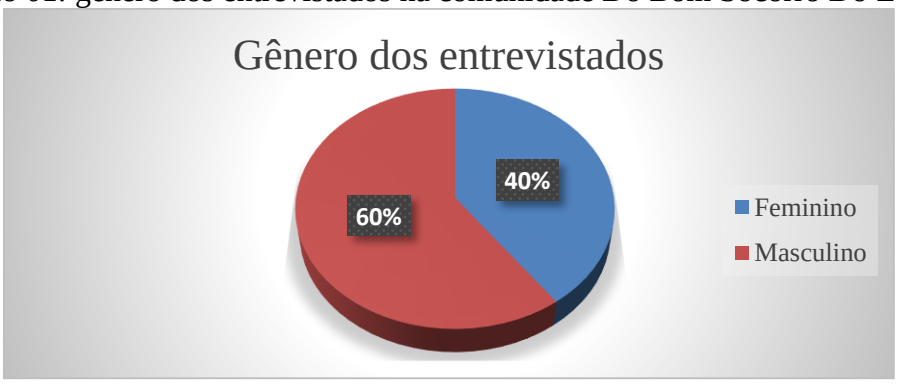
A DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS NA COMUNIDADE DO BOM SOCORRO DO ZÉ AÇU

A comunidade Bom Socorro do Zé Açú, nos últimos 20 anos vem enfrentando a problemática com relação à destinação inadequada dos resíduos sólidos no meio

ambiente, visto que a coleta seletiva municipal não contempla a localidade. O coordenador e morador da comunidade relata sua preocupação sobre o fato: “é preocupante a questão da lixeira viciada na nossa comunidade, e a falta de saneamento básico”. Vale ressaltar, que o termo “lixeira viciada” corresponde a um local inadequado onde às pessoas tem preferência a descartar os resíduos.

Para compreender quais alternativas para o descarte de resíduas na comunidade, optou-se para a realização de trabalho de campo com aplicação de 10 questionários na localidade, destes 60 % do sexo masculino e 40% do sexo feminino como mostra o gráfico 01:

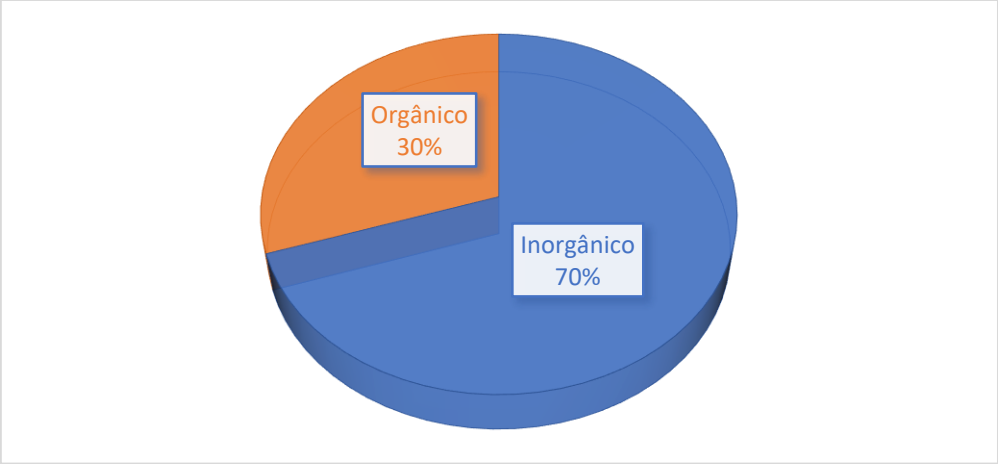
Gráfico 01: gênero dos entrevistados na comunidade Do Bom Socorro Do Zé Açú.



Fonte: Silva, 2023.

Dos tipos de resíduos encontrados entre produtos orgânicos e inorgânicos, a maioria dos moradores, ou seja, 30% alegaram produzir os resíduos orgânicos (resíduos provenientes de sobras de alimentos, casca de frutas etc.) em suas residências, quanto que 70% produzem o inorgânico (resíduos provenientes de embalagens plásticas, metal, madeira etc.). Estas embalagens são geralmente de plástico oriundas de produtos de alimentação, as mais comuns são garrafas pets de suco e refrigerante, sacolas de plástico, embalagens de frango entre outras.

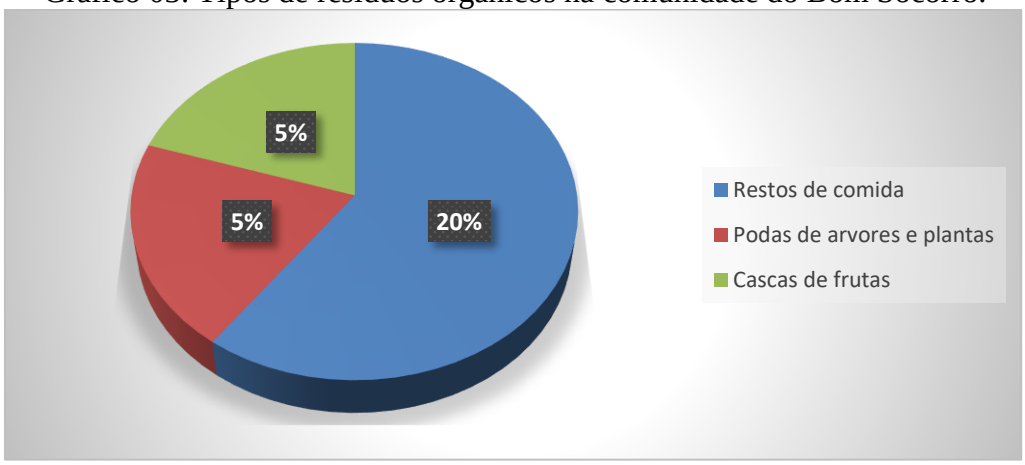
Gráfico 02: Tipos de resíduos que mais produzem nas residências da comunidade



Fonte: Silva, 2023.

Dos 30% dos resíduos orgânicos, foi possível identificar que 5% são restos de cascas de frutas, 5% podas de arvores e plantas e 20% são restos de comida, como mostra a figura 03.

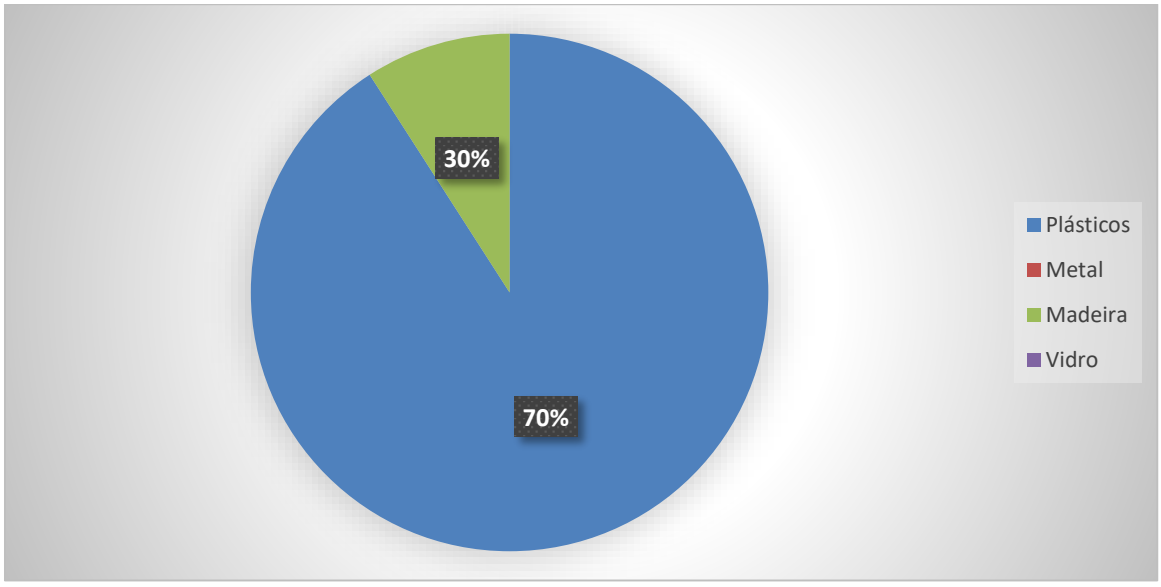
Gráfico 03: Tipos de resíduos orgânicos na comunidade do Bom Socorro.



Fonte: Silva, 2023.

Os resíduos inorgânicos, como mostra a figura 04, é produzido em torno de 70% de plásticos quanto que apenas 30% produzem madeira. O que se observa, pela quantidade que é produzido o "plástico" na comunidade, é bastante preocupante, pois através da comercialização desses produtos, são distribuídas inúmeras embalagens por dia, gerando resíduos sólidos e que em sequência, vão sendo descartados de maneira inadequada no meio ambiente. Gerando danos que causam riscos tanto a saúde quanto problemas ambientais.

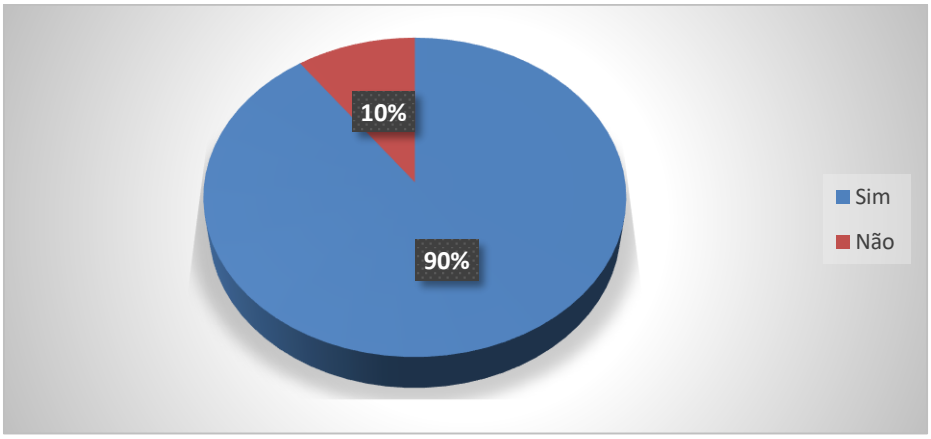
Gráfico 04: Tipos de resíduos inorgânicos produzidos na comunidade do Bom Socorro.



Fonte: Silva, 2023.

Em sequência, foi questionada a opinião de cada um em relação ao descarte final que é dado aos resíduos sólidos, e se concordam com a maneira como é feito, seja prejudicial.

Gráfico 05: Opinião dos moradores se é prejudicial ou não a forma de destinação dos resíduos



Fonte: Silva, 2023.

O problema relacionado aos resíduos sólidos é bastante recorrente, pois é algo do cotidiano, faz parte do dia a dia de cada um na comunidade, por tanto, a preocupação com a sua má destinação é inevitável. E de acordo com a opinião dos moradores, 90% disseram que sim, consideram que a forma como o lixo é descartado é prejudicial, e a apenas 10/% disseram que não.

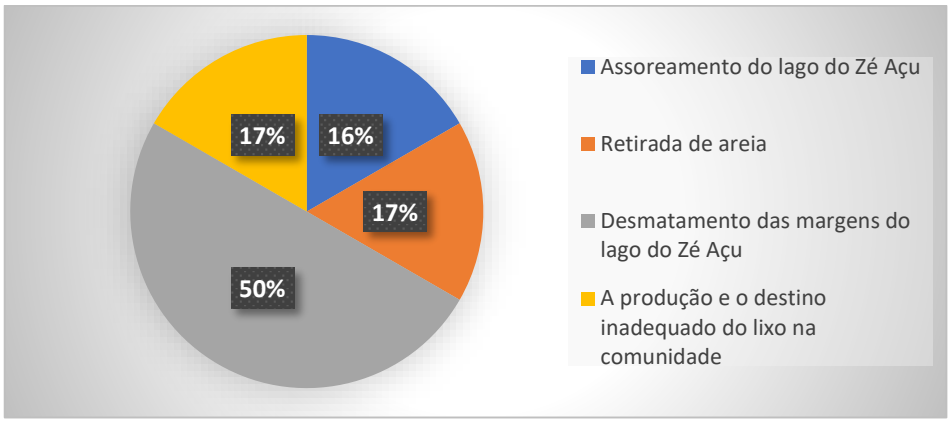
Observa-se, que a carência por saneamento básico, coleta seletiva, políticas públicas, na comunidade, influencia ainda mais o problema a crescer. Pois se sabe, que nessas áreas distantes de serviços públicos, a destinação final do lixo fica por conta dos próprios moradores, ou seja, são descartados de maneira inadequada, em lixeiras viciadas, terrenos baldios, em córregos de rios, ou ainda, queimados, enterrados, etc. e é exatamente assim que é feito na comunidade, o processo de descarte fica por conta dos próprios moradores da comunidade.

Ressaltando, durante a pesquisa, foram identificados vários problemas ambientes que afetam a comunidade do Bom Socorro do Zé Açú, dentre os quais: o assoreamento do lago, retirada de areia, desmatamento das margens do lago e também a produção e destinação dos resíduos sólidos que é feita de maneira inadequada.

Constatou-se, portanto, de acordo com as entrevistados, (50%) da população consideram que o desmatamento do lago do Zé Açú seja o principal problema ambiental, 17% consideram que seja a retirada de areia e 16% a produção e destinação inadequada dos resíduos sólidos.

Com base nessas análises, considerou-se que o principal problema atualmente é o desmatamento do lago do Zé Açú.

Gráfico 06: Opinião dos moradores em relação à causa dos problemas ambientais enfrentados



Fonte: Silva, 2023.

Na figura 01, abaixo observa-se a presença de lixeira a céu aberto na comunidade Bom Socorro do Zé Açu, constatamos a presença de resíduos sólidos orgânicos e inorgânicos descartados de forma irregular.

Figura 1: Lixeira a céu aberto na comunidade do Bom Socorro do Zé Açú.
Fonte: Silva, 2013.

Conforme relatos de um comunitário, senhor (C.M. N) e também servidor público da comunidade, demonstrou-se bastante preocupado com a questão da lixeira que fica próximo a comunidade.

> *[...] Aqui na nossa comunidade o que nos preocupa também é a questão da lixeira que está crescendo e ficando cada dia pior, seria muito bom se tivesse alguém pra ajudar de alguma forma a pelo menos amenizar esse problema. Pois a comunidade sofre por não ter nenhum sistema de saneamento básico.*

E também se demonstrou indignado com a situação de descaso por parte de alguns moradores da comunidade.

> *Outro problema é que tem pessoas que não colaboram e dificilmente mantenham a comunidade limpa, aqui já teve inclusive palestra de conscientização ambiental, mas o povo não tem essa consciência e fica mais difícil.*

Observou-se que a comunidade é bastante esquecida com relação aos setores de órgãos públicos e dificilmente se fazem presente na comunidade. Silva (2017) discorre que não existe nenhuma contrapartida na minimização ou mitigação dos impactos ambientais já produzidos, muito menos ações no sentido de evitar os efeitos negativos de suas atividades aos ribeirinhos do Zé Açú, e que por meio disso, estão vendo o seu

ambiental natural e seus modos de vida sendo ameaçados, e conclui; caso nada seja feito essas atividades continuarão degradando seu ambiente.

Assim sendo, é de cunho importante a presença e atuação de órgãos ambientais que realizem ações e intervenções em favor da comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas legislações, o meio ambiente é um bem comum de toda a coletividade, porém, como consta no documento, os padrões insustentáveis de produção e consumo são causas de degradação do meio ambiente, com isso surge à necessidade de proteger e preservar os recursos naturais.

A PNRS por sua vez, tem um papel fundamental, que impõe a sociedade a responsabilidade e o compromisso em lutar para reduzir e diminuir a proliferação de materiais que tem efeitos nocivos e prejudiciais ao meio ambiente. Segundo a PNRS, um dos preceitos inovadores, é a logística reversa, esta por sua vez se responsabiliza pelo ciclo de vida dos produtos, ou seja, é responsável pelo recolhimento de produtos pós-consumo. E quando é feito esse retorno ao setor empresarial, permite com que seja feito a reciclagem e ou tenha um destino final adequado.

Este preceito inovador também está direcionado ao meio rural, apesar de ter um número inferior á população urbana se produz igualmente poluentes, principalmente por conta dos agrotóxicos, utilizados na agricultura, pecuária; e também pilhas, baterias etc. outros fatores também que se produzem muito no meio rural como consta neste trabalho, é a queima, disposição de resíduos em cursos d'água, entre outras; todas essas práticas causam danos ao meio ambiente, prejudicando: o ar, a água, o solo, e prejudica também a fauna e a flora, assim como a própria saúde do ser humano por meio de contaminações seja do contato direto ou indireto.

Diante disso, é possível adotar medidas inovadoras que são capazes de amenizar tais problemas, como a exemplo da compostagem, que permite transformar resíduos orgânicos em fertilizantes naturais; do mesmo modo, é possível se buscar alternativas que visam à proteção e preservação do meio ambiente, quanto aos resíduos sólidos, como por exemplo: a "reutilização" que dá uma nova oportunidade e novas formas de uso a objetos que já cumpriram sua função de destino, e a "reciclagem" que dá forma a novos objetos. Sabe-se que são alternativas que dependem da coleta seletiva, o que é de difícil acesso

para o meio rural, por conta das dificuldades logísticas, porém, é algo que deve ser pensado, investido e praticado nessas localidades também.

Outro meio seria através da educação ambiental com frequência, juntamente com projetos ambientais, pois a conscientização também tem um papel fundamental com uma das alternativas, pois a população estando consciente de seus atos, melhor serão as chances de manter o meio ambiente preservado. E ajudaria muito se a prefeitura juntamente com a sedema fizessem essas campanhas de educação ambiental e o trabalho de coleta seletiva na comunidade, para minimizar ou mitigar os problemas dos resíduos sólidos nesta localidade.

Porém, o que pude observar durante as pesquisas, é que alguns moradores não dão devida atenção em relação à gravidade do que é o problema ambiental, visto que já se passaram por lá vários palestrantes que buscam despertar a conscientização ambiental em ambos, mas que os efeitos se tornaram negativos. Por isso pontuei que esses incentivos devem ser feitos frequentemente, pois é possível sim obter resultados positivos através da conscientização da população de uma forma contínua. Como sugestão por parte de alguns moradores, seria uma das alternativas também, se houvesse fiscalização ambiental na localidade.

Estas são sugestões do que poderá ser feito para ao menos amenizar os problemas dos impactos ambientais existentes na comunidade, e assim evitar as poluições, desmatamentos, queimadas, esgotamentos dos recursos naturais e etc. Dessa forma, as pesquisas em relação ás problemáticas ambientais devem continuar, é importante essa investigação nas comunidades rurais como forma de aprofundar o tema em questão.

REFERÊNCIAS

ALVES, Rodrigo Couto. **A (in)viabilidade de consórcios públicos intermunicipais para a gestão de resíduos sólidos no Amazonas.** Dissertação apresentada ao Programa de PósGraduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia. MANAUS, 2020.

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. – Brasília : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

_____. Lei n. 12.305, de 2 de agosto de 2010. Política Nacional de Resíduos Sólidos. – 3. ed., reimpr. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2017.

FARIA, Carmen Rachel Scavazzini Marcondes **A Política Nacional De Resíduos Sólidos**. Bióloga (USP), Mestre em Ecologia (UnB). Lecionou no Ensino Médio; foi professora e pesquisadora no Instituto de Ciências Biológicas (UnB). Consultora Legislativa do Senado Federal.

LIMA, Vanderson. **Condições Mínimas para o encerramento de áreas que abrigaram resíduos sólidos domiciliares**. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, UNESP, 2011.

LEITE, N. G.; PAIVA, B. K. V.; OLIVEIRA, M. K. S.; SANTOS, G. O. II-034 - **lixões, aterros controlados e aterros sanitários: o que mudou no Brasil após a publicação da lei federal 12.305/2010?.** 30º Congresso ABES- ABES - Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental, 2019.

PARINTNS, Plano municipal de Saneamento Básico e Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de Parintins, 2019.

_____. LEI nº 681/2017 PGMP. Institui o Programa Municipal de coleta seletiva e aproveitamento de resíduos sólidos no âmbito do município e da outras providencias.

_____. LEI MUNICIPAL Nº 375/2006 - (Número de acordo com a Lei 392/2007) "Regulamenta o Plano Diretor do Município de Parintins e estabelece diretrizes gerais da política urbana e rural do Município e dá outras providências".

ROVERSI, Clério André **Destinação Dos Resíduos Sólidos No Meio Rural** monografia de especialização/medianeira
2013.

SILVA, Charlene Maria Muniz da. **Lutas E Conflitos Sócioambientais No Território Do Zé Açu/Parintins/Amazonas.** VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária e IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária GT XII – Conflitos socioambientais e neoextrativismo na disputa pela natureza no campo ISSN: 1980-4555

SILVA, Charlene Maria Muniz da **Territorialidades Rurais No Município De Parintins: Habitus, Circularidade Da Cultura E Ethos Ambiental Na Localidade Do Zé Açu** / Charlene Maria Muniz da Silva. 2015
296 f.: il. color; 31 cm.

SILVA, Vanessa Pinto Machado; CAPANEMA, Luciana Xavier de Lemos**. Políticas Públicas na Gestão de Resíduos Sólidos: Experiências Comparadas e desafios para o Brasil.** BNDES Set., Rio de Janeiro, v. 25, n. 50, p. 153-200, set. 2019.

CONFLITUALIDADES SOCIOAMBIENTAIS FACE AO AVANÇO DO NEOEXTRATIVISMO NO TERRITÓRIO DO BAIXO JAGUARIBE, CEARÁ

Rafaela Lopes de Sousa[1]

Camila Dutra dos Santos[2]

RESUMO

No contexto do Baixo Jaguaribe, Ceará, as conflitualidades socioambientais emergem como resultado do avanço do neoextrativismo, uma abordagem econômica que visa explorar intensivamente os bens naturais de forma predatória e destrutivista. Nessa região, a interação entre as atividades extrativistas e as comunidades locais desencadeia diversos conflitos, refletindo a complexa relação entre o (des)envolvimento e povos tradicionais. O neoextrativismo, caracterizado pela exploração intensiva de bens como água, minerais e terra, impacta negativamente a natureza, levando a uma degradação ambiental significativa. Essa exploração desenfreada muitas vezes resulta em disputas por água, terra, território e melhores condições de vida. Além disso, a implementação de projetos neoextrativistas frequentemente ignora as necessidades e os direitos das comunidades locais, gerando tensões sociais. A falta de participação efetiva das comunidades nas decisões relacionadas ao uso do território contribui para o avanço das problemáticas de ordem social, ambiental, econômica e cultural. O Baixo Jaguaribe torna-se, assim, um microcosmo das conflitualidades mais amplas associadas ao neoextrativismo, evidenciando a necessidade das diversas formas de resistir aos modelos de (des)envolvimento empreendidos pelo capitalismo globalizado, que insiste em avançar nos territórios historicamente constituídos por povos tradicionais do campo, das águas, das florestas e da caatinga.

Palavras-chave: Neoextrativismo; Conflitos e Conflitualidades; Território; Comunidades Tradicionais.

RESUMEN

En el contexto del Baixo Jaguaribe, Ceará, las conflictividades socioambientales surgen como resultado del avance del neoextractivismo, un enfoque económico que busca explotar intensivamente los bienes naturales de manera depredadora y destructiva. En esta región, la interacción entre las actividades extractivas y las comunidades locales desencadena diversos conflictos, reflejando la compleja relación entre el (des)arrollo y los pueblos tradicionales. El

[1] Doutoranda em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará – CE, lopes.sousa@aluno.uece.br

[2] Professora Doutora dos cursos de Geografia da Universidade Estadual do Ceará - CE, camila.dutra@uece.br

neoextractivismo, caracterizado por la explotación intensiva de bienes como agua, minerales y tierra, impacta negativamente en la naturaleza, llevando a una degradación ambiental significativa. Esta explotación desenfrenada a menudo resulta en disputas por agua, tierra, territorio y mejores condiciones de vida. Además, la implementación de proyectos neoextractivistas a menudo ignora las necesidades y derechos de las comunidades locales, generando tensiones sociales. La falta de participación efectiva de las comunidades en decisiones relacionadas con el uso del territorio contribuye al avance de problemáticas sociales, ambientales, económicas y culturales. El Baixo Jaguaribe se convierte así en un microcosmos de las conflictividades más amplias asociadas con el neoextractivismo, destacando la necesidad de diversas formas de resistencia a los modelos de (des)arrollo emprendidos por el capitalismo globalizado, que insiste en avanzar en territorios históricamente constituidos por pueblos tradicionales del campo, aguas, bosques y la caatinga.

Palabras clave: Neoextractivismo; Conflictos y Conflictividades; Territorio; Comunidades Tradicionales.

INTRODUÇÃO

O neoextrativismo surge, essencialmente, nos países da América Latina, com a proposta ilusória de (des)envolvimento. Trata-se de uma nova dinâmica do capitalismo financeiro-informacional. Esse modelo de produção tem como principais características o crescimento econômico, baseado na usurpação e destruição de bens naturais, a desterritorialização de povos e comunidades tradicionais, tendo como principal agente condutor o Estado, dando cada vez mais subsídios para o avanço da dinâmica de acumulação do capital, materializado pelo neoextrativismo.

No Nordeste brasileiro, mais especificamente no estado do Ceará, o neoextrativismo configura-se a partir de um quadro de políticas públicas subsidiadas pelo Estado inserindo, portanto, a região no circuito produtivo global, consubstanciado pelo agronegócio, mineração, carcinicultura, produção de energias renováveis (eólica, solar e hidrogênio verde, mais especificamente).

Nesse sentido, a criação de novos espaços e novos territórios para a ampliação do neoextrativismo favoreceu a instalação dessas grandes empresas, trazendo, portanto, uma multiplicação dos espaços de produção e das trocas agrícolas globalizadas.

Isso resultou, dentre outros processos, em um acirramento dos problemas relacionados à questão agrária, historicamente marcada pela concentração fundiária e, consequentemente, expulsão massiva dos(as) camponeses(as) do campo. Forma-se um quadro de desigualdades, expropriações, injustiças, desterritorialização, conflitos e

conflitualidades no campo (FERNANDES, 2004, 2013), principalmente aqueles vinculados às seguintes questões: gênero, econômico, social, ambiental e cultural.

Nesta pesquisa, damos destaque para a região do Baixo Jaguaribe, localizado no estado do Ceará, e que tem delimitações administrativas caracterizadas tanto pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) quanto pelo IPECE (Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará), sendo que cada órgão propõem uma regionalização distinta, que pode incorporar ou excluir municípios dessa delimitação, de acordo com objetivos previamente definidos (CAVALCANTE, 2019). Desta maneira, optamos por considerar uma regionalização de caráter geográfico, de acordo com Cavalcante (2019), levando em conta as características ambientais, sociais e territoriais da região.

O Baixo Jaguaribe, considerado aqui nesta pesquisa, se trata de um território localizado na porção oriental do Estado do Ceará, limitando-se ao estado do Rio Grande do Norte. É formado por 13 municípios, a saber: Fortim, Aracati, Icapuí, Itaiçaba, Palhano, Jaguaruana, Russas, Quixeré, Limoeiro do Norte, Morada Nova, São João do Jaguaribe, Tabuleiro do Norte e Alto Santo, todos localizados ao longo da bacia do baixo curso do Rio Jaguaribe (CAVALCANTE, 2019).

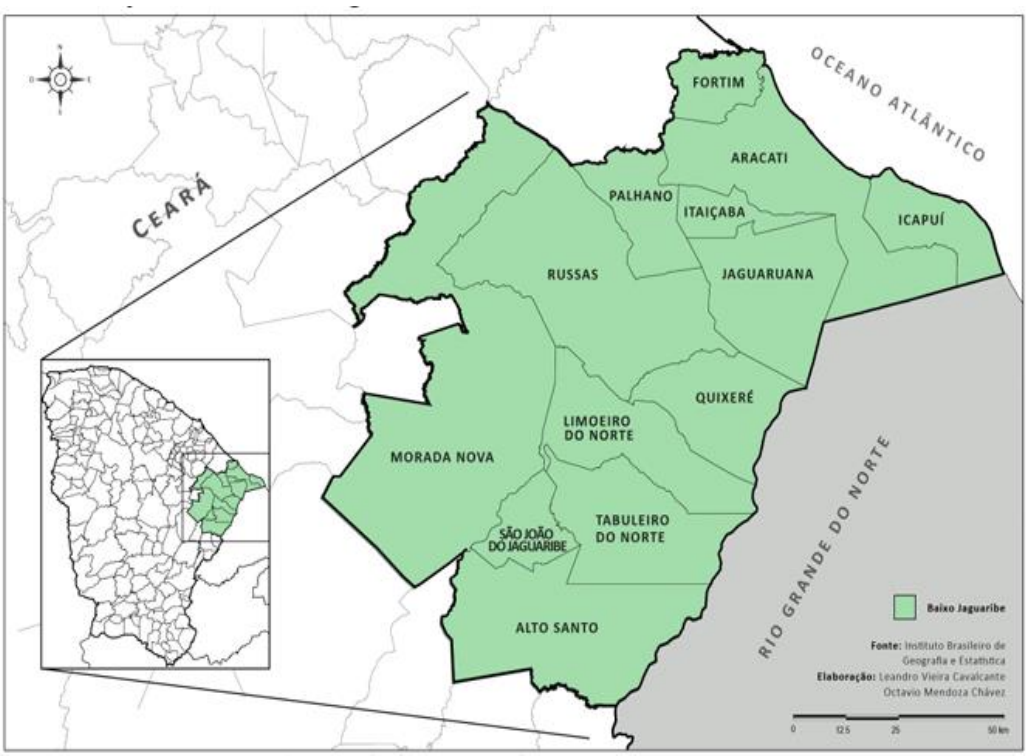


Figura 01 – Mapa de Localização do Baixo Jaguaribe, Ceará

Fonte: CAVALCANTE, 2019.

Segundo Souza (1988) esta é uma área de superfície bem conservada, tendo como predomínio de solo na cambissolos, os argissolos e os latossolos, que evidencia os usos na agricultura, sendo apropriadas pela produção do agronegócio. Possui um revestimento biogeográfico configurando caatingas de porte arbóreo-arbustivo. Tem-se o domínio de rochas sedimentares, áreas capeadas por calcário e arenito, fortalecendo a mineração; além disso, temos o predomínio do avanço da produção das energias ditas "renováveis" e de camarão de cativeiro, em áreas de manguezal.

Observa-se, a partir das características geoambientais, que o Baixo Jaguaribe é rico em biodiversidade, o que atrai o avanço do capital globalizado, cercando o território cearense e o Baixo Jaguaribe. Para tanto, criam-se sistemas de engenharia (SANTOS, 2008) amparados pelo próprio Estado, trazendo uma série de interesses do capital globalizado, facilitando a produção agrícola de monoculturas em larga escala, a criação de viveiros para a criação de camarão, o avanço da mineração do calcário e a instalação cada vez mais forte de empresas de energia solar e eólica e, mais recentemente, de hidrogênio verde.

Nesse sentido, compreendemos que os conflitos e conflitualidades socioambientais presentes no Baixo Jaguaribe são desencadeados, principalmente, pelo avanço cada vez mais forte do neoextrativismo. Portanto, o objetivo central deste trabalho é compreender a territorialidade do neoextrativismo no Baixo Jaguaribe e as conflitualidades socioambientais oriundas do avanço do capital hegemônico no campo.

METODOLOGIA

Para dar conta dos objetivos desta pesquisa, tivemos que delinear nossa metodologia de acordo com as necessidades proveniente da realidade pesquisada. Além disso, considera-se que a metodologia é uma das partes mais importante de um trabalho científico, pois dá subsídio para a organização e operacionalização da pesquisa. Do mesmo modo, entendemos que a metodologia não se restringe aos procedimentos metodológicos e as técnicas de pesquisa que facilitam os levantamentos dos dados (MINAYO, 2016).

Enquanto metodologias, escolhemos abordar, nesta pesquisa, os fundamentos da pesquisa social (MINAYO, 2016); pesquisa participante (BRANDÃO e STREK, 2006); e observação participante (GIL, 2008). Acrescenta-se também, em nossa metodologia, o diálogo com os saberes populares dos(as) pesquisados(as) visando contribuir para uma

melhor percepção da complexidade das situações, além de estabelecer um vínculo maior com os sujeitos presentes na pesquisa.

A partir das demandas que surgem em nossos trabalhos de campo, nos territórios a serem visitados no Baixo Jaguaribe, temos construído nossas metodologias para uma adequação aos ritmos de vida dos(as) camponeses(as), exigindo-nos uma postura subjetiva e participativa.

Enquanto procedimentos metodológicos, realizamos: a) levantamento e leitura de material bibliográfico; b) construção de um embasamento teórico; c) construção de um banco de dados; d) trabalhos de campo; e) entrevistas semiabertas; f) utilização e produção de materiais audiovisuais; g) análise dos materiais coletados e campo.

REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico foi construído com obras relacionadas às temáticas da nossa pesquisa de doutorado, da qual este trabalho deriva-se, articulando alguns conceitos e categorias de análise que dialogam com a realidade empreendida do território analisado, por exemplo: território, territorialidades, neoextrativismo, movimentos sociais, conflitos, conflitualidades, resistências, campesinato, camponês, dentre outros.

Trazemos um percurso teórico-metodológico não só vinculado à Geografia, mas também a outros campos do saber científico, tais como a História, a Sociologia, a Medicina, o Direito, a Biologia, dentre outros, de maneira a preencher as lacunas que se encontram no enfoque geográfico que diz respeito ao espaço agrário. Além disso, tecer esses diálogos com outras ciências enriquece nosso trabalho e permeia outras visões de outras áreas do conhecimento que dialogam com nossa pesquisa.

Neste trabalho, temos como foco o conceito de conflitualidade, que é essencial para compreendermos as questões agrárias, pois considera as contradições e os paradoxos, que na solução de conflitos emerge tanto no desenvolvimento quanto em novos conflitos. A conflitualidade surge a partir da imersão da distribuição desigual do poder e isto origina, com frequência, estados de conflitualidade (FERNANDES, 1993). Isso ocorre tanto a nível do poder político como a nível do poder disperso nas sociedades.

> A conflitualidade surge com a consciência despertada para a existência da desigualdade ou para a recusa do estigma. Existem graus diferenciados de consciência de conflito e de contradição. Nem sempre os estados de privação e de desintegração geram, de facto, condutas de luta (FERNANDES, 2004, p. 26).

Podemos entender, portanto, que a conflitualidade surge a partir da tomada de consciência da existência das desigualdades sociais ou dos problemas sociais, ambientais, culturais, políticos e econômicos que existem na sociedade. Existem graus diferenciados de consciência de conflito e de contradição.

Outro conceito-chave a ser trabalhado aqui é o conceito de neoextrativismo, que Segundo Milanez (2014, p. 119), o neoextrativismo pode ser definido como:

> ...um modelo de desenvolvimento focado no crescimento econômico e baseado na apropriação de recursos naturais, em redes produtivas pouco diversificadas e na inserção subordinada na nova divisão internacional do trabalho. O fenômeno vem sendo associado a diferentes tensões, sejam ligadas ao baixo crescimento econômico de longo prazo, sejam associadas a impactos sociais e ambientais diversificados.

Portanto, podemos considerar que este modelo de produção que se relaciona com a acumulação de capital define um conjunto de estratégias de desenvolvimento, tendo em sua base um grupo de setores econômicos que retiram um grande volume de bens naturais para comercialização após nenhum ou quase nenhum processamento.

Para acrescentar na discussão, é imprescindível trabalhar sob a perspectiva de território, considerado neste trabalho sob a prerrogativa de Saquet (2017), que demonstra que:

> O território, além de resultado de um processo histórico, relacional e reticular, é condição para o desenvolvimento e significa, num primeiro momento, apropriação e dominação (ou tentativa de) (...) Em algumas situações espaciotemporais existe uma valorização dos sujeitos locais, interagidos, e enraizamento no processo de interconexão e territorialização. (SAQUET, 2017, p. 36).

Nesse sentido, podemos compreender que no território existe uma série de movimentos que circunscrevem as dinâmicas dos sujeitos sociais locais, interagindo, assim, além das relações de poder, a partir das dinâmicas simbólicas, de signos, de territorialidades entre as pessoas e entre estas e sua natureza exterior (SAQUET, 2017).

A partir das discussões acima levantadas, conseguimos entender o dinamismo do avanço da fronteira agrícola em territórios do campo, causando desestruturações e conflitualidades que trazem uma ressignificação e um ordenamento territorial que dialogam com os interesses do capitalismo materializado pelos modelos de produção e dominação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A questão agrária no Ceará é sujeita aos moldes da concentração fundiária dominada pelos latifundiários e empresários rurais. A região da Chapada do Apodi é um exemplo efetivo deste emblemático quadro de disputas territoriais, que se desdobram a partir do modo capitalista de produção, e através da expropriação e exploração da força de trabalho e da natureza.

O progresso do agronegócio, materializado pelo neoextrativismo globalizado neste território teve suas inúmeras consequências, contribuindo para o crescimento estratégico de base capitalista, que se configura enquanto desarticulação, nos municípios que compõe o Baixo Jaguaribe , aumentando a violência e o uso de drogas lícitas e ilícitas, a grilagem de terras, a prostituição, a privatização, bem como o uso intensivo de agrotóxicos (LIMA, 2012).

Esse território, portanto, corresponde:

> [...] à expansão da modernização da agricultura no Ceará, que tem início com a implantação da política nacional de irrigação na década de 1970, tomando nova feição e funcionalidade nos anos de 1990. Foi nesse último período que se projetou no Ceará um modelo de gestão do território baseado em um redirecionamento político-econômico e social, gerador de amplas e intensas transformações socioterritoriais, apesar das permanências e da manutenção de determinadas estruturas. (FREITAS, 2010, p. 16).

Além desses fatores, é importante considerar também os processos de desterritorialização de todo um conjunto de trabalhadores(as) e camponeses(as) que estiveram presentes na territorialização do capital na Chapada do Apodi, resultando na impossibilidade de reprodução social dessas pessoas. Isto se consubstanciou a partir de ações políticas, delimitadas pela consciência de que os latifundiários/grandes empresas tomaram conta deste território, despojando os que não pertencem a esta classe.

Ao compreendermos que o neoextrativismo é um modelo de (des)envolvimento focado no crescimento econômico e baseado na apropriação da natureza, pode-se analisar a função do Estado no apoio e manutenção de tais processos produtivos. Há, portanto, a caracterização da institucionalidade estatal constituída no Baixo Jaguaribe, após a década de 1990. Com a implantação dos perímetros públicos irrigados na região, os interesses produtivos voltaram-se para o mercado externo, e consequentemente, as grandes áreas destes perímetros foram destinadas aos empresários do ramo do agronegócio, por exemplo.

É nesta nova fase de (des)envolvimento do capitalismo, caracterizado pelo capitalismo financeiro com o apoio do poder Estado (HARVEY, 2004), que estas empresas conseguem controlar segmentos importantes dos sistemas agroalimentícios, como a indústria alimentícia, a indústria de sementes, a produção de agrotóxicos, fertilizantes químicos e outros insumos (TEUBAL, 2008), o que nos leva a pensar o destrutivismo desenfreado (MÉSZÁROS, 2009) que este controle pode gerar na sociedade, pondo em risco a soberania e a segurança alimentar e ambiental da sociedade.

Portanto, a partir das pesquisas e trabalhos de campo realizados, percebemos que o território do Baixo Jaguaribe vem passando por intensas modificações estruturais, sociais e culturais, vinculadas à expansão do neoextrativismo, a partir de um modelo de (des)envolvimento que tem como fundamento o crescimento econômico baseado na apropriação da natureza, na instalação de grandes empreendimentos, os quais viabilizam a produção em larga escala, a partir da manutenção de monoculturas voltadas para a exportação, principalmente, extração de minérios, além do incentivo à utilização de produtos químicos nas lavouras, como fertilizantes, agrotóxicos, sementes transgênicas, etc.

Figura 02 – Localização do parque eólico, Cumbe - CE

Fonte: SOUSA, 2023.

Figura 03 – Área de produção do agronegócio, Limoeiro do Norte - CE

Fonte: SOUSA, 2022.

Figura 04 – Áreas de produção de materiais a partir da extração do calcário, Quixeré – CE

Fonte: CAVALCANTI *et al*., 2013

Diante de tantas conflitualidades imbricadas no processo de luta pela terra, territórios camponeses se apresentam nesta pesquisa como forma materializada de luta e resistência. A luta pelo território já ultrapassa a disputa pela distribuição igualitária da terra: encontra- se com a resistência e a luta por justiça ambiental. Nesse sentido, a luta dos(as) camponeses(as), contra o neoextrativismo predatório, reforça o movimento no campo por outro modelo de sociedade e de produção (SOUSA, 2020).

O movimento camponês no Baixo Jaguaribe se destaca pela dinâmica dada à produção camponesa atrelada às questões produtivas e de relações autocentradas, à autonomia nos processos e o controle das produções; além da coletividade, da solidariedade, dos vínculos que são estabelecidos, dentre outros. Essas ações se configuram como resistência dos(as) camponeses(as), pois partem da força de seus territórios e de seus modos de vida e se reproduz a partir da coexistência harmônica entre si e com a natureza.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a expansão do neoextrativismo no Baixo Jaguaribe, muitos conflitos e conflitualidades foram desencadeados. Isto é decorrente da territorialização do capital neste território, promovendo a degradação da natureza e alterando as relações entre os sujeitos e seus territórios historicamente constituídos.

A pesquisa nos mostrou que vem ocorrendo no Baixo Jaguaribe, não somente o controle da terra, mas também o da água e do território, por parte das empresas

neoextrativista, com o intuito de garantir os interesses mercadológicos, em detrimento da qualidade de vida da população e da natureza.

Entretanto, apesar dos ataques do agronegócio, e da ausência de atuação por parte do Estado em relação aos povos e comunidades tradicionais, os(as) camponeses(as) do Baixo Jaguaribe resistem e lutam por melhores condições de vida e contra o modelo hegemônico do agronegócio.

Diferentemente dos discursos que legitimam ações de (des)envolvimento do Estado, a atuação dos movimentos sociais e das comunidades vêm trabalhando em alternativas que não se associam com a forma hegemônica de produção. Tais movimentos ressignificam essa teia de relações de territorialidades, que fortalecem povos e comunidades tradicionais em contextos de lutas sociais no campo.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo Romeu (orgs). **Pesquisa participante.** São Paulo: Brasiliense, 2006.

CAVALCANTE, Leandro Vieira. **"As firmas tomaram conta de tudo"**: agronegócio e questão agrária no Baixo Jaguaribe – CE. 2019. 397f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2019.

FERNANDES, António Teixeira. Conflitualidade e movimentos sociais. **Análise social**, v. 28, n. 123/124, p. 787-828, 1993.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, Antonio (Org.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil.** Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Territórios: teoria y disputas por el desarrollo rural. **Revista Novedades em Población**, Havana, n. 17, p. 116-133, 2013.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Editora Atlas SA, 2008.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

MILANEZ, Bruno. O modelo neoextrativista e o paradoxo latino-americano. **Instituto Humanitas Unisinos.** São Leopoldo (RS), v. 30, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro: Vozes, 2016.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Consciência de classe e de lugar, práxis e desenvolvimento territorial**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. São Paulo: EDUSP, 2008.

SOUSA, Rafaela Lopes de. **"Acampamento Zé Maria do Tomé, um território de resistência"**: territorialidades, conflitualidades e (re)produção camponesa na Chapada do Apodi/CE. 2020. 217f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2020.

TEUBAL, Miguel. O campesinato frente à expansão dos agronegócios na América Latina. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI. João Edimilson (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 139-160.

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NA RESERVA EXTRATIVISTA DO EXTREMO NORTE DO TOCANTINS: Desafios e Perspectivas para a consolidação do território das quebradeiras de coco babaçu

Taynara Marcondes de Liz[1]

Rosangela Aparecida de Medeiros Hespanhol[2]

RESUMO

Esta pesquisa objetiva estudar o impacto socioambiental da regularização fundiária no território da Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins, para a Microrregião Bico do Papagaio. Para atingir os objetivos, propomos a seguinte pergunta que norteará a investigação teórica: qual é a situação atual da Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins em relação à regularização fundiária? A metodologia consiste a (1) revisão teórica e documental. Como resultado, espera-se compreender as dinâmicas multiescalares que caracterizam e dinamizam o território, em âmbito social e ambiental, no contexto das contradições inerentes à estrutura e regularização fundiária no Norte de Tocantins e a relação direta para os desafios atuais das quebradeiras de coco babaçu na região.
Palavras-chave: questão agrária e ambiental, formação territorial, conflito, extrativismo.

RESUMEN

Esta investigación tiene como objetivo estudiar el impacto socioambiental de la regularización de la tenencia de tierras en el territorio de la Reserva Extractivista del Extremo Norte de Tocantins, para la Microrregión Bico do Papagaio. Para alcanzar los objetivos, proponemos la siguiente pregunta que guiará la investigación teórica: ¿Cuál es la situación actual de la Reserva Extractivista del Extremo Norte de Tocantins con respecto a la regularización de la tenencia de tierras? La metodología consiste en (1) revisión teórica y documental. Como resultado, se espera comprender las dinámicas multinivel que caracterizan y dinamizan el territorio, tanto a nivel social como ambiental, en el contexto de las contradicciones inherentes a la estructura y regularización de la tenencia de tierras en el Norte de Tocantins, y la relación directa con los desafíos actuales de las quebradeiras de coco babaçu en la región.
Palabras clave: cuestión agraria y ambiental, formación territorial, conflito, extractivismo.

[1] Mestrando do curso de Geografia- Programa de Pós-graduação em Geografia-UNESP de Presidente Prudente, taynara.marcondes@unesp.br
[2] Doutora em Geografia- programa de Pós-graduação em Geografia- UNESP de Presidente Prudente, rosangela.hespanhol@unesp.br

INTRODUÇÃO

Os processos e fenômenos geográficos, que produzem e transformam o espaço, são complexos e multifacetados, pois se manifestam e articulam em diferentes escalas espaço temporais, bem como envolvem elementos de ordem econômica, simbólica, política, cultural, entre outros. Destarte, investigar o espaço se coloca como uma tarefa desafiadora, mas necessária, visto que, frente a supracitada complexidade inerente ao objeto de estudo da geografia, muitas dinâmicas ainda não foram mapeadas e/ou profundamente analisadas.

Nesta proposta, pensamos a questão ambiental e agrária como parte de uma totalidade que se manifesta na organização territorial. O objetivo central é analisar o impacto socioambiental da regularização fundiária no território da Reserva Extrativista (RESEX) do Extremo Norte do Tocantins (RENT), para a Microrregião Bico do Papagaio.

Entendemos ser fundamental construir ferramentas teóricas, metodológicas e políticas que ajudem os geógrafos, a sociedade civil organizada, dentre outros atores sociais, a lutar contra a ofensiva capitalista e neoliberal que insiste em macular a função social da terra ao tratá-la como mero recurso para obtenção de lucro via especulação ou uso intensivo e predatório, repercutindo em impactos negativos e destruição do meio ambiente e de modos de vida de comunidades tradicionais, como os que vivem do extrativismo.

No contexto da estrutura fundiária brasileira, marcada por uma distribuição concentrada e desigual, onde o Estado se mantém inerte diante a demanda social por mudanças nessa realidade, em localidades como o Norte do Tocantins se observa desafios particulares, marcado pela resistência de povos tradicionais e camponeses que lutam pela terra e pelos seus territórios extrativistas.

Além disso, esta pesquisa permite avaliar como a Resex do Extremo Norte do Tocantins tem impactado na formação socioterritorial da microrregião do Bico do Papagaio, permitindo-nos trocas estratégicas de planejamento e gestão desse território que, conforme nos lembra Becker (2014), é a prática estratégica, científico-tecnologógica e a coerência de variadas decisões para atingir uma finalidade. E que segue uma finalidade econômica e um principio das relações de poder, ou seja, a aborção de conflitos.

A luta pela regularização fundiária do território da reserva extrativista vem sendo uma das principais pautas, que passados mais de 30 anos da consolidação da reserva

extrativista, ainda não foi lograda. A violência no campo, a inércia do Estado e a sujeição da cultura e modo de vida das quebradeiras são aspectos delineadores deste debate.

METODOLOGIA

Esta pesquisa se caracteriza por assumir uma postura investigativa teórico-prática e qualitativa, baseada em: (1) revisão teórica e documental. Neste processo de revisão bibliográfica, envolve o levantamento e análise de referências que nos ajudem a compreender o processo de formação territorial da microrregião do Bico do Papagaio, sobretudo após a criação da Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins.

Neste momento, será realizada uma análise documental em fontes secundárias como: documentos de arquivos públicos, estatísticas de censos, relatórios de pesquisas, documentos originais históricos, mapas, leis, ou qualquer outra fonte que, durante o processo de pesquisa, mostra-se valioso para a compreensão da realidade territorial estudada. o processo de revisão bibliográfica envolve o levantamento e análise de referências que nos ajudem a estudar as concepções de território, territorialidades e campesinato, o Estado e as políticas públicas no Bico do Papagaio.

Para a pesquisa bibliográfica então, serão trabalhados os principais autores que serão suportes para o arcabouço teórico desta pesquisa, dentre eles: Bertha Becker e Ariovaldo Umbelino Oliveira. Abordaremos algumas principais leis e relatórios de pesquisas como: Decreto n°6.040: Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável; Decreto nº 535: cria a Reserva Extrativista do Extremo Norte do Estado do Tocantins; Lei n 9.985: regulamenta o art. 225, § 1o incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências; lei nº 11.284/2006 e o Decreto nº 6.040/2007.

Dentre os bancos de dados mais importantes para essa pesquisa destacamos: (1) o Instituto Socioambiental (ISA), onde constam os dados das Unidades de Conservação no Brasil, uma organização sem fins lucrativos com foco central na defesa dos direitos sociais, coletivos e ambientais; (2) o site do Instituto Chico Mendes da Biodiversidade (ICMBIO); (3) no site do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), que consiste numa organização que representa os interesses sociais, políticos e econômicos desse grupo, dando às mulheres a possibilidade de serem vistas e reconhecidas.

Cabe ressaltar que esta pesquisa consiste num trabalho da investigação teórica da pesquisa de dissertação de mestrado que está em desenvolvimento e, portanto, os resultados práticos estão em processo de desenvolvimento, a fim de interrelacionar o debate teórico aqui posto com os resultados práticos que sucederá a presente pesquisa.

REFERENCIAL TEÓRICO

A formação socioterritorial de determinado recorte espacial é o resultado de uma intrínseca relação entre elementos físicos e humanos. Assim, a dinâmica da natureza se articula à dimensão sociocultural, política e econômica, dando a cada território, características e dinâmicas próprias.

Autores como Figueiredo (2016) reforçam que o ordenamento territorial não pode ser desvinculado do papel do Estado e das relações de poder, visto que o desenvolvimento tecnológico, as políticas de expansão agrícola, a implantação de infraestrutura, entre outros, têm forte relação com esse agente.

De acordo com Silva (2015), quando se observa a forma como o conceito de território tem sido trabalhado na geografia, percebe-se que este se tornou uma espécie de "conceito da moda", utilizado e adaptado por vários autores, muitas vezes de forma superficial, sendo urgente o aprofundamento e resgate da complexidade do conceito, aplicando-o a casos concretos. Nesse contexto, para o arcabouço teórico desta pesquisa, buscou-se respaldo na concepção miltoniana de território usado, dentro do enfoque materialista, histórico e dialético.

Apesar de ser possível mapear diferentes concepções teóricas acerca do território, essa abstração teórico-conceitual é comumente lida como um espaço delimitado por relações de poder, assim, espaço e território, apesar de interligados, não são sinônimos, ou como diz Raffestin (1993, p.142), o espaço constitui uma "prisão original", enquanto o território é a "prisão que os homens constroem para si".

Além disso, também utilizaremos as reflexões de Bertha Becker sobre as territorialidades e o território político na Amazônia brasileira como principal arcabouço teórico. Para Becker (2014, p.397):

> (...) a Amazônia brasileira, nos últimos anos, passou por profundas transformações, e porque existem muitos mitos em relação à Amazônia. É importante reconhecer isso, uma vez que, num processo repleto de sangue, suor e lágrimas, como foi o processo de ocupação da Amazônia, na década de 70 e começo dos anos 80, surgiram também mudanças estruturais, fundamentais, na região. E, se nós não reconhecermos essas mudanças estruturais, não vamos entender os processos que estão em curso e nem vamos poder fazer uma reflexão para subsidiar políticas mais conseqüentes para a região.

Ao analisar esse debate, torna-se evidente que em países capitalistas periféricos como o Brasil, a formação socioterritorial está ligada a processos específicos,

contraditórios e desiguais, oriundos do interesse do capital pela terra, lida por essa lógica como fonte de exploração e especulação, onde o valor de troca sobressai ao de uso.

Assim, considerar o território exige atenção às relações de poder, comumente assimétricas e conflituosas. Por conta disso, Santos propõe a ideia de território usado, onde diferente do espaço, não se considera somente o conjunto indissociável de objetos e ações, mas a forma como o território é utilizado. Para Santos (1996), o território usado revela, por exemplo, como as ações estatais se manifestam em diferentes contextos, inseridos dentro de interesses antagônicos entre classes sociais. "Neste mundo de contradições aguçadas, a proliferação de Estados é uma necessidade e um desejo do imperialismo para sua expansão na fase atual, de vez que ele utiliza e institucionaliza todo tipo de penetração" (SANTOS, 2004, p. 223).

Isso torna evidente a importância de analisar o território do Bico do Papagaio e da reserva extrativista de modo atrelado aos agentes que o utilizam e produzem, dentro de embates dialéticos e contraditórios, típico de uma sociedade marcada por classes de interesses antagônicos. A partir de Campos, Bezerra e Souza (2022), observa-se que esse processo fica nítido na exploração dos territórios da região amazônica e do cerrado, marcadas pela concentração fundiária, conflitos agrários, atuação de empresas multinacionais, entre outros. Segundo os autores, a compreensão dessas dinâmicas é fundamental para o estudo de localidades como o norte do Tocantins, e suas lutas sociais pelo acesso à terra e conservação do ambiente. Assim:

> [...] hoje em circunstâncias onde a maior parte dos problemas ambientais são conflitos pela apropriação de recursos para o uso ou para sua transformação em mercadoria. Então a ecologia dos pobres que é a ecologia do Alier, vincula-se a uma perspectiva ecológica, reconhecida como economia ecológica. Aqui é importante fazer uma diferença entre a economia ecológica e economia ambiental, por vezes confundimos, mas, o discurso econômico que incorpora a discussão ambiental se apresenta de duas formas. A economia ecológica diz respeito aos direitos humanos, aos recursos, aos espaços. Desta forma, Alier ao falar dos conflitos ecológicos distributivos, se refere aos pobres, são estes que estão implicados e são os que mais sofrem nesses conflitos. Assim, na economia ecológica há o reconhecimento de que os grandes problemas ambientais, na maioria dos casos, são conflitos de apropriação e exploração dos recursos naturais, desterritorialização de populações locais (ALIER, 2007 apud SUERTEGARAY, 2015, p.132).

Isto quer dizer que, ao debater os conflitos territoriais na Amazônia, em se tratando de povos tradicionais, há que se discutir outras possibilidades de se pensar a ecologia, ligadas à população local que vivencia e usa o território, bem como entender a

implementação de políticas desenvolvimentistas que partem de Estados capitalistas, que comumente não está em consonância com o modo de vida dos povos tradicionais. É nesse viés que a pesquisa se situa, já que a análise da formação territorial na microrregião do Bico do Papagaio tem íntima relação com a formação da Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins, e as lutas para sua formação e manutenção.

Sendo assim, atrelada à abordagem materialista dialética do "território usado", estabelece-se, nesta pesquisa, a análise do ambiente sob a ótica acerca dos conflitos ecológicos distributivos expressados por Suertegaray (2015, p.133):

> Penso que, conflitos ecológicos distributivos, não se dão fora do espaço, então quando nos referimos a esses conflitos é possível perceber a relação intrínseca com o território ou as territorialidades, porque não tem como separar essas instâncias.

Explicada esta relação, a partir do ponto de vista materialista dialética do território e do ambiente, entende-se que os conflitos de classes que se dão no território de povos tradicionais, frente a uma unidade de conservação, implica o debate acerca da importância de estabelecer as relações de poder se dão entre agentes antagônicos e como o debate ambiental se insere neste conflito.

> Em muitos lugares em conflito os grupos locais fazem o que? Eles se organizam para a luta dos seus territórios ou das suas territorialidades, através de concepções que dizem respeito à sua vida, à sua necessidade de recursos para viver ou, muitas vezes, para sobreviverem. Mas no embate com as forças hegemônicas, que constituem um poder muito mais expressivo, eles se utilizam de uma outra estratégia, que éuma estratégia que deriva da dimensão cultural, ou seja, é uma estratégia que deriva da concepção que eles têm de natureza, da forma como eles se veem em relação à natureza e, da valoração dessa representação em suas vidas. Por exemplo, se formos avaliar a entrada do grande capital em muitos países da América Latina e a resistência dos indígenas na Colômbia e na Bolívia, eles resgatam como forma de resistência, para não serem expropriados da terra e dos recursos, muitas vezes, sua concepção de natureza. Eles lutam pelo seu território a partir da defesa do que é a Pachamama, a natureza, para quem, é a natureza-mãe, uma natureza que lhe fornece útero, que lhe acolhee dá condição para viver, então, se a natureza é mãe, não se pode "matá-la, sacrificá-la" (SUERTEGARAY, 2015, p.135).

Nesse sentido, essa luta pelo território e pelas territorialidades dos povos tradicionais, revisita a relação com que as questões políticas ambientais no Brasil têm sido construídas, com as leis ambientais sendo afrouxadas e esses impactos implicam também na questão territorial e nas fragilidades das territorialidades locais, afirmando a urgência da inter-relação ambiente e território, principalmente no Bico do Papagaio, em que os conflitos agrários se apresentam historicamente como gigantescos e

significativos no Brasil. O mapa (Figura 1) mostra a concentração de conflitos de terras no Brasil em 2015, retirado do relatório da Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2016).

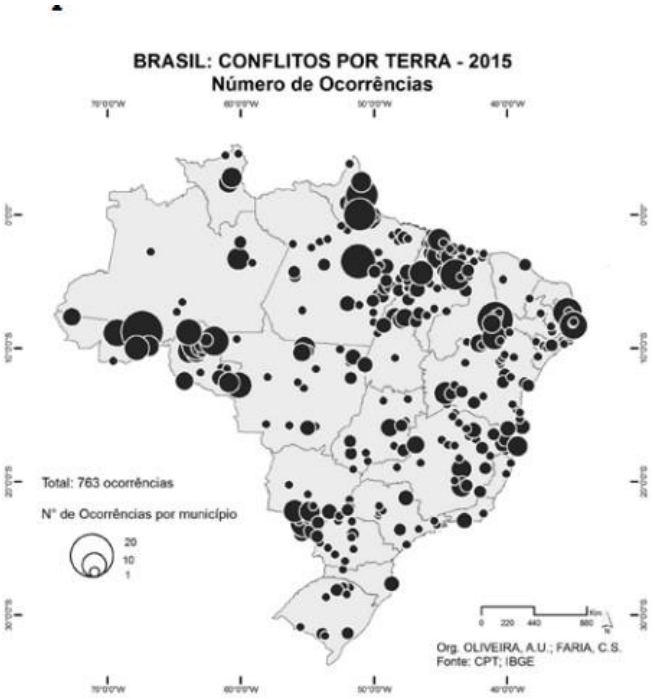


Figura 1- Conflitos de Terra no Brasil (Número por ocorrência)

Fonte: CPT, 2016

Após a análise da figura 1, é possível observar a distribuição territorial dos conflitos deterra no Brasil em 2015, em que há uma concentração significativa dos conflitos agrários nos estados de Rondônia, Acre e, principalmente, no norte de Tocantins, na região do Bico do Papagaio. Esta distribuição possibilita uma caracterização territorial mais completa do território do Bico do Papagaio e que buscaremos atualizar no decorrer do desenvolvimento da dissertação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo a Secretaria de Desenvolvimento do Estado do Tocantins (2022), o Bico do Papagaio é uma microrregião político-administrativa, localizada no extremo norte de Tocantins, abrangendo 25 municípios. No entanto, no Bico do Papagaio pode-se mapear outras formas de regionalização, que se materializam conforme as demandas do planejamento a ser desenvolvido. Para Almeida (2015, p. 4432).

> A primeira, Microrregião do Bico do Papagaio é uma determinação política para fins administrativos, recorte que considera o extremo norte do Tocantins com 25 municípios. A segunda regionalização, Norte do Tocantins, com 37 municípios procura inserir um maior número de municípios, já que a intenção deste recorte busca considerar as relações de fluxos na produção e no consumo entre os municípios. A regionalização criada pelo governo federal, Mesorregião Diferenciada do Bico do Papagaio, incorpora tanto municípios do estado do Tocantins, como dos estados do Maranhão e do Pará. São 66 municípios que partilham características políticas, econômicas e até culturais semelhantes.

No entanto, há outra definição de regionalização, que abrange a microrregião do Bico do Papagaio sendo inserida na Mesorregião Ocidental do estado do Tocantins, sendo então, passível de ser lida como uma sub-região desta última.

> O Estado de Tocantins possui 139 municípios e foi dividido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em duas mesorregiões – ocidental e oriental – e em oito microrregiões. A mesorregião ocidental é formada por cinco microrregiões: Araguaína, Bico do Papagaio, Gurupi, Miracema do Tocantins e Rio Formoso e a mesorregião oriental é constituída pelas microrregiões de Dianópolis, Jalapão e Porto Nacional. Os dados utilizados para a realização do presente trabalho foram coletados nos sites oficiais da Firjan e do IBGE, e no que se refere às despesas públicas com saúde e educação consultou-se o site Finanças do Brasil – Finbra (MEDEIROS; SANTOS; CLAUDOMIRO, 2018, p. 51).

Sendo assim, partindo do pressuposto que uma investigação científica envolve a delimitação de recortes, utilizaremos nesta pesquisa a microrregião do Bico do Papagaio, para assim limitarmos as análises ao Estado do Tocantins, não abrangendo, portanto, os estados vizinhos que compõem a segunda regionalização citada da Mesorregião Diferenciada do Bico do Papagaio.

O Bico do Papagaio se encontra na área de transição entre o Cerrado e a Amazônia (Figura 2) e sua formação fundiária no Bico do Papagaio se intensifica, principalmente entre os anos de 1950 a 1980, em que se observa a manifestação de conflitos agrários, muitos dos quais culminou em confrontos diretos com aparelhos repressores.

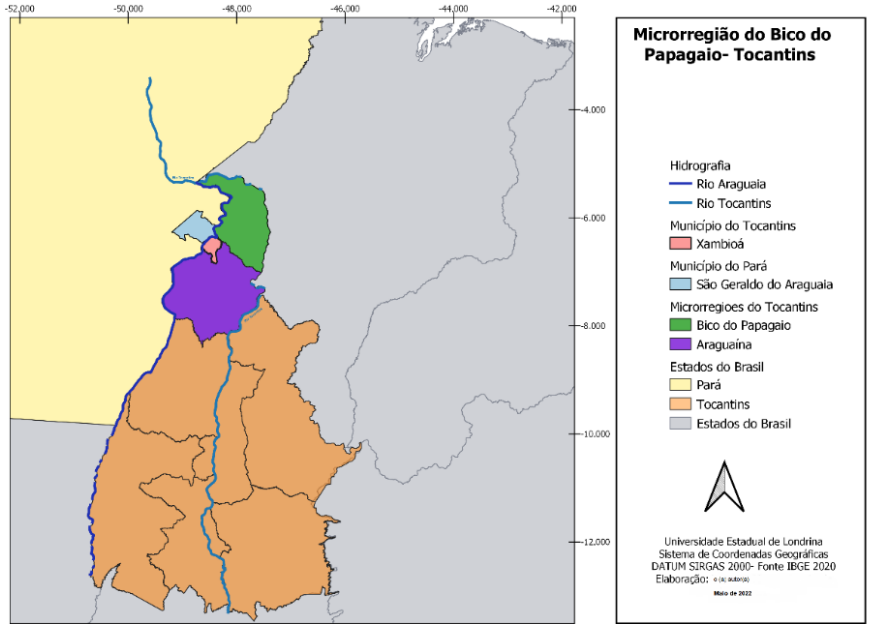


Figura 2- Mapa da Região do Bico do Papagaio

Fonte: a autora, 2023

De acordo com Almeida (2010), os municípios que abrangem a região do Bico do Papagaio herdam uma estrutura fundiária concentrada e marcadas por grandes e violentos conflitos agrários entre latifundiários e posseiros. Ainda para o autor, esse cenário é reflexo de um projeto desenvolvimentista nacional, voltado ao crescimento econômico da região, onde os planos de infraestrutura contribuíram para a privatização de terras, ao implementar políticas de interiorização econômica para a região amazônica, como a rodovia Transamazônica que potencializou os conflitos de terras ao intensificar a valorização das terras atreladas à especulação fundiária e imobiliária e a intensificação da onda migratória advinda principalmente do nordeste brasileiro.

Com o advento da redemocratização, novas pautas surgiram no seio da política nacional, dentre elas a questão ambiental e fundiária, principalmente na Amazônia. Junto a ela, a problemática da terra e da preservação de territórios extrativistas, que são responsáveis pela sobrevivência de povos tradicionais na Amazônia, começam a se inserir no debate, evidenciando a importância de pesquisas que caracterizem a formação socioterritorial e as dinâmicas de localidades como o Bico do Papagaio, que tem forte influência da Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins.

A Reserva Extrativista (RESEX) do Extremo Norte do estado do Tocantins (RENT), localiza-se na abrangência do Bico do papagaio, entre os municípios de Carrasco Bonito, Buriti do Tocantins e Sampaio (Figura 3). É a Unidade de Conservação de uso

sustentável do território do Bico do Papagaio, criada em 1992, pelo Decreto n. 535 - 20/05/1992, que regulamenta o Decreto 98.897, de 1990, que trata sobre as Reservas Extrativistas brasileiras.

A RENT foi criada num período em que se observou a ampliação dos debates relacionados à questão ambiental no Brasil e no mundo, dentre os quais pode-se citar: as discussões acerca do desenvolvimento sustentável; aquecimento global; realização de convenções internacionais como a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Eco-92), entre outros (OLIVEIRA; SOUSA, 2016). Desta forma, Oliveira e Sousa (2016, p.112) explicam que:

> Como forma de dar uma resposta ao mundo neste evento e de relativizar os conflitos socioambientais internos no país, o governo brasileiro dá continuidade na criação de territórios que tem o propósito de conservar o meio ambiente e garantir o uso desse espaço para as populações tradicionais, conhecidos como Reservas Extrativistas (Resex). Assim, no dia 20 de maio de 1992, 14 dias antes da Eco-92, o governo brasileiro criou cinco Reservas Extrativistas: Mata Grande, Ciriaco e Quilombo do Frexal (Estado do Maranhão); Extremo Norte do Estado do Tocantins (Estado do Tocantins) e Marinha do Pirajubaé (Estado de Santa Catarina).

Ao analisar esta afirmação, Allegretti (2008) *apud* Oliveira e Sousa (2016) afirmam que as Reservas Extrativistas foram pensadas como forma de política pública específica para a garantia da Reforma Agrária e a proteção dos territórios e recursos naturais das populações tradicionais, no entanto, essa proposta não se concretizou.

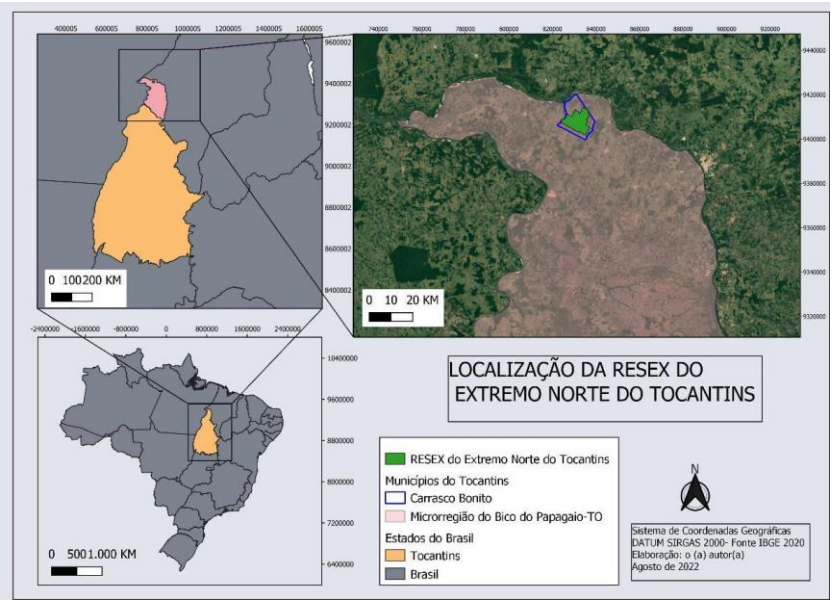


Figura 3- Mapa da RESEX do Extremo Norte do Tocantins

Fonte: a autora, 2022

Partindo desse pressuposto, a Resex do Extremo Norte do Tocantins foi criada a partir do movimento das quebradeiras de coco babaçu, que foi liderado pela trabalhadora Raimunda Gomes da Silva, popularmente conhecida como Dona Raimunda Quebradeira de Coco, sendo ela quem assume a luta política pelo direito a extração do coco babaçu e da luta pela terra (OLIVEIRA; SOUSA , 2016). Sobre as quebradeiras de coco, Oliveira ainda explica:

> As quebradeiras de coco babaçu constituem um conjunto de mulheres identificadas por uma forma de trabalho comum (coleta e quebra de coco babaçu e atividades correlatas de beneficiamento do fruto) e cuja identidade é objetivada em movimento social, sendo integrantes de famílias de trabalhadores rurais nativos do Maranhão ou migrantes do Nordeste que vivenciaram um processo histórico de ocupação da zona ecológica do babaçu (vasta região que abrange diversos Estados-membros do Brasil: Piauí, Maranhão, Tocantins, Goiás, Mato Grosso e Pará) (OLIVEIRA. SOUSA, 2011, p.1).

Para discutir a regularização fundiária na RENT, primeiro é necessário entender como se constrói a estrutura fundiária brasileira. Oliveira e Sousa (2016, p.117) afirmam que:

> No Brasil, a principal característica da estrutura agrária refere-se à acentuada concentração fundiária, ou seja, a aglomeração de terras nas mãos de poucos e expropriação violenta de famílias e resistência do campesinato frente a esta realidade. Nesse contexto, a figura mais emblemática dessa história é o latifúndio, uma herança que tem suas raízes no próprio processo de colonização do Brasil. Todavia, a partir da publicação da Lei de Terras, em 1850, o acesso à terra limitou-se a não ser por meio da posse de título.

A formação fundiária no Bico do Papagaio se intensifica, principalmente entre os anos de 1950 a 1980, em que se observa a manifestação de conflitos agrários, muitos dos quais culminou em confrontos diretos com aparelhos repressores e assassinatos (ALMEIDA, 2016). Além disso, deve-se ressaltar que:

> (...) na década de 1980, na região onde se encontra a Resex do Extremo Norte, a prevalência dos latifundiários era grande, por vez, eram estes atores que detinham o direito de propriedade sobre os recursos naturais, principalmente, aos babaçuais e a expansão da pecuária extensiva. Esse direito era exercido muitas vezes pela violência e pela influência política que esses grupos têm. (SOUSA, 2015, apud Oliveira; SOUSA, 2016, p. 118).

Nesse sentido, ainda com relação ao papel do Estado na consolidação da Resex do Extremo Norte do Tocantins para a conservação do território das quebradeiras de coco, Oliveira (2016) afirma que para que de fato o território da resex se concretize e os povos tradicionais possam gozar dos seus direitos de acesso a terra para o extrativismo vegetal daquela floresta, a preservação da cultura tradicional e modo de vida destes povos e a efetiva demarcação da reserva e a desapropriação por meio da reforma agrária. Portanto, faz-se necessário:

> (...) desapropriar as terras dos fazendeiros que estão dentro da Unidade. Este ato tem por objetivo possibilitar que as famílias que serão beneficiárias garantam que os recursos daquele território sejam geridos por elas. Isto ocorre por meio do Contrato de Concessão de Direito Real do Uso, o qual é assinado pelas famílias que são beneficiárias da Unidade de Conservação (OLIVEIRA; SOUSA, 2016, p.122).

No entanto, a ausência do Estado e de mobilização das famílias beneficiadas pela resex contribuiu para que fazendeiros se revoltassem com a reserva extrativista e se mobilizassem politicamente para o cancelamento do decreto da reserva extrativista, por meio de alguns argumentos colocados pelos fazendeiros, como por exemplo, os conflitos de interesses com os fazendeiros após a existência da Unidade de Conservação e a ausência de mobilização e organização das famílias que justificasse a Unidade de Conservação (OLIVEIRA; SOUSA, 2016). Nesse sentido há uma forte resistência política e ideológica pautada em interesses antagônicos que inviabilizam a consolidação do direitos da reserva aos povos tradicionais.

Isso evidencia que a regularização fundiária é urgente para a manutenção do território da RENT, tendo em vista que a restrição do uso da extração do coco babaçu acarreta a degradação do território ao passo que o desmatamento vai tornando aquele local em pastagem. Essa realidade é, segundo Guzmán e Molina (2013), traços da ofensiva neoliberal altamente dependente das tecnologias agroquímicas que impactam água, solo e ar. Nesse sentido, convém resgatar a Lei nº 13.465 de 2017, que diz:

> […] a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal; institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União.

Nesse contexto, a regularização fundiária é uma política em prol da instrumentalização da cidadania e da justiça social, a fim de ampliar o acesso à terra a

população de baixa renda, sem perder de vista o compromisso social e ambiental. Ao debater a regularização fundiária na Amazônia Legal, Nascimento et.al (2020, p. 10) explicam que:

> As iniciativas tomadas pelo Executivo Federal para viabilizar o acesso à propriedade e a seus diferentes usos, principalmente na Amazônia Legal, têm estimulado os entes da federação, e, concomitante a isso, instituições de ensino, pesquisa e extensão, inclusive as localizadas na Amazônia Legal, inseriram na agenda de suas ações de extensão e pesquisa a regularização fundiária como uma etapa importante da implementação de políticas públicas, acionando, para isso, os dispositivos e instrumentos do planejamento urbano nacional, estadual e municipal, o ordenamento territorial e o desenvolvimento socioambiental, com o intuito de reconhecimento de direitos e de sentido do bem-estar almejado, pela garantia da titularidade e consequente segurança jurídica.

Ressalta-se então, a importância de estabelecer uma análise territorial e geográfica da Resex do Extremo Norte do Tocantins (RENT) dando enfoque nos elementos da formação do território agrário regional caracterizado pela expansão do latifúndio a partir das políticas do Estado nacional, por meio das Fronteiras Agrícolas, e a luta pela regularização fundiária.

Neste contexto de lutas pela terra, com a criação da RENT, esperava-se a consolidação da garantia dos territórios por meio da regularização fundiária advinda do Estado, no entanto, a regularização fundiária segue sendo um desafio que os povos do território da resex ainda enfrenta. Dentre vários dos desafios, um deles é o apoio político com que os fazendeiros que detêm terras em volta da reserva possuem e que vêm construindo lobbys políticos para o cancelamento da reserva extrativista, buscando retardar a efetivação da reserva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para que o território da Resex do Extremo Norte do Tocantins se concretize e os povos tradicionais possam gozar dos seus direitos de acesso à terra para o extrativismo vegetal daquela floresta e lograr a preservação da cultura tradicional e modo de vida destes povos e a efetiva demarcação da reserva, é necessário a desapropriação por meio da reforma agrária, das terras dos fazendeiros que estão dentro da unidade, a fim de garantir às famílias que aqueles recursos serão de benefício delas.

No entanto, a ausência do Estado e de mobilização das famílias beneficiadas pela Resex contribuiu para que fazendeiros se revoltassem com a reserva extrativista e se mobilizassem politicamente para o cancelamento do decreto da reserva extrativista. Nesse

sentido há uma forte resistência política e ideológica pautada em interesses antagônicos que inviabilizam a consolidação dos direitos da reserva aos povos tradicionais.

Isso evidencia que a regularização fundiária é urgente para a manutenção do território da RENT, tendo em vista que a restrição do uso da extração do coco babaçu acarreta a degradação do território ao passo que o desmatamento vai tornando aquele local em pastagem.

Nesse contexto, a regularização fundiária deve ser uma política em prol da instrumentalização da cidadania e da justiça social, a fim de ampliar o acesso à terra a população de baixa renda, sem perder de vista o compromisso social e ambiental.

REFERÊNCIAS

ALIER, J. M. **O Ecologismo dos Pobres**. Conflitos Ambientais e linguagens de valoração. São Paulo: Editora Contexto, 2007. 379p.

ALLEGRETTI, Mary. A construção social de políticas públicas: Chico Mendes e o movimento dos seringueiros. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente.** Curitiba: Editora UFPR, n. 18, p. 39-59, 2008.

BECKER, B. K.. A Amazônia como um território estratégico e os desafios às políticas públicas. In: SIFFERT FILHO, N. F.; SANTIAGO, M. C.; MAGALHÃES, W. A.;

LASTRES, H. M. M.. Um olhar territorial para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2014. p.396-401.

BECKER, Bertha K. "**Novas territorialidades na Amazônia: desafios às políticas públicas**". In: VIEIRA, Ima C. G. (org.). As Amazônias de Bertha K. Becker, v. 05. Rio de Janeiro: Garamond, 2010, p.17-23.

BECKER, Bertha K. A Amazônia e a política ambiental brasileira. In: SANTOS, Milton; BECKER, Bertha K. (Org.). **Território, territórios:** ensaios sobre o ordenamento territorial. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007

CAMPOS, V. L.; SOUZA, E. A.; BEZERRA, D. L. Expansão Capitalista e Conflitos Agráriosna Amazônia Legal. **Revista de Comunicação Científica**, v.1, p. 100-116, 2022.

FIGUEIREDO, Adma Hamam de. Formação territorial. **Brasil: uma visão geográfica e ambiental no início do século XXI. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de Geografia**, p. 435, 2016

LACOSTE, Y. A pesquisa e o trabalho de campo: um problema político para os pesquisadores, estudantes e cidadãos. **Seleção de textos**, São Paulo, n. 11, p. 1-23, 1985.

NASCIMENTO, Durbens, *et al*. **Regularização Fundiária na Amazônia Legal***:* Êxitos, impasses e desafios para as cidades. Belém: NAEA, 2020.

OLIVEIRA, Marcelo Romarco; SOUSA, Dayane Neves. A luta pela regularização fundiária da Reserva Extrativista do Extremo Norte do Estado do Tocantins. 2016

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993

SANTOS, M. O retorno do território. In: SANTOS, M. ; SOUZA, M. A. A. de. ;

SILVEIRA, M. L. Território: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, ANPUR, 1996. p. 15- 20. 33.

_____. Por uma Geografia Nova: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004

SILVA, P. A. S. Território: abordagens e concepções. Boletim DATALUTA, Bauru, p. 1-7, 2015. Disponível em: . Acesso em: 20/03/2023.

SUERTEGARAY, D. M. A. Geografia, ambiente e território. **Revista da Casa da Geografia de Sobral (RCGS)** v. 17, n. 3, p. 128-144, 2015

SOBERANIA ALIMENTAR NA ILHA DO CAJUAL: desafios e perspectivas em meio à desterritorialização

Vívian Giovana Costa da Silva[1]

Anderson David Martins de Araújo[2]

Josiiane Evangelista de Matos[3]

RESUMO

A Ilha do Cajual, situada no município de Alcântara, estado do Maranhão, é um local de grande importância ambiental, abrangendo uma área de aproximadamente seis mil hectares. O objetivo desta pesquisa é compreender como está pautado as questões de soberania alimentar dos moradores da Ilha do Cajual. Sob a justificativa de que os padrões de atividade econômica e de autossustento, se não medidas, põe em risco a soberania alimentar das comunidades inseridas na Ilha do Cajual. Sob a luz da Dialética se deu a construção do pensamento da presente pesquisa. O referencial teórico foi pautado entre dois pontos principais, produção da natureza, conduzida pelo mito moderno da natureza intocada, proposta por Diegues (Fonte?) e a soberania alimentar dos povos tradicionais brasileiros. Os resultados desta pesquisa mostraram uma mudança significativa no aumento das atividades agropecuárias da Ilha do Cajual em uma tentativa de atingir a soberania alimentar e nutricional, pela carência da atividade pesqueira frente ao declínio da produtividade. A diversificação das atividades econômicas, embora represente uma possibilidade de desenvolvimento para a região, precisa ser cuidadosamente planejada e acompanhada por políticas públicas eficazes que considerem as características específicas da comunidade. O apoio adequado pode proporcionar oportunidades de trabalho e renda sustentáveis, minimizando os impactos negativos no tecido social e ambiental da Ilha do Cajual.

Palavras-chave: Quilombolas; Agricultura; Pesca; Comunidades tradicionais.

RESUMEN OU ABSTRACT

The Ilha do Cajual, located in the municipality of Alcântara, state of Maranhão, is an area of great environmental importance, covering approximately six thousand hectares. The aim of this research is to understand how the issues of food sovereignty are addressed by the residents of Cajual Island. "Under the justification that unmeasured patterns of economic activity and self-sustainability jeopardize the food sovereignty of the communities within the Cajual Island.". The construction of thought in this research was guided by the Dialectics. The adoption of this methodological perspective is justified because it will certainly enrich the analysis of reality on Cajual Island. The theoretical framework was based on two main points: the Production of Nature, guided by the modern myth of untouched nature proposed by Diegues, and the food sovereignty of traditional Brazilian peoples. The results of this research showed a significant shift in the increase of agricultural and livestock activities on Cajual Island in an attempt to achieve food and nutritional sovereignty, due to the decline in fishing activity productivity. The diversification of economic activities, while representing a development opportunity for the region, needs to be

[1] Mestrando do Curso de Geografia da Universidade Federal - UFMA, viviangcosta18@gmail.com
[2] Mestrando do Curso de Geografia da Universidade Federal - UFMA, araujored1@email.com
[3] Mestrando do Curso de Geografia da Universidade Federal - UFMA, josiiane.matos@discente.ufma.br

carefully planned and accompanied by effective public policies that consider the specific characteristics of the community. Adequate support can provide opportunities for sustainable work and income, minimizing negative impacts on the social and environmental fabric of Cajual Island.

Keywords: Quilombolas; agriculture; fishing; traditional communities.

INTRODUÇÃO

A Ilha do Cajual, situada no município de Alcântara, estado do Maranhão, é um local de grande importância ambiental, abrangendo uma área de aproximadamente seis mil hectares. A ilha é caracterizada pela presença de manguezais e pela diversidade de espécies de peixes e crustáceos, constituindo um ecossistema rico e produtivo (Maia & Miranda, 2007). Além de sua relevância ecológica, a Ilha do Cajual abriga comunidades tradicionais que dependem diretamente dos recursos naturais para a sua subsistência, sendo a pesca a atividade principal dos moradores.

A população da ilha tem enfrentado um declínio na pesca, levando os moradores a buscarem alternativas para garantir seu sustento. Nesse contexto, a agricultura e a pecuária têm ganhado relevância como atividades econômicas emergentes. A agricultura tem permitido o cultivo de alimentos para consumo próprio e venda, enquanto a criação de animais de pequeno e médio porte tem diversificado as fontes de renda das famílias.

No entanto, desafios como falta de infraestrutura e acesso limitado a recursos e assistência técnica precisam ser superados. Políticas públicas que fortaleçam essas atividades são essenciais para impulsionar o desenvolvimento econômico sustentável da ilha e garantir a segurança alimentar da comunidade local.

O objetivo desta pesquisa é compreender como está pautado as questões de soberania alimentar dos moradores da Ilha do Cajual. Sob a justificativa de que os padrões de atividade econômica e de autossustento, se não medidas, põe em risco a soberania alimentar das comunidades inseridas na Ilha do Cajual. Investigar esses aspectos é fundamental para orientar políticas e práticas que promovam a sustentabilidade e a preservação das tradições alimentares na Ilha do Cajual, contribuindo para a construção de estratégias que fortaleçam a soberania alimentar da comunidade em meio às dinâmicas contemporâneas.

METODOLOGIA

A construção do pensamento desta pesquisa foi viabilizada por meio da aplicação da Dialética. A escolha dessa perspectiva metodológica é fundamentada na convicção de que ela contribuirá significativamente para aprofundar a análise da realidade na Ilha do Cajual, enriquecendo assim o desenvolvimento do estudo. A Dialética permite não apenas enxergar as contradições superficiais, mas também mergulhar nas relações complexas que moldam as transformações socioeconômicas. conforme afirma Becker (2005, p. 24):

> O método dialético tem origem na complexidade das relações entre o que se produz e os resultados do pensamento humano. A dialética, como ciência das leis gerais do movimento e do desenvolvimento da natureza, da sociedade e do pensamento humano, possui leis gerais que, assim, podem ser resumidas: a relação una e total, a transformação da quantidade em qualidade e vice-versa; a unicidade e interpenetração dos contrários; a negação da negação.

É uma lente perspicaz para capturar a dinâmica intrínseca das mudanças em curso, oferecendo uma visão mais completa e contextualizada do cenário local. Ao adotar essa abordagem, a pesquisa estará apta a desvendar as nuances das contradições sociais e econômicas, contribuindo para uma compreensão mais robusta da comunidade na Ilha.

Quanto à classificação do tipo de estudo realizado, pode-se afirmar que, inicialmente, empregou-se uma abordagem exploratória, com a intenção de ampliar a compreensão em torno do problema investigado. Contudo, a etapa central da pesquisa foi caracterizada como um estudo descritivo, tendo como foco principal a obtenção de conhecimento acerca da comunidade local e dos moradores. Assim, com base em uma perspectiva acadêmica, o estudo se apoiou na observação assistemática, inicialmente, como fundamentação teórica e buscou integrar diversos campos do conhecimento para a formulação de hipóteses.

Neste sentido, a pesquisa qualitativa (Godoy, 1995) onde foram utilizas conversas mesmo que em tom informal para obtenção de informações mais precisas sobre as modificações ocorridas no meio social e econômico dos moradores.

REFERENCIAL TEÓRICO

A observação do princípio da história revela a busca pela natureza abundante, fornecedora de recursos que garantiam a sobrevivência plena. Inicialmente, essa busca estava centrada em atividades nômades, extrativistas e de caça, conforme aponta Feldens (2018). A transição para a prática da agricultura, aproximadamente 10.000 anos atrás, ocorreu como resposta à escassez de ambientes capazes de sustentar grupos populacionais. Nesse estágio inicial, a terra ainda não era considerada um capital com valor econômico, mas sim uma necessidade vital para a subsistência da espécie humana. Essa análise nos leva a refletir sobre a interconexão indissociável entre o ser humano e a primeira natureza desde os primórdios até os dias atuais.

Conforme apontado por Campos (2018), todo organismo vivo desencadeia transformações no ambiente em que habita, causando efeitos que reverberam nos elementos ao seu redor. No entanto, a compreensão da relação singular entre a espécie humana e a natureza requer a consideração de um diferencial crucial: a forma mediada pela qual os seres humanos conduzem esse processo (Campos, 2018). Santos (2014) destaca que o ser humano está intrinsecamente integrado à natureza, formando uma unidade indissociável. Contudo, ao longo da história, essa relação evoluiu, resultando em uma visão em que a natureza deixou de ser um todo que incluía o ser humano para se tornar algo a ser dominado e explorado por ele. Essa mudança de perspectiva reflete a transformação na interação homem-natureza, culminando em uma concepção em que a natureza é percebida como um recurso a ser utilizado em prol humano, em detrimento da ideia de uma coexistência harmônica e interdependente (Santos, 2014).

Conforme Diegues (2001), as culturas tradicionais estão associadas a modos de produção pré-capitalistas. Essas culturas se caracterizam pela dependência parcial do mercado, ausência de mercantilização da mão de obra e reduzida acumulação de capital, não envolvendo a presença de força de trabalho assalariada. Segundo essa definição, o manejo dos recursos nessas culturas tem como objetivo a reprodução da vida de uma maneira distinta do modo de produção capitalista, pois não se direciona para a busca de lucro. Essa compreensão destaca a diferença fundamental entre as abordagens de culturas tradicionais e as dinâmicas econômicas capitalistas (Diegues, 1998).

O conceito de segurança alimentar e nutricional no Brasil está em constante evolução. Originado na Europa após a I Guerra Mundial, sua construção no contexto brasileiro tem sido influenciada por disputas de interesses entre movimentos sociais e governos (Oliveira e Silva et al., 2008). Por outro lado, o termo Soberania Alimentar, cunhado pela Via Campesina e introduzido no debate público durante a Cúpula Mundial

da Alimentação em 1996, tem se destacado como um conceito-chave no cenário internacional, inclusive na Organização das Nações Unidas - ONU.

A Soberania Alimentar abrange diversas dimensões, como econômicas, sociais, políticas, culturais e ambientais, todas relacionadas ao direito de acesso ao alimento. Isso inclui aspectos como a produção e oferta de produtos alimentares, a qualidade sanitária e nutricional dos alimentos, bem como a conservação e controle da base genética do sistema alimentar (Meirelles, 2004). Essa abordagem integral visa garantir uma visão mais ampla e inclusiva da segurança alimentar, considerando não apenas a disponibilidade quantitativa de alimentos, mas também aspectos qualitativos e contextuais que impactam diretamente a alimentação da população.

O direito à alimentação envolve a garantia de acesso à alimentação direta proveniente de terras produtivas ou de outros recursos naturais, assim como a capacidade de adquirir alimentos. Esse direito abrange a disponibilidade, a acessibilidade e a adequação cultural e nutricional dos alimentos. Marques (2010) destaca que o termo segurança alimentar pode ser entendido como a necessidade de implementar ações contra a fome, ao mesmo tempo em que busca proporcionar uma alimentação adequada.

No entanto, a soberania alimentar vai além, focando principalmente na proteção das agriculturas locais. Para enriquecer essa discussão, é crucial incorporar conceitos como agroecologia, circuitos curtos alimentares, reforma agrária, agricultura familiar, multifuncionalidade da agricultura e desenvolvimento territorial (Marques, 2010). Essa abordagem ampliada reconhece a interconexão de diversos elementos que influenciam a segurança alimentar, indo além da simples oferta de alimentos para contemplar aspectos socioeconômicos, culturais e territoriais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A cultura alimentar na Amazônia é singular, influenciada pelo rico bioma, pelos costumes dos povos indígenas originários e pelas raízes históricas da região, que remontam às imigrações colonial e africana. A alimentação é obtida de diversos ambientes, nos quais as comunidades estabelecem relações simbólicas, tais como a roça, as florestas, os rios, igarapés, lagos e os quintais. Parte significativa da diversidade alimentar nas áreas rurais amazônicas advém do extrativismo, contudo, atualmente, ainda há uma lacuna de estudos que abordem de maneira abrangente a cultura alimentar específica desta região.

A Ilha do Cajual se destaca por suas comunidades, constituídas por, no mínimo, cinco núcleos principais, todos oficialmente reconhecidos como remanescentes quilombolas pela Fundação Palmares. Essas comunidades, embora se percebam como uma grande família, compartilham e preservam o mesmo espaço natural. A essência quilombola é intrínseca à identidade dessas localidades, marcando sua trajetória histórica e cultural.

O modo de vida na ilha tem como pilar central a atividade pesqueira, com o mar desempenhando grande importância na subsistência e economia das comunidades. No entanto, nas últimas duas décadas, a redução significativa na quantidade de peixes e crustáceos tem impactado diretamente a sustentabilidade desse modo de vida tradicional. Esse declínio, por sua vez, tem forçado os moradores a adotar estratégias de adaptação e diversificação de atividades para assegurar não apenas a sobrevivência, mas também a viabilidade econômica, uma delas seriam atividades agropecuárias.

Na Ilha do Cajual, a questão ambiental se desenha com solos predominantemente ácidos, apresentando desafios específicos, como os Plintossolos em áreas de sedimentos finos e os Latossolos amarelos de baixa fertilidade (Gomes *et al*, 2017). Essa composição edáfica demanda estratégias particulares para o manejo agrícola e sustentabilidade ambiental, lançando luz sobre a complexidade dos desafios enfrentados pela comunidade.

A presença marcante de um Terminal de Uso Privado no interior da ilha é um fator que agrega novos elementos à dinâmica local. A instalação desse terminal suscita preocupações pertinentes quanto aos impactos ambientais futuros e atuais. A interação entre esses elementos ambientais, econômicos e sociais configura a Ilha do Cajual como um microcosmo complexo, onde as comunidades enfrentam um delicado equilíbrio entre a preservação de suas tradições e a necessidade de se adaptarem às transformações e desafios contemporâneos.

Na última década, a Ilha do Cajual experimentou um aumento expressivo na atividade agropecuária, porém, essa prática não ocorre sem impactos significativos na vegetação nativa. Segundo Gomes, Vieira e Filho (2017), a presença crescente de palmáceas, como o babaçu, é notável na ilha. Essa espécie específica tem se expandido consideravelmente devido ao sistema de corte e queima, que tem sido amplamente adotado. Esse método de agricultura resulta não apenas na supressão da vegetação original, mas também na expansão proporcional da cobertura de áreas degradadas. A

análise dos autores supracitados destaca a estreita relação entre as práticas agrícolas implementadas e a predominância da vegetação de babaçu, que se desenvolve em áreas antes destinadas ao plantio de mandioca e milho, porém abandonadas.

Os moradores de Cajual enfrentam uma série de desafios que afetam diretamente sua qualidade de vida e bem-estar. A falta de acesso a bens e serviços básicos, como saúde, educação e trabalho, tem levado os moradores do cajual a buscar melhores condições de vida em outras localidades. Essa migração da população está relacionada à busca por acesso a oportunidades de emprego, serviços de saúde adequados e educação de qualidade. Esses fatores têm contribuído para o esvaziamento da comunidade, o que representa uma perda significativa de conhecimento e cultura tradicional.

O processo de desterritorialização eminente da comunidade da Ilha ocorre em diversos âmbitos, algo que compõe o modo de vida dos moradores, como: pesca, agricultura e cultura. A crescente idealização de construção do Terminal de Uso Privado (TUP) do Porto do Itaqui reconstrói uma dita "revitalização econômica do Estado do Maranhão" e em contrapartida desconstrói e desarticula comunidades. É importante ressaltar que a não construção do TUP e o processo de desterritorialização não são inevitáveis.

Dentre esses desafios, destaca-se também a questão da soberania alimentar, que se torna prioritária para garantir a segurança alimentar e nutricional da comunidade. A atividade pesqueira, que é uma das principais fontes de sustento da comunidade, vem enfrentando desafios crescentes. A escassez de pescado tem impactado negativamente a produtividade da pesca artesanal, tornando-a cada vez menos rentável. Pescadores das comunidades relatam que ocorre uma queda crescente na disponibilidade do pescado conforme as atividades portuárias ficam mais intensas no canal. Algo que os obrigou a iniciar atividades agrícolas de forma mais intensa.

No que diz respeito à agricultura, observa-se a utilização de práticas agrícolas tradicionais, como o corte e queima, e a concentração das atividades nas áreas próximas às encostas. Essas práticas, embora sejam parte da tradição local, apresentam desafios significativos para a preservação da biodiversidade e a conservação dos solos. A falta de acesso a técnicas mais apropriadas e recursos adequados dificulta a transição para práticas agrícolas de longo prazo.

No âmbito das políticas públicas, observa-se a falta de incentivos governamentais e de programas específicos voltados para a comunidade do Cajual. A ausência de apoio financeiro e técnico dificulta a implementação de técnicas mais avançadas de produção agrícola e a melhoria das condições de vida dos agricultores familiares. Além disso, a falta de estrutura para a comercialização dos produtos agrícolas dificulta a geração de renda e a autonomia dos agricultores.

Diante desses desafios, a promoção da soberania alimentar se torna fundamental para a comunidade do cajual. A soberania alimentar refere-se à capacidade de uma comunidade ou país garantir sua própria produção de alimentos de forma sustentável, preservando a cultura local e promovendo a segurança alimentar e nutricional. Para isso, é necessário o acesso a recursos, tecnologias e capacitação adequados, além do estímulo à agricultura familiar e a implementação de políticas públicas que fortaleçam a produção local e garantam a comercialização dos produtos.

Neste ponto, é possível discutir os impactos que a mudança tem gerado na formação da alimentação da comunidade, um exemplo disto, é a necessidade de venda de produtos como a farinha e carvão. Mais precisamente a farinha, que é um produto alimentício, permite aos moradores gerarem uma pequena renda, além de que primariamente esta é utilizada para consumo próprio. A problemática inicia-se com a substituição das prioridades, tornando-o o "produto farinha" mais importante que o "alimento farinha".

Os investimentos em infraestrutura, como estradas e sistemas de transporte adequados, podem facilitar o acesso aos recursos e serviços básicos, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da comunidade. Além disso, a implementação de programas de capacitação e assistência técnica, voltados para a agricultura e o uso adequado dos recursos naturais, é essencial para melhorar as práticas agrícolas e a produtividade, fortalecendo assim a soberania alimentar. A valorização da cultura local e a preservação do conhecimento tradicional também são fundamentais para fortalecer a identidade e a resiliência da comunidade da Ilha do Cajual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na Ilha do Cajual, a soberania alimentar emerge como uma pauta importante diante das transformações econômicas e ambientais em curso. Com a transição econômica da tradicional atividade pesqueira para a agricultura e pecuária, as comunidades locais enfrentam desafios na preservação de suas práticas alimentares autônomas. A busca por alternativas frente à redução na atividade pesqueira coloca em foco a importância de garantir que as decisões relacionadas à produção, distribuição e consumo de alimentos na Ilha sejam moldadas pelos próprios habitantes. A soberania alimentar na Ilha do Cajual não apenas abrange a garantia de alimentos em termos físicos, mas também valoriza as práticas culturais e sustentáveis, reconhecendo a conexão intrínseca entre a alimentação, a preservação ambiental e as tradições locais. O desafio reside em encontrar um equilíbrio entre as demandas crescentes e a preservação da autonomia alimentar e cultural das comunidades na ilha.

No entanto, a falta de atenção às políticas públicas e o abandono por parte das autoridades contribuem para a desarticulação da comunidade, obrigando os moradores a buscar alternativas que muitas vezes não se alinham ao modo de vida local. Esse cenário resulta em um esvaziamento demográfico, má utilização do uso da terra e degradação da paisagem, agravando ainda mais os desafios enfrentados pela população.

A diversificação das atividades econômicas, embora represente uma possibilidade de desenvolvimento para a região, precisa ser cuidadosamente planejada e acompanhada por políticas públicas eficazes que considerem as características específicas da comunidade. O apoio adequado pode proporcionar oportunidades de trabalho e renda sustentáveis, minimizando os impactos negativos no tecido social e ambiental da Ilha do Cajual.

Neste contexto, torna-se imperativa e urgente uma mudança de postura diante da crise ambiental e civilizatória que enfrentamos. A atual racionalidade de espoliação, exploração e expropriação da natureza, em prol do progresso, mesmo que isso comprometa o equilíbrio ambiental e ameace a existência de todos os seres que dependem deste planeta, precisa ser prontamente substituída. É essencial adotar uma nova racionalidade, centrada no bem-viver e no equilíbrio ecológico, que sirva como fundamento para uma nova ordem social.

REFERÊNCIAS

BECKER, E. L. S. A geografia e o método dialético. **VIDYA** v. 25, n. 2, p. 51-58, jul/dez, 2005 - Santa Maria, 2005.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas.** São Paulo, v.35, n.3, p, 20-29.

GOMES, Ana Raissa; VIEIRA, Elaine Cunha; FARIAS FILHO, Marcelino Silva. Análise do extrativismo e das práticas agropecuárias em comunidades quilombolas da Ilha do Cajual, Alcântara-MA. **Os Desafios da Geografia Física na Fronteira do Conhecimento**, v. 1, p. 4543-4547, 2017.

MAIA, M. R. S; MIRANDA, A. C. P. **ILHA DO CAJUAL**: conflitos e mecanismos utilizados na luta pela terra. III JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS São Luís – MA, 28 a 30 de agosto 2007.

MARQUES, C.E. De quilombos a quilombos: notas sobre um processo histórico-etnográfico. **Revista de Antropologia,** São Paulo, USP, 2010.

MARQUES, P. E. M. Embates em torno da segurança e soberania alimentar: estudo de perspectivas concorrentes. **Revista Segurança Alimentar e Nutricional,** Campinas, 17(2): 78-87, 2010.

MEIRELLES, L. Soberania Alimentar, agroecologia e mercados locais. **Revista Agriculturas** v. 1 - n° 0. p. 11–14, 2004.

SANTOS, Mércia Carmelita Chagas Alves. **A mercantilização da paisagem natural nos Parques Nacionais do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza**. 2014. 345 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2014.

OLIVEIRA E SILVA, D., et al. A rede de causalidade da insegurança alimentar e nutricional de comunidades quilombolas com a construção da rodovia BR- 163, Pará, Brasil. **Revista de Nutrição**, Campinas, 21(Suplemento):83s-97s, jul./ago., 2008.

Ocupar! Aquilombar! Retomar!

A Geografia Agrária e a luta de classes no Brasil

GT 18

Grilagem de terras, conflitos e resistências

A QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA: considerações sobre a Luta pela Terra

Júlia Regina Campamnha[1]

Lara Mendes da Silva[2]

RESUMO
A luta pela terra está presente na estrutura do Brasil que configuram as organizações atuais do campo, dentro dessa perspectiva, esse artigo tem como objetivo compreender as raízes das conflitualidades territoriais e os principais atores sociais que combatem o capitalismo no campo e recriam o campesinato. Para atender essa finalidade, foi realizado um levantamento bibliográfico na Revista NERA que é associada a UNESP e aborda principalmente a Questão Agrária brasileira, partindo de um recorte temporal de 2004 a 2022, que totalizam 64 edições, desses 33 artigos que abordaram o tema em questão, os quais foram fichados, categorizados e organizados por meio da plataforma excel, através desse processo, foi possível elaboração de gráficos que evidenciam as principais características das análises sobre a luta pela terra. Os resultados mostram que a ciência vai se transformar de acordo com as demandas sociais, a produção científica da luta pela terra acompanha essa concepção, também foi possível observar que o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) tem maior tendência na produção científica da luta pela terra.
Palavras-chave: MST; NERA; geografia agrária; produção científica.

ABSTRACT
The struggle for land is present in the structure of Brazil that shapes current rural organizations. Within this perspective, this article aims to understand the roots of territorial conflicts and the main social actors who fight capitalism in the countryside and recreate the peasantry. To meet this purpose, a bibliographic survey was carried out in the NERA Magazine, which is associated with UNESP and mainly addresses the Brazilian Agrarian Question, starting from a time frame from 2004 to 2022, totaling 64 editions, of these 33 articles that addressed the topic in question. , which were registered, categorized and organized using the excel platform, through this process, it was possible to create graphs that highlight the main characteristics of the analyzes on the struggle for land. The results show that science will transform according to social demands, the scientific production of the struggle for land follows this conception, it was also possible to observe that the Landless Workers Movement (MST) has a greater tendency in the scientific production of the struggle for land.
Keywords: MST; NERA; agrarian geography; scientific production.

Introdução

A concentração fundiária é uma problemática que atravessa a formação estrutural do Brasil, dentro disso, a luta pela terra tem natureza histórica, desde a invasão portuguesa o território é dividido de maneira desigual uma vez que os povos originários e os negros

[1] Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL, julia.campanha@sou.unifal-mg.edu.br
[2]Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL, lara.mendes@sou.unifal-mg.edu.br

escravizados foram negligenciados durante esse processo, essa distribuição gerou reflexo para organização do campo. Nesse sentido, é de extrema importância análises para a compreensão da origem dessas conflitualidades e as configurações atuais da luta pela terra por esse campesinato expropriado.

Ao decorrer dos séculos XIX e XX, os grupos de camponeses se organizaram regionalmente na luta pela terra, espacializando-se através de ocupações em terra improdutivas concentrada nas mãos da classe latifundiária (Fernandes, 2000). Posteriormente, esses grupos passaram a se articular nacionalmente e alinhar os objetivos do movimento, surgindo o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) na década de 1980, período em que foi impulsionado a intensa modernização da agricultura e expansão do agronegócio.

A luta pela terra no Brasil atualmente é promovida principalmente pelo MST, não apenas por ele, mas como ator principal, em que o movimento possui como instrumento de luta a ocupação de terras ociosas, acampando nelas e como conquista esses acampamentos são reconhecidos como assentamentos, dentro do paradigma agrário brasileiro, se recriando como campesinato (Origuéla, 2017). Dentro do que foi mencionado, o objetivo central deste artigo é compreender as abordagens e concepções da luta pela terra na produção científica, delimitando como ela ocorre na atualidade brasileira.

A revisão de bibliográfica foi realizada na Revista NERA, em que foi desenvolvida em 2004 através da publicação do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária e está vinculada ao Despertamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT) da Universidade Estadual Paulista (UNESP), voltada para a temática da questão agrária. Para atingir os objetivos propostos, foi realizado um recorte temporal de 2004 a 2022, sendo selecionados 33 artigos que abordavam a luta pela terra no Brasil. Para isso, o artigo estrutura-se, além desta introdução, pelos procedimentos metodológicos, seguido por a luta pela terra no Brasil trazendo uma contextualização da questão agrária brasileira, os atores sociais da luta pela terra no Brasil destacando o principal ator envolvido nesse processo, a luta pela terra no Brasil: a produção científica entre 2004 e 2022 mostrando os resultados levantados da revisão bibliográfica e, por fim, as considerações finais.

METODOLOGIA

O primeiro passo dos procedimentos metodológicos para a construção dessa pesquisa foi a definição da revista que seria analisada para compreender a luta pela terra. Sendo assim,

foi estabelecida a Revista NERA, a qual é vinculada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT) da Universidade Estadual Paulista (UNESP), com temáticas voltadas para a questão agrária, como a luta pela terra, reforma agrária, movimentos socioterritoriais, campesinato, agronegócio, agricultura, políticas públicas, educação do campo, agrocombustíveis, campo e cidade, gênero, trabalho e agroecologia. Sendo uma revista de Qualis A1 pelo sistema da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) (NERA, 2023).

Em segundo momento, a metodologia baseou-se no acesso ao endereço eletrônico da NERA, onde foi pesquisado em cada edição entre os anos de 2004 e 2022 os artigos que apresentassem a luta pela terra em seus títulos, resumos ou palavras-chave de forma cuidadosa e detalhada, analisando no total 63 edições. Foi possível selecionar 33 artigos que se enquadraram nos aspectos desejados e então foram separados em pastas. Após isso, foram lidos, para uma segunda avaliação confirmando se realmente enquadraram à pesquisa, assim como foram fichados, categorizados e organizados por meio do *sofrware Microsoft Excel.* Com isso, foi possível a elaboração de gráficos, demonstrando as dimensões dos estudos sobre a luta pela terra, escalas de estudo, tipo de estudos, os estados mais estudos, as palavras-chaves mais utilizadas e os anos com mais publicações sobre o tema.

Por fim, buscou-se cruzar os dados originados dos gráficos e tabelas do *Excel,* a fim de realizar uma análise mais aprofundada sobre o tema. Também foi feito um levantamento bibliográfico sobre o tema para que pudesse entender a partir de outras concepções.

REFERENCIAL TEÓRICO

A raiz da luta pela terra no Brasil está na concentração fundiária, em que sua história se estende desde que o território brasileiro foi invadido pelos portugueses no período colonial, onde a terra passou a ser negado aos povos indígenas, quilombolas e camponeses. Tentaremos aqui fazer um breve resgate histórico enfatizando o que é entendido como catalisador da luta pela terra, visto as limitações de um artigo para trazer com totalidade e complexidade a questão agrária brasileira.

Trataremos, dessa forma, desde o início do problema, onde Portugal dividiu a colônia em capitanias hereditárias como forma de se apossar das terras, que foram doadas em sesmarias para terceiros em grandes extensões de terra. Aqueles que assumiam a posse da terra possuíam compromissos com a coroa portuguesa, tendo que ser cristão, possuir recursos suficientes para demarcar a terra, prestar bons serviços à coroa, ocupar e produzir no

latifúndio (Assunção; Camacho, 2022). Dessas terras, fundou-se os latifúndios escravistas onde criou-se as primeiras bases da estrutura da questão agrária brasileira, que tem origem em uma terra de apropriação desigual e de exploração, tanto do trabalho quanto da terra como meio de produção (Santos; David, 2012).

Essa base agrária pautada no monopólio, na exploração de povos camponeses, indígenas e quilombolas e na agricultura do monocultivo viabilizou a formação da classe latifundiária, em que ela detém do poder econômico, da terra, dominando grandes extensões do território brasileiro e a lógica de produção da terra, e da política (Guimarães, 1981). Classe essa, que se fomentou com o avanço da agricultura capitalista responsável por despojar o campesinato do campo, intensificando a pobreza dessa classe, tornando-a em objeto e mercadoria (Andrade, 1987).

Diferente dos países colonizadores, o Brasil manteve esses traços citados na questão agrária, ainda que a desigualdade tenha continuado no bojo da transição capitalista com a abolição do tráfico de pessoas para escravizá-las por regra da Inglaterra e com a implementação da Lei de Terras em 1850, onde buscou-se organizar a propriedade privada do Brasil (Santos; David, 2012). Tal organização proporcionou juridicamente a transformação da terra em mercadoria e objeto de negócio, o que banalizou a propriedade privada da terra e o modelo de grande propriedade nas mãos de poucos (Stédile, 2005). Salienta-se que esse processo não ocorreu de forma passiva, frente à coroa portuguesa e ao latifundiário os quilombos emergiram como resistência à essa elite (Clemente; Junior, 2020).

Com a abolição da escravidão em 1888 e a propagação da carta constitucional em 1891, em que a luta de classes fomentou um Estado burguês, o Estado em crise é atravessado com a transição capitalista. Essa transição foi o suficiente para que a oligarquia latifundiária se mantivesse, desconsiderando a integração social, econômica e cultural do grande número de pessoas que acabavam de sair do trabalho escravo, formando, então, uma classe de pessoas marginalizadas (Santos; David, 2012).

Como oposição desse modelo oligárquico latifundiário de desenvolvimento, vale lembrar do movimento de Canudos, liderado por Antônio Conselheiro, que se iniciou em 1896. Os camponeses de Canudos resistiram à ordem republicana em busca de um território autônomo de uso coletivo da terra, os quais sofreram violenta repressão do exército e não se renderam em nenhum momento até a exterminação total desses camponeses após um ano de conflito. Após esse conflito, ocorreu entre 1912 e 1916 a Guerra do Contestado, nos estados do Paraná e Santa Catarina, onde camponeses também lutavam por terras em constante conflito com o exército (Dias De Jesus, 2011).

É aos interesses latifundiários que se constitui e consolida-se a estrutura fundiária em termos de propriedade privada no Brasil, aflorando a questão agrária contemporânea, sendo a luta pela terra uma das suas expressões (Paulino, 2006). A partir de 1930 é possível perceber um modelo de agricultura agroexportador apoiado pelo modelo urbano industrial, onde a agricultura se subordina politicamente e economicamente à indústria capitalista que vai assumindo e reforçando a acumulação de capital (Stédile, 2005). O que mais tarde, em 1960, esse processo cria mais forças com a implantação da Revolução Verde, onde o modelo tecnológico de produção agrária é apropriado pela elite da terra, reforçando a vulnerabilidade campesinato no campo por expropriá-lo e excluí-lo, aumentando a pobreza rural, a acumulação e concentração de capital e terra.

Concomitante à modernização conservadora do campo, o Brasil passou pelo golpe militar em 1964, marcando um período de maior repressão aos movimentos sociais. Teve-se então nesse período um governo que oferecia subsídio e incentivos fiscais para os grandes proprietários que possuíam poder e meios de adquirir os pacotes da agricultura moderna, enquanto ocorria a precarização do trabalho e da vida do campesinato (Ramos; Borges, 2016). Até então, em 1950 e 1960 as Ligas Camponesas estavam tomando reconhecimento nacional em suas lutas, organizando-se, inicialmente, no nordeste brasileiro. Em uma organização diferente daquela de origem, as Ligas começaram a sua expansão e visibilidade, até 1964 tinha-se 14 estados brasileiros reunindo e organizando milhares de camponeses por meio das Ligas (Dias De Jesus, 2011).

Antes do golpe militar, as Ligas Camponeses desempenharam um papel de grande importância na consciência nacional em favor da reforma agrária. Meses antes do golpe em 1964, as Ligas reuniram entre 70 e 80 mil pessoas para debate e planejava em junho deste ano realizar o I Congresso das Ligas Camponesas do Brasil, a fim de aprovar os novos estatutos e eleger a direção definitiva, no entanto, com o golpe militar não foi possível concretizar o que se planejava. As organizações foram destruídas, as lideranças foram presas, torturadas, exiladas e mortas por militares, fazendeiros e usineiros (Dias De Jesus, 2011).

Nesse contexto de repressão surge a Comissão Pastoral da Terra (CPT) em 1975, organização ligada à igreja católica onde bispos preocupam-se com a questão agrária brasileira e atuam junto aos trabalhadores rurais assalariados e camponeses. De início, a CPT atuava com serviços pastorais e aos poucos foi se envolvendo na luta pela terra, possibilitando então que os trabalhadores envolvidos se organizassem politicamente. Tal organização, posteriormente, inspirou trabalhadores dos sindicatos rurais do sul do país a criar o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) (Dias De Jesus, 2011).

O início do MST marca um período em que o movimento em massa começou a se fortalecer novamente. Tendo em 1979 um conjunto de ações do MST nos estados de Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul em que contribuíram para a formação do movimento (Fernandes, 1999). No ano seguinte, em 1980, criou-se o Partido dos Trabalhadores (PT) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT), atuando junto ao MST e outros movimentos, reivindicando os direitos dos trabalhadores rurais e o fim da ditadura (Dias De Jesus, 2011).

Após o fim da ditadura e o início da Nova República, em 1985, a luta pela terra no processo de redemocratização continuou atuante com as ocupações de terras e as novas organizações de acampamentos como forma de garantir acesso a elas. As lutas pela terra, anteriormente à ditadura, manifestaram-se de outras formas, tem-se um novo contexto em que a luta pela terra passa a se manifestar por novas estratégias, expressando-se pelos acampamentos e se generalizando por todo o território nacional (Oliveira, 2019).

Podemos ver uma luta histórica pela terra, que nas últimas décadas vem assumindo novas características devido às novas transformações do campo (Felício, 2005). O futuro do campesinato não está na sua integração ao mercado e sim na luta pela terra, sem a luta pela terra o campesinato deixa de existir (Fernandes, 2000). Tem-se dessa maneira uma relação dialética entre o campesinato e a terra, de maneira que,

> O paradigma do campesinato defende a hipótese de que a luta pela terra e pela reforma agrária é a forma privilegiada da criação e recriação do campesinato. Espaço, sujeito e tempo são analisados dialeticamente, constatando que, ao aumentar a concentração de terras, aumenta simultaneamente o número de camponeses em luta (Felício, 2005, p. 115-116).

Acrescenta-se a essa noção que, a luta pela terra está também em um processo contraditório do capital, da mesma forma que ele expropria o campesinato ele abre a possibilidade histórica de retorno à terra (Felício, 2005). Entende-se, então, que o campesinato se (re)cria através da reforma agrária e a luta pela terra a partir do momento em que, de forma organizada, ocupa o latifúndio em um processo de espacialização e territorialização. A espacialização ocorre através de ocupações de terra, registrando no espaço através de ações concretas um processo de lutas, e a territorialização com a implantação de assentamentos rurais, que passam a ser reconhecidos como territórios camponeses (Fernandes, 2000).

A territorialização do campesinato na terra diz respeito à reprodução do modo de vida camponês também, por isso que essa luta é além da conquista da terra, ela é uma luta por dignidade, direito à educação, valorização da sua cultura e de novas políticas pública, valorização da saúde coletiva e de um modo de produção que respeite os recursos naturais. É uma luta que se dá de modo estratégico colocando a luta pela terra em discussão, é uma ação dos movimentos socioterritoriais que criam espaços políticos de espacialização da luta (Melo, 2017).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os atores sociais da luta pela terra no Brasil

A luta pela terra constitui a história do Brasil como vem sendo abordado nesse texto, o latifúndio acompanha essa construção, posteriormente com o processo de modernização da agricultura o agronegócio se expandiu e gerou uma maior concentração de terras, uma vez que expulsa os pequenos produtores do campo (Origuéla, 2015). Diante dessa realidade, a partir de 1975, os trabalhadores rurais vêm se organizando em uma luta anticapitalista e por sua permanência nesse espaço, os primeiros movimentos foram organizados pela Comissão Pastoral pela Terra, sua participação foi importante nas lutas camponesas, onde, inicialmente, foram realizadas ocupações de terra em propriedades improdutivas no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul e São Paulo (Fabrini, 2007).

De início, o movimento era local e restrito, no ano de 1984, em Cascavel município do estado do Paraná, foi fundado o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), onde ocorreu o primeiro encontro entre os trabalhadores a nível nacional, articulando várias regiões para organizar as lutas que seriam desenvolvidas pelo MST, essa união entre os trabalhadores rurais que lutam pela reforma agrária no Brasil faz com que o movimento se torne socioterritorial (Fabrini et al, 2012).

O Estatuto da Terra, Lei n° 4.504, salienta no Artigo 1 os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para os fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola, no parágrafo 1° Considera-se Reforma Agrária o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade. Com isso, é mediante a definição dessa lei que o MST vem lutando para ser efetivado em terras não produtivas no país.

Dentro das formas de manifestação do MST, se destacam as ocupações e assentamentos que, de acordo com Assunção & Camacho (2022, p.34), é um instrumento para "materializar a luta contra a exploração e desterritorialização e a busca pela recriação camponesa. A ocupação e o acampamento são tempos-espaços de transição para territorialização camponesa e desterritorialização do latifundiário", uma vez que terras que não estão sendo produtivas são ocupadas, ocorre um movimento de desterritorialização dos grandes proprietários e territorialização dos camponeses.

A ocupação de terras no Brasil passou por momentos históricos e ocorreu de forma diferente em cada região. Um dos primeiros estados é o Rio Grande do Sul a passar por esse processo, entre 1978 e 1984, o governo estadual diante das ocupações que estavam acontecendo, comprou propriedades rurais e as direcionaram aos sem-terra, mas não garantiram formas de sobreviver nas terras. Em um segundo momento, entre 1984 e 1990, o MST pressionava o governo federal, o qual tinha como ideal aplicar o Plano Nacional de Reforma Agrária, nesse momento também ocorreu os primeiros projetos de assentamentos federais no estado (Ros, 2008).

Entre 1990 e 1994, o MST passa por período de tensões, principalmente pelo fato do governo de Fernando Collor de Mello estar alinhado a políticas neoliberais, o presidente suspendeu as desapropriações de terra para fins da reforma agrária, representando total retrocesso nas lutas, o governo estadual da época tomou duas medidas em seu mandato, cedendo terras públicas para o desenvolvimento de assentamentos e utilizou recursos do Fundo Estadual de Terras para a compra de terras (Ros, 2008).

Já entre 1995 e 1999 esse cenário passou por transformações, as reivindicações pela reforma agrária voltou a ser pauta na política nacional principalmente pelos ocorridos trágicos com trabalhadores rurais daquele período, a nível estadual, foi o momento em que houve mais registros de implantação de assentamentos. Nos anos de 1999 e 2002, o governo estadual e federal tomaram medidas contra o que foi implementado por FHC (Ros, 2008).

No Mato Grosso do Sul, a luta pela terra ocorreu com alguns aspectos diferentes, os latifundiários contratavam camponeses migrantes para a derrubada de árvores, e eram pagos através de arrendamentos de terras, posteriormente, eram expulsos de suas terras pelos latifundiários que contavam com violência contra os camponeses para esse ato. Em 1981, os camponeses revoltados com a situação, se manifestaram no município de Naviraí-MS (Assunção e Camacho, 2022).

Diante dos ocorridos, o Governo destinou os camponeses aos assentamentos que existiam em outras regiões, alguns não aceitaram essa medida e se mantiveram resistentes,

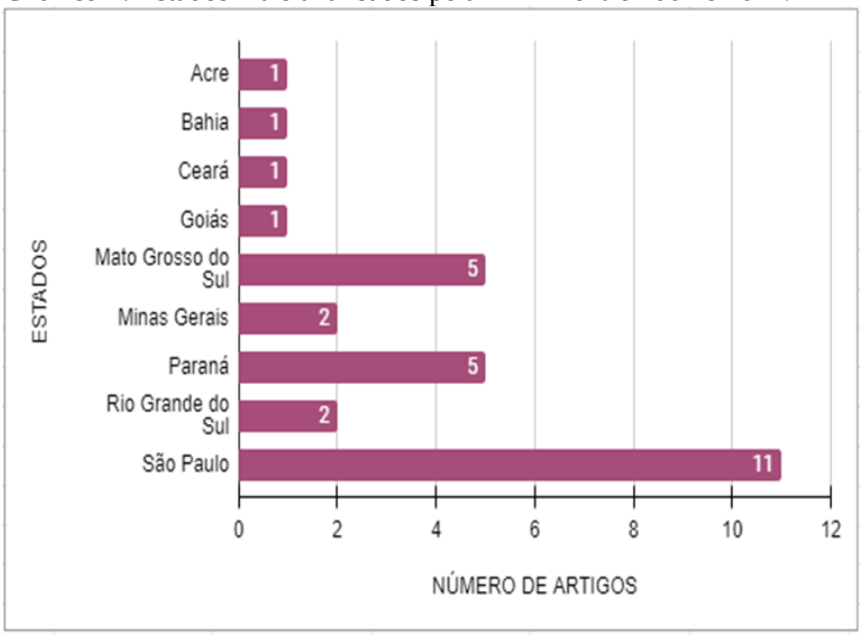
ocupando fazendas no MS. Em 1982, os Sem Terra já estavam em 20 municípios do estado, que se organizavam através de encontros estaduais contra os fazendeiros, essa resistência e luta permanecem atualmente no campo (Assunção e Camacho, 2022).

Ainda dentro dessa discussão histórica da luta pela terra, o estado de São Paulo ganha destaque, estão ligados a três movimentos: Movimento dos Sem-terra do Oeste do Estado de São Paulo, o qual foi organizado por CPT e Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de São Paulo juntamente com os camponeses que ocuparam a Fazenda Primavera, o segundo é o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra do Pontal do Paranapanema, trabalhadores compostos por desempregados, boias frias e ribeirinhos. E o último, o Movimento dos Sem-terra de Sumaré estruturado por camponeses migrantes, entre os movimentos citados a diferença está nos seus integrantes, uma vez que não ficou restrito apenas a camponeses posseiros (Origuéla, 2017).

O campo paranaense também é marcado por lutas e resistência, principalmente pelo fato de existir concentração de terra e o processo de modernização da agricultura. O movimento nesse estado iniciou em 1996, ocorrendo a maior ocupação de terra do país, quando 3.000 famílias acamparam na fazenda Giacomet-Marodin, os sem-terra conseguiram a posse e construíram o assentamento Ireno Alves dos Santos e Marcos Freire, a década de 2000 também representou período de conflito e luta por terras nessa região (Fabrini et al, 2012).

Do mesmo modo que os estados citados, os demais também possuem processos históricos que vão evidenciar a luta pela terra a partir do MST, uma vez que atualmente o movimento está espalhado por todo território nacional brasileiro. Desde o início, o movimento é caracterizado por conflitos intensos e violentos, que vão ser construídos de diferentes maneiras variando de acordo com as regiões e as particularidades do campo. O gráfico 1, vai apresentar o número de análises realizadas na NERA por estado entre os anos de 2004 e 2022, dentro disso, é possível destacar o estado de São Paulo sendo mais abordado para produção com 11 publicações, principalmente pelo fato do núcleo de estudo da revista estar nesta localidade.

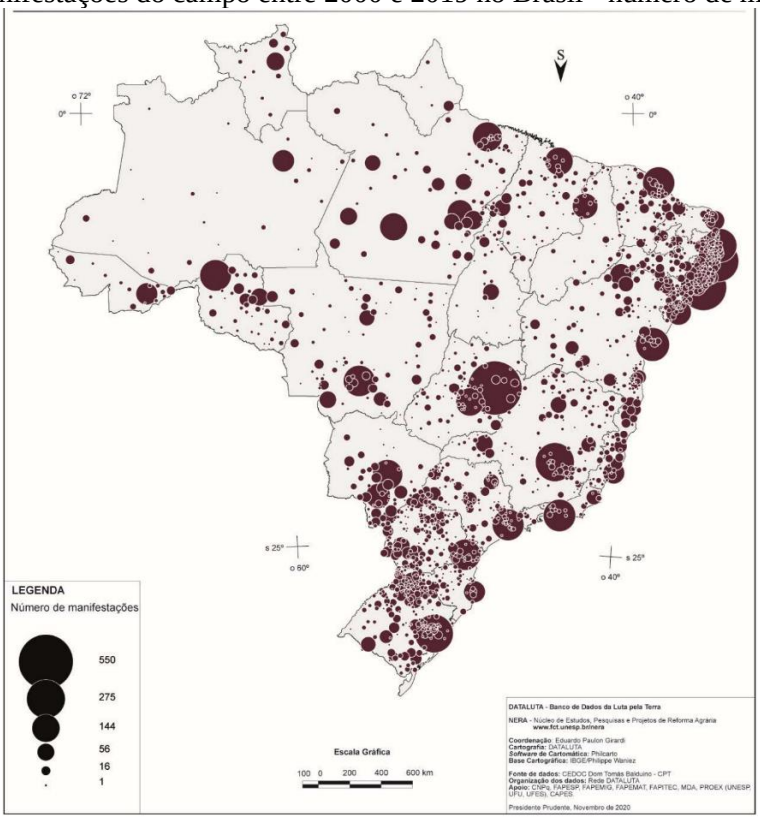
Gráfico 1: Estados mais analisados pela NERA entre 2004 e 2022.



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Ainda dentro da análise do gráfico 1, é possível destacar o Mato Grosso do Sul e o Paraná ambos com 5 publicações entre esses anos, são estados com grandes concentrações fundiárias, sendo assim, o conflito no campo é uma realidade que perpetua os condicionantes históricos. Outros estados também são alvos da luta pela terra por apresentarem aspectos latifundiários e de luta pela terra (mapa 1), visto que a concentração de terra pelo latifúndio é um problema nacional, entende-se aqui que a concentração de estudos da luta pela terra nos estados de SP, PR e MS se dá devido a localização da revista NERA, sendo uma tendência da revista de produzir estudos regionais sobre a temática.

Mapa 1: Manifestações do campo entre 2000 e 2019 no Brasil - número de manifestações.



Fonte: DATALUTA, 2020.

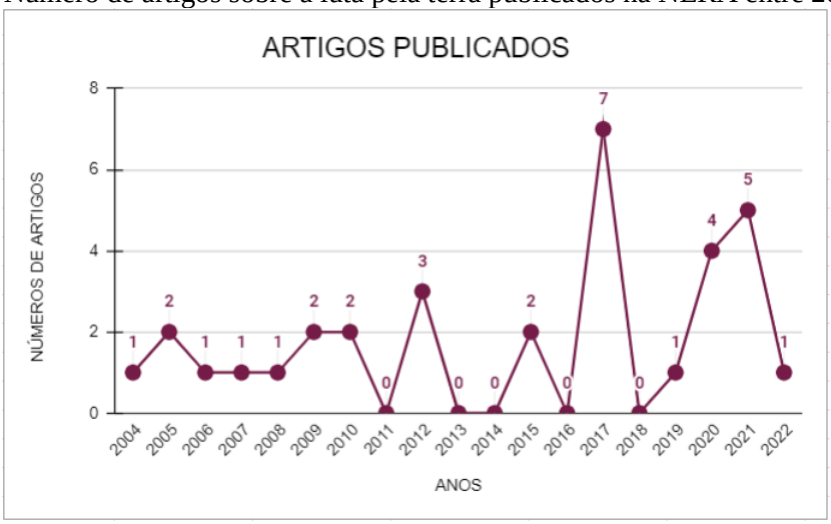
Nota-se a luta pela terra com expressivos números de manifestações para além dos estados de SP, MS e PR. A região do nordeste expressa-se com a maior concentração de manifestações do campo com 36% (5.266 manifestações) entre 2000 e 2019, o centro-oeste com 15,8% (2.305 manifestações), sudeste com 16,1% (2.352 manifestações) e o sul com 17,1% (2.502 manifestações) (DATALUTA, 2020), reforçando o caráter regional das publicações da NERA.

A luta pela terra no Brasil: a produção científica entre 2004 e 2022

A partir do levantamento e revisão bibliográfica dos periódicos da Revista NERA foi possível observar as tendências de temáticas relacionadas às pesquisas da luta pela terra assim como a frequência de publicações. Do recorte temporal de 2004 a 2022, os anos de 2017 e 2021 foram os anos mais expressivos na produção sobre a luta pela terra. Enquanto os anos de 2011, 2013, 2014, 2016 e 2018 não tiveram nenhuma publicação (gráfico 2). Esse recorte nos traz um panorama dos anos em que a luta pela terra foi uma tendência na pesquisa e publicação na Revista Nera e anos em que não houve nenhuma publicação. Essa destoante

diferença de artigos publicados sobre a temática nos coloca a questionar quais os possíveis motivos dessa diferença, nos colocando em reflexão das possíveis influências políticas.

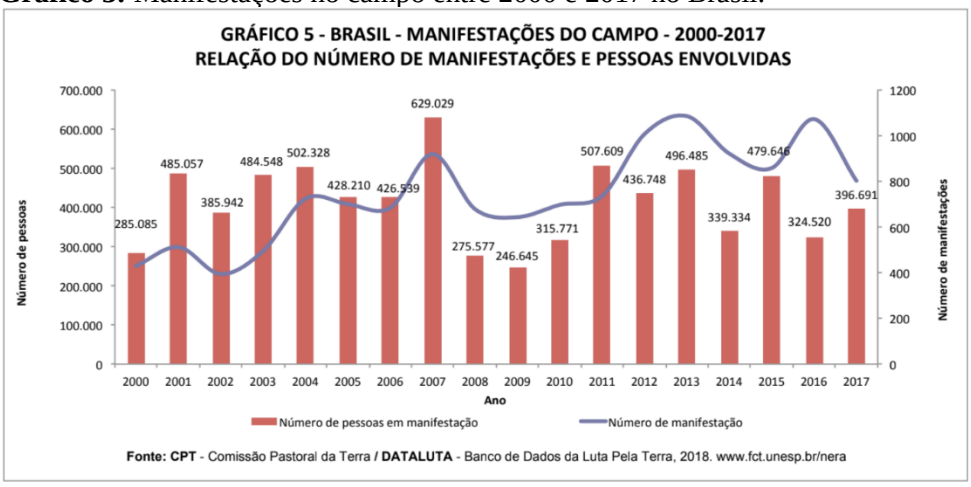
Gráfico 2: Número de artigos sobre a luta pela terra publicados na NERA entre 2004 e 2022.



Fonte: elaborado pelas autoras.

O maior número de publicações, em 2017, pode-se relacionar ao período do Governo Temer pós golpe do Governo Dilma, em que os ministérios foram reduzidos, destacando o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDH) que foram extintos em maio de 2016. O golpe do governo Dilma respondeu a um período de medidas neoliberais em que os movimentos e a ciência preocuparam-se com essas medidas e possíveis ações de repressão (Correia; Alves, 2022).

Gráfico 3: Manifestações no campo entre 2000 e 2017 no Brasil.

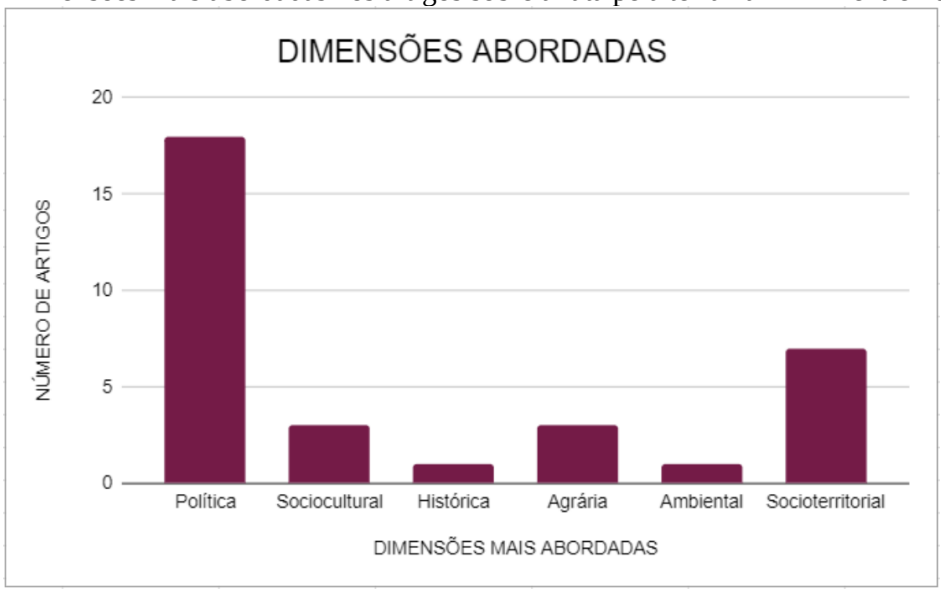


Fonte: Relatório DATALUTA, 2018.

No ano de 2016 o Brasil acompanhou um aumento do número de manifestações do campo, demonstrando a insatisfação da população campesina com o governo no momento, assim como, teve-se um aumento da população campesina em apoio dos movimentos socioterritoriais em 2017 em relação à 2016 (DATALUTA, 2018). A ciência desenvolve-se conforme as demandas da sociedade, a produção científica não seria diferente daquilo que o campesinato trazia como reivindicação, por isso o aumento de produções nesse período. Em contrapartida, nota-se o ano de 2011 com maior número de pessoas em manifestações, enquanto não se teve pesquisas sobre a temática, assim como os anos 2013, 2014 e 2016.

Essa relação evidencia que a luta pela terra caminha com as ações políticas, onde os movimentos socioterritoriais manifestam-se conforme o contexto político inserido. Nesse sentido, das publicações analisadas, a dimensão política foi a que teve maior foco de estudo (gráfico 4). A pressão da luta pela terra na política diz respeito muito ao fato do acampamento depender da ação da União para tornar-se assentamento, ou seja, a posse da terra ser reconhecida e regularizada judicialmente. Esse processo de regularização da terra influencia diretamente na participação do camponês em políticas públicas de incentivo e assistência do pequeno produtor.

Gráfico 4: Dimensões mais abordadas nos artigos sobre a luta pela terra na NERA entre 2004 e 2022.



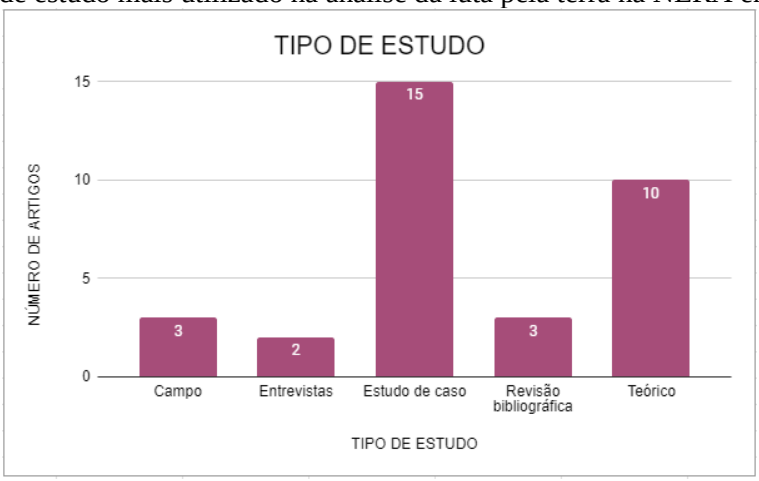
Fonte: elaborado pelas autoras.

Em um contexto de isenção do Estado, a pesquisa de cunho político é a que mais se destaca, sendo uma maneira dos pesquisadores apoiarem os movimentos socioterritoriais assim como manifestarem reivindicações, caminhos e propostas a serem seguidas pelo Estado na luta pela terra. O número de ocupações de terra varia conforme o contexto político, social e

econômico do país, os projetos políticos implementados pelo Estado direcionam as experiências camponesas de lutas vivenciadas na espacialização e territorialização (Origuéla; Pereira, 2017). Nota-se a dimensão socioterritorial sendo a segunda mais abordada, justamente pela espacialização e territorialização da luta pela terra.

Dentro do que vem sendo discutido, a análise da luta pela terra vem sendo mais abordada através de estudos de caso, podendo ser observado no Gráfico 5, isso ocorre principalmente pelo fato dos autores delimitar uma área de estudo, para compreender quais são os conflitos de terra naquele local, a abordagem teórica também possui um número relevante, colocando em pauta a conceitualização e caracterização da luta pela terra que vai se configurando conforme as demandas dessa luta.

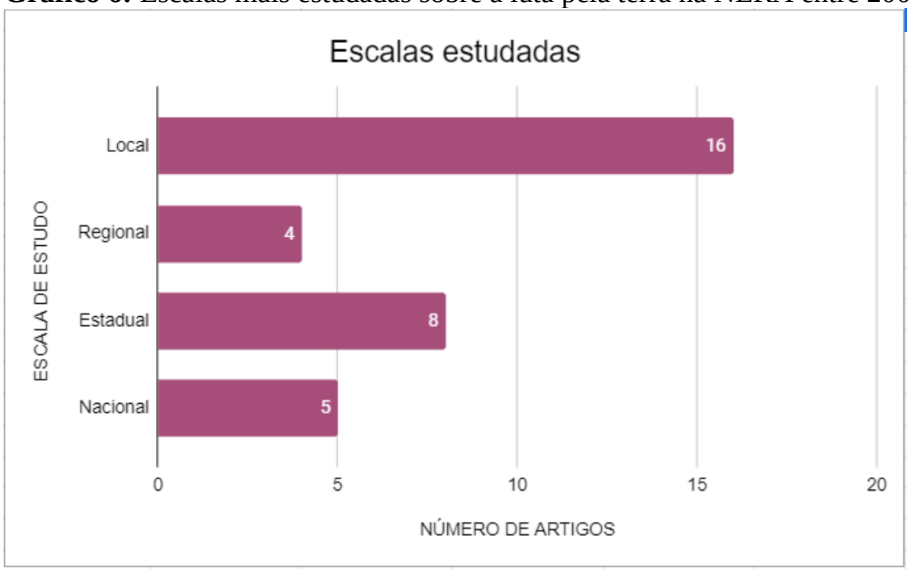
Gráfico 5: Tipo de estudo mais utilizado na análise da luta pela terra na NERA entre 2004 e 2022.



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Ao dialogar com as questões, foi possível perceber que as escalas mais utilizadas para análise são locais com 48,5% (gráfico 6), de 33 artigos selecionados na revista NERA, 16 são estudos de caso, depois a escala estadual vai aparecer com 24,2% o que também é uma porcentagem considerável. Considera-se essa tendência de estudos locais, assim como o estudo de caso, estar associado a uma tendência de estudos regionais da NERA, assim como a geografia em sua história mostrou-se com maior desenvolvimento de estudos regionais.

Gráfico 6: Escalas mais estudadas sobre a luta pela terra na NERA entre 2004 e 20022



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Diante do que foi exposto, a luta pela terra está inserida em um processo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização do capitalismo e do campesinato, e vão ocorrer de diferentes formas, em cada região, pois a origem dos conflitos territoriais e o modo de produção capitalista na agricultura se diferem (Origuéla, 2017). Sendo assim, mostra-se uma relevância em realizar os estudos de caso como mostra, a partir de uma escala local, com intuito compreender essas nuances no campo, de como o capitalismo global vai se adentrando nas lacunas da sociedade e se apropriando das particularidades, assim como, é de relevância compreender as resistências anticapitalistas dessas localidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante o exposto da análise realizada da Revista NERA, a luta pela terra se reconfigura no território brasileiro conforme as demandas levantadas pelos movimentos socioterritoriais e as novas apropriações do capitalismo do campo, assim como, a criação e recriação do campesinato na luta pela terra, seguindo o paradigma da questão agrária. Em sua totalidade, a luta pela terra diz respeito a espacialização e territorialização, demonstrando conflitualidades e conquistas do campesinato em suas localidades. Destacamos aqui o MST como ator principal dessa luta, promovendo movimentação nacional para articular os camponeses locais para lutarem por suas terras.

A Revista NERA mostrou sua tendência de desenvolver pesquisas regionais sobre a temática, o que diz respeito a estudos que englobam o Pontal do Paranapanema e outros que

fazem tríplice divisa com a região (SP, MS e PR), visto que sua sede está na Universidade Estadual Paulista (UNESP) campus Presidente Prudente. Dessa maneira, os estudos de caso nesses estados e região nas pesquisas se sobressaem. Há uma expressividade dos estudos políticos sobre a temática, visto que a luta pela terra diz respeito a um conflito fundiário em que se depende da União para a regularização desses territórios.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia. **Abolição e Reforma Agrária**. São Paulo: Ática, 1987.

ASSUNÇÃO, Adenilso dos Santos; CAMACHO, Rodrigo Simão. A geografia e a história da luta pela terra no Mato Grosso do Sul: conquistas e desafios para o campesinato. **Revista NERA**, v. 25, n. 62, p. 22-50, jan.-abr., 2022.

CLEMENTE, Evandro Cesar; JUNIOR, João Cleps. Considerações acerca da expansão geográfica do capital e a luta pela terra na Microrregião Geográfica do Sudoeste de Goiás. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 23, n. 53, p. 288-314, mai./ago. 2020.

CORREIA, Guilherme Guiari Silva; ALVES, Flamarion Dutra. Considerações e perspectivas sobre o desenvolvimento rural no Brasil: a produção científica entre 2001 e 2020. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, v. 17, n. 46, p. 01-27, ago. 2022.

DATALUTA. **Relatório DATALUTA Brasil 2017.** Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA), Presidente Prudente, São Paulo, 2018.

DATALUTA. **Relatório DATALUTA Brasil 2017.** Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA), Presidente Prudente, São Paulo, 2020.

DIAS DE JESUS, Alex. Das ligas ao MST: luta pela terra e a territorialidade camponesa. **Revista Geográfica da América Central**, Universidade Nacional da Costa Rica, v. 2, p. 1-14, jul./dez. 2011.

FABRINI, E. J. et al. Lutas e resistências no campo paranaense e o projeto Dataluta-PR. **Revista NERA**. Presidente Prudente. Ano 15, n°21. Jul-Dez, 2012.

FABRINI, E. J. A resistência camponesa para além dos movimentos sociais. **Revista NERA.** Presidente Prudente, ano 10 n° 11. p. 9-32. Jul-dez, 2007.

FELÍCIO, Munir Jorge. Ação pastoral e questão agrária no Pontal do Paranapanema. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 8, n. 7, p. 112-124, jul./dez. 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST (1979–1999). Tese (doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST: formação e territorialização**. São Paulo: Hucitec, 2000.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio.** São Paulo: Paz e Terra, 1981.

Lei n° 4.504. Estatuto da Terra. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm.

MELO, D. S. A luta pela terra em Mato Grosso do Sul: o MST e o protagonismo da luta na atualidade. Revista NERA, Presidente Prudente, ano 20, n. 39, p. 133-160, 2017.

OLIVEIRA, Douglas Menezes. A centralidade da disputa pela terra na questão agrária brasileira. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 22, n. 46, p. 195-217, jan./abr. 2019.

ORIGUÉLA, F. C. Análise do processo de espacialização do MST no estado de São Paulo em diferentes contextos histórico-geográficos. **Revista NERA**. Presidente Prudente. Ano 18, n° 27. p. 113-137. Jan-Jun, 2015.

ORIGUÉLA, C. F. Camponeses e proto-camponeses: os sujeitos da luta pela terra no estado de São Paulo. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 20, n. 35, p. 108-132, jan./abr. 2017.

ORIGUÉLA, C. F.; PEREIRA, L. I. Questão agrária, luta pela terra e movimentos socioterritoriais no Brasil e Paraguai. Revista NERA, Presidente Prudente, ano 20, n. 39, p. 161-185, 2017.

PAULINO, Eliane Tomiasi. Capitalismo rentista e a luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 9, n. 8, p. 52-73, jul./dez. 2006.

SANTOS, Anderson Luiz Machado; DAVID, Cesar. Luta pela terra e disputas territoriais na região da campanha gaúcha: o processo de formação do assentamento Conquista do Caiboaté em São Gabriel - RS. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 15, n. 20, p. 175-192, jan./jun. 2012.

STÉDILE, João Pedro. Introdução. In: STÉDILE, J. P. (org.) **A Questão Agrária no Brasil: o debate tradicional - 1500-1960.** São Paulo. Editora Expressão Popular: 2005.

RAMOS, Elaine Aparecida; BORGES, Ana Claudia Giannini. A espacialização dos movimentos de luta pela terra no município de Ituiutaba (MG). **Anais do XVIII Encontro Nacional de Geógrafos – A construção do Brasil: geografia, ação política e democracia.** São Luiz do Maranhão, 24 a 30 de julho de 2016.

ROS, da A. C. A política fundiária do governo da Frente Popular no Rio Grande do Sul (1999-2002): diretrizes, luta política e resultados atingidos. **Revista NERA.** Presidente Prudente. Ano 11, n° 13, p. 47-82, jul-dez, 2008.

A TERRITORIALIZAÇÃO DE EMPRESAS DE ENERGIA EÓLICA NO NORDESTE BRASILEIRO: ELEMENTOS PARA PENSAR A QUESTÃO AGRÁRIA NO SÉCULO XXI[1]

Lorena Izá Pereira[2]

RESUMO

O setor energético é estratégico e com suas políticas tradicionalmente direcionadas para atender a demanda nacional. Hoje, mais de duas décadas após a crise de abastecimento de 2001, a questão energética assume outra centralidade, agora pautada no imperativo da transição. A transição energética é a base da Contribuição Nacionalmente Determinada encaminhada pelo governo brasileiro como medidas para cumprir o estabelecido no Acordo Climático de Paris (2015), sobretudo a partir da implementação de projetos eólicos e solares. Embora o vento e a radiação solar sejam bens comuns, para a sua exploração privada em forma de potencial energético é necessária a apropriação de terras. Neste sentido, o objetivo proposto é debater a territorialização de empresas de energia eólica na região Nordeste a partir de elementos que possibilitem uma análise a partir da questão agrária. A energia eólica na região Nordeste foi selecionada como recorte considerando que, na atualidade, este modelo centralizado de geração de energia é o que mais se sobressai, tanto em termos de quantidade de projetos já em operação quanto planejados. Para atingir este objetivo foram utilizados como procedimentos metodológicos a revisão da literatura, o levantamento e a sistematização de dados quantitativos e a realização de trabalhos de campo nos estados do Rio Grande do Norte e do Ceará. Com o trabalho concluímos que a questão agrária brasileira tem sido alterada através da mudança do controle do território e das territorialidades, resultando, por sua vez, na violação de direitos conquistados através da luta.

Palavras-chave: controle do território; transição energética; energia eólica; territorialidade.

ABSTRACT

The energy sector is strategic and its policies are traditionally aimed at meeting national demand. Today, more than two decades after the supply crisis of 2001, the energy issue assumes another centrality, now based on the imperative of transition. Energy transition is the basis of the Nationally Determined Contribution submitted by the Brazilian government as measures to fulfill the provisions of the Paris Climate Agreement (2015), especially through the implementation of wind and solar projects. Although wind and solar radiation are common goods, the appropriation of land is necessary for their private exploitation as energy potential. In this sense, the proposed objective is to discuss the territorialization of wind energy companies in the Northeast region based on elements that allow for an analysis from the agrarian question. Wind energy in the Northeast region was selected as a focus considering that, currently, this

[1] Pesquisa financiada pelo edital 13/2022 PROPe/UNESP.

[2] Universidade Estadual Paulista (UNESP), Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI), campus de São Paulo; Land Matrix Initiative, Ponto Focal América Latina e Caribe. E-mail: iza.pereira@unesp.br

centralized model of energy generation is the one that stands out the most, both in terms of the number of projects already in operation and planned. To achieve this objective, the methodological procedures used were literature review, data collection and systematization, and fieldwork in the states of Rio Grande do Norte and Ceará. With this work, we conclude that the Brazilian agrarian question has been altered through the change in territorial control and territorialities, resulting, in turn, in the violation of rights achieved through struggle.

Keywords: control of territory; energy transition; wind energy; territoriality.

INTRODUÇÃO

A proposta deste trabalho surge a partir de inquietações acerca da questão agrária no século XXI. As dinâmicas agrárias contemporâneas têm sido abordadas por diferentes pesquisas em escala global considerando, majoritariamente, apenas as dimensões da financeirização da agricultura, da crise da economia camponesa e da emergência de um precariado rural (Kay, 2021). O nosso argumento central é que a ascensão de novos usos do território compõem as novas dinâmicas agrárias contemporâneas e resulta em renovadas formas de apropriação e de expansão da propriedade capitalista da terra.

O debate proposto versa no uso do território centrado na territorialização de empresas de energia eólica no Brasil. Desde a crise de abastecimento energético em 2001, episódio popularmente conhecido como "Apagão", há ações do Estado na tentativa de promover a diversificação da matriz energética brasileira, processos estes pautados em programas de financiamento e flexibilização de normativas ambientais (Lima, 2022). A energia obtida através da cinética dos ventos foi uma das apostas do Estado, todavia, mesmo com tamanhos incentivos no período de 2002 e 2009, apenas 52 projetos eólicos foram outorgados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) em 33 municípios[3].

Apenas a partir de 2010 este quantitativo começa a apresentar expansão, o que é justificado pela necessidade da diversificação do portfólio de investimentos de agentes capitalistas. Segundo dados do Sistema de Informações de Geração da ANEEL (SIGA) e do Sistema de Informações Georreferenciadas do Setor Elétrico (SIGEL), em 1º de novembro de 2023 haviam 1.608 projetos eólicos aprovados pela autarquia no Brasil em 179 municípios, sendo 969 em operação (somando 27.650.123,86 kW de potência em

[3] Distribuídos pelas seguintes unidades da federação: Ceará (09), Santa Catarina (05), Pernambuco (04), Rio Grande do Norte (04), Maranhão (01), Minas Gerais (01), Paraná (01), Paraíba (01), Piauí (01), Rio de Janeiro (01) e São Paulo (01).

uma área de 348.793,18 hectares) e 639 planejados[4] (totalizando 26.636.213,00 kW de potência em uma área correspondente à 225.805,16 hectares). Em termos geográficos, 89,37% dos projetos eólicos em operação e 92,33% dos projetos planejados estão concentrados na região Nordeste do Brasil, que é classificada como fronteira para a apropriação privada dos ventos (Lima, 2022).

A questão central é que mesmo que o vento seja entendido como um bem comum se torna um objeto de trabalho preexistente (Marx, 2013), ou seja, um objeto disponível na natureza sem a necessidade de um trabalho prévio para a sua obtenção. Para a transformação deste elemento natural em mercadoria, no caso em energia elétrica, a terra é essencial. Isso porque a tecnologia disponível somente permite a geração de energia elétrica a partir da cinética dos ventos através da instalação de aerogeradores que, por sua vez, estão fixados no território. Desta forma, a atividade eólica é extensiva em quantidade de terra necessária para o seu desenvolvimento. Estas terras, sejam elas de uso comum ou privadas, são cercadas para a instalação de aerogeradores, impedindo qualquer outra forma de uso[5].

É comum referir a implantação de projetos eólicos como apropriação privada dos ventos, o que é explicado pelo fato de que um número restrito de empresas se apropriam de um bem disponível na natureza e de uso comum para a geração de energia elétrica e geração de lucro. Tais empresas não desembolsam nenhum valor monetário para ter acesso ao vento que será transformado em energia elétrica e, segundo a legislação vigente, não há o pagamento de *royalties*, uma vez que o vento não é classificado como um bem da União. De acordo com Traldi (2019), não há outras legislações que regulamentam o acesso ao vento e, desta forma, "os ganhos advindos da produção de eletricidade serão apropriados privadamente e em tese pelo proprietário do terreno" (Traldi, 2019, p. 149).

Para o desenvolvimento da energia eólica nos moldes postos pelo sistema capitalista, o controle do território é etapa fundamental, refletindo em alterações na questão agrária. Neste caso, as dinâmicas de apropriação e de expansão da propriedade

---

[4] Abrange os projetos eólicos já outorgados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e que estão nas fases de construção ou construção não iniciada. Não foram considerados neste trabalho os parques eólicos em Despacho de Registro do Requerimento de Outorga (DRO), considerando que estes ainda não foram outorgados pela agência em questão.

[5] A Associação Brasileira de Energia Eólica e Novas Tecnologias (ABEEólica), no Boletim Anual de Geração de Energia Eólica 2022 (publicado em 2023) argumenta que: "a energia eólica ocupa pouca terra, permitindo que se continue com criação de animais ou plantações. Considerando o espaço destinado para um parque eólico, as turbinas ocupam cerca de 8% da área, podendo esse valor ser ainda menor, chegando a cerca de 6%" (ABEEólica, 2023, p. 11). Esta não é a situação observada na realidade.

capitalista da terra se materializam a partir de uso do território industrial, por meio de estratégias de acesso e controle nas quais não envolvem, necessariamente, o título de propriedade da terra e permeadas pela narrativa global de transição energética. A partir desta problemática, o objetivo proposto é debater a territorialização de empresas de energia eólica na região Nordeste a partir de elementos que possibilitem uma análise a partir da questão agrária.

Esta pesquisa é resultado de reflexões produzidas no âmbito do pós-doutorado em desenvolvimento no Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista (UNESP) e na pesquisa realizada junto ao Observatório Land Matrix (ponto focal América Latina e Caribe). Em ambos os projetos o objetivo geral é compreender a dinâmica resultante da territorialização das empresas de energia eólica no Nordeste brasileiro, com o foco nos processos de estrangeirização do território e de resistências desde abaixo. Tal pesquisa é primordial em um contexto caracterizado pela transição energética como principal alternativa para alcançar as metas estabelecidas no Acordo Climático de Paris (2015). As mudanças do clima são uma realidade consequência do próprio modelo de desenvolvimento posto pelo modo capitalista de produção (Marques, 2015). O modelo de transição energética posto para o Brasil é marcado pela geração centralizada e pela adição de novas fontes de energia (Cataia e Duarte, 2022), o que resulta na reprodução e no aprofundamento de desigualdades históricas.

METODOLOGIA

Para atingir o objetivo proposto, além da revisão da literatura, foram utilizadas metodologias quantitativas e qualitativas. No que tange às metodologias quantitativas foi realizado o levantamento e a sistematização de dados referentes à expansão de projetos eólicos no Brasil, bem como de informações relativas aos impactos, aos conflitos decorrentes deste processo e ao perfil da população atingida por este modelo de geração de energia. Foram utilizadas bases como o Sistema de Informações de Geração da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e o Sistema de Informações Georreferenciadas do Setor Elétrico (SIGEL). No caso das metodologias qualitativas a centralidade está na realização de trabalhos de campo no estado do Rio Grande do Norte e do Ceará, que foram realizados entre os meses de maio e julho de 2023. Nesta etapa foram desenvolvidas outras metodologias, como a realização de entrevistas

semiestruturadas com gestores públicos (municipais e estaduais), com a população atingida por estes empreendimentos e com organizações que estão trabalhando com a temática na região Nordeste.

REFERENCIAL TEÓRICO

O território, categoria geográfica central para o debate aqui proposto, é compreendido como uma construção social, que pode ser usado para conter e excluir pessoas e no qual os seus limites mudam de acordo com as estratégias de controle (Sack, 1986). Os territórios como espaços sociais, culturais, nos quais há manifestação de relações e ideias. O território possui como princípios a soberania, totalidade, multidimensionalidade, pluriscalaridade, intencionalidade e conflitualidade, além de ser material e imaterial (Fernandes, 2009). A medida que o território de camponeses e demais povos e comunidades tradicionais são apropriados pelas empresas de energia eólica, ocorre a alteração da territorialidade, ou seja, do uso do território, além da possível desterritorialização desses sujeitos.

A partir desta delimitação da categoria de território, a pesquisa também está centrada no processo que intitulados de controle do território, entendido como o poder de controlar terras e demais recursos associados – água, biodiversidade, minérios – e obter benefícios a partir deste domínio, provocando uma mudança no uso do território e cujo objetivo é garantir a acumulação do capital (Pereira, 2019). O debate sobre o controle do território emerge na academia internacional na primeira década do século XXI a partir do *land grabbing* (Borras Jr. e Franco, 2012). A designação de *land grabbing* se tornou popular para descrever a analisar a explosão de transações de terras comerciais, especialmente relacionados à produção de *commodities* agrícolas e bicombustíveis (Borras Jr. e Franco, 2012).

Ao mesmo tempo, designações derivadas do *land grabbing* emergiram, como *ocean grabbing* (Bennett, Govan e Satterfield, 2015), *green grabbing* (Fairhead, Leach e Scoones, 2012) e *value grabbing* (Serna, 2021). O *green grabbing,* processo que melhor explica a expansão de projetos eólicos no Nordeste brasileiro, corresponde a apropriação da natureza a partir de justificativas ambientais. Há diferentes mecanismos nos quais o *green grabbing* se materializa, como as soluções baseadas na natureza, o mercado de crédito de carbono, as práticas de reflorestamento, a instalação de projetos de energia renovável (eólica e fotovoltaica), dentre outros. Com o *green grabbin*g as

modalidades de desterritorialização não assumem a forma usual de privatização da terra, uma vez que o argumento é a convivência entre usos do território. Na realidade, a territorialização de empresas de energia eólica no Nordeste do Brasil estabelece condições para desterritorializações futuras, considerando, sobretudo, que a forma de acesso ao território, efetivada mediante os contratos de arrendamento (Vasconcelos, Maia e Copena, 2022; Meireles e Maia, 2023).

A partir dessa roupagem verde (Moreno, 2016) os projetos eólicos são legitimados, afinal, a narrativa é que a transição energética é a única forma de conter as mudanças do clima no Brasil. Este processo é permeado por contradições e por impactos territoriais nas suas múltiplas dimensões: ambiental, econômica, social, cultural, dentre outros. Um dos objetos mais importantes nesta análise é a relação entre a expansão dos projetos de geração de energia eólica e a questão agrária. Para a transformação da cinética dos ventos em energia elétrica a apropriação do território é necessária, uma vez que os aerogeradores estão materializados na terra. As alterações na questão agrária podem ocorrer através de diferentes perspectivas como a alteração no controle e no uso do território; intensificação e (re)criação de novas práticas de grilagem de terras; cercamento e privatização de terras. Tais alterações, por sua vez, resultam em impactos e conflitos territoriais. Dessa forma, argumentamos que a expansão de projetos de energia eólica é apenas uma nova face de um processo de controle do território, cujo objetivo é garantir a acumulação do capital.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A instalação de projetos eólicos é recente no Brasil. O primeiro parque é datado da década de 1990, porém, a energia eólica como possibilidade para a diversificação da matriz energética passou a ser política de governo apenas nos primeiros anos da década de 2000, caracterizada, sobretudo, pela crise no abastecimento de energia elétrica, epsódio popularmente conhecido como "Apagão". Somente em 2010, em um contexto de emergência de uma crise econômica e da necessidade de diversificação dos portfólios por parte dos agentes capitalistas, a energia eólica é anunciada como um mercado interessante. Em 1º de novembro de 2023 haviam 1.608 projetos eólicos aprovados pela ANEEL, somando 54.286.336,86 kW de potência em uma área de 574.598,34 hectares, distribuídos em 14 unidades da federação, conforme expressa a tabela 1.

Tabela 1: Brasil - Brasil - Projetos eólicos outorgados de acordo com a unidade da federação e situação do empreendimento (2023*).

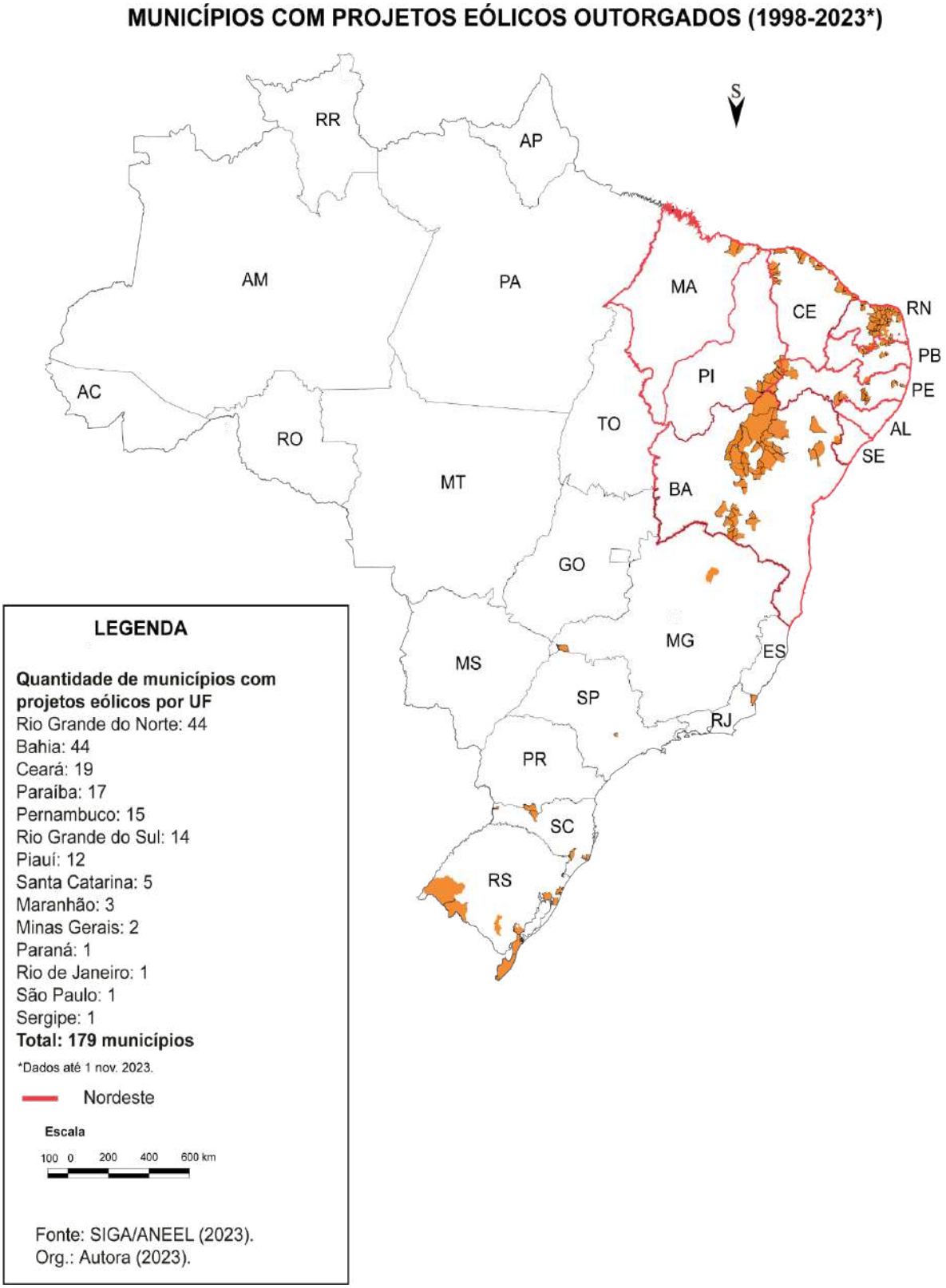
UF	Operação			Planejados		
	Quant.	Potência (kW)	Hectares	Quant.	Potência (kW)	Hectares
Bahia	292	8.071.570,64	101.288,26	274	11.446.200,00	78.145,82
Ceará	100	2.577.840,00	26.413.09	72	2.875.800,00	21.165,38
Maranhão	16	426.022,50	2.423	3	130.200,00	594,83
Minas Gerais	1	156	N.I.**	8	384.448,00	1.443,82
Paraíba	36	870.440,00	18.423,29	56	2.157.645,00	33.759,42
Pernambuco	42	1.088.365,00	11.989,20	6	265.200,00	838,21
Piauí	112	3.770.250,00	38.454,36	61	3.105.000,00	11.970,67
Paraná	1	2.500,00	N.I.**	0	0	0
Rio de Janeiro	1	28.050,00	354,7	0	0	0
Rio Grande do Norte	267	8.693.936,00	135.250,02	118	4.537.400,00	45.480,98
Rio Grande do Sul	81	1.835.891,98	32.572,95	41	1.734.320,00	32.406,03
Santa Catarina	18	250.599,50	7.741,19	0	0	0
São Paulo	1	2,24	N.I.**	0	0	0
Sergipe	1	34.500,00	296,44	0	0	0
Total	**969**	**27.650.123,86**	**348.793,18**	**639**	**26.636.213,00**	**225.805,16**

* Até 1º de novembro de 2023.
Fonte: SIGA/ANEEL (data de consolidação: 1º de novembro de 2023); Org.: Pereira, Lorena Izá (2023).

Os primeiros projetos eólicos foram instalados no litoral e rapidamente foram direcionados para a região do semiárido[6], o que não significa que os parques no litoral deixaram de ser instalados. Se até o ano de 2009 apenas 52 projetos eólicos haviam sido outorgados pela ANEEL em 33 municípios, atualmente 179 municípios possuem parques eólicos, conforme mostra o mapa 1. O Rio Grande do Norte e a Bahia são os estados com os maiores quantitativos de municípios (ambos com 44) que possuem projetos de energia eólica.

[6] Considerando a classificação divulgada na Resolução do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (CONDEL/SUDENE) n. 150, de 13 de dezembro de 2021.

Mapa 1: Brasil: Municípios com parques eólicos outorgados (1998-2023*).



*Dados até 1º nov. 2023.
Fonte: SIGA/ANEEL (consolidado em: 1º nov. 2023); Org.: Pereira, Lorena Izá (2023).

Há múltiplas perspectivas para analisar as dinâmicas e os impactos decorrentes da instalação de projetos de energia eólica - Geografia econômica, política, urbana, regional. Aqui a vertente de análise é a Geografia agrária, sobretudo no que corresponde aos impactos da territorialização de empresas de energia eólica na região Nordeste. Aqui iremos nos dedicar às formas de apropriação e controle do território e seus consequentes impactos para pensar a questão agrária brasileira. A partir do desenvolvimento da pesquisa é possível constatar que a principal forma de acesso ao território utilizada pelas empresas de energia eólica é o arrendamento de frações ou da totalidade de imóveis rurais. Os contratos de arrendamento são caracterizados pelas cláusulas abusivas e unilaterais (Vasconcelos, Maia e Copena, 2022), além dos longos períodos de alienação da propriedade, entre 25 e 50 anos. No Nordeste os projetos eólicos têm sido implantados, na sua maioria, em propriedades de pequenos agricultores e em áreas consideradas de uso coletivo, produzindo cercamentos do território.

Embora a narrativa propagada pelas empresas seja aquela pautada na convivência entre diferentes usos do territórios, como a produção agrícola e a criação de pequenos animais entre os aerogeradores, na realidade o que se observa é o cercamento de territórios. É importante distinguir que há duas formas nas quais o cercamento se materializa. A primeira corresponde às propriedades privadas cuja uma fração é arrendada para a instalação de projetos eólicos, ao não cumprir com o prometido durante a assinatura do contrato, em tese o proprietário não perde a terra, mas é impedido de acessar o mesmo pois o controle está nas mãos das empresas. A segunda forma é o cercamento de áreas de uso comum da comunidade. Neste caso o que é cercado são as vias de acesso, os espaços de socialização, de extrativismos e de reprodução do cotidiano. Embora os proprietários ainda sejam os pequenos agricultores, estes perdem acesso a sua própria terra.

A comunidade tradicional pesqueira de Enxu Queimado, localizada no município potiguar de Pedra Grande é um exemplo emblemático no que tange ao cercamento e alteração do uso do território. Em Pedra Grande há 16 projetos eólicos outorgados pela ANEEL, sendo dois em processo de licenciamento e 14 já em operação. Deste total, dez parques compõem o Complexo Eólico União dos Ventos, de propriedade da Serveng Energias Renováveis S.A. Desde 2011, no início da prospecção de áreas para a instalação dos projetos, os moradores da comunidade são atingidos. Dentre os diversos impactos ocorridos nas diferentes fases de implantação dos parques, o relatado com maior frequência é o cercamento de áreas que, anteriormente, eram

utilizadas pela comunidade como espaço de socialização. Tais terras já eram privadas, no entanto não eram cercadas e o uso era coletivo.

O cercamento é a *porta de entrada* para outros impactos. Segundo Lima (2023, p. 12), com este cercamento os moradores da comunidade foram "obrigados a reconstruir outros caminhos de passagem, alguns dos quais regidos pelo tempo da natureza, sobre os moradores recaíram ainda outras situações que aprofundaram as condições de precarização com o território. Uma delas se refere à falta de água". Ademais, o cercamento gerou impactos na renda e na segurança alimentar. As fotografias 1 e 2 evidenciam o cercamento na comunidade. A fotografia 1, especificamente, mostra a cerca instalada pela empresa de energia e uma cava construída para impossibilitar a passagem de pessoas e animais. Já a segunda fotografia expõe uma lagoa interdunar antes utilizada pela população como espaço de lazer e de coleta da artêmia[7] que, por sua vez, era comercializada e usada na atividade pesqueira.

Fotografia 1: Cava construída na comunidade tradicional pesqueira de Enxu Queimado como forma de restringir o acesso ao território.

Fonte: Trabalho de campo (maio de 2023).

[7] Pequeno crustáceo coletado pela população da comunidade. O mesmo é comercializado como isca para pesca, logo, uma atividade que resulta na geração de renda.

Fotografia 2: Lagoa cercada por aerogeradores na comunidade tradicional pesqueira de Enxu Queimado.

Fonte: Trabalho de campo (maio de 2023).

Sobre estes cercamentos é importante mencionar que no ano de 2022, a Procuradoria da República do Rio Grande do Norte emitiu um despacho no qual apontava a ocorrência de supostas violações de direitos da comunidade tradicional de pescadores de Enxu Queimado. Como procedimento, foi estabelecida a realização de uma visita de campo executada pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte (IDEMA/RN) para verificar os fatos. O trabalho de campo ocorreu em meados de 2023 e no documento final foi destacado pelo IDEMA:

> 3°) Foi constatado que toda área do empreendimento é cerceada e abrange formações dunares, lagoas e faixa de praia até a beira mar, sendo proibida a passagem e circulação de pessoas não autorizadas; 4°) A *proibição de entrada e o cerceamento do empreendimento fez com que a Comunidade Tradicional de Pescadores de Enxu Queimado perdesse mobilidade e acesso a áreas de praia e a pontos considerados de importância cultural, recreativa e econômica como lagoas, dunas e caminhos tradicionalmente percorridos* (IDEMA, 2023, p. 6, grifo nosso).

Esse procedimento evidenciou que o cercamento é uma realidade. Em dezembro de 2023 havia a projeção de retirada das cercas da comunidade. O documento do IDEMA (2023) pontuou que os processos de licenciamento ambiental dos parques eólicos do Complexo União dos Ventos estão em fase de Renovação de Licença de Operação e que a Consulta Prévia, Livre e Informada, conforme previsto na Convenção n. 169 da Organização Internacional do Trabalho, deverá ser realizada. Tal consulta não ocorreu no momento de instalação dos parques, como apontado por pescadores.

Outro elemento relacionado à questão agrária e que precisa ser debatido é a territorialidade de projeto eólico não corresponde a um uso considerado rural ou agrícola pelo Estatuto da Terra (1964), mas sim um uso industrial. Esta dinâmica já tem resultado em mudanças para as populações que arrendam suas terras para as empresas de energia, como a perda da previdência rural e a impossibilidade de produção de alimentos no seu território. Somado a este ponto, há o debate da regularização fundiária, isso porque para concorrer aos leilões de energia promovidos pela ANEEL a propriedade precisa estar devidamente regularizada e sem processos de litígio. Em trabalho de campo realizado no assentamento Arizona (São Miguel do Gostoso/RN), que está em processo de titulação por parte do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), foi relatado que as empresas interessadas no arrendamento de terras para a instalação de projetos eólicos têm utilizado a aceleração na emissão do título de propriedade como argumento para que as famílias assentadas assinem o pré-contrato de arrendamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mudanças agrárias contemporâneas são amplamente discutidas pela academia e possui diferentes elementos que permitem sua caracterização. A financeirização da agricultura, a crise da economia camponesa e a emergência de um precariado rural (Kay, 2021) são os componentes mais debatidos. Nesta conjuntura, o *land grabbing*, aqui entendido como controle do território, também assume função central. Tanto no debate das mudanças agrárias contemporâneas, quanto do *land grabbing,* comumente a centralidade não abrange os usos do território para além do agronegócio, reproduzindo análises agrocentristas (Edelman, 2016).

A expansão de projetos energéticos, sobretudo aqueles pautados pela dita sustentabilidade tem possibilitado novas interpretações. O processo de territorialização

de empresas de energia eólica no Nordeste brasileiro tem alterado o território e a realidade de uma parcela da população, especialmente aquelas que vivem nas proximidades dos projetos eólicos. Isso ocorre porque, primordialmente, para utilizar o vento que gera a energia eólica e que é convertido em energia elétrica, a empresa precisa ter o acesso e o controle da terra para assim instalar os aerogeradores. Embora o vento seja um bem comum, este é transformado em um objeto de trabalho preexistente e sua apropriação é privada. Segundo as normas jurídicas brasileiras, detém o vento aquele que é proprietário da terra. Por isso que a energia eólica é uma atividade extensiva em terras. Estas terras alvos de interesse por parte das empresas de energia não são "vazias". São territórios constituídos por diferentes relações sociais e com usos pretéritos.

Embora pouco se considere, a questão agrária é alterada. Primeiramente porque o uso do território deixa de ser agrícola e pecuário, para possuir um uso industrial. Esta mudança resulta na redução da produção de alimentos e na diminuição do trabalho na terra, o que pode impactar a segurança e soberania alimentar. O próprio Estatuto da Terra (1964) não considera outros usos da propriedade rural. Ao arrendar a terra, o trabalhador rural proprietário do imóvel, deixa de ter o direito da previdência rural, acarretando na redução da sua aposentadoria ou até mesmo na perda do benefício. O interesse no arrendamento de imóveis rurais para a instalação de projetos de energia eólica aquece o mercado de terras, provocando a especulação imobiliária. O aumento do preço da terra e indisponibilidade de terras em determinadas localidades têm repercussões na realização da reforma agrária.

Outro ponto que precisa ser incorporado nas agendas é o debate sobre a regularização fundiária, considerando que as propriedades rurais a serem incorporadas na geração de energia elétrica a partir dos ventos precisam estar tituladas e sem nenhuma pendência jurídica. Há empresas que oferecem auxiliar no processo de regularização fundiária como se fosse uma contrapartida, um benefício. Contudo, o interesse é controlar o território, além de possibilitar a legalização e legitimação de casos pretéritos de grilagem de terras. A luta das comunidades tradicionais atingidas pela territorialização de empresas de energia eólica é o reconhecimento dos seus territórios e regularização fundiária da propriedade coletiva e não individual, modelo predominante no Brasil.

Por fim, é fundamental compreender o momento no qual a crise estrutural do capitalismo está para entender a territorialização de empresas de energia eólica.

Conforme aponta Harvey (2014, p. 9): "It is in the course of crisis that the instabilities of capitalism are confronted, reshaped and re-engineered to create a new version of what capitalism is about". Não é por acaso que o imperativo da transição energética é posto como única medida possível para mitigar as mudanças do clima e para atingir as metas estabelecidas nas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDC[8]) encaminhadas pelo Brasil nos termos do Acordo de Paris (2015) e que tem sido utilizada como justificativa para a expansão de projetos de energia eólica no Brasil, sobretudo na região Nordeste. Este caminho de enfrentamento às mudanças climáticas se configura como uma estratégia para garantir a acumulação do capital em tempos de crise a partir da instituição de um novo mercado e do controle de novos territórios. A mudança do clima e toda a crise ambiental é uma realidade e a transição energética é uma alternativa que pode ser efetiva, desde que seja realizada por meio de um modelo descentralizado de geração de energia, com justiça social, com participação ativa das populações atingidas e sem acentuar desigualdades históricas.

REFERÊNCIAS

ABEEólica. **Boletim Anual de Geração de Energia Eólica 2022**. São Paulo: Associação Brasileira de Energia Eólica e Novas Tecnologias, 2023.

ANEEL. **Sistema de Informações de Geração da ANEEL (SIGA).** Brasília, Agência Nacional de Energia Elétrica, 2023. Disponível em: https://www.aneel.gov.br/siga. Acesso em: 19 nov. 2023.

ANEEL. **Sistema de Informações Georreferenciadas do Setor Elétrico (SIGEL)**. Brasília, Agência Nacional de Energia Elétrica, 2023. Disponível em: https://sigel.aneel.gov.br/portal/apps/webappviewer/index.html?id=c1716d81d491426197bf497ace41db8d. Acesso em: 19 nov. 2023.

BENNETT, N. J.; GOVAN, H.; SATTERFIELD, T. **Ocean grabbing**. Marine Policy , n. 57, p. 61-68, 2015.

BORRAS JR, S.; FRANCO, J. Towards a Broader View of the Politics of Global Land Grab: Rethinking Land Issues, Reframing Resistance. **ICAS Working Paper Series n. 001**, Critical Agrarian Studies, Land Deal Politics Initiative and Transnational Institute, Amsterdam, 2010.

[8] Sigla em inglês para a expressão Nationally Determined Contributions. Corresponde a documentos no qual as partes signatárias (países) do Acordo de Paris (2015) devem encaminhar a United Nations Framework Convention on Climate Change (UNFCCC). Este documento deve conter as ações que serão realizadas por cada país para atingir as metas estabelecidas no Acordo de Paris. A NDC deve ser revista e atualizada a cada cinco anos. O Brasil já está na quarta versão da NDC, sendo que a última foi apresentada em 27 de outubro de 2023. Maiores informações disponíveis em: https://unfccc.int/NDCREG. Acesso em: 29 dez. 2023.

BORRAS JR, S.; FRANCO, J. Global Land Grabbing and Trajectories of Agrarian Change: A Preliminary Analysis. **Journal of Agrarian Change**, v. 12, n. 1, p. 34- 59, 2012.

BRASIL. **Lei n. 4.504, de 30 de novembro de 1964.** Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Brasília, Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1964. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm. Acesso em: 27 mai. 2023.

CATAIA, M.; DUARTE, L. Território e energia: crítica da transição energética. **Revista da Anpege**, v. 18, n. 36, p. 764-791, 2022.

EDELMAN, M. **Estudios agrarios críticos:** tierras, semillas, soberanía alimentaria y derechos de las y los campesinos. Quito: Editorial IAEN, 2016.

FAIRHEAD, J.; LEACH, M.; SCOONES, I. Green Grabbing: a new appropriation of nature? **The Journal of Peasant Studies**, v. 39, n. 2, p. 237-261, 2012.

FERNANDES, B. M. Sobre a tipologia de territórios. *In:* SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (org.). **Territórios e territorialidades:** teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 197-215.

HARVEY, D. **Seventeen contradictions and the end of capitalism**. New York: Oxford University Press, 2014.

IDEMA. **Informação Técnica n. 042/2023/NUPE; Processo n. 02810010.000558/2023-61**. Natal: Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Norte, 21 de março de 2023.

KAY, C. Contemporary dynamics of agrarian change. *In*: VELTMEYER, H.; BOWLES, P. (org.). **The Essential Guide to Critical Development Studies**. Londres: Routledge, 2021. p. 291-300.

LIMA, J. A. G. **A natureza contraditória da geração de Energia Eólica no Nordeste do Brasil**. Fortaleza: Ed. UECE, 2022.

LIMA, J. A. G. Precarização territorial e impactos ambientais da geração eólica em um setor do litoral do Rio Grande do Norte. In: Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, 15, 2023, Palmas. **Anais** [...] Palmas: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (ANPEGE), 2023. Disponível em: https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/93832. Acesso em: 29 dez. 2023.

MARQUES, L. **Capitalismo e colapso ambiental**. Campinas: Editora UNICAMP, 2015.

MARX, K. **O Capital:** crítica da economia política – livro I. São Paulo: Boitempo, 2013 [1867].

MEIRELES, M. de S. A.; MAIA, F. J. F. M. Os contratos de arrendamento de terra para a produção de energia eólica: um estudo sobre os possíveis impactos previdenciários para os segurados especiais que praticam agricultura em regime de economia familiar. *In:* MAIA, F. J. F., et al. (org.). **Problemas jurídicos, econômicos e socioambientais da energia eólica no Nordeste brasileiro**. Recife: Editora Universitária - EDUFRPE, 2023. p. 65-76.

PEREIRA, L. I. "***A Tríplice Aliança continua sendo um grande êxito***": os regimes de controle do território paraguaio (1870-2019). 2019. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual Paulista (UNESP), Presidente Prudente, 2019.

SACK, R. **Human territoriality:** its theory and History. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SERNA, L. A. Land grabbing or value grabbing? Land rent and wind energy in the Isthmus of Tehuantepec, Oaxaca. **Competition & Change**, v. 26, n. 3-4, 2021.

TRALDI, M. **Acumulação por despossessão:** a privatização dos ventos para a produção de energia eólica no semiárido brasileiro. 2019. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, 2019.

UNFCCC. **Nationally Determined Contributions Registry**. Bonn (Alemanha): United Nations Framework Convention on Climate Change, 2023. Disponível em: https://unfccc.int/NDCREG. Acesso em: 29 dez. 2023.

VASCONCELOS, R. de S.; MAIA, F. J. F.; COPENA, D. Do desequilíbrio da rescisão unilateral da renovação automática dos contratos de arrendamento eólico no estado de Pernambuco sob a ótica da apropriação privada do vento e da necessidade de atuação estatal. *In:* MAIA, F. J. F., et al. (org.). **Energia Eólica:** contratos, renda da terra e regularização fundiária. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2022. p. 95-121.

MATOPIBA: PARA ONDE VAI O AGRONEGÓCIO NO BRASIL?[1]

Lucineia Miranda de Freitas[2]

Luiz Carlos Fadel de Vasconcelos[3]

Resumo

O objetivo do artigo foi refletir sobre a construção espacial, política e social de um território, o MATOPIBA. Destacando a atuação estatal na garantia das infraestruturas e dos financiamentos demandados para a territorialização do capital financeiro nacional e transnacional na região. Com um olhar aguçado para os conflitos gerados nesse processo. Buscou analisar o processo de expansão da fronteira agrícola sobre o bioma Cerrado, seus significados políticos e econômicos e seus impactos humanos, ambientais. Para isso, destacamos os processos histórico de resistências dos povos do campo, das águas e das florestas. A metodologia utilizada foi de análise de documentos diversos e das entrevistas, que foram realizadas no primeiro semestre de 2021. Concluiu-se que a caracterização de última fronteira do agronegócio não se aplica, considerando que este modo de produção, baseado nas *commodities*, tem uma permanente demanda para incorporação de novas áreas. E, também, que o agronegócio constrói hegemonia política e social se apresentando como única possibilidade econômica e produtiva para o desenvolvimento nacional. Porém, o seu processo de expansão promove violências diversas contra povos e comunidade do campo, constituindo territórios em conflitos aberto com impactos sobre a saúde e a vida das pessoas.

Palavras-chaves: MATOPIBA; agronegócio; modelo de desenvolvimento; Resistencia.

Abstract

The objective of the article was to reflect on the spatial, political and social construction of a territory, MATOPIBA. Highlighting the state's role in guaranteeing the infrastructure and funding required for the territorialization of national and transnational financial capital in the region. With a keen eye on the conflicts generated in this process, it sought to analyze the process of expansion of the agricultural frontier over the Cerrado biome, its political and economic meanings and its human and environmental impacts. To this end, we highlight the historical processes of resistance by the peoples of the countryside, of the waters and of the forests. The methodology used was the analysis of various documents and interviews, which were carried out in the first half of 2021. It was concluded that the characterization of the last frontier of agribusiness does not apply, considering that this mode of production, based on commodities, has a permanent demand for the incorporation of new areas. It was also concluded that the agribusiness builds political and social hegemony by presenting itself as the only economic and productive possibility for national development. However, its process of expansion promotes various

---

[1] Artigo é resultado da pesquisa realizada na elaboração da Tese intitulada: Conflitos, violência e resistências no MATOPIBA - um olhar a partir da saúde pública, apresentada no programa de pós-graduação em Saúde Pública da Escola Nacional de Saúde Sérgio Arouca. Contou com financiamento da FAPERJ através da bolsa de estudo Doutorado Nota10.

[2] Doutora em Saúde Pública, Militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) – lumifloresta@gmail.com

[3] Pesquisador do Centro de Estudos em Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana CESTEH/ENSP/Fiocruz lcfadel@gmail.com

forms of violence against rural peoples and communities, creating territories in open conflict that have impacts on people's health and lives.
Keyword: MATOPIBA; agrobusiness; development model; Resistence.

INTRODUÇÃO

Na década de 1970, com o desenvolvimento da revolução verde aprofundou-se o processo de exploração do Cerrado a partir da adaptação da produção de grãos às condições edafoclimáticas do bioma. Porém, não foi um processo implementado no sentido de melhorar as condições de reprodução social das populações que ancestralmente ocuparam o território. Mas, implementou uma perspectiva colonizadora de terra sem gente e de bioma sem valor para a preservação biológica, invisibilizando os povos e amplificando a dinâmica os conflitos no campo.

Pereira (2012) afirmou que o agronegócio é o aprofundamento das relações técnicas, sociais e econômicas da revolução verde. Esse aprofundamento, articulada com a reorganização da divisão internacional do trabalho, e a crise do modo de produção (Mészáros, 2010), amplifica os impactos desse modelo de desenvolvimento, tanto em relação a violência no campo, como na exploração dos recursos naturais, configurando o que Harvey (2004) caracterizou como acumulação por espoliação.

É, neste contexto de espoliação, que se insere o PDA MATOPIBA (acrônimo de Maranhão, Tocantins, Piauí, Bahia), acarretando impactos significativos sobre os ocupantes tradicionais dessa região, com processos de expropriação e desestruturação, com inegáveis consequências sobre as pessoas (Breilh, 2007).

Este artigo é parte da pesquisa para a tese de doutoramento com o título *Conflitos, violências e resistências no MATOPIBA: um olhar desde a saúde pública*, que tem por objetivo analisar, a partir do Plano de Desenvolvimento Agropecuário do MATOPIBA, como o agronegócio, pela sua demanda de expansão territorial, provoca impactos ambientais, sociais e humanos dentre estes a exposição das pessoas a diferentes formas de violências.

Objetiva também, compreender como se constitui esse território MATOPIBA, a partir da dinâmica de ocupação dos Cerrados pela lógica da expansão capitalista de produção de *commodities*.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada foi de análise qualitativa. Utilizou de pesquisa documental – principalmente os relatórios sobre Conflitos no Campo, produzidos pela Comissão Pastoral da Terra - CPT e de entrevistas, sendo que ao todo foram entrevistadas 15 pessoas no primeiro semestre de 2021, tanto de organizações e movimentos sociais, quanto vinculadas às secretarias de estado, tendo como recorte terem algum vínculo com processos do território denominado MATOPIBA. Nosso olhar para esse território foi a partir da relação entre expansão da produção em largas escala e o número de conflitos buscando compreendê-los a partir dos impactos sobre os povos e comunidades do campo, das florestas e das águas.

O projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, da Fundação Oswaldo Cruz (CEP-ENSP/FIOCRUZ), através da Plataforma Brasil, sendo aprovado conforme parecer n. 4.146.659.

CERRADO UMA FRONTEIRA PERMANENTE PARA O AGRONEGÓCIO.

Para analisar a expansão do agronegócio nos Cerrados, partiu-se da premissa de Pereira (2012) de que o agronegócio é um aprofundamento da Revolução Verde, difundida no mundo a partir do final da década de 1940. No caso do Brasil, tem seus primeiros movimentos na década 1950, mas é de fato consolidado a partir da segunda metade da década de 1960 a partir de políticas públicas, de crédito, pesquisa e extensão rural, e de incentivos fiscais para instalação de indústrias vinculadas a produção tanto de insumos (fertilizantes, agrotóxicos e sementes) quanto de tratores.

A partir do discurso de combater a fome, que efetivamente se apresentava como um grave problema mundial nos pós Segunda Guerra, foi construído um aparato técnico e ideológico transformando todo o debate político, social e econômico da questão agrária em uma questão de desenvolvimento tecnológico.

De acordo com Porto-Gonçalves (2006), esta foi uma estratégia de combater as "revoluções vermelhas", encoberto pelo deslocamento do debate do âmbito social para o técnico, considerando o processo da Guerra Fria, que polarizava o mundo e que em alguns processos revolucionários, como Chinês, e Cubano o campesinato teve efetiva participação.

Dessa forma, a Revolução Verde foi

> concebida como um pacote tecnológico – insumos químicos, sementes de laboratório, irrigação, mecanização, grandes extensões de terras – conjugada ao difusionismo tecnológico, bem como a uma base ideológica de valorização do progresso (PEREIRA, 2012, p.685).

Esta base do processo de modernização da agricultura, de acordo com Alentejano (2012), envolveu diversos aspectos, padrão tecnológicos, relações de trabalhos, distribuição espacial, relações intersetoriais e padrão de intervenção estatal.

Em consequência desse processo de mecanização, o período, principalmente a década de 1970, foi marcado por grande êxodo rural, com crescimento não planejado das cidades e aumento das periferias, que remete a necessidade de pensar na relação existente no Brasil entre a questão agrária e urbana.

Para implantação desse processo de modernização foi fundamental o papel cumprido pelo Estado brasileiro que "criou as condições para a internalização da produção de máquinas e insumos para a agricultura, um sistema de pesquisa e extensão voltado para impulsionar o processo de modernização e as condições financeiras para viabilizar este processo" (ALENTEJANO, 2012, p. 478).

Pode-se destacar desse período, a criação dos diversos programas de desenvolvimento, com foco na ocupação dos Cerrados, na perspectiva de consolidação do modelo produtivo da revolução verde em todo o território nacional, dentre estes citamos:

- PRODOESTE – Programa de Desenvolvimento do Centro Oeste, Decreto-Lei 1.192/1971 destinado a incrementar o desenvolvimento econômico dos estados do Mato Grosso, Goiás e Distrito Federal; - POLOCENTRO – Programa de Desenvolvimento dos Cerrados, criado pelo Decreto 75320/1975, com objetivo de promover o desenvolvimento e a modernização das atividades agropecuárias no Centro-Oeste e no oeste do estado de Minas Gerais, mediante a ocupação de áreas selecionadas, com característica de cerrado; - PRODECER – Programa de Cooperação Técnica Nipo-Brasileira para Desenvolvimento dos Cerrados, instituído em 1979, teve como objetivo tornar a região dos Cerrados produtiva, atingindo principalmente Minas Gerais e Bahia;

Esses programas tinham em comum, além da ideia de desenvolvimento vinculado à implantação dos modelos produtivos 'modernos', ou seja, integrados à perspectiva da produção de mercadoria, o foco na "ocupação" do espaço. Essa perspectiva colonizadora desconsiderava que estes eram territórios habitados, e atuou com foco em atrair pessoas que estivessem 'aptas'

para implantação do modelo moderno, e não a integração das pessoas que ali já estavam (SILVA, 2018).

Importante marcar que, no período das décadas de 1960 e 1970, o regime político não permitia a organização de movimentos sociais e de defesa dos direitos humanos, sendo assim o Estado e os setores latifundiários tiveram liberdade para implantar esse processo de expansão. Delgado (2013) considerou que a modernização foi a "*manu-militari* impondo pela força bruta suas estratégias de poder" (p. 62).

Silva (1994) afirmou que as características fundamentais desse desenvolvimento foram, primeiro "ser profundamente desigual, até mesmo parcial já que os produtores menos favorecidos tiveram menos acesso as facilidades do crédito, ficaram, portanto, para trás; segundo foi profundamente excludente, não foi só desigual como foi também excludente" (p. 139).

Na década de 1990, o modelo da revolução verde se reestruturou, e se apresenta sob a roupagem do agronegócio, Delgado (2013), aponta que "reestruturar é reafirmar uma estrutura anterior em processo de adaptação às novas condições" (62). Para Bruno (1997), a reconfiguração se dá pela necessidade de desvincular o setor da imagem de atrasado e violento, associada ao latifúndio, muito embora não tenha alterado significativamente as práticas.

Reestruturar assim, é inovar para manter, nesse caso a inovação se dá com a acentuada presença do capital financeiro nacional e transnacional, que modifica e amplifica as formas de apropriação das terras e da renda da terra e insere novos elementos para pensar a questão agrária.

Segundo Fernandes *et al* (2019), esse processo de apropriação da renda como estratégia do capital financeiro é potencializado pela convergência das múltiplas crises, como as vivenciadas a partir dos anos de 2008. Pereira e Pauli (2016) afirmam que entramos em um período de intensificação das disputas mundiais pela terra, onde a África Subsariana e a América Latina cumprem um importante papel.

Neste processo de reestruturação é importante perceber os esforços utilizados pelo agronegócio para justificar os impactos sociais e ambientais, expondo planos de sustentabilidade ambiental, se apresentando como modelo único para a economia brasileira e para a segurança alimentar mundial, se mostrando como o ápice do desenvolvimento e modernidade desejado por todos, buscando consensos sociais, "o projeto do agronegócio, ideologicamente assentado nos supostos da alternativa única, da garantia do lucro e da promessa

de um futuro promissor" (BRUNO, 2017, p. 28). Leite e Medeiros (2012) afirmaram que o agronegócio está muito mais associado a simbologias políticas do que necessariamente aos processos sociais de produção que lhe dão materialidade.

Chã (2018) demonstrou como o setor buscou, por meios diversos (comerciais televisivos, músicas, novelas, programas/projetos educativos, etc.), construir sua hegemonia nos diferentes grupos sociais e se constituir como ideia única de campo, mas, também de urbanidade no Brasil. Tendo como um bom exemplo, a campanha publicitária "Agro é Tech, Agro é Pop, Agro é Tudo", que pautado por uma diversidade de imagens, produtos e ritmos musicais apresentavam a imprescindibilidade do setor.

MATOPIBA A CONSTITUIÇÃO DE UM TERRITÓRIO PARA A REPRODUÇÃO DO CAPITAL

O avanço do agronegócio sobre os Cerrados das regiões Norte e Nordeste (Tocantins, Maranhão, Piauí e Bahia) não se iniciou com a publicação do decreto que caracteriza e delimita o território do MATOPIBA. O PRODECER na década de 1980 já se estendia a esses estados, porém, é a partir dos anos 2000, que a região se tornou foco do interesse de capitais, tanto produtivos como especulativos. Considerando a valorização das terras, pode-se dizer que, é este processo que leva o Estado "a inventar e institucionalizar uma região com propósito de intervenção, para atribuir maior competitividade ao agronegócio" (SOUZA e PEREIRA, 2019).

O Plano de Desenvolvimento Agropecuário do MATOPIBA foi instituído a partir do decreto nº 8.447/2015, elaborado em parceria, entre o INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e a EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária –, através do GITE – Grupo de Inteligência Territorial Estratégica, firmada no ano de 2013, que caracterizou, demarcou e indicou o comitê gestor da região. Segundo Souza e Pereira (2019) o Estado, a partir de um conjunto de estudos, projetou e produziu uma região que pode ser considerada como uma ferramenta, para planejar as políticas públicas destinadas à promoção do agronegócio.

Esse trabalho, realizado pela EMBRAPA e o INCRA, coloca a questão sobre quem são os interessados e beneficiados pelo plano, que, segundo a Nota Técnica nº 01, tem como uma das metas "possibilitar a expansão da fronteira agrícola baseada em tecnologia de alta produtividade" (EMBRAPA, 2014), segue afirmando que na região, ao lado do desenvolvimento de polos agrícolas modernos, existem milhares de hectares ocupados por uma

agricultura de baixa produtividade e pouca rentabilidade, desconsiderando os modos de vida da população.

Olhar para os sujeitos interessados nos leva analisar como, indiferente ao processo histórico das ocupações anteriores, das divisões políticas já estabelecidas, simplesmente surge, delimita, decreta, nomeia uma área. O acrônimo é resultado da abrangência do projeto, que engloba território nos estados do **Ma**ranhão, **To**cantins, **Pi**auí e **Ba**hia e é definido como um audacioso desafio para "garantir uma agricultura moderna e sustentável", já que o MATOPIBA

> reúne 31 microrregiões do IBGE, onde estão 337 municípios em uma área total de 73 milhões de hectares. Há na região 250 mil estabelecimentos agrícolas (aproximadamente 28,8 milhões de ha), 46 unidades de conservação (8.334.679 ha), 35 terras indígenas (4.157.189 ha) e 781 assentamentos, área quilombolas (3.033.085 ha) além de áreas de conservação ainda em regularização (INCRA, 2014).

O Censo de 2010 registrou 5.901.078 pessoas na região, sendo que dessas 35% vivem no campo (Fernandes *et al*, 2019). Vale assinalar que o relatório do GITE não reconheceu como território ocupado, as áreas em conflitos pela posse, sejam terras indígenas e quilombolas em processo de reconhecimento, sejam os acampamentos de luta por realização de assentamentos e outras formas de ocupações e retomadas.

E com essa diversidade de ocupação, não são estes o público-alvo das ações do PDA, como afirmou Fernandes *et al* (2019) o MATOPIBA "foi criado exclusivamente para atender aos interesses do capital financeiro em se territorializar para produzir commodities flexíveis" (p.174), percepção também constatadas em entrevista

> […] mostra a mão do estado que beneficia uns e outros não, beneficia o capital dando infraestrutura, energia, estrada toda a infra que pode, assistência, seja de segurança, de saúde, e a comunidade que está a 5 km daquele empreendimento não tem nada, ela não tem sequer estrada de acesso para chegar, ela não tem energia elétrica, ela sequer aparece no mapa (Entrevista 02).

O PDA MATOPIBA foi instituído como uma política do Estado brasileiro, com demarcação territorial, financiamento de investimentos em infraestrutura e em pesquisa. Nesse sentido, concorda-se com Delgado (2013) que "a economia do agronegócio requer ação concertada do Estado, sem o que esta estrutura não existirá" (p.62.) e ele segue afirmando que essa economia do agronegócio atua como um "pacto de poder, com estratégia fundamental de captura da renda da terra, à revelia dos interesses mais gerais do país" (p.63). Neste caso,

> […] a participação do Estado ocorre para a construção de infraestrutura voltada para o agronegócio, com recursos financeiros e pesquisas destinadas às *commodities*, podendo trazer crescimento econômico para a região, fato que será observado na variação do PIB total e per capita, porém, tal ganho não necessariamente resultará no desenvolvimento da região (FERNANDES, *et al.*, 2019).

Importante marcar que desenvolvimento financeiro não representa necessariamente melhoria das condições de vida da população, conforme Fernandes *et al* (2019) a concentração de terra é indissociável da concentração de renda e, na região, 1% dos estabelecimentos produz 86% da renda bruta.

Considerado última fronteira agrícola é necessário apontar que, desde a década de 1970, o Cerrado tem sido foco das políticas expansionista do agronegócio "o Cerrado brasileiro foi e continua sendo lócus privilegiado da inserção do capital no agronegócio, e na constituição de arranjos territoriais produtivos" (BEZERRA e GONZAGA, 2019).

Por ser este lócus privilegiado para implantação de monocultura em larga escala, o Cerrado hoje é um dos biomas brasileiros mais ameaçados pela perda da biodiversidade. Segundo Rudorf (2015) a partir dos dados do relatório Geoespacial o Cerrado é considerado um dos 34 *hotspots* da biodiversidade mundial, e que atrai menos atenção do que a Amazônia, porém, apresenta uma rica biodiversidade, e é onde se localizam os três principais aquíferos do Brasil, o que exige repensar o modelo de expansão produtiva no mesmo.

No entanto, os estudos da EMBRAPA não consideram que haverá desmatamento na região, "apenas as pastagens nativas e as áreas de campo e cerrado serão substituídas por culturas anuais" (EMBRAPA, 2014).

Considerando os impactos sociais e ambientais do MATOPIBA, pode-se compreender que se vivencia um processo de reedições dos Programas de Desenvolvimento, da década de 1970/1980, adaptadas à conjuntura atual de crises diversas, de internacionalização da produção de *commodities* e da financeirização das terras,

> […] quando se constitui uma estratégia de relançamento dos grandes empreendimentos agroindustriais apoiados na grande propriedade fundiária, voltados à geração de saldos comerciais externos expressivos (…) isso reforça as estratégias privadas de maximização da renda fundiária e especulação no mercado de terras, […] (DELGADO, 2010, *apud* ALENTEJANO, 2014. p. 23-24).

Juntamente com a territorialização do agronegócio e a produção de *commodities,* as empresas produzem conflitos territoriais pela posse da terra, (FERNANDES *et al*, 2019), o que normalmente leva as comunidades a estarem expostas a diversas formas de violências e violações de seus direitos, diversos relatórios construídos pelas organizações sociais com atuação na região tem feito essa denúncia, conforme declarou o CIMI (2016), "ao invés de progresso, o MATOPIBA causa graves impactos sociais e acentua ainda mais a destruição do Cerrado, causando o agravamento da pobreza e o abandono forçado do território" (p.1).

Para lideranças entrevistadas no bojo dessa pesquisa, o MATOPIBA representa a violência, a fome e a morte tanto do bioma como dos povos do bioma.

MATOPIBA E A RELAÇÃO ENTRE TERRA E PODER

Alentejano (2012b) afirmou que "desde o tempo da colonização portuguesa, terra é sinônimo de poder e riqueza no Brasil e de disputas acirradas pelo seu controle" (p.742). O Estado sempre procurou formas de controlar/impedir o acesso da população em geral à terra, primeiro através do controle das concessões, depois pela privatização, conforme condições para acesso prevista na Lei de Terras (Lei 601/1850).

Isso não impediu que povos e comunidades tivessem na terra a base de sua reprodução social, fosse através das parcerias em fazendas de cana no Nordeste ou de café no Sudeste, fosse pela ocupação dos sertões longínquos, onde então, ainda não havia interesse capitalista sobre a propriedade, como o caso dos Cerrados, onde até a década de 1960 as terras eram consideradas impróprias para a agricultura.

O fato é que olhar para o campo no Brasil nos mostra um emaranhado de formas de propriedades e de ocupações do território, também de diferentes modos de organizar a vida, que variam de acordo com a origem e as relações sociais e culturais estabelecidas, indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais com diversas denominações (geraizeiros, vazanteiros, quebradeiras de coco babaçu, povos de fundo e fecho de pasto, barranqueiros, sertanejos etc.), os assentamentos instituídos pelo INCRA e os acampamentos às margens das rodovias pleiteando terras públicas ou possíveis de desapropriação.

A partir da organização desses indivíduos em processo permanente de lutas, essas formas de ocupação, "posse", foram reconhecidas oficialmente pelo Estado como legítimas e

legais, cabendo ao mesmo reconhecer, demarcar e proteger estes territórios, visto que elas se encontram majoritariamente sobre terras públicas federais ou estaduais.

Porém, o reconhecimento de que as comunidades têm direito sobre os territórios historicamente ocupados, não levou o Estado a regularizar essas posses, e a presença das pessoas nas áreas não parece dar base materiais para que a expansão do agronegócio respeite essas formas de ocupação. A fragilidade documental destes territórios permite ainda uma sistemática apropriação indevida por grileiros, e à permanência de conflitos no campo no Brasil, como constata os Relatórios Conflitos no Campo, organizados anualmente pela Comissão Pastoral da Terra – CPT.

O conflito, então, acontece pelo embate entre interesses antagônicos, de um lado os povos do campo, das águas e das florestas e do outro representantes do agro-hidro-minero-negócios e especuladores fundiários.

A maioria dos conflitos ocorridos nos últimos 15 anos teve início pela iniciativa das classes proprietárias e pelo Estado. Em 2018, dos 1.124 conflitos no geral, 964 foram protagonizados pela ação do poder privado e do poder público, tanto pelas ações do judiciário, por negligência no cumprimento das obrigações legais, como por conivência com o setor privado, como no caso da grilagem (PORTO-GONÇALVES, 2019).

As consequências desses conflitos são as diversas violências às quais esses grupos são submetidos. A FIAN Internacional (2018), realizou a 'Caravana do MATOPIBA' em municípios do Piauí, e descrevem que "há casos de violência contra crianças, queima e destruição de casas e roças, entupimentos de poços, treinamento de tiros noturno para intimidar a população, uso de força física, e agressão" (p. 59). Descrição endossada pelos entrevistados "eles tiveram casas queimadas, roças destruídas, porque quando eles faziam uma roça os capangas da Radar iam lá e destruíam" (Entrevista, 01)

O relatório expõe outros problemas oriundos da expansão da monocultura, como: crise hídrica, envenenamento de rios, roças e solos por agrotóxicos, assoreamento dos rios, a impossibilidade de caça, pesca e extrativismo, o que demonstra que mesmo que não haja a violência direta há uma incompatibilidade entre os dois modos de produção e reprodução da vida.

Dentre os diversos impactos decorrente dessa realidade vale destacar o adoecimento físico e mental das pessoas, "mulheres literalmente violentadas em função de terem de andar

08 km para coleta de pequi, buriti, mangaba com o cesto na cabeça, e envenenamento, em função dos agrotóxicos, a contaminação começa pela pulverização aérea, depois pelas águas e aí pelo consumo da água contaminada" (entrevista 01) e a ausência de um suporte do estado para atendimento à saúde das mesmas, quando o atendimento médico se dá apenas nas sedes dos municípios e a ausência de transporte público regular.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O MATOPIBA é a expressão de um processo de apropriação dos bens e recursos naturais que deveriam ser de uso comum. Entender a dinâmica de expansão do agronegócio neste território é importante, pois, ajuda a pensar sobre os impactos desse modelo produtivo na reprodução social dos povos e comunidades diretamente impactadas, e sobre as demais formas de organizações da região.

Harvey (2004) ajuda a pensar a criação dessa área quando afirmou que o Estado tem o monopólio da violência e da legalidade. Uma legalidade, que ao reconhecer a propriedade privada com exclusividade, nega a legitimidade de outras formas de propriedade, como as historicamente construídas pelas comunidades nesses territórios.

O MATOPIBA também exige pensar sobre os avanços do agronegócio sobre a biodiversidade, ao se constituir como uma propalada última fronteira agrícola no Cerrado, coloca como imperativo de que este bioma não tem necessidade de ser preservado, já que a retirada total de sua vegetação nem se caracteriza como desmatamento, conforme descrito em Nota Técnica pela EMBRAPA (EMBRAPA,2014). Mas, também se coloca na fronteira com a Amazônia, que tem sofrido grandes pressões de madeireiras e pecuaristas, portanto, é importante nos perguntar "pra onde vai o Agronegócio no Brasil?" depois do Cerrado qual será a última fronteira? o que queremos com a agropecuária brasileira?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

ALENTEJANO, P. **A centralidade da questão fundiária no cenário agrário brasileiro do século XXI**, disponível em: https://bit.ly/2Q7o0Bg acessado em: 19/08/2019.

ALENTEJANO, P. **Modernização da Agricultura,** *(in)* CALDART, R. S. *et al.* (*orgs)* **Dicionário da Educação do Campo,** Editoras Expressão Popular e Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/FIOCRUZ, São Paulo, Rio de Janeiro, 2012.

ALENTEJANO, P. **Terra,** *(in)* CALDART, R. S. *et al.* (*orgs)* **Dicionário da Educação do Campo,** Editoras Expressão Popular e Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/FIOCRUZ, São Paulo, Rio de Janeiro, 2012b.

BEZERRA, J. E.; GONZAGA, C. L.; **O discurso regional do MATOPIBA no poder legislativo federal: práticas e políticas.** Revista NERA, v. 22, n. 47, p. 46-63, dossiê MATOPIBA, 2019.

BREILH, J. **Nuevo modelo de acumulación y agroindustria: las implicaciones ecológicas y epidemiológicas de la floricultura en Equador.** Revista Ciência & Saúde Coletiva, 12(1) 91 – 104, 2007.

BRUNO, R. **Senhores da terra, Senhores da guerra – A nova face política das elites agroindustriais no Brasil,** Ed. Forense Universitária, Rio de Janeiro, 1997.

BRUNO, R., **Agricultura Empresarial, Povos e Comunidades Tradicionais: lutas simbólicas e negação dos direitos**, Revista RAÍZES, v. 37, n.02, jul – dez, 2017.

CHÃ, A. M., **Agronegócio e Indústria Cultural** – Estratégia das empresas para a construção da hegemonia, Ed. Expressão Popular, São Paulo, 2018.

CIMI, **MATOPIBA – Destrói a natureza e seus povos. Relatório,** disponível em: cimi.org.br/wp-content/uploads/2017/11/matopiba_folder-2016.pdf; acessado em 02/01/2020.

DELGADO, G. C. **O Que Significa a Economia política do Agronegócio no Brasil Atual (Anos 2000),** Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA, **Agronegócio e Realidade Agrária no Brasil,** Edição especial, julho de 2013.

EMBRAPA, **Nota Técnica 1, Proposta de Delimitação Territorial do MATOPIBA,** Campinas –SP, maio de 2014. Disponível em: https://l1nq.com/MynHZ Acessado em: 22/11/2019.

FERNANDES, B. M.; FREDERICO, S.; PEREIRA, I. P., **Acumulação pela renda da terra e disputas territoriais na fronteira agrícola brasileira,** Revista NERA, Presidente Prudente – SP, v. 22, n. 47, p. 173 – 201, Dossiê MATOPIBA, 2019.

FIAN Internacional, **Os custos ambientais e humanos do negócio de terras – o caso MATOPIBA,** FIAN Internacional, Rede Social de Justiça e Direitos Humanos e Comissão Pastoral da Terra, 2018.

HARVEY, D. **O novo imperialismo,** Loyola, São Paulo – SP, 2004.

INCRA, **INCRA E EMBRAPA promovem diagnostico territorial estratégico da região do MATOPIBA** disponível em: https://bit.ly/2Fjjfj5, acessado em: 04/01/2020.

LEITE, S. P. e MEDEIROS, L. S de**; Agronegócio** (*In)*: CALDART, R.S. et al. (org.) **Dicionário da Educação do Campo**, Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular. Rio de Janeiro, São Paulo. P. 81 -87, 2012.

MÉSZÁROS, I. **Atualidade Histórica da ofensiva socialista,** Editora Boitempo, São Paulo – SP, 2010.

PEREIRA, L.I e PAULI, L., **O processo de estrangeirização da terra e a expansão do agronegócio na região do MATOPIBA.** Campo – Território: Revista de Geografia Agrária, Ed. Especial, p. 196 -224, junho de 2016.

PEREIRA, M. C. de B. **Revolução Verde** (*In)*: CALDART, R.S. *et al*. (org.) **Dicionário da Educação do Campo**, Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular. Rio de Janeiro, São Paulo. p. 685 -689, 2012.

PORTO-GONÇALVES, C.W., **A globalização da natureza e a natureza da globalização,** Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2006.

PORTO-GONÇALVES, C.W., **Terra em Transe: geografia da expropriação e da r-existência no campo brasileiro 2018,** (*in)* Conflitos no Campo Brasil 2018, CPT, Goiânia-GO, 2019.

RUDORFF, B. *et al*; **Análise Geoespacial da Dinâmica das Culturas Anuais no Bioma Cerrado: 2000 a 2014** (Relatório) / Agrosatélite Geotecnologia Aplicada Ltda; Florianópolis, Santa Catarina, Brasil, 2015.

SILVA, C. M. da, **Entre Fênix e Ceres** – a grande aceleração e a fronteira agrícola no Cerrado. Revista Varia História, Belo Horizonte, vol. 34, n.65, p.409 – 444, mai/ago 2018.

SILVA, J. G. da, **O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a reforma agrária,** (*in*) **A questão Agrária na década de 90.** Ed. UFRGS, Porto Alegre, 4º Edição, 2004.

SOUZA, G. V. A. de; PEREIRA, M. F. V., **MATOPIBA: a Inteligência Territorial Estratégica (ITE) e a regionalização como ferramenta**. Revista NERA, v. 22, n. 47, p. 22-45, dossiê MATOPIBA, 2019.

A LUTA DE CLASSES VAI AO PARAÍSO: O CERCO DOS BILIONÁRIOS E A RESISTÊNCIA DOS PESCADORES NA ILHA DE BOIPEBA – CAIRÚ - BAHIA.

Silvio Marcio Montenegro Machado[1]

Mariana Balen Fernandes[2]

Leonardo Teixeira Sousa[3]

RESUMO

A presente comunicação é fruto de um projeto de extensão realizado na comunidade de Cova da Onça, na Ilha de Boipeba, que está localizada no município de Cairú-BA. Projeto que teve como objetivo delimitar as áreas de uso da comunidade para servir de instrumento para que a Secretaria do Patrimônio da União conceda um Termo de Autorização de Uso Sustentável (TAUS). Trabalho este que foi desenvolvido em Acordo de Cooperação Técnica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano), juntamente com a Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB) e a Universidade do Estado da Bahia (UNEB). No presente artigo, não iremos abordar o processo de delimitação do território, nem as questões relacionadas ao TAUS, mas fazer uma análise do processo de usurpação das terras da comunidade e do conflito envolvendo interesses de um grupo corporativo bilionário e a comunidade de Cova da Onça. O objetivo deste trabalho é realizar um resgate histórico do processo de uso e ocupação do território da comunidade de Cova da Onça, analisar o processo de territorialização do capital turístico imobiliário bem como as estratégias de luta pela defesa do território realizadas pela comunidade. Além de evidenciar um processo em curso, que vem ocorrendo em toda a Bahia, de tomadas de terras de povos e comunidades tradicionais, usurpação de terras comunais e demais processos de grilagem, o presente trabalho, demonstra a trama das redes e conexões entre os diferentes agentes no processo de territorialização do Capital e as ligações entre Estado e Capital nesse processo.

Palavras Chave: pescadores artesanais, territórios tradicionais, especulação imobiliária/neodesenvolvimentismo

[1] Doutorando em Geografia Humana na Universidade de São Paulo – (PPGH/FFLCH – USP), Professor EBTT no IF Baiano Campus Santa Inês, e-mail: silvio.machado@ifbaiano.edu.br
[2] Doutora em Antropologia, Universidade Federal da Bahia (PPGA/UFBA), Professora Adjunta da Universidade Federal do recôncavo da Bahia (UFRB), marianabalen@ufrb.edu.br
[3] Mestre em Geografia pela Universidade Federal da Bahia (POSGEO-UFBA), Professor EBTT no IF Baiano – Campus Santa Inês, e-mail: leonardo.sousa@ifbaiano.edu.br

RESUMEN

Esta comunicación es el resultado de um proyecto de extensión llevado a cabo en la comunidade de Cova da Onça, en la Isla de Boipena, que se encuentra en el município de Cairú-BA. Proyecto que tuvo como objetivo delimitar las áreas de uso de la conunidad para servir de instrumento para la Secretaria de Patrimônio de la Unión otorgue um Plazo de Autorización de Uso Sustenible (TAUS). Este trabajo se desarrolló en un Convênio de Coorperación Técnica del Instituto Federal de Educación, Ciência y Tecnologia de Bahia (IF Baiano), junto con la Universidad Federal del Recônvavo Baiano (UFRB) y la Universidad Estadual de Bahia (UNEB). En el presente artículo, no abordaremos el proceso de demilimitación del território, ni las cuestiones relacionadas con el TAUS, sino que haremos un análisis del proceso de usurpación de las tierras de la comunidad y el conflicto que involucra los intereses de un grupo empresarial multimillonario y la comunidad de Cova da Onça. El objetivo de esta explanción es realizar un rescate histórico del proceso de uso y ocupación del territorio de la comunidad de Cova da Onça, analizar el proceso de territorialización de la capital turística inmobiliaria así como las estrategias de lucha por la defensa del territorio llevadas a cabo por la comunidad. Además de evidenciar un proceso continuo, que viene ocurriendo en toda Bahía, de acaparamiento de tierras a pueblos y comunidades tradicionales, usurpación de tierras comunales y otros procesos de acaparamiento de tierras, el presente trabajo demuestra el entramado de redes y conexiones entre los diferentes agentes en el proceso de territorialización del Capital y los vínculos entre Estado y Capital en este proceso.

Palabras clave: pescadores artesanales, territorios tradicionales, especulación inmobiliaria/neodesarrollismo

MODOS DE OCUPAÇÃO E PROCESSOS DE EXPROPRIAÇÃO DOS TERRITÓRIOS TRADICIONAIS NA ILHA DE BOIPEBA.

A comunidade pesqueira de Cova da Onça, conta com aproximadamente 700 habitantes e está situada na localidade de São Sebastião, porção sul da Ilha de Boipeba, município de Cairú-BA, porção leste do Estado da Bahia, inserido na região do Baixo Sul da Bahia, localidade pioneira no processo de ocupação do território brasileiro pela coroa portuguesa.

Desde o início da colonização o povoamento que se estabeleceu na Ilha de Boipeba esteve ligado a articulação entre a agricultura, o extrativismo e a pesca. A Velha Boipeba é o maior povoado da ilha e, além da Velha Boipeba, destacam-se as comunidades negras tradicionais (quilombolas), também compostas por pescadores e marisqueiras, Moreré e Monte Alegre, sendo que ambas são reconhecidas e certificadas como Comunidades Remanescentes de Quilombo pela Fundação Cultural Palmares.

A comunidade de Cova da Onça se localiza na metade sul da ilha, de Boipeba, cujas residências das famílias se encontram voltadas para o sul juntamente com a Igreja de São Sebastião (figura 1), em uma faixa muito próxima ao mar e protegidas por recifes

e manguezais, situada entre a foz do Rio Catu e o Rio dos Patos, protegida também por uma encosta na qual se encontra o campo das mangabas.

A comunidade de Cova da Onça é essencialmente pesqueira, composta por famílias de pescadores e pescadoras artesanais e marisqueiras, que vêm desenvolvendo diversas estratégias de sobrevivência e de uso sustentável do território, articulando a pesca à agricultura de baixa intensidade ao extrativismo. Existem na comunidade alguns poucos serviços voltados ao turismo, mas dada a distância em relação aos principais pontos de chegada dos turistas à ilha e sua posição geográfica voltada para o sul e entre mangues a atividade turística é, até então, secundária. As principais atividades econômicas desenvolvidas pelos moradores são a pesca, a mariscagem, o extrativismo e a agricultura camponesa[4].

Figura 1. Igreja de São Sebastião e casas da comunidade.

Foto: Silvio Marcio M. Machado, Trabalho de Campo (2018).

Cabe ressaltar que boa parte do território do interior da ilha são de terras da União, e foram utilizadas por gerações pelas comunidades tradicionais que ali habitam. Além da

[4] O tipo de agricultura camponesa que encontramos na comunidade de Cova da Onça é uma agricultura de pequena escala, que visa essencialmente a produção de alimentos, sem exploração de mão-obra-assalariada, voltada para a satisfação das necessidades do núcleo familiar e, que pode ou não envolver a venda do excedente.

comunidade de Cova da Onça, o interior da Ilha de Boipeba também é compartilhado de forma comum pela comunidade pesqueira de Barra dos Carvalhos, que fica na outra margem do Rio dos Patos, além das comunidades quilombolas de Moreré e Monte Alegre que usufruem do território para pesca e mariscagem, assim como as fontes de água, coleta da mangaba entre outras atividades.

Segundo os relatos dos mais idosos, a comunidade de Cova da Onça, inicialmente, não costumava se dedicar à pesca, mas se desenvolveu enquanto uma comunidade camponesa, cujas famílias eram essencialmente agricultoras e que, no processo de colonização, abasteciam de alimentos centros urbanos mais próximos como a capital Salvador e o centro urbano de Valença.

Conforme os relatos dos moradores, até meados do século XX, a comunidade enviava muitos mantimentos de barco para toda a região. Ocorre que, desde o início do século XX, começaram a aparecer pessoas que se diziam "donas de fazendas" do interior da ilha e passaram a restringir o acesso das famílias de Cova da Onça a determinadas áreas e se apropriar exclusivamente do cultivo de coco.

Os então "donos" da antiga Fazenda Cova da Onça, hoje denominada de Ponta do Castelhanos, onde se encontra a terra agricultável mais próxima à comunidade, permitiam que os moradores continuassem cultivando outros produtos, desde que a Fazenda tivesse a exclusividade do cultivo do coco, passando a determinar em quais áreas poderia ser realizado esse cultivo e cobrando a renda da terra.

Com essa estratégia, aos poucos foram sendo expropriadas as áreas utilizadas coletivamente pela comunidade, passando a fazenda a ampliar a sua área de cultivo, ao mesmo tempo, em que definia quais áreas deveriam ser cultivadas pela comunidade. Desse modo, o fazendeiro obtinha o controle da mão-de-obra gratuita e ainda recebia a renda da terra enquanto abria novas áreas de cultivo. De tempos em tempos, o mesmo determinava que naquela área não poderia mais haver cultivo por parte da comunidade e estabelecia outra área a ser cultivada, ficando com a terra "amansada" para ampliar o seu cultivo.

Malta & Barcelos (2020) e Wanderley & Cavalcanti (2017) identificaram um processo de cercamento de terras em função de atividades turísticas e instalação de empreendimentos imobiliários em toda a região, bem como recibos de arrendamento que comprovam a atividade camponesa dessas famílias na então Fazenda Cova da Onça desde pelo menos 1938, como é possível verificar na figura 2.

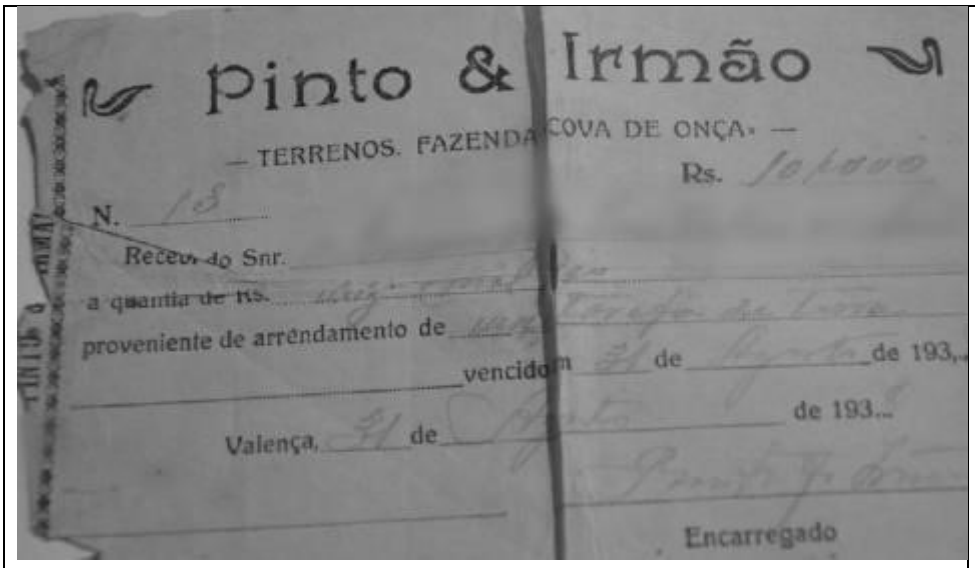
Tais processos foram constitutivos da usurpação do território da comunidade e das terras da união. Segundo Wanderley (2017) a passagem dessas terras para mãos privadas não encontra amparo na legislação e não se sustenta diante de uma procura por documentos de título que remetam a passagem da terra pública para um ente privado.

O fato é que a posse em terras da União foi sendo normalizada e a comunidade de Cova da Onça passou a arrendar terras para poder produzir, processo esse de transição que está presente na memória dos moradores mais antigos de Cova da Onça por ter cerceado o acesso à terra da comunidade e, consequentemente, a "empurrado" para o mar.

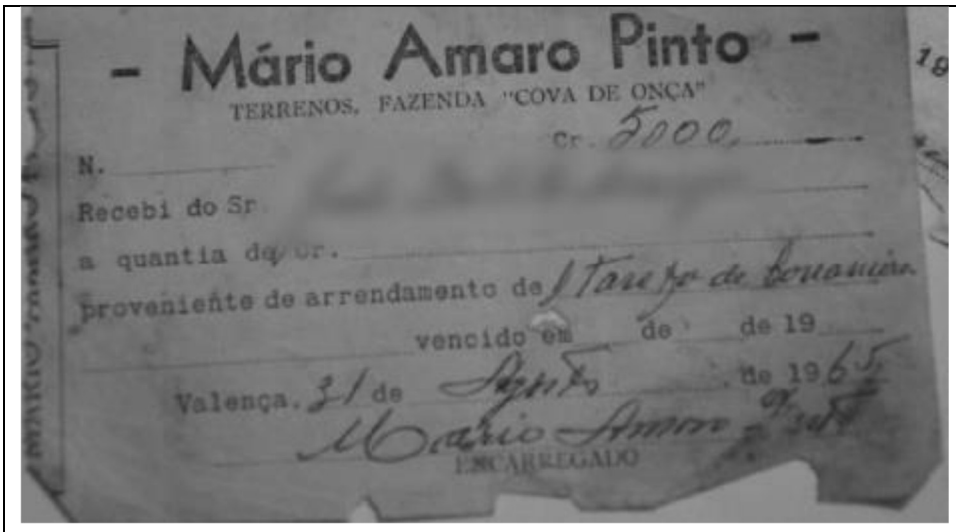
Dessa maneira, a comunidade aos poucos foi se recolhendo para onde hoje é o campo das mangabas, até que se estabeleceu na porção sul, entre os mangues e junto à praia. Foi por meio desse processo de expropriação que a comunidade passou a se tornar pesqueira, pois sem as áreas agricultáveis, restavam para a comunidade as mangabas, o mar e o mangue para retirar o seu sustento.

Mas nem mesmo esta condição fez com que a comunidade conseguisse viver tranquilamente na Ilha de Boipeba, uma vez que o capital especulativo, a especulação imobiliária e o turismo internacional ameaçam a comunidade de perderem o pouco que possuem novamente.

Figura 2. Recibos de Arrendamento


Pinto & Irmão
— TERRENOS. FAZENDA COVA DE ONÇA. —
Rs.
N.
Recebo do Snr.
a quantia de Rs.
proveniente de arrendamento de
vencido em de de 193..
Valença, de de 193..
Encarregado

Recibo de arrendamento de 1938 na "Fazenda Cova da Onça".



Recibo de arrendamento de 1965 na "Fazenda Cova da Onça".

Fonte: Alves (2018) In: Malta R. A & Barcellos, E. A. S. (2020)

Em um processo de expropriação de terras digno de uma Duquesa de Sutherland, conforme retratado por Karl Marx (2013) no Capítulo 24 do Livro I, o capítulo que discorre sobre "A Assim Chamada Acumulação Primitiva", a história se repete na Ilha de Boipeba. Assim Marx descreveu a sorte dos gaélicos em O Capital:

> Como exemplo dos métodos dominantes no século XIX, bastam aqui os "clareamentos" realizados por ordem da duquesa de Sutherland. Essa pessoa, instruída em matérias econômicas, decidiu, logo ao assumir o governo, aplicar um remédio econômico radical, transformando em pastagens de ovelhas o condado inteiro, cuja população já fora reduzida a 15 mil em consequência de processos de tipo semelhante. De 1814 até 1820, esses 15 mil habitantes, aproximadamente 3 mil famílias, foram sistematicamente expulsos e exterminados. Todos os seus vilarejos foram destruídos e incendiados; todos os seus campos transformados em pastagens. Soldados britânicos foram incumbidos da execução dessa tarefa e entraram em choque com os nativos. Uma anciã morreu queimada na cabana que ela se recusara a abandonar. Desse modo, a duquesa se apropriou de 794 mil acres de terras que desde tempos imemoriais pertenciam ao clã. Aos nativos expulsos ela designou cerca de 6 mil acres de terras, 2 acres por família, na orla marítima. Até então, esses 6 mil acres haviam permanecido ermos, e seus proprietários não haviam obtido renda nenhuma com eles. Movida por seu nobre sentimento, a duquesa chegou ao ponto de arrendar o acre de terra por 2 xelins e 6 pence às pessoas do clã que por séculos haviam vertido seu sangue pela família Sutherland. Toda a terra roubada ao clã foi dividida em 29 grandes arrendamentos, destinados à criação de ovelhas; cada arrendamento era habitado por uma só família, em sua maioria servos ingleses de arrendatários. No ano de 1825, os 15 mil gaélicos já haviam sido substituídos por 131 mil ovelhas. A parte dos aborígines jogada na orla marítima procurou viver da pesca. Tornaram-se anfíbios, vivendo, como diz um escritor inglês, metade sobre a terra, metade na água e, no fim das contas, apenas metade em ambas.
>
> Mas os bravos gaélicos deviam pagar ainda mais caro por sua idolatria romântica de montanheses pelos "grandes homens" do clã. O cheiro de peixe subiu ao nariz dos grandes homens. Estes farejaram algo lucrativo nesse assunto e arrendaram a orla marítima aos grandes comerciantes de peixes de Londres. Os gaélicos foram expulsos pela segunda vez" (MARX, 2013, p. 523)

A presença de ecossistemas de grande interesse ambiental, com extensos manguezais, praias voltadas para leste protegidas por recifes e belezas naturais com grande potencial turístico, saltaram aos olhos do grande capital e novamente a comunidade se encontra ameaçada. Esse foi um dos principais motivos que levaram o governo do Estado da Bahia a criar a Área de Preservação Ambiental (APA) Tinharé-Boipeba.

As belezas naturais e o grande potencial turístico e imobiliário fizeram com que o turismo e a especulação imobiliária chegassem com força, principalmente onde o acesso era menos difícil. É importante destacar que as ilhas Tinharé e Boipeba não possuem acesso terrestre, ambas são acessadas apenas por meio de embarcações. Porém, como a chegada do turismo ocorreu mais intensamente na ilha de Tinharé, sobretudo na localidade de Morro de São Paulo, a mesma possui um acesso mais facilitado.

PESCADORES DE BOIPEBA CONTRA A IMPLANTAÇÃO DO MEGAEMPREENDIMENTO TURÍSTICO IMOBILIÁRIO PONTA DOS CASTELHANOS

O Plano de Manejo da APA Tinharé-Boipeba esboça uma grande preocupação das lideranças locais com o crescente movimento turístico, principalmente em função do que vinha ocorrendo em Morro de São Paulo, na Ilha de Tinharé, no qual a população nativa estava sendo expropriada de suas atividades pesqueiras e afastada da praia, trocando as atividades extrativistas para se inserir na economia local como subempregados em atividades turísticas ou sendo expulsa, sendo substituída por mão-de-obra vinda de outros estados. (BAHIA, 1998, p. 121)

Apesar das belezas naturais a ilha de Boipeba se manteve relativamente fora do fluxo turístico que atingiu Morro de São Paulo, na Ilha de Tinharé. Até o início dos anos 2000, na Ilha de Boipeba, de todas as comunidades, apenas a Velha Boipeba recebia um pequeno fluxo de turistas que, em geral, buscavam lugares mais tranquilos para descansar.

Porém, em 03 de julho 2008, não por coincidência, o milionário herdeiro das Organizações Globo José Roberto Marinho, juntamente com Marcelo Pradez de Faria Stallone e Arthur Baer Bahia fundam a empresa Mangaba Cultivo de Coco Ltda, em 2017 Armínio Fraga, ex-presidente do Banco Central e homem de confiança do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, também se torna sócio da empresa.

No mesmo ano, em que o sistema financeiro internacional colapsa em função dos *subprimes*[5], o bilionário herdeiro das Organizações Globo funda uma empresa de cultivo de coco e compra, das mãos do empresário dono de uma rede de lojas de eletrodomésticos local e ex-prefeito do município de Valença-BA, a fazenda Ponta dos Castelhanos. Segundo dados levantados pelo Intercept Brasil, a compra foi efetuada por 20 milhões, dos quais 10 milhões foram pagos à vista e 10 milhões seriam repassados assim que as questões relativas a posse definitiva da área fossem resolvidas tais como o aforamento da área junto à Secretaria do Patrimônio da União (SPU) e a expulsão dos aproximadamente 50 "posseiros" que mantinham terrenos na área onde fica localizada a Fazenda Ponta dos Castelhanos. (UZÊDA & SABRINA, 2023).

A comunidade Cova da Onça havia se tornado essencialmente pescadora, mantendo ainda pequenas roças, somada à prática da coleta do guaiamum (animal semelhante ao caranguejo, porém sua toca é na terra), à mariscagem, à pesca da lagosta, do polvo e outras iguarias nos recifes, de mergulho, com e sem embarcações, e uso do campo da Mangaba - fruto muito apreciado e que gera uma renda importante para as mulheres da comunidade. Com tudo isso a comunidade manteve o equilíbrio ecológico e econômico, apesar de estar cada vez mais restrita ao litoral, próxima à praia. Ainda assim, a possibilidade de articular várias atividades além da pesca faz com que seja possível a preservação dos ecossistemas.

Porém, frente a um empreendimento que irá tomar quase que totalidade de suas áreas, a manutenção do modo de vida da comunidade e o equilíbrio ecológico e econômico estão completamente ameaçados.

E, como ocorreu com os gaélicos nas terras que a Duquesa de Sutherland usurpou dos clãs as terras e os fez pagarem pela renda como pescadores, para novamente serem expropriados quando a pesca se tornou lucrativa, a comunidade de Cova da Onça, passou de agricultora a pescadora em função da expropriação de suas terras agricultáveis e, agora, pode ser novamente expropriada enquanto comunidade pescadora.

A Comunidade de Cova da Onça teve tomada a maior parte das terras situadas nos tabuleiros costeiros da ilha, localidade que possui alta fertilidade natural devido à ocorrência de calcário e potássio, e que eram os seus locais de produção, restando hoje

[5] Empréstimo e hipotecas de alto risco, em geral concedidas a pessoas com histórico de crédito negativo ou insuficiente. No caso dos Estados Unidos da América, os bancos e financiadoras passaram a financiar a compra de imóveis a juros baixos para pessoas com histórico de crédito ruim, utilizando o próprio imóvel adquirido como única garantia de resgate. Por esse motivo, com o desenrolar da crise, milhares de pessoas passaram a morar nas ruas, em barracas, em trailers ou em seus próprios carros de uma hora para outra.

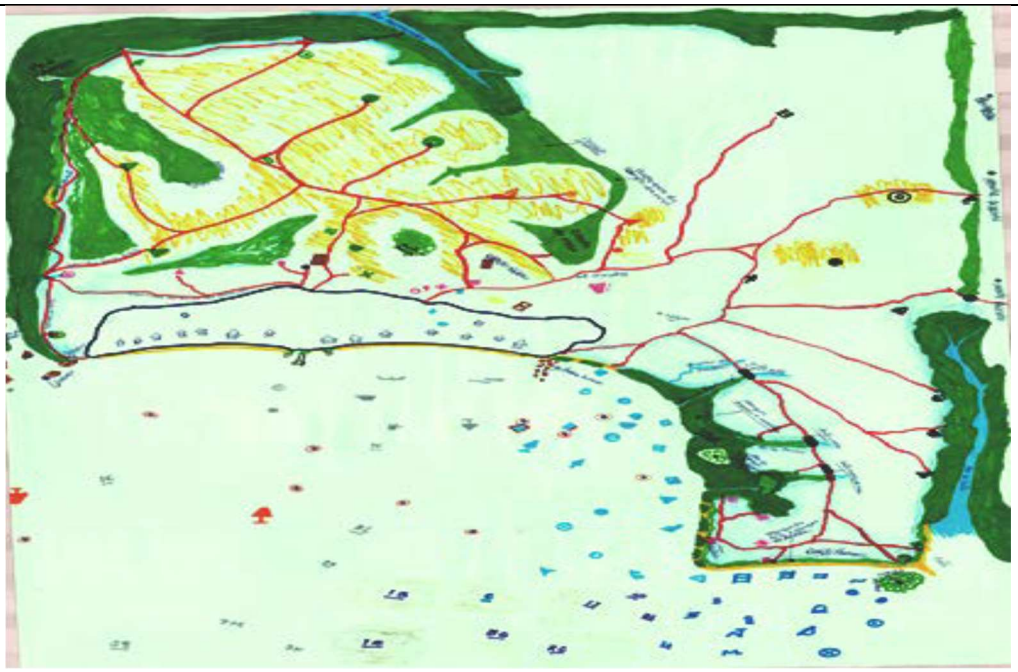
poucas áreas onde a população nativa produzia, onde se mantém a produção de roças como forma de resistência, porém isto ocorre em constante embate com a fazenda.

Agora essa mesma comunidade teme perder a condição de pescadora e se tornar pesca, como afirmou uma das moradoras *"aqui eu sou pescadora, lá fora eu sou pesca*", se referindo à vida nas cidades fora da ilha.

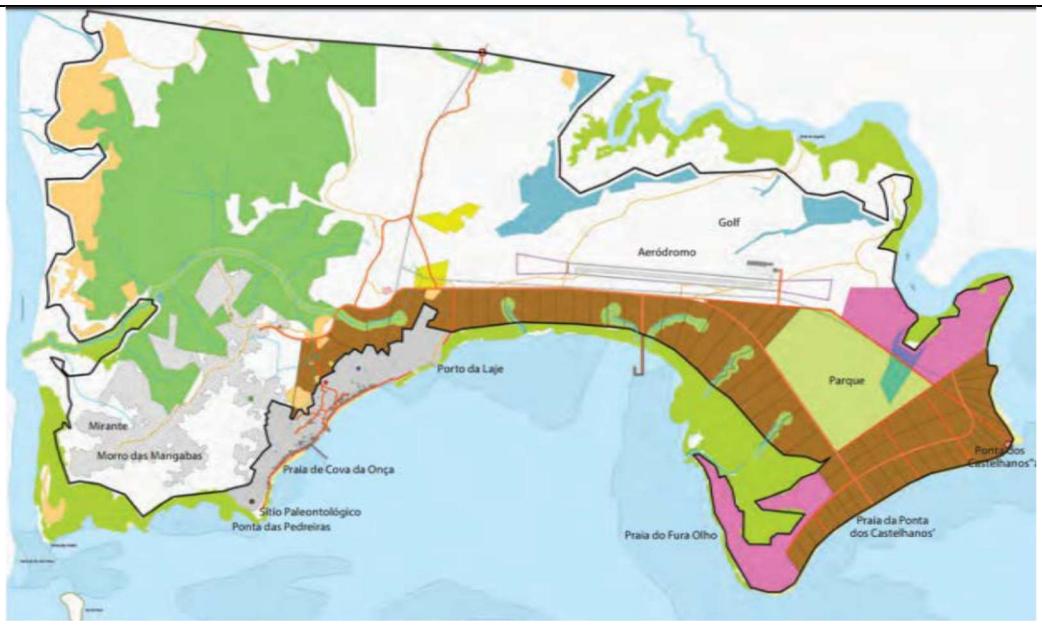
Wanderley e Cavalcanti (2017) fazem uma análise do projeto do empreendimento e do território autoidentificado em oficinas com a comunidade. É possível perceber a sobreposição entre ambos. Há, por parte dos empreendedores e da empresa que realizou o estudo de impacto do empreendimento, uma compreensão equivocada ou uma atitude deliberada para pensar que, por se tratar de pescadores, o território necessário ao desenvolvimento da comunidade seria apenas o mar.

Nota-se que não se leva em consideração as diversas atividades praticadas pela comunidade nas terras comuns, que fazem parte não somente da comunidade de Cova da Onça, mas que são de uso de todas as comunidades que vivem da ilha. Além de se desconsiderar a prática da agricultura, o projeto obstrui caminhos que são da coleta de guaiamum e de acesso aos mangues, bem como inviabiliza práticas de mariscagem em alguns dos mangues e a prática que é mais rentável para as mulheres que é a coleta da Mangaba.

Figura 3. Confrontação entre área do empreendimento e área da comunidade.



Território identificado pela comunidade, com seus usos, pontos de pesca, mariscagem, coleta, caminhos, mangues e casas. Coincide exatamente com a área onde está projetado o empreendimento.



Projeto do Empreendimento com Campo de Golfe, Aeródromo, lotes residenciais, píer, duas pousadas, parque, etc. Restaria de território para a comunidade apenas a área cinza que está fora da Poligonal em preto, somente onde ficam a igreja e as casas da comunidade.

Fonte: Wanderley e Cavalcanti (2017)

A prática do uso comum de áreas para a coleta, mariscagem e pesca, costuma não ter a devida atenção nem sequer do poder público visto que a lei determina que em áreas da União são inalienáveis as áreas de uso comum ocupadas por povos e comunidades tradicionais. A Secretaria do Patrimônio da União (SPU), órgão federal responsável pelas ilhas e áreas costeiras, não poderia ceder nenhum aforamento de terras comuns, muito menos o INEMA, órgão ambiental estadual, poderia licenciar empreendimentos na ilha de Boipeba. Por esse motivo, o Ministério Público Federal (MPF) questiona o licenciamento concedido pelo INEMA para instalação do empreendimento e aponta as ameaças socioambientais e indícios de irregularidade na situação fundiária da Fazenda Ponta dos Castelhanos. (MPF, Ofício Circular nº 137/2023, 14/03/2023).

O Estado em seu papel de mediador apresenta a sua face altamente contraditória pois, se por um lado, o MPF tenta garantir o direito à terra para usufruto da comunidade, por outro, a SPU ainda não se pronunciou sobre o pedido de Concessão do Termo de Autorização de Uso Sustentável por parte da comunidade. Em um primeiro momento, a SPU argumentou não dispor de técnicos que pudessem fazer o levantamento necessário para a elaboração do TAUS.

Em um segundo momento, foi entregue um relatório de identificação territorial e uso sustentável dos recursos naturais pela comunidade Cova da Onça para subsidiar o TAUS, fruto da articulação da comunidade com a Comissão Pastoral da Terra (CPP) e

com a Universidade Federal do Recôncavo Baiano, (UFRB) a Universidade do Estado da Bahia UNEB) e o Instituto Federal Baiano (IF Baiano), por meio de um Acordo de Cooperação Técnica (ACT). Porém, em meio a elaboração do relatório, o Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado da Bahia (INEMA), órgão estadual subordinado à Secretaria do Estado do Meio Ambiente (SEMA) por meio da portaria nº 28.063 de 07 e março de 2023, concedeu licença para implantação do empreendimento.

Na referida licença, o órgão autoriza a supressão de vegetação nativa e a instalação de um empreendimento com 69 lotes, 2 pousadas com 25 quartos e 25 casas e a construção de um píer de atracação de embarcações de pequeno e médio porte entre outros, como podemos observar na figura 4.

Um questionamento possível é qual a legitimidade de um órgão estadual de legislar sobre terras que são da União e que estão em disputa? Não caberia, em primeira instância, à União decidir quem de fato poderá fazer uso daquele território na porção sul da ilha de Boipeba conforme indicou o próprio Ministério Público?

Esse processo de usurpação de terras públicas, sobretudo no que diz respeito a terras que são de uso comum/compartilhado de comunidades tradicionais, não é exclusividade da Comunidade Cova da Onça, mas atinge ilhas costeiras, rios e baias, ou seja, diversas comunidades que vêm lutando contra a chegada de empreendimentos turísticos, imobiliários, entre outros como a carcinicultura e a construção de infraestrutura, como áreas industriais e terminais portuários.

Malta & Barcelos (2020) trazem um panorama do baixo sul, (figura 5) onde é possível observar grandes áreas cercadas e tomada das comunidades de Barra dos Carvalhos e Cova da Onça com vistas a empreendimentos imobiliários. Além destas áreas, há também um processo intenso de tomada de terras da comunidade quilombola Garapuá, localizada na ilha de Tinharé. No caso da Ilha de Boipeba, são 1.651ha, quase 1/3 da ilha, que estão sendo tomados para a construção do empreendimento turístico imobiliário da Ponta dos Castelhanos, o que representa quase a totalidade do território da comunidade Cova da Onça.

Assim como a comunidade de Barra dos Carvalhos, Cova da Onça procura formas de organização e resistência aos avanços dos empreendimentos sobre seus territórios. Apesar de legalmente as reivindicações dessas comunidades encontrarem amparo na Constituição Federal, o poder econômico envolvido e a pressão social e política existente, que vende a ideia de que tais empreendimentos representam progresso, desenvolvimento

e geração de emprego e renda, faz com que a luta pela manutenção desses territórios e do modo de vida tradicional se torne muito difícil.

Figura 4 – Parte do Extrato do Diário Oficial da Bahia

PORTARIA Nº 28.063 DE 07 DE MARÇO DE 2023. O **INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS - INEMA**, com fulcro nas atribuições e competências que lhe foram delegadas pela Lei Estadual nº 12.212/11 e Lei Estadual nº 10.431/06, alterada pela Lei nº 12.377/11, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 14.024/12 e, tendo em vista o que consta do Processo nº **2017.001.002541/INEMA/LIC-02541**, requerido por **MANGABA CULTIVO DE COCO LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 09.815.391/0001-77, com sede na Fazenda Ponta dos Castelhanos, s/n, Povoado São Sebastião, Ilha de Boipeba, no município de Cairu, **RESOLVE: Art. 1º** - Conceder: § **1º - AUTORIZAÇÃO DE SUPRESSÃO DA VEGETAÇÃO NATIVA**, válida pelo prazo de 05 (cinco) anos, para implantação do empreendimento turístico-imobiliário Ponta dos Castelhanos, em uma área de 2,92 ha, localizado na Fazenda Ponta dos Castelhanos, s/n, Povoado São Sebastião, Ilha de Boipeba, no município de Cairu, delimitada com as seguintes coordenadas de referência em UTM (X/Y), informadas no certificado, estando as demais coordenadas descritas em memorial descritivo apensado ao supracitado processo, com rendimento de material lenhoso estimado em 103,4977 m3 ou 155,25 st ou 51,75 MDC. § **2º - LICENÇA DE INSTALAÇÃO**, válida pelo prazo de 05 (cinco) anos, para implantação do empreendimento turístico-imobiliário Ponta dos Castelhanos, em uma área de 16.507.752,11m², com infraestrutura viária; aeródromo requalificado (221.886,00m²); 69 lotes (2.011.200,60 m²) sendo 67 lotes residenciais e 02 dois lotes para atividades de interesse social (Centro de Cultura e Capacitação, equipamento esportivo e Estação de Tratamento de Resíduos); 02 pousadas com 25 quartos e 25 casas assistidas cada, em áreas de 381.933,00 m² (pousada 1) e 493.847,00 m² (pousada 2); Píer de atracação de embarcações de pequeno e médio porte, na Fazenda Ponta dos Castelhanos, s/n, Povoado São Sebastião, Ilha de Boipeba, no município de Cairu. § **3º - AUTORIZAÇÃO PARA MANEJO DE FAUNA**, válida pelo prazo de 05 (cinco) anos, para Salvamento e Monitoramento da Fauna Silvestre nas áreas de influência do empreendimento turístico-imobiliário Ponta dos Castelhanos, localizado na Fazenda Ponta dos Castelhanos, s/n, Povoado São Sebastião, Ilha de Boipeba, no município de Cairu. **Art.**

Fonte: Diário Oficial do Estado da Bahia.

Somente o anúncio da possiblidade de instalação desse tipo de empreendimento em uma determinada comunidade já cria uma instabilidade e uma insegurança para toda a comunidade, antes mesmo do início dos cercamentos e das ameaças por parte dos funcionários dessas empresas, esses boatos minam a resistência e geram a divisão da comunidade.

A Figura 6 apresenta de forma ainda mais emblemática a situação na qual se encontram comunidades tradicionais, quilombolas e comunidades pesqueiras, no Baixo Sul da Bahia. Chama a atenção a existência de até três fazendas diferentes nas ilhas em nome de um mesmo proprietário, é o caso das glebas 14, 15 e 16 que constam como pertencentes à Perville Engenharia e Empreendimentos Ltda. Na situação cadastral do CNPJ da empresa Perville é possível constatar que se trata de uma filial com capital social de R$40.580.723,68 (quarenta milhões, quinhentos e oitenta mil e setecentos e vinte e três reais com sessenta e oito centavos).

Figura 5: Municípios, comunidades e cercamento de terras por grandes empreendimentos imobiliários

Fonte: Malta R. A & Barcellos, E. A. S. (2020)

Outro dado que chama a atenção é que os mesmos sócios possuem outras empresas que juntas somam mais de 240 milhões em capital social declarado, a sede fica em Joinville-SC, sendo a Perville de Boipeba uma das filiais que possui, além de seu capital social de mais de 40 milhões, duas holdings. São elas a Perini Invest ltda com capital de R$ 18.946.782,00 e outra a Faper International S.A. com sede em Luxemburgo, país que vem se destacando como paraíso fiscal das riquezas brasileiras. Cabe destacar que Faper International foi aberta pelo grupo Perville em 28 de março de 2023, coincidentemente poucos dias após a liberação das licenças do INEMA.

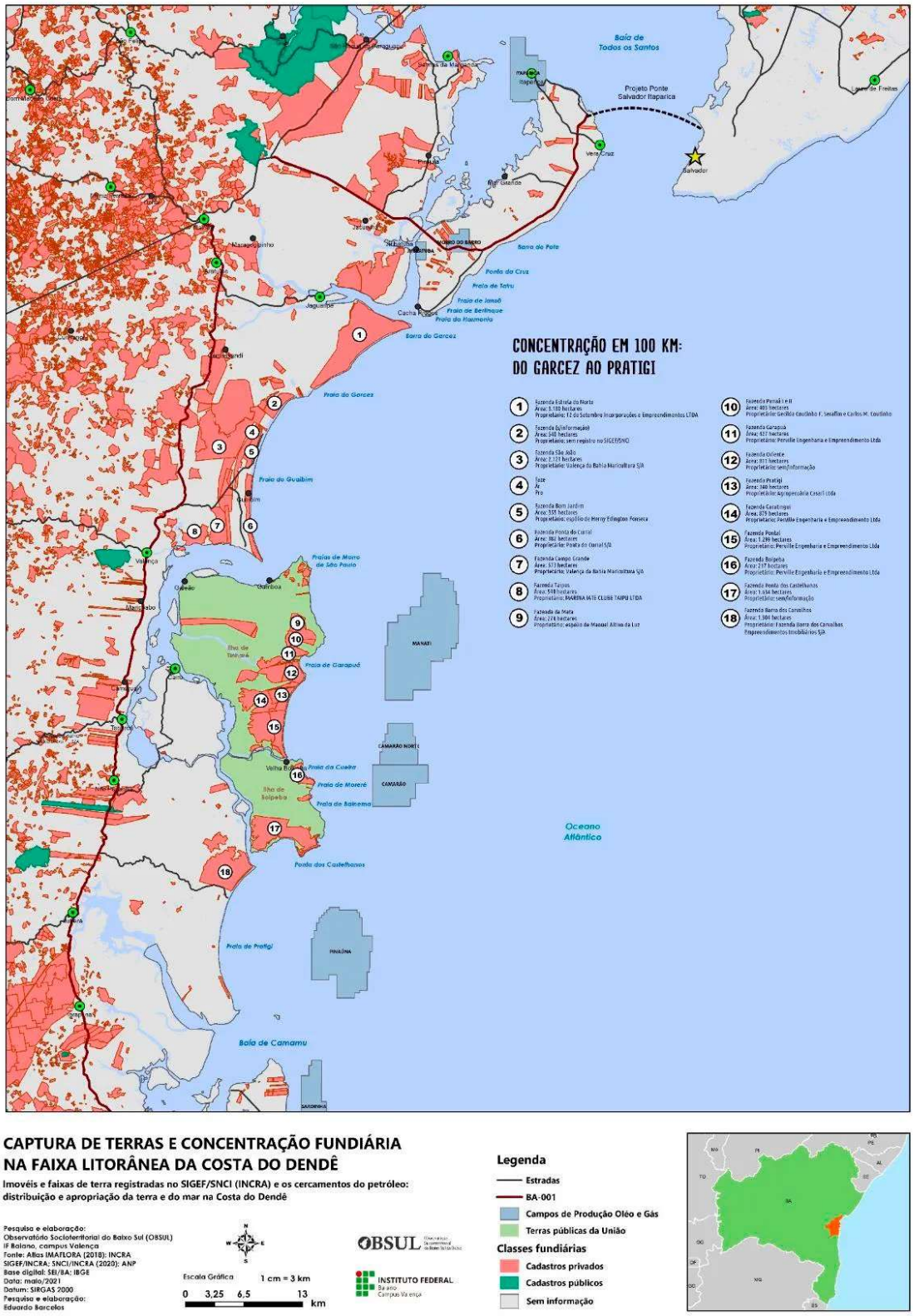
Ainda que os sócios da Perville não sejam os mesmos do empreendimento turístico-imobiliário de Roberto Marinho e Armínio Fraga, é possível perceber um movimento articulado do grande capital para tornar conformar nas ilhas de Tinharé e Boipeba um polo turístico de luxo, onde não cabem quilombolas e pescadores. Outro fato que chama a atenção ao observar esse movimento é que a Perville Engenharia e Empreendimentos tinha seu CNPJ cadastrado na década de 90 como filial em Boipeba e com atividade econômica no ramo de pecuária e laticínios, recentemente incluiu entre as suas atividades econômicas as atividades turísticas.

Por outro lado, a Mangaba Cultivo de Coco LTDA, que deseja construir o empreendimento turístico imobiliário nas terras reivindicadas pela comunidade de Cova da Onça, mantém desde 2008 o seu CNPJ vinculado a produção de Coco-Baía e cultivos de frutas de lavoura permanente não especificados.

Outro dado interessante é que Mangaba Cultivo de Coco LTDA também possui duas holdings: a Filadelfia Empreendimentos Imobiliários e Participações LTDA, com sede na Faria Lima, em São Paulo, e a Sonoio participações LTDA, com sede na praia de Botafogo no Rio de Janeiro e que possui uma Holding, a Katenga Corporation, com sede nas llhas Virgens Britânicas.

Por fim, cabe ainda uma pequena nota sobre a gleba 18, que abarca boa parte do território de Barra dos Carvalhos e que aparece com destaque na Figura 5 também. Apesar de não se tratar de um território insular e, portanto, a princípio não ser inicialmente terra da União, a gleba está inserida em um território que é rodeado por diversas comunidades quilombolas e de pescadores, entre as quais Boitaraca.

Figura 6 – Captura de Terras e concentração fundiária na faixa litorânea da Costa do Dendê.



Fonte: Malta R. A & Barcellos, E. A. S. (2020)

Notadamente há uma investida do capital que é maior que apenas a construção de um resort na Ilha de Boipeba. É possível identificar um movimento articulado de agentes do capital que é o de usurpação das terras de comunidades e povos tradicionais que vivem e se desenvolvem há séculos nessas localidades promovendo a especulação e a supervalorização das terras, no qual as populações vão sendo expulsas a medida que o preço da terra aumenta em função da especulação. A acumulação, nesse caso, independe de os projetos anunciados serem ou não viabilizados, pois já há um aquecimento do mercado imobiliário e a introdução de uma nova lógica nas relações que se confronta com o modo de vida comunitário pré-existente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Ilhas de Bopipeba e Tinharé, que compõem o arquipélago de Cairú, desde os primórdios da invasão europeia ao Brasil, são marcadas pelos intensos fluxos migratórios entre grupos culturalmente distintos e formas de resistência dos grupos oprimidos. A presença dos povos indígena, a ocupação da igreja católica e a formação de aldeamentos indicam um passado caracterizado por formas de controle sobre terras e grupos humanos. A escravização africana e a formação de vilas indicam rupturas entre os sistemas econômicos historicamente marcados pelo uso da violência e expropriação territorial em prol da lógica colonialista.

Ponta dos Castelhanos torna-se foco do atual conflito fundiário sobre a Ilha de Boipeba, o que nos permite perceber ao longo do tempo diferentes modos de apropriação e uso da terra a partir da lógica capitalista e desenvolvimentista cujos interesses se opõem aos modos de vida tradicionais e expõem o contraste presente nas relações de poder desiguais.

Cova da Onça, Moreré, Monte Alegre e Barra dos Carvalhos são exemplos de como as comunidades tradicionais no Brasil resistem às tentativas de usurpação de seus territórios segundo processos de reterritorialização enquanto experiências de mobilização e vínculo territorial. Não por acaso, Ponta dos Castelhanos torna-se alvo de incessantes disputas entre comunidades tradicionais que, a despeito de todo assédio, ameaças e violências sofridas pela ação de empresas vinculadas ao capital nacional e internacional em consonância com órgãos do Estado, contam com suas redes de apoio e solidariedade na luta pela manutenção de seus modos de vida.

A Constituição Federal Brasileira de 1988, por meio dos Artigos 215 e 216; o Decreto nº4887/2003, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais; a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que pressupõe o reconhecimento da pluralidade cultural e social existente no Brasil, são alguns dos dispositivos jurídicos conquistados pelos movimentos sociais que garantem o acesso e a regularização fundiária dos territórios dos povos indígenas, e demais povos e comunidades tradicionais no Brasil.

O avanço de projetos desenvolvimentistas sobre terras públicas a partir do uso do aparato estatal constitui uma afronta ao sistema constitucional brasileiro e evocam a supremacia, e legitimidade, de interesses antagônicos aos da maioria da sociedade brasileira. Significa dizer que "desenvolvimento econômico" é sinônimo de coerção, limitação, ameaça contra justamente àqueles que mantêm vivos os biomas, os recursos naturais e as diversas formas de vida a eles vinculados.

A Luta de Classes toma novos contornos, sobretudo a partir da crise de 2008. Resta evidente a conexão entre grandes fortunas e as terras comuns, comunitárias ou de uso coletivo no baixo sul, em um movimento do capital sobre esses territórios nos quais o modo capitalista de produção ainda não é o modo de produção predominante. O que nos leva a crer que está em curso um processo de Acumulação Primitiva Permanente, impulsionado pela crise de 2008 e que se ampara na tomada de terras comuns, de comunidades e povos tradicionais como forma de inserir essas terras no mercado de capitais, destruir os laços comunitários e inserir essas localidades na lógica do modo capitalista de produção.

É preciso compreender de que maneira as terras comunais, comunitárias e coletivas das comunidades e povos tradicionais e do campesinato brasileiro se encontram frente ao desenvolvimento do modo capitalista de produção e, em que medida, as mesmas se inserem em um processo de resistência e contraposição a esse modelo ou mesmo nos oferecem possibilidades de pensar alternativas a esse modo de produção altamente excludente e danoso ao ambiente.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. **Aspectos do novo radicalismo de direita.** São Paulo, ed. UNESP, 2020.

BAHIA. 1998. Secretaria do Planejamento Ciência e Tecnologia. Companhia de Desenvolvimento da RMS – CONDER e Centro de Recursos Ambientais – CRA. **Plano**

de Manejo da Área de Proteção Ambiental – APA das ilhas de Tinharé e Boipeba. Salvador, 1998.

BAHIA, 2020. **Dispõe sobre os procedimentos de regularização fundiária em terras devolutas estaduais com potencial de geração de energia eólica**. Instrução Normativa Conjunta SDE/SDR/CDA/PGE de 01 de Julho de 2020.

BAHIA. 2013. **Dispõe sobre a regularização fundiária de terras públicas estaduais, rurais, devolutas, ocupadas tradicionalmente por Comunidades de Fundos ou Fechos de Pastos no Estado da Bahia**. Lei estadual nº 12.910, de 11 de outubro de 2013.

CPT - COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no Campo Brasil 2020**. Goiânia, Centro de Documentação Dom Thomas Balduíno, CPT Nacional, 2020.

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária; Grupo de Inteligência Territorial Estratégica – Gite. **MATOPIBA – Delimitação, caracterização, desafios e oportunidades para o desenvolvimento**: Bahia. 2015.

FERNANDES, Mariana. Balen; MACHADO, Silvio Marcio Montenegro; SOUSA, Leonardo Teixeira. **Relatório de identificação do território pesqueiro e de uso dos recursos naturais da comunidade de pescadores artesanais Cova da Onça, município de Cairu - BA**. UFRB, IFBaiano, 2020.

FERREIRA, Vicente. «Tooze, Adam (2018), **Crashed: How a Decade of Financial Crises Changed the World**, **Revista Crítica de Ciências Sociais** [Online], 119 | 2019, publicado a 06 agosto 2019, consultado a 02 maio 2023. URL: http://journals.openedition.org/rccs/9345;

GALHARDO, Ricardo. **Lula: crise de tsunami nos EUA, se chegar ao Brasil, será 'marolinha'**. **O Globo**, Rio de Janeiro, 11 set. 2008. Disponível em: https://oglobo.globo.com/economia/lula-crise-tsunami-nos-eua-se-chegar-ao-brasil-sera-marolinha-3827410. Acesso em: 03 maio 2023.

GERBAUDO, Paolo. **The mask and the flag**: *Populism, Citizenism and Global Protest*. New York: Oxford University Press, 2017.

GERMANI, Guiomar Inez, etal, **Mapeamento das Comunidades de Fundos e Fechos de Pasto no Estado da Bahia.** (SEMPROMI/UFBA). 2020.

GERMANI, Guiomar Inez. **Questão agrária e movimentos sociais: a territorialização da luta pela terra na Bahia**. In: COELHO NETO, A. S.; SANTOS, E. M. C. e SILVA, O. A. (Org.). **(GEO)grafias dos movimentos sociais**. Feira de Santana (BA): UEFS Editora, 2010, v., p. 269-304.

HARVEY, David. **A loucura da razão econômica:** *Marx e o capital no século XXI.* 1ª ed. São Paulo, 2018.

LUXEMBURGO, Rosa**. Acumulação de capital:** *contribuição ao estudo econômico do Imperialismo*. São Paulo: **Nova Cultural**, 1985[1913].

MALTA, Ramon Alves; BARCELOS, Eduardo Álvares da Silva, Antônio. Territorialidades negras e a colonialidade do setor turístico-imobiliário no Baixo Sul da Bahia. Terra Livre, v. 1, n. 54, p. 762-804, jan.-jun./2020.

MARX, Karl. **O Capital***: Crítica da Economia Política*. Livro I. **Boitempo**, São Paulo, 2013.

_____**O Capital**: *O Processo Global da Produção Capitalista*. Livro III. Boitempo, São Paulo, 2017.

MENEZES, Willian Guedes Martins Defensor Menezes. **Globalização e fragmentação: a agricultura científica em Formosa do Rio Preto – Bahia. 2014**. 193 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia (POSGEO). Salvador, 2014.

MPF – Ministério Público Federal**. Ofício nº 137/2023/PR-BA/16ºOTC/RRSMTA**. Salvador 14 de março de 2023.

PITTA, Fábio; MENDONÇA, Maria Luisa. **Especulação com terras agrícolas no Brasil**. **Revista Rosa**, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 32-45, 2016. Disponível em: https://revistarosa.com/3/especulacao-com-terras-agricolas-no-brasil. Acesso em: 11 mai. 2023.

TOOZE, Adam. **Crashed.** *How a decade of financial crises changed the world.*New York: Viking, 2018.

UZÊDA, Andre & SABRINA, Felipe. **Boipeba: dono da Globo quer construir condomínio de luxo em área federal comprada de empresário acusado de tomar terras.** Intercept Brasil. 23 de março de 2023. Disponível em: https://www.intercept.com.br/2023/03/23/boipeba-dono-da-globo-quer-construir-condominio-de-luxo/

WANDERLEY, Leonardo Fiusa & CAVALCANTI, Francine Ferman Bezerra. **Mega Empreendimento na Comunidade Tradicional de Cova da Onça: Uma análise da atuação do Estado nos conflitos socioambientais.** Anais VIII SINGA, Curitiba, 2017. Disponível em: https://singa2017.files.wordpress.com/2017/12/gt07_1506907511_arquivo_artigo_singa_fim_01-10-2017_cavalcanti_fiusa.pdf

Ocupar! Aquilombar! Retomar!

A Geografia Agrária e a luta de classes no Brasil

GT 19

Mundialização e financeirização da agricultura

A CENTRALIDAE DA RENDA FUNDIÁRIA NO MOVIMENTO DE TERRITORIALIZAÇÃO E MONOPOLIZAÇÃO REALIZADO PELAS EMPRESAS DE CELULOSE DO MUNICÍPIO DE TRÊS LAGOAS/MS

Amanda Emiliana Santos Baratelli[1]

RESUMO

A transformação da terra em mercadoria pelo sistema capitalista permitiu aos seus proprietários o direito de auferir a renda fundiária como tributo social. Nesse sentido, a expansão das empresas no território implica no processo de imobilização do capital, ou seja, no pagamento da renda fundiária ao proprietário da terra. Na agricultura capitalista, por exemplo, as empresas exercem a territorialização do capital de acordo com as amenidades locais, isto porque, para expansão do capital produtivo agrícola, a terra é critério fundamental. Ou seja, para plantar monocultivos e produzir matéria-prima, necessita-se da compra e/ou arrendamento da terra. Na medida em que essas empresas pagam pelo arrendamento e posse das terras, exercem também o controle do território, compreendido por Oliveira (2016), como monopolização do território. O movimento de monopolização realizado em Três Lagoas incluiu, além da posse/arrendamento pelas grandes empresas de celulose, a presença de grupos de gestão de propriedade e aquisição de créditos no mercado financeiro. É com base nessa argumentação que artigo em questão tem como finalidade entender como a renda fundiária encontra-se como pilar fundamental para a realização do movimento de territorialização e monopolização do capital pelas empresas de celulose, Suzano S.A. e Eldorado Brasil, no município de Três Lagoas/MS. Do ponto de vista metodológico, realizou-se revisão bibliográfica acerca da temática; pesquisa e sistematização de dados da plataforma do IBGE Sidra; trabalho de campo e investigação documental em documentos públicos, como os Relatórios de Sustentabilidade das empresas de celulose.

Palavras-chave: Renda fundiária; Territorialização do monopólio; Monopolização do território; Celulose-papel; Três Lagoas.

RESUMEN OU ABSTRACT

The transformation of land into a commodity by the capitalist system gave its owners the right to collect land rent as a social tax. In this sense, the expansion of companies into the territory implies the process of immobilizing capital, i.e. the payment of land rent to the landowner. In capitalist agriculture, for example, companies exercise the territorialization of capital according to local amenities, because for the expansion of agricultural productive capital, land is a fundamental criterion. In other words, in order to plant monocultures and produce raw materials, land needs to be bought and/or leased. To the extent that these companies pay for renting and owning land, they also exercise control over the territory, which Oliveira (2016) understands as monopolization of the territory. The monopolization movement carried out in Três Lagoas included, in addition to ownership/leasing by the large pulp companies, the presence of property management groups and

[1] Graduada e Mestra em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus Três Lagoas (UFMS/CPTL), Doutoranda em Geografia pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Faculdade de Ciência e Tecnologia de Presidente Prudente (FCT/UNESP). Pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), E-mail: amanda.baratelli@unesp.br.

the acquisition of credits on the financial market. It is on the basis of this argument that this article aims to understand how land income is a fundamental pillar for the territorialization and monopolization of capital by the pulp companies, Suzano S.A. and Eldorado Brasil, in the municipality of Três Lagoas/MS. From a methodological point of view, we carried out a literature review on the subject; research and systematization of data from the IBGE Sidra platform; fieldwork and documentary research in public documents, such as the Sustainability Reports of pulp companies.

Keywords: Land rent; Territorialization of monopoly; Monopolization of territory; Pulp and paper; Três Lagoas.

INTRODUÇÃO

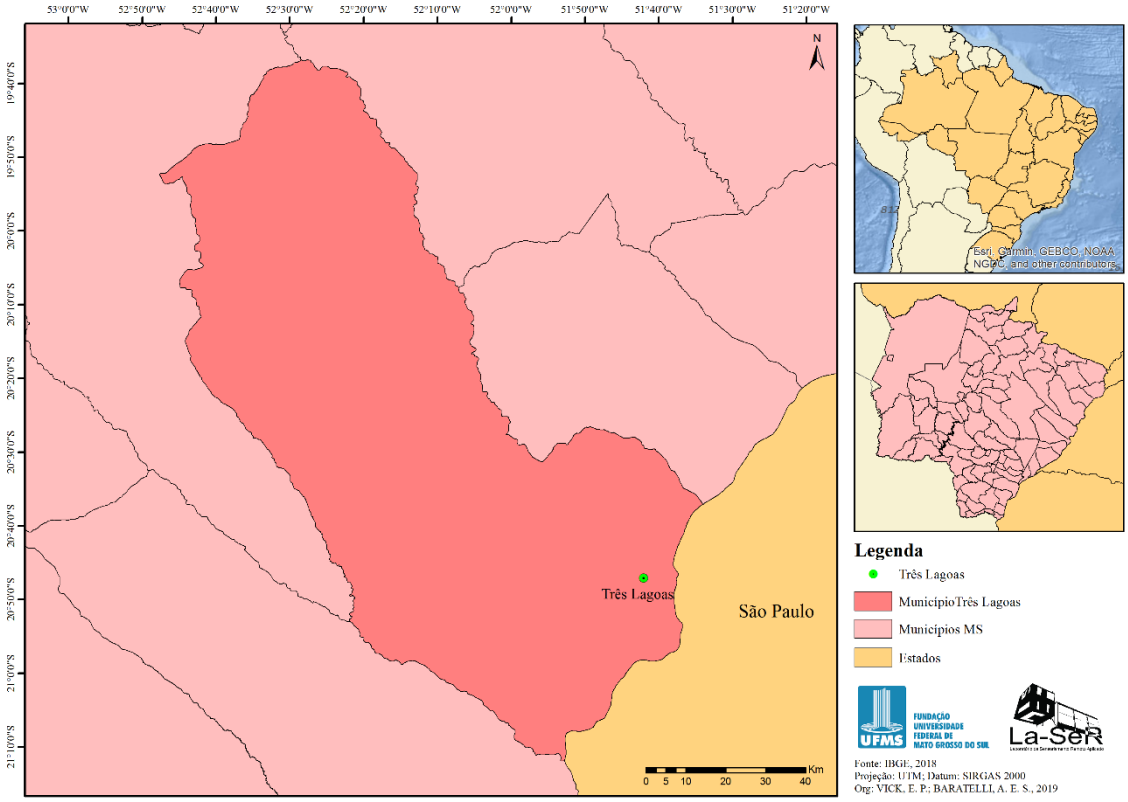
O capitalismo tornou a terra a espinha dorsal para o processo de desenvolvimento e apropriação do território, no campo e na cidade. A lógica de incorporação da terra nas relações mercadológicas, atribuiu a ela o dever de gerar renda ao seu proprietário. A renda fundiária é gerada a partir da propriedade privada da terra, ou seja, somente quem possui um pedaço do planeta terra tem o direito de auferir a renda fundiária (MARX, 2017).

A renda fundiária é, portanto, elemento central para a compressão da complexidade que é a questão agrária brasileira, isto porque, no processo de organização da agricultura capitalista, a terra é território de disputa e fator estratégico para o desenvolvimento do capital. Sendo assim, para realização dos processos de territorialização dos monopólios e monopolização do capital, a renda fundiária evidencia-se como questão, devido ao fato de que a terra manter-se-á gerando renda aos seus proprietários (Oliveira, 2016).

No município de Três Lagoas, considerado na atualidade como “capital nacional da celulose”, devido a aprovação da Lei 14.142, de 2021, o movimento de territorialização do monopólio e da monopolização do território ocorre de forma combinada, sobretudo, no que diz respeito ao processo de aquisição e domínio das terras do município para o plantio de eucalipto.

É a partir deste ponto de vista que o artigo em questão tem como finalidade entender como a renda fundiária encontra-se como pilar fundamental para a realização do movimento de territorialização e monopolização do capital pelas empresas de celulose, Suzano Papel e Celulose e Eldorado Brasil, no município de Três Lagoas/MS, mapa 1.

Mapa 1 – Localização do município de Três Lagoas/MS



Do ponto de vista metodológico realizou-se revisão bibliográfica acerca da temática; pesquisa e sistematização de dados da plataforma do IBGE Sidra; trabalho de campo e investigação documental em documentos públicos, como os Relatórios de Sustentabilidade das empresas de celulose.

RENDA FUNDIÁRIA E TERRITÓRIO CAPITALISTA

A terra é, por essência, parte da natureza e o resultado de um processo de formação geológica milenar. Todavia, no capitalismo, a terra, foi convertida em mercadoria, mediada pelas relações de posse e negociada pelo valor de troca, em detrimento do valor de uso. No entanto, deve-se observar que a terra, mesmo convertida à lógica do mercado, tornou-se uma mercadoria especial no capitalismo, isto porque a ela não se pode atribuir valor, uma vez que não é produto do trabalho social. Sendo assim, sem trabalho contido, ela não tem valor, logo, não gera lucro ao seu proprietário. Mas, quem detém a posse da terra possui o direito de extrair um tributo social gerado por ela, ou seja, a renda fundiária (MARTINS, 1981).

As características de cada propriedade, relativas a fatores distintos, conferem a magnitude de renda auferida sobre a terra. De acordo com Marx (2017), essas diferenças

se dividem em renda absoluta, renda diferencial I, renda diferencial II e renda de monopólio. A princípio, é válido destacar que a dinâmica de auferir renda está sempre condicionada às relações desiguais entre uma propriedade e outra. As diferentes maneiras de auferir renda estão separadas do ponto de vista teórico-metodológico, mas, na prática, elas podem ocorrer combinadas.

A renda absoluta advém da relação de propriedade privada da terra, isto porque, ela pode estar contida na renda dos produtos gerados em atividades agricultáveis, ou ao colocar a terra para a venda – neste caso, aufere-se a renda toda de uma só vez. No preço de comercialização da terra, é incluída a sua capacidade de gerar renda e o quanto o proprietário poderia ter auferido ao longo dos anos. Neste caso, é o cálculo da renda somado com os juros. A terra não tem vida útil, no entanto, conforme o tempo, os atributos de uma terra podem mudar para melhor ou pior (MARX, 2017).

A renda diferencial I é relativa às características que determinam o preço mais alto ao solo. Nessa direção, Marx (2017), define como caráter diferencial da terra os atributos de fertilidade de localização. Desse modo, os terrenos com maior índice de fertilidade e melhores localizações, possuem a capacidade de auferir maior percentual de renda fundiária ao seu proprietário. Todavia, Marx (2017, p. 714), salienta que "está claro que essas duas razões distintas da renda diferencial – a fertilidade e a localização – podem atuar em sentido contrário. Um terreno pode estar muito bem situado e ser muito pouco fértil, e vice-versa".

Na renda diferencial II, o cálculo é feito a partir da quantidade de investimentos que serão necessários na terra pelo arrendatário e/ou proprietário fundiário. Cabe afirmar, entretanto, que o ponto de partida para a realização da renda diferencial II é a renda diferencial I, conforme Marx (2017, p. 739) "o movimento da renda diferencial II só se produz, em qualquer instante, numa área que constitui, por sua vez, o fundamento variegado da renda diferencial I".

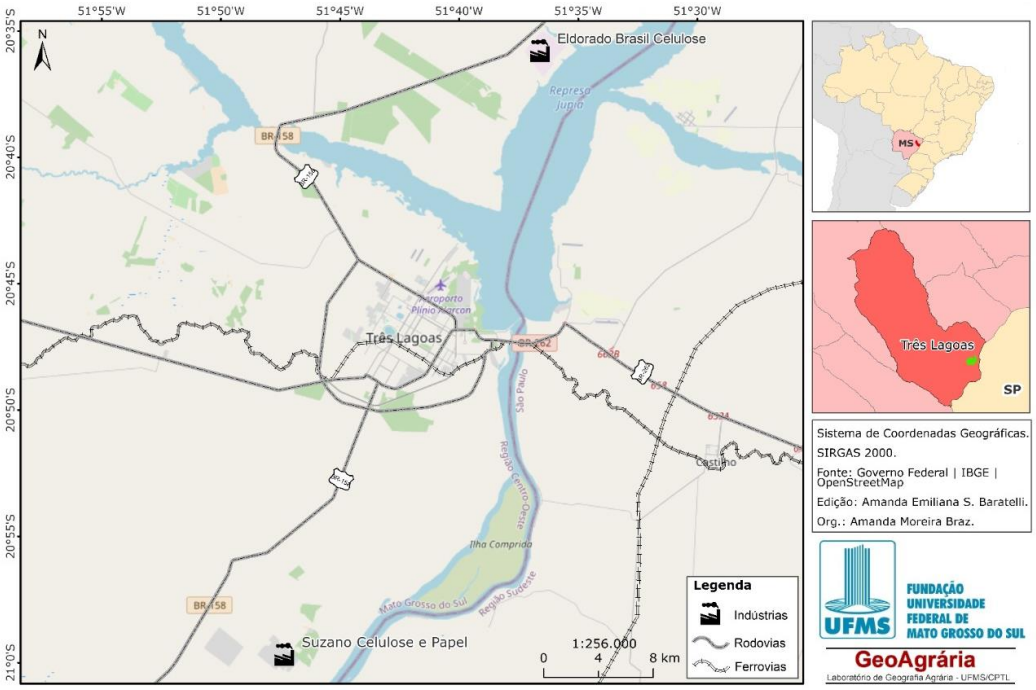
Por fim, Marx (2017) atribuiu às terras cujas características são ímpares e excepcionais, a capacidade de auferir a renda de monopólio. Essa forma de renda só pode ser auferida em terras capazes de produzirem mercadorias consideradas de caráter "especial" no capitalismo, com particularidades únicas. Oliveira (2007) cita como exemplo dessa forma de renda a produção do vinho de Porto, que só se produz na região do Porto de Portugal, devido a condições peculiares edafoclimáticas. Essas condições peculiares é que determinam a criação de uma mercadoria especial, capaz de gerar a renda de monopólio.

Desse modo, a terra, no sistema de produção capitalista, tornou-se mercadoria integrante do capitalismo, inclusive, capaz de determinar estratégias produtivas para o desenvolvimento do capital, mesmo que isso custe, aos empresários, investir na imobilização do capital, ou seja, na renda capitalizada e/ou pagar a renda diferencial I e II ou a de monopólio (MARTINS, 1981).

Para as empresas da agricultura capitalista, a renda capitalizada no processo de territorialização do capital, produção da matéria-prima e a renda auferida em propriedades adquiridas, entra no cálculo decisório das empresas. No caso de Três Lagoas, as empresas de celulose-papel, levaram em consideração diversos aspectos para sua territorialização. De acordo com Perpetua (2012), do ponto de vista físico e natural, o relevo, a disponibilidade de águas dos rios (Paraná e Sucuriú) e as condições edafoclimáticas, foram cruciais para a territorialização desses capitais.

Ademais, do ponto de vista social, a vasta expansão territorial – com herança e controle do latifúndio improdutivo; o apoio do Estado, em nível federal, estadual e municipal; o apoio legislativo para questões ambientais, foram, de fato, os aspectos centrais levados em consideração para a decisão da territorialização. Nesse sentido, observa-se que a presença da renda diferencial I, no aspecto de localização, uma vez que, conforme mapa 1, as empresas instalaram-se próximas aos rios e as rodovias, facilitando o escoamento da produção.

Mapa 2 – Localização das empresas de celulose-papel no município de Três Lagoas/MS



As estratégias econômicas direcionadas ao movimento de apropriação da terra relacionam-se com o fato de que no sistema capitalista, o território é considerado produto concreto da luta de classes (burguesia, proletariado e trabalhadores rurais) travada na sociedade. O território é, portanto, uno, resultante das disputas sociais que ocorrem no bojo do sistema capitalista. Assim, o território, ao ser apropriado pelo capital monopolista, sobretudo, no que diz respeito à agricultura capitalista, é analisado a partir de suas amenidades, levando em consideração os atributos que integram o território/propriedade almejada pelas empresas.

TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL E MONOPOLIZAÇÃO DO TERRITÓRIO: RENDA FUNDIÁRIA EM QUESTÃO

De acordo com Oliveira (2007), além de auferir renda no monopólio da terra cativa, o processo de sujeição de renda pode acontecer também de duas formas, sendo elas a territorialização do monopólio e na monopolização do território.

No primeiro processo, na territorialização do monopólio, as empresas responsáveis instalam seus grandes empreendimentos agropecuários e exercem o extrativismo predatório no entorno. Para Oliveira (2007), os monopólios constituem o processo de mundialização da agricultura capitalista, em que solda os três pilares do processo, sendo eles: a produção de *commodities* agrícolas, nas bolsas de mercadorias e de futuros (bolsas de valores) e nos monopólios mundial. As empresas que, na atualidade, dominam o campo brasileiro, são resultado de fusões econômicas e políticas entre a burguesia mundial.

O processo econômico de venda dessas *commodities* ocorre no bojo do mercado de futuros, ou seja, nas bolsas de valores, em que a matéria-prima é comercializada antes do início de seu processo produtivo. Desse modo, está contida na agricultura capitalista o movimento do capital e do setor financeiro.

Todavia, para Chesnais (1996) e para Oliveira (2016), mesmo com a presença do capital financeiro na dinâmica de comercialização e aquisição de créditos deste setor produtivo, há também a pujante presença e participação do das alianças nacionais construídas por meio da mediação do Estado que são mundialmente reproduzidas, inclusive no mercado financeiro.

Além do mais, essas empresas possuem parceiros comerciais internacionais, com principal destino da produção no Brasil, México, China, Japão, Europa e Oriente Médio.

A Eldorado Brasil possui escritórios comerciais na Áustria (atendimento aos mercados da Europa, África e Oriente Médio); China (Ásia), Estados Unidos (América do Norte) e São Paulo (América Latina). Enquanto a Suzano possui escritórios comerciais na Argentina, Áustria, China, Estados Unidos e Suíça.

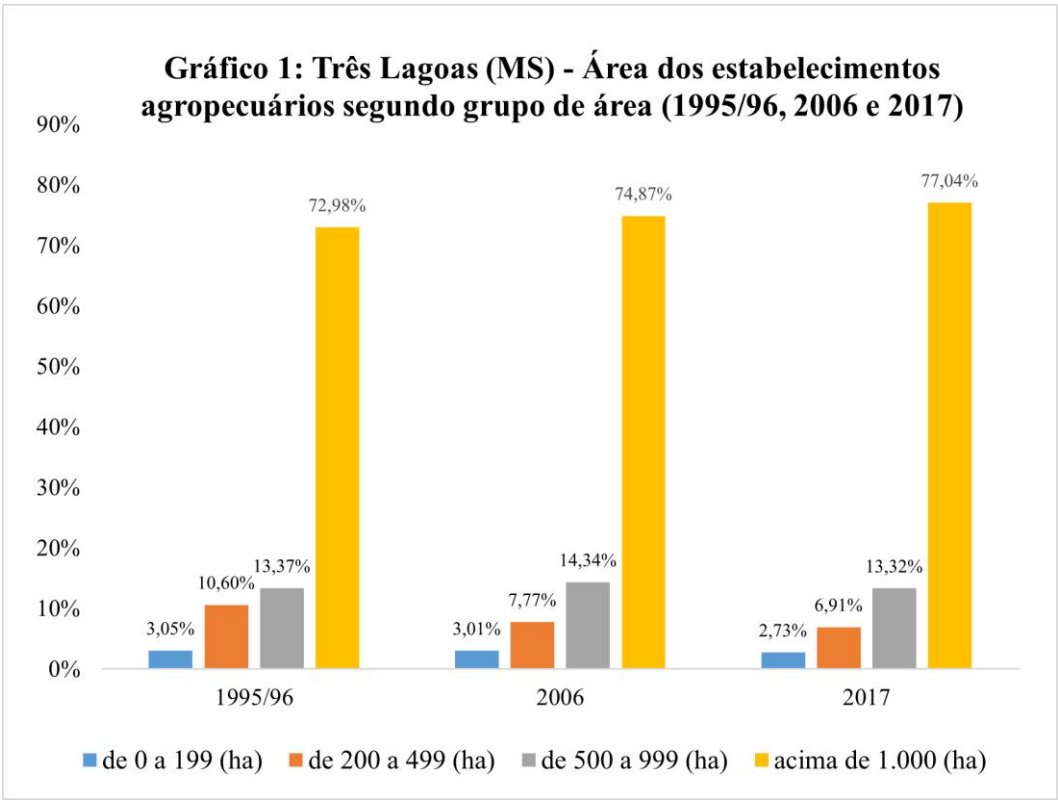
No que diz respeito as exportações desse setor, de acordo com dados da Secretaria de comércio e exportação do MS, o setor da celulose se consolidou, em 2022, com o segundo lugar entre os produtos mais exportados no estado. A exportação da celulose correspondeu a 4.462.083 toneladas exportadas, 18,6% do total, com arrecadação de US$ 1.523.313 (em dólares). Três Lagoas foi o município que mais arrecadou com exportações no estado de US$ 1.875.455 (em dólar), 32,36% dos valores exportados. Esse destaque ocorreu em razão da exportação de celulose.

Esse movimento se dá justamente pelo fato de que o centro dessas alianças e do movimento de crescimento desses grupos internacionais, possui berço no capital produtivo, conforme "a mundialização do **capital produtivo** torna-se parte integrante da mundialização do capital. Mais exatamente, torna-se o **centro dela**" (CHESNAIS, 1996, p.52, grifo nosso). O capital produtivo se forja, portanto, nas empresas mundiais que sustentam as alianças mundiais e movimentam a reprodução ampliada do capital por meio da concorrência (OLIVEIRA, 2016).

É com base nesse sistema metabólico da agricultura capitalsita que para a territorialização de grandes empresas, possuidoras de alcance e alianças mundiais, que são escolhidos territórios assentados na relação clientelista e rentistas, como é o caso do município de Três Lagoas/MS. Neste território a terra exerce a dinâmica da concentração fundiária, com a presença do latifúndio improdutivo e do poderio oligárquico local. Essas lógicas locais, de baixa produtividade no campo, fazem com que a terra seja mais barata e, sem dúvidas, possua menos empecilhos para o movimento de apropriação das empresas.

No que diz respeito à essa estrutura fundiária, a concentração mantém-se e de acordo com os dados do Censos Agropecuários, de 2006 e 2017 em comparação, os estabelecimentos rurais de até 200 hectares detinham 3,05% das terras em 1995/96, reduzindo para 3,01% em 2006 e, por fim, chegando a 2,73% em 2017. Os estabelecimentos de 200 a 500 hectares detinham 10,60% da área em 1995/96, diminuindo para 7,77% em 2006, e chegando a 6,91% no último censo de 2017. Já os estabelecimentos de 500 a 1.000 hectares ocupavam 13,37% da área em 1995/96, aumentando para 14,34% em 2006 e reduzindo para o total de 13,32%, em 2017. Em

contrapartida, os estabelecimentos com mais de 1.000 hectares possuíam 71,98% da área em 1995/96, aumentando para 74,87% em 2006 e alcançando o percentual de 77,04% em 2017, conforme gráfico 1.



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

No processo de monopolização do território, as empresas monopolistas desenvolvem o movimento de dominação dos setores e do processo produtivo, sem que, por vezes, ela participe dele. Um bom exemplo para evidenciar a monoplização do território é a atuação da empresa Nestlé, que domina o setor do leite e, ao mesmo tempo, não possui vacas leiteiras e/ou propriedades para realização da produção do alimento, neste caso, a renda do trabalho camponês é extraída e monopolizada na comercialização das mercadorias (produtos agrícolas).

Outra importante características, ainda nebulosa nos estudos de geografia agrária, é o movimento realizado por empresas agropecuárias no processo de monopolização da terra. As empresas monopolistas realizam parcerias com empresas especialistas na comercialização de terras e responsáveis por manter o mercado de terras em alta, valorizando os investimento neste setor. Oliveira (2016), evidencia essa realidade por meio da abertura de capital da empresa SLC Agrícola que, em 2007, realizou parceria

com a LandCO, empresa responsável por atuar no mercado de terras na busca de invesitmento que gerem a valorização das propriedades – leia-se aumento do preço.

Oliveria (2016), ressalta que a realização do processo de territorialização do monopólio, com controle da propriedade privada da terra, possui destaque nos setores sucroenergético e no de celulose e madeira. Neste caso, o município de Três Lagoas é território de ocorrência desse processo, sobretudo, devido a territorialização de duas gigantes do setor de celulose e papel, a Suzano Papel e Celulose, instalada em 2007 e a Eldorado Brasil, instalada em 2010.

Melo (2021) chama a atenção para o fato de que as empresas ligadas ao plantio de eucalipto estão se configurando como as maiores proprietárias fundiárias do Bolsão (MS)[2], como o exemplo da Fibria (atual Suzano Papel e Celulose) que possui, de acordo com dados do INCRA de 2020, 43.005,20 hectares próprios. Todavia, suspeita-se que essas áreas sejam ainda maiores, sobretudo, as áreas arrendadas, isto porque, somente no município de Três Lagoas o plantio de eucalipto atingiu 263.921 hectares. Portanto, o desafio deste projeto é preencher estas lacunas para que possamos entender a dinâmica atual da questão agrária em Três Lagoas.

Essas empresas de celulose também enxergaram a oportunidade de realizar a metamorfose de classe (capitalistas industriais e proprietárias fundiárias), investindo na aquisição de terras próprias, além das arrendadas e/ou controladas a partir de outras empresas (que vendem matéria-prima). A Eldorado Brasil, por exemplo, controla 450 mil hectares de terras na região, entre suas propriedades e arrendadas. A Suzano Papel e Celulose controla 256.677,96 hectares em Três Lagoas, enquanto no Brasil domina 2,6 milhões de hectares. Desse modo, realiza-se o lucro e aufere-se a renda fundiária também.

Essas duas empresas, embora exerçam a territorialização do monopólio, também atuam no movimento de monopolização do território, sobretudo, quando diz respeito ao processo de aquisição de terras para plantio e de matéria-prima para as unidades fabris (BARATELLI, 2022). Isto porque, nos relatório de sustentabilidade dessas empresas os dados expressam significativa nebulosidade, isto porque esses grupos não especificam quantos hectares são de suas terras próprias e/ou arrendadas. Todavia, conforme explicitado pelo relatório de sustentabilidade da Eldorado Brasil, a empresa importa cerca

[2] A região do Bolsão (MS) é composta por dez municípios, respectivamente: Água Clara, Aparecida do Taboado, Brasilândia, Cassilândia, Chapadão do Sul, Inocência, Paranaíba, Santa Rita do Pardo, Selvíria e Três Lagoas.

de 30% a 40% da matéria-prima utilizada em fábrica, ou seja, outras parcerias são firmadas para que outras áreas de plantio fornecem a matéria à empresa.

Em conjunto com este movimento de apropriação do território, as empresas de celulose firmam parcerias internacionais com empresas, as Timber Investment Management Organization (TIMO's), responsáveis pelo acesso, via mercado financeiro, do crédito de carbono, forjando sustentabilidade na produção de celulose. A TIMO's Manulife Investment Management, do grupo Hancock Natural Resource Group, administra, em Mato Grosso do Sul, mais de 56.000 hectares. Ademais, de acordo com Silva (2021), outras TIMO's, como: Lacan Florestal, Copa Florestal, AMATA, Brookfield Brazil Timber Fund e BTG – TTG Brasil Investimentos Florestais LTDS tambéma atuam no município de Três Lagoas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A configuração da agricultura mundializada é fundamentada na existência do controle de empresas mundiais em determinados setores, como, por exemplo, no setor da celulose-papel. Essas empresas agrícolas, devido a mundialização, territorializam em partes do mundo em que há terra em abundância e riqueza em recursos naturais, para manter o processo produtivo de exportação de commodities negociadas na bolsa de valores mundiais.

Todavia, mesmo com a força do movimento mundializado da agricultura, o caráter local mantém-se como critério fundamental no processo de escolha da territorialização dessas empresas, devido ao fato de que a compra/arrendamento das áreas compõe a estratégia produtiva dessas empresas, que levam em conta localização, fertilidade, disponibilidade, questões políticas e alianças locais estabelecidas. Esse processo implica na realização de alianças/parcerias com a oligarquia local.

É com base neste debate que evidencia-se neste trabalho que as empresas de celulose-papel territorializadas em Três Lagoas, a Suzano Papel e Celulose e a Eldorado Brasil, encontram-se realizando o movimento conjunto da territorialização e da monopolização do território, devido ao fato de que esses grupos controlam a propriedade privada da terra por meio da compra e do arrendamento, para ampliar as áreas de plantio de eucalipto e manter a produção de *commodities* de celulose a serem exportadas. Além disso, em conjunto desse processo de controle do território, somam-se empresas cuja centralidade encontra-se no mercado financeiro, gerindo estrategicamente o território.

REFERÊNCIAS

BARATELLI, Amanda Emiliana Santos. **Terra, estado e capital: a centralidade da renda da terra nas relações econômicas e de poder no município de Três Lagoas/MS**. 2022. 213 p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.Três Lagoas – MS. 2022.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil.** Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

MARX, Karl, 1818-1883. **O capital: crítica da economia política:** livro III: o processo global da produção capitalista. – 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A Mundialização da Agricultura Brasileira**. São Paulo: Iandé Editorial, 2016, 545p.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária.** São Paulo: FFLCH, 2007, 184p.

SILVA, Mariana Lopes da. CAPITAL FINANCEIRO E AGRICULTURA: A INFLUÊNCIA DOS INVESTIMENTOS EM “FLORESTAS” PLANTADAS NO TERRITÓRIO BRASILEIRO. In: XIV Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, Online, 2021. **Anais...** Online, 2021.

EXPANSÃO DE MONOCULTIVOS FLORESTAIS, LAND GRABBING E FLEX CROPS NA ZONA DA MATA NORDESTINA[1]

Ana Carolina Gonçalves Leite [2]

Erick Gabriel Jones Kluck [3]

Marco Antonio Mitidiero Junior [4]

RESUMO

Com esse trabalho, buscamos apresentar uma investigação em andamento do processo de reestruturação territorial, ao mesmo tempo fundiária, produtiva e, portanto, também das relações de trabalho atualmente em curso na Zona da Mata nordestina em virtude da implantação de monocultivos florestais, sobretudo em antigas áreas canavieiras cuja declividade é tão acentuada que, em geral, lhes impede a mecanização. Buscamos também verificar se esse processo se produz com base em uma espécie de "corrida por terras", entendida aqui como parte dos processos hodiernos de land grabbing, analisando o significado hodierno da incorporação da renda fundiária ante as condições críticas e financeirizadas da reprodução social capitalista, em diálogo com as teses sobre a eficácia do ajuste espacial ou da produção do espaço na mitigação das crises. Além disso, analisamos a relação entre o processo de apropriação de terras movido pelo setor de florestas plantadas e o emprego dessa matéria-prima como flex crops, insumos de destinação múltipla e/ou flexível, como a madeira proveniente das florestas plantadas, que possibilitam ampliar a mobilidade do capital em negócios que envolvem imobilização de recursos em ativos de baixa liquidez como a terra.

Palavras-chave: Agronegócio no Nordeste; Setor de Florestas Plantadas; Expansão do Capital; Crise; Reestruturação Fundiária, Produtiva e das Relações de Trabalho.

---

[1] Pesquisa financiada com recursos do Edital Propesqi nº 10/2020 - Edital Institucional de Apoio à Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

[2] Professora adjunta do Curso de Geografia da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, carolina.gleite@ufpe.br;

[3] Doutor pelo Curso de Geografia Humana da Universidade de São Paulo - USP, veredasebrejos@gmail.com;

[4] Professor associado do Curso de Geografia da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, mitidierousp@yahoo.com.br;

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo presentar una investigación en curso sobre el proceso de reestructuración territorial, al mismo tiempo de la tierra y de la producción, y por lo tanto también de las relaciones laborales, actualmente en curso en la Zona Nordeste da Mata debido a la implantación de monocultivos de árboles, especialmente en antiguas plantaciones de caña de azúcar cuya pendiente es tan pronunciada que, en general, impide su mecanización. También buscamos verificar si este proceso se produce a partir de una especie de "fiebre por la tierra", entendida aquí como parte de los modernos procesos de acaparamiento de tierras, analizando el significado que tiene hoy la incorporación de la renta de la tierra frente a las condiciones críticas y financiarizadas de la reproducción social capitalista, en diálogo con las tesis sobre la eficacia del ajuste espacial o la producción del espacio en la mitigación de las crisis. Además, analizamos la relación entre el proceso de apropiación de la tierra impulsado por el sector forestal plantado y el uso de esta materia prima como cultivos flexibles, insumos de destino múltiple y/o flexible, como la madera de bosques plantados, que permiten aumentar la movilidad del capital en negocios que implican la inmovilización de recursos en activos de baja liquidez como la tierra.

Palabras clave: Agronegocio en el Nordeste; Sector Forestal Plantado; Expansión del Capital; Crisis; Reestructuración de la Tierra, Productiva y de las Relaciones Laborales.

INTRODUÇÃO

Com esse trabalho, buscamos apresentar uma investigação em andamento do processo de reestruturação territorial, ao mesmo tempo fundiária, produtiva e, portanto, também das relações de trabalho atualmente em curso na Zona da Mata nordestina, sobretudo nos estados de Alagoas e Pernambuco, em virtude da implantação de monocultivos florestais, sobretudo em antigas áreas canavieiras cuja declividade é tão acentuada que, em geral, lhes impede a mecanização. Buscamos também verificar se esse processo se produz com base em uma espécie de “corrida por terras”, entendida aqui como parte dos processos hodiernos de land grabbing (BORRAS et al., 2012), analisando o significado contemporâneo da incorporação da renda fundiária para as condições críticas e ficcionalizadas da reprodução capitalista (KURZ, 2014), em diálogo com as teses sobre a eficácia do ajuste espacial ou da produção do espaço na mitigação das crises (BRENT, 2015; WHITE et al., 2012; HARVEY, 2004). Além disso, analisamos a relação entre esse

processo de apropriação de terras hoje em curso na Zona da Mata nordestina e sua utilização preferencial com as flex crops (BORRAS et al., 2016), matérias-primas com destinação múltipla e/ou flexível, como a madeira proveniente dos monocultivos florestais, que possibilitam ampliar a mobilidade do capital em negócios que envolvem imobilização de recursos em ativos de baixa liquidez como a terra.

Entre os motivos comumente mencionados a presidir essa reestruturação está a existência de muitas terras cujo custo operacional para o cultivo de cana-de-açúcar é elevado demais, chegando a tornar a produção economicamente inviável, ou por se localizarem em encostas tão acentuadas que o declive inviabiliza a mecanização da colheita ou por estarem demasiado degradadas. O argumento que une declividade, impossibilidade de mecanização e inviabilidade econômica dos custos operacionais, sobretudo se comparada a produção canavieira nordestina com a do Centro-Sul, culminando na constatação da falta de competitividade da primeira, seria mobilizado também para explicar o outro motivo apontado para a reestruturação, a crise que acometeu a agroindústria canavieira nordestina, desencadeada pela crise mundial iniciada em 2008 e aprofundada nos anos subsequentes, que todavia foi global e atingiu, como sabemos, inclusive os setores e regiões mais competitivos e produtivos.

Além disso, falta fazer referência a um importante negócio que começou a se expandir em todo o setor canavieiro brasileiro, inclusive nas usinas e destilarias da Zona da Mata nordestina, primeiramente como necessidade de adequação das mesmas a uma gestão dita ambientalmente responsável (SANTOS, 2012), mas que deslanchou de fato com as vantagens proporcionadas pela crise hídrica por demais agravada a partir de 2014 no país: a geração de energia elétrica pela combustão do bagaço da cana-de-açúcar em termelétricas. Com os reservatórios das hidrelétricas nos níveis mais baixos desde 2001, quando houve racionamento e a famosa crise do apagão, negócios antes voltados à produção exclusiva de açúcar e etanol ou cuja produção da chamada bioeletricidade acabava restrita ao consumo interno, para o funcionamento usineiro, passaram a investir na geração de energia destinada à comercialização.

Com o aparecimento de termelétricas desse tipo na Zona da Mata nordestina teria início a reestruturação fundiária, produtiva e nas relações de trabalho que temos em foco no trabalho proposto. Perseguindo a instalação das mesmas e voltadas para o seu abastecimento com matéria-prima que o monocultivo florestal passou a ser introduzido como uma alternativa dita economicamente viável. Por um lado, ele superaria a sazonalidade da produção de energia elétrica com base no bagaço. Por outro, permitiria

melhor aproveitamento das terras de encostas, antes dedicadas a uma fatia da produção canavieira bem pouco rentável. Como veremos com mais detalhes adiante, embora o carro chefe desse investimento tenha sido o fornecimento da madeira para as termelétricas, o monocultivo florestal foi se autonomizando e adquirindo inclusive outras opções de comercialização para a matéria-prima.

No caso apontado, os discursos apologéticos da produção de bioeletricidade utilizam como argumento a persistência de crises hídricas no Brasil, em virtude de o país ter calcado a oferta de energia elétrica predominantemente na hidrelétrica. Em um contexto mais geral, inserem-se, contudo, na suposta necessidade de busca por fontes alternativas de energia elétrica, entre elas a biomassa, de origem agrícola ou florestal, em decorrência das preocupações com o efeito estufa, a escassez dos combustíveis fósseis, dado o acentuado consumo, para os subsequentes. Reforçam os dois últimos aspectos, ainda, as projeções de crescimento econômico e da população urbana e/ ou do consumo de classe média, especialmente em alguns países como China e Índia, impondo maior demanda energética (SANTOS et al., 2017).

Com isso, cria-se um quadro de referências em que a suposta necessidade de investimentos na produção alternativa de energia elétrica se fundamenta na sugestão de uma crise de abastecimento que já se encontra em curso ou está prestes a ocorrer. O diagnóstico parece ser o mesmo que informa algumas interpretações que participam de uma "corrida na produção acadêmica" que veio se formando para investigar a hodierna "corrida mundial por terras" (COTULA, 2012): a aquisição direta de largas porções de terra presidida por países, empresas e fundos de investimento procuraria fazer frente às crises alimentar, energética, ambiental e financeira dos anos 2000, se aprofundando em 2007/2008.

Propomos em nossa análise, estabelecer um diálogo crítico com a interpretação que relaciona land grabbing e formas contemporâneas de acumulação primitiva (BOECHAT; PITTA et al., 2017), buscando um aprofundamento das reflexões críticas desenvolvidas no campo, de maneira a confrontar as perspectivas que pressupõe a necessidade de investimentos para mitigar supostas crises de abastecimento e cuja ênfase quase exclusiva no aperfeiçoamento da gestão e governança dos mesmos acaba por permitir que sejam respaldadas verdadeiras ideologias da existência de terras "disponíveis" e "lacunas" produtivas, quase que apresentadas como guias para investimento em terras. Além disso, buscamos dialogar com o destaque que aquela mesma interpretação dá para os investimentos do setor financeiro, em geral avessos à

imobilização de capital, sobretudo em compras de terras. Isso porque, justamente para confrontar a baixa liquidez do ativo terra é que se consolida sua utilização preferencial com as chamadas flex crops, matérias-primas que podem ser destinadas para mercados alternativos. A diversificação do portfólio de investimentos assim se estabeleceria na possibilidade, como vimos, de a cana-de-açúcar ser empregada na produção de açúcar, etanol ou energia elétrica, assim como, da madeira proveniente dos monocultivos florestais, ser utilizada na produção siderúrgica, moveleira, papeleira, de celulose, energia elétrica ou térmica, entre outros, para não falarmos do seu uso controverso na prestação dos chamados serviços ambientais, funcionando como sumidouros de carbono ou Cotas de Reserva Ambiental (BARBANTI JR., 2017).

METODOLOGIA

A metodologia empregada para a realização da pesquisa está ancorada nas seguintes estratégias: 1) Revisão bibliográfica de trabalhos científicos; de projetos empresariais e governamentais, relatórios e leis; de relatórios setoriais e boletins informativos ou de representação de categoria/classe (trabalhadores rurais, produtores de cana-de-açúcar, produtores florestais, sector da bioeletricidade, etc.); e informações da mídia especializada. 2) Trabalho de campo para realizar entrevistas com plantadores e investidores em cana-de-açúcar e monoculturas florestais, fornecedores, arrendatários, trabalhadores rurais, representantes de instituições estatais de planejamento e gestão florestal, representantes do setor industrial, entre outros agentes. 3) Pesquisa documental e de dados secundários sobre a situação fundiária nos registos fundiários, no Registo Ambiental Rural (CAR) e no Sistema de Gestão Fundiária (SGF); sobre a quantidade, área e tipo de propriedade (individual ou coletiva) da terra comercializada, inclusive com estrangeiros, no INCRA a pedido de dados da Lei de Acesso à Informação; sobre a área plantada, produção e preços na Base de Dados do Estado (BDE) de Pernambuco; sobre os níveis de emprego, mecanização e produtividade na base de dados do sistema RAIS/CAGED e na base de dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). 4) Sistematização, análise e redação.

REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico-metodológico mobilizado veio se constituindo no processo continuado de formação dos pesquisadores. Desde as pesquisas de pós-graduação, nos dedicamos a investigações empíricas e teóricas a respeito da expansão do capital e do

problema da expropriação e da acumulação primitiva. Mais que apresentar argumentos e autores que formam nossa perspectiva teórico-metodológica para analisar o problema de pesquisa em questão, trataremos agora de mostrar tais argumentos e autores já integrados numa leitura da questão agrária no Brasil, constituída ao longo de nossa trajetória, sugerindo ainda a possibilidade de desdobrá-la para a pesquisa que propomos.

Examinando da formação do campesinato à sua permanência contemporânea, ainda que completamente transformada, e o significado de ambos nos quadros da relação entre acumulação e expansão do capital, nos deparamos com a necessidade de discernir ao menos três modalidades para a assim chamada acumulação primitiva. Partiríamos do argumento predominante na extensa bibliografia sobre o processo de expropriação abrangente lá ocorrido nas décadas de 1960 e 1970, o qual sugeria analisar as expropriações mediante o conceito de acumulação primitiva pela analogia que em tese teriam com os cercamentos ingleses apresentados por Marx (1984, cap. XXIV).

Para dar pertinência à explicação, os autores recorriam a uma interpretação das condições de reprodução do campesinato como uma espécie de modo de vida autônomo que teria se estabelecido nas brechas da economia colonial, fazendo valer, assim, a ideia de que as relações capitalistas teriam alcançado aquelas terras só com o início da segunda metade do século XX. O quadro de referências daquele argumento se completava ainda com o viés, por assim dizer, mais "luxemburguista" que "leninista" do conceito de acumulação primitiva mobilizado. Empresas capitalistas amparadas pelo intenso intervencionismo desenvolvimentista conduzido pelo Estado brasileiro durante a ditadura civil-militar (1964-1985) expropriavam terras camponesas mediante algumas facilidades prestadas na forma de cessões de terras consideradas devolutas, de incentivos fiscais e créditos subsidiados. Essas empresas, todavia, ocupavam sobretudo as terras de maior renda, empurrando o campesinato para os grotões e diminuindo substantivamente suas condições de reprodução ao invés de retirá-las integralmente.

Não eram forjados com esse processo, portanto, como completos destituídos que deveriam se entregar ao assalariamento total no mercado de trabalho capitalista em formação, mas, sim, como um campesinato empurrado pela deterioração das suas condições de reprodução social para uma maior monetarização, a qual era obtida, em geral, com a migração temporária para trabalhos sazonais feitos na condição de "boias-frias", interpolada pela feitura de roças por eles próprios ou outros membros da família. O operário permitia a recriação do camponês e o camponês a do operário. Mas não só. O segredo consistia justamente na manutenção daquela agricultura de subsistência conduzir

ao rebaixamento dos salários e o camponês permitir também a reprodução do capital em uma forma característica de acumulação primitiva: sua produção não-capitalista (cf., por exemplo, MARTINS, 1986 e SILVA, 1999).

As três modalidades de acumulação primitiva que pudemos distinguir viriam exatamente da crítica dessa interpretação. Primeiro, tratamos de problematizar a ideia de uma "chegada" das relações capitalistas datada daquele momento. Em um nível mais geral, argumentávamos que a própria colonização em si já teria sido caracterizada por ter na produção de mercadorias seu sentido último (PRADO JR., 1979). Noutro, mais particular, distinguíamos a formação daquele campesinato como momento da mobilização do trabalho (GAUDEMAR, 1977) dos homens livres em meio à ordem escravocrata (FRANCO, 1997) e mais acentuadamente com a crise do escravismo no processo de expansão das fazendas. Com a fronteira aberta, nada garantia que os trabalhadores produzissem antes para si próprios que para o capital. Sem uma superpopulação relativa formada e expressa em um mercado nacional de trabalho, os salários podiam subir tanto de modo a inviabilizar a acumulação (MARX, 1984, cap. XXV). Nessas condições uma forma de territorialização do capital regional e coronelista teria emergido para associar produção direta dos meios de vida com extração de mais produto social mediante a incorporação de posses, renda em produto e renda em trabalho. O que parecia ser autonomia camponesa era, na verdade, uma acomodação possível entre terra, trabalho e capital que viabilizava produção de mercadorias e acumulação naquele contexto identificado como regional (OLIVEIRA, 1987).

Acumulação primitiva, portanto, não teria acontecido no momento da chegada das referidas empresas. Antes, foi iniciada com a colonização, teve caráter mundial e formou centro e periferia simultaneamente em uma relação que envolveu extração de excedentes e trocas desiguais, mas também condições diferentes para o estabelecimento da produção mercantil. Evitar a ideia simplista de que aquelas mudanças respondiam o começo do capitalismo, não exigia, contudo, descartar o conceito de acumulação primitiva, o qual não deixava de iluminar características relevantes do processo. Efetivamente trabalhador e terra estavam se separando no processo de expropriação. Bem observado, porém, terra e capital igualmente se separavam com a consolidação do Estado Nacional e sua institucionalização e tecnocratização. Mas essa seria uma separação de características bastante particulares, como indicou Marx (1986, cap. XLVIII) argumentando que, de maneira oposta à que aparece, os rendimentos não emanam cada qual das suas respectivas fontes, terra, trabalho e capital, mas tem como fontes, todos eles, a mais-valia. Ela

consistiria precisamente na constituição só de uma aparência de autonomia, em um processo de autonomização, visível, por exemplo, na formação de mercados separados e paralelos com rendimentos particulares para terra, trabalho e dinheiro.

Assim, ainda que o campesinato seguisse com a produção de suas roças intercalada pelo assalariamento temporário tais condições se diferenciavam completamente do momento em que era possível mobilizar o trabalho só em conjunto com a terra, em uma relação "fechada" pelo coronelismo, compadrio e a chamada dominação pessoal, cujos caracteres reificados ficam comumente esquecidos. Diferentemente, depois daquela acumulação primitiva, trabalho podia ser mobilizado sozinho, remunerado mediante salário obtido inclusive noutras distintas regiões, assim como também a terra, como demonstraram os progressivos arredamentos surgidos em terras antes de trabalho ou camponesas. Dessa perspectiva é que pudemos argumentar que o campesinato, sim, resistira às expropriações, mas tendo se tornado um expropriado em suas próprias terras.

Por fim, debruçar-nos-íamos sobre novos conflitos fundiários cuja interpretação que faz uma analogia com a acumulação primitiva é especialmente aquela da generalização contemporânea da acumulação por espoliação ou despossessão (HARVEY, 2004). Não sem tomar em conta, novamente, a importância daquele conceito para dar destaque à existência de diversos processos concretos de expropriação, nos contraporíamos a essa interpretação na medida em que a mesma parece desconsiderar o sentido último desses processos na mobilização e reprodução do trabalho. Até porque hoje o que parece estar em curso é uma espécie, dessa vez, não, como antes, de ausência, mas de redundância da superpopulação relativa, o que se expressa na descartabilidade ampliada do trabalho em um contexto de ampliação exponencial da composição orgânica e, do trabalhador, em uma era de expectativas decrescentes (ARANTES, 2014). Assim, qual o sentido de seguir tratando como acumulação primitiva um processo de produção de trabalhadores cuja incorporação não mais se apresenta como pressuposto da acumulação de capitais cuja reprodução tem se tornado crescentemente ficcionalizada?

Esse problema discutimos, mediante um esforço de crítica teórica confrontando duas das mais importantes abordagens que definem o campo dos estudos rurais contemporaneamente, a saber, a do "novo rural" e a da "recriação da questão agrária" (LEITE, 2016). Isso enquanto também investigávamos outra faceta do mesmo problema, a mediação estrutural do capital fictício na reprodução de capitais agroindustriais, averiguando investimentos estrangeiros em terras e na produção canavieira que

conduziram a falências nas usinas (BOECHAT, 2020). Assim, não só viemos nos debruçando sobre processos de expropriação seguidamente em todas as últimas pesquisas, como abordamos os mesmos relacionando sempre as dinâmicas de expansão e crise inerentes à reprodução capitalista, justamente como sugere a orientação das análises sobre o land grabbing com a qual nos propusemos a dialogar.

Ou seja, no processo de nossa formação, efetivamente viemos realizando uma espécie de arqueologia da questão agrária brasileira (BOECHAT; LEITE et al., 2017a). Isso não significa, sem embargo, que não nos tenhamos debruçado também sobre fenômenos hodiernos cujo campo de investigações sobre o land grabbing permitem importantes aportes para extrapolar alguns limites dos paradigmas já tradicionais da expropriação e da "grilagem". Sobretudo porque o roubo ilegal e o ilegalmente legalizado de terras tem dado lugar para a apropriação fundiária legitimada mediante processos de compra e arrendamento, a qual não por isso perde importância para a análise, inclusive porque para além da denúncia de ilegalismos, o foco da nossa reflexão é muito mais entender o movimento categorial da renda da terra e da eficácia da atual "corrida" pela sua incorporação no contexto da crise da reprodução capitalista.

No Vale do Jequitinhonha, estudamos contratos entre empresas florestais e camponeses para a implantação de monocultivos nas terras dos últimos que inclusive diferem dos simples arrendamentos porque há a total transferência dos custos com o trato e dos riscos do investimento para o proprietário. Tais empresas praticam preços monopolísticos que não pagam adequadamente todos os fatores de produção, os contratos nunca incluem recomposição do desgaste das terras pela monocultura, o trabalho implícito no processo não é nem reconhecido nem remunerado e as matérias-primas fornecidas como insumos e sementes tem seus custos descontados na execução dos contratos (LEITE, 2015b, p. 196-197). Essas, também elas modalidades de land grabbing, apareceriam como opções de investimento para diferentes empresas do setor florestal: realizavam-na merchants locais que "centralizavam" numerosas produções de eucalipto para comercializá-las como postes de madeira, carvão vegetal ou madeira para movelaria, a depender da escalada dos preços assim como gigantes como a Suzano Papel e Celulose e a Aperam South América, que no Vale do Jequitinhonha atuava por meio da sua subsidiária Aperam Bio Energia. Grande parte delas, inclusive, usufruindo da possibilidade de destinação flexível e múltipla e da flex crops madeira reflorestada (LEITE, 2015a, p. 692 e ss.). Para ficar apenas com um exemplo, o Fundo de Investimentos TTG Brasil Investimentos Florestais que comprou da Suzano seu maciço

de mais de 50.000 ha, além de operar seus produtos para siderúrgicas, papeleira e para a produção de bioenergia, negocia também créditos de carbono em bolsas de mercadorias e futuros (LEITE, 2013, pg. 148-149).

Por todo o exposto, a pesquisa agora em curso se mostra como uma espécie de continuidade das desenvolvidas anteriormente. Primeiro, porque elas deram uma chave para pensar o Brasil, da territorialização do capital colonial à internalização da metrópole (DIAS, 2005), responsável por consolidar o Estado nacional, passando pelas formas, por assim dizer, regionais e coronelistas da reprodução do capital bem como pelo planejamento regional criando as "regiões-objeto" da sua intervenção com o objetivo de elevar os patamares de produtividade melhorando as condições de concorrência para o país no mercado internacional. Mas também porque, quando ressaltamos os diversos processos de acumulação primitiva sobre os quais nos dedicamos e o sentido de cada um deles ante a reprodução do capital, até sua crise, nos referimos a processos de reestruturação fundiária, produtiva e das relações de trabalho. Pois, foi justamente isso que ocorreu com a promulgação da Lei de Terras em 1850, quando do fim do escravismo colonial, assim como, com a instituição do colonato, da agregação ou da morada, como formas de trabalho livre subsequentes à abolição, que não se constituíram como assalariamento, mas viabilizam regionalmente a acumulação. Também operaram uma reestruturação fundiária, produtiva e das relações de trabalho, os esforços apologeticamente proclamados como de integração nacional, da Revolução de 30 ao planejamento da SUDENE autonomizando a propriedade da terra, da propriedade da mercadoria força de trabalho, da propriedade do capital cada qual passando a circular num mercado particular. E, desde aí, o incremento constante da composição orgânica do capital e a financeirização dele desdobrado. São todos esses, momentos de reestruturação fundiária, produtiva e das relações de trabalho, sempre presididos por processos de acumulação primitiva (ou land grabbing) formas pelas quais operam as relações capitalistas: a modernização não diz respeito a uma dinâmica ascendente de incremento técnico, simplesmente, mas aos processos de expansão e crise, que incluem, portanto, rupturas, nas quais as relações entre as categorias terra, trabalho e capital vão se transformando.

Essa investigação justifica-se, portanto, em parte, pela a ampla experiência dos pesquisadores com os problemas levantados no que se refere tanto aos seus aspectos teóricos como empíricos assim como pela possibilidade de ampliação e aprofundamento de explorações tão decisivas no campo dos estudos rurais contemporâneos legados pelo

desenvolvimento da mesma. Por outro lado, justifica-se pela escassez de estudos atuais desse tipo na Zona da Mata nordestina, que enfoquem, sinteticamente, sua reestruturação, como dito antes, fundiária, produtiva e das relações de trabalho, até por ser esse um processo muito recente. Para exemplificar, apenas em 2015 o primeiro monocultivo florestal tem sua implantação em Pernambuco (JCONLINE, "Eucalipto começa a substituir cana-de-açúcar em áreas de declive da Zona da Mata", 5 de agosto de 2015). No estado de Alagoas, todavia, o processo dá sinais de estar se ampliando rapidamente. Só no intervalo do ano de 2015 houve um aumento de 36,3% na área plantada (BRAINER; SANTOS, 2017). Em 2018, a área total do monocultivo florestal alcança 15.000 ha (CELULOSEONLINE, "Plantio de eucalipto dá os primeiros passos em Alagoas", 15 de março de 2018). Abrimos, assim, com essa pesquisa, a possibilidade de abordar um processo recente e importante, de modo a, desde já, identificar suas formas de reprodução e analisar seus impactos.

Um elemento central dessa justificativa diz respeito a deficiências encontradas da própria maneira como se realizaram os estudos sobre o land grabbing não somente Brasil, mas também internacionalmente (BOECHAT; PITTA et. al., 2017). Como mencionado antes, o primeiro momento daquela "corrida na produção acadêmica" sobre o tema teve sobretudo um caráter quantitativo dos quais se desdobraram inúmeros problemas de mensuração, como a dificuldade em se coletar dados sobre o uso das terras, frequentemente aparecendo misturados fatos e factoides; a presente circularidade das referências, produzindo uma espécie de metadiscussão; além, dos levantamentos distanciados, em geral, feitos com recurso a imagens de satélite e quase sem contar com trabalhos de confirmação dos dados levantados (BOECHAT; PITTA et. al., 2017). Nesse contexto, a possibilidade de realizar pesquisas in loco adquire bastante importância com a perspectiva de dimensionar e qualificar melhor esse processo.

O caso da produção de madeira tem recebido, particularmente, pouca atenção nas discussões sobre o land grabbing, ainda que haja uma expressiva expansão de florestas plantadas em todo mundo, prevalecendo em geral o foco na incorporação de terras pela produção capitalista de alimentos ou para o controle de recursos naturais como a água ou a biodiversidade (EDELMAN, 2016). Para termos uma referência, entre 1990 e 2010 elas cresceram 67% na América do Sul, 560,5% no Canadá e 815,1% no México. Em todo o mundo a expansão foi de 48%, ordem superior a cinco milhões de hectares por ano (KRÖGER, 2014). E, embora no Brasil sua exportação, tomando por base o papel e a celulose, corresponda atualmente apenas a 4,1% da pauta de exportações nacionais,

perdendo para o complexo soja com 13%, para o complexo carne com 7,6%, e para o açúcar e o etanol com 5,2%, analistas do mercado identificam grande potencial para a ampliação, sobretudo porque no país o custo para a produção é de US$ 235 por tonelada enquanto nos EUA é de US$ 420 e na China de US$ 498 (BRADESCO, 2017).

Além disso, no caso particular da produção de madeira, há que se considerar ainda o surgimento de novos mercados – e de valor agregado – como aquele atualmente denominado bioeconomia, no qual se reúnem tecnologias produtoras de biocombustíveis, bioprodutos e bioprocessos: produtos materiais e químicos de commodities e especialidades químicas que juntos representam possibilidades de substituição dos petroquímicos em curto prazo (OLYMPIO, 2017). Ou seja, além daquele aumento, torna-se pertinente a investigação da produção das flex crops em situações de land grabbing dado que permite analisar não só as possibilidades de adaptação às oscilações do mercado, mas a própria atuação do capital financeiro nessa modalidade de investimentos, no seu esforço de tentar confrontar a baixa liquidez do ativo terra com a produção de mercadorias que podem ser destinadas para mercados alternativos.

Por fim, tal pesquisa se justifica pela possibilidade de uma temática já bastante elaborada no quadro dos estudos rurais brasileiros, a questão agrária e o problema da recriação contemporânea da acumulação primitiva, ser problematizada e reformulada em diálogo crítico com um conjunto de referências internacionais que tentam compreender esse processo, para além de eventuais particularidades nacionais ou regionais, a escala global.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como dito no início, os discursos apologéticos da bioeletricidade, assim como os dos biocombustíveis e, de um modo mais geral, da bioenergia, para além de se inserirem em torno do crescente debate sobre soluções “sustentáveis” e ecologicamente viáveis, sugerem a necessidade de enfrentar crises de abastecimento de maneira a legitimar a “corrida mundial por terras”. Diferente interpretação do problema, inclusive crítica à primeira, assinala como aquele afluxo de capitais financeiros e especulativos que veio a estabelecer o chamado boom das commodities (CLAPP, 2014; KURZ, 2011) desdobrou-se do processo de desregulamentação dos mercados futuros de mercadorias agrícolas, simultâneo a crise da chamada Nova Economia, com a quebra da bolsa de empresas de tecnologia.

Além da compra de unidades produtivas, o aporte de capitais financeiros também se voltou, sobretudo a partir de 2007/2008, para a aquisição direta de largas porções de terras, fenômeno denominado land grabbing. Como em geral é desenvolvida a caracterização, em si, de land grabs dispensa qualquer tratamento mais sistemático nos termos da sua relação com a dinâmica crítica de reprodução do capital. Não obstante, alguns autores têm destacado sua semelhança com a acumulação primitiva, como a descreveu Marx (1984, XXIV), onde a apropriação de largas porções de terras forneceram as condições para o desenvolvimento da grande agricultura capitalista (cf., por exemplo, WHITE et al., 2012). Outros tem ainda assinalado, ao modo de Harvey (2004) quando chama a atenção para a reiteração da acumulação primitiva durante todo o desenvolvimento capitalista, a relação entre land grabbing e a acumulação por espoliação ou despossessão (cf., por exemplo, SAUER; BORRAS, 2016; SASSEN, 2016 e 2010). Na bibliografia sobre o tema aparece, ainda, referências a necessidades desdobradas por crescentes processo de centralização do capital: para conglomerados internacionais, por um lado, a aquisição de terras se apresenta como uma nova e segura alternativa de investimento, que dá ancoragem em ativos reais ante a volatilidade dos mercados financeiros e o caráter excessivamente mutável dos investimentos. Por outro, a produção de flex crops garantiria níveis de mobilidade do capital atrativos para variar o investimento produtivo conforme as oscilações do mercado e advento de uma crise (cf., por exemplo, BORRAS et al., 2012).

Quando se trata de discutir o que são e qual o papel das flex crops, a bibliografia arrisca diferentes possibilidades de definição, assim como no caso do land grabbing, cuja polissemia do termo já mencionamos. Há mesmo uma ideia não só de destinação múltipla ou flexível da matéria-prima mas de multiplicidade dos próprios negócios rurais que remete ao debate sobre o “novo rural”: espaços onde a estrutura das redes de cidades permitem a mobilização da terra para diversos usos como caça, turismo, agricultura, conservação ambiental, logística, instalação de fábricas, etc. Ou ainda, remete a diversas utilizações para uma mesma propriedade, como aquelas que oferecem as plantações florestais como estabelecimentos para caça de animais, especialmente nos EUA (cf. OLYMPIO, 2017).

Por fim, outros ressaltam que a ideia de flex crops se refere à destinação flexível exclusivamente das matérias-primas. Essas seriam de uso múltiplo no caso de servirem à fabricação de vários produtos ou subprodutos. E de uso flexível no caso de a produção dos mesmos poder ser realizada em uma mesma unidade produtiva com pouca

necessidade de incremento no maquinário ou na tecnologia, o que permite alterar a destinação conforme a variação do mercado até no âmbito da sua finalidade industrial dentro de uma mesma unidade. São justamente essas mercadorias cuja expansão nas áreas de produção hoje é mais expressiva: soja, cana-de-açúcar, beterraba, milho, girassol, palma, mandioca, coco, além das árvores de crescimento rápido (BORRAS et al., 2014). Isso se daria porque as culturas de destinação múltipla ou flexível se adequam com facilidade às variações do mercado, porque em geral estão associadas de forma mais direta ao capital industrial, possibilitando ganhos de escala e o controle simultâneo de vários mercados, mas, talvez, sobretudo porque assim tornam-se atraentes ao capital financeiro, apresentando um grau de risco muito pequeno (BORRAS et al., 2016).

Em diálogo precisamente com essas questões, introduzimos como problema para essa investigação a reestruturação fundiária, produtiva e das relações de trabalho na Zona da Mata pernambucana, para aceitarmos a sugestão de Brent (2015), no quadro mesmo de uma reestruturação territorial que mitigando as crises apenas provisoriamente ou não, de fato se impõe. Reestruturação organizada pela implantação de monocultivos florestais em terras tradicionalmente dedicadas à cana-de-açúcar, sobretudo nas encostas, primeiro voltada à produção bioeletricidade nas termelétricas das próprias usinas canavieiras, mas que se autonomiza adquirindo outras opções de comercialização.

De um modo geral, as questões que interessam referem-se às modalidades de investimento mobilizadas em cada um dos casos (capital próprio, empréstimos, subsídios, fusões, fundos de investimento, investimento estrangeiro direto, etc.) e as condições obtidas para sua remuneração. Averiguamos também as formas de apropriação das terras (compra, contratos de fornecimento, contratos de arrendamento, etc.) e de incorporação da renda fundiária (formação de propriedade e renda absoluta, sobrelucro em razão do diferencial de localização e produtividade e renda diferencial) e se tem implicado em processos de expulsões e deslocamentos. Ainda com relação à apropriação das terras, buscamos investigar o processo tendo em mente a problemática da externalização dos custos da produção para o proprietário das terras encontrada em pesquisas anteriores realizadas no Vale do Jequitinhonha, sobretudo por sabermos que a ampliação dos monocultivos florestais, como tem se dado em Alagoas, onde se encontra mais avançada, passa pela centralização de áreas que em geral tem no máximo 100 ha cada. Consideramos também a forma do lucro nas transações que envolvem compra efetiva das terras, em geral, uma espécie de lucro comercial: a terra é adquirida por um valor e, depois que ela sobe de preço, é vendida. Além de levar em conta que tal lucro não se restringe às

transações diretas com as terras adquiridas porque empresas com capital aberto em bolsa, como é o caso da Duratex S/A, um dos focos da investigação, cujas ações estão lançadas na BM&FBovespa, formam portfólios de destaque mediante tais aquisições o que faz subir o preço das suas ações e possibilita a aquisição de novos e maiores empréstimos. Com relação ao caso específico dos negócios da Energias Renováveis do Brasil (ERB), outro foco da investigação, interessa ademais verificar em que medida a recuperação judicial de um projeto e a efetivação do outro passam por diferenças na produtividade ou no desempenho logístico das terras e de sua área de inserção em cada estado.

Além disso, em todos os processos mencionados, investigamos a reestruturação produtiva capitaneada pela implantação dos monocultivos florestais, considerando que a substituição da cana-de-açúcar em encostas foi em grande medida movida pela inviabilidade econômica da produção em terras não mecanizáveis. E não apenas com referência à instalação da capacidade de beneficiamento ligada a cada negócio, mas também com referência à tecnificação e mecanização do próprio plantio, além de averiguar as modalidades das relações de trabalho emergidas e as formas de exploração/dominação que envolve. Por fim, mas não em último lugar, focarei nas dinâmicas de comercialização alternativas ao consumo industrial já previsto em cada projeto ao passo que investigo as oscilações de preço de cada destinação em particular daquela matéria-prima florestal. Em todos os estados enfocados buscarei ainda acompanhar o desenvolvimento das promessas de expansão do monocultivo florestal na Zona da Mata, da produção de bioeletricidade e dos outros setores que consomem essa matéria-prima.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Alguns autores voltados à interpretação que relaciona land grabbing e formas contemporâneas de acumulação primitiva apontam implicações de expulsões e deslocamentos impostos pelo land grabbing, como a não absorção da população removida em nenhuma atividade econômica em função do amplo desemprego provocado pela generalização de tecnologias que reduzem a necessidade de trabalho (WHITE et al., 2012). Entretanto, em geral há um consenso que sugere ser o land grabbing uma forma de reestruturação territorial do capitalismo que mediante ajustes espaciais, conforme a análise de Harvey (2004), buscaria promover a mitigação das crises (BRENT, 2015).

Essa ideia, conforme foi construída por Harvey (2004), em síntese, pontua que a privatização de terras libera tanto a terra como a força de trabalho na condição de ativos

de custo baixíssimo de modo a dar oportunidade de investimentos para o capital sobreacumulado que não consegue se realizar lucrativamente evitando-lhe ou retirando-lhe da crise. No entanto, esse problema deve ser pensado, por um lado, com referência àquela descartabilidade do trabalho (a qual aparece até em estudos sobre o land grabbing, embora fenomenicamente), tendo uma relação íntima com o aumento da composição orgânica e com a própria tendência de queda da taxa de lucro. Alguns autores têm abordado essa questão nos termos de uma crise do trabalho (KURZ, 2014). E, por outro, com referência àquele processo de futurização e ficcionalização da reprodução do próprio capital, que mesmo aproveitando-se da incorporação da renda da terra (MARX, 1986) dependem estruturalmente de capital fictício, o qual em geral apenas logram realizar com rolagens de dívidas, o que produz uma ficcionalização da própria reprodução (KURZ, 2014). E por isso mesmo é que ganha uma enorme importância para a pesquisa que consideremos os recursos do próprio capital para tentar reverter esse quadro, quais sejam, a produção do espaço (HARVEY, 2004) mediante o land grabbing e as tentativas de aumento da mobilidade do capital mediante a produção de flex crops, inclusive para poder refletir sobre sua abrangência e eficácia.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. C. A cana-de-açúcar na Região da Mata Pernambucana: reestruturação produtiva na área canavieira de Pernambuco nas décadas de 80 e 90 – impacto ambiental, socioeconômico e político. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2001.

_____. A terra e o homem no Nordeste – Contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. São Paulo: Brasiliense, 1963.

ARANTES, P. O novo tempo do mundo e outros estudos sobre a era da emergência. São Paulo: Boitempo, 2014.

BACCARIN, J. G; GEBARA, J.; SILVA, B. M. Aceleração da colheita mecânica e seus efeitos na ocupação formal canavieira no estado de São Paulo, de 2007 a 2012. Informações econômicas, São Paulo, v. 43, n. 5, set./out., 2013.

BARBANTI JR., O. Internacionalização de terras no Brasil: perspectivas para o setor de plantações de madeira. Estudos Internacionais, Belo Horizonte, v. 5, n. 2, p. 132-154, 2017.

BOECHAT, C. A. O colono que virou suco: terra, trabalho, Estado e capital na modernização da citricultura paulista. 2013. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

_____; LEITE, A. C.G. et al. Archéologie de la question agraire au Brésil: du labor grabbing au land grabbing. EchoGéo Revue, v. 41, p. 1-18, jul./set., 2017a.

_____; LEITE, A. C. G. et al. Land Grabbing e Flex Crops: forma de investimento estrangeiro no agronegócio sucroenergético. 2017. Projeto de Pesquisa – Universal (FAPES). Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2017b (mimeo).

_____; PITTA, F. T. et al. Land Grabbing e crise do capital: possíveis intersecções dos debates. Geographia, Niteroi, v. 19, n. 40, p. 75-91, mai./ago., 2017.

BORRAS, S. M.; FRANCO, J. C.; ISAKSON, R.; LEVIDOW, L.; VERVEST, P. The rise of flex crops and commodities: implications for research. The Journal of Peasant Studies, Londres, v. 43, n. 1, p. 93-115, 2016.

_____. Towards understanding the politics of flex crops and commodities: implications for research and policy advocacy. TNI: Amsterdam, 2014.

BORRAS, S.; KAY, C.; GÓMEZ, S.; WILKINSON, J. Land grabbing and global capitalist accumulation: key features in Latin America. Canadian Journal of Development Studies, Ottawa, v. 33, n. 4, p. 402-416, 2012.

BRADESCO. Papel e celulose. Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos (DEPEC). BRADESCO, 2017. Disponível em: https://goo.gl/NnzAas. Acesso em: jun. 2020.

BRAINER, M. S. C. P.; SANTOS, L. S. dos. Retrato da Silvicultura na área de atuação do BNB. Caderno Setorial ETENE, Banco do Nordeste, ano 2, n. 6, jun., 2017.

BRENT, Z. W. Territorial restructuring and resistance in Argentina. The Journal of Peasant Studies, Londres, v. 42, n. 3-4, p. 671-694, 2015.

CLEMENTS, E. A.; FERNANDES, B. M. Land Grabbing, agribusiness and the peasantry in Brazil and Mozambique. International Conference Global Land Grabbing II: Ithaca, 2012.

COTULA, L. The international political economy of the global land rush: a critical appraisal of trends, scale, geography and drivers. The Journal of Peasant Studies, Londres, v. 39, n. 3-4, p. 649-680, 2012.

DABAT, C. R. Moradores de Engenho: relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2007.

DIAS, M. O. L. da S. A interiorização da metrópole e outros estudos. São Paulo: Alameda, 2005.

DELGADO, G. Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio - mudanças cíclicas em meio século. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2012.

EDELMAN, M. Estudios agrarios críticos: tierras, semillas, soberanía alimentaria y derechos de las y los campesinos. Quito: Editorial IAEN, 2016.

FRANCO, M. S. de C. Homens livres na ordem escravocrata. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

GARCIA JR., A. Libertos e sujeitos: sobre a transição para trabalhadores livres do Nordeste. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 3, n. 7, p. 06-41, jun., 1988.

_____. O Sul: caminho do roçado. Estratégias de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo: Editora Marco Zero e UNB-MCT-CNPq, 1990.

GAUDEMAR, J. P. de. Mobilidade do trabalho e acumulação do capital. Lisboa: Estampa, 1977.

HARVEY, D. Os limites do capital. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

_____. O Enigma do Capital e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

_____. O novo imperialismo. São Paulo: Loyola, 2004.

KLIMAN, Andrew. The failure of capitalist production: underlying causes of the Great Recession. Londres: Plutopress, 2012.

KRÖGER, M. The political economy of global tree plantation expansion: a review. The Journal of Peasant Studies, Londres, v. 41, n. 2, p. 235-261, 2014.

KURZ, R. Dinheiro sem valor. Lisboa: Editorial Antígona, 2014.

_____. O fim do boom das matérias-primas. 2011. Disponível em: http://o-beco.planetaclix.pt/rkurz395.htm. Acesso em: jun. 2020.

LEITE, A. C. G. Condições atuais de reprodução social do campesinato no Vale do Jequitinhonha entre o novo rural e a recriação da questão agrária. 2016. Projeto (Pós-doutorado em Geografia). Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

_____. O campesinato do Vale do Jequitinhonha: da sua formação no processo de imposição do trabalho à crise da (sua) reprodução capitalista. 2015. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015a.

_____. Expansão capitalista no Vale do Jequitinhonha: pautas para a discussão do problema da acumulação primitiva. Revista Pegada Eletrônica, Presidente Prudente, v. 16, n. 2, p. 179-201, 2015b.

_____. As transformações contemporâneas da mobilidade do trabalho no Vale do Jequitinhonha mineiro. 2013. Relatório de Qualificação (Doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013 (mimeo).

_____; GIAVAROTTI, D. Entrevista com Moishe Postone. Revista Margem Esquerda, São Paulo, v. 31, jul./dez, 2018.

LIMA, E. C. de. Dissidência e fragmentação da luta pela terra na Zona da Cana nordestina: Alagoas, Paraíba e Pernambuco. Curitiba: CRV, 2013.

MARTINS, J. S. Não há terra para plantar nesse verão. O cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo. Petrópolis: Vozes, 1986.

MARX, K. O capital. Crítica da economia política. Livro I. Volume I. Tomo II. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

_____. O capital. Crítica da economia política. Livro III. Volume IV. Tomo II. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

MELO, M. G. S. Gestão Ambiental no setor sucroalcooleiro de Pernambuco: entre a inesgotabilidade dos recursos naturais e os mecanismos de regulação. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2011.

OLIVEIRA, F. Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste, planejamento e conflito de classes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

PADILHA, T. Doce verde amargo: traços da influência da cana-de-açúcar na sociedade de Alagoas. Brasília: Athalaia Solução Digital, 2011.

PITTA, F. T. As transformações na reprodução fictícia do capital na agroindústria canavieira paulista: do Proálcool à crise de 2008. 2016. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

_____. A reprodução fictícia da agroindústria canavieira paulista no século XXI e as teorias marxianas sobre crise imanente e atual do capital: em exercício de crítica pela totalidade concreta. 2017. Projeto (Pós-doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017 (mimeo).

ROSA, M. C. Engenho dos movimentos sociais: reforma agrária e significação social na zona canavieira de Pernambuco. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

SAMPAIO, M. de A. P. 360° - O périplo do açúcar em direção à macrorregião canavieira do centro-sul do Brasil. 2015. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

SANTOS, F. A. dos. Análise da aplicação da biomassa da cana como fonte de energia elétrica: usina de açúcar, etanol e bioeletricidade. 2012. Dissertação (Mestrado em Engenharia). Escola Politécnica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SANTOS, G. H. F. et al. Biomassa como energia renovável no Brasil. Revista UNINGÁ, Maringá, v. 29, n. 2, p. 6-13, 2017.

SASSEN, S. Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global. São Paulo: Paz e terra, 2016.

_____. Land Grabs today: Feeding the disassembling of national territory. Globalizations, Helsinki, v. 10, n. 1, p. 25-46, 2013.

_____. A savage sorting of winners and losers: contemporary versions of primitive accumulation. Globalizations, Helsinki, v. 7, n. 1, p. 23-50, 2010.

SAUER, S.; BORRAS, S. M. “Land Grabbing” e “green grabbing”: uma leitura da “corrida na produção acadêmica” sobre a apropriação global de terras. CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de Geografia Agrária, São Paulo, Edição espacial, p. 6-42, 2016.

SAUER, S.; LEITE, S. P. Agrarian structure, foreign investment in land, and land prices in Brazil. The Journal of Peasant Studies, Londres, v. 39, n. 3-4, p. 873-898, 2012a.

_____. Expansão agrícola, preços e apropriação de terra por estrangeiros no Brasil. Revista de Economia e Sociologia Rural, Brasília, v. 50, n. 3, p. 503-524, 2012b.

SILVA, M. A. M. Errantes do fim do século. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

SILVA, G. C. Usina Catende: um olhar sobre as relações de poder, disputas territoriais e o processo econômico solidário em seus domínios. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2011.

SILVA JR., J. P. da. “Ilhados” pela cana, “suspensos” pela usina, “assituados” pela vida: des-territorialização de uma comunidade de pescadores artesanais no estuário do rio Sirinhaém, Sirinhaém-PE. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

TOLEDO, C. de A. A região das lavras Baianas. 2008. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

TORQUATO, S. A.; FRONZAGILA, T.; MARTINS, R. Colheita mecanizada e adequação da tecnologia nas regiões produtoras de cana-de-açúcar. Anais do Congresso da Associação Brasileira de Pesquisa Tecnológica, Campina Grande, 2008.

VIDAL, M. L. Situação do setor sucroenergético nordestino: Safra 2015/2016. Caderno Setorial ETENE, Banco do Nordeste, ano 2, n. 2, fev., 2017.

WHITE, B.; BORRAS, S.; HALL, R.; SCOONES, I.; WOLFORD, W. The new enclosures: critical perspectives on corporate land deals. The Journal of Peasant Studies, Londres, v. 39, n. 3-4, p. 619-647, 2012.

ITABAIANA: CENTRO DE COMERCIALIZAÇAO AGRÍCOLA DE SERGIPE (2022)

Diana Mendonça de Carvalho[1]

Anny Karollainy da Silva Lisboa[2]

José Eloízio da Costa[3]

RESUMO

A comercialização é uma atividade de difícil execução, em virtude das etapas da cadeia produtiva do alimento, assim como da definição do circuito comercial, dentre as condições que envolvem o sistema da agricultura, da produção a comercialização. Nesta condição, o presente artigo analisará a comercialização agrícola, no atacado e no varejo, no município de Itabaiana SE. A pesquisa é de cunho empírico analítica, com base quali-quantitativa, partindo de revisões bibliográficas e trabalho de campo, com aplicação de questionários, junto a agricultores familiares do município e a comerciantes desse segmento. A comercialização agrícola é realizada desde a porteira produtiva, mas com afinco no centro comercial do município, a partir das feiras (quartas e sábados), assim como pela ação dos intermediários-atacadistas (terças, quintas e sextas) e supermercados, que distribuem os produtos agrícolas locais, regionais, nacionais e internacionais nos mercados locais e, principalmente regionais. Essa condição de fluidez comercial condiciona a definição do município como polo de comercialização e distribuição agrícola no estado de Sergipe.

Palavras-chave: Produção, Distribuição, Comercialização, Intermediários e Varejistas.

ABSTRACT

Commercialization is a difficult activity, due to the stages of the food production chain, as well as the definition of the commercial circuit, among the conditions that involve the system of agriculture, from production to commercialization. In this condition, this article will analyze the agricultural commercialization, wholesale and retail, in the municipality of Itabaiana SE. The research is of an empirical analytical nature, with a qualitative-quantitative basis, based on bibliographic reviews and fieldwork, with the application of questionnaires, with family farmers in the municipality and merchants in this segment. Agricultural commercialization is carried out from the productive gate, but with diligence in the commercial center of the municipality, from the fairs (Wednesdays and Saturdays), as well as through the action of intermediaries-wholesalers (Tuesdays, Thursdays and Fridays) and supermarkets, which distribute local, regional, national and international agricultural products in local and, mainly, regional markets. This condition of commercial fluidity conditions the definition of the municipality as a center of agricultural commercialization and distribution in the state of Sergipe.

[1] Profª Drª do DGEI/UFS e integrante do Grupo de Pesquisa Sobre transformações no Mundo rural (GEPRU). dianamendoncadecarvalho@gmail.com

[2] Graduanda em Geografia pelo DGEI/Campus Professor Alberto Carvalho/UFS e integrante do Grupo de Pesquisa Sobre transformações no Mundo rural (GEPRU). annykarolainy2001@gmail.com

[3] Prof. Dr. do DGEI/UFS e líder do Grupo de Pesquisa Sobre transformações no Mundo rural (GEPRU). eloizio.npgeo@gmail.com

Keywords: Production, Distribution, Marketing, Intermediaries and Retailers.

INTRODUÇÃO

A comercialização é uma atividade de difícil execução, em virtude das etapas da cadeia produtiva do alimento, assim como da definição do circuito comercial, dentre as condições que envolvem o sistema da agricultura. Esse processo conjuga especificidades quanto a dispersão de estruturas, fluxos de produção e de organização espacial para se chegar ao consumidor final, abrangendo vários atores sociais que integram a cadeia produtiva dos gêneros agrícolas e as etapas de transformações desta produção.

Por essa conjuntura, o presente artigo analisa a comercialização agrícola, em âmbitos atacadistas e varejistas, no município de Itabaiana/SE, mediante diversas escalas espaciais que contemplam esse processo. A pesquisa parte dos seguintes questionamentos: Como se organiza a oferta de produtos agrícolas no município de Itabaiana/SE? Quais são as estruturas de comercialização existentes e como elas se organizam na oferta de produtos agrícolas no município de Itabaiana/SE? Como a comercialização agrícolas tende a centralização de Itabaiana no estado de Sergipe?

O município de Itabaiana está localizado na faixa centro-ocidental do estado de Sergipe, limitando-se com os municípios de Areia Branca, Campo do Brito, Frei Paulo, Macambira, Malhador, Moita Bonita e Ribeirópolis. A área municipal ocupa 1,54% do território sergipano (336,6km²), distando da capital, Aracaju, 56 km, através da rodovia BR-235 (Figura 01). A escolha do espaço e do tema se justifica na forte relação comercial evidenciado no município, cujos moradores, trabalhadores e a própria gestão pública, o coloca como centralidade comercial agrícola no estado de Sergipe.

O desenvolvimento dessa análise considerou as seguintes etapas: 1- Levantamento bibliográfico sobre comercialização agrícola; 2- Levantamento de dados secundários juntamente a órgãos públicos, como secretaria de agricultura municipal, empresas comerciais, produtores, intermediário-atacadistas, feirantes e supermercados existentes. E, 3- promoção do registro dos fatos, por meio de mapeamento com o Software QGIS Geographic Information System (QGis3.16) e figuras.

Essas fases sustentaram uma pesquisa de abordagem empírico-analítica, com base qualitativa e quantitativa que possibilitará o reconhecimento dos agentes que atuam em diversas cadeias produtivas, desde o produtor ao consumidor final, no processo comercial agrícolas existente no município de Itabaiana/SE.

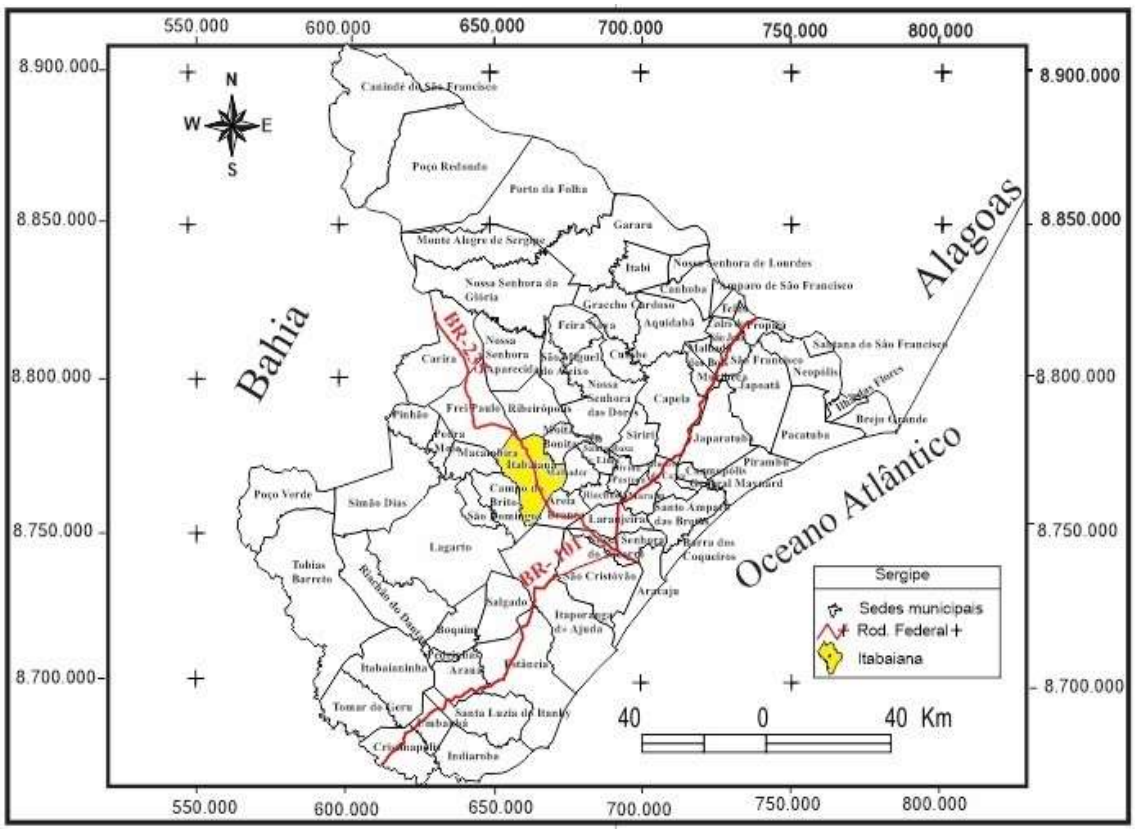


Figura 01 - O Município de Itabaiana no estado de Sergipe.
Fonte: Base Cartográfica SEPALNTEC (2004).

CADEIA PRODUTIVA E COMERCIAL AGRÍCOLA

A comercialização agrícola reflete "[...] todas as atividades, funções e instituições necessárias à transferência de bens e serviços dos locais de produção aos de consumo" (STEELE, 1971, p.23). Esse processo decorre, assim, das relações deliberadas dentro de uma dada cadeia produtiva.

Cadeia Produtiva Agrícola

A cadeia produtiva trata das fases pelas quais os produtos passam até chegar ao mercado consumidor, contendo particularidades locais e regionais, ao tempo que integram atores sociais que possibilitem o crescimento econômico através de processamento e industrialização.

Os atores socais envolvidos nessa cadeia são quase sempre: 1- fornecedores de insumos, representados por empresas que ofertam implementos agrícolas e tecnologias para as lavouras; 2- agricultores, que lavram a terra, com a finalidade de produzir

alimentos; 3- processadores ou agroindústrias que transformam os produtos *in-natura*; 4- comerciantes, que promove a distribuição das mercadorias na forma atacadista, para postos de venda; e/ou comercializam o produto, na forma varejista, para o consumidor final; e 5- o mercado consumidor, sendo o ponto final da comercialização.

Estruturas na Comercialização Agrícola

Neste contexto, a transferência de produtos agrícolas do produtor ao consumidor não ocorre de forma direta, perpassando por cadeias de intermediação. Essa cadeia é dependente do espaço geográfico, visualizada nas estruturas espaciais (SANTOS, 1994, p.34), ou seja, nos pequenos estabelecimentos, feiras e supermercados, na forma de venda a varejo; e em "fixos" como os CEASAS, na forma de atacado, que são apropriados pela lógica do capital.

A feira é definida como lugar de compra e venda de produtos diversos, isto é, concebida como espaço da reprodução do trabalho de pequenos agricultores e como lócus da acumulação do capital através da circulação da mercadoria.

As redes de supermercados se fazem detentoras de novas técnicas de comercialização, com redução de custos e obtenção rápida de capital (PINTAUDI, 1984), haja vista, a concentração de variados produtos num mesmo local.

As centrais de abastecimento se definiu por políticas de Estado, implantadas na década de 1970, visando dinamizar a comercialização de mercadorias agrícolas no modo atacadista. Essa estrutura seguiu o modelo da Central Geral de Abastecimento do estado de São Paulo (CEAGESP) – "maior mercado atacadista da América Latina" (CORTEZ, 2002, p. 23).

CADEIA PRODUTIVA E COMERCIAL AGRÍCOLA EM ITABAIANA/SE

No município de Itabaiana se faz evidente a cadeia de comercialização agrícola, seja na forma contraída ou alongada, conforme o número de atores sociais envolvidos.

Comércio Atacadista Agrícola em Itabaiana/Se

O município de Itabaiana é considerado o maior mercado atacadista agrícola de Sergipe, sobretudo em termos de hortifrutigranjeiros (CARVALHO, 2010). Os

intermediários atacadistas territorializam, com seus caminhões e mercadorias, grande área do centro comercial da sede municipal (figura 02). Essa área se expande para além das ruas específicas do comércio local, normalmente circunscritas aos largos comerciais (Santo Antônio e José do Prado Franco) e do Mercado de hortifrutigranjeiros, ocupando aproximadamente 10 km² de área. Nos dias de terça e sobretudo, nas quintas-feiras, é possível observar maior expansão com a ocupação das Praças Fausto Cardoso e João Pessoa, como também de ruas adjacentes.

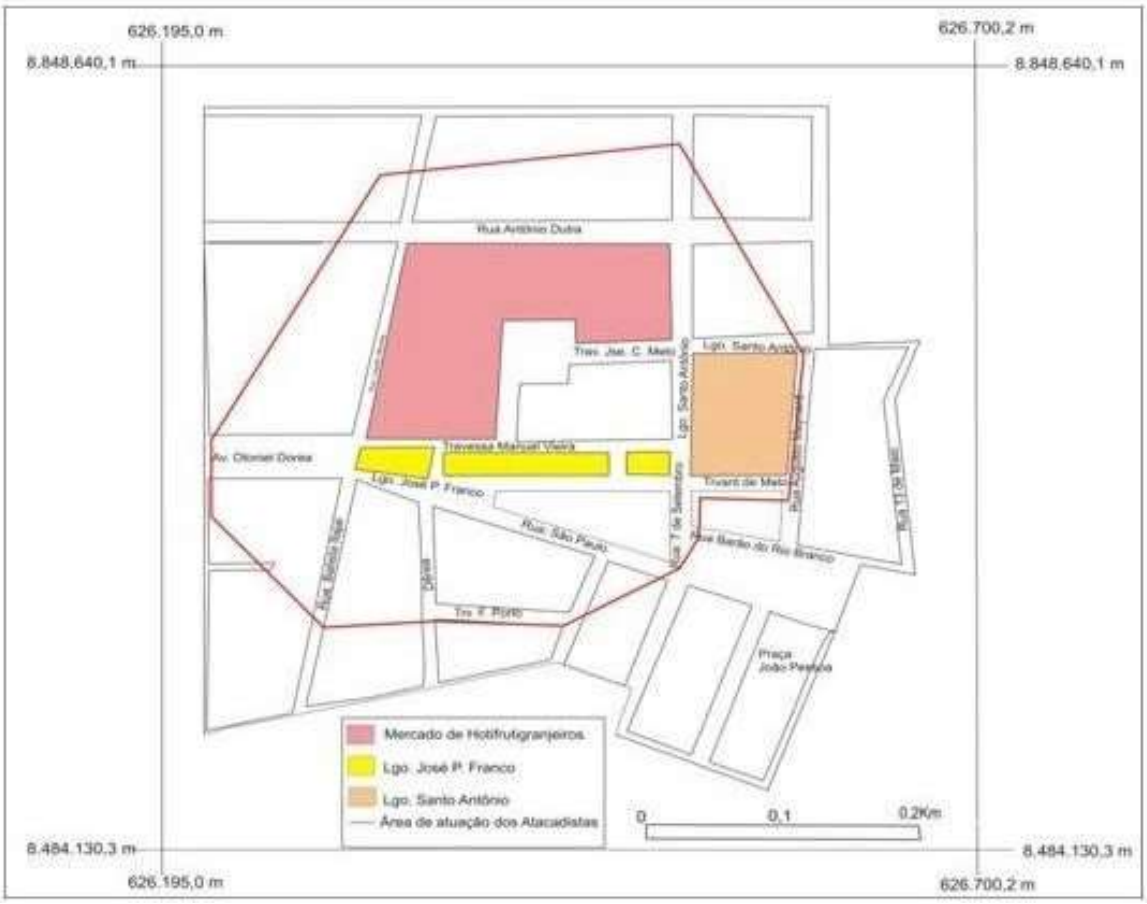


Figura 02 - Espaço de comercialização Atacadista na sede urbana de Itabaiana/SE (2021).
Fonte: Pesquisa de Campo, 2020. (Base Cartográfica da Secretaria de Infraestrutura ePlanejamento de Itabaiana, 2008.).

Em 2010, existiam no Mercado de Hortifrutigranjeiros de Itabaiana ("Mercadão") um número de 72 atacadistas que atuavam principalmente na negociação de verduras e hortaliças. Atualmente, esse número é variável e cíclico conforme a condição econômica. Em termos atacadista, a Secretaria de Agricultura do Município contabiliza a existência de mais de 200 comerciantes nessa condição, somados a um número aproximado de 800 caminhões atuando na entrada e saída de

mercadoria agrícolas (segundo um intermediário). Esses atuam semanalmente no mercado de hortifrutigranjeiros, no centro urbano do município.

Em outro ponto, a definição do Ceasa, como uma iniciativa do Governo do Estado, a partir do Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal (Proinveste), com investimento de quase 39 milhões de reais em recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), visando condicionar e realocar a comercialização agrícola do município para o bairro Porto (Figura 03). Todavia, a concessão público-privada por parte do Estado para funcionalidade do espaço tem sido um tanto inconveniente, pois os valores que estão sendo cobrados por ponto comercial serem muito elevados e não condizerem com a realidade socioeconômica de um município que tem nas suas veias a negociação como prática comum.

Figura 03- Ceasa de Itabaiana/SE.
Fonte: Trabalho de Campo (2021).

Os valores são definidos por metro quadrado, isto é, a cada área de 3 x 4m, o valor cobrado é de R$30,00, aliado a mais R$30,00 por metro quadrado de uma "espécie" de condomínio, o que condiciona um valor ao mês de quase R$800,00 por box - além do locatário ter que arcar com água e energia. Fato que se torna inviável, quando se observa o valor pago no Mercado de Hortifrutigranjeiros de Itabaiana por área similar, que fica em torno de R$60,00. Além disso, a área comercial congregada no CEASA é considerada

pequena, tendo em vista a falta de logística necessária ao processo de (des)embarque das mercadorias. A cada quatro boxes ou lotes é que o comerciante tem direito a uma área de estacionamento para veículos de “carga”.

A respectiva condição dificulta o funcionamento da central e desmerece sua finalidade, principalmente junto aos atacadistas de Itabaiana. Muitos desses comerciantes firmaram contratos com a Iconbras e tentam junto ao Ministério Público uma forma de invalidá-lo ou ao menos, aliviar a rescisão contratual, haja vista, o contrato assinado prevê o pagamento de um ano, mesmo sem uso. Com o intuito de superar a dita situação, esses tem se organizado socialmente com a criação da Associação dos Comerciantes Hortifrutigranjeiros de Itabaiana. Essa associação tem o objetivo de promover diálogos com as instâncias governamentais e angariar melhorias espaciais para o comércio, para a mobilidade urbana e para tempo de parada dos caminhões com mercadoria por cinco horas no mercado de hortifrutigranjeiros de Itabaiana.

Diante disso, um ano após a inauguração, o CEASA ainda se mantém como um fixo sem função social, embora sucessivas negociações entre gestão pública municipal, comerciantes e diretoria da Iconbras. Esses ainda não chegaram a um consenso quanto a minimização das obrigações postas: 1- Aos dirigentes da empresa privada, que precisarão fazer investimentos na manutenção do estabelecimento; e 2- aos Comerciantes, que não conseguirão pagar pela manutenção dos espaços contratados.

Tais condições são incomuns ao CEASA de Aracaju, por exemplo, em que o comerciante adquire o lote para trabalhar, num valor estimado de R$200 mil reais e paga mensalmente o valor de R$930,00 pela manutenção do espaço, com taxas de água e energia inclusas. A isso se soma o fato dos associados organizados na Associação dos Usuários da Ceasa de Aracaju (Assuceaju) terem o valor de atracamento de seus caminhões amenizados pela metade no ato de comercialização atacadista, isto é, para cada caminhão que estaciona com mercadoria no Ceasa de Aracaju é cobrado um valor de R$70,00, sendo que para os associados esse valor caí para R$35,00.

Tal aspecto demonstra a diferença inerente que existe na ideia de gestão público-privada e social via associação. O exemplo do Ceasa de Aracaju está sendo buscado pelos comerciantes atacadistas de Itabaianaque lutam pela integração de interesses comerciais, sobretudo em relação a quebra contratual estabelecida com a Iconbras.

Comércio Atacadista de Frutas

O município de Itabaiana apresenta espaços comerciais em condições complicadas, haja vista o porte de negociações agrícolas, em termos quantitativos e de especificidades, serem dificeis de precisão pelos órgãos fiscalizados, no sentido de alocação física. Além disso, a Secretaria Municipal de Agricultura acredita ser muito mais de 200 toneladas semanalmente negociados no centro de Itabaiana, com diferentes origens, que vão da escala local a internacional, caso por exemplo da castanha de caju, da batata-doce e mesmo do alho.

Nesse cenário, o comércio atacadista de frutas está circunscrito a dois espaços bem definidos em Itabaiana: o primeiro, no Largo José do Prado Franco; e o segundo, dentro do Mercadão de Itabaiana. A primeira forma de comercialização ocorre num espaço aberto, onde caminhões chegam e se instalam para executar sua comercialização. Um desses atacadistas/intermediários afirma que o segmento já foi bom, mas nos últimos anos, em virtude da variação de valor do combustível sobretudo, ele tem trabalhado junto a sua família para a sobrevivência. Ao passo que outro afirma, que ainda é um negócio muito bom, mesmo com todos os problemas comuns a essa atividade, pois garante o sustento e a educação dos filhos.

Muito do que tem sido comercializado no Largo José do Prado Franco advém do pólo fruticultor de Juazeiro (BA) e Petrolina (PE) e da região da Chapada Diamantina, que tem se definido como pólo produtor de maçãs pequenas. Não é fácil precisar o quantitativo de toneladas comercializadas, mas crê-se ser muito mais que 1,5 mil toneladas semanais, levando em conta o número de veículos presentes (1 caminhão carrega cerca de 23 toneladas). Além disso, esse volume pode ser ampliado ou diminuido conforme as safras e também em virtude do dia de maior movimento para comercialização.

Intermediários desse segmento pontuam a ocorrência de problemas na comercialização de frutas, como por exemplo, a qualidade do produto, a vulnerabilidade dos mesmos, a concorrência e os encargos fiscais e trabalhistas a pagar. Tais negociantes, não promovem beneficiamento dos produtos, como também não se utilizam de crédito bancário para promover suas atividades.

Normalmente, os comerciantes atuantes no Largo José do Prado Franco trabalham como pessoa física, não sendo tributados quanto ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS). O ato comercial nesse espaço começa por volta das 02 horas da manhã e se estende até o meio dia,

sendo consumido sobretudo por feirantes e supermercados do estado de Sergipe, de cidades baianas próximas, como Coronel João Sá, Paripiranga, Jeremoabo, Rio Real e Paulo Afonso (BA) e de cidades alagoanas, a exemplo de Piranhas, Delmiro Golveia, Santana do Ipanema, Palmeira dos Índios e Arapiraca.

No Mercado de Hortifrutigranjeiros há um espaço demarcado para a comercialização de frutas originárias de clima temperado, o que requer resfriamento para sua comercialização atacadista. A empresa com espaço delimitado é especializada na distribuição de maçã e envolve toda sua família na cadeia produtiva desse alimento e de outras do tipo subtropical, como ameixa, pêra, kiwi e uva, perpassando a produção e embalagem na região sul e a comercialização em vários mercados, a exemplo de Itabaiana. Esse atacadista atua em Itabaiana há pelo menos 20 anos e segundo ele, "o comércio atacadista de Itabaiana é cerca de três vezes maior do que o de Aracaju", em virtude da gama de produtos negociados num mesmo espaço, sendo por isso mais vantajoso estar nesse município.

O atacadista ainda informa que comercializa aproximadamente 45 toneladas de frutas por semana, sendo que esse volume varia conforme a estação e o período do ano. Relata que suas frutas advém de uma produção nacional, circunscrita ao período climático, com produções nos estados do Espírito Santo, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Ao passo que no período de entressafra no país a demanda é correspondida por importação direta da Argentina e do Chile, ou indireta, junto a intermediários da CEAGESP/SP.

Neste contexto comercial, a qualidade e o preço dos produtos se fundamentam como estratégias, que podem sofrer variação em virtude dos custos de transportes, valores de impostos, processamento, utilização de goma térmica, de caminhões refrigerados e de refrigeradores no local de negociação, que buscam manter um nível mínimo de qualidade. O atacadista importador de frutas de clima temperado para o comércio de Itabaiana argumenta, por exemplo, que o preço de seus produtos tem sido desfavorecido pelo pagamento de ICMS, sobretudo dos tributados pelo estado de Sergipe, encarecendo-os na etapa final da comercialização.

Comércio Atacadista de Verduras e Raízes

A comercialização de verduras é um dos segmentos mais atuantes em Itabaiana, contando com 200 atacadistas previamente conhecidos pelo poder público municipal com

atuação no Mercado de Hortifrutigranjeiros de Itabaiana, mas sem controle quantitativo sobre as mercadorias que entram e saem do município. Apesar de ser estimado, por atuação, uma movimentação de aproximadamente 1,2 (uma) mil toneladas de verduras e 1 (uma) mil toneladas de raízes semanais, sobretudo importadas, visualizada pela procedência dos caminhões, com placas locais e de outras unidades federativas, a exemplo da Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo (Figura 04).

Figura 04 - Comercialização atacadista no mercado de hortifrutigranjeiros de Itabaiana/SE.
Fonte: Trabalho de Campo (2021).

Em entrevistas realizadas com comerciantes intermediários, observou-se que muitos trabalham com produtos adquiridos junto a agricultores da microrregião de Itabaiana, de Lagarto e de Simão Dias, além de promoverem a importação de outros estados brasileiros, a exemplo da Bahia, São Paulo, Espírito Santo, Minas Gerais, Goiás, Pernambuco e Rondônia.

Para muitos desses negociantes, a atividade de comercializar verduras cresceu muito, sobretudo pela intermediação junto aos agricultores e intermediários menores, como feirantes, que chegam com um produto de qualidade e com preços justos ao consumidor final. O que precisaria ser visualizado é a ação/função do Estado no sentido de organizar melhor a estrutura comercial e de impostos tributáveis.

Segundo os atacadistas, a estratégia de comercialização é determinada no momento da compra e seleção dos produtos. O preço dos alimentos comercializados é influenciado pela oferta e pela procura e entre os problemas enfrentados está a grande

oferta e concorrência.

A maior parte deles possue caminhões truck, com capacidade de transportar entre 15 e 23 toneladas, ou terceirizam o serviço de transporte de suas mercadorias, atuando individualmente ou em família e tendo por estratégia a comercialização do melhor produto possível. A limitação dessa atividade ocorre a partir dos custos de transporte, com o aumento da inflação sobre o combustível, e dos encargos fiscais e trabalhista, conforme relatado por um dos entrevistados.

Estes comerciantes não trabalham com a ideia de empréstimos bancários, por conta da burocracia; e nem mesmo empréstimos junto a terceiros, por medo dos autos juros. Deste modo, nenhuma das duas condições de empréstimos seria conveniente a uma atividade que é fluída e instantânea. Sendo assim, muitos informaram que começaram timidamente e foram conseguindo alavancar suas atividades comerciais ao que apresenta hoje.

Comércio Atacadista de Carnes e derivados

O Censo Agropecuário (IBGE, 2017) pontuou a existência de 1.924 estabelecimentos no município de Itabaiana com produção pecuária. Tal produção totalizava 101.747 cabeças distribuídas entre variados rebanhos, cujos destaques ficaram para os galináceos (75,9%) e de bovinos (17%). Os números absolutos demonstram a pouca vocação do município em termos de pecuária produtiva, tendo em vista as respectivas produções não perfazerem nem 2% da produção sergipana, que foi de respectivamente 4.698.015 galináceos e 887.354 cabeças de rebanho bovino.

Nesse contexto, o município de Itabaiana importa grande número de rebanhos para alimentar seus cidadãos e para abastecer mercados regionais e da própria capital. Ainda assim, temos alguns poucos intermediários-produtores que atuam com variados rebanhos, a exemplo de produtores de frangos que lidam desde a fase incubadora a de engorda de pintos em granjas, visando atingirem idade adulta (frangos) e própria para o consumo. Os produtores de frangos trabalham abastecendo abatedouros ou mantendo abatedouros próprios, correspondendo a uma atividade autônoma, individual e por vez familiar.

Um produtor-comerciante de Itabaiana afirma que essa atividade requer estratégia comercial, a exemplo da existência e manutenção de alojamentos, espaço no qual os pintos tenham uma tiragem programada (5 – 15 dias). Além disso, fatores como

transporte, baixa lucratividade, custos na conservação do produto com vacinas, tozinhas, microplasmoses, etc, somados ao excesso de oferta tendem a condicionar a oscilação no preço do produto. Apesar desse ainda poder ter lucro com a venda de compostos orgânicos provenientes do cama frango ou do esterco de frango e a revenda de pintos e ovos.

Segundo o intermediário, semanalmente são importadas cerca de 10.000 aves para serem comercializadas de forma natural; e de 60.000 aves plantel, abatidas para comercialização no Largo José do Prado Franco durante as feiras da quarta e do sábado.

Quanto ao comércio de ovos, o município de Itabaiana não tem grande vocação produtiva, atuando na intermediação dos mesmos. Nesse contexto, dois dos intermediários desse segmento comercializam ovos da variedade branco e vermelho, advindos de fornecedores de São Cristóvão, Areia Branca (SE), de Montes Claros (MG) e de Arapiraca (Al). Eles são comercializados por itabainenses em Aracaju, Lagarto e Microrregião de Itabaiana, em quantidades imprecisas, uma vez que há dificuldades de quantificar os números de intermediários que atuam nesse negócio. Apesar de dois intermediários informarem que comercializam cerca de 1.200 caixas, sobretudo em escala local, através do "carro do ovo" e de pequenas mercearias.

Já a carne bovina, essa advém da produção familiar no município, sendo que uma grande parte das matrizes tem origem em áreas sertanejas, a exemplo de Carira, Frei Paulo e Nossa Senhora Aparecida (SE), assim como de municípios baianos circunvizinhos a Sergipe. Todavia, o processo de abate tem ocorrido em Itabaiana, a partir de dois abatedouros-frigoríficos (Frigorífico Serrano e Frigo Hiper Carne), que não precisam quantitativo de produção, mas que atendem a demanda local e microrregional, além da capital sergipana.

FEIRA DE ITABAIANA

A feira de Itabaiana é o maior aglomerado comercial e cultural varejista do estado de Sergipe. Ela abastece o mercado local, tanto às quartas-feiras quanto aos sábados, correspondendo a demanda local e de municípios circunvizinhos e mesmo de municípios baianos.

O espaço dedicado a feira se distende por aproximadamente 5 km² no centro urbano, compreendendo os largos comerciais, Mercado de Hortifrutigranjeiros e ruas adjacentes como, Capitão Mendes, Av. Otoniel Dórea e Travessas Manuel Vieira, José C. Melo e Travnt. de Mendonça (Figura 05). Dentro dessa abrangência são organizadas

entre 1.300 e 1.700 bancas a depender do dia da feira, onde os feirantes comercializam produtos agrícolas (800), produtos semi-industrializados (artesanato) e industrializados (roupas, calçados e utensílios de moda) (800) e peixes, aves e vísceras (80bancas), sem desconsiderar as 289 bancas de carnes localizadas nos mercados Zezé de Bevenuto e João do Volta.

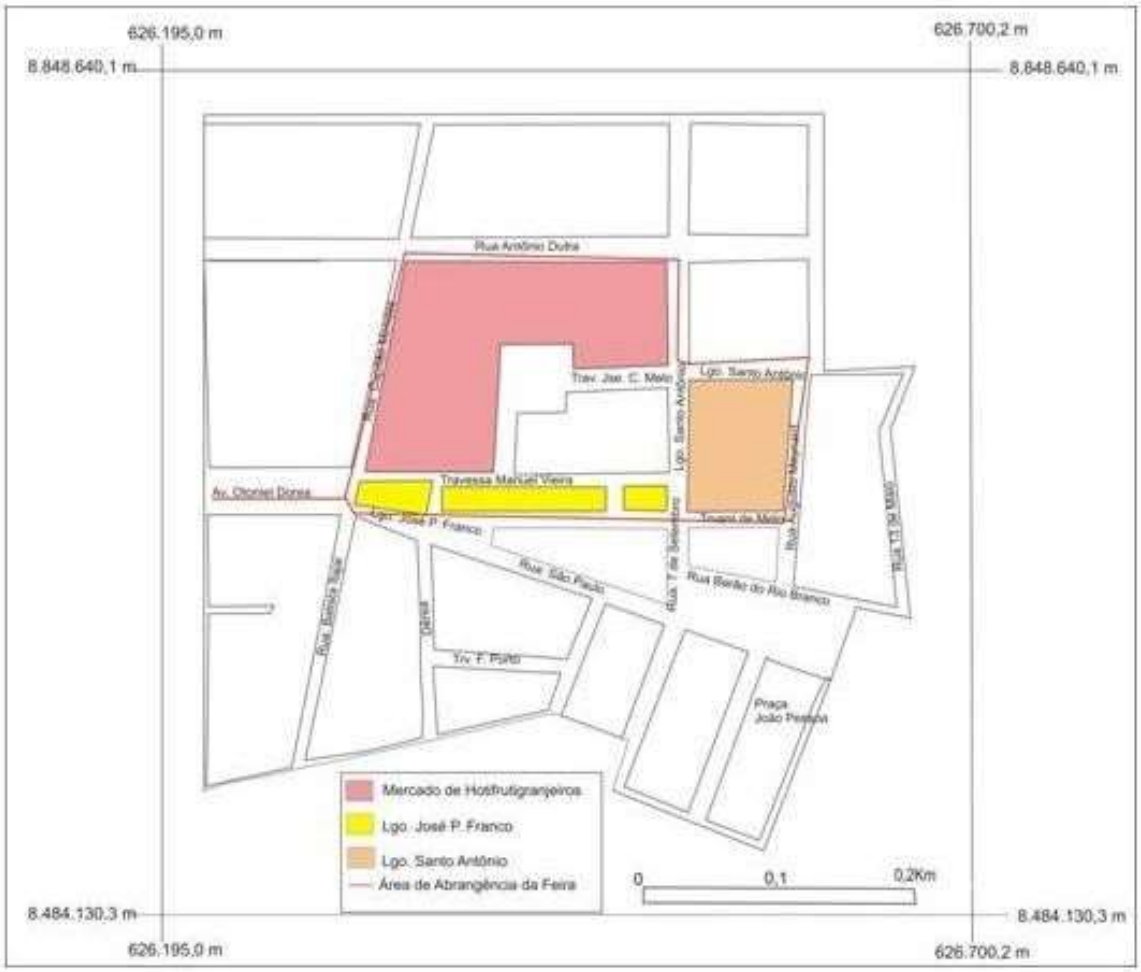


Figura 05 – Territórios da Feira de Itabaiana, 2021.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2020. (Base Cartográfica da Secretaria de Infraestrutura e Planejamento de Itabaiana, 2008.).

A feira representa um modo rápido de disponibilização da mercadoria ao consumidor final. A fim de garantir a sobrevivência, muitos feirantes atuantes em Itabaiana realizam deslocamentos para mercados circunvizinhos, isto é, mantém itinerários cíclicos e anéis de mercado. Tais anéis remetem a itinerância dos feirantes, em virtude dos dias de feiras. Essa tem sido mais forte aos sábados, conjugando a escolha entre trabalhar no próprio município ou seguir para outros, como Areia Branca, Itaporanga D'Ajuda, Nossa Senhora do Socorro, Nossa Senhora da Glória e Coronel João

Sá (BA); além de outrem municípios para além da microrregião. Todavia, as terças, quintas e sextas-feiras, a mobilidade para outros municípios é bem menor, pois eles utilizam esses dias para promover a aquisição dos produtos comercializados junto aos atacadistas locais.

A ação dos feirantes itabaianenses tem sido intensa em relação a extensão e a variedade de produtos oferecidos, que se distribuem entre os produtos agrícolas, objetos artesanais e vestuário em outros municípios, a exemplo da capital sergipana aos domingos. Os produtos comercializados por esses feirantes resultam das transações comerciais estabelecidas com agricultores do próprio município, a exemplo das folhagens; e das negociações com atacadistas no Mercado de hortifrutigranjeiros, relacionados as frutas, legumes e ovos.

Os feirantes se utilizam de veículos, como carroça, caminhoneta e carro de passeio com reboque, principalmente. O uso desses veículos depende da distância a ser percorrida para a comercialização. Assim, o caminhão só é utilizado quando da comercialização de produtos com sobrepeso, que precise percorrer longas distâncias. Esses feirantes não se utilizam de crédito bancário em seu negócio comercial e nem de técnicas refrigerantes para manter as características dos produtos a serem comercializados.

REDES DE SUPERMERCADOS DE ITABAIANA

A comercialização agrícola em supermercados no município de Itabaiana tendem a ser controlados fortemente pela família Peixoto, com cinco estabelecimentos localizados no Largo José do Prado Franco, em frente a Praça João Pessoa, ao longo da Avenida Otoniel Dórea (Figura 06) e no Shopping Peixoto. Além desses, o município conta com supermercados de rede regional/nacional, como filial do G. Barbosa, no Largo Santo Antônio, e uma filial do Atacadão, localizada às margens da BR-235. Nessa conta, não se desconsidera os inúmeros frutais e açougues, com diversas ofertas agrícolas.

Figura 06 - Localização dos Supermercados de Itabaiana, 2010.
Fonte: Google Earth (2020).

Os oito supermercados existentes na rede urbana de Itabaiana são responsáveis pela comercialização de produtos agrícolas que atendem a demanda local, microrregional, sertaneja e até de municípios do oeste baiano, haja vista, comercializarem frutas, verduras, raízes e carnes a semana inteira. Tais produtos são negociados na forma "*in natura*", semi-processada e industrializada, como ocorre com as carnes, adquiridos junto a importantes empresas, como a JBS, ou mesmo, nos frigoríficos locais. Os demais produtos agrícolas, como verduras, raízes e frutas, têm origens diversas e são procedentes do mercado atacadistas, localizados no mercado de Hortifrutigranjeiros de Itabaiana, durante toda a semana, por vezes, diariamente, no caso das folhagens. A Rede G.Barbosa e Atacadão são exceções a essa regra, pois mantém contratos com fornecedores, a exemplo da empresa "Hortaliça Vida Verde" de Itabaiana, com a finalidade de controlar o que entra e saí de suas lojas.

Para os dirigentes desses supermercados, a comercialização de produtos agrícolas requer preço e seleção, em termos de qualidade e aparência, tendo como foco a concorrência, sobretudo com a feira-livre. Além disso, sofrem com o fato dos referidos produtos não agregarem vida útil prolongada, o que contribui para vulnerabilidade e perda, assim como com a falta de oferta, aspectos contornados com a compra diária de produtos, principalmente dos perecíveis. Atestam ainda que a comercialização de agrícolas no supermercado acaba sendo um complemento das necessidades residenciais no momento da aquisição de outros produtos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho atesta que o município de Itabaiana é o maior centro de comercialização e distribuição agrícola no estado de Sergipe. O município é um nó de comercialização durante toda a semana, mas com maior intensidade nas terças e quintas-feiras, quando as práticas se espanham para além do Mercado de Hortifrutigranjeiros, ocupando os largos José do Prado Franco, Largo Santo Antônio e ruas adjacentes com seu mercado atacadista A referida área conta ainda com as estruturas varejistas de comercialização agrícola, perpassando os supermercados e a feira.

Os sistemas varejistas apresentam ação local-estadual, operantes na comercialização direta com o consumidor final, estando divididos entre os feirantes e os supermercados. Os primeiros apresentam itinerários cíclicos para a comercialização agrícola, pois se deslocarem e manterem pontos fixos de negociação conforme os dias de feira e os dias de abastecimentos. Os segundos são controlados pelos oito supermercados existentes no município, que comercializam frutas, verduras, raízes e carnes, na forma in natura e semiprocessada. Esses agregam comercialização diária em reposta a demanda de um consumidor final que busca complementar sua feira, seja de nível local ao regional.

As estruturas e condições de comercialização agrícola existentes em Itabaiana atestam as relações estabelecidas dentro da cadeia produtiva, assim como demarcam a relação campo-cidade complementar, ambos expostos nas formas espaciais, redes e fluxos que definem. Aspectos estes que consolidam Itabaiana como centro de Comercialização Agrícola e por conseguinte, como um centro econômico no Estado de Sergipe, vez que, atraí comerciantes, consumidores e turistas dos mais diferentes municípios e estados, sobretudo do nordeste brasileiro.

Neste contexto, o município de Itabaiana se faz referência na comercialização agrícola, não só pela oferta apreciada, mas também pela estrutura e logística agregada, condicionada principalmente pelas formas de negociação, pagamento e transporte (o município é a Capital Nacional do Caminhão). Fatos que viabilizam fluidez e circulação dos itens negociados.

REFERÊNCIAS

ABRACEN. **Informações econômicas.** 2020. Disponível em <https://abracen.org.br/informacoes-economicas/>. Acesso em 20 de jun. 2021.

BARROS, G. S. A. de C. **Economia da Comercialização Agrícola.** Piracicaba/SP: ESALQ, LES, CEPEA, 2007. Disponível em <http://www.cepea.esalq.usp.br/pdf/l_economia_comercializacao_agricola.pdf>. Acesso 10 abr. 2021.

BATALHA, M. O. (Coord.). **Gestão agroindustrial.** 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2007. V. 1.

CARVALHO, D. M. De. **Comercialização de Hortifrutigranjeiros em Itabaiana/SE.** Dissertação de mestrado. PPGEO: UFS, 2010.

CORTEZ, L. A. B.; HONÓRIO, S. L.; MORETTI, C. L. **Resfriamento de frutas e hortaliças.** Brasília: Embrapa Hortaliças E Embrapa Informação Tecnológica, 2002. 428 p.

IBGE. **Censo Agropecuário,** 2017. Disponível em <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/>. Acesso 08 jan. 2021.

MOREIRA, R. Campo e Cidade no Brasil Contemporâneo. **Quiméras Geográficas.** 2010. Disponpivel em < http://quimerasgeograficas.blogspot.com/2010/02/campo-e-cidade-no-brasil-contemporaneo.html >. Acesso 10 fev. 2021.

PINTAUDI, S. M. O lugar do supermercado na cidade Capitalista. **Revista Geografia,** 9 (17-18):37-54, outubro de 1984.

SANTOS, M. **Técnica, Espaço, Tempo:** Globalização e meio técnico-científico informacional. 1ª ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

SILVA, L. C. da. Cadeia Produtiva de Produtos Agrícolas. Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Departamento de Engenharia Rural. **Boletim Técnico**. Mato Grosso do Sul: 01/05 em 21/04/2005. Disponível em: <http://www.agais.com/ms0105.pdf >. Acesso 25 nov. 2020.

SILVA, J. G. da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira.** Campinas: UNICAMP/IE,

1996.

STEELE, H. L.; FILHO, F. M. V. & WELSH, R. S. **Comercialização agrícola.** 1ª Ed. São Paulo: 1971.

VILELA, S. L. de. **Globalização e Emergência de Múltiplas Ruralidades: Reprodução Social de Agricultores Via Produtos para Nichos de Mercado.** Tese de Doutorado em Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. São Paulo: Setembro/1999. Disponível em < http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/zeus/auth.php?back=http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000192261&go=x&code=x&unit=x >. Acesso 25 nov. 2020.

PRODUÇÃO DE MILHO, AGRICULTURA FAMILIAR E O PROCESSO DE INTEGRAÇÃO ÀS AGROINDÚSTRIAS E COOPERATIVAS DO CIRCUITO ESPACIAL PRODUTIVO DE CARNE-GRÃOS NO OESTE CATARINENSE

Fabiane Ripplinger[1]

Renata Vieira de Melo[2]

RESUMO

O Oeste Catarinense se destaca nacionalmente na produção de carnes, especialmente de aves e suínos. Para atender esta demanda, se faz necessário um extenso e intrincado circuito espacial produtivo. Os produtores rurais familiares integrados às agroindústrias possuem um papel fundamental neste circuito, abastecendo unidades frigoríficas de abate e processamento de carnes. Ademais, nesta fração do território, também se produz grãos essenciais para alimentação animal, como no caso do milho. Contudo, nos últimos anos, devido as intempéries climáticas e o aumento na demanda dessa commodity, tem sido necessário recorrer a sua importação de outras regiões do Brasil, e até mesmo de outros países. Por conseguinte, isso resulta no aumento dos custos de toda a cadeia produtiva, o que, por sua vez, eleva o preço final dos produtos para o consumidor.
Palavras-chave: agricultura familiar; agroindústrias; Oeste Catarinense; vulnerabilidade; cooperativismo.

ABSTRACT

The West of Santa Catarina stands out nationally in the production of meats, especially of poultry and swine. To meet this demand, it is made necessary an extensive and intricate special productive circuit. The family-based rural productors integrated to agroindustries have a fundamental role in this circuit, supplying frigorific units of slaughter and processing of meat. Moreover, this fraction of territory also produces grains essential for animal feeding, such as corn. However, in recent years, due to climate hazards and the rising of this commodity's demand, it has been necessary to resort to its importation form other Brazilian regions and even other countries. Consequently, this results in the rising of costs in the entire productive chain, which in turn raises the final price of products to the consumer.
Keywords: Family agriculture, agroindustries, West of Santa Catarina, vulnerability, cooperativismo.

INTRODUÇÃO (justificativa implícita e objetivos)

O Oeste Catarinense se destaca nacionalmente na produção de carnes, especialmente de aves e suínos. Nesta região está disposto de acordo com Pertile (2008) um dos maiores circuitos espaciais produtivos de carne da América Latina. Ainda,

[1] Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia - UFU, fabianeripplinger2@gmail.com. Bolsista CAPES.
[2] Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia - UFU, renata.vieirademelo78@gmail.com. Bolsista CAPES.

encontra-se grande concentração de agricultores familiares que possuem pequenas quantidades de terras para desenvolver suas atividades produtivas e delas retirar o sustento para suas famílias.

Outro fenômeno observado na área de estudo é o processo de integração dos produtores rurais familiares às cooperativas e agroindústrias do setor de carnes e de grãos. Neste processo, estas empresas garantem uma quantidade significativa de animais ou grãos, enquanto o produtor rural possui um mercado consolidado para a venda da sua produção.

Este processo possui impactos positivos e negativos, sendo o produtor rural o mais afetado, especialmente por endividamentos decorrentes de sucessivas exigências das empresas integradoras (RIPPLINGER, 2021), sendo este um fator de grande risco a sua integridade física e psicológica.

Ademais, é possível verificar que o cooperativismo presente atualmente no Oeste Catarinense, principalmente ligado ao setor de carne e grãos, distancia-se dos princípios originais dessas organizações. Sendo encontrado relação próxima entre as cooperativas e grandes conglomerados do setor de carnes, além de atuarem em benefício próprio em vez de priorizarem o atendimento, vantagens e auxílios aos cooperados seguindo o ideário do cooperativismo. As cooperativas possuem o papel intermediador entre agricultores familiares e agentes hegemônicos/Estado.

Face ao exposto, o presente artigo tem como objetivo analisar o circuito espacial produtivo do cultivo de milho e a inserção de agricultores familiares às lógicas capitalizadas das agroindústrias e cooperativas de carne e grãos no Oeste Catarinense. Isso se justifica, pois, a integração entre a agroindústria e as cooperativas de carne e grãos, ao envolver os agricultores familiares de forma subordinada nessa dinâmica de acumulação, resulta em um desenvolvimento desigual e contraditório na região, diante a isso surgem vulnerabilidades e implicações territoriais e sociais evidentes que necessitam de um maior discernimento crítico para elucidar a realidade nessa fração do território catarinense. Desta forma, partindo-se da base teórica e metodológica para a situação encontrada, aprofundaremos os pontos supracitados, interrelacionando as escalas temporais e espaciais no Oeste Catarinense.

METODOLOGIA

Para atingir o objetivo com rigor científico e coerência epistemológica, realizou-se uma revisão bibliográfica temática com base em autores como Milton Santos (1978;

1986; 2000; 2012), David Harvey (2016), María Laura Silveira (2010), Denise Elias (2002; 2006), Noeli Pertile (2008), entre outros.

Também foram analisados dados secundários retirados do Censo Agropecuário de 2017 e da Produção Agrícola Municipal (PAM) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE/Sidra) e da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI) (2022). Estes dados quantificáveis são referentes a área plantada e quantidade produzida de milho e soja, assim como o número de estabelecimentos agropecuários geral (total) e também de pertencentes a agricultura familiar e que são proprietários das terras que cultivam.

Realizou-se também trabalhos técnicos para elaboração de mapas que apontam a espacialização da produção de grãos, especialmente de milho e para localizar a área de estudo e as agroindústrias e cooperativas pertencentes ao circuito espacial produtivo de carne e grãos na região Oeste de Santa Catarina.

REFERENCIAL TEÓRICO

Com o advento da globalização econômica e financeira (BENKO, 2002; SANTOS, 2000), e consequentemente a reestruturação agropecuária, as regiões agrícolas se inseriram em diversos circuitos espaciais produtivos (SANTOS, 1986; CASTILLO; FREDERICO, 2010b) a fim de se tornarem mais competitivas, o que possibilitou uma maior integração de capitais entre as atividades agrícolas, industriais e o setor financeiro, além da formação de cooperativas, bancos e conglomerados empresariais.

A partir dessa premissa, podemos afirmar que hoje o capital utiliza-se do campo para sua reprodução, o que Elias (2002) caracteriza como uma nova organização econômica e social da agropecuária, que acompanha a unificação da economia pelo movimento do capital industrial e financeiro, fazendo emergir o que Elias (2006) denomina por agronegócio globalizado.

O curso desse processo favoreceu o surgimento de diversas regiões agrícolas que se especializam na produção de commodities voltadas para exportação. Diante disso, como exposto por Milton Santos (2012), como regiões funcionais às exigências e interesses mundiais, a partir da reunião, num mesmo lugar, de fatores produtivos especializados, um lugar apto à competitividade internacional, dada exatamente à composição técnica que aí se instala.

Essas transformações tinham como objetivo se adequar às novas demandas do agronegócio, reestruturando o circuito espacial produtivo e tornando o espaço agrícola

brasileiro mais competitivo no mercado global. Nesta lógica, os produtores rurais vinculados a agricultura familiar são inseridos de forma subordinada em um processo produtivo altamente capitalizado.

No contexto macroeconômico, no qual a competitividade se tornava cada vez mais evidente, esse fato representa uma visão estratégica que busca os interesses de grandes grupos em dominar economicamente o mercado e internacionalizar a agricultura brasileira, resultando em arranjos territoriais competitivos (SANTOS; SILVEIRA, 2001) e consolidando a expansão do agronegócio globalizado. Conforme discutem Castillo et al. (2016, p. 271):

> As regiões produtivas do agronegócio estão sempre procurando ampliar seus níveis de competitividade, já que disso depende sua existência. Essa busca permanente é também a marca da sua instabilidade e da vulnerabilidade dos municípios (e suas populações) às oscilações dos preços das commodities nos mercados internacionais e às decisões de grandes empresas do agronegócio que, por definição, não têm nenhum compromisso e responsabilidade com os lugares da produção (CASTILLO, 2008; CASTILLO; FREDERICO, 2010). É assim porque o motor da competitividade é a competição na escala internacional.

Isso ocorre porque, conforme aponta Santos (2000, p. 81), "todo e qualquer pedaço da superfície da Terra se torna funcional às necessidades, usos e apetites de Estados e empresas nesta fase da história", promovendo a "subordinação total do trabalho agrícola ao capital industrial e financeiro" (MÜLLER, 1989, p. 47).

Com a intervenção indutora do Estado, as cooperativas e empresas agrícolas centralizam e concentram ainda mais o capital. O reflexo dessa dinâmica nos espaços agrícolas conduz à racionalização da produção e à estruturação de complexos círculos de cooperação nos quais fluem ordens, informações, propaganda e transações financeiras, unificando as diferentes etapas do processo produtivo (SILVEIRA, 2010).

No entanto, ao envolver o agricultor familiar, a submissão às lógicas do capital acarreta implicações territoriais mais evidentes, resultando na vulnerabilidade e na instabilidade territorial (SANTOS, 1978). O agricultor familiar, por sua vez, encontra-se cada vez mais pressionado e subjugado, sendo obrigado a se adequar às características do mercado global para não ser excluído economicamente.

Nesse contexto, os agricultores familiares são submetidos aos requisitos de produção estabelecidos pela indústria e pelo mercado, o que os leva a destinar parte de sua renda para adquirir instrumentos produtivos, a fim de se adaptarem às demandas globais. Essa dinâmica resulta em uma maior integração e dependência desses

agricultores em relação ao sistema produtivo dominante (SCHNEIDER; NIEDERLE, 2008), cujo foco está em manter a vantagem competitiva e a lucratividade, sem necessariamente considerar a melhoria da qualidade de vida, do bem-estar humano (HARVEY, 2016).

O estreitamento e a interdependência das relações com a agricultura familiar criam uma trama complexa, na qual a relação intrincada entre produtores, cooperados e agroindústria. Por conseguinte, essa conjuntura revela uma hierarquia evidente entre as grandes corporações e as cooperativas que dominam o setor, utilizando o trabalho do produtor rural como um recurso para a acumulação. Essa desigualdade de poder que rentabiliza as agroindústrias, ao passo que, onera produtores condicionando-os a dependência econômica contribui para a reprodução de uma estrutura social assimétrica (HARVEY, 2016) o resulta em um desenvolvimento desigual no espaço agrícola.

A presença de cooperativas atuando na área representa uma relação dialética entre a acumulação de capital por organizações que deveriam por princípio fundante priorizar a equidade das relações com seus cooperados. Isso, atravessa lógica do cooperativismo, sendo essa uma maneira que o capital encontrou para se reproduzir (OLIVEIRA, 2002), redefinindo as relações de produção.

Face ao exposto, essa realidade também acarreta uma considerável alienação do território (SANTOS e SILVEIRA, 2001), gerando uma situação em que os lugares e a população frequentemente se encontram vulneráveis às decisões corporativas e às instabilidades do mercado internacional.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A produção de milho no Oeste Catarinense é significativa, porém nos últimos anos vem sofrendo com algumas adversidades, como a crescente substituição de áreas que anteriormente eram cultivadas por milho por plantações de soja, além de diversos e intensos períodos de estiagens e outros problemas. Com base nos dados do IBGE, observa-se que houve redução de 69,2% da área destinada para plantação de milho entre 2003 e 2022 e a quantidade produzida de milho nestes anos sofreu uma queda de 62,4% (IBGE, 2023). A soja neste mesmo período aumentou em 144,7% a área plantada e em 117% a quantidade produzida entre 2003 e 2022 (IBGE, 2022).

Na figura 1, podemos ver a diferença da área plantada de milho por municípios do Oeste Catarinense em 2012 e 2022. É perceptível as mudanças ocorridas, onde em 2012 vários municípios destinavam mais de 5 mil hectares para o plantio de milho, assim como

as áreas menores estavam melhor distribuídas em todo o território. Já em 2022, os municípios que mais destinaram áreas ao plantio de milho encontram-se na porção mais leste da mesorregião, enquanto a porção central e oeste tiveram significativa redução.

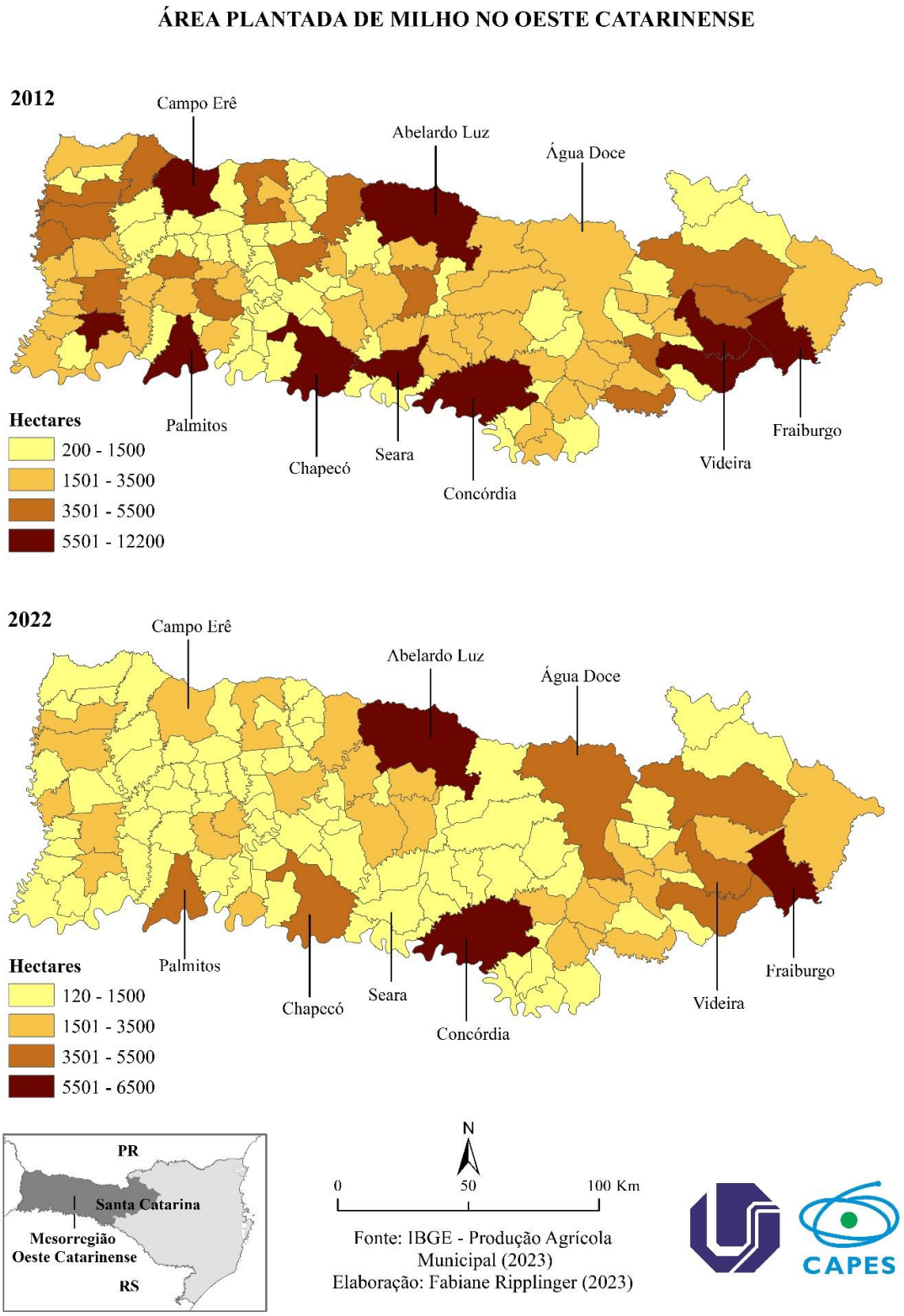


Figura 1 - Área plantada de milho no Oeste Catarinense, 2012 e 2022
Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal (2023). Elaboração: Fabiane Ripplinger (2023).

Em 2012, o município de Abelardo Luz possuía a maior área plantada de milho da região com 12200 hectares, seguido por Concórdia com 11000 hectares e Chapecó com 9000 hectares. A maior área destinada atualmente a plantação de milho está no município de Fraiburgo, com 6500 hectares destinados a essa cultura, seguido por Abelardo Luz (6000 hectares) e Concórdia (6000 hectares) (IBGE, 2023).

Ademais, podemos visualizar a partir da figura 2 as quantidades produzidas por municípios do Oeste Catarinense nos anos de 2012 e 2022. Deste modo, podemos observar que a quantidade produzida de milho seguiu a mesma lógica da área produzida, com concentração maior na porção leste da mesorregião e diminuição nas demais áreas.

É perceptível também que houve uma grande diminuição na quantidade produzida de milho neste intervalo de tempo, como entre os municípios que produziam mais de 30 mil toneladas, que me 2012 eram 10 municípios e em 2022 foram somente 4 municípios. Os municípios que produziam entre 10 e 30 mil toneladas foram os que tiveram uma redução mais generalizada, especialmente na faixa entre as 10 até 20 mil toneladas.

Em 2012 as maiores produções de milho da região estavam em Abelardo Luz com 91500 toneladas, na sequência vem Fraiburgo com 57600 toneladas, Concórdia com 49500 toneladas e Campo Erê com 46800 toneladas (IBGE, 2023). Atualmente, Abelardo Luz-SC destaca-se como o maior produtor de milho regional, com uma produção total de 45000 toneladas em 2022, seguido por Fraiburgo com 44850 toneladas e Água Doce com 37800 toneladas e Concórdia também com 37800 toneladas de milho produzidas.

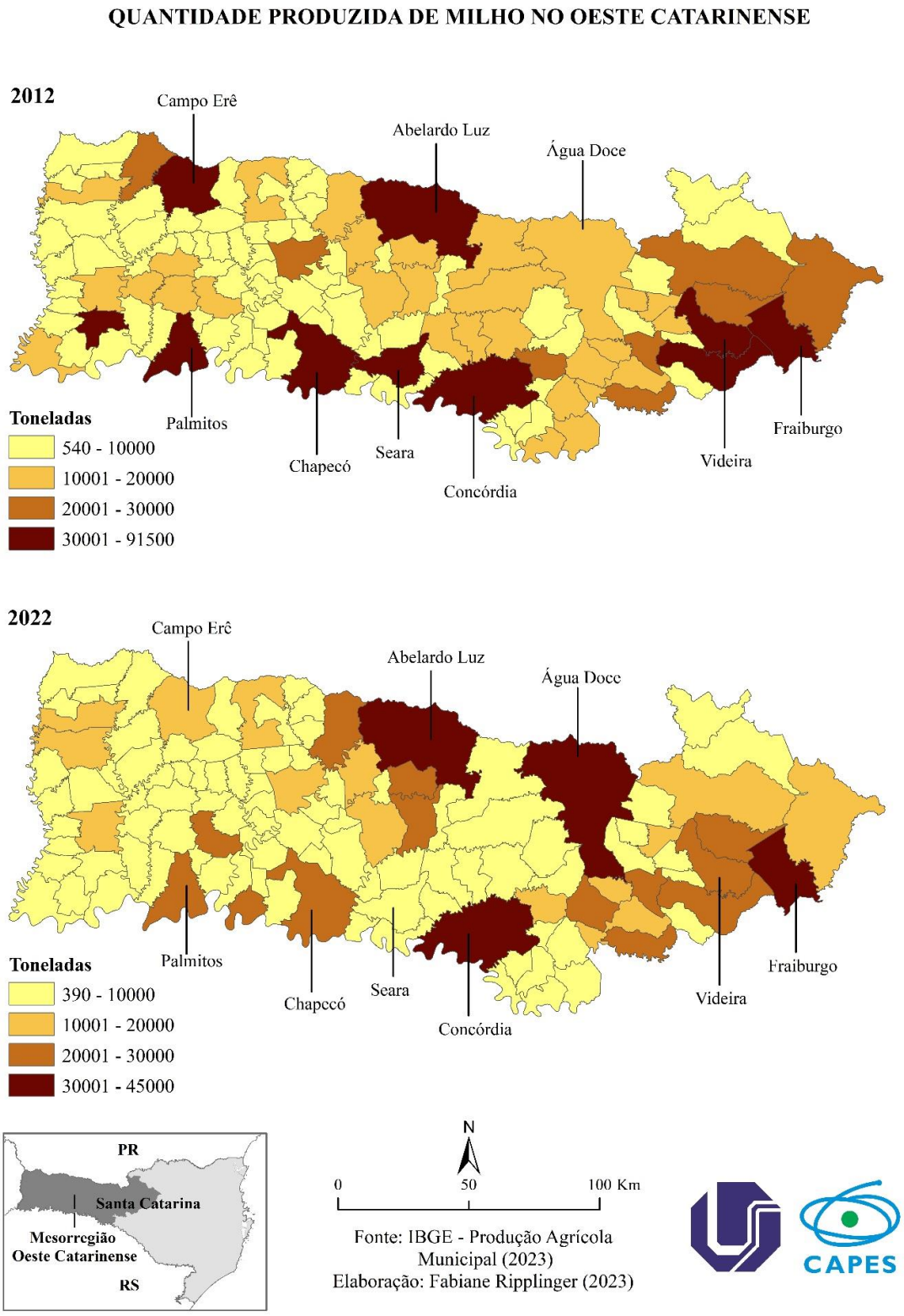


Figura 2 – Quantidade produzida de milho no Oeste Catarinense, 2012 e 2022
Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal (2023). Elaboração: Fabiane Ripplinger (2023).

Deste modo, pode-se inferir conforme destacado pela Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (2023, p. 73), “nos últimos anos, a constante valorização dos preços da soja, aliada à forte oscilação dos preços do milho, estimulou a conversão de áreas de plantio de milho para o de soja, principalmente nas microrregiões do Oeste”. Além deste cultivar, outras áreas foram destinadas principalmente para pastagens.

A partir de alguns dados do IBGE, podemos observar o aumento da área plantada e da quantidade produzida de soja no Oeste Catarinense. Em relação a área plantada entre 2002 e 2022, passou-se de quase 150 mil hectares para 368.260 hectares. Já a quantidade produzida foi de 280.410 toneladas em 2002 para 912.693 toneladas em 2022 (IBGE, 2022). E os municípios da mesorregião de estudo que mais se destacam na área plantada e na quantidade produzida de soja são Abelardo Luz, Água Doce e Campo Erê (IBGE, 2022).

Ademais, encontra-se em todo o estado uma crise de abastecimento de milho, sendo assim necessário a compra deste grão de outras regiões brasileiras como de estados do Centro-Oeste e de países vizinhos como o Paraguai e a Argentina (RIPPLINGER, 2021). Em 2022, o Brasil importou em torno de 2,6 milhões de toneladas, sendo que somente Santa Catarina foi responsável por 23,3% de todo o volume importado pelo Brasil e a principal origem destes grãos é o Paraguai, concentrando assim 88,5% dos grãos importados pelo estado de Santa Catarina em 2022 (EPAGRI, 2023).

As sucessivas estiagens agravaram ainda mais a situação encontrada na região, visto que o milho serve de base para a produção de ração que alimenta aves e suínos – e outros animais – produzidos na região e que são destinados principalmente ao abate em frigoríficos de grandes corporações como a Brasil Foods (BRF), Aurora Coop e JBS, como pode ser verificado a sua espacialização na figura 3.

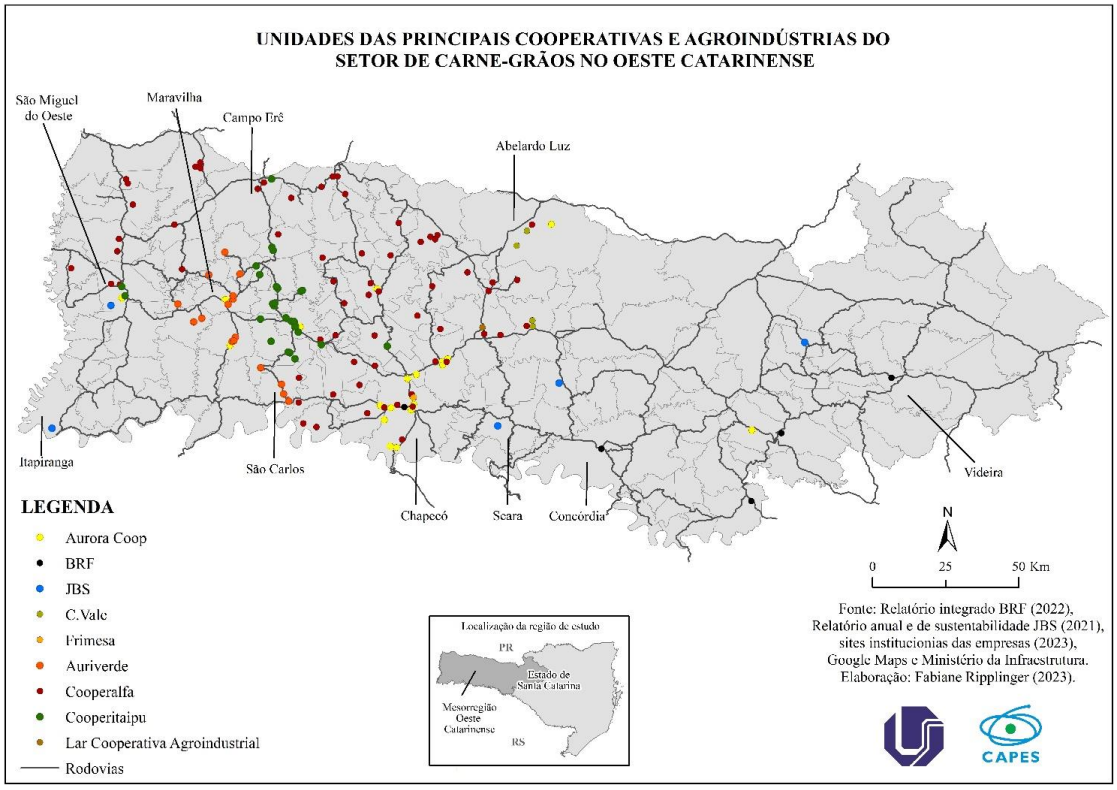


Figura 3 – Unidade das principais cooperativas e agroindústrias do setor de carne-grãos no Oeste Catarinense

Fonte: Relatório integrado BRF (2022), relatório anual e de sustentabilidade JBS (2021), sites institucionais das empresas (2023), Google Maps e Ministério da Infraestrutura. Elaboração: Fabiane Ripplinger (2023).

As empresas do setor de carnes que se destacam na região Oeste de Santa Catarina podem ser observadas na figura acima, sendo elas a Cooperativa Central Aurora Alimentos (Aurora Coop), a Brasil Foods (BRF) e a JBS. Estas empresas realizam tanto atividades de abate e processamento de carnes, como algumas também possuem fábricas de ração e granjas de matrizes. Além disto, estão dispostos no mapa (Figura 3) alguns centros de distribuição e unidades de armazenamento.

Já as demais empresas destacadas na Figura 3, realizam atividades mais diversificadas, algumas ligadas diretamente com a criação e abate de animais e outras indiretamente, como no caso das empresas que atuam no abastecimento/fornecimento de insumos e alimentos ao setor cárnico. Estas empresas possuem, por exemplo, centros de distribuição, mercados, postos de combustível, produção e comercialização de sementes, lojas agropecuárias, indústrias de alimentos e ração, produção de leitões e de pintinhos, depósitos, silos, lojas de implementos agrícolas, resfriamento de leite, assistência técnica e crédito rural. Algumas dessas cooperativas para além das atividades suinícolas, avícolas e de grãos, vinculam-se também com a bovinocultura leiteira.

Podemos ainda analisar a partir da Figura 3, a proximidade das unidades tanto das cooperativas como das agroindústrias com as rodovias. Entre as rodovias mais importantes presentes na região estão a BR-163, BR-153, BR-480, BR-282, SC-283, SC-157. A proximidades com estas rodovias facilita o deslocamento e comercialização da produção para outras regiões brasileiras, bem como para os portos marítimos e secos.

Outro fator que chama a atenção é a concentração espacial das unidades destas empresas, sendo estas áreas também onde concentram maior número de produtores rurais vinculados a produção de aves e suínos e de grãos como o milho e a soja e que são integrados/cooperados a estas empresas.

Partindo disso, vejamos a atual situação da produção de carnes a nível estadual. Santa Catarina ocupa a segunda posição na produção nacional de frangos, ficando atrás somente do Paraná, sendo grande parte desta produção destinada à exportação, principalmente para países asiáticos. Além disso, Santa Catarina produziu 836,73 milhões de frangos em 2022, sendo a mesorregião Oeste responsável por 78% deste total (EPAGRI, 2023).

Já em relação à produção de suínos, Santa Catarina manteve-se em 2022 como principal produtor nacional, sendo responsável por 28,8% do total produzido em território brasileiro e 80,6% do total de suínos produzidos em Santa Catarina são provenientes de propriedades do Oeste do estado. Em 2017, 164.075 estabelecimentos agropecuários em Santa Catarina, sendo que 128.643 destes estabelecimentos são de agricultores familiares. Ao analisarmos a situação encontrada no Oeste do estado teremos a seguinte configuração: 66.482 estabelecimentos agropecuários sendo 56.034 vinculados à agricultura familiar (IBGE, 2020).

Atualmente, é possível visualizar que uma grande parte dos produtores rurais catarinenses são provenientes da agricultura familiar e integrados a cooperativas e agroindústrias, porém com as constantes exigências de melhorias estruturais, tecnológicas e de insumos, são expressivos os valores financiados por estes produtores, entrando assim em um ciclo de endividamento e consequentemente estando estes cada vez mais "amarrados" aos seus integradores, visto que caso não cumpram as exigências destas empresas, os mesmos podem sofrer punições e finalização de contrato, impactando assim o que por vezes é a principal fonte de renda das famílias.

Muitos destes produtores rurais buscam a continuação de suas atividades no campo por meio de programas governamentais como o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), onde conseguem ter acesso a crédito. A exemplo da região

Sul do Brasil, uma das que mais acessa os recursos do Pronaf, podemos ver grandes números de contratos e de valores encontrados, sendo a maioria dos contratos para custeio, seguido de valores para investimento (EPAGRI, 2023).

Portanto, verifica-se que há uma quantidade expressiva de produtores rurais catarinenses ligados a agricultura familiar e que estes possuem forte demanda por crédito de programas do governo, salienta-se que os incentivos a estes pequenos produtores rurais devam ser cada vez maiores, a fim de reduzir as vulnerabilidades, garantir a alimentação e condições econômicas dignas às famílias do campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do exposto, é notável a presença e grande relação da agricultura familiar do Oeste Catarinense com grandes agroindústrias e cooperativas de carne e grãos. Esta relação desenvolve-se principalmente por meio do processo de integração que por vezes não é tão vantajoso aos produtores rurais, enquanto para as agroindústrias e cooperativas de carne traz maior segurança e garantia de grande disponibilidade de animais para o abate quando quiserem, assim como conseguem controlar a disponibilidade da oferta de animais em momentos de crise ou quando os preços ofertados não são tão vantajosos.

Os produtores rurais familiares buscam crédito e incentivos em programas governamentais (federais e estaduais) e também no setor privado. O Pronaf segue sendo um dos programas que mais disponibiliza crédito a estas famílias, tornando este de importante auxílio tanto na manutenção quanto no desenvolvimento das atividades produtivas nestas pequenas propriedades.

Ademais, observa-se que ocorrem sucessivas perdas e quedas de produção de milho no Oeste Catarinense devido a estiagens, pragas e alguns outros fatores, especialmente climáticos. Isto agrava ainda mais a crise de abastecimento encontrada em todo território catarinense e que está se tornando cada vez mais recorrente ao longo dos últimos anos.

REFERÊNCIAS

BENKO, G. *Economics' globalization, world'smetropolization*. Revista do Departamento de Geografia, n. 15, p. 45-54, 2002.

CASTILLO, R.; ELIAS, D.; PEIXINHO, D.; BUHLER, E.; PEQUENO, R. *Regiões do agronegócio, novas relações campo-cidade e reestruturação urbana*. Revista da Anpege, v. 12, n. 18, p. 265-288, 2016.

CASTILLO, R.; FREDERICO, S. *Dinâmica regional e globalização: espaços competitivos agrícolas no território brasileiro.* Mercator (Fortaleza), v.9, n.18, p. 17-26, 2010.

ELIAS, D. *Difusão do Agronegócio e das Desigualdades Socioespaciais*. In: ELIAS, D.; PEQUENO, R. Agronegócio e Novas Dinâmicas Socioespaciais. Fortaleza: BNB, 2006.

ELIAS, D. *Globalização e Agricultura no Brasil.* GEOUERJ. Rio de Janeiro, n.12, 2° semestre de 2002. p.23-32.

EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA (EPAGRI). *Síntese anual da agricultura de Santa Catarina 2021/2022.* 2023. Florianópolis: Epagri/Cepa. ISSN impresso: 1677-5953. ISSN on-line: 2674-9491.

HARVEY, D. *17 contradições e o fim do capitalismo*. São Paulo, SP: Boitempo, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Tabela 1612 - Área plantada, área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção das lavouras temporárias.* Produção agrícola municipal. Sidra/IBGE, 2022. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1612#resultado. Acesso em 01 jun. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Tabela 6878 - Número de estabelecimentos agropecuários e Área dos estabelecimentos agropecuários, por tipologia, grupos de atividade econômica, sexo do produtor, classe de idade do produtor e condição do produtor em relação às terras.* Censo agropecuário 2017. Sidra/IBGE. 2020. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6878. Acesso em 01 jun. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Tabela 839 – Área plantada, área colhida, quantidade produzida e rendimento médio de milho, 1ª e 2ª safras. Produção agrícola municipal.* Sidra/IBGE, 2023. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/tabela/839#resultado. Acesso em 01 jun. 2023.

MÜLLER, G. *Complexo agroindustrial e modernização agrária*. São Paulo: Ed. HUCITEC, 1989.

OLIVEIRA, A. U. *A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro.* In: CARLOS, Ana Fani et al (Orgs.) Novos caminhos da geografia. São Paulo: Contexto, 2002. p.63-110.

PERTILE, N. *Formação do espaço agroindustrial em Santa Catarina: o processo de produção de carnes no Oeste Catarinense*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Departamento de Geociências do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008. 322f.

RIPPLINGER, F. *Uso do território e vulnerabilidades: Produção agroindustrial de carnes e a especialização produtiva do milho no Oeste de Santa Catarina - 2000 a 2020.* Dissertação (Mestrado). Universidade Federal da Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em Geografia. 2021. 159f.

SANTOS, M. (Org.). *A construção do espaço*. São Paulo: Nobel, 1986. p. 121-134.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.* São Paulo: Edusp, 7ª ed., 2012.

SANTOS, M. *Por uma Geografia Nova.* São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

SANTOS, M. *Por uma Outra Globalização. Do Pensamento Único à Consciência Universal.* Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, M; SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI.* Rio de Janeiro: Record, 2001. 473 p.

SCHNEIDER, S.; NIEDERLE, P. A. *Agricultura familiar e teoria social: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura*. In: FALEIRO, F.G. e FARIAS NETO, A.L. (ed.) Savanas: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais. Planaltina-DF, Embrapa Cerrados: 2008.

SCHNEIDER, S.; NIEDERLE, P. A. *Agricultura Familiar e Teoria Social: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura*. IX Simpósio Nacional do Cerrado e Simpósio Internacional sobre Savanas Tropicais, 2008.

SILVEIRA, M. L. *Região e Globalização: pensando um esquema de análise*. Redes, Santa Cruz do Sul, v. 15, n. 1, p. 74-88, jan./abr. 2010.

AGRADECIMENTO

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). As autoras agradecem pelo incentivo dado por esta instituição por meio da concessão de bolsas de doutorado.

A RELAÇÃO QUESTÃO AGRÁRIA E QUESTÃO SOCIAL: MANIFESTAÇÕES A PARTIR DA CENTRALIDADE DO AGRONEGÓCIO NO MARANHÃO

Giovanny Cid dos Santos Castro [1]
Aylana Cristina Rabelo Silva [2]

RESUMO

Este trabalho expõe resultados da análise da relação entre as categorias: questão agrária e questão social, evidenciando as expressões desse nexo no âmbito do estado do Maranhão, sob a égide do neoliberalismo, quando o capital internacional se desenvolve no campo impondo configurações cada vez mais complexas da questão agrária. Essa discussão explicita a expansão e consequências do agronegócio, a partir de expoentes como os monocultivos de soja e eucalipto, além dos intitulados grandes projetos de desenvolvimento que necessitam de amplas áreas para sua implantação, ocasionando profundas transformações no campo, como o acirramento dos conflitos fundiários e da exploração nas relações de trabalho.

Palavras chaves: Questão agrária, Questão Social, Agronegócio.

ABSTRACT

This work presents results from the analysis of the relationship between the categories: agrarian issue and social issue, highlighting the expressions of this nexus within the state of Maranhão, under the aegis of neoliberalism, when international capital develops in the countryside, imposing increasingly complex configurations of the agrarian question. This discussion explains the expansion and consequences of agribusiness, based on exponents such as soybean and eucalyptus monocultures, in addition to the so-called large development projects that require large areas for their implementation, causing profound transformations in the countryside, such as the intensification of land conflicts and exploitation in work relationships.

Keywords: Agrarian issue, Social issue, Agribusiness.

INTRODUÇÃO

Este trabalho consiste em uma análise acerca das formas de investidas do capital, sob a égide do neoliberalismo, no contexto do estado do Maranhão, que tem vivenciado

[1] Licenciado em Geografia. Mestrando em Geografia na Universidade Federal do Maranhão – UFMA giovanny.castro@discente.ufma.br
[2] Assistente Social. Mestra em Desenvolvimento Socioespacial e Regional pela Universidade Estadual do Maranhão – UEMA. Doutoranda em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA, aylanarabelo@gmail.com

a inserção e consolidação dos “grandes projetos” e das estratégias do agronegócio. Sendo que em toda sua história o estado do Maranhão engendrou mecanismos para expropriações de famílias de suas terras, considerando que: “[...] a expropriação camponesa se dá através de mecanismos nefastos como a grilagem, que marcou profundamente a história estadual [...]” (AZAR, 2013, p. 26).

Vale destacar que grileiros são os sujeitos que falsificam documentos a fim de tomar posse de terras, sendo que estas podem ser de terceiros ou devolutas. Por tais ações, pode-se dizer que o grileiro é um sujeito que se constitui como central no acirramento da questão agrária, devido as suas articulações que culminam na expropriação de incontáveis famílias. Nesses termos, Asselin (2009, p. 43) destaca que: “O grileiro é um alquimista. Envelhece papéis, ressuscita selos do império, inventa guias de impostos, promove genealogias [...] embaça juízes, suborna escrivães”.

As relações históricas e políticas na trama maranhense impulsionaram a estruturação, ainda, de um arcabouço jurídico-normativo que exaspera a desigualdade no acesso à terra, o caso da Lei nº 2979, datada de julho de 1969, também conhecida por “Lei Sarney de Terras”, que favoreceu ainda mais a concentração fundiária, ao passo que se constituía de medidas que potencializaram a inserção e disseminação das empresas agropecuárias na realidade local. Com tal característica, podemos registrar com a constituição dessa lei, o papel do Estado em propiciar os direitos dos latifundiários.

O agronegócio vem suscitando modificações estruturais no modo de apropriação privada da terra, com profundas repercussões, tanto nas formas de produção, quanto na dinâmica da luta de classes no campo, afinal não serão mais somente os grandes fazendeiros expoentes da burguesia agrária, mas um imbróglio composto por uma articulação entre estes, os grandes grupos empresariais, grupos políticos e a mídia.

O estado do Maranhão, aqui destacado nesta configuração histórico-conceitual exposta com relação a questão agrária, expressa as contradições inerentes ao avanço do capital, enquanto um dos estados com maiores índices de desigualdade social, que historicamente exportou matéria-prima e que se tornou espaço de intensos conflitos fundiários, devido principalmente ao avanço dos grandes projetos, e suas implicações para os povos tradicionais e famílias camponesas.

METODOLOGIA

O método que possibilitou o desenvolvimento da pesquisa foi o materialismo histórico dialético, este comporta que o movimento real é apreendido enquanto totalidade de variadas determinações e relações. O exercício analítico que nessa construção é "o curso do pensamento abstrato que se eleva do mais simples ao complexo" (MARX, 1982, p. 15), é que permite retornar ao real, com este agora sendo reconstruído e compreendido. Ainda, o processo de investigação precisa conceber o "[...] o mundo não como um conjunto de coisas acabadas, mas como um conjunto de processos". (MARX, ENGELS, 1963, p. 31).

Consideramos que este método comporta a análise de uma dada realidade enquanto um complexo, que contém um conjunto de sujeitos com diversas concepções, pensamentos, comportamentos, atitudes, como fruto de uma construção histórico-social dialética, e que possui como "mola propulsora" a contradição.

Para tanto, Marx propunha uma apreensão dos fenômenos em sua historicidade, contradição e complexidade, ponderando um movimento para além da interpretação analítica, embora esta seja essencialmente significativa, mas uma articulação fundamental entre a teoria revolucionária com a práxis revolucionária, buscando a superação das relações sociais hegemônicas concebidas enquanto imanentes.

Enquanto momento metodológico da proposta investigativa, de forma articulada e simultânea a todo o processo, será utilizado o levantamento de revisão de literatura (monografias, livros, artigos, teses, dissertações...) como importante fase. E, com base num processo de reflexão das categorias analíticas, o estudo se deu a partir do aporte de autores como: Zaira Sabry Azar, Victor Asselin, Bernardo Mançano Fernandes, entre outros.

Com a finalidade de levantamento de dados, foram explorados sites como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - BGE e Comissão Pastoral da Terra - CPT. Uma busca de dados que viabilizassem a análise acerca das configurações específicas da questão agrária no Maranhão, relativas à produção do agronegócio, produção camponesa e conflitos fundiários.

Assim, esta elaboração encontra se organizada além desta introdução, em uma primeira parte que busca compreender a questão agrária em sua relação com a questão social, e um segundo momento que objetiva refletir as manifestações dessa relação no cenário do

Maranhão no bojo do capitalismo dependente, e à guisa de conclusão os resultados dessa aproximação exploratória sob a ótica de uma reflexão crítico analítica.

REFERENCIAL TEÓRICO

Sendo a realidade agrária um universo de inúmeros fenômenos, passíveis de análises e interpretações multifacetadas, priorizamos por distinguir os elementos propícios à reflexão do nexo entre questão agrária e as expressões da questão social. Elegemos uma construção conceitual de questão agrária que a deslinda como ramo do conhecimento que investiga o âmago das adversidades das sociedades concernentes ao uso, posse e propriedade da terra, isto é, de modo respectivo à maneira como o homem apodera-se do ambiente para estruturar a produção agrícola, quem são os sujeitos que residem e convivem em um território específico e a situação jurídica – alicerçado no capitalismo – da terra, assim como os meios que levaram sua propriedade (STÉDILE, 2012)

Sob esse ângulo, a acepção da questão agrária deve ser considerada indissociável da ponderação do processo de constituição do capitalismo, trama da acumulação primitiva[3]. Sobre essa, Marx (2017, p. 785) elucida que se trata de "[...] uma acumulação que não é resultado do modo de produção capitalista, mas seu ponto de partida". Desse modo, dentre os princípios que subvencionam a emersão do dito sistema, evidenciamos a composição dos trabalhadores livres a contar da desapropriação destes de suas terras, o que resulta em extremas transformações no âmbito agrário.

O advento do modo de produção capitalista é delimitado pela designada acumulação primitiva. Com o início dessa fase, a insólita condição de arranjo da sociedade se desvela na diferenciação de duas classes sociais, a saber: burguesia e proletariado. Nesses termos, Marx (2017, p. 786) elabora que: "A assim chamada a acumulação primitiva não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre o produtor e meio de produção. Ela aparece como "primitiva" porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde".

[3] A acumulação primitiva no cenário europeu se caracterizou como o transcurso que converteu o trabalhador servil, porém detentor de seus meios de produção, em um trabalhador destituído dos referidos meios, a não ser a sua força de trabalho. Com isso, a posse exclusiva dos meios de produção se aglutina com a classe burguesa, enquanto os trabalhadores ficam isentos de qualquer recurso de produção.

Portanto, sucedeu gradualmente por mecanismo de supressão e expropriação da terra, bem como de outros meios de manutenção, a gênese dos trabalhadores que não dispõem de meios de produção. O proletariado, que emerge como nova classe social é quem oferecerá aos proprietários privados sua mercadoria, ou seja, a força de trabalho, numa vinculação de assalariamento. Para Marx (2017, p. 787):

> [...] esses recém-libertados só se convertem em vendedores de si mesmos depois de lhes terem sido roubados todos os seus meios de produção, assim como todas as garantias de sua existência que as velhas instituições feudais lhes ofereciam. E a história dessa expropriação está gravada nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo.

O governo da Inglaterra privilegiou os grandes proprietários de terra, dispensando-lhe a aquiescência de relegar os trabalhadores das terras de uso comum, assim esses processos foram auferindo maior ímpeto e suscitaram o êxodo para as áreas citadinas. No espaço rural inúmeras modificações[4] ocasionadas pelas novas técnicas agrícolas originaram uma produção que deixou de estar intencionada somente para o sustento, sendo orientada também para a exportação.

Na realidade brasileira, a acumulação primitiva se deu com a sustentação da mão de obra de sujeitos escravizados, proveito de metais preciosos e produção agrícola. Os trabalhadores cativos foram requisitados pelo capitalismo no ciclo que antecede a fase industrial, uma vez que o tráfico negreiro despertou um setor desmedidamente lucrativo e considerável na acumulação de capitais.

Assim, nos princípios da colônia havia elementos que favoreceram a concentração fundiária, como a outorga de terras aos nobres, quando o país foi logo fragmentado em amplas extensões, tituladas de capitanias hereditárias e cada uma delas foi cedida aos aristocratas portugueses. Com isso, os donatários (nobres lusitanos) entregavam terras aos sesmeiros, ou seja, que passavam a deter a posse das sesmarias.

Seguido às sesmarias, houve a decretação da Lei 601, datada de 1850, também chamada de Lei de Terras e surgimento dos posseiros. Lei essa que se constituiu numa medida que mercantilizou a terra, quando somente aos nobres foram outorgadas. Tanto as sesmarias quanto a Lei de Terras contribuíram de forma contundente para os

[4] Aldeias e vilas foram depredadas e demolidas, para afugentar os sujeitos de suas terras, foram ainda obrigados a residir em outros lugares, em situações excessivamente pauperizadas e nocivas. Essa massa de trabalhadores, que forma o exército industrial de reserva, passa a buscar subsistência em qualquer lugar e sob quaisquer condições. (MARX, 2017). Por consequência, compreendemos que ao passo que o capitalismo propicia o aperfeiçoamento das técnicas e acrescimento da produção, por outro lado controla a paupérie da classe trabalhadora, num acentuado fluxo inverso e estratégico.

dilemas enfrentados ao longo da história, com relação à utilização e concentração fundiária.

Dilemas esses que incluem a disparidade entre as classes sociais, oriunda das relações antagônicas e interesses diversos existentes na luta pelo acesso e condições de sobrevivência na terra. Por isso, entendemos que a "[...] questão agrária está na base do processo constituinte da questão social no Brasil [...]" (DELGADO, 2010, p. 32).

Acerca da expressão "questão social", evidenciamos que desponta no século XIX, especificamente relacionada aos eventos incitados pelas implicações iniciais da industrialização no ocidente europeu, no decurso da Revolução Industrial, que potencializou o processo de aprofundamento da pobreza, assim como o advento do movimento operário e de uma intensa correlação de forças que ressaltou uma tensão na dinâmica social.

À vista disso, para além do fenômeno da pauperização, as lutas sociais do operariado, são igualmente expressões da questão social, considerando que esta "[...] constitui-se da relação capital-trabalho a partir do processo produtivo, suas contradições de interesses e suas formas de enfretamento e lutas de classes" (MONTAÑO, 2012, p. 280)

No tocante à realidade brasileira, nos primórdios do século XX, os trabalhadores revoltados com as circunstâncias de trabalho traçaram formas de relutância. Essas lutas para além da exposta indignação, englobavam as reivindicações dos grupos não absorvidos no mercado, assim como a resistência aos estereótipos predispostos pela elite.

Logo, podemos perceber que há uma perspectiva do debate acerca da "questão social" que a delineia como concebida da relação antagônica entre o capital e o trabalho, seus modos de resistência, suas oposições de propensões e lutas de classes. A partir disso, ponderamos que a "questão social" compreende o movimento da sociedade constituída por classes sociais, em uma correlação de forças, que se transmuta na dinâmica do contexto econômico, político e social. É devido a esse movimento social que se entende que a questão em tela, vai assumindo diversas conformações de acordo com as particularidades dos modos de produção e da organização social.

Por entender a questão social nessa perspectiva, partilhamos da percepção de que a questão agrária, como expressão da questão social, também engloba as desigualdades existentes entre as camadas sociais. No caso brasileiro, tais desigualdades acontecem desde a colonização do país, como destaca Delgado (2010, p. 33): "[...] a

questão agrária é uma categoria histórica, na sociedade brasileira, que tem se manifestado como resultante das relações sociais entre portugueses e indígenas, senhores de engenho e escravos, latifundiários e trabalhadores rurais, etc."

Ao relacionar a questão agrária com os mecanismos de resistência da classe trabalhadora, Fernandes (2001, p. 23) a define como: "[...] o movimento do conjunto de problemas relativos ao desenvolvimento da agropecuária e das lutas de resistência dos trabalhadores, que são inerentes ao processo desigual e contraditório das relações capitalistas de produção".

Destarte, diante esses aspectos históricos e definições conceituais da questão agrária, e sua relação com a questão social, torna-se basilar refletir quais sejam os elementos prevalecentes da dinâmica agrária na realidade maranhense, bem como as particularidades da formação sócio-histórica do referido estado que influem na configuração hodierna das relações sociais no campo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Além da irresoluta concentração fundiária, outra conformação da questão agrária no Maranhão, no contexto neoliberal, é o avanço da denominada globalização na agricultura que pode ser caracterizada pelo atendimento das exigências do capital no campo. Em um processo gradativo, o capital se inseriu no campo a partir de várias frentes, uma delas, a tecnológica, que tem na revolução verde[5] um expoente e um marco histórico.

O avanço desse capital mundializado alcançou a agricultura e revelou uma cominação entre indústria e agricultura, entre extensas frações de terra e empresas transnacionais, entre proprietários de terras e capitalistas internacionais. Nesse decurso, o capital se territorializou e estimulou a expropriação e a expulsão das famílias do campo para as cidades, implantando os grandes complexos agroindustriais no campo, via monocultura, para exportação, compreendendo a dilatação e a reprodução do capital (BARROS, 2018).

Esse processo concebeu pacotes que materializaram modificações tecnológicas na produção agrícola, pretendendo alcançar uma melhor produtividade, em termos quantitativos, por meio de sementes geneticamente modificadas, fertilizantes do solo, mecanização e aplicação de agrotóxicos. Além dos agrotóxicos, os pacotes da

[5] A revolução verde foi resultante de inúmeras articulações que pretendiam a ampliação do capital no pós-guerra, sendo o cenário em que se configuraram as modificações nas práticas agrícolas. O objetivo central era alargar a produção e o lucro, e dentre as principais transformações estavam à mecanização e redução dos custos de manejo, alterações genéticas de sementes e os insumos industriais.

Revolução Verde incluíram os processos de mecanização da produção agrícola, que por sua vez concretizaram uma estrutura que favoreceu uma minoria e eliminou uma grande quantidade de trabalhadores.

Podemos perceber que com a globalização aumentam e se diversificam os modos de subordinação e precarização dos trabalhadores, bem como expropriação e expulsão desses de suas terras, e ainda a produção não de alimentos, mas a transformação da produção agrícola em produção de mercadorias. O conjunto dessas transformações introduzidas na agricultura será denominado de agronegócio[6].

Na realidade específica do Maranhão, os monocultivos da soja e do eucalipto estão entre os grandes interesses do agronegócio. Miranda (2010, p. 82) falando acerca da ampliação da produção do agronegócio, no âmbito do estado do Maranhão, destaca que:

> No Sul do estado, a expansão da soja; no Oeste maranhense, as empresas de ferro-gusa e monocultura do eucalipto; no Baixo Paranaíba, as empresas de papel e celulose e, atualmente, também a soja, que têm como consequência mais imediata o controle sobre a mão de obra desqualificada do pequeno trabalhador rural.

A soja enquanto um condutor do agronegócio na realidade maranhense inclui-se na lista dos principais produtos exportados pelo estado, perdendo apenas para a mineração e o ferro-gusa. A intensificação da produção de soja no Maranhão está relacionada, ainda, com investimentos em pesquisas, inovação e infraestrutura, voltados para o desenvolvimento do agronegócio, que na atualidade tem se materializado, principalmente, a partir do plano de desenvolvimento do MATOPIBA[7].

De acordo com os dados do IBGE (SIDRA, 1990-2017) a participação da soja na produção nacional no ano de 1990 era de 4.176 toneladas, aumentando em 2000 para 439.432 toneladas, o que significa um aumento de 435.256 toneladas. Enquanto, no ano de 2010 essa produção aumentou para 1.322.363 toneladas, concretizando um aumento de 882.931 toneladas, em relação ao ano 2000. Em 2017, esses números avançaram para 2.331.688 toneladas, o que implica afirmar que de 2010 para 2017 o aumento na produção

---

[6] A supremacia do agronegócio apoia-se no padrão agroexportador de produtos, em ampla proporção e com a utilização intensa de agrotóxicos e transgênicos, não propiciando outro modo de produção agrícola. São complexos agroindustriais com vastos investimentos em tecnologia e mecanização; modelos de gestão e domínio da força de trabalho assalariada; e ainda, um mecanismo midiático que propaga as convicções fundamentais para persuadir que esse é o único molde possível de produção de alimentos.

[7] A região do Matopiba é composta por 336 municípios de quatro estados fronteiriços, sendo 143 do Maranhão, 130 do Tocantins, 33 do Piauí e trinta da Bahia. A expressão Matopiba, criada a partir das iniciais dos respectivos estados componentes, serve para designar parte do território desses estados pertencentes ao bioma Cerrado e onde se desenvolve agricultura de alta produtividade com uso intensivo de insumos modernos. Essa região vem passando por transformações tanto em aspectos econômicos quanto sociais, consequência da expansão da agricultura, como produção de grãos, com destaque para soja, milho e algodão (PEREIRA, et al, 2018, p. 47).

foi de 1.009.325 toneladas. Logo, de 1990 a 2017 a produção de soja no Maranhão aumentou em 2.327.512 toneladas.

No ano de 1990, a produção de soja utilizava 15.305 hectares, aumentando no ano 2000 para 178.716 hectares, o que equivale a um aumento de 163.411 hectares. Em 2010, a quantidade de hectares destinada para essa produção alargou para 495.756, considerando um aumento de 317.040 hectares, em relação a 2000. Enquanto, no ano de 2017 essa produção avançou para utilizar 817.719 hectares, o que implicou num aumento de 321.963 hectares em relação a 2010. Portanto, de 1990 a 2017 a produção de soja aumentou 802.414 hectares.

O cultivo da soja nessas regiões ameaça o cerrado, tanto no que se refere a questões ambientais, considerando problemáticas, como o desmatamento, como sociais, ponderando as inúmeras comunidades tradicionais que são impactadas pela transformação do bioma. Além da soja, outra produção importante no cenário estadual é o eucalipto.

Segundo dados do IBGE (2019), a produção de eucalipto no estado do Maranhão vem crescendo significativamente, em municípios como Açailândia chega a 40.923 ha, sendo, portanto a maior do estado. A segunda maior área é o município de Barra do Corda, com 24.695 ha, na terceira colocação temos Itinga do Maranhão com 20.786 ha. Dentre os municípios com áreas extensas do referido monocultivo se destaca, ainda, Imperatriz, com 7.438 ha. A região do leste maranhense vem também se distinguindo na produção de eucalipto, aonde em municípios como Anaparus chega a 3.567 ha.

À vista disso, a motivação para o ressaltado índice de êxodo rural no Maranhão, é observada devido a coações das empresas com o projeto floresta de eucalipto, que impõe aos trabalhadores rurais transacionar suas terras e residir nas cidades um desterrado em seu lugar de origem, ou seja, um sem terra. O capital no Maranhão inclui ainda, bambu, petróleo, gás, carcinicultura, calcário, pecuária bovina, dentre outros e por conta de tais produções, vivencia graves e intensos conflitos de terra, tornando-se cenário de um fenômeno que ocorre a nível global.

Dentre esses custos, está ainda, o desmatamento de extensas áreas para a realização de monocultivos, retirada do carvão vegetal e a produção madeireira, com fundamental intenção de atender a indústria, a dilatação populacional nas cidades, destruição dos recursos hídricos, violência urbana e impactos nocivos nas relações de trabalho, inclusive aumento do trabalho escravo.

Logo, as expressões da questão agrária no Maranhão, se materializam na demasiada concentração de terras e a adesão ao agronegócio. Além dos conflitos violentos que marcam a história estadual, seja com a grilagem nas décadas de 1960 à atualidade com os investimentos do capital estrangeiro e o discurso ideológico do "desenvolvimento", um desenvolvimento que alimenta a desigualdade, enriquecendo uma minoria e trazendo miséria para a maioria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No âmbito do campo, o neoliberalismo tem oportunizado o progresso da exploração capitalista, representado por iniciativas econômicas respaldadas pelo Estado, como os designados grandes projetos e o agronegócio, que introduz modificações nas relações trabalhistas e transformações na questão agrária como recentes disposições que reivindicam aos trabalhadores rurais novas táticas e artifícios para sua reprodução social.

O agronegócio vem suscitando modificações estruturais no modo de apropriação privada da terra, com profundas repercussões, tanto nas formas de produção, quanto na dinâmica da luta de classes no campo, afinal não serão mais somente os grandes fazendeiros expoentes da burguesia agrária, mas um imbróglio composto por uma articulação entre estes, os grandes grupos empresariais, grupos políticos e a mídia.

O estado do Maranhão, aqui destacado nesta configuração histórico-conceitual exposta com relação a questão agrária, expressa as contradições inerentes ao avanço do capital, enquanto um dos estados com maiores índices de desigualdade social, que historicamente exportou matéria-prima e que se tornou espaço de intensos conflitos fundiários, devido principalmente ao avanço dos grandes projetos, e suas implicações para os povos tradicionais e famílias camponesas.

Por fim, destacamos o caráter inacabado desta pesquisa, e das inquietações sobre os elementos levantados neste trabalho, a fim de possibilitar problematizações para debates futuros acerca da complexidade vigente entre as categorias analisadas.

REFERÊNCIAS

ASSELIN, V. **Grilagem**: Corrupção e violência em terras de Carajás. Imperatriz: Ética, 2009.

AZAR, Z. S. **Relações de trabalho e resistência camponesa no desenvolvimento dependente no Maranhão:** o assentamento Califórnia como uma expressão. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, São Luís, 2013.

BARROS, I. **O agronegócio e a atuação da burguesia agrária:** considerações da luta de classes no campo. Serv. Soc. São Paulo, n. 131, pp. 175-195, jan./abr. 2018.

DELGADO, Laurinete Rodrigues da Silva. **A relação Serviço Social e Questão Agrária na contemporaneidade:** inserção e prática de Assistentes Sociais no MST e na FETAEMA no Maranhão. 233f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão, 2010.

FERNANDES, B. M. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo 2010. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 20 de janeiro de 2019.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo 2017. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/home/ipca15/brasil. Acesso em: 17 de abril de 2019.

MARX, Karl **. Para a Crítica da Economia Política, Salário Preço e Lucro e O Rendimento e suas Fontes**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, ENGELS. **Obras escolhidas em três volumes.** Rio de Janeiro: Vitória, 1963, v.3.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: livro I. O processo de produção do capital: tradução: Rubem Enderle. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MIRANDA, A. A. B. de. **De arrendatários a proprietários**: formas de sociabilidade nos assentamentos Rurais. São Luís: EDUFMA, 2010.

MONTAÑO, C. Pobreza, “questão social” e seu enfretamento. In: **Serviço Social e Sociedade**. nº 110. São Paulo. Apr/Jun, 2012

STÉDILE, J. P. **Questão agrária**. In Dicionário da educação do campo. 1.ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, expressão popular, 2012.

CONDIÇÃO LEGAL DA TERRA, PERANTE O PROTOCOLO AGROAMBIENTAL DO SETOR SUCROENERGÉTICO NO ESTADO DE SÃO PAULO

Gláucia Elisa Mardegan[1]

RESUMO

O presente texto aborda a concentração de posse da terra no contexto agrícola do estado de São Paulo, enfatizando a relevância do fenômeno. A condição legal da terra é apontada como um dos fatores que afeta a segurança jurídica e o acesso a políticas públicas, empréstimos e garantias, proporcionando vantagens aos produtores. Entre 2006 e 2017, houve grande crescimento na área média sob parceria, o que indica mudança nos padrões da posse da terra. A concentração da posse da terra em São Paulo ocorreu, sobretudo, via do arrendamento e da parceria, com pequenos e médios proprietários optando por arrendar as suas terras para grandes agricultores. Os dados mostram que a quantidade de terra administrada por proprietários diminuiu, enquanto a área controlada por arrendatários e parceiros cresceu significativamente. A parceria é um mecanismo jurídico para reduzir a carga tributária. Grandes empresas do setor sucroenergético têm utilizado estratégias como compra e arrendamento para ampliar seu controle sobre vastas áreas, prejudicando os pequenos proprietários e estabelecimentos da agricultura familiar. A condição legal da terra tem um impacto crucial, afetando não somente segurança jurídica, mas também o acesso a políticas públicas e recursos financeiros. O estudo enfatiza a relevância de compreender esses mecanismos para analisar o cenário agrário paulista, sobretudo no contexto do Protocolo Agroambiental do Setor Sucroenergético.

ABSTRACT

This text addresses the concentration of land ownership in the agricultural context of the state of São Paulo, emphasizing the relevance of the phenomenon. The legal condition of the land is identified as one of the factors that affects legal security and access to public policies, loans and guarantees, providing advantages to producers. Between 2006 and 2017, there was great growth in the average area under partnership, which indicates changes in land tenure patterns. The concentration of land ownership in São Paulo occurred, above all, through leasing and partnership, with small and medium-sized landowners opting to lease their land to large farmers. The data shows that the amount of land managed by owners has decreased, while the area controlled by tenants and partners has grown significantly. Partnership is a legal mechanism to reduce the tax burden. Large companies in the sugar-energy sector have used strategies such as purchase and lease to expand their control over vast areas, harming small owners and family farming establishments. The legal status of land has a crucial impact, affecting not only legal security, but also access to public policies and financial resources. The study emphasizes the relevance of understanding these mechanisms to analyze the agrarian scenario in São Paulo, especially in the context of the Agro-Environmental Protocol for the Sugar and Energy Sector.

INTRODUÇÃO

[1] Doutora pelo curso de Pós-graduação em Geografia – Unesp, Campus de Rio Claro – SP, glaumardegan@gmail.com.

A concentração da posse da terra é um fenômeno de grande relevância no contexto agrícola, especialmente no estado de São Paulo. A condição legal da terra emerge como um fator determinante que afeta a segurança jurídica, o acesso a políticas públicas, empréstimos, seguros e garantias, proporcionando diferentes níveis de vantagens ao produtor (SANTANA; SANTOS, 2020). Conforme revelado pelo IBGE (2019), um mesmo estabelecimento pode abarcar diferentes tipos de condições legais de terras, ou seja, um produtor responsável pelo estabelecimento pode administrar áreas próprias e de terceiros dentro do mesmo contexto agropecuário.

A atual realidade da agricultura paulista revela uma transformação significativa nos padrões de parcerias. Ao contrário do que se observava na década de 1970, os parceiros atuais são de grande porte e se diferenciam dos pequenos parceiros subordinados aos proprietários. A parceria surge como um mecanismo jurídico utilizado para reduzir a carga tributária em relação aos contratos de arrendamento.

Entre 2006 e 2017, foi observado um crescimento expressivo na área média sob parceria, alcançando 130,8 hectares em 2006. Além disso, 73,7% das áreas em parceria ficavam sob a administração de terceiros, não da família do produtor. Embora não seja possível fazer uma comparação direta para o ano de 2017 devido a mudanças no questionário censitário, é provável que o número de estabelecimentos nessa condição tenha continuado a aumentar, assim como aqueles sob arrendamento, administrados por prepostos de grandes agricultores. Por outro lado, as propriedades próprias experimentaram uma redução considerável, totalizando uma diminuição de 3.353.018 hectares (-24,4%).

Diante desses resultados, torna-se evidente um cenário preocupante de concentração da posse da terra em São Paulo. Grandes atores do setor agrícola têm utilizado estratégias como compra e arrendamento de terras para ampliar seu controle sobre vastas áreas, em detrimento de proprietários menores e estabelecimentos familiares. A condição legal da terra desempenha um papel crucial nesse processo, influenciando a segurança jurídica e o acesso a políticas públicas e recursos financeiros.

A concentração da posse da terra é um problema de muita relevância e com significativo impacto socioeconômico. Compreender quais são os mecanismos que levam a essa concentração e suas consequências é fundamental para entender o cenário agrário paulista no contexto do Protocolo Agroambiental. O Brasil é um país com desigualdade na distribuição de terras, desde seus primórdios. Especialmente no estado de São Paulo, que é um dos estados mais desenvolvidos do país.

Este trabalho foi realizado com o intuito de alcançar o objetivo de analisar as consequências fomentadas pela cultura da cana-de-açúcar no período do Protocolo Agroambiental, no estado de São Paulo, quais foram as consequências da expansão na condição legal do produtor e na condição legal da terra durante o período da pesquisa.

METODOLOGIA

Com o intuito de alcançar este objetivo, foi conduzido uma abordagem teórica e empírica sobre o tema em debate. Foi realizada uma revisão bibliográfica e utilizados dados secundários dos Censos Agropecuários de 2006 e 2017 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O recorte temporal foi estabelecido entre 2006 e 2017, período em que ocorreram os dois Censos Agropecuários. Os dados secundários foram empregados para a caracterização das condições legais da terra e dos produtores no estado de São Paulo.

REFERENCIAL TEÓRICO

O aumento da concentração da posse da terra pode-se dar, especialmente, via compra ou via aluguel da terra de terceiros. Conforme comentário anterior, esta aparece como a maneira mais importante com que as UAS e grandes fornecedores de cana-de-açúcar têm aumentado seu controle sobre vastas áreas do território paulista.

A condição legal da terra é um condicionante que traz maior ou menor segurança jurídica, acesso a políticas públicas, empréstimos, seguros e garantias, proporcionando melhores condições ao produtor (SANTANA; SANTOS, 2020). De acordo com IBGE (2019), um mesmo estabelecimento pode incluir mais de um tipo de condição legal de terras. Ou seja, determinado responsável pelo estabelecimento (produtor), um proprietário, por exemplo, pode administrar áreas próprias e de terceiros em um mesmo estabelecimento agropecuário.

Como dito, em décadas anteriores, agricultores familiares sem terras ou com terras insuficientes para sua sobrevivência, conhecidos como meeiros e parceiros, efetuavam parceria com grandes proprietários de terra, os parceiros cedentes, por um pagamento feito por um percentual (meia, terça ou quarta) da produção obtida na safra (BACCARIN, 2017). Os parceiros mantinham uma subordinação e submissão aos proprietários das terras, para muitos camuflando uma relação, de fato, de emprego ou assalariamento (KREIN, STRAVINSKI, 2009). Em 1975 era essa a realidade da

agricultura paulista, com estabelecimentos sob parceria com a área média de 11,7 ha e com apenas 7,7% não sendo administrados diretamente por membros da família, mas sim via administradores (IBGE, 1979).

A condição da terra é uma demonstração de poder, onde aqueles que possuem um maior número de propriedades ou propriedades que são maiores, possui maior poder ao fazer uso do território, sendo este um palco de poder, como demonstra Raffestin em sua obra (1993) que refere o território é a cena do poder e o lugar de todas as relações, mas sem a população, ele se resume a apenas uma potencialidade, um dado estático a integrar e organizar uma estratégia. Os recursos acabam por determinar os horizontes possíveis da ação, e condicionam o alcance da ação.

O território no processo de ser usado, é uma obra em que está em constante reconstrução, foi utilizado pelas gerações anteriores, através dos sistemas de objetos e normas, presentificadas, pelas desiguais ações contemporâneas (SILVEIRA, 2008). De acordo com Silveira (2008), "o território usado é uma norma, pois é um princípio ou um molde para as ações do presente, na qual, dotada de poder desigual para transformar o que existe ou concretizar o que é possível, exercer novos usos, isto é, criar mais objetos e normas" (SILVEIRA, 2008, p. 04, tradução da autora)[2]. Através da união entre o passado e o futuro, entre a materialidade e a vida social, o território usado é uma forma-conteúdo, é a realização da sociedade (conteúdo) de maneira particularizada nos lugares (forma), é um conjunto de lugares, na qual se realiza história (SILVEIRA, 2008).

O uso do território deriva de múltiplas determinações típicas aos diversos níveis de decisão dos agentes que dispõe divisões do trabalho, sucessivas e sobrepostas, através da mediação dos objetos e das normas, o poder desigual dos agentes se materializa na seletividade da modernização. "A cada modernização altera-se a natureza das articulações horizontais e verticais dos agentes e das atividades econômicas" (SILVEIRA, 2018, p. 10). E para criar o poder, recursos materiais transformam os arredores, os artefatos físicos, os recursos imateriais (capacidade de alguns agentes controlarem os outros).

As firmas constroem suas próprias divisões do trabalho ao estabelecer pontos e áreas como bases da sua produção, circulação e consumo (SILVEIRA, 2018). Ao território ser usado, reorganizado, configurado, normatizado, racionalizado, existem

[2] "Es de ese modo que el territorio usado es una norma, pues es un principio o un molde para la acción presente, la cual, dotada de poder desigual para transformar lo que existe o para concretar lo posible, ejercita nuevos usos, esto es, crea más objetos y normas" (SILVEIRA, 2008, p. 04).

frações com objetos e ações, normas (técnicas, políticas e jurídicas), ritmos, heterogeneidades e agentes. Ao estudar técnicas, normas e ações, procura-se entender a formação do território, quais são seus usos, de outra maneira, como, onde, por quem, por quê e semelhante ao território é usado (SILVEIRA, 2009).

O território sendo pelo setor sucroenergético, no espaço agrário paulista, demonstra a como a produção, as empresas, podem racionalizar e especificar a dinâmica e formação deste território. No caso a concentração fundiária, é uma demonstração de como o território é usado por empresas e pelo Estado.

Silveira (2008) reflete que, as políticas públicas são impregnadas por conteúdos materiais e imateriais, sendo definidos através dos interesses corporativos. Este fato fica claro em 2006, o discurso dos empresários do setor sucroenergético mudou, especialmente no intuito de favorecer seus produtos. Verificou-se a "intensificação do discurso ambientalista atrelado ao aquecimento global" (SAMPAIO, 2019, p. 36), o que culminou com a assinatura do Protocolo Agroambiental, em 2007, cujas metas já foram descritas anteriormente. Percebe-se que os prazos estabelecidos no Protocolo para eliminação das queimadas eram sete e 14 anos mais exíguos do que os previstos na lei estadual do fim das queimadas de 2002.

O capital força os atores regionais a novos investimentos materiais e normativos (SILVEIRA, 2008). A adesão ao Protocolo Agroambiental é o novo investimento normativo e os novos investimentos materiais são a compra dos equipamentos necessários para fazer essa adequação na produção de uma cana, mais ecologicamente correta, segundo a propaganda que os empresários do setor estavam fazendo.

A adesão ao Protocolo Agroambiental era voluntária, tendo que ser renovada a cada ano, as UAS que a ele aderissem e cumprissem suas determinações, em especial o calendário de extinção gradativa da queimada de cana-de-açúcar, recebiam o Certificado Etanol Verde. Este "passaporte" atendia aos interesses dos empresários do setor sucroenergéticos e suas perspectivas, à época, de aumento da exportação do etanol, em especial para países desenvolvidos, com legislações ambientais mais incisivas (SMA, 2014).

Nas "densidades técnicas" (SANTOS; SILVEIRA, 2008, p. 126), além da colheita, houve mudanças tecnológicas importantes no plantio da cana-de-açúcar, que passou de um sistema semimecanizado[3] para um totalmente mecanizado. A base técnica

[3] O sistema semimecanizado é um sistema de produção que combina elementos manuais e mecânicos. Nesse sistema, algumas atividades são realizadas manualmente, enquanto outras são realizadas com o

mutável, é cada vez mais influenciada por inovações introduzidas mediante as decisões empresarias estratégicas que se baseiam nas condições de seleção e de apropriabilidade da inovação sob a forma de lucros, e com a presença não eliminável de incertezas nessas condições (POSSAS, 1991). O número de colhedoras no território paulista quintuplicou, de 753 em 2007 para 3.747 em 2017 (UNICA, 2022). Os impactos sociais da mecanização na colheita e no plantio foram muito fortes, com a dispensa de mais de 100 mil cortadores de cana e outros trabalhadores braçais, entre 2007 e 2014. Neste período, ainda que tenha aumentado o número de operadores de máquinas, motoristas de caminhões e algumas categorias administrativas, em termos líquidos, o resultado foi negativo com redução de 52 mil ou 16,4% no número de pessoas ocupadas por empresas sucroenergéticas em São Paulo (BACCARIN, 2019).

A renovação tecnológica deve ser incessante, porém, o mercado que deve ser conquistado é o externo (SILVEIRA, 2008) e as grandes empresas instalam uma ordem para elas e uma desordem para o resto da sociedade (SANTOS, 2000). De acordo com Paulino (2011, p. 118) "a incorporação de tecnologia representa um progressivo descarte do trabalho humano".

O território sendo pelo setor sucroenergético, no espaço agrário paulista, demonstra a como a produção, as empresas, podem racionalizar e especificar a dinâmica e formação deste território. No caso a concentração fundiária, é uma demonstração de como o território é usado por empresas e pelo Estado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com Baccarin (2019). Os atuais parceiros na agricultura paulista são de grande porte, na média, nada se assemelhando aos pequenos parceiros subordinados aos proprietários que ainda se vislumbrava na década de 1970 em São Paulo. A parceira é um artifício jurídico usado para recolher uma menor quantidades de imposto de renda, do que nos contratos de arrendamento. Atualmente, os estabelecimentos sob a administração de arrendatário ou parceiro tem área média maior que a dos proprietários e do conjunto de estabelecimentos paulistas.

Tabela 1 – Distribuição da área dos estabelecimentos agropecuários paulistas, de acordo com condição do produtor, mil hectares, 2006 e 2017.

---

auxílio de máquinas. Por exemplo, na cultura canavieira, o sistema semimecanizado envolve a utilização de tratores para preparar o solo, mas o plantio e a colheita são realizados manualmente.

Ano	Proprietário		Arrendatário		Parceiro		Outros*		TOTAL
	Área (ha)	%	Área (ha)	%	Área (ha)	%	Área (ha)	%	Área (ha)
2006	15.238,5	90,7	1.144,7	6,8	225,7	1,3	195,7	1,2	16.804,6
2017	12.128,2	74,0	2.098,1	12,8	1.807,9	11,0	350,6	2,1	16.384,9

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário (2006, 2017). Elaborado pela autora. *Soma de assentado, ocupante, produtor sem área e comodatário, este somente no Censo de 2017.

A tabela 1 evidencia que houve diminuição expressiva na quantidade de terra administrada por proprietários, com crescimento também expressivo do controle da terra por arrendatários e parceiros. Comparando com a distribuição da propriedade da terra a partir dos cadastros do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Baccarin (2019) afirma que a concentração recente da posse da terra em São Paulo se deu predominantemente via aluguel de terceiros e não compra de terras. Pequenos e médios proprietário se inviabilizaram como agricultores, mas não venderam seu patrimônio rural, alugando-o para grandes agricultores.

A Tabela 2 mostra que, em termos de condição legal, as terras próprias diminuíram sua importância, pouco acima de 24%, tanto em número quanto em área. A perda em área foi bem maior que os 2,6% da diminuição da área total dos estabelecimentos, entre 2006 e 2017. As variações absolutas das áreas de terras para reforma agrária, ocupada ou em comodato foram pouco expressivas.

Em contrapartida, as áreas em parceria ou arrendamento somadas cresceram pouco mais que 2,7 milhões ha, entre 2006 e 2017. Especificamente, a área em parceria mais do triplicou no estado de São Paulo. Os dados permitem calcular que, em 2017, a área média sob parceria era de 546,4 ha, bem acima da área média de todos os estabelecimentos paulistas, de 87,5 ha.

Tabela 2 – Distribuição do número e da área dos estabelecimentos agropecuários, pela condição legal da terra, São Paulo, 2006 e 2017.

Condição Legal	2006	2017	Var. Absoluta 2006 e 2017	Var. Porcentual 2006 e 2017
		Estabelecimentos (nº)		
Própria	193.111	146.627	-46.484	-24,1
Terras Ref. Agrária	7.291	12.709	5.418	74,3
Arrendada	23.137	27.422	4.285	18,5
Parceria	3.860	4.588	728	18,9
Ocupada	7.034	2.205	-4.829	-68,7
Comodato	-	6.136	-	-
Total	227.622	188.620	-39.002	-17,1
		Área (ha)		
Própria	13.729.386	10.376.368	-3.353.018	-24,4

Terras Ref. Agrária	122.315	188.061	65.746	53,8
Arrendada	2.223.558	3.190.649	967.091	43,5
Parceria	768.756	2.506.727	1.737.971	226,1
Ocupada	110.934	79.521	-31.413	-28,3
Comodato	-	170.820	-	-
Total	16.954.949	16.512.145	-442.804	-2,6

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário (2006, 2017). Elaborado pela autora.

Em 2006, a área média sob parceria já havia crescido fortemente, alcançando 130,8 ha. E 73,7% das áreas em parceria ficavam sob cuidado de administradores e não da família do produtor. Esta comparação não pode ser feita para 2017, por mudanças no questionário censitário. De qualquer forma, assim como cresceu a área média em parceria entre 2006 e 2017, deve ter continuado aumentando o número de estabelecimentos nesta condição, bem como sob arrendamento, administrados por prepostos de grandes agricultores. As propriedades próprias foram as que mais reduziram, com uma diminuição de 3.353.018 hectares (-24,4%). Por outro lado, as terras em parceria apresentaram um aumento considerável em área, com variações percentuais de 226,1%, respectivamente. Segundo informações obtidas com técnicos do IBGE é comum que um mesmo empresário declare a administração de dezenas, às vezes, centenas, de estabelecimentos agropecuários (BACCARIN, 2019).

Houve uma redução no número de propriedades rurais e na área total das propriedades próprias, enquanto que as terras em parceria apresentaram um aumento em número e área, indicando uma possível mudança no perfil das atividades rurais no Brasil.

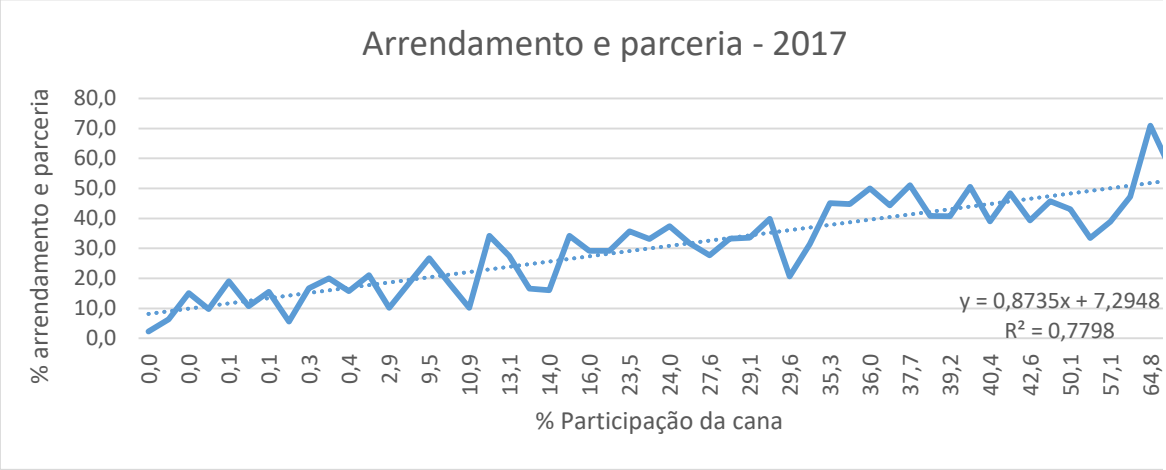
Não parece restar dúvidas que o crescimento da área sob administração de parceiros e arrendatários esteve associado à expansão da lavoura canavieira. Seus empresários, em vez de imobilizar capital na compra de terras, cujos preços aumentaram em São Paulo, preferiram alugá-las junto a terceiro. Parecem entender que a mudança de decisão de pequenos e médios proprietários, voltando a gerir como agricultores suas terras, é algo que, nas condições atuais, apresenta uma possibilidade muito pequena.

Ainda que não tenham, em sua grande maioria, deixado de ser proprietários rurais, a realidade da agricultura paulista, sob a hegemonia canavieira, restringiu as opções econômicas de pequenos e mesmo médios agricultores. Muitos cederam suas terras para exploração por grandes agricultores, entre eles fornecedores e empresários do setor sucroenergético, um caminho com muita dificuldade de reversão, mesmo nos períodos de crise canavieira. Outros, em Regiões Geográficas Imediatas com pequena

importância da cana-de-açúcar, na falta de melhores opções, passaram a se dedicar a exploração extensiva da pecuária bovina, fato revelado pelo aumento da importância das pastagens nos estabelecimentos pequenos.

Na figura 8 é possível perceber que à medida em que a cana-de-açúcar ganha importância na ocupação de área, também cresce a importância das terras em arrendamento ou parceria. Perceba-se que o coeficiente de correlação é alto, próximo a 0,8. Regiões que apresentaram maior participação da cana-de-açúcar na produção agrícola também apresentaram maiores índices de arrendamento e parceria, indicando que esse setor agrícola está mais concentrado nas mãos de poucos produtores.

Figura 1 – Participação canavieira nas Regiões Geográficas Imediatas e efeitos no arrendamento/parceria.



Fonte: IBGE Censo Agropecuário (2017). Elaborado pela autora.

No quesito, concentração da posse da terra, no estado de São Paulo, aponta – se para a diminuição significativa da quantidade de terra administrada por proprietários, com crescimento expressivo do controle da terra por arrendatários e parceiros. Destacando a concentração recente da posse da terra em São Paulo que se deu predominantemente via arrendamento/parceria e não compra de terras, e que pequenos e médios proprietários se inviabilizaram como agricultores, mas não venderam seu patrimônio rural, alugando-o para os empresários do setor ou para fornecedores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, os dados e análises apresentados revelam um cenário preocupante de aumento na concentração da posse da terra no estado de São Paulo. Através de estratégias como compra e aluguel de terras, grandes atores do setor agrícola têm ampliado seu controle sobre extensas áreas territoriais, em detrimento de proprietários menores e estabelecimentos familiares.

A condição legal da terra desempenha um papel crucial nesse processo, influenciando não apenas a segurança jurídica dos produtores, mas também seu acesso a políticas públicas, financiamentos e garantias. A administração de terras próprias e de terceiros dentro de um mesmo estabelecimento agropecuário é uma prática comum, evidenciando a complexidade das relações de posse e gestão no setor.

A parceria surge como um mecanismo jurídico utilizado para reduzir a carga tributária, em contraste com os contratos de arrendamento. Nesse sentido, os parceiros na agricultura paulista têm assumido uma posição de maior destaque, caracterizados por seu porte e capacidade de gerenciamento. Esse padrão contrasta com a realidade observada nas décadas passadas, em que pequenos parceiros subordinados aos proprietários eram mais comuns.

Os dados indicam um aumento considerável na área média sob parceria, enquanto as propriedades próprias experimentaram uma significativa redução. Essas mudanças refletem a tendência de concentração e expansão dos estabelecimentos administrados por grandes agricultores, ao passo que os pequenos produtores enfrentam maiores desafios para manter e expandir suas áreas de cultivo.

É importante observar que essas conclusões são baseadas em informações obtidas a partir de Censos Agropecuários realizados em 2006 e 2017, fornecendo um panorama abrangente, embora limitado, do panorama agrícola no estado. Para uma compreensão mais precisa e atualizada, é necessário continuar acompanhando e analisando as transformações no setor, a fim de buscar soluções que promovam um desenvolvimento agrícola mais equitativo e sustentável em São Paulo.

REFERÊNCIAS

BACCARIN, José Giacomo. *A indústria abarca a cana-de-açúcar e corta rente o trabalho volante: mudanças tecnológicas recentes na lavoura canavieira e impactos na ocupação agrícola no estado de São Paulo*. 2016. 190 f. Tese Livre Docência - Livre Docente, Faculdade de Ciência Agrária e Veterinárias, Universidade Estadual Paulista, Jaboticabal, 2016. Disponível em:

<https://www.fcav.unesp.br/Home/departamentos/economiarural/josegiacomobaccarin1559/tese-para-livro-referencia.pdf\>. Acesso em: 15 nov. 2023.

BACCARIN, José Giacomo. *Expansão e mudanças tecnológicas no agronegócio canavieiro: impactos na estrutura fundiária na ocupação agropecuária no estado de São Paulo*. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2019. E-Book. ISBN 978-85-954633-4-9. Disponível em: <https://www.book7.com.br/expans-o-e-mudancas-tecnologicas-no-agronegocio-canavieiro.html\>. Acesso em: 20 nov. 2023.

BACCARIN, José Giacomo. Uso dos dados do censo agropecuário no estudo dos efeitos da expansão canavieira sobre a estrutura agrária do Estado de São Paulo. *Cadernos Ceru*, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 11-32, dez. 2016. Semestral. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ceru/article/download/137113/132906/\>. Acesso em: 10 nov. 2023.

BACCARIN, José Giacomo; GEBARA, José Jorge; FACTORE, Cíntia Oliva. Concentração e integração vertical do setor sucroalcooleiro no centro-sul do Brasil, entre 2000 e 2007. *Informações Econômicas*, v. 39, n. 3, p. 17-28, 2019.

BACCARIN, José Giacomo; OLIVEIRA, Jonatan Alexandre de; MARDEGAN, Gláucia Elisa. Monocultura e concentração da terra: efeitos da expansão da cana de-açúcar na estrutura fundiária do Estado de São Paulo, Brasil. *Revista NERA*, v. 23, n. 55, 2020.

SANTANA, Adrielli Santos de; SANTOS, Gesmar Rosa dos. Os Agricultores e seus estabelecimentos: dados e índices selecionados do censo agropecuário de 2017. *IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas\>. Diversos acessos: 2006, 2017.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*, Rio d Janeiro: Record, 2001.

SAMPAIO, Mateus de Almeida Prado. Mercado sucroenergético mundial: dinâmicas do início do século XXI. *In*: BERNARDES, Júlia Adão; CASTILLO, Ricardo. ***Espaço Geográfico e Competitividade***: regionalização do setor sucroenergético no Brasil. Rio de Janeiro: Lamparina, 2019. p. 17-38.

SAMPAIO, Mateus de Almeida Prado***. 360º - o périplo do açúcar em direção à macrorregião canavieira do Centro-Sul do Brasil***. 2014. 881 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-11092015-154508/pt-br.php. Acesso em: 19 nov. 2023.

SILVEIRA, María Laura. Argentina; território usado, urbanização e circuitos da economia urbana. ***Boletim Campineiro de Geografi*a**, Campinas, v. 8, n. 1, p. 09-18, 2018. Disponível em: http://agbcampinas.com.br/bcg/index.php/boletim-

campineiro/article/view/009-018_2018v8n1_MariaLauraSilveira_ApresentacaoDossie/223. Acesso em: 29 nov. 2023.

FINANCEIRIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO GLOBALIZADO NO BRASIL: FENÔMENO, ESTRATÉGIAS E USO CORPORATIVO DO TERRITÓRIO[1]

Henrique Faria dos Santos[2]

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo discutir o fenômeno recente de financeirização do agronegócio globalizado no Brasil, as principais estratégias adotadas pelos agentes do setor e como esse evento tem potencializado o uso corporativo do território brasileiro. Nas duas últimas décadas, várias empresas ligadas ao agronegócio vêm adotando diferentes estratégias de financeirização objetivando captar recursos, especialmente no mercado de capitais, para financiar o custeio das operações e os investimentos na expansão dos negócios. A abertura do capital em bolsa de valores, o acesso a crédito bancário (público e privado), a emissão de títulos de dívidas e especulações no mercado de *commodities* tem sido as principais estratégias. Por outro lado, a maior influência dos agentes e processos financeiros na dinâmica produtiva e comercial dessas empresas impõe novas formas de governança corporativa, determinando ações que reduzam custos e amplifiquem os lucros para maximizar a remuneração dos investidores acionistas, o que incorre em lógicas competitivas de localização, renovada organização operacional e novas estratégias de usos do território por parte das corporações do agronegócio.

Palavras-chave: financeirização; neoliberalismo; agronegócio globalizado; uso corporativo do território.

ABSTRACT

This article aims to discuss the recent financialization phenomenon of globalized agribusiness in Brazil, the main strategies adopted by the sector's agents and how this event has enhanced the corporate use of the Brazilian territory. In the last two decades, several companies linked to agribusiness have been adopting different financialization strategies in order to raise funds, especially in the capital market, to finance the cost of operations and investments in business expansion. The IPO on the stock exchange, access to bank credit (public and private), the issuance of debt securities and speculation in the *commodity* market have been the main strategies. On the other hand, the greater influence of financial agents and processes on the productive and commercial dynamics of these companies imposes new forms of corporate governance, determining actions that reduce costs and amplify profits to maximize the remuneration of shareholder investors, which incurs in competitive logics of location, renewed operational organization and new strategies for land use by agribusiness corporations.

Keywords: financialization; neoliberalism; globalized agribusiness; corporate use of the territory.

[1] Artigo derivado de pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo n° 2022/11815-4.
[2] Pós-doutorando em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP – Rio Claro) – SP, livehenriquefariasantos@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A financeirização é um fenômeno que emergiu recentemente na conjuntura econômica mundial e que se tornou, junto com a globalização e o neoliberalismo, um dos elementos estruturadores do capitalismo contemporâneo (Epstein, 2005; Foster, 2007; Sawyer, 2013). Para muitos autores (Braga, 1997; Harvey, 2005, 2011; Chesnais, 1998, 2005; Guttmann, 2008; Brunhoff, 2010; Lapavitsas, 2011; Zwan, 2014), a financeirização amplificou as condições de acumulação do capital pelos agentes hegemônicos a partir de uma maior flexibilidade geográfica e temporal dos investimentos, e sua lógica passou a condicionar as ações e normas de praticamente todas as esferas da sociedade (indivíduos, famílias, empresas, Estados, mercado), marcando, assim, um novo período do capitalismo.

Uma das atividades econômicas que tem passado por recente processo de financeirização é o *agronegócio globalizado*, paradigma produtivo da moderna agropecuária que emergiu na segunda metade do século XX nos países centrais[3] (em 1990 no Brasil). Dentre as características atuais deste setor, observa-se a condicionalidade das ações dos agentes produtivos e comerciais pela racionalidade financeira. Os novos mecanismos de acesso à capitalização, bem como a participação cada vez maior de agentes produtivos no mercado financeiro e a ocorrência de operações comerciais estritamente dependentes das operações desses mercados caracterizam o que muitos autores têm interpretado como *financeirização* da agricultura, do mercado de *commodities* agrícolas ou do sistema agroalimentar (Verdi & Aoun, 2009; Delgado, 2012; Cheng & Xiong, 2013; Balestro & Lourenço, 2014; Clapp, 2014; Isakson, 2014; Martin & Clapp, 2015; Paula, Santos & Pereira, 2015; Bernardes et al., 2017; Clapp & Isakson, 2018; Mcgill, 2018).

A crescente dependência do setor agropecuário ao crédito agrícola e agroindustrial e a condução das ações de grandes firmas do ramo pelo sistema financeiro têm sido, portanto, aspectos centrais desta financeirização. Castillo et al. (2016) observam que além das *holdings* de capital centralizado e mormente com capital aberto em bolsa de valores,

[3] O termo agronegócio, traduzido do inglês *agribusiness*, teve sua origem na *Harvard Business School* na obra de John Davis e Ray Goldeberg (1957), intitulada *A Concept of Agribusiness*. O propósito da obra foi de analisar as transformações tecnológicas da agricultura na época, bem como a interdependência desta com outros setores da economia. Os autores então definiram *agribusiness* como sendo "o total das operações que envolvem manufatura e distribuição de suprimentos agrícolas; operações produtivas nas fazendas; e armazenamento, processamento e distribuição de *commodities* agrícolas e produtos feitos a partir delas" (Davis & Goldberg, 1957, p. 2 *apud* Mendonça, 2013, p. 51).

recentemente verifica-se a presença de representantes do capital financeiro internacional nas atividades do agronegócio, tais como "fundos de pensão, empresas de *private equity*, fundações e instituições bancárias, por meio de participação societária nas empresas agrícolas e do controle direto e indireto da terra e demais recursos".

Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo discutir o fenômeno recente de financeirização do agronegócio globalizado no Brasil, as principais estratégias adotadas pelos agentes do setor e como esse evento tem potencializado o uso corporativo do território brasileiro.

A FINANCEIRIZAÇÃO DA ECONOMIA CONTEMPORÂNEA

O conceito de financeirização vem sendo amplamente abordado por diversos estudos da Economia, da Administração de Empresas e, recentemente, da Geografia. De acordo com Gerald Epstein (2005), a financeirização pode ser definida como "o aumento do papel dos motivos financeiros, mercados financeiros, atores financeiros e instituições financeiras nas operações das economias nacionais e internacionais"[4]. Greta Krippner (2005, p. 174) definiu financeirização como sendo "um padrão de acumulação em que os lucros se acumulam muito mais pelos canais financeiros do que através do comércio e produção de mercadorias.[5]" Cavalcante et al. (2018, p. 197) argumentam que a financeirização da economia pode ser compreendida como o crescimento da influência do mercado de capitais (produtos, agentes e processos) sobre o comportamento das firmas, dos governos e das famílias, que passam a estar mais preocupadas com a eficiência e racionalização dos custos e a gestão dos rendimentos/receitas.

Essas definições de financeirização nos remete a ideia de que os lucros dos agentes econômicos, sobretudo o das grandes corporações transnacionais, têm se estabelecido muito mais pelos investimentos no mercado financeiro do que propriamente pelos fatores de produção e comercialização de bens e serviços não financeiros. Isto quer dizer que a maior parte do excedente de capital está deixando de ser reinvestido no processo produtivo, na dita economia real, para ser destinada a aplicações e especulações no mercado financeiro para

---

[4] "*[...] for us, financialization means the increasing role of financial motives, financial markets, financial actors and financial institutions in the operation of the domestic and international economies"* (Epstein, 2005, p. 3).

[5] *"I define financialization as a pattern of accumulation in which profits accrue primarily through financial channels rather than through trade and commodity production"* (Krippner, 2005, p. 174).

gerar dinheiro a partir de dinheiro sem passar pela produção e comercialização de mercadorias (Lapavitsas, 2013). Esses mecanismos de investimento financeiro, que Karl Marx considerou estar fora da esfera de materialização da sociedade e que se transformaram em *capital fictício*[6], tem predominado hoje na dinâmica de crescimento econômico e potencializado o acúmulo de riqueza com base na valorização especulativa de ativos, sobretudo intangíveis (conhecimento científico-tecnológico, patentes, força da marca, valor de mercado etc.).

O processo de financeirização da economia internacional teve ascensão a partir da década de 1970 nos EUA, com a gradativa desregulamentação e liberação dos mercados financeiros em conjunção com a emergência dos governos estatais neoliberais. Esse novo contexto se estabeleceu em resposta à crise econômica de estagflação que vinha se perpetuando na época em função da recuperação dos países centrais do contexto pós Segunda Guerra Mundial e do esgotamento do modo de produção fordista[7] (Harvey, 1989). O fim do regime de *Bretton Woods* (1945-1971)[8] marcou o início do processo de desregulamentação do mercado financeiro e o fim do controle do movimento de capitais (entrada e saída das fronteiras) em escala global, que entre outras coisas, se fundamentaram na *remoção de restrições legais* ao livre investimento e transações financeiras (internas e externas) a estrangeiros (inclusive para aquisição de títulos da dívida pública), na "*descompartimentalização"* de diferentes funções e mercados (de câmbio, de crédito, de ações e obrigações) e na *desintermediação*, que permitiu às instituições financeiras não

[6] Tipo de "capital valorizado" sem contraparte em valores de atividade produtiva real ou de ativos físicos em um dado momento do tempo, ou seja, uma forma de riqueza inflacionada artificialmente por meio de uma especulação sem lastro com realidade do valor real da propriedade patrimonial e mercadorias produzidas no presente, a exemplo das letras negociáveis (títulos de dívida com promessa de liquidez futura) e valor oscilante das ações de empresas, que permitem antecipar capital através da confiança em um mercado de risco (Harvey, 2011). Esse capital fictício se potencializou com a globalização, pois "o uso das técnicas permite a instalação de um dinheiro fluido, relativamente invisível, praticamente abstrato (Santos, 2000, p. 100).

[7] Na teoria marxista, esse esgotamento está ligado a ausência de mecanismos de redistribuição de riqueza e a estagnação dos salários dos trabalhadores comuns, impedindo que as demandas do mercado de consumo acompanhassem o aumento da capacidade de produção das corporações oligopolísticas. Devido a redução da taxa de lucro dos capitalistas com as atividades de produção e comercialização, houve a necessidade de empregar o excedente de capital em outras fontes alternativas de geração de renda, como as atividades financeiras (Davies & Kim, 2015, p. 206).

[8] Esse regime foi criado no final da Segunda Guerra Mundial para estabilizar a economia mundial, no qual as operações comerciais passaram a ser realizadas a partir de taxas fixas de câmbio referente ao dólar norte-americano, lastreado no valor do ouro. Para assegurar a operacionalização desse regime, foram criados o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial. Com a crise do dólar na década de 1970, as taxas de câmbio das principais moedas se tornaram flexíveis, favorecendo a especulação cambial (Harvey, 2011).

bancárias atuarem como emprestadoras sem intermediação dos bancos (Chesnais, 2005, p. 46).

Assim, o regime de *acumulação flexível* (Harvey, 1989, Benko, 1998) e o *neoliberalismo* favoreceram a expansão do mercado financeiro, ao disseminarem a doutrina do livre-mercado e derrubarem várias barreiras regulatórias que restringiam a liberdade dos investidores e a mobilidade geográfica do capital. Segundo Harvey (2005, p. 76), na teoria do Estado neoliberal, "a livre mobilidade do capital entre setores, regiões e países é julgada crucial. Todas as barreiras ao livre movimento (como tarifas compensatórias, sobretaxas, o planejamento e o controle ambientais ou outros impedimentos específicos a um dado lugar) têm de ser removidas [...]". Para Kotz (2010, p. 3), o neoliberalismo

> […] representou uma quebra acentuada do período anterior. Seus principais fatores são a remoção de barreiras ao livre movimento de bens, serviços e especialmente capital em toda a economia global; a retirada do Estado do papel de orientar e regular a atividade econômica; a privatização de empresas estatais e serviços públicos; o corte de programas sociais estatais; a mudança para formas regressivas de tributação; a mudança da cooperação entre capital e trabalho para o controle pelo capital, com a ajuda do Estado, para dominar totalmente o trabalho; e a substituição do comportamento correspectivo entre as grandes corporações pela competição desenfreada. O neoliberalismo tem uma ideologia associada à adoração ao chamado "livre mercado", juntamente com a negação de qualquer papel positivo para o Estado além de suas funções coercitivas[9].

Outro aspecto favorável foi a disseminação das tecnologias de comunicação e informação (redes telemáticas) e sua capacidade de coletar, analisar/processar e compartilhar dados rapidamente e eletronicamente (simultaneidade e instantaneidade), que simplificaram e amplificaram as condições de transferências/transações de capital, operacionalização e comercialização de produtos e serviços financeiros em todo o mundo (Warf, 1989, 2017; Zook, 2018). Além disso, o avanço das ciências matemáticas e financeiras na criação de sofisticadas ferramentas de avaliação e previsibilidade da precificação de ativos e riscos de portfólio foi fundamental para conferir maior segurança e garantia aos investidores (Paraná,

---

[9] *[...] represented a sharp break from the previous one. Its main features are the removal of barriers to free movement of goods, services, and especially capital, throughout the global economy; a withdrawal by the state from the role of guiding and regulating economic activity; privatization of state enterprises and public services; the slashing of state social programs; a shift to regressive forms of taxation; a shift from cooperation between capital and labor to a drive by capital, with aid from the state, to fully dominate labor; and the replacement of co-respective behavior among large corporations by unrestrained competition. Neoliberalism has an associated ideology of worship of the so-called "free market" along with a denial of any positive role for the state apart from its coercive functions* (Kotz, 2010, p. 3).

2016; Coombs & Van der Heide, 2020). Estes avanços referem-se à unicidade técnica da globalização (Santos, 2000), que permite a tomada das mesmas ações em qualquer parte do globo em que haja disponibilidade desses objetos técnicos. De posse desses instrumentos, destaca-se ainda o papel das agências de classificação de risco, como a Moody's, Standard & Poor's e Fitch, cujas avaliações por elas realizadas se tornaram importantes parâmetros de segurança para os grandes investimentos do mercado, qualificando a solvência dos ativos e a credibilidade dos devedores.

Em decorrência dessas circunstâncias políticas e tecnológicas favoráveis, um dos fatores que evidenciam a financeirização da economia é o processo de *securitização* das dívidas das famílias, das empresas e dos Estados. De acordo com Davis & Kim (2015), praticamente qualquer tipo de dívida (e suas supostas garantias de pagamento) pode ser transformado em títulos (*bonds*, debêntures, certificados de recebíveis etc.) lastreados em ativos negociáveis, incluindo empréstimos para automóveis, empréstimos para faculdades, financiamento de imóveis, dívidas de cartão de crédito, recebíveis e financiamento da produção de empresas, impostos recebíveis dos Estados, pagamentos de seguros, loterias e pensões, penhoras de propriedade, entre outras. Esses títulos são comercializados no mercado para pessoas físicas e jurídicas, que os adquirem e tem como retorno, em período variável ou fixo, o valor que foi pago acrescido de juros (a taxas variáveis ou fixas), mormente acima ou próximo das taxas oficiais, como a Selic no Brasil. Os terceiros também podem revender os papéis no mercado, a depender da dinâmica de precificação especulativa dos investimentos. Esse instrumento é uma maneira que os bancos[10], as empresas e o próprio Estado conseguem obter, adiantadamente, capital para financiar seus investimentos e gastos, através da captação de crédito via emissão de títulos para um número relativamente grande de "emprestadores", terceirizando ao público, desta forma, os riscos de inadimplência.

A negociação de derivativos também foi uma outra inovação financeira de renda variável que se generalizou entre os agentes para antecipar recursos no mercado por meio de papéis que "garantem" o pagamento do crédito adquirido em um período futuro. Esses papéis são de muitos tipos, como futuros, opções, *forwards* ou *swaps*, e os seus valores derivam de vários fatores de mercado, desde um ativo (preços de *commodities*, ações, títulos), taxas de

[10] No caso dos bancos, ao empresar recursos no mercado, transformam as dívidas dos tomadores de empréstimos em pacotes de títulos e os comercializam no mercado para reaver, rapidamente, o montante do capital emprestado, tornando-se, desta forma, apenas um intermediador entre os emprestadores (inúmeros investidores terceiros) e os tomadores de empréstimos, que sabendo ou não, se tornaram emissores de títulos no mercado financeiro (Davis & Kim, 2015, p. 208).

referência (juros), até de índices de mercado (câmbio). Os contratos sempre possuem um preço e prazo estabelecidos para uma data futura, e podem ser negociados de acordo com as variações do valor ocorridas ao longo do tempo (Davis & Kim, 2015).

Desta forma, a financeirização e seus instrumentos de capitalização, sobretudo relacionados aos mercados futuros (mercadorias, ações, moedas, dívidas), se tornaram hoje os principais fatores condicionadores das formas de organização corporativa das grandes empresas, do crescimento econômico, das ações dos Estados, do consumo das famílias e das empresas (Davies & Kim, 2015), nos autorizando dizer que o período atual se estrutura pela *globalização da dominância financeira* no capitalismo contemporâneo. Como assinala Milton Santos (2000, p. 44),

> Nas condições atuais de economia internacional, o financeiro ganha uma espécie de autonomia. Por isso, a relação entre a finança e a produção, entre o que se chama economia real e o mundo da finança, dá lugar àquilo que Marx chamava de loucura especulativa, fundada no papel do dinheiro em estado puro. Este se torna o centro do mundo. É o dinheiro como, simplesmente, dinheiro, recriando seu fetichismo pela ideologia. O sistema financeiro descobre fórmulas imaginosas, inventa sempre novos instrumentos, multiplica o que chama de derivativos, que são formas sempre renovadas de oferta dessa mercadoria aos especuladores. O resultado é que a especulação exponencial assim redefinida vai se tornar algo indispensável, intrínseco, ao sistema, graças aos processos técnicos da nossa época.

Devido a esses aspectos estruturais, podemos então falar em financeirização de determinadas atividades ou setores econômicos/produtivos ou até do próprio território (Contel, 2020) e do espaço (French, Leyshon & Wainwright, 2011; Cavalcante et al., 2018), abarcando como diferentes nuances da organização, regulação, valorização e uso das materialidades (naturais e sociais), dos agentes e de suas ações favorecem a instalação dos fatores financeiros e são conformados pela lógica deste mercado, resultando em um quadro de vida totalmente mercantilizado (Harvey, 2005, 2011). A prática especulativa dos espaços urbanos (Sanfelice, 2013; Moreno, 2014; Carlos, Volochko & Alvarez, 2015; Fix & Paulani, 2019; Ribeiro, 2021) e das terras agrícolas (Borras *et al*., 2012; Fairbairn, 2014; Gunnoe, 2014; Knuth, 2015; Visser, 2016; Nascimento, Frederico & Saweljew, 2019) são exemplos claros de como materialidades do espaço geográfico se transformaram em ativos financeiros e entraram nos circuitos de negociação nos mercados de capitais. A economia política da financeirização se tornou, assim, junto com o neoliberalismo e a globalização da produção capitalista, a razão do mundo no atual período histórico (Dardot & Laval, 2016).

FINANCEIRIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO GLOBALIZADO E USO CORPORATIVO DO TERRITÓRIO

Nos últimos anos, o agronegócio globalizado tem buscado, com maior intensidade, novas formas de capitalização, através de estratégias de financeirização para sustentar as atividades operacionais e acelerar os investimentos (produtivos e especulativos). Segundo alguns estudos da Geografia (Burch & Lawrence, 2009; Castillo, 2011; Aracri, 2012; Frederico, 2013; Stedile, 2013; Wolf & Bonanno, 2014; Castillo et al., 2016; Oliveira, 2016; Elias, 2003, 2013a, 2017a; Ioris, 2018), o agronegócio globalizado se estrutura a partir das seguintes variáveis: i) difusão seletiva das Novas Tecnologias de Informação e da Comunicação (NTICs) nas etapas da produção e logística; ii) política estatal de viés neoliberal na economia agropecuária; iii) internacionalização dos circuitos espaciais produtivos e círculos de cooperação agrícolas e/ou agroindustriais; iv) hegemonia do capital financeiro (mercado futuro de *commodities*, creditização da produção, derivativos, formas de remuneração dos acionistas, *land grabbing*) nas decisões e estratégias corporativas de grandes empresas do agronegócio; v) concentração e centralização do capital nos vários segmentos do agronegócio (insumos químicos, biológicos, maquinários, produção e processamento de matéria-prima, distribuição), implicando em oligopolização da produção e comercialização; vi) especialização regional e territorial produtiva de *commodities* agrícolas.

Milton Santos (2000), ao denominar esse paradigma de *agricultura científica globalizada*, considerou que a atividade é exigente em ciência, tecnologia, informação e finanças e que demanda uma enorme racionalidade externa, como o uso de modernos bens de capital e produção (insumos físico-químicos, mecânicos e biológicos) e a padronização dos procedimentos (preparação do terreno, plantio, tratos culturais, colheita, armazenamento, transporte, beneficiamento e comercialização). Isto, segundo ele, leva "à introdução, aprofundamento e difusão de processos racionalizados que se contagiam mutuamente, propondo a instalação de sistemismos, que atravessam o território e a sociedade, com a racionalização de práticas, a uma certa homogeneização" (Santos, 2000, p. 89). Desta forma, segue o autor (p. 88-89),

> Podemos agora falar de uma agricultura científica globalizada. Quando a produção agrícola tem uma referência planetária, ela recebe influência daquelas mesmas leis que regem os outros aspectos da produção econômica. Assim, a competitividade, característica das atividades de caráter planetário, leva a um aprofundamento da tendência à instalação de

> uma agricultura científica. Esta, como vimos, é exigente de ciência, técnica e informação, levando ao aumento exponencial das quantidades produzidas em relação às superfícies plantadas. Por sua natureza global, conduz a uma demanda extrema de comércio. O dinheiro passa a ser uma "informação" indispensável.

Contudo, novos tipos de investidores passaram a fazer parte dos resultados do desempenho econômico e dos rendimentos das grandes empresas do agronegócio, como pessoas físicas e jurídicas que detêm ações e títulos de dívidas em troca de retornos financeiros (juros e dividendos). Muitos desses agentes fortemente capitalizados, que investem em cadeias produtivas do mundo inteiro e se tornam acionistas (muitas vezes majoritários) das grandes corporações do segmento agroalimentar e varejista, têm enorme poder de ditar questões como o quê, quem, onde, como, quanto e quando produzir, armazenar, distribuir e comercializar. Tais decisões incorrem em enormes volumes de massa de mercadorias que se convertem em valor de mercado, ou seja, que podem auferir, a depender das estratégias adotadas pelos agentes, grandes somas de lucros ou prejuízos associadas a precificações das ações no mercado financeiro. Tal lógica é inerente às oscilações especulativas realizadas por outros investidores desses mercados, que aportam capital para auferir ganhos em negociações de ações, títulos, derivativos e outros instrumentos de remuneração financeira (Clapp & Isakson, 2018).

Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2016) destaca que o caráter monopolista e financeiro da agricultura capitalista mundializada se define por três condições: i) a produção de *commodities*; ii) as bolsas de mercadorias e de futuro; iii) os monopólios mundiais (grandes corporações transnacionais). A primeira condição diz respeito ao fato de que vários produtos agrícolas, pecuários e minerais se transformaram em *commodities*, ou seja, em mercadorias padronizadas qualitativamente que são comercializadas no mundo inteiro e negociadas em bolsas de valores, como milho, trigo, arroz, soja, algodão, cacau, café, açúcar, suco de laranja, farelo e óleo de soja, petróleo, minério de ferro, entre outros. No Brasil, acrescenta-se também o etanol e o boi gordo, que embora não sejam *commodities*, são negociados no mercado futuro. O segundo fator refere-se ao fato de que as bolsas de mercadorias e futuro se tornaram o centro regulador dos preços mundiais de *commodities*, padronizando os preços e impondo a busca por métodos de produção cada vez mais competitivos em termos de qualidade e custos. O terceiro fator está relacionado ao controle monopolista da produção, da logística e da comercialização das *commodities* por empresas mundiais, como Bunge, Cargill, Archer Daniels Midland (ADM), Louis Dreyfus Company

(LDC), Tereos e Cofco, todas com capital aberto em bolsa de valores (exceto Cargill) e que, por isso, respondem a estratégias econômicas do *maximizing shareholder value*. Como observaram Pitta et al. (2014, p. 9) para o caso da abertura de capital de empresas do setor sucroenergético brasileiro:

> A abertura de capital de uma empresa também funciona como uma capitalização, ou seja, como promessa de produção futura de mercadorias, que retroalimentam a subida dos preços das ações da empresa e fomentam nova promessa de expansão. Não é só o capital financeiro investido nas ações das empresas que permite a expansão, mas o capital financeiro de empréstimo ou o chamado mercado de capitais. Uma empresa com capital em bolsa acessa créditos sobre os valores de suas ações, o que estimula sua expansão.

Várias empresas brasileiras do agronegócio também possuem capital aberto na Bolsa de Valor B3, por exemplo, atuando em ramos como: papel e celulose (Celulose Irani, Cia Melhoramentos de São Paulo, Klabin, Santher, Suzano); madeira (Duratex, Eucatex); propriedades agrícolas (Brasilagro – Cia Brasileira de Propriedades Agrícolas, SLC Agrícola, Terra Santa Agro); açúcar e etanol (Biosev, Cosan, Raízen Energia, São Martinho); alimentos processados (Camil Alimentos, Conservas Oderich, Forno de Minas Alimentos, Pomifrutas, J. Macedo, Josapar-Joaquim Oliveira, M. Dias Branco) carnes e derivados (BRF, JBS, Marfrig, Excelsior Alimentos, Minerva, Minupar Participações); bebidas (Ambev); fertilizantes e defensivos (Fertilizantes Heringer, Nutriplant Industria e Comércio); maquinários e implementos agrícolas (Metisa Metalurgia Timboense, Siderurgia J. L. Aliperti, Stara Indústria de Implementos Agrícolas); logística (BBM Logística, CCR, Cosan Logística, Ferrovia Centro-Atlântica, Log-In Logística Intermodal, MRS Logística, Rumo Logística, JSL, Tegma Gestão Logística), PD&I (CTC – Centro de Tecnologia Canavieira) e financeiro (ECO Securitizadora CRED Agronegócio, Gaia Agro) (B3, 2019).

Além da abertura do capital na bolsa de valor, outras estratégias de financeirização são muito adotadas pelas grandes corporações do agronegócio, dentre as quais podemos citar:

1) acesso a crédito bancário (público e privado);
2) emissão de títulos financeiros institucionalizados, como derivativos, Certificados Recebíveis do Agronegócio (CRAs), Cédula de Produto Rural (CPRs), Letras de Crédito do Agronegócio (LCAs), Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCAs), debêntures, *bonds*, etc;

3) investimento e especulação no mercado futuro de *commodities* (derivativos) e com terras agrícolas (*land grabbing*).

O acesso a crédito bancário é uma das formas mais comuns de capitalização dos agentes produtivos. As operações envolvem negociações junto a bancos comerciais e de investimento que avaliam a aprovação dos projetos e estabelecem certos critérios contratuais, como destinação dos recursos, valores, prazos e taxas. Um dos canais bancários mais utilizados para a expansão do agronegócio nos últimos anos no Brasil foi o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), sendo o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal também importantes fontes públicas de financiamento de produtores rurais, agroindústrias, cooperativas e *tradings* agrícolas. Contudo, os bancos e as cooperativas financeiras privadas, nacionais e estrangeiras, têm se destacado proeminentemente na oferta de recursos a esses agentes, a exemplo do Bradesco, Santander, Itaú BBA, Sicoob, Sicred, Credit Suisse, Rabobank, HSBC, Citibank, entre outros.

O uso de instrumentos como as emissões de debêntures, Certificados Recebíveis do Agronegócio (CRAs), Cédulas de Produto Rural (CPRs), Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCAs), as Letras Recebíveis do Agronegócio (LCAs), entre outras, são também estratégias recentes que têm angariado grandes somas de recursos creditícios aos agentes do agronegócio[11]. Assim como a negociação de derivativos, que normalmente são muito utilizados como adiantamento de recebíveis da exportação, basicamente em dólares americanos, através de mecanismos de *trade finance*[12], como Pré-pagamento de Exportação (PPE), Adiantamento Sobre Contratos de Câmbio (ACCs) e Adiantamentos Sobre Cambiais Entregues (ACEs).

Por fim, para responder eficazmente aos interesses remuneratórios dos acionistas, as empresas do agronegócio devem desenvolver mecanismos para se adaptar às constantes instabilidades do mercado financeiro de *commodities*, tornando-se flexíveis e ágeis, por

---

[11] UDOP (23/06/2020): **Empresas do agro devem substituir crédito oficial por CPR e CRAS**, disponível em: https://bit.ly/3CapuEs; O Joio e o Trigo (23/03/2021): **Agronegócio e mercado financeiro avançam, de mãos dadas**, disponível em: https://bit.ly/3QRQRrf; Bloxs Investimentos (06/05/2021): **Safra de IPOs do agronegócio reforça tese de investimento no setor**, disponível em: https://bit.ly/3JZ4K4C; O Estado de São Paulo (10/05/2021): **Cresce emissão de títulos verdes do setor agropecuário**, disponível em: https://bit.ly/3w8ydmY; O Estado de São Paulo (13/05/2022): **Emissões de certificados de recebíveis do agronegócio e imobiliários crescem 56%**, disponível em: https://bit.ly/3K0imwh.

[12] Um tipo de operação é quando uma agroindústria negocia com uma *trading* um empréstimo em dólar sobre um contrato de entrega futura, que deverá ser pago em volume do produto proporcional ao preço constante na data da entrega. Dessa forma, a empresa adianta recursos para produzir o que será entregue no futuro, comprometendo antecipadamente a produção.

exemplo, nas estratégias de produção e comercialização e nas negociações de títulos. Para as empresas que atuam como *tradings*, a atividade nos mercados futuros de *commodities* é muito estratégica e lucrativa, pois se valem de operações especulativas para auferir ganhos com a valorização ou desvalorização das mercadorias. Conforme sublinham Pitta et al. (2014, p. 14):

> A especulação, tanto com o preço das *commodities* agrícolas quanto com moedas, faz com que seus preços sofram fortes impactos e oscilação, conforme os movimentos desses mercados de futuro. Os preços de certas mercadorias hoje podem expressar simples apostas futuras de especuladores, que os aumentam ou diminuem conforme a melhor possibilidade vislumbrada para seus ganhos financeiros. Tais variações impactam, inclusive, as taxas de câmbio e de juros, o que mobiliza investimentos nesses mercados de derivativos, retroalimentando a instabilidade de preços. Desta forma, as características das "apostas" do capital financeiro passaram a compor os ganhos de empresas que anteriormente investiam apenas na produção direta de mercadorias.

Nesse esquema, além dos ganhos com a especulação de diferenças de valores nas operações de compra e venda de contratos derivativos, como os atrelados aos preços e taxas de câmbio, as companhias utilizam alguns mecanismos para realizar o gerenciamento de riscos de suas operações de comercialização, como a fixação do preço no mercado futuro (*hedge*). Esse mecanismo é muito utilizado quando a cotação de uma mercadoria e/ou do dólar atingem um patamar interessante de remuneração, estimulando a venda antecipada em contratos futuros fixados no preço atual. Isso garante maior proteção dos produtores em relação às oscilações cambiais e maior previsibilidade dos ganhos com a produção no médio prazo.

A especulação com outros tipos de ativos, como as terras agrícolas (ou agricultáveis), é um outro negócio que tem sido significativamente lucrativo aos investidores e demais agentes que compõem a sistema de financeirização fundiária. Denominada de *land grabbing* (ou o que alguns preferem chamar de *land control*), refere-se ao processo de apropriação de terras e seus recursos naturais (hídricos, minerais e florestais) em larga escala por agentes fortemente capitalizados, como grandes corporações transnacionais (ligadas ao agronegócio ou não), investidores financeiros e Estados, via aquisição direta, arrendamentos, parcerias e direitos de superfície (Frederico & Gras, 2017). Esse fenômeno está relacionado com a conversão da terra em um ativo financeiro (Visser, 2016), que é utilizado como garantia em transações de obtenção de crédito no sistema financeiro e formas de especulação fundiária mediante a valorização patrimonial induzida por obras de infraestrutura (transporte, energia

e telecomunicação) e tratamento do solo para o cultivo, principalmente, de lavouras comerciais como soja, milho, cana-de-açúcar, café e eucalipto (Frederico & Gras, 2017).

Portanto, essas estratégias de financeirização, sendo algumas adotadas mais recentemente pelas empresas do agronegócio globalizado brasileiro, induzem novas formas de governança corporativa para assegurar a contínua valorização das ações e acumulação do capital. Uma das principais ações de governança é o de diversificar os negócios para atuar tanto em diferentes ramos produtivos e comerciais, dentro ou fora da esfera do agronegócio, quanto em diferentes lugares do mundo, com o objetivo de diminuir os riscos e vulnerabilidades em relação a intercorrências políticas, econômicas, setoriais e climáticas. Uma corporação como a Bunge, por exemplo, atua na produção, comercialização e distribuição de vários tipos de produtos agrícolas (soja e derivados, milho, açúcar, trigo, arroz, etanol, óleos vegetais, entre outros) em diversos países e regiões do mundo, amenizando as implicações financeiras que supostas crises de uma localidade ou setor produtivo possam gerar. Essa *diversificação geográfica* de atuação é fundamental para que as empresas possam explorar as diferentes capacidades de obtenção de lucro através dos específicos arranjos espaciais presentes em cada lugar, região e território (Harvey, 2005, 2011).

Para o alcance de maior competitividade e, logo, em elevada remuneração dos investidores financeiros no menor tempo possível, é mister que as companhias produtivas efetivem um eficiente uso corporativo dos territórios ondem operam a fim de aproveitar, com máxima produtividade e rentabilidade, os recursos e ativos presentes no meio geográfico. De acordo com Milton Santos (1994) e María Laura Silveira (2008), a ideia de *uso corporativo do território* não apenas representa a implantação e uso de infraestruturas produtivas e de circulação necessária ao agentes econômicos hegemônicos, mas também as ações corporativas que permitem o acesso e o uso das materialidades (recursos naturais, macrossistemas técnicos de logística, energia e telecomunicações, mão de obra técnica e qualificada) e imaterialidades (políticas estatais, normas, programas de financiamento, conhecimento científico, informações estratégicas) contidas no território e que dinamizam, política e economicamente, as operações e o acúmulo do capital pelo setor privado hegemônico. Para tanto, é necessário que as grandes empresas pratiquem uma *racionalidade geográfica* das ações para a escolha das localizações que contêm os ativos e recursos territoriais (BENKO e PECQUEUR, 2001) mais vantajosos às suas atividades e que viabilizem as formas mais competitivas de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a análise da atuação das corporações financeirizadas do agronegócio globalizado nos circuitos espaciais produtivos agrícolas e agroindustriais (Castillo & Frederico, 2010b), é possível perceber que as sedes dessas empresas se encontram instaladas normalmente nas ditas cidades globais (Sassen, 2007), isto é, nos *espaços do mandar* (Santos, 1996), de onde emanam os principais fluxos de ordens e capitais para as diversas regiões produtivas (*espaços do fazer*). Essas cidades, como Nova York, Londres, Paris, Tóquio, Pequim, Frankfurt, Milão, Los Angeles, Chicago, São Paulo, entre outras, dispõem das mais modernas infraestruturas e serviços para viabilizar a operacionalização gerencial, científica e financeira dessas grandes firmas em escala global. Com isso, são lugares que retêm a maior parte do valor gerado pelas atividades econômicas internacionalizadas. Já os espaços do fazer, constituídos de regiões e territórios encarregados da produção e circulação competitiva das mercadorias, são por vezes dotados de uma especialização regional e territorial produtiva (Benko, 1996; Silveira, 2010, 2011) que garante as melhores condições de eficiência de custos e produtividade (terra, trabalho, logística) (Castillo & Frederico, 2010a). Mas por conta do desempenho de funções pouco estratégicas, estas áreas retêm a menor parcela do valor gerado pelas atividades, composta pelos baixos salários dos trabalhadores (em sua maior parte semiqualificados), pagamentos de impostos (quando estes não são subsidiados pelo Estado) e alguns investimentos infraestruturais das empresas.

Essa estrutura hierárquica de funcionalidade e apropriação de valor econômico é uma das facetas estratégicas de acumulação financeira das grandes corporações, especialmente daquelas ligadas a setores de bens primários, como o agronegócio. É por meio dessa Divisão Internacional do Trabalho (DIT), fundada num *desenvolvimento geográfico desigual* (Smith, 1989; Soja, 1989; Harvey, 2005) cada vez mais crescente, que as grandes corporações possuem maior poder de controlar as situações econômicas e políticas que atendam a seus interesses imediatos de amplificação de lucros, sobretudo nas nações periféricas. São estes espaços que expressam, por sua vez, uma alta vulnerabilidade territorial ligada à suscetibilidade a diversas implicações decorrentes dos danos provocados pela agropecuária hegemônica, como já atestaram autores como Brandão (2007, 2010), Castillo & Frederico (2010a), Delgado (2012), Elias (2013), Stédile (2013), Oliveira (2016) e Bernardes *et al.* (2017), a saber: i) o alto endividamento e a inviabilização econômica, especialmente dos pequenos e médios produtores rurais, à lógica volátil e instável do mercado das *commodities*;

ii) o aumento dos riscos operacionais das atividades agropecuárias e crises setoriais em função das operações especulativas do mercado agroalimentar; iii) a elevação dos preços dos alimentos e das fontes de agroenergia (etanol, biodiesel, biogás), a geração de crises de desabastecimento e consumo e seus afeitos sobre a população economicamente mais vulnerável; iv) a precarização das formas de trabalho e da progressão salarial dos trabalhadores rurais contratados pelas grandes empresas financeirizadas; iv) o aumento da concentração de terras, de renda, da exploração de recursos naturais e degradação ambiental nas regiões produtivas do agronegócio (RPAs) (Elias, 2017b); dentre outras.

REFERÊNCIAS

AGLIETTA, Michel. Shareholder value corporate governance: some tricky questions. *Economy and Society*, v. 29, n. 1, p. 146-159, 2000. https://doi.org/10.1080/030851400360596

AGLIETTA, Michel; BRETON, Régis. Financial systems, corporate control and capital accumulation. *Economy and Society*, v. 30, n. 4, p. 433-466, 2001. https://doi.org/10.1080/03085140120089054

ARACRI, Luís Angelo. *Reestruturação produtiva, território e difusão de inovações no campo:* a agricultura de precisão em Mato Grosso. Rio de Janeiro: Arquimedes, 2012.

ARRIGHI, Giovanni. *Adam Smith em Pequim:* origens e fundamentos do século XXI. São Paulo: Boitempo, 2008.

ARRIGHI, Giovanni (1994). *O longo século XX:* dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto. São Paulo: Editora UNESP, 1996.

ARROYO, Mônica. A vulnerabilidade dos territórios latino-americanos: o papel das finanças. In: LEMOS, I. G.; SILVEIRA, M. L.; ARROYO, M. (Orgs.). *Questões territoriais na América Latina.* Buenos Aires: Editora Clacso, 2006.

BALESTRO, Moisés Villamil; LOURENÇO, Luiz Carlos de Brito. Notas para uma análise da financeirização do agronegócio: além da volatilidade dos preços das commodities. In: BUAINAIN, Antônio M. et al. *O mundo rural no Brasil do século 21:* a formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília/DF: Embrapa, 2014, p. 241-265.

BECKER, Joachim et al. Peripheral Financialization and Vulnerability to Crisis: A Regulationist Perspective. *Competition and Change*, v. 14, n. 3-4, p. 225-247, 2010. https://doi.org/10.1179%2F102452910X12837703615337

BELLUZZO, Luiz Gonzaga. *O capital e suas metamorfoses.* São Paulo: Editora Unesp, 2013.

BENKO, George (1996). *Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI*. São Paulo: Hucitec, 2002.

BERNARDES, Júlia Adão *et al.* (Orgs). *Globalização do agronegócio e land grabbing:* a atuação das megaempresas argentinas no Brasil. Rio de Janeiro: Lamparina, 2017.

BORRAS, Saturnino *et al.* Land grabbing and global capitalist accumulation: key features in Latin America. *Canadian Journal of Development Studies*, v. 33, p. 4, p. 402-416, 2012. https://doi.org/10.1080/02255189.2012.745394

BRAGA, José Carlos. Financeirização Global. In: TAVARES, M. C.; FIORI, J. L. (Orgs.). *Poder e Dinheiro.* Rio de Janeiro: Vozes, 1997, p. 212-242.

BRUNHOFF, S. et al. *A Finança Capitalista*. Trad. Rosa Maria Marques e Paulo Nakatani. São Paulo: Alameda, 2010.

BURCH, David; LAWRENCE, Geoffrey. Towards a third food regime: behind the transformation. *Agriculture and Human Values,* v. 26, p. 267-279, 2009.

CARLOS, Ana Fani Alessandri; VOLOCHKO, Danilo; ALVAREZ, Isabel Pinto (Orgs). *A Cidade Como Negócio*. São Paulo: Contexto, 2015.

CASTILLO, Ricardo. Agricultura globalizada e logística nos cerrados brasileiros. In: SILVEIRA, M. R. (org.). *Circulação, transportes e logística:* diferentes perspectivas. São Paulo: Outras Expressões, 2011, p. 331-354.

CASTILLO, Ricardo; ELIAS, Denise; PEIXINHO, Dimas; BUHLER, Eve; PEQUENO, Renato. Regiões do agronegócio, novas relações campo-cidade e reestruturação urbana. *Revista da Anpege*, v. 12, n. 18, p. 265-288, 2016. https://doi.org/10.5418/RA2016.1218.0014

CASTILLO, Ricardo; FREDERICO, Samuel. Dinâmica regional e globalização: espaços competitivos agrícolas no território brasileiro. *Mercator*, v. 9, n. 18, p. 17-26, 2010a.

CASTILLO, Ricardo; FREDERICO, Samuel. Espaço geográfico, produção e movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. *Sociedade & Natureza*, v. 22, n. 3, p. 461-474, 2010b. https://doi.org/10.1590/S1982-45132010000300004

CAVALCANTE, Anderson; CROCCO, Marco Aurélio; SANTOS, Fabiana Borges dos. Financialization and Space: theoretical and empirical contributions. *Revista Brasileira Estudos Urbanos e Regionais*, v. 20, n. 2, p. 193-220, 2018. https://doi.org/10.22296/2317-1529.2018v20n2p193

CHAN, Sharni. 'I am King': Financialisation and the paradox of precarious work. *The Economic and Labour Relations Review*, v. 24, n. 3, p. 362-379, 2013. https://doi.org/10.1177%2F1035304613495622

CHENG, Ing-Haw; XIONG, Wei. *The financialization of Commodity Markets*. Working Paper. Massachusetts: National Bureau of Economic Research, 2013.

CHESNAIS, François. As raízes da crise econômica mundial. *Revista em Pauta*, v. 11, n. 31, p. 21-37, 2013. https://doi.org/10.12957/rep.2013.7556

CHESNAIS, François. (Org.) *A finança mundializada*. São Paulo: Boitempo, 2005.

CHESNAIS, François (Org.). *A mundialização financeira*. São Paulo: Xamã, 1998

CLAPP, Jennifer. Financialization, distance and global food politics. *The Journal of Peasant Studies*, v. 41, n. 5, p. 797-814, 2014. https://doi.org/10.1080/03066150.2013.875536

CLAPP, Jennider; ISAKSON, Ryan. *Speculative Harvests:* financialization, food, and agriculture. Halifax: Fernwood Publishing, 2018.

CLAPP, Jennider; ISAKSON, Ryan; VISSER, Omae. The complex dynamics of agriculture as a financial asset: introduction to symposium. *Agriculture and Human Values*, v. 34, p. 179-183, 2017.

CONTEL, Fabio Betioli. *The Financialization of the Brazilian Territory:* From Global Forces to Local Dynamism. Cham, Switzerland: Springer, 2020. https://doi.org/10.1007/978-3-030-40293-8

COOMBS, Nathan; VAN DER HEIDE, Arjen. Financialization as Mathematization: the calculative and regulatory consequences of risk management. In: MADER, P.; MERTENS, D.; ZWAN, N. *The Routledge International Handbook of Financialization*. London: Routledge, 2020, p. 358-368.

CROTTY, James. Structural causes of the global financial crisis: a critical assessment of the 'new financial architecture'. *Cambridge Journal of Economics*, v. 33, p. 563-580, 2009. https://doi.org/10.1093/cje/bep023

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo:* ensaio sobre a sociedade neoliberal. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, Gerald. After the Corporation. *Politics & Society*, v. 41, n. 2, p. 283-308, 2013. https://doi.org/10.1177%2F0032329213483110

DAVIS, Gerald; KIM, Suntae. Financialization of the Economy. *The Annual Review of Sociology*, v. 41, p. 203-221, 2015. https://doi.org/10.1146/annurev-soc-073014-112402

DELGADO, Guilherme Costa. *Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio:* mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

DOWBOR, Ladislau. *A era do capital improdutivo:* por que oito famílias têm mais riqueza do que a metade da população do mundo? São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

DUMÉNIL, Gérard; LEVY, Dominique. *A crise do neoliberalismo*. São Paulo: Boitempo, 2014.

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. 'Costs and Benefits of Neoliberalism: A Class Analysis'. In: Epstein, G. (ed.) *Financialization and the World Economy*. Northampton: Edward Elgar, p. 17–46, 2005.

ELIAS, Denise. Agronegócio globalizado e (re)estruturação urbano-regional. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR (ENANPUR). *Anais*. São Paulo: USP, 2017a.

ELIAS, Denise. Construindo a noção de Região Produtiva do Agronegócio. In: OLIVEIRA, H. C. M. de; CALIXTO, M. J. M. S.; SOARES, B. R. (Orgs.). *Cidades médias e região*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017b, p. 19-55.

ELIAS, Denise. Globalização, Agricultura e Urbanização no Brasil. *Revista ACTA Geográfica* (edição esp. Geografia Agrária). Boa Vista, p. 13-32, 2013.

ELIAS, Denise. *Globalização e Agricultura:* a região de Ribeirão Preto. São Paulo: EDUSP, 2003.

EPSTEIN, Gerald. Introduction: financialization and the world economy. In: EPSTEIN, Gerald. *Financialization and the world economy*. Northampton: Edward Elgar, 2005.

FAIRBAIRN, Madeleide. Foreignization, Financialization and Land Grab Regulation. *Journal of Agrarian Change*, v. 15, n. 4, p. 581-591, 2015. https://doi.org/10.1111/joac.12112

FIX, Mariana; PAULANI, Leda Maria. Considerações teóricas sobre a terra como puro ativo financeiro e o processo de financeirização. *Revista de Economia Política*, v. 39, n. 4, p. 638-657, 2019. https://doi.org/10.1590/0101-31572019-2954

FOSTER, John Bellany. 'The Financialization of Capitalism'. *Monthly Review*, v. 58, p. 1–12, 2007.

FREDERICO, Samuel. Agricultura científica globalizada e fronteira agrícola moderna no Brasil. *Revista Confins***,** v. 17, p. 1-17, 2013. https://doi.org/10.4000/confins.8153

FREDERICO, Samuel; GRAS, Carla. Globalização financeira e *land grabbing*: constituição e translatinização das megaempresas argentinas. In: BERNARDES, Júlia Adão et al. (Orgs). *Globalização do agronegócio e land grabbing:* a atuação das megaempresas argentinas no Brasil. Rio de Janeiro: Lamparina, 2017, p. 12-32.

FRENCH, Shaun; LEYSHON, Andrew; WAINWRIGHT, Thomas. Financializing space, spacing financialization. *Progress in Human Geography*, p. 798-819, 2011. https://doi.org/10.1177%2F0309132510396749

GODECHOT, Olivier. Financialization and the increase in inequality. In: MADER, P.; MERTENS, D.; ZWAN, N. *The Routledge International Handbook of Financialization*. London: Routledge, 2020, p. 413-424.

GUNNOE, Andrew. The Political Economy of Institutional Landownership: Neorentier Society and the Financialization of Land. *Rural Sociology*, v. 79, n. 4, p. 478-504, 2014. https://doi.org/10.1111/ruso.12045

GUTTMANN, Robert. Uma introdução ao capitalismo dirigido pelas finanças. Trad. De Hélio Mellho Filho. *Novos Estudos*, v. 82, p. 11-23, 2008. https://doi.org/10.1590/S0101-33002008000300001

HARVEY, David. *O enigma do capital:* e as crises do capitalismo. Trad. João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.

HARVEY, David. (2005). *O Neoliberalismo:* história e implicações. Trad. Adail Ubirajara Sobral, Maria Stela Gonçalves. 2 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

HARVEY, David. (1989). *Condição Pós-Moderna*. 20 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

IORIS, Antôno Augusto Rossotto. *Agribusiness and the Neoliberal Food System in Brazil:* frontiers and fissures of Agro-neoliberalism. New York: Routledge, 2018.

ISAKSON, Ryan. Food and finance: the financial transformation of agro-food supply chains. *The Journal of Peasant Studies*, v. 41, n. 5, p. 749-775, 2014. https://doi.org/10.1080/03066150.2013.874340

KNUTH, Sarah Elisabeth. Global finance and the land grab: mapping twenty-first century strategies. *Canadian Journal of Development Studies*, v. 36, n. 2, p. 163-178, 2015. https://doi.org/10.1080/02255189.2015.1046373

KRIPPNER, Greta R. The financialization of the American economy. *Socio-Economic Review*, v. 3, p. 173-208, 2005. https://doi.org/10.1093/SER/mwi008

JENSEN, Michael. Value maximization, stakeholder theory, and the corporate objective function. *Business Ethics Quaterly*, v. 12, n. 2. P. 235-256, 2002. https://dx.doi.org/10.2139/ssrn.220671

LAI, Karen. Financialization of Everyday Life. CLARK, G. et al. (Eds) *The New Oxford Handbook of Economic Geography*. Oxford University Press, 2018. https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780198755609.013.29

LAPAVITSAS, Costas. The financialization of capitalism: 'profiting without producing'. *City*, v. 17, n. 6, p. 792-805, 2013. https://doi.org/10.1080/13604813.2013.853865

LAPAVITSAS, Costas. Financialised Capitalism: Crisis and Financial Expropriation. *Historical Materialism*, v. 17, p. 114-148, 2009. https://doi.org/10.1163/156920609X436153

LAZONICK, William; O'SULLIVAN, Mary. Maximizin shareholder value: a new ideology for corporate governance. *Economy and Society*, vol. 29, n.1, 2000, p. 13-35. https://doi.org/10.1080/030851400360541

LENCIONI, Sandra. Acumulação primitiva: um processo atuante na sociedade contemporânea. *Confins*, v. 14, p. 1-15, 2012. https://doi.org/10.4000/confins.7424

LIN, Ken-Hou; TOMASKOVIC-DEVEY, Donald. Financialization and U.S. Income Inequality, 1970–2008. *American Journal of Sociology*, v. 118, p. 1.284–1.329, 2013.

KOTZ, David. Financialization and Neoliberalism. In: TEEPLE, G.; MCBRIDE, S. (eds) *Relations of Global Power:* Neoliberal Order and Disorder. Toronto: University of Toronto Press, p. 1–18, 2010.

MARTIN, Sarah; CLAPP, Jennifer. Finance for Agriculture or Agriculture for Finance? *Journal of Agrarian Change*, v. 15, n. 4, p. 549-559, 2015. https://doi.org/10.1111/joac.12110

MARTIN, Randy. *Financialization of Daily Life*. Philadelphia: Temple University Press, 2002.

MARX, Karl. *O capital:* crítica da economia política. Volume 3, Tomo 2. O processo global da produção capitalista. São Paulo: Abril Cultural, 1986.

MCGILL, Sarah. The Financialization Thesis Revisited: Commodities as an Asset Class. In: CLARK, G. L. et al. *The New Oxford Handbook of Economic Geography*. Oxford, 2018.

MENDONÇA, Maria Luisa. *Modo Capitalista de Produção e Agricultura: a construção do conceito de Agronegócio*. Tese (Doutorado em Geografia). 217f. Universidade de São Paulo. São Paulo: FFLECH/USP, 2013.

MORENO, Louis. The urban process under financialised capitalismo. *City*, v. 18, n. 3, p. 244-268, 2014. https://doi.org/10.1080/13604813.2014.927099

NASCIMENTO, Rodrigo Cavalcanti do; FREDERICO, Samuel; SAWELJEW, Yuri Martenauer. Financial capital and land control: New rentiers on the Brazilian agricultural frontier. *Revista NERA*, v. 22, n. 50, p. 261-286, 2019. https://doi.org/10.47946/rnera.v0i50.6579

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *A Mundialização da Agricultura Brasileira*. São Paulo: Iãnde Editorial, 2016.

PARANÁ, Edimilson. *A finança digitalizada*: capitalismo financeiro e revolução informacional. Florianópolis: Insular, 2016.

PAULA, Nilson Maciel de; SANTOS, Valéria Faria; PEREIRA, Wellington Silva. A financeirização das *commodities* agrícolas e o sistema agroalimentar. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 23, n. 2, p. 294-314, 2015.

PITTA, Fábio Teixeira et al. *Empresas Transnacionais e Produção de Agrocombustíveis no Brasil.* São Paulo: Outras Expressões, 2014.

PITTA, Fábio Teixeira; BOECHAT, Cássio Arruda; MENDONÇA, Maria Luisa. A produção do espaço na região do MATOPIBA: violência, transnacionais imobiliárias agrícolas e capital fictício. *Estudos Internacionais*, v. 5, n. 2, p. 155-179, 2017. https://doi.org/10.5752/P.2317-773X.2017v5n2p155

RIBEIRO, Tarcyla Fidalgo. *Dominância Financeira, Regulação Legal e Espaço Urbano*: o caso da regularização fundiária no Brasil. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2021.

SANFELICE, Daniel. Financeirização e a produção do espaço urbano no Brasil: uma contribuição ao debate. **Revista EURE**, v. 39, n. 118, p. 27-46, 2013. http://dx.doi.org/10.4067/S0250-71612013000300002

SANTOS, Milton (2000). *Por uma outra globalização:* do pensamento único à consciência universal. 19 ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

SANTOS, Milton (1996). *A natureza do Espaço.* Técnica e tempo. Razão e emoção. 4 ed. São Paulo: Edusp, 2012.

SANTOS, Milton (1994). *Técnica, espaço, tempo:* globalização e meio técnico-científico informacional. 5 ed. São Paulo: HUCITEC, 2008.

SASSEN, Saskia. *A Sociology of Globalization*. New York: WW Norton & Company, 2007.

SAWYER, Malcolm. What Is Financialization? *International Journal of Political Economy*, v. 42, n. 4, p. 5-18, 2013. https://doi.org/10.2753/IJP0891-1916420401

SEFARTI, Claude. Financial dimensions of transnational corporations, global value chain and technological innovation. *Journal of Innovation Economics*, n. 2, p. 35-81, 2008.

SEN, Sunanda. Financialization, Speculation and Instability. In: MADER, P.; MERTENS, D.; ZWAN, N. *The Routledge International Handbook of Financialization*. London: Routledge, 2020, p. 448-457.

SILVEIRA, Maria Laura. Território Usado: dinâmicas de especialização, dinâmicas de diversidade. *Ciência Geográfica*. Bauru, v. XV, n. 1, 4-12, jan./dez. 2011.

SILVEIRA, Maria Laura. Região e Globalização: pensando um esquema de análise. *Redes***.** Santa Cruz do Sul, v. 15, n. 1, p. 74-88, jan./abr. 2010. https://doi.org/10.17058/redes.v15i1.1360

SMITH, Neil. *Desenvolvimento Desigual*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1988.

SOJA, Edward William (1989) *Geografias Pós-Modernas:* a reafirmação do espaço na teoria social crítica. São Paulo: Editora Zahar, 2005.

STEDILE, João Pedro (Org.). *A Questão Agrária no Brasil:* o debate na década de 2000. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

VERDI, Adriana Renata; AOUN, Samira. O agronegócio brasileiro na globalização financeira: estratégias e dinâmicas dos principais grupos. *Revista de Economia Agrícola*, v. 56, n. 1, p. 1-122, 2009.

VISSER, Oane. Running out of farmland? Investment discourses, unstable land values and the sluggishness of asset making. *Agriculture and Human Values*, v. 34, n.1, p. 185–198, 2016. https://doi.org/10.1007/s10460-015-9679-7

ZOOK, Mathew. Information Flows, Global Finance, and New Digital Spaces. In: CLARK, Gordon et al. (Eds). *The New Oxford Handbook of Economic Geography*. Oxford University Press, 2018. https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780198755609.013.35

ZWAN, Natasha van der. Making sense of financialization. *Socio-Economic Review*, v. 12, p. 99-129, 2014. https://doi.org/10.1093/ser/mwt020

WARF, Barney. Digitalização, globalização e capital financeiro hipermóvel. *GEOUSP – Espaço e Tempo*, v. 21, n. 2, p. 397-406, 2017. http://orcid.org/0000-0002-4681-5286

WARF, Barney. Telecommunications and the globalization of financial services. *Professional Geographer*, v. 41, n. 3, p. 257-271, 1989. https://doi.org/10.1111/j.0033-0124.1989.00257.x

WOLF, Steven A.; BONANNO, Alessandro. *The Neoliberal Regime in the Agri-Food Sector:* crisis, resilience, and restructuring. New York: Routledge, 2014.

UMA REGIÃO NO OÁSIS DO CAPITALISMO DEPENDENTE: A PRODUÇÃO DO "VALE DA CELULOSE" EM MATO GROSSO DO SUL[1]

Joser Cleyton Neves[2]

Thiago Araujo Santos[3]

RESUMO

Há pelo menos uma década a realidade dos munícipios da porção Leste de Mato Grosso do Sul fora alterada pelo processo de territorialização do capital agroindustrial da celulose (Suzano e Eldorado Brasil). Com mais uma fábrica em construção (Suzano) e outra em licenciamento (Arauco Brasil), o Estado de Mato Grosso do Sul se tornará o maior exportador de celulose do país, com quatro plantas industriais do ramo. O que se tem destacado por parte do poder público, do capital agroindustrial e da mídia é o discurso, que tem nomeado essa porção do Estado como "Vale da Celulose". Nosso intuito, portanto, coloca-se em contraposição, isto é, fazer a crítica geográfica das ideologias, que nesse caso é carregada de intencionalidades e interesses por parte de frações da burguesia nativa (capitalistas e proprietários de terra) na instituição dessa regionalização. É, pois, a partir das contradições do modo de produção, na escala regional, que materializamos nosso esforço, para demonstrar como o ideário do "desenvolvimento" e do "crescimento econômico" está atrelado ao projeto da classe dominante em associação com o capital estrangeiro, isto é, a manutenção do capitalismo dependente e da superexploração da força de trabalho.

Palavras-chave: Vale da celulose; Dependência; Três Lagoas;

RESUMEN

Hace al menos una década, la realidad de los municipios de la porción oriental de Mato Grosso do Sul fue modificada por el proceso de territorialización de las capitales agroindustriales de la celulosa (Suzano y Eldorado Brasil). Con otra fábrica en construcción (Suzano) y otra en licencia (Arauco Brasil), el estado de Mato Grosso do Sul se convertirá en el mayor exportador de celulosa del país, con cuatro plantas industriales en el sector. Lo que ha destacado por parte de las autoridades públicas, el capital agroindustrial y los medios de comunicación es el discurso que ha denominado a esta porción del Estado como "Valle de la Celulosa". Nuestra intención, por tanto, se sitúa en la oposición, es decir, en realizar una crítica geográfica de las ideologías, que en este caso está cargada de intenciones e intereses por parte de fracciones de la burguesía nativa (capitalistas y terratenientes) en la institución de esta regionalización. Es, por tanto, basado en las contradicciones del modo de producción, a escala regional, que materializamos nuestro esfuerzo, para demostrar cómo las ideas de "desarrollo" y "crecimiento económico" están vinculadas al proyecto de la clase dominante en asociación con el capital

[1] O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes) – Código de Financiamento 001. Agradecimento também à Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul (FUNDECT), pelo financiamento da pesquisa e ao apoio da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS/MEC – Brasil na realização deste trabalho.

[2] Doutorando do Curso de Geografia no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus Três Lagoas (UFMS/CPTL). joser.neves@ufms.br

[3] Professor adjunto do Curso de Graduação e Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus Três Lagoas (UFMS/CPTL). thiago.a@ufms.br

extranjero, es decir, el mantenimiento del capitalismo dependiente y la superexplotación de la fuerza de trabajo.
Palabras clave: Valle de la Celulosa; Dependencia; Tres Lagoas;

INTRODUÇÃO

É o nosso objetivo, com este trabalho, discutir o processo, em curso, de produção de uma nova região associada ao agronegócio do eucalipto-celulose, na porção leste do Mato Grosso do Sul, Brasil: o "Vale da Celulose". Esta região carrega, em sua denominação, a marca de uma *commodity* produzida em duas fábricas em Três Lagoas, sendo uma da Suzano e uma da Eldorado Brasil. Em curso está a construção duas novas fábricas, uma em Ribas do Rio Pardo (MS), também da Suzano, e outra em inocência (MS), da chilena Arauco, esta última em processo de planejamento e licenciamento. Quando em completa atividade, este projeto do capital agroindustrial da celulose converterá o Mato Grosso do Sul no maior produtor de celulose do mundo (Secundo, 2023).

Conforme a Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (FAMASUL), o agronegócio foi responsável por mais de 95% do total exportado pelo estado, no qual o setor de "Produtos Florestais" representa pouco mais de 19% deste montante. Destes 19,69% de "Produtos Florestais", a exportação de celulose representou mais de 98%, sendo os principais destinos a China, Estados Unidos, Países Baixos e Itália. Também de acordo com a FAMASUL, no estado de Mato Grosso do Sul, há mais de 1,1 milhão de hectares de eucalipto plantados em um total de 71 municípios. Destaca-se, neste estado, os municípios localizados na região leste, do qual Três Lagoas, Ribas do Rio Pardo, Brasilândia, Selvíria e Água Clara são os principais expoentes do plantio e cultivo de eucalipto (Famasul, 2023; Ibge, 2023).

Os dados do Instituto Brasileiro de Árvores (IBÁ) apontam que durante o ano de 2022, o Brasil foi responsável por exportar aproximadamente 15,7 milhões de toneladas de celulose. Neste sentido, o Mato Grosso do Sul coloca-se como responsável por pelo menos 27% do total de celulose exportado nesse período, com mais de 4 milhões de toneladas (Ibá, 2023; Famasul, 2023). O resultado financeiro das duas empresas reforça a centralidade que o capital agroindustrial da celulose assume nesta fração do território, na qual a Eldorado Brasil e Suzano apresentaram um lucro líquido de 3,53 e 22,56 bilhões de reais respectivamente (Fontes, 2023a; Fontes, 2023b). Ressalta-se que a última empresa possui, além das duas linhas de produção no município de Três Lagoas/MS, outras dez fábricas espalhadas pelo Brasil, com uma capacidade de produção total de 10,9 milhões de toneladas de celulose/ano.

Diante disso, cumpre assinalar que o processo de financeirização que alcançou a economia brasileira, sobretudo a partir da década de 1990, decorrente da abertura concorrencial

aos mercados internacionais, reforça aspectos referentes a retomada de um padrão de reprodução do capital similar ao agrário-exportador, no qual a especialização produtiva (no caso específico, a produção de celulose) é o ponto nodal e expressa também a divisão territorial do trabalho entre países centrais e dependentes no século XXI (Osorio, 2012).

Para exemplificar os rebatimentos da financeirização, destaca-se a emissão de debentures, isto é, títulos de dívida, bem como a emissão/venda de ações via mercado financeiro como alguns dos elementos que circunscrevem a reprodução desses capitais nessa região, conjuntamente ao pagamento de juros, dividendos e renda. À título de exemplo, a Suzano Papel e Celulose, em 27 de dezembro de 2022, pagou aos proprietários das suas ações 2,35 bilhões de reais em dividendos, com um valor de 1,79 reais por ação, com destaque para grandes fundos e corporações internacionais que foram remunerados(as) nessa operação.

A produção dessa região e dessa "regionalização" não está dissociada das dinâmicas mais amplas do movimento de reprodução do capital, tanto na escala nacional quanto internacional. O "Vale da Celulose" não é uma determinação natural, senão um processo que evidencia interesses sociais e econômicos explícitos, isto é, a legitimação da produção de celulose pelo capital agroindustrial visando a exportação de *commodities* no mercado internacional.

METODOLOGIA

.Os procedimentos metodológicos empregados na elaboração deste trabalho foram: leitura e sistematização de referencial bibliográfico, conjuntamente com a catalogação de dados secundários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estátisca (IBGE), por meio da Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (PEVS). Além destes, cita-se a produção cartográfica e análise documental como outros procedimentos que foram utilizados.

REFERENCIAL TEÓRICO

A base teórica que assenta este artigo refere-se a perspectiva teórica da Teoria Marxista da Dependência, com destaque para: Marini (2011), Osorio (2012), Carcanholo (2009), Luce (2018), Amaral (2006), entre outros. A profusão do debate e as possíveis causas para suplantar o subdesenvolvimento e a dependência foram objeto de intensas pesquisas a partir da década de 1960 e é neste movimento que a Teoria Marxista da Dependência (TMD) emerge como uma alternativa teórico-política (Katz, 2021). De mesma importância, Lencioni (2003;2005), Moraes (2005; 2011), Carlos (2011) são outros referenciais utilizados na construção deste trabalho.

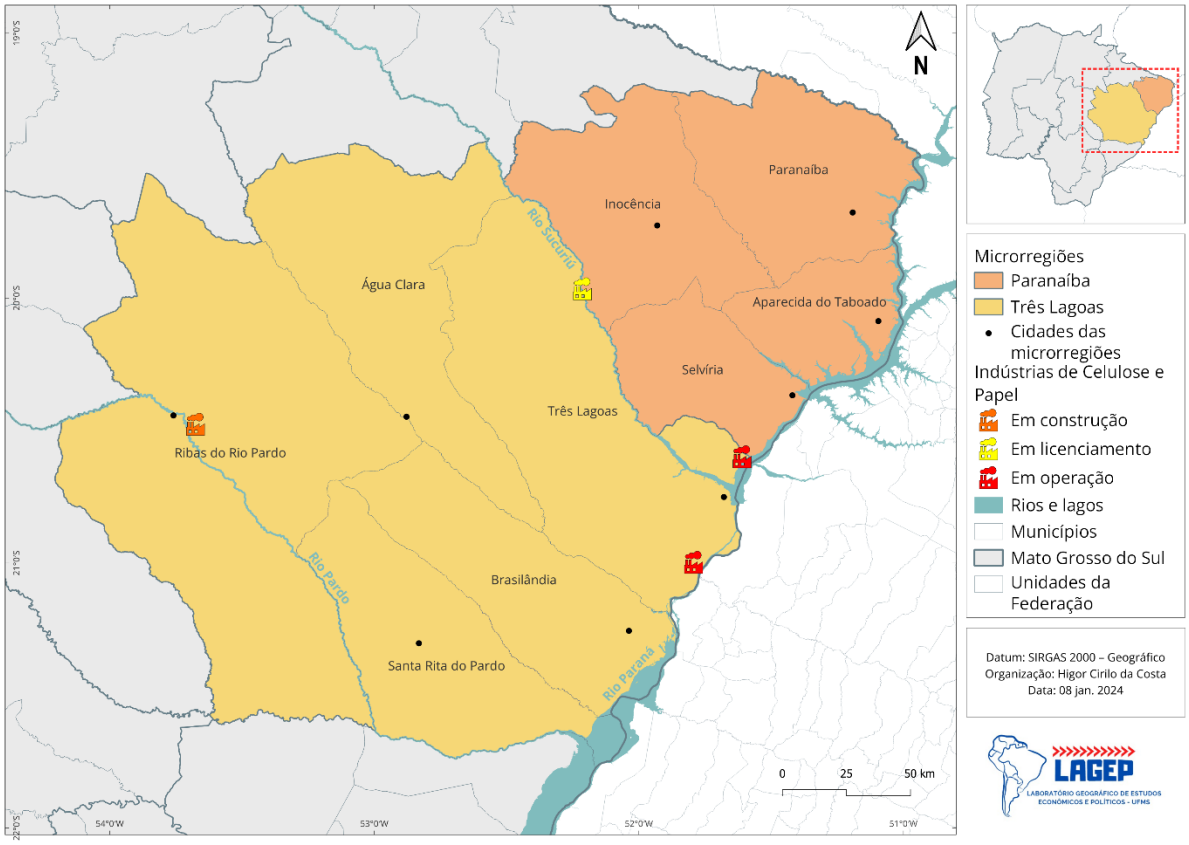
.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A produção do espaço é um ato teleológico. Sua efetivação pressupõe uma finalidade, um sentido orientado por uma consciência humana mediada por determinações sociais e históricas (Moraes, 2005). Para Carlos (2011), esse processo de produção é indissociável do modo como o trabalho se divide a partir das hierarquias dos grupos sociais, das relações de propriedade que comandam a divisão de seus frutos, além da técnica e do conhecimento correspondente a cada momento histórico. Em síntese, as formas espaciais socialmente produzidas respondem às condições existentes na estrutura econômica dominante, implicando em possibilidades desiguais de existência e reprodução em seus limites.

Em sendo um ato teleológico, a produção do espaço demanda o reconhecimento da esfera da consciência e da subjetividade como parte constitutiva de sua realização (Santos, 2016; Moraes, 2005). Essa produção, consolidando um movimento contínuo de transformação objetiva da natureza por meio do trabalho, é carregada de subjetividade, sendo mediada pela elaboração de um "pensamento sobre o espaço", frequentemente carregado de uma intencionalidade correspondente aos grupos sociais que o elaboram.

A região, cuja etimologia remete ao latim *regere* (dominar, reger), é uma importante expressão da relação entre espaço e política. De modo particularmente relevante, as regiões representam projetos carregados de sentido, evidenciando objetivos particulares de uso e valorização futura do espaço. Os grupos e classes sociais dominantes recorrem, pois, aos dispositivos e veículos ideológicos disponíveis para efetivarem um "horizonte espacial, coletivo" (Moraes, 2005, p. 32-33) que resulta em uma organização espacial "que, atravessando o campo das representações, incide direta ou indiretamente sobre a conflituosa dinâmica das relações sociais" (Santos, 2016, p. 39). Nesse sentido, a constituição do "Vale da Celulose" reforça como a produção do espaço, dirigido pela burguesia nativa (latifundiários e o capital agroindustrial), enquanto frações da mesma classe social, "cujas circunstâncias e reivindicações dá à região seu caráter" (Markussen, 1981, p. 85) qualitativo frente à outras, isto é, a dinâmica de produção de celulose e sua comercialização no mercado mundial.



Mapa 1 – Microrregiões de Três Lagoas (MS) e Paranaíba (MS): Localização das indústrias de Celulose e Papel

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatítisca (IBGE). Bases cartográficas contínuas - 2021. Elaboração dos autores (2023).

O que têm se denominado de "Vale da Celulose", tanto pela mídia como por representantes do governo estadual de Mato Grosso do Sul, como é o caso do secretário de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação (SEMADESC), Jaime Verruck, é um conjunto de munícipios localizados na porção leste de Mato Grosso do Sul (Mello, 2023, s/p). Destaca-se, no mapa 1, a proximidade da localização das plantas fabris com os rios Paraná, Sucuriú e Pardo, uma vez que a água é recurso primordial no branqueamento da celulose e demonstra como não há "causalidade" na territorialização desses empreendimentos, principalmente no que se refere a disposição de água e a terra para garantir a produção e reprodução do capital.

De acordo com o relatório do PEVS, coordenado pelo o IBGE, em 2022, o estado de Mato Grosso do Sul possuía 1.181.536 hectares de eucalipto plantado, evidenciando o monocultivo de árvores homogêneas (Kudlavicz, 2011). Contudo, quando se detalha a área de eucalipto plantando pelos munícipios, o que se nota é uma concentração em duas microrregiões,

sendo a de Três Lagoas (MS) e Paranaíba (MS), ambas localizadas na porção Leste de Mato Grosso do Sul.

Tabela 1 – Microrregião de Três Lagoas (MS) – Área existente de eucaliptos plantados (2022)

Munícipios	Área total (ha)
Água Clara	128.664
Brasilândia	134.125
Ribas do Rio Pardo	251.273
Santa Rita do pardo	49.987
Três Lagoas	264.241
Total	**828.290**

Fonte: Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (PEVS). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2022. Elaboração dos autores (2023).

Nota-se que mais de 70% da área de eucalipto plantado em Mato Grosso do Sul está localizado na microrregião de Três Lagoas (MS), município no qual estão territorializadas as empresas Suzano e Eldorado Brasil. A base florestal para a produção de mais de 4 milhões de toneladas de celulose para exportação por essas empresas está em grande parte concentrada nessa microrregião. Contudo, outros projetos estão em curso, com anuência e "cooperação" do poder público, como a construção de mais uma planta industrial da Suzano em Ribas do Rio Pardo (MS), enquanto o projeto da Arauco Celulose, em Inocência (MS), encontra-se na etapa de licenciamento e regularização. O município de Inocência (MS) está localizado na microrregião de Paranaíba (MS) e ainda que a fábrica da Arauco não esteja em construção, sabe-se que parte da "base florestal" já está sendo adquirida ou arrendada[4].

Tabela 2 – Microrregião de Paranaíba (MS) – Área existente de eucaliptos plantados (2022)

Munícipios	Área total (ha)
Aparecida do Taboado	24.724
Inocência	56.275
Paranaíba	11.136
Selvíria	91.884
Total	**184.019**

Fonte: Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (PEVS). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2022. Elaboração dos autores (2023).

[4] "Eucalipto já ocupa 1,3 milhão de hectares e deve tomar áreas da pecuária". CAMPO GRANDE NEWS. Disponível em: https://www.campograndenews.com.br/economia/eucalipto-ja-ocupa-1-3-milhao-de-hectares-e-deve-tomar-areas-da-pecuaria. Acesso em: 10 dez. 2023.

A soma da área existente de eucaliptos plantados nas duas microrregiões evidenciadas alcança 1.012.309 hectares, uma área maior do que os limites do munícipio de Três Lagoas para exemplificar. São esses munícipios que compõem o "Vale da Celulose" e não por coincidência essa porção do Estado de Mato Grosso do Sul começou a ser denominada de "Costa Leste"[5], ressignificando o antes bolsão Sul-mato-grossense. Dos pouco mais de 1.180.000 de hectares de eucalipto plantado, menos de 170 mil estão localizados nos demais munícipios do Estado, reforçando a centralidade para o capital dessas duas microrregiões na cadeia produtiva da celulose.

Outro elemento de suma importância e que merece destaque pois caracteriza os munícipios supracitados é a "velada" e elevada concentração fundiária, com a maior parte da área concentrada entre poucos proprietários de terra. De acordo com Neves; Nardoque; Melo (2019), a concentração fundiária nessa região, se considerarmos as propriedades acima de 500 hectares, representam mais de 80% da área total, controlada por pouco mais de 30% dos proprietários.

O caráter rentista dos proprietários de terra desses municípios apresenta estreita relação com o absenteísmo, isto é, quando o proprietário rural reside fora dos limites de sua propriedade (Nardoque, 2016). As taxas de absenteísmo, em alguns munícipios ultrapassam mais de 50%, com destaque para Três Lagoas, Água Clara, Inocência e Selvíria. Isso revela, contraditoriamente, como grande parte dos proprietários de terra não possuí relação com a cidade e a terra em que estão localizadas suas propriedades, de modo a privilegiar a atividade econômica que auferir renda mais elevada (Ibidem, 2016). Com a demanda exorbitante de matéria-prima para a produção de celulose, o que se nota a partir dos Planos de Manejo Florestal das empresas são extensas áreas arrendadas ou próprias, nos diferentes municípios.

O avanço da "fronteira florestal" em Mato Grosso do Sul e de modo particular em Três Lagoas/MS, principalmente a partir de 2009, com a produção de commodities com destino a exportação relaciona-se efetivamente com transformações ocorridas na dinâmica mundial do capitalismo, na qual a esfera financeira exacerba-se sobre a esfera produtiva a ponto de pressionar a última via expansão do capital fictício. De acordo com Marques (2015), a Suzano realiza a compra de áreas com plantio de eucalipto via *Timber Investment Management Organization* (TIMO), isto é, grupos de investimento "que investem capital de terceiros no

[5] "Mais moderno do Estado, Hospital Regional de Três Lagoas será referência para região da Costa Leste". Secretaria de Estado de Saúde/ Mato Grosso do Sul. Disponível em: https://www.saude.ms.gov.br/mais-moderno-do-estado-hospital-regional-de-tres-lagoas-sera-referencia-para-regiao-da-costa-leste/. Acesso em: 12 dez. 2023.

campo, numa territorialização do capital em que a mediação do financeiro desempenha um papel central e dá sentido ao processo" (Ibidem, p. 141), de modo que o avanço da financeirização, na escala regional, coaduna-se, à formação do "Vale da Celulose".

Com participação significativa na balança comercial estadual e nacional, o agronegócio da celulose tem sido ressaltado como um dos "contribuintes' para o papel salvador da economia, principalmente na escala estadual. A continuidade e expansão da produção de celulose via monocultura do eucalipto (árvores homogêneas) estaria, portanto, justificada, ocultando assim o caráter ideológico de apropriação privada do valor que são direcionados para frações da burguesia nativa, bem como ao capital estrangeiro via controle e propriedade do capital, na forma de transferência de valor.

> Sob a roupagem moderna da industrialização, perpetua-se o conteúdo de um capitalismo dependente da renda da terra, estruturado na concentração fundiária e na economia primarizada. Por este caminho, a ideologia geográfica do progresso, enquanto força material, alimenta a reprodução multiescalar da dependência econômica [na escala regional]. (SANTOS; NEVES; MELO, 2020, p. 357).

Nesse sentido, não se trata de uma compreensão fetichista do espaço na qual uma região explora a outra, ao contrário, busca-se evidenciar a relação de dependência que tangencia as empresas territorializadas nessa região. Seja pela via da dependência tecnológica, financeira ou comercial, as formas de transferência de valor que sustentam a dependência são condição *sui generis* do padrão de especialização produtiva agroindustrial, de modo que na ânsia de compensar as perdas, os capitais nacionais recorrem a superexploração da força de trabalho, condição estruturante para manutenção da dependência na América Latina e, particularmente, no Brasil (Marini, 2012; Osorio, 2012; Luce, 2018). Diante desse quadro, quais as condições de trabalho e reprodução estão submetidos os trabalhadores dessas empresas?

> O aumento da produtividade das empresas e da sua capacidade de exportação ao mercado externo desdobra sobre o conjunto da classe trabalhadora a imposição de jornadas mais extensas associadas com a maior intensidade do trabalho, nem sempre com intervalos adequados como fora demonstrado. Os obstáculos à reprodução da força de trabalho, isto é, a recomposição da energia dispendida no processo de trabalho (a partir da pressão sobre o fundo de consumo e consequente sobre o fundo de vida) expressa como os trabalhadores das agroindústrias de celulose de Três Lagoas/MS estão submetidos à violação da duração da jornada de trabalho, bem como aos riscos derivados da intensidade da produção capitalista (Neves, 2023, p. 156).

Nesse sentido, reconhecer a região historicamente significa compreende-la como produto da história (Lencioni, 2003; Moraes, 2011). E como produto, o que se observa é o aumento da concentração fundiária, a degradação da força de trabalho, a exploração dos

recursos naturais, concentração de renda e riqueza, aumento da desigualdade social em função da acumulação de capital de frações da burguesia nativa (capitalistas e proprietários de terra).

Em 2022, uma notícia publicada no portal RCN67, canal de notícias local em Três Lagoas/MS, evidenciou que o município possuí "20.895 famílias, cerca de 50 mil pessoas, em situação de pobreza ou extrema pobreza, de acordo com o Cadastro Único (CadÚnico), do governo federal" (Santos, 2022, s/p). Considerando que as fábricas da Suzano e Eldorado Brasil estão ativas desde 2012 no munícipio, em mais de uma década de funcionamento, o quadro atual tem mais de um terço da população em situação de pobreza ou extrema pobreza. O "desenvolvimento" e a "oportunidade" para muitos habitantes nunca existiu no "Vale da Celulose".

Apesar do exposto, a recém iniciativa, unindo interesses de diferentes instituições (públicas e privadas), de criação de um *website* denominado "valedacelulose.com.br", com o objetivo de "unificar as capacidades técnicas de Três Lagoas, em uma direção que estimule a inovação e a tecnologia"[6] expressa uma falsa equivalência entre "Vale da Celulose" e "Vale do Silício", sendo o último, referenciado pela elevado nível de produção tecnológica na Califórnia (Costa Oeste), enquanto o primeiro está fortemente associado à produção agroindustrial e revela uma desigualdade estrutural entre ambas as experiências, dada pelo caráter da produção realizada no "Vale da Celulose": uma produção associada ao padrão de especialização produtiva agromineiro exportador (Osorio, 2012) Além disso, cita-se também a renomeação da região como Costa Leste, rementendo também a regionalização utilizada nos Estados Unidos.

A crítica geográfica das ideologias, nesse sentido, deveria "reconhecer precisamente a relação objetividade-subjetividade na produção e ordenamento do espaço, considerando as formas espaciais (estruturas físicas, edifícios, monumentos, etc.) e os discursos sobre o espaço" (Santos; Neves; Melo, 2020, p. 349), como é o caso da ideologia geográfica que permeia a concepção de "Vale da Celulose" nessa região, substanciado pela expansão das atividades do agronegócio da celulose.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trata-se, portanto, de discutir os termos da desigualdade estrutural em questão, na qual o "Vale da Celulose" está associado à processos mais amplos, fundamentalmente ligados à esfera da circulação. A internalização desse processo reverbera na constituição dessa "região para o capital" como um mecanismo de reforço à transferência de valor e, como consequência,

[6] Vale da Celulose. Disponível em: https://www.valedacelulose.com.br/about. Acesso em: 10 dez. 2023.

da reprodução da dependência brasileira pela qual às ideologias geográficas cumprem o papel de legitimação social.

O oásis que está colocado em Mato Grosso do Sul para o capital remete justamente a dinâmica regional das duas microrregiões evidenciadas, que são caracterizadas pela concentração fundiária, histórico de estagnação econômica, proximidade dos recursos hidrícos, cerceamento da ação de movimentos sociais pelo aparato jurídico, concentração de renda e riqueza paralelamente com o aumento da desigualdade social, na qual a superexploração da força de trabalho cumpre o papel de contraarestar as perdas derivadas da transferência de valor no capitalismo dependente.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Marisa Silva. **A investida neoliberal na América Latina e as novas determinações da dependência.** Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Economia/IE/UFU, Uberlândia, 2006.

BOLETIM CASA RURAL, Nº 29. **Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (FAMASUL).** Disponível em: https://portal.sistemafamasul.com.br/sites/default/files/boletimcasapdf/Boletim%20Florestas%20Plantadas%20Ed%2029_0.pdf. Acesso em: 20 jun. 2023.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. Dependência e superexploração da força de trabalho no desenvolvimento periférico. In: SANTOS, Theotonio dos; SADER, Emir (Coord.); MARTINS, Carlos Eduardo; VALENCIA, Adrián Sotelo (Org.) **A América Latina e os desafios da globalização**. Rio de Janeiro: Ed. Puc-rio; São Paulo: Boitempo Editorial, 2009, p. 251-266

CARLOS, Ana Fani A.; SOUZA, Marcelo Lopes; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **A produção do espaço urbano:** agentes e processos, escalas e desafios. Editora Contexto. 2011.

CARTA DE CONJUNTURA SETOR EXTERNO Nº 85, **Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação (SEMADESC) de Mato Grosso do Sul**, 2022.

CENSO AGROPECUÁRIO 2017. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE**). Disponível em: https://censoagro2017.ibge.gov.br/2013-agencia-de-noticias/releases/29165-pevs-2019-valor-da-producao-da-silvicultura-e-da-extracao-vegetal-cai-2-7-e-fica-em-r-20-bilhoes.html#:~:text=Um%20total%20de%203.523%20munic%C3%ADpios,%3B%20e%20um%2C%20na%20Bahia. Acesso em: 20 jun. 2023.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. v. 1.

KATZ, Claudio Isaac. **A teoria da dependência 50 anos depois**. Editora Expressão Popular, 2021.

KUDLAVICZ, Mieceslau. **Dinâmica agrária e a territorialização do complexo celulose/papel na microrregião de Três Lagoas/MS**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação – Mestrado em Geografia/CPTL/UFMS, Três Lagoas 2011a.

LENCIONI, Sandra. **Região e Geografia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003, 214p.

LENCIONI, Sandra. **Região e Geografia**: a noção de região no pensamento geográfico. IN: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). Novos Caminhos da Geografia. 5 ed. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

LUCE, Mathias Seibel. **Teoria marxista da dependência**: problemas e categorias – uma visão histórica. São Paulo: Expressão Popular, 2018. 271p

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência. In: TRASPADINI, Roberta.; STÉDILE, João Pedro. **Ruy Mauro Marini:** Vida e Obra. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MARKUSEN, Ann. Região e regionalismo: um enfoque marxista. **Espaço & Debates**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 61-99, 198

MARQUES, Marta Inez. Medeiros. Considerações sobre a expansão da indústria de papel e celulose no Brasil a partir do caso da Suzano Papel e Celulose. **GEOgraphia,** v. 17, n. 35, p. 120-147, 2015.

MELLO, Alessandra. O plano de 50 milhões (ou mais) que vai criar o "Vale da Celulose" no Brasil. **AGFeed**. Disponível em: https://agfeed.com.br/negocios/o-plano-de-r-50-bilhoes-ou-mais-que-vai-criar-o-vale-da-celulose-no-brasil/. Acesso em: 10 dez. 2023.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Ideologias geográficas**. São Paulo: Annablume, 2005

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia histórica do Brasil**: capitalismo, território e periferia, 2011, 160p.

NEVES, Joser Cleyton. **A superexploração da força de trabalho nas agroindústrias de celulose em Três Lagoas/MS (2009-2022**). Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação – Mestrado em Geografia/CPTL/UFMS, Três Lagoas, 2023.

OSORIO, Jaime. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva-estudo de cinco economias da região. In: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias Seibel (Orgs.). **Padrão de reprodução do capital**: contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo, 2012

Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (PEVS), 2022**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística** (IBGE).

SECUNDO, Laureano. MS cria o "Vale da Celulose". **O Estado**. Disponível em: https://oestadoonline.com.br/economia/ms-cria-o-vale-da-celulose/. Acesso em: 20 jun. 2023.

SANTOS, Ana Cristina. Mais de 20 mil famílias vivem em situação de pobreza em Três Lagoas. **RCN67**. Disponível em: https://www.rcn67.com.br/jpnews/tres-lagoas/mais-de-20-mil-familias-vivem-em-situacao-de-pobreza-em-tres-lagoas/165612/. Acesso em: 12 dez. 2023.

SANTOS, Thiago Araujo. **Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA Brasil): a convivência com o semiárido e a construção de um regionalismo de resistência**. 2016. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

SANTOS, Thiago Araujo; NEVES, Joser Cleyton; DE MELO, Aliucha. Notas para uma crítica geográfica das ideologias: a modernidade truncada e a vertigem do progresso no município de Três Lagoas-MS/. **REVISTA NERA**, *[S. l.]*, n. 55, p. 343–361, 2020.

ENTRE AS AMARRAS DO CAPITAL E UMA ECONOMIA JUSTA: O CASO DA COOPERATIVA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE POÇO FUNDO-MG

Julia Regina Campanha[1]

Leticia Fogliene de Oliveira Silva[2]

RESUMO

O cultivo de café é uma das principais atividades econômicas do Brasil, o estado de Minas Gerais tem destaque nessa produção, contando com apoio das cooperativas e suas assistências e atividades esses números vem crescendo gradualmente. Esse trabalho tem como objetivo analisar a Cooperativa dos Agricultores Familiares de Poço Fundo, compreendendo como ela busca atender a demanda da agricultura familiar, mas alinhada ao capital. A sede está localizada em Poço Fundo, no sul de Minas Gerais, atuando em diversos municípios, desde sua construção tem produzido café orgânico e ao longo do tempo passou a exportar paravários países, sendo assim, influencia diretamente os produtores familiares e o desenvolvimento econômico da região. Para a análise, foi utilizado o materialismo histórico dialético como método, partindo de levantamentos bibliográficos e documentais, além do trabalho de campo, que levaram aos resultados, ficando perceptível que a cooperativa possui um comprometimento com a preservação ambiental e social, mas também estão dentro da lógica capitalista de mercado.

Palavras-chave: Cooperativa; café orgânico; COOPFAM; agricultura familiar.

ABSTRACT

Coffee cultivation is one of Brazil's key economic activities, with the state of Minas Gerais being a prominent contributor to this production. Through the support of cooperatives and their assistance programs, coffee production in Minas Gerais has been steadily growing. This study aims to analyze the Cooperativa dos Agricultores Familiares de Poço Fundo, examininghow it seeks to meet the demands of family agriculture while aligning with capitalisticprinciples. Located in Poço Fundo, in southern Minas Gerais, the cooperative operates in various municipalities. Since its establishment, it has been engaged in organic coffee production and has expanded its exports to multiple countries, thus directly influencing familyfarmers and the region's economic development. The study employs the historical-dialectical materialism as a method, combining bibliographic and documentary research with fieldwork. The findings reveal that the cooperative is committed to environmental and social preservation; however, it also operates within the capitalist logic of the market.

Keywords: Cooperative; organic coffee; COOPFAM; family farming.

[1] Mestrando do Curso de Geografia da Universidade Federal de Alfenas - MG, julia.campanha@sou.unifal-mg.edu.br;
[2] Mestrando do Curso de Geografia da Universidade Federal de Alfenas - MG, leticia.fogliene@sou.unifal-mg.edu.br

INTRODUÇÃO

A cafeicultura é uma atividade essencial para economia do Brasil. O país é considerado o maior produtor de café do mundo, de acordo com a EMBRAPA (2022). Grande parte dessa produção é proveniente do estado de Minas Gerais, destaca-se nesses dados, a região geográfica imediata de Alfenas uma vez que, é responsável por cerca de 32% da produção nacional de café (ALVES E LINDNER, 2020).

Dentro disso, existem grupos e agricultores familiares que atuam diretamente nesse processo, sendo a principal delas as cooperativas. São caracterizadas, organizações de ajuda mútua, as quais oferecem uma melhor qualidade de vida aos cooperados (TOLEDO, 2019). Em teoria, deveriam ser contra o capital prezando a assistência aos cooperados, voltada ao social. Porém ocorre o crescimento do lucro do café e a territorialização do capitalismo no campo, viabilizado pela modernização da agricultura, intensificada com a Revolução Verde, a partir da década de 1960.

Fato esse que resultou, na formação de um cooperativismo adepto a produção intensiva e exportação, o qual se faz presente no recorte geográfico que vai ser trabalhado. Porém, existem também cooperativas que visam atender as demandas dos agricultores familiares, criando a possibilidade de exportação de seus produtos e realizando o pagamento de um preço justo pela mercadoria, esse é o caso da Cooperativa dos Agricultores Familiares de Poço Fundo (COOPFAM), a qual comercializa café orgânico a níveis internacionais, influenciando diretamente na economia de Minas Gerais, principalmente no município de Poço Fundo, onde está localizada. Por conta disso é necessário estudar como a relação entre capital e agricultura familiar se articula nessa cooperativa em específico.

Posto isso, o trabalho tem como objetivo central caracterizar a COOPFAM como o equilíbrio entre, atender os interesses do capital, tal como as demandas da agricultura familiar. Para isso, o presente artigo foi dividido em três partes, a primeira fará uma breve conceituação sobre cooperativismo e cooperativas, já a segunda, abordará a caracterização da Coopfam e o município onde está sediada. Na terceira parte, por fim, serão discutidos os interesses da cooperativa estudada e sua relação com o capital e com a agricultura familiar.

Ademais, o que motivou a elaboração desse artigo foi um trabalho de campo, que ocorreu durante a disciplina de Geografia Agrária, para o curso de graduação em Geografia. O qual tinha por objetivo entender algumas dinâmicas apresentadas de forma

teórica, na prática. Nesse sentido, essa técnica de pesquisa foi essencial, uma vez que foi a partir dela que se articula os conceitos e sua operalização no espaço geográfico físico, sendo essencial na produção do conhecimento em geografia (SERPA, 2006).

Esse campo consistiu em três etapas, em um mesmo dia, na parte da manhã foi realizada uma visita em uma propriedade de uma família cooperada, na qual foi explicado como é o processo de produção do café especial comercializado no exterior e qual o papel da cooperativa. Posterior a esse feito, a segunda etapa consistiu na ida até a sede da Coopfam, onde uma de suas representantes apresentou a história, processo produtivo e comercialização da cooperativa. E por fim, também foi visitada a parte mecânica da produção da cooperativa, a qual é responsável pelo processo de separação de grãos, os quais, após o final do processo são destinados à exportação ou a outro canal de vendas.

A partir disso, somado aos textos lidos e debates realizados em sala, a pesquisa foi construída tendo como base no método materialista histórico dialético, uma vez que analisa como o sistema cooperativista se desenvolveu a partir de um resgate histórico, o qual proporciona um entendimento sobre a problemática discutida. Ou seja, é o único que comporta a práxis, a união possível e real entre teoria/ ideia e prática/ matéria, o acompanhamento consciente da realidade mesma que experimentamos continuamente. (SOUZA E ALVES, 2020).

METODOLOGIA

Para elaboração do trabalho primeiramente foi realizado um levantamento bibliográfico sobre o tema, englobando artigos publicados em anais científicos e em periódicos, com a busca realizada nas plataformas do Google Acadêmico, Researchgate e Academia.edu, Portal de Periódico da CAPES. A segunda etapa contará com um levantamento documental, visando um embasamento para reforçar a pesquisa, contando com dados retirados da Empresa Brasileira de pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tendo um papel importante para compor questões relacionadas à produção.

Também contou com os textos lidos e discutidos na disciplina Novas Funcionalidades no Espaço Rural Brasileiro, ministrada no Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal de Alfenas. A ementa da disciplina se baseia em debater os seguintes temas: Relação campo/cidade e rural/urbano. Diversidade do espaço

rural brasileiro. Agronegócio. Agricultura familiar. Agroecologia. Novas funções do rural. Sul de Minas: questão agrária, cafeicultura e multifuncionalidade.

A segunda etapa foi a realização de um trabalho de campo na sede da Coopfam, em Campo do Meio. Além de também visitar propriedades familiares que produzem para a cooperativa, para que assim fosse possível analisar a hipótese de como se organiza essa produção, seus impactos e benefícios, transformando o espaço rural. Somado a isso, foram realizadas entrevistas com o intuito de contemplar a hipótese acima. Por fim, as entrevistas foram transcritas a mão, e separada pelas autoras as principais falas dos cooperados, para embasar empiricamente o trabalho.

REFERENCIAL TEÓRICO

COOPERATIVAS: BREVE DISCUSSÃO TEÓRICA

A cafeicultura se consolidou na economia brasileira, como uma atividade essencial, principalmente na de Minas Gerais. Atualmente, o Brasil conta com uma produção de 50.920,1 mil sacas de café em 2022, sendo 21.960,1 mil sacas mineiras, de acordo com a CONAB (2022), por conta disso, é considerado o estado que mais produz café no país. A região Sul se destaca nitidamente nesse processo, tendo a imediata de Alfenas, como referência (ALVES E LINDNER, 2020). Nessa grande cadeia de produção existem sujeitos, instituições e organizações responsáveis por compor essas estimativas, dentre eles estão as cooperativas.

As cooperativas são organizações de ajuda mútua, as quais visam alcançar o mesmo objetivo. É o meio pelo qual determinado grupo cumpre sua finalidade através da cooperação de todos os envolvidos de forma conjunta, atuando como uma empresa que presta serviço aos cooperados (SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS -SEBRAE, 2014). Atua diretamente no mercado, possuindo como norteador os seguintes princípios: “1. adesão voluntária e livre; 2. gestão democrática; 3. participação econômica dos membros; 4. Autonomia e independência; 5. educação, formação e informação; 6. Intercooperação; 7. interesse pela comunidade” (ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS - OCD, 2016).

Dentro disso, existem algumas práticas necessárias para assegurar essa condição aos produtores. De acordo com Bialoskorski e Souza (2004), é possível afirmar que as cooperativas devem pagar um preço justo pela produção, oferecer melhores condições de compra e venda de insumos, armazenar, processar e comercializar o café, além de

oferecer apoio técnico. Os autores ainda acrescentam que, algumas delas ainda executam os segmentos de torrefação e exportação, porém não são todas que conseguem se organizar e englobar todas essas atividades e ofertar aos cooperados. A soma de todas essas ações objetiva impulsionar a renda gerada, agregando valores justos à produção.

Outro ponto que deve ser levado em consideração, é o fato de que a cooperativa é um "elemento de desenvolvimento endógeno". Pois, é centrado em indivíduos e não no capital, fortalecendo os princípios democráticos e atendendo as demandas locais, considerada em teoria, como um "bem inalienável da sociedade" (WACULICZ, et al.,2000). Nesse sentido, vale adicionar também a questão de que esse tipo de organização tende a se tornar fundamental para inclusão produtiva em territórios marcados por profundas desigualdades (NIEDERLE, et al., 2021, p.30). Porém, na prática, existem alguns sistemas cooperativistas que deixam de ser um modelo contra hegemônico, para se tornarem adeptos ao ideário do capitalismo, influenciando assim na mudança de seu modelo de produção e organização (NANINI E CASIMIRO, 2023).

Essa mudança ideológica é proveniente de uma construção histórica. Conforme a OCB (2016), o cooperativismo se iniciou na Inglaterra em 1988, com a união de um grupo de trabalhadores, que não tinham condições financeiras de adquirir alimentos. Então eles montaram um armazém próprio, com preços mais acessíveis, e todo o lucro seria dividido igualmente entre as partes, se tornando a primeira cooperativa moderna. No Brasil, a cultura da cooperação é incentivada desde a colonização por imigrantes europeus. Tendo como uma das pioneiras, a cooperativa econômica dos funcionários públicos de Ouro Preto-MG. A partir disso outras foram se formando pelo interior do país, inclusive as do tipo agropecuárias, em 1906.

Posto isso, Bialoskorski e Souza (2004), realizam uma discussão que relaciona a formação das cooperativas com a cafeicultura, sendo divido em 6 períodos, como é evidenciado logo abaixo.

> Esses períodos são divididos de acordo com as épocas de desenvolvimento das organizações da seguinte forma: (1) período de crescimento e crise que se inicia durante a Primeira República e termina em meados dos anos quarenta após um longo período de crise do setor e que é caracterizado pelo predomínio dos grandes cafeicultores principalmente no estado de São Paulo; (2) período de reestruturação que se inicia por volta de 1945, com o aumento da produção e vai até 1957; (3) período de intervenção governamental em que o IBC passa a incentivar a formação de cooperativas de café de 1958 até final dos anos sessenta'; (4) o período de renovação dos cafezais que foi de 1962 até meados da década de setenta, quando grande parte do parque cafeeiro foi erradicado e posteriormente replantado. O final dos anos setenta e a década de oitenta são definidos como período de (5) expansão da fronteira agrícola, pois nessa

> década aumentou consideravelmente a produção de café em regiões como Rondônia, Bahia e Sul de Minas Gerais. O (6) período de desregulamentação tem início em 1990 com a extinção do IBC e termina por volta de 1996 quando a cafeicultura apresenta os primeiros sinais de recuperação após um longo período de preços baixos e endividamento (BIALOSKORSKI e SOUZA, 2004, pg.4).

Perante o exposto, vale ressaltar alguns aspectos importantes, a ideia de cooperativismo atrelada ao capital, começou a crescer à medida em que o café teve seu valor de mercado valorizado, e se consolidou durante a ditadura. É nesse contexto político que o sistema cooperativista forma sua entidade de representação a OCB, em 1969, representando os interesses dos associados. Após dois anos é criada a lei 5764/71, a qual sistematiza o surgimento de novas cooperativas, porém sua autonomia era restrita em alguns pontos (OCB, 2016). Essa ação foi uma estratégica do governo, pois como possuíam controle sob a organização, controlavam boa parte da produção.

Como consequência disso, "a legislação das cooperativas privilegiava as grandes propriedades, favorecendo a agricultura voltada para exploração e reprodução das relações capitalistas no campo" (VILAS BOAS, 2021). É válido acrescentar também que, segundo Azeredo (2016), nesse período o cooperativismo foi utilizado como instrumento de controle na tentativa de amenizar conflitos que estavam se desenvolvendo no setor agrário, intensificados pela modernização da agricultura. A qual transformou as relações de produção e remodelou toda a estrutura socioeconômica e política no espaço rural brasileiro (OLIVEIRA, 1990).

Após o regime ditatorial, a constituição de 1988 proibiu qualquer tipo de interferência estatal nas associações, possibilitando a autogestão (OCB, 20146). E a partir de 1990, a vertente solidária começa a ganhar força e se territorializar por todo país, mobilizando aqueles que ficaram excluídos do novo modelo de produção, pequenos agricultores, acampados, assentados, posseiros, meeiros, povos tradicionais, entre outros (GREGOLIN E SOUZA, 2021). E a partir de muita luta envolvendo movimentos sociais, organizações não governamentais, instituições públicas e universidades, visando o combate de problemas sociais (FAJARDO e ROCHA, 2021).

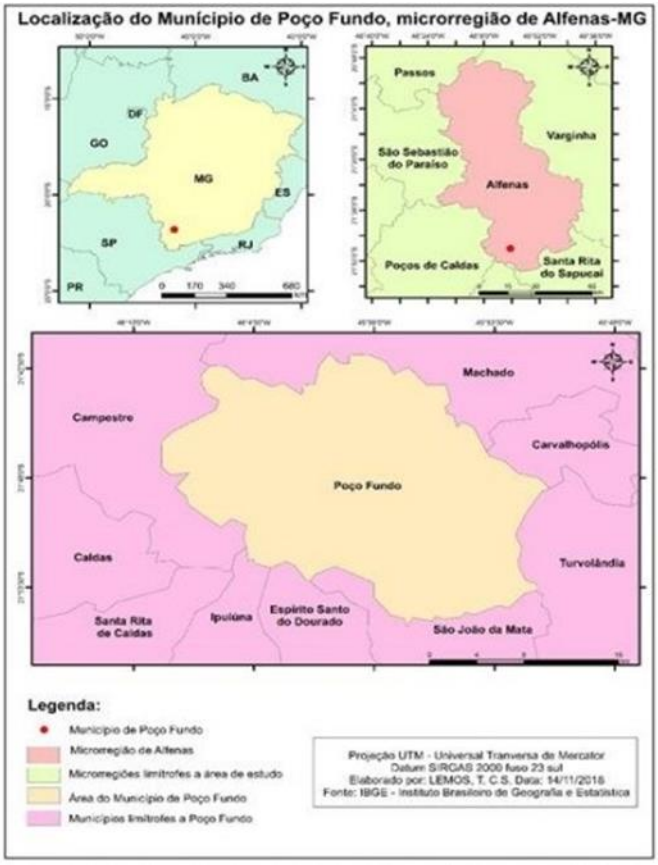
A construção histórica retratada anteriormente acerca do dualismo representativo no cooperativismo agrícola (GREGOLIN E SOUZA, 2021), ocasiona em distintas territorializações, e também na heterogeneidade no modelo de produção atualmente. É possível analisar essa problemática no Sul e Sudoeste do estado de Minas Gerais, já que

é considerada a região com maior número de cooperativas do país (TOLEDO, 2019). Principalmente na imediata de Alfenas, que é protagonista na atividade cafeeira (ALVES E LINDNER, 2020), onde essas disparidades se tornam gritantes. Para evidenciar essas questões, é necessário entender o contexto no qual a Coopfam está inserida e posteriormente suas ações.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A HISTÓRIA DA COOPFAM

O município de Poço Fundo está localizado na região Sul/Sudoeste de Minas Gerais, compõe a microrregião de Alfenas como mostra a figura 1, e faz com os divisa com os municípios de São João da Mata, Machado, Ipuiúna, Espírito Santo do Dourado, Carvalhópolis, Silvianópolis, Campestre e Caldas, possui uma população de aproximadamente 16.388 habitantes e uma área territorial de 474.244 km² (IBGE, 2022), está a 395 km de Belo Horizonte, 455 km do Rio de Janeiro, 275 km de São Paulo e 1110 km de Brasília.

Figura 1: Localização Geográfica do município de Poço Fundo-MG



Fonte: IBGE, Elaborado: Thais Lemos.

O município está localizado na bacia do Rio Grande e no bioma Mata Atlântica, o relevo de toda essa região é ondulado a montanhoso, com solos classificados como latossolos, argissolos, gleissolos e organossolos, essas características fazem com que exista atividades econômicas diversificadas, de acordo com Silveira e Marques (2009, p.236), atraem "as grandes empresas do agronegócio cafeeiro, que se encontram, em sua grande maioria, nas áreas com topografia mais plana, e, consequentemente, mais mecanizáveis e os estabelecimentos familiares, que predominam nas áreas de difícil mecanização, com tamanhos menores e maior relação de trabalho por unidade-área".

Posto isso, é válido evidenciar que Poço Fundo, é predominantemente composto por propriedades familiares, as quais cultivam hortifrutigranjeiros, café e também possuem pecuária leiteira (LYRA, 2011), logo, contribuem para a safra do estado. As possibilidades de se produzir são inúmeras, pode ser uma produção ou convencional, ou orgânica; o agricultor pode estar associado ao mercado ou de forma individual, ou vinculados as cooperativas; a comercialização pode se centrar ou no mercado interno ou externo, entre outros aspectos que caracterizam cada propriedade e produção.

Dentro disso, a Cooperativa dos Agricultores Familiares de Poço Fundo, se destaca em meio as outras da região devido às suas práticas específicas. Ela surge em 1980, a partir de uma parceria entre o Movimento Pastoral da Terra da Igreja Católica e os produtores rurais que buscavam melhores condições de produzir e comercializar, inicialmente era denominada como Associação dos Pequenos Produtores da Comarca de Poço Fundo e Região, e faziam parte agricultores familiares, nesse período houve as primeiras iniciativas de produzir café orgânico, durante esse processo se ligaram ao Fair Trade, e em pouco tempo conseguiram certificação de produção orgânica nacional e internacional.

No ano de 2003, a associação passou a ser a Cooperativa dos Agricultores Familiares de Poço Fundo-MG e Região, com o objetivo de ampliação de mercados, é importante mencionar que a cooperativa desde o início de sua construção possui alguns princípios sendo desenvolver o econômico e social sem se desligar da preservação ambiental, o que levou a ter um grande número de cooperados, como afirma Flaviano (2021, p.65).

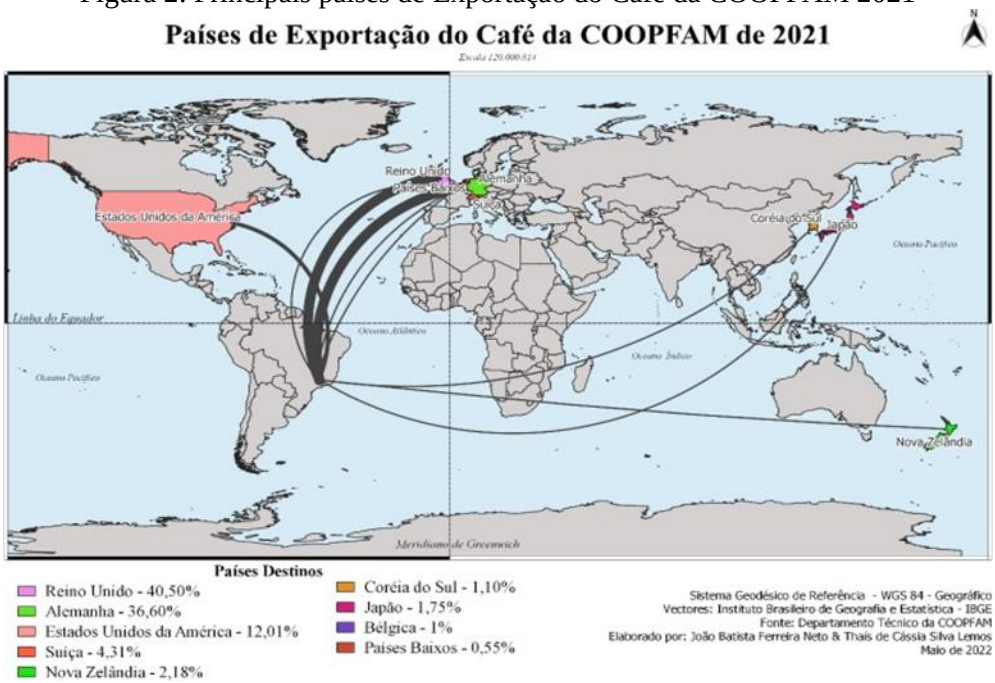
> Em síntese, a COOPFAM se apoia em quatro pilares: o café, o meio ambiente, a família e a comunidade. Formada majoritariamente por agricultores familiares, atualmente ela conta com uma média de 500 cooperados, que tem como princípios de trabalho a sustentabilidade, o respeito e a valorização das

> pessoas, contribuindo para o desenvolvimento local e regional dentro do Fair Trade e da Cadeia do Bem (FLAVIANO, 2021, p. 65).

Dentro desses pilares da COOPFAM, as mulheres têm obtido papel de destaque e participação nas decisões da cooperativa, além disso, possuem uma linha de café exclusiva de mulheres denominado “café feminino”, elas participam de todo o processo produtivo, sem contar com nenhum auxílio de mão de obra masculina, o que é de extrema importância para o combate a desigualdade de gênero no campo (FLAVIANO, 2021).

Em 2007, a cooperativa passou a realizar atividades exportadoras contando a certificação de um comércio justo. Em 2021, o café orgânico produzido pelos agricultores familiares chega em diversos países, como mostra a figura 2 abaixo:

Figura 2: Principais países de Exportação do Café da COOPFAM 2021



Fonte: Departamento Técnico da COOPFAM. Elaborado por João Ferreira Neto e Thais de Cássia Silva Lemos (2022).

Diante disso, a construção da COOPFAM se tornou extremamente importante para o desenvolvimento das atividades econômicas de Poço Fundo e posteriormente da região, atualmente, está presente em vários municípios do sul de minas sendo eles: Machado, Andradas, Campestre, Ouro Fino, Cambuí, Paraguaçu, Santa Rita do Sapucaí, São João da Mata, Silvanópolis, Natércia, Nepomuceno e Inconfidentes, logo, ela é essencial para os produtores familiares. Também é responsável por estimular 246 famílias, que contribuem de forma de direta para sua produção, que anualmente é de

480.000kg que corresponde a uma média de 25 containers de 19.200kg, compõem cerca de 70% são destinadas ao exterior, de acordo com Silveira e Marques (2009).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

ENTRE AS AMARRAS DO CAPITAL E UMA ECONOMIA JUSTA

Feito a caracterização desses aspectos, é necessário analisar e questionar algumas ações da Coopfam. Partindo do pressuposto que o sistema neoliberal, atrelado ao capital, está entranhado na sociedade, é possível afirmar que as regras impostas pelo mercado não são uma opção e sim, uma imposição. Os agentes sociais e organizações como as cooperativas de café,ficam sujeitos às exigências e contradições desse cenário, que é monopolizado pelos valores capitalistas do agronegócio (NANINI E CASIMIRO, 2023).

Uma das ações que visa atender as demandas de mercado e também fortalecer a cooperativa é a produção dos cafés especiais de procedência orgânica. O qual apesar de possuir uma série de benefícios sociais e ambientais também é um produto com maior rendimento (LEMOS E ALVES, 2021), devido a todos os cuidados que demandam o selo do produto. De acordo com a fala de uma das cooperadas no dia do trabalho de campo, detalhado anteriormente, os cuidados são inúmeros, além do não uso de agrotóxico.

Foi relatado que após a colheita o grão passa por processos específicos, de forma geral são: a fermentação, degradação, o qual condensa o açúcar no grão, a lavagem, secagem, a qual não pode expor o grão a uma temperatura acima de 40°, pois queima o açúcar se exceder esse valor, além dos grãos serem colocados a um posicionamento ideal em relação ao sol.

Depois, são submetidos ao processo de junta e seca e por fim, a catação. Esses processos são realizados manualmente, dentro da propriedade, em um terreiro, evidenciado na Figura 3, logo abaixo, pensado para atender as demandas dessa produção. Essa complexibilidade toda resulta diretamente no preço do café, uma vez que o café “arreado” custa em média 1 saco de 60kg corresponde a 700,00 reais, enquanto o especial 2 mil reais.

Figura 3: Grãos de café especial posto no terreiro para secagem

Fonte: autoria própria

Relacionado a esse cuidado produtivo, existe um outro interesse, o de fornecer a rastreabilidade do café ao comprador, um ponto interessante pois atrai o interesse de consumidores internacionais que apreciam essa prática, já que dessa maneira eles detém o conhecimento de onde e quando aquele determinado café foi produzido. O que também é um fator predominante para valorizar o preço do produto.

Esse processo todo é necessário para a obtenção desse grão especial, o qual passa por um sistema de pontuação, o Sistema Internacional de Classificação, responsável por avaliar o café. O valor máximo são 100 pontos, essa pontuação é atingida apenas quando o café ainda está no pé sendo, a partir daí a pontuação vai caindo, sendo o recorde do Brasil 93, de acordo com o relato das cooperadas.

Além disso, a produção é toda centrada na agricultura familiar, uma vez que, conforme as próprias cooperadas, não há utilização de maquinário na propriedade, pelos moldes do agronegócio, a produção é caracterizada como manual. Um dos fatores que acarretam isso, é o terreno em que o pé de café está plantado, sendo que possui uma intensa declividade, impossibilitando o trabalho de máquinas e até mesmo dificultando a mobilidade do agricultor(a) no cafezal, como é evidenciado pela Figura 4, logo abaixo.

Figura 4: declividade da propriedade

Fonte: autoria própria.

Posto isso, é possível afirmar que essa pontuação é um incentivo para os cooperados produzirem com mais afinco, uma vez que a maior pontuação receberá um prêmio em dinheiro. Com isso, é possível afirmar que essa ação, apesar de gerar benefícios em prol da natureza, pois é uma produção que não degrada o solo, e também voltada ao cuidado com o produtor, é uma forma de fomentar a competição entre os cooperados, produzindo um café de melhor qualidade, o qual possui um valor de mercado maior, traços alinhados aos do capital.

Como dito anteriormente, um público que se interessa por esse mercado são os compradores internacionais, principalmente do continente europeu, como é evidenciado na Figura 2. O café orgânico é voltado principalmente para exportação, pois existe uma demanda maior a nível internacional do que no mercado interno, os produtores se organizam junto às cooperativas e vão buscar se adequar de acordo com as exigências externas (Oliveira et al, 2006). Sendo assim, a produção orgânica de café para exportação também está relacionada às amarras do sistema capitalista, o qual vai buscar sua comercialização onde o nicho de mercado se apresenta mais forte.

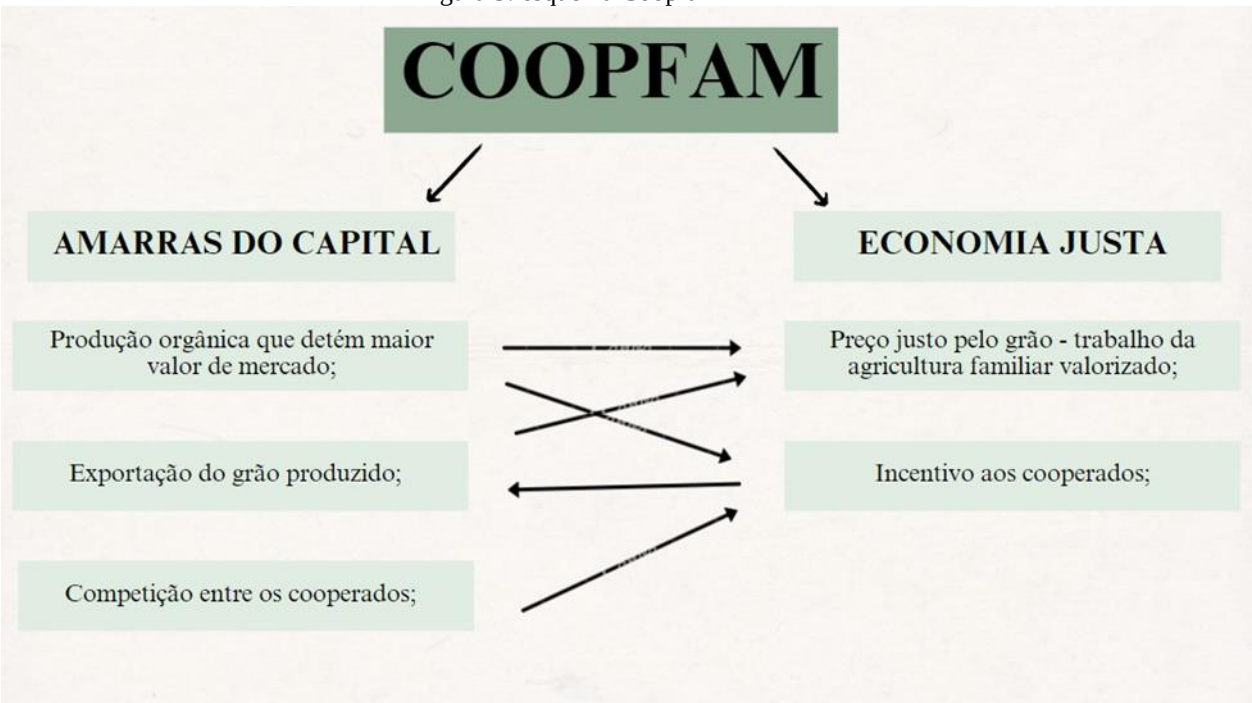
Em contrapartida, a Coopfam também atende a algumas demandas sociais, uma vez que é comprometida com o cooperativismo e busca pagar ao cooperado o preço justo ao que foi comercializado, de acordo com o gasto e mão de obra do produtor, garantindo que tenha condições dignas de trabalho e remuneração.

Dentro dessa perspectiva Silveira e Marques (2009, p.246) afirmam que “O objetivo atual da Coopfam consiste em atender aos padrões de qualidade do sistema, adotando notadamente práticas ambientais que correspondam aos critérios que se consolidam em termos de referência de qualidade do comércio justo.”, sendo assim, a cooperativa busca manter um padrão de qualidade através de seus princípios, levando os cooperados a receberem o lucro de acordo com o que foi produzido.

Desde de 2008, a Coopfam tem capacidade de exportar o café com certificado de comércio justo, com isso, ela desenvolveu também a capacidade de rastrear a qualidade do produto que está sendo produzido, sendo considerado uma forma de controlar e impor um padrão de qualidade ao produtor cooperado, o produtor também pode acompanhar esse rastreamento (SILVEIRA e MARQUES, 2009).

A cooperativa pautada em uma economia justa, faz com que os produtores familiares consigam permanecer no campo, e manter uma qualidade de vida, pois valorizam os produtores e o seu trabalho, os incentivando a continuar produzindo café orgânico (LEMOS e ALVES, 2022). Posto essas colocações é possível afirmar que a Coopfam se mantém como equilíbrio entre atender as demandas do capital, mas também dos agricultores familiares cooperados, ambos seguem as regras de mercado que são impostas pelo sistema. Além de que todas as suas ações se complementam quando a cooperativa é pensada dessa forma, como evidencia o esquema abaixo, na Figura 5.

Figura 5: esquema Coopfam



Fonte: autoria própria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No sul de Minas Gerais existe uma intensa produção de café, isso ocorre devido às características do relevo e do clima que são favoráveis a prática dessa atividade, fazendo com que seja uma das principais atividades econômicas da região, parte dessa produção vem da agricultura familiar, que em muitos casos está associada às cooperativas.

A COOPFAM possui destaque na produção de café orgânico no sul de Minas Gerais, auxiliando os agricultores familiares de Poço Fundo e outros municípios, comercializando a nível internacional por um preço justo, sendo assim, é possível compreender que a cooperativa possui papel fundamental no desenvolvimento econômico da região e na permanência desses produtores em suas propriedades, uma vez que garantem uma qualidade de vida a eles.

Mesmo diante desses pontos positivos que fortalecem os produtores familiares, é importante mencionar que a cooperativa está alinhada ao sistema capitalista. O interesse em produção orgânica está além da preservação ambiental, mas está relacionado a outros fatores, como a comercialização de café orgânico gerar um lucro maior do que o convencional.

Outro fator é a exportação intensa do que é produzido, pois no mercado internacional existe uma preferência maior em café orgânico, diferente do comércio interno. É importante mencionar também que a cooperativa impõe padrões de qualidade aos produtores e gera competitividade entre eles, esses são os pilares do sistema capitalista. É possível assim, concluir que existe um equilíbrio entre atender as demandas sociais dos cooperados e ao capital.

REFERÊNCIAS

ALVES, F.D.; LINDNER, M. AGRONEGÓCIO DO CAFÉ NO SUL DE MINAS GERAIS: territorialização, mundialização e contradições**. OKARA: Geografia em debate.** v. 14, n. 2, p. 433-451. 2020.

LEMOS, S. C. T. ALVES, D. F. (org). A cafeicultura e a relação campo-cidade dos Jovens Rurais de Poço Fundo-MG. **Interface rural-urbana nas cidades pequenas no sul de Minas Gerais.** 1° Edição Alfenas, MG: Editora da AGB Alfenas, 2023.

AZEREDO, Raoni Fernandes. **Agronegócio cooperativo da Coamo: territorialização, poder e controle**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe). São Paulo: Unesp. 2016.

BIALOSKORSKI NETO, S.; SOUZA, J. V. P. **Formação das Cooperativas de Café no Brasil: uma análise econômica e institucional**. III Encontro de Investigadores Latino Americanos de Cooperativismo. São Leopoldo-RS. 2004. Disponível em: https://www.yumpu.com/pt/document/read/12475445/1-formacao-das-cooperativas-de-cafe-n o-brasil-uma-sober.

CONAB - COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Acompanhamento da safra brasileira de café**. v.10. Safra 2023, n.2. Segundo levantamento. Disponível em: https://www.conab.gov.br/info-agro/safras/cafe.

CONAB - COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Acompanhamento da safra brasileira de café**. v. 9. Safra 2022, n.4. Quarto levantamento, p. 1-52. Brasília. Dezembro. 2022. Disponível em: https://www.conab.gov.br/info-agro/safras/cafe/boletim-da-safra-de- cafe?limitstart=0. Acesso: 09/01.

FARJADO, S. ROCHA, M.M. Aspectos do ideário cooperativista e o cooperativismo no Brasil**. Campo – território: revista de geografia agrária**. v. 16, n. 43, p. 22-47. 2021.

FLAVIANO, VIVIANE. **Empoderamento das mulheres no café feminino do grupo MOBI na COOPFAM**, 2021, 171 p. Tese Doutorado - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Rurais, Programa de Pós Graduação em Extensão Rural, Rio Grande do Sul, 2021.

GREGOLIN, M.R.P. SOUZA, R.S. Da origem ao cisma: o cooperativismo agrícola brasileiro e o dualismo representativo. **Revista Pegada**, vol. 22, n.2. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades: Minas Gerais, Poço Fundo**, 2022. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/poco-fundo/panorama.

LYRA, A.C. Da Fazenda à Cidade. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais.** V. 13, n.1. 2013, p.137-150.

NANNINI, W.T. CASIMIRO, F.H.C. Cooperativismo e territorialização do agronegócio do café no sul de Minas Gerais. **Revista Pegada**. Vol. 24. 2023.

NIEDERLE, P. SCHNEIDER, S. CASSOL, A. **Mercados alimentares digitais: inclusão produtiva, cooperativas e políticas públicas**. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2021.

OCD - ORGANIZAÇÃO DA COOPERATIVAS BRASILEIRAS.O

O que é o cooperativismo? 2016. Disponível em: https://www.somoscooperativismo.coop.br/o-que-e- cooperativismo. Acesso: 10/01.

OLIVEIRA, A. Modo capitalista de produção e agricultura. **Editora Ática**. 3° edição. São Paulo. 1990.

OLIVEIRA, H. L. et al. Caracterização e análise da cadeia produtiva de café orgânico do sul de Minas Gerais: subsídios para o aumento de exportações. Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural. **XLIV Congresso do Saber "Questões Agrárias, Educação do Campo e Desenvolvimento"**. Fortaleza. 2006.

SEBRAE - SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Cooperativa: série empreendimentos coletivos**. 2014. Disponível em:

https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/65f0176ca44 6f4668643bc4e4c5d6add/$File/5193.pdf. Acesso: 08/01

SERPA, Angelo. O trabalho de campo em geografia: uma abordagem teórico metodológico. **Boletim Paulista de Geografia.** n.84. pg.7-24. 2006. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/725/608.

SILVEIRA, Miguel Angelo; MARQUES, Paulo Eduardo M. Desenvolvimento territorial e multifuncionalidade da cafeicultura familiar no Sul de Minas Gerais. In: CAZELLA, Ademir A.; BONNAL, Philippe; MALUF, Renato S. (org.) **Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009,p. 229-250. Disponível em: http://r1.ufrrj.br/cpda/ideas/revistas/v03/n02/IdeAS-v03_n02-.

SOUZA, J. G. de; ALVES, W. R. A Geografia e o Materialismo Histórico Dialético. **Revista Terra Livre** . v.1, n. 54, p. 923-961, 2020.Disponível em:https://publicacoes.agb.org.br/index.php/terralivre/article/view/1641. Acesso em: 9 nov. 2022.

TOLEDO, E.F.T. Cafeicultuura e desenvolvimento territorial: as cooperativas de café no sul de Minas Gerais. **Caderno de Geografia**. v.29. Número Especial 2. 2019.

VILAS BOAS, L. G. A ATUAÇÃO DAS COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS NO MUNICÍPIO DE NEPOMUCENO-MG. Élisée, **Rev. Geo. UEG**. Goiás, v.10, n.1. 2021.

WAKULICZ, G.; RIGHI, I. M. M.; CAZAROLLI, B. Associativismo/cooperativismo e desenvolvimento local/regional. **Revista Economia e Desenvolvimento**. Santa Maria, n. 11, p. 177- 187. 2000. com todos os dados da obra citada, devem seguir as normas atuais e em vigor da ABNT.

A MUNDIALIZAÇÃO DO CAFÉ NO MUNICÍPIO DE TRÊS PONTAS (MG)

Leandro Henrique Cunha Fermino[1]

Gustavo Sousa Marinho[2]

Guilherme Guiari Silva Correia[3]

RESUMO

Este estudo visa compreender a mundialização do café em Três Pontas (MG), enfocando atores locais, exportação e destinos. Baseado na geografia agrária, o referencial teórico discute a inserção do Brasil no mercado global, destacando a fragilização dos agricultores familiares. Metodologicamente, dados estatísticos e consulta ao CNAE e COMEXSTAT guiam a análise. Resultados mostram que, embora Três Pontas seja o segundo maior produtor de café arábica na região em 2020, a produção enfrenta oscilações em 2022. A exportação de grãos de café, liderada por atores como COCATREL e empresas holding, atinge 84% da pauta exportadora municipal. A análise das exportações revela Três Pontas como modesto 49º maior produtor nacional de café em 2022, com expressiva queda na produção com relação a 2020. Os Estados Unidos, Grécia e Coréia do Sul surgem como destinos, indicando competição global. Diversificar exportações, focar em café especial e fortalecer a agricultura familiar pode contribuir para estabilidade econômica e competitividade no mercado internacional. Portanto, em síntese, o estudo destaca a complexidade da relação entre a cafeicultura local e o cenário global, promovendo uma reflexão crítica sobre os desafios e oportunidades inerentes à mundialização do café em Três Pontas.
Palavras-chave: Geografia, Exportações, Cafeicultura.

ABSTRACT

This study aims to understand the globalization of coffee in Três Pontas (MG), focusing on local actors, exports, and destinations. Based on agrarian geography, the theoretical framework discusses Brazil's integration into the global market, highlighting the vulnerability of family farmers. Methodologically, statistical data and consultation of CNAE and COMEXSTAT guide the analysis. Results show that, although Três Pontas is the second-largest producer of arabica coffee in the region in 2020, production faces fluctuations in 2022. The export of coffee beans, led by actors such as COCATREL and holding companies, accounts for 84% of the municipal export agenda. The analysis of exports reveals Três Pontas as the modest 49th largest national coffee producer in 2022, with a significant drop in production compared to 2020. The United States, Greece, and South Korea emerge as destinations, indicating global competition. Diversifying exports, focusing on specialty coffee, and strengthening family farming can

[1] Mestrando do Curso de Geografia da Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL-MG, leandro.fermino@sou.unifal-mg.edu.br

[2] Graduando do Curso de Geografia Licenciatura da Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL-MG, gustavo.marinho@sou.unifal-mg.edu.br

[3] Mestrando do Curso de Geografia da Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL-MG, guilherme.correa@sou.unifal-mg.edu.br

contribute to economic stability and competitiveness in the international market. Therefore, in summary, the study highlights the complexity of the relationship between local coffee production and the global scenario, promoting a critical reflection on the challenges and opportunities inherent in the globalization of coffee in Três Pontas.
Keywords: Geography, Exports, Coffee Production.

INTRODUÇÃO

A cafeicultura brasileira desempenha um papel significativo no agronegócio e na economia global. Segundo o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (COMEXSTAT, 2023), o Brasil foi um dos principais produtores mundiais de café em grão não torrado em 2022. Essa commodity ocupou o 10º lugar no ranking dos produtos mais exportados no mesmo ano, sendo responsável também por uma participação de 2,55% na pauta exportadora total do país, equivalente a 8,5 bilhões de dólares.

Entretanto, diversas contradições permeiam a mundialização do agronegócio brasileiro sob várias perspectivas, incluindo as econômicas, ambientais, políticas, sociais e territoriais nas escalas locais regionais, como apontam Oliveira (2012), Castilho et al. (2016), Vale (2018), Elias (2021), (ALVES, 2021).

No caso da cafeicultura da mesorregião Sul/Sudoeste de Minas, a que mais produziu café no Brasil em 2022, segundo a Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) de 2022 (IBGE, 2023a), Alves (2021) constatou que nela vem ocorrendo o uso intenso de agrotóxicos, a intensa degradação do meio ambiente e da saúde do trabalhador, a exploração dos trabalhadores rurais, frequentemente em situações de escravidão, o empobrecimento do trabalhador rural, a monopolização do mercado e do território, além da intensificação dos conflitos no campo. Além disso, o mesmo indica que essas contradições se acentuam à medida que a atividade cafeicultora se mundializa, gerando repercussões tanto em nível local quanto no regional.

Devido a essa temática, faz-se necessário compreender as complexas interações e contradições entre os aspectos econômicos, sociais e ambientais da cafeicultura nos contextos rural, urbana, política e social brasileiro e global, sendo essencial para orientar decisões políticas, práticas agrícolas sustentáveis e promover a justiça social. Tendo por referência esse contexto, o presente trabalho se justifica por avançar a temática da mundialização da cafeicultura na mesorregião Sul/Sudoeste de Minas, com ênfase no município de Três Pontas, figura 1, onde há quase nenhuma pesquisa que analisa a cafeicultura enquanto uma prática dominante pelo agronegócio.

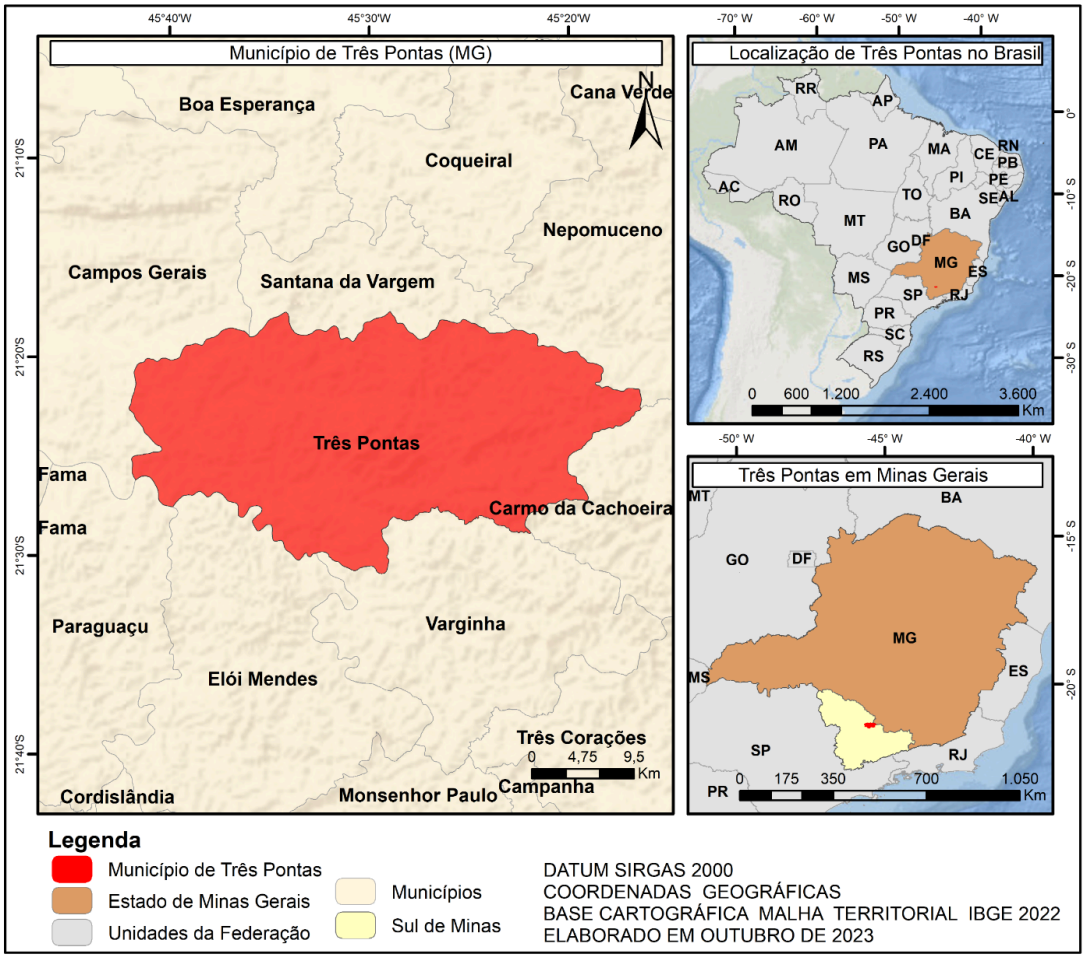


Figura 1 - Mapa de Localização de Três Pontas-MG.
Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

Dentre os 146 municípios da mesorregião Sul/Sudoeste de Minas, Três Pontas, tendo em 2022 uma população residente de 55.259 habitantes (IBGE, 2023b), foi o segundo maior produtor de café arábica da região em 2020 (com uma produção de 22.775 toneladas e uma área colhida de 16.870 km²), conforme a PAM (IBGE, 2023a). Partindo-se disso, colocamos o problema de pesquisa: quem são os principais exportadores de café em Três Pontas? Para onde vai a produção exportada?

Diante disso, o objetivo geral deste estudo foi compreender o processo de mundialização do café no município de Três Pontas (MG) no contexto atual de comoditização do território pelo agronegócio, a partir da análise dos atuais atores comerciais locais que o exportam e da identificação dos principais os destinos das exportações deste município. Por fim, o presente trabalho foi estruturado em introdução, metodologia, referencial teórico, considerações finais, referências.

METODOLOGIA

Metodologicamente, este estudo de caso qualitativo foi conduzido a partir de dados estatísticos de órgãos institucionais e embasado pela epistemologia da geografia agrária brasileira. Os procedimentos metodológicos detalhados adotados para a produção deste trabalho se dividem em quatro eixos:

I) Inicialmente, realizou-se um levantamento teórico e conceitual sobre a abordagem geográfica da mundialização da agricultura e do agronegócio, com ênfase na cafeicultura. Foram consultados materiais digitais provenientes de livros e revistas da área;
II) Em seguida, procedeu-se à análise estatística da cafeicultura em Três Pontas, utilizando dados da Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) de 2022 do IBGE;
III) Posteriormente, investigou-se os sujeitos envolvidos na negociação e exportação do café, por meio da consulta do CNAE pelo sistema gratuito do Econodata (2023);
IV) Por fim, efetuou-se o levantamento de dados sobre a pauta exportadora do município de Três Pontas e o destino internacional dos produtos, utilizando o sistema oficial de consulta de dados do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (COMEXSTAT, 2023).

REFERENCIAL TEÓRICO

A agricultura brasileira, nas últimas décadas, cooptada pelos interesses do Estado e do setor privado em mundializar a produção agrícola, sofreu um processo de modernização e reestruturação produtiva calcada na instalação dos pacotes tecnológicos advindos da chamada Revolução Verde. Os diversos territórios agrícolas foram, então, investidos em modernizar-se para atender aos interesses do capital internacional e expandir a macroeconomia nacional.

Entretanto, como aponta Oliveira (2012), o resultado dessa inserção da agropecuária brasileira no mercado externo influiu em um desenvolvimento desigual e combinado que fragmentou e fragilizou o espaço agrário do país. As consequências desse fenômeno foram social, cultural e economicamente desastrosas para a população campestre e, consequentemente, para as cidades brasileiras, principalmente as pequenas cidades.

Segundo o mesmo trabalho, essa mundialização da agricultura reforçou a aproximação agrícola ao setor industrial, com fortes relações com empresas multinacionais que monopolizam, de um lado, o território através de empresas de beneficiamento, processamento, comercialização e distribuição, controlando tanto à jusante quanto a montante da produção, os produtores do campo e ainda territorializam monopólios que controlam, simultaneamente, "a propriedade privada da terra, do processo produtivo no campo e do processamento industrial da produção agropecuária" (OLIVEIRA, 2012, p. 8). Essas multinacionais e, ademais, as cooperativas, acabam por impor aos agricultores o como, o quê e a que fins produzir. Sobrepassa apenas a internacionalização da produção, sendo ela determinada pelo processo de mundialização produtiva, onde agentes externos estão no topo das tomadas de decisão. Internacionalização, mundialização e multinacionalização são processos interconectados, como discorre Oliveira (2012, p. 5):

> Internacionalização, multinacionalização e mundialização são portanto, fenômenos integralmente interconectados. São expressões do processo de transformação do capitalismo industrial e financeiro, centrado principalmente nas economias nacionais, para um capitalismo centrado na economia mundial.

A produção, nessa perspectiva, deixa de ser para o abastecimento do país e torna-se mercadoria para o capitalismo mundial. Os processos produtivos reestruturados com essa finalidade passam, como aponta Elias (2021), por um conjunto de atividades interligadas: agropecuária conectada às indústrias, ao setor de serviços, comércio especializado, agentes financeiros, marketing, armazenamento, logística e distribuição. Ademais, a "produção de commodity tem mobilizado uma rede de fixos e fluxos em diferentes contextos regionais-globais" (ELIAS, 2021, p.5), envolvendo "corporações multinacionais, cooperativas, instituições de pesquisa, setores de logística, instituições bancárias e financeiras, entre outros atores" (ALVES, 2021, p. 131).

É cada vez mais comum que os agricultores familiares sejam fragilizados por esse processo. Ora expulsos do campo pela pouca capacidade de reprodução social e produtiva, ora influídos a inserir-se na cadeia produtiva do chamado agronegócio – situação tão cruel quanto a primeira – os agricultores são obrigados a buscar estratégias de sobrevivência, seja no campo ou na cidade. Destarte, não apenas o campo é influenciado pelas pérfidas do agronegócio e dessa agricultura mundializada, mas a cidade também é, não raro, reestruturada para atender às demandas mundiais do capital agrícola. As, denominadas por Alves (2021), cidades do café no Sul de Minas tendem a

voltar sua economia quase exclusivamente à produção cafeeira e ao atendimento de suas demandas. Como discute Castilho et al. (2016), essas cidades especializadas tecnicamente e produtivamente no cultivo de commodities tendem a ser mais submissas às variações do mercado externo, dada esta dependência de um único setor produtivo, setor este que depende de agentes externos e foge do controle local ou regional.

A cafeicultura sul-mineira apresenta uma particularidade em relação aos atores sociais produtores no campo, indo desde o pequeno agricultor familiar até o grande proprietário alicerçado às grandes empresas mundiais, refletindo uma estrutura fundiária espacialmente diversa. Essa relação gera uma maior fragilidade aos agricultores familiares que, mesmo com sua importância na produção desse grão, ficam suscetíveis à variação de preços da commodity, não têm controle sobre a própria produção e acabam explorados por multinacionais e cooperativas (ALVES; LINDNER, 2020). Ainda, como corrobora Vale (2018), mesmo com as dificuldades na produção cafeeira por parte dos agricultores familiares, esses atores sociais vão, a princípio, continuar produzindo café para o agronegócio "até porque não conseguem vislumbrar outra alternativa na agricultura" (VALE, 2018, p. 45).

Portanto, enquanto a busca pela mundialização da produção agrícola trouxe aspectos positivos, como modernização e participação na economia global, os impactos negativos incluem desenvolvimento desigual, controle externo, impactos sociais e culturais, fragilização dos agricultores familiares e reestruturação das cidades, especialmente nas regiões cafeicultoras, como no Sul de Minas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O início do processo da mundialização da cafeicultura do município de Três Pontas, se deu a partir da introdução da cafeicultura no Sul de Minas, e consequentemente em Três Pontas, no século XIX (MIRANDA, 1980; CAMPOS, 2004; SAES et al., 2010). Naquela época foi quando o país se tornou o maior produtor e exportador mundial de café, pela demanda internacional por café estar associada ao desenvolvimento do capitalismo industrial.

Segundo Saes et al. (2010), o café foi implantado no Sul de Minas de maneira gradual já com o intuito de exportação a partir da segunda metade do século XIX, seguindo a tendência cafeeira que já havia se estabelecido na província de São Paulo. No entanto, antes disso, no século XVIII, o sul de minas fornecia produtos agrícolas

para a região de mineração aurífera em Minas e para o Rio de Janeiro, não tendo gêneros exportáveis de alto valor comercial.

Já a introdução do café no espaço agrário do município de Três Pontas se deu a partir do final do século XIX (MIRANDA,1980; CAMPOS, 2004). Segundo Miranda (1980), a cafeicultura foi introduzida no município de Três Pontas um pouco antes de 1845, pois já naquela época havia uma produção cafeeira, nas terras de Alferes Bento Ferreira de Brito, nas regiões do Morro Cavado, da Instância do Mota e das Bandeirinhas. No entanto, Campos (2004) aponta que o primeiro produtor a produzir café em larga escala para exportação foi Benjamim da Silva Campos, proprietário da Fazenda Mato do Cipó, por volta de 1884.

Com a implantação dessa cultura na região, criou-se uma demanda para melhorar a infraestrutura de transportes, e de comunicação com os mercados estrangeiros para atender ao escoamento do café. Segundo SAES et al (2010), a proximidade e futura conexão férrica com São Paulo, um grande produtor de café naquela época, facilitou a introdução e o crescimento da cultura cafeeira na região do sul de minas, bem como influenciou a construção de ferrovias na região, como a Estrada de Ferro Rio Verde (Minas e Rio), Viação Férrea Sapucahy e Estrada de Ferro Muzambinho. A partir disso houve a expansão da Rede Ferroviária paulista para o sul de Minas para atender conjuntamente à Cafeicultura paulista e sulmineira para o porto de Santos e consequentemente ao mercado internacional.

Em 1894, segundo Miranda (1980) e Campos (2004), foi construído as estações Pontalete e Ribeirão da espera no município de Três Pontas, na zona rural e margeando o rio Verde, como paradas da ferrovia Minas e Rio, que ligava Cruzeiro a Tuiutí (hoje Juréia). posteriormente um ramal foi construído iniciado, em 1922 e terminado 1924, sob controle da "Companhia Viação Férrea Três-Pontana" que ligava a estação da espera e o centro da cidade. Segundo SAES et al (2010), em 1910, a ferrovia Minas e Rio foi aglutinada pelo governo com a ferrovia *Sapucay* e a ferrovia Muzambinho, criando a Rede Sul Mineira. Posteriormente em 1931, a Rede Sul Mineira e seus ramais, incluindo o de Três Pontas, foram unidos à Estrada de Ferro Oeste de Minas para formar a Rede Mineira de Viação, a qual se tornou a mais extensa rede ferroviária do Brasil. Contudo, a Rede Mineira de Viação operou até 1965, devido à preferência do governo brasileiro por rodovias em detrimento das ferrovias desde a década de 1950.

Quanto ao ramal ferroviário de Três Pontas e à linha férrea que margeava o rio Verde, permaneceram em funcionamento até 1964, segundo Miranda (1980) e Campos

(2004), quando ocorreu a inundação de várias partes das linhas devido à construção e operação da usina hidrelétrica de Furnas.

Esse processo, no entanto, não apenas impactou a capacidade de escoamento do café, mas também influenciou diretamente a dinâmica da produção cafeeira de Três Pontas ao longo dos anos. Os primeiros dados estatísticos sobre a produção cafeeira de Três Pontas advém da pesquisa Produção Agrícola Municipal (PAM) de 1974, que apontam que naquele ano o município era o maior produtor estadual e sexto maior produtor nacional de café, com uma produção de 30.000 toneladas e uma área colhida de 120 km², e provavelmente um dos maiores exportadores. A análise da figura 2 revela padrões e tendências na produção de grãos de café ao longo das décadas.

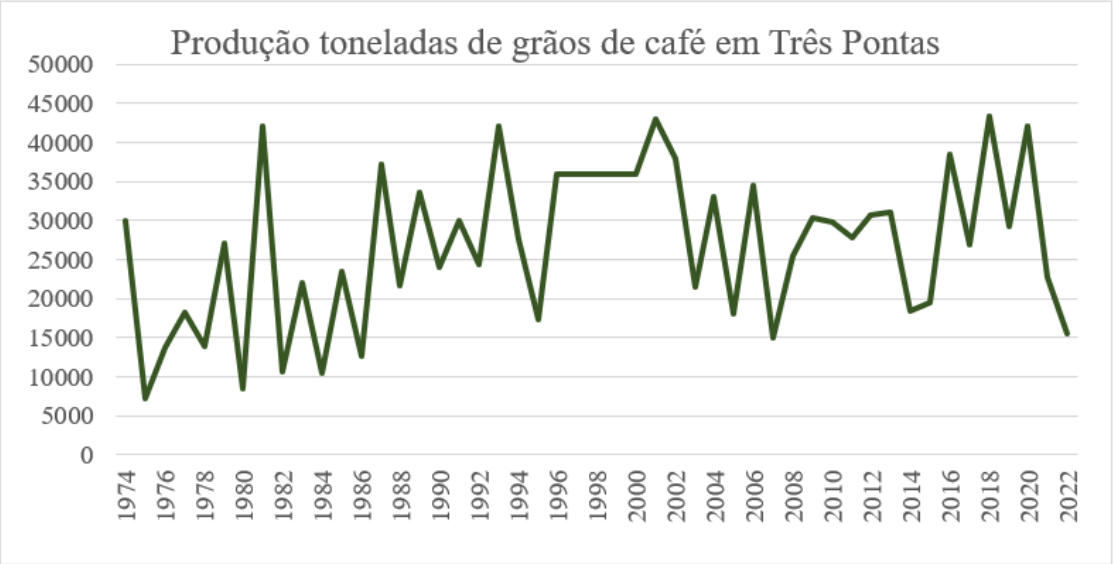


Figura 2 - Série histórica da produção em toneladas de grãos de café no município de Três Pontas-MG entre 1974 e 2022.
Fonte: Pesquisa da Produção Agrícola Municipal (PAM), IBGE (2023).

Conforme a figura 2, no período inicial da série, especialmente na década de 1980, observamos uma produção robusta, destacada pelos anos de 1981, 1987 e 1993 com picos notáveis. Entretanto, a partir da década de 1990 até os primeiros anos dos anos 2000, há uma tendência de declínio na produção, atingindo valores mais baixos entre 1994 e 2000. O ano de 2016 se destaca como um período de produção particularmente alta, atingindo a marca de 38.502 toneladas. Nos anos mais recentes, a produção apresenta oscilações, registrando valores como 18.440 toneladas em 2014 e 42.149 toneladas em 2020. No entanto, o ano de 2022 destaca-se por uma queda acentuada na produção, atingindo 15.459 toneladas.

Entre em 1989 e 2019, essa produção teve altos e baixos, mas os produtores preferiram substituir a área plantada da produção de consumo (policultura), predominante orgânica, para a produção exportadora (monocultura) de café, que utiliza agrotóxicos, bem como a redução de moradores no campo, constatando o processo de mecanização da agricultura e comoditização da produção de café (MARINHO; FERMINO, 2023). O mesmo trabalho aponta que houve uma redução da área plantada das culturas mais expressivas (café, cana-de-açúcar, milho e feijão), que a rizicultura desapareceu no município, e que novas culturas (aveia, batata-doce, maracujá, soja, tomate, trigo e uva) surgiram nos últimos 30 anos, além disso houve a redução da produção de alimentos que estão na dieta da população trespontana (arroz, feijão e mandioca) que são cultivados pela agricultura familiar, em prol do aumento da produção de grãos para exportação (café, milho e soja) ou para servir de matéria-prima para diversos produtos, que geralmente é produzido por propriedades que não estão ligadas a agricultura familiar. Esta situação se configura como commoditização do território, pois se caracteriza

> [...] pela diminuição de variedades agrícolas associadas a uma expansão de grãos e cultivos, destinados a atender o mercado externo e agroindústrias nacionais. Essa commoditização do território tende a homogeneizar a paisagem rural, reduzindo a presença de pessoas, a diversidade de objetos e ações na morfologia socioespacial, da diversidade da agricultura familiar a monocultura da grande propriedade, e por fim, essa commoditização é amparada e subsidiada com recursos do Estado, em formas de políticas de crédito e financiamento (ALVES, 2021, p. 141).

Atualmente, a mundialização do café trespontano se dá a partir produção no campo e principalmente da negociação e venda por diversos agentes financeiros de pequeno, médio e grande porte, os quais analisam a viabilidade das operações de exportação e buscam compradores internacionais conforme a demanda e exigência do modo de produção e da qualidade dos grãos.

No presente estudo, por meio da consulta do CNAE sistema gratuito do Econodata (2023), identificamos alguns, dentre uma grande quantidade, desses representantes comerciais que realizam essas operações locais-globais, sendo elas: (I) a Cooperativa dos Cafeicultores da Zona de Três Pontas (COCATREL); (II) as empresas holding Sete Cachoeiras Administrações e Participações LTDA, Fazendas Giovani Miari Administração e Participações LTDA, DLM Participações LTDA, entre outras; (III) e os escritórios corretores A & C Corretores de Mercadorias e Futuro Ltda, Lucas Comercio e Corretagem de Café, entre outros.

A mundialização do café trespontano se consolida através das expressivas exportações desse grão para diversos países, seja in natura e, ou, torrado, ou, processado. Ao analisar a pauta exportadora do município de Três Pontas em 2022, identificamos que o valor total das exportações alcançou a marca de 28,11 milhões de dólares, representando apenas 0,08% de todas as exportações do estado de Minas Gerais e mero 0,008% das exportações nacionais. Essa posição coloca Três Pontas em modesto 99º lugar no ranking estadual de exportações e 783º lugar no ranking nacional, destacando uma discrepância entre a consolidação local e sua relevância em escala estadual e nacional.

Sobre a participação da cafeicultura na pauta exportadora municipal, dos 28,11 milhões de dólares totais das exportações, o café correspondeu a 84% da pauta exportadora do município, totalizando cerca de 52,4 milhões de dólares. Este valor representa apenas 0,615% do valor total das exportações de café do Brasil, que foi de 8,514 bilhões de dólares. A representatividade dessas exportações no cenário nacional é quase insignificante nesse ano; no entanto, revela uma possível queda na produção. Em 2022, o município ficou em modesto 49º lugar no ranking dos municípios maiores produtores de café do Brasil da PAM, com uma produção de 15.459 toneladas desse grão, diferindo do 5º lugar desse ranking em 2020, quando a produção foi de 42.149 toneladas.

Com relação ao destino das exportações brasileiras de café não torrado, identificamos os 10 principais países que compraram e consumiram esses produtos em 2022 foram a Alemanha (20%), os Estados Unidos (20%), Itália (9,5%), Bélgica (8,7%), Japão (4,5%), Colômbia (3,6%), Turquia (2,9%) Espanha (2,7%), Países Baixos (2,4%), Coréia do Sul (2,4%), Reino Unido (2%) havendo outros parceiros como mostra a figura 3A.

Já com relação ao município de Três Pontas, de modo geral, pela a plataforma do Comexstat não mostra o destino das exportações por produtos a nível municipal, no entanto como o café representa uma alta participação das exportações da pauta exportadora de Três Pontas, podemos inferir que os 10 principais países que compraram e consumiram esses produtos (principalmente o café) em 2022 foram os Estados Unidos (12%), Grécia (11%), Coréia do Sul (9%), Reino Unido (8,4%), Bélgica (7,9%), Colômbia (6,5%) Suíça (6,3%), Letônia (6,2%), Alemanha (5,5%), Uruguai (4,3%) havendo outros parceiros como mostra a figura 3B.

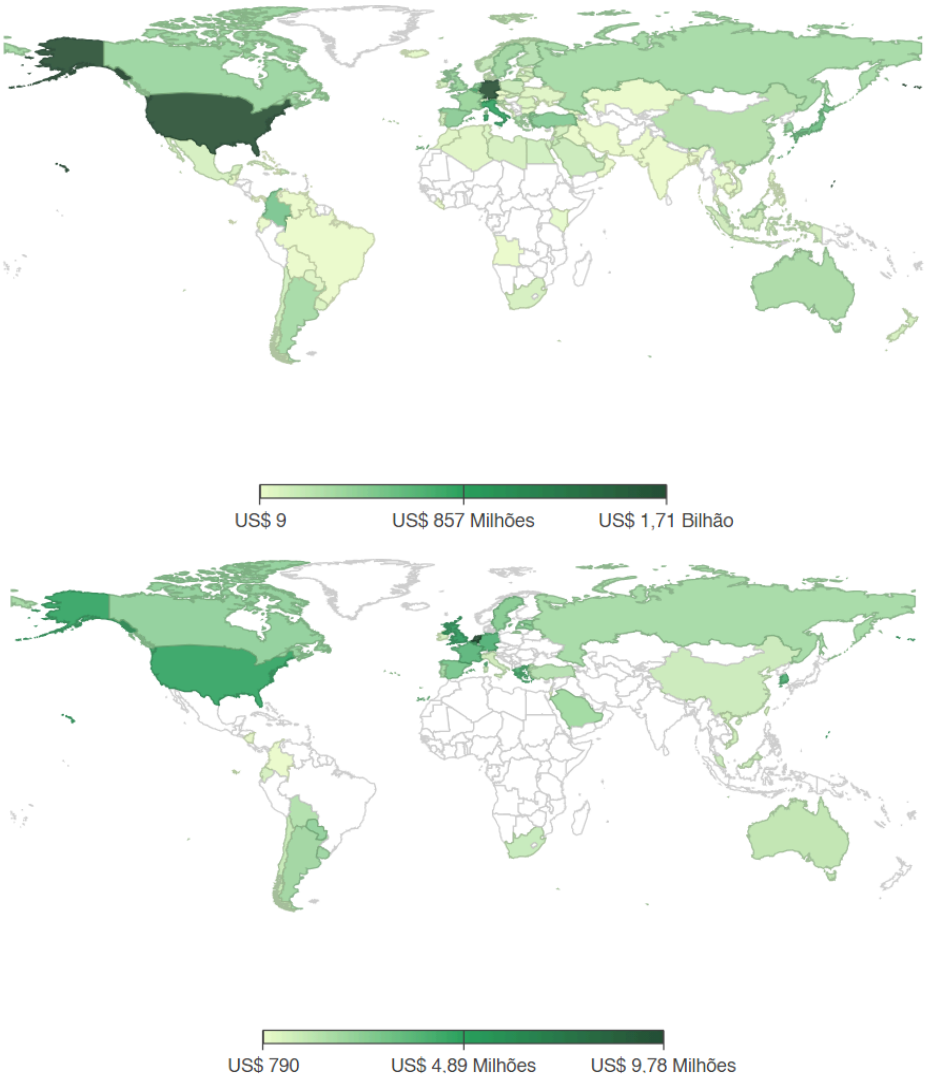


Figura 3 - A) Destino das exportações brasileiras de café não torrado em 2022. B)Destino das exportações totais de Três Pontas em 2022.

Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Comexstat (2023).

Ao analisar as Figuras 3 e 4, observa-se uma alta correlação, onde os dados destacam os Estados Unidos como um importante destino das exportações de café de Três Pontas, com uma presença significativa de 20% no primeiro conjunto e 12% no segundo. Outros países, como Bélgica, Coreia do Sul e Reino Unido, também figuram em ambas as listas, embora com variações nas porcentagens.

Além disso, os dois resultados apresentados revelam uma discrepância nas informações sobre o destino das exportações de café não torrado em 2022. No primeiro conjunto de dados, que identifica os 10 principais países compradores, a Colômbia aparece com uma participação de 3,6%. No entanto, ao inferir os destinos com base na alta participação do café nas exportações de Três Pontas, a Colômbia surge com uma representatividade mais expressiva de 6,5%.

Ressaltamos que, embora a Colômbia representa um dos principais destinos das exportações de café de Três Pontas e do Brasil, destaca-se internacionalmente por sua produção de café de alta qualidade, sendo um dos principais exportadores mundiais. Os cafés colombianos são frequentemente valorizados por suas características únicas de sabor e aroma, sendo considerados cafés especiais. Nesse cenário, a contradição reside no fato de que Três Pontas, ao exportar para a Colômbia, compete em um mercado onde o país sul-americano tem uma reputação consolidada pela excelência em café. Isso pode levantar questões sobre a posição relativa do café de Três Pontas no mercado internacional, indicando que os compradores colombianos buscam não apenas quantidade, mas também qualidade. Portanto, os produtores trespontanos precisam investir em práticas de produção que aprimorem a qualidade do café, considerando a competição com a reputação consolidada da Colômbia como produtora de cafés especiais.

Diante disso, destacamos que o município poderia alcançar resultados econômicos mais sólidos e estáveis ao diversificar sua base de exportação, reforçando o incentivo da produção de café especiais e da agricultura familiar orgânica, além de investir na industrialização do café, que é uma alternativa viável para agregar valor ao produto final sem perder a identidade e vocação da região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta análise sobre a mundialização da cafeicultura em Três Pontas, sobretudo no contexto do Sul de Minas Gerais, diversas facetas desse fenômeno foram abordadas. A lacuna na plataforma do Comexstat, que limita a disponibilidade de informações específicas sobre o destino das exportações a nível municipal, destaca-se como um desafio enfrentado durante esta pesquisa. A inferência realizada, com base na participação do café na pauta exportadora de Três Pontas, procurou preencher essa lacuna, ressaltando a importância do café nesse contexto.

O desenvolvimento da infraestrutura de transporte e comunicação na região, impulsionado pela ascensão da cultura cafeeira, emerge como um marco crucial na história de Três Pontas. A constatação de que o café foi exportado para todos os continentes em 2022, com ênfase na Europa e América do Norte, e a predominância de mediadores de pequeno e médio porte no processo, sugerem uma abertura internacional para os produtos trespontanos. Contudo, a expressividade desses percentuais em relação

às exportações nacionais permanece modesta, evidenciando uma aparente dicotomia entre a forte presença internacional dos produtos, principalmente o café, e a discreta representatividade no contexto das exportações nacionais. Isso destaca as complexidades e contradições inerentes ao processo de mundialização da cafeicultura em Três Pontas.

As nuances apontadas ao longo da análise revelam desafios e oportunidades que demandam uma reflexão mais aprofundada sobre a dinâmica real e o impacto desse fenômeno no município. A presente pesquisa se torna essencial para entender o movimento dialético desta commodity sobre a localidade abordada e a escala global.

Por fim, é crucial salientar que este estudo não busca condenar a exportação agrícola de Três Pontas, mas sim estimular discussões e críticas construtivas que possam fomentar a elaboração de políticas voltadas para aqueles que são frequentemente prejudicados pelos avanços neoliberais. O engajamento em debates e a busca por soluções que promovam um desenvolvimento sustentável e inclusivo são passos fundamentais para moldar o futuro da cafeicultura e da economia local de Três Pontas.

REFERÊNCIAS

ALVES, Flamarion Dutra; LINDNER, Michele. Agronegócio do café no Sul de Minas Gerais: territorialização, mundialização e contradições. **Revista OKARA**: Geografia em debate, João Pessoa, v. 14, n. 2, p. 433-451, 2020.

ALVES, Flamarion Dutra. Da diversidade agrícola à commoditização do território: os efeitos do agronegócio na Região Imediata de Alfenas – Minas Gerais. **Boletim Alfenense de Geografia**, Alfenas, v. 1, n.2, p. 129-150, 2021.

CAMPOS, Paulo Costa. **Dicionário histórico e geográfico de Três Pontas**. 1ª ed. Três Pontas: Paulo Costa Campos (edição própria do autor), 2004.

CASTILHO, Ricardo; ELIAS, Denise; PEIXINHO, Dimas; BUHLER, Eve-Anne.; PEQUENO, Renato; FREDERICO, Samuel. Regiões do agronegócio, novas relações campo-cidade e reestruturação urbana. **Revista da Associação Nacional de Pós graduação e pesquisa em Geografia (ANPEGE)**, [S. l.], V.12, n.18, p.265-288, 2016.

COMEXSTAT. **Comex Vis**. 2023. Disponível em: https://shre.ink/wSeqSS. Acesso em: 20 de junho de 2023.

ECONODATA. **Consultas de empresas**. 2023. Disponível em: https://shre.ink/lwhl. Acesso em: 17 de junho de 2023.

ELIAS, Denise. Mitos e nós do agronegócio no Brasil. **Geousp**, São Paulo, v. 25, n. 2, p.e-182640, 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2022**. 2023b. Disponível em: https://shre.ink/lwwE. Acesso em: 06 de junho de 2023.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção Agrícola Municipal**. 2023a. Disponível em: https://shre.ink/lwwT. Acesso em: 10 de junho de 2023.

MARINHO, Gustavo Sousa; FERMINO, Leandro Henrique Cunha. O papel da cafeicultura no município de Três Pontas (MG). IN: ALVES, ALVES, Flamarion Dutra. (Org) **A interface rural-urbana nas cidades pequenas no sul de Minas Gerais.** Alfenas: 1 Ed. Associação dos Geógrafos Brasileiros - Alfenas, 2023, p.118-137.

MIRANDA, Amélio Garcia de. **A História de Três Pontas**. 1ª ed. Belo horizonte: Editora JC, 1980.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A mundialização da agricultura brasileira. XII Colóquio Internacional de Geocrítica, Las independencias y construcción de estados nacionales: poder, territorialización y socialización, siglos XIX-XX. **Actas…** Bogotá, 2012. p. 1-15.

SAES, Alexandre Macchione; CONSENTINO, Daniel do Val; SILVA, Marcel Pereira da; GAMBI, Thiago Fontelas Rosado. Sul de Minas em transição: ferrovias, bancos e indústrias na constituição do capitalismo na passagem do século XIX para o século XX. XIV SEMINÁRIO DE ECONOMIA MINEIRA: História econômica e demografia histórica. **Anais**. Diamantina, 2010.

VALE, Ana Rute do. A agricultura familiar no contexto do agronegócio do café no Sul/Sudoeste de Minas: variações sobre o mesmo tema. In: FERREIRA, Marta Marujo; VALE, Ana Rute do. (Orgs.). **Dinâmicas Geográficas no Sul de Minas Gerais**. Curitiba: Appris, 2018. p.17-48.

TERRA E CAPITAL FINANCEIRO NO CENTRO-NORTE DO BRASIL: A TERRITORIALIZAÇÃO DE GRANDES EMPRESAS IMOBILIÁRIAS NA FRONTEIRA DO MATOPIBA[1]

Marta Inez Medeiros Marques[2]

Isabella Helena Rocha[3]

Renan Galvao de Souza[4]

RESUMO

Este artigo tem por objetivo contribuir para a compreensão das mudanças observadas no campo brasileiro no século XXI a partir da análise das formas de estruturação e atuação de duas grandes empresas imobiliárias criadas no início deste século para explorar o emergente mercado de terras da fronteira agrícola do Matopiba, dentre outras áreas situadas no país e no exterior, a BrasilAgro e a Tiba Agro. Foram coletados dados por meio de pesquisa de campo realizada nos estados da Bahia, Maranhão, Piauí e Tocantins nos anos de 2019, 2022 e 2023, quando foram entrevistados trabalhadores rurais, representantes de comunidades camponesas atingidas por ações de grilagem de terras e de apropriação indevida dos recursos hídricos, representantes de entidades de apoio às comunidades e povos do campo, representantes do Estado, empresários do agronegócio, etc. Também foi realizado levantamento bibliográfico e documental por meio da consulta de sites de instituições governamentais como INCRA - especialmente o Sistema de Gestão Fundiária (SIGEF) e o Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) - e órgãos de terras estaduais, diários oficiais, Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Brasil, Bolsa e Balcão (B3); além da plataforma Diretório Brasil para a consulta dos sócios e sites de empresas do agronegócio. A pesquisa contribuiu para o conhecimento do *modus operandi* de grandes empresas ou corporações imobiliárias rurais financeirizadas, que atuam a partir de arranjos diversos estabelecidos com o capital financeiro, bem como do impacto destas no mercado de terras, no território de comunidades locais e na dinâmica geral da região do Matopiba.
Palavras-chave: empresa imobiliária rural financeirizada, regulação do mercado de terras brasileiro, estratégias de territorialização do capital, propriedade da terra, fronteira agrícola do Matopiba.

ABSTRACT

This article aims to contribute to the understanding of the changes observed in the Brazilian countryside in the 21st century, based on the analysis of the structuring and performance of two large real estate companies created at the beginning of this century to explore the emerging land

[1] Essa pesquisa conta com o apoio do CNPq – Edital Universal 2018, Processo 429187/2018-1 e da Universidade de São Paulo – Editais PUB 2018/2019, 2019/2020 e 2021/2022.
[2] Profa. Dra. do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo e coordenadora da pesquisa, mimmar@usp.br.
[3] Graduanda do curso de Geografia da Universidade de São Paulo e membro da equipe de pesquisa, isabella.rocha@usp.br.
[4] Graduando do curso de Geografia da Universidade de São Paulo, membro da equipe de pesquisa e bolsista PUB 2021/2022, renangalza@usp.br.

market on the Matopiba agricultural frontier, among other areas located in the country and abroad, BrasilAgro and Tiba Agro. Data were collected through fieldwork carried out in the states of Bahia, Maranhão, Piauí and Tocantins in the years 2019, 2022 and 2023, when were interviewed rural workers and representatives of peasant communities affected by land grabbing and water misappropriation, representatives of entities supporting rural communities and native peoples, representatives of the State, agribusiness entrepreneurs, etc. A bibliographic and documentary survey was also carried out through consultation of websites of government institutions such as INCRA - especially the Land Management System (SIGEF) and the National Rural Registry System (SNCR) - and state land bodies, official journals, Commission of Securities (CVM) and Brasil, Bolsa e Balcão (B3); in addition to the Directory Brazil platform for consulting partners, and websites of agribusiness companies. The research contributed to the knowledge of the *modus operandi* of financialized rural real estate companies, which operate based on different arrangements established with financial capital, as well as their impact on the land market, on the territory of local communities and on the general dynamics of the region of Matopiba.
Keywords: financialized rural real estate company, the Brazilian land market regulation, capital territorialization strategies, land ownership, Matopiba agricultural frontier.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo contribuir para a compreensão das mudanças observadas no campo brasileiro no século XXI a partir da análise das formas de estruturação e atuação de duas grandes empresas imobiliárias criadas no início deste século para explorar o emergente mercado de terras da fronteira agrícola do Matopiba, dentre outras áreas situadas no país e no exterior, a BrasilAgro e a Tiba Agro.

Muitas pesquisas e documentos de entidades da sociedade civil têm denunciado a relação entre o avanço dessas empresas imobiliárias em áreas do bioma dos Cerrados e o aumento do desmatamento e da grilagem de terras, ocasionando a expropriação de povos indígenas, quilombolas e comunidades camponesas, cujas terras, em grande parte, não são tituladas. Também tem sido objeto de grande preocupação a concentração de terras nas mãos de empresas com participação majoritária de capitais estrangeiros.

A análise desses processos e suas implicações do ponto de vista político e social tem revelado a ocorrência frequente de crimes praticados contra povos e comunidades do campo, com a omissão e/ou conivência das instituições do Estado responsáveis pela fiscalização e garantia do cumprimento da lei. Esse problema, extremamente grave e merecedor de nossa atenção, não decorre apenas do *modus operandi* tradicional de nossas oligarquias agrárias e do poder do latifúndio, que constituem uma herança perversa da formação social e territorial brasileira. Ele precisa ser compreendido num contexto mais amplo de crescimento do interesse sobre a terra como "ativo financeiro real", ou seja, como alternativa de investimento para o capital financeiro, para que sejam abarcados aspectos fundamentais de sua atualidade e complexidade.

Este artigo corresponde a um esforço nesse sentido e, para isso, irá analisar a relação entre a nova dinâmica estabelecida no mercado de terras agrícolas no país no Matopiba, onde se observa um forte crescimento da produção de commodities, e os processos de centralização de capitais e de reestruturação produtiva que vêm ocorrendo nas principais cadeias do agronegócio com o avanço do capital financeiro no campo.

Dois aspectos importantes a serem considerados em estudos sobre a financeirização da agricultura e o fenômeno da "corrida por terras," ou *land grabbing*, observado no início do século XXI, são o aumento da volatilidade dos investimentos realizados no agronegócio e a participação crescente de investidores internacionais na compra de terras e a consequente "estrangeirização" das mesmas. Nesse debate, Sassen (2016: 100) chama a atenção para aspectos importantes relacionados à formação do mercado global de terras:

> A aquisição de terra estrangeira não é um acontecimento solitário. Ela requer, e por sua vez estimula, a criação de um vasto mercado global de terras. Implica o desenvolvimento de uma infraestrutura de serviços igualmente vasta para permitir vendas e aquisições, obter a posse ou os direitos de arrendamento, desenvolver instrumentos legais apropriados e até pressionar pela criação de novas leis que acomodam essas compras em um país soberano.

As observações de Sassen (2016) servem de base para se entender que, ao buscar investimentos de alta rentabilidade, o capital portador de juros não apenas incrementou um modelo de negócios no campo agrícola, tendo a terra como um ativo financeiro bastante lucrativo, mas também tem pressionado no sentido da modificação da legislação referente às formas de aquisição dessas terras por investidores estrangeiros. Em estudo comparativo sobre o mercado de terras no Brasil e nos Estados Unidos, Fairbairn (2020) destaca as particularidades da legislação dos dois países em relação a esse tema e as consequentes tensões e dificuldades que emergem em face do movimento geral de financeirização das terras agrícolas e de formação do mercado global de que fala Sassen.

Ao analisar o caso brasileiro, Pereira e Pauli (2018) alertam que existem diferentes mecanismos que possibilitam o controle da terra por agentes estrangeiros, apesar dos limites determinados pela legislação. Dentre os setores que possuem mais investimentos, os autores destacam os fundos de participação de bancos e seguradoras; e as empresas do agronegócio, sobretudo aquelas vinculadas à produção de cana-de-açúcar, soja, milho, algodão e eucalipto. Também chamam a atenção para a predominância de empresas originárias dos Estados Unidos da América, seguido pelo Japão, Reino Unido e

Argentina. Vale ressaltar que a financeirização do agronegócio na Argentina é anterior à que se verifica no Brasil.

O presente artigo pretende contribuir para a compreensão da origem, composição acionária, forma de atuação e territorialização de empresas imobiliárias rurais financeirizadas no Matopiba a partir da análise das empresas BrasilAgro e Tiba Agro. O texto está dividido nas seguintes partes: introdução, procedimentos de pesquisa, o capital financeiro e empresas imobiliárias rurais no Matopiba, considerações finais.

PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

Este artigo resulta de uma pesquisa coletiva desenvolvida desde 2018 com apoio do CNPq e da Universidade de São Paulo. A pesquisa se apoia em ampla literatura, destacando-se os trabalhos que analisam a recente onda internacional de apropriação e controle das terras agrícolas impulsionada pela crise financeira de 2008 (Sauer & Borras Jr., 2016; Pitta et al., 2017; Spadotto et al. 2017; Frederico, 2018; Fairbairn, 2020) e também na abordagem desenvolvida por Harvey (2018) e por Chesnais (2016) para analisar a atual crise do capital e a proeminência assumida pelo capital financeiro neste processo.

Para o desenvolvimento da pesquisa, foram coletados dados por meio de pesquisa de campo realizada nos estados da Bahia, Maranhão, Piauí e Tocantins nos anos de 2019, 2022 e 2023, quando foram entrevistados trabalhadores rurais, representantes de comunidades camponesas atingidas por ações de grilagem de terras e de apropriação indevida dos recursos hídricos, representantes de entidades de apoio às comunidades e povos do campo, representantes do Estado, empresários do agronegócio, etc. Também foi realizado levantamento bibliográfico e documental por meio da consulta de sites de instituições governamentais como INCRA - especialmente o Sistema de Gestão Fundiária (SIGEF) e o Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) - e órgãos de terras estaduais, diários oficiais, Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Brasil, Bolsa e Balcão (B3); além da plataforma Diretório Brasil para a consulta dos sócios e sites de empresas do agronegócio.

As empresas estudadas nesta pesquisa foram selecionadas a partir do Relatório DATALUTA Brasil (2020), que listou empresas com presença de capital proveniente de fundos de investimento internacionais, atuantes no campo agrário brasileiro. Como o relatório abarca todo o território brasileiro, selecionamos apenas as empresas presentes no Matopiba. Com isso, delimitamos quatro empresas para analisarmos Sollus Capital,

BrasilAgro, São João do Pirajá e Tiba Agro S.A. As duas primeiras tinham em comum a participação de grandes grupos empresariais de origem Argentina em sua composição acionária, enquanto as duas últimas, embora frequentemente listadas entre as empresas imobiliárias rurais financeirizadas com atuação na região de estudo, tinham sido pouco investigadas até então por outros pesquisadores.

Após essa seleção, a etapa seguinte consistiu em uma busca nos sites e portais de cada empresa, simultaneamente a uma varredura em reportagens e notícias dos mais variados veículos, a fim de realizar uma caracterização do perfil da empresa. A partir dessas informações básicas, fomos em busca do CNPJ dessas empresas, para isso foram utilizados sites como o Diário Oficial da União (DOU), os Diários Oficiais de cada estado, e sites gerais de busca de CNPJ. Após localizar o CNPJ, usamos o site da Receita Federal para consultar os sócios ligados àquele CNPJ. Com o nome dos sócios em mãos, recorremos em seguida ao site Diretório Brasil, onde foi possível encontrar todas as empresas ligadas ao nome de cada sócio; também identificamos a localização das matrizes e as filiais de cada empresa estudada. Além disso, foi possível formar uma rede de empresas que indiretamente estão conectadas por meio de seus sócios, permitindo dessa forma compreender um pouco da complexidade do cenário.

Uma outra etapa da pesquisa consistiu na busca em plataformas do INCRA responsáveis pela gestão fundiária do país; foram utilizadas plataformas do SNCR (Sistema Nacional de Cadastro Rural) e do SIGEF (Sistema de Gestão Fundiária). Tais dados foram manuseados para localizar as propriedades das empresas estudadas, para tal, a partir das matrizes e filiais dessas empresas nos estados do Matopiba, selecionamos os municípios em que elas estavam presentes e procuramos suas propriedades usando a razão social da empresa, o nome fantasia ou o nome de seus sócios. Os dados obtidos nas plataformas foram utilizados para espacializar as propriedades de cada empresa e, a partir da análise de imagens do *google earth*, avaliar o uso da terra no interior e no entorno das propriedades, atentando-se para a proximidade de unidades de conservação, territórios indígenas e camponeses. Esse processo resultou na elaboração de mapas temáticos por meio do software QGis.

Após o levantamento dos dados, procedeu-se à sua compilação, sistematização e análise, seguindo-se a elaboração do presente texto.

O CAPITAL FINANCEIRO E EMPRESAS IMOBILIÁRIAS RURAIS NO MATOPIBA

A dinâmica do capitalismo em sua fase mais recente não pode ser compreendida sem se considerar o papel desempenhado pelas finanças, tendo em vista a ampliação da importância econômica e do poder político do capital financeiro; assim como a abrangência das mudanças correlatas observadas que afetam tanto a forma como as empresas passam a organizar os seus negócios, como as relações sociais em geral, com a participação crescente de pequenos poupadores em fundos de investimento e outras formas aplicação financeira (CHESNAIS, 2016; HARVEY, 2018).

Na agricultura brasileira, a influência das finanças foi exacerbada no contexto da crise financeira de 2008 e resultou na financeirização de empresas do agronegócio, por meio da abertura de capital em bolsa e do aumento do controle acionário nas mãos de fundos financeiros, além da criação de empresas especializadas em incorporação imobiliária. (SPADOTTO *et al.*, 2017, p.2). Esse processo segue em pleno desenvolvimento até os dias de hoje e tem contado com o apoio do Estado brasileiro, expresso de várias formas.

Mudanças recentes observadas no financiamento do agronegócio no Brasil têm promovido a sua maior aproximação do mercado de capitais, com o crescimento da participação de bancos privados e de investidores institucionais internacionais. Esse processo tem desencadeado uma maior pressão para a regularização da propriedade da terra no país, uma vez que os títulos de propriedade são a principal garantia para tais financiamentos. Além disso, também está relacionado com a publicação de uma série de leis que ampliam as possibilidades de investimento estrangeiro no agronegócio, tendo como garantia ou como contrapartida de dívida, sobretudo, a terra e os bens naturais, como é o caso da Lei do Agro de 2020[5] e da Lei do FIAGRO de 2021[6]. A primeira autoriza a emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA)[7] diretamente no mercado internacional, institui o regime de afetação[8] para a terra rural ou fração dela como garantia

[5] Lei nº 13.986/2020.
[6] Lei nº 14.130/2021.
[7] O CRA é um derivativo emitido por uma empresa securitizadora com a finalidade de converter títulos do agronegócio (CPRs, CDCAs, CDA/WA, Duplicatas e Notas Promissórias decorrentes da comercialização de produtos agropecuários) em valores mobiliários e, desta forma, antecipar o pagamento desses títulos para as empresas que os possuem. O CRA tem sido apontado como um título com grande potencial para servir como porta de entrada para as finanças verdes.
[8] Diferentemente do regime de hipotecas, que requer que o credor mova uma ação judicial para obter o imóvel do devedor em condições de inadimplência, no regime de afetação, em caso de inadimplência, o credor obtém automaticamente a propriedade do devedor, sem intermediação

para títulos de crédito como a Cédula do Produtor Rural (CPR) e institui a Cédula Imobiliária Rural (CIR), título de crédito transferível e de livre negociação, que representa a obrigação de entregar ao credor a propriedade rural ou uma fração desta. A segunda cria os Fundos de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais (FIAGRO), um condomínio formado a partir da captação de capitais no sistema financeiro em troca da emissão de ativos sobre a terra, serviços ambientais, safra futura e outros direitos creditórios. (GIOVANAZ, 2021)

A aquisição de terras por pessoa física e jurídica estrangeira é regida pela Lei nº 5.709/1971 e o Ato Normativo nº 88/2017 do INCRA. Essa legislação determina que a compra de terras por pessoa estrangeira fica limitada em até 50 módulos fiscais e que a soma das áreas rurais pertencentes a pessoas de outros países não poderá ultrapassar 25% da superfície dos municípios onde se localizam. As pessoas da mesma nacionalidade não poderão ser proprietárias, em cada município, de mais de 40% do limite de 25% do município.[9] O FIAGRO, por não representar a compra direta de imóvel rural pelo estrangeiro, mas apenas a aquisição de um título no mercado financeiro, permite a entrada do capital estrangeiro no agronegócio, apesar das limitações gerais determinadas pela referida legislação.

Independentemente das possibilidades criadas por essas novas leis, os investidores internacionais têm se utilizado de várias estratégias para contornar os limites legais impostos para a aquisição de terras por estrangeiros. Duas delas, bastante frequentes, são a criação de empresas brasileiras e a formação de joint-ventures em sociedade com representantes do capital nacional. Além disso, a maioria das empresas de capital internacional especializadas em negócios imobiliários atuam por meio de empresas imobiliárias menores, registradas em nome de um ou mais sócios brasileiros, em nome das quais são registradas as suas propriedades.

A expansão da fronteira agrícola do Matopiba ganhou maior força nas últimas décadas sob a difusão e territorialização desses investimentos, muitas vezes amparados no trabalho de agentes locais para a realização de práticas ilegais ou à margem da legalidade, num empreendimento de alto risco. Os processos em andamento na justiça brasileira envolvendo terras griladas pelo Grupo De Carli no Piauí e adquiridas por

---

judicial. (Júnior Aleixo, A Lei do Agro e a busca por uma 'nova safra de proprietários', 21/07/20, https://brasildebate.com.br/a-lei-do-agro-e-a-busca-por-uma-nova-safra-de-proprietarios/, acesso em 01/08/2021)

[9] Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5709-7-outubro-1971-357938-norma-pl.html, acesso em: 15/01/2024.

empresas ligadas ao Fundo Patrimonial da Universidade de Harvard evidenciam os possíveis crimes praticados e os riscos em jogo (PITTA et al., 2023).

Os elevados ganhos esperados e/ou obtidos com a rápida precificação da terra gerada no contexto de expansão da fronteira agrícola, aliados à frágil institucionalidade que cerca a propriedade da terra no país e à prática reiterada da grilagem, também podem constituir um ambiente propício para a prática de outros crimes e irregularidades, inclusive envolvendo esquemas do circuito internacional. Alguns elementos levantados pela pesquisa sobre a empresa Tiba Agro são sugestivos desse tipo de conexão, como se verá a seguir.

- A Tiba Agro

A Tiba Agro era tida segundo a imprensa como uma das maiores imobiliárias rurais atuantes no país por volta dos anos 2010. Anunciava-se que a empresa detinha a propriedade de cerca de 300 mil hectares de terras distribuídos entre 13 fazendas nos estados da Bahia, do Piauí e do Mato Grosso, disputando a liderança do setor com empresas como a BrasilAgro. Conforme o Jornal Valor Econômico (15/03/2010, p. B15), a Vision Brasil, empresa gestora de investimentos de propriedade de dois ex-executivos do *Bank of America*, (Fabio Greco e Amaury Fonseca Junior), estabeleceu uma sociedade com fundos de *private equity*[10] com cotistas americanos e europeus, o Grupo Golin (conglomerado do agronegócio originário do Mato Grosso do Sul), e os irmãos Francioni, da Bahia, para a aquisição de terras pela Tiba Agro. Ainda segundo o mesmo jornal, o Grupo Golin já possuía algumas fazendas, que foram trocadas por uma participação de 30% na Tiba Agro.

No entanto, procurados os dados da Tiba Agro referentes ao cadastro de Pessoa Jurídica,[11] considerando empresas ativas e liquidadas, não foram encontrados quaisquer registros oficiais,[12] bem como de suas propriedades. Tendo em vista a ausência de documentação oficial, foram levantadas todas as empresas nas quais Fábio Greco e Amaury Fonseca Junior constavam como sócios, seja, exclusivos, seja ao lado de outros

[10] Em geral, os fundos de *private equity* costumam oferecer menos risco ao investidor que a bolsa de valores. O motivo: a aplicação de recursos é feita diretamente nos projetos e não nas empresas. A ideia é que as empresas alavanquem recursos pela participação privada (*private equity*) para expansão ou recuperação dos negócios.
[11] Diretório Brasil. (https://www.diretoriobrasil.net/, acessos vários em abril de 2022).
[12] Em registro da p. 58 do caderno empresarial do Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOSP) de 24 de março de 2009, referente à criação da Tiba Agro S.A., consta apenas "CNPJ em constituição".

sócios. Fonseca Jr, juntamente com Marcelo Nastromagario. aparecem como proprietários da holding e imobiliária São João do Pirajá, empresa com sede em São Paulo capital e filial em Currais, no Piauí, que atua no mercado imobiliário e na produção de soja.

Destacam-se ainda entre as empresas vinculadas aos referidos nomes, as seguintes imobiliárias: São João do Pirajá Empreendimentos Rurais LTDA, ICGL Empreendimentos e Participações S.A, AGK5 Empreendimentos e Participações LTDA, Nova Angelim Empreendimentos e Participações LTDA, com propriedades no Piauí distribuídas entre os municípios de Currais, Manoel Emídio e Baixa Grande do Ribeiro, respectivamente. A soma da área total de terras registradas em nome dessas imobiliárias é de creca de 80,6 mil hectares, um número expressivo, mas bem inferior aos 300 mil hectares anunciados no site da Vision Brasil até o primeiro semestre de 2022 (ver Tabela 1).

Tabela 1 - Propriedades rurais de imobiliárias vinculadas a sócios da Tiba Agro

UF	Cidade	Nome-Imóvel	Titular	Área (Ha)
PI	Currais	Fazenda São João do Pirajá	São João do Pirajá Empreendimentos Rurais LTDA	29.452,7641
PI	Currais	Fazenda Terçado	ICGL Empreendimentos e Participações S.A	14.523,6980
PI	Manoel Emídio	Fazenda Esteio	ICGL Empreendimentos e Participações S.A	13.228,2181
PI	Baixa Grande do Ribeiro	Fazenda Nova Liberdade	AGK5 Empreendimentos e Participações LTDA	8.190,2144
PI	Baixa Grande do Ribeiro	Fazenda Nova Liberdade	Nova Angelim Empreendimentos e Participações LTDA LTDA	8.190,2144
PI	Baixa Grande do Ribeiro	Fazenda Angelin 3. 4 E 5	Nova Angelim Empreendimentos e Participações LTDA LTDA	4.857,2160
PI	Baixa Grande do Ribeiro	Fazenda Angelim 02	Nova Angelim Empreendimentos e Participações LTDA LTDA	2.247,1874
			Total	80.689,5124

(SNCI, consultado setembro de 2022)

Hoje não existe mais qualquer referência à Tiba Agro no site da Vision Brasil, embora conste a informação de que a empresa investe em terras agrícolas e o registro dos seguintes marcos no segmento do agronegócio: mais de R$ 2 bilhões investidos no agronegócio; gestão de mais de 300.000 ha de áreas agrícolas e experiência em operação agrícola com mais de 20.000 ha de produção própria.[13]

[13] Disponível em: https://visionbrazil.com/, Acesso em 10/01/2024.

O Grupo Golin, junto com a Vision Brasil, é citado em processo que corre na justiça movido pela Associação dos Lesados pela Fazendas Reunidas Boi Gordo e Empresas Coligadas e Associadas (ALBG),[14] que representa de cerca de 30.000 pessoas e mais de R$ 4 bilhões de prejuízos. Segundo consta no processo, a Vision teria ajudado o Grupo Golin a repatriar recursos desviados da falência da Boi Gordo por meio de um esquema que envolveu o investimento na compra de terras no Matopiba (Agência Pública, 19/06/2018).[15]

Esse Grupo, juntamente com o Grupo Sperafico, comprou as Fazendas Reunidas Boi Gordo em 2003, quando estas já estavam em concordata. Na ocasião, nomearam José Roberto da Rosa, personagem fictício, como gerente. Segundo a Revista Veja, investigações posteriores realizadas por empresa contratada pela massa falida e supervisionada pelo Ministério Público (MP) revelaram que Rosa só existia em procurações, que o seu RG e seu CPF tinham sido feitos a partir de uma certidão de nascimento falsa, e que as suas assinaturas saíram do punho de um contador da Golin. Durante a sua gestão, os Grupos se desfizeram de fazendas, maquinário, gado e sêmen para reprodução. "A conclusão a que se chegou foi de que a venda dos bens sob sua gestão serviu para desviar recursos, que foram enviados para o exterior e voltaram ao Brasil em esquemas de lavagem de dinheiro, com a compra de fazendas" (REVISTA VEJA, 5/11/2021)[16]

- A BrasilAgro

O estudo da BrasilAgro é bastante significativo em vários aspectos, dentre eles, destacam-se tanto a sua grande importância econômica como a participação acionária majoritária de uma empresa com origem na argentina.

A BrasilAgro é considerada por muitos veículos de mídia de referência do mercado financeiro e setores do agronegócio como uma das maiores empresas com foco na comercialização de terras agrícolas atuante no país. Ela foi criada em 2006 a partir da

---

[14] As Fazendas Reunidas Boi Gordo foram uma empresa do setor de engorda de gado criada nos anos 1990 que oferecia aos investidores um rendimento de 42% em três anos. Ela faliu em 2004, lesando mais de 30 mil cotistas, que perderam cerca de R$ 4 bilhões. (https://valor.globo.com/eu-e/coluna/o-caso-boi-gordo-13-anos-depois.ghtml, acesso em 10/07/2023)

[15] "Investigação indica que dinheiro dos credores da Boi Gordo virou terra em Matopiba". Disponível em https://apublica.org/2018/06/investigacao-indica-que-dinheiro-dos-credores-da-boi-gordo-virou-terra-em-matopiba/, acesso em 20/08/2022.

[16] "Decisão judicial pode colocar fim à novela do golpe da Boi Gordo". Disponível em: https://veja.abril.com.br/brasil/decisao-judicial-pode-colocar-fim-a-novela-do-golpe-da-boi-gordo, acesso em 15/12/2023.

associação entre Elie Horn, proprietário da Cyrela, empresa que atua no ramo imobiliário urbano no Brasil, e a CRESUD, empresa do agronegócio de origem Argentina que administra por meio de suas subsidiárias mais de 600 mil hectares em fazendas distribuídas na Argentina, Brasil, Paraguai e Bolívia.

A holding imobiliária CRESUD passou por uma grande transformação nos anos 1990, quando foi comprada pela Inversiones y Representaciones Sociedad Anónima (IRSA), empresa também argentina que contou com notável suporte financeiro do Soros Fund Management (LLC) no período, para a sua entrada Bolsa de Valores de Nova Iorque (NASCIMENTO, 2019).

O principal negócio da BrasilAgro consiste na aquisição e venda de propriedades rurais, isto é, a empresa compra terras que vinham sendo utilizadas de diversas formas e as adequa às culturas mais rentáveis dominantes nas áreas em que estão situadas, como o cultivo de soja, cana ou algodão; em seguida, com o aumento do preço das terras relacionado às mudanças efetuadas, vende a propriedade, obtendo dessa forma um elevado retorno financeiro.

Do ponto de vista produtivo, a empresa afirma, em seus relatórios de sustentabilidade, a utilização de um modelo que combina janelas de plantio, com o monitoramento de eventos climáticos e a diversificação de produtos para amenizar possíveis riscos gerados por fatores climáticos e de mercado. Um exemplo mencionado para demonstrar tal combinação foi o fato de as perdas da produção no Paraguai, ocasionadas pela diminuição de áreas plantadas e pela seca, poderem ser aliviadas pelo aumento da produção da soja no Brasil e na Bolívia.

Nesse modelo de negócio, as lógicas produtiva e imobiliário-financeira estão intimamente relacionadas, a produção agrícola ou o aluguel da terra para a produção são tratados como uma estratégia a serviço da "valorização" da terra, além de proporcionar um fluxo de caixa e gerar liquidez enquanto a empresa espera o melhor momento para vender a terra. Em 2023, o portfólio de propriedades da BrasilAgro contava com 12 fazendas próprias, somando 275.412 hectares (dentre elas, 7 fazendas estão nos estados de Bahia, Piauí e Maranhão, no Matopiba), sendo avaliado em R$ 3,3 bilhões em terras no Brasil e no Exterior.[17]

A fundação da BrasilAgro apresenta uma característica singular: em maio de 2006 a empresa registra seu IPO - *Initial Public Ofering* - na Bolsa de Valores de São Paulo

[17] Dados apresentados pelo Relatório de Sustentabilidade (2021-2022) da BrasilAgro.

(B3), quando ainda não possuía um único ativo ou rendimento. Ou seja, ela primeiro captou aportes financeiros em grande volume de forma aberta, no mercado de ações, para só depois concretizar o investimento. Essa estratégia foi distinta da adotada por empresas como Sollus Capital, Calyx Agro e Brookfield Agriculture Group, que preferiram limitar a captação de recursos a um seleto grupo de investidores (NASCIMENTO, 2021). A vinculação entre o capital financeiro e a agricultura pode-se efetuar de diferentes formas, podendo alcançar grande força econômica. No caso da BrasilAgro, essa aliança se materializou numa das maiores empresas no território nacional que investe em terra como ativo financeiro.

Em 2021, a empresa comemorou 15 anos de listagem na Bolsa de Valores. Em celebração ao feito, foi realizada uma cerimônia simbólica na B3 de "tocar o sino", um tradicional ato do mercado financeiro empregado quando uma empresa consuma a sua oferta inicial de ações. Na ocasião, Fabiana Perobelli, superintendente de Relacionamento com Empresas e Associações do Agronegócio da B3, fez o seguinte registro, muito revelador sobre a crescente aproximação entre o agronegócio e o mercado financeiro:

> É uma honra receber a BrasilAgro na B3 para mais uma vez tocar a campainha e celebrar o seu sucesso. Há 15 anos eram poucas as empresas do agronegócio na bolsa. Felizmente, esse cenário está mudando e, atualmente, vemos aumentar a representatividade deste setor tão importante para a economia no mercado de capitais. (B3, 16/12/2021).[18]

Em seu primeiro ano, quando a BrasilAgro abriu o capital na Bolsa de Valores de São Paulo (atual B3), ela passou a ser controlada também pelos fundos de investimentos norte-americanos Cape Town LLC e Tarpon Agro LLC. Essa composição passou por mudanças ao longo do tempo e, em 2010, a CRESUD comprou as ações da Tarpon e se tornou a maior acionista da empresa, posição em que se mantém até hoje. Em novembro de 2023, a CRESUD detinha 34,22% da empresa, seguida pelo fundo Charles River Capital, com 8,98% e por Elie Horn, com 5,94%.

Como não foi possível levantarmos em que momento exato o fundo Charles River Capital entrou na composição acionária da BrasilAgro, usamos dados da Comissão de Valores Imobiliários (CVM) sobre o registro deste fundo. A ficha cadastral disponibilizada pela CVM demonstra que o fundo é administrado pelo Banco BTG Pactual, sendo que ele foi constituído em 2014. Uma busca nos noticiários ligados ao

[18] Disponível em: https://www.b3.com.br/pt_br/noticias/brasilagro-realiza-toque-de-campainha-para-comemorar-15-anos-de-listagem-na-b3.htm, acesso em: 20/03/2023.

mercado financeiro indicou que tem ocorrido uma aproximação entre o Banco BTG Pactual e a BrasilAgro. Ainda em 2011, segundo uma notícia veiculada pela Exame, a empresa anunciou o Banco BTG Pactual como seu formador de mercado. A B3 define a figura do formador de mercado como:

> Uma pessoa jurídica, devidamente cadastrada na B3, que se compromete a manter ofertas de compra e venda de forma regular e contínua durante a sessão de negociação, fomentando a liquidez dos valores mobiliários, facilitando os negócios e mitigando movimentos artificiais nos preços dos produtos.

Tal figura tem uma importância fundamental nas negociações de ações. Após esses anos o Banco BTG não apenas cresceu a sua participação dentro da BrasilAgro, como trouxe consigo a sua parceira, a casa de investimentos XP Investimentos. Uma reportagem da Agência Pública revelou que as duas entidades financeiras estavam envolvidas com a negociação de ações da BrasilAgro no mercado americano, num montante estimado em torno de R$ 670 milhões, sob um acordo que previa que as duas empresas de investimento poderiam adquirir ações que não fossem compradas por terceiros. Esse acordo foi um dos responsáveis por aumentar os ativos sob custódia da XP Investimentos, possibilitando que ela quase alcançasse a marca de 1 trilhão de reais.

Por trás das grandes empresas agrícolas que operam no Matopiba, há diferentes instituições financeiras, de nacionalidades diversas. Tal elemento é fundamental para entender a dinâmica de empresas como a BrasilAgro no mercado de terras, visto que, apesar de ter o Brasil em seu nome, a presença de sócios estrangeiros é majoritária em sua composição acionária. O seu grande quantitativo de ações em nome de estrangeiros motivou investigações do INCRA para apurar irregularidades em propriedades suas situadas no Piauí, Maranhão, Bahia, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.[19]

A empresa também já foi acionada por motivo de desmatamento ilegal, além de enfrentar denúncias de grilagem verde. No Maranhão, percorremos áreas do Parque Estadual do Mirador que foram griladas pela BrasilAgro, que opera na área em parceria com a AgroSerra.[20]

---

[19] BTG e XP estão a serviço de estrangeiros suspeitos de compra ilegal de terras. Disponível em: https://apublica.org/2021/05/btg-e-xp-estao-a-servico-de-estrangeiros-suspeitos-de-compra-ilegal-de-terras/#grandes-empresas-do-exterio

[20] Sobre a Grilagem de terras do Parque Mirador realizada pela empresa, ver Ferreira, 2019.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa contribuiu para o conhecimento do *modus operandi* de empresas imobiliárias rurais financeirizadas criadas nas últimas duas décadas e que atuam a partir de arranjos diversos estabelecidos com o capital financeiro, bem como do impacto destas no mercado de terras da região do Matopiba. A análise da composição de capitais dessas empresas revela aspectos importantes do processo de integração de capitais em curso no agronegócio brasileiro, com a diversificação dos arranjos financeiros em que este se baseia e uma participação crescente de investidores institucionais, além de uma ampla mobilização de capitais originários de diferentes setores da economia, bem como do mercado financeiro mundial.

A atuação dessas imobiliárias também tem contribuído para a separação entre a propriedade da terra e o investimento na produção agrícola, com o aumento da prática de arrendamento de terras entre empresas produtoras de *commodities*, que com frequência vêm estabelecendo parcerias com essas imobiliárias, podendo ser, muitas vezes, empreendimentos vinculados ao mesmo grupo empresarial, como é o caso da BrasilAgro.

A dominância das finanças influencia as estratégias de estruturação e funcionamento dessas empresas, com o recurso frequente à criação de subsidiárias a partir de aportes de novos sócios e de fundos de investimentos, para o financiamento de novos empreendimentos. Essas práticas são comuns entre as corporações imobiliárias que atuam no Matopiba. Mas, conforme se verificou nas empresas estudadas, o grande poder econômico daí resultante, também está ancorado frequentemente numa miríade de abusos, irregularidades e crimes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASILAGRO. *Relatório de Sustentabilidade 2021-2022*. Disponível em: <http://relatorioanual.brasil-agro.com/wp-content/uploads/2022/11/Relatorio-de-Sustentabilidade-2021-2022.pdf>. Acesso em 30 de ago. 2022.

CHESNAIS, François. *Finance capital today***.** Leiden/Boston: BRILL, 2016.

FAIRBAIRN, Madaleine. *Fields of gold:* financing the global land rush. Ithaca/ London: Cornell University Press, 2020.

FERRIERA, Júlia Letícia Pereira. *A gente quer viver a vida que a gente vivia antes do parque chegar:* uma leitura sobre a disputa socioterritorial entre o poder público-privado e as comunidades tradicionais dos rios Itapicuru e Alpercatas. 2019. 64 p. Monografia de Graduação (Curso de Geografia), Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2019.

FREDERICO, Samuel. *Território, capital financeiro e agricultura*: land grabbing e fronteira agrícola no Brasil. Rio Claro: UNESP, 2018. (Tese de Livre Docência)

HARVEY, David. *A loucura da razão econômica*: Marx e o capital no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2018.

NASCIMENTO, Rodrigo Cavalcanti do. Imobiliárias agrícolas financeirizadas: a atuação da Empresa Brookfield no mercado fundiário brasileiro. In: ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA, XIV, 2021, João Pessoa. *Anais* [...].

_____. *Capital financeiro e uso agrícola do território*: a financeirização da terra nos cerrados brasileiros.2019. 243 p. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Rio Claro, 2019.

NASCIMENTO, Rodrigo Cavalcanti do; FREDERICO, Samuel. Imobiliárias agrícolas financeirizadas e *land grabbing*: a atuação de empresas agrícolas controladas pelo capital financeiro no mercado fundiário brasileiro. *Geousp*, v. 26, n. 1, e-188587, abr. 2022. ISSN 2179-0892. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/188587. doi: https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2022.188587.

PEREIRA, Lorena Izá e PAULI, Lucas. O processo de estrangeirização da terra e expansão do agronegócio na região do Matopiba. *Campo-Território*: revista de geografia agrária, Edição especial, 196-224, jun., 2016

PITTA, Fabio et al. *Land Grabbing and Ecocide*: how Bunge, TIAA, and Harvard Fuel the destruction of the Brazilian Cerrado. Network for Social Justice and Human Rights, Friends of the Earth International and ActionAid, 2023. https://foe.org/wp-content/uploads/2023/09/Land-Grabbing-and-Ecocide-Final-compressed.pdf, Acesso em 23/12/2023.

_____. A produção do espaço na região do Matopiba: violência, transnacionais imobiliárias agrícolas e capital fictício. *Estudos Internacionais*, Belo Horizonte, v.5, n.2, p. 155–179, 2017.

SPADOTTO, Bruno *et al. Financial capital, land grabbing, and multiscale strategies of corporations specializing in the land market in the Matopiba region***.** The 5th International Conference of the BRICS Initiative for Critical Agrarian Studies. Moscou, 2017. Disponível <https://www.researchgate.net/publication/341385737_Financial_capital_land_grabbing_and_multiscale_strategies_of_corporations_specializing_in_the_land_market_in_the_Matopiba_region_Brazil>. Acesso em: 24 de Maio de 2022.

SAUER, Sergio; BORRAS Jr, Saturnino. 'Land grabbing' e 'green grabbing': uma leitura da 'corrida na produção acadêmica' sobre a apropriação global de terras, *Campo-Território*: Revista de Geografia Agrária, Edição especial, 6–42, jun., 2016.

AGRONEGÓCIO DO CAFÉ: UMA AGRICULTURA CAPITALISTA GLOBALIZADA NA MESORREGIÃO SUL/SUDOESTE DO ESTADO DE MINAS GERAIS.

Renata Vieira de Melo [1]

Fabiane Ripplinger [2]

RESUMO

Este artigo tem como objetivo refletir a consolidação do agronegócio do café na mesorregião Sul/Sudoeste de Minas Gerais, analisando-o sob a perspectiva da lógica de expansão das *commodities* agrícolas. Tal situação geográfica se materializa em uma produção alinhada aos padrões produtivos mundiais e submetida às mesmas leis que regem outros aspectos da economia globalizada. Para atingir o objetivo, realizou-se uma revisão bibliográfica temática e a coleta de dados secundários dos Censos Agropecuários (2017) e da Pesquisa Agrícola Municipal do IBGE (2022). Os resultados destacam uma estreita relação entre a consolidação da cafeicultura com a atuação de agentes hegemônicos do setor que exercem controle sobre a produção na região.
Palavras-Chave: Agronegócio, Café, *Commodities*, Agricultura Científica Globalizada.

ABSTRACT

This article aims to reflect on the consolidation of the coffee agribusiness in the South/Southwest mesoregion of Minas Gerais, analyzing it from the perspective of the logic of expansion of agricultural commodities. This geographical situation materializes in a production aligned with global productive standards and subject to the same laws that govern other aspects of the globalized economy. To achieve this objective, a thematic literature review was conducted, and secondary data were collected from the Agricultural Censuses (2017) and the Municipal Agricultural Research of IBGE (2022). The results highlight a close relationship between the consolidation of coffee cultivation and the actions of hegemonic agents in the sector who exert control over production in the region.
Keywords: Agribusiness; Coffee, Commodities, Globalized Scientific Agriculture.

INTRODUÇÃO

O avanço das relações capitalista com as alterações de ordem técnica e normativa no setor agrícola, engendrou a criação de diferentes arranjos territoriais produtivos que favoreceram a revalorização das exportações de produtos primários. Tal situação

[1] Doutoranda em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia - MG, renata.vieirademelo78@gmail.com. Bolsista CAPES

[2] Doutoranda em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia - MG, fabianeripplinger2@gmail.com. Bolsista CAPES

geográfica, se materializa a partir do aprofundamento da produção de gêneros para exportação, com ênfase na produção de *commodities* agrícolas.

Com o processo de globalização e a adoção de políticas neoliberais, a agricultura brasileira passou por transformações significativas, resultando na internacionalização do seu modo de produção, inserindo-se no contexto do agronegócio globalizado.

Dentre as *commodities* de maior expressividade para economia brasileira, destacamos o café, principal produto do agronegócio da mesorregião Sul/Sudoeste do Estado de Minas Gerais e, um dos principais gêneros exportados pelo país. No patamar dos exportadores dessa *commodity*, o Brasil ostenta uma posição de liderança solidamente mantida devido à produtividade alcançada. No ano de 2022, as produções totais de café nas regiões brasileiras atingiram o volume de 3.172.562 toneladas (IBGE, 2022) o que evidencia o seu poderio econômico.

Destarte, o agronegócio do café possui uma relevância econômica e social significativa em nível nacional, regional e global, pois está integrado ao fenômeno da agricultura científica globalizada (SANTOS, 2000). Isso implica na marcante presença do capital estrangeiro na sua produção e comercialização, como também atinge esfera financeira mundial.

Face ao exposto, este estudo visa uma análise da dinâmica do agronegócio do café na mesorregião Sul/Sudoeste de Minas Gerais, a qual se destaca como a principal produtora nacional dessa *commodity*. O enfoque da pesquisa recai sobre a lógica de expansão das *commodities*, considerando as iniciativas governamentais e a influência significativa dos agentes hegemônicos que exercem controle e centralizam a produção. Estes atuam como protagonistas cruciais no impulso da cafeicultura regional, desempenhando um papel fundamental no direcionamento e no desenvolvimento dessa atividade econômica na região.

METODOLOGIA

Para atingir o objetivo central, realizou-se um levantamento bibliográfico temático, a busca por dados secundários na Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) e Censo Agropecuário disponíveis na plataforma Sidra-IBGE, a fim de se obter o entendimento da dinâmica cafeeira no contexto regional, bem como, sua relação com a escala global.

REFERENCIAL TEÓRICO

A agricultura brasileira experimentou uma série de transformações significativas em seus modos de produção ao longo dos séculos, tais alterações modificaram os sistemas técnicos e normativos da economia agrícola, sobretudo em áreas onde a produção estava direcionada ao mercado externo. O circuito espacial de produção agrícola, anteriormente centrado em níveis locais, se tornou cada vez mais integrado globalmente. Isso resultou em uma crescente interconexão financeira com agentes hegemônicos do setor.

Vale ressaltar que Gonçalves Neto (1997), considera que o período compreendido entre os anos 1950 e 1960 havia a construção de uma narrativa concernente com uma suposta ineficiência da agricultura diante da sociedade urbano-industrial. Nesse sentido, esse discurso fomentou a reestruturação do espaço agrícola brasileiro atendendo os interesses dos principais atores econômicos, como grandes empresas, o Estado e latifundiários, para a modernização do setor agropecuário.

Conforme identificado por Castillo (2007) e Frederico (2013), na cronologia das mudanças do cenário agrícola brasileiro destaca-se pelo menos dois momentos importantes. Inicialmente, observamos a adoção do paradigma da Revolução Verde e a consequente formação dos complexos agroindustriais, que foram amplamente fomentados e regulados pelas políticas do Estado brasileiro. O segundo marco é caracterizado pelo surgimento dos sistemas técnicos de informação e pelo processo de desregulamentação política.

A partir da chamada Revolução Verde (DELGADO, 2012), os efeitos da modernização alteraram significativamente os modos de produção, trazendo consigo a inserção de novas práticas agrícolas justificadas na ampliação da produtividade e proteção das plantas contra a ação das pragas. Delgado (2012) retrata esse período como um marco histórico, em que o processo de integração econômica ocorre de forma multiescalar e intersetorial envolvendo a economia urbana, industrial e o mercado externo.

Neste cenário, a integração econômica com a indústria é impulsionada principalmente pelas iniciativas do governo brasileiro que criou em 1964 o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), por meio da lei 4.595. O SNCR foi concebido com o propósito de viabilizar o financiamento de investimentos e consistiu em uma representação efetiva da intervenção governamental na economia agrícola. Isso se materializou por meio de políticas públicas que visavam modernizar e expandir a fronteira agrícola do país, envolvendo instituições financeiras, cooperativas de crédito rural e sociedades de crédito.

Ademais, pode-se afirmar a presença, naquela época, do que foi denominado por Delgado (2012) como um "pacto agrário modernizante". Esse pacto representou um acordo governamental que incluía benefícios fiscais e acesso a crédito para as oligarquias agrárias, juntamente com o estímulo à pesquisa agrícola por parte de instituições especializadas. O seu objetivo era conduzir, modernizar e ampliar uma política agrícola regional focada, especialmente, em alguns produtos-chave da economia brasileira, como açúcar, café, trigo e cacau.

Em paralelo à crescente disponibilidade de capital para o setor agrícola, o governo brasileiro também impulsionou o desenvolvimento da indústria de processamento e beneficiamento de produtos agrícolas e agroindústrias. Isso resultou em uma maior integração e subordinação da agricultura ao setor industrial e ao capital comercial e financeiro, dando origem aos chamados Complexos Agroindustriais. Conforme Mazzali (2000), estes complexos surgiram na agricultura brasileira a partir de 1970 com o propósito de alinhar a agricultura modernizada com os princípios produtivos do sistema capitalista.

Posto isso, a transição do modelo de produção convencional para o moderno é caracterizada pela estreita relação entre a indústria e a agricultura, em que o trabalho agrícola se submete especificamente ao capital industrial e financeiro (MÜLLER, 1989) representando então a fusão e/ou integração de capitais intersetoriais. Diante disso, torna evidente os nexos estratégicos entre a esfera governamental, a esfera industrial e a esfera financeira para implementação de medidas que resultaram no processo de reestruturação produtiva e constituíram um meio técnico-científico (SANTOS, 1996; SANTOS; SILVEIRA, 2001) para o campo brasileiro.

Por conseguinte, de fato essa reestruturação produtiva do campo criou um ambiente favorável para uma maior de tecnificação e cientifização do território (SANTOS, 1996). No entanto, a política financeira e reguladora do Estado brasileiro, representada pela abundância de créditos disponíveis e incentivos fiscais entra em decadência a partir da década de 1980, forçando o Estado a diminuir os ativos liberados e estruturar novas estratégias de promoção dos espaços agrícolas, visto que, havia a necessidade de a mudança no padrão de financiamento. Tal situação é indutora a implantação de um novo modelo produtivo na agricultura.

Nessa conjuntura, a década de 1980 marcou o declínio do paradigma anterior e advento de uma agricultura científica globalizada (SANTOS, 2000) ou ainda o que Elias (2006) denomina por agronegócio globalizado. Para Delgado (2012), esse novo cenário

geográfico que sustenta o desenvolvimento da agricultura não se estabelece de maneira uniforme em todo o território, privilegiando determinadas regiões, produtos agrícolas específicos (*commodities*) e estratos sociais, em especial, os grandes produtores (latifundiários).

No tocante a isso, percebe-se a criação de uma nova feição ao campo, favorável aos agentes hegemônicos do setor. Conforme Elias (2006), a expansão do capital no campo e a oligopolização da paisagem agrícola tem como resultado o agravamento das desigualdades sociais, incluindo o aumento da concentração de terras, juntamente com impactos ambientais e territoriais.

Em consonância a isso, Mazzali (2000) aponta a emergência de um novo arranjo territorial ao campo, a partir da década de 1990, pautado na abertura comercial e na maior internacionalização dos circuitos espaciais produtivos agrícolas. Para Frederico (2013), isso repercutiu em uma maior especialização na produção de *commodities*, no controle do espaço agrícola por agentes corporativos e na exposição da produção às vicissitudes do mercado financeiro mundial.

O novo padrão agrícola, centrado sobretudo, no viés neoliberal, pautou-se sobre três pilares para efetivar a reprodução do capital, são esses: a produção de *commodities*, as bolsas de mercadorias e de futuro e a formação de empresas monopolistas mundiais (OLIVEIRA, 2015). Conforme Oliveira (2015, p. 230):

> "O neoliberalismo se caracteriza pela livre circulação de capitais internacionais, abertura das economias nacionais para a entrada de multinacionais, a implantação de ações que impeçam o protecionismo econômico, adoção de política de privatização de empresas estatais" (OLIVEIRA, 2015, p.230).

Nesse sentido, o atual período de globalização e do capitalismo neoliberal (SANTOS, 2000; HARVEY, 2005), é caracterizado pela prevalência de uma política neoliberal, uma lógica financeira globalizada e a atenção das novas tecnologias de informação. Diante disso, o Estado deixou de desempenhar o papel central como articulador e financiador dos complexos agroindustriais, um papel que gradualmente passou a ser fortalecido pelas grandes empresas monopolistas e que por sua vez "expôs os produtores à lógica da competitividade em escala global" (FREDERICO, 2013, p.104).

Posto isso, Santos (2000) conceitua a emergência de uma agricultura científica globalizada (SANTOS, 2000) centrada em requisitos de padronização ao longo da linha de produção, beneficiamento e comercialização. Para o autor:

> Podemos agora falar de uma agricultura científica globalizada. Quando a produção agrícola tem uma referência planetária, ela recebe influência daquelas mesmas leis que regem os outros aspectos da produção econômica. Assim, a competitividade, característica das atividades de caráter planetário, leva a um aprofundamento da tendência à instalação de uma agricultura científica. Esta, como vimos, é exigente de ciência, técnica e informação, levando ao aumento exponencial das quantidades produzidas em relação às superfícies plantadas. Por sua natureza global, conduz a uma demanda extrema de comércio. O dinheiro passa a ser uma "informação" indispensável (SANTOS, 2000, p. 88-89).

Essa nova racionalidade técnica no espaço agrícola ditada pelos agentes hegemônicos leva a criação de paisagens homogêneas (SANTOS, 2000), obedientes aos parâmetros produtivos impostos pelo mercado mundial. Conforme Elias (2003), esse novo tipo de agricultura implica diretamente no controle e no domínio sobre a natureza com o intuito de regular os custos de produção, elevar a produtividade e a criação de redes globais de comercialização voltadas na reprodução do capital monopolista no campo.

Nesse sentido, esse modelo de agricultura torna-se predominante em ambientes favoráveis à disseminação de cultivos agrícolas que atendam às demandas globais, ou seja, áreas produtoras de *commodities* agrícolas (CASTILLO, 2011). Tal situação impõe uma lógica global incorporada ao território (OLIVEIRA, 2015), onde o setor agrícola brasileiro para se posicionar de maneira competitiva nos mercados internacionais (CASTILLO, 2011), permite o domínio e centralização do capital estrangeiro em sua dinâmica de produção.

Por conseguinte, ocorre uma nova divisão territorial do trabalho comandada por grandes agentes hegemônicos, o que para Frederico (2013) condicionará o processo de "commoditização do território". Notadamente, essas porções do território experimentam especializações produtivas voltadas a reprodução do capital do agronegócio de *commodities*. Para, Frederico:

> O "imperativo das exportações", resultado da combinação de uma política neoliberal hegemônica com o domínio da lógica financeira na esfera pública e privada, tem estimulado o aumento das exportações de *commodities* agrícolas, com a exacerbação da especialização regional produtiva do território brasileiro, sobretudo, com produtos agrícolas. Evidencia-se uma "commoditização" não só da economia, mas também do território, uma vez que determinadas regiões passam a atrair investimentos públicos e privados e a reunir uma série de infraestruturas e normas que as tornam funcionais a uma determinada produção e à lógica do mercado globalizado (FREDERICO, 2013, p. 8).

Ao se inserir no contexto de competitividade global, os territórios tem experimentado especializações produtivas e novas divisões territoriais do trabalho, o que resulta em um maior controle desse espaço por agentes hegemônicos do setor agrícola mundial, sejam essas corporações nacionais, transnacionais e instituições financeiras globais. Essa realidade implica na ampliação das disparidades territoriais e desigualdades sociais, expondo essas áreas e suas populações às externalidades.

Sobre esse aspecto da economia agrícola, Delgado (2012) destaca a existência de um pacto pela economia política do agronegócio, o qual privilegia a implantação, consolidação e escoamento das *commodities*, voltadas a acumulação e reprodução de capital, característica inerente ao sistema neoliberal. Destarte, pode-se afirmar então, a promoção de um agronegócio globalizado.

Segundo Elias (2007), o agronegócio opera de maneira intersetorial e global, unindo a atividade agrícola, industrial, o setor de serviços e o comércio especializado voltado para o consumo produtivo, isso se dá em sintonia com a esfera financeira mundial. O arranjo organizacional e a extensão territorial oriundas desse processo, adequa ao que Elias (2006) caracteriza como Regiões Produtivas do Agronegócio (RPAs). Sendo essas, porções do território extremamente racionalizados onde se concentram parte dos circuitos espaciais de produção e dos círculos de cooperação de importantes *commodities* (ELIAS, 2022).

Tendo em vista que a reestruturação da agropecuária prevê a criação de serviços especializados como aporte produtivo e/ou logístico e comercial para a produção agrícola, a ponto de erigir Regiões Produtivas do Agronegócio (RPAs), nosso esforço de análise concentra no estudo da cafeicultura científica globalizada (FREDERICO, 2013) na mesorregião Sul/Sudoeste do estado de Minas Gerais, já que o café, principal produto do agronegócio mineiro, dinamiza e polariza municípios, exercendo grande poder sobre a economia local, transcende a escala nacional e atinge a escala global.

Torna-se evidente que sua dinâmica de produção segue os padrões estabelecidos pelo mercado global, ademais a competição acirrada entre as diferentes regiões produtoras, o domínio crescente dos grandes conglomerados multinacionais que exercem um controle significativo tanto em termos técnicos quanto normativos sobre a produção, o sistema financeiro especulativo que movimenta contratos de compra e venda do grão, nos leva a considerar que estamos diante de um agronegócio cafeeiro globalizado.

Com o intuito de identificar um produto cuja dinâmica é compatível com o modelo atual e hegemônico de produção, Frederico (2014) introduz uma derivação etimológica

do que Santos (2000) originalmente intitulou de "agricultura científica globalizada," criando assim o termo "cafeicultura científica globalizada", que representa o direcionamento de uma cafeicultura obediente aos parâmetros produtivos mundiais, e que recebe a influência das mesmas leis que regem os demais aspectos da economia globalizada (FREDERICO, 2014). Segundo o autor:

> A cafeicultura brasileira e mundial passou por profundas transformações de ordem técnica e político-normativa a partir da década de 1990. Trata-se da emergência do que estamos denominando de cafeicultura científica globalizada, que se define pela criação e difusão de novos sistemas técnicos agrícolas e também pela adoção de políticas de cunho neoliberal, com a desregulação do comércio internacional, a diminuição do papel regulador dos Estados produtores e a abertura dos mercados nacionais às grandes empresas comerciais (tradings) e torrefadoras (FREDERICO, 2012, p.284).

Conforme Frederico (2014), esse modelo de cultivo de café adere as estratégias de produção e venda monopolistas relacionadas à lógica neoliberal (caracterizada pela desregulamentação e intensificação da concentração de mercado), à lógica financeira (envolvendo o controle de preços, investimentos e especulação em ativos financeiros) e à lógica informacional (caracterizada por uma maior regulamentação e interação entre os atores corporativos e financeiros).

Posto isso, o agronegócio do café, enquanto cafeicultura científica globalizada, é caracterizado pelas práticas de políticas neoliberais e monopolização do setor nas mãos de grupos internacionais que operam diante do mercado mundial dessa *commodity*. Tal situação é indutora de implicações territoriais diversas, tanto positivas e pautadas nas horizontalidades, quanto negativas e resultantes de lógicas verticais e externas (SANTOS, 2005) que moldam as dinâmicas socioeconômicas da região em destaque.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A disseminação do ideário de produção capitalista no campo resultou na modernização da agricultura. Conforme Delgado (2012), esse processo contribuiu para a inserção e conversão do Brasil no contexto do agronegócio mundial, promovendo uma ampliação do cultivo de *commodities* destinadas à exportação. Dentre essas *commodities*, o café se destaca como um expoente significativo para o país, que há décadas atingiu o patamar de maior produtor mundial.

Nesse contexto, torna-se fundamental a análise dos arranjos territoriais produtivos (SANTOS; SILVEIRA, 2001) para uma compreensão mais aprofundada da organização espacial e da coesão das regiões produtoras de café. Além disso, essa abordagem possibilita entender como os circuitos espaciais produtivos se estabelecem nos territórios dedicados à produção do agronegócio cafeeiro.

Como o desempenho da cafeicultura depende de vários fatores, o momento de adequação ao novo modo de se produzir no campo demandava um dispêndio de capital como investimento para adquirir os pacotes técnicos e químicos para a produção padronizada. Com isso, fez-se necessário políticas agrícolas que instrumentalizassem o setor para garantir o desempenho esperado, diante disso, surge a política de crédito agrícola.

A presença do café no território mineiro, assim como, sua inserção no contexto da agricultura globalizada, está atrelada aos interesses na expansão cafeeira, tendo o Estado como principal indutor. O incentivo governamental pode ser demonstrado a partir da instalação do Instituto Brasileiro do Café (IBC) entre os anos de 1970 e 1980, beneficiando-se também do apogeu da política de crédito agrícola. Minas Gerais representa, assim, a região onde uma nova forma de produzir o café se instala, a princípio com recursos financeiros abundantes, valendo-se dessa configuração política para se tornar o maior estado produtor do país.

A priori, o respaldo governamental, expresso na concessão de créditos e na implementação de políticas públicas regionais, aliado a outros Programas Governamentais, como o Programa de Renovação e Revigoramento dos Cafezais (PRRC), por exemplo, desempenhou um papel crucial no estímulo à produção de café. Contudo, a partir da década de 1980, com a crise no padrão de regulação agrária estatal, seguida pela entrada do capital financeiro na agricultura (DELGADO, 2012), observa-se um aumento na presença de grandes grupos empresariais. Estes, motivados a investir na cafeicultura, encontraram condições otimizadas para sua territorialização.

Diante desse novo cenário, para alcançar competitividade global, o agronegócio do café teve de se ajustar aos padrões de produção padronizada, resultando na consolidação de complexos agroindustriais. Esses complexos desempenharam um papel crucial ao estabelecerem conexões entre os produtores, os fornecedores de insumos em geral (como adubos, fertilizantes e nutrientes para o solo), o mercado externo de negociações e a indústria transformadora da matéria-prima.

O café esteve intimamente ligado às contínuas divisões territoriais do trabalho (FREDERICO, 2014) que ao longo do tempo favoreceram o surgimento de regiões especializadas no cultivo, é o caso da mesorregião Sul/Sudoeste do estado de Minas Gerais. No que tange a mesorregião, a produção totalizou 521.753 toneladas em 2022 (IBGE, 2022). Em comparativo com as demais regiões, a mesorregião Sul/Sudoeste segue como a principal produtora do estado ao longo das décadas, conforme podemos observar na Tabela 1 a seguir.

Tabela 1: Produção de café no Brasil, no Sudeste e nas mesorregiões mineiras.

UNIDADES DA FEDERAÇÃO/ MESORREGIÃO	1990	2000	2010	2022
BRASIL	2.929.711	3.870.124	2.907.265	3.172.562
SUDESTE	2.150.783	3.128.532	2.414.186	2.660.792
MG	1.040.799	1.651.221	1.504.188	1.397.270
Sul/Sudoeste	377.685	747.971	646.302	521.753
Noroeste de Minas	7.761	14.847	25.633	44.758
Norte de Minas	2.557	6.087	21.489	24.872
Jequitinhonha	36.786	59.447	26.022	28.117
Vale do Mucuri	19.343	13.691	6.414	2.824
Triangulo Mineiro/ Alto Paranaíba	214.986	316.591	308.201	272.595
Central Mineira	4.297	2.851	942	1.748
Metropolitana de Belo Horizonte	8.298	5.006	3.002	1.266
Vale do Rio Doce	90.222	103.308	82.552	100.848
Oeste de Minas	84.254	111.624	97.561	100.835
Campo das Vertentes	15.877	39.365	32.201	24.960
Zona da Mata	178.733	230.203	253.869	272.694

FONTE**:** IBGE, 2022. Organização das autoras.

O recorte espacial designado como mesorregião Sul/Sudoeste de Minas, identificado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), faz parte das 12 mesorregiões que compõem o estado de Minas Gerais. Este território abrange 146 municípios, distribuídos em 10 microrregiões. Essa demarcação geográfica assume relevância no contexto da produção de café, sendo reconhecida nacionalmente como a principal região produtora desse grão, destacando-se por sua contribuição significativa para a economia brasileira ao longo das décadas.

Hodiernamente, a mesorregião é controlada por agentes hegemônicos que organizam o circuito espacial produtivo e intermedeiam as negociações do produto em escala global, destacamos: cooperativas, armazéns, indústrias de beneficiamento, redes logísticas, assistência técnica, institutos de pesquisa.

Na mesorregião, onde predomina a agricultura familiar, a presença de cooperativas é cada vez mais notória. Entre as dezenas de cooperativas de cafeicultores presentes, destacam-se algumas como a Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé (COOXUPÉ), que foi a primeira cooperativa estabelecida na região e atualmente é a maior cooperativa de café do mundo.

Ao se estabelecerem na região e ao envolverem os agricultores familiares, as cooperativas intensificam a subordinação dos produtores à lógica mercadológica do agronegócio globalizado. Ao controlarem a produção, comercialização e venda de insumos, essas cooperativas operam como verdadeiras empresas monopolistas, resultando na monopolização do território (OLIVEIRA, 2016). Esse processo vai além da premissa inicial do cooperativismo, revelando-se como uma estratégia que o capital utiliza para sua reprodução (OLIVEIRA, 2012), reconfigurando assim as relações de produção na região.

Nessa dinâmica, percebe-se uma vulnerabilidade social inerente, especialmente entre os pequenos produtores de café, que se tornam dependentes desse processo e expostos às suas externalidades. Esses produtores necessitam das cooperativas para acesso a insumos, maquinários, armazenamento, financiamento, assistência técnica e para escoar sua produção.

Diante da falta de alternativas viáveis, são praticamente compelidos a aderir a essa lógica mercadológica e a uniformizar sua produção. A possibilidade de associação com outros intermediários é mínima, pois as cooperativas dominam a região e adotam abordagens semelhantes, dificultando a utilização da competição (HARVEY, 2016) como estratégia para obter vantagens comparativas.

No âmbito da configuração territorial, essas organizações desempenham o papel de agentes impulsionadores da especialização produtiva. Elas abrangem a maioria dos produtores, integrando-os à dinâmica do agronegócio cafeeiro, e mobilizam serviços urbanos específicos. Isso se deve à disseminação da cafeicultura científica globalizada (FREDERICO, 2014), um modelo hegemônico que caracteriza o atual estágio da cafeicultura brasileira e tem uma forte tendência de exercer influência marcante sobre os lugares, as regiões e os territórios destinados à produção.

Todavia, o controle dessa parcela do território mineiro não é exclusivo das cooperativas, pois as multinacionais também exercem uma influência significativa. Além de determinarem os métodos e ritmos da produção, essas empresas supervisionam a logística, a comercialização e uma parte substancial do financiamento (FREDERICO,

2013), desempenhando um papel crucial em diversas fases do circuito espacial produtivo dessa *commodity*.

Entre os agentes hegemônicos que exercem controle sobre a região, vale ressaltar a presença de diversos monopólios internacionais atuantes no setor cafeeiro. Destacam-se a alemã Neumann Kaffee Gruppe (NKG), a corporação suíça Ecom Agroindustrial Ltda, a Stockler (considerada a 5ª maior empresa exportadora e integrante do Grupo NKG), o grupo francês de exportação Louis Dreyfus, a Volcafé do comércio atacadista, a Mercon Brasil, a suíça Sucafina S/A, a multinacional estatal chinesa Cofco Agri (antiga Syngenta), e a singapurense Olam Coffee (VILAS BOAS, 2019).

Essas empresas desempenham papéis essenciais na mesorregião e são parte integrante da rede global do agronegócio cafeicultor, operando em todos os principais produtores mundiais desse grão. A influência desses monopólios não se limita apenas à produção, estendendo-se à comercialização, logística e financiamento, consolidando assim uma presença abrangente ao longo do circuito espacial produtivo da região.

Tal situação geográfica, destaca uma clara hierarquia entre as grandes corporações e as cooperativas que exercem controle sobre o setor cafeeiro, instrumentalizando o trabalho do agricultor familiar como um meio para acumulação de capital. A desigualdade de poder que beneficia as empresas multinacionais, ao mesmo tempo em que impõe ônus aos agricultores familiares, condicionando-os à dependência econômica, contribui para a reprodução de uma estrutura social assimétrica (HARVEY, 2016). Essa assimetria não apenas se reflete na relação de poder no âmbito da produção, mas também influencia os aspectos socioeconômicos da mesorregião.

Assim, destaca-se a presença significativa de multinacionais que atuam em várias etapas do circuito produtivo, a negociação do produto em bolsas de valores, a padronização da produção e a capitalização dos títulos de empresas envolvidas na produção. Esses elementos não apenas evidenciam a complexidade do circuito espacial produtivo e dos círculos de cooperação do café, mas também apontam para a crescente financeirização da cafeicultura. Este fenômeno não se limita apenas à produção em si, mas abrange aspectos mais amplos, incluindo a especulação financeira e a influência do mercado de capitais na dinâmica da atividade agrícola na mesorregião.

Com isso, o agronegócio cafeeiro dinamiza e polariza áreas, exercendo grande poder sobre a economia regional. A partir dessa premissa, podemos afirmar que o sistema capitalista se utilizou da cafeicultura para a reprodução e dominação o que Elias (2002)

caracteriza como “uma nova organização econômica e social da agropecuária”, que acompanha a unificação da economia pelo movimento do capital industrial e financeiro.

Com isso, a presença de oligopólios internacionais na região, evidenciam a subordinação da produção cafeeira às lógicas do capital estrangeiro, ocasionando implicações territoriais mais evidentes que impactam diretamente a sociedade, a economia, o meio ambiente, causando a vulnerabilidade e a instabilidade territorial (SANTOS, 1978), principalmente em locais altamente especializados.

No tocante as implicações territoriais, torna-se evidente outra problemática que está associada a elevação no preço dos insumos agrícolas necessários para produção, sendo esses, agrotóxicos, fertilizantes, maquinário, o que implica no maior dispêndio de capital para manutenção da produção de acordo com os parâmetros internacionais. Consequências como essas constituem um aspecto preocupante para a região, composta majoritariamente por agricultores familiares.

A cafeicultura na mesorregião não apenas enfrenta desafios econômicos e ambientais, mas também lida com a deterioração das relações de trabalho. A associação do agronegócio cafeeiro na região tem sido alvo de denúncias constantes ao Ministério Público, especialmente relacionadas ao trabalho análogo à escravidão (DELGADO, 2012). Essas questões sublinham a complexidade e as ramificações sociais que permeiam a cafeicultura na mesorregião, destacando a necessidade de abordagens integradas para enfrentar os desafios que afetam tanto os produtores quanto o ambiente em que essa atividade é realizada.

Portanto, as considerações mencionadas anteriormente lançam luz sobre a reestruturação econômica do Brasil, direcionada principalmente para a produção de *commodities* de exportação, com destaque para o café. Isso revela a expansão contínua do agronegócio ao longo dos anos, coordenado inicialmente pelo Estado, e dominada atualmente por agentes hegemônicos. Nesse contexto, os grandes conglomerados do setor cafeeiro encontraram condições favoráveis para sua territorialização e monopolização do território, utilizando a cafeicultura como meio de assegurar a reprodução do capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ideário de produção capitalista ao adentrar o campo transforma o espaço para acumulação massiva de capital, o que acarreta implicações sociais e territoriais evidentes. A divisão social e territorial do trabalho é um exemplo concreto das relações capitalistas, onde a dominação e subordinação se estendem não apenas ao espaço geográfico, mas

também às pessoas. Essa dinâmica contribui para a reprodução de uma estrutura social assimétrica, resultando em dependência econômica e financeira em relação aos centros mundiais.

A presença dominante de grandes empresas e corporações no setor agrícola desempenha um papel significativo na transformação socioespacial da mesorregião, buscando proteger seus interesses por meio da concentração de poder e da monopolização do território. Essa tendência resulta em uma considerável alienação do território, deixando os lugares vulneráveis às decisões corporativas e às instabilidades do mercado internacional.

A partir dessa situação geográfica, torna-se evidente a iminente consolidação do agronegócio cafeeiro na mesorregião. O café, em território mineiro, ajustou-se aos imperativos da produção globalizada, adotando uma abordagem de produção padronizada e orientada para o mercado global. Esse cenário, no entanto, resultou em uma relação de dependência significativa para os produtores familiares.

A dependência dos agricultores familiares no setor cafeeiro manifesta-se através da necessidade de adequação às exigências da produção global, como a adoção de práticas específicas, uso de insumos em conformidade com os padrões de qualidade internacionais que oneram economicamente os agricultores. Além disso, os agricultores familiares estão subordinados às grandes corporações ou cooperativas, o que intensifica sua vulnerabilidade econômica. Essa dinâmica destaca não apenas a consolidação do agronegócio cafeeiro, mas também as complexas relações de dependência que permeiam a rede geográfica do café mesorregião.

REFERÊNCIAS

CASTILLO, R. *Agronegócio e Logística em Áreas de Cerrado: expressão da agricultura científica globalizada*. Revista da Anpege, v. 3, p. 33-43, 2007.

DELGADO, G. C. *Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)*. Porto Alegre: UFRGS, 2012.

ELIAS, D. *Globalização e Agricultura no Brasil*. GEOUERJ. Rio de Janeiro, n.12, 2°semestre de 2002. p.23-32.

ELIAS, D. *Difusão do Agronegócio e das Desigualdades Socioespaciais*. In: ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato (orgs). *Agronegócio e Novas Dinâmicas Socioespaciais*. Fortaleza: BNB, 2006.

ELIAS, D. *Agricultura e produção de espaços urbanos não metropolitanos: notas teóricas- metodológicas*. In: SPOSITO, Maria Encarnação B. (Org.) Cidades médias: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

ELIAS, D. *Consumo produtivo e urbanização no Brasil: as cidades do agronegócio*. Ciência Geográfica, Bauru, Vol. XXVI - (2): Janeiro/Dezembro, 2022.

FREDERICO, S. *Cafeicultura científica globalizada e as montanhas Capixabas: a produção de café arábica nas regiões do Caparaó e Serrana no Espírito Santo*. Sociedade & Natureza, v. 25, n. 1, p. 7-20, 2013.

FREDERICO, S. *Circuito espacial produtivo do café e o jogo de escalas*. Mercator, Fortaleza, v. 13, n. 1, p. 37-48, jan./abr. 2014.

GONÇALVES NETO, W. *Estado e Agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica 1960-1980*. São Paulo: Hucitec, 1997.

HARVEY, D. (2005). *O Neoliberalismo: história e implicações*. Trad. Adail Ubirajara Sobral, Maria Stela Gonçalves. 2 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

HARVEY, D. *17 contradições e o fim do capitalismo.* São Paulo, SP: Boitempo, 2016.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa Agrícola Municipal, 2022*. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/1613#resultado. Acesso em: 01/09/2023.

MAZZALI, L. *O processo recente de reorganização agroindustrial: do complexo à organização "em rede"*. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

MÜLLER, G. *Complexo agroindustrial e modernização agrária*. São Paulo: Ed. HUCITEC, 1989.

OLIVEIRA, A. U. *A Mundialização da Agricultura Brasileira*. In: Colóquio Internacional de Geocrítica, 12.,2012. Anais [...].

OLIVEIRA, A. U. *A mundialização do capital e a crise do neoliberalismo: o lugar mundial da agricultura brasileira*. Geousp – Espaço e Tempo (Online), v. 19, n. 2, p. 229-245, ago. 2015.

OLIVEIRA, A. U. *Mundialização da Agricultura Brasileira*. São Paulo: Iandé Editor ial, 2016.

SANTOS, Milton. *Por uma Geografia Nova*. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

SANTOS, M. *A natureza do espaço, técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. *Por uma Outra Globalização*. Do Pensamento Único à Consciência Universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, M. *O retorno do território*. En: OSAL: Observatório Social de América Latina. Año 6 no. 16 (jun. 2005-). Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SANTOS, M; SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001. 473 p.

VILAS BOAS, L. *A atuação das cooperativas na agricultura familiar do município de Nepomuceno-MG: Integração ao modo de produção capitalista e perda de soberania alimentar*. Dissertação (Mestrado em Geografia), 2019. 328 f.

AGRADECIMENTO

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). As autoras agradecem pelo incentivo dado por esta instituição por meio da concessão de bolsas de doutorado.

O PROCESSO DE EXPANSÃO DA INDÚSTRIA DE ETANOL DE MILHO EM MATO GROSSO

Thiago Gomes Monteiro[1]

Daniel Macedo Lopes Vasques Monteiro[2]

Júlia Adão Bernardes[3]

RESUMO

O processo de expansão da indústria de etanol de milho tem como ponto de partida a instalação da primeira usina *full* de etanol de milho no Brasil, a FS Bioenergia, que se instalou no município de Lucas do Rio Verde, em Mato Grosso, onde, em meados de 2017, começou suas operações. Nesse contexto, o presente artigo busca analisar o processo de expansão da indústria de etanol de milho em Mato Grosso através dos conceitos da Geografia que auxiliam na compreensão da dinâmica e da lógica espacial do fenômeno de expansão dessa indústria, buscando o entendimento de como a acumulação e o fluxo de capital ocorrem no território de Mato Grosso.

Palavras-chave: indústria de etanol de milho, expansão, Mato Grosso.

RESUMEN

El proceso de expansión de la industria del etanol de maíz tiene como punto de partida la instalación de la primera planta de etanol de maíz integral en Brasil, FS Bioenergia, que fue instalada en el municipio de Lucas do Rio Verde, en Mato Grosso, donde, a mediados de 2017, inició operaciones. Por lo tanto, este artículo busca analizar el proceso de expansión de la industria del etanol de maíz en Mato Grosso a través de conceptos de Geografía que ayuden a comprender la dinámica y la lógica espacial del fenómeno de expansión de esta industria, buscando comprender cómo ocurre la acumulación y el flujo de capital en el territorio de Mato Grosso.

---

[1] Graduando do curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, thiagogmassa@gmail.com

[2] Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, danielmlvm@yahoo.com.br

[3] Doutora em Geografia Humana pela Universidad de Barcelona, professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, julia.rlk@gmail.com

Palabras clave: industria del etanol de maíz, expansión, Mato Grosso.

INTRODUÇÃO

O processo de expansão da indústria de etanol de milho tem como o seu ponto de partida a instalação da primeira usina *full* de etanol de milho no Brasil, a FS Bioenergia, que se instalou no município de Lucas do Rio Verde, em Mato Grosso, onde, em meados de 2017, começou suas operações com uma capacidade total de 3.366 m³/dia (Felippe, 2021). O recorte espacial da pesquisa é o estado de Mato Grosso, líder nacional na produção de milho, chegando na safra de 2020 a alcançar 30% no quantitativo nacional (IBGE, 2021), sendo, também, o maior produtor de etanol de milho do país, responsável por 77% da produção nacional (CONAB, 2020). Já o recorte temporal foi delimitado entre 2017 até os dias atuais.

O objetivo geral da pesquisa é a realização de uma análise geográfica do processo de expansão da indústria de etanol de milho em Mato Grosso. Nos objetivos específicos, os esforços foram direcionados para a investigação da reorganização do espaço ao introduzir essa nova atividade econômica no circuito produtivo do agronegócio local, e para a averiguação de como ocorre a acumulação de capital e o seu fluxo no território de Mato Grosso.

As justificativas para a pesquisa estão baseadas no rápido crescimento da indústria de etanol de milho na dinâmica agroindustrial de Mato Grosso, onde, desde 2017, já foram instaladas 6 usinas *full*. Segundo estimativa do SINDALCOOL (2022), a safra de 2022 deverá gerar um total de 4,6 bilhões de litros de etanol. Destes, cerca de 3,6 bilhões de litros serão oriundos do milho e 1,07 bilhão da cana-de-açúcar. Ou seja, a produção de etanol de milho já superou a produção do etanol de cana-de-açúcar no estado. Outro motivo é o surgimento, inserção e expansão de um novo setor na economia mato-grossense. O etanol de milho constitui uma mercadoria amplamente difundida no mercado dos EUA, que, atualmente, vem ganhando maior notoriedade na economia brasileira e, especialmente, na economia de Mato Grosso. Na geografia brasileira há poucos estudos sobre essa indústria, fato que também constitui uma das justificativas para o nosso trabalho.

METODOLOGIA

Na metodologia conceitual trabalhou-se com os conceitos de circuitos espaciais da produção e círculos de cooperação (Frederico; Castillo, 2010; Santos; Silveira, 2001); meio técnico-científico-informacional (Santos, 2002) e ajuste espacial (Harvey, 2018). Já na metodologia operacional foram utilizados dados secundários da Produção Agrícola Municipal do IBGE, da Associação de Produtores de Soja e Milho do estado do Mato Grosso, da Nova Cana, da União Nacional do Etanol de Milho, entre outros; além de sites e redes sociais das empresas de etanol de milho presentes no recorte espacial da pesquisa, como a FS Bioenergia e a Inpasa e, também, sites do governo e jornais.

REFERENCIAL TEÓRICO

Como os conceitos adotados estão sendo utilizados para trabalhar a compreensão do fenômeno de expansão da indústria de etanol de milho em Mato Grosso? "Os circuitos espaciais da produção são definidos pela circulação de bens e produtos e, por isso, oferecem uma visão dinâmica, apontando a maneira como os fluxos perpassam o território" (Santos; Silveira, 2001, p. 143). Por outro lado, os círculos de cooperação

> "tratam da comunicação, consubstanciada na transferência de capitais, ordens, informação (fluxos imateriais), garantindo os níveis de organização necessários para articular lugares e agentes dispersos geograficamente, isto é, unificando, através de comandos centralizados, as diversas etapas, espacialmente segmentadas, da produção" (Frederico; Castillo, 2010, p. 464).

A partir dos conceitos circuito espacial da produção e círculos de cooperação, conseguimos compreender a circulação e os fluxos no âmbito da produção de etanol de milho, os quais nos orientam para questões do tipo: I) Como os bens e produtos da indústria de etanol de milho circulam? II) Como os fluxos que envolvem tal indústria operam sobre o espaço? III) Quais são as relações entre as empresas da indústria de etanol de milho com as outras empresas da área concentrada da soja? IV) Quais articulações, organizações e trocas de informações são necessárias para viabilizar a fluidez do circuito espacial da produção?

"A ciência e a tecnologia, junto com a informação, estão na própria base da produção, da utilização e do funcionamento do espaço e tendem a construir seu substrato" (Santos, 2002, p. 238). O meio técnico-científico-informacional é assim qualificado quando atende, sobretudo, aos interesses dos atores hegemônicos da

economia, da cultura e da política, e são incorporados plenamente às novas correntes mundiais (Santos, 2002). Trabalhamos com o meio técnico-científico-informacional para entender a lógica espacial do território onde está localizada essa indústria e suas respectivas empresas. Cabe esclarecer sobre a importância do meio técnico-científico-informacional como fator de atração fundamental para essa e outras atividades econômicas, já que, o espaço, altamente informatizado e gerido de maneira técnica e científica, constitui uma dimensão espacial que deverá estar apta e adaptada para atender aos interesses de expansão e acumulação do capital. É o meio que garante o funcionamento dos processos globais de produção, circulação e consumo (Aracri, 2010). Apesar da produção de etanol de milho no Brasil não ser destinada à exportação, os atores econômicos e políticos que incorporam e se relacionam com essa indústria, como as empresas FS Bioenergia e a Inpasa, estão incorporados à lógica da globalização.

"O ajuste espacial é um processo contraditório de diferenciação geográfica que sustenta e se sustenta em mudanças espaciais na composição orgânica do capital e na capacidade de acumulação" (Harvey, 2018, p. 212). O conceito de ajuste espacial possibilita analisar os sentidos do processo de surgimento e expansão da indústria de etanol de milho em Mato Grosso, como uma maneira de suprir as demandas que o velho modelo produtivo já não conseguia. Sendo a indústria de etanol de milho um dos ajustes espaciais que viabilizou a ampliação da constância do fluxo de capital e a acumulação por parte dos atores políticos e econômicos que estão relacionados com o circuito espacial do grão de milho. A entrada de novos atores hegemônicos nas empresas, responsáveis pela venda de pacotes agrícolas, e a massiva inserção de tecnologia em diversas etapas do processo produtivo, podem ser apontadas como causa do alto custo de produção, que implica a necessidade de encontrar novas formas de comercialização desses grãos para que as perspectivas de lucro sejam mantidas (Bernardes, 2010). Ou seja, como maneira de manter o fluxo de capital em prol da sua acumulação, reformulações foram estabelecidas no circuito produtivo do grão de milho, como a inserção do setor de carnes, destinando parte da sua produção para a fabricação de grãos de destilaria (*DDG`s*), e a inserção da indústria de etanol de milho.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O desenvolvimento da pesquisa está composto pela análise sobre a dimensão espacial do fenômeno, ou seja, o "por quê do onde" esse fenômeno está localizado, como ele está distribuído, organizado; e também buscou-se compreender a lógica espacial do fenômeno, qual o raciocínio, a dinâmica e as relações espaciais que o envolvem. Para compreendermos este fenômeno temos que conhecer os condicionantes geográficos do estado de Mato Grosso que possibilitaram o surgimento e a expansão dessa indústria. Em 2010, Bernardes apontava as mudanças na produção de grãos:

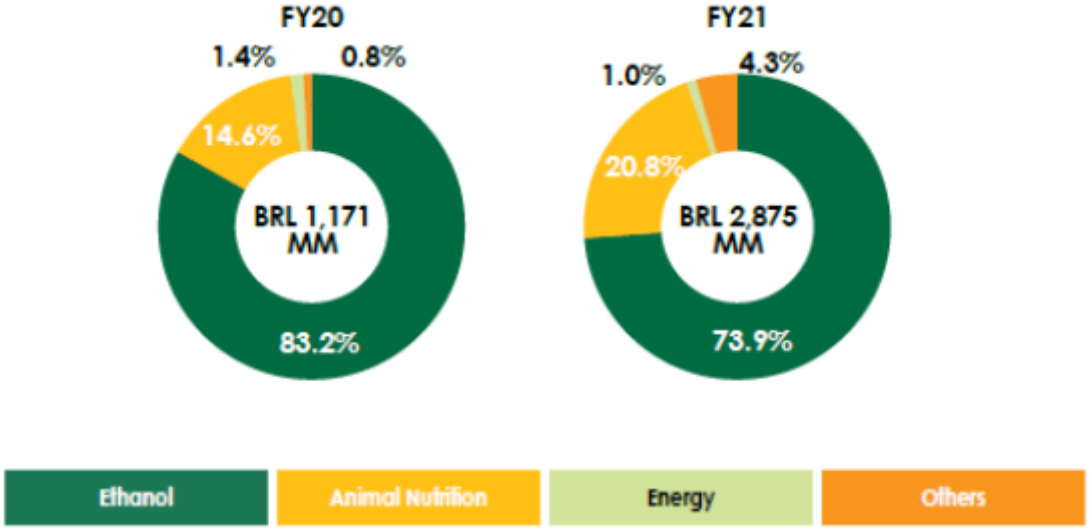
> "A evolução da produção primária para a exportação, na área concentrada do estado de Mato Grosso, ocorre principalmente com base em uma vasta área disponível para o plantio. Contudo, para além da disponibilidade de terras, há um pacote tecnológico que permite aumento na escala de produção e concentração técnica. Esse cenário, em conjunto com uma razoável rede de infraestrutura e vantagens fiscais (por exemplo, isenção de impostos), atraiu grandes grupos econômicos de indústrias do setor de grãos e de carnes" (Bernardes, 2010, p. 16).

Portanto, a disponibilidade de terras para o plantio e a evolução técnica geraram um aumento significativo na produção de milho, porém, o preço da saca ainda apresentava baixo valor, causando um conflito entre uma produção cada vez mais custosa e a comercialização da saca de milho com seu valor estagnado, gerando obstáculos para o fluxo e a acumulação de capital por parte da produção desse grão. Como forma de agregar valor, era necessário que a comercialização do milho tivesse outras finalidades para além da venda *in natura*.

Em 2010, com a inserção da cadeia de carnes no circuito espacial da produção de grãos, utilizou-se parte da produção de soja e de milho para rações e, posteriormente, o circuito espacial do milho foi ampliado com a introdução da indústria de etanol de milho que, além de produzir etanol, também desenvolve outros co-produtos a partir da produção de etanol, como os grãos de destilaria (DDG`s) e energia elétrica, como pode ser observado no gráfico da figura 1; percebendo que, de 2020 para 2021, houve um crescimento na receita desses co-produtos, principalmente, por parte da ração animal, demonstrando como essa indústria vem se comportando dentro do circuito espacial da produção dessa região, relacionando-se não somente com o setor de grãos mas, também, com o setor de carnes. Ou seja, o processo de expansão da indústria de etanol de milho foi condicionado pelas mudanças na produção primária por meio da expansão da produção de grãos, que permitiu a articulação com outros circuitos produtivos e, com isso, agregando valor ao grão.

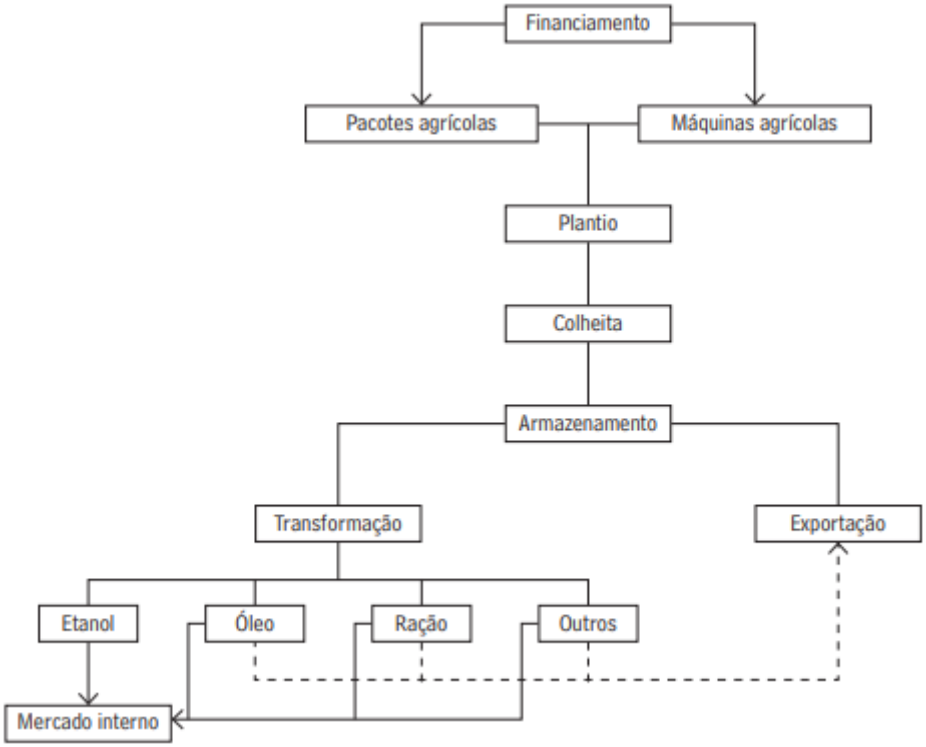
A sistematicidade desse circuito produtivo pode ser observado na figura 2, desde o financiamento direcionado aos produtores de grãos, passando pela fase de transformação desses grãos, onde se encontra a indústria de etanol de milho, até o seu destino final, o mercado interno e a exportação. Nas duas tabelas a seguir, observa-se na tabela 1 a disparidade da produção de grãos de milho de Mato Grosso em relação aos outros estados, onde, de 2000 a 2020, Mato Grosso teve um aumento na sua produção com uma variação de 2.253%, muito superior às variações constatadas por parte dos outros estados; e na tabela 2, observa-se o aumento no valor do preço da saca de milho após a inserção da indústria de etanol de milho no circuito espacial da produção de milho nos municípios da área concentrada.

Figura 1. Receita líquida da FS Bioenergia dos anos fiscais de 2020 e 2021 (mil milhões).



Fonte: FS Bioenergia, 2021.

Figura 2. Circuito espacial de grãos na área concentrada da BR-163.



Fonte: Ana Carolina de Souza Felippe, 2021.

Tabela 1. Produção de milho por estado (toneladas).

Milho (em grão)						
	2000	2005	2010	2015	2020	Variação 2000 – 2020 (%)
Mato Grosso	1.429.672	3.483.266	8.164.273	21.353.295	33.650.671	2.253,73
Paraná	7.354.043	8.572.364	13.567.096	15.777.409	15.809.775	114,98
Goiás	3.659.475	2.855.538	4.676.483	9.512.503	11.838.775	223,51
Mato Grosso do Sul	1.069.571	1.291.901	3.782.946	9.727.809	10.696.608	900,08
Minas Gerais	4.232.225	6.243.873	6.089.941	6.839.297	7.689.309	81,68
São Paulo	3.060.090	4.093.896	4.026.500	4.688.951	4.503.594	47,17
Rio Grande do Sul	3.936.202	1.485.040	5.633.912	5.563.555	4.211.208	6,98
Santa Catarina	3.403.265	2.695.211	3.653.803	3.076.480	2.701.935	-20,60

Fonte: Produção Agrícola Municipal (IBGE, 2020).

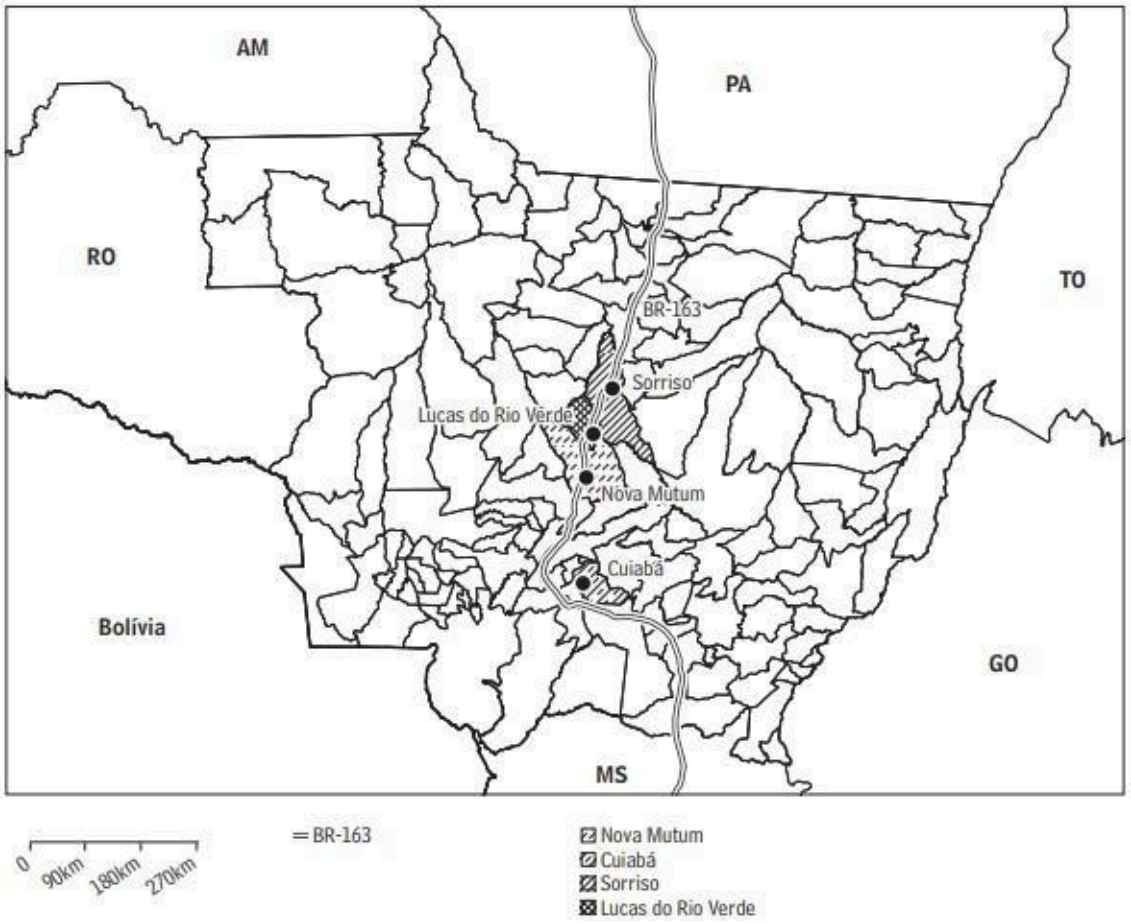
Tabela 2. Preço da saca de milho na área concentrada da soja da BR-163.

Municípios*	2018	2019	2020	2021
Nova Mutum	R$ 20,10	R$ 30,00	R$ 64,00	R$ 65,00
Lucas do Rio Verde	R$ 19,50	R$ 29,35	R$ 63,00	R$ 65,50
Sorriso	R$ 18,50	R$ 29,25	R$ 63,10	R$ 66,00
Diamantino	R$ 20,10	R$ 28,85	R$ 62,50	R$ 66,00
Nova Ubiratã	R$ 18,40	R$ 28,75	R$ 62,00	R$ 64,00

Fonte: APROSOJA (2021).

Outro fator explicativo para expansão dessa indústria é a sua localização na área concentrada da soja da BR-163 (ver figura 3), região de expansão de diversas atividades econômicas e de instalação de infraestruturas produtivas, que se articulam numa rede complexa de relações (Bernardes, 2010). Essa área se destaca por abrigar grandes empreendimentos capitalistas que transformam o espaço e o tempo locais, gerando impactos econômicos, sociais e ambientais significativos (Bernardes, 2017). Na figura 4, temos um mapa com a localização das usinas de etanol de milho. Essas usinas são classificadas entre *full* e *flex*. As usinas flex são as que produzem etanol principalmente a partir da cana-de-açúcar e, em menor capacidade, a partir do milho também. Já as usinas full, têm sua produção dedicada exclusivamente à produção de etanol a partir do milho, com grandes capacidades produtivas destinadas a este tipo de etanol. É a partir das usinas *full* que se dá o processo de expansão da indústria de etanol de milho. Neste mapa conseguimos visualizar a singularidade de Mato Grosso, que é o estado que possui maior número de instalações de usinas *full*; também dentro do estado, a construção dessas usinas está centrada na área concentrada da soja da BR-163, localizando-se, das 6 usinas *full* instaladas no estado, 5 nesta região.

Figura 3. Localização da BR-163 e dos principais municípios da área concentrada, Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso.



Fonte: IBGE (2015) e DNIT (2015).

Organização: Gleice Kelly de S. Pacheco.

Figura 4. Localização das usinas de etanol de milho em operação no Brasil.

Fonte: União Nacional do Etanol de Milho (2020).

Temos também uma rápida e articulada organização empresarial, pois, já em 2017, ano em que essa indústria se instalou, criou-se a União Nacional do Etanol de Milho, que recebeu apoio de entidades regionais de setores relacionados, como a Associação de Produtores de Soja e Milho (APROSOJA), a Associação dos Produtores de Sementes de Mato Grosso (APROSMAT), entre outras. Além do apoio governamental recebido por essa indústria, como a diminuição do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre o etanol hidratado, que é o tipo de etanol mais produzido por essas usinas, e estar instalada numa região contemplada pelos benefícios fiscais da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa reuniu dados e informações que ajudaram a compreender a dimensão espacial que condicionou o surgimento, a inserção e a expansão da indústria de etanol de milho no circuito produtivo do agronegócio mato-grossense. Também foi feita uma análise a partir dos conceitos da Geografia que auxiliam na compreensão da dinâmica e

da lógica espacial do fenômeno de expansão dessa indústria, buscando o entendimento de como a acumulação e o fluxo de capital ocorrem no território de Mato Grosso.

O processo de expansão da indústria de etanol de milho permanece em expansão dentro da fronteira do estado de Mato Grosso, com a construção de mais uma usina da FS Bioenergia no município de Primavera do Leste e, agora, a expansão dessa indústria começa a alcançar outros estados, com a instalação da Inpasa em Dourados, cidade do Mato Grosso do Sul.

REFERÊNCIAS

ARACRI, Luís A. **A expansão do meio técnico-científico-informacional e a difusão de tecnologias de informação na cadeia carne/grãos em Mato Grosso**. In: Júlia Adão Bernardes e Luís Angelo dos Santos Aracri (org.) Espaços e circuitos produtivos: a cadeia carne-grãos no cerrado mato-grossense, Rio de Janeiro, Arquimedes, 2010, p. 29-44.

BERNARDES, Júlia Adão. **As transformações no mundo rural e as dinâmicas da agricultura familiar**. In: Bernardes, Júlia Adão et al. (orgs) Geografia Agrária e questões rurais no Brasil contemporâneo. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

BERNARDES, Júlia Adão. **O novo tempo do capital no cerrado**: a criação de novos territórios produtivos. In: Júlia Adão Bernardes e Luís Angelo dos Santos Aracri (organização) Espaços e Circuitos Produtivos: a cadeia carne-grãos no cerrado mato-grossense. Rio de Janeiro: Arquimedes, 2010, p. 15-27.

CASTILLO, Ricardo; FREDERICO, Samuel. **Espaço geográfico, produção e movimento**: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. Sociedade & Natureza, v. 22, p. 461-474, 2010.

CONAB (Brasil), **Boletim de cana-de-açúcar**: 1º levantamento de 2020, v.7, Brasília, Observatório Agrícola, 2020, disponível em, acesso em 30 de agosto de 2020.

FELIPPE, Ana Carolina de Souza. **Circuitos espaciais da produção na BR-163 mato-grossense**: os novos desafios da cadeia carne-grãos na área concentrada. In: Bernardes, Júlia Adão et al. (orgs) O setor carne-grãos no Centro-Oeste. Rio de Janeiro: Lamparina, 2021.

FS BIOENERGIA. **Earnings Call Presentation 4Q21**. São Paulo: Fs, 2021. Disponível em: https://www.fs.agr.br/ri/informacoes-financeiras/. Acesso em: 12 dez. 2021

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2018.

IBGE (org.). **Produção Agrícola Municipal**. Brasília: 2021. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabela. Acesso em: 14 dez. 2021.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. São Paulo: Record, 2001.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. Edusp, 2002.

SINDALCOOL. Mato Grosso deverá produzir 4,6 bilhões de litros de etanol na safra 2022/2023. **FIEMT**, 08/04/2022. Disponível em: https://www.fiemt.ind.br/noticias/2544/mato-grosso-devera-produzir-46-bilhoes-de-litros-de-etanol-na-safra-20222023. Acesso em: 19/06/2023.

UNEM. **União Nacional de Etanol de Milho**. 2020. Disponível em: http://www.etanoldemilho. com.br/category/noticias.

A FINANCEIRIZAÇÃO DA NATUREZA NAS CORRENTEZAS DAS ÁGUAS DO RIO SÃO FRANCISCO

Wanubya Maria Menezes da Silva[1]

Andréia Reis Fontes[2]

Josefa de Lisboa Santos[3]

RESUMO

Neste trabalho, propomos uma análise do processo de canalização das águas do rio São Francisco a partir da teoria do valor, e da reprodução ampliada do capital de Marx. Nosso objetivo é compreender, na territorialização e monopolização do capital, os processos de financeirização da natureza e produção do mais-valor no momento da apropriação das águas disponibilizadas via canais. Nosso esforço de abstração tem como objeto concreto o Canal do Sertão em Alagoas, um canal de transposição do rio São Francisco idealizado na crise dos anos 1980 e executado durante a emergência do Estado neoliberal na década de 1990. Sustentamos a hipótese de que a transposição das águas no semiárido alagoano resulta da reestruturação produtiva do capital-imperialista, emergente da crise do petróleo, marcada pela financeirização da produção e expansão de mercados financeiros globais. O Consenso de Washington inseriu a América Latina na dinâmica mundializada do capital, inaugurando a era da produção do mais-valor em escala planetária, promovendo a apropriação do conjunto da biodiversidade pela dinâmica ininterrupta do capital, subvertendo a natureza do Sertão seco do nordeste brasileiro de bem comum em valor de troca, mercadoria. Ao analisar o Canal do Sertão, abordamos sua extensão de 250 km, atravessando o semiárido até o agreste. Nesse sentido, inferimos que o processo de canalização intensifica a monopolização do território sertanejo, integrando-o à lógica mundializada de capitais. Essa leitura, está apoiada em dados oficiais e observação direta, que revelam os canais de transposição como instrumentos para a reprodução ampliada, retroalimentando o capital portador de juros.

Palavras-chave: Canal do Sertão, Financeirização, Natureza, Monopolização.

Keywords: Canal do Sertão, Financialization, Nature, Monopolization.

ABSTRACT

In this work, we propose an analysis of the process of channeling the waters of the São Francisco River based on Marx's theory of value and the expanded reproduction of capital. Our aim is to understand, in

[1] Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe - UFS, wanubya.silva@gmail.com
[2] Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe - UFS, andreia.fontes@hotmail.com
[3] Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe - UFS, josefalisufs@gmail.com

the territorialization and monopolization of capital, the processes of financialization of nature and the production of surplus value in the appropriation of water made available through channels. Our abstraction effort focuses on the concrete object of the Canal do Sertão in Alagoas, a transposition canal of the São Francisco River conceived during the crisis of the 1980s and executed during the emergence of the neoliberal state in the 1990s. We hypothesize that the transposition of waters in the Alagoan semi-arid region results from the productive restructuring of imperialist capital emerging from the oil crisis, characterized by the financialization of production and the expansion of global financial markets. The Washington Consensus inserted Latin America into the dynamics of globalized capital, inaugurating the era of surplus value production on a planetary scale, promoting the appropriation of biodiversity by the uninterrupted dynamics of capital, subverting the nature of the dry Sertão in northeastern Brazil from common good to exchange value, commodity. In analyzing the Canal do Sertão, covering a length of 250 km across the semi-arid region to the agreste, we infer that the channeling process intensifies the monopolization of the Sertão territory, integrating it into the logic of globalized capital. This interpretation, supported by official data and direct observation, reveals the transposition canals as instruments for the expanded reproduction and financialization of capital.

INTRODUÇÃO

Neste trabalho partimos do pressuposto de que a acumulação do capital é realizável transversalmente à reprodução ampliada, tendo encontrado base material para sua conformação estendida, a partir da segunda metade do século XIX, na fase monopolista do capitalismo, através da partilha dos territórios, inaugurando uma política-econômica imperialista que disputa a hegemonia na acumulação do capital (Marx, 2017) (Lênin, 2011), (Hilferding, 1985). Dentro dessa perspectiva, arguimos que o capital encontrou nos territórios para além das suas fronteiras, o substrato material para reproduzir as relações sociais de produção do capitalismo, expropriando, assim, margens cada vez maiores de mais-valor. Esse modo imperialista de acumulação, próprio da fase monopolista, se aprofundou com a crise estrutural do capitalismo da década de 1970 e a renovação na composição orgânica do capital nas décadas de 1980-1990, erigindo uma nova estrutura de produção em escala mundial, permitindo, não apenas a reconfiguração das forças produtivas, mas também um fluxo cada vez maior de mercadorias e capitais, promovido pela espacialização de uma infraestrutura com fins de escoação (Harvey, 2011).

O fortalecimento do padrão de produção flexível derivado da crise do petróleo e do solapamento do modelo econômico keynesiano, constituiu a fase de decadência do modo fordista de acumulação e a inauguração do *modus operandi* neoliberal do capital-imperialismo, fortalecido quando os países da América Latina passaram a seguir as recomendações do Consenso de Washington, formuladas em 1989. Antes disso, os mercados financeiros mundiais já haviam alterado o seu conteúdo. Em 1971, o colapso do sistema de Bretton Woods e a consequente emergência de um aparente descolamento entre o capital financeiro e o capital

funcionante resulta na hegemonia do rentismo com o protagonismo do capital monetário portador de juros no capitalismo mundial. O desencadeamento da financeirização, subsequente à falência de Bretton Woods consolidou o programa neoliberal.

A flexibilização do processo produtivo somada a financeirização gestada pelo pacto neoliberal instrumentaliza o Estado, dando o suporte territorial à expansão da relação-capital. Nesse aspecto, a gerencia empresarial do Estado, funcionando sob uma lógica privatista, condiciona a produção/reprodução do espaço à acumulação mundializada de capitais. Isto significa que, mediada pelo Estado, a espacialização dos diferentes objetos técnicos, é orientada pelas necessidades do sistema metabólico capitalista (Oliveira F., 2018) (Carlos, 2011).

Concordamos, desta forma, que a mobilidade do capital tem orientado uma apropriação/reprodução continuada do espaço, de forma a manter a taxa média de lucro e superar os momentos de crise, entendendo que o sistema metabólico do capital tem se alimentado da degradação, do saque e da pilhagem dos ecossistemas. Dentro dessa lógica, o incentivo a construção de canais artificiais que contribuíssem para o funcionamento de uma indústria mundializada de culturas irrigadas forçou o Estado brasileiro ao desenvolvimento de uma agricultura irrigada no Vale do Açu no Rio Grande do Norte, Vale do Jaguaribe e Apodi-Mossoró, no Ceará, expandindo-se até o Vale do São Francisco, da Bahia à Alagoas (Andrade, 2011).

Ainda, dentro do contexto apresentado, emerge no Brasil o ideário das políticas públicas para o Desenvolvimento Rural, como forma de tornar mínima a migração para as metrópoles e garantir a produção alimentar através de políticas rurais voltadas para o fomento da agricultura familiar, atendendo às necessidades da população brasileira. Contraditoriamente, no entanto, o governo da década 1990 guia as suas políticas a partir das diretrizes determinantes do Consenso. Na lógica instrumentalista dada pelo mercado financeiro as riquezas ecológicas: a terra, o minério e a água, são elevados a artigos importantes na disputa imperialista de acumulação. É dentro desse processo que Canal do Sertão em Alagoas é projetado, sendo um instrumento da reestruturação produtiva emergente na década de 1990 no Brasil, apresentando-se como forma-conteúdo subordinado aos interesses do capital financeiro, com capacidade de reprodução ampliada no semiárido alagoano. Nesse sentido, grupos financeiros, ao se apropriarem das águas do São Francisco na perspectiva de agenciar uma reprodução ampliada usurpam e/ou monopolizam o uso da água. Por tais motivos, este trabalho objetiva entender o processo de financeirização das águas do rio São Francisco a partir da espacialização dos canais de transposição, mais especificamente, do Canal do Sertão em Alagoas, buscando ainda

compreender quais instrumentos são utilizados para gerir as águas do São Francisco e como o mesmo se insere na lógica do capital portador de juros.

Desta forma, inferimos que o momento histórico de projeção do Canal do Sertão coaduna com aquele da reestruturação produtiva do capital-imperialismo da década de 1970-80, e aprofundada no Brasil na década de 1990, com a adoção do pacote do Consenso de Washington e das políticas estratégicas da Agenda 21, participando não apenas de uma reestruturação das relações de trabalho, mas também na morfologia espacial. Portanto, a relevância deste trabalho se faz na captura do movimento real da dinâmica territorial que provocou a implantação do Canal do Sertão. O Canal do Sertão em Alagoas, ao ser resultado da reestruturação produtiva emergente da década de 1980, se apresenta como forma-conteúdo subordinado aos interesses do capital internacional, que disponibiliza uma quantidade de águas dispendidas para a produção agrícola, a partir de sistemas de irrigação, nunca antes disponíveis no semiárido alagoano que, antes deste artifício espacializado em Alagoas, era dependente exclusivamente das águas da chuva para a produção agropecuária.

Com a capacidade de reprodução ampliada no semiárido alagoano, novos grupos (nacionais e estrangeiros) que integram o capital hegemônico tem pressionado o Estado para fazer uso das terras próximas ao canal, na intencionalidade de acrescer o seu capital. Nesse sentido, ao se apropriar das águas do São Francisco na perspectiva de agenciar uma reprodução ampliada, esses grupos hegemônicos usurpam e/ou monopolizam terras camponesas e de comunidades tradicionais, provocando conflitos pela terra e pelo uso da água. É dentro desta totalidade que refletimos, à luz da dialética materialista, os impactos estruturais que a espacialização do Canal provoca, observando as relações concretas que dão propriedade ao objeto investigado, e do qual emergem as categorias ontológicas que dão substância a dinâmica das multiderminações que o realizam.

METODOLOGIA

Longe de uma análise fragmentada, pensamos o objeto da pesquisa como uma totalidade, em que a práxis social é totalizada na convergência das relações sociais que se dão no cotidiano em todas as partes, apontando suas virtualidades (Carlos, 2015). Assim, este trabalho está fundamentado na teoria do Valor de Marx dos livros I e III, como também nos estudos sobre o imperialismo de Lênin e Hilferding, do espaço como produto social de Ana Fani Carlos, do território por Máximo Quaini e Ariovaldo Umbelino de Oliveira, e da financeirização da natureza apresentada por Kohei Saito, Bellamy Foster e Alexandrina Luz

Conceição e, por fim, no debate do capital-imperialismo realizado por Virgínia Fontes. Em termos práticos, esta pesquisa se sustenta na análise de dados fornecidas pelos órgãos do estado sobre os usos das águas do Canal do Sertão e as projeções que são realizadas para o mesmo a partir de projetos de capitalização do território via Canal, como também a partir de trabalho de campo nas áreas que margeiam o objeto investigado.

REFERENCIAL TEÓRICO

O segredo do sistema metabólico do capital, já dizia Marx no penúltimo capítulo do Livro I, ironicamente intitulado de 'A assim chamada acumulação primitiva', não se esconde no "resultado do modo de produção capitalista, mas no seu ponto de partida" (Marx, 2017, p. 785). Diante desta afirmativa, é salutar considerar que o acúmulo de capitais ancorado no florescer da sociedade burguesa, é resultante de variantes processos de colonização/apropriação. A acumulação, que desperta o modo de produção capitalista, é a natureza fundante do ciclo ininterrupto da reprodução do capital.

Até o momento da eclosão da sociedade burguesa, o sociometabolismo prescrito pelas leis naturais da vida desenvolvia-se como uma relação de troca orgânica entre a sociedade e natureza, o tempo metabólico de regeneração dos recursos apropriados do solo pelo homem seguia o tempo necessário de reprodução dos ecossistemas. Orientado por esta noção, Marx emprega a palavra metabolismo como "processo natural de produção de troca material [soffwechsel] entre o homem e a natureza" (Foster, 2005, p. 222). No entanto, Marx reconhece no processo de desenvolvimento da sociedade burguesa o momento de perturbação da relação sociometabólica entre sociedade e ecossistema.

> A produção capitalista congrega a população em grandes centros e faz com que a população urbana tenha uma preponderância sempre crescente. Isto tem duas consequências. Por um lado, ela concentra a força-motivo histórica da sociedade; por outro, ela perturba a interação metabólica entre o homem e a terra, isto é, impede a devolução ao solo dos seus elementos constituintes, consumidos pelo homem sob a forma de alimento e do vestuário; portanto, ela prejudica a interação da condição natural eterna para a fertilidade duradoura do solo... (Foster apud Marx, 2017, p. 219)

A fratura metabólica dos indivíduos com a natureza é o reflexo direto da separação de homens e mulheres das suas condições objetivas de produção. A conformação do modo de produção capitalista é inaugurada com a violência histórica da expropriação das terras dos camponeses ingleses. Este processo, que se repete posteriormente por todo o planeta, atingindo

diferentes formações territoriais, transforma o solo e seus elementos constitutivos em capital e, ao mesmo tempo, converte homens e mulheres, de produtores diretos, em trabalhadores livres.

A expropriação originária que cria o exército de reserva das metrópoles industriais é consequência, portanto, da libertação de homens e mulheres da natureza, libertação que se dá no caráter de expropriados diretos dos meios objetivos de reprodução da vida. Alienados da natureza, os indivíduos tornam-se trabalhadores livres.

> Trabalhadores livres no duplo sentido de que nem integram diretamente os meios de produção, como os escravos, servos etc. nem lhes pertencem os meios de produção, como no caso, por exemplo, do camponês que trabalha por sua própria conta etc. mas estão, antes, livres e desvinculados desses meios de produção. (Marx, 2017 p.786).

Portanto, para Marx

> O processo que cria a relação capitalista não pode ser senão o processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização do seu trabalho, processo que, por um lado, transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção e, por outro lado, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados. A assim chamada acumulação primitiva não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. (Marx, 2017, p.786)

Foi a violenta ruptura metabólica entre os camponeses e a natureza durante a Revolução Industrial na Inglaterra o que engendrou o processo de acumulação. Isto porque, conforme Saito "após a dissolução da unidade original entre os seres humanos e a Terra, produtores só pode[riam] se relacionar com as condições de produção como uma propriedade alheia" (Saito, 2021, p. 40). Livres das condições objetivas de produção, os indivíduos têm como única fonte de sobrevivência o seu trabalho, que precisa ser vendido em troca de um salário para assim garantir a sua subsistência. Tal fato determinou a acumulação do capital a partir da extração do mais-valor realizada na expropriação de uma parte da jornada de trabalho não paga. O processo correspondente a dissociabilidade de homens e mulheres com a natureza é o ponto culminante do desenvolvimento do modo de produção capitalista e, ao mesmo tempo, necessidade permanente de realização do capital.

As expropriações, aqui conceituadas como a alienação de homens e mulheres em relação a natureza, vigoram no capitalismo como a artéria pulsante da acumulação e da reprodução do capital em escala cada vez mais ampliada. Como Marx deixa em evidencia, "o capital só surge quando o possuidor de meios de produção e de subsistência encontra no mercado o trabalhador livre como vendedor da sua força de trabalho, essa condição histórica compreende toda uma história mundial" (Marx, 2017, p. 245).

> O resultado é a alienação da natureza, da atividade, do ser genérico e das outras pessoas – ou simplesmente, a alienação moderna decorrente da aniquilação total do "lado afetivo" da produção. Quando a terra se torna uma mercadoria a relação entre humanos e a terra é radicalmente modificada e reorganizada em prol da produção de riqueza capitalista (Saito, 2021, p. 59-60).

A alienação humana em relação a natureza cria perturbações de duplo caráter. O movimento contraditório do capital opõe possuidores e despossuídos. Sentenciados a violentas expropriações, estes últimos, lançam a toda sorte a sua força de trabalho para ser explorada pelo possuidor capitalista, neste processo, os trabalhadores livres são coagidos a variantes tipos de exploração. No processo de valorização da mercadoria trabalho ficam embutidas jornadas exaustivas, com o preço da força de trabalho, em muitos casos, abaixo do valor necessário para a reprodução diária da própria vida, a consequência deste processo infere ainda em extenuante cansaço mental, conjugando, assim, o consumo dos limites físicos e psíquicos dos trabalhadores subordinados à relação capital. Estes infortúnios aos quais estão subsumidos os desprovidos das condições objetivas de vida são regulados apenas pelo limite social que a luta de classes impõe (Marx, 2017). Se homens e mulheres trabalhadores não encontram descanso ao dar movimento ao ritmo de giro do capital, sorte maior não é dada a natureza.

A relação capital subordina a natureza ao seu tempo de rotação, subvertendo o seu valor de bem social comum, dando relevo ao processo da valorização dos recursos naturais enquanto mercadoria. Ao ser apropriada e mercantilizada pelo capital, o consumo das propriedades da natureza passa a ser cada vez mais intensificado. Interpenetrando todos os momentos da produção, o consumo acelerado da natureza provoca permanentes perturbações aos ecossistemas.

Obtendo na terra os recursos necessários a produção dos valores e, sendo imperativo ao capital a acumulação como resultado do processo produtivo (apropriação, produção, circulação, distribuição e consumo), a anarquia metabólica do sistema capitalista coage o processo produtivo a um tempo cada vez mais comprimido. Desta forma, apropria-se da natureza na mesma velocidade em que trabalha para a realização do circuito de valorização do valor, acumulando de forma cada vez mais acelerada. O resultado deste processo é a subordinação do tempo metabólico da natureza ao tempo de rotação do capital, procedendo o exaurimento da capacidade de renovação das propriedades orgânicas da natureza.

Em síntese, o resultado das multideterminações do processo de expropriação (alienação de massas da população em relação a natureza), culminou com a perturbação do metabolismo natural, materializado no consumo incessante e voraz dos recursos pelo circuito de valorização do valor.

> Destaca-se que, no sistema do capital, a natureza é transformada em mercadoria, deixando de ter valor de uso e passando a condição de valor de troca; a sua condição é gerar lucro, não para o bem-estar da sociedade humana mas para a privatização. Não há conciliação histórica possível entre uma produção voltada para o lucro – cuja dinâmica inexorável é a da acumulação do capital, onde perpassa a utilização irracional e ambientalmente incorreta dos recursos naturais. O sistema sociometabólico do capital induz a expansão capitalista para garantir a ampliação da produção de valores de troca (Fontenele, Conceição, 2021, p. 71).

O que Fontenele e Conceição (2021) evidenciam é que com a mesma voracidade com a qual o capital absorve a natureza ele também se expande, mercantilizando tudo que considera útil ao processo de valorização capitalista. Esse movimento acontece como momento da reprodução das relações sociais de produção, se dando em escala cada vez mais ampliada.

Decorre dessa determinação que o espaço, sendo consumido pelo capital, é subtraído das massas de camponeses, indígenas, quilombolas e/ou da proteção do Estado, dando elasticidade a massa de trabalhadores livres e, ao mesmo tempo, as relações sociais de produção.

Na análise de Fontes (2010), a extração do mais-valor é realizável exclusivamente através do trabalhado livre, sendo esta a forma social concreta da existência do capital. Em resumo, ao libertar-se da natureza, o trabalhador livre estabelece a relação concreta que sustenta todo o edifício capitalista, isto é, a recorrente produção do valor pelo trabalho. A clarividência deste processo encontra-se no fato de que a existência de trabalhadores livres e despossuídos, dos quais extrai-se do sobretrabalho o mais-valor, constitui a base social primordial para que se possa ocorrer a relação social capita-trabalho. Ainda segundo Fontes:

> A acumulação ampliada e o mais-valor só podem existir conjuntamente. Isto é, o capital baseia-se na permanente ampliação da base social que lhe sustenta - a disponibilização massiva dos seres singulares para a venda da força de trabalho sob quaisquer condições, para que um mercado supostamente livre possa se generalizar. *A expropriação massiva é, portanto, condição social inicial, meio e resultado da exploração capitalista* (Fontes, 2010, p. 27).

A concentração de recursos e a recriação permanente das expropriações caracterizam-se, portanto, como duas leis tendenciais do expansionismo capitalista, mas também, como um processo vital a própria existência do sistema metabólico do capital. Nesse sentido, o processo cumulativo de capitais acontece com base na materialização das mais variadas e perversas expropriações.

A constante ampliação da base social que sustenta o capital é resultado da expropriação de grandes massas agrárias e só pode existir com a perturbação do metabolismo ecológico. O

que fica evidente, ao fazer a análise do processo cumulativo do capital, é que ele se alimenta da exasperação da natureza e do exaurimento da classe trabalhadora. Embora a construção ideológica do capital sobre sociedade-natureza postule certo dualismo, separando homem e natureza, e colocando esta última como algo exterior a humanidade, para o capital, homens, mulheres e natureza se apresentam como uno, instrumentos reificados e exteriores do qual se apropria como engrenagem simples do processo de acumulação (Smith, 1988). Neste gendarme, configura-se na sociedade burguesa algo que pode ser resumido da seguinte forma:

> [...] a natureza é *externa,* uma coisa, o reino dos objetos e dos processos que existem fora da sociedade. A natureza exterior é primitiva criada por Deus, autônoma; é a matéria-prima da qual a sociedade é construída, a fronteira que o capitalismo industrial frequentemente faz recuar. Como árvores e rochas, rios e tempestades, a natureza está esperando para ser internalizada no processo de produção social (Smith, 1988, p. 28).

Nessa mesma perspectiva concordamos ainda com Fontenele e Conceição (2021), ao refletirem que:

> Na lógica do mercado competitivo a natureza só interessa na medida em que pode ser convertida em valor monetário. Nessa perspectiva, o ar, a água, o solo, a floresta e os animais não são elementos fundamentais para a manutenção do equilíbrio ecológico, nem elementos fundamentais na manutenção da vida social, são um conjunto naturalmente produzido de matérias-primas, meios e condições que podem ser utilizados para acumulação única da quantidade que conta, a monetária (Fontenele, Conceição, 2021, p.78).

O saque da natureza pelo capital está na gênese da crise ambiental. Para continuar mantendo as taxas médias de lucro foi fundamental que a fronteira do capitalismo continuasse avançando dentro e fora das suas delimitações. Entretanto, com as fronteiras do capitalismo praticamente superadas, não encontrando mais espaço para onde expandir, como superar as cíclicas crises? A resposta tem sido a exportação de capital por meio do crédito, combinada com a reestruturação produtiva do espaço, isto é "uma intensificação – [potencializando] as condições de produção já dadas" (Botelho, 2013, p. 3). Nesse sentido "o que caracterizava o velho capitalismo, no qual dominava plenamente a livre concorrência, era a exportação de mercadorias. O que caracteriza o capitalismo moderno, no qual impera o monopólio, é a exportação de capital" (Lênin, 2011, p. 180);

Ainda, segundo Lênin, nessa etapa o capitalismo caminhou da fase mercantilista colonialista à "partilha do mundo entre associações de capitalistas" (Lênin, 2011, p. 218), que encontraram, na conquista do território subordinado, recursos naturais e força de trabalho

ocioso, prontos à conversão do mais-valor em capital, incorporando numerosos países de capitalismo periférico na dinâmica do capitalismo monopolista. Logo:

> Os capitalistas buscavam conquistar a reprodução ampliada do capital – ainda que nas economias nacionais não estivessem encerradas as possibilidades de alcance do lucro médio - através do investimento produtivo em outras nações – majoritariamente, em nações de economias mais atrasadas, diante da complacência de seus Estados, e do forte protecionismo das economias capitalistas – e investimentos em atividades financeiras. Tratava-se da emergência da fase imperialista do capitalismo (Lima, 2015, p. 149)

Desde a partilha dos territórios por um associado de países capitalistas hegemônicos no início do século XX (Lênin, 2011) há uma constante ampliação da territorialização do capital, o que levou a mundialização da extração do mais-valor. Essa etapa do capital, passou a caracterizar-se partir da década de 1980, segundo Chesnais (1996), pelo investimento externo direto (IED), suplantando a troca de mercadorias inter-nações como vetor principal do processo de internacionalização. Os papéis dos IEDs tornam-se determinantes nos setores de serviço, tão quanto no processo produtivo. O fator crucial evidenciado por Chesnais nessa etapa deu clarividência ao fato de que "[...] hoje o determinante essencial da globalização é a transformação em profundidade do modo predominante de organização do trabalho" (Chesnais, 1996, p. 27). A adaptação à globalização, no plano produtivo, partiria, portanto, da adaptação dos novos modos de organização do trabalho. O resultado dessas novas organizações combinadas com a desregulamentação e as possibilidades proporcionadas pelas novas tecnologias, duplicaram a capacidade da mobilidade do capital. "Agora o capital está à vontade para pôr em concorrência o preço da força de trabalho, atuando pela via do investimento ou pela terceirização" (Chesnais, 1996, p. 28).

Nesse gendarme, concordamos com Fontes (2010), ao conjecturar a partir de Marx que;

> Expandir relações sociais capitalistas corresponde, portanto, em primeiro lugar, à expansão das condições que exasperam a disponibilidade de trabalhadores para o capital, independentemente da forma jurídica que venha a recobrir a atividade laboral de tais seres sociais. A *expropriação primária*, original, de grandes massas campesinas ou agrárias, convertidas de boa vontade (atraídas pelas cidades) ou não (expulsas, por razões diversas, de suas terras, ou incapacitadas de manter sua reprodução plena através de procedimentos tradicionais, em geral agrários) permanece e se aprofunda, ao lado de *expropriações secundárias*, impulsionadas pelo capital-imperialismo contemporâneo [...] (Fontes, 2010, p. 44).

Portanto, a forma financeirizada do capitalismo soergue os modos mais radicais de apropriação da natureza, configurando a recriação permanente das expropriações. Este movimento dá espaço a financeirização dos ecossistemas e enraíza a superexploração do trabalho.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Canal do Sertão, quando finalizado, transportará por 250 km do seu 'leito' um recurso estratégico para produção agrícola no campo, a água. Já com os primeiros perímetros inaugurados, o semiárido alagoano tem reestruturado o seu sistema agrícola e seu modo de produção, onde antes havia apenas as baixas médias pluviométricas como fonte de irrigação. Os seus primeiros usos e projeções nos permitem inferir que o Canal do Sertão tem sido projetado pelo Estado alagoano como objeto catalisador da demanda do capital financeiro em busca da reprodução para a acumulação. O esforço de abstração que fazemos aqui, portanto, objetiva uma reflexão acerca da financeirização e gestão privada dos recursos hídricos a partir da apropriação privada das águas do rio São Francisco via Canal do Sertão, compreendendo que a espacialização do Canal acontece como um momento do avanço do capital-imperialista sobre a natureza, colocando o Sertão alagoano na direção da acumulação mundializada por meio da exportação direta de capital invertida em produção agrícola.

Entender o processo de espacialização do Canal do Sertão exige voltar-se para este contexto. A relação dialética que se impõe da reestruturação produtiva do capital da década de 1970, atravessa os desdobramentos das políticas de desenvolvimento nos países periféricos seguidas das políticas de ajuste fiscal e (re)produção do espaço, irrompidas da regulação especulativa do capital financeiro.

Conjecturado nos compromissos da ECO 92, acordados na Agenda 21 (documento assinado pela SUDENE), o Canal do Sertão aparece nos relatórios da CODEVASF como uma proposta de desenvolvimento sustentável do rio São Francisco e do semiárido nordestino, confirmando as recomendações da Agenda para o uso das águas com fins na produção de alimentos e desenvolvimento rural sustentável. Orquestrado a partir dos compromissos da ECO 92, o projeto de desenvolvimento rural para o semiárido promove o Canal do Sertão como instrumento de responsabilidade social e ambiental. O objetivo do Canal, segundo documentos oficiais, seria a garantia do abastecimento de água proveniente da bacia do São Francisco para os municípios onde os períodos de estiagem fossem prolongados, abrangendo a região do Sertão e o Agreste do estado de Alagoas. Neste certame, o projeto original prevê, além do abastecimento para consumo humano, a viabilização de água para irrigação de projetos de agricultura e pecuária (SEMARH, 2007-2014).

O Canal do Sertão nasce do discurso de desenvolvimento rural sustentável, porém, contraditoriamente, é neste momento que o Estado formaliza o monopólio do mercado financeiro via Estado brasileiro, determinando que o único modelo viável para o campo era o

da produção de *commodities* para exportação, negociadas nas bolsas de valores do mundo todo, atendendo aos interesses do capital portador de juros. Este fator é passível de observação no PNRA I, no qual acentua-se a reforma agrária de mercado, onde estão presentes programas de compra e venda da terra, financiados pelo Banco Mundial. Além disso, no plano concreto, o que se sobressaía era o Banco Mundial e o FMI, a partir da exportação de capital, cooperando na produção de uma fantástica dívida externa, transformada em chantagem política, com a qual órgãos financeiros supranacionais constrangiam países subdesenvolvidos às políticas de ajuste estrutural que, no fundo, agravavam a pilhagem dos recursos naturais.

A estrutura soerguida na década de 1990 se estendeu durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, com o lançamento do PNRA II, em 2002, intensificando as políticas públicas de desenvolvimento rural do governo anterior, voltadas para o campo Brasileiro. Nesse sentido, é inserido, dentro do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o projeto do Canal adutor do Sertão, projetado em 1992, ficando paralisado por dez anos por falta de estudos de viabilidade socioambientais, retomando a construção em 2007.

Nascendo dentro de uma estrutura agrária já concentrada, como demonstra o quadro seguir, as águas disponibilizadas via Canal do Sertão acabam por ficarem centralizadas dentro das duas maiores propriedades dos 65 km iniciais do Canal, no Alto Sertão alagoano. São nestas onde podemos encontrar uma produção mais intensiva de milho para forragem animal e uma fruticultura irrigada de coco em duas fazendas.

Microrregiões mesorregiões e Municípios	Estabelecimento segundo os grupos de área total						
	Menos de 10	10 a menos 100	100 a menos de 200	200 a menos de 500	500 a menos de 200	2000 e mais	Sem declaração
Delmiro Gouveia	234	182	34	20	9	1	-
Olho d'Água do Casado	405	181	18	11	3	3	-
Piranhas	481	291	28	23	11	-	7
Água Branca	4.316	408	26	18	10	-	-
Canapi	1.477	776	58	19	8	-	-
Inhapi	978	463	24	4	1	1	-

Mata Grande	5.507	912	42	34	11	-	1
Pariconha	944	110	7	2	1	-	-
Território	14.323	3.323	237	131	54	5	8

Quadro 1: Estabelecimentos por grupo de área total, segundo Mesorregiões, Microrregiões e Municípios do Território do Alto Sertão.
Fonte: PDTRS, 2006.
Elaboração: autora

Nessas propriedades, as culturas dominantes vem sendo a do coco e a do milho, este último para fins de forragem animal. No último Censo de 2017, o município de Delmiro Gouveia havia produzido 876 toneladas de milho em 86 estabelecimentos, numa área de 168 hectares. A maior parte da produção pertence a um único proprietário. Já em Água Branca, a maior parte da produção extensiva se concentrou na cultura do coco, com um único estabelecimento produzindo mais de 5.000 pés em uma propriedade de 500 hectares.

Em resumo, comparado com o Censo agropecuário de 2006, Delmiro aumentou em 6 vezes a produção de milho ao mesmo tempo em que diminuiu o número de estabelecimentos agropecuários que produziam o grão, 278 em 2006. Já Água Branca passou de produtor intermitente da cultura de coco, para produtor permanente, atendendo as demandas previstas pela SEMARH -2010. Assim, configura-se no Alto Sertão alagoano um espaço agrário dividido entre a diversidade agrícola nas pequenas e médias propriedades, garantindo boa parte dos produtos alimentícios presentes na mesa dos moradores do semiárido, e a monocultura irrigada, objetivada nas demandas do mercado.

Há ainda a implementação de um programa de irrigação utilizando as águas do Canal do Sertão, financiado pelo Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) nos territórios camponeses do Alto Sertão alagoano. Chamados de MIPAs (Módulos Irrigado de Produção e Aprendizagem), os módulos rurais contemplados vêm desenvolvendo uma produção agroecológica de hortaliças, frutas e forragens. Atualmente 200 famílias estão envolvidas no processo de implementação do projeto, que envolve 26 comunidades rurais nos municípios de Delmiro Gouveia, Água Branca, Inhapi e Olho d'Água do Casado.

Embora o projeto venha beneficiando trabalhadores do campo em áreas de acampamento e assentamentos rurais, com uma produção voltada para atender a demanda local, escoando a produção nas feiras livres das cidades circunvizinhas, a projeção do Estado é a criação de um mercado de produtos orgânicos de alto valor agregado no mercado nacional e internacional. Em resumo, os MIPAs nascem de um processo financeirizado através do adiantamento de capital por meio do FIDA (Banco Mundial) que é remunerado através dos juros agregados, afiançados pelo estado de Alagoas.

Por fim, a gerencia do Canal do Sertão tem sido realizada em partes pela empresa Águas do Sertão, empresa privada que comprou a concessão da estatal de saneamento básico de Alagoas, a Casal, uma das responsáveis pela gestão dos recursos hídricos no estado.

Desde a inauguração dos primeiros trechos concluídos e entregues em 2013, o uso das águas do Canal do Sertão vem se intensificando gradativamente. A espacialização do canal adutor por 123 km do semiárido alagoano vem reestruturando as relações sociais de produção nas propriedades rurais que margeiam o Canal, modificado a paisagem local e modo de produzir alimentos e criar animais, muito embora o relatório da SEMARH considere que a maior parte dos irrigantes é formada por agricultores de subsistência, propositivos às culturas hortícolas, frutíferas, de feijões de corda, feijão guandu, capim para corte, milho, mandioca e sorgo, essas culturas, em sua maioria, são cultivadas em propriedades com uma área de até um hectare, através de irrigação por gravidade (SEMARH, 2014). Outro fator importante é que, decorrente da intensa concentração fundiária que existe na região, maior parte do Canal do Sertão passa por dentro das terras dos grandes latifundiários locais, que vêm fazendo uso do Canal com aparatos técnicos mais avançados desenvolvendo uma moderna monocultura irrigada. Neste certame, a projeção é de paulatinamente ser mais intensivo o uso da água para fins comerciais, mesmo a produção realizada em pequenos módulos rurais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que podemos considerar até então, é que a espacialização do Canal adutor do Sertão tem impactado na reestruturação socioespacial no entorno do canal, criando novas espacialidades germinadas da reprodução ampliada e da monopolização do capital, estas se estendem desde as propriedades camponesas até à grande propriedade rural em que se instalou o uso das águas do Canal do Sertão.

No Alto Sertão Alagoano, especificamente nos municípios de Delmiro Gouveia e Água Branca, a espacialização do Canal do Sertão tem se manifestando na dinâmica agrícola, nos novos modos de produção e na mobilidade do capital. Os sujeitos na zona de influência do Canal têm produzido e reproduzido o espaço, atendendo as demandas de uma produção agropecuária mundializada, integrando o capital portador de juros, uma vez que a sua produção é dependente do crédito ofertado por bancos multilaterais. Em vistas das intencionalidades referidas nos documentos dos órgãos estaduais, o que se ressalta é que o Canal do Sertão formalizará um território possivelmente voltado para o agrohidronegócio, e que o desenvolvimento enunciado pelo estado alagoano é, portanto, aquele que preza pelo ciclo

ininterrupto do capital portador de juros, configurando a negação de um território autóctone pela sublevação de um espaço gerido pela lógica privatista do capital.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. C. de. **A terra e o homem no Nordeste:** Contribuição ao Estudo da Questão Agrária no Nordeste. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BOTELHO, Maurilio Lima. **Desenvolvimento, espaço e crise estrutural.** In: Revista Espaço & Economia. Ano 1, No. 2, 2013.

CARLOS, A. F. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2015.

CONCEIÇÃO. A. L. Estado, capital e a farsa da expansão do agronegócio. Meridiano – Revista de Geografia, n.2, p. 80 – 104, 2013.

CODEVASF. Estudos de viabilidade do aproveitamento integrado dos recursos hídricos do projeto Sertão alagoano. Tomo I relatório síntese. Março de 2003.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

FIDA – Fundo de Investimento para o Desenvolvimento Agrário. **Canal do Sertão Alagoano**: plano de desenvolvimento rural com ênfase na transformação social, ambiental, produtiva e de acesso aos mercados locais no território do Alto Sertão. Brasília: FIDA, 2017.

FONTES, V. O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história. Rio de Janeiro: ESPJV, 2010.

FONTENELE, A. C. F. CONCEIÇÃO, A. L. Categorias marxistas e análise do processo de valoração e financeirização capitalista da natureza. **Germinal:** marxismo e educação em debate, Salvador, v. 13, p. 69-91, Agosto de 2021.

FOSTER, J. B. **A ecologia de Marx**: materialismo e natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

HILFERDING, R. **O Capital financeiro**. São Paulo: Nova Cultura, 1985.

IBGE. Censo Agropecuário 2006. Disponível em Acesso em 22 de Mai. de 2016.

LÊNIN, V. I. **O imperialismo, etapa superior do capitalismo**. Campinas: FE/UNICAMP, 2011.

LIMA, L. G. A dinâmica imperialista contemporânea: capital sem fronteiras e sua (i)racionalidade apátrida. 2016. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal de Sergipe, SÃO CRISTOVÃO, 2015.

MARX, K. **O capital v. 1**. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**: livro III: o processo global de produção capitalista. São Paulo, Boitempo, 2017.

OLIVEIRA, A. U. **A mundialização da agricultura brasileira**. São Paulo: Indaé editorial, 2016.

OLIVEIRA, F. de. **Brasil:** uma biografia não autorizada. São Paulo: Boitempo, 2018.

PORTO-GONÇAVES, C. W. Geografia da riqueza, fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais. **Revista internacional interdisciplinar Interthesis**, Florianópolis, n. 1, v. 1, p. 1-55, Junho, 2004.

PNRH. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Prioridades 2012-2015. Brasília: MMA, SRHU, ANA, 2011.

QUAINI, M. **Marxismo e Geografia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

SAITO, K. **O ecossocialismo de Karl Marx**. São Paulo: Boitempo, 2021.

SEMARH. **Relatório de Gestão.** Maceió, AL: SEMARH, 2014.

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção do espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

UMA NARRATIVA DE RESISTÊNCIA EM DEFESA DO BREJÃO DOS GERAIS DO RIO PRETO NO OESTE DA BAHIA

Laenyo Silva Souza[1]

Evanildo Santos Cardoso[2]

RESUMO

O presente trabalho foi produzido por meio de reflexões obtidas durante o Programa Institucional de Iniciação Científica (PIBIC) voluntário da Universidade Federal do Oeste da Bahia, vinculado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, cuja pesquisa propôs analisar os conflitos nos territórios das bacias do rio Corrente e rio Grande no oeste da Bahia. Destaca-se nessa pesquisa o recorte territorial do munícipio de Formosa do Rio Preto, com enfoque a comunidade de Brejão que se encontra em conflito com empreendimentos ligados ao agronegócio em que a narrativa da entrevistada abordada nessa pesquisa remonta o sentimento de pertencimento e a luta em defesa da terra. O Cerrado com suas paisagens transformadas pela agricultura moderna e com povos invisibilizados e marginalizados vão ganhando forma, somando-se a construção de lutas populares. As comunidades tradicionais do oeste da Bahia tratam-se de grupos sociais que estabelecem relações dialógica com a natureza, se apropriam dos recursos naturais para a sua subsistência, a exemplo da coleta de frutos nativos do Cerrado com hábitos de cultivar a terra e manejo com gados e demais costumes inerentes à cultura ancestral.

Palavras-chave: Conflitos, Modos de vida, Comunidades Tradicionais

ABSTRACT

This work was produced through reflections obtained during the voluntary Institutional Scientific Initiation Program (PIBIC) of the Federal University of Western Bahia, linked to the National Council for Scientific and Technological Development – CNPq, whose research proposed to analyze conflicts in the territories of basins of the Corrente and Rio Grande rivers in western Bahia. The territorial focus of the municipality of Formosa do Rio Preto stands out in this research, focusing on the community of Brejão, which is in conflict with enterprises linked to agribusiness, in which the narrative of the interviewee addressed in this research goes back to the feeling of belonging and the struggle in defense of the land. The Cerrado, with its landscapes transformed by modern agriculture and with invisible and marginalized peoples, is taking shape, adding to the construction of popular struggles. Traditional communities in western Bahia are social groups that establish dialogical relationships with nature, appropriate natural resources for

[1] Graduado do Curso de Geografia da Universidade Federal do Oeste da Bahia - UFOB, laenyosouza@gmail.com

[2] Professor Doutor do Curso de Geografia da Universidade Federal do Oeste da Bahia – UFOB, evanildo@ufob.edu.br

their subsistence, such as collecting native fruits from the Cerrado with habits of cultivating the land and managing livestock. and other customs inherent to ancestral culture.

Keywords: Conflicts, Ways of life, Traditional Communities.

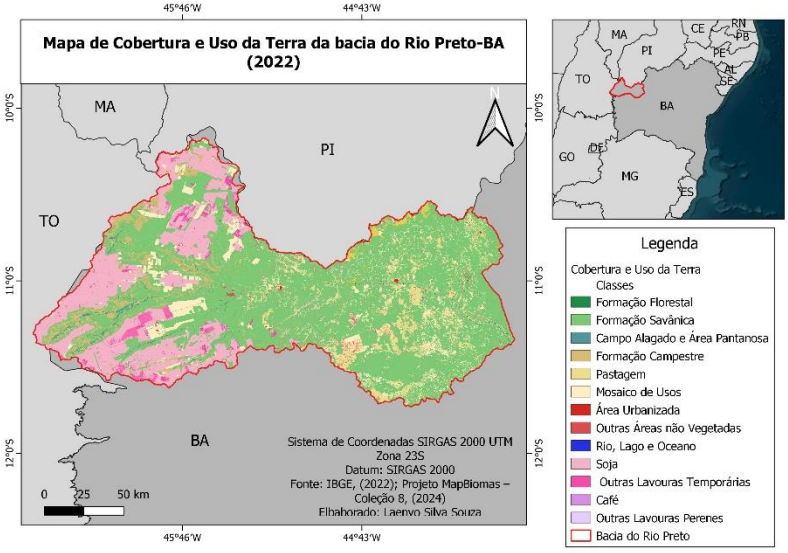
INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo central compreender sobre os desafios e resistências presentes na comunidade tradicional de Brejão no vale do rio Preto. A área em questão emerge da consciência política e necessidade de preservação dos recursos naturais por parte dos moradores que residem esse espaço há décadas. Destaca-se a paisagem preservada, as nascentes de rios, buritis, e demais elementos característicos de ambientes associados ao Cerrado. Em relação aos objetivos, pode-se destacar a necessidade de dar visibilidade aos povos tradicionais marginalizados da bacia do rio Preto, compreender as lutas e resistências dos grupos sociais que ocupam os Cerrados baianos e analisar os principais conflitos e tensões pelas disputas de territórios.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município de Formosa do Rio Preto-BA possui uma área de 15.634,328 km² (maior município em extensão territorial do estado da Bahia) e população de 25.899 pessoas de acordo com o Censo de 2022. No que tange aos aspectos ambientais, destaca-se o bioma Cerrado, a diversidade de solos a exemplo do latossolos e neossolos, situada na Bacia Hidrográfica do Rio Preto (BHRP) e sua diversidade de rios, a exemplo do rio Sapão, rio do Ouro, rio Riachão e rio Sassafrás, além de matas ciliares, comunidades tradicionais e a presença maciça de agronegócio.

Em relação aos municípios que compõem a BHRP soma-se uma população de 67.208 habitantes (IBGE, 2022) com aumento populacional se comparado ao Censo anterior 61.370 habitantes (IBGE, 2010). Diante disso, é importante destacar as potencialidades da bacia do rio Preto e seus desafios inerentes a expansão do agronegócio (soja, algodão e milho), sobretudo, em Formosa do Rio Preto (BA). Enquanto isso, a agropecuária expande nos demais municípios: Santa Rita de Cássia e Mansidão.

Figura 01: Mapa de Uso da Terra da bacia do rio Preto.



Fonte: elaborado pelos autores, 2024.

As atividades econômicas desenvolvidas na bacia do rio Preto a exemplo de sojicultura ocupa parte significativa do munícipio de Formosa do Rio Preto, a exemplo de empresas como a BUNGE e CARGILL multinacionais que se instalaram na região devido a produção de soja. Além disso, destaca-se as lavouras de café e outras produções agrícolas destinadas à exportação. Enquanto isso, Santa Rita de Cássia e Mansidão tem suas áreas mais preservadas, sobretudo, porque esse modelo de agricultura mecanizada não foi inserido nesses municípios.

Menezes (2014, p. 27) nos aponta que: “a agricultura científica globalizada transformou substantivamente os cerrados brasileiros, em particular os do oeste da Bahia”. As modificações no espaço agrário seguem em curso, alterando os modos de vida das comunidades tradicionais e o rompimento das relações sociais, e alta adesão em tecnologias e insumos agrícolas (fertilizantes e defensivos agrícolas) além de estudos em correção de solos.

Segundo Kraychete e Comerford (2012, p. 132) “a partir dos anos 1970, entretanto, o Oeste baiano experimenta um intenso e rápido processo de transformações, provocando um abrupto contraste com as formas tradicionais de ocupação que o caracterizavam”. Os povos e comunidades tradicionais, a exemplo de grupo de geraizeiros na bacia do rio Preto tiveram suas vidas impactas com esse modelo de

agricultura moderna, insegurança, tensão e medo são fatores que são convertidos em luta em defesa do território.

Diante do exposto, é importante destacar a forma como os grupos sociais se apropriam dos recursos naturais, das transformações sociais, culturais, econômicas e ambientais. As narrativas trazidas no trabalho em questão nos convocam a refletir sobre o sentimento de pertencimento e a necessidade de ações, projetos e/ou políticas públicas efetivas em defesa dos territórios tradicionais.

Em relação ao conceito de comunidades tradicionais, o art. 03 do Decreto de nº 6.040/2007 nos traz: "Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição". Diante disso, é importante destacar o oeste da Bahia e suas potencialidades materiais e imateriais e o avanço da fronteira agrícola e seus impactos nas comunidades tradicionais.

METODOLOGIA

As comunidades tradicionais da região oeste da Bahia são desprezadas por parte do Estado neoliberal fortalecendo assim a narrativa colonialista alinhada a discursos hegemônicos produzidos pela classe empresarial e reproduzidos nas mídias sociais. A pesquisa em questão contempla leituras bibliográficas, entrevistas semiestruturadas e visitas técnicas realizadas na comunidade tradicional de Brejão em que foi possível destacar os modos de vida, a relação desses sujeitos com a natureza, a tensão, medo e insegurança desses indivíduos em relação ao modelo desenvolvimentista provocado no território em questão.

A metodologia utilizada na pesquisa em questão trata-se de pesquisa qualitativa, por meio de entrevista semiestruturada realizada durante atividade de campo na comunidade tradicional de Brejão, munícipio de Formosa do Rio Preto (BA). Em relação à pesquisa de campo, Severino (2013, p. 95-96) nos aponta que: "o objeto/fonte é abordado em seu meio ambiente próprio. A coleta dos dados é feita nas condições naturais em que os fenômenos ocorrem sendo assim diretamente observados, sem intervenção e manuseio por parte do pesquisador". Com isso, é relevante destacar o contato direto com

a pessoa entrevistada, reconhecimento da área em relação aos aspectos físico-naturais e sociais por parte dos pesquisadores.

REFERENCIAL TEÓRICO

Segundo Vale e Reis (2012): A bacia do Rio Preto é composta pelos munícipios de Formosa do Rio Preto, Santa Rita de Cássia e Mansidão, que, juntos, possuem uma área de 25.559,5km^2, coincidindo em maior parte, com a própria bacia. Destaca-se ainda uma região recoberta por cerrados compostos de fitofisionomias diversificadas, abrangendo desde campos de gramíneas, árvores e arbustos até o típico cerrado lenhoso denso, com florestas-galeria e veredas.

O rio Preto é o maior afluente do rio Grande, localizado no oeste da Bahia com uma bacia hidrográfica de relevância para social, econômica e política. O agronegócio e povos comunidades tradicionais utilizam o território de forma distinta, possibilitando que a natureza seja apropriada de forma mercadológica pelo primeiro grupo, enquanto o segundo estabelece uma relação de subsistência. Segundo Porto-Gonçalves (2006):

> A natureza é, em nossa sociedade, um objeto a ser dominado por um sujeito, o homem, muito embora saibamos que nem todos os homens são proprietários da natureza. Assim, são alguns poucos homens que dela verdadeiramente se apropriam. A grande maioria dos outros homens não passa, ela também, de objeto que pode até ser descartado. (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 26-27).

O ser humano apropria dos recursos naturais, a exemplo dos rios, áreas de vegetação nativa, impactando na biodiversidade. O espaço por sua vez, na concepção mercadológica tornou-se elemento essencial na acumulação de riquezas. Segundo Santos (2012, p. 30): “o espaço, portanto, tornou-se a mercadoria universal por excelência”. A economia capitalista passa a adquirir lucro por meio da exploração dos recursos naturais que são convertidos em *commodities* agrícolas destinadas ao abastecimento do mercado externo.

Segundo Binkowski (2018, p. 12) “em tempos de agronegócio expandiram-se os mercados econômicos, no entanto, com a expansão desta atividade deflagraram-se inúmeros conflitos nos mais diferentes contextos rurais dos confins do Brasil”. Esses conflitos se caracterizam pelo direito a terra, acesso à água e demais fatores socioambientais presentes na sociedade de classes.

Porto-Gonçalves (2013, p. 02) nos aponta que: “todo conflito é localizável no espaço/tempo e, assim, nos permite identificar o movimento contraditório desigual da

sociedade enquanto espaço geográfico". Partindo desse pressuposto, nos faz refletir sobre a ocupação e transformação do espaço por parte da ação humana e nos dar subsídios para compreender a divisão de classes e o discurso hegemônico colonialista defendido pelos agentes do capital presente no espaço agrário brasileiro.

Zhouri e Laschefski (2010) enfatizam que o agronegócio remete ainda a outra categoria de conflito: os conflitos ambientais territoriais. Essa ideia nos cabe a água passa a ser uma espécie de moeda de disputa, sobretudo, pelo agronegócio que busca esse recurso para irrigação de monocultura de grãos.

O espaço agrário desigual brasileiro prevalece reforçado pelas práticas colonialistas de exclusão social. Os povos tradicionais ocupam áreas marginalizadas, vivem da coleta de frutos nativos como o pequi e o buriti, da agricultura familiar, de hábitos em criar animais soltos devido a disponibilidade de pastagens nativas, enquanto do lado antagonista, o agronegócio surge em áreas "privilegiadas" em relação a geomorfologia. Porto-Gonçalves (2004) nos aponta que:

> Ao contrário, para os grandes empresários do agronegócio, as terras das chapadas têm um significado distinto. Sendo terras planas significam custos energéticos menores. Essa é uma regra geral do espaço agrário brasileiro, onde a grande exploração comercial, quase sempre, de exportação, ocupa as áreas de topografia mais planas ou suavemente onduladas, deixando aos camponeses as terras mais acidentadas. (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 18)

O projeto capitalista excludente associado as disparidades sociais e a invisibilidade dos povos tradicionais que ocupam essas áreas de Cerrado se unem e articulam em defesa do seu território, buscando apoio em movimentos populares que comungam de seus ideais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Brejão localizado às margens do rio Sapão (afluente do rio Preto e subafluente do rio Grande), fica situado no munícipio de Formosa do Rio Preto no oeste da Bahia. As características físico-naturais destacam o bioma Cerrado, a sazonalidade do clima tropical com duas estações bem definidas, rios que compõe a Bacia Hidrográfica do Rio Preto (BHRP) e suas potencialidades para a produção de grãos por meio de investimentos maciços em correção de solos e insumos agrícolas, propiciando assim o fortalecimento da agricultura moderna e as transformações na paisagem. Segundo Vale e Reis (2012):

> A ampliação das áreas agrícolas na BHRP é uma realidade concreta e que já atingiu quase a totalidade dos espaços não protegidos. Este processo seguiu a

> mesma estratégia agroeconômica do restante do Oeste baiano, que viu, no período de um pouco mais de duas décadas, a rápida substituição do Cerrado pela agricultura. (VALE e REIS, 2012, p. 256)

A fronteira agrícola avança. A supressão de vegetação nativa para obtenção de áreas agricultáveis segue em curso, a disponibilidade hídrica, a transformação da paisagem pela a economia agroindustrial segue alterando a paisagem do Cerrado baiano. No munícipio de Formosa do Rio Preto foi entrevistada uma pessoa, que aqui vamos mantê-la seu anonimato, para manter a sua integridade conforme solicitado pelo comitê de ética.

As comunidades geraizeiras que ocupam o Vale do rio Preto no Oeste Bahia é pauta de discussão nos ambientes acadêmicos, sobretudo, pelos modos de vida e saberes populares que esses grupos produzem para a sociedade por meio da forma que apropriam de seus territórios. Segundo Menezes (2019):

> A história do uso do território por parte dos geraizeiros assumiu certas particularidades. Certamente, devido à própria descendência ou experiência com práticas indígenas, africanas e sertanejas associadas, há um vasto território com características bem singulares que influenciaram o uso compartilhado de recursos entre os moradores da comunidade ou das áreas de uso comum. (MENEZES, 2019, p. 190)

Diante disso, ressalta-se a necessidade em compreender as relações sociais em que esses grupos produzem em seus territórios e a transmissão dos conhecimentos empíricos passados de geração em geração associados a seus modos de vida.

Figura 02: Brejão dos Gerais do rio Preto.

Fonte: Laenyo Souza, 2022.

A comunidade de Brejão dos Gerais do rio Preto é composta por famílias tradicionais que se apropriam dos recursos naturais para sua sobrevivência. A área em questão conforta nascentes de rios, vegetação nativa preservada, espaços destinados a criação de gados soltos em meio a paisagem natural (prática comum nos Gerais, sobretudo, nos períodos de estiagem).

O Brejão localizado nos Gerais do rio Preto refere-se à área da entrevistada em questão que por meio de suas narrativas expressa seus sentimentos em defesa do lugar em que criou seus filhos e os alimentou a partir dos recursos advindos da terra que habita desde 1966.

> *Os Gerais é o mato que a gente criou lá, né? Que agente criou. Lá eu fazia esteira do buriti, eu fazia a vassoura, nós tirava coco, nós descia pra aqui era de balsa de buriti pra vender aqui na cidade. Coco catulé, coco que tinha lá. A gente pegava o arroz, pisava ele no pilão para trazer aqui pra vender, pra comprar o pano pra fazer a roupa, né? Não tinha, né? Nesse tempo tudo era difícil. Aí depois dai o traquejo era esse, criei doze filhos. Nessa luta! Vendia uma farinha, vendia uma tapioca, dos gerais o sustento direto.*

A entrevistada enfatiza em suas falas a necessidade em defender o lugar, tendo em vista seus modos de vida e sua subsistência advinda dos Gerais. Diante da dificuldade social enfrentada no decorrer de sua vida, destaca a natureza enquanto instrumento basilar na criação de seus filhos. Segundo Tuan (2018) o lugar é sustentado também pela qualidade da consciência humana.

Além da coleta de buriti, o município de Formosa do Rio Preto dispõe em áreas geraizeiras de outros recursos naturais, a exemplo do capim dourado utilizado no artesanato em confecções de bolsas, joias, etc. A comunidade de Brejão é uma área, cuja a produção do capim dourado contribui na renda das famílias que coletam essa matérias-prima, fortalecendo a cultura e identidade do local.

Figura 03: Capim dourado

Fonte: Laenyo Souza, 2022.

No decorrer das narrativas, a entrevistada nos aponta que durante a piracema é essencial o respeito de reprodução dos peixes.

> *O que nos reserva é pra nós mesmo, né? Como que nós mora na beira do rio e vamos pegar o peixe na época da desova? A gente pega, eu já peguei mesmo, meus menino já pegou pra comer ali a gente pega dois, três, mas a gente não faz saco de peixe. E ai no São Marcelo, pega absurdo nos freezer aí só. Pega de rede, eles toma é o rio. A gente pegava de anzol, porque no anzol só pega quem quer, os outro reza no anzol e outro fica só olhando pra trás.*

O diálogo estabelecido com a moradora da comunidade tradicional nos permite analisar sobre as relações concebidas do ser humano com a natureza. A exploração dos recursos naturais e as limitações dos órgãos fiscalizadores associadas às pífias condições propiciam que ações do tipo sejam rotineiras no percurso da bacia do rio Preto. Em relação à ameaça de grilagem, a entrevistada nos aponta que:

> *Uma vez fizeram essa fofoca lá, que abriram as picadas, né? Aí depois ficaram mandando alguém. Mandando gente lá. Mas nunca ameaçaram nós não. Fizeram uma cerca, eu tava aqui nessa época cuidando de meu pai que tava velhin, doente. Quando subi, bati lá. Tava um bocado de pistoleiro. Meus menino passavam lá. Mas se eu for eu vou morrer!*

A tensão, o medo e a ausência do Estado fizeram com que os dias fossem difíceis em meio a insegurança, de ver sua terra violada. A entrevistada com sua consciência política construída nos movimentos sociais reivindicou seus direitos, recorrendo assim à justiça.

> *Enquanto houver justiça, que às vezes uma não dar certo, outra dar. Né? Um dia fui bater lá no juiz, que um grileiro levou: "Eu posso ceder uma área no meio, que não vi casa no meio da área". Você tem dez, vinte, trinta hectares, dar para você fazer casa nela toda? Acho que nem um milionário dar, aí veja um pobre. Aí ele (grileiro) me disse: "eu posso ceder essa área no meio para vocês colocar o gado". Ai eu disse ao juiz: "e aí doutor? O senhor viu que divisa aí no meio? Tinha cerca? Pois essa área é uma sozinha. O dono de lá é o mesmo dessa daqui porque no meio não tem nenhuma divisão. Não é o mesmo dono a casa de lá e a daqui?"*

A resistência é um ato político. As comunidades Tradicionais são espaços de luta, mobilização popular, que busca alternativas pacíficas em defesa da terra, das águas, do Cerrado, sobretudo, do direito de ser sua identidade preservada, bem como enfatiza o Decreto de nº 6.040 no art. 02 nos traz que:

> Tem como principal objetivo promover o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições. (BRASIL, 2007)

No entanto, os desafios são diversos em defesa de seus territórios. O Marco Temporal em relação as terras indígenas, as comunidades de fundo e fecho de pasto representam uma prática colonialista, tendo em vista os grupos inferiorizados em questão. Segundo Porto-Gonçalves (2013):

> Esses grupos diferentes por suas características étnico-raciais são inferiorizados por ideologias que os tratam como "atrasados", "subdesenvolvidos", "pobres" e, deste modo, não se os vê pelas qualidades que lhes são próprias e são tratados com o peso da colonialidade que ainda nos atravessa. (PORTO-GONÇALVES, 2013, p. 267)

Tendo em vista essas reflexões, nos faz recorrer o período de ocupação do país por meio da exploração dos indígenas e negros escravizados. Nos dias de hoje essa exploração mudaram-se os agentes explorados e/ou colonizados, a exemplo dos grupos periféricos que ocupam as favelas brasileiras, assentados de reforma agrária, povos e comunidades tradicionais do Cerrado, da Amazônia, da Caatinga e dos demais biomas presentes no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os desafios de luta e resistência das comunidades tradicionais do oeste da Bahia se somam a uma série de lutas históricas enraizadas na formação do povo brasileiro. As narrativas trazidas aqui reforçam a identidade de um povo que estabele relação com a natureza e que esse vinculo perpassa gerações.

O buriti, o pequi, o capim dourado, as matas ciliares e demais paisagens naturais estão intrisceamente presente no Cerrado baiano. O agronegócio por sua vez compreende a paisagem humanizada, que o municipio de Formosa do Rio Preto-BA vem se destacando com a produção agroexportadora. Diante dessas reflexões, é essencial a fiscalização ambiental assídua por parte de órgãos que realizam o licenciamento ambiental na região, orientações e momentos formativos diversificados com moradores da comunidade de Brejão que resistem para existir em meio a um contexto de expropriação de violações de direitos.

REFERÊNCIAS

BINKOWSKI, P. **Análise de conflitos e relações de poder em espaços rurais**. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018. v. 1. 88p . Disponível em: < https://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad600.pdf >. Acesso em: 02 de jun. de 2023.

BRASIL. **Decreto** nº 6.040 de 07 de fevereiro de 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm . Acesso em 05 de jun. de 2023.

IBGE. **Cidades e Estados**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/formosa-do-rio-preto/panorama>. Acesso em: 08 de nov. de 2023.

IBGE. **Cidades e Estados**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ba/santa-rita-de-cassia.html>. Acesso em: 08 de nov. de 2023.

IBGE. **Cidades e Estados**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ba/mansidao.html>. Acesso em: 08 de nov. de 2023.

KRAYCHETE, G. COMERFORD, J. C. **OESTE BAIANO OS MOVIMENTOS SOCIAIS FACE AO NOVO CENÁRIO REGIONAL**. In: CARIBÉ, Clóvis; VALE

Raquel (Orgs.) Oeste da Bahia: trilhando velhos e novos caminhos do além São Francisco / Clóvis Caribé; Raquel Vale. – Feira de Santana: UEFS Editora, 2012.

MENEZES, Willian Guedes M. Defensor. **Jalapão Ontem & Hoje**. 1. ed. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2019. v. 1. 224p.

MENEZES, Willian Guedes Martins Defensor. **Globalização e fragmentação: a agricultura científica em Formosa do Rio Preto – Bahia** / Willian Guedes Martins Defensor Menezes.-Salvador, 2014. 193 f. : il. (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Bahia, Instituto de Geociências, 2014.Disponível em: < https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/19764/1/Disserta%c3%a7%c3%a3o_2014_Willian_Menezes.pdf>. Acesso em: 03 de dez. de 2023.

PORTO – GONÇALVES, C. W**.. OS (DES)CAMINHOS DO MEIO AMBIENTE** I Carlos Walter Porto Gonçalves, 14. ed.- São Paulo: Contexto, 2006.

PORTO-GONÇALVES, C. W. Geografia da riqueza, fome e meio ambiente: Pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário / agrícola de uso dos recursos naturais. Revista Internacional Interdisciplinar **INTERTHESIS** – PPGICH UFSC. 11 jun. de 2004. Disponível em: <**https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/604/10751>.** Acesso em: 02 de dez. de 2023.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. CUIN, Danilo Pereira. **Geografia dos conflitos por terra no Brasil** (2013): Expropriação, Violência e R- Existência. 2014.

SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem** / Milton Santos. – 5. Ed., 3. Reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SEVERINO, Antônio Joaquim, 1941- . **Metodologia do trabalho científico** [livro eletrônico] / Antônio Joaquim Severino. -- 1. ed.-- São Paulo : Cortez, 2013. Disponível em: < https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5562413/mod_resource/content/1/Metodologia-Do-Trabalho-Cientifico-23%C2%AA-Edicao-Severino-EBOOK-Escolhido.pdf>. Acesso em: 07 de nov. de 2023.

TUAN, Yi-Fu. LUGAR: UMA PERSPECTIVA EXPERIENCIAL. **Geograficidade** / 8, Número 1, Verão 2018. ISSN 2238-0205. Universidade Federal Fluminense – UFF. Niterói, RJ. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geograficidade/article/view/27150/pdf>. Acesso em: 01 de jun. de 2023.

VALE, R. de M. C. do; REIS, S. L. da S. **A BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PRETO: REPERCUSSÕES AMBIENTAIS DE UM MODELO AGROECONÔMICO INDUSTRIAL**. In: CARIBÉ, Clóvis; VALE Raquel (Orgs.) Oeste da Bahia: trilhando velhos e novos caminhos do além São Francisco / Clóvis Caribé; Raquel Vale. – Feira de Santana: UEFS Editora, 2012.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. (Org.) **. Desenvolvimento e Conflitos Ambientais**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010. v. 1. 484p .

POLÍTICA DE GÊNERO E O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS PTDRSS[1] DOS TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE DO CENTRO SUL BAIANO

Lucas Aguiar Tomaz Ferreira[2]

Fernanda Viana de Alcantara[3]

José Eloízio da Costa[4]

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo de analisar políticas públicas de Gênero e Sexualidade nos Territórios de Identidade: Sudoeste Baiano, Médio Sudoeste e Médio Rio das Contas por meio do Plano Territorial Rural Sustentável e Solidário dos respectivos territórios. Assim, o desenvolvimento territorial se consolida na Bahia com a constituição dos Territórios de Identidade em 2007. Neste sentido, a pesquisa adotou como procedimentos metodológicos o levantamento bibliográfico e documental sobre a temática; realização de observações das reuniões do colegiados. Destarte, sabe-se que o Gênero e a Sexualidade estão inseridos nas pautas das discussões do Territórios por meio dos Planos Territoriais, mas ainda carece de maior debate e análise. A pesquisa revela que na Bahia, e em especial, os territórios aqui estudados, apresentam em suas pautas as questões relacionadas as políticas públicas direcionadas as mulheres e a população LGBTQIA+ mas, observa-se que essas políticas ainda são tímidas, constatou-se, existem espaços de participação social dentro destes territórios, mas necessita de maior quantitativo de mulheres e LGBTQIA+, neste sentido, desvela que há maior movimentação sobre a temática nas cidades sedes destes territórios. É importante frisar que este fator que remete a carência de dar continuidade aos estudos e ações que abordam as questões sobre gênero e sexualidade, bem como a participação social de mulheres e a população LGBTQIA+.

Palavras-chave: Território; Desenvolvimento Territorial; Políticas Públicas; Mulheres; Mulheres Rurais.

RESUMEN OU ABSTRACT

This article aims to analyze Gender and Sexuality public policies in the Identity Territories: Southwest Bahia, Middle Southwest, and Middle Rio das Contas, through the Sustainable and Solidary Rural Territorial Plan of their respective territories. Thus, territorial development is consolidated in Bahia with the establishment of Identity Territories in 2007. In this sense, the research adopted bibliographical and documentary survey as methodological procedures on the subject; observations of the meetings of the committees were also conducted. Therefore, it is known that Gender and Sexuality are included in the discussions of the Territories through Territorial Plans, but still lack more extensive debate and analysis.

---

[1] Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário

[2] Doutorando em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe – UFS e Mestre em Geografia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, Membro do NEDET/UESB e GEPRU/UFS; lucasaguiar04@hotmail.com

[3] Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB; Membro do GEPRU/UFS e Lider do NEDET/UESB; fernanda.alcantara@uesb.edu.br

[4] Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe – UFS e Líder do GEPRU/UFS; eloizio.npgeo@gmail.com

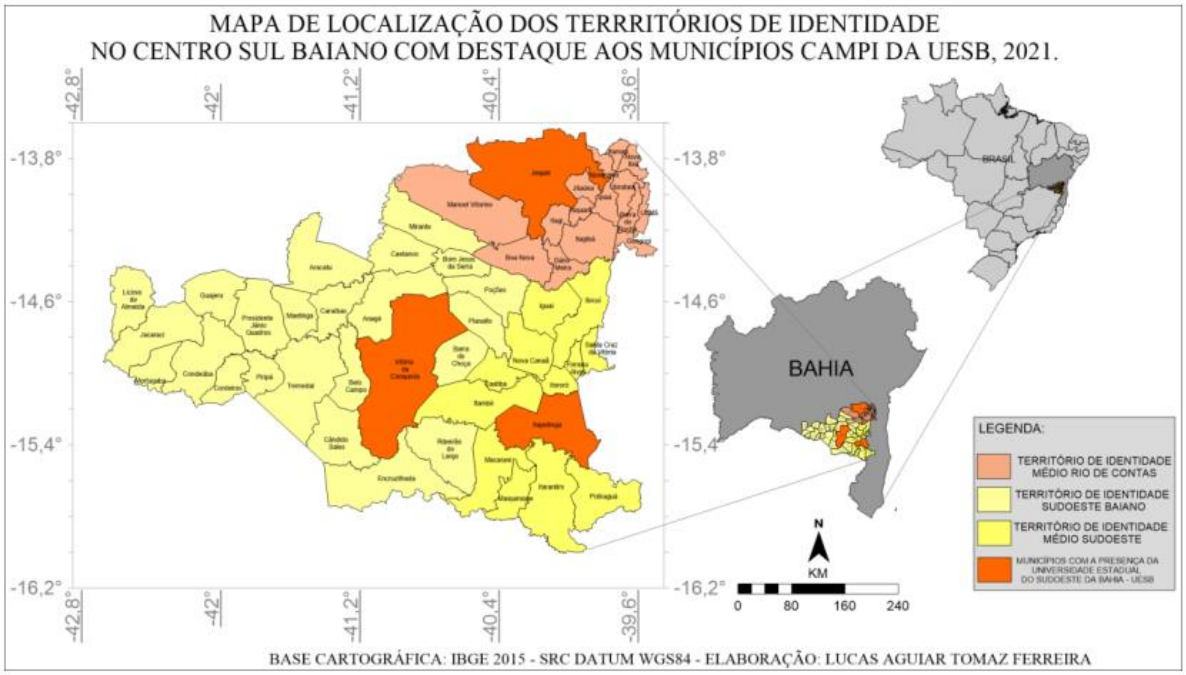
The research reveals that in Bahia, and especially in the territories studied here, issues related to public policies for women and the LGBTQIA+ population are on the agenda, but it is observed that these policies are still limited. It was found that there are spaces for social participation within these territories, but a greater number of women and LGBTQIA+ individuals is needed. In this sense, it reveals that there is more movement on the subject in the main cities of these territories. It is important to emphasize that this factor indicates a need to continue studies and actions addressing gender and sexuality issues, as well as the social participation of women and the LGBTQIA+ population.

Keywords: Territory; Territorial Development; Public Policies; Women; Rural Women

INTRODUÇÃO

O presente texto tem como objetivo central de investigar as políticas de gênero para as mulheres, em particular das mulheres rurais, nos arranjos do desenvolvimento territorial na Bahia por meio dos Territórios de Identidade. Nessa perspectiva, compreende-se que este trabalho tem o intuito de contribuir para a debate de gênero e demais temas dissidentes dentro do rol das discussões da ciência geográfica, bem como se pensar na elaboração e gestão de políticas públicas de gênero e sexualidade. Como empírico deste trabalho optou-se em analisar as políticas de gênero e sexualidade nos Territórios do Centro Sul Baiano como pode ser observar o mapa de localização da figura 1.

Figura 1 – Mapa de Localização dos Territórios de Identidade do Centro Sul Baiano com destaque aos Munícipios com campi da UESB, 2021



Fonte: Ferreira, 2022.

A discussão ora aqui apresentada se dará por meio das preposições da categoria território, pois a grosso modo, os espaços de participação social dentro da abordagem do desenvolvimento territorial se concretizam como campo de conflitos de interesses.

Nesse sentido, pode-se afirmar que há uma disputa de poder, esse motivo em particular, recai na definição da referida categoria defendida por Raffestin (1993). Desta forma, o território também se caracteriza como uma faceta do espaço conforme o pensamento de Souza (2013). Então, é possível ratificar as contribuições de Haesbaert (2004) sobre a existência das multiterritorialidades. Assim, essas e outras contribuições para o entendimento do conceito de território, também, auxiliam na compreensão sobre o desenvolvimento territorial, a participação social dos sujeitos existentes no território, bem como a sua diversidade, o fortalecimento e a criação das políticas públicas de gênero e sexualidade.

Ao examinar o panorama histórico, constata-se que no Brasil as mulheres ainda não têm acesso completo aos seus direitos, o que acarreta em uma situação de desigualdade de gênero. É evidente, resumidamente, afirma que existem diversas meios e políticas públicas implementadas para corrigir essa discrepância tanto para as mulheres quanto para a comunidade LGBTQIA+.

O debate proposto por este ensaio, sumariamente, pode ajudar nas formas de compreensão da realidade e superar alguns paradigmas da sociedade, principalmente, o debate de igualdade de gênero e a valorização da mulher rural, pois há necessidade de inserir pautas específicas para este público nos espaços de participação social e tem também que reconhecer as diferentes identidades e os anseios que atravessam essas mulheres.

METODOLOGIA

Ao que tange os procedimentos metodológicos, este texto faz-se o uso de uma discussão teórica sobre a categoria território, tal como os ancenúbios que envolve as relações de poder, neste crivo, também realizou-se reflexões acerca da abordagem territorial de políticas públicas, o desenvolvimento territorial, a participação social e a luta de igualdade de gênero e sexualidade.

Este trabalho se deu por meio do levantamento de metas e ações que estão presentes nos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário dos Território do Centro Sul Baiano: Médio Sudoeste (TMS), Sudoeste Baiano (TSB) e Médio Rio de Contas (TMRC). Posteriormente, foi realizado um levantamento de grupos e associações que envolve as Reivindicações que abrangem questões de gênero e sexualidade nos territórios estudados nos nestes ensaios.

Também foi realizado o levantamento de dados secundários junto ao Instituto brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI); Secretária de Amparo aos direitos das Mulheres nos municípios sedes de cada

territórios e a Secretária de Políticas para as Mulheres (SPM). Esses dados foram analisados e trabalhados em programa de planilha de cálculo para gerar mapas e gráficos.

REFERENCIAL TEÓRICO

Ao abordar o desenvolvimento territorial, é essencial examinar as contribuições epistemológicas sobre o território, conforme mencionado no início deste texto. Nesse sentido, é importante destacar as contribuições de Raffestin (1993), que enfatiza a distinção entre espaço e território, uma vez que o território é uma construção do espaço. Por sua vez, Souza (1995) aponta que o território é ligado as relações de poder em um determinado espaço, porém com fortes relações com as questões naturais e sociais e suas diversas formas de usos desta delimitação do espaço:

> O território [...] é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder. A questão primordial, aqui, não é, na realidade, quais são as características geoecológicas e os recursos naturais de uma certa área, o que se produz ou quem produz em um dado espaço, ou ainda quais as ligações afetivas e de identidade entre um grupo social e seu espaço (SOUZA,1995, p. 78)

Castro (2005) refere-se ao território dentro da perspectiva da geografia política e tem por objetivo principal de ultrapassar a divisão entre esta e a geopolítica e, assim, privilegia os conceitos indispensáveis que se articulam e permeiam as noções de espaços e territórios. Em contra partida, M. Santos (1999) traz uma concepção de território ligada às questões da configuração territorial dos espaços como a presença de diversos agentes, bem como a utilização da natureza pela sociedade por meio da técnica.

Nas contribuições de Haesbaert (2004) o território apresenta em três formas, sendo: a primeira de cunho político, quando está diretamente ligada à relação de poder. Na segunda vertente, o autor apresenta uma abordagem culturalista ou simbólico/cultural. A terceira e última vertente pode ser considerada mais economicista. Haesbaert (2021) faz uma retificação sobre o conceito da categoria acrescentando a vertente administrativa.

Além disso, Souza (2013) argumenta ratificando a concepção da natureza do território ao dizer que essa categoria é delimitada pelas relações de poder. Reforçando essa perspectiva, Silva e Ornat (2014) ampliam o conceito ao considerar as relações de poder que vão além do Estado. Então, o território se define por meio das relações de gênero e sexualidade. Nesta concepção, pode-se afirmar que o território é uma das facetos do espaço geograficos, assim como expressado por Souza (1995; 1997).

No âmbito da dinâmica do desenvolvimento territorial, Haesbaert (2010) destaca que a utilização da categoria território na implementação de políticas públicas não é exclusiva do Brasil, mas também adotada por outros países como forma de ordenamento e planejamento nestas nações. O autor aponta alguns programa estatais no Brasil que visam o desenvolvimento territorial:

> Em termo de políticas oficiais o termo acabou sendo central em propostas como PNOT - Política Nacional de Ordenamento Territorial, vinculada o Ministério de Integração Nacional (MIN), vinculada a partir de 2004, o PTC - Programa de território da Cidadania do Ministério Agrário (MDA) criado em 2008 e recentemente o PEEITE Programa de Educação Escolar Indígena e seus Territórios Educacionais, vinculado ao Ministério da Educação do Ministério da Educação (MEC). (HAESBAERT 2010, p.156)

Nesse sentido, Alcântara (2013) ressalta que as categorias de análise geográfica têm sido empregadas e direcionadas para o planejamento e gestão de políticas públicas, destacando-se o território. Isso se deve ao fato de que essa categoria possui ações diretamente relacionadas à reprodução da sociedade no espaço Neste sentido a autora diz que: “Pontua-se que as categorias de estudo da geografia vêm sendo utilizadas e direcionadas para o ato de planejar [...], e merece destaque o território. Atos diretamente vinculados à [...] reprodução do homem no espaço, e logo construídos temas de investigação recai sobre a perspectiva da análise geográfica (ALCANTARA, 2013 p. 84-5).

Do ponto de vista institucional, a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), conforme mencionado por Dias (2016), oferece suporte a um processo que integra questões sociais ao desenvolvimento econômico. Por essa razão, o desenvolvimento territorial ocorre por meio da mobilização de fatores econômicos, sociais e político/institucionais.

Nesse sentido, é relevante considerar as contribuições de Sen (2000), que destaca que o desenvolvimento vai muito além da mera acumulação de riquezas e crescimento econômico, enfatizando a importância do desenvolvimento social dos indivíduos.

A política de desenvolvimento territorial se consolida na Bahia com a constituição dos Territórios de Identidade que, por sua vez, possuem espaços de participação denominados de colegiados territoriais formados por representes de diferentes segmentos dos municípios, tanto da sociedade civil, como do poder público. Com essa configuração tem-se a tentativa de uma promoção da participação social nos planejamentos e implementações das políticas públicas, pois por meio deste mecanismo consegue concretizar um ações do poder público direcionada a necessidade emergente daquela localidade

No âmago da questão, nota-se que, como estratégia do Estado para o desenvolvimento dos territórios, está em uma gradual aproximação, conforme a concepção de Sen (2000), em

que, por meio da dinâmica territorial, as pessoas conquistam autonomia e participação no planejamento e na implementação das políticas públicas. No entanto, é necessário destacar as contribuições que auxiliam na compreensão do debate sobre gênero e sexualidade, uma vez que as políticas públicas que visam apoiar e reduzir as disparidades sociais relacionadas a essas questões no Brasil são fundamentais para alcançar o desenvolvimento social e econômico.

Segundo a perspectiva de Sen (2000), busca-se a autonomia e participação desses sujeitos no planejamento e gestão de políticas visando o desenvolvimento. De acordo com Butler (2004), há uma compreensão de que o gênero é uma construção social, amplia-se as possibilidades de vivenciar diferentes expressões de gênero.

Nesse sentido, é crucial destacar as contribuições de Foucault (1977), que aponta para o silenciamento das questões de gênero e sexualidade, uma vez que estão intrinsecamente ligadas às relações de poder que se alicerçou as sociedades, sobretudo, a brasileira. Assim, pode-se observar a definição de Silva e Ornat (2014) sobre o território.

Silva (2009), por sua vez, aponta que o debate científico na Geografia tem sido dominado pela construção da heterocisnormatividade que também se consolidou por muito tempo na sociedade brasileira. A autora defende a importância de estabelecer uma geografia que se dedique à análise e compreensão de temas dissidentes, incluindo a relação entre geografia e teoria queer, bem como outras ciências sociais.

Segundo R. Santos (2020) expressa que a vertente da geografia crítica tem contribuído de forma significativa para a desmitificação do domínio do patriarcal como forma natural. A desconstrução, conforme a autora expressa se dá pelo o papel fundamental da geografia feminista e o debate da diversidade sexual dentro da ciência geográfica. Neste sentido a autora expressa que:

> Neste contexto, novos temas e problemáticas cotidianas tem sido ampliadas ou introduzidas nas pesquisas geográficas. As abordagens de gênero na geografia trazemos debates da distribuição e ocupações dos espaços públicos e privados por homens e mulheres, resultando na visibilidade da discriminação e violência sofrida pelas mulheres, a dificuldades de acesso e permanência nos espaços públicos, bem como da sua participação na gestão destes (R. SANTOS, 2020, p. 231).

Por sua vez, Paula (2020) destaca que o objetivo principal da geografia ao estudar gênero e outros temas subversivos é analisar as desigualdades socioespaciais impostas pela sociedade a dualidade de gênero imposta e ao mesmo tempo tem o reconhecimento que estas relações permeiam nas vidas dos sujeitos e por muitas das vezes dependendo a forma de vivenciar e/ou performar o gênero eles acabam sofrendo algum tipo de violência.

Ao que diz respeito em estudar as questões de gênero que tange ao espaço rural Andrade (2023) expressa um papel significativo da mulher na produção agrícola, pois com a participação feminina nas práticas que envolve a produção rural tem uma implicação positiva dentro daquela localidade, bem como na vida daquelas mulheres, pois geram emancipação delas e tornam-se protagonistas de suas atividades. Esta é uma das formas que se busca e se faz valer a equidade de gênero.

Entende-se que as contribuições da ciência, especialmente da Geografia, permitem a análise das políticas públicas relacionadas a gênero e sexualidade no contexto do Desenvolvimento Territorial na Bahia. Considera-se que o planejamento territorial tem como objetivo principal promover a participação social desses sujeitos.

Ao examinar as políticas públicas de gênero e sexualidade, sobretudo, com foco para as mulheres rurais, nos territórios estudados, observa-se que cada um deles se encontra em uma fase diferente do Ciclo das Políticas Públicas proposto por Secchi (2012) dividido em sete etapas que são: I) Identificar o problema; II) formar agenda; III) formular alternativas; IV) tomar decisões; V) implementação; VI) avaliação e VII) a extinção.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste contexto sobre políticas públicas direcionada as questões de gênero e sexualidade é evidente que o Território do TSB se destaca como aquele que mais desenvolveu ações abrangendo questões de gênero e sexualidade. Conseguiu-se avançar na implementação de medidas retiradas do PTDRRS e concretizá-las.

Além disso, possui uma câmara técnica específica dedicada a essa temática, bem como a participação de movimentos sociais, sob a perspectiva do desenvolvimento territorial. O papel do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET) também se destaca, fortalecendo os espaços de participação e contribuindo para a implementação das políticas públicas. Esses fatores contribuem para que o TSB tenha um percurso mais consolidado em relação aos outros territórios analisados.

As mulheres formam a maior parte da população que compõe o TSB, segundo dados da SEI (2018), e, registra-se uma preocupação com a participação da mulher nas diversas esferas da sociedade, tanto no espaço rural quanto no espaço urbano.

Sobre a participação social de mulheres, tem-se em primeiro lugar o Colegiado Territorial do TSB. Neste espaço há representação de diferentes segmentos do território e verificou-se que o referido colegiado apresenta uma dinâmica de organização e funcionamento, assim estruturada: composição das câmaras temáticas que trata de diferentes temas conforme

demanda da plenária do colegiado; composição do núcleo diretivo em conjunto com coordenador do CODETER e plenária geral com representantes dos 24 municípios que compõe o TSB.

Mesmo com o reconhecimento dos espaços de participação, tais como colegiado, conselhos e outros, é possível notar que a participação social das mulheres é marcada por dificuldades. Que vão desde o tempo dedicado a essa atividade, a ausência de esclarecimentos e mesmo a falta de recursos financeiros.

No período pandêmico esse quadro se intensificou, uma vez que, os componentes do colegiado do TSB, oriundos de diferentes áreas do território, foram impedidos de participar das reuniões presenciais, e mesmo com a estratégia da realização dos encontros de maneira remota, muitas pessoas ainda têm dificuldade de acesso à internet e aos aparelhos e plataformas digitais.

Em relação à efetivação das políticas públicas de Gênero e Sexualidade observa-se que acontece de forma acanhada. Existem mecanismos do governo no território como a Delegacia da Mulher, Pronaf Mulher, Coordenação de Amparo aos Direitos, é válido salientar que ainda são políticas que ficam restritas apenas há alguns municípios, como os municípios de Vitória da Conquista, Poções e Planalto, medidas estas que estavam previstas no plano territorial.

Dentre os eventos realizados, vale mencionar o I Encontro Territorial de Mulheres do TSB promovido pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, por meio do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Territorial - NEDET e o Encontro de Mulheres em Cordeiro - Município que faz parte do Polo de Condeúba – foi promovido pelo comitê municipal do município, o II Perspectivas para Juventude que também foi realizado pela UESB por meio do NEDET onde se tratou de políticas não só para mulheres, mas também para a população LGBTQIA+ em todas as esferas desde a educacional até a de segurança.

Nesta perspectiva, fica elucidada a preocupação do TSB em trabalhar a questão de forma aberta no território, como já prevê o plano norteador de desenvolvimento do território como definido no eixo de Limites e Potencialidades na Dimensão Socioeconômica (2016, p. 20): “Falta de planejamento, integração e gestão do desenvolvimento sustentável, considerando os segmentos de gênero, etnia, geração, povos tradicionais e de terreiros.”. Também as formas de implementar essas políticas públicas com o objetivo, estratégias, metas e prazos:

> **Objetivo 2** Desenvolvimento e consolidação de políticas públicas de Educação, Ciência e Cidadania.
> **Estratégia 2.3** Estabelecer maior empenho ampliando os investimentos de implementação das leis que tornam obrigatórios os conteúdos da grade curricular, a exemplo da lei 10.639/2003 e da lei 11.769/2011, considerando a necessidade de elaboração do Plano Estadual Para Aplicação das Diretrizes Curriculares Nacionais

> **Meta:** 2.3.1 Implementar 100%, nas unidades escolares da rede estadual, a política da educação das relações étnico-raciais, de gênero e de sexualidades no período de 4 anos (PTDRSS, 2016, p. 36).

E continua:

> **Objetivo**5 Desenvolvimento e consolidação de políticas públicas para a inclusão, diversidade, cidadania e direitos humanos.
> **Estratégias** 5.2 Desenvolvimento de projetos e ações que garantam o desenvolvimento e protagonismo da juventude.
> **Metas** 5.2.3 Criação e efetivação de uma (01) Rede Territorial de Direitos Humanos, tendo como foco principal o debate acerca das especificidades de juventudes tradicionais, LGBT´s e do campo. (PTDRSS, 2016, p. 39).
>
> **[...]**
> **Estratégias** 5.3 Desenvolvimento de projetos e ações para mulheres, gênero e diversidade.
> **Metas** 5.3.1 Ampliar em 100% a participação das mulheres e dos jovens nos espaços de participação social no período de 8 anos. (PTDRSS, 2016, p. 39).

Observa-se que há um espaço previsto no plano para essa execução de discussão e implementação de políticas públicas, mas também nota-se que é previsto no Plano maior o PPA-P – que prevê a meta Temas Estratégicos do PPA-P Estadual: XI. Mulheres, gênero e diversidade.

Porém, em virtude da pandemia - que já foi citada no decorrer deste texto, as atividades do colegiado e das câmaras pararam e mesmo com o fim das mesmas as atividades não voltaram a acontecer por uma virtude de percalços que enfrenta a política de desenvolvimento territorial.

A respeito das parcerias, o coordenador relata que houve uma breve aproximação da SPM para desenvolver trabalho com as mulheres, mas houve limitações internas do próprio colegiado, neste sentido, reforça o conceito de Campo de Forças expresso por Alcantara (2013).

O coordenador faz uma avaliação das ações desenvolvidas pelo TSB em relação às atividades voltadas as mulheres cis, observa-se um avanço considerável, porém, as ações direcionadas as demandas da população LGBTQIA+ não tem avanço. Desta forma acarreta a contradição das necessidades básicas destes sujeitos, pois, estão em latência e por muitas vezes não são reconhecidas essas demandas pelo poder público, tampouco, pela sociedade civil.

No que tangem os aspectos analisado nos Território Médio Sudoeste possui a extensão é de 11.700 km² tendo um quantitativo de 247.180 hab. Segundo o IBGE (2010). Em termos de população e gênero, segundo o censo IBGE realizado em 2010, a região possui uma população total de 247.180 habitantes, dos quais 194.742 vivem em áreas urbanas, sendo 96.040 homens e 98.702 mulheres.

No mesmo ano, a população rural total era de 52.438, incluindo 28.601 homens e 23.837 mulheres. Destaca-se a presença majoritária das mulheres nas áreas urbanas, o que não ocorre nas áreas rurais. No entanto, em números absolutos, os homens ainda são maioria tanto na área urbana quanto na rural, 52,6% da população total. Atualmente, o CODETER é liderado por uma mulher, algo representativo, haja vista que os representantes do colegiado territorial são formados, majoritariamente, por homens. A coordenação relata que há inúmeras dificuldades dentro da abordagem do desenvolvimento territorial, essencialmente ao se falar das políticas públicas com direcionamento social, pois, o território tem a necessidade de empoderar os sujeitos sociais específicos, porém, não há espaços para discussão dentro da plenária, em virtude de serem demandas galgadas pelas minorias.

Assim como exposto no parágrafo anterior, o TMS não possui espaços de diálogos de participação para discutir demandas sociais. Em especial, à questão sobre gênero e sexualidade. Porém, segundo a coordenação foram inúmeras tentativas de implementação sem êxito.

O PTDRSS do referido território apresenta em suas estratégias a criação dos espaços de participação social, e de ações que dê visibilidade para esta população. O plano traz como potencialidades sociopolíticas para instalação no território instituições do poder público tais como o Centro de Referência da Mulher. O plano ainda o plano prevê a criação de espaços de participação, tais como: "Câmara Técnica de Agricultura Familiar e Câmaras temáticas Mulheres, Juventude, Agricultura Familiar, Cultura e Comunidades Tradicionais, Meio Ambiente, Educação e Desenvolvimento Territorial instaladas no Colegiado Territorial." (PTDRSS do TMC, 2017, p. 2016).

Vale ressaltar que todas as propostas colocadas no plano territorial seriam atendidas em uma expectativa de tempo curto, no máximo quatro anos, porém, até o momento, em 2022, ainda não houve implementação das ações descritas no plano.

Ainda a respeito da matriz de estratégias do PTDRSS do Território Médio Sudoeste a prevê no Eixo 1 Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioprodutiva a promoção, o desenvolvimento e a autonomia das mulheres e da juventude rural por meio das ações da organização, social, produtiva e econômica.

No Eixo 2 intitulado de Formação e Organização Social traz a mesma demanda como objetivo, porém, faz a ampliação ao tanger as questões que visa organização social e à cidadania. O Eixo 4 abrange as questões de Infraestrutura e Serviços Públicos e para anteder essa demanda o TMS propôs apoiar técnica e financeiramente o funcionamento dos serviços de atendimento à mulher vítima de violência, através da Casa de Passagem e da Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (PPA).

O PTDRSS descreve também as formas de implementar essas políticas públicas com o objetivo, estratégias, metas e prazos:

> **Objetivo 2** Potencializar as cadeias produtivas de inserção da agr. familiar do território, com ênfase no etnodesenvolvimento3 e a autonomia das mulheres e da juventude rural.
> **Estratégia 2.1** Implantação de infraestrutura para beneficiamento, agro industrialização e comercialização dos produtos da agricultura familiar e de assentados/as da Reforma Agrária.
> **Meta: 2.3.1** Ter a participação de pelo menos 30% de jovens e 50% de mulheres nos projetos de inclusão sócio produtiva nos 10 projetos de desenvolvimento das cadeias produtivas. (PDTRSS do TMS, p. 31).

Continua:

> **Objetivo 3** Promover o etnodesenvolvimento e a autonomia das mulheres e da juventude rural por meio do acesso à formação, organização social e cidadania.
> **Estratégia 3.1** Promoção da integração e capacitação das comunidades étnicas, de gênero e geracional, para o seu fortalecimento, desenvolvimento e organização social.
> **Meta 3.1 .1** Ter realizado as conferências municipais e livres das Juventude, Mulher, Infância e Adolescência, LGBT e Fóruns Municipais das Comunidades Tradicionais, Indígenas, de Matriz Africana e outras etnias presentes no território (PDTRSS do TMS, p. 31).

O território Médio do Rio das Contas, por sua vez, ocupa importantes áreas do território baiano. O TMRC está localizado no estado da Bahia no nordeste do Brasil composto por 16 municípios, que já foram citados na seção anterior, desta forma, se destacam as cidades de Jequié e Ipiaú centros de negócios e serviços da região. O TMRC abrange uma área de 9.903,7 km², equivalente a 1,8% do território do Estado.

No que tange aspectos demográficos, a população apresenta desigualdade em relação à distribuição no território, pois, há uma significativa concentração nos municípios Ipiaú e Jequié. Nesta quadra, o TMRC possui população de 366.507 habitantes, o que representa 2,6% da população baiana. A maior parte da população, cerca de 286.405 hab. vivem na zona urbana e 80.102 da zona rural. No entanto, ao excluir os municípios de Jequié e Ipiaú, a população rural no território perpassa a representar 53%. O território também possui um quantitativo expressivo de mulheres (IBGE, 2010).

O colegiado territorial é bastante representativo, tendo representantes tanto do poder público quanto da sociedade civil, destaca-se que as demandas relacionadas ao planejamento e implementação de políticas públicas estão concentradas nos munícipios maiores como Jequié e Ipiaú.

O coordenador chama atenção para as demandas voltadas ao meio ambiente e agricultura desenvolvida no referido território de identidade, sobre o quão esse temário está intrínseco com as demandas e atividades desenvolvidas pelo colegiado territorial. Ele aborda o quão é importante ter uma gestão de governança partilhada entre os municípios do território e define que que é um grande avanço no processo de planejamento e implementação de políticas públicas. Pode-se identificar na narrativa do coordenador sobre a política de negócios que se tinha entres os parlamentares da Bahia antes da política de desenvolvimento territorial.

Há inúmeras dificuldades enfrentadas pela política de desenvolvimento territorial atualmente isso é fato, mas nestes últimos anos, segundo o coordenador, a pandemia contribuiu para a desarticulação de todo trabalho que estava sendo construído, pois com o distanciamento social, não teve como realizar as reuniões e atender as demandas previstas no PTDRSS no território.

A coordenação do colegiado territorial Médio Rio das Contas deixa evidente que não há uma união, uma integração das políticas públicas do fato que teria que ser no papel. Desta forma, o coordenador toca no assunto das demandas relacionas ao cunho social. A exemplo, da mulher, do negro, da população LGBTQIA+ e dentre outras pautas que são extremamente necessárias dentro da sociedade brasileira:

Ao trazer as dificuldades da gestão de políticas públicas, principalmente voltada para as questões de gênero e sexualidade o coordenador expressa a dificuldade em abordar esses temas na sociedade, bem como no Território Médio Rio das Contas. Ainda sobre a questão de gênero e sexualidade o coordenador aborda a importância de discutir e planejar ações que mesmo tendo paradigmas religiosos ele não deixa transpassar para as questões de pauta do colegiado.

O referido território tentou-se trabalhar as questões de gênero e sexualidade ao fortalecer dentro dos espaços de participação a representatividade destes sujeitos, porém, em virtude da pandemia prejudicou o desenvolvimento destas atividades, bem como a criação da câmara temática de mulheres e diversidade que estava prevista no plano territorial.

Verifica-se uma contradição com o PTDRSS do território, pois expressa que não há espaços de participação e que a criação dos mesmos está prevista para 2024, conforme levantamento da necessidade e demanda do território.

Em relação às questões de gênero e sexualidade se existem grupos da sociedade civis organizados participam do território o condenador expressou que há organizações de mulheres rurais, mas que nenhuma dessas mulheres puxam o debate, ou melhor, se sentem confortável para se empoderar dos lugares de protagonista e puxar a discussão.

Em virtude disso, o coordenador expressou que a câmara de mulheres está parada, ou melhor não conseguiu se consolidar, pois não há envolvimento de mulheres em cargos de lideranças para organizar esse grupo. Sobre a população LGBTQIA+ não se tem nenhum grupo formalizado no colegiado territorial e nem nos municípios que compõem o território.

Em relação ao planejamento e as ações futuras do território em relação às políticas públicas de gênero e sexualidade o coordenador expressa que é algo incerto, visto que a política de desenvolvimento territorial na Bahia depende do governo do estado e, que passa por período eleitoral e somente depois disso pode se pensar ou até mesmo definir ações.

Neste sentido, é possível analisar que pautas sobre as questões de gênero e sexualidade ainda ficam em segundo plano, pois o interesse de muitas pessoas que compõem os colegiados territórios é apenas o desenvolvimento econômico. Desta forma, foge da perspectiva de desenvolvimento pautado na política territorial.

O TMS e o TMRC ainda estão em estágios iniciais no que diz respeito às políticas de gênero e sexualidade, inclusive as políticas para mulheres rurais, apresenta um progresso mais lento. Esses territórios ainda não conseguiram estabelecer espaços de participação, como uma câmara técnica dedicada a essa temática, nem concretizar as ações planejadas PTDRSS.

Além disso, esses territórios não possuem diálogos estabelecidos com os movimentos sociais presentes nos municípios que os compõem. Essa falta de interação prejudica o fortalecimento dessa agenda dentro do colegiado territorial. É importante ressaltar que o TMS e o TMRC não contam com nenhum órgão governamental que trabalhe especificamente com essas questões em sua composição nos respectivos colegiados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como algumas considerações é importante ressaltar que a questão de gênero e sexualidade e, principalmente, com foco para as mulheres rurais, está presente nas discussões do Território por meio dos Planos Territoriais, embora ainda careça de um debate mais aprofundado e análise abrangente.

A pesquisa revelou que os territórios estudados, incorporam em seu planejamento e pautas as questões relacionadas às políticas públicas de gênero e sexualidade. No entanto, a abordagem e as ações nesse âmbito ainda são tímidas e estão em estágios diferentes defendido por Secchi (2012).

Foi constatada uma desarticulação entre as entidades e os espaços de participação, assim como a falta de maior integração entre as entidades e as ações desenvolvidas. Esses pontos

destacam a necessidade de um maior esforço para promover a discussão e implementação efetiva das políticas públicas relacionadas a gênero e sexualidade nos.

Fica em evidência que existe uma maior concentração de ações nas cidades sede dos territórios, enquanto outras cidades apresentam uma presença menos expressiva. Isso ressalta a necessidade de dar continuidade aos estudos e ações que abordem a questão da participação e das políticas públicas direcionadas às mulheres na Bahia e nos territórios investigados.

É fundamental expandir essas iniciativas para garantir uma abordagem mais abrangente, envolvendo todas as cidades e comunidades dentro desses territórios. Isso requer um esforço contínuo de pesquisa, engajamento social e desenvolvimento de políticas inclusivas que atendam às demandas desses grupos específicos.

REFERÊNCIAS

ALCANTARA, F. V. de**. Possibilidades e limites da gestão social nos territórios rurais do Nordeste: Retrato do Agreste de Alagoas**. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Federal de Sergipe - UFS. São Cristóvão/SE, 2013.

ANDRADE, D. S. et al. **Ser mulher na agricultura familiar: um estudo de caso na comunidade do bezerro em Poções-ba**. Anais do XV ENANPEGE... Campina Grande: Realize Editora, 2023. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/93824>. Acesso em: 10/01/2024 21:53

BAHIA, Superintendências de Estudos Sociais e Econômicos da Bahia - SEI, 2018. Disponível em: <http://azimute.sei.ba.gov.br/pesquisapre/fluxo.jhtml> Acesso em: 01 ABR 2022 às 15h46min.

_____. **Perfil dos Territórios de Identidade.** 3 v. p. (Série territórios de identidade da Bahia, v. 1). Salvador: SEI, 2015.

_____. **Plano de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável e Solidário do Território Sudoeste Baiano** – Vitória da Conquista - BA, 2016. P. 55. Vitoria da Conquista: NEDET, SEPLAN, 2016.

_____. **Plano de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável e Solidário do Território Médio Sudoeste Baiano** – Itapetinga - BA, 2016. P. 55, SEPLAN, 2016.

_____. **Plano de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável e Solidário do Território Médio Rio das Contas** – Jequié- BA, 2016. P. 53, SEPLAN, 2016.

_____. Secretaria de Planejamento: **Perfil dos territórios de Identidade**. Disponível em: <https://seplan.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=55> acessado em 10 DEZ 2021 às 10h21min.

BUTLER, J. **Undoing gender**. Nova York. Routledge. 2004.

CASTRO, I. E. de. **Geografia e política: território, escala de ação e instituições** -Rio de Janeiro - RJ: Bertrand Brasil, 2005.

DIAS, W. **Territórios de identidade e políticas públicas na Bahia: Gêneses, resultados, reflexões e desafios**. 1 edição. Zarte Editora, Feira de Santana - BA, 2016.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977.

FERREIRA, L. A. T. **Desenvolvimento territorial e as políticas de gênero e sexualidade nos territórios de identidade do Centro Sul Baiano** 197f.; Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2022.

HAESBAERT, R. **Território e descolonialidade: sobre o giro (multi)territorial/de(s)colonial na América Latina.** 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires CLACSO, 2021.

_____. Território e região no desafio dos conceitos para uma política de desenvolvimento territorial. In: NETO, A. S. C. et al (Orgs.). **(GEO)grafia dos movimentos sociais**. Feira de Santana - BA: UEFS Editora, 2010.

_____. O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro/RJ, Bertand-Brasil, 2004.

ORNAT, M. J.; SILVA, J. M. Território Descontínuo Paradoxal, Movimento LGBT, Prostituição e Cafetinagem no Sul do Brasil. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online),** [S. l.], v, 18, n. 1, p. 113-128, 2014. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2014.81087.

PAULA, L. A. C. DE. **A bela flor do/no campo: por uma geografia de gênero e de r(existência) em assentamentos rurais do interior de São Paulo.** Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Estadual Paulista, Faculdade de ciência e tecnologia, Presidente Prudente - SP, 2020.

RAFFESTIN, C. **Por Uma Geografia do Poder**. São Paulo. Ed. Ática. 1993.

SECCHI, L. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos.** São Paulo: Cengage Learning, 2012.

SEN, A. **Desenvolvimento com Liberdade.** 1ed. Companhia das Letras, São Paulo/SP, 2000.

SANTOS, M. O dinheiro e o território. In: **GEOgraphia**, Rio de Janeiro, ano 1. n.1,p. 7-13,1999.

SANTOS, R. A. dos. Mulheres e Geografia – reflexões pertinentes?. **Geografia em Atos (Online)**, Presidente Prudente, v. 3, n. 18, p. 227–242, 2020.

SILVA, J. M. (Org). **Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades.** 1 ed. Editora: Toda Palavra, Ponta Grossa – PR, 2009.

SOUZA, M. L. ***Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial***. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

_____. Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento social. IN: **Revista Território.** Rio de Janeiro, ano II, n. 3, jul./dez., p. 13-35, 1997.

_____. O Território sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In. CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. da. C. & CORREA, R. L. **Geografia Conceitos e temas**. 1 ed. Rio de Janeiro / RJ. Bertrand Brasil, 1995.

IMPACTOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA CAMPONESA EM ITUIUTABA MG: EVASÃO DOS ASSENTADOS E OS DESAFIOS SOCIOECONÔMICOS

André Luiz Bueno da Silva[1]

Joelma Cristina dos Santos[2]

RESUMO

A pesquisa que se apresenta tem por objetivo analisar os motivos que vem provocando a evasão dos assentados do Projeto de Assentamento (P.A) Chico Mendes, localizado no município de Ituiutaba-MG. Diante disso, buscou-se abordar a relevância das políticas públicas destinadas à agricultura camponesa no contexto do desenvolvimento rural brasileiro, destacando a complexidade da ausência dessas políticas para os agricultores familiares e camponeses. Além disso, é analisada de forma subjacente a influência do agronegócio nas políticas agrícolas. Quanto à metodologia adotada, buscou-se uma abordagem em duas etapas, a saber: a primeira etapa consiste em delinear o campo teórico, fundamentando-se em fontes bibliográficas como livros, artigos científicos, dissertações e teses que exploram as problemáticas enfrentadas pelo campesinato. A segunda etapa envolve o levantamento e a compilação de dados secundários em organismos governamentais. Acreditamos que a obtenção e sistematização desses dados proporcionam, à luz da ciência geográfica, traçar uma base sólida para realizar análises, discutir os resultados encontrados e apresentar as devidas considerações finais.

Palavras-chave: Ituiutaba -MG, Assentamento Chico Mendes, Políticas públicas, Reforma Agrária.

ABSTRACT

The research presented aims to analyze the reasons that have been causing the evasion of settlers from the Chico Mendes Settlement Project (P.A), located in the municipality of Ituiutaba-MG. In view of this, we sought to address the relevance of public policies aimed at peasant agriculture in the context of Brazilian rural development, highlighting the complexity of the absence of these policies for family farmers and peasants. Furthermore, the influence of

[1] Mestrando do Curso de Pós Graduação da Universidade Federal de Uberlândia - Campus Pontal - UFU, albsbueno85@gmail.com

[2] Professora, Doutora do Curso de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia - Campus Pontal - UFU, joelma.santos110@gmail.com

agribusiness on agricultural policies is analyzed in an underlying manner. As for the methodology adopted, a two-step approach was sought, namely: the first step consists of outlining the theoretical field, based on bibliographical sources such as books, scientific articles, dissertations and theses that explore the problems faced by the peasantry. The second stage involves the collection and compilation of secondary data from government agencies. We believe that obtaining and systematizing these data provides, in the light of geographic science, a solid basis for carrying out analyses, discussing the results found and presenting appropriate final considerations.

Keywords: Ituiutaba -MG, Chico Mendes Settlement, Public policies, Agrarian Reform.

INTRODUÇÃO

A reforma agrária é um tema de grande importância no Brasil, já que a distribuição de terras e a promoção da justiça social são fundamentais para o desenvolvimento econômico e a redução da desigualdade no meio rural brasileiro. Considerando que um dos principais propósitos da reforma agrária é assegurar o acesso à terra para os trabalhadores rurais, que desempenham um papel fundamental na produção agrícola e na construção de seu modo de vida. No entanto, apesar dos esforços dos movimentos sociais de luta pela terra para a criação de assentamentos rurais - com destaque ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST - muitos assentados acabam abandonando os lotes conquistados.

Todavia, o fenômeno do abandono dos lotes adquiridos via reforma agrária apresenta uma série de razões que são extremamente diversas e complexas. De fato, as causas que promovem tal evasão se ramificam em diferentes aspectos, desde a ausência de infraestrutura básica, tais como abastecimento de água e energia elétrica, até a inexistência de assistência técnica e pressão exercida por latifundiários e agroindústrias - que em muitos casos se personificam em uma única pessoa física e/ou jurídica - que desejam e se beneficiam da desapropriação dos assentados de seus lotes.

Para além das questões estruturantes, é preciso compreender que um dos fatores fundamentais que desencadeiam a evasão dos assentados de seus lotes é a dificuldade financeira enfrentada pelas famílias assentadas, sobretudo, após receberem a posse da terra, sendo assim, hipoteticamente, podemos constatar dois fatores primordiais que causam esse fenômeno.

O primeiro está relacionado à falta de incentivo e acesso a políticas públicas e crédito agrícola[3]. Logo, o segundo fator ocorre em decorrência do primeiro, gerando um efeito dominó, isto é, a impossibilidade de acesso às políticas públicas para investir na produção dificulta significativamente a produção de alimentos e a escassez de recursos contamina a geração de renda e emprego, o que provoca o desabastecimento do mercado local/regional.

Nos casos mais extremos, a falta de incentivos agrícolas chega a afetar até a produção de subsistência das famílias campesinas. Sendo este, então, um dentre vários motivos que levam os camponeses a abandonarem os lotes adquiridos. As formas de abandono dos lotes podem se dar por várias maneiras: via de arrendamento do lote a terceiros, venda irregular ou devolução da posse para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Diante dessa problemática inicial, essa pesquisa - que ainda está em fase de execução[4] - tem por objetivo compreender o impacto das políticas públicas para a reforma agrária e agricultura camponesa do Projeto de Assentamento (P.A) Chico Mendes, localizado no município de Ituiutaba-MG, avaliando a efetividade na promoção da justiça social, econômica e produtiva dos camponeses.

Todavia, essa pesquisa se justifica pela importância na compreensão de políticas públicas da reforma agrária e a dinâmica política, econômica e social por trás da distribuição desigual de programas agrários no P.A Chico Mendes. A análise

[3] Sobre crédito agrícola, partilho da mesma compreensão feita por Jorge e Souza (2009), ou seja, "A análise da relação entre reforma agrária e crédito agrícola pressupõe a compreensão de dois quadros fundamentais: a) a questão da trajetória histórica pela qual perpassa toda a dimensão política constitutiva do Estado brasileiro em cercear o processo de democratização da terra, dada a tradição patrimonialista de suas estruturas burocráticas; b) o papel do crédito na implantação dos programas de reforma agrária, dado o quadro geral de descapitalização dos sujeitos sociais, para os quais se direciona este programa, e, fundamentalmente, na necessidade de garantir-lhes êxito econômico, consolidação de seu processo de fixação no campo, coibindo os mecanismos de expulsão, reconcentração fundiária e dominação social e política". (JORGE e SOUZA, 2009, p. 18)

[4] O artigo que se apresenta é recorte de uma pesquisa de mestrado ainda em andamento intitulada: A LUTA PELA TERRA EM ITUIUTABA - MG: estudo sobre as Políticas Públicas para a Reforma Agrária e os Desafios da Evasão nos Assentamentos Rurais. Os resultados finais dessa pesquisa serão publicados assim que finalizadas todas as fases de execução da pesquisa.

das políticas públicas voltadas para a reforma agrária, pode contribuir para a compreensão dos interesses em jogo, dos grupos de pressão envolvidos, das alianças políticas e do papel dos diferentes atores e agentes na elaboração e implementação de políticas de reforma agrária, justa, eficiente e que atendam todas as famílias assentadas no P.A Chico Mendes, em Ituiutaba-MG.

METODOLOGIA

Visando atingir os objetivos da pesquisa, os procedimentos metodológicos adotados passam por duas etapas, a primeira delas consistiu em delinear o campo teórico correspondente aos atos da pesquisa, para tal, se fundamentou a partir de fontes bibliográficas que pesquisam e discutem as problemáticas pertinentes aos objetivos do artigo.

A segunda etapa trata-se dos levantamentos de dados secundários, pois, a obtenção e a sistematização desses dados possibilita, à luz da ciência geográfica, traçar as análises para os resultados, discussão e outras considerações. Neste sentido foi imprescritível o levantamento em banco de dados governamentais, tais como: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

ESTRUTURA DA PESQUISA

Partindo da premissa metodológica, a primeira seção abre com o *referencial teórico*, onde buscamos abordar a importância de políticas públicas para camponeses e agricultura familiar no Brasil. Analisamos a falta de acesso a essas políticas, apontando suas consequências, e apresentamos um debate sobre a transformação do termo conceitual de "camponês" para "agricultor familiar". Também destaca a disputa entre o agronegócio e a agricultura camponesa, aqui, ressaltando a concentração de terras em poder de uma minoria de latifundiários. Acreditamos que o referencial teórico possibilita compreender quem são os sujeitos que espacializam e territorializam o espaço rural brasileiro. Para tal, o referencial teórico se fundamenta em: Fernandes (2005 e 2009); Schneider (2003); Junior e Coca (2015) e outros.

Nos resultados e discussão, apresentamos a *Caracterização da área de estudo: município de Ituiutaba - MG,* onde abordamos de forma concisa a área de

formação e consolidação socioterritorial do Projeto de Assentamento Chico Mendes, localizado em Ituiutaba-MG.

Na sequência analisamos as atuais conjunturas do *Projeto de Assentamento: P.A - Chico Mendes*[5], onde analisamos a dificuldade financeira dos agricultores familiares e camponeses. Apresentamos a diversidade na produção agropecuária/agrícola no assentamento, com a ressalva de que algumas famílias enfrentam dificuldades em acessar programas como o Pronaf e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Para o levantamento das informações e dados, essa parte da pesquisa se fundamenta em Dall Agonol (2017); Ramos (2018).

Por fim, nas considerações finais apresentamos as contradições, possibilidades e expectativas enfrentadas no campo brasileiro, mas, sobretudo, as enfrentadas pelos camponeses dos P.A Chico Mendes.

REFERENCIAL TEÓRICO

A implementação de políticas públicas voltada para os camponeses e agricultura familiar é de extrema importância para promover o desenvolvimento do meio rural brasileiro, pois, essas ações garantem a justiça social, a permanência das famílias no campo, a produção e a comercialização de alimentos sustentáveis nos centros urbanos em suas várias escalas, sobretudo, a local.

Partindo da premissa supracitada, a falta de políticas públicas voltadas para agricultura familiar e camponesa da reforma agrária é um fenômeno complexo que merece, de início, uma análise conceitual e cuidadosa, pois, a falta de acesso a tais políticas e programas governamentais de crédito fundiário inviabiliza a produção no campo, gera insegurança alimentar e provoca a evasão dos agricultores familiares e camponeses de seus lotes..

Ademais, para uma análise e compreensão mais aprofundada sobre o P.A Chico Mendes, em primeiro lugar, considero importante compreender quem são os sujeitos pesquisados, ou seja, qual a diferença conceitual entre camponês e agricultor familiar. Do mesmo modo, buscamos analisar como o agronegócio vem se beneficiando das políticas e dos programas voltados ao fomento da agricultura no Brasil, em detrimento dos pequenos produtores e da produção sustentável de

alimentos.

Partindo desse pressuposto, Fernandes (2009) aborda que a complexidade da definição do termo "campesinato" pode variar dependendo da disciplina ou do contexto histórico em que é utilizado. O autor reconhece que diferentes disciplinas enfatizam perspectivas específicas e destacam diferentes aspectos que compõem o campesinato.

> São diversas as possibilidades de definição conceitual do termo. Cada disciplina tende a acentuar perspectivas específicas e a destacar um ou outro de seus aspectos constitutivos. Da mesma forma, são diversos os contextos históricos nos quais o campesinato está presente nas sociedades. Todavia, há reconhecimento de princípios mínimos que permitem aos que investem, tanto no campo acadêmico quanto no político, dialogar em torno de reflexões capazes de demonstrar a presença da forma ou condição camponesa, sob a variedade de possibilidades de objetivação ou de situações sociais. (FERNANDES, 2009, p. 09).

Fernandes (2009) considera que a existência do campesinato surge quando ele é reconhecido politicamente e, esse modo de territorialização do espaço agrário por parte dos camponeses pode ser vista de forma positiva ou negativa. Assim, o termo "camponês" é usado em contextos políticos e acadêmicos para representar diferentes comportamentos e sujeitos. No entanto, campesinato é diverso e inclui diferentes tipos de agricultores, logo

> A diversidade da condição camponesa por nós considerada inclui os proprietários e os posseiros de terras públicas e privadas; os extrativistas que usufruem os recursos naturais com o povos das florestas, agroextrativistas, ribeirinhos, pescadores artesanais e catadores de caranguejos que agregam atividade agrícola, castanheiros, quebradeiras de coco-babaçu, açaizeiros; os que usufruem os fundos de pasto até os pequenos arrendatários não capitalistas, os parceiros, os foreiros e os que usufruem a terra por cessão; quilombolas e parcelas dos povos indígenas que se integram a mercados; os serranos, os caboclos e os colonos assim como os povos das fronteiras no sul do país; os agricultores familiares mais especializados, integrados aos modernos mercados, e os novos poliprodutores resultantes dos assentamentos de reforma agrária. (FERNANDES, 2009, p. 11).

Então, compreendendo os sujeitos enquanto classe social trabalhadora e sua diversidade cultural podemos considerar que, o campesinato é um modo de produção que coexiste com outros sistemas, estabelecendo relações de interdependência e de poder no jogo político e econômico. Pois, os camponeses desempenham um papel crucial na produção agrícola e no abastecimento das cidades, tanto como foi no passado, quanto é no presente.

Entretanto, dentro da lógica capitalista de produção agropecuária o modelo de progresso que foi adotado a partir dos anos de 1960, na intitulada Revolução Verde, é focado na modernização tecnológica dos maquinários e produtos agrícolas que são destinados à exportação, dessa forma, os grupos de agricultores são categorizados com base no tamanho de suas propriedades e na quantidade que produzem, sendo classificados como pequenos, médios ou grandes produtores.

> A política de incentivo à modernização da agricultura terminou se transformando numa política de incentivo à concentração de terras, uma vez que a criação de infra-estrutura e juros subsidiados determinou um processo de valorização das mesmas. No entanto, a relação inversa não existe: o processo de concentração de terras não significou necessariamente uma modernização da agricultura. (SANTOS, 2001, p. 39)

O objetivo desse sistema que categoriza o espaço agrário brasileiro é, portanto, ocultar desigualdades como o acesso à terra e estabelecer categorias operacionais, o intuito disso é aplicar políticas públicas de forma diferenciada, como acesso a crédito rural, insumos, infraestrutura, pesquisa e extensão rural.

Então, o termo "camponês" passa a ser reconhecido como pequeno produtor advindo dos movimentos sociais de luta pela terra. Isso ocorre porque a designação de camponês estava associada a um habitante rural considerado atrasado, carente, envolvido em conflitos, pressupondo um contexto nacional de repressão política e social. Neste sentido, Schneider (2003b, p. 100) afirma que o conceito de camponês passa para agricultor familiar pois

> A incorporação e a afirmação da noção de agricultura familiar mostrou-se capaz de oferecer guarida a um conjunto de categorias sociais, como, por exemplo, assentados, arrendatários, parceiros, integrados à agroindústrias, entre outros, que não mais podiam ser confortavelmente identificados com as noções de pequenos produtores ou, simplesmente, de trabalhadores rurais, de outro lado, a afirmação da agricultura familiar no cenário social e político brasileiro está relacionada à legitimação que o Estado lhe emprestou ao criar.

Neste sentido, uma abordagem conceitual que diferencia o camponês do agricultor familiar, Fernandes (2005) identifica duas perspectivas, a primeira prevê o declínio do camponês e outra que sustenta sua transformação gradual em agricultor familiar, influenciada pelo capitalismo e pela política estatal.

A utilização do termo "agricultura familiar" é vista como uma maneira de

fortalecer o desenvolvimento do capitalismo no ambiente rural. Dessa forma, a partir da década de 1990, o camponês é reconfigurado como agricultor familiar com o intuito de atender às estratégias políticas de desenvolvimento territorial e à introdução de capital no meio rural.

Além dos camponeses e agricultores familiares, destaca-se um outro setor da produção rural, que não apenas busca controle sobre as terras, mas também disputa o acesso às políticas públicas e aos créditos agrícolas. Os latifundiários, atualmente identificados como agricultura patronal ou agropecuária/agroindústria.

Todavia, Davis e Goldberg (1957) definiram o agronegócio como um complexo de sistemas que relaciona agricultura, indústria, mercado, capital e trabalho. É importante ressaltar que esses autores referiam-se ao estágio de desenvolvimento do capitalismo na agricultura dos Estados Unidos na década de 1950.

No Brasil, o agronegócio surgiu nos anos 80, e alguns autores, como Kageyama (1987) e Graziano da Silva (1996), começaram a perceber a união entre a agricultura e a indústria. Isso aconteceu por causa da Revolução Verde. Esse novo setor alterou significativamente a política das questões agrárias brasileiras, tanto que o Brasil possui Ministérios divergentes que tratam da economia agrária.

> [...] o Brasil é o único país do mundo que possui dois ministérios para conduzir o desenvolvimento rural: o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), voltado para a agricultura familiar/camponesa e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), que trabalha em prol do agronegócio. A expansão do agronegócio tem sido mais rápida do que a expansão da agricultura familiar/camponesa. (JUNIOR e COCA, 2015, p. 14).

Diante disso, temos a disputa entre dois setores cruciais da produção agrícola, de um lado o capitalismo agrário, que se manifesta por meio do conhecido e famigerado agronegócio, e o segundo são os camponeses e agricultores familiares.

O primeiro, é caracterizado por uma série de práticas e relações sociais que visam maximizar os lucros dos grandes proprietários de terra em detrimento do bem-estar dos camponeses/agricultura familiar, da produção sustentável.

O desenvolvimento do capitalismo no campo, pelo agronegócio, se dá, dentre

outros fatores, pelo trabalho assalariado, que consiste em uma parcela do capital pertencente ao proprietário de terras que é aplicada como forma de pagamento pelo trabalho de seu funcionário. O salário do trabalhador é determinado pela taxa de lucro do capital, obedecendo a determinações sociais. (JUNIOR e COCA, 2015, p. 14).

Já na produção camponesa e na agricultura familiar, não visa maximizar os lucros através da produção de *commodities* para exportação. A agricultura familiar, conforme aponta Santos (2001, p. 45) é "unidade familiar de produção fundamentada em relações de trabalho não capitalista desenvolvida em pequenas propriedades, cujo proprietário é também produtor direto, com a primazia da produção voltada para gêneros alimenticios".

Contudo, conforme o referencial teórico demonstra, existe uma disputa pela hegemonia do espaço agrário brasileiro, de um lado o agronegócio que visa lucro através da exploração dos solos e da produção de *commodities*, e do outro lado a agricultura camponesa/familiar que a muito tempo resiste na luta pela terra.

Portanto, essa disputa perpassa as questões territoriais, pois envolve também o acesso a políticas públicas e aos créditos rurais. Então, a análise desse debate apresentado aqui neste referencial teórico se faz crucial, pois corresponde às formas que o campo brasileiro vem se especializando, territorializando e quais são suas contradições.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

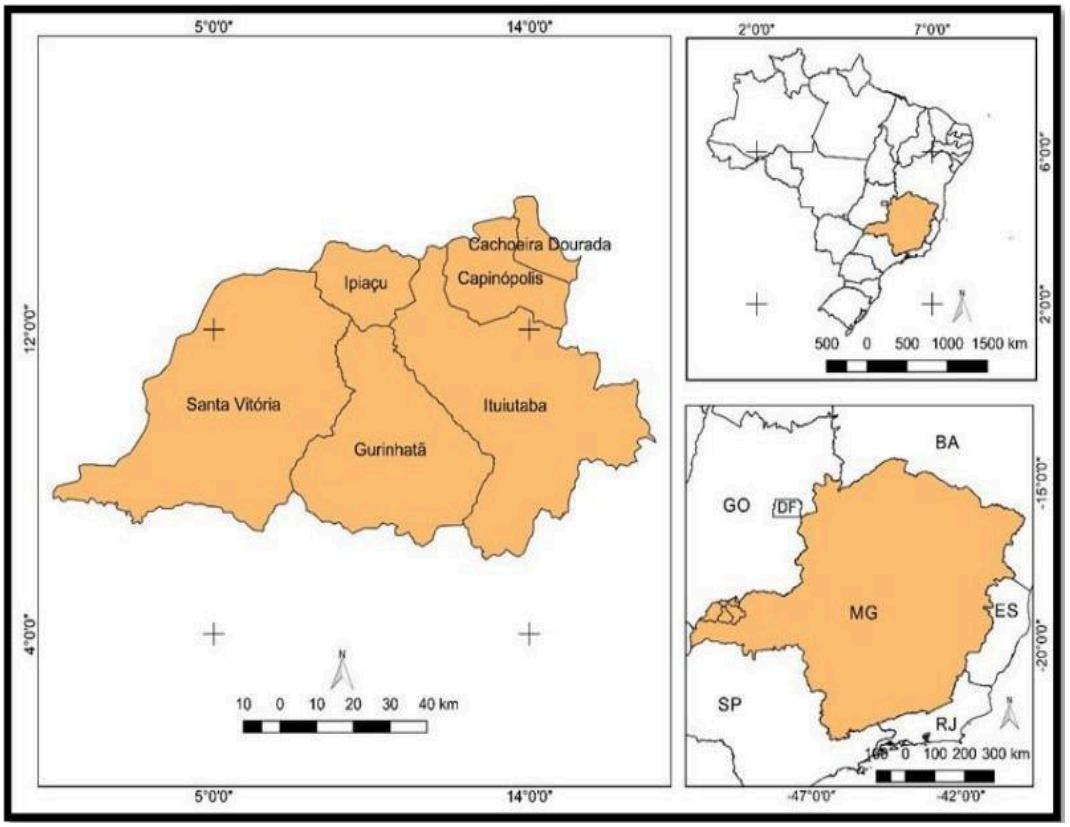
A área de estudo deste artigo corresponde à área de formação e a consolidação socioterritorial do Projeto de Assentamento Chico Mendes localizado na cidade de Ituiutaba-MG. A região que pertence ao município de Ituiutaba, desde a sua fundação, em 1901, já passou por vários processos de fragmentação territorial, entretanto as transformações posteriores às décadas de 1970 marcaram o novo momento na reestruturação do município, sobretudo nas atividades agrícolas. Neste sentido, Oliveira, (2013, p. 274) ponta que

> Ituiutaba (MG) se consolidou como principal centro urbano regional, visto que absorveu os excedentes de capital procedente das atividades agrícolas, resultando na reestruturação da cidade. A industrialização da região, mesmo que limitada, tem como suporte produtivo e econômico a atividade

agropecuária, posto que as principais empresas são de processamento de produtos de origem animal (laticínios e frigoríficos) e beneficiamento de grãos, além de usinas ligadas ao setor agroindustrial canavieiro, produtoras de açúcar e etanol.

O município de Ituiutaba-MG faz parte da mesorregião do triângulo Mineiro e Alto Paranaíba e também é sede da microrregião geográfica abrangendo outros cinco municípios, conforme o **Mapa 1.**

MAPA 1 - Localização da Microrregião Geográfica de Ituiutaba/Minas Gerais.



Fonte: Base digital do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2010).
Org. Bueno, 2023

Em termos de extensão territorial, Ituiutaba possui uma área de 2.598,046 km², e possui uma demografia populacional estimada em 102.217 mil habitantes, deste total, 84% residem em áreas urbanas e apenas 4,16% residem na área rural. Isto representa em valores absolutos 85.862 pessoas moram na área urbana e 4.252 pessoas residem na zona rural. IBGE (2022)

O processo de uso e ocupação das áreas passíveis à reforma agrária começou no município a partir da década de 1990, no decurso dessa década os sujeitos ligados aos movimentos sociais de luta pela terra abraçaram ações e estratégias de cunho

solidário e cooperativo, e dotados de intencionalidades criaram seis assentamentos no município.

Deste modo, os assentamentos rurais criados foram denominados de: P.A Divisa, P.A Douradinho, P.A Engenho da Serra, P.A Pantano Mariano, P.A Renascer e P.A Chico Mendes, sendo este último o cerne de nossa pesquisa. Todavia, ressalta-se que todos os projetos de assentamentos rurais do município de Ituiutaba -MG, foram criados nos anos entre 1990 e os anos 2000, Ramos (2018).

PROJETO DE ASSENTAMENTO CHICO MENDES

Após contextualizar o processo de criação de projetos de assentamentos rurais em Ituiutaba - MG, esta parte da pesquisa se dedica à abordar as principais características, formas de produção agrícola e os motivos que vem promovendo o fenômeno da evasão dos assentados originários da reforma agrária do assentamento PA Chico Mendes. Para tal, exploraremos o processo de (re)territorialização do assentamento.

O P.A Chico Mendes está situado a uma distância de 18 quilômetros da cidade de Ituiutaba. Ele é circundado pelo Córrego da Aldeia e seus afluentes, que incluem o Córrego Tamanduá, o Córrego Caldeirão e o Córrego do Saltinho. A principal via de acesso ao assentamento é a estrada municipal. Dall Agnol (2017).

A via municipal que conduz ao Assentamento P.A. Chico Mendes e a diversas outras propriedades rurais na região não possui pavimentação. A ausência de pavimentação nesta via por muitos anos se revela como um desafio significativo a comunidade rural da região, especialmente durante o período de chuvas intensas, resultando em condições adversas que impactam negativamente não apenas a mobilidade, mas também a produtividade dos agricultores locais.

A dificuldade de tráfego impõe entraves ao transporte de insumos e produtos, influenciando diretamente a logística, prejudicando consideravelmente a eficiência das atividades agrícolas na região. Desse modo, um dentre tantos problemas relatados pelos assentados é em relação à ponte de madeira que interliga os seis assentamentos.

A infraestrutura precária da ponte que conecta este assentamento a outros, foi

construída em madeira no ano de 2007. O envelhecimento da estrutura tem gerado inúmeros desafios, especialmente no que tange à passagem de veículos mais pesados, tornando-se um obstáculo significativo para a mobilidade e o desenvolvimento socioeconômico da região.

Figura 1: Ponte que interliga os assentamentos da reforma agrária no município de Ituiutaba-MG.

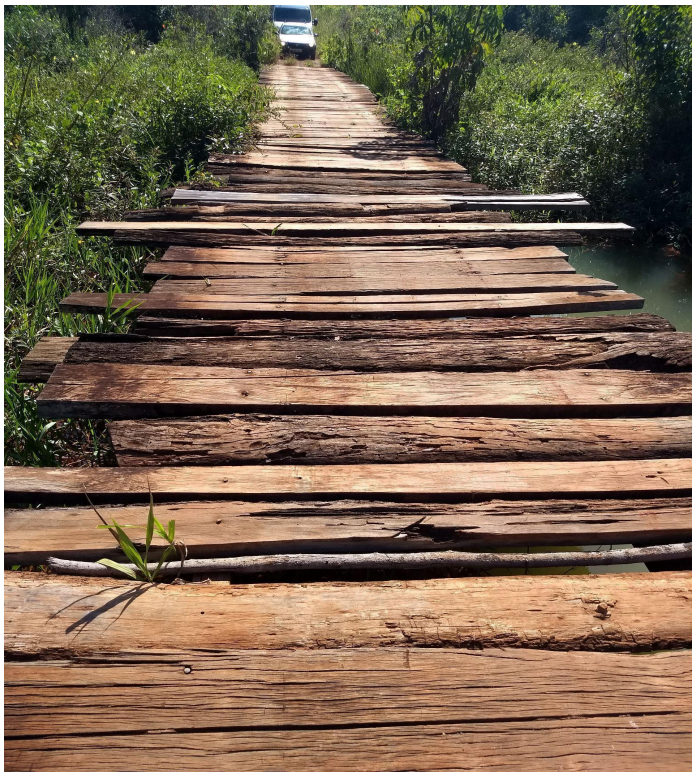


Foto: Bueno, 2022

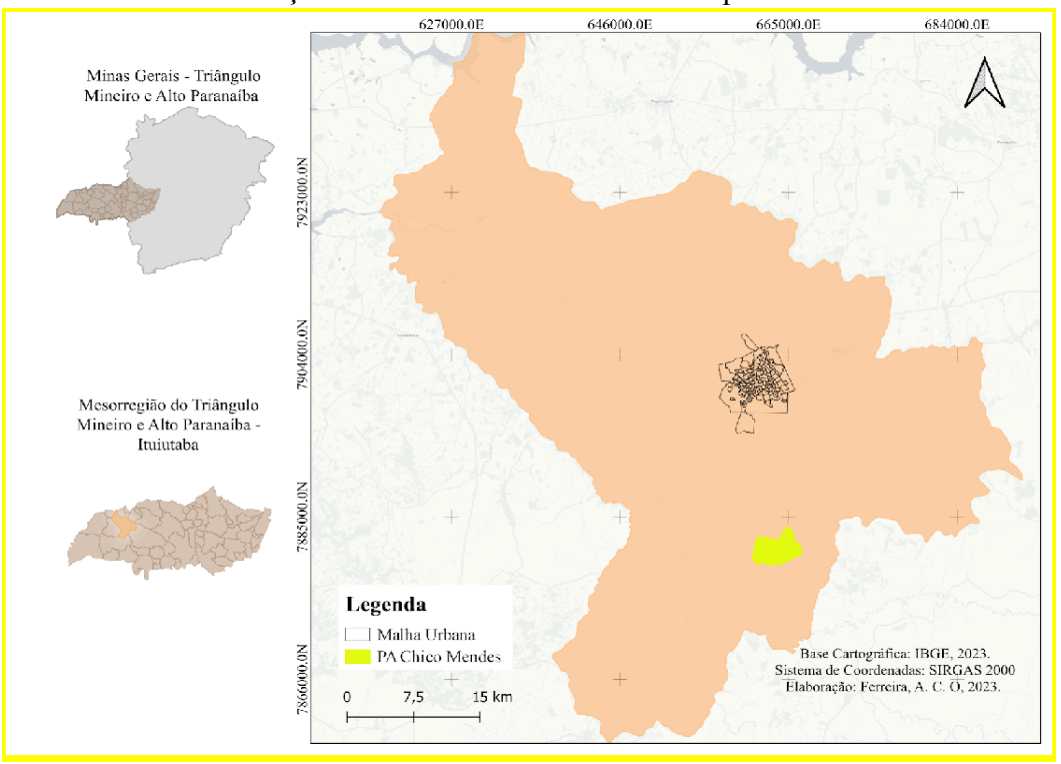
A construção datada da ponte de 2007 não acompanhou o crescimento das demandas locais, e a incapacidade de suportar veículos de carga mais pesados tem impactado adversamente o transporte de insumos e produtos agrícolas. Esta limitação não apenas aumenta os custos operacionais para os agricultores, mas também prejudica a eficiência logística, dificultando o acesso a mercados e comprometendo a competitividade dos produtos locais.

Diante desse cenário, torna-se imperativo direcionar investimentos para a modernização e reforço da infraestrutura da ponte, buscando soluções que atendam às necessidades presentes e futuras da comunidade agrícola. A substituição ou a revitalização da ponte atual não só permitirá o tráfego seguro de veículos mais

pesados, mas também promoverá a integração regional, facilitando o escoamento da produção e fortalecendo os laços entre os diferentes assentamentos.

Portanto, urge a necessidade de investimentos em infraestrutura para a pavimentação da estrada, proporcionando condições mais estáveis e seguras ao tráfego, mesmo durante as adversidades climáticas. A melhoria na acessibilidade não apenas facilitará o deslocamento dos produtores, mas também contribuirá para o desenvolvimento sustentável da agricultura local, otimizando a circulação de mercadorias e fomentando o crescimento econômico da comunidade rural.

MAPA 2 - Localização P. A Chico Mendes no município de Ituiutaba-MG



FONTE: Ferreira (2023)

Dall Agnol (2017) aponta que das quarenta famílias originárias da reforma agrária no P.A Chico Mendes e que foram registradas no INCRA no ano de 2000, apenas doze permanecem atualmente no assentamento, ou seja, as outras vinte e seis famílias optaram por abandonar o assentamento, e essa forma de abandono se deu por meio da venda irregular para outras famílias. Diante dessa realidade, Dall Agnol (2017) e Viera (2014) apontam que

> Em várias situações, algumas famílias não conseguem permanecer na terra devido à forma como são conduzidas as políticas de Reforma Agrária e de

> desenvolvimento territorial do governo federal, não associadas às políticas de desenvolvimento social no campo. As dificuldades, muitas vezes, levam as famílias a abandonar a luta e desviar suas crenças de que aquele caminho poderia dar certo e, quando isso acontece, elas vendem as benfeitorias investidas nos lotes. Essa realidade indica, mais uma vez, que a Reforma Agrária proposta não está beneficiando essas famílias ou pessoas, e sim trazendo-lhes ainda mais sofrimentos para o histórico de suas vidas. Consequentemente, servindo de exemplo para aqueles que não acreditam e não apoiam a Reforma Agrária.(VIEIRA, 2014,p. 162).

É preciso compreender que um dos fatores fundamentais que desencadeiam a evasão dos assentados de seus lotes é a dificuldade financeira enfrentada pelas famílias assentadas, sobretudo, nos primeiros anos que permanecem acampadas aguardando o processo de reforma agrária ser concluído. Neste sentido

> [...] a evasão das famílias, diz respeito à dificuldade financeira das mesmas que, no caso do Chico Mendes, residiram acampadas durante cinco anos e, neste período, todos os recursos financeiros que possuíam foram gastos com alimentação, não restando uma quantia significativa para investir em infraestrutura. Ademais, há a presença de pessoas idosas que, ao longo dos anos no acampamento, vêm sofrendo com intempéries da natureza, ausência de energia elétrica e falta de acesso à assistência médica, o que agrava o quadro de saúde. (DALL AGNOL, 2017, P. 106)

Mesmo que os camponeses oriundos do processo de reforma agrária evadam dos seus lotes, novos atores entram, esse processo de concessão e posse de terra é reavaliado pelo INCRA, que passa a documentação para as novas famílias. Após a transferência de concessão e posse dos lotes, as novas famílias que ingressam no assentamento participam de uma assembleia com os demais residentes, onde são submetidas à aprovação coletiva. Os procedimentos e decisões desta assembleia são registrados em ata e são assinados pelas famílias que concordam em aceitar os novos moradores. Os dados levantados recentemente apontam que

> De modo geral, as famílias assentadas apresentam condições básicas para a vida no campo,mas a maioria (vinte e cinco famílias) ainda necessita de investimentos em infraestrutura para garantir o conforto do lar e do trabalho. As demais (quatorze famílias) possuem melhores condições de vida e trabalho, uma vez que estes dependem primordialmente de acesso ao crédito oferecido pelo PRONAF. (AGNOL, 2017, p. 114)

No que tange a produção agropecuária/agrária no P. A Chico Mendes, na pesquisa de campo realizada em 2016, apresentada por Dall Agnol (2017) revela que a produção de gado de corte, gado leiteiro e plantio de hortaliças, são o carro chefe da maioria dos assentamentos pesquisados, tanto dos assentados oriundos da reforma agrária, quanto das famílias que adquiriram os lotes de ex-assentados.

TABELA 1 - P.A Chico Mendes: Produção Agropecuária/agrícola por lote.

Prod. Agropecuária/agrária	Nº de Lotes	Renda NÃO agrícola	Nº de Lotes
Gado de corte/ Hortaliça	7	Aposentadoria	12
Leite/ Hortaliças	2	Padaria	2
Leite/ Gado de Corte	2	Pedreiro	1
Leite/ Frutas	1	Vaqueiro	2
Leite/ Frutas	1		
Produção de grãos/ Leite	1		
Produção de grãos	1		

FONTE: Dall Agnol (2017)
Org. Bueno (2023)

Alguns assentamentos também cultivam a fruticultura do abacaxi, outros, a agricultura de soja e milho, que são comercializados no comércio local e também são utilizados como ração para os animais. Outros assentamentos produzem pequenas lavouras de mandioca, milho, feijão, pomares, etc, que são basicamente para atender o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), a produção desses alimentos são comprados pelo governos estaduais e municipais e são destinados para hospitais públicos e entidades integrantes da rede socioassistencial, preferencialmente de atendimento a pessoas idosas e a pessoas com deficiência, poderão ser atendidas pela administração pública com produtos do PAA em suas demandas por gêneros alimentícios. Isso valerá ainda para hospitais e entidades desse tipo que sejam privadas sem fins lucrativos.

No que se refere a utilização dos programas do Pronaf e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)[5], pelas famílias assentadas no P.A Chico Mendes, Agnol (2017, p. 129) alerta que das trinta e nove famílias entrevistadas por

[5] O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) consiste no repasse de recursos financeiros federais para o atendimento de estudantes matriculados em todas as etapas e modalidades da educação básica nas redes municipal, distrital, estadual e federal e nas entidades qualificadas como filantrópicas ou por elas mantidas, nas escolas confessionais mantidas por entidade sem fins lucrativos e nas escolas comunitárias conveniadas com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, com o objetivo de contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo.(BRASIL, 2009)

ela em sua pesquisa de campo no assentamento em 2017, nove não conseguem acesso aos programas Pronaf e PNAE, pois encontram-se endividadas e não se enquadram nas exigências dos programas. Dessa forma, sem poderem investir em animais, insumos, lavoura e outras atividades agrícolas, elas ficam sujeitas ao trabalho externo ao lote, vendendo sua força de trabalho a outros assentados, bem como em atividades não agrícolas, como pedreiros, e afins.

O desenvolvimento social e econômico advindos da conquista do lote cresce lentamente e, mesmo assim, são resultados de esforços na trajetória de luta das famílias assentadas. Entretanto, as dificuldades financeiras que os camponeses enfrentam prejudicaram o processo de produção no assentamento, passando a ter relevância com a aquisição do documento de concessão de terras, que, para algumas famílias residentes no assentamento a menos de dez anos, ainda está em tramitação no INCRA. Esse documento facilita a aquisição de subsídio mediante o PRONAF para custear a produção.

A falta de acesso dos assentados aos Programas e políticas públicas para a agricultura camponesa e familiar, faz com que muitos desses agricultores abandonem seus lotes, seja por via de arrendamento de suas terras a outros produtores, seja por via de venda.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realidade demonstra que tanto a agricultura familiar, quanto a camponesa desempenham um papel econômico crucial no Brasil, pois são responsáveis pelo fornecimento da maior parte dos alimentos consumidos no país e possui um potencial enorme e significativo no avanço em direção a um desenvolvimento mais sustentável. No entanto, para que esses dois setores do campo continuem contribuindo para a produção alimentar de maneira abrangente e sustentável, é de suma importância a abrangência dos programas e incentivos das políticas públicas e dos programas agrícolas.

Portanto, a análise realizada através desta pesquisa reforça a necessidade de promover políticas de apoio para fortalecer a agricultura camponesa e familiar, pois, consideramos que produtores bem-sucedidos têm condições de investir cada vez mais

em suas propriedades, para que possam desenvolver não apenas seu progresso, mas também o desenvolvimento local/regional.

Para além da perspectiva econômica, é evidente a potencial contribuição dos campesinos para o desenvolvimento tanto nas dimensões ambientais, sociais e de produção sustentável, devido - óbvio - às peculiaridades de seu processo produtivo, como a diversidade de culturas e o foco na qualidade de vida, aliado ao cuidado no manejo dos recursos naturais.

Todavia, o que se constata no P.A Chico Mendes é que de modo geral, os camponeses apresentam condições básicas para o manejo do campo, ainda falta investimentos em infraestrutura para assegurar o conforto do lar e financiamento para assegurar as condições técnicas de produção. Como visto, as famílias que não possuem acesso aos programas governamentais de crédito agrícola como o Pronaf não conseguem investir na produção e manejo da terra, o que consequentemente pode causar abandono do lote.

Por fim, ressalta-se que a ampliação e continuação desse estudo é de extrema relevância para que se possa demonstrar as contradições vivenciadas pelos camponeses do P.A Chico Mendes, bem como outros assentamentos do município de Ituiutaba (MG). Contudo, a compreensão da importância da agricultura camponesa e familiar destaca a essência das políticas de apoio, que visam valorizar esse setor agrícola, promovendo maior produtividade, rentabilidade e sustentabilidade nos meios de produção. Tendo isso em vista, nós pesquisadores, devemos contribuir militantemente para a promoção e desenvolvimento das formas produtivas da agricultura campesina e familiar, essa forma de expressão, pode ser manifestada tanto em nossas pesquisas - parte teórica - quanto na prática, seja comprando alimentos oriundos da agricultura familiar, seja divulgando seu trabalho.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
Instrução Normativa/INCRA/ N° 83. Brasília. DF, 2015

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação FNDE. **Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da**

educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Brasília-DF, 2013.Disponível em: << https://www.gov.br/fnde/pt-br >> Acesso em: 03 nov. 2023

DALL AGNOL, J. **Território de reprodução da agricultura familiar: o assentamento Chico Mendes em Ituiutaba-MG** -2017

DAVIS, J, H.; GOLDBERG, R, A. **A Concept of Agribusiness.** Boston: Harvard University Graduate School of Business Administration, 1957.

FERNANDES, B. M. **Movimentos Socioterritoriais e Movimentos Socioespaciais: Contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais.** Revista Nera, (6), 24-34, 2009

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA . **Censo Brasileiro de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

IBGE–INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produção agrícola.** 2023. Rio de Janeiro: IBGE, 2023

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Mudanças legais que melhoraram e apressaram as ações da reforma agrária.** Brasília: INCRA, 1998.

JUNIOR, R, C, B; COCA, E, L, de, F. **Conflitos entre o campesinato e o agronegócio no Brasil: os planos-safra 2015-2016.** EUTOPÍA Número 8, dez, 2015

KAGEYAMA, A, et al. **O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais.** In: DELGADO, G**. Agricultura e políticas públicas.** Campinas: Unicamp, 1987. p. 113-223.

OLIVEIRA, H, C, M, de. **Urbanização e cidades: Análises da microrregião de Ituiutaba (MG).** 2013

RAMOS E. A. BORGES, A. C. G. **O Processo de luta pela terra e de espacialização: A construção e a constituição de territórios.** Communitas, 2020.

SANTOS, A, B, dos. A**gricultura familiar e política pública - O Pronaf em Sergipe.** Visões do espaço rural (org). Antonello, I, T, Vargas, M, A. - Aracaju, 2001

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003a.

SOUZA, J. G. de; GEBARA, J.; JORGE, W. J. (Orgs). **Reforma agrária e crédito rural: os resultados de assentamentos rurais frente à inepta política de crédito para a Reforma Agrária no Brasil (PROCERA)**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

VIEIRA,W. A. **A territorialização do MST no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e o assentamento Emiliano Zapata no contexto das políticas públicas:**

(des)encontros, desafios e conquistas. 2014. 232 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) -Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014

COMPENSAÇÃO AMBIENTAL E AQUECIMENTO DO MERCADOS DE TERRAS EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE PROTEÇÃO INTEGRAL

Fernanda Testa Monteiro[1]

Resumo: O presente trabalho analisou os processos atuais de compensação ambiental que envolve terras comunitárias localizadas no interior de unidades de conservação de proteção integral da natureza e seu efeito sobre o mercado de terras. Na atual legislação, as empresas podem se valer da criação dessas unidades ou investirem em seus projetos de implantação como uma compensação pela degradação causada em outro local, compreendendo, portanto, uma transferência geográfica de passivos ou de benefícios ambientais. Ademais, nas propagandas feitas pelas empresas, os *selos verdes* agregam valor econômico aos produtos postos no mercado. A análise na perspectiva crítica demonstrou que esse processo pode gerar a *desterritorialização* de comunidades e ao mesmo tempo promover a regularização ambiental ou a compensação ambiental de empresas que venham a comprar áreas dentro da unidade de conservação para tal finalidade. Nesse sentido, essas unidades de conservação viabilizam, na atualidade, a *territorialização* do modo capitalista de produção adjetivado como "sustentável", o que que pode ter relação com processos de grilagem de terras.
Palavras-chave: compensação ambiental; unidades de conservação de proteção integral, grilagem; Minas Gerais.

Abstract: This work analyzed current environmental compensation processes involving common community lands located within integral nature protection conservation units and their effect on the land market. Under current legislation, companies can use the creation of these units or invest in their implementation projects as compensation for the degradation caused in another location, therefore comprising a geographic transfer of environmental liabilities or benefits. Furthermore, in advertisements made by companies, green seals add economic value to products placed on the market. The analysis from a critical perspective demonstrated that this process can generate the deterritorialization of communities and at the same time promote environmental regularization or environmental compensation for companies that purchase areas within the conservation unit for this purpose. In this sense, these conservation units currently enable the territorialization of the capitalist mode of production labeled as "sustainable", which may be related to land grabbing processes.
Keywords: environmental compensation; full protection conservation units, land grabbing; Minas Gerais.

[1] Doutora em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo e Pós-doutoranda do Departamento de Geografia da mesma universidade: fernandamonteiro5@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A área analisada localiza-se na porção central de Minas Gerais, na Serra do Espinhaço meridional, onde encontram-se os municípios de Buenópolis e Bocaiúva. Nessas localidades encontram-se comunidades que se auto identificam como comunidades apanhadoras de flores, cujo modo de vida (MARQUES, 1994) combina o uso das cotas baixas, ou sopé-da-serra, e as cotas altas, ou alto da serra. Nas cotas baixas localizam as unidades familiares com moradias, quintais, criação de animais de pequeno porte, policultivos, coleta de frutos nativos do Cerrado e criação de gado na época das águas em pastagens nativas. Nas cotas elevadas realizam a coleta de flores sempre-vivas, nativas do Cerrado, e criação de gado na época da seca em pastagens nativas nos campos rupestres, que se mantêm mais úmidas durante a estação da seca. Essas terras altas referem-se a terras de uso comum das comunidades de parentes entre si, em que cada comunidade tem sua terra comunitária conhecida e respeitada pela comunidade vizinha.

Atualmente, nessa área, tem-se, numa perspectiva hegemônica: a criação de gado bovino em extensos latifúndios nas cotas mais baixas; sobre as *chapadas* contíguas à Serra do Espinhaço, estão localizados monocultivos de eucalipto para a produção de carvão vegetal pertencentes a empresas privadas que se instalaram por volta da década de 1960; na serra há atividades de mineração de diamantes (que englobam também a extração de ouro) realizadas por empresas privadas nacionais e internacionais, mineração de outros metais (como manganês, havendo pesquisas de ferro em curso) e de pedras ornamentais para acabamento (quartzito), as quais se intensificaram na última década, e, em fase de instalação, o envase de água mineral na vertente sanfranciscana. Na Serra, ocorre, ainda, a presença de criação de gado bovino e o monocultivo de eucalipto, sobretudo por proprietários privados individuais de menor porte.

Nessa área, há também concentração de parques naturais (unidades de conservação de proteção integral da natureza) nas cotas mais elevadas da Serra, justificados, sobretudo, pela elevada biodiversidade, com endemismos de flora e fauna, abundância hídrica e beleza cênica. Apoiam-se, ainda na necessidade de *compensação ambiental* de empresas. Forjadas no imaginário urbano (DIEGUES, 1996), as unidades de conservação de proteção integral demandam a retirada de antigos moradores de seu interior**.** No país, essas unidades de proteção integral são, **c**omumente, materializadas em áreas agrárias, revelando a contradição existente entre a sociedade capitalista urbano-industrial e a natureza (MONTEIRO, 2021).

O presente trabalho analisou os processos atuais de compensação ambiental que envolve terras comunitárias localizadas no interior de unidades de conservação de proteção integral da natureza e seu efeito sobre o mercado de terras. Na atual legislação, as empresas podem se valer da criação dessas unidades ou investirem em seus projetos de implantação como uma compensação pela degradação

causada em outro local, compreendendo, portanto, uma transferência geográfica de passivos ou de benefícios. Ademais, nas propagandas feitas pelas empresas, os *selos verdes* agregam valor econômico aos produtos postos no mercado.

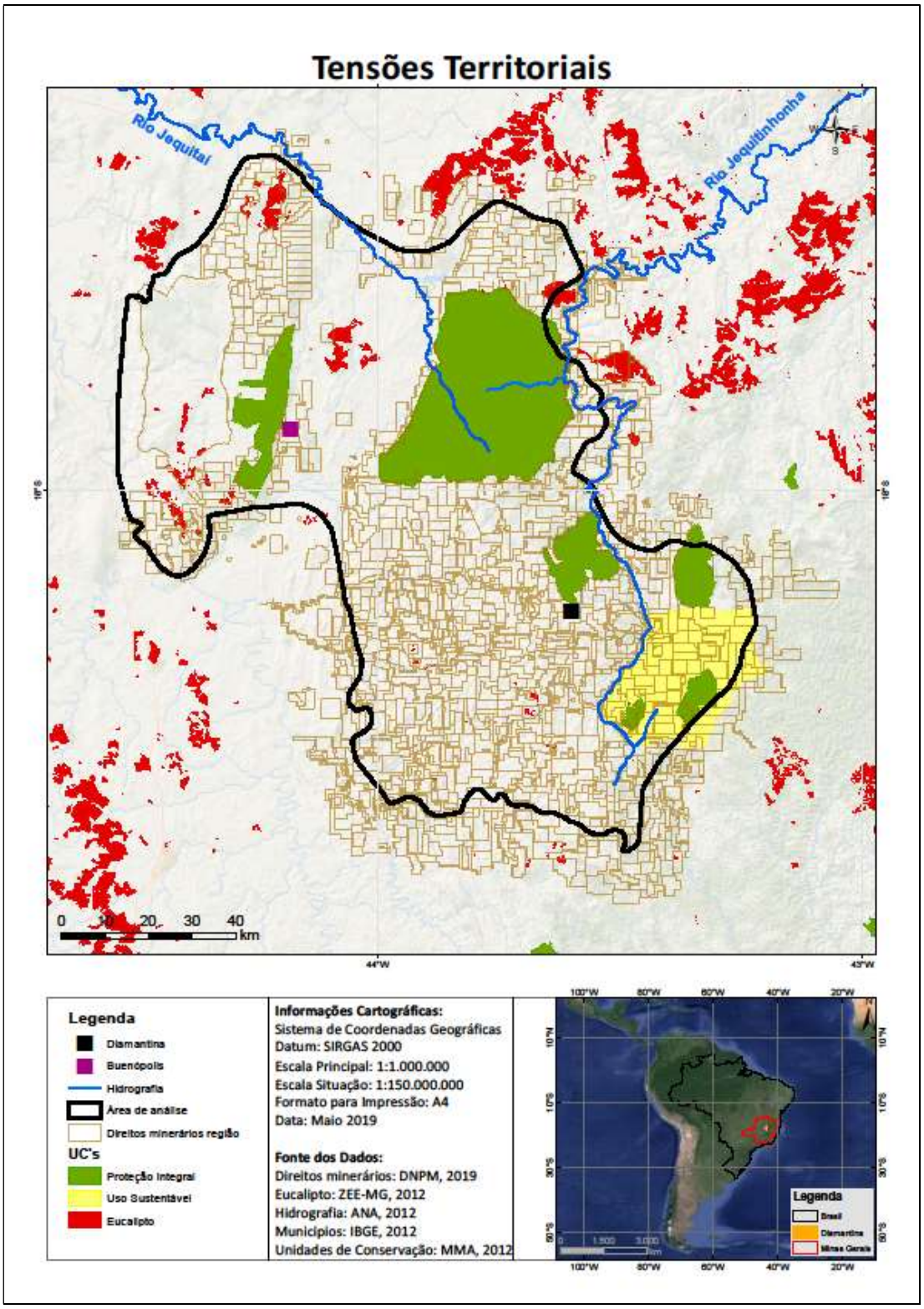


Figura 01: Tensões territoriais atuais na área analisada (Fonte: MONTEIRO, 2021)

Em Minas Gerais, desde 2009, a averbação de reservas legais pode ser feita em terras que se encontram no interior de UCs de proteção integral. O Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM) de Minas Gerais permitiu a averbação de *reserva legal* de propriedades rurais dentro dos *parques* (Deliberações Normativas 132 e 138, de 2009), desde que fossem áreas de tamanho equivalente, localizadas no mesmo bioma e bacia hidrográfica. Para tanto, o interessado deveria provar a impossibilidade de averbação na própria propriedade, comprar a terra de um morador que tenha sido atingido pela UC de proteção integral (no interior ou no entorno), averbá-la em sua escritura e doá-la ao Estado, sem a necessidade de recomposição da área. Exigia-se que a terra fosse titulada e georreferenciada. De acordo com o COPAM, o intuito era o de "acelerar a regularização fundiária da UC de proteção integral" por meio do que o Estado denominou *compensação social da reserva legal*.

Atualmente tal processo é orientado pelo Código Florestal estadual - Lei estadual nº 20.922, de 16 de outubro de 2013: Art. 38. § 5º - "A compensação de que trata o inciso III do caput deverá ser precedida da inscrição da propriedade ou posse rural no CAR e será feita, isolada ou conjuntamente, mediante: III - doação ao poder público de área localizada no interior de Unidade de Conservação de domínio público pendente de regularização fundiária", e ainda, Art. 87. "A pessoa física ou jurídica consumidora de matéria-prima florestal poderá, a critério do órgão competente, optar por quitar o passivo de reposição florestal apurado, referente ao período anterior ao ano de 2012, mediante doação ao patrimônio público de área dentro de Unidade de Conservação de Proteção Integral estadual, de domínio público, baseada em avaliação oficial"

Identificou-se que as terras localizadas no interior dos parques tornaram-se alvo do mecanismo de compensação ambiental da degradação causada por empresas capitalistas em outras localidades do estado desde 2018. Trata-se de um mecanismo previsto no Código Florestal de 2012 e detalhado no Código Florestal de Minas Gerais de 2013, os quais definiram que tal compensação deve ter como prioridade a "regularização fundiária dessas unidades de conservação" – o que recolocou essas áreas no mercado de terras, e, no contexto analisado, se sobrepõem às terras comuns desses grupos.

TEORIA E MÉTODO

As reflexões desta pesquisa se darão a partir do método dialético materialista E teoria materialista histórica (MARX, 2010). Foi realizado também trabalho de campo nos dois municípios mencionados em 2018 e municípios vizinhos em 2022, assim como análise

documental em 2022. Em seguida foi realizado trabalho cartográfico, em 2023, com checagem de informações em campo e análise documental complementar.

DESENVOLVIMENTO

No atual contexto, as comunidades desses municípios têm suas terras de uso comum sobre a serra sobrepostas pelo Parque Nacional das Sempre-vivas, criado em 2002 sem consulta pública, o que gerou conflitos e uso de violência e multas contra as comunidades em função de seu modo de vida que maneja a flora e os campos nativos sobre a serra. Esta unidade de conservação de proteção integral tornou-se objeto de compensação ambiental de empreendimentos capitalistas, impondo novas tensões.

Segundo o atual Código Florestal (2012), os empreendimentos podem fazer a compensação ambiental da degradação causada pela exploração econômica em unidades de conservação, com uso de averbação de reserva legal, por exemplo, em áreas dentro dessas unidades, e, em seguida, os empreendedores podem proceder a doação da terra para o Estado. Além disso, a Lei 13.668/2018[2] também permitiu ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), que crie um fundo privado para gerir recursos provenientes de crimes ambientais para fins de compensação ambiental. Tais fundos podem ser utilizados para fins de regularização fundiária das unidades de conservação, ou seja, para comprar terras ditas privadas localizadas no interior dessas unidades para serem passadas ao patrimônio da União.

Por esse mecanismo da compensação ambiental, essas terras passaram a despertar o interesse privado e podem ter melhores preços no mercado de terras, além de ir ao encontro do objetivo de *regularização fundiária* do parque pelo órgão gestor. Nesse sentido, a facilitação da comercialização das terras pode ocorrer tal como nos relatou uma moradora: "fui procurada em outubro do ano passado por uma empresa que queria comprar minha posse dentro do parque

[2] A Lei federal 13.668, de 28 de maio de 2018: **dispões** sobre a destinação e a aplicação dos recursos de compensação ambiental: "Art. 14-A **.** Fica o Instituto Chico Mendes autorizado a selecionar instituição financeira oficial, dispensada a licitação, para criar e administrar fundo privado a ser integralizado com recursos oriundos da compensação ambiental de que trata o art. 36 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, destinados às unidades de conservação instituídas pela União. § 1º A instituição financeira oficial de que trata o caput deste artigo será responsável pela execução, direta ou indireta, e pela gestão centralizada dos recursos de compensação ambiental destinados às unidades de conservação instituídas pela União e poderá, para a execução indireta, firmar contrato com instituições financeiras oficiais regionais. § 2º O depósito integral do valor fixado pelo órgão licenciador desonera o empreendedor das obrigações relacionadas à compensação ambiental. § 3º A instituição financeira oficial de que trata o caput deste artigo fica autorizada a promover as desapropriações dos imóveis privados indicados pelo Instituto Chico Mendes que estejam inseridos na unidade de conservação destinatária dos recursos de compensação ambiental" (Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13668.htm, acesso em abril de 2019).

nacional e disse que era pra compensar o problema ambiental deles. (...) Ele me disse que quem passou meu contato pra ele foi o pessoal do parque, do ICMBio".

Ao mesmo tempo, a regularização fundiária dos imóveis também coloca em risco as terras de uso comum das comunidades, sobre as quais uma empresa declarou ao Instituto Nacional De Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em seu processo de "certificação fundiária", que tem terras dentro dessa unidade de conservação, contando com deferimento pelo ICMBio para tal[3]. Cabe destacar que, uma vez declarado ao INCRA, é necessário a confirmação cartorial da titularidade da terra.

Além disso, essa mesma área foi declarada pela empresa no Cadastro Ambiental Rural[4], conforme averbado nas matrículas do imóvel[5]. Ocorre que, segundo os moradores, tais terras estão sobrepostas às terras comuns das duas comunidades analisadas, baseado no uso que dela fazem há gerações. Deve-se destacar que a averbação do Cadastro Ambiental Rural (CAR), no interior de UCs, viabiliza, também, a chamada *regularização ambiental* das empresas capitalistas, sendo uma auto declaração que condiciona a liberação de créditos agrícolas de origem governamental, portanto torna-se importante à agricultura capitalista. Isso por si só pode

[3] SIGEF (INCRA): "Justificativa: Considerando a Lei 9.985/2000 que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC. Considerando a norma de execução 107/2013 do INCRA que regulamenta o procedimento de certificação da poligonal objeto de memorial descritivo de imóveis rurais. O imóvel analisado é tratado no processo número 02001.001804/2003-01 junto ao ICMBio. Na análise do polígono do imóvel e observou-se que o mesmo se encontra inserido nos limites da APA de Guaraqueçaba. Verificou-se também a inexistência de sobreposição do imóvel objeto desta análise com imóveis adquiridos ou cedidos ao ICMBio e imóveis com processo de desapropriação aberto junto a este Instituto. Deste modo, não foram identificadas restrições quanto à certificação do referido imóvel, sendo indicado o DEFERIMENTO da solicitação. Esta manifestação não inclui análise de dominialidade do imóvel e, portanto não comprova a titularidade da área. Para maiores esclarecimentos entrar em contato com a Coordenação de Consolidação Territorial no ICMBio pelo e-mail consolidacao.territorial@icmbio.gov.br ou pelo telefone (61) 2028-9180, tenha em mãos o número do processo citado nesta mensagem" (Disponível em: *https://sigef.incra.gov.br/*, acessado em abril de 2019).

[4] "Criado pela Lei 12.651/12, o Cadastro Ambiental Rural (CAR) é um registro eletrônico, obrigatório para todos os imóveis rurais, formando base de dados estratégica para o controle, monitoramento e combate ao desmatamento das florestas e demais formas de vegetação nativa do Brasil, bem como para planejamento ambiental e econômico dos imóveis rurais". Disponível em: http://www.mma.gov.br/mma-em-numeros/cadastro-ambiental-rural (acesso em abril de 2019).

[5] Lei 12.651/2012:" Art. 17.§ 4º O registro da Reserva Legal no CAR desobriga a averbação no Cartório de Registro de Imóveis, sendo que, no período entre a data da publicação desta Lei e o registro no CAR, o proprietário ou possuidor rural que desejar fazer a averbação terá direito à gratuidade deste ato. Art. 66. § 5º A compensação de que trata o inciso III do caput deverá ser precedida pela inscrição da propriedade no CAR e poderá ser feita mediante: III - doação ao poder público de área localizada no interior de Unidade de Conservação de domínio público pendente de regularização fundiária; § 8º Quando se tratar de imóveis públicos, a compensação de que trata o inciso III do caput poderá ser feita mediante concessão de direito real de uso ou doação, por parte da pessoa jurídica de direito público proprietária de imóvel rural que não detém Reserva Legal em extensão suficiente, ao órgão público responsável pela Unidade de Conservação de área localizada no interior de Unidade de Conservação de domínio público, a ser criada ou pendente de regularização fundiária. § 9º As medidas de compensação previstas neste artigo não poderão ser utilizadas como forma de viabilizar a conversão de novas áreas para uso alternativo do solo". (Disponível em**:** http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm**,** acessado em abril de 2019).

ser usado como “selos verdes”, ou como “responsabilidade socioambiental empresarial”, que agrega maior preço a tais produtos no mercado, permitindo aumento de *ganhos* a tais empresas.

Nesse sentido, o órgão tem-se pronunciado da seguinte forma sobre tal processo:

> “O ICMBio também recebeu a doação direta de imóveis para compensação de reserva legal, sendo 3 mil hectares na Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins e mais 854 hectares no Parque Nacional Grande Sertão Veredas, entre Minas Gerais e Bahia”.
>
> “A chefe de gabinete do ICMBio, Carla Lessa, destacou as vantagens das doações de imóveis para, em parte, solucionar questões ambientais: O benefício é triplo: fazemos a regularização fundiária da unidade de conservação; a doação permite que o proprietário de imóvel rural com passivo de reserva legal consiga regularizar o Cadastro Ambiental Rural [CAR] junto ao estado; e, também, por ser um dispositivo, a doação faz com que a União economize em relação à indenização dessas áreas”.
> (Fonte: https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-08/governo-retoma-bolsa-verde-para-beneficiar-comunidades-tradicionais , consulta em 01 de outubro de 2023).

Destaque-se que as comunidades na área analisada afirmaram que as terras da fazenda que está se torando alvo de compensação ambiental foram griladas na década de 1960 por um fazendeiro da região. Desde então há conflitos entre o fazendeiro e as comunidades. Identificamos que desde 2022 a antiga fazenda foi parcelada e está sendo vendida para diferentes empresas que declaram que seu objetivo é a compensação ambiental, sobretudo, de atividades de mineração.

Ao mesmo tempo as comunidades sofrem pressões também por parte de empresas mineradoras e empresas voltadas ao monocultivo de eucalipto, que invadem suas terras. Ou seja, há tensões nas terras altas e nas terras baixas, de forma articulada: a territorialização (OLIVEIRA, 2016), do capital e da sua face oposta complementar, a “proteção” integral da natureza - degradação/preservação, uma dualidade contraditória existente no âmbito da sociedade moderna, urbano-industrial-capitalista (MONTEIRO, 2021).

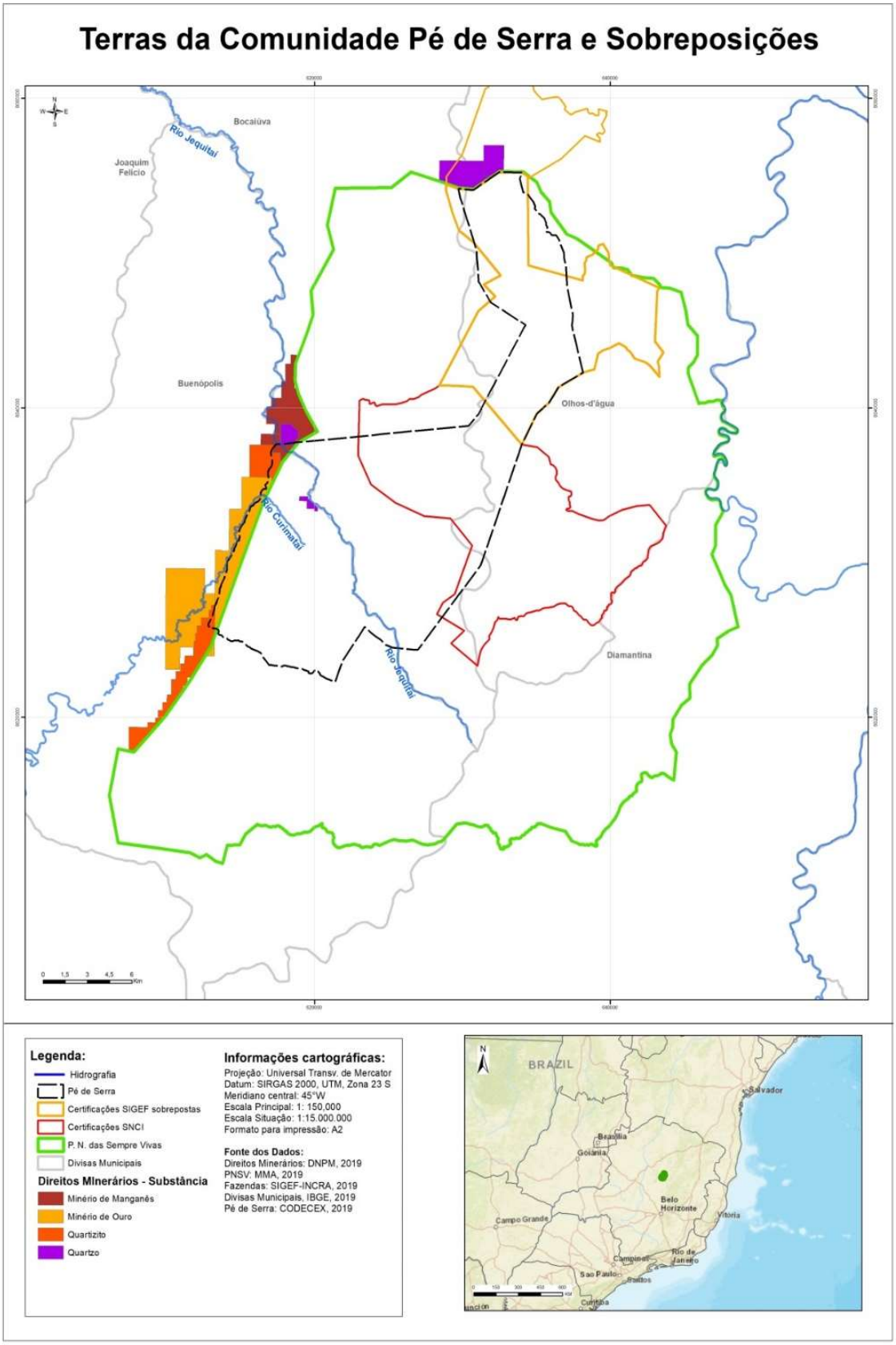


Figura 02: Terras da comunidade Pé-de-Serra sobrepostas pelo PARNA Sempre-vivas e por fazendas (MONTEIRO, 2021)

Ao se analisar a realidade de uma das fazendas sobrepostas às terras de uso comum da comunidade Pé-de-Serra identificou-se que o imóvel Fazenda Arrenegado tem área total de 12.648 hectares. Ele foi transformado em Reserva Particular do Patrimônio Natural em 2002, passando a ter isenção de Imposto de Terras; nesse mesmo ano foi criado o Parque Nacional das Sempre-vivas sobreposto a essa área, o que gerou conflito com comunidades locais, mas não com os fazendeiros.

A partir de 2023 foram realizadas vendas para compensação de reserva legal de imóveis rurais de produção capitalista agropecuária localizados em outros municípios localizados em outras bacias hidrográficas dos estados de Minas Gerais e São Paulo. Na análise da cadeia dominial do imóvel rural em questão identificou-se que seu primeiro registro cartorial data de 1941, com tamanho de apenas 60 alqueires e não há título de origem do destacamento do patrimônio público para o privado, o que aponta indícios de grilagem cartorial a serem aprofundados. Isso significa que processos de grilagem de terras podem passar a viabilizar compensação ambiental de empreendimentos capitalistas na atualidade e ao mesmo tempo aquecerem mercado de terras no interior de unidades de conservação (UCs) de proteção integral da natureza ao invés de excluí-las do mercado de terras.

As comunidades vivem, portanto, conflitos cotidianos, frente às diferentes faces atuais dos *cercamentos* pelo modo capitalista de produção, em defesa da "serra" com tudo que ela significa a esses sujeitos, em termos de sua economia e modo de vida, e assim se expressaram: "os fazendeiros tomaram as nossas terras aqui embaixo, aí veio o parque e quer tomar nossas terras na serra e agora ainda vem a mineradora ... não tem condição! Mas não vamos entregar nossas terras, porque isso aqui é a nossa vida, sem isso a gente não existe".

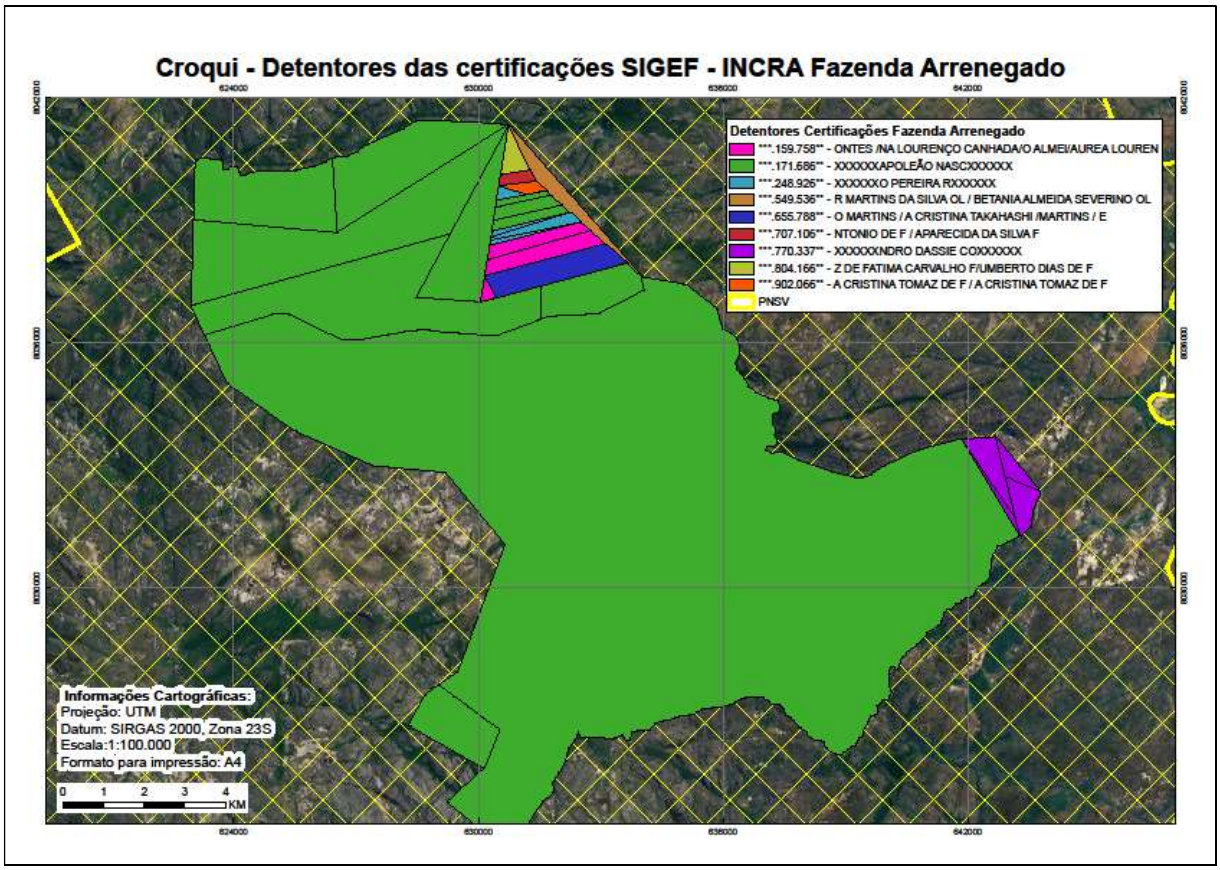


Figura 03: Croqui dos detentores das certificações do SIGEF/INCRA em uma das fazendas sobrepostas as terras de uso comum da comunidade Pé-de-Serra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compensação ambiental viabiliza a transferência geográfica de passivos ambientais e também o acesso a créditos agrícolas governamentais. Ao mesmo tempo, a confirmação cartorial viabiliza a apropriação de tais terras pela empresa - e sua posterior doação/venda, ou não, ao Estado -, o que decretaria o domínio/propriedade de terceiros em detrimento das terras de uso comum das comunidades analisadas. Esse processo pode gerar a *desterritorialização* dessas comunidades e ao mesmo tempo promover a regularização ambiental ou a compensação ambiental de empresas que venham a comprar áreas dentro da UC para tal finalidade.

Nesse sentido, essas unidades de conservação viabilizam, na atualidade, a *territorialização* do modo capitalista de produção (OLIVEIRA, 2016) adjetivado como "sustentável". Nessa dinâmica a exploração/"proteção" da natureza, por meio de unidades de conservação de proteção integral, figuram como faces opostas complementares na sociedade capitalista. Ou seja, a preservação da natureza está subordinada ao modo capitalista de produção.

Ao mesmo tempo, a "proteção ambiental", via UCs, transformou-se num mecanismo dessa *territorialização,* na medida em que promove a privatização das terras para fins de compensação ambiental e viabiliza a legalidade da produção de mercadorias no contexto de regularização ambiental às atuais normas vigentes para atividades rurais. Posteriormente, são transformadas em patrimônio público quando doadas, ou vendidas, ao Estado (no caso de serem destinadas à regularização das UCs de proteção integral), voltando à condição de *reserva*, num processo marcadamente contraditório. Essa reserva pode ser realizada quando da desafetação, ou diminuição de área da unidade, para exploração minerária, por exemplo, como ocorreu em outras localidade de Minas Gerais (MONTEIRO 2021).

REFERÊNCIAS

DIEGUES, A. C. O mito do paraíso desabitado*:* as áreas naturais protegidas. In: FERREIRA, L.C.; VIOLA, E. (orgs.) *Incertezas de sustentabilidade na globalização*. Campinas: UNICAMP, p. 279-313, 1996.

MARX, K. *O Capital:* crítica da economia política: Livro I, v.1, 27ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010 [1867]. 571 p.

MARQUES, M. I. M. *O modo de vida camponês sertanejo e sua territorialidade no tempo das grandes fazendas e nos dias de hoje em Riberira-PB*. Tese (Doutorado), São Universidade de São Paulo. São Paulo, 1994.

MONTEIRO, F. T.. *Nas Fronteiro das Minas com os Gerais*: as terras de uso comum e o uso coletivo de terras. 1. ed. São Paulo: Editora Annablume, 2021. v. 1 e 2.

OLIVEIRA, A.U. *A mundialização da agricultura brasileira*. São Paulo: Iãnde Editorial, 2016.

A QUESTÃO AGRÁRIA E A QUESTÃO RACIAL NA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Irani Santos Soares[1]

RESUMO

Esse texto defende a indissociabilidade entre a Questão Agrária e a Questão Racial e a revisão da leitura eurocêntrica da Questão Agrária brasileira. Essa leitura muitas vezes desconsidera a realidade escravocrata e suas mazelas na construção de um campo desigual que tem a raça como demarcador social, que influi no lugar social dos sujeitos e atua em conjunto com a classe e o gênero nas relações de dominação e opressão. Nesse texto se discute a inserção da raça como categoria de análise para discutir a Questão Agrária brasileira no currículo da Educação do Campo. O texto apresenta alguns dados referente a Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB. Defende-se ainda a Lei 10.639/03 como um caminho para construir uma educação antirracista, mas também decolonizadora capaz de inserir na Educação do Campo um novo olhar sobre a Questão Agrária através da revisão crítica de conceitos chaves como raça e racismo para entender a sua formação, bem como possibilitar o conhecimento de outras relações com a terra, a partir do conhecimento de outras territorialidades de comunidades afro-basileiras e africanas.

Palavras-chave: Educação do campo; Questão Racial; Questão Agrária; Movimentos Sociais; Decolonialidade.

RESUMEN OU ABSTRACT

Este texto defiende la inseparabilidad entre la Cuestión Agraria y la Cuestión Racial y la revisión de la lectura eurocéntrica de la Cuestión Agraria Brasileña. Esta lectura muchas veces ignora la realidad de la esclavitud y sus males en la construcción de un campo desigual que tiene la raza como demarcador social, que influye en el lugar social de los sujetos y actúa junto con la clase y el género en las relaciones de dominación y opresión. Este texto discute la inclusión de la raza como categoría de análisis para discutir la Cuestión Agraria Brasileña en el currículo de Educación Rural. El texto presenta algunos datos sobre la Licenciatura en Educación Rural de la Universidad Federal de Recôncavo da Bahia – UFRB. La Ley 10.639/03 también se defiende como una forma de construir una educación antirracista, pero también descolonizadora, capaz de introducir una nueva mirada sobre la Cuestión Agraria en la Educación Rural a través de la revisión crítica de conceptos claves como raza y racismo para comprender su formación. , así como posibilitar el conocimiento de otras relaciones con la tierra, a partir del conocimiento de otras territorialidades de las comunidades afrobasileanas y africanas.

Palabras clave: Educación rural; Cuestión racial; Cuestión Agraria; Movimientos sociales; Descolonialidad.

INTRODUÇÃO

[1] Doutoranda do Curso de Geografia da Universidade Federal da Bahia - UFBA, iranisoares1982@gmail.com

Esse artigo faz parte das reflexões de um trabalho de tese que tem buscado construir uma releitura da realidade agrária brasileira a partir da categoria raça. O intuito é incorporar a raça enquanto categoria de análise capaz de dar conta das especificidades da Questão Agrária brasileira, por vezes interpretada a partir de um viés eurocêntrico que desconsidera parte importante da formação do Brasil e da sua Questão Agrária.

Considera-se a raça como categoria construída no mesmo movimento da formação de um sistema-mundo desenvolvido a partir do século XVI com a descoberta do Novo Mundo e que desde seu princípio tem como fundamento a hierarquização entre diferentes povos como forma de domínio e exploração. Com a chegada dos europeus e a constituição da América Latina a sociedade capitalista foi organizada a partir de parâmetros raciais de proporções globais (Quijano, 2009), de modo que a organização espacial que temos hoje é fruto dessas ações.

Entende-se Questão Agrária como o modo como uma sociedade organiza o uso, a posse e a propriedade da terra (Stédile, 2011), e dessa forma busca-se entendê-la considerando a história do Brasil em sua constituição, entendendo que a problemática que a envolve não é resultado de um evento isolado, ou dentro de um processo simples de causa e efeito. Com a descoberta das Américas, a colonização portuguesa e a institucionalização da escravidão e, mais tarde as escolhas políticas do pré e pós abolição, desencadearam uma série de políticas racistas que tem impactos até hoje na organização do campo e suas mazelas.

A Educação do Campo, enquanto modalidade de educação que surge moldada na luta dos movimentos sociais do campo, traz em seu bojo a Questão Agrária como parte constitutiva de sua proposta pedagógica, como princípio articulador de sua pedagogia. Presume-se que a Questão Agrária esteja articulada em seu projeto pedagógico, como parte fundante e formadora da Educação do Campo, nesse sentido, buscamos somar com a ligação da Questão Racial, em sua formação histórica, entendida aqui a partir da formação do sistema-mundo capitalista, patriarcal, ocidental, cristão, moderno e colonialista (Grosfoguel, 2008). Nosso objetivo nesse artigo é refletir acerca das relações entre a Questão Racial e a Questão Agrária em sua formação histórica e, se, e como aparecem dentro do Projeto Político de Curso (PPC) de Licenciatura em Educação do Campo. A lei 10.639, sancionada em 09 de janeiro de 2003, promulga a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na educação básica e nas licenciaturas, sendo, um caminho para o trabalho das relações raciais. Nesse sentido, a referida Lei abre caminhos para uma educação antirracista e a

proposição de uma visão decolonial da Questão Agrária brasileira a partir do conteúdo da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana articulada à luta por terra e as resistências apresentadas a partir dos diversos modos de vida e de relação com a terra e a natureza.

Esse trabalho visa somar ao esforço de releitura da realidade brasileira a partir da aplicação da categoria raça, no intuito de entender a extensão das mazelas do racismo na construção dessa sociedade e na manutenção de um sistema de desigualdades baseados na cor/raça que atinge o campo e a cidade. Justifica-se, portanto, a partir da necessidade dessa releitura para melhor compreender a realidade brasileira como um todo.

METODOLOGIA

Esse trabalho foi desenvolvido a partir de revisão bibliográfica, tendo como principal aporte teórico para análise a abordagem decolonial. Os dados apresentados serão coletados junto ao PPC Licenciatura em Educação do Campo área do conhecimento Ciências Agrárias da UFRB, analisado a partir da abordagem referenciada. É apresentada uma análise preliminar do PPC em questão como parte do trabalho de tese em desenvolvimento. O PPC analisado é de 2013 e está disponibilizado na página do Curso.[2]

REFERENCIAL TEÓRICO

A Educação do Campo surgiu na década de 1990, como resultado das ações dos movimentos sociais do campo, em especial, o Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST). Nasceu junto com o processo de luta pela terra, da necessidade e reivindicação do campesinato em luta. Para esses movimentos, a educação e a escola são vistas como elementos indissociáveis da luta por terra e reforma agrária (Machado; Costa, 2021). Portanto, a escola do campo não pode ser uma extensão da escola urbana, pois se caracteriza como uma proposta de educação voltada para a realidade do campo, que foi e é pensada por e para os camponeses, ela é no, do e para o Campo. De modo que é preciso um rompimento com o modelo de escola rural, até então oferecido aos camponeses, e que não fazia distinção entre a escola do campo e da cidade, tampouco, visava uma formação crítica de seus educandos. Assim a Educação do Campo presume uma conexão com a realidade que a cerca, o que inclui os

[2]Disponível em: https://www.ufrb.edu.br/cfp/images/NUGTEAC_2019/PPC_de_Educacao_do_Campo.pdf

conflitos que marcam a realidade agrária brasileira. A Educação do Campo constitui uma das dimensões da luta por reforma agrária, nesse sentido, ela é mais que luta por escola (Caldart , 2000), o que nos faz compreendê-la como mais uma ferramenta no próprio processo de luta. Desse modo, é preciso uma mudança no currículo e a inclusão da Questão Agrária com o objetivo de entender a realidade do campo. Para tanto, precisa estar ancorada em um aporte teórico crítico que possa dar conta das contradições da sociedade estratificada por classe, raça, gênero e diferença sexual, e como se apresenta suas contradições no campo brasileiro.

O período de sistematização da Educação do Campo enquanto política pública foi possível graças ao contexto político que alçava a Questão Agrária a nível nacional em decorrência da escalada de violências que crescia no campo à medida que os movimentos socioespaciais avançavam na luta por Reforma Agrária[3]. Ligava-se a luta por terra e a luta por Reforma Agrária como centrais para a compreensão da realidade que circunda o campo brasileiro, marcado por desigualdades no acesso à terra que apresenta uma das estruturas fundiárias mais concentradas no mundo.

A efervescência do período da década de 1990 marcava ainda outros movimentos que, em parte sob a influência da promulgação da Constituição Federal de 1988, se movimentava para garantir direitos, caso de movimentos negros que pautava o racismo e a discriminação racial como impeditivos de uma sociedade igualitária[4]. Apesar da contemporaneidade das lutas e de algumas ligações entre elas, ambas encapadas por maioria negra, esses movimentos não se viram. Por um lado, os movimentos socioespaciais não enxergaram a relação entre luta por terra e o racismo, tendo seu grande contingente marcadamente negro; por outro lado, os movimentos negros não enxergaram o rural que envolvia a vida de uma imensa parte da população negra.

---

[3] O Massacre de Corumbiara, em 9 de agosto de 1995 em Corumbiara (RO), e o Massacre de Eldorado dos Carajá, em 17 de abril de 1996, em Eldorado do Carajás (PA), escancararam a violência com que o Estado atuava na mediação dos conflitos por terra e deram grande visibilidade nacional e internacional à Questão Agrária brasileira a partir da luta por reforma agrária.

[4] Na decada de 1990 ocorreram diversas manifestações de organização e movimentos negros, detaca-se a Marcha Zumbi 300 em comemoração aos 300 anos da morte de Zumbi dos Palmares, realizada em 20 de novembro 1995, em Brasília, com o lema "Contra o Racismo pela Cidadania e a Vida". A marcha contou com mais de 30 mil participantes e culminou com a entrega do "Programa de Superação do Racismo e da Desigualdade Racial" ao governo brasileiro. Nesse documento pautava-se, dentre outras demandas, a necessidade de um currículo que incluísse a história do povo negro para a humanidade, evidenciando, principalmente, seus feitos positivos, e demais questão envolvendo o acesso à educação.

Essa invisibilização acerca das imbricações entre a Questão Agrária e a Questão Racial precisa ser investigada, contudo, temos trabalhado com algumas hipóteses. Do ponto de vista dos movimentos negros o nascimento desses movimentos foram fortemente urbanos e tiveram um espaço de atuação dentro dos sindicatos, voltados para o trabalho assalariado, outro campo de atuação amplamente difundido foi através de Organizações Não-Governamentais (ONG) que atuaram nas áreas de educação, identidade racial, etc. Havia ainda uma crença generalizada de que o desenvolvimento capitalista abarcaria a classe trabalhadora através do assalariamento e o rural seria superado pelo urbano. Do ponto de vista dos movimentos de luta por terra, talvez a influência de um marxismo ortodoxo, que vê a desigualdade decorrente das questões meramente econômica, sem relação com outros fenômenos como a raça, considerado por muitos como epifenômeno da classe, seja um dos motivos; outro ponto que pode esclarecer essa invisibilização dentro dos movimentos socioterritoriais, como o MST, é sua origem no sul do país, que teve como percursores descendentes de imigrantes e que não tiveram uma leitura da realidade a partir do lugar da raça nas estruturas de poder, mas centrando na classe, dissociada de outros modos de dominação. Entre os movimentos socioterritoriais e entre os movimentos negros não se compreendia a condição de precariedade no acesso à terra, crédito, expulsão de terras, etc, como resultado do processo histórico do racismo.

O que percebe-se em comum entre esses movimentos é o lugar que a educação assume como meio para atingir os seus objetivos. De modo que os Movimentos de luta por terra, em especial o MST, conseguiram colocar na agenda política de Estado a Educação do Campo enquanto política pública. Nos debates acerca do processo de desenvolvimento da proposta alçou-se a Questão Agrária como central para a compreensão do campo. Os movimentos negros, por sua vez, conquistaram importantes políticas públicas com intuito de combater o racismo e discriminação racial, que aqui destacamos a conquista da promulgação da Lei 10.639 de 2003, com objetivo de se instituir uma educação antirracista.

Tanto o racismo, como a luta por terra fazem parte do cotidiano brasileiro, permeadas por injustiças, negligências e violências históricas que foram estruturante da sociedade que temos hoje. Temos debatido a Questão Agrária e a Questão Racial como sendo os dois lados da mesma moeda contudo, tem-se feito análise dissociada desses dois problemas estruturais. Considerando o papel que a educação assume para os movimentos em questão e pensando na escola como ambiente de transformação, e que

essa educação seja decolonial, temos proposto a análise da Questão Agrária a partir da categoria raça, considerando a formação do Brasil, sua colonização e a escravidão. Nosso intuito é contribuir com os movimentos sociais e a Educação do Campo na ampliação da leitura dessa realidade como resultado de um sistema-capitalista global, que é também moderno, patriarcal, ocidental, colonialista e engendra a raça como um dos meios de dominação (Quijano, 2009; Grosfoguel, 2008; Grosfoguel, 2016). No que concerce a produção acadêmica voltada para a Questão Agrária brasileira a partir do olhar acerca da raça temos identificado poucos trabalhos, Girardi (2020), Souza (2017), Soares (2022). O MST tem articulado a discussão mais recentemente através do Grupo de Estudo Terra, Raça e Classe. Esse grupo de estudo tem se voltado ao tema em questão e vislumbra a criação de um Coletivo, passo importante na incorporação do tema dentro do Movimento, que já incorporou o tema do Gênero e, mais recentemente, da comunidade Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT), criado o coletivo LGBT em 2017, portanto esse grupo de estudo merece mais atenção entender esse processo dentro do MST.

Nessa perspectiva é preciso uma revisão histórica para entender o processo de formação das duas questões, que não são resultado de uma política específica ou de um momento histórico recente, mas que foram construidas a partir de um processo de longa duração, e que tem alguns eventos importantes que ajudaram a consolidar.

Para compreensão de nossos argumentos, usamos o conceito de raça não em seu sentido biológico, esse não tem fundamento científico, mas compreendendo que a ideia de diferença racial com base nas diferenças fenotípicas - sendo a cor da pele o traço principal - permanece como um balizador social que funciona a partir de tipos ideais que são escalonados hierarquicamente. A ideia de diferença racial surge a partir do contato de europeus com os povos originários das Américas. Nesse sentido, Almeida (2020), vai pontuar que as circunstancias históricas de meados do século XVI forneceram um sentido específico à ideia de raça, a expansão econômica mercantilista e a descoberta das Américas forjoram a base material a partir do qual a cultura renascentista refletiu a unidade e a multiplicidade da existência humana. Almeida (2020), chama a atenção que, se antes desse período, o humano relacionava-se com pertencimento a uma comunidade política ou religiosa, o contexto da expansão comercial burguesa e da cultura renascentista criou as condições para a criação moderna

que transformou o europeu no modelo de homem universal e os outros povos e culturas em variações menos evoluídas.

Da ideia de raça deriva o conceito de racismo, que seria a crença na existência de grupos raciais hierarquicamente posicionados e que, ademais, tem uma materialidade na organização social (Munanga, 2004). Em consonância com essa ideia, Almeida (2020), define o racismo como uma forma de discriminação baseada na raça, que se manifesta através de práticas conscientes e inconscientes, e que por sua vez, essas práticas podem trazer vantagens ou privilégios, a depender do grupo racial pertencente. Contudo, tanto a raça quanto o racismo não são conceitos estáticos, são antes, históricos e relacionais e estão ligado à história política e econômica das sociedades contemporâneas (Almeida, 2020). Dessa forma, apesar de sofrerem modificações no tempo e espaço, ambos conceitos atuam como um *continnum*, que na sociedade brasileira marca a desigualdade de acesso e permanência à terra.

A constatação de que a ideia de raça não tem respaldo científico não foi suficiente para transformar as relações sociais, política e culturais com base na ideia de raça, de modo que ela foi ressignificada pelos movimentos negros. Conforme Gomes (2020), após a abolição e principalmente, no século XX, as organizações políticas negras começaram a intervir mais na produção do conhecimento, e o conceito de raça foi transformado em categoria de análise para interpretar as relações de poder, a inferiorização e o racismo construidos pelo colonialismo. Nos apropriamos desse conceito para entender como se constitui a Questão Agrária brasileira, atravessada pelas categorias raça e o racismo.

Nas análises que temos desenvolvido temos defendido a necessidade de discutir a Questão Agrária brasileira como resultado de um processo histórico de longa duração, se inicia com a constituição do Brasil, que tem como marco o Tratado de Tordesilhas, assinado em 1494, entre o rei Portugal e da Espanha dividindo as terras conhecidas e a conhecer, e segue com o processo de "descoberta" e colonização. Contudo, é a partir de 1492, com a chegada de Cristóvão Colombo à América o marco em que inicia todo um processo de racialização. Foram esses fatos históricos que deram base para a desumanização de diversos povos originários das Américas e da África e que legitimaram a expropriação das terras e dos corpos, que escravizados serviram para todo tipo de exploração possível à época, logo, terra e trabalho assumem desde o princípio as bases para a constituição do sistema-mundo em que o capitalismo se desenvolvia, que conforme Stédile (2011), encontrava-se em sua fase mercantilista. A produção de

sujeitos não humanos, ou sub humanos, conferiu ao europeu o direito, dado pela Igreja Católica através de diversas bulas papais, de se apossar dos territórios "conquistados", assim como o direito de escravizar diversos povos que se encontravam do outro lado do Atlântico, e que o colonialismo veio a identificar como continente africano. Para tanto, o genocídio e o epistemicídio perpetrados contra diversos povos indígenas e de africanos, no caso do Brasil, foram essenciais para o projeto de domínio.

A Coroa portuguesa - que se apossou das terras dos povos originários -, no intuito de colonizar e explorar essas terras dividiu-as através das Capitanias hereditárias, que mais tarde foram divididas em sesmarias e distribuídas entre os que nela podiam investir e que professasse a fé cristã. Assim a grande propriedade nasce conjugando seu caráter de classe, raça, gênero e religiosidade.

Tendo em vista que o conceito de raça vai se transformando e ganhando novas roupagens, foi durante o século XIX que as ideias racistas tornaram-se parte do discurso dito científico para explicar as desigualdades num mundo em transformação. A diferença racial ganhou novos contornos, sob o manto cientificista, passou a responder as desigualdades sociais e culturais a partir da ideia de uma suposta estratificação racial que colocava o homem branco no topo e os negros e indígenas na base, além das relações com base em gênero. Portanto, o discurso dava conta de explicar o lugar dos negros e indígenas dentro das escalas de desenvolvimento capitalista, não a partir do escravismo ou da expropriação, mas como uma resposta biológica que explicava o atraso desses povos dentro dos marcos do desenvolvimento capitalista, ou seja, não havia responsabilização acerca do processo de escravismo, expropriação, genocídio, epistemícidio, já que o que os conformava nesse lugar era um fator genético, não histórico. Formulando assim o "problema do negro", como algo a dar conta fora de uma política pública de inserção à sociedade que se industrializava e que continuava a expulsar camponeses pobres, pretos e sem garantias da posse da terra.

Os discursos nesse período tinham mais um cunho ideológico, que científico (Munanga, 2004) e tinha como pretensão justificar todo um sistema de opressão e acumulação capitalista que foi possível com a exploração, expropriação e o tráfico negreiro. No Brasil do século XIX, com a abolição por etapas e a inserção do discurso racista nas ciências, se fortaleceu um pensamento racista que alterou a ideia de raça na sociedade em geral, ao tempo que aprofundou o racismo. Foi no percurso do século XIX, através de um conjunto de leis e da abolição gradual, que a terra e o trabalho se consolidaram como as bases da sociedade desigual que se configura até atualidade e que

marca o campo brasileiro como território de disputas e conflitos com uma estrutura fundiária concentracionista e racista. Podemos afirmar que seu caráter de classe, raça e gênero foi reafirmado dentro do debate que envolveu terra e trabalho no período.

Destaca-se que o conjunto de leis que marcou o período de abolição gradual (de 1822 à 1888[5]) instituiu uma série de medidas que conformaram o lugar do homem e da mulher negros na sociedade através de medidas de controle dos corpos, do lugar subalternizado no mercado de trabalho e da relação com a terra fora dos princípios dos marcos legais, marcado quase sempre pela posse, sem garantia da propriedade, seja de forma coletiva ou individual. Dentre essas leis, a Lei de Terras, Lei 601 de 1850, ganha importância e notoriedade, pois ela dispôs acerca das terras devolutas do Brasil Império, titulou os sesmeiros e lhes conferiu legitimidade dentro do novo marco legal que mercantilizava o acesso a terra via mercado, impedindo e/ou dificultando o acesso à terra por uma imensa maioria da população, com grande contingente da população negra, além de que dificultava, ainda, o acesso à terra a imigrantes brancos que começavam a vir para o Brasil para substituição da mão de obra negra. Essa lei, que não dispõe sobre a abolição, entra para o seu entendimento devido ao significado que ela adquiriu para os africanos e negros nascidos no Brasil. Tendo em vista o horizonte da abolição da escravidão, era preciso a transformação da relação terra x trabalho. Na medida que o trabalho se tornava livre, era preciso tornar a terra cativa (Martins, 2013), ou seja, era preciso impedir a democratização do acesso à terra. De modo que, com a abolição em 1888, nenhuma medida de ressarcimento ou distribuição de terra, apesar do debate em torno dessas medidas, conseguiram ser aprovadas no Congresso ou incluídas na Lei Áurea.

O Brasil do século XIX apresentou, pelo contexto histórico, terreno fértil para as teorias racistas, tanto pelo contingente de negros e indígenas, quanto pelo processo de miscigenação que ocorreu durante toda a colonização. Tendo as elites logo se apropriado dessas teorias para sair da escravidão sem nenhuma responsabilidade quanto ao destino dos negros e indígenas, mas antes tentando de diversas formas, inclusive pela

[5] Para entendimento do período e das imbricações entre Questão Agrária (terra) e Questão Racial (trabalho e dominação) compreende-se, nesse trabalho, o conjunto de leis/resoluções que se iniciam com a Resolução 76 de 1822 que suspendia a doação de terras via sesmaria; a Lei 501, Lei Eusebio de Queiroz, que impunha medidas contra o tráfico de africanos, 1850; a Lei 601, Lei de terras, que mercantiliza o acesso a terra e finda o sistema de sesmaria, 1850; a Lei 2.040 , Lei do ventre Livre, que torna livre os filhos de escravas, sob algumas condições, de 1871; Lei 3.270, Lei dos Sexagenários, de 1885, que torna livre os escravos acima de 60 anos, também sob algumas condições e por fim, e a Lei 3.353, Lei Auréa de 1888, que decreta o fim do regime escravista.

via política, livrar-se de suas presenças. Umas das medidas racista adotadas foi a política de imigração, bastante debatida no Congresso durante longo período, ela visava a substituição da mão de obra escravizada, e tinha como horizonte o embranquecimento da população brasileira sendo em parte custeada pelo Estado brasileiro.

Com a Proclamação da República, realizada um ano após a abolição da escravatura, representada por um golpe das oligarquias escravocratas, se manteve a posição racista com relação ao lugar do negro na sociedade que dava início a sua fase de industrialização em que a população negra é colocada como subcidadã, tendo o racismo estruturado e se camuflado de diversas formas.

Compreende-se, pois, que a raça se constitui como uma categoria importante desde a conformação do sistema-mundo, século XVI, e continua sua importância para compreensão da nossa realidade. E nesse sentido, buscamos compreender a Questão Agrária como produto do sistema-mundo capitalista, patriarcal, ocidental, cristão, moderno e colonialista que não pode ser visto fora do processo de longa duração ao qual está inserido.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Essa parte do artigo não é necessariamente um resultado final, mas se configura como análise preliminar do Projeto Pedagógico de Curso (PPC) de Licenciatura plena em Educação do Campo na área de conhecimento de Ciências Agrárias, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Apresentamos ainda nessa parte elementos de uma proposta que vise associar a Questão Agrária à Questão Racial a partir de uma educação decolonial e, logo antirracista.

Observou-se no PPC analisado que a palavra raça aparece duas vezes, a palavra racial aparece seis vezes e doze vezes a expressão questão agrária. A Lei 10.639, de 2003, é citada no texto como parte da legislação exigida às licenciaturas e que portanto, respalda, dentre outras leis, a estrutura do PPC.

A organização curricular está estruturada a partir de três eixos formativos: 1. Formação básica; 2. Formação sócio-política; 3. Formação específica dividida em a) base integradora (questão agrária) e b) formação de professores e gestores. Ao fazer parte da estrutura curricular, como parte da Formação específica, enquanto base integradora, a Questão Agrária assume parte importante no processo formativo, tal qual

os movimentos socioespaciais pressupõem. Ela atravessa, ainda, parte do curso estando interligada com as temáticas específicas da Agroecologia e Associativismo.

A questão relacionada às identidades raciais aparece dentro da linha de pesquisa "Educação, Diversidade e Inclusão" do grupo de pesquisa "Educação, Sociedade e Diversidade", no intuito de discutir as dinâmicas e processos de estigmatização.

Conforme o texto, ao que se refere ao perfil do egresso, dentre outras coisas, espera-se que o licenciado da Educação do Campo seja capaz de considerar a diversidade do campo, em suas diferenças de gênero, geracional, sexualidade, étnico-racial, portadores de necessidades especiais (pessoas com deficiência). Nos componentes curriculares aparecem duas disciplinas específicas com os temas analisados: Questão Agrária (51 hora/aula) e Educação para as relações étnico-raciais (34 hora/aula), ambas estão inseridas no eixo de formação sócio-política e são componentes obrigatórios. A questão agrária se desdobra dentro no Eixo de Formação Específica: Base Integradora - Questão Agrária - principalmente nas disciplinas voltadas para a produção agroecológica e organização associativa.

A identidade racial aparece quando se associa a Política Afirmativa numa referência a acesso, permanência de estudantes "afrodescendentes" e "indiodescendente" visando a promoção da igualdade racial e inclusão social no Recôncavo baiano. Destaca-se ainda ações dentro da Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis (PROPAAE) como a criação do Fórum Pró-Igualdade Racial e Inclusão Social do Recôncavo, uma ação que visa promover a data de 20 de novembro como Dia de Debates e Ações sobre Inclusão Étnico-racial e Social no âmbito da UFRB e suas interfaces no Recôncavo; a identidade racial aparece também na configuração do Programa de Permanência da Fundação Clemente Mariani, projeto institucional de apoio financeiro a estudantes negros de baixa renda inseridos no ensino superior, através da concessão de bolsas de estudo. Essa medida de concessão de bolsas são de extrema importância, tendo em vista que os estudantes negros em sua grande maioria vem de contextos econômicos desfavoráveis, que muitas vezes impossibilita de dar continuidade aos estudos.

No que concerne ao referencial teórico apresentado na bibliografia básica identificamos, além da base essencialmente crítica advinda do materialismo histórico, alguns teóricos decoloniais. Identifica-se a partir do referencial teórico da disciplina

Educação para as relações étnico-raciais que esta tem como elemento principal um olhar voltado à educação quilombola, que pode estar ainda elencando a formação da Questão Agrária à raça. Ademais, a abordagem da educação quilombola é importante para a compreensão de uma modalidade da Educação do Campo que abrange o território Quilombola e portanto, apresenta especificamente elementos para compreensão desse território e suas territorialidades e responde a uma reivindicação do movimento quilombola. Contudo, deve-se ter a preocupação de ao tratar da participação da população negra no campo não restringir a participação a essa especificidade do uso do território, quando essa participação é bem diversa e marca um contingente importante da população sem-terra e de acesso precário à terra e que apresenta diversas outras territorialidades.

A partir do observado podemos apontar algumas críticas quanto ao proposto. Ressalta-se que a análise é preliminar, não foi realizada uma análise mais detalhada e que a análise do PPC nos aponta algumas pistas, porém o currículo é muito mais dinâmico, e uma análise mais apurada e com observação participante pode nos revelar outro olhar sobre as questões estudadas. Dito isto, a primeira observação refere-se a dissociação da Questão Agrária e Questão Racial. Essa última aparece pouco na proposta e descolada de uma relação direta com a formação da Questão Agrária ou da luta por terra. Talvez aproxime da questão quilombola, como uma parte específica da Questão Agrária e que mais facilmente ligada à discussão da raça e racismo pelo contexto histórico e cultural.

É preciso uma análise mais detalhada do PPC e das práticas que se conformam em torno dele, tendo em vista que pressupõe uma discussão acerca da inclusão da população negra e indígena, dentre outras categorias, que pode ser um indicativo que a discussão se dê ainda dentro dos marcos da sociedade do consumo e dos marcos civilizatório da modernidade, portanto não rompe com uma visão colonizadora, não rompe pois, com ideais de sociedade racista em que o branco é visto como sujeito universal que deve ser copiado, assim como o modelo societal e logo, não alcança o que esse texto propõe como uma educação decolonial.

Outro ponto é que a ligação da Questão Racial mais fortemente com o 20 de novembro, dia da Consciência Negra, em si não tem problema como um marco temporal para a promoção da discussão na universidade, mas sim quando essa ação não

abrange outros momentos e não atravessa o currículo. Tem sido comum a adoção de datas específicas e disciplinas isoladas para dar conta da temática, obrigatórias ou como optativas, o que não oferece um referencial mais denso para aprofundamento acerca da temática.

Quanto a relação entre Questão Agrária e seus imbricamentos com a Questão Racial, podemos partir da ideia de que, se entendemos que o racismo é estrutural e se reproduz como parte da ordem social, através dos comportamentos individuais e processos institucionais, não como exceção, mas como regra (Almeida, 2020), desse entendimento se impõe duas questões: primeiro, que a Questão Agrária não poderia escapar a ordem racista que compõe a sociedade moderna, em especial a brasileira que se desenvolveu tendo o escravismo, as teorias racistas, depois a busca por branqueamento e mais tarde a ascensão do mito da democracia racial como horizontes; segundo, que a forma como se interpreta essa sociedade só poderia ser marcadamente racista, portanto, uma leitura radicalmente crítica deve ser fundamentada a partir de um olhar decolonial. Nesse sentido, compreende-se, que as estruturas do conhecimento, nas universidades ocidentalizadas, se configuram epistemicamente como racistas e sexistas, de modo que, o racismo epistêmico é parte do processo de produção do conhecimento dentro dessas universidades (Grosfoguel, 2016).

Decolonizar a Educação do Campo a partir da Questão Agrária e a Questão Racial pressupõe partir de sua constituição, tendo em vista que nela se origina as questões em torno da luta por terra e das exclusões que se justificam pela racionalidade racista. Propomos a Lei 10.639 de 2003 como um caminho possível para estabelecer uma educação antirracista capaz de analisar criticamente a Questão Agrária em seu âmago, a partir de dois viés: primeiro, problematizando a construção dos conceitos de raça e racismo, sua transformação em categoria de análise para um novo olhar sobre a Questão Agrária e sua formação; segundo, apresentando novos modos de relação com a terra, tendo como fundamento comunidades/grupos afro-brasileiros e africanos, assim como seus modos de ser/fazer cultura tendo como base seus territórios camponeses.

Nesse sentido, pode-se apresentar como um contraponto à ideia moderna/colonial/capitalista de propriedade privada que busca invalidar todas as formas possíveis de integração com a terra. A primeira questão que temos a enfrentar talvez esteja vinculada a visão colonialista que marca nossa lente ao olhar a terra. As relações com a terra não podem ser medidas tendo como marco a constituição do Estado-nação e

o direito à propriedade com base nos marcos legais instituídos a partir de uma ordem desumanizadora e usurpadora, nem somente vinculada à ideia de agricultura ou da exploração econômica no viés capitalista, ou seja, terra como recurso. É preciso reconhecer e explicitar que outras formas de se relacionar com a terra foram criadas e se mantém, resistem e precisam ter seus direitos reconhecidos. Representam outras territorialidades, outros modos de vida que estão ligados a uma cultura e que são marcadas por saber-fazer ancestrais que se vinculam organicamente à terra. Esses grupos vivem ameaçados com a não regularização dentro desse marco civilizatório em detrimento dos movimentos do capital, permanecem inseguras em seus territórios e ameaçados em sua existência cultural (epistemicídio) e muitas vezes física (genocídio).

Pensar a educação decolonial, como parte do projeto decolonial que pressupõe a necessidade de afirmar a geopolítica e corpo-política do conhecimento, ao contrário do conhecimento desincorporado e sem localização geopolítica que se construiu as bases do conhecimento colonial (Bernadino-Costa; Maldonato-Torres; Grosfogue, 2020), nos coloca na posição de olharmos mais para uma produção do conhecimento afrocentrado, que dialogue com outras formas de ser/estar no mundo e outras formas de se relacionar com a terra.

Nesse contexto, a contracolonialidade, no sentido proposto por Nego Bispo (Santos, 2015), é mais uma contribuição que se soma a partir da Lei 10.639. Ao propor o olhar para um outro modo de ver/ser/estar no mundo, a partir da ancestralidade e de uma espiritualidade que indica outros caminhos que divergem do que é proposto no sistema-mundo capitalista. Podemos compreender com Negro Bispo que esse sistema-mundo foi construido a partir da cosmovisão cristã, e conforme ele, o povo se organiza de modo exclusivista, vertical e/ou linear conforme sua visão monoteísta, que baseia seus dogmas na visão de um Deus onisciente, onipresente, onipotente, dessa forma, único, inascecível, desterritorizado acima de tudo e todos. O autor chama a atenção ainda para o fato desse Deus ser masculino, portanto se organizam de forma mais homogêneas e patriarcais. Sendo esse Deus não visto materialmente se apegam a monismo objetivos e abstratos. O autor constrata a ideia das religiões de matriz afro-pindorâmicas, em que a terra é uma deusa e as ervas não são daninhas, ao invés do pecado, há uma força vital que integra todas as coisas. As pessoas interagem com a natureza, a ideia diverge da do trabalho no sentido cristão, e o resultado da interação concretizam em condições de vida. A partir de exemplos diversos Bispos demonstra a

importância da cosmovisão religiosa/espiritual na organização das sociedades. Assim Santos (2015) nos chega como uma referência produtora de conhecimento que ao mesmo tempo que representa a cultura afro-brasileira, traz em seus anunciados o corpo-política e a geopolítica do conhecimento quilombola, as suas experiências vividas e com as territorialidades quilombola. A partir das contribuições de Santos (2015) temos no mundo acadêmico a produção do conhecimento a partir de uma experiência corporal do que é ser negro, quilombola e como isso implica numa outra relação com a natureza.

Conclui-se essa parte da análise preliminar com a percepção de que a Lei 10.639/03 tem sido pouco explorada dentro do currículo, ao menos oficial ou explícito. Entretanto, a Lei 10.639/03 é vista como um caminho para a produção de um conhecimento contracolonial, ao possibilitar revisitar a história de forma radicalmente crítica e compreender os processos que constituem a Questão Agrária brasileira como resultado de um sistema-mundo capitalista, patriarcal, ocidental, cristão, moderno e colonialista e também dar visibilidade a uma produção afrocentrada com contribuições fora da epistemologia colonialista.

Contudo, observa-se que na Educação do Campo um dos caminhos que podem nos dar um novo horizonte de como a raça, o racismo, estruturou a Questão Agrária, mas também outras práticas de relação com a terra, novos olhares que desafiam a epistemologia branca, tem sido inserida nos cursos não pelo currículo oficial, mas pelos estudantes. Observa-se que a temática começa a aparecer nos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), depositados no Repositório Institucional, onde os trabalhos de TCC estão disponibilizados ao público. Essa temática aparece, possivelmente como resultado das provocações a partir da inserção de estudantes quilombolas, de fundo e fecho de pasto, das cotas raciais, além de uma ampliação da discussão em torno da temática na sociedade a partir dessas e outras políticas. Ademais, nos últimos anos tem crescido no Brasil a identificação racial com o grupo negro, o último censo de 2022 aponta para um aumento significativo dos autodeclarados negros (pretos e pardos), chegando a 55,5% da população (IBGE, 2022). Há, pois, uma mudança no pertencimento racial e na percepção do que significa ser socialmente identificado como branco e como negro, isso reflete também nas provocações dentro das universidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ideia que se segue não é necessariamente uma conclusão, mas um compartilhamento das reflexões que estão fundamentando a elaboração da tese e colocar o foco nesta temática. O que propomos é alçar a raça como categoria de análise da Questão Agrária brasileira, tendo como ponto de partida a perspectiva da Educação do Campo, como proposto pelos movimentos sociais do campo, que prevê que esta é indissociável da Questão Agrária.

De modo que, diante das constatações de um racismo epistêmico e de que a Questão Agrária e a Questão Racial nascem metamorfoseadas e que representam dois lados da mesma moeda, é a educação decolonial, logo, antiracista, que irá nos conduzir a um novo olhar sobre o processo histórico e permitir novas relações de luta. Para tanto, temos considerado a Lei 10.639/03 como uma importante ferramenta para decolonizar o ensino, não só da história e cultura afro-brasileira e africana, mas da Questão Agrária brasileira. A referida Lei, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), é obrigatória para o Ensino Básico e licenciaturas, sendo uma importante ferramenta que pode ligar ambas as questões a partir da Educação do Campo. O que nos permite fazer uma leitura crítica da Questão Agrária em seu âmago, colocando a história e cultura afro-brasileira e africana no primeiro plano, portanto possibilitando uma nova interpretação, radicalmente crítica. Ademais, possibilita um novo olhar sobre os usos da terra, a partir de outras relações homem/mulher e natureza, trazidas pelas experiências africanas e afro-brasileiras.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Jandaíra, 2020.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONATO-TORRES, Nelson; GROSFOGUEL, Ramon. Introdução: Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONATO-TORRES, Nelson; GROSFOGUEL (org.) **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 2 ed. Autêntica, 2020. (Coleção Cultura Negra e identidades).

BRASIL. **Lei 10.639** de 09 de janeiro de 2003. D.O.U. de 10 de outubro de 2003.

BRASIL**. Lei 601** de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Disponível em: <planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm> acessado em 28 de outubro de 2021.

Caldart, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**: escola é mais do que escola/Roseli. Salete Caldart. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

CHISTÓFFOLI, Pedro Ivan. Da luta pela terra à luta pela educação – a produção material das condições de vida nos acampamentos e assentamentos do MST e o processo educativo formal. IN: MOLINA, Monica Castagna. **Educação do Campo e Pesquisa**: questões para reflexão – Brasília: Ministério Desenvolvimento Agrário, 2006.

GIRARDI, Eduardo. **A indissociabilidade entre a questão agrária e a questão racial no Brasil:** análise da situação do negro no campo a partir dos dados do Censo Agropecuário de 2017 – São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2022.

GOMES, Nilma Lino. O Movimento Negro e a Intelectualidade negra descolonizando os currículos. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONATO-TORRES, Nelson; GROSFOGUEL (org.) **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 2 ed. Autêntica, 2020. (Coleção Cultura Negra e identidades).

GROSFOGUEL, Ramon. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais** [Online], 80 | 2008, disponível em: URL: http://rccs.revues.org/697; DOI: 10.4000/rccs.697].

GROSFOGUEL, Ramon. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. In: **Revista Sociedade e Estado**. Vol. 31, Núm. 1. Janeiro/Abril 2016.

MACHADO, Ilma Ferreira; COSTA, Rafael de Oliveira. A educação e a escola como elementos indissociáveis da luta por terra e reforma agrária. **Revista Cocar.** V 15, n33/2021.

MARTINS; José de Souza. **O cativeiro da Terra**. 9ª ed. – São Paulo: Contexto, 2013.

MUNANGA, Kabegele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia.** Programa de Educação sobre o negro na sociedade brasileira. Nitéroi: EDUFF, 2004. Disponível em: <biblio.fflch.usp.br/Munanga_K_UmaAbordagemConceitualDasNocoesDeRacaRacismoIdentidadeEEtnia.pdf> Acesso em: 20 de março de 2023. P.1-15.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SOUZA SANTOS, B; MENEZES, M. P. (Orgs.). **Epistemologias do Sul.** São Paulo. Cortez, 2009.

SANTOS, Antônio Bispo. Invasão e Colonização. In: **Colonização, Quilombos, modos e significações.** Brasília: INCT/UnB, 2015.

SOARES, Irani Santos. A Questão Racial e a Questão Agrária: algumas imbricações. Encontro Nacional de Geografia Agrária (08-11/12/2022: Belém-PA). **Anais** [recurso eletrônico]: textos científicos / 25º Encontro Nacional de Geografia Agrária: as geografias agrárias a partir da Panamazônia: lutas socioambientais e fronteiras da capital no Brasil. – Belém: UEPA, 2022. Anais do evento – Textos científicos.

STEDILE, João Pedro (org.) **A questão agrária:** o debate tradicional: 1500- 1960. 2ª. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

O ENSINO DE GEOGRAFIA PARA ESTUDANTES DO CAMPO NO CONTEXTO DA ESCOLA BERNADINO PEREIRA DE BARROS: DESAFIOS E CONTRADIÇÕES FRENTE AOS PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO[1]

Josivana Pinheiro da silva[2]

RESUMO

O presente artigo é resultado de uma pesquisa referente ao processo do ensino de geografia com estudantes do campo na Escola urbana Bernardino Pereira de Barros em Abaetetuba-PA. A pesquisa buscou analisar os desafios e contradições na organização curricular e as práticas pedagógicas voltada aos Discentes do campo. A metodologia ancorou-se na pesquisa de cunho qualitativa, com aporte na pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo, quando realizou-se uma entrevista semiestruturada com os Docentes da escola no lócus de pesquisa. Compreendendo desse modo, à importância do ensino de geografia e a relação dessa com o processo de Educação do Campo. Conclui-se, que o ensino de geografia requer uma construção de identidade e construção de conhecimento relacionado no que diz respeito a uma percepção do olhar espacial na sociedade. Contudo, a experiência do ensino de geografia possibilita o entendimento da sociedade no que tange refletir em relação as práticas docentes no âmbito escolar no atendimento das diferentes realidades vivenciadas dos sujeitos e sujeitas protagonistas por meio do ensino.
Palavras-chaves: Educação, Campo, Resistência, Aprendizagem, Geografia.

RESUMEN

Este artículo es el resultado de una investigación sobre el proceso de enseñanza de geografía a estudiantes rurales de la escuela urbana Bernardino Pereira de Barros en Abaetetuba-PA. La investigación buscó analizar los desafíos y contradicciones en la organización curricular y las prácticas pedagógicas dirigidas a los estudiantes rurales. La metodología se ancló en la investigación cualitativa, con apoyo de la investigación bibliográfica y de la investigación de campo, cuando se realizó una entrevista semiestructurada a los docentes de la escuela en el sitio de la investigación. Entendiendo de esta manera, la importancia de la enseñanza de la geografía y su relación con el proceso de Educación Rural. Se concluye que la enseñanza de la geografía requiere una construcción de identidad y construcción de conocimientos relacionados con la percepción de la perspectiva espacial en la sociedad. Sin embargo, la experiencia de enseñar geografía posibilita comprender la sociedad a la hora de reflexionar sobre las prácticas docentes en el ámbito escolar en el encuentro con las diferentes realidades vividas por los protagonistas a través de la enseñanza.
Palabras clave: Educación, Campo, Resistencia, Aprendizaje, Geografía.

---

[1] Essa pesquisa é parte do Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em Geografia (2019).

[2]Licenciada e Bacharel em Geografia com Ênfase em Desenvolvimento Territorial Rural, pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária-Turma Ulisses Manaças, pela Universidade Federal do Pará-UFPA(2019). Especialista em Geotecnologia Aplicada ao Planejamento Ambiental e Desenvolvimento Territorial Rural, pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, Universidade Federal do Pará-UFPA (2020). Mestranda do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho-UNESP, Brasil (2023). E-mail: josivana.silva@unesp.br.

INTRODUÇÃO

Em meados da década de 1870 surge na Alemanha a disciplina de geografia introduzindo-se na universidade e logo em seguida na França, os primeiros pensadores e difusores do conhecimento geográfico na Alemanha, foram Von Humbolt e Carl Ritter e na França os trabalhos de geografia originaram-se com Paul Vidal de La Blache, sendo assim esses foram os primeiros à contribuírem com a história do pensamento geográfico surgindo a partir daí o processo da Geografia Tradicional. Contudo, a geografia tradicional nasce no sentido de analisar de maneira positivista, descritiva e naturalista, baseada nos primeiros autores da geografia, tal qual Humboldt e Carl Ritter esses por sua vez assumiram um papel importante em analisar as primeiras abordagem da geografia em mapear os primeiros registros do espaço geográfico em delimitar territórios coloniais e mapeamento dos recursos naturais, já o geógrafo alemão Ratzel apresenta uma nova abordagem em analisar a relação de sociedade com o meio de vivências, assim porém os desafios de olhar e analisar a geografia de forma diferente vão consolidando outros contextos para analises geográficas atuais.

Nesse sentido, a geografia tradicional aos poucos vai perdendo sua forte influência, porém sem deixar de existir dando lugar para uma nova geografia baseada não mais em estudar apenas as relações da sociedade com a natureza, como também não serve apenas como área de conhecimento para leitura de localização em mapa, ela traz em si uma análise diferente ao processo de educação preocupando-se com as relações entre a sociedade e a natureza "este desafio, contudo não é simples de ser enfrentado e superado, pois a maneira como o homem se apropria das coisas no interior da lógica capitalista tende a distorcer os sentidos através dos quais está apropriação é feita" (NORONHA, 2010, p. 13), havendo assim uma busca constante em estudar a ação humana na natureza e qual as suas consequências, uma vez que a natureza produz os recursos naturais e a destruição desses por meio das intervenções antrópicas e à transforma como recursos para sua sobrevivência em sociedade, contudo, isso requer um estudo e uma análise *in loco*, principalmente nos espaços de construção de identidade como as escolas, sendo essas de caráter urbano ou rural.

Desse modo, as práticas em relação ao ensino de geografia é vista como uma área de muitas abrangências entre essas a análise e interpretação do sujeito e da sujeita com seu espaço territorializado e suas ações nesses são exemplos extremamente relevantes, intelectuais da área do conhecimento em pesquisa preocupam-se em ajudar nesse referido

debate, por meio de suas pesquisas e trabalhos realizados. Assim, a pesquisa busca evidenciar o processo de ensino inclusivo de acordo com leis estabelecidas, dando visibilização e direitos aos sujeitos e sujeitas do campo, por meio das práticas pedagógicas, fazendo assim um debate acerca de como deve ser trabalhado esse processo educacional a partir da elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP).

A pesquisa traz um debate frente aos desafios e contradições das práticas pedagógicas no processo educacional, para com os sujeitos e sujeitas do campo mediante análise dos princípios pedagógicos da Educação do Campo. As questões norteadoras estão ligadas ao fato de analisar as práticas metodológicas dos profissionais de geografia, identificar como é trabalhada a questão de inserção de Educação do Campo, sendo é uma escola que atende uma grande demanda do campo. Os processos metodológicos utilizados ao longo da pesquisa foram: a) coleta de dados qualitativos a partir da aplicação do questionário semiestruturado; b) análise do Projeto Político Pedagógico da escola pesquisada; c) revisão bibliográfica; e d) contextualização da Educação do Campo voltada às práticas docente no âmbito da escola Bernardino Pereira de Barros, localizada na cede do município de Abaetetuba, Pará.

CONCEITOS E ESTRATÉGIAS PARA O ENSINO DE GEOGRAFIA NA AMAZÔNIA

No território Amazônico estão presentes inúmeras relações e ações que se estabelecem como identidade perpassando assim em identificar de que maneira, ocorreu o ensino de geografia com todas as dinâmicas inseridas nesse espaço, por meio de pesquisas foi possível trazer um pouco do contexto histórico do ensino de geografia na Amazônia, sendo que esse território foi emancipado tardiamente em relação aos demais territórios brasileiros, ocasionado nesse sentido certo paradigma ainda muito falado de que a Amazônia é “atrasada” em relação as demais regiões do centro sul do Brasil, contrariamente esse território é caracterizado com uma heterogeneidade exuberante. Com base nisso entende-se que.

> A Amazônia apresenta como uma de suas características fundamentais a heterogeneidade, que se expressa nos aspectos ambientais, produtivos, culturais e isso suscita inúmeras questões a serem consideradas quando intencionamos: a produção e reprodução da existência das infinitas formas de vida que ela abriga; a convivialidade entre os sujeitos individuais e coletivos, entre os segmentos e classes sociais que nela habitam; a elaboração de políticas públicas que universalizem e assegurem os direitos humanos e sociais e afirmem as identidades culturais de suas populações; e o desenvolvimento com sustentabilidade desse território (HANGE, 2009,p.1).

Assim, no território amazônico se estabelecem relações e apresentação de uma rica sociobiodiversidade as diversidades de culturais, crenças, valores e utopias, referente

a isso o ensino de geografia na Amazônia, traz em si o objetivo de despertar nos amazônicos e amazônicas, sujeitos e sujeitas produtoras e protagonistas desse espaço que constroem relações de existência e re-existência de suas culturas e uma apresentação da valorização como atores e atoras em seus território, entre estes destacamos os Quilombolas Indígenas e Ribeirinhos e Ribeirinhas, identificado também diversos conflitos através da implantação dos projetos que os desterritorializam por meio da apropriação inadequada com uma visão desigual e olhares apenas aos lucros gerados por essa apropriação perversa, ROCHA & AMORAS (2006, p.3) destacam que o conflito de territorialidades compromete a vida e a dignidade de variados atores sócias que vivem na Amazônia.

Paulatinamente, o ensino de geografia aos camponeses e camponesas da Amazônia devem ser em diálogo com seu bem viver, não de uma forma estereotipada abordando assuntos extremamente descontextualizados com seu espaço vivido, em sua grande maioria é apresentado uma geografia urbana desmistificado os saberes e os conflitos no campo agrário amazônico que existem e são manifestado em seus territórios. Contudo, diante desse exposto são criadas as formas de organizações e resistência por meio do movimentos sociais que estão presentes no território do camponês e camponesa, reivindicando assim estratégias para uma educação que dialogue com as práticas camponesas vivenciada no território amazônico. Ao se falar das práticas educativas destinadas aos discentes principalmente dos que derivam do campo, considera-se importante o que é estabelecido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei 9.394 de 20 de Dezembro de 2010.

É necessário buscar reflexões para o desenvolvimento pedagógico adequado aos sujeito e sujeitas do processo de ensino-aprendizagem, considerando sua importância e o direito de apreender o que está relacionado ao seu espaço geográfico escolar e o que permeia em sua vida pessoal.

Para essa compreensão à educação é vista como uma perspectiva transformadora, devendo ser praticada nas escolas como um processo de envolvimento para os sujeitos e sujeitas podendo ajuda-los na construção de pensamentos críticos em sociedade a partir da sua realidade, compreende-se então que a educação deve ser voltada para todos e todas os âmbitos vivenciados por estes possuindo aprendizagem significativas que os possibilitem pensar de maneira crítica sobre os problemas que ocorrem na sociedade contemporânea e sobre como tentar resolvê-los a partir do seu lugar de vivência, com os

conhecimento adquiridos dentro e fora do âmbito escolar. Por meio disso busca-se entender em (CALLAI, 2004).

> O mundo da vida precisa entrar para dentro da escola, para que esta também seja viva, para que consiga acolher os alunos e possa dar-lhes condições de realizarem a sua formação, de desenvolver um senso crítico, e ampliar as suas visões de mundo. Para que isto aconteça a escola deve ser a geradora de motivações para estabelecer inter-relações e produzir aprendizagem, e o professor, mediador desse processo. (Callai, 2004, p. 3)

Nesse contexto, é impossível analisar a educação com uma visão isolada é de suma relevância para o contexto educacional práticas que contextualizem com as vivências dos sujeitos e sujeitas dentro e fora do âmbito escolar, com uma visão abrangente dos diferentes tipos de relações que ocorrem no espaço geográfico, (CALLAI, 2004). Ressalta "Ampliar as visões de mundo." tendo assim um olhar para esses como sujeitos e sujeitas protagonistas do processo de ensino-aprendizagem. Visto pela experiência vivenciada do debate no enunciado Educação do Campo, segundo CALDART (2009, p. 40). "A Educação do Campo surgiu em um determinado momento e um contexto histórico e não pode ser compreendida em si mesma, ou apenas desde o mundo da educação ou desde os parâmetros teóricos da pedagogia". Ela surgi mediante a lutas dos movimentos sociais entre esses Movimentos dos Trabalhadores/ras Sem Terra (MST) assim a Educação do Campo, é uma política pública pedagógica emancipatória para os sujeitos e as sujeitas camponeses e camponesas, constituindo-se não como um ideário e sim uma ação efetivada das relações e organizações que são praticadas pelos movimentos socioterritoriais no campo agrário brasileiro, Fernandes (2005).

EDUCAÇÃO DO CAMPO, TERRITÓRIO E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EMANCIPATÓRIAS

A Educação do campo, surgi no final da década de 90, na I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo em Luziânia-GO, no ano seguinte foi realizado o I Congresso Nacional Por uma Educação Básica do Campo entre 27 à 30 de julho de 1998, dando assim o início de uma "Educação do Campo" a qual vem tornando-se estratégica para o campo, apresentando-se como política pública emancipatória para os sujeitos e sujeitas que aí resistem, teve como marco por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96 a qual começa a dar visibilidade para os povos e comunidade tradicionais do campo, assim como o Decreto 7.352 de 04 de Novembro de 2010, onde pauta os direitos e deveres dos povos camponeses e camponesas por meio de uma educação que visibilize suas práticas e vivências. O Art. 1°. Do decreto 7.352/10 declara que.

> A política de educação do campo destina-se à ampliação e qualificação da oferta de educação básica e superior às populações do campo, e será desenvolvida pela União em regime de colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, de acordo com as diretrizes e metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação e o disposto neste (BRASIL, 2010).

Com efeito, as políticas destinadas aos sujeitos e sujeitas do campo ao passar dos anos vem tomando novos nortes emancipando-se de fato dentro dos seus territórios, porém ainda enfrentam os desafios e as contradições de uma política que atenda de fato os e as oriundas do campo, por sua vez quando localizados e localizadas em escolas urbanas em sua grande maioria não há uma visibilização adequada à esses. Desse modo, o Decreto 7.352 no inciso II do Art. 1º, reflete, "escola do campo: aquela situada em área rural, conforme definida pela fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ou aquela situada em área urbana, desde que atenda predominantemente as populações do campo". Em fusão disso o ensino de Geografia por meio das práticas da Educação do Campo, deve se fazer a inter-relação de identidade, utilizado sempre recursos metodológicos específicos visando à possibilidade para que de fato ocorra o ensino-aprendizado inclusivo.

A política de Educação do Campo tem se firmado no território das águas e das florestas da Amazônia de modo bastante árduo, umas das políticas emancipatórias está pautada no Art. 11. Onde ressalta que o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) executado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), integrando uma política de Educação do Campo, o Decreto 7.352 de 04 de Novembro de 2010, contribuí significativamente na construção educacional dos sujeitos e sujeitas do campo, também por meio do Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO).

Nesse sentido, a afirmação dessa política nas águas e nas florestas da Amazônia como uma prática de ensino diferenciada, permiti compreender as falhas que há muitas vezes na atuação dos e das profissionais para atuação tantos nas escolas do campo quanto nas escolas urbanas que atende uma grandes demanda de sujeitos e sujeitas do campo, sendo imprescindível ter em seu Projeto Político Pedagógico, referência do Decreto 7.352 de 04 de Novembro de 2010, assim a estrutura escolar física e pedagógica estará cumprindo com as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96, fazendo com que os e as sujeitas que possuem realidades diferentes e específicas sejam pautados referencias dos seus modos de vida como camponês e camponesas, sendo respaldados conforme o Art. 2 do Decreto 7.352 no que afirma nos respectivos parágrafos:

> § 3º As escolas do campo e as turmas anexas deverão elaborar seu projeto político pedagógico, na forma estabelecida pelo Conselho Nacional de Educação. § 4º A educação do campo concretizar-se-á mediante a oferta de formação inicial e continuada de profissionais da educação, a garantia de condições de infraestrutura e transporte escolar, bem como de materiais e livros didáticos, equipamentos, laboratórios, biblioteca e áreas de lazer e desporto adequados ao projeto político-pedagógico e em conformidade com a realidade local e a diversidade das populações do campo. (BRASIL, 2010).

Em consonância com o exposto compreendesse que a Educação do Campo, não pode ser desligada do contexto de produção em que transcorre as vivencias dos determinados sujeitos e sujeitas em pesquisa, buscando assim contextualizar suas vivencias e práticas camponesas, à exemplo a produção da agricultura familiar em seus territórios e as ações e relações que ocorrem em seus espaços, sendo que o processo de ensino-aprendizado em geografia não é diferente, configurando-se também em discutir de acordo com as relações e ações que ocorrem no espaço vivenciado pelos sujeitos e sujeitas protagonista no âmbito escolar.

OS PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Os princípios pedagógicos contextualizam de que maneira devem ser estabelecidos os direitos dos camponês e camponesas, pelos princípios da Educação do Campo assim a partir das abordagens no inciso I do Art. 2º apresenta o respeito as diversidades do campo, essas estabelecem as suas identidades com seu lugar pertencido, por meios desses aspectos é imprescindível analisar suas identidades em seus territórios, sem olhar espacialmente o conjunto de sociodiversidade que os caracterizam e sem deixar de ressaltar a questão do protagonismo e o empoderamento que os movimentos feministas vem consolidando-se nos territórios dos camponeses e camponesas e tomando-se uma diversidade e lutas por igualdade de gênero, raça e classe e garantias de seus direitos a partir do que é afirmado nos princípios da Educação do Campo, onde o Decreto 7.352/10 no Art. 2º estabelece importantes pautas destacadas a seguir:

> I - respeito à diversidade do campo em seus aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, de gênero, geracional e de raça e etnia;
> II - incentivo à formulação de projetos político-pedagógicos específicos para as escolas do campo, estimulando o desenvolvimento das unidades escolares como espaços públicos de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o desenvolvimento social, economicamente justo e ambientalmente sustentável, em articulação com o mundo do trabalho;
> III - desenvolvimento de políticas de formação de profissionais da educação para o atendimento da especificidade das escolas do campo, considerando-se as condições concretas da produção e reprodução social da vida no campo;
> IV - valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos pedagógicos com conteúdos curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades dos alunos do campo, bem como flexibilidade na organização escolar, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; e

> V - controle social da qualidade da educação escolar, mediante a efetiva participação da comunidade e dos movimentos sociais do campo. (BRASIL, 2010).

Com isso, o campo é caracterizado pelas suas peculiaridades de saberes e principalmente as práticas com a cultura e cultivo da terra diferencia-se dos centros urbanos, assim o inciso IV do Art. 2º aborda a valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos pedagógicos com conteúdo curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades dos sujeitos e sujeitas do campo, bem como flexibilidade na organização escolar, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas, visibilizando com isso os sujeitos e as sujeitas do campo como produtores e produtoras protagonistas das ações que ocorrem no campo por exemplo a prática agrícola familiar, pautando assim às práticas da chamada Pedagogia da Alternância caracterizando-se em tempo-escola tempo-comunidade.

A escola juntamente com todo seu corpo pedagógico deve compreender que os sujeitos e sujeitas do campo não são isolados e isoladas, esses e essas tem ligações e construções de identidades dentro de movimentos sociais ou outras formas de organização que suas comunidades se caracterizam, com isso que o inciso V nos afirma, sobre o controle social da qualidade da educação escolar, mediante a efetiva participação da comunidade e dos movimentos sociais do campo. Para efeito a Educação do Campo, é estabelecida em leis e a participação das organizações comunitárias e dos movimentos sociais é de suma importância fazer-se presente nos diálogos escolares.

Entretanto, ao analisar o contexto de emancipação dos direitos dos sujeitos e sujeitas do campo por meio das escolas sendo um espaço de sistematização dos conhecimentos desses e dessas, desse modo, os princípio da Educação do Campo norteiam essas construções de conhecimentos, por meio de uma contextualização dos saberes de dentro e fora do espaço escolar com análises do saber formal e do saber não formal dos sujeitos e sujeitas, por um processo de desenvolvimento das práticas sócio educativas.

DESAFIOS E CONTRADIÇÕES NA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NO ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES DO CAMPO

O processo de ensino-aprendizagem de geografia é importantíssimo para a construção de novos conhecimentos e fortalecimento da Educação, isso faz com que ela se torne à cada dia um processo de construção de novas estratégias e novos práticas de ensino buscando sempre melhorar os métodos aplicados em sala de aula, havendo o

decrescimento do ensino tradicional de geografia nos espaços de educação e a mesma torne-se cada vez mais interessante e prazerosa, para efeito é necessário que escola esteja preparada com esse objetivo, pois o PPP da escola deve ser elaborado de acordo com os decretos que estabelece uma educação contextualizada com os espaços vividos pelos discentes, assim também baseados em leis que pautam uma educação mais inclusiva, desse modo, ressaltamos aqui a Lei nº 9.394, de 04 de dezembro do 1996, a qual dispõe os seguintes direitos.

> Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.
> Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho
> Art. 26º Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia**.** (BRASIL, 1996).

Nesse sentido, é importante destacar que a escola deve preparasse para atender os educandos e educandas tanto de forma física quanto de forma pedagógica, sendo necessária a criação de melhores oportunidades para que estes e estas possam ser protagonistas do conhecimentos e de uma educação específica e contextualizada com seus espaços vividos, no que tange ao processo de ensino-aprendizagem. O Art. 28 da lei citada, reafirma o que está sendo debatido nessa análise de pesquisa aqui apresentada.

> Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:
> I – conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
> II – organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
> III – adequação à natureza do trabalho na zona rural. (BRASIL, 1996).

Assim, a importância do que é apresentado pelo Art.28, a pesquisa traz como análise o contexto educacional do processo de ensino de geografia na escola Bernardino Pereira de Barros, localizada no município de Abaetetuba, Pará. Essa escola tem uma demanda de 3.894 alunos, na escola cede estudam 1,077 e 2. 817 nas 22 escolas anexas nas quais funciona o Sistema de Organização Modular de Ensino (SOME). Esse sistema de ensino foi criado em 1980 no Estado do Pará, com o objetivo de uma política de educação para as comunidades tradicionais as quais encontram-se distante da cede do município, essa política de educação é vigorada pela SEDUC/Pa em 1982, estabelecendo-se no município de Abaetetuba no ano de 1996.

Desde de sua implementação no município o Sistema de Ensino contribuí significativamente na formação de adolescente jovens e adultos deste território, inclusive há um número de formados e formadas por esse sistema de formação, ingressantes nos cursos de nível superior bastante relevante. Tal exemplo importante foi o ingresso de um número expressivo de egressos do SOME no Curso da I turma de Geografia das Águas e da Terra-Turma Ulisses Manaças pelo PRONERA-UFPA, dos 100 alunos ingressos na turma, foram aproximadamente 44 discentes só do município Abaetetuba, os quais são assentados ou filhos de assentados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA, marcando assim a importância do SOME dentro do município, mesmo com os desafios, contrariedades e dificuldades apresentadas por esse Sistema de Ensino.

Evidencia-se no município as lutas emancipatórias por uma Educação do Campo, por meio dos movimentos sociais organizados que resistem na Amazônia e no Brasil, os quais tem grandes contribuições para efetivação desses direitos. Entre estes os principais que se destacam no município de Abaetetuba são o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Abaetetuba (STTRA), Movimento dos Ribeirinhos e Ribeirinhas das Ilhas e Várzeas de Abaetetuba (MORIVA), Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE/PA), Associação dos Moradores de Abaetetuba (AMIA), Colônia dos Pescadores e Pescadoras e as Comunidades Eclesiais de Bases de Abaetetuba (CEB's) essa última organização citada é a qual mais estar articulada ultimamente frente aos processo de resistências no município. Portanto, com ajuda governamental e as organizações e instituições entre estas as Universidades foi possível a consolidação para implementação desse Sistema de Ensino, o qual tem formado anualmente quilombolas, ribeirinhos e ribeirinhas das águas e florestas do município de Abaetetuba, através da instituição responsável Escola Bernardino Pereira de Barros.

Compreende-se que essa escola atende alunos que são oriundos da área urbana e rural. Entretanto, há uma certa inviabilização dos alunos do campo dentro da escola cede em relação ao processo de ensino-aprendizagem apresentando-se primordialmente e extremamente urbano a própria estrutura da carga horária para atuação com esses sujeitos e sujeitas é um dos exemplos recorrente, quanto ao horário de chegada e saída na sala de aula por conta do transporte para suas respectivas comunidades, causado assim uma certa perca dos conteúdos ao processo de aprendizado. Aqui é importante salientar no que o diz respeito à Lei 8. 069, de 13 de Julho de 1990 que dispõe no Art. 53 no inciso V, o direito ao acesso à escola pública e gratuita próximo de sua residência estando estabelecida em Lei.

Para efeito a pesquisa de campo ocorreu por meio da aplicação do questionários aos Docentes da escola pesquisada, observou-se a importância do ensino de Geografia referente ao contexto de ensino-aprendizagem e o conhecimento do espaço geográfico e suas peculiaridades. Destacou-se duas questões norteadoras, sobre o processo metodológico aplicados em sala de aula e as práticas contextualizadas com os espaços vividos dos sujeitos e sujeitas a partir da utilização do Projeto Político Pedagógico-PPP, como base para as construções pedagógicas e físicas da escola em debate.

> Nesse sentido a escola Bernardino Pereira de Barros define como linha filosófica de funcionamento um trabalho de cunho educativo, pedagógico e administrativo que desperte na comunidade escolar, por meio de ações participativas, uma atuação ativa nos processos decisórios que norteiam a ação educativa vivenciada na escola a fim que possam atuar como agentes de transformação social. tendo como visão: ser um espaço facilitador de aprendizagem significativas onde os agentes envolvidos na ação educativa se percebam enquanto autores da construção dos processos de conhecimento, numa relação constante entre teoria e prática. Despertando neles os princípios de igualdade, solidariedade humana e respeito as diferenças. (Coleta de dados no PPP da escola pesquisada, 2018.)

O exposto é referência do que é disponível no PPP da escola em pesquisa, considerando que é a maneira mais viável e apropriada de se trabalhar em sala de aula tendo um caráter burocrático para atuação das práticas de ensino, para VEIGA (2003, p. 272) o "projeto político-pedagógico, na esteira da inovação regulatória ou técnica, está voltado para a burocratização da instituição educativa, transformando-a em mera cumpridora de normas técnicas e de mecanismo de regulação convergente e dominadores." Com esse enunciado, nesse trabalho há uma abordagem no que se refere a atuação e formação de professores e suas práticas no ensino de geografia no âmbito escolar, onde trouxe indagações dirigidos aos contextos da Educação do Campo, frente aos desafios e contradições para alunos oriundos do campo.

Sendo que o professor de Geografia é um intermediário do conhecimento, esse constrói determinadas possibilidades de ensino-aprendizagem, dando subsídio em que irá ajudar os sujeitos e sujeitas a pensar os espaços no qual estão inseridos e inseridas e os quais são construtores construtoras do conhecimento no que se reflete sobre suas práticas de vivências em seus territórios de origem, devendo haver a conciliação entre os conteúdo abordado em sala de aula a partir das práticas do cotidiano de cada sujeito e sujeita educanda, tornando-se um ensino inclusivo e adequado as suas realidades de resistências.

De tal modo, há algumas mazelas nas práticas metodológicas por muitos profissionais no âmbito escolar, por meio dessas foi possível identificar as dificuldades que alguns tem ao ensinar utilizando as ferramentas tecnológicas, baseando-se exclusivamente nos livros didáticos, pincel e lousa transferido dessa forma o ensino de geografia, sendo imprescindível uma formação continuada desses. Dessa forma, entende-se que:

> Se faz indispensável que os professores e professoras se situem a respeito das informações que os circulam. Ensinar na "Era da informação" requer profissionais atualizados. O caráter social deve-se ser levado em consideração para aqueles que querem se fazer bons professores. Um bom professor seja ele de Geografia ou de qualquer outra disciplina vai além do conhecimento a respeito de temas específicos de sua área de atuação, é importante conhecer o contexto social a qual seus alunos estão inseridos. Quando se ensina Geografia, se estimula os alunos a compreenderem o mundo através de analises geográficas, solicita-se professores que tenham conhecimentos a respeito do espaço, do lugar, das localizações compreendendo as relações que se estabelecem neste espaço, neste lugar, em determinada localização. (SILVA, 2016, p.6)

Entender o porquê de ensinar com os recursos metodológicos apresentado anteriormente, permite-se refletir sobre a formação dos profissionais atuantes em sala de aula, haja visto que com o passar dos anos o processo de ensino deve aperfeiçoa-se, por meio dos novos recursos metodológicos e tecnológicos, sem deixar de ressaltar que cada professional tem sua metodologia em transferir os conhecimentos e essas são todas validas.

NORONHA, 2010 destaca que:

> [...] A Formação do Educador principalmente se temos como pressuposto que esse profissional deve possuir em sua formação e em sua prática tanto a dimensão teórico-epistemológica quanto a técnico-científica (competência como práxis). Esta dupla dimensão interrelacionada potencializa ao educador se transformar em um sujeito histórico que consiga atuar como dirigente na prática educativa, de modo a construir a unitariedade entre escola e sociedade fundada no conceito de práxis historicizada. (NORONHA; 2010, p.4)

É notório que os recursos metodológicos informacionais devem se fazer presentes nas escolas quando se reflete os meios tecnológicos e técnicas avançadas para o processo de ensino de geografia, sendo assim, a Educação do Campo deve ser analisado de forma inovadora para os discentes, haja visto que essa política pública é uma conquista recente, porém já se tinha debates e reivindicações por meio dos movimentos organizados do campo, assim devendo ser pauta do PPP das escolas as quais atendem os sujeitos do campo como metodologia inovadora e específica para o ensino desses, sendo um direitos pautados no decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010 em seus respectivos parágrafos e incisos que dispõe sobre o debate e implantação desse processo de ensino e qual local pode acontecer esse processo, para quem ela é destinada, quais são as abordagem

prevalecida para os sujeitos e sujeitas desses direitos e como pode ocorrer essa relação dentro do ensino Geografia.

Os objetivos por uma qualidade emancipatória de ensino tanto para Geografia, quanto para outras áreas do conhecimento devem estar de acordo com o espaço vivido e percebido dos sujeitos e sujeitas educandas em suas diferentes realidades, peculiarides e as características que são estabelecidas em seus territórios, as escolas devem apresentar no projeto político pedagógico, processos metodológicos de ensino aprendizagem de acordo com suas realidades, para que possam aprender a pensar no espaço em que pertencem a partir dos seus respectivos lugares. Por meio das diversas categorias geográficas e seus conceitos é apropriado pensar o campo é refletir sobre os sujeitos e sujeitas que pertencem nesses território por meio das suas práticas do seu modo de vida.

CALLAI, 2005, p 237 afirma.

> Fazer a análise geográfica significa dar conta de estudar, analisar, compreender o mundo com o olhar espacial. Esta é a nossa especificidade– por meio do olhar espacial, procurar compreender o mundo da vida, entender as dinâmicas socias, como se dão as relações entre os homens e quais as limitações/condições/possibilidade econômicas e políticas que interferem. (Callai, 2005, p 237).

Assim, o profissional da Geografia deve mediar o processo de ensino-aprendizagem para que os sujeitos e sujeitas possam entender por meio do seu contexto vivido as categorias e os conceitos geográficos, e compreender que o ensinar-aprender na construção de um pensamento Geográfico não é algo fácil requer dedicação e compromisso no processo de aprendizagem, requer também conhecimento e interesse pelas características culturais e valores de cada um, possibilitando dessa forma à compreensão de suas vivências e práticas. CALLAI (2005), ressalta.

> Ao ler o espaço, desencadeia-se o processo de conhecimento da realidade que é vivida cotidianamente. Constrói-se o conceito, que é uma abstração da realidade, formado a partir da realidade em si, a partir da compreensão do lugar concreto, de onde se extraem elementos para pensar o mundo (ao construir a nossa história e o nosso espaço). Nesse caminho, ao observar o lugar específico e confrontá-lo com outros lugares, tem início um processo de abstração que se assenta entre o real aparente, visível, perceptível e o concreto pensado na elaboração do que está sendo vivido. (Callai, 2005, p 241).

A complexidade do olhar espacial é extremamente importante, o olhar espacial do mundo para o lugar e do lugar para o mundo é uma construção de análise geográfica-espacial, que dar possibilidade para o entendimento das relações e ações que ocorrem na sociedade. Em função dessa análise o profissional de Geografia deve pensar prioritariamente nos os sujeitos e sujeitas e no propósito de torná-los críticos, levando-os a pensar sobre o mundo a partir do seu espaço vivido e percebido, análise essa pautada nas novas estratégias encontradas diretamente nos espaços educativos principalmente a

escolar reconhecendo assim o papel e a importância dela, compreendendo-se que essa não é a única responsável pelos processos de ensino-aprendizagem porém apresenta-se distinta dos meios de aprendizagem como sistematizadora do conhecimento.

Dentre essas condições, o ensinar-aprender da Geografia requer profissionais pesquisadores e pesquisadoras com clareza da leitura de mundo para que possam despertar nos sujeitos e sujeitas um senso crítico, pois assim estará exercendo sua função de maneira correta devendo ter um olhar para as realidades dos educandos diferenciado e o enfoque neste ensaio é para os sujeitos e sujeitas do campo. Contudo, é preciso entender a visão que se tem do rural hoje, de que maneira pode ser pautada a educação para esses a partir das práticas docentes sobre suas vivencias no campo ou na cidade. Para a Educação brasileira atualmente é cada vez mais necessário ter essas discursões sobre o debate por uma Geografia emancipatória, pois é a partir desses espaços vividos que ocorrem a materialização da existência humana, compreende-se então que as especificidades enquanto profissionais dessa área de conhecimento demanda uma reflexão sobre as relações dos sujeitos e sujeitas educandas e suas práticas em suas diferentes realidades.

ENSINO DE GEOGRAFIA NA E.E.E.F.M. BERNARDINO PEREIRA DE BARROS

Cogita-se que as escolas que atende uma grande demanda de alunos do campo é imprescindível ter em seu Projeto Político Pedagógico (PPP) como principal referência o Decreto nº 7.352, de 04 de novembro de 2010, assim mesmo ela deve cumprir com as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei nº 9. 394/96, compreendo as peculiaridades dos indivíduos que possuem realidades diferentes, nessa pesquisa o enfoque é o processo de ensino destinado aos sujeitos e sujeitas do campo. Dessa forma, a Educação do Campo não pode ser desligada do contexto de produção em que transcorre as vivencias desses no campo, ressaltando o que é estabelecido no decreto os profissionais devem buscar contextualizar suas práticas de ensino com as vivencias camponesas, o processo de ensino-aprendizado de Geografia não é diferente, essa por sua vez configura-se em discutir as relações que ocorrem nos espaços a partir do lugar.

Mediante as abordagem foi realizado a aplicação de um questionário semiestruturado para os atuais docentes de Geografia da escola aqui já mencionada, o questionário apresentou perguntas referente ao processo de ensino aprendizagem e análise sobre suas práticas docente com o objetivo de compreender o contexto da relação de ensino com a Educação do Campo, assim também tentar entender a relação docentes e discentes

em sala de aula, através dos dados coletados são apresentados a expressão da realidade na qual os mesmo se apropriam para passar e receber conhecimento.

Atualmente eram apenas dois professores de geografia que estavam atuando na escola, assim levou-se em consideração os desafios que estes encontram dentro e fora do espaço escolar e também em respeito aos profissionais pesquisados, optou-se por não utilizar seus nomes por questões de preservação de suas identidades. Muitos desafios foram apresentados por esses e um dos primeiros desafios notados foi referente ao número de turmas que os professores lecionam dificultando assim a carga horária semanal e o tempo para planejar suas aulas adequadamente. De acordo com resposta dos professores entende-se que pela falta de tempo e pela necessidade de mais professores e professoras da área de Geografia dentro da escola em pesquisa, os mesmos tem um número muito alto de turmas acima de 13 turmas e mais de 40 horas semanais.

Segundo os dados coletados nos questionários os professores fazem seu planejamento periodicamente expressados da seguinte maneira. “Sim, procuro me dedicar o máximo e o possível nas minhas atividades escolares e sempre que tenho tempo disponível estou me planejando.” (Professor. B, pesquisa de campo, 2018). O outro docente reflete assim, “Parcialmente”. (Professor. A, pesquisa de campo, 2018). Compreende-se de maneira geral a necessidade de um planejamento, para atuação com os discente em suas diferentes realidades. Quanto a metodologia e técnicas usadas no ensino de geografia tanto o professor A quanto o professor B, acham mais adequado utilizar aulas esportivas e os trabalhos individuais ou em grupos. Com isso, se faz uma abordagem sobre os processos metodológicos que são usados para o acontecimento da aula, dessa maneira quando não há aulas práticas (campo/laboratório) com o uso de geoprocessamento ou outras formas para as práticas do ensino da Geografia ocorre prejuízos no processo de aprendizagem aos discente, em que não há relação da teoria com a prática, não havendo um ensino que possa transcorrer de maneira mais dinâmica e assim melhorar o processo de formação dos sujeitos e sujeitas.

Ao analisar os questionários no âmbito de formação dos professores, eles ressaltam as seguintes afirmações:

> Possuo formação acadêmica, mais não é adequada, procuro sempre me aperfeiçoar nas melhores formas possíveis. (Professor. A, pesquisa de campo, 2018). O professor B reflete assim, “Tive uma formação precária nessas disciplinas. Professores pouco qualificados e com didática péssima”. (Professor. B, pesquisa de campo, 2018).

Contudo as dificuldade que encontra-se na formação dos professores também pode ser considerada dificuldades de outros professores, de modo que a formação se dar

de maneira continua, por isso é evidente que os professores devem possuir constante formação para suprir com os desafios que são propostos no âmbito educacional, exemplos como a elaboração cartográfica para realização de suas aulas, assim como também aplicação dessa mesma metodologia ao alunado. O professor B traz o seguinte questionamento "Há uma falta de formação adequada e de equipamentos apropriados para a elaboração das aulas." Professor B (2018). Contudo, compreendesse que o profissional da educação deve ser pesquisador e construtor das suas metodologias didáticas, para realização das suas aulas. Os recursos didáticos devem ser organizados e disponibilizados pela escola, porém o professor pode apropria-se de novas estratégias e elaboração de novas formas de ensino. E diversos recursos podem serem aplicados em sala de aula, Abaetetuba é conhecida como Capital do brinquedo de Miriti (Mauritia Flexuosa), assim como pode ser feito os brinquedos, dar para fazer excelentes maquetes com o material de Miriti, além de valorizar a cultura do município, é um trabalho educativo que vai está ajudando no contexto de inserir para os sujeitos e sujeitas esse saber tradicional.

O questionário aplicado aos professores procurou-se saber ainda sobre a opinião deles em relação a importância da formação continuada para atuação no ensino da Geografia. A esse respeito a Professor B destaca "Sim. Sem dúvida a formação continuada é essencial para a qualificação e atualização do ensino da Geografia." Professor B (2018), pode percebe-se que há uma preocupação com a formação dos discente, pois ela ocorre de forma construtiva, no momentos que se identifica um ensino tradicional não é porque eles querem repassar um ensino tradicional isso está ligado totalmente com a formação e construção e ampliação de formação desses profissionais, estabelecido em leis a formação continuada dos aos Docentes.

E por último foi feito o seguinte questionamento. Qual o diferencial na metodologia enquanto profissional de Geografia, para com os alunos que vem do campo para estudar nas escolas urbanas e qual a principal dificuldade que os alunos do campo encontram dentro das escolas urbanas? Em análise do que foi exposto, deve se destacar importância da escola como espaços educativo para construção de identidade, apropriação e reprodução de conhecimentos em uma perspectiva transformadora. Relacionado com as perguntas analisa-se as repostas dos Professores A e B à seguir.

> As dificuldades é ter um relacionamento mais próximo com os alunos da cidade. Percebo que muitos deles se auto segregam em sala de aula. Mantenho o mesmo relacionamento com os alunos do campo que tenho com os da cidade. Procuro entender as particularidades e dificuldade enfrentada por eles. (Professor. A, pesquisa de campo, 2018). Procuro entender as peculiaridades de cada aluno. Normalmente o aluno do setor rural tem um conhecimento um

> pouco aquém das expectativas, mas esse fato e superado com muita dedicação e empenho. (Professor. B, pesquisa de campo, 2018).

Em relação as respostas, compreende-se que os professores devem trabalhar com alunos do campo de acordo com que está pautado nas leis essa requer um compromisso e diálogo com suas culturas seus valores e práticas vivenciadas em seus territórios, buscando sempre entender as suas peculiaridade no âmbito social em que vive, de acordo com os princípios da Educação do campo. Entende-se também, através do Art. 6º do Decreto 7.352/10.

> Art.6º Os recursos didáticos, pedagógicos, tecnológicos, culturais e literários destinado à educação do campo deverão atender as especificidades e apresentar conteúdos relacionados ao conhecimento das populações do campo, considerando os saberes próprios das comunidades, em diálogo com os saberes acadêmicos e a construção de proposta de educação no campo contextualizados. (BRASIL, 2010).

Entendendo dessa forma a importância dos recursos didáticos os quais devem ser organizados de acordo com as especificidades dos sujeitos do campo, sendo esse caracterizados pelas suas culturas, fazendo o uso sobre o que está pautado nos princípios da educação do campo que devem se fazer presente nas práticas educativas dos profissionais de maneira que possam apresentar as características desses, a educação para os alunos oriundos do campo deve ser realizada, de acordo com o que o Decreto, estabelece. Assim a uma há relação com o que SOUZA; MENDES, nos fala por meio dos princípios da Educação do campo.

> No contexto escolar, a efetivação das diretrizes e dos princípios da Educação do Campo exige disposição para "desacomodar" o que foi instituído historicamente, sem descaracterizar a importância dos conhecimentos, da sua apropriação, problematização e produção coletiva. Não é uma questão que está reduzida à "troca" de nomes, substituição de conteúdos escolares, "mudança" do currículo escolar. Está resumida na participação da comunidade e no vínculo com um projeto de sociedade e de desenvolvimento do país. Principalmente, a educação do campo é uma concepção que exige forte vínculo com o conhecimento acadêmico-científico, em sua relação com as experiência e os conhecimentos vividos pelos povos do campo. (SOUZA; MENDES, 2017, p. 35).

Pode-se definir que a formação continuada para os professores é indispensável para construção do processo de ensino-aprendizagem, seja esse no campo ou na cidade, refletir a formação para os professores é necessário pensar sua relação de acordo com a cultura de cada sujeito e sujeita. Foi possível verificar que há um desinteresse para com a formação contextualizadas para atuação com os Discentes do campo referente ao ensino de Geografia. Levando a compreensão pelo fato das aulas serem apresentada com as mesma metodologias os Docentes não buscam outras fontes de ensino como novos recursos didático, sendo imprescindível à formação continuada aos profissionais atuantes

na construção do conhecimento para com os sujeitos e sujeitas em suas diferentes realidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ensino de geografia requer uma construção de identidade e construção de conhecimentos correlacionado no que diz respeito a uma percepção do olhar espacial segundo o que muitos autores nos afirmam, assim o ensino de geografia dar possibilidade de entendimento da sociedade no que tange refletir sobre o processo dos contextos geográficos e suas peculiaridades. As práticas dos professionais de Geografia requer essa contextualização das vivências do cotidiano dos sujeitos e sujeitas, nesse sentido o processo de ensino-aprendizagem tornar-se de total relevância, quando o professor ou professora expõe em sala de aula por exemplo, assunto relacionado as realidades desses utilizado diversos recursos didáticos no ensino e tornando-se mais atraente e mais lúdico, valorizado e aperfeiçoando assim o ensino de geografia, dando condições para que seja despertado nos sujeitos e sujeitas o interesse pelo processo de aprendizagem.

Portanto, estar condicionado com o perfil das práticas dos professor e professoras em sala de aula, sejam esses "tradicionais" ou "modernos'' para o processo de ensino, esses e outros comentários são questionamentos importantíssimos para a construção do ensino emancipatório de Geografia evidenciando analise e a inclusão dos diferentes sujeitos que pertencem no âmbito educacional. Mediante a compreensão das abordagens trazida nessa pesquisa, tem como pauta o direito emancipado de acordo com os princípios que regem por uma Educação inclusiva frente as abordagem na área do conhecimento de Geografia, onde de fato aconteça as práticas de ensino emancipatórias contextualizando com as práticas e vivência dos sujeitos de diferentes realidades.

Para efeito, foi notório perceber em campo que não há conhecimentos dos princípios da Educação do Campo por parte dos Docentes da escola pesquisada, assim não há um diálogo e compreençao com o lugar vivido pelos Educandos em suas diferentes realidades. Assim, os sujeitos e sujeitas do campo, são vistos dentro do âmbito escolar pelos profissionais atuante na área de Geografia, como sujeitos e sujeitas que vem de um lugar sem nenhuma peculiaridades diferenciada, entretanto, trazem uma construção indenitária peculiar enquanto protagonistas de espaços construídos e reconstruídos diariamente. Por meio dos princípios da educação do campo é notório identificar as razões para que de fato ocorra o processo de uma Educação emancipatória na escola pesquisada, uma vez que foi possível identificar as mazelas do ensino descontextualizado com as vivências dos sujeitos e sujeitas construtores do conhecimento. A partir dessa análise,

compreende-se a importâncias dos princípios da Educação do Campo e a implementação desses na constituição do projeto político pedagógico da escola pesquisada.

Todavia, os desafios reconhecidos foram referente a formação continuada dos profissionais da Geografia para sua atuação no âmbito escolar, assim também foi possível identificar as contradições que ocorrem na escola pesquisada, com efeito do que é disposto no decreto 7.352/10 que pauta os direitos dos sujeitos ao processo de ensino-aprendizagem contextualizado, tendo em vista os direitos que devem estar presente no projeto político pedagógico da escola pesquisada, a qual em nenhum momento de acordo com a leitura do seu PPP traz uma abordagem sobre a Educação do Campo frente aos seus princípios uma vez que há uma grande demanda de alunos do campo na escola pesquisada. Com efeito, é imprescindível que o profissional de Geografia e a Escola devem estar em constante aperfeiçoamento utilizando meios tecnológicos e métodos didáticos inclusivos fazendo com que os Educandos possam compreender os contextos dos processos de ensino-aprendizagem sejam na atuação da área da Geografia ou em outra área do conhecimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em https://www2.senado.org.br>bdsf>hondle. Acesso em: 08 mar. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 7.352, de 4 de Novembro de 2010: §4 sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, Brasília, 2010, p.83.

CALLAI, Helena Copetti. Aprendendo a ler o Mundo: a Geografia nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Cad. Cedes. Campinas, vol. 25, n. 66, p. 227-247, maio/ago. 2005. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>

CALLAI, Helena Copetti. O estudo do lugar como possibilidade de construção da identidade e pertencimento. VII Congresso luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra, Set, 2004, p. 10

CALDART, Roseli. Educação do campo: notas para uma análise de percurso. Trab. Educ. Saúde, Rio de Janeiro, v. 7 n. 1, p. 35-64, mar./jun.2009.

FERNANDES, B.M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. Revista NERA, Presidente Prudente, 2005, p.35.

HAGE, Salomão. Interculturalidade, fraternidade e comunhão: referências para a sustentabilidade na Amazônia. Belém, 2009, p. 1-19.

MENDES, M. M; SOUZA, M.A. Educação do Campo no Paraná: 17 Anos Fazendo História. In: Germinari, G.D; SOUZA, M.A. Educação Do Campo Território, Escola, Política e Práticas Educacionais. Curitiba: Ed.UFPR,2017. n. 01, p.35 (15-39).

NORONHA, O, M. Epistemologia, formação de professores e práxis educativa transformadora: QUAESTIO, Sorocaba, SP, v. 12, p. 0-24, jul. 2010.

VEIGA, A. Inovação e projetos político-pedagógico: Uma Relação Regulatória ou Emancipatória? Cadernos Cedes, Campinas, v. 23, n. 61, dez. 2003, p. 272.

ROCHA; AMORAS. O ensino de geografia e a construção de representações sociais sobre a Amazônia, Terra Livre, v.1, n.26, p.143-164, jan-jun, 2006. Disponível em:< https://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/view/212>. Acesso: 25 Dez. 2018.

SILVA, Francisco Gabriel. A geografia nos anos inicias do ensino fundamental: o papel do professor "no ensinar" geografia. III CONEDU. Rio Grande do Norte, p. 1-8. Outubro.2016. Disponível em: http://conedu.com.br/2016/trabalhos-aprovados.php